Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



Relatório de Atividades - 2017

Prestação de Contas Anual do Governador

ANEXO IV

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Prestação de Contas Anual do Governador – Anexo IV

- 2017 -

Autoridades:

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Renato Santana

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Leany Barreiro de Sousa Lemos

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Renato Jorge Brown Ribeiro

SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO
Joseilda Mendes de Mello

- 2017 -

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Equipe Técnica:
Adriane Freitas de Oliveira Cotias e Silva; Ana Carolina da Silva Ramos; Bruno Pessoa Tavares; Danilo Costa Macedo; Débora Limberger; Diogo Portela Rocha Martins; Emerson Ribeiro Barbosa; Emilson Ferreira Fonseca; E'len de Oliveira; Eudóxia Maria Machado da Silva Andrade; Erinaldo da Silva Lêla; Hércules Bonifácio Ferreira Filho; João Carvalho Leal; Júlio César Lima; Marco Aurélio Teixeira e Maria Auxiliadora Fernandes.

- 2017-

SUMÁRIO

Autoridades: 3
Equipe Técnica: 4
APRESENTAÇÃO 10
NOTA EXPLICATIVA 12
CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 01.101 13
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL – UO: 01.901 20
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 02.101 23
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.101 27
ARQUIVO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.102 54
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - AGEFIS – UO: 09.201 68
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAPDF – UO: 09.202 93
VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 10.101 107
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 12.101 110
FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PRÓ-JURÍDICO – UO: 12.901 113
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL – UO: 14.101 117
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA – UO: 14.202 144
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DF - EMATER-DF – UO: 14.203 150
FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL - FADF – UO: 14.901 184
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR – UO: 14.902 188
FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL - FDS – UO: 14.903 201
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 15.101 204
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 16.101 207
FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - FAC – UO: 16.903 246
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 18.101 255
FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB – UO: 18.202 319
FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL – FUNALFA – UO: 18.902 325
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEB – UO: 18.903 326
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 19.101 370
BANCO DE BRASILIA S/A - BRB – UO: 19.202 453
BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A – UO: 19.204 487

BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A – UO: 19.205 491
CARTÃO BRB S/A – UO: 19.206 494
BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A – UO: 19.207 499
BRB SERVIÇOS S/A - UO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - UO: 19.208. 502
BSB PARTICIPAÇÕES S/A – UO: 19.209 509
DF - GESTÃO DE ATIVOS S.A. – UO: 19.210 511
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF – UO: 19.902 513
FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DF - PRÓ-RECEITA – UO: 19.911 517
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – UO: 20.101 520
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP – UO: 20.201 539
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAPDF – UO: 20.202 573
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE – UO: 20.902 587
FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.903 591
FUNDO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.905 593
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – UO: 21.101 593
JARDIM BOTANICO DE BRASILIA – UO: 21.106 623
AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.206 ... 645
FUNDACAO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA – UO: 21.207 665
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.208 692
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - 22.101 757
FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL - FUNAM – UO: 21.901 855
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB – UO: 22.202 861
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASILIA - CEB – UO: 22.204 874
CEB LAJEADO S/A – UO: 22.209 880
COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS – UO: 22.210 884
CEB DISTRIBUIÇÃO S/A – UO: 22.211 888
CEB GERAÇÃO S/A – UO: 22.212 901
CEB PARTICIPAÇÕES S/A – UO: 22.213 904
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU – UO: 22.214 908
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 23.101 947
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 23.202 1077
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS – UO: 23.203 1096

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.101 1136
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.103 1163
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.104 1175
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.105 1201
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.201 1234
FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO – UO: 24.202 1252
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR – UO: 24.901 1257
FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS – UO: 24.902 1261
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - FUNPM – UO: 24.904 1268
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - FUNCBM – UO: 24.905 1270
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - FUNPCDF – UO: 24.906 1272
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS– UO: 25.101 1275
FUNDO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL– UO: 25.902 1347
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 25.904 1356
FUNDO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL - UO: 25.905 1375
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 25.906 1378
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 26.101 1391
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB – UO: 26.201 1421
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS – UO: 26.204 1427
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – UO: 26.205 1452
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ- DF – UO: 26.206 1514
FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL - FTPC/DF – UO: 26.905 1527
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO - UO: 28.101 1530
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB – UO: 28.209 1547
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDURB – UO: 28.901 1602
FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FUNDHIS – UO: 28.905 1610
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – UO: 32.101 1616
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 32201 1668
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF – UO: 32.202 1706
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO DISTRITO FED – UO: 32.203 1711

SOCIEDADE DE ABASTECIMNTO DE BRASÍLIA – UO: 32.204 1737
FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO - 32.901 1742
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - 34.101 1750
FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL - FAE – UO: 34.902 1786
FUNDO DE FOMENTO À INDÚSTRIA DO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL - FITUR – UO: 34.903 1790
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – UO: 44.101 1794
INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 44.202 1813
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL - FDDC – UO: 44.902 1817
FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL - FUNPAD – UO: 44.906 1820
CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 45.101 1824
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 48.101 1853
FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - PRODEF – UO: 48.901 1858
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE – UO: 51.101 1860
FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - FDCA – UO: 51.901 1915
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL – UO: 59.101 1920
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO - RA I – UO: 59.103 1924
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - RA II – UO: 59.104 1933
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA - RA III – UO: 59.105 1943
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA - RA IV – UO: 59.106 1950
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V – OU: 59.107 1960
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA - RA VI – UO: 59.108 1968
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ - RA VII – UO: 59.109 1975
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII – UO: 59.110 1984
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA IX – UO: 59.111 1992
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA X – UO: 59.112 2007
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - RA XI – UO: 59.113 2024
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA - RA XII – UO: 59.114 2034
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - XIII – UO: 59.115 2050
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV – UO: 59.116 2079
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV – UO: 59.117 2094
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA XVI – UO: 59.118 2104
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO - RA XVII – UO: 59.119 2114
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA XVIII – UO: 59.120 2122
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX – UO: 59.121 2150
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS - RA XX – UO: 59.122 2159

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II - RA XXI – UO: 59.123 2168
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL - RA XXII – UO: 59.124 2175
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO - RA XXIII – UO: 59.125 2182
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY - RA XXIV – UO: 59.126 2195
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (SCIA) - RA XXV – UO: 59.127 2201
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II - RA XXVI – UO: 59.128 2213
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII – UO: 59.129 2225
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ - RA XXVIII – UO: 59.130 2236
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (SIA) - RA XXIX – UO: 59.131 2246
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES - RA XXX – UO: 59.133 2257
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL - RA XXXI – UO: 59.135 2268

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, como Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal, é responsável pela elaboração do Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal que integra a Prestação de Contas Anual do Governador.

O Relatório de Atividades tem por objetivo demonstrar as realizações efetivadas pelo Governo, no exercício de 2017, conforme estabelecem o inciso XVII, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o inciso V do art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2016 – TCDF, editada em observância ao disposto nos arts. 186 e 222 da Resolução nº 286/2016-RI/TCDF e o artigo 90, do Decreto nº 32.598/2010, de 15/12/2010 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Para apresentação dos resultados alcançados em cada área de atuação do governo, o Relatório de Atividades foi elaborado em conjunto com os Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF e estruturado pela SEPLAG por meio da Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN. Nesse sentido buscando manter coerência, compatibilidade e uniformidade das informações do Relatório Consolidado do Governo, a SUPLAN/SEPLAG adotou os seguintes procedimentos:

I) Desenvolvimento do Sistema RAT - Prestação de Contas Anual do Governador que consiste na versão sistematizada do Relatório de Atividades via Web;

II) Realização de reunião técnica com as Unidades Orçamentárias na qual foram apresentadas instruções para a elaboração do Relatório de Atividades de acordo com a metodologia adotada e utilizando o novo Sistema;

III) Elaboração das Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador contendo inclusive orientações para elaboração do Relatório em pauta, as quais foram disponibilizadas no site da SEPLAG: http://www.seplag.df.gov.br. Nas instruções enfatizou-se que ao final de cada Programa a Unidade deveria apresentar texto descritivo das realizações finalísticas referentes à sua área de atuação, considerando o proposto nos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019, os resultados alcançados e, ainda, o público-alvo beneficiado.

Destaque-se que a SEPLAG vem desenvolvendo estudos e implementando novas soluções em tecnologia para a sistematização e o aprimoramento contínuo dos instrumentos de planejamento, o que vem sendo possível a partir da assinatura da Portaria Conjunta SEF/SEPLAG Nº 06, de 15 de setembro de 2016, que estabelece o procedimento de cooperação técnica destinado a permitir a inclusão de ações de interesse da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como define as rotinas para a sua respectiva operacionalização, entre os componentes elegíveis constantes do Programa de Desenvolvimento Fazendário no âmbito do

Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PRODEFAZ/PROFISCO-DF).

Assim, os recursos destinados à SUPLAN/SEPLAG possibilitaram o desenvolvimento do Sistema RAT com a participação efetiva de técnicos da SUPLAN/SEPLAG, quanto à definição das regras de negócios, a fim de possibilitar à equipe da SUTIC/SEF a elaboração do referido Sistema que trata da versão sistematizada do Relatório de Atividades em meio Web, o qual iniciou sua operacionalização em dezembro de 2017.

Cabe esclarecer que o Relatório de Atividades até o exercício de 2016 era elaborado em editor de textos word e planilhas de excell, o que demandava muito tempo da equipe técnica para estruturação, análise, padronização e consolidação.

Este Relatório no Sistema RAT, terá a mesma finalidade do Relatório de Atividades anterior, ou seja, demonstrar as realizações do Governo do Distrito Federal e os resultados alcançados em cada área de atuação no exercício. A estrutura do Relatório no Sistema RAT em relação ao anterior foi mantida e compõe-se de: Síntese das Competências; Força de Trabalho; Realizações por Programa; Informações Complementares; Diagnóstico da Unidade (análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para 2018).

Conforme a metodologia adotada para a elaboração do Relatório, desde a versão anterior, a informação quanto aos resultados alcançados deve ser acompanhada do diagnóstico da Unidade, visando contextualizar a análise de suas realizações à luz das dificuldades encontradas ou os fatores favoráveis ao seu desempenho e ainda as perspectivas para 2018.

Visando aprimorar o processo de planejamento, a SUPLAN buscou conscientizar os gestores quanto à importância do Relatório de Atividades para sua Pasta, visto que este se configura em uma oportunidade de demonstrar o seu desempenho frente à Unidade; de apresentar o compromisso com a oferta de bens e serviços à população e, ainda, promover a transparência da gestão dos recursos públicos.

Ressalta-se que este Relatório por apresentar de forma detalhada as realizações de todas as áreas do Governo constitui-se com os demais documentos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador um importante instrumento de transparência da atuação governamental na gestão dos recursos públicos no âmbito do Distrito Federal.

NOTA EXPLICATIVA

A estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, em 2017, apresentou as seguintes alterações:

DECRETO	OBSERVAÇÃO
Decreto n 38.456, De 30 De Agosto De 2017	A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF passa a ser vinculada à Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável. A Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável passa a denominar-se Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia.

CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 01.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, descrita no art. 32 da Constituição Federal de 1988, tem suas competências detalhadas no Capítulo II do Título III da Lei Orgânica do Distrito Federal, em especial nos artigos 58, 59 e 60. Com base nos princípios de independência e harmonia entre os Poderes, a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF exerce o Poder Legislativo e tem como competências precípuas representar a população do DF; e legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, prerrogativas conferidas a ela pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal. A CLDF é composta por 24 deputados Distritais, representantes do povo brasiliense, eleitos pelo sistema proporcional, para mandato de 4 anos. Atualmente, a Câmara Legislativa do Distrito Federal encontra-se na sua sétima legislatura, que compreende o período entre 2015 e 2018.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	95	422	53	25	595
Comissionados sem vínculo efetivo	0	126	763	0	889
Requisitados de órgãos do GDF	64	0	7	0	71
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	9	0	9
Estagiários	0	87	0	16	103
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	159	635	832	41	1.667
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	4	0	4
Total Geral	159	635	828	41	1.663

No que se refere aos recursos humanos, o ano de 2017 foi marcado pela expectativa de preenchimento de 86 vagas de vínculo efetivo, mediante realização de concurso público. No entanto, por determinação do Tribunal de Contas do DF, o processo de contratação da banca examinadora foi cancelado, mas já foi retomado. Aguarda-se que essas nomeações ocorram até o início de 2019.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	**132.300,00**	**32.300,00**	**1.000,00**	**121,07**
0001 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF--DISTRITO FEDERAL	132.300,00	32.300,00	1.000,00	121,07
4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	**930.000,00**	**230.000,00**	**7.924,00**	**7.924,00**
0001 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE--DISTRITO FEDERAL	930.000,00	230.000,00	7.924,00	7.924,00
4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	**581.800,00**	**531.800,00**	**231.879,52**	**229.255,32**
0001 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF--DISTRITO FEDERAL	581.800,00	531.800,00	231.879,52	229.255,32
TOTAL - 6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	**1.644.100,00**	**794.100,00**	**240.803,52**	**237.300,39**

Por meio da Ação de Execução de Projetos de Educação Política pela CLDF, foi contratada empresa de transporte escolar para atender aos alunos participantes dos Projetos "Cidadão do Futuro" e "Jovem Cidadão", além de fornecimento de lanche aos alunos participantes dos referidos projetos.

Já a Ação de Promoção de Eventos de Integração da CLDF com a Sociedade efetivou-se por meio de pagamento de premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1464 - CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SOCIEDADE)	150	%	100	100	100	550	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Consiste em um programa na TV Distrital de debate entre estudantes dos ensinos médio e superior com Deputados Distritais sobre temas relacionados a políticas sociais e públicas, democracia, representatividade, papel do Parlamentar, função da Câmara Legislativa e outros de interesse coletivo afetos ao Legislativo. 2017 - Foram realizadas 11 edições do Projeto Polis, representando 550% do programado, contando com a participação de 595 cidadãos. Constatou-se um incremento do número de participantes devido à redefinição do conteúdo do projeto, que passou a incluir temas com conteúdo relacionados a Estado e Sociedade; Poderes de Estado; Sistemas de Governo; Sistema Político; Representação Política; História e Autonomia Política do DF; Teoria da Escolha Social e Orçamento.									
1462 - EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)	50	%	100	50	100	50	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1)
Justificativa: 2016 - Foi realizada 01 edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, com 16 participantes da Ação Social Comunitária AFMA, de Taguatinga Norte. Foi realizada palestra sobre as funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital e sobre a legislação do DF referente a idoso, por Consultora Técnico-Legislativa da ELEGIS. 2017 - Foi realizada apenas uma edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, contando com a participação de 80 cidadãos (todos situados na faixa da 3ª idade). As dificuldades de locomoção desse público-alvo contribuíram para que o resultado desejado não fosse alcançado.									
1460 - EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO(ENSINO FUNDAMENTAL)	97,14	%	100	173	100	336,6	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Foram realizadas 52 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 173% do programado, com participação de 4702 estudantes do ensino fundamental e 310 professores. Foram realizadas palestras sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão composto por mochila contendo, bloco de anotações, caneta e marcador de página. 2017 - Foram realizadas 101 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 336,6 % do programado, com participação de 6097 estudantes do ensino fundamental e 44 professores.									
1461 - EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)	13,33	%	100	127	100	50	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Foram realizadas 38 edições do Projeto Jovem Cidadão, representando 127% do programado, com participação de 2675 estudantes e 05 professores do ensino médio e 242 estudantes e 10 professores de três instituições de nível superior. Nesse projeto também foi realizada palestra sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
2017 - Foram realizadas 15 edições do Projeto Jovem Cidadão (ensino médio e superior), representando apenas 50% do programado, com participação de 898 alunos, sendo 85 de nível superior, além de 39 professores, sendo destes 2 de nível superior. Ressalte-se que, devido à extensão do currículo que compõe o ensino médio, é difícil sensibilizar alunos e professores daquele nível a participarem desse tipo de evento.									
1467 - INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	0,0249	%	1,5	0,04	0,0251	0,0359	0,0252	0,0253	CLDF / UO 01101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Com relação ao indicador Participação Popular, constatamos que este ficou muito abaixo do esperado, indicando que foi superestimado e que deve ser futuramente revisto. 2017 - Com relação a este indicador, constatou-se que o resultado se situou acima do esperado, considerando, inclusive, que houve o registro do crescimento da população em referência à última aferição.									
1466 - INDICADOR DE RESOLUBILIDADE	90	%	100	86	100	96,53	100	100	CLDF / UO 01101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Com relação ao número de demandas solucionadas, ao longo do exercício de 2016, constatamos que o resultado alcançado atingiu um percentuais abaixo do esperado. Essa situação deve ser imputada à falta de recursos tecnológicos e humanos para captação e tratamento de informações. 2017 - Este indicador engloba todos os tipos de demandas recebidas pela Ouvidoria. Acrescenta-se que as demandas oriundas de órgãos externos são consideradas finalizadas assim que formalmente respondidas. As demais demandas são consideradas atendidas quando respondidas diretamente pela Ouvidoria ou pelas respectivas unidades organizacionais da CLDF. Em que pese não ter sido alcançado o resultado desejado, constata-se que houve um aumento em relação ao ano anterior.									
1465 - INDICADOR DE TRANSPARÊNCIA	0	%	70	31	100	98,4	100	100	CLDF / UO 01101 / OE 1
Justificativa: 2016 - No ano de 2016, foram contabilizadas 1030 demandas. O número de demandas em relação a 2015 manteve-se no mesmo nível, porém, considerando os eventos "Câmara em Movimento" realizados conclui-se que a participação por iniciativa própria da população foi maior em 2016. 2017 - O indicador deve refletir o grau de transparência alcançado pela Ouvidoria no efetivo atendimento às demandas de acesso à informação, especificamente no que se refere aos procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 e no Ato da Mesa Diretora da CLDF nº 57/2016.									
1463 - SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)	100	%	100	33	100	150	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Consiste em realização de seminários e ciclo de palestras sobre temas de interesse geral que podem contribuir para a educação política e para as funções legiferante e fiscalizadora, e Cursos de Educação Política, com conteúdos relacionados a Estado e Sociedade, Poderes de Estado, Sistemas de Governo, Sistema Político, Representação Política, História e Autonomia Política do DF, Teorias da Escolha Social, Orçamento e outros afins. Esse foi o único projeto que ficou abaixo do desejado. 2017 - Foram realizados 4 seminários ao longo do ano, a saber: Fórum de Combate à Corrupção; Mais Mulheres na Política; Renovação Política e Transparência Pública - Você faz parte.									

A Câmara Legislativa deu continuidade, ao longo do exercício de 2017, às atividades voltadas para educação e cidadania. Os projetos Cidadão do Futuro, Seminários/Ciclos de Palestras e Curso de Educação Política excederam o resultado desejado para o exercício, atendo atingido, respectivamente, 336,6%, 150%, 550% da meta. Já os projetos Jovem Cidadão e Cidadania para Todos alcançaram 50% do resultado previsto para o ano.

Com relação ao Desenvolvimento e implementação de Sistema de Captação e Tratamento de Informações pela Ouvidoria, com impacto nos indicadores de transparência, resolubilidade e de participação popular, constata-se que os resultados alcançados ainda não atingiram os patamares programados para os indicadores de Resolubilidade e de Transparência. No entanto, tais indicadores tiveram evolução positiva frente ao ano anterior, sobretudo considerando-se a persistência de fatores como a falta de recursos tecnológicos e humanos para captação e tratamento de informações, notadamente a aquisição do software de ouvidoria integrado com o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	**514.000,00**	**314.000,00**	**270.044,74**	**270.044,74**
0001 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF--DISTRITO FEDERAL	514.000,00	314.000,00	270.044,74	270.044,74
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**514.000,00**	**314.000,00**	**270.044,74**	**270.044,74**

A ação mais relevante neste programa foi o apoio ao Festival Brasília do Cinema Brasileiro. Evento tradicional da cena cultural do Distrito Federal, o festival ocorreu ao longo do mês de setembro de 2017. A Mostra Brasília - 22º Troféu CLDF, na qual concorrem apenas filmes produzidos no Distrito Federal, foi exibida durante a 50ª edição do Festival de Brasília, realizado entre os dias 15 a 24 de setembro, no Cine Brasília. O Troféu CLDF foi criado em 1996 como forma de reconhecimento aos cineastas brasilienses e também para incentivar os

jovens realizadores de produções cinematográficas do cenário local. A Mesa Diretora da CLDF, por meio do Ato nº 39/2017 (DCL 12/5/2017, página 36), fixou os seguintes valores de premiação: Júri Oficial : Prêmios - Melhor Longa-Metragem : R$ 100,0 mil - Melhor Curta-Metragem : R$ 30,0 mil - Melhor Direção : R$ 12,0 mil - Melhor Ator : R$ 6,0 mil - Melhor Atriz : R$ 6,0 mil - Melhor Roteiro : R$ 6,0 mil - Melhor Fotografia : R$ 6,0 mil - Melhor Montagem : R$ 6,0 mil - Melhor Direção de Arte : R$ 6,0 mil - Melhor Edição de Som : R$ 6,0 mil - Melhor Trilha Sonora : R$ 6,0 mil

Júri Popular : Prêmios - Melhor Longa-Metragem : R$ 40,0 mil - Melhor Curta-Metragem : R$ 10,0 mil

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**6.000.000,00**	**14.500.000,00**	**12.334.110,56**	**12.334.110,56**
0001 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-CLDF-DISTRITO FEDERAL	6.000.000,00	14.500.000,00	12.334.110,56	12.334.110,56
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**250.000,00**	**250.000,00**	**176.598,36**	**176.598,36**
6163 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	250.000,00	176.598,36	176.598,36
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**14.092.808,00**	**10.792.808,00**	**7.985.969,24**	**7.354.998,81**
0046 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	14.092.808,00	10.792.808,00	7.985.969,24	7.354.998,81
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**20.342.808,00**	**25.542.808,00**	**20.496.678,16**	**19.865.707,73**

É válido destacar que os recursos orçamentários destinados a esse programa visam suprir a dinâmica da demanda por aposentadoria de servidores em condições de optar pelo benefício no decorrer do exercício 2017. Em tese, a intensidade das despesas liquidadas nesse subtítulo vem sendo influenciada pelo ambiente sócio-político das discussões a respeito de eventuais alterações no regime da previdência social do país. A identificação de todas as despesas previstas para a "Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia" no decorrer do ano estão disponíveis no Relatório "Detalhamento Setorial da Despesa – DSD 2017" (http://www.cl.df.gov.br/detalhamento-setorial-da-despesa-dsd).

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**3.000.000,00**	**2.600.000,00**	**2.003.190,66**	**1.421.886,99**
5349 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	2.600.000,00	2.003.190,66	1.421.886,99
2414 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	**143.400,00**	**143.400,00**	**118.391,04**	**118.391,04**
0001 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	143.400,00	143.400,00	118.391,04	118.391,04
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	**288.420,00**	**408.420,00**	**121.581,72**	**120.834,72**
9711 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E BEM ESTAR-DISTRITO FEDERAL	288.420,00	408.420,00	121.581,72	120.834,72
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**367.195.000,00**	**331.995.000,00**	**310.578.168,14**	**310.048.297,05**
0070 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	367.195.000,00	331.995.000,00	310.578.168,14	310.048.297,05
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**29.045.100,00**	**30.745.100,00**	**29.957.354,77**	**29.957.354,77**
0062 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	29.045.100,00	30.745.100,00	29.957.354,77	29.957.354,77
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**38.826.287,00**	**25.556.287,00**	**16.893.993,90**	**14.879.295,69**
0065 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CÂMARA LEGISLATIVA- PLANO PILOTO .	38.826.287,00	25.556.287,00	16.893.993,90	14.879.295,69
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**15.501.000,00**	**6.301.000,00**	**2.029.261,85**	**1.974.737,60**
0006 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	15.501.000,00	6.301.000,00	2.029.261,85	1.974.737,60
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**9.250.000,00**	**3.200.000,00**	**693.857,12**	**656.398,29**
2627 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	9.250.000,00	3.200.000,00	693.857,12	656.398,29
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**963.740,00**	**713.740,00**	**430.561,32**	**427.061,32**
0040 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ESCOLA DO LEGISLATIVO-DISTRITO FEDERAL	963.740,00	713.740,00	430.561,32	427.061,32
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**35.400.000,00**	**23.600.000,00**	**21.639.189,99**	**17.302.483,90**
0020 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- CÂMARA LEGISLATIVA DO DF-DISTRITO FEDERAL	25.900.000,00	22.400.000,00	21.422.971,00	17.173.902,88
0021 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-FUNCIONAMENTO DA TV LEGISLATIVA DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	8.500.000,00	1.000.000,00	216.218,99	128.581,02
8706 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-FUNCIONAMENTO DA RÁDIO LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	200.000,00	0,00	0,00
1006 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF	**2.065.000,00**	**545.000,00**	**13.000,00**	**13.000,00**
0001 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF-- PLANO PILOTO .	2.065.000,00	545.000,00	13.000,00	13.000,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**501.677.947,00**	**425.807.947,00**	**384.478.550,51**	**376.919.741,37**

Sobre a gestão e manutenção das atividades da CLDF, destaca-se o desafio administrativo do Poder Legislativo pautado pela colegialidade e alternância no exercício das funções internas. Tais desafios tornam importante a participação da CLDF em instituições ligadas às atividades do Poder Legislativo, cujas despesas correspondem às contribuições mensais e/ou anuais a elas devidas em razão da filiação. As instituições são: União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE); Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL) e Associação Brasileira de Câmaras Municipais – (ABRACAM), as quais têm por objetivos precípuos promover a integração, a troca de experiências, o fortalecimento institucional e o aperfeiçoamento das atividades legislativas.

A transparência e a prestação de contas das atividades legislativas para a sociedade também têm papel relevante. Nesse ponto, merece destaque a TV Legislativa, que executou até o momento apenas a transmissão via internet e em tempo real para a TV WEB através de link

no portal da CLDF, mas que aguarda a concorrência referente à contratação de empresa para a prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional para sua expansão, ações que devem se somar às demais ações de publicidade e propaganda institucional.
Por fim, sobre a Administração de Pessoal, cabe ressaltar o cumprimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que permitiu que fosse, por intermédio do Ato da Mesa Diretora n. 58, de 2016, autorizada a realização de concurso público de provas e títulos para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da CLDF, encontrando-se atualmente na fase de estudos do quantitativo de vagas e escolha da instituição executora do certame.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Quanto às proposições legislativas, parte bastante visível da atividade parlamentar, a produção diminuiu em relação a 2016, porém ainda está em patamar elevado. Foram 689 proposições, entre Propostas de Emendas à Lei Orgânica (PELO), Projetos de Lei (PL), Projetos de Lei Complementar (PLC), Decretos Legislativos e Resoluções. O quadro a seguir detalha esses números.

Quadro – Proposições Legislativas 2017

	Projeto de Lei	Projeto de Lei Complementar	Proposta de Emenda à Lei Orgânica	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Total
Tramitando	373	20	33	76	14	516
Redação Final	40	6	-	5	1	52
Sancionado	36	7	-	-	-	43
Promulgado	-	-	3	23	7	33
Vetado	1	-	-	-	-	1
Aprovado	3	-	-	1	-	4
Indeferido	-	-	-	-	-	-
Prejudicado	-	-	-	-	-	-
Rejeitado	-	1	1	2	-	4
Retirado	18	1	1	3	-	23
Apensado	4	-	-	3	1	8
Transformado	-	-	-	-	-	-
Arq. Fim Legislatura	-	-	-	-	-	-
Arquivado	-	-	-	1	-	1
Total	475	35	38	114	23	685

Fonte: LEGIS - Sistema de Informações Legislativa – 15/01/2018

Além dessas proposições, merecem registro as 3.497 indicações apresentadas, sendo que 1.456 foram aprovadas e outras 2.040 continuam em tramitação. Tais proposições atuam de forma bastante imediata no encaminhamento de demandas da população na forma de sugestões formais do Poder Legislativo ao Executivo.

No que diz respeito às deliberações colegiadas, foram realizadas mais de 300 reuniões e sessões, sendo mais da metade desse número referente a sessões ordinárias e extraordinárias do plenário. Os números estão detalhados a seguir:

Quadro: Sessões do Plenário e Reuniões das Comissões Permanentes - 2017

	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Plenário	103*	38	141
CCJ	32	1	33
CEOF	16	9	25
CAS	14	4	18
CDC	6	2	8
CDDHCEDP	8	4	12
CAF	10	6	16
CESC	6	3	9
CS	2	10	12
CDESCTMAT	3	11	14
CFGTC	1	5	6

Fonte: Portal CLDF – Atividades Legislativas: Atas das Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões Permanentes – 16/01/2018.

* Foram realizadas 7 sessões ordinárias externas pelo projeto Câmara em Movimento.

Além dessas reuniões e sessões deliberativas, foram realizadas 117 audiências públicas e 14 comissões gerais para tratar de assuntos de interesse da população, além de 147 sessões solenes (fonte: Portal CLDF – Agenda de Eventos).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Umas das principais características do Poder Legislativo é a sua colegialidade e constante renovação, quer seja quanto à composição de seus membros, eleitos pelo voto popular, quer seja à ocupação dos cargos na estrutura decisória e operacional. Tais características, se por um lado conferem o compartilhamento de variadas visões de mundo, a necessária alternância no exercício do poder e uma oxigenação da estrutura, por outro, acabam por se mostrar como desafio na agilidade das medidas, na preservação da memória e continuidade no ritmo de desenvolvimento da instituição. A dificuldade em dar maior aderência e consequência a todas as ações do Planejamento Estratégico Institucional é um exemplo desse desafio, que pode ser notada no desempenho de algumas ações.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL – UO: 01.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A assistência complementar à saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal é assegurada aos Deputados Distritais, aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas e aos respectivos dependentes, a qual compreende as ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, na forma regulada na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e na Resolução CLDF nº 296, de 2017.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF			7	17	24
Comissionados sem vínculo efetivo			4		4
Requisitados de órgãos do GDF					
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários			0	9	9
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral			11	26	37

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.228.570,00**	**2.228.570,00**	**1.527.366,61**	**927.366,61**
0047 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	2.228.570,00	2.228.570,00	1.527.366,61	927.366,61

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**2.228.570,00**	**2.228.570,00**	**1.527.366,61**	**927.366,61**

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF	**29.229.230,00**	**36.338.724,00**	**29.334.875,66**	**26.264.084,94**
0001 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	29.229.230,00	36.338.724,00	29.334.875,66	26.264.084,94
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**29.229.230,00**	**36.338.724,00**	**29.334.875,66**	**26.264.084,94**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Fascal é patrocinado pelo Poder Público e seus beneficiários na modalidade de autogestão, caracterizando-se como Operadora de Plano de Assistência à Saúde – OPS, que é definida como a pessoa jurídica constituída sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, ou entidade de autogestão, que opere produto, serviço ou contrato de prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando à assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.

Cumpre salientar que o Fascal é caracterizado, também, como operadora de pequeno porte, que são aquelas operadoras com número de beneficiários inferior a vinte mil.

Desta forma, constitui objeto de regulamentação pela Agência Nacional de Saúde - ANS, estando subordinado às normas e fiscalização desta.

No biênio de 2016/2017, o Fascal esteve subordinado administrativamente à Vice- Presidência, bem como ao Conselho de Administração do Fascal – CAF, nas funções deliberativas e fiscais.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

É importante destacar o profissionalismo que norteia todo o corpo de servidores do FASCAL, que sempre primou pelo espírito de equipe e cooperativismo, buscando sempre alternativas e soluções para os diversos problemas existentes no Fundo.

Cumpre destacar que o quadro de servidores do FASCAL é insuficiente às necessidades deste Fundo de Saúde e necessita de profissionalização.

A competência e a dedicação dos servidores do FASCAL têm sido fatores determinantes aos bons serviços que o Fundo vem prestando à Casa e ao elevado conceito adquirido junto às instituições médicas credenciadas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 02.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão por excelência do Controle Externo da Administração Pública do Distrito Federal, foi criado pela Lei nº 3.751, de 13/04/60, e instalado em 15/09/60. Tem, conforme previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, a missão de exercer o Controle Externo da administração dos recursos públicos do Distrito Federal, em auxílio à Câmara Legislativa, zelando pela legalidade, legitimidade, efetividade, eficácia, eficiência e economicidade na gestão desses recursos.

De acordo com a Lei Orgânica do DF, a Lei Complementar do Distrito Federal nº 1 de 09/05/94, e ainda segundo o disposto no Regimento Interno do Tribunal, o TCDF tem por principais competências:

- apreciar, mediante emissão de parecer prévio, as contas anuais do Governador e julgar aquelas relativas aos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;

- apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

- avaliar a execução das metas estabelecidas no Plano Plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual;

- realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo;

- fiscalizar as aplicações do Poder Público em empresas de cujo capital social o Distrito Federal participe de forma direta ou indireta;

- fiscalizar a aplicação de recursos repassados ou recebidos pelo Distrito Federal, a qualquer título;

- atender às solicitações da Câmara Legislativa relativas às atividades de Controle Externo;

- aplicar, em caso de ilegalidade ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei e sustar, se o Tribunal não for atendido, a execução de ato impugnado.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	33	86	230	133	482
Comissionados sem vínculo efetivo	16	0	65	0	81
Requisitados de órgãos do GDF	12	0	32	0	44
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	13	0	15
Estagiários	0	76	0	22	98
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	5	0	0	5
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	63	167	340	155	725
(-) Cedidos para outros órgãos					2
Total Geral	63	167	340	155	723

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6165 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL-PLANO PILOTO .	500.000,00	0,00	0,00	0,00
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**10.000.000,00**	**10.000.000,00**	**8.266.643,33**	**8.266.643,33**
0045 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	10.000.000,00	10.000.000,00	8.266.643,33	8.266.643,33
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**7.630.000,00**	**8.949.800,00**	**7.875.534,28**	**7.331.121,48**
0013 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	7.630.000,00	8.949.800,00	7.875.534,28	7.331.121,48
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**18.130.000,00**	**18.949.800,00**	**16.142.177,61**	**15.597.764,81**

O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem desenvolvido atividades e projetos objetivando, sobretudo, ao aprimoramento de sua forma de atuação, com vistas à oferta de melhor serviço público à população do Distrito Federal. A capacitação de seu quadro de pessoal e a modernização de equipamentos, instalações e processos de trabalho nas áreas meio e fim do Tribunal têm possibilitado a esta Corte de Contas exercer as suas competências com atendimento aos princípios de economia, eficiência e eficácia.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9817 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- PLANO PILOTO .	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2386 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	**325.000,00**	**64.352,00**	**64.352,00**	**64.352,00**
0001 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO-TRIBUNAL DE CONTAS-DISTRITO FEDERAL	325.000,00	64.352,00	64.352,00	64.352,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**3.922.900,00**	**2.066,00**	**2.065,66**	**2.065,66**
9702 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	3.922.900,00	2.066,00	2.065,66	2.065,66
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**4.050.000,00**	**2.725.864,00**	**2.723.153,33**	**2.231.150,31**
5363 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--PLANO PILOTO .	4.050.000,00	2.725.864,00	2.723.153,33	2.231.150,31
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	**1.700.000,00**	**1.427.023,00**	**1.427.022,86**	**1.278.369,66**
9637 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	1.700.000,00	1.427.023,00	1.427.022,86	1.278.369,66
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**260.086.155,00**	**215.386.155,00**	**209.554.785,79**	**199.554.785,79**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0021 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	260.086.155,00	215.386.155,00	209.554.785,79	199.554.785,79
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**47.250.000,00**	**40.792.781,00**	**40.792.777,99**	**40.792.777,99**
0020 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	47.250.000,00	40.792.781,00	40.792.777,99	40.792.777,99
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**29.790.000,00**	**22.137.123,00**	**22.137.066,59**	**18.917.490,49**
0019 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	29.790.000,00	22.137.123,00	22.137.066,59	18.917.490,49
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**5.222.100,00**	**896.108,00**	**896.066,43**	**846.338,52**
0005 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	5.222.100,00	896.108,00	896.066,43	846.338,52
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**2.870.500,00**	**1.731.786,00**	**1.731.209,50**	**1.524.250,60**
2568 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	2.870.500,00	1.731.786,00	1.731.209,50	1.524.250,60
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**1.532.780,00**	**927.895,00**	**927.755,56**	**924.435,56**
0035 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	1.532.780,00	927.895,00	927.755,56	924.435,56
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**340.000,00**	**21.976,00**	**21.974,60**	**19.337,40**
0008 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - TRIBUNAL DE CONTAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	340.000,00	21.976,00	21.974,60	19.337,40
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**357.139.435,00**	**286.113.129,00**	**280.278.230,31**	**266.155.353,98**

Em 2017, o TCDF modernizou o sistema de informação por meio de contratação de serviços e software, com destaque para a subscrição anual do Sistema Web Gestão Tributária e a para a licença perpétua, suporte e atualização do módulo de análise estatística visual para mineração de dados.

A gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação realizaram-se, especialmente, por meio da contratação de serviços de:

- manutenção e suporte do MENTORH;
- subscrição anual, suporte e treinamento no software MEDSYSTEM Web;
- geração e entrega de carga completa do sistema de CPF e CNPJ;
- atualização das tabelas MOVPREÇOS; e
- manutenção, suporte técnico e licença individual do Protocolo SIP2.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

As atividades de controle externo compreendem basicamente a realização, pelas Secretarias de Controle Externo, de fiscalizações externas — auditorias e inspeções — e de instrução de processos, que depois de finalizadas são submetidas à apreciação do Plenário do Tribunal. As principais realizações finalísticas estão a seguir discriminadas:

Auditorias e Inspeções

Fiscalizações Externas

2015	2016	2017
123	128	116

Instrução de Processos

Processos Instruídos

2015	2016	2017
5.834	5.833	5.731

Apreciação de Processos pelo Plenário

Decisões Plenárias

2015	2016	2017
6.311	6.662	6.350

Em complemento às ações de fiscalização acima descritas, o Tribunal tem atuado de forma proativa na orientação dos entes jurisdicionados, mediante a promoção de eventos de integração e compartilhamento de informações, consubstanciados em palestras, reuniões, visitas e outros eventos, que visam, sobretudo, evitar e corrigir erros que possam causar prejuízos ao erário. Nesse contexto, além da realização de auditorias de regularidade, esta Corte tem privilegiado a realização de auditorias operacionais que visem ao aperfeiçoamento de atividades e de programas de responsabilidade dos entes distritais.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Tribunal tem envidado esforços no sentido de manter atualizado seu conjunto normativo, em resposta às alterações nas normas federais e distritais que regulam a sua atividade finalística, bem como outras matérias das áreas de suporte, a exemplo das áreas de pessoal, orçamentária, financeira, patrimonial, contábil, dentre outras.

Além disso, apesar das limitações orçamentárias e financeiras por que passa o Distrito Federal, o Tribunal tem despendido esforços para manutenção do adequado quantitativo de pessoal em seus quadros, de forma a dispor de força de trabalho compatível com as crescentes demandas que lhe são apresentadas.

Para 2018, na área administrativa, uma dos objetivos desta Casa é priorizar a atuação da Escola de Contas Públicas do Tribunal, com a intensificação da oferta de eventos de capacitação ao corpo técnico do TCDF, aos servidores dos órgãos jurisdicionados e a segmentos específicos da sociedade, visando, sobretudo, fortalecer o controle social a cargo do cidadão.

Na área de controle externo, o TCDF continuará estabelecendo acordos e termos de parceria com outros órgãos de fiscalização, de controle e de inteligência, para ampliar a eficiência e a eficácia das suas atividades finalísticas.

Neste contexto, o exercício de 2018 apresenta-se promissor, tendo em vista a expectativa de aperfeiçoamento e evolução da forma de atuação do Tribunal, em sintonia com as avançadas práticas utilizadas pelos mais modernos órgãos brasileiros de fiscalização e controle.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Casa Civil foi criada pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, reestruturada pelo Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012, e alterada pelo Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015. Ainda, em 26 de outubro de 2015, outra reestruturação, por meio dos Decretos nº 36.839 e nº 36.840 - DODF nº 207 - suplemento-A, alterou sua denominação para Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

Em 2017 os Decretos de nº. 38.116, de abril de 2017 e de nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, alteraram a estrutura da Casa Civil ao transformar a Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria do Distrito Federal em secretaria e ao transferir a Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável. O Decreto nº 38.593, de 31 de outubro de 2017, criou dentro da estrutura organizacional da Governadoria da Casa Civil do Distrito Federal a Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal é o órgão de apoio e assessoramento administrativo e político ao governador e tem atuação e competências nas seguintes áreas (Decretos nºs. 36.236/2015 e 36.840/2015):

I – assessoramento direto ao governador em assuntos relacionados à coordenação e à integração de ações de governo;

II – acompanhamento da gestão governamental da Administração Pública;

III – coordenação e articulação político-governamental da Administração Direta e indireta;

IV – publicação dos atos oficiais;

V – análise das proposições a serem encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou por ela submetidas à sanção do governador;

VI – análise das proposições de decreto encaminhadas à Governadoria;

VII – gestão orçamentária e financeira da Casa Civil, do Gabinete do Governador e do Conselho de Governo;

VIII – coordenação das relações institucionais com os demais poderes do Distrito Federal e com os poderes da República e dos governos estaduais e municipais;

IX – articulação com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, inclusive no acompanhamento do processo legislativo;

X – articulação com os demais entes da Federação, inclusive com o Congresso Nacional;

XI – relações com a sociedade civil;

XII – relações com entidades sindicais, categorias profissionais, movimentos sociais e do terceiro setor;

XIII – promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal;

XIV – fomento a projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação tecnológica;

XV – promoção de iniciativas de base tecnológica que contribuam para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal;

XVI – promoção e articulação do sistema distrital de educação profissional técnica.

Vinculam-se, também, à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, conforme Decretos de nº 36.236/2015 e de nº 36.840/2015:

I – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP;

II – Conselho de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal;

III – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES;

IV – Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS;

V – Arquivo Público do Distrito Federal;

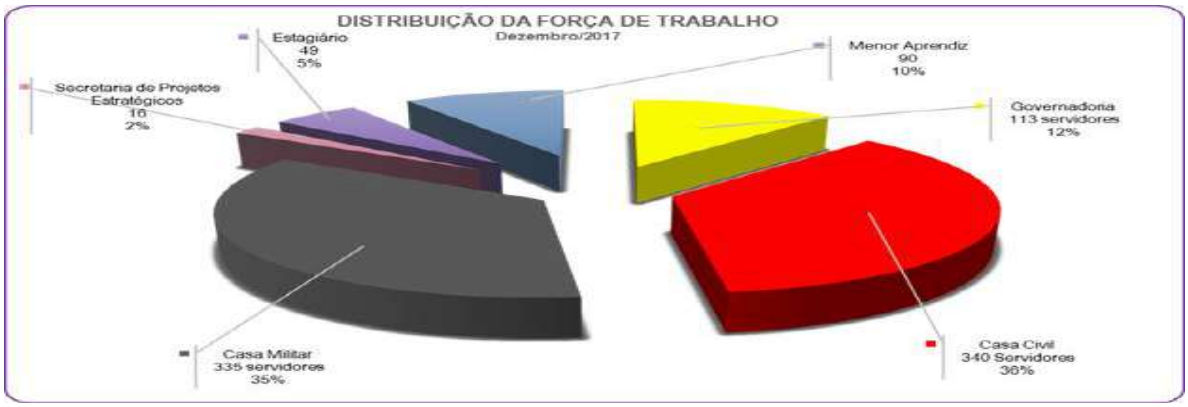
VI – Conselho de Governo.

A Casa Civil, a Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos do Distrito Federal, a Casa Militar e o Gabinete do Governador compõem a Governadoria do Distrito Federal, órgão de apoio direto e imediato do governador. A gestão orçamentária e financeira desses órgãos compete à Casa Civil, conforme o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	64	31	11	3	109
Comissionados sem vínculo efetivo	113	0	258	0	371
Requisitados de órgãos do GDF	79	1	216	7	303
Requisitados de órgãos fora do GDF	3	0	18	0	21
Estagiários	0	49	0	0	49
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	90	0	0	90
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	**259**	**171**	**503**	**10**	**943**
(-) Cedidos para outros órgãos	0	18	0	0	18
Total Geral	**259**	**153**	**503**	**10**	**925**

A força de trabalho está distribuída entre Casa Civil, Governadoria, Casa Militar e Secretaria de Projetos Estratégicos, além dos estagiários e dos menores aprendizes distribuídos nesses órgãos. No gráfico a seguir a composição e o detalhamento da força de trabalho:



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

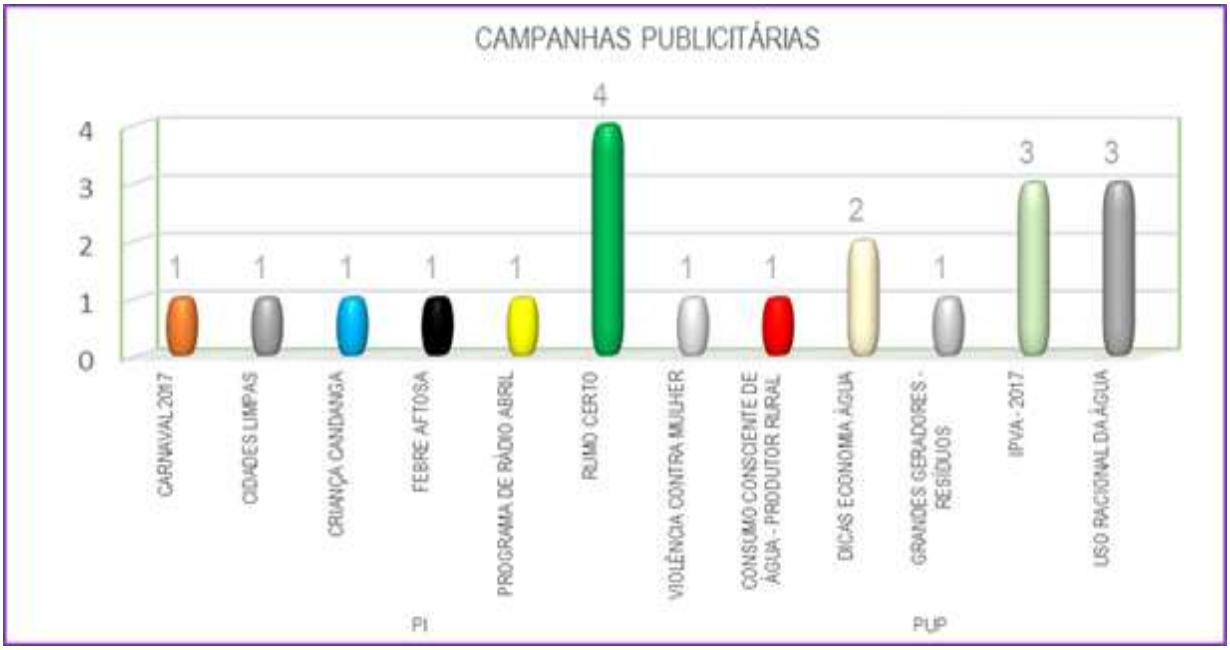
Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**41.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0021 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	41.000,00	0,00	0,00	0,00
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	**13.000.000,00**	**42.240,00**	**42.240,00**	**42.240,00**
3080 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL--DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	42.240,00	42.240,00	42.240,00
3081 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL-DISTRITO FEDERAL	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**22.519.334,00**	**5.978.161,00**	**5.978.160,63**	**5.978.160,63**
8735 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	11.500.000,00	1.769.266,00	1.769.265,97	1.769.265,97
8736 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	11.019.334,00	4.208.895,00	4.208.894,66	4.208.894,66
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**1.335.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5761 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CASA DA CIDADANIA E FORMAÇÃO CIDADÃ-DISTRITO FEDERAL	102.000,00	0,00	0,00	0,00
5770 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-PROGRAMA BRASÍLIA CIDADÃ-DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00
5771 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CAPACITAÇÃO DE PESSOAS DAS INCUBADORAS SOCIAS-DISTRITO FEDERAL	133.000,00	0,00	0,00	0,00
1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	**60.000,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS--DISTRITO FEDERAL	60.000,00	2,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**36.955.334,00**	**6.020.403,00**	**6.020.400,63**	**6.020.400,63**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES/DF, órgão de assessoramento direto do governador na formulação de políticas, indicações normativas e ações governamentais específicas ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, em 2017, promoveu reuniões com diversos setores representativos da sociedade civil e representantes do governo para debater os temas Água, Resíduos Sólidos, Dinamização da Economia, Educação como Plataforma para o Desenvolvimento, Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central e Uso e Ocupação do Solo.

As atividades de comunicação, foram coordenadas pela Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria do Distrito Federal, que se utilizou por meio de serviços de clipping de mídia impressa e eletrônica, local e nacional, sobre matérias jornalísticas de interesse do Governo do Distrito Federal e do agenciamento de publicações um total de vinte campanhas publicitárias institucionais (PI) e de utilidade pública (PU) foram realizadas no período de janeiro a abril de 2017.

A execução orçamentária dos créditos destinados à comunicação social iniciou-se na Casa Civil e, com a edição do Decreto nº 38.116, de 6 de abril de 2017, que criou a Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, foi transferida e continuada na nova Secretaria.



Destaca-se o cumprimento do disposto no parágrafo 9º do artigo 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que destina 10% do orçamento de publicidade do Poder Executivo para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisiva e online, sediados no Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1455 - TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	100	%	100	78,62	100	64,15	100	100	CASA CIVIL / UO 09101 / OE 6

Justificativa: 2016 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os meios propostos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.

2017 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os veículos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, entre outros, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.

À Subsecretaria de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor compete subsidiar o Governo de Brasília no diálogo permanente com as entidades sindicais e as categorias profissionais; coordenar ações que incentivem a capacitação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das entidades do Terceiro Setor; e coordenar as ações do Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal - CIISC/DF.

O Programa Brasília Cidadã, instituído oficialmente pelo Decreto nº 38.370/2017, fomenta a integração de políticas públicas, ações voluntárias, mecanismos de participação e controle social, tendo o cidadão como protagonista no desenvolvimento da cidade, com sustentabilidade, qualidade de vida e redução de desigualdades.

A plataforma eletrônica www.brasiliacidada.df.gov.br provome a integração de órgãos de governo, organizações da sociedade civil, cidadãos em redes solidárias, inclusivas e colaborativas, e diferentes canais e instâncias de participação popular, controle social e cidadania.

O objetivo é fortalecer a cultura de solidariedade, cidadania, paz social e de pertencimento à identidade, à memória e ao patrimônio público. Nesse sentido, o Portal do Voluntariado é etapa importante do programa Brasília Cidadã que visa a integrar, valorizar, reconhecer e estimular ações de voluntariado da cidade, formando e fortalecendo redes solidárias mediante plataforma interativa que funciona como rede social ao conectar perfis de interesse com oportunidades de serviços voluntários. Em 2017, o Portal registrou 12.700 voluntários cadastrados, 245 projetos com oportunidades de participação de voluntários, além de 27 campanhas e atividades de doação.

Devido ao contingenciamento dos recursos orçamentários, o 2º Fórum Brasília Cidadã previsto para ocorrer no exercício de 2017 foi adiado para o exercício seguinte. A proposta do Fórum é reunir órgãos e servidores públicos, dirigentes de organizações da sociedade civil (OSCs), voluntários e cidadãos, para fortalecer as redes, oferecer capacitação, promover o debate, definir as prioridades das OSCs e fomentar as ações de interesse público.

A fim de garantir o início do ciclo de capacitação de voluntários e de entidades da sociedade civil, foi realizado, no dia da assinatura do decreto que regulamentou o programa, o Seminário Brasília Cidadã. Esse evento contou com a apresentação de painéis sobre: parcerias entre Estado e sociedade civil, Marco Regulatório, mapa das OSCs do Distrito Federal e Portal do Voluntariado. Cerca de 400 pessoas, entre dirigentes de entidades e voluntários, participaram do evento.

Em outubro, para dar continuidade à capacitação de voluntários, o Programa Brasília Cidadã deu início às inscrições do curso a distância (EAD) Tecnologia Social – Voluntariado, por meio de parceria com a Secretaria-Adjunta de Trabalho da Sedestmidh, dentro do programa Qualifica Mais Brasília, com 110 participantes.

Destacou-se, também, a capacitação de integrantes das incubadoras sociais, com objetivo de fortalecer a atuação de organizações da sociedade civil do Distrito Federal, mediante orientação, capacitação e assessoria técnica sobre o Marco Regulatório do Terceiro Setor, o qual passou a reger as parcerias entre a Administração Pública e tais organizações, com base na Lei Federal nº 13.019/2014, regulamentada no Distrito Federal por força do Decreto Distrital nº 37.843/2016.

Mesmo sem execução orçamentário-financeira, a Subsecretaria de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor, vinculada à Secretaria-Adjunta de Relações Institucionais e Sociais da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, iniciou parte das atividades do programa de capacitação, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal – Egov, sendo realizados 12 cursos presenciais, com habilitação de 380 servidores de secretarias e demais órgãos de governo que mantem termos de parcerias com organizações da sociedade civil. Ainda, foi desenvolvido e lançado em outubro de 2017 um curso a distância (EAD) sobre Gestão de Organizações da Sociedade Civil, por intermédio da Secretaria-Adjunta de Trabalho da Sedestmidh, dentro do programa Qualifica Mais Brasília, com participação de 193 pessoas.

A Subsecretaria de Movimentos Sociais e Participação Popular visa democratizar a construção de políticas de participação popular, por meio da promoção de encontros presenciais entre governo e representantes de entidades e movimentos sociais.

Destaca-se que os mecanismos de aperfeiçoamento do Estado – capacitação de pessoas da Casa da Cidadania e Formação Cidadã - constituem-se em espaços de cooperação e integração social que viabilizam iniciativas de organização e empoderamento popular. Em função da racionalização de recursos financeiros, não houve realizações em 2017. Em destaque, entre outros eventos para promover a participação popular, destacam-se:

- organização do II Encontro de Líderes Comunitários;
- suporte na organização e implementação do Idjovem no Distrito Federal, por meio da organização de eventos em Planaltina, Ceilândia, Recanto das Emas e Santa Maria;
- mobilização para eventos do Governo, destacando a Roda de Conversa;

- encaminhamento de demandas relacionadas a prefeituras comunitárias e associações de moradores;
- realização do 2º Encontro de Movimentos Sociais e o Governo de Brasília;
- mobilização para o evento do Brasília Cidadã, com a presença de mais de 500 militantes da questão agrária e do movimento popular;
- participação e acompanhamento em todas as reuniões preparatórias do Fama – Fórum Alternativo Mundial da Água;
- criação do Pacto Pela Paz na Terra.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4523 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS, CICLIOVIAS, REFORMAS, MOBILIÁRIO PÚBLICO, PAISAGISMO E REPLANTIO- PLANO PILOTO .	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**2.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3214 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E COMPLEMENTARES-DISTRITO FEDERAL	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9823 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DA SEDE DA GOVERNANÇA DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL- PLANO PILOTO .	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	**251.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2705 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL--DISTRITO FEDERAL	251.000,00	0,00	0,00	0,00
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	**2.000.000,00**	**442.172,16**	**442.172,16**	**442.172,16**
0004 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL--DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	442.172,16	442.172,16	442.172,16
1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	**1.005.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9324 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL-- PLANO PILOTO .	1.005.000,00	0,00	0,00	0,00
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	**4.701.000,00**	**3.922.587,12**	**3.872.618,30**	**3.872.618,30**
0004 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO-- PLANO PILOTO .	4.701.000,00	3.922.587,12	3.872.618,30	3.872.618,30
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6047 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5833 - APOIO A PROJETOS-PROMOÇÃO DO INTERCÂMBIO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0322 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-PROJETO PARQUE TECNOLÓGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**10.965.000,00**	**4.364.759,28**	**4.314.790,46**	**4.314.790,46**

Alavancar o eixo econômico da Capital Federal com investimentos na melhoria do ambiente de negócios é condição primordial para que se obtenha excelente nível de atratividade, como os principais destinos de investimentos do país. Políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda e de inovação suprem a capital do país com condições singulares para atrair negócios e investimentos ao centro do País.

Com as tratativas para a captação de recursos em operação de credito destinada ao financiamento do Projeto Orla Livre, não foi realizado aporte de recursos em obras de urbanização, pavimentação de vias e paisagismo.

O contingenciamento de recursos resultou em sobrestamento dos programas de tecnologia, inovação e inclusão digital, coordenados pela Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação, não sendo realizado diretamente pela Casa Civil nenhum dispêndio financeiro no ano de 2017.

O Planetário de Brasília, espaço destinado a exposições permanentes e temporárias, com temas ligados à astronomia e a ciências correlatas, atende a estudantes da Educação Básica, do Ensino Superior e ao público em geral. Possui um projetor do modelo Spacemaster capaz de simular em uma cúpula de 12,5m de diâmetro e 1.000m3 de volume todos os

fenômenos astronômicos que somos capazes de observar à vista desarmada. Em 2017 o número total de visitantes mensal girou em torno de 5.700 pessoas, entre estudantes e público em geral. No tocante à gestão, opera contratos de manutenção periódica dos equipamentos de projeção, além de gastos com infraestrutura e fornecimento de energia elétrica, água e esgoto.

Da missão de criar políticas, de forma integrada, que contribuam para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Distrito Federal, sob a coordenação da Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação, surgiu o projeto de rede metropolitana, com tecnologia sem fio, ou wireless, como início de programa de inclusão digital e modernização do Estado.

Em consonância com as diretrizes estratégicas, o Governo de Brasília deve ampliar sua presença, com serviços de inclusão digital, telecentros, banda larga e wi-fi para a população, e gerar economia com a convergência e padronização de tecnologias.

O projeto Sinal Livre é uma iniciativa do Governo do Brasília destinada a promover a democratização do acesso à informação, garantindo acesso gratuito à internet sem fio (wi-fi), com qualidade e disponibilidade em áreas públicas de relevante circulação de pessoas.

Além da disponibilização de acesso à Internet em áreas públicas, essa plataforma confere ao Governo de Brasília oportunidade de aproximação com o cidadão, utilizando a rede como canal de comunicação direta, como oferta de serviços públicos, divulgação de campanhas institucionais e de utilidade pública. Também permite ao Governo aferir a efetividade de suas ações de comunicação.

O projeto Sinal Livre, quando em pleno funcionamento, atendeu diariamente, em média, 20.000 pessoas, principalmente na Rodoviária do Plano Piloto e nas Estações Central, Galeria, Feira do Guará e Águas Claras, do Metrô-DF.

Ainda há de se destacar o Parque Tecnológico BioTIC, que assume o papel de principal polo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal. Ele viabilizará a instalação de diversas empresas do setor de CT&I e de instituições de pesquisa e centros de informação e armazenamento de dados.

Formada pelos segmentos de software, hardware e serviços, a indústria de TI responde por 5,2% do PIB nacional. Em 2013, as empresas brasileiras faturaram US$ 62 bilhões, o que representa crescimento de 11% comparado a 2012. Muito embora os números confirmem perspectiva de crescimento, é determinante reconhecer a necessidade de mobilizar esforços no sentido de promover alternância na matriz de desenvolvimento local, consolidando a vocação econômica do DF na formação de "indústrias limpas", intensivas em inovação e mão de obra qualificada.

Nesse contexto, muito mais que um grande empreendimento imobiliário, uma verdadeira cidade tecnológica será criada dentro da capital brasileira para oferecer ecossistema de cooperação e geração de negócios entre empresas, universidades e centros de pesquisa. O BioTIC será um parque tecnológico com foco na inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Biotecnologia, aplicadas a setores como biotecnologia, nanotecnologia, saúde, cosméticos, energia, agricultura, segurança, entre outros.

A composição da Governança do BioTIC é a mesma estipulada no Decreto nº 32.730, alterado pelo Decreto n° 38.215. Contudo deve-se atentar para a reestruturação administrativa realizada pelo Decreto n° 38.456, de 30 de agosto de 2017, o qual transferiu a estrutura da Secretaria-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal - Caci à Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável - SDE (atualmente Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia – Sedict).

A entrega da obra do Edifício Sede da Governança FAP-DF está prevista para o primeiro semestre de 2018.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1490 - ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA	10	UNIDADE	12	0	22	0	32	36	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2016 - Considerando que o Projeto WI-FI sofre com entraves orçamentárias, não foi possível a ampliação da rede de cobertura. Vale ressaltar que há a dificuldade para manter em pleno funcionamento a rede existente. Todavia, tanto os contratos de manutenção existentes e futuros, quanto o modelo de gestão e ampliação da rede estão em fase de revisão e resolução. 2017 - Falhas no funcionamento da rede, tornando o sistema instável. Ações de melhoria estão sendo implantadas pelas SACTI/SEDICT, dentre elas a licitação dos serviços de suporte e manutenção que visam garantir a disponibilidade e bom funcionamento da rede wi-fi.									
1491 - START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO	0	UNIDADE	50	0	75	0	125	200	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Considerando que o Projeto Parque Tecnológico encontra-se em fase de definição do modelo de gestão e implantação, não há o que se falar em implantação de stat-ups dentro do escopo do Parque neste Momento. O objetivo é que, após a inauguração da Sede da Governança do Parque tecnológico, seja possível dar continuidade ao apoio às start-ups e as inserir efetivamente dentro do contexto do parque. 2017 - Em 2017, para alavancar o projeto a SACTI foi transferida para a SDE, hoje SEDICT, Dec. nº 38.456_2017; o Comitê de Governança e a FAP-DF trabalha na definição do termo de referência de um Agente de Inovação, e encontra-se em processo de criação a subsidiária da TERRACAP, BIOTIC S/A. Assim ainda não foi possível a implantação das start-ups.									

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**1.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
9546 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- PLANO PILOTO .	1.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**1.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

A meta é assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental, com a certeza da proteção do meio ambiente para as gerações futuras, destacando as ações que garantam fornecimento de energia elétrica, eficiência energética e diversificação da matriz, a fim de adaptar e mitigar as mudanças climáticas. As agendas relativas a mudanças climáticas, energia solar e eficiência energética constituem oportunidades ao desenvolvimento sustentável do DF.

Em 2017, em face das tratativas para captação de recursos, via operação de credito internacional para financiamento do Projeto Orla Livre, não formam realizados dispêndios financeiros com a ampliação da rede que circunda o Lago Paranoá.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

0002 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES--DISTRITO FEDERAL	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

A Coleta Seletiva Solidária foi instituída pela Lei distrital nº 4.792, de 24 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a separação e a destinação final dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal.

Assim, o Governo de Brasília, por meio da Subsecretaria de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor - Subtrats, coordena a campanha de estímulo à implantação da Coleta Seletiva Solidária no GDF, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e o Serviço de Limpeza Urbana - SLU, com ações de sensibilização dos demais órgãos, para que os servidores públicos e prestadores de serviço atentem para a importância e os benefícios de fazer o descarte correto dos resíduos sólidos gerados nos espaços institucionais, sendo essa iniciativa um importante instrumento dentro da política de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, os quais recebem em doação os materiais descartados e contribuem para a diminuição dos impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos resíduos.

Embora não tenha ocorrido execução orçamentária-financeira, foram realizadas ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária, que não se mostrava efetiva em todos os órgãos do GDF, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos órgãos para atender aos dispositivos do decreto anterior. Então, foi editado o Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar a implementação e a ampliação das ações de coleta seletiva como, por exemplo, a previsão de instituir Comissão de Gestão da Coleta Seletiva em cada órgão e os procedimentos para distribuir materiais coletados, os quais passaram a ser regulamentados pelo SLU, deixando de ser "obrigação" de cada órgão fazer a seleção da associação / cooperativa, que dificultava a doação dos materiais coletados.

Nesse contexto, também foi realizado o Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal, no mês de julho de 2017, que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital, ocasião em que os representantes governamentais foram orientados acerca dos procedimentos para implementar e potencializar as ações de Coleta Seletiva Solidária nas respectivas Unidades Administrativas.

Para acompanhar e gerenciar a implantação e a execução da Coleta Seletiva Solidária na administração pública distrital, a Secretaria da Casa Civil iniciou em 2017 o desenvolvimento de sistema informatizado, a ser disponibilizado no exercício de 2018, a todos os órgãos/entidades envolvidos, com expectativa de que se tenham, em tempo real, informações atualizadas sobre as ações desenvolvidas e sobre os impactos e resultados alcançados.

A coordenação da implantação do Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores é executada no âmbito do Comitê Intersetorial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal – CIISC/DF, instituído pelo Decreto nº 34.329/2013, por meio de diálogo com os catadores e de articulação e acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo que executam políticas setoriais.

Destaca-se como resultado dessa ação o atendimento, pela Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – Sedestmidh, de 900 catadores no programa Agente de Cidadania Ambiental, com repasse de bolsa no valor mensal de R$ 300,00 para cada beneficiário que participasse de 12 horas mensais de capacitação ou de atividades voltadas à reciclagem e ao meio ambiente. Também foram contemplados 600 adolescentes, de 15 a 17 anos, filhos de catadores, no programa Caminhos da Cidadania, com bolsa auxílio de R$ 190,00.

Outro ponto de destaque: a seleção de mais 7 cooperativas/associações de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, para fazer a triagem e/ou coleta seletiva em rotas específicas.

Como uma das ações desenvolvidas no Plano de Inclusão, foi assinado, com representantes das cooperativas/associações que atuam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural), um Termo de Compromisso para encerramento das atividades irregulares naquele local. As 8 cooperativas/associações que ali atuavam foram transferidas para 5 galpões com máquinas e equipamentos de proteção individual, para que possam realizar seu trabalho com segurança e salubridade, além de serem contratadas para prestar serviço de triagem dos materiais da coleta seletiva, com pagamento por tonelada comercializada, como forma de incrementar a renda dos associados.

Nesse sentido, o governo elaborou - e foi validado pelos catadores - o Modelo de Gestão dos Centros de Triagem. Também foi editada a Lei nº 5.893/2017, a qual criou o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores do Aterro Controlado do Jóquei, que passaram a trabalhar nos galpões cedidos às cooperativas/associações: Em 2017, 80 catadores receberam o auxílio mensal de R$ 360,75 e a expectativa é que esse número chegue a 1.200 catadores em 2018, quando todos estiverem atuando nos galpões.

Mediante acordo de cooperação técnica com o Ipea, foi disponibilizada a plataforma digital www.mapaosc.ipea.gov.br, intitulada de Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Qualquer cidadão pode consultá-la. O objetivo da ferramenta é oferecer facilidades para que a população contribua com o monitoramento da aplicação dos recursos e do serviço ofertado por meio dessas organizações.

Por fim, a Subtrats coordenou a articulação com entidades sindicais e categorias profissionais, com o objetivo de recepcionar as reivindicações dos sindicatos e associações dos servidores do Distrito Federal e de apoiar as secretarias e entidades do Governo de Brasília em busca de soluções pactuadas para o atendimento das reivindicações. Foram realizadas 86 reuniões em 2017, nas quais alcançou-se, dentre outras conquistas, a alteração de nomenclaturas de carreiras e a elaboração de projetos de leis/decretos, sem impacto orçamentário-financeiro, para atender a diferentes demandas das categorias.

Também foi realizado em parceria com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ciclo de Debates, com a participação de representantes de sindicatos e de diferentes categorias laborais, quando foram discutidas as temáticas de reestruturação das carreiras e de avaliação de desempenho dos servidores.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1539 - COLETA SELETIVA IMPLANTADA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GDF		%	10	10	30	30	30	30	SAD REL INST E SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 2

Justificativa: 2016 - Implantação da Coleta Seletiva Solidária em 10 órgãos, sendo eles: Gabinete da Governadoria e respectivas Assessorias; Comunicacao Institucional e Interacao Social; Casa Civil; Casa Militar; Secretaria das Cidades; Secretaria de Mobilidade; Secretaria de Planejamento, Orcamento e Gestao; Secretaria Adjunta de Politicas para Igualdade Racial e a Secretaria Adjunta de Promocao dos Direitos Humanos da SEDE; Controladoria Geral do DF;Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF.

2017 - Dando prosseguimento às ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária, destaca-se o "Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal" que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital. Ainda, foi publicado o Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar os procedimentos para implementação e ampliação das ações de coleta seletiva e a distribuição dos materiais coletados que passaram a ser regulamentados pelo SLU.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	**1.001.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU-DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA- PLANO PILOTO .	1.001.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**1.001.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Por meio de política específica, o Governo de Brasília fortalece e protege o patrimônio cultural, consolidando-o como sistema de participação social na gestão da política pública para museus, espaços e equipamentos culturais.

Em 2017 foi assinado o Contrato nº 10/2017-Caci, para organização de licitação na modalidade Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo para construção do Museu de Ciência e Tecnologia.

O Decreto nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, publicado no DODF nº 168, de 31/8/2017, transferiu para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável a estrutura, as atribuições e os recursos da SACTI, o que resultou na sub-rogação do referido contrato.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**3.500.000,00**	**746.648,00**	**399.026,74**	**399.026,74**
0047 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	3.500.000,00	746.648,00	399.026,74	399.026,74
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**6.100.000,00**	**22.248.431,00**	**22.173.331,16**	**8.103.036,67**
7101 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	6.100.000,00	22.248.431,00	22.173.331,16	8.103.036,67
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**9.600.000,00**	**22.995.079,00**	**22.572.357,90**	**8.502.063,41**

A Câmara de Governança Orçamentária, no ano de 2016, após tomar conhecimento da real situação das contas públicas pendentes de quitação, com o intuito de produzir ambiente institucional necessário a promover equilíbrio financeiro e orçamentário e a dar estabilidade e sustentabilidade à execução das políticas públicas por parte do Distrito Federal, elaborou cronograma de pagamento das despesas contraídas em exercícios anteriores, segundo prioridades e relevâncias sociais, visando a honrar todos os compromissos assumidos pelo Governo de Brasília.

Diante desse cenário e em face do desequilíbrio econômico-financeiro vivido pelo país e pelo Distrito Federal, adotou-se política austera de redução e contenção de gastos, com vista

ao saneamento do déficit financeiro, o que implicou suspensão do pagamento de licenças-prêmio, de forma a assegurar o equilíbrio fiscal e a garantir a capacidade de investimento do governo.

Em 2017 pagou-se a licença prêmio a dois servidores que se aposentaram em fevereiro/2016. Restam 16 servidores que fazem jus ao benefício conversão de licença-prêmio em pecúnia e aguardam a disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento.

Foi efetuado o pagamento de indenizações e de restituições a servidores (acertos de contas, auxílio maternidade), bem como o ressarcimento da remuneração e encargos sociais de servidores cedidos à Casa Civil no exercício de 2017.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1767 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL	**400.000,00**	**97.810,00**	**78.831,34**	**77.831,34**
0001 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL--EXTERIOR	400.000,00	97.810,00	78.831,34	77.831,34
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
2520 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**1.335.042,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**
5312 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	1.335.042,00	2,00	0,00	0,00
2578 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR	**1.200.000,00**	**102.445,00**	**47.049,23**	**47.049,23**
0006 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR--DISTRITO FEDERAL	1.200.000,00	102.445,00	47.049,23	47.049,23
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**1.007.540,00**	**7.400,00**	**7.400,00**	**0,00**
6046 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FEIRAS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS-DISTRITO FEDERAL	1.007.540,00	7.400,00	7.400,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**66.928.045,00**	**60.972.410,00**	**60.784.542,42**	**60.764.526,04**
8804 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	66.928.045,00	60.972.410,00	60.784.542,42	60.764.526,04
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**4.600.000,00**	**2.830.702,00**	**2.687.276,31**	**2.687.258,38**
9623 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	4.600.000,00	2.830.702,00	2.687.276,31	2.687.258,38
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**22.600.705,00**	**4.762.685,00**	**3.579.826,20**	**3.256.434,89**
9699 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	17.685.705,00	2.476.603,00	1.957.560,95	1.815.848,74
9700 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-RESIDÊNCIA OFICIAL-ÁGUAS CLARAS	605.000,00	455.535,00	197.678,84	184.934,18
9701 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE SEGURANÇA-DISTRITO FEDERAL	4.310.000,00	1.830.547,00	1.424.586,41	1.255.651,97
9051 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

0007 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS--EXTERIOR	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**400.644,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2540 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	400.644,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**1.000.000,00**	**662.644,00**	**662.643,32**	**545.158,60**
2562 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	662.644,00	662.643,32	545.158,60
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**1.280.000,00**	**5.800,00**	**5.800,00**	**5.800,00**
2386 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	1.280.000,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00
2901 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	**5.472.332,00**	**3.196.723,00**	**1.303.489,76**	**1.143.489,76**
0003 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	5.472.332,00	3.196.723,00	1.303.489,76	1.143.489,76
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**100.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9722 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	100.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**106.474.808,00**	**72.638.622,00**	**69.156.858,58**	**68.527.548,24**

As atividades que envolvem embaixadas, órgãos e autoridades estrangeiras que visitam o Distrito Federal e/ou as missões internacionais do governador do Distrito Federal são coordenadas pela Assessoria Internacional. Para isso, mantém contratos específicos de prestação de serviços, cujas realizações em 2017 serão demostradas a seguir:

- tradução de protocolo de intenções na versão português x francês para assinatura de acordo de cooperação internacional entre o GDF e o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, para o projeto Mulheres Líderes: gestão e leadership;
- tradução consecutiva na versão português x inglês x português por ocasião da visita de representantes da Universidade do Arkansas/EUA, recebida pela Terracap;
- tradução consecutiva na versão português x inglês x português para atender ao Gabinete do Governador por ocasião de reunião com representantes da Universidade do Arkansas/EUA;
- tradução consecutiva na versão inglês x português x inglês para atender ao Gabinete do Governador, por ocasião de reunião com representantes de empresas de Fundo Internacional;
- tradução consecutiva versão português x inglês x português, para atender à solicitação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;
- tradução de documento na versão inglês x português e francês x português para atender à demanda da Assessoria Internacional, com finalidade de serem inseridos no processo da contratação da Escola Nacional de Administração da França, para realização do curso Mulheres Líderes.

As ações promovidas sem ônus para o erário no exercício de 2017 foram:

- articulação junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do DF e à Escola de Administração da França – ENA, com o objetivo de realizar treinamento sobre liderança feminina;

- seguimento das tratativas junto ao MRE/ADMC, para qualificação do Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade – Cirat, como categoria II, junto à Brasunesco/Paris;
- articulação junto à Corporação Andina de Fomento, de candidatura para apoio de R$ 237.977,60 (duzentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) para a realização do projeto da Administração Regional do Lago Norte intitulado Conservação das Águas do Bioma Cerrado Nativo: Desenvolvimento Social e Comunitário para Fomento à Produção de Alimentos Orgânicos;
- articulação junto à Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura - OEI e à Corporação Andina de Fomento - CAF, acerca do projeto Mulheres Inspiradoras, da Secretaria de Estado de Educação do GDF, incluindo a atuação para realização da Cerimônia de Assinatura de Comunicado de Intenções entre GDF, OEI e CAF;
- divulgação e publicidade das ações internacionais do Governo do Distrito Federal, bem como articulação com a Comunicação Social do Governo e com a imprensa externa (publicações no Portal da Assessoria Internacional e nas mídias sociais);
- acompanhamento do processo iniciado entre o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), organismo multilateral, que tem enfoque nas operações de pequenos e médios projetos de desenvolvimento, com montante de aproximadamente US$ 30 milhões, com especial interesse nas desigualdades básicas, econômicas da zonas mais vulneráveis, e a Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, a Seplag e a Seagri;
- agendamento e realização de reuniões de avaliação do programa Embaixadas de Portas Abertas, com a Secretaria de Educação;
- assessoramento na organização de evento promocional da Feira AgroBrasília, junto às embaixadas sediadas na capital.

Em 2017 não houve participação financeira do Governo de Brasília em organismos internacionais.

Cabe ao Cerimonial do Governador organizar, supervisionar e acompanhar os eventos, solenidades e recepções oficiais programadas na agenda dele, referentes aos diversos órgãos do Governo, bem como às demandas externas. Para tal, mantém contratos específicos, que custeiam gastos com fornecimento de coroas fúnebres destinadas a autoridades e a personalidades da sociedade civil e de arranjos florais ofertados a autoridades, embaixatrizes, em solenidades ou datas comemorativas. Ainda, mantém contrato de serviços de impressão de fichas/cartão com brasão, utilizados para nominatas, e de cartões de cumprimentos, além de pastas para discursos e documentos, e pastas para assinatura de documentos em eventos.

A realização de eventos/feiras, congressos e conferências no ano de 2017 foi prejudicada pelo contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros promovida no governo, com vista a sanear as finanças do Distrito Federal. Destarte, a execução se restringe ao reconhecimento de dívidas referentes ao exercício de 2014.

No exercício de 2017, a Coordenação de Gestão de Pessoas geriu uma folha de pagamento composta por servidores da Casa Civil, Casa Militar e Governadoria, e demandou recursos orçamentários na ordem de R$ 64,76/milhões, destinados ao custeio de salários, encargos sociais e benefícios.

Reconhecendo na capacitação o processo que promove o crescimento profissional dos servidores, com objetivo de valorizar, motivar e qualificar a força de trabalho, desenvolveu ações que resultaram na realização de 627 oportunidades de capacitação. Ressalte-se que os cursos foram custeados pela Escola de Governo do Distrito Federal – Egov e pela Casa Civil.

QUANTITATIVO DE CAPACITAÇÃO/DESENVOLVIMENTO ANO2017				
ÓRGÃO	CAPACITAÇÃO (Formação Continuada)		DESENVOLVIMENTO (Seminários, Palestras, Encontros, Congressos, Fórum)	
	Interno	Externo	Interno	Externo
Governadoria	115	1	2	22
Casa Militar	1	0	0	0
Casa Civil (total geral)	365	7	35	79
SUAG	160	7	9	56
Total Individual	481	8	37	101
Subtotal	489		138	
Total Geral	627			

A fim de dar visibilidade, transparência e conhecimento dos procedimentos utilizados na Coordenação de Orçamento e Finanças da Casa Civil, foram realizados encontros denominados Ciclos Orçamentários, abordando os seguintes temas:

- PPA/LDO/LOA - com a participação de 51 servidores; e
- Classificação de Receita e Despesa e Análise Programática (QDD) - com a participação de 34 servidores.

De forma semelhante, a Coordenação de Gestão de Pessoas da Casa Civil, organizou encontros abordando os seguintes temas:

- Nomeação, Posse e Cadastro - com a participação de 23 pessoas;
- Benefícios: Férias, Abono Anual, Afastamentos e Licenças - com a participação de 23 pessoas; e
- Aposentadorias e Pensões - 24 servidores participaram do treinamento.

Com o objetivo de aperfeiçoar a redação dos servidores da Casa Civil, foi ministrado por servidor da própria Caci, o Curso de Português Participaram do treinamento 37 servidores.

Em virtude da implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação, foi promovida a capacitação dos servidores, com o seguinte resultado:

- 201 servidores da Casa Civil;
- 101 servidores da Governadoria; e
- 1 servidor da Casa Militar.

O X Congresso Consad de Gestão Pública teve o número de participantes abaixo:

- 52 servidores da Casa Civil; e
- 6 servidores da Governadoria.

O curso Iniciação à Informática, com o objetivo de promover a inclusão digital a servidores da Diretoria de Transporte da Casa Civil, foi ministrado por instrutor da própria Caci e contou com a participação de 8 servidores daquela diretoria.

Outras ações, em 2017, foram desenvolvidas pela Coordenação de Gestão de Pessoas da Casa Civil, para melhorar a integração e a qualidade de vida dos servidores.

Dia Internacional da Mulher

O evento, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, celebrou o Dia Internacional da Mulher e proporcionou um espaço para discussão, reflexão e conscientização da importância da mulher na sociedade.

2º Encontro de Integração da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais

Com o intuito de integrar os servidores da Caci e de informar as atividades desenvolvidas pela casa aos servidores, além de celebrar os resultados alcançados no último ano e de buscar as metas de 2017, foi realizado o 2º Encontro de Integração da Casa Civil, no dia 10/5/2017, no auditório da Imprensa Nacional.

Dia Nacional do Homem

Com o objetivo de promover um dia de atenção à saúde masculina, foi celebrado no dia 14/7 o Dia do Homem, voltado aos servidores da Casa Civil e da Governadoria, no Salão Nobre do Palácio do Buriti.

Dia da Criança

Em uma manhã de descontração, com diversas atividades oferecidas pelo Planetário de Brasília, no dia 11/10 foi comemorado o Dia da Criança, para os filhos de servidores da Casa Civil.

Palestra do Iprev

Abordagem detalhada da Lei Complementar nº 932/2017 – que instituiu o regime de previdência complementar do Distrito Federal e reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, realizada no Salão Nobre do Palácio do Buriti, para os servidores da Casa Civil.

Ginástica laboral

É desenvolvida nos vários setores da Casa Civil e Governadoria, coordenadas por quatro estagiários de Educação Física, contratados junto ao CIEE.

Para suprir as necessidades administrativas gerais da Casa Civil, da Governadoria e das Secretarias-Adjuntas, são mantidos contratos de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, aquisição de materiais, serviços de telefonia, serviços de fornecimento de energia elétrica e água e de tratamento de esgoto.

Ao longo do exercício foi realizado pagamento de dívidas de exercícios anteriores. Por descentralização de créditos orçamentários para UO 59.103 – Administração Regional do Plano Piloto, destinados a cobrir despesas com as comemorações cívicas do 7 de Setembro em Brasília.

À Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal, compete planejar e coordenar a execução de serviços de manutenção, conservação, limpeza e mordomia da Residência Oficial do Governador. Para tanto, mantém contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais.

Ainda, sob o comando da Casa Militar, está a coordenação e execução dos Serviços de Segurança que atende às demandas da Governadoria, conforme disposto no Decreto nº 36.842, de 26 de outubro de 2015. Nesse sentido, executa contratos de manutenção, fornecimento de combustível e seguro para aeronave de transporte do Governador, bem como outros contratos de manutenção das instalações e equipamentos do Palácio do Buriti.

Ainda, com base no inciso V do art. 4º do Decreto nº 13.771/92, realiza despesas com alimentação, transporte e hospedagem do Governador do Distrito Federal em viagens oficiais, por meio de suprimento de fundos de caráter secreto e reservado.

A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTEC, da Subsecretaria de Administração Geral da Casa Civil, tem a missão de prover apoio tecnológico à Casa Civil e seus órgãos vinculados, à Governadoria e à Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos.

O apoio tecnológico prestado pela CTEC compreende a disponibilização e manutenção de infraestrutura e equipamentos de Tecnologia da Informação, o desenvolvimento e manutenção de sites e sistemas institucionais, bem como o suporte operacional aos usuários das diversas unidades administrativas da Caci e dos órgãos vinculados, por meio de assistência técnica especializada, respeitando as diretrizes, padrões e normas vigentes.

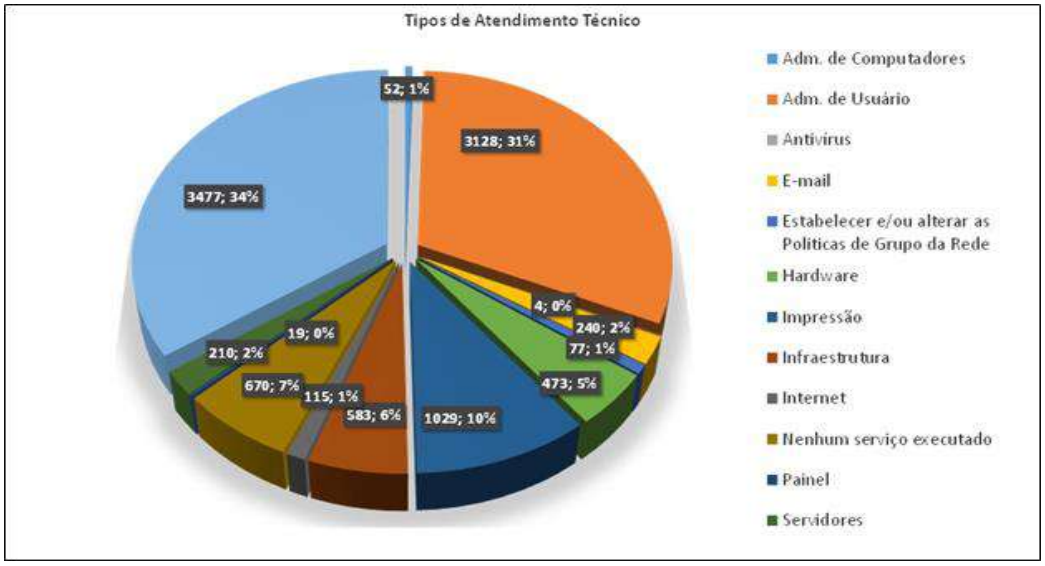
Destaca-se que a CTEC tem a responsabilidade de desenvolver e manter o Portal do Governo de Brasília e os sítios institucionais dos órgãos da Administração Direta do DF, além de orientar, capacitar e dar suporte aos administradores dos sítios institucionais no que diz

respeito à tecnologia da informação, conforme dispõe o Decreto nº 37.085, de 27 de janeiro de 2016.

O contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros no ano de 2017 impediu a realização de investimentos em modernização de sistema da informação, todavia, com a utilização de recursos próprios, ao longo do ano, a Coordenação desenvolveu e estimulou a produção de sites e aplicativos com vista à disponibilização de serviços e informações digitais, em que se distinguem:

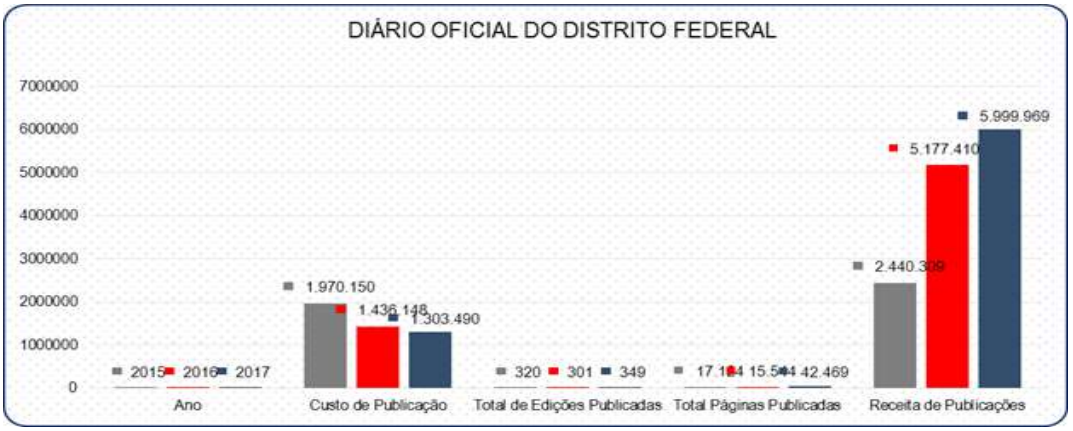
- desenvolvimento do novo Portal de Comunicação e Serviços Internos (Intranet);
- desenvolvimento do site Inova Brasília (www.inovabrasilia.df.gov.br);
- desenvolvimento dos portais das secretarias;
- desenvolvimento dos portais das administrações indiretas, autarquias e empresas públicas;
- desenvolvimento Hotsite Bilhete Único de Brasília (www.bilheteunicodebrasilia.df.gov.br);
- evolução e manutenção de serviço para análise de logs de acessos no serviço de wi-fi, impressão e compartilhamento de arquivos;
- criação de wi-fi exclusivo para transmissão de live (Facebook);
- disponibilização do sistema de agenda para Terracap.

Ainda, executou contrato de impressão e disponibilização de impressoras multifuncionais para apoio aos órgãos que compõem a Casa Civil, o qual, por conta da sub-rogação no ano de 2016, teve o valor reduzido. As atividades de suporte técnico, em 2017, somaram 10.077 ordens de serviços registradas, distribuídas conforme o gráfico abaixo:



Note-se que, em 2017, houve um aumento de 45% das ordens de serviços (OS). Isso se deve ao fato de que os usuários estão registrando seus chamados por meio eletrônico, somando à intensificação do uso do SEI e ao envelhecimento do parque computacional.

O Diário Oficial do Distrito Federal é a ferramenta utilizada para dar publicidade aos atos e decisões do poder público distrital, atendendo diretamente ao art. 19 da Lei Orgânica, que versa sobre o princípio da publicidade, e ao art. 37 da Constituição Federal de 1988. A publicação é sistemática, eficiente e eficaz, para atender à necessidade do Governo de Brasília e dos órgãos de gestão pública. No gráfico a seguir os resultados da ação:



Em 2017 o contrato de editoração e disponibilização eletrônica do jornal custou aos cofres públicos R$ 1,3 milhões.

A partir de 12 de novembro de 2016, o veículo oficial, que dá transparência a todos os atos governamentais do Poder Executivo no DF, passou a ser totalmente digital, ou seja, sem a versão impressa. Com a certificação digital, o jornal eletrônico passou a ter validade de documento oficial, facilitando a vida dos usuários. Além de reduzir custos, tanto para o governo quanto para a população, a medida é ecologicamente sustentável, já que toneladas de papel deixaram de ser consumidas.

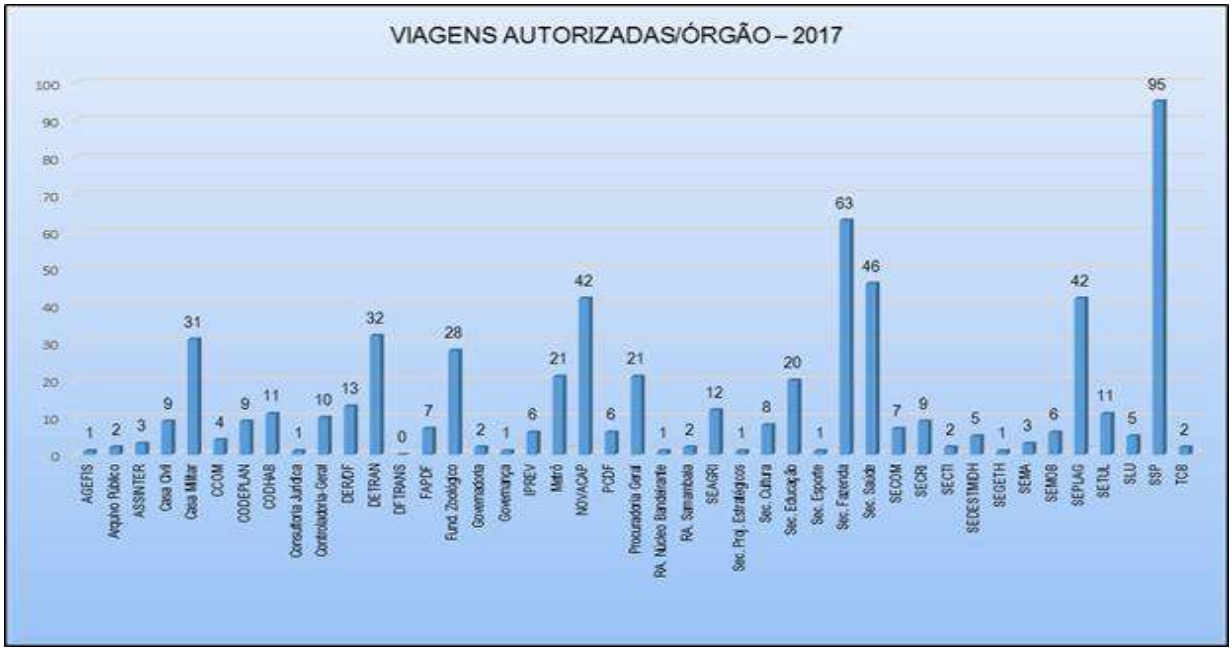
3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

À Assessoria da Subsecretaria de Administração, unidade administrativa de staff, diretamente subordinada ao Subsecretário de Administração Geral, cabe elaborar e controlar as comunicações oficiais, acompanhar os processos de viagens e de pagamento de diárias aos servidores da Governadoria, da Casa Militar e da pasta, e assistir o subsecretário, entre outras competências.

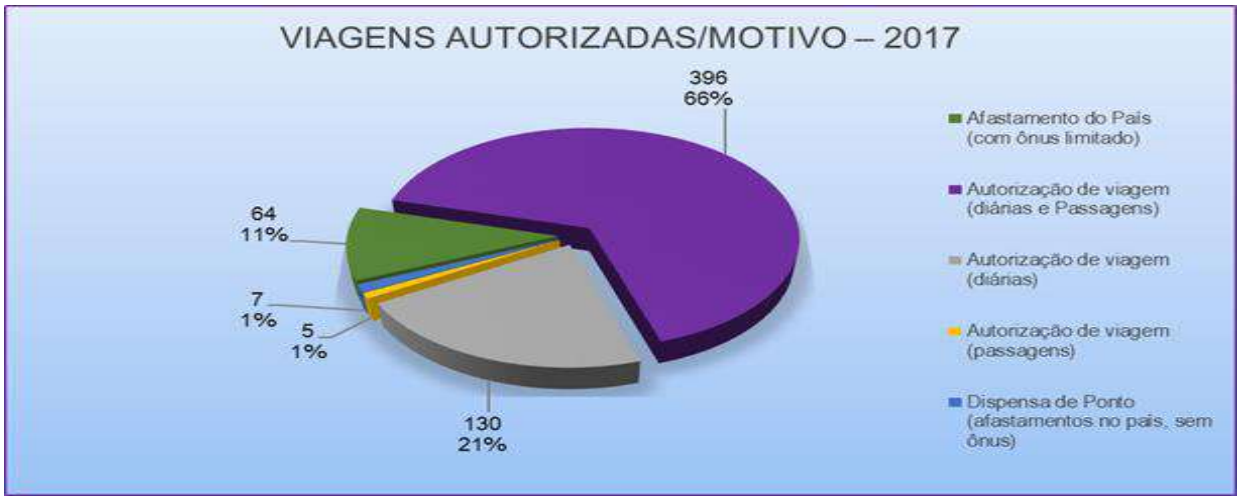
A delegação de competências ao Secretário de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal para autorizar o deslocamento dos servidores está fundamentada no inciso II do art. 2º do Decreto nº 36.496, de 13/8/2015, bem como nos arts. 37 e 38 do Decreto nº 37.437, de 24/6/2016.

As autorizações de viagens que impliquem gastos à Administração Pública, no que se refere ao custeio de diárias e passagens, ou seja, com ônus total para o Governo de Brasília, devem ser instruídas, observando o disposto no Decreto nº 37.121, de 16/2/2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo de Brasília.

Na sequência são apresentados as tabelas e os gráficos referentes aos deslocamentos de servidores:



Observa-se que entre os órgãos do GDF com maior demanda de deslocamentos de servidores, no exercício de 2017, destacam-se: a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Fazenda.



No gráfico anterior, observa-se que a maior parte dos deslocamentos dos servidores, deu-se em função de autorizações de viagem para cumprimento de atos de serviço, com diárias e passagens custeadas integralmente pelo Governo do Distrito Federal.

A Ouvidoria da Casa Civil está a serviço da população de Brasília, para ouvir, orientar, criar vínculos, auxiliar no controle e monitoramento das ações de governo e facilitar a comunicação entre cidadão e governo. É espaço constituído para garantir a participação popular, a transparência, além de auxiliar na eficiência da prestação dos serviços públicos. Sua atuação busca a excelência no atendimento ao cidadão, em atenção aos princípios administrativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Ouvidoria, em parceria com a Assessoria de Comunicação - Ascom e com a Subsecretaria de Administração Geral – Suag, somou esforços para construção, compilação e alimentação de dados para o Portal da Transparência Ativa. O resultado é que, pelo segundo ano consecutivo, a Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais foi laureada por

atingir o índice de 100% de divulgação no Portal da Transparência, site que reúne informações governamentais de interesse da sociedade.



A Ouvidoria é responsável pela gestão e monitoramento da Carta de Serviço Digital da Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais. Em 2017 foram alcançadas 100% das metas estabelecidas na construção da linguagem cidadão, para melhor entendimento da sociedade.

As demandas de informações foram atendidas dentro dos prazos determinados pela Lei 4.990/2012 e pelas orientações técnicas da Controladoria-Geral do Distrito Federal, com 100% de transparência, em busca da eficácia e da eficiência dos serviços prestados.

A Assessoria Jurídico-Legislativa- AJL, órgão de assessoramento jurídico da Casa Civil, no uso de suas atribuições, efetuou o controle de prazos e acompanhamento de decisões do TCDF e de minutas de respostas ao TCDF, à PGDF e ao MPDFT.

A Assessoria atuou na consulta informal sobre minutas de atos normativos e consultivos (portarias, decretos, projetos de lei) e no cumprimento de decisões judiciais e seus efeitos. Realizou atividades referentes ao tema de licitações, contratos, convênios e instrumentos afins, bem como instauração de processos disciplinares, análises jurídicas realizadas nos processos disciplinares, análise dos relatórios finais apresentados pelas comissões.

Coube também à AJL a análise da regularidade formal e processual das Medidas Administrativas Internas anteriores à Tomada de Contas Especiais (MAI) e relatórios conclusivos de Tomadas de Contas Especiais e afins.

Ao longo do exercício, foram analisados 56 processos de apuração de conduta de servidor, sendo 28 sindicâncias, 9 sindicâncias punitivas e 19 processos administrativos disciplinares (PAD), além de um processo administrativo de responsabilização.

A Secretaria-Adjunta de Assuntos Legislativos faz a mediação das relações políticas e o encaminhamento das questões do Poder Executivo junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Importante ressaltar que todas as atividades promovidas na CLDF em 2017 foram acompanhadas de forma pormenorizada, de modo a auxiliar o processo legislativo, a fim de que as políticas públicas e os planos de governo fossem plenamente executados, em conformidade com os mecanismos de planejamento elaborados pelo Poder Executivo.

Em 2017, o Poder Executivo encaminhou para análise e apreciação da CLDF:

- 91 proposições, entre projetos de lei, projetos de lei complementar e outros;
- 372 mensagens, incluindo as de sanções, vetos e outros.

Do total de temas que necessitavam de apreciação e votação nas comissões temáticas e consequentemente em plenário, 74 foram aprovados, índice de aproveitamento bastante significativo. Além disso, foram recebidas, pela Secretaria Adjunta, 4.279 indicações e 1.292 requerimentos de informações.

Entre as matérias de cunho financeiro, econômico e de ajuste na arrecadação, foram encaminhados à CLDF e aprovados:

- autorização para contratação de operações de crédito;
- revisão do Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- alteração que garantiu a prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos para pagamentos de vantagens e direitos em pecúnia aos servidores do DF;
- projeto de lei complementar que aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – Luos;
- instituição do Programa de Ensino Médio em Tempo Integral no Distrito Federal;
- projeto que autorizou o Poder Executivo a criar o Instituto Hospital de Base do Distrito Federal - IHBDF;
- projeto de lei complementar que instituiu o regime de previdência complementar do Distrito Federal e reestruturou o Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.

À Coordenação de Logística compete coordenar a política de material, patrimônio, protocolo, arquivo e transporte; propor estratégias de ação, controle e redução de custos; acompanhar o sistema de registro de preços, com previsão de gastos com materiais de consumo, permanente e serviços; e supervisionar as atividades de administração patrimonial dos bens móveis e imóveis, de serviços de patrimônio, de serviços gerais, de documentação e arquivo, transporte, material, compras e almoxarifado.

No atual cenário de escassez econômico-financeira, o Governo de Brasília tem adotado medidas para controle de despesas públicas, consubstanciadas nos Decretos Distritais nº 36.757/2015 e 37.121/2016, racionalizando as aquisições de materiais, bem como as contratações de serviços necessárias à manutenção das suas atividades.

Diversas ações foram implementadas para o cumprimento da missão institucional, com maior eficiência e eficácia nos procedimentos licitatórios sob sua supervisão. A Corte de Contas do DF tem exigido nesses procedimentos, sobretudo nos processados pelo Sistema de Registro de Preços, justificativas detalhadas para o incremento nos quantitativos verificados nas demandas dos órgãos participantes, acompanhadas das respectivas memórias de cálculos (Decisão TCDF nº 3.139/2015).

Os serviços de recebimento e de controle físico de estoques foram aprimorados, com mais segurança e redução de custos dos estoques. Com a Ordem de Serviço nº 02-Seplag, de 14 de março de 2016, passaram a ser cobrados do Governo de Brasília inventários físicos trimestrais de almoxarifado, além do relatório anual.

Sob a regência da Diretoria de Transportes, foram envidados esforços para controle da frota de veículos, com gestões para otimização de saídas e diminuição do consumo de combustível.

A Diretoria de Patrimônio e Serviços Gerais desenvolve ações como controle e movimentação de bens, acompanhamento da execução dos serviços de manutenção e recuperação dos bens móveis e imóveis da Caci. A carga patrimonial da Casa Civil compreende 6.175 itens de mobiliário em geral. Todos os bens móveis constantes da Carga Geral da Casa Civil estão sob a responsabilidade de seus usuários, conforme Termo de Guarda e Responsabilidade devidamente assinado.

Ao final do exercício constavam na carga patrimonial apenas dois imóveis, sendo:

1. Granja Modelo nº 05 - destinado à Residência Oficial de Águas Claras, com todas as edificações;

2. Edificações situadas na Quadra 14, Lote 28, Sobradinho, com termo de cessão de uso para OAB/DF.

Na gestão documental, composta pelas atividades de arquivo e de protocolo, constam acervos dos órgãos absorvidos pela Casa Civil, segundo os Decretos nº 36.839/2015 e 36.840/2015, com processos e documentos diversos para consulta. Além dessas atribuições, os integrantes da Diretoria, também, atuam no monitoramento da carta de serviços da pasta, junto ao Comitê Gestor de Credenciamento e Segurança da Informação da Casa Militar e na implantação do Sistema Eletrônico e de Informações – SEI, e acompanham a execução dos contratos de serviços de correios e de fornecimento de jornais e revistas.

Compete à Coordenação de Orçamento e Finanças controlar e coordenar a execução orçamentária, financeira e de contabilidade da Casa Civil e das secretarias-adjuntas. Ela coordena e acompanha os processos de elaboração do Plano Plurianual-PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e da Lei Orçamentária Anual-LOA.

O exercício de 2017 foi marcado por contingenciamentos de recursos orçamentários, desafiando os ordenadores de despesas a fazerem mais com menos. Nesse cenário desafiador, a Casa Civil encerrou suas atividades com resultados significativos na gestão dos recursos orçamentários.

A Coordenação contribuiu para otimizar a gestão da execução orçamentária no decorrer do exercício. Os dados são disponibilizados no Portal da Transparência, após atualização das etapas programadas no Sistema de Acompanhamento Governamental-SAG/Siggo, o qual detalha a execução orçamentária de 19 etapas referentes às ações sob a coordenação e execução da UO 09.101- Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

Detalhamento da execuçao orçamentária e financeira Exercício 2017				
Natureza da Despesa	Lei (LOA_2017) (R$)	Despesa Autorizada (R$)	Empenhado (R$)	Liquidado (R$)
- Pessoal e Encargos Sociais	76.428.045,00	83.967.488,00	83.356.900,32	69.266.589,45
- Outras Despesas Correntes	88.454.911,00	21.616.369,28	18.371.233,41	17.829.031,75
- Investimentos	194.186,00	435.007,00	336.273,84	269.181,54
- Total	165.077.142,00	106.018.864,28	102.064.407,57	87.364.802,74

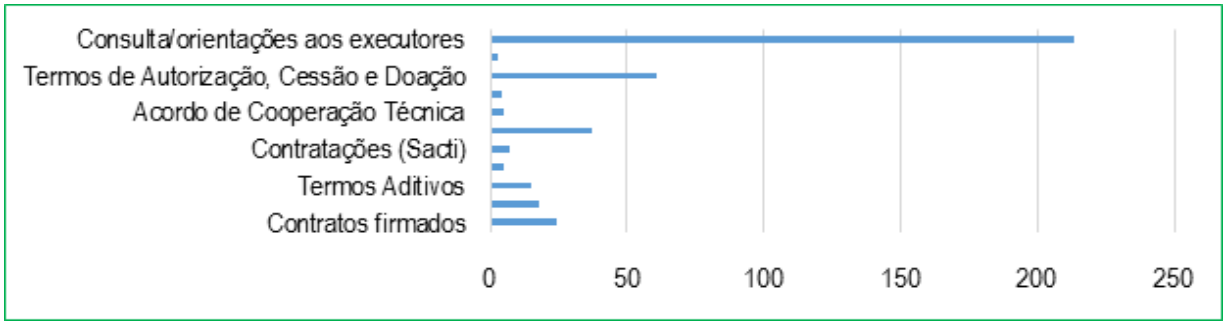
Foram envidados esforços para o pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores referentes a serviços, investimentos e ressarcimentos de salários de servidores cedidos por outros órgãos, durante os exercícios de 2014 e 2015. O reconhecimento de dívidas, regulamentado pelos Decretos nºs 37.121/2016 e 37.594/2016, foi executado conforme o quadro abaixo:

Detalhamento da execuçao orçamentária e financeira DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Pagas no exercício de 2017				
Natureza da Despesa	Lei (LOA_2017) (R$)	Despesa Autorizada (R$)	Empenhado (R$)	Liquidado (R$)
- Pessoal e Encargos Sociais	-	1.325,00	1.324,26	1.324,26
- Outras Despesas Correntes	-	802.597,00	802.593,02	685.252,25
- Investimentos	-	196.238,00	196.238,00	196.238,00
- Total	-	1.000.160,00	1.000.155,28	882.814,51

Soma-se a essas atividades o atendimento aos órgãos de fiscalização internos e externos. Foram várias respostas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, para sanar deficiências operacionais, prestar informações adicionais ou para responder aos questionamentos apresentados em processos de tomadas de contas. De forma complementar, desenvolveu atividades de gestão, acompanhamento, análise e orientação na execução de contratos de serviços públicos.

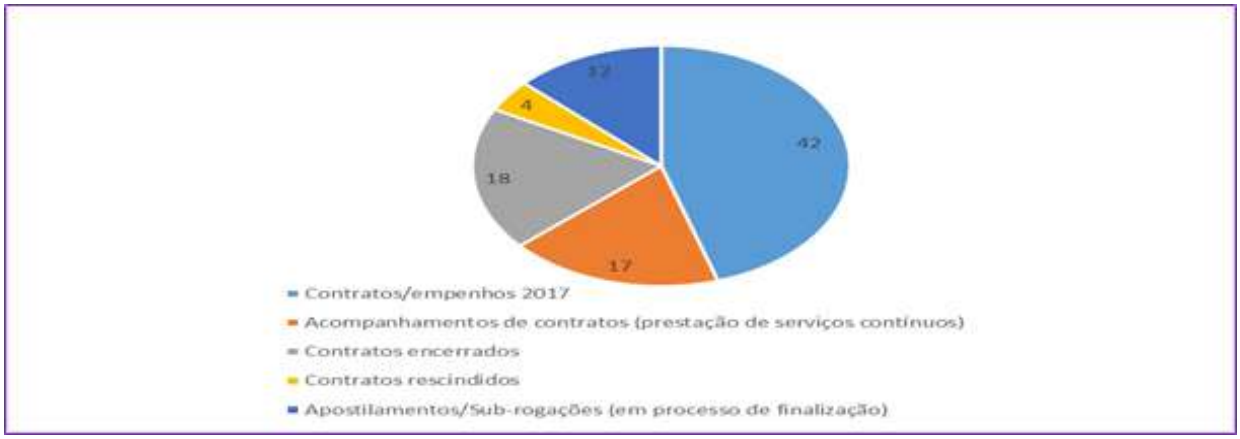
A Coordenação de Administração e Controle de Contratos gerenciou 216 instrumentos contratuais, entre eles, contratações para aquisição de materiais e de prestação de serviços.

O gráfico a seguir estratifica as tipologias contratuais e quantifica os processos que estão em andamento ou que passaram pela gestão da Coordenação de Contratos:



O panorama da gestão contratual no exercício de 2017 é expresso no gráfico 2, que contém contratos firmados, acompanhamento de contratos de prestação de serviços contínuos (prorrogados em razão de termos aditivos), contratos encerrados, contratos rescindidos e sub-rogações/apostilamentos.

Gráfico 2: Estratificação dos atos contratuais 2017



O acompanhamento de 17 contratos de prestação de serviços contínuos, ainda que não tenham sido formalizados no ano de 2017, carece de ações diversas, sejam elas de prorrogação, acompanhamento da execução e do saldo, ou de encerramento.

Ao longo de 2017, somaram 96 formalizações de contratos, assim estratificados: 24 contratos novos, 37 contratos de receita (DODF), 18 notas de empenho e 17 contratos para acompanhamento. Desses, 15 resultam de termos aditivos, 18 foram encerrados e 4 rescindidos amigavelmente. Ao final do exercício haviam 71 contratos vigentes, sendo: 35 de despesas e 36 de receita.

Cabe destacar que, em que pese ao encerramento de 18 contratos, novos processos foram autuados no Sistema SEI pela área demandante, para atender à continuidade da

prestação de serviços ou da aquisição de bens, o que alimenta o dinamismo do quantitativo de contratos ao longo do ano.

E, por último, há que de se destacar o acompanhamento da execução contratual mediante orientações aos executores. Foram realizados encontros com os executores de contratos, conforme recomendado pelo Controle Interno, quando orientações, legislações e decisões do TCDF foram divulgadas com o objetivo de aprimorar a execução dos contratos.

A Unidade de Controle Interno - UCI acompanha e controla a execução financeira, concomitante a gestão do órgão, com o objetivo de evitar ocorrências de impropriedades.

A análise dos processos gerou, dentre outros produtos, 46 notas técnicas e 19 check lists de reconhecimento de dívida. A unidade assessorou as diversas unidades orgânicas da Secretaria da Casa Civil nos assuntos relativos ao controle interno.

Entre as atividades realizadas no exercício de 2017 podemos descrever:

1. orientações preventivas aos gestores da Secretaria da Casa Civil, contribuindo para identificação antecipada de riscos e adoção de medidas e estratégias da gestão, voltadas à correção de falhas, ao aprimoramento de procedimentos e ao atendimento do interesse público;

2. acompanhamento das recomendações da Controladoria-Geral do Distrito Federal e as Decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal concernentes às atividades da Secretaria, assessorando os gestores responsáveis e o Excelentíssimo Senhor Secretário da Casa Civil, a fim de dar cumprimento aos prazos devidos;

3. orientação à Comissão Permanente de Procedimentos Preliminares e Tomada de Contas Especial e assessoria ao Gabinete desta Pasta, nas matérias afetas à Tomada de Contas Especial, incluindo a elaboração do fluxo de processos de TCE, no âmbito da Secretaria; o oferecimento de curso de Tomada de Contas Especial aos servidores envolvidos diretamente ou interessados no tema; e elaboração de normativo para orientar, definir e padronizar os procedimentos e rotinas da tomada de contas especial da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais;

A Unidade de Controle Interno ampliou ainda mais a quantidade de processos analisados, em comparação ao ano anterior, contribuindo para a boa gestão da Secretaria.

A Secretaria Adjunta da Casa Civil é órgão de assessoramento direto do governador, em assuntos relacionados à coordenação e à integração de ações de governo, na execução de suas atividades. Em 2017, promoveu reuniões de acompanhamento e viabilização das ações de implantação do Projeto Orla Livre, que visa à recuperação ambiental da orla do Lago Paranoá, alavancando o desenvolvimento sustentável de suas potencialidades sociais, culturais e econômicas. Para isso coordenou ações com os seguintes objetivos:

- desobstrução da Orla do Lago Paranoá;
- Iluminação pública instalada na QL 12 do Lago Sul;
- construção de 3 deques de madeira na QL 12 do Lago Sul;
- construção de 14 km (trilha/ciclovia) nas QLs 8, 10 e 12 do Lago Sul;
- trabalhos de recuperação ambiental e paisagismo na APP do Lago Sul;
- concurso público do Masterplan, para projeto que contemple arquitetura, urbanização, meio ambiente, mobilidade e paisagismo, em 38 km da Orla;
- implantação do programa Brasília Capital das Águas, que tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioprodutiva da população do DF;
- coordenação e acompanhamento das ações para captação de recursos, para o Programa Brasília Capital das Águas, junto ao Banco Fonplata;
- coordenação conjunta com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF - Sema de reuniões sobre o projeto de lei do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE.

À Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica compete o apoio técnico ao desenvolvimento de programas e projetos voltados ao cumprimento de metas e propor metodologias, identificar e compartilhar as melhores práticas e orientar as unidades administrativas da Casa Civil, quanto ao manuseio e atualização do sistema Gestão DF.

Entre outras ações da Assessoria, mereceram destaque:

- o acompanhamento do Acordo de Resultados da Casa Civil 2017/2018;
- a coordenação do Comitê de implantação do Sistema Eletrônico de Informação;
- a coordenação da Comissão do Convênio 01/2016 – Imprensa Nacional;

A Assessoria de Comunicação - Ascom atendeu cerca de 1560 demandas de imprensa ao longo de 2017. Mais de 100 matérias foram apuradas, elaboradas, editadas e postadas pela equipe. Na intranet mais de 500 reportagens, informativos e comunicados foram publicados, o que possibilitou mais de 1500 visualizações por parte dos servidores. No portal da Casa Civil, foram feitos mais de 26 mil acessos e publicação de 387 matérias.

A atualização de informações, os vídeos e as matérias do hotsite Orla Livre, foram realizados pela Ascom e obtiveram mais de 8700 acessos ao longo de 2017.

Nesse período escreveu e editou releases, briefings, notas e avisos de pauta. Também convocou coletivas de imprensa, para a divulgação de ações do Governo e executou planos de comunicação, diagramou diversos produtos, como o caderno de emendas parlamentares, além de orientar e acompanhar os assessorados em entrevistas. Em junho e agosto de 2017, a Ascom ministrou um curso de media training para os secretários e subsecretários da Pasta.

A equipe trabalhou na criação do novo portal da Casa Civil e fez o planejamento, criação, produção e execução de mais de 30 campanhas externas e de endomarketing, com a produção de mais de 200 peças, entre elas, 6ª Doação de Sangue, Divulgação SEI, Dia das Mulheres, Integra Caci, Dia dos Namorados Planetário, Dia do Homem, 7º Jogos do Servidor, Programação Férias Planetário, Celebre 2018, Carta de Serviços.

A Subsecretaria de Articulação Federal – Suafe tem como objetivo principal a articulação dos interesses do Governo de Brasília com o Congresso Nacional e com o Poder Executivo Federal. As atividades desempenhadas, no ano de 2017, referem-se à defesa de assuntos pertinentes ao GDF no parlamento federal e à obtenção de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares federais. Inicialmente, os projetos legislativos que poderiam reduzir as disponibilidades financeiras do GDF foram monitorados, de forma a impedir, na medida do possível, eventuais prejuízos.

Para aprimorar esse monitoramento, em julho de 2017, foi celebrado, com Confederação Nacional de Indústria – CNI, um termo para uso gratuito do Sistema Legisdata, que disponibiliza a atualização da tramitação das proposições nas comissões do Congresso Nacional, possibilitando a ampliação da quantidade de projetos acompanhados de 120, em 2016, para 519 proposições legislativas em 2017, das quais 80% eram ligadas as questões fiscais e econômicas.

Ao longo de 2017, pode-se citar como exemplos de êxito na defesa dos interesses do GDF a atuação da Suafe, nos seguintes projetos, que permitiram o incremento de receitas:

- Aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 212/2016 (PEC 45/2017, no Senado Federal), que muda o regime especial de pagamento de precatórios para viabilizar sua quitação por parte de estados e municípios. A matéria aprovada se transformou na Emenda Constitucional 99;
- Medida Provisória nº 759/2017, que amplia os instrumentos do governo de Brasília para combater a grilagem de terras e agilizar o processo de regularização fundiária de vários parcelamentos;
- Aprovação do SCD 5/2017, que convalida os benefícios fiscais referentes ao ICMS e permite ao DF conceder os mesmos benefícios fiscais que seus estados vizinhos, o que

estimula a competitividade, gerando emprego, renda e impostos no DF. A aprovação do SCD 15/2015 permitiu a reforma do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e melhorou a arrecadação do Distrito Federal; e

- Aprovação do PLS 204/2016, que permite aos estados ceder direitos creditórios a pessoas jurídicas, bem como a do PLP 257/2016, que permite medidas de equilíbrio fiscal.

A Subsecretaria de Políticas Públicas – SPP assessora o Secretário de Estado na coordenação e articulação político-governamental de programas e projetos do Poder Executivo Distrital. Entre outras, mereceram destaque as seguintes ações:

- Apoio técnico para respostas às demandas oriundas de órgãos de controle;
- Monitoramento da Execução do Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica – PICH;
- Novo Código de Obras e Edificações – COE (Projeto de Lei nº 1621/2017);
- Lei de Uso e Ocupação do Solo – Luos (Projeto de Lei Complementar nº 132/2017); e
- Instituto Hospital de Base do Distrito Federal (Lei nº 5.899/2017).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A fim de cumprir a missão de coordenar as prioridades de governo e de realizar o assessoramento direto, a coordenação e a integração das ações de governo, o acompanhamento da gestão governamental da Administração Pública e da coordenação e articulação político-governamental, a Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, finda o ano de 2017, no âmbito de sua competência, com excelentes resultados e impactos esperados em cada iniciativa.

Com austera política de redução e de contenção de gastos, com vista ao saneamento do déficit financeiro, mediante gestão racional de recursos orçamentários e financeiros, realizou os dispêndios com vista à consecução dos objetivos e metas traçadas para o exercício, mesmo em face do desequilíbrio econômico-financeiro pelo qual passaram o Estado brasileiro e o Distrito Federal.

Nessa conjuntura econômica, acreditando na retomada do crescimento econômico, projeta-se para o ano de 2018 dar continuidade às ações de apoio e assessoramento direto ao governador e retomar os projetos iniciados.

No novo cenário que descortina o próximo exercício, será acompanhada pela Secretaria a execução de alguns projetos e resultados, destacando-se:

- implantação do projeto Orla Livre e programa Brasília Capital das Águas;
- consolidação das atividades de capacitação (programa Brasília Cidadã e Incubadoras Sociais);
- realização do 2º Fórum Brasília Cidadã;
- consolidação e implantação da Política de Dados Abertos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal;
- promoção do Encontro Popular Governo de Brasília, Comunidades de Migrantes e Associações Regionais; e
- promoção do 4º Encontro Popular Governo de Brasília e Movimentos Sociais - dentro do Fórum Brasília Cidadã.

Os resultados alcançados por meio da articulação da Casa Civil e, fundamentalmente, pelo desempenho das diversas Secretarias e entidades do GDF nortearão a execução das políticas. A Casa Civil atuará no planejamento e desenvolvimento de projetos, no acompanhamento das ações, na supervisão dos trabalhos e na coordenação de programas, sempre em conjunto com os demais órgãos.

Os dados referentes às Secretarias Adjuntas, que têm gestão financeira e orçamentária subordinada à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 36.840, de 26 de outubro de 2015, são de responsabilidade dos respectivos titulares das pastas.

ARQUIVO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.102

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) foi criado por meio do Decreto nº. 8.530/1985, com a finalidade de recolher, preservar e garantir proteção especial aos documentos arquivísticos públicos, por servirem como elementos de prova e informação e se tratarem de instrumentos de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico do Distrito Federal.

A partir da publicação da Lei nº 2.545/2000, o Arquivo Público somou às suas principais competências, a de atuar como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF (SIArDF), sendo responsável pela capacitação e orientação dos órgãos integrantes desse Sistema, com vistas a assegurar a eficiência na gestão, preservação, divulgação e o acesso aos documentos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Dessa forma, os serviços especializados prestados pelo Arquivo Público do Distrito Federal abrangem tanto a orientação, a capacitação e o acompanhamento da gestão de documentos (conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente) no âmbito do GDF, quanto o recolhimento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos históricos - que datam desde o período anterior à fase da construção da Nova Capital até os dias atuais. Soma-se também a realização de pesquisas e o atendimento ao público interessado no acesso e utilização de peças documentais que narram a memória de Brasília.

O acervo sob sua custodia é composto por, aproximadamente, 808 metros lineares de documentos textuais, 46.101 documentos cartográficos (plantas e mapas), 691 fotografias aéreas, 660.826 negativos, 20.770 ampliações fotográficas, 17.367 diapositivos, 22.501 cópias por contato, 2.314 documentos micrográficos, além de 153 películas cinematográficas e mais de 500 vídeos em diversos suportes.

Essa importante fonte de informação é integrada por documentos relativos à construção da cidade e à administração do DF, destacando-se entre eles o Fundo Documental da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), reconhecido em 2007 pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa da Memória do Mundo da Unesco como Patrimônio Documental da Humanidade.

Além disso, o ArPDF guarda, também, os fundos arquivísticos históricos da Secretaria de Comunicação Social, do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, da Fundação Cultural DF, do Gabinete do Governador, da Administração Regional de Taguatinga, tendo ainda assumido a responsabilidade pela guarda e preservação dos seguintes fundos privados: Brasília Palace Hotel, Engenheiro Juca Chaves, Jornalista Yvonne Jean, Professora Ecilda Ramos, Ex-Prefeito Paulo de Tarso Santos, Arquiteto Gladson da Rocha, Doutor Ernesto Silva.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	1	5	4	13
Comissionados sem vínculo efetivo	6	0	8	0	14
Requisitados de órgãos do GDF	4	0	5	0	9

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	1	0	1	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	4	4
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	4	0	0	4
Total Geral	13	6	18	9	46

Apesar da importante missão institucional de harmonizar a gestão de documentos, garantir a conservação e a preservação física da documentação arquivística governamental, bem como de facilitar o acesso ao patrimônio documental público do DF, o ArPDF enfrenta situações que impactam diretamente no cumprimento eficiente de suas atividades, como o atual quadro funcional, por exemplo.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	**120.000,00**	**2.182,00**	**2.179,96**	**2.179,96**
0001 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS-APOIO A GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO DF-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	2.182,00	2.179,96	2.179,96
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	**65.000,00**	**87.903,00**	**79.546,31**	**9.646,31**
0008 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	65.000,00	87.903,00	79.546,31	9.646,31
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**185.000,00**	**90.085,00**	**81.726,27**	**11.826,27**

Quanto às ações orçamentárias previstas na Ação "1329 - Gestão de Procedimentos Arquivísticos", foram realizadas despesas tais como a aquisição de materiais de consumo para gestão de documentos (trenas a laser para mensuração de acervos).

Relativamente à Ação "2465 - Preservação da Memória Documental do DF e Ride", que tem como objetivo Preservar a Memória do Distrito Federal com supervisão do ArPDF, forma realizadas despesas com:

1. aquisição de materiais de consumo para preservação e conservação do acervo permanente sob a guarda do Arquivo Público (colas PVC com acetato, porta-slides e luvas de silicone extra grande);

2. contratação de serviços para impressão de 10 painéis da exposição "Israel Pinheiro - O homem que dirigiu a construção de Brasília" e de 8 painéis da mostra "Comissão Exploradora

do Planalto Central do Brasil - antecedentes de Brasília", ambos resultado de pesquisas realizadas pelo ArPDF, em seu acervo permanente;

3. aquisição de material permanente para preservação do acervo de valor permanente. Foram adquiridos desumidificadores de ar para melhoria na climatização de ambiente de acondicionamento de peças do acervo permanente do ArPDF; e

4. realização de despesas emergenciais e de pronto pagamento, por meio de Suprimento de Fundos.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1687 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO	200	UNIDADE	330	487	340	546	350	360	ArPDF / UO 09102/ OE 7
Justificativa: 2016 - O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2016, houve uma maior procura ao acervo disponibilizado pelo ArPDF ao público em geral. 2017 - O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2017, houve uma maior procura ao acervo disponibilizado pelo ArPDF pelo público em geral, o que se deve, também, à grande divulgação das atividades do órgão realizada no período.									
1457 - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.	0	UNIDADE	40	85	40	106	40	40	ArPDF / UO 09102/ OE 7
Justificativa: 2016 - Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos. Desempenho alcançado devido maior atuação da Coordenação do Sistema de Arquivos. 2017 - Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e à aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos. Desempenho alcançado devido ao aprimoramento e ao fortalecimento da atuação do ArPDF como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF - SIArDF.									

Em dezembro de 2015, foi publicada nova estrutura do Arquivo Público do Distrito Federal. Apesar de a mesma ter sido norteada pela necessidade de se adequar às políticas do Governo do Distrito Federal quanto à redução do quadro e de gastos de pessoal, dois anos depois, é possivel observar pelos indicadores que não houve impacto negativo nas atividades desempenhadas pelo Órgão, uma vez que foram superadas metas previstas quando da elaboração do PPA 2016-2019.

Com uma equipe concisa, mas empenhada em atingir os objetivos da gestão, foram realizadas inúmeras atividades de relevância para o atingimento do índice de 546 antendimentos, alcançado no âmbito do indicador "1687 - Atendimento ao Público". Foi possível, também, elaborar o perfil do usuário dos serviços do ArPDF, por meio da consolidação dos dados que foram gerados por meio do formulário dos atendimentos realizados em 2017. O objetivo deste levantamento é melhorar o acesso e o atendimento aos pesquisadores, através da visualização dos fundos mais pesquisados, dentre outros parâmetros de avaliação.

Ressalta-se, também, o crescimento da procura para realização de visitas às dependências do ArPDF. Ao longo do ano, foram recebidas 28 visitas, de alunos do Curso de Tratamento de Acervos Arquivísticos, promovido pelo ArPDF; de alunos e professores dos Cursos de História, Museologia, Medicina e Arquivologia da Universidade de Brasília; de alunos do Centro Educacional nº 2 do Cruzeiro; de alunos do curso de Secretariado Executivo do Instituto Federal de Brasília; de alunos do Curso de Direito da Faculdade Fortium; do Especialista em documentos audiovisuais, Marcelo Dreer Buarque; de representantes da Aliança Mulheres que Amam Brasília; de representandes do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES); de pesquisadores do Projeto "Memória e Invenção do Distrito Federal", financiado pela FAP e coordenado pela Universidade de Brasília; de pesquisadores de acervos iconográficos em arquivos públicos; do prefeito da do município de Cocalzinho/GO; de servidor da CAPES; de servidores da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC); do Diretor do IPHAN; do Assessor Especial do Ministro do Planejamento do Desenvolvimento Nacional da República da Indonésia e integrantes da Embaixada da República da Indonésia - a visita foi acompanhada por membro

da Assessoria Internacional do Governo do DF e de membro do Ministério das Relações Exteriores -; do Deputado Distrital Raimundo Ribeiro e assessores e da Diretora da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual, Ariane Gervasio.

Essas atividades dizem respeito à competência de "Preservar e Difundir a Memória Documental da Construção da Capital Federal", do Arquivo Público, a qual traz à tona duas grandes áreas de atuação do órgão: o tratamento e a preservação do acervo arquivístico de valor permanente, e o acesso a essa documentação, sendo que estão incluídas, neste último, as atividades de pesquisa, difusão e atendimento ao público. Dessa forma, antes falar de acesso à documentação permanente, é preciso abordar ações que foram realizadas pelo ArPDF em 2017, no que diz respeito ao Tratamento e Preservação desse acervo.

Inicialmente, merece destaque que durante todo o ano de 2017 o Arquivo Público passou a ser procurado por grande quantidade de órgãos e entidades do GDF e de outras esferas, para obtenção de orientação técnica quanto a procedimentos de recolhimento, conservação e preservação de acervos arquivísticos de valor permanente. Foram realizadas 16 assistências técnicas pelo ArPDF aos seguintes consulentes: Secretaria de Saúde; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Cultura; SEGETH; PGDF; Fundação Jardim Botânico; Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRO-DF); NOVACAP; CODEPLAN; ADASA e Museu da Polícia Militar - DF. Em anos anteriores a busca pelo serviço era tão pequena, que este índice não era mensurado.

Um importante feito do ArPDF em 2017, no que diz respeito à política de recebimento de acervos permanentes por recolhimento ou doação, foi a criação da Comissão Permanente de Análise de Acervos Privados (COPAP), por meio da Ordem de Serviço nº 07, de 16 de março de 2017, publicada no DODF do dia 17 subsequente. A Comissão foi criada devido à necessidade de estabelecer critérios para a custódia de arquivos privados e para a padronização dos procedimentos envolvidos com esta atividade, bem como a necessidade de estabelecer os procedimentos técnicos para declarar arquivos privados como de interesse público e social.

O trabalho do referido GT resultou na elaboração das diretrizes para aquisição de arquivos privados por doação, no fluxograma para a doação de acervos arquivísticos privados ao ArPDF, nos formulários de análise preliminar de acervo privado para doação e no modelo de Termo de Doação de acervo privado, que passarão a ser utilizados pelo ArPDF nas suas atividades. Além dos já citados, o GT elaborou a minuta do ato que estabelece os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento regional, a qual foi aprovada e publicada por meio da Portaria Conjunta nº 06, de 24 de novembro de 2017, da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e o Arquivo Público.

Também foi feito levantamento da situação dos conjuntos documentais existentes no ArPDF. Foram localizados os Termos de Recolhimento (fundos públicos) e Termos de Doação (fundos Privados) e elaborada planilha para controle dos conjuntos documentais custodiados pelo ArPDF e seus respectivos registros de entrada:

Acervo	Termos de Transferência/Doação/Recolhimento	Quantidade de Fundos constantes do Guia 2017
Fundos Públicos	26 órgãos	9
Fundos Privados	53 doadores	8
Custórdia Provisória	5 entidades privadas (pessoa física e jurídica)	--

Além da correção dos procedimentos de recolhimento e doação dos Fundos acima, foi realizada visita ao local de armazenamento da documentação do Sr. Manfredo Caldas, para manifestão

quanto à possibilidade de doação dessa documentação ao ArPDF. A doação não ocorreu pelos seguintes motivos:

1. ficou constatado que a documentação não tem relação direta com a História de Brasília.

2. a documentação passou por processo de seleção, o que se pretende doar é a parcela resultante das atividades do produtor, o que contraria princípios da arquivologia de respeito à indivisibilidade e integridade;

3. o ArPDF não dispõe de equipamentos, material especial, mobiliário e depósito com condições climáticas adequadas, pré-requisitos fundamentais para que a instituição possa ter acesso às informações contidas na maior parte dos documentos (filmes, disquetes, gravações sonoras etc.) a fim de realizar tratamento técnico arquivístico e de preservação; e

4. A ausência dos equipamentos específicos já citados impede a divulgação do acervo e seu acesso ao público.

Também foram realizadas diversas tratativas com os custodiadores legais do acervo Gabriel Gondim e com a Procuradoria Geral do Distrito Federal, com vistas ao cumprimento do Parecer nº 132/2015 - PRCON, de 9 de março de 2015, da PGDF, que visa ao recolhimento, ao ArPDF, de documentos públicos que compõem o acervo. Também como resultado da citada atividade, verificou-se a necessidade de formalizar alguns dos procedimentos de doação ou recolhimento de acervos ao ArPDF, uma vez que foi constatado que em diversos casos os procedimentos foram realizados sem documento oficial ou por meio de documento distinto do que deveria ter sido elaborado. Nesse sentido, se envidou esforços para formalizar tais procedimentos nos acervos Gladson da Rocha Pimentel; Secretaria de Comunicação Social (formalização de recolhimento da parcela referente aos governos Arruda - 693 negativos - e Agnelo - 587.911 fotografias digitais -, recebidos pelo ArPDF em 2015); METRO-DF; Secretaria de Estado de Cultura (Acervo do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal - DePHA e Polo de Cinema e Vídeo); Carlos Chagas e Asta-Rose Jordan Alcaide.

No que diz respeito ao tratamento arquivístico, foram tratados, em 2017, os seguintes Fundos Públicos:

- Secretaria de Segurança Pública (SSP) - foi elaborado quadro de arranjo do Fundo e a documentação de 40 das 65 caixas-arquivo foi ordenada tendo por base tal quadro, tendo sido identificados os assuntos e as respectivas datas-limite. A documentação foi selecionada para ser a primeira a ser incluída no Sistema ATOM.

- Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) - foram objeto de tratamento 182 caixas-arquivo, realizada pesquisa em 8 caixas-arquivo para identificação da origem do acervo denominado "Cartas para 2010", as quais tiveram seus espelhos substituídos.

- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA) - foram identificados, descritos e planificados os desenhos técnicos do mobiliário do Palácio do Planalto ou Palácio Presidencial e do Palácio da Alvorada, no total de 145 documentos.

- Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DEPHA) - feita a higienização e identificação dos documentos do Fundo, contidos em 9 caixas-arquivo e de 45 itens fotográficos do fotógrafo Mario Fontenelle, para solicitar à Secretaria de Cultura, a regularização da documentação ao ArPDF.

- Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (SEGETH) - feita a análise da Listagem Descritiva do acervo, com o objetivo de identificar as publicações repetidas existentes e de avaliar a possibilidade de manutenção de apenas um exemplar.

Da mesma forma, foram objeto de tratamento alguns dos Fundos Privados que compõem o acervo permanente custodiado pelo ArPDF, são eles:

- Fundo Paulo de Tarso Santos - após a alteração da sequência numérica estabelecida para o conjunto de 822 fotografias em 2016, teve seu tratamento arquivístico concluído, estando previstas para o ano de 2018 a descrição de todos os níveis do fundo e a digitalização de algumas fotografias.

- Fundo Gladson da Rocha - os documentos doados em anos anteriores foram reunidos à parte do acervo doado ao ArPDF em 2015, com o objetivo de identificá-lo e agrupá-lo, para viabilizar o acesso. O resultado foi a elaboração de Listagem Descritiva do acervo, referente a 3 metros lineares de documentos textuais, 1.570 documentos cartográficos, 4.695 documentos iconográficos, 01 documento digital, 2.929 eslaides e 39 negativos.

- Fundo Ernesto Silva - com vistas a identificar e agrupar o acervo para viabilizar o acesso, foram realizadas a identificação, a organização e o acondicionamento dos documentos e peças tridimensionais em caixas-arquivo. Todo o acervo, composto de 40 caixas-arquivo e embalagens contendo medalhas e certificados emoldurados foi tratado.

- Fundo Jethro Bello Torres - foram consolidados em uma única Listagem Descritiva todos os documentos doados em datas diferentes ao ArPDF.

- Fundo Stênio Bastos - foram reunidos os documentos do acervo que foram doados em datas diferentes ao Arquivo Público e estavam em caixas do Fundo ArPDF.

- Fundo José Joffili - foi localizado o Termo de Doação, o que possibilitou que todas as peças doadas em anos distintos fossem agrupadas.

- Fundo Asta-Rose Alcaide - realizada identificação de fotografias de um álbum.

O Tratamento do Acervo Permanente, compreende, também, a reformatação, isto é, a digitalização, dos documentos que o compõem. Tal atividade é composta pelas etapas de tratamento das imagens para a qualidade de preservação, renomeação dos arquivos digitais gerados com a notação correta e organização desses em uma estrutura lógica de diretórios digitais ramificados. Em 2017, tiveram parte da documentação digitalizada os seguintes fundos: Secretaria de Comunicação Social; SEDUMA; SSP/DF; NOVACAP; Fundação Cultural do Distrito Federal; Paulo de Tarso Santos; Gladson da Rocha e Jethro Bello Torres, tendo sido alcançadas as marcas abaixo relacionadas:

Atividade Realizada	Total Jan/Fev	Total Mar/Abr	Total Mai/Jun	Total Jul/Ago	Total Set/Out	Total Nov/Dez
Documentos Digitalizados	91	2.202	30	258	173	1.048
Eslaides Digitalizados	--	13	--	--	--	--
Fotografias Digitalizadas	--	456	1.202	--	--	--
Negativos Digitalizados	--	1.648	1.667	1.602	610	1.994
Arquivos Digitais Editados	739	2.202	--	358	173	3.042
Arquivos Digitais Renomeados	439	196	--	1.602	173	--
Arquivos Digitais Organizados em Diretório	458	196	--	1.990	12.338	3.042

Além das atividades de tratamento técnico e conservação preventiva (higienização, organização, classificação, descrição, digitalização e elaboração do quadro de arranjo) do acervo textual sob a custódia do Arquivo Público, em 2017, como nos anos anteriores, foi realizado o tratamento dos depósitos nos quais fica acondicionada essa documentação. No Depósito Honestino Guimarães, onde fica acondicionado o acervo textual de valor pemamente, além do controle diário das condições climáticas com o registro das variações de temperatura e umidade relativa do ar, foi realizada a reorganização das caixas-arquivo, de modo que os fundos públicos foram separados dos privados, e a identificação de 32 mapotecas, o que

resultou na elaboração de mapa topográfico do acervo, com a indicação da localização das caixas-arquivo e de todo o mobiliário nele existente.

Importante realização foi a criação, por meio da Ordem de Serviço nº 08, de 26 de fevereiro de 2016, da Comissão de Gerenciamento do Sistema de Acesso à Memória do Arquivo Público do Distrito Federal (AtoM), por meio da qual foram realizados estudos e a implantação de ambiente de teste do AtoM e a inserção de dados referente à identificação do ArPDF, enquanto instituição custodiadora de acervo permanente. Foi também definido o modelo de infraestrutura mais adequado para inserção das informações de descrição dos documentos; elaborado o manual de instalação, configuração e customização; confeccionada planilha de descrição arquivística e realizado teste de inserção de dados no sistema.

Os Fundos METRO-DF, SEDUMA, Fundação Cultural do DF (FCDF), Secretaria de Comunicação Social - SCS, NOVACAP e Paulo de Tarso Santos também tiveram parte de seu conteúdo descrito conforme as Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE) para inserção no Sistema de Acesso à Memória do ArPDF e para atualização do Guia do Fundos lançado em 2016.

Passando agora para o aspecto da difusão da Memória do Distrito Federal, o Arquivo Público desenvolveu, durante o ano de 2017, 11 pesquisas em seu acervo permanente. Estas pesquisas tiveram os mais distintos objetivos, entre os quais destacam-se:

- a alaboração dos painéis temáticos "Os Candangos";

- a localização de documentos referentes às edições do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, para atendimento das demandas relativas à comemoração dos 50 anos do Festival;

- a localização, nos Fundos NOVACAP e SEDUMA, de desenhos originais do mobiliário dos Palácios do Planalto e da Alvorada, para atendimento à solicitação da Diretoria de Comunicação da Presidência da República;

- a elaboração de catálogo de documentos dos Fundos Gabinete do Governador e José Aparecido de Oliveira, referentes à Declaração de Brasília como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, que completou 30 anos em dezembro de 2017, com vistas a atender às solicitações sobre o tema;

- o levamento de informações sobre liberdade de imprensa realizado no Fundo Secretaria de Segurança Pública, para subsidiar a participação do ArPDF em Sessão Solene de Homenagem ao Dia Internacional da Liberdade de Imprensa;

- a produção de material de difusão para a XIV Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada no período de 23 a 29 de outubro de 2017, com informações retiradas dos Fundos NOVACAP, ArPDF e Jetro Bello Torres, e para dar continuidade à Biografia do Sr. Walter Albuquerque Mello, idealizador e fundador do Arquivo Público do Distrito Federal, iniciada em 2016.

Além das pesquisas mencionadas, foi dada continuidade ao Projeto "Minuto da Memória Candanga", iniciado em 2016, por ocasião da comemoração dos 31 anos do Arquivo Público. Em parceria com a Rádio Cultura FM, os programas apresentam a história de Brasília a partir do acervo textual e sonoro do órgão, utilizando os documentos públicos, livros e as dezenas de depoimentos de pioneiros que ajudaram a construir Brasília como base para os textos lidos pelos radialistas da emissora, os quais compõem o Programa de História Oral do ArPDF, para produção das vinhetas sonoras.

Com exibição às terças-feiras às 22h55, quintas-feiras às 2h e as sextas-feiras às 15h, em 2017 foram ao ar 38 programas, sendo 33 de temas inéditos e 5 reprises, os quais tratavam dos temas: Implantação do SEI no Arquivo Público; Montagem da exposição sobre Israel Pinheiro em Águas Claras; Fundo ArPDF; Abertura das inscrições e história da Escola de Música de BSB; Dia Internacional da Mulher; Os 60 anos do Projeto do Lúcio Costa; Os 32 anos do Arquivo Público; Programa de História Oral Rural; Exposições Missão Cruls; Aniversário de Brasília; Dia do Trabalhador; Exposição no Museu dos Correios com objetos da Caixa Cultural e ArPDF; Exposição no Palácio da Alvorada com peças históricas do Arquivo Nacional e ArPDF;

57 anos da primeira aula inaugural de JK no Caseb; Fundo Yvonne Jean; Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade; 1ª Semana Nacional de Arquivos; Exposição Virtual sobre Taguatinga; Chá da memória em Águas Claras; Centenário de Athos Bulcão; Os ipês de Brasília; Brasília Rural; 2º Encontro de Gestão de Documentos; Balanço do 2º Encontro de Gestão de Documentos; Falecimento e Fundo Manuel Mendes; Aniversário da Novacap; Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; Fundo Yvonne Jean; Encontro Comemorativo ao Dia do Arquivista; Matéria sobre Fundo SSP; Dia do Arquivista e Parceria entre o ArPDF e prefeituras goianas para a criação de arquivos públicos municipais. Visando à seleção de imagens e textos para a montagem da exposição "Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade" apresentada no dia 6 de dezembro na Torre da TV, foi realizada pesquisa no Fundo Gabinete do Governador e nos dossiês do Programa de História Oral do Fundo ArPDF, para localizar o relatório de entrevista da senhora Suzana Conceição Mendonça, para atendimento à jornalista da Globo News, que gravou entrevista no ArPDF sobre a formação do Lago Paranoá.

Outra importante iniciativa para a preservação e difusão da Memória do DF e também para a compreensão de peças do acervo sob guarda do ArPDF, foi a reformatação do Projeto do Programa de História Oral mencionado acima, que, a partir de fevereiro de 2017, passou a ser executado com aporte financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP) e ter como objeto o registro de depoimentos orais dos pioneiros que aturam na área rural e da saúde e que se caracterizam pelo protagonismo no complexo processo de criação e desenvolvimento dessas áreas a partir do início da construção da Capital. Até 31 de dezembro, foram realizadas 97 entrevistas no âmbito do Projeto.

Ainda sobre o aspecto da difusão, foi instruído durante 2017, o processo para a impressão do Guia de Cartografia Histórica do Goiás, que deve ser lançado no primeiro semeste de 2018, e foram executados projetos para as seguintes realizações:

- exposição "Brasilis a Brasilía", em parceria com o Arquivo Nacional e a Presidência da República;

- impressão dos painéis temáticos para o Chá da Memória sobre o papel das Mulheres na construção de Brasília, realizado na Residência Oficial de Àguas Claras;

- execução da Exposição virtual "Taguatinga 59 anos" e da Exposição "A Construção de Brasília segundo os Humoristas", a ser realizada durante as comemorações do Aniversário de Brasília em 2018, a qual é composta por charges publicadas em jornais de Brasília durante sua construção, pertencentes ao Fundo NOVACAP, objeto de parceria entre o ArPDF e a Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Brasilia.

Além disso, durante todo o Exercício, foram feitos empréstimos a outros órgãos e entidades das Exposições "Brasília, cidade que inventei", sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa e "Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília", sobre a vida do próprio Israel Pinheiro.

Todo o trabalho de preservação e conservação dos acervos realizado pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, 2017 foi um ano de muito trabalho,como se depreende das informações apresentadas.

As outras competências do Arquivo Público são exercidas enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal (SIArDF). Ele é responsável pela capacitação e orientação dos órgãos integrantes desse Sistema, com vistas a assegurar a eficiência na gestão e o tratamento dos documentos arquivísticos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal. As atividades de que trata o indicador 1457, portanto, consistem em orientar os diversos órgãos que compõem o Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivística do DF e Federal, no que se refere à elaboração e à aplicação de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos (códigos de classificação e tabelas de temporalidade), e quanto aos procedimentos a serem observados para a eliminação de documentos, recolhimento e transferência de acervos, entre outros. Os órgãos que foram objeto dessas orientações técnicas foram: Administração Regional de Brasília; Administração Regional de

São Sebastião; Administração Regional do Gama; Administração Regional de Sobradinho II; Administração Regional do Recanto das Emas; Administração Regional de Santa Maria; Administração Regional de Ceilândia; Administração Regional do Riacho Fundo II; Administração Regional do Guará; Administração Regional do SIA; Administração Regional do Lago Norte; Administração Regional do Sudoeste/Octogonal; Administração Regional do Jardim Botânico; Administração Regional do Lago Sul; Administração Regional do Itapõa; Administração Regional do Paranoá; Administração Regional do Riacho Fundo; Administração Regional do Varjão; Administração Regional de Taguatinga; Secretaria das Cidades; SEMOB; SEDESTMIDH; SECRIA; SSP, SECULT; Casa Militar; SEJUS; SEAGRI; SEGETH; Secretaria de Educação; SEFAZ; CGDF; PGDF; METRODF; DER; Agência Brasília; PMDF; DETRAN; FAP; PCDF; NOVACAP; HEMOCENTRO; IBRAM; EMATER; AGEFIS; TERRACAP; CODEPLAN; CAESB e FEPECS.Visando fortalecer e harmonizar a gestão de documentos nos Órgãos que compõem tal Sistema, foi instituído, em 2015, Grupo de Trabalho para a atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade da Atividade Meio (PCTT-Meio) do GDF, que data de 1998. O mencionado GT é presidido pelo Arquivo Público e tem a participação de representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil; Relações Institucionais e Sociais; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Polícia Militar e Controladoria Geral do Distrito Federal. A atualização do PCTT-Meio foi concluída em 2016 e durante todo o ano de 2017, os instrumentos passaram por edição final e formatação, tendo sido elaborado seu Índice Remissivo e a Tabela de Equivalência entre o PCTT novo e o em vigor no GDF. Após a conclusão dos trabalhos, os textos finais foram colocados em Consulta Pública, cujo prazo se encerra no dia 1º de fevereiro de 2018, após o que, serão analisadas as contribuições recebidas e o texto será encaminhado para análise da Comissão Central de Arquivos, para viabilizar sua publicação no DODF, a partir de quando os eles poderão ser aplicados.Por meio da Portaria Conjunta nº 5, de 23 de novembro de 2017 da Casa Civil e Secretaria das Cidades, foi reconduzido o Grupo de Trabalho instituído para elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das Administrações Regionais, o qual é integrado por representantes das Administrações Regionais do Lago Norte, Águas Claras, Octogonal, Sudoeste e Ceilândia e da Secretaria de Estado das Cidades, e coordenado pelo ArPDF. Uma vez que a elaboração do plano foi concluída em outubro de 2016, durante 2017, foram revisados os textos dos instrumentos, realizados testes quanto à sua aplicação prática junto às Administrações Regionais, por meio da realização de oficina de capacitação. Além disso, foi realizada reunião técnica com todos os Administradores Regionais, chefes e servidores das unidades de protocolo e arquivos das RAs, ocasião em que foram apresentados os instrumentos, a fim de sensibilizá-los quanto à importância da sua implementação e observância. O PCTT-Fim ficou disponível para Consulta Pública no período de 24 de maio a 24 de agosto de 2017, após o qual foram inseridas no texto as contribuições recebidas. Pretende-se que ele seja enviado para análise da Comissão Central de Arquivos do DF no início de 2018, para que, após aprovação, seja possível sua aplicação. Ainda no âmbito da gestão de documentos, em 2017 o ArPDF deu continuidade às ações iniciadas em 2016, com a finalidade de integrar os órgãos que compõem o SIArDF e de fortalecer o seu papel como Órgão Central. Do resultado de tais ações, destaca-se a criação de 28 novas e a reconstituição de 32 Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSADs nos órgãos e entidades do GDF, do que se depreende que 60 órgãos e entidades do DF ativaram suas CSADs no ano de 2017. Essas Comissões possuem papel primordial na gestão de documentos de seus respectivos órgãos, uma vez que são responsáveis pela condução do processo de avaliação documental, que consiste na determinação do ciclo de vida dos documentos, fixação de prazos de guarda e sua destinação final. Diante dessa nova realidade, foram realizadas em dezembro de 2017 as primeiras Reuniões de Integração das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, as quais tiveram como objetivo orientar e trocar experiências de boas práticas com cada órgão. Participaram dos encontros 68 representantes de 31 órgãos e entidades do GDF, com exceção das adminsitrações regionais.Outras duas importantes iniciativas para a gestão de documentos no DF foram o início das atividades do Projeto de Diagnóstico Arquivístico, que consiste no levantamento da situação de todos os arquivos dos Órgãos e Entidades do Distrito Federal, para traçar um diagnóstico que subsidiará a construção da Política Distrital de Arquivos do DF. O projeto, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa- DF possibilitou o conhecimento do estado de 81 arquivos de órgãos da Adminsitração Direta e Indireta do Distrito Federal e teve sua duração prorrogada até o dia 12 de junho de 2018, quando deverão ser apresentados o

relatório final, o qual será composto pelos dados mais relevantes, gráficos, e recomendações. O Arquivo Público também presidiu a Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal (CCA/DF), constituída por meio da Portaria CACI nº 42, de 13 de junho de 2017. De acordo com as suas atribuições, os trabalhos da Comissão consistem na análise das propostas de eliminação de documentos apresentadas pelos órgãos do GDF; análise das propostas de códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim dos órgãos do GDF e na análise de propostas de alterações nos códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos vigentes. Em 2017, foram realizadas 13 reuniões, tanto para análise das propostas de eliminação de documentos, quanto para a realização de visitas in loco, a fim de inspecionar a documentação apresentada para descarte, por meio das respectivas listagens. Foram realizadas sete reuniões, as quais tiveram ocomo objetivo analisar as listagens de eliminação de documentos formuladas pelo DETRAN, DFTRANS e CEASA e, como demanda extraordinária, a proposta de fluxo de recolhimento de documentos arquivísticos do GDF ao ArPDF, que ainda não foi aprovada. Não foram apresentadas à CCA propostas de códigos de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos durante o período. Enquanto Órgão Central, o ArPDF tem como competência "Capacitar os servidores da Administração Direta e Indireta das unidades integrantes do SIArDF," quanto ao ciclo vital de documentos, no que se refere ao tratamento técnico dos arquivos em fase corrente e intermediária, quanto ao cumprimento dos prazos de guarda, até sua destinação final. Nesse sentido, deu-se continuidade à parceria estabelecida, em 2016, com a Escola de Governo – EGOV, para a realização do Curso de Tratamento de Acervos Arquivísticos. O curso possui carga horária de 20 horas semanais e é ministrado pelos técnicos do Arquivo Público nas dependências da EGOV. Em 2017, as 4 turmas realizadas resultaram na capacitação de 107 servidores, representando 48 órgãos da administração direta e indireta, todos integrantes das Unidades de Protocolo e Arquivo ou das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos do GDF.Parceria semelhante foi estabelecida com a Escola dos Profisisonais da Educação do Distrito Federal (EAP), para a realização, em suas dependências, do Curso "Noções Básicas sobre tratamento de Acervos Arquivísticos", com 18 horas aulas, realizadas somente às terças-feiras. Nas duas turmas realizadas entre abril e maio e setembro e outubro de 2017, foram capacitados 9 servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Por meio dos referidos cursos, foi possível incentivar e conscientizar os servidores dos diversos órgãos integrantes do SIArDF acerca da importância da implantação de ações de gestão documental, tais como: produção, classificação, organização, prevenção e conservação de documentos, bem como da devida aplicação da legislação arquivística. Cabe frisar, ainda, que órgãos e entidades que enviaram seus servidores para realizar a capacitação, receberam, posteriormente, auxílio e assessoria técnica do ArPDF para atender casos específicos de suas respectivas unidades, com o objetivo de corrigir o fluxo de seus documentos. Outra forma de aproximar o Arquivo Público dos demais órgãos e entidades no GDF, buscando o fortalecimento da sua função de Orgão Central do Sistema de Aquivos e o envolvimento dos vários atores que lidam com a gestão de documentos de arquivo nesse âmbito, deu-se com a realização do II Encontro de Gestão de Documentos, Informação e Memória do Distrito Federal, no dia 09 de agosto de 2017, ocasião em que foram objeto de análise e discussão temas relevantes sobre a modernização e aperfeiçoamento na área de gestão de documentos, além de novas demandas com ênfases nos documentos produzidos em ambiente digital, e com a realização da Comemoração ao Dia do Arquivista, no dia 14 de setembro de 2017, em parceria com o Arquivo Nacional, quando foram realizadas apresentações acerca da valorização e importância dos provissionais de arquivo, com abordagem, inclusive, do ângulo dos pesquisadores. Como pôde ser observado ao longo da descrição das atividades realizadas em 2017, a gestão dos documentos de arquivo é muito importante e está diretamente relacionada com a preservação e divulgação da Memória do Distrito Federal, já que determina o estado de organização e conservação que os documentos de fase intermediária chegarão na fase permanente, quando, então, serão recolhidos ao ArPDF.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**25.000,00**	**9.000,00**	**8.439,00**	**8.439,00**
7142 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	25.000,00	9.000,00	8.439,00	8.439,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**25.000,00**	**9.000,00**	**8.439,00**	**8.439,00**

Na ação "9050 - Ressarcimentos, Indenizaçõese e Restituições", Subtítulo" 7142 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições do ArPDF" foram efetuados ressarcimentos decorrentes de exoneração de servidores ativos. Em maio de 2017, foi realizado o ressarcimento de 01 servidor, no valor de R$ 416,41 (quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos), em setembro de 01 servidor, no valor de R$ 195,85 (cento e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos) e em dezembro 03 servidores, no valor de R$ 7.826,74 (sete mil oitocentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), totalizando 05 servidores ressarcidos.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**850.000,00**	**200,00**	**0,00**	**0,00**
5369 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	850.000,00	200,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**3.537.378,00**	**3.655.378,00**	**3.637.313,25**	**3.637.313,25**
8738 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3.537.378,00	3.655.378,00	3.637.313,25	3.637.313,25
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**130.000,00**	**130.000,00**	**129.322,80**	**129.322,80**
9665 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	130.000,00	130.000,00	129.322,80	129.322,80
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**197.016,00**	**40.088,00**	**36.136,28**	**35.471,28**
9741 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	197.016,00	40.088,00	36.136,28	35.471,28
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2615 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**10.000,00**	**1.831,00**	**1.830,00**	**1.830,00**
2418 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1.831,00	1.830,00	1.830,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**4.734.394,00**	**3.827.497,00**	**3.804.602,33**	**3.803.937,33**

Na Ação "8502 - Administração de Pessoal", Subtítulo "8738 - Administração de Pessoal", foram remunerados servidores do ArPDF. No período de janeiro a junho de 2017 foram remunerados 40 servidores por mês, no mês de julho foram 39, de agosto a novembro novamente 40 por mês e em dezembro foram 91.

Com relação à Ação "8504 - Concessão de Benefícios a Servidores", e ao Subtítulo "9665 - Concessão de Benefícios a servidores do ArPDF foram efetuados pagamentos de Auxílios Alimentação, Creche e Transporte. Em janeiro forram pagos 30 benefícios, em fevereiro 31, em março 33, em abril 34, em maio e junho 33 em cada mês, em julho e agosto

29 em cada mês e em setembro 32, em outubro 34, em novembro em dezembro 36 em cada mês.

No que tange ao Subtítulo "9741 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do ArPDF, da Ação "8517 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais", foram realizadas despesas com a manutenção dos serviços administrativos do órgão, tais como: serviços de telefonia, impressão, dedetização, revitalização de totens indicativos de unidades, emissão de passagens aéreas e central telefônica. Além disso, foram adquiridos material de consumo: toner, café, açúcar, material de expediente e informática, entre outros.

Quanto à "Capacitação de Servidores do ArPDF", Subtítulo "2418", da Ação "4088", os recursos foram utilizados para fazer face às despesas de capacitação de dois servidores do ArPDF, realizadas uma no mês de março e outra no mês de maio de 2017.

Apesar de não terem sido liquidados valores na Ação "2396 - Conservação das Estruturas Físicas e das Edificações Públicas", e no respectivo Sutítulo "5369 - Conservação das Estruturas Físicas e das Edificações Públicas do ArPDF", durante o ano de 2017 foram autuados e instruídos processos administrativos relativos ao tema, que ainda se encontram tramitando ou que demandaram a adoção de providências junto a outros órgãos. São objetos dos mencionados processos a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado do ArPDF e das instalações elétricas, de manutenção dos geradores de energia e a contratação de empresa para a elaboração do projeto do sistema de combate a incêndio e pânico. Também foi iniciada a pesquisa e a elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção Predial.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ainda no aspecto da Gestão de Documentos do DF, em 2017, o Arquivo Público passou a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações - SEI em todos os seus processos de trabalho. Ao todo, foram recebidos 3.926 documentos e gerados 1.190 processos, os quais foram integrados por 6.490 documentos. A implantação do SEI no ArPDF trouxe significativa agilidade ao atendimento das demandas e da atividade administrativa, além de ter auxiliado a revisão e o aprimoramento de alguns dos fluxos de processos de determinadas atividades de relevência para o órgão, o que ficou confirmado quando da realização do evento que marcou os "100 dias de SEI no ArPDF", que contou com a participação de todos os servidores, tendo sido importante momento de troca de experiências, esclarecimentos de dúvidas e compartilhamento de resultados obtidos com a implantação do referido sistema.

Além de cuidar da gestão documental distrital, o Arquivo Público também aplica as normas e procedimentos em seu âmbito interno. Em 2016, a Comissão Setorial de Avaliação de Documentos (CSAD) atuou no tratamento do arquivo intermediário, com a aplicação dos Códigos de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, incluindo a separação de documentos e processos para integrarem uma nova lista de eliminação de documentos de arquivo. Efetuou, ainda, a atualização do PCTT-Fim do ArPDF, elaborado em 2015. Os instrumentos foram atualizados conjuntamente com a Coordenação de Arquivo Permanente, ficando a parte relativa à Coordenação do Sistema de Arquivos para ser discutida a partir de janeiro de 2018.

CSAD também foi responsável por conduzir, no âmbito da Comissão de Coleta Seletiva do Órgão, a seleção da cooperativa de catadores para a coleta seletiva e eliminação de documentos. Foi selecionada a Cooperativa Ageplan, com quem o Termo de Compromisso firmado tem validade até o final do mês de abril de 2018. Em junho, no âmbito do contrato, foram doados à cooperativa 10,51 metros lineares de papéis (2,53 metros de documentos e 7,98 metros de processos) provenientes da listagem de seleção e eliminação de documentos aprovada pela Comissão Central de Arquivos (CCA) em 2016.

Buscando aproximação com outros órgãos e entidades, bem como o aprimoramento da execução de suas atividades, o ArPDF se fez representar em diversos eventos relacionados com os temas de sua competência como o *I Seminário de Educação Patrimonial – Lugares,*

Memória e Identidades, ocorrido no dia 30 de maio de 2017; o 12º Encontro de Arquivos, realizado durante a 12ª Mostra de Cinema de Ouro Preto, nos dias 22 a 27 de junho de 2017, que abordou a preservação e conservação de documentos fílmicos; o XXIX Simpósio Nacional de História - ANPUH, realizado entre os dias 24 a 28 de julho de 2017, onde foi apresentada palestra sobre "O papel de Yvonne Jean da Fonseca: constituição de um Fundo e possibilidades de pesquisa na história de Brasília", resultado de pesquisa na qual foram utilizadas imagens do ArPDF; no Lançamento do Guia de Instalação e Configuração Archivematica/AtoM, ferramenta que passou a ser utilizada pelo ArPDF em 2017, realizado em 22 de agosto de 2017; no I Seminário de Educação Patrimonial de Planaltina, realizado no dia 29 de agosto de 2017, no qual o ArPDF discorreu sobre o tema "A Educação Patrimonial passa pela Proteção e Acesso às Fontes Históricas"; na Exposição do IPHAN "O Brasil em Brasília – Mosaicos do Patrimônio Cultural", formada por algumas imagens do acervo permanente no ArPDF e ocorrida no dia 31 de agosto de 2017; no "Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED", realizado no dia 1º de setembro de 2017, para aprimorar os conhecimentos quanto aos procedimentos de digitalização de documentos.

Além dos eventos cidados acima, em 13 de setembro, representantes do ArPDF participaram de *Audiência Pública para Debate da Importância das Instituições Arquivísticas na Preservação e Difusão de Registros Históricos e Culturais da Sociedade Brasileira*, bem como debateram políticas de incentivos e captação de recursos para a preservação do patrimônio de memória nacional, na Câmara Federal. Também houve participação no 50º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro - FBCB, no dia 19 de setembro de 2017, com a intenção de acompanhar a discussão acerca da produção audiovisual contemporânea e suas estratégias de preservação com especialistas na área; na Semana Universitária na Universidade de Brasília, nos dias 24 a 26 de outubro de 2017, onde foi feita palestra sobre o ArPDF e suas funções e competâncias; no Minicurso de Conservação Preventiva e Gerenciamento de Risco para Acervos Culturais, ocorrido no dia 1º de dezembro de 2017, aprimorando os conceitos de conservação preventiva (antecedentes históricos e conceitos básicos), de agentes de deterioração do patrimônio cultural e de introdução à metodologia de gerenciamento de riscos (identificação, avaliação e controle de riscos) e no Arquivo em Cartaz – Festival Internacional de Cinema de Arquivo, promovido pelo Arquivo Nacional no período de 04 a 06 de dezembro de 2017, onde houve participação na Oficina Técnica "Noções Básicas de Conservação de Películas Cinematográficas".

Um órgão com o qual o ArPDF vem estabelecendo parcerias em diversas áreas é o Arquivo Nacional e sua Coordenação Regional em Brasília, com quem tem realizado, ao longo dos últimos anos, diversas reuniões de trabalho, troca de experiências e conhecimento técnico acerca dos mais diversos temas de sua competência, bem assim participando como membro do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), tendo-se feito representar nas 89ª e 90ª Reuniões Plenárias, realizadas nos dias 12 e 13 de dezembro de 2017, no Rio de Janeiro.

Passados três anos da mudança para a Sede do ArPDF, foi possível melhor observar a necessidade de correções, adaptações de sua estrutura física para o atendimento das novas demandas e aprimoramento das suas dependências, para melhor acondicionar o acervo permanente. Dessa forma, foram tomadas iniciativas para viabilizar a adaptação e reforma da estrutura física dos blocos 'A' e 'C' do Complexo ArPDF. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com o DETRAN, com vistas a negociação da desocupação do Bloco 'C', e deu-se continuidade às conversas iniciadas com a NOVACAP quanto à formalização de convênio para elaboração dos projetos básicos para a reforma das edificações, o que não foi possível.

Paralelamente às tentativas junto aos órgãos e entidades do Distrito Federal mencionados acima, buscou-se orientações à Subsecretaria de Captação de Recursos da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à possibilidade de conseguir recursos no próprio GDF ou do BNDES para a aquisição de mobiliário, reforma das instalações do ArPDF e para tratamento e preservação do acervo permanente da Instituição. A mesma medida foi adotada junto à Câmara Legislativa do DF, onde foi solicitado que os legisladores verificassem a possibilidade de destinarem emendas parlamentares para realização das ações de adaptação predial do Arquivo Público. Da iniciativa junto à Câma Legisltiva do DF, resultou a liberação de cerca de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) que serão disponibilizados ao orçamento do ArPDF para 2018, para aquisição de material de consumo específico para preservação do

acervo permantente, de mapotecas, de equipamentos de software e hardware de informática e para realização de serviços de manutenção.

No aspecto administrativo, foram concluídas as análises dos procedimentos preliminares de tomadas de contas especial e sindicância abertos para apuração do desaparecimento de bens móveis do ArPDF, dentre os quais alguns foram localizados, outros restituídos ou tiveram seu valor restituído ao erário pelos responsável e outros continuam em andamento para que seja possível a apuração de responsabilidade.

Por fim, dentre tantas distintas e importantes realizações, merece destaque, ainda, a publicação do Novo Regimento Interno do Arquivo Público, que se deu por meio do Decreto nº Decreto nº 38.725, de 20 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 2017 e republicado no dia 03 de janeiro de 2018, em face de erro material. Após 11 anos desde o último Regimento Interno, datado de 2005 (Portaria nº 01, de 20 de maio de 2005, da Secretaria da Cultura), o novo texto traz as atribuições e competências da Instituição de forma mais adequada à sua e à realidade atual do Governo do Distrito Federal, além de trazer mais segurança jurídica para a realização de suas atividades.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Como se observa dos dados constantes do presente relatório, os indicadores previstos para o ano de 2017 foram superados, em muito, pelo Arquivo Público. Isso se deve a uma gestão pautada na busca pelos resultados planejados, na melhoria do desempenho do órgão, bem como no seu fortalecimento quanto a suas competências no cenário distrital. Também merece destaque a atuação do corpo técnico que vem atuando no órgão, cada vez mais especializado e qualificado para o exercício das atividades de suas funções.

O aperfeiçoamento e o crescimento do Órgão não vem sendo demonstrado somente nos indicadores, mas em toda a sua produção e capacidade de solução de conflitos, que vêm tomando proporções cada vez maiores. Dessa forma, pode-se dizer que o ano de 2017, para o Arquivo Público do Distrito Federal, foi um ano produtivo, de fortalecimento de competências, de crescimento e de prosperidade, no qual se conseguiu adquirir e construir instrumentos importantes para a gestão documental no DF e para a preservação e o tratamento do seu acervo permanente.

Todo o esforço empreendido pelo ArPDF, juntamente com o apoio institucional do Governo do Distrito Federal, fez com que a gestão de documentos e a preservação da Memória do Distrito Federal fossem elevados à tema prioritário na agenda de governo, o que fortaleceu o Arquivo Público e fez com o que fosse possível a consolidação do seu papel enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF.

Para o próximo ano, ainda há desafios a serem enfrentados, entretanto, pretende-se seguir nesse mesmo caminho, buscando o aprimoramento da infraestrutura física do ArPDF, da gestão de documentos no âmbito do GDF, bem como do acesso à informação histórica e à recuperação de informações de forma mais rápida. Tudo isso, por meio de ações que promovam os avanços necessários ao bom desempenho institucional e a geração de bons resultados na prestação de serviços ao cidadão.

Buscar-se-á, portanto, dar continuidade e efetividade às ações e às responsabilidades históricas, culturais, sociais e administrativas da Instituição, além de possibilitar a concretização de produtos e a realização de serviços que agreguem valor às políticas públicas com impacto positivo para a sociedade.

AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - AGEFIS – UO: 09.201

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, foi criada pela Lei nº 4.150, de 05 de junho de 2008. Em 1º de janeiro de 2.015, por meio do Decreto nº 36.236, Art. 13, §3°, alínea III, a AGEFIS passou a ser vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

O Art. 3º, da Lei nº 4150, estabelece que compete exclusivamente à AGEFIS:

I - executar as Políticas de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal, em consonância com as Políticas Governamentais;

II - supervisionar, planejar e coordenar as ações de fiscalização desenvolvidas pelos integrantes da carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal;

III - coordenar a implantação e administrar a arrecadação de preços públicos e dos tributos cuja competência de lançamento seja dos integrantes da carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal;

IV - conceder, controlar e cancelar o parcelamento dos créditos não ajuizados referentes aos preços públicos e as taxas administradas pela AGEFIS, na forma da lei;

V - expedir normas e padrões a serem cumpridos no âmbito de suas atribuições;

VI - deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação dentro da área de sua competência;

VII - administrar suas receitas e elaborar proposta orçamentária;

VIII - firmar convênios, contratos e parcerias, na forma da lei;

IX - privativamente: receber, instruir e julgar, em primeira instância, reclamações, representações, impugnações, recursos e processos oriundos do exercício da fiscalização de atividades urbanas e da fiscalização de limpeza pública, na forma do seu Regimento Interno;

X - fiscalizar as vias e os logradouros públicos, visando a higienização das áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, bem como aplicar todas as sanções previstas em lei, especialmente as cominadas na Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989; e,

XI - supervisionar, planejar e coordenar as ações de fiscalização de limpeza pública no Distrito Federal.

A AGEFIS é dotada do poder de polícia, poder este exercido exclusivamente pelos servidores integrantes das carreiras de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana, no exercício regular de suas atribuições. A carreira de Auditoria de Atividades Urbanas congrega as especialidades vinculadas diretamente a AGEFIS: Fiscalização de Obras e Fiscalização de Atividades Econômicas. A AGEFIS congrega ainda a carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana, que exerce suas atividades dentro das competências desta autarquia.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	20	15	89	478	602
Comissionados sem vínculo efetivo	41	0	28	0	69
Requisitados de órgãos do GDF	8	8	9	0	25
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	14	0	0	14
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	8	0	0	8
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	59	0	149	208
Subtotal	69	104	126	627	926
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	33	35	69
Total Geral	69	103	93	592	857

Observação: Os números indicados na categoria "Outros" referem-se à mão de obra de terceirizados, havidos por meio de 02 (dois) Contratos de Prestação de Serviços Continuados, Administrativo, Técnico Operacional e Logístico.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**255.867,00**	**2.173.392,00**	**1.101.022,50**	**954.860,00**
5894 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	255.867,00	2.173.392,00	1.101.022,50	954.860,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**500.000,00**	**510.000,00**	**214.645,67**	**142.325,73**
5198 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	510.000,00	214.645,67	142.325,73
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	**461.500,00**	**400.000,00**	**339.980,00**	**339.980,00**
0001 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO--DISTRITO FEDERAL	461.500,00	400.000,00	339.980,00	339.980,00
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	**175.014,00**	**175.014,00**	**1.775,00**	**356,00**
0003 - EDUCAÇÃO URBANA--DISTRITO FEDERAL	175.014,00	175.014,00	1.775,00	356,00
4053 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	**100.000,00**	**100.000,00**	**11.900,00**	**10.783,87**

0006 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	11.900,00	10.783,87
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	**300.000,00**	**300.000,00**	**15.020,00**	**15.020,00**
0002 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	300.000,00	300.000,00	15.020,00	15.020,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**569.177,00**	**458.424,00**	**357.618,34**	**355.635,00**
8743 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	569.177,00	458.424,00	357.618,34	355.635,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**2.361.558,00**	**4.116.830,00**	**2.041.961,51**	**1.818.960,60**

No Programa Território da Gente, a AGEFIS é a unidade responsável pelo Objetivo Específico 004 - PACTO PELA FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO que visa definir os regramentos para os procedimentos de fiscalização (normas, procedimentos, monitoramentos, programações, e governança) e assegurar a eficiência e eficácia nas ações fiscais, em consonância com os princípios de sustentabilidade, no ordenamento das atividades urbanas, ambientais e econômicas do território.

No ano de 2017, um dos objetivos da AGEFIS era a busca da melhora da execução orçamentária, principalmente na sua atividade fim, para dar melhor cumprimento à sua missão institucional. Dentre os investimentos realizados pela AGEFIS em 2017 para aumento de sua eficácia, podemos destacar:

Ação 1471 Modernização do Sistema de Informação: os recursos nessa ação, foram utilizados para as seguintes aquisições: Aeronave Remotamente Pilotada (RPA/Drone - tipo quadricóptero), impressoras termossensíveis, portáteis da solução de talonário eletrônico, equipamentos para infraestrutura da solução Sala de Situação e estações de trabalho avançadas (workstations) da Unidade de Informação e Controle do Território - UNITE, da Superintendência de Gestão e Planejamento - SUGEP/AGEFIS.

A aquisição da Aeronave Remotamente Pilotada RPA/Drone, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), objetiva o monitoramento dos vazios urbanos, que são as áreas até o momento preservadas da ocupação humana, em razão da larga extensão das mesmas. A dificuldade de acesso aos referidos locais, tornaram essa solução necessária para maior efetividade de operações de fiscalização voltadas para erradicação de ocupações irregulares em fases iniciais e de despejos irregulares de lixo em locais públicos.



Foto: Agência Brasília.

As Estações de Trabalho Avançadas (workstations), no total de 10 unidades ao montante de R$ 146.162,50 (cento e quarenta e seis mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) foram adquiridas para a equipe técnica da Unidade de Informação e Controle do Território - UNITE/SUGEP/AGEFIS responsável por efetuar auditorias urbanísticas, processamento de dados e imagens e gerar informações georreferenciadas com base no imageamento por satélite fornecido pelo Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLAN.

A solução de Sala de Situação, no valor abaixo de R$ 7.000,00 (sete mil reias), visa realizar os acompanhamentos e monitoramentos das operações da AGEFIS, em tempo real ou não, propiciando uma visão holística, concisa e detalhada das suas operações de fiscalização e/ou

de desobstrução no Distrito Federal com vistas a promover a melhor tomada de decisão. Em 2018, pretende-se estender as gestões junto à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) para fins de liberação dos acessos às imagens das câmeras do Centro Integrado de Comando e Controle Regional do Distrito Federal (CICCR-DF).

Ação 2557 Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação: Neste Programa de Trabalho as despesas foram destinadas, em sua maior parte, na locação de equipamentos de Tecnologia da Informação, entre elas, as impressoras multifuncionais. Dos valores empenhados no montante de R$ 214.645,67, foram liquidados o total 142.325,73 nessa ação com despesas de consumo e serviços.

Ação 2630 Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento e Controle do Território: despesas com o contrato administrativo de Serviço Móvel Especializado - SME (rádios transceptores), que obteve redução de 25%, passando R$ 634.164,00 para R$ 475.320,00. Essa solução possibilita maior sinergia operacional, produtividade e segurança durantes as operações da AGEFIS, tendo em vista que o sinal não pode ser interceptado por pessoas não autorizadas ou interrompido em vazios urbanos, locais de difícil acesso ou fora do alcance do sinal das operadoras de celulares. Outras vantagens nos equipamentos de radiocomunicação consistem na qualidade, flexibilidade, funcionalidade e mobilidade deles nas ações fiscais.

Ação 8505 Publicidade e Propaganda: Neste Programa de Trabalho a despesa foi inteiramente destinada ao pagamento das publicações de Atos Legais e Administrativos da AGEFIS, no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). Destacamos que houve uma redução de 9,40% com esta despesa, que passou de R$ 392.565,00 em 2016 para R$ 355.635,00 em 2017.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1719 - DESOBSTRUÇÃO E COMBATE ÀS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO LAGO PARANOÁ	57	UNIDADE	-	330	112		100	100	AGEFIS/UO 09201/ OE 4
Justificativa: 2017 - Para o cumprimento das obrigações estipuladas na sentença proferida na Ação Civil Pública nº 2005011090580-7, a AGEFIS executou o Plano de Fiscalização e Remoção de Construções e Instalações erguidas na APP do Lago Paranoá em uma faixa de 30 metros da margem do Lago. A desobstrução foi iniciada em agosto de 2015 e concluída em dezembro de 2017, com um total de 454 lotes desocupados em todo o processo, sendo 330 lotes somente em 2017.									
1716 - EXECUÇÃO DE AÇÃO FISCAL NO COMÉRCIO ESTABELECIDO	0	UNIDADE	-	7.722	7.000		7.000	7.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4
Justificativa: 2017 - O indicador tem como finalidade mensurar a fiscalização de comércios estabelecidos no âmbito do Distrito Federal e verificar se as ações fiscais estão inibindo o exercício irregular de atividade econômica no Distrito Federal.									
1715 - PESSOAS SENSIBILIZADAS EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO	1.713	PESSOA	-	4.288	1.500		1.000	1.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4
Justificativa: 2017 - Este indicador foi criado para sensibilizar os participantes acerca das ações da AGEFIS em prol da acessibilidade e da educação para fiscalização com foco na formação de cidadãos mais conscientes e com estreitamento da relação entre a instituição e a Sociedade. São eventos que compõe este indicador: Palestras sobre acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e as ações de sensibilização em feiras livres, permanentes e eventuais do DF.									
1718 - VISTORIA DE OBRAS LOCALIZADAS EM ÁREAS EM REGULARIZAÇÃO (ESCOPO: FORA DO DIURB)	0	%	-	85	80		80	80	AGEFIS/UO 09201/OE 4
Justificativa: 2017 - No ano de 2017, foram realizadas 85 vistorias em obras no Setor Habitacional Vicente Pires, área objeto deste indicador, que estão em desacordo com a DIUR, tendo sido lavradas 2.282 ações fiscais, incluindo lacre e interdição das obras e apreensão de materiais de construção. Destacamos o excesso de liminares judiciais concedidas pela Justiça Federal em desfavor da AGEFIS, como um limitador à atuação deste órgão nesta região.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1717 - ÁREAS DESOBSTRUÍDAS NO TERRITÓRIO	10.126.168	M2	-	20.815.426	10.000.000		3.000.000	3.000.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4
Justificativa: 2017 - O indicador acumula o total de áreas desobstruídas em ações de fiscalização executadas pela AGEFIS, em áreas rurais e urbanas. A superação da meta se deve a melhorias implantadas no serviço decorrentes do planejamento pré operacional e do geoprocessamento das ações. Dentre as ações de desobstrução consideradas no indicador, figuram as realizadas na Orla do Lago Paranoá, a desobstrução de Parques Ecológicos e operações de Pronta Resposta.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**50.000,00**	**50.000,00**	**1.208,01**	**1.208,01**
6193 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	50.000,00	1.208,01	1.208,01
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**2.800.000,00**	**3.000.000,00**	**2.061.631,54**	**1.749.535,25**
9560 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.800.000,00	3.000.000,00	2.061.631,54	1.749.535,25
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**10.000.000,00**	**4.101.152,00**	**3.850.167,14**	**3.850.167,14**
0040 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	10.000.000,00	4.101.152,00	3.850.167,14	3.850.167,14
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**10.009.106,00**	**9.702.901,00**	**9.302.644,71**	**9.302.644,71**
7166 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	10.009.106,00	9.702.901,00	9.302.644,71	9.302.644,71
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**22.859.106,00**	**16.854.053,00**	**15.215.651,40**	**14.903.555,11**

Em 2017, foi pago o valor de R$ 2.324.199,74 (dois milhões, trezentos e vinte e quatro mil, cento e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos) em licença prêmio devidas aos servidores da AGEFIS, referentes ao mês de fevereiro de 2016, e, ainda, o valor de R$ 1.525.967,40 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) de restituições gerais devidas e instruídas no processo nº 361-000.714/2017, sendo contabilizado o montante de R$ 3.850.167,14 (três milhões, oitocentos e cinquenta mil, cento e sessenta e sete reais e quatorze centavos).

Por fim, houve recolhimentos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP no valor de R$ 1.749.535,25 (um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) e pagamentos de ressarcimentos, indenizações e restituições no valor de R$ 8.757.564,47 (oito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) e com pessoal requisitado da PCDF de R$ 545.080,24 (quinhentos e quarenta e cinco mil, oitenta reais e vinte quatro centavos).

Em atendimento ao Artigo 1º e 3º, Lei nº 3.624, de 18 de julho de 2005, foi efetuado 01 (um) pagamento com requisição de pequeno valor por meio do processo nº 361.005.995/2017, no valor de R$ 1.208,01 (um mil, duzentos e oito reais e um centavo), em atendimento as decisões judiciais impetradas em desfavor da AGEFIS, bem como foram realizados os recolhimentos mensais devidos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de acordo com os repasses recebidos pela Unidade.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**203.039.559,00**	**179.135.292,00**	**178.776.049,29**	**178.769.874,87**
8883 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	203.039.559,00	179.135.292,00	178.776.049,29	178.769.874,87
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**3.747.905,00**	**4.563.143,00**	**4.385.119,72**	**4.385.119,72**
0004 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DA CARREIRA DE FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS TRANSERIDOS DO SLU PARA AGEFIS-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
9689 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3.447.905,00	4.563.143,00	4.385.119,72	4.385.119,72
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**16.100.517,00**	**17.642.241,00**	**14.607.302,95**	**13.121.104,66**
9806 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	16.100.517,00	17.642.241,00	14.607.302,95	13.121.104,66
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**212.000,00**	**212.000,00**	**14.868,50**	**1.335,00**
5334 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	212.000,00	212.000,00	14.868,50	1.335,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**223.099.981,00**	**201.552.676,00**	**197.783.340,46**	**196.277.434,25**

Os recursos alocados foram utilizados, quase que na sua totalidade, no custeio da AGEFIS, tais como: aquisição de material de consumo, manutenção de energia elétrica, água e esgoto, telefonia móvel e fixa, serviços de correio, contrato de prestação de serviços continuados administrativo, técnico operacional, encarregado de transporte e motoristas, encarregado geral, supervisor de equipe, atendente, apoio operacional, operador de máquinas, técnico em telecomunicações, artífice em manutenção, contrato com serviços de fornecimento de refeições preparadas, entre outros.

De maneira geral, o total das despesas de custeio da AGEFIS foram reduzidas em 5,68%, passando de R$ 208.099.175,00 em 2016 para R$ 196.277.434,25 em 2017. Entre os fatores redutores, destacam-se a diminuição de gastos com os contratos administrativos de serviços terceirizados prestados pelas empresas Interativa e Brasfort e, ainda, com redução do quadro de pessoal por aposentadorias ocorridas no ano de 2017.

Dentre as medidas implementadas para reduzir a despesa com o custeio, destacamos:

1) Consumo de água: redução de 14,47%, passando de 3.572 L em 2016 para 3.055 L em 2017, atendendo ao Decreto nº 37.644, de 20/09/2016, que institui a política de redução de consumo de água de, no mínimo, 10% (dez por cento), pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal;

2) Consumo de Energia: redução de 21%, que corresponde a economia ao erário distrital no valor de R$ 83.485,33;

3) Contrato de Aluguel: redução de 32,71%, que corresponde a R$ 1.225.193,16, sendo a atual sede próxima das demais instalações da AGEFIS;

Houve o repasse que foi autorizado da fonte 220 (recursos próprios da AGEFIS) no valor de R$ 4.532.616,00 (quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e dezesseis reais),

recurso que foi utilizado para atender as necessidades da Agência com os Programas de Trabalho da Manutenção e Indenização de Transportes (Ação 8517) e (Ação 9050).

Vale ressaltar a solicitação nos autos do processo nº 0361-002447/2017 (SEI), a qual solicita a transferência de recursos financeiros para ser creditado na conta movimento da Agência de Fiscalização do Distrito Federal no montante de R$ 1.616.028,51 (um milhão, seiscentos e dezesseis mil, vinte e oito reais e cinquenta e um centavos), referente às receitas contabilizadas da fonte 220, tendo em vista que esses recursos estão sendo indevidamente creditados em outras Fontes, conforme relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, referente ao período de 12/07/2017 à 20/11/2017.

Conforme prevê a Legislação, todas as contas contábeis possuem códigos de receitas específicos deste Órgão.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A execução de políticas de fiscalização de atividades urbanas bem como a supervisão, o planejamento e a coordenação de ações de fiscalização no Distrito Federal são de competência exclusiva da AGEFIS, sendo forte contribuinte para o alcance do Objetivo Estratégico do Governo do Distrito Federal: "Promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável".

O baixo orçamento aliado aos reiterados contingenciamentos de recursos financeiros, a redução da força de trabalho, a falta de equipamentos e de investimentos em tecnologia de informação para realização da atividade fim, estão entre as dificuldades encontradas pela AGEFIS para exercer o controle do uso e ocupação do solo no Distrito Federal.

Diante deste cenário, desde 2015, e visando aprimorar seu desempenho institucional, a autarquia desenvolveu uma nova estratégia de Fiscalização e Monitoramento do Território, que está calcada em 05 eixos basilares de atuação:

1) Novo Modelo de Governança e Aprimoramento da Gestão: a AGEFIS é reestruturada e são criadas as Diretorias Temáticas, compatibilizando os instrumentos de fiscalização aos de planejamento de uso do solo e a legislação que ampara sua atuação, e adota a Gestão para Resultados - GpR;

2) Programações Fiscais: A AGEFIS abandona o modelo de divisão do território por trechos, que traduzia a fiscalização e o monitoramento tradicionais, e adota a metodologia de trabalho por meio de Programações Fiscais;

3) Metodologia de Monitoramento do Território: A AGEFIS utiliza dados geoespaciais no monitoramento do território e no diagnóstico de soluções de temas relacionados às atividades de fiscalização para identificar, caracterizar e classificar tendências e padrões de crescimento urbano no DF;

4) Desenvolvimento do SISAF GEO: Desenvolvimento e implantação de um novo software para substituir o Sistema Informatizado de Serviços e Ações Fiscais – SISAF Legado, dentro de uma plataforma tecnológica estruturada em módulos de funcionalidades, com inserção de base cartográfica, aerofotogrametria e imagens satélites georreferenciadas;

5) Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento e Controle do Território: Modelo de fiscalização que integra ações, cria arranjos de governança, define instâncias de decisão, contêm objetivos claros e apresenta diretrizes norteadoras para os seus instrumentos de atuação, visando um controle mais eficiente e efetivo das ações fiscais.

A estratégia adotada teve como premissas:

a) a necessidade de tratar os problemas da cidade de maneira integrada, padronizada, isonômica, impessoal e eficiente;

b) a necessidade de otimização dos recursos humanos e materiais;

c) a necessidade de distribuição das atividades de fiscalização de forma equilibrada e igualitária.

Em dezembro de 2016, foi revisado o Planejamento Estratégico da instituição, para a redefinição dos objetivos estratégicos, dos projetos, iniciativas e ações, dos mecanismos de acompanhamento e controle e da estrutura de planejamento estratégico, assimilando as importantes mudanças havidas na Agência nos anos de 2015 e 2016.

A estratégia de Fiscalização e Monitoramento do Território, enfrenta desafios diários para sua implementação e demanda revisões e atualizações constantes.

O novo Planejamento Estratégico, ciclo 2017/2020, foi aprovado por meio da Instrução Normativa nº 113, de 29/03/2017, o que promoveu diversos desafios e conquistas para a AGEFIS já no ano de 2017.

Dentre os desafios de 2017, e segundo os eixos anteriormente descritos, destacamos as ações que contribuíram mais fortemente para a implementação da estratégia:

1) Novo Modelo de Governança e Aprimoramento da Gestão

Gestão para Resultados - GpR

Em 13/02/2017, a AGEFIS pactuou um Acordo de Resultados com o GDF, com a interveniência da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG, contemplando 04 projetos e 11 Indicadores Estratégicos prioritários para o Governo.

De maneira análoga, a Diretora Presidente da AGEFIS, replicando o modelo adotado no âmbito do Governo do Distrito Federal, pactuou um Acordo de Resultados no âmbito institucional, contemplando 58 projetos e 54 indicadores estratégicos e de processos, totalizando 112 iniciativas.

Em 20/12/2017, das 8h às 12h, no Cine Brasília, situado na EQS 106/107 - Asa Sul - Brasília-DF, foi realizada Reunião de Avaliação da Estratégia referente ao ano de 2017, da AGEFIS, com a presença de centenas de servidores que prestigiaram o evento. Para a programação foram definidos os seguintes temas: abertura dos trabalhos, breve explanação sobre GpR, destaques 2017 e homenagens aos servidores que se destacaram nas suas respectivas áreas de atuação. O referido evento foi o marco de fechamento dos trabalhos do ano de 2017, bem como um momento de reflexivo para o início dos trabalhos do ano seguinte.

Vale ressaltar que, em 2017, a AGEFIS foi premiada pelo Governo do Distrito Federal por estar entre as 03 (três) unidades distritais com maior adesão ao GpR e, ainda, a Agente de Planejamento (AGEP) premiada entre os 05 (cinco) representantes que mais se empenharam na implantação do supracitado modelo.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, ciclo 2017/2020, da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS foi ajustado à nova Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Distrito Federal – EGTI, aprovada pelo Decreto n° 37.574/2016, e promoveu o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação (TI) aos atuais objetivos estratégicos institucionais e governamentais.

O novo PDTI foi aprovado por meio da Instrução Normativa nº 111, de 13/02/2017 e publicado no DODF nº 33, pg. 01, em 15/02/2017, e, com vistas a sua implementação efetiva na AGEFIS, foi instituído o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI por meio da Instrução Normativa nº 117, de 02/05/2017, ambos alinhados à nova EGTI do Governo do Distrito Federal.

Revisão do Plano Plurianual - PPA, Ciclo 2016/2019

Em maio de 2017, a AGEFIS submeteu à apreciação da SEPLAG a revisão do PPA, cuja aprovação aconteceu pela Lei nº 6.061 de 29/12/2017. O PPA revisado estabeleceu um

objetivo específico sob responsabilidade desta autarquia, Pacto pela Fiscalização Integrada e Governança do Território. Foram revisados também metas e indicadores.

A AGEFIS entende que essa revisão foi necessária para o alinhamento das estratégias institucionais e governamentais, para otimização de recursos e aprimoramento da organização, no que tange aos seus serviços públicos ofertados à sociedade com maior qualidade e efetividade.

Implantação da Política de Gestão de Risco

A AGEFIS, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público, resolveu adotar e instituir a Política de Gestão de Riscos, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 112, de 14 de março de 2017, que delineou os Objetivos, os Princípios, as Diretrizes, as Responsabilidades e o Processo de Gestão de Risco no âmbito interno da organização.

Foi instituído o Comitê de Gestão de Risco por meio da Portaria Conjunta nº 05 CGDF/AGEFIS, que institui o Comitê de Gestão de Risco da AGEFIS (publicada no DODF, Edição Extra, de 30/04/2017) em conjunto com a Controladoria Geral do distrito Federal - CGDF, órgão responsável pelo apoio à implantação e à normatização da aplicação do projeto no GDF.

O processo abrange a identificação, a análise e a avaliação do risco. Em 2017, foi estabelecido o Contexto da AGEGIS com os processos de gestão da organização e discutido com as partes interessadas. Ainda foram elaboradas as Matrizes de Riscos das Superintendência de Administração e Logística - SUAL e Superintendência de Operações - SUOP, consideradas as áreas mais sensíveis para esta matéria, que deverão ser homologadas pelo Comitê de Gestão de Risco.

Após a aprovação das Matrizes de Risco, deverá ser elaborado o documento de Tratamento do Risco, no qual os responsáveis serão identificados e serão indicadas as ações para eliminar ou mitigar os riscos.

Em 2018, o processo será estendido às seguintes unidades orgânicas da AGEFIS: Superintendência de Fiscalização de Resíduos - SUFIR, Superintendência de Fiscalização de Atividades Econômicas - SUFAE, Superintendência de Fiscalização de Obras - SUOB e Superintendência de Gestão e Planejamento - SUGEP. Finalmente, será implantado o monitoramento que poderá ser periódico ou em resposta a um fato específico.

Aumento de Arrecadação da AGEFIS

A Lei nº 4.150/2008 estabelece a competência da AGEFIS para administrar suas receitas e elaborar sua proposta orçamentária. As receitas diretamente cobradas pela autarquia são as Taxas decorrentes do Poder de Polícia, ou seja, Taxa de Execução de Obras – TEO, Taxa de Fiscalização de Estabelecimento – TFE, o Preço Público dos Quiosques que possuem Termo de Permissão de Área Pública e as Multas Não Tributárias.

Em 2017, apesar da situação econômica, a arrecadação sofreu um incremento significativo de 15% (quinze por cento), resultando num total de R$ 25.933.547,15 arrecadados. Isto decorreu de melhor aproveitamento e direcionamento da força de trabalho pela otimização da fiscalização por meio de Programações Fiscais especificas para cobrança das Taxas do Poder de Polícia e intensificação da fiscalização em áreas irregulares.

Vale ressaltar que o resultado apresentado anteriormente corresponde a um incremento na receita no valor de R$ 3.388.600,33 (três milhões, trezentos e oitenta e oito mil, seiscentos reais e trinta e três centavos), superior aos anos anteriores, conforme a seguir: 2015 = R$ 1.740.419,62, corresponde a 9% de incremento, e 2016 = R$ 1.354.339,20, corresponde ao incremento de 6% na arrecadação.

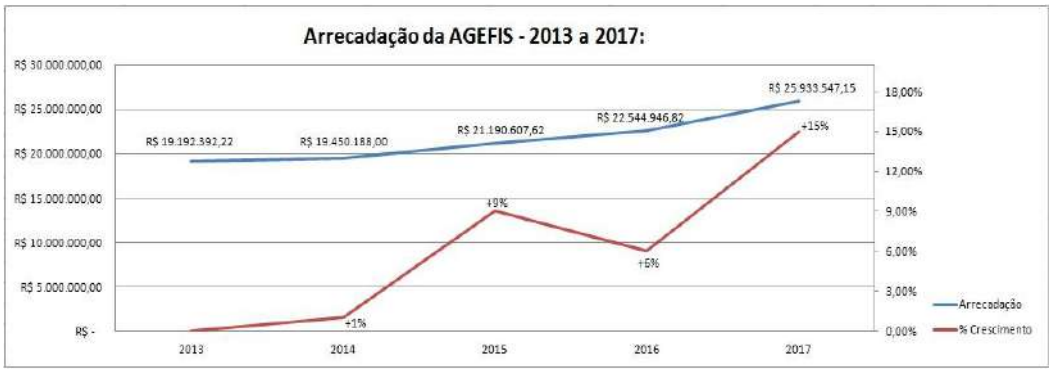


Gráfico 1: Evolução das Receitas da AGEFIS - 2013 a 2017.

Fonte: Unidade de Receita - UREC/AGEFIS.

SISLANCA

O Sistema Integrado de Lançamento de Créditos do Distrito Federal – SISLANCA foi instituído por meio do Decreto nº 38.097/2017 com o objetivo de melhorar o controle e a arrecadação do GDF, pois concentra, em uma única plataforma de controle, todos os débitos de competência do Distrito Federal.

A AGEFIS passou a utilizar o sistema primeiramente para o lançamento dos Autos de Infração, e depois para realização de Parcelamento de Dívidas e cobrança do Preço Público. O SISLANCA otimiza a consulta, o pagamento, a cobrança e o ajuizamento de todos os débitos da AGEFIS.

Revisão da Carta de Serviços da AGEFIS

A Carta de Serviços ao Cidadão, segundo o Programa GESPÚBLICA (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização do Governo Federal), "é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos".

Com o objetivo de Informar aos cidadãos quais os serviços prestados pela AGEFIS, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos e ainda para atender aos moldes preconizados pelo Guia Metodológico e Estratégia de Implantação, a AGEFIS decidiu por revisar e/ou atualizar sua Carta de Serviços.

Em 30/05/2017, a versão resumida da Carta de Serviços da AGEFIS, ano 2017, foi aprovada e disponibilizada no site institucional.

Em 2018, a AGEFIS implantará a Carta de Serviços Digital.

Pesquisa de Opinião da População do DF

A Pesquisa de Opinião da População do Distrito Federal visou atender a um anseio, antigo dos gestores da Agência, de conhecimento das principais e reais necessidades de serviços da comunidade, como suporte para decisões estratégicas mais acertadas, do ponto de vista de eficiência e efetividade.

A pesquisa foi elaborada e executada em conjunto com a CODEPLAN entre janeiro e abril de 2017, envolvendo a definição do questionário e da amostra de pesquisa, a pesquisa propriamente dita, a compilação dos dados e o relatório final.

A coleta de dados se deu em 4.377 entrevistas feitas por meio de ligação telefônica assistida por computador(CATI), realizada pela CODEPLAN no mês de março de 2017, abrangendo extratos econômicos e geográficos da população representativos para todo o Distrito Federal.

Os resultados foram amplamente divulgados não apenas pelos titulares da AGEFIS e CODEPLAN, mas também pelo Governador do DF, servindo de balizamento para as ações governamentais. Entre eles, destacam-se: 51% da população aprovam as ações da AGEFIS, 80% aprovam a desobstrução da Orla do Lago Paranoá, 74,70% entendem que a grilagem

propicia falta de leitos em hospitais e vagas em escolas e contribui para a crise hídrica, entre outros.



(Desobstrução da Orla do Lago Paranoá)

Foto: Agência Brasília.

Vale ressaltar que o projeto em questão foi um dos finalistas no Prêmio Inova Brasília, ano 2017, na categoria: Uso Eficiente dos Recursos Públicos, tendo em vistas seus excepcionais resultados.

Plano Anual de Capacitação dos Servidores - PACS 2017

O PACS, ano 2017, da AGEFIS foi aprovado pela Instrução Normativa nº 114, de 29/03/2017, em consonância com o Decreto nº 29.814/2008, em atendimento à Política de Gestão de Pessoas da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

O PACS 2017, instrumento alinhado ao Plano Estratégico da AGEFIS, ciclo 2017/2020, e ao Decreto nº 37.239/2016, com vistas a atender a Política de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal, encontra-se categorizado por eixos temáticos, que resumem conhecimentos esperados para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o bom desempenho das atividades profissionais dos servidores, a saber:

1) aperfeiçoamento de habilidades interpessoais para o trabalho;

2) melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho;

3) desenvolvimento pessoal do servidor;

4) aprimoramento da qualidade do trabalho informatizado;

5) aprimoramento da performance em atividades administrativas;

6) aquisição de conhecimentos jurídicos relacionados com legislações específicas;

7) aquisição de conhecimentos jurídicos específicos das legislações específicas;

8) planejamento e divulgação de programações fiscais, operações e procedimentos de ação;

9) participação no intercâmbio técnico com órgãos do setor público;

10) desenvolvimento de atividades educativas com a sociedade civil;

11) desenvolvimento de atividades educativas com instituições de ensino;

12) aquisição de métodos, técnicas e normas de monitoramento do território;

13) aquisição de métodos, técnicas e normas de gestão e planejamento;

14) aquisição de conhecimentos específicos para serviços de inteligência;

15) aprimoramento de habilidades de análise e produção de textos técnicos; e,

16) participação do servidor em eventos técnico-científicos.

Entre os resultados apurados, encontra-se a evolução de participações em cursos/eventos ofertados que, em 2015, fechou em 1.630, em 2016, em 3.571, e, em 2017, em 4.074, ou seja, crescimento de 119% no ano de 2016 em relação a 2015 e de 14% no ano de 2017 em relação ao exercício anterior. A exemplo, os eventos e treinamentos no Sistema Eletrônico de Informação - SEI totalizaram 689 participações no ano de 2017, etapa essa essencial para o sucesso da implantação do supracitado sistema na AGEFIS.

Implantação do SEI na AGEFIS

O Decreto nº 36.756, de 16/09/2015, estabeleceu o Sistema Eletrônico de Informação – SEI como software web oficial de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos e digitais, no âmbito dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

A princípio o SEI foi implantado em órgãos pilotos, sendo que, em 2016, com a edição do Decreto nº 37.565, de 23/08/2016, os demais órgãos do GDF passaram a manifestar seu interesse em dar início ao processo de implantação do referido sistema. Foi nesse contexto que a AGEFIS se apresentou, de pronto, junto ao órgão gestor do SEI, qual seja, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG.

Nesses termos é que foi estabelecido em cronograma que o primeiro processo de negócio seria o de emissão de autos da AGEFIS, com prazo de finalização do piloto até o dia 17/07/2017, sendo o prazo estabelecido para "virada de chave" (100% eletrônico) até o dia 17/01/2018; contudo, pelos esforços conjuntos, as unidades administrativas da AGEFIS passam a ser 100% SEI em apenas de 13 dias, tal seja, a virada ocorreu em 01/08/2017.

Os benefícios trazidos pela adoção do SEI são diversos e destacam-se os seguintes: o aumento da produtividade e a celeridade na tramitação de documentos e processos; melhora da segurança e a confiabilidade dos dados e das informações; condições mais adequadas para a produção e utilização de informações; facilitação do acesso às informações e reduções de custos operacionais e do armazenamento físico pelos espaços que eram até então utilizados para guarda de documentos.

Na AGEFIS, com apenas 06 (seis) meses de implantação na AGEFIS, de julho a dezembro de 2017, o sistema SEI possibilitou:

a) Redução do tempo médio de tramitação dos processos, até então físicos, em até 70%.

b) Redução de quilometragem diária para entrega de malotes de processos e documentos físicos de 340 a 400 Km/dia para 190 Km/dia, redução de até 53% de km/dia de veículos utilizados para este fim.

c) Redução de 14,11%, cerca de 123.858 impressões ou cópias e, ainda, economia ao erário distrital de 6,17%, cerca de R$ 2.338,54 (dois mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), em relação ao semestre anterior a sua implantação. E,

d) Entre 17/07/2017 a 31/12/2017, foram gerados 16.006 processos SEI e 30.511 documentos SEI, documentos esses que até o 1º Semestre de 2017 seriam gerados fisicamente com custo de impressão e papel ao erário distrital, economia está alinhada aos preceitos da sustentabilidade socioambiental do setor público.

Os avanços acima corroboraram nos resultados institucional apresentados pela AGEFIS, em 2017, com respectivas evolutivas no ano seguinte. Em 2018, uma vez que a AGEFIS já iniciou o exercício totalmente em ambiente digital e considerando que a fase de adaptação foi vencida, a economicidade de insumos, força de trabalho e agilidade na tramitação de processos e documentos será ainda mais representativa. Por óbvio que tais benefícios reverberarão no objetivo precípuo da administração pública, que é a prestação de um serviço de excelência ao cidadão.

Ressalta-se que, por oportunidade de encontro acontecido no encerramento do exercício de 2017, com todo o staff do GDF, e ministrado pelo Exmo Sr. Governador do Distrito Federal, a AGEFIS foi certificada tendo reconhecido seu êxito em cumprir o propósito de 100% (cem por cento) na utilização do Sistema Eletrônico de Informação do Distrito Federal (SEI-DF).

Participação em Comissões e Grupos Técnicos

a) Comissão Permanente do Código de Edificações - CPCOE

A Comissão Permanente do Código de Edificações foi instituída pela Portaria nº. 38, de 23/04/2015, da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, unidade essa responsável por orientar a aplicação do Código de Edificações, emitir parecer técnico, dirimir dúvidas e propor alterações no instrumento.

Em 2016 e 2017, os trabalhos do CPCOE foram voltados para a elaboração de um novo Código de Edificações, considerando que o atual foi aprovado em 1998, necessitando de uma avaliação e/ou reformulação.

No ano de 2017, a Superintendência de Planejamento e Gestão - SUGEP/AGEFIS, participou de 16 (dezesseis) reuniões da CPCOE, sendo 10 (dez) reuniões ordinárias e 06 (seis) extraordinárias, com o objetivo de elaborar a minuta do Decreto para regulamentação do Projeto de Lei que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal, redigido pela CPCOE em 2016, submetido a audiência pública e encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF no ano de 2017.

A SUGEP/AGEFIS participou também de 15 (quinze) reuniões, representando a AGEFIS na CLDF para discussão do Projeto de Lei do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal.

b) Grupo Técnico Executivo criado por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº. 001/2015, celebrado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, por meio de sua Superintendência Regional no Distrito Federal, e o Governo do Distrito Federal, representado pela SEGETH, pela SECULT e pela AGEFIS

Tem como escopo a realização da gestão compartilhada do Conjunto Urbanístico de Brasília, visando a sua preservação, promoção e valorização como patrimônio nacional e cultural da humanidade. Foi feito em atendimento à recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO de criação de um grupo que unisse as instâncias local e federal. Anteriormente, não havia uma interlocução entre os órgãos envolvidos.

No ano de 2017, o Grupo Técnico Executivo realizou 31 (trinta e uma) reuniões conjuntas, nas quais foram tratados temas como: normatização, planejamento, desenho urbano, preservação, mobilidade, entre outros.

2) Programações Fiscais

Modernização das Programações Fiscais

Em 2017 as Programações Fiscais Táticas passam por um processo de modernização, onde o esforço foi em torno de aperfeiçoar a metodologia de trabalho da Programação Fiscal, de forma a melhorar a organização das informações necessárias para o planejamento e elaboração dessas programações, tornando mais intuitivas os procedimentos relativos às ações fiscais para cada tema abordado. Foram acrescentados e disponibilizados os fluxogramas de ações fiscais atualizados, conforme a legislação vigente para cada tema abordado.

De um total de 80 (oitenta) Programações Fiscais, incluídos as Tática e Especiais, que foram criadas desde 2015, verificou-se que por conta da nova metodologia 40 (quarenta) se enquadraram por temas das Diretorias.

O projeto de modernização das Programações Fiscais foi executado de forma efetiva. As 40 Programações Fiscais foram revisadas e colocadas numa nova formatação e metodologia, sendo inseridos os fluxos de ação fiscal e, ainda, itens que remetem ao Planejamento Estratégico, ciclo 2017/2020, da AGEFIS.

Por fim, entende-se que a ferramenta proposta no processo de planejamento da elaboração das Programações Fiscais, com a modernização delas por meio da nova metodologia, consolidou-se numa maior eficiência nas Diretorias no momento elaboração, coordenação e execução dessas programações.

3) Metodologia de Monitoramento do Território

Unidades Territoriais de Monitoramento Fiscal - UTMF

Instituir o monitoramento da ocupação territorial é uma necessidade expressa desde o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que vem a atender a demanda do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

O Monitoramento da Dinâmica do Território da AGEFIS está sendo construído com o objetivo geral de ampliar a área de visibilidade do território do Distrito Federal, de forma a facilitar o controle da ocupação do solo, especificamente nas áreas onde se verifica difícil acesso do agente fiscal.

As Unidades Territoriais de Monitoramento Fiscal - UTMF foram instauradas, por meio da Instrução Normativa Nº 122, de 28 de agosto de 2017, para subsidiar o Monitoramento da Dinâmica do Território, que se configura como um marco que pretende garantir, dentre outros aspectos, a regularização fundiária sustentável no DF, o direito à cidade sustentável e a diminuição da segregação socioespacial.

A UTMF tem por objetivo a construção de um módulo geográfico que permita a indexação de informações geográficas para constituição de um banco de dados relativo à totalidade da área do Distrito Federal. É composta por unidades geográficas, definidas em estudo específico, que subdivide o território em polígonos. Para tal, foram considerados para o desenho dos polígonos o atual traçado do sistema viário, as bacias hidrográficas, as Unidades de Desenvolvimento Territorial do PDOT 2009 e o setor censitário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

As unidades geográficas resultantes estão divididas em:

UTMF - Maior unidade geográfica regional, correspondendo a abrangência de uma bacia hidrográfica;

Módulo - subdivisão de UTMF, unidade geográfica correspondente a uma sub-bacia hidrográfica;

Distrito - subdivisão do módulo, que corresponde a microbacia, sendo a menor unidade geográfica do conjunto, podendo ser reconfigurado em função de novas vias ou alterações cartográficas de grande porte.

Em seguida, foram aplicadas às UTMF's, a Matriz Multicriterial de Impacto Territorial - MARIT, de modo a permitir análises da situação da ocupação em cada unidade geográfica. Após a avaliação das situações apresentadas, foram elencadas prioridades para atuação fiscal, tendo como critério o nível de impacto dos fenômenos no território do Distrito Federal e a sua urgência.

O próximo passo, que será desenvolvido em 2018, é a aplicação do resultado obtido pela aplicação da MARIT nas UTMF's no SISAF GEO.

Sensoriamento Remoto

O sensoriamento remoto consiste na análise de frequência de ondas de cor em imagens ortorreticuladas de modo a verificar características relacionadas ao território, como a evolução do uso e ocupação territorial.

O sensoriamento remoto tem por objetivo principal a verificação e notação de fenômenos ocorridos no território. Posteriormente, os estudos de monitoramento da dinâmica do território, por meio do sensoriamento remoto, podem se estender para a região do entorno imediato do Distrito Federal, uma vez que a situação da ocupação do território nessa região tem grande impacto na realidade do DF.

A AGEFIS está em fase de teste para dominar a tecnologia e, ao mesmo tempo, verificar a viabilidade de estudos com imagens gratuitas oferecidas pelo Exército Brasileiro, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e o Google.

A análise de imagens é realizada para mapear e caracterizar áreas de interesse - levantamento cartográfico, como no exemplo abaixo, cujo objetivo foi o de detectar construções na área de 26 de Setembro. Este resultado foi alcançado por meio de imagem de alta resolução (com pixel 0,5m), obtida por convênio com a TERRACAP, conforme Fig. 1.



Figura 1 - Mapa com imagem da TERRACAP - Construções na área de 26 de Setembro.

Fonte: Unidade de Informação e Controle do Território - UNITE/AGEFIS.

Em função do custo das imagens de alta resolução e do longo período de tempo entre as atualizações, estamos desenvolvendo estudos com imagens de menor resolução. Estes foram realizados com o programa ENVI, versão trial. O objetivo, neste caso, é obter resultados de levantamento cartográfico com imagens gratuitas, e, consequentemente, de menor resolução (tamanho de pixel) e de atualizações em menor intervalo de tempo.

No exemplo abaixo, um pixel corresponde a uma medida de 30m. A imagem foi obtida no site USGS (Serviço Geológico Estadunidense) disponível no site da ANASA, Fig. 2.

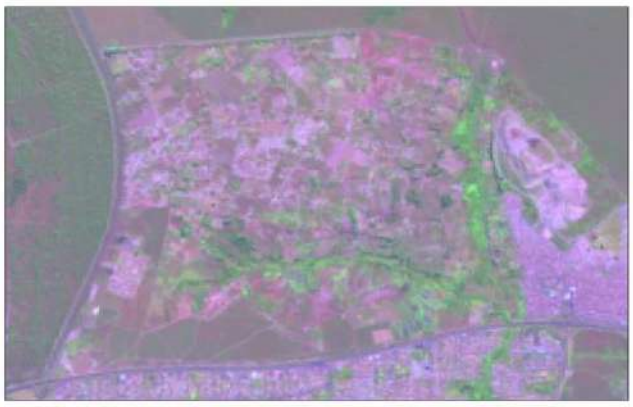


Figura 2 - Mapa com imagem da ANASA (30m) - Construções na área de 26 de Setembro.

Fonte: Unidade de Informação e Controle do Território - UNITE/AGEFIS.

Posteriormente, essa imagem bruta foi trabalhada de modo a que cada pixel corresponda a 15m, resultando na imagem que segue.



Figura 3 - Mapa com imagem da ANASA (15m) - Construções na área de 26 de Setembro.

Fonte: Unidade de Informação e Controle do Território - UNITE/AGEFIS.

Por fim, a imagem foi trabalhada de modo a ser possível o resultado da Fig. 4, para, a partir daí, ser realizado o levantamento cartográfico - Fig. 5.



Figura 4 - Mapa de construções na área de 26 de Setembro.

Fonte: Unidade de Informação e Controle do Território - UNITE/AGEFIS.

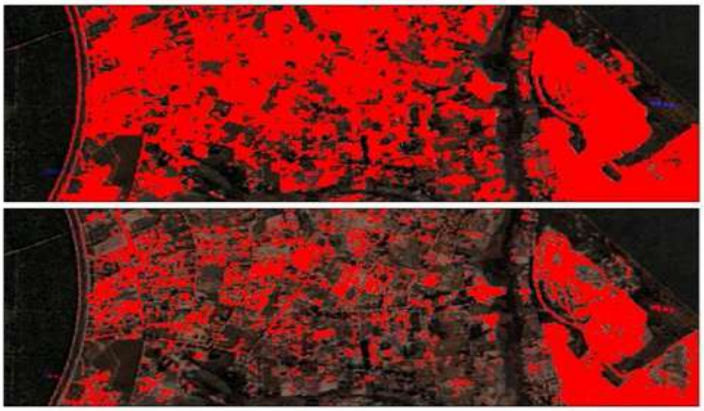


Figura 5 - Mapa com levantamento cartográfico de construções na área de 26 de Setembro.

Fonte: Unidade de Informação e Controle do Território - UNITE/AGEFIS.

4) Modernização do SISAF GEO

O Sistema Informatizado de Serviços de Ações Fiscais Georreferênciadas – SISAF GEO é uma ferramenta de apoio ao processo de planejamento, monitoramento, articulação, coordenação, controle e gestão das ações de fiscalização da AGEFIS.

Em 2017 foram desenvolvidos e implantados os seguintes módulos do SISAF GEO:

Módulo de Programação Fiscal - Este módulo tem como funcionalidade apoiar o planejamento e controle das ações de fiscalização. O planejamento inicia-se pela Programação Fiscal Tática - PFT, que necessariamente estará alinhada a um ou mais Resultados Institucionais do Mapa Estratégico da AGEFIS, no qual serão definidos o QUÊ e o COMO serão executadas as ações fiscais. Em seguida, a Programação Fiscal Operacional – PFO, derivada de uma PFT, estabelecerá o QUANDO e ONDE. E por último, a Instrução de Serviço – IS que estabelece o QUEM, isto é, os agentes fiscais que atuarão naquela ação fiscal.

Módulo de HABITE-SE - Este módulo possibilita ao Administrador Regional, a qualquer tempo, dispensando a formalização por correspondência, requisitar à AGEFIS a elaboração do Relatório de Vistoria para HABITE-SE e acompanhar o processo de sua elaboração nessa agência. O objetivo maior é estabelecer um canal de comunicação ágil, transparente e seguro

com as Administrações Regionais do DF para reduzir o prazo para emissão da Carta de HABITE-SE ao contribuinte.

Módulo de Expedientes - Este módulo, com o mesmo objetivo do módulo anterior, estabelece um canal de comunicação com os Órgãos Externos para receber suas demandas, objetivando otimizar o recebimento e o acompanhamento da elaboração das respostas.

Módulo de Recursos Administrativos - Este módulo foi desenvolvido para atender os encaminhamentos de recursos administrativos apresentados pelos cidadãos, tornando mais ágeis os atendimentos e as respostas às contestações aos processos de ações fiscais.

Solução do Talonário Eletrônico - O Talonário Eletrônico foi concebido com o objetivo de substituir o tradicional bloco em papel, utilizado pelos agentes fiscais na lavratura de autos em ações fiscais. Com a implementação desse módulo, os agentes fiscais poderão lavrar os autos eletronicamente em campo, sendo os registros da operação, lançados instantaneamente no SISAF GEO.

Além da inovação tecnológica, a implementação do Talonário Eletrônico proporciona muitos benefícios aos diversos atores envolvidos no processo de fiscalização, trazendo agilidade na lavratura e registro da ação fiscal, além da melhoria no controle e transparência do processo.

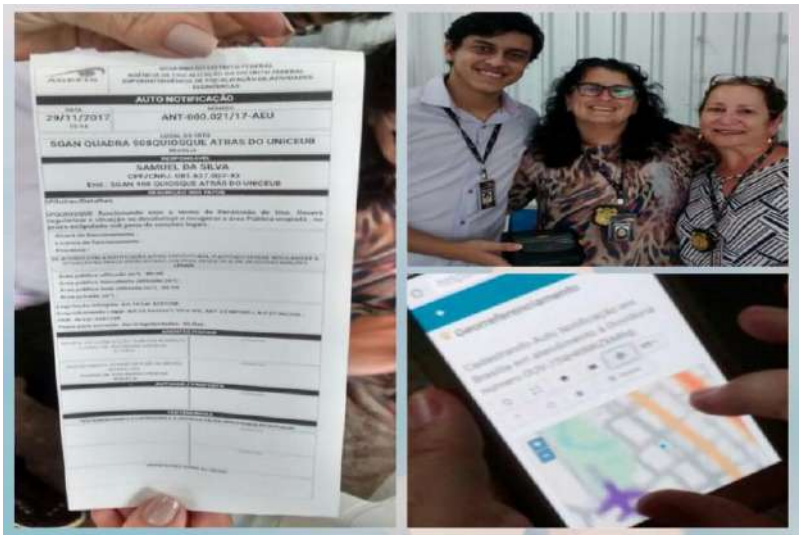


Foto: Unidade de Tecnologia da Informação - UTEC/AGEFIS.

5) Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento e Controle do Território

O Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento e Controle do Território tem sido feito por meio do desenvolvimento de vários projetos no âmbito da AGEFIS, do quais destacamos:

II Seminário de Combate à Grilagem de Terras Públicas no DF

Em junho de 2017 aconteceu o II Seminário de Combate à Grilagem de Terras Públicas no Distrito Federal no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, como iniciativa da AGEFIS na qualidade de membro integrante do Comitê de Governança do Território do Distrito Federal.

O seminário teve por objetivo integrar os órgãos participantes, disseminar informações e envolver a população na problemática da ocupação desordenada do território a fim de despertar o senso de pertencimento e a responsabilidade cidadã para melhorar a qualidade de vida no DF.

A segunda edição do seminário contou com a presença de palestrantes diversos e ampliou seu público-alvo a fim de estender a participação da comunidade escolar acadêmica no evento, oferecendo à população a oportunidade de debater e conhecer aspectos ambientais, legais, sociais, urbanísticos e políticos da ocupação do DF. A responsabilização criminal da grilagem de terras públicas foi abordada em mesa formada por representantes do Superior Tribunal de Justiça, do Ministério Público do DF e Territórios, da Procuradoria-Geral do DF e da Polícia Civil.

O evento contou com a participação de 822 pessoas, entre eles, servidores da AGEFIS, dos órgãos participantes do Comitê de Governança, autoridades governamentais, estudantes e acadêmicos das áreas relacionadas aos assuntos tratados.

Para 2018, está prevista a terceira versão do evento.

AGEFIS nas Escolas

O Projeto AGEFIS nas Escolas foi idealizado com o enfoque de alavancar a autarquia ao posto de instituição comprometida com a cidadania, integrá-la aos demais órgãos do GDF e de realizar ações que estejam em sintonia com as transformações da cidade e do uso de espaços públicos e privados pela sociedade.

O Projeto fortalece a imagem da AGEFIS como agente transformador da sociedade, em razão de que pondera para as futuras gerações a importância do cuidado com o meio ambiente em prol do desenvolvimento sustentável da comunidade e a preservação da qualidade de vida para todos.

O projeto pretende conscientizar a nova geração sobre a importância do respeito aos espaços públicos e dos cuidados com a ocupação, conservação e limpeza das áreas de circulação e convivência. Assim como, propiciar a compreensão da acessibilidade como meio de inclusão para todas as pessoas no uso de espaços públicos e privados.

Em outubro de 2017 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2017, entre SEE-DF e AGEFIS, para viabilizar o projeto na Rede Pública de Ensino. Assim, em novembro o Projeto Piloto foi lançado oficialmente em Brazlândia, implantado em 6 turmas do 5° ano do Ensino Fundamental, totalizando a participação de 131 alunos. O cronograma para 2018 é de duas turmas das unidades escolares por semana das Regiões Administrativas de Brazlândia e Ceilândia.

Em dezembro foram iniciadas as tratativas preliminares e, ato contínuo, será assinado o Termo de Cooperação de expansão do Projeto para as escolas particulares.



Foto: Assessoria de Comunicação - ASCOM/AGEFIS.

Acessibilidade no Jardim Zoológico

A AGEFIS é pioneira no desenvolvimento de ações de Educação em Acessibilidade junto a sociedade em geral para orientar e disseminar o conhecimento da legislação e das normas técnicas de acessibilidade.

Cientificada de que o Jardim Zoológico intencionava executar um plano de acessibilidade em suas instalações, a AGEFIS se propôs a colaborar com a elaboração de um diagnóstico da situação atual e o fornecimento de orientações para que o espaço se torne universalmente acessível.

O Diagnóstico de Acessibilidade no Jardim Zoológico de Brasília foi elaborado a partir de visitas técnicas no local e de monitoramento, por meio de satélite, das vias de circulação de pedestres e sua conexão com os recintos de animais e demais espaços do Zoológico.

A partir das visitas técnicas e do monitoramento, foram identificados os obstáculos existentes que impedem a livre circulação de pedestres, de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida e foi elaborada proposta de adequação das rotas visando torná-las acessíveis nos termos das Normas Técnicas Brasileiras ABNT NBR 9050/2015 e ABNT NBR 16537/2016.

Esse diagnóstico também será utilizado como subsídio na elaboração de projetos de intervenção arquitetônica e urbanística nas dependências internas do Jardim Zoológico de Brasília.

Implantação de Fiscalização dos Grandes Geradores de Resíduos Sólidos

O Distrito Federal vem buscando mobilizar o aparato estatal em torno de ações que propiciem a mitigação dos descartes irregulares e a conformidade legal. Nesta esteira, o processo de fechamento do Lixão da Estrutural, um dos maiores da América Latina, atende a premissa de sustentabilidade ambiental urbana definida no programa de Estado. O novo aterro inaugurado em Samambaia passará a receber os resíduos produzidos na capital.

Nesta lógica, a AGEFIS colaborou neste processo, elaborando o Plano de Fiscalização dos Grandes Geradores cuja pretensão é instrumentalizar a fiscalização identificando as ações a serem executadas de forma transversal. As referidas ações visam orientar a adoção e implementação de normas administrativas, bem como prever os procedimentos operacionais.

Para a implementação deste Plano, a AGEFIS, elaborou Programação Fiscal específica para fiscalização quanto a disposição, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, em conformidade com a legislação correlata, dos resíduos sólidos produzidos pelos Grandes Geradores.



Foto: Agência Brasília.

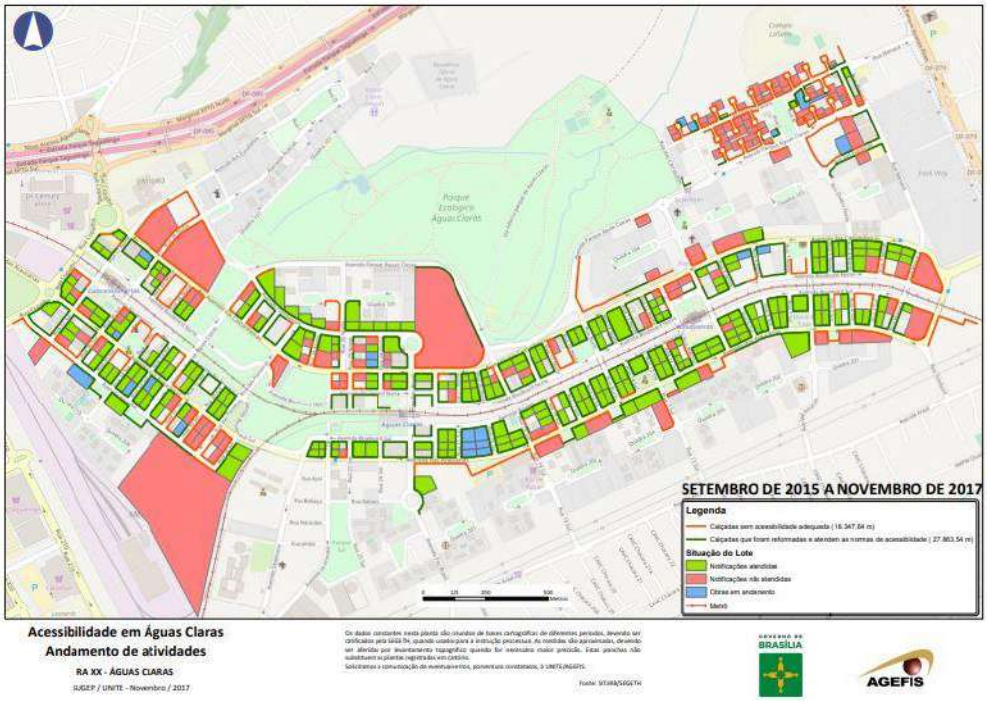
Implantação de calçada acessível

Acessibilidade é sinônimo de cidadania e constitui um direito fundamental associado à garantia de acesso do cidadão ao espaço urbano, de modo seguro, inclusivo e sustentável. A AGEFIS então criou este Indicador para medir a quantidade de calçadas acessíveis circundantes às edificações decorrentes de ações conjugadas de educação e fiscalização.

Em Águas Claras, durante o ano de 2017, continuando um trabalho iniciado em 2016, foram realizadas várias ações fiscais visando a adequação das calçadas existentes às normas de acessibilidade vigentes.

Estas ações fiscais resultaram em mais de 17.000 m² (dezessete mil metros quadrados) de calçadas acessíveis disponíveis para a população de Águas Claras. Tal quadro se deve à eficácia da conjunção de ações de fiscalização, com ações de orientação em acessibilidade em passeio circundante às edificações, junto aos condomínios de Águas Claras. Observou-se, em decorrência, representativa adesão dos síndicos e da comunidade à ação de fiscalização.

A imagem abaixo demostra a evolução dos trabalhos:



Fonte: Diretoria de Acessibilidade - DIACE/AGEFIS.

Redução do Tempo médio de emissão do RVH – Relatório de Vistoria do Habite-se

A redução do tempo de emissão do Relatório de Vistoria para fins de expedição de Carta de Habite-se (RVH) é uma reivindicação antiga da sociedade, sendo hoje um compromisso desta Agencia pactuado no acordo de resultados com Governo do Distrito Federal.

Conseguiu-se em 2017 a redução significativa no tempo médio entre a solicitação de vistoria para habite-se e a emissão do respectivo relatório. O tempo foi reduzido de 60 dias para menos de 30 dias. Esse resultado foi alcançado devido à inovação tecnológica com criação de módulo próprio dentro do SISAF GEO, especificamente, para o processo de habite-se. Esse sistema é compartilhado com as Administrações Regionais onde os servidores envolvidos no processo foram treinados pela AGEFIS para operar com segurança e celeridade, contribuindo para o sucesso do projeto.

Atualmente, a tramitação de documentos e relatórios é feita automaticamente, agilizando as etapas do processo. A solicitação da vistoria é feita utilizando o SISAF GEO na Administração Regional. A distribuição das vistorias aos agentes fiscais, assim como todas as movimentações do processo, são informadas aos interessados de forma automática e via e-mail.

O Relatório de Vistoria de Habite-se (RVH) ainda é encaminhado à Administração Regional por meio de malote. Com a implementação da assinatura eletrônica esperada para 2018, o RVH será enviado à Administração Regional também via sistema, o que reduzirá ainda mais o tempo de expedição da Carta de Habite-se.

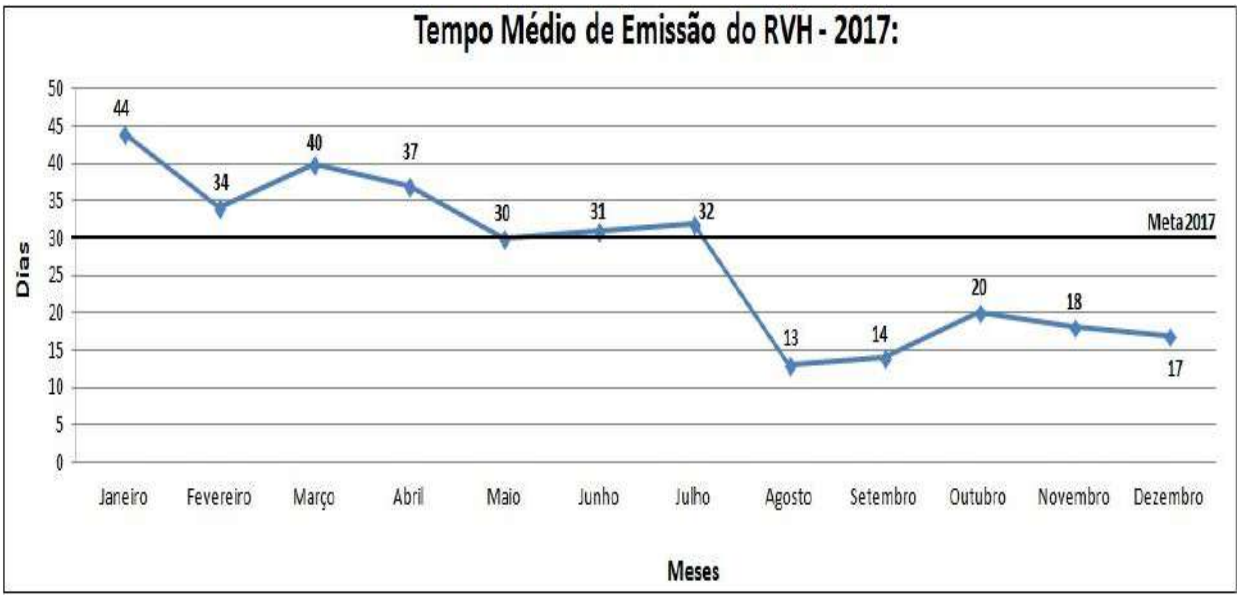


Gráfico 2: Tempo Médio de Emissão do RVH - 2017.

Fonte: Superintendência de Fiscalização de Obras - SUOB/AGEFIS.

Centro Legal

Consiste na desobstrução de áreas de uso comum ocupadas por ambulantes irregulares nos principais centros do Distrito Federal com vistas a promover o planejamento e o ordenamento urbano, são eles: Centro de Ceilândia (5.480 m2), Centro de Taguatinga (5.940 m2), Rodoviária do Plano Piloto e Entorno (2.730 m2) e Setor Comercial Sul (5.090 m2), totalizando uma área de 19.240 m2 fiscalizadas diariamente todos os dias da semana, inclusive, nos feriados.

As figuras abaixo ilustram como os espaços públicos nos principais centros eram ocupados irregularmente por ambulantes.

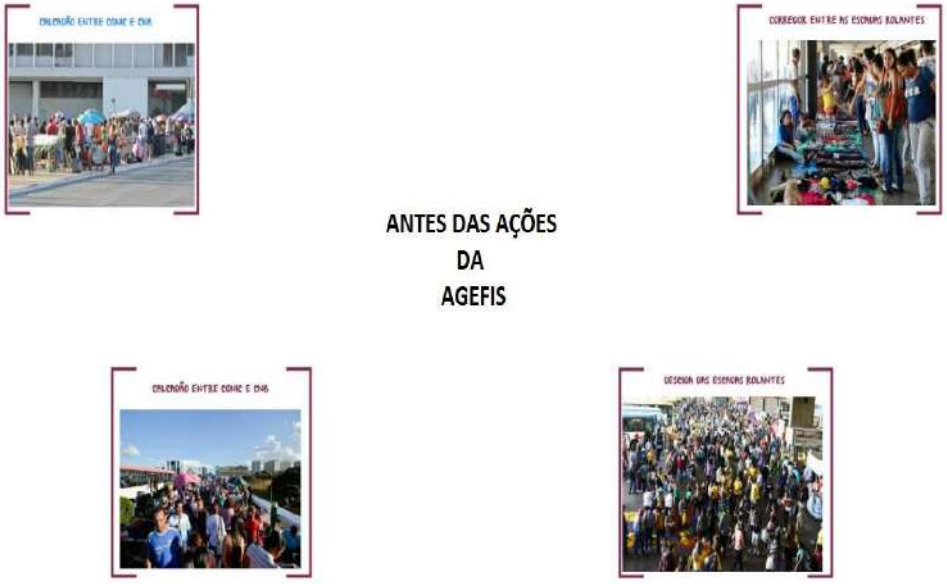


Figura 1 - Imagens dos principais centros antes das ações da AGEFIS.

Fonte: Superintendência de Fiscalização de Atividades Econômicas - SUFAE/AGEFIS.



Figura 2 - Imagens dos principais centros após as ações da AGEFIS.

Fonte: Superintendência de Fiscalização de Atividades Econômicas - SUFAE/AGEFIS.

Essa ação de fiscalização é feita em parceira com a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, com vista a garantir a integridade física dos servidores envolvidos.

Encerramento das Atividades das Pousadas Asa Sul

O funcionamento de pousadas irregulares em imóveis residenciais na W3 Sul é objeto de várias reclamações dos moradores da região devido aos problemas causados por esta atividade comercial não autorizada pelo poder público.

As operações nas pousadas da W3 Sul, tiveram início em 2007 com a constatação de atividade comercial em 133 endereços. Foram realizadas diversas operações nestes estabelecimentos até meados de 2016, sem muito sucesso. Apesar de multadas e interditadas, os responsáveis não obedeciam às ordens administrativas impostas.

No segundo semestre de 2016, a AGEFIS intensificou sua ação nestes estabelecimentos, passando a aplicar sucessivas multas e a apreender o mobiliário das pousadas. Em 2017, as gestões continuaram e, para 2018, restam apenas 05 (cinco) pousadas irregulares na W3 Sul a serem fechadas.



Foto: Assessoria de Comunicação - ASCOM/AGEFIS.

Ações Fiscais em Vicente Pires

A AGEFIS considera o Setor Habitacional Vicente Pires – SHVP como um dos seus maiores desafios.

Segundo o documento DIUR 02/2015 - Diretrizes Urbanísticas Setor Habitacional Vicente Pires (SEGETH, 2015) esta área encontra-se, em sua maior parte, ocupada com parcelamentos urbanos informais, o que gerou uma série de problemas como a desarticulação do tecido urbano, dificuldades de acesso e circulação, além de deficiências de equipamentos públicos para atendimento à população residente.

Nas Áreas em Regularização, como é o caso de Vicente Pires, o enfoque da AGEFIS é o controle de todas as obras em execução e a demolição daquelas que não atendam às diretrizes urbanísticas definidas para o local, desfazer quaisquer obras irregulares nos locais destinados aos equipamentos públicos comunitários, devendo, ainda, ser contida a expansão da poligonal de regularização.

Em 2016, a AGEFIS instituiu Programação Fiscal Tática, para atuar de forma administrativa, de acordo com o disposto no Código de Edificações do Distrito Federal, emitindo Autos de Embargo, Intimações Demolitórias e Autos de Infração para todas as obras em execução e para todas as obras e edificações EM DESACORDO com o previsto nas Diretrizes Urbanísticas/ DIUR.

Entendendo que essa linha de ação não se mostrou eficiente para coibir a continuidade de obras irregulares, a AGEFIS decidiu mudar sua estratégia, adotando o lacre e interdição das obras e apreensão de materiais de construção.

No ano de 2017, em 85 edificações que estão em desacordo com a DIUR, foram lavradas 2.282 ações fiscais, agora acrescidas de Autos de Interdição e Autos de Apreensão.

Para o ano de 2018, é intenção da AGEFIS iniciar a demolição das edificações que estão em desacordo com a DIUR e sem possibilidade de regularização.

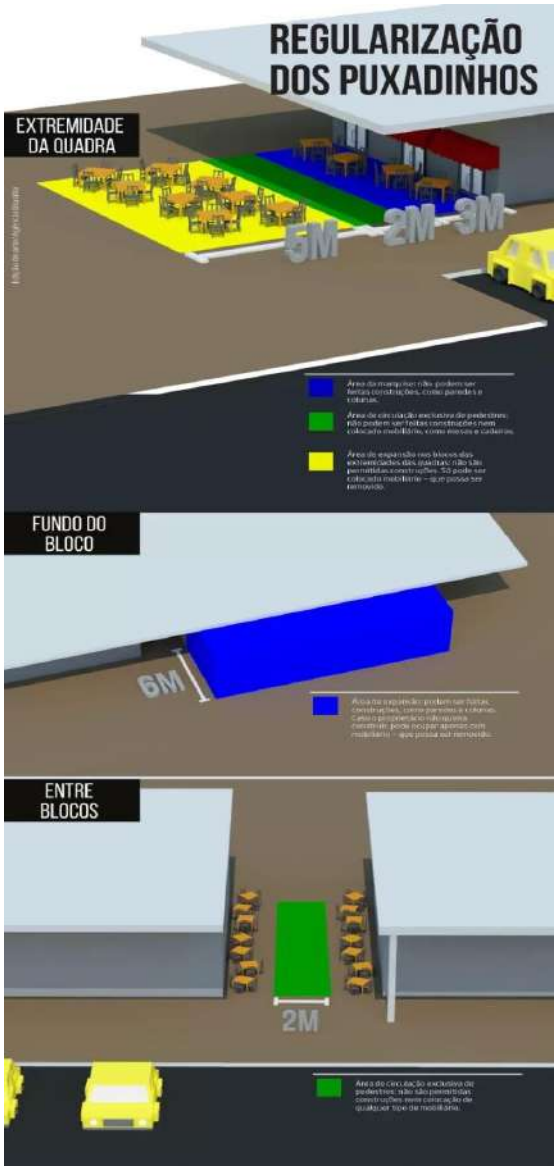


Foto: TV GLOBO.

Ações Fiscais nos "Puxadinhos" da Asa Sul

As áreas públicas contíguas aos Comércios Locais da Asa Sul, ocupadas por edificações comumente designadas por "puxadinhos", tiveram sua situação fundiária, urbanística e edilícia definidas após vários anos em busca de regularização.

O Decreto nº 37.951, de 12 de janeiro de 2017, que regulamentou a Lei Complementar nº 766/2008, a "Lei dos Puxadinhos" visa assegurar a tutela do território, resguardar a ordem urbanística e o interesse público, em consonância com as políticas governamentais. Os procedimentos adotados buscam reafirmar Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, assegurando o direito a acessibilidade do conjunto arquitetônico, o bem-estar da população e a segurança jurídica dos lojistas.



Fonte: Secretaria de Gestão do Território e Habitação do DF.

Com a publicação do Decreto, a AGEFIS elaborou um Plano de Ação, que tem como meta manter a ordem urbanística e a legalidade dessas ocupações, por meio da realização de ações fiscais para levantamento e diagnóstico, orientação para os lojistas e emissão de Auto de Intimação Demolitória, Auto de Infração e Remoção nos casos em desacordo com a legislação.

Na fase preliminar de Diagnóstico, foram vistoriadas 59 quadras compreendendo 32.834 lotes com 1.365 estabelecimentos comerciais, sendo que 1.129 deles possuem algum tipo de ocupação - puxadinho (83% do total).

Na fase Administrativa, foram autuados 521 estabelecimentos, com a emissão de Intimações Demolitórias a Autos de Infração, totalizando R$ 900.065,59 em multas. O restante desses estabelecimentos estão em processo de regularização junto à Administração de Brasília.

Em 2018, está previsto um novo diagnóstico em campo para atualização do uso e ocupações das áreas públicas nos locais que foram fiscalizadas. Nesta etapa será verificada o surgimento de novas ocupações e serão elaborados os relatórios pré-operacionais visando à desconstituição das ocupações que não se adequaram à legislação vigente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A AGEFIS realizou grandes conquistas no ano de 2017.

A revisão e o alinhamento dos instrumentos de planejamento, como o Planejamento Estratégico Institucional, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI e o Plano Plurianual - PPA, e a adoção ao Modelo de Gestão para Resultados, trouxeram grandes benefícios para o órgão, na medida em que as ações passam a focar resultados que agreguem valor à instituição e à Sociedade.

Entre os Resultados desse alinhamento registra-se 2017 como o ano com maior aquisições em tecnologia da informação, entre eles, destacam-se: Drone - tipo quadricóptero, impressoras termossensíveis e portáteis da solução de talonário eletrônico, equipamentos para infraestrutura da solução, sala de situação e estações de trabalho avançadas (workstations), que corresponderão ao investimento no montante de R$ 1.101.022,50.

Ainda, registram-se os excelentes resultados obtidos no principal indicador da AGEFIS, intitulado Índice de Áreas Desobstruídas no Território, que objetiva a mensurar o desempenho do governo na promoção do ordenamento e regularização territorial, por meio da desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente, em área urbana ou rural. Em 2017, foram desobstruídos 20.815.425,26 m² em 503 operações realizadas pela AGEFIS na Orla, nos Parques Ecológicos e nas Equipes de Pronta-Resposta.

Consideramos de suma importância o reconhecimento da população do Distrito Federal sobre a atuação da AGEFIS, conforme o resultado da Pesquisa de Opinião da AGEFIS desenvolvida e aplicada pela CODEPLAN, em março de 2017, que foi finalista no Prêmio Inova Brasília, tendo como principais resultados:

1) 51% dos pesquisados consideram bom ou ótimo as ações da AGEFIS;

2) 80% apoiam as ações da AGEFIS na Orla do Lago Paranoá.

A AGEFIS, também, visualiza a oportunidade de não apenas reagir às situações consolidadas, mas também de promover a cidadania, como agente transformador da sociedade, na medida em que tenta conscientizar as futuras gerações da importância com o cuidado com o meio ambiente em prol do desenvolvimento sustentável da comunidade e da preservação da qualidade de vida para todos. Isso verificou-se em iniciativas como o AGEFIS nas Escolas, Acessibilidade no Jardim Zoológico, Calçadas Acessíveis em Águas Claras, com as quais se pretendeu conscientizar a nova geração sobre a importância do respeito aos espaços públicos e dos cuidados com a ocupação, conservação e limpeza das áreas de circulação e convivência, assim como, propiciar a compreensão da acessibilidade como meio de inclusão para todas as pessoas no uso de espaços públicos e privados.

No entanto, a AGEFIS vislumbra grandes desafios para 2018, como a redução de sua Força de Trabalho, que tende a se agravar nos próximos anos pela ausência de concurso público que possa suprir as vagas existentes no quadro efetivo das carreiras essenciais ao combate a ocupação irregular das áreas públicas do Distrito Federal.

A AGEFIS permanece buscando a excelência no exercício de sua missão institucional, consciente do papel fundamental que desempenha na busca de promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAPDF – UO: 09.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP-DF, unidade orçamentária vinculada à Casa Civil do Distrito Federal, conforme publicação do Decreto nº 36.839, de 26 de outubro de 2015, publicado no Suplemento-B ao DODF nº 207, de 27 de outubro de 2015, instituída pela Lei nº. 347, de 04 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº. 3.652, de 09 de agosto de 2005, é fundação pública e tem personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, sede e foro na cidade de Brasília, jurisdição em todo o Distrito Federal, com prazo indeterminado de duração. Em razão desta mudança, a UO, cujo código anterior era 40.201, passou a utilizar o 09.202.

É regida pelo Decreto nº. 27.958, de 16 de maio de 2007, que aprova o Estatuto Social, tendo por finalidade estimular, apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal viabilizando as ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem-estar da população, defesa do meio ambiente e progresso da Ciência e Tecnologia, em consonância com a Política de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação, definida pelo Governo do Distrito Federal, por meio das seguintes ações, a saber:

I. Articular a formulação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal;

II. Executar e incentivar a execução da política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal;

III. Fomentar programas, projetos e instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal;

IV. Custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisas, individuais e institucionais, oficiais e particulares;

V. Custear, total ou parcialmente, a aquisição de equipamentos que estimulem os docentes a realizarem pesquisas no campo educacional;

VI. Articular-se, de forma permanente, com órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais que atuem em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, visando:

- Promover, participar e fomentar a criação e operacionalização de redes de cooperação técnica;

- Promover a colaboração entre instituições públicas e privadas de pesquisa do Distrito Federal, mediante apoio técnico e financeiro a projetos integrados;

- Promover programas voltados para o fortalecimento de grupos emergentes de pesquisa;

- Apoiar a realização de cursos de pós-graduação, com ênfase no stricto sensu, e de eventos técnico-científicos, organizados por instituições públicas ou privadas, que atuem em ciência, tecnologia e inovação, na área de ensino, estudo e pesquisa;

- Apoiar a difusão e a transferência de resultados de estudos, pesquisas, dissertações e teses, bem como o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas e de inovações, promovendo ou subvencionando sua publicação;

VII. Identificar fontes de financiamento, disseminar informações e captar recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal;

VIII. Estabelecer parcerias com o setor privado da economia, visando o engajamento desse setor no desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Distrito Federal;

IX. Estimular e apoiar a criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica;

X. Custear, total ou parcialmente, a criação, instalação ou modernização da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa, em instituições públicas e privadas, de acordo com as diretrizes da Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação;

XI. Custear e financiar, total e parcialmente, despesas com registro de propriedade intelectual, decorrente de pesquisa realizada sob seu amparo total e parcial;

XII. Patrocinar a formação e capacitação de pessoal técnico especializado em ações e atividades de ciência, tecnologia e inovação, promovendo:

- A concessão de bolsas e auxílios para pesquisas, projetos e programas estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, para viagens de estudo, para apresentação de trabalho científicos em eventos nacionais e internacionais, para participação em estágios, cursos de formação e aperfeiçoamento e para organização de eventos;

- A fixação de pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, no Distrito Federal, por meio de bolsas e de auxílios;

- O apoio a programas de iniciação científica e tecnológica de estudantes;

XIII. Manter e participar de sistemas de informação estadual, regional, nacional e internacional da área de ciência e tecnologia, inclusive sobre a capacidade instalada em ciência, tecnologia e inovação, recursos humanos e infraestrutura disponíveis no Distrito Federal;

XIV. Gerir o Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, instituído pela Lei Complementar n° 153, de 30 de dezembro de 1998;

XV. Fiscalizar e avaliar a aplicação dos auxílios concedidos, observando o estabelecido no projeto aprovado e os indicadores de avaliação e de desempenho adotados, bem como a contrapartida;

XVI. Desenvolver ações e atividades compatíveis com a sua finalidade ou que lhe forem atribuídas em Lei.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	7	0	1	0	8
Comissionados sem vínculo efetivo	9	0	14	0	23
Requisitados de órgãos do GDF	8	1	6	0	15
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	4	0	2	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	5	0	9	14

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	26	10	21	11	68
(-) Cedidos para outros órgãos	0	5	0	2	7
Total Geral	26	5	21	9	61

A força de trabalho da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF é composta em sua maioria, por servidores cedidos de outros órgãos do GDF e comissionados. Mesmo com um quadro reduzido, pode-se afirmar que a FAP/DF executou as atividades de sua competência.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**23.631.416,00**	**21.630.640,92**	**21.630.640,92**	**19.326.633,86**
9801 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DE GOVERNANÇA DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL - FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA- PLANO PILOTO .	23.631.416,00	21.630.640,92	21.630.640,92	19.326.633,86
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**3.000.000,00**	**766.885,00**	**766.885,00**	**610.125,00**
6965 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	766.885,00	766.885,00	610.125,00
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	**1.000.000,00**	**382.365,53**	**382.365,53**	**223.739,23**
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	382.365,53	382.365,53	223.739,23
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	**150.230.914,00**	**7.477.517,08**	**7.477.515,55**	**4.879.330,73**
3134 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-FAPDF-DISTRITO FEDERAL	150.230.914,00	7.477.517,08	7.477.515,55	4.879.330,73
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	**5.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS-FAPDF-DISTRITO FEDERAL	5.500.000,00	0,00	0,00	0,00
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	**18.000.000,00**	**3.103.200,00**	**3.103.200,00**	**1.440.000,00**
0002 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	18.000.000,00	3.103.200,00	3.103.200,00	1.440.000,00
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**6.500.000,00**	**61.610,00**	**61.610,00**	**30.805,00**
0002 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	6.500.000,00	61.610,00	61.610,00	30.805,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**20.000.000,00**	**10.203.385,74**	**10.203.385,74**	**10.169.305,93**
5974 - APOIO A EVENTOS-CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	20.000.000,00	10.203.385,74	10.203.385,74	10.169.305,93
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**231.862.330,00**	**43.625.604,27**	**43.625.602,74**	**36.679.939,75**

AÇÃO 1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

Os gastos decorrentes da presente ação envolvem a construção do Parque Tecnológico do Distrito Federal (BIOTIC / Cidade Digital). Processo iniciado em 2011 e contrato firmado em 2014, as obras tiveram ampla execução nos anos de 2016 e 2017. Atualmente, a obra está com 99% de conclusão, pois restaram alguns ajustes decorrentes de adequações no projeto de arquitetura para troca de materiais no acabamento final dos prédios.

AÇÃO 8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDAS

Os gastos com publicidade e propaganda são oriundos das publicações dos editais de chamamento público em 2017, bem como das publicações dos Termos de Outorgas no Diário Oficial do Distrito Federal

AÇÃO 6026 - Execução das atividades de fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Edital nº 09/2016 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO EM EMPRESAS EMERGENTES DE BASE TECNOLÓGICA - STARTUPs - BRASÍLIA

O presente edital convidou interessados vinculados às empresas brasileiras emergentes, de base tecnológica, com sede no Distrito Federal, a apresentarem propostas para obtenção de apoio financeiro a projetos de desenvolvimento tecnológico ou de inovação, com os objetivos de conceder apoio financeiro, na forma de subvenção econômica, para microempreendedor individual, empreendedores de microempresas e de empresas de pequeno porte, de base tecnológica, sediadas no Distrito Federal-DF, cujas áreas de atuação estejam prioritariamente voltadas para o desenvolvimento de novos produtos e processos inovadores.

A FAPDF disponibilizou o valor total de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e na etapa I foram recomendadas 199 propostas. Na etapa II - Resultado preliminar - foram aprovadas 42 propostas de até R$ 150.000,00 cada. Após a fase recursal foram aprovados 48 projetos. O Conselho Diretor aprovou suplementação de 30%. Valor total de aprovações R$6.590.233,36 (seis milhões quinhentos e noventa mil duzentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos). Em 2017 ocorreu uma revisão e 11 (onze) propostas foram excluídas por terem sido constatados vícios insanáveis referentes à habilitação.

Vale ressaltar, que os valores acima citados foram empenhados em 2016 e como não houve a liquidação, foram novamente empenhados em 2017 após a reanálise das propostas.

Nº propostas aprovadas – Etapa Final /2016	Propostas excluídas por constatação posterior de vício/2017	Nº propostas beneficiadas /final (após a exclusão)*	Valor solicitado para empenho/2017** (R$)
48	11	37	5.552.283,37

*Houve o cancelamento de empenho de propostas eliminadas.

**O recurso referente ao presente edital será executado em duas parcelas de 50% cada, sendo que a primeira parcela foi liberada em junho/2017 e a segunda parcela está prevista para fevereiro/2018.

Edital 04/2016 - SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS Programa Áreas Estratégicas - Aedes aegypti e as arboviroses Zika, Chikungunya e Dengue

O presente Edital teve por objetivo apoiar projetos de pesquisas sobre Aedes aegypti e as arboviroses – Zika, Chikungunya e Dengue, além de fortalecer as redes de pesquisa e consolidar

a base científica e tecnológica, referente ao A. aegypti, considerado de importância estratégica para o Distrito Federal e promover o bem-estar e a saúde da população.

Os objetos de pesquisa referentes a este edital foram:

- Estudos de prevenção, controle, monitoramento de vetores e desenvolvimento de novos produtos como inseticidas e larvicidas;
- Estudos de ecologia, mecanismos de resistência, genética de populações e interação vetor-vírus;
- Estudos relativos aos diversos aspectos das doenças, como clínicos, novas metodologias de diagnóstico, epidemiologia e fisiopatologia;
- Caracterização e variabilidade genética de vírus circulantes no DF;
- Criação de um banco de dados com informação genômica e proteômica;
- Produção de kits diagnóstico molecular e imunológico;
- Produção de vacinas e desenvolvimento de drogas antivirais.

Público Alvo:

Pesquisadores associados em redes de pesquisa e vinculados às Instituições de Ensino e Pesquisa, aos Institutos e Centros de Pesquisa, Empresas de Base Tecnológica ou de Desenvolvimento, públicas ou privadas, com sede no Distrito Federal ou RIDE/DF.

O crédito orçamentário disponível para esse edital foi oriundo do Programa de Trabalho 19.571.6207.6026.3134 – Execução das atividades de fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Este foi liberado em duas parcelas, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPDF. O valor global disponível foi de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo destinado até 20% (vinte por cento) para despesas de capital e 80% (oitenta por cento) para custeio.

A tabela a seguir detalha o pagamento relativo à segunda parcela do recurso destinado às propostas aprovadas.

Observação: No exercício de 2016 foi realizado o pagamento da 1° parcela no valor de R$ 3.367.835,34.

Tabela 1: Síntese financeira referente à segunda parcela

N° de Propostas submetidas	N° Propostas Aprovadas	Valor Aprovado	Valor Empenhado
2	2	R$ 5.985.599,94	R$ 2.617.764,60

Edital 03/2017 - SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS DE PESQUISAS SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE MENINAS E MULHERES NO DISTRITO FEDERAL.

O presente Edital foi lançado em 08 de março de 2017, tendo por objetivo apoiar projetos de pesquisas sobre políticas públicas aplicadas, com o foco de enfrentar a violência contra meninas e mulheres e fortalecer o Sistema de Proteção e Promoção dos seus direitos no âmbito do Distrito Federal. Assim, os objetos de pesquisas contemplaram os seguintes eixos:

- A violência contra meninas e mulheres em análises interseccionais (de classe, cor, etnia, sexualidade, identidade de gênero, deficiência, idade, intergeracional, nos espaços institucionais, entre outras);
- Desafios à implementação da Lei Maria da Penha e ao efetivo enfrentamento à violência contra meninas e mulheres;
- Práticas pedagógicas e alternativas de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres;

- Metodologias de avaliação de programas, projetos e ações de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres;
- Alternativas de inclusão produtiva de mulheres vítimas de violência.

Público Alvo:

Pesquisadoras (es), gestoras (es) e técnicas (os) que atuem nas áreas do conhecimento relacionadas com a temática do edital, vinculadas às Instituições Públicas ou Privadas, inclusive Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no Distrito Federal.

O valor previsto para esse Edital foi de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para despesas de custeio e foram liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPDF. A tabela a seguir, detalha o montante de propostas submetidas/ aprovadas, o valor solicitado/aprovado e o período de empenho das propostas aprovadas.

Tabela 1: Propostas aprovadas/ submetidas e valor aprovado/solicitado

N° de Propostas submetidas	N° Propostas Aprovadas	Valor Aprovado	Valor Empenhado
28	6	R$ 455.591,20	R$ 455.591,20

CHAMADA RESEARCHER LINKS WORKSHOPS CONFAP – 2016/2017

Esta chamada teve por objetivo a concessão de apoio financeiro para a realização e organização de workshop.

Tabela 1: Síntese financeira da chamada/empenho.

N° de Contemplados	Valor Aprovado para as Propostas	Valor Empenhado	Período de empenho
2	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	Julho e Agosto de 2017

CHAMADA DE PROJETOS CONFAP UK ACADEMIES - 2016

Esta chamada teve por objetivo a concessão de apoio financeiro à Projetos de Pesquisa e Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação.

Tabela 1: Síntese financeira da chamada/empenho.

N° de Contemplados	Valor Aprovado para as Propostas	Valor Empenhado	Período de empenho
2	R$ 41.620,00	R$ 41.620,00	Julho e Novembro de 2017

CHAMADA ESRC/CONFAP-FAPDF/CNPQ

Esta chamada teve por objetivo estabelecer condições para o desenvolvimento das atividades inerentes ao projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação. É importante destacar que este valor é referente ao pagamento da segunda parcela do apoio financeiro.

Tabela 1: Síntese financeira da chamada/empenho.

N° de Contemplados	Valor referente ao pagamento da 2°parcela	Valor Empenhado	Período de empenho
1	R$ 720.146,00	R$ 720.146,00	Novembro de 2017

CHAMADA INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014

Esta chamada teve por objetivo conceder apoio às atividades de pesquisa de alto impacto científico em áreas estratégicas e/ou na fronteira do conhecimento, que visam solucionar relevantes problemas nacionais. Assim, o objeto desta chamada consistiu em promover a consolidação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) que ocupam posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a formação de novas redes de cooperação científica interinstitucional de caráter nacional e internacional, dentro do Programa criado pela Portaria MCT nº 429, de 17 de julho de 2008 e reeditado pela Portaria MCTI nº 577, de 4 de junho de 2014.

Inicialmente, foi aprovado para o DF financiamento para quatro propostas INCT'S.

O valor total aprovado para o DF nesta chamada foi de R$ 13.954.625,57 (treze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) com recursos da FAP. E do CNPQ o valor de R$ 10.021.725,57 (dez milhões vinte e um mil e setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos). O valor total aprovado para esta chamada será repassado em parcelas 4 parcelas anuais.

Tabela 1: Síntese financeira e empenho (segunda parcela)

N° Propostas Aprovadas	Valor Aprovado	Valor empenhado (Referente à primeira parcela)	Período de empenho
4	R$ 13.954.625,57	R$ 2.790.925,11	Dezembro de 2017

EDITAL FAPDF 07/2016 PROGRAMA DE APOIO A NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA PRONEX/FAPDF/CNPq

Este Edital teve por objetivo apoiar a execução de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação por meio de incentivo financeiro aos núcleos de excelência, consolidados e reconhecidos nacional e internacionalmente em áreas relevantes e estratégicas para o País e para o Distrito Federal.

Para tanto, adotaram-se as seguintes definições:

- Núcleo de Excelência - formado por pesquisadores e técnicos de alto nível e estudantes em permanente interação, com reconhecida competência em suas áreas de atuação técnico-científica, capazes de agir como fonte geradora e transformadora de conhecimento científico, tecnológico e de inovação em programas e projetos prioritários ou estratégicos para o desenvolvimento do país e, especialmente, do Distrito Federal;
- Pesquisador Principal - aquele com Bolsa de Produtividade (PQ ou DT) I do CNPq, pertencente ao quadro permanente da instituição executora na condição de ativo, com destacada atividade de pesquisa na área de conhecimento da proposta;
- Pesquisador Colaborador - pertencente ao quadro permanente da instituição executora ou parceira, com destacada atividade de pesquisa na área de conhecimento da proposta;
- Instituição Executora - Instituição de ensino e pesquisa, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento e inovação, públicos ou privados, sem fins lucrativos e sediada no Distrito Federal, com a qual o pesquisador principal tenha vínculo permanente;
- Instituição Parceira - Instituição de ensino e pesquisa, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento e inovação, públicos ou privados, sem fins lucrativos, com a qual o pesquisador colaborador tenha vínculo permanente.

Para o presente Edital foram aplicados recursos no valor global estimado de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) oriundos do Programa de Trabalho nº 19.571.6207.6026.3134 - Execução de Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sendo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) da FAPDF e R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) oriundos do CNPq/FNDCT/Fundos Setoriais, a serem liberados em até 03 (três) parcelas, conforme a

disponibilidade orçamentária e financeira dos dois órgãos, sendo 60% do valor a ser aplicado na rubrica de custeio e 40% em capital.

N° Propostas	Valor Aprovado (Referente a recursos da FAP)	Valor empenhado	Período de empenho
2	R$ 6.000.000,00	R$ 916.836,10	Agosto e Dezembro de 2017

AÇÃO 4090 – APOIO A EVENTOS

Edital 01/2017 - Apoio à participação em eventos, cursos de curta duração e visitas técnicas de natureza científica, tecnológica e de inovação

O presente Edital convidou pesquisadores, estudantes de Pós-Graduação e de Graduação que fazem parte de Programas de Iniciação Científica e Profissionais atuantes em Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T e I, a submeterem propostas para apoio à participação em eventos de natureza científica, tecnológica e de inovação, no país ou no exterior, com os seguintes objetivos:

- Apoiar a apresentação de trabalhos em eventos de C, T e I, no país ou no exterior;
- Apoiar a participação em cursos de curta duração em Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, no país e no exterior com, no máximo, 15 (quinze) dias de duração; e
- Apoiar visitas técnicas às instituições de Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, no país e no exterior com, no máximo, 30 (trinta) dias de duração.

O valor inicial previsto para esse edital foi de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) e, por ter tido demanda qualificada, resultou num acréscimo de 30% do valor inicial do Edital. O quadro seguinte mostra o número de propostas apresentadas e o valor demandado e aprovado por período de ocorrência do evento.

Chamadas:	Nº propostas submetidas	Nº propostas aprovadas*	Valor Solicitado(R$)	Valor aprovado (R$)
MAIO	169	85	R$ 1.305.562,75	R$ 659.944,58
JUNHO	207	88	R$ 1.737.681,68	R$ 755.219,48
JULHO	358	185	R$ 2.968.811,01	R$ 1.593.663,67
AGOSTO	251	147	R$ 1.650.216,66	R$ 1.008.858,84
SETEMBRO	253	143	R$ 1.964.715,80	R$ 1.125.208,80
OUTUBRO	349	170	R$ 2.451.350,85	R$ 1.232.415,23
NOVEMBRO	311	174	R$ 2.193.448,36	R$ 1.273.361,37
DEZEMBRO	295	162	R$ 2.298.820,24	R$ 1.258.157,56
TOTAL	2193	1154	R$ 16.570.607,35	R$ 8.906.829,53

*Dos 1195 empenhos, 41 foram cancelados.

Público Alvo:

Categoria	Titulação	Nº propostas aprovadas
Pesquisadores	Doutores	344
	Mestres	43
Profissionais em CTI	Doutores	55
	Mestres	64
Estudantes	Doutores	355
	Mestres	246
	Graduandos	47
TOTAL		1154

A maior demanda para participação em eventos científicos, tecnológicos e de inovação ocorreu nos meses de julho, outubro e novembro. A maioria dos beneficiários participou de eventos em outros países. Pesquisadores e estudantes de 50 instituições foram beneficiados nesse edital, entretanto a Universidade de Brasília lidera no número de contemplados.

Edital 02/2017 - Apoio à promoção, realização e organização de eventos científicos, tecnológicos e de inovação

O presente Edital convidou os pesquisadores vinculados às Instituições de Ensino ou Pesquisa, públicas ou privadas e profissionais atuantes em Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T e I, com sede no Distrito Federal, a submeterem propostas de apoio financeiro à promoção de eventos científicos, tecnológicos e de inovação, no Distrito Federal, a serem realizados de maio de 2017 a março de 2018, com os seguintes objetivos:

- Apoiar a promoção de eventos no Distrito Federal, de reconhecida relevância científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de propostas em conformidade com este Edital;
- Incentivar e apoiar a divulgação de conhecimento científico, tecnológico e de inovação, bem como a interação entre os diferentes atores do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia SNCT de modo a contribuir para o desenvolvimento do Distrito Federal;
- Fortalecer a pesquisa, os programas de pós-graduação, o Sistema de C, T e I principalmente nos setores e atividades considerados de importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

A FAPDF disponibilizou R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), oriundos do Programa de Trabalho nº 19.573.6207.4090.5974 - Apoio a Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação-Distrito Federa, com possibilidade de suplementar 30% desse valor. O número de pessoas beneficiadas é difícil de ser mensurado, pois alguns eventos beneficiam mais de 1.000 pessoas enquanto outros são menores.

O pico dos eventos científicos, tecnológicos e de inovação que ocorreram em Brasília e que foram financiados pela FAPDF ocorreu em outubro e novembro de 2017. Os eventos foram coordenados por dezesseis instituições do Distrito Federal, sendo que a maioria foi coordenada pela Universidade de Brasília.

Chamadas:	Nº propostas submetidas	Nº propostas aprovadas*	Valor solicitado (R$)	Valor aprovado (R$)
MAIO	6	0	R$ 452.236,00	R$ -
JUNHO	17	7	R$ 918.610,50	R$ 395.768,72
JULHO	12	6	R$ 987.439,00	R$ 453.468,00
AGOSTO	26	12	R$ 1.294.541,53	R$ 532.455,65
SETEMBRO	36	20	R$ 2.058.497,32	R$ 974.360,26
OUTUBRO	41	24	R$ 2.348.860,03	R$ 1.069.656,02
NOVEMBRO	44	24	R$ 3.100.988,35	R$ 1.370.624,08
DEZEMBRO	40	27	R$ 2.632.594,46	R$ 1.484.369,98
TOTAL	222	120	R$ 13.793.767,19	R$ 6.280.702,71

*Dos 122 empenhos, 2 foram cancelados.

AÇÃO 9083 – Concessão de Bolsas de Estudo

Edital nº 04/2015 – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação – PIBIC/DF

DO OBJETIVO

- Apoiar a política de iniciação científica desenvolvida nas Instituições de ensino ou pesquisa, empresas de desenvolvimento técnico-científico e de inovação do Distrito Federal, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica, tecnológica ou de inovação;
- Despertar vocação e contribuir para a formação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e de inovação;
- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica, tecnológica e de inovação.

DO PÚBLICO ALVO

A quota de bolsas de iniciação científica, doravante denominada de IC, destina-se às instituições públicas ou privadas e empresas de desenvolvimento técnico-científico e de inovação do Distrito Federal, com ou sem curso de graduação, que efetivamente desenvolvam pesquisa e tenham instalações próprias para tal fim.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, a FAPDF disponibilizará R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para 500 (quinhentas) quotas de bolsas de 12 meses, renováveis por igual período, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, oriundos do Programa de Trabalho nº 19.571.6205.9083.0002 – Concessão de bolsas de Estudo – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Tabela referente à demanda do edital:

Seq.	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	Bolsas Solicitadas	Bolsas Aprovadas	Valor Proposto	Valor Aprovado	Valor Empenhado em 2017*
1	Universidade de Brasília (UnB)	300	300	R$1.440.000,00	R$1.440.000,00	R$ 1.440.000,00
2	Universidade Católica de Brasília (UCB)	80	80	R$ 384.000,00	R$ 384.000,00	
3	Instituto Federal de Brasília (IFB)	30	30	R$ 144.000,00	R$ 144.000,00	
4	Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação (IBTI)	10	5	R$ 48.000,00	R$ 24.000,00	
5	Instituto de Cardiologia do DF (ICDF)	10	3	R$ 48.000,00	R$ 14.400,00	
Total		430	418	R$ 2.064.000,00	R$ 2.006.400,00	R$ 1.440.000,00

Edital nº 07/2015 - Programa Institucional de Bolsas de Doutorado/FAPDF

DO OBJETIVO

- Prover Brasília e RIDE-DF de recursos humanos qualificados para pesquisa científica, tecnológica e de inovação;
- Contribuir para a formação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de pós--graduação;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de doutores por meio da dedicação exclusiva aos estudos e à pesquisa;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de Doutorado nas atividades científica, tecnológica e de inovação.

DO PÚBLICO ALVO

A quota de bolsas de Doutorado será alocada a um único representante/proponente por Instituição de ensino superior, de pesquisa e de inovação, públicas ou privadas, sediadas em Brasília e RIDE-DF para serem alocadas aos estudantes de Doutorado cujos orientadores sejam docentes permanentes de Programas de Pós-Graduação stricto sensu, credenciados pela Capes, e vinculados a essas instituições.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, a FAPDF disponibilizará R$10.560.000,00 (dez milhões e quinhentos e sessenta mil reais), sendo R$2.640.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais) para o exercício de 2015, equivalente a 100 (cem) quotas de bolsas de Doutorado de 12 meses, renováveis por mais três períodos de 12 meses, no valor unitário de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais, oriundos do Programa de Trabalho nº 19.571.6205.9083.0002 – Concessão de Bolsas de Estudo – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, a serem liberadas de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPDF.

Tabela referente à demanda do edital:

Seq.	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	Bolsas Solicitadas	Bolsas Aprovadas	Valor Proposto	Valor Aprovado	Valor Empenhado em 2017*
1	Universidade de Brasília (UnB)	70	60	R$1.848.000,00	R$1.584.000,00	R$516.000,00
2	Centro Universitário de Brasília (UNICEUB)	5	3	R$132.000,00	R$79.200,00	
3	Universidade Católica de Brasília (UCB)	70	37	R$1.848.000,00	R$976.800,00	
Total		145	100	R$ 3.828.000,00	R$ 2.640.000,00	R$ 516.000,00

*O Termo de Outorga firmado em 2015 era passível de renovação por mais três períodos de 12 meses, em face disso, houve o empenho em 2017.

AÇÃO 2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Edital nº 12/2016 - Programa de Difusão Científica e Seleção Pública de Propostas de Ações de Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação no DF

O presente Edital convidou pesquisadores, gestores e técnicos de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, sediadas no Distrito Federal a apresentarem propostas, para obtenção de financiamento de ações de popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação no DF.

Esse Edital teve como objetivos:

- Apoiar a realização de oficinas, exposições, conteúdos digitais interativos, vídeos, cartilhas, sites, blogs, redes sociais, videoblogs, programas radiofônicos e televisivos, aplicativos, seções, colunas e outras atividades interativas sobre ciência, tecnologia e inovação, especialmente para estudantes do ensino fundamental e médio, professores das redes pública e particular de ensino, microempreendedores e agricultores familiares;
- Apoiar propostas que visem ações e atividades de popularização da ciência, bem como a produção, veiculação e distribuição de materiais de difusão e divulgação científica e educativa, visando disseminar e democratizar a informação sobre a produção de C, T & I.

A FAPDF disponibilizou R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para esse edital. Foram submetidas 26 propostas, sendo 13 aprovadas, resultando no valor de R$ 1.046.216,18 (um milhão quarenta e seis mil duzentos e dezesseis reais e dezoito centavos).

Nº propostas aprovadas – Etapa Final /2016	Valor Aprovado*(R$)	Nº Propostas encaminhadas para o empenho/2017	Valor solicitado para empenho/2017 (R$)
13	1.046.216,18	1	30.805,00

*O recurso referente ao presente edital será executado em duas parcelas de 50% cada, sendo que a primeira parcela foi empenhada em 2016 e a segunda parcela está prevista para fevereiro/2018.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**5.830.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6195 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	5.830.000,00	0,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**150.000,00**	**27.741,73**	**27.741,73**	**27.741,73**
9563 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	27.741,73	27.741,73	27.741,73
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**300.000,00**	**43.664,40**	**43.664,40**	**0,00**
0028 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	43.664,40	43.664,40	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**800.000,00**	**95.609,93**	**95.609,93**	**94.812,88**
7200 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	95.609,93	95.609,93	94.812,88
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**7.080.000,00**	**167.016,06**	**167.016,06**	**122.554,61**

O simples fato de se ter um quadro de pessoal, aliado ao fato de uma parte do quadro ser composto por servidores de órgãos do governo federal, enseja obrigações que são normais em quaisquer entes do Governo do Distrito Federal. Dentre essas obrigações podemos destacar o recolhimento das contribuições ao PASEP e também o ressarcimento salarial aos órgãos cessionários de servidores federais.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**2.020.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5871 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	2.020.000,00	0,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5290 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA- PLANO PILOTO .	100.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**3.717.118,00**	**3.154.269,14**	**3.154.269,14**	**3.153.080,40**
8917 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	3.717.118,00	3.154.269,14	3.154.269,14	3.153.080,40
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**1.275.000,00**	**124.677,28**	**124.677,28**	**124.677,28**
9721 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	1.275.000,00	124.677,28	124.677,28	124.677,28
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**21.270.000,00**	**415.040,74**	**411.578,62**	**290.592,47**
9800 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	21.270.000,00	415.040,74	411.578,62	290.592,47
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**855.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5200 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	855.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**29.237.118,00**	**3.693.987,16**	**3.690.525,04**	**3.568.350,15**

A ausência de uma carreira própria e qualquer gratificação para as atividades de suporte ao fomento de pesquisas e inovação no DF não tornam a Fundação de Apoio à Pesquisa do DF atrativa à migração de servidores da carreira de políticas públicas e gestão governamental. Assim, com um quadro reduzido de pessoal, os gastos com pessoal representam apenas 5% dos valores totais empenhados no ano de 2017.

Da mesma forma, a manutenção administrativa possui gastos pequenos, pois são decorrentes de contratos corriqueiros da administração, tais como: correios, carimbos, aluguel de veículos, energia elétrica, água e esgoto, etc.

A Fundação de Apoio à Pesquisa do DF não possui prédio próprio e está instalada no Edifício da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Para custear a cessão de uso de dois andares

do edifício, foram descentralizados recursos na ordem de R$ 1.359.636,20 (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos), os quais não constam na execução da unidade orçamentária da FAP/DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Por força do Decreto nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, e do Decreto nº 38.522, de 29 de setembro de 2017, esta Unidade Orçamentária teve seu orçamento transferido para a Unidade Orçamentária 20.202.

VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 10.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Vice-Governadoria do Distrito Federal foi reestruturada em setembro de 2016, conforme Decreto nº 37.665, de 29 de setembro de 2016.

O Decreto nº 25.511, de 19 de janeiro de 2015, aprovou o Regimento Interno da Vice-Governadoria do Distrito Federal. De acordo com esse decreto, a Vice-Governadoria tem as seguintes competências:

I - Assessorar o Vice-Governador no que concerne aos assuntos políticos, sociais, econômicos e de natureza parlamentar;

II - Auxiliar o Vice-Governador em suas representações política e social;

III - Assistir o Vice-Governador na adoção de decisões técnicas ou administrativas;

IV - Acompanhar os programas, projetos e atividades do Governo do Distrito Federal, mantendo o Vice-Governador permanentemente informado;

V - Assistir diretamente o Vice-Governador em sua segurança pessoal, em assuntos de natureza militar e na segurança da Residência Oficial;

VI - Executar as atividades de cerimonial do Vice-Governador;

VII - Executar as atividades de secretaria executiva do Vice-Governador;

VIII - Exercer outras competências que lhe forem determinadas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	10	0	0	14
Comissionados sem vínculo efetivo	26	0	0	0	26
Requisitados de órgãos do GDF	12	5	0	29	46
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários	0	9	0	0	9
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal	42	24	0	29	95
(-) Cedidos para outros órgãos	10	0	0	0	10
Total Geral	32	24	0	29	85

Obs.: Campo **requisitados de outros do GDF- Atividade Fim (sem cargo em comissão),** refere-se a servidores policiais e bombeiros militares requisitados para ocuparem função gratificada de segurança militar (GMSI), no total de 29 militares.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6032 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-"LEVANTA DF SOCIAL" --DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**800.000,00**	**2.544.174,00**	**1.744.174,17**	**1.744.174,17**
0016 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	2.544.174,00	1.744.174,17	1.744.174,17
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**800.000,00**	**2.544.174,00**	**1.744.174,17**	**1.744.174,17**

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**58.806,00**	**12.301,00**	**12.300,00**	**12.300,00**
5348 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	58.806,00	12.301,00	12.300,00	12.300,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**890.000,00**	**6.389,00**	**6.387,90**	**6.387,90**
5208 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DA SUBSECRETARIA DA GESTÃO DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	850.000,00	0,00	0,00	0,00
2572 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	40.000,00	6.389,00	6.387,90	6.387,90
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**12.639.554,00**	**6.981.554,00**	**6.137.193,22**	**6.137.193,22**
0027 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	12.639.554,00	6.981.554,00	6.137.193,22	6.137.193,22
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**576.000,00**	**406.000,00**	**244.755,99**	**244.755,99**
6982 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	576.000,00	406.000,00	244.755,99	244.755,99
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**2.140.563,00**	**246.574,00**	**213.477,54**	**203.444,83**
0026 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	720.000,00	246.574,00	213.477,54	203.444,83
9799 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	1.420.563,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2492 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**16.314.923,00**	**7.652.818,00**	**6.614.114,65**	**6.604.081,94**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Vice-Governadoria executa atividades de apoio ao Vice-Governador no exercício de suas atribuições legais, conforme descrito no Regimento Interno, Decreto nº 25.511 de 19 de janeiro de 2005, publicado no DODF nº 14 de 20 de janeiro de 2015.

A Vice-Governadoria não executa programas, projetos prioritários e estratégicos; obras de engenharia custeados com recursos do próprio orçamento; obras em parcerias público-privadas e com a comunidade; atividades de fundos especiais e não possui convênios firmados com a União.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício do ano de 2017, a Vice-Governadoria cumpriu suas principais competências regimentais sem que ocorressem problemas relacionados a recursos orçamentários, humanos e materiais.

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 12.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, é instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à Administração, dotada de autonomia funcional, administrativa e financeira, na forma do artigo 132 da Constituição Federal.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal tem por finalidade exercer a advocacia pública, cabendo-lhe, ainda, prestar a orientação normativa e a supervisão técnica do sistema jurídico do Distrito Federal e tem por objetivos:

- Orientar sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Direta do Distrito Federal;
- Zelar pelo cumprimento, na Administração Pública Direta e Indireta, das normas jurídicas, das decisões judiciais e dos pareceres jurídicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- Publicar, manter e divulgar matéria doutrinária, legislativa e de jurisprudência visando o aperfeiçoamento de pessoal;

A PGDF tem por diretrizes:

- Representar o Distrito Federal em juízo;
- Cumprir suas competências legais e regimentais;
- Defender os interesses públicos e a manutenção do patrimônio do Distrito Federal;
- Exercer a Consultoria Jurídica do Distrito Federal;
- Uniformizar matérias de interesses comuns com Procuradorias Gerais e outros Estados e jurisprudências administrativas existentes;
- Efetuar a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do Distrito Federal;
- Ajuizar ações de improbidade administrativa e medidas cautelares e de sequestro de bens;
- Zelar pela obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais regras expressas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, nas leis e atos normativos aplicáveis aos atos da Administração Pública Direta e Indireta do DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	81	180	22	195	478
Comissionados sem vínculo efetivo	99				99
Requisitados de órgãos do GDF	6	12			18

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	3				3
Estagiários		252			252
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		20			20
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal					870
(-) Cedidos para outros órgãos				26	26
Total Geral	189	464	22	169	844

A implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI na área de Gestão de Pessoas possibilitou a tramitação eletrônica de documentos e trouxe inúmeros benefícios como o aperfeiçoamento da atuação e a liberação dos servidores, permitindo a otimização dos recursos humanos, além de considerável redução de custos com papel, tonner, e demais insumos utilizados nos processos físicos. Houve ainda a Constituição de grupo de trabalho permanente para cuidar da Qualidade de Vida do Servidor, que desenvolveu inúmeras ações que permitiram um ambiente saudável para o desenvolvimento das atividades diárias. A fim de alcançar uma atuação estratégica e em cumprimento ao contido no Decreto nº 29.814/2008 a PGDF trabalha os aspectos de disseminação dos conceitos e das práticas voltados para atividade estratégica entre os servidores dos setores, visão sistêmica, trabalho em pares e em equipe, habilidades e competências, servidores colaboradores vistos como pessoas-parceiros na gestão e formas participativas de tomada de decisão.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**4.665.809,00**	**3.996.219,00**	**3.990.803,36**	**3.990.803,36**
0044 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	4.665.809,00	3.996.219,00	3.990.803,36	3.990.803,36
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**4.087.060,00**	**3.857.612,00**	**3.669.622,85**	**3.648.844,75**
7056 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	4.087.060,00	3.857.612,00	3.669.622,85	3.648.844,75
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**8.752.869,00**	**7.853.831,00**	**7.660.426,21**	**7.639.648,11**

- Durante o exercício foram realizadas 17 conversões de licença prêmio pecúnia a favor de servidores aposentados em exercícios anteriores.

- A PGDF efetuou ressarcimento referente a 02 (dois) servidores cedidos de órgãos de outros Estados, sendo um engenheiro que compõe a comissão responsável pela retomada da obra do novo edifício sede e um profissional de educação física que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida no trabalho com elaboração de exercícios laborais durante o expediente.

- O maior volume de recursos consumidos com indenizações foi destinado ao pagamento de indenizações de transporte que totalizaram 2.654 favorecidos.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5343 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	400.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**151.174.361,00**	**148.174.361,00**	**146.431.559,87**	**146.431.559,87**
8766 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	151.174.361,00	148.174.361,00	146.431.559,87	146.431.559,87
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**3.200.000,00**	**3.200.000,00**	**2.996.352,11**	**2.996.352,11**
9583 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3.200.000,00	3.200.000,00	2.996.352,11	2.996.352,11
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**900.000,00**	**607.969,00**	**503.746,69**	**503.746,69**
9689 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	900.000,00	607.969,00	503.746,69	503.746,69
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**155.674.361,00**	**151.982.330,00**	**149.931.658,67**	**149.931.658,67**

- Não houve aplicação de recursos do Tesouro na conservação das estruturas físicas, haja vista, que a troca das 1.850 lâmpadas antigas por modelos novos e mais econômicos foram efetuados com recursos próprios do Fundo da Procuradoria Geral do DF.
- Os recursos previstos para Administração de Pessoal e Concessão de Benefícios a Servidores foram adequadamente planejados e orçados, consumidos praticamente na sua totalidade foram suficientes para cobrir toda despesa do exercício, sendo concedidos aproximadamente 8.578 benefícios, dentre auxílios transporte, alimentação, creche e outros. Importante citar que nos últimos exercícios temos verificado redução no quadro de servidores efetivos da Casa.
- A realocação de grande parte dos contratos destinados à manutenção dos serviços administrativos de caráter continuado, dentre eles: manutenção de elevadores, manutenção e suporte técnico aos softwares, bolsa de estágio, reprografia e impressão, telefonia, dentre outros, para o Fundo Pró-Jurídico, permitiu melhoria e maior qualidade nos serviços prestados à sociedade, bem como a possibilidade de investimento em ferramentas de controle e cobrança dos devedores ao Estado.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Redução no quadro de servidores efetivos da Casa ao longo dos últimos anos aliada ao aumento do número de Varas dos Tribunais, que tem como reflexo o aumento do volume de processos e em curto espaço de tempo impactará o desempenho das atividades deste Órgão.

Alto quantitativo de aposentadorias que ocorrerão nos próximos anos, refletindo o envelhecimento do quadro de servidores, tendo em vista a não realização de concurso público.

Implementação do sistema digital de processos judiciais em toda PGDF.

Está em curso o procedimento licitatório para contratação de empresa com vistas à conclusão da obra do edifício sede da PGDF. O reinício das obras estão previstas para fevereiro de 2018 e término em agosto/2018.

FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PRÓ-JURÍDICO – UO: 12.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O PRÓ-JURÍDICO, desenvolvido e coordenado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 2.605, de 18 de outubro de 2000, regulamentada pelo decreto nº 21.624, de 20 de outubro de 2000, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual e material, que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública.

Objetivos

- Aparelhamento das instalações da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- Aquisição de bens e serviços;
- Qualificação profissional dos seus integrantes;
- Apoio aos setores jurídicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta do DF;
- Realização de outras atividades relacionadas ao bom exercício da advocacia pública.

Produto de Arrecadação

Constituem recursos financeiros do Pró Jurídico:

- Os honorários advocatícios arbitrados em favor do Distrito Federal, em face da aplicação do princípio da sucumbência;
- Os honorários de sucumbências deferidos a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economias públicas e sociedade de economia mista, quando essas entidades forem representadas por Procurador do Distrito Federal;
- Os honorários decorrentes de acordos extrajudiciais celebrados pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- Os encargos de que trata o parágrafo único do art. 42 da Lei Complementar nº 4 de 30 de abril de 1994, em relação aos créditos cobrados de acordo com o inciso II do mesmo dispositivo.
- As contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- As doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privadas, nacionais e internacionais, além de outros recursos;
- Os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios outros ajustes;
- Os valores advindos da aplicação dos recursos do Fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;
- As contribuições, as subvenções de outros valores destinados a propiciar a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública;
- Outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

FORÇA DE TRABALHO

O Fundo não dispõe Força de Trabalho Própria.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**20.000,00**	**50.001,00**	**0,00**	**0,00**
5921 - APOIO A EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	50.001,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**20.000,00**	**50.001,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve realizações de atividades neste programa de trabalho no exercício. A PGDF não participou de eventos compartilhados.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**750.000,00**	**814.765,00**	**188.131,19**	**188.131,19**
7197 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTO, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DISTRITO FEDERAL	750.000,00	814.765,00	188.131,19	188.131,19
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**750.000,00**	**814.765,00**	**188.131,19**	**188.131,19**

Considerando a vedação imposta pelo artigo 7º, do Decreto 37.121, de 16/02/2016, os gastos com cursos, congressos e eventos afins foram reduzidos nesta PGDF.

Estão sendo ressarcidos 12 bolsas de estudo de pós-graduação e/ou mestrado com objetivo de capacitação de alto nível aos servidores do Órgãos.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2484 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	**11.050.000,00**	**12.072.572,00**	**11.985.818,40**	**11.190.423,42**
0001 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS--DISTRITO FEDERAL	11.050.000,00	12.072.572,00	11.985.818,40	11.190.423,42
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**20.000,00**	**53.751,00**	**25.637,67**	**25.637,67**
5929 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	53.751,00	25.637,67	25.637,67
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**4.000.000,00**	**24.862.173,00**	**3.254.480,38**	**3.220.173,19**
0007 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	4.000.000,00	24.862.173,00	3.254.480,38	3.220.173,19
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	**200.000,00**	**105.224,00**	**25.223,12**	**25.223,12**
0004 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	105.224,00	25.223,12	25.223,12

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**3.600.000,00**	**6.251.982,00**	**1.853.274,95**	**1.853.274,95**
0034 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF- PLANO PILOTO .	3.600.000,00	6.251.982,00	1.853.274,95	1.853.274,95
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**4.230.000,00**	**8.018.153,00**	**2.194.402,53**	**2.140.565,47**
0019 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	4.230.000,00	8.018.153,00	2.194.402,53	2.140.565,47
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**310.000,00**	**258.629,00**	**96.252,25**	**96.252,25**
0069 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	310.000,00	258.629,00	96.252,25	96.252,25
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**7.862.525,00**	**11.519.376,00**	**0,00**	**0,00**
9768 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF- PLANO PILOTO .	7.862.525,00	11.519.376,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**20.000,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**
9712 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF- PLANO PILOTO .	20.000,00	2,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**31.292.525,00**	**63.141.862,00**	**19.435.089,30**	**18.551.550,07**

2484 - a diferença existente entre o empenhado e o liquidado será pago com restos a pagar em janeiro de 2018, após a liberação do boletim de arrecadação, fornecido pela SEF. Durante o exercício de 2017 foram pagos honorários mensais a aproximadamente 359 Procuradores, perfazendo um total anual de 4.308 beneficiados.

3678 - contrato firmado em 13/11/2017. Não houve tempo hábil para utilização do contrato. Nesta ação também está previsto o pagamento de gratificação por encargo de curso e concurso. Foram realizados 8 eventos tendo como instrutores servidores ativos do órgão.

4220 - Nesta ação há o pagamento dos contratos de natureza continuada tais como: bolsa de estágio, manutenção dos elevadores, manutenção dos aparelhos de ar condicionado, outsourcing de impressão, telefonia, reprografia e outros. Há gastos com: diárias, revista jurídica, passagens, material de consumo. Durante o ano foram contratados aproximadamente 216 estagiários/mês.

9083 - Considerando a vedação imposta pelo artigo 7º, do Decreto 37.121, de 16/02/2016, os gastos com cursos, congressos e eventos afins foram reduzidos nesta PGDF. Estão sendo pagas 03 bolsas de estudos atualmente, na modalidade de contratação direta pelo órgão.

1471 - Compra de equipamentos de TI, implementação de sistema do processamento judicial (processo judicial eletrônico)

2557 - Manutenção e fornecimento de equipamentos de TI, Software de BI.

4088 - Foram capacitados 776 servidores sendo 288 em cursos de capacitação com ônus para PGDF.

1984 - A obra da PGDF está parada desde 04/02/2016, tendo como previsão fevereiro de 2018 para retomada.

3903 - Não foram realizadas reformas nos prédios no ano de 2017.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

- os processos judiciais, nos tribunais, se tornaram eletrônicos exigindo um esforço desta PGDF no sentido de modernização dos sistemas utilizados por esta Casa Jurídica.

- está em fase de implantação software com vistas à virtualização dos processos judiciais em toda Casa.

- a retomada da obra do Edifício Sede da PGDF está prevista para fevereiro de 2018, estando em fase de procedimento licitatório.

- a entrega da obra está prevista para agosto de 2018, momento em que haverá gastos com aquisição de mobiliários, instalações e equipamentos.

- O prédio novo proporcionará espaço suficiente para realização de eventos, cursos e atividades afins.

- O orçamento do Fundo da PGDF foi contingenciado durante todo ano, dificultando a execução do planejamento.

- Há projetos em andamento para compra de serviços e softwares com vistas à melhoria da gestão da dívida ativa, com o intuito de aumento da arrecadação.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL – UO: 14.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do Decreto nº 36.236, de 01/01/2015,tem atuação e competência nas seguintes áreas:
I - agricultura, pecuária, aquicultura e agroindustrialização;
II - produção e fomento agropecuário;
III – Política agrícola, abastecimento e planejamento agropecuário;
IV – Defesa sanitária animal e vegetal;
V – Fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias;
VI – Inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
VII – Fiscalização fundiária e administração de terras públicas rurais;
VIII – Proteção, conservação e manejo do solo e água, voltado ao processo produtivo agropecuário;
IX – Assistência técnica e extensão rural;
X – Inovação tecnológica na agropecuária.

Missão

Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

Visão

Ser reconhecida como agente inovador e de excelência no desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	62	84	38	281	465
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	24	0	24
Requisitados de órgãos do GDF	2	1	7	2	12
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	28	0	0	28
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	18	0	0	18
Terceirizados (FUNAP)	0	8	0	0	8
Outros - especificar	0	148	0	38	186
Subtotal	66	287	69	321	743
(-) Cedidos para outros órgãos	37	18	0	0	55
Total Geral	**29**	**269**	**69**	**321**	**688**

A estrutura do quadro de pessoal da Seagri/DF é composta por 503 servidores, sendo que deste quantitativo 24 são comissionados sem vínculo e 14 requisitados de órgãos federais e distritais.

Compõem esse quadro também 194 funcionários terceirizados, os quais atuam nas áreas de apoio administrativo, limpeza/conservação, segurança e mecanização agrícola; 28 estagiários e 18 jovens candangos. Com relação aos servidores citados em "Outros – especificar", no valor de 186, são os terceirizados pelas empresas atuantes no Distrito Federal.
Observa-se no quadro de pessoal que a força de trabalho efetivamente disponível é de 688 funcionários, considerando que 55 encontram-se cedidos e/ou à disposição de outros órgãos.
Cabe salientar que no exercício de 2016 esta Pasta contava com 513 servidores efetivos, tendo reduzido esse número, em 2017, para 465, em decorrência das vacâncias provenientes de aposentadorias, exonerações e óbitos.
Em relação ao mês de dezembro do exercício anterior, houve aumento no quantitativo de terceirizados, de 187 para 194. Também ocorreu acréscimo de 28 estagiários e 18 jovens candangos.
Convém consignar, por oportuno, que a crescente diminuição da força de trabalho, principalmente em relação ao quadro efetivo (em torno de 9,36% a.a), revela a urgente necessidade de realização de novo concurso público para assegurar a manutenção, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos ofertados ao cidadão. Nesse sentido, em 2016 foi realizado estudo visando futuras contratações (processo nº 070.002.136/2016), o qual está sobrestado, a depender do desfecho do projeto de lei que visa reestruturar a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária.
Registra-se que no ano de 2018 mais de 50 servidores devem aposentar-se no decorrer do exercício, impactando ainda mais a já insuficiente força de trabalho.
Outro fator que merece ser destacado, por fim, é que em dezembro/2017 o órgão dispõe de 99 cargos comissionados em sua estrutura (98 ocupados), sendo que 74 destes estão providos por servidores vinculados à Administração Pública, representando um índice de 75,51%, isto é, muito superior ao percentual de 50% estabelecido no art. 19, inciso V, da Lei Orgânica do DF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	**1.601.000,00**	**1.726.000,00**	**1.171.427,50**	**1.171.427,50**
0001 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECU-MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DA SEAGRI-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	1.200.000,00	1.171.427,50	1.171.427,50
0004 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DO CANAL DE IRRIGAÇÃO NA COMUNIDADE RURAL DO CÓRREGO DAS CORUJAS- CEILÂNDIA	0,00	226.000,00	0,00	0,00
2900 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RURAL-DISTRITO FEDERAL	101.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RECUPERAÇÃO DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	0,00	0,00
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	**310.000,00**	**220.550,63**	**220.549,19**	**198.461,99**
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES-DA GRANJA DO TORTO- PLANO PILOTO .	310.000,00	220.550,63	220.549,19	198.461,99
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	**50.000,00**	**1.140.523,00**	**28.674,14**	**28.674,14**
0001 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1.140.523,00	28.674,14	28.674,14
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA-COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	**20.000,00**	**600,00**	**600,00**	**600,00**
0004 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	600,00	600,00	600,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3196 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	**310.000,00**	**4.388.105,00**	**49.672,68**	**49.672,68**
0001 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO-DA HORTA COMUNITÁRIA GIRASSOL DA QD. 12 DO BAIRRO MORRO AZUL EM SÃO SEBASTIÃO - RAXIV- SÃO SEBASTIÃO	300.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9640 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	4.388.105,00	49.672,68	49.672,68
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	**2.720.000,00**	**5.456.854,00**	**1.557.095,70**	**1.557.095,70**
0001 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL.-DISTRITO FEDERAL	2.500.000,00	60.000,00	55.230,70	55.230,70
0003 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	5.096.854,00	1.501.865,00	1.501.865,00
0004 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL- SÃO SEBASTIÃO	0,00	300.000,00	0,00	0,00
5682 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-FOMENTO À PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**10.000,00**	**1.917.045,00**	**1.082.626,98**	**1.082.626,98**
0008 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	0,00	80.000,00	0,00	0,00
9557 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1.837.045,00	1.082.626,98	1.082.626,98
4090 - APOIO A EVENTOS	**1.500.000,00**	**820.000,00**	**150.844,80**	**150.844,80**
0013 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA MEGA LEITE / 2017-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
0078 - APOIO A EVENTOS-(EP) APOIO A REALIZAÇÃO DA PEC BRASÍLIA E FEIRA DO LEITE-DISTRITO FEDERAL	0,00	500.000,00	150.844,80	150.844,80
0100 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO EXPOGAMA-GAMA	0,00	70.000,00	0,00	0,00
0108 - APOIO A EVENTOS-APOIO 1ª EXPOREMA - 1ª FEIRA DO AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR DO RECANTO DAS EMAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	250.000,00	0,00	0,00
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS-SECREATRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	**70.000,00**	**18.036,68**	**18.035,53**	**18.035,53**
0001 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	70.000,00	18.036,68	18.035,53	18.035,53
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	**51.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA--DISTRITO FEDERAL	51.000,00	0,00	0,00	0,00
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- PLANALTINA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	**640.000,00**	**6.547,00**	**6.544,00**	**6.544,00**
0001 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	290.000,00	6.547,00	6.544,00	6.544,00
0002 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGE-IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE AGROTOXICOS EM PRODUTOS VEGETAIS-DISTRITO FEDERAL	350.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**7.392.000,00**	**15.694.261,31**	**4.286.070,52**	**4.263.983,32**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1498 - AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	0	UNIDADE	117.300	97.977	127.500	97.256	127.500	137.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
Justificativa: 2016 - A Defesa Sanitária Animal aumentou a quantidade de fiscalizações realizadas e aumentou a eficiência. Foi feito um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em quase 300 propriedades. Passou-se ainda a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. A barreira móvel melhorou a eficiência, aumentou a quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. 2017 - O aumento na quantidade de cadastros de novas propriedades de criação de equídeos e passeriformes, de vacinações de bezerras e de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário não foi suficiente para alcançarmos o índice desejado. Deve-se à redução nas fiscalizações de comércio de vacinas (o que se deve, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas) e de carga em trânsito (extinção de uma barreira fixa).									
1480 - CANAL RECUPERADO	11	KM	15	19,675	15	1,47	15	5,5	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Houve uma demanda superior ao que havia sido planejado, mas ocorreram aquisições de novas máquinas e implementos, possibilitando o atendimento à nova demanda superior. 2017 - Devido a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para coordenação de equipes de campo, não foi possível alcançar o índice desejado. O número alcançado é resultado do empenho normal da equipe.									
1497 - FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	0	UNIDADE	7.500	7.938	7.500	6.668	7.500	7.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
Justificativa: 2016 - Mesmo com o número de servidores e veículos reduzidos, a equipe trabalhou intensamente para realizar as ações de inspeção em quantidade e qualidade necessária para a manutenção da segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população do Distrito Federal, superando em 5,84% o índice do indicador.									

2017 - O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de auto controle nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros. O número alcançado é consequência do comprometimento e capacidade dos servidores, apesar do déficit de veículos e servidores na área de fiscalização.									
1482 - PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	1161	PESSOA	1.550	1.451	1.700	1.321	1.850	2.000	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Justificativa: 2016 - No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 980 Agricultores Familiares - AF foram cadastrados. No PAA na modalidade Institucional participaram 111 Agricultores Familiares -AF. No PAA modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares - AF.No Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE participaram 250 Agricultores Familiares - AF. No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF participaram 63 Agricultores Familiares - AF. 2017 - Devido à diminuição de recursos disponibilizados pelo MDSA, o atraso ao iniciar as atividades do PAA no segundo semestre de 2017 e falta de recursos das secretarias do DF para contratação no PAPA, não foi possível alcançar o índice desejado. O valor obtido se deve ao empenho normal da equipe.									
1481 - PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	1030	PESSOA	650	438	650	4.390	650	650	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Foram distribuídos 211 trajetos/caminhões de apara de poda e 672 toneladas de composto orgânico/calcário. 2017 - O alcance do índice desejado foi possível por ter sido trabalhado paulatinamente conforme os preceitos legais vigentes, com o avanço controlado de seu cumprimento, avaliando o desempenho das ações e assegurando a prestação de contas, primando sempre pela qualidade do atendimento e serviços prestados.									

A Seagri/DF, na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, tem por escopo o fomento aos agricultores familiares, com destaque para a conscientização de agentes comunitários de desenvolvimento sustentável.

Além disso, dirige e coordena a inclusão socioprodutiva e a segurança alimentar dos agricultores familiares, principalmente daqueles mais carentes, mediante o apoio à organização do seu processo produtivo, com agregação de valor (armazenamento, processamento, transporte e distribuição) e certificação de seus produtos, bem como seu acesso aos mercados; orientar e apoiar os agricultores familiares no acesso aos serviços essenciais das políticas públicas, mediante processos de articulação institucional; elabora relatórios das atividades desenvolvidas e executa outras atividades na sua área de atuação e que lhes forem atribuídas.

Abaixo estão discriminadas as ações desenvolvidas na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário que exemplificam as atividades desempenhadas pelo setor no exercício de 2017:

- Convênio 839454/2016, concedente: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no valor de R$ 5.005.005,01, para implantação de sistemas de abastecimento de água nos assentamentos rurais no DF e RIDE;
- Contrato de Repasse: 840951/2016, concedente: - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R$ 1.039.049,00, para apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas;
- Convênio: 776751/2012, concedente Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, no valor de R$ 5.894.973,58, para aquisição de veículos, caminhões, equipamentos, construção de 05 unidades de recebimento e distribuição de alimentos no âmbito do Distrito Federal e Consultoria Gerencial para 05 organizações de produtores rurais do DF;
- Contrato de Repasse: 795520/2013, concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no valor de R$ 4.400.000,00, para estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização, aquisição de maquinário e construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção;
- Convênio: 795760/2016, concedente: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no valor de R$ 4.022.100,00, para construção e implantação de Centro de Capacitação de Assentados;
- Contrato de Repasse: 833391/2016, concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no valor de R$ 144.487,00, para aquisição de patrulha agrícola;

- Convênio: 837678/2016, concedente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R$ 3.295.726,98, para implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no DF e RIDE;
- Contrato de Repasse: 839394/2016, concedente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R$ 1.601.601,60, para Construção de Centro de Comercialização e Capacitação;
- Contrato de Repasse: 844135/2017, concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no valor de R$ 146.396,40, para apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização;
- Convênio 851231/2017, concedente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R$ 197.086,01, para comprar materiais e insumos para revitalização de Centro de Referência em Agroecologia;
- Convênio 853923/2017, concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no valor de R$ 1.259.685,00, para contemplar com abastecimento de água por meio de implantação estrutural de irrigação ao público beneficiário, especialmente as famílias de trabalhadores rurais em situação de vulnerabilidade social de modo a otimizar suas produções nos aspectos qualitativos como quantitativos; e
- Contrato de Repasse 846833/2017, concedente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, no valor de R$ 1.041.810,81, para aquisição de equipamentos e materiais diversos.

Com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a produção nos assentamos da reforma agrária a Seagri/DF entregou em 2017, por meio de chamamento público, 13 patrulhas mecanizadas para 13 associações de agricultores do Distrito Federal e da RIDE/DF, as quais foram adquiridas através de contrato de repasse com a União. Cada patrulha fornecida é formada por trator agrícola; arado reversível; plantadora/adubadora hidráulica para plantio direto; triturador rotativo de restos culturais; grade aradora de arrasto; rotocanteirador hidráulico; roçadeira hidráulica; distribuidor de calcário e adubo orgânico; plantadeira de mandioca para o plantio direto e convencional; afofador de mandioca e carreta para trator.

Foi licitado o projeto de execução para a Obra do Centro de Capacitação de Assentados no projeto de assentamento Oziel Alves III objetivando a construção e implantação de um centro de capacitação de assentados da reforma agrária, no âmbito de atuação do Distrito Federal no valor de R$ 4.022.100,00.

No Âmbito da Coordenação de Políticas de Assentamento foram realizados 03 Chamamentos públicos com o objetivo de assentar agricultores familiares. Por meio do Chamamento Público nº 01 foram entregues 07 parcelas no Assentamento Santarém; pelo chamamento nº 02 foram entregues 24 parcelas no Assentamento Patrícia e Aparecida; e pelo Chamamento nº 03 foram entregues 35 parcelas no Assentamento 10 de Junho.

No tocante à entrega dos insumos água e podas, no período de agosto a setembro foram distribuídos 340m³, em outubro foram distribuídos 400m³, em novembro 380m³ e dezembro 620m³, totalizando 1.740m³ de água em 2017. Foram entregues aproximadamente 2.000m³ de podas.

Em 2017 foram adquiridas 529 toneladas de alimentos destinadas a 30 mil pessoas por meio de 126 entidades sociais do Distrito Federal. Para tanto, foram cadastrados 1.014 agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Termo de Adesão. Foram adquiridos R$ 1,65 milhões, que contribuíram para o desenvolvimento e inclusão sócio-produtiva dos agricultores familiares do Distrito Federal.

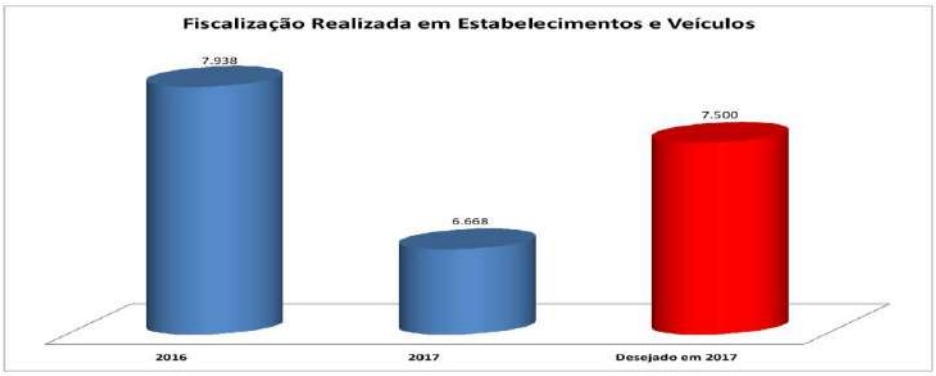
Para o biênio de 2016 e 2017 foram adquiridas 1.097 toneladas de alimentos, produzidos pelos 1.988 agricultores cadastrados no programa. Esse volume de produtos foi distribuído às 159 entidades socioassistenciais que atendem a aproximadamente 40 mil pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar.

No tocante ao Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, foram realizadas 07 chamadas públicas em 04 órgãos públicos (SECRIANÇA, SEDESTMIDH, EMATER e BRB), no valor total de R$ 8.412.634,00, com a participação de 178 agricultores familiares.

Na área de Defesa Agropecuária a Seagri/DF tem como competência planejar, propor políticas de fiscalização e normatizar a execução dos trabalhos de defesa agropecuária; dirigir a elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos, referentes à inspeção e sanidade animal e vegetal; fazer cumprir as normas e regulamentos sanitários; planejar, promover e supervisionar ações de educação sanitária e de conscientização da população relativas à defesa agropecuária. Destaca-se ainda a execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória, demandados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA em cada Estado da Federação, por meio de mapeamento e monitoramento de ocorrências fitossanitárias e zoosanitárias, para estudo epidemiológico, controle do trânsito animal e vegetal e de ações educativas sanitárias. São beneficiários das atividades desenvolvidas pela Seagri/DF, na área de Defesa Agropecuária, os produtores rurais e criadores, os comerciantes de vacinas, partes de vegetais e de agrotóxicos, a cadeia produtiva de flores, de suínos, leite, peixes, aves, de hortaliças, grãos e oleaginosas, bem como os frigoríficos, as agroindústrias de produtos de origem animal, vegetal e artesanal, os supermercados, os entrepostos, e principalmente o consumidor, por receber produtos de boa procedência e de boa qualidade.

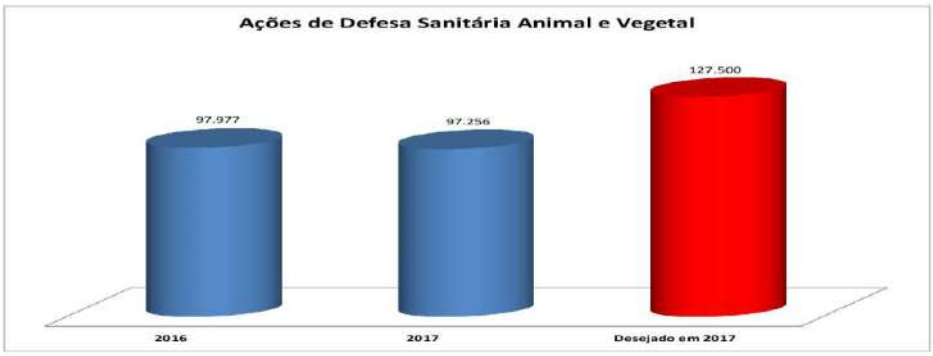
Dentro do Programa Brasília Competitiva um dos objetivos da Seagri/DF é garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras do Distrito Federal, para evitar a entrada e proliferação de doenças que possam comprometer a produção agropecuária e a qualidade dos produtos destinados ao consumo da população.

Em 2017 a Seagri/DF realizou 780 ações de inspeção e fiscalização sanitária em agroindústrias de produção de produtos de origem vegetal e animal. Foram elaboradas 1.045 Notas Técnicas relacionadas à rotulagem, à avaliação de plantas e às condições de funcionamento de alguns estabelecimentos. Além disso, foram protocoladas 62 plantas de reforma e/ou construção de agroindústrias e 1.343 formulários de rotulagem. Com relação à Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal foram registradas 11 novas agroindústrias, sendo 2 estabelecimentos de processamento artesanal e 9 de processamento de produtos de origem animal. Temos um total de 211 estabelecimentos sob inspeção distrital. Foram atendidas 10 denúncias de transporte irregular de produtos ou de unidades de processamento clandestino no Distrito Federal, sendo que 100% destas foram averiguadas e respondidas dentro do prazo exigido. Em um total de 137 ações de fiscalizações em veículos, tanto em horário diurno quanto noturno, foram fiscalizados 5.724 veículos (destes, 19 veículos que transportavam produtos em desacordo com a legislação sanitária foram autuados). Nestas ações de trânsito, 21,19 toneladas de produtos foram apreendidos por apresentar inconformidades com relação às normas sanitárias. Quanto ao trabalho de Educação Sanitária desenvolvido nas agroindústrias, 362 manipuladores de produtos de origem animal, vegetal e microrganismos foram treinados em boas práticas de fabricação. Já o somatório das ações de inspeção de produtos de origem vegetal e animal foi de 6.668, ficando abaixo 11,1% do valor desejado para 2017, que é de 7.500, e houve um decréscimo de 16% em comparação ao ano de 2016, conforme gráfico a seguir.



A Seagri/DF participou da elaboração de propostas de normativas, sistemas e programas relacionados à atividade de inspeção e fiscalização sanitária, como a construção da proposta de Decreto regulamentador da Lei nº 5.800/2017, a qual dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, vegetal e de microorganismo processados no Distrito Federal e dá outras providências, Portaria dispondo sobre as normas complementares à Lei nº 5.800/2017, construção de projeto de lei para o registro e o funcionamento de agroindústrias de pequeno porte, atualização e formatação do novo sistema de Registro e Licenciamento de Empresas – RLE digital, Programa de Atendimento ao Empresário – simplifica PJ, e o desenvolvimento e execução do Convênio Nº 835505/2016 MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual tem como objeto apoiar à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária.

Em relação às ações de defesa sanitária animal e vegetal alcançamos 97.256 das 127.500 ações desejadas para o ano de 2017, cumprimos 76,3%, e em comparação ao ano de 2016 houve um decréscimo de 0,7%, conforme aponta o gráfico a seguir.



Houve um aumento na quantidade de propriedades cadastradas devido à intensificação no registro de criadores de equídeos e passeriformes, o que auxilia no trabalho da Seagri/DF ao permitir que tenha as informações atualizadas de toda a área rural do Distrito Federal, e também houve aumento significativo no número de bezerras vacinadas contra brucelose, o que mostra um efetivo trabalho de educação sanitária, já que não são feitas campanhas de vacinação contra essa doença. Também ocorreu um aumento no número de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário, relacionado principalmente com a ocorrência de suspeitas de mormo e complicações de manejo em granjas de aves. A redução na fiscalização de comércio de vacinas deve-se, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas desde o ano anterior. No exercício de 2017, houve um maior ingresso de servidores da defesa sanitária animal em programas de pós-graduação com projetos de pesquisa relacionados às atividades de defesa agropecuária. Desta forma, houve uma redução de treinamentos internos para viabilizar a execução conjunta com as atividades de rotina do órgão.

Em 2017 observou-se uma pequena recuperação na quantidade de Guias de Trânsito Animal - GTAs emitidas, comparativamente ao ano de 2016. Tal evolução se refere ao retorno de algumas empresas à atividade de avicultura que tinham suspendido suas atividades em 2016 devido à crise econômica. Destaca-se ainda o aumento no número de atendimento às notificações, o que é resultado das campanhas de educação sanitária realizadas pela Seagri/DF entre criadores rurais e profissionais atuantes no setor agropecuário por meio de distribuição de material gráfico e, principalmente, maior divulgação dos serviços em canais de rádio e TV. Houve ainda diminuição no número de Autos de Infração aplicados; como cerca de 70% desse indicador refere-se à inadimplência em campanhas de vacinação de febre aftosa, e como os índices de vacinação no Distrito Federal vem melhorando a cada ano, a diminuição de aplicação de autos de infração é o objetivo desejável pela Seagri/DF. Esse resultado vem em grande parte da conscientização dos proprietários de animais sobre a importância de seguir o calendário de vacinação, conseguido com o desenvolvimento de atividades de educação sanitária realizadas durante todo o ano.

Em relação às atividades da área de defesa sanitária vegetal, foram realizadas 20.393 ações, ocorreu um decréscimo de 4,82% em comparação ao número de ações alcançadas em 2016, que foi de 21.426. A redução foi devido, principalmente, ao fechamento de uma barreira fixa de fiscalização, o que causa impacto direto no número de fiscalizações de trânsito de vegetais, como se pode averiguar, em 2017 foram 7.941 e em 2016 foram 9.072.

No caso das ações de Defesa Sanitária Vegetal, algumas atividades são diretamente relacionadas à demanda do setor, e por isso houve uma redução em 2017 no número de inscrições de unidades de produção para emissão do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO, e, consequentemente, no número de CFOs emitidos pela Seagri/DF. Por outro lado, o número de Certificado Fitossanitário de Origem Consolidados (CFOCs) e Permissões de Trânsito de Vegetais (PTVs) foi maior em 2017 em razão da nova exigência de certificação para as rosáceas (ameixa, maçã e pêra) vindas da região Sul, que foi implementada este ano. Foram realizados 6 levantamentos fitossanitários em 2017 em relação aos 2 realizados em 2016, aumentando assim o número de amostras enviadas aos laboratórios, mas não necessariamente o tamanho da área inspecionada, uma vez que algumas áreas foram reinspecionadas. Como resultado, o Distrito Federal manteve-se como área reconhecida de livre ocorrência de diversas pragas de importância econômica.

Já na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, foram executados serviços de revitalização de canais, ação programada com a finalidade de impermeabilizar os leitos dos canais não revestidos, com a aplicação de tubos de PVC, bem como a limpeza e manutenção de canais de terra ainda não contemplados com as ações de revitalização, mas que para se manterem em funcionamento necessitavam de limpeza e regularização de alguns trechos. Abaixo é apresentada tabela com a listagem dos canais trabalhados pela Seagri/DF e acompanhados por técnicos da Emater/DF.

Canais Revitalizados	Localidade	Extensão (m)
Recanto da Conquista	São Sebastião	2.500
Guariroba	Alto Rodeador	2.330
Cristal	Alto Rodeador	1.400
Índio	Alex. Gusmão - Descoberto	1.600
Rodeador	Rodeador	30
Buriti Vermelho	Paranoá	1.970
Total		**9.830**

Total Geral (m)	**13.530**

Com relação à ação "canal recuperado" não foi possível atingir a quantidade desejada de 15 km, atingindo apenas 1,47 km, devido à falta de pessoal com atribuição para a coordenação

de equipes de campo. Outro fator que prejudicou a execução da ação foi a falta de combustível no mês de setembro, época adequada para os serviços, paralisando o serviço por duas semanas, aproximadamente.

Ainda na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, há o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal - Brasília Qualidade no Campo que visa certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, estimulando a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal.

As Boas Práticas Agropecuárias são definidas como o conjunto de princípios, conceitos, práticas, tecnologias, métodos e recomendações técnicas apropriadas aos sistemas de produção de insumos, de animais e de alimentos aplicados e implementados em nível de campo a fim de fomentar e agregar valor às atividades agropecuárias e de promover a saúde e o bem-estar humano e animal.

Quando o estabelecimento rural atingir o mínimo de 70% dos itens de adequação receberá Auditoria de avaliação de conformidade realizada pelo Grupo Gestor do Programa. Sendo comprovado o cumprimento de no mínimo 70% dos itens previstos, observado o cumprimento dos itens obrigatórios, o estabelecimento rural receberá o Certificado no Programa expedido pela Seagri/DF. No ano de 2017, 02 propriedades foram certificadas e receberam o selo. Frisa-se que 1.099 produtores rurais já realizaram a adesão ao Programa, primeiro passo para obtenção da Certificação.

A fim de promover o saneamento básico na área rural do Distrito Federal e melhorar a qualidade de vidas dos produtores rurais, por meio das boas práticas agropecuárias, a Seagri-DF publicou, no Diário Oficial do Distrito Federal, a Portaria nº 43, de 23 de maio de 2017, que estabelece critérios para o desenvolvimento das ações de fomento à agricultura familiar com a distribuição gratuita de materiais e equipamentos aos produtores rurais.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	**710.880,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS--DISTRITO FEDERAL	210.880,00	0,00	0,00	0,00
0002 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS-APOIO A PROJETOS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO-DF ENTORNO	500.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**710.880,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

No primeiro semestre do ano de 2017, com a publicação do Decreto Distrital nº 38.125/2017- que Regulamenta a Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Terracap, os procedimentos administrativos de regularização das ocupações de terras públicas em andamento nesta Secretaria tiveram de ser revistos e adequados às novas exigências da legislação, o que demandou a reanálise de processos, bem como a notificação daqueles que já possuem contrato, fato que resultou na emissão de 102 termos aditivos aos contratos vigentes.

Além disso, com a publicação do Termo de Cooperação Técnica nº 14/2017 firmado entre a Terracap e a Seagri, em 22 de março de 2017, que transfere, a esta Secretaria, a gestão da ocupação das terras públicas pertencentes à Terracap inseridas na Macrozona Rural passíveis de regularização por meio de Contratos de Concessão de Uso Oneroso, aqueles processos de regularização que já estavam na iminência de terem seus contratos assinados foram devolvidos a Seagri pela Terracap, para adequá-los e gerenciá-los.

Ao mesmo tempo, foram feitas ações de orientação aos produtores em diversas áreas, como Vargem Bonita - ParkWay, para que dessem início aos seus processos de regularização. Tal ação culminou na autuação de novos processos, o que contribuiu para os resultados apresentados na tabela abaixo.
Assim sendo, em relação aos novos processos autuados e o número de contratos firmados tem-se os seguintes dados:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL
Processos autuados	17	17	29	29	43	24	35	39	56*	30*	46*	365
CLO	-	-	-	-	25	-	01	-	07	01	03	37
Contratos	70** * Valores obtidos após a implementação do SEI!: o valor apresentado corresponde ao somatório do número de processos novos (autuados fisicamente e eletronicamente em 2017, estes últimos a partir de 27/09/2017) em conjunto com os processos em andamento e que foram incluídos no sistema. ** Somatório dos contratos firmados pela Terracap, após a emissão de CLO por esta secretaria, e aqueles firmados diretamente por esta Seagri após a publicação do Termo de Cooperação nº 14/2017 entre Terracap e Seagri.											

Convém ressaltar que, após a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), sistema de produção e gestão de documentos e processos eletrônicos, 332 processos administrativos que já estavam em andamento tiveram a sua tramitação física encerrada, foram digitalizados e assim passaram a tramitar de forma totalmente eletrônica no referido sistema.
Além disso, 245 processos de regularização de ocupação foram autuados no SEI a partir de setembro, sendo 87 deles relativos à área urbana com características rurais e 158 relativos à área rural.
Outro ponto que também merece destaque refere-se à legitimação de ocupação, em que a Seagri emite e anexa aos autos uma Certificação de Legítimo Ocupante – CLO, após a constatação do atendimento de todas as condicionantes legais para a regularização da área.
Ocorre que antes da celebração do termo de cooperação técnica já mencionado, o processo administrativo de regularização em tramitação na Seagri concluía-se com a emissão de tal certificação, haja vista o fato da Terracap ser responsável pela elaboração e gestão dos contratos. Atualmente, com a gestão das ocupações a cargo desta Secretaria, o processo administrativo de regularização passou a tramitar apenas na Seagri, concluindo-se com a celebração do contratual – os Contrato de Concessão de Uso – CDU, cuja vigência é de 30 anos.
Assim, e em comparação ao ano de 2016, obtivemos os seguintes dados durante o exercício de 2017:

Dados da regularização das ocupações			
Indicadores	**2016**	**2017**	**TOTAL (2009-2017*)**
Quantidade de processos autuados[1]	279	365*	5171
Legitimação de Ocupação[2] (quantidade de CLO e contratos)	81	70	1284
Proporção[3] de CLO por quantitativo de processo autuado em %	29,03	19,17	24,83
* Ano de implementação do SEI Obs[1].: Neste ano entende-se por processo autuado não somente processo físico administrativo, mas todo e qualquer novo requerimento, haja vista a implementação do SEI a partir de 27/09/2017. Obs[2].:Contratos firmados pela Terracap após a emissão do Certificado de Legítimo Ocupante – CLO – pela Seagri (37) ou diretamente por esta Seagri após a assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 14/2017. Obs[3].: Índice de alcance de legitimação de ocupação em relação ao quantitativo de processos autuados por ano ou por período considerado. Foi levada em consideração a razão de processos autuados pelo quantitativo de legitimação de ocupação.			

Considerando que a tramitação dos processos autuados em 2018 ocorrerá de forma totalmente eletrônica, pela utilização do SEI!, bem como o fato de não haver mais necessidade de encaminhar os autos à Terracap, a expectativa para o exercício de 2018 é de que a Seagri gere pelo menos 350 contratos (CDU).

Outra atividade também desenvolvida ao longo do ano e de grande importância para a regularização fundiária foram as ações de fiscalização nas áreas rurais do Distrito Federal, a fim de coibir o parcelamento irregular de áreas e de verificar se a função social da propriedade está sendo cumprida.

Enquanto que no ano de 2016 o número de fiscalizações realizadas chegou a 251, no ano seguinte esse número reduziu aproximadamente 8%, caindo para 231 em 2017. Apesar disso, se levarmos em consideração que o numero de denúncias vem reduzindo, é possível crer que em razão do monitoramento efetivo das áreas, o objetivo inicial em relação aos parcelamentos de terras vem sendo cumprido.

Por fim, sobre o tema legitimação de posse, cabe esclarecer que este se encontra afeto a questões de ordem fundiária, baseados em lei. Nesse viés, está sendo construído entendimento jurídico pela Terracap para possibilitar a regulamentação e definir os procedimentos para a regularização de tais ocupações. Assim, não há informações e resultados a serem disponibilizados sobre o tema.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	**10.000,00**	**2.256.269,00**	**632.391,36**	**632.391,36**
5607 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA ACRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	2.256.269,00	632.391,36	632.391,36
4090 - APOIO A EVENTOS	**60.000,00**	**442.946,00**	**335.925,18**	**335.925,18**
0014 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO BRASILIA AGROECOLÓGICA 2017" - ESPAÇO FÍSICO E ESTRUTURA DE APOIO, INFRAESTRUTURA DE ALOJAMENTO DOS AGRICULTORES"-DISTRITO FEDERAL	60.000,00	242.946,00	142.945,19	142.945,19
0050 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO CONGRESSO BRASÍLIA AGROECOLÓGICA 2017-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	192.979,99	192.979,99
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**70.000,00**	**2.699.215,00**	**968.316,54**	**968.316,54**

Em 2017 foram adquiridos 105 conjuntos de fossas sépticas que visam o tratamento de resíduos de esgoto doméstico em propriedades rurais do Distrito Federal. Já foram instalados 80 conjuntos de fossas sépticas, ficando o restante para serem instaladas no início do ano de 2018. O conjunto, é composto por uma fossa séptica e um filtro anaeróbico, é um método econômico e eficiente que trabalha com bactérias anaeróbias, que não precisam de oxigênio para sobreviver. Sua instalação promove em até 80% o tratamento do esgoto produzido.

Podem se beneficiar deste equipamento agricultores familiares e pré-assentados ou assentados da reforma agrária.

Estimular a reabilitação ambiental das áreas rurais está entre as ações principais da Seagri/DF. Por meio do Programa Reflorestar, criado em 2007, a equipe apoia os produtores rurais na adequação ambiental de seus lotes, orientando-os na recuperação e proteção dos recursos hídricos e conservação do solo. Além disso, o Reflorestar promove a capacitação e estimula a educação ambiental. A equipe do Programa, formada por biólogos, engenheiros, técnicos e auxiliares, trabalha na produção de mudas em um viveiro estruturado na Granja do Ipê, localizado no Park Way. Depois de um processo iniciado com a coleta de sementes no cerrado, as plantas são distribuídas para produtores rurais que fazem a reabilitação ambiental de suas propriedades. No ano de 2017, a Seagri/DF disponibilizou 53.470 mudas aos pequenos produtores rurais, totalizando 48 hectares recuperados.

Destaca-se que, no mês de setembro, a Seagri/DF celebrou convênio, de aproximadamente R$1.000.000,00, com a Fundação Banco do Brasil a fim de promover a implantação do plano de revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto. Serão realizadas ações de revegetação em 224 Áreas de Preservação Permanente que estão degradadas, construção/adequação de 1.200 bacias de contenção "barraginhas" e capacitação de

produtores rurais em manejo de irrigação. Desde a assinatura do convênio, já foram realizadas as construções de mais de 200 "barraginhas" e 15 APP's revegetadas.
Em relação à piscicultura, a Seagri/DF desenvolve diversas ações para fomentá-la no DF e RIDE. Com foco nos pequenos produtores e produtores familiares, destacam-se a produção e comercialização de alevinos com alta qualidade genética a preço subsidiado; treinamentos e capacitação em piscicultura além de incentivo à pesquisa e difusão de tecnologias.
São atendidos 1.000 produtores rurais anualmente com capacitação em piscicultura e distribuídos em média 500 mil alevinos por ano, distribuídos para mais de 300 piscicultores cadastrados. No ano de 2017, foram produzidos 190.750 alevinos, 163.100 comercializados, 85 produtores beneficiados e mais de 1.000 pessoas capacitadas.
Além das ações supracitadas, destaca-se a Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, que é um documento que informa sobre atividades dispensadas de licenciamento pelo órgão ambiental, e o público beneficiado são os produtores rurais. A DCAA se destaca pelos seguintes benefícios: maior agilidade nos procedimentos de obtenção de financiamento das atividades agrícolas e pecuárias elencadas nas Portarias Conjuntas Ibram/Seagri n° 1, de 13/07/2012, foi publicada no DODF nº 141, seção I, pág. 6 de 18/07/2012, e nº 2, de 28/09/2012, publicada no DODF nº 202, seção I, pág. 38 de 04/10/12, com base em resolução específica do Conam e em legislações ambientais nela consideradas, instituiu a DCAA. A tabela de atividades rurais dispensadas de licenciamento ambiental e passível de receber a DCAA foi ampliada conforme a Resolução Conam nº 04, de 22/07/2014, celeridade para liberação de financiamentos, promove geração de renda no campo. Foram emitidas no ano de 2017 150 DCAA's.
Além dessas ações, a agroecologia do Distrito Federal foi beneficiada pelas ações da Seagri/DF, já que foi publicada a Lei n° 5.801/2017, que institui a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO, bem como o Decreto n° 38.618/2017, que regulamenta a Lei de Agroecologia e produção de orgânicos no Distrito Federal e cria uma Câmara Setorial que deverá elaborar um plano de fomento e organizar o setor com o objetivo de dinamizá-lo.
Outra ação da Seagri/DF relacionada à agroecologia é a aquisição de aproximadamente 80 Kit's agroecológicos que serão distribuídos com a finalidade de incentivar a transição agroecológica nas propriedades rurais do Distrito Federal.
No que se refere à promoção de renda do produtor, a Seagri/DF e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – Sema/DF, por meio de Chamamento Público, realizará seleção de pessoas jurídicas sem fins lucrativos (associações e cooperativas de produtores orgânicos do DF) objetivando a permissão de uso de espaço público para comercialização de produtos orgânicos nos parques sob administração do Ibram/DF.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**150.000,00**	**146.980,00**	**146.978,00**	**133.560,39**
0019 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	146.980,00	146.978,00	133.560,39
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**150.000,00**	**146.980,00**	**146.978,00**	**133.560,39**

No Programa de Trabalho foram assistidos e ressocializados sentenciados à disposição da Secretaria de Agricultura, conforme contrato de prestação de serviços n° 02/2013 firmado com a FUNAP.

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	**220.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0011 - APOIO A PROJETOS-DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AMBIENTAL - LIXOMANIA-DISTRITO FEDERAL	220.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	**220.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

O recurso orçamentário do Programa de Trabalho foi cancelado para atender outras prioridades do Governo do Distrito Federal.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**5.000.000,00**	**4.736.531,00**	**4.736.530,00**	**4.736.530,00**
0014 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	4.736.531,00	4.736.530,00	4.736.530,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**1.430.000,00**	**1.232.712,00**	**1.113.182,43**	**1.113.182,43**
0031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	1.430.000,00	1.232.712,00	1.113.182,43	1.113.182,43
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**6.430.000,00**	**5.969.243,00**	**5.849.712,43**	**5.849.712,43**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5301 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**141.100,00**	**7.136,00**	**7.136,00**	**7.136,00**
1432 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	141.100,00	7.136,00	7.136,00	7.136,00
4231 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL	**40.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- PLANO PILOTO .	40.000,00	1,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**74.324.521,00**	**65.174.977,00**	**65.129.998,70**	**65.129.998,70**
0004 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	74.324.521,00	65.174.977,00	65.129.998,70	65.129.998,70
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**2.670.000,00**	**2.510.000,00**	**2.456.778,03**	**2.456.778,03**
0005 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2.670.000,00	2.510.000,00	2.456.778,03	2.456.778,03
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**5.636.625,00**	**3.199.870,00**	**3.151.387,71**	**2.915.531,18**
0004 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	5.636.625,00	3.199.870,00	3.151.387,71	2.915.531,18
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**426.000,00**	**183.692,00**	**183.691,76**	**176.238,05**
2487 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	426.000,00	183.692,00	183.691,76	176.238,05
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2566 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0011 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9709 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**200.000,00**	**250.000,00**	**196.336,75**	**196.336,75**
9659 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	250.000,00	196.336,75	196.336,75
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**83.978.246,00**	**71.325.676,00**	**71.125.328,95**	**70.882.018,71**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No ano de 2017 a Secretaria de Agricultura prestou contas de 02 Convênios/Contratos de Repasse de números SICONV, 771685 e 778560, devido à finalização da execução dos mesmos, permanecendo 30 Convênios/Contratos de Repasse em vigência, somando um montante de R$ 37.722.072,51, conforme quadro seguinte.

nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
851912	Proporcionar as condições necessárias para dar agilidade ao processo de regularização de ocupação das terras públicas rurais e urbanas com características rurais do DF, por meio da aquisição de equipamentos tecnológicos, geotecnológicos e de infraestrutura.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	500.000,00	803,36	-	500.803,36
771686	Aquisição de patrulha móvel para tratamento de resíduos sólidos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	481.570,19	129.129,81	-	610.700,00
832958	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários para fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.211.089,42	11.950,00	-	1.223.039,42
794371	Aquisição de máquinas e equipamentos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	975.000,00	243.750,00	15.326,00	1.234.076,00
795520	Aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilizaçãode serviços de mecanização, aquisição de maquinário e construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.000.000,00	400.000,00	-	4.400.000,00
833391	Aquisição de patrulha agrícola.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	144.342,51	144,49	-	144.487,00
808705	Aquisição de máquinas e equipamentos (patrulha motomecanizada).	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.462.500,00	47.500,00	-	1.510.000,00
835505	Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	999.740,00	53.000,00	30.000,00	1.082.740,00
764040	Recuperação da bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau - Programa Produtor de Águas.	Ministério da Pesca e Aquicultura / Agência Nacional de Águas	2.000.000,00	284.580,00	231.251,03	2.515.831,03

nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
857294	Disponibilizar saneamento básico em propriedades rurais do DF, com ênfase em agricultores familiares e assentados da reforma agrária localizados prioritariamente em bacias hidrográficas onde há captação de água para abastecimento hídrico rural e urbano do Distrito Federal e Entorno.	Ministério do Desenvolvimento Social	495.446,69	5.050,51	-	500.497,20
862529	Fomentar a transição agroecológica e agroflorestal de propriedades rurais familiares no DF através da inclusão social, produtiva e econômica no meio rural com propostas técnicas que possibilitem o desenvolvimento de sistemas de produção com maior lucratividade e autonomia ao agricultor familiar. Com isso pretende-se harmonizar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção de base agroecológica e agroflorestal, acesso aos insumos, ampliar a oferta de alimentos saudáveis aos consumidores.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	599.999,44	2.128,95	-	602.128,39
795760	Construção e implantação de um Centro de Capacitação de Assentados da Reforma Agrária.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.000.000,00	1.022.100,00	-	4.022.100,00
853923	Aquisição de Kits de Irrigação à Baixa Pressão para Fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social de Agricultores Familiares oriundos da Reforma Agrária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.258.425,31	1.259,69	-	1.259.685,00
862554	Elaborar o diagnóstico ambiental de áreas degradadas localizadas na região da Serrinha do Paranoá, bem como promover ações de educação e de reflorestamento.	Ministério do Meio Ambiente	442.563,00	701,00	-	443.264,00
842619	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares em comunidades rurais do Distrito Federal	Fundação Nacional de Saúde	500.000,00	500,50	-	500.500,50
846833	Aquisição de equipamentos e materiais diversos	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.040.769,00	1.041,81	-	1.041.810,81

nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
847506	Aquisição de Tratores Agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	292.500,00	34.500,00	-	327.000,00
844135	Aquisição de patrulhas agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	146.250,00	146,40	-	146.396,40
846812	Aquisição de tubos para condução de água para irrigação.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	500.000,00	4.000,00	-	504.000,00
862523	Realizar a recuperação ambiental de Áreas de Preservação Permanente, nascentes, na região da bacia hidrográfica do Alto Descoberto.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	100.000,00	100,10	-	100.100,10
851231	Materiais e Insumos para revitalização de Centro de Referência em Agroecologia.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	196.888,92	197,09	-	197.086,01
016276	Promover o desenvolvimento rural, econômico e sustentável da bacia do Alto do Rio Descoberto.	Fundação do Banco do Brasil	899.523,25	192.178,56	-	1.091.701,81
835680	Fomento à produção de base agroecológica e agroflorestal no DF e entorno.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	421.800,00	423,00	-	422.223,00
841544	Aquisição máquina e implementos agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	292.500,00	4.517,89	-	297.017,89
839394	Construção de Centro de Comercialização e Capacitação	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.600.000,00	1.601,60	-	1.601.601,60
839454	Implantação de sistemas de abastecimento de água nos assentamentos rurais no Distrito Federal e RIDE.	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agraria	5.000.000,00	5.005,01	-	5.005.005,01
839226	Aquisição de equipamentos e Kits de Irrigação localizada por gotejamento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.000.000,00	2.002,00	-	2.002.002,00
835494	Implantar unidade demonstrativa multidisciplinar em agropecuária.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	100.000,00	1.500,00	-	101.500,00
837678	Implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Distrito Federal e RIDE	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	2.966.154,28	329.572,70	-	3.295.726,98
840951	Apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	1.000.000,00	39.049,00	-	1.039.049,00

nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
	DF através da aquisição de patrulhas agrícolas.					
TOTAL			**34.627.062,01**	**2.818.433,47**	**276.577,03**	**37.722.072,51**

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O SISTEMA PÚBLICO DA AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL é constituído pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI, cuja estrutura contempla cinco Subsecretarias, e suas empresas vinculadas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, com o papel da transferência de conhecimento e de tecnologias, e as Centrais de Abastecimento de Brasília – CEASA, que contribui para a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.



Figura 1: O Sistema Público de Agricultura do Distrito Federal.

O foco de trabalho do Sistema Público da Agricultura do Distrito Federal é a geração de renda no campo, como estratégia de favorecer a permanência ativa e sustentável das famílias no espaço rural. Assim, podemos destacar, de forma objetiva, os principais alcances no ano de 2017 e as perspectivas para 2018.

Na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

No âmbito das Compras Institucionais o não alcance da totalidade do indicador se deu pela diminuição de recursos disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA e no atraso em dois meses no início das atividades do PAA no segundo semestre do ano. Também, devido à falta de recursos das Secretarias do Distrito Federal para contratação no PAPA.

Para 2018 espera-se executar a construção e equipagem de 03 unidades de recebimento e distribuição de alimentos, fazer a implantação de 10 unidades vivas de agrofloresta em 05 comunidades rurais com a criação de um banco comunitário de sementes e concluir os projetos enquadrados nos Convênios e Contratos entre a Seagri/DF e os entes responsáveis pelos repasses de recursos.

As perspectivas, segundo definido no PPA 2016-2019, para os programas de compras institucionais (PAA, PAPA/DF e PNAE) executados, diretamente ou em parceria com outros órgãos, pela Seagri/DF são o atendimento de 1.100 agricultores familiares pelo PAA, o atendimento de 660 agricultores pelo PNAE e de 125 agricultores pelo PAPA/DF.

Na área de Defesa Agropecuária

De modo geral, as maiores dificuldades encontradas giraram em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Seagri/DF, relacionados aos procedimentos de aquisição. É fundamental observar a recorrência de dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e

comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio.

Assim como em 2016, no ano de 2017 a falta de veículos e de servidores para a realização de fiscalizações em estabelecimentos de produção de produtos de origem vegetal e animal e em todos os veículos que transitam nas rodovias do Distrito Federal interferiram negativamente na execução das atividades, comprometendo o atendimento das demandas pertinentes dessa área e impedindo o crescimento das atividades. É extremamente necessária a ampliação do quadro de analistas (engenheiros agrônomos, veterinários, zootecnistas), técnicos agropecuários e administrativos, e a análise da possibilidade de terceirização de alguns serviços para permitir que as atividades possam se desenvolver com maior eficiência, eficácia e qualidade aos usuários do Sistema Agricultura. As atividades de fiscalização também foram prejudicadas devido às dificuldades de compras de reagentes e capacitação dos servidores em análises laboratoriais, o que auxiliaria a comprovação de fraudes e irregularidades verificadas durante as fiscalizações, as quais, inclusive, poderiam levar a algum dano à saúde ou prejuízo econômico ao consumidor.

Com a evolução do trabalho de inspeção o intervalo entre as inspeções tendem a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de autocontrole nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros. Por isso, a meta traçada para este indicador tende a mostrar-se inatingível e superestimada. E, para o ano de 2018, a perspectiva é de aumento na quantidade de indústrias registradas e a inibição de estabelecimentos clandestinos. Além disso, devem ser feitas melhorias no processo fiscalizatório e ampliação das ações após a aprovação do Decreto regulamentador da Lei 5.800/2017, e da aprovação da proposta de lei para estabelecimentos de pequeno porte, além das normativas complementares que trarão benefícios não só à fiscalização mas também aos consumidores e aos produtores rurais do Distrito Federal.

Ocorreram também avanços no desenvolvimento de propostas de novas normativas para as atividades realizdas na área de Defesa Agropecuária, como a construção da proposta de projeto de lei que regulamenta a atividade das agroindústrias de pequeno porte do Distrito Federal, a construção da proposta de Decreto que regulamenta a Lei nº 5.800, de 10 de janeiro de 2017, a revisão da Lei Complementar que regula o Fundo Distrital de Sanidade e a revisão do projeto de lei que regula o uso e o comércio de agrotóxicos no Distrito Federal, que já se encontra sob análise da Casa Civil.

Em 2017 o fator de maior impacto negativo ao atingimento da meta de ações de defesa sanitária animal e vegetal continuou sendo o número de Guias de Trânsito Animal - GTAs emitidas (51.413). Em relação a 2016 (51.295) houve um pequeno incremento, mas ainda foram quase 10.000 guias emitidas a menos se comparado ao ano de 2015 (61.029). A diminuição na emissão das GTAs foi observada nas empresas de aves e suínos em que os veterinários habilitados são os responsáveis pela emissão. A crise econômica que o país vive foi o fator que mais influenciou nessa queda, já que uma empresa de avicultura suspendeu suas atividades durante boa parte do ano, e as demais empresas diminuíram muito a quantidade de animais alojados em granjas. Como esse indicador depende exclusivamente da demanda pelo serviço público, a meta ficou superestimada em função da imprevisibilidade do mercado financeiro observada desde 2015. O fechamento de uma barreira fixa na rodovia BR 060 também impactou negativamente nos dados, já que reduziu o número de fiscalizações de trânsito de vegetais; entretanto, as atividades de apreensão mantiveram-se praticamente constantes pelo esforço empenhado pela barreira móvel.

Em 2017, a Seagri/DF manteve os esforços para ampliar o acesso ao sistema Sidagro para toda a população. Nesse sentido, foi disponibilizada a emissão de GTA para equídeos por meio do módulo do produtor rural no sistema de Defesa On-line. Atualmente, aproximadamente 720 produtores possuem acesso ao sistema e utilizam as ferramentas oferecidas para

declaração de vacinação e emissão de GTA. Para 2018, entre outras metas, espera-se ampliar o acesso do público ao sistema on-line, objetivando melhor atender a população e aumentar a execução e eficiência das atividades na área de Defesa Agropecuária. Ainda, almeja-se implantar o módulo vegetal do Sidagro, já em fase de testes, para permitir que o próprio usuário seja capaz de emitir as Permissões de Trânsito Vegetal – PTV e sistematizar os dados de cadastro de propriedades de exploração agrícola para direcionar as ações de fiscalização.
Espera-se para 2018 ainda a intensificação da fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins almejada pela sociedade. Isso se dará por meio do projeto de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em consonância com o programa de Boas Práticas Agrícolas em andamento na Seagri/DF, para que a população do Distrito Federal possa a cada dia mais consumir produtos seguros e de qualidade. O projeto foi iniciado em 2017, mas devido à morosidade do processo licitatório e à escassez de recursos para a execução das análises laboratoriais, não foi possível iniciar o monitoramento. Acredita-se que em meados de 2018 possam ser realizadas as primeiras análises em culturas agrícolas de importância para o Distrito Federal.
Na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Para o bom desempenho das ações de revitalização e manutenção de canais a participação da comunidade que receberá o atendimento é fundamental. De maneira geral essa dinamização é feita pela Emater/DF, porém depende muito do grau de mobilização da comunidade.
Outro aspecto a ser considerado foi o da quantidade de frentes de trabalho, que deveria ser em número mínimo de três, porém não foi possível alcançar a quantidade desejada na recuperação dos canais, tendo em vista a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para a coordenação de equipes de campo.
Deve-se relatar aqui também, que no mês de setembro, época adequada para os serviços, houve falta de combustível, o que levou à paralização dos serviços por aproximadamente duas semanas.
No programa temático Infraestrutura e Sustentabilidade Sócio Ambiental, apesar das ações possuírem objetos diferentes, são ações complementares que têm como objetivo a promoção da ocupação e renda dos produtores rurais do Distrito Federal. As principais dificuldades encontradas na execução das atividades foram:

- Certificação – Selo Brasília qualidade no Campo: falta de pessoal, de estimulo para produtor e de transporte; e dificuldade de convencimento do produtor para aderir ao programa.
- Programa Reflorestar: falta de pessoal, de recursos; de insumos e de veículos; e morosidade nos processos de licitação.
- Programa de Piscicultura: falta de pessoal, de recursos, de estrutura, de insumos e de veículos; e morosidade nos processos de licitação.
- Fortalecimento da agroecologia: falta de pessoal, de estimulo para produtor e de transporte; e dificuldade de convencimento do produtor para aderir ao programa.
- Programa de Comercialização: dificuldade na burocracia; difuldade com a legislação para utilização de espaços públicos; e falta de recursos.

Espera-se que em 2018 possamos corrigir as falhas administrativas a fim de que, mesmo que não seja disponibilizado recurso, as ações sejam realizadas em maior abrangência.
Na área de Regularização e Fiscalização Fundiária
O processo de regularização das ocupações das glebas públicas rurais, ou com características rurais inseridas em Zona Urbana, pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal - DF, ou da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, tem sido um grande desafio para o Governo do Distrito Federal. Entretanto, após a publicação da Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, que institui a política de regularização de terras públicas rurais pertencentes ao Distrito Federal e à Terracap, ganhos significativos foram incorporadas ao processo de regularização, dentre elas destacamos a possibilidade de transferência intervivos e a possibilidade da

utilização do Contrato de Concessão de Uso – CDU e do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU serem instrumentos hábeis para a obtenção de crédito rural, o que propicia maior atratividade para o convencimento do produtor sair da irregularidade em busca da legalidade.

Em contrapartida e apesar dos esforços da área de Regularização Fundiária, a publicação da lei trouxe a necessidade da sua regulamentação, o que demandou grande parte do tempo na elaboração do normativo, o Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017.

Além disso, posteriormente à publicação da referida norma, foram necessários alguns ajustes nos procedimentos administrativos internos, para adequação e atendimentos às novas exigências da legislação, o que impactou na tramitação e análise dos processos de regularização na área de Regularização Fundiária desta Secretaria.

Outro ponto que merece destaque e de grande relevância para a Seagri/DF foi a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ocorrida no dia 27 de setembro deste ano, com o objetivo de tornar os processos administrativos eletrônicos, permitindo maior celeridade na tramitação destes.

A transformação dos processos físicos em formato eletrônico (autuação no SEI, digitalização daqueles já existentes) na Seagri/DF tem possibilitado não só a diminuição do tempo gasto para se regularizar uma área, como também o tempo de resposta ao produtor rural acerca do seu pedido de regularização, melhorando assim a comunicação entre este e a Seagri/DF.

Todavia, para a utilização do Sistema foi necessário novos ajustes internos, além da capacitação de todos os servidores, o que gerou certa morosidade nos procedimentos de regularização em andamento e redução dos números em relação ao ano anterior.

Ainda há que se falar no Termo de Cooperação Técnica nº 14/2017 firmado entre a Terracap e a Seagri/DF, em 22 de março de 2017, que transfere, a esta Secretaria, a gestão da ocupação das terras públicas pertencentes à Terracap inseridas na Macrozona Rural passíveis de regularização por meio de Contratos de Concessão de Uso Oneroso, o que trouxe economia processual e ganho de tempo, visto que os contratos passaram a ser firmados pela Seagri/DF, não necessitando o encaminhamento àquela Companhia.

Da mesma forma, novamente, teve-se a necessidade dos devidos ajustamentos jurídicos e formais para o enquadramento dessa nova realizada e com isso o processo também foi atingido na questão de celeridade.

Por fim, cabe, ainda, salientar, a mudança de gestão ocorrida em 22 de agosto passado na direção desta Pasta de Agricultura, o que acarretou mudanças na direção da Subsecretaria de Regularização Fundiária em 11 de outubro e posteriormente dos diretores em 1º de novembro, acrescida da permanente situação quanto ao reduzido número de servidores envolvidos neste processo de regularização face à demanda imposta.

Não se pode deixar de reprisar que a regularização das áreas públicas rurais pertencentes à Terracap e ao Distrito Federal que está sob a responsabilidade desta Seagri/DF é um tema que envolve muitos interesses e enfrenta muitas restrições, sejam legais ou advindas da própria história que envolve a regularização dessas áreas.

Na área de Administração Geral

Um dos aspectos relevantes que devem ser ressaltados no diagnóstico do desenvolvimento da Seagri/DF diz respeito ao significativo aumento no nível de escolarização da sua força de trabalho, traduzindo um excelente resultado da política de valorização dos servidores do Distrito Federal.

Anota-se que a Gratificação por Habilitação em Atividades Agropecuárias – GHAA e a Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano – GHPU, instituídas, respectivamente, pelas Leis Distritais n.ºs 5.195/2013 e 5.218/2013, concedidas aos portadores de títulos, diplomas ou certificados obtidos mediante conclusão de cursos de ensino médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado, estão servindo de importante incentivo aos servidores quanto à busca da constante qualificação profissional. Conforme quadro a seguir:

Escolaridade	Quantidade (*)	%
Doutorado	001	0,20
Mestrado	037	7,36
Especialização	182	36,18
Ensino Superior	085	16,90
Ensino Médio	076	15,11
Ensino Fundamental	114	22,66
Sem instrução	008	1,59
Total	**503**	**100**

(*) servidores que possuem matrícula no SIGRH (incluindo requisitados e sem vínculo).



Salienta-se que, no exercício de 2016, 56,04% possuem títulos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu); 17,84% nível médio e 26,12% ensino fundamental/sem instrução. Comparativamente a 2017, 60,64% possuem títulos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu); 15,11% nível médio e 24,25% ensino fundamental/sem instrução.

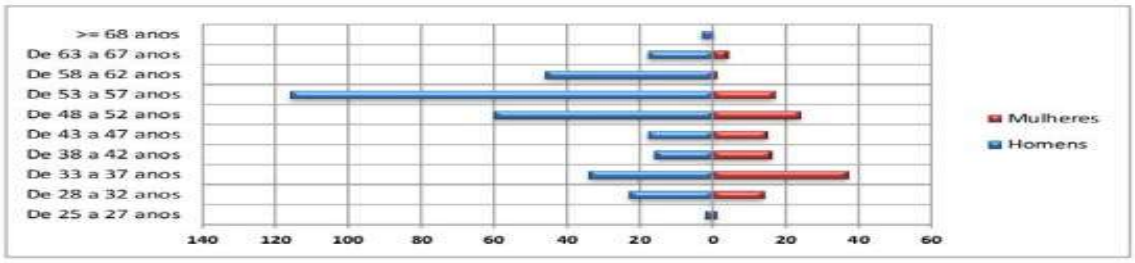
O Adicional de Qualificação – AQ, criado pela Lei nº 4.426/2009, também tem estimulado os servidores a se aperfeiçoarem de forma contínua. Atualmente, 288 recebem o benefício, o que corresponde a 62,20% do quadro de efetivos.

No tocante à estrutura etária, verifica-se que 62,28% da força de trabalho está nas faixas entre 48 a 68 anos de idade. Esse cenário merece atenção especial, já que tais faixas etárias contemplam servidores que detêm direito à aposentadoria voluntária ou que estão próximos a esta condição.

Tendo em vista o risco de redução de sua força de trabalho nos próximos anos, a Seagri/DF deve se mobilizar visando a aprovação de novo concurso que venha a substituir esses servidores, de modo a recompor o seu quadro de pessoal.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
25 a 27	02	01	03
28 a 32	23	14	37
33 a 37	34	37	71
38 a 42	16	16	32
43 a 47	18	15	33
48 a 52	60	24	84
53 a 57	116	17	133
58 a 62	46	01	47
63 a 67	18	04	22
>= 68 anos	03	00	03
Total	**336**	**129**	**465**

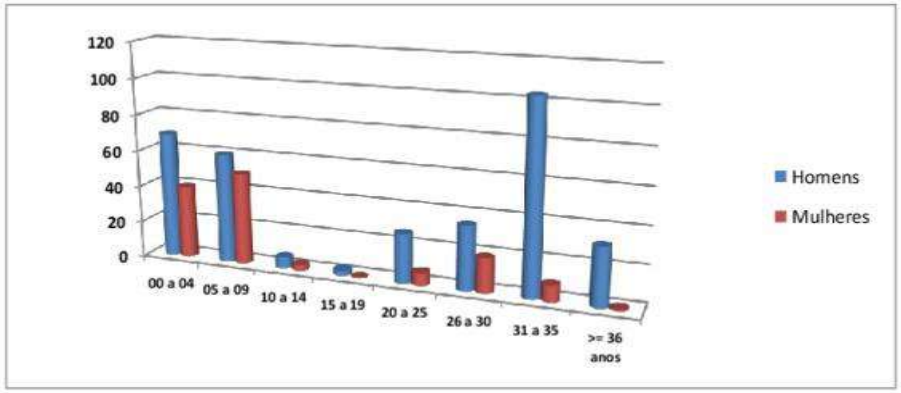
(*) estão inclusos apenas servidores de carreira.



Percebe-se, no quadro seguinte, que 146 servidores da Seagri/DF possuem mais de 30 anos de serviço público, podendo já terem preenchidos os critérios de aposentadoria. Esses dados convergem com as informações citadas no tópico anterior, reforçando a urgente necessidade de realização de concurso público para a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária.

Tempo de Serviço	Homens	Mulheres	Total
00 a 04	69	40	109
05 a 09	60	50	110
10 a 14	06	03	09
15 a 19	03	00	03
20 a 25	27	07	34
26 a 30	35	19	54
31 a 35	104	09	113
>= 36 anos	32	01	33
Total	**336**	**129**	**465**

(*) estão inclusos apenas servidores de carreira.



O demonstrativo adiante revela o crescente quantitativo de aposentados e pensionistas no último quinquênio:

Referência	Aposentados	Pensionistas	Total
Dezembro/2013	583	368	951
Dezembro/2014	593	376	969
Dezembro/2015	612	383	995
Dezembro/2016	643	347	990
Dezembro/2017	662	358	1020

Cabe ressaltar, ainda, que há, no mês de dezembro/2017, 46 servidores recebendo Abono de Permanência. Estima-se que em 2018 mais de 50 servidores cumprirão os requisitos para aposentadoria integral, cabendo esclarecer que a média de aposentados nos últimos anos tem sido de 40 a 45 por ano.
Os servidores efetivos que compõem a força de trabalho desta Secretaria estão distribuídos pelas carreiras de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária e Políticas Públicas e Gestão Governamental, conforme tabela a seguir:

Carreiras	Cargos	Quantidade
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	Analista	071
	Técnico	228
	Auxiliar	151
Subtotal		**450**
Políticas Públicas e Gestão Governamental	Gestor	03
	Analista	07
	Técnico	05
Subtotal		**15**
Total		**465**

Verifica-se que a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária é composta praticamente por técnicos (228) e auxiliares (151), corroborando a necessidade de contratação de novos analistas (71) para fomentar as atividades meio e fim da Pasta.
Em colaboração com o Comitê Gestor de Implantação do SEI-GDF, foram atendidas as necessidades apresentadas do Comitê para a implantação completa do Sistema de Eletrônico de Informação – SEI!, destacando-se a estruturação do laboratório de capacitação, a configuração e alocação de equipamentos para digitalização, a aquisição de novos equipamentos digitalizadores e demais ações administrativas em apoio ao Comitê, obtendo os evidentes impactos de alta relevância para a gestão em todo o Órgão.Também no tocante à gestão documental, destaca-se a separação e organização de 8.709 metros lineares de documentos que aguardam os trâmites legais para a eliminação, e bem assim os trabalhos de organização e adequado acondicionamento de documentos em caixas e/ou armários, tendo-se eliminado, no exercício atual, a existência de documentos sem acondicionamento.
No tocante à gestão patrimonial, destaca-se a obtenção de doação de 686 mobiliários diversos, como cadeiras, mesas, armários e gaveteiros; além da obtenção de doação de equipamentos de informática, entre os quais um servidor de rede, equipamento antes não existente no Órgão, e que permitirá uma maior autonomia, estabilidade e segurança na gestão dos dados desta Secretaria de Estado.
Já no tocante à gestão de tecnologia da informação, destaca-se a criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, passo importante dado no exercício para trazer a gestão de tecnologia da informação ao nível estratégico da Instituição. Destacando-se também os esforços para manutenção dos serviços de outsourcing de impressão.
No que tange aos serviços gerais, destaca-se a gestão administrativa junto à Novacap, à CEB e aos Bombeiros para poda e retirada de árvores, tendo-se logrado êxito, no exercício, em reduzir a zero as ocorrências de queda de árvores nas áreas internas e arredores da Instituição. Destacando-se também a redução de 35% nos custos de energia, bem como redução de 27% no consumo de água, através de ações contínuas de conscientização e reparos.
Ressalta-se também que houve um significativo aumento na execução de pequenos reparos, possível devido a uma gestão mais integrada e à utilização de suprimento de fundos no setorial de serviços gerais.
Na gestão de transportes, evidencia-se um aumento de 12% nos atendimentos de requisição de veículos, observando-se que houve redução do consumo de combustível (gasolina), fator

este atribuído a uma maior racionalização no atendimento das requisições, principalmente devido ao aumento de atendimento simultâneo de requisições de veículo.
Quanto à gestão de materiais/estoques, verificou-se no exercício a continuidade da política de redução de estoques, tendo-se reduzido em 35% (trinta e cinco por cento) a imobilização de capital em estoque, sem reduzir o quantitativo de atendimentos no Órgão.
No tocante às compras, houve a implantação do sistema de formulário de compras para fins de solicitação de compra de bens e materiais, o que permitiu uma redução do tempo de processamento das aquisições, culminando em uma taxa de sucesso das licitações de 35% em 2017, comparativamente a 20% nos dois exercícios anteriores.
Destacou-se também a descentralização das compras de bens finalísticos para a SEAGRI-DF, fato que trouxe uma significativa redução do tempo de processamento da fase externa da licitação, o qual cairá para aproximadamente 60 dias, sendo 45 dias de análise jurídica, 8 dias de prazo legal e 7 dias para elaboração e ajuste em Edital, prazo este que antes, com o processamento na Subsecretaria de Compras Governamentais, era superior a 120 dias.
Nas compras, ressaltou-se a instrução de Licitação com formação Ata de Registro de Preços para aquisição de maquinários, a qual abrange todas as máquinas e implementos agrícolas necessários para aquisição no Órgão, e cujo edital será lançado em janeiro de 2018, de cujo resultado espera-se possibilitar a execução da maior parte dos recursos oriundos de convênios e emendas parlamentares.
As dificuldades encontradas dizem respeito notadamente à falta de planejamento institucional eficiente em certas áreas, à falta de estrutura adequada para desenvolvimento das atividades (cargos ou unidades administrativas), as questões relacionadas à gestão de pessoas e à existência de gargalos externos a serem superados no processamento das aquisições no Órgão.
No que se refere à estrutura administrativa, observa-se a inexistência de cargos ou unidades administrativas específicas de arquivo, para adequado tratamento do acervo da documentação. Também as atividades de manutenção predial estão atribuídas à Gerência de Serviços Gerais, não havendo um setorial específico com conhecimentos e habilitação em engenharia, e não se considerando adequada a gestão em conjunto com os serviços gerais. Verifica-se também Inexistência de Setoriais de Licitações e de Pesquisa de Preços, sendo notória a complexidade do procedimento de compras, não havendo na estrutura a existência de analistas de compras e licitações. Observando-se também a Inexistência de setoriais ou cargos especializados de Tecnologia da Informação e Comunicação, de forma que consideramos que a estrutura atualmente existente impossibilita o desenvolvimento de Tecnologia da Informação como fator estratégico para alcance da efetividade nas políticas públicas desenvolvidas e no atendimento ao cidadão. E, por fim, observa-se também a inexistência de um setorial responsável pela elaboração de projetos e organização de eventos, atualmente ocorrendo a gestão destes serviços de forma pulverizada em todo o Órgão, fato que tem sobrecarregado os setoriais de logística, resultando em prestação de um baixo nível de serviços.
No que diz respeito ao planejamento na Instituição, torna-se necessário que as unidades, e principalmente as unidades de logística, tenham informações realistas sobre os recursos a serem executados, desde o início do exercício, a fim de estabelecer a organização das atividades ao longo do ano, tornando assim viáveis as demandas.
Faz-se necessário integrar o planejamento estratégico e o planejamento orçamentário, posto que o planejamento orçamentário anual é, em si, o instrumento de planejamento estratégico para a Administração Pública, não havendo que possa ser executado sem a devida inclusão no orçamento. De forma que a falta de integração entre os planos gerou também a existência de demandas e esforço em projetos e ações inexequíveis, prejudicando o andamento das demais atividades.

Há uma necessidade de planejamento estruturado das contratações com o envolvimento de todas as unidades, e, portanto, da alta administração, a fim de reduzir o quantitativo de processamento de demandas inexequíveis, ampliando assim a capacidade operacional, com potencial de ampliação expressiva da execução de recursos.

Considerando a gestão de pessoas como uma função de linha, e não apenas do setorial de recursos humanos, apresentamos também neste relatório estas dificuldades encontradas e as possíveis soluções aos problemas.

Para o melhor andamento das atividades há necessidade de cargos com especialização em arquivologia, tecnologia da informação, engenharia e/ou edificações. Ademais, nota-se que as atividades administrativas atuais cresceram em nível de complexidade, não tendo ocorrido o mesmo com o desenho dos cargos da Instituição. De forma que há excessiva concentração de atividades operacionais nos titulares das unidades administrativas, excessiva verticalização da estrutura, e concentração de atividades enfadonhas para os servidores. Havendo a necessidade de redesenho dos cargos, notadamente de Técnico de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, que são a maior parte da força de trabalho administrativa.

Atualmente não há um sistema adequado para alocação da força de trabalho, o que tem gerado dois fatores negativos: instabilidade na composição de equipes e conflitos dos servidores com suas chefias imediatas. Se faz necessário regulamentar o procedimento de alocação de servidores, de forma a garantir que a lotação na estrutura seja determinada em razão do perfil do funcionário e das necessidades do serviço em cada unidade, previamente determinados.

Constata-se que historicamente os servidores com menor desempenho ou desvios de comportamento são gradativamente menos cobrados em suas atividades, e possuem maior autonomia para escolha de suas lotações, posto que são rotineiramente disponibilizados pelos setores onde trabalham. De forma que, ao longo do tempo, sendo observável que os servidores têm reduzido gradativamente o seu nível de desempenho e comprometimento, em razão da injustiça percebida. A curto prazo, observa-se serem necessários, para a reversão deste problema: o estabelecimento de critérios e procedimentos objetivos para a alocação de servidores; a necessidade de cobrança de produtividade igualmente entre os servidores ocupantes de um mesmo cargo, bem assim incentivando-se autonomia dos servidores que apresentam maior comprometimento, na escolha das suas atividades e lotações.

A falta de capacitação adequada é um dos fatores a prejudicar o desempenho da unidade – observando-se que os servidores muitas vezes não possuem o conhecimento necessário ao eficiente desempenho das atividades, em todas as unidades. Não tendo se mostrado suficientes para o aprendizado formal apenas os cursos oferecidos pela Escola de Governo. De forma que, para o aumento da produtividade, consideramos necessário o restabelecimento de investimentos em capacitação – notadamente voltados para compras e contratações, tecnologia da informação, manutenção de prédios e próprios, gestão de processos e de projetos.

Percebe-se também que os servidores não possuem uma visão holística das atividades da Instituição, por esta razão, entendemos por necessário para a melhoria dos resultados o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação interna ao Órgão quanto às atividades desempenhadas por cada área, os resultados obtidos e a importância destas ações para a sociedade – bem assim o desenvolvimento de materiais educativos e palestras internas sobre as atividades de cada área apresentadas aos servidores das demais áreas.

Quanto aos recursos orçamentários e financeiros, observa-se que aportados para investimento no Órgão são insuficientes para as necessidades administrativas – o que tem impossibilitado a aquisição de ferramentas, mobiliários e equipamentos adequados às necessidades. Assim também, anualmente tem sido disponibilizada para o desenvolvimento das atividades de manutenção de prédios e próprios a quantia de R$ 10.000,00 para a contratação de serviços e R$ 10.000,00 para a aquisição de materiais. Valor que torna inviável o desenvolvimento de

projeto de manutenção dos prédios e próprios do Órgão, tendo-se estimado aproximadamente a quantia de R$ 1.700.000,00.

Observa-se ainda um excesso de autuação de processos de compra em relação à quantidade de processos concluídos. Sendo especificamente 17 processos autuados para licitação (desconsiderando-se as aquisições por registro de preços e dispensa de licitação), dos quais 6 tiveram a licitação concluída no mesmo exercício, frente a 4 nos dois exercícios anteriores, sendo 8 no exercício de 2016, dos quais 4 haviam sido autuados no exercício de 2015.

Dentre os fatores que levaram à inexecução, Verifica-se a intempestividade dos pedidos de aquisição; o encaminhamento de pedidos em desconformidade com os planos de trabalho de convênios ou contratos de repasse; o encaminhamento de formulários sem especificações ou justificativas adequadas; tendo ocorrido ainda o processamento de alguns pedidos sem a existência de dotação orçamentária, devido à implantação do formulário apenas no mês de maio e a falhas de comunicação já superadas.

Apesar da Edição do Decreto 38.297, de 26 de junho de 2017, que excluiu a Seagri/DF do sistema centralizado de licitações, firmou-se o entendimento jurídico nesta Secretaria de Agricultura de que os processos de aquisição ligados aos serviços administrativos não poderiam ser licitados pela própria Instituição, devendo ser submetidos à Subsecretaria de Compras Governamentais. Do fato decorreu a impossibilidade de licitação dos serviços, equipamentos e materiais necessários à gestão administrativa, tais quais os serviços de outsourcing de impressão e manutenção de central telefônica. Ambos há mais de 6 meses em processamento da Subsecretaria de Compras Governamentais. De forma que, considerada a redação do Decreto, evidencia-se a necessidade de alteração do entendimento jurídico firmado.

No exercício, observou-se que houve excessiva concentração de esforços, em prejuízo relevante aos demais processos, no tocante a alguns procedimentos de compras, que merecem atenção. Devido ao atraso no encaminhamento do pedido de aquisição, e à falta de um projeto para realização, ainda às sucessivas alterações nos serviços solicitados, e considerada a complexidade da contratação, houve mora na conclusão dos procedimentos e a necessidade de sobrestamento de todos os demais processos para fins de conclusão destes procedimentos específicos: Contratação dos Serviços de Realização do Evento PecBrasília; Elaboração do Termo de Referência para Contratação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada; Elaboração de Ata de Registro de Preços para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas.

De forma que, em grande parte, a impossibilidade de ampliação expressiva da conclusão dos procedimentos licitatórios no segundo semestre de 2017 foi decorrente do processamento destas aquisições, todas concentradas em período contemporâneo à edição do Decreto 38.297/2017. Observando-se que as medidas para evitar-se este tipo de ocorrência excepcional já estão sendo devidamente promovidas.

A análise jurídica dos Editais de Pregão Eletrônico tem sido o principal gargalo dos processos de aquisição realizados na própria instituição, com uma expectativa de ao menos 45 dias para a análise de cada Edital. Para solução deste gargalo, se faz necessária a aprovação de minutas padrão de Edital, posto que neste caso a análise jurídica dos Instrumentos ficará adstrita aos termos alterados em cada caso, havendo a expectativa de redução significativa do tempo necessário à análise, o que foi recusado pelo Órgão Jurídico Central no âmbito do Processo nº 070.001.366/2017. Entretanto, será novamente solicitado em outros termos para outros tipos de aquisição.

Se fazem necessários os esforços conjuntos entre os setoriais e compras, orçamento e convênios, em conjunto com as áreas demandantes, a fim de estabelecer um calendário estável de compras no Órgão para o exercício de 2018, evitando-se, também desta forma, o encaminhamento de pedidos intempestivos e o processamento de demandas sem a

correspondente dotação orçamentária, e, somente desta forma, sendo possível a eficiência total dos procedimentos de compras no Órgão.
Ressaltamos também a necessidade do estabelecimento de uma Ata de Registro de Preços para a contratação de serviços de eventos, procedimento este que se iniciou no exercício de 2017, para fins de conclusão até o terceiro mês do exercício de 2018. Posto que as sucessivas contratações de serviços para eventos são também um dos principais redutores da capacidade de processamento de compras no Órgão.
Para 2018, espera-se a ampliação da capacidade operacional logística e o atendimento de diversas metas, tais quais: obtenção de recursos e conclusão das aquisições necessárias à renovação do parque de computadores da Seagri/DF; adquirir autonomia também para licitar as compras e serviços necessários às atividades administrativas; aquisição de maquinários e serviços de eventos por meio do Sistema de Registro de Preços; estabelecimento de um calendário de aquisições; elevação do índice de sucesso dos procedimentos licitatórios para, no mínimo, 80%, com a adoção do novo fluxo processual; execução de 100% das aquisições com recursos oriundos de transferências da União; Promover a análise e melhoria do fluxo de todos os processos e atividades da Diretoria de Logística e Apoio Operacional;Promover a estruturação dos dados quanto às atividades setoriais para mensuração e controle e melhoria do desempenho; elaborar bases de conhecimento e tutoriais sobre as atividades de todos os setores, a fim de reproduzir o conhecimento e trazer efetividade às atividades setoriais; ampliar a capacidade operacional dos servidores através da reestruturação da carreira e de capacitações; promover estabilidade da rede de internet com a instalação de servidor de rede adquirido por doação; ampliar o nível de serviços de telefonia através da aquisição de serviços de manutenção da central telefônica; contratação de prestação de serviços de fornecimento mão de obra especializada; eliminação das ocorrências de falta de água no Órgão após a execução dos serviços de reparo do reservatório de água; eliminação das ocorrências de queda de energia com a conclusão do projeto e contratação dos serviços de readequação da rede elétrica para os aparelhos de ar condicionado do Edifício Sede; organização e catalogação de todo o acervo documental; encaminhamento às instâncias jurídicas competentes de todos os processos relativos à ocupação irregular de imóveis da extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal; Pintura de todas as instalações prediais; Contratação dos serviços de recolhimento de lâmpadas fluorescentes; Implantação do Sistema de Coleta Seletiva Solidária.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA – UO: 14.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA-DF é uma sociedade de economia mista da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, autorizada pela Lei nº 5.691/71 e criada em 11/10/1972. O Estatuto Social foi aprovado na sua constituição, ocorrendo alterações estatutárias nas Assembleias Gerais Extraordinárias dos Acionistas de números 38ª, 49ª, 77ª, 79ª, 61 ª realizadas para esse fim.

A empresa entrou em processo de liquidação por meio da Lei Distrital nº 3.125/03, sendo revogado em 2006, pela Lei Distrital nº 3.929/06. O ato administrativo só foi consolidado na 73ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da CEASA, voltando a empresa ao seu pleno funcionamento.

Foi aprovada a alteração estatutária, objeto de adequação aos termos da Lei nº 4.361 de 15/06/2009, quando então foi assinado o contrato de gestão entre o Governo do Distrito Federal e o Centro de Abastecimento Alimentar do DF, com a finalidade de transferir para essa Organização Social as atividades fins no âmbito do mercado hortifrutigranjeiro, tornando-se então responsável pela manutenção e investimentos necessários para o bom funcionamento de todo o complexo.

Em fevereiro de 2011, foi revogado pelo GDF o Contrato de Gestão com a Organização Social, o qual foi declarado nulo pelo TJDFT, a pedido do Ministério Público do Distrito Federal, voltando assim a compor a administração indireta do GDF.

Em 2011, houve nova reforma estatutária para adequá-la aos termos do Parecer nº 02/2011-GAB/PGDF. Conforme o art. 3º do Estatuto Social, a empresa tem por objeto:

1. construção, instalação, exploração e administração, de Centrais de Abastecimento destinadas a operar nos moldes de um centro polarizador coordenador do abastecimento sustentável de gêneros alimentícios e incentivador da produção agrícola;
2. participar dos planos e programas de abastecimento coordenados pelo Governo do Distrito Federal e ao mesmo tempo prover e facilitar o intercâmbio com as demais Centrais de Abastecimento;
3. firmar convênios, acordos, contratos ou outros tipos de intercâmbio com pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiro, a fim de facilitar e/ou participar de atividades destinadas à melhoria do abastecimento de produtos agrícolas;
4. desenvolver em caráter especial ou sistemático, estudos de natureza técnico-econômica, a fim de fornecer base à melhoria, ao aperfeiçoamento e inovações nos processos e técnicas de comercialização, com vistas ao abastecimento de gêneros alimentícios;
5. promover a política de abastecimento, segurança alimentar e nutricional distrital que articule as ações dos setores de produção, circulação, beneficiamento e consumo de alimentos fortalecendo sistemas públicos de segurança alimentar priorizando pessoas e famílias em vulnerabilidade social, com vista a contribuir na garantia do direito humano à alimentação.

O planejamento estratégico 2015/2020 estabelece os seguintes pontos:

Missão: Promover a política de abastecimento, visando garantir a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal e entorno, de forma inclusiva, transparente e com excelência operacional.

Visão de futuro: Ser reconhecida nacionalmente como instituição pública forte e sustentável, referência na execução da política de abastecimento.

Objetivo Geral: Incrementar a produtividade no setor de distribuição de hortifrutigranjeiros, empregando novas tecnologias nos processos de reunião, manipulação e comunicação, com a finalidade de beneficiar produtores, distribuidores e consumidores.

Objetivos Específicos:

1. Reduzir os custos de comercialização em nível de atacado;
2. Melhorar as condições de abastecimento, propiciando melhor concorrência na formação de preços mais justos;
3. Elevar o nível de renda dos produtores agrícolas;
4. Criar facilidades de comercialização para os produtores;
5. Manter um programa confiável de informação de mercado agrícola;
6. Interagir com o Ministério da Agricultura na instituição de normas para a classificação de padronização de produtos hortifrutigranjeiros;
7. Formar um banco de dados que permitam aos produtores elaborar o planejamento da produção e comercialização de hortifrutigranjeiros;
8. Ofertar infraestrutura física ao produtor rural para o escoamento da produção agrícola do Distrito Federal e RIDE através da comercialização no Pavilhão B-8 (PEDRA);
9. Ofertar infraestrutura física aos comerciantes atacadistas usuários do setor permanente, fomentando a aquisição de produtos produzidos na região e em outros estados da federação, bem como a importação de frutas e hortaliças de outros países;
10. Promover as políticas sociais de abastecimento, através do Banco de Alimentos, que atua nos programas de compras institucionais PAA e PAPA, e do Desperdício Zero.
11. Ofertar infraestrutura física aos comerciantes atacadistas usuários do setor permanente, fomentando a aquisição de produtos produzidos na região e em outros estados da federação, bem como a importação estrangeira de frutas e hortaliças.

No ano de 2017, foram comercializados no âmbito desta CEASA/DF, mais de 305 mil toneladas de produtos hortifrutigranjeiros, correspondendo a mais de 772 milhões de reais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	15	4	4	33
Comissionados sem vínculo efetivo	16	0	4	0	20
Requisitados de órgãos do GDF	1	2	0	0	3
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	13	0	5	18
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	10	0	0	10
Terceirizados (FUNAP)	0	9	0	7	16
Outros - especificar	4	0	2	0	6
Subtotal	32	49	10	16	107
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	0	1	2
Total Geral	**32**	**48**	**10**	**15**	**105**

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**6.600.000,00**	**371.100,00**	**7.305.301,19**	**5.523.598,81**
7903 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	6.600.000,00	371.100,00	7.305.301,19	5.523.598,81
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	**1.565.449,00**	**2.563.449,00**	**100.049,00**	**467.400,00**
0001 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	1.565.449,00	2.563.449,00	100.049,00	467.400,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**200.000,00**	**-563.500,00**	**19.776,28**	**943.723,72**
9563 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	-563.500,00	19.776,28	943.723,72
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	**20.000,00**	**-20.600,00**	**7.619,60**	**52.980,40**
0005 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-CEASA-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	-20.600,00	7.619,60	52.980,40
4090 - APOIO A EVENTOS	**20.000,00**	**9.200,00**	**470,00**	**30.330,00**
0036 - APOIO A EVENTOS-AGROPECUÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	9.200,00	470,00	30.330,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**8.405.449,00**	**2.943.749,00**	**7.433.216,07**	**7.018.032,93**

O ano de 2017 foi repleto de obras relevantes e muito esperadas pelos usuários da CEASA/DF, dentre elas, houve a reforma de toda iluminação dos estacionamentos da CEASA/DF, terminando com a falta de segurança e atividades criminosas no interior da empresa. Com relação à segurança, a privatização do estacionamento rotativo colaborou substancialmente para a diminuição da criminalidade e organizou o fluxo de veículos. Conforme dados interno, a segurança gerada pelo videomonitoramento, reduziu em 76% os furtos a objetos nas dependências da empresa.

A construção do Tanque de Retardo foi bastante expressiva no contexto desta CEASA/DF, pois vem trazer solução definitiva a um problema antigo de alagamentos, por ocasião das chuvas. A construção da nova portaria, melhorou o fluxo de entrada e saída nas dependências da empresa, pois com a privatização do estacionamento, esta solução se tornou imprescindível à mobilidade interna. A reforma do Banco de Alimentos é mais uma obra, esta com um cunho social importantíssimo, uma vez que se dará o processamento de alimentos, hoje desperdiçados devido a não disponibilidade de local adequado para a manipulação deles. A construção do mezanino, a reforma da caixa d'água, cobertura do CCC e a construção de novos pavilhões, trarão ainda mais conforto aos usuários e maior valorizarão do espaço desta CEASA/DF.

Em 2017, houve também uma ação bastante relevante a qual fortalece ainda mais as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal como Sociedade Anônima que foi a alteração do capital Social da Empresa, deR$ 4.710.119,00 (quatro milhões, setecentos e dez mil, cento e dezenove reais), para R$ 28.447.956,64 (vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). Dando assim, mais estabilidade a esta empresa já tão consolidada no cenário brasiliense.

Através dessas ações a CEASA/DF conseguiu proporcionar mais segurança e qualidade no atendimento de seus usuários, sejam produtores rurais ou empresários. Não seria possível a ampliação dos dias de funcionamento do mercado na CEASA sem que fossem melhoradas as condições físicas para o seu funcionamento.

Visando ampliar sua visibilidade e o cumprimento de suas metas, a CEASA/DF em 2017 apoiou eventos como a Agrobrasília e a PEC Brasília. Dessa forma a empresa conseguiu participar ativamente de eventos agropecuários fortalecendo sua marca e ampliando sua visibilidade em Brasília.

Com tudo isso, a boa gestão financeira e o cumprimento do plano estratégico da CEASA/DF fez com que a empresa funcionasse de forma estável no ano de 2017, cumprindo suas principais metas e iniciando os trabalhos para ampliação ainda maior de seus resultados.

O exercício 2017 foi encerrado com algumas licitações que demonstram a preocupação da empresa em atender à reforma das estruturas físicas, bem com, à construção de prédios e próprios.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1485 - AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA-DF	460	UNIDADE	506	392	552	564	607	667	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
Justificativa: 2016 - Conforme informações mais recentes do setor de estatística da CEASA/DF foram atendimentos 392 agricultores com espaço para comercialização na CEASA/DF, os espaços destinados ao agricultor foram ampliados e melhorados. 2017 - Foi atendida a expectativa de agricultores com espaço para comercialização graças à expanção da abertura das atividades na pedra para todos os dias da semana.									
1487 - ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO	38	UNIDADE	48	35	50	38	53	55	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
Justificativa: 2016 - A meta de 48 organizações não foi atingida oficialmente, porém já temos no espaço do Mercado de Agricultura Familiar 35 organizações cadastradas e mais 60 agricultores familiares desvinculados de organizações. Esses agricultores estão utilizando a área sem cadastro, por estarem no prazo regimental. O regulamento do Mercado prevê que esses produtores possam utilizar a área enquanto providenciam a regularização da organização, estabelecendo, para isso, o prazo de doze meses. Assim sendo, a expecta 2017 - São 38 organizações, porém o espaço disponível da agricultura familiar está sendo preenchido em sua totalidade, pois algumas organizações possuem mais de um espaço.									
1488 - PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS	41.300	UNIDADE	45.000	35754	32.000	32.528	32.500	33.000	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
Justificativa: 2016 - Conforme informações do Banco de Alimentos da CEASA/DF a adequação à resolução nº 72 do MDS suspendeu o atendimento a diversas entidades por não estarem adequadas as obrigações da resolução. 2017 - A CEASA/DF tem capacidade de atender ainda mais instituições do que está atendendo hoje. O número de instituições atendidas hoje está limitado devido ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal ter reduzido drásticamente o volume comprado, o que, mesmo com o aumento do volume recebido pelo Programa Desperdício Zero, não conseguiu ser superado.									
1489 - RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO	0,34	%	2	3	5	4,5	7,5	10	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
Justificativa: 2016 - Com a realização de programa de desligamento voluntário incentivado e a diminuição da inadimplência média mensal, a CEASA/DF conseguiu aumentar o percentual de seu resutlado operacional líquido em 2016. 2017 - Houve perdas importantes de receita no ano de 2017, dentre eles a receita do Makro e o Posto de Gasolina que não permitiram que o índice fosse alcançado este ano.									
1486 - ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO	233	UNIDADE	245	226	256	245	256	256	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
Justificativa: 2016 - Conforme informações recentes da Diretoria Operacional da CEASA/DF são disponibilizados 226 boxes para usuários na CEASA/DF. Em 2016, houve a retomada de alguns boxes por motivo de inadimplência através de processo judicial. 2017 - A CEASA/DF está em processo de licitação para ampliação dos novos pavilhões para atender ainda mais boxes para empresas atacadistas.									

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**200.000,00**	**99.900,00**	**7.744,36**	**292.355,64**
8403 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	200.000,00	99.900,00	7.744,36	292.355,64
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**200.000,00**	**99.900,00**	**7.744,36**	**292.355,64**

A CEASA/DF possui uma parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, na qual os sentenciados têm a oportunidade de trabalhar em algumas áreas da empresa. Além de receberem uma ajuda de custo, os trabalhadores mantêm o convívio social, contribuindo assim para sua reintegração junto a sociedade. Cumpre ressaltar que para cada três dias trabalhados, os sentenciados ganham um dia de remissão em sua pena.

Jovem Aprendiz: Visando promover a inclusão social por meio de ações integrativas, a CEASA/DF oferece o primeiro contato dos jovens junto ao mercado de trabalho, por meio do programa Jovem Aprendiz, no qual os adolescentes matriculados no ensino médio são acompanhados e devidamente instruídos em áreas estratégicas da empresa, possuindo a oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

No ano de 2017, foram recepcionados 8 jovens aprendizes, enviados pela Secretaria da Criança e Adolescente, em uma parceria com a Renapse. Esta oportunidade oferecida a estes

jovens é valiosa, pois propicia-lhes sair de uma situação de vulnerabilidade social, sendo responsável por uma perspectiva a vida melhor em relação ao que eles tem fora deste programa.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9040 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL	**3.600.000,00**	**1.368.300,00**	**307.184,17**	**5.524.515,83**
0001 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	3.600.000,00	1.368.300,00	307.184,17	5.524.515,83
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**20.000,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
6186 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	40.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**85.000,00**	**-1.181.500,00**	**4.527,51**	**1.346.972,49**
6972 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO-DISTRITO FEDERAL	85.000,00	-1.181.500,00	4.527,51	1.346.972,49
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**3.705.000,00**	**1.408.300,00**	**311.711,68**	**6.871.488,32**

A CEASA/DF em 2017 realizou o pagamento de todos os seus tributos devidos, possuindo controle e planejamento real da situação financeira da empresa.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**3.160.000,00**	**6.320.000,00**	**0,00**	**0,00**
0014 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA-DISTRITO FEDERAL	3.160.000,00	6.320.000,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**200.000,00**	**346.800,00**	**7.328,04**	**45.871,96**
5212 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	346.800,00	7.328,04	45.871,96
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**7.703.585,00**	**12.844.085,00**	**170.771,14**	**2.392.313,86**
6978 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	7.703.585,00	12.844.085,00	170.771,14	2.392.313,86
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**300.000,00**	**358.800,00**	**60.034,99**	**181.165,01**
8755 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	358.800,00	60.034,99	181.165,01
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**10.500.000,00**	**12.600.000,00**	**319.079,70**	**8.080.920,30**
6985 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	10.500.000,00	12.600.000,00	319.079,70	8.080.920,30
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**800.000,00**	**-165.000,00**	**85.288,97**	**1.679.711,03**
6978 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	800.000,00	-165.000,00	85.288,97	1.679.711,03
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**20.000,00**	**3.000,00**	**6.863,00**	**30.137,00**
0013 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	20.000,00	3.000,00	6.863,00	30.137,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**22.683.585,00**	**32.472.685,00**	**649.365,84**	**12.410.119,16**

Com relação a gestão de pessoas, em 2017 a CEASA/DF investiu em capacitação efetiva dos seus funcionários. Foram oferecidos diversos cursos, acompanhados pelo Recursos Humanos da empresa, inclusive um evento motivacional que ocorreu no Centro de Convenções Israel Pinheiro, do qual resultou impacto muito positivo na empresa, pois houve uma melhoria sensível no rendimento e nível do serviço prestado ao usuário da CEASA/DF.

Está sendo pago o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, sendo que no ano de 2017, foram pagos R$ 1.346.972,49 (um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Em 2017 houveram algumas licitações que demonstram a preocupação da empresa em atender à modernização de sistemas de informação e a gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A CEASA/DF conta atualmente com um Banco de Alimentos que realiza a captação e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade. Hoje a empresa conta com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Desperdício Zero – PDZ e o Programa de Doação simultânea, que juntos contribuem com 145 instituições, impactando positivamente a vida de 32.528 pessoas. Em 2017, foram firmadas parcerias com o Centro de Treinamento e Capacitação da EMATER, faculdade IESB, Universidade de Brasília, UniCEUB e SESC Mesa Brasil. O Banco de Alimentos realizou diversas capacitações para os responsáveis pela elaboração dos cardápios das instituições assistidas, buscando sempre a otimização dos alimentos fornecidos pelo banco. Ação Educativa: como promover a educação alimentar e nutricional e superar os desafios; Oficina de elaboração de lanches saudáveis; Oficina de panificados com alimentos da agricultura familiar, dentre outras oficinas.
Outra vertente trabalhada pela CEASA/DF foi a capacitação dos produtores e dos funcionários que trabalham diretamente com o desperdício zero, como a capacitação Boas Práticas de Comercialização, a qual acredita-se ter sido responsável pela redução estimada de 20 toneladas/mês no volume total de resíduos sólidos, que foram convertidos em Programa de Desperdício Zero – PDZ.
O quantitativo de alimentos arrecadados de janeiro a dezembro de 2017: Programa Aquisição de Alimentos – 578.322,07 kg; Programa Desperdício Zero – 304.940,81 kg; Programa Doação Simultânea – 63.903,65 kg.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Foi possível em 2017, a CEASA/DF ampliar sua segurança e conforto para os usuários interno e externo. Essas melhorias ocorreram devido ao empenho da gestão da empresa no sentido de priorizar a qualidade dos serviços oferecidos, bem como, a celeridade dos processos internos da empresa. Essas ações auxiliaram na ampliação da visibilidade da CEASA/DF no Distrito Federal e trouxeram confiança para o nosso usuário interno, o produtor rural e os empresários.
Em 2017, também foi iniciada a licitação para novos boxes nos novos pavilhões a serem construídos na CEASA, o que gerará novas receitas e possibilidades para esta estatal não dependente.
A CEASA/DF promoveu O Programa de Refinanciamento de dívidas em atraso, de forma a viabilizar o recebimento de usuários inadimplentes. Houve adesão considerável e foi avaliado pela Empresa como sendo positivo.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DF - EMATER-DF – UO: 14.203

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF é uma instituição criada pelo Decreto nº 4.140, de 07/04/1978, de acordo com a autorização constante da Lei nº 6.500, de 07/12/ 1977 e ratificada pelo Decreto n° 32.716, de 01/01/2011, o qual dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.

A Empresa teve o seu Estatuto vigente aprovado pelo Decreto nº 28.900, de 25/03/2008 e alterado pelo Decreto nº 31.729, de 26/05/2010.

A Empresa teve o seu Regimento Interno alterado através da Deliberação nº 13/2016 do Conselho de Administração publicado no DODF nº 176, de 16/09/2016.

De acordo com o artigo 6º do estatuto, são objetivos da EMATER-DF:

I - Colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal, na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

II - Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando ao aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e a melhoria da qualidade e das condições no meio rural do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE.

III – Difundir conhecimento de natureza técnica, econômica, ambiental e social, em consonância com as políticas do governo do Distrito Federal e do Governo Federal.

A EMATER-DF tem como missão "Promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar, por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural de excelência, em benefício da sociedade do Distrito Federal e Entorno". E como visão "Ser reconhecida pela sociedade na promoção do desenvolvimento rural sustentável e da segurança alimentar".

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	9	88	0	185	282
Comissionados sem vínculo efetivo	13	0	0	0	13
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	0	2	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	4		24	28
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	5	0	5	10
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	25	98	0	216	339
(-) Cedidos para outros órgãos	0	14	0	0	14
Total Geral	**25**	**84**	**0**	**216**	**325**

A Empresa contou, durante o ano de 2017, com 325 colaboradores qualificados nas categorias de empregados públicos efetivos, estagiários, comissionados e requisitados de outros órgãos, os quais estão distribuídos conforme o quadro acima. Estão lotados em 15 Gerências Locais, situadas nos núcleos rurais, cidades satélites do Distrito Federal e prefeituras do entorno e no CEASA-DF; 2 Gerências Regionais da EMATER-DF, instaladas em centros de pesquisa da

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); 1 Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural (Centrer), localizado no SIA trecho 10 lote 5 – Guará/Brasília DF – CCC (Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar) e 1 Escritório Central.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	**150.000,00**	**3.331.901,00**	**1.039.369,53**	**1.039.369,53**
0003 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-APOIO A REALIZAÇÃO DE MÉTODOS COLETIVOS DE EXTENSÃO RURAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	14.280,00	14.280,00	14.280,00
0001 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-APOIO AO X CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA E VI CONGRESSO LATINO AMERICANO DE AGROECOLOGIA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	856,89	856,89
5666 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-DIFUSÃO E MOMENTO DE INOVAÇÕES CIENTÍFICAS-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	3.217.621,00	1.024.232,64	1.024.232,64
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**604.398,00**	**705.705,00**	**488.265,20**	**477.265,20**
0020 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	604.398,00	705.705,00	488.265,20	477.265,20
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**280.000,00**	**160.840,00**	**158.583,33**	**142.436,83**
2607 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	280.000,00	160.840,00	158.583,33	142.436,83
2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	**85.000,00**	**77.160,00**	**70.022,72**	**68.218,39**
2922 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ-CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO MENOR APRENDIZ-DISTRITO FEDERAL	85.000,00	77.160,00	70.022,72	68.218,39
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**100.000,00**	**100.000,00**	**12.680,00**	**12.680,00**
0046 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	12.680,00	12.680,00
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	**480.000,00**	**3.898.318,00**	**1.663.433,17**	**1.662.444,36**
0001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTE-REALIZAÇÃO DE MÉTODOS COLETIVOS DE EXTENSÃO RURAL-DF ENTORNO	250.000,00	450.000,00	238.628,22	238.628,22
0002 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATER-DF ENTORNO	230.000,00	3.348.318,00	1.324.804,95	1.323.816,14
0003 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-REALIZAÇÃO DE MÉTODOS COLETIVOS DE EXTENSÃO RURAL-DF ENTORNO	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**0,00**	**750.000,00**	**250.000,00**	**250.000,00**
0040 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE MÉTODOS COLETIVOS DE EXTENSÃO RURAL -DF-DISTRITO FEDERAL	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
0041 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS- APOIO A REALIZAÇÃO DO VI CONGRESSO LATINO AMERICANO DE AGROECOLOGIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	500.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**1.699.398,00**	**9.023.924,00**	**3.682.353,95**	**3.652.414,31**

Com recursos alocados no âmbito do Programa 6207 – Brasília Competitiva, que tem como objetivo tornar Brasília mais competitiva por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda e de inovação com melhores condições de competitividade, substituindo mais produtos agropecuários importados de outros estados, criando, assim, um maior lastro econômico local, influindo diretamente na qualidade de vida de toda a sociedade, urbana e rural.

Isto ocorre por meio da execução de políticas em parceria com diversas instituições públicas e privadas, atendendo aos preceitos da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a qual institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A EMATER-DF contribui para os alcances do Programa 6207 principalmente através da assistência técnica, introduzindo boas práticas e inovações tecnológicas mais sustentáveis, com atendimentos e capacitação da população rural e suas organizações sociais.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte

1483 - AGRICULTOR ASSISTIDO	10.000	UNIDADE	10.900	11284	11.800	12.362	12.700	13.600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
Justificativa: 2016 - 11.284 beneficiários de ATER (agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais) assistidos, com repetição, totalizando 79.095 atendimentos. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas. 2017 - Em 2017 foram atendidos 12.362 beneficiários de ATER, compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais, sem repetição. Os atendimentos com repetição somaram 118.374. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.								
1484 - PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF	637	PESSOA	870	1626	1110	1.501	1360	1600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
Justificativa: 2016 - Participação de 1.138 agricultores familiares no PAA, 250 no PNAE e 238 no PAPA. O índice foi superado, principalmente, devido a disponibilização de recursos da área federal. Também houve a inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos. 2017 - Em 2017 houve a participação de 1.016 agricultores familiares no PAA; no PNAE 307 e no PAPA-DF 178. O índice foi superado em razão da disponibilização de recursos da área federal, além da inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.								

Desenvolvimento da Gestão de Empreendimentos Rurais

Gestão, Comercialização e Mercado

Foram realizadas 5.598 ações de gestão, comercialização e mercado, beneficiando 2.816 agricultores. Estas ações visaram melhorar a administração da unidade produtiva dos empreendedores rurais com foco na diversificação e inserção dos canais de comercialização públicos e privados, munindo os agricultores e suas famílias de informações para que possam ser mais eficientes na gestão das atividades da propriedade e na comercialização da produção. Ações foram realizadas com os agricultores participantes das 59 Feiras Orgânicas acompanhadas pela EMATER-DF e com agricultores familiares que comercializam seus produtos no Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar – CCC, inaugurado em 2015 no CEASA-DF com o objetivo de capacitar e tornar o espaço como mais uma opção de comercialização para este segmento produtivo do DF e Entorno.

Na implementação de Políticas Públicas de Compras Institucionais na área de comercialização da agricultura familiar, foram promovidas atividades para melhorar a agregação de valor e a competitividade no mercado privado e público. A dinâmica de preços dos principais alimentos produzidos no Distrito Federal foi acompanhada e divulgada, focando em técnicas de classificação e padronização de produtos e formação de preços de forma a auxiliar os agricultores na comercialização e inclusão mais sustentáveis nos canais de comercialização disponíveis. As compras institucionais são ferramentas poderosas do Estado para educar o produtor nos processos de comercialização além de ampliar os canais de comercialização da Agricultura Familiar. Essas ferramentas também contribuem para a segurança alimentar e nutricional dos equipamentos públicos e da rede sócio assistencial, promovendo a renda das famílias e estimulando o desenvolvimento local. As hortaliças e as frutas são o maior foco das compras governamentais. São os produtos mais ofertados para essa modalidade de comercialização. Certamente por ser essa a atividade que mais gera renda para a agricultura familiar. A EMATER-DF apoia os agricultores familiares a participarem das seguintes políticas de compras institucionais:

1)Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: na modalidade PAA Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA contemplou a inscrição de 1016 agricultores familiares em 2017, com recursos financeiros disponibilizados da ordem de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), que possibilitou a compra de frutas, hortaliças, frango caipira, doces de frutas e panificados que foram distribuídos para 118 entidades socioassistenciais (creches, asilos, institutos de combate às drogas, entre outros) do DF, totalizando a participação de 28.639 beneficiários nessas instituições. Na modalidade PAA Institucional, cujo objetivo é a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar pelos órgãos públicos federais, através de chamamento público, foi contratado pelo Ministério da Defesa (Ranchos da Marinha, Exército e Aeronáutica) o valor de R$ 990.696,98 (novecentos e noventa mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos) para suprir seus refeitórios de hortifrutigranjeiros e

agroindustrializados, garantindo a participação de cerca de 50 agricultores familiares que pertencem a diferentes associações/cooperativas locais. A EMATER-DF apoiou ainda o Ministério da Defesa para incluir na chamada de compra de 2017 novos produtos e novas organizações rurais do entorno/RIDE do Distrito Federal que se somam mais R$ 3.957.689,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e oitenta e nove reais), contratando carne de frango caipira, palmito de pupunha, panificados e linguiça defumada. Houve também o apoio a uma associação e duas cooperativas na execução de projetos de PAA, com doação simultânea, aprovada pela CONAB. Esses projetos possibilitaram a participação de 18 agricultores familiares, totalizando R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Dentre todas as modalidades do PAA, a EMATER-DF realizou 3.532 ações em 2017, nas quais foram atendidos 1.287 agricultores familiares. Todo o recurso aqui discriminado vem da esfera federal e entra direto na economia do DF, ajudando a aumentar também o lastro econômico do DF.

2)Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: Em 2017 foram obtidos avanços significativos que foram contemplados na Chamada Pública do PNAE, resultado da atuação do grupo de trabalho composto por membros da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - SEDF e EMATER-DF. Houve a execução financeira de R$ 5.418.895,60 (cinco milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos) em sete contratos firmados com as associações e cooperativas locais, com a participação de 307 agricultores familiares. A EMATER-DF realizou 187 ações relacionadas ao PNAE. Vale ressaltar que trabalhos acadêmicos apontam que para cada R$1,00 investido na atividade primária rural ocorre o efeito multiplicador de devolver R$ 3,00 na economia do Distrito Federal.

3)Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura do Distrito Federal – PAPA-DF: também é uma política pública que vem contribuindo para o desenvolvimento rural do DF, sendo criado pela Lei nº 4.752 de 2012 com a finalidade de garantir a compra de produtos agropecuários e artesanato, produzidos por agricultores familiares por meio de chamamento público. No ano de 2017, 02 (dois) órgãos do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal fizeram chamamento público através deste programa, no entanto, por dificuldades financeiras em 2017, a EMATER-DF contratou somente o valor Financeiro de R$ 34.490,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos e noventa reais) atendendo 02 (dois) agricultores. Os demais no valor de R$ 8.377.144,08 (oito milhões, trezentos e setenta e sete mil, cento e quarenta e quatro reais e oito centavos) estão aguardando liberação do recurso financeiro. A Empresa realizou 271 ações relacionadas ao PAPA, nas quais foram atendidos 199 agricultores familiares, dando continuidade ao trabalho de preparação das organizações rurais e seus membros para estarem aptos para participar do Programa PAPA-DF. Esta ação evita a exportação de recursos financeiros do GDF e que é apropriado na economia do Distrito Federal, fomentando o desenvolvimento do espaço rural. A participação em Feiras de Economia Solidária foi incentivada para o segmento da produção de pequena escala, tanto nas atividades agrícolas (orgânicos, plantas ornamentais, animais exóticos, entre outros) como nas não agrícolas (artesanato e agroindústria), para agricultores que tem dificuldade de comercialização. Uma das alternativas para esse público é a organização em grupos e a comercialização em feiras, espaços em eventos e pontos de comercialização cedidos por terceiros. A EMATER-DF em parceria com a SEAGRI - DF estimula esse trabalho solidário e em 2017 oportunizou alguns espaços para esse tipo de comercialização, principalmente para os produtos das atividades não agrícolas. No total foram 04 (quatro) espaços em exposições/feiras, realizadas pela própria EMATER; um espaço em exposição em Parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA com 02 (dois) pontos fixos, sendo um na Torre Digital e outro no Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar - CCC, no Ceasa. Além disso, existem outras pequenas feiras que são realizadas em espaço de órgãos parceiros. A EMATER-

DF e a SEAGRI-DF organizaram pontos de comercialização na Agrobrasília, CNATER – Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Festa do Morango, Fest Flor, Feira da Colônia Rajadinha, CCC e Torre Digital. Foram vendidos produtos da agroindústria, artesanato, plantas ornamentais, hortaliças orgânicas, entre outros, com o valor aproximado de R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais).

Participação em Feiras de Economia Solidária

Ocorre no DF a produção em pequena escala, tanto nas atividades agrícolas (orgânicos, plantas ornamentais, animais exóticos), quanto nas não agrícolas (artesanato e agroindústria) praticadas por agricultores que tem dificuldades de comercialização. Uma das alternativas para este público é a organização em grupos e a comercialização em feiras, espaços em eventos e pontos de comercialização cedidos por terceiros. A EMATER-DF estimula este trabalho solidário e em 2017 oportunizou alguns espaços para este tipo de comercialização principalmente para os produtos das atividades não agrícolas, como o artesanato e a agroindústria.

Segue abaixo a tabela demonstrativa de pontos de comercialização organizados pela EMATER-DF e pela SEAGRI:

TABELA 01

Evento/Espaço	Parceiros	Descrição de produtos
Feira do Artesanato	SETUR	Agroindústria/Artesanato
Festival do Japão	Nippo Japão	Espaço de Organização social Agroindústria/artesanato/ agricultores de planta ornamental
AgroBrasília	SEAGRI/CEASA	*Espaço de Organização social Agroindústria/artesanato/ agricultores de planta ornamental/ alimentação
Feira da Colônia	SEAGRI/CEASA/ Administração de Planaltina	Espaço de Organização social Agroindústria/artesão/ agricultores de planta ornamental/Animais Exóticos/ hortaliças orgânicas/ alimentação
Festa do Morango	SEAGRI/ CEASA/ Administração de Brazlândia	Agroindústria/Artesanato
Feira no Congresso de Agroecologia	Embrapa, Unb, Sead	*Espaço de Organização social Agroindústria/artesão/ agricultores de planta ornamental/alimentação
Festa da Primavera	Nippo Japão	Espaço de Organização social Agroindústria/artesanato
Feira da Primavera	Nippo Japão Administração de Planaltina	Espaço de Organização social Agroindústria/artesão/ agricultores de planta ornamental/ Animais Exótico/ hortaliças orgânicas
Feirinha no Hall do servidor SES	SES	Agroindústria/artesão/ agricultores de planta ornamental/ Tapioca

*__Participação de agricultores da RIDE__

Crédito Rural

O Crédito Rural é uma política pública acessível aos produtores rurais de todo o país, independente de sua classificação. Pode-se inferir que qualquer setor produtivo ligado ao meio rural responde positivamente aos incentivos de fomento ligados ao crédito e que isto torna a ferramenta fundamental nas ações de ATER. As principais linhas acessadas em 2017 nos trabalhos de ATER foram:

- PRONAF CUSTEIO, operado pelos bancos: Banco do Brasil – BB, Banco de Brasília – BRB e Cooperativa de Crédito;
- PRONAF MAIS ALIMENTOS / INVESTIMENTO, PRONAF A e A/C, operado pelos bancos: Banco do Brasil – BB, Banco de Brasília – BRB e Cooperativa de Crédito;
- Recursos Obrigatórios /PRONAMP Custeio e Investimento, operado pelos bancos: Banco do Brasil – BB, Banco de Brasília – BRB e Cooperativa de Crédito;
- FDR e PROSPERA do Distrito Federal; e

- Fomentos Mulher, do INCRA.

Devido a questões relacionadas à crise econômica enfrentada pelo Brasil e à crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal, no ano 2017, o acesso ao crédito rural foi reduzido, uma vez que os produtores enfrentaram maiores dificuldades e incertezas no desenvolvimento das atividades produtivas. Foram elaborados **545** projetos de crédito e contratados, somando-se às renovações automáticas, 411 projetos. Foram realizados R$ 21.500.000,00 (vinte e um milhões e quinhentos mil reais) em projetos de crédito e contratados R$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais). Os principais itens financiados são de custeio agropecuário, implementos agrícolas, matrizes bovinas, veículos utilitários, estufas agrícolas, dentre outros, destinados ao público: produtores familiares; produtores patronais; associações e cooperativas.

Programa Empreender e Inovar

O Programa Empreender e Inovar do Sistema Agricultura do Distrito Federal surgiu da necessidade de assistir e fomentar estrutura de apoio gerencial às entidades rurais quer sejam coletivas ou individuais, num espaço multifuncional, capaz de dar suporte às atividades destas entidades. A demanda por este serviço está identificada no cotidiano da assistência técnica e extensão rural, desenvolvida pela EMATER-DF, atendendo cooperativas; associações; agroindústrias e produtores rurais. Todas as cadeias produtivas devem buscar satisfazer o consumidor final, que muda constantemente seus hábitos de consumo e aumenta sua exigência quanto à qualidade dos produtos adquiridos e, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica exige uma interação permanente com o mercado. Fatores econômicos, políticos, legais, sociais, naturais, competitivos e tecnológicos ajudam a aumentar esta complexidade. Diante disso, a transformação de propriedades, associações e cooperativas rurais tradicionais em empreendimentos rurais se faz necessária e oportuna. Nesta transição é necessário que os produtores e suas organizações tenham atitude também de gestão do seu negócio. O comportamento é que irá determinar a transição de um modelo de gestão tradicional para um sistema moderno de gestão interativa com o mercado. Atualmente, agricultores e organizações do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE recebem serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para o sistema de produção, carecendo de serviços que "extrapolam a porteira" (fora da propriedade), tais como a organização da produção, do negócio e desenvolvimento de produtos conforme demanda do mercado. Para que o negócio agropecuário tenha êxito, faz-se necessário atuar em temas contábeis, jurídicos, contratuais, financeiros, dentre outros.

Tabela 02

INDICADORES	Ud	Situação em 2017
Assessorias	Nº	85
Número de propriedades atendidas	Nº	18
Número de empreendedores	N°	18
Empreendedores capacitados	N°	12
Extensionistas Rurais Capacitados	N°	30

Programa Jovem Empreendedor Rural

Foi implantado em 2017, pelo governo local, o Programa Jovem Empreendedor Rural com o objetivo de despertar na juventude rural novas perspectivas empreendedoras de geração de renda e inclusão sócio produtiva, aliadas às diretrizes do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Foram as seguintes atividades e seus resultados:

- 96 jovens atendidos, sendo 51 capacitados em crédito, organização social e gestão de negócio;
- Foram contratados 52 projetos de crédito pelo PROSPERA, perfazendo um total de R$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais) de recursos liberados;
- 91 jovens inscritos em programa de compras governamentais.

Atividades Não Agrícolas

As atividades rurais não agrícolas são alternativas econômicas para incrementar a renda das famílias oportunizando a inclusão social; resgatando a cultura; promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como as mulheres, idosos, jovens, agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Elas são classificadas em três atividades econômicas:

1. Artesanato

O artesanato é gerador de renda, além de ser uma atividade ocupacional e de lazer. Atualmente existem famílias da área rural que tem o artesanato como renda principal e para outras famílias o artesanato insere-se como um complemento no orçamento da agricultura e pecuária familiar. Em 2017 a EMATER-DF deu continuidade no incentivo aos trabalhos com recursos naturais existentes na localidade e produtos com tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. Além de apoio e capacitação aos (as) artesãos (ãs) da área rural do DF na produção e qualificação, também apoiou na busca de mercado para comercialização de seus produtos e inserção nas políticas públicas. Frente aos trabalhos realizados neste segmento foram alcançados os seguintes resultados:

2. Turismo rural

Na área do turismo foram atendidas as demandas dos proprietários de empreendimentos rurais, com continuidade ao incentivo para a inserção da agricultura familiar no contexto da produção associada ao turismo. Ou seja, as atividades não agrícolas (artesanato e a agroindústria, principalmente a agroindústria artesanal), as manifestações culturais e as atividades agrícolas (plantas ornamentais, plantas medicinais e fruticultura) estão sendo trabalhadas junto aos agricultores e artesãos para incremento da renda, propiciando uma interação com as atividades turísticas. Como resultados, neste segmento, foram realizados:

- 69 atendimentos de demandas em empreendimentos de turismo rural (atividades agropecuárias, orientações sobre turismo com 37 pessoas capacitadas);
- 21 atendimentos em circuito turístico, sendo 12 pessoas integradas em 02 circuitos dentro do projeto Caminhos Rurais – Circuito Rajadinha em Planaltina e Circuito Colha e pague – Brazlândia;
- foi organizada a IV Feira da Colônia em Rajadinha, contemplada no Circuito Rajadinha, onde os agricultores exploram os seus produtos (flores, artesanato, comidas típicas, agroindústria, pequenos animais, horta para pequeno espaço, além do receptivo nas propriedades), sendo 32 expositores representantes da agricultura familiar. São artesãos e empreendedores rurais das regiões administrativas de Planaltina, Paranoá e Sobradinho. Como resultado desta atividade, foram comercializados R$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais);

- o segundo circuito Colha e Pague de Morango, em uma propriedade na Comunidade do Rodeador, em Brazlândia, onde os visitantes da Festa do Morango puderam colher e levar as cestinhas com o morango, além de degustarem um lanche feito com produtos produzidos com morango (sucos, geleias e tortas);
- comercialização da produção associada ao turismo com 28 artesãos; 33 agroindústrias (formais e não formais); 11 agricultores de plantas ornamentais; 01 criador de animais exóticos; **0**4 grupos de orgânicos e fornecimento de 03 alimentação/lanches. Participaram de alguns espaços e feiras como Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, AgroBrasília, Festa do Morango, Congresso de Agroecologia e Festival das Flores, com a comercialização dos produtos associados ao turismo rural. Comercializam o valor total de R$ 157.893,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e noventa e três reais).

3. Agroindústria

O Distrito Federal tem aproximadamente 64 agroindústrias na área rural registradas na Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal – DIPOVA, entre laticínios, abatedouros, entrepostos, fábricas de embutidos, produtos vegetais e os de processamento artesanal. Na área de agroindústria foram realizadas, regularmente, a assistência técnica e capacitações nas áreas de Tecnologia de Processamento e de Boas Práticas de Fabricação - BPF, apoio para implantação, adequação e legalização de unidades de processamento. As atividades foram desenvolvidas visando à produção de um alimento seguro, diferenciado, para as pequenas agroindústrias do Distrito Federal, incrementando a renda dos beneficiários. Apresentamos os seguintes resultados:

- curso de Gestão e Qualificação para Agroindústria, com carga horária de 40 horas, capacitando 24 participantes que receberam informações para implantar uma agroindústria, qualificando o agricultor para ser responsável pela produção de sua agroindústria, perante a legislação local;
- curso de Boas Práticas de Fabricação, com carga horária de 40h, capacitou 17 participantes que receberam treinamento para o processamento com qualidade sanitária, qualificando o agricultor para ser responsável pela produção de sua agroindústria, perante a legislação local e federal;
- o Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural da EMATER–DF – CENTRER realizou 23 capacitações em Tecnologias de Processamento de produtos de origem animal e origem vegetal, para 490 participantes do Distrito Federal e agricultores de assentamentos da RIDE. Os participantes foram agricultores e trabalhadores, homens e mulheres. Realizou também 04 capacitações em Boas Práticas de Fabricação para 46 participantes;
- foram elaborados 37 rótulos de vários produtos para 16 unidades de processamento, atendendo as legislações vigentes para produtos processados;
- foram realizados estudos microbiológico e físico-químico para avaliação de qualidade do produto fabricado em 05 unidades de processamento em parceria com a Universidade Católica de Brasília;
- 20 agroindústrias formais e informais participaram em eventos e pontos de comercialização apoiados pela EMATER–DF, SEAGRI e Secretaria de Turismo. Valor gerado R$ 57.340,00 (cinquenta e sete mil trezentos e quarenta reais);
- 03 agroindústrias registradas sendo 02 (duas) agroindústria na lei do processamento artesanal dos quais 01 (uma) de queijo de leite de búfala e 01 (uma) de panificados e 01 (uma) agroindústria na lei vegetal que trata de hortaliças minimamente processadas;
- 55 agroindústrias formais e informais atendidas sem repetição;

- 185 pessoas atendidas e 108 pessoas capacitadas no campo em ações de Agroindústria;
- 65 pessoas atendidas e 22 pessoas capacitadas no campo em ações de Boas Práticas de Fabricação;
- 10 projetos de agroindústrias elaborados e entregues para produtores da área rural do Distrito Federal.

Desenvolvimento Humano e Social

A EMATER-DF trabalha com os agricultores, trabalhadores e suas famílias com o princípio de que, para que haja desenvolvimento local não basta apenas ter o crescimento econômico, deve haver desenvolvimento humano para que, de fato, ocorra o desenvolvimento local. Por meio do programa de Desenvolvimento Humano e Social a empresa desenvolve projetos de Segurança Alimentar Nutricional - Qualidade do Alimento e Alimentação Adequada; Saúde Preventiva; Cidadania e Benefícios Sociais; Educação, Cultura e Lazer; Sistemas de Saneamento e Organização Social, voltados para o público rural. As ações realizadas neste programa são baseadas no conceito de desenvolvimento, uma necessidade ampla com a ação do Estado e a participação da comunidade, observando três pilares da coesão social: oportunidades de acesso às necessidades básicas para melhor qualidade de vida, como educação, segurança alimentar e nutricional, emprego, segurança e geração de renda; habilidades como conhecimento do ser humano, suas competências e condições para realizar; e proteção, como ações sociais e políticas públicas, para assegurar ou manter condições necessárias para o bem-estar do ser humano.

Segurança Alimentar Nutricional - Qualidade dos Alimentos

O tema Segurança Alimentar tem basicamente dois vértices, oferta de alimento e qualificação sanitária e nutricional, desde a produção até a colocação do alimento à disposição do consumidor. A qualidade dos alimentos, com foco nas Boas Práticas Agrícolas, vem sendo trabalhado ao longo dos anos pela EMATER-DF, SEAGRI e Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária – DIVISA principalmente nas regiões produtoras de folhosas. Para fortalecimento deste trabalho foi implantado em 2016 o Programa Brasília Qualidade no Campo em parceria com o Sistema Agricultura e a DIVISA. As ações em 2017 foram focadas em capacitação e orientação para promoção da produção de alimentos com qualidade higiênico-sanitária e para a adequação das propriedades rurais, com vista à Certificação das propriedades do DF e resultaram em:

- 1.104 termos de adesão ao Programa Qualidade no Campo;
- 78 planos de adequação a propriedade elaborados;
- 03 propriedades com certificados de infraestrutura sendo 01 produção de leite, 01orgânica e 01 hidropônica;
- 290 agricultores e trabalhadores rurais atendidos sem repetição;
- 03 concursos, com 257 agricultores e trabalhadores rurais capacitados no tema de Boas Práticas Agrícolas – BPA para folhosas, raízes, frutos e de manejo adequado de agrotóxico.

Segurança Alimentar – Alimentação adequada

Com relação às atividades de educação alimentar, no Distrito Federal existe um número significativo de produtores de hortaliças que destinam sua produção para a comercialização. No entanto, muitos agricultores e suas famílias não consomem estes produtos. Isto é um dos fatores que faz a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ser um dos projetos mais trabalhados nos Escritórios Locais da EMATER-DF e de grande importância no atendimento às famílias rurais. No projeto uma das principais atividades é a educação alimentar e nutricional, onde é incentivado o consumo de hortaliças e frutas, o aproveitamento integral de alimentos,

a alimentação saudável, a utilização dos frutos nativos do cerrado e de plantas não convencionais. Foram realizadas as seguintes atividades e seus respectivos resultados:

- 08 capacitações (cursos, oficinas, palestras), com 299 participantes capacitados pelo Centro de Capacitação da EMATER-DF;
- 707 pessoas atendidas e 341 pessoas capacitadas em SAN pela EMATER no campo;
- 02 acompanhamento/monitoramento de grupo de 60 pessoas nos temas: educação alimentar e qualidade de vida;
- 02 concursos de SAN, sendo 01 de horta doméstica no Gama e 01 aproveitamento integral do morango, todos com objetivo de estimular a melhoria alimentar nutricional e também de criar alternativas de geração de renda pelo processamento de alimentos.

Saúde Preventiva

As atividades relacionadas à saúde da família e do trabalhador tiveram ações educativas e preventivas de zoonoses, com a realização de dias especiais em saúde do trabalhador e saúde da família e de palestras, onde participaram trabalhadores e produtores rurais. Esses trabalhos são realizados com a parceria da Secretaria de Saúde, por meio do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, Centro de Informação e Assistência Toxicológica – CIAT, Diretoria de Atenção Primária Saúde e Estratégica da Saúde da Família – DIAPS, Diretoria de Saúde do Trabalhador – DISAT e Laboratório Central – LACEN.
Foram realizadas as seguintes ações:

- 1.332 pessoas foram capacitadas e 2.470 pessoas atendidas em saúde preventiva;
- 166 exames de colinesterase em 06 áreas de atuação da EMATER-DF.

Saneamento Rural

A EMATER-DF desenvolve o papel educativo com a premissa de que o saneamento básico é um dos fatores determinantes e condicionantes na promoção da saúde O trabalho educativo é realizado em atendimentos, palestras, mutirões, capacitações, reuniões técnicas, dias especiais e outras metodologias, em que a Empresa orienta o público rural sobre sistemas de saneamento (fossa séptica, ecológica); importância da análise de água, tanto para o consumo humano quanto para qualidade final dos alimentos; limpeza dos arredores de casas e propriedades; pragas domésticas; destino do lixo; limpeza de caixa d'água; proteção de cisternas; tratamento de água. Em 2017 foram alcançados os seguintes resultados:

- 695 pessoas atendidas em sistemas de saneamento;
- 173 pessoas capacitadas em sistemas de saneamento;
- 111 análises de água para consumo humano e irrigação, em parceria com o DIPOVA;
- 106 sistemas de saneamento adquiridos sendo 81 implantados já em 2017.

Cidadania e Benefícios Sociais

A população rural tem dificuldades em buscar seus direitos e benefícios legais, para tanto, a EMATER-DF realiza atendimentos voltados para políticas públicas, orientações para o agricultor familiar segurado especial do INSS, focando mais as questões de aposentadoria e salário maternidade, declarações e carteiras do agricultor, Programa de Jovem Empreendedor, Programa Nacional de Habitação Rural e cadastramento/diagnóstico para o Programa de Fomento, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social. Além disso, vem desenvolvendo ações com as mulheres rurais, jovens e idosos buscando integrá-los ao processo de desenvolvimento local, estendendo às questões de organização, cidadania, educação, cultura e lazer. Foram desenvolvidas as seguintes atividades e com seus respectivos resultados:

- 3.905 pessoas foram atendidas e 598 capacitadas em Cidadania e Benefícios Sociais;
- 13 carteiras de trabalho assinadas;
- 62 aposentadorias/Loas/Pensões efetivadas;

- 132 outros benefícios (salários maternidade efetivadas com auxílio, auxílios doenças efetivados com auxílio);
- 2.500 carteiras de produtor rural emitida/renovadas;
- realização de Dia Especial para idosos.

Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida. É uma política pública do Governo Federal para beneficiar quem vive no campo e quer construir ou reformar sua casa. Diante desta demanda foram realizadas várias ações do Programa, seguindo uma agenda conjunta com a SEAGRI - DF e a Centrais de Abastecimento de Brasília – CEASA. A EMATER–DF apoia e desenvolve atividades desde a implantação do projeto, onde as famílias passaram a ter melhor qualidade de vida, possibilitando a sua inclusão social e a participação em ações que proporcionam: acesso a informações sobre o empreendimento, educação ambiental, sanitária e patrimonial, capacitação profissional e noções de organização comunitária, além de atividades de cultura e lazer. Em 2017 não foi liberado recurso para esta política pública, mas foram feitos acompanhamentos e encaminhamentos junto as comunidade Oziel Alves, com 168 famílias; Pequeno William, com 22 famílias; Rio Preto/São José/Tabatinga/Barra Alta, com 54 famílias; Primeiro de Junho e Nova Camapuã, com 74 famílias.

Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

O Programa de Fomento Rural contribui com a estratégia de inclusão produtiva, apoiando os investimentos produtivos de famílias rurais que se encontram em situação de pobreza e envolve a combinação de duas ações, a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) e a transferência de direta de recursos financeiros não reembolsáveis às famílias, por meio do cartão do Programa Bolsa Família. Ambas as ações são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, para que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, bem como para que possam ter acesso a uma alimentação mais saudável. O programa é de responsabilidade conjunta do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, em parceria com a EMATER –DF e a SEAGRI - DF. Para iniciar o programa foram feitas as seguintes atividades:

- cadastro e renovação de 200 famílias no CadÚnico;
- 185 diagnósticos da Unidade Produtiva;
- 156 termos de adesão no Siater;
- 145 projetos de estruturação produtiva.

Educação, Cultura e Lazer

A EMATER-DF em toda sua área de ação desenvolve ações que integram a educação, a cultura e o lazer. Na área rural do Distrito Federal existe uma diversidade de culturas, que são manifestadas por meio de atividades em diversos núcleos e comunidades rurais. Por outro lado a área rural é carente de lazer, que é considerado um fator indispensável para se pensar em qualidade de vida e bem-estar humano. As ações mais comuns que são levadas às comunidades são eventos com temas educativos, em ações culturais e de lazer, principalmente em comunidades mais carentes.

- 752 pessoas foram atendidas;
- 221 pessoas capacitadas.

Organização e Gestão Social/Econômico

A EMATER-DF, com seus parceiros e colaboradores, promove o acompanhamento e desenvolve ações que estimulem a participação, organização e gestão social no sentido de

fortalecer as organizações sociais rurais existentes, monitorando e participando na formulação de políticas públicas e criando um ambiente fértil para que novas organizações surjam. Com o Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS-DF), a EMATER-DF participa da dinâmica das atividades dos Conselhos Regionais na discussão e encaminhamento de temas importantes para o desenvolvimento do espaço rural do Distrito Federal, além de potencializar o papel de controle social das organizações sociais rurais presentes no Conselho Distrital. A dinâmica dos conselhos valoriza a participação, a cooperação, a organização, a gestão e o envolvimento das comunidades rurais no processo de construção de propostas e alternativas de desenvolvimento sustentável para a área rural do DF. Dentro desta ação foram alcançados os seguintes resultados:

- 1002 pessoas atendidas em 46 capacitações;
- 57 organizações (associações, cooperativas e grupos de interesses) atendidas.

Cadeias Produtivas

Olericultura (produção de hortaliças)

2017 foi um ano difícil para o setor de produção de hortaliças. A crise econômica fez com que a população reduzisse o consumo de hortaliças e, por outro lado, a crise hídrica obrigou muitos olericultores à redução de suas áreas cultivadas. Esses fatores, dentre outros, implicaram na redução na renda do olericultor. Mesmo assim, a produção de hortaliças continua sendo uma das atividades econômicas mais importantes do setor rural no DF, tanto nos aspectos econômicos quanto nos sociais, pois gera mais de 30 mil ocupações laborais em toda a cadeia produtiva sendo mais de 10.000 diretamente na produção e é exercida por mais de 2,5 mil empreendimentos rurais, em sua maioria (83%) classificada como agricultura familiar, ou seja, que utilizam principalmente a força de trabalho da família. Em 2017 foram cultivados cerca de 9,8 mil hectares de espécies diversas de hortaliças, com a produção de mais de 265.788 (duzentas e sessenta e cinco mil e setecentas e oitenta e oito) toneladas de alimentos frescos e de qualidade. A EMATER-DF realizou 61.550 atendimentos a 4.568 empreendedores familiares, patronais e trabalhadores em ações relacionadas à Cidadania e benefícios sociais, Boas Práticas Agrícolas, Irrigação, Defesa sanitária, Transição Agroecológica e Produção Orgânica, Inovação Tecnológica, Comercialização e de Organização Rural.

Cidadania e benefícios sociais

Os olericultores, por serem em sua maioria pequenos empreendedores, carecem de serviços e ações que fortaleçam sua consciência cidadã, a busca por seus direitos e o conhecimento de seus deveres. Assim, a Empresa oferece serviços que vão desde a emissão da Carteira de Produtor Rural, até a inserção em programas de fomento e políticas públicas dos Governos Federal e Distrital**.** Nesse ano atendemos nessa atividade a 425 empreendedores e trabalhadores.

Boas Práticas Agrícolas

Além de exigir hortaliças em quantidade e com preço acessível, os consumidores do Distrito Federal exigem também segurança e qualidade, os quais despertam o interesse em consumir hortaliças com a garantia de que não existem contaminações, sejam elas químicas ou biológicas. Nesse sentido, a equipe técnica vem trabalhando esse tema junto aos olericultores, desde a década de 1990, com o Programa de Parasitologia no Meio Rural e com o Programa de Saneamento da Produção e Distribuição de Hortaliças Folhosas no Distrito Federal – Pró Folhosas. Temas como o saneamento rural, o manejo adequado de agrotóxicos e as boas práticas de colheita e pós-colheita já são discutidos e praticados por muitos empreendedores. Em parceria com a SEAGRI e CEASA, estamos implantando o Programa "Brasília Qualidade no Campo", que pretende certificar os empreendimentos que se adequarem às metas estipuladas. São 14 propriedades de olericultores certificadas e outras já em processo de implantação dos Planos de Adequação. Foram realizadas 1576 ações de ATER que beneficiaram 485

empreendedores e trabalhadores em olericultura. Certamente essas ações implicarão em melhoria da saúde da população consumidora e da qualidade de vida das famílias dos agricultores e trabalhadores rurais.

Transição agroecológica

Em atenção à demanda da sociedade por uma agricultura mais sustentável estimulamos a incorporação de princípios e tecnologias de base ecológica nos sistemas produtivos de hortaliças. Além de promover a redução e racionalização do uso de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), incentivamos a adoção de técnicas como o uso de adubo verde, adubação orgânica, quebra-ventos, espécies e variedades mais adaptadas, controle biológico e alternativo de pragas e inoculação, entre outras. Foram atendidos a 784 pessoas em 2371 visitas, demanda crescente de olericultores em processo de transição agroecológica. Hoje já são 1075 empreendedores sendo que a maioria se dedica à produção de hortaliças.

Produção de hortaliças orgânicas

A produção de hortaliças orgânicas tem se mostrado uma das melhores alternativas para a inserção de novos empreendedores no mercado de hortaliças. Nesse contexto além do público originário do assentamento da reforma agrária, foram atendidas 784 pessoas com 2.371 visitas em observância à crescente demanda de olericultura. Outros pequenos empreendedores tem obtido sucesso quando adentram nesse mercado que cresce a índices espetaculares. Registra-se que 210 propriedades certificadas pela EMATER-DF produziram 8.200 toneladas de hortaliças orgânicas no curso do exercício de 2017.

Irrigação

A necessidade de dar uma resposta rápida aos cidadãos brasilienses, com relação ao enfrentamento da crise hídrica, tornou esse tema prioritário para a EMATER-DF. Foi necessário reduzir a demanda de água com a irrigação e, por outro lado, garantir a produção de alimentos e os empregos com a produção agrícola. Assim, buscamos a capacitação de todos os agricultores da bacia do Alto Descoberto no intuito, principalmente, de aumentar a eficiência da irrigação, pois a irrigação bem feita implica certamente em maiores produtividades. A EMATER-DF ampliou o trabalho junto aos agricultores buscando incrementar a adoção de tecnologias como o uso da irrigação por gotejamento, da microaspersão, do manejo da irrigação e, até mesmo, do redimensionamento de sistemas de irrigação por aspersão, buscando maior eficiência. Essas ações não ocorreram somente na Bacia do Alto Descoberto, mas também em outras bacias como a do Pipiripau, que concentra grande produção e fornece água para o abastecimento de Planaltina e a do Rio Preto, que apesar de não fornecer água para o consumo humano apresentou considerável redução de vazão, deixando de atender a toda a demanda para irrigação. Em todo o Distrito Federal, totalizou-se 682 beneficiários assistidos e 388 capacitados, incluindo trabalhadores e empreendedores rurais.

Defesa sanitária vegetal

Os extensionistas da EMATER-DF realizam um intenso trabalho no que se refere à Defesa Sanitária Vegetal. Buscamos divulgar o Manejo Integrado das Pragas por meio de adptações das condições ambientais de cultivo, como, por exemplo, o cultivo em estufa, orientando sobre o equilíbrio nutricional das hortaliças cultivadas pelo uso de cultivares da interferência no ambiente, na nutrição equilibrada das hortaliças, no uso de cultivares e híbridos mais tolerantes ou resistentes às pragas, no uso prioritário do controle biológico e, quando necessário, na utilização correta e segura de agrotóxicos. Enfim, incentivamos os empreendedores em olericultura a planejar seus cultivos.

Cultivo Protegido

No intuito de fornecer alimentos com frequência e qualidade à população e, ao mesmo tempo, de aumentar a renda do produtor, a EMATER-DF vem incentivando a adoção das técnicas de

cultivo protegido, com assessoria técnica especializada e com conhecimento aprofundado em nutrição de plantas, irrigação e manejo de ambientes. Assim, os agricultores vem percebendo a importância de investir na construção dessas estruturas. Estima-se em 81 ha de estufas, 36 ha de túneis altos e baixos e 12 ha de telados em produção e assistidos pela EMATER-DF. Em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH realizamos 04 cursos, capacitando 100 trabalhadores, direcionados aos empreendimentos olerícolas que se dedicam ao cultivo protegido, com foco na hidroponia e semi-hidroponia. Outra ação de destaque foi a Expedição Safra Cultivo Protegido, que foi realizada em parceria com a Secretaria de Agricultura e a Embrapa Hortaliças, visando diagnosticar a realidade e balizar as ações de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e políticas públicas para o setor. Foram visitados todos os empreendimentos que utilizam o cultivo protegido na região de Planaltina, com o intuito de levantar o sistema de produção utilizado, os gargalos tecnológicos e gerenciais, além do potencial dessa tecnologia na região. A expedição possibilitou visitar e colher informações de **127** produtores rurais.

Comercialização

Por ser a olericultura uma das atividades que mais viabilizam pequenos empreendimentos, em especial, os da agricultura familiar, as hortaliças correspondem ao maior volume de produtos comercializados pelas compras governamentais. A EMATER-DF orientou e facilitou o acesso a 734 agricultores familiares para essa política pública tão importante. Além das compras governamentais, 509 olericultores puderam contar com o apoio da Empresa na busca por novos espaços de comercialização em feiras locais, com a venda direta ao consumidor, no CEASA, no Centro de Capacitação e Comercialização e nas Feiras do Produtor de Ceilândia e de Planaltina.

Organização Rural

De olho nos evidentes resultados do trabalho em grupo, seja em associações ou cooperativas, os empreendedores em hortaliças vem se organizando, já estando em funcionamento três cooperativas e pelo menos treze associações, sendo que sete delas comercializam hortaliças orgânicas. Temos hoje mais de 1000 olericultores comercializando sua produção apoiados por alguma organização.

Capacitação Técnica

O programa de capacitação de extensionistas buscou se adequar às demandas urgentes da sociedade e dos empreendedores em hortaliças, focando em dois temas a irrigação e o cultivo protegido. A primeira capacitação ocorreu em janeiro, com o Curso de Manejo da Irrigação que reuniu, em uma só iniciativa, a experiência dos pesquisadores da Embrapa Hortaliças e dos extensionistas da EMATER-DF no assunto. Foram capacitados 22 extensionistas que atuaram logo em seguida na redução dos impactos da crise hídrica na produção agrícola e na garantia de abastecimento de água à população. Na área de Cultivo Protegido destaca-se a realização do Curso, em parceria, onde foram capacitados 14 extensionistas, bem como do Workshop de Cultivo Protegido, realizado em parceria com a Embrapa Hortaliças, onde participaram 11 extensionistas.

Eventos em destaque

O Espaço de Valorização da Agricultura Familiar – EVAF, no AgroBrasília 2017 teve foco em tecnologias para a racionalização no consumo de água para a produção de hortaliças. Foram demonstradas tecnologias de hidroponia, semi-hidroponia e o potencial da captação de água das chuvas para irrigação. Demonstraram-se também opções de estruturas para cultivo protegido e sistemas de produção de hortaliças agroecológicos além de novos cultivares e híbridos. O Encontro Técnico do Morango, que compõe a programação da Festa do Morango, em 2017 teve como ponto alto o Dia de Campo sobre Inovações Tecnológicas em Irrigação,

realizado no início de setembro, onde mostramos aos olericultores tecnologias viáveis para o aumento da eficiência na irrigação. Outro destaque foi o II Encontro dos Produtores de Folhosas do Distrito Federal realizado em outubro, em Vargem Bonita, onde participaram 143 olericultores e técnicos que puderam conhecer o melhor da tecnologia para a produção de hortaliças folhosas.

Grandes Culturas

É fundamental para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento regional que se defina uma visão de melhoria no sistema de produção e o incentivo ao desenvolvimento de cadeias produtivas. A definição da visão estratégica focaliza a identificação de objetivos, obstáculos e oportunidades, com a consciência de que, como estamos nos modernizando em relação à tecnologia agropecuária, o grande diferencial será a verticalização e a agregação de valor aos produtos.

Embora a área plantada com grãos no Distrito Federal, se mantenha com crescimento muito pequeno, do ponto de vista da área física, a produção aumentou, com a possibilidade da realização de uma safrinha após a soja, uma fez que a introdução de materiais precoces de soja, com boas produtividades, deu esta opção aos agricultores. No Distrito Federal existem duas cooperativas que trabalham com produtores de grãos e que agregam 146 agricultores do Distrito Federal. A soja é a cultura principal, com área plantada da ordem de 85.000 ha, seguida pelo milho, com aproximadamente 45.000 ha, o feijão com 12.000 ha, o sorgo com 2.000 ha e o trigo com 300 ha. Com relação às produtividades podemos dizer que são significativas: soja, 60 sc/ha; milho, 150 sc/ha; feijão 40 sc/ha, sorgo, 100 sc/ha e trigo, com 110 sc/ha. Foram realizados quatro eventos:

- Curso de adubação e atualização em cultivo de soja, com capacitação de 10 técnicos;
- Dia de campo de competição de cultivares de soja, com a participação de 200 produtores;
- Mostra de tecnologias e palestras técnicas durante o Agrobrasília, com participação de 3.165 produtores;
- 08 Reuniões sobre racionalização do uso da água, com participação de 40 produtores cada.

Floricultura

A EMATER-DF, através de seu plano anual de trabalho para a floricultura, promove ações de sensibilização no campo, de capacitação de seus técnicos, de capacitação dos trabalhadores e dos produtores, promove missões técnicas, excursões internas e em outros Estados, incentiva o associativismo, ao cooperativismo, apoiando, por exemplo, a gestão da Cooperativa Multiflor com o programa "Empreender e Inovar" e com o programa "Associar e Cooperar", além da promoção de feiras e eventos de incentivo à comercialização. Durante o ano de 2017 foram realizados 3.797 atendimentos, sendo 727 visitas a 148 propriedades. São 139 pequenos produtores assistidos, cultivando flores, folhagens de corte, flores em vasos, plantas verdes em vasos, plantas ornamentais, palmeiras e gramas, em aproximadamente 545 hectares, e 02 organizações de produtores rurais: uma associação (Central Flores) e uma cooperativa (Multiflor), atualmente acompanhadas pelo Programa Associar e Cooperar da Empresa. Tivemos ainda 08 técnicos da EMATER e 29 produtores capacitados no Curso de Manejo de Flores, em parceria. Outros 06 técnicos da Empresa participaram da caravana à Feira Hortitec, em Holambra – SP.

Desenvolvimento da Agroecologia e da Agricultura Orgânica

No ano de 2017 de acordo com informações do "painel de resultados", instrumento informatizado de acompanhamento das atividades de ATER, foram assistidos 1.714 agricultores e agricultoras, em 1.192 propriedades rurais. Os principais temas abordados nas ações de assistência técnica prestadas pela EMATER-DF, foram manejo e conservação de solo;

sistemas agroflorestais; produção agrícola, pecuária e florestal de base agroecológica e orgânica; boas práticas no uso e manejo da água; gestão e agregação de valor aos produtos; acesso a mercados e organização produtiva da agricultura; otimização no uso de insumos; orientações quanto à preservação e regularização ambiental; instrumentalização e acesso a políticas públicas da agricultura familiar.

A EMATER-DF incentivou a comercialização de alimentos orgânicos com organização e abertura de novas feiras orgânicas e incentivo a outras modalidades de comercialização destes produtos dentro do princípio de circuitos curtos de comercialização. Entre 2016 e 2017, manteve-se o índice de crescimento do mercado de orgânicos em torno de 34% nos equipamentos de varejo em que o agricultor comercializa direto ao consumidor. O número de feiras orgânicas aumentou de 51 para 59 neste mesmo período. Ainda com relação a comercialização, a EMATER-DF promoveu em 2017 as compras institucionais de alimentos orgânicos nas modalidades do PNAE com 18 agricultores orgânicos participantes. Todo esse crescimento da comercialização foi atrelado a uma importante ação da EMATER-DF no campo da certificação orgânica.

Por meio de chamada pública para aquisição pelo Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura (PAPA), bem como do PAA Termo de Adesão, buscou-se evidenciar o trabalho de apoio técnico da produção orgânica e agroecológica, totalizando 116 agricultores familiares beneficiados, conforme tabela demonstrativa:

TABELA 03

PROGRAMA	VOLUME (KG)	FINANCEIRO	NUMERO DE AGRICULTORES FAMILIARES
PAA TERMO DE ADESÃO	35.000	R$ 224.670,65	64
PAPA - DF	127600	R$ 553.318,44	52

Destacamos como a maior atividade em 2017 a realização do VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia e Seminário de Agroecologia do DF e Entorno e a I Feira da Sociobiodiversidade, ocorrido nos dias 12 a 15 de setembro, os eventos concomitantes tiveram o Governo do Distrito Federal como apoiador, patrocinador e organizador, na cessão dos espaços do Centro de Convenções Ulisses Guimarães e no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade e ainda nas dependências do Centro de Capacitação e Comercialização. A coordenação de agroecologia da EMATER-DF participou da comissão organizadora na condição de coordenadora geral dos eventos em conjunto com a SEAGRI, EMBRAPA e Unb. Ao final da atividade, 26 organizações, com a participação de **331** assentados e assentadas da reforma agrária do Distrito Federal e Entorno participaram da Feira Agroecológica durante o congresso, que contou com 80 estandes de comercialização, com hortaliças, frutas, panificados, biscoitos, licores, geleias, doces, cosméticos e artesanato rural. Foram apresentados 1.900 trabalhos científicos e relatos de experiência técnica. O número de congressistas foi de 4.300 participantes provenientes de mais de 20 países da América Latina, Estados Unidos e Europa. Em 2017 também foi realizado o I Encontro de Inovação Tecnológica da Produção Orgânica do Distrito Federal, que recebeu agricultores, técnicos e fornecedores do Distrito Federal e entorno com o objetivo promover e apoiar a cadeia produtiva da produção orgânica local, o desenvolvimento tecnológico e a geração de emprego e renda. O evento contou com apoio das autoridades públicas do executivo e legislativo do DF e do Governo Federal e despertou grande interesse dos agricultores para o tema.

Bovinocultura de Leite

A atividade leiteira foi incluída no Programa de Qualidade do Alimento da SEAGRI em 2017. Este programa busca certificar os produtores que utilizam as boas práticas agropecuárias em suas propriedades. Na PEC Brasília 2017 foi certificado o primeiro produtor de leite. A EMATER-DF participa no Comitê Gestor deste programa e atua na assistência técnica dos produtores

certificados e nos que aderem ao programa. Foram atendidos 2021 produtores de leite, sendo 1055 familiares e 987 médios produtores. A produção de leite do rebanho assistido pela Empresa totaliza 18.270.593 milhões de litros por ano. A média de produção de leite por matriz ano é de 1824 litros, 11% superior à média obtida no ano anterior. Capacitamos 32 técnicos e 26 produtores em 06 eventos realizados ao longo do ano. Entre as capacitações técnicas para produtor destaca-se o Projeto Vaqueiro Competente, que visa à capacitação continuada da mão de obra da atividade leiteira local e contou com três módulos sequenciais até o final do ano. No que diz respeito à defesa sanitária animal atuamos em consonância com a Secretaria de Agricultura e de acordo com os programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, visando à erradicação da brucelose, tuberculose, febre aftosa e controle da raiva em nossa região, e ainda contribui na vigilância sanitária animal, notificando casos suspeitos ou diagnosticados das principais doenças de importância epidemiológica. Para ao alcance dos objetivos os médicos veterinários e outros técnicos credenciados, que vacinam contra a brucelose bovina, atendem gratuitamente às demandas dos produtores. No ano de 2017 foram vacinadas 2417 bezerras, em sua grande maioria de pequenos produtores da região, o que contribui muito para obtenção de ampla cobertura vacinal das bezerras bovinas e bubalinas existentes no DF.

Outras Cadeias Produtivas Relevantes

A EMATER-DF desenvolve diversas ações de sanidade e zootecnia aviária com pequenos e médios produtores para garantir geração de renda para preservar a cadeia produtiva da avicultura industrial, cadeia que tem grande importância, haja vista a participação relevante na economia rural do Distrito Federal, representando 15,81% do Valor Bruto da Produção (VBP) do agronegócio, no valor total de R$ 2.456.000.000,00 (dois bilhões quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais), com R$ 388.390.000,00 (trezentos e oitenta e oito milhões trezentos e noventa mil reais) e uma produção de carne na ordem de 76.124.760 (setenta e seis mil, cento e vinte e quatro e setecentos e sessenta) quilos de carne de frango e de 169.806.514 (cento e sessenta e nove milhões, oitocentos e seis mil e quinhentos e quatorze) dúzias de ovos. A avicultura tipo caipira não compete, em escala de produção e custo, com a industrial, mas tem um apelo de produto natural, com qualidade e sabor da carne e dos ovos que atende a um nicho de mercado, com maior agregação de valor, principalmente nos sistemas agroecológicos de produção, sendo uma opção de renda para as famílias de agricultores familiares atendidas pela EMATER-DF. Estas desenvolvem a produção da avicultura de corte semi-intensiva, a avicultura caipira de subsistência e a produção de ovos. Juntas representam cerca de 4.000 (quatro mil) agricultores com atividade avícola no DF e RIDE.

Em 2017 a piscicultura no DF manteve um crescimento pouco significativo devido a entraves dentro da cadeia produtiva tais como aumento expressivo dos preços dos insumos, dificuldades de crédito, restrições para legalização ambiental e principalmente dificuldades na comercialização da produção devido ao encerramento das atividades do Mercado do Peixe, no Ceasa-DF. A produção anual em 2017 foi em torno de 2100 toneladas de pescado, sendo grande parte representada pela tilápia. Mesmo com esse panorama, as ações de assistência técnica qualificada da EMATER-DF contribuíram para manter os trabalhos já desenvolvidos e promover melhorias na produção da região. Inovações tecnológicas, comercialização, melhoria da qualidade, segurança dos alimentos, agregação de valor e organização do setor foram o foco da atuação da Empresa na produção da agricultura familiar e patronal. Nesse contexto, foram realizadas visitas em **355** agricultores. Foram ofertados cursos em Piscicultura, capacitando mais de 100 produtores ao longo do ano, fora os que frequentaram os cursos pelo Centro de Piscicultura, da Granja do Ipê. Grupos de interesse foram consolidados objetivando compras em conjunto e desenvolvimento da atividade.

Dos eventos programados, foi destaque o circuito de piscicultura dentro do Espaço de Valorização da Agricultura Familiar (EVAF/Agrobrasília 2017), onde os produtores receberam orientações sobre diversos temas onde o enfoque foi o uso racional dos recursos hídricos em função da crise hídrica na região, de forma a sensibilizar e orientar os produtores rurais para manejo correto dos recursos hídricos existentes na propriedade.
Ainda foram realizadas as últimas ações dentro do Convênio da Pesca, entre a EMATER-DF e o MAPA, com destaque para o I Workshop de Associativismo e Cooperativismo em Piscicultura, com um público de mais de 40 pessoas e o Intercâmbio Técnico à cidade de Toledo no estado do Paraná, viagem que objetivou troca de experiências de outro Estado, muito enriquecedora para os produtores e técnicos contemplados, no total de 12 pessoas. Encerrou-se o Convênio da Pesca em junho de 2017, com 90% das metas atendidas, reconhecido pelo sucesso do desenvolvimento das atividades em piscicultura através de diversas ações de Assistência Técnica contínua e capacitada.

Inovação Tecnológica

A inovação, diferentemente da lógica da invenção, não se baseia na busca de novas propriedades técnicas ou novos produtos. Sua ênfase recai sobre a compatibilização entre o avanço tecnológico e as instituições sociais existentes. A estrutura organizacional deve ser assentada nos fluxos de informação que são essenciais. A escolha de determinadas tecnologias e a recusa de outras não são baseadas em critérios puramente econômicos ou racionais, mas sim na compatibilização envolvendo crenças e interesses dos diversos grupos e setores estratégicos que se encontram na atividade tecnológica. O conceito de redes de atores adquire importância crucial, pois através delas é possível detectar simultaneamente tanto o sentido das práticas sociais como das inovações tecnológicas em implicações complexas e dinâmicas. Em trabalho conjunto, a EMATER-DF, os Produtores Rurais e a Embrapa Cerrados, desenvolvem atividades para validação de variedades de Mandioca com o objetivo selecionar os produtos mais lucrativos para o produtor e melhor aceitos pelo consumidor. Dentro deste objetivo foram implantadas 15 Unidades de Experimentação e feito o acompanhamento das 05 Unidades de Experimentação já existentes. Foram realizados 02 Encontros de Produtores de Mandioca do Distrito Federal, a Festa da Mandioca e a distribuição de 400 kits de ramas de novos cultivares. Na cadeia do Maracujá o objetivo foi o Diagnóstico da Cadeia Produtiva com as seguintes ações desenvolvidas: Expedição Safra do Maracujá, o Encontro de Produtores de Maracujá do Distrito Federal e RIDE e a participação na Rede Passitec de pesquisa de Maracujá. Além do diagnóstico houve o lançamento do cultivar de Maracujá Brs Mel do Cerrado, que foi validado por produtores que receberam a assistência técnica da EMATER - DF. Ainda em Fruticultura, a Vitrine Tecnológica da AgroBrasília merece destaque. Nela foram apresentados cultivos de pitaya, maracujá perola do cerrado e banana, consorciados com o café.
Em parceria com o CNPH (Embrapa Hortaliças) foi realizada a capacitação de extensionistas em irrigação, visando o enfrentamento mais concentrado da crise hídrica. Destaca-se ainda, nessa parceria, a expedição safra para o cultivo protegido.
Na cadeia produtiva de grandes culturas, destacamos a Capacitação, por meio de reuniões de atualização, dos técnicos e produtores com o lançamento do Livro Expedição Safra 2017. Finalizando as ações em parceria com a Embrapa Cerrados em 2017 a Recuperação Ambiental foi atendida, por meio de um curso de formação de técnicos no Plano de Recuperação Ambiental – PRA. Em ação do programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC, a EMATER-DF, financiada pelo Ministério da Agricultura e em parceira com os Produtores Rurais e UnB, implantou 04 Unidades Demonstrativas do Sistema de Produção Integrado Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF. Trata-se de um sistema de produção que integra na mesma área e ao mesmo tempo ou em tempos diferentes, as atividades de agricultura, pecuária e exploração florestal, para madeira ou frutos. A EMATER-DF participou ainda da

coordenação de 09 Câmaras Setoriais da Agricultura, como membro titular da Câmara Técnica do Comitê de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e como membro titular do Comitê de Sanidade Agropecuário do Distrito Federal. Vale ressaltar que, de forma transversal, a Inovação Tecnológica está em praticamente todas as Cadeias Produtivas, Gerências e Coordenadorias da EMATER-DF. Por fim, foi realizado em dezembro, o Seminário de Inovações Tecnológicas, um evento de 08 horas para capacitação para todos os empregados da empresa.

Agricultura Urbana

O programa de Agricultura Urbana tem por objetivos básicos, promover a segurança alimentar e a geração de renda incentivando a produção de hortaliças em hortas comunitárias e escolares no DF. No ano de 2017 foi concluído o II Curso de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis por meio da Hidroponia, numa parceria com a Fábrica Social/SEDESTMIDH com a capacitação mais 2 turmas de público urbano, com 25 participantes cada turma. Como subsídio à produção das Hortas Escolares e Comunitárias, foram disponibilizados insumos na forma de adubos e sementes, ferramentas e assistência técnica a 43 Hortas Escolares, beneficiando público estimado em 21500 alunos, a 03 Hortas Comunitárias e, ainda, a 20 entidades assistenciais (Centros de Atendimento à População de Rua – Centro POP), CAPS e Centros de Saúde. A EMATER-DF atendeu 06 Unidades de Internação Sócio-Educativas da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF.

Métodos coletivos de ATER

A formação continuada dos agricultores familiares ocorre por meio dos métodos coletivos próprios de extensão rural como cursos, dias de campo, oficinas, reuniões, encontros, semanas tecnológicas, feiras, dentre outros. Esses processos educativos não formais proporcionam aprendizados, interações, trocas de experiências, motivação e ainda geram diversas demandas, respondidas pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER, por atendimentos pessoais e personalizados. A realização dos métodos coletivos de ATER corresponde a uma etapa do processo de aprendizado dos agricultores, pois estas ações abrangem as principais cadeias produtivas que são trabalhadas na rotina dos extensionistas. Abaixo, os principais métodos coletivos realizados no ano.

TABELA 04

Atividade - Métodos Coletivos	Data	Tipo de Público	Número de Participantes
2ª Festa da Goiaba - Brazlândia (Encontro Técnico da Goiaba, exposição de produtos da Agricultura Familiar)	10 a 12 de março	Agricultores rurais/Idosos/Jovens Rurais/outros	21
10ª Feira AgroBrasília (Circuitos Tecnológicos: Olericultura, Fruticultura, Floricultura, Agroecologia, Bovinocultura, Piscicultura, Apicultura, Gestão Ambiental, Organizações Sociais, Artesanato e qualidade do alimento)	16 a 20 de maio	Agricultores rurais/Público Urbano/Idosos/Jovens Rurais/outros	3.165
26ª Semana do Produtor de Tabatinga (Exposição de produtos agrícolas e artesanais, palestras e campanha)	22 e 26 de maio	Agricultores rurais/Idosos/Jovens rurais/outros	737
1ª Semana do Produtor de Sobradinho (Exposição de produtos agrícolas e artesanais, palestras e oficinas)	02 a 08 de junho	Agricultores rurais/Idosos/Jovens rurais/outros	153
Expoampa - Gama (Cursos, Encontro Técnico dos produtores de hortaliças e palestras)	18 a 20 de agosto	Agricultores rurais/Idosos/Jovens rurais/outros	71
20ª Semana de Teconologia do Rio Preto (Palestra, oficina, reunião e campanha)	21 a 26 de agosto	Agricultores rurais/Idosos/Jovens rurais/outros	131
19ª Semana do Pimentão - Taquara (Palestras, curso e calvalgadas)	16 a 19 de agosto	Agricultores rurais/Idosos/Jovens rurais/outros	280
16ª Festa do Morango - Brazlândia	08 a 10 de setembro	Agricultores rurais/Idosos/Jovens rurais/outros	75

4ª Feira da Colônia - Circuito da Rajadinha - Planaltina	5 a 06 de agosto	Agricultores rurais/Público Urbano/Idosos/Jovens rurais/Estudantes/outros	281
VIII Semana de Integração Rural - Vargem Bonita (Reuniões, Mutirões, Oficinas, Exposição agropecuária, campanha e encontro técnico)	01 a 07 de outubro	Agricultores rurais/Idosos/Jovens rurais/outros	1.018
PEC Brasília 2017 (1º Simpósio de equideocultura do DF e da RIDE; 1º Seminário de Bovinocultura de Leite do DF e da RIDE; Rodadas de negócios; Palestras; Torneio leiteiro)	23 a 29 de outubro	Agricultores rurais/Idosos/Jovens rurais/outros	290
8ª Encontro Regional dos Produtores de Maracujá - Pipiripau (Palestras, visitas às propriedades produtoras de maracujá)	22 de novembro	Agricultores rurais/Público Urbano/Jovens rurais/outros	252
Total Geral			**6.474**

A EMATER-DF através do Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural – CENTRER oferece cursos de capacitação e qualificação desenvolvidos em apoio às atividades da Empresa, buscando dotar as famílias rurais de competências e habilidades para desenvolverem atividades lucrativas, adaptadas à pequena produção, e que atendam aos padrões sanitários e de qualidade exigidos pelo mercado consumidor, contribuindo para a segurança nutricional e alimentar da população rural e urbana. No ano de 2017, foram realizadas atividades de capacitação e qualificação para agricultores (as), trabalhadores (as), mulheres, jovens rurais, assentados da reforma agrária e seus familiares, além de estudantes e profissionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, nas áreas de processamento de alimentos e boas práticas agropecuárias com foco em alimento seguro e segurança alimentar. Foram abordados temas relevantes, dentre os quais: legislação e licenciamento ambiental em propriedades rurais, gestão de negócios, formação de preços, questões de gênero, organização social e agroecologia. Em parceria com o IFB, atuamos no Curso Técnico em Agroindústria, com ênfase na agricultura familiar. O resultado deste trabalho é decorrente do esforço da equipe do CENTRER, gerências de apoio, coordenadores de programas e demais instituições e profissionais que direta ou indiretamente contribuíram para a realização das atividades propostas. Como resultado, foram capacitados em processamento de alimentos 1162 produtores rurais.

Tecnologia da informação

Modernização de Sistema de Informação

No presente exercício foi instalado o novo sistema de OS (Ordem de Serviço), baseado nas técnicas de gestão pregados pelo ITIL. Implantamos o EMATERWeb no início de 2017, entretanto, o sistema ficou no ar por apenas 03 meses sendo temporariamente desativado para que os problemas apresentados no desenvolvimento pudessem ser sanados. Durante todo o ano de 2017 foram realizadas as correções necessárias para o sistema voltar à produção. Em dezembro o sistema foi instalado para 04 escritórios locais onde correções pontuais foram realizadas, preparando o sistema para receber toda a empresa em 2018.

Gestão da Informação e dos Sistemas de TI

Ações realizadas em conjunto com a SUTIC foram efetuadas no sentido de melhoria da infraestrutura de conexão dos escritórios locais. Os escritórios de Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Gama que eram atendidos via rádio passaram a ser conectados via fibra óptica. A direção da empresa conseguiu firmar um contrato de repasse com a SEAD, para atualização tecnológica dos enlaces de rádio dos escritórios da área leste, quais sejam, Pipiripau, Taquara, Rio Preto, Tabatinga, PAD/DF e Jardim. A aquisição dos rádios esta em andamento por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão eletrônico. A EMATER - DF adquiriu 04 rádios de pequeno porte para solucionar problemas pontuais dos escritórios de Ceilândia e Alexandre Gusmão, cujos rádios queimaram. Existe previsão da SUTIC para a malha de fibra passar a atender esses escritórios ainda em 2018. Como objeto de outro contrato de repasse de 2013,

a EMATER-DF adquiriu 169 tabletes e 69 ultrabooks para uso dos técnicos de campo. Aproveitando a licitação dos ultrabooks, aditivamos mais 17 ultrabooks adquiridos com recursos próprios. Foi comprado ainda o sistema de FIREWALL com o objetivo de implementar a segurança da internet na EMATER-DF.

Bolsa do Menor Aprendiz

Observando os parâmetros estabelecidos na Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 615, de 13 de dezembro de 2007, o aprendiz é o jovem com idade entre 14 e 24 anos, matriculado em curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos de qualquer natureza que possuam empregados regidos pela CLT. Em 2017, foram oferecidas **10** vagas, sendo distribuídos nas diversas unidades da Empresa. Os candidatos a empregado aprendiz passaram por seleção interna a critério da empresa, onde foram selecionados preferencialmente filhos de produtores rurais, concretizando o papel social de atuação da EMATER-DF. Foi escolhida uma instituição formadora legalmente qualificada onde os empregados aprendizes participam de um programa de aprendizagem continuado que ocorre uma vez por semana, durante a vigência do contrato, conciliando o desenvolvimento profissional do empregado aprendiz com a orientação profissional na EMATER-DF.

Investimentos na renovação da frota de veículos da EMATER-DF

Para prestação dos serviços de ATER, a equipe técnica da EMATER–DF utiliza-se dos veículos automotores para realizar o atendimento às propriedades rurais sendo que o alcance com os investimentos feito na renovação da frota entre os anos de 2015 e de 2016 foi de 21% e entre os anos de 2016 e de 2017 foi de 28%, percentual de renovação acumulado da frota nos anos informados de 55%.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	**30.000,00**	**1.820.722,00**	**506.753,85**	**506.605,02**
0001 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	1.820.722,00	506.753,85	506.605,02
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**30.000,00**	**1.820.722,00**	**506.753,85**	**506.605,02**

Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental é uma das diretrizes de ATER que a EMATER-DF vem desenvolvendo para adequar as propriedades rurais conforme a legislação ambiental vigente. Tem como objetivo minimizar os impactos ambientais produzidos nos processos de produção de bens e serviços das propriedades rurais no Distrito Federal. A EMATER-DF tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável como processo da extensão rural no fator de mudança a ações da ética socioambiental. A Gestão Ambiental contribui na transformação do cenário atual e na mudança comportamental com a tomada de decisão e o desenvolvimento de mecanismos, a fim de garantir a sustentabilidade nos processos produtivos e sobretudo na consciência ambiental em que o meio ambiente não pode ser comprometido por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica. Propiciar às gerações futuras um ambiente que lhes garanta qualidade de vida e perspectiva de futuro é o ponto de partida para as transformações que deixarão um ambiente mais equilibrado e harmonioso a todos.

Nesse contexto, a EMATER-DF atua em comissões, conselhos, comitês ambientais e grupos de trabalho. Dentre esses, destacam-se as ações no Programa Produtor de Água, iniciativa da

Agência Nacional de Águas (ANA), cujo objetivo é estimular a política de pagamento por serviços ambientais voltados à proteção hídrica no Brasil. No DF, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pipiripau, e recebeu o nome de Projeto Produtor de Água no Pipiripau. No ano de 2017, na modalidade Conservação de Solo foram realizadas 217 ondulações transversais, construção e/ou manutenção de 94 bacias de retenção e readequação de **9,2** Km de estradas. Na modalidade Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e/ou Vegetação Nativa, houve o plantio de 43.500 mudas. A modalidade Conservação de Remanescentes de Vegetação Nativa se detém na manutenção da vegetação existente. Em 2017, a EMATER-DF elaborou 50 Projetos Individuais da Propriedade (PIP), que contemplam os usos do solo e as práticas ambientalmente adequadas a serem implementadas para que o produtor possa ser remunerado pelos serviços ambientais prestados

A Empresa firmou convênio com o Ministério da Agricultura para atuar no Plano ABC que visa mitigar e reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio da concessão de incentivos e recursos para os produtores rurais substituírem práticas convencionais por sistemas de produção sustentáveis, possibilitando a produção agropecuária com baixa emissão de carbono e maior proteção ao meio ambiente. Em 2017 foram intensificadas as ações de capacitação de técnicos e produtores e implantação de 04 (quatro) Unidades Demonstrativas das tecnologias nos meses de novembro e dezembro. A EMATER-DF também integra as ações do Projeto Descoberto Coberto, realizado na bacia hidrográfica do rio Descoberto, principal manancial de água do DF. O Projeto é desenvolvido por meio da adesão voluntária dos produtores rurais da região, com apoio governamental, em busca da reversão do desmatamento, dos processos erosivos e do assoreamento do Lago do Descoberto. Ações de educação ambiental para sensibilizar os moradores da região quanto à importância hídrica do rio Descoberto estão sendo implantados na bacia hidrográfica, em cumprimento ao acordo firmado entre o Distrito Federal e o Projeto Cultivando Água Boa de Itaipu Binacional e ao Plano de Manejo e Conservação de Água e do Solo. Em 2017 tivemos uma ação destacada no plano de enfrentamento à crise hídrica, participando com várias instituições do Governo e sociedade civil nas atividades de senso dos irrigantes da Bacia do Descoberto e Implantação do plano de qualificação da agricultura irrigada, junto a 800 propriedades. Foram alcançados os seguintes resultados:

- Realização de 01 campanha sobre uso adequado de água na agricultura;
- 338 propriedades com Plano de Manejo de Irrigação elaborado;
- conversão de 76,08 ha de sistemas de irrigação convencional para gotejamento;
- recuperação com a revitalização de 03 Canais de Irrigação de Uso Coletivo, totalizando 4,7km;
- captação de recursos internacionais para recuperação com revitalização de 32 km do Canal do Rodeador;
- 50 reservatórios de água revestidos;
- recuperação de 23 nascentes;
- adequação de 18 km de estradas rurais e construção de 140 baciões.

A empresa está ainda atuando, em parceria com a SEAGRI e a Fundação Banco do Brasil, para a recuperação de 224 nascentes e 67 km de Áreas de Proteção Permanente de cursos d'água na Bacia do Descoberto. Em 2017, a EMATER–DF deu prosseguimento ao Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo em Áreas de Produção Rural no Distrito Federal, promovendo a adoção de boas práticas voltadas para adequação ambiental da infraestrutura e da produção rural, envolvendo o setor rural e as diversas organizações de apoio, com responsabilidade compartilhada. Ele é dividido em quatro programas, Água, Solos, Regularização Ambiental e a Ações Transversais. Em parceria com a SEAGRI e a CAESB, a EMATER–DF contribuiu na revitalização de 04 canais de irrigação, Guariroba, Cristal e Índio. A empresa também esteve presente nas iniciativas voltadas à revitalização dos canais de irrigação do Rodeador e Santos

Dumont. Participamos da organização de curso de capacitação para 50 trabalhadores, em parceria com a em Educação Ambiental da Fábrica Social, em 2017, estando previsto mais 03 cursos nos anos de 2018 e 2019. A meta para recuperação de APP e reserva legal para o segundo ano era de 120 hectares e foi alcançado 59 hectares, o que corresponde a 49,16% da meta. Devido ao longo período de estiagem durante o ano de 2017, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 50,83% restantes para o alcance da metas.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1645 - RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL	20	HA	105	99	120	59,43	150	185	EMATER-DF / UO 14203 / OE 5)
Justificativa: 2016 - Em 2016 foram alcançados 99 hectares de área de recuperação de APP e reserva legal correspondendo a 95% do índice desejado. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 5% restantes para o alcance do índice. 2017 - No exercício de 2017, a meta para recuperação de APP e reserva legal era de 120 hectares. No entanto, foram alcançados apenas 59,43 hectares, o que corresponde a 49,52% da meta. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 50,48% restantes para o alcance da meta.								

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**0,00**	**220.000,00**	**0,00**	**0,00**
0082 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO 1° EXPOEMA - RODEIO CAVALGADA E 1° FEIRA DO AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR DO RECANTO DAS EMAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	0,00	0,00
0106 - APOIO A EVENTOS-APOIAR O EVENTO 1º EXPOEMA -RODEIO CAVALGADA E 1ª FEIRA DO AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR DO RECANTO DAS EMAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	20.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**0,00**	**220.000,00**	**0,00**	**0,00**

As Emendas Parlamentares em Execução para apoio a realização da 1ª EXPOEMA - Rodeio Cavalgada e 1ª Feira do Agronegócio e Agricultura Familiar do Recanto das Emas - Distrito Federal não foram liberadas em tempo hábil para execução sem prejuízo das fases da despesa pública, como planejamento, licitação, contratação, empenho, execução e liquidação dentro do exercício financeiro.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**300.000,00**	**2.800.000,00**	**1.435.921,25**	**1.435.921,25**
6150 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	2.800.000,00	1.435.921,25	1.435.921,25
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**11.100.000,00**	**10.590.000,00**	**10.471.724,32**	**10.471.724,32**
0035 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	11.100.000,00	10.590.000,00	10.471.724,32	10.471.724,32
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**11.400.000,00**	**13.390.000,00**	**11.907.645,57**	**11.907.645,57**

A EMATER-DF possui assistência legal em diferentes ramos do direito público e privado tais como Direito Empresarial, Direito Tributário, Direito Trabalhista, Direito Civil e Direito Administrativo para que no desenvolvimento de suas atividades e negócios sejam resguardados os seus direitos e prevenidos os conflitos. No ano de 2017 podemos destacar as seguintes ações nos temas abaixo: Assessoramento jurídico, representação judicial e representação extrajudicial. Em 2017 foram elaborados 464 manifestações por escrito em processos administrativos, dentre os quais 215 pareceres jurídicos e 249 despachos, referentes a diversos assuntos de interesse da EMATER-DF, especialmente processos de contratações e despesas públicas, pregões, dispensas de licitação, contratos, convênios, termos de cooperação técnica e aditivos, benefícios e cessões de empregados, acordo coletivo de trabalho, plano de empregos e salários e normas internas.

Em 2017 houve a representação judicial da EMATER-DF nos polos ativos e passivos em 145 ações judiciais perante a Justiça do Trabalho, dentre as quais 104 referentes a gratificação de titulação (Lei Distrital nº 3.824/2006) e 41 referentes a outros assuntos (dissídio coletivo, adicional de insalubridade, jornada de trabalho, cumprimento de acordo coletivo, progressão funcional, reenquadramento funcional, ressarcimento de pagamentos indevidos, e ação civil pública), com atuação junto às Varas do Trabalho de Brasília-DF, ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Supremo Tribunal Federal. No mesmo ano exerceu a representação judicial da EMATER-DF, nos polos ativos e passivos, em 10 (dez) ações judiciais perante a Justiça Comum Estadual e Federal, referentes a assuntos diversos (ações de cobrança, ações anulatórias, execuções, mandado de segurança, repetição de indébito e execuções fiscais), com atuação junto às Varas da Fazenda Pública de Brasília-DF, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, às Varas Federais de Brasília-DF, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

Representação extrajudicial da EMATER-DF em 2017 junto a órgãos e entidades da Administração Pública e entidades privadas, mediante atuação em procedimentos junto ao Ministério Público do Trabalho, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, à Controladoria-Geral do Distrito Federal, à Ouvidoria Geral do Distrito Federal, elaboração de recursos e defesas prévias de infrações de trânsito junto aos órgãos de trânsito, recursos de revisão de benefício junto ao Instituto Nacional do Seguro Social e notificações extrajudiciais a pessoas físicas e jurídicas. O Programa aloca também a execução do pagamento das indenizações referente ao Plano de Demissão Voluntária (PDV).

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**808.700,00**	**460.620,00**	**187.356,31**	**8.409,31**
5338 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	808.700,00	460.620,00	187.356,31	8.409,31
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	**80.000,00**	**80.000,00**	**68.433,26**	**68.349,93**
9633 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	80.000,00	80.000,00	68.433,26	68.349,93
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**200.000,00**	**1.190.591,00**	**0,00**	**0,00**
9699 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	1.190.591,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**90.437.207,00**	**89.429.926,00**	**89.325.813,20**	**89.325.813,20**
0006 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	90.437.207,00	89.429.926,00	89.325.813,20	89.325.813,20
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**4.375.000,00**	**3.875.000,00**	**3.765.921,98**	**3.765.921,98**
6986 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	4.375.000,00	3.875.000,00	3.765.921,98	3.765.921,98
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**3.717.044,00**	**3.254.758,00**	**2.767.799,23**	**2.511.377,66**
0093 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	3.717.044,00	3.254.758,00	2.767.799,23	2.511.377,66
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**100.000,00**	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**
0016 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	160.000,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**66.000,00**	**66.000,00**	**42.717,00**	**35.942,61**
0003 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	66.000,00	66.000,00	42.717,00	35.942,61
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**99.783.951,00**	**98.516.895,00**	**96.158.040,98**	**95.715.814,69**

A natureza dos serviços prestados pela EMATER-DF para a população e as instituições rurais tem como base as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural capazes de estimular, implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, tendo como foco o fortalecimento da Agricultura Familiar e suas organizações, por meio de processos educacionais baseados no conhecimento da realidade rural e adequados às necessidades do meio com a participação dos atores locais beneficiários das políticas públicas no meio rural e/ou urbano do DF e Entorno. Sendo esta uma instituição que atua com processo educacional de forma continuada, conforme a literatura nos afirma em termos conceituais, a "Educação Informal" é o que melhor define e caracteriza a atuação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública. O principal capital da Empresa, os recursos humanos, são formados por um quadro multidisciplinar de profissionais, em sua maioria de nível superior e pós-graduado, alguns com mestrado e doutorado em áreas correlatas com a função da instituição. As alocações dos recursos no Programa 6001 permitiram o funcionamento das unidades descentralizadas e da unidade sede, cobrindo despesas tais como, manutenção de veículos, aquisição de combustível, contrato de serviços terceirizados de limpeza e manutenção de bens

móveis e imóveis, aquisição de material de consumo e de almoxarifado, pagamento de energia elétrica, água e esgoto, pagamento do serviço de telefonia móvel e fixa, serviços de correio, taxas de associação e de conselhos de classe, taxas bancárias, auditoria em medicina do trabalho, além de despesas com publicidade institucional, que são utilizados para tornar público os atos administrativos no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF e no Diário Oficial da União - DOU, quando cabível. Destaca-se que os recursos alocados na manutenção de veículos, em uma modelagem de contratação diferente do contrato anterior propiciou uma redução dos custos de 40% (quarenta por cento) ao longo do ano. A aquisição de material elétrico para manutenção das instalações elétricas, a contratação de empresa especializada na instalação e manutenção de sistema industrial com fornecimento de peças para a automação do portão deslizante das garagens, como também a contratação de empresa especializada em pintura para sede e escritórios, foram um diferencial no cuidado com a instituição ao proporcionar maior conforto e satisfação aos usuários.

Em cumprimento a Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008 e outros dispositivos legais em vigor, foram alocados e executados recursos para concessão de bolsas de estágio, pagamento de auxílio transporte e seguro de vida para a maioria dos graduandos contemplados com o Programa de Estágio oferecido pela Empresa, totalizando 07 (sete) estagiários para estágio extracurricular no período de 03/07/2017 a 31/12/2017 e 05 (cinco) estagiários para estágio curricular obrigatório que receberam auxílio transporte e seguro. Os estágios de nível superior foram oferecidos nas áreas de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Administração, Direito, Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental e Florestal, Ciência da Computação e Análise de Sistema, Comunicação Social e Publicidade e Propaganda. Dessa forma, a EMATER-DF cumpre seu papel social como opção para diferentes áreas profissionais relacionadas às Ciências Agrárias.

No ano de 2017, ocorreram 70 ações de capacitação que envolveram 493 empregados, com repetição, nas seguintes modalidades: cursos presenciais e a distância, palestra, intercâmbio, oficina, seminário e viagem técnica. Alguns dos cursos realizados foram Curso Empreender e Inovar - Gestão Descomplicada; Atualização em Boas Práticas e Bem Estar Animal, Intercâmbio Técnico FISPAL Tecnologia, Técnicas de organização e condução de reunião, Procedimentos e Regras na Lei das Estatais - Lei nº 13.303/2016, Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR, VI SIMLEITE - Simpósio Internacional da Bovinocultura Leiteira; Seminário de Inovações Tecnológicas, dentre outros. No que tange ao Processo Seletivo Interno de Pós-Graduação, um empregado aprovado no processo de 2016 está cursando mestrado acadêmico na área de Administração e Gestão Pública e outros dois empregados estão cursando especialização na área de Assistência Técnica e Extensão Rural. Todas as ações previstas no Plano Anual de Capacitação (PAC) são divididas em cinco eixos de formação, quais sejam, Programa de Capacitação Inicial, Programa de Capacitação Profissional em Administração e Gestão Pública, Programa de Capacitação Profissional em ATER, Programa de Seleção Interna e Pós-graduação e Programa de Desenvolvimento Gerencial. Cada eixo está voltado para desenvolver o corpo funcional da EMATER-DF e contribuir para o alcance das metas previstas no Planejamento, sendo fundamentais as parcerias com a Escola de Governo - EGOV, Embrapa, Universidade de Brasília - UNB e outras instituições parceiras, bem como os recursos de convênios oriundos da SEAD e o do MAPA.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Parcerias Internacionais

No ano de 2017 a cooperação internacional brasileira, no âmbito do Governo Federal, veio se mantendo num nível de atividades similar ao ano de 2016, mas inferior ao que era desenvolvido até 2015. Não obstante, continua atraindo comitivas estrangeiras, interessadas em conhecer o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), nas políticas de segurança alimentar, com a inclusão da agricultura familiar e como este processo de desenvolvimento local sustentável esta sendo implantado. O Programa Mundial de Alimentação (PMA), através do Centro de Excelência Contra a Fome, com o qual mantemos um Termo de Cooperação, continua a ser um dos maiores demandantes de apoio para visita de comitivas estrangeiras. Este acordo com o PMA foi consequência do reconhecimento internacional, que as políticas brasileiras de Segurança Alimentar e Valorização da Agricultura Familiar vinham alcançando, junto aos organismos internacionais de desenvolvimento, notadamente a FAO. O PMA utiliza o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e suas vinculadas, EMATER-DF e CEASA-DF, como modelo institucional para implantação destas políticas de Estado. Dentro deste acordo com o Programa Mundial de Alimentação, em 2017, recebemos 07 comitivas internacionais descritas a seguir: Comitiva de Mianmar composta por 09 membros da diretoria dos Ministérios da Educação, Agricultura e Planejamento, além de 3 funcionários das Nações Unidas ligados a FAO; comitiva do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar da África – PAA – África com participação de 01 dirigente da FAO e outro do PMA que atuam no programa; comitiva de Botsuana, composta de 06 membros dos Ministérios da Governança e Administração Pública e do Ministério da Agricultura, além da embaixadora no Brasil e dois membros do seu "staf" e comitiva da China composta de 03 membros do governo dos Ministérios do Desenvolvimento, Educação e Agricultura, acompanhados de um funcionário do Programa Mundial de Combate a Fome – WFP. Numa participação conjunta entre PMA e Ministério das Relações Exteriores recebemos as Comitivas de Madagascar com 12 membros do governo ligados ao Ministério da Educação e à Alimentação Escolar e 02 membros da WFP; e Mali, composta de 07 Membros da Comissão de Segurança Alimentar, 01 membro do Ministério da Educação e um funcionário da WFP. Na parceria do PMA com o FNDE recebemos a Comitiva de São Tomé e Príncipe com a participação de 03 membros do Ministério da Educação 01 do Ministério da Agricultura e um membro da WFP. Finalmente no encerramento do ano recebemos a Comitiva do Vice Presidente da Costa do Marfim e o ministro da Seguridade Familiar, totalizando 15 membros de governo, 04 jornalistas e outros 11 membros do PMA, além de outros representantes.

Além das políticas de alcance social, que produzem profundas mudanças nas comunidades, estabelecendo processos de desenvolvimento local, cada vez mais sustentáveis, o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural no processo produtivo, com utilização de tecnologias sustentáveis e adaptadas à agricultura familiar, com alta produtividade e custos relativamente baratos, na sua implantação, tem atraído os olhares internacionais, pois a base das compras institucionais é a existência de uma produção da agricultura familiar. Neste sentido recebemos outras visitas internacionais tais como a parceria com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), quando recebemos uma Comitiva da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), composta de 04 membros da REAF e 04 representantes da Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Através de uma demanda do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento recebemos uma segunda Comitiva de Botsuana com o Ministro da Agricultura e 04 membros do seu "staf", além de representantes da embaixada no Brasil. Através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) recebemos uma Comitiva do Paraguai com 04 membros do Ministério da Agricultura, 01

representante da FAO e 02 funcionários da CONAB. Participamos também como apoio as visitas de campo da Reunião Latino Americana de Serviços de Extensão Rural (RELASER), levando os participantes para conhecer o trabalho da ATER no Distrito Federal, para 02 representantes da Costa Rica, 01 da Colômbia e 03 do Paraguai. Ao todo recebemos 93 autoridades, funcionários e membros de Organizações Não Governamentais internacionais oriundos de 14 países ao longo de 2017.

Além das comitivas estrangeiras e autoridades recebidas a EMATER-DF teve a oportunidade de enviar participantes para algumas missões ao exterior, a convite de entidades patrocinadoras. Participação na Reunião da Plataforma Virtual Internacional de ATER, em Santiago do Chile, quando foram debatidas e acordadas as diretrizes básicas para implementação, operação e acompanhamento da referida Plataforma, a qual tem como objetivo principal promover a integração dos países da América Latina e Caribe, no tema da extensão rural. Em novembro foi dado continuidade neste processo com a participação da empresa no lançamento da Plataforma Virtual, na vertente da formação de professores e estudantes, na Guatemala. Foi também realizada, em novembro de 2017, uma missão técnica para a Espanha, na região de Alméria e Murcia, em parceria com o SEBRAE. Com o objetivo de conhecer novas tecnologias adaptáveis as condições do Distrito Federal, ocasião na qual os técnicos da EMATER-DF, visitaram diversas empresas produtoras de insumos e de tecnologias de ponta, para produção, embalagem e comercialização de hortaliças.

Convênios e Contratos de Repasse

A captação de recursos, por meio de Convênios, Contratos de Repasse e de Prestação de Serviços, continua cumprindo papel imprescindível no apoio às atividades-fim da EMATER-DF. Em 2017, a Empresa celebrou 03 (três) novos convênios e manteve ativos outros 12 (doze) referente a recursos já captados em anos anteriores. Como concedente, a EMATER-DF mantém outros 14 (quatorze) convênios em vigor.

Convênios celebrados em 2017

Conforme demonstra a tabela abaixo, a EMATER-DF celebrou 03 (três) novos convênios, perfazendo o montante de R$ 1.101.101,13 (um milhão cento e um mil cento e um reais e treze centavos).

TABELA 01

CONCEDENTE	OBJETO	VALOR TOTAL	FIM DA VIGÊNCIA
SEAD	Capacitação com ênfase em Avicultura de base agroecológica e manejo de recursos hídricos e irrigação para agricultores (as) familiares, assentados (as) da reforma agrária e agentes de ATER, fomentando a produção de conhecimentos tecnológicos apropriados à Agricultura Familiar.	296.930,93	14/12/2019
SEAD	Capacitação em Agroecologia para agricultores familiares, incluindo mulheres agricultoras, além da capacitação de agentes de ATER e da produção de conhecimentos tecnológicos apropriados à Agricultura Familiar.	303.669,67	14/12/2016
SEAD/CEF	Aquisição de veículos para atendimento a agricultores familiares.	500.500,53	30/10/2019

Convênios de anos anteriores e ativos em 2017

A tabela a seguir demonstra os recursos captados pela Empresa junto às Instituições do Governo Federal e Distrital nos últimos anos e que possuem vigência superior ao ano de 2017, percorrendo o montante de R$ 9.732.360,94 (nove milhões setecentos e trinta e dois mil trezentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos).

TABELA 02

CONCEDENTE	OBJETO	VALOR TOTAL	FIM DA VIGÊNCIA

SEAD/CEF	Fortalecimento da estrutura pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Distrito Federal, por meio da aquisição de equipamentos que permitam a melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação da EMATER-DF.	1.096.097,36	31/10/2018
ANA	Reverter os processos de degradação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau, no âmbito do Programa Produtor de Águas, por meio da recomposição da cobertura vegetal de áreas degradadas nas nascentes e margens de córregos das propriedades rurais, promovendo a melhoria da qualidade e quantidade das águas, a transferência de tecnologias e o monitoramento ambiental contínuo da bacia. Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos no âmbito da Bacia do Ribeirão Pipiripau.	2.382.580,00	27/10/2019
SEAD/CEF	Construção do Centro da Agricultura Familiar - CAF, composto por um galpão multiuso, banheiros público e unidade de apoio administrativo.	888.888,88	31/03/2019
SEAD	Aquisição de veículos e computadores para atendimento a agricultores familiares do Distrito Federal.	1.088.820,00	18/11/2018
SEAD/CEF	Viabilizar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares, por meio da aquisição de veículos.	465.190,00	31/10/2018
SEAD/CEF	Viabilizar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares, por meio da aquisição de veículos.	110.000,00	31/10/2018
SEAD/CEF	Viabilizar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares, por meio da aquisição de veículos.	748.620,00	31/07/2018
SEAD	Formar e capacitar agentes de ATER com habilidades de percepção e interação transdisciplinar nas dimensões do contexto social, econômico, cidadania, apropriação tecnológica, ambiental e agroecológico.	440.000,00	30/10/2018
SEAD/CEF	Fortalecimento da estrutura pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Distrito Federal para o desenvolvimento das ações da estratégia para o meio rural, por meio da aquisição de veículos.	330.000,00	31/03/2018
MAPA	Implementar e difundir tecnologias do plano ABC no Distrito Federal por meio de capacitacao, implantacao de unidades de referência para transferência de tecnologias e produção de material de divulgação.	149.650,00	30/06/2018
SEAD/CEF	Fortalecimento da estrutura pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Distrito Federal para o desenvolvimento das ações da estratégia para o meio rural, por meio da aquisição de equipamentos.	918.000,00	31/07/2018
FUNAM	Programa de Assistência à Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos Imóveis Rurais localizados na APA da Bacia do Rio Descoberto DF e aos que tiverem até 4 Módulos Fiscais em todo o DF.	1.114.514,70	23/03/2018
MAPA	Promoção de assistência técnica e extensão rural, no âmbito do Distrito Federal, a produtores rurais com ações que visem o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento nas principais atividades produtivas locais, no contexto social, econômico, cidadania, apropriação tecnológica, ambiental e agroecológico por meio de capacitações de produtores rurais, suas organizações e assessoria especializada.	801.109,20	29/12/2018
MAPA	Desenvolver as Boas Práticas Agrícolas para produtores rurais de frutas e hortaliças do Distrito Federal com base no programa Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).	176.908,00	02/04/2017
MAPA	Disponibilizar ações de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquicola – ATEPA, no território do Distrito Federal e assentamentos da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (RIDE).	406.012,81	30/06/2017
SEAD	Aquisição de veículos, equipamentos de informática e audiovisual para fortalecimento da estrutura pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Distrito Federal.	613.079,43	31/07/2017
MAPA	Aquisição de duas unidades móveis para atendimento e capacitação de pequenos agricultores do Distrito Federal e Entorno.	R$ 649.000,00	31/03/2017
SEAD	Fortalecimento da estrutura pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Distrito Federal por meio da aquisição de software do tipo DATA DISCOVERY, que vise a gestão das atividades.	220.000,00	31/03/2017

Convênios pactuados entre a EMATER-DF, na figura de concedente, e demais instituições:

TABELA 03

CONTRAPARTE	OBJETO	FIM DA VIGÊNCIA
BANCO DO BRASIL S/A	Assistência técnica em nível de imóvel crédito rural	INDETERMINADO
BRB	Concessão de empréstimo pelo BRB a servidor	23/11/2019
EMBRAPA/CNPTIA	Licenciamento, a título não-exclusivo e gratuito, do programa de computador AINFO - Versão 6	01/04/2020
GRUPO DE APOIO AOS MORADORES DO NÚCLEO JARDIM I - GAMNRJ	Disponibilização de Conjunto Agrícola (trator e implementos)	02/06/2022
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - IESB	Convênio para Realização de Estágio Curricular Obrigatório	31/12/2018
UBEC/UCB	Propiciar estágio obrigatório e não obrigatório aos estudantes de Nível Superior	29/09/2022
ÚNICA EDUCACIONAL	Convênio para propiciar estágio curricular e extracurricular de estudantes	30/08/2021
FACULDADE PROJEÇÃO - SOBRADINHO	Convênio para a realização de estágio curricular	29/04/2018
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Proporcionar estágio aos estudantes	15/08/2021
UNICEUB	Propiciar estágio obrigatório e não obrigatório aos estudantes de nível superior	04/04/2018
FACIPLAC	Propiciar estágio curricular e extra-curricular	04/04/2018
UPIS	Propiciar estágio curricular e extra-curricular	04/04/2018
IFB	Propiciar estágio curricular e extra-curricular	04/04/2018
IESB	Propiciar estágio a estudantes, visando a conclusão de cursos oferecidos pelo instituto	04/04/2018
PROJEÇÃO SOBRADINHO	Propiciar estagio curricular e extra-curricular	04/04/2018
PROJEÇÃO TAGUATINGA	Propiciar estagio curricular e extra-curricular	04/04/2018
PROJEÇÃO CEILÂNDIA	Propiciar estagio curricular e extra-curricular	04/04/2018
UDF	Propiciar a conclusao de cursos	05/04/2018

Contratos de ATER

A tabela a seguir demonstra a captação de recursos com a prestação de serviços de ATER, por meio de chamadas públicas do INCRA, bem como MDA e FURNAS. Destacamos que durante o exercício de 2017, foram finalizados 03 (três) contratos de prestação de serviços e 04 (quatro) permanecem ativos, totalizando R$ 5.891.925,58 (cinco milhões oitocentos e noventa e um mil novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

TABELA 04

CONTRAPARTE	OBJETO	VALOR TOTAL	FIM DA VIGÊNCIA	SITUAÇÃO
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A	Prestação de Serviços (ATES)	R$ 2.729.030,00	30/06/2017	FINALIZADO
INCRA SR (28) DFE-100	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	R$ 1.782.373,11	08/05/2018	ATIVO
INCRA SR (28) DFE-200	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	R$ 1.531.597,18	08/05/2018	ATIVO
INCRA SR (28) DFE-300	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	R$ 2.083.944,77	08/05/2018	ATIVO

INCRA SR (28) DFE-400	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	R$369.880,15	08/05/2017	FINALIZADO
INCRA SR (28) DFE-500	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	R$ 494.010,52	08/05/2018	ATIVO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	Prestação de serviços de ATER no DF	R$ 1.695.643,70	30/04/2017	FINALIZDO

Convênio MAPA para ATER ao Médio Produtor

Merece destaque no conjunto dos convênios em execução o estabelecido entre a EMATER-DF e o MAPA, com o objetivo de prestar assistência técnica e extensão rural aos médios produtores rurais do Distrito Federal. A proposta estabelece o compromisso de atender, com visitas e outros métodos coletivos de ATER, a um universo de aproximadamente 800 médios produtores. O final de 2017 foi marcado pela preparação para as visitas, o que incluiu a disponibilização de combustível, nivelamento entre os técnicos da identificação dos produtores, seleção das principais atividades a serem apoiadas e a entrega a cada técnico de campo de um tablete

Informações Conjunturais

Prestamos serviços na elaboração, controle e divulgação de informações a partir de dados oriundos da área rural sobre a produção das diversas culturas agrícolas, pecuárias e não agrícolas lançados no nosso sistema informatizado. Estes dados são transformados em indicadores de produção para subsidiar a obtenção do PIB do Distrito Federal, Valor Bruto da Produção, os informativos anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Pesquisas Agropecuárias Municipais – PAM e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA), Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Serve de importante fonte de informações a uma gama de públicos, como Produtores rurais do Distrito Federal, Associações e Cooperativas rurais, Extensionistas da EMATER-DF, Emissoras de comunicação, órgãos governamentais (IBGE, CODEPLAN, CONAB, SEAGRI, CEASA e MAPA) e instituições de pesquisa (EMBRAPA) e Ensino (UNB e IFB).

TABELA 05 - Número de ocupações laborais nos anos de 2016 e 2017 no Distrito Federal

ANO	OCUPAÇÃO LABORAL
2016	40.190
2017	41.363

TABELA 06 - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) nos anos de 2016 e 2017 no Distrito Federal

ANO	VBP (EM MILHOES DE REAIS)
2016	2.456,09
2017	2.613,32

Observações referentes às tabelas 05 e 06:

1) Não estão computadas as atividades dos setores secundários (agroindústrias) e terciários (prestação de serviços) no VBPs;

2) O Valor da Produção Agropecuária do Distrito Federal - 2017 está em fase de finalização e o valor apresentado é uma estimativa;

3) O dados de emprego direto apresentados foram extraídos do Painel de Resultados da EMATER-DF

Gestão por Resultados

A inovação nos sistemas de planejamento e acompanhamento continua sendo um diferencial na implementação da gestão por resultados. A tecnologia do sistema de informação aliado ao processo de formulação dos 5 indicadores de resultados (agricultores com acesso a políticas públicas, agricultores participantes em organizações sociais, empregos diretos criados, evolução da renda bruta e propriedades com práticas sustentáveis), propiciaram um acompanhamento do desempenho da unidade através da mensuração do impacto gerado nas dimensões social, econômica e ambiental.

As Diretrizes Estratégicas da EMATER-DF em 2017 e que orientaram os trabalhos são as seguintes:

1. Desenvolvimento e fortalecimento institucional

Aprimorar a estrutura organizacional e consolidar Modelo de Gestão Estratégica Orientado por Resultados nas áreas fim e meio, visando a integração de toda a Empresa, para otimizar recursos e cumprir todos os compromissos institucionais.

2. Parcerias Institucionais

Desenvolver e implementar ações interinstitucionais articuladas com as políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades e desenvolvimento econômico e social, buscando a valorização da cidadania, visando aprimorar a rede de parceiros promovendo ações conjuntas entre organizações.

3. Organização Social

Promover ações de Ater com base em processos participativos, associativos e cooperativos, estimulando a adoção de enfoques metodológicos que potencializem o envolvimento e protagonismo dos beneficiários da ATER, para o desenvolvimento de ações sustentáveis que visem o seu empoderamento.

4. Inovação Tecnológica

Estabelecer processos de soluções tecnológicas, nos diversos elos das cadeias produtivas, para o conjunto de negócios do setor rural do Distrito Federal/RIDE, por meio de uma rede de inovação e qualificação demandas para construção de novos conhecimentos para o desenvolvimento rural.

5. Sustentabilidade

Implementar projetos e desenvolver ações para preservar e recuperar o meio ambiente, com prioridade à água e ao solo de modo a garantir condições de produção para gerações futuras, por meio do manejo sustentável de agro ecossistemas e adoção dos princípios da agricultura de base sustentável.

6. Segurança Alimentar e Nutricional

Fomentar a diversificação da produção no Distrito Federal/RIDE e o consumo de alimentos locais, com base nas especificidades culturais e em práticas alimentares promotoras da saúde, de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

7. Gestão do Negócio Rural

Estruturar a ATER para Tecnologia de Gestão dos Negócios Rurais, com vista ao aprimoramento dos processos de cada elo da cadeia produtiva dos produtos e serviços agropecuários e não agropecuários.

8. Desenvolvimento Econômico

Fomentar processos de crescimento da produção, da produtividade e da renda, nas atividades econômicas do espaço rural; com ações que promovam mais ocupações de trabalho, compreendendo apoio aos arranjos produtivos locais e incentivando a comercialização da produção.

9. Agricultura Urbana

Consolidar o projeto de agricultura urbana buscando integrar as atividades rurais, um ambiente de diálogo com a população urbana e a interação com jovens e adultos em ambientes comunitários, educacionais e socioeducativos.

10. Comunicação Social

Desenvolver ações que vise à tomada de consciência das pessoas sobre a importância do espaço rural para a qualidade de vida da população urbana e rural.

11. Segurança Hídrica

Implementar e desenvolver processos de inovações tecnológicas visando o uso racional e eficiente dos recursos hídricos por meio da conversão e manejo de sistemas de irrigação poupadores do incentivo da captação e reserva de águas pluviais, da integração agricultura e pecuária e da adoção de práticas conservacionista.

Cabe ainda destacar a consolidação do Painel de Resultados com a aquisição de licença do software Clickview, consolidando a mudança de paradigma dos processos de gestão na EMATER - DF. Segue abaixo um exemplo demonstrativo das potencialidades da nova ferramenta.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Por meio da utilização da modalidade licitatória pregão eletrônico, cujo critério de julgamento é o menor preço, foram homologados, no ano de 2017, 22 pregões eletrônicos, com redução de 20,88% sobre o valor inicialmente estimado. Dentre os pregões realizados, cabe destacar a aquisição de 51 veículos, com a finalidade de renovar a frota da Empresa e sanar dificuldades diagnosticadas no início da gestão. Mediante uma gestão aprimorada entre a área operacional finalística dos contratos de prestação de serviços de ATER e a área de finanças e contabilidade, os valores arrecadados tiveram um incremento de arrecadação (excesso) em torno de 25%, possibilitando a EMATER-DF cumprir os seus compromissos assumidos junto aos fornecedores visto que a dotação orçamentária na fonte100 (recursos do tesouro) foi insuficiente. Dentre as realizações alcançadas cabe-se destacar as ações de Desenvolvimento Institucional que

aconteceram durante o exercício, pois elas contribuem para o alcance dos resultados das ações realizadas pela área finalística da EMATER-DF.
Em 2017 foi operacionalizada a Avaliação de Maturidade dos empregados. Essa avaliação é realizada por meio da análise curricular dos empregados, de acordo com os fatores e normas estabelecidas no Manual de Avaliação de Maturidade (anexo II - PES). Também é um importante instrumento de atualização do Banco de Talentos da Empresa. A Avaliação de Maturidade acontece a cada interstício de 2 (dois) anos, simultaneamente com a progressão salarial por antiguidade. No tocante às Normas Institucionais, foi dada ênfase à atualização, divulgação e consolidação de algumas normas da empresa. Foi feita a divulgação dos normativos vigentes na intranet, extranet e circulares internas, estando disponível o acesso a todos os empregados. Houve a eleição dos trabalhos destaques realizados pelos empregados e equipes formadas em nossa empresa.
Para aprimorar a gestão instalamos o novo sistema de OS (Ordem de Serviço), baseado nas técnicas de gestão pregados pelo ITIL que é a sigla em inglês para o conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de tecnologia da informação. Para 2018 a unidade conta com um incremento nos investimentos por parte do Governo Federal, nos Convênios e nos Contratos de Repasse, para continuar a renovação da frota de veículos, rede de dados, equipamentos de informática e construção do Centro da Agricultura Familiar. Em 2017 foi iniciado a melhoria do fluxo de processos internos por meio de uma comissão de empregados que tiveram como objetivo mapear os principais processos da EMATER-DF e propor melhorias a fim de reduzir os trâmites internos com intuito de otimizar o tempo de tramitação. Para 2018, com a implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), a EMATER-DF espera a melhoria e otimização nos fluxos dos processos de trabalho com a expectativa de obter celeridade e, assim, racionalização dos recursos públicos.
Em 2017 as principais dificuldades enfrentadas pelas unidades foram às reduções no quadro de pessoal dos empregados que eram cedidos, posições estas que ainda estão sem reposição, motivadas pela liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB). Cabe destacar ainda que devido as restrições orçamentárias impostas pelo contingenciamento de recurso, que traz dificuldades na realização de maneira tempestiva das ações finalísticas, a EMATER-DF encontrou dificuldades em executar todas as licitações antes da data imposta pelo referido decreto o que acarreta séria dificuldade em planejar as compras e aquisições em tempo hábil.
Por fim, para 2018 a EMATER-DF tem como expectativa continuar atuando de forma preventiva na gestão dos recursos e na geração de despesas.

FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL - FADF – UO: 14.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF é um instrumento financeiro, criado pela Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000 e regulamentado pelo Decreto n° 22.024, de 21 de março de 2001, gerido por um Conselho Administrativo e Gestor sob a presidência do Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, composto pelos titulares da Secretaria de Estado de Fazenda; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal; Banco de Brasília S.A. e outros.

Missão

Promover o desenvolvimento rural no Distrito Federal com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no meio rural.

Objetivos

Conceder garantia necessária à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal, para projetos agropecuários que não consigam apresentar outras formas de garantia.

Beneficiários

Produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

FORÇA DE TRABALHO

O FADF não dispõe de quadro de pessoal próprio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	**586.696,00**	**586.696,00**	**42.832,70**	**42.832,70**
0001 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS-FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL - FADF-DISTRITO FEDERAL	586.696,00	586.696,00	42.832,70	42.832,70
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**586.696,00**	**586.696,00**	**42.832,70**	**42.832,70**

Arrecadações em 2017

2017	Taxas de Arrendamentos			Taxa de Aval		Total	
	Previsto	Realizado		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
		Geral	FADF=30%				
Janeiro	52.903,73	79.338,66	23.801,60	500,00		53.403,73	23.801,60
Fevereiro	52.903,73	132.347,88	39.704,36	500,00		53.403,73	39.704,36
Março	52.903,73	205.498,50	61.649,55	500,00		53.403,73	61.649,55
Abril	52.903,73	104.052,16	31.215,65	500,00		53.403,73	31.215,65
Maio	52.903,73	142.344,61	42.703,38	500,00		53.403,73	42.703,38
Junho	52.903,73	243.537,42	73.061,23	500,00		53.403,73	73.061,23
Julho	52.903,73	142.215,19	42.664,56	500,00		53.403,73	42.664,56
Agosto	52.903,73	261.219,18	78.365,75	500,00		53.403,73	78.365,75
Setembro	52.903,73	19.153,43	5.746,03	500,00		53.403,73	5.746,03

2017	Taxas de Arrendamentos			Taxa de Aval		Total	
	Previsto	Realizado		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
		Geral	FADF=30%				
Outubro	52.903,73	18.347,79	5.504,34	500,00		53.403,73	5.504,34
Novembro	52.903,73	41.384,43	12.415,33	500,00		53.403,73	12.415,33
Dezembro	52.903,73	136.776,31	41.032,89	500,00	658,20	53.403,73	41.691,09
Total	**634.844,76**	**1.526.215,56**	**457.864,67**	**6.000,00**	**658,20**	**640.844,76**	**458.522,87**

Metas previstas e realizadas em 2017

Indicadores	Previsto		Realizado	
	Quantidade	Valor (R$)	Quantidade	Valor (R$)
Arrecadações	-	640.844,76	-	458.522,87
Totais	**-**	**640.844,76**	**-**	**458.522,87**
Garantias Complementares (carta de aval)	50	1.200.000,00	02	182.275,00
Financiamentos garantidos	50	6.000.000,00	02	348.000,00

Avais concedidos de 2013 a 2017

Ano	Beneficiários da garantia						Geral		
	BRB			FDR/SEAGRI					
	C. Aval	R$ Garantias	R$ Financiamento	C. Aval	R$ Garantias	R$ Financiamento	C. Aval	R$ Garantias	R$ Financiamento
2013	17	501.887,46	501.887,46	23	503.338,96	2.002.778,27	**40**	**1.005.226,42**	**3.140.679,32**
2014	24	421.107,83	1.426.396,52	12	270.112,57	1.350.665,84	**36**	**691.220,40**	**2.777.062,36**
2015	9	194.384,45	646.962,13	14	315.847,87	1.527.163,29	**23**	**510.232,32**	**2.174.125,42**
2016	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**	**-**
2017	-	-	-	3	217.811,20	463.454,00	**3**	**217.811,20**	**463.454,00**
Total	**50**	**1.117.379,74**	**3.211.259,70**	**52**	**1.307.110,60**	**5.344.061,40**	**102**	**2.424.490,34**	**8.555.321,10**

Recursos comprometidos x recursos disponíveis

Situação em 31/12/2017

Ano	Concedidas		Encerradas		Ativas	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
2013	40	1.005.226,42	6	175.648,54	34	829.577,88
2014	36	691.220,40	15	239.088,40	21	452.132,00
2015	23	510.232,32	10	221.384,45	13	288.847,87
2016	0	0,00	0	0,00	0	0,00
2017	3	217.811,20	0	0,00	3	217.811,20
	102	2.424.490,34	31	636.121,39	71	1.788.368,95
Saldo na conta do FADF em 31/12/2017 (Conta Contábil 111110201)						3.224.745,99
Saldo na conta do FADF em 31/12/2017 (Conta Contábil 111110301)						658,20
Saldo em Conta Contábil em 31/12/2017						3.225.404,19

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Fundo de Aval - FADF foi instituído em 2002 com a finalidade de conceder garantia necessária à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal, para projetos agropecuários aos produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE que não consigam apresentar outras formas de garantia, visando o aumento da produção e da produtividade, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no meio rural.

A alavancagem de garantia do FADF é limitada em até cinco vezes o seu patrimônio líquido financeiro, sendo suspensas as operações sempre que a inadimplência atingir 5%, sendo honrada a garantia somente em caso de inadimplemento por parte dos beneficiários. Frise-se, até o final do exercício de 2017 não houve nenhum pedido de honra do Aval.

Com exceção do FDR, nota-se pouca aceitação das Garantias ofertadas pelo FADF. Por exemplo: o BRB que já utilizou as garantias, relata às dificuldades impostas pela legislação do Fundo, pois, para fazer jus à honra do aval, o beneficiário deverá primeiramente ajuizar a ação contra o devedor o que torna o processo demorado e dispendioso. O PROSPERA, programa da Secretária de Trabalho do Distrito Federal não aderiu às garantias do FADF alegando as mesmas dificuldades encontradas pelo BRB.

Neste sentido foi autuado o Processo nº 00070-00011402/2017-35, propondo alteração na Lei do FADF, permitindo a honra do aval, com a inscrição do devedor no SERASA, ficando a cargo do FADF, a ação de execução judicial em desfavor do devedor da operação do aval honrado.

Atualmente as garantias disponibilizadas pelo FADF estão limitadas em R$ 100.000,00 e R$ 1.000.000,00, por operação, respectivamente, para produtores rurais individualmente e Cooperativas agropecuárias sendo que para a liberação da Carta de Aval será cobrado do beneficiário 0,2%, (zero vírgula dois por cento), pro rata, multiplicado pelo número de anos do contrato, sobre o valor da garantia complementar do FADF, durante a vigência da operação, a título de Taxa de Concessão de Aval – TCA.

Desde as primeiras operações do FADF, iniciadas em 2013, foram disponibilizados R$ 2.424.490,34, garantindo R$ 8.555.321,10 para 102 (cento e dois) projetos agropecuários, dos quais 71 (setenta e um) continuam com suas garantias ativas, comprometendo R$ 1.788.368,95 saldo financeiro do Fundo existente no final do exercício de 2017.

No exercício de 2017, foram concedidas 3 (três) cartas de aval, no valor total de R$ 217.811,20, garantindo R$ 463.454,00 em financiamentos.

Ocorreram recentes mudanças na arrecadação do Fundo, principalmente pelo que determina a Lei complementar nº 925/2017, que reverte ao Tesouro do DF o superávit financeiro do FADF no final de cada exercício financeiro e pela nova modalidade de contratos de arrendamentos das terras públicas do Distrito Federal (principal fonte de arrecadação do fundo) que passaram a ser firmados com a Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e não mais com a Seagri/DF.

Já em 2015, o FADF havia externado preocupação com sua principal fonte de arrecadação, abordada em relatórios de atividades do Fundo em 2015 e 2016. Neste sentido, encontra-se em tramite desde maio de 2015 o Processo de nº 0370-000093/2015, autuado pela Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, sobre projeto de lei para solucionar a questão, inclusive com manifestações da Terracap e da Seagri/DF. Os autos encontram-se na Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal para manifestação quanto aos aspectos legais, orçamentários e vinculação de receitas da proposta.

Em relação ao superávit financeiro, foi autuado o Processo nº 00070-00011796/2017-21, solicitando a Secretária de Estado de Fazenda do Distrito Federal o retorno dos valores revertidos ao Tesouro para atender as demandas já assumidas pelo Fundo de Aval.

Quanto à arrecadação para o exercício de 2018 está previsto o recebimento de R$ 194.095,70, oriundos das taxas de arrendamento, cuja previsão despencou 58% quando comparado com a arrecadação de 2017 que foi de R$ 458.522,87 e com tendência a reduzir se comparado com a média de arrecadação do último quadrimestre de 2017.
Com a reversão do superávit para a conta do Tesouro do Distrito Federal e as diminuições em sua principal fonte de arrecadação, o FADF, doravante poderá enfrentar escassez de recursos para sua operacionalização, principalmente quanto às garantias assumidas anteriormente.

Perspectivas para 2018

As perspectivas para 2018 são de fomentar, inovar e divulgar ações visando aumentar a procura das garantias pelos beneficiários do FADF.
Outro foco é manter a parceria com Banco de Brasília e buscar outras instituições financeiras e Fundos Governamentais, no sentido de disponibilizado o FADF como mais uma ferramenta de financiamento agropecuário, especialmente à agricultura familiar. Neste sentido o Fundo mantém tratativas com o Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal - Programa Prospera, administrado pela Secretaria de Trabalho, visando garantir os projetos de atividades rurais financiados com recursos daquele Programa.
No tocante ao superávit financeiro do FADF espera-se que os valores retornem à conta do Fundo, possibilitando assim dar continuidade as ações previstas anteriormente.
Com relação arrecadação, oriunda das taxas de arrendamentos das terras públicas do Distrito Federal espera-se que a Seagri e a Terracap, finalizem as tratativas já no primeiro semestre de 2018, possibilitando satisfazer as duas Entidades, retornando à arrecadação normal do Fundo.

Considerando o quadro atual de arrecadação (superávit e taxa de arrendamentos) o FADF, por intermédio de seu Conselho Administrativo e Gestor deverá promover ajustes necessários à nova realidade, doravante passando garantir projetos de menor valor em comparação com os atuais, possibilitando, assim, atender um número maior de produtores. Porém, quanto às garantias já ofertadas a decisão do Conselho deve ir além, visto que se o superávit não retornar a conta do Fundo, em caso de honra de aval, não haverá recursos suficientes.

Neste contexto foram estipuladas metas pouco promissoras, devendo ser revistas pelo seu Conselho Administrativo e Gestor, na primeira reunião ordinária do exercício de 2018.

Metas para 2018

Indicadores	Qde	Valor
Arrecadação com taxas de arrendamentos	-	194.095,70
Taxas de concessão de aval	-	2.000,00
Total		196.095,70
Garantia Complementar	05	194.095,70
Financiamentos com garantias do FADF	05	970.478,50

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR – UO: 14.902

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR é um instrumento financeiro, regido pela Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013, alterada pela Lei nº 5.951/2017 e pela Lei Complementar nº 625/2017, regulamentada pelo Decreto nº 34.285, de 16 de abril de 2013, gerido por um Conselho Administrativo e Gestor sob a presidência do Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, composto pelos titulares da Secretaria de Estado de Fazenda; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal; Banco de Brasília S.A.; Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A., e um representante indicado entre os titulares dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Missão

Promover o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal, com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade agropecuária, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no espaço rural.

Objetivos

Na modalidade, apoia FDR-Social financeiramente, em caráter não reembolsável, projetos de fomento à produção agropecuária no Distrito Federal, com foco no desenvolvimento territorial, por intermédio do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CRDRS, no atendimento às demandas dos produtores rurais, apresentadas por suas organizações - (inciso I, art. 2º da Lei nº 5.024/2013).

Na modalidade FDR-Crédito, financia projetos de atividades rurais no Distrito Federal e na Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal – RIDE - (inciso II, art. 2º da Lei nº 5.024/2013).

BENEFICIÁRIOS

Produtores rurais que desenvolvam atividades agropecuárias no Distrito Federal ou na RIDE e suas organizações - Associações, Cooperativas e Empresas Rurais - no âmbito do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

O FDR não dispõe de quadro de pessoal próprio

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	**60.000,00**	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**822.987,00**	**742.987,00**	**5.459,00**	**5.459,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9574 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	822.987,00	742.987,00	5.459,00	5.459,00
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	**150.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
9639 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**100.000,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**
6193 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	180.000,00	0,00	0,00
5523 - REFORMA DE GALPÃO	**90.000,00**	**90.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DE GALPÃO-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	**3.037.202,00**	**8.026.759,00**	**2.676.494,55**	**2.676.494,55**
0001 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	3.037.202,00	8.026.759,00	2.676.494,55	2.676.494,55
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**4.260.189,00**	**9.249.746,00**	**2.681.953,55**	**2.681.953,55**

Detalhamento da execução orçamentária e financeira

Projetos	Processo	Contrato			Valor (R$)	Empenho/NL		OB	
		Tipo	N°	Data		N°	Data	N°	Data
1	070-002013/2016	NCR	2017/002	11/04/17	150.000,00	2017NL00117	04/04/17	2017OB00008	10/04/17
2	070-000326/2017	NCR	2017/003	16/05/17	237.000,00	2017NL00200	10/05/17	2017OB00010	15/05/17
3	070-000528/2017	NCR	2017/004	27/07/17	76.000,00	2017NL00421	24/07/17	2017OB00014	26/07/17
	070-002151/2017	NCR	2017/005	Canc.					
4	070-000987/2017	NCR	2017/006	21/09/17	95.517,60	2017NL00493	12/09/17	2017OB00031	20/09/17
5	070-001044/2017	NCR	2017/007	21/09/17	159.100,00	2017NL00492	12/09/17	2017OB00030	20/09/17
6	070-000297/2017	NCR	2017/008	02/10/17	51.941,46	2017NL00569	22/09/17	2017OB00034	29/09/17
	070-000297/2017	NCR	2017/009	02/10/17	29.350,76	2017NL00569	22/09/17	2017OB00034	29/09/17
	070-000297/2017	CRP	2017/001	02/10/17	118.454,00	2017NL00569	22/09/17	2017OB00034	29/09/17
7	070-001245/2017	NCR	2017/010	20/10/17	199.201,55	2017NL00586	17/10/17	2017OB00040	19/10/17
8	070-001247/2017	NCR	2017/011	20/10/17	15.000,00	2017NL00587	17/10/17	2017OB00041	19/10/17
10	070-000956/2017	NCR	2017/012	15/11/17	102.572,90	2017NL00655	10/11/17	2017OB00047	17/11/17
		NCR	2017/013	15/11/17	76.671,10				
10	070-00010843/2018-10	NCR	2017/014	01/12/17	200.000,00	2017NL00662	27/11/17	2017OB00054	29/11/17
11	070-0001169/2017	NCR	2017/015	01/12/17	10.163,00	2017NL00661	27/11/17	2017OB00052	29/11/17
		NCR	2017/016	01/12/17	27.543,00				
12	070-0000827/2017	NCR	2017/017	01/12/17	47.193,45	2017NL00660	27/11/17	2017OB00053	29/11/17
13	070-00010935/2017-08	NCR	2017/018	14/12/17	200.000,00	2017NL00720	07/12/17	2017OB00064	14/12/17

14	070-00010994/2017-78	NCR	2017/019	14/12/17	35.375,60	2017NL00719	07/12/17	2017OB00065	14/12/17
15	070-00010937/2017-99	NCR	2017/020	20/12/17	198.319,95	2017NL00728	14/12/17	2017OB00067	18/12/17
16	070-00010851/2017-66	NCR	2017/021	20/12/17	40.000,00	2017NL00729	15/12/17	2017OB00068	18/12/17
17	070-00011037/2017-69	NCR	2017/022		89.339,80	2017NL00726	13/12/17		
18	070-00010690/2017-19	NCR	2017/023		148.000,00	2017NL00725	13/12/17		
19	070-00010856/2017-99	NCR	2017/024		117.536,00	2017NL00724	13/12/17		
		CRP	2017/002		82.464,00				
20	070-00010936/2017-44	NCR	2017/025		100.000,00	2017NL00731	19/12/17		
Subtotal 1					**2.606.744,17**				
	070-0000460/2017-00	Devolução			1.158,00	2017NL00231	18/05/17		
Subtotal 2					**1.158,00**				
		Equipamentos			3.650,00				
	070-000010624/201731	Equipamentos			1.809,00	2017NL00805	28/12/17		
Subtotal 3					**5.459,00**				
	070-000220/2014	Tx	BRB		65.162,76	2017NL00095	15/03/17	2017OB00003	27/03/17
	070-000220/2014	Tx	BRB		3.429,62	2017NL00095	15/03/17	2017OB00004	27/03/17
Subtotal 4					**68.592,38**				
TOTAL					**2.681.953,55**				

Arrecadações - Exercício 2017

2017	**Taxas de Arrendamentos**				**Retorno de Financiamentos**				**Total**	
	Previsto		**Realizado**		**Previsto**	**Realizado**				
	Geral	**FDR=70%**	**Geral**	**FDR=70%**	**Geral**	**Principal**	**Jrs/Moras**	**Total**	**Previsto**	**Realizado**
Janeiro	163.241	114.269	79.339	55.537	55.416	83.885	30.949	114.834	169.685	170.371
Fevereiro	163.241	114.269	132.348	92.644	83.328	62.360	6.082	68.442	197.597	161.085
Março	163.241	114.269	205.499	143.849	160.405	165.530	31.750	197.280	274.674	341.129
Abril	163.241	114.269	104.052	72.837	97.218	94.932	23.790	118.722	211.487	191.558

Maio	163.241	114.269	142.345	99.641	287.545	275.443	38.133	313.575	401.814	413.217
Junho	163.241	114.269	243.537	170.476	272.599	220.185	32.427	252.612	386.868	423.088
Julho	163.241	114.269	142.215	99.551	110.087	103.319	23.905	127.224	224.356	226.775
Agosto	163.241	114.269	261.219	182.853	203.570	244.032	36.215	280.247	317.839	463.100
Setembro	163.241	114.269	19.153	13.407	247.698	141.819	31.002	172.821	361.967	186.229
Outubro	163.241	114.269	18.348	12.843	159.583	115.038	9.427	124.465	273.852	137.309
Novembro	163.241	114.269	41.384	28.969	222.572	164.998	25.465	190.232	336.840	219.201
Dezembro	163.241	114.269	136.776	95.743	725.618	318.331	32.899	281.558	839.887	440.899
Total	**1.958.891**	**1.371.224**	**1.526.216**	**1.068.351**	**2.625.640**	**1.989.872**	**322.049**	**2.242.012**	**3.996.864**	**3.373.961**

Projetos financiados - Exercícios 2004 a 2017

Exercício	FDR - CRÉDITO			FDR - SOCIAL				Total (R$)
	Projetos Financiados			Recursos Disponibilizados		Projetos Liquidados		
	Qde	Recursos Disponibilizados	Liquidados (R$)	Qde	R$	Qde	R$	Liquidados
2004	9	65.044,09	65.044,09					65.044,09
2005	8	66.482,58	66.482,58					66.482,58
2006	34	1.039.658,91	1.039.658,91					1.039.658,91
2007	14	270.614,17	270.614,17					270.614,17
2008	32	1.068.605,21	1.068.605,21					1.068.605,21
2009	21	850.985,89	850.985,89					850.985,89
2010	11	569.623,02	569.623,02					569.623,02
2011	18	1.295.040,73	1.295.040,73					1.295.040,73
2012	45	3.016.992,07	3.016.992,07					3.016.992,07
2013	58	5.108.208,08	5.108.208,08	31	4.400.000,00			5.108.208,08
2014	18	1.998.373,51	1.998.373,51	22	1.020.000,00	16	2.402.382,82	4.400.756,33
2015	37	3.609.374,95	3.609.374,95		1.282.228,68			3.609.374,95
2016	15	1.873.296,03	1.873.296,03					1.873.296,03
2017	21	2.806.844,17	2.806.844,17					2.806.844,17
Total	**341**	**23.639.143,41**	**23.639.143,41**	**53**	**6.702.228,68**	**16**	**2.402.382,82**	**26.041.526,23**

Metas estimadas e realizadas – Exercício 2017

Indicadores/Descrição	Unidade	Metas Estimadas	Metas Realizadas	%
		Qtde/Valor	Qtde/Valor	
Arrecadação com taxas de arrendamentos	R$	1.371.223,96	1.068.351,00	77,91%
Arrecadação com retorno de financiamentos	R$	2.625.640,09	2.305.610,00	87,81%
TOTAL	R$	3.996.864,05	3.373.961,00	84,82%
Financiamentos	R$	3.996.864,05	2.806.844,17	70,23%
Projetos Agropecuários	Projetos	33	21	63,64%
Bovinocultura de corte	Rés	50	363	726,00%
Bovinocultura Leiteira e de corte	Rés	150	121	80,67%

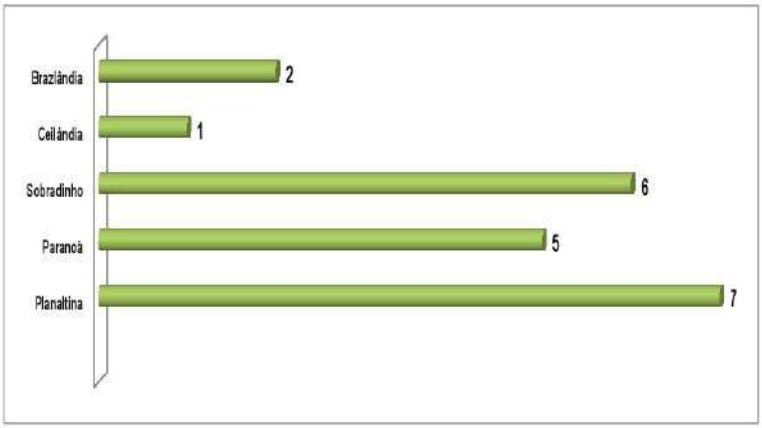
Custeios agropecuários	Und	3	6	200,00%
Estufas	Und	4	23	575,00%
Implementos/equipamentos - agroindústria	Cj	2	3	150,00%
Implementos/equipamentos - agropecuário	Cj	5	5	100,00%
Sistemas agroflorestais	Und	2	1	50,00%
Sistema de irrigação	Sistema	1	5	500,00%
Sistema de energia renovável	Sistema	2	3	150,00%
Tratores Agrícolas	Und	3	1	33,33%
Microtratores	Und	3	0	0,00%
Ocupação do Solo	Hectares	720	1.606	223,06%
Mão-de-Obra	Pessoas	288	184	63,89%
Familiar	Pessoas	144	30	20,83%
Contratada	Pessoas	96	128	133,33%
Temporária	Pessoas	48	26	54,17%

FDR-Crédito - Projetos financiados por tamanho de área e mão de obra - Exercício 2017

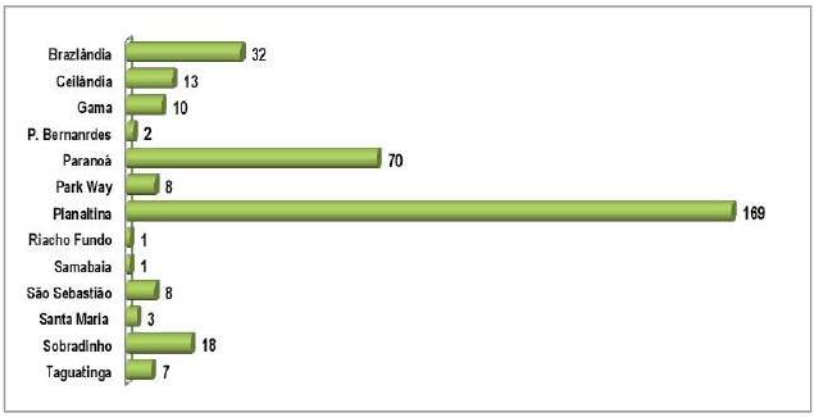
Projetos	Processo	CONTRATO		Valor (R$)	OBJETIVO		LOCAL	ÁREA (HA)			MÃO DE OBRA				
		Tipo	Nº		Qde	Descrição		Total	Uso	%	Fam.	Cont.	Temp.	Total	
1	070-002020/2016	NCR	2017/001	199.900,00	75	Matrizes	Paranoá	146	77,5	53%	0	1	1	2	
					2	Reprodutores									
2	070-002013/2016	NCR	2017/002	150.000,00	30	Matrizes	Sobradinho	204	110,0	54%	2	3	7	12	
3	070-000326/2017	NCR	2017/003	237.000,00	1	Fotovoltaico	Paranoá	290	130,0	45%	0	100	0	100	
4	070-000528/2017	NCR	2017/004	76.000,00	1	Fotovoltaico	Planaltina	672	452,4	67%	1	2	3	6	
	070-002151/2017	NCR	2017/005												
5	070-000987/2017	NCR	2017/006	95.517,60	9	Estufas	Planaltina	68	51,9	76%	2	0	3	5	
6	070-001044/2017	NCR	2017/007	159.100,00	1	Fotovoltaico	Planaltina	5	3,6	80%	5	6	0	11	
7	070-000297/2017	NCR	2017/008	51.941,46	1	Custeio	Planaltina	74	49,5	67%	1	1	1	3	
	070-000297/2017	NCR	2017/009	29.350,76	1	Irrigação									
	070-000297/2017	CRP	2017/001	118.454,00	1	Trator c/2 impl.									
8	070-001245/2017	NCR	2017/010	199.201,55	186	Matrizes	Sobradinho	390	312,1	80%	1	1	0	2	
9	070-001247/2017	NCR	2017/011	15.000,00	5	Matrizes	Sobradinho	17	7,5	44%	2	0	0	2	
10	070-000956/2017	NCR	2017/012	102.572,90	1	Custeio	Paranoá	2	2,0	100%				0	
	070-000956/2017	NCR	2017/013	76.671,10	1	Ref. Tanque									
11	070-00010843/2018-10	NCR	2017/014	200.000,00	100	Matrizes	Sobradinho	272	164,6	61%	1	3	0	4	
12	070-0001169/2017	NCR	2017/015	10.163,00	1	Custeio	Sobradinho	3	2,1	69%	1	1		2	
		NCR	2017/016	27.543,00	1	Câmara fria									
					1	Irrigação 1ha									
13	070-0000827/2017	NCR	2017/017	47.193,45	1	Descascador	Ceilândia	3	2,5	100%	2	0	1	3	
					1ha	Café									
14	070-00010935/2017-08	NCR	2017/018	200.000,00	50	Matrizes	Planaltina	57	46,0	81%	0	2	0	2	
15	070-00010994/2017-78	NCR	2017/019	35.375,60	1	Bananal	Sobradinho	19	13,0	70%	3	0	0	3	
					1	Irrigação 1ha									
16	070-00010937/2017-99	NCR	2017/020	198.319,95	6	Matrizes	Planaltina	150	125,5	84%	1	4	5	10	
					1	Irrigação 10ha									
					1	Valetadeira									
17	070-00010851/2017-66	NCR	2017/021	40.000,00	10	Matrizes	Brazlândia	20	15,0	75%	2	0	1	3	
18	070-00011037/2017-69	NCR	2017/022	89.339,80	1		Brazlândia	8	7,9	100%	1	0	3	4	
19	070-00010690/2017-19	NCR	2017/023	148.000,00	1	Custeio 0,3ha	Paranoá	10	4,9	49%	1	0	1	2	
					1	Irrigação 1ha									

					8	Estufas									
20	070-0001856/2017-99	NCR	2017/024	117.536,00	6	Estufas	Paranoá	31	27,8	89%	4	4	0	8	
		CRP	2017/002	82.464,00	1	C. Fria									
21	070-00010936/2017-44	NCR	2017/025	100.000,00	20	Matrizes	Planaltina							0	
TOTAIS				2.806.844,17				2.441	1.606	66%	30	128	26	184	

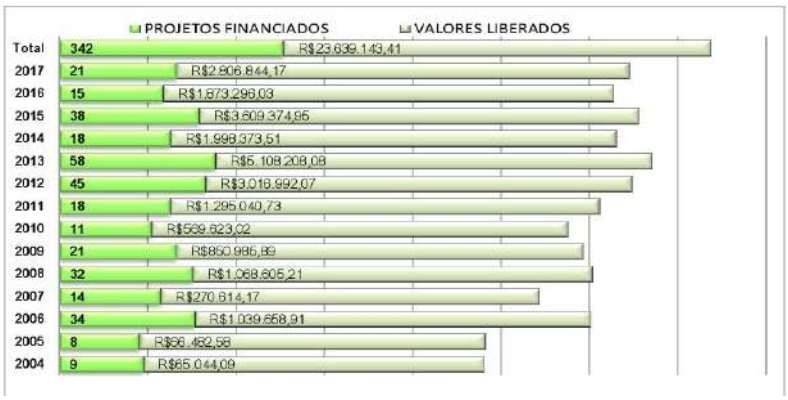
FDR-Crédito - projetos financiados por região - Exercício 2017



FDR-Crédito - Projetos financiados por região - Exercícios 2004 a 2017



FDR-Crédito - Projetos financiados - Exercícios 2004 a 2017



FDR-Crédito - Histórico da inadimplência - Exercício 2016



FDR-Crédito - Histórico da inadimplência - Exercício 2017



FDR-Crédito - Histórico da inadimplência - Exercícios 2011 a 2017 - 31 de dezembro de cada ano



FDR-Crédito - Repactuação de dívidas - Exercício 2017

DADOS DO CONTRATO ORIGINAL						REPACTUAÇÃO				
Processo	Doc. Nº	Financiado	Data	Amort.	Saldo	Data	Parc.	R$ Parcela	Total	Início
070.001.133/2013	NCR 2013/013	51.000,00	04/11/13	11.313,25	39.686,75	20/01/17	16	2.838,97	45.423,52	20/01/18
070.000.226/2013	NCR 2013/007	100.000,00	08/07/13	27.050,19	72.949,81	26/01/17	14	6.102,46	85.434,44	08/01/18
070.000.597/2014	CRP 2014/007	108.871,71	14/07/14	18.488,29	90.383,42	21/03/17	16	7.045,31	112.724,96	24/11/17
070.000.849/2015	CRP 2015/009	126.248,00	30/09/15	15.249,23	110.998,77	31/03/17	13	10.028,15	130.365,95	28/09/17
070.002.647/2011	NCR 2011/006	97.600,00	02/12/11	75.330,83	22.269,17	19/05/17	6	3.776,75	22.660,50	02/07/17
070.002.656/2011	NCR 2011/008	62.500,00	02/12/11	50.100,76	12.399,24	19/05/17	6	2.102,86	12.617,16	02/07/17
070.002.636/2011	NCR 2011/004	80.000,00	01/12/11	71.103,93	8.896,07	31/05/17	1	9.162,95	9.162,95	01/12/17
070.001.485/2013	NCR 2013/017	109.052,00	06/12/13	51.218,37	57.833,63	06/06/17	4	15.549,59	62.198,36	06/12/17
070.002.926/2012	NCR 2013/002	38.648,52	20/05/13	20.645,66	18.002,86	27/06/17	7	2.719,36	19.035,52	20/12/17
070.000.561/2014	CRP 2014/004	21.000,00	20/05/14	4.595,68	16.404,32	28/06/17	15	1.194,62	17.919,30	30/09/17
070.002.642/2011	NCR 2011/007	96.750,00	25/11/11	64.456,52	32.293,48	29/06/17	6	5.726,09	34.356,54	02/12/17
070.000.578/2013	CRP 2013/006	99.992,50	08/07/13	46.961,27	53.031,23	10/07/17	10	5.636,76	56.367,60	08/10/17
070.0016765/2013	CRP 2013/026	150.000,00	04/12/13	-	150.000,00	03/08/17	16	12.071,22	193.139,52	04/02/18
070.000.227/2012	NCR 2012/008	50.003,31	16/11/12	29.884,68	20.118,63	11/09/17	2	10.973,45	21.946,90	05/09/19
070.000.936/2013	CRP 2013/017	150.000,00	07/11/13	36.431,36	113.568,64	18/10/17	7	25.542,18	178.795,26	07/11/18
070.002.809/2012	NCR 2012/033	93.367,04	20/12/12	59.709,76	33.657,28	08/11/17	6	7.406,79	44.440,74	20/06/18
070.001.349/2015	CRP 2015/014	99.103,85	09/12/15	-	99.103,85	08/11/17	15	8.256,25	123.843,75	09/05/18
		1.534.136,93		582.539,78	951.597,15			136.133,76	1.170.432,97	

FDR-Social - Valores disponibilizados - Exercícios 2013 a 2017

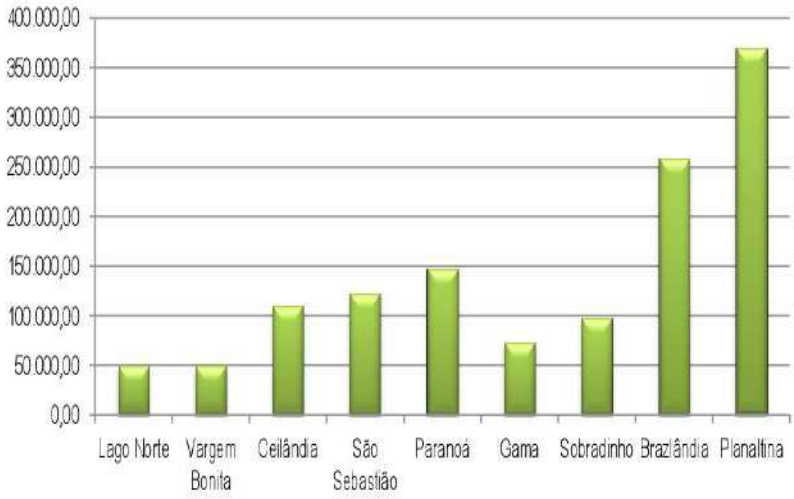
Conselho Regional	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Lago Norte	100.000,00	30.000,00	50.000,00	0,00	0,00	180.000,00
Vargem Bonita	150.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Ceilândia	300.000,00	70.000,00	110.529,50	0,00	0,00	480.529,50
São Sebastião	350.000,00	80.000,00	122.864,68	0,00	0,00	552.864,68
Paranoá	450.000,00	100.000,00	148.022,14	0,00	0,00	698.022,14
Gama	450.000,00	100.000,00	73.523,96	0,00	0,00	623.523,96
Sobradinho	500.000,00	120.000,00	98.194,31	0,00	0,00	718.194,31
Brazlândia	800.000,00	180.000,00	259.038,74	0,00	0,00	1.239.038,74
Planaltina	1.300.000,00	290.000,00	370.055,35	0,00	0,00	1.960.055,35
Total	4.400.000,00	1.020.000,00	1.282.228,68	0,00	0,00	6.702.228,68

FDR-Social - Valores disponibilizados e realizados - Exercícios 2013 a 2017

Conselho Regional	Disponibilizado (R$)	Realizado (R$)					Total	Saldo
	2013 a 2017	2013	2014	2015	2016	2017		
Lago Norte	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Vargem Bonita	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Ceilândia	480.529,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.529,50
São Sebastião	552.864,68	0,00	146.049,99	0,00	0,00	0,00	146.049,99	406.814,69

Paranoá	698.022,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	698.022,14
Gama	623.523,96	0,00	366.500,00	0,00	0,00	0,00	366.500,00	257.023,96
Sobradinho	718.194,31	0,00	417.241,12	0,00	0,00	0,00	417.241,12	300.953,19
Brazlândia	1.239.038,74	0,00	534.797,00	0,00	0,00	0,00	534.797,00	704.241,74
Planaltina	1.960.055,35	0,00	777.002,11	0,00	0,00	0,00	777.002,11	1.183.053,24
TOTAL	6.702.228,68	0,00	2.241.590,22	0,00	0,00	0,00	2.241.590,22	4.460.638,46

FDR-Social – Valores disponibilizados por região - Exercícios 2013 a 2017



Recursos comprometidos a serem executados no exercício de 2018

DISCRIMINAÇÃO	(R$) Destinado	(R$) Liquidado	(R$) Pago	(R$) Comprometido
Resolução nº 01/2013 - destina recursos ao FDR-Social	4.450.000,00	2.402.382,82	2.402.382,82	2.047.617,18
Resolução nº 01/2014 - destina recursos ao FDR-Social	1.021.982,00			1.021.982,00
Resolução nº 02/2015 - destina recursos ao FDR-Social	1.282.228,68			1.282.228,68
Ata 1ª Reunião CAG/2017 - destina recursos ao FDR-Social	125.139,19			125.139,19
Processos: 00070.00010856/2017-99 00070.10690/2017-19, 00070.10936/2017-84 e 00070.937/2017-69 - FDR-Crédito.	537.339,80	537.339,80		537.339,80
Processo: 00070.00011796/2017-21 - FDR-Crédito.	742.996,21			742.996,21
Total	8.159.685,88	2.939.722,62		5.757.303,06
Saldo na conta do FDR em 31/12/2017 (Conta Contábil 111110201)				6.372.645,93
Saldo na conta do FDR em 31/12/2017 (Conta Contábil 111110301)				16.693,64
Saldo em Fundo de curto prazo em 31/12/2017				312,13
Saldo em Conta Contábil em 31/12/2017				6.389.651,70

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR foi criado em 2002. Sua finalidade inicialmente era financiar projetos agropecuários no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - RIDE.

Em 2004 iniciaram-se os primeiros financiamentos de projetos com recursos do FDR.

Posteriormente, em 2013, com a reestruturação do FDR passou-se a atuar em duas linhas distintas: FDR-Crédito e FDR-Social.

Na modalidade Crédito, deu-se sequência aos financiamentos de projetos agropecuários.

Na modalidade Social, o FDR passou a apoiar financeiramente, em caráter não reembolsável, projetos de fomento à produção agropecuária no Distrito Federal, com foco no desenvolvimento territorial, por intermédio do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CRDRS, no atendimento às demandas dos produtores rurais, apresentadas por suas organizações.

Atualmente, o financiamento de projetos agropecuários com recursos do FDR está limitado em R$ 200.000,00 para produtor rural individualmente e empresas rurais e em R$ 500.000,00 para associações e cooperativas, com taxa de juros de 3% (três por cento) ao ano. Porém, devido à crise hídrica ocorrida nos últimos anos e, enquanto perdurar a situação de emergência nas Unidades Hidrográficas do Ribeirão das Pedras, Ribeirão Rodeador e Rio Descoberto da Bacia Hidrográfica do Descoberto e na Unidade Hidrográfica do Rio Pipiripau da Bacia Hidrográfica do São Bartolomeu, o financiamento de projetos, nestas regiões, destinados à conversão de sistemas de irrigação, adequação de reservação de água para atividade agropecuária e implantação ou ampliação de sistema de cultivo hidropônico e semi-hidropônico, contarão com redução dos juros para 0% (zero por cento) e rebate de 30% (trinta por cento).

Desde o início de sua operacionalização até o final do exercício de 2017 o FDR disponibilizou R$ 26.041.526,23, dos quais R$ 23.639.143,41, para financiamentos de 341 projetos agropecuários na modalidade Crédito e R$ 2.402.382,82, para 16 projetos coletivos, na modalidade Social, atendendo demandas dos produtores rurais, apresentadas por suas organizações representativas.

Dentre às principais receitas do FDR estão às taxas oriundas dos arrendamentos das terras públicas rurais do Distrito Federal e o pagamento das prestações dos financiamentos na modalidade Crédito, neste contexto 138 projetos encontram-se quitados, retroalimentando o Fundo até o final de 2017, em R$ 11.858.642,86.

Por força de Lei compete a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/DF, elaborar e prestar assistência técnica aos produtores sobre implantação dos projetos de atividades rurais que envolvam recursos do FDR.

Periodicamente o FDR realiza vistórias in loco visando o cumprimento das metas pelos proponentes, neste sentido, em 2017 equipou-se o Fundo com três tables, epecialmente para registrar as imagens dos bens adquiridos, a implantação dos projetos e elaboração dos respectivos relatórios de vistórias.

Sistematicamente é monitorado o ressarcimento dos financiamentos, buscando melhorar o relacionamento com os beneficiários do Fundo e manter a inadimplência em níveis aceitáveis. A meta de inadimplência de 2,7% proposta para o exercício de 2017, não foi alcançada ficando em 3,37%, porém, inferior aos 3,66% do exercício anterior. Ainda assim aceitável, diante da crise econômica do Brasil nos últimos anos.

Destacam-se as ações voltadas para recuperação dos créditos que possibilitou aos produtores renegociarem suas dívidas, via administrativa, junto ao Fundo. Em 2017, foram repactuados 17 contratos inadimplidos cujos valores iniciais importavam em R$ 1.534.136,93. Com isto os contratos inadimplidos voltaram ao curso normal, evitando demandas judiciais dispendiosas e demoradas tanto para o produtor quanto para o Governo.

Frisa-se nas repactuações não foi concedido nenhum benefício, pelo contrário, exigiu-se no mínimo 10% dos valores atrasados corrigidos monetariamente na forma da Lei.

Em relação ao saldo contábil do Fundo existente no final do exercício de 2017, para a modalidade Social estão comprometidos R$ 4.460.638,46 destinados à aquisição de bens, referentes aos processos 070.001.729/2016 e 070.000.772/2017, que estão na Central de Compras do GDF e no Pregão Eletrônico o processo nº 070.001.366/2017, amparado pelo Decreto 38.297/2017 que excluí a Seagri do regime de centralização de licitações de compras obras e serviços, para publicação e abertura da licitação, para a modalidade Crédito estão comprometidos R$ 742.996,21, para financiamento de 08 projetos, principalmente para atender a questão hídrica de que tratam os Decretos nº 37.976, de 24 de janeiro de 2017 e Decreto nº 38.352, de 21 de julho de 2017.

Todavia a Lei Complementar nº 925/2017, determina que o superávit financeiro de Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade Social do Distrito Federal seja revertido ao Tesouro.

Neste sentido, foi autuado o processo nº 00070-00011796/2017-21, solicitando a Secretária de Estado de Fazenda do Distrito Federal o retorno dos valores revertidos ao Tesouro para atender as demandas já assumidas pelo FDR.

Alterações recentes vêm diminuindo sistematicamente a arrecadação do Fundo, senão vejamos: a Lei complementar nº 925/2017, determina que o superávit financeiro do FDR seja revertido ao Tesouro do Distrito Federal e devido a isto, parte dos valores das parcelas de financiamentos que vencerão em 2018, também, serão objeto de novo superávit, outro fator é a nova modalidade de contratos de arrendamentos das terras públicas do Distrito Federal, cujas taxas de arrendamento compõem a principal fonte de arrecadação do Fundo, que passaram a ser firmados com a Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e não mais com a Seagri.

Já em 2015, o FDR havia externado preocupação com sua principal fonte de arrecadação, fato abordado nos relatórios de atividades do Fundo de 2015 e 2016, neste sentido, encontra-se em tramite desde maio de 2015 o processo de nº 0370-000093/2015, autuado pela Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, sobre projeto de lei para solucionar a questão, inclusive com manifestações da Terracap e da Seagri e encontra-se com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal para manifestação quanto aos aspectos legais, orçamentários e vinculação de receitas da proposta.

Quanto à arrecadação para o exercício de 2018 está previsto o recebimento de R$ 3.018.482,15, referente a parcelas de financiamentos concedidos anteriormente, porém, o valor de R$ 1.001.079,50 está previsto exatamente para novembro e dezembro, meses geralmente impedidos de se realizar empenho, culminando com a reversão deste valor ao Tesouro do Distrito Federal e R$ 452.886,00 oriundos das taxas de arrendamento, cuja previsão despencou 58% (cinquenta e oito por cento) quando comparado com a arrecadação de 2017 e com tendência a reduzir para média 67% (sessenta e sete por centos) em relação à média de arrecadação de janeiro à agosto de 2017, passando de R$ 114.763,00, para pouco mais de R$ 37.000,00 por mês.

Com a reversão do superávit para a conta do Tesouro do Distrito Federal e as diminuições em sua principal fonte de arrecadação, o FDR, doravante poderá enfrentar escassez de recursos para sua operacionalização, principalmente, prejudicando o cumprimento das metas e obrigações já assumidas com os produtores rurais e suas organizações para o exercício de 2018.

Perspectivas para 2018

Na modalidade Crédito o foco principal é continuar a financiar projetos agropecuários com maior sustentabilidade, no sentido de diminuir os contaminantes e os resíduos físicos, químicos e biológicos na produção de alimentos agropecuários, buscando a melhoria nas condições de trabalho no espaço rural; o aumento da produção e da renda e o melhor aproveitamento do solo, tais como: projetos de investimentos e custeios cujas atividades e sistemas de produções sejam realizados em espaço protegido (pláticultura), especialmente o cultivo orgânico de olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e produção de mudas, bem como, a implantação, ampliação e adequação de sistemas agroflorestais, inclusive a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF; as boas práticas agropecuárias - BPA; agroindustrialização e sistemas de irrigação localizada e de energias renováveis.

Quanto à modalidade Social espera-se a conclusão do processo licitatório para a aquisição dos bens objetos das demandas dos produtores rurais, apresentadas por suas organizações.

No tocante ao superávit financeiro do FDR espera-se que os valores retornem à conta do Fundo, possibilitando assim dar continuidade as ações previstas anteriormente.

Com relação arrecadação do Fundo, oriunda das taxas de arrendamentos das terras públicas do Distrito Federal espera-se que a Seagri e a Terracap, finalizem as tratativas já no primeiro semestre de 2018, possibilitando satisfazer as duas Entidades, retornando a arrecadação normal do Fundo.

Quanto à inadimplência dos financiamentos a meta é perseguir o índice inferior a 2,7%.

Devido ao diagnóstico apresentado prevê-se para o exercício de 2018 uma meta pouco promissora, especialmente quanto aos recursos destinados à financiar projetos de atividades rurais e apoiar financeiramente projetos de fomento à produção agropecuária apresentada pelas organizações representativas dos produtores no Distrito Federal.

Considerando o quadro atual de arrecadação (superávit e taxa de arrendamentos) o FDR, por intermédio de seu Conselho Administrativo e Gestor deverá promover ajustes necessários à nova realidade. Na modalidade Crédito serão necessários ajustes das atividades financiáveis e dos financiamentos, possibilitando atender um número maior de produtores com projetos de menores valores, porém, sustentáveis. Na modalidade Social a decisão vai além do cumprimento das metas estipuladas em exercícios anteriores, visto que se o superávit não retornar a conta do Fundo, não haverá recursos suficientes para suas realizações, ainda, que destinada para esta modalidade toda à arrecadação prevista para o exercício de 2018.

Neste contexto foram estipuladas as metas para o FDR, devendo ser revistas pelo seu Conselho Administrativo e Gestor, na primeira reunião ordinária do exercício de 2018.

Perspectivas de arrecadação para 2018

Discriminação	Valores (R$)
Taxas de arrendamentos (1)	452.886,00
Retorno de financiamentos - até outubro (2)	2.017.402,65
Subtotal	2.470.288,65
Retorno de financiamentos - novembro e dezembro (2)	1.001.079,50
Total	3.471.368,15

(1) Considerando a média de arrecadação dos últimos quatro meses de 2017.
(2) Não considerando o bônus de adimplência nem os juros de mora.

FDR-Social - Perspectivas para 2018 - Execução de projetos/recursos já disponibilizados

Conselho Regional	R$
Lago Norte	180.000,00
Vargem Bonita	250.000,00
Ceilândia	480.529,50
São Sebastião	406.814,69
Paranoá	698.022,14
Gama	257.023,96
Sobradinho	300.953,19
Brazlândia	704.241,74
Planaltina	1.183.053,24
TOTAL	**4.460.638,46**

FDR-Crédito - Perspectivas para 2018 - Financiamentos de projetos agropecuários

Discriminação	Projetos	Und	Qtde	
Bovinocultura Leiteira	5	Rés	200	
Custeio Agropecuário	5	Und	5	
Estufas Agrícolas	5	Und	20	
Implementos/Equipamentos Agroindústria	2	Cj	2	
Implementos/Equipamentos Agropecuários	5	Cj	10	
Sistemas Agroflorestais	2	Und	2	
Sistemas de Energia Renovável	3	Cj	3	2.470.288,65
Tratores Agrícolas	3	Und	3	
Veículos Utilitários	2	Und	2	
Microtratores Agrícolas	5	Und	5	
Ocupação do Solo (3)		Ha	1850	
Mão-de-Obra (4)		Pessoa	179	
Familiar		Pessoa	40	
Contratada		Pessoa	104	
Temporária		Pessoa	35	
TOTAL	37			

(3) Média de 50 hectares (ha) por projeto.
(4) Média de 5 mão de obra por projeto.

FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL - FDS – UO: 14.903

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDS é um instrumento indenizatório emergencial, instituído pela Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 33.785 de 13 de julho de 2012, gerido por um Conselho de Administração sob a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, presidido pelo Subsecretário de Defesa Agropecuária, composto por representantes titulares e suplentes indicados pelos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Seagri/DF; Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater/DF.

Missão

Mitigar os prejuízos financeiros causados pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário no âmbito do Distrito Federal.

Objetivos

O FDS possui dois objetivos distintos. O primeiro visa indenizar, as propriedades no âmbito do Distrito Federal, pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário do Distrito Federal. O segundo objetiva suplementar recurso para atender ao desenvolvimento de ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.

Beneficiários

Proprietários que possuam animais atingidos ou que sejam considerados suspeitos de contaminação por doenças infectocontagiosas, podendo representar perigo de disseminação da enfermidade, de acordo com o Código Zoossanitário Internacional e que forem abatidos ou sacrificados sanitariamente por determinação do Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal do Distrito Federal, adquiridos de acordo com as normas de trânsito vigentes e com certificados sanitários exigidos pelo serviço de defesa sanitária animal, e que estejam sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente e, se estiverem adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de cadastro da propriedade, comprovados pelo órgão executor da defesa sanitária animal, bem como a débitos de tributos distritais e federais, comprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e pela Receita Federal do Brasil, respectivamente.

FORÇA DE TRABALHO

O FDS não dispõe de quadro de pessoal próprio

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL	**20.098,00**	**20.098,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL--DISTRITO FEDERAL	20.098,00	20.098,00	0,00	0,00
9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	**40.510,00**	**207.781,00**	**104.963,00**	**104.963,00**
0001 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS-SACRIFÍCIO DE ANIMAIS SUSPEITOS OU DOENTES-DISTRITO FEDERAL	40.510,00	207.781,00	104.963,00	104.963,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**60.608,00**	**227.879,00**	**104.963,00**	**104.963,00**

Recursos Financeiros

Saldo contábil - 2017

Recursos Financeiros		
Conta Contábil	Banco	R$
111110201	Banco de Brasília - BRB	147.583,94
111110301	Banco de Brasília - BRB	8.710,31
Saldo em 31/12/2017		156.294,25

Arrecadações - 2017

Meses	Taxa e multas
Janeiro	19.152,36
Fevereiro	8.814,17
Março	17.505,20
Abril	20.030,37
Maio	6.788,98
Junho	24.473,35
Julho	3.666,39
Agosto	7.809,94
Setembro	8.173,56
Outubro	19.107,60
Novembro	3.551,74
Dezembro	4.591,03
Total	143.664,69

REALIZAÇÕES

Histórico das solicitações

Solicitação			Situação			
Processo	Data	Qtde.	Data	OBS	Qtde.	R$
070-000569/2013	18/04/2013	40	14/10/2013	Liquidado	40	38.768,83
070-000600/2013	25/04/2013	5	14/10/2013	Liquidado	5	6.806,45
070-000551/2014	19/03/2014	4	16/06/2014	Indeferido		
070-002580/2014	27/11/2014	2	02/12/2015	Liquidado	2	3.935,89
070-001304/2015	03/08/2015	1	22/07/2016	Pendências		
070-001313/2015	04/08/2015	1	05/07/2016	Pendências		
070-001403/2015	17/08/2015	1	31/05/2016	Pendências		
070-001643/2015	22/09/2015	1	23/08/2016	Pendências		
070-001644/2015	22/09/2015	1	19/02/2016	Indeferido		
070-001680/2015	25/09/2015	2	23/05/2017	Restrição		
070-001681/2015	25/09/2015	1	13/10/2016	Liquidado	1	2.236,50
070-001702/2015	29/09/2015	1	19/02/2016	Indeferido		
070-001833/2015	13/11/2015	1	29/12/2017	Liquidado	1	2.473,50
070-001858/2015	19/11/2015	5	13/02/2017	Pendências		
070-002036/2015	07/12/2015	7	07/12/2015	Pendências		
070-002049/2015	09/12/2015	40	09/08/2017	Liquidado	40	90.538,38
070-002065/2015	15/12/2015	1	14/06/2016	Indeferido		
070-002066/2015	15/12/2015	1	28/06/2016	Indeferido		
070-000538/2016	02/03/2016	3	13/10/2016	Liquidado	3	5.768,40
070-001138/2016	04/05/2016	1	29/09/2016	Liquidado	1	3.123,54
070-001420/2016	21/06/2016	7	29/12/2017	Liquidado	7	4.251,52
Totais		126			100	157.903,0

Histórico das indenizações

INDENIZAÇÕES	ANO	Processos		Animais		VALOR R$
		Formados	Concluídos	Solicitados	Indenizados	
Pagamento de indenização à produtores rurais, pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário no âmbito do Distrito Federal	2013	2	2	45	45	45.575,28
	2014	2	1	6	0	0,00
	2015	14	1	64	2	3.935,89
	2016	3	7	11	5	11.128,44
	2017	0	3	0	48	97.263,40
TOTAL		**21**	**14**	**126**	**100**	**157.903,01**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**14.000,00**	**7.274,00**	**0,00**	**0,00**
0019 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL-DISTRITO FEDERAL	14.000,00	7.274,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**14.000,00**	**7.274,00**	**0,00**	**0,00**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Desde institucionalização do FADF, foram autuados 21 processos, resultando em 100 animais abatidos por estarem acometidos por doenças infectocontagiosas, sendo 14 produtores rurais indenizados, totalizando um montante de R$ 157.903,01 em indenizações.

As indenizações foram feitas de forma individual diretamente ao beneficiário, correspondente a cada animal, sendo calculada e deferida pelo valor unitário de mercado.

No exercício de 2017 não houve solicitações de indenização.

As solicitações de indenizações indeferidas pelo Conselho Administrativo e Gestor, se deram em função das propriedades dos interessados não se enquadrarem nas normas operacionais do FDS, ou seja, os animais doentes ou suspeitos estavam sendo criados ou mantidos em condições inadequadas de nutrição, saúde, higiene, profilaxia de doenças ou os produtores estavam inadimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de defesa e vigilância agropecuária.

Devido à recente mudança na arrecadação, determinada pela Lei complementar nº 925/2017 que, reverte ao Tesouro do DF o superávit financeiro, no final de cada exercício, doravante o FDS poderá enfrentar escassez de recursos para sua operacionalização, por este motivo foi autuado o processo nº 00070-00011796/2017-21, solicitando a Secretária de Estado de Fazenda do DF o retorno dos valores, principalmente, para atender casos emergenciais.

Perperctivas para 2018

Neste contexto, espera-se concluir a análise dos processos em tramite, bem como, o retorno dos valores referente ao superávit financeiro do Fundo, para posteriores indenizações aos produtores se for o caso.

Superado esta fase, espera-se que não haja no Distrito Federal nenhum novo caso de animal suspeito ou atingido por doenças infectocontagiosas e nem a necessidade de indenizações pelo abate/sacrifícios de animais acometidos por tais doenças.

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 15.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Nos termos do Decreto nº 38.116, de 06 de abril de 2017, cabe à Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal:

I – Planejar, coordenar e executar a política de comunicação do governo;

II – Executar a publicidade governamental e as campanhas educativas e de interesse público;

III – Implementar o relacionamento do governo com os órgãos de comunicação;

IV – Realizar atividades de relações públicas.

Compete à Secretaria, ainda, produzir e divulgar o conteúdo informativo institucional do Governo do Distrito Federal, cumprindo a missão de fazer da comunicação um instrumento de cidadania.

Faz parte, também, das atribuições da Secretaria promover o acesso da população às informações de todas as ações de governo, prestando contas da gestão administrativa do Governo do Distrito Federal, além de conferir excelência e garantir transparência aos atos da Administração Pública.

É de responsabilidade da Secretaria elaborar projetos e ações que contribuam para democratizar a comunicação no Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	9	0	2	3	14
Comissionados sem vínculo efetivo	19	0	97	0	116
Requisitados de órgãos do GDF	13	0	8	0	21
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	0	1
Estagiários	0	1	0	2	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	2	0	7	9
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	41	3	108	12	164
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	1	1
Total Geral	41	3	108	11	163

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	**0,00**	**999.819,00**	**90.979,00**	**80.419,00**
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL--DISTRITO FEDERAL	0,00	90.979,00	90.979,00	80.419,00
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL--DISTRITO FEDERAL	0,00	908.840,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**0,00**	**118.489.713,00**	**115.011.408,61**	**112.862.651,85**
0002 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	75.016.198,00	72.689.323,39	71.322.717,42
0004 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	0,00	43.473.515,00	42.322.085,22	41.539.934,43
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**0,00**	**119.489.532,00**	**115.102.387,61**	**112.943.070,85**

No programa de Realização de Atividades de Comunicação foram realizados serviços de clipping, referente a mídia impressa e eletrônica, local e nacional; e serviços de banco de imagens para aquisição de fotos, ilustrações e outros tipos de imagens para serem utilizados em comunicações em mídias digitais, para atender as necessidades da SECOM. A Secretaria de Estado de Comunicação distribuiu para veiculação na Imprensa Nacional publicações relacionadas às atividades da Administração Direta, bem como publicações referentes a licitações, citações e avisos dos órgãos da Administração Direta, pelo Diário Oficial da União, de matérias de interesse do Governo do Distrito Federal.

A Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria coordenou e realizou 10 (dez) campanhas publicitárias Institucionais; e 10 (dez) campanhas publicitárias de Utilidade Pública, no período de janeiro a abril de 2017, com a finalidade de prestar informações à população do DF.

Com a edição do Decreto nº 38.116, de 06 de abril de 2017, que transformou a Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria na Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal (SECOM), a coordenação das referidas campanhas passou a cargo da desta que, a partir de sua criação, coordenou e realizou outras 37 (trinta e sete) campanhas publicitárias Institucionais e 16 (dezesseis) campanhas publicitárias de Utilidade Pública no período de maio a dezembro de 2017 e deu continuidade as campanhas já existentes.

Foram realizadas ainda despesas com reconhecimento de dívidas, referente ao exercício de 2014, no montante de R$ 6.178.863,33 (seis milhões e cento e setenta e oito mil e oitocentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos) referentes à Publicidade Institucional e R$ 3.723.899,43 (três milhões e setecentos e vinte e três mil e oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos) referentes à Publicidade de Utilidade Pública.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**0,00**	**424.078,00**	**352.114,45**	**352.114,45**
0004 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	0,00	424.078,00	352.114,45	352.114,45
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**0,00**	**424.078,00**	**352.114,45**	**352.114,45**

No período de maio a dezembro foram realizados ressarcimentos salariais referentes a 02 (duas) servidoras requisitadas de outros órgãos, sendo: Ministério do Trabalho e Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

Foram realizadas despesas de indenizações a servidores por exoneração e/ou aposentadoria nos meses de junho a novembro.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**0,00**	**9.795.000,00**	**9.779.987,51**	**9.779.987,51**
0011 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	0,00	9.795.000,00	9.779.987,51	9.779.987,51
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**0,00**	**456.000,00**	**421.021,61**	**421.021,61**
0008 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	0,00	456.000,00	421.021,61	421.021,61
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**0,00**	**152.835,00**	**81.768,18**	**65.901,72**
0018 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	0,00	152.835,00	81.768,18	65.901,72
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**0,00**	**10.000,00**	**1.500,00**	**515,00**
0006 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0,00	10.000,00	1.500,00	515,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**0,00**	**10.413.835,00**	**10.284.277,30**	**10.267.425,84**

As atividades da Secretaria foram iniciadas com suporte logístico e operacional da Secretaria de Estado da Casa Civil e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, com a cessão de material de consumo, equipamentos e mobiliário, conforme preceitua o Art. 6º do Decreto nº 38.116, de 06 de abril de 2017.

Com a edição do Decreto nº 38.164, de 28 de abril de 2017, foram iniciados os trâmites administrativos para aquisição de materiais de consumo e serviços básicos essenciais para a execução das atividades administrativas.

Foi dado suporte técnico-administrativo às atividades fins da Secretaria, sendo que se conseguiu manter as metas na sua área meio.

As ações desenvolvidas pela SECOM, em 2017, procuraram cumprir a programação orçamentária e financeira estabelecida para o exercício.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Considerando que as atividades da Secretaria foram efetivamente iniciadas a partir da edição do Decreto nº 38.164 de 28 de abril de 2017, que transferiu a dotação orçamentária da Casa Civil para a SECOM, as despesas administrativas não foram executadas na totalidade planejada, devido ao longo trâmite processual, sempre vinculado às deliberações da Governança, bem como ao contingenciamento orçamentário imposto com a edição do Decreto nº 38.416/2017, de 21 de agosto de 2017.

As perspectivas para o ano 2018 são de que a Secom possa desempenhar suas atribuições com eficácia e eficiência, realizando suas atividades programadas para o exercício, tanto nas questões administrativas como orçamentárias, atendendo às demandas internas e à atividade fim e prestando contas das ações governamentais para a população do Distrito Federal.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 16.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Cultura foi reestruturada por meio do Decreto nº 21.675/2000 e tem como competências:

- Criar, manter, preservar, estimular e apoiar direta e/ou indiretamente bibliotecas, centros de ação cultural, museus, arquivos, teatros, salas de espetáculos, orquestras, coros, cinemas e outros afins relacionados à área de cultura;
- Formular e executar a política cultural do Distrito Federal;
- Propiciar meios de acesso à cultura, através da manutenção dos bens, espaços e instituições culturais do Distrito Federal;
- Incentivar a produção cultural do Distrito Federal por meio do Fundo da Arte e da Cultura - FAC;
- Incentivar os programas de valorização e profissionalização dos artistas e técnicos do Distrito Federal;
- Promover e incentivar festivais, seminários, temporadas e programas de intercâmbio cultural, artístico e científico;
- Promover, apoiar e patrocinar eventos de cunho artístico e cultural da cidade e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno;
- Programar, coordenar, organizar, executar e fiscalizar anualmente o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, direta ou indiretamente;
- Adquirir, arrendar, manter ou administrar teatros, cinemas, galerias, museus, bibliotecas, orquestras, salas de espetáculos e outros espaços de apresentações culturais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	19	77	9	192	297
Comissionados sem vínculo efetivo	69	0	37	0	106
Requisitados de órgãos do GDF	4	3	5	4	16
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	31	0	3	34
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	40	0	0	40
Terceirizados (FUNAP)	0	9	0	0	9

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	94	160	51	199	504
(-) Cedidos para outros órgãos	11	0	0	0	11
Total Geral	83	160	51	199	493

Em 2017 a secretaria remunerou, em média, 432 servidores em geral; acolheu 34 estagiários pelo convênio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE; 40 jovens aprendizes do projeto Jovem Candango por meio de convênio com as empresas: Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - Renapsi e Obras Sociais Jerônimo Candin - OSJC, além de uma média de 9 (nove) terceirizados apenados, para prestação de serviços gerais e reprografia pelo convênio com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, alcançando o objetivo proposto na LOA 2017.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0022 - APOIO A EVENTOS-APOIO AOS EVENTOS DAS PARÓQUIAS DO GAMA- GAMA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	**3.870.000,00**	**2.888.124,00**	**814.395,91**	**814.395,91**
0002 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3.870.000,00	2.888.124,00	814.395,91	814.395,91
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**4.120.000,00**	**2.888.124,00**	**814.395,91**	**814.395,91**

Em 2017, por meio do edital nº 04/2017-SEC/GDF, o Instituto Bem Cultural foi selecionado para firmar parceria com a Secretaria de Estado de Cultura para execução do projeto Território Criativo, a ser tratado mais especificamente no âmbito dos Termos de Fomento e Colaboração deste relatório, que promove ações de formação dentro do programa. Vale destacar as seguintes ações do termo:

I) inauguração e ativação do Espaço Território Criativo, anexo térreo da Biblioteca Nacional, com infraestrutura inclui uma área de *coworking, sala de reuniões ou atendimentos e sala de treinamento;*

II) instituição do programa por meio da Portaria nº 251, de 30 de agosto de 2017;

III) instituição, designação de membros e realização da primeira reunião do conselho de Economia Criativa do Distrito Federal;

IV) desenvolvimento de Acordo de Cooperação Técnica junto à CODEPLAN DF para desenvolvimento de painel de indicadores sobre a economia criativa no Distrito Federal;

V) seleção de consultores para desenvolvimento dos diagnósticos dos setores produtivos da moda e música do Distrito Federal e para desenvolvimento da estratégia de promoção do acesso a crédito produtivo por empreendimentos criativos locais.

Foi assinado o Termo de Colaboração nº 10/2017, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e o Instituto Bem Cultural, nos termos do edital supracitado, para a realização do projeto que consiste em oferecer suporte a profissionais e empreendedores criativos, por meio da oferta de consultoria e assessoria técnica, capacitação profissional, qualificação para gestão de projetos de micro e pequenos empreendimentos, gestão e programação de espaço de coworking e promoção de eventos técnicos e culturais. O termo foi firmado no valor total de R$ 786.196,00 (setecentos e oitenta e seis mil, cento e noventa e seis reais) com vigência até 28/04/2018. Inicialmente foram adquiridos materiais permanentes para atender o projeto sendo: bebedouro elétrico; ar condicionado; cavalete sustentação; impressoras; microcomputadores e tela de projeção. O resultado para o período foi alcançado com êxito, e a população atendida de empreendedores culturais e criativos atingiu 1.200 pessoas.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**183.789,00**	**183.500,00**	**142.816,15**	**122.816,15**
8389 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	183.789,00	183.500,00	142.816,15	122.816,15
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**183.789,00**	**183.500,00**	**142.816,15**	**122.816,15**

No exercício 2017 foi acolhida, em média, a quantidade de 9 trabalhadores sentenciados terceirizados para prestação de mão-de-obra por meio de convênio com a FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, atuando nos serviços administrativos de atividade-meio nesta Secretaria de Estado de Cultura. O objetivo proposto foi alcançado ao final do período.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3110 - REFORMA DO PÓLO DE CINEMA	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - REFORMA DO PÓLO DE CINEMA-SECRETARIA DE CULTURA- SOBRADINHO	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PAT-REFORMA DO TEATRO NACIONAL - FASE 01 - REABERTURA DA SALA MARTINS PENA-REGIÃO I - PLANO PILOTO .	500.000,00	0,00	0,00	0,00
3350 - REFORMA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	100.000,00	0,00	0,00	0,00
3364 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	**95.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	95.000,00	0,00	0,00	0,00
3402 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	100.000,00	0,00	0,00	0,00
3458 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA	**100.000,00**	**2.716.285,73**	**1.789.853,33**	**1.320.777,67**
0001 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	100.000,00	2.716.285,73	1.789.853,33	1.320.777,67
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	**150.000,00**	**149.999,00**	**139.923,15**	**129.077,15**
0001 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	150.000,00	149.999,00	139.923,15	129.077,15
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	**200.000,00**	**48.935,00**	**48.934,40**	**45.228,40**
0002 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	48.935,00	48.934,40	45.228,40
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	**1.500.000,00**	**875.889,80**	**860.562,24**	**850.264,81**
0001 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	875.889,80	860.562,24	850.264,81
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA-APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	**6.000.000,00**	**1.074.587,00**	**1.005.636,33**	**1.003.671,37**
0001 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	6.000.000,00	1.074.587,00	1.005.636,33	1.003.671,37
2817 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	**3.000.000,00**	**2.500.000,00**	**2.500.000,00**	**2.500.000,00**
0001 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	**5.850.000,00**	**8.628.767,00**	**7.978.222,04**	**6.268.863,82**
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	4.800.000,00	6.128.767,00	5.823.328,50	4.113.970,28
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO À REALIZAÇÃO DA PAIXÃO DO CRISTO NEGRO - 19ª EDIÇÃO EM SAMAMBAIA-REGIÃO XII - SAMAMBAIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0011 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO À CONTINUAÇÃO DO PROJETO EDUCARTE - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO-REGIÃO XIV - SÃO SEBASTIÃO	200.000,00	350.000,00	349.643,21	349.643,21
0012 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO PROJETO CORO SINFÔNICO COMUNITÁRIO DA UNB""-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0013 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO PROJETO OFICINAS DAS ARTES EM SÃO SEBASTIÃO-REGIÃO XIV - SÃO SEBASTIÃO	300.000,00	300.000,00	299.871,17	299.871,17
0014 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	300.000,00	255.504,16	255.504,16
0016 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS REALIZADAS PELO "T-BONE"-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	149.875,00	149.875,00
0017 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIOA ATIVIDADES CULTURAIS DO CLUBE DO CHORO- PLANO PILOTO .	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
0021 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO BATUCAR-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0024 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-REALIZAÇÃO DO PROJETO CARAVANA CULTURAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
0026 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO USINA DE PROJETOS CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	0,00	0,00
2838 - MOSTRA BRASÍLIA	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MOSTRA BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2843 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS-LEI 5.573/2015-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	**350.000,00**	**2.740.210,00**	**498.700,75**	**451.024,61**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	350.000,00	2.740.210,00	498.700,75	451.024,61
2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	**1.000.000,00**	**158.268,00**	**108.267,26**	**83.026,88**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	158.268,00	108.267,26	83.026,88
2978 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	**600.000,00**	**550.000,00**	**534.413,70**	**534.413,70**
0001 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DF ENTORNO	600.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS- DO CLUBE DO CHORINHO-DISTRITO FEDERAL	0,00	500.000,00	484.413,70	484.413,70
0003 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO A EVENTOS QUE PROMOVA COMBATE A HOMOFOBIA E DIVERSIDADE CULTURAL-DF ENTORNO	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
3304 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA	**8.410.000,00**	**1.353.412,00**	**698.710,03**	**58.710,03**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	8.410.000,00	1.353.412,00	698.710,03	58.710,03
3308 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "FORA DA ESTANTE"	**2.756.000,00**	**203.592,00**	**203.127,19**	**203.127,19**
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "FORA DA ESTANTE"-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2.756.000,00	203.592,00	203.127,19	203.127,19
3340 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF	**10.870.000,00**	**4.468.369,00**	**4.218.458,90**	**4.156.358,90**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	10.870.000,00	4.468.369,00	4.218.458,90	4.156.358,90
3348 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	**10.638.995,00**	**1.956.954,00**	**1.674.657,15**	**1.174.657,15**
0001 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – SECRETARIA DE CULTURA – DISTRITO FEDERAL	10.638.995,00	1.756.954,00	1.674.657,15	1.174.657,15
0003 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL-MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CATEDRAL DO DF - LEI 5609/2016-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	0,00	0,00
3510 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU - CEILÂNDIA-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**6.850.000,00**	**7.128.928,00**	**6.898.508,10**	**6.898.508,10**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS EM TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	3.206.394,00	3.025.890,79	3.025.890,79
0002 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A PROJETOS, ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	1.702.534,00	1.682.533,43	1.682.533,43
0005 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA VIA SACRA AO VIVO DE PLANALTINA-REGIÃO VI - PLANALTINA	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
0007 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0017 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FESTA MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0018 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DE PROMOÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS EM PROL DE TODAS AS REGIÕES-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	570.000,00	552.808,23	552.808,23
0020 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DA PAIXÃO DO CRISTO NEGRO-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
0031 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-QUILOMBO NAS ESCOLAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
0047 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A RELIZAÇÃO DO EVENTO UM SOM COM A COMUNIDADE- CEILÂNDIA	0,00	50.000,00	45.899,15	45.899,15
0049 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO PROJETO COMESOUL- PLANO PILOTO .	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
0050 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-AOPIO AO EVENTO AVIVA HIP HOP- SANTA MARIA	0,00	150.000,00	149.999,98	149.999,98
0051 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO EVENTO CAMPEONATO DE STYLOS-DISTRITO FEDERAL	0,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
0052 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO PROJETO SOCIAL ARTE CULTURA E CIDADANIA-CEILÂNDIA	0,00	50.000,00	49.747,50	49.747,50
0054 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO PROJETO "A QUEBRADA EM CENA"- SANTA MARIA	0,00	100.000,00	99.999,94	99.999,94
0063 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EDUCAR CAPOEIRA-DISTRITO FEDERAL	0,00	40.000,00	38.235,40	38.235,40
0064 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINSITRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	199.670,00	199.670,00
0067 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO PROJETO CARAVANA CULTURAL DO-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	296.400,00	296.400,00
0069 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0,00	70.000,00	67.323,68	67.323,68
4090 - APOIO A EVENTOS	**6.010.000,00**	**5.519.999,00**	**5.029.971,02**	**4.913.615,98**
0008 - APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS NA CASA DO CANTADOR	1.400.000,00	625.000,00	616.000,00	616.000,00
0015 - APOIO A EVENTOS-APOIO À FESTA DO MORANGO DE 2017-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0017 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO XVII ENCONTRO DE VIOLEIROS DO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00
0018 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE CULTURAL FOLIA DE REIS-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00
0019 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0020 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DAS QUADRILHAS JUNINAS-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0021 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS EM TODO DF - 2017-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	139.999,00	136.200,73	136.200,73
0023 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE BRASILIA-REGIÃO I - PLANO PILOTO .	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0024 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO MARRECORE E GAMAICA NO GAMA-REGIÃO II - GAMA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0025 - APOIO A EVENTOS-APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DA ARTECEI EM CEILÂNDIA-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
0026 - APOIO A EVENTOS-APOIO AOS PROJETOS DA SEXTA DO REPENTE E SABADÃO DO FORRO DA CASA DO CANTADOR-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	300.000,00	300.000,00	300.000,00	292.000,00
0027 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO FESTA DAS TRIBUS""-DISTRITO FEDERAL	80.000,00	0,00	0,00	0,00
0028 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DA VIA SACRA DOS SURDOS-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	150.000,00	40.826,77	40.826,77
0029 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO YO! MUSIC""-DISTRITO FEDERAL	580.000,00	0,00	0,00	0,00
0030 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO XVII ENCONTRO DE VIOLEIROS REALIZADO PELO CLUBE DO VIOLEIRO CAIPIRA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	250.000,00	249.911,32	249.911,32
0031 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE CULTURAL FOLIA DE REIS, REALIZADA PELO CLUBE DO VIOLEIRO CAIPIRA DE BRASILIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	400.000,00	399.652,24	399.652,24
0032 - APOIO A EVENTOS-PROJETO MOSSORÓ DAYÓ-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	223.033,00	223.033,00
0040 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTO DO CENTRO CULTURAL FERROCK-CEILÂNDIA	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
0041 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO ENCONTRO DE VIOLEIROS CAIPIRAS, REALIZADO PELO CLUBE DE VIOLEIRO CAIPIRA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
0044 - APOIO A EVENTOS-NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0,00	60.000,00	59.930,76	59.930,76
0052 - APOIO A EVENTOS-APOIO A ATIVIDADES DO CLUBE DO CHORO-DISTRITO FEDERAL	0,00	500.000,00	494.370,00	494.370,00
0062 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA 15ª FESTA COMUNITÁRIA DA FEIRA DA GUARIROBA/P.SUL- CEILÂNDIA	0,00	100.000,00	0,00	0,00
0063 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO A FEIRA TEM CULTURA NORDESTINA - ASSOCIAÇÃO DOS FORROZEIROS DO DF - CNPJ 08.760.998/0001-34-DISTRITO FEDERAL	0,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00
0064 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO 1º FESTIVAL DE VIOLA CAIPIRA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL	0,00	120.000,00	119.860,00	119.860,00
0065 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO HIP HOP NAS ESCOLAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
0066 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO DA REVISTA TRAÇOS-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
0067 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO DA REVISTA TRAÇOS-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
0072 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO DA REVISTA TRAÇOS-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	93.373,20	93.373,20
0084 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE PARTE DO FESTIVAL DE MÚSICA GOSPEL DE 2017 - PROM. PELA FED. ASSOCIATIVA DOS CANTORES EVANGÉLICOS (CNPJ: 17.652.052/0001-45)-DISTRITO FEDERAL	0,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
0087 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0,00	30.000,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0089 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO STREET BATTLE-DISTRITO FEDERAL	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
0090 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO PERIFERIA 360º-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	99.855,88	99.855,88
0091 - APOIO A EVENTOS-DESFILE DA BELEZA NEGRA-DISTRITO FEDERAL	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
0093 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO FESTIVAL DE FILMES FANTÁSTICOS - ANJO EXTERMINADOR-DISTRITO FEDERAL	0,00	30.000,00	0,00	0,00
0095 - APOIO A EVENTOS-ENCONTRO CULTURAL DE HIP HOP-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	99.900,00	99.900,00
0097 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	199.591,00	94.591,00
0098 - APOIO A EVENTOS-REALIZAÇÃO DO PROJETO HIP HOP CONTRA A FOME-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
0107 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO JORNADA LITERÁRIA DO DISTRITO FEDERAL (ASSOCIAÇÃO CULTURAL JORNADA LITERÁRIA DO DISTRITO FEDERAL CNPJ: 16.665.787/0001-40)-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	0,00	0,00
0016 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	250.000,00	232.466,12	229.111,08
4091 - APOIO A PROJETOS	**300.000,00**	**390.000,00**	**388.253,59**	**388.253,59**
0001 - APOIO A PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0013 - APOIO A PROJETOS-APOIO A REALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO OCUPAÇÃO CULTURAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS, A SER DESENV. E COORD. PELA ASSOC. TRAÇOS DE COMUN. E CULTURA-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	198.294,10	198.294,10
0015 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO INSTITUTO ACESSO-DISTRITO FEDERAL	0,00	190.000,00	189.959,49	189.959,49
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	**3.900.000,00**	**3.373.309,64**	**3.373.308,78**	**3.373.308,78**
0001 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	3.900.000,00	3.373.309,64	3.373.308,78	3.373.308,78
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**69.759.995,00**	**43.837.505,17**	**37.949.507,96**	**34.352.888,13**

O relatório abarca as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Cultura como um todo durante o exercício 2017.

No início do exercício foi repassado recurso orçamentário/financeiro ao Memorial JK, cumprindo-se o contrato de manutenção e conservação do Museu, inclusive com despesa de pessoal para o período.

Realizou-se a obra de readequação do Centro de Danças do DF, iniciada em outubro de 2014, em parceria com a NOVACAP. Houve acompanhamento de técnico especializado desta secretaria no desenvolvimento do projeto de reforma, compatibilizando a arquitetura e propondo soluções para o andamento adequado da obra. Conclui-se em 78,02% da obra no exercício de 2017, prorrogando-se o prazo até abril de 2018, prazo, esse, previsto para a reabertura do equipamento.

Em relação à Rádio Cultura FM, foram pagas as taxas referentes à ECAD, mantendo o funcionamento normal no período.

No Cine Brasília, além da programação comercial da Temporada de Concertos Regulares da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, que teve um público de 25.137 pessoas, e das mostras e festivais por ele acolhidos, também houve ensaios, sendo as sessões comerciais das terças-feiras suspensas e a pauta para agendamentos nos turnos manhã e tarde limitadas às quartas-feiras, em virtude da agenda com a programação do

projeto CulturaEduca. Esse projeto implementado por meio da Portaria nº 234, de 16/08/2017 objetivou a realização de visitas socioeducativas para estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino do DF, no âmbito de três eixos de ação, sendo um deles os Concertos Didáticos que propiciaram um processo de iniciação musical para jovens por meio de ações junto à Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, atendendo crianças de escolas públicas do DF, o que atingiu um público de 80.380 pessoas ao longo do exercício. A programação comercial do espaço constou de 72 filmes de longa-metragens mediante negociações com distribuidoras de filmes, que foram exibidos em 3 sessões diárias, com exceção das terças-feiras, e alcançou um público de 25.297 pessoas, conforme pode constatar o quadro abaixo:

FILMES COM BILHETERIA 2017			
PERÍODO		FILME	PÚBLICO
05/01	22/02	Eu, Daniel Blake	2991
12/01	24/01	O Apartamento	530
12/01	25/01	O Homem que caiu na Terra	488
26/01	15/02	Mistério da Costa Chanel	431
26/01	08/02	O Ignorante	218
02/02	15/02	A Morte de Luis XIV	354
09/02	27/02	Redemoinho	119
09/02	03/03	Cícero Dias	118
11/02	08/03	Eu não sou seu negro	994
12/02	01/03	A Cidade onde envelheço	183
23/02	08/03	Bawkaw	140
02/03	26/03	Santoro	148
04/03	05/03	Waiting for B	8
09/03	16/03	Olhar Instigado	5
09/03	05/04	Souvenir	438
09/03	29/03	Hiroshima, meu amor	205
11/03	05/04	O Filho de Joseph	288
16/03	25/03	Jonas e o Circo de Lona	17
23/03	25/03	Volta à Terra	140
08/04	09/04	Abril e o Mundo Extraordinário	168
15/04	16/04	Um Gato em Paris	38
07/04	09/04	Travessia	24
23/04	23/04	O Menino da Floresta	42
13/04	26/04	Martírio	386
02/04	26/04	Imprevistos de uma noite em Paris	367
30/03	26/04	O Ornitólogo	342
16/03	26/04	Era o Hotel Cambridge	342
23/03	12/04	Volta à Terra	140
27/04	03/05	Elon não acredita na morte	20
27/04	22/05	O Sonho de Greta	263
27/04	24/05	Nojoon, 10 anos, divorciada	324
29/04	07/05	Asterix e o domínio dos deuses	129
04/05	24/05	A Família Dionti	115
12/05	24/05	Joaquim	52
13/05	14/05	Kiriku	16
13/05	13/05	Taego Âwa	30
27/05	28/05	Zarafa	22
25/05	01/06	A vida após a vida	303
18/05	07/06	Um Casamento	47
25/05	14/06	Melhores Amigos	114
25/05	14/06	As mil e uma noites I, II e III	135
25/06	02/08	Divinas Divas	1213

08/06	02/07	Um homem chamado Ove	281
15/06	05/07	A mulher que se foi	67
24/06	30/07	Mulher do pai	585
06/07	09/08	Perdidos em Paris	887
13/07	06/08	Fala comigo	262
20/07	02/08	O futuro perfeito	201
27/07	30/07	Animações russas	1659
03/08	16/08	Rifle	45
03/08	23/08	O dia mais feliz da vida de Olliv Maki	191
03/08	04/09	O filma da minha vida	891
11/08	30/08	Los Modernos	304
17/08	06/09	Corpo elétrico	208
24/08	04/10	Foucault	260
24/08	06/09	Truman	94
31/08	10/09	Os campos voltarão	142
01/09	10/09	Eva não dorme	122
07/09	10/09	Amanhã	114
08/09	08/09	As duas Irenes	352
16/09	23/09	50º Festival de Cinema de Brasília	3343
26/09	11/10	Pendular	69
14/10	25/10	A garota do armário	322
16/11	06/12	Colo	133
16/11	30/11	Maria, não se esqueça que venho	147
02/11	29/11	Cidade dos sonhos - MULHOAND DRIVE	712
16/11	29/11	Invisível	70
27/10	25/11	O Formidável	721
12/10	25/10	Na praia à noite sozinha	206
27/10	15/11	El Amparo	117
30/11		Barreiras	172
10/12	10/12	Corpo Delito	65
07/12		A bela da tarde	108
TOTAL			25.297

Foram realizadas 18 Mostras Cinematográficas e, além do 50º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, o Cine Brasília recebeu programações em parcerias com embaixadas, órgãos públicos e associações, com o quantitativo de público de 29.946 pessoas, conforme tabela abaixo:

DATA	MOSTRA	PÚBLICO
31/03	Abertura - Adeus Europa	192
01/04	Um sino para o Pequeno Urso	108
01/04	Mahler no Divã	205
02/04	Flores de Cereja	180
02/04	Z'alp	125
22 a 29/02	Mostra Anime Criative	1733
17 a 17/05	Festival de Cinema Europeu	1938
18 a 21/05	Festival Cinema Europeu	1476
20 a 23/04	Lobo Fest - 9º Festival de filmes Curtíssimos	6194
15 a 21/06	Mostra de Cinema Croata	537
22/06 a 02/07	Festival LGTI	1810
24 a 30/08	Mostra Cinema Argentino	2469
12/10	Mostra de Cinema Japonês	2212
18 a 22/10	Mostra de Cinema atual Espanhol	2095
23 a 26/11	Mostra Dominicana	413

30/11	Mostra Russa	1156
05/12	Mostra Embaixada da Rússia	1156
10 a 12/11	Mostra First Steps	462
14 a 17/12	6º Curta Brasília	5485
TOTAL		29.946

Temporada de Concertos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro realizada no Cine Brasília, com público de 25.137 pessoas:

DATA	EVENTO	LOCAL	PÚBLICO
07/02	Concerto orquestra	sala de exibição	795
14/02	Concerto orquestra	sala de exibição	720
07/03	Concerto orquestra	Abertura da ópera "As bodas de Figaro"	747
14/03	Concerto orquestra	Abertura "O Poeta e o Camponês"	580
21/03	concerto orquestra	sala de exibição	720
28/03	concerto orquestra	sala de exibição	506
01/04	concerto orquestra	apresentação especial	485
04/04	concerto orquestra	sala de exibição	815
25/04	concerto orquestra	sala de exibição	632
09/05	concerto orquestra	sala de exibição	550
16/05	concerto orquestra	sala de exibição	720
23/05	concerto orquestra	sala de exibição	705
30/05	concerto orquestra	sala de exibição	570
06/06	concerto orquestra	sala de exibição	719
13/06	concerto orquestra	sala de exibição	700
20/06	concerto orquestra	sala de exibição	710
27/06	concerto orquestra	sala de exibição	270
04/07	concerto orquestra	sala de exibição	605
11/07	concerto orquestra	sala de exibição	1005
18/07	concerto orquestra	sala de exibição	1159
01/08	concerto orquestra	sala de exibição	450
01/08	concerto orquestra	sala de exibição	700
08/08	concerto orquestra	sala de exibição	526
15/08	concerto orquestra	sala de exibição	605
22/08	concerto orquestra	sala de exibição	660
28/08	concerto orquestra	sala de exibição	677
05/09	concerto orquestra	sala de exibição	548
12/09	concerto orquestra	sala de exibição	596
03/10	concerto orquestra	sala de exibição	250
10/01	concerto orquestra	sala de exibição	677
17/10	concerto didático	sala de exibição	540
17/10	concerto didático	sala de exibição	642
26/10	concerto didático	sala de exibição	600
30/10	concerto didático	sala de exibição	280
07/11	concerto orquestra	sal ade exibição	694
14/11	concerto orquestra	sala de exibição	600
21/11	concerto orquestra	sala de exibição	609
28/11	concerto orquestra	sala de exibição	470
05/12	concerto orquestra	sala de exibição	670
12/12	concerto orquestra	sala de exibição	630
TOTAL			25.137

A programação comercial, as mostras temáticas e os festivais no Cine Brasília aconteceram em conformidade com o planejado pelo curador do espaço. O público total atingido foi de 80.380 pessoas, excetuando-se o período de realização do 50º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Alcançou-se o objetivo proposto.

Com a marca da reflexão e da crítica, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro realizou a sua 50ª edição entre os dias 15 e 24/09/2017. Com uma edição histórica, pela primeira vez o festival foi realizado ao longo de dez dias, contando com a presença de produções representativas de todas as regiões do Brasil e oferecendo um amplo painel de produção cinematográfica nacional. As exibições das mostras programadas no festival, assim como diversas outras atividades, aconteceram em quase todo o Distrito Federal sendo: Cine Brasília, Museu da República, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Riacho Fundo I, entre outras localidades. Ao longo desse período o público pôde assistir aos filmes das mostras competitivas e das mostras paralelas, além de comparecer aos debates, painéis, conversas, encontros, masterclass e lançamentos de livros, realizados em vários locais da cidade. Essa edição foi realizada de maneira inédita, por meio de um edital de chamamento público aberto pela Secretaria de Estado de Cultura que, por meio de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), possibilitou que Organizações da Sociedade Civil (OSC) disputassem vaga para realizar o evento. Este foi um importante passo que possibilitou maior eficiência e economicidade no projeto. O 50º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro foi presidido pelo Secretário de Estado de Cultura, Luis Guilherme Almeida Reis, com coordenação geral de Sara Rocha (coordenadora de audiovisual), Henrique Rocha (diretor de participação especial) e o crítico e professor de cinema Eduardo Valente (diretor artístico). Contou com o patrocínio da NET/CLARO, Petrobras, BNDES, Banco de Brasília (BRB), Laboratório SABIN e com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura do DF e Lei Rouanet. O projeto foi realizado pelo Instituto Alvorada Brasil, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura do DF.

O festival abriu inscrições para a seleção de filmes da Mostra Competitiva que ocorreu no período de 7 de junho a 7 de julho de 2017 e contou com o maior número de produções inscritas em toda a história do festival: ao todo 778 filmes (25% a mais do que na 49ª edição) foram inscritos para disputar o Troféu Candango, um dos mais prestigiados prêmios do cinema brasileiro.

Foram publicados também outros quatro regulamentos que contemplaram filmes e artistas para mostras e atividades programadas no festival. Foram eles:

1. FestUniBrasília - I Festival Universitário de Cinema Brasília;

2. Edital Mostra Brasília - Troféu Câmara Legislativa;

3. Mostra Futuro Brasil; e

4. Seleção do cartaz especial da 50ª edição do festival.

Além da entrega do Troféu Candango, o festival trouxe a novidade de realizar o pagamento de cachês de seleção aos filmes concorrentes. Ao todo foram pagos R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) em cachês de seleção, a exemplo de grandes festivais nacionais e ao redor do mundo. O cachê de seleção pago aos longa-metragens foi de R$ 15.000,00 (quinze mil reais); para os participantes das sessões Hors Concours foi de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e para os curta-metragens R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Nas Mostras Paralelas os longa-metragens receberam o cachê no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) cada.

A Mostra Futuro Brasil foi uma das novidades desta edição. Pensada por Eduardo Raccah e Eduardo Valente, exibiu filmes em sessões exclusivas para produtores de cinema e curadores de festivais internacionais convidados. Nas atividades da Mostra Futuro Brasil estiveram presentes representantes dos seguintes festivais: Sundance Film Festival (Estados Unidos); BAFICI (Festival Internacional de Cine Independente de Buenos Aires) e Festival do Filme de Munique (Alemanha). Além disso, a mostra contou com um representante da revista francesa Cahiers du Cinéma, que acompanhou as sessões para a produção de uma cobertura jornalística. Outra grande novidade foi o Ambiente de Mercado, com a programação realizada entre os dias 20 e 22 de setembro, que se dividiu nos eixos: paineis, conversa com players,

oficina de Pitching, clínicas de projetos e Pitchings Abertos. Os participantes lotaram as salas do Centro Cultural do Complexo Brasil 21 e entraram em contato com produtores, programadores, agentes de vendas, distribuidores e exibidores, proporcionando assim um ponto de convergência das múltiplas oportunidades mercadológicas relacionadas à distribuição e à comercialização de conteúdos para TV, cinema, VOD, internet e novas mídias. O Ambiente de Mercado contou com o apoio do SEBRAE-DF, no intuito de promover oportunidades de negócios e aprimoramento profissional aos premiados. O foco foi a participação de projetos do DF, em eventos de mercado nacional e internacional. O Ambiente de Mercado foi uma grande oportunidade para os realizadores brasilienses ampliarem suas redes e fortalecerem o audiovisual do DF. Houve uma circulação de 25 a 600 pessoas, com 400 inscrições diretas, entre site e credenciamento presencial. Foram 49 players palestrantes do DF, do Centro Oeste, e de todas as regiões brasileiras e do exterior.

Com o intuito de descentralizar as atividades do festival, tornando-o mais democrático, foram realizadas dezenas de atividades fora do Plano Piloto. As ações de descentralização compreenderam atividades em 11 regiões administrativas, incluindo programações multiculturais. Os filmes das Mostras Competitivas, Mostra Brasília e Festivalzinho foram exibidos conforme a programação divulgada em espaços e horários distintos. Levando em consideração a intensa grade de programação, a distribuição dos filmes foi pensada de maneira a evitar, dentro do possível, o choque de sessões. A ideia, portanto, foi possibilitar que o público acompanhasse as diferentes mostras e sessões. Receberam exibições do festival os seguintes espaços: Cine Brasília, Museu da República, Teatro da Praça em Taguatinga, Teatro de Sobradinho, administração do Riacho Fundo I, Espaço Semente, no Gama, embaixada da França, Fercal, São Sebastião, Estrutural, Recanto das Emas e Paranoá, compondo a programação do cinema voador.

Como uma das novidades deste ano, o festival criou um aplicativo de celular exclusivo para a 50ª edição do projeto. O APP foi utilizado para facilitar o acesso do público e de convidados às programações do festival e ofereceu roteiros turísticos para quem visitou a cidade. Além disso, ele foi utilizado para a realização das votações, garantindo que o público atuasse ativamente na escolha do filme vencedor da categoria Júri Popular nas Mostras Competitivas.

Para celebrar o meio século de histórias do festival foi organizada e lançada uma publicação especial com o nome "Entre Olhares e Afetos - 50 Festivais de Brasília do Cinema Brasileiro". O conceito do livro foi sugerido por seus organizadores: a professora Rose May Carneiro, Sérgio Bazi e Sérgio Moriconi. Além deles, diversos jornalistas e críticos de cinema contribuíram com 27 textos e referências sobre o tema proposto. A organização do texto foi realizada ainda, juntamente com os jornalistas Pedro Brandt, Ulisses de Freitas e o designer Gabriel Menezes. A publicação foi realizada em parceria com a Universidade de Brasília e em suas 160 páginas traz fotos de atores, atrizes cineastas e personalidades do cinema brasileiro em diversos momentos da trajetória do histórico festival, desde os bastidores às premiações com o Troféu Candango.

Cumpre ressaltar que a Petrobras firmou patrocínio direto, sem renúncia fiscal, com o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, por meio do Instituto Alvorada Brasil, por dois anos consecutivos - 2017 e 2018, no valor global de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) sendo R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por exercício fiscal. Importante frisar que o referido compromisso contratual só foi possível graças à adoção do novo modelo de parceria com organização da sociedade civil, firmada por meio do edital de Chamamento Público nº 02/2017. A Petrobras, em ação inédita, estabeleceu com o festival o Prêmio Petrobras de Cinema, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), vertidos em contrato de distribuição para os filmes de longa-metragem mais bem avaliados pelo júri popular nas categorias Competitiva Nacional e Mostra Brasília, R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), respectivamente.

Os investimentos realizados para atender o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro por Termo de Colaboração no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e recursos complementares captados através da Lei Rounet pelos patrocinadores: Laboratório Sabin R$ 200.000,00 (duzentos mil reais); BNDES (edital público) R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); BRB R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e pela Lei de Incentivo Cultural através da investidora

Net Claro de R$ 681.000,00 (seiscentos e oitenta e um mil reais) contribuíram para os resultados alcançados em conformidade com o planejamento definido pelo Termo de colaboração. O evento atingiu um público de 60.000 pessoas durante todo o período de realização.

A produção do 57º Aniversário de Brasília, ocorrida no mês de abril, contou com a realização de contratações de artistas por meio de edital de chamamento público e contratos de inexigibilidade, estruturas em geral, exposições, espetáculos teatrais e outros. As apresentações ocuparam diversos locais do DF: o Museu Nacional da República; a Torre de TV; a Casa do Cantador - Ceilândia, com a realização do Encontro da Rede de Pontos e Pontões de Cultura, de 14 a 16/04; as estações do Metrô; o Complexo Cultural Três Poderes com atividades diversas e espetáculos teatrais, comemorando ainda os 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. As exposições comemorativas aconteceram no Museu Nacional: Projeto Museu 10 Anos MAB/MUN, de 19/04 a 04/06; no SESC da 504 Sul: "Brasília, cidade que eu inventei", de 05 a 13/04; no Museu Vivo da Memória Candanga: "Um Olhar sobre Brasília", de 20/04 a 31/05. No Memorial dos Povos Indígenas foi realizada a Semana da índio, com a Mostra de Cultura dos Povos Indígenas, de 17 a 23/04, entre outras atividades. As comemorações do 57º aniversário da cidade, no geral, atraíram um público de aproximadamente 50.000 pessoas.

O Carnaval 2017 foi realizado inicialmente contando com serviço de consultoria e apresentações em vários locais do DF: Complexo Cultural da República: Museu Nacional e Biblioteca Nacional de Brasília; nas mediações da Funarte e nas regiões administrativas do DF; com estruturas em geral, desfiles de escolas de samba e blocos carnavalescos, contratações artísticas por chamamento público e baile da 3ª idade. Contou com um público confirmado de aproximadamente 1.500.000 pessoas.

Em 2017, entre as atividades culturais da secretaria, realizaram-se seminários:

- Seminário de Cultura do DF, nos dias 17 e 18/02, na Câmara Legislativa;

- Seminário de Cultura, no dia 18/03, no Museu Nacional, apoio com estruturas e público de 200 pessoas;

- I Seminário de Conselhos de Cultura do DF, com estruturas em geral, de 31/03 a 02/04, no Museu Nacional, com público aproximado de 250 pessoas;

- Seminário de Equidade de Gênero nas Profissões da Cultura;

– II Semina: oficinas de palhaçaria, discotecagem, rima e apresentações musicais, no período de 13 a 17/03, com contratações artísticas por meio de convite, na Casa Abrigo e no CCBB;

- Seminário de Revisão Institucional do Memorial dos Povos Indígenas, de 08 a 18/05, apoio com estruturas.

Ao longo de sua história, o Memorial dos Povos Indígenas (MPI) atravessou diferentes fases que refletiram não apenas contextos políticos e administrativos distintos como também concepções diversas sobre os propósitos e objetivos da instituição. Em 2017, ano em que se completaram 30 anos de sua construção, a secretaria concentrou esforços e recursos para promover debates que permitam uma avaliação da trajetória da instituição e de sua situação atual. Este processo de revisão institucional tem por finalidade conferir mais clareza sobre a vocação do MPI, bem como aprimorar seus princípios norteadores e sua atuação no cenário cultural do DF e no cenário nacional de instituições que atuam pelo reconhecimento e apoio aos povos indígenas. Em novembro de 2016, a Fundação Ford, por meio do Institute of Internacional Education (IEE) viabilizou a contratação de uma consultoria de pesquisa para o desenvolvimento de proposta de plano museológico de gestão do MPI, envolvendo levantamento de dados sobre o histórico da instituição e da coleção; proposta de revisão e atualização da missão, visão, valores e objetivos institucionais; desenvolvimento de diagnóstico atual, destacando desafios e potencialidades; análise e proposta de planejamento de programas e projetos em andamento e a desenvolver; revisão de funções de equipe e organograma e proposta de estratégias de gestão e captação de recursos. Além de encontros presenciais com a equipe da Secretaria de Estado de Cultura e do Memorial dos Povos

Indígenas, a consultoria também envolveu suporte metodológico para a organização de um seminário de revisão institucional do MPI, realizado em 22 e 23 de março de 2017, com a participação de convidados com notória atuação junto aos povos indígenas. O Seminário de Revisão Institucional do MPI, com dois dias de duração, reuniu um grupo de interlocutores para elaboração dialógica de proposta de linhas gerais do plano de gestão museológica, debatendo sobre escopo e abrangência, linhas narrativas, abordagem e conteúdos do MPI e chegando à reformulação de sua missão e visão institucional, valores e objetivos. Também foram colhidas sugestões e propostas para as diversas linhas de atuação museológica, incluindo ampliação e fortalecimento das parcerias com organizações da sociedade civil. Diante do grande potencial cultural do Memorial dos Povos Indígenas, das experiências que apontaram caminhos favoráveis nas parcerias com a sociedade civil e dos subsídios colhidos no seminário de revisão institucional, chegou-se à proposta de fortalecimento do modelo de participação social na gestão do museu por meio de um chamamento público com o objetivo de selecionar Organização da Sociedade Civil - OSC para a gestão, solidificando e dando maior eficiência e transparência ao modelo de gestão participativo. O edital de chamamento público nº 17/2017 foi publicado no dia 20 de outubro. Em 6 de novembro realizou-se conversa pública, que contou com a participação de cerca de 20 pessoas, entre representantes da sociedade civil e de órgãos interessados, como o IBRAM/MINC. Concluído o prazo de 30 dias para recebimento de propostas foi recebida apenas uma proposta, a do Centro de Trabalho Indigenista - CTI. A proposta foi aprovada e, após reuniões para adequação do plano de trabalho apresentado pela OSC, foi assinado Termo de Colaboração entre o CTI e a Secretaria de Estado de Cultura para a execução do projeto "Preservação e Revitalização do Memorial dos Povos Indígenas", pelo prazo de 2 anos.

Inúmeras atividades culturais foram realizadas e/ou apoiadas pela Secretaria de Estado de Cultura em 2017:

- Aniversário das regiões administrativas, apoio com estruturas e por meio de descentralização de crédito orçamentário/financeiro provenientes de emendas parlamentares.
- Serviços gráficos para a realização de projetos, Centro Vivo, no Setor Comercial Sul e Setor de Diversões Sul, no período de 01/02 a 30/03, com público de 2.000 pessoas.
- Projeto OndeAndaAOnda, de 01 a 19/03, com serviços de RH, produtor executivo e fotógrafo, no Museu da República, com público aproximado de 10.000 pessoas.
- Reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura, com serviços de gravação e degravação de áudio, coffee break e transporte, nos dias 15 e 16/03, na sala Pompeu de Sousa - SEC, com público de 50 pessoas.
- Dia Mundial da Água, em 25/03, apoio com estruturas, no Museu Nacional e na Ermida Dom Bosco, com público aproximado de 900 pessoas.
- Encontro de Grafite do DF, 26 a 28/05, com estruturas, no Museu Nacional e no Parque da Cidade, com público aproximado de 2.000 pessoas no geral.
- Festa do Divino Espírito Santo, de 02 a 04/06, na igreja matriz de Planaltina, apoio com 550 mesas plásticas com cadeiras. Público aproximado de 10.000 pessoas.
- Evento Brasília Junina, de 16/06 a 23/07, estruturas e pagamento de cachês às quadrilhas juninas, nas diversas regiões administrativas do DF. Contou com um público de 4.900 pessoas aproximadamente.
- Encontro de Cultura Urbana, na Casa do Cantador, no dia 15/06, com pagamento de cachê. Público aproximado de 1.000 pessoas.

- Inauguração da Praça da Cidadania, no dia 29/07, apoio com estruturas, no estacionamento do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Público aproximado de 20.000 pessoas.
- Projeto Capacita Recanto - realização de cursos de capacitação e qualificação de jovens e inclusão social, de 01 a 10/09, por meio de descentralização de crédito orçamentário/financeiro para o Recanto das Emas, proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). Público aproximado de 2.500 pessoas.
- Exposição "Não Matarás" - apoio com RH, iluminação e sonorização, de 03/08 a 01/10. Público aproximado de 30.000 pessoas durante todo o período.
- 1º Seminário de Carnaval 2018, nos dias 24 e 25/08, no Clube do Choro. Apoio com estruturas e público aproximado de 1.200 pessoas.
- Lançamento do programa "Lugar de Cultura', no dia 22/08, no Memorial dos Povos Indígenas. Apoio com estruturas e público aproximado de 80 pessoas.
- Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, em 29/08 - apoio com estruturas, na Casa do Cantador – Ceilândia, com público aproximado de 100 pessoas.
- Circuito de Atividades Circenses 2017, por meio de chamamento público para contratações artísticas, no período de 12/10 a 11/11, em várias regiões administrativas do DF. Público total aproximado de 30.000 pessoas.
- Encontro de Capoeira do Distrito Federal e RIDE - contratação de serviços de consultoria para elaboração de programação, articulação e mobilização de participantes. Realizado no período de 10 a 12/11, no Complexo Cultural da República. Público aproximado de 3.000 pessoas.
- Festa Cigana no Mês da Diversidade, 24/05, em Sobradinho, apoio com estruturas. Público de 500 pessoas.
- Museu 10 Anos: exposições diversas no Museu da República, 05/06 a 02/07, apoio com RH e segurança desarmada.
- Festa da Goiaba, apoio com estruturas, em Brazlândia, de 10 a 12/03. Proveniente de emenda parlamentar e descentralização de crédito orçamentário/financeiro à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no valor de R$ 35.293,94 (trinta e cinco mil, duzentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos). Público aproximado de 3.000 pessoas.
- 6º Festival Japão Brasília, apoio com estruturas, de 05 a 07/05. Proveniente de emenda parlamentar e descentralização de crédito orçamentário/financeiro à Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
- Cruzada Cultural Gospel da Paz, de 25 a 27/08, em Planaltina, apoio com estruturas. Proveniente de emendas parlamentares no valor de R$ 109.760,82 (cento e nove mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos). Público aproximado de 2.000 pessoas.

- 22ª Festa do Morango, em Brazlândia, com a contratação de 10 artistas por meio de chamamento público, no período de 01 a 03/09. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Público aproximado de 80.000 pessoas durante todo o evento.
- Festa Cigana no Mês da Diversidade, no dia 24/05, em Sobradinho. Apoio com estruturas e serviços de RH temporário, no valor de R$ 22.658,06 (vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e seis centavos), atingindo um público de aproximadamente 500 pessoas.
- Mês da Diversidade Cultural - filmagem e edição de filmagem, de 24 a 28/04, com público de 10.000 pessoas.
- Inauguração do CEU das Artes, com estruturas, no Recanto das Emas, em 11/06.
- Projeto Ações Educativas incluindo atividades - Escola vai ao Cinema; Circuito dos Museus e Concertos Didáticos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Realizado em vários espaços do DF, de agosto a dezembro, com público aproximado de 6.075 pessoas no total.
- Lançamento de edital de premiação Plataforma - conexão Cultura DF;
- Acordo de cooperação técnica internacional - Fortalecimento e Modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF - UNESCO.
- 60 Anos dos Remanescentes do HJKO, no Museu Vivo da Memória Candanga, apoio com estruturas.
- Exposição "O Brasil em Brasília - Mosaicos do Patrimônio Cultural", em parceria com a superintendência do IPHAN-DF. Em exibição no Museu Nacional da República, de 31 de agosto a 22 de outubro de 2017, a exposição era recomendada para todas as idades e contou com objetos, painéis e projeções agrupadas em eixos temáticos dedicados aos diversos aspectos do patrimônio cultural do DF: patrimônio arqueológico, patrimônio natural (cerrado), patrimônio histórico, edificado e urbanístico, e patrimônio imaterial. A abertura aconteceu no dia 31 de agosto com apresentação do Boi de Seu Teodoro. Recebeu mais de 5.000 visitantes registrados no livro de assinaturas, incluindo número expressivo de visitações guiadas com alunos de escolas públicas de diversas regiões do DF.
- Jornada Internacional sobre a Gestão do Patrimônio Urbano Moderno, no Cine Brasília e no Museu da República, nos dias 21, 22 e 31/08, e 22/10, apoio com estruturas.
- Virada do Cerrado 2017 - Poderes da Arte, apoio com estruturas, de 31/08 a 02/09, no Panteão da Pátria. Público aproximado de 20.300 pessoas durante todo o evento.
- 11ª Primavera dos Museus, nos dias 20/09 e 20/10, no Museu da República. Apoio com pagamento de cachê.
- Aquisição de aparelhos de medição e orientação - medidor de distância, luxímetro digital, registrador e termo-higro-anemômetro para diagnóstico de conservação preventiva de acervos dos museus e da SEC.

- Projeto De Olho no Futuro, proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 197.173,00 (cento e noventa e sete mil, cento e setenta e três reais). Realizado no período de setembro a outubro.
- Projetos Sexta do Repente e Sabadão do Forró, provenientes de emendas parlamentares no valor total de R$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais), de junho a dezembro, na Casa do Cantador - Ceilândia. Público aproximado de 5.000 pessoas.
- Viola, Repente e Canção: Viola e Violeiros, em outubro, na Casa do Cantador – Ceilândia, com público de aproximadamente 1.000 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
- Cantatas de Páscoa, no dia 22/04, no Jardim Botânico, com público de 2.200 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 76.875,69 (setenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).
- Arraiá do Cruzeiro, no período de 28 a 30/07, com público aproximado de 1.000 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 49.999.22 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos).
- Cruzada Cultural Gospel da Paz, realizado de 25 a 27/08, em Planaltina, com público aproximado de 15.000 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 89.998,39 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e nove centavos).
- Via Sacra dos Surdos, no dia 14/04, proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- Festividades de Final de Ano - Dia do Samba, nos dias 30 e 31/12, na Praça dos Orixás - Prainha, apoio com pagamento de ECAD e cachês e público aproximado de 30.000 pessoas durante todo o evento. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- Réveillon, na Esplanada dos Ministérios, com público aproximado de 50.000 pessoas.

A secretaria firmou contrato por meio de convênio para vários projetos com realização em 2017:

- "Arranjo Produtivo Local" - convênio nº 822512/2015 com o MINC. Apoio com serviços gráficos e contratações artísticas para a realização do projeto.
- Aquisição de material de consumo visando à realização de Oficinas para Ampliação da Rede de Pontos de Cultura, convênio nº 812083/2016, entre a Secretaria de Estado de Cultura e o MINC.
- Projeto Selo Maria Firmina dos Reis - consultoria especializada para levantamento de escritoras negras, por dispensa de licitação, para compor a Coleção Maria Firmina dos Reis, na Biblioteca Nacional de Brasília, com pesquisas ligadas à literatura afro-

brasileira, além de hospedagem e intérprete de libras, em 28/11, no Complexo Cultural da República.

- Realização do projeto Duas Asas - contratações por chamamento público para ministrar oficinas de canto, teatro, percussão e outras, por convênio nº 822552/2015 com o MINC. Realizado de maio a setembro, em várias regiões administrativas do DF, com atendimento a aproximadamente 3.000 alunos durante todo o período.
- Realização de cursos gratuitos e atividades culturais no Museu Vivo da Memória Candanga, convênio nº 4913/08, em parceria com o MINC.
- Projeto Brasília Cênica, desenvolvido no período de agosto a novembro de 2017, com prorrogação até abril de 2018. Convênio nº 800907/2014 formalizado ente o Ministério da Cultura e a Secretaria de Estado de Cultura. O projeto consiste em fomento aos espaços cênicos independentes do DF selecionados e habilitados através do Edital de Chamamento nº 08/2017. As ações são atreladas às linhas de diversidade e inclusão social, por meio de atividades de teatro, dança, oficinas de formação e performances. Proveniente de emenda parlamentar no valor realizado de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).
- Artes nas Cidades, convênio nº 791994/2013, formalizado entre a SEC e o MINC. Consiste na criação de uma plataforma web para a realização do processo seletivo popular, com votação nas áreas das melhores propostas nos temas de fotografia, música e encenação teatral. O concurso pretende revelar belezas escondidas e talentos locais, com apresentações nas regiões administrativas da Ceilândia, Candangolândia, do Gama, da Estrutural, do Recanto das Emas, de São Sebastião e de Sobradinho I. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais).
- Brasília de todas as Culturas, convênio nº 786497/2013, formalizado entre a SEC e o MINC para a realização de importantes ações que difundem ritmos musicais variados como: samba, blues e cultura popular, a arte urbana do grafite e do Hip Hop, bem como atividades de teatro em escolas da rede pública de ensino do DF. Tais ações estarão atreladas às linguagens de diversidade e inclusão cultural que defendem as manifestações populares tão características do povo brasileiro e para tanto apresentará às comunidades locais shows musicais de vertentes variadas, espetáculos de teatro e performance de grafite. O investimento foi de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) proveniente de emenda parlamentar.
- Projeto Gira Cultura, convênio nº 762661/2011, com realização nas regiões administrativas de Taguatinga, Ceilândia, Planaltina e Gama e com etapa final na região administrativa do Plano Piloto e mediações. Promoção de concursos culturais e eleição dos melhores projetos e produções locais. Programação composta por exposição, fotografia, encenação de peça teatral e apresentações musicais. O convênio

teve o investimento de R$ 2.038.510,00 (dois milhões, trinta e oito mil, quinhentos e dez reais), proveniente de emenda parlamentar.

A Secretaria de Estado de Cultura também apoiou projetos por meio de termo de fomento, como seguem:

- Via Sacra ao Vivo em todo o DF - proveniente de emendas parlamentares. Apoio com estruturas e público de 160.000 pessoas no total.
- 9ª Parada LGBT do Gama - apoio com estruturas, no período de 31/07 a 31/08. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 44.998,55 (quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Público aproximado de 10.000 pessoas.
- 13ª Ação Lésbica do DF e Entorno – no Mês da Visibilidade Lésbica, de 14/08 a 16/09. Público de 1.000 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 14.999,78 (quatorze mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos).
- Caravana das Histórias - realização de espetáculos de contação de histórias, especialmente desenvolvido para escolas e creches públicas de regiões administrativas do DF, no período de 18/09 a 31/10. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- Projeto 10 Anos de Samba, de outubro a dezembro, na ARUC e nas escolas públicas do DF. Apoio com estruturas e contratação artística.
- Projeto Educarte - Roda de Cultura e Cidadania, com a realização de oficinas em São Sebastião, de 24/07/2017 a 24/03/2018. Público aproximado de 300 pessoas por dia de evento.
- Projeto Oficinas das Artes, em São Sebastião, com a realização de oficinas de música e apresentações de orquestras, de 09/12/2017 a 05/03/2018.
- 37ª Noite Cultural T - Bone, de 23/10 a 31/12, na 312 Norte, com público rotativo de 5.000 pessoas.
- Clube do Choro Convida, de 30/11/17 a 01/05/2018.
- Caravana Cultural, de 20/12/17 a 30/05/18, consistindo na promoção à cultura e capacitação profissional em diversas áreas de tecnologia digital para jovens e adultos de 9 regiões administrativas do DF. Proveniente de emendas parlamentares no valor total de R$ 896.400,00 (oitocentos e noventa e seis mil e quatrocentos reais). Público aproximado até o final de 2017 de 2.070 pessoas.
- Música na Escola, entre a SEC e a Organização da Sociedade Civil Clube do Choro de Brasília, no período de 01/08 a 31/10, visando mostrar as crianças a importância da cultura musical. Realização de 20 encontros, com visitação de alunos das escolas de diversas regiões administrativas do DF ao Clube do Choro. Em horário de aula, para contato com atividades de teatro, manuseio de instrumentos musicais e participação em oficinas instrumentais. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$

484.718,20 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais e vinte centavos). Público 2.400 estudantes.

- Três Paradas LGBT apoiadas por meio de emenda parlamentar no valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) - 9ª Parada do Orgulho LGBT da Ceilândia, dia 19/11, apoio com estruturas, público 1.100 pessoas; 4ª Parada do Orgulho LGBT do Guará, no dia 26/11, apoio com estruturas, público 1.200 pessoas; e Jornada Inclusiva LGBT do DF, dia 17/11, apoio com estruturas, público 1.000 pessoas.
- Hip Hop Contra a Fome – Isso sim, é ser solidário - apresentações e oficinas culturais diversas voltadas para o estilo hip hop, no período de 18/11/2017 a 15/01/2018, no estádio Serejinho, em Taguatinga. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Público aproximado estimado em 50.000 pessoas durante todo o evento.
- Termo de Colaboração, visando à realização do projeto "Programação do Centro de Dança do DF", de 29/12/2017 a 15/12/2018, com o objetivo de promover a curadoria e a coordenação de programação adequada ao perfil e diretrizes do Centro de Dança do DF.
- Projeto Arte na Praça, com a realização de uma feira de artesanato com praça de alimentação, feira de produtos orgânicos, espaços para as palestras, oficinas e apresentações artísticas com diversas linguagens totalizando 24 encontros. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Período de realização entre 01/07/2017 a 15/03/2018 e público aproximado estimado em 32.000 durante todo o evento.
- Projeto Carnavalesca, com o objetivo de organizar, sistematizar, fomentar, produzir e difundir memória, história, dados, indicadores, notícias e informações sobre o Carnaval de Brasília; em espaço centralizado e de linguagem acessível ao público. Termo de fomento proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 299.550,69 (duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta reais e sessenta e nove centavos). Vigência entre setembro de 2017 e 31 de março de 2018, com público estimado de aproximadamente 5.000 pessoas por dia de evento.
- Mostra Zezito de Circo - programação circense diversificada. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Período de outubro a dezembro, com público de 12.000 pessoas.
- Projeto Elemento 5 - realização de oficinas, apresentações culturais, sarau e outros, de novembro a dezembro. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- Sarau da Ponta da Asa, com apresentações teatrais, contadores de histórias e poesias, visando fomentar e preservar a cultura popular do DF. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 49.854,09 (quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e

quatro reais e nove centavos). Realização no período de 17/11/2017 a 16 /03/2018, com público aproximado estimado em 3.000 pessoas por dia de evento.

- 7ª Ação Natalina do Instituto Pipoquinha, com atividades culturais proporcionando às crianças um espaço que estimule a expressividade, a criatividade individual e coletiva. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Realização no período de 21/12/2017 a 22/02/2018, com público aproximado de 500 pessoas por dia de evento.
- Bacural da Artes, visando promover a cultura no Recanto das Emas, por meio da realização de oficinas, apresentações locais, palestras e debates. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 146.700,00 (cento e quarenta e seis mil e setecentos reais). Realização no período de 20/12/2017 a 20/09/2018, com público aproximado estimado em 500 pessoas por dia de evento.
- 32º Ferrock Festival - Calendário 2017 - uma iniciativa cultural de acesso público e gratuito em escolas e praças públicas. Com ações socioculturais, educacionais e ambientais, promovendo o rock e a cultura popular por meio da realização de shows de rock, forró, soul, apresentações de teatro e dança e exposições, na região administrativa da Ceilândia. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), sendo R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) como contrapartida na modalidade de bens e serviços mensuráveis. Realização no período de 10/10/2017 a 20/01/2018, atingindo um público estimado de 8.000 pessoas por dia de evento.
- Quarta Dimensão - realização com 9 apresentações musicais em três edições, no Setor de Diversões Sul – New Aquarius e Setor Comercial Sul – Canteiro Central, e prensagem de 300 unidades de vinil para divulgação da música brasiliense. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 59.440,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais). Realização no período de 11/10/2017 a 31/01/2018, com público de aproximadamente 1.500 pessoas por dia de evento.
- Eixo Imaginário, com realização de atividades culturais, sendo 14 espetáculos, 12 ações de formações, 7 ruas de lazer, 1 colónia de férias e 8 vivências para estudantes da rede pública de ensino. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Realização no período de 01/11/2017 a 31/08/2018, com público aproximado de 2.500 pessoas por dia de evento.
- Revista Traços e Encontraços - produção, distribuição e comercialização de 7 edições da Revista Cultural Traços, com 10.000 exemplares, e realização de festival colaborativo em comemoração aos 2 anos de produção da revista. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 893.373,20 (oitocentos e noventa e três mil, trezentos e setenta e três reais e vinte centavos. Realização no período de 10/11/2017 a 08/08/2018, com público aproximado estimado em 4.000 pessoas.

- Caravana Cultural - promoção à cultura e capacitação profissional em diversas áreas de tecnologia digital para jovens e adultos residentes em 9 regiões administrativas do DF. Realização no período de 20/12/2017 a 30/05/2018.
- Brasil de todos os choros, um intercâmbio entre o choro de Brasília e de 7 estados brasileiros, por meio de apresentações, palestras, oficinas e debates. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 494.370,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta reais). Realização no período de 15/10/2017 a 20/02/2018, com público aproximado de 3.000 pessoas por dia de evento.
- São Batuque, no espaço "Acadêmicos da Asa Norte". Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 199.992,00 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais). Realização no período 16/12/2017 a 30/01/2018.
- Dia da Diversidade Cultural na Luta contra a AIDS - plenária com o objetivo de discutir as políticas públicas para pessoas que vivem com o vírus HIV e AIDS. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 48.728,29 (quarenta e oito mil, setecentos e vinte e oito reais e vinte e nove centavos). Realização no período de 13 a 31/12, com público de 5.000 pessoas.
- Ducina Doce Sina, de dezembro de 2017 a janeiro de 2018. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).
- 7ª Ação Social Natalina Instituto Pipoquinha - proveniente de emenda parlamentar no valor R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Início em 21/12 e término em 22/01/2018, com público aproximado estimado em 500 pessoas.
- Periferia 360º, de 26/06 a 30/09, com realização de debates, palestras e gravações em estúdio, visando fomentar e promover a cultura hip hop em quatro regiões administrativas do DF. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 195.972,58 (cento e noventa e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos). No estádio Serejinho, em Taguatinga, com público de 15.000 pessoas por dia de evento.
- Projeto I'll Be There, na Funarte, de 05/08 a 05/09/2017, proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 99.995,00 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais). Apoio com estruturas e cachê e público aproximado de 2.000 pessoas.
- Tenho mais discos que amigos - Festival de música, em 08/04, no estádio Mané Garrincha. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 159.720,00 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte reais). Público inicial de 1.000 pessoas aumentando para 2.400 pessoas no decorrer do evento.
- Festival Taguatinga de Cinema - 12ª edição, com início em novembro.
- Rock do Quadrado: produção de curta metragem de documentário, de dezembro de 2017 a janeiro de 2018. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 120.000,00.

- 6ª edição do projeto Quilombos da Liberdade - Identidade - proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Realizado no período de 01 a 16/08/2017, nas escolas públicas de vários locais do DF, com público aproximado 2.000 alunos.
- Projeto Um Som com a Comunidade - oficinas de dança e capoeira, na Ceilândia, de 18 a 22/12/2017, com público aproximado de 1.000 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 45.899,15 (quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais e quinze centavos).
- Aviva Hip Hop, de 21/08 a 22/10, com público aproximado de 2.000 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 149.999,78 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos).
- Campeonato Stylos, com realização de atividades sociais de arte cultura e cidadania, em três dias de programação musical e dança, promoção de arte urbana e estilos com intervenção cultural e oficinas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), de 07/01/2017 a 22/01/2018, com público aproximado de 3.000 pessoas.
- A Quebrada em Cena - audiovisual, realizada no período de 28/11 a 20/12/2017, nas escolas públicas de Santa Maria, com público aproximado de 80 alunos. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 99.999,94 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).
- Arte Luta Brasil de Capoeira - ASDAS - encontros femininos de capoeira e de famílias de bambas, batizado e troca de cordas. Realizado no período de 18 a 19/11 e 09 e 10/12/2017. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 38.235,40 (trinta e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).
- Gruvipi - Circuito de Samba 2017, no período de 23/10 a 29/12, com público de 2.300 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).
- A Roda de Samba vai à Escola, no período de 14/12/2017 a 30/03/2018, em São Sebastião, com público aproximado estimado em 3.000 alunos. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 67.323,68 (sessenta e sete mil, trezentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos).
- Feira Cultural da Ceilândia, de 01/11 a 31/12/2017. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
- Encontro de Violeiros da Ceilândia, com realização de 18 apresentações artísticas, mostra temática e roda de prosa, no período de 15/08 a 31/10/2017, na Casa do Cantador – Ceilândia. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 249.911,32 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e onze reais e trinta e dois centavos).

- 16º Encontro de Folia de Reis do DF, em dezembro, na Casa do Cantador – Ceilândia, com público aproximado de 3.000 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 399.652,24 (trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos).
- Mossoró Dayó, de 15/11/17 a 30/05/2018. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), por meio de descentralização de crédito à Secretaria de Políticas Públicas para Crianças, Adolescentes e Idosos.
- Encontro de Violeiros Caipiras de Brasília, com realização de 24/08 a 27/09/2017, na Casa do Cantador – Ceilândia e público aproximado de 700 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
- A feira tem cultura nordestina - espetáculos teatrais e musicais, em dezembro de 2017 a janeiro de 2018, na Ceilândia, com público aproximado de 2.400 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).
- 1º Festival de Viola Caipira do Cerrado, com início em 06/11/2017 a 06/01/2018, na Casa do Cantador, na Ceilândia. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 119.860,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e sessenta reais).
- Festival de Música Gospel de 2017, em 30/11/2017, no auditório da Câmara Legislativa do DF, com público aproximado de 1.200 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- Desfile da Beleza Negra, no período de 18/12/2017 a 18/03/2018, no Museu Nacional da República, com público aproximado de 1.300 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- Encontro Cultural de Hip Hop na Ceilândia, de 10/12/2017 a 10/01/2018, com atividades culturais e esportivas, batalha de rimas, breack dance, skate, manobras, encontro de equipes e flashback, basquete de rua e música rap e público aproximado de 5.000 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais).
- Instituto Acesso - Integração Cultural entre Gerações - oficinas diversas, dança do ventre, forró, balé, hip hop e violão popular, de 11/09/2017 a 11/04/2018, com público aproximado de 4.200 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 189.959,49 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos).
- Quinta Cultural - apresentações artísticas, gastronomia e projetos sociais, de 05/06 a 15/11/2017, no setor comercial sul, com público aproximado de 2.600 pessoas. Proveniente de emenda parlamentar no valor de 198.294,10 (cento e noventa e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais e dez centavos).

- Oficina das Artes - apoio com a realização de oficinas de música e apresentações de orquestras em São Sebastião, no período de 09/12/2017 a 05/03/2018, entre outros. Proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 298.871,17 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e dezessete centavos).

No exercício 2017 a SEC apontou o quantitativo de 29 bibliotecas públicas mantidas, sendo que de 2015 a 2017 foram instaladas 4 bibliotecas públicas para atender a população. Constam no total do acervo 436.987 exemplares e uma frequência de 289.424 pessoas aos espaços literários. Foram adquiridos R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) em acervos, sendo 6.500 exemplares para consultas. Foram recebidos por meio de doação 3.400 exemplares, bem como 98 unidades mobiliárias. 15.496 exemplares foram doados nas feiras do livro. Além disso, foram realizados cursos de formação, para 320 pessoas, em restauração e auxiliar de biblioteca; e realizados convênios entre a SEC e a Secretaria de Estado de Educação para ministrar cursos de formação em Braile, em 2 bibliotecas públicas de Taguatinga, curso esse, ainda em tramitação.

Foram realizadas 235 Malas do Livro, sendo 51 malas recolhidas, 20.355 doações realizadas e 22.630 doações recebidas. As Malas do Livro compreenderam: malas instaladas e residenciais, nos Centros Olímpicos; nas estações do Metrô; no Capes; na Secretaria de Saúde; na Secretaria da Criança e do Adolescente; nas unidades de internação, nas casas de semiliberdade, na Casa Abrigo; nas unidades prisionais da Secretaria de Segurança Pública (penitenciária da Papuda e presídio feminino); no Coses; no Zoológico e no SENAI. Por fim, as atividades desenvolvidas pelas malas do livro foram: visitas e acompanhamento das atividades dos agentes de leitura; participação em eventos de incentivo à leitura (DF e entorno), como feiras do livro; Bienal do Livro e da Leitura; participação em atividades socioculturais promovidas pelos Centros Olímpicos; Coses e outras instituições; realização de encontros mensais com os agentes de leitura; realização de cursos de formação (contação de histórias voluntariado e outros) para os agentes de leitura.

Outras atividades desenvolvidas, de forma permanente, foram:

- visitas técnicas a bibliotecas públicas e Administrações Regionais;
- captação de possíveis parceiros de apoio,
- participação em atividades culturais, tais como: Feiras do Livro e exposições;
- grupos de estudos;
- gestão e acompanhamento de atividades inerentes ao setor;
- apoio ao Circuito de Feiras Culturais, realizado em 9 regiões administrativas do DF, perfazendo um público de 40.000 pessoas.

A realização de todos os eventos culturais no exercício 2017 alcançou com êxito o objetivo proposto.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1571 - AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS.		PESSOA	50	0	250	235	300	350	SCDC / UO 16101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Agentes capacitados: objetivo não alcançado; não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. 2017 - Índice parcialmente alcançado, porém com sucesso.									
1570 - ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADOS.		UNIDADE	12	42	150	0	200	250	SCDC / UO 16101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Atividades apoiadas: Caravana Cultura Viva; Seminário de Acessibilidade Cultural; Gisberta; Caravana Cultural Quilombos da Liberdade; Boi nas Escolas - Salvaguardando o Patrimônio Cultural de Brasília; Avivar Hip Hop; Ação Social Jovens com Atitude; Brasília Junina; Paradas LGBT; Rock Ecologia Trilha Parque; ampliação da rede Pontos de Cultura e outros; objetivo alcançado superando o esperado.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
2017 - Não houve apoio por indisponibilidade orçamentária.									
1575 - IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA	10	UNIDADE	20	0	31	28	0	0	SECULT; SAD REL INST SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 16101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Implementação Conselhos de Cultura Regionais: objetivo não alcançado. Projeto em andamento. 2017 - Não foram instituídos ainda 3 (três) Conselhos Regionais de Cultura: em Taguatinga e na Candangolândia, por manifestação da área cultural quanto à participação de membros culturais não moradores das duas regiões administ, mas que exercem atividades nessas, portanto, aguardando nova resolução da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEC para dar continuidade ao processo. A solicitação foi feita pelo Conselho de Cultura - CCDF; na RA do SIA não houve seminário nem eleição por falta de inscrições.									
1750 - AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO SIIC	0	UNIDADE	-		500		1000	1000	SPDPC/SECULT/UO 16101/OE 5
Justificativa:									
1741 - AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE FEIRAS E MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	0	UNIDADE	-		10	8	20	20	SPDPC/SUFIC/SECULT/UO 16101/OE 1
Justificativa: 2017 - Índice parcialmente alcançado, porém com sucesso.									
1740 - AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	0	UNIDADE	-		20	10	20	20	SPDC/SUFIC/SECULT/UO 16101/OE 1
Justificativa: 2017 - Foram efetivadas ações de intercâmbio cultural através do termo de fomento Brasil de todos os choros e 7 estados brasileiros, difundindo a cultura e alcançando o objetivo proposto com êxito.									
1742 - ESPAÇOS INAUGURADOS	0	UNIDADE	0		1	1	1	2	SUPAC/SECULT/ UO 16101/OE 2
Justificativa: 2017 - Inaugurada a Praça da Cidadania, no dia 29 de julho de 2017, alcançando o objetivo com êxito.									
1743 - ESPAÇOS TOMBADOS E REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF	0	UNIDADE	-		1	2	1	3	SUPAC/SECULT/ UO 16101/OE 2
Justificativa: 2017 - Em 2017, a Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento, composta por cinco servidores da SEC, deu início ao processo de registro da Praça dos Orixás - Prainha, e do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal, contribuindo para o alcance do objetivo proposto que superou o proposto inicialmente.									
1738 - EVENTOS APOIADOS PELA SECULT/DF	0	UNIDADE	-		30	25	30	30	SPDPC/SCDC/SUPAC/SECULT/UO 16101/ OE 1
Justificativa: 2017 - As subsecretarias integrantes da Secretaria de Estado de Cultura apoiaram institucional e logisticamente 25 eventos incluindo emendas parlamentares, alcançando o objetivo proposto com êxito.									
1739 - EVENTOS REALIZADOS PELA SECULT/DF	0	UNIDADE	-		20	65	20	20	SPDPC/SCDC/SUPAC/SECULT/UO 16101/OE 1
Justificativa: 2017 - A Secretaria de Estado de Cultura realizou, através de suas subsecretarias, um quantitativo de eventos culturais, incluindo emendas parlamentares, que superou o que fora inicialmente previsto, alcançando com êxito o objetivo proposto.									
1574 - INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PUBLICADOS		UNIDADE	10	0	15	15	15	15	GAB/AJL/SECULT / UO 16101 /OE 5
Justificativa: 2016 - Plano de Cultura: objetivo não alcançado. Projeto em andamento. 2017 - Índice alcançado com sucesso.									
1744 - INVENTÁRIOS E PLANOS DE PRESERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS REALIZADOS	0	UNIDADE	-		0		1	1	SUPAC/SECULT/ UO 16101/OE 2
Justificativa:									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1745 - INVENTÁRIOS E PLANOS DE SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF REALIZADO	0	UNIDADE	-		0		1	1	SUPAC/SECULT/ UO 16101/OE 2
Justificativa:									
1747 - NÚMERO DE VISITANTES AOS MUSEUS PRÓPRIOS AUMENTADO	0	%	-		5	3,22	5	5	SUPAC/SECULT/ UO 16101/OE 2
Justificativa: 2017 - Em 2017 o total de visitantes aos museus próprios da SEC englobaram 6 (seis) museus a saber: Complexo Cultural Três Poderes composto do Panteão da Pátria, fechado a partir de julho para manutenção; Espaço Lúcio Costa e o Museu da Cidade; Museu do Catetinho; Memorial dos Povos Indígenas, fechado no mês de maio e em junho não houve visitação; Museu Vivo da Memória Candanga. Alcançou-se o objetivo proposto.									
1746 - PLANOS MUSEOLÓGICOS E REGIMENTOS INTERNOS EM MUSEUS IMPLANTADOS	0	UNIDADE	-		0		1	1	SUPAC/SECULT/ UO 16101/OE 2
Justificativa:									
1749 - POLÍTICAS SETORIAIS INSTITUCIONALIZADAS	0	UNIDADE	-		3	2	3	0	SPDPC/GAB/SEC ULT/UO 16101/OE 3
Justificativa: 2017 - No âmbito do projeto de cooperação 914BRZ4020: "Fortalecimento e modernização das políticas públicas de cultura no DF", firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e a UNESCO, foram contratadas 2 (duas) consultorias para elaboração de planos de desenvolvimento de setores econômicos da cultura, relacionados aos campos socioprodutivos da música e audiovisual. As consultorias serão desenvolvidas entre janeiro e setembro de 2018.									
1569 - PREMIAÇÕES HONORÍFICAS COM RECURSOS DO FAC	0	UNIDADE	10	0	70	70	80	90	SUFIC/SCDC / SECULT/UO 16101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Premiação para as artes: não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. Objetivo não realizado. 2017 - Índice alcançado com sucesso, conforme previsto.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**5.901.663,00**	**2.183.202,00**	**2.183.201,79**	**2.183.201,79**
0001 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	5.901.663,00	2.183.202,00	2.183.201,79	2.183.201,79
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**1.005.000,00**	**2.818.413,00**	**2.153.364,12**	**1.167.734,07**
0076 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1.005.000,00	2.818.413,00	2.153.364,12	1.167.734,07
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**6.906.663,00**	**5.001.615,00**	**4.336.565,91**	**3.350.935,86**

Foi feito pagamento de conversão de licença prêmio em pecúnia a servidores aposentados da Secretaria de Estado de Cultura, referente aos meses de janeiro a março de 2016. Além disso, foram efetuados ressarcimentos a outros órgãos por cessão de servidor a esta secretaria, bem como indenizações de férias e outros.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA CASA DA CULTURA DE PLANALTINA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**57.684.096,00**	**53.964.168,00**	**53.589.343,56**	**53.419.343,56**
8715 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	57.684.096,00	53.964.168,00	53.589.343,56	53.419.343,56
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**2.005.000,00**	**1.855.000,00**	**1.824.056,62**	**1.824.056,62**
9551 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2.005.000,00	1.855.000,00	1.824.056,62	1.824.056,62
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**7.302.076,00**	**7.176.150,00**	**6.777.098,16**	**6.649.468,29**
0027 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O COMPLEXO CULTURAL DE SAMAMBAIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	0,00	0,00
9634 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	7.302.076,00	6.876.150,00	6.777.098,16	6.649.468,29
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2539 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	10.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**5.000,00**	**2.711,93**	**2.711,75**	**2.711,75**
2625 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	5.000,00	2.711,93	2.711,75	2.711,75
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**2.000.000,00**	**1.985.489,00**	**1.980.285,33**	**1.937.139,27**
5284 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	1.985.489,00	1.980.285,33	1.937.139,27
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**69.006.172,00**	**64.983.518,93**	**64.173.495,42**	**63.832.719,49**

Em 2017 a Secretaria de Estado de Cultura remunerou 432 servidores. Além disso, concedeu 4 tipos de benefícios a servidores sendo auxílios: transporte, alimentação em pecúnia, natalidade e creche, numa média de 392 benefícios.

A Secult manteve os serviços administrativos gerais do órgão, inclusive serviços de TI – Tecnologia da Informática.

Manteve por meio do contrato nº 02/2017, ao longo do exercício, os serviços de manutenção, conservação e readequação dos espaços nas edificações sob a responsabilidade desta Unidade Gestora. Entre as demandas, a secretaria adquiriu material e contratou serviços especializados para manutenção predial, corretiva e preventiva e para pequenas reformas na sede e nos próprios culturais.

Devido a problemas no sistema de ar condicionado e à insalubridade do espaço, a administração do Panteão da Pátria mudou-se para a Casa de Chá, no período de 22 de junho a 11 de dezembro/2017. Iniciou-se o processo de higienização do carpete, a manutenção do ar condicionado e o processo de manutenção da Pira do Panteão, interditada pela Defesa Civil desde setembro de 2016. Foram executados ainda serviços de manutenção corretiva no sistema de acionamento e operação da porta de acesso ao espaço. Além disso, a secretaria solicitou apoio da Casa Militar e da Defesa Civil, visando elaboração do projeto básico para licitação de reforma da Pira. O resultado dessa licitação foi publicado em 18 de dezembro de 2017.

Executaram-se também serviços de manutenção nos elevadores da SEC e de próprios culturais; aquisição de cancela automática para o estacionamento da Biblioteca Nacional de Brasília, entre outros. Foram realizados serviços técnicos para execução de manutenção corretiva de 2 pilares em madeira que compõem a estrutura principal da edificação onde se realiza a oficina de barro, no bloco 2, Galpão Azul, no Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC). Foram realizados ainda, no Memorial dos Povos Indígenas, serviços de troca de películas e de vidros, impermeabilização da laje e instalação de esquadrilhas de coroamento da área expositiva do espaço. Todos os serviços foram acompanhados por técnico responsável da Secretaria de Estado de Cultura.

No exercício de 2017, também, a secretaria abriu processo de licitação visando contratação, pelo critério de "menor preço", de empresa especializada para a prestação dos serviços técnicos de manutenção continuada, preventiva e corretiva (incluindo fornecimento de peças) do sistema de projeção cinematográfica do Cine Brasília. A previsão de contratação de serviços por 12 meses, com renovação dos termos por igual período até o prazo máximo de 60 meses, permitirá o atendimento continuado na manutenção preventiva e corretiva do sistema de projeção do Cine Brasília, corroborando para a minimização de impactos financeiros ou institucionais decorrentes de eventual perda de capacidade operacional do projetor digital. A constituição de fundo específico para reposição de peças necessárias à manutenção corretiva constituirá fator de economicidade ao erário, uma vez que haverá a previsão dos recursos necessários às demandas do sistema de projeção, sem comprometer a execução dos itens, cuja necessidade deverá ser acompanhada e monitorada pelo Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC).

Cabe ressaltar que em 2017 várias edificações da secretaria foram depredadas e pichadas durante as manifestações ocorridas na Esplanada dos Ministérios, onde está localizado o Complexo Cultural da República, que compreende o Museu Nacional da República e a Biblioteca Nacional de Brasília. Segue abaixo relação das demandas atendidas e seus respectivos valores:

DEMANDA ATENDIDA	STATUS DA EXECUÇÃO	VALOR DA ORDEM DE SERVIÇO
Recuperação da fachada da Biblioteca Nacional	concluído	R$ 96.172,08
Recuperação das rampas do Museu Nacional	concluído	R$ 216.335,48
Reforma da Biblioteca de Brasília sito à 512 Sul	concluído	R$ 275.711,98
Reforma da Biblioteca Nacional	concluído	R$ 564.708,38
Substituição de vidros e películas do Museu dos Povos Indígenas - MPI.	concluído	R$ 76.980,00
Execução de calçadas lindeiras da Biblioteca da 512 Sul.	concluído	R$ 22.863,75
Reparo de banheiros e vidros do Museu Nacional.	concluído	R$ 864,00
Substituição de portas no Museu Vivo da Memória Candanga	concluído	R$ 6.771,01
Substituição de piso da varanda no anexo do Teatro Nacional	concluído	R$ 94.389,75

Substituição de portas de vidro do Museu Nacional.	concluído	R$ 12.279,90
Pintura interna no Museu Nacional para atender à exposição "O Brasil em Brasília - mosaicos do patrimônio cultural.	concluído	R$ 15.964,82
Instalação de módulo guichê na sala cafac.	concluído	R$ 2.043,10
Readequação dos espaços para criação do protocolo geral/arquivo.	concluído	R$ 45.126,53
Serviço de recuperação de contra piso e impermeabilização da laje/cobertura do Museu dos Povos Indígenas - MPI	concluído	R$ 334.206,10
Reparo dos banheiros do Panteão da Pátria após correção de vazamento.	concluído	R$ 24.256,69
VALOR TOTAL		**R$ 1.788.673,57**

De um modo geral, em 2017 alcançou-se o objetivo proposto para o período previsto na LOA 2017.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício 2017 a Secretaria de Estado de Cultura atuou na gestão do patrimônio cultural do DF de diversas formas:

- Por meio de participação no Grupo de Trabalho Executivo de Gestão Compartilhada do Conjunto Urbanístico de Brasília (GTE-CUB), criado pelo IPHAN para atender, provisoriamente, à exigência da UNESCO de dotar Brasília de um instrumento de gestão integrado e eficaz para a proteção do sítio inscrito no Patrimônio Mundial. Reúne-se ordinariamente com periodicidade quinzenal havendo também frequentes reuniões extraordinárias para tratar de questões urgentes. O GTE-CUB vem assumindo importante papel na defesa do sítio do Patrimônio Mundial, desenvolvendo numerosas análises e pareceres sobre ações e iniciativas de instituições públicas e privadas que tenham impacto potencial sobre a gestão do CUB.

- Com iniciativas de Tombamento e Registro de bens por meio da Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento (CPRT), composta por cinco servidores, responsável por instruir processos referentes ao patrimônio cultural, bem como se pronunciar sobre assuntos atinentes a ele. Os processos de tombamento dizem respeito à declaração de um bem como patrimônio material e os processos de registro à declaração de um bem como patrimônio imaterial, ambos em âmbito distrital. Em 2017, a pedido do Secretário de Estado de Cultura, iniciou-se o processo de registro da Praça dos Orixás e do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal.

- Em participação do órgão no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano, coordenado pela SEGETH. O CCPPTM é composto por 64 conselheiros do governo e da sociedade civil. A secretaria tem participado ativamente dos debates do Conselho, em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e sobre a LUOS - Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal.

- Em elaboração de Nota Técnica sobre as competências e atribuições da secretaria, entregue a mais de 200 órgãos públicos, interlocutores e titulares de bens tombados. A Nota Técnica nº 7 visa informar as competências nos procedimentos de aprovação/licenciamento de projetos, obras, serviços, eventos, instalação ou retirada de mobiliário urbano (incluindo postes, engenhos publicitários e de comunicação visual, esculturas, vegetação, sinalização de trânsito vertical e horizontal, entre outros) que envolvam bens tombados no DF, além de obras de manutenção de infraestrutura em espaços públicos

inseridos em áreas de tutela. O objetivo é prestar orientação aos órgãos da administração pública distrital e federal e a proprietários e/ou responsáveis por bens tombados a respeito das obrigações anteriores à execução de quaisquer intervenções físicas ou à realização de eventos em bens tombados e em suas respectivas áreas de tutela.

- Em análise de projetos de intervenção em bens tombados e áreas de tutela (Praça das Fontes; Praça Cel. Salviano Monteiro - Planaltina).

- Em vistorias técnicas regulares para monitoramento de bens tombados (Palácio do Planalto; Palácio do Jaburu; Museu do Catetinho; Praça do Relógio - Taguatinga; Museu Histórico de Planaltina; diversos painéis de Athos Bulcão).

- Com realização de estatísticas de visitação: a secretaria unifica, mensalmente, as estatísticas diárias de visitação dos museus próprios, coletadas mediante livro de visitas e agendamentos escolares. Tais estatísticas são encaminhadas ao Observatório do Turismo, vinculado à Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer.

A Secretaria de Estado de Cultura atuou ainda na gestão de acervos da seguinte forma:

- Restauro do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina: em 2012 foi exarada sentença que atribuía ao GDF obrigação de proceder ao restauro do mobiliário tombado do museu. Por não haver em seu quadro pessoal técnico capacitado na área, a Administração Regional de Planaltina solicitou, em julho de 2015, a colaboração da Secretaria de Estado de Cultura para elaboração do projeto básico de restauro das peças e orçamento. Desde então, esta Unidade Gestora tem feito esforços no sentido de colaborar para o cumprimento da sentença mencionada. Contudo, os trâmites para licitação de restauro dos bens esbarraram no desinteresse das empresas em fornecer os serviços, na insuficiência de propostas e na escassez de recursos para a execução do serviço. No intuito de solucionar o problema, a secretaria buscou apoio do IPHAN-DF e, em 29 de setembro de 2017, realizou reunião com representantes daquele instituto e do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Samambaia, para estabelecer parceria para desinfestação e restauro do acervo do museu. O IFB se prontificou a fazer a desinfestação imediata do acervo sem custos. A retirada do material infestado foi realizada em 19 de outubro e entregue na sede do IFB - Samambaia no mesmo dia, com a supervisão desta Unidade. As peças receberam o tratamento imediato. O IFB prontificou-se ainda a realizar o restauro das peças desde que fosse providenciado o material necessário. A secretaria fez então gestões junto à Administração de Planaltina para solicitar recursos visando aquisição dos materiais. A administração aguarda o desbloqueio dos recursos para proceder à aquisição do material do restauro do mobiliário.

- Realização de higienização, catalogação e disponibilização do acervo documental da sede em parceria com a UNB.

- Execução de serviços de restauro e recomposição de diversos itens da exposição permanente do Museu do Catetinho, tais como: o traje do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o sofá e diversos itens do cenário da cozinha.

Atuou também na educação patrimonial de diversas formas:

- Na realização da "Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno" em parceria com a Superintendência do IPHAN no DF. O evento ocorreu no Cine Brasília nos dias 21 e 22 de agosto e teve por objetivo aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do patrimônio cultural moderno com convidados internacionais que apresentaram suas experiências relativas aos instrumentos e mecanismos dessa gestão nas cidades de Le Havre (França) e Telavive (Israel). Realizou-se debate entre o IPHAN-DF, a SEC e outros órgãos do GDF sobre o encaminhamento das questões locais.

- Na realização da exposição "O Brasil em Brasília - Mosaicos do Patrimônio Cultural", em parceria com a superintendência do IPHAN-DF. Em exibição no Museu Nacional da República, de 31 de agosto a 22 de outubro de 2017, a exposição era recomendada para todas as idades e contou com objetos, painéis, projeções agrupadas em eixos temáticos dedicados aos diversos aspectos do patrimônio cultural do DF: patrimônio arqueológico, patrimônio natural (cerrado), patrimônio histórico, edificado e urbanístico e patrimônio imaterial. A abertura

aconteceu no dia 31 de agosto com apresentação do Boi de Seu Teodoro. Recebeu mais de 5.000 visitantes registrados no livro de assinaturas, incluindo número expressivo de visitações guiadas com alunos de escolas públicas de diversas regiões do DF.

Atuou no fomento e na valorização do patrimônio cultural do DF de diversas formas:

- Retomada do Prêmio José Aparecido de Oliveira: o prêmio foi instituído pelo Decreto nº 28.379, de 24 de outubro de 2007, DODF nº 206, de 25 de outubro de 2007, cujo objetivo é premiar ações que contribuam para a preservação de Brasília, O Decreto estabelece que o evento contemple duas premiações, para primeiro e segundo colocados, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e R$ 5.000,00 (cinco mil reais) respectivamente, além de indicar as instituições que comporão a Comissão Julgadora que fará a escolha da melhor proposta. Desde a sua criação foram realizadas cinco edições do Prêmio José Aparecido de Oliveira, a última delas em 2012. Tendo em vista o interesse da secretaria em retomar a realização do evento no ano em que se comemoram os 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, constatou-se a necessidade de reavaliar os dois decretos acima mencionados. Passados dez anos da criação do evento verificou-se a conveniência de realizar algumas alterações no Decreto para atualizar os valores da premiação, modificar o procedimento de designação da Comissão Julgadora e suprimir a entrega do troféu como parte da premiação. Como resultado, elaborou-se minuta de decreto com acompanhamento da Assessoria Jurídica Legislativa da SEC. O Decreto nº 38.669/2017 foi assinado pelo Governador Rodrigo Rollemberg no dia 7 de dezembro, dia em que se completaram 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. A próxima edição do prêmio, agora em novas bases, deverá ser realizada pela secretaria no primeiro semestre de 2018.

- FAC Patrimônio: como resultado de estreito e profícuo diálogo estabelecido internamente na SEC, ficou acordado o aumento do volume de recursos para a linha de patrimônio no edital do FAC Áreas Culturais. Assim, no edital nº 3/2017, lançado em 25 de agosto, o volume de recursos para área de patrimônio multiplicou, atingindo o montante de R$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais). Criou-se uma sublinha específica e inédita para expografia e acervos museológicos. Desde o lançamento do edital, a secretaria procurou difundi-lo da forma mais ampla possível entre os produtores culturais, as comunidades acadêmicas e as instituições públicas e privadas relacionadas ao tema do patrimônio cultural. O edital foi difundindo nas malas diretas e redes de informação do IPHAN/DF, do IBRAM/MINC e de diversas instituições. Além disso, no dia 18 de julho, o segmento do patrimônio, memória e museus foi objeto, pela primeira vez, de uma conversa pública no marco da rodada de "Diálogos Culturais" promovida pela secretaria para divulgar e tirar dúvidas sobre os editais. A conversa pública contou com expressiva participação de cerda de 30 pessoas. Como resultado dos esforços de divulgação, o número de projetos recebidos pela linha de patrimônio aumentou de 20 para 29, dos quais 17 foram aprovados.

- LIC Patrimônio: também como resultado do diálogo estabelecido internamente na secretaria, houve a criação de uma linha específica de patrimônio no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal, por meio da Portaria Conjunta nº 11, de 19 de outubro de 2017. A portaria concedeu no exercício R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para incentivo a projetos que se enquadrem no item 17 da Portaria SEC nº 103, de 05 de abril de 2017, que trata de incentivo fiscal a projetos voltados ao patrimônio histórico e artístico do DF. Paralelamente, a secretaria realizou diversas reuniões de trabalho com intuito de definir as rotinas e os procedimentos administrativos a serem aplicados aos projetos da LIC que versam sobre reforma, restauro e manutenção de patrimônio material.

Em 2017 a secretaria ofereceu cursos gratuitos no Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC:

- 25 cursos de artesanato nas áreas de tecelagem, cerâmica, papel artesanal, costura, meio ambiente, gravura, audiovisual e madeira, atingindo cerca de 250 alunos.

- curso de conservação e restauro - Pronatec/Mediotec: desde o segundo semestre de 2017, o museu recebe estudantes do ensino médio da rede pública matriculados no curso técnico de conservação e restauro. Ministrada nas dependências do museu, a profissionalização é voltada para o entendimento sobre conservação de documentos, noções de arquivamento e de

restauro de obras de arte e preservação do patrimônio. A iniciativa faz parte do MedioTec, modalidade do Pronatec para adolescentes oferecida em concomitância com o ensino médio regular. O projeto é viabilizado pelo governo federal, mas executado em parceria entre as Secretarias de Educação e de Cultura, por meio do programa Cultura Educa. Na primeira turma foram matriculados 13 alunos.

A secretaria disponibilizou a visita à exposição "Um Olhar sobre Brasília", com fotografias de Luiz Clementino, de 20 de abril a 31 de maio. A exposição foi visitada por cerca de 330 pessoas.

Aconteceu ainda a apresentação da peça de teatro "Os Mamutes", de 23 a 27 de junho, no museu, o qual recebeu um grupo de alunos do curso de arte da UNB que apresentaram para os frequentadores e convidados a peça teatral de Jó Bilac. O evento contou com a participação de cerca de 250 pessoas.

No Museu do Catetinho, dentre as atividades de educação patrimonial, ocorreu no dia 25 de abril os espetáculos "Quilombos da Liberdade" e "Da Discórdia ao Quadrilátero que desdescobriu o Brasil". O evento contou com a participação de 90 alunos do ensino fundamental da rede pública.

No Memorial dos Povos Indígenas também aconteceram atividades para o público em 2017, entre elas:

- Twin Labs: no dia 17 de março o MPI participou do evento inserido no projeto "Pontos de Encontro & Criação Performática", reunindo artistas do Brasil e da Dinamarca. Após um breve período de vivência no espaço, os artistas realizaram performances feitas especialmente para o Memorial dos Povos Indígenas. O foco artístico destas atividades foi a interação com a arquitetura de Oscar Niemeyer e com a arte indígena, de maneira a criar uma experiência de diálogo cultural de vanguarda. O evento contou com a participação de cerca de 400 pessoas.

- Mostra de Cultura dos Povos Indígenas: de 17 a 23 de abril realizaram-se diversas contações de história e rodas de conversa, além de exposição de artesanato de vários povos indígenas brasileiros. As atividades foram realizadas em parceria com a Funai no contexto das comemorações do Dia do Índio e do "Abril Indígena 2017". Os eventos contaram com a participação de cerca de 5.500 pessoas.

- Conferência Livre da Saúde das Mulheres Indígenas: nos dias 23 e 24 de abril o MPI acolheu o evento organizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde com participação de representantes dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena, atingindo público de 700 pessoas aproximadamente.

- Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato: no dia 15 de maio o MPI recepcionou a Oficina Internacional para o Intercâmbio de Informações e Experiência de Proteção em Saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, organizada pela Funai. A oficina propiciou o intercâmbio com ênfase na vigilância em saúde indígena e de populações que vivem no entorno destes povos e na atenção à saúde em processos de contato. O evento contou com a participação de cerda de 650 pessoas.

- VI Encontro Internacional da Nación Pachamama: de 16 a 18 de junho o MPI recebeu o evento de diálogo internacional promovido pela ONG Pachamama, com diversos espetáculos artísticos e debates sobre temas ligados às culturas originárias e à proteção do meio ambiente. Entre os participantes destacam-se o músico uruguaio Antônio Cárceres; o artista plástico Bené Fonteles, coordenador do movimento Artistas pela Natureza; o presidente e líder espiritual da Nación Q'eros (Peru), Francisco Quespi; Kamuu Dan Wapichana, membro do Conselho Nacional de Política Indigenista; Kalypso Molina (palhaça Recicleide) de Florianópolis (SC); o músico Jefferson Sooma (DF); a representante latino-americana do Comitê Central do Tibete Network, professora Sandra Erikson do Rio Grande do Norte; o coordenador da Missão Q'eros 2017, da ONG Pachamama; o argentino Rama Flores e o escritor e idealizador dos movimentos “Mística andina” e “Nación Pachamama”, Lucidor Flores. O evento contou com a participação de cerca de 1.500 pessoas.

- Cantos e Contos Yawanawá: no dia 23 de junho foi realizada uma apresentação de cantos e contos dirigida pelos netos do Pajé Yawarani. O evento contou com a participação de 100 pessoas.

- Sessão especial do filme "O Abraço da Serpente", exibido no dia 22 de setembro, o filme colombiano, em parceria com a embaixada da Colômbia e com a presença do embaixador desse país no Brasil, Alejandro Borda. O evento atingiu um público de 100 pessoas.

Em 2017 a Secretaria de Estado de Cultura deu continuidade ao compromisso com a reabertura e revitalização dos espaços culturais do DF e participou ativamente desse processo:

- A obra de readequação do Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul iniciou em 2015 e está sendo executada pela NOVACAP, com acompanhamento de técnico da equipe da secretaria. Prevista para ser concluída em 2017, sofreu problemas com o atraso no fluxo de recursos da TERRACAP. Para solucionar o problema, a secretaria buscou financiamento pelo Banco do Brasil. A mudança proporcionou maior agilidade e aceleração da obra. Paralelamente, a secretaria continuou a colaborar com a NOVACAP no desenvolvimento do projeto de reforma, compatibilizando a arquitetura e propondo soluções, e seguiu alocando também técnicos responsáveis que têm acompanhado a execução da obra. A previsão para a conclusão do espaço é no mês de março de 2018.

- Outro espaço, o Museu de Arte de Brasília - MAB, fechado desde 2007, deu início às obras em 24 de outubro de 2017. A reforma prevê a adequação do edifício às normas de acessibilidade, implantação de placas fotovoltaicas na cobertura para geração de energia e climatização dos ambientes, além de laboratório para restauração, sala de triagem para recebimento e avaliação de obras e espaço para quarentena de obras quando necessário. As obras estão sendo realizadas pela NOVACAP, com acompanhamento de técnico da equipe da secretaria.

- A secretaria participou da elaboração dos termos de referência, da cotação de preços e do acompanhamento técnico para a compra de equipamentos técnicos e mobiliários para os Centros Culturais de Samambaia e de Planaltina, cujas inaugurações estão previstas para 2018.

Com relação à reforma e revitalização do Teatro Nacional Cláudio Santoro, fechado desde janeiro de 2014, a secretaria deu continuidade ao processo de adequação do projeto executivo de reforma licitado pela gestão anterior, de maneira a permitir a execução da obra em etapas, gradualmente, de acordo com a disponibilidade orçamentário/financeira. Ao longo de 2017, vem realizando diálogos com entidades do sistema interessadas em contribuir para o desenvolvimento cultural do Distrito Federal e, como resultado, foi assinado em 20 de abril um acordo de cooperação com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), para custeio do estudo de adequação do projeto executivo visando permitir a execução da obra em etapas. O estudo está sendo realizado pelo escritório de arquitetura Acunha Solé, responsável pelo projeto original, em estreito diálogo com técnicos da SEC. Paralelamente, a secretaria iniciou tratativas com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops), com o objetivo de buscar soluções para necessidades técnicas envolvidas, tais como a elaboração de projeto estrutural, estudos e análises sobre possíveis modelos de gestão e financiamento para a obra. Como resultado, o projeto de reforma foi incluído no escopo do acordo já existente entre a Unops e a Unidade de Parcerias Público-Privadas da Secretaria de Fazenda. Durante o exercício 2017, a SEC também esteve a cargo da aprovação do projeto executivo de arquitetura e complementares junto à Central de Aprovação de Projetos (CAP-SEGETH) e da renovação dessa aprovação junto ao IPHAN/DF, uma vez que a original teve prazo expirado. Além disso, técnicos da secretaria mantiveram contato com o Corpo de Bombeiros Militar do DF, com o objetivo de sanar pendências para a reabertura do Foyer da sala Villa Lobos. Desde o primeiro semestre de 2017 a SEC participou de todas as etapas de elaboração e realização do edital de chamamento público para conseguir parceria na reforma do teatro. Entre os dias 24 e 26 de outubro de 2017, o Secretário de Estado de Cultura, Luís Guilherme Almeida Reis, realizou viagem de trabalho ao Rio de Janeiro para prospectar possíveis parceiros e patrocinadores para o chamamento público, visando à reforma do Teatro Nacional. Fase I - subsidiariamente,

a viagem também teve por objetivo promover e divulgar entre interlocutores relevantes o modelo de parcerias MROSC desenvolvido e aplicado pela SEC. Em 20 de outubro a SEC lançou edital de seleção de Organização da Sociedade Civil para parceria na reforma do espaço. Fase II - Sala Martins Penna: o ganhador do edital foi o Instituto Pedra, que captará recursos via Lei Rouanet e executará a reforma da sala Martins Penna, prevista para início em 2018. No segundo semestre de 2017, a secretaria orientou as obras de instalação de equipamentos de segurança e combate a incêndio requerido pelo CBMDF para a reabertura do Foyer da sala Villa Lobos ao público. No dia 7 de dezembro, data comemorativa dos 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, o foyer foi finalmente reaberto, em solenidade que contou com a presença do Governador Rodrigo Rollemberg, do Secretário de Estado de Cultura Luís Guilherme Almeida Reis e de algumas autoridades.

Como maneira de promover ainda mais o audiovisual brasiliense, que hoje conta com amplo acesso a recursos e políticas públicas de fomento à produção e à circulação de obras audiovisuais, foi realizada uma chamada pública colaborativa aos realizadores de audiovisual do DF, para a cessão gratuita de trechos para a composição de uma vinheta institucional com amostragem dos filmes financiados pelo FAC e produzidos em Brasília. A vinheta, a ser concebida a partir dos trechos dos filmes, terá como finalidade a exibição antes de todas as sessões promovidas no Cine Brasília. Trata-se de uma ação integrada de comunicação, fortalecendo a visibilidade dos filmes produzidos no DF, ao mesmo tempo em que aproxima as políticas públicas de produção e difusão. O resultado alcançado será a promoção da cinematografia brasiliense no Cine Brasília.

O Cine Brasília foi recentemente classificado pela ANCINE - Agência Nacional do Cinema como sala de cinema comercial, atendendo aos dispostos na Instrução Normativa nº 127, que qualifica como salas de cinema comerciais aquelas que têm suas programações majoritariamente compostas por longa-metragens, com cobrança de ingressos, e que possuam equipamentos digitais de alto desempenho ou projetores de filmes de 35mm (trinta e cinco milímetros). A nova chancela conjuga a responsabilidade de envio anual de Relatório de Cota de Tela e envio diário dos dados de bilheteria no sistema de Controle de Bilheteria e atribui ainda maior necessidade de manutenção do sistema de projeção.

Foi editado, por duas vezes, o pregão eletrônico, na modalidade maior lance, para concessão onerosa de espaço público - para implantação do café - no Cine Brasília. Entre as edições da licitação, foi realizada uma reunião técnica pública com estabelecimentos de referência no ramo em Brasília.

Em parceria com a Assessoria Especial de Economia Criativa, foi selecionado consultor PRODOC para Diagnóstico Setorial Audiovisual, que proverá também subsídios ao conjunto de consultores responsáveis pela formulação das diretrizes de implementação do Parque Audiovisual de Brasília.

Acerca do Polo de Cinema e Vídeo Grande Otelo, em Sobradinho, foi encaminhado à Terracap, proprietária do lote, o ofício nº 567/2017 – GAB/SEC, que solicita a reversão da destinação da área destacada para o Polo de Cinema e Vídeo, em Sobradinho. No lapso temporal desde sua implementação, em 1998, diagnosticou-se também a dificuldade de acesso ao local e a falta de infraestrutura adjacente para viabilizar a produção de filmes, o que veio a ocasionar, progressivamente, o desestímulo dos realizadores em buscar a viabilização de suas respectivas produções na região. Importante ressaltar que a SEC não é proprietária da área, à qual foi feita a destinação de uso, mas nunca foi formalizada sua efetiva cessão.

Outro passo importante da Secretaria de Estado de Cultura foi a implementação da Film Commission do DF. É essencial para o desenvolvimento da política pública setorial, além de fortalecer o potencial econômico que a atividade movimenta, bem como projetar a imagem de Brasília para o Brasil e o mundo. Após 30 anos de seu tombamento como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, estimular e facilitar mecanismos e condições para a realização de filmagens em Brasília tornará a economia local do audiovisual aquecida, impulsionando a geração de emprego e renda. Outro benefício é a valorização da imagem da cidade no imaginário nacional e internacional.

Ressalta-se também no exercício a Delegação Oficial de Brasília no RioContentMarket 2018. Na 50ª edição foi criado o Ambiente de Mercado, iniciativa inédita no DF, para dinamizar as relações entre produtores e agentes de mercado, fomentando a capacitação de projetos, sua viabilização econômica e sua difusão. Entre os diversos parceiros teve fundamental papel o SEBRAE/DF e o RioContentMarket.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Cultura, no final do exercício 2017 nomeou novos concursados aprovados para compor o quadro de servidores ativos do órgão, contribuindo assim para o aumento do nível satisfatório quanto ao andamento dos serviços administrativos de atividades meio e fim.

Em 2017 desenvolveu suas atividades conforme planejado dentro das limitações orçamentárias, havendo grande quantidade de realização e/ou apoio de eventos decorrentes de emendas parlamentares e termos de fomento/colaboração/convênios firmados. As dificuldades encontradas foram em relação a bloqueios orçamentários, bem como morosidade no andamento de processos de licitação e ainda indisponibilidade orçamentário-financeira para algumas realizações, porém, de um modo geral, cumpriu com êxito os trabalhos realizados.

Para 2018, com o aumento no quantitativo de servidores do quadro e novas perspectivas de realizações/apoios/implementações previstas na Lei Orçamentária para o exercício vindouro, uma das metas que se pretende alcançar é a estruturação do Parque Audiovisual de Brasília, no bojo da política pública cultural instituída pelo Decreto Distrital nº 38.494, de 15 de setembro de 2017. A implementação do Parque Audiovisual de Brasília está prevista para ocorrer no Lote 01 do Polo 7 do Projeto Orla, Trecho 3, do Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, na Região Administrativa de Brasília - RA I. O terreno foi objeto de Termo de Cessão de Uso pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - Terracap para a Secretaria de Estado de Cultura.

O projeto de estruturação do Parque Audiovisual, em local central e nobre de Brasília, nasce com a missão de desenvolver os mercados produtor, distribuidor e exibidor do Distrito Federal, a partir da integração do talento criativo local e regional. A implementação objetiva a otimização dos recursos disponíveis no país para a construção de pontes que estimulem a produção de conteúdo audiovisual brasileira a se consolidar internamente e a conquistar o mercado internacional, ampliando também telas e janelas de fruição social.

A implementação de atividades de pesquisa e desenvolvimento, de produção e veiculação digital de conteúdo audiovisual e cinematográfico, promovendo a formação profissionalizante e arranjos associativos nos diversos seguimentos da cadeia produtiva, conjugados ao potencial de atração de empresas dinamizadoras da economia da cultura e do audiovisual e de parceiros institucionais deverão prover sustentabilidade econômica do Parque Audiovisual de Brasília. As atividades que facultarão a exploração econômica do território deverão estar confluídas aos preceitos culturais e sociais que pautarão a gestão participativa do equipamento que conterá o novo Polo de Cinema e Vídeo do DF.

Associar a dimensão vocacionada da política pública na universalização do acesso aos meios de formação, produção e preservação audiovisual à escala comercial complementar será fundamental para o equilíbrio das necessidades do setor audiovisual a partir do funcionamento do Parque Audiovisual de Brasília. Para a formalização, construção do escopo e modelagem de funcionamento operacional e financeiro serão abertos editais para contratação de consultores PRODOC, a partir do Acordo de Cooperação com a Unesco a saber:

1. Parque Audiovisual - modelagem jurídica;
2. Parque Audiovisual - modelagem técnica de operação;
3. Parque Audiovisual - modelagem econômica;
4. Parque Audiovisual - modelagem de arquitetura e urbanismo.

Outra meta a ser implementada é a Film Commission do DF. A Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo, tem atuado no sentido de posicionar a cultura no centro do debate do desenvolvimento sustentável local, buscando o fortalecimento e a valorização do território. Dessa forma, a gestão de políticas no campo cultural e turístico tem se deparado com novos desafios a serem enfrentados quanto aos seus processos de planejamento, avaliação e institucionalização.

Está sendo confirmado o Decreto que instituirá Grupo de Trabalho, convocado pela Casa Civil, para que seja possível a reunião dos agentes de governo necessários a articulação inicial, desenvolvimento da minuta de Decreto Distrital e sensibilização de parceiros estratégicos no processo. Associado a isso também foi selecionado um consultor PRODOC dentro do Acordo de Cooperação Internacional com a UNESCO especificamente para formulação de propostas de implementação de film commission para o Distrito Federal, bem como de entidade da administração pública dinamizadora dos processos produtivos e de distribuição do audiovisual local que trará subsídios técnicos ao grupo de trabalho. Com vigência prevista, o resultado do GT será a minuta de Decreto que implementará a Film commission do DF.

Outra meta, a Delegação Oficial de Brasília no RioContentMarket 2018, o Festival mantém viva a parceria e promove, junto ao SEBRAE/DF, a composição da Delegação Oficial de Brasília, composta por 20 projetos ou carteiras de projetos audiovisuais que participarão do evento a realizar-se entre 3 a 6 de abril, no Rio de Janeiro. As propostas selecionadas no âmbito da Chamada Pública receberão credencial Industry e um código personalizado que habilitará ao proponente a inscrição de projetos nas rodadas através da plataforma do RioContentMarket. A seleção final para as rodadas será feita pelos players aos quais os projetos foram submetidos. O agente cultural selecionado poderá ter acesso à Missão SEBRAE/DF, com o custeio financeiro de sua logística de até 70%, o qual contempla passagens aéreas, hospedagem, traslados (aeroporto-hotel-aeroporto e hotel-evento-hotel) e seguro de viagem com a contrapartida financeira de 30% a ser paga pelo agente cultural diretamente junto ao SEBRAE/DF.

O RCM, um dos maiores eventos de mercado na América Latina, em 2018 expande sua abrangência e receberá, além do segmento audiovisual, empresas e players também de música e inovação.

Além da Chamada Pública de seleção de carteiras de projetos audiovisuais, todas as empresas do DF, nos segmentos de audiovisual, música e inovação podem adquirir credenciais com desconto para participação no RioContentMarket 2018 para ambas as categorias: Industry (que habilita inscrições nas rodadas de negócios) e Creators (para acesso aos ambientes do evento e relacionamento com parceiros e players estratégicos).

A iniciativa também se articula com o programa Conexão Cultura DF, voltado à promoção e à difusão da arte e cultura produzida no Distrito Federal, incluindo a circulação, distribuição e intercâmbio de agentes, bens e serviços culturais e criativos.

No exercício 2018 a SEC dará andamento e consequentemente encerramento a diversos projetos provenientes de emendas parlamentares por meio de Termo de Fomento em parceria com entidades privadas, já mencionadas neste relatório nos campos próprios como seguem:

- Arte na Praça, Termo de Fomento nº 06/2017, entre a Secretaria de Estado de Cultura e a Associação dos Artistas de Sobradinho e Entorno – ARTISE, no período de 01/07/2017 a 15/03/2018;

- Carnavalesca, Termo de Fomento nº 17/2017, entre a SEC e o Instituto Bógea de Educação, Esporte e Música, com período de realização de setembro de 2017 a 31 de maio de 2018.

- 32º Festival Ferrock – Calendário 2017, Termo de Fomento nº 18/2017, entre a SEC e o Centro Cultural Ferrock para realização do projeto no período de 10 de outubro de 2017 a 20 de janeiro de 2018;

- Quarta Dimensão, nº 19/2017, entre a SEC e o Instituto Bem Cultural, para realização no período de 11 de outubro de 2017 a 31 de janeiro de 2018;

- Brasil de todos os choros, nº 21/2017, entre a SEC e a Organização da Sociedade Civil Clube do Choro de Brasília, para realização no período de 15 de outubro de 2017 a 20 de fevereiro de 2018;

- Eixo Imaginário, nº 23/2017, entre a SEC e a Associação Imaginário Cultural para realização no período de 01 de novembro de 2017 a 31 de agosto de 2018;

- Revista Traços e Encontraços, nº 32/2017, entre a SEC e a Associação Traços de Comunicação e Cultura, para realização no período de 10 de novembro de 2017 a 08 de agosto de 2018;

- Sarau da Ponta da Asa, nº 33/2017, entre a SEC e o Instituto Casa da Vila, com período de realização de 17 de novembro de 2017 a 16 de março de 2018;

- 7ª Ação Natalina do Instituto Pipoquinha, entre a SEC e o Instituto Pipoquinha, no período de 21 de dezembro de 2017 a 22 de fevereiro de 2018;

- Bacural das Artes, entre a SEC e a Cia Teatral Hz0, para o período de 20 de dezembro de 2017 a 20 de setembro de 2018;

- Caravana Cultural, entre a SEC e o Instituto Bógea de Educação, Esporte e Música – IBEM, para realização no período de 20 de dezembro de 2017 a 30 de maio de 2018;

- Brasília Cênica, entre a SEC e o MIN, com realização de agosto de 2017 e prorrogado até abril de 2018.

- Elemento 5, de 01/11/2017 a 31/01/2018;

- Hip Hop contra a fome – isso sim, é ser solidário, com realização de 18/11/2017 a 15/01/2018;

- São Batuque, de 16/12/2017 a 31/01/2018;

- Rock do Quadrado, de dezembro de 2017 a janeiro de 2018;

- Campeonato Stylos, de 07/12/2017 a 22/01/2018;

- A Roda de Samba vai à Escola, de dezembro de 2017 a março de 2018;

- A Feira Tem Cultura Nordestina, de dezembro de 2017 a janeiro de 2018;

- 1º Festival de Viola Caipira do Cerrado, de 06/11/2017 a 06/01/2018.

- Encontro Cultural de Hip Hop, de 10/12/2017 a 10/01/2018;

- Instituto Acesso - Integração Cultural entre Gerações, 11/09/2017 a 11/04/2018;

- Oficina das Artes, de 09/12/2017 a 05/03/2018, entre outros.

Há previsão ainda da inauguração dos Centros Culturais de Samambaia e de Planaltina em 2018, além do início da reforma da sala Martins Penna como princípio das obras de readequação do Teatro Nacional Cláudio Santoro, pelo Instituto Pedra que captará recursos através da Lei Rouanet.

FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - FAC – UO: 16.903

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio à Cultura (FAC) foi criado pela Lei Complementar n° 267, de 15/12/1999, e até 2017 foi regulamentado pelo Decreto n° 34.785, de 1/11/2013. Tem por finalidade prover recursos financeiros a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Distrito Federal e inscritas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais - CEAC, para a realização de ações que tenham por finalidade a difusão e o incremento das atividades artísticas e /ou culturais, e tem por objetivos:

- Incentivo á formação artística e cultural;
- Fomento á formação artística e cultural;
- Preservação e restauração do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- Pesquisa e difusão dos bens e valores artísticos e culturais.

Tem por objetivos, também, outros considerados relevantes pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, ouvido o Conselho de Cultura do DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	4	7	11
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	18	0	18
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	3	3
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	15	0	22	10	32

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	500.000,00	900.000,00	757.490,37	757.490,37

0001 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA-FUNDO DE APOIO À CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	900.000,00	757.490,37	757.490,37
3307 - REALIZAÇÃO DO PROJETO PONTES CULTURAIS	**1.000.000,00**	**729.782,00**	**729.779,71**	**729.779,71**
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO PONTES CULTURAIS-FUNDO DE APOIO À CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	729.782,00	729.779,71	729.779,71
3313 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA	**250.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA-FUNDO DE APOIO À CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	1,00	0,00	0,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**63.196.142,00**	**44.612.861,19**	**41.534.713,34**	**41.534.713,34**
0012 - APOIO A PROJETOS-ARTÍSTICOS E CULTURAIS - FUNDO DE APOIO À CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	63.196.142,00	44.612.861,19	41.534.713,34	41.534.713,34
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**2.098.721,00**	**2.378.105,00**	**2.190.076,35**	**2.148.273,65**
0003 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-MANUTENÇÃO E SUPORTE PARA AÇÕES DO FAC-DISTRITO FEDERAL	2.098.721,00	2.378.105,00	2.190.076,35	2.148.273,65
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**67.044.863,00**	**48.620.749,19**	**45.212.059,77**	**45.170.257,07**

O Fundo de Apoio à Cultura (FAC), no exercício de 2017, cumpriu sua finalidade de financiar projetos artísticos e culturais por meio da contratação e pagamento de projetos contemplados em seleções realizadas por meio de editais lançados nos anos de 2015 e 2016. Os projetos apoiados pelo FAC em 2017 não se restringiram apenas às produções culturais, foram apoiados também projetos direcionados à formação e à qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, manutenção de grupos e espaços culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal.

Além de projetos culturais, foram pagos com recursos do FAC no ano de 2017, prêmios a personalidades artísticas, grupos ou organizações artísticas e culturais que prestaram relevante contribuição ao desenvolvimento artístico e cultural do Distrito Federal por meio de iniciativas exemplares já realizadas.

Dos projetos contratados e pagos em 2017, 29 foram contemplados no Edital do FAC n° 1/2015, que teve seu resultado final publicado no dia 2 de fevereiro de 2016. O valor total destinado ao pagamento de projetos contemplados no edital n° 1/2015 foi de R$ 2,9 milhões. Abaixo segue quadro com a quantidade de projetos contemplados no edital n° 1/2015 do FAC e pagos no exercício de 2017. A relação está organizada por área cultural / linha de apoio.

Área / Linguagem Cultural	Linha de Apoio	Qtd. de Projetos Apoiados		Valor repassado pelo FAC aos projetos	
ARTES PLÁSTICAS, VISUAIS E FOTOGRAFIA	EXPOSIÇÕES, INSTALAÇÕES E/OU SALÕES - MÓDULO I	1	2	R$ 79.941,00	R$ 229.227,30
	EXPOSIÇÕES, INSTALAÇÕES E/OU SALÕES - MÓDULO II	1		R$ 149.286,30	
CULTURA POPULAR E MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS	EVENTOS (FESTEJOS, MOSTRAS E FESTIVAIS) – MÓDULO I	1	1	R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
DANÇA	PROJETO LIVRE - MÓDULO I	1	3	R$ 100.000,00	R$ 374.976,00
	PROJETO LIVRE - MÓDULO II	1		R$ 199.976,00	
	VÍDEO DANÇA	1		R$ 75.000,00	
LITERATURA, LIVROS E LEITURA	FORMAÇÃO E/OU CIRCULAÇÃO DE CONTADORES DE HISTORIAS	1	2	R$ 54.999,80	R$ 99.999,80

	PUBLICAÇÃO (CATÁLOGOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS ESPECIALIZADAS ETC)	1		R$ 45.000,00	
MANIFESTAÇÕES CIRCENSES	PROJETO LIVRE	1	1	R$ 99.998,00	R$ 99.998,00
MÚSICA	CIRCULAÇÃO - MÓDULO III	1	9	R$ 180.000,00	R$ 1.088.924,35
	EVENTOS (FESTAS, MOSTRAS E FESTIVAIS) - MÓDULO I	1		R$ 149.982,28	
	EVENTOS (FESTAS, MOSTRAS E FESTIVAIS) - MÓDULO II	1		R$ 200.000,00	
	GRAVAÇÃO, LANÇAMENTO E/OU DISTRIBUIÇÃO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO - MÓDULO I	2		R$ 78.719,93	
	GRAVAÇÃO, LANÇAMENTO E/OU DISTRIBUIÇÃO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO - MÓDULO II	2		R$ 239.845,80	
	PROJETO LIVRE - MÓDULO II	1		R$ 199.703,34	
	PUBLICAÇÃO (CATÁLOGOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS ESPECIALIZADAS ETC)	1		R$ 40.673,00	
ÓPERA E MUSICAL	CAPACITAÇÃO, OFICINAS OU AÇÕES PARA FORMAÇÃO DE PLATEIA	1	1	R$ 70.000,00	R$ 70.000,00
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO MATERIAL E IMATERIAL	PESQUISA CULTURAL, INVENTÁRIO OU REGISTRO DOCUMENTAL	1	1	R$ 119.200,00	R$ 119.200,00
TEATRO	APOIO A TEMPORADA	1	9	R$ 47.000,00	R$ 715.934,98
	CAPACITAÇÃO, OFICINAS OU AÇÕES PARA FORMAÇÃO DE PLATEIA - MÓDULO I	1		R$ 43.937,00	
	CAPACITAÇÃO, OFICINAS OU AÇÕES PARA FORMAÇÃO DE PLATEIA - MÓDULO II	2		R$ 199.998,00	
	CIRCULAÇÃO - MÓDULO I	1		R$ 60.000,00	
	CIRCULAÇÃO - MÓDULO II	2		R$ 220.000,00	
	MONTAGEM DE ESPETÁCULO MÓDULO II	1		R$ 99.999,98	
	PUBLICAÇÃO (CATÁLOGOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS ESPECIALIZADAS ETC)	1		R$ 45.000,00	
TOTAL		29		R$ 2.918.260,43	R$ 2.918.260,43

No dia 11 de outubro de 2016 foi publicado no DODF o resultado final do edital FAC Audiovisual 2016. Esse edital consolidou o Fundo como um dos maiores apoiadores a projetos cinematográficos no país. Foram 74 projetos contemplados em 16 linhas de apoio, um grande salto em relação ao edital anterior, de 2014, quando foram apoiados 48 projetos distribuídos entre 9 linhas de apoio. A contratação e pagamentos dos projetos contemplados neste edital teve início no ano de 2017, foram 65 projetos contratados e pagos durante o exercício. Segue abaixo relação de projetos contemplados no edital 1/2016 – FAC Audiovisual que totalizam R$ 11 milhões.

Linha de Apoio	Qtd. de Projetos Apoiados	Valor repassado pelo FAC aos projetos

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO	6	R$ 298.343,89
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CINECLUBISMO	7	R$ 209.767,37
COMERCIALIZAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO DE LONGA-METRAGEM	1	R$ 99.996,00
COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA AUDIOVISUAL	2	R$ 289.435,88
DESENVOLVIMENTO DE PROJETO CINEMATOGRÁFICO DE LONGA-METRAGEM OU OBRA SERIADA	11	R$ 1.433.200,18
FINALIZAÇÃO E/OU LANÇAMENTO DE OBRA AUDIOVISUAL	5	R$ 1.049.885,37
MOSTRAS E FESTIVAIS – MÓDULO I	4	R$ 597.941,51
MOSTRAS E FESTIVAIS – MÓDULO II	2	R$ 549.869,11
MOSTRAS E FESTIVAIS – MÓDULO III	1	R$ 450.000,00
PESQUISA CULTURAL	3	R$ 235.920,00
PRODUÇÃO DE LONGA-METRAGEM – MÓDULO I	1	R$ 800.000,00
PRODUÇÃO DE LONGA-METRAGEM – MÓDULO II	3	R$ 1.185.964,52
PRODUÇÃO DE LONGA-METRAGEM DE FICÇÃO	3	R$ 2.174.476,92
PRODUÇÃO DE OBRA CINEMATOGRÁFICA, COM FINALIZAÇÃO	11	R$ 1.383.998,45
PRODUÇÃO DE OBRA CINEMATOGRÁFICA, COM FINALIZAÇÃO, PARA DIRETORES ESTREANTES	4	R$ 239.975,31
PUBLICAÇÃO (CATÁLOGOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS ESPECIALIZADAS ETC.)	1	R$ 44.997,00
TOTAL	65	R$ 11.043.771,51

Em 2017 também foram pagos com recursos do FAC projetos contemplados nos editais FAC Áreas Culturais, FAC Regionalizado, FAC Ocupação e FAC Manutenção de Grupos e Espaços. Lançados em setembro de 2016 e com resultados finais publicados em julho de 2017, os editais apresentaram grandes inovações em relação a editais anteriores do FAC. O inédito edital FAC Regionalizado contemplou projetos artísticos e culturais apresentados e realizados por artistas locais de diversas regiões administrativas do DF, sendo um grande avanço na gestão dos recursos do FAC, uma vez que, pela primeira vez na história, o Fundo priorizou efetivamente a descentralização dos recursos, historicamente concentrados em atividades no Plano Piloto, além do fortalecimento da cena artística das diversas regiões administrativas do DF. O Edital FAC Ocupação, que distribuiu seus recursos entre as Categorias de Cultura e Cidadania, Cultura Educa, Cultura nos Parques e Ocupação Cultural de Espaços e Equipamentos Públicos, pela primeira vez estimulou a realização de projetos culturais no âmbito da valorização do patrimônio cultural, do meio ambiente, direitos humanos e educação. O edital FAC Manutenção de Grupos e Espaços contemplou projetos de Grupos Artísticos e Espaços Culturais do DF, tendo como grande diferencial proporcionar aos grupos ou espaços contemplados a garantia de aporte de recursos durante dois anos consecutivos para manutenção e desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para sustentabilidade do trabalho de coletivos e espaços culturais. Fechando o bloco, o já tradicional edital FAC Áreas Culturais, disponibilizou linhas de apoio estruturadas em torno das diversas linguagens artísticas: Artes Visuais, Fotografia, Artesanato, Circo, Cultura Popular, Dança, Design e Moda, Livro e Leitura, Música, Ópera, Patrimônio, Radiodifusão e Teatro. Segue abaixo quadro com a quantidade de projetos contemplados nos editais FAC Áreas Culturais, FAC Regionalizado, FAC Ocupação e FAC Manutenção de Grupos e Espaços, contratados e pagos no ano de 2017.

EDITAL FAC ÁREAS CULTURAIS

Área / Linguagem Cultural	Linha de Apoio	Qtd. De Projetos Apoiados		Valor repassado pelo FAC aos projetos	
ARTES PLÁSTICAS	Ações de qualificação - Módulo I	1	16	R$ 50.000,00	R$ 2.047.410,11
	Ações de qualificação - Módulo II	1		R$ 72.039,00	
	Exposição ou Feira de Artes - Módulo I	4		R$ 479.831,31	
	Exposição ou Feira de Artes - Módulo II	4		R$ 771.974,80	
	Pesquisa Cultural / Residência Artística	2		R$ 80.000,00	
	Publicação	2		R$ 89.998,00	
	Salão - Módulo I	1		R$ 84.000,00	
	Salão - Módulo II	1		R$ 419.567,00	
CULTURA POPULAR	Capacitação - Módulo I	2	9	R$ 100.000,00	R$ 854.916,60
	Capacitação - Módulo II	1		R$ 50.000,00	

	Espetáculo	1		R$ 119.963,00	
	Eventos - Módulo I	2		R$ 239.953,60	
	Eventos - Módulo II	1		R$ 200.000,00	
	Projeto Livre	1		R$ 100.000,00	
	Publicação	1		R$ 45.000,00	
DANÇA	Circulação - Módulo I	1	15	R$ 59.800,00	R$ 1.690.533,86
	Circulação - Módulo II	1		R$ 110.000,00	
	Espetáculo - Módulo I	1		R$ 59.900,00	
	Espetáculo - Módulo II	5		R$ 458.119,96	
	Eventos - Módulo I	1		R$ 119.939,00	
	Eventos - Módulo II	2		R$ 599.935,00	
	Pesquisa Cultural	1		R$ 40.000,00	
	Projeto Livre	2		R$ 172.840,00	
	Vídeo Dança	1		R$ 69.999,90	
DESIGN E MODA	Exposição de Design e Moda	1	3	R$ 70.000,00	R$ 200.000,00
	Pesquisa	1		R$ 40.000,00	
	Seminários e etc	1		R$ 90.000,00	
LITERATURA	Apoio a Bibliotecas	1	24	R$ 34.977,00	R$ 1.113.900,05
	Contadores de Historias	2		R$ 93.929,00	
	Desenvolvimento	8		R$ 118.727,74	
	Eventos - Módulo I	1		R$ 48.967,00	
	Eventos - Módulo II	2		R$ 399.676,00	
	Pesquisa Cultural	1		R$ 40.000,00	
	Publicação	9		R$ 377.623,31	
MANIFESTAÇÕES CIRCENSES	Capacitação	2	7	R$ 99.961,20	R$ 499.923,20
	Circulação - Módulo I	1		R$ 59.982,00	
	Espetáculo	2		R$ 120.000,00	
	Eventos	1		R$ 120.000,00	
	Projeto Livre	1		R$ 99.980,00	
MÚSICA	Capacitação - Módulo I	3	37	R$ 146.972,20	R$ 2.507.837,99
	Circulação - Módulo I	5		R$ 394.100,00	
	Circulação - Módulo II	3		R$ 326.969,76	
	Eventos - Módulo I	3		R$ 359.907,82	
	Eventos - Módulo III	1		R$ 400.000,00	
	Gravação	22		R$ 879.888,21	
ÓPERA E MUSICAL	Circulação Ópera	2	6	R$ 300.000,00	R$ 832.895,00
	Montagem Musical	2		R$ 237.395,00	
	Montagem Ópera	1		R$ 195.500,00	
	Projeto Livre	1		R$ 100.000,00	
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Pesquisa Cultural	4	6	R$ 319.920,00	R$ 409.750,00
	Publicação	2		R$ 89.830,00	
RADIODIFUSÃO	Manutenção de programas	6	6	R$ 299.966,52	R$ 299.966,52
TEATRO	Capacitação	1	33	R$ 49.997,20	R$ 3.380.480,53
	Circulação - Módulo I	5		R$ 299.980,00	
	Circulação - Módulo II	2		R$ 217.160,00	
	Espetáculo - Módulo I	7		R$ 418.848,51	
	Espetáculo - Módulo II	5		R$ 500.000,00	
	Eventos - Módulo I	3		R$ 360.000,00	
	Eventos - Módulo II	3		R$ 595.000,00	
	Eventos - Módulo III	1		R$ 399.990,00	
	Pesquisa Cultural	1		R$ 40.000,00	
	Projeto Livre	5		R$ 499.504,82	
TOTAL		162		R$ 13.837.613,86	

EDITAL FAC REGIONALIZADO

Macrorregião	Linha de Apoio	Qtd. De Projetos Apoiados		Valor repassado pelo FAC aos projetos	
1.1 - Gama; Santa Maria; Park Way*	Linha de Apoio I - Projs. até R$ 40 mil	1	3	R$ 39.890,00	R$ 239.841,63
	Linha de Apoio II - Projs. até R$ 80 mil	1		R$ 79.952,03	
	Linha de Apoio III - Projs. Até R$ 120 mil	1		R$ 119.999,60	
1.2 - Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Cruzeiro, Vila Telebrasília; Vila Planalto	Linha de Apoio I - Projs. até R$ 40 mil	2	6	R$ 79.970,00	R$ 479.417,32
	Linha de Apoio II - Projs. até R$ 80 mil	2		R$ 159.450,00	
	Linha de Apoio III - Projs. Até R$ 120 mil	2		R$ 239.997,32	

1.3 - Taguatinga; Águas Claras; Vicente Pires; Guará	Linha de Apoio I - Projs. até R$ 40 mil	4	8	R$ 159.656,00	R$ 595.576,00
	Linha de Apoio II - Projs. até R$ 80 mil	1		R$ 80.000,00	
	Linha de Apoio III - Projs. Até R$ 120 mil	3		R$ 355.920,00	
1.4 - Recanto das Emas; Riacho Fundo I; Riacho Fundo II	Linha de Apoio I - Projs. até R$ 40 mil	1	7	R$ 39.974,60	R$ 661.871,81
	Linha de Apoio II - Projs. até R$ 80 mil	2		R$ 156.050,00	
	Linha de Apoio III - Projs. Até R$ 120 mil	4		R$ 465.847,21	
1.5 - Planaltina; Fercal; Sobradinho I; Sobradinho II	Linha de Apoio I - Projs. até R$ 40 mil	2	7	R$ 76.040,00	R$ 554.865,80
	Linha de Apoio II - Projs. até R$ 80 mil	3		R$ 238.825,80	
	Linha de Apoio III - Projs. Até R$ 120 mil	2		R$ 240.000,00	
1.6 - Itapoã; Varjão; Paranoá; São Sebastião; Jardim Botânico	Linha de Apoio I - Projs. até R$ 40 mil	2	6	R$ 79.343,42	R$ 469.213,90
	Linha de Apoio II - Projs. até R$ 80 mil	2		R$ 159.570,00	
	Linha de Apoio III - Projs. Até R$ 120 mil	2		R$ 230.300,48	
1.7 - Estrutural; Brazlândia; SIA	Linha de Apoio I - Projs. até R$ 40 mil	1	3	R$ 40.000,00	R$ 173.277,00
	Linha de Apoio II - Projs. até R$ 80 mil	2		R$ 133.277,00	
	Linha de Apoio III - Projs. Até R$ 120 mil	0		R$ 0,00	
1.8 –Samambaia e Ceilândia	Linha de Apoio I - Projs. até R$ 40 mil	5	10	R$ 199.035,14	R$ 638.280,14
	Linha de Apoio II - Projs. até R$ 80 mil	4		R$ 319.250,00	
	Linha de Apoio III - Projs. Até R$ 120 mil	1		R$ 119.995,00	
TOTAL		50		R$ 3.812.343,60	

EDITAL FAC OCUPAÇÃO

Categoria	Linha de Apoio	Qtd. De Projetos Apoiados		Valor repassado pelo FAC aos projetos	
Cultura Educa	-	20		R$ 974.549,47	
Cultura nos Parques	-	6		R$ 299.616,60	
Cultura e Cidadania	Casa Abrigo do DF	3	8	R$ 150.000,00	R$ 397.226,00
	Centro Pop Brasília	1		R$ 50.000,00	
	Unidade de Atendimento em Meio Aberto – UAMA Planaltina	1		R$ 49.926,00	
	Unidade de Atendimento em Meio Aberto UAMA Gama	2		R$ 97.500,00	
	Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS São Sebastião	1		R$ 49.800,00	
Ocupação de Espaços e Equipamentos Públicos	Bibliotecas - Rede de Bibliotecas Públicas do DF	3	28	R$ 120.000,00	R$ 1.466.410,82
	Casa do Cantador - Ceilândia	5		R$ 249.999,00	
	Catetinho	1		R$ 50.000,00	
	Centro Cultural 3 Poderes	2		R$ 99.980,00	
	CEU das Artes – Recanto das Emas	2		R$ 100.000,00	
	Concha Acústica	2		R$ 200.000,00	
	Galeria Athos Bulcão	2		R$ 99.999,68	

	Museu Vivo da Memória Candanga	1		R$ 50.000,00	
	Setor de Diversões Sul e/ou Setor Comercial Sul	10		R$ 496.432,14	
TOTAL		62		R$ 3.137.802,89	

EDITAL FAC MANUTENÇÃO

Categoria	Qtd. De Projetos Apoiados	Valor repassado pelo FAC aos projetos
Manutenção de Grupos Artísticos	3	R$ 719.790,00
Manutenção de Espaços Culturais – Módulo I	2	R$ 399.960,00
Manutenção de Espaços Culturais – Módulo II	2	R$ 601.000,00
TOTAL	7	R$ 1.720.750,00

Também em 2017, foram pagos 60 prêmios a artistas contemplados nos editais de premiação do FAC. Cada contemplado recebeu R$ 15 mil como reconhecimento pela sua contribuição ao cenário artístico e cultural do DF. Os editais de premiação do FAC, pagos em 2017, contemplavam as categorias: Cultura Afro, Cultura HIP-HOP, Equidade de Gêneros na Cultura e Cultura Populares. Segue abaixo quantidade de premiados pagos em 2017 divididos por edital.

Edital	Qtd. de premiados pagos em 2017
EDITAL Nº 6/2016 – FAC PRÊMIOS – CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS	17
EDITAL Nº 7/2016 – FAC PRÊMIOS – CULTURA HIP HOP	13
EDITAL Nº 8/2016 – FAC PRÊMIOS – EQUIDADE DE GÊNEROS NA CULTURA	19
EDITAL Nº 9/2016 – FAC PRÊMIOS – CULTURAS POPULARES	11
TOTAL	60

Além dos projetos selecionados e apoiados através dos editais, o FAC apoia ações de difusão e Intercâmbio através do programa permanente Conexão FAC. O Programa instituído desde 2011, passou por uma restruturação em 2016, após a publicação da Resolução n°3/2016 do Conselho de Cultura do DF. O Programa tem como objetivos: I – ampliar a oferta e a fruição dos bens e serviços culturais e criativos; II - possibilitar a adoção de mecanismos de promoção, circulação e distribuição dos bens e serviços culturais produzidos no Distrito Federal a outras regiões do país e do mundo, privilegiando-se a América Latina; III – facilitar e promover a participação de artistas, produtores, empreendedores e grupos artísticos e culturais em eventos nacionais e internacionais; IV – estimular o intercâmbio de conhecimento entre agentes do DF e seus pares nacionais e internacionais; V – estimular o empreendedorismo cultural, inserindo bens e serviços culturais e criativos no mercado nacional e internacional; VI – fortalecer a formação e capacitação artística e cultural dos agentes do Distrito Federal; VII - produzir, estimular e divulgar dados e informações estratégicas para a promoção de agentes, bens e serviços culturais e criativos, no âmbito nacional e internacional; e VIII - criar plataformas, virtuais e presenciais, de promoção de agentes, bens e serviços culturais e criativos. Os recursos destinados ao Conexão FAC são divididos entre três linhas de apoio: I - Participação em Eventos; II - Circulação Nacional, Internacional ou Mista; e III - Concessão de Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência. Em 2017 foram 50 projetos apoiados na linha de participação de eventos, 13 na nova linha de Circulação e 30 na linha de Concessão de Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência. Ao todo o programa beneficiou mais de 300 agentes e entes culturais do Distrito Federal.

No ano de 2017, também foram pagas a segunda parcela do apoio financeiro a seis projetos de grupos ou espaços contemplados no Edital de Manutenção de Grupos e Espaços n°12/2014.

Quadro Resumo – Investimento FAC 2017

Edital/Programa	Qtd. de Projetos ou prêmios	Valor Investido
Edital FAC Áreas Culturais 2015	29	R$ 2.918.260,43
Edital FAC Audiovisual 2016	65	R$ 11.043.771,51
Edital FAC Áreas Culturais 2016	162	R$ 13.837.613,86
Edital FAC Regionalizado 2016	50	R$ 3.812.343,60
Edital FAC Ocupação 2016	62	R$ 3.137.802,89
Edital FAC Manutenção de Grupos e Espaços 2016	7	R$ 1.720.750,00
Editais Prêmios FAC 2016	60	R$ 900.000,00
Programa Conexão FAC	93	R$ 2.129.779,96
Edital FAC Manutenção de Grupos e Espaços 2014	6	R$ 898.447,00
TOTAL	534	R$ 40.398.769,25

No decorrer do ano de 2017 o FAC fomentou projetos culturais que se enquadravam em diversas áreas culturais. Segue abaixo quadro contendo a distribuição dos recursos investidos por área cultural.

Área Cultural	Distribuição do Recurso por área cultural
ARTES PLÁSTICAS, VISUAIS E FOTOGRAFIA	8,15%
AUDIOVISUAL	33,74%
CULTURA POPULAR E MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS	5,13%
DANÇA	7,87%
DESIGN E MODA	0,58%
LITERATURA, LIVROS E LEITURA	4,00%
MANIFESTAÇÕES CIRCENSES	2,41%
MÚSICA	15,62%
ÓPERA E MUSICAL	2,63%
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO MATERIAL E IMATERIAL	1,69%
RADIODIFUSÃO	0,87%
TEATRO	17,31%

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1748 - PROJETOS APOIADOS PELO FAC	0	UNIDADE	-		33		39	40	SUFIC/SECULT/UO 16903/OE 3
Justificativa:									

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Conforme já mencionado, o FAC tem como finalidade fomentar projetos artísticos e culturais do Distrito Federal selecionados por meio de seleções públicas de projetos realizadas por meio de editais, sendo esta a melhor forma de resguardar os interesses públicos envolvidos na constituição desse fundo, bem como responder aos anseios da sociedade civil

por maior transparência na gestão dos recursos. No dia 28 de julho de 2017 foi publicado no DODF n° 144, páginas 125 a 128, um dos maiores editais de fomento direto ao audiovisual do país. O Edital FAC Audiovisual 2017 disponibilizou R$ 22,7 milhões divididos entre 17 linhas de apoio. Nesta edição foram disponibilizadas três novas linha de apoio: Núcleo Criativo, Obra Seriada para TV e Projeto livre. O edital foi realizado através de um Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura, Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Para firmar o termo de cooperação, a Secretaria de Cultura participou de processo de seleção por meio da Chamada Pública FSA n°1/2016. Na ocasião, a agência convocou Estados e Municípios a apresentar propostas para uma parceria, na qual suplementaria recursos voltados à produção de novas obras audiovisuais. Esse já é o terceiro edital do FAC, voltado para área de audiovisual, que recebe suplementação de recursos por meio do Fundo Setorial do Audiovisual. O resultado final do edital foi publicado no dia 29 de janeiro de 2018.

Além do edital FAC Audiovisual, no ano de 2017, foram publicados mais quatro editais de seleção de projetos: FAC Regionalizado, FAC Ocupação, FAC Áreas Culturais e FAC Manutenção de Grupos e Espaços. Os editais foram lançados e publicados em agosto, disponibilizando mais de 440 vagas para projetos culturais, que juntas somavam mais de R$ 38 milhões destinados ao fortalecimento da produção cultural do Distrito Federal. Os principais avanços implementados neste bloco de editais foram:

- Fortalecimento do edital FAC Regionalizado que passou de R$ 6,4 milhões para R$ 8,04 milhões. Em número de vagas, o quantitativo foi de 96 para 121 vagas.

- Ampliação do valor disponibilizado por meio do edital FAC Áreas Culturais. Em 2017 foram disponibilizados R$ 24,195 milhões, diante de R$ 20,170 milhões disponibilizados em 2016. O número de vagas passou de 254 para 264.

– Inversão das etapas do processo de seleção, permitindo que os projetos contemplados sejam realmente aqueles que possuem o maior mérito cultural.

– Novos critérios de seleção: coerência dos gastos destinados entre o pagamento de profissionais técnicos e artísticos que atuarão no projeto; conformidade da experiência profissional do proponente com as atividades exercidas por ele no projeto e sensibilização de novos públicos.

Os resultados finais dos editais FAC Regionalizado, FAC Ocupação, FAC Áreas Culturais e FAC Manutenção de Grupos e Espaços 2017 serão publicados em fevereiro de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017 o FAC continuou seguindo suas diretrizes realizando iniciativas voltadas à descentralização da execução de projetos, democratização no acesso aos recursos, garantia da diversidade de iniciativas apoiadas, promovendo o atendimento às necessidades e aos interesses da população do Distrito Federal e o seu desenvolvimento simbólico, econômico e cidadão, contribuindo assim para a formação da identidade cultural do Distrito Federal.

Apesar dos significativos avanços alcançados na Gestão do Fundo nos últimos anos, algumas dificuldades ainda são encontradas. Uma das principais é o número reduzido de servidores ligados aos processos relacionados ao Fundo (seleção, contratação e pagamento, acompanhamento e prestação de contas), sendo esse insuficiente considerando a demanda de projetos apoiados por um dos maiores fundos de fomento à cultura do país, com dotação orçamentária que está por volta de R$ 60 milhões por ano. Só nos processos seletivos com inscrições encerradas em 2017 foram mais de 1.800 projetos inscritos, estando previsto para 2018 a contratação e o pagamento de mais de 400 projetos culturais.

Para o ano de 2018 a previsão é que sejam lançados pelo menos cinco editais de seleção de projetos culturais, um edital de premiação, além da ampliação dos recursos disponibilizados para o programa conexão FAC, sendo disponibilizados no decorrer do ano mais de R$ 65 milhões.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 18.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, desde 29 de fevereiro de 2016, por meio do Decreto nº 37.140, alterado pelo Decreto nº 38.073, de 21 de março de 2017, dispõe sobre sua atual estrutura administrativa, cujas competências das unidades orgânicas e as atribuições dos titulares dos cargos e funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017.

Consoante o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação, esta tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - educação básica: etapas e modalidades;

II - educação superior;

III – apoio ao estudante;

IV- formação e capacitação dos servidores

Conforme o preconizado no art. 2º do Decreto nº 38.361/2017, cabe à Secretaria de Estado de Educação a responsabilidade sobre as políticas públicas educacionais e sobre a administração superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e apresenta ipsis litteris as seguintes competências:

I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;

II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da Educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;

III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;

IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;

V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;

VI – manter, coordenar e supervisionar as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;

VII - criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;

IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;

X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;

XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;

XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;

XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal;

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Para efetivar a política educacional do Distrito Federal e, sobretudo, ofertar diretamente educação pública por meio da Rede Pública de Ensino, a SEEDF resumidamente dispõe da seguinte estrutura orgânica:

I. Gabinete:

- Assessoria Especial
- Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos
- Assessoria Jurídico-Legislativa
- Assessoria de Comunicação e de Cerimonial
- Ouvidoria
- Unidade de Controle Interno
- Corregedoria de Educação
- Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE

II. Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB

III. Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – SUPLAV

IV. Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional – SIAE

V. Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP

VI. Subsecretaria de Administração Geral – SUAG

VII. Subsecretaria de Modernização e Tecnologia – SUMTEC

VIII. 14 Coordenações Regionais de Ensino

IX. 671 Unidades Escolares

Além das instâncias subordinadas, são ainda vinculados à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

I. Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF;

II. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal – CACS/FUNDEB;

III. Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal – CAE/DF;

IV. Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1.362	8.121	2.137	25.062	36.682
Comissionados sem vínculo efetivo	86				86
Requisitados de órgãos do GDF	7	52		5	64
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	18		15	34
Estagiários					
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		169			169
Terceirizados (FUNAP)		105			105
Outros - especificar					
Subtotal	1.456	8.465	2.137	25.082	37.140
(-) Cedidos para outros órgãos		177		148	325
Total Geral	1.456	8.288	2.137	24.934	36.815

Fonte: SUAG/SUGEP/SUPLAV.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**1.400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0006 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**1.400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve desenvolvimento do Programa devido a alteração da programação da execução orçamentária.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**1.137.483,00**	**1.937.483,00**	**1.773.362,34**	**1.539.429,96**
8424 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SE-DISTRITO FEDERAL	1.137.483,00	1.937.483,00	1.773.362,34	1.539.429,96
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**1.137.483,00**	**1.937.483,00**	**1.773.362,34**	**1.539.429,96**

Como pode ser observado nos dados apresentados na Tabela "PROGRAMA 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA", esta Secretaria empenhou 92,44% (noventa e dois, quarenta e quatro por cento) dos recursos autorizados para cobrir as despesas com o Programa. Em 2017, foi liquidado 85,66% (oitenta e cinco, sessenta e seis por cento) dos recursos empenhados, o que demonstra a efetividade na execução da política pública assinalada.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Segundo consta no Plano Plurianual do GDF 2016/2019 (PPA 2016/2019), o objetivo do Programa Temático 6211 – Direitos Humanos e Cidadania consiste em promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando o exercício do direito à cidadania plena com dignidade por meio de oferta de informações e serviços integrados com qualidade e tem como público alvo a população do Distrito Federal e entorno. Aduz, ainda, que a meta principal do governo é tratar a segurança como prioridade, com execução de políticas públicas eficazes no combate à criminalidade e à reincidência criminal, minimizando o impacto da violência na sociedade brasiliense. Diante desse quadro, a FUNAP/DF prioriza a ressocialização e a realização de Projetos Estratégicos que assegurem o caráter de reintegração social, com as finalidades educativa e produtiva do sentenciado. O foco na melhoria da escolaridade; na formação e capacitação profissional e geração de empregos, concomitante; na busca da conscientização psicológica e social contribui para ampliar as chances de o sentenciado ser ressocializado e reintegrado social e economicamente à sociedade. A presente proposta tem função ressocializadora por meio das ferramentas educacionais e laborais, como agentes atenuantes da reincidência criminal, criando oportunidades para estabelecer uma visão de futuro para os sentenciados (PPA 2016/2019, p.226). Desta forma, visando atender aos objetivos do Programa Temático Direitos Humanos e Cidadania, a SEEDF executa as atividades de fortalecimento das ações de apoio ao interno e à sua família. Em 2017, esta Secretaria

contou com a prestação de serviços de 105 (cento e cinco) reeducandos do sistema penal da FUNAP/DF. Para tanto, desde 1986, visando à reintegração e à ressocialização desse público, a FUNAP/DF, em parceria com a SEEDF, busca promover condições aos reeducandos do sistema penal desenvolverem atividades administrativas nas unidades orgânicas da Secretaria e de marcenaria, como manutenção e recuperação de cadeiras escolares e pintura do mobiliário escolar da Rede Pública de Ensino.

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	**107.317.265,00**	**126.753.468,00**	**125.976.933,59**	**124.883.131,75**
0001 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DA REGIÃO NORTE DO DISTRITO FEDERAL- REGIÃO NORTE	700.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
0002 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- PARA A ESCOLA CLASSE 53 DE TAGUATINGA - PROJETO ESCOLA Dó Ré Mi- TAGUATINGA	100.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
0003 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA - PDAF - SWAP - SE-DISTRITO FEDERAL	85.437.265,00	94.160.895,00	93.665.361,59	92.966.559,75
0004 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF-DISTRITO FEDERAL	9.690.000,00	5.510.000,00	5.510.000,00	5.510.000,00
0005 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.000.000,00	913.000,00	913.000,00
0006 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DE BRAZLÂNDIA-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	170.000,00	2.400.572,00	2.400.572,00	2.400.572,00
0007 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	999.000,00	999.000,00	999.000,00
0008 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	860.000,00	860.000,00	860.000,00
0009 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PROGRAMA - PDAF - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
0010 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS EM 2017-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	500.000,00	490.000,00	490.000,00
0011 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AUXÍLIO ÀS ESCOLAS - PDAF-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.077.000,00	1.077.000,00	1.077.000,00
0012 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS - PDAF CEILÂNDIA-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	400.000,00	0,00	0,00	0,00
0014 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ- GUARÁ	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
0017 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	2.605.000,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0018 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS E-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00
0021 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-- NÚCLEO BANDEIRANTE	0,00	1,00	0,00	0,00
0022 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-- CEILÂNDIA	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
0023 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE- CEILÂNDIA	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
0025 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-MELHORIAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS-PDAF - SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	2.600.000,00	2.600.000,00	2.600.000,00
0027 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF- BRAZLÂNDIA	0,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
0031 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-REG. ADM. - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
0033 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00
0052 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-ESCOLA CLASSE 12-TAGUATINGA	0,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
0053 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00
0055 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
0056 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00
0057 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE- TAGUATINGA	0,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
0058 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
0059 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
0060 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF-2017-DISTRITO FEDERAL	0,00	2.170.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
0063 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00
0075 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA-PDAF-PARA ESCOLAS PÚBLICAS.-DISTRITO FEDERAL	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
0077 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF-UNIDADES ESCOLARES-SE- PLANALTINA	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3881 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-MELHORIAS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS - PDAF-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	7.000,00	0,00	0,00
3882 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF-SE-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	7.000,00	0,00	0,00
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	**214.096.964,00**	**188.645.283,00**	**175.416.283,88**	**171.600.852,29**
0002 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-IMPLANTAÇÃO DE PARQUES INFANTIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-EQUIPAMENTOS PARA PARQUES INFANTIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DF-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0005 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL- EQUIPAMENTOS PARA PARQUES INFANTIS-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4379 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	135.208.398,00	117.618.152,00	105.796.339,25	103.665.464,19

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4380 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-UNIDIDADES DE ENSINO PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	75.688.566,00	71.027.131,00	69.619.944,63	67.935.388,10
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**481.458,00**	**894.956,10**	**642.062,45**	**617.996,65**
2787 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	481.458,00	894.956,10	642.062,45	617.996,65
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	**4.095.507,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	950.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS - CIL-REGIÃO VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE	500.000,00	0,00	0,00	0,00
9531 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-SE- ÁGUAS CLARAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00
9525 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS/CIL - SE-DISTRITO FEDERAL	1.625.507,00	0,00	0,00	0,00
0004 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CONTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-REGIÃO VI - PLANALTINA	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
9532 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CLÍNICA ESCOLA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À PESSOA AUTISTA-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**2.100.814,00**	**379.641,00**	**312.289,30**	**312.289,30**
0002 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- INTERNET NAS ESCOLAS-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DE INTERNET NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO SEBASTIÃO - RAXIV	621.000,00	0,00	0,00	0,00
2484 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SE-DISTRITO FEDERAL	979.814,00	379.641,00	312.289,30	312.289,30
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**5.631.900,00**	**3.506.077,00**	**3.506.076,30**	**3.254.785,40**
0020 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES DE ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	5.631.900,00	3.506.077,00	3.506.076,30	3.254.785,40
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	**12.074.984,00**	**7.878.021,00**	**2.025.239,38**	**712.811,94**
0013 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA FRATERNIDADE CÍCERO PEREIRA-DISTRITO FEDERAL	0,00	250.000,00	0,00	0,00
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	6.131.160,00	6.018.021,00	1.751.436,95	505.236,17
0009 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-OBRAS DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-DISTRITO FEDERAL	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00
0010 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO DF-DISTRITO FEDERAL	350.000,00	0,00	0,00	0,00
0011 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS REGIÕES ADMIN. DO DF-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
0012 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DOS MUROS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.510.000,00	1.510.000,00	273.802,43	207.575,77
0016 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-PDAF - UNIDADE ESCOLAR CEM 01- GAMA	0,00	100.000,00	0,00	0,00
5502 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE MENINOS E MENINAS DO PARQUE - SE-DISTRITO FEDERAL	24.486,00	0,00	0,00	0,00
5505 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA DO PARQUE DA CIDADE/PROEM - SE-PLANO PILOTO .	59.338,00	0,00	0,00	0,00
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**500.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO POLIESPORTIVO NO CENTRO DE ENSINO	100.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
FUNDAMENTAL 4 DE PLANALTINA-PLANALTINA				
0003 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA CLASSE 15 DO GAMA-REGIÃO II - GAMA	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO CENTRO EDUCACIONAL ÁGUAS CLARAS - AREAL-REGIÃO XX - ÁGUAS CLARAS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**706.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE COBERTURA DE QUADRAS ESCOLARES ESPORTIVAS-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
2512 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	244.860,00	0,00	0,00	0,00
2513 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	101.760,00	0,00	0,00	0,00
2514 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ENSINO PROFISSIONALIZANTE - SE-DISTRITO FEDERAL	57.240,00	0,00	0,00	0,00
2516 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	63.600,00	0,00	0,00	0,00
2517 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	63.600,00	0,00	0,00	0,00
2519 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	25.440,00	0,00	0,00	0,00
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	**1.873.102,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	1.873.102,00	0,00	0,00	0,00
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	**290.642.644,00**	**374.121.397,00**	**346.042.939,53**	**304.676.572,83**
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	290.642.644,00	374.121.397,00	346.042.939,53	304.676.572,83
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	**13.268.000,00**	**5.653.440,00**	**5.653.367,58**	**5.649.717,06**
0001 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	8.832.000,00	4.325.200,00	4.325.127,58	4.325.127,58
0002 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	2.900.000,00	1.328.240,00	1.328.240,00	1.324.589,48
0003 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-EJA - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.536.000,00	0,00	0,00	0,00
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	**63.080.523,00**	**76.523.975,00**	**76.301.242,10**	**63.804.059,97**
0001 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	36.989.090,00	45.182.535,00	45.109.975,28	38.281.434,30
0004 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	10.629.521,00	14.102.066,00	14.013.427,90	11.534.407,25
9316 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	5.926.615,00	7.151.273,00	7.121.924,60	6.222.162,14
9317 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	2.236.854,00	2.666.781,00	2.652.529,31	2.295.055,94
9314 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	5.145.684,00	5.730.503,00	5.726.545,52	4.201.567,02
9318 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-DF ALFABETIZADO -SE-DISTRITO FEDERAL	738.507,00	221.552,00	221.542,00	0,00
9319 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1.414.252,00	1.469.265,00	1.455.297,49	1.269.433,32
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	**38.710.492,00**	**42.114.065,80**	**28.474,35**	**28.474,35**
0038 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	21.220.375,00	24.832.658,00	0,00	0,00
3874 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	8.454.429,00	8.482.904,00	28.474,35	28.474,35
0039 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVA NAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	5.324.642,00	5.172.002,00	0,00	0,00
3875 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-COBERTURA DE	2.818.143,00	2.818.143,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL				
3876 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SE-DISTRITO FEDERAL	281.814,00	197.269,80	0,00	0,00
0069 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES DE ENSINO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	470.182,00	470.182,00	0,00	0,00
3877 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES - ENSINO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	140.907,00	140.907,00	0,00	0,00
3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	**3.187.107,00**	**3.693.422,00**	**1.232.149,09**	**1.232.149,09**
3901 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	3.187.107,00	3.693.422,00	1.232.149,09	1.232.149,09
3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	**3.923.580,00**	**11.515.865,00**	**3.352.893,68**	**2.687.897,30**
2717 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE 01- RIACHO FUNDO	267.120,00	3.357.285,00	3.346.539,17	2.681.542,79
2718 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - VILA PLANALTO - SE- PLANO PILOTO .	381.600,00	8.152.225,00	0,00	0,00
2721 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE 59- CEILÂNDIA	267.120,00	0,00	0,00	0,00
2724 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3.007.740,00	6.355,00	6.354,51	6.354,51
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	**16.363.971,00**	**2.599.428,00**	**0,00**	**0,00**
0010 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO NAS REGIÕES ADMIN. DO DF-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	4.278.609,00	2.599.428,00	0,00	0,00
0005 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-CENTRO DE ENSINO MÉDIO 10-SE- CEILÂNDIA	145.362,00	0,00	0,00	0,00
0007 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTERESCOLARES DE LINGUAS - CIL - QR 407 DE SAMAMBAIA-REGIÃO XII - SAMAMBAIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0008 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA DA REDE ELÉTRICA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 03 DE TAGUATINGA-REGIÃO III - TAGUATINGA	140.000,00	0,00	0,00	0,00
0009 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-PADRONIZAÇÃO DE ESCOLAS - ENSINO MÉDIO-DISTRITO FEDERAL	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00
3632 - SAÚDE ESCOLAR	**1.449.971,00**	**165.764,00**	**33.711,22**	**33.711,22**
0001 - SAÚDE ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	685.756,00	31.483,00	31.097,09	31.097,09
0002 - SAÚDE ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	376.433,00	51.649,00	983,65	983,65
0004 - SAÚDE ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	223.949,00	48.963,00	1.341,41	1.341,41
0006 - SAÚDE ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - DF ALFABETIZADO - SE-DISTRITO FEDERAL	163.833,00	33.669,00	289,07	289,07
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	**81.353.506,00**	**104.747.367,00**	**101.376.401,81**	**92.651.954,16**
0002 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	52.063.394,00	67.631.397,00	64.862.735,49	61.943.491,76
0004 - TRANSPORTE DE ALUNOS-PROJETO PESES/UNB IDIOMAS-PLANALTINA	0,00	50.000,00	0,00	0,00
0005 - TRANSPORTE DE ALUNOS-PROJETO PESES/UNB INDIOMAS-BRAZLÂNDIA	0,00	80.000,00	0,00	0,00
9534 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	8.639.488,00	15.335.346,00	15.212.994,98	12.706.195,96
9535 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	11.620.903,00	12.620.903,00	12.535.976,97	11.428.890,94

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9533 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	5.119.829,00	5.119.829,00	4.854.869,00	2.663.550,13
9537 - TRANSPORTE DE ALUNOS-UNIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	3.909.892,00	3.909.892,00	3.909.825,37	3.909.825,37
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	**11.213.900,00**	**21.323.790,00**	**0,00**	**0,00**
9316 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	11.203.900,00	21.323.790,00	0,00	0,00
9326 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-NO BAIRRO MORRO DA CRUZ- SÃO SEBASTIÃO	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC	**7.010.000,00**	**28.792.140,00**	**11.534.973,80**	**7.359.493,45**
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC- SE-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC-SE-DISTRITO FEDERAL	7.000.000,00	28.792.140,00	11.534.973,80	7.359.493,45
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	**91.806.579,00**	**110.204.062,00**	**100.268.003,18**	**81.098.571,73**
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA -SE-DISTRITO FEDERAL	91.406.579,00	110.204.062,00	100.268.003,18	81.098.571,73
4389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-DESENVOLVIMENTO DO PROJETO CLASSES TRANSPLANTADAS NO SISTEMA DE ENSINO DO DF (ENSINO MEDIO) - LEI 3.664/2005-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	0,00	0,00	0,00
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	**7.482.325,00**	**5.356.800,00**	**2.644.071,18**	**1.209.056,26**
0002 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA O POLO DE ARTE E CULTURA DA DIREÇÃO REGIONAL DE ENSINO-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A ESCOLA TÉCNICA-GUARÁ	0,00	1.001.998,00	23.500,00	0,00
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	7.254.776,00	3.269.463,00	2.484.377,18	1.072.862,26
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA-SE-PLANO PILOTO .	127.549,00	1.085.339,00	136.194,00	136.194,00
3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	**13.992,00**	**347.046,00**	**347.045,84**	**347.045,84**
2710 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	13.992,00	347.046,00	347.045,84	347.045,84
3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	**422.760,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	3.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-CED CASA GRANDE-SE- GAMA	419.760,00	0,00	0,00	0,00
3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	**10.204.849,00**	**5.300.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO-CONSTRUÇÃO DO COLÉGIO MODELO RURAL INTEGRAL CASAGRANDE-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
9328 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	9.204.849,00	5.300.000,00	0,00	0,00
3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	**23.619.760,00**	**36.309.425,00**	**1.286.355,10**	**1.145.990,20**
2929 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE-ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONALIZANTES - SE-DISTRITO FEDERAL	23.619.760,00	36.309.425,00	1.286.355,10	1.145.990,20
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	**884.506,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	734.506,00	0,00	0,00	0,00
0004 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL-URBANIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SALAS DE AULA	150.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
EXTERNAS NA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL				
2442 - CARTÃO CRECHE	**12.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CARTÃO CRECHE-AUXÍLIO PRÉ-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	**533.032,00**	**430.000,00**	**175.000,94**	**171.688,49**
0004 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE MUROS DAS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	430.000,00	430.000,00	175.000,94	171.688,49
2733 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	42.930,00	0,00	0,00	0,00
2734 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	60.102,00	0,00	0,00	0,00
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	**72.878.137,00**	**80.233.346,00**	**7.671.160,85**	**6.181.304,40**
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS REGIÕES ADMIN. DO DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA- SANTA MARIA	1.880.999,00	0,00	0,00	0,00
0004 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS REG. ADM. DO DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	500.000,00	500.000,00	395.064,16
0005 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ- GUARÁ	1.880.999,00	0,00	0,00	0,00
1416 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CASA GRANDE-GAMA	127.009,00	0,00	0,00	0,00
9354 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE- PAC2 - SE-DISTRITO FEDERAL	66.108.103,00	79.046.290,00	6.484.106,86	5.099.186,25
9355 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	381.027,00	687.056,00	687.053,99	687.053,99
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	**12.163.661,00**	**7.167.870,50**	**4.812.263,29**	**3.694.569,56**
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM 2017 - SEDF-DISTRITO FEDERAL	6.207.857,00	0,00	0,00	0,00
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	5.141.024,00	5.797.138,50	4.676.566,88	3.560.155,55
4386 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-DF ALFABETIZADO - SE-DISTRITO FEDERAL	814.780,00	1.370.732,00	135.696,41	134.414,01
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	**4.077.183,00**	**6.176.369,00**	**4.056.937,70**	**2.275.896,09**
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	3.077.183,00	6.176.369,00	4.056.937,70	2.275.896,09
0002 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ATRAVÉS DE APLICATIVO DIGITAL DE ALFABETIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	**1.521.981,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	121.981,00	0,00	0,00	0,00
0003 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REFORMA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE PLANALTINA-REGIÃO VI - PLANALTINA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REVITALIZAÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES, CALÇAMENTO E OBRAS DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL Nº 1 DO GUARÁ-REGIÃO X - GUARÁ	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	**53.390,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	33.390,00	0,00	0,00	0,00
0005 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BILINGUE LIBRAS E PORTUGUÊS ESCRITO- TAGUATINGA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PARA ATENDER AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. - CONSTRUÇÃO DO CEEDV-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	**1.116.744.343,00**	**1.251.033.018,40**	**974.695.876,14**	**875.630.019,33**

Apresentados os recursos orçamentários e financeiros utilizados no Programa temático 6221 – Educa Mais Brasília, demonstraremos a seguir as atividades desenvolvidas neste programa que tem como objetivo proporcionar uma educação pública, democrática e de qualidade, voltada à formação integral do ser humano, com garantia da universalização do acesso à escola e da permanência, com êxito, no processo de ensino-aprendizagem à população do Distrito Federal e, ainda, assegurar a valorização dos profissionais da educação. Para tanto, esta Secretaria de Estado de Educação, no ano de 2017, realizou diversas atividades inseridas em 33 (trinta e três) ações/subtítulos, conforme delineado a seguir:

PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF tem como finalidade a aplicação do princípio da autonomia na gestão escolar e, sobretudo, se constitui como mecanismo de descentralização financeira, de caráter complementar e suplementar, destinado a prover recursos às unidades escolares e às coordenações regionais de ensino, de modo a propiciar a autonomia administrativa das unidades orgânicas finalísticas e consequentemente propiciar o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino e para o fortalecimento da gestão democrática na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Em dezembro de 2017, como grande avanço regulatório, foi promulgada a Lei Distrital nº 6.023, que institui o PDAF e regula sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas coordenações regionais de ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Há que se destacar, contudo, que esse programa vinha sendo executado com base no Decreto Distrital nº 33.867, de 22 de agosto de 2012, alterado pelo Decreto nº 34.240, de 27 de março de 2013.

Em 2017 a SEEDF alocou recursos, distribuídos entre despesas de capital e de custeio, por meio do PDAF, a um total de 675 (seiscentas e setenta e cinco) unidades escolares e 14 (quatorze) Coordenações Regionais de Ensino e empenhou 90.647% (noventa, sessenta e quatro por cento) dos R$ 118.702.264,00 (cento e dezoito milhões, setecentos e dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais) recursos autorizados para serem executados no Programa – o que por si só demonstra a efetividade das ações desenvolvidas para otimizar e assegurar o repasse desses recursos.

Por fim, como panorama da execução desse programa, pode-se observar, consoante gráfico abaixo, o crescimento vertiginoso da descentralização de recursos via PDAF:



Gráfico – Evolução do quantitativo de recursos descentralizados à custa do PDAF.

MANUTENÇÃO DO ENSINO

Neste item serão abordadas as ações relacionadas diretamente ao processo ensino-aprendizagem relativo às etapas, às modalidades e às temáticas especiais de ensino da Educação Básica; enquanto que as demais ações, tais como construções e assistência ao estudante, estarão inseridas em itens específicos.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, 1ª etapa da Educação Básica, no ano de 2017, apresentou a seguinte execução dos recursos destinados à sua manutenção:

Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% Execução
183.645.283,00	175.409.465,38	170.703.649,19	97.31%

Como pode ser observado, resta claro que 97,31% (noventa e sete, trinta e um por cento) dos recursos empenhados foram devidamente liquidados ainda em 2017, o que demonstra o alto índice de execução dos recursos disponibilizados a esta Pasta.

Oferta de Vagas

Em primeiro lugar, cumpre notar que ações voltadas à 1ª etapa da Educação Básica: Educação Infantil, foram realizadas visando à ampliação da oferta e à qualidade da educação para as crianças com faixa etária de 0 a 5 anos de idade de todo o Distrito Federal.

Nesse panorama, o processo educativo da criança respalda-se no entendimento de que ela dispõe de direitos assegurados, dentre outros dispositivos legais, pelo Marco Legal da Primeira Infância - Lei Federal nº 13.257/2016, regulamentada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.118, de 06/04/17.

Com base nessa perspectiva, as unidades escolares que ofertam Educação Infantil desenvolvem as relações e as práticas educativas por meio das interações estabelecidas entre adultos e crianças de diferentes idades fundamentadas no cuidar e no educar, e na valorização do brincar como meio de expressão e de crescimento da criança.

Importante destacar que, consoante pode ser observado no Gráfico abaixo, atendendo ao preconizado na Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE e no Plano Distrital de Educação – PDE, no ano letivo de 2017, o **Distrito Federal alcançou o êxito de ser a primeira Unidade da Federação a universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade de todas as famílias do Distrito Federal que buscaram vaga na Rede Pública de Ensino**.

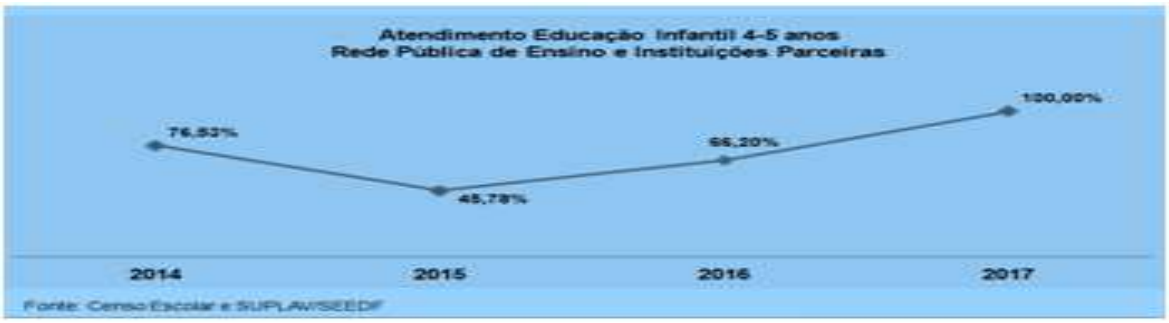


Gráfico: Demonstrativo de matrículas de crianças de 4 a 5 anos - Universalização do Atendimento

Em 2017, a Rede Pública de Ensino matriculou 40.715 (quarenta mil, setecentos e quinze) crianças na Pré Escola. Além desses, 6.664 (seis mil, seiscentas e sessenta e quatro) crianças de até 5 anos são atendidas em 49 Centros de Educação de Primeira Infância – CEPIs, os quais são geridos em conjunto com organizações da sociedade civil.

Neste ponto, conforme pode ser observado no Gráfico, se observa que esta Secretaria ampliou a oferta de atendimento direto[5] nesta modalidade em 27,9% (vinte e sete, nove por cento), de modo a também superar o previsto na meta.

Em relação às matrículas para crianças de 0-3 anos de idade, destaca-se o avanço obtido por meio, inclusive, da superação em 5% (cinco por cento) do previsto na meta estabelecida no Plano Plurianual (PPA).

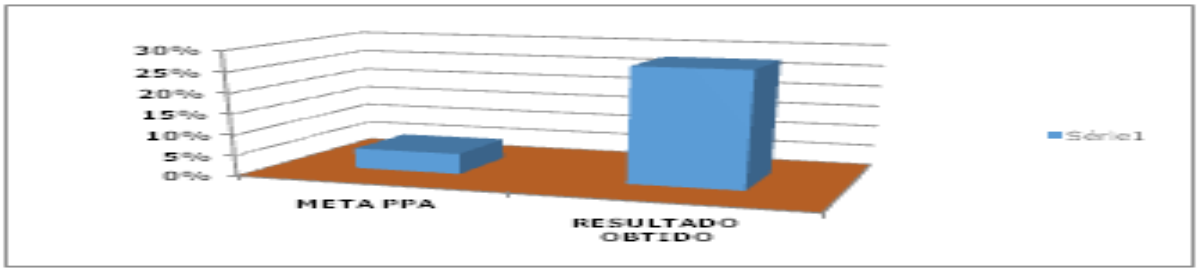


Gráfico - Demonstrativo de Percentual de Aumento de Vagas para Atendimento a Crianças de 0 a 3 anos Oferecidas à População em Relação à Meta. Fonte: CENSO ESCOLAR.

Acrescenta-se que o acompanhamento das metas pedagógicas da Educação Infantil junto às parcerias firmadas entre esta SEEDF e às organizações da sociedade civil (OSC) que ofertam Educação Infantil é realizada por servidores devidamente designados a atuarem como gestores pedagógicos das 14 Coordenações Regionais de Ensino, os quais realizam o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas pelas OSC, consoante o estabelecido nos respectivos Planos de Trabalho e nos demais termos firmados entre os partícipes. O atendimento nessas unidades dá-se em período integral de 10 horas, com a oferta de 5 (cinco) refeições diárias e, sobretudo, com atendimento pedagógico de qualidade.

Vale ressaltar que, como instrumento de acompanhamento e avaliação, foi realizada Pesquisa de Satisfação junto aos pais das crianças atendidas nos CEPIs, a qual apontou que 94,3% (noventa e quatro, três por cento) declaram-se satisfeitos com o atendimento recebido por seus filhos.

Projetos Desenvolvidos na Educação Infantil

A seguir serão apresentados os projetos pedagógicos desenvolvidos na Educação Infantil:

Tabela – Principais Projetos Pedagógicos Desenvolvidos para a Educação Infantil

NOME	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	DETALHAMENTO
Plenarinha	Aproximar a criança à natureza com o intuito de despertar o interesse de conhecer, usufruir, cuidar e conservar a natureza, a partir de atividades, interações e vivências que incentivam o desenvolvimento da sensibilidade e da construção de uma relação de reciprocidade da criança com o meio ambiente	Unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que ofertam Educação Infantil.	Tema 2017: *Criança na natureza: por um crescimento sustentável*
Alimentação: mais do que cuidar; educar, brincar e interagir	Promover educação alimentar e nutricional como hábito saudável e seguro.	Unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que ofertam Educação Infantil.	As metas atingidas foram: incentivo à autonomia alimentar das crianças; maior conscientização e envolvimento da equipe pedagógica sobre os aspectos sociais, pedagógicos e nutricionais; garantia de uma alimentação mais saudável e com maior segurança e higiene.
1º Prêmio Professores de Educação Infantil do Distrito Federal	Garantir meios e instrumentos de multiplicação dos bons projetos desenvolvidos pelos profissionais de educação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de modo a valorizar estes profissionais e fortalecer a qualidade da educação". Atender à estratégia 7.29 da Meta 7 do Plano Distrital de Educação	Professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que atuam na Educação Infantil.	Foram publicados seis artigos vencedores na *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal.*

ENSINO FUNDAMENTAL

Esta etapa do ensino contou, em 2017, com 279.568 (duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e oito) estudantes matriculados, distribuídos em 11.163 (onze mil, cento e sessenta e três) turmas. Para atender a esses estudantes, a SEEDF intensificou as ações voltadas à universalização da *Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens*, cuja função é direcionar a gestão e a organização da unidade escolar e de seu currículo e, sobretudo, a condução do processo de ensino e aprendizagem alicerçado no objetivo de promover e oportunizar o aprendizado concreto e significativo para todos seus estudantes, por meio da valorização das aprendizagens e do enfrentamento dos índices de retenção e evasão escolar, mediante a viabilização de percursos diferenciados de escolarização. As ações desenvolvidas pautaram-se nas diretrizes específicas dessa etapa de ensino com vistas ao alcance das metas estabelecidas nos Planos Distrital e Nacional de Educação. Neste viés, merecem destaque:

UNIVERSALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO 3º CICLO DE APRENDIZAGEM

Dentre as diversas ações realizadas para que essa política pública educacional fosse efetivada, destaca-se a oferta do curso Organização Escolar para o *3º Ciclo: Concepções e Práticas*, destinado a todas as unidades escolares que ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental, bem como às Coordenações Regionais de Ensino. Ao todo, foram atendidos mais de 12.000 professores. Essa foi uma ação de grande relevância, especialmente, neste período de universalização da implantação do 3º Ciclo em toda a Rede Pública de Ensino.

PROGRAMA PARA AVANÇO DAS APRENDIZAGENS ESCOLARES – PAAE

A fim de superar o desafio da defasagem idade-ano nas unidades escolares que ofertam essa etapa de ensino, que atualmente abrange cerca de 60 mil estudantes na Rede Pública de Ensino, a SEEDF fortaleceu e ampliou o atendimento desses estudantes pelo Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, cuja vigência estabelecida foi de 2016 a 2018. Outro aspecto relevante desse programa é a formação docente voltada aos professores que atuam no PAAE. No ano de 2017, foram realizadas duas formações continuadas por meio de parceria estabelecida entre a SEEDF, via Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da

Educação – EAPE, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, as quais alcançaram os professores que atuam no PAAE por meio de oficinas pedagógicas do *Projeto Trajetórias Criativas: uma Proposta Metodológica para o Atendimento de Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental*.

PROJETO INTERVINDO NAS APRENDIZAGENS

Entre os anos de 2013 e 2015, a SEEDF realizou estudos baseados nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB referente ao Distrito Federal provenientes da Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA; da Prova Brasil; e da Provinha Brasil.

Tais estudos revelaram a diminuição do IDEB relativo a 132 unidades escolares de anos iniciais e 49 de anos finais; e o alto índice de reprovação nas UEs que ofertam os anos finais, visto que a cada 100 estudantes, em média, 22 encontravam-se no quadro de reprovados. Sem falar em situações verificadas em algumas unidades escolares que apresentaram um percentual de reprovação de seus estudantes superior a 30%.

Por conseguinte, a SEEDF vem intervindo no sentido de alterar esse quadro por meio de medidas destinadas a garantir, não apenas o acesso de todos os estudantes à Educação Básica, mas, sobretudo, a permanência com qualidade referenciada desses sujeitos sociais. Para tanto, foi desenvolvido o projeto *Intervindo para as Aprendizagens*, cuja finalidade foi o acompanhamento do desenvolvimento pedagógico das 70 unidades escolares que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental que apresentaram queda dos seus resultados no IDEB entre 2013 e 2015 e das 70 UEs que possuem índice de reprovação maior ou igual a 15%, nos Anos Finais, de modo a viabilizar reflexões e ações voltadas ao incremento das aprendizagens, consoante proposto pelo Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.

A SEEDF, com o propósito de viabilizar a implantação e a implementação do *Sistema de Avaliação e Monitoramento da Rede Pública de Ensino*, procedeu à aplicação da Prova Diagnóstica para os 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, a qual permitiu a produção de indicadores que revelaram, com base em um determinado período, o nível de desenvolvimento no processo de aprendizagem de cada estudante, de modo a possibilitar aos gestores e aos professores acompanhar o desenvolvimento dos seus estudantes e intervir, por meio de estratégias pedagógicas, em prol da superação das dificuldades de aprendizagem. Assim como também forneceu subsídios para o planejamento da universalização da Organização Escolar em Ciclos, e, também, para teste procedimental do componente desempenho escolar do Sistema Permanente de Avaliação de forma a corroborar com a política de acompanhamento dessas unidades escolares. Esse instrumento é, portanto, de suma importância para os gestores, os professores, os estudantes, os pais e a comunidade escolar da Rede Pública de Ensino.

A SEEDF realizou mapeamento dos projetos e das ações desenvolvidos nas áreas de ciências da natureza, música e matemática em toda Rede Pública de Ensino com o objetivo de identificar ações passíveis de serem ampliadas ou adaptadas para outras unidades escolares, bem como socializar os projetos e as ações para os professores da Secretaria a fim de promover o intercâmbio de práticas pedagógicas.

Ademais, na perspectiva de fomentar um ensino voltado a estimular a participação ativa do estudante do Ensino Fundamental no processo de aquisição do conhecimento por meio, inclusive, da compreensão de sua realidade individual e da coletividade e, especialmente, da conscientização sobre a importância da autonomia e da solidariedade em suas ações e resoluções quanto aos fatos cotidianos, foram realizadas diversas parcerias entre o setor público e o setor privado, destinados a ofertar às unidades escolares, complementarmente,

programas e projetos fortalecedores da prática pedagógica e do processo de ensino aprendizagem.

ENSINO MÉDIO

Com relação à terceira e última etapa da Educação Básica: Ensino Médio, a reorganização dos tempos e dos espaços escolares por meio da Semestralidade vem sendo, desde 2012, paulatinamente implantada nas unidades escolares que ofertam Ensino Médio na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e encontra-se coadunada com o disposto na Estratégia 3.3, da Meta 3, do Plano Distrital de Educação – PDE 2015-2024, que propõe "adotar, após amplo debate democrático com a comunidade escolar, até o terceiro ano de vigência deste Plano, modelo de organização escolar em semestralidade, em substituição ao regime seriado, de modo a enfrentar os índices de reprovação e de percursos diferenciados de escolarização". Neste campo, algumas ações merecem destaque, tendo em vista buscarem o aprimoramento pedagógico da oferta do ensino a 79.197 (setenta e nove mil, cento e noventa e sete)[6] estudantes matriculados em 2017.

Ainda quanto à temática voltada à juventude, várias ações transversais da SEEDF foram desenvolvidas, tais como: diálogos sobre Educação Profissional realizado na Escola Técnica de Ceilândia; participação ativa na preparação e atuação no Seminário de Educação Integral; jornada pedagógica da COEJA realizada em Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Paranoá; III Seminário da Eja no Centro de Convenções Ulisses Guimarães; Formação de Rede Colaborativa; Formação do Ensino Médio em tempo Integral realizado nas escolas que aderiram ao projeto; I colóquio de Educação na EJA realizado na EAPE; Ciclo de colóquios sobre pesquisa em Educação Profissional realizado na Universidade de Brasília - UnB; Plenária do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais; e Jornada pedagógica da COETE.

SEMESTRALIDADE

Destaca-se que a Semestralidade apresenta como pressupostos básicos a formação integral dos estudantes e o respeito às condições subjetivas, às experiências e aos saberes dos estudantes. Como sugerido pelo próprio nome, a Semestralidade destina-se à reorganização do trabalho pedagógico tradicionalmente planejado em séries anuais para oferta semestral. As atividades pedagógicas do ano letivo passaram a ser desenvolvidas por meio de uma reorganização em dois semestres e com os componentes curriculares distribuídos em dois blocos, à exceção de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, os quais se encontram presentes nos dois semestres letivos de cada ano.

Dentre as ações de fomento da implantação e da implementação da Semestralidade, esta Secretaria realizou o curso de formação continuada "*Concepções e práticas na Semestralidade*" para todos os professores de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino, com intuito de formá-los para as práticas pedagógicas condizentes com as diretrizes educacionais dessa organização de ensino. Aspectos como planejamento, execução, acompanhamento e avaliação foram abordados durante esse o curso. No total, foram formados 2.697 (dois mil, seiscentos e noventa e sete) profissionais para atuarem diretamente com essa nova organização pedagógica.



Foto: Palestra durante a imersão do curso Semestralidade (2017) UNIP

Quanto ao monitoramento das ações relativas à Semestralidade, outra importante ação realizada pela SEEDF foi o intensificado acompanhamento pedagógico, realizado pela Subsecretaria de Educação Básica, por meio de visitas planejadas às Unidades Regionais de Educação Básica - UNIEBs e às unidades escolares - UEs das Coordenações Regionais de Ensino - CREs que fizeram adesão à Semestralidade em 2017, a fim de orientar a comunidade escolar sobre a organização do trabalho pedagógico na semestralidade e propor soluções para os desafios presentes e futuros.



Foto: CRE de Brazlândia (2017)



Foto: CRE de Brazlândia (2017)



Foto: CEMI GAMA (2017)



Foto: Formação EAPE (20/12/2017)

Com o foco ainda na Semestralidade, a SEEDF elaborou o Guia Prático da Semestralidade, documento de fácil linguagem, cujo objetivo foi esclarecer os principais questionamentos sobre essa organização pedagógica, de modo a apoiar a manutenção dessa organização pedagógica nas unidades escolares que se encontram assim organizadas e dar suporte ao trabalho para implantação naquelas UEs que ainda não estão em organização semestral.



Destaca-se que, nos últimos anos, vêm sendo envidados esforços no sentido de, por meio da Semestralidade, proporcionar a ressignificação dos espaços-tempos escolares associada às aprendizagens significativas e ao respeito dos tempos de aprendizagem dos estudantes; a redução dos elevados índices de reprovação e abandono escolar; e, sobretudo, a consolidação de uma educação emancipatória, por meio de uma sólida formação crítica. Nos últimos dois anos, em paralelo às discussões nacionais relativas ao Novo Ensino Médio e à *Base Nacional Comum* da Educação Básica, diversos espaços de debate e formação sobre o funcionamento da Semestralidade foram amplamente desenvolvidos junto aos estudantes, aos professores, aos gestores escolares, aos coordenadores pedagógicos, e aos demais membros da Comunidade Escolar das unidades escolares que ofertam Ensino Médio na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Quanto à avaliação do Ensino Médio e da implantação da Semestralidade, dentre as UEs que aderiram à organização pedagógica da Semestralidade, foram atestados o maior envolvimento e a motivação dos estudantes, o aumento da taxa de aprovação e a redução do abandono escolar. Os estudos e as análises dos dados e informações sobre a última etapa da Educação Básica realizados pela SEEDF foram publicados em um artigo na *Revista Com Censo*, no qual se apresenta um panorama das mudanças ocorridas no Ensino Médio desde a sua concepção até os dias atuais. O estudo demonstra como essa etapa da Educação Básica foi sendo reformulada ao longo dos tempos, enfatizando a reforma curricular; o panorama do Ensino Médio do Brasil; o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais no Paraná; o Ensino Semestral na escola Liceu Maracanaú do Ceará e a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade no Distrito Federal. Por fim, ressalta-se que vem sendo efetuada uma importante análise da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade para o Ensino

Médio de modo a promover condições de redução dos índices de reprovação e evasão a fim de subsidiar tomadas de decisões para as políticas públicas na área educacional.



A partir de levantamento sobre os estudantes matriculados no Ensino Médio com idade maior que 18 anos foi possível identificar dados sobre a defasagem idade-série e dar encaminhamento às políticas públicas para atendimento a esses estudantes. Por meio desse estudo, foi observado que as unidades escolares que ofertam Ensino Médio noturno apresentam os maiores desafios com relação à reprovação e ao abandono. Nesse sentido, como ação interventiva, dentre outras ações, foi realizado, junto aos professores, o curso "Concepções e práticas na Semestralidade", que promoveu o estudo das especificidades do turno noturno, os dados apresentados e ações a serem desenvolvidas.

No bojo de uma reforma educacional voltada aos ideais de democratização do ensino para o desenvolvimento de competências individuais e sociais como premissa do trabalho pedagógico, esta Secretaria tem atuado em prol da reformulação que inclua o Ensino Médio noturno e contribua para a consolidação do cenário de mudanças e para o consequente rompimento com as antigas práticas que se mostraram pouco efetivas ao longo do tempo.

Outra ação importante relativamente ao Ensino Médio da Rede Pública de Ensino foi a disponibilização do *Mídia Pedagógica*, instrumento destinado a todas as UEs que ofertam o Ensino Médio. Esse instrumento visa ao acesso às informações relevantes para a atualização do Projeto Político-Pedagógico, à elaboração de estratégias para elevar a qualidade da educação, ao planejamento de formações durante as coordenações pedagógicas, dentre outras práticas pedagógicas relevantes para o ano letivo.



MEDIOTEC

Com a promulgação da Lei Federal nº 13.415/2017, o Ensino Médio passou a ser regulado nacionalmente com vistas à sua inovação. Para tanto, a melhoria do fluxo, sobretudo, da garantia das aprendizagens passaram a ser o foco principal da reformulação dessa etapa de ensino. Dessa forma, a SEEDF, em conjunto com outras instituições públicas e privadas, vem envidando esforços em prol da consubstancialização dessa inovação do Ensino Médio no

Distrito Federal, de modo a tornar essa etapa da Educação Básica mais atrativa para os estudantes e, consequentemente, gerar condições de igualdade e oportunidades com vistas à construção da cidadania e do protagonismo juvenil.

Há que se destacar que a referida Lei apresentou alterações na Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, o que permitiu a organização do Ensino Médio em módulos e por meio de sistema de créditos, com terminalidade específica. Com essas novas possibilidades, a expectativa é que sejam alcançadas melhorias no cotidiano escolar por meio de ações reflexivas e de avaliações sustentadas pela Pedagogia Histórico-Crítica e pela Psicologia Histórico-Cultural, articuladas aos projetos políticos-pedagógicos das unidades escolares.



Foto: Fórum estudantes Gama/Santa Maria



Imagem: Revista COM CENSO

Imagem: Revista COM CENSO



Foto: Jornada Pedagógica SUBEB (2017)

Com a ampliação da oferta de educação em tempo integral para unidades escolares que ofertam Ensino Médio, a SEEDF promoveu estudos para iniciar a flexibilização do Ensino Médio nas unidades que aderiram ao programa. Nessa perspectiva, foi elaborada uma proposta de constituição de componentes curriculares eletivos, bem como projetos pedagógicos voltados a subsidiar a implementação de um modelo para as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI.

A flexibilização proposta por meio da reforma do Ensino Médio é uma ação destinada a tornar o ensino adequado para os jovens, consoante seus interesses e necessidades. Dessa forma, em 2017 a SEEDF propôs um cronograma de ações para as discussões e as contribuições no processo coletivo de construção do novo modelo de Ensino Médio para o Distrito Federal.

Além das ações para ampliação da oferta de Ensino Médio Integrado, a SEEDF, em parceria com o Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, ampliou a oferta de cursos técnicos de nível médio aos estudantes da

Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Essa ação denominada MedioTec tem como objetivo garantir ao estudante a formação qualificada para a inserção no mundo do trabalho.

Em 2017, foram ofertadas 1.364 (mil, trezentas e sessenta e quatro) vagas, sendo 24 (vinte e quatro) cursos presenciais e 4 (quatro) na modalidade educação a distância. As vagas são destinadas aos estudantes regularmente matriculados nas 2ª ou 3ª séries do Ensino Médio na Rede Pública de Ensino, sendo que a prioridade é para aqueles estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e sejam beneficiários do Programa Bolsa Família..

Essa ação contou com suporte de uma plataforma on-line (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf-giyA42kgdhcgAG-eweBR6vnNGOF8lipfkJxH_jgyYQ9S5g/viewform) para a divulgação desse Programa junto às Coordenações Regionais de Ensino e, ainda, para a captação das inscrições dos estudantes interessados. As atividades referentes à divulgação do MedioTec tiveram início em abril de 2017, quando foram traçadas as estratégias e as ações que possibilitassem a ampla divulgação do Programa, as quais levaram ao conhecimento dos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal as orientações necessárias para a realização das inscrições nos cursos ofertados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e pelo Instituto Federal de Brasília – IFB.

TABELA: Cursos Técnicos presenciais ofertados pelo MedioTec em 2017

CURSOS TÉCNICOS	LOCAL DE OFERTA	CRE
Análises Clínicas	CEP/ETSP	Planaltina
Informática	CEP/ETSP	Planaltina
Eletroeletrônica	ETB	Taguatinga
Manutenção e Suporte em Informática	ETB	Taguatinga
Redes de Computadores	ETB	Taguatinga
Redes de Computadores	CEMI	Gama
Manutenção e Suporte em Informática	CEMI	Gama
Informática	CEMI	Gama
Conservação e Restauro	Museu Vivo da Memória Candanga	----------
Produção de Moda	CEPAG	Guará
Enfermagem	CEPAG	Guará
Enfermagem	CEMAB	Taguatinga
Nutrição e Dietética	CEMAB	Taguatinga
Teatro	Faculdade de Artes Dulcina de Moraes	----------
Artes Circenses	Faculdade de Artes Dulcina de Moraes	----------
Saúde Bucal	CEF Miguel Arcanjo	São Sebastião
Enfermagem	CEF Miguel Arcanjo	São Sebastião
Segurança do Trabalho	CEF Miguel Arcanjo	São Sebastião
Enfermagem	CEM 01	Brazlândia
Saúde Bucal	CEM 01	Brazlândia

Fonte: SUBEB/Coordenação de Ensino Médio

Em 2017, foram ofertados os seguintes cursos técnicos em nível médio ofertados na modalidade educação a distância pelo MedioTec:

Tabela: Cursos Técnicos a distância ofertados pelo MedioTec em 2017

CURSOS TÉCNICO	POLO	CRE
Informática	ETB	Taguatinga
Programação de Jogos Digitais	CEMI GAMA	Gama
Serviços de Informação em Saúde	ETSP	Planaltina

Fonte: SUBEB/Coordenação de Ensino Médio

PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR - PROEMI

Outra ação educacional importante voltada à juventude do Distrito Federal é o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, de iniciativa também do Ministério da Educação, tem o objetivo de apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital para o desenvolvimento de propostas curriculares dinâmicas, flexíveis e que atendam às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea. Esse programa do MEC, inaugurado pela Portaria Ministerial nº 971, de 9 de outubro de 2009, disponibilizou recursos, via PDDE/FNDE, diretamente às escolas públicas de Ensino Médio das Unidades da Federação que, por meio de suas Secretarias Estaduais de Educação, aderiram ao programa. Há que se destacar que esse Programa promoveu inclusive alterações na LDB, por meio da Medida Provisória – MP n° 746/2016 (Lei n° 13.415/2017), de modo a se consolidar como um instrumento de fortalecimento das escolas de ensino médio em tempo integral e, sobretudo, de reflexão sobre as possibilidades de construção de propostas pedagógicas para essa etapa do ensino por meio de diferentes abordagens. A inscrição das escolas interessadas em aderir ao programa foi feita pelo sistema PDDE Interativo, no qual os gestores fizeram o preenchimento de 100% do diagnóstico de suas unidades escolares para posterior cadastramento da Proposta de Redesenho Curricular - PRC, que foi desenvolvida com a participação ativa da comunidade escolar e em consonância com o Projeto Político Pedagógico da respectiva unidade escolar.

Em outubro de 2016, a SEEDF aderiu à edição ProEMI 2016-2017, regida pela Resolução FNDE nº 4, de 25 de outubro de 2016, e que foi executada ao longo do ano letivo de 2017. A SEEDF selecionou as escolas para aderirem ao ProEMI com base nos seguintes critérios: escolas que receberam em 2014 recursos desse Programa ou que apresentaram indicador de nível socioeconômico baixo ou muito baixo, consoante os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A SEEDF acompanhou e orientou as unidades escolares na elaboração das PRCs e no preenchimento da plataforma por meio da formação direta dos gestores escolares, dos articuladores do Programa nas unidades escolares e dos coordenadores intermediários das CRE/UNIEB. Nessa formação foi destacado que a PRC deve estar em consonância com o Plano de Atendimento Global, com o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, bem como com os pressupostos teóricos da SEEDF; e, ainda, que a proposta é uma construção coletiva de professores, gestores, estudantes e comunidade, que coletivamente devem definir os conhecimentos e as práticas relevantes no currículo a fim de organizar e definir conteúdos, metodologias e recursos necessários para o desenvolvimento das atividades nos diferentes Campos de Integração Curricular.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADO DO GUARÁ – PROFESSORA TERESA ONDINA MATESE - CEPAG

Outra ação da SEEDF em prol da juventude do Distrito Federal foi a inauguração do Centro de Educação Profissional Articulado do Guará - Professora Teresa Ondina Maltese – CEPAG, que iniciou suas atividades em 2017 com a oferta de 4 turma de Enfermagem (total de160

estudantes) e 1 turma de Produção de Moda (total de 40 estudantes) pelo MedioTec e curso de formação inicial e continuada de Organização de Eventos; e que, em 2018, passará também a ofertar mais 800 vagas cursos técnicos de nível médio em Computação Gráfica e Enfermagem articulado ao Ensino Médio.Rememora-se que essa unidade escolar foi a primeira a ser inaugurada no Distrito Federal como parceira do *Programa Brasil Profissionalizado*, visto que, em atendimento ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, foi formalizado o Convênio nº 701593/2011, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação - FNDE e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, objetivando a construção de 04 Centros de Educação Profissional: Escolas Técnicas do Guará, Brazlândia, Santa Maria e Paranoá.

Entrada principal e do auditório do CEPAG





Dependências do CEPAG





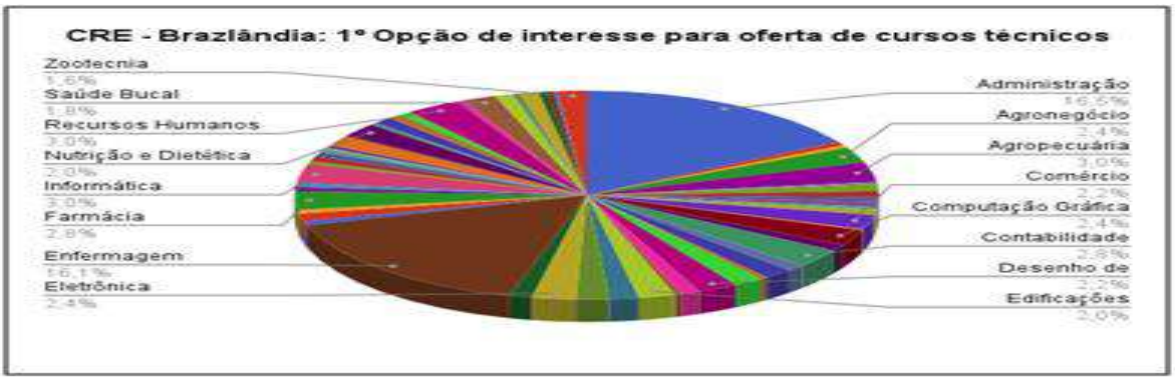
A oferta integrada da Educação profissional é um grande desafio e ao mesmo tempo uma grande motivação para SEEDF, esta ação está prevista no Plano Nacional de Educação - PNE e no Plano Distrital de Educação – PDE. Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se a elaboração e publicação do documento Orientações Pedagógicas da Integração da *Educação Profissional com o Ensino Médio e a educação de Jovens e Adultos*, na perspectiva de subsidiar o fluxo da demanda da oferta integrada, a sua organização e o acompanhamento, com vistas a viabilizar a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e com a Educação de Jovens e Adultos – 3º segmento.

Com o objetivo de estabelecer parâmetros oficiais e normativos, no âmbito da SEEDF, para a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC a serem seguidos por todas as unidades escolares que ofertam cursos nessa modalidade, foi publicada Portaria 193, de 28/04/2017, que regulamenta as orientações pedagógicas e procedimentos normativos para a estruturação e oferta de cursos de FIC, nas modalidades presencial e Educação a Distância, em conformidade com a legislação vigente que estabelece normas para a Educação Profissional - EP. Com essa Portaria, todas as UEs que ofertam FIC passaram a dispor de instrumento normativo para construção e submissão de seus Planos de Curso, de modo a agilizar o processo de análise a aprovação e, portanto, o atendimento às demandas da população interessada. Ao aderir à estratégia do MEC, no âmbito do Pronatec, denominada MedioTec, a SEEDF obteve a possibilidade de implantar mais de 30 novos cursos, dirigidos a estudantes do ensino médio

da Rede Pública de Ensino. A partir dessa definição, a Secretaria analisou, revisou seus planos cursos considerando o mapeamento das demandas do mundo do trabalho e da organização do setor produtivo, por meio de dados sobre as oportunidades reais de inserção e as aptidões formativas necessárias para atendê-las. Após as devidas adequações, os Planos foram encaminhados ao Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, que por meio do Parecer CEDF nº 117/2017, aprovou os seguintes cursos Técnicos de Nível Médio: Agente Comunitário de Saúde; Aquicultura; Artes Circenses; Biocombustíveis; Canto; Cenografia; Cervejaria; Composição e Arranjo; Confeitaria; Conservação e Restauro; Cuidados de Idosos; Dança; Design de Joias; Design de Móveis; Eletroeletrônica; Eventos; Fabricação de Instrumentos Musicais; Guia de Turismo; Informática; Laboratório de Ciências da Natureza; Ludoteca; Manutenção e Suporte em Informática; Modelagem do Vestuário; Museologia; Panificação; Processos Fonográficos; Produção de Áudio e Vídeo; Produção de Moda; Redes de Computadores; Teatro; Vestuário; e Viticultura e Enologia. Após a aprovação pelo CEDF, houve intensa negociação e verificação de demanda junto às Unidades Escolares para sua implantação, a qual resultou na oferta ainda em 2017 dos seguintes cursos Técnicos de Nível Médio: Artes Circenses; Conservação e Restauro; Eletroeletrônica; Informática; Manutenção e Suporte em Informática; Produção de Moda; Redes de Computadores; e Teatro.

O ingresso de estudantes nos Centros de Educação Profissional, nos Centros de Ensino Médio integrados à Educação Profissional e nas demais Unidades Escolares que ofertam Educação Profissional, em vista da grande demanda, são feitos por meio de processos seletivos regidos por Editais próprio devidamente publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, os quais podem ser semestrais ou anuais, de acordo com o Plano de Curso de cada Unidade Escolar. Em 2017, a maior parte das UEs que ofertam Educação Profissional passaram a adotar o sistema eletrônico de inscrições em seus Processos Seletivos.

Com o objetivo de ampliar as discussões e construir conhecimentos sobre a Educação Profissional, houve participação da Diretoria de Educação Profissional na elaboração de artigos científicos e resenhas sobre diferentes temas, os quais foram publicados na Revista *Com Censo* e em livros. Entre as publicações encaminhadas para a referida Revista constam os artigos: "Os Jovens do Ensino Médio: a opção profissional pela docência"; "Processo Pedagógico - Do Planejamento ao Plano de Curso"; e "Utilização de Metodologias Ativas em Curso Técnico em Enfermagem: Relato e Desafios"; bem como a resenha "Diálogos com quem faz: tendências da Educação Profissional em países participantes da WorldSkills" (SENAI/Brasília – 2015). No 1º semestre de 2017, foi idealizada a pesquisa de Educação Profissional, por meio de questionário online, com o objetivo de avaliar o nível de percepção social, apontar o interesse dos estudantes pela Educação Profissional e identificar a área de interesse para subsidiar a melhoria da oferta de novos cursos técnicos. Os dados da pesquisa serão utilizados para apoiar o planejamento de ações que visam ao cumprimento da Meta 11 do Plano Distrital de Educação – PDE, a qual prevê que, até 2024, sejam triplicadas as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de modo a assegurar a expansão com qualidade da oferta em, pelo menos, 75% da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.



Exemplo de gráfico obtido a partir dos dados coletados por meio do Questionário Online de Pesquisa de Interesse Profissional

A SEEDF também realizou ações para ampliação e a pactuação de novas ofertas de cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada com a implementação de 23 cursos do MédioTec. A seguir, são informados os cursos ofertados com os respectivos quantitativos de estudantes atendidos no ano de 2017:

- Cursos de Formação Inicial e Continuada: 7.332 estudantes;
- Cursos Técnicos de Nível (MédioTec): 1.364 estudantes;
- Cursos Técnicos de Nível Médio: 1.578 estudantes;
- Cursos Técnicos de Nível Médio (Profuncionário): 169 estudantes;
- Cursos Técnicos de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada (Mulheres mil): 1.141 estudantes.

Toda execução foi planejada a partir da demanda surgida ao longo do ano de 2016 e foram ofertados cursos Técnicos nas Unidades de Ensino: Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Saúde de Planaltina – CEP_ETSP; Centro de Ensino Médio Integrado do Gama - CEMI-Gama e Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Brasília – CEP-ETB. Além dos cursos ofertados nessas unidades, foram também ofertados cursos nas seguintes unidades remotas vinculadas a elas: CEF Miguel Arcanjo (São Sebastião); Centro de Ensino Médio 01 (Brazlândia); Centro de Educação Profissional Articulado do Guará – CEPAG (Guará); Centro de Ensino Médio Ave Branca – CEMAB (Taguatinga); Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul – CESAS (Plano Piloto) e Faculdade Dulcina e Hospital das Forças Armadas – HFA; além dos Cursos de Formação Inicial e continuada- FIC em várias Unidades Remotas em todo o Distrito Federal.



Aulas do Profuncionário no Polo do Recanto das Emas



Aulas do Profuncionário no Polo de Sobradinho



Aulas do Profuncionário no Polo de Sobradinho



Formatura do Programa Mulheres Mil



Aula prática de Agente de Alimentação Escolar no FIC/EJA



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos atuou em 2017 com um total de 1.256 (Hum mil, duzentas e cinquenta e seis) turmas nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino de modo a atender um universo 51.004 (cinco mil e quatro) de jovens e adultos matriculados. Essa modalidade de ensino, ao longo de 2017, atuou diretamente nas seguintes ações/programas:

DF ALFABETIZADO

Dentre as ações destinas à juventude e aos adultos do Distrito Federal, destacam-se também aquelas destinadas aos que participaram em 2017 da 5ª edição do Programa DF Alfabetizado. Nesse sentido, após a adesão à essa edição do programa em março de 2017, a SEEDF realizou a elaboração do edital para ingresso de voluntários ao Programa, acompanhamento do processo seletivo junto às Coordenações Regionais de Ensino, o desenvolvimento do curso de formação inicial (40 horas) e a gestão de pagamento bolsas durante a vigência do ciclo (08 meses). Para a 5ª edição foram ofertadas 800 (oitocentas) vagas ao Distrito Federal, cujas aulas foram iniciadas entre os meses de julho e agosto de 2017, sendo previsto o encerramento para o período de março a abril de 2018. Desse modo, o levantamento de dados e a avaliação dos resultados sobre o quantitativo de alfabetizados e de matriculados no primeiro segmento da EJA somente poderá ser realizado ao término do período de realização da edição vigente. O processo de formação inicial ocorreu em março de 2017, tendo como objetivo empoderar os coordenadores e alfabetizadores quanto aos processos de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática. Participaram deste processo de formação 305 (trezentos e cinco) professores e coordenadores das CREs, além dos coordenadores e alfabetizadores voluntários do programa.



Formação continuada no Programa DF Alfabetizado

ENCONTROS PEDAGÓGICOS

Durante o ano, atendendo à necessidade de ampliação da formação continuada de professores que atuam na modalidade de educação de jovens e adultos, foram realizados quatro encontros pedagógicos e um curso, destinados a aproximadamente mil professores, conforme descrito a seguir:

II Seminário - Letramentos na EJA: o caráter crítico reflexivo da prática docente. Público Alvo: professores, pesquisadores e comunidade escolar. Número de participantes: 185. Objetivo: promover um momento de reflexão sobre as práticas educativas realizadas na EJA, como forma de ressignificar os itinerários de aprendizagem na perspectiva de uma pedagogia que almeja a autonomia dos sujeitos da EJA.I Simpósio da Educação de Jovens e Adultos: um diálogo entre a Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos. Público alvo: professores, pesquisadores e comunidade escolar. Número de participantes: 200 (duzentos). Objetivo: reunir professores, pesquisadores, estudantes de licenciaturas e demais interessados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos a fim de ressignificar a EJA a partir da Educação Populário Seminário da EJA - A Educação no Pensamento de Paulo Freire: cenários, buscas e desafios. Público Alvo: professores, pesquisadores e comunidade escolar. Número de participantes: 365 (trezentos e sessenta e cinco). Objetivo: refletir sobre o pensamento educacional de Paulo Freire e suas contribuições para a prática docente na educação de jovens e adultos, compartilhando experiências docentes na EJA da Rede Pública de Ensino do DF. Este evento contou com recursos da FAPDF.I Colóquio de Educação na EJA: caminhos para uma práxis transformadora no DF. Público Alvo: professores, pesquisadores e comunidade escolar. Número de participantes: 120 (cento e vinte). Objetivo: dar visibilidade às pesquisas em Educação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos bem como reunir os professores na explanação e discussão de pesquisas realizadas que contribuam com a formação continuada dos professores da Rede Pública e Privada do Distrito Federal e entorno.

O Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE também participou ativamente da divulgação e da captação de professores para o Curso para o atendimento à EJA Interventiva. Essas atividades de formação continuada foram exitosas, sendo avaliadas positivamente pelos professores participantes e pesquisadores convidados. Permitiram o debate e a reflexão das práticas pedagógicas e a ressignificação da experiência docente na Educação de Jovens e Adultos.

REFORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A Secretaria de Estado de Educação, por meio de suas unidades técnicas, em agosto de 2017, iniciou o processo de discussão destinado a propor a reorganização estrutural, política e

pedagógica para a oferta da EJA e a elaborar propostas que subsidiaram a reformulação das Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos, destinado a nortear as formas de organização e oferta da modalidade na Rede Pública de Educação Básica do Distrito Federal. Para a validação desse documento, foram realizadas quatro Plenárias Regionais com a participação de aproximadamente 200 representantes da comunidade escolar e uma Plenária Distrital com a participação de 185 representantes da comunidade escolar. O documento teve ainda a contribuição dos representantes da Educação Popular, Educação do Campo, Educação à Distância, Educação Profissional, EAPE, Sindicato dos Professores – SINPRO, Universidade de Brasília – UnB. O processo ainda contou com a Consulta Pública, divulgada no site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do SINPRO. Esse instrumento contou com a participação de 50% (cinquenta por cento) de professores; 27% (vinte e sete por cento) de estudantes; 9,5% (nove e meio por cento) de gestores; 5% (cinco por cento) pesquisadores; e 3% (três por cento) de alfabetizadores populares. Os demais 5,5% corresponderam a orientadores educacionais, supervisores, membros da sociedade civil, coordenadores e interessados. A representatividade abarcou 30,4% dos segundo e terceiro segmentos; 20,3% na EJA Integrada à Educação Profissional; 21,7% na EJA à Distância; 17,4% no primeiro segmento; e 2,6% na Educação Especial e Educação no Sistema Prisional. Como resultado, obtivemos contribuições significativas nos eixos da Integração da EJA à Educação Profissional, no atendimento da Educação Especial na EJA, nas adequações e matrizes curriculares, no fomento às parcerias com a Secretaria de Saúde, nas avaliações, coordenação pedagógica, TICs e metodologias ativas.



Plenária Distrital

Ainda quanto à oferta pela SEEDF da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA destinada aos jovens, adultos e idosos trabalhadores ou não; às pessoas em privação de liberdade (CED 01 de Brasília – CRE-PP); à população de rua (Escola Meninas e Meninos do Parque – CRE-PP); e à educação do campo, destaca-se que, segundo dados do Censo Escolar, o número de matrículas na EJA, no primeiro segmento, vem aumentando nos últimos anos: em 2015 a EJA no DF atendeu a 5.688 (cinco mil, seiscentos e oitenta e oito) estudantes; enquanto que, em 2017, 6.060 (seis mil, sessenta) estudantes foram matriculados. No Plano Distrital de Educação está previsto em sua Meta 9 "Constituir na rede pública de ensino condições para que 75% (setenta e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos sejam ofertadas aos trabalhadores, na forma integrada à educação profissional, nas etapas de ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e médio (3º segmento) em relação à demanda social, sendo 25% 9vinte e cinco por cento) a cada três anos no período de vigência deste Plano." (Plano Distrital de Educação 2015-2024). Em 2016 foi iniciado um projeto–piloto que contemplou a inserção de qualificação profissional articulada/integrada com a EJA, por meio dos cursos de FIC, via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com carga horária de 160 (cento e sessenta) horas, ofertados em unidades escolares da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho. Foram inicialmente garantidas vagas para 450 (quatrocentos e cinquenta) estudantes regularmente matriculados

nos 1º e 2º Segmentos da EJA regular e da a EJA Interventiva. Por meio desse projeto, portanto, foi ofertada Educação Profissional integrada à EJA, por meio dos cursos FICs de 160 (cento e sessenta) horas em Sobradinho, para 360 (trezentos e sessenta) estudantes da EJA regular e para 90 (noventa) estudantes na EJA Interventiva. A oferta dos cursos FIC articulados/integrados à EJA trouxe impacto positivo à prática docente e à frequência dos estudantes da EJA. Sendo assim, foi possível expandir a oferta da Educação Profissional e Técnica do projeto-piloto em Sobradinho para outras Coordenações Regionais de Ensino, sendo ofertadas 834 (oitocentos e trinta e quatro) vagas em seis CREs no primeiro semestre letivo de 2017. Diante do êxito dessa prática, no segundo semestre letivo de 2017, ampliou-se, novamente, a oferta de vagas foi ampliada para aproximadamente 2.000 (duas mil) vagas da Educação Profissional articulada integrada à Educação de Jovens e Adultos, por meio dos cursos FICs de 160 horas/Pronatec, em toda a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Importante destacar que a diversidade na EJA ocasiona especificidades e alguns desafios, tais como: as turmas no campo e as turmas multietapas; a dificuldade de alguns professores em trabalhar com jovens e adultos em processo de alfabetização; a histórica alta taxa de estudantes não aptos no 1º Segmento aliada à baixa frequência de estudantes, dente outros. Contudo, apesar das dificuldades apresentadas, foram relatados na avaliação dessas turmas EJA-FIC casos de melhoria na autoestima dos estudantes e aumento da frequência dos estudantes, o que ocasionou inclusive a ampliação da oferta da EJA para 2° Segmento em UEs em que anteriormente atendiam apenas turmas de 1º com EJA-FIC, visto que houve o aumento do interesse dos estudantes pelos estudos. Em relação à oferta da educação nos estabelecimentos penais, por meio de informações coletadas no Centro Educacional 01de Brasília (CED 01 de Brasília), foi possível rever o formato desta oferta no contexto da reformulação das Diretrizes Operacionais da EJA e planejar a oferta integrada à Educação Profissional, sendo implantado no sistema prisional feminino, por meio de uma ação intersetorial com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP e o Programa Nacional Mulheres Mil, do Pronatec/MEC. A parceria com a FUNAP viabilizou 03 (três) laboratórios de informática no CED 01 de Brasília no Sistema Prisional, sendo que os estudantes são certificados pela FUNAP. Desta forma, das 14 (catorze) ações executadas, 08 (oito) são realizadas por esta Secretaria, 04 (quatro) pela Secretaria de Segurança pública e 02 (duas) pela FUNAP.

Demonstrativo de parceria na Educação Prisional

TIPO DE ATENDIMENTO	PARCEIRO QUE EXECUTA O ATENDIMENTO
Atendimento pedagógico	SEE/DF
Atendimento por coordenação pedagógica	SEE/DF
Atendimento de orientação pedagógica	SEE/DF
Atendimento por equipe especializada e/ou sala de recursos	SEE/DF
Atendimento escolar a estudantes com necessidades especiais	SEE/DF
Atendimento escolar em LIBRAS	SEE/DF
Atendimento escolar a alunos estrangeiros	SEE/DF
Alimentação escolar	SEE/DF
Atendimento em saúde	SSP/DF
Atendimento psicológico	SSP/DF
Atendimento psiquiátrico e neurológico	SSP/DF
Especialidade em dependência química	SSP/DF
Mulheres Mil	FUNAP
03 Laboratórios de informática	FUNAP

Fonte: CED-01 de Brasília/ CRE-PP (2017)

Nesse contexto, o CED 01 de Brasília ofertou os seguintes cursos por meio de projetos aprovados pela SEEDF e previstos pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola: Informática, Música e Teatro. Destaca-se que a oferta, pelo CED 01 de Brasília, de turmas de alfabetização para as pessoas em situação de privação de liberdade no sistema prisional do

Distrito Federal não vem apresentando aumento de oferta devido ao número limitado de agentes penitenciários destinado ao apoio à essa oferta ser insuficiente para promover condições da ampliação dessa oferta dentro das unidades prisionais. Importante frisar que esses agentes são os responsáveis pela identificação do nível de escolaridade, visto que a forma de encaminhamento para a escolarização é atribuição da SESIPE/SSP-DF, que cumpre os protocolos da Segurança Pública; enquanto que a escolha dos estudantes para serem encaminhados para o CED 01 de Brasília fica a critério do Núcleo de Ensino de cada uma das unidades prisionais. Portanto, devido às situações apresentadas, esses entraves comprometem o cumprimento da Estratégia 10.6 do Plano Distrital de Educação que prevê a elevação da taxa de alfabetização para 99,5% até 2018 e, até 2024, a universalização da alfabetização entre pessoas jovens e adultas em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM

Quanto ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, mais especificamente o ProJovem Campo, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal fez sua primeira adesão em 2014. Esse programa constitui-se como uma política educacional que reconhece as necessidades dos sujeitos do campo, a diversidade e a realidade diferenciada do campo, aliada à construção de uma política nacional de juventude na qual os jovens camponeses são reconhecidos como sujeitos de direitos. Assim o ProJovem Campo – Saberes da Terra destina-se a jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, que atuam na agricultura familiar, residentes no campo, que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental com qualificação social e profissional; e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002, assim como as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo. Em 2017, a SEEDF atendeu por meio desse programa a 120 (cento e vinte) jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, da agricultura familiar, representantes de 14 comunidades do campo de Planaltina. Esses jovens receberam, ao longo da formação, alimentação escolar, transporte, material escolar, sendo que os filhos desses estudantes com idade de 05 a 08 anos foram atendidos em sala de acolhimento equipada com brinquedos e jogos e sob os cuidados de duas Jovens Educadoras Sociais Voluntárias. A formação foi realizada em alternância, construída com o coletivo de estudantes, conforme os ciclos agrícolas produtivos das comunidades envolvidas. Em 30 de agosto, foi realizada a formatura de 68 (sessenta e oito) estudantes desse Projeto. A avaliação do programa efetuada pelos estudantes foi bastante positiva, sobretudo, no que se refere à prática da pedagogia da alternância, visto que esta foi indicada como fator decisivo para a permanência dos estudantes até o final das atividades.



Acompanhamento de práticas pedagógicas no Tempo-Escola do Projovem Campo – Planaltina



Acolhimento de filhos e filhas de estudantes do Projovem Campo





Formatura Projovem Campo – Agosto de 2017

EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

Quanto à Educação Especial/Inclusiva, no ano de 2017, várias ações foram realizadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal visando à oferta de uma educação de qualidade para os estudantes com deficiência, TGD e com altas habilidades/superdotação nas escolas inclusivas e nos Centros de Ensino Especial. A Educação Especial mantém estruturas especializadas, amparada pela Lei Distrital nº 3.218/2003, para o desenvolvimento de atividades educacionais básicas e complementares aos estudantes com deficiência, TGD e com altas habilidades/superdotação, nos casos onde este seja o atendimento mais indicado. Neste sentido, a SEEDF tem reafirmado o compromisso com a ampliação desse serviço educacional especializado, por meio da garantia da igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Em 2017, a SEDF prestou atendimento educacional especializado nessa modalidade de ensino a 4.875 (quatro mil, oitocentos e setenta e cinco) estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral é apresentada no Currículo de Educação Básica da SEEDF como imprescindível e fundamental à concretização do ideal de um ensino de qualidade, visto que essa forma de atendimento pedagógico não se limita apenas ao aumento do tempo de permanência do estudante na unidade escolar, mas, sobretudo, propõe a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais. No sentido de atender ao que preconiza a Meta 6 da Estratégia 1 do Objetivo Estratégico 02 do Planejamento Estratégico da SEEDF 2015-2018, que prevê a reestruturação e a implantação da Educação Integral nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino, de modo a garantir a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, a SEEDF apresentou a proposta de Educação em Tempo Integral a qual se baseia nas orientações do trabalho pedagógico de oito ou dez horas de jornada diária a ser ofertada nas 14 CRE. Em 2017, um total de 57.272 (cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e dois) estudantes da Rede Pública de Ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, foram beneficiados como essa forma de atendimento pedagógico.

PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL - PROETI

Dentre as unidades escolares que ofertam educação integral de 10 horas diárias, 19 unidades escolares encontram-se inseridas no Projeto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI, e que abrange o atendimento a 100% dos seus estudantes dessas UEs. As equipes gestoras consideram que esta proposta de trabalho constitui-se como um avanço pedagógico que resulta no crescimento do estudante, pois este é percebido na sua integralidade e, portanto, privilegiado em aspectos da sua dimensão humana como os afetivos, sociais e culturais.

REDE INTEGRADORA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL

Tendo em vista o cumprimento da meta de ofertar educação em tempo integral para, no mínimo, 18% dos estudantes matriculados por unidade escolar, no período de 2016–2019, na perspectiva de ressignificar o ensino de tempo integral e situar o trabalho pedagógico e, ainda, na proposta pedagógica de jornada diária de 10 horas, em 2017 houve a implantação do Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto. Esse projeto envolveu as Escolas Parques existentes no Plano Piloto que passaram a desenvolver suas atividades de forma de forma integrada e diária junto aos estudantes de 17 Escolas Classes da CRE do Plano Piloto participantes do Programa de Educação em Tempo Integral e que fizeram adesão ao Programa Novo Mais Educação, que é um Programa Federal de fomento à Educação Integral.

PROGRAMA EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Visando a um melhor acompanhamento que favoreça a excelência nesse atendimento pedagógico, a SEEDF disponibiliza coordenadores pedagógicos para orientar e avaliar a atuação dos Educadores Sociais Voluntários para dar suporte à oferta de Educação Integral em cada unidade escolar foi instituído em 2013 o programa Educadores Sociais Voluntários, renovado pela Portaria nº 51 de 17 de fevereiro de 2017.Destaca-se que, em 2017, a Educação Integral da Rede Pública de Ensino contou com um total de 1.964 Educadores Sociais Voluntários.

ELABORAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Nesta mesma direção e para dar suporte à implantação, à implementação e à expansão da Educação em Tempo Integral, as áreas técnicas da Subsecretaria de Educação Básica elaboraram as Orientações Pedagógicas e Operacionais para Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino de Distrito Federal. Consubstanciada na organização de uma prática pedagógica que viabiliza a criação de um ambiente colaborativo e participativo entre os envolvidos e considerando a identidade da etapa de ensino em que estão inseridos e a perspectiva de um currículo integrado e transversalizado pelos eixos da Educação, conforme preconizado no Currículo em Movimento da Educação Básica, a SEEDF vem buscando a ampliação de parcerias com instituições que possam disponibilizar suporte e estrutura específica para atendimentos em outros espaços educativos. Diante disso, as unidades escolares que ofertam Educação em Tempo Integral também participam de projetos e atividades em espaços e projetos, tais como: Parque Educador, Projeto Virada do Cerrado, Cultura Educa; Clube do Choro; Concertos Didáticos - Sessões de Orquestra Sinfônica; Festivalzinho; SESC Cidadania; além de diversas atividades de oficina de dança, futebol, judô, pintura, banda, dentre outras. Ademais, os estudantes que participam dessa oferta de ensino também recebem acompanhamento pedagógico por meio de oficinas de português e matemática.

PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Novo Mais Educação é um programa de fomento à Educação Integral, criado pela portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. O Programa é implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, de modo a impulsionar a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária de, no mínimo, quinze horas semanais no turno e no contraturno escolar nas unidades

escolares em que ocorre ou em espaços externos por meio de parcerias firmadas entre a entidade e a escola.

CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS - CIL

Os Centros Interescolares de Língua - CILs são unidades escolares da Rede Pública do Distrito Federal que desenvolvem exclusivamente o ensino de língua estrangeira. No ano letivo de 2017, para ampliar o acesso aos estudantes de todos as Regiões Administrativas, a Secretaria viabilizou a criação de mais 8 unidades com oferta de língua estrangeira, de modo a viabilizar a existência de, no mínimo, 1 CIL por Coordenação Regional de Ensino.

PROGRAMA E PROJETOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em 2017 a SEEDF atuou fortemente na perspectiva de fomentar um ensino que tenha como foco a participação ativa do estudante no processo de aquisição do conhecimento, de modo a compreender sua realidade e promover sua ação consciente e solidária quanto aos fatos cotidianos, de modo a propiciar-lhes condições de superação dos problemas que lhe são impostos diariamente. Para tanto, com o objetivo de ofertar às unidades escolares, de forma complementar, programas e projetos fortalecedores da prática pedagógica, da formação docente e, sobretudo, da formação do estudante foram realizadas diversas ações complementares, conforme descrito a seguir:

UM POR TODOS E TODOS POR UM

O Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania, fruto de parceria entre a SEEDF e o Ministério da Transparência, Fiscalização e a Controladoria-Geral da União – CGU, destina-se aos estudantes do 4o ano do ensino fundamental e tem como objetivo estimular os futuros cidadãos a se envolverem com as questões sociais, de modo a promover um ambiente favorecedor da tomada de consciência quanto aos seus direitos e deveres. O material didático-pedagógico fornecido aos estudantes foi ilustrado pelo Instituto Maurício de Sousa e traz os personagens da Turma da Mônica em atividades que visam disseminar os valores relacionados à democracia, à participação social, ao respeito à diversidade, à autoestima, à responsabilidade cidadã e ao interesse pelo bem-estar coletivo.

INCLUSÃO SOCIAL DESDE A INFÂNCIA

O Programa é oferecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal –TRE/DF em parceria com a SEEDF aos estudantes da educação infantil e do ensino fundamental - anos iniciais e tem como objetivo promover a inclusão social e cultural, por meio da associação dos personagens do Folclore Brasileiro e de temas sociais contemporâneos. O exercício da plena cidadania trata-se de um direito de todos, promovido e incentivado com a colaboração da sociedade e dever do estado e da família. Assim, torna-se fundamental que o Estado oferte uma educação pautada na inclusão social, política e econômica das crianças e jovens estudantes, levando-os a uma participação política livre, consciente e democrática. A implementação pedagógica do programa é realizada pela unidade escolar que, de forma lúdica, apresenta os personagens que são candidatos à presidência do Folclore e os temas que cada um defende na sua candidatura, tais como: diversidade e questões de gênero; inclusão; meio ambiente e sustentabilidade. No ano de 2017, ao término das atividades desenvolvidas foram realizadas as eleições na própria unidade escolar e os estudantes votaram, por meio de urnas eletrônicas, nos personagens de sua escolha.

ELEITOR DO FUTURO

O Programa é oferecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE/DF em parceria com a SEEDF destinado aos estudantes do ensino fundamental – anos finais, com o

objetivo promover a inclusão social, política e econômica com vistas a fomentar reflexões acerca dos direitos e deveres dos cidadãos em um contexto social e democrático. O exercício da plena cidadania trata-se de um direito de todos, promovido e incentivado com a colaboração da sociedade e dever do estado e da família. Nesse sentido, é imprescindível ao Estado a oferta de uma educação pautada na inclusão social, política e econômica das crianças e jovens estudantes, levando-os a uma participação política livre, consciente e democrática.

O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO?

O projeto "O que você tem a ver com a corrupção?", do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, tem como objetivo sensibilizar a sociedade, especialmente crianças e adolescentes, sobre a importância da honestidade e da transparência nas atividades cotidianas. Em 2017, o MPDFT realizou nas unidades escolares palestras para jovens do ensino fundamental - anos finais e do ensino médio da Rede Pública de Ensino. As palestras tiveram como foco a formação do ser humano, com vistas ao exercício da cidadania plena, tendo a área da educação como instrumento difusor e o princípio da ética como elemento norteador.

EDUCAÇÃO NOS TRILHOS

O projeto Metrô Solidário, desenvolvido pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF, visa coordenar projetos de interesse social e cultural, em interface com a mobilidade urbana, sobre trilhos e a comunidade local. Em 2017, por meio de uma parceria entre a SEEDF e o METRÔ/DF, foi desenvolvido o eixo "Educação para Mobilidade sobre Trilhos" subdivido em dois projetos:

- Metrô Acessível: destinado aos estudantes do ensino especial, desenvolveu temas sobre inclusão social e acessibilidade no intuito de formar passageiros conscientes, por meio de palestras e visitas monitoradas.
- Educação nos Trilhos: destinado aos estudantes do ensino fundamental - anos iniciais e voltado a apresentar a mobilidade sobre trilhos e a história do Metrô- DF, além de propiciar a vivência e aprofundamento dos conhecimentos sobre as normas de segurança e de sinalização.

PAPAI NOEL DOS CORREIOS

O Projeto Papai Noel dos Correios, parceria entre a SEEDF e os Correios desde 2011, tem o objetivo de despertar no estudante, por meio de uma ação lúdica e com a participação popular e expressiva do Papai Noel, o interesse pela redação (modelo carta) e compreensão da importância e do poder da escrita; além de promover um Natal mais solidário e alegre aos estudantes da Rede Pública de Ensino. As unidades escolares organizam-se, conforme cronograma do projeto, para que os seus estudantes confeccionem as cartas com pedidos de presentes de Natal ao Papai Noel e os Correios, em articulação com a sociedade civil, procura atender a esses pedidos e realizar os desejos e sonhos de muitas crianças.

CIDADÃO DO FUTURO

A SEEDF e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF oferecem aos estudantes do ensino fundamental - anos finais e do ensino médio, respectivamente, os projetos Cidadão do Futuro e Jovem Cidadão. As atividades do Programa incluem palestra sobre o sistema legislativo e visita guiada pelas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF e, ao final, distribuição de lanche e kit cidadão para os estudantes e professores envolvidos. O projeto prevê, também, oferta transporte às unidades escolares.

EMBAIXADA DE PORTAS ABERTAS

O Programa Embaixada de Portas Abertas, integrante do programa Criança Candanga, é uma parceria intersetorial entre a SEEDF, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília TCB, a Assessoria Internacional da Governadoria do Governo do Distrito Federal – ASSINTER e os organismos internacionais sediados em Brasília. O objetivo do Programa é construir e estreitar relações entre as representações diplomáticas e as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, além de oportunizar aos estudantes a interação com o conhecimento nas áreas de história, geografia, cultura e idiomas de diversos países. O Programa consiste na visitação de estudantes do 5o ao 7o ano do ensino fundamental às sedes das representações e organismos internacionais e, após a visita, as unidades escolares recebem, na própria escola, o corpo diplomático do organismo internacional visitado. A visita à escola objetiva oferecer aos organismos internacionais a oportunidade de conhecer o patrimônio cultural de Brasília, as diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal. No ano de 2017, cronologicamente, foram realizadas visitas das unidades escolares às Embaixadas dos seguintes países: Israel; Gabão; Chile; Paraguai; Nicarágua; Argélia; Países Baixos; Coreia do Sul; China; Vietnã; Suécia; e Itália.

AGEFIS NAS ESCOLAS

O Projeto Agefis nas Escolas, oferecido pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal-AGEFIS em parceria com a SEEDF, propõe atender aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal regularmente matriculados no 5o ano do ensino fundamental, por meio de ações focadas na aproximação da AGEFIS com a comunidade escolar e suscitar o engajamento do cidadão com a sua cidade. A parceria oferece palestra sobre Educação Fiscal aos estudantes com o intuito de sensibilizá-los sobre a importância da segurança pessoal e coletiva, evitando-se construções e atividades irregulares sem as respectivas Licenças para Construção e Funcionamento.

PROGRAMA POR DENTRO DOS EXAMES DO ENSINO MÉDIO

A SEEDF vem investindo fortemente em ações voltadas a aprimorar as diretrizes e as práticas pedagógicas no Ensino Médio. Uma dessas ações foi a implantação, em 2015, do Programa por Dentro dos Exames do Ensino Médio: Por dentro do Enem – Simulado DF e Por dentro do PAS-UnB. Dentre os retornos obtidos, destaca-se o crescimento do acesso à Universidade de Brasília nos últimos cinco anos.



Dados: Cebraspe/UnB

Para o desenvolvimento dessas ações, o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe ofertou o Curso de Capacitação Profissional em Planejamento e Construção de Avaliação Educacional em Larga Escala destinado aos professores do ensino médio da Rede Pública de Ensino.

PROJETO CENTRO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA – CID

O Projeto visa à garantia do acesso à iniciação esportiva aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e, ainda, à ampliação de espaços e oportunidades educacionais de forma a prover condições objetivas de emancipação humana. Nesses espaços são desenvolvidas práticas corporais relacionadas às diversas modalidades esportivas, tais como: futsal, futebol de campo, basquetebol, voleibol, handebol, judô, capoeira, natação, ginástica rítmica, ginástica artística. Tais práticas são oferecidas exclusivamente aos alunos da Rede Pública de Ensino. Em 2017, participaram do Projeto 8.928 estudantes distribuídos entre as 82 Unidades Escolares.

JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL - JEDF

Os Jogos Escolares do Distrito Federal envolvem a participação de estudantes das Redes Pública e Particular de Ensino. São divididos em duas etapas: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, servindo como seletiva para a participação nos Jogos Escolares da Juventude, os Jogos Nacionais. Os JEDF consistem em competições com modalidades esportivas individuais e coletivas. Este projeto visa promover, divulgar e estimular a prática da cultura corporal entre os diversos estudantes. Além disso, é o indicador seletivo para participação nos Jogos Escolares Nacionais da Juventude. Em 2017, o JEDF contou com a participação de 260 unidades escolares e 14.943 estudantes.

JOGOS ESCOLARES NOTURNOS

Também conhecido como CORUJÃO, envolvem os estudantes das Escolas Públicas e Particulares do turno noturno do Ensino Regular, da Educação de Jovens e Adultos, além de estudantes que estão acima da idade limite de participação do JEDF. Esses jogos visam possibilitar a esses estudantes, independente da modalidade de educação, a participação nos Jogos Escolares, respeitando suas especificidades. Além disso, promove momentos diferenciados à realidade escolar, ofertando a aprendizagem por meio do jogo e do lazer. Em 2017, houve a participação de 581 (quinhentos e oitenta e um) estudantes de 29 (vinte e nove) unidades escolares.

PROGRAMA ESCOLA COMUNIDADE GINÁSTICA NAS QUADRAS - PGINQ

O funcionamento desse programa é desenvolvido por meio de Professores de Educação Física do quadro efetivo da SEEDF que atuam junto à comunidade por meio da oferta de práticas corporais como ginástica localizada, ginástica laboral, yoga, condicionamento físico, danças, pilates, hidroginástica, natação entre outros. Essas atividades são desenvolvidas por meio de aulas regulares gratuitas nos turnos matutino, vespertino e noturno, nas 14 Coordenações Regionais de Ensino. A oferta de lazer, cultura, saúde e práticas corporais estão em evidência para suprir uma carência surgida ao longo dos anos.

PROGRAMA VIVA BRASÍLIA

No segundo semestre de 2017, a SEEDF retomou as ações do Programa Viva Brasília com a participação de todas as modalidades de ensino da Secretaria. O Programa visa estabelecer mútua cooperação entre a SSP/DF e a SEEDF para construir, executar e prover apoio ao desenvolvimento de ações conjuntas de aproximação da Comunidade Escolar com a Segurança Pública; prevenir vulnerabilidades sociais e criminais nas UEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal; promover a Cultura de Paz por meio de formação e orientação aos atores públicos; e integrar políticas públicas voltadas à prevenção de violências nas Escolas Públicas do DF, de maneira que esse trabalho ressoe em toda a sociedade. Atualmente, o programa está em fase de organização das seguintes etapas: publicação da Portaria Conjunta que institui o Programa; elaboração da Proposta de Fluxo; Formação do Comitê Interno do Programa; Realização e atualização da pesquisa de diagnóstico da situação da violência e criminalidade

no perímetro e ambiente escolar realizado pela Subsecretaria de Gestão da Informação da SSP-DF; e Validação do recorte das escolas com a Secretaria de Estado da Educação.

CINECLUBE ESCOLAR

O projeto Cineclube Escolar desenvolve-se em consonância com as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e a Matriz Curricular da Educação Integral do Ensino Médio e se destina a potencializar a política pública da linguagem audiovisual e a integração com os conteúdos previstos no Currículo em Movimento da SEEDF, além de promover o protagonismo estudantil.

Esse Projeto tem quatro eixos de ação: criação de espaço adequado e com equipamentos para a projeção dos filmes; formação de docentes, estudantes e gestores que atuarão diretamente no projeto; formação dos docentes e estudantes na área de produção audiovisual; e aquisição de acervo cinematográfico e de livros para as unidades escolares da Rede Pública de Ensino.

Em 2017, foram realizadas visitas semestrais às UEs que ofertam cursos integrados para discutir questões teóricas e práticas referentes à metodologia do curso, às Orientações Pedagógicas da Integração, subsidiados por diferentes autores relevantes na produção de literatura, artigos, pesquisas e informações dessa temática.





Reuniões nas CREs- Integração

PROJETO LER & VER

A SEEDF elaborou e implantou Projeto LER & VER com o propósito de incentivar o gosto pela leitura literária no 3° Segmento da Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista as dificuldades no acesso às bibliotecas escolares a esse público, sobretudo, no turno noturno. Para execução do projeto é utilizada uma caixa contendo livros literários e dois DVDs com vídeos e filmes com temas relacionados às obras literárias presentes no acervo. Esse material conta ainda com sugestões de atividades que poderão ser realizadas ao longo de sua utilização. Em 2017, esse projeto abarcou diversas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e ainda ofereceu seminários e as oficinas de formação para os docentes.

PROJETO CAIXA-ESTANTE

Outro destaque foi o Projeto Caixa-Estante, que é baseada na utilização de um móvel com rodízios que permite ser levado para outros espaços da unidade escolar para o desenvolvimento do trabalho com a leitura. Esse projeto permite aproximar o estudante do objeto livro e das práticas de leitura e que contribuem para o desenvolvimento da competência leitora e escritora por meio de atividades em espaços diferentes da biblioteca. Em 2017 o móvel do Projeto foi revitalizado, ganhando uma versão sustentável. Trata-se de um tonel de óleo adaptado que é transformando em uma estante-móvel com livros. Também estão sendo

realizadas ações de tratamento e organização do acervo bibliográfico e do gerenciamento da informação desse acervo. Foram adquiridos 07 computadores para as bibliotecas das unidades prisionais e customizado o software BIBILIVRE.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

A SEEDF coordenou e executou o Programa Nacional do Livro Didático no Distrito Federal que, dentre as ações realizadas, estão: o cadastro e a alteração de senhas dos gestores na Plataforma PDDE Interativo; a validação de solicitação da Reserva Técnica e o remanejamento interno e externo do livro didático nas 14 Coordenações Regionais de Ensino; e a promoção de formação para escolha qualificada do livro didático, por meio de oficinas e orientação e acompanhamento por meio de boletim do livro didático.

BIBLIOTECA ESCOLAR E ESCOLAR COMUNITÁRIA

As bibliotecas escolares comunitárias são outro viés de condução de ações que envolvem o livro e a leitura. Essas bibliotecas valorizam os saberes locais, por meio de encontros com autores da cidade e profissionais das áreas de música e arte. Essas bibliotecas possuem um espaço de organização que permitem o desenvolvimento de atividades diferentes possibilitando a aproximação dos estudantes aos bens culturais locais, aos saberes locais valorizados e aos não valorizados. As atividades são diversas, de acordo com a comunidade a qual pertence a biblioteca. Em geral, elas organizam exposições, mostras, rodas de contadores de histórias, eventos musicais.

Em 2017, foi concluído o Curso Técnico em Multimeios Didáticos, realizado conjuntamente com o Instituto Federal de Brasília, além da oferta de formação continuada e cursos de formação para os profissionais atuantes em biblioteca escolar e escolar comunitária.

FESTIVAL DE FILMES CURTA-METRAGEM DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA

O Festival de Filmes Curta-Metragem das Escolas Públicas de Brasília é um projeto pedagógico que envolve as 14 Coordenações Regionais de Ensino da SEEDF e que tem como objetivo fomentar o protagonismo juvenil por meio da produção cinematográfica dos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Especial e da Educação Profissional. Nesse projeto, os estudantes executam os processos de pré-produção, produção e exibição cinematográfica; elaboram uma ideia, criam um roteiro e contam uma história por meio da imagem e do som, utilizando recursos próprios com celular, câmera portátil, tablets; e podem compartilhar suas produções desde no espaço das próprias unidades escolares, das unidades regionais, até no evento que reúne os indicados pelas Coordenações Regionais de Ensino que é o Festival realizado no Cine Brasília. Esse projeto, portanto, fomenta a elaboração, execução e exibição de produtos audiovisuais pelos estudantes e faz com que eles experimentem processos coletivos de investigação e pesquisa envolvendo diversos conteúdos e temáticas de ensino. Promove também a formação e o intercâmbio dos professores mediadores e incrementa a formação de público para o audiovisual. Destaca-se, principalmente, que esse Festival apresenta-se como importante meio de fomento ao protagonismo juvenil e à formação e alfabetização na linguagem audiovisual. Impulsiona projetos pedagógicos permanentes em diversas unidades escolares como a implementação de pequenos festivais de cinema, de programas de WEB TV e de Cineclubes. Diversas ações frutificaram em decorrência desse Festival, dentre elas destacam-se: formação continuada na área do audiovisual para profissionais da educação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal nas áreas de cinema e audiovisual (o curso apresentou uma estratégia de ação adequada para o fomento à utilização e produção da linguagem audiovisual, bem como de mídias digitais que sirvam de recursos pedagógico na construção do conhecimento em sala de aula e fora dela); produção de materiais pedagógicos em distintos

suportes audiovisuais (rádio e internet) que colaboraram com os processos de ensino aprendizagem em sala de aula, em consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica; as mídias digitais, os programas pedagógicos e os informativos audiovisuais produzidos pela SEEDF estimularam os docentes no incremento de práticas pedagógicas inovadoras por meio da utilização das novas tecnologias existentes.

POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – PPOP

Quanto à política voltada à juventude articulada à Política de Escolarização da População em Situação de Rua – PPOP, a SEEDF efetuou as seguintes ações: oferta de cursos preparatórios para vestibular e programas para acesso às Universidades nos Centros POP Brasília; encaminhamentos dos estudantes concluintes do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio incompleto para unidades escolares de Ensino Médio; e encaminhamento dos estudantes para cursos de formação profissional.



Foto: Visita do GT ao Centro Pop Brasília (2017)

JOVEM CIDADÃO E CIDADÃO DO FUTURO

Quanto aos projetos Jovem cidadão e Cidadão do Futuro, a SEEDF atuou diretamente por meio da aproximação dos estudantes do Ensino Médio à realidade do Congresso Nacional, com vistas a favorecer a formação política e a compreensão sobre as funções do Parlamento, de forma a contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo e da democracia.

PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO

Destaque também para o programa Parlamento Jovem Brasileiro realizado anualmente e tem por objetivo possibilitar aos estudantes das Redes Pública e Particular de Ensino a vivência do processo democrático, mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados na qual os estudantes tomam posse e atuam como Deputados Jovens.



FÓRUM DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DO DISTRITO FEDERAL

A instituição do Fórum de Educação para as Relações Étnico-raciais do Distrito Federal - Fórum ERER/DF tem como objetivo apoiar, orientar, propor, informar e colaborar com ações de implementação do proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e diversos outros atos normativos destinados a fomentar políticas de combate ao racismo. Nesse sentido, o Fórum ERER/DF é um coletivo estratégico para a participação e controle sociais de políticas

de combate ao racismo na educação e tem como função atuar como protagonista no processo de avaliação e acompanhamento dessas ações, além de se constituir como ponte entre a SEEDF e os movimentos sociais, de modo a atuar como importante parceiro na concretização de programas e projetos voltados a uma educação antirracista ao orientar o poder público na adoção de medidas que atendam às demandas de entidades e movimentos sociais negros e indígenas.

REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS

A Secretaria de Estado de Educação, no ano de 2017, realizou diversos eventos pedagógicos, dentre os quais se destacam:

DIÁLOGOS DE CIÊNCIAS

Em 2017, voltados aos docentes do ensino fundamental, foram realizados o 5º e o 6º Diálogo de Ciências, cujo objetivo foi oferecer oportunidade para os professores apresentarem os trabalhos que têm sido desenvolvidos junto aos seus estudantes na área de ciências naturais/da natureza. O Diálogos de Ciências surgiu a partir da necessidade de se proporcionar espaços de socialização de projetos e ações na área de ciências naturais e da natureza voltado a estimular criticidade, criatividade, autonomia e letramento científico entre os professores do ensino fundamental.

EVENTOS NO ESPAÇO SAÚDE DO ESTUDANTE

Em 2017, a SEEDF disponibilizou espaço físico em local privilegiado para promover ações destinadas à saúde dos estudantes. Dentre os vários eventos realizados nesse espaço, destacam-se:

- Dia da Saúde do Adolescente: instituído pelo Ministério da Saúde para acontecer no dia 22 de setembro, tem o objetivo de chamar a atenção para os direitos dos adolescentes. Para comemorar esta data, SEEDF promoveu 03 (três) dias de atividades no Espaço Saúde do Estudante – 19, 20 e 21/09/2017, com o objetivo de possibilitar aos estudantes convidados a reflexão sobre os temas alimentação saudável, projeto de vida e aspectos médicos relacionados à adolescência. Os temas foram dirigidos por uma Nutricionista e uma Psicóloga, da Secretaria de Saúde, e também por um Médico Pediatra/Hebiatra desta Secretaria. Os estudantes e seus professores eram oriundos de unidades vinculadas às CREs de Ceilândia, Samambaia e Planaltina, as quais foram escolhidas por terem apresentado o maior número de escolas que fizeram adesão ao PSE.
- Projeto Diálogos: com a proposta realizar discussões, conduzidas por especialistas no tema, em grupo de profissionais da educação, teve em sua primeira edição, o tema "Adolescência – a puberdade, as mudanças e os diálogos necessários", conduzido por Médico Pediatra/Hebiatra desta Secretaria.

CIRCUITO DE CIÊNCIAS

Outro grande destaque é o Circuito de Ciências, evento que socializa as vivências interdisciplinares e inovadoras realizadas pelos estudantes, voltada a valorizar o trabalho pedagógico e a fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, em consonância com os documentos norteadores existentes na Rede Pública de Ensino, como o Currículo em Movimento da Educação Básica. O Circuito de Ciências tem como missão difundir a cultura científica nas unidades escolares com o objetivo de estimular atividades voltadas ao letramento científico e aos processos investigativos entre estudantes, professores e gestores, de modo a promover a apropriação das etapas de desenvolvimento do trabalho científico:

problematização, levantamento de hipóteses, investigação, análise, conclusão e generalização. Esses aspectos fortalecem a criatividade, o raciocínio lógico, a capacidade de pesquisa e estimulam a autonomia intelectiva. O letramento científico-tecnológico, quando voltado para a educação, leva os professores, estudantes e demais profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem a tomarem consciência de seu papel social no exercício da cidadania, da sustentabilidade, na valorização da diversidade cultural e na garantia dos princípios e direitos básicos da humanidade, os quais são objetivos intrínsecos da Educação Básica.



Em 2017, o Circuito de Ciências trouxe, além da ampliação de seus espaços científicos e formativos, um aumento na participação de projetos das unidades escolares de Educação Profissional com pesquisas financiadas pelo Fundo de Amparo à Pesquisa – FAP/DF. Em função do aumento do número de trabalhos, foi organizada a entrega de prêmios em dinheiro em uma cerimônia realizada no auditório do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. A Cerimônia reuniu os trabalhos premiados em todas as modalidades de ensino e contou com a presença do Excelentíssimo Sr. Governador, Rodrigo Rollemberg, que fez a entrega da cártula simbólica às UEs premiadas. Dentre os diversos premiados, destacam-se os projetos relativos a um equipamento capaz de aferir temperatura e umidade, que é desenvolvido em parceria com o programa Globe da NASA, foi apresentado na Campus Party de 2017 e na Praça do Saber durante o Circuito de Ciências; outro trabalho foi apresentado pelo CEP Escola Técnica de Ceilândia (ETC) e pelo CED 01 do Cruzeiro: ambas as unidades escolares trabalham em várias frentes no campo da robótica, sendo que o CED 01 tem se destacado na categoria de robôs seguidores de linha, o Projeto desenvolvido no CED 01 foi premiado nesta categoria, na modalidade robustez, o que classificou o projeto desta Unidade Escolar para a final em Curitiba-PR.

Etapa Nacional do Circuito de Ciências realizado em Curitiba - PR com a presença de professores e estudantes



Estudante acompanhando o robô seguidor de linha durante uma etapa do circuito de ciências

Dentre os trabalhos premiados na Etapa Distrital do Circuito de Ciências, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, estudantes da modalidade Educação Profissional foram premiados pelos projetos: "Waiting App", "Reaproveitamento de Energia Mecânica nas Indústrias pelo uso de Dínamos", desenvolvidos no Centro de Ensino Médio Integrado do Gama

- CEMI Gama; e ainda o projeto "Casa automatizada de baixo custo", do Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Brasília.



Premiação: equipe do CEMI do Gama e da Equipe do CEP - ETB e representantes da DIEP e DIEF

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS – OBMEP

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. A OBMEP premia também por seu desempenho, além do estudante, o professor a unidade escolar.

Em 2017, a OBMEP chegou à sua décima terceira edição com grande adesão por parte das Unidades Escolares que ofertam Ensino Médio.

Importante ressaltar essa participação porque, por meio dela, é possível estimular o estudo da Matemática entre os estudantes; contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica; identificar jovens talentos, bem como incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas. Por meio dessa ação, há o incentivo ao aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, de modo a propiciar sua valorização profissional. E ainda é responsável por contribuir para a integração das escolas públicas com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e as sociedades científicas, de modo a favorecer a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.



OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA

A Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR é uma das olimpíadas científicas brasileiras apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que utiliza a temática robótica para estimular o interesse dos estudantes pelas carreiras científico-tecnológicas, identificar jovens talentosos e promover debates e atualizações no processo de ensino e aprendizagem.

Em 2017, com base na avaliação efetuada na edição de 2016, a organização da OBR passou por modificações consideráveis: consolidação do espaço do CIEF como local da etapa regional; ampliação do número de participantes em consequência da duplicação do número de arenas distribuídas nas unidades escolares da rede, de 10 arenas em 2016 para 23 arenas em 2017; aumento no número de inscrição de projetos de robótica, inclusive no Circuito de Ciências da SEEDF; realização de palestras e formações voltadas para o tema Robótica em uma praça

específica; e também realização de premiações para os estudantes e professores das provas práticas.

No ano de 2017, também foi realizada a primeira Mostra de Robótica, modalidade específica de construção de tecnologia robótica para além dos robôs seguidores de linha. Evento de grande importância para inovação e tecnologia. Na premiação aconteceu a indicação dos premiados DF para o evento nacional em Curitiba favorecendo a inovação.



Olimpíada Brasileira de Robótica


Olimpíada Brasileira de Robótica

ETAPA DISTRITAL DA CONAPE

O Fórum Distrital de Educação (FDE), juntamente com a Secretaria de Educação do Distrito Federal e outros 22 Fóruns Estaduais de Educação, aderiram à CONAPE mantendo o compromisso com a participação popular e organização da comunidade educacional, nos seus diferentes segmentos e setores. A CONAPE tem como objetivo mobilizar a sociedade brasileira para intensificar o monitoramento e avaliação do cumprimento do PNE, o corpo da lei, suas metas e estratégias, além de propor políticas e ações que indiquem responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federativos e os sistemas de educação. Os objetivos específicos da CONAPE são: acompanhar e avaliar as deliberações da CONAE de 2014, verificar seus impactos e proceder às atualizações necessárias para a elaboração da política nacional de educação; monitorar e avaliar a implementação do PNE, com destaque específico ao cumprimento das metas e das estratégias intermediárias, sem prescindir de uma análise global do plano, e proceder a indicações de ações, no sentido de promover avanços nas políticas públicas educacionais; e monitorar e avaliar a implementação do Plano Distrital de Educação, os avanços e os desafios para as políticas públicas educacionais.

O calendário de mobilização e realização das Conferências preparatórias para a CONAPE – Etapa Distrital e demais etapas encontram-se na planilha abaixo:

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES/ETAPAS PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS DA CONAPE - ETAPA DISTRITAL				
PERÍODO	ATIVIDADES/ ETAPAS	ORGANIZAÇÃO	PARTICIPANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO
12/09/2017	Lançamento da CONAPE	FDE/SEEDF	Comunidade Educacional do Distrito Federal	Auditório EAPE
02/10 a 31/10/2017	Conferências Escolares	Unidades Escolares	Comunidade Escolar	Unidades Escolares
01/11 a 30/11/2017	Conferências Regionais	Coordenações Regionais de Ensino,	Delegados Escolares	CREs e Espaços Institucionais
01/11 a 30 11/2017	Conferência dos gestores da Educação Pública do Distrito Federal	FDE e Gabinete da SEEDF	Gestores e equipe diretiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal	Ed. Sede da SEEDF
01/11 a 15/12/2017	Conferências Livres – por temática. Segmento,	Movimentos Sociais	Comunidade escolar vinculada aos segmentos, etapas, níveis e	A designar

	etapa e modalidade		modalidades da Educação	
Março/2018	Etapa Distrital	FDE/SEEDF	Delegados Eleitos	Auditório EAPE
26 a 28 de Abril/2018	CONAPE NACIONAL	FNPE	Delegados Eleitos nas etapas estaduais/distrital	Belo Horizonte-MG

38º CURSO INTERNACIONAL DE VERÃO DA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA-CIVEBRA

Atividade pedagógica diretamente ligada à modalidade Educação Profissional e que compõe a história de Brasília, o CIVEBRA (Curso Internacional de Verão da Escola de Música de Brasília), em 2017, realizou sua 38º edição nos períodos entre 9 e 22 de fevereiro, nas dependências do CEP (Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília). Esse evento anual contempla os diversos gêneros e estilos musicais desenvolvidos no Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília – CEP/EMB e envolvem as várias tendências da música, desde o erudito ao popular, passando pelas variações que compõem a arte musical contemporânea. A proposta do CIVEBRA é incluir e qualificar musicalmente crianças a partir de 8 anos de idade, adolescentes, adultos e idosos. O evento é reconhecido internacionalmente como curso de verão de música e acumula a característica de festival devido à série de concertos e apresentações realizadas ao longo de sua realização. É uma atração prestigiada pela comunidade com o diferencial de ser o único totalmente gratuito e que aborda da música erudita ou clássica à chamada música popular.



Orquestra Sinfônica de Brasília durante a abertura do 38º CIVEBRA

DIÁLOGOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO DF: CONSTRUINDO SOLUÇÕES COMPARTILHADAS

O evento "Diálogos sobre a Educação Profissional do DF: Construindo soluções compartilhadas", realizado no auditório do CEP–Escola Técnica de Ceilândia, fez parte das atividades da Semana da Educação Profissional e teve como objetivo promover discussões sobre desafios, perspectivas e políticas públicas no âmbito da SEEDF para oferta de cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada. O evento contou com a presença de gestores dos níveis centrais e intermediários da SEEDF, professores, estudantes e parceiros institucionais de instituições públicas e privadas que atuam na Educação Profissional do DF. Na programação foram apresentadas as seguintes temáticas: formação técnica e o mundo do trabalho; perspectivas para o mundo do trabalho; os desafios da Educação Profissional e a apresentação do Termo de Cooperação Técnica entre o SEBRAE/DF; e a SEEDF com a formação de jovens empreendedores.



Mesa de abertura do evento Diálogos sobre a Educação Profissional no DF



Cartaz do evento Diálogos sobre a Educação Profissional no DF

Cartaz do evento Diálogos sobre a Educação Profissional no DF

SEMINÁRIO "O USO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA EM SEUS TRÊS NÍVEIS"

Por entender que a formação continuada constitui um item fundamental na valorização dos profissionais da educação e um pilar na melhoria da qualidade da educação, a SEEDF realizou um seminário com os gestores das escolas do Distrito Federal que ofertam o Ensino Fundamental, com o tema O uso formativo da Avaliação em seus Três Níveis. O seminário contou com a participação de gestores de escolas que ofertam anos iniciais e/ou finais do Ensino Fundamental.

33ª FEIRA DO LIVRO DE BRASÍLIA

No período compreendido entre os dias 16 e 25 de junho de 2017, com o tema Inclusão e Cidadania, foi realizada a 33ª Feira do Livro de Brasília. Foram disponibilizados espaços à SEEDF para a exposição de projetos escolares relativos à prática de leitura e escrita, tais como produções de texto, saraus poéticos, declamações de poemas, entre outros. Diante disso, as Unidades Escolares que ofertam Educação Profissional foram convidadas a levar seus estudantes e a expor seus trabalhos. Esse espaço foi organizado pela SEEDF, por intermédio da Subsecretaria de Educação Básica e contou com visita das Coordenações Regionais de Ensino e suas unidades escolares e a presença de diversos autores. Essa participação visa ao cumprimento do Programa Nacional do Livro e da Leitura, que prevê a democratização do acesso aos bens culturais, pelos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio de uma programação variada e com autores renomados. Esse evento oferece, ainda, à unidade escolar a oportunidade de comprar livros que estejam voltados aos projetos de leitura e de interesse da comunidade escolar, com recursos do PDAF. No ano de 2017, foram disponibilizados recursos para compra de acervo bibliográfico nos estandes da 33ª Feira do Livro de Brasília pelas unidades escolares. Desse modo, as UEs puderam adquirir livros para compor o acervo da biblioteca escolar

MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com o intuito de assegurar maior eficiência e efetividade às ações desenvolvidas, a Secretaria de Estado de Educação desenvolveu, em 2017, atividades e projetos que conferiram mais agilidade, modernização e controle da utilização dos recursos disponibilizados, quais sejam:

i-EDUCAR

O i-Educar é um software público de gestão escolar que centraliza as informações do sistema educacional, de modo a reduzir a necessidade de uso de papel, a duplicidade de documentos, o tempo de atendimento ao cidadão e a melhoria do trabalho desenvolvido. Nesse sentido, o aperfeiçoamento do software público i-Educar pela SEEDF vem possibilitando maior aporte ao acompanhamento da Rede Público de Ensino, visto que centraliza as informações, diminui a necessidade de uso de papel, a duplicidade de documentos, o tempo de atendimento ao

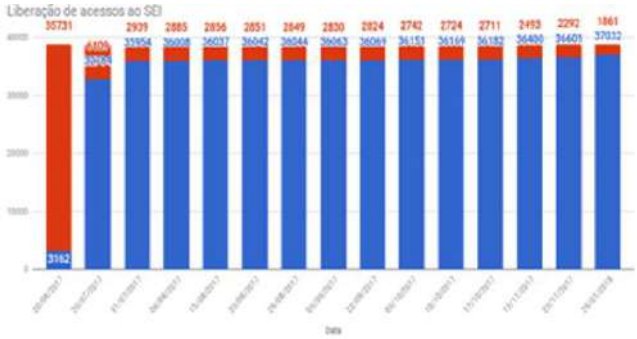
cidadão, além de racionalizar o trabalho do servidor público. Esse software auxilia na gestão das informações educacionais, disponibilizando aos Diretores, ao Secretário de Estado de Educação e ao Governador, informações da Rede Pública de Ensino em tempo real, por meio de um sistema com banco de dados centralizado e totalmente web. Além da matrícula e dos benefícios sociais, o **i-Educar** é utilizado nas escolas para auxiliar na gestão dos recursos da merenda escolar, preenchimento dos dados do censo escolar do Ministério da Educação -MEC, diário dos professores, boletins e históricos escolares, faltas dos alunos, gratificação dos professores, transporte escolar podendo ser ainda acessado por smartphones.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES –SEI

Em 24 de outubro de 2017, a SEEDF fez a "virada de chave" para desenvolver suas atividades processuais via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que é uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos em vários órgãos e entidades das mais variadas esferas administrativas. A adesão ao SEI, no Distrito Federal, é uma iniciativa coordenada pela Secretaria de Estado de Orçamento, Planejamento e Gestão – SEPLAG/DF. Ao longo do ano de 2017, o Comitê Gestor do SEI na SEEDF, juntamente com a EAPE e as CREs, ofertou formação aos servidores da Secretaria de modo a capacitá-los para o uso do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Os dados abaixo apresentam os excelentes resultados alcançados pela SEEDF por meio dos quantitativos de processos desta SEEDF que tramitam agora pelo SEI e do número de liberação de acesso aos servidores desta Secretaria.



Quantidade de Processos SEI



Acesso SEI

PLATAFORMA G-SUÍTE

Em 2017, a SEEDF desenvolveu projeto para implementação das ferramentas do G-Suíte para aperfeiçoamento dos sistemas e auxílio na criação de ferramentas de uso das unidades escolares e administrativas. Nesse sentido, foram efetuadas formatações dos formulários digitais, por meio da plataforma G-Suíte, para estruturar fluxo de informações no âmbito da Secretaria, com vistas à coleta de informações, à formação de banco de dados e à consecução de atividades de controle e ao acompanhamento da construção do Sistema de Acompanhamento Pedagógico - SAP.

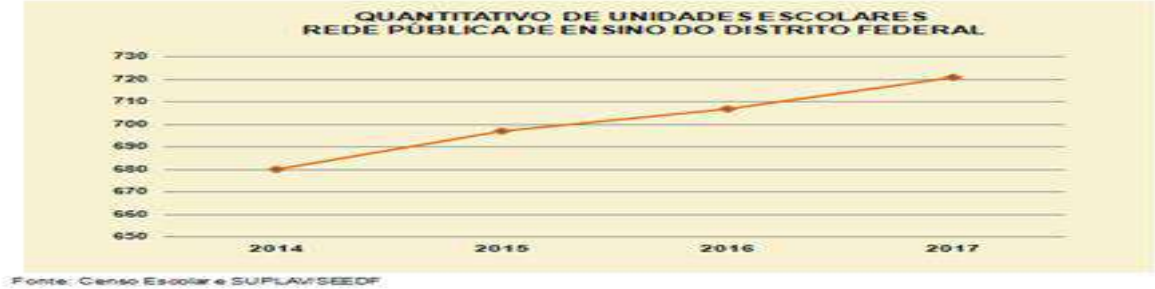
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO – SAP

Em 2017, a SEEDF implantou o Sistema de Acompanhamento Pedagógico – SAP, que tem como objetivo acompanhar as aprendizagens dos estudantes de modo a possibilitar a criação do histórico da aprendizagem do estudante, a constituição do mapeamento da unidade escolar e consequentemente das Unidades de Educação Básica – UNIEBs de cada Coordenação Regional de Ensino – CRE. O SAP é também um excelente instrumento para o acompanhamento pedagógico das aprendizagens dos estudantes que demonstraram não terem avançado ganhos suficientes em suas aprendizagens. Os dados provenientes do SAP

têm sido utilizados para o planejamento de ações pontuais de atuação de forma cooperativa e colaborativa, com vistas a alcançar o sucesso do estudante. O SAP encontra-se em sua primeira fase de implantação por meio da disponibilização em um único sítio (site na web), no qual as unidades escolares, UNIEB e SUBEB têm acesso às principais informações e aos formulários para o acompanhamento pedagógico das unidades escolares.

ESTRUTURA FÍSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

A SEEDF, nos últimos anos, vem investindo fortemente na expansão de sua rede física a fim de atender ao crescimento da demanda, sobretudo, decorrente das novas políticas públicas educacionais preconizadas no PNE e acolhidas pelo PDE, consoante pode ser observado no gráfico abaixo:



Quantitativo de unidades escolares da rede pública de ensino do DF

Em 2017 foram realizadas diversas obras, as quais abrangem construções, ampliações e reformas, assim distribuídas: Construção de CEPI; Reforma e ampliação das cozinhas escolares; Construção de Muros; Construção de Escola Técnica e Construção de Reservatórios.

A seguir serão apresentados os demonstrativos sintéticos das obras realizadas em 2017, com os respectivos valores.

Tabela: Construção de Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI

NOME DA CEPI	METRAGEM DA OBRA*	VALOR DA OBRA	% EXECUTADO
Flamboyant	1.211,92 m²	R$ 2.499.477,76	100,00%
Bem-te-vi**	1.211,92 m²	R$ 2.625.274,93	15,00%
Capim Estrela	1.211,92 m²	R$ 2.701.448,46	100,00%
Periquito**	1.211,92 m²	R$ 2.525.570,55	58,00%
Azulão**	1.211,92 m²	R$ 2.820.537,73	14,45%
Cajuzinho**	1.211,92 m²	R$ 1.026.706,48	11,00%
Araçá-mirim	1.211,92 m²	R$ 2.537.425,28	95,00%
Mandacaru	1.211,92 m²	R$ 2.163.094,97	55,00%
Algodão-do-cerrado	1.211,92 m²	R$ 2.894.082,09	12,00%
Papagaio**	1.211,92 m²	R$ 2.566.592,74	3,00%
Raposa-do-cerrado	1.211,92 m²	R$ 2.756.426,47	9,00%
Brazlândia	1.211,92 m²	R$ 3.050.347,24	41,00%
Samambaia	1.211,92 m²	R$ 2.790.769,83	10,50%

Fonte: SIAE/Coordenação de Obras.

Notas explicativas:

1- Os dados inseridos na Coluna 4, marcada com asterisco *, informam a metragem total da obra construída.

2- A marcação ** indica obras paralisadas com nova licitação em andamento.

Tabela: Reforma e ampliação das cozinhas escolares

NOME DA ESCOLA	METRAGEM DA OBRA	VALOR DA OBRA	% EXECUTADO
Centro de Ensino Médio 03 de Taguatinga	506,86 m²	429.130,29	100%
CENTRO EDUCACIONAL AVE BRANCA	99,02 m²	310.731,70	100%
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 04 DO GUARÁ,	87,63 m²	245.368,39	100%
ESCOLA ENGENHO VELHO - Sobradinho	110,84 m²	121.129,66	100%
CENTRO DE ENSINO MÉDIO 414 DE SAMAMBAIA	149,14 m²	175.312,77	100%
Escola Classe 15 de Ceilândia	97,39m²	257.845,79	100%
Centro de Ensino Fundamental 20 de Ceilândia	69,39 m²	161.385,84	100%
Escola Classe 13 de Ceilândia	124,93m²	197.094,10	100%
Escola Classe 08 – Sudoeste/Octogonal	244,81 m²)	197.047,33	100%
Centro de Ensino Fundamental 02 de Brasília	85,55 m²	145.313,51	100%
Escola Classe 209 de Brasília	69,93 m²	157.437,19	100%
Escola Classe ETA 44 (Embrapa)	194,19 m²	297.864,93	100%
Centro Educacional Lago Norte (Cedlan)	80,84 m²	152.373,93	100%
Centro Educacional Várzeas	249,00 m²	296.004,36	100%
Total	2.169,52 m²	2.946.992,46	

Fonte: SIAE/Coordenação de Infraestrutura.
Notas Explicativas:
Os dados consignados à Coluna 2, metragem da obra.
Os valores demonstrados à Coluna 3 estão expressos em Reais.

Tabela: Construção de Muros

1-NOME DA ESCOLA	2-VALOR DA OBRA	3-% EXECUTADO
CEI 01 DE TAGUATINGA	224.373,12	100,00%
Centro de Ensino Fundamental 11 do Gama	273.802,43	40,00%

Fonte: SIAE/Coordenação de Obras
Nota Explicativa: Os valores consignados à Coluna 2 estão expressos em Reais.

Tabela: Construção de Escola Técnica

1-NOME DA ESCOLA	3-METRAGEM DA OBRA	4-VALOR DA OBRA	5-% EXECUTADO
Escola Técnica - FNDE	5.577,39 m²	11.683.146,29	100%

Notas Explicativas: A obra foi recebida provisoriamente.
O valor consignado na coluna 5, valor da obra, está expresso em Real.

Tabela: Construção de Reservatórios

1-NOME DA ESCOLA	2-VALOR DA OBRA	3-% EXECUTADO
C 27 de Taguatinga	140.079,85	100,00%
CEF 15 de Taguatinga	171.998,15	100,00%
CAIC Santa Paulina	190.752,68	100,00%
CAIC Helena Reis	189.662,46	100,00%
CEF 504 de Samambaia	187.483,09	100,00%
Escola Classe 50 de Taguatinga	176.695,63	100,00%
CEM 01 do Riacho Fundo I	178.184,48	100,00%
TOTAL	R$ 1.234.856,34	100%

Tabela – Síntese das Obras Realizadas em 2017.

QUANTITATIVO DE OBRAS / EXECUTADAS / EM EXECUÇÃO 2017		
AÇÃO	QUANT.	VALOR
CEPI EM EXECUÇÃO	6	R$ 16.192.145,88
REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS SETORES DE ALIMENTAÇÃO	14	R$ 2.946.992,46
CONSTRUÇÃO DE MUROS	2	R$ 498.175,55
CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	7	R$ 1.234.856,34
ESCOLA TÉCNICA	1	R$ 11.683.146,29
OUTRAS OBRAS	1	R$ 157.882,80
TOTAL	31	R$ 32.713.199,32

Nota: Os recursos elencados na Ação 3235 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental – foram executados por meio de descentralização à NOVACAP, a fim de prover a reconstrução da Escola Verde – no Riacho Fundo.





Fotos: Inauguração da Escola Verde



CEPI Jacarandá



CEPI Rosa do Cerrado

ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

SAÚDE DO ESTUDANTE

Com a publicação da Portaria Interministerial nº 1.055, de 25/04/2017 pelos Ministérios da Educação e da Saúde foram redefinidas as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola – PSE por estados, municípios e o Distrito Federal.

Em 2017 a SEEDF intensificou suas ações na área de saúde dos estudantes e, para tanto, no período 07/06 a 27/06/2017, realizou reuniões de sensibilização dos representantes da gestão e dos profissionais da educação e da saúde vinculados às regionais de educação e de saúde para apresentação do Programa e delimitação da estratégia de adesão. Por meio dessas ações, o Distrito Federal alcançou a adesão de 258 unidades escolares vinculadas as 14 CREs, o que representou um aumento em 53% da adesão anteriormente efetuada no ano de 2014, que havia sido apenas de 168 escolas.

A adesão do Distrito Federal ao PSE, bem como a informação sobre o montante de recursos a serem aportados, foram publicados na Portaria nº 2.706, de 18 de outubro de 2017, do Ministério da Saúde.

Especificamente quanto às ações de odontologia preventiva destinadas aos estudantes da Educação Básica (palestras educativas, ensino de técnicas de escovação e aplicação tópica de flúor), foram realizadas as seguintes ações/quantidade de atendimentos em 2017:

Tabela: Ações desenvolvidas pelo Programa de Saúde Escolar no campo da Odontologia Preventiva.

AÇÃO DESENVOLVIDA	ALUNOS ATENDIDOS
Avaliação:	230
Escovação supervisionada:	5.495
Evidenciação de placas:	883
Aplicação tópica de flúor:	1.570
Aplicação de selante:	3

Escovas distribuídas:	1.163
Kits de escovação distribuídos:	340
Palestras e filmes educativos:	438
ATENDIMENTO REALIZADOS	10.122

No campo da odontologia curativa, foram realizadas as seguintes ações/quantidade de atendimentos em 2017:

Tabela: Ações desenvolvidas pelo Programa de Saúde Escolar no campo da Odontologia Curativa

AÇÃO DESENVOLVIDA	ALUNOS ATENDIDOS
Consultas/atendimentos:	981
Restaurações em almálgama de prata	165
Restaurações com resina/ionômero	621
Dentes restaurados:	512
Exodontias:	117
Alunos agendados:	976
Alunos que faltaram:	43
Tratamentos iniciados:	361
Tratamentos completados:	147

No que se refere ao campo da oftalmologia, foram realizadas as seguintes ações/quantidade de atendimentos em 2017:

AÇÃO DESENVOLVIDA	ALUNOS ATENDIDOS
Teste de Acuidade Visual	18.755
Consultas oftalmológicas	2.593
Óculos distribuídos	608
Palestras e filmes educativos	373

Ao longo do ano, por ter sido verificado que muitas crianças estavam sendo encaminhadas para as consultas oftalmológicas no Espaço Saúde do Estudante sem ter realizado previamente o Teste de Acuidade Visual – TAV e que, consequentemente, muitos estudantes consultados não apresentavam qualquer alteração relacionada à visão, foi promovido o Treinamento TAV para 96 profissionais da educação na tentativa de sanar este problema.

Há que se destacar que, para impulsionar as ações de assistência ao estudante na área de saúde do estudante, foram desenvolvidas várias ações intersetoriais, tais como:

- formalização de parceria com o Centro Universitário – UDF para oferta de atendimento odontológico aos estudantes matriculados em unidades escolares localizadas no Plano Piloto;
- parceria com a FIOCRUZ para realização de pesquisa sobre arboviroses junto às unidades escolares da CRE Ceilândia, prevista para ser aplicada em 2018; e
- parceria com a Secretaria de Segurança Pública, dentro do escopo do Projeto Viva Brasília nas Escolas, para articulação e fortalecimento de ações de saúde relativas à prevenção das violências e dos acidentes, bem como à promoção da cultura de paz; e para normatização dos procedimentos para a administração de medicamentos de uso oral, nasal, oftalmológico, otológico, tópico e injetável em estudantes da Rede Pública de Ensino, por profissionais da educação voluntários que sejam treinados pela Secretaria de Saúde.

Em 2017, a fim de realizar o mapeamento das atividades de saúde do estudante, foi disponibilizado formulário eletrônico por meio do qual as unidades de escolares da Rede

Pública de Ensino (somente as que possuem código INEP) poderiam registrar as atividades realizadas no ano de 2017; informar o quantitativo de alunos participantes por modalidade de ensino; o período/data de realização, bem como se houve alguma parceria para a execução das mesmas. Como resultado, foi registrada a participação voluntária de 46,6% (343) das 736 unidades escolares.

BOLETIM SAÚDE DO ESTUDANTE

Nos meses de setembro e novembro/2017, foi publicado o Boletim Saúde do Estudante no sítio eletrônico desta Secretaria. A edição de setembro tratou do vírus HPV e a de outubro/novembro das doenças infecciosas. A edição de setembro também foi impressa e encaminhada aos setores internos da SEEDF e às CREs.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Os objetivos do Programa Nacional de Alimentação no âmbito da Educação e as atribuições dos Estados estão definidos na Lei Federal 11. 947, de 16 de junho de 2009. Destaca-se que a alimentação escolar é um programa suplementar à educação e é composto por ações que visam garantir a oferta de alimentos saudáveis e adequados, além da inclusão de ações de educação alimentar e nutricional para todos os estudantes da Educação Básica, com a participação da comunidade no controle social.

O Programa de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do Distrito Federal – PAE/DF, referendado pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 16 de junho de 2013 e pela Portaria n° 167, de 14 de setembro de 2010, tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo e de ações de educação alimentar e nutricional, de modo a contribuir para a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável e da Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos atendidos nas Instituições de Ensino do Distrito Federal.

O Distrito Federal, entidade executora do Programa Nacional de Alimentação Escolar, por meio da SEEDF, adota a forma de gestão centralizada para execução do Programa de Alimentação Escolar no âmbito do DF. Os gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis foram adquiridos em 2017, por meio de contratos de aquisição de gêneros alimentícios e adesão à atas de registro de preço próprias desta SEEDF e de outros órgãos. Além disso, foram executados dois contratos de prestação de serviços, sendo um para armazenamento dos gêneros alimentícios não perecíveis e outro para transporte dos gêneros alimentícios não perecíveis. A SEEDF teve disponível em 2017 um orçamento total de R$ 76.523.519,80 (setenta e seis milhões quinhentos e vinte e três mil quinhentos e dezenove reais e oitenta centavos) e deste valor foram empenhados o valor total de R$ 76.522.975,00 (setenta e seis milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e setenta e cinco reais), o que representa uma execução de 99%.

Importante destacar que, em vista das políticas públicas desenvolvidas, a compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar vem aumentando ao longo dos anos. Em 2017, foram contratados R$ 6.141.060,30 (seis milhões cento e quarenta e um mil sessenta reais e trinta centavos) da agricultura familiar, sendo um total de sete contratos, com fornecimento em seis Coordenações Regionais de Ensino e fornecimento de vinte e três tipos de frutas e hortaliças.

No ano letivo de 2017, foram servidas 98.900.998 (noventa e oito milhões, novecentas mil, novecentas e noventa e oito) refeições a um total de 4.460.652 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e dois) estudantes.

O PAE/DF tem como diretriz o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive os que necessitam de atenção específica. Segundo as normativas do FNDE e buscando promover uma alimentação escolar saudável, os cardápios deverão oferecer, pelo menos, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) nas refeições ofertadas. No ano 2017, a SEEDF atendeu ao disposto quanto à quantidade dessa oferta de frutas e hortaliças.

O controle de qualidade dos alimentos fornecidos para alimentação escolar foi realizado por meio de supervisão técnica periódica dos nutricionistas, os quais compõem o quadro técnico das instituições de ensino, e que, dentre outras ações, realizou a averiguação pessoal do recebimento, armazenamento, preparo e distribuição das preparações ofertadas nas escolas. Além disso, uma equipe técnica de nutricionistas, ao longo de 2017, realizou todo o controle e monitoramento da qualidade dos alimentos junto aos fornecedores contratados para entrega de gêneros alimentícios. Foram elaborados também documentos técnicos para padronizar as ações de controle de qualidade dos gêneros alimentícios da alimentação escolar.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL-EAN

No ano de 2017, a SEEDF estipulou a realização de três atividades de Educação Alimentar e Nutricional-EAN por trimestre em cada Coordenação Regional de Ensino. Dessa forma, os nutricionistas das Coordenações Regionais de Ensino executaram tais ações seguindo as demandas pontuais das escolas. Assim, os nutricionistas das CREs desenvolvem ações de EAN de tema aberto nas Unidades Escolares, os quais decididos em conjunto com os gestores e corpo docente da escola. Entre os resultados potenciais dessas ações identificam-se a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável.

As atividades de EAN vinculam-se ao Calendário Escolar da Rede Pública de Ensino. A equipe de EAN planeja a ação com a construção de material de apoio educativo que é executado nas UEs de cada CRE pelos nutricionistas e pela comunidade escolar.

Em 2017, essas atividades ocorreram de acordo com os temas:

1ª Semana (20 a 24/03)– Conscientização do Uso Sustentável da Água

2ª Semana (08 a 12/05) – Educação para a Vida

3ª Semana (14 a 18/08) – Patrimônio Cultural da Humanidade

4ª Semana (16 a 20/10) – Alimentação Saudável

Além dessas atividades, em 2017 foram também desenvolvidos os seguintes projetos/ações:

Projeto "Chef e Nutri na Escola"

O Projeto Chef e Nutri na Escola Possui como proposta despertar o interesse dos estudantes do Distrito Federal para o consumo de uma alimentação nutricionalmente adequada, por meio da preparação de refeições saudáveis – espaço gastronomia. Conta com uma equipe transdisciplinar composta por gestores da Unidade Escolar, nutricionista da respectiva

Coordenação Regional de Ensino, Chef de Cozinha ou gastrônomo e cozinheiros da UE, e está voltado a propagar os diversos saberes relacionados à EAN.

Projeto "Alimentação na Educação Infantil - Mais que Cuidar: Educar, Brincar e Interagir":

Este projeto propõe estimular a autonomia alimentar dos estudantes e promover em toda a equipe da Unidade Escolar uma maior conscientização sobre os aspectos sociais e nutricionais que envolvem o momento da refeição. A iniciativa de substituir os utensílios utilizados para servir a alimentação escolar visa também à valorização do momento da refeição e o aumento da autoestima dos estudantes. O autosserviço contribui para esse processo, uma vez que o aluno tem a oportunidade de começar a se ver de forma mais ativa no ato de comer.

O Projeto-Piloto iniciado em 2017 está em fase de avaliação final e, para 2018, espera-se a sua implantação nas outras 69 unidades escolares que ofertam Educação infantil. O Projeto-Piloto abrangeu 10 Unidades Escolares da Educação Infantil, com cinco formações presenciais nas escolas contempladas, incluindo a aquisição dos utensílios de vidro e inox para testes e uso na alimentação escolar. Houve a produção de um guia para direcionar as atividades dos gestores, professores e todos os envolvidos no projeto.

Programa "Nutrisus"

O Ministério da Saúde instituiu uma nova estratégia para a fortificação da alimentação infantil, a partir da introdução da alimentação complementar: NutriSUS. Tal estratégia abrange crianças de 6 a 48 meses, que estão nas creches participantes do Programa Saúde na Escola - PSE e situadas em áreas de vulnerabilidade social. A operação consiste na adição direta de micronutrientes em pó nas refeições salgadas ofertadas para as crianças de 6 meses a 4 anos completos nos Centros de Educação Infantil. As crianças receberão os sachês por um período de 60 dias, com intervalo de três a quatro meses após esse primeiro ciclo. Os sachês compostos por diversos micronutrientes, incluindo o ferro dependem de sua boa aceitação para que haja eficácia.

Em 2017, o programa NutriSuS foi iniciado em duas escolas no DF, com parceria da Secretaria de Saúde do DF e a Universidade de Brasília - UnB. O programa e a pesquisa estão em andamento no atual momento. Foram selecionadas as creches que contemplam a faixa etária definida pelo NutriSuS, em regiões de vulnerabilidade social, situadas na região do Gama e de Taguatinga. Reuniões informativas com o gestores e pais dos alunos foram realizadas com o intuito de promover uma maior adesão ao Programa NutriSuS, assim como treinamentos para os professores e cozinheiros/merendeiros das escolas.

Cozinha Experimental:

Ambiente para o desenvolvimento de diversas atividades técnicas para a melhoria da execução do PAE/DF, tais como testes de aceitabilidade, desenvolvimento de novas preparações, análise de per capitas, porcionamento, dentre outras. Ao longo do ano de 2017, foram testadas e analisadas 41 preparações, além disso, em maio de 2017, foi realizado o Relatório Fotográfico dos per capitas utilizados na alimentação escolar pelo grupo técnico para posterior discussão e devidos ajustes.

Visando otimizar este e outros procedimentos, para execução das visitas de supervisão técnica foi atualizada a Ficha de Supervisão Técnica do Programa de Alimentação Escolar. As supervisões foram realizadas em todas as CREs sob a execução de seus respectivos nutricionistas e o monitoramento pelos orientadores de alimentação escolar. Em relação às inconformidades encontradas nas instituições educacionais supervisionadas, foram identificadas as mais diversas questões presentes na ficha de supervisão que vai desde a

atuação dos manipuladores de alimentos até a gestão do encarregado alimentação escolar. Em relatos de relatórios verifica-se que as inconformidades que necessitavam de correções imediatas foram orientadas pelos nutricionistas no ato da supervisão aos envolvidos da Alimentação Escolar na escola. Tais orientações foram reforçadas quando realizada novas visitas técnicas.

Além da aplicação da Ficha de Supervisão Técnica do Programa de Alimentação Escolar e das orientações dadas pelas nutricionistas, foram desenvolvidas ações de educação alimentar e nutricional, capacitação dos merendeiros e cozinheiros, aplicação de teste de aceitabilidade, acompanhamento e monitoramento da qualidade dos alimentos, entre outras atividades.

A Portaria Conjunta n° 03, de 21 de agosto de 2014 que instituiu o Grupo de Acompanhamento da Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar. Este Grupo é composto por gestores da SEEDF, SEAGRI/DF e EMATER/DF, e são realizadas reuniões periodicamente com o intuito de otimizar a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Assim esta SEEDF entende que o Programa de Alimentação Escolar vem executando seu papel de ser suplementar a Educação e atinge seu objetivo ao atender aos alunos com a oferta de refeições nas escolas, conforme previsto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, durante todos os dias letivos em 2017. Não houve falta de oferta de alimentação.

PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR

A oferta de transporte escolar para os estudantes matriculados em escolas públicas atende orientações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O serviço pode ser requisitado quando não houver linha regular de ônibus na região; no caso de a escola ser interditada por motivo de reforma ou segurança do prédio; e novos núcleos populacionais forem criados. Também pode ser solicitado se houver demanda em locais onde a construção de unidade de ensino não tenha sido aprovada pelos órgãos próprios e, ainda, caso as escolas da região esgotem sua capacidade de absorção.

Os estudantes da Secretaria de Estado de Educação, com idades entre 6 e 17 anos, que estudam a mais de 1km de sua residência e necessitam de transporte escolar contam com este benefício. No caso dos estudantes residentes em áreas rurais, a solicitação do serviço deve ser feita no DFTrans, onde será ofertado o bilhete eletrônico rural que permite a utilização de empresas convencionais de ônibus.

No ano letivo de 2017, foram transportados um total de 62.095 (sessenta e dois mil, noventa e cinco) estudantes.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1501 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM SALAS DE LEITURA OU BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS	50	%	55		60	0	70	80	SUPLAV/ SEDF / UO 18101 / OE 1
Justificativa: 2017 - houve execução do índice por deficiência de recursos orçamentários disponíveis.									
1515 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	4,1	NOTA	-	-	4,8	0	-	5,0	IDEB/INEP/ SEDF / UO 18101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Índice bianual. Será averiguado em 2017. 2017 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017 a divulgação dos resultados finais e microdados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.									
1514 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	5,5	NOTA	-	-	6,0	0	-	6,3	IDEB/INEP/ SEDF / UO 18101 / OE 4

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2016 - Indice bianual. Será averiguado em 2017. 2017 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017 a divulgação dos resultados finais e microdados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.									
1506 - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	17	%	19,5	20	23,5	15,7	28,7	35	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE2
Justificativa: 2016 - Houve uma ampliação em 2016 de 20% de centros de educação infantil e jardins de infância com atendimento em Educação física em relação ao ano anterior. Isso se deu devido o desenvolvimento educação com Movimento que inseriu o professor dessa disciplina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. 2017 - O déficit demanda esforços para a abertura do Projeto em outras unidades e inclusão de professores de educação física. Várias ações não foram realizadas em 2017, prejudicando a mobilização e organização didático-pedagógica do Projeto, tais como: as reuniões ordinárias com os professores e a realização do curso de formação continuada. Entendem-se como motivos dessas ações não terem sido realizadas a falta pessoal e o não atendimento das solicitações de formação.									
1504 - COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL	47072	UNIDADE	51.780		54.134	59.820	56.134	58.842	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
Justificativa: 2017 - Em 2017, a SEEDF aumentou o atendimento de crianças de 0 a 5 anos devido a inauguração de novos CEPIS, por meio da ampliação das parcerias com Instituições Educacionais que ofertam Educação Infantil (Chamamento Público nº 2/2017), e a abertura de mais turmas de educação infantil em unidades escolares da rede.									
1524 - DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.	924	UNIDADE	15.000	-	20.000	16.891	25.000	30.000	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Aplicação Bianual. Portanto será aplicado em 2017 2017 - Avaliação realizada bianualmente. O público-alvo da avaliação foi ampliado para todos os profissionais da educação da Rede Pública do DF. 37 mil links de acesso ao formulário online foram enviados aos e-mails dos servidores da SEEDF lotados nas escolas, Administração da CRE, das Sedes e Bibliotecas.									
1503 - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL	12	%	13,5	8,74	15	13,11	16,5	18	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Houve redução do número de vagas ofertadas em razão de dificuldades com infraestrutura, recursos humanos e alimentação. 2017 - Foi ofertada a política de Educ. em Tempo Integral com orientações de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE, atendendo aproximadamente 57.272 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio. Foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI e o Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, com jornada 10 horas.									
1505 - ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL.	4005	UNIDADE	4.155	5.224	4.305	10.668	4.455	4.606	CEFDESC/SEDF / UO 18101 / OE 2
Justificativa: 2016 - A meta estabelecida foi superada significativamente. O resultado acima da expectativa pode ser explicado pela maior divulgação do projeto em 2016, especialmente nos meios de comunicação de massa. Outro fator importante para o sucesso da meta foi a manutenção do serviço de transporte gratuito para os estudantes da escola pública pois permitiu democratizar a participação dos alunos da rede pública nos jogos escolares. 2017 - Foram, ao todo, 6.363 estudantes a mais do que a meta projetada. O resultado pode ser explicado pelo aumento da divulgação do projeto em 2016, especialmente em meios de comunicação como televisão e rádio, cartazes em todas as CREs e também em redes sociais e no site da SEDF. A realização dos torneios em nível regional incrementou sobremaneira a participação dos estudantes da rede pública de ensino. Outro fator foi a manutenção do transporte gratuito para estudantes da escola pública.									
1525 - ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.	17.285	UNIDADE	100.000	00	150.000	0	200.000	250.000	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
Justificativa: 2016 - A avaliação não foi realizada. Aguardando procedimentos do Grupo de Trabalho do Projeto ConectaDF - Portaria nº16/2017, para realizar a aplicação. 2017 - Avaliação ainda não realizada por dificuldades na organização cadastral dos estudante, cadastro do e-mail.									
1521 - INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.		%	50	75	75	75	100	100	GAVARE/SEDF / UO 18101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Alcançado, contemplando ensino fundamental anos iniciais e finais e ensino médio. Houve também aumento de pessoas na equipe permitindo a melhor construção dos instrumentos. 2017 - Os indicadores específicos referentes à Educação Especial e Educação Profissional ainda não foram produzidos.									
1513 - MÉDIA, NO IDEB, DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	3,6	UNIDADE	-	-	4,4	0	-	4,6	IDEB/ SEDF / UO 18101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Índice bianual. Será averiguado em 2017. 2017 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017 a divulgação dos resultados finais e microdados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.									
1512 - PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.	60	%	63	58,98	67	58,98	71	75	PDE Interativo / Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2016 - Houve redução no número de Unidades Escolares cadastrados em razão do desligamento do programa por parte de algumas dessas Unidades. 2017 - Conforme o PDE prevê o atendimento de no mínimo 7h diárias para ser oferta de Educação Integral, a SEDF fez adesão ao Programa Novo Mais Educação. Em outubro de 2016 foram indicadas 245 unidades escolares na plataforma do SIMEC/PAR para o Programa Novo Mais Educação. Dentre as indicadas cadastraram-se no Programa Novo Mais Educação, através da plataforma do PDDE Interativo, 208 escolas da SEEDF.									
1509 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	250	UNIDADE	250		250	235	250	250	EAPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3
Justificativa: 2017 - O EAPE oferece diversos cursos que preparam o profissional da educação para atuar em escolas de educação integral. Entretanto, o índice alcançado reporta-se ao curso "Formação de professores das Escolas Parque", ofertado exclusivamente para professores da SEEDF em exercício nas Escolas Parque que atendem as Unidades de Ensino que oferecem o regime integral, vinculadas à CREPPC.									
1517 - QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	6.873	UNIDADE	6.358	-	5.843	0	5.328	4.811	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Índice disponível a partir do 5º mês do ano subsequente a coleta da matrícula inicial 2017 - Disponíveis a partir de 5 meses do ano subsequente à coleta da matrícula inicial, conforme cronograma disposto na PORTARIA INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017.									
1510 - TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.		%	50	60	80	80	100	100	SUGEPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3
Justificativa: 2016 - O índice foi superado em razão da gestão ter priorizado os professores, dado a criticidade do sistema e a ampla dedicação da equipe envolvida. 2017 - índice alcançado devido à inclusão do Remanejamento de Professores no Sistema.									
1511 - TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.	70	%	80	90	85	91	95	100	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado de forma exitosa em razão da atuação intensa da equipe no atendimento dos estudantes do ensino fundamental, anos iniciais, finais e ensino médio. 2017 - índice alcançado devido à inclusão da Gestão Democrática, do Módulo Creche, Parecer 171 e integração com DFTRANS.									
1518 - TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.	5,05	%	7,6	3,96	19,9	5,71	33,6	50,0	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Até 2016 a abertura de turmas foi realizada por adesão pelos gestores das unidades escolares praticada como ato discricionário. Posteriormente foi regulamentada pela portaria nº 448/2016 2017 - Baixa adesão das Unidades Escolares de Ensino Fundamental, pelos seguintes motivos: resistência em trabalhar com estudantes em defasagem escolar, escassez de professores com dupla habilitação, não pagamento de horas residuais, falta de espaço físico , não responsabilização dos gestores/professores ao descumprirem as normas/orientações vigentes.									
1519 - TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.	31,77	%	30,09	30,05	28,41	31,09	26,73	25,5	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
Justificativa: 2016 - O índice ficou abaixo por não ter havido implantação do programa de correção de fluxo no ensino médio no biênio 2015/16. Mesmo a Secretaria possuindo orientação pedagógica para a correção idade/série no ensino médio, a implantação é dificultada em razão do estudante em defasagem ser caracterizado por apresentar dois anos de atraso escolar em relação a idade pretendida para o ingresso nessa etapa que é cursada em três anos. 2017 - Os estudantes provenientes do Ensino Fundamental, que já apresentam distorção são matriculados no Ensino Médio. Outro aspecto são índices elevados de reprovação, abandono e a evasão escolar devido à falta de estratégias de ensino e de práticas de avaliação formativa, que somada a fatores pessoais, familiares, econômicos e sociais fazem com que os estudantes não adquiram as aprendizagens necessárias para avançarem.									
1516 - TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	17,79	%	17,3	-	16,9	0	16,4	16	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Índice disponível a partir do 5º mês do ano subsequente a coleta da matrícula inicial 2017 - Disponíveis a partir de 5 meses do ano subsequente à coleta da matrícula inicial, conforme cronograma disposto na PORTARIA INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017.									
1502 - UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	46	%	47	41,45	48	46,53	49	50	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Parte das Unidades Escolares suspenderam a oferta de Educação Integral por falta de repasse de verbas programas federais. Houve também dificuldades com a infraestrutura, recursos humanos, alimentação e transporte. 2017 - Foi ofertada a política de Educ. em Tempo Integral com orientações de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE. Foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI e o Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, com jornada 10 horas. disponibiliza coordenadores pedagógicos para acompanhar a oferta de Educação Integral em cada Unidade Escolar e Educadores Sociais Voluntários.									
1520 - UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E		%	10	30	25	87	50	75	GERADE/SEDF / UO 18101 / OE 5

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.									
Justificativa: 2016 - O índice foi superado em razão da aplicação do simulado a 43 mil estudantes da 3ª série do ensino médio da rede pública e privada e 3º segmento da educação de jovens e adultos. O simulado também foi aplicado para 15 mil estudantes do 1º,3º,6º e 7º anos do ensino fundamental 2017 - No ano de 2017 foi elaborada, organizada e sistematizada a aplicação da Prova Diagnóstica do Ensino Fundamental para todas as unidades escolares de Ensino Fundamental (509 unidades escolares) e a Prova Diagnóstica do Ensino Médio Integral (13 unidades escolares).									
1523 - GESTORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PARTICULAR PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	0	%	50	58,2	55	0	60	70	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do preenchimento do formulário online. 2017 - Avaliação realizada bianualmente, assim no ano de 2017 não houve aplicação. No ano de 2017 foram analisados os resultados de 2016 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta.									
1522 - GESTORES DAS UNID. ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/TOTAL DE UNID. ESCOLARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	80	%	85	97	90	0	95	100	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Houve desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do formulário online. 2017 - Avaliação realizada bianualmente, assim no ano de 2017 não houve aplicação. No ano de 2017 foram analisados os resultados de 2016 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**5.383.161,00**	**44.666.639,00**	**41.359.269,09**	**41.359.269,09**
0006 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SE-DISTRITO FEDERAL	5.383.161,00	36.055.953,00	36.055.953,00	36.055.953,00
0029 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-PAGAMENTO DE PECÚNIA DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-PLANO PILOTO .	0,00	8.610.686,00	5.303.316,09	5.303.316,09
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**20.864.495,00**	**62.068.871,00**	**62.062.099,56**	**61.199.690,29**
0085 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	20.864.495,00	62.068.871,00	62.062.099,56	61.199.690,29
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**26.247.656,00**	**106.735.510,00**	**103.421.368,65**	**102.558.959,38**

O Programa para Operação Especial consiste na concessão de pagamento a servidores da SEEDF relativo a Licenças Prêmio e indenizações.

Em 2017 foram concedidos 530 (quinhentos e trinta) pagamentos para servidores que fizeram jus à Licença Prêmio em pecúnia; 134 (cento e trinta e quatro) pagamentos de ressarcimentos; e 272 (duzentos e setenta e dois) pagamentos relativos a indenizações diversas para os servidores desta Secretaria.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**69.160,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2511 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADE ADMINISTRATIVA - SE-DISTRITO FEDERAL	69.160,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.827.062,00**	**4,49**	**0,00**	**0,00**
0005 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO NA CANDANGOLANDIA-REGIÃO XIX - CANDANGOLÂNDIA	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0007 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO - MUDE-REGIÃO XIX - CANDANGOLÂNDIA	500.000,00	1,00	0,00	0,00
0008 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL-REGIÃO XIX - CANDANGOLÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0012 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO-CANDANGOLÂNDIA	0,00	3,00	0,00	0,00
2514 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-GALPÃO DE MÍDIAS EDUCACIONAIS-DISTRITO FEDERAL	88.531,00	0,00	0,00	0,00
9765 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO DEPÓSITO DE PATRIMÔNIO- SIA	88.531,00	0,00	0,00	0,00
9811 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-MUSEU DA EDUCAÇÃO - SE-CANDANGOLÂNDIA	150.000,00	0,49	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**14.586.002,00**	**10.555.802,00**	**10.403.089,68**	**5.540.704,40**
5293 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-SE-DISTRITO FEDERAL	1.638.065,00	1.171.102,00	1.110.000,00	438.084,39
5294 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	9.056.316,00	6.483.090,00	6.483.089,68	3.745.491,58
5295 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	2.266.649,00	1.543.417,00	1.543.417,00	815.169,19
5296 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-SE-DISTRITO FEDERAL	119.344,00	11.996,00	0,00	0,00
5297 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	160.063,00	364.313,00	364.313,00	73.982,40
5298 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	969.788,00	522.270,00	522.270,00	198.823,66
5299 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	112.943,00	79.066,00	0,00	0,00
5300 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	262.834,00	380.548,00	380.000,00	269.153,18
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**197.034,00**	**108.290,00**	**38.290,00**	**15.858,00**
0039 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	0,00	70.000,00	0,00	0,00
2340 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	97.000,00	22.432,00	22.432,00	0,00
5882 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	100.034,00	15.858,00	15.858,00	15.858,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.656.968,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DA ESCOLA	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
DE MÚSICA-REGIÃO I - PLANO PILOTO .				
9747 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SE-DISTRITO FEDERAL	4.770,00	0,00	0,00	0,00
9773 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - EAPE - SE-DISTRITO FEDERAL	402.250,00	0,00	0,00	0,00
9806 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EDIFÍCIO SEDE II-PLANO PILOTO .	249.948,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.711.222.420,00**	**1.635.414.527,00**	**1.635.360.800,78**	**1.635.360.139,59**
0036 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL - SE-DISTRITO FEDERAL	144.657.378,00	129.657.378,00	129.621.546,72	129.621.546,72
0037 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROF. EM ATIV. ALHEIAS À MAN. E DES. DO ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	28.873.292,00	30.873.292,00	30.860.900,82	30.860.900,82
6977 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1.149.690.948,00	1.056.749.971,00	1.056.744.629,15	1.056.743.967,96
0038 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO -SE-DISTRITO FEDERAL	196.953.837,00	218.195.172,00	218.195.012,28	218.195.012,28
0039 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	7.800.636,00	8.535.874,00	8.535.873,68	8.535.873,68
8842 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	9.310.436,00	10.195.013,00	10.195.012,72	10.195.012,72
8843 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	96.128.869,00	107.145.873,00	107.145.872,50	107.145.872,50
8844 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	29.692.752,00	20.628.732,00	20.628.731,46	20.628.731,46
8845 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	48.114.272,00	53.433.222,00	53.433.221,45	53.433.221,45
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**9.000,00**	**347.655.344,00**	**347.652.343,07**	**347.650.696,07**
3385 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AUXÍLIO SAÚDE - SERVIDORES DA CARREIRA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
5277 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AUXÍLIO SAÚDE (LEI 4862/2012) - SE-DISTRITO FEDERAL	3.000,00	31.879.033,00	31.879.032,32	31.879.032,32
6980 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	3.000,00	315.773.311,00	315.773.310,75	315.771.663,75
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**20.929.320,00**	**16.666.457,00**	**16.307.579,20**	**13.087.081,52**
0036 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SE-DISTRITO FEDERAL	20.814.706,00	16.311.275,00	15.968.824,24	12.748.326,56
9691 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSELHO DE EDUCAÇÃO - SE-DISTRITO FEDERAL	114.614,00	355.182,00	338.754,96	338.754,96
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**6.877.035,00**	**124.146,00**	**123.639,38**	**123.639,38**
2532 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS - SE-DISTRITO FEDERAL	6.877.035,00	124.146,00	123.639,38	123.639,38
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**3.905.482,00**	**1.592.229,00**	**1.592.228,27**	**1.592.228,27**
2576 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	3.905.482,00	1.592.229,00	1.592.228,27	1.592.228,27
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**98.919,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0078 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	98.919,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**1.761.378.402,00**	**2.012.116.799,49**	**2.011.477.970,38**	**2.003.370.347,23**

Informa-se inicialmente que as atividades realizadas com recursos alocados nas ações 1471; 3903; 3678 e 2396 foram devidamente lanças no item 3, a fim de proporcionar maior clareza e entendimento acerca da execução.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A SEEDF, consoante suas competências precípuas, é responsável pela política de formação continuada dos profissionais da educação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O planejamento das ações e dos cursos é desenvolvido em consonância com os Objetivos Estratégicos estabelecidos para a Educação. A formação continuada dos profissionais de educação da SEEDF atende à formação de professores de todas as etapas, modalidades e temáticas especiais de ensino da Educação Básica, bem como de profissionais da Carreira Assistência à Educação e, ainda, oferece formações em parceria com programas do Governo Federal/MEC.

Em 2017, o EAPE foi responsável pela formação de 8.250 (oito mil, duzentos e cinquenta) profissionais inscritos em seus cursos e mais de 650 (seiscentos e cinquenta) profissionais atendidos em cursos em parceria com o Governo Federal.

Além da formação continuada, em 2017, a SEEDF articulou a oferta de vagas para afastamento remunerado para estudos em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado para as Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação do Distrito Federal.

Tabela: Afastamentos Remunerados para estudos concedidos

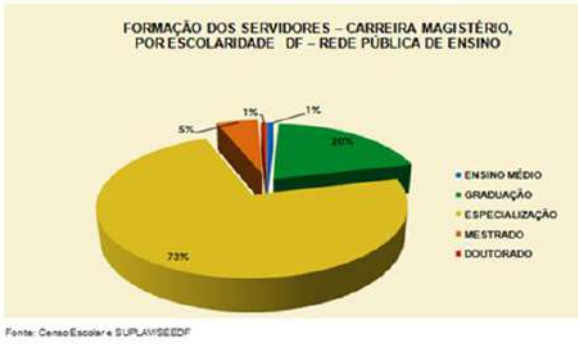
AFASTAMENTO REMUNERADO PARA ESTUDOS	
NÍVEL DO CURSO	QUANTIDADE DE AFASTAMENTOS
Mestrado (Carreira Assistência à Educação)	7
Doutorado (Carreira Assistência à Educação)	1
Mestrado (Carreira Magistério Público)	97
Doutorado (Carreira Magistério Público)	46
TOTAL	151

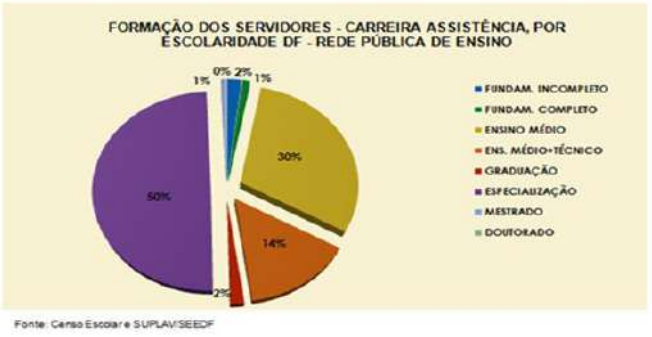
BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS - GRADUAÇÃO	
CARREIRA	QUANTIDADE DE BOLSAS
Magistério Público	68
Assistência à Educação	53
Total	121

BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS - PÓS-GRADUAÇÃO	
CARREIRA	QUANTIDADE DE BOLSAS
Carreiras Magistério Público e Assiste	68

GRÁFICO: Formação de Servidores: Carreira magistério

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal conta com a seguinte formação geral dos servidores das Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação:





PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA – PNEE

Em 2017, a SEEDF estabeleceu parceria junto ao SEBRAE para desenvolver, nos anos de 2018 e 2019, no âmbito da Rede Pública de Ensino, formação de professores da Educação Básica com vistas ao desenvolvimento das capacidades empreendedoras dos estudantes da SEEDF.

CONCURSO PÚBLICO

No ano de 2017, foram realizadas todas as fases do Concurso Público para provimento de 800 (oitocentas) vagas para o cargo de Professor de Educação Básica da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, conforme Lei nº 5.105, de 03 de maio de 2013, mais cadastro de reserva de 1.200 (mil e duzentos) candidatos; e de 370 (trezentos e setenta) vagas para os cargos de Analista, Técnico e Monitor de Gestão Educacional da Carreira Assistência à Educação, conforme Lei nº 5.106, de 03 maio de 2013, mais cadastro de reserva de 530 (quinhentos e trinta) candidatos do quadro de pessoal da SEE/DF.

Ao todo, o referido certame abrangeu um total de 152.111 (cento e cinquenta e dois mil e cento e onze) candidatos inscritos e como instrumentos de avaliação foram efetuadas as seguintes ações:

Elaboração de 38 (trinta e oito) provas objetivas, uma para cada cargo/componente curricular/especialidade, as quais foram compostas por 120 (cento e vinte) itens, sendo 50 itens de conhecimentos básicos e 70 itens de conhecimentos específicos.

Elaboração de 35 (trinta e cinco) provas discursivas, que constituiu na elaboração de texto, com até 30 linhas acerca de matérias constantes dos objetos de avaliação.

Correção total de 3.610 (três mil seiscentas e dez) provas discursivas dos candidatos aprovados nas provas objetivas de acordo com os quantitativos estabelecidos por cargo/componente curricular/especialidade, conforme disposto no edital de abertura, respeitando-se os empates na última posição.

NOMEAÇÃO E POSSE DE SERVIDORES EFETIVOS DA SEEDF

Em 2017, foram empossados 202 (duzentos e dois) professores, conforme demonstrado na tabela

NOMEAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS DAS CARREIRAS MAGISTÉRIO PÚBLICO E ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO			
AVISOS	DODF	NOMEADOS	EMPOSSADOS
Aviso 01/2017 - PROFESSOR	DODF Extra nº 07, de 14/02/2017	212	144
Aviso 02/2017 - PROFESSOR	DODF nº 91, de 15/05/2017	67	49
Aviso 03/2017 - PROFESSOR	DODF nº 196, de 11/10/2017	13	9
Total		292	202

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017 a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal continuou apresentando relevantes avanços quanto à consolidação de ações em direção ao cumprimento das Metas estabelecidas pelo Plano Distrital de Educação - PDE e em consonância com o Programa Temático: Educa Mais Brasília. Com o propósito de viabilizar a consolidação dessas políticas públicas educacionais, esforços diários foram envidados por esta Secretaria na busca da consubstancialização da oferta de uma educação pública, democrática, de qualidade, voltada à formação integral do ser humano para crianças, jovens e adultos do Distrito Federal.

Quanto à primeira etapa da Educação Básica: Educação Infantil, no ano letivo de 2017, o Distrito Federal alcançou o êxito de ser a primeira Unidade da Federação a universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade para todas as famílias do Distrito Federal que buscaram vaga na Rede Pública de Ensino, consoante o preconizado na Meta 1 do Plano Nacional de Educação - PNE e no Plano Distrital de Educação - PDE.

Quanto à segunda etapa da Educação Básica: Ensino Fundamental e ainda em atendimento ao disposto no PNE e mais especificamente à estratégia 2.3 do PDE, a SEEDF intensificou as ações voltadas à universalização da *Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens* na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal de modo a valorizar o conhecimento dos estudantes e enfrentar os índices de retenção e evasão escolar e, sobretudo, de reforçar a importância de se respeitar os caminhos diferenciados da escolarização.

A SEEDF também atuou fortemente na redução da defasagem idade-ano nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino que ofertam Ensino Fundamental por meio da ampliação e do fortalecimento do *Programa Avanço das Aprendizagens Escolares* - PAAE, o qual contou inclusive com parceria com a UNICEF para a formação de professores atuantes nesse programa. Nessa mesma perspectiva, a SEEDF realizou diversas parcerias junto às instâncias dos setores público e privado destinadas a viabilizar o fortalecimento e a expansão da oferta de programas e projetos direcionados à melhoria do processo de ensino aprendizagem em todas as etapas, modalidades e temáticas especiais de ensino da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Quanto às ações voltadas à última etapa da Educação Básica: Ensino Médio, a reorganização dos tempos e dos espaços escolares por meio da Semestralidade, em prol de sua universalização em 2018, recebeu em 2017 a intensificação do monitoramento e do acompanhamento pedagógico das unidades escolares que fizeram adesão à Semestralidade a fim de orientar a comunidade escolar sobre a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade e propor soluções para os desafios encontrados. Em avaliação junto às unidades escolares que ofertam Ensino Médio e ainda com base nos dados anuais, observou-se que as escolas que aderiram à organização pedagógica da Semestralidade obtiveram a

elevação do envolvimento e da motivação dos estudantes, o aumento da taxa de aprovação e a redução do abandono escolar.

Ainda quanto essa etapa do ensino, em 2017 houve também a ampliação da oferta de educação em tempo integral para unidades escolares que ofertam Ensino Médio. Para tanto, foi elaborada proposta de constituição de componentes curriculares eletivos, bem como projetos pedagógicos para subsidiar a implementação de um modelo para essa oferta educacional.

Quanto à modalidade Educação Profissional, no ano de 2017, a fim de garantir formação qualificada de jovens e adultos do Distrito Federal para sua inserção no mundo do trabalho, a SEEDF, em parceria com Ministério da Educação – MEC, via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, ofertou 1.284 vagas em cursos do MedioTec; 85 vagas em cursos técnicos de nível médio; e 7.164 vagas em cursos de formação inicial e continuada.

Ainda quanto essa modalidade de ensino, foram envidados esforços em prol do planejamento e da organização para a inauguração do Centro de Educação Profissional Articulado do Guará - CEPAG, que iniciou suas atividades em 2017 com cursos de Enfermagem e Produção de Moda pelo MedioTec e curso de formação inicial e continuada de Organização de Eventos; enquanto que , em 2018, passará também a ofertar mais 800 vagas cursos técnicos de nível médio em Computação Gráfica e Enfermagem articulado ao Ensino Médio.

Outra relevante ação desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação foi a realização da *1ª Mostra de Robótica do Distrito Federal* com o propósito de incentivar a inovação na construção de tecnologia robótica para além dos robôs seguidores de linha. Os projetos premiados foram também indicados para representar o Distrito Federal no evento nacional em Curitiba, de modo a favorece ainda mais a inovação e a pesquisa por meio da troca de conhecimentos.

Dentre as ações de apoio educacional, foram desenvolvidas ações para manutenção e aperfeiçoamento do transporte escolar, da alimentação escolar, da assistência e da saúde do estudante. Dentre essas, destaca-se o *Projeto Alimentação*, voltado a propagar a importância da educação alimentar e nutricional, bem como diversas outras ações efetuadas em parceria com a Secretaria de Saúde em prol da saúde do estudante.

Quanto ao *Programa de Descentralização Administrativa e Financeira* - PDAF, além do crescimento vertiginoso do repasse orçamentário anual às unidades escolares nos últimos anos, em dezembro de 2017, foi promulgada a Lei nº 6.023, que institui o PDAF e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas coordenações regionais de ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Esse programa orienta-se, sobretudo, pela observação e pela aplicação do princípio da autonomia na gestão escolar, considerando a perspectiva da gestão democrática, e se constitui como mecanismo de descentralização financeira, de caráter complementar e suplementar, destinado a prover recursos às unidades escolares e coordenações regionais de ensino da rede pública de ensino, com vistas a promover sua autonomia para o desenvolvimento de iniciativas destinadas a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da gestão democrática na rede pública do Distrito Federal.

Desse modo, com base no acompanhamento das ações desenvolvidas e considerando as limitações orçamentárias ainda presentes, avalia-se positivamente a execução das políticas públicas educacionais pela Secretaria de Estado de Educação no ano de 2017, visto que houve avanços significativos na implantação e na implementação de ações voltadas à consolidação do proposto no Programa Temático Mais Educação, ao cumprimento das metas definidas no Plano Distrital de Educação e ao atendimento às demais demandas educacional no Distrito Federal.

FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB – UO: 18.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB) é uma fundação pública da administração indireta do Governo do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito público, de caráter educacional, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Tem como finalidade ofertar e manter o ensino superior público do Distrito Federal, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária, promovendo sua inserção regional mediante atuação multicampi e multiespacial, obedecidos aos princípios da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Rege-se pelas seguintes normas:

- Lei de criação: Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013 (DODF nº 157, de 1º/08/2013) – autoriza a criação da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal;
- Decreto de instituição da Fundação: Decreto nº 34.591, de 22 de agosto de 2013 – institui a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB;
- Estatuto: Decreto nº 36.114, de 10 de dezembro de 2014 – aprova o Estatuto da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB;
- Vinculação: Decreto nº 36.839, de 26 de outubro de 2015, (Suplemento-A ao DODF nº 207 de 27/10/2015 e republicado no Suplemento-B ao DODF nº 207 de 27/10/2015) – em conformidade com o artigo 2º, Parágrafo Único, a FUNAB passa a ser vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

São competências da FUNAB:

- Elaborar e executar a política de educação superior pública;
- Manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior pública do Distrito Federal;
- Promover a implantação de unidades e cursos de educação superior pública;
- Expedir normas para o desempenho de suas competências;
- Elaborar sua proposta orçamentária e administrar suas receitas e despesas;
- Firmar convênios, contratos e parcerias voltados à realização de seus objetivos, na forma da lei.

São diretrizes de atuação da FUNAB:

- Manutenção e programação de cursos e outras atividades orientadas, prioritariamente, para as necessidades e os problemas do Distrito Federal e Entorno – RIDE;
- Atendimento prioritário a localidades do Distrito Federal e dos Municípios da RIDE com menor acesso à educação superior pública;
- Integração do ensino superior público com as políticas públicas, programas e ações institucionais desenvolvidos em âmbito locorregionais;

- Fomento à utilização de metodologias de ensino problematizadoras, respeitadas as referências curriculares para cada área profissional;
- Formação profissional baseada em práticas desenvolvidas em ambiente de trabalho;
- Organização administrativa descentralizada, flexível e horizontalizada, observados os referenciais da multiespacialidade.

Os cursos mantidos pela FUNAB serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse da administração pública distrital.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0		
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	1		2
Requisitados de órgãos do GDF	7	0	0	1	8
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0		1
Estagiários					
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	9	0	1	1	11

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO-EM EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	600.000,00	0,00	0,00	0,00
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3189 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0007 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-PRESENCIAL-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
2175 - FOMENTO À PESQUISA	**238.923,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4369 - FOMENTO À PESQUISA-EM EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	238.923,00	0,00	0,00	0,00
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	**280.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	280.000,00	0,00	0,00	0,00
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	**230.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	230.000,00	0,00	0,00	0,00
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	**300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6078 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5817 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5753 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**10.000,00**	**7.500,00**	**5.430,00**	**5.430,00**
8752 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	7.500,00	5.430,00	5.430,00
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	**220.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	220.000,00	0,00	0,00	0,00
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	**350.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5118 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	350.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	**2.778.923,00**	**7.500,00**	**5.430,00**	**5.430,00**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1674 - MATRÍCULA NA EXTENSÃO		UNIDADE	120	72	180	29	300	300	FUNAB / UO 18202 / OE 6
Justificativa: 2016 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de extensão da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta foi parcialmente cumprida com a matrícula de 72 (setenta e dois) cursistas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), Instituto Federal de Brasília (IFB) e Escola Técnica de Saúde de Planaltina, em dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). 2017 - A meta foi parcialmente atingida, tendo em vista a carência de Recursos Humanos e Matérias, que dificultou a implantação das Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros da FUNAB.									
1672 - MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO		UNIDADE	240	0	720	0	1.440	2.400	FUNAB / UO 18202 / OE 6
Justificativa: 2016 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida em razão do não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), devido ao cancelamento do Processo Seletivo Interno Simplificado de profissionais, determinado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 2017 - Devido às restrições impostas pela obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a carência de recursos humanos e materiais atuou como impeditivo para a implantação das Unidades Acadêmicas vinculadas ao parceiros da FUNAB, como SEDF, CBMDF, JBB, EGOV e PCDF, que, após credenciamento, também ofertarão cursos de graduação.									
1675 - MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA		UNIDADE	-	-	1.500	0	3.000	4.500	FUNAB / UO 18202 / OE 6
Justificativa: 2016 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados na graduação - educação à distância da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. Não existe meta estabelecida para o exercício de 2016. 2017 - A meta não foi cumprida em razão dos protocolos exigidos pelo Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, para a oferta de Graduação à Distância, somado a isso a carência de recursos humanos e materiais. Os documentos exigidos encontram-se em fase de elaboração (PDI, PPI e PPC) dos cursos a serem ofertados pelas Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros SEDF, CBMDF, JBB, EGOV e PCDF, para serem apreciados pelo CEDF.									
1673 - MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO		UNIDADE	60	0	120	0	120	120	FUNAB / UO 18202 / OE 6
Justificativa: 2016 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de pós-graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida pois, cursos de pós-graduação, pela legislação atual, só se dão em instituições de ensino superior. Nesse sentido, o não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), também impediu o desenvolvimento da pós-graduação. 2017 - Em função da Legislação Vigente, apenas Instituições de Ensino Superior em funcionamento poderão ofertar cursos de pós-graduação. Assim, como as Unidades Acadêmicas previstas ainda não entraram em funcionamento, a meta não pôde ser atingida.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
6196 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**60.000,00**	**9.498,00**	**9.259,28**	**9.259,28**
9564 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	60.000,00	9.498,00	9.259,28	9.259,28
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
7202 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**130.000,00**	**59.498,00**	**9.259,28**	**9.259,28**

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.050.000,00**	**1.050.000,00**	**890.778,21**	**890.778,21**
8918 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	1.050.000,00	1.050.000,00	890.778,21	890.778,21
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**60.624,00**	**13.055,00**	**11.835,00**	**11.835,00**
9722 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	60.624,00	13.055,00	11.835,00	11.835,00
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.271.639,00**	**46.393,00**	**8.333,21**	**8.333,21**
9803 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	1.271.639,00	46.393,00	8.333,21	8.333,21
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**407.332,00**	**63.508,00**	**0,00**	**0,00**
5873 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	407.332,00	63.508,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5201 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**2.939.595,00**	**1.172.956,00**	**910.946,42**	**910.946,42**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo do ano de 2017, a FUNAB realizou diferentes atividades em âmbito estratégico e pedagógico, de onde destacamos as ações voltadas às parcerias interinstitucionais, com a realização de reuniões técnicas e grupos de trabalho (GT's), e as ações formativas, por meio da oferta de cursos em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

PRINCIPAIS AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Credenciamento da Escola Superior de Gestão (ESG), Instituição Pública de Educação Superior da rede pública de ensino do Distrito Federal, mantida pela FUNAB e autorização da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade presencial pelo Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal nos termos da Portaria nº 405, de 19 de setembro de 2017, publicada no DODF nº 181, de 20/09/2017;
- Consultoria com Professor Dr. Stewart Paul Mennin, docente aposentado da Universidade do Novo México, Albuquerque, EUA e consultor associado da Human Systems Dynamics Institute (HSD) nos dias 9 e 10 de março de 2017. As atividades desenvolvidas abarcaram reuniões internas com a equipe pedagógica da FUNAB visando discutir demandas estratégicas para esta instituição, sendo: desenvolvimento do currículo das Instituições de Ensino Superior mantidas pela FUNAB; construção de um Mestrado Internacional com a Universidade de Masstricht; debate sobre a temática de liderança e complexidade em cenários de incerteza. Para além das reuniões interna, a FUNAB promoveu uma palestra com tema "Aprendizagem Baseada em Problemas – ABP" ministrada pelo Prof. Dr. Stewart Mennin no dia 09 de março com participação dos diversos parceiros institucionais: Escola Técnica de Saúde de Planaltina, Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, Instituto Federal de Brasília;
- Apoio técnico e curadoria literária e musical no "Sarau Cultural no Interior", projeto que visa à valorização da cultura regional, com foco no desenvolvimento da região (um dos vetores do currículo das futuras Instituições de Ensino a serem mantidas pela FUNAB). Este projeto é constituído de quarenta apresentações culturais, em literatura

e música, que, no 1º semestre de 2018, resultarão em quarenta programas audiovisuais de interesse pedagógico para a elaboração dos currículos dos cursos a serem criados pela FUNAB;

- Publicação da Ordem de Serviço Conjunta nº 01, de 31 de outubro de 2017, com vistas à celebração de convênio com o Jardim Botânico de Brasília (JBB) para credenciamento da Escola Superior de Meio Ambiente e Saúde e autorização de funcionamento de cursos de graduação;
- Constituição de parceria com a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC) com vistas à implantação da Escola Superior de Polícia Cidadã e elaboração de projeto específico para criação de curso de especialização lato sensu em Segurança Pública;
- Constituição de parceria com o Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal (CBMDF) com vistas ao credenciamento de uma Escola Superior e autorização de funcionamento de cursos de graduação;

PRINCIPAIS AÇÕES PEDAGÓGICAS

- A partir de parceria com Escola Técnica de Saúde de Planaltina (CEP Saúde),a FUNAB elaborou e realizou 2 (dois) cursos de extensão denominados "Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)". O primeiro curso, realizado no período de 08/02 a 22/02/2017 nas dependências do CEP Saúde de Planaltina, com 18 cursistas formados. O segundo curso, nos mesmos moldes, realizado no período de 27/03 a 07/04/2017, resultou em 11 cursistas formados;
- Participação no III Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nos dias 8, 9 e 10 de novembro. O trabalho "Relato de Experiência: Formação de formadores na perspectiva da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)" foi submetido e aceito no Congresso, sendo fruto da experiência da FUNAB com a utilização das metodologias ativas de ensino aprendizagem;
- Construção técnico-pedagógica dos documentos necessários ao credenciamento de Instituições de Ensino Superior e autorização de funcionamento de cursos de graduação, em consonância com a Resolução nº 1/2012 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), com instituições parceiras CBMDF, JBB e EGOV a fim de construir currículos, de cursos integrados por eles demandados, segundo os princípios da integração ensino-serviço-comunidade, metodologias ativas de ensino aprendizagem e docência-assistência em pequenos grupos, conforme previsão no Plano Distrital de Educação (Lei nº 5.499 de 14/7/2015) - metas 12, 13 e 14 -, que tratam da oferta de educação superior, bem como, ainda, pela diretriz de atuação da FUNAB, conforme inciso IV do art. 4º da Lei Distrital nº 5.141 de 31 de julho de 2013, que institui a FUNAB, que prevê a orientação das ações pedagógicas coordenadas por esta entidade através da utilização de metodologias ativas de ensino, ou problematizadoras;

- Através do Convênio nº 01/2016, firmado com o Instituto Federal de Educação (IFB), elaborou-se o Plano Pedagógico de Curso de especialização em Metodologias Ativas, para docência em Ensino Superior a ser ofertado em parceria com o IFB a partir do primeiro semestre de 2018.
- Apresentação do Projeto de Criação da Universidade do DF (apresentação que ficará registrada em plataforma audiovisual como parte do Sarau Cultural no Interior), na qual debate-se em torno de uma proposta inovadora em educação superior, formulada a partir de quatro vetores: Aprendizagem Baseada em Problema (PBL); Integração Ensino, Serviço e Comunidade (IESC), Habilidade e Atitude (HA) e Desenvolvimento Regional.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Neste item foram inseridos os pontos fracos que interferiram em um melhor desempenho da instituição. Estes pontos, por representarem desvantagens internas, merecem atenção, no sentido de se buscar resoluções para a melhoria dos processos de trabalho e, com efeito, da prestação dos serviços.

O não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), no âmbito da SEDF, bem como a limitação orçamentária imposta devido ao contigenciamento de recursos, impuseram limites importantes para as ações de execução da FUNAB.

Ainda, em seu quadro geral, a FUNAB conta com as seguintes dificuldades:

- Déficit de pessoal: pedagógico e técnico-administrativos;
- Manutenção do bloqueio para nomeação em cargos estratégicos nas áreas meio e fim;
- Estrutura física inadequada para as atividades da mantenedora;
- Estrutura física insuficiente para a realização de cursos de formação docente;
- dentre outras.

FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL – FUNALFA – UO: 18.902

Instituído pela Lei nº 1511/97, o FUNALFA tem os objetivos de prover recursos para dar suporte ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos e de:

I – criar condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;

II – promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou foram excluídos dela;

III – garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

"Não houve Execução Orçamentária e Financeira"

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEB – UO: 18.903

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, desde 29 de fevereiro de 2016, por meio do Decreto nº 37.140, alterado pelo Decreto nº 38.073, de 21 de março de 2017, dispõe sobre sua atual estrutura administrativa, cujas competências das unidades orgânicas e as atribuições dos titulares dos cargos e funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017.

Consoante o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação, esta tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - educação básica: etapas e modalidades;

II - educação superior;

III – apoio ao estudante;

IV- formação e capacitação dos servidores

Conforme o preconizado no art. 2º do Decreto nº 38.361/2017, cabe à Secretaria de Estado de Educação a responsabilidade sobre as políticas públicas educacionais e sobre a administração superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e apresenta ipsis litteris as seguintes competências:

I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;

II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da Educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;

III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;

IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;

V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;

VI – manter, coordenar e supervisionar as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;

VII - criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;

IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;

X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;

XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;

XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;

XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal; e

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Para efetivar a política educacional do Distrito Federal e, sobretudo, ofertar diretamente educação pública por meio da Rede Pública de Ensino, a SEEDF resumidamente dispõe da seguinte estrutura orgânica:

I. Gabinete:

- Assessoria Especial
- Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos
- Assessoria Jurídico-Legislativa
- Assessoria de Comunicação e de Cerimonial
- Ouvidoria
- Unidade de Controle Interno
- Corregedoria de Educação
- Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE

I. Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB
II. Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – SUPLAV
III. Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional – SIAE
IV. Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP
V. Subsecretaria de Administração Geral – SUAG
VI. Subsecretaria de Modernização e Tecnologia – SUMTEC
VII. 14 Coordenações Regionais de Ensino
VIII. 671 Unidades Escolares

Além das instâncias subordinadas, são ainda vinculados à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

I. Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF;

II. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal – CACS/FUNDEB;

III. Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal – CAE/DF; e

IV. Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1.362	8.121	2.137	25.062	36.682
Comissionados sem vínculo efetivo	86	0	0	0	86
Requisitados de órgãos do GDF	7	52	0	5	64
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	18	0	15	34
Estagiários	0	0	0	0	
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	169	0	0	169
Terceirizados (FUNAP)	0	105	0	0	105
Outros - especificar	0	0	0	0	
Subtotal	1.456	8.465	2.137	25.082	37.140
(-) Cedidos para outros órgãos	0	177	0	148	325
Total Geral	1.456	8.288	2.137	24.934	36.815

Estagiários remunerados encaminhados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango - Dados informados pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação/SUPLAV.

Terceirizados (FUNAP) - Dados informados pela Subsecretaria de Administração Geral/SUAG.

Total Geral - Dados computados com valores de referência captados até 31/12/2017.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Conforme delineado no Plano Plurianual 2016/2019, esta Secretaria de Estado de Educação executa ações inseridas em Programas Temáticos. Assim, serão demonstrados os recursos orçamentários e financeiros envolvidos e as ações executadas por esta Pasta a fim de garantir a efetividade da política pública de educação no Distrito Federal.

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	**80.146.648,00**	**80.146.648,00**	**80.146.545,00**	**68.712.852,06**
0002 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	80.146.648,00	80.146.648,00	80.146.545,00	68.712.852,06
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	**14.341.749,00**	**14.341.749,00**	**14.341.749,00**	**10.225.199,62**
3115 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	14.341.749,00	14.341.749,00	14.341.749,00	10.225.199,62
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	**94.488.397,00**	**94.488.397,00**	**94.488.294,00**	**78.938.051,68**

Programa Temático 6221. EDUCA MAIS BRASÍLIA – Ações desenvolvidas

Apresentados os recursos orçamentários e financeiros utilizados no Programa temático 6221 – *Educa Mais Brasília*, demonstraremos a seguir as atividades desenvolvidas neste programa que tem como objetivo proporcionar uma educação pública, democrática e de qualidade, voltada à formação integral do ser humano, com garantia da universalização do acesso à escola e da permanência, com êxito, no processo de ensino-aprendizagem à população do Distrito Federal e, ainda, assegurar a valorização dos profissionais da educação. Para tanto, esta Secretaria de Estado de Educação, no ano de 2017, realizou diversas atividades inseridas em ações/subtítulos, conforme delineado a seguir:

MANUTENÇÃO DO ENSINO

Neste item serão abordadas as ações relacionadas diretamente ao processo ensino-aprendizagem relativo às etapas, às modalidades e às temáticas especiais de ensino da Educação Básica; enquanto que as demais ações, tais como construções e assistência ao estudante, estarão inseridas em itens específicos.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, 1ª etapa da Educação Básica, no ano de 2017, apresentou a seguinte execução dos recursos destinados à sua manutenção:

Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% Execução
183.645.283,00	175.409.465,38	170.703.649,19	97.31%

Como pode ser observado, resta claro que 97,31% (noventa e sete, trinta e um por cento) dos recursos empenhados foram devidamente liquidados ainda em 2017, o que demonstra o alto índice de execução dos recursos disponibilizados a esta Pasta.

Oferta de Vagas

Em primeiro lugar, cumpre notar que ações voltadas à 1ª etapa da Educação Básica: Educação Infantil, foram realizadas visando à ampliação da oferta e à qualidade da educação para as crianças com faixa etária de 0 a 5 anos de idade de todo o Distrito Federal.

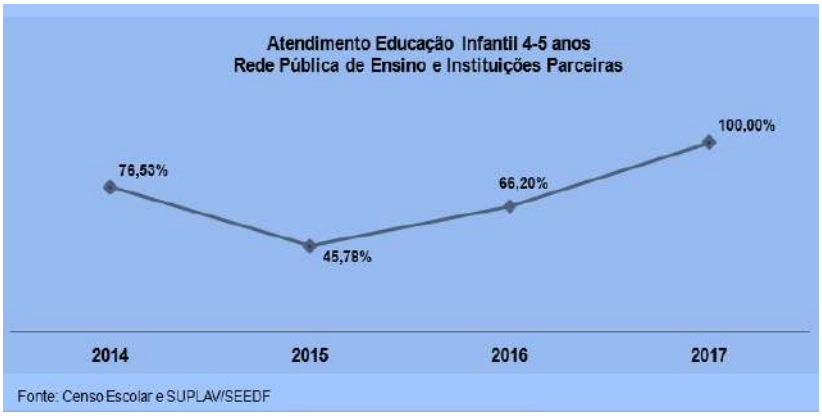
Nesse panorama, o processo educativo da criança respalda-se no entendimento de que ela dispõe de direitos assegurados, dentre outros dispositivos legais, pelo Marco Legal da Primeira Infância - Lei Federal nº 13.257/2016, regulamentada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.118, de 06/04/17 [1].

Com base nessa perspectiva, as unidades escolares que ofertam Educação Infantil desenvolvem as relações e as práticas educativas por meio das interações estabelecidas entre

[1] Institui o Programa Criança Candanga.

adultos e crianças de diferentes idades fundamentadas no cuidar e no educar, e na valorização do brincar como meio de expressão e de crescimento da criança.

Importante destacar que, consoante pode ser observado no Gráfico 2, atendendo ao preconizado na Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE e no Plano Distrital de Educação – PDE, no ano letivo de 2017, **o Distrito Federal alcançou o êxito de ser a primeira Unidade da Federação a universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4**



a 5 anos de idade de todas as famílias do Distrito Federal que buscaram vaga na Rede Pública de Ensino.

Gráfico: Demonstrativo de matrículas de crianças de 4 a 5 anos - Universalização do Atendimento

Em 2017, a Rede Pública de Ensino matriculou 40.715 (quarenta mil, setecentos e quinze)[2] crianças na Pré Escola.[3] Além desses, 6.664 (seis mil, seiscentas e sessenta e quatro) crianças de até 5 anos são atendidas em 49 Centros de Educação de Primeira Infância – CEPIs, os quais são geridos em conjunto com organizações da sociedade civil.[4]

Em relação às matrículas para crianças de 0-3 anos de idade, destaca-se o avanço obtido por meio, inclusive, da superação em 5% (cinco por cento) do previsto na meta estabelecida no Plano Plurianual (PPA).

Neste ponto, conforme pode ser observado no Gráfico 3, se observa que esta Secretaria ampliou a oferta de atendimento direto[5] nesta modalidade em 27,9% (vinte e sete, nove por cento), de modo a também superar o previsto na meta.

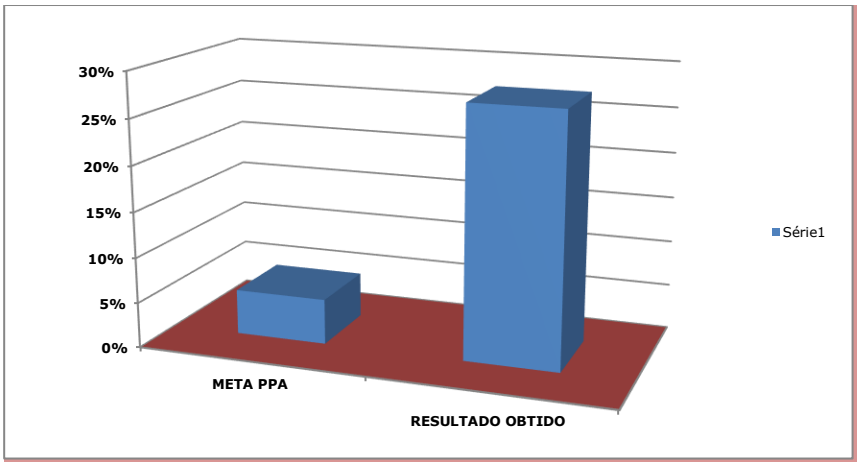


Gráfico: Demonstrativo de Percentual de Aumento de Vagas para Atendimento a Crianças de 0 a 3 anos Oferecidas à População em Relação à Meta Fonte: CENSO ESCOLAR.

[2] Excluem-se as crianças de 0 a 3 anos.
[3] Fonte: Censo Escolar
[4] Conforme informações da Agência Brasília.
[5] Em instituições educacionais geridas diretamente pela SEDF.

Acrescenta-se que o acompanhamento das metas pedagógicas da Educação Infantil junto às parcerias firmadas entre esta SEEDF e às organizações da sociedade civil (OSC) que ofertam Educação Infantil é realizada por servidores devidamente designados a atuarem como gestores pedagógicos das 14 Coordenações Regionais de Ensino, os quais realizam o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas pelas OSC, consoante o estabelecido nos respectivos Planos de Trabalho e nos demais termos firmados entre os partícipes. O atendimento nessas unidades dá-se em período integral de 10 horas, com a oferta de 5 (cinco) refeições diárias e, sobretudo, com atendimento pedagógico de qualidade.

Vale ressaltar que, como instrumento de acompanhamento e avaliação, foi realizada Pesquisa de Satisfação junto aos pais das crianças atendidas nos CEPIs, a qual apontou que 94,3% (noventa e quatro, três por cento) declaram-se satisfeitos com o atendimento recebido por seus filhos.

Projetos Desenvolvidos na Educação Infantil

A seguir serão apresentados os projetos pedagógicos desenvolvidos na Educação Infantil:

NOME	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	DETALHAMENTO
Plenarinha	Aproximar a criança à natureza com o intuito de despertar o interesse de conhecer, usufruir, cuidar e conservar a natureza, a partir de atividades, interações e vivências que incentivam o desenvolvimento da sensibilidade e da construção de uma relação de reciprocidade da criança com o meio ambiente	Unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que ofertam Educação Infantil.	Tema 2017: *Criança na natureza: por um crescimento sustentável*
Alimentação: mais do que cuidar; educar, brincar e interagir	Promover educação alimentar e nutricional como hábito saudável e seguro.	Unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que ofertam Educação Infantil.	As metas atingidas foram: incentivo à autonomia alimentar das crianças; maior conscientização e envolvimento da equipe pedagógica sobre os aspectos sociais, pedagógicos e nutricionais; garantia de uma alimentação mais saudável e com maior segurança e higiene.
1º Prêmio Professores de Educação Infantil do Distrito Federal	Garantir meios e instrumentos de multiplicação dos bons projetos desenvolvidos pelos profissionais de educação da Rede Pública	Professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que atuam na Educação	Foram publicados seis artigos vencedores na *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*.

	de Ensino do Distrito Federal, de modo a valorizar estes profissionais e fortalecer a qualidade da educação". Atender à estratégia 7.29 da Meta 7 do Plano Distrital de Educação	Infantil.	

Tabela: Principais Projetos Pedagógicos Desenvolvidos para a Educação Infantil

ENSINO FUNDAMENTAL

Esta etapa do ensino contou, em 2017, com 279.568 (duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e oito) estudantes matriculados, distribuídos em 11.163 (onze mil, cento e sessenta e três) turmas. Para atender a esses estudantes, a SEEDF intensificou as ações voltadas à universalização da *Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens*, cuja função é direcionar a gestão e a organização da unidade escolar e de seu currículo e, sobretudo, a condução do processo de ensino e aprendizagem alicerçado no objetivo de promover e oportunizar o aprendizado concreto e significativo para todos seus estudantes, por meio da valorização das aprendizagens e do enfrentamento dos índices de retenção e evasão escolar, mediante a viabilização de percursos diferenciados de escolarização.

As ações desenvolvidas pautaram-se nas diretrizes específicas dessa etapa de ensino com vistas ao alcançe das metas estabelecidas nos Planos Distrital e Nacional de Educação.

Neste viés, merecem destaque:

UNIVERSALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO 3º CICLO DE APRENDIZAGEM

Dentre as diversas ações realizadas para que essa política pública educacional fosse efetivada, destaca-se a oferta do curso *Organização Escolar para o 3º Ciclo: Concepções e Práticas,* destinado a todas as unidades escolares que ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental, bem como às Coordenações Regionais de Ensino. Ao todo, foram atendidos mais de 12.000 professores. Essa foi uma ação de grande relevância, especialmente, neste período de universalização da implantação do 3º Ciclo em toda a Rede Pública de Ensino.

PROGRAMA PARA AVANÇO DAS APRENDIZAGENS ESCOLARES – PAAE

A fim de superar o desafio da defasagem idade-ano nas unidades escolares que ofertam essa etapa de ensino, que atualmente abrange cerca de 60 mil estudantes na Rede Pública de Ensino, a SEEDF fortaleceu e ampliou o atendimento desses estudantes pelo *Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares* – PAAE, cuja vigência estabelecida foi de 2016 a 2018.

Outro aspecto relevante desse programa é a formação docente voltada aos professores que atuam no PAAE. No ano de 2017, foram realizadas duas formações continuadas por meio de parceria estabelecida entre a SEEDF, via Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, as quais alcançaram os professores que atuam no PAAE por meio de oficinas pedagógicas do *Projeto Trajetórias Criativas: uma Proposta Metodológica para o Atendimento de Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental*.

PROJETO INTERVINDO NAS APRENDIZAGENS

Entre os anos de 2013 e 2015, a SEEDF realizou estudos baseados nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB referente ao Distrito Federal provenientes da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA; da Prova Brasil; e da Provinha Brasil.

Tais estudos revelaram a diminuição do IDEB relativo a 132 unidades escolares de anos iniciais e 49 de anos finais; e o alto índice de reprovação nas UEs que ofertam os anos finais,

visto que a cada 100 estudantes, em média, 22 encontravam-se no quadro de reprovados. Sem falar em situações verificadas em algumas unidades escolares que apresentaram um percentual de reprovação de seus estudantes superior a 30%.

Por conseguinte, a SEEDF vem intervindo no sentido de alterar esse quadro por meio de medidas destinadas a garantir, não apenas o acesso de todos os estudantes à Educação Básica, mas, sobretudo, a permanência com qualidade referenciada desses sujeitos sociais. Para tanto, foi desenvolvido o projeto *Intervindo para as Aprendizagens*, cuja finalidade foi o acompanhamento do desenvolvimento pedagógico das 70 unidades escolares que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental que apresentaram queda dos seus resultados no IDEB entre 2013 e 2015 e das 70 UEs que possuem índice de reprovação maior ou igual a 15%, nos Anos Finais, de modo a viabilizar reflexões e ações voltadas ao incremento das aprendizagens, consoante proposto pelo Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.

A SEEDF, com o propósito de viabilizar a implantação e a implementação do *Sistema de Avaliação e Monitoramento da Rede Pública de Ensino*, procedeu à aplicação da Prova Diagnóstica para os 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, a qual permitiu a produção de indicadores que revelaram, com base em um determinado período, o nível de desenvolvimento no processo de aprendizagem de cada estudante, de modo a possibilitar aos gestores e aos professores acompanhar o desenvolvimento dos seus estudantes e intervir, por meio de estratégias pedagógicas, em prol da superação das dificuldades de aprendizagem. Assim como também forneceu subsídios para o planejamento da universalização da *Organização Escolar em Ciclos*, e, também, para teste procedimental do componente desempenho escolar do *Sistema Permanente de Avaliação* de forma a corroborar com a política de acompanhamento dessas unidades escolares. Esse instrumento é, portanto, de suma importância para os gestores, os professores, os estudantes, os pais e a comunidade escolar da Rede Pública de Ensino.

A SEEDF realizou mapeamento dos projetos e das ações desenvolvidos nas áreas de ciências da natureza, música e matemática em toda Rede Pública de Ensino com o objetivo de identificar ações passíveis de serem ampliadas ou adaptadas para outras unidades escolares, bem como socializar os projetos e as ações para os professores da Secretaria a fim de promover o intercâmbio de práticas pedagógicas.

Ademais, na perspectiva de fomentar um ensino voltado a estimular a participação ativa do estudante do Ensino Fundamental no processo de aquisição do conhecimento por meio, inclusive, da compreensão de sua realidade individual e da coletividade e, especialmente, da conscientização sobre a importância da autonomia e da solidariedade em suas ações e resoluções quanto aos fatos cotidianos, foram realizadas diversas parcerias entre o setor público e o setor privado, destinados a ofertar às unidades escolares, complementarmente, programas e projetos fortalecedores da prática pedagógica e do processo de ensino aprendizagem.

ENSINO MÉDIO

Com relação à terceira e última etapa da Educação Básica: Ensino Médio, a reorganização dos tempos e dos espaços escolares por meio da Semestralidade vem sendo, desde 2012, paulatinamente implantada nas unidades escolares que ofertam Ensino Médio na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e encontra-se coadunada com o disposto na Estratégia 3.3, da Meta 3, do Plano Distrital de Educação – PDE 2015-2024, que propõe "adotar, após amplo debate democrático com a comunidade escolar, até o terceiro ano de vigência deste Plano, modelo de organização escolar em semestralidade, em substituição ao regime seriado, de modo a enfrentar os índices de reprovação e de percursos diferenciados de escolarização". Neste campo, algumas ações merecem destaque, tendo em vista buscarem o aprimoramento pedagógico da oferta do ensino a 79.197 (setenta e nove mil, cento e noventa e sete)[6] estudantes matriculados em 2017.

[6] Fonte: Censo Escolar.

Ainda quanto à temática voltada à juventude, várias ações transversais da SEEDF foram desenvolvidas, tais como: diálogos sobre Educação Profissional realizado na Escola Técnica de Ceilândia; participação ativa na preparação e atuação no Seminário de Educação Integral; jornada pedagógica da COEJA realizada em Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Paranoá; III Seminário da Eja no Centro de Convenções Ulisses Guimarães; Formação de Rede Colaborativa; Formação do Ensino Médio em tempo Integral realizado nas escolas que aderiram ao projeto; I colóquio de Educação na EJA realizado na EAPE; Ciclo de colóquios sobre pesquisa em Educação Profissional realizado na Universidade de Brasília - UnB; Plenária do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais; e Jornada pedagógica da COETE.

SEMESTRALIDADE

Destaca-se que a Semestralidade apresenta como pressupostos básicos a formação integral dos estudantes e o respeito às condições subjetivas, às experiências e aos saberes dos estudantes. Como sugerido pelo próprio nome, a Semestralidade destina-se à reorganização do trabalho pedagógico tradicionalmente planejado em séries anuais para oferta semestral. As atividades pedagógicas do ano letivo passaram a ser desenvolvidas por meio de uma reorganização em dois semestres e com os componentes curriculares distribuídos em dois blocos, à exceção de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, os quais se encontram presentes nos dois semestres letivos de cada ano.

Dentre as ações de fomento da implantação e da implementação da Semestralidade, esta Secretaria realizou o curso de formação continuada "Concepções e práticas na Semestralidade" para todos os professores de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino, com intuito de formá-los para as práticas pedagógicas condizentes com as diretrizes educacionais dessa organização de ensino. Aspectos como planejamento, execução, acompanhamento e avaliação foram abordados durante esse o curso. No total, foram formados 2.697 (dois mil, seiscentos e noventa e sete) profissionais para atuarem diretamente com essa nova organização pedagógica.



Foto: Palestra durante a imersão do curso Semestralidade (2017) UNIP

Quanto ao monitoramento das ações relativas à Semestralidade, outra importante ação realizada pela SEEDF foi o intensificado acompanhamento pedagógico, realizado pela Subsecretaria de Educação Básica, por meio de visitas planejadas às Unidades Regionais de Educação Básica - UNIEBs e às unidades escolares - UEs das Coordenações Regionais de Ensino - CREs que fizeram adesão à Semestralidade em 2017, a fim de orientar a comunidade escolar sobre a organização do trabalho pedagógico na semestralidade e propor soluções para os desafios presentes e futuros.



Foto: CRE de Brazlândia (2017)



Foto: CRE de Brazlândia (2017)



Foto: CEMI GAMA (2017)



Foto: Formação EAPE (20/12/2017)

Com o foco ainda na Semestralidade, a SEEDF elaborou o *Guia Prático da Semestralidade*, documento de fácil linguagem, cujo objetivo foi esclarecer os principais questionamentos sobre essa organização pedagógica, de modo a apoiar a manutenção dessa organização pedagógica nas unidades escolares que se encontram assim organizadas e dar suporte ao trabalho para implantação naquelas UEs que ainda não estão em organização semestral.



Foto: Guia Prático da Semestralidade

Destaca-se que, nos últimos anos, vêm sendo envidados esforços no sentido de, por meio da Semestralidade, proporcionar a ressignificação dos espaços-tempos escolares associada às aprendizagens significativas e ao respeito dos tempos de aprendizagem dos estudantes; a redução dos elevados índices de reprovação e abandono escolar; e, sobretudo, a consolidação de uma educação emancipatória, por meio de uma sólida formação crítica. Nos últimos dois anos, em paralelo às discussões nacionais relativas ao Novo Ensino Médio e à *Base Nacional Comum da Educação Básica*, diversos espaços de debate e formação sobre o funcionamento da Semestralidade foram amplamente desenvolvidos junto aos estudantes, aos professores, aos

gestores escolares, aos coordenadores pedagógicos, e aos demais membros da Comunidade Escolar das unidades escolares que ofertam Ensino Médio na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Quanto à avaliação do Ensino Médio e da implantação da Semestralidade, dentre as UEs que aderiram à organização pedagógica da Semestralidade, foram atestados o maior envolvimento e a motivação dos estudantes, o aumento da taxa de aprovação e a redução do abandono escolar. Os estudos e as análises dos dados e informações sobre a última etapa da Educação Básica realizados pela SEEDF foram publicados em um artigo na *Revista Com Censo*, no qual se apresenta um panorama das mudanças ocorridas no Ensino Médio desde a sua concepção até os dias atuais. O estudo demonstra como essa etapa da Educação Básica foi sendo reformulada ao longo dos tempos, enfatizando a reforma curricular; o panorama do Ensino Médio do Brasil; o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais no Paraná; o Ensino Semestral na escola Liceu Maracanaú do Ceará e a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade no Distrito Federal. Por fim, ressalta-se que vem sendo efetuada uma importante análise da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade para o Ensino Médio de modo a promover condições de redução dos índices de reprovação e evasão a fim de subsidiar tomadas de decisões para as políticas públicas na área educacional.



Foto: Revista Com Censo

A partir de levantamento sobre os estudantes matriculados no Ensino Médio com idade maior que 18 anos foi possível identificar dados sobre a defasagem idade-série e dar encaminhamento às políticas públicas para atendimento a esses estudantes. Por meio desse estudo, foi observado que as unidades escolares que ofertam Ensino Médio noturno apresentam os maiores desafios com relação à reprovação e ao abandono. Nesse sentido, como ação interventiva, dentre outras ações, foi realizado, junto aos professores, o curso "Concepções e práticas na Semestralidade", que promoveu o estudo das especificidades do turno noturno, os dados apresentados e ações a serem desenvolvidas.

No bojo de uma reforma educacional voltada aos ideais de democratização do ensino para o desenvolvimento de competências individuais e sociais como premissa do trabalho pedagógico, esta Secretaria tem atuado em prol da reformulação que inclua o Ensino Médio noturno e contribua para a consolidação do cenário de mudanças e para o consequente rompimento com as antigas práticas que se mostraram pouco efetivas ao longo do tempo.

Outra ação importante relativamente ao Ensino Médio da Rede Pública de Ensino foi a disponibilização do *Mídia Pedagógica*, instrumento destinado a todas as UEs que ofertam o Ensino Médio. Esse instrumento visa ao acesso às informações relevantes para a atualização do Projeto Político-Pedagógico, à elaboração de estratégias para elevar a qualidade da educação,

ao planejamento de formações durante as coordenações pedagógicas, dentre outras práticas pedagógicas relevantes para o ano letivo.



Foto: Mídia Pedagógica

MEDIOTEC

Com a promulgação da Lei Federal nº 13.415/2017, o Ensino Médio passou a ser regulado nacionalmente com vistas à sua inovação. Para tanto, a melhoria do fluxo, sobretudo, da garantia das aprendizagens passaram a ser o foco principal da reformulação dessa etapa de ensino. Dessa forma, a SEEDF, em conjunto com outras instituições públicas e privadas, vem envidando esforços em prol da consubstancialização dessa inovação do Ensino Médio no Distrito Federal, de modo a tornar essa etapa da Educação Básica mais atrativa para os estudantes e, consequentemente, gerar condições de igualdade e oportunidades com vistas à construção da cidadania e do protagonismo juvenil.

Há que se destacar que a referida Lei apresentou alterações na Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, o que permitiu a organização do Ensino Médio em módulos e por meio de sistema de créditos, com terminalidade específica. Com essas novas possibilidades, a expectativa é que sejam alcançadas melhorias no cotidiano escolar por meio de ações reflexivas e de avaliações sustentadas pela Pedagogia Histórico-Crítica e pela Psicologia Histórico-Cultural, articuladas aos projetos políticos-pedagógicos das unidades escolares.



Foto: Revista COM CENSO



Foto: Fórum estudantes Gama/Santa Maria



Foto: Jornada Pedagógica SUBEB (2017)

Com a ampliação da oferta de educação em tempo integral para unidades escolares que ofertam Ensino Médio, a SEEDF promoveu estudos para iniciar a flexibilização do Ensino Médio nas unidades que aderiram ao programa. Nessa perspectiva, foi elaborada uma proposta de constituição de componentes curriculares eletivos, bem como projetos pedagógicos voltados a subsidiar a implementação de um modelo para as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI.

A flexibilização proposta por meio da reforma do Ensino Médio é uma ação destinada a tornar o ensino adequado para os jovens, consoante seus interesses e necessidades. Dessa forma, em 2017 a SEEDF propôs um cronograma de ações para as discussões e as contribuições no processo coletivo de construção do novo modelo de Ensino Médio para o Distrito Federal.

Além das ações para ampliação da oferta de Ensino Médio Integrado, a SEEDF, em parceria com o Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, ampliou a oferta de cursos técnicos de nível médio aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Essa ação denominada MedioTec tem como objetivo garantir ao estudante a formação qualificada para a inserção no mundo do trabalho.

Em 2017, foram ofertadas 1.364 (mil, trezentas e sessenta e quatro) vagas, sendo 24 (vinte e quatro) cursos presenciais e 4 (quatro) na modalidade educação a distância. As vagas são destinadas aos estudantes regularmente matriculados nas 2ª ou 3ª séries do Ensino Médio na Rede Pública de Ensino, sendo que a prioridade é para aqueles estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e sejam beneficiários do Programa Bolsa Família.

Essa ação contou com suporte de uma plataforma on-line (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf-giyA42kgdhcgAG-eweBR6vnNGOF8lipfkJxH_jgyYQ9S5g/viewform) para a divulgação desse Programa junto às Coordenações Regionais de Ensino e, ainda, para a captação das inscrições dos estudantes interessados. As atividades referentes à divulgação do MedioTec tiveram início em abril de 2017, quando foram traçadas as estratégias e as ações que possibilitassem a ampla divulgação do Programa, as quais levaram ao conhecimento dos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal as orientações necessárias para a realização das inscrições nos cursos ofertados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e pelo Instituto Federal de Brasília – IFB.

CURSOS TÉCNICOS	LOCAL DE OFERTA	CRE
Análises Clínicas	CEP/ETSP	Planaltina
Informática	CEP/ETSP	Planaltina
Eletroeletrônica	ETB	Taguatinga
Manutenção e Suporte em Informática	ETB	Taguatinga
Redes de Computadores	ETB	Taguatinga
Redes de Computadores	CEMI	Gama
Manutenção e Suporte em Informática	CEMI	Gama
Informática	CEMI	Gama

Conservação e Restauro	Museu Vivo da Memória Candanga	---------- --
Produção de Moda	CEPAG	Guará
Enfermagem	CEPAG	Guará
Enfermagem	CEMAB	Taguatinga
Nutrição e Dietética	CEMAB	Taguatinga
Teatro	Faculdade de Artes Dulcina de Moraes	---------- --
Artes Circenses	Faculdade de Artes Dulcina de Moraes	---------- --
Saúde Bucal	CEF Miguel Arcanjo	São Sebastião
Enfermagem	CEF Miguel Arcanjo	São Sebastião
Segurança do Trabalho	CEF Miguel Arcanjo	São Sebastião
Enfermagem	CEM 01	Brazlândia
Saúde Bucal	CEM 01	Brazlândia

Tabela: Cursos Técnicos presenciais ofertados pelo MedioTec em 2017. Fonte: SUBEB/Coordenação de Ensino Médio

Em 2017, foram ofertados os seguintes cursos técnicos em nível médio ofertados na modalidade educação a distância pelo MedioTec:

CURSOS TÉCNICO	POLO	CRE
Informática	ETB	Taguatinga
Programação de Jogos Digitais	CEMI GAMA	Gama
Serviços de Informação em Saúde	ETSP	Planaltina

Tabela: Cursos Técnicos a distância ofertados pelo MedioTec em 2017. Fonte: SUBEB/Coordenação de Ensino Médio

PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR - PROEMI

Outra ação educacional importante voltada à juventude do Distrito Federal é o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, de iniciativa também do Ministério da Educação, tem o objetivo de apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital para o desenvolvimento de propostas curriculares dinâmicas, flexíveis e que atendam às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea. Esse programa do MEC, inaugurado pela Portaria Ministerial nº 971, de 9 de outubro de 2009, disponibilizou recursos, via PDDE/FNDE, diretamente às escolas públicas de Ensino Médio das Unidades da Federação que, por meio de suas Secretarias Estaduais de Educação, aderiram ao programa. Há que se destacar que esse Programa promoveu inclusive alterações na LDB, por meio da Medida Provisória – MP n° 746/2016 (Lei n° 13.415/2017), de modo a se consolidar como um instrumento de fortalecimento das escolas de ensino médio em tempo integral e, sobretudo, de reflexão sobre as possibilidades de construção de propostas pedagógicas para essa etapa do ensino por meio de diferentes abordagens. A inscrição das escolas interessadas em aderir ao programa foi feita pelo sistema PDDE Interativo, no qual os gestores fizeram o preenchimento de 100% do diagnóstico de suas unidades escolares para posterior cadastramento da Proposta de Redesenho Curricular - PRC, que foi desenvolvida com a participação ativa da comunidade escolar e em consonância com o Projeto Político Pedagógico da respectiva unidade escolar.

Em outubro de 2016, a SEEDF aderiu à edição ProEMI 2016-2017, regida pela Resolução FNDE nº 4, de 25 de outubro de 2016, e que foi executada ao longo do ano letivo de 2017. A SEEDF selecionou as escolas para aderirem ao ProEMI com base nos seguintes critérios: escolas que receberam em 2014 recursos desse Programa ou que apresentaram indicador de nível socioeconômico baixo ou muito baixo, consoante os dados do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A SEEDF acompanhou e orientou as unidades escolares na elaboração das PRCs e no preenchimento da plataforma por meio da formação direta dos gestores escolares, dos articuladores do Programa nas unidades escolares e dos coordenadores intermediários das CRE/UNIEB. Nessa formação foi destacado que a PRC deve estar em consonância com o Plano de Atendimento Global, com o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, bem como com os pressupostos teóricos da SEEDF; e, ainda, que a proposta é uma construção coletiva de professores, gestores, estudantes e comunidade, que coletivamente devem definir os conhecimentos e as práticas relevantes no currículo a fim de organizar e definir conteúdos, metodologias e recursos necessários para o desenvolvimento das atividades nos diferentes Campos de Integração Curricular.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADO DO GUARÁ – PROFESSORA TERESA ONDINA MATESE - CEPAG

Outra ação da SEEDF em prol da juventude do Distrito Federal foi a inauguração do Centro de Educação Profissional Articulado do Guará - Professora Teresa Ondina Maltese – CEPAG, que iniciou suas atividades em 2017 com a oferta de 4 turma de Enfermagem (total de160 estudantes) e 1 turma de Produção de Moda (total de 40 estudantes) pelo MedioTec e curso de formação inicial e continuada de Organização de Eventos; e que, em 2018, passará também a ofertar mais 800 vagas cursos técnicos de nível médio em Computação Gráfica e Enfermagem articulado ao Ensino Médio.

Rememora-se que essa unidade escolar foi a primeira a ser inaugurada no Distrito Federal como parceira do *Programa Brasil Profissionalizado*, visto que, em atendimento ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, foi formalizado o Convênio nº 701593/2011, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação - FNDE e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, objetivando a construção de 04 Centros de Educação Profissional: Escolas Técnicas do Guará, Brazlândia, Santa Maria e Paranoá.





Foto: Entrada principal e do auditório do CEPAG





Foto: Dependências do CEPAG

A oferta integrada da Educação profissional é um grande desafio e ao mesmo tempo uma grande motivação para SEEDF, esta ação está prevista no Plano Nacional de Educação - PNE e no Plano Distrital de Educação – PDE. Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se a elaboração e publicação do documento *Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a educação de Jovens e Adultos*, na perspectiva de subsidiar o fluxo da demanda da oferta integrada, a sua organização e o acompanhamento, com vistas a viabilizar a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e com a Educação de Jovens e Adultos – 3º segmento.

Com o objetivo de estabelecer parâmetros oficiais e normativos, no âmbito da SEEDF, para a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC a serem seguidos por todas as unidades escolares que ofertam cursos nessa modalidade, foi publicada Portaria 193, de 28/04/2017, que regulamenta as orientações pedagógicas e procedimentos normativos para a estruturação e oferta de cursos de FIC, nas modalidades presencial e Educação a Distância, em conformidade com a legislação vigente que estabelece normas para a Educação Profissional - EP. Com essa Portaria, todas as UEs que ofertam FIC passaram a dispor de instrumento normativo para construção e submissão de seus Planos de Curso, de modo a agilizar o processo de análise a aprovação e, portanto, o atendimento às demandas da população interessada.

Ao aderir à estratégia do MEC, no âmbito do Pronatec, denominada MedioTec, a SEEDF obteve a possibilidade de implantar mais de 30 novos cursos, dirigidos a estudantes do ensino médio da Rede Pública de Ensino. A partir dessa definição, a Secretaria analisou, revisou seus planos cursos considerando o mapeamento das demandas do mundo do trabalho e da organização do setor produtivo, por meio de dados sobre as oportunidades reais de inserção e as aptidões formativas necessárias para atendê-las. Após as devidas adequações, os Planos foram encaminhados ao Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, que por meio do Parecer CEDF nº 117/2017, aprovou os seguintes cursos Técnicos de Nível Médio: Agente Comunitário de Saúde; Aquicultura; Artes Circenses; Biocombustíveis; Canto; Cenografia; Cervejaria; Composição e Arranjo; Confeitaria; Conservação e Restauro; Cuidados de Idosos; Dança; Design de Joias; Design de Móveis; Eletroeletrônica; Eventos; Fabricação de Instrumentos Musicais; Guia de Turismo; Informática; Laboratório de Ciências da Natureza; Ludoteca; Manutenção e Suporte em Informática; Modelagem do Vestuário; Museologia; Panificação; Processos Fonográficos; Produção de Áudio e Vídeo; Produção de Moda; Redes de Computadores; Teatro; Vestuário; e Viticultura e Enologia.

Após a aprovação pelo CEDF, houve intensa negociação e verificação de demanda junto às Unidades Escolares para sua implantação, a qual resultou na oferta ainda em 2017 dos seguintes cursos Técnicos de Nível Médio: Artes Circenses; Conservação e Restauro; Eletroeletrônica; Informática; Manutenção e Suporte em Informática; Produção de Moda; Redes de Computadores; e Teatro.

O ingresso de estudantes nos Centros de Educação Profissional, nos Centros de Ensino Médio integrados à Educação Profissional e nas demais Unidades Escolares que ofertam Educação Profissional, em vista da grande demanda, são feitos por meio de processos seletivos regidos por Editais próprio devidamente publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, os quais podem ser semestrais ou anuais, de acordo com o Plano de Curso de cada Unidade Escolar. Em 2017, a maior parte das UEs que ofertam Educação Profissional passaram a adotar o sistema eletrônico de inscrições em seus Processos Seletivos.

Com o objetivo de ampliar as discussões e construir conhecimentos sobre a Educação Profissional, houve participação da Diretoria de Educação Profissional na elaboração de artigos científicos e resenhas sobre diferentes temas, os quais foram publicados na Revista *Com Censo* e em livros. Entre as publicações encaminhadas para a referida Revista constam os artigos: "Os Jovens do Ensino Médio: a opção profissional pela docência"; "Processo Pedagógico - Do

Planejamento ao Plano de Curso"; e "Utilização de Metodologias Ativas em Curso Técnico em Enfermagem: Relato e Desafios"; bem como a resenha "*Diálogos com quem faz: tendências da Educação Profissional em países participantes da WorldSkills"* (SENAI/Brasília – 2015).

No 1º semestre de 2017, foi idealizada a pesquisa de Educação Profissional, por meio de questionário *online*, com o objetivo de avaliar o nível de percepção social, apontar o interesse dos estudantes pela Educação Profissional e identificar a área de interesse para subsidiar a melhoria da oferta de novos cursos técnicos. Os dados da pesquisa serão utilizados para apoiar o planejamento de ações que visam ao cumprimento da Meta 11 do Plano Distrital de Educação – PDE, a qual prevê que, até 2024, sejam triplicadas as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de modo a assegurar a expansão com qualidade da oferta em, pelo menos, 75% da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

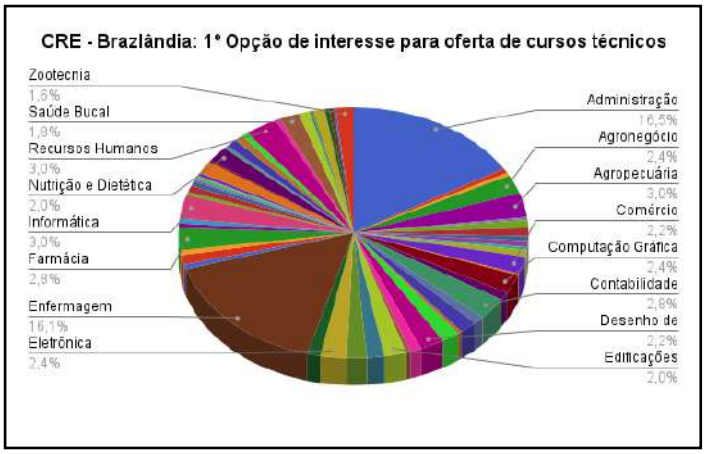


Foto: Exemplo de gráfico obtido a partir dos dados coletados por meio do Questionário *Online* de Pesquisa de Interesse Profissional

A SEEDF também realizou ações para ampliação e a pactuação de novas ofertas de cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada com a implementação de 23 cursos do MédioTec. A seguir, são informados os cursos ofertados com os respectivos quantitativos de estudantes atendidos no ano de 2017:

- Cursos de Formação Inicial e Continuada: 7.332 estudantes;
- Cursos Técnicos de Nível (MédioTec): 1.364 estudantes;
- Cursos Técnicos de Nível Médio: 1.578 estudantes;
- Cursos Técnicos de Nível Médio (Profuncionário): 169 estudantes;
- Cursos Técnicos de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada (Mulheres mil): 1.141 estudantes.

Toda execução foi planejada a partir da demanda surgida ao longo do ano de 2016 e foram ofertados cursos Técnicos nas Unidades de Ensino: Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Saúde de Planaltina – CEP_ETSP; Centro de Ensino Médio Integrado do Gama - CEMI-Gama e Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Brasília – CEP-ETB. Além dos cursos ofertados nessas unidades, foram também ofertados cursos nas seguintes unidades remotas vinculadas a elas: CEF Miguel Arcanjo (São Sebastião); Centro de Ensino Médio 01 (Brazlândia); Centro de Educação Profissional Articulado do Guará – CEPAG (Guará); Centro de Ensino Médio Ave Branca – CEMAB (Taguatinga); Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul – CESAS (Plano Piloto) e Faculdade Dulcina e Hospital das Forças Armadas – HFA; além dos Cursos de Formação Inicial e continuada- FIC em várias Unidades Remotas em todo o Distrito Federal.



Foto: Aulas do *Profuncionário* no Polo do Recanto das Emas



Foto: Aulas do *Profuncionário* no Polo de Sobradinho



Foto: Aula prática de Corte e Costura – *Mulheres Mil*



Foto: Formatura do Programa *Mulheres Mil*



Foto: Aula prática de Agente de Alimentação Escolar no FIC/EJA



Foto: Atividade para os estudantes do FIC

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos atuou em 2017 com um total de 1.256 (Hum mil, duzentas e cinquenta e seis) turmas nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino de modo a atender um universo 51.004 (cinco mil e quatro) de jovens e adultos matriculados [7].

Essa modalidade de ensino, ao longo de 2017, atuou diretamente nas seguintes ações/programas:

DF ALFABETIZADO

Dentre as ações destinas à juventude e aos adultos do Distrito Federal, destacam-se também aquelas destinadas aos que participaram em 2017 da 5ª edição do *Programa DF Alfabetizado*. Nesse sentido, após a adesão a essa edição do programa em março de 2017, a SEEDF realizou a elaboração do edital para ingresso de voluntários ao Programa, acompanhamento do processo seletivo junto às Coordenações Regionais de Ensino, o desenvolvimento do curso de formação inicial (40 horas) e a gestão de pagamento bolsas durante a vigência do ciclo (08 meses). Para a 5ª edição foram ofertadas 800 (oitocentas) vagas ao Distrito Federal, cujas aulas foram iniciadas entre os meses de julho e agosto de 2017, sendo

[7] Fonte: Censo Escolar.

previsto o encerramento para o período de março a abril de 2018. Desse modo, o levantamento de dados e a avaliação dos resultados sobre o quantitativo de alfabetizados e de matriculados no primeiro segmento da EJA somente poderá ser realizado ao término do período de realização da edição vigente. O processo de formação inicial ocorreu em março de 2017, tendo como objetivo empoderar os coordenadores e alfabetizadores quanto aos processos de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática. Participaram deste processo de formação 305 (trezentos e cinco) professores e coordenadores das CREs, além dos coordenadores e alfabetizadores voluntários do programa.



Foto: Formação continuada no Programa DF Alfabetizado

ENCONTROS PEDAGÓGICOS

Durante o ano, atendendo à necessidade de ampliação da formação continuada de professores que atuam na modalidade de educação de jovens e adultos, foram realizados quatro encontros pedagógicos e um curso, destinados a aproximadamente mil professores, conforme descrito a seguir:

II Seminário - Letramentos na EJA: o caráter crítico reflexivo da prática docente. Público Alvo: professores, pesquisadores e comunidade escolar. Número de participantes: 185. Objetivo: promover um momento de reflexão sobre as práticas educativas realizadas na EJA, como forma de ressignificar os itinerários de aprendizagem na perspectiva de uma pedagogia que almeja a autonomia dos sujeitos da EJA.

I Simpósio da Educação de Jovens e Adultos: um diálogo entre a Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos. Público alvo: professores, pesquisadores e comunidade escolar. Número de participantes: 200 (duzentos). Objetivo: reunir professores, pesquisadores, estudantes de licenciaturas e demais interessados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos a fim de ressignificar a EJA a partir da Educação Popular.

III Seminário da EJA - A Educação no Pensamento de Paulo Freire: cenários, buscas e desafios. Público Alvo: professores, pesquisadores e comunidade escolar. Número de participantes: 365 (trezentos e sessenta e cinco). Objetivo: refletir sobre o pensamento educacional de Paulo Freire e suas contribuições para a prática docente na educação de jovens e adultos, compartilhando experiências docentes na EJA da Rede Pública de Ensino do DF. Este evento contou com recursos da FAPDF.

I Colóquio de Educação na EJA: caminhos para uma práxis transformadora no DF. Público Alvo: professores, pesquisadores e comunidade escolar. Número de participantes: 120 (cento e vinte). Objetivo: dar visibilidade às pesquisas em

Educação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos bem como reunir os professores na explanação e discussão de pesquisas realizadas que contribuam com a formação continuada dos professores da Rede Pública e Privada do Distrito Federal e entorno.

O Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE também participou ativamente da divulgação e da captação de professores para o Curso para o atendimento à EJA Interventiva. Essas atividades de formação continuada foram exitosas, sendo avaliadas positivamente pelos professores participantes e pesquisadores convidados. Permitiram o debate e a reflexão das práticas pedagógicas e a ressignificação da experiência docente na Educação de Jovens e Adultos.

REFORMULAÇÃO DAS *DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA*

A Secretaria de Estado de Educação, por meio de suas unidades técnicas, em agosto de 2017, iniciou o processo de discussão destinado a propor a reorganização estrutural, política e pedagógica para a oferta da EJA e a elaborar propostas que subsidiaram a reformulação das *Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos,* destinado a nortear as formas de organização e oferta da modalidade na Rede Pública de Educação Básica do Distrito Federal.

Para a validação desse documento, foram realizadas quatro Plenárias Regionais com a participação de aproximadamente 200 representantes da comunidade escolar e uma Plenária Distrital com a participação de 185 representantes da comunidade escolar. O documento teve ainda a contribuição dos representantes da Educação Popular, Educação do Campo, Educação à Distância, Educação Profissional, EAPE, Sindicato dos Professores – SINPRO, Universidade de Brasília – UnB. O processo ainda contou com a Consulta Pública, divulgada no site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do SINPRO. Esse instrumento contou com a participação de 50% (cinquenta por cento) de professores; 27% (vinte e sete por cento) de estudantes; 9,5% (nove e meio por cento) de gestores; 5% (cinco por cento) pesquisadores; e 3% (três por cento) de alfabetizadores populares. Os demais 5,5% corresponderam a orientadores educacionais, supervisores, membros da sociedade civil, coordenadores e interessados. A representatividade abarcou 30,4% dos segundo e terceiro segmentos; 20,3% na EJA Integrada à Educação Profissional; 21,7% na EJA à Distância; 17,4% no primeiro segmento; e 2,6% na Educação Especial e Educação no Sistema Prisional. Como resultado, obtivemos contribuições significativas nos eixos da Integração da EJA à Educação Profissional, no atendimento da Educação Especial na EJA, nas adequações e matrizes curriculares, no fomento às parcerias com a Secretaria de Saúde, nas avaliações, coordenação pedagógica, TICs e metodologias ativas.



Foto: Plenária Distrital

Ainda quanto à oferta pela SEEDF da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA destinada aos jovens, adultos e idosos trabalhadores ou não; às pessoas em privação de liberdade (CED 01 de Brasília – CRE-PP); à população de rua (Escola Meninas e Meninos do Parque – CRE-PP); e à educação do campo, destaca-se que, segundo dados do Censo Escolar, o número de matrículas na EJA, no primeiro segmento, vem aumentando nos últimos anos: em 2015 a EJA no DF atendeu a 5.688 (cinco mil, seiscentos e oitenta e oito) estudantes; enquanto que, em 2017, 6.060 (seis mil, sessenta) estudantes foram matriculados.

No Plano Distrital de Educação está previsto em sua Meta 9 "Constituir na rede pública de ensino condições para que 75% (setenta e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos sejam ofertadas aos trabalhadores, na forma integrada à educação profissional, nas etapas de ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e médio (3º segmento) em relação à demanda social, sendo 25% 9vinte e cinco por cento) a cada três anos no período de vigência deste Plano." (Plano Distrital de Educação 2015-2024).

Em 2016 foi iniciado um projeto–piloto que contemplou a inserção de qualificação profissional articulada/integrada com a EJA, por meio dos cursos de FIC, via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com carga horária de 160 (cento e sessenta) horas, ofertados em unidades escolares da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho. Foram inicialmente garantidas vagas para 450 (quatrocentos e cinquenta) estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º Segmentos da EJA regular e da a EJA Interventiva. Por meio desse projeto, portanto, foi ofertada Educação Profissional integrada à EJA, por meio dos cursos FICs de 160 (cento e sessenta) horas em Sobradinho, para 360 (trezentos e sessenta) estudantes da EJA regular e para 90 (noventa) estudantes na EJA Interventiva.

A oferta dos cursos FIC articulados/integrados à EJA trouxe impacto positivo à prática docente e à frequência dos estudantes da EJA. Sendo assim, foi possível expandir a oferta da Educação Profissional e Técnica do projeto-piloto em Sobradinho para outras Coordenações Regionais de Ensino, sendo ofertadas 834 (oitocentos e trinta e quatro) vagas em seis CREs no primeiro semestre letivo de 2017. Diante do êxito dessa prática, no segundo semestre letivo de 2017, ampliou-se, novamente, a oferta de vagas foi ampliada para aproximadamente 2.000 (duas mil) vagas da Educação Profissional articulada integrada à Educação de Jovens e Adultos, por meio dos cursos FICs de 160 horas/Pronatec, em toda a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Importante destacar que a diversidade na EJA ocasiona especificidades e alguns desafios, tais como: as turmas no campo e as turmas multietapas; a dificuldade de alguns professores em trabalhar com jovens e adultos em processo de alfabetização; a histórica alta taxa de estudantes não aptos no 1º Segmento aliada à baixa frequência de estudantes, dente outros.

Contudo, apesar das dificuldades apresentadas, foram relatados na avaliação dessas turmas EJA-FIC casos de melhoria na autoestima dos estudantes e aumento da frequência dos estudantes, o que ocasionou inclusive a ampliação da oferta da EJA para 2° Segmento em UEs em que anteriormente atendiam apenas turmas de 1º com EJA-FIC, visto que houve o aumento do interesse dos estudantes pelos estudos.

Em relação à oferta da educação nos estabelecimentos penais, por meio de informações coletadas no Centro Educacional 01de Brasília (CED 01 de Brasília), foi possível rever o formato desta oferta no contexto da reformulação das Diretrizes Operacionais da EJA e planejar a oferta integrada à Educação Profissional, sendo implantado no sistema prisional feminino, por meio de uma ação intersetorial com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP e o Programa Nacional Mulheres Mil, do Pronatec/MEC. A parceria com a FUNAP viabilizou 03 (três) laboratórios de informática no CED 01 de Brasília no Sistema Prisional, sendo que os estudantes são certificados pela FUNAP. Desta forma, das 14 (catorze) ações executadas, 08 (oito) são realizadas por esta Secretaria, 04 (quatro) pela Secretaria de Segurança pública e 02 (duas) pela FUNAP.

TIPO DE ATENDIMENTO	PARCEIRO QUE EXECUTA O ATENDIMENTO
Atendimento pedagógico	SEE/DF
Atendimento por coordenação pedagógica	SEE/DF
Atendimento de orientação pedagógica	SEE/DF
Atendimento por equipe especializada e/ou sala de recursos	SEE/DF
Atendimento escolar a estudantes com necessidades especiais	SEE/DF
Atendimento escolar em LIBRAS	SEE/DF
Atendimento escolar a alunos estrangeiros	SEE/DF
Alimentação escolar	SEE/DF
Atendimento em saúde	SSP/DF
Atendimento psicológico	SSP/DF
Atendimento psiquiátrico e neurológico	SSP/DF
Especialidade em dependência química	SSP/DF
Mulheres Mil	FUNAP
03 Laboratórios de informática	FUNAP

Tabela: Demonstrativo de parceria na Educação Prisional. Fonte: CED-01 de Brasília/ CRE-PP (2017)

Nesse contexto, o CED 01 de Brasília ofertou os seguintes cursos por meio de projetos aprovados pela SEEDF e previstos pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola: Informática, Música e Teatro.

Destaca-se que a oferta, pelo CED 01 de Brasília, de turmas de alfabetização para as pessoas em situação de privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal não vem apresentando aumento de oferta devido ao número limitado de agentes penitenciários destinado ao apoio à essa oferta ser insuficiente para promover condições da ampliação dessa oferta dentro das unidades prisionais. Importante frisar que esses agentes são os responsáveis pela identificação do nível de escolaridade, visto que a forma de encaminhamento para a escolarização é atribuição da SESIPE/SSP-DF, que cumpre os protocolos da Segurança Pública; enquanto que a escolha dos estudantes para serem encaminhados para o CED 01 de Brasília fica a critério do Núcleo de Ensino de cada uma das unidades prisionais. Portanto, devido às situações apresentadas, esses entraves comprometem o cumprimento da Estratégia 10.6 do Plano Distrital de Educação que prevê a elevação da taxa de alfabetização para 99,5% até 2018

e, até 2024, a universalização da alfabetização entre pessoas jovens e adultas em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM

Quanto ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, mais especificamente o ProJovem Campo, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal fez sua primeira adesão em 2014. Esse programa constitui-se como uma política educacional que reconhece as necessidades dos sujeitos do campo, a diversidade e a realidade diferenciada do campo, aliada à construção de uma política nacional de juventude na qual os jovens camponeses são reconhecidos como sujeitos de direitos. Assim o *ProJovem Campo – Saberes da Terra* destina-se a jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, que atuam na agricultura familiar, residentes no campo, que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental com qualificação social e profissional; e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002, assim como as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo.

Em 2017, a SEEDF atendeu por meio desse programa a 120 (cento e vinte) jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, da agricultura familiar, representantes de 14 comunidades do campo de Planaltina. Esses jovens receberam, ao longo da formação, alimentação escolar, transporte, material escolar, sendo que os filhos desses estudantes com idade de 05 a 08 anos foram atendidos em sala de acolhimento equipada com brinquedos e jogos e sob os cuidados de duas Jovens Educadoras Sociais Voluntárias. A formação foi realizada em alternância, construída com o coletivo de estudantes, conforme os ciclos agrícolas produtivos das comunidades envolvidas. Em 30 de agosto, foi realizada a formatura de 68 (sessenta e oito) estudantes desse Projeto. A avaliação do programa efetuada pelos estudantes foi bastante positiva, sobretudo, no que se refere à prática da pedagogia da alternância, visto que esta foi indicada como fator decisivo para a permanência dos estudantes até o final das atividades.



Foto: Acompanhamento de práticas pedagógicas no Tempo-Escola do Projovem Campo - Planaltina



Foto: Sala de acolhimento, destinada às/aos filhos e filhas de estudantes do Projovem Campo





Foto: Formatura Projovem Campo – Agosto de 2017

EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

Quanto à Educação Especial/Inclusiva, no ano de 2017, várias ações foram realizadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal visando à oferta de uma educação de qualidade para os estudantes com deficiência, TGD e com altas habilidades/superdotação nas escolas inclusivas e nos Centros de Ensino Especial.

A Educação Especial mantém estruturas especializadas, amparada pela Lei Distrital nº 3.218/2003, para o desenvolvimento de atividades educacionais básicas e complementares aos estudantes com deficiência, TGD e com altas habilidades/superdotação, nos casos onde este seja o atendimento mais indicado. Neste sentido, a SEEDF tem reafirmado o compromisso com a ampliação desse serviço educacional especializado, por meio da garantia da igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Em 2017, a SEDF prestou atendimento educacional especializado nessa modalidade de ensino a 4.875 (quatro mil, oitocentos e setenta e cinco) estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral é apresentada no Currículo de Educação Básica da SEEDF como imprescindível e fundamental à concretização do ideal de um ensino de qualidade, visto que essa forma de atendimento pedagógico não se limita apenas ao aumento do tempo de permanência do estudante na unidade escolar, mas, sobretudo, propõe a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais.

No sentido de atender ao que preconiza a Meta 6 da Estratégia 1 do Objetivo Estratégico 02 do Planejamento Estratégico da SEEDF 2015-2018, que prevê a reestruturação e a implantação da Educação Integral nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino, de modo a garantir a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, a SEEDF apresentou a proposta de Educação em Tempo Integral a qual se baseia nas orientações do trabalho pedagógico de oito ou dez horas de jornada diária a ser ofertada nas 14 CRE.

Em 2017, um total de 57.272 (cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e dois) estudantes da Rede Publica de Ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, foram beneficiados como essa forma de atendimento pedagógico.

PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL - PROETI

Dentre as unidades escolares que ofertam educação integral de 10 horas diárias, 19 unidades escolares encontram-se inseridas no Projeto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI, e que abrange o atendimento a 100% dos seus estudantes dessas UEs.

As equipes gestoras consideram que esta proposta de trabalho constitui-se como um avanço pedagógico que resulta no crescimento do estudante, pois este é percebido na sua

integralidade e, portanto, privilegiado em aspectos da sua dimensão humana como os afetivos, sociais e culturais.

REDE INTEGRADORA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL

Tendo em vista o cumprimento da meta de ofertar educação em tempo integral para, no mínimo, 18% dos estudantes matriculados por unidade escolar, no período de 2016–2019, na perspectiva de ressignificar o ensino de tempo integral e situar o trabalho pedagógico e, ainda, na proposta pedagógica de jornada diária de 10 horas, em 2017 houve a implantação do Projeto *Rede Integradora em Educação Integral* na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto. Esse projeto envolveu as Escolas Parques existentes no Plano Piloto que passaram a desenvolver suas atividades de forma de forma integrada e diária junto aos estudantes de 17 Escolas Classes da CRE do Plano Piloto participantes do Programa de Educação em Tempo Integral e que fizeram adesão ao Programa *Novo Mais Educação*, que é um Programa Federal de fomento à Educação Integral.

PROGRAMA EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO

Visando a um melhor acompanhamento que favoreça a excelência nesse atendimento pedagógico, a SEEDF disponibiliza coordenadores pedagógicos para orientar e avaliar a atuação dos Educadores Sociais Voluntários para dar suporte à oferta de Educação Integral em cada unidade escolar foi instituído em 2013 o programa *Educadores Sociais Voluntários*, renovado pela Portaria nº 51 de 17 de fevereiro de 2017.

Destaca-se que, em 2017, a Educação Integral da Rede Pública de Ensino contou com um total de 1.964 Educadores Sociais Voluntários.

ELABORAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Nesta mesma direção e para dar suporte à implantação, à implementação e à expansão da Educação em Tempo Integral, as áreas técnicas da Subsecretaria de Educação Básica elaboraram as *Orientações Pedagógicas e Operacionais para Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino de Distrito Federal*.

Consubstanciada na organização de uma prática pedagógica que viabiliza a criação de um ambiente colaborativo e participativo entre os envolvidos e considerando a identidade da etapa de ensino em que estão inseridos e a perspectiva de um currículo integrado e transversalizado pelos eixos da Educação, conforme preconizado no *Currículo em Movimento da Educação Básica*, a SEEDF vem buscando a ampliação de parcerias com instituições que possam disponibilizar suporte e estrutura específica para atendimentos em outros espaços educativos.

Diante disso, as unidades escolares que ofertam Educação em Tempo Integral também participam de projetos e atividades em espaços e projetos, tais como: Parque Educador, Projeto Virada do Cerrado, Cultura Educa; Clube do Choro; Concertos Didáticos - Sessões de Orquestra Sinfônica; Festivalzinho; SESC Cidadania; além de diversas atividades de oficina de dança, futebol, judô, pintura, banda, dentre outras. Ademais, os estudantes que participam dessa oferta de ensino também recebem acompanhamento pedagógico por meio de oficinas de português e matemática.

PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Novo Mais Educação é um programa de fomento à Educação Integral, criado pela portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

O Programa é implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes,

cultura, esporte e lazer, de modo a impulsionar a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária de, no mínimo, quinze horas semanais no turno e no contraturno escolar nas unidades escolares em que ocorre ou em espaços externos por meio de parcerias firmadas entre a entidade e a escola.

CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS - CIL

Os Centros Interescolares de Língua - CILs são unidades escolares da Rede Pública do Distrito Federal que desenvolvem exclusivamente o ensino de língua estrangeira.

No ano letivo de 2017, para ampliar o acesso aos estudantes de todos as Regiões Administrativas, a Secretaria viabilizou a criação de mais 8 unidades com oferta de língua estrangeira, de modo a viabilizar a existência de, no mínimo, 1 CIL por Coordenação Regional de Ensino.

PROGRAMA E PROJETOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em 2017 a SEEDF atuou fortemente na perspectiva de fomentar um ensino que tenha como foco a participação ativa do estudante no processo de aquisição do conhecimento, de modo a compreender sua realidade e promover sua ação consciente e solidária quanto aos fatos cotidianos, de modo a propiciar-lhes condições de superação dos problemas que lhe são impostos diariamente. Para tanto, com o objetivo de ofertar às unidades escolares, de forma complementar, programas e projetos fortalecedores da prática pedagógica, da formação docente e, sobretudo, da formação do estudante foram realizadas diversas ações complementares, conforme descrito a seguir:

UM POR TODOS E TODOS POR UM

O Programa *Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania*, fruto de parceria entre a SEEDF e o Ministério da Transparência, Fiscalização e a Controladoria-Geral da União – CGU, destina-se aos estudantes do 4o ano do ensino fundamental e tem como objetivo estimular os futuros cidadãos a se envolverem com as questões sociais, de modo a promover um ambiente favorecedor da tomada de consciência quanto aos seus direitos e deveres. O material didático-pedagógico fornecido aos estudantes foi ilustrado pelo Instituto Maurício de Sousa e traz os personagens da Turma da Mônica em atividades que visam disseminar os valores relacionados à democracia, à participação social, ao respeito à diversidade, à autoestima, à responsabilidade cidadã e ao interesse pelo bem-estar coletivo.

INCLUSÃO SOCIAL DESDE A INFÂNCIA

O Programa é oferecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal –TRE/DF em parceria com a SEEDF aos estudantes da educação infantil e do ensino fundamental - anos iniciais e tem como objetivo promover a inclusão social e cultural, por meio da associação dos personagens do Folclore Brasileiro e de temas sociais contemporâneos.

O exercício da plena cidadania trata-se de um direito de todos, promovido e incentivado com a colaboração da sociedade e dever do estado e da família. Assim, torna-se fundamental que o Estado oferte uma educação pautada na inclusão social, política e econômica das crianças e jovens estudantes, levando-os a uma participação política livre, consciente e democrática. A implementação pedagógica do programa é realizada pela unidade escolar que, de forma lúdica, apresenta os personagens que são candidatos à presidência do Folclore e os temas que cada um defende na sua candidatura, tais como: diversidade e questões de gênero; inclusão; meio ambiente e sustentabilidade. No ano de 2017, ao término das atividades desenvolvidas foram realizadas as eleições na própria unidade escolar e os estudantes votaram, por meio de urnas eletrônicas, nos personagens de sua escolha.

ELEITOR DO FUTURO

O Programa é oferecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE/DF em parceria com a SEEDF destinado aos estudantes do ensino fundamental – anos finais, com o objetivo promover a inclusão social, política e econômica com vistas a fomentar reflexões acerca dos direitos e deveres dos cidadãos em um contexto social e democrático. O exercício da plena cidadania trata-se de um direito de todos, promovido e incentivado com a colaboração da sociedade e dever do estado e da família. Nesse sentido, é imprescindível ao Estado a oferta de uma educação pautada na inclusão social, política e econômica das crianças e jovens estudantes, levando-os a uma participação política livre, consciente e democrática.

O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO?

O projeto "O que você tem a ver com a corrupção? ", do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, tem como objetivo sensibilizar a sociedade, especialmente crianças e adolescentes, sobre a importância da honestidade e da transparência nas atividades cotidianas.

Em 2017, o MPDFT realizou nas unidades escolares palestras para jovens do ensino fundamental - anos finais e do ensino médio da Rede Pública de Ensino. As palestras tiveram como foco a formação do ser humano, com vistas ao exercício da cidadania plena, tendo a área da educação como instrumento difusor e o princípio da ética como elemento norteador.

EDUCAÇÃO NOS TRILHOS

O projeto Metrô Solidário, desenvolvido pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF, visa coordenar projetos de interesse social e cultural, em interface com a mobilidade urbana, sobre trilhos e a comunidade local.

Em 2017, por meio de uma parceria entre a SEEDF e o METRÔ/DF, foi desenvolvido o eixo "Educação para Mobilidade sobre Trilhos" subdivido em dois projetos:

• Metrô Acessível: destinado aos estudantes do ensino especial, desenvolveu temas sobre inclusão social e acessibilidade no intuito de formar passageiros conscientes, por meio de palestras e visitas monitoradas.

• Educação nos Trilhos: destinado aos estudantes do ensino fundamental - anos iniciais e voltado a apresentar a mobilidade sobre trilhos e a história do Metrô- DF, além de propiciar a vivência e aprofundamento dos conhecimentos sobre as normas de segurança e de sinalização.

PAPAI NOEL DOS CORREIOS

O Projeto Papai Noel dos Correios, parceria entre a SEEDF e os Correios desde 2011, tem o objetivo de despertar no estudante, por meio de uma ação lúdica e com a participação popular e expressiva do Papai Noel, o interesse pela redação (modelo carta) e compreensão da importância e do poder da escrita; além de promover um Natal mais solidário e alegre aos estudantes da Rede Pública de Ensino. As unidades escolares organizam-se, conforme cronograma do projeto, para que os seus estudantes confeccionem as cartas com pedidos de presentes de Natal ao Papai Noel e os Correios, em articulação com a sociedade civil, procura atender a esses pedidos e realizar os desejos e sonhos de muitas crianças.

CIDADÃO DO FUTURO

A SEEDF e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF oferecem aos estudantes do ensino fundamental - anos finais e do ensino médio, respectivamente, os projetos Cidadão do Futuro e Jovem Cidadão. As atividades do Programa incluem palestra sobre o sistema legislativo e visita guiada pelas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF e, ao final, distribuição de lanche e kit cidadão para os estudantes e professores envolvidos. O projeto prevê, também, oferta transporte às unidades escolares.

EMBAIXADA DE PORTAS ABERTAS

O Programa Embaixada de Portas Abertas, integrante do programa Criança Candanga, é uma parceria intersetorial entre a SEEDF, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília TCB, a Assessoria Internacional da Governadoria do Governo do Distrito Federal – ASSINTER e os organismos internacionais sediados em Brasília. O objetivo do Programa é construir e estreitar relações entre as representações diplomáticas e as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, além de oportunizar aos estudantes a interação com o conhecimento nas áreas de história, geografia, cultura e idiomas de diversos países.

O Programa consiste na visitação de estudantes do 5o ao 7o ano do ensino fundamental às sedes das representações e organismos internacionais e, após a visita, as unidades escolares recebem, na própria escola, o corpo diplomático do organismo internacional visitado. A visita à escola objetiva oferecer aos organismos internacionais a oportunidade de conhecer o patrimônio cultural de Brasília, as diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal.

No ano de 2017, cronologicamente, foram realizadas visitas das unidades escolares às Embaixadas dos seguintes países: Israel; Gabão; Chile; Paraguai; Nicarágua; Argélia; Países Baixos; Coreia do Sul; China; Vietnã; Suécia; e Itália.

AGEFIS NAS ESCOLAS

O Projeto Agefis nas Escolas, oferecido pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal- AGEFIS em parceria com a SEEDF, propõe atender aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal regularmente matriculados no 5º ano do ensino fundamental, por meio de ações focadas na aproximação da AGEFIS com a comunidade escolar e suscitar o engajamento do cidadão com a sua cidade. A parceria oferece palestra sobre Educação Fiscal aos estudantes com o intuito de sensibilizá-los sobre a importância da segurança pessoal e coletiva, evitando-se construções e atividades irregulares sem as respectivas Licenças para Construção e Funcionamento.

PROGRAMA POR DENTRO DOS EXAMES DO ENSINO MÉDIO

A SEEDF vem investindo fortemente em ações voltadas a aprimorar as diretrizes e as práticas pedagógicas no Ensino Médio. Uma dessas ações foi a implantação, em 2015, do Programa por Dentro dos Exames do Ensino Médio: Por dentro do Enem – Simulado DF e Por dentro do PAS-UnB. Dentre os retornos obtidos, destaca-se o crescimento do acesso à Universidade de Brasília nos últimos cinco anos.



Dados: Cebraspe/UnB

Para o desenvolvimento dessas ações, o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe ofertou o Curso de Capacitação Profissional em Planejamento e Construção de Avaliação Educacional em Larga Escala destinado aos professores do ensino médio da Rede Pública de Ensino.

PROJETO CENTRO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA – CID

O Projeto visa à garantia do acesso à iniciação esportiva aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e, ainda, à ampliação de espaços e oportunidades educacionais de forma a prover condições objetivas de emancipação humana. Nesses espaços são desenvolvidas práticas corporais relacionadas às diversas modalidades esportivas, tais como: futsal, futebol de campo, basquetebol, voleibol, handebol, judô, capoeira, natação, ginástica rítmica, ginástica artística. Tais práticas são oferecidas exclusivamente aos alunos da Rede Pública de Ensino. Em 2017, participaram do Projeto 8.928 estudantes distribuídos entre as 82 Unidades Escolares.

JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL - JEDF

Os Jogos Escolares do Distrito Federal envolvem a participação de estudantes das Redes Pública e Particular de Ensino. São divididos em duas etapas: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, servindo como seletiva para a participação nos Jogos Escolares da Juventude, os Jogos Nacionais. Os JEDF consistem em competições com modalidades esportivas individuais e coletivas. Este projeto visa promover, divulgar e estimular a prática da cultura corporal entre os diversos estudantes. Além disso, é o indicador seletivo para participação nos Jogos Escolares Nacionais da Juventude. Em 2017, o JEDF contou com a participação de 260 unidades escolares e 14.943 estudantes.

JOGOS ESCOLARES NOTURNOS

Também conhecido como CORUJÃO, envolvem os estudantes das Escolas Públicas e Particulares do turno noturno do Ensino Regular, da Educação de Jovens e Adultos, além de estudantes que estão acima da idade limite de participação do JEDF. Esses jogos visam possibilitar a esses estudantes, independente da modalidade de educação, a participação nos Jogos Escolares, respeitando suas especificidades. Além disso, promove momentos diferenciados à realidade escolar, ofertando a aprendizagem por meio do jogo e do lazer. Em 2017, houve a participação de 581 (quinhentos e oitenta e um) estudantes de 29 (vinte e nove) unidades escolares.

PROGRAMA ESCOLA COMUNIDADE GINÁSTICA NAS QUADRAS - PGINQ

O funcionamento desse programa é desenvolvido por meio de Professores de Educação Física do quadro efetivo da SEEDF que atuam junto à comunidade por meio da oferta de práticas corporais como ginástica localizada, ginástica laboral, yoga, condicionamento físico, danças, pilates, hidroginástica, natação entre outros. Essas atividades são desenvolvidas por meio de aulas regulares gratuitas nos turnos matutino, vespertino e noturno, nas 14 Coordenações Regionais de Ensino. A oferta de lazer, cultura, saúde e práticas corporais estão em evidência para suprir uma carência surgida ao longo dos anos.

PROGRAMA VIVA BRASÍLIA

No segundo semestre de 2017, a SEEDF retomou as ações do Programa Viva Brasília com a participação de todas as modalidades de ensino da Secretaria. O Programa visa estabelecer mútua cooperação entre a SSP/DF e a SEEDF para construir, executar e prover apoio ao desenvolvimento de ações conjuntas de aproximação da Comunidade Escolar com a Segurança Pública; prevenir vulnerabilidades sociais e criminais nas UEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal; promover a Cultura de Paz por meio de formação e orientação aos atores públicos; e integrar políticas públicas voltadas à prevenção de violências nas Escolas Públicas do DF, de maneira que esse trabalho ressoe em toda a sociedade.

Atualmente, o programa está em fase de organização das seguintes etapas: publicação da Portaria Conjunta que institui o Programa; elaboração da Proposta de Fluxo; Formação do Comitê Interno do Programa; Realização e atualização da pesquisa de diagnóstico da situação da violência e criminalidade no perímetro e ambiente escolar realizado pela Subsecretaria de Gestão da Informação da SSP-DF; e Validação do recorte das escolas com a Secretaria de Estado da Educação.



CINECLUBE ESCOLAR

O projeto Cineclube Escolar desenvolve-se em consonância com as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e a Matriz Curricular da Educação Integral do Ensino Médio e se destina a potencializar a política pública da linguagem audiovisual e a integração com os conteúdos previstos no Currículo em Movimento da SEEDF, além de promover o protagonismo estudantil.

Esse Projeto tem quatro eixos de ação: criação de espaço adequado e com equipamentos para a projeção dos filmes; formação de docentes, estudantes e gestores que atuarão diretamente no projeto; formação dos docentes e estudantes na área de produção audiovisual; e aquisição de acervo cinematográfico e de livros para as unidades escolares da Rede Pública de Ensino.

Em 2017, foram realizadas visitas semestrais às UEs que ofertam cursos integrados para discutir questões teóricas e práticas referentes à metodologia do curso, às Orientações Pedagógicas da Integração, subsidiados por diferentes autores relevantes na produção de literatura, artigos, pesquisas e informações dessa temática.





Reuniões nas CREs- Integração

PROJETO LER & VER

A SEEDF elaborou e implantou Projeto LER & VER com o propósito de incentivar o gosto pela leitura literária no 3° Segmento da Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista as dificuldades no acesso às bibliotecas escolares a esse público, sobretudo, no turno noturno. Para execução do projeto é utilizada uma caixa contendo livros literários e dois DVDs com vídeos e filmes com temas relacionados às obras literárias presentes no acervo. Esse material conta ainda com sugestões de atividades que poderão ser realizadas ao longo de sua utilização.

Em 2017, esse projeto abarcou diversas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e ainda ofereceu seminários e as oficinas de formação para os docentes.

PROJETO CAIXA-ESTANTE

Outro destaque foi o Projeto Caixa-Estante, que é baseada na utilização de um móvel com rodízios que permite ser levado para outros espaços da unidade escolar para o desenvolvimento do trabalho com a leitura. Esse projeto permite aproximar o estudante do objeto livro e das práticas de leitura e que contribuem para o desenvolvimento da competência leitora e escritora por meio de atividades em espaços diferentes da biblioteca.

Em 2017 o móvel do Projeto foi revitalizado, ganhando uma versão sustentável. Trata-se de um tonel de óleo adaptado que é transformando em uma estante-móvel com livros. Também estão sendo realizadas ações de tratamento e organização do acervo bibliográfico e do gerenciamento da informação desse acervo. Foram adquiridos 07 computadores para as bibliotecas das unidades prisionais e customizado o software BIBILIVRE.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

A SEEDF coordenou e executou o Programa Nacional do Livro Didático no Distrito Federal que, dentre as ações realizadas, estão: o cadastro e a alteração de senhas dos gestores na Plataforma PDDE Interativo; a validação de solicitação da Reserva Técnica e o remanejamento interno e externo do livro didático nas 14 Coordenações Regionais de Ensino; e a promoção de formação para escolha qualificada do livro didático, por meio de oficinas e orientação e acompanhamento por meio de boletim do livro didático.

BIBLIOTECA ESCOLAR E ESCOLAR COMUNITÁRIA

As bibliotecas escolares comunitárias são outro viés de condução de ações que envolvem o livro e a leitura. Essas bibliotecas valorizam os saberes locais, por meio de encontros com autores da cidade e profissionais das áreas de música e arte. Essas bibliotecas possuem um espaço de organização que permitem o desenvolvimento de atividades diferentes possibilitando a aproximação dos estudantes aos bens culturais locais, aos saberes locais valorizados e aos não valorizados. As atividades são diversas, de acordo com a comunidade a qual pertence a biblioteca. Em geral, elas organizam exposições, mostras, rodas de contadores de histórias, eventos musicais.

Em 2017, foi concluído o Curso Técnico em Multimeios Didáticos, realizado conjuntamente com o Instituto Federal de Brasília, além da oferta de formação continuada e cursos de formação para os profissionais atuantes em biblioteca escolar e escolar comunitária.

FESTIVAL DE FILMES CURTA-METRAGEM DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA

O Festival de Filmes Curta-Metragem das Escolas Públicas de Brasília é um projeto pedagógico que envolve as 14 Coordenações Regionais de Ensino da SEEDF e que tem como objetivo fomentar o protagonismo juvenil por meio da produção cinematográfica dos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Especial e da Educação Profissional. Nesse projeto, os estudantes executam os processos de pré-produção, produção e exibição cinematográfica; elaboram uma ideia, criam um roteiro e contam uma história por meio da imagem e do som, utilizando recursos próprios com celular, câmera portátil, tablets; e podem compartilhar suas produções desde no espaço das próprias unidades escolares, das unidades regionais, até no evento que reúne os indicados pelas Coordenações Regionais de Ensino que é o Festival realizado no Cine Brasília.

Esse projeto, portanto, fomenta a elaboração, execução e exibição de produtos audiovisuais pelos estudantes e faz com que eles experimentem processos coletivos de investigação e pesquisa envolvendo diversos conteúdos e temáticas de ensino. Promove também a formação e o intercâmbio dos professores mediadores e incrementa a formação de público para o

audiovisual. Destaca-se, principalmente, que esse Festival apresenta-se como importante meio de fomento ao protagonismo juvenil e à formação e alfabetização na linguagem audiovisual. Impulsiona projetos pedagógicos permanentes em diversas unidades escolares como a implementação de pequenos festivais de cinema, de programas de WEB TV e de Cineclubes.

Diversas ações frutificaram em decorrência desse Festival, dentre elas destacam-se: formação continuada na área do audiovisual para profissionais da educação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal nas áreas de cinema e audiovisual (o curso apresentou uma estratégia de ação adequada para o fomento à utilização e produção da linguagem audiovisual, bem como de mídias digitais que sirvam de recursos pedagógico na construção do conhecimento em sala de aula e fora dela); produção de materiais pedagógicos em distintos suportes audiovisuais (rádio e internet) que colaboraram com os processos de ensino aprendizagem em sala de aula, em consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica; as mídias digitais, os programas pedagógicos e os informativos audiovisuais produzidos pela SEEDF estimularam os docentes no incremento de práticas pedagógicas inovadoras por meio da utilização das novas tecnologias existentes.

POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – PPOP

Quanto à política voltada à juventude articulada à Política de Escolarização da População em Situação de Rua – PPOP, a SEEDF efetuou as seguintes ações: oferta de cursos preparatórios para vestibular e programas para acesso às Universidades nos Centros POP Brasília; encaminhamentos dos estudantes concluintes do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio incompleto para unidades escolares de Ensino Médio; e encaminhamento dos estudantes para cursos de formação profissional.



Foto: Visita do GT ao Centro Pop Brasília (2017)

JOVEM CIDADÃO E CIDADÃO DO FUTURO

Quanto aos projetos Jovem cidadão e Cidadão do Futuro, a SEEDF atuou diretamente por meio da aproximação dos estudantes do Ensino Médio à realidade do Congresso Nacional, com vistas a favorecer a formação política e a compreensão sobre as funções do Parlamento, de forma a contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo e da democracia.

PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO

Destaque também para o programa Parlamento Jovem Brasileiro realizado anualmente e tem por objetivo possibilitar aos estudantes das Redes Pública e Particular de Ensino a vivência do processo democrático, mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados na qual os estudantes tomam posse e atuam como Deputados Jovens.



Foto: Programa Parlamento Jovem Brasileiro

FÓRUM DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DO DISTRITO FEDERAL

A instituição do Fórum de Educação para as Relações Étnico-raciais do Distrito Federal - Fórum ERER/DF tem como objetivo apoiar, orientar, propor, informar e colaborar com ações de implementação do proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e diversos outros atos normativos destinados a fomentar políticas de combate ao racismo. Nesse sentido, o Fórum ERER/DF é um coletivo estratégico para a participação e controle sociais de políticas de combate ao racismo na educação e tem como função atuar como protagonista no processo de avaliação e acompanhamento dessas ações, além de se constituir como ponte entre a SEEDF e os movimentos sociais, de modo a atuar como importante parceiro na concretização de programas e projetos voltados a uma educação antirracista ao orientar o poder público na adoção de medidas que atendam às demandas de entidades e movimentos sociais negros e indígenas.

REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS

A Secretaria de Estado de Educação, no ano de 2017, realizou diversos eventos pedagógicos, dentre os quais se destacam:

DIÁLOGOS DE CIÊNCIAS

Em 2017, voltados aos docentes do ensino fundamental, foram realizados o 5º e o 6º Diálogo de Ciências, cujo objetivo foi oferecer oportunidade para os professores apresentarem os trabalhos que têm sido desenvolvidos junto aos seus estudantes na área de ciências naturais/da natureza. O Diálogos de Ciências surgiu a partir da necessidade de se proporcionar espaços de socialização de projetos e ações na área de ciências naturais e da natureza voltado a estimular criticidade, criatividade, autonomia e letramento científico entre os professores do ensino fundamental.

EVENTOS NO ESPAÇO SAÚDE DO ESTUDANTE

Em 2017, a SEEDF disponibilizou espaço físico em local privilegiado para promover ações destinadas à saúde dos estudantes. Dentre os vários eventos realizados nesse espaço, destacam-se:

- ✓ ***Dia da Saúde do Adolescente***: instituído pelo Ministério da Saúde para acontecer no dia 22 de setembro, tem o objetivo de chamar a atenção para os direitos dos adolescentes. Para comemorar esta data, SEEDF promoveu 03 (três) dias de atividades

no Espaço Saúde do Estudante – 19, 20 e 21/09/2017, com o objetivo de possibilitar aos estudantes convidados a reflexão sobre os temas alimentação saudável, projeto de vida e aspectos médicos relacionados à adolescência. Os temas foram dirigidos por uma Nutricionista e uma Psicóloga, da Secretaria de Saúde, e também por um Médico Pediatra/Hebiatra desta Secretaria. Os estudantes e seus professores eram oriundos de unidades vinculadas às CREs de Ceilândia, Samambaia e Planaltina, as quais foram escolhidas por terem apresentado o maior número de escolas que fizeram adesão ao PSE.

- ✓ ***Projeto Diálogos***: com a proposta realizar discussões, conduzidas por especialistas no tema, em grupo de profissionais da educação, teve em sua primeira edição, o tema "Adolescência – a puberdade, as mudanças e os diálogos necessários", conduzido por Médico Pediatra/Hebiatra desta Secretaria.

CIRCUITO DE CIÊNCIAS

Outro grande destaque é o Circuito de Ciências, evento que socializa as vivências interdisciplinares e inovadoras realizadas pelos estudantes, voltada a valorizar o trabalho pedagógico e a fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, em consonância com os documentos norteadores existentes na Rede Pública de Ensino, como o Currículo em Movimento da Educação Básica.

O Circuito de Ciências tem como missão difundir a cultura científica nas unidades escolares com o objetivo de estimular atividades voltadas ao letramento científico e aos processos investigativos entre estudantes, professores e gestores, de modo a promover a apropriação das etapas de desenvolvimento do trabalho científico: problematização, levantamento de hipóteses, investigação, análise, conclusão e generalização. Esses aspectos fortalecem a criatividade, o raciocínio lógico, a capacidade de pesquisa e estimulam a autonomia intelectiva.

O letramento científico-tecnológico, quando voltado para a educação, leva os professores, estudantes e demais profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem a tomarem consciência de seu papel social no exercício da cidadania, da sustentabilidade, na valorização da diversidade cultural e na garantia dos princípios e direitos básicos da humanidade, os quais são objetivos intrínsecos da Educação Básica.



Em 2017, o Circuito de Ciências trouxe, além da ampliação de seus espaços científicos e formativos, um aumento na participação de projetos das unidades escolares de Educação Profissional com pesquisas financiadas pelo Fundo de Amparo à Pesquisa – FAP/DF. Em função do aumento do número de trabalhos, foi organizada a entrega de prêmios em dinheiro em uma cerimônia realizada no auditório do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes -

DNIT. A Cerimônia reuniu os trabalhos premiados em todas as modalidades de ensino e contou com a presença do Excelentíssimo Sr. Governador, Rodrigo Rollemberg, que fez a entrega da cártula simbólica às UEs premiadas. Dentre os diversos premiados, destacam-se os projetos relativos a um equipamento capaz de aferir temperatura e umidade, que é desenvolvido em parceria com o programa Globe da NASA, foi apresentado na Campus Party de 2017 e na Praça do Saber durante o Circuito de Ciências; outro trabalho foi apresentado pelo CEP Escola Técnica de Ceilândia (ETC) e pelo CED 01 do Cruzeiro: ambas as unidades escolares trabalham em várias frentes no campo da robótica, sendo que o CED 01 tem se destacado na categoria de robôs seguidores de linha, o Projeto desenvolvido no CED 01 foi premiado nesta categoria, na modalidade robustez, o que classificou o projeto desta Unidade Escolar para a final em Curitiba-PR.

Etapa Nacional do Circuito de Ciências realizado em Curitiba - PR com a presença de professores e estudantes



Foto: Estudante acompanhando o robô seguidor de linha durante uma etapa do circuito de ciências

Dentre os trabalhos premiados na Etapa Distrital do Circuito de Ciências, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, estudantes da modalidade Educação Profissional foram premiados pelos projetos: "Waiting App", "Reaproveitamento de Energia Mecânica nas Indústrias pelo uso de Dínamos", desenvolvidos no Centro de Ensino Médio Integrado do Gama - CEMI Gama; e ainda o projeto "Casa automatizada de baixo custo", do Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Brasília.



Foto: Premiação: equipe do CEMI do Gama e da Equipe do CEP - ETB e representantes da DIEP e DIEF

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS – OBMEP

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. A OBMEP premia também por seu desempenho, além do estudante, o professor a unidade escolar.

Em 2017, a OBMEP chegou à sua décima terceira edição com grande adesão por parte das Unidades Escolares que ofertam Ensino Médio.

Importante ressaltar essa participação porque, por meio dela, é possível estimular o estudo da Matemática entre os estudantes; contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica; identificar jovens talentos, bem como incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas. Por meio dessa ação, há o incentivo ao aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, de modo a propiciar sua valorização profissional. E ainda é responsável por



contribuir para a integração das escolas públicas com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e as sociedades científicas, de modo a favorecer a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

Foto: Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Opublicas - OBMEP

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA

A Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR é uma das olimpíadas científicas brasileiras apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que utiliza a temática robótica para estimular o interesse dos estudantes pelas carreiras científico-tecnológicas, identificar jovens talentosos e promover debates e atualizações no processo de ensino e aprendizagem.

Em 2017, com base na avaliação efetuada na edição de 2016, a organização da OBR passou por modificações consideráveis: consolidação do espaço do CIEF como local da etapa regional; ampliação do número de participantes em consequência da duplicação do número de arenas distribuídas nas unidades escolares da rede, de 10 arenas em 2016 para 23 arenas em 2017; aumento no número de inscrição de projetos de robótica, inclusive no Circuito de Ciências da SEEDF; realização de palestras e formações voltadas para o tema Robótica em uma praça específica; e também realização de premiações para os estudantes e professores das provas práticas.

No ano de 2017, também foi realizada a primeira Mostra de Robótica, modalidade específica de construção de tecnologia robótica para além dos robôs seguidores de linha. Evento de grande importância para inovação e tecnologia. Na premiação aconteceu a indicação dos premiados DF para o evento nacional em Curitiba favorecendo a inovação





Fotos: Olimpíada Brasileira de Robótica

ETAPA DISTRITAL DA CONAPE

O Fórum Distrital de Educação (FDE), juntamente com a Secretaria de Educação do Distrito Federal e outros 22 Fóruns Estaduais de Educação, aderiram à CONAPE mantendo o compromisso com a participação popular e organização da comunidade educacional, nos seus diferentes segmentos e setores. A CONAPE tem como objetivo mobilizar a sociedade brasileira para intensificar o monitoramento e avaliação do cumprimento do PNE, o corpo da lei, suas metas e estratégias, além de propor políticas e ações que indiquem responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federativos e os sistemas de educação. Os objetivos específicos da CONAPE são: acompanhar e avaliar as deliberações da CONAE de 2014, verificar seus impactos e proceder às atualizações necessárias para a elaboração da política nacional de educação; monitorar e avaliar a implementação do PNE, com destaque específico ao cumprimento das metas e das estratégias intermediárias, sem prescindir de uma análise global do plano, e proceder a indicações de ações, no sentido de promover avanços nas políticas públicas educacionais; e monitorar e avaliar a implementação do Plano Distrital de Educação, os avanços e os desafios para as políticas públicas educacionais.

O calendário de mobilização e realização das Conferências preparatórias para a CONAPE – Etapa Distrital e demais etapas encontram-se na planilha abaixo:

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES/ETAPAS PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS DA CONAPE - ETAPA DISTRITAL				
PERÍODO	**ATIVIDADES/ ETAPAS**	**ORGANIZAÇÃO**	**PARTICIPANTES**	**LOCAL DE REALIZAÇÃO**
12/09/2017	Lançamento da CONAPE	FDE/SEEDF	Comunidade Educacional do Distrito Federal	Auditório EAPE
02/10 a 31/10/2017	Conferências Escolares	Unidades Escolares	Comunidade Escolar	Unidades Escolares
01/11 a 30/11/2017	Conferências Regionais	Coordenações Regionais de Ensino,	Delegados Escolares	CREs e Espaços Institucionais
01/11 a 30 11/2017	Conferência dos gestores da Educação Pública do Distrito Federal	FDE e Gabinete da SEEDF	Gestores e equipe diretiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal	Ed. Sede da SEEDF

01/11 a 15/12/2017	Conferências Livres – por temática. Segmento, etapa e modalidade	Movimentos Sociais	Comunidade escolar vinculada aos segmentos, etapas, níveis e modalidades da Educação	A designar
Março/2018	Etapa Distrital	FDE/SEEDF	Delegados Eleitos	Auditório EAPE
26 a 28 de Abril/2018	CONAPE NACIONAL	FNPE	Delegados Eleitos nas etapas estaduais/distrital	Belo Horizonte-MG

38º CURSO INTERNACIONAL DE VERÃO DA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA-CIVEBRA

Atividade pedagógica diretamente ligada à modalidade Educação Profissional e que compõe a história de Brasília, o CIVEBRA (Curso Internacional de Verão da Escola de Música de Brasília), em 2017, realizou sua 38º edição nos períodos entre 9 e 22 de fevereiro, nas dependências do CEP (Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília). Esse evento anual contempla os diversos gêneros e estilos musicais desenvolvidos no Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília – CEP/EMB e envolvem as várias tendências da música, desde o erudito ao popular, passando pelas variações que compõem a arte musical contemporânea. A proposta do CIVEBRA é incluir e qualificar musicalmente crianças a partir de 8 anos de idade, adolescentes, adultos e idosos. O evento é reconhecido internacionalmente como curso de verão de música e acumula a característica de festival devido à série de concertos e apresentações realizadas ao longo de sua realização. É uma atração prestigiada pela comunidade com o diferencial de ser o único totalmente gratuito e que aborda da música erudita ou clássica à chamada música popular.



Orquestra Sinfônica de Brasília durante a abertura do 38º CIVEBRA

DIÁLOGOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO DF: CONSTRUINDO SOLUÇÕES COMPARTILHADAS

O evento "Diálogos sobre a Educação Profissional do DF: Construindo soluções compartilhadas", realizado no auditório do CEP–Escola Técnica de Ceilândia, fez parte das atividades da Semana da Educação Profissional e teve como objetivo promover discussões sobre desafios, perspectivas e políticas públicas no âmbito da SEEDF para oferta de cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada. O evento contou com a presença de gestores dos níveis centrais e intermediários da SEEDF, professores, estudantes e parceiros institucionais de instituições públicas e privadas que atuam na Educação Profissional do DF. Na programação foram apresentadas as seguintes temáticas: formação técnica e o mundo do trabalho; perspectivas para o mundo do trabalho; os desafios da Educação Profissional e a apresentação

do Termo de Cooperação Técnica entre o SEBRAE/DF; e a SEEDF com a formação de jovens empreendedores.



Mesa de abertura do evento Diálogos sobre a Educação Profissional no DF



Cartaz do evento Diálogos sobre a Educação Profissional no DF

SEMINÁRIO "O USO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA EM SEUS TRÊS NÍVEIS"

Por entender que a formação continuada constitui um item fundamental na valorização dos profissionais da educação e um pilar na melhoria da qualidade da educação, a SEEDF realizou um seminário com os gestores das escolas do Distrito Federal que ofertam o Ensino Fundamental, com o tema O uso formativo da Avaliação em seus Três Níveis. O seminário contou com a participação de gestores de escolas que ofertam anos iniciais e/ou finais do Ensino Fundamental.

33ª FEIRA DO LIVRO DE BRASÍLIA

No período compreendido entre os dias 16 e 25 de junho de 2017, com o tema Inclusão e Cidadania, foi realizada a 33ª Feira do Livro de Brasília. Foram disponibilizados espaços à SEEDF para a exposição de projetos escolares relativos à prática de leitura e escrita, tais como produções de texto, saraus poéticos, declamações de poemas, entre outros. Diante disso, as Unidades Escolares que ofertam Educação Profissional foram convidadas a levar seus estudantes e a expor seus trabalhos. Esse espaço foi organizado pela SEEDF, por intermédio da Subsecretaria de Educação Básica e contou com visita das Coordenações Regionais de Ensino e suas unidades escolares e a presença de diversos autores.

Essa participação visa ao cumprimento do Programa Nacional do Livro e da Leitura, que prevê a democratização do acesso aos bens culturais, pelos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio de uma programação variada e com autores renomados. Esse evento

oferece, ainda, à unidade escolar a oportunidade de comprar livros que estejam voltados aos projetos de leitura e de interesse da comunidade escolar, com recursos do PDAF.

No ano de 2017, foram disponibilizados recursos para compra de acervo bibliográfico nos estandes da 33ª Feira do Livro de Brasília pelas unidades escolares. Desse modo, as UEs puderam adquirir livros para compor o acervo da biblioteca escolar

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.943.286.856,00**	**1.950.114.450,00**	**1.932.469.263,51**	**1.913.912.313,84**
0015 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	1.286.905.816,00	1.288.733.410,00	1.271.171.549,94	1.252.614.600,27
6978 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	314.637.396,00	314.637.396,00	314.554.072,00	314.554.072,00
6979 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	10.959.278,00	10.959.278,00	10.959.277,08	10.959.277,08
8848 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	13.080.429,00	13.080.429,00	13.080.428,31	13.080.428,31
8849 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	197.151.862,00	197.151.862,00	197.151.861,66	197.151.861,66
8856 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	41.715.966,00	46.715.966,00	46.715.965,57	46.715.965,57
8857 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	78.836.109,00	78.836.109,00	78.836.108,95	78.836.108,95
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**1.943.286.856,00**	**1.950.114.450,00**	**1.932.469.263,51**	**1.913.912.313,84**

Esse programa será detalhado no Programa 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA e nas Informações Complementares.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A SEEDF, consoante suas competências precípuas, é responsável pela política de formação continuada dos profissionais da educação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. O planejamento das ações e dos cursos é desenvolvido em consonância com os Objetivos Estratégicos estabelecidos para a Educação. A formação continuada dos profissionais de educação da SEEDF atende à formação de professores de todas as etapas, modalidades e temáticas especiais de ensino da Educação Básica, bem como de profissionais da Carreira Assistência à Educação e, ainda, oferece formações em parceria com programas do Governo Federal/MEC.

Em 2017, o EAPE foi responsável pela formação de 8.250 (oito mil, duzentos e cinquenta) profissionais inscritos em seus cursos e mais de 650 (seiscentos e cinquenta) profissionais atendidos em cursos em parceria com o Governo Federal.

Além da formação continuada, em 2017, a SEEDF articulou a oferta de vagas para afastamento remunerado para estudos em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado para as Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação do Distrito Federal.

Tabela: Afastamentos Remunerados para estudos concedidos

AFASTAMENTO REMUNERADO PARA ESTUDOS	
NÍVEL DO CURSO	QUANTIDADE DE AFASTAMENTOS
Mestrado (Carreira Assistência à Educação)	7
Doutorado (Carreira Assistência à Educação)	1
Mestrado (Carreira Magistério Público)	97
Doutorado (Carreira Magistério Público)	46
TOTAL	151

Tabela: Bolsa de Estudos Concedidas - Graduação

BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS - GRADUAÇÃO	
CARREIRA	QUANTIDADE DE BOLSAS
Magistério Público	68
Assistência à Educação	53
Total	121

Tabela: Bolsa de Estudos Concedidas – Pós-graduação

BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS - PÓS-GRADUAÇÃO	
CARREIRA	QUANTIDADE DE BOLSAS
Carreiras Magistério Público e Assiste	8

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal conta com a seguinte formação geral dos servidores das Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação:

GRÁFICO 5: Formação de Servidores: Carreira magistério

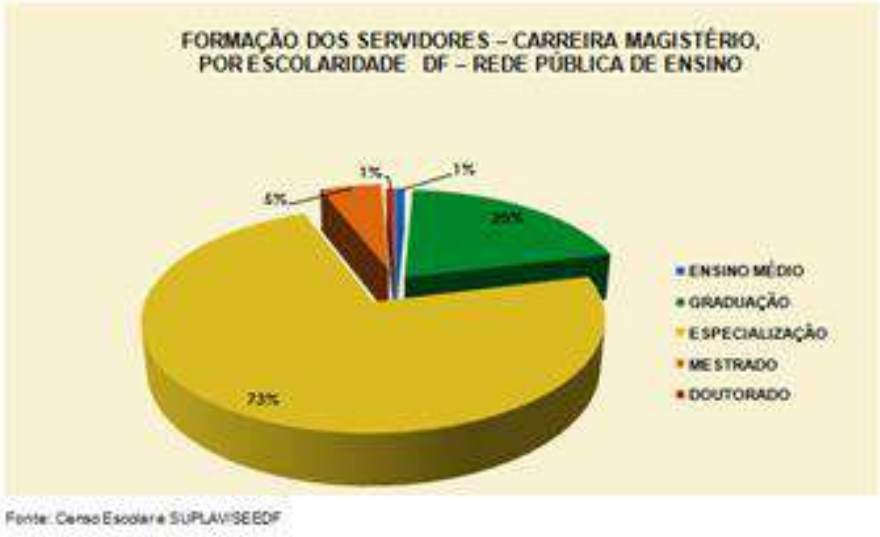
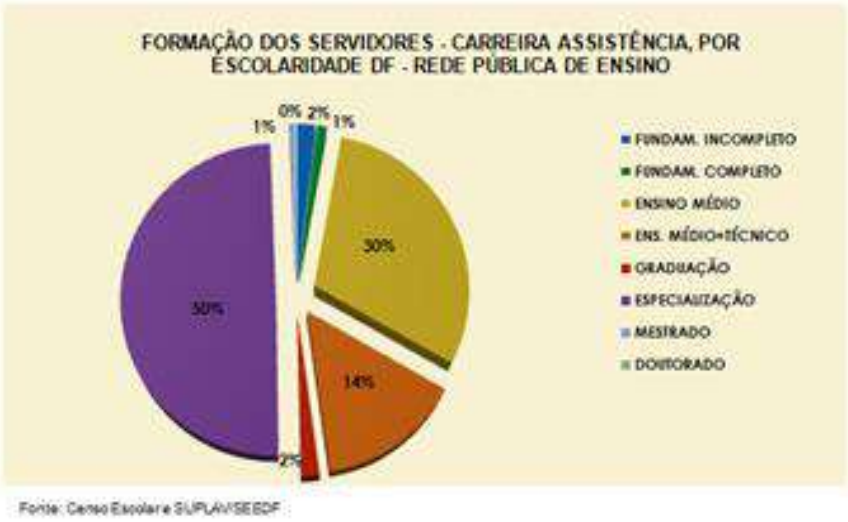


Gráfico 6: Formação de Servidores – Carreira Assistência



PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA – PNEE

Em 2017, a SEEDF estabeleceu parceria junto ao SEBRAE para desenvolver, nos anos de 2018 e 2019, no âmbito da Rede Pública de Ensino, formação de professores da Educação Básica com vistas ao desenvolvimento das capacidades empreendedoras dos estudantes da SEEDF.

CONCURSO PÚBLICO

No ano de 2017, foram realizadas todas as fases do Concurso Público para provimento de 800 (oitocentas) vagas para o cargo de Professor de Educação Básica da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, conforme Lei nº 5.105, de 03 de maio de 2013, mais cadastro de reserva de 1.200 (mil e duzentos) candidatos; e de 370 (trezentos e setenta) vagas para os cargos de Analista, Técnico e Monitor de Gestão Educacional da Carreira Assistência à Educação, conforme Lei nº 5.106, de 03 maio de 2013, mais cadastro de reserva de 530 (quinhentos e trinta) candidatos do quadro de pessoal da SEE/DF.

Ao todo, o referido certame abrangeu um total de 152.111 (cento e cinquenta e dois mil e cento e onze) candidatos inscritos e como instrumentos de avaliação foram efetuadas as seguintes ações:

Elaboração de 38 (trinta e oito) provas objetivas, uma para cada cargo/componente curricular/especialidade, as quais foram compostas por 120 (cento e vinte) itens, sendo 50 itens de conhecimentos básicos e 70 itens de conhecimentos específicos.

Elaboração de 35 (trinta e cinco) provas discursivas, que constituiu na elaboração de texto, com até 30 linhas acerca de matérias constantes dos objetos de avaliação.

Correção total de 3.610 (três mil seiscentas e dez) provas discursivas dos candidatos aprovados nas provas objetivas de acordo com os quantitativos estabelecidos por cargo/componente curricular/especialidade, conforme disposto no edital de abertura, respeitando-se os empates na última posição.

NOMEAÇÃO E POSSE DE SERVIDORES EFETIVOS DA SEEDF

Em 2017, foram empossados 202 (duzentos e dois) professores, conforme demonstrado na tabela

NOMEAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS DAS CARREIRAS MAGISTÉRIO PÚBLICO E ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO			
AVISOS	DODF	NOMEADOS	EMPOSSADOS
Aviso 01/2017 - PROFESSOR	DODF Extra nº 07, de 14/02/2017	212	144

Aviso 02/2017 - PROFESSOR	DODF nº 91, de 15/05/2017	67	49
Aviso 03/2017 - PROFESSOR	DODF nº 196, de 11/10/2017	13	9
	Total	292	202

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017 a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal continuou apresentando relevantes avanços quanto à consolidação de ações em direção ao cumprimento das Metas estabelecidas pelo Plano Distrital de Educação – PDE e em consonância com o Programa Temático: Educa Mais Brasília. Com o propósito de viabilizar a consolidação dessas políticas públicas educacionais, esforços diários foram envidados por esta Secretaria na busca da consubstancialização da oferta de uma educação pública, democrática, de qualidade, voltada à formação integral do ser humano para crianças, jovens e adultos do Distrito Federal.

Quanto à primeira etapa da Educação Básica: Educação Infantil, no ano letivo de 2017, o Distrito Federal alcançou o êxito de ser a primeira Unidade da Federação a universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade para todas as famílias do Distrito Federal que buscaram vaga na Rede Pública de Ensino, consoante o preconizado na Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE e no Plano Distrital de Educação – PDE.

Quanto à segunda etapa da Educação Básica: Ensino Fundamental e ainda em atendimento ao disposto no PNE e mais especificamente à estratégia 2.3 do PDE, a SEEDF intensificou as ações voltadas à universalização da Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal de modo a valorizar o conhecimento dos estudantes e enfrentar os índices de retenção e evasão escolar e, sobretudo, de reforçar a importância de se respeitar os caminhos diferenciados da escolarização.

A SEEDF também atuou fortemente na redução da defasagem idade-ano nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino que ofertam Ensino Fundamental por meio da ampliação e do fortalecimento do Programa Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, o qual contou inclusive com parceria com a UNICEF para a formação de professores atuantes nesse programa. Nessa mesma perspectiva, a SEEDF realizou diversas parcerias junto às instâncias dos setores público e privado destinadas a viabilizar o fortalecimento e a expansão da oferta de programas e projetos direcionados à melhoria do processo de ensino aprendizagem em todas as etapas, modalidades e temáticas especiais de ensino da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Quanto às ações voltadas à última etapa da Educação Básica: Ensino Médio, a reorganização dos tempos e dos espaços escolares por meio da Semestralidade, em prol de sua universalização em 2018, recebeu em 2017 a intensificação do monitoramento e do acompanhamento pedagógico das unidades escolares que fizeram adesão à Semestralidade a fim de orientar a comunidade escolar sobre a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade e propor soluções para os desafios encontrados. Em avaliação junto às unidades escolares que ofertam Ensino Médio e ainda com base nos dados anuais, observou-se que as escolas que aderiram à organização pedagógica da Semestralidade obtiveram a elevação do envolvimento e da motivação dos estudantes, o aumento da taxa de aprovação e a redução do abandono escolar.

Ainda quanto essa etapa do ensino, em 2017 houve também a ampliação da oferta de educação em tempo integral para unidades escolares que ofertam Ensino Médio. Para tanto, foi elaborada proposta de constituição de componentes curriculares eletivos, bem como projetos pedagógicos para subsidiar a implementação de um modelo para essa oferta educacional.

Quanto à modalidade Educação Profissional, no ano de 2017, a fim de garantir formação qualificada de jovens e adultos do Distrito Federal para sua inserção no mundo do trabalho, a SEEDF, em parceria com Ministério da Educação – MEC, via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, ofertou 1.284 vagas em cursos do MedioTec; 85 vagas em cursos técnicos de nível médio; e 7.164 vagas em cursos de formação inicial e continuada.

Ainda quanto essa modalidade de ensino, foram envidados esforços em prol do planejamento e da organização para a inauguração do Centro de Educação Profissional Articulado do Guará – CEPAG, que iniciou suas atividades em 2017 com cursos de Enfermagem e Produção de Moda pelo MedioTec e curso de formação inicial e continuada de Organização de Eventos; enquanto que , em 2018, passará também a ofertar mais 800 vagas cursos técnicos de nível médio em Computação Gráfica e Enfermagem articulado ao Ensino Médio.

Outra relevante ação desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação foi a realização da 1ª Mostra de Robótica do Distrito Federal com o propósito de incentivar a inovação na construção de tecnologia robótica para além dos robôs seguidores de linha. Os projetos premiados foram também indicados para representar o Distrito Federal no evento nacional em Curitiba, de modo a favorece ainda mais a inovação e a pesquisa por meio da troca de conhecimentos.

Dentre as ações de apoio educacional, foram desenvolvidas ações para manutenção e aperfeiçoamento do transporte escolar, da alimentação escolar, da assistência e da saúde do estudante. Dentre essas, destaca-se o Projeto Alimentação, voltado a propagar a importância da educação alimentar e nutricional, bem como diversas outras ações efetuadas em parceria com a Secretaria de Saúde em prol da saúde do estudante.

Quanto ao Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, além do crescimento vertiginoso do repasse orçamentário anual às unidades escolares nos últimos anos, em dezembro de 2017, foi promulgada a Lei nº 6.023, que institui o PDAF e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas coordenações regionais de ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Esse programa orienta-se, sobretudo, pela observação e pela aplicação do princípio da autonomia na gestão escolar, considerando a perspectiva da gestão democrática, e se constitui como mecanismo de descentralização financeira, de caráter complementar e suplementar, destinado a prover recursos às unidades escolares e coordenações regionais de ensino da rede pública de ensino, com vistas a promover sua autonomia para o desenvolvimento de iniciativas destinadas a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da gestão democrática na rede pública do Distrito Federal.

Desse modo, com base no acompanhamento das ações desenvolvidas e considerando as limitações orçamentárias ainda presentes, avalia-se positivamente a execução das políticas públicas educacionais pela Secretaria de Estado de Educação no ano de 2017, visto que houve avanços significativos na implantação e na implementação de ações voltadas à consolidação do proposto no Programa Temático Mais Educação, ao cumprimento das metas definidas no Plano Distrital de Educação e ao atendimento às demais demandas educacional no Distrito Federal.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 19.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF tem sua estrutura definida pelas disposições constantes nos Decretos 36.879, de 17 de novembro de 2015, 37.187, de 15 de março de 2016, e 37.401, de 13 de junho de 2016.

Compete à SEF, conforme disposto no Decreto nº 35.565, de 25/06/2014, que aprova o seu Regimento Interno, promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; executar as operações de crédito do Distrito Federal; elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A – BRB e executar outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Norteada pela missão institucional que integra as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo, a SEF mantém ações objetivando garantir o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita governamental do Distrito Federal, mesmo em face dos efeitos da crise econômica mundial, atuando preponderantemente na gestão tributária, priorizando meios para garantir efetiva fiscalização dos setores econômicos, reduzindo a inadimplência e combatendo a sonegação fiscal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	118	224	221	545	1.108
Comissionados sem vínculo efetivo	35		8		43
Requisitados de órgãos do GDF	16	11	8	16	51
Requisitados de órgãos fora do GDF		1			1
Estagiários		31		18	49
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		17		6	23
Terceirizados (FUNAP)		20		1	20
Outros - especificar		42		7	49
Subtotal	169	346	237	592	1.344
(-) Cedidos para outros órgãos		75		10	85
Total Geral	169	271	237	582	1.259

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas
Nota: O critério utilizado para classificação em atividade meio ou fim considerou a atividade e não a carreira do servidor. As Subsecretarias de Contabilidade, do Tesouro e da Receita foram incluídas como atividade fim e as demais como atividade meio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	**10,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	**1.100.000,00**	**30.600.000,00**	**27.687.708,73**	**27.172.775,38**
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM--DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	30.600.000,00	27.687.708,73	27.172.775,38
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	**26.829.821,00**	**26.511.166,00**	**13.160.319,48**	**5.875.908,56**
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO--DISTRITO FEDERAL	26.829.821,00	26.511.166,00	13.160.319,48	5.875.908,56
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**5.000.000,00**	**14.899.886,00**	**14.892.923,31**	**11.574.718,89**
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	14.899.886,00	14.892.923,31	11.574.718,89
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	**10,00**	**11.525.726,00**	**11.505.247,39**	**10.802.105,50**
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL-DISTRITO FEDERAL	10,00	11.525.726,00	11.505.247,39	10.802.105,50
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**32.929.851,00**	**83.536.780,00**	**67.246.198,91**	**55.425.508,33**

2.1. GESTÃO TRIBUTÁRIA

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 23/01/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 08/01/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de dezembro e no ano de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica.

ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de dezembro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R$ 1.326,6 milhões em valores correntes. No confronto com dezembro de 2016, aponta-se um decréscimo nominal de 2,6%, que corresponde a um decréscimo real de 4,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de dezembro

discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECADAÇÃODE ORIGEM TRIBUTÁRIA
DADOS SIGGO em 23/01/2018

VALORES EM R$ MIL

ITEM	dez/17 (a)	dez/16 (b)	dezembro/2016 pelo INPC/IBGE (c)	Variação Nominal (a) - (b)	Variação Nominal (a)/(b)	Variação Real (a) - (c)	Variação Real (a)/(c)	Composição da arrecadação em dezembro/17
ICMS	691.849	634.437	647.551	+57.412	+9,0%	+44.298	+6,8%	52,2%
ISS	176.618	150.148	153.251	+26.471	+17,6%	+23.367	+15,2%	13,3%
SIMPLES	33.834	30.460	31.090	+3.374	+11,1%	+2.744	+8,8%	2,6%
IRRF	283.066	406.955	415.367	-123.889	-30,4%	-132.300	-31,9%	21,3%
IPVA	16.628	24.756	25.267	-8.127	-32,8%	-8.639	-34,2%	1,3%
IPTU/TLP	24.630	15.055	15.366	+9.775	+64,9%	+9.464	+61,6%	1,9%
ITBI	39.964	36.423	37.176	+3.541	+9,7%	+2.788	+7,5%	3,0%
ITCD	12.229	12.520	12.779	-291	-2,3%	-550	-4,3%	0,9%
Outras Taxas	5.188	5.878	5.999	-690	-11,7%	-811	-13,5%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.284.207	1.316.632	1.343.846	-32.425	-2,5%	-59.639	-4,4%	96,8%
Dívida Ativa	24.142	28.474	29.063	-4.332	-15,2%	-4.920	-16,9%	1,8%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	7.189	4.991	5.094	+2.198	+44,0%	+2.095	+41,1%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.103	11.613	11.863	-510	-4,4%	-760	-6,3%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	42.434	45.078	46.010	-2.644	-5,9%	-3.575	-7,8%	3,2%
Total da Arrecadação (A) + (B)	**1.326.641**	**1.361.710**	**1.389.855**	**-35.069**	**-2,6%**	**-63.214**	**-4,5%**	**100,0%**

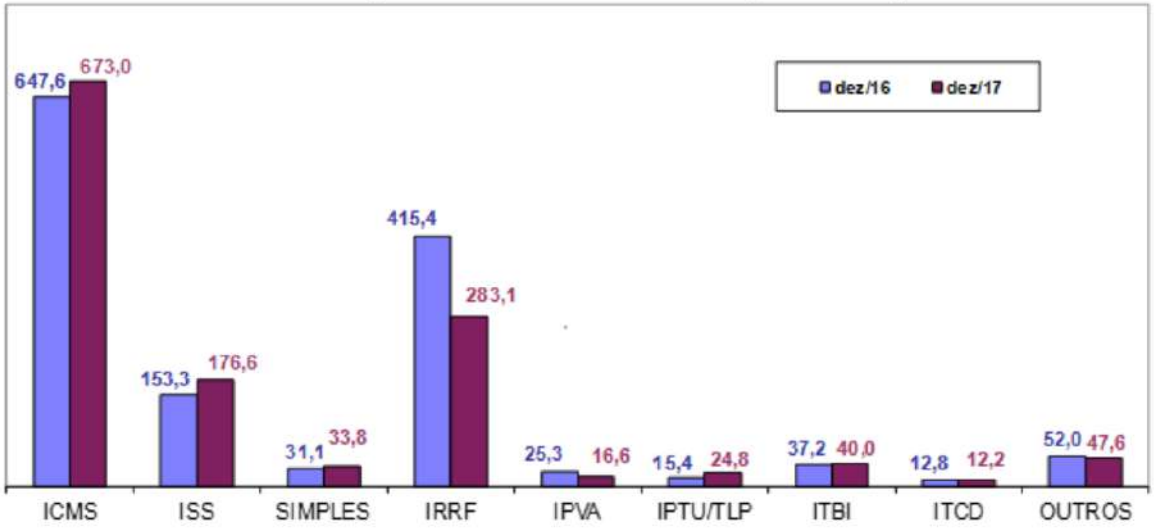
Fonte: SIGGO.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE, além de apresentarem comportamento irregular ao longo do tempo, resultam em receita contábil sem fluxo financeiro. Assim, o montante relativo à R$ 18,9 milhões registrado para o mês de dezembro de 2017 nesta rubrica foi excluído da análise seguinte.

Em relação ao desempenho real da arrecadação tributária em dezembro de 2017 frente a dezembro de 2016, destacam-se os acréscimos reais do ICMS, do ISS e do IPTU/TLP.

Em sentido contrário, foram observados decréscimos reais de arrecadação tributária no IRRF de R$ 132,3 milhões (-31,9%), devido à alta base de comparação em 2016, do IPVA e da Dívida Ativa.

Arrecadação em dezembro/2017 contra dezembro/2016 - sem incentivado
Em R$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)



No resultado acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R$ 15,3 bilhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 3,1% e real de 0,1%, em relação ao mesmo período de 2016.

A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017
DADOS SIGGO em 23/01/2018

VALORES EM R$ MIL

ITEM	2017	2016	2017 pelo INPC/IBGE	2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	7.557.719	7.375.552	7.618.259	7.655.502	+182.166	+2,5%	-37.244	-0,5%	49,4%
ISS	1.623.387	1.503.033	1.636.275	1.559.764	+120.354	+8,0%	+76.511	+4,9%	10,6%
SIMPLES	369.303	347.899	372.270	361.208	+21.403	+6,2%	+11.062	+3,1%	2,4%
IRRF	2.790.542	2.858.091	2.811.937	2.961.680	-67.549	-2,4%	-149.743	-5,1%	18,3%
IPVA	998.058	918.686	1.003.680	961.829	+74.372	+8,1%	+41.851	+4,4%	6,5%
IPTU/TLP	862.986	839.237	869.519	864.842	+23.749	+2,8%	+4.677	+0,5%	5,6%
ITBI	368.597	322.855	371.376	334.450	+45.742	+14,2%	+36.926	+11,0%	2,4%
ITCD	138.874	109.201	139.890	113.407	+29.673	+27,2%	+26.483	+23,4%	0,9%
Outras Taxas	75.269	80.596	75.880	83.610	-5.327	-6,6%	-7.730	-9,2%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	14.779.734	14.355.151	14.899.085	14.896.292	+424.583	+3,0%	+2.793	+0,0%	96,7%
Dívida Ativa	289.877	299.165	292.256	309.844	-9.288	-3,1%	-17.588	-5,7%	1,9%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	92.945	72.090	93.696	74.882	+20.855	+28,9%	+18.813	+25,1%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	121.221	104.973	122.146	108.632	+16.248	+15,5%	+13.514	+12,4%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	504.043	476.229	508.098	493.358	+27.814	+5,8%	+14.739	+3,0%	3,3%
Total da Arrecadação (A) + (B)	15.283.777	14.831.380	15.407.183	15.389.650	+452.398	+3,1%	+17.532	+0,1%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE foram também excluídos da análise a seguir.

Na comparação acumulada do ano de 2017 com 2016, foram observados acréscimos reais de R$ 76,5 milhões do ISS (+4,9%), R$ 41,8 milhões do IPVA (+4,4%), R$ 36,9 milhões do ITBI (+11,0%) e R$ 26,5 milhões do ITCD (+23,4%). Por outro lado, foram registradas quedas reais de R$ 149,7 milhões do IRRF (-5,1%); R$ 60,3 milhões do ICMS (-0,8%), com o expurgo da receita do incentivado; e de R$ 17,6 milhões de Dívida Ativa (-5,7%).



O FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados, calculado pela Fipe com base nos anúncios de apartamentos prontos publicados na página do ZAP Imóveis e em outras fontes da Internet em 20 cidades brasileiras, registrou estabilidade em dezembro (+0,01%) e, assim, encerrou o ano de 2017 com queda nominal dos preços de 0,53% na comparação com o final de 2016. Nos 10 anos de histórico do indicador, esta foi a primeira vez que os preços encerraram um ano em nível nominalmente menor do que o do ano anterior.

Individualmente, 13 das 20 cidades pesquisadas apresentaram recuo nominal no preço de venda no último ano, tendo o Distrito Federal apresentado a quarta maior queda (-2,3%).

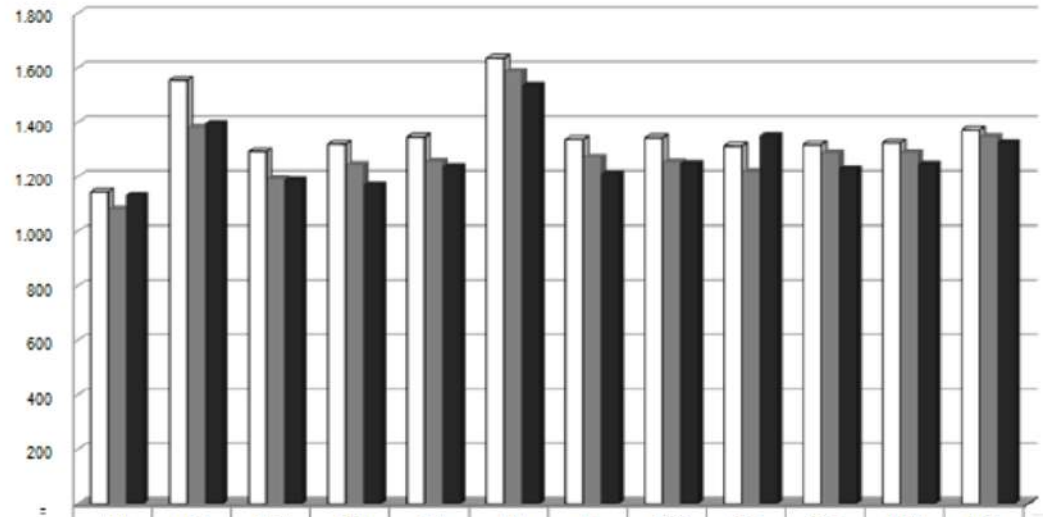
Entre as demais cidades, as maiores variações foram observadas em Belo Horizonte (+4,8%) e Florianópolis (+4,38%) – as duas foram as únicas com aumentos acima da inflação.

Em dezembro de 2017 o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R$ 7.631/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais caro do país (R$ 9.811), seguida por São Paulo (R$ 8.745) e Distrito Federal (R$ 8.238).

Em que pese o resultado acumulado negativo no ano do índice no Distrito Federal, a arrecadação do ITBI continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 11,0% (+R$ 36,9 milhões) no acumulado de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.

RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2017
EM R$ MILHÕES



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
LOA/PROG FIN	1.146	1.556	1.294	1.322	1.348	1.636	1.339	1.344	1.314	1.319	1.326	1.374
PREV MENSAL	1.083	1.382	1.193	1.246	1.256	1.588	1.273	1.254	1.219	1.288	1.289	1.348
REALIZADA	1.133	1.396	1.189	1.172	1.238	1.537	1.213	1.249	1.351	1.230	1.247	1.327

A receita realizada em dezembro de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R$ 21,2 milhões, que correspondeu a um desvio negativo de 1,6% de realização. Nessa comparação, observam-se desvios positivos de realização no ISS de R$ 34,2 milhões, no ICMS de R$ 25,7 milhões e no IPVA de R$ 12,2 milhões, esse último associado ao programa de cobrança desenvolvido pela CBRAT/SUREC. Em sentido contrário, o grande desvio negativo foi o apresentado pelo IRRF de R$ 104,4 milhões, possivelmente associado a medidas de contenção com despesa de pessoal.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de dezembro, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R$ 46,9 milhões. Os desvios negativos foram discriminados pelos principais itens que compõem a receita tributária, sendo que o mais relevante foi o IRRF (-R$ 104,4 milhões). O ICMS (-R$ 4,3 milhões) e o Simples (-R$ 2,6 milhões) também apresentaram desvios negativos, conforme quadro abaixo.

VALORES EM R$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - DEZEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	666.166	696.120	691.849	25.682	(4.272)
ISS	142.378	144.740	176.618	34.240	31.878
SIMPLES	32.810	36.436	33.834	1.024	(2.602)
IRRF	387.421	387.421	283.066	(104.355)	(104.355)
IPVA	4.442	3.530	16.628	12.186	13.098
IPTU/TLP	24.771	19.855	24.830	60	4.975
ITBI	36.086	33.710	39.964	3.878	6.255
ITCD	8.565	9.293	12.229	3.664	2.936
OUTRAS TAXAS	5.510	6.015	5.188	(322)	(827)
RECEITA TRIB TOTAL	**1.308.149**	**1.337.120**	**1.284.207**	**(23.942)**	**(52.913)**
DÍVIDA ATIVA	27.239	24.458	24.142	(3.097)	(315)
M/J DIVIDA ATIVA	6.984	6.288	7.189	205	901
M/J TRIBUTOS	5.510	5.720	11.103	5.593	5.383
TOTAL OUTRAS REC	**39.733**	**36.466**	**42.434**	**2.701**	**5.969**
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	**1.347.882**	**1.373.586**	**1.326.641**	**(21.241)**	**(46.945)**

No ano de 2017, ocorreu desvio negativo de realização frente à previsão mensal na ordem de R$ 134,3 milhões. Os principais desvios negativos ocorreram com o IRRF (-R$ 486,1 milhões), o IPTU/TLP (-R$ 79,9 milhões) e o Simples (-R$ 29,6 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o ICMS (+R$ 174,8 milhões), o IPVA (+ R$ 140,5 milhões) e o ISS (+R$ 64,4 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista para LOA/Programação Financeira com a receita realizada em 2017, houve déficit no montante de R$ 1,0 bilhão. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R$ 609,2 milhões), IRRF (-R$ 486,1 milhões) e IPTU/TLP (-R$ 82,4 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,72% utilizado na previsão mensal de dezembro de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento de parte da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF – FEF/DF contribuem para o desvio observado.

Apesar do não atingimento da previsão contida na LOA para o ano de 2017, observa-se, claramente qie o segundo semestre de 2017, a curva de arrecadação mudou de rota apontando para um crescimento constante e significativo desde agosto de 2017, o que reflete uma expectativa de crescimento da arrecadação positiva para o ano de 2018.

VALORES EM R$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	7.382.879	8.166.878	7.557.719	174.840	(609.160)
ISS	1.558.952	1.593.576	1.623.387	64.435	29.811
SIMPLES	398.937	411.647	369.303	(29.634)	(42.344)
IRRF	3.276.647	3.276.647	2.790.542	(486.105)	(486.105)
IPVA	852.560	924.488	993.058	140.498	68.571
IPTU/TLP	942.854	945.416	862.986	(79.868)	(82.429)
ITBI	370.142	375.885	368.597	(1.546)	(7.288)
ITCD	94.975	107.499	138.874	43.899	31.375
OUTRAS TAXAS	80.266	85.682	75.269	(4.996)	(10.413)
RECEITA TRIB TOTAL	**14.958.211**	**15.887.717**	**14.779.734**	**(178.477)**	**(1.107.982)**
DÍVIDA ATIVA	298.025	293.493	289.877	- 8.148	(3.616)
M/J DÍVIDA ATIVA	69.540	74.351	92.945	23.405	18.594
M/J TRIBUTOS	92.323	61.809	121.221	28.898	59.411
TOTAL OUTRAS REC	**459.888**	**429.653**	**504.043**	**44.155**	**74.390**
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	**15.418.099**	**16.317.370**	**15.283.777**	**(134.322)**	**(1.033.593)**

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro abaixo resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

Indicador	Unidade	Fonte	nov/16	nov/17	out/17	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2017
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,18%	0,28%	0,42%	2,50%	2,80%	2,79%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,28%	0,48%	0,46%	3,15%	4,31%	nd
SELIC	variação % a.a.	BACEN	14,00%	7,00%	7,50%	----	---	7,00%
PIB BRASIL (1)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN						1,01%
IBC-Br (2)	var % mês/mês anterior	BACEN	-0,48%	0,29%	0,27%	0,85%	0,26%	nd
Taxa de desemprego no DF	%	CODEPLAN	18,5%	18,4%	18,8%	----	---	----
Índice FipeZap Ampliado, preço venda imóvel resid. (3)	variação %	Fipe	0,13%	0,01%	0,03%	-0,53%	-0,53%	----
Índice FipeZap DF, preço venda imóvel residencial (3)	variação %	Fipe	-0.11%	0,01%	-0,38%			----
Preço médio imóvel residencial anunciado DF (3)	R$/m²	Fipe	8.497	8.238	8.259	----	---	----
Venda de combustíveis DF	var % mês/mês anterior	ANP	-1,88%	-2,53%	-0,69%	-0,45%	-0,69%	----
Produção Industrial Mensal - Brasil	var % mês/mês anterior	IBGE	0,2%	0,2%	0,2%	2,3%	2,2%	2,25%
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	5,0%	4,6%	1,0%	2,2%	2,2%	----
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado -DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-5,8%	-7,0%	-4,6%	-6,5%	-6,5%	nd
Consumo de energia elétrica - DF	var % mês/mês anterior	EPE	-1,23%	6,14%	-2,34%	-4,28%	1,18%	nd
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês anterior	Fenabrave	12,15%	0,66%	1,83%	26,44%	23,04%	9,90%
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês anterior	Sincodiv	-10,73%	-9,50%	3,00%	4,73%	3,23%	nd

Notas: (1) Projeção para 2017 divulgada no Boletim Focus.
(2) As taxas e números referem-se aos meses anteriores aos indicados nas respectivas colunas.
(3) Os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas.

PIB

De acordo com o Boletim Focus do Banco Central de 12/01/2018, os analistas do mercado financeiro estão otimistas com a economia brasileira. A publicação semanal da autoridade monetária aponta um crescimento de 2,70% em 2018, enquanto quatro semanas antes a taxa de crescimento estimada era de 2,64%. Para o ano passado, cujo resultado será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apenas em março, a previsão é que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado 1%, o dobro da taxa divulgada no Boletim Focus do Banco Central de um ano atrás (13/01/2017).

IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país fechou em 2017 com alta acumulada de 2,95%, resultado 3,34 pontos percentuais inferior aos 6,29% de 2016. É o menor número desde a taxa de 1998, quando ficou em 1,65%.

Os dados foram divulgados no dia 10/01/2018, no Rio de Janeiro, pelo IBGE e indicam que, em dezembro, o IPCA fechou em 0,44%, ficando 0,16 ponto percentual acima do resultado de novembro (0,28%). Essa foi a maior variação mensal de 2017. Em 2016, o IPCA de dezembro atingiu 0,3%.

A previsão dos 100 analistas que fazem projeções para os principais indicadores da economia para o IPCA é que o ano de 2018 termine com uma taxa de 3,96% – número inferior ao centro da meta, que para 2017 e 2018 é de 4,5%, recuando para 4,25% para 2019 e 4% em 2020. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

SELIC

A expectativa da taxa básica de juros, a Selic, para o fim de 2018, é de 6,75%. Caso as expectativas sejam confirmadas, esse será o menor nível já registrado pelo BC. Atualmente, o indicador está em 7%, resultado da reunião que ocorreu em 06/12/2017, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa em 0,5 ponto percentual.

Observa-se que no Boletim Focus do Banco Central de um ano atrás (13/01/2017), a Selic estimada para o fim de 2017 era de 9,75%.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

De acordo com a Pnad Contínua, pesquisa oficial trimestral sobre trabalho e rendimento do IBGE, a taxa de desocupação de 12,0% no trimestre de setembro-outubro-novembro de 2017 recuou 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre de junho-julho-agosto. Já na comparação com o mesmo trimestre de 2016, quando a taxa foi estimada em 11,9%, o quadro foi de relativa estabilidade. A população desocupada (12,6 milhões) caiu 4,1% (menos 543 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior. No confronto com igual trimestre de 2016, quando havia 12,1 milhões de desocupados, a alta foi de 3,6% (mais 439 mil de pessoas).

No Distrito Federal, a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) divulgada pela Codeplan mostra que a taxa de desemprego total sofreu redução, ao passar de 18,8% em outubro para 18,4% em novembro, sendo estimado em 300 mil pessoas, redução de 8 mil em relação ao mês anterior.

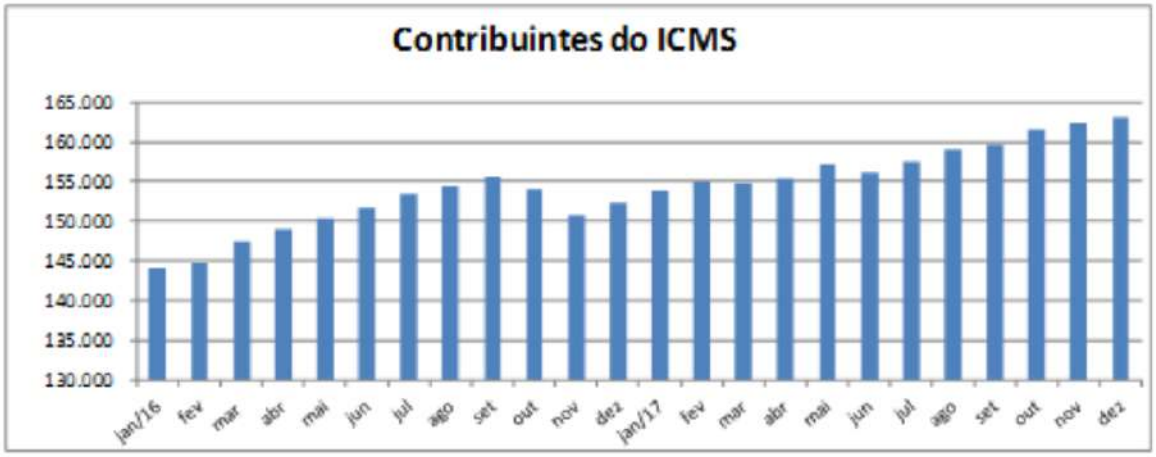
Entre novembro de 2016 e novembro de 2017, a taxa de desemprego total praticamente manteve-se estável, ao passar de 18,5% para 18,4%, tendo sido estimado em 1.333 mil pessoas (3 mil a mais em relação ao mês anterior) o contingente de ocupados. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve acréscimo do nível ocupacional na indústria de transformação (criação de 4 mil postos de trabalho) e na construção civil (85 mil) e relativa estabilidade no comércio (redução de 1 mil) e nos serviços (redução de 2 mil). A Administração Pública, por sua vez, teve redução de 3 mil postos de trabalho.

ARRECADAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de dezembro de 2017 ingressos de R$ 691,8 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior, apurou-se acréscimo nominal de 9,0% e expansão real de 6,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R$ 7.557,7 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 2,5%, mas decréscimo real de 0,5% em relação a igual período de 2016.

Em dezembro de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 163.145 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de inscrições no ICMS nos últimos seis meses de 2017. Do total de inscritos, 86,2% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.106 e 95.498 contribuintes, respectivamente.

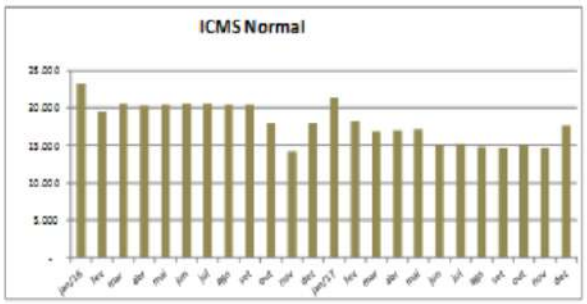


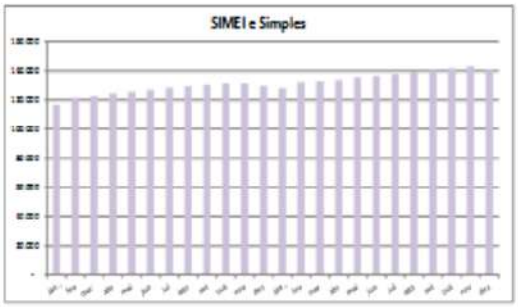
Em relação à localidade, neste mês, houve aumento de contribuintes do ICMS em todas as Agências, sobretudo as que possuem maior abrangência: Agências de Taguatinga (+191 inscrições), de Brasília (+143 inscrições), além da região industrial do SIA (+115 inscrições).

DEZEMBRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	11	5	3		1		1	29
2) Regime Normal de Apuração	685	4.003	1.545	1.901	1.527	540	2.541	719	4.012	172	17.645
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	4	207	7	115	1	2	53	2	48	1	440
5)Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		2		13			2		5		22
6) Revendedor Porta-a-Porta				25							25
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.514	16.630	14.048		14.027	5.720	8.605	5.982	22.901	2.071	95.498
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.065	11.201	4.566	26	4.532	1.940	5.795	2.276	12.047	656	45.106
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				988							988
10) Telecomunicações-Centralizada				67							67
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	7	14	9	3.269	5		2		5		3.311
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2		1	2		1		6
TOTAL	8.276	32.060	20.180	6.424	20.057	8.206	17.000	8.982	39.019	2.901	163.145
PARTICIPAÇÃO	5,10%	19,75%	12,43%	3,96%	12,38%	5,05%	10,47%	5,53%	24,04%	1,79%	100,50%
aumento mês atual sobre o mês anterior	0,24%	0,45%	0,52%	0,48%	0,49%	0,44%	0,68%	0,57%	0,49%	0,73%	0,50%

Fonte: CCALT/SUREC, em 31/12/2017.

Vale destacar o acréscimo do número de inscritos do Regime Normal de Apuração de 3.003 novos registros, relacionado ao desenquadramento de contribuintes do Regime do Simples Nacional, que apresentou decréscimo de 2.729 inscrições.

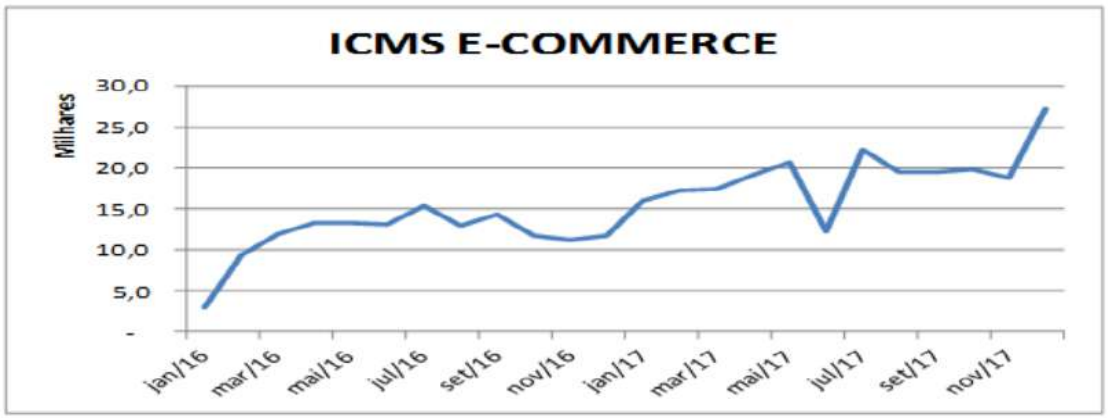




Quanto à composição do ICMS por situação de recolhimento em dezembro de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 56,7%, seguido do total da Substituição Tributária fora e no DF, com 32,8%, esse conjunto representando 89,5% da receita total do imposto.



Delineando o acréscimo real de R$ 44,3 milhões na receita total do ICMS em dezembro de 2017 na comparação com dezembro de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, destaca-se o incremento do ICMS Normal (+R$ 18,1 milhões), seguido de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R$ 15,2 milhões), modalidade de receita implementada em janeiro de 2016, cuja evolução encontra-se ilustrada na figura seguinte.



Destaca-se também o aumento da modalidade Outros (+R$ 11,6 milhões), em decorrência de recolhimentos no âmbito do ICMS Incentivado. O quadro abaixo apresenta a arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento.

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO[1]						
ITEM	Valores Reais (em R$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (dez/17)
	dez/17	2017	dez/16	2016		
Normal	392.579	4.396.915	374.457	4.696.961	4,8%	56,7%
ST no DF	82.148	1.042.539	85.826	945.158	-4,3%	11,9%
ST fora do DF	144.296	1.658.905	141.157	1.522.578	2,2%	20,9%
Antecipado	10.051	87.587	10.627	143.337	-5,4%	1,5%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	27.194	231.480	12.019	146.297	126,3%	3,9%
FCP[2]	6.287	63.761	5.757	64.372	9,2%	0,9%
Outros[3]	29.294	137.072	17.707	137.800	65,4%	4,2%
Total da Arrecadação	691.849	7.618.259	647.551	7.655.502	6,8%	100,0%

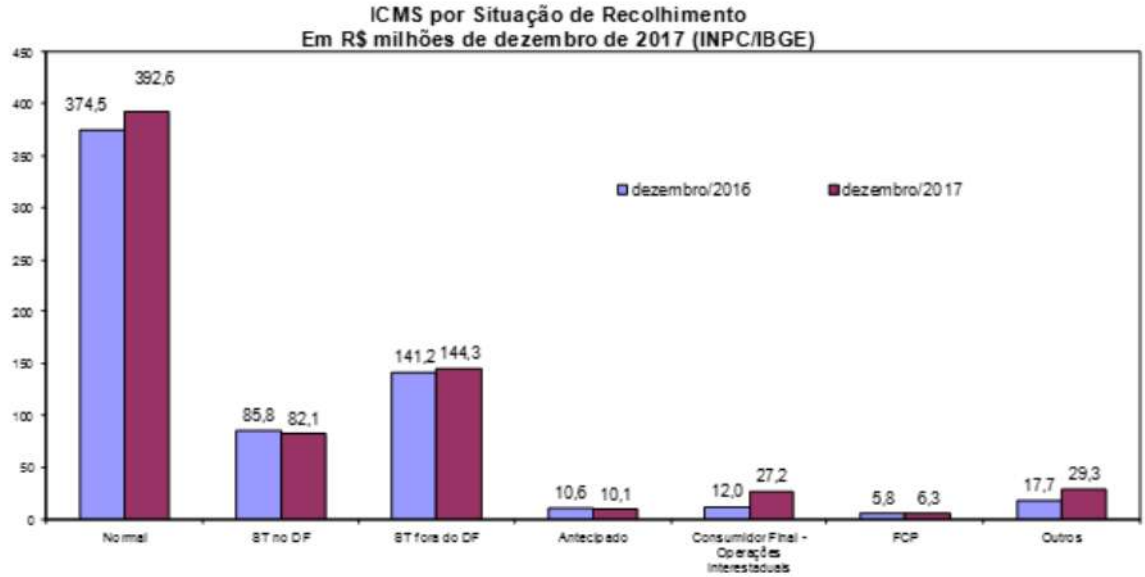
Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

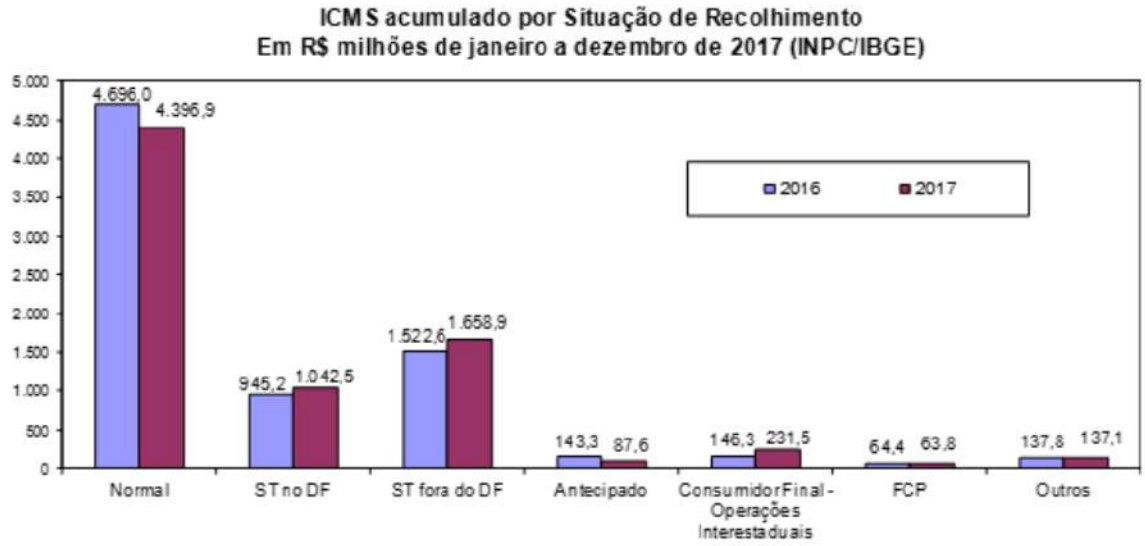
3. Outros = Importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de dezembro de 2017 com igual mês de 2016.



Quanto ao acumulado em 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R$ 37,2 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. A perda real do ICMS Normal (-R$ 299,0 milhões) superou os ganhos contabilizados na modalidade Substituição Tributária, dentro e fora do DF. Ademais, destacam-se a expansão da receita de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R$ 85,2 milhões) e o decréscimo nos recursos provenientes da modalidade ICMS Antecipado (-R$ 55,7 milhões).

A figura seguinte ilustra a comparação acumulada em 2017 frente a igual período de 2016.

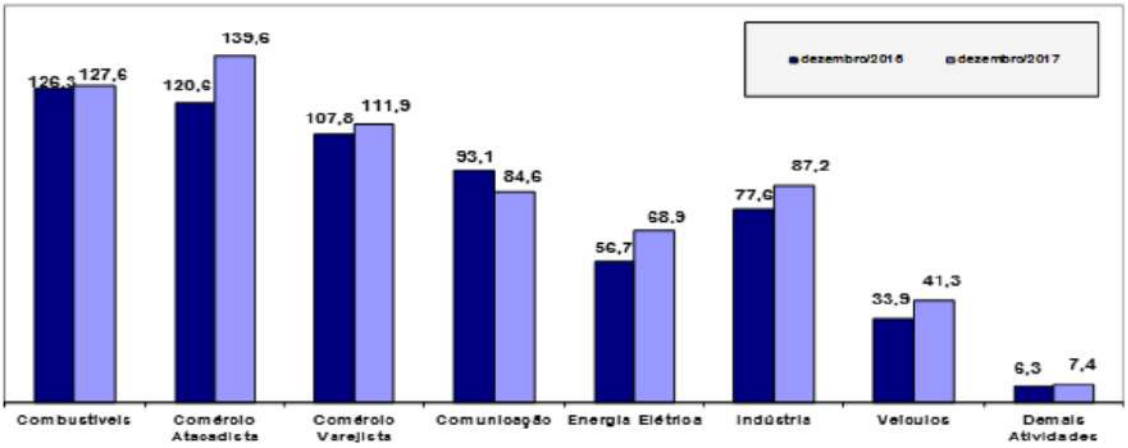


No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em dezembro de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Comércio Atacadista, com participação de 20,9%, seguido por Combustíveis, Comércio Varejista e Comunicação, com 19,1%, 16,7% e 12,7%, respectivamente.



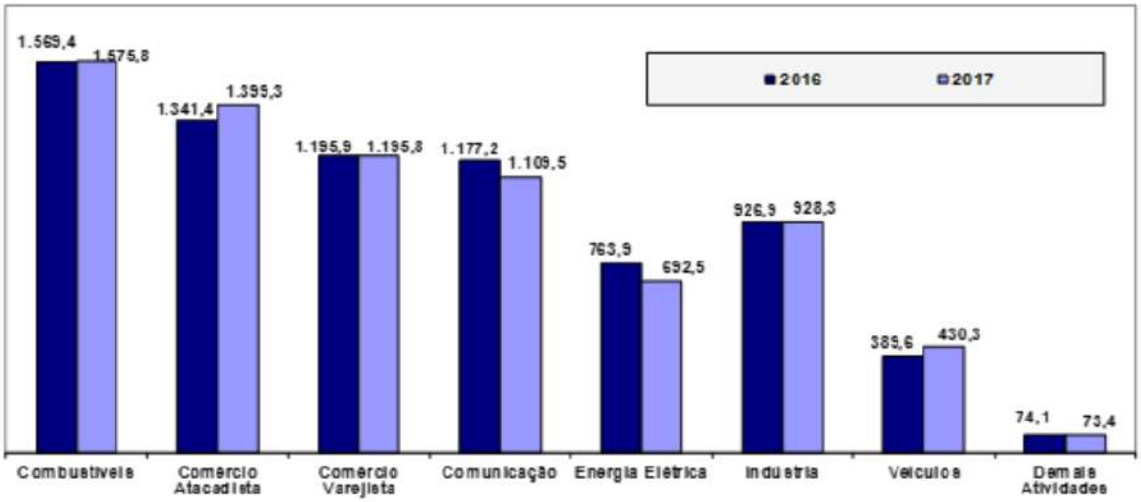
Na avaliação do desempenho real da receita de dezembro de 2017 frente a correspondente mês de 2016, destacam-se acréscimos no Comércio Atacadista (+R$ 19,0 milhões), Energia Elétrica (+R$ 12,2 milhões) e Indústria (+R$ 9,6 milhões). Observa-se que somente o segmento Comunicação apresentou decréscimo de receita (-R$ 8,4 milhões).

ICMS por Atividade Econômica
Em R$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)



Quanto ao desempenho acumulado em 2017 em relação a 2016, depreende-se que os decréscimos nas arrecadações dos segmentos de Energia Elétrica (-R$ 71,4 milhões) e Comunicação (-R$ 67,6 milhões) acabaram por determinar o desempenho negativo em termos reais da arrecadação do imposto em 2017. Não obstante, destacaram-se positivamente os segmentos Comércio Atacadista (+R$ 58,0 milhões), e Veículos (+R$ 40,6 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a nov)
Em R$ milhões de dezembro/2017 (INPC/IBGE)



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para os meses de dezembro de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos exercícios de 2017 e de 2016, variações reais, mensal e acumulada, e a composição da arrecadação em dezembro de 2017.

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais[1] (em R$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dezembro/2017)
					dez/17	jan-dez/17	
	dez/17	2017	dez/16	2016	dez/16	jan-dez/16	
Combustíveis	127.585	1.575.779	126.303	1.569.410	1,0%	0,4%	19,1%
Comércio Atacadista	139.567	1.399.324	120.580	1.341.351	15,7%	4,3%	20,9%
Comércio Varejista	111.899	1.195.820	107.827	1.195.915	3,8%	0,0%	16,7%
Comunicação	84.631	1.109.546	93.064	1.177.177	-9,1%	-5,7%	12,7%
Energia Elétrica	68.888	692.482	56.655	763.911	21,6%	-9,4%	10,3%
Indústria	87.205	928.261	77.581	926.852	12,4%	0,2%	13,0%
Veículos	41.339	430.255	33.866	389.646	22,1%	10,4%	6,2%
Demais Atividades	7.379	73.387	6.323	74.080	16,7%	-0,9%	1,1%
TOTAL	668.492	7.404.853	622.200	7.438.343	7,4%	-0,5%	100,0%

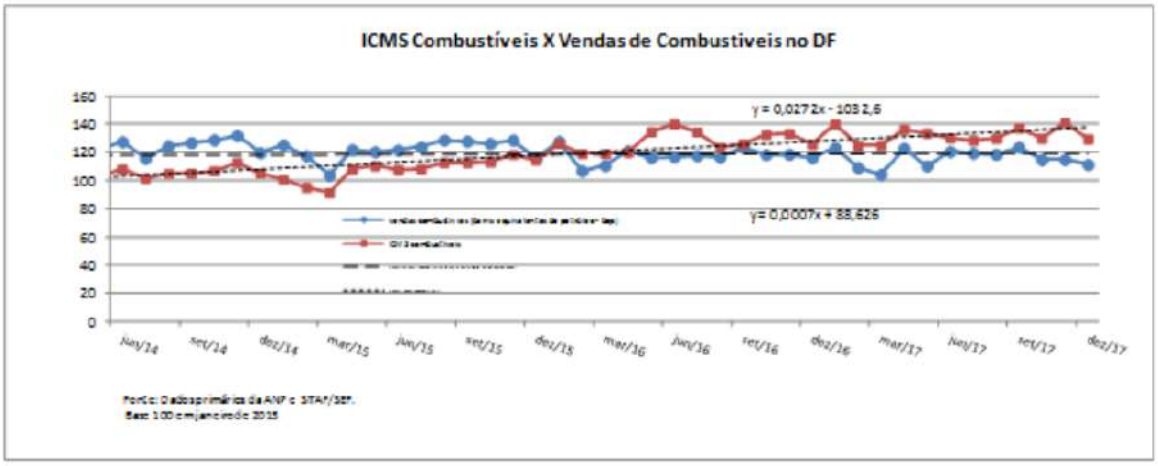
Fonte:SITAF.
Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP. Foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais.

Para o mês de dezembro em relação ao mês precedente, observam-se decréscimos tanto na venda de combustíveis quanto na arrecadação do ICMS. Registrou-se, em termos nominais, o menor patamar para as vendas do insumo dos últimos sete meses, ao passo que o nível da arrecadação do setor retroagiu quatro meses. Não obstantes, as curvas apresentam tendência de crescimento no longo prazo, sendo que a do ICMS foi mais pronunciada.



Analisando a arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal em dezembro de 2017 e no ano de 2017, conforme tabela anterior, no comparativo com dezembro de 2016 e com o exercício de 2016, o desempenho do imposto apresentou acréscimos reais de 1,0% e 0,4% respectivamente.

INDÚSTRIA

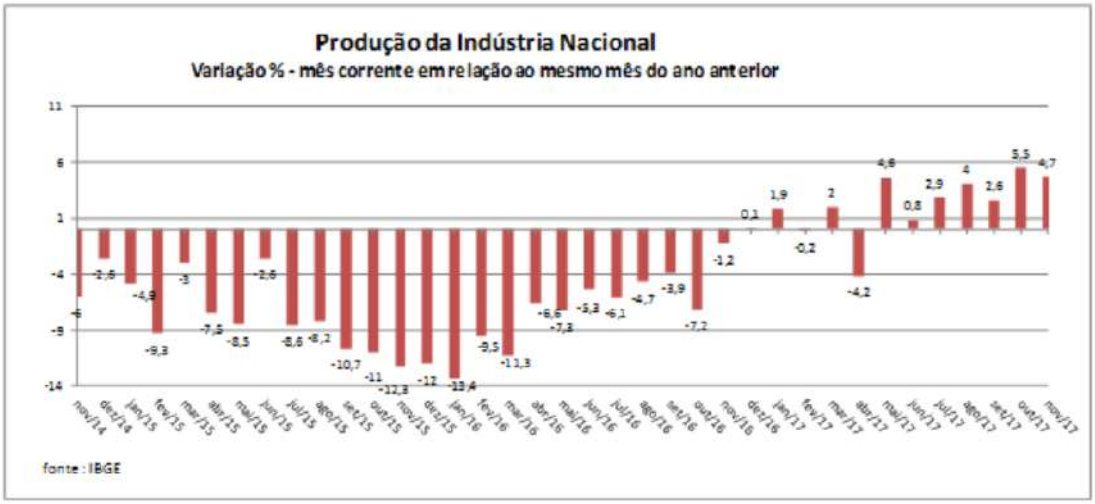
Os dados de novembro da publicação Indicadores Estruturais produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostraram aumentos de 0,3% no emprego, de 0,6% nas horas trabalhadas e na utilização da capacidade instalada, frente a correspondente mês de 2016. Por outro lado os ganhos monetários do ramo apontaram recuos de 0,6% do faturamento real, de 0,5% do rendimento médio real e de 0,8% da massa salarial real.

Chama atenção os dados concernentes à utilização da capacidade instalada (UCI) para possível retomada de expansão do segmento. Em novembro, fator gerador da arrecadação de dezembro, a utilização da capacidade instalada atingiu 78,3%, 0,6 ponto percentual (p.p.) acima do registrado no mesmo mês de 2016, a última vez que a UCI alcançou 78% foi em

fevereiro de 2016. A UCI média dos onze primeiros meses de 2017 é 0,3 (p.p.) acima da computada no mesmo período de 2016.

Entretanto, no acumulado do ano a maioria dos índices ainda apontam queda na comparação com 2016. Emprego e horas trabalhadas registram os maiores recuos, de 2,9% e 2,3%, respectivamente. O faturamento também mostra queda, de 0,7%, enquanto a massa salarial recua 2,0%. Apenas o rendimento médio real, beneficiado pela queda da inflação, mostra crescimento nessa comparação.

Quanto aos dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional divulgada pelo IBGE, em novembro de 2017, a produção industrial nacional mostrou-se com maior vigor, emplacando acréscimo de 4,7% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais - o segundo consecutivo, sendo que a alta foi de 0,2% de outubro para novembro.



Quanto à arrecadação do ICMS da Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi de acréscimo de 12,4% na comparação com o mesmo mês em 2016, e aumento de 0,2% no resultado acumulado de 2017 ante 2016.

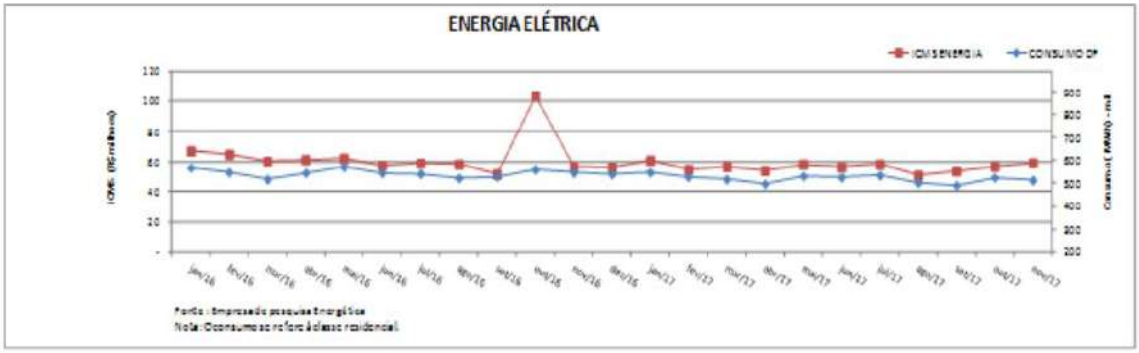
ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 39.543 GWh em novembro, avanço de 2,4% frente ao mesmo mês do ano passado, sendo esse o melhor resultado para o mês desde 2014. Mais uma vez todas as regiões do país apresentaram taxas positivas, sendo que o Centro-Oeste apresentou o maior crescimento (+7,1%).

O resultado, entretanto, foi afetado em algumas regiões pelo ciclo de faturamento (dias de consumo considerados). No Centro-Oeste, expurgado o efeito de dias a mais de faturamento, a taxa cairia de +7,1% (melhor resultado no mês) para +5,5%. Na região, as maiores taxas de crescimento do consumo na classe residencial foram observadas em Goiás (+8,3%) e no Mato Grosso (+8,5%). No Distrito Federal, o ajuste do ciclo de faturamento reverteria o pequeno crescimento de 2,9% para retração de 3,6%.

No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, verifica-se aumento em dezembro de 2017 de 21,6% em relação a igual mês do ano anterior, porém queda de 9,4% no acumulado 2017 frente a 2016.

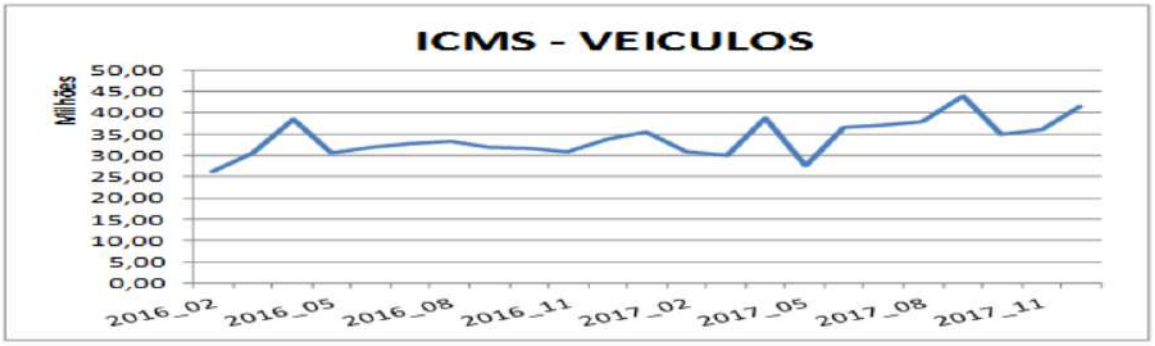
O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo e da arrecadação do ICMS energia elétrica.



VEÍCULOS

Após quatro anos seguidos de quedas, as vendas de veículos novos voltaram a crescer no Brasil em 2017, conforme dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave), associação que representa as concessionárias em nível nacional. Em dezembro, foram vendidos 2,2 milhões de unidades (carros, comerciais leves, caminhões e ônibus), alta de 9,2%. Segundo os últimos dados divulgados pela Fenabrave, no mês de dezembro, o avanço do total de veículos novos foi de 4,1% ante novembro, e de 4,05% em relação ao último mês de 2016. Em que pese o bom de desempenho observado no ano, o mercado de veículos ainda está longe de retornar aos níveis que registrava antes da crise. Em 2014, último ano antes da recessão, as vendas atingiram 3,5 milhões de unidades, valor 56% superior ao contabilizado em 2017.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi de acréscimo real de 22,1% na comparação com o mesmo mês em 2016, como também aumento real de 10,4% no resultado acumulado de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016. De acordo com gráfico estampado abaixo, observa-se trajetória crescente para o imposto relativo ao setor no segundo semestre, em apesar da baixa registrada no mês de outubro.



VENDAS NO VAREJO

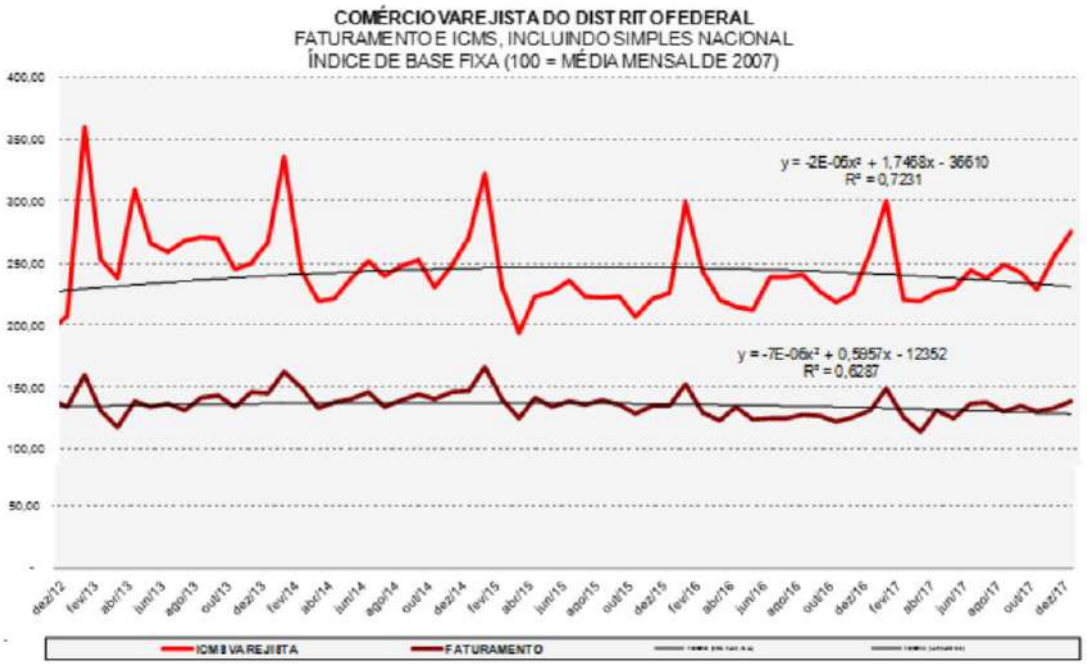
O volume de vendas no varejo cresceu 0,7% em novembro de 2017, na comparação com o mês anterior, pela série com ajuste sazonal, conforme dados divulgados pelo IBGE. Trata-se do melhor resultado de novembro desde 2011. Tal desempenho se deu de forma disseminada, com crecimento em 24 das 27 Unidades Federadas. De acordo com o Instituto, as promoções da Black Friday, campanha que mobiliza especialmente o comércio eletrônico, ajudaram a impulsionar as vendas no período. Os maiores avanços foram observados nos setores Outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,0%) e Móveis e eletrodomésticos (6,1%). Por outro lado, houve perdas em novembro em Combustíveis e lubrificantes (-1,8%) e Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-5,8%).

Segundo o IBGE, além da Black Friday, o início da recomposição do mercado de trabalho dos últimos meses e a melhor oferta de crédito subsidiaram a boa performance de novembro.

Porém, é necessária uma melhora mais relevante na taxa de desemprego, que permanece no patamar de 12%.

Quanto à arrecadação do ICMS Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi aumento de 3,8% na comparação com o mesmo mês em 2016, e estabilidade no resultado acumulado em 2017 na comparação com 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS no Distrito Federal apresentou acréscimo em dezembro de 2017, acompanhando o aumento observado para o faturamento das empresas, esse último de maneira mais suavizada. Na ampliação da análise, observa-se comportamento polinomial para ambas as curvas, sendo que a curva do faturamento sugere uma tendência de estabilização, ainda não aparente na curva da arrecadação.



ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em dezembro de 2017 totalizaram R$ 33,8 milhões, que representam aumento de 11% em relação ao mês precedente, com acréscimos de 13,9% para o ICMS e de 9,6% para o ISS. A queda de contribuintes tanto do ICMS como do ISS decorre do processo de reenquadramento efetuado pela SUREC/SEF.

ARRECADAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES

Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R$)
	Valor (em R$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R$)	Nº de Contribuintes	
Julho/2017	17.081.241,65	137.444	13.860.765,54	134.069	30.942.007,19
Agosto/2017	17.743.768,28	139.447	13.594.102,17	136.796	31.337.870,45
Setembro/2017	17.863.308,83	140.251	14.262.152,27	138.109	32.125.461,10
Outubro/2017	18.028.165,25	161.501	15.499.477,77	168.972	33.527.643,02
Novembro/2017	16.670.115,74	162.335	13.489.143,77	169.768	30.159.259,51
Dezembro/2017	18.989.089,26	140.604	14.781.613,74	139.898	33.770.703,00

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

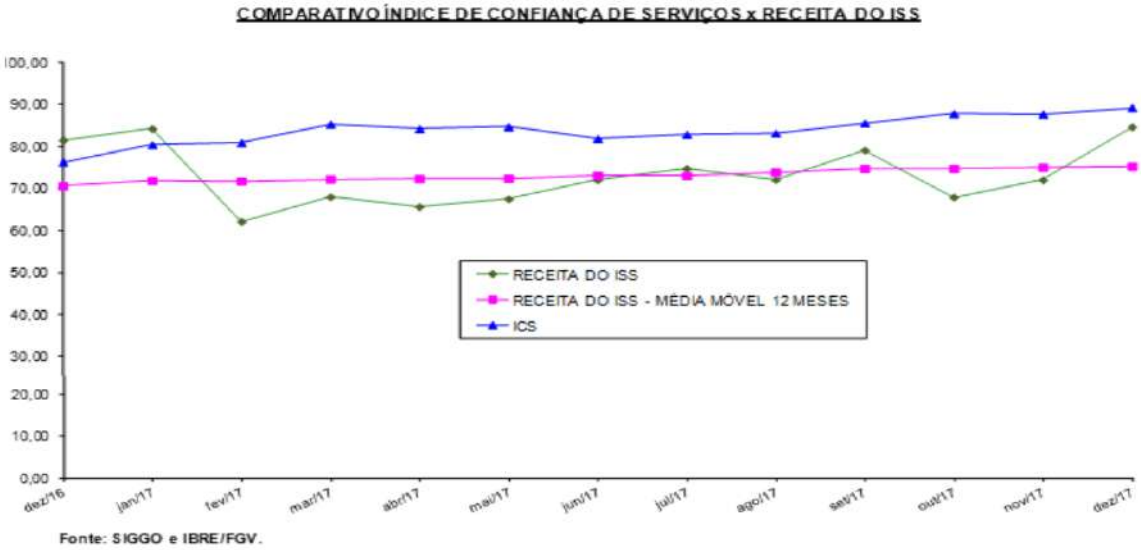
ARRECADAÇÃO DO ISS

No mês de dezembro de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R$ 176,6 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se acréscimo nominal de 17,6% na

arrecadação, correspondente a um ganho real de 15,2%, com o expurgo da inflação pelo INPC/IBGE.

No acumulado em 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R$ 1,6 bilhão em valores correntes, resultando em aumento nominal de 8,0% e ganho real de 4,9%, em relação ao mesmo período de 2016.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até dezembro de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



Após a queda observada no mês de novembro de 2017, o índice de confiança do setor de serviços (ICS), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), voltou a crescer em dezembro, registrando 89,2 pontos, alcançando, assim, o maior nível desde setembro de 2014 e fechando o exercício de 2017 com um saldo acumulado positivo de 12,9 pontos.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de dezembro de 2017, o cadastro fiscal do DF registrou 170.813 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

DEZEMBRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	902	11.856	1.381	2.263	1.390	414	4.194	827	5.628	148	29.003
2) Substituto Tributário Interno - ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.465	18.198	13.154		13.221	4.775	8.671	5.930	22.265	1.850	93.529
5) SIMPLES NACIONAL	2.089	15.167	3.543	22	3.542	1.310	6.209	2.060	11.969	458	46.369
6) Sociedades Uniprofissionais	2	808	6	7	3	1	60	4	69	2	962
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	754	4		1		2		776
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		2		66						1	69
TOTAL	8.462	46.044	18.086	3.213	18.160	6.500	19.135	8.821	39.933	2.459	170.813
PARTICIPAÇÃO	4,95%	26,96%	10,59%	1,88%	10,63%	3,81%	11,20%	5,16%	23,38%	1,44%	

No comparativo com o mês anterior houve um aumento de 1.045 inscrições no total de contribuintes do ISS, com destaque para o Regime Normal, que obteve 2.055 novas inscrições e para o Regime do Simples Nacional, que apresentou diminuição de 1.668 inscrições.

Em termos de participação por localidade, 27,0% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,4% na circunscrição de Taguatinga e 49,6% nas demais localidades. Do total de inscrições, 55% estão no SIMEI; 27,0%, no Simples Nacional; 17,0%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,0%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em dezembro de 2017, a Retenção via SIAFI respondeu por 37,0%; o ISS Normal por 32,7%; os recolhimentos por responsabilidade de terceiros (Retenção e Substituição Tributária) por 20,3%; e a Retenção via SIGGO por 8,9%.



A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento nos meses de dezembro de 2016 e 2017 e nos anos de 2016 e 2017.

Observou-se que as modalidades Retenção via SIAFI e Outros evidenciaram as maiores variações mensais positivas, ao passo que a modalidade Retenção via SIGGO apresentou a maior variação negativa.

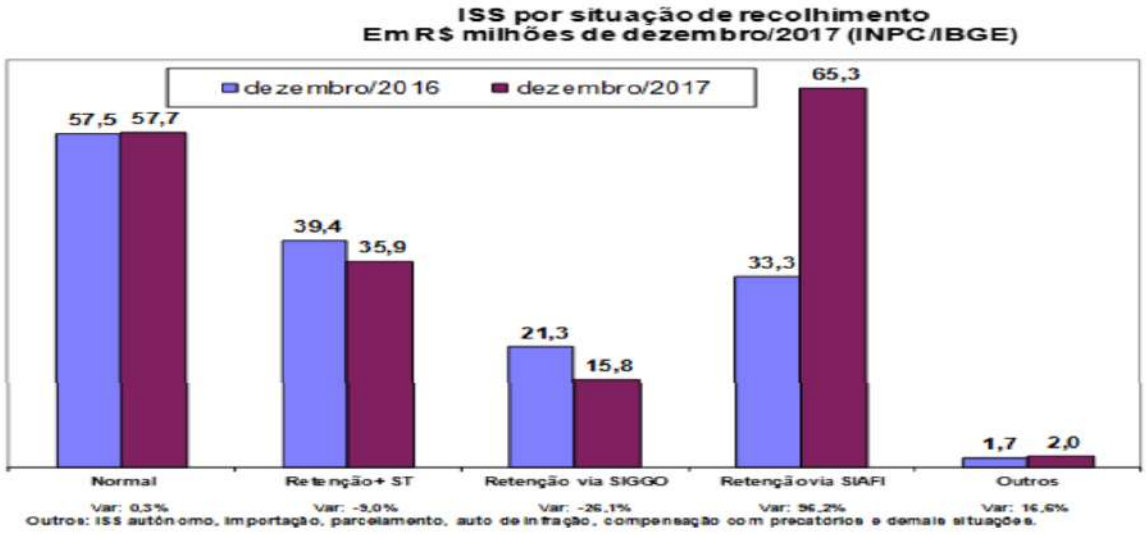
ARRECADAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO

ISS	Valores Reais (em R$ mil)				Variação Real[1] (em%)		Composição da arrecadação (dez -17)
	dez/16	jan-dez/16	dez/17	jan-dez/17	dez/17 dez/16	jan-dez/17 jan-dez/16	
Normal	57.543	664.388	57.710	682.960	0,3%	2,8%	32,7%
Retenção + ST	39.402	434.438	35.860	431.696	-9,0%	-0,6%	20,3%
Retenção via SIGGO	21.327	127.625	15.768	132.410	-26,1%	3,7%	8,9%
Retenção via SIAFI	33.273	308.720	65.290	358.669	96,2%	16,2%	37,0%
Outros	1.706	24.593	1.990	30.541	16,6%	24,2%	1,1%
Total da Arrecadação	**153.251**	**1.559.764**	**176.618**	**1.636.275**	**15,2%**	**4,9%**	**100,00%**

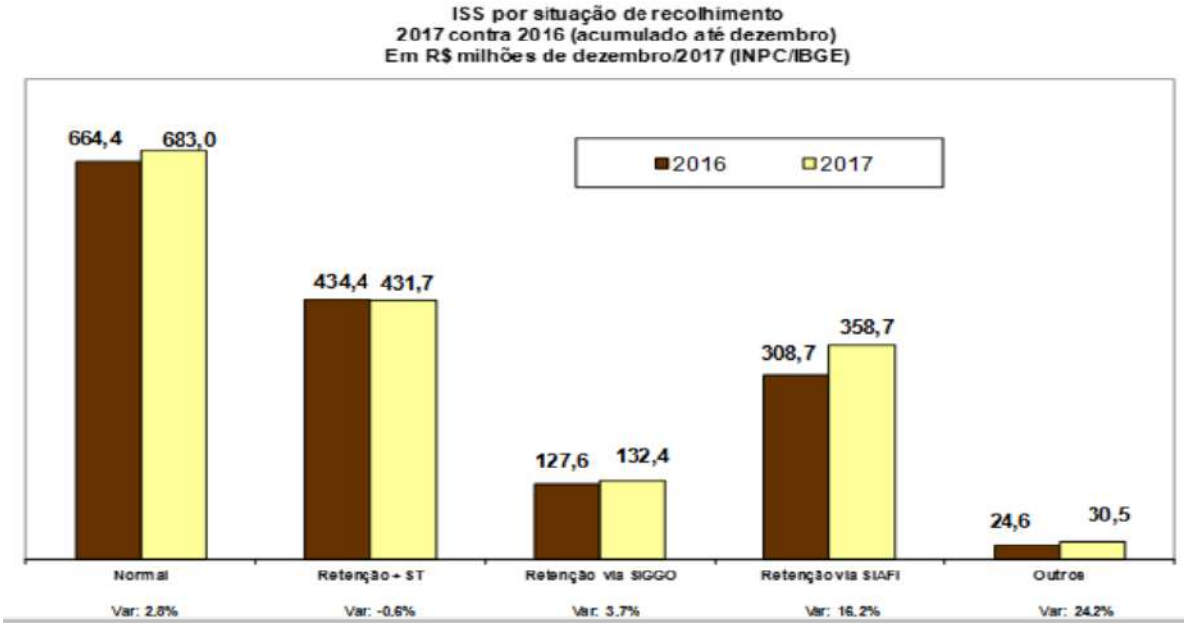
Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

Quanto ao acumulado em 2017, na comparação com igual período do ano anterior, ocorreu aumento real de arrecadação de ISS em todas as modalidades de recolhimento, com exceção da modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros (Retenção + ST).

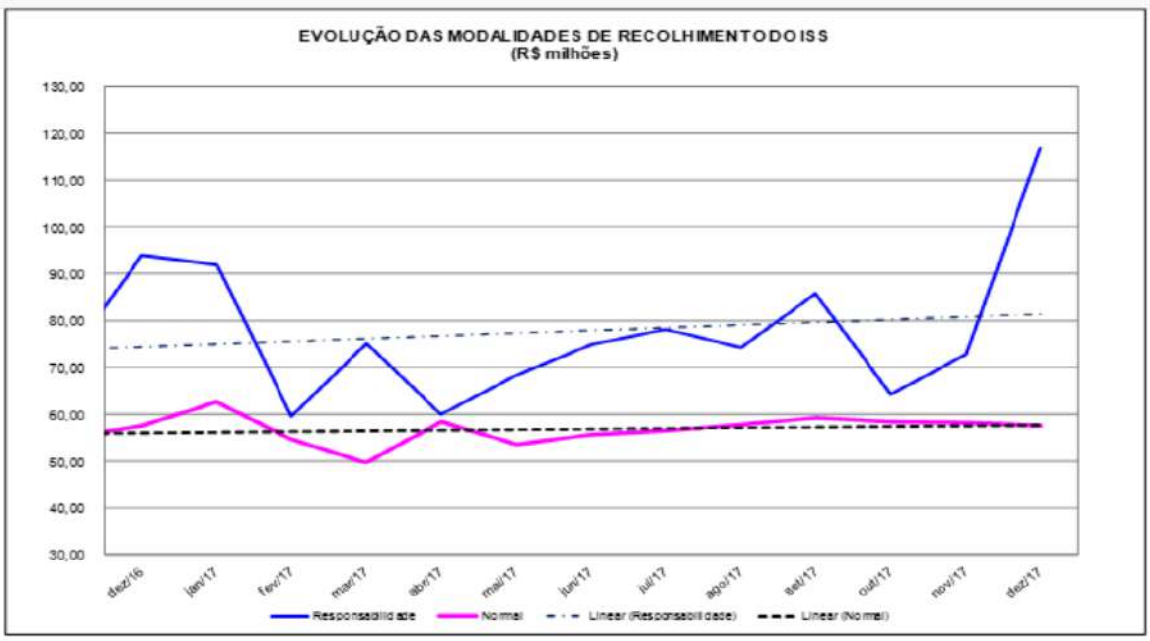
A figura a seguir ilustra a comparação em termos reais de arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em dezembro de 2017 como o mesmo período de 2016. No que tange ao crescimento real de arrecadação do ISS no total de R$ 23,4 milhões em dezembro de 2017 em comparação com dezembro de 2016, verifica-se que esta ocorreu essencialmente devido ao aumento na arrecadação da modalidade Retenção via SIAFI (+R$ 32 milhões) que superou as quedas observadas nas modalidades da Retenção via SIGGO (-R$ 5,5 milhões) e na modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros (-R$ 3,5 milhões).



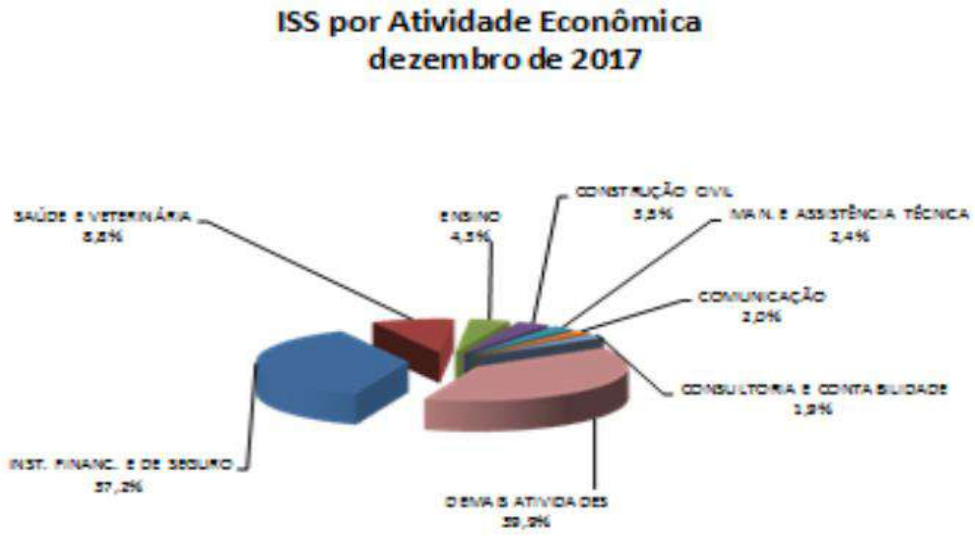
Por sua vez, na comparação da arrecadação acumulada em 2017 com 2016, verifica-se que ocorreu acréscimo real de receita para todas as modalidades de recolhimento, com exceção dos recolhimentos por responsabilidade de terceiros.



No gráfico seguinte, a linha de tendência para o recolhimento do regime normal é ligeiramente ascendente, enquanto a tendência do recolhimento por responsabilidade de terceiros apresenta relativa estabilidade.

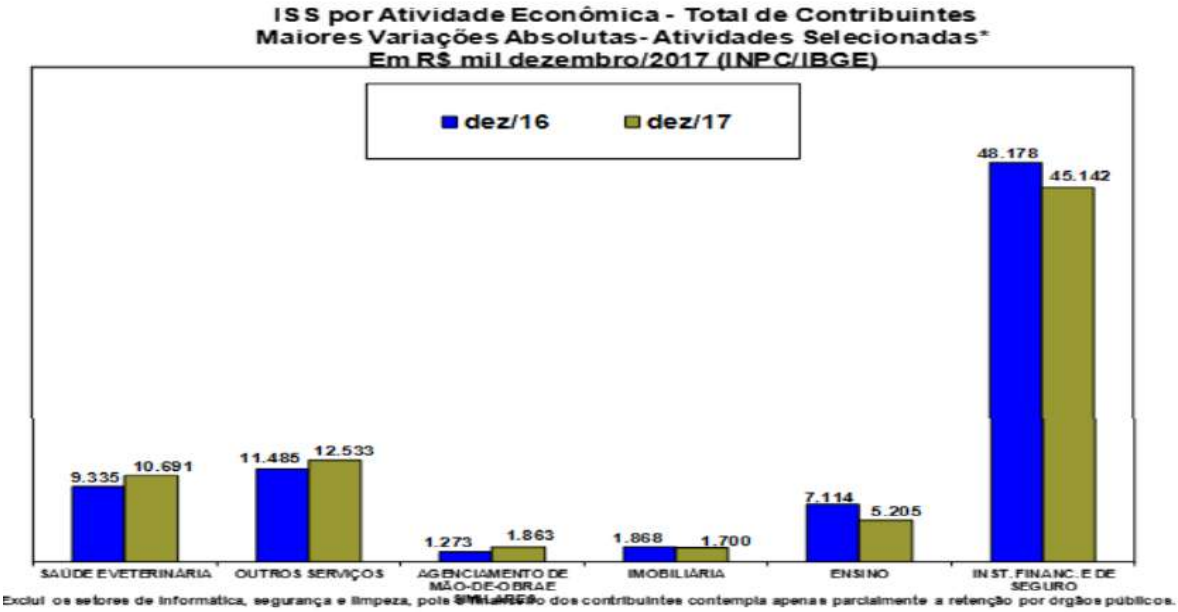


Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em dezembro de 2017, verifica-se conforme gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (37,2%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (8,8%) e Ensino (4,3%).

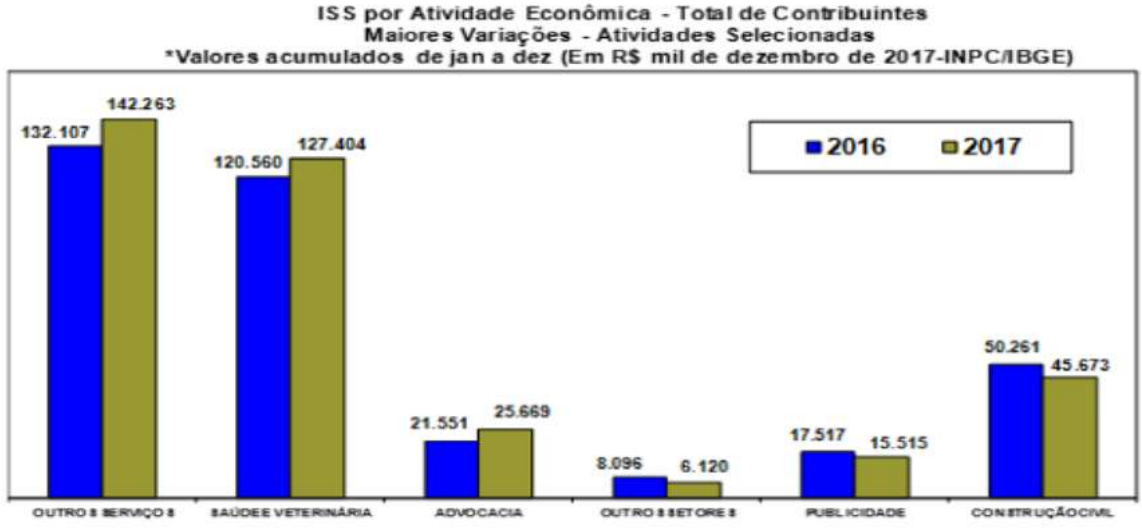


Os gráficos seguintes apresentam o desempenho da arrecadação do ISS pelos principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para a análise.

No confronto da arrecadação de dezembro de 2017 com dezembro de 2016, os principais acréscimos ocorreram nas atividades de Saúde e Veterinária (+R$ 1,4 milhão), Outros Serviços (+R$ 1,1 milhão) e Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares (R$ 600 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Imobiliária (-R$ 167 mil), Ensino (-R$ 1,9 milhão) e Instituições Financeiras e de Seguro (-R$ 3,0 milhões).



Na comparação de 2017 frente a 2016, os maiores aumentos ocorreram nos segmentos de Outros Serviços (+R$ 10,2 milhões), de Saúde e Veterinária (+R$ 6,8 milhões) e de Advocacia (+R$ 4,1 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Outros Setores (-R$ 2,0 milhões), de Publicidade (-R$ 2,0 milhões) e Construção Civil (-R$ 4,6 milhões).



(*) exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente retenção por órgãos públicos.

2.1.2. Fiscalização Tributária

Os dados expressos neste relatório tem como fontes primárias as bases de dados dos sistemas e ferramentas de Business Inteligence utilizados nesta SUREC, especialmente o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal (SITAF)

As atividades da fiscalização tributária dividiram-se em quatro focos principais:

- Monitoramento: acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. São monitorados os contribuintes de segmentos econômicos específicos

considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação (empresas de energia elétrica, combustível, comunicação, substitutos tributários, etc.), bem como quaisquer outros em que o cruzamento de informações aponte indícios de irregularidades fiscais;

- Auditorias: realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias, identificados pela programação fiscal por meio de cruzamento de dados;
- Diligências: alcance de elevado número de contribuintes em ações pontuais, cujo objetivo maior é ostentar a presença do fisco;
- Fiscalização de mercadorias em trânsito: verificação da regularidade fiscal das mercadorias destinadas ao Distrito Federal e constituição de crédito tributário relativo às infrações identificadas em tais operações.

Programação Fiscal

Seleção de contribuintes a serem incluídos em ações fiscais. No período de agosto de 2017 foram planejadas e distribuídas as ações fiscais conforme tabela abaixo.

RESSARCIMENTO E RESTITUIÇÃO DE ICMS/ISS (NUARE/GEPRO) - 2017			
Processos	Acumulado Jan a Nov/17 (a)	Dez/17 (b)	(a)+(b)
Restituições	517	19	536
Retificações LFE via SIGAC	1.268	72	1.340
Orientação contribuintes :presencial, telefone, SIGAC	313	52	365
TOTAL	2.098	143	2.241

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

AÇÕES FICAIS DESENVOLVIDAS - 2017				
Ações fiscais planej distribuídas	Até o mês anterior, em 2017 (a)	Ajustes no mês anterior (b)	No mês referência (c)	Até o mês de referência, em 2017 (a)+(b)+(c)
Auditorias	672	0	30	702
Diligências	974	7	181	1.162
Monitoramentos	482	20	1	503
Outros	42	4	1	47
Total	2.170	31	213	2.414

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

TIPO DE AÇÃO FISCAL	DESCRIÇÃO DO INDÍCIO/ / PROCEDIMENTO ESPERADO	TOTAL: ATÉ DEZ 2017
AEC - ALÍ. FÓRA	Aproveitamento de créditos indevidos nas operações interestaduais	0
AEC - ANTECIPADO	Existência de ICMS Antecipado não recolhido no ingresso da mercadoria	0
AEC - CANCELAMENTO CDA / RETIFICAÇÃO LFE	Retificação de LFE ou alterações que implicaram em cancelamento de CDA	40
AEC - CARTÃO	Receitas informadas pelas administradoras de cartão e não escrituradas	52
AEC - CERBERUS	3 indícios de problemas com Créditos	27
AEC – CONCLUSÃO FISCAL	Compras superam as vendas, sistematicamente	4
AEC – CRÉDITO PODRE	Identificado indício de inidoneidade de notas de entrada	3
AEC – CRÉDITOS IMPRÓPRIOS	Identificado indício irregularidade de créditos aproveitados	12
AEC – MANU	Notas Fiscais manuais de entrada não apresentadas pela empresa em notificação de prospecção da GEPRO	39
AEC – MISSING	NFE de saída emitida sem registro no LFE	111
AEC – OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	Auditorias especiais concentradas com indícios pontuais (não massificados)	296
AEC – PRO DF	Cobrança de ICMS referente uso indevido do ProDF	1
AEC – REG. ESPECIAIS	Cobrança de ICMS referente uso indevido de regime especial	3
AEC – RESTITUIÇÃO TRIBUTOS	Cobrança de ICMS referente uso indevido do ProDF	33
AEC – TRANSPOSIÇÃO SD CREDOR	Cobrança de ICMS referente uso indevido do ProDF	1
AEC – CARTÃO SIMPLES NACIONAL	Empresas que declararam na PGDAS receitas inferiores às declaradas pelas administradoras de cartão	37
AUDITORIA	Auditorias sem escopo previamente definido	43
BAIXA INSCRI. SUBSTITUTO	Auditoria substituto tributário - de baixa no CFDF	24
DIL. ESPECIAL	Diligência: demandas externas, projetos e denúncias	67
DIL. GEJUC/TARF	Diligências decorrentes do julgamento de processos	37
DIL. GEMAE	Diligências de monitoramento	108
DIL. NUOPE/GEAUT	Diligências realizadas pelo Núcleo de Op. Especiais, normalmente para reposta a demandas externas (CORF, PVF, MPDFT, TJDFT, e outros)	319
DIL. NUOPE/GEPRO	Diligências realizadas pelo Núcleo de Op. Especiais, normalmente para reposta a demandas externas (CORF, PVF, MPDFT, TJDFT, e outros)	182
DIL. ESPECIAL	Projeto para verificações diversas	413
DIL. GEJUC/TARF APOSENTADO	Diligência para saneamento de auto lavrado por auditor aposentado	6
DIL. GEJUC/TARF AF AFASTADO	Diligência saneamento de auto lavrado por auditor afastado	1
DILIGÊNCIA PADRÃO	Diligência: demandas externas, projetos e denúncias	29
MONITORAMENTO	Empresas para acompanhamento e monitoramento	503
OPERAÇÃO ESPECIAL		16
PERÍCIA JUDICIAL – ASSIST. TÉCNICO.		7
TOTAL		**2.414**

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

AÇÕES FISCAIS: DEMANDAS EXTERNAS

AÇÕES FISCAIS: DEMANDAS EXTERNAS

Mês de Finalização	Qtd. Ações Encerradas	Total de Autuações	Principal	Valor Total (R$)
01	59	2	2.103,00	12.110,41
02	69	5	4.182,62	23.039,32
03	20	2	11.702,76	45.639,12
04	27	9	18.811,55	84.064,12
05	28	3	439,08	6.688,95
06	32	3	10.940,28	45.765,81
07	46	3	15.797,00	64.352,26
08	34	9	9.522,65	59.772,53
09	42	2	66,50	5.374,92
10	24	5	5.373,92	29.170,23
11	7	4	8.263,98	34.253,81
Total	**388**	**47**	**87.203,34**	**410.231,48**

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

As ações fiscais podem ser classificadas em auditorias e diligências, sendo que:

1. As diligências são realizadas com o objetivo primordial de ostentar a presença do fisco e alcançar, com ações pontuais, um elevado número de contribuintes;
2. As auditorias são realizadas em empresas com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias e visam à constituição de crédito tributário;
3. As ações fiscais podem ser distribuídas diretamente para os agentes ou serem distribuídas para os chefes, que posteriormente redistribuem as ações para seus subordinados.

Auditoria Tributária

Tem como foco principal a realização de auditorias com vistas à constituição do crédito tributário. Segue abaixo quadro-resumo das ações fiscais realizadas e crédito tributário constituído:

Unidade	Nº AFR*	Distribuídas		Concluídas com débito		Concluídas sem débito		Auditorias em andamento	Crédito constituído (em R$ 1.000)	
		No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	Ao fim do mês	No mês	Até o mês
NUAUD I	07	8	89	10	59	1	11	16	27.533,68	479.018,12
NUAUD II	10	1	80	8	60	0	10	3	34.336,47	273.773,32
NUAUD III**	05	3	85	6	65	0	5	12	5.265,62	376.544,89
FT-SN***	06	7	62	14	48	0	0	7	7.117,05	32.533,70
NUAFI	02	0	17	0	17	0	0	0	-	36,15
TOTAL	**28**	**19**	**333**	**38**	**249**	**1**	**26**	**38**	**74.252,82**	**1.161.906,18**

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF
* Quantidade de Auditores-Fiscais lotados nos núcleos no ano de referência, incluindo os chefes.
**NUAUD III: Antigo NPISS – alterado a partir de 28/04/2017
***FT-SN: Equipe de Auditoria e monitoramento do Simples Nacional

Gestão do Malha Fiscal

O sistema do Malha DF - Sistema de Gestão da Regularidade Fiscal dos Contribuintes, destina-se à verificação da consistência das informações econômico-fiscais, próprias ou obtidas de terceiros, relativas aos contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF, identificando divergências e possibilitando aos contribuintes, em determinadas situações, a correção espontânea da escrituração fiscal.

O crédito gerado pelas retificações de declarações concernente a 2017 foi o seguinte

PERÍODO	ICMS	SALDO CREDOR	ICMS_ST	ISS
JAN/ NOV	171.934.248	35.741.320	21.404.592	66.045.256
DEZ	21.905.870	1.161.861	4.489.765	15.409.674
ACUMULADO TOTAL	193.840.119	36.903.180	25.894.358	81.454.930

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

Os números acima são referentes às alterações de declarações de contribuintes decorrentes da seleção e das ações do MALHA FISCAL-DF.

Monitoramento e Auditorias Especiais

As atividades consistem basicamente no monitoramento dos contribuintes, por meio do acompanhamento constante do comportamento tributário com vistas à correção espontânea

de desvios identificados. Nesse trabalho é feita a orientação aos contribuintes e emitidas notificações de monitoramento com vistas à correção de irregularidades relativas à obrigação principal. Caso persistam as irregularidades, a empresa é incluída em auditoria com vistas à lavratura de auto de infração. A constituição do crédito tributário pode ser realizada pelo próprio núcleo de monitoramento ou pela Gerência de Auditoria Tributária - GEAUT, sendo que, neste último caso as informações são repassadas à Gerência de Programação Fiscal para posterior distribuição da ação.

Os resultados mais significativos alcançados nos Núcleos da GEMAE em 2017 foram:

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES – MONITORAMENTO – GEMAE					
Núcleos	**Quantidade Contribuintes monitorados**	**Notificações emitidas**	**Empresas encaminhadas GEPRO**	**Outros**	**(R$) Crédito Tributário induzido - monitoramento**
Monitoramento Combustíveis – NUCOM	84	-	-	4 Auditorias; 9 auditorias específicas; 197 diligências; 440 diligências PMPF; 2 Assistências em Perícia; 1 diligência GECON; análise de 12 processos SEI; 69 atendimentos a contribuintes (presencial/telefone/SIGAC); participação no Seminário "Troca de Informações – realizado em Goiânia, período de 07 a 10/Nov/2017; 7 participações em reuniões da COTEPE;	77.944,52
Monitoramento Comunicação/ Energia– NUCEL	60	39	-	5 Auditoria; 6 auditorias específicas; 11 diligências GECON; 442 diligências PMPF; 396 diligências; 5 vistorias fiscais; 17 análise de processos; 154 atendimentos a contribuintes (presencial/telefone/SIGAC); 5 painéis QlikView; 5 estudos específicos; 8 atendimentos a outros órgãos; e10 participação em reuniões da COTEPE; 1 comparecimento Justiça/CORF.	140.368,53
Monitoramento ICMS – NICMS	26	1.045	-	7 Auditorias; 38 auditorias específicas; 19 baixas de inscrição; 26 diligências GECON; 68 diligências (especial e GEMAE); 1034 diligências PMPF; 5 análises de processos; 2.750 atendimentos a contribuintes (presencial / telefone / SIGAC); 2 assistência técnica; 15 participação em cursos/eventos; 12 estudos específicos; 3 atendimentos a órgãos externos; 3 comparecimentos à justiça/CORF; 9 participação em reuniões da COTEPE; 858 Atendimentos SIGAC/WEB;	4.968.044,95
Monitoramento do ICMS – NICMS (GT Produtor Rural)	35	47		19 baixas de inscrição; 176 diligências CBRAT; 3 emissões NF avulsas; 141 análises de dossiês; 123 atendimentos a contribuintes (presencial / telefone); 39 Atendimentos SIGAC/WEB; 1 curso/evento; 59 AIDF's; homologação de 44 pedidos de baixa; 79 emissões de certificados ou DAR; 21 lavratura de autos de infração; 4 participações em reuniões externas.	228.300,05
Monitoramento ISS – NUISS – monitoramento substitutos tributários	523	-	-	2 Auditorias; 1 Assistente de Perícia; 25 estudos específicos; 7 reuniões ABRASF; 734 diligências externas; 4.399 atendimentos a contribuintes (presencial/telefone/SIGAC/SEI); 81 atendimentos da PGDF e outros órgãos; 668 análises de processos; e 32 reuniões externas	17.086.489,92
Monitoramento ISS- NUISS – monitoramento de shows e eventos	177	-	-		802.599,55
TOTAL GEMAE	**901**	**1.131**	-		**22.501.147,97**

Fonte: relatórios gerenciais COFIT/SUREC/SEF-DF

Fiscalização de Mercadorias em Trânsito

A fiscalização de mercadorias em trânsito no Distrito Federal, destaca-se na atuação do Centro de Monitoramento Eletrônico de Mercadorias em Trânsito – CMEMT, que com a utilização do aplicativo Posto Fiscal Eletrônico tem direcionado a fiscalização com base nas informações das Notas Fiscais Eletrônicas – NFE destinadas ao Distrito Federal.

Quadro resumo: Atividades GEFMT 2017							
ITENS/QUANTIDADES	NUBEL	NUANA	NUAER	NUFIT	CMENT(*)	GEFMT	TOTAL
Qtd. notificações emitidas	-	311	6	-	-	-	317
Valor notificações emitidas	-	R$	R$ 26.991,24	-	R$	R$	R$ 26.991,24
Qtd. registros passagem DANFE	-	-	-	7.735	-	-	7.735
Qtd Autuações efetuadas	8	838	137	677	2	3	1.665
Valor crédito constituído em autuações	R$ 90.313,60	R$ 34.439.573,52	R$ 3.363.995,59	R$ 51.384.989,09	R$ 119.439,49	R$ 23.074.489,61	R$ 112.472.800,90
Qtd de GNRE emitidas	-	-	303	292	-	-	557
Valor arrecadado via GNRE	R$	R$	R$ 1.461.108,69	R$ 466.445,73	R$		R$ 1.733.655,50
Operação ICMS importação – sem desoneração	-	-	1.265	-	-	-	1.265
Arrecadação gerada sobre importações	-	-	R$ 21.129.411,25	-	-	-	R$ 21.129.411,25
Operações com desoneração de ICMS analisadas	-	-	2.657	-	-	-	2.657
Montante de desoneração de importações	-	-	R$ 542.636.164,93	-	-	-	R$ 542.636.164,93
ICMS diferido importações	-	-	R$ 10.898.310,72	-	-	-	R$ 10.898.310,72
Notificações analisadas	-	-	-	-	-	-	
ICMS originário notificações	-	-	-		-	-	R$
Qtd. ordens de serviço atendidas	-	-	-	144	-	-	144
Qtd. Notificações; termos retenção DARSs emitidos	-	-	-	23	-	-	23
Contagem física/pesagem mercadorias	-	-	-	16	-	-	16
Suspensão/cancelamento sugerido	-	-	-	23	-	-	23
Atendimento a contribuintes (telefone/balcão)	-	-	-	53	-	-	53
Despacho DETRAN	3	-	-	-	-	-	3
Pedidos de denegação de Nfes SIMEI	-	-	-	-	-	-	-
Término de denegação SIMEI	-	-	-	-	-	-	-

Processos Administrativos Fiscais

Análise da admissibilidade da impugnação, declaração de revelia bem como da verificação da consistência material e formal dos autos de infração lavrados.

Atividades da GECON 2017				
PERÍODO	SALDO INICIAL Autos de infração	ENTRADAS Autos de infração	SAÍDAS Autos de infração	SALDO FINAL Autos de infração
Jan/2017	1.462	170	327	1.067
Fev/2017	1.067	224	213	1.037
Mar/2017	1.037	537	433	1.141
Abr /2017	1.141	560	519	1.182
Mai / 2017	1.182	470	406	1.246
Jun / 2017	1.246	213	429	1.030
Jul/2017	1.030	236	351	915
Ago/2017	915	155	535	535
Set/2017	535	217	226	526
Out/2017	526	243	261	508
Nov/2017	508	189	192	505
Dez/2017	505	272	138	639

Tributação

Coordenação e Supervisão das atividades desenvolvidas pela área de tributação, com o propósito de racionalizar, simplificar e disseminar a Legislação Tributária, sua interpretação e aplicação, e atuar sob a regência do Processo Administrativo-Fiscal, proporcionando clareza, uniformização de entendimentos, transparência e agilidade nas decisões. Art. 89 do Decreto distrital nº 35.565, de 25 de julho de 2014.

Julgamento do Contencioso Administrativo fiscal

Em 2014 foram julgados 1.013 processos com crédito constituído de cerca de R$ 469,4 milhões, em 2015, 662 processos, com crédito constituído de cerca de R$ 3,03 bilhões, até dezembro de 2016 foram julgados cerca de 1.845 processos, correspondendo a R$ 1,8 bilhões em termos de crédito tributário constituído.

Em 2017, 1.336 processos foram julgados perfazendo cerca de R$ 1,85 bilhões em termos de crédito constituído, a saber:

Evolução do Crédito Tributário Julgado – 2014/2016

Histórico	2014	2015	2016	2017
CRÉDITO TRIBUTÁRIO:R$ bilhões	0,47	3,03	1,8	1,85
Quantidade de processos	1.013	662	1.845	1.336

Fonte: GEJUC/SGEJUC.

Atualmente, o estoque de processos aguardando julgamento de cerca de R$ 484,33 milhões em termos de crédito tributário constituído, o qual comparado com o estoque ao final de dezembro de 2014, cerca de R$ 3,7 bilhões, corresponde a uma redução nominal de 87 % no estoque de crédito tributário decorrente dos esforços contínuos de racionalização e organização dos trabalhos, que vêm sendo realizados desde 2015.

GEJUC – Crédito Tributário Constituído/Estoque de Processos a Distribuir

Histórico	2014	2015	2016	2017
CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R$ bilhões)	3,70	1,67	1,46	0,48

Fonte: GEJUC/SGEJUC.

O desempenho auferido pela Primeira Instância durante o exercício de 2017, tanto em termos de valor de crédito tributário decidido, quanto em termos de quantidade de processos

julgados, evidencia reflexos positivos das iniciativas de automação e racionalização de procedimentos.

Em termos quantitativos, o estoque de processo a julgar, em dezembro de 2017, corresponde a 1.476 processos, contra 3.163 processos em dezembro de 2015 e 3.161 processos em dezembro de 2014.

GEJUC – Estoque de processos

Histórico	2014	2015	2016	2017
NÚMERO DE PROCESSOS	3.161	3.163	2.131	1.476

Fonte: GEJUC/SGEJUC.

No quadro a seguir, são detalhados os quantitativos de processos julgados mês a mês ao longo de 2017 e o crédito tributário constituído correspondente.

GEJUC - Quantitativo de processos julgados/mês-2017 e Crédito Tributário Constituído

MÊS	CRÉDITO CONSTITUÍDO ANTES DO JULGAMENTO (R$)	NÚMERO DE PROCESSOS
2017-01	146.757.306	101
2017-02	16.261.135	55
2017-03	162.063.269	193
2017-04	199.870.367	46
2017-05	144.154.074	151
2017-06	308.900.808	193
2017-07	381.198.963	117
2017-08	139.183.200	94
2017-09	123.088.935	142
2017-10	132.856.588	116
2017-11	94.802.190	126
2017-12	226.113.056	75
Total	**2.075.249.891**	**1.409**

Fonte: GEJUC/SGEJUC

Insta salientar que, no exercício de 2017, os resultados ora auferidos decorrem da busca constante da dinamização da sistemática de gestão e da contínua busca da efetividade administrativa.

Sempre importante relembrar que a forma e dinâmica das ações da Administração Tributária, buscando o incremento da arrecadação do DF, refletem naturalmente no quantitativo de lançamentos realizados pelo conjunto unidades lançadoras da SUREC o que consequentemente reverbera no quantitativo de impugnações administrativas impulsionando ou não no aumentando do estoque crédito tributário e de processos em julgamento.

Entre janeiro e dezembro de 2017, ingressaram no estoque de processos cerca de 757 novos processos totalizando R$ 831,6 milhões em termos de crédito constituído.

GEJUC - Quantitativo de processos recebidos 2017 e Crédito Tributário Constituído

ANO-MÊS	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR LANÇADO (R$)
2017-01	62	102.454.007
2017-02	72	170.507.981
2017-03	89	132.465.226
2017-04	99	28.427.541
2017-05	84	12.726.160
2017-06	163	19.483.289
2017-07	60	70.539.633
2017-08	51	172.051.504
2017-09	15	9.317.526
2017-10	27	39.027.090
2017-11	24	38.513.277
2017-12	11	36.098.633
Total	**757**	**831.611.866**

Fonte: GEJUC/SGEJUC

Visando contribuir para o incremento de receitas, para a redução do tempo de resolução dos lançamentos sob impugnação administrativa e para maior transparência externa e interna, a GEJUC/SEF vem atuando fortemente nas ações de modernização, automação e padronização de procedimentos.

Importante assinalar que a consecução de maior eficiência e de melhores resultados, no âmbito do julgamento, envolve, também, o aprimoramento do fluxo de informações entre órgão julgador e as unidades responsáveis pelos lançamentos tributários impugnados, visando aprimoramento do processo de constituição do crédito e do cumprimento de diligências/determinações.

O eixo principal do processo de modernização tem sido o sistema SGEJUC, que tem contribuído para o considerável desempenho nesses últimos exercícios. Assim, no que diz respeito ao SGEJUC, a equipe da GEJUC vem atuando em demandas que envolvem ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades do Sistema. Tratam-se de evoluções, modernizações e correções necessárias e prementes, em face das metas definidas no planejamento estratégico da SEF; das alterações no campo jurídico institucional e da premissa de maior transparência e do melhor atendimento aos contribuintes.

De fato tais atividades têm demando grande dedicação da equipe, tanto naquelas que envolvem a definição/teste/implementação das transações do sistema, quanto nas ações de revisão de rotinas e procedimentos administrativos. O quadro a seguir demonstra as ações implementadas durante o segundo semestre de 2016.

Projetos/metas previstos até o final de 2018

No que diz respeito às perspectivas para o exercício de 2018, permanecem como prioridade o julgamento céleres dos contenciosos fiscais e também as ações que objetivam a eficiência e a eficácia administrativa pela contínua melhoria aprimoramento das atividades desta Gerência.

Nesse contexto merece destaque as ações de melhoria e aprimoramento do SGEJUC, a saber:

OBJETIVOS	PRAZOS/SITUAÇÃO
Dar prosseguimento à implementação do SGEJUC, bem como realizar alterações para automatizar atividades no âmbito da Gerência de Julgamento do Contencioso Administrativo-Fiscal e desenvolver demandas evolutivas voltadas à adequação do sistema às novas sistemáticas de lançamento, ao novo contexto jurídico e à gestão de transparência de atividades públicas, de acordo com Documento de Oficialização de Demandas - DOD nº 05/2015 e seguintes, assim como, alterações que estão em fase de análise para aprovação, desatacam-se as seguintes demandas:	
✓ Disponibilizar, via Internet e Intranet, as Decisões Proferidas pela Primeira Instância de Julgamento do Contencioso Administrativo-Fiscal, as ementas, os dados de publicações realizadas, o histórico dos processos que tramitam na referida instância e os relatórios e gráficos estatísticos do julgamento de primeira instância;	
✓ Automatizar a elaboração de ementas e de pareceres e a confecção do ofício de envio do Edital para publicação do DODF;	
✓ Ajustar as transações do Sistema para registrar a existência de responsáveis pela obrigação tributária além do contribuinte	
✓ Ajustar a forma de apresentação dos andamentos registrados no Sistema, bem como possibilitar a visualização da situação atual do processo;	
✓ Enviar e-mail e notificações via Agência@net em lote;	
✓ Criar transação para automatizar todos os procedimentos relativos a processos de recurso contra lançamento de tributos, possibilitando o julgamento em meio eletrônico na primeira instância e realização do Juízo de Admissibilidade, com integração ao SIGAC, e produção dos documentos necessários, bem como a inscrição automática em Dívida Ativa de itens não impugnados;	Ano de 2018
✓ Ajustar a transação e o controle de prazos e criar nova transação de gestão e cobrança relativa a diligência, determinações e outros andamentos;	
✓ Realizar inventários de processos utilizando os dados do SICOP e do SGEJUC;	
✓ Criar funcionalidades e ajustar as existentes para possibilitar a análise em bloco de processos similares.	
✓ Facilitar a utilização do SGEJUC pelos usuários, com a criação de manuais e de mensagens com recomendações e orientações.	
✓ Ajustar o SGEJUC para recuperar pagamentos dos lançamentos, seja no RPC SIGEST, SITAF ou outro sistema de lançamento.	
✓ Ajustar as funcionalidades e regras estabelecidas no SGEJUC a fim de agilizar os trabalhos desenvolvidos na Gerência de Julgamento e de facilitar manuseio do sistema.	
✓ Ajustar regras de classificação automática dos pesos com base nos assuntos DAF.	
✓ Ajustar as sistemáticas de produção automática de decisões com base em algoritmos técnicos e jurídicos.	

Legislação Tributária

Conforme detalhado nos quadros a seguir as propostas de alteração legislativa elaboradas e encaminhadas no ano de 2017, totalizaram 123 (cento e vinte e três).

Propostas de edição de atos normativos no âmbito da GELEG

Janeiro a dezembro de 2017 – NUFOR/GELEG													
ATO NORMATIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Decreto	3	4	5	1	10	2	7	2	1	4	3	9	51
Portaria	3	1	2	1	2	3	6		5	3	6	4	36
Projeto de Lei	2	1	-	-	-	1	2	3	4	1	3	1	18
Ato Decl. Interpretativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lei	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Instrução Normativa	-	-	1	-	1	2	1	2	3	-	-	-	10
Não definido						2		1					3
Ato Declaratório				1					1			1	3
Ordem de Serviço													
Convênio													
Total	8	6	8	4	13	11	16	8	14	8	12	15	123

A seguir, são listados os quantitativos de demandas de formulação de normas que tramitaram durante o ano de 2017, constantes no Sistema de Controle de Documentos-SCD e Sistema Integrado de Informática – SEI.

O quadro abaixo espelha o estoque no início de cada mês, entradas, saídas mensais e estoque final.

Propostas constantes no Sistema de Controle de Documentos-SCD.

MÊS	ESTOQUE INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	ESTOQUE FINAL
Jan/17	*44	8	8	44
Fev/17	44	6	6	44
Mar/17	44	9	8	45
Abr/17	45	4	4	45
Mai/17	45	9	13	41
Jun/17	41	11	11	41
Jul/17	41	13	16	38
Ago/17	38	9	8	39
Set/17	39	14	14	39
Out/17	39	4	8	35
Nov/17	35	17	12	40
Dez/17	40	15	15	40
TOTAL	*44	119	123	40

Fonte: Relatórios Gerenciais SCD e SEI
*Estoque em 1° de janeiro de 2017

Conforme se depreende do quadro acima o Sistema de Controle de Documentos – SCD e o Sistema Integrado de Informática – SEI – registraram no ano de 2017 um quantitativo de 123 (cento e vinte e três) propostas de atos normativos analisados e um saldo de 40 (quarenta) solicitações pendentes e em análise.

Cabe frisar, que as propostas de alterações legislativas são formalizadas por meio de protocolo SCD ou Processo SEI. Tais demandas são examinadas e podem não resultar, necessariamente, em minuta de alteração legislativa, podendo haver cancelamento de protocolos e processos, por diversos motivos, p.e. perda de objeto e desinteresse posterior do demandante.

Avaliação das atividades/desempenho do Núcleo de Disseminação de Normas – NUDIS no ano 2017

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1. Disponibilizar no SISLEGIS em 48 horas todas as normas tributárias publicadas no DODF:													
Total de normas publicadas disponibilizadas no SISLEGIS em 48 h	26	12	9	15	22	16	18	34	15	20	15	43	245
Total de normas alteradas disponibilizadas no SISLEGIS em 48 h	19	14	10	15	13	32	22	121	21	16	14	44	341
Total de normas disponibilizadas no site da SEF/DF em 48 h	45	26	19	30	40	48	40	155	36	46	29	87	606
Total de SCDs baixados em 48 h	36	7	9	3	7	9	8	14	1	4	-	5	103
Total de benefícios cadastrados no SISREF em 72 h	19	-		1	1	64	-	4	-	-	-	3	92
Total de normas vinculadas no SISCONFAZ em 72 h	32	2	6		6	13	3	2	-	3	-	23	89
Quantidade de informativos divulgados	24	11	10	13	22	15	17	33	13	13	14	42	227

Processos Especiais

Controle, análise e acompanhamento dos processos relativos a benefícios fiscais de caráter não geral e de regimes especiais ou diferenciados de apuração, recolhimento ou cumprimentos de deveres acessórios.

Conforme Quadro "Estoque de processos existem 546 (quinhentos e quarenta e seis processos) processos. O Quadro - Número de documentos emitidos – janeiro a 31 de

dezembro de 217" promove o desdobramento dos atos e procedimentos administrativos praticados por esse núcleo durante o período.

Os esforços no sentido de automatizar e/ou simplificar os processos de reconhecimento de benefício fiscal de caráter não geral vêm gradativamente substituindo a tramitação física de processos pela virtual, adotando para isso a plataforma SIGAC. Atualmente são analisados em processos virtuais os pedidos de reconhecimento de isenção para veículos pertencentes a embaixadas e organismos internacionais e seus funcionários.

Também foi adotado o novo procedimento para os processos de reconhecimento de redução de base de cálculo para locadoras de veículos.

A automatização dos processos de reconhecimento de isenção para embaixadas e organismos internacionais e isenção para transporte escolar encontra-se em fase adiantada de desenvolvimento.

A revisão atos declaratórios de imunidades com objetivo de identificar se as instituições beneficiadas mantém as condições previstas para o reconhecimento, está em andamento.

O alinhamento dos posicionamentos com a jurisprudência, sobretudo em relação as questão pacificadas no Supremo Tribunal Federal, evitando recursos desnecessários está sendo realizado e vem contribuindo para a atualização da legislação tributária.

Núcleo de Benefícios Fiscais – NUBEF – Número de documentos emitidos – janeiro a dezembro de 2017

Núcleo de Benefícios Fiscais – NUBEF até 31/12/2017	
TOTAL DE DOCUMENTOS EMITIDOS	1151
1 - Atos Declaratórios	570
2 - Despachos de Arquivamento	22
3 - Despachos de Indeferimento	111
4 - Demais despachos processuais	42
5 – Notificações	333
6 – Pareceres	73

Fonte: Sistemas SICOP/SEI e SIGAC

Estoque de processos – NUBEF em 31/12/2017	
Aguardando distribuição	**90**
Para análise	0
Análise sobrestada/Processos coringa	8
Aguardando decisão judicial	0
Aguardando prazo de preponderância	122
Distribuído	**206**
Aguardando envio de notificação	08
Aguardando retorno de A.R.	114
Aguardando cumprimento de notificação	51
Em análise	33
Aguardando deliberação superior (concluso)	**4**
Aguardando publicação/ciência	**10**
Concluído	**254**
Aguardando registro nos sistemas	16
Aguardando devolução de livros	18
Aguardando prazo recursal	53
Aguardando numeração para arquivo	155
Aguardando encaminhamento aos demais setores	12
TOTAL	**546**

Fonte: Sistemas SICOP/SEI e SIGAC

Os casos simples de pedido de benefícios fiscais tais como isenção de ICMS e IPVA para Portadores de Deficiência Física/Mental ou Autismo e para Taxistas, isenção de IPTU/TLP para

Aposentados/Pensionistas, isenção de ITCD sobre patrimônios de pequeno valor especificado em lei, também são analisados.

Ao todo, foram recebidos 1977 processos no exercício de 2017, neste incluído os processos físicos e virtuais, contando, no entanto, com um quantitativo ainda insuficiente de analistas e técnicos para toda essa demanda podendo gerar atraso na análise e um acúmulo cada vez maior de processos. Por outro lado, aguarda-se a implementação do rito automático de concessão de isenção de IPVA para Taxistas o que pode diminuir o número de processos recebidos.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2017, foram emitidos 2.063 (dois mil e sessenta e três) documentos administrativos, dos quais 521 (quinhentos e vinte e um) referem-se a pareceres relativos aos pedidos de adoção de regimes especial de interesse do sujeito passivo.

Durante o exercício de 2017,estão sendo adotadas medidas com o objetivo de otimizar os recursos operacionais, desburocratizar e estimular a inovação em seus métodos de trabalho.

Em relação aos processos com atendimento virtual - SIGAC - em 2017 foram 246 (duzentos e quarenta e seis) demandas referentes à Lei nº 5.005/2012, ao artigo 320-D do Decreto 18.955/1997 e ao Decreto nº 34.063/2012, que a partir desse ano também passou a ter a sua análise feita de forma virtual.

Convém destacar que continuam o intuito de adequar e aprimorar o SISLEGIS para a extração de relatórios gerenciais necessários à SUREC e, para isso, algumas demandas foram abertas no OASIS.

Nessa mesma linha, no escopo de fornecer informações gerenciais que irão subsidiar a tomada de decisão nos processos de impressão conjunta NFST, nos termos do artigo 298, inciso XV do Decreto 18.955/97 - RICMS foi aberta demanda no OASIS cujo pleito compreende a inclusão da informação sobre qual das empresas envolvidas é a emitente e qual é a impressora bem como a série e a subsérie utilizada por cada empresa.

Os modelos de requerimento para impressão conjunta de nota fiscal de serviço de telecomunicação ou de serviço de comunicação e de inclusão e recadastramento de que trata o artigo 320-D, bem como o modelo de requerimento referente ao Decreto nº 34.063/2012, juntamente com a lista de documentos necessários, foram disponibilizados na internet.

Quanto à legislação, várias propostas de alteração, em especial nas que regulam o PRÓ-RURAL, o Decreto nº 34.063/2012 e na Lei nº 5.005/2012.

A ação de revisão dos Termos de Acordo que concedem a atribuição da condição de substituto tributário referente às operações internas subsequentes com os produtos relacionados no Item 10, do Caderno I, do Anexo IV ao Decreto nº 18.955/1997 – RICMS, bem como dos Atos Declaratórios concessivos, sob condição resolutória, da condição de Substituto Tributário dos itens 30, 31 e 34 do Caderno I, do Anexo IV do Decreto nº 18.955/1997, informando, em ambos os casos, aos contribuintes da revogação dos mesmos, estão em andamento.

Quanto aos benefícios resultantes das ações implementadas, atualmente, mesmo com um número reduzido de servidores, principalmente da Carreira de Auditoria Tributária, as análises dos pleitos efetuados mediante processos de Regime Especiais, desde que atendidas às notificações porventura existentes, são concluídas num prazo inferior ao prazo de 90 (noventa dias) previsto no Decreto nº 33269/2011 – Processo Administrativo Fiscal, e as demandas efetuadas no SIGAC são analisadas dentro de um prazo inferior a 30 dias.

Esclarecimento de Normas no período de janeiro a novembro de 2017

Produzidos 61 (sessenta e um) atos administrativos voltados ao esclarecimento de normas, de janeiro a dezembro de 2017. Estão incluídas neste total as demandas oriundas dos públicos externo (processo de Consulta) e interno (Solicitação de Esclarecimento de Normas – SEN).

Os quantitativos de demandas oriundas dos públicos externo (processo de Consulta) e interno (SEN), referentes ao estoque de processos no início do ano, quantitativos de entrada, saída e estoque final, relativos aos anos 2016 e 2017 foram os seguintes:

Levantamento do estoque 2016/2017

Ano	Est. Inicial	Entradas	Saídas	Est. Final
2016	9	79	68	20
2017	20	80	61	39

Fonte: SICOP

Observa-se que houve sensível aumento no quantitativo do estoque final de processos, circunstância alimentada pela manutenção das demandas relativas à Emenda Constitucional nº 87/2015 e ao inadequado quantitativo de relatores, o que implica aumento no tempo de solução das demandas que, não raras vezes, ultrapassa o legalmente previsto. Tal fato gera constrangimentos no relacionamento com os consulentes, que, não raras vezes, formalizam reclamações nos canais oficiais (SIGAC).

Cumpre, pois, reiterar a imperativa necessidade de recomposição do quadro de relatores do setor que, a juízo seu, demanda um mínimo de quatro relatores, que deveriam ser gerenciados por pessoa investida, material e **formalmente**, em tal incumbência.

Cobrança Tributária

Gestão do Rito Especial

No ano de 2017, deu-se continuidade ao monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas a consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação, em função da Emenda Constitucional 87/2015 e do Convênio nº 93/2015.

Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFE a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre este e o estado remetente.

Nesta partilha, cabe ao estado de destino 60% da diferença de alíquotas no ano de 2017, 80% no ano de 2018 e, a partir de 2019, 100% da mesma.

Para o monitoramento dessas operações é utilizado um painel na ferramenta QlikView, que calcula o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos.

Os resultados obtidos estão dispostos no quadro abaixo:

	Quantidade Acumulada	Valor acumulado (R$)
Valor Calculado	77.924	273.564.752,30
Valor Recolhido	45.105	210.954.668,85
% Recuperação		**77,11**

Fonte: Painel de monitoramento QlicView- NGCEL

Rito Especial:

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática, tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

O trabalho desenvolvido, no ano de 2017, consistiu na execução da rotina do Rito relativa aos meses de maio a dezembro de 2016 e janeiro a julho de 2017, além de repescagens para os anos de 2011 e 2012, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R$ 572.186.105,12, em desfavor de 75.903 contribuintes, como demonstra o quadro abaixo.

Rito Especial	Qt. Acum.	Valor acumulado (R$)
Débitos Notificados	75.903	572.186.105,12
Corrigidos e valores entre 10,00 e 350,00	49.789	152.934.229,12
Pagamentos à vista	14.306	22.652.205,73
Pagamentos parcelados	831	23.336.346,74
Total Recuperado	**15.137**	**45.988.552,47**
Débitos inscritos em Dívida Ativa	43.534	560.817.943,72
Resultado percentual (Notificado x recuperado)		**8,04**
Resultado % com corrigidos (Notific. x recuperado)		**31,97**

Fonte: Sistema de monitoramento do Rito Especial – NURIT/GCORE

Atendimento a demandas relativas ao Rito Especial

Apesar de todo o esforço em sanear diversas situações antecipadamente à sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agência Net, muitos contribuintes formalizam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF apenas por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, chegam inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Cobrança Tributária

No ano de 2017, em decorrência de previsão constante da Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei nº 5.558/2015, foi implementado, o monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação.

A Lei nº 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação.

No ano de 2017, foram enviados, 204.534 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas no valor total de R$ 3.522.169.773,93, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas.

Ressalta-se que são prestados suporte a todas as Agências de Atendimento ao Contribuinte, orientando os servidores daquelas unidades quanto aos procedimentos de inclusão/exclusão/manutenção de parcelamentos administrativos e protestos, bem como toda a gestão dos sistemas de parcelamento.

No quadro abaixo estão demonstrados os montantes correspondentes às NFEs recebidas, os valores declarados nos LFEs e aos pagamentos realizados, observando-se uma característica específica do DIFAL do Simples Nacional que é o valor sempre maior dos pagamentos em relação ao declarado no LFE, resultante da desobrigação de escrituração de LFE para os contribuintes enquadrados como MEI, mas que estão obrigados ao pagamento do DIFAL.

DIFAL - SN	Valor acumulado (R$)
Valor total das NFEs recebidas no DF	**3.522.169.773,93**
Valor total de DIFAL declarado nos LFEs	**64.500.991,47**
Valor total de DIFAL pago	**74.573.305,19**

Fonte: Painel de QlicView de extração e tratamento de dados da NF-e: NUCSN

Está sendo desenvolvido um painel na ferramenta QlikView, para monitoramento dessas operações, que irá calcular o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando o início da cobrança efetiva dos valores devidos.

Até então, tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e o esclarecimento de dúvidas sobre a matéria.

Durante o exercício de 2017, foi desenvolvida também a ação de remessa de débitos inscritos em dívida ativa a Cartórios de registro de Protesto. Essa ação, iniciada no exercício de 2014, traz resultados financeiros bastante significativos, elevando sobremaneira o patamar do DF na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, visto que traz um novo elemento de risco para o contribuinte.

Como fato importante a se registrar houve a interrupção do envio de CDAs a protesto, a partir de 16/08/2017, em função de proibição de uso deste meio de cobrança, por força da Lei Complementar nº 931/2017, tendo sido retomadas em novembro em virtude da revogação da lei pelo TJDF.

Os resultados obtidos com o protesto foram os seguintes:

Protesto	Qt. Acum.	Valor acumulado (R$)
CDAs enviadas	35.119	**1.160.438.610,79**
Valor recolhido a vista	2.111	9.258.922,32
Valor parcelado	4.151	174.593.611,85
Total recuperado	6.262	**183.852534,17**
Percentual de Recuperação		**15,84**

Fonte: Relatórios Gerenciais: NUCOD/ GBRAT/CBRAT

No exercício de 2017 foram deferidos 65.728 novos parcelamentos administrativos, no montante de R$ 624.527.287,49, com ingresso de receita oriundo da carteira de parcelamentos geridos da ordem de R$ 374.380.233,20, conforme especificado no quadro abaixo:

Parcelamentos Deferidos	Qtd. Acumulada	Valor acumulado (R$)
Concedidos: parcelamentos novos	65.728	**624.527.287,49**
Valores recolhidos: parcelamentos novos e antigos	728.472	374.380.233,20

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

A cobrança dos débitos inscritos no Cadastro da Dívida Ativa do Distrito Federal e os valores inscritos no exercício de 2017, bem como os resultados da cobrança foram os seguintes:

Divida Ativa	Qt. Acum.	Valor acumulado (R$)
Inscrições - Comunicados enviados	1.348.359	**6.445.754.106,86**
Valor recolhido à vista	328.159	205.382.496,03
Valor parcelado	75.925	140.820.825,36
Total recuperado	404.084	**346.203.321,39**
Resultado percentual (Comunic. x recuperado)		**5,37**

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

Foram desenvolvidas ações de análise dos processos julgados pelo TARF e posterior envio de intimação aos contribuintes autuados quanto ao montante de crédito a ser pago após o trânsito em julgado administrativo.

Em 2017, foram intimados 281 contribuintes perfazendo o valor de R$ 554.635.381,75, conforme registrado no quadro abaixo:

	Qt. Acum.	Valor acumulado (R$)
Notificações e intimações	281	**554.635.381,75**
Valor recolhido ou parcelado	26	**914.937,78**
Resultado percentual (Notific. x recolhido)		**0,16**

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

Destaca-se também a participação em vídeo conferências realizadas pelo CRC, direcionados a contadores, sobre o DIFAL do Simples Nacional e do Comércio Eletrônico e sua operacionalização.

Sobre o mesmo tema, foram ministrados treinamentos a servidores e palestra durante o "Ciclo de Discussões Tributárias" patrocinado pelo TARF.

Em 2017, por força do Decreto nº 38.527 de 03/10/2017, ocorreu a transformação da Agência de Atendimento do Núcleo Bandeirante em Agência de Recuperação de Crédito e Atendimento - AGREC, subordinada à CBRAT.

Essa nova Agência fora criada com o objetivo de implementar a cobrança administrativa de créditos tributários, por meios eletrônicos e ligações telefônicas, dispondo de equipe de atendentes para efetuar ligações telefônicas ativas e receptivas, conforme estratégias pré-definidas, segmentadas por tipo de tributos, contribuintes e prazos de inadimplência, além de orientar os contribuintes sob ação de cobrança quanto ao cumprimento das obrigações tributárias e à utilização dos serviços disponibilizados pela Subsecretaria da Receita.

Neste escopo, foram iniciados, no mês de outubro, os trabalhos de cobrança de débitos identificados pelo Rito Especial e do IPVA/2017 e, em novembro, os débitos referentes a parcelamentos em atraso, com os seguintes resultados:

AGREC	Valor Cobrado (R$)	Valor recuperado (R$)	% Recuperação
IPVA 2017	63.793.840,53	16.075.512,47	25,20
Parcelamento	1.493.044,84	770.696,82	51,62
Rito Especial	15.919.054,25	169.255,78	1,06

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

No âmbito do PROFISCO, estão em desenvolvimento, pela fábrica, os sistemas previstos no projeto visando uma maior automatização dos processos de trabalho e sua integração com os demais sistemas da SEF, o que irá conferir maior agilidade e eficiência aos resultados, bem como um gerenciamento das ações de cobrança mais profissional, alinhado às melhores práticas usadas no mercado privado.

Além dos sistemas, o projeto prevê a contratação de consultoria especializada para a análise e reformulação dos processos de trabalho buscando uma maior eficiência nas atividades de cobrança, a contratação de Serviço de Higienização da base cadastral gerada pela CCALT contendo em torno de 2 milhões de contribuintes (1.650 mil pessoa física e 350 mil pessoa jurídica) e a aquisição de um Sistema de Cobrança para realizar tratamento e definição dos cenários de cobrança com controle de comunicação com o devedor via telefone, e-mail e correspondência, o treinamento de pessoal, com acompanhamento por dez meses e a manutenção por três anos.

Para conhecimento das possibilidades de sistemas do tipo, foi efetuado um teste com um disponível no mercado, no período entre julho e setembro, cobrando, via e-mail e telefone, contribuintes que tivessem uma parcela do IPVA em aberto. Foram cobrados 368.502 contribuintes nesta situação, perfazendo um montante de R$ 284.966.891,39.

Os resultados abaixo mostram o excelente percentual de recuperação alcançado o que reforça a percepção de que, a adoção de um sistema de gestão de cobrança trará, pelos motivos já expostos, significativo incremento nos resultados conseguidos pela CBRAT.

Total cobrado julho a dezembro 2017	368.502	R$ 284.866.991,39
Total pago julho a dezembro 2017	91.631	R$ 69.734.509,76
Percentual de recuperação	24,87	24,48

Fonte: Relatórios Gerenciais: GBRAT/CBRAT

A CBRAT extraiu que, em 2017, foi alcançado um percentual de recuperação de créditos de 15,31% com relação ao montante de créditos tratados por alguma das ações de cobranças mencionadas neste relatório.

Frisa-se que em 2017 não houve nenhum programa especial de recuperação de créditos (REFIS), e ainda que o envio de CDAs a protesto ter sido suspenso de agosto a outubro, por imposição da Lei Complementar nº 931/2017, o que teve forte influência negativa nos resultados percentuais de recuperação alcançados.

Valor total cobrado	8.065.601.575,86
Valor total recuperado	1.234.199.391,99
Percentual de recuperação incluindo Arrecadação DIFAL	15,31%

Cadastro e Lançamento Tributários

Tributos Diretos

Estão sendo realizados esforços para o saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes, bem como para a melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos (IPTU, TLP, IPVA, ITBI e ITCD).

Lançamento de Tributos Diretos

IPTU
Lançamento do exercício de 2016

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
917.005	917.005	1.145.497.443,77	702.404.969,03

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF
O total do lançamento inclui os imóveis da TERRACAP, para comparação com 2017.

IPTU
Lançamento do exercício de 2017

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
945.216	945.216	1.299.165,353,82	721.653.415,92

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF
O total do lançamento inclui os imóveis da TERRACAP, para comparação com 2017.

IPVA
Lançamento do exercício de 2016

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
1.217.502	1.162.150	R$ 1.067.801.350,70	914.807.459,32

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF
Para comparação com 2017.

IPVA
Lançamento do exercício de 2017

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
1.297.355	1.217.224	1.151.750.785,20	1.027.956.289,69

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF
Para comparação com 2017.

Imposto sobre a transmissão (ITBI e ITCD)

2016

	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	40.977	375.321.065,97	321.892.222,15
ITCD	19.722	166.414.457,58	108.457.218,21
TOTAL	60.699	541.735.523,55	430.349.440,36

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

Para comparação em 2017

2017

	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	36.368	403.235.083,35	372.396.807,27
ITCD	19.898	169.736.802,90	137.020.001,33
TOTAL	56.266	572.971.886,25	509.416.808,60

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

As áreas construídas e áreas de terrenos foram identificadas pelo Mapeamento Aerofotogramétrico Cadastral, de acordo com o Sistema Cartográfico do Distrito Federal - SICAD, referenciado ao Sistema SIRGAS 2000, executado pelo Contrato nº 02/2016-ACJUR/TERRACAP, celebrado em 19/01/2016, e incluídos no lançamento do IPTU para o exercício de 2017.

REGIÃO ADMINISTRAÇÃO	INSCRIÇÕES COMPATIBILIZADAS E INCLUÍDAS NO CI/DF
Não Identificadas	3.102
1	349
2	22.538
3	1.194
4	5.187
5	26.370
6	21.094
7	7.366
8	5.712
10	31.720
12	35.609
13	19.527
14	4.358
15	20.984
16	9.006
17	9.937
18	9.898
20	45.172
21	868
24	200
25	4.979
26	11.662
27	6.741
29	887
30	15.042
Total	**319.502**

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

Em cerca de 4.000 (quatro mil) imóveis constavam empresas instaladas e sem área construída nos imóveis. As Administrações Regionais foram oficializadas a enviarem cópia dos alvarás de construção e/ou habite-se. Essa fiscalização poderá resultar em cobrança retroativa de IPTU de cerca de 40 milhões de reais, as quais as cobranças já foram iniciadas, conforme quadro abaixo:

NOTICADO/SUJEITO PASSIVO	VALOR (R$)
SISTEMA INTEGRADO DE EDUCACAO E CULTURA	2.759.632,23
ASSOCIACAO DOS ADQUIRENTES DO EDIFICIO VICTORIA FLAT	915.322,68
SYS PARTICIPACOES S/A	405.226,16
PARQUE SAUDE INCORPORACAO IMOBILIARIA S.A.	627.522,47
CONSTRUTORA LUNER LTDA	1.720.104,75
CONSTRUTORA LUNER LTDA	114.194,42
FIDELITY INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES INCORPORACOES	1.453.318,29
DF CENTURY MALLS S.A.	1.262.740,20
SAO LUIS ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS PROPRIO	1.207.358,00
CLX - INCORPORADORA LTDA	224.624,33
ESPACO Y ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS AS	331.213,85
SDM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	446.494,02
PROSPERY IMOBILIARIA LTDA	40.352,20
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO EDIFICIO COSTA VERDE	255.852,90
GRUPO OK CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	181.570,75
REDE D'OR SAO LUIZ SA	248.028,92
ASSOCIACAO DE PROP.E PROMIT.COMP.DO COND.RESIDENCIAL FLORENCE	106.184,87
CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL	843.675,45

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

Arrecadação e Cadastro da Dívida Ativa

As atividades de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa, compreendem:

- O controle da arrecadação tributária do Distrito Federal;
- O gerenciamento dos convênios e contratos de prestação de serviços de arrecadação;
- O gerenciamento da inscrição de débitos na Dívida Ativa do Distrito Federal, bem como o exercício do controle sobre a situação desses débitos;
- A prestação de informações à Procuradoria-Geral do Distrito Federal quanto ao cadastro da dívida ativa para ajuizamento e execução.
- O atendimento a demandas relacionadas a correção de dados relacionados a arrecadação, bem como a dívida ativa.

Considerando que a maioria das demandas atendidas visam a correção de pagamentos, foi desenvolvido um novo sistema de emissão de DAR Avulso pela Internet, reduzirá a ocorrência de pagamentos incorretos pelos contribuintes. O novo sistema entrou em produção na segunda quinzena de Dezembro/2017, porém ainda não há dados sobre o impacto na ocorrência de pagamentos incorretos.

Dados relativos à Dívida Ativa do Distrito Federal, com a movimentação no período de Janeiro a Dezembro/2017:

		TRIBUTÁRIA AJUIZADA	NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA	TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA	NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA
SALDO ANTERIOR (31/12/2016)	QTDE CDAS	1.684.664	46.888	885.729	9.822
	VALOR (R$)	20.799.420.595,70	1.180.039.904,72	3.212.769.124,12	89.891.683,10
ACRÉSCIMOS LEGAIS (+)	VALOR (R$)	1.137.938.145,76	76.631.611,05	446.914.670,27	14.257.753,19
AJUIZAMENTOS / INSCRIÇÕES (+)	QTDE CDAS	270.152	3.637	673.638	4.783
	VALOR (R$)	2.671.999.697,60	180.929.034,01	3.106.440.035,47	130.216.953,42
EXIGIBILIDADE SUSPENSA (+)	QTDE CDAS	24.414	4.262	28.478	146
	VALOR (R$)	393.985.670,20	55.892.229,53	150.745.137,28	5.716.872,36
SUSPENSÕES (-)	QTDE CDAS	5.262	101	243	65
	VALOR (R$)	165.574.251,62	54.305.258,02	120.740.982,87	5.495.357,00
PARCELAMENTOS (-)	QTDE CDAS	29.676	4.161	28.235	81
	VALOR (R$)	228.411.418,58	1.586.971,51	30.004.154,41	221.515,36
CANCELAMENTOS (-)	QTDE CDAS	29.636	856	12.677	721
	VALOR (R$)	624.987.574,87	31.257.744,57	422.391.951,37	26.664.803,77
BAIXA (-)	QTDE CDAS	120.061	1.434	216.704	901
	VALOR (R$)	156.962.921,01	7.019.906,78	129.718.740,99	3.506.335,90
AJUIZADOS (-)	QTDE CDAS	0	0	270.152	3.637
	VALOR (R$)	0,00	0,00	2.671.999.697,60	180.929.034,01
PRECATÓRIOS AGUARDANDO REQ. ART. 100 DA CF (-)	QTDE CDAS	0	0	0	0
	VALOR (R$)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS (27/11/2017)	QTDE CDAS	1.732.155	49.018	1.269.870	11.819
	VALOR (R$)	24.000.476.634,23	1.222.446.949,32	4.209.859.213,74	132.745.390,38

Fonte: Relatórios Gerenciais: CCALT> Base SITAF

Tributos Indiretos

Realizada a gestão, tratamento e disponibilização das informações relacionadas aos documentos fiscais eletrônicos e às declarações econômico fiscais

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destaca-se a Depuração Cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes. Essa alteração pode implicar medidas punitivas para o contribuinte (ex: suspensão ou cancelamento da inscrição) ou automatização de procedimentos visando à diminuição de processos em papel (ex: baixa automática de contribuintes cancelados há mais de 5 anos). O Quadro abaixo apresenta resumo das atividades de depuração cadastral executadas em 2017.

Lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pelos profissionais autônomos nos anos de 2016 e 2017:

ISS AUTÔNOMOS 2016

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 31/12/2016	Valor pago até 31/12/2016	% inadimplência
Nível médio	3.388	3.490.497,80	2.614.249,35	774.900,61	70,36%
Nível superior	4.863	10.019.478,29	7.500.426,94	3.957.557,81	47,24%
TOTAL	**8.251**	**13.509.976,09**	**10.113.676,29**	**4.732.458,42**	**53,22%**

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCALT> Base SITAF e SIGEST

ISS AUTÔNOMOS 2017

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 31/12/2017	Valor pago até 31/12/2017	% inadimplência
Nível médio	3.313	3.617.292,88	2.691.398,00	778.279,58	71,08
Nível superior	4.616	9.990.207,32	7.421.382,01	3.872.202,67	47.82
TOTAL	**7.929**	**13.607.500,20**	**10.112.780,01**	**4.650.482,25**	**54,01**

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCALT> Base SITAF e SIGEST

O controle das informações fiscais prestadas pelos contribuintes, que incluem a emissão de documentos fiscais e a escrituração fiscal eletrônica, foi realizado e o quadro a seguir demonstra a evolução da quantidade de Notas Fiscais Eletrônicas emitidas no Distrito Federal em 2017:

Mês/Ano	Qtd total de emissores	Qtd total de notas autorizadas
01/2017	33.985	3.718.173
02/2017	34.581	3.359.045
03/2017	36.639	4.124.943
04/2017	35.891	3.570.221
05/2017	37.723	4.089.525
06/2017	38.109	3.991.447
07/2017	38.827	3.978.063
08/2017	39.551	4.134.205
09/2017	40.398	4.009.654
10/2017	41.526	4.232.822
11/2017	38.881	3.104.719
12/2017	42.611	4.193.026

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCALT> Base SITAF e SIGEST

Quanto à recepção dos Livros Fiscais Eletrônicos, estão discriminadas abaixo as quantidades de declarantes e livros fiscais transmitidos:

Mês/Ano	Número de contribuintes	Qtd livros processados com sucesso	Qtd livros rejeitados
01/2017	75.967	126.723	11.434
02/2017	64.369	88.920	7.207
03/2017	79.439	133.387	12.305
04/2017	69.919	98.735	8.882
05/2017	82.213	126.807	14.482
06/2017	80.757	114.796	11.431
07/2017	79.902	111.747	10.595
08/2017	84.653	127.464	12.743
09/2017	80.652	111.846	11.041
10/2017	86.832	120.916	13.700
11/2017	77.419	108.922	7.153
12/2017	78.150	109.871	7.399

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCALT> SIGEST

Execução de Projetos Especiais

No Programa Nota Legal foram administradas de todas as dúvidas e reclamações do Programa (via SIGAC, e-mail e telefone) advindas, principalmente, de problemas na contabilização de

créditos originados de documentos fiscais e também de indicações de créditos para abatimento em IPVA e IPTU, bem como para depósito em conta.

Em relação ao Programa foram realizadas as seguintes atividades: bloqueio preventivo, efetuando pesquisas na busca de indícios de fraude na apropriação de créditos; geração e gerência de autos de infração, bem como suas pertinentes impugnações; desenvolvimento, implementação e administração de tudo que se refere ao Sorteio.

Cadastro Fiscal

Realizado o tratamento e disponibilização dos dados referentes ao Cadastro Fiscal dos Contribuintes do Distrito Federal, interagindo com os demais setores da Subsecretaria da Receita e órgãos externos que utilizam as informações disponibilizadas no Sistema.

As ações estão focadas em manter os dados cadastrais de pessoas jurídicas o mais próximo possível daqueles arquivados no órgãos de registro (Junta Comercial do DF, cartórios de registro de pessoas jurídicas e OAB).

No quadro abaixo consta o resumo das principais atividades desenvolvidas de registros e alterações cadastrais realizadas até o mês de dezembro de 2017.

TIPO DA AÇÃO	MOTIVAÇÃO	QTD DE OCORRÊNCIAS
Alterações Cadastrais	Atualização dos dados empresariais no Cadastro Fiscal do Distrito Federal.	42.201
Baixa de Inscrição via Sistema RLE	Solicitação de baixa integrada com todos os órgãos intervenientes (JCDF, RFB e SEFAZ/DF).	8.344
Baixa de Inscrição via processo (físico/virtual)	Baixa de Inscrição de Empresas ainda não atendidas pelo Sistema RLE (Filiais, S/A, Cooperativas, Registradas em Cartório e OAB).	2.345
Inscrições concedidas presencialmente	Empresas que solicitaram a inscrição via processo físico (JCDF, Cartórios e OAB).	3.610
Inscrições concedidas via Sistema RLE	Empresas em que os registros foram concedidos de forma integrada.	8.655

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEPES/CCALT

Destaca-se, que, no ano de 2017 teve um avanço significativo a implementação do Sistema RLE – Sistema de Registro de Licenciamento de Empresas, iniciado no final de 2015. Esse fator permitiu a integração dos processos de Registro mercantil das empresas na Junta Comercial, concessão de CNPJ e inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, de empresas de natureza jurídica Limitada, Eireli e de empresas individuais. Da mesma forma, permitiu a integração dos procedimentos de baixa dos registros mercantis das empresas registradas na Junta Comercial do Distrito Federal desses mesmos tipos jurídicos.

Todavia, dadas algumas deficiências verificadas na operacionalização das atividades do sistema RLE, tais como: falta de manutenção, custos e morosidade na implementação da atividade de sistematização dos processos de alterações cadastrais, o órgão gestor do Sistema - Junta Comercial, subordinada ao MDIC – juntamente com os demais integrantes (Secretaria da Fazenda, SEDICT, órgãos responsáveis pelo licenciamento das empresas e o SEBRAE) optaram para migrar o Projeto para o Sistema JUNTA DIGITAL, desenvolvido pela JUCEMG e já utilizado por mais 7 Estados, com o objetivo de inserir o DF na arquitetura proposta pela REDESIM, o que deverá estar concluído até o final de 2017. Vislumbra-se, com isso, que todos os processos vinculados a qualquer tipo de empresa sejam disponibilizados apenas na forma digital, em todas as esferas de tramitação.

Atendimento ao Contribuinte

Ações desenvolvidas com o objetivo primordial de prestar um atendimento de qualidade cada vez melhor aos cidadãos que procuram a Subsecretaria da Receita, com destaque para a ampliação da oferta de serviços pela internet.

Atendimento virtual

Eventos - atendimentos virtuais	2016	2017
Central - 156 (atendimentos por telefone)	301.772	333.304
AGREM	110.200	120.401
Agênci@net (serviços)	101.346	69.960
Nota Fiscal Avulsa – SENFA	146.474	259.949
Total	**659.792**	**783.614**

Fonte: AGREM, exceto os serviços da Agênci@net cujos dados foram extraídos do sítio da SEF/DF.Obs.: Os dados dos serviços da Agênci@net estão disponibilizados no sítio da SEF/DF e os serviços disponibilizados na área pública da página da SEF na *internet* não são quantificados e, portanto, não foram contabilizados acima.

Arrecadação promovida pela Agência de Atendimento Empresarial

ITEM	ARRECADAÇÃO
Pagamentos efetivados em decorrência de cobranças PRÓ-DF	427.307,04
Pagamento decorrente de Notificações de Lançamento PRÓ-DF	35.902,17
Crédito constituído por Notificações de Lançamento - PRÓ-DF e FIDE	83.495.666,84
Convênio ICMS 64-06 – alienação veículos locadoras	0,00
TOTAL	**83.958.876,05**

Fonte: Relatório Gerencial AGEMP/COATE

NOTIFICAÇÕES DE LANÇAMENTO AGEMP - 2017*				
EMPRESA	**VAL. ORIG. R$**	**SITUAÇÃO**	**CDA Nº**	**VAL. PAGO (R$)**
A. TELECOM TELEINF. LTDA	35.902,17	PAGO		35.902,17
MICROLOG INF. E TEC. LTDA	86.805,56	INSC. EM DAT	50187677409 e 50187677417	0,00
TOTAL CENTER REFRIG. LTDA	733.180,97	INSC. EM DAT	50187679193 e 50187679207	0,00
SUPERVIDA DISTRIBUID. LTDA	261.332,47	INSC. EM DAT	50187679150, 50187679169 e 50187679177	0,00
DURAMAR IND. E COM. LTDA	185.716,64	INSC. EM DAT	50187661553	0,00
STACATTO IND. e COM. DE MOV.	1.384.208,75	INSC. EM DAT	50187901643	00-não pago
GLOBALBEV – NL 2.881/2017	2.610.846,78	Aguar. pagto		
GLOBALBEV – NL 2.882/2017	19.085.052,38	Aguar. pagto		
STACATTO - 2.910/2017	839.438,47	Aguar. Recurso	--	--
AMBEV S.A. - 2.912/2017	46.131.991,26	Aguar. Recurso	---	--
GLOBALBEV - 2.911/2017	12.177.093,56	Recurso	--	--
Total de 2017	**83.531.569,01**			**35.902,17**

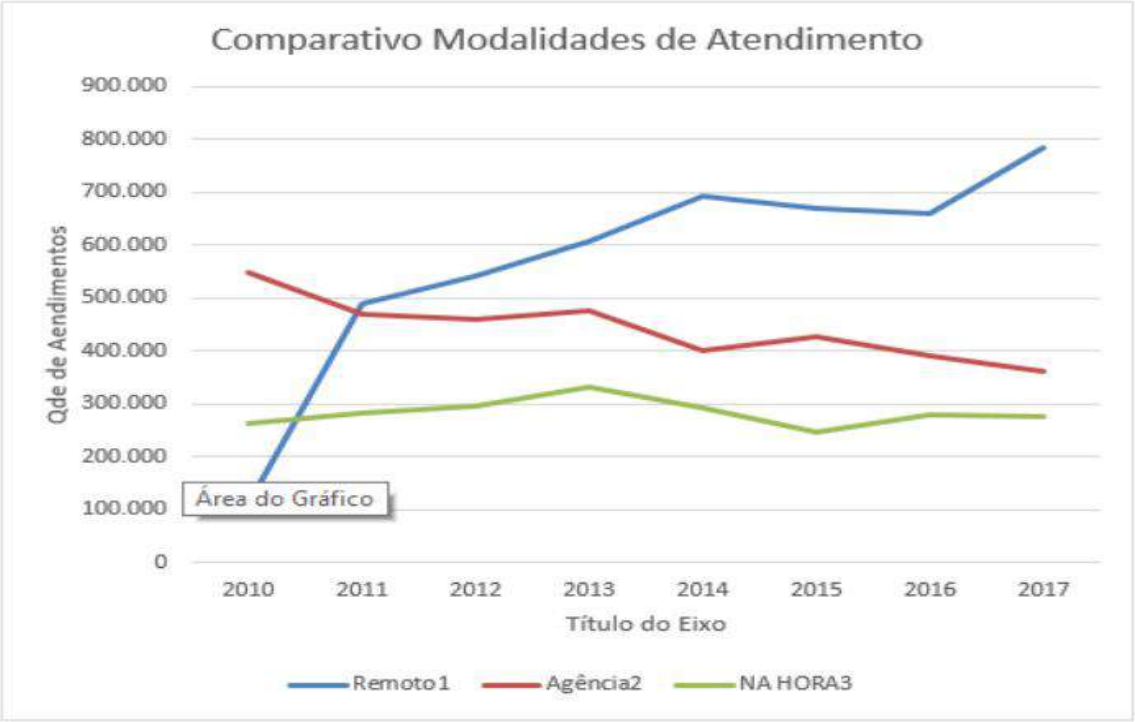
Fonte: Relatórios Gerenciais AGEMP
* Dados acumulados de janeiro a dezembro de 2017

Atendimento Presencial X Remoto

Ano	Canal	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total Anual
	Remoto	170.234	165.953	158.214	165.391	659.792
	Agências/CAEMI	100.949	101.801	89.220	99.792	391.762
2016	**TOTAL**	**271.183**	**267.754**	**247.434**	**265.183**	**1.051.554**
	Remoto*	196.841	193.324	203.318	191.131	783.614
	Agências	98.691	92.062	89.575	80.458	360.786
2017	**TOTAL**	**295.532**	**285.386**	**292.893**	**178.784**	**1.144.400**

Fontes: Banco de Dados da OS-COATE nº 36/2007 e AGREM.
CAEMI: Extinta em 04/2017.
Agência Bandeirantes: Extinta em 10/2017

Comparativo atendimentos Remoto x Agência x Na Hora - 2010 a 2017



Inscrições e alterações no Cadastro Fiscal do DF:

Mês	Quantidade de Inscrições	%	Quantidade de Alterações	%	TOTAL
1	274	7,12 %	2.303	8,68 %	2.577
2	286	7,43 %	2.702	10,18 %	2.988
3	330	8,57 %	3.365	12,68 %	3.695
4	228	5,92 %	2.435	9,17 %	2.663
5	274	7,12 %	3.124	11,77 %	3.398
6	317	8,23 %	3.008	11,33 %	3.325
7	262	6,81 %	2.832	10,67 %	3.094
8	390	10,13 %	3.725	14,03 %	4.115
9	334	8,68 %	3.049	11,49 %	3.383
10	426	11,06 %	2.712	10,22 %	3.138
11	314	8,16 %	2.666	10,04 %	2.980
12	415	10,78 %	1.766	6,65 %	2.181
TOTAL	3.850	100,00 %	26.543	100,00 %	30.393

Fonte: Relatórios de Cadastro Fiscal publicados no sítio da SEF/DF.

2.2. GESTÃO FINANCEIRA

Despesa Pública

Para o acompanhamento da despesa pública são observadas as seguintes atribuições:

- Elaboração da programação financeira anual;
- Execução e controle da programação financeira;
- Análise e controle das folhas de pagamentos de pessoal custeadas com recursos do Tesouro;

- Análise e controle da programação financeira para o repasse dos recursos financeiros da administração indireta, entidades dependentes do Tesouro, (Fundações, Autarquias e Empresas Públicas);
- Liberação dos limites financeiros programados a liquidar no início de cada mês corrente conforme o cronograma mensal de desembolso, e também solicitados pelas Unidades Gestoras por meio de ofícios e mensagens no Comunica/SIGGo;
- Emissão de pareceres (financeiros e sobre outros aspectos pertinentes às normas financeiras), em processos enviados à SUTES pelos diversos órgãos/entidades do complexo administrativo do GDF;
- Ajuste periódico da programação financeira, visando adequar o cronograma de desembolso à execução orçamentária;
- Orientação técnica às Unidades Gestoras sobre aspecto da gestão da despesa pública, no que tange às normas de execução financeira em vigor. Para tanto, os meios utilizados são: mensagens via SIGGo, contatos telefônicos e pessoalmente, despachos em processos.

Programação Financeira

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas, foi editado o Decreto nº 37.979, de 26/01/2017, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2017, para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida consolidada, conforme valores detalhados nos Anexos II a VII do citado decreto.

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do DF e o ajuste do fluxo de gastos previstos na Lei Complementar nº 101/2000; visando a redução do custo da máquina Pública; objetivando o funcionamento continuo dos serviços públicos, a manutenção das obras e investimentos, bem como a preservação dos empregos públicos e, ainda, o pagamento a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal, foi criada em 2015 e ainda continua em vigor, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (GOVERNANÇA-DF), conforme Decreto nº 36.240, de 02/01/2015.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa, do Tribunal de Contas do DF e da Defensoria Pública do DF, foram programados no SIGGO na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2017 (Lei n°5.796, de 29/12/2016), em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 83 da LDO/2017 (Lei nº 5.694, de 02/08/2016), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com critérios estabelecidos entre os Poderes Executivo e Legislativo. As dotações autorizadas para as unidades orçamentárias que compõem a função legislativa na LOA/2016 (CLDF e TCDF), portanto, o Poder Legislativo, representa o valor total de R$ 1,049 milhões.

A Coordenação de Programação Financeira - COFIN procedeu a reestimativa com fundamento no histórico real de arrecadação do quadriênio 2013 a 2016 e assinalou para uma frustração em torno de 134,3 milhões para receitas não tributárias (não estimadas pela AEF/GAB/SEF).

Para os órgãos do Poder Executivo foram programados, conforme Quadro 1, abaixo, um total de R$ 24.644.619.034, nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de um total de R$ 28.869.984.200 das dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2017, incluindo a Reserva de Contingência (grupo 9) e o Poder Legislativo.

Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) teve, incialmente, dotação para 2017 no valor de R$ 13.189.779.861,00, conforme previsto na Lei Orçamentária da União – LOA, Lei nº 13.414, de 10/01/2017, publicada no DOU nº 8, 11/01/2017, Seção 1. A partir de janeiro de 2017, em face da determinação contida no Acórdão nº 2334/2016-TCU-Plenário, as áreas de saúde e educação passaram a executar seus orçamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), sistema federal.

A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa eoutros benefícios, a dotação inicial e o cenário final do orçamento do FCDF em 2017:

Em R$ 1,00

ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR FINAL	%
Segurança	Pessoal	6.098.019.461	6.110.637.490	0%
	Outros Benefícios	309.133.620	244.984.212	-21%
	Custeio	1.134.006.489	1.154.508.361	2%
	Investimento	252.681.347	81.102.810	-68%
	SUBTOTAL	7.793.840.917	7.591.232.873	-3%
SEE e SES	Pessoal - Educação	2.187.139.011	2.652.591.160	21%
	Pessoal - Saúde	2.590.875.329	2.953.021.560	14%
	Custeio - Educação	391.352.243	0	-100%
	Custeio - Saúde	226.572.361	21.758.540	-90%
	SUBTOTAL	5.395.938.944	5.627.371.260	4%
TOTAL FCDF		**13.189.779.861**	**13.218.604.133**	-

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2017

A coluna dos percentuais refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício/2017 entre a dotação inicial e a final, onde se verifica que houve decréscimos para alguns grupos de despesas e acréscimos em outros.

Os dados supracitados demonstram que o maior impacto relativo às alterações solicitadas pela Unidades Gestoras foram remanejamento da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF), onde se pode observar que foi remanejado quase a totalidade do custeio para pessoal.

No exercício/2017, os remanejamentos orçamentários solicitados e autorizados pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração (SPOA/MF) alcançaram o montante de R$ 2.229.311.347,00, correspondendo alteração no orçamento inicial em torno de 17%, sendo: R$ 1.018.285.328,00 para a área de segurança pública e R$ 1.211.026.019,00 para assistência financeira à execução de serviços públicos de educação e saúde.

Do montante acima remanejado na área de segurança pública foi para atender pessoal inativo/pensão em virtude das demandas de reservas (aposentadorias) dos militares e aposentadorias dos policiais civis realizadas no decorrer do exercício/2017, correspondendo valor de R$ 789.322.763,00, equivalente 77,51%.

Análise de processos e documentos que demandam recursos

Em 2017, foram emitidas, aproximadamente, 65 (sessenta e cinco) manifestações em instrução processual, referentes a aspectos orçamentário e financeiro dos pleitos oriundos das Unidades Gestoras que compõem o FCDF, submetidos à apreciação e deliberação da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (Governança-DF), tendo em vista regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 01/2016 editada pela mesma.

Série histórica de aportes anuais do FCDF

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2003-2017

Em R$ 1,00

Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança$_1$	SE$_2$
2003	3.356.357.953	1.700.764.243	1.655.418.629	51	49
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48	52
2005	4.449.279.076	2.143.179.975	2.306.054.076	48	52
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48	52
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49	51
2008	6.595.079.327	3.534.122.560	3.057.687.434	54	46
2009	7.604.519.609	3.931.107.687	3.672.420.618	52	48
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53	47
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53	47
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49	51
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48	52
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47	53
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51	49
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56	44
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57	43
Total	**123.690.702.522**	**63.532.700.367**	**60.153.521.413**	**51**	**49**

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2017
Obs. 1: Segurança = Segurança Pública. Obs. 2: SE = Saúde e Educação

A série histórica do FCDF demonstra que as dotações autorizadas para as áreas de segurança pública e assistência financeira à educação e saúde vêm se comportando de forma equilibrada desde o ano de 2003. Destacando-se que as correções feitas, ao longo dos anos, no valor original do fundo (base de cálculo para 2003: R$ 2.900.000.000,00), têm proporcionado distribuição equânime dos recursos entre as áreas, com flutuação de valores ora para mais, ora para menos, porém, sem perda da essência e finalidade a que se propõe o FCDF. Ressaltando-se que, nos últimos 3 (três) anos, a área de segurança pública tem recebido mais recursos que as áreas de educação e saúde, ou seja, tem-se priorizado uma em detrimento das demais.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos orçamentos autorizados para o FCDF até 2017. A trajetória da curva demonstra que houve crescimento constante nos aportes anuais de recursos até 2008, com estagnação no período de 2009 a 2010, voltando a crescer no período 2011 a 2015, porém, ocorrendo sensível perda ou retração em aproximadamente 3,0826% em 2016 e retornando seu crescimento em 2017.



Prestação de contas anual - FCDF

O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF;

UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES; e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE.

A partir da prestação de contas do exercício de 2015, após orientação e determinação do TCU, os relatórios das Unidades Gestoras da área de segurança pública passaram a ser encaminhados individualmente àquela Corte de Contas Federal, mantendo-se a sistemática anterior para as áreas de saúde e educação, ou seja, para estas Unidades Gestoras os dados e resultados das execuções orçamentárias e financeiras continuam constando do relatório de gestão da Unidade Gestora central 170392 do FCDF.

Em cumprimento as atribuições regimentais aprovados pelos artigos 103 a 105 do Decreto Distrital nº 35.565/2014, a Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – CFCDF, orienta e monitora as Unidades Gestoras que compõem o FCDF, no que tange a elaboração de proposta orçamentária, bem como na execução orçamentária, financeira e na prestação de contas anuais, visando assim alcançar os objetivos a que se propõe o FCDF.

Com a implantação do sistema Monitor Web-CGU em 2017, foram respondidas 12 (doze) Recomendações da Controladoria-Geral da União referente a gestão do Fundo Constitucional do DF.

Utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informação do GDF (SEI-GDF) a GECON procedeu análise e instrução processual de 64 (sessenta e quatro) processos em 2017, referentes a ressarcimentos, ajustes contábeis e orientações junto às Unidades que compõem o FCDF.

Instaurada Auditoria Operacional do FCDF em cumprimento ao Acórdão 2151/2017 – TCU, realizada em conjunto TCU e CGU para verificar a efetividade e sustentabilidade do FCDF, a GECON respondeu a 02 (duas) Solicitações de Auditoria – SA à CGU, Processo SEI nº 00040.00062758-2017-49, e 02 (dois) ofícios de requisição do TCU, Processo SEI nº 00040.00060806/2017-64.

No que diz respeito à cessão de servidores/militares cedidos e custeados com recursos do FCDF, o TCU editou o Acórdão 1774/2017 – TCU-Plenário determinando o retorno imediato dos mesmos, bem como os respectivos ressarcimentos de salários. No entanto, o GDF ingressou com recursos junto ao TCU solicitando reanálise da decisão visando alterar prazo para cumprimento da mesma. O recurso foi acatado pelo TCU, que prorrogou por 60 dias o prazo para cumprimento do citado acórdão.

Com relação aos ressarcimentos, foram abertos os seguintes processos de cobrança:

- Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) – Processos SEI 00428.00003704/2017-15, 00054.00013636/2017-89, 0040.00062083/2017-38;
- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) – Processo SEI 00053.00059216/2017-77;
- Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) – Processo SEI 00040.00061790/2017-15.

Foram adotados procedimentos junto às UGs do fundo visando orientá-las quanto ao correto lançamento no Siafi e contabilização das contas públicas em atendimento a legislação aplicável à matéria.

Dívida Pública e Ajuste Fiscal

A Coordenação da Dívida Pública e Ajuste Fiscal - CODAF, criada pelo Decreto n.º 33.370, de 29/11/11, conta em sua estrutura com três Gerências: Controle da Dívida Pública Consolidada - GEDIP; Controle dos Passivos Contingentes – GECOP e de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal – GEPAF, para desenvolver atividades relacionadas à administração, controle e registro de contratos da dívida fundada e das operações de crédito, acompanhamento e

coordenação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal-PAF e dos passivos contingentes do Distrito Federal.

No exercício de 2017, atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal envolvendo a apuração do resultado primário e dos limites de endividamento do Distrito Federal, segundo metodologias definidas pela legislação em vigor e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

No desempenho de suas competências prestou, ainda, por força legal, informações sobre a evolução da dívida pública fundada, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do Pasep, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso III.

Para subsidiar a captação de operações de crédito acompanha sistematicamente o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Evolução da Dívida Pública Fundada

As informações contidas neste item referem-se à Dívida Pública Fundada do GDF administrada por esta Coordenação. Além desta, o GDF possui outras dívidas, quais sejam:

- Parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil pelos seguintes órgãos: NOVACAP e SAB;
- Precatórios administrados pela Procuradoria Geral do DF;
- Parcerias Público-Privadas.

Projeção do Serviço da Dívida

O pagamento do Serviço da Dívida Fundada em 2017 alcançou R$ 443 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2039. Observamos uma trajetória de crescimento até o ano de 2020, em função de liberações dos empréstimos.

Dentre os empréstimos externos, três encontra-se em fase de liberação, que são: Programa de Transporte Urbano do DF, Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Procidades e Projeto de Desenvolvimento Fazendário - Profisco, contratados junto ao BID. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES:

- Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários;
- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE.

Junto à CAIXA:

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abast. de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;

- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF,
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavim. Asfáltica no Setor Arniqueira – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte;
- Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC.

Junto ao Banco do Brasil:

- Empreendimento Residencial Parque do Riacho - 5ª Etapa - Riacho fundo II;
- Mobilidade Integrada;
- Infraestrutura Urbana e Social.

Assim, a partir de 2021, será retomada a trajetória de decréscimo conforme as projeções demonstradas, em valores correntes, no quadro a seguir:

Em R$ 1,00

ANO	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL	ANO	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2017	233.153	215.434	448.587	2029	322.332	94.538	416.870
2018	355.777	264.269	620.046	2030	237.349	77.312	314.661
2019	446.577	330.234	776.811	2031	229.409	62.527	291.936
2020	500.785	331.887	832.672	2032	227.737	47.949	275.686
2021	505.160	297.623	802.783	2033	184.012	32.859	216.871
2022	478.762	266.554	745.316	2034	155.105	19.173	174.278
2023	469.352	237.210	706.562	2035	114.920	9.284	124.204
2024	468.865	208.165	677.030	2036	64.356	2.563	66.919
2025	378.702	181.133	559.835	2037	8.270	398	8.668
2026	377.542	159.032	536.574	2038	8.270	221	8.491
2027	377.021	137.005	514.026	2039	4.135	44	4.179
2028	367.397	115.218	482.615		0	0	0

Fonte: SIGGO

Estoque da Dívida Interna por Credor

A Dívida Fundada Interna é composta por trinta e cinco contratos, sendo um junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente ao refinanciamento da dívida, vinte e sete

com a Caixa Econômica Federal, quatro contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e três junto ao Banco do Brasil - BB.

Além da Dívida Interna referente a operações de crédito, o GDF parcelou duas dívidas junto à Receita Federal do Brasil. Uma era da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em liquidação, no valor de R$ 19.420.445,53, que foi assumida pelo DF, baseada na Lei 5.565, de 09/12/2015, que transferiu para o GDF os direitos e obrigações. A outra dívida, no valor de R$ 24.831.970,98, era da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Caso o DF não assumisse estas dívidas, ficaria impedido de renovar a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O Distrito Federal assinou, em 24 de março de 2016, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato 003/99, alterando as condições financeiras no âmbito da Lei Complementar nº 148/2014 - contrato da STN, reduzindo o saldo devedor em R$ 339 milhões. Em 28 de dezembro de 2016, foi aprovada a Lei Complementar nº 156, que autorizou a prorrogação do prazo de pagamento do referido contrato em 20 anos. Para isso, o DF deveria ter assinado um termo aditivo até 23.12.2017, contudo não assinou o novo termo, e consequentemente não prorrogou o prazo de pagamento.

O estoque da Dívida do contrato da STN sofreu acréscimo, devido à elevação do IPCA no decorrer do ano. A dívida com a CAIXA e BB sofreu acréscimo em função dos desembolsos das operações. A STN é credora de 34%, o BNDES de 10%, o BB de 25%, a CAIXA de 30% e a Receita Federal do Brasil de 1%.

Conforme quadro abaixo, estão descritas as dívidas por valores correntes, junto às Instituições:

R$ Milhões

CREDOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017
STN	1.192,0	1.211,8	1.211,0	1.280,3	1.052,4	1.117,1
BNDES	278,0	254,0	396,6	363,5	342,1	321,5
BB	0	0	0	553,7	487,4	814,9
CAIXA	465,1	631,9	907,3	952,2	945,0	1.008,2
RFB	0	0	0	0	36,6	31,5
TOTAL	**1.935,1**	**2.097,7**	**2.514,9**	**3.149,7**	**2.863,5**	**3.293,2**

Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a seis contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Houve uma redução da dívida, em valores correntes, em virtude das amortizações ocorridas no período.

R$ Milhões

CREDOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BID	520,7	552,5	598,4	845,1	672,3	654,3
BIRD	123,2	132,7	136,9	181,2	134,5	119,5
CAF	2,1	2,4	0,9	0,0	0,0	0,0
TOTAL	**646,0**	**687,6**	**736,2**	**1.026,3**	**806,8**	**773,8**

Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da Dívida Interna

Em 2017, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal (administração direta) foram de R$ 227,5 milhões com amortização e R$ 215,4 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R$ 442,9 milhões em valores correntes.

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA												
CREDOR	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	39,3	71,9	44,4	73,8	49,8	74,8	56,2	76,8	26,9	18,3	14,2	15,5
BNDES	42,5	23,6	24,0	18,3	25,1	16,9	34,3	28,3	36,5	26,3	37,6	24,5
CAIXA	15,5	29,8	17,0	48,4	25,9	71,6	52,0	84,6	64,0	85,8	72,8	82,2
BB	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	14,5	2,3	32,4	29,5	67,8
Parcel. RFB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,7	1,7	5,2	1,3
TOTAL	**97,4**	**125,3**	**85,4**	**140,5**	**100,8**	**163,3**	**142,5**	**204,2**	**138,4**	**164,5**	**159,3**	**191,3**

Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram assim distribuídas: R$ 68,3 milhões com amortização e R$ 24,1 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R$ 92,4 milhões, em valores correntes:

R$ Milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA			
ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2012	38,0	11,5	49,5
2013	57,1	12,2	69,3
2014	65,2	12,5	77,7
2015	73,4	18,0	91,4
2016	58,6	18,3	76,9
2017	68,3	24,1	92,4

Área do Gráfico

Liberações de Operações de Crédito

Em 2017, foram liberados R$ 517,2 milhões em operações de crédito, para os seguintes contratos:

CAIXA – Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências R$10,119.651,03; Implantação do Sistema de Esgotamento de Águas Lindas R$6.682.853,13; Programa Pró-Moradia - Obras de infraestrutura e saneamento - Sol Nascente R$13.288.374,04; Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá Sul e Complementação R$21.508.093,23; Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste R$778.524,29; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Arniqueira R$38.557,51; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Buritizinho R$8.752.323,28; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires R$23.369.363,58; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico R$8.908.743,14; Ampliação da DF 047 R$2.325.649,44; Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC R$3.462.774,80 e Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal – PNAFM 2ª Etapa R$ 30.600.000,00.

BNDES – Programa de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Proinveste R$13.446.507,04.

BB – Mobilidade Integrada R$ 49.975.0001,01 e Programa de Infraestrutura Urbana e Social R$ 300.000.000,00;

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

BID – Programa de Transporte Urbano do DF R$ 7.144.560,00; Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Procidades R$4.699.221,20; e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – Profisco R$ 12.115.005,03.

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações, em valores correntes, nos últimos 6 anos:

LIBERAÇÕES OCORRIDAS						
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA INTERNA	191,6	181,2	461,1	557,9	80,9	493,3
DÍVIDA EXTERNA	21,7	9,2	26,8	22,8	19,2	23,9
TOTAL	**213,3**	**190,4**	**487,9**	**580,7**	**100,1**	**517,2**

Novas Operações de Crédito

Em 2017 não houve contratação de novas operações de crédito.

Quando das negociações de novos pleitos de operações de crédito interna e externa no decorrer de 2017, o anexo V, da 13ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve como base as previsões de novas operações de crédito a seguir discriminadas:

Operações de crédito externas

1. Brasília Sustentável II – BID, valor do financiamento: R$390 milhões, para o período de 2017 a 2020;
2. Brasília Capital das Águas – FONPLATA, valor do financiamento: R$151 milhões, para o período de 2018 a 2020;
3. PROCONFINS – BID, valor do financiamento: R$376 milhões, para o período de 2020 a 2022.

Operações de crédito internas

1. CPAC São Sebastião Crixá - Caixa, valor do financiamento: R$ 52 milhões, período de 2019 a 2021;
2. CPAC São Sebastião Nacional - Caixa, valor do financiamento: R$ 46 milhões, período de 2019 a 2021;
3. CPAC Riacho Fundo II - 3ª etapa - Caixa, valor do financiamento: R$ 18 milhões, período de 2018 a 2019;
4. CPAC Itapoã Parque - BB, valor do financiamento: R$ 47 milhões, período de 2018 a 2020;
5. Obras Eixo Norte – BNDES, valor do financiamento: R$ 322 milhões, para o período de 2019 a 2022;
6. Aquisição de 10 Trens para o a Linha 1 do Metrô - BNDES, valor do financiamento: R$ 220 milhões, para o período de 2018 a 2021;
7. Estação 104, 106 e 110 Sul Metrô – BNDES, valor do financiamento: R$ 75 milhões, para o período de 2019 a 2021;
8. Pavimentação e Qualif. de Vias Urbanas Por do Sol - Caixa, valor do financiamento: R$ 50 milhões, para o período de 2018 a 2020;
9. Modernização e Aparelhamento Defensoria Pública – BNDES, valor do financiamento: R$ 7 milhões, período de 2019 a 2020;

Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados anualmente no Balanço Geral do Distrito Federal.

Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal – PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 31 de maio de cada exercício. A última revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF, pelo Governo do Distrito Federal foi realizada em 20 de dezembro de 2016, para o período de 2016-2018.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste fiscal referente ao exercício anterior. Para o ano de 2016, o Distrito Federal apresentou os seguintes resultados:

1. Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real a 1; O DF cumpriu a meta com a relação de 0,22 da RLR.
2. Meta n.º 2: apresentar resultado primário deficitário em até R$ 628 milhões; O DF apresentou resultado primário deficitário de R$ 486 milhões, expurgadas receitas e despesas previdenciárias. Assim, dentro da meta estabelecida.
3. Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida; O DF cumpriu a meta com a relação de despesa com pessoal/RCL igual a 56,78%, excluídas as despesas previdenciárias.
4. Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R$ 13.218 milhões; O DF cumpriu a meta estabelecida, já que arrecadou receitas no montante de R$ 13.418 milhões, excluídas as receitas previdenciárias, isto é, além da meta estabelecida em 200 milhões.
5. Meta n.º 5: meta estabelecida na forma de compromissos, com destaque para limitar a relação de 43,65% para as Outras Despesas Correntes em relação à RLR; O DF apresentou o índice de 42,93% com Outras Despesas Correntes em relação à RLR, expurgadas receitas e despesas previdenciárias, ou seja, 0,72% menor ao projetado.
6. Meta n.º 6: limitar os gastos de investimentos e demais despesas de capital a 5,20% da Receita Líquida Real anual – RLR; O DF apresentou um índice de 4,58% para as despesas de investimentos em relação à RLR, 0,62% menor ao definido na meta.

De acordo com as indicações, decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas, de que houve o descumprimento das metas 1 e/ou 2 do Programa, o Distrito Federal terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do

Programa. Contudo, em 2016, o DF cumpriu todas metas estabelecidas, dessa forma foi considerado adimplente.

Verifica-se na tabela abaixo os resultados apresentados pelo Distrito Federal em cumprimento às metas estabelecidas no PAF-DF para o período de 2013 a 2016, bem como às projeções atuais para o período de 2017 e 2018.

Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF

ACOMPANHAMENTO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL-PAF/DF

ANO / METAS	REALIZADO				METAS	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
META 1 Dívida Financeira/RLR	0,22	0,23	0,26	0,22	≤ 1	≤ 1
META 2 Resultado Primário (R$ milhões)	-946	-2.277	-1.472	-486	-1.159	-1.098
META 3 Despesa Pessoal/RCL	51,51%	56,98%	64,19%	56,78%	60% (projeção de comprometimento de 53,36%)	60% (projeção de comprometimento de 52,60%)
META 4 Receita Própria (R$ milhões)	10.818	11.465	12.167	13.418	14.464	15.470
META 5 * Outras Despesas Correntes/RLR	46,12%	43,21%	42,93%	45,10%	43,38	43,00%
META 6 Investimentos/RLR	15,55%	14,52%	3,54%	4,58%	12,82	13,21%

* A meta n.º 5 é estabelecida também na forma de compromissos não mensuráveis.

Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar n° 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro - desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas, conforme seguintes valores correntes, nos anos 2013 a 2017:

R$ MILHÕES

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Valores pagos	124,98	134,45	107,24	107,30	127,02

Fonte: SIGGO

2.3. GESTÃO CONTÁBIL

As principais atividades desenvolvidas pelas Unidades da Subsecretaria de Contabilidade, na condição de Órgão Central de Contabilidade do Distrito Federal, no exercício de 2017, foram as seguintes:

Tomada de Contas

- Organização e controle das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, dos agentes recebedores e pagadores da administração direta e dos fundos especiais;
- Estabelecimento do nível e perfil de acesso dos servidores do Governo do Distrito Federal ao SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses, criado pelo Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, fazendo ainda a atualização do cadastro e o cancelando dos acessos sem movimento;
- Exame e controle dos pedidos de concessão e análise das prestações de contas de suprimento de fundos e das despesas realizadas com cartão de pagamento do Poder Executivo efetuadas pelas unidades gestoras da administração pública distrital;
- Implementação da elaboração das tomadas de contas dos ordenadores de despesas da administração direta em meio virtual, em observância às Normas do TCDF, reduzindo custos com impressão de documentos e agilizando a tramitação dos processos;
- Análise de concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos;
- Realizou treinamento às Unidades Gestoras da Administração Direta do GDF para orientação sobre concessão, registros e prestação de contas de suprimento de fundos;
- Elaboração do Manual Operacional de Suprimento de Fundos e sua disponibilização no site da Secretaria de Fazenda;
- Participação nos trabalhos técnicos no desenvolvimento do Sistema de ROLRESP-WEB;
- Participação nos trabalhos técnicos no desenvolvimento do Módulo de Acompanhamento de Transferência no SIAC/SIGGo;
- Participação nos trabalhos técnicos de correção de funcionalidade do Módulo de Convênio e Instrumentos Congêneres (Transferência Voluntárias) no SIAC/SIGGo.

Procedimentos e Controle de Sistemas Contábeis

- Promovidas 4 Instruções Técnicas de Procedimentos Contábeis;
- Alteradas 4 Equações Contábeis e efetuadas 967 alterações no Plano de Contas como medidas para adequar ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP;
- Efetuadas 210 alterações da Tabela Classificação Orçamentária, mediante a publicação de 2 Instruções Normativas;
- Organização e realização do XI Intercâmbio com os ordenadores de despesas para orientar os gestores acerca dos procedimentos inerentes ao encerramento do exercício financeiro de 2017;
- Efetuadas 1833 alterações na Tabela de Eventos objetivando adequar os procedimentos contábeis às necessidades das Unidades Gestoras;

- Desenvolvidos e encaminhados 5 Documentos de Oficialização de Demanda – DODs, sendo que apenas 2 foram concluídos;
- Enviados 58 OASIS do SIGGO, sendo desenvolvidos apenas 27, fato que gera morosidade no aperfeiçoamento dos procedimentos contábeis no SIAC/SIGGo;
- Disponibilizadas Informações mensais para o Portal da Transparência e o Portal Dados Abertos

Consolidação de Balanço

- Elaboração anual do Balanço Geral e organização do processo de Prestação de Contas Anual do Governador;
- Organização do conjunto de documentos elaborados por diversos órgãos do GDF e que compõem o Balanço Geral encaminhado aos órgãos de Controle Interno e Externo, conforme previsto no inciso XVII, artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Encaminhamento dos Balanços a diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, Governo Federal, Institutos de Pesquisas, sociedade civil entre outros, tem por principais objetivos: disponibilizar informações quanto à gestão dos recursos públicos; prestar contas à sociedade sobre a utilização dos recursos arrecadados pelo GDF;
- Disponibilização dos balanços dos exercícios de 2004 a 2016, visando dar transparência às informações do GDF por meio do Sítio da Secretaria de Estado de Fazenda
- Elaboração dos demonstrativos consolidados enviados à Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI;
- Análise qualitativa de contas e acompanhamento quanto ao fechamento para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis em vários níveis: por Unidade Gestora, Unidade Orçamentária, Tipos de Administração e Consolidação;
- Revisão constante das normas visando atender às exigências legais do Governo Federal e do Governo Distrital, que visam à adoção das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente no que se refere à elaboração dos Balanços na estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Estudos visando à preparação da Matriz de Saldos Contábeis – MSC a ser enviada, mensalmente, à Secretaria do Tesouro Nacional, de forma obrigatória a partir de janeiro de 2018.

Informações Fiscais

- Demonstrativos bimestrais - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - RREO:
- Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção;
- Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- Demonstrativo do Resultado Primário;

- Demonstrativo do Resultado Nominal;
- Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão;
- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital;
- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- Demonstrativo das Transferências de União;
- Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB;
- Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde;
- Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária;
- Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme art. 241, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF.
- Demonstrativos quadrimestrais – Relatórios de Gestão Fiscal – RGF:
- Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo;
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- Demonstrativo das Operações de Créditos;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa [anual];
- Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar [anual];
- Demonstrativo dos Limites.

Orientação, Controle e Análise Contábil da Administração Direta

- Análise e emissão de 94 pareceres contábeis em processos de ordenador de despesas;
- Análise de 228 processos de apuração de superávit financeiro;
- Análise e conferência de 12 conciliações bancárias do Fundo de Saúde do DF;
- Análise e conferência de 431 conciliações bancárias dos demais Fundos Especiais do DF;
- Análises de irregularidades contábeis identificadas nos registros contábeis dos órgãos da administração direta;
- Análise de inventários patrimoniais com vistas ao TCDF.

Orientação, Controle e Análise Contábil da Administração Indireta

- Consolidação de Demonstrações Contábeis para compor a Prestação de Contas Anual do Governador;
- Análise de processos de apuração de superávit financeiro;
- Análise e conferência de conciliações bancárias dos órgãos da administração indireta;
- Análise de irregularidades contábeis identificadas nos registros contábeis dos órgãos da administração indireta do DF;
- Análise mensal dos Balanços Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e das Variações Patrimoniais dos órgãos da administração indireta;
- Análise dos Balancetes das Empresas Não Dependentes (Integra);
- 17 Análises dos Registros de Participações Acionárias do GDF;

- Análise de 17 Integralizações de Capital e Incorporações de Ações das Empresas, cujo capital o GDF tem participação.

Custos Governamentais

- Conciliação a atualização da regra de custos e dos demonstrativos de custos;
- Análise do texto sobre o Sistema de Informações de Custos para inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017;
- Estudos para desenvolvimento de módulo de custos a ser inserido no SIGGo;
- Estudos sobre alternativas para registro da execução física por programa de trabalho para possibilitar a apuração de custos por produtos relacionados aos respectivos programas;
- Elaboração de Relatório para compor as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas da administração direta e fundos especiais.

Patrimônio

- Análise e registro de 61processos de Inventários Patrimoniais das Unidades Gestoras;
- Atualização e distribuição, às unidades, do Manual de Administração Patrimonial e do Manual de Composição dos Subitens de Despesa referentes à aquisição de equipamentos e material permanente; aquisição de imóveis e realização de obras e instalações;
- Cumprimento regular de diligências do TCDF, com emissão de pareceres e ofícios sobre questões relacionadas à administração patrimonial; redistribuição de bens ociosos;
- Demandas de desenvolvimento de novas rotinas e manutenção do Sistema Geral de Patrimônio acompanhamento da operacionalização do sistema pelas Unidades de Administração Geral - UAGs; registro de alteração de estruturas administrativas e dos Agentes Setoriais de Patrimônio, responsáveis pela guarda e uso dos bens móveis e pela administração dos bens imóveis.
- Analise dos Inventários Patrimoniais Anuais de 61 Unidades Administrativas, com emissão de relatórios (bens móveis/imóveis) e acompanhamento da regularização das pendências;
- Elaboração e encaminhamento as unidades supervisionadas de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando ao encerramento do Exercício.

2.4.TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No exercício 2017, a execução orçamentária e financeira da SUTIC para as ações de Modernização de Sistema de Informação e de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação está detalhada no quadro a seguir.

Registra-se a inexistência de indicadores sob responsabilidade da SUTIC/SEF no âmbito do PPA 2016-2019.

Execução Orçamentária e Financeira - Fonte Tesouro

Em R$ 1,00

Ação	Nome da Ação	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471	Modernização de Sistema de Informação	2.191.447,00	1.191.447,00	330.847,85	92.649,67
2557	Gestão da Informação dos Sistemas de TI	9.668.000,00	18.065.786,00	16.077.689,71	10.976.632,25
	Total	11.859.447,00	19.257.233,00	16.408.537,56	11.069.281,92

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo.

No exercício 2017, houve uma redução de aproximadamente 25% no orçamento governamental para as ações de TIC da SEF/DF. Tal fato posicionou as atividades de TIC para a manutenção dos projetos de Fábrica de Software e de Infraestrutura Tecnológica.

Dessa forma, as ações de Modernização de Sistemas de Informação e de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação foram pontuadas pela sustentação dos sistemas corporativos (SIGGo – Sistema Integrado de Gestão Governamental, SITAF – Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal, SIGEST – Sistema Integrado de Gestão Tributária etc.) e pelo desenvolvimento de novas aplicações, capazes de oferecer suporte estratégico necessário às ações fazendárias. Além disso, pautou-se pela manutenção dos serviços de infraestrutura tecnológica, com destaque para Infovia, Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade (SIADI), certificação digital, suporte, produção e auditoria de sistemas.

A execução das ações de manutenção dos serviços de TIC (sistemas e infraestrutura) contou com recursos do FUNDAF, no aporte de R$ 2.010.754, 85 (Dois milhões, dez mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Concernente ao valor empenhado até 31/12/2017.

Paralelamente às atividades de manutenção dos serviços tecnológicos da SEF/DF, as ações relativas à Governança de TIC foram mantidas durante o exercício:

- Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC/SEF-DF: colegiado estratégico, instituído em 2011, com o objetivo de deliberar sobre políticas de investimentos e prioridades relacionadas à TIC/SEF. Neste exercício foram realizadas 03 (três) reuniões com foco no estabelecimento de diretrizes para a atuação da SUTIC/SEF. As Atas do CTIC/SEF-DF estão disponíveis em http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/atas_ctic/atas_ctic.cfm.
- Comitê de Gestão de Mudanças e de Incidentes – COGEM: colegiado de nível tático, instituído em 2016 com o objetivo de avaliar, discutir e aprovar procedimentos de mudança no ambiente tecnológico da SEF/DF. Neste exercício foram realizadas 48 (quarenta e oito) reuniões com foco no estabelecimento de prioridades na execução de projetos de mudança, à luz das diretrizes estratégicas da SEF/DF. As Atas do COGEM estão disponíveis em http://intranet/area=1586.htm.

As ações da SUTIC tiveram, ainda, aporte de financiamentos internacionais, firmados entre esta Pasta e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que possibilitaram a realização de investimentos, por meio de projetos de fortalecimento e modernização da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Portanto, no exercício 2017 houve a execução do ganho decorrente da variação cambial no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM (Lei autorizativa nº 5.708, de 02 de setembro de 2016), com ações realizadas até setembro/2017.

Além disso, foram executados projetos previstos no Programa de Apoio a Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO, proveniente do Contrato de Empréstimo nº 3040/OC-BR, de 29 de fevereiro de 2016.

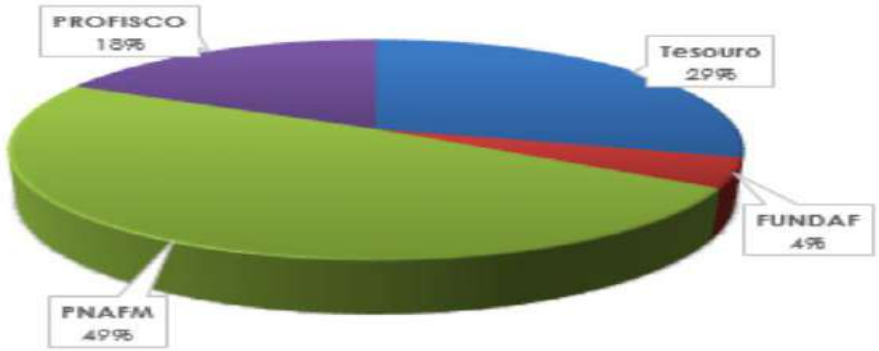
Considerando as ações de custeio (realizadas com recursos do Tesouro e do FUNDAF) e de investimentos (realizadas com recursos do PNAFM e do PROFISCO), a execução financeira realizada pela SUTIC no exercício 2017, por fonte de recurso, está apresentada a seguir:

Custeio e Investimentos por Forte de Recurso

Em R$ 1,00

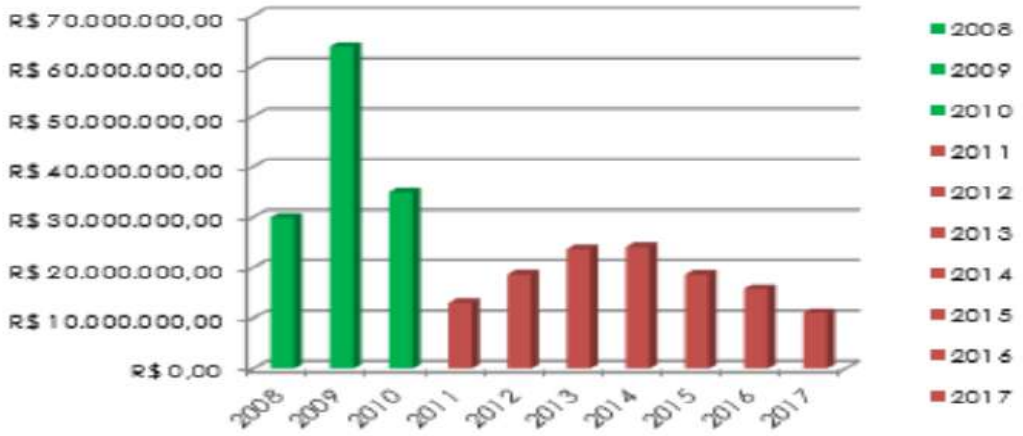
Tesouro	FUNDAF	PNAFM	PROFISCO	Total
11.069.281,92	1.649.431,75	18.505.715,43	6.787.221,70	38.011.650,80

Distribuição do Custeio e Investimentos por Forte de Recurso



Diante do exposto e considerando o histórico de custeio de TIC da SEF/DF, percebe-se que ao longo de dez anos houve redução de custos, ao tempo em que a área de TIC foi modernizada, revitalizada e fortalecida. O gráfico a seguir demonstra o histórico de despesas de TIC, na fonte de recursos do Tesouro.

Histórico das Despesas de TIC – 2008 a 2017 (Fonte Tesouro)



O histórico de despesas realizadas com recursos do FUNDAF está apresentado a seguir:



Realizações nas fontes Tesouro/FUNDAF

As ações de custeio para sustentar as competências de sistemas e infraestrutura de TI da SEF/DF foram executadas, em sua grande maioria, por meio das fontes Tesouro e FUNDAF.

No entanto, vale evidenciar que há projetos de desenvolvimento de sistemas e de módulos de sistemas em produção que foram realizadas com recursos PROFISCO.

Nesse sentido, o elenco de sistemas e ações de infraestrutura de TI efetivadas neste exercício estão apresentadas a seguir:

1. Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Administrativos, Financeiros e Contábeis, com destaque para a evolução das aplicações:

- Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT
- Sistema SIGGo-SEGURANÇA: Em produção
- Sistema de Gestão da Dívida Pública (SIGGo-DPU): Composto por 04 parcelas, com 02 parcelas finalizadas
- Programação Financeira no SIGGo: Compreende 02 módulos (elaboração e execução). O módulo elaboração, composto por 07 parcelas, encontra-se com 04 parcelas finalizadas. O módulo execução não foi iniciado.
- SIGGo-SIAC: Demanda de adequação do número do processo do SIGGO de acordo com o formato utilizado pelo SEI.
- SIGGo-PPA: Compreende 02 módulos (prestação de contas e avaliação). O módulo prestação de contas, composto por 08 parcelas, encontra-se com 07 parcelas em conclusão. O módulo avaliação não foi iniciado.
- SIGGo-Precatórios: Entrega de aplicação à PGDF permitindo Atualização Monetária dos precatórios pela própria Procuradoria não necessitando inclusão de dados feitos pela equipe técnica da SUTIC/SEF.

2. Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas Tributários, com destaque para a evolução das seguintes aplicações:

- Sistema SIGEST-CCR: Sorteio do Programa Nota Legal: Adaptação de funcionalidade de sorteio, geração de cupons e apresentação de vencedores;
- Sistema SITAF-PARC: Concluída a criação do parcelamento para atender órgão externos e disponibilizados os lançamentos feitos pela SEF no sistema

SISLANCA/LANCDEBITO para serem parcelados nos modos do parcelamento da SEF; alteradas transações que tinham CPF's embutidos em seus códigos, passando para utilização de perfis e demais melhorias na utilização e funcionamento do sistema;

- Sistema Extrator Fiscalização – TELECOM: Atualizações do serviço e melhorias de performance no processamento de arquivos c/ a criação de novo Monitor de acompanhamento do serviço;
- Sistema SIGEST-DEC: Migração do CCC para a versão 2.0 Cadastro Centralizado Contribuintes e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SUTIC INFRA: Migração WS DETRAN para o SOA Oracle; Adequação das páginas do Portal que tiveram o Certificado atualizado e Desenvolvimento de WS com dados de GARANTIA e ORDEM BANCÁRIA do SIGGO para interoperabilidade com sistema de Contratos que a empresa CAESB disponibilizará para o GDF;
- Sistema SGEJUC: Disponibilização de informações (View) a partir de levantamento de informações no Banco de Dados do SGEJUC para atender demanda judicial e/ou solicitação da PGDF e demais evoluções e ajustes nas funcionalidades do sistema
- Sistema ATENDE-REST: Integração do Sistema Restitui com o SIGAC (Portaria 19/2017_SEF - Solicitação de restituição via SIGAC) e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema AGENCI@NET: Evoluções e ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SITAF-DAT: Disponibilizada a inscrição em dívida ativa de débitos lançados no SISLANCA e demais evoluções e/ou adequações diversas nas rotinas do sistema;
- Sistema SITAF-IPVA: Desenvolvidas aplicações para concessão automática de benefícios relacionados ao IPVA (via WEB); Alterações na forma de concessão de alguns benefícios (agora, por subcategoria); Desenvolvidas aplicações parametrizadas do lançamento do IPVA p/ facilitar o trabalhos dos Gestores Operacionais e demais ajustes/correções nas funcionalidades do sistema ;
- Sistema SIGEST-DCO: Evolução da estrutura de transmissão do livro os servidores do novo Agenci@net; Inclusão de regras de bloqueio de alterações nos livros retificadores;
- Sistema SIGEST-CFI: Disponibilizado o Painel de Controle dos Processos de Geração e Baixa de inscrições via RLE e o Painel Gerencial p/ possibilitar indeferimento de solicitações; e demais atualizações/correções nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SITAF-BAIXA: Atualização da rotina de Baixa de pagamento das parcelas para acima de R$ 100,00 e outros ajustes pontuais no sistema;
- Sistema RITO ESPECIAL: Integração entre o Rito Especial e o SISLANCA e Inclusão da GIAST 3.0, para realização de Rito Especial;
- Sistema SITAF-CERT: Adaptação do sistema para constar o número de lançamento do SISLANCA e demais ajustes/correções para melhorar o seu funcionamento;

- Sistema SITAF-IMOV: Disponibilização da Cobrança adicional do IPTU 2017 devido áreas coletadas pelo Geo-referenciamento; Implementação do novo modelo de guia de quitação do ITBI/ITCD via WEB; Criação da parcela no financeiro dos 5% de desconto do IPTU; Criação do histórico de emissão de 2ª via do IPTU/TLP e outras atualizações no sistema;
- Sistema SINAV: Criação de um ambiente exclusivo de homologação para SITAF, SINAV e SICOP; Implementação da gestão de perfis no SITAF pelos GO's e Migração dos ambientes de desenvolvimento e produção do SITAF para as novas máquinas;
- Sistema SICOP: Desenvolvimento de um novo sistema SICOP para versionamento e implantação de programas em ambientes de homologação, produção e contingências
- Sistema DAR AVULSO: Implementação no SITAF de uma nova sistemática para o DAR Avulso utilizando como índice de atualização o INPC;
- Sistema PAFe: Sistema de Processo Administrativo Fiscal eletrônico, em fase de ajustes para se iniciar a homologação;
- Sistema SIGEST-RPC: Construção de WS que disponibilize informações relacionadas ao pagamento de tributos para os Agentes Arrecadadores (Homologação já aprovada) e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema.

3. Manutenção do projeto de Certificação Digital: Este projeto tem por escopo serviços de certificação integrante da raiz ICP-Brasil, para a criação de Autoridade de Registro (AR) vinculada à Autoridade Certificadora (AC) do Serviço de Processamento de Dados – SERPRO. Como resultado, a SEF/DF foi instituída Autoridade de Registro (AR), na mesma hierarquia da Receita Federal na ICP-Brasil.

4. Manutenção do projeto de Aferição de Ponto de Função: O projeto de Aferição de Ponto de Função tem por objetivo segregar as funções de execução das atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos e de validação da execução dessas atividades. Os resultados gerados por este Projeto estão associados ao direcionamento dos servidores de tecnologia da informação e comunicação às atividades típicas de gestão e controle e à celeridade no controle do atendimento às demandas.

5. Manutenção do projeto de Atendimento aos Usuários – Help Desk: Este projeto, em complemento ao Projeto de Infraestrutura de TIC, tem por objetivo segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). Com a implantação deste Projeto houve aumento da qualidade do atendimento ao usuário final, bem como redução do tempo de resposta dos chamados técnicos.

6. Manutenção do projeto de Infraestrutura de TIC: Este Projeto, em complemento ao Projeto de Atendimento ao usuário – Help Desk, tem por objetivo segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC, tais como administração de banco de dados, de redes de comunicação, segurança da informação e suporte a sistemas operacionais e servidores. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). A implantação deste projeto permitiu a manutenção do elevado desempenho e disponibilidade dos sistemas corporativos.

7. Continuidade do projeto de manutenção do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade – SIADI: Este projeto tem por objetivo prover a manutenção da solução SIADI, implantada em 2011, a fim de garantir a efetividade do funcionamento da solução nas unidades da SEF/DF (Sites Primário e Secundário, Agências de Atendimento da Receita e

Postos de Fiscalização da Receita). Como resultado, este projeto possibilita a manutenção do ambiente de alta disponibilidade e maior segurança para os dados e informações fazendárias.

Tais realizações permitiram a continuidade da prestação dos serviços fazendários, de maneira a atender com alta disponibilidade, velocidade e segurança às demandas dos usuários internos, de outros órgãos governamentais e dos cidadãos.

Realizações no âmbito do PNAFM

Os projetos de modernização, fortalecimento e renovação tecnológica foram realizados, em sua grande maioria, por meio do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM no exercício 2017.

Os investimentos destinados à execução desses projetos totalizaram R$18.505.715,43 (dezoito milhões, quinhentos e cinco mil e setecentos e quinze reais e quarenta e três centavos)

Nesse sentido, os resultados alcançados com a implementação das ações, foram os seguintes:

1. Solução de Replicação entre sites e ferramenta de auditoria de banco de dados ADABAS: Este projeto propiciou maior segurança nas transações realizadas, melhoria do desempenho e na disponibilização dos sistemas, bem como a possibilidade de implantação de novos serviços que utilizam a plataforma NATURAL/ADABAS.
2. Licença de virtualização de desktop (metaframe/home office) – Cytrix ZEN Desktop: O projeto permitiu o acesso remoto aos sistemas fazendários em quaisquer dispositivos sejam computadores, notebooks, tablets ou smartphones, por meio de estrutura segura, confiável e de alta disponibilidade de virtualização de aplicações e desktops. A solução possibilitou economia de recursos e insumos públicos, dinamizando a prestação de serviços da Secretaria, bem como rapidez no atendimento aos contribuintes, dada a facilidade de acesso a qualquer momento dos recursos de TI da SEF/DF.
3. Solução de Publicação na Web, com treinamento e suporte sob demanda - licenças Adobe Cold Fusion: A implementação deste projeto possibilitou a disponibilização de serviços aos contribuintes de forma segura e estável, bem como o desenvolvimento mais rápido, seguro e estável e o melhor aproveitamento dos equipamentos servidores, dispondo os sistemas de ambiente de alta disponibilidade.
4. Plataforma de desenvolvimento de sistemas na linguagem Net da Microsoft - Licenças Visual Studio: Este projeto possibilitou a melhoria no desenvolvimento dos sistemas corporativos com preservação do sigilo fiscal, permitindo o alto desempenho das aplicações e a disponibilização de serviços web de forma segura e estável.
5. Licenças Exchange – Atualização do serviço de mensageria: Os resultados decorrentes da implantação deste projeto foram a atualização e garantia de segurança no serviço de mensageria, bem como o aumento do desempenho da capacidade operacional, além de ter possibilitado a redução dos custos operacionais.
6. Atualização do Sistema Operacional para equipamento servidor X86 – Licenças Windows Server: Este projeto permitiu a atualização e garantia de segurança nos

sistemas operacionais dos servidores, com o consequente aumento do desempenho da capacidade operacional.

7. Modernização do serviço de processamento em ambientes Oracle e Adabas – Aquisição de Servidores RISC Oracle: A implementação deste projeto permitiu alta disponibilidade do hardware com Sun Cluster, possibilitando a migração SIGGo e do SITAF para cluster e todas máquinas virtuais existentes no cluster T5 para o cluster M7.
8. Treinamento ITIL e COBIT: Este projeto possibilitou a melhoria do controle dos ativos da SEF/DF, com melhor utilização e distribuição de recursos, o planejamento de mudanças críticas, o reconhecimento, análise e avaliação de investimento em áreas críticas, a medição da qualidade dos serviços prestados através da apresentação de indicadores de desempenho consistentes e padronizados e a consequente redução do tempo de resposta das solicitações de serviço.
9. Solução de software de automação de processos para o ambiente de backup, unidade de armazenamento de dados (storage) e gavetas de discos para expansão da atual solução de armazenamento de dados: O aumento do desempenho da capacidade operacional, bem como a melhoria na disponibilidade dos sistemas corporativos foram os resultados alcançados com a implementação deste projeto.
10. Migração e otimização de infraestrutura dos sistemas. Redundância das informações via CPD Secundário. Melhoria da segurança institucional: Este conjunto de projetos possibilitou a modernização e fortalecimento da infraestrutura tecnológica da SEF/DF, obtendo resultados em nível de desempenho dos sistemas corporativos, espelhamento de informações fazendárias e de segurança institucional.

Em que pese o curto espaço de tempo para realização dos projetos previstos no PNAFM (menos de 10 meses de execução, desde o início do planejamento da contratação, passando pelos procedimentos licitatórios, até a implantação da solução), as ações implementadas possibilitaram ganhos reais não apenas para a TIC da SEF/DF, como para os usuários internos e externos, haja vista os investimentos terem sido pontuados na melhoria da infraestrutura tecnológica, segmento que disponibiliza os serviços fazendários.

Realizações no âmbito do PROFISCO

Em prosseguimento aos projetos de modernização, fortalecimento e renovação tecnológica foram realizadas ações com recursos do Programa de Apoio a Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO no aporte de R$ 6.787.221,70 (seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e setenta centavos).

Nesse sentido, os projetos realizados no âmbito do PROFISCO, bem como os resultados alcançados com a implementação das ações, estão detalhadas a seguir:

1. Microcomputadores e dispositivos móveis (tablets): A implementação deste projeto possibilitou o aumento do desempenho da capacidade operacional, por meio da modernização do parque computacional, com a utilização de equipamentos tecnológicos atuais, além do aumento da produtividade;

2. Impressoras e scanners: Por meio do fortalecimento do parque de impressão, este projeto possibilitou a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como contribuiu para evitar quaisquer paralisações nos serviços de impressão;
3. Solução de Atualização da Central Telefônica (switches): Este projeto possibilitou a melhoria da comunicação entre as unidades da SEF/DF, bem como o aumento do desempenho da capacidade operacional, além de contribuir para redução nos custos operacionais;
4. Servidores X86: A implementação do projeto ocasionou economicidade no parque tecnológico do Data Center da SEF/DF, fornecendo um serviço estável e de alta disponibilidade;
5. Unidades de Robô de Backup: Este projeto propiciou a melhoria da estrutura tecnológica, dispondo os sistemas com ambiente de alta disponibilidade, além de garantir segurança das informações fazendárias;

Os projetos realizados com recursos PROFISCO fazem parte do objetivo maior de "Modernizar a infraestrutura tecnológica, conforme previsto no Planejamento Estratégico da SEF/DF, configurando as ações iniciais do produto final a ser entregue em 2019.

2.5. TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais é um órgão colegiado, paritário, integrado por 14 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes, sendo 07 representantes do Distrito Federal, integrantes da Carreira Auditoria Tributária e 07 representantes dos contribuintes, indicadas por entidades representativas da sociedade organizada. Mister destacar que as informações foram consolidadas até 15/12/2017.

RECURSOS REGISTRADOS

Recurso Voluntário	568
Reexame Necessário	62
Recurso Extraordinário	42
Reexame Necessário ao Pleno	1
Recurso Contra a Decisão do Presidente	2
Embargos de Declaração	32
Pedido de Avocação	-
Recurso de Jurisdição Voluntária	147
TOTAL	**854**

Os processos para julgamento totalizaram 985 (novecentos e oitenta e cinco reais), entre os quais foram julgados 716 (setecentos) em 2017, descritos por espécie de recurso, a saber:

RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE	
Recurso Voluntário	375
Reexame Necessário	117
Recurso Extraordinário	25
Reexame Necessário ao Pleno	6
Recurso Contra a Decisão do Presidente	3
Embargos de Declaração	30
Pedido de Avocação	0
Recurso de Jurisdição Voluntária	160
TOTAL	**716**

Nesse sentido, mister destacar que dos julgamento resultaram nas seguintes decisões no ano de 2017, conforme demonstrado a seguir:

DECISÕES	
NEGADO PROVIMENTO	530
DADO PROVIMENTO	91
FEITO ANULADO	4
PROVIMENTO PARCIAL	29
NÃO CONHECIDO O RECURSO E EMBARGOS	58
DECISÃO DE PRIMEIRA INST. ANULADA	3
DECISÃO CAMERAL ANULADA	1
RECURSO PREJUDICADO	0
TOTAL	**716**

Dessas decisões foram publicados 645 acórdãos em 2017, conforme abaixo:

ACÓRDÃOS PUBLICADOS	
1ª CÂMARA	**210**
2ª CÂMARA	230
PLENO	205
TOTAL	**645**

2.6. REFAZ

Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS - REFAZ é uma estrutura organizacional que visa, dentre outras atribuições, assistir e assessorar o Secretário de Estado de Fazenda nos assuntos de competência do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; representar o Distrito Federal na COTEPE/ICMS; assessorar o Secretário de Fazenda nas questões tributárias nacionais junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo Federal.

- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – em 4 (quatro) Reuniões Ordinárias (164ª a 167ª) e 24 (vinte e quatro) Reuniões Extraordinárias (271ª a 294ª);
- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas 5 (cinco) Assembleias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF;
- Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS - para apreciação e discussões de propostas de convênios, protocolos, ajustes e atos COTEPE/ICMS em 4 (quatro) reuniões ordinárias (167ª a 170ª) e 17 (dezessete) reuniões extraordinárias (263ª a 279ª);
- Participação nas reuniões da Câmara Técnica Permanente da ABRASF;

- Assessoramento ao Secretário de Fazenda no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Câmara Distrital.
- Como resultado das reuniões ocorridas, no âmbito do CONFAZ, foram celebrados e publicados os seguintes atos: 234 Convênios ICMS, 54 Protocolos ICMS e 25 Ajustes SINIEF.

2.7. OUVIDORIA FAZENDÁRIA

Atualmente são disponibilizados ao cidadão/contribuinte os seguintes canais de atendimento: Atendimento Virtual - Portal SEF – SIGAC (www.fazenda.df.gov.br), OUV-DF – Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal (www.ouv.df.gov.br) e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC (www.e-sic.df.gov.br/sistema/site/Default.aspx). Além dos serviços eletrônicos é oferecido atendimento presencial e pelo telefone desta Ouvidoria Fazendária; e também pelas centrais de atendimento 156, opção 3 e 162; que são gerenciadas pela Agência de Atendimento Remoto/COATE/SUREC/SEF-DF e Ouvidoria Geral do DF, respectivamente. Acrescentando que o contato também poderá ser feito via carta/correspondência.

Em relação às metas previstas para o exercício, foram realizadas revisões técnicas no Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte – SIGAC e no Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal, agregando serviços e funcionalidades.

A Controladoria Geral do Distrito Federal por meio do Decreto n.º 36.419/2015, de 25.03.2015, instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento elaborado por servidores indicados da área de Planejamento, Ouvidoria, Comunicação e Atendimento. A Ouvidoria Fazendária, em conjunto com as demais áreas, no ano de 2017, deu continuidade ao Projeto da Carta de Serviços.

A seguir, são apresentados os dados quantitativos de atendimento desta Ouvidoria, cujos dados apurados se referem ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro/2017, totalizando 4.495 registros:

Quantitativo de demandas

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	Sistema
2017	297	205	207	202	259	182	291	250	154	200	148	107	2.502	SIGAC
2017	20	11	9	26	23	19	29	20	18	19	27	16	237	e-SIC
2017	233	138	124	84	134	170	114	129	146	141	88	154	1.655	OUV-DF
2017	2	2		2	7	12	10	5	1	2	10	47	100	E-mail
2017		1											1	Carta
2017													0	Telegrama
Total													4.495	

2.8. CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno – UCI/SEF foram distribuídas em áreas temáticas, a saber: orçamentária, contábil e financeira, suprimentos de bens e serviços, licitações, contratos, convênios, almoxarifado, patrimonial, bens apreendidos, recursos humanos, prestação de contas da Gestão, acompanhamento de auditorias da Controladoria Geral e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, elaboração de Planos de Atividades e Relatórios, assessoramento e orientações.

Quanto às decisões que tratam de encerramento de Tomada de Contas Anual cujo processo é de código 040, além do encaminhamento para a SUCON/SEF, elaboramos despacho para o órgão de origem da TCA, conforme dispõe art. 3º do Decreto nº 32.074/2010 c/c Decreto nº 32.598/2010, alterado pelo Decreto nº 33.261/2011 que estabelece que as prestações de

contas consideradas regular sejam arquivadas no órgão de origem sob a responsabilidade do ordenador de despesas, totalizando 60 processos.

A seguir, o quantitativo de decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por trimestre, que tiveram apreciação desta Unidade de Controle Interno/SEF:

Órgão responsável por atender à informação requerida	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Subtotal
AAEFF	-	-	1	-	1
SUCON	24	21	37	26	108
DIGEP	11	7	10	4	32
SUAG	1	1	-	3	5
SUTES	1	4	1	3	9
UCI – Acompanhar e coordenar resposta institucional	17	13	12	12	54
Total de Decisões	54	46	61	48	209

Logo, a Unidade de Controle Interno, no cumprimento das tarefas constantes do Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAACI/2017, efetuou o acompanhamento dos dados do Sistema de Gestão Governamental - SIGGO e do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, procedeu a verificações em registros funcionais, análise de processos referentes às diversas áreas internas e às demais atividades que competem à Secretaria de Estado de Fazenda, visitas e inspeções em vários setores do órgão, reuniões com executores de contratos e convênios, instruções prévias para verificação de indícios de existência de prejuízo e outros, além do atendimento a demandas extras, oriundas, em sua maioria, da Corregedoria Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1439 - ITBI (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	-3,53	%	65,3	5,5	7,2	14,2	6,6	6,2	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Embora a aliquota do ITBI tenha passado de 2% para 3%, o fraco movimento do mercado imobiliário impactou negativamente sobre a arrecadação do imposto.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - De acordo com dados da SUREC, embora o número de transações imobiliárias tributadas pelo ITBI em 2017 tenha sido inferior ao de 2016, o valor lançado em 2017 superou o do ano anterior, de tal forma que o valor médio lançado por transação aumentou 20% em relação a 2016.									
1440 - ITCD (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	-41,83	%	-17,5	-18,2	9,8	27,2	9,1	8,4	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - De aordo com Subsecretaria da Receita - SEF/DF, houve queda do número de transações tributadas pelo ITCD em 2016, que foi de 19.722, contra 38.588 em 2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - O resultado alcançado acima do desejado se deu por influência da tributação do ITCD sobre doações									
1435 - ICMS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	9,24	%	3,7	13	4,9	2,5	7,8	7,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Resultado alcançado superior ao desejado é reflexo da elevação de alíquotas, bem como da implementação das cobranças do ICMS sobre o comércio interestadual de bens destinados ao consumidor final (Emenda Constituicional 87/15) e de mercadorias adquiridas por contribuintes do regime Simples Nacional. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Apesar das ações de monitoramento e cobrança da administração tributária, a receita do ICMS sofreu o impacto do fraco desempenho do consumo em 2017, o que refletiu no resultado alcançado.									
1437 - IPTU (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	4,78	%	5,7	18,3	5,1	2,5	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Por força do Decreto nº 37.039/2015, a pauta dos valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal foi atualizada em 10,97%, para efeito de lançamento do IPTU, ocasionando, desta forma, acréscimo no resultado alcançado. Outro fator foi a edição da Lei 5.593/2015 que revogou a isenção do imposto para a TERRACAP obtendo-se com isso uma receita adicional de R$ 70,7 milhões.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).(email da Assessoria de Estudos Econômicos-Fiscais). 2017 - Embora o lançamento do IPTU para o exercício de 2017 tenha sido efetuado com base nas áreas construídas e de terrenos identificadas por mapeamento aerofotogramétrico, o nível de inadimplência do tributo impediu um resultado alcançado maior.									

1438 - IPVA (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	16,31	%	4,8	17,5	5,1	8,1	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - O bom desempenho da arrecadação do IPVA está atrelado ao aumento de 0,5 ponto percentual da alíquota do imposto sobre automóveis e motocicletas.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Na comparação com 2016, o valor do lançamento do IPVA para o exercício de 2017 sofreu acréscimo de 7,86%, tendo ainda as ações de cobrança pela administração tributária sido intensificadas no segundo semestre de 2017 .									
1436 - ISS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	11,03	%	9,5	3,0	7,6	8,00	7	6,6	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - O menor resultado alcançado decorre do cenário econômico desfavorável, no qual a atividade de serviços, base tributável do ISS, recuou 0,6% no terceiro trimestre de 2016 (último dado disponível), segundo o IBGE .(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Com um resultado alcançado próximo do desejado, a receita do ISS apresentou crescimento cujo destaque foram as retenções do imposto pela administração pública federal, em razão de serviços prestados pelo setor privado a órgãos públicos.									
1441 - TLP (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	2,03	%	38,5	14,7	5,4		5,2	5,1	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Os valores básicos de referência considerados no lançamento da TLP/2016 sofreram atualização de 10,97% na comparação com 2015, por força do Decreto 37.039/2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).									

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	**1.000.000,00**	**1.285.526,00**	**1.086.440,00**	**1.086.440,00**
0002 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS--DF ENTORNO	1.000.000,00	1.285.526,00	1.086.440,00	1.086.440,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**1.000.000,00**	**1.285.526,00**	**1.086.440,00**	**1.086.440,00**

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

As Parcerias Público-Privadas são um importante mecanismo de gestão e de desenvolvimento na busca pela otimização de projetos de interesse público. Esse tipo de articulação com a iniciativa privada permite elevar o patamar de investimentos públicos em serviços oferecidos diretamente à população. Isso afetará de modo direto o desenvolvimento do Distrito federal e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, como no ano anterior, as PPPs têm sido apontadas como um importante mecanismo de promoção de desenvolvimento do Distrito Federal e, portanto, se inserem de maneira estratégica na agenda da Secretaria de Estado de fazenda e do Governo como um todo. Abaixo são listadas as realizações da Subsecretaria de PPP's em 2017:

Projetos da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas

Projeto Via Transbrasília:

Em 09/05/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 001/2016 para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para o desenvolvimento, implantação, operação e manutenção da via Transbrasília e seu complexo urbanístico.

Atualmente o Projeto Via Transbrasília, encontra-se em fase de análise pelo Escritório de Projetos das Nações Unidas – UNOPS.

Iluminação Pública do Distrito Federal:

Em 06/06/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de

Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 002/2016 para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Distrito Federal.

Após análise dos requerimentos, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, autorizou as empresas Arcadis Logos S.A.; Urbeluz Energética S.A. e FM Rodrigues & CIA Ltda; e Tellus Mater Brasil Ltda, mantendo a condição de autorizadas das empresas: EPC Construções S.A; Houer Consultoria e Concessões Ltda; Barbosa Mello Participações e Investimentos S.A. e Construtora Remo Ltda; e ENGIE Brasil Participações Ltda.

Shopping Popular:

Em 13/06/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou o Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 003/2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica do Shopping Popular.

Em 07/11/2016, ocorreu a entrega final dos estudos nesta Subsecretaria e, após análise, em 18/07/2017, foi aberto prazo de 30 (trinta) dias para readequação dos estudos. Para que a concessão ocorra, a Secretaria de Patrimônio da União deve atender o pedido de cessão onerosa da área.

Complexo Esportivo e de Lazer do Guará

Em 27/09/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou o extrato do Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 004/2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Complexo Esportivo e de Lazer do Guará.

O Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas autorizou o processo licitatório, conforme Ata publicada no DODF nº 181 de 20 de setembro de 2017.

Atualmente, encontra-se em análise desta Subsecretaria e posterior envio ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parque da Cidade:

O extrato do Edital de Chamamento Público de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 005/2016 foi publicado no DODF nº 231, em 09/12/2016, com escopo de obter estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek.

A entrega dos estudos foi prorrogada para 04/01/2018, em razão da publicação do Plano de Uso e Ocupação do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, por meio do Decreto nº 38.688/2017.

Centro de Convenções Ulysses Guimarães:

Em 20/04/16, instaurou-se o processo de Consulta Pública para divulgação do projeto que visa à concessão que tem por objeto a expansão, reforma, modernização e operação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e áreas adjacentes.

Estima-se que a publicação do Edital de Licitação ocorrerá no 1º semestre de 2018.

Formalização do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS

O Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03 foi celebrado em 02/12/2016 e, após a nomeação do Diretor e do Coordenador do projeto, o plano de trabalho foi formalizado e aceito em 13/12/2016, para início da execução do referido acordo.

Do Acordo de Cooperação Técnica Internacional – UNOPS, foram obtidos os seguintes resultados: Workshop de avaliação de projetos; Realização de curso de capacitação em modelagem econômico-financeira; Análise do Projeto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães; Análise e acompanhamento referente ao PMI 001/2016 –Via Transbrasília.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**405.000,00**	**460.000,00**	**460.000,00**	**416.760,56**
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	405.000,00	460.000,00	460.000,00	416.760,56
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**405.000,00**	**460.000,00**	**460.000,00**	**416.760,56**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	**255.956.280,00**	**279.300.557,00**	**126.048.166,09**	**125.597.569,56**
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	255.956.280,00	279.300.557,00	126.048.166,09	125.597.569,56
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	**362.846.285,00**	**398.020.302,00**	**344.039.095,52**	**344.039.095,52**
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA-DISTRITO FEDERAL	34.073.000,00	29.635.439,00	29.635.437,35	29.635.437,35
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	328.773.285,00	368.384.863,00	314.403.658,17	314.403.658,17
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	**4.654.000,00**	**6.490.366,00**	**6.490.365,24**	**6.490.365,24**
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-- PLANO PILOTO .	4.654.000,00	6.490.366,00	6.490.365,24	6.490.365,24
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	**101.658.789,00**	**133.343.347,00**	**92.412.858,50**	**92.412.858,50**
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA--DISTRITO FEDERAL	101.658.789,00	133.343.347,00	92.412.858,50	92.412.858,50
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**337.224.320,00**	**392.342.667,00**	**335.708.442,16**	**309.756.391,22**
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRECATÓRIOS-DISTRITO FEDERAL	335.224.310,00	390.342.657,00	335.383.704,40	309.432.341,38
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	324.737,76	324.049,84

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS DECISÕES-DISTRITO FEDERAL	10,00	10,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**125.701.793,00**	**138.464.997,00**	**138.159.277,86**	**127.021.750,15**
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-- PLANO PILOTO .	125.701.793,00	138.464.997,00	138.159.277,86	127.021.750,15
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**20.258.306,00**	**41.595.066,00**	**34.998.632,72**	**34.960.001,11**
0063 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	19.258.306,00	37.311.659,00	30.721.328,64	30.707.325,35
7002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESTITUIÇÕES DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	4.283.407,00	4.277.304,08	4.252.675,76
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**1.208.299.773,00**	**1.389.557.302,00**	**1.077.856.838,09**	**1.040.278.031,30**

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**4.088.940,00**	**2.757.276,00**	**2.581.395,00**	**2.316.509,00**
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	4.088.940,00	2.757.276,00	2.581.395,00	2.316.509,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**327.531.890,00**	**325.765.251,00**	**325.739.160,87**	**325.739.160,87**
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	327.531.890,00	325.765.251,00	325.739.160,87	325.739.160,87
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**6.918.200,00**	**6.109.534,00**	**5.901.986,07**	**5.901.986,07**
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	6.918.200,00	6.109.534,00	5.901.986,07	5.901.986,07
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**8.098.856,00**	**21.869.686,00**	**21.826.336,68**	**19.271.392,96**
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	8.098.856,00	21.869.686,00	21.826.336,68	19.271.392,96
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**10,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**346.637.896,00**	**356.501.748,00**	**356.048.878,62**	**353.229.048,90**

APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL

No presente exercício, foi necessário reduzir contratos em andamento, bem como rever reservas orçamentárias realizadas, e ainda, para evitar o comprometimento de pagamento de contratos

de caráter essencial ao funcionamento das atividades desenvolvidas por esta Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF, foram solicitados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão suplementações orçamentárias para o atendimento, em especial, dos Programas de Trabalho: 04.122.6003.8517.0051 - Manutenção dos Serviços Administrativos – SEF e 04.126.6203.2557.0007 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia – DF.

No que se refere à execução de sentenças judiciais, foram realizados os repasses ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, para pagamento de Precatórios, obrigação do Governo do Distrito Federal sob responsabilidade e gestão desta Pasta, correspondentes a 1/12 (um doze avos) de 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, referentes aos meses de janeiro à novembro de 2017, tendo sido empenhado o mês de dezembro/2017 e, por não haver cota financeira, não foi liquidado no referido exercício de competência. Quanto aos repasses relativos ao Convênio nº 02/2012, no valor mensal de, no mínimo, R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV foram empenhados e pagos até o mês de junho de 2017.

Foram realizados ainda diversos repasses ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT 10ª Região, para pagamento de despesas a título de Requisição de Pequenos Valores – RPV, sendo efetuados neste exercício 88 pagamentos.

A ação relativa à Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal refere-se, em sua quase totalidade, à integralização de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, referente às obras de saneamento básico, contratados pelo GDF junto aos órgãos e agentes financeiros da União, conforme Lei. 5.339, de 07/05/2014.

Quanto às restituições de tributos, trata-se de devolução de impostos e taxas pagos indevidamente por contribuintes, tais como IPTU/TLP, ICMS, ISS, entre outros. Durante o exercício foram efetuadas restituições de aproximadamente 354 processos, sendo priorizados idosos, deficientes e portadores de doenças crônicas, bem como embaixadas. Ressalta-se que, não obstante o empenho esta Pasta no sentido de suplementar o Programa de Trabalho para quitação destas despesas, restaram pendentes de pagamento aproximadamente 2.118, importando ao montante de R$ 13.847.874,69 (treze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Foi efetuado ressarcimento de salários de 03 (três) servidores cedidos de outros órgãos para esta Secretaria, importando o valor anual total de R$ 453.954,60 (quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos). Foram concedidas indenizações de transporte a servidores da SEF, cujo valor total importou em R$ 11.027.799,34 (onze milhões, vinte e sete milhões, setecentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos).

Conforme informações prestadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP, no decorrer do exercício em exame, pugnou-se pela contratação de instituição de ensino especializada para executar as atividades presenciais e à distância de capacitação, formação, treinamento e desenvolvimento dos servidores conforme Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, conforme consta do Processo Nº 040.003.895/2016. Além disso, foi publicada a Portaria 214, publicada no DODF, de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do DF e que se prestarão a custear especialização, mestrado e doutorado aos servidores. A DIGEP, por meio do Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento, também promoveu e acompanhou a execução de diversos cursos, inclusive o SEI.

O Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03 foi celebrado em 02/12/2016 e, após a nomeação do Diretor e do Coordenador do projeto, o plano de trabalho foi formalizado e aceito em 13/12/2016, para início da execução do referido acordo. Dado início à execução, foram obtidos os seguintes resultados:

- Workshop de avaliação de projetos;
- Realização de curso de capacitação em modelagem econômico-financeira;

- Análise do Projeto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães; Análise e acompanhamento referente ao PMI 001/2016 –Via Transbrasília.

Em 2017, foi providenciada a execução da 2ª etapa do acordo, transferindo a importância de R$ 1.086.440,00 (um milhão, oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais).

Conforme informações prestadas pela DIGEP, no decorrer do presente exercício, pugnou-se pela contratação de instituição de ensino especializada para executar as atividades presenciais e à distância de capacitação, formação, treinamento e desenvolvimento dos servidores conforme Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, conforme consta do Processo Nº 040.003.895/2016. Além disso, foi publicada a Portaria 214, publicada no DODF, de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do DF e que se prestarão a custear especialização, mestrado e doutorado aos servidores. A DIGEP, por meio do Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento, também promoveu e acompanhou a execução de diversos cursos, inclusive o SEI.

Programa Reintegra cidadão, que tem por objetivo reintegrar à sociedade pessoas que estiveram ou estão respondendo judicialmente por infringir o Código Penal Brasileiro.

Refere-se ao Contrato nº 08/2016 – SEF, Processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização.

CONTRATOS E CONVÊNIOS

A Diretoria de Contratos e Convênios – DICON/SUAG/SEF monitora diariamente as atividades desenvolvidas pelas gerências e é responsável pela instrução dos processos de contratações, prorrogações, publicações de extratos, ordens de serviços, relativas à contratos e convênios, controle de vencimento de contratos, elaboração de planilha de reajuste, reequilíbrio e repactuação dos contratos, bem como as instruções de Reconhecimento de Dívidas com cobertura contratual, pagamentos de INSS e FGTS, dentre outros.

Em 2017, O Sistema Eletrônico de Informações – SEI foi implementado na Subsecretaria de Administração Geral/SEF e paulatinamente foi sendo utilizado pelos servidores diminuindo consideravelmente a tramitação de processos.

No decorrer do exercício, houve um esforço considerável desta Pasta para utilização dos recursos oriundos do PNAFM - Fase II (Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, no qual resultou satisfatório do ponto de vista estratégico da SEF. Paralelamente, utilizou-se, recursos do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO - e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – PRODEFAZ.

No exercício de 2017, foram celebrados 84 (oitenta e quatro) novos contratos e 04 (quatro) novos Termos de Cessão de Uso. Considerando, também, instrumentos celebrados em anos anteriores, bem como aqueles que tiveram seu prazo de vigência prorrogado. Atualmente, a SEF/DF tem o montante de 116 (cento e dezesseis) contratos, 05 (cinco) convênios, 15 (quinze) termos de cessão de uso e 12 (doze) termos de cooperação técnica, cujos valores executados foram da seguinte forma: Tesouro (fontes 100,101,109, 335 e 336) total de R$ 136.791.923,53; FUNDAF (fonte 152) montante de R$ 807.760,00; PROFISCO (fonte 136) total R$ de 9.208.921,29 e PNAFM (fonte 135) valor de R$ 26.593.807,40.

Nesse sentido, as aquisições realizadas pela SEF/DF no exercício 2017, por meio de licitação, dispensa, inexigibilidade, pregão, ata de registro de preços está apresentada a seguir:



APOIO OPERACIONAL

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

- Situação: Catracas de acesso eletrônico ao Ed. Vale do Rio Doce defeituosas;
- Solução: Pregão Eletrônico foi realizado para a contratação de empresa habilitada a fornecer e substituir as catracas de acesso existentes no VRD e a prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das mesmas, sendo a vencedora a empresa TELEMÁTICA SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, cabendo a esta Gerência o acompanhamento de aspectos técnicos relativos aos critérios exigíveis na contratação, especialmente em relação ao perfil das empresas participantes do certame bem como às especificações de uso dos equipamentos e do sistema informatizado pertinente à solução. A contratação foi precedida de estudo técnico, em conjunto com a GEENG/DIAOP/SUAG, que apontou para mudar o atual posicionamento das catracas na recepção do edifício Vale do Rio Doce;
- Situação: Equipamentos de CFTV ultrapassados e faltantes em diversos pontos que demandam maior segurança de monitoramento;
- Solução: Modernização e ampliação das estruturas de CFTV por meio da elaboração do Termo de Referência e demais artefatos exigíveis com base na IN n.º 2/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e softwares pertinentes ao sistema;
- Situação: Dificuldade de servidores e colaboradores terceirizados para confeccionar crachás de uso no âmbito da SEF;
- Solução: Cadastramento e confecção de crachás do público interno para acesso às dependências da SEF.

SERVIÇOS GERAIS

O Contrato nº 08/2016, firmado entre a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e a Fundação ao Amparo ao Preso - FUNAP, processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização, até o momento

executamos pelo Contrato R$ 417.760,56 (quatrocentos e dezessete mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos).

Atualmente, a SEF dispõe de 19 (dezenove) reeducandos prestando serviços em algumas dependências desta Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

GESTÃO DE PESSOAS

Capacitação/desenvolvimento de Recursos Humanos

O Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento//DIGEP/SUAG/SEF, em cumprimento ao Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, promoveu em parcerias as Instituições de Ensino, a capacitação de 1.005 servidores, conforme tabela abaixo:

INSTITUIÇÃO PROMOTORA	NÚMERO DE SERVIDORES
Escola de Governo - EGOV	129
ENAP – Curso do SEI	44
Esat Digital	07
SEF-DF:	
• Ciclo de Palestras do TARF	310
• II Ciclo anual da COAT	491
• Curso de Cerimonial	13
• Cursos Custeados pela SEF em outras instituições	11
Total de servidores capacitados	1005

Além disso, foi editada a Portaria 214, publicada no DODF de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

Dentre os Procedimentos instaurados estão PAD's, Sindicâncias, Instruções Prévias e outros, totalizando 112 em 2017.

Em 2017, considerando apenas Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PAD's), 3 procedimentos desta espécie foram instaurados.

Foi aplicada uma punição administrativa na Secretaria de Estado de Fazenda no ano de 2017.

Foram efetivadas 110 ações administrativas visando a celeridade na condução dos procedimentos instaurados.

No exercício de 2017, realizaram-se ações visando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da esfera disciplinar.

Nesse sentido, em meados desse exercício, foi implementada a apuração processual pelo SEI, sendo que atualmente 100% (cem por cento) das apurações de responsabilidade estão sendo realizadas pelo referido sistema.

No que se refere às ações ligadas ao treinamento e capacitação na Unidade de Corregedoria Fazendária, destacamos a participação em diversos eventos.

Com o intuito de otimizar os resultados mediante ações preventivas junto aos servidores em geral, esta Unidade ministrou diversas palestras nas Unidades Administrativas da Subsecretaria da Receita e também na Secretaria de Saúde, levando informações relevantes a todos, no que diz respeito aos direitos e deveres de cada um independentemente da posição que ocupa, seja na condição de chefe ou não, bem como a forma de operacionalizar representações pelo SEI.

Nesse programa foram realizadas as seguintes palestras e treinamentos:

- No mês 07/2017 – 01 (uma) palestra do Corregedor Fazendário Agostinho na Corregedoria de Saúde quanto aos procedimentos administrativos disciplinares na plataforma do SEI;
- No mês 08/2017 – 08 (oito) dias de treinamento de 08 Comissões Permanentes da Corregedoria da Saúde, quanto a utilização do fluxo disciplinar na plataforma do SEI, pelo servidor João Marcos;
- No mês 11/2017 – os Instrutores Astrogildo Regis e João Marcos ministraram 07 (sete) dias de palestras quanto ao papel da UCF no âmbito da SEF quanto as competências e sua aplicação na plataforma do SEI, para os servidores das Agências de Atendimento da Receita/COATE.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA

Considerando as análises, manifestações e preparação de minutas, foram realizadas as seguintes atividades a seguir: Expedientes/Processos que tramitaram pela AJL/SEF, Informações em mandado de segurança, pareceres, despachos e notas técnicas. Demandas acompanhadas junto à PGDF, consultas jurídicas, demandas acompanhadas junto à CLDF (proposições legislativas de interesse da SEF), minuta de anteprojetos de lei/elaborados (Incluiu a Homologação de Convênios CONFAZ), propostas de Decreto elaborados (minuta)/examinados, minutas de Portaria elaboradas/examinadas. O volume de informações em mandados de segurança foi, sensivelmente, reduzido, a partir de 2014, em função da revogação do Decreto nº 32.933/2011 e da denúncia ao Protocolo ICMS nº 21/2011, que servia de fundamento para parte significativa das demandas intentadas contra ato do Secretário de Estado de Fazenda. O número de demandas concluídas, inclui as que alcançaram seu objetivo, as prejudicadas e as arquivadas.

Foram acompanhadas junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF os seguintes quantitativos de demandas até 14/12/2017:

ÓRGÃO	QUANTITATIVO POR EXERCÍCIO						
	2013	2014	2015	2016	2017 (1)		
					Demandas (A)	Concluídas (B)(3)	% Conclusão (B/A)
CLDF	25	18	51	35	16	9	56,25%

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Obedecendo às competências estabelecidas regimentalmente, esta Assessoria realizou mais de 800 atendimentos diretos e indiretos à imprensa local e nacional.

O volume de informações transmitido aos jornais, revistas, portais de notícias, emissoras de rádio e televisão resultaram em mais de 900 matérias veiculadas de forma orgânica.

Ao longo do ano, também foram registradas pouca crises de imagem da instituição, valendo destacar como os temas de maior repercussão negativa a cobrança do adicional de IPTU 2017 pela área construída; a publicação da Ordem de Serviço Nº 28/2017 – que extinguiu os plantões fiscais de 24h; a proposta de correção do IPTU 2018 estimada em 3,68%; a

publicação de notícias difamatórias no blog Brasília de Fato e, recentemente, o episódio da suposta cobrança de IPTU sobre a casinha de boneca de uma contribuinte de Sobradinho.

Em termos de ações que repercutiram em mídia positiva, reforçando a imagem da Secretaria, estiveram os lançamentos do programa Nota Legal Sorteio e Nota Saúde Legal. Outro destaque vai para as inserções de notícia para os públicos interno e externo no Whatsapp.

O núcleo de Eventos da Assessoria de Comunicação Social, da Secretaria de Fazenda realizou, efetivamente, realizou 39 dos cerca de 50 eventos planejados para o exercício. Esse foi o primeiro ano em que oficialmente foi desenvolvido na SEF/DF um programa sistemático de eventos planejados, com objetivos gerais e específicos relacionados tanto ao Planejamento Estratégico da SEF/DF quanto em situações específicas de capacitação e, ou, valorização do servidor.

O destaque vai para a realização, pela primeira vez na Secretaria, do 60º Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários – ENCAT. Com orçamento próximo a R$ 90 mil o encontro reuniu mais de 150 participantes ao longo dos quatro dias de duração, além de envolver mais de 100 pessoas na organização, direta ou indiretamente, desde a fase de planejamento, captação de patrocínio, execução e prestação de contas.

Em termos quantitativos, foram produzidas cerca de 90 notícias próprias para o portal SEF/; aproximadamente, 115 notícias próprias para a Intranet; 96 comunicados internos veiculados pela lista geral de distribuição de e-mails, mais as matérias postadas no site.

Nas redes sociais a preferência foi aperfeiçoar as ações no Facebook, por meio da Fanpage da Secretaria. No total, foram produzidas 170 postagens próprias (publicadas com imagens e textos autorais) sem contar os compartilhamentos e republicações do Governo de Brasília e de outros órgãos.

Em termos de interações com os usuários, houve 215 mensagens respondidas individualmente. A página iniciou 2017 com cerca de 5.437 seguidores e terminará o ano com 5.928. Pelas estatísticas do Facebook Insights foram 493 novas curtidas na página (usuários) contra 37 perdas.

Foram elaboradas campanhas de utilidade pública dos calendários de pagamento do IPTU/IPVA.

Em 2017 foi iniciado o processo de atualização do portal SEF/DF com leiaute desenvolvido e aprovado pela Secretaria de Comunicação do Governo de Brasília. A mudança foi solicitada oficialmente pelo Documento de Oficialização de Demanda – DOD 28/2017.

Foram criados para ações específicas as páginas promocionais do evento 60º ENCAT e do Nota Legal Sorteio.

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

No ano de 2017, a AGEP desenvolveu as atividades abaixo, além de suas atividades rotineiras:

1. Encerramento da execução do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM II (CTR Nº 358.792-II de 3/06/2011) no valor de R$ 32.647.147,78, com 100 % de execução;

2.Captação da variação cambial do PNAFM oriunda do Nº 358.792-II acima, no valor de R$ 34.018.290,70 (CTR nº 0478.430-02/2016 de 29/12/2016), envolvendo a SEF, a SEPLAG/DF e PGDF, conforme descrito abaixo:

PROGRAMA	VALOR PREVISTO (R$)
Parque tecnológico modernizado e/ou ampliado	28.465.815,08
Fiscalização modernizada	-
Programa de capacitação implantado e/ou modernizado	100.084,53
Unidades municipais modernizadas	1.993.615,96
TOTAL	30.559.515,57
TOTAL DO CONTRATO	**R$ 34.018.290,70**

Fonte: CTR nº 0478.430-02/2016 de 29/12/2016 a 08/12/2017

3.Execução e encerramento variação cambial do PNAFM, com 100% de execução;

4.Celebração do primeiro ano do Planejamento Estratégico Institucional da SEF (2016/2018), com evento de avaliação, do qual participaram as Coordenações e Diretorias da SEF;

5.Consolidação da implantação do escritório de projetos corporativo, atualmente com trinta e três projetos estratégicos, como por exemplo, simplificação de obrigações tributárias, implantação do SIGGO WEB, mineração de dados da nota fiscal eletrônica, fiscalização de mercadorias em trânsito por meio de OCR´s, Atualização do Cadastro Imobiliário do DF (IPTU), portal de serviços eletrônicos ao contribuinte;

6.Potencialização da representatividade do DF perante outros fóruns fiscais, sediando reuniões da COGEF – comissão de gestão fazendária do DF, reuniões técnicas, e ainda, a primeira reunião do Encontro de Administradores Tributários no DF (ENCAT) nesse ano de 2017;

7.Concluído o primeiro desembolso do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil –PROFISCO/PRODEFAZ (CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016), no valor de US$ 1.658.547,58;

8.A liberação do segundo pedido de desembolso do PROFISCO foi no valor de US$ 2.135.417,57. Nesse sentido, mister destacar a situação atual de execução do PROFISCO por componente, a saber:

COMPONENTE	VALOR PREVISTO (US$)
Administração do projeto	498.000,00
Integração da gestão fiscal	2.197.000,00
Administração tributária e do contencioso fiscal	13.464.000,00
Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal	5.870.000,00
Gestão dos recursos corporativos	13.842,00
Sem alocação específica	869.000,00
TOTAL DO CONTRATO	**U$ 36.740.000,00**

Fonte: CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016 a 28/02/2021

COMPONENTE	VALOR PREVISTO (US$)
Administração do projeto	498.000,00
Integração da gestão fiscal	2.197.000,00
Administração tributária e do contencioso fiscal	13.464.000,00
Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal	5.870.000,00
Gestão dos recursos corporativos	13.842,00
Sem alocação específica	869.000,00
TOTAL DO CONTRATO	**U$ 36.740.000,00**

Fonte: CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016 a 28/02/2021

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Como já referido em diagnósticos anteriores, as Administrações Fazendárias brasileiras têm sido cada vez mais compelidas a modernizar seus processos e tecnologias, tornando-os mais colaborativos e interativos com o contribuinte, sempre respeitado o equilíbrio fiscal público.

Com esse enorme desafio, diversas ações concretas foram desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal em 2017 e várias outras ainda virão, de maneira estruturada, contempladas no Planejamento Estratégico SEF 2016/2018, e aderente ao modelo de gestão do governo atual.

No que se refere ao tema Receita, 2017 cumpriu as programações planejadas e a conjuntura econômica parou de apresentar queda, começando a dar sinais de recuperação.

O aprimoramento da cobrança administrativa segue produzindo bons resultados. Contratações de produtos e serviços foram realizadas e agora serão aplicados processos que ajudam o contribuinte a evitar atrasos no cumprimento de seus deveres. Também será possível concretizar a plataforma de mineração dos dados da substituição tributária, que irá calcular e facilitar o pagamento dessa modalidade de recolhimento, com potencial de incremento real já demonstrado, sem necessidade de aumento de alíquota.

No tocante à Despesa, embora o cenário atual esteja em melhores condições que nos anos anteriores, resultados de ações de incremento de receita, não mais ferindo o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda é necessário um controle acurado dos gastos, pois o aumento de receita depende de ações concretas e projetos de modernização, enquanto a despesa, ao contrário, cresce inercialmente.

Esse fato continuará exigindo do Governo de Brasília uma postura austera para que não se iguale às unidades da federação insolventes, com salários de servidores parcelados e outros problemas do gênero.

Com o intuito de buscar a redução de despesas e o aumento de receita e uma prestação de melhores serviços à comunidade, o Governo Distrital houve por bem designar à SEF a responsabilidade pela condução dos processos de parcerias público-privadas e, nesse sentido, a expectativa é que, em 2018, ao menos três projetos sejam concretizados.

Retomando o tema do fisco colaborativo, quanto ao atendimento ao contribuinte, a ideia de futuro de que as pessoas não necessitem comparecer à SEF para ter suas demandas atendidas já começa a apresentar resultados, com redução do atendimento presencial em 23%, mesmo tendo aumentado os serviços fazendários disponíveis.

Além disso, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI já é um case de sucesso na Secretaria de Fazenda, com praticamente 100% dos processos da área meio em formato eletrônico, caminho que vem sendo seguido pelos processos da área finalística também. A inclusão de todos os processos nessa plataforma um marco de agilidade e eficiência às atividades rotineiras e a eliminação dos processos físicos.

Na área de gestão de pessoas, como sabido, os gestores das áreas, em sua maioria, têm alegado como uma das maiores dificuldades o reduzido número de servidores.

O primeiro viés de ação, desde 2017, visa a capacitar o quadro de pessoal existente às necessidades atuais. A área de gestão de pessoas já iniciou o primeiro processo seletivo para bolsas de mestrado e pós-graduação. Para 2018, além das ações de capacitação, haverá novo concurso para auditores fiscais do Distrito Federal, cujo processo também já está em curso.

Finalmente, o cenário aqui exposto define os desafios para 2018: continuar o processo de conscientização dos servidores da necessidade de executar os projetos operacionais e estratégicos para que produzam seus efeitos; melhorar os serviços, reduzir a burocracia, simplificar as obrigações e incrementar a arrecadação, de acordo com as diretrizes já referidas.

BANCO DE BRASILIA S/A - BRB – UO: 19.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

BANCO DE BRASÍLIA S.A. UO: 19.202

O Banco de Brasília S.A. – BRB é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades autorizadas aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive operações de câmbio, das quais resultem a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e das demais áreas de sua influência.

Na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, compete ao BRB:

Receber, a crédito do Tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílios e quaisquer outras rendas.

Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal, consubstanciada no Orçamento aprovado e em créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário de Estado da Fazenda.

Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal.

O BRB poderá, na forma da lei, financiar obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos e as normas legais e regulamentares.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	1.375	0	1.730	3.107
Comissionados sem vínculo efetivo	3	0	0	0	3
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	164	0	245	409
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	64	0	89	153
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	533	0	0	533
Subtotal	5	2.136	0	2.064	4.205
(-) Cedidos para outros órgãos	0	11	0	0	11
Total Geral	5	2.125	0	2.064	4.194

1. Terceirizados de TI – 161 Terceirizados de Engenharia - 372

2. Terceirizados de Engenharia (Serviços de limpeza, segurança e brigada) não devem ser contabilizados no quadro de força de trabalho da unidade.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**151.056.098,00**	**151.056.098,00**	**81.545.145,81**	**69.510.952,19**
0019 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA BRB-DISTRITO FEDERAL	151.056.098,00	151.056.098,00	81.545.145,81	69.510.952,19
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	**5.104.775,00**	**5.104.775,00**	**4.957.219,17**	**147.555,83**
0022 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	5.104.775,00	5.104.775,00	4.957.219,17	147.555,83
3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	**1.348.200,00**	**1.348.200,00**	**1.348.200,00**	**0,00**
0009 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	1.348.200,00	1.348.200,00	1.348.200,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**38.164.000,00**	**38.164.000,00**	**12.749.371,95**	**25.414.628,05**
6974 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	38.164.000,00	38.164.000,00	12.749.371,95	25.414.628,05
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**195.673.073,00**	**195.673.073,00**	**100.599.936,93**	**95.073.136,07**

1471 e 2557 – MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Tecnologia da Informação – TI possui um papel imprescindível no contexto das Instituições Financeiras. Seu foco principal é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais. É a TI que apoia as organizações a atenderem as exigências por agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação. Elencamos a seguir as principais informações sobre investimentos em novos projetos, novas funcionalidades implementadas, ações para modernização do parque tecnológico, projetos estruturantes dentre outras informações relevantes que evidenciam a evolução dos processos e da governança na tecnologia do BRB, durante o exercício de 2017:

1. Investimentos em novos projetos

- Criação do Portal de Clientes, como instrumento de apoio às ações negociais e ao processo decisório nas agências, com diversas funcionalidades, tais como: chat com clientes Millenium Capital, agenda de atividades diárias, indicações de ações comerciais, contratos do cliente, consulta Serasa, dentre outras.
- Criação do Sistema de Boletos de Empréstimo, que permite a emissão de boletos para as operações da Carteira Comercial, cálculos de atualização de valores para quitação de contratos, em data presente ou futura, amortização de contratos via boletos, envio de boletos por e-mail e de código de barras por mensagem de texto (SMS), etc;
- Majoração do horário de pagamento de contas nos canais para as 22 horas;

- Ampliação do horário de pagamento de contas nos canais de autoatendimento BRB Banknet, BRB Mobile e ATM] de 21 h para 22 h.
- Nova Plataforma de Cobrança (NPC) [Etapa 1], que, em cumprimento à regulamentação do BACEN, objetiva mitigar fraudes com boletos bancários; Projeto SLC[Etapa 1], que centraliza a liquidação de cartões via Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP, possibilitando maior integração entre bancos, credenciadoras e bandeiras;
- Projeto SILOC, que consiste em adequações nos layouts de arquivos de cobrança em conformidade com as definições da CIP e FEBRABAN, permitindo que as instituições financeiras que não participam da Compe possam emitir seus próprios títulos de cobrança;
- Migração de 30 sistemas Unisys para IBM em 2017, com a migração de 33 sistemas até o momento;
- Internalização e desenvolvimento do módulo KMS (Gerenciamento de Chaves de Criptografia para os ATMs);
- Implantação do Data Mart da Automação.

2. Novas funcionalidades implementadas
- Implementação do aplicativo de transmissão de dados para a Receita Federal (Projeto e-Financeira);
- Para maior controle e segurança nas transações de compra à débito, foram implantados controles para bloqueio/desbloqueio por moeda, país e tipo de cartão, no sistema HRX;
- Implementação de autorização para cartões Contactless Mastercard, no sistema HRX;
- Implantação do leiaute CNAB 240, padrão utilizado para facilitar a integração do sistema de cobrança do BRB com os sistemas dos clientes;
- Alterações no sistema de pagamento para atender ao novo convênio com a CEMIG;
- Criação de mecanismo de bloqueio de abertura de conta para cliente com o cadastro incompleto.
- Evolução nos sistemas de contas e poupança para atender a EC94/2016;
- Implementação de diversas melhorias no sistema de crédito consignado, tais como: empréstimo para não-correntistas e concessão para funcionários do estado de São Paulo.
- Implantação do portal do Instituto BRB (http://institutobrb.org.br/), site responsivo que pode ser acessado com eficiência de qualquer navegador/dispositivo;
- Implantação da nova versão do BRB Banknet, com nova interface, mais robustez e estabilidade, além de funcionalidades na autorização de transações e novidades no acesso do usuário e nos serviços de pagamentos e transferências.

- Implantação da nova versão do BRB Telebanco, que disponibiliza ao usuário uma Central de Empréstimos mais opções de contratação de crédito, suporte de gerentes de negócios, entre outros;
- Implantação de novo repositório de dados para a automação bancária, que possibilita a análise do comportamento dos clientes nos diversos canais, oferta assertiva, prevenção à fraude, etc.
- Implantação do novo sistema para Microcrédito Produtivo Direcionado, produto da Carteira de Desenvolvimento concebido para microempreendedores e/ou grupos solidários.

3. Modernização do parque tecnológico

O BRB foi premiado na 17 ª edição do Prêmio E-finance, em dois projetos na categoria "Infra de Apoio ao Negócio" com foco em resultado, performance e redução de custos.

O primeiro se refere à alta disponibilidade de ambiente virtual com Metro Storage Cluster, e coloca o BRB em destaque como a única empresa na América Latina, e uma das seis empresas do mundo, a realizar a implementação da estrutura de Alta Disponibilidade Geográfica de seu ambiente Storage HDS G1000 com GAD sustentando em ambiente de virtualização Vmware com Metro Storage.

O segundo, o CNP VPN/4G, proporcionou ganhos financeiros ao BRB superiores a R$ 3 milhões em 6 meses, por meio da substituição de links de comunicação MPLS por links 4G, que se utiliza de estrutura VPN criptografada para garantir segurança na troca de dados entre o correspondente e o datacenter do BRB.

4. Infraestrutura

Substituição dos 650 terminais de autoatendimento, instalados dentro e fora das agências do BRB, por equipamentos dotados dos mais modernos dispositivos de segurança e outras funcionalidades, que promovem maior conforto e interatividade com os clientes.

Atualização de firewalls por novos equipamentos;

Disponibilização de infraestrutura em alta disponibilidade para os correspondentes não-bancários;

Atualização dos balanceadores de carga por novos equipamentos adquiridos;

Migração do Parque de Autoatendimento para novos equipamentos;

Monitoração do Parque de Autoatendimento via Zabbix não ficando mais só sob responsabilidade da empresa fornecedora;

Atualização e definição de novos ANS/ANO com áreas gestoras do GLN, SPB e Automação;

- Criação de nova arquitetura de alta disponibilidade do ambiente virtualização do vMSC utilizando HDS GAD;
- Contratação de toda a infraestrutura de conectividade dos datacenters com a aquisição de novos switches e roteadores. A contratação visa permitir o Banco adotar protocolos de comunicação mais modernos e robustos, permitindo maior resiliência nas comunicações dentro dos datacenters.

- Aquisição de solução dedicada e de alta performance para banco de dados da plataforma distribuída, o que permitirá entregar maior desempenho às aplicações e serviços, especialmente àqueles que atendem à automação bancária, bem como viabilizar a entrega de novos produtos com a disponibilidade e a eficiência necessárias ao que tange à infraestrutura de TI.
- Reestruturação do suporte remoto e presencial, a partir de novas contratações do modelo UST, contribuindo diretamente para a redução do custo operacional, agilidade na prestação dos serviços, aumento na retenção de chamados no primeiro nível e maior satisfação dos usuários. Evolução do Programa para Controle de Acesso (PCA), que passou a permitir atualizações automáticas no AD baseadas na comparação de dados dos funcionários e prestadores de serviço em outros sistemas.
- Desenvolvimento de um módulo no sistema PCA para gerenciar o acesso dos usuários do BRB no SEI-GDF. Desta forma, o BRB iniciou no dia 20 de novembro o processo "Atendimento a Demandas Externas" em ambiente de produção do Sistema Eletrônico de Informações do GDF.
- Implantação e operação do PAM (Privileged Access Manager).

Governança

Estruturação do processo de Gerenciamento de Níveis de Serviço que tem o objetivo de estabelecer as diretrizes para a elaboração, contratação, acompanhamento e monitoramento de todos os acordos de nível de serviço estabelecidos entre a TI e as demais áreas do BRB, garantindo o mútuo entendimento dos resultados esperados pelas áreas do BRB em relação aos serviços disponibilizados pela TI.

Construção da Base Analítica de Clientes (BAC) - Universo Cadastro, Crédito e Investimento – que possibilita aprimorar o entendimento negocial da base de clientes.

Estabelecimento de um grupo de apoio à execução de projetos, responsável pelo estabelecimento de procedimentos, documentos, treinamentos dos gerentes de projeto e pelo suporte no dia-a-dia, tanto via coaching quanto através de inspeções.

Avaliação e proposição de melhorias para evolução de maturidade para dos processos DS2 – gerenciar serviços de terceiros, AI2 – adquirir e manter software aplicativo, DS13 – Gerenciar Operações e PO4 – Definir os processos, a organização e os relacionamentos de TI, esta ação contribui para a evolução contínua dos processos de TI e no aumento da eficiência operacional;

Aplicação do sistema de gestão da qualidade e proposição de melhorias para os processos (controle, inventário e instalação de software; planejamento da contratação de TI, controle de acessos e gestão da capacidade), tal ação contribui para a identificação de não conformidades no processo de forma mais ativa e proporciona o estabelecimento de ações contínuas para melhoria e aperfeiçoamento dos processos de TI;

Disponibilização de informações sobre a análise crítica dos indicadores de TI com o objetivo de subsidiar a alta gestão na tomada de decisão.

Aprimoramento no monitoramento e avaliação de desempenho de TI com a publicação dos indicadores sobre a gestão de testes;

Aprimoramento no monitoramento e avaliação de desempenho de TI com a publicação dos indicadores sobre a gestão de disponibilidades dos canais;

Implantação do processo de Monitoramento de Contratos que tem o objetivo avaliar a performance de execução dos contratos da TI do BRB e sinalizar oportunidades de melhorias aos gestores e fiscais de contratos.

Prospecção de solução de cloud computer e elaboração de documentação para contratação, visando otimizar os processos de desenvolvimento, hospedagem, escalonamento e entrega de aplicativos.

5. Projetos estruturantes em andamento

5.1 Multicanal

O Grupo de Trabalho responsável pela condução do projeto multicanal implantou em ambiente de produção os módulos: BRB Banknet, BRB Telebanco e Gestão do Portal. A seguir é apresentado a lista de funcionalidades/benefícios percebidas com a implantação deste projeto:

- BRB BanknetVirada de data de movimento sem indisponibilidades para o cliente;
- Acesso a todas as contas com um único login por meio de CPF;
- Acesso facilitado via e-CPF;
- Extrato detalhado;
- Pagamento/Transferências múltiplas;
- Agendamentos com repescagem de saldo ao longo do dia;
- Substituição do BRB Negócios;
- Folha de pagamento On-line;
- Saldo provisionado na automação;
- Lote de TED e Pagamento de boletos por arquivo;
- Novo fator de autenticação BRB CODE;
- BRB MobileNovo Layout, mais leve e moderno;
- Nova arquitetura que deixa o aplicativo menos dependente da internet;
- Consulta de limite, faturas e detalhamento das faturas de cartão de crédito;
- Resgates de Fundos;
- Empréstimos;
- Consulta Extrato CDB.

5.2. Migração de Plataforma – IBMA plataforma mainframe IBM encontra-se devidamente internalizada no BRB. Quanto ao projeto de migração dos sistemas, o investimento será de R$ 22.688.390,00, tendo sido iniciado em setembro/2015, com a conclusão prevista para março/2018. Neste momento, trinta e três sistemas foram desativados do Mainframe Unisys e devidamente implantados no Mainframe IBM, dois sistemas estão em produção assistida, quinze em testes integrados e outros seis em fase de migração e testes unitários.5.3. Projetos Asas / ERPEm janeiro deste ano, o BRB concluiu a implantação do sistema ERP - Enterprise Resource Planning, tendo alcançado, dentre outros números: 50 sistemas legados integrados ao sistema ERP; 2.050 arquivos de integrações processados nos meses de janeiro e fevereiro; 1.048 contratos cadastrados no sistema e 1.908 pagamentos realizados a fornecedores logo no primeiro mês de implantação. 3045 -

INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO A administração do Banco busca promover ações tanto que consolidem a posição da instituição no mercado quanto ações que projetem um futuro no qual o BRB seja uma referência positiva para seus clientes, colaboradores e para a sociedade. No âmbito de suas dependências físicas, o Banco mantém um programa constante de manutenção preventiva e corretiva das instalações existentes, além de implantar projetos que viabilizam atualizações e modernizações destas, tanto para atendimento às legislações e normas pertinentes, quanto para que estejam alinhadas sobretudo às novas tecnologias disponíveis. Com isso, são garantidos ao corpo funcional os espaços e instalações necessárias para a execução das diferentes atividades que compõem a atuação do BRB no mercado e na sociedade. O conjunto dessas duas frentes de atuação, tanto preserva o patrimônio da instituição quanto mantém e consolida a competitividade do Banco perante seus concorrentes no mercado. O BRB realizou obras de construção e revitalização de agências, conforme descrito a seguir: Obra de reforma e adequação de espaço para a transferência da Agência Sudoeste.

- Licitação em andamento para a execução da obra de construção de edificação para abertura da Agência SES/DF – HRSM (Hospital Regional de Santa Maria).
- Elaboração de Estudo Preliminar para reforma de espaço para implantação do CEDOC em edificação do BRB localizado no Setor Placa das Mercedes.
- Estudos de viabilidade técnica e leiautes para transferência da Agência Millenium Capital para uma loja localizada no Shopping Liberty Mall.
- Elaboração de Estudo preliminar e projetos executivos para a execução da obra de reforma para transferência da Agência Anápolis.
- Contratação de projetos de prevenção de combate a incêndio, assim como acompanhamento do processo de aprovação junto ao CBM-DF das Agências Norte, Estrutural e SEE/DF-Gama.
- Adequação das calçadas de acesso à agência Estrutural conforme projeto aprovado no CBM-DF.
- Implantação do Novo Modelo de Atendimento (Segmentação), com adequação do leiaute da Agência Goiânia.
- Obras de recuperação das instalações prediais das Agências Samambaia, Luziânia, QNL, Gama, Ceilândia Norte devido à ocorrência de sinistro em decorrência das explosões das máquinas de autoatendimento.
- Substituição das Carenagens das Salas de Autoatendimento, devido à ocorrência de sinistro em decorrência das explosões das salas de autoatendimento das Agências QNL, P SUL e Águas Lindas de Goiás.
- Substituição do sistema de iluminação, com a instalação de lâmpadas LED, em 25 dependências do Banco.

- Execução de infraestrutura elétrica e lógica para posterior instalação de relógio de ponto em todas as dependências do BRB.
- Implantação e adequação da sinalização das salas de Autoatendimento para o novo modelo de ATM adotado pelo BRB.
- Execução de infraestrutura lógica para migração do parque de Autoatendimento de todas as Agências do BRB.
- Execução de infraestrutura para link de fibra ótica no Edifício Brasília.
- Aquisição de Nobreaks novos para modernização da rede elétrica estabilizada das Agências Guará I, Taguatinga Norte, Câmara, Valparaíso, Gama, São Sebastião.
- Recebimento e atendimento de 7.758 demandas de manutenção preventiva e corretiva de edificações e equipamentos do Banco.
- 8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA O BRB trabalhou com o intuito de reforçar sua marca com ações de marketing que divulguem efetivamente seus produtos e serviços nos diversos e principais canais de comunicação. Nesse ano, as ações foram focadas no reconhecido do BRB como uma instituição pública, competitiva, voltada para resultados que reflitam em benefícios para a sociedade, participação estratégica das ações de inclusão social, de desenvolvimento e fomento da região. No ano de 2017, foram realizadas as seguintes campanhas publicitárias:Crédito Parcelado - Essa campanha teve como objetivo ofertar o crédito de forma consciente, sendo uma ferramenta de apoio ao cliente, lembrando-o que, mesmo com as contas de início de ano, férias e materiais escolares, o BRB tem o melhor crédito para ofertar.
- Campanha de IR - Essa campanha complementou a estratégia negocial, reforçando para o cliente que ele poderia indicar o BRB como o Banco recebedor do crédito, além de antecipar sua restituição de imposto de renda.
- Campanha Institucional – A campanha buscou aproximar o BRB, a cidade e a população, abordando as características de Brasília e de seu povo.
- Campanha BRB Banknet - Nessa campanha, o Banco buscou divulgar as principais características do canal, mostrando as mudanças e novas funcionalidades. Essa publicidade foi divulgada amplamente com o intuito de apresentar um BRB mais moderno e tecnológico.
- Campanha de Crédito – Faz mais por você, faz mais por Brasília - Essa campanha teve como objetivo mostrar ao cliente que o crédito que ele toma no BRB volta em investimentos para cidade e para o brasiliense.
- Campanha de mês do servidor – BRB Serv - Essa campanha complementou a estratégia negocial trazendo para o cliente BRB oferta de crédito com taxas e condições especiais.
- Campanha BRB Mobile - Nessa campanha, o Banco buscou divulgar as principais características do canal, mostrando as mudanças e novas funcionalidades. Essa campanha complementou a estratégia do BRB no quesito tecnologia e modernização. O Banco traçou uma estratégia de divulgação ampla, a fim de manter-se alinhado ao

praticado no mercado financeiro em referência a facilidade de acesso aos serviços bancários.

- Campanha Institucional Final de ano – Por você sempre - Nessa campanha o Banco reforça o conceito de banco público, traz a parceria entre Banco e cliente, além reforçar o seu compromisso social.
- As campanhas estiveram alinhadas ao planejamento estratégico do Banco, contribuindo para a estratégia negocial adotada. Tais ações, voltadas para divulgação da marca e de seus produtos, totalizaram um investimento de quase R$5 milhões. Ao longo do ano, também foram realizadas ações em meios publicitários alternativos de menor impacto financeiro ou de custo zero, tais como: terminais de autoatendimento, redes sociais do Banco (Facebook e Instagram), além de publicidades no BRB Banknet e outros canais próprios do BRB. Foram divulgadas campanhas institucionais, sobre a venda de imóveis do BRB, canais de atendimento bancário, abertura de conta corrente, além de produtos da carteira de crédito e materiais de caráter informativo e educacional ao cliente, como prevenção a fraudes e dicas de educação financeira. Ações promocionais e de Relações Públicas que merecem destaque em 2017: Ao longo do ano de 2017, o BRB realizou diversas ações de relacionamento, com vários segmentos da população, sendo clientes e potenciais clientes. Foram exemplos de ativações de patrocínio, as ações em eventos de tecnologia, como a Campus Party, ações de agronegócio, como a Feira AgroBrasília, além de inauguração de agências e outros eventos negociais. Dentre as principais ações destacam-se: Ação de Relacionamento na inauguração da Agência Estrutural. A inauguração trouxe bancarização para a população local, já que o BRB foi o primeiro banco a abrir uma agência física naquela região, além de apresentar instalações modernas, o banco reforça seu compromisso de indutor do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência, com soluções financeiras inovadoras e atendimento de excelência. Ativação de patrocínio no evento Vídeo Game Show Tratando-se de um evento de games, foi uma oportunidade para o BRB lançar seu aplicativo de educação financeira: um game para smartphones e tablets voltado para crianças e adolescentes de 8 (oito) a 13 (treze) anos). O jogo, batizado de Educa BRB, possui módulos de associação de conceitos, perguntas e respostas e reconhecimento de moedas do Brasil e do exterior e permanece ativo para download. Ativação de patrocínio no evento Campus Party Brasília Em 2016 foi realizada uma prévia do evento, a "Campus Day Brasília", uma proposta diferente com 8 horas intensas de conteúdo. E devido aos resultados, em 2017, oficializou-se a "Campus Party Brasília", contando com: Área Open, Arena Campus, e Camping durante 5 dias consecutivos de evento. Foram mais de 250 horas de conteúdos diversificados sob o olhar de inovação e tecnologia, workshops e hackathons durante o evento. Ainda durante a Campus foi realizado o hackaton do BRB com foco no desenvolvimento de um aplicativo de financiamento de veículo. Ação

lançamento do Instituto BRBA reativação do Instituto BRB buscou reforçar a atuação no Centro-Oeste, mediante o desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e outras iniciativas no âmbito de seus campos de atuação, em parceria com outras instituições governamentais e não governamentais, tendo como princípio básico o de proporcionar benefício a todos os segmentos da sociedade. 7º Festival do Servidor - FESTSERVO evento tradicionalmente apoiado pelo BRB colabora com momentos de lazer, atividades físicas saudáveis e, com isso, a valorização do servidor. O festival também faz parte da Política de Valorização de Servidores do DF, instituída pelo Decreto nº 37.648, de 22 de setembro de 2016. Ações patrocinadas pelo BRB em 2017 que merecem destaque no período: O BRB patrocina projetos nas áreas de arte e cultura, de causas sociais, de entretenimento, de esporte, de relacionamento institucional e de negócios, que possam trazer retorno de imagem institucional e/ou que propiciem benefício fiscal, negocial e/ou social e que, além disso, contemplem a sua região de atuação e influência. As ações de patrocínio do BRB buscam realçar a imagem institucional e social da empresa, aprimorando o seu relacionamento com a comunidade do Distrito Federal e das regiões de influência, com o objetivo de gerar novos negócios e consolidar a sua imagem, vinculada ao cumprimento de sua missão, visão e valores. A realização de ações de relacionamento junto a clientes atuais e potenciais é fundamental no desenvolvimento de projetos de fidelização e na ampliação de carteira, com possibilidade de promoção da marca BRB de forma positiva, agregando conceitos vinculados às ações patrocinadas à imagem do Banco. Destacamos em 2017 a execução do "Programa BRB de Patrocínios Culturais 2016/2017", primeiro edital de credenciamento de projetos na área de Arte e Cultura lançado pelo BRB. O edital foi publicado em 2016 e as contratações tiveram início a partir de fevereiro de 2017. Foram inscritos 186 projetos, sendo destes 26 selecionados. Ainda em 2017, foi publicado o edital do "Programa BRB de Patrocínios Culturais 2017/2018", tendo como objetivo a seleção de projetos a serem realizados no período de 22 de janeiro a 31 de dezembro de 2018. Foram inscritos 47 projetos, dos quais 20 foram selecionados. No total foram patrocinados 62 projetos em 2017, dentre os quais destacamos:1) Projeto: Brasília Vôlei, O time Brasília Vôlei foi constituído em junho de 2013 e desde então representa Brasília na maior competição da modalidade no Brasil, a Superliga Feminina de Vôlei. O time vem conquistando resultados expressivos, com amplo domínio nas competições locais e boas participações na Superliga. Na temporada 2015/2016 a equipe ficou na 5ª colocação na Superliga, melhor resultado de sua história. Na temporada 2016/2017 a equipe ficou em 6º lugar. 2) Projeto: Vela Para Todos, O "Vela para Todos", desenvolvido pela Federação Brasiliense de Vela Adaptada, é um projeto social, voltado para o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais, com foco nas atividades terapêuticas, educacionais, esportivas e lúdicas, consubstanciadas no atendimento por

intermédio de terapias ocupacionais, na realização de cursos regulares de instrução de navegação, organização de eventos sociais com participação das famílias e implantação de calendário de competições náuticas. 3) Projeto: Equipes participantes do Campeonato Brasiliense de Futebol 2017, Série Ano período de 04 de fevereiro a 06 de maio, foi realizado o maior e mais importante campeonato de futebol do DF em 2017, o "XLII Campeonato Brasiliense de Futebol da 1ª Divisão – 2017".Com o mesmo formato de 2016, o campeonato contou com a participação de 12 equipes. Dentre as equipes participantes, foram patrocinadas pelo BRB: Associação Atlética Luziânia

- Bosque Formosa Esporte Clube
- Clube Atlético Taguatinga
- Sobradinho Esporte Clube
- Sociedade Esportiva Santa Maria
- Real F. C.
- Paranoá Esporte Clube
- 4) Projeto: Corrida de Reis 2017A Caixa Beneficente dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer do DF, organizou a "47ª Corrida de Reis 2017", tradicional evento e mais longevo do calendário esportivo Brasiliense. Realizada a 46 anos, a tradicional Corrida de Reis cruza o centro de Brasília em um dos mais belos percursos do país, ao mostrar alguns dos principais pontos turísticos da cidade. O objetivo do projeto é possibilitar à comunidade brasiliense e ao público participante uma opção de lazer, despertar o interesse pela prática de atividade física, melhorar a qualidade de vida das pessoas. 5) Projeto: Jogos Abertos de Brasília 2017Os Jogos Abertos de Brasília 2017, torneio que reuniu equipes representantes das regiões administrativas do Distrito Federal. Nesta edição, os 3º Jogos Abertos de Brasília foram compostos por :a) 09 modalidades esportivas, todas nos naipes masculino e feminino, contemplando também as modalidades paraolímpicas; b) Aproximadamente 3.000 participantes. 6) Projeto: AgroBrasília 2017A AgroBrasília é uma feira de negócios agropecuários voltada aos empreendedores rurais de diversos portes, que apresenta inovações tecnológicas para os diferentes segmentos do agronegócio brasileiro. Realizada pela Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF), acontece em uma região reconhecida nacionalmente pelo papel desempenhado na ocupação agropecuária dos cerrados, especialmente, pelo pioneirismo e a geração e uso de técnicas de sucesso. O BRB – Banco de Brasília é patrocinador do projeto desde de a 1ª edição do projeto em 2008. 7) Projeto: ENICA Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em conjunto com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF) e demais parceiros, promoveram o 89° Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), de 24 a 26 de maio de 2017, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília-DF.O encontro reúne, anualmente, os representantes da indústria da construção de todo o

país para debater sobre as principais questões pertinentes à área da construção, em todos os seus segmentos. É o acontecimento técnico e político mais importante do segmento, onde as potencialidades dos diversos estados brasileiros e do Distrito Federal estarão nacionalmente em evidência, traduzindo-se, assim, em novas oportunidades de negócios e, consequentemente, contribuindo para a geração de emprego e renda em cada região. Durante o evento, também foi divulgado o Prêmio Cbic de Responsabilidade Social, organizado pelo Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc), da Cbic, aplicável aos projetos sociais desenvolvidos pelas entidades e empresas construtoras que mais se destacaram no cenário nacional. Na construção civil brasileira, é a maior iniciativa de reconhecimento das práticas socialmente responsáveis. Mais do que reconhecer e dar visibilidade aos projetos que fazem a diferença, o prêmio estimula o desenvolvimento da gestão da responsabilidade social nas empresas e instituições. 8) Projeto: Campus Party Brasília 2017A Campus Party é o festival mais importante do mundo nas áreas de inovação, criatividade, ciência e entretenimento digital. Criado na Espanha em 1997, o evento foi concebido na intenção de criar a maior comunidade de informações tecnológicas do planeta e incentivar as pessoas a usar seus talentos e conhecimentos para criar um mundo melhor através da tecnologia. Atualmente, edições anuais acontecem em São Paulo, Brasil, em Valência, Espanha, em Bogotá, Colômbia e na Cidade do México. Nos últimos 15 anos, mais de 155 mil campuseiros – como são chamados os participantes do evento – compareceram às 29 edições da Campus Party que aconteceram em sete países, entre toda a Europa e América Latina. O objetivo é criar um ambiente que possibilite a interação plural e criativa entre os participantes. Constituir uma forma de materialização da internet e do mundo digital é o principal conceito da Campus Party, onde o compartilhamento de conteúdo e informações são feitos de maneira a agregar a multiplicidade e diversidade de temas. 9) Projeto: Corrida do Fogo 2017Trata-se de uma das corridas mais tradicionais do Distrito Federal, reconhecida pela ótima estrutura e participação de público. A 27ª Corrida do Fogo, assim como nos anos anteriores, foi realizada nos percursos de 5km e 10km.A Corrida do Fogo é realizada em parceria com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, instituição parceira do BRB, sendo este projeto uma importante ação de relacionamento junto a esta corporação. 10) Projeto: Festival de Cinema de Brasília. O "Festival de Brasília do Cinema Brasileiro", concebido em 1965 como a "1ª Semana do Cinema Brasileiro", logo se transformou no mais destacado fórum de discussão da atividade cinematográfica do país. Atualmente, o Festival está consolidado. Alcançando sua 50ª edição, oferece uma vitrine para o melhor do cinema nacional, com uma programação variada, original e de qualidade, buscando reforçar a cada ano a presença do cinema Brasileiro no mercado nacional e internacional. O "50º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro" é o evento cultural mais importante da capital do país e o único Festival que se consagra pela sua dedicação exclusiva à produção de

cinema nacional, atraindo um público de, aproximadamente, 60 mil pessoas por ano. Em 2007, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro ganhou o título de Patrimônio Imaterial do Distrito Federal, confirmando o reconhecimento público e o compromisso de contribuir para a divulgação dos filmes brasileiros no Brasil e no exterior, para a formação de plateia, para a geração de emprego e renda e para o intercâmbio com os profissionais do audiovisual. 11) Projeto: Casa Cor Brasília 2017Casa Cor Brasília é uma franquia do evento Casa Cor, que este ano completou sua 31ª edição no Brasil e a 26ª edição em Brasília. Este ano, o evento teve como tema "Foco no Essencial". A Casa Cor é hoje reconhecida como a maior mostra de arquitetura e decoração das Américas, o segundo maior evento do mundo. Possui por objetivos: valorizar o profissional de arquitetura e decoração; mostrar ao público visitante as últimas tendências tanto da área de arquitetura, construção e decoração, como produtos de última geração, agregados ao estilo de vida atual; e possibilitar a degustação de vários produtos em ambientes diferenciados. Projetos em parceria com GDF: Projeto de Educação Financeira para crianças, que entrará em vigor em 2018 e que prevê um termo de cooperação entre o BRB e a Secretaria de Educação e a Casa Civil – esta última por meio do Portal Brasília Cidadão, projeto prevê aulas de educação financeira a serem ministradas por voluntários do Banco capacitados por instrutores do BRB. Cada aula contará com material didático desenvolvido por empregados do Banco e com aplicativo criado para esta finalidade. Ações externas de comunicação: Em 2017, foram enviados para a imprensa 66 releases, os quais contribuíram, mesmo que indiretamente, para uma agenda positiva para o GDF. Os releases trataram de produtos e serviços, inauguração de agências, resultados financeiros, entre outros assuntos. O BRB esteve presente também nas mídias sociais, com 141 posts no Facebook e 57 posts no Instagram. Participamos também da Campanha de Racionamento de Água, desenvolvida pelo GDF, e que teve como objetivo conscientizar a população do DF sobre a economia de água. Destacamos também apoio a ações das Secretarias do GDF, com divulgação de mensagens nos rodapés dos extratos bancários. </p

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**740.820.484,00**	**740.820.484,00**	**119.400.556,46**	**621.419.927,54**
6997 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	740.820.484,00	740.820.484,00	119.400.556,46	621.419.927,54
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**103.635.790,00**	**103.635.790,00**	**21.089.261,23**	**82.546.528,77**
6992 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-BANCO DE BRASILIA S/A-DISTRITO FEDERAL	103.635.790,00	103.635.790,00	21.089.261,23	82.546.528,77

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**361.300.839,00**	**361.300.839,00**	**120.832.934,92**	**240.467.904,08**
6996 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	361.300.839,00	361.300.839,00	120.832.934,92	240.467.904,08
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**227.133.943,00**	**227.133.943,00**	**81.211.048,31**	**145.922.894,69**
2592 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	227.133.943,00	227.133.943,00	81.211.048,31	145.922.894,69
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**1.432.891.056,00**	**1.432.891.056,00**	**342.533.800,92**	**1.090.357.255,08**

8502 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

No Concurso Público n°27, que foi realizado em 2011, foram aprovados 1.500 candidatos para o cargo de escriturário. Este certame teve sua vigência encerrada em 2015, não havendo convocação de candidatos aprovados neste ano. Porém, foram admitidos 9 novos empregados por força de decisão judicial. Durante a vigência do presente concurso foram convocados 1.180 candidatos.

Por sua vez, o Concurso Público n° 28 realizado no ano de 2013, para o cargo de Analista de Tecnologia da Informação, aprovou 360 candidatos. Especificamente, no ano de 2017, foram admitidos 27 novos empregados, sendo uma das admissões por força de decisão judicial. O presente certame permaneceu vigente até 22 de maio de 2017, totalizando ao final 302 candidatos convocados.

Indicadores por tipo de colaborador:

Modalidade	Total	%
Diretores[1]	7	0,15
Empregados[2]	3110	66,54
Estagiários	409	8,75
Jovem Aprendiz	153	3,27
Terceirizados[3]	995	21,29
Total	**4.674**	**100,00**

1. Não está incluso o Diretor-Presidente do BRB
2. Não foram considerados os aposentados por invalidez.
3. Foram considerados os terceirizados da brigada de incêndio, segurança física, serviços gerais, engenharia e tecnologia da informação)

Indicadores do corpo funcional de empregados por faixa etária:

Idade	Total	%

Até 25	79	2,54
De 26 a 35 anos	1.217	39,13
De 36 a 45 anos	909	29,23
Acima de 45 anos	905	29,10
Total	**3110**	**100**

8504 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

O Banco de Brasília – BRB dispõe de benefícios aos seus empregados que são previstos no Acordo Coletivo de Trabalho firmado com as entidades sindicais.

- Auxílios Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação: este benefício, inserido no Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT (tíquete e cesta alimentação), permite a utilização dos cartões eletrônicos em restaurantes ou em supermercados e similares. Foram beneficiados no ano de 2017, em média, 3.121 empregados e o investimento foi da ordem de R$ 55.140.476,55.
- Auxílio-Creche: destinado aos empregados que tenham filhos, inclusive adotivo e enteado, até a idade de 7 (sete) anos completos e, também, para pais que tenham filhos com necessidades especiais para os quais, o auxílio é permanente. A média de empregados que receberam o auxílio, em 2017, foi de 792 e o dispêndio no período foi de R$ 4.617.145,16.

Auxílio-Natalidade: concedido a todos os empregados, em pagamento único, por ocasião do nascimento de filho/a. Foram pagos 153 auxílios no ano de 2017 e o dispêndio foi de R$ 186.646,14.

Vale-Transporte: em papel ou créditos nos cartões é concedido aos empregados que utilizam o transporte público coletivo. Foram beneficiados 355 empregados e custeio patronal foi de aproximadamente R$304.621,19.

Benefícios Educacionais: concedidos aos empregados do quadro permanente, para formação acadêmico-profissional nos níveis de graduação, pós-graduação ou especialização (lato sensu) nas áreas definidas pelo Banco, tais como, Administração, Direito, Ciências Contábeis, Comunicação e Marketing, Economia e Finanças e os de pós-graduação são Auditoria, Contabilidade Pública, Gestão de Projetos de Software, Gestão Estratégica, Gestão Organizacional e Empresarial, Gestão Financeira, Gestão Pública, Gestão de Processos, Governança em TI e Gestão Bancária. Estão cadastrados em Benefícios Educacionais em áreas de interesse do Banco, em média 211 empregados. Em cursos de pós-graduação constam matriculados, em média, 104 empregados. O investimento no período com esses benefícios foi de R$ 2.198.314,39.

Há também reembolso para realização de curso superior fora das áreas de interesse do Banco ou com formação em tecnólogo. Em média 23 empregados são beneficiados nessa modalidade. O investimento foi da ordem de R$ 146.189,38.

Optaram pela concessão de pós-graduação, stricto sensu, que compreende programas de mestrado e doutorado, nas áreas de interesse do Banco (Direito, Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, Administração Pública e Contabilidade), 5 empregados, cujo valor anual foi de R$ 38.287,24.

Auxílio-Idioma: destina-se a pagamento de matrícula e mensalidades efetuado a instituições de ensino de línguas estrangeiras (inglês, francês ou espanhol) e beneficiou, aproximadamente, 11 empregados. O valor dispendido foi de R$ 58.766,37.

Seguro de Vida em Grupo: São integrantes da apólice de seguro de vida em grupo 2.089 empregados com garantia de indenização por morte e invalidez.

Auxílio-Funeral: O benefício está fixado em até R$ 8.370,98 e foram feitos 2 reembolsos, no total de R$ 12.990,58, mediante comprovação das despesas.

Vale-Cultura: Concedido aos empregados com remuneração de até cinco salários mínimos, conforme definido no Programa de Cultura do Trabalhador, criado pela Lei 12.761/2012, regulamentado em âmbito Federal pelo Decreto 8084/2013. No ano de 2017 foram beneficiados em média 600 empregados. O valor dispendido no período foi da ordem de R$ 329.543,00.

Programa de Estágio e Jovem Aprendiz: Por meio dos programas de Estágio e Jovem Aprendiz o BRB contribui para inserção de jovens no mercado de trabalho. Os estudantes que participam destes programas têm a oportunidade de vincular o conhecimento teórico com o prático, além disso, é estimulada a prática da cidadania e dos valores éticos. O programa de Estágio oferece oportunidade para 88 estudantes de ensino médio e 321 estudantes de ensino superior que cursam graduação em áreas afins com as atividades desenvolvidas no Banco. O programa Jovem Aprendiz contempla 153 estudantes que participam semanalmente da capacitação teórica. Por meio deste programa o Banco tem parceria com o Programa Vira Vida que apoia meninos e meninas, com idade entre 16 e 21 anos. O BRB oferece oportunidade de trabalho em suas unidades para jovens que participam deste programa. Neste ano o BRB realizou um evento exclusivo para os estagiários e jovens aprendizes atuantes no Distrito Federal e entorno na Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - GEDEP. O evento contou com a presença de 246 estagiários e 94 jovens aprendizes. Foram realizadas palestras ("Perfis Comportamentais e o mercado de trabalho", "Internet, aprenda a usar" e "Como o primeiro emprego pode contribuir com seu futuro"), lanche especial e sorteio de brindes que foram doados pelos parceiros BRB Card, AABR e Seguros BRB. Todos os participantes receberam também uma camiseta que foi confeccionada para comemoração do aniversário de 51 anos do BRB e uma caneta exclusiva para este evento.

DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO DE PESSOAS

Durante o ano de 2017 foram oferecidos mais de 200 treinamentos distintos, destacados nas modalidades presenciais e a distância, além de 05 tipos de Certificações internas obrigatórias. Foram oferecidos 196.466 horas de treinamento anual, onde foram abordados temos como liderança, gestão, informática, entre outros.

Além das ações de treinamentos oferecidos diretamente aos Empregados do BRB, foram oferecidos palestras e cursos de Educação Financeira para mais de 5.000 participantes, divididos entre funcionários dos diversos Órgãos Públicos do GDF e empresas privadas do DF.

O Programa de Desenvolvimento de Gestores, iniciado em 2015 contou com Encontro de Líderes onde se reuniram, por 16h, para formação em coaching, Gerentes Gerais e Superintendentes. Além disso, foi lançado o treinamento para Líderes do BRB, com a inclusão do programa de Coaching para a Média Gerência do Banco.

Em continuação ao Programa de Desenvolvimento Continuado, em 2017 foram lançadas as formações para os empregados que ocupam as funções de Analistas, Especialista, Gerentes de Área e Gerentes de Equipe.

Foi realizado em dezembro de 2017 o Encontro Sobrenome BRB. O evento, realizado no formato outdoor, durou 03 dias e contou a participação da alta administração do BRB e coligadas (165 pessoas), entre eles Diretores, Superintendentes e Gerentes Gerais, onde tiveram a oportunidade de integração e de desenvolverem e refletirem sobre temas como

liderança, planejamento, motivação, trabalho em equipe, credibilidade, engajamento e pertencimento.

Foram realizadas palestras intituladas - Crescendo com o BRB. Com o objetivo de despertar nos escriturários, especialistas, gerentes de equipe e outros sentimentos como pertencimento e comprometimento. Mais de 1700 empregados participaram dos eventos que foram conduzidos por empresa externa e que mobilizaram os participantes de forma humorada e com muito conteúdo.

Foi realizado o 1º Encontro de Caixas do BRB, que contou com a participação de mais 350 caixas e abordou temas comprometimento, inovação, pertencimento e atendimento.

Os processos seletivos no BRB continuam ocorrendo mensalmente, fechando o ano de 2017 com 23 processos concluídos.

O Programa de Comunicação Horizontal, lançado em 2017, contou com a participação de 244 pessoas em 03 encontros presenciais, os encontros foram em formato de perguntas e respostas com diversas áreas do Banco.

A avaliação de desempenho ganhou nova métrica em 2017, reduzindo para 03 o quantitativo mínimo de metas. Foram revistas as escalas de pontuação das metas e competências, tornando mais justo e objetivo a forma de avaliação.

Foi iniciado ainda em 2017, o processo de implantação da Gestão por competências. Já foram realizadas as seguintes ações: Reunião de Planejamento; Apresentação e sensibilização dos Diretores; Sensibilização para gestores e levantamento do inventário comportamental; Levantamento Inventário Comportamental - Empregados (3 turmas realizadas). Essas ações deram início ao projeto de implantação do modelo de Gestão por Competências e tiveram como principal objetivo sensibilizar a alta administração do Banco e iniciar o processo de mapeamento das competências comportamentais.

Para o ano de 2018 está prevista, além da continuidade das ações e Programas implementados em 2017, a continuação do processo de implantação da Gestão por Competências visando o Banco de Talentos BRB.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Serviços, contratos e pagamentos diversos para manutenção do Banco.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

3.1. Rede de Atendimento

O BRB conta atualmente com 126 pontos de atendimento dos quais 122 são Agências e 4 são PAs. Em 27 de janeiro de 2017 o BRB inaugurou a Agência Estrutural, localizada no seguinte endereço: Setor Central, Área Especial 8. Salienta-se que em 2017 também foram encerrados o PA Sejus e o PA SEF III, ambos em 12 de julho de 2017, em decorrência do esforço de readequação da rede de atendimento bancária no Distrito Federal.

3.2. Terminais de autoatendimento

O BRB conta ainda com 653 terminais de autoatendimento próprios, dos quais 595 estão no Distrito Federal, 48 no estado de Goiás, 2 em Mato Grosso, 2 em Mato Grosso do Sul, 2 em Minas Gerais, 2 no Rio de Janeiro e 2 em São Paulo.

Em 2017 o BRB inaugurou quatro novos terminais (BAPMDF do Incra 8; Depósito do Detran; Simplifica PJ Taguatinga; e 2º BPMDF). Mesmo com as inaugurações, o quantitativo total de terminais reduziu de 762 equipamentos para 653, uma redução de 26,1%.

Um dos principais fatores desta redução foi a migração para o novo Parque de Autoatendimento do BRB, fruto do pregão 2015/024, que concluiu a migração em abril de 2017. Os novos terminais instalados são mais seguros, eficientes e modernos, garantindo uma melhora na evolução da experiência dos usuários. O novo parque também colocou o BRB como detentor de um dos mais modernos parques de autoatendimento do mercado bancário nacional.

Destaca-se ainda que a rede de terminais de autoatendimento disponibilizados para nossos clientes é reforçada pelo compartilhamento de redes com o Banco do Brasil, que disponibilizam cerca de 1.900 terminais de autoatendimento, e com o Banco24Horas que acrescenta 20 mil terminais à rede disponível aos clientes do BRB.

3.3. Correspondentes no País

O BRB também conta com 154 correspondentes ativos que realizaram, em média, nos 12 últimos meses, mais de 2 milhões de autenticações mensais. Dentre os 154, oito são Correspondentes Móveis, vinte estão situados no estado de Goiás e os demais 126 estão distribuídos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

No ano de 2017, ocorreram cinco Editais de Credenciamento, os quais tinham por objetivo manter algumas regiões atendidas e expandir a rede para algumas localidades que ainda não possuíam unidades de Conveniência do BRB. Do início de 2015 até 31/12/2017 houve uma diminuição de 294 lojas para as atuais 154. Esta redução deu-se, principalmente, devido a estratégia do Banco de identificar as localidades que realmente apresentavam demanda justificável, visando manter-se uma rede melhor distribuída em todo do Distrito Federal e Entorno.

Em que pese a redução ter sido expressiva, ressalta-se que o número de transações realizadas permaneceu praticamente inalterada, demonstrando a acerto estratégico e o ganho de eficiência no canal.

Cabe mencionar que o Banco mantém parceria com a Sejus e com o Detran-DF, mantendo unidades de Correspondentes em postos de atendimento do Na Hora e do Detran. O BRB também atua em conjunto com o GDF com unidades de Correspondentes Móveis que participam dos principais eventos do Governo, tais como: Simplifica PJ, Semana de Conciliação da SEF-DF, Semana de Conciliação do TJDFT, Fábrica Social, Mutirão da Cidadania, etc.

Canais Eletrônicos

Criada em outubro de 2015, a Central de Confirmação de Vendas – CCV possibilita que clientes contratem linhas de crédito, de forma segura, sem necessidade de comparecer a um ponto de atendimento. Até novembro de 2017 foram liberados mais de 12.200 contratos, correspondendo ao montante de R$ 127.467.486,00 (cento e vinte sete milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais) desde sua criação. Ressalta-se que este montante foi obtido sem nenhuma ocorrência de fraude.

Somente em 2017 a Central apresentou crescimento de 134,86% em comparação com o exercício anterior, produzindo um resultado de R$ 89.254.095,53 (oitenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos), o que corresponde a cerca de 70% de toda produção acumulada desde sua criação.

O aumento expressivo da utilização da Central de Confirmação de Vendas deixa evidente o sucesso do projeto junto aos clientes, que encontram nessa opção de contratação a comodidade aliada à segurança. O projeto ainda se mostrou uma excelente opção para os

gerentes realizarem atendimento de qualidade aos correntistas que residem em regiões que não possuem atuação presencial do BRB.

Destacam-se, também, os canais BRB Mobile e BRB Banknet que foram totalmente reformulados e lançados ao público ao longo de 2017. O Novo BRB Banknet foi lançado em julho de 2017 reformulado, permitindo a personalização das transações mais utilizadas, acesso facilitado ao saldo, novas opções que facilitam e melhoram a experiência do usuário, inclusive dos clientes PJs, tais como: extrato detalhado; pagamentos e transferências múltiplas; acesso único por CPF; BRB Code; acesso por certificação digital (E-CPF); Folha de Pagamento (transações em lote); etc. Em 2017, 16,2% das transações foram realizadas via BRB Mobile e 10,5% via BRB Banknet.

Em outubro de 2017 foi lançado o novo BRB Mobile que, tamanho seu sucesso junto aos clientes, já começa a figurar como principal canal em volume de transações do BRB. O novo aplicativo chegou com grandes inovações, como a simulação e efetivação de linhas de crédito, possibilidade de realização de transferências interbancárias (TED/DOC); acesso biométrico; resgate e cancelamento de aplicações; cancelamento de agendamentos e DOCs; cadastro de favorecidos para transações interbancárias; consulta a faturas de cartões de crédito do BRB; e segunda via de recibos.

3.5. CRÉDITO

3.5.1 Carteira de Crédito Comercial

A carteira de crédito Pessoa Física apresentou retração de 2,35%, totalizando R$ 5,647 bilhões. A carteira de Crédito Consignado, BRBServ, teve uma retração de 4,13% em relação a novembro de 2016, totalizando R$ 3,360 bilhões em novembro de 2017. Apesar dessa retração, no mesmo período, foram liberados mais de R$ 1, 6 bilhão em créditos aos servidores do GDF.

A carteira de crédito consignado destinada aos beneficiários do INSS (aposentados e pensionistas) teve uma expansão de 46,75% no período, quando comparada com novembro/2016, que era de R$12.862.746,32 e encerrou novembro/2017 com saldo de R$18.875.618,03.

O produto Crédito Pessoal Público se destacou no ano de 2017, com um crescimento de 11,67% em relação a novembro de 2016, totalizando R$ 987,7 milhões. Houve retração significativa no produto Refinanciamento BRB Parcelado, de -R$ 6,43% da carteira do produto, que em novembro de 2016 era de R$ 373,6 milhões. A retração desse produto é um indicativo da melhora na concessão no crédito, uma vez que esse produto foi o que teve maior crescimento em 2016, ano marcado pela inadimplência e pela recuperação de crédito.

O saldo da carteira de crédito comercial do BRB - Banco de Brasília, em comparação com novembro de 2016, apresentou retração de 6,70%, totalizando uma carteira de R$ 6,233 bilhões.

A carteira Pessoa Jurídica apresentou retração de 34,74% em relação a novembro de 2016, totalizando R$ 585,9 milhões. O Produto Progiro (Capital de Giro) retraiu para o volume de R$ 134,0 milhões, o que representa uma queda de 54,94% em comparação a novembro de 2016. Em contrapartida, o produto Antecipação de Cartão teve um aumento de 24,74% em relação a novembro de 2016, saindo da carteira de R$ 26 milhões para R$ 33 milhões.

O produto Redirecionamento PJ, linha de crédito voltado ao refinanciamento de operações ativas na carteira comercial PJ, teve uma expansão de cerca de 2,04%, saindo de um volume de R$ 169,6 milhões em novembro de 2016 para R$ 173,2 milhões em novembro de 2017.

A desaceleração da atividade econômica foi responsável pelo aumento da inadimplência no crédito nos últimos anos. Como forma de amenizar a inadimplência, o Banco manteve o rigor na concessão do crédito como forma de amenizar o aumento da inadimplência.

No que se refere à PJ, o Banco se concentrou em linhas de crédito mais conservadoras, exigindo mais garantias nas concessões, além disso, a demanda das empresas foi por linhas de curto prazo para atender o fluxo de caixa, o que não reflete uma retomada nas operações deste segmento.

Ainda devido o cenário economicamente desfavorável e a elevação nos índices de inadimplemento das operações de crédito, houve um endurecimento das instituições financeiras para concessão de novas operações, bem como um grande volume de operações transferidas para prejuízo.

Dentro desse contexto, a carteira de crédito no segmento PJ sofreu redução na ordem de 34,74% no comparativo entre novembro/2016 e novembro/2017, saindo de um volume de R$898 milhões para R$586 milhões. No mesmo período, as receitas oriundas da Carteira Comercial PJ reduziram em cerca de 43,00%, partindo de um volume de R$21,5 milhões para R$12,2 milhões.

Corroborando a dificuldade apresentada pelo setor produtivo, o produto Redirecionamento PJ, que é voltado ao redirecionamento de operações de crédito da carteira comercial, visando readequar essas operações à capacidade de pagamento dos clientes, teve expansão na ordem de 2,04% saindo de um volume de R$169,9 milhões em novembro/2016 para R$173,1 milhões em novembro/2017.

No que se refere à Pessoa Física, houve uma queda na carteira do crédito consignado BRBServ, principal produto do segmento, que impactou no resultado da carteira em relação a novembro de 2016. A carteira esteve em queda de janeiro/2017 a setembro/2017. Em outubro as concessões aumentaram e desde então a carteira está crescente. O aumento reflete o movimento do mercado, pois desde novembro, as operações com as famílias são maiores do que as realizadas com empresas, invertendo uma relação tradicional no segmento de crédito.

O resultado do crédito BRB acompanha o mercado, cuja situação ainda é ruim. Este será o terceiro ano de retração do crédito no mercado brasileiro, mas o Banco Central vê alguns sinais de estabilização nas concessões e prevê o início de uma retomada gradual nos próximos meses, puxada pela queda dos juros básicos da economia.

3.5 2 Carteira de Desenvolvimento

O BRB apoia o desenvolvimento, priorizando o atendimento creditício no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno – Ride, disponibilizando linhas de crédito às iniciativas empreendedoras que tenham responsabilidade socioambiental.

A Carteira de Desenvolvimento do BRB é composta pelas seguintes modalidades de crédito: Imobiliário, Rural e Industrial.

O Banco está em constante revisão de seus processos e atualização dos sistemas a fim de implementar medidas que agreguem maior eficiência no trâmite de contratações e acompanhamento das propostas de desenvolvimento.

3.5 3. Carteira de Crédito Imobiliário

Em 2017 o BRB – Banco de Brasília S.A. estimulou o financiamento imobiliário aprimorando as condições de financiamento, com taxas compatíveis às tendências de mercado.

Dentro desse contexto, em agosto de 2017 foi celebrado um convênio entre Sinduscon-DF e o BRB que oferece condições de financiamento diferenciadas aos empresários da construção civil do DF. O acordo, que foi firmado juntamente com a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-DF) e a Associação Brasiliense de Construtores (Asbraco) visa fomentar a retomada do crescimento da indústria imobiliária e, consequentemente, do setor produtivo como um todo. A parceria com vigência para 5 anos, garante novas taxas de juros reduzidas e exclusivas para as empresas associadas a estas entidades. O convênio permite ainda que,

ao atender às demandas das empresas associadas, o Banco de Brasília colabore com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da cidade.

O Banco está em processo de atualização do parque tecnológico a fim de aperfeiçoar procedimentos e implementar medidas que agreguem maior eficiência no trâmite de contratação e acompanhamento de propostas de crédito imobiliário. Para tanto, está em andamento processo de licitação para substituição da ferramenta que realiza a gestão dos contratos da Carteira Imobiliária.

O BRB acredita que a desburocratização do crédito imobiliário por meio da agilidade da tramitação das propostas e a manutenção de condições favoráveis de financiamento oferecerão aumento na base de clientes.

3.5.4 Carteira de Crédito Rural

O Crédito Rural abrange recursos destinados ao custeio, investimento ou comercialização, tendo suas regras, finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

Os créditos de custeio se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

O BRB financiou no DF e região de atuação um volume total de R$ 70 milhões. Os produtores de soja e milho foram os que mais tiveram acesso ao crédito, sendo que o custeio dessas culturas atingiu o valor de R$ 35 milhões, cultivados em uma área total de 27 mil hectares com uma expectativa de produção de 72 mil toneladas.

O BRB também incentivou a agricultura familiar financiando 99 toneladas de alimentos com destaque para os produtos de milho, banana, tomate, soja e pimentão nas regiões do Taquara, Brazlândia, Pad/DF e Tabatinga.

3.5.5. Carteira de Crédito Industrial

A carteira de crédito industrial do BRB opera com recursos de repasse do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO para apoio às empresas do DF e RIDE, com foco nas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's). Estes financiamentos, com taxas subsidiadas e prazos compatíveis com suas necessidades, permitem às empresas realizar investimentos, aumentando sua capacidade produtiva, gerando mais empregos e renda.

O Banco está em constante revisão de seus processos e atualização dos sistemas a fim de implementar medidas que agreguem maior eficiência no trâmite de contratações e acompanhamento das propostas de desenvolvimento.

3.6 RELACIONAMENTO COM O GOVERNO

3.6.1. Pagamento de Programas do Governo

O BRB, como agente financeiro do Governo de Brasília, e como parceiro na execução de políticas sociais, efetua o pagamento dos programas sociais vinculados às Secretarias do Distrito Federal. Esses programas são ações governamentais voltadas à erradicação da pobreza e da marginalização, assim como à redução das desigualdades sociais e regionais.

No ano de 2017, o BRB operacionalizou o pagamento dos seguintes programas sociais, que somaram o montante de R$ 29.702.557,28:

Programas Sociais		
Programas Socias	**Destinação**	**Quantidade de Beneficiários**
Agentes da Cidadania Ambiental	Catadores de materiais recicláveis, que exercem essa atividade como principal ocupação	8.995
Auxílio Excepcional	Famílias em desabrigo temporário, ou inadequado, destinado ao pagamento de aluguel residencial	6.015
Auxílio por morte (Funeral)	Família em necessidades urgentes para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de membro	75
Auxílio Natalidade (Mãezinha Brasiliense)	Gestante e recem-nascido por ocasião do nascimento	7.206
Auxílio Vulnerabilidade	Auxiliar família ou pessoa visando minimizar situações de riscos, perdas e contingências sociais	13.637
Bolsa Atleta	Ajuda financeira a atleta do DF em atividade, registrado, que não possui patrocínio	2.409
Bolsa Escola	Famílias com baixa renda com filhos em idade escolar	15
Caminhos da Cidadania	Proporcionar aos adolescentes de 15 a 17 anos a convivência social e formação geral	3.511
Programa Material Escolar	Aquisição de material escolar por aluno da rede pública de ensino do DF	36.599
Programa Fábrica Social	Oferecer cursos de qualificação para famílias em situação de pobreza	5.642
Mestre do Saber	Pessoas escolhidas com mais de 60 anos que ministram oficinas aos mais jóvens	1.108
Pronatec	Beneficiar jovens do DF, de baixa renda, com cursos profissionalizantes e ajuda de custo	13.975
Compensação Financeira Temporária	Criado para atender aos catadores de materiais recicláveis que exerçam atividades no Aterro do Jóquei como principal ocupação para sua manutenção ou de sua família	286
Total	---	**99.473**

3.6.2. Fundos Públicos

O BRB atua, também, como agente financeiro do Governo de Brasília na operacionalização dos fundos públicos do Governo do Distrito Federal, destinados a concessão de empréstimos ou financiamentos para a atividade produtiva de micros e pequenos empreendedores ou para a agricultura familiar. Atualmente, o BRB operacionaliza dois fundos, que movimentaram, aproximadamente, R$ 12 milhões:

- Fundo para a Geração de Emprego e Renda – FUNGER
- Fundo Desenvolvimento Rural – FDR

3.6.2.1. Fundo Para a Geração de Emprego e Renda - FUNGER

Fundo do Governo do Distrito Federal de incentivo à geração de emprego e renda, gerenciado pela SEDESTMIDH. O Programa Prospera utiliza os recursos do FUNGER/DF para fortalecer as atividades produtivas dos micro e pequenos empreendedores, inclusive os de natureza informal. Os recursos são destinados à concessão de empréstimos e/ou financiamentos aos micro produtores urbanos ou rurais, artesãos, prestadores de serviços autônomos, feirantes e demais empreendedores do setor informal; às cooperativas ou outras entidades associativas de produção ou trabalho; microempresas ou empresas de pequeno porte e recém-formados, para atuar em sua área de formação. O BRB é o agente financeiro desse programa.

3.6.2.2. Fundo Desenvolvimento Rural – FDR

É um Fundo do GDF destinado a financiar as despesas de investimento e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – DF/RIDE. Também se destina a apoiar financeiramente a realização de estudos, elaboração de projetos de infraestrutura social, produtiva, ambiental, hídrica, de transportes e de lazer comunitários. O Fundo foi criado por lei e administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural. O BRB é o agente financeiro do Fundo.

3.7. SUSTENTABILIDADE

3.7.1. Ações empreendidas no período

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO REPUTACIONAL E DE IMAGEM DO BRB

Visando cumprir as diretrizes da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), foi publicada a Política de Gestão do Risco Reputacional e de Imagem do BRB, a fim de garantir a qualidade, a transparência, a veracidade, a equidade e a tempestividade na prestação de informações a todos os públicos com os quais o Banco se relaciona.

PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E DE RAÇA

O programa consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e de raça no mundo do trabalho. Estabelece também, reflexões à cerca da valorização e do respeito às mulheres.

Empregados, estagiários e jovens aprendizes do BRB, podem requerer o seu cadastro de Nome Social, conforme estabelecido nas situações de identidade de gênero abrangidas pelo Decreto-DF nº. 37.982, de 30/01/2017. Nos casos de menores de 18 (dezoito anos) não emancipados, o nome social deve ser autorizado pelos pais ou responsáveis legais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Disponibilização para os empregados do BRB do curso interno de Ensino a Distância (EaD) Pró-equidade de Gênero e Raça, com o objetivo de promover debate entre o corpo funcional sobre o tema e reforçar a importância de colocá-lo em prática no ambiente de trabalho. O curso abrange, ainda, assuntos ligados ao assédio moral e sexual.

Em atenção ao Decreto Nº 37.982, de 30 de janeiro de 2017, e com o intuito de prestar um atendimento mais adequado e humanizado para os clientes que desejarem, o nome civil passou a acompanhar o nome social do usuário. O nome social é a designação pela qual pessoas trans - travestis, transexuais e transgêneros – identificam-se e são socialmente reconhecidas.

3.7.2. Gestão ambiental

Economia de Água

Disseminação da necessidade do consumo racional de água, por meio de divulgações internas de matérias abordando a importância da economia desse recurso em tempos de escassez de chuvas.

O BRB promoveu a troca das descargas e das torneiras dos sanitários do seu edifício sede, permitindo a otimização do uso da água, por meio de mecanismos que controlam o fluxo em seu volume e tempo de abertura.

Hora do Planeta

Em março, o Banco participou da ação "Hora do Planeta", desligando as luzes do edifício-sede. A ação convida todos a desligarem, por uma hora, as luzes de seus imóveis e monumentos importantes. É um ato simbólico, visando demonstrar à sociedade a

preocupação com o aquecimento global e com as mudanças climáticas, e a importância de discutir esses assuntos e propor ações em busca de soluções.

Campanha de Coleta Seletiva de Resíduos Eletroeletrônicos

No período de 1º a 12 de junho, o BRB promoveu, pelo sexto ano consecutivo, campanha para arrecadação de resíduos eletroeletrônicos. O objetivo da campanha é promover a conscientização em relação aos cuidados com o meio ambiente e, simultaneamente, oferecer aos empregados, clientes do BRB e comunidade, a oportunidade de descartar os resíduos eletroeletrônicos de modo adequado e cômodo.

Nas campanhas anteriores, a sede do BRB, era o único ponto de coleta. Este ano, porém, a Instituição estendeu a campanha e disponibilizou caixas coletoras em outros quatro pontos de atendimento, nas agências Taguatinga Centro, Planaltina, Ceilândia Centro e Gama. Ao final da Campanha foram arrecadados 1,296 Kg de materiais recicláveis.

3.7.3. Voluntariado empresarial

O BRB Solidário é o programa de voluntariado empresarial do BRB, e tem por objetivo mobilizar empregados, colaboradores e clientes do Banco, para a condução de ações sociais em prol do bem-estar da comunidade. Várias instituições assistenciais foram beneficiadas nessas campanhas, além dos empregados das empresas terceirizadas contratadas pelo Banco.

Campanha do Material Escolar

Essa campanha consiste na arrecadação de cadernos, canetas, lápis, borrachas e apontadores, que são entregues, em forma de kits, aos filhos dos empregados terceirizados que trabalham nos setores de conservação, de limpeza e de segurança, e também aos jovens aprendizes. Foram 904 kits escolares que beneficiaram jovens e crianças a partir de 5 anos, matriculados no ensino fundamental ou médio de escolas públicas.

Campanha do Agasalho "Aqueça Uma Vida" e "Bazar Solidário"

A ação foi realizada entre os meses de maio e de junho, com o propósito de arrecadar roupas, agasalhos, cobertores e sapatos, e arrecadou 1,650kg de doações. Uma parte desse material foi encaminhado para instituições carentes e a outra foi direcionada para o Bazar Solidário, com a intenção de favorecer também os colaboradores terceirizados da limpeza, conservação e apoio do BRB. O Bazar Solidário é uma ação direcionada especialmente para os empregados terceirizados, que tiveram a oportunidade de trocar materiais de higiene e limpeza por parte dos produtos arrecadados durante a campanha do agasalho. Os materiais recebidos (sabão em pó, sabonetes, desodorantes, creme e escovas de dente) tiveram como destino instituições sociais.

Campanha do Dia das Crianças

Em outubro o BRB Solidário realizou a Campanha do Dia das Crianças. A campanha angariou 2.722 litros de leite, 1.483 pacotes de biscoitos e 90kg de alimentos não perecíveis, que foram doados às instituições já acolhidas pelo BRB Solidário: a Escola Inclusiva Maria Teixeira, o Abrigo Sagrada Face de Jesus e a Creche Alecrim.

Mac Dia Feliz 2017

O BRB participou, mais uma vez, da ação McDia Feliz, que ocorreu neste ano em 26 de agosto em todo o Território Nacional. Onde os empregados do BRB participaram como voluntários na unidade do Shopping Conjunto Nacional. A ação é coordenada anualmente pelo Instituto Ronald McDonald, em parceria com a Abrace, com a finalidade de reverter todo o dinheiro arrecadado com a venda de produtos temáticos da campanha e de sanduíches BigMac para projetos voltados para a cura do câncer.

A Campanha de Natal 2017

A Campanha de Natal 2017 atendeu 239 pessoas entre crianças, jovens e idosos do Abrigo Sagrada Face de Jesus e Escola Inclusiva Maria Teixeira, instituições assistidas pelo BRB Solidário. Cada pessoa foi adotada por um empregado do Banco, que a presenteou com roupa,

calçado e brinquedo para as menores de 10 anos. A entrega dos presentes ocorreu em um momento festivo com a presença do "Papai Noel", do coral, do grupo de teatro e de voluntários do BRB.

3.8. PROGRAMA DE INCENTIVO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Programa de incentivo à saúde e qualidade de vida e segurança do trabalho Base: 2017

PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

Exame médico Periódico: Foram realizados 2.758 exames médicos periódicos em 2017, em parceria com a Saúde BRB.

Papanicolau para as mulheres no exame periódico: O é o principal exame de prevenção da saúde da mulher, pois consegue identificar alterações celulares antes do surgimento de sintomas. Sob o olhar preventivo, especialmente buscando atuar na prevenção da saúde da mulher, a partir de 2016, o Papanicolau foi incluído como exame médico obrigatório, para todas as mulheres empregadas do BRB. Foram realizados 1.101 exames de Papanicolau.

Campanha de Vacinação Influenza+ H1N1: O objetivo da é prevenir doenças do aparelho respiratório e proporcionar aos empregados do GRUPO BRB e seus dependentes uma melhor qualidade de vida. Na ocasião da Campanha, os empregados beneficiários da SAÚDE BRB, bem como os seus dependentes, tomaram a vacina gratuitamente. Desde 2010, a vacina administrada durante a Campanha tem efeito conjugado: Influenza (gripe sazonal) + H1N1. Em 2017, das 4.494 doses aplicadas, 1.784 doses foram destinadas aos empregados.

SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

SEGURANÇA DO TRABALHO - Com o objetivo de atender à Norma Regulamentadora - 17 - Ergonomia, e possibilitar uma postura mais adequada para os empregados, foram realizadas 182 análises ergonômicas de postos de trabalho e distribuídos 776 materiais ergonômicos aos empregados, dentre eles: apoio para pés (51), apoio para punhos (211), mouse pads (211), suporte para CUP (21), aparelhos telefônicos do tipo headset (54), suporte para monitor (18), cadeiras ergonômicas (194), calços (04), teclado ergonômico (02), teclado para canhoto (00), mesa adaptada (05), apoio antebraço direito (00) e inversão de gaveteiro de mesa (05), monitor 24' (00), além de adaptações de guichês de caixa e postos de trabalho.

TAC - Termo de Ajuste de Conduta - foi realizada a análise ergonômica de modelo de móveis dos caixas bancários, colocando-o em posição ergonômica. O projeto consistiu no estudo da situação atual e prototipagem de um mobiliário ergonômico para cada posto de trabalho. Foi dado início à implementação dos guichês de caixa em conformidade com a segunda etapa do TAC.

O processo de renovação da CIPA (eleição, posse e treinamento) foi concluído no mês de dezembro de 2017.

No mês de junho/2017, foi realizado o exercício anual de abandono da edificação, para atendimento ao Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e Abandono – PPCIA em parceria com o CBMDF.

Realização de 132 PPRAs (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) nas unidades do Banco e respectiva emissão de relatórios de segurança do trabalho.

Foi constituída e instruída a Brigada de Incêndio Voluntária do BRB – Ed. Brasília, com 60 membros – em parceria com o CBMDF.

Foi constituída e instruída a Equipe de Socorristas do BRB – com 120 membros – em parceria com o CBMDF.

Análise ergonômica e aprovação do leiaute de 05 agências.

Participação (ministração de ergonomia) em 05 cursos de formação de caixa bancário.

Absenteísmo: O Absenteísmo médio do ano de 2017 ficou em 2,93%, ou seja, considerando o número de empregados e o número de dias trabalhados no ano, tivemos esse percentual de faltas. Lembramos que nessas faltas estão incluídas as faltas por licença maternidade, visto que são originadas de um atestado médico.

SIPAT: A Cipa, em parceria com a AEBRB, realizou na semana de 14 a 18/08/2017 a 30ª SIPAT, intitulada "No stress, Não Stress". O objetivo foi disseminar a importância da prevenção de acidentes e de doenças no ambiente de trabalho, permitindo a discussão sobre os problemas enfrentados pelos empregados, além de estimular a busca por saúde e qualidade de vida. Para isso, durante a semana, foram promovidas diversas atividades, tais como: quick massagem; lanche saudável, aferição de pressão e bioimpedância, feiras de artesanato, foodtrucks, festival de música, além da apresentação do grupo de teatro do G7 com o espetáculo +Saúde, - Estresse! A Sipat aconteceu em 2 locais, no Ed. Brasília e na TI SIA, local que pelo quantitativo de trabalhadores, tem a sua própria CIPA.

PROJETOS PROGRAMA VIDA ATIVA

Projeto Árvore da Vida BRB – PAVBRB:

Lançado no 1° semestre de 2017, o Projeto Árvore da Vida BRB – PAVBRB visa oferecer um direcionamento a todos os empregados do Banco, desde o momento em que ingressam na instituição até o período da sua aposentadoria. Trata-se de uma iniciativa que visa fornecer informações e subsídios aos empregados para que possam realizar o planejamento de sua carreira, de forma que tenham conhecimento das características das etapas do encarreiramento no Banco e das habilidades a serem trabalhadas para corresponder à proposta de cada carreira.

As formações são diferenciadas e customizadas considerando-se o cargo, função e tempo de banco de cada empregado. Assim, poderá desenvolver as competências esperadas ao longo do tempo. A ação também abrangerá demandas advindas do corpo funcional, relacionadas à saúde financeira e à cultura previdenciária, bem como preparo para a aposentadoria.

Conforme as necessidades de cada fase da vida, como a formação de uma árvore, hão 5 (cinco) etapas que representam o tempo de Banco e o desenvolvimento individual na empresa, por tempo de Banco: 1) Semente – Etapa do Aculturamento: até o 1° ano; 2) Raiz – Etapa de Planejamento: até 5 anos; 3) Caule – Etapa de Estabilidade: Entre 5 e 15 anos; 4) Folhas – Etapa de Maturidade: Entre 16 e 25 anos; e 5) Flores – Etapa Apogeu: acima de 25 anos. Para cada uma, foram elaboradas propostas de cursos voltados para o desenvolvimento profissional e pessoal, consolidadas no Programa de Desenvolvimento Continuado (PDC).

Nos meses de junho e julho de 2017, foram disponibilizados workshop, palestra e encontros em grupo operativos aos empregados elegíveis ao Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI e aqueles acima de 25 anos de Banco, na Etapa Flores, segundo Projeto Árvore da Vida. Em outubro ocorreu o curso Click – Líder de mim mesmo – disponível a todos os empregados com até 1 (um) ano de Banco, Etapa Semente, momento de identificação e aculturamento.

Grupo de Manejo de Stress: O Projeto é oferecido aos empregados do Banco desde 2013 com objetivo de conscientizar nossos colaboradores sobre a importância da prevenção, do diagnóstico, do tratamento e do desenvolvimento de técnicas eficazes para gerenciar essa patologia, por meio de informações e orientação. Ao longo de 2017 foram atendidas 21 unidades, contemplando, 14 agências, 5 departamentos da sede do BRB e 2 coligadas do Edifício Athenas, totalizando 261 participantes.

Grupo de Reeducação Alimentar: O Programa de Reeducação Alimentar, elaborado em parceria com a Saúde BRB, é composto por grupos operativos realizados por meio de quatro encontros, onde acontecem palestras ministradas por nutricionista, educador físico, médico e psicólogo, além de atendimentos individuais in loco com nutricionista e enfermeira. Este ano foram realizados encontros em 8 unidades, com a participação de 189 empregados.

Ressarcimento de medicamentos: DORT/Transtornos Psiquiátricos e Doenças Crônicas: de medicamentos para doenças psiquiátricas/Dort e doenças crônicas, conforme acordo coletivo. O valor gasto pelo Banco no ano de 2017 com esse benefício foi de R$ 264.305,84.

Saúde Financeira: projeto de capacitação em Educação Financeira, no qual são ministrados conteúdos relacionados aos aspectos comportamentais que levam ao adoecimento financeiro, bem como aspectos práticos, que auxiliarão os participantes a organizarem-se financeiramente. Esse treinamento é oferecido, em primeiro lugar, aos empregados encaminhados pela BRB, que estão sob atendimento psicológico, e em segundo, aqueles que manifestarem interesse. É permitida a participação de até 2 (dois) integrante da família do empregado inscrito no treinamento. Em 2017, oferecemos 2 (dois) treinamentos e 1 (um) workshop, sobre saúde financeira, direcionado aos empregados aptos ao Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI.

Liderança com Saúde:

Lançado em maio de 2015, o Projeto Liderança com Saúde refere-se a um conjunto de ações com o objetivo de instrumentalizar os gestores do BRB para o gerenciamento de conflitos, reconhecimento dos sinais e sintomas de adoecimento dos seus colaboradores, bem como oferecer ferramentas de autodesenvolvimento e alta performance, visando sempre à promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho.

Utiliza-se a metodologia do Coaching, processo de execução de técnicas com vistas ao alcance das metas, de desenvolvimento e autoconhecimento profundo, de fortalecimento interno, evolução pessoal e profissional. Busca-se a aceleração de resultados e promoção de novos hábitos comportamentais voltados para saúde e qualidade de vida dos empregados do BRB, que se submeterem a todo o processo de Coaching.

As sessões de coaching em grupo são compostas por 4 (quatro) encontros e as sessões de coaching individual, do gestor da unidade, por até 5 (cinco) encontros, podendo estes números serem alterados conforme demanda da unidade, desde que autorizado previamente pela Gevit. Foram 16 unidades atendidas, 8 (oito) dos Pontos de Atendimentos – PA's e 8 (oito) da Direção Geral – DF.

Projeto Vida Ativa Academia: O Vida Ativa Academia foi iniciado em março de 2011, alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Sedentarismo, para incentivar a prática de atividade física pelo seu corpo funcional visando à melhora dos índices de sedentarismo, além de que promove a redução de estresse, a integração dos empregados, a melhora do sono, enfim, todos os benefícios comprovados que atividade física pode proporcionar. O projeto consiste em financiar até 100% da mensalidade em academias de ginástica, limitado ao teto de R$ 106,86, concedido em contracheque, mediante a comprovação de frequência e pagamento. Hoje o projeto conta com 554 empregados ativos, com investimento anual de R$ 830.411,60.

Grupo Corredores e Caminhantes de Rua do BRB - O grupo de corredores do BRB foi criado em agosto de 2009, como uma das primeiras atividades do Programa Vida Ativa. A proposta é proporcionar maior qualidade e integração entre os empregados do BRB, e formar uma equipe preparada para participar das corridas de rua da cidade, eventualmente em outros estados. O treinamento é voltado para os empregados do banco que correm, caminham ou que desejam iniciar a prática de corrida de rua. O BRB disponibiliza 200 vagas aos empregados e temos 95 corredores ativos inscritos no projeto. As inscrições estão abertas para todos os empregados do banco. Hoje o projeto conta com 114 empregados ativos, com investimento anual de R$ 118.628,00.

Ginástica Laboral: A Laboral, acompanhada por instrutores especializados, foi implantada no Banco em novembro/2010 com a duração de 10 minutos e a visita do professor, duas vezes por semana, para condução das atividades. A Ginástica Laboral é realizada em todos os pontos de atendimentos do DF e Entorno, além das agências de fora: Anápolis, Alexânia, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Cuiabá, Unaí e Campo Grande. A ginástica laboral tem como objetivo desenvolver a atividade física e pequena pausa laboral no ambiente de trabalho,

proporcionando a melhoria na qualidade de vida dos empregados, levando-os a administrar o estresse e a prevenir doenças ocupacionais. A ginástica laboral não sobrecarrega nem cansa o empregado, pois é uma atividade leve e de curta duração. Em 2017, foi investido R$ 42.394,32 com o projeto.

Dia da Mulher: No dia 8 de março, comemora-se mundialmente o da Mulher - uma data para celebrar as conquistas das mulheres ao longo da história, para refletir sobre seu importante papel na sociedade e sobre o que ainda precisa se buscar. Como parte da comemoração do Dia Internacional da Mulher, o Programa Vida Ativa promoveu o Curso de Segurança para Mulheres. Utilizando o conceito de defesa pessoal, o curso aborda os métodos para preservar a integridade física e emocional. Além disto, foi realizada palestra sobre saúde da mulher com médica ginecologista da Clínica Saúde BRB e informativos abordando sobre a saúde da mulher.

Semana da Nutrição: Em 31 de março é comemorado o Dia Nacional da Saúde e Nutrição, que faz parte do calendário do Ministério da Saúde. Durante os dias 27/03 a 31/03, o BRB realizou diversas divulgações com dicas de alimentação, forma de armazenamento, congelamento de alimentos, dentre outros.

Agosto Dourado: O " Dourado" foi instituído em alusão à importância da amamentação – padrão ouro. Considerando ser mais uma oportunidade de divulgar à sociedade a importância do aleitamento materno (AM) para a saúde de mulheres, crianças e famílias, bem como os benefícios de uma alimentação complementar adequada e oportuna. Neste ano, o Banco divulgou matérias e dicas de saúde abordando o tema e demonstrando a importância da amamentação.

Setembro Amarelo: é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, com o objetivo direto de alertar a população a respeito da realidade do suicídio no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção. Ocorre no mês de setembro, desde 2014, por meio de identificação de locais públicos e particulares com a cor amarela e ampla divulgação de informações. Em 2015 e 2016 foram realizadas caminhadas em vários estados do país e importantes monumentos e prédios de órgãos públicos receberam a iluminação amarela. No dia 11 de setembro de 2017, às 16h, foi realizada uma palestra no auditório do Edifício Brasília, com o Dr. Carlos Guilherme da Silva Figueiroa, a respeito do tema: "Suicídio, informando para prevenir". Foram publicadas diversas matérias informativas no Portal de Negócios.

Outubro Rosa: Rosa é uma mobilização mundial que ocorre todos os anos no mês de outubro, e que tem por objetivo conscientizar a população sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama, visando à redução da mortalidade. O BRB, como empresa que valoriza a saúde dos seus empregados, não poderia ficar de fora desses movimentos e disseminou entre seu corpo funcional a importância da prevenção, da adoção de hábitos saudáveis e de cuidados periódicos com a saúde. Em outubro realizamos a campanha de arrecadação de lenços, perucas, chapéus e mechas de cabelo. Foram arrecadados 121 lenços, 37 cabelos e 7 chapéus, que foram doados para a Rede Feminina de Combate ao Câncer, instituição voltada para o tratamento da doença. Além disto, o Banco iluminou sua sede na cor rosa, em alusão ao movimento, divulgou matérias e dicas de saúde.

Novembro Azul: é uma campanha de conscientização realizada no mês de novembro dirigida a sociedade e aos homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata e outras doenças masculinas, sendo o bigode o símbolo adotado para as campanhas em todo o mundo. No dia 28/11 foi realizado um evento especial para todos os empregados e colaboradores! O "Universo Masculino em pauta": um talk show com Urologista, Endocrinologista e Psicólogo, tirando dúvidas dos participantes e abordando os principais tópicos de cada área relacionados à saúde do homem. Foi servido um café da manhã especial de boas-vindas aos participantes. A Saúde BRB também preparou uma comemoração para o novembro azul, o qual aconteceu nos dias 21, 22 e 23 de novembro no hall de entrada da Clínica Saúde BRB.

Projeto Bem Gestar: O Bem Gestar integra as ações de qualidade de vida no trabalho oferecidas pelo Banco, por meio do Programa Vida Ativa, em parceria com a Saúde BRB. O objetivo principal da implantação do Projeto Bem Gestar é o de promover a saúde e qualidade de vida das gestantes e familiares por meio de medidas educativas para a manutenção de

uma gestação saudável e para cuidados com o recém-nascido. A turma piloto ocorreu durante o mês de outubro de 2016. Este ano participaram das atividades 51 casais do BRB e coligadas, em um total médio de 102 participantes. Além da disponibilização de Sala de Amamentação para as empregadas lotadas na sede do BRB, também são oferecidas Bolsas térmicas às mães que retornam de Licença Maternidade, e que estão lotadas em agência, contendo dois potes para incentivar a retirada, guarda e conservação do leite materno. A medida foi implementada a fim de incentivar a continuidade da amamentação, mesmo após o retorno ao trabalho das mães, além de doação do leite excedente ao Banco de Leite do HMIB. Neste ano, foram entregues 5 bolsas térmicas às mães que continuaram amamentando após retorno ao trabalho. O Banco também realizou nova campanha de arrecadação de potes, envolvendo os empregados e clientes, que foram doados também ao Banco de leite do HMIB.

Talentos BRB: Com intuito de valorizar os talentos do BRB, foi disponibilizado espaço no Edifício Brasília para que empregados, estagiários, jovens aprendizes e terceirizados do conglomerado BRB possam expor seus trabalhos. Foram aceitos poemas, desenhos, fotografias, pinturas e poesias, que ficaram expostos por um período de 03 meses, de acordo com a definição de temas e disponibilização dos participantes.

Campanha de doação de sangue - A ação, que ocorre uma vez ao ano, estende-se aos empregados do BRB e das coligadas, terceirizados e estagiários, e tem como parceiro o Hemocentro de Brasília, responsável pela coordenação da coleta e destinação do material. O objetivo é formar um cadastro de possíveis doadores no Banco para que, em casos de necessidade, esses voluntários sejam acionados, independentemente de campanhas. Neste ano, 18 empregados realizaram a doação de sangue durante a campanha que foi realizada no dia 1º de dezembro. A campanha objetivou também sensibilizar e mobilizar os participantes à Doação de Medula Óssea.

Projeto Respirar - O Respirar traz à tona o tema do tabagismo e os riscos que essa prática traz à saúde. O Projeto consiste em uma campanha que oferece tratamento para todos os empregados do BRB e beneficiários da Saúde BRB que desejam parar de fumar. A condução do projeto é realizada por equipe interdisciplinar da Clínica Saúde BRB, com a participação de médico, enfermeiro, psicólogo e nutricionista. As sessões são divididas em 6 etapas: 1ª Entender por que se fuma e como isso afeta a saúde; 2ª Os primeiros dias sem fumar; 3ª Como vencer os obstáculos para permanecer sem fumar; 4ª Os benefícios obtidos após parar de fumar; 5ª e 6ª para manutenção. Ao longo do ano tivemos 13 participantes, sendo 7 funcionários do Banco BRB, 02 aposentados do Banco e 4 dependentes. Dos 13 participantes, 3 nesse ano, cessaram o uso do tabaco.

Dia Internacional da Luta contra a AIDS - O Mundial de Luta contra a AIDS foi criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), em uma Assembleia realizada em outubro de 1987. O Dia Internacional da Luta contra a AIDS é comemorado anualmente em 1º de dezembro, a data tem o objetivo de conscientizar e alertar a população sobre uma das doenças que mais mata no mundo. Neste ano, o Banco iluminou sua sede na cor vermelha, em alusão ao movimento, e disponibilizou camisinhas masculinas e femininas.

3.9. EMPRESAS DO CONGLOMERADO

Fazem parte do Conglomerado Financeiro, as empresas: BRB DTVM S/A, Financeira BRB S/A, Cartão BRB S/A, Corretora Seguros BRB S/A e BSB Ativos S/A, porém a BRB DTVM S/A, a Financeira BRB S/A, a BRBCard S/A e a Corretora Seguros BRB enviarão o Relatório de Prestação de Contas Anual do Governador separadamente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No ano de 2017, o BRB promoveu a otimização dos processos internos, consolidação de instrumentos de governança, capacitação dos empregados, investimento em tecnologia de ponta, readequação dos Pontos de Atendimento, lançamento de produtos e serviços, com o intuito de preparar o seu corpo funcional para atuar no mercado competitivo de crédito, de forma eficiente e segura.

4.1. Perspectivas para 2018

A expectativa para 2018 é que os compromissos públicos assumidos pelo BRB continuem se consolidando, ampliando a sua visão sistêmica com vistas ao desenvolvimento regional sustentável e o crescimento do Distrito Federal e Entorno. Ampliando suas estratégias de condutas e de relacionamento com seus públicos interno e externo, aperfeiçoando assim a sua gestão.

Com essa atuação, o BRB assume a disposição de empreender esforços no sentido de aprimorar, constantemente, o seu serviço prestado para a população e suas práticas voltadas para a sustentabilidade, atuando na promoção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da comunidade em que atua.

Para tanto, entre os projetos e novas ações previstas destacamos:

4.1.1. Projetos de construção/reforma de pontos de atendimento

Está previsto para 2018 a inauguração de duas novas unidades: as Agências Riacho Fundo II e Itapoã, mantendo a tradição de ser o Banco pioneiro nas Regiões Administrativas e cumprindo seu papel social de levar serviços bancários de excelência para toda população do Distrito Federal.

Ademais, o Banco trabalha na transferência das Agências Anápolis, SEE-DF/Ceilândia e SEF, para a adequação e modernização dos seus espaços. Também consta no planejamento a reforma das agências Planaltina, CNB-12 e Asa Sul com o intuito de sanar problemas destas unidades.

4.1.2. Tecnologia da Informação

Destacamos os seguintes investimentos previstos para 2018:

Aquisição de Fitoteca automatizada para o ambiente Baixa Plataforma Armazenamento para grandes volumes de dados.

Aquisição de 1.718 estações de negócio modelo Desktop para atendimento das necessidades negociais da Direção Geral.

Aquisição e a implantação de 1 (um) painel de Vídeo Wall.

Expansão Firewalls Check Point e continuidade do serviço de licenciamento com suporte e garantia.

Substituição dos Switches Core e modernização da DMZ com os atuais equipamentos do anel.

Aquisição de licença de uso de software, atualização de versões e prestação dos serviços de suporte técnico para solução de ferramentas de preparação, manuseio e descaracterização de dados para testes integrados de sistemas e demais aplicabilidades.

Aquisição de 04 licenças de software Banco de Dados My SQL.

Aquisição de licenciamento para proteção em endpoint de malwares e spams.

Licenciamento de produto para análise de performance de aplicações e identificação de falhas para correções.

Contratação de licenciamento, garantia e suporte para solução de monitoração de performance de redes de dados.

Licença de uso de software Cofre Inteligente.

Compra de solução definitiva para o processamento de cheques e outros documentos e custódia.

Novas ações a serem desenvolvidas em 2018:

- Evolução do sistema de captação e controle de depósitos judiciais (sistema SDJ);
- Expansão da funcionalidade "chat" do Portal de Clientes para clientes Millenium;
- Implantação de novo portal de internet;
- Alteração de senha, com gravação de chip, no sistema de Automação Bancária – CAIXA (AGÊNCIAS E PABS);
- Implementação do Samsung Pay – Implementação da modalidade de pagamento utilizando o celular no lugar do cartão de crédito, para tal projeto será utilizada a tecnologia da Samsung (Samsung Pay);
- Big Data – Realização de prova de conceito com a proposição de estrutura a ser implementada no BRB;
- Implementação de funcionalidades no BRB Mobile já existentes no BRB Banknet;
- Implantação do SMS para saques e compra a débito com tarifação;
- Unificação de concessão de crédito conglomerado BRB;
- Microcrédito Produtivo Direcionado – disponibilização de versão web;
- Demanda legal que altera a forma de troca de arquivos com o Banco Central Compensação em Sessão Única;
- Tornar funcional e padrão o processo para a automatização de testes do sistema centralizador de transações bancárias (Banklink);
- Automatizar testes de sistemas de alta plataforma;
- Iniciar um processo de gestão de documentação voltada para qualidade de produto;
- Implantação da solução de cloud computer e elaboração de documentação para contratação, visando otimizar os processos de desenvolvimento, hospedagem, escalonamento e entrega de aplicativos.
- Implantação do Cobit 5 para avaliação da capacidade dos processos de TI;
- Migrar restante dos sistemas do Unisys para o IBM;
- Implantar novo Sistema de Crédito Imobiliário;
- Implantar Sistema da Carteira de Desenvolvimento – SCD;
- Implantação do Projeto Depósito Judicial;
- Implantação do sistema SPL e Metodologia ABR - Abordagem Baseada em Risco para PLD/CFT;
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- Implantação do Modelo de Gestão por Competências;
- Ponto Eletrônico;
- Internalização dos serviços de Compensação;
- Implantar plataforma de clientes;

- Desenvolvimento do Big Data;
- Implantar plataforma de renegociação;
- Implantar Sistema de Controles e Riscos;
- Implementação de Cofre Inteligente nas unidades de BRB Conveniência;
- Disponibilizar 12 novas funcionalidades no BRB Mobile;
- Disponibilizar 4 novas funcionalidades no BRB Banknet.

4.1.3. Autoatendimento e canais eletrônicos

- Quanto aos canais eletrônicos podemos destacar, como principais projetos em andamento, o projeto para o Novo Aplicativo de Caixa/Extra Caixa – CIX, validação e implantação da identificação biométrica nos terminais de autoatendimento, a liberação on-line de favorecidos no BRB Mobile e BRB Banknet, o incremento de novas transações no compartilhamento de redes (Tecban), expansão nos pontos de atendimento compartilhados com o Banco do Brasil, evoluções no novo BRB Banknet, como o provisionamento de saques em espécie, adesão de pacotes serviços, cadastramentos de cartão para uso Internacional e adequações no Perfil do Investidor.
- Com relação aos correspondentes, estima-se o credenciamento de pelo menos 87 novas empresas para ampliar a rede de atendimento hoje existente.
- Destacam-se, também, as evoluções no Novo BRB Mobile do BRB, com as implantações do Chat, abertura de conta, depósito de cheques, liberação para acesso PJ, DDA, débito automático, consulta de cheques compensados, adesão de kit serviços, consulta de transações em lotes, etc.

4.1.4. Crédito

Expansão da carteira de crédito consignado, por meio do credenciamento do BRB, como consignatário de novos órgãos públicos localizados fora do Distrito Federal, com capacidade de geração de crédito rentável para a instituição, e com baixo risco de inadimplência, considerando a característica do crédito consignado onde o recebimento das parcelas dos empréstimos são descontadas diretamente no contracheque dos tomadores do crédito e repassadas diretamente aos Bancos pelo empregador;

Expansão da base de clientes, utilizando os cadastros dos servidores públicos, não correntistas do BRB, que contrataram crédito consignado;

Em 2017 foram credenciados 15 novos consignantes públicos para o BRB que serão trabalhados em 2018 na captação de empréstimos consignados;

Atuar com mais ênfase no segmento de crédito consignado para beneficiários do INSS (aposentados e pensionistas vitalícios da Previdência Social);

Oferta do crédito no segmento de pessoas físicas comuns, por meio das linhas de crédito parcelado e rotativo (cheque especial);

Expansão do crédito para pessoas jurídicas nas linhas que contam com garantia de recebíveis;

Ainda com vistas a expansão do crédito PJ, o BRB lança em janeiro/2018 o Programa de Atendimento Consultivo - Pessoa Jurídica. O programa será direcionado aos Gerentes Gerais, Gerentes de Negócios e empregados das áreas gestoras relacionadas à PJ. As ações que compõem o programa serão personalizadas e terão como objetivo aprofundar os

conhecimentos e as habilidades no quesito Atendimento Consultivo – PJ, com objetivo de melhorar o relacionamento, conhecer as necessidades e a realidade dos seus clientes.

Participação do BRB no Simplifica PJ, projeto de parceria entre o Governo do Distrito Federal e o Sebrae. O objetivo do espaço, inaugurado em novembro de 2017, é facilitar a abertura e a regularização de empresas ao reunir em um único lugar órgãos que atuam na área de licenciamento. Nesse sentido, o BRB, como apoiador do setor empresarial, está presente com um ponto de atendimento gerencial.

Com base na sua missão de fomentar o desenvolvimento da região o Banco expandirá em 2018 suas carteiras de crédito rural, crédito industrial e crédito imobiliário.

4.1.5. Produtos e Serviços

Os projetos relacionados abaixo têm como objetivo inovar em relação aos produtos e serviços disponibilizados, bem como fidelizar clientes.

- Lançamento do Produto Conta Digital (Trata-se de abertura de conta de forma on line, com as mesmas regras de uma conta aberta nas agências.
- Projeto Mobilidade de Conta
- Implantação do novo sistema de depósitos judiciais
- Remodelagem em meios de pagamento: Samsung Pay e uso de cartão com tecnologia contatless.
- Remodelagem no serviço de Pagamento de salário e Fornecedores:

4.1.6. Sustentabilidade

A expectativa para 2018 é que os compromissos sustentáveis assumidos pelo BRB continuem se consolidando. Ampliação de sua atuação além das iniciativas de eco eficiência e das atividades de cunho social, para a consolidação da perspectiva sustentável à sua própria missão e estratégias, consolidando os critérios socioambientais, além dos econômico-financeiros, nos processos de tomada de decisão de negócios. Significa oferecer crédito, levando em conta os eventuais impactos socioambientais causados pelas atividades das empresas clientes e a qualidade de sua gestão nesse sentido.

O BRB atuará de forma mais participativa nas ações de preservação do meio ambiente. Será feita a revisão/ampliação da coleta seletiva de resíduos sólidos de acordo com os novos normativos do Governo de Brasília.

Com relação ao seu quadro de pessoal, continuará priorizando a capacitação e desenvolvimento dos seus empregados, de forma a garantir um atendimento voltado para a excelência.

O Projeto de Educação Financeira do BRB será ampliado com vistas a expansão do seu público alvo, contemplando também alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Com a criação do Instituto BRB, está previsto o apoio financeiro à projetos externos selecionados, com vistas ao desenvolvimento sustentável da comunidade. Além da ampliação da atuação do seu programa de Voluntariado Empresarial.

Implantação do sistema de Gestão de Fundos – Sistema de concessão de Microcrédito para operar o Programa Prospera. Esse sistema irá automatizar processos manuais, gerando agilidade e segurança na concessão de empréstimos e financiamentos, e será importante para a elaboração de relatórios com perfil dos microempreendedores e medição da eficiência do Programa Prospera.

O BRB atuará de forma mais atuante, em parceria com a Secretaria Adjunta de Trabalho, para o Programa de Microcrédito – Programa Prospera – contribuindo para a ampliação do

microcrédito no Distrito Federal em cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica assinado pelos parceiros em novembro de 2017.

O BRB já percebe os benefícios que a adoção de uma perspectiva sustentável pode trazer aos seus negócios, estreitando o objetivo econômico-financeiro e o objetivo socioambiental. Trata-se de uma mudança cultural que marca o início de uma nova e promissora era de conquistas no campo da sustentabilidade, da promoção da cidadania, do crédito consciente e do desenvolvimento sustentável da sociedade.

BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A – UO: 19.204

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., doravante denominada Financeira BRB, é uma sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A., denominado BRB, sendo regida por este Estatuto Social, pelas Leis n.º 6.404/1976, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais disposições aplicáveis.

A Financeira BRB tem por objetivo a realização de todas as operações e serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimentos, obedecidos os preceitos e as limitações da legislação em vigor.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	18	12	12	13	55
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	12	0	11	23
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	2	0	1	3
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	19	26	12	25	82
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	19	26	12	25	82

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**1.617.398,00**	**1.617.398,00**	**925.888,81**	**691.509,19**
6975 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	1.617.398,00	1.617.398,00	925.888,81	691.509,19
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**1.617.398,00**	**1.617.398,00**	**925.888,81**	**691.509,19**

Obs.: Data-base de 30/11/2017. Os dados estão atualizados até o mês de novembro fechado, em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao Art. 1º, inciso VI da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e alinhado ao Pronunciamento de Orientação CODIM 07 iniciado em 02/01/2018 e que se estenderá até a data da apresentação dos resultados.

Em 2017, entre 14 e 18 de junho, pela primeira vez, Brasília recebeu a Campus Party, maior evento de tecnologia do país. Aproveitando o evento na nossa cidade e em busca de soluções

tecnológicas, a Financeira BRB lançou um desafio aos participantes do Hackathon BRB: o desenvolvimento de um aplicativo para concessão de financiamento de veículos num formato totalmente digital, aos clientes da Instituição.

A competição "Experiência Digital - realização do sonho de adquirir um carro novo ou usado" se traduziu em uma maratona de programação, na qual os inscritos exploraram, de forma lúdica, uma solução para o desafio. A ideia foi proporcionar a troca de conhecimentos de forma a contribuir com o processo de inovação desejado pela Instituição.

Com o objetivo de fomentar a produção e disseminação de conhecimento na região, a Financeira BRB iniciou no primeiro semestre de 2017 o apoio a duas instituições.

O Projeto Falando Direito é uma ação educacional em direitos para a cidadania e a prática do princípio da fraternidade para jovens da rede pública de ensino, preferencialmente das últimas séries do Ensino Médio, promovida pelo Instituto de Educação em Direitos e Fraternidade (IEDF). A meta é capacitar alunos por meio da abordagem de temas jurídicos relacionados às fases do ciclo de vida humana. O projeto é executado nas modalidades presencial e virtual.

O Congresso de Sociologia, conta com a reunião de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação, além de funcionários das administrações pública e privada e representantes do terceiro setor. O Congresso visa promover o intercâmbio e o debate acerca das temáticas contemporâneas que desafiam a consolidação e a atualização das matrizes disciplinares da Sociologia, levando em consideração, ainda, sua interlocução com outras ciências sociais e afins.

Demais gastos contemplados correspondem a publicações de balanços e outras publicações obrigatórias.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**13.908.188,00**	**13.908.188,00**	**1.648.608,83**	**12.259.579,17**
7023 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-BRB CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	13.908.188,00	13.908.188,00	1.648.608,83	12.259.579,17
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**13.908.188,00**	**13.908.188,00**	**1.648.608,83**	**12.259.579,17**

Obs.: Data-base de 30/11/2017. Os dados estão atualizados até o mês de novembro fechado, em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao Art. 1º, inciso VI da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e alinhado ao Pronunciamento de Orientação CODIM 07 iniciado em 02/01/2018 e que se estenderá até a data da apresentação dos resultados.

A Financeira BRB possui contrato com o BRB, acionista controlador da instituição, para ressarcimento de despesas de pessoal e utilização de estruturas administrativas do banco. O contrato visa diminuir custos para o conglomerado evitando a duplicação de estrutura e criando uma atuação com maior sinergia para ambas instituições.

A Financeira BRB possui sistema específico para operacionalização de operações de crédito além de expertise para realizar concessão de crédito nos diversos estados do Brasil por meio de correspondentes no país. Essa capacidade técnica e organizacional foi compartilhada com o BRB a partir da assinatura do Contrato mencionado acima, e contribuiu, em 2017, para o crescimento da sua carteira de crédito.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**4.173.421,00**	**4.173.421,00**	**1.322.958,27**	**2.850.462,73**
8679 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	4.173.421,00	4.173.421,00	1.322.958,27	2.850.462,73
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**8.399.735,00**	**8.399.735,00**	**2.145.479,27**	**6.254.255,73**
2593 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	8.399.735,00	8.399.735,00	2.145.479,27	6.254.255,73
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**12.573.156,00**	**12.573.156,00**	**3.468.437,54**	**9.104.718,46**

Houve o aumento dos custos com sistemas computacionais para a imprescindível manutenção dos controles internos visando assim a mitigação dos riscos operacionais e melhor desempenho no processamento e integração dos dados. Aproximadamente 24% (R$ 1.498.496), até 30/11/2017, dos custos de Processamento de Dados no subtítulo "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação" são relacionados à manutenção, correção e customização do sistema de gestão de crédito da Financeira BRB, assim como sistemas de operacionalização das consignações junto aos órgãos averbantes.

Além dos custos com o sistema de gestão, há ainda outros com os sistemas de averbação, mantidos por órgãos públicos para viabilizar o controle dos empréstimos consignados que também tiveram uma importante participação na composição orçamentária nas despesas de "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação". Os órgãos públicos contratam empresas especializadas para a operacionalização do processamento da averbação das consignações e gestão da margem consignável dos servidores. Dos valores executados até 30/11/2017, aproximadamente 75% (R$ 4.750.887) dos custos de Processamento de Dados são relacionados ao pagamento dessas empresas e órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, o que reflete a participação da Financeira BRB no segmento de crédito consignado público.

Aproximadamente 45% (R$ 1.283.039) das despesas enquadradas no Subtítulo "Manutenção de Serviços Administrativos Gerais" são relacionadas ao pagamento de custo de pessoal da diretoria, conselho fiscal e os respectivos encargos sociais. Cerca de 15% (R$ 449.331) referem-se às Despesas do Sistema Financeiro, destacando os serviços da CETIP, CIP (Termo de Adesão à Convenção para autorregulação da portabilidade de Operações de Crédito e Termo de Adesão à Convenção para Regulamentação da Central de Cessões de Crédito - C3) e tarifas bancárias, indispensáveis para o funcionamento das atividades da Financeira BRB. Os 40% restantes tratam-se de despesas de serviços de terceiros não prestados pelo próprio banco, mas necessários para a sua atividade-fim, como cobranças extrajudiciais (R$ 133.188), honorários advocatícios PF e PJ (R$ 242.496), certificados digitais (R$ 1.480), emolumentos judiciais e cartorários (R$ 246.520), contribuições à associações (R$ 37.728), consultoria/auditoria externa (R$ 154.984) entre outras.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Foram tomadas ações pontuais ao longo de 2017 para conscientizar os funcionários da importância de se adequarem aos planos socioambientais traçados pelo Conglomerado BRB, como por exemplo o envio de e-mails informando o feedback das vistorias quinzenais das lixeiras quanto ao descarte correto dos resíduos e a utilização de placas nos banheiros solicitando atenção quanto ao uso consciente de água e luz.

Alguns dos benefícios observados foram: o uso consciente de recursos, à exemplo de água, luz e papel de impressão, o que acarreta não só em um benefício ambiental, mas também em redução de gastos para a empresa; e a segregação adequada de resíduos orgânicos e inorgânicos, a qual aumentou significativamente ao longo do ano de 2016, conforme registrado em nossos relatórios quinzenais, e que chegaram a zerar nos primeiros cinco meses de 2017.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017, a Financeira BRB operou com foco no Consignado Público e no Financiamento de Veículos para servidores públicos, este último com um dos menores índices de inadimplência do mercado, bem como na manutenção das carteiras com menor risco e histórico de perdas, alinhada à uma conjuntura mais conservadora na concessão do crédito, visando um crescimento sustentável do resultado.

A Financeira BRB manteve o foco na promoção do desenvolvimento de pessoas com ênfase no reconhecimento, valorização, retenção de talentos e gestão de conhecimento. Durante esse período, houve investimento em workshops e treinamentos para os seus empregados.

BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A – UO: 19.205

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A é uma Sociedade Anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S/A criada conforme autorização contida na Lei 6.385/76 e na Resolução CMN 1.120/86, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), por Estatuto e demais disposições legais aplicáveis. Possui como atividades principais a administração e a gestão dos fundos de investimentos, serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Regimes Próprios de Previdência Social.

A BRB DTVM é membro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e aderente ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento e ao Código de Melhores Práticas Serviços Qualificados. É detentora do Selo Anbima, que atesta o compromisso da Instituição em zelar pela transparência e pela confiabilidade no exercício de suas atividades. A empresa é aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act – FATCA, acordo de cooperação intergovernamental assinado entre Brasil e Estados Unidos em 23 de setembro de 2014 que visa melhorar a observância de preceitos tributários internacionais. O acordo prevê assistência mútua em assuntos tributários com base em uma infraestrutura eficaz para troca automática de informações.

FORÇA DE TRABALHO

A BRB DTVM não possui empregados próprios, todos os funcionários que desempenham atividades na instituição possuem vínculo empregatício com o BRB - Banco de Brasília.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**686.479,00**	**686.479,00**	**258.249,19**	**428.229,81**
6976 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	686.479,00	686.479,00	258.249,19	428.229,81
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**686.479,00**	**686.479,00**	**258.249,19**	**428.229,81**

No que se refere às despesas com Publicidade e Propaganda, foi proposta uma previsão orçamentária inicial no valor de R$ 686.479,00 (seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais), baseada na média das despesas realizadas em anos anteriores, distribuídos entre despesas com propaganda, patrocínios, produção, veiculação e publicações obrigatórias.

As principais despesas da BRB DTVM com Publicidade e Propaganda estão voltadas para as Publicações Obrigatórias, especificamente com as publicações das Demonstrações Contábeis.

A BRB DTVM contratou junto à Revista Investidor Institucional, para o ano de 2017, espaço para publicações em 3 edições específicas durante o período, com o objetivo de divulgar as atividades e desempenhos da instituição por meio do veículo, que é referência no segmento

de Investidores Institucionais, dentre eles, Regimes de Previdência Privadas – RPPS e Fundos de Pensão.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**11.700.000,00**	**11.700.000,00**	**780.855,64**	**10.919.144,36**
7024 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	11.700.000,00	11.700.000,00	780.855,64	10.919.144,36
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**11.700.000,00**	**11.700.000,00**	**780.855,64**	**10.919.144,36**

Os empregados lotados na BRB DTVM são funcionários do quadro de pessoal do BRB - Banco de Brasília S.A, sendo que esse custo é ressarcido pela BRB DTVM, mensalmente, após as evidências devidamente comprovadas das despesas.

A BRB DTVM e o BRB – Banco de Brasília possuem contrato de ressarcimento, referente aos custos e despesas decorrentes das atividades operacionais; da utilização da marca BRB, da infraestrutura física, tecnológica e de serviços do BRB; da mão de obra; da criação e gestão de produtos de investimentos para compor a carteira de produtos, desenvolvidas em regime de cooperação entre as empresas.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**2.389.670,00**	**2.089.670,00**	**459.331,85**	**2.230.338,15**
8682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	2.389.670,00	2.089.670,00	459.331,85	2.230.338,15
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**984.528,96**	**1.015.471,04**
5166 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	984.528,96	1.015.471,04
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**4.389.670,00**	**4.089.670,00**	**1.443.860,81**	**3.245.809,19**

A BRB DTVM, visando inovação, agilidade e eficiência, e na busca de melhorar os processos para controladoria de ativos e passivos, escrituração de cotas de fundos, *compliance*, custódia, gestão de carteiras, contabilidade para fundos e carteiras de investimento, implantou uma nova ferramenta tecnológica de processamento de dados, Sistema de Administração de Fundos - SAF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A BRB DTVM faz parte do conglomerado financeiro do BRB - Banco de Brasília, e tem como principal atividade a administração, distribuição, gestão e estruturação de produtos e de custódia de recursos de terceiros.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2017 foi importante para administração fiduciária da BRB DTVM, no sentido de reavaliar as parcerias já existentes e também na prestação de serviços dos fundos estruturados. Em relação ao portfólio dos fundos estruturados, este sofreu adequações radicais tendo em vista a publicação de novas normas, controles e acompanhamento do risco mais ativo, resultando numa prestação de serviços mais robusta e alinhada com os princípios da BRB DTVM. Outro ponto de destaque foi a revisão de parcerias comerciais, captando e fortalecendo aquelas com o perfil de mercado de reconhecimento ilibado e com grande capacidade técnica que, a longo prazo, tem potencial para trazer oportunidades de negócios futuros à BRB DTVM, quanto aquelas que apresentavam risco elevado e, por isso, foram revistas.

Seguindo a linha dos ajustes do ano de 2017, a BRB DTVM continuará em 2018 seu processo de reestruturação das normas, com o objetivo de agregar maior nível de governança à empresa.

Alinhado a ajustes financeiros, como a redução nas despesas administrativas, aumento no escopo de prestação de serviços, com foco em serviços qualificados de valores mobiliários, a BRB DTVM ampliará sua capacidade operacional para os próximos anos, aumentando sua competitividade frente aos concorrentes, em seu mercado de atuação.

CARTÃO BRB S/A – UO: 19.206

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Cartão BRB S.A. é uma sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, regida por Estatuto e pelas disposições legais e aplicáveis. Constituída em 23 de julho de 1997, é integrante do conglomerado BRB, cujo controlador é o Banco de Brasília S.A. e tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as seguintes atividades:

- administração e de processamento de transações de pagamento, aporte, transferência e saque de recursos de contas de pagamento, pré ou pós–pagas, em moeda nacional ou estrangeira, realizadas mediante a utilização de instrumentos de pagamento;

- gestão de contas de pagamento pré ou pós–pagas;

- emissão de instrumentos de pagamento;

- execução de remessa de fundos;

- conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice versa, credenciar a sua aceitação e gerir o uso de moeda eletrônica;

- credenciamento de recebedores para a aceitação dos instrumentos de pagamento;

- administração dos pagamentos e recebimentos da rede de credenciados por meio da captura, transmissão, processamento de dados, autorização e liquidação das transações oriundas do uso dos instrumentos de pagamento, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas eletrônicos;

- fornecimento, aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos ou outras soluções adequadas para a captura, transmissão e processamento de dados referentes às transações correntes do uso dos instrumentos de pagamento;

- modalidade de contact center, SAC, central de atendimento e ouvidoria, através de atendimento e tele atendimento ativo e receptivo, nas formas humana e eletrônica com integrações CTI, Computer Telephony Integration;

- distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência complementar aos usuários finais de serviços de pagamento; e

- gerenciamento e/ou disponibilização de programas de benefícios ou recompensas aos usuários finais de serviços de pagamento.

- a representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento.

- a administração e execução de serviço de infraestrutura tecnológica, de informática, processamento de dados, de assessoria e consultoria técnica, de gerência de projetos, de desenvolvimento e manutenção de sistemas, de tecnologia e segurança da informação, para viabilizar a execução das demais atividades da Companhia;

- a participação, majoritária ou minoritariamente, do capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessária à realização dos objetivos descritos nos incisos anteriores ou para utilizar-se de incentivos fiscais; e

- a instituição e administração de arranjo de pagamento de qualquer natureza, especialmente relativos às atividades de refeição-convênio, alimentação-convênio, frota, vale transporte e outros.

Além disso, a Cartão BRB está presente também no segmento de Adquirência, por intermédio da Joint Venture formalizada com a Global Payments South America Serviços de Pagamentos Ltda.

Atualmente, a Cartão BRB conta com 192 funcionários em seu quadro de colaboradores, sendo 7 cedidos pelo BRB e 185 contratados via CLT.

FORÇA DE TRABALHO

Observação: Quadro não aplicável a CARTÃO BRB.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**911.730,00**	**911.730,00**	**896.385,00**	**15.345,00**
5304 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	911.730,00	911.730,00	896.385,00	15.345,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**32.332.015,00**	**32.332.015,00**	**8.288.053,00**	**24.043.962,00**
8867 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	32.332.015,00	32.332.015,00	8.288.053,00	24.043.962,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**11.570.007,00**	**11.570.007,00**	**941.682,00**	**10.628.325,00**
9674 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	11.570.007,00	11.570.007,00	941.682,00	10.628.325,00
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**17.322.872,00**	**17.322.872,00**	**8.454.788,00**	**8.868.084,00**
9748 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	17.322.872,00	17.322.872,00	8.454.788,00	8.868.084,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**26.513.250,00**	**26.513.250,00**	**17.541.070,00**	**8.972.180,00**
5163 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	26.513.250,00	26.513.250,00	17.541.070,00	8.972.180,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**8.864.547,00**	**8.864.547,00**	**2.636.583,00**	**6.227.964,00**
8725 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	8.864.547,00	8.864.547,00	2.636.583,00	6.227.964,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**97.514.421,00**	**97.514.421,00**	**38.758.561,00**	**58.755.860,00**

Obs.: A coluna Lei, refere-se aos valores orçados para cada programa de trabalho e na coluna Despesa Autorizada, refere-se aos valores disponíveis, após a realização anual.

Primeiramente, cabe salientar que após a publicação da Lei nº 12.865/2013 e das resoluções e circulares emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que estabeleceram um "marco regulatório" para o mercado de Arranjos de Pagamentos, a Cartão BRB S/A protocolou junto ao Banco Central do Brasil um pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos, vislumbrando diversas oportunidades no mercado.

Entretanto, em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Cartão BRB S/A, em função de algumas observações do Banco Central do Brasil a respeito do seu pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos, decidiu solicitar o arquivamento do pleito até segunda ordem.

A partir dessa decisão, a Cartão BRB pretende manter suas atividades como prestadora de serviços e tem buscado novas possibilidades de atuações e parcerias que proporcionem uma alavancagem no desempenho da empresa.

No ano de 2017 os programas foram realizados de forma aderente aos valores lançados no cadastramento dos dispêndios para o exercício.

No “Programa Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas” a realização se deu conforme previsto ao longo do ano, para manter a estrutura da Cartão BRB em perfeitas condições de uso pelo corpo funcional.

No “Programa de Administração de Pessoal”, de maior peso orçamentário da companhia, há de se destacar a realização a menor no período, devido à adequação do quadro funcional, redução nas despesas inerentes ao quadro da Diretoria da empresa e ao índice de reajuste aplicado ter sido inferior ao contemplado na dotação inicial anual (Acordo Coletivo Anual).

No “Programa concessão de benefícios” a realização ocorreu dentro da proposta orçamentária para o período, devido aos mesmos fatores citados acima no programa de trabalho administração de pessoal.

Para o “Programa de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação”, que tem o segundo maior orçamento dentre os programas, a execução foi de apenas R$ 8,9 milhões, em função de alguns fatores, tais como: recebimento de descontos no contrato que contempla a despesa com o processamento dos cartões e a não contratação de ferramentas e desenvolvimento de projetos inerentes ao negócio, devido a decisões estratégicas da administração, mas que estão previstos para serem executados no próximo ano.

No "Programa Serviços Administrativos Gerais", há de se destacar a realização parcial de algumas despesas consideradas na dotação para o período, como por exemplo, as despesas com consultoria; a revisão dos contratos, visando a redução de custos para a empresa; e a não realização de alguns projetos e lançamentos de produtos que estavam previstos para entrarem em produção durante o ano de 2017.

Em relação ao "Programa Publicidade e Propaganda" é possível observar que a realização ocorreu abaixo da previsão orçamentária. Como destaque, verificou-se que a projeção inicial considerou parte da verba para a contratação de uma agência de comunicação, porém este serviço está sendo executado internamente pelo núcleo digital da área de marketing. Com isso, reforçamos o atendimento ao planejamento de estímulo ao faturamento dos clientes, a publicidade focada no fortalecimento da divulgação da marca, do Programa de Relacionamento e das demais parcerias desenvolvidas pela empresa utilizando recursos próprios.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo de 2017, a Cartão BRB atingiu um crescimento de faturamento de aproximadamente 2,7% acima do realizado no ano anterior. Percentual abaixo dos 7,5% previstos pela Abecs para este ano, mas em linha com a atividade econômica.

Consoante a expectativa de um cenário com a retomada de crescimento econômico ainda muito lento, com impacto direto no consumo das famílias e desemprego alto, a companhia prevê para os próximos três anos e especialmente para 2018, uma taxa de 3,5% de crescimento, mais moderada, do faturamento anual.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com uma Instituição Financeira como controladora e com 20 anos no mercado, a Cartão BRB emprega em suas soluções diferenciais que asseguram sua perenidade e contínuo crescimento no segmento que atua.

A companhia tem como seu principal foco de serviços a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos e o credenciamento de estabelecimentos.

Emissão de Cartões:

O mercado, tanto para os produtos pré-pagos quanto para pós pagos, propicia uma grande oportunidade às empresas de cartões regionais, as quais apresentam a cada ano, taxas relevantes de crescimento. No 3º trimestre de 2017, as transações com os cartões de crédito e débito apresentaram um crescimento de 8% em relação ao 3º trimestre de 2016, o que representa R$ 3,4 bilhões. O e-commerce brasileiro faturou mais de R$ 49 milhões em 2016, com expectativa de crescimento de 12% em 2017. O crescimento e-commerce está diretamente ligado ao avanço da tecnologia, que coloca o varejo on-line como um canal mais prático e acessível, oferecendo soluções que simplificam a necessidade de pagamentos com cartões de crédito e sistemas de prevenção de fraude. (Fonte: ABECS)

- Pré-Pago:

Os cartões pré-pagos, que surgiram como uma grande aposta de lucro nos anos anteriores, já se mostram como realidade, fortalecida principalmente, pela recente regulamentação do Banco Central. Ademais, já no início do ano de 2017, apareceu um novo desafio e oportunidade para as empresas de cartões de benefícios: a provável aprovação da lei de terceirização ampla, o que levaria a uma grande mudança nas relações de trabalho dos novos contratados.

O projeto de Lei PL 4302/98, aprovado na Câmara dos Deputados e que está em processo de regulamentação, passa a disciplinar tanto a terceirização do trabalho temporário como a terceirização do trabalho em geral. Com essas mudanças, as empresas de cartões benefícios poderão desenvolver novos produtos e serviços para os trabalhadores fruto dessa nova relação de trabalho. Além disso, hoje vemos que há uma maior aceitação dos cartões nas principais redes de adquirência no Brasil.

- Pós-Pago:

Os cartões pós-pago têm mantido um desempenho satisfatório no mercado brasileiro, apesar de neste ano o crescimento ter sido inferior ao débito. Segundo a CardMonitor, os indicadores de crédito do Banco Central mostram que o total de transações com cartões de crédito efetuadas por Pessoas Físicas foi de R$ 70,7 bilhões no mês de novembro de 2017. No mês de novembro, houve aumento de 10,5% em relação ao mesmo mês de 2016. O total faturado no período de janeiro a novembro foi de R$ 685,7 bilhões, aumento de 10,3% em relação ao mesmo período de 2016.

Em 2017, a participação de cartões no consumo das famílias foi de 28,5%, indicando que as famílias estão cada vez mais habituadas com este instrumento de pagamento. Comprova-se, assim, a crescente inserção de novos clientes no mercado de cartões e sua melhor aceitação pelos consumidores brasileiros

A expectativa da ABECS para 2018 é de crescimento na ordem de dois dígitos, ou seja, acima de 10%.

- Para Empresa

A Cartão BRB, que está desenvolvendo produtos pré-pagos de benefícios, cujo mercado é bastante concentrado, verificou que existem diversas oportunidades, tais como:

- exigência de interoperabilidade e não discriminação, a qual permite que as instituições pequenas que atuam de maneira mais personalizada, assim como a Cartão BRB, possam atrair para sua rede os usuários dos cartões e estabelecimentos credenciados.

- segmento dos prestadores de serviços de cartões benefícios que estão em crescimento no Distrito Federal, sendo este mais um dos focos de mercado da Cartão BRB;

Em relação aos produtos pós-pagos, no ano de 2017, a Cartão BRB buscou atrair um público com um perfil mais jovem, segmento bem específico e que gosta de benefícios exclusivos voltados para eventos, festas e shows. Para atender esse público, a Cartão BRB lançou o cartão Connect e estabeleceu novas parcerias tanto para o Programa de Relacionamento quanto para a geração de descontos e vantagens para os seus clientes.

Credenciamento

O Banco de Brasília, por meio da Cartão BRB S.A., detêm uma parceria com a empresa Global Payments - Serviços de Pagamentos S.A. para atuar no credenciamento de recebedores de instrumentos de pagamento.

O Mercado de Credenciamento faturou R$ 327,6 bi no 3T17, 11,9% maior do que o 3T16. Em termos absolutos, quem mais cresceu foi a Cielo, com R$ 14,8 bi, seguido da Getnet, com R$ 7,7 bi. Em percentuais, a PagSeguro, com 395%, seguida pelo Bancoob e Global Payments, com 94,0%, apresentaram o melhor desempenho.

Essa parceria traz para a Cartão BRB S.A. a experiência e capilaridade para atingir uma quantidade significativa de estabelecimentos em menor prazo, permitindo assim uma maior penetração dos seus cartões e ganho significativo com o movimento de Crédito e Débito, além dos cartões de benefícios, alimentação e refeição como foco especifico na região onde a Cartão BRB atua, o Distrito Federal e Entorno.

BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A – UO: 19.207

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é uma empresa do Conglomerado BRB que atua desde 1988 no mercado securitário do Distrito Federal e demais regiões atendidas pelo BRB, tendo como objetivo a administração e/ou corretagem de seguros dos ramos elementares, riscos pessoais, títulos de capitalização, planos previdenciários, planos de saúde, planos odontológicos, consórcios, previdência privada e títulos/planos de viagem.

A Corretora comercializa os produtos de seu portfolio através de parcerias com as melhores e mais sólidas empresas nos respectivos segmentos de atuação. Para atender seus clientes com excelência, seleciona seguradoras e empresas com maior expertise e solidez no mercado securitário brasileiro, analisando atributos de inovação, qualidade nos serviços, aspectos socioambientais, reputação e preços competitivos.

O presente Relatório tem como objetivo principal evidenciar o cumprimento das metas e ações previstas para o exercício de 2017, com vistas à atender aos princípios da transparência e da prestação de contas (accountability).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	3	0	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	15	0	2	17
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	4	0	4	8
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	92	0	166	258
Subtotal	0	111	0	172	283
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	111	0	172	283

As relações de trabalho entre a Corretora e seus empregados obedecem às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contando, em 31/12/2017, com uma equipe de 297 colaboradores, conforme detalhado no quadro a seguir:

Observações:

a) Esta UO possui 11 "conselheiros" os quais não tem vínculo empregatício com a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A, no entanto, é de responsabilidade desta UO o pagamento da remuneração dos mesmos; e

b) Os 03 (três) "efetivos do GDF" são empregados do BRB Banco de Brasília S.A., cuja remuneração é de responsabilidade desta UO.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**23.635.879,00**	**23.635.879,00**	**4.665.171,62**	**18.970.707,38**
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	23.635.879,00	23.635.879,00	4.665.171,62	18.970.707,38
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**8.279.813,00**	**8.279.813,00**	**1.202.457,52**	**7.077.355,48**
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	8.279.813,00	8.279.813,00	1.202.457,52	7.077.355,48
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**6.984.310,00**	**6.984.310,00**	**2.025.117,63**	**4.959.192,37**
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	6.984.310,00	6.984.310,00	2.025.117,63	4.959.192,37
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**2.346.445,00**	**2.346.445,00**	**481.598,03**	**1.864.846,97**
5164 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2.346.445,00	2.346.445,00	481.598,03	1.864.846,97
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**9.367.208,00**	**9.367.208,00**	**7.377.636,08**	**1.989.571,92**
8726 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	9.367.208,00	9.367.208,00	7.377.636,08	1.989.571,92
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**50.613.655,00**	**50.613.655,00**	**15.751.980,88**	**34.861.674,12**

Neste programa houve realização de ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2017 foi executado o total de R$ 18.970.707,38 resultado de pagamentos para 297 colaboradores.

Foram concedidos auxílios alimentação, vale cultura, educação e creche, assistência médica, vale transporte, previdência privada e seguro de vida em grupo. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2017 foram totalizados 12.833 benefícios o que resultou na execução de R$ 7.077.355,48.

Ainda, foram realizados gastos administrativos em geral, incluindo serviços, compras e contratações. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2017 foi executado o total de R$ 4.959.492,37. Destacam-se no exercício de 2017 os serviços com telefonia que resultou na execução de R$ 425.749,95; contratos de aluguéis com valor de execução, na ordem de R$ 1.006.556,66; taxas condominiais, com execução total de R$ 268.323,99; fornecimento de água e energia, com execução total de R$ 202.462,47; realização de manutenções de bens e instalações no montante de R$ 80.421,81; prestação de serviços com site da Central de Relacionamento no valor de R$ 1.416.941,40; serviços advocatícios no valor de R$ 126.598,42; serviços de conservação e limpeza no valor de R$ 389.501,35; serviços de motoboy com execução total de R$ 109.155,00 e correios e malotes no valor de R$ 175.718,00.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação foram realizados suporte e manutenção de sistemas, licença de softwares, serviços de transmissão de dados e relacionamento service desk, manutenção de infraestrutura de TI, locação de equipamentos de TI e contratação de consultoria de TI. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2017 foi executado o total de R$ 1.864.846,97. Destacam-se, no exercício de 2017, os serviços com transmissão de dados via Modem/ADSL que resultou na execução de R$ 552.042,12; locação de impressoras com execução no valor de R$ 219.557,35;

desenvolvimento de aplicativo móvel Multiplataforma-Aplicativo Mobile com execução no valor de R$ 172.342,20; serviço de consultoria de TI com execução no valor de R$ 200.672,30; manutenção de sistemas RM-TOTVS com valor de execução na ordem de R$ 144.039,33; e serviços com service desk que executou o valor de R$ 310.937,40.

Para o grupo de Publicidade e Propaganda foram realizadas ações de patrocínios, de publicidade, relacionamento com o cliente, promoção de vendas, relações públicas, endomarketing, publicidade legal e confecção de brindes institucionais. Foi executado entre os meses de janeiro a dezembro de 2017 o total de R$ 1.989.571,92. Destacam-se no exercício de 2017 os projetos de patrocínios ao "Judô com Tranquillini", no valor de R$ 150.000,00, "JLL Escolinha de Futsal", no valor de R$ 84.000,00 e "Assistência Social Casa Azul", no valor de R$ 60.000,00.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Diante de um cenário econômico que demanda cada vez mais maior esforço para obtenção de resultados positivos, a Corretora Seguros BRB desenvolvido ações e implementado estratégias para incremento na comercialização de produtos de seu portfólio e o aprimoramento da qualidade do atendimento de seus clientes e prospect's.

Durante o ano de 2017, a Corretora investiu em infraestrutura de tecnologia da informação com desenvolvimento de novas funcionalidades e sistemas com o objetivo de garantir a execução das estratégias de negócio do Conglomerado BRB, com a criação de novos canais digitais para comercialização dos produtos do portfólio.

Sob o aspecto de Gestão de Pessoas, a Corretora deu prosseguimento na implementação de programas voltados ao desenvolvimento de competências de seus colaboradores, com destaque para os cursos de Certificação Técnica dos consultores e demais colaboradores alocados em atividades nas áreas comerciais e técnicas, envolvidos direta ou indiretamente, nos processos de vendas, para atender às disposições constantes da Resolução CNSP nº 115/2004 e da Circular Susep nº 149, de 18 de julho de 2006

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As realizações orçamentárias da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. foram efetivadas de acordo com as ações projetadas para o exercício de 2017, concluídas na forma prevista.

Para o exercício de 2018, a Corretora Seguros BRB implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos.

Além de se preocupar com os resultados financeiros e de modernização a Corretora projeta para 2018 dar continuidade, em consonância com as políticas adotadas pelo Conglomerado BRB, às ações de responsabilidade sócio ambiental, com o desenvolvimento de ações de relacionamento e patrocínios voltados à cultura, lazer, esportes, educação e melhoria da qualidade de vida da população em geral do Distrito Federal e região de influência.

BRB SERVIÇOS S/A - UO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - UO: 19.208.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

A BRB Serviços S/A é uma sociedade de capital fechado, integrante do Conglomerado BRB, com sede em Brasília, constituída em 16/11/2010 e possui como atividades principais: prestação de serviços em Contact Center, Cobrança e serviços que envolvam Tecnologia da Informação e comunicação – TIC para o conglomerado BRB, empresas e órgãos da administração pública e empresas privadas .

Conforme decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, as empresas ligadas ao BRB- Banco de Brasília deverão apresentar a prestação de contas anual de seus dirigentes para a Controladoria Geral do Distrito Federal.

Essas empresas, segundo solicitação da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, deverão ser incluídas no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO.

Dessa forma, em cumprimento a solicitação da Controladoria Geral do Distrito Federal, a partir de janeiro de 2014, BRB Serviços passou a integrar o Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal – SIGGO.

Força de Trabalho

ervidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Quadro de Colaboradores do BRB Serviços	0	46	0	386	429
Comissionados sem vínculo efetivo	0	1	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	3	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF (BRB Sede ou Matriz)	0	2	0	0	2
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	6	0	0	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	55	0	383	438
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	27	55	0	383	438

Observação:

a) Esta UO não possui empregados efetivados pelo GDF, portanto, destacamos que os colaboradores são contratados (CLT) sem vínculo com o Governo do Distrito Federal; e

b) 02 (dois) "servidores" considerados em "Requisitados - Órgãos do GDF" são empregados do Banco de Brasília - BRB, no qual foram indicados para exercer a função de Diretor nesta UO. Ressalta-se que, esta UO é responsável pelo pagamento destes servidores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**109.341**	**109.341**	**101.328**	**101.328**
5164 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	109.341	109.341	101.328	101.328
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**15.254.839**	**15.254.839**	**13.283.350**	**13.283.350**
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	15.254.839	15.254.839	13.283.350	13.283.350
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**5.895.496**	**5.895.496**	**5.427.051**	**5.427.051**
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	5.895.496	5.895.496	5.427.051	5.427.051
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**31.160**	**31.160**	**24.060**	**24.060**
8726 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	31.160	31.160	24.060	24.060
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**5.770.652**	**5.770.652**	**5.217.171**	**5.217.171**
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	5.770.652	5.770.652	5.217.171	5.217.171
TOTAL 6001 – Desenvolvimento	**27.061.489**	**27.061.489**	**24.052.961**	**24.052.961**

Neste programa, houve realização de ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas-extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, foi executado o total de R$ 13.283.350, resultado de pagamentos para 438 colaboradores.

Foram concedidos auxílios alimentação, educação e creche, assistência médica e odontológica, vale-transporte, vale-cultura, previdência privada e seguro de vida em grupo. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, a concessão de benefícios resultou na execução de R$ 5.427.051.

Ainda foram realizados gastos administrativos em geral, incluindo serviços, compras, contratações e perdas judiciais. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, foi executado o total de R$ 5.217.171. Destacam-se no exercício de 2017 as despesas com contratos de aluguéis com valor de execução na ordem de R$ 1.401.579; fornecimento de água e energia, com execução total de R$ 475.219; prestação de serviços diversos R$ 409.845; serviços de conservação e limpeza, no valor de R$ 514.096, serviços de locação de equipamentos, com execução total de R$ 351.445; perdas judiciais e despesas não dedutíveis com execução total de R$ 20.539.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, foram realizados suporte e manutenção de sistemas e aquisição de licença de softwares. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, foi executado o total de R$ 101.328. Destaca-se, no exercício de 2017, despesas com Link de Dados no valor executado de R$ 56.698.

Para o grupo de Publicidade e Propaganda, foram realizadas publicações das demonstrações contábeis no exercício de 2017. Foi executado entre os meses de janeiro a dezembro de 2017 o total de R$ 24.060.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A BRB Serviços S/A está comprometida com o aprimoramento do capital humano, estimulando seus colaboradores a participarem de diversas ações de desenvolvimento e conscientização em variados temas. Estas ações são focadas no bem-estar dos colaboradores, o que, consequentemente, melhora a produção e a capacidade intelectual das equipes. As principais ações implementadas, no ano de 2017 foram:

Homenagem de Tempo de Casa:
Certificados com as assinaturas dos Diretores e entrega aos Gerentes para homenagear os colaboradores com mais de 5 anos de casa, a fim de proporcionar motivação e reconhecimento dos nossos colaboradores mais antigos que prestam serviços e vestem a camisa da empresa.

Humanização:
Todo atendimento aos colaboradores são realizados de forma acolhedora e cordial, visando a qualidade do trabalho de cada um.

Campanhas de Doações:
Realizamos duas campanhas de doações, em datas comemorativas, dia das crianças (Creche Municipal Elízia da Conceição localizada na quadra 22 do Vale do Pedregal) e Natal (nas ruas do bairro pedregal na cidade do Novo Gama - GO), com um ponto de doação na recepção. As doações eram de roupas e brinquedos a fim de promover o lado social da empresa.

Ginástica Laboral:
Dentre as nossas contratações, a criação de vaga de maior destaque foi a de ginástica laboral, visando a melhorara na qualidade do serviço no trabalho e promovendo momentos de descontração aos colaboradores. A prática da ginástica laboral tem um impacto positivo na diminuição do absenteísmo na empresa. Os exercícios são realizados de duas a três vezes por semana, com duração máxima de quinze minutos, podendo incluir alongamentos, atividades de massagem, relaxamento ou práticas de fortalecimento muscular. A "laboral" promove a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e sensação de disposição e bem estar.

Avaliação de Desempenho 45 e 90 dias:
Realizamos a avaliação de desempenho duas vezes no período de experiência, pontuado, através de feedback o que pode ser melhorado e valorizando os pontos fortes e positivos. A avaliação de 90 dias é realizada com base na avaliação de 45 dias para comparar e avaliar o desenvolvimento. Nesse ano de 2017, fizemos acompanhamento junto aos supervisores de algumas avaliações e ao final de cada uma nós pontuávamos o feedback que eles fizeram e as possíveis formas de se proceder, melhorando assim a abordagem de oferecer feedbacks para nossos colaboradores de forma assertiva e cautelosa.

Campanhas Motivacionais:
Realizamos campanhas motivacionais mensais a fim de promover um ambiente descontraído e um clima harmonioso. Sendo elas:

- Fevereiro: Empresa colorida, cheio de cores no clima do carnaval, onde lançamos o desafio aos nossos colaboradores de criarem uma "marchinha" de carnaval com o nome da empresa. O grupo que apresentasse mais criatividade e empenho era premiado com alguns mimos (O kit para pular carnaval).

- Março: Tivemos o dia Internacional da mulher em que presenteamos todas as colaboradoras com um esmalte e uma mensagem calorosa. Além disso, tivemos aqui na empresa uma consultora de beleza fazendo maquiagem e uma profissional esteticista melhorando e empoderando todas as mulheres da empresa.

- Abril: Tivemos a ação da páscoa onde lançamos na intranet o desafio para nossos colaboradores. Colocamos uma Bomboniere cheia de confetes à vista de todos na Gerencia Administrativa, com o desafio de indicar a quantidade de confetes que continha dentro da bomboniere, e quem chegasse mais próximo da quantidade era o ganhador de um grande ovo de páscoa de 3kg da Cacau Show. Além disso, distribuímos para todo mundo uma lembrancinha em formato de cenoura com variados tipos de chocolate com uma mensagem de "Feliz Páscoa". Essa ação movimentou a empresa como um todo, deixando todos muito entusiasmados.

- Maio: Tivemos a ação de Dia das Mães, onde elaboramos um vídeo homenageando todas as colaboradoras/mães, presenteando todas elas com um chinelinho todo personalizado com rosas e mensagem de dia das mães.

- Junho: Fizemos a ação do Dia dos Namorados. Lançamos um vídeo falando de amor e um desafio aos nossos colaboradores de escrever uma carta de amor para a empresa. A melhor declaração ganhava o premio de um jantar romântico com direito a um acompanhante na churrascaria Buffalo Grill.

- Julho: Fizemos a ação do mês, homenageando o dia do Operador de Telemarketing. Presenteamos todos os nossos Operadores com um copo personalizado com parabéns e #soubrbserviços, contendo diversas guloseimas.

- Agosto: Fizemos a ação do Dia dos Pais onde inserimos uma linda mensagem na tela de todos os computadores e presenteamos nossos colaboradores/pais com uma nécessaire personalizada com os dizeres "Pai, a certeza de um amigo para sempre – BRB Serviços – Feliz dia dos Pais", contendo ainda um mini borrifador com álcool em gel e um paninho.

- Setembro: Fizemos uma ação de conscientização muito importante que é o mês do Setembro amarelo referente à luta contra o suicídio, onde anexamos no plano de fundo de todos os computadores um layout amarelo com os dizeres "Falar é a melhor solução", contendo os canais de ajuda tanto online, quanto por telefone. Além disso, demos à todos os colaboradores uma pequena garrafinha de vidro contendo um pergaminho com mensagens diferentes e uma pequena flor amarela.

- Outubro: Fizemos a ação do dia das crianças, colocando em cada gerência 2 barraquinhas de pipoca e algodão doce, inclusive durante a madrugada. Além dessa ação realizamos também a ação de conscientização do câncer de mama, inserimos em todas as telas dos computadores o layout rosa com a mensagem "Um toque pela vida". Tivemos também a ação do Halloween juntamente com o dia das crianças, onde realizamos uma gincana, onde foi idealizada uma campanha que envolvesse a empresa como um todo, tendo como objetivo a interação dos colaboradores entre as gerências, a a motivação e tornar o ambiente de trabalho mais leve e divertido. No período de 18/10/2017 à 27/10/2017, totalizando 51 participantes, com desafios diários, brincadeiras, desfiles e

circuitos. A equipe vencedora da gincana foi premiada com um churrasco na AABR. Ainda nesse mesmo mês, presenteamos todos os nossos supervisores com uma caixa de pão de mel, contendo a foto com o nome de cada um deles.

- Novembro: O mês teve como principal objetivo a conscientização do novembro azul sobre o câncer de próstata. Anexamos no plano de fundo de todos os computadores o layout com a mensagem "A campanha é todo ano! O Exame também. Um toque pela vida!".
- Dezembro: Mês do Natal e já no início do mês enviamos uma carta do Papai Noel falando que a empresa iria pagar o décimo terceiro antecipado esse ano. A mensagem foi bem descontraída com um Papai Noel no fundo fazendo as contas, uma surpresa para todos. Na véspera do Natal enviamos uma mensagem de "Feliz Natal" para todos os colaboradores. Ainda nesse mês realizamos a campanha de doação.

Além das ações citadas acima, enviamos mensagem de aniversário para os aniversariantes mensalmente; Fazemos layout dos aniversariantes do mês e grudamos nas copas para que todos acompanhem. Realizamos o calendário motivacional, com acompanhamento diário para realizarmos as ações com antecedência. Além disso, nos dias de cada profissional enviamos uma mensagem personalizada parabenizando e reconhecendo cada um deles (Ex: dia do profissional de TI, dia da Secretária, etc.).

Treinamento CRBRB 2017

As Instrutoras de Capacitação Operacional da BRB Serviços foram validadas para multiplicarem os conteúdos das áreas gestoras pela Gerência de Telemarketing BRB – GETEL. Os Treinamentos validados e multiplicados aos nossos colaboradores, hoje, são:

- Antecipação de Recebíveis
- CPA10
- Ouvidoria
- Indicadores
- BRB Negócios
- Fundos de Investimento
- Banknet Multicanal
- CDA
- SAC
- CDB
- BRB SAUDE
- Sigilo e Seguranca
- Aplicativo CRBRB
- GAS
- Avaliação SAC MONITORIA
- Avaliação SAC OPERAÇÃO
- Fundos de Investimento
- Cheque

Levantamento de necessidade de treinamento:

Diante de uma instituição bancária de grande complexidade a responsabilidade de realizar o levantamento da necessidade operacional da central de atendimento BRB Serviços é da instrutoria, onde o planejamento, programação, execução e a avaliação dos resultados da prestação de serviço de atendimento ao cliente em nossa Central de Relacionamento é mensurado mensalmente com o objetivo de obtermos um atendimento de excelência no canal. Após o levantamento destas necessidades e definição clara dos objetivos dos treinamentos.

O Departamento de Instrutoria definirá o local onde serão realizados os treinamentos específicos e de cunho social, analisando aspectos físicos e logísticos da aplicação dos programas, para que seja desenvolvido um cronograma anual.

Deverá ser levado em consideração na montagem do cronograma:

- Conteúdo dos programas;
- Custo;
- Local de aplicação;
- Recursos a serem utilizados;
- Horário de trabalho dos colaboradores participantes para montagem de escalas;
- Confecção da Lista de Presença.

Durante o mês é realizada uma calibração entre capacitação, supervisão e monitoria, na qual avaliamos e auditamos em conjunto ligações da central de relacionamento – CRBRB, e que serve de embasamento para a confecção de treinamentos visando maximizarmos a qualidade dos atendimentos e domínio de conteúdo operacional. A aplicação de avaliação de desempenho do treinamento específico dos produtos e serviços da instituição bancária, são realizadas por meio de questionários e quiz do produto, utilizando o sistema integrado do Desenvolvimento Humano (totvs), moodle e/ou emitidos em meio físico. O relatório final das simulações aplicadas no decorrer do treinamento interno e ao término descrevem, quando necessário, a avaliação individual do operador pelo supervisor imediato ou responsável designado por ele. Os colaboradores recebem o certificado do Programa de Treinamento específico confeccionado pelo Instrutoria BRB Serviços.

Treinamentos Validados pela gerência de telemarketing BRB – GETEL:

- Antecipação de Recebíveis – Treinamento destinado aos operadores que prestam atendimento ao cliente empresarial que deseja antecipar recursos financeiros de créditos de férias e 13º salário.
- CPA10 – Treinamento destinado a operadores que prestam atendimento ao cliente na área de Investimento.
- Ouvidoria – Treinamento destinado ao operador que presta atendimento ao cliente reclamante em 2ª instância.
- CDA – Treinamento destinado a operadores que prestam suporte a empresas que tem cadastro de débito automático junto ao BRB.
- Indicadores e Monitoria – Treinamento destinado a operadores, monitores, supervisores para conhecimento contratual da prestação de serviço da gerência de telemarketing.
- Aplicativo CRBRB – Treinamento destinado aos operadores de atendimento da nova plataforma de atendimento ao cliente BRB.
- BRB NEGÓCIOS – Treinamento destinado aos operadores que prestam suporte a empresas que usam sistema de cobrança e folha de pagamento.
- Fundos de Investimento – Treinamento destinado aos operadores que prestam suporte ao cliente investidor e são portadores de certificação CPA 10.
- Banknet Multicanal – Treinamento destinado aos operadores do canal Telebanco sobre a nova plataforma financeira do BRB.
- SAC – Treinamento destinado aos operadores que prestam atendimento ao Serviço de Atendimento ao Consumidor.
- CDB – Treinamento destinado aos operadores que prestam suporte ao cliente investidor no canal Telebanco.
- BRB SAÚDE – Treinamento destinado a operadores que prestam suporte aos beneficiários do plano de saúde BRB.

- Sigilo e Segurança – Treinamento destinado a operadores que prestam suporte ao cliente no canal telebanco/Banknet/Mobile.
- GAS – Treinamento da nova ferramenta de segurança destinado aos operadores que prestam suporte ao cliente Banknet .
- Avaliação SAC – Prova aplicada destinada aos monitores, operadores, supervisores e instrutores de teleatendimento do SAC para conferência de conhecimento e necessidade operacionais.
- CHEQUE – Treinamento destinado a operadores híbridos que prestam suporte aos clientes BRB.

No ano de 2017, de acordo com as necessidades levantadas, foram treinados 1.267 colaboradores totalizando 124 turmas e 231 horas/aula. Diante disso, podemos melhor capacitar e desenvolver nossos colaboradores, conquistando, dessa forma, resultados de forma positiva para a empresa como um todo.

Contato Seguro:

Para melhor avaliar o clima organizacional, Implementamos o contato seguro que tem como função abrir espaço para denuncias e reclamações dos colaboradores de forma anônima e total sigilo. Para toda e qualquer demanda que surge a empresa tem até 30 dias para solucionar. Essa é uma das formas encontradas para melhor atender nossos colaboradores e aumentar o nível de satisfação dos mesmos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As realizações orçamentárias da BRB Serviços S/A, foram efetivadas de acordo com as ações projetadas para o exercício de 2017. Desta forma, informamos que as ações previstas foram concluídas e finalizadas.

Para o exercício de 2018, a BRB Serviços S/A implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando a maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos.

Além de se preocupar com os resultados financeiros e de modernização, a BRB Serviços S/A projeta para 2018, dar continuidade as políticas adotadas pelo Conglomerado BRB.

BSB PARTICIPAÇÕES S/A – UO: 19.209

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BSB Participações S/A - BSB PAR é uma sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, controlada pela Cartão BRB S/A, cujo objeto é a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócios, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

FORÇA DE TRABALHO

Observação: Quadro não aplicável a BSB Participações S/A

A BSB PAR utiliza os recursos humanos e de infraestrutura da controladora – Cartão BRB S/A, conforme convênio firmado entre as partes.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A reorganização societária levada a termo pelo acionista controlador da Cartão BRB S/A, em maio de 2009, pressupunha diversos movimentos empresariais a serem adotados paulatinamente, nos termos da Lei nº 61, de 05 de dezembro de 1989, DODF de 06.12.*1989, que* autorizou o BRB - Banco de Brasília S/A a constituir subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social.

Conforme previsto em lei e adotado pelos grandes grupos financeiros concorrentes, os negócios poderão ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário ou qualquer outra forma prevista em lei.

A empresa BSB PAR foi criada com a missão de ampliar a participação da Cartão BRB S/A e do próprio BRB na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria continua da qualidade de vida da sociedade.

A BSB PAR tem três objetivos principais:

- Ampliar e diversificar as participações acionárias da Cartão BRB S/A e do BRB, em segmentos estratégicos, especialmente o financeiro, para conferir maior sustentabilidade e rentabilidade aos seus negócios;

- Reforçar a capacidade de atuação da Cartão BRB S/A e do BRB, como instrumento de implementação das políticas governamentais distritais, especialmente a econômica e de desenvolvimento; e

- Instituir normas de governança, que permitam a realização de negócios, de acordo com os padrões de risco e transparência, recomendados ao BRB pela legislação em vigor e, aplicáveis igualmente à gestão e ao controle da carteira de participações.

No exercício de 2015, a partir da premissa de se promover a sinergia de custos, de receitas e financeira do conglomerado BRB, foi realizado estudo técnico para operacionalização da reorganização societária da BSB Participações S/A. Ainda, levou-se em consideração o apontamento feito pela Controladoria Geral da Secretaria de Estado e Transparência e Controle do Distrito Federal – CONT, a qual recomendou o início das atividades da referida Companhia.

Nesse contexto, acrescem-se, os seguintes aspectos motivadores do referido estudo:

- Percepção da necessidade de melhor dimensionamento das potencialidades da BSB Participações, conduzindo-a para a realização de negócios de acordo com o seu objeto social e, por consequência, ao exercício da atividade econômica de auferir lucro;

- Convicção de que o BRB conquistou maturidade suficiente para buscar melhor participação nos mercados que elegeu para atuar, estruturando-se para formular diversas relações institucionais e comerciais e transmitir às demais Companhias as diretrizes e critérios que nortearão futuras parcerias;

- Perspectiva de maximização dos resultados econômico-financeiros das empresas do Conglomerado BRB, tornando-as mais robustas e competitivas, haja vista as perspectivas comerciais que ora são vislumbradas para um futuro próximo;

- Tendência de crescimento acelerado da indústria de meios de pagamentos, em todas as modalidades de serviços que a compõem, oportunizando estratégias corporativas com vistas à maior penetração junto a segmentos relativamente "cativos" da Cartão BRB; e

- Marco regulatório para os chamados Arranjos de Pagamento e Instituições de Pagamento.

Com a regulamentação do mercado de Arranjos de Pagamento e Instituições de Pagamento, realizada por meio da Lei nº 12.865/13, a sua investida, a Cartão BRB S/A, protocolou junto ao Banco Central do Brasil um pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos e vislumbrou diversas possibilidades de atuações para a companhia no setor, que, em parceria com a BSB Participações, poderiam alavancar o desempenho das duas empresas.

Desde então, a BSB PAR acreditava que investir no mercado de meios de pagamentos era uma grande oportunidade de negócios, uma vez que este setor crescia exponencialmente, abrindo possibilidades de participações em empresas atuantes nesse segmento. De todo modo, considerou prudente se posicionar de forma conservadora até que o pedido de autorização do acionista controlador para atuar nesse segmento fosse homologado, ponderando que as potencialidades do mercado de meios de pagamentos e as perspectivas observadas diante do novo marco regulatório seriam vantajosas apenas a partir da autorização da Cartão BRB.

Entretanto, em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Cartão BRB S/A, em função de algumas observações do Banco Central do Brasil a respeito do seu pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos, decidiu solicitar o arquivamento do pleito até segunda ordem.

Paralelo a esse processo, ainda no final de 2017, ocorreu uma decisão do Conselho de Administração do BRB pelo desenvolvimento de um novo estudo para a reorganização societária do Conglomerado envolvendo diretamente a BSB Participações. O estudo técnico está em andamento por um grupo de trabalho estabelecido pelo BRB.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A BSB PAR, para cumprimento dos seus objetivos estratégicos, aguarda a conclusão do novo estudo técnico que trata da sua reorganização societária.

DF - GESTÃO DE ATIVOS S.A. – UO: 19.210

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A DF Gestão de Ativos S.A é uma sociedade por ações, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, rege-se pelo seu Estatuto Social, pelas Leis Federais nº 6.404/76, 13.303/16 e demais disposições legais aplicáveis. Foi instituída pela Lei Complementar nº 897/2015, tendo por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais que será objeto de realização de operação de emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

FORÇA DE TRABALHO

A Companhia no exercício de 2017 não contou ainda com a implantação de sua estrutura administrativa, não tendo portanto um quadro de pessoal, com tabela de cargos e salários. Atualmente sua administração está sob a responsabilidade do Conselho de Administração e de sua Diretoria (Presidência, Administrativo Financeiro e de Governança Corporativa e de Relações com Investidores). Conta ainda, em sua organização corporativa com um Conselho Fiscal, todos tendo em sua composição três membros. Suas contas são auditadas por empresa de Auditoria Independente, e está sujeita a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Os cargos de Direção e dos Conselhos possuem remuneração individual fixada pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2016, em observância as disposições previstas nos Arts. 152 e 162, § 3º da Lei nº 6.404/66.

A Companhia no exercício de 2017, em conformidade com a autorização dada pela Assembleia Geral Extraordinária de 03 de agosto de 2016, buscou realizar a 1ª emissão de debêntures simples, no intuito de captar recursos para os cofres distritais. Para tanto fez publicar o Edital de Pregão Presencial nº 01/2017 objetivando a estruturação do processo de securitização. Entretanto, a Diretoria da empresa decidiu pela suspensão da realização da licitação, até que fosse finalizada a tramitação no Senado Federal do PLS 204/2016, o qual versa sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais. Tal providência foi adotada visando dar a maior segurança jurídica possível à operação, visto que, apesar de existir a norma legal autorizativa para a efetivação da cessão de direitos creditórios, existem divergências quanto a correta classificação dessa transação, se operação de crédito, e portanto alcançada pelas regras restritivas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), ou uma transação eminentemente financeira de venda de bens e direitos do patrimônio público. Como tal divergência é afastada pelo referido PLS, pois dita que a alienação de direitos creditórios não configura operação de crédito e sim venda de bens e direitos do patrimônio público, a sua aprovação pelo Senado Federal seria o marco inicial para a retomada dos procedimentos licitatórios. A aprovação foi concretizada em dezembro de 2017, e hoje o citado projeto encontra-se na Câmara Federal para revisão nos termos do Art. 65 da Constituição Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício de 2017, a Companhia iniciou ações visando a celebração de Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Fazenda para prestação de apoio técnico, sem compromisso financeiro entre as partes, para realização dos processos licitatórios, nas suas diversas modalidades, com vistas à aquisição de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços objetivando a operacionalização e o efetivo funcionamento da DF Gestão de Ativos S/A, até que a empresa esteja devidamente estruturada.

Quanto ao item 2-Realizações por Programa, a empresa até o presente momento não realizou nenhuma operação de securitização para fins de captação de recursos financeiros para o Distrito Federal, apenas iniciou os procedimentos necessários à sua estruturação organizacional, efetuando dispêndios apenas com custeio operacional.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração da Companhia buscará para o exercício de 2018 implementar ações que visem a realização do processo de securitização com a realização da Primeira Operação de Estruturação, Emissão e Distribuição de Debêntures Simples, com a publicação de novo Edital de Pregão Presencial, bem como pretende estruturar a Companhia com a criação de seu quadro de cargos e salários e adaptar as regras de governança às novas disposições trazidas com a edição da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mistas e de suas subsidiárias, regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 37967, de 20/01/2017.

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF – UO: 19.902

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O FUNDAF instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004, alterada pelas Leis nº 3.809, de 08/02/2006; 3.982, de 25/04/2007; 5.099, de 29/04/2013; e regulamentado pelo Decreto n° 26.246, de 29/09/2005, alterado pelo Decreto nº 34.867, de 21/11/2013, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAF:

I – modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Fazenda;
II – implementação de programas de educação fiscal;
III – qualificação profissional dos servidores da SEF;
IV – execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;
V – desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;
VI – Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras;
VII – Realização de outras atividades que contribuam par o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Constituem recursos do FUNDAF:

- 20% (vinte por cento) do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita - SUREC;
- 60% (sessenta por cento) da contrapartida mensal instituída pelo art. 6º, parágrafo único, III, b, da Lei n.º 3.152, de 06/05/ 03;
- Resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
- Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- Receita advinda da aplicação dos recursos do FUNDAF;
- Saldo apurado nos exercícios anteriores;
- Receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos;
- outras contribuições financeiras destinadas ao programa de que trata a Lei nº 2.594, de 21/09/2000, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitas a benefícios ou incentivos fiscais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1				1
Comissionados sem vínculo efetivo					
Requisitados de órgãos do GDF					
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários					
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	1				1

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**70.000,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**
0022 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**2.191.437,00**	**1.191.437,00**	**330.847,85**	**225.462,93**
5832 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SEF-DISTRITO FEDERAL	2.191.437,00	1.191.437,00	330.847,85	225.462,93
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**4.668.000,00**	**3.668.000,00**	**1.823.079,34**	**1.578.769,14**
5216 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	4.668.000,00	3.668.000,00	1.823.079,34	1.578.769,14
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**100.774,00**	**51.234,00**	**0,00**	**0,00**
2415 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	100.774,00	51.234,00	0,00	0,00
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	**127.733,00**	**127.733,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - EDUCAÇÃO FISCAL--DISTRITO FEDERAL	127.733,00	127.733,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**7.157.944,00**	**5.108.404,00**	**2.153.927,19**	**1.804.232,07**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÃO 4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

A ação Gestão de Recursos de Fundos foi prevista para fazer frente ao conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do fundo. O orçamento destinado a mesma foi de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais). O valor integral foi autorizado, mas não foi possível a utilização por ter sido liberado no final do exercício.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Para possibilitar modernização dos sistemas de informação da SEF foi aprovado na Lei orçamentária anual R$ 2.191.437,00 (dois milhões cento e noventa e um mil quatrocentos e trinta e sete reais). Deste valor foi remanejado R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), autorizado R$ 1.191.437,00 (um milhão, cento e noventa e um mil, quatrocentos e trinta e

sete reais), empenhado R$ 330.847,85 (trezentos e trinta mil oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) e liquidado R$ 92.649,67 (Noventa e dois mil seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

O valor empenhado nesta ação foi utilizado para atender as despesas com as seguintes contratações:

- Inteligência de Negócios Sistemas de Informática Ltda - empresa especializada na atualização da versão de licença da ferramenta QLIKVIEW e suporte técnico por 48 meses – valor R$ 113.500,00 (cento e treze mil e quinhentos reais).
- NP Capacitação e soluções tecnológicas – por 12 meses – fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública "banco de preços" – valor R$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais).
- De serviços de atualização das versões e suporte técnico especializado com cobertura do tipo 24x7 – licença attunity connect – valor R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
- De material permanente – itens 12 e 13 - Ata de Registro de Preços nº 25/2017 – DILIC/SUAG – aparelho de ar condicionado – valor R$ 89.357,85 (oitenta e nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

AÇÃO 2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O orçamento inicial desta ação era de R$ 4.668.000,00 (Quatro milhões, seiscentos e sessenta e oito mil reais), sendo que deste valor foi empenhado R$ 1.679.907,00 (Um milhão seiscentos e setenta e nove mil novecentos e sete reais) e liquidado R$ 1.556.782,08 (Um milhão quinhentos e cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e dois reais e oito centavos)

O valor empenhado foi alocado da seguinte forma:

- R$ 691.261,00 (Seiscentos e noventa e um mil, duzentos e sessenta e um reais) referente ao contrato nº 37/2014-SEF com a empresa MI Montreal Informática S/A, processo n.º 040.001.344/2014;
- R$ 2.646,00 (dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais) referente a despesa com os Serviços de suporte técnico especializado presencial, sob demanda, em favor de MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.
- R$ 920.000 (novecentos e vinte mil reais) para o pagamento do Convênio de Cooperação Técnica (SEFAZ VIRTUAL) de 11 de outubro de 2013 firmado com o estado do Rio Grande do Sul.
- R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) para atender despesa com a prestação de serviço de integração de fontes e modelagem de dados, suporte técnico e manutenção da ferramenta – IDFaz.

AÇÃO 4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Aprovou-se nesta ação R$ 100.774,00 (cem mil setecentos e setenta e quatro reais) sendo que houve uma alteração reduzindo o valor em R$ 49.540,00 (Quarenta e nove mil quinhentos e quarenta reais), portanto o saldo orçamentário passou a ser de R$ 51.234,00 (Cinquenta e um mil duzentos e trinta e quatro reais). O valor integral remanescente foi autorizado, mas não foi possível a utilização por ter sido liberado no final do exercício.

AÇÃO 3667 - EDUCAÇÃO FISCAL

Nesta ação, a dotação orçamentária aprovada era de R$ 127.733,00 (cento e vinte sete mil setecentos e trinta e três reais). O valor integral desta ação foi autorizado, mas não foi possível a utilização por ter sido liberado no final do exercício.

A seguir apresenta-se o comportamento da execução orçamentária do Fundo:

Orçamento inicial - R$ 7.157.944,00
Recursos retirados para outras finalidades - R$ 2.049.540,00
Recursos Contingenciados - R$ 0,00
Despesa Autorizada - R$ 5.108.404,00
Empenhado - R$ 2.010.754,85
Orçamento disponível - R$ 3.097.649,15
Valor liquidado - R$ 1.649.431,15

Observa-se que a relação da despesa autorizada pelo valor empenhado é de 39,36% o que demonstra um baixo índice de empenho, mas isto se explica pelo fato do desbloqueio de recursos orçamentários ocorrerem próximo ao final do exercício, o que compromete o planejamento do FUNDO, como podemos depreender da tabela a seguir na qual se percebe que este percentual chega a ser de 83,00 % em outubro, caindo no final do exercício.

Relação Despesa Autorizada x Despesa Empenhada.

MÊS	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA	RELAÇÃO %
Janeiro	R$ 1.579.464,30	R$ 929.500,00	58,85
Fevereiro	R$ 1.579.464,30	R$ 1.160.761,00	73,49
Março	R$ 1.579.464,30	R$ 1.264.761,00	80,08
Abril	R$ 1.579.465,30	R$ 1.264.761,00	80,08
Maio	R$ 3.137.438,01	R$ 1.422.751,00	45,35
Junho	R$ 3.137.438,01	R$ 1.422.751,00	45,35
Julho	R$ 3.137.438,01	R$ 1.422.751,00	45,35
Agosto	R$ 2.227.816,20	R$ 1.852.751,00	83,16
Setembro	R$ 2.227.816,20	R$ 1.918.751,00	83,16
Outubro	R$ 2.311.752,58	R$ 1.918.751,00	83,00
Novembro	R$ 5.108.404,00	R$ 2.010.754,85	39,36
Dezembro	R$ 5.108.404,00	R$ 2.010.754,85	39,36

Mesmo diante do relatado acima a Secretaria de Fazenda tem feito bom uso dos recursos alocados aos programas de trabalhos do FUNDAF e vem se modernizando e melhorando seus sistemas de informação, proporcionando a prestação de serviços mais rápido e eficiente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As ações e projetos realizados com recursos do FUNDAF contribuíram fortemente com a melhoria de diversas unidades da Secretaria de Fazenda no decorrer do ano de 2017, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas e consequentemente na prestação de serviço ao cidadão.

FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DF - PRÓ-RECEITA – UO: 19.911

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O PRÓ-RECEITA foi instituído pela Lei nº. 5.594, de 28/12/2015 tem por finalidade o aparelhamento, a modernização, o incentivo e o gerenciamento das atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa.

São objetivos do PRÓ-RECEITA

I - aperfeiçoamento, desenvolvimento e manutenção da infraestrutura física e tecnológica de uso da Subsecretaria da Receita - SUREC;
II - aquisição de bens e serviços;
III - qualificação profissional dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal;
IV - aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da gestão dos recursos físicos e humanos;
V - realização de outras atividades relacionadas aos objetivos do Fundo.

Constitui recursos do PRÓ-RECEITA:

I - os encargos de que trata o § 1º, em relação aos créditos cobrados de acordo com o inciso I, destinados para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, na forma do § 2º, todos do art. 42 da Lei Complementar nº 4, de 30 de abril de 1994;
II - as contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
III - as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais, além de outros recursos;
IV - os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
V - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;
VI - as contribuições, as subvenções e outros valores destinados a propiciar o aperfeiçoamento da administração tributária;
VII - outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1				1
Comissionados sem vínculo efetivo					
Requisitados de órgãos do GDF					
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários					
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	1				1

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	**0,00**	**3.400,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	0,00	3.400,00	0,00	0,00
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**0,00**	**3.400,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	0,00	3.400,00	0,00	0,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**0,00**	**3.400,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0,00	3.400,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**0,00**	**3.400,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0,00	3.400,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**0,00**	**3.400,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	0,00	3.400,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**0,00**	**17.000,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	**0,00**	**3.400,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS--DISTRITO FEDERAL	0,00	3.400,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**0,00**	**3.400,00**	**0,00**	**0,00**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No ano de 2017 foram realizadas duas reuniões do Conselho de administração do PRÓ-RECEITA. Todas as reuniões foram voltadas para a regularização do fundo.

As decisões foram as seguintes:

- Decisão n° 01, "ad referendum", de 04 de agosto de 2017, na qual o Secretário de Estado de Fazenda no exercício da Presidência do Conselho de Administração do Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA, decidiu:

Art. 1º - Aprovar a distribuição entre os programas de trabalho do valor orçamentário disponibilizado para o fundo PRÓ-RECEITA para 2018 de R$ 8.590.000,00 (oito milhões, quinhentos e noventa mil reais) da seguinte forma:

I – Modernização da Gestão Pública, R$ 286.333,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e três reais) sendo:

R$ 143.167,00 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e sete reais) na natureza 339039.

R$ 143.166,00 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e seis reais) na natureza 449052.

II – Gestão de Recursos de Fundos, R$ 286.333,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e três reais) natureza 339039.

III – Modernização de Sistema de Informação R$ 286.334,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e quatro reais) sendo:

R$ 143.167,00 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e sete reais) na natureza 339039.

R$ 143.167,00 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e sete reais) na natureza 449052.

IV – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, R$ 286.334,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e quatro reais) sendo:

R$ 143.167,00 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e sete reais) na natureza 339039.

R$ 143.167,00 (cento e quarenta e três mil cento e sessenta e sete reais) na natureza 449052.

V – Capacitação de Servidores, R$ 286.333,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e três reais) na natureza 339039.

VI – Tarifas e Encargos Financeiros, R$ 715.833,00 (setecentos e quinze mil, oitocentos e trinta e três reais) na natureza 339039.

VII – Incentivo as Atividades de Fiscalização, Lançamento e Cobrança Administrativa, R$ 6.442.500,00 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) na natureza 339039.

- A Decisão nº 02, de 30 de agosto de 2017 do Conselho de Administração que referendou a decisão nº 01.

- O orçamento aprovado pelo Conselho de Administração através das decisões 01 e 02 foi incluído pela Gerência do fundo na Proposta de Lei Orçamentária de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Todas as ações para adequação a legislação e regular instituição do fundo foram providenciadas em 2017. Os trâmites para regularização e consequente execução dos recursos serão continuados no ano de 2018. Apesar das decisões tomadas os recursos financeiros ainda não foram disponibilizados, assim que os montantes aprovados estiverem disponíveis as ações entrarão em execução.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – UO: 20.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia (SEDICT) é órgão da Administração Pública Direta do Distrito Federal, reestruturada pelos Decretos nº 32.716, de 01/01/2011, 36.236 de 01/01/2015, 38.228 de 25/05/2017 e 38.456 de 30/08/2017 e tem atuação e competência nas seguintes áreas:

À Secretaria Adjunta de Economia e Desenvolvimento - SAED, unidade orgânica de comando e direção, diretamente subordinada ao Secretário de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia compete:

I - Formular, implementar e coordenar as políticas governamentais com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Distrito Federal;

II - Planejar, gerir e executar, direta ou indiretamente, as políticas e programas relativos à atração de novos investimentos para o Distrito Federal;

III - Promover ações integradas com órgãos afins, objetivando a captação de recursos financeiros e outros incentivos para o desenvolvimento de programas de fomento de atividades econômicas;

IV - Criar programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas;

V - Articular ações junto aos Estados e Munícipios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região;

VI - Formular diretrizes, coordenar e controlar a execução de programas de incentivos direcionados ao desenvolvimento do Distrito Federal;

VII - Formular e elaborar estudos e projetos nas áreas econômicas e de incentivos fiscais;

VIII - Elaborar propostas para adequação da legislação ou normatização pertinentes ao fomento de atividades econômicas;

IX - Propor ações de cooperação, convênios e acordos internacionais, rodadas de negócios, missões comerciais, seminários, plataformas de exportação, promoção de feiras e exposições.

X - Orientar os empresários e interessados em relação às políticas, programas e incentivos econômicos existentes, com a finalidade de fomentar e dinamizar o desenvolvimento das atividades econômicas do Distrito Federal;

XI - Acompanhar e coordenar a utilização dos fundos públicos para o Desenvolvimento Econômico;

XII - Formular diretrizes, coordenar e acompanhar as atividades dos fundos públicos para o desenvolvimento econômico; e

XIII - Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação e que lhe forem determinadas pelo Secretário.

À Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SACTI, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia, compete:

I - Formular, implementar e coordenar políticas governamentais objetivando o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Distrito Federal;

II - Coordenar a formulação, acompanhar e controlar a execução do Plano de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal;

III - Fomentar o intercâmbio entre o Governo do Distrito Federal, o Governo Federal, outras unidades da Federação, Centros de Pesquisa, Universidades e Entidades, com vistas à cooperação científica, tecnológica, financeira e técnica;

IV - Articular ações junto aos Estados e Municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, com vistas ao estabelecimento de projetos e programas que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na região;

V - Propor e elaborar programas e projetos com vistas à cooperação e captação de recursos junto a organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação;

VI - Coordenar a implantação de Parques Tecnológicos no Distrito Federal e fomentar a criação de empresas de base tecnológica;

VII - Acompanhar a execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Governo do Distrito Federal;

VIII - Propor políticas, articular, fomentar e acompanhar a execução das atividades de tecnologia da informação por meio da participação no Comitê Gestor de Tecnologia e Comunicações – CGTIC, do Governo do Distrito Federal;

IX - Formular diretrizes, coordenar e controlar a execução de programas de incentivos à instalação de empreendimentos na área de biotecnologia;

X - Formular diretrizes, coordenar e controlar a execução de programas e projetos visando à inclusão digital no Distrito Federal;

XI - Fomentar projetos de pesquisa, desenvolvimento e de inovação tecnológica;

XII - Garantir a adequação dos projetos aprovados às diretrizes, normas e princípios emanados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações;

XIII - Formular diretrizes, coordenar e acompanhar as atividades da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF – FAPDF;

XIV - Manter atualizadas as bases de dados sobre a situação da Ciência, Tecnologia e Inovação no Distrito Federal;

XV - Coordenar, acompanhar e dar as diretrizes de gestão dos espaços de educação e difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação;

XVI - Fomentar o ecossistema de inovação;

XVII - Acompanhar e coordenar a utilização de fundos públicos para Ciência, Tecnologia e Inovação – FUNDAP; e

XVIII - Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação e que lhe forem determinadas pelo Secretário.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	15	5	18	4	42
Comissionados sem vínculo efetivo	60	0	53	0	113
Requisitados de órgãos do GDF	16	0	15	2	33
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	9	0	17	26
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	4	0	0	4
Terceirizados (FUNAP)	0	5	0	2	7
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	93	23	86	25	227
(-) Cedidos para outros órgãos	7	0	0	0	7
Total Geral	86	23	86	25	220

Em que pese os trabalhos serem desenvolvidos com um número exíguo de servidores dentro de cada setor, e considerando o aumento da carga laboral diante da fusão desta Secretaria com a Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação no mês de agosto de 2017, a atividade vem sendo executada de modo adequado em todas as unidades.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5742 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5924 - APOIO A EVENTOS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DF ENTORNO	20.000,00	0,00	0,00	0,00
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	**0,00**	**178.112,84**	**153.348,00**	**100.987,87**
0001 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL--DISTRITO FEDERAL	0,00	178.112,84	153.348,00	100.987,87
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	**0,00**	**1.197.653,88**	**1.191.818,11**	**791.176,14**
0001 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO-- PLANO PILOTO .	0,00	1.197.653,88	1.191.818,11	791.176,14
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

0094 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DF ENTORNO	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	**83.437.932,00**	**84.511.109,00**	**5.904.142,86**	**4.579.491,52**
0001 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES--DF ENTORNO	83.437.932,00	84.511.109,00	5.904.142,86	4.579.491,52
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	**2.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS--DF ENTORNO	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	**1.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS--DF ENTORNO	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
3027 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR--TAGUATINGA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
3176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA	**2.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5314 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA-- PLANALTINA	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**89.677.932,00**	**85.886.875,72**	**7.249.308,97**	**5.471.655,53**

Esse programa tem por finalidade promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios, à geração de emprego e renda de forma sustentável e para isso a Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia - SEDICT, desenvolveu as seguintes ações:

No âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação, destacamos:

Sinal Livre - Rede Metropolitana Sem Fio

O projeto Sinal Livre é uma iniciativa do Governo de Brasília destinado a promover a democratização do acesso à informação, garantindo acesso gratuito à internet sem fio (Wi-Fi) com qualidade e disponibilidade em áreas públicas de relevante circulação de pessoas. O projeto alinha-se a uma política pública efetiva que avança na discussão sobre a internet como um direito fundamental. Hoje, a conexão à rede impacta diretamente na vida cotidiana das pessoas, influenciando o trabalho, a saúde, o comércio, a educação, o lazer, o acesso aos serviços públicos e outras esferas da atividade humana.

Áreas de Cobertura

O projeto Sinal Livre, quando em pleno funcionamento, atendeu diariamente, em média 20.000 (vinte mil) pessoas, principalmente na Rodoviária do Plano Piloto e nas Estações Central, Galeria, Feira do Guará e Águas Claras, do Metrô-DF. Atualmente as áreas de cobertura do projeto estão implementadas nos seguintes locais:

- Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (RPP) – Plataforma Inferior, Mezanino e Plataforma Superior;
- Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCUG) – Área Externa e Ala Oeste (indoor) interior;

- Planetário de Brasília – Cobertura Interna (indoor) e Área Externa;
- Torre de TV – Feira da Torre e Praça das Fontes;
- Estádio Nacional de Brasília (ENB) – Perímetro Externo;
- Parque da Cidade Dona Sara Kubitschek – Próximo ao Parque Nicolândia; e
- Setor Hoteleiro Sul – Quadra 05.

Durante o exercício de 2017, foi implementado, a título de projeto piloto (teste de funcionalidades), em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP-DF, cinco pontos de presença do projeto na região central da Ceilândia. Foram iniciadas tratativas para consolidação de cooperação entre os órgãos para viabilização de instalação de novos pontos definitivos.

Cenário Atual

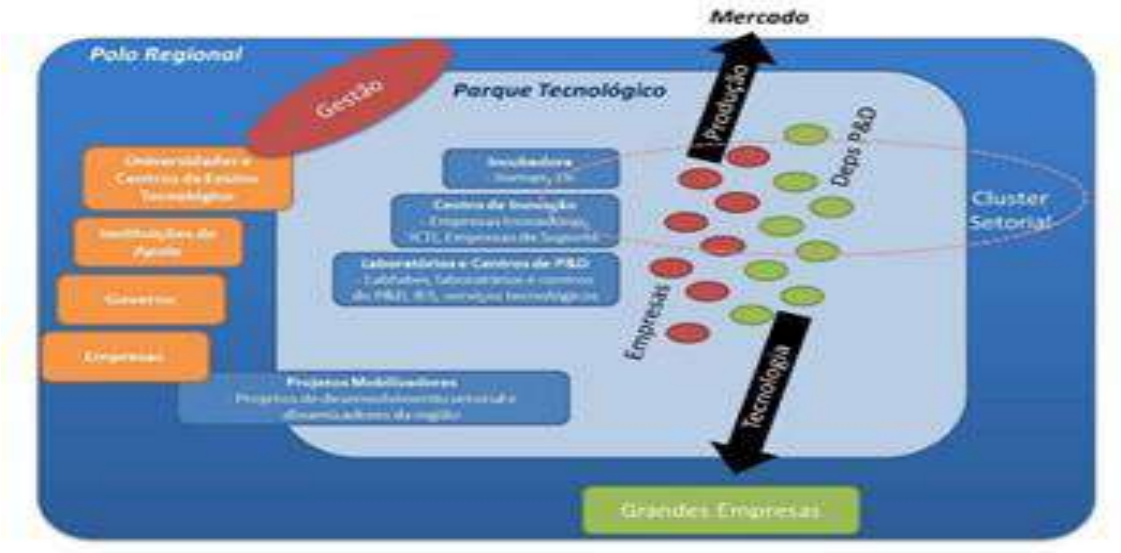
A equipe de Coordenadores Técnicos da Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação tem atuado na identificação e mitigação de falhas, por meio de monitoramento e atuação nos pontos de cobertura do projeto. Desde outubro de 2017, a rede funciona parcialmente e de forma instável, comprometendo algumas áreas de cobertura. Ações foram tomadas pela SACTI-DF com o intuito de sanar as falhas ocorridas, no entanto, sem êxito.

Está em andamento a fase pré-licitatória para a contratação dos serviços de suporte e manutenção que visam garantir a disponibilidade e bom funcionamento do Sinal Livre. Este procedimento demanda, no entanto, resolução de questões contratuais e correção de apontamentos realizados por meio de auditorias, referentes à implantação do projeto, para que tenha continuidade.

Parque Tecnológico BIOTIC – Implantação do Parque Tecnológico Capital Digital

Os Parques Tecnológicos podem ser percebidos como instrumentos estratégicos promovendo a interação e a cooperação para inovação, pois integram num mesmo ambiente todos os elementos necessários para que a inovação aconteça com maior velocidade e qualidade, conforme ilustra a figura abaixo.

Conceito de Parque Tecnológico:



Um diferencial que um Parque Tecnológico oferece é a gestão da inovação, atraindo e integrando seus elementos para operacionalização de projetos mobilizadores que possam dinamizar o desenvolvimento de uma região, apoiando a organização dos clusters locais e, consequentemente, gerando maior agregação de valor nas cadeias produtivas. Visando uma

adequada definição das diretrizes do BioTIC, é de suma importância conhecer a situação dos Parques Tecnológicos dentro da economia do conhecimento global e posicioná-lo para alcançar resultados que possam classificá-lo como parte da "terceira geração" de parques.

Áreas de Cobertura

Neste contexto, muito mais que um grande empreendimento imobiliário, uma verdadeira cidade tecnológica, o BioTIC será criado dentro da capital brasileira para oferecer um ecossistema de cooperação e geração de negócios entre empresas, universidades e centros de pesquisa. O BioTIC será um parque tecnológico com foco na inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Biotecnologia, aplicada a setores como Biotecnologia, Nanotecnologia, Saúde, Cosméticos, Energia, Agricultura, Segurança, entre outros.

Cenário Atual

O cenário para o estabelecimento de um Parque Tecnológico em Brasília é amplamente favorável, considerados os diversos aspectos socioeconômicos da Cidade e de seu entorno, sua riqueza em capital intelectual, estrutural e relacional, insumos básicos para o desenvolvimento sustentável na Sociedade do Conhecimento.

Governança

A composição da Governança do BIOTIC ainda permanece a mesma que fora estipulada no Decreto nº 32.730 de 27 de janeiro de 2011, alterado pelo Decreto n° 38.215. Contudo, deve-se atentar para a reestruturação administrativa realizada pelo Decreto n° 38.456, de 30 de agosto de 2017, o qual transferiu a estrutura da Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal - CACI para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável - SEDES (atualmente Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia – SEDICT). A governança não teve alteração em sua composição ficando hoje a SEDICT representada pela Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme descrito a seguir:

1. Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SACTI;
2. Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP;
3. Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA;
4. Banco Regional de Brasília – BRBDTVM;
5. Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia - SEDICT (antiga SDE).

Entidade Gestora

Vale ressaltar que o inciso III do art. 3° do Decreto n° 32.730/2011, que tratava da criação da entidade gestora do Parque teve sua redação alterada pelo Decreto n° 36.612, de 16 de julho de 2015, passando a contemplar como competência da Governança apenas a definição do objetivo de trabalho e dos critérios para seleção e contratação dessa entidade. Atualmente, o Comitê de Governança está trabalhando, juntamente com a FAP-DF, na definição do termo de referência de um Agente de Inovação, o qual deverá gerir as ações de inovação no Edifício Sede da Governança Lote 4. Assim que estruturado, a FAP deverá lançar um Edital neste sentido.

Da mesma forma, a Subsidiária da TERRACAP, BIOTIC S/A, encontra-se em processo de criação, conforme Decisão n° 22 do Conselho de Administração da TERRACAP e Ofício n° 1058/2017. Uma vez criada, ela será responsável pela implementação e gestão das ações relativas ao Lote 01, onde está previsto a instalação dos setores de pesquisa, desenvolvimento

e inovação das empresas. Para atingir tal objetivo, a TERRACAP está envidando esforços para contratar quatro estudos, a saber: Master Plan; Business Plan; Legal Opinion e Valuation.

Obra da Sede da Governança

A data atualizada para entrega da obra do Edifício Sede da Governança FAP-DF é o primeiro semestre de 2018. Conforme definido pelo Comitê de Governança, o Edifício Sede será ocupado pela FAP-DF, com um total de 70 pessoas, dentre servidores efetivos, estagiários e menores aprendizes.

Outras Ações

Manutenção do Planetário – Plano Piloto

O Planetário de Brasília possui um projetor do modelo Spacemaster, fabricado pela alemã Carl Zeiss Jena, capaz de simular em uma cúpula de 12,5 metros de diâmetro e mil metros cúbicos de volume, todos os fenômenos astronômicos que somos capazes de observar à vista desarmada, além de realizar simulações de eventos impossíveis de serem experimentados, como viajar no tempo e no espaço em questão de minutos. Com a atualização do equipamento instalado, as possibilidades didáticas e de entretenimento multiplicaram-se. A programação da cúpula destina-se a apresentar ao espectador conteúdos de Astronomia, Física, Matemática, Filosofia, Biologia e outras ciências correlatas no formato de um filme pré-gravado, cuja narração é feita com base nos efeitos visuais que estão sendo mostrados.

Possui ainda área destinada a exposições permanentes e temporárias, com temas ligados à Astronomia e às ciências correlatas, agendadas e montadas pela equipe do Planetário de Brasília. Além da exposição de objetos físicos, os visitantes poderão ter acesso a vídeos científicos e a visitas virtuais a museus e exposições mantidas por outras instituições científicas, por meio de uma TV de alta definição com tela plana de 52 polegadas, com um DVD player acoplado.

Os dados de visitação durante o ano demonstram o grande interesse do público no espaço do Planetário. Destacamos os seguintes resultados : 26.640 estudantes, 31.598 de público geral e 1.048 escolas. O total de atendimentos no ano de 2017 alcançou o numero de 114.084. Importante ressaltar que o acesso do publico ocorreu mediante a doação de alimentos, tendo sido recebido 13.655 kg, no ano de 2017.

Dentre as visitações ao Planetário, destacamos as parcerias com a Academia e instituições representativas do setor, como a Unb , o Clube de Astronomia de Brasília, Agência Espacial Brasileira, Escola de Música de Brasília, dentre outras. Estas parcerias enriquecem os eventos promovidos pelo planetário estimulando a presença da população, em datas comemorativas, além de realizar ações educativas, lúdicas e interativas. A presença do Planetário ocorre também em eventos de ciência e tecnologia e atividades itinerantes nas cidades satélite.

Atividades

Os horários disponíveis para agendamento de escolas, instituições e organizações não governamentais ocorrem no período de terça a sexta-feira.

Sessões abertas ao público

Dia/ hora	17:30h	19:00h
Terça-feira	O Segredo do Foguete de Papelão	Origens da Vida

Quarta-feira	O Segredo do Foguete de Papelão	Da Terra ao Universo
Quinta-feira	Reino de Luz	O Segredo do Foguete de Papelão
Sexta-feira	Dois Pedacinhos de Vidro Da Terra ao Universo	

Programação de Fim de Semana e Feriado

9:30h	O Segredo do Foguete de Papelão
11:00h	Dois Pedacinhos de Vidro
14:30h	Origens da Vida - SESSÃO COMENTADA
16:00h	O Segredo do Foguete de Papelão
17:30h	Da Terra ao Universo - SESSÃO COMENTADA
19:30h	Reino de Luz: Uma breve história da vida - SESSÃO COMENTADA

No âmbito do Desenvolvimento Econômico:

Central de Regularização de Empresas

Visa propor, coordenar e executar ações para a simplificação, desburocratização e centralização do atendimento às empresas e novos empreendedores.

Acões realizadas

- Operacionalização da Unidade do Simplifica PJ, inaugurada em 05/10/2017, estruturada com mobiliário, acesso à internet, equipamentos de informática e demais itens necessários.
- Realização de capacitações e reuniões.
- Atendimento na Unidade do Simplifica PJ - Período de 05/10 a 29/12/17

Atendimento na Unidade do Simplifica PJ - Período de 05/10 a 29/12/17				
Atendimento	out	nov	dez	Total
Atendimento Presencial	495	1.417	1.939	3.851
Eventos e Reuniões	102	114	227	443

Simplificação (simplificar os processos e reduzir obrigações acessórias)

Tem por finalidade promover a implantação da REDESIM no DF, em articulação com os outros órgãos integradores federais e distritais (em atendimento a Lei Federal 11.598/2007, e Lei Distrital 5.547/2015), bem como coordenar e gerenciar o sistema integrador RLE.

A REDESIM trata de um conjunto articulado de ações a serem promovidas por entidades públicas federais, estaduais, municipais e distrital, com o objetivo de simplificação e integração de processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, materializando-se na implantação de um sistema único e integrador dos processos, representado no DF pelo RLE@Digital.

Ações realizadas

- execução do Acordo de Cooperação nº 02/2015;

- implantação do Comitê da REDESIM e do Subcomitê da REDESIM no DF;

- subcomitê foi instituído pelo Decreto nº 38.539 de 05/10/2017, publicado no DODF de 06/10/2017;

- acompanhamento da implantação do RLE@Digital;

- gerenciamento do Sistema RLE@Digital;

- divulgação de material informativo do RLE@Digital;

- atendimento a empresários e órgãos licenciadores e reguladores quanto a operacionalização do RLE@Digital; e

- coordenação da implantação, organização, atualização e integração do sistema RLE@Digital.

O quadro a seguir demostra o numero de atividades ocorridas em cada serviço prestado, no periodo de janeiro a dezembro de 2017

Evento	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total
Abertura	2.157	2.321	3.249	2.192	2.712	2.281	2.633	2.889	2.327	2.480	2230	8.568	36.039
Baixa	892	845	1.112	785	1.064	894	975	969	813	862	727	190	10.128
Licenciamento	956	926	1.400	1.003	1.482	786	1.579	1.705	1.313	1.126	961	741	13.978
Regularização	1.267	1.202	1.672	1.510	2.171	1.387	2.621	3.070	1.986	2.154	1692	-	20.732
Total	5.272	5.294	7.433	5.490	7.429	5.348	7.808	8.633	6.439	6.622	5.610	9499	80.877

Articulação com o Setor Produtivo

Promover iniciativas que permitem acesso a mercados, oportunidades de comercialização de bens e serviços, aprimoramento e integração de processos e ações administrativas, dinamização da economia, combate ao comercio ilegal, ampliação do fortalecimento do ambiente produtivo da região do DF e entorno.

Ações realizadas

Projeto Pequenos Reparos

Tem como objetivo facilitar acesso aos microempreendedores individuais para prestação de serviços de pequenos reparos nas escolas públicas de São Sebastião. A retomada do credenciamento com a publicação da Decisão TCDF n° 4588/2017 de 19/09/2017 possibilitou o credenciamento de 214 MEIs. Foram selecionados serviços nas áreas de: eletricista, bombeiro hidráulico, pintor, pedreiro, chaveiro, jardineiro, serralheiro, técnico em informática e técnico em eletrodomésticos. No período foram realizados serviços de pintura, serralheria e chaveiro.

Projeto Força Tarefa Combate ao Comércio Ilegal

Tem como objetivo propor, coordenar e executar em parceria, a regularização, moralização e combate a ilegalidade de atividades de negócios no DF, acolhimento de demandas do setor produtivo quanto ao comércio ilegal e a articulação com a Ouvidoria do GDF para inclusão de marcadores sobre o comércio ilegal, nas demandas acolhidas pelo sistema OUV-DF. Atualmente monitora 21 áreas, em conjunto com os órgãos de fiscalização e regularização, bem como representantes do setor produtivo.

Modernização e Melhoria da Infraestrutura das Áreas de Desenvolvimento Econômico do DF - PROCIDADES

O projeto desenvolvido com o BID, totaliza recursos na ordem de USD$ 70 milhões, através do contrato OC/BR 2957, para desenvolver ações distribuídas em três componentes: obras de infraestrutura, atração de investimentos e desenvolvimento dos empresários nas ADE's.

No que se refere ao Componente I - Infraestrutura e Obras

As ações vêm sendo realizadas no intuito de elaborar os editais, com especificação técnica para orientar a contratação de obras que serão realizadas nas ADE's do Gama, Ceilândia, Pólo JK e Centro Norte. Este conjunto prevê obras de: limpeza e cercamento das lagoas de detenção, pavimentação asfáltica, execução de rede de drenagem de águas pluviais, mobilidade urbana, sistema de esgotamento sanitário, implantação da subestação de energia, aquisição de transformadores para a subestação de energia e implantação da linha de distribuição de energia elétrica. As obras deverão ser concluídas até setembro de 2019, conforme previsto no programa de trabalho.

Em relação ao Componente II – Atração de Investimentos

Tendo em vista o prazo restante e a execução zero do Programa, o Componente II foi reformulado para adequar o tempo restante das atividades do mesmo. Neste sentido foram adotadas as seguintes recomendações para o estudo de Tendências:

- Concessão de Benefícios;

- Melhoria e Infraestrutura;

- Melhoria no Ambiente de Negócios; e

- Parques Tecnológicos.

O Plano Distrital de Atração de Investimentos será elaborado observando essas recomendações, estabelecendo as diretrizes e estratégias para os próximos 20 anos.

Em relação ao Componente III - Desenvolvimento dos empresários nas ADE's

As ações deste componente estão direcionadas a capacitação, serviços de consultoria e diagnóstico das empresas estabelecidas nas Regiões Administrativas – RA's do Distrito Federal, que compõem as cadeias produtivas de empresas localizadas nas ADE's. Este componente está sendo executado, através do SEBRAE/DF, com as seguintes entregas:

Ação 01 – Diagnósticos Empresariais

Estes diagnósticos foram aplicados com base na metodologia SEBRAE Negócio a Negócio – NaN, um programa de orientação empresarial do Sistema SEBRAE, amplamente utilizado no país. A realização de diagnósticos está descrita, conforme tabela a seguir:

Meta prevista	Qtd Prevista (Total)	Qtd Prevista (1° Bimestre)	Qtd Realizada (1° Bimestre)	% Realização (1° Bimestre)	% Realização (Total do Projeto)
Diagnóstico empresarial	3000	3000	3000	100%	100%

Empresas de diversas ADE's foram diretamente beneficiadas pela ação de diagnósticos, conforme descritas no quadro abaixo:

ADE's	Quantidade de Empresas
ÁGUAS CLARAS	288
CEILÂNDIA	409
GAMA	128
GUARA	210
RECANTO DAS EMAS	163
RIACHO FUNDO	12
S.I.A	231
SAMAMBAIA	208
SANTA MARIA	224
SCIA	83
SOBRADINHO	260
TAGUATINGA	93
SETOR PLACA DAS MERCEDES	126
BERNADO SAYÃO	74
TOTAL ADE	2.509
CADEIA PRODUTIVA	491
TOTAL GERAL	3.000

Ação 02 – Capacitação de Empresários

As ações foram divididas, no âmbito do projeto, em quatro grupos, com os conceitos e realizações informadas a seguir:

Palestras gerencias – atendimento de natureza educacional, com metodologia própria de SEBRAE/DF, realizada por meio de exposição de conteúdo oral e com carga horária de 02hs;

Meta prevista	Qtd Prevista (Total)	Qtd Prevista (1° Bimestre)	Qtd Realizada (1° Bimestre)	% Realização (1° Bimestre)	% Realização (Total do Projeto)
Palestras	110	10	10	100%	9,1%

Oficinas – atendimento de natureza educacional, com metodologia própria de SEBRAE/DF, realizada por meio de exposição de conteúdo oral com carga horária de 04hs;

Meta prevista	Qtd Prevista (Total)	Qtd Prevista (1° Bimestre)	Qtd Realizada (1° Bimestre)	% Realização (1° Bimestre)	% Realização (Total do Projeto)
Oficinas	65	8	8	100%	12,3%

Curso de Gestão - atendimento de natureza educacional, com metodologia própria de SEBRAE/DF, realizada por meio de exposição de conteúdo oral com carga horária igual ou superior a 15hs;

Meta prevista	Qtd Prevista (Total)	Qtd Prevista (1° Bimestre)	Qtd Realizada (1° Bimestre)	% Realização (1° Bimestre)	% Realização (Total do Projeto)
Cursos para Gestão	50	10	10	100%	20%

Despesa Relacionada – consta neste item despesa relacionada a contratação do serviço técnico especializado para a customização de soluções (adequação de forma ou conteúdo de uma

metodologia do SEBRAE/DF para melhor atender às necessidades de grupos específicos de empresas) e contratação de serviço e suporte operacional ao oferecimento e operacionalização das capacitações disponibilizadas às empresas.

Meta prevista	Qtd Prevista (Total)	Qtd Prevista (1° Bimestre)	Qtd Realizada (1° Bimestre)	% Realização (1° Bimestre)	% Realização (Total do Projeto)
Soluções customizadas	50	5	5	100%	10%

Ação 03 – Consultoria de Negócios

Foram realizadas 750 Consultorias Empresarias, que consistem em uma atividade que tem como objetivo básico atender às necessidades das empresas, por meio de aconselhamento ou sugestões de melhorias, embasado em firme e estruturado conhecimento.

Realização do projeto na área de Consultoria de Negócios está descriminada na tabela abaixo:

Meta prevista	Qtd Prevista (Total)	Qtd Prevista (1° Bimestre)	Qtd Realizada (1° Bimestre)	% Realização (1° Bimestre)	% Realização (Total do Projeto)
Soluções customizadas	50	5	5	100%	10%

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1475 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.	1,6	%	25	-	25	1,4	25	25	SEDES/ CODEPLAN / UO 20101 / OE 2
Justificativa: 2016 - O índice mais recente apurado pela CODEPLAN refere-se ao ano de 2014 (1,8%), divulgado em nov/2016. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2015 e 2016 serão divulgadas em 2017; as relativas aos anos de 2017 e 2018, serão divulgadas em 2019 e as relativas aos anos de 2019 e 2020 serão apuradas em 2021. Esclareça-se que o índice desejado de 25% refere-se ao incremento no índice alcançado do ano anterior. 2017 - O Índice mais recente apurado pela CODEPLAN. Comunicamos que a última informação disponível relativa à solicitação da Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado do PIB/DF refere-se ao ano de 2015 (1,4%), divulgado em novembro/2017. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2016 e 2017 serão divulgadas em 2018 e 2019, respectivamente.									

Atividade Econômica do DF (*)

Os indicadores econômicos do DF acompanharam a crise brasileira e, desde 2015, têm registrado quedas consecutivas. A recessão impactou a economia do DF de maneira mais branda do que no restante do país, nos anos de 2015 e 2016. Contudo, em 2017, a economia brasiliense vem mostrando contração maior, comparativamente, ao resultado do PIB brasileiro, em todos os três trimestres do ano. Dessa forma, o Idecon-DF estimado aponta para reduções da ordem de 0,5% no terceiro trimestre deste ano, frente ao mesmo trimestre de 2016. Já o PIB trimestral brasileiro, na mesma base de comparação, aumentou 1,4%.

Esta diferença é explicada, em parte, pelos segmentos de atividade econômica do PIB brasileiro que se destacaram com forte crescimento ou recuperação, no segundo trimestre, por possuírem pouca ou nenhuma relevância efetiva no DF. Destacam-se: Agropecuária, Indústria extrativa mineral e alguns segmentos da indústria de transformação. Uma vez que essas atividades são pouco representativas na economia do DF, houve diminuto impacto no desempenho do trimestre.

A despeito disso, o resultado do Idecon-DF se mostra melhor do que o observado no mesmo trimestre do ano passado quando teve contração de 1,4%. Essa menor retração econômica advém do desempenho da Agropecuária e do Comércio, enquanto a Indústria brasiliense continua em queda acentuada.

Entre os grandes setores econômicos que compõem o Idecon-DF, a Agropecuária mostrou crescimento de 7,1%. A boa safra de grãos ocorreu em praticamente todo o país, de maneira que no DF não foi diferente, embora sua participação seja de 0,3% no PIB local, resultando em baixa influência sobre o desempenho econômico geral.

Já a indústria do DF reduziu 2,4%. Novamente, o segmento de construção, que é responsável por mais da metade do setor industrial, manteve sua trajetória de queda com - 2,5%. No Brasil, a construção retraiu -4,7% no mesmo período, ficando claro que a crise nesse segmento é generalizada.

A Indústria de Transformação, que possui menor participação no DF, avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2017. Na comparação com o Brasil, a Indústria brasiliense mostrou menor variação, em muito devido ao perfil das atividades industriais que são realizadas na região. No Brasil, a indústria extrativa mineral teve crescimento de 2,4%, devido à melhora do comércio internacional do minério de ferro, do petróleo e do gás natural. E a indústria de transformação brasileira também teve alta de 2,4%, com a elevação de alguns segmentos industriais importantes, como a produção de alimentos, de bens de capital (máquinas e equipamentos) e bens de consumo duráveis (fabricação de automóveis e de equipamentos eletroeletrônicos). No DF, essas atividades possuem reduzido (ou nulo) percentual de participação na economia local, exceto a indústria alimentícia.

Finalmente, o setor de Serviços, com maior participação na estrutura produtiva do DF, apresentou retração de 0,4%, enquanto no país houve alta de 1,0%. No DF, o Comércio finalmente mostrou alguma reação, com avanço de 1,0%, refletindo o poder de compra das famílias e a recuperação gradual do mercado de trabalho. Porém, quase todos os demais segmentos tiveram redução. O Brasil revela números mais positivos do setor de Serviços, com queda em somente dois segmentos: serviços de informação e administração, saúde e educação públicas. Este último influencia bastante a economia do DF, de maneira que uma queda, tanto em nível brasileiro como em nível regional, implica impactos negativos sobre as atividades no Distrito Federal.

Segmento de Comércio

Em relação ao comércio, que representa 6,8% da economia do DF, de acordo com a pesquisa do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista do Distrito Federal registrou, no terceiro trimestre de 2017, queda de 4,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, o volume de vendas do comércio varejista se apresenta positivo, de forma que o DF se encontra na 24ª colocação no ranking das unidades federativas. Quando analisado o Comércio varejista ampliado, que inclui vendas de veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção, o quadro se inverte, e o DF passa a mostrar recuperação consistente, com elevação de 5,8% na variação trimestral e de 3,8% no acumulado em nove meses. Esse resultado posiciona a unidade federativa em décima sétima colocação no ranking brasileiro na variação trimestral**.**

Essa diferença de resultados entre o comércio varejista e o comércio varejista ampliado está relacionada ao desempenho positivo no acumulado do ano dos segmentos de comércio de veículos e motocicletas, partes e peças (19,2%) e o comércio de material de construção (28,2%). O desempenho de ambos os segmentos no Distrito Federal refletiu em parte a situação do restante do país, onde o comércio de veículos e motocicletas aumentou 10,4% e o segmento de material de construção teve expansão de 13,1%. Cabe mencionar, no entanto, que parte desse resultado tem a ver mais com a recuperação do mercado do que com crescimento, uma que vez que a queda verificada nesses dois segmentos em 2016 foi bastante significativa.

Esta pesquisa é relacionada ao potencial de consumo das famílias, de maneira que resultados negativos refletem a redução da renda das famílias e do crédito – seja devido ao desemprego, seja devido à diminuição real dos rendimentos do trabalhador – e, também, expectativas pouco otimistas dos consumidores quanto ao futuro. Não apenas isso, boa parte dos segmentos desse setor tiveram reduções de preços significativas, comprovando o baixo volume de transações e sinalizando a reduzida capacidade de recompor a margem por parte das empresas. Contudo, de maneira geral, das dez atividades de comércio que compõem o índice, no Distrito Federal, sete já registram sinal positivo, indicando que a melhora se tem disseminado no setor, ainda que de forma gradual.

Setor de Serviços

De acordo com o IBGE, o volume de serviços do Distrito Federal registrou no terceiro trimestre do ano, queda de 12,4% quando comparado ao mesmo período de 2016. Essa retração é muito maior do que a apresentada para o Brasil de -3,0%. No entanto, na variação trimestral com ajuste sazonal, os serviços registraram retração de 0,6% no Brasil e de apensa 1,6% no Distrito Federal, ratificando a lenta trajetória de recuperação.

É importante destacar que esse índice de volume, estimado pelo IBGE, não incorpora dados referentes ao setor financeiro (intermediação financeira, seguros e previdência complementar) – que tem peso de 14,3% na economia brasiliense – do comércio – com peso de 6,8% – e, também, não avalia o desempenho da administração, saúde e educação públicas, com participação de 44,7%. Ou seja, esses números mostram o desempenho de parte do setor de serviços, que representa em torno de 30% da economia do Distrito Federal.

Cabe destacar o desempenho negativo do segmento outros serviços, com diminuição de 27,2%. Esse segmento é composto por uma série de atividades econômicas, como as imobiliárias, as de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação etc. Dessa forma, não é possível afirmar em qual dessas atividades houve a maior queda. No entanto, percebe-se que parte desse resultado está relacionada à base de comparação, que é o segundo trimestre de 2016, quando outros serviços tiveram variação positiva de 8,3% - que é um comportamento oposto ao do restante do país naquele período, quando o segmento já estava em retração. Nesse sentido, parte dessa variação abrupta é reflexo do comportamento anormal verificado no ano anterior.

Ainda assim, há contração em segmentos que são reflexo da situação econômica do DF. As atividades de serviços prestados às famílias – que incluem alojamento e alimentação – mostram recuo de 18,0%, e os transportes, serviços auxiliares de transporte e correio, de 14,9%, no trimestre que se encerrou em setembro de 2017.

Contudo, a expectativa é de recuperação gradual da economia brasileira ao longo dos próximos trimestres. Espera-se, também, uma acomodação dessa queda nos serviços no Distrito Federal, sendo que já se observa reversão da trajetória nos serviços de informação e comunicação, que não apresentaram retração por dois trimestres consecutivos. Note-se, no entanto, que, por ser um segmento de maior peso em uma economia, os serviços acabam por mostrar uma dinâmica menor frente a outros setores, isto é, tende a reagir de maneira mais lenta, razão pela qual em outras atividades econômicas a recuperação é mais perceptível.

(*) Fonte: Boletim de Conjuntura do DF, Codeplan (Dezembro 2017). Disponível em:http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/Estudos/2017/Boletim_de_Conjuntura_do_DF_2017_3_Trimestre.pdf. Acesso em: 28/12/2017.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**160.000,00**	**95.329,33**	**83.570,13**	**72.739,25**
8482 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	160.000,00	95.329,33	83.570,13	72.739,25
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**160.000,00**	**95.329,33**	**83.570,13**	**72.739,25**

Direitos Humanos e Cidadania(*)

São projetos e ações focadas na orientação, amparo e assistência dos presos. Nesse sentido, a SEDICT efetivou convênio com a FUNAP/DF para o fornecimento de mão de obra de até 7 reeducandos.

(*) Fonte : SEDCIT/SUAG/DIPOF, 2017

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	**0,00**	**510.000,00**	**280.260,00**	**0,00**
0006 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU-DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA- PLANO PILOTO .	0,00	510.000,00	280.260,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**0,00**	**510.000,00**	**280.260,00**	**0,00**

Capital Cultural

O programa nesta etapa trata de prestação se serviços técnicos especializados, referentes à Organização de licitação na modalidade Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo e foi assinado em 10/07/2017, entre o governo do Distrito Federal e o IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil, conforme o Extrato do Contrato de Prestação de Serviços Nº 10/2017 – Casa Civil publicado no DODF Nº 132 de 12/07/2017, Pág. 33.

Os serviços prestados pelo IAB foram para elaboração de documentos que orientassem o processo de contratação para a construção do museu de ciência e tecnologia, sendo eles: Edital; Termo de Referência; Minuta de Contrato; NGB; URB; Levantamento topográfico; Cota de Soleira (em documento manuscrito); Relatório de Sondagem; Consultas às Concessionárias de Serviços Públicos (CEB e CAESB, datados de 2014); e Memória de Cálculo de Honorários.

Tendo em vista o Decreto Nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, publicado no DODF, nº 168, de 31/08/2017, pág. 2, que transfere para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável toda a estrutura administrativa, os recursos orçamentários e financeiros, as competências regimentais, o processo de contratação encontra-se na Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, para a sub-rogação do mesmo e continuidade ao objeto do contrato.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**787.751,00**	**263.243,00**	**263.242,91**	**263.242,91**
0016 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	787.751,00	263.243,00	263.242,91	263.242,91

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**5.078.690,00**	**3.708.065,00**	**2.746.961,59**	**2.325.461,15**
0043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	5.078.690,00	3.708.065,00	2.746.961,59	2.325.461,15
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**5.866.441,00**	**3.971.308,00**	**3.010.204,50**	**2.588.704,06**

Programa para Operação Especial (*)

Apesar de serem ações que não contribuem para a manutenção do governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, quando associadas a programas finalísticos podem apresentar produtos associados. Assim sendo, podemos destacar as despesas com 254 servidores, que prestaram serviços na SEDICT, no período de janeiro a dezembro de 2017.

(*) Fonte : SEDCIT/SUAG/DIPOF, 2017

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**20.102.366,00**	**15.202.366,00**	**14.487.845,33**	**14.487.845,33**
0067 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	20.102.366,00	15.202.366,00	14.487.845,33	14.487.845,33
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**1.055.561,00**	**1.055.561,00**	**781.543,32**	**781.543,32**
0058 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	1.055.561,00	1.055.561,00	781.543,32	781.543,32
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**8.230.833,00**	**599.544,67**	**396.618,56**	**305.152,09**
0062 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	8.230.833,00	599.544,67	396.618,56	305.152,09
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**100.000,00**	**5.000,00**	**4.999,00**	**4.999,00**
0024 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	5.000,00	4.999,00	4.999,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2605 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**260.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0057 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	260.000,00	0,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**350.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5374 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	350.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**30.248.760,00**	**16.862.471,67**	**15.671.006,21**	**15.579.539,74**

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desenvolvimento (*)

Agregam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas iniciativas. Esses programas e ações de forma continuada, são de fundamental importância para o funcionamento da instituição e no atendimento das demandas do contribuinte, assim podem-se destacar: a folha de pagamento dos servidores da Secretaria no ano de 2017, auxílio-creche, alimentação e transporte, referentes a 2.494 benefícios concedidos, bens e serviços destinados ao funcionamento da Secretaria e a aquisição de equipamentos para o controle de frequência biométrico.

(*) Fonte : SEDCIT/SUAG/DIPOF, 2017

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Com relação a Realizações Extraordinárias, destacamos as seguintes ações:

1) **Financiamento FCO**

O FCO disponibilizou este ano R$ 1,8 bilhões para financiamento e crédito aos empresários do Distrito Federal e RIDE. Cerca de R$ 800 milhões foram concedidos. Os recursos não utilizados retornaram aos cofres da União, de acordo com as regras do Fundo. Usualmente não são totalmente aplicados, pelo desconhecimento dos próprios empresários em sua utilização. O Fundo está direcionado para que o empresário invista em seu negócio e desenvolva a economia local.

2) Implantação do SEI na SEDICT

O Sistema Eletrônico de Informações – SEI começou a ser formatado no âmbito do Governo do Distrito Federal a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2013, que foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, a Embrapa, Companhia de Valores Mobiliários e o Governo do Distrito Federal, com o intuito de formalizar uma estrutura colaborativa para a implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN) e disponibilizar o SEI como solução de processo eletrônico para os órgãos partícipes. No Governo de Brasília, o órgão responsável pela implantação e gestão do SEI-GDF é a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), por meio da Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia que coordena o projeto de Implantação do SEI-GDF.

A implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI na Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia, estava prevista para o ano de 2018. Através de um pedido do Secretário de Estado, a implantação foi antecipada para novembro de 2017. Após apenas 2 meses de trabalho da equipe da SEPLAG, no dia 13 de novembro de 2017 a SEDICT começou a operar 100% no SEI.

3) À Ouvidoria – SEDICT

Além das atividades de rotina, podemos destacar durante o ano de 2017 duas ações importantes coordenadas pela Ouvidoria da SEDICT:

3.1) Melhora da Transparência Ativa

Em maio de 2017, a Secretaria apresentava um Índice de Transparência Ativa (ITA) de 39 pontos, que equivale 39% de transparência. Passados 7 meses da nova gestão e após diversas intervenções, o Índice de Transparência Ativa da SEDICT atingiu a pontuação máxima, apresentado 100 pontos ou 100% de transparência. Esse índice é baseado no Art.46, da Lei n° 4.990, de 12 de dezembro de 2012 e tem como principal objetivo garantir à população o direito de acesso a informação de qualidade. Essa pontuação rendeu à Secretaria uma premiação, que foi entregue em dezembro, pelo Controlador Geral do Distrito Federal.

Transparência ativa consiste na divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público, ou seja, quando são tornadas públicas informações, independente de requerimento, utilizando principalmente a Internet.

3.2) Reestruturação da Carta de Serviço ao Cidadão

Em maio de 2017 a Secretaria apresentava uma Carta de Serviços ao Cidadão, extensa, escrita em uma linguagem técnica e de difícil entendimento. Foi necessário a criação de um Grupo de Trabalho (GT), para reescrever esse documento. Em novembro de 2017, após inúmeras reuniões este documento ficou, mais enxuto, com uma linguagem mais cidadã e de fácil entendimento. Em dezembro esta carta foi oficialmente divulgada e encontra-se no site da secretaria.

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento e os padrões de atendimento estabelecidos.

4) Emissão de Atestados de Implantação – PRÓ-DF II

Foram emitidos 55 (cinquenta e cinco) Atestados de Implantação, dos quais 06 (seis) são provisórios e 49 (quarenta e nove) são definitivos, às empresas beneficiárias do incentivo econômico do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II. O incentivo econômico do PRÓ-DF II consiste na disponibilização de lotes de propriedade da TERRACAP, destinados ao Programa, a empresas que, ao cumprirem com as metas propostas nos Projetos de Viabilidade Técnico Econômico e Financeiro – PVTEF aprovados, podem assegurar desconto de até 95% (noventa e cinco por cento) na aquisição do imóvel objeto do incentivo. O Atestado de Implantação Provisório demonstra que a empresa implantou seu projeto no endereço incentivado e suspende a cobrança da taxa de ocupação (0,5% sobre o valor do imóvel) pela Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP pelo período de 06 (seis) meses. Já o Atestado de Implantação Definitivo é o documento que comprova que a empresa implantou e manteve seu funcionamento e geração de empregos pelo período consecutivo de, no mínimo, 06 (seis) meses, autorizando a beneficiária assinar junto à TERRACAP a Escritura Pública de Promessa de Compra e Venda do imóvel. As 55 (cinquenta e cinco) empresas comprovaram a geração de 1.708 (hum mil setecentos e oito) empregos diretos, 557 (quinhentos e cinquenta e sete) a mais do que o inicialmente projetado pelas mesmas.

5) Publicação do Decreto nº 38.382, de 31/07/2017

No intuito de aperfeiçoar e dar maior transparência e celeridade ao acompanhamento dos processos de empresas beneficiárias do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II, foi proposta por esta Secretaria a alteração do Decreto nº 36.494, de 13/05/2015, que regulamenta os dispositivos das Leis instituidoras do Programa (Lei nº 3.196/2003 e da Lei nº 3.266/2003). Assim, em 01/08/2017 foi publicado no DODF nº 146 o Decreto nº 38.382, de 31/07/2017.

6) Publicação da Lei nº 6.035, de 21/12/2017

Por iniciativa desta Secretaria foi encaminhado Projeto de Lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF com vistas a regularizar e legitimar a situação das empresas beneficiárias do incentivo econômico do PRÓ-DF II que receberam Atestados de Implantação Definitivo anteriormente à publicação do Decreto nº 36.494, de 13/05/2015, o qual passou a exigir o cumprimento do Art. 25 da Lei nº 3.196/2003, que dispõe sobre a manutenção da meta de geração de empregos pelo período de 05 (cinco) anos a contar da emissão do Atestado de Implantação Definitivo. Assim, em 22/12/2017 foi publicada no DODF nº 244 a Lei nº 6.035/2017, de 21/12/2017, beneficiando mais de 300 (trezentas) empresas que, em sua maioria, já detinham a Escritura Pública de Compra e Venda do Imóvel objeto do incentivo.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Os projetos que tiveram despesas autorizadas "zeradas" se referem a créditos contingenciados, o que certamente impactou no programa de trabalho previsto para o ano de 2017. Os programas que tiveram suas despesas não autorizadas, principalmente das ações finalísticas, não puderam contribuir na melhoria do cenário econômico do DF. Este fato acabou por adiar iniciativas que favorecessem a retomada do desenvolvimento, no entanto, medidas regulatórias, normativas e melhorias de gestão puderam ser implementadas fortalecendo a estratégia promovida pela Secretaria para a melhoria do ambiente de negócios e a competitividade do DF.

Durante o período de 2017, a Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia (SEDICT) desenvolveu uma rotina de mudança de paradigma em relação à condução de seus procedimentos no atendimento ao empresário e nas rotinas internas voltadas para o corpo de servidores desta pasta.

Isto se deu com a criação de mecanismos que garantiram maior transparência nas ações, sobretudo naquelas voltadas para o Programa Pró-DF e nas Parcerias Público Privadas. Ressalte-se a necessidade de uma atenção especial para tais pautas, considerando que, até o início da atual gestão, tratavam-se de alvos de denúncias e descrédito popular.

Com o fim de melhorar o ambiente e as rotinas internas da Secretaria, foi iniciada uma política de valorização do servidor de carreira por meio de nomeações em áreas estratégicas, o que possibilitou o aprimoramento de rotinas e fluxos de trabalho. Além de incentivos como a participação em cursos dentro e fora do Distrito Federal.

Importante salientar que, em 30 de agosto de 2017, a Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação passou a integrar a estrutura da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do Decreto nº 38.456/2017, o que ampliou sobremaneira as demandas desta Unidade considerando o intenso fluxo de trabalho recepcionado, aliado à proximidade com o final do exercício financeiro. Apesar das dificuldades naturais de adequações, realizou-se o possível para garantir a regular continuidade dos contratos, convênios e ações que já se encontravam em andamento naquela Secretaria.

Assim sendo, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros, as unidades de execução orçamentária dos programas e projetos serão orientadas no sentido de obter maior eficácia na aplicação dos recursos, observando o percentual mínimo de 85% das despesas autorizadas. No intuito de aprimorar os instrumentos de gestão da Secretaria pretende-se adotar no exercício de 2018, a Gestão dos Riscos, melhorando o processo de decisão, promovendo a transparência, diminuindo a incerteza e assegurando a melhoria contínua dos processos da organização. Com a adoção desta ferramenta a Secretaria irá adquirir a capacidade de melhor identificar eventos em potencial de riscos estabelecendo respostas a estes, reduzindo surpresas e custos ou prejuízos associados. As soluções para mitigação dos riscos poderão contemplar desde revisão de processos, bem como a inclusão de controles em sistemas, criação de relatórios e indicadores de desempenho, políticas de procedimentos, implantação de mecanismos de monitoramento e controle.

Espera-se, com as diretrizes fixadas em 2017, que o exercício de 2018 se desenvolva de maneira mais eficiente, impessoal e transparente.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP – UO: 20.201

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, empresa pública de direito privado, foi criada pela Lei Federal n.º 5.861 de 12 de dezembro de 1972, para assumir os "direitos e obrigações na execução das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal".

Sem prejuízo das atribuições da Lei que a criou, a Lei Distrital n.º 4.586 de 13 de julho de 2011 definiu novas atribuições para a Empresa, que passou a ter, também, a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Assim, além de ser uma das executoras da política de ordenamento territorial do Governo, a Terracap é uma das executoras das políticas de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, atuando não apenas no financiamento de investimentos para parcelamento do solo, mas, também, na expansão urbana e habitacional, no desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola, no desenvolvimento do setor de serviços e da área de tecnologia e no estímulo à inovação. A Lei concede o direito de promover estudos e pesquisas, bem como fazer o levantamento, a consolidação e a divulgação de dados relacionados, ao ordenamento urbano, ao provimento habitacional e ao mercado imobiliário do DF.

Comprometida a trabalhar em coerência com os objetivos estratégicos e observância dos princípios do Governo do Distrito Federal, a Terracap consolidou a sua participação nas políticas de desenvolvimento econômico e social, fundiária, habitacional e de implantação de infraestrutura básica local.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	22	239	14	143	418
Comissionados sem vínculo efetivo	39	0	32	0	71
Requisitados de órgãos do GDF	25	0	28	0	53
Requisitados de órgãos fora do GDF	7	0	7	0	14
Estagiários	0	92	0	56	148
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	18	0	11	29
Terceirizados (FUNAP)	0	244	0	23	267
Outros - especificar					
Subtotal	93	593	81	233	1.000
(-) Cedidos para outros órgãos	0	9	0	0	9
Total Geral	93	584	81	233	991

* Estão classificados na atividade-meio os empregados em benefícios, aposentados por invalidez e com contrato suspenso. Esses empregados, quando retornam de seus afastamentos, ficam sob resposnabilidade do NUDEN até serem lotados na área onde deverão prestar serviços.

** Empregados com necessidades especiais referente ao contrato da Terracap com a Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE), Brigada, Vigilância, Serviços Gerais e Fiscalização.

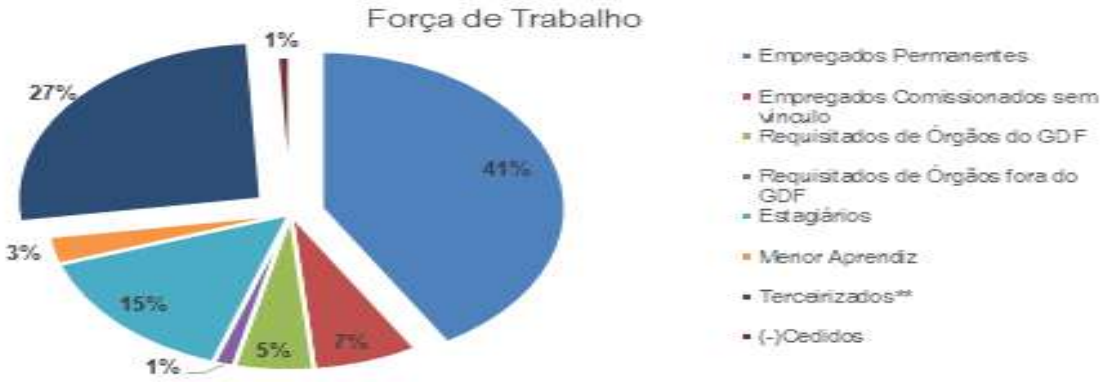
A Terracap encerrou o ano de 2017 com um total de 991 empregados. O número de empregados permanentes reduziu 25% em relação ao ano de 2016 em decorrência do Programa de Desligamento Incentivado (PDI). Em contrapartida, a Terracap já iniciou as convocações dos candidatos aprovados em concurso, sendo 4 (quatro) ocupantes do cargo de Técnico em Fiscalização e 15 (quinze) ocupantes dos seguintes cargos: Arquiteto, Engenheiro Agrimensor/Cartógrafo, Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista.

Como forma de sanear o Funterra (Plano de aposentadoria da Terracap com previsão de liquidação em 06/2018), em novembro de 2017, o Plano Terra Prev foi criado para disponibilizar aos funcionários da Companhia Imobiliária de Brasília, que não participavam do Funterra, a opção de contribuir mensalmente para complementar sua aposentadoria. Esse plano está estruturado na modalidade "contribuição definida", sendo seus benefícios apurados e mantidos com base no saldo de contas em favor do participante.

É importante destacar que as despesas de pessoal ordinárias tiveram redução global aproximada de 17,6% entre 2016 e 2017, sendo que contribuíram, majoritariamente, para este resultado as reduções:

- Nos pagamentos de Salários, que foi de 16,2%, em virtude da saída de empregados por meio do Programa de Desligamento Incentivado (PDI);
- Nos pagamentos de obrigações patronais, que foi de 14,1%, decorrente da diminuição dos valores pagos a título de Salários;
- Nos pagamentos de Despesas Variáveis (Programa de Participação nos Resultados – PPR).
- Nos pagamentos patronais para a Funterra, em função da liquidação do serviço passado no fim de 2016 resultando em uma diminuição de 68,7% nos pagamentos patronais.

Cabe destacar também que o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2019 firmado em 2017 não previu a reajuste salarial dos empregados o que contribuiu para o não crescimento da folha de pagamentos e respectivas obrigações patronais.



O gráfico de distribuição dos empregados demonstra que a Terracap é composta principalmente por empregados do Quadro Permanente (TEP), seguido por terceirizados e estagiários. Os comissionados sem vínculo, requisitados de outros órgãos e menores aprendizes somam por volta de 16% da força de trabalho da Empresa.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**18.000.000,00**	**22.850.000,00**	**13.150.000,00**	**0,00**
9584 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DO AUTÓDROMO- PLANO PILOTO .	18.000.000,00	22.850.000,00	13.150.000,00	0,00
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**
9574 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**1.510.000,00**	**-22.370.270,00**	**25.390.270,00**	**0,00**
9494 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1.510.000,00	-22.370.270,00	25.390.270,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**
9642 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**3.500.000,00**	**4.692.659,00**	**0,68**	**2.307.340,32**
5826 - APOIO A PROJETOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	3.500.000,00	4.692.659,00	0,68	2.307.340,32
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**23.030.000,00**	**27.562.659,00**	**38.560.270,68**	**2.307.340,32**

Obs: Conforme comunicado à SUOP/SEPLAG, a tabela acima de execução orçamentária, gerada diretamente do Sistema SIGGo/SIAC, está apresentando diversos erros. Dessa forma, segue a tabela com os dados corretos, com a real execução orçamentária no Programa em questão:

6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Percentual
3048-REFORMA DO AUTÓDROMO	18.000.000	13.150.000	0	0%
9584-REFORMA DO AUTÓDROMO	18.000.000	13.150.000	0	0%
1745-CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES NO DF	10.000	10.000	0	0%
9574-CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES NO DF	10.000	10.000	0	0%
1950-CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	1.510.000	25.390.270	0	0%
9494-CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	1.510.000	25.390.270	0	0%
3440-REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES NO DF	10.000	10.000	0	0%
9642-REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES NO DF	10.000	10.000	0	0%
4091-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS	3.500.000	2.307.340	2.307.340	100%
5826-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS	3.500.000	2.307.340	2.307.340	100%
TOTAL – 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**23.030.000**	**40.867.610**	**2.307.340**	**6%**

O Programa da Cidade do Esporte e Lazer, constante no PPA 2016/2019, agrega 5 ações que são desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap, com os recursos provenientes, principalmente, das vendas de imóveis.

A Terracap atua nesse Programa, dando a sustentabilidade financeira necessária. Este Programa agrega as ações de Reforma do Autódromo, Construção e Reforma de Quadras de Esportes, Construção de Praças Públicas e Parques em várias regiões administrativas do Distrito Federal, bem como apoio a projetos esportivos na modalidade seleção pública.

Muito embora Brasília tenha sido uma das cidades-sede do futebol para as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, os investimentos nesse citado exercício fiscal foram menores quando comparados a anos anteriores, em virtude da situação financeira e econômica do Brasil com

consequência na operacionalização da Companhia. Com isso, a carga investida foi sobretudo em apoio a projetos esportivos.

Não ocorreram gastos com a reforma do autódromo (a opção pela concessão do Autódromo pela Terracap trará uma série de benefícios, destacando a minimização dos custos da Empresa. Maiores detalhes serão explanados no item 3 "informações complementares"), nem com construções e reformas de quadras de esportes, e tampouco com a construção de praças públicas e parques. Em contrapartida, o apoio a projetos esportivos representou 100% do montante gasto no Programa.

Ressalta-se que ações como Construção de Quadras de Esporte no DF, Construção de Praças Públicas e Parques e Reforma de Quadras de Esportes no DF são ações de atuação da Terracap como Agência de Desenvolvimento do DF, isto é, com a celebração de convênios com outros órgãos como Secretaria de Esportes, Novacap e Sinesp.

Na ação Apoio a Projetos Esportivos, em 2017, a Terracap patrocinou e trouxe importantes resultados para os times de Brasília de Vôlei Feminino (atingindo as quartas-de-finais da Superliga) e de Basquete Masculino (4º lugar na classificação final), trazendo para a população de Brasília jogos emocionantes e opções de lazer.

Sendo a Terracap uma empresa cuja atividade principal tem como função o comércio, também estão inseridas ações de divulgação da marca empresarial por meio do apoio a eventos esportivos realizados no Distrito Federal. Por ser uma empresa pública, que contabiliza suas contas de acordo com a Lei das S/A, os incentivos financeiros concedidos são deduzidos do imposto de renda devido pela Empresa, observado o limite de 1% (um por cento) de acordo com a Lei Federal n.º 11.438/2006 de Incentivo ao Esporte.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**16.500.000,00**	**16.500.000,00**	**13.723.450,00**	**2.776.550,00**
6189 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	16.500.000,00	16.500.000,00	13.723.450,00	2.776.550,00
3247 - REFORMA DE FEIRAS	**10.000,00**	**-1.990.000,00**	**2.010.000,00**	**0,00**
9233 - REFORMA DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	-1.990.000,00	2.010.000,00	0,00
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	**12.470.000,00**	**12.470.000,00**	**9.150.639,11**	**3.319.360,89**
1293 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA-- PLANO PILOTO .	12.470.000,00	12.470.000,00	9.150.639,11	3.319.360,89
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	**8.607.000,00**	**12.147.000,00**	**5.067.000,00**	**0,00**
0005 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-- PLANO PILOTO .	8.607.000,00	12.147.000,00	5.067.000,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**37.587.000,00**	**41.117.000,00**	**29.951.089,11**	**6.095.910,89**

Obs: Conforme comunicado à SUOP/SEPLAG, a tabela acima de execução orçamentária, gerada diretamente do Sistema SIGGo/SIAC, está apresentando diversos erros. Dessa forma, segue a tabela com os dados corretos, com a real execução orçamentária no Programa em questão:

6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Percentual
3711-REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	16.500.000	16.500.000	2.776.550	17%
6189-REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	16.500.000	16.500.000	2.776.550	17%
3247-REFORMA DE FEIRAS NO DF	10.000	2.010.000	0	0%
9233-REFORMA DE FEIRAS NO DF	10.000	2.010.000	0	0%
3619-REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	12.470.000	12.470.000	3.319.361	27%
1293-REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	12.470.000	12.470.000	3.319.361	27%
3936-REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	8.607.000	5.067.000	0	0%
0005-REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	8.607.000	5.067.000	0	0%
TOTAL – 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA	**37.587.000**	**36.047.000**	**6.095.911**	**17%**

O Brasília Competitiva, constante no PPA 2016/2019, agrega 4 ações que são desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap.

Na ação Realização de Estudos e Pesquisas pela Companhia Imobiliária de Brasília, em 2017, a Terracap desembolsou a quantia de R$ 2,8 milhões, a qual está proporcionando o desenvolvimento das competências técnicas e organizacionais da Terracap em elaboração e avaliação de estudos para estruturação de parcerias com a iniciativa privada, como exemplos:

- Foi concluída a modelagem de negócio do projeto ArenaPlex e o próximo passo será a licitação que tem por objeto selecionar pessoa jurídica e/ou consórcio de empresas que, mediante Concessão de Uso de Bem Público com estipulação de encargos, utilizará a Área objeto pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos;
- Os termos de referência dos projetos São Bartolomeu, Aeroporto e Autódromo foram aprovados; e
- Em relação ao BioTic, o termo de referência foi encaminhado ao PNUD para contratação da consultoria para elaboração do Legal Opinion, Masterplan, Business Plan e Valuation do projeto.

Ressalta-se que ações como a Reforma de Feiras, Revitalização do Projeto Orla e Revitalização da Torre de TV, são ações de atuação da Terracap como Agência de Desenvolvimento do DF, isto é, com a celebração de convênios com outros órgãos como Secretaria de Cidades, Novacap e Sinesp.

Não houve execução orçamentária com a Reforma de Feiras no DF nem com a Revitalização da Torre de TV. Por outro lado, na Revitalização do Projeto Orla, houve um investimento de R$ 3,3 milhões referente a construção do calçadão e praça na Avenida das Nações - L4 Sul.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	**9.865.000,00**	**9.865.000,00**	**6.621.070,90**	**3.243.929,10**
0003 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	9.865.000,00	9.865.000,00	6.621.070,90	3.243.929,10
5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	**995.000,00**	**785.000,00**	**957.598,64**	**247.401,36**
0003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	995.000,00	785.000,00	957.598,64	247.401,36
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	**3.073.000,00**	**4.673.000,00**	**1.473.000,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA-KARIRI - XOCÓ DO BANANAL- PLANO PILOTO .	3.073.000,00	4.673.000,00	1.473.000,00	0,00
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**40.910.000,00**	**69.479.500,00**	**10.053.038,40**	**2.287.461,60**
9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	40.910.000,00	69.479.500,00	10.053.038,40	2.287.461,60
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**2.950.000,00**	**2.171.220,00**	**3.547.547,06**	**181.232,94**
3194 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	2.950.000,00	2.171.220,00	3.547.547,06	181.232,94
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	**22.100.000,00**	**25.300.000,00**	**18.047.873,20**	**852.126,80**
0003 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	22.100.000,00	25.300.000,00	18.047.873,20	852.126,80
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	**28.500.000,00**	**-1.100.000,00**	**4.409.728,16**	**53.690.271,84**
0005 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	28.500.000,00	-1.100.000,00	4.409.728,16	53.690.271,84
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**	**0,00**
0001 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00

TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**109.393.000,00**	**113.273.720,00**	**46.109.856,36**	**60.502.423,64**

Obs: Conforme comunicado à SUOP/SEPLAG, a tabela acima de execução orçamentária, gerada diretamente do Sistema SIGGo/SIAC, está apresentando diversos erros. Dessa forma, segue a tabela com os dados corretos, com a real execução orçamentária no Programa em questão:

6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Percentual
3163-REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF PELA CIA. IMOB. DE BRASÍLIA	9.865.000	9.865.000	3.243.929	33%
0003-REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF PELA CIA. IMOB. DE BRASÍLIA	9.865.000	9.865.000	3.243.929	33%
5003-CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	995.000	1.205.000	247.401	21%
0003-CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	995.000	1.205.000	247.401	21%
1823-IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA KARIRI - XOCÓ DO BANANAL	3.073.000	1.473.000	0	0%
0002-IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA KARIRI - XOCÓ DO BANANAL	3.073.000	1.473.000	0	0%
1110-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	40.910.000	12.340.500	2.287.462	19%
9883-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	40.910.000	12.340.500	2.287.462	19%
1968-ELABORAÇÃO DE PROJETOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	2.950.000	3.728.780	181.233	5%
3194-ELABORAÇÃO DE PROJETOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	2.950.000	3.728.780	181.233	5%
3160-REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	22.100.000	18.900.000	852.127	5%
0003-REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	22.100.000	18.900.000	852.127	5%
1085-AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	28.500.000	58.100.000	53.690.272	92%
0005-AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	28.500.000	58.100.000	53.690.272	92%
3144-REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL NO DF	1.000.000	1.000.000	0	0%
0001-REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL NO DF	1.000.000	1.000.000	0	0%
TOTAL DO PROGRAMA	**109.393.000**	**106.612.280**	**60.502.424**	**57%**

O Programa Território da Gente, constante no PPA 2016/2019, agrega 8 ações que são desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap, com os recursos provenientes, principalmente, das vendas de imóveis.

Essas ações são complementares entre si e realizadas para que a Empresa cumpra a sua função institucional de executora da política de ocupação do solo, assim como, a sua função de desenvolvimento do Distrito Federal.

Esse programa aborda diversos temas, tais como a Realização do Mapeamento Territorial e do Geoprocessamento do Distrito Federal, Implantação da Reserva Indígena Kariri-Xocó do Bananal, Aquisição e Recuperação de imóveis, Elaboração de Projetos Ambientais, Urbanos e de Engenharia e a Execução de Obras de Urbanização, Regularização de Parcelamentos Urbanos e Realização de Parcelamento Rural no DF.

Em 2014 a Terracap celebrou com a FUNAI e a Comunidade Indígena Kariri-Xocó o Termo de Compromisso nº 72/2014, pelo qual a Terracap se comprometeu a construir uma Reserva

Indígena em área limítrofe ao Parque Nacional, cabendo à FUNAI o diálogo com o ICMBio para viabilizar sua ocupação e a Comunidade Indígena de desocupar a área ocupada no Setor Noroeste e desistir de todas as demandas judiciais ajuizadas em desfavor da Terracap.

Em abril de 2017 o ICMBio se manifestou contrário à construção da reserva indígena na área proposta haja vista o possível impacto negativo na fauna e flora do Parque Nacional. Desta forma estão sendo realizadas tratativas com a o IBRAM e FUNAI para viabilizar a construção da reserva indígena no interior da ARIE Cruls.

Em 2017, a Terracap realizou um investimento de R$ 60,5 milhões no Programa Território da Gente. Entre as ações realizadas, destaca-se a Aquisição e Recuperação de Imóveis, com investimentos de R$ 53,7 milhões; Realização do Mapeamento Remoto do Território do DF, com investimentos de R$ 3,2 milhões; e Execução de Obras de Urbanização, com investimentos de R$ 2,3 milhões.

Existem situações em que a Terracap opta por adquirir ou recuperar um imóvel, quer seja por meio de pagamentos de indenizações de benfeitorias, ou pela esfera judicial, geralmente quando o comprador não cumpre os requisitos do contrato de alienação. Em 2017, foram dispendidos R$ 53,7 milhões com esta finalidade (92% do autorizado), sendo realizadas: 20 (vinte) ações de desapropriação com o pagamento pelas benfeitorias instaladas e pagamentos de restituições por 9 (nove) distratos de vendas no âmbito administrativo, além de 1 (uma) rescisão contratual com retomada de imóveis relativa a sentença judicial.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	**9.437.000,00**	**-11.126.000,00**	**30.000.000,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX-- PLANO PILOTO .	9.437.000,00	-11.126.000,00	30.000.000,00	0,00
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	**208.738.000,00**	**237.557.100,00**	**174.940.452,10**	**4.978.447,90**
2917 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	52.896.000,00	61.223.200,00	40.540.870,22	4.027.929,78
2918 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-NOROESTE- PLANO PILOTO .	73.442.000,00	90.960.900,00	54.972.581,88	950.518,12
2919 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-TERRACAP PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL- PLANO PILOTO .	1.700.000,00	1.300.000,00	2.100.000,00	0,00
2920 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-TERRACAP NO RIACHO FUNDO II 4ª ETAPA- RIACHO FUNDO II	2.700.000,00	2.000.000,00	3.400.000,00	0,00
2921 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-TAQUARI- LAGO NORTE	78.000.000,00	82.073.000,00	73.927.000,00	0,00
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	**10.413.000,00**	**13.915.250,00**	**6.910.750,00**	**0,00**
0005 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-- CEILÂNDIA	5.009.000,00	7.811.250,00	2.206.750,00	0,00
0006 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-- PLANO PILOTO .	5.404.000,00	6.104.000,00	4.704.000,00	0,00
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	**14.100.000,00**	**12.300.000,00**	**14.223.628,58**	**1.676.371,42**
0003 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	14.100.000,00	12.300.000,00	14.223.628,58	1.676.371,42
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**20.000,00**	**-18.364.000,00**	**16.466,25**	**18.387.533,75**
9206 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	-18.374.000,00	6.466,25	18.387.533,75
9207 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**242.708.000,00**	**263.772.350,00**	**226.091.296,93**	**25.042.353,07**

Obs: Conforme comunicado à SUOP/SEPLAG, a tabela acima de execução orçamentária, gerada diretamente do Sistema SIGGo/SIAC, está apresentando diversos erros. Dessa forma, segue a tabela com os dados corretos, com a real execução orçamentária no Programa em questão:

6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Percentual
3006-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	9.437.000	30.000.000	0	0%
0003-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	9.437.000	30.000.000	0	0%
5006-EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	208.738.000	179.918.900	4.978.448	3%
2917-EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS NO DF	52.896.000	44.568.800	4.027.930	9%
2918-EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS NO NOROESTE	73.442.000	55.923.100	950.518	2%
2919-EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS NO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL (BIOTIC)	1.700.000	2.100.000	0	0%
2920-EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS NO RIACHO FUNDO II - 4ª ETAPA	2.700.000	3.400.000	0	0%
2921-EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS NO TAQUARI	78.000.000	73.927.000	0	0%
8508-MANUTENÇÃO DE ÁREAS	20.000	18.404.000	18.387.534	100%
9206-MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	10.000	18.394.000	18.387.534	100%
9207-MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO DF	10.000	10.000	0	0%
3004-CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	10.413.000	6.910.750	0	0%
0005-CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE TRIAGEM - CEILÂNDIA	5.009.000	2.206.750	0	0%
0006-CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE TRIAGEM - PLANO PILOTO	5.404.000	4.704.000	0	0%
3671-REFORMA DE CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	12.480.000	8.419.000	0	0%
0001-REFORMA DE CENTRO DE TRIAGEM– SCIA	6.007.000	2.646.000	0	0%
0002-REFORMA DE CENTRO DE TRIAGEM - SIA	6.473.000	5.773.000	0	0%
3159-REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	14.100.000	15.900.000	1.676.371	11%
0003-REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	14.100.000	15.900.000	1.676.371	11%
TOTAL DO PROGRAMA	**255.188.000**	**259.552.650**	**25.042.353**	**10%**

O Programa Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, constante no PPA 2016/2019, agrega 5 ações desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap.

As realizações dizem respeito a diversos temas, tais como, Implantação do Parque Burle Marx, Infraestrutura nos Parcelamentos da Terracap, Manutenção de Áreas Verdes, Construção de Centro de Triagem de Materiais Recicláveis e a Política Ambiental para Parcelamento do Solo.

Em 2017, a Terracap autorizou um investimento de R$ 259,6 milhões no Programa Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, realizando R$ 25 milhões. Entre as ações realizadas, destaca-se a Manutenção de Áreas Verdes, com investimentos de R$ 18,4 milhões e Execução de Infraestrutura em Parcelamentos, com investimentos de R$ 5 milhões, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 6.766/79, ou seja, cabe ao empreendedor a implantação da infraestrutura básica nos parcelamentos, dotando-os de condições para que essas áreas sejam devidamente ocupadas. Não houve execução orçamentária na Implantação do Parque Burle Marx nem na Construção de Centro de Triagem de Materiais Recicláveis.

Em dezembro de 2011, foi celebrado o Convênio 132/2011, entre a Terracap e a Novacap, objetivando a execução das obras de implantação do parque Burle Marx, compreendendo a execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, ciclovias, calçadas, sinalização viária e sistema de drenagem pluvial.

As obras foram paralisadas inicialmente em setembro de 2013, em decorrência do embargo imposto pelo IBRAM por meio do Auto de Infração Ambiental nº 3072. Em janeiro de 2014, foram

desembargadas e logo após foram suspensas novamente em decorrência da Decisão nº 835/2014 do TCDF, que apontou possíveis irregularidades na execução do contrato da Novacap.

A Novacap, por meio do Convênio 132/2012, publicou no DODF do dia 19.04.2017, o Aviso de Licitação referente à Concorrência 10/2017 ASCAL/PRES, que trata da complementação da drenagem pluvial e pavimentação asfáltica, intertravada e execução de meio-fio no Parque Burle Marx. Ocorre que o TCDF, por meio da Decisão nº 2171/2017 de 11/05/2017 e posteriormente por meio da Decisão nº 4178/2017, de 29.08.2017, suspendeu tal licitação. Atualmente a Direção da Terracap e da Novacap estão realizando tratativas com aquele Tribunal para liberação da contratação.

Sobre os Centros de Triagem, inicialmente a Terracap iria celebrar convênios com a Novacap para construção/reforma e ampliação de 04 centros, localizados no SIA Trecho 17, lotes 1660/1700; na QNP 28, Área Especial Usina P Sul, Ceilândia-DF; no Setor de Áreas Isoladas Sul, Lote 05, Asa Sul; e na Quadra 09, conjunto 01, lote 02, SCIA-DF. Desses, chegaram a ser celebrados com a Novacap os Convênios 47 e 48/2017 referentes aos Centros de Triagem do SIA Trecho 17 e da Asa Sul.

Ocorre que logo após a assinatura dos Convênios, o SLU se manifestou no sentido de que aquele instituto iria licitar diretamente as obras, sem o auxílio da Novacap. Sendo assim os convênios foram rescindidos. Por fim ficou decidido a celebração de dois convênios com o SLU, agora somente para execução dos Centros de Triagem da Asa Sul e do SIA Trecho 17.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	**264.000,00**	**-59.300,00**	**587.300,00**	**0,00**
0006 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-PONTE JK- PLANO PILOTO .	254.000,00	-69.300,00	577.300,00	0,00
0008 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**
0002 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO--PLANO PILOTO .	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**0,00**
5328 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS--DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	**7.000.000,00**	**9.500.000,00**	**4.157.309,03**	**342.690,97**
7785 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO--DISTRITO FEDERAL	7.000.000,00	9.500.000,00	4.157.309,03	342.690,97
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**9.274.000,00**	**11.510.000,00**	**6.754.609,03**	**342.690,97**

Obs: Conforme comunicado à SUOP/SEPLAG, a tabela acima de execução orçamentária, gerada diretamente do Sistema SIGGo/SIAC, está apresentando diversos erros. Dessa forma, segue a tabela com os dados corretos, com a real execução orçamentária no Programa em questão:

6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Percentual
1223-RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	264.000	587.300	0	0%
0006-RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTE JK	254.000	577.300	0	0%
0008-RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS NO DF	10.000	10.000	0	0%
1891-REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	10.000	10.000	0	0%
0002-REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	10.000	10.000	0	0%
3090-IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS NO DF	2.000.000	2.000.000	0	0%
5328-IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS NO DF	2.000.000	2.000.000	0	0%

5902-CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	7.000.000	4.500.000	342.691	8%
7785-CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	7.000.000	4.500.000	342.691	8%
TOTAL DO PROGRAMA	**9.274.000**	**7.097.300**	**342.691**	**5%**

Em relação às ações no Programa Mobilidade Integrada e Sustentável, tais como – Recuperação de Obras de Arte Especiais, Reforma da Rodoviária do Plano Piloto e Implantação de Infraestrutura de ciclovias, não houve recursos dispendidos para essas Ações em 2017. No entanto, na ação Construção de Viaduto houve um investimento de R$ 342,7 mil.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	**10.171.000,00**	**11.424.500,00**	**7.404.876,10**	**1.512.623,90**
5773 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	10.171.000,00	11.424.500,00	7.404.876,10	1.512.623,90
4091 - APOIO A PROJETOS	**1.000.000,00**	**900.000,00**	**413.600,00**	**686.400,00**
5825 - APOIO A PROJETOS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	900.000,00	413.600,00	686.400,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**11.171.000,00**	**12.324.500,00**	**7.818.476,10**	**2.199.023,90**

Obs: Conforme comunicado à SUOP/SEPLAG, a tabela acima de execução orçamentária, gerada diretamente do Sistema SIGGo/SIAC, está apresentando diversos erros. Dessa forma, segue a tabela com os dados corretos, com a real execução orçamentária no Programa em questão:

6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Percentual
4091-APOIO A PROJETOS CULTURAIS	1.000.000	1.100.000	686.400	62%
5825-APOIO A PROJETOS CULTURAIS	1.000.000	1.100.000	686.400	62%
3178-REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	10.171.000	8.917.500	1.512.624	17%
5773-REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	10.171.000	8.917.500	1.512.624	17%
TOTAL DO PROGRAMA	**11.171.000**	**10.017.500**	**2.199.024**	**22%**

A contribuição da Terracap no desenvolvimento da promoção da cultura do DF, nesse exercício, foi na realização de ações de Reformas de Edificações e Espaços Culturais do Patrimônio bem como Apoio a Projetos culturais, por meio de seleção pública.

No tocante às reformas, estas consumiram 68,8% do total executado neste programa no ano de 2017 e destinaram-se ao Centro de Dança de Brasília e ao Espaço Cultural Renato Russo.

Além de projetos esportivos, a Terracap também apoia projetos culturais que contribuem para divulgação de sua marca. Por ser uma empresa pública, que contabiliza suas contas de acordo com a Lei das S/A, os incentivos financeiros concedidos são deduzidos do imposto de renda devido pela Empresa, observado o limite de 4% (quatro por cento) de acordo com a Lei Federal n.º 8.313/91 (Lei Rouanet), nos casos em que o apoio está enquadrado.

Em 2017, a Terracap apoiou a continuidade do projeto cultural do Clube do Choro, 89º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC)" e "Mudança Capital - Os pioneiros Lumiar".

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**13.800.000,00**	**12.800.000,00**	**8.955.376,09**	**5.844.623,91**
6191 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	13.800.000,00	12.800.000,00	8.955.376,09	5.844.623,91
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**14.250.000,00**	**-43.838.000,00**	**8.864.038,66**	**63.473.961,34**
7163 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	14.250.000,00	-43.838.000,00	8.864.038,66	63.473.961,34
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**28.050.000,00**	**12.800.000,00**	**17.819.414,75**	**69.318.585,25**

Obs: Conforme comunicado à SUOP/SEPLAG, a tabela acima de execução orçamentária, gerada diretamente do Sistema SIGGo/SIAC, está apresentando diversos erros. Dessa forma, segue a tabela com os dados corretos, com a real execução orçamentária no Programa em questão:

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Percentual
9001-EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	13.800.000	14.800.000	5.844.624	39%
6191-EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	13.800.000	14.800.000	5.844.624	39%
9050-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.250.000	72.338.000	63.473.961	88%
7163-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.250.000	72.338.000	63.473.961	88%
9090-PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA PELA TERRACAP	0	10.000	10.000	100%
0001-PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA PELA TERRACAP	0	10.000	10.000	100%
TOTAL DO PROGRAMA	**28.050.000**	**87.148.000**	**69.328.585**	**80%**

Sentenças Judiciais

Inerente à qualquer atividade empresarial, seja pública ou privada, os riscos de execuções judiciais provenientes de sentenças judiciais cíveis, que em 2016, foram de R$ 13 milhões, diminuíram drasticamente em 2017, para o valor de R$ 3,3 milhões.

Em relação às execuções de sentenças trabalhistas, em 2016, foi despendido R$ 563 mil; e, diferentemente das execuções cíveis, tiveram uma elevação, substancial em 2017, saltando para R$ 2,6 milhões.

De outro modo, em 2017, as execuções físicas quanto às sentenças cíveis foram de 66 ações enquanto as sentenças trabalhistas foram de 18 ações.

Ressarcimentos, Indenizações e Restituições

Nesta Ação, estão enquadradas despesas com servidores requisitados de outros órgãos de qualquer esfera governamental (ressarcimento), do Programa de Desligamento Incentivado (PDI), das rescisões contratuais e acertos de contas e a conta de devoluções administrativas decorrentes de pagamentos em duplicidade ou indevidos.

Em relação ao ressarcimento de servidores requisitados pela Companhia, em 2016, foram gastos R$ 14 milhões. Diferentemente, em 2017, houve aumento nos gastos de 29,3%, passando para R$ 18,1 milhões. Durante o exercício de 2017, a Terracap contou em média com 79 funcionários requisitados, contudo, encerrou o exercício com 67 servidores, inferior à média anual.

Em relação ao ressarcimento aos empregados da Terracap pelo ingresso/adesão ao Programa de Desligamento Incentivado (PDI), em 2016, foram gastos R$ 5,5 milhões. Em contrapartida, em 2017 houve aumento, expressivo, nos gastos em 718,18%, passando para R$ 45 milhões, resultado este em razão de que a maior quantidade de adesões para fins de desligamento se deu no decorrer do exercício de 2017, ou seja, 183 empregados desligados da Terracap.

Em relação ao ressarcimento aos empregados da Terracap que optaram voluntariamente por rescisão contratual/acerto de contas, em 2016, foram gastos R$ 500 mil. Diferentemente, em 2017, houve uma redução substancial em 66,6%, R$ 166,8 mil. Assim, em 2017, desligaram-se da Terracap sem adesão ao PDI, por diferentes razões, 33 empregados.

No tocante às devoluções administrativas decorrentes de pagamentos em duplicidade ou indevidos, em 2016, foram gastos R$ 134 mil, muito semelhante a 2017, quando o gasto foi de R$ 110,6 mil. Desta forma, em 2017, foram efetivados e executados 9 (nove) acordos para fins de devolução sem entrada na esfera judicial.

Participação Acionária

Para estruturação do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, a Terracap criou uma subsidiária de capital fechado para gerir tal empreendimento, sendo, portanto, sua única acionária. Desta forma, para dar encaminhamento aos atos constitutivos iniciais, a Terracap despendeu R$ 10 mil, em 2017, a título de integralização de 10% (dez por cento) do capital social.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**3.636.000,00**	**1.146.000,00**	**5.002.690,26**	**1.123.309,74**
5897 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- PLANO PILOTO .	3.636.000,00	1.146.000,00	5.002.690,26	1.123.309,74
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.010.000,00**	**1.010.000,00**	**1.010.000,00**	**0,00**
9809 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1.010.000,00	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**2.385.000,00**	**2.235.000,00**	**1.913.453,87**	**621.546,13**
9778 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-PLANO PILOTO .	2.385.000,00	2.235.000,00	1.913.453,87	621.546,13
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**2.774.000,00**	**2.674.000,00**	**2.834.909,78**	**39.090,22**
9578 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	2.774.000,00	2.674.000,00	2.834.909,78	39.090,22
2825 - MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL	**725.000,00**	**725.000,00**	**725.000,00**	**0,00**
0001 - MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL--DISTRITO FEDERAL	725.000,00	725.000,00	725.000,00	0,00
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	**30.086.000,00**	**31.786.000,00**	**11.471.260,97**	**16.914.739,03**
3873 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	30.086.000,00	31.786.000,00	11.471.260,97	16.914.739,03
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**294.850.000,00**	**344.350.000,00**	**43.808.839,96**	**201.541.160,04**
8881 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	294.850.000,00	344.350.000,00	43.808.839,96	201.541.160,04
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**39.088.000,00**	**38.118.000,00**	**15.059.943,65**	**24.998.056,35**
9687 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	39.088.000,00	38.118.000,00	15.059.943,65	24.998.056,35
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**276.923.000,00**	**318.175.000,00**	**178.750.697,33**	**56.920.302,67**
9763 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	276.923.000,00	318.175.000,00	178.750.697,33	56.920.302,67
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**12.698.000,00**	**8.198.000,00**	**7.861.699,41**	**9.336.300,59**
5183 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-	12.698.000,00	8.198.000,00	7.861.699,41	9.336.300,59

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL				
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**12.065.000,00**	**819.895,00**	**8.042.400,10**	**15.267.704,90**
8740 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	10.565.000,00	-280.105,00	7.348.208,90	14.061.896,10
8741 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	1.100.000,00	694.191,20	1.205.808,80
4146 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	**7.280.000,00**	**7.280.000,00**	**5.822.328,13**	**1.457.671,87**
0002 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	7.280.000,00	7.280.000,00	5.822.328,13	1.457.671,87
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	**1.940.000,00**	**2.592.446,00**	**1.227.723,84**	**59.830,16**
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	1.940.000,00	2.592.446,00	1.227.723,84	59.830,16
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**685.460.000,00**	**759.109.341,00**	**283.530.947,30**	**328.279.711,70**

Obs: Conforme comunicado à SUOP/SEPLAG, a tabela acima de execução orçamentária, gerada diretamente do Sistema SIGGo/SIAC, está apresentando diversos erros. Dessa forma, segue a tabela com os dados corretos, com a real execução orçamentária no Programa em questão:

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Percentual
2825-MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL	725.000	725.000	0	0%
0001-MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL	725.000	725.000	0	0%
2990-MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	30.086.000	28.386.000	16.914.739	60%
3873-MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	30.086.000	28.386.000	16.914.739	60%
8502-ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	294.850.000	245.350.000	201.541.160	82%
8881-ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	294.850.000	245.350.000	201.541.160	82%
8504-CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	39.088.000	40.058.000	24.998.056	62%
9687-CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	39.088.000	40.058.000	24.998.056	62%
8517-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	276.923.000	235.671.000	56.920.303	24%
9763-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	276.923.000	235.671.000	56.920.303	24%
1471-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3.636.000	6.126.000	1.123.310	18%
5897-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3.636.000	6.126.000	1.123.310	18%
2557-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.698.000	17.198.000	9.336.301	54%
5183-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.698.000	17.198.000	9.336.301	54%
8505-PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	12.065.000	23.310.106	15.267.705	65%
8740-PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	10.565.000	21.410.106	14.061.896	66%
8741-PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE UTILIDADE PÚBLICA	1.500.000	1.900.000	1.205.809	63%
1984-CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	1.010.000	1.010.000	0	0%
9809-CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	1.010.000	1.010.000	0	0%
3903-REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	2.385.000	2.535.000	621.546	25%
9778-REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	2.385.000	2.535.000	621.546	25%
4146-REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	7.280.000	7.280.000	1.457.672	20%
0002-REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	7.280.000	7.280.000	1.457.672	20%
3467-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	2.774.000	2.874.000	39.090	1%
9578-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	2.774.000	2.874.000	39.090	1%
4237-REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	1.940.000	1.287.554	59.830	5%
0002-REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	1.940.000	1.287.554	59.830	5%
TOTAL DO PROGRAMA	**685.460.000**	**611.810.660**	**328.279.712**	**54%**

O Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, constante no PPA 2016/2019, é um programa comum a todas as unidades orçamentárias do governo do Distrito Federal, portanto, não possui um objetivo específico. Esse programa agrega todas as ações realizadas de forma contínua e necessárias à manutenção da máquina administrativa, realização das atividades meio e fim e operações especiais.

Em 2017, a Terracap neste Programa executou 13 ações, com um total de despesa orçamentária de R$ 328,3 milhões. Dentre as despesas com atividades de custeio, destacam-se administração de pessoal com R$ 201,5 milhões; manutenção administrativa com R$ 56,9 milhões; concessão de benefícios com R$ 25 milhões; e, publicidade e propaganda com R$ 15,3 milhões.

Para fins de adequação à realidade moderna de gestão de pessoas, que prima por redução de corpo técnico e melhor aprimoramento capacitacional, a Terracap criou, em 2016, o PDI – Programa de Desligamento Incentivado, com continuidade em 2017, ano em que se teve a maior quantidade de adesões/ingressos para fins de desligamento, que, também, proporcionou uma redução dos custos tanto diretos quanto indiretos com a Folha de Pagamento, dentre os quais, redução da folha propriamente dita, redução de benefícios, redução de encargos trabalhistas, dentre outros. Além disso, outra medida para redução de custos de pessoal foi a alteração da norma de substituição de gestores. Em regra, a substituição garante que um empregado supra o titular de uma unidade durante afastamentos legais e receba durante esse afastamento o valor da função gratificada ou Emprego em Comissão do titular. Com a mudança, foi reduzida a quantidade de cargos que podem ser substituídos, reduzindo despesas com essa finalidade.

Em relação ao pagamento de tributos (constante tanto na ação Manutenção dos Bens Imóveis, quanto na ação Manutenção de Serviços Administrativos) foi identificada uma redução substancial, em relação a 2017 comparado a 2016, de 73,63%. Destaca-se que tal diminuição se deu, particularmente, por redução dos gastos de IPTU/TLP e aos referentes aos tributos federais, principalmente, por postergação nos pagamentos e utilização de ativos para fins de abatimento quanto a redução na comercialização de imóveis.

A ação Publicidade e Propaganda Institucional registrou um aumento de 19,3% de despesa quando comparado a 2016. A publicidade institucional, a publicidade mercadológica, as despesas com publicidade legal tanto no DOU quanto no DODF totalizaram, em 2016, R$ 12,4 milhões. Em 2017, semelhantemente, foram dispendidos R$ 14 milhões. O gasto com publicidade de cunho de utilidade pública em 2016 foi de R$ 1,3 milhões. No mesmo sentido, em 2017, foram dispendidos R$ 1,2 milhões. Por outro, os gastos com publicidade legal de exercícios anteriores foram de R$ 328 mil em 2016, enquanto em 2017 houve uma redução substancial de 84,76%, passando para R$ 50 mil.

Terceirizados

Houve uma redução de 1,84% no número de empregados terceirizados, quando comparado a 2016. Os grupos de limpeza, copeiragem, recepção, apoio e segurança são os principais demandantes.

No caso da atividade de fiscalização, o prazo de vigência do contrato expirou em outubro de 2013. Em novembro de 2016, com o início de um novo contrato, houve o acréscimo de 19 servidores terceirizados, sendo 18 ajudantes gerais e 1 supervisor.

Já na área de informática, com a mudança dos contratos para ponto de função, o número de funcionários presentes na Empresa foi variável conforme a demanda, impossibilitando, assim, precisar o número de empregados terceirizados para esse fim.

Por fim, vale ressaltar que os serviços prestados pelos terceirizados, contemplam o Ed. Sede, os próprios, a Torre de TV Digital e o Estádio Nacional de Brasília.

Segue a evolução no número de empregados terceirizados nos últimos 2 anos:

Empregados Terceirizados	2016	2017	Atividade de atuação
Fiscalização	19	19	Fim
Limpeza, Copeiragem, Recepção e Apoio	82	83	Meio
Segurança	132	126	Meio
Brigada de Incêndio	24	24	Meio
Informática	0	0	
CETEFE	15	15	Meio
Total	272	267	

Concessão de Benefícios

Nessa ação, estão os benefícios previstos nas legislações, bem como outros derivados do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Essas despesas totalizaram, em 2017, R$ 43,5 milhões, o que configurou uma redução de 29,04% em relação à 2016, quando foram gastos R$ 61,3 milhões;

Cabe esclarecer, ainda, que na tabela abaixo estão computados alguns benefícios classificados orçamentariamente em Administração de Pessoal, portanto, há diferença em relação ao quadro da execução orçamentária.

Programas	2016	2017
	R$	R$
Auxílio Alimentação	10.620.826,54	9.082.670,06
Plano de Saúde	17.138.869,58	13.563.759,73
Participação nos resultados *	20.940.848,14	14.545.338,70
Funterra *	9.914.222,94	3.107.903,05
Auxílio Creche	1.931.979,74	1.657.242,19
Bolsa Escola	299.718,08	315.520,83
Plano Odontológico **	59.564,05	156.988,09
Seguro de Vida **	384.948,39	1.118.146,59
Total	61.290.977,46	43.547.569,24

* Orçamentariamente essas despesas estão na ação Administração de Pessoal da Companhia Imobiliária de Brasília, natureza de despesa 1.
** Em 2017 foram considerados os pagamentos por parte dos empregados, que não estavam considerados em 2016, razão do aumento entre os dois anos.

Capacitação de Recursos Humanos

No ano de 2017, com vistas a atualizar os conhecimentos técnico e administrativo, os empregados da Terracap participaram de 4 eventos de capacitação. Comparando-se os números apresentados com o do exercício de 2016, percebe-se uma diminuição de 93,76% no número de empregados participantes, com redução do valor dispendido de 81,74%.

Quanto ao investimento médio por empregado, observa-se que em relação ao exercício de 2016 houve um crescimento de 192,78%, conforme quadro abaixo:

Treinamento e Desenvolvimento do RH

Ano	Eventos Realizados	Número de Inscritos	R$	Investimento por Empregado (R$)
2016	18	465	99.920,18	214,88
2017	4	29	18.244,60	629,12
Média	11	247	59.082,39	239,20

Fonte: NUDEN/GEPES/DIRAF

Gestão de Tecnologia da Informação

A Terracap dispõe de vários contratos para manter a infraestrutura de rede e de tecnologia da informação, realizar manutenções corretivas, adaptativas, evolutivas e desenvolvimento de novos sistemas informatizados, manter serviços de solução de impressão, manter serviços de empregados terceirizados por meio do sistema de ponto de função, entre outras despesas.

Para isso, em 2017, as despesas totalizaram aproximadamente R$ 9,3 milhões.

Fiscalização das Terras Públicas

A fiscalização tem como intuito resguardar o patrimônio fundiário, bem como preservar o estoque de unidades imobiliárias, pertencentes ao patrimônio da Companhia, combatendo a grilagem nas terras de sua propriedade, coibindo a ocupação desordenada do Distrito Federal.

Conforme Decreto n.º 32.898 de 03/05/2011 e a Portaria n.º 35 de 10/10/2011, a Terracap deve colaborar com os sistemas governamentais de proteção ambiental e de proteção do Território do Distrito Federal, apoiando as iniciativas do Governo do Distrito Federal e de seus órgãos da Administração Direta e/ou Indireta na erradicação e prevenção de ocupações irregulares.

Assim, a Companhia atua em consonância com a Agência de Fiscalização do Governo (AGEFIS) na fiscalização e vistoria de terras públicas, quando identifica e cadastra ocupações irregulares e invasões, como também na disponibilização de informações para reintegração judicial dos imóveis públicos sob a administração da Empresa.

Cumpre ressaltar a assinatura do Acordo de Cooperação com a AGEFIS, visando à cooperação mútua para o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação de invasões, bem assim de quaisquer outras situações que configurem violação as normas distritais ou federais, as quais devam ser tuteladas pelos entes.

Quando se compara o ano de 2017 a 2016, verifica-se que a Terracap teve um incremento em suas atividades de fiscalização de terras públicas, quando realizou 2,05% a mais no número de vistorias e fiscalização. No mesmo sentido, com relação a erradicação de ocupações irregulares em áreas públicas houve um aumento de 56,82% no número de ações. Propício mencionar, também, o aumento do número de operações de demolição em apoio a AGEFIS em 79,84%, assim como na construção de cercas de delimitação zonal em 65,97%.

Por outro lado, tendo em conta o comparativo de 2017 com 2016, a Terracap teve uma redução nas atividades de levantamento de benfeitorias de 45,45%, de cercas e muros demolidos de 18,67%, e de áreas de vigilância permanente de 9,09%.

Com isso, discriminam-se as atividades realizadas pela Terracap no quadro a seguir:

Tipo de Atividade	Unidade de Medida	2016	2017
Vistoria e Fiscalização em atendimento processos e expedientes	und.	4.683	4.779
Levantamento de benfeitorias	und.	22	12
Erradicação de ocupações em áreas públicas	und.	2.200	3.450
Demolições em apoio a AGEFIS	und.	129	232
Manutenção e construção de cercas	m	6.212	10.310
Cercas e muros demolidos	m²	71.234	57.930
Áreas de vigilância permanente	und.	22	20

Modernização Administrativa

Entende-se por modernização administrativa o conjunto de intervenções nos processos de atendimento e de prestação de serviços públicos ao cidadão, caracterizados essencialmente pelo deslocamento do foco da ação pública da organização para o cidadão, pela transparência dos requisitos e compromissos atinentes a cada serviço público e pela maior responsabilização da organização e de seus servidores, burocratas e políticos, no caso de descumprimento dos compromissos públicos.

Por outro enfoque, a modernização administrativa refere-se a um conjunto de esforços que engloba a aplicação coordenada de tecnologia da informação, metodologias de revisão de processos, gestão da informação, intervenções físicas nos ambientes de atendimento e qualificação de servidores, com o intuito de democratizar o acesso físico e cognitivo dos cidadãos aos serviços públicos, melhorar a eficiência na sua prestação e aumentar a "accountability" do setor público.

Cabe ressaltar finalmente que, de acordo com o alcance dos programas de governo, a modernização administrativa configura-se como um subconjunto das chamadas reformas administrativas, dada sua ênfase apenas na racionalização dos processos dos fluxos de trabalho e no atendimento, o que não abarca as reformas mais amplas das estruturas organizacionais e do arcabouço normativo que rege o funcionalismo e a máquina pública.

A premissa da modernização administrativa, que se dá por meio da reorganização dos fluxos de trabalho, vincula-se a um melhor aparato dos processos e projetos, em que a Terracap demanda sua institucionalização.

Com isso, essa Companhia se difunde em inúmeros processos aos quais figuram uma uníssona força laboral para plena execução de seus projetos estratégicos, sejam eles:

- Para fins de ampliação da oferta de empreendimentos ambiental e economicamente sustentáveis, a Terracap definiu como projetos estratégicos:
- Taquari – Etapa 1 – Trecho 2;
- Habita Brasília;
- Para garantir a regularidade do patrimônio fundiário, a Terracap definiu como projetos estratégicos:

- ARINE São Bartolomeu – Trecho 1 (Ville Montagne e parte da quadra 3 do Solar de Brasília);
- Setor Habitacional Jardim Botânico – Etapa 4 (Solar de Brasília quadras 1, 2 e parte da 3);
- Setor Habitacional Jardim Botânico – Etapa 2;
- Setor Habitacional Arniqueira;
- Setor Habitacional Bernardo Sayão (Guará);

- Regularização do Setor Habitacional Vicente Pires – Trecho 1 (Guará);
- Regularização de terrenos destinados a entidades religiosas ou de assistência social;

Para ampliar os negócios imobiliários que gerem receitas contínuas, a Terracap definiu como projetos estratégicos:

- Polo Logístico do Recanto das Emas – Trecho 1;
- Parque BIOTIC (antigo PTCD) definição de modelo de negócio;
- Nova Saída Norte de Brasília;
- Arena Plex Centro Esportivo de Brasilia;
- Parque de Exposição;

Para ter eficiência e transparência na gestão orçamentária, financeira, contábil, tributária e de controle interno, a Terracap definiu como projetos estratégicos:

- Projeto Terracap sem Papel – implantação do SEI;
- Gestão da Carteira de Recebíveis;

Para implementar política de recursos humanos, a Terracap definiu como projeto estratégico:

Modernização da Gestão Administrativa de Pessoas da Terracap.

Com a definição e acompanhamento desses projetos estratégicos, definiram-se, por meio da matriz swot, internamente, as forças e as fraquezas desta Companhia, e, externamente, as oportunidades e as ameaças.

Definiu-se como **Força**:

- Renovação da força de trabalho por meio de concurso público;
- Agilidade na tramitação de documentos/ processos e transparência (implantação do SEI);
- Programa de Participação nos Resultados – PPR;
- Patrimônio;
- Programas Sociais/ Voluntariado (Terracap Cidadã);
- Corpo técnico;
- Buscar meios para reduzir tributos (estudo sobre legislação tributária);
- Gestão da carteira (alienação fiduciária);

Definiu-se como **Fraqueza**:

- Estrutura organizacional (estrutura com muitas "caixinhas");
- Programa de Desenvolvimento Gerencial (pouco curso/capacitação para gestores);
- Visão sistêmica da organização pelos empregados;
- Política de Gestão de Pessoas (perda do conhecimento tácito com o PDI; responsabilidade dos gestores quanto ao desvio de função; redução na quantidade de servidores por unidade orgânica);
- Gestão de processos de trabalho;
- Clima organizacional (falta de divulgação do clima organizacional e nenhuma ação fática para melhoria);
- Centro de custos;
- Política de investimento de parte das vendas para infraestrutura de novos projetos;

Definiu-se como **Oportunidade**:

- Concessões/Parcerias (obtenção de receitas financeiras de empreendimentos por ela financiados; e, realização de parcerias com a iniciativa privada para novos negócios);
- Mídia (pautar a mídia pró-ativamente; divulgar ações socioambientais; falta de conhecimento da sociedade das contribuições da Terracap para o DF; veiculação negativa comum da Terracap pela mídia);

- Gestão com demais órgãos (desenvolver aproximação com órgãos públicos que interferem nos produtos/serviços ofertados pela Terracap);
- Regularização fundiária urbana;
- Déficit habitacional para população de baixa renda (ampliar oferta de empreendimentos imobiliários direcionados à população de baixa renda);
- Demanda do mercado por lote com infraestrutura e urbanização;
- Exploração de área rural/ exploração mineral/ turismo/ aeroportos;

Definiu-se como **Ameaça**:

- Dificuldade na relação institucional com órgãos externos (entraves e órgãos externos envolvidos nas políticas de uso do solo e demora na aprovação dos empreendimentos);
- Legislação sobre tributos (despesas elevadas com tributos);
- Estoque finito de terrenos;
- Crise no mercado imobiliário;
- Sobreposição de competências e indefinição de limites entre os órgãos que tratam de questões fundiárias;
- Grilagem e invasão de terras públicas;
- Dependência de outros órgãos para fiscalizar e coibir ocupações irregulares;
- Ingerência política nas decisões inerentes à empresa pública (indefinição do GDF sobre a utilização do estádio nacional).

Investimentos

Estão também inseridas no Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, ações que, por suas características, são consideradas no Orçamento como investimentos, uma vez que tratam de modernização dos sistemas de informação, reformas e construções em próprios e aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à realização das suas atividades. Em 2017, para essas ações, os investimentos foram de R$ 1,8 milhão, 17,58% superior aos investimentos de 2016, com o objetivo de manter as suas instalações físicas em bom estado de conservação, para ocupação dos empregados e atendimento aos clientes.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Comercialização de Imóveis

A comercialização de imóveis por meio de licitação pública é a principal atividade finalística da Terracap. É, por meio desta, que a Empresa arrecada a receita para investir em obras de infraestrutura dos parcelamentos urbanos, obras de urbanização e demais obras e serviços de interesse institucional e governamental.

Em 2017, foram alienados, por meio de licitação pública, 361 terrenos localizados em setores diversos e com destinações variadas. O valor total alcançado com as vendas foi de aproximadamente R$ 214,6 milhões, o que representou 9,8% acima do valor mínimo estabelecido nos editais. Dos terrenos ofertados, 29,7% foram comercializados.

As vendas de 2017 em relação a 2016 registra um decréscimo de 127 unidades no que se refere ao número de terrenos vendidos. A causa do decréscimo foi a diminuição da oferta de 324 unidades. Observe-se que, tanto o percentual de venda (do que é ofertado) quanto o ágio (valor alcançado em relação ao mínimo alienado) mantiveram o mesmo desempenho, 30% e 10% em média, respectivamente.

LICITAÇÕES PÚBLICAS
2016/2017

Anos	Lotes Ofertados (A)	Lotes Alienados (B)	% de Venda (B)/(A)	Mínimo do Alienado*(C)	Valor Alcançado* (D)	% do Valor Alcançado (D)/(C)	Nº de Participantes
2016	1.541	488	31,67%	324.745	358.223	110,31%	1.352
2017	1.217	361	29,66%	195.466	214.607	109,79%	1.060

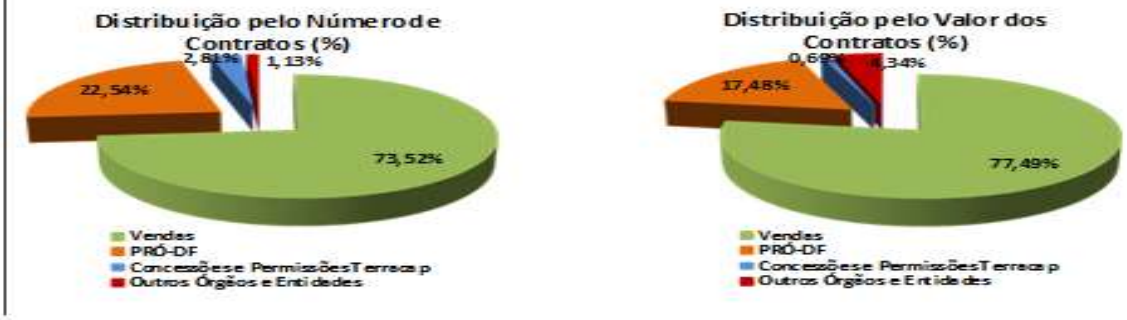
* em R$ mil, arredondados. Fonte: GECOM/DICOM

Carteira de Crédito

A carteira de Crédito da Empresa possui valor bastante expressivo, algo em torno de R$ 2,7 bilhões na modalidade "vendas", conforme distribuição apresentada na tabela abaixo. Além da carteira principal de "vendas" têm-se as modalidades "Pró-DF", "Concessões e Permissões Terracap" e "outros órgãos e entidades" com valores de contrato de aproximadamente R$ 790 milhões, totalizando valores contratuais da ordem de R$ 3,5 bilhões.

Distribuição por Modalidades

Modalidade	Número de Contratos	Proporção (%)	Valor dos Contratos	Proporção (%)
Vendas	4551	73,52%	2.719.609.716,61	77,49%
PRÓ-DF	1395	22,54%	613.536.711,80	17,48%
Concessões e Permissões Terracap	174	2,81%	24.086.692,28	0,69%
Outros Órgãos e Entidades	70	1,13%	152.229.510,65	4,34%
Total	**6190**	**100,00%**	**3.509.462.631,34**	**100,00%**



Percebe-se que a categoria "Vendas" responde por 73,5% do total de números de contratos, seguido pelo "PRÓ-DF", com 22,5%, "Concessões e Permissões Terracap", com 2,8% e "Outros Órgãos e Entidades", com 1,1%. Quando analisada a proporcionalidade pelo valor dos contratos, verifica-se que "Vendas" respondem por 77%, enquanto "PRÓ-DF", "Concessões e Permissões Terracap" e "Outros Órgãos e Entidades" respondem por 17%, 0,7% e 4,3%, respectivamente.

Todos os contratos de financiamento de imóvel da Terracap com data de operação a partir de 19/04/2012 são realizados com a instituição da Alienação Fiduciária em Garantia, que consiste na transferência da posse de um bem imóvel do devedor ao credor, em caso de inadimplência, no intuito de garantir o cumprimento da obrigação.

Houve redução geral nos níveis de inadimplência na Empresa, devido ao esforço realizado pela área de cobrança no intuito de ajustar o encaminhamento dos contratos às normas da Empresa. Assim, a carteira "encaminhada para consolidação da alienação fiduciária" cresceu tanto por número de contratos quanto pelo valor dos mesmos: 80,9% e 114,3%, respectivamente. Por sua vez, a carteira "encaminhada para cobrança judicial ou judicializada" apresentou redução de 3,9% se analisado pelo número de contratos e de 7,9% pelo valor dos contratos.

Quanto aos contratos com recebimento suspenso (por decisão judicial ou administrativa) verifica-se que, desde o final de 2016, esses vêm em uma crescente: 31,7% de aumento por número de contratos e 7,3% pelo valor. Tal crescimento se deve às liminares judiciais em desfavor da Terracap, principalmente em razão de rescisões contratuais

Inadimplência por Taxa de Juros

Conforme a tabela abaixo, verifica-se que os contratos em cuja taxa de juros praticada é de 0,4% e 0,5% + IPCA tem percentuais de inadimplência extremamente inferiores aos contratos com taxa de juros de 1% e 0,8% + IGP-M.

Inadimplência por Taxa de Juros				
Categoria	1,0%	0,8%	0,5%	0,4%
Valor dos Débitos	566.568.054,90	384.977.023,69	9.949.201,57	525.207,63
Saldo Devedor	431.289.398,30	730.462.141,17	410.525.225,65	107.923.757,19
Inadimplência (%)*	56,78%	34,51%	2,37%	0,48%
Valor dos Débitos - Recebimento Suspenso	120.406.285,40	167.532.475,21	1.084.768,58	171.921,11
Saldo Devedor - Recebimento Suspenso	51.559.489,77	81.669.825,30	22.591.540,37	4.254.916,24
Inadimplência desconsiderando a Carteira Suspensa (%)*	54,02%	25,10%	2,23%	0,34%

1,0% a.m. + IGP-M: aplicado para todos os contratos até o Edital Nº 07/2011;
0,8% a.m. + IGP-M: aplicado para todos os contratos a partir do Edital Nº 08/2011, mediante inserção da cláusula de alienação fiduciária;
0,5% a.m. + IPCA: aplicado a partir do Edital Nº 04/2015;
0,4% a.m. + IPCA: aplicado a partir do Edital Nº 04/2015 para imóveis residenciais unifamiliares adquiridos por pessoa física.

* Fórmula: (Valor em Atraso) / (Valor em Atraso + Saldo Devedor)
Fonte: GEARI / DIRAF

Em junho de 2017, a Terracap deu início à campanha de redução de juros, convocando clientes que tem juros contratuais de 0,8% ou 1% a.m. para negociar. Assim, o cliente que realizar o pagamento de 10% a 12% do seu saldo total, mediante a instituição de cláusula de alienação fiduciária (caso não tenha), será beneficiado com a redução dos juros para 0,4% ou 0,5%, percentuais atuais praticados pela Empresa. Os dados na tabela acima demonstram a redução drástica da inadimplência, de 57% para clientes que estavam na faixa de 1% de taxa de juros a.m. para somente 0,5% de inadimplência para os que se enquadram na faixa de 0,4% de juros a.m. Essa ação também visa ajustar o fluxo de caixa da Companhia

Renegociação

Verifica-se que, no encerramento de 2017, foram recuperados aproximadamente R$ 67,54 milhões, média mensal próxima de R$ 5,6 milhões. Os números poderiam ser melhores, mas ocorreu que, no Programa "Recompra", a Terracap convocou os clientes inadimplentes para desfazimento do negócio. Além disso, espera-se que as ações relativas à profissionalização da cobrança, melhorem os indicadores, uma vez que a recuperação de créditos seguirá estritamente a regra de cobrança a ser definida.

Registro de Imóveis

Em 2017, a Terracap encaminhou para registro em cartório, importantes projetos para a sociedade. A quantidade de lotes, local e destinação estão descriminados a seguir:

QUADRO DE PROJETOS REGISTRADOS

PROJETO	LOCAL	QTD LOTE	DESTINAÇÃO
URB-RP-051/12	BRASÍLIA	904	Regularização do S.H. São Bartolomeu
URB-RP-066/13	TAGUATINGA	4178	Regularização do S.H. Vicente Pires Trecho 03 gleba 01.

URB-049/08	GUARÁ	02	Reparcelamento da Área 28 do SAI/SO em Área 28 e Área 28a.
URB-119/00	BRASÍLIA	1225	Criação Setor Habitacional Jardim Botânico 2ª etapa. Condomínios Mirante das Palmeiras, Parque e Jardim Das Palmeiras, Jardim Botânico VI, Jardim Botânico I e Parte da Estância Jardim Botânico.
URB-RP-031/16	CEILANDIA	1055	Regularização do Trecho 02, Etapa II Do SH Sol Nascente
URB- 019/14	SÃO SEBASTIÃO	65	Setor Habitacional Crixa

Houve um crescimento expressivo de número de lotes dos projetos registrados em relação a 2016. Aproximadamente 59 lotes foram beneficiados com os registros em 2016, enquanto que em 2017, um total de 7.429 lotes, conforme quadro acima. Tais registros possibilitam a realização das vendas e, consequentemente, a entrada de recursos para a Empresa. Além disso, milhares de pessoas foram beneficiadas, com o registro do S.H Vicente Pires Trecho 03 (gleba 01) que beneficiará aproximadamente 10.880 pessoas, e o S.H. São Bartolomeu com um impacto direto para aproximadamente 3.186 pessoas.

Reestruturação Administrativa

Seguindo as diretrizes estabelecidas no Plano de Recuperação para a Empresa em 2017, a Terracap realizou uma importante reestruturação administrativa. Com o objetivo de cortar gastos, reduziu de 80% para 60% a remuneração para cargos dos Empregos em Comissão (EC) para o pessoal de Emprego Permanente (TEP) e também para requisitados, e diminiu de forma significante o quantitativo de EC's e de FG's (funções gratificadas), além de toda a restruturação organizacional ocorrida

Além disso, o acionista majoritário da Terracap (GDF) solicitou um estudo de viabilidade, visando a extinção de duas diretorias, considerando a estrutura da Companhia Imobiliária de Brasília, sem prejuízo de quaisquer de suas atribuições no bojo de suas competências atinentes ao seu papel de agência de desenvolvimento do Distrito Federal. Com isso das 7 diretorias (DIGAP, DIFIN, DICOM, DIPRE, DEHAB, DIRUR e DITEC) e Presidência (PRESI) aglutinou-se:

- DIGAP + DIFIN = DIRAF
- DICOM + DIPRE = DICOM
- DEHAB + DIRUR = DIHAR

Dessa forma, a estrutura que contava com 7 diretorias e Presidência foi reduzida para 4 diretorias e presidência. Quanto ao número de gerências passaram de 21 para 16, impactando diretamente nas funções de confiança, que sofreram redução, de 161 EC's para 134 e de 191 FG's para 111, que corresponde a uma redução nas funções de mais de 30% em termos quantitativos. No aspecto financeiro, essas medidas possibilitaram uma economia de aproximamente R$ 4,2 milhões/ano com a aglutinação de Diretorias, e de R$ 11,3 milhões/ano com a redução de 80% para 60% da remuneração de EC's e dos quantitativos de EC's e FG's, proporcionando uma economia de R$ 15,5 milhões/ano.

Importante destacar ainda que importantes modificações e adaptações foram realizadas tanto no Regimento Interno quanto no Estatuto Social da Empresa, atendendo a necessidades das unidades orgânicas da Empresa, bem como pela reestruturação ocorrida.

Regularização Fundiária

O ano de 2017 figurou como marco para a regularização fundiária no Distrito Federal, quando se deu início ao maior programa de regularização fundiária da história de Brasília e do Brasil. Para isso, foram realizadas importantes ações pela Terracap e pelo Governo do Distrito Federal, onde se destaca:

- Publicação de decretos regulamentando venda direta e forma de avaliação;

- Decreto regulamentando a MP-759 no tocante ao registro cartorial;
- Cadastramento dos moradores do Ville de Montagne (Setor Habitacional São Bartolomeu);
- Cadastramento dos moradores do Vicente Pires Trecho 3 (Gleba 1);
- Reunião com moradores dos lotes no Ville de Montagne;
- Cadastramento dos moradores do Jardim Botânico Etapa II;
- Venda dos lotes no Vicente Pires Trecho 3;
- Venda dos lotes no Jardim Botânico Etapa II;
- Cadastramento dos moradores do Solar de Brasília (Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa IV);
- Implantação de Infraestrutura básica em Vicente Pires com investimentos da ordem de R$ 268 milhões, com recursos provenientes de empréstimos feitos pelo GDF.

Venda Direta 2017

Empreendimentos	TOTAL DE CADASTRAMENTOS	VENDA DIRETA					
		TOTAL DE IMÓVEIS DISPONÍVEIS ****	QT DE PROPOSTAS		PUBLICADOS		Valor das Vendas Homologadas (R$) *****
	QT	QT	QT	%	QT	%	
VILLE DE MONTAGNE	1016	956	888	92,9%	688	72,0%	133.477.515,48
VICENTE PIRES *	3790	2990	2464	82,4%	371	12,4%	45.072.221,16
JARDIM BOTÂNICO **	1019	998	915	91,7%	262	26,3%	32.578.770,00
SOLAR DE BRASÍLIA ***	1265	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	7090	4944	4267	86,3%	1321	26,7%	211.128.506,64

* Do total de propostas do Empreendimento Vicente Pires , 892 foram encaminhadas à área técnica para confirmação do endereçamento do imóvel

** Do total de propostas do Empreendimento Jardim Botânico (contempla: Estância Jardim Botânico, Estância Jardim Botânico II, Estância Jardim Botânico VI, Mirante Das Paineiras, Parque Jardim Das Paineiras, Estância Jardim Botânico I) 193 foram encaminhadas à área técnica para confirmação do endereçamento do imóvel

*** Empreendimento em fase de cadastramento, dos 1265 imóveis disponíveis para cadastramento, até a presente data, 08/02/2018, 1209 foram cadastrados

**** Total de imóveis disponíveis nos editais. Nos casos apresentados foram inferiores ao cadastramentos, uma vez que por vários motivos, nem todos os imóveis cadastrados tem a possibilidade de constar em edital, ou pela própria estratégia de venda da Terracap

***** O valor de venda final considera as 1321 publicações, separados por formas de pagamento: à vista, a prazo, concessão ou por outra instituição financeira. Ressalta-se que os valores são estimados, uma vez que o valor final de venda apresentado é o valor de avaliação de imóvel, isto é, sem as várias possibilidades de desconto atrelados ao percentual de entrada escolhido por cada participante

Regularização Rural

O ano de 2017 foi marcado pelo debate acerca da regularização fundiária rural no Distrito Federal, tendo sido pauta de diversas reuniões, debates, audiências públicas, Grupos de Trabalho e Projeto de Lei.

Como fruto das discussões entre Terracap, SEAGRI/DF e outros órgãos, foi publicada a Lei nº 5.803/2017, em 12/01/2017, que instituiu a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap. A sua regulamentação se deu por meio do Decreto nº 38.125/17, publicado em 11 de abril de 2017. A partir desta data, os produtores rurais passaram a ter o direito de requerer a regularização das terras que ocupam.

A Política de Regularização de Terras Públicas Rurais vem beneficiar produtores e objetiva garantir a sustentabilidade na ocupação do território rural do Distrito Federal. Além da

comunidade rural, a lei beneficia a população do Distrito Federal como um todo, pois a regularização das ocupações rurais auxilia no combate à grilagem, promove o desenvolvimento sustentável, garante a segurança alimentar e a segurança jurídica, a medida em que permite a permanência do produtor na terra, bem como a realização de atividades que gerem alimentos saudáveis de forma ambientalmente sustentável e socialmente justa.

A regularização garante ao produtor a devida segurança jurídica para realizar investimentos na produção rural. A nova lei possibilita o acesso à linhas de crédito rural para investimentos fixos, ampliando o escopo de atuação do produtor rural e agregando valor a propriedade, permitindo, por exemplo, a construção de uma estrutura mais adequada para a produção rural, como galpões, armazéns, sistemas de irrigação mais eficientes, pocilgas, entre outros.

Com a nova lei, abre-se a possibilidade de transferência do contrato por ato inter-vivos, vedada nos contratos anteriores. Assim, se busca promover a sustentabilidade e a continuidade da gestão da produção rural, a partir da manutenção dos sistemas produtivos.

Está previsto, também, que não será cobrada retribuição anual da Concessão de Uso Oneroso de Imóvel Rural - CDU e da Concessão de Direito Real de Uso – CDRU sobre as áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente e no caso de compra, há previsão de encargos diferenciados para agricultores familiares e assentados.

Para ser beneficiário da regularização prevista na lei, o ocupante de terra pública rural deve iniciar o procedimento administrativo junto à SEAGRI/DF, a fim de comprovar que ocupa efetivamente gleba rural com área não inferior a 2 hectares desde 5 de dezembro de 2008, por si ou 27 de agosto de 2004, por sucessão, exercendo atividade rural ou ambiental efetiva. Além disso, o interessado não pode ser concessionário de outra terra rural pertencente ao Distrito Federal ou à Terracap bem como estar adimplente perante a Fazenda Pública do Distrito Federal, a Terracap e a SEAGRI/DF.

No intuito de operacionalizar o disposto na recente Lei, foi firmado Acordo de Cooperação Técnica entre o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI/DF e a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, cujo objeto é a delegação da gestão da regularização das ocupações das terras públicas rurais pertencentes à Companhia, que estejam inseridas na Macrozona Rural, ou seja, a transferência àquela Secretaria de Estado da atribuição de realizar os procedimentos para a celebração do contrato de CDU, permanecendo como competência da Terracap a realização dos procedimentos para celebração de CDRU e Contratos Específicos (em macrozona urbana, com características rurais; Art. 278 PDOT).

Conforme mencionado, a Terracap trabalhou conjuntamente com a SEAGRI/DF e outros diferentes órgãos na concepção e aprovação da Lei Distrital nº 5.803/2017, na qual se buscou harmonizar o arcabouço jurídico que trata o tema bem como aperfeiçoar os procedimentos de regularização das ocupações.

Em 2017, a Terracap iniciou os trabalhos de acertamento fundiário das Fazendas Sítio Novo e Santo Antônio dos Guimarães. Manteve a arrecadação da retribuição anual sobre as concessões, monitorando a execução dos contratos firmados, fiscalizando o parcelamento irregular do solo nas áreas sob concessão e atuando conjuntamente com a SEAGRI/DF em todas ações que visem a regularização das ocupações, além de diversas outras atividades no escopo da área rural realizadas nos anos de 2016 e 2017, tais como:

- Cessão de área à União, para uso do Instituto Federal de Brasília – IFB, referente ao imóvel localizada no Módulo A, Lote 14, do PAD/DF, com área de 3,0 ha (três hectares), para construção de Unidade de Ensino Profissional;

- Cessão de área à União, para uso do Instituto Federal de Brasília – IFB, referente ao imóvel denominado Chácara 22, Núcleo Rural Monjolo, Recanto das Emas-DF, com área de 2,7556 ha (dois hectares, setenta e cinco ares e cinquenta e seis centiares), para fins de instalação de um novo campus;
- Participação nas ações visando à implantação das Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil – ATTR, no Programa de Desativação do Aterro Controlado do Jóquei, sendo uma das grandes entregas previstas no conjunto de atividades que objetivam ao Fechamento do Lixão;
- Coordenação dos processos de conflitos fundiários e relacionamento com os Movimentos Sociais;
- Participação efetiva no Conselho de Política de Assentamento do Distrito Federal (CPA);
- Pedidos de suspensão das ações de reintegração de posse e autuação de processos de transação judicial;
- Início do fluxo processual para celebração de Transação Judicial, no Núcleo Rural Casa Grande. Após 34 anos, os produtores rurais que ocupam uma área de 360 hectares, no Núcleo Rural Casa Grande, na Fazenda Ponte Alta, de propriedade da Terracap, finalmente, terão a chance de celebrar um acordo de transação judicial para continuar desempenhando as suas atividades na região. O objetivo é substituir a execução do mandado de reintegração de posse pelo pagamento do valor a ser apurado por meio de uma avaliação, que seguirá a mesma metodologia exigida para a venda direta de imóveis rurais. A regularização será uma grande conquista da comunidade do Núcleo Rural, trazendo segurança jurídica e tranquilidade aos moradores.
- Em setembro de 2016, a Terracap esteve na Associação dos Proprietários e Produtores do Núcleo Rural Casa Grande para coletar a documentação exigida a fim de celebrar o Termo de Transação Judicial. Após a coleta, deu início à tramitação dos processos administrativos, tratando do cumprimento das etapas estabelecidas no Manual de Rotina.
- O Núcleo Rural Casa Grande está situado em zona rural de uso controlado. A regularização será uma grande conquista da comunidade do Casa Grande, trazendo segurança jurídica e tranquilidade aos moradores.
- Atualmente, cerca de 100 (cem) ocupantes encontram-se com os processos administrativos aptos à celebração dos Acordos de Transação Judicial, estando a data do evento em fase de agendamento.
- Disponibilização de áreas para criação de assentamentos no âmbito do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT;
- Participação efetiva nas reuniões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CRDRS);
- Celebração do Termo de Cessão de Uso a Título Precário, de área denominada Chácara n.° 16 – 01/MA – Condomínio Mansões Casa Grande, para o Distrito Federal, para uso da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com área total de 1,1295 ha (um hectare, doze ares e noventa e cinco centiares), situado entre o Córrego Olho D'água e o Córrego Pintos, para fim de regularização da edificação denominada "Centro Educacional Casa Grande";
- Celebração do Termo de Cessão de Uso a Título Precário, com o Distrito Federal, para uso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF, de uma área de 2.000 m², com a finalidade de implantação de pavilhão de múltiplas funções acrescido de banheiros coletivos para suporte aos Eventos do Sistema Agricultura e Parceiros, em área concedida à COOPA/DF, na Agrobrasília de 2017;
- Autorização da celebração de escritura pública de doação ao Distrito Federal, para uso da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, visando à construção da Escola Rural Guariroba, com área total de 30.924,40m2 (trinta mil, novecentos e vinte

e quatro metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), na Região Administrativa de Samambaia/DF;
- Confecção de cartilhas e folders, objetivando orientar o produtor rural acerca dos procedimentos para a regularização das terras públicas rurais, pertencentes ao DF ou à Terracap;
- Participação, em conjunto com a SEAGRI/DF, no Grupo de Trabalho – GT Núcleo Bandeirante, visando estabelecer diretrizes específicas para regularização das ocupações históricas objetivando ao desenvolvimento de atividades rurais e ambientais no Núcleo Rural Núcleo Bandeirante I (NRNB 1) - Chácaras Tradicionais, Núcleo Bandeirante - RA VIII;
- Participação, em conjunto com a SEAGRI/DF, no Grupo de Trabalho – GT Park Way, visando estabelecer diretrizes para regularização das ocupações e desenvolvimento de atividades rurais e ambientais na área de Proteção Ambiental (APA) das Bacias do Gama e Cabeça de Veado criada pelo Decreto nº 9.417 de 21 de abril de 1986.

Regularização de Templos e Entidades de Assistência Social

Balizada pela Lei Complementar 806/2009, que instituiu a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por templos religiosos de qualquer culto e por entidades de assistência social, a Terracap participa diretamente dessa importante ação. A lei permite a regularização de ocupações realizadas até 31 de dezembro de 2006, e que até hoje permanecem no local. A prioridade é a regularização de imóveis de propriedade da Terracap, que possuam a destinação de uso institucional.

A legalização ocorre a partir da assinatura do contrato de concessão do direito real de uso ou por meio da compra, na forma da Lei nº 12.966/2014 – que permite a venda direta pela Terracap; do Decreto nº 35.738/2014 – que regulamenta a Lei nº 806; e de uma resolução do Conselho Administrativo da Terracap, que traz os procedimentos para a venda ou concessão.

Em 2017 a Terracap deu importantes passos com a regularização de templos e entidades como:

- A venda de 130 (cento e trinta) imóveis ocupados por entidades religiosas e de assistência social aprovada em reunião de Diretoria Colegiada - DIRET.
- A Aprovação da venda de 130 (cento e trinta) imóveis ocupados por entidades religiosas e de assistência social publicada no DODF.
- 118 (cento e dezoito) minutas foram encaminhadas aos cartórios, sendo que 73 (setenta e três) já estão devidamente escrituradas.

Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Em 2015, o GDF publicou o decreto nº 36.756/2015 tornando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) o sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Para sua implantação na Terracap, no decorrer de 2017 a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, promoveu o treinamento de diversos empregados da Terracap na ferramenta SEI. Esses empregados, selecionados como multiplicadores, realizaram o treinamento dos demais empregados da Terracap.

Ainda em 2017, a Terracap conseguiu implantar três tipos de processo de trabalho no sistema SEI, são eles:

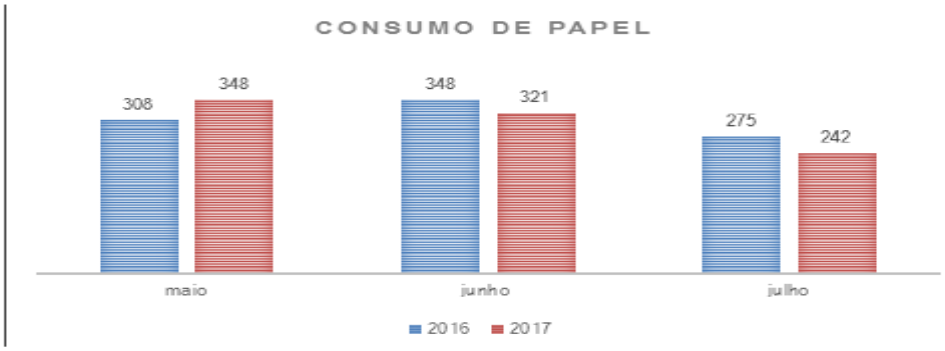
- I - Formalização da venda – Foi autuado no dia 05/05/2017 e a minuta da escritura foi disponibilizada para o cartório no dia 27/06/2017. Processos autuados a partir de 07/06 chegaram a uma média de 60 dias. Neste processo de trabalho específico não foi possível melhorar o tempo de tramitação, pois existem prazos legais a serem cumpridos.
- II e III - Elaboração de minuta de termo de referência e aprovação de edital de compras. Esse processo foi autuado em 30/06/2017 e o edital foi publicado no DODF no dia 14/08/2017. Estes dois processos de trabalho são sequenciais. Somados, os processos levaram 45 dias da elaboração da minuta do termo de referência até a publicação no DODF do edital de licitação. As estatísticas que a Terracap possui sobre a duração dos processos de aquisição são dados de 2013 com parametrizações diferentes da lógica de processos de trabalho e não podem ser utilizados para comparação com os dados atuais sem que gerem distorções de perspectiva.

Nesse mesmo período, a Terracap mudou a lógica de toda a autuação de processos administrativos na Empresa que passaram a tramitar somente em ambiente virtual.

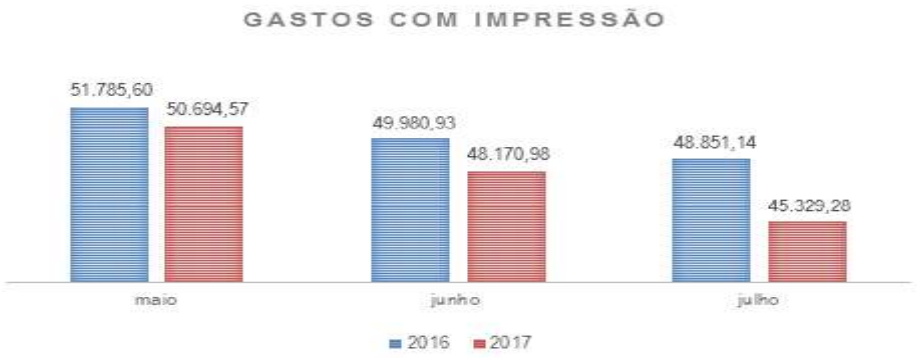
No dia 15 de agosto 2017 a Terracap entregou toda a configuração do SEI preparada para receber os processos da empresa (data oficial do marco denominado "virada de chave"). A partir dessa data, toda empresa passou a tramitar documentos no SEI sendo que os processos físicos existirão de forma paralela, porém somente para aqueles autuados em períodos anteriores ao dia 15/08/2017. A intenção é que aos poucos os processos físicos sejam encerrados e deixem de existir.

Redução de Gastos como consequência do uso do SEI nos 3 primeiros meses de implantação

Conforme gráficos abaixo, tanto o consumo de resmas de papel quanto os gastos com impressão reduziram no trimestre inicial de implantação do SEI, mesmo antes da "virada de chave" mencionada.



O consumo de resmas de papel reduziu em mais de 2%. no primeiro trimestre da implantação.



Os gastos com impressão reduziram em mais de 4%. No primeiro trimestre da implantação, a previsão é de que esse número vá diminuindo gradualmente até atingir valores insignificantes. A possibilidade de redução de gastos com impressão, ao longo da implantação do SEI, pode representar o valor de até R$ 583 mil por ano.

Novos Negócios

Lançamento da PMI do Autódromo

O Autódromo Internacional de Brasília possui área total de 726.822 m² e está localizado no Centro Esportivo de Brasília, Setor de Recreação Pública Norte (SRPN), região central de Brasília/DF, próximo aos setores hoteleiro e comercial.

Foi inaugurado em 1974 para uma corrida de Fórmula 1 extracampeonato vencida por Emerson Fittipaldi (pilotando uma McLaren). O Autódromo voltou a receber uma prova internacional em dezembro de 1996, desta vez pela Categoria BPR Gran Turismo, com vitória de Nelson Piquet e Johnny Ceccoto, da McLaren, e provas da Fórmula 3 Sul-Americana.

Existe uma série de edificações internas à área cercada para o Autódromo. Além da pista, existem suas arquibancadas, boxes (demolidos), oficinas, a sede da Federação de Automobilismo (demolida), um kartódromo e um cinema drive-in:

- Pista: tem o traçado misto. Possui seis curvas para a esquerda e seis para a direita. A extensão é de 5.475,58 metros e a maior reta tem 750 metros;
- Arquibancadas e áreas de espectadores: arquibancada coberta, arquibancadas descobertas e cinco áreas de apoio aos espectadores, com banheiros e área coberta para bares. A capacidade de público é de 11.500 lugares;
- Torres e espaços para publicidade: torre de painel eletrônico, torre para publicidade e outdoor;
- Posto de Combustível;
- Restaurante;
- Subestação;
- Kartódromo;
- Cine Drive-in;
- Galpões: 4 (quatro) galpões particulares (oficinas) em uma área periférica do Autódromo.

São expectativas da Terracap em relação ao Autódromo Internacional de Brasília:

- Pelo edital de chamamento a Terracap divulgou sua intenção de receber estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, jurídico-institucional e projeto de negócio para a estruturação de parceria visando a modernização, gestão, operação e manutenção do Autódromo Internacional de Brasília, considerando os aspectos urbanísticos, ambientais e o tombamento de Brasília.

- Estruturação de empreendimento financeiramente sustentável e atrativo à Terracap e ao parceiro privado, com desoneração da administração pública nas despesas com operação e manutenção do empreendimento e incremento na arrecadação tributária do Distrito Federal.
- Promoção de eventos esportivos, culturais e artísticos compatíveis com as expectativas da população do Distrito Federal e entorno, que confiram maior visibilidade à cidade de Brasília e potencializem a capacidade de atração de turistas para a capital.
- Dinamização da utilização da área do empreendimento em todos os dias da semana com disponibilização de serviços de gastronomia, comércio e entretenimento, criando um novo polo de convivência e integração social em Brasília;
- Suporte aos programas sociais e demais atividades relacionadas à política de esporte e cultura do DF.

Lançamento da PMI do Aeroporto Executivo

O projeto Aeroporto Executivo nasce com o objetivo de criar uma solução alternativa para a aviação geral em Brasília, proporcionando um uso moderno e sustentável das terras do DF em favor de sua população.

A área do projeto está localizada na denominada "Área Isolada Cava de Cima" nº 03 - Rodovia DF-251 - São Sebastião-DF, fazendo parte do imóvel Papuda 2, incorporado ao território do Distrito Federal, em terras desapropriadas pertencentes ao patrimônio da Terracap. O local fica a cerca de 30 minutos do centro da Capital Federal em um deslocamento terrestre.

Atualmente, no local funciona um Aeródromo, utilizado para voos não comerciais, que dispõe de equipamentos de aviação de pequeno porte. Há uma pista de pouso e decolagem com pelo menos 1.550 metros de comprimento e 23 metros de largura, mais de 90 hangares com tamanho médio de 324 m² para a guarda de aeronaves. Hoje, o espaço abriga cerca de 200 aeronaves.

Com essa oportunidade, será possível desenvolver um projeto que contemple operações as quais os aeroportos existentes em Brasília não atendem completamente, como transporte de cargas e passageiros, além de operações não realizadas por companhias aéreas, como táxi aéreo, jatos executivos e serviços aéreos ambulatórios. Assim, aliado ao conceito de cidade aeroportuária, outros empreendimentos poderão ser propostos para o projeto, como Fly In, hotéis, Clube de Golfe, Outlet, Hospital, espaço para feiras e eventos e Centro de Convenções.

Diversos setores poderão se beneficiar do aeroporto executivo. O público alvo abrange empresas de táxi aéreo, aeronaves da administração pública e das forças de segurança (Corpo de Bombeiros Militar do DF, Polícia Militar do DF, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil do DF, Departamento de Trânsito do DF e Departamento da Força Nacional de Segurança Pública).

O uso de toda a área será definido conforme os estudos desenvolvidos no PMI, com a observação adequada da legislação vigente – Estatuto da Terra, Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), normas ambientais, entre outras.

Com esse procedimento, a Terracap pretende obter estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, jurídico-institucional e projeto de negócio para a estruturação de parceria com a iniciativa privada para implantação, modernização, gestão, operação e manutenção do Aeroporto Executivo de Brasília.

Lançamento do Edital do PAGT

O Parque de Exposição Agropecuárias Granja do Torto – PAGT possui área de 73,99 hectares e conforme levantamento realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI é composto por: prédio de administração do parque, picadeiros, estandes, bares e restaurantes, possui um Heliponto, sanitários, galpões para equinos e bovinos, lavadouro para equinos, um Complexo da Ovino caprinocultura, uma pista de esportes equestres, um pavilhão de leilões, área para shows, posto de revenda de material agropecuário, uma central de rações e alojamento, uma escola de equitação, um Tatersal de leilões, arquibancada coberta, um Shopping de Leite, Shopping Rural, alojamento para peões, pavilhão de leilão de Elite (Vitrine) e uma Residência (próxima ao alojamento dos peões).

Com o intuito de explorar todo esse potencial, em 2017 a Terracap levou ao conhecimento dos interessados licitação pública para concessão da área denominada Parque de Exposições Agropecuária da Granja do Torto - PAGT, obedecidas as condições do Edital de Concessão da Granja do Torto, conforme Processo nº 111.001.188/2015.

A proposta pode contemplar as seguintes melhorias para que o PAGT tenha condições adequadas de uso:

- Construção, modernização ou ampliação dos recintos para alojamento de animais de material genético superior, priorizando o bem-estar animal;
- Atualização das subestações de energia do PAGT;
- Atualização de toda rede elétrica das áreas comuns do PAGT;
- Reconstrução de toda rede hidráulica do PAGT;
- Modernização das portarias prevendo guaritas e entrada identificada tanto de público quanto dos animais;
- Reforma do muro no perímetro do PAGT;
- Reforma e ampliação de alojamento para prestadores de serviços;
- Reforma da sede administrativa;
- Reforma de banheiros;
- Destinação de áreas e edificações para empresas de insumos agropecuários e empresas prestadoras de serviços para setor agropecuário;
- Destinação de áreas e edificações para demonstração de máquinas e equipamentos agropecuários;
- Destinação de áreas e edificações para instalação atividades dos ramos alimentício, hoteleiro e bancário;
- Sistema de reuso de água de chuva para aproveitamento na irrigação de gramados, banho de animais, limpeza de galpões, irrigação das pistas de esportes ou exposições dos animais;
- Aproveitamento dos resíduos de origem animal e vegetal para produção de compostagem permitindo assim a manutenção das áreas verdes do Parque e ajudando nos programas de agricultura urbana e nas políticas públicas de interesse do setor agropecuário;
- Utilização de energia renovável.

A proposta deve contemplar espaços físicos para entidades sem fins lucrativos relacionadas ao setor agropecuário, como associações e núcleos de criadores.

Lançamento do Edital para concessão do ARENAPLEX

Com o objetivo de entregar para a população do Distrito Federal um Centro Esportivo de Brasília totalmente requalificado, a Terracap, lançou em 2017, o edital de licitação para conceder à iniciativa privada a gestão do Centro Esportivo de Brasília (ArenaPlex), que abrange

o Estádio Mané Garrincha, o Ginásio Nilson Nelson, o Complexo Aquático Claudio Coutinho e as quadras poliesportivas.

O edital foi produzido a partir dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídico-institucional apresentados no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) pela Dubois & Co, em 2016. A proposta ainda foi auditada e validada pela PwC.

O vencedor da licitação assinará um contrato de concessão de uso do bem público por um período de 35 anos e deverá pagar uma outorga mínima à Terracap de R$ 5 milhões por ano. Além disso, a Agência também receberá 5% do total do faturamento líquido excedente da operação do empreendimento.

Os participantes da licitação precisam comprovar a experiência na operação de grandes arenas esportivas, com capacidade mínima de 40 mil lugares sentados. Também devem apresentar, entre outros dados, informações a respeito da implantação de estratégias para atração de eventos e de locação de espaços, comercialização de camarotes, marketing e pacotes de patrocínio.

A proposta técnica deve conter a metodologia de operação, o plano de negócio e o plano de requalificação e uso social da área. Após apresentar esses requisitos básicos, ganha o certame quem fizer a melhor oferta de pagamento pela outorga.

A solução encontrada para tornar o espaço atrativo aos investidores e, ao mesmo tempo, à população, foi propor uma operação integrada que envolve, além da realização de eventos, um empreendimento imobiliário. O projeto prevê a construção de um boullevard monumental, numa área localizada entre o autódromo e o Estádio Nacional de Brasília.

Trata-se de uma espécie de calçadão, todo urbanizado, para criar um espaço de convivência, por meio da construção de novos aparelhos voltados para o entretenimento e lazer. A ideia é disponibilizar um espaço lúdico e arborizado, com comércio e a oferta de serviços de qualidade. O objetivo é atrair um fluxo diário de pessoas, num ambiente que favoreça a interação e coloque o Centro Esportivo no dia a dia dos brasilienses, com a oferta ampla de opções de serviços de esporte, entretenimento e saúde.

O investimento total para a construção desse espaço é de R$ 199 milhões. O local poderá ter academia, cinema, teatro, casa noturna, lojas âncora, restaurantes, praça de alimentação, clínicas e loja satélite, o que vai gerar novos postos de trabalho e o aumento significativo do tráfego de pessoas na região.

Paralelo ao boullevard, a gestão das arenas visa inserir Brasília no circuito nacional e internacional de eventos, criando um calendário de grande apelo e visibilidade. Prevê também a comercialização de camarotes e publicidade e a exploração do estacionamento e outras concessões. A previsão de investimento para a reforma das arenas é de R$ 80 milhões.

O investimento acumulado durante o período de concessão, de acordo com os estudos, é de R$ 387 milhões O projeto usou como base a referência de urbanismo de Brasília, adotando o conceito de cidade parque, que consta no Relatório Brasília 57-85 de Lúcio Costa.

A requalificação do espaço tem a missão de reproduzir a complexidade e a diversidade do antigo modelo urbano com o Desenvolvimento de uma área pública que compreenda todo o espectro da vida da cidade – trabalho, comércio, lazer e cultura.

Outro destaque é a continuidade dos projetos sociais desenvolvidos hoje no Complexo Aquático Cláudio Coutinho. As atividades voltadas para a comunidade continuarão sendo desenvolvidas normalmente, mas com uma estrutura bem melhor. A manutenção predial será

mantida pelo concessionário, mas os serviços ofertados na área esportiva serão conduzidos pela Secretaria de Esportes.

Oportunidade de negócios - Com essa modelagem, o empreendimento se torna atrativo para os investidores. A partir da solução apresentada, foi possível obter uma Taxa Interna de Retorno de 10,84%.

Além disso, para viabilizar o boullevard monumental, o concessionário terá que fazer um concurso público para a escolha do melhor projeto de urbanismo e arquitetura para a área, o que dá mais transparência ao processo.

Toda essa requalificação da área pode gerar novas oportunidades de negócio, inclusive para a área esportiva. As empresas e prestadoras de serviço que se instalarão no Centro Esportivo do DF podem, inclusive, se interessar em investir em times de futebol, basquete ou vôlei.

A expectativa da Terracap em relação à parceria é a melhor possível. Ganha a empresa, que deixará de ter despesas e passará a ter uma outorga de R$ 5 milhões por ano; o Governo de Brasília, que aumentará a arrecadação de tributos, cuja previsão durante o período de concessão é superior a R$ 700 milhões; e a população do Distrito Federal, que terá um espaço de convivência, com todos os equipamentos necessários para tornar o dia a dia da capital federal muito mais agradável.

Criação da BioTIC S/A

Parques Tecnológicos têm como missão prover a "inteligência", a infraestrutura e os serviços necessários ao crescimento e fortalecimento das empresas intensivas em tecnologia.

O Distrito Federal ocupa o topo do ranking da elite intelectual brasileira, com o maior número de mestres e doutores em relação ao número de habitantes entre todas as unidades da Federação, o que reflete a vocação e potencial da cidade na geração de conhecimento.

A capital do país tem 18 mestres e 5,4 doutores por grupo de mil habitantes, praticamente o dobro do Rio de Janeiro, que ocupa a segunda posição. As quatro áreas de conhecimento mais procuradas nesses programas são humanas (17,1%), ciências sociais aplicadas (15,5%), saúde (14,7%) e as engenharias (12,8%).

O Parque Tecnológico (BioTIC) criado exclusivamente para oferecer a mais avançada infraestrutura em instalação, pesquisa, ciências, desenvolvimento e operação de empresas e instituições na área de tecnologia digital, possui uma área privilegiada de 121 hectares e localiza-se na Região Administrativa de Brasília, entre a DF-003 e o Parque Nacional e a Granja do Torto. Uma cidade criada. Uma área privilegiada com capacidade para abrigar 1.200 companhias e criar cerca de 25 mil empregos.

É um parque multiuso, abrangendo setores como tecnologia da informação e comunicações – TIC, biotecnologia e saúde, com potencial para instalação de 1.200 empresas e geração de 25.000 empregos diretos. Uma excelente oportunidade para a criação de negócios junto ao governo federal, responsável por cerca de 30% da demanda do setor no país.

O Parque conta com toda a infraestrutura de engenharia necessária para seu pleno funcionamento, como pavimentação, drenagem, sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos e fornecimento de energia. Já funcionando no Biotic o mais moderno Data Center da América Latina, construído pelos dois maiores bancos brasileiros – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (Recursos investidos: US$ 500 milhões).

Em 2017 diversas ações ocorreram no âmbito do projeto do Biotic, destacando:

- Foi apresentado o projeto do Parque Tecnológico para a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do DF (REDE NIT) na sede da Embrapa e no Seminário de Inovação e Transferência de Tecnologia realizado pelo CDT/UnB;
- Foi realizada audiência pública na CLDF sobre a Lei de Inovação do DF na qual o representante da Terracap compôs a mesa diretora, representando o Comitê de Governança do Parque Tecnológico;
- O Conselho de Administração da Terracap aprovou o Estatuto e o Plano de Negócios da BioTIC S.A. e autorizou a constituição da BioTIC S.A. como subsidiária integral da Terracap;
- O Presidente da Terracap comunicou à CLDF a criação da BioTIC S.A. nos termos da Lei nº 4.586 de 2011;
- Apresentação do projeto BioTIC para possíveis parceiros do parque tecnológico durante a 27ª Conferência ANPROTEC, realizada no Rio de Janeiro;
- Encaminhado ao PNUD o Termo de Referência para contratação da consultoria para elaboração do Legal Opinion, Masterplan, Business Plan e Valuation do projeto;
- Assinada a Escritura Pública de Cosntituição da BIOTIC S/A;
- Foi realizado pela Terracap o aporte de 10% do capital inicial da BIOTIC S/A.,
- Foi iniciado o processo de registro da BIOTIC S/A na Junta Comercial do Distrito Federal;
- Encaminhados ao Comitê de Governança do BIOTIC o Termos de Referência (Agencia de Inovação) e as propostas de editais para seleção dos ocupantes do Edifício de Governança (Empresas e Entidades de C&T), elaborados pela equipe técnica da Terracap.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Terracap, por intermédio do trabalho estratégico da área de regularização rural, vem fortalecendo as atividades destinadas à regularização dos imóveis rurais, garantindo melhorias na qualidade de vida da população beneficiada, combatendo à ocorrência de invasões e parcelamento irregular do solo, fortalecendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e conferindo efetividade ao cumprimento da função social da propriedade, além de possibilitar ingresso de receitas aos cofres públicos.

Como metas e desafios, permanecem as necessidades de: incrementar a realização do acertamento fundiário nas fazendas rurais; ampliar o alcance da regularização de forma a atingir todos ocupantes de áreas públicas rurais no Distrito Federal e conferir celeridade e transparência aos processos administrativos.

O planejamento estratégico da empresa tem sido revisto pela área de planejamento e modernização. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos pelos técnicos da Terracap, e possivelmente em 2018 terá todo o seu mapa estratégico revisado, com a participação de todo o corpo gerencial da Empresa.

Em 2018, a Terracap planeja arrecadar R$ 517 milhões com suas vendas em licitações, R$ 192 milhões com parcelas pagas com contratos que estão em vigência (prestamistas existentes), além de recuperar R$ 77 milhões da carteira de inadimplentes, alcançando uma receita de alienação de bens imóveis de aproximadamente R$ 786 milhões.

O planejamento de vendas em licitação para 2018 contempla a oferta de imóveis situados no trecho II do Setor Habitacional do Taquari, o projeto "Habita Brasília", a área denominada "28A", e ainda importantes setores em regularização como o Trecho 1 do Setor Habitacional de Vicente Pires, a IV Etapa do Setor Habitacional Jardim Botânico, o Setor Habitacional

Bernardo Sayão, Setor Habitacional Arniqueiras e, por fim o principal empreendimento da Terracap: a 2ª etapa do Setor Habitacional Noroeste.

No caso da receita "Outras Receitas Correntes" composta pela Receita Financeira (previsão de ganhos sobre o capital investido no mercado) e Outras Receitas (arrecadação com cobranças de taxas diversas, concessão de direito real de uso, demarcação, aluguéis e outros serviços prestados pela empresa) – estima-se arrecadar R$ 11 milhões. Previu-se, ainda, a realização de uma operação de crédito interna no valor estimado de R$ 40 milhões e de uma externa de R$ 80 milhões ambas com a finalidade de executar obras de investimento.

O somatório das 4 receitas orçamentárias totaliza uma arrecadação aproximada de R$ 917 milhões para 2018.

Na estimativa de aplicação de recursos para investimentos para 2018, previu-se:

1. Infraestrutura em Parcelamentos - DF	206.687.000
2. Aquisição e Recuperação de Imóveis	54.000.000
3. Parque Burle Marx	48.000.000
4. Construção de Praças e Parques	28.221.000
5 Regularização Urbana	25.567.000
6. Obras de Urbanização	24.257.000
7. Modernização Informática	14.000.000
8. Estudos e Projetos Ambientais	10.122.000
9. Revitalização do Projeto Orla	7.694.000
10. Construção de viadutos	7.550.000
11. Implantação de Reserva Indígena Kariri-xocó do Bananal DF	7.500.000
12. Mapeamento Remoto do DF	6.912.000
13. Estudos e Pesquisas de Prospecção Imobiliária	5.762.000
14. Estudos e Projetos Urbanísticos e de engenharia	4.210.000
15. Reforma de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis	3.822.000
16. Construção de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis	3.302.000
17. Equipamento e material permanente	1.802.000
18. Reforma de Prédios e Próprios	1.274.000
19. Regularização Rural	500.000
20. Geoprocessamento	206.000
21. Reforma de Feiras	90.000
22. Reforma do Autódromo	10.000
23. Reforma de Edificações e Espaços Culturais	10.000
24. Revitalização Torre de TV	10.000
25. Implantação de Ciclovias	10.000
26. Construção de Prédios e Próprios	10.000
27. Ponte JK	10.000
28. Construção de Quadras de Esportes	10.000
29. Reforma de Quadras de Esportes	10.000
30. Recuperação de Obras de Arte Especiais	10.000

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAPDF – UO: 20.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP-DF, fundação pública vinculada à Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, conforme publicação do Decreto nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, publicado no Suplemento ao DODF nº 168, de 31 de agosto de 2017, instituída pela Lei nº 347, de 04 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 3.652, de 09 de agosto de 2005, tem personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, sede e foro na cidade de Brasília, jurisdição em todo o Distrito Federal, com prazo indeterminado de duração. Em razão desta mudança, a UO, cujo código anterior era 40.201, passou a utilizar o 09.202.

É regida pelo Decreto nº. 27.958, de 16 de maio de 2007, que aprova o Estatuto Social, tendo por finalidade estimular, apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, viabilizando as ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem-estar da população, defesa do meio ambiente e progresso da Ciência e Tecnologia, em consonância com a Política de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação, definida pelo Governo do Distrito Federal, por meio das seguintes ações, a saber:

I. Articular a formulação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal;

II. Executar e incentivar a execução da política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal;

III. Fomentar programas, projetos e instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal;

IV. Custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisas, individuais e institucionais, oficiais e particulares;

V. Custear, total ou parcialmente, a aquisição de equipamentos que estimulem os docentes a realizarem pesquisas no campo educacional;

VI. Articular-se, de forma permanente, com órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais que atuem em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, visando:

- Promover, participar e fomentar a criação e operacionalização de redes de cooperação técnica;
- Promover a colaboração entre instituições públicas e privadas de pesquisa do Distrito Federal, mediante apoio técnico e financeiro a projetos integrados;
- Promover programas voltados para o fortalecimento de grupos emergentes de pesquisa;
- Apoiar a realização de cursos de pós-graduação, com ênfase no stricto sensu, e de eventos técnico-científicos, organizados por instituições públicas ou privadas, que atuem em ciência, tecnologia e inovação, na área de ensino, estudo e pesquisa;
- Apoiar a difusão e a transferência de resultados de estudos, pesquisas, dissertações e teses, bem como o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas e de inovações, promovendo ou subvencionando sua publicação;

VII. Identificar fontes de financiamento, disseminar informações e captar recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal;

VIII. Estabelecer parcerias com o setor privado da economia, visando o engajamento desse setor no desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Distrito Federal;

IX. Estimular e apoiar a criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica;

X. Custear, total ou parcialmente, a criação, instalação ou modernização da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa, em instituições públicas e privadas, de acordo com as diretrizes da Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação;

XI. Custear e financiar, total e parcialmente, despesas com registro de propriedade intelectual, decorrente de pesquisa realizada sob seu amparo total e parcial;

XII. Patrocinar a formação e capacitação de pessoal técnico especializado em ações e atividades de ciência, tecnologia e inovação, promovendo:

- A concessão de bolsas e auxílios para pesquisas, projetos e programas estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, para viagens de estudo, para apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais, para participação em estágios, cursos de formação e aperfeiçoamento e para organização de eventos;
- A fixação de pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, no Distrito Federal, por meio de bolsas e de auxílios;
- O apoio a programas de iniciação científica e tecnológica de estudantes;

XIII. Manter e participar de sistemas de informação estadual, regional, nacional e internacional da área de ciência e tecnologia, inclusive sobre a capacidade instalada em ciência, tecnologia e inovação, recursos humanos e infraestrutura disponíveis no Distrito Federal;

XIV. Gerir o Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, instituído pela Lei Complementar n° 153, de 30 de dezembro de 1998;

XV. Fiscalizar e avaliar a aplicação dos auxílios concedidos, observando o estabelecido no projeto aprovado e os indicadores de avaliação e de desempenho adotados, bem como a contrapartida;

XVI. Desenvolver ações e atividades compatíveis com a sua finalidade ou que lhe forem atribuídas em Lei.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	7	0	1	0	8
Comissionados sem vínculo efetivo	9	0	14	0	23
Requisitados de órgãos do GDF	8	1	6	0	15
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	4	0	2	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	5	0	9	14
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	26	10	21	11	68
(-) Cedidos para outros órgãos	0	5	0	2	7
Total Geral	**26**	**5**	**21**	**9**	**61**

A força de trabalho da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF é composta, em sua maioria, por servidores cedidos de outros órgãos do GDF e comissionados. Mesmo com um quadro reduzido, pode-se afirmar que a FAP/DF executou as atividades de sua competência.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**0,00**	**13.775.637,08**	**0,00**	**0,00**
0016 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DE GOVERNANÇA DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL - FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA- PLANO PILOTO .	0,00	13.775.637,08	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**0,00**	**2.233.115,00**	**100.000,00**	**0,00**
0007 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	2.233.115,00	100.000,00	0,00
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	**0,00**	**617.634,47**	**1.348,86**	**1.348,86**
0002 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	617.634,47	1.348,86	1.348,86
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	**0,00**	**144.931.805,92**	**27.731.130,86**	**19.056.158,81**
0001 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-FAPDF-DISTRITO FEDERAL	0,00	144.931.805,92	27.731.130,86	19.056.158,81
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	**0,00**	**5.500.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS-FAPDF-DISTRITO FEDERAL	0,00	5.500.000,00	0,00	0,00
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	**0,00**	**14.896.800,00**	**75.000,00**	**57.000,00**
0006 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	14.896.800,00	75.000,00	57.000,00
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**0,00**	**6.438.390,00**	**321.600,00**	**321.600,00**
0001 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	6.438.390,00	321.600,00	321.600,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**0,00**	**9.796.614,26**	**5.375.994,66**	**5.346.663,06**
0086 - APOIO A EVENTOS-CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0,00	9.796.614,26	5.375.994,66	5.346.663,06
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**0,00**	**202.189.996,73**	**33.605.074,38**	**24.782.770,73**

Programa 6026 - Execução das atividades de fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Edital nº 06/2017 - SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS DE PESQUISAS SOBRE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL

O presente Edital convidou pesquisador(es), gestor(es), técnico(s) e servidor(es) para apresentarem propostas de pesquisas aplicadas sobre meio ambiente, sustentabilidade e políticas públicas socioambientais no Distrito Federal e RIDE-DF, com o objetivo de apoiar esses projetos, temas considerados prioritários para essas áreas do conhecimento. Tais projetos de pesquisa aplicadas terão como finalidade subsidiar políticas públicas climáticas, hídricas, territoriais e de resíduos sólidos no Distrito Federal e RIDE.

A FAP/DF disponibilizou R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), oriundos do Programa Trabalho 19.571.6207.6026.3134 – Execução das atividades de fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O valor máximo a ser financiado por proposta é de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Foram submetidas 63 (sessenta e três) propostas, sendo 20 (vinte) habilitadas no resultado final.

Nº propostas aprovadas – Etapa Final /2017	Valor solicitado para empenho/2017 (R$)

20	1.450.804,31

Edital 04/2016 - SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS. Programa Áreas Estratégicas - Aedes aegypti e as arboviroses Zika, Chikungunya e Dengue

O presente Edital teve por objetivo apoiar projetos de pesquisas sobre Aedes aegypti e as arboviroses – Zika, Chikungunya e Dengue, além de fortalecer as redes de pesquisas e consolidar a base científica e tecnológica, referente ao A. aegypti, considerado de importância estratégica para o Distrito Federal,e promover o bem-estar e a saúde da população.

Os objetos de pesquisa referentes a este edital foram:

- Estudos de prevenção, controle, monitoramento de vetores e desenvolvimento de novos produtos como inseticidas e larvicidas;
- Estudos de ecologia, mecanismos de resistência, genética de populações e interação vetor-vírus;
- Estudos relativos aos diversos aspectos das doenças, como clínicos, novas metodologias de diagnóstico, epidemiologia e fisiopatologia;
- Caracterização e variabilidade genética de vírus circulantes no DF;
- Criação de um banco de dados com informação genômica e proteômica;
- Produção de kits diagnóstico molecular e imunológico;
- Produção de vacinas e desenvolvimento de drogas antivirais.

Público Alvo:

Pesquisadores associados em redes de pesquisa e vinculados às instituições de ensino e pesquisa, aos institutos e centros de pesquisa, empresas de base tecnológica ou de desenvolvimento, públicas ou privadas, com sede no Distrito Federal ou RIDE/DF.

O crédito orçamentário disponível para esse edital foi oriundo do Programa de Trabalho 19.571.6207.6026.3134 – Execução das atividades de fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o qual foi liberado em duas parcelas, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPDF. O valor global disponível foi de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo destinado até 20% (vinte por cento) para despesas de capital e 80% (oitenta por cento) para custeio.

A tabela a seguir detalha o pagamento relativo à segunda parcela do recurso destinado às propostas aprovadas.

Observação: No exercício de 2016 foi realizado o pagamento da 1° parcela no valor de R$ 3.367.835,34.

Tabela 1: Síntese financeira referente à segunda parcela

N° de Propostas submetidas	N° Propostas Aprovadas	Valor Aprovado	Valor Empenhado
2	2	R$ 5.985.599,94	R$ 2.617.764,60

Edital 04/2017 - SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS DE PESQUISA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃODEMANDA ESPONTÂNEA.

O presente edital teve por objetivo incentivar e apoiar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação, bem como a interação entre os diferentes atores do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT de modo a contribuir para o desenvolvimento do Distrito Federal. Entende-se como objeto deste edital o apoio a projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação, mediante apoio financeiro, em todas as áreas do conhecimento.

Público Alvo

Pesquisadores doutores vinculados às instituições públicas ou privadas de ensino, pesquisa, institutos, centros de pesquisa, empresas de base tecnológica ou de desenvolvimento, todas

sem fins lucrativos, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Distrito Federal.

Detalhamento Público Alvo:

COORDENADOR:	Pesquisador com título de doutor, cadastrado na Plataforma Lattes do CNPq, residente no DF ou na RIDE, com comprovada capacidade de liderança em pesquisa, pertencente ao quadro permanente da instituição executora e responsável pela apresentação da proposta.
INSTITUIÇÃO EXECUTORA	Instituições públicas ou privadas de ensino, pesquisa, institutos, centros de pesquisa, empresas de base tecnológica ou de desenvolvimento, todas sem fins lucrativos, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no DF, com a qual o coordenador possua vínculo laboral celetista ou estatutário permanente.
EQUIPE TÉCNICA	Equipe formada por pesquisadores, técnicos e estudantes, de indicação e escolha do coordenador.
DEMANDA QUALIFICADA	Total de projetos classificados no mérito técnico-científico, segundo critérios deste edital.

Foram destinados recursos do GDF, no valor total de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo 30% (trinta por cento) para despesas de capital e 70% (setenta por cento) para despesas de custeio, oriundos do Programa de Trabalho 19.571.6207.6026.3134. Houve suplementação orçamentária de 30% referente à demanda qualificada. As tabelas abaixo apontam o número de propostas submetidas/aprovadas, recurso solicitado/aprovado, bem como as devidas observações em relação aos valores e quantidade de propostas aprovadas.

Tabela 1: Síntese de propostas submetidas/aprovadas.

N° de Propostas submetidas	N° Propostas Aprovadas	Observações
538	279	Deste total, duas propostas não foram encaminhadas para empenho por se encontrarem inadimplentes. Atualmente umas das propostas já se encontra regularizada.

Tabela 2: Síntese financeira e período de empenho.

Valor Aprovado	Valor Empenhado	Observação
R$ 19.467.495,20	R$ 19.268.685,20	Esses valores são relativos às 279 propostas, cabendo a ressalva que o valor empenhado é diferente do aprovado devido às inadimplências de duas propostas que não foram empenhadas.

CHAMADA RESEARCHER LINKS WORKSHOPS CONFAP – 2016/2017

Esta chamada teve por objetivo a concessão de apoio financeiro para a realização e organização de workshop.

Tabela 1: Síntese financeira da chamada/empenho.

N° de Contemplados	Valor Aprovado para as Propostas	Valor Empenhado	Período de empenho
2	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	Julho e Agosto de 2017

CHAMADA DE PROJETOS CONFAP UK ACADEMIES - 2016
Esta chamada teve por objetivo a concessão de apoio financeiro à Projetos de Pesquisa e Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação.

Tabela 1: Síntese financeira da chamada/empenho.

N° de Contemplados	Valor Aprovado para as Propostas	Valor Empenhado	Período de empenho
2	R$ 41.620,00	R$ 41.620,00	Julho e Novembro de 2017

CHAMADA ESRC/CONFAP-FAPDF/CNPQ

Esta chamada teve por objetivo estabelecer condições para o desenvolvimento das atividades inerentes ao projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação. É importante destacar que este valor é referente ao pagamento da segunda parcela do apoio financeiro.

Tabela 1: Síntese financeira da chamada/empenho.

N° de Contemplados	Valor referente ao pagamento da 2°parcela	Valor Empenhado	Período de empenho
1	R$ 720.146,00	R$ 720.146,00	Novembro de 2017

CHAMADA INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014
Esta chamada teve por objetivo conceder apoio às atividades de pesquisa de alto impacto científico em áreas estratégicas e/ou na fronteira do conhecimento que visam solucionar relevantes problemas nacionais. Assim, o objeto desta chamada consistiu em promover a consolidação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) que ocupam posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a formação de novas redes de cooperação científica interinstitucional de caráter nacional e internacional, dentro do Programa criado pela Portaria MCT nº 429, de 17 de julho de 2008 e reeditado pela Portaria MCTI nº 577, de 4 de junho de 2014.

Inicialmente, foi aprovado para o DF financiamento para quatro propostas INCT'S.

O valor total aprovado para o DF nesta chamada foi de R$ 13.954.625,57 (treze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) com recursos da FAP e o valor de R$ 10.021.725,57 (dez milhões vinte e um mil e setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) com recursos do CNPQ . O valor total aprovado para esta chamada será repassado em parcelas 4 parcelas anuais.

Tabela 1: Síntese financeira e empenho (segunda parcela)

N° Propostas Aprovadas	Valor Aprovado	Valor empenhado (Referente à primeira parcela)	Período de empenho
4	R$ 13.954.625,57	R$ 2.790.925,11	Dezembro de 2017

EDITAL FAPDF 07/2016 PROGRAMA DE APOIO A NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA PRONEX/FAPDF/CNPq
Este edital teve por objetivo apoiar a execução de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação por meio de incentivo financeiro aos núcleos de excelência consolidados e reconhecidos nacional e internacionalmente em áreas relevantes e estratégicas para o país e para o Distrito Federal.

Para tanto, adotaram-se as seguintes definições:

- **Núcleo de Excelência** - formado por pesquisadores e técnicos de alto nível e estudantes em permanente interação, com reconhecida competência em suas áreas de atuação técnico-científica, capazes de agir como fonte geradora e transformadora de conhecimento científico tecnológico e de inovação em programas e projetos prioritários ou estratégicos para o desenvolvimento do país e, especialmente, do Distrito Federal.
- **Pesquisador Principal** - aquele com Bolsa de Produtividade (PQ ou DT) I do CNPq, pertencente ao quadro permanente da instituição executora na condição de ativo, com destacada atividade de pesquisa na área de conhecimento da proposta.
- **Pesquisador Colaborador** - pertencente ao quadro permanente da instituição executora ou parceira, com destacada atividade de pesquisa na área de conhecimento da proposta.
- **Instituição Executora** - Instituição de ensino e pesquisa, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento e inovação, públicos ou privados, sem fins lucrativos e sediada no Distrito Federal, com a qual o pesquisador principal tenha vínculo permanente.
- **Instituição Parceira** - Instituição de ensino e pesquisa, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento e inovação, públicos ou privados, sem fins lucrativos, com a qual o pesquisador colaborador tenha vínculo permanente.

Para o presente edital foram aplicados recursos no valor global estimado de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) oriundos do Programa de Trabalho nº 19.571.6207.6026.3134 - Execução de Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sendo R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) da FAPDF e R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) oriundos do CNPq/FNDCT/Fundos Setoriais, a serem liberados em até 03 (três) parcelas, conforme a disponibilidade orçamentária e financeira dos dois órgãos, sendo 60% do valor a ser aplicado na rubrica de custeio e 40% em capital.

N° Propostas	Valor Aprovado (Referente a recursos da FAP)	Valor empenhado	Período de empenho
2	R$ 6.000.000,00	R$ 916.836,10	Agosto e Dezembro de 2017

Programa 9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

Edital 07/2017 - SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS DE PESQUISAS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

O presente edital destinou-se a apoiar projetos de pesquisas aplicadas ao campo da segurança pública, da justiça criminal e dos direitos humanos, no âmbito dos eixos centrais da política "Viva Brasília – Nosso Pacto Pela Vida", principal política de segurança pública do Governo de Brasília. As pesquisas deverão gerar não apenas estudos e diagnóstico da situação vigente no tema proposto, mas proposições práticas de aperfeiçoamento visando instrumentalizar as ações executadas pelos órgãos de segurança pública do Distrito Federal.

As linhas de pesquisa abordadas pelo edital foram:

- Perfil Profissiográfico e mapeamento de competências na PMDF e PCDF.
- Mapeamento de competência do CBMDF;
- Trajetórias de vida dos egressos do Sistema Penitenciário;
- Comportamento organizacional em equipes de trabalho na PMDF;
- Avaliação dos resultados da implementação das audiências de custódia no Distrito Federal;
- Diagnóstico dos acidentes domésticos no Distrito Federal;

- Juventude e Segurança Pública;
- Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de aproximação entre a população e os órgãos de segurança pública do Distrito Federal;
- Paz no trânsito no Distrito Federal.

Público Alvo

Pesquisador (es), gestor(es), técnico(s) e servidor(es) que atuem nas áreas de conhecimento relacionadas com a temática do edital, vinculados às instituições públicas ou privadas, inclusive órgãos especializados e vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, todas sem fins lucrativos, constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no Distrito Federal.

Foram aplicados recursos da FAP/DF oriundos do Programa de Trabalho 19.571.6207.6026.3134 – Execução das atividades de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, no valor total de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo destinados 20% (vinte por cento) para despesas na rubrica de capital, se houver, e 80% (oitenta por cento) para rubrica de custeio, que foram liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da FAP/DF.

A tabela a seguir apresenta a síntese de propostas submetidas/aprovadas, valores solicitados/aprovados e período de empenho.

Tabela 1: Síntese de propostas submetidas/aprovadas e valores solicitados/aprovados.

N° de Propostas submetidas	N° Propostas Aprovadas	Valor Aprovado	Valor Empenhado	Período de empenho
18	10	R$ 835.355,65	R$ 835.355,65	Dezembro de 2017

PROGRAMA 4090 – APOIO A EVENTOS

Edital 01/2017 - Apoio à participação em eventos, cursos de curta duração e visitas técnicas de natureza científica, tecnológica e de inovação.

O presente edital convidou pesquisadores; estudantes de pós-graduação e graduação, que fazem parte de programas de iniciação científica; e profissionais atuantes em Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T e I, a submeterem propostas para apoio à participação em eventos dessa natureza, no país ou no exterior, com os seguintes objetivos:

- Apoiar a apresentação de trabalhos em eventos de C, T e I, no país ou no exterior;
- Apoiar a participação em cursos de curta duração em pesquisa e desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, no país e no exterior com, no máximo, 15 (quinze) dias de duração;
- Apoiar visitas técnicas às instituições de pesquisa e desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, no país e no exterior com, no máximo, 30 (trinta) dias de duração.

O valor inicial previsto para esse edital foi de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) e, por ter tido demanda qualificada, resultou num acréscimo de 30% do valor inicial do Edital. O quadro seguinte mostra o número de propostas apresentadas, valor demandado e aprovado por período de ocorrência do evento.

Chamadas:	Nº propostas submetidas	Nº propostas aprovadas*	Valor Solicitado(R$)	Valor aprovado (R$)
MAIO	169	85	R$ 1.305.562,75	R$ 659.944,58
JUNHO	207	88	R$ 1.737.681,68	R$ 755.219,48
JULHO	358	185	R$ 2.968.811,01	R$ 1.593.663,67
AGOSTO	251	147	R$ 1.650.216,66	R$ 1.008.858,84
SETEMBRO	253	143	R$ 1.964.715,80	R$ 1.125.208,80
OUTUBRO	349	170	R$ 2.451.350,85	R$ 1.232.415,23
NOVEMBRO	311	174	R$ 2.193.448,36	R$ 1.273.361,37
DEZEMBRO	295	162	R$ 2.298.820,24	R$ 1.258.157,56
TOTAL	2193	1154	R$ 16.570.607,35	R$ 8.906.829,53

*Dos 1195 empenhos, foram cancelados 41.

Público Alvo:

Categoria	Titulação	Nº propostas aprovadas
Pesquisadores	Doutores	344
	Mestres	43
Profissionais em CTI	Doutores	55
	Mestres	64
Estudantes	Doutores	355
	Mestres	246
	Graduandos	47
TOTAL		1154

A maior demanda para participação em eventos científicos, tecnológicos e de inovação ocorreu nos meses de julho, outubro e novembro. A maioria dos beneficiários participou de eventos em outros países. Pesquisadores e estudantes de 50 instituições foram beneficiados nesse edital, entretanto a Universidade de Brasília lidera no número de contemplados.

Edital 02/2017 - Apoio à promoção, realização e organização de eventos científicos, tecnológicos e de inovação.

O presente edital convidou os pesquisadores vinculados às instituições de ensino ou pesquisa, públicas ou privadas, e profissionais atuantes em Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T e I, com sede no Distrito Federal, a submeterem propostas de apoio financeiro à promoção de eventos científicos, tecnológicos e de inovação, no Distrito Federal, a serem realizados de maio de 2017 a março de 2018, com os seguintes objetivos:

- Apoiar a promoção de eventos no Distrito Federal, de reconhecida relevância científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de propostas em conformidade com este edital;
- Incentivar e apoiar a divulgação de conhecimento científico, tecnológico e de inovação, bem como a interação entre os diferentes atores do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), de modo a contribuir para o desenvolvimento do Distrito Federal;
- Fortalecer a pesquisa, os programas de pós-graduação, o Sistema de C, T e I, principalmente nos setores e atividades considerados de importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

A FAPDF disponibilizou R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), oriundos do Programa de Trabalho nº 19.573.6207.4090.5974 - Apoio a Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação - Distrito Federal, com possibilidade de suplementar 30% desse valor. O número de pessoas beneficiadas é difícil de ser mensurado, pois alguns eventos beneficiam mais de 1.000 pessoas em detrimento de outros com menores quantitativos.
O pico dos eventos científicos, tecnológicos e de inovação que ocorreram em Brasília e que foram financiados pela FAPDF ocorreu em outubro e novembro de 2017. Os eventos foram coordenados por dezesseis instituições do Distrito Federal, sendo que a maioria foi coordenada pela Universidade de Brasília.

Chamadas:	Nº propostas submetidas	Nº propostas aprovadas*	Valor solicitado (R$)	Valor aprovado (R$)
MAIO	6	0	R$ 452.236,00	R$ -
JUNHO	17	7	R$ 918.610,50	R$ 395.768,72
JULHO	12	6	R$ 987.439,00	R$ 453.468,00
AGOSTO	26	12	R$ 1.294.541,53	R$ 532.455,65
SETEMBRO	36	20	R$ 2.058.497,32	R$ 974.360,26
OUTUBRO	41	24	R$ 2.348.860,03	R$ 1.069.656,02
NOVEMBRO	44	24	R$ 3.100.988,35	R$ 1.370.624,08
DEZEMBRO	40	27	R$ 2.632.594,46	R$ 1.484.369,98
TOTAL	222	120	R$ 13.793.767,19	R$ 6.280.702,71

*Dos 122 empenhos, 2 foram cancelados.

Edital 05/2017 - Seleção Pública de Propostas - Apoio à Promoção de Eventos de Difusão Científica na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2017
O presente edital convidou pesquisadores, gestores e técnicos de secretarias e instituições do Governo do Distrito Federal - GDF; instituições de ensino fundamental, médio e técnico-profissional, públicas ou privadas, sem fins lucrativos; instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos; e empresas de pesquisa, públicas, sem fins lucrativos; todas com sede no Distrito Federal, a submeterem propostas de apoio financeiro à promoção, realização e organização de eventos de difusão científica a serem realizados no período da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2017, no Distrito Federal, com os seguintes objetivos:

- Promover eventos e ações de divulgação e popularização da ciência que, por meio da SNCT, estimulem a curiosidade científica, o caráter inquiridor e o pensamento crítico dos cidadãos;
- Colaborar com profissionais e gestores que atuam nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento e manutenção de programas e projetos de popularização e divulgação da ciência, em suas instituições de vinculação;
- Promover ações abrangentes de divulgação e socialização de conhecimentos científicos, não apenas originários de estudos e pesquisas acadêmicas, mas dos saberes e fazeres dos povos e comunidades tradicionais;
- Estimular a livre circulação e apropriação do conhecimento a todas as camadas da sociedade brasileira, em especial às socialmente vulneráveis;
- Promover ações e programas participativos e plenamente acessíveis, que visem à ampliação da abrangência, da circulação e da multiplicação de atividades institucionais de divulgação e popularização da ciência;
- Estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material

impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos) no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais;
- Valorizar eventos científico-culturais e ações de divulgação e popularização da ciência, que estimulem práticas interdisciplinares ou transdisciplinares, como palestras, cursos, feiras, oficinas, mostras, exposições, festivais, concursos, desafios e outras ações de divulgação para o público em geral ou setores específicos;
- Estimular a geração e a veiculação de conteúdos digitais de popularização da ciência e da tecnologia, em todas as mídias, bem como a utilização de processos inovadores para a socialização do conhecimento científico;
- Consolidar a expansão da SNCT, propiciando o aumento do público atendido e sua abrangência.

A FAP/DF disponibilizou R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), oriundos do Programa de Trabalho 19.573.6207.4090.5974 - Apoio a Eventos. O valor máximo a ser financiado por proposta é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com possibilidade de suplementação em até 30% do valor inicial, a critério do Conselho Diretor e da disponibilidade orçamentária e financeira da FAP/DF.

Mês	N. Propostas submetidas	Valor Pleiteado	N. Propostas aprovadas	Valor Aprovado	Valor dos Desistentes / Eliminados
outubro	19	R$545.507,90	9	R$177.846,90	R$50.639,40
Total de Processos	19	R$545.507,90	9	R$177.846,90	R$50.639,40

Por meio deste edital foram fomentadas a maior parte das propostas submetidas. Os eventos foram executados por sete instituições do Distrito Federal, sendo que a maioria foi executada pela Universidade de Brasília.

PROGAMA 2786 – DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Edital nº 08/2017 - PRÊMIO FAPDF DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA

O presente edital convidou os professores/coordenadores de trabalhos técnico-científicos de estudantes das escolas da rede pública do Distrito Federal, para inscreverem sua equipe e escola ao "PRÊMIO FAP/DF DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA", com os objetivos de despertar a vocação e contribuir para a formação científica e tecnológica entre estudantes e professores; valorizar a criatividade na elaboração e execução dos projetos com fundamento científico; incentivar a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa; estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica, tecnológica e de inovação; contribuir para a difusão e a popularização da ciência e reconhecer e premiar os melhores trabalhos de estudantes que representem o pensamento científico.
A FAP/DF disponibilizou R$ 321.600,00 (trezentos e vinte e um mil e seiscentos reais), oriundos do Programa de Trabalho 19.573.6205.2786.0002 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DISTRITO FEDERAL. Seriam premiados os primeiros, segundo e terceiros lugares das oito categorias elencadas no edital. Foram submetidos 115 (cento e quinze) projetos, dos quais 24 (vinte e quatro) foram vencedores após a avaliação na Semana Nacional da Ciência e Tecnologia.

Nº propostas aprovadas – Etapa Final /2017	Valor solicitado para empenho/2017 (R$)
24	321.600,00

Programa 4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA

CHAMADA DE PROJETOS MOBILITY CONFAP ITALY

Esta chamada teve por objetivo a concessão de apoio a pesquisadores brasileiros de universidades e instituições de pesquisa brasileiras, dispostos a trabalhar em pesquisa na Itália, em colaboração com colegas locais. Além disso, objetivou o incentivo a uma colaboração efetiva entre as partes para a cooperação científica, tecnológica e inovadora, por meio da mobilidade de estudantes de doutoramento, mestrado e estudantes de Laurea Magistrale, entre os dois países .

Tabela 1: Síntese financeira da chamada/empenho.

N° de Contemplados	Valor referente ao pagamento da 2°parcela	Valor Empenhado	Período de empenho
4	R$ 75.000,00	R$ 75.000,00	Novembro de 2017

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1493 - ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO	6	UNIDADE	10	7	15	0	20	20	FAPDF
Justificativa: 2016 - Alteração do novo acordo de resultados assinado em outubro de 2016. 2017 - No exercício de 2017 não foram firmados convênios com captação de recursos. Os recursos captados em 2015 ainda estão em execução e não fomos demandados no corrente ano com projetos que necessitassem de captação externa.									
Denominação do Indicador	**Índice Mais Recente**	**Unidade de Medida**	**Desejado em 1º Ano**	**Alcançado em 1º Ano**	**Desejado em 2º Ano**	**Alcançado em 2º Ano**	**Desejado em 3º Ano**	**Desejado em 4º Ano**	**Origem/Fonte**
1492 – BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF	250	UNIDADE	1.000	1.485	1.500	1.702	2.000	2.000	FAPDF
Justificativa: 2016 - Foram lançados 12 editais com recursos exclusivos, 03 chamadas públicas, 03 convênios internacionais e 02 convênios nacionais. 2017 - Em 2017 o número total de beneficiários de recursos da FAP DF alcançou o número de 1702 beneficiários, o que demonstra que o índice desejado foi superado. Tal fator deve-se ao chamamento público para apoio financeiro às demandas espontâneas de pesquisas cientificas.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**0,00**	**5.830.000,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	5.830.000,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**0,00**	**122.258,27**	**13.920,45**	**13.920,45**
0001 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	122.258,27	13.920,45	13.920,45
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**0,00**	**256.335,60**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0027 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	256.335,60	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**0,00**	**704.390,07**	**243.181,04**	**109.501,62**
0005 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	704.390,07	243.181,04	109.501,62
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**0,00**	**6.912.983,94**	**257.101,49**	**123.422,07**

O simples fato de se ter um quadro de pessoal, aliado ao fato de uma parte do quadro ser composto por servidores de órgãos do governo federal, ensejam obrigações que são normais em quaisquer entes do Governo do Distrito Federal. Dentre essas obrigações podemos destacar o recolhimento das contribuições ao PASEP e também o ressarcimento salarial aos órgãos cessionários de servidores federais.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**0,00**	**2.020.000,00**	**0,00**	**0,00**
0016 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	2.020.000,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA- PLANO PILOTO .	0,00	100.000,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**0,00**	**3.062.848,86**	**1.625.989,97**	**1.625.365,35**
0012 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	3.062.848,86	1.625.989,97	1.625.365,35
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**0,00**	**750.322,72**	**64.305,81**	**64.239,43**
0009 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	750.322,72	64.305,81	64.239,43
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**0,00**	**16.354.959,26**	**1.366.840,81**	**1.366.840,81**
0025 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	16.354.959,26	1.366.840,81	1.366.840,81
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**0,00**	**855.000,00**	**0,00**	**0,00**
0011 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0,00	855.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**0,00**	**23.143.130,84**	**3.057.136,59**	**3.056.445,59**

A ausência de uma carreira própria e qualquer gratificação para as atividades de suporte ao fomento de pesquisas e inovação no DF não tornam a Fundação de Apoio à Pesquisa do DF atrativa à migração de servidores da carreira de políticas públicas e gestão governamental. Assim, com um quadro reduzido de pessoal, os gastos com pessoal representam apenas 5% dos valores totais empenhados no ano de 2017.

Da mesma forma, a manutenção administrativa possui gastos pequenos, pois são decorrentes de contratos corriqueiros da administração, tais como: correios, carimbos, aluguel de veículos, energia elétrica, água e esgoto, etc.

A Fundação de Apoio à Pesquisa do DF não possui prédio próprio e está instalada no Edifício da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Para custear a cessão de uso de dois andares do edifício onde está localizada sua sede, foram descentralizados recursos na ordem de R$ 1.359.636,20 (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos), os quais não constam na execução da unidade orçamentária da FAP/DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal tem desempenhado o papel para a qual foi criada e vislumbram-se como perspectivas de avanços para o próximo ano, conforme listados abaixo:

1. Conclusão da Obra e Entrega do BIOTIC – Parque Tecnológico do Distrito Federal que também abrigará a nova sede da FAPDF. Com área total de cerca de 123 hectares, a obra faz parte do complexo que abrigará cerca de 1,2 mil empresas, com potencial de gerar mais de 20 mil empregos diretos quando em pleno funcionamento;
2. Startups – Continuidade do Programa Startups que viabiliza ideias e propostas de empresas em estruturação em sua 3ª edição, através do fomento de projetos a serem selecionados no Edital 12/2017;
3. Empresas - A FAPDF apoiará as empresas do Distrito Federal para que possam se beneficiar de todas as modalidades possíveis de pesquisa e inovação em ambientes produtivos, através de recursos não reembolsáveis, para que invistam em pesquisa, desenvolvimento e inovação. O Edital 11/2017 tem este propósito e disponibilizará R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para este fim;
4. Bolsas – Apoiar por meio da concessão de bolsas de pós-doutorado, mestrado e de iniciação científica, o fortalecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu do Distrito Federal, contribuir para a formação científica, incentivar novos talentos entre os recém doutores, inserindo-os no ensino e na pesquisa das instituições do DF, e a iniciação à pesquisa de estudantes de pós-graduação do ensino superior;
5. Acordos de Cooperação Internacionais – Ampliar a participação da FAPDF com instituições e Conselhos de Pesquisa Internacionais com adesão às chamadas/Editais para promover a interação entre os pesquisadores do DF e de outros países;
6. Convênios Nacionais – continuidade na execução de projetos e lançamento de novos editais em parceria com as principais agências Federais, CNPq, CAPES, FINEP;
7. INCT – Apoio a novos INCTs aprovados na Chamada MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014 e aporte financeiro aos 04 (quatro) contratados em 2017.
8. Lançamento de Editais – e demandas espontâneas e induzidas.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE – UO: 20.902

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE

Foi criado o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, através do art. 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, com o objetivo de viabilizar obras de infraestrutura para suporte das atividades econômicas e sociais do Distrito Federal e região geoeconômica, como forma de contrabalançar os vultosos investimentos aplicados com a interiorização da capital.

Inicialmente foram aplicados no Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília: investimentos na agricultura de pequena produção e abastecimento alimentar, investimentos e financiamentos para a execução de obras públicas e para empreendimentos industriais e agropecuários, participação em constituição e aumento de capital de empresas públicas e de sociedades de economia mista, investimento fixo em atividades de natureza econômica ou social, construção, aquisição ou reforma de moradias oficiais, funcionais e respectivos bens móveis e transporte público.

À Gerência de Execução do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - GEFUND, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, compete:

- Coordenar, controlar e promover a elaboração e revisão do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual relativos ao FUNDEFE;
- Coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de planejamento, orçamento, finanças, programação orçamentária e financeira, encargos sociais e retenção de tributos relativos ao FUNDEFE;
- Planejar, controlar e promover a execução orçamentária, incluindo a solicitação de abertura de créditos adicionais e alteração do Quadro de Detalhamento de Despesas, relativos ao FUNDEFE;
- Acompanhar e avaliar o registro contábil dos rendimentos obtidos na participação acionária do FUNDEFE;
- Analisar, acompanhar e registrar as parcelas de amortização relativas aos financiamentos concedidos, incluindo o montante principal, os juros e os encargos acessórios;
- Avaliar, formular e efetuar os registros contábeis pertinentes ao FUNDEFE;
- Elaborar e proceder à emissão de declaração de disponibilidade orçamentária, autorizações de empenho e nota de empenho relativos ao FUNDEFE;
- Elaborar e proceder à emissão de nota de lançamento, de previsão de pagamento e os documentos necessários à autorização de pagamento relativos ao FUNDEFE;
- Preparar e emitir relatório circunstanciado avaliativo apontando a execução do ajuste, de forma a subsidiar a autorização de pagamento relativos ao FUNDEFE;
- Elaborar os relatórios de atividade do FUNDEFE;
- Manter atualizado o rol de responsáveis da unidade gestora do FUNDEFE; e

- Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

FORÇA DE TRABALHO

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE não dispõe de força de trabalho própria.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	**254.607.573,00**	**205.730.684,00**	**4.763.268,69**	**4.763.268,69**
0018 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO INDUSTRIAL - IDEAS INDUSTRIAL-DISTRITO FEDERAL	254.607.573,00	205.730.684,00	4.763.268,69	4.763.268,69
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	**38.145.017,00**	**87.021.889,00**	**23.421.447,43**	**23.421.447,43**
0002 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO-FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	38.145.017,00	87.021.889,00	23.421.447,43	23.421.447,43
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**292.752.590,00**	**292.752.573,00**	**28.184.716,12**	**28.184.716,12**

Financiamento Especial para o Desenvolvimento e Formação de Capital de Giro - FIDE

Com a assinatura e publicação da Portaria Conjunta nº 01 – SEDICT/SEF, de 22/05/2017 (DODF nº 98, de 24/05/2017), o Financiamento Especial para o Desenvolvimento – FIDE foi reativado, tendo sido beneficiadas 09 (nove) empresas cujos projetos foram aprovados pelo Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - COPEP/DF em 2017. Tal benefício consiste na concessão de empréstimo bancário, em até 25% sobre o faturamento mensal, para atender às operações interestaduais realizadas pelas empresas incentivadas, especialmente o setor atacadista, na tentativa de se igualar às condições oferecidas pelo Estado de Goiás. O FIDE tem como fonte recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - FUNDEFE e o Banco de Brasília – BRB como agente financeiro.

Incentivo para o Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Sustentável - IDEAS INDUSTRIAL

O Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial também foi reativado com a assinatura e publicação da Portaria Conjunta nº 03 – SEDICT/SEF, de 14/09/2017 (DODF nº 180, de 19/09/2017), tendo sido beneficiadas 06 (seis) empresas cujos projetos foram aprovados pelo Conselho de Gestão para o Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Sustentável - CG IDEAS. O benefício consiste na concessão de financiamento para instalações, capital de giro e produção a indústrias no DF, em até 13% do faturamento bruto mensal. Assim, como no FIDE, os recursos que amparam o IDEAS Industrial são provenientes do FUNDEFE, sendo o Banco de Brasília – BRB o agente financeiro.

Os financiamentos concedidos no período foram alocados conforme os quadros abaixo:

VALORES DE FINANCIAMENTOS VINCULADOS AO IDEAS E FIDE (2017)

FUNDEFE SETOR BENECIADO 2017		
SEGMENTO	VALOR em R$1,00	
INDUSTRIAL - IDEAS	R$	4.763.269
ATACADISTA - FIDE	R$	23.421.447
TOTAL	R$	28.184.716

VALORES DE FINANCIAMENTOS VINCULADOS AO IDEAS E FIDE POR REGIÃO ADMINISTRATIVA (2017)

FUNDEFE REGIONALIZAÇÃO 2017		
LOCALIDADE	QUANTIDADE	VALOR em R$ 1,00
PLANO	2	R$ 1.369.684
GAMA	1	R$ 318.000
TAGUATINGA	1	R$ 2.514.960
PLANALTINA	1	R$ 676.900
GUARA	4	R$ 10.179.720
SANTA MARIA	4	R$ 8.123.743
AGUAS CLARAS	2	R$ 5.001.710
TOTAL	15	R$ 28.184.716

Por fim, o total de recursos foram no valor de R$ 292.752.590,00, conforme a Lei Orçamentária, despesas autorizadas em R$ 292.752.573,00, empenhados e liquidados no valor de R$ 28.184.716,12.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Como realizações extraordinárias, podemos destacar a Reativação dos Incentivos Creditícios:

1) Financiamento Especial para o Desenvolvimento e Formação de Capital de Giro - FIDE; e

2) Incentivo para o Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Sustentavel - IDEAS INDUSTRIAL

Com a assinatura e publicação da Portaria Conjunta nº 01 – SEDICT/SEF, de 22/05/2017 (DODF nº 98, de 24/05/2017), o Financiamento Especial para o Desenvolvimento – FIDE foi reativado. O mesmo ocorreu com o Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial, com a assinatura e publicação da Portaria Conjunta nº 03 – SEDICT/SEF, de 14/09/2017 (DODF nº 180, de 19/09/2017).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE

Atualmente o sistema operacional do Fundo abrange a concessão de incentivo creditício, a empresas beneficiadas nos programas de desenvolvimento econômico do Distrito Federal, através de financiamento calculado com base em percentual sobre o potencial de faturamento, geração de emprego, inovação tecnológica de cada empreendimento e investimentos, decorrentes de instalação, relocalização, expansão, modernização e reativação de empresas abrangidas pelo Programa correspondente.

Para o ano de 2018, as expectativas estão voltadas para a manutenção do programa, tendo como diretrizes estratégicas:

- Aumento da capacidade de produção dos setores financiados;
- Aumento do estoque de empregos dos setores financiados;
- Aumento do faturamento das empresas financiadas nos setores;
- Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados;
- Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas de modernização tecnológica;
- Ampliação de mercado das empresas financiadas nos setores;
- Aumento do emprego por Região Administrativa;
- Aumento das exportações por região;
- Aumento do PIB por região e
- Minimização das desigualdades entre as regiões.

Assim sendo, a articulação do governo do Distrito Federal, através da SEDICT, com o setor produtivo de bens, serviços e industrial, será fundamental para criar um ambiente favorável para as empresas e a melhoria da competitividade com outros Estados da Região Centro-Oeste, podendo gerar externalidades positivas na geração de empregos, produtividade, distribuição de renda e arrecadação tributária de forma sustentável para a manutenção do FUNDEFE.

FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.903

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal foi instituído pela Lei Distrital nº 5.004, de 21 de dezembro de 2012, alterado pela Lei Distrital nº 5.273, de 24 de dezembro de 2013 e regulamentado pelo Decreto nº 35.083, de 16 de janeiro de 2014, a fim de prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias (contraprestação) assumidas pelo GDF em contratos de PPP.

O patrimônio do FGP-DF será formado pelo aporte dos seguintes bens e direitos:

I – bens imóveis dominicais e de uso especial de propriedade do Distrito Federal, bem como de suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas;

II – ações de sociedades de economia mista de titularidade do Distrito Federal, desde que não afete o seu controle;

III – ações minoritárias de propriedade do Distrito Federal;

IV – recursos provenientes da União, inclusive os que tratam a Lei Federal nº 12.712, de 30 de agosto de 2012;

V – doações, auxílios, contribuições e legados destinados ao FGP-DF;

VI – rendimentos das aplicações decorrentes dos seus recursos;

VII – outras receitas;

VIII – O patrimônio inicial subscrito para funcionamento do FGP-DF, expresso em moeda nacional, será de até 5% da receita corrente líquida do exercício, com exceção dos seus rendimentos e seu superávit.

FORÇA DE TRABALHO

O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal não dispõe de força de trabalho própria.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Não houve execução.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017, a Subsecretaria elaborou o contrato para formalização do Banco de Brasília S/A – BRB como agente financeiro do Fundo Garantidor, da forma prevista no Decreto Distrital nº 35.083/2014. Até o presente momento aguarda-se a manifestação do BRB. Após a manifestação do Banco, o Projeto Básico, acompanhado da minuta de contrato, será submetido à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF para manifestação. Encerrada a

fase de formalização da contratação, o BRB realizará a gestão dos ativos do Fundo, onde se buscará capitalizar o mesmo para fornecer a respectiva garantia para os projetos realizados em Pareceria Público Privada.

Além dessa medida, também está em curso a indicação de um novo imóvel pela TERRACAP, o qual recomporá o patrimônio do FGP/DF, no qual já estão indicados mais dois imóveis para incorporação, os quais os valores respectivos do Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis – ITBI já foram recolhidos. Após a conclusão das citadas incorporações será solicitada uma reavaliação dos imóveis para cômputo preciso do montante disponível para utilização como garantia dos contratos de parcerias.

FUNDO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.905

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FUNDAP, criado pela Lei Complementar nº 153, de 30 de dezembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 25.794, de 02 de maio de 2005, tem por finalidade apoiar financeiramente e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, visando ao bem-estar da população, a defesa do meio ambiente e o progresso da ciência e da tecnologia. A gestão do Fundo compete à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF, por meio de um Conselho Gestor, também denominado Gestor do Fundo.

FORÇA DE TRABALHO

O Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FUNDAP não dispõe de força de trabalho própria.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	**0,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0025 - APOIO A PROJETOS-DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-DISTRITO FEDERAL	0,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**0,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve execução orçamentária e financeira.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O desafio do Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FUNDAP, por meio de seu Gestor é manter efetiva as atividades do Conselho Gestor.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – UO: 21.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, e estruturada pelo Decreto nº 33.315, de 08 de novembro de 2011, publicado no DODF nº 216, de 09 de novembro de 2011.

Conforme publicação do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, artigo 8º, § 1º, alínea X, foi renomeada de Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Conforme previsto no Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015 e alterações (Artigo 30); Decreto nº 36.937, de 02 de dezembro de 2015; Decreto nº 37.246, de 12 de abril de 2016; e Decreto nº 37.537, de 02 de agosto de 2016, que dispõem sobre sua estrutura administrativa, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - proteção, conservação e preservação do meio ambiente urbano e rural e promoção do desenvolvimento sustentável;

II - conservação, recuperação e o uso sustentável do cerrado, da fauna e dos recursos hídricos;

III - gestão e proteção dos parques e das unidades de conservação;

IV - enfrentamento das mudanças climáticas; e

V - mobilização e conscientização para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente.

§1° Integram a estrutura da SEMA:

I- Gabinete do Secretário;

II- Subsecretaria de Administração Geral;

III- Subsecretaria de Planejamento Ambiental e Monitoramento;

IV- Subsecretaria de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental;

V- Subsecretaria de Serviços Ecossistêmicos.

São vinculados à SEMA os seguintes órgãos: Jardim Botânico de Brasília; Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA; Fundação Jardim Zoológico de Brasília; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental; Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM; Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF; e o Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	12	36			48
Comissionados sem vínculo efetivo	36				36
Requisitados de órgãos do GDF	9				9
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários		7			7
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		8			8
Terceirizados (FUNAP)		5			5
Outros - especificar					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	57	56			113
(-) Cedidos para outros órgãos		8			8
Total Geral	57	48			105

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	**0,00**	**120.000,00**	**0,00**	**0,00**
0024 - APOIO A PROJETOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO PROJETO "ESPAÇO LIMPO-UMA INICIATIVA VERDE" A SER REALIZADO PELO INSTITUTO COLMÉIA DE DESENVOLVIMENTO, CULTURAL E INCLUSÃO- SÃO SEBASTIÃO	0,00	120.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	**0,00**	**120.000,00**	**0,00**	**0,00**

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**611.695,00**	**282.680,00**	**137.680,00**	**137.680,00**
5885 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AMBIENTAL TERRITORIAL-DISTRITO FEDERAL	611.695,00	282.680,00	137.680,00	137.680,00
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	**150.000,00**	**710,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	710,00	0,00	0,00
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6079 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**1.011.695,00**	**283.390,00**	**137.680,00**	**137.680,00**

1 – Preservação e Planejamento Territorial Sustentável

Modernização do Sistema de Informação

Para a Modernização do Sistema de Informação da SEMA, foi constituído, em 2016, o Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação – CGTI, visando à elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da SEMA (Portaria nº 57, de 27 de julho de 2016), com a definição de ações para a modernização de sua base tecnológica e de sua infraestrutura informacional, o qual foi finalizado. Também foi iniciada a elaboração do Plano Diretor de Geoinformação do Sistema Distrital de Meio Ambiente (Portaria nº 58, de 27 de julho de 2016), com o objetivo de integrar os sistemas informatizados (no caso do SEI) e implementar a infraestrutura para a etapa inicial de implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA), bem como uniformizar procedimentos, treinar pessoal e padronizar os métodos e rotinas de trabalho.

Em observância às diretrizes do PDTI, foi executado somente o montante de R$137.680,00 (cento e trinta e sete mil e seiscentos e oitenta reais) para investimento em infraestrutura de Tecnologia da Informação.

No tocante ao Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, instituído pelo art.279, inciso IX, da Lei Orgânica, e a Lei Distrital Nº 3.944/2007, foi iniciada a etapa de elaboração dos termos de referência, com a realização de reuniões de trabalho entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a CODEPLAN (Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal), o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), o MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e a UNEP (Organizações das Nações Unidas – Meio Ambiente), para aprimoramento dos conceitos do sistema, de modo que as contratações/aquisições relativas ao projeto de implantação possam ter eficácia e eficiência em sua construção. Os termos de referência se dividem, resumidamente, em dois grupos: um para a compra e desenvolvimento de software, e o outro para a análise de requisitos e modelagem do banco de dados do sistema.

Destacam-se ainda as seguintes ações:

- elaboração de 1.500 (mil e quinhentos) arquivos, compreendendo mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos, etc (arquivados em rede corporativa da SEMA);

- fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 180 (cento e oitenta) usuários GDF-NET, com dois grandes nichos informacionais, abrangendo 265 (duzentos e sessenta e cinco) arquivos shapefiles; e

- suporte técnico para as demais áreas finalísticas da SEMA em mapas temáticos e para pareceres técnicos. Desenvolvimento e suporte em estudos geoespaciais para alocação de recursos no território, tais como recuperação florestal, áreas prioritárias para combate à grilagem, etc.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF

Foram realizadas diversas reuniões de trabalho, apresentações e Audiências Públicas, conforme segue:

- 27 reuniões da Coordenação Geral Política do ZEE-DF: instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473, de 30 de abril de 2015, sob a coordenação da Casa Civil e com a participação de outros órgãos do Governo de Brasília;

- 89 reuniões da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF: instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, e composta pela SEMA, SEGETH, SEAGRI e SEDS, com a participação de outros órgãos de governo (distrital e federal);

- 01 reunião da Comissão Distrital do ZEE-DF: instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, inicialmente com representantes de 25 órgãos de governo (distrital e federal);

- 15 reuniões de participação popular para o ZEE-DF, com representantes da sociedade civil, associações de moradores, organizações não-governamentais, entidades de classe, representações do setor produtivo, etc., incluindo uma apresentação no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM/DF);

- 2 Audiências Públicas do ZEE-DF: a primeira realizada em 11 de março de 2017, com a participação de 326 cidadãos, e a segunda, em 28 de outubro de 2017, com a participação

de 100 cidadãos, o que culminou com o envio da minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF para análise da Casa Civil em 17 de novembro de 2017.

Ao longo do ano de 2017, o Portal Eletrônico do ZEE-DF (www.zee.df.gov.br) alcançou a marca de 30.664 acessos, superando a meta inicialmente prevista de 25.000 acessos.

A Base de Dados do ZEE-DF possui, atualmente, 182 usuários cadastrados em órgãos do Governo de Brasília e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais.

Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal

Está prevista a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal nas versões: (i) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); (ii) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial da Água (2018).

Nesse sentido, foram elaborados diversos Termos de Referência para a contratação da elaboração das quatro versões do Atlas. No entanto, em razão do valor autorizado para contratação da elaboração do Atlas ter sido bastante reduzido, além da proximidade da realização da 8ª edição do Fórum Mundial da Água, optou-se inicialmente pela elaboração da versão específica para o referido evento, com fundamento nos estudos realizados sobre a disponibilidade hídrica do DF no âmbito do Grupo de Trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF. Dessa forma, foi priorizada a contratação de serviços de design gráfico/diagramação/arte final. Foi autuado, em agosto de 2017, o processo nº 0393-000114/2017, o qual se encontra em fase de diligências para atualização da pesquisa de orçamentos com vistas ao encaminhamento à SEPLAG para realização da licitação, bem como o de serviços gráficos para a impressão dos 20.000 exemplares do Atlas para o Fórum Mundial da Água está em andamento por intermédio do processo 0391-000297/2017, o qual foi inserido no bojo do processo eletrônico SEI-GDF nº 00410-00022090/2017-23 para sistema de registro de preços no âmbito da SEPLAG.

2 – Pacto pelo Licenciamento Integrado e Governança

Melhorias nos Atos Autorizativos, consoante o Objetivo Específico "Pacto pelo Licenciamento", do Planejamento Estratégico do Governo de Brasília

No âmbito dos trabalhos de elaboração do texto do Anteprojeto de Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF, foram realizadas, em 2017, 12 reuniões para compreensão do regramento do licenciamento ambiental e do licenciamento urbanístico, tendo por objetivo a construção da "Matriz Multicritério de Pontuação, Priorização, Aprovação para o Licenciamento Ambiental, Licenciamento Urbanístico e Outorga do Uso da Água", que será objeto de regulamentação específica a partir da aprovação da Lei do ZEE/DF.

Nesse sentido, na minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF, encaminhada à Casa Civil em 17/11/2017, há a previsão de que o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal defina em 12 meses, a partir da promulgação da referida lei, o grau de impacto dos empreendimentos ou atividades à luz de sua localização no território do DF para fins de enquadramento nos ritos de licenciamento ambiental.

Ainda no contexto da minuta do Projeto de Lei do ZEE/DF, para cumprimento de seus objetivos e estratégias, é válido ressaltar que estão sendo propostas a elaboração da Política Coordenada de Controle e Fiscalização Ambiental e de Uso e Ocupação Territorial no DF, e do Plano Distrital de Monitoramento Ambiental do Território, bem como instituído o Mapa de

Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares no DF, resultado da articulação interinstitucional entre SEMA, IBRAM e AGEFIS.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0057 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO PARA O CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO - CERRATENSES-REGIÃO XVI - LAGO SUL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**1.300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-APOIO A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE URBANO E VIVENCIAL DO GAMA.-REGIÃO II - GAMA	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	**240.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	190.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REFERÊNCIA EM ÁGUA E TRANSDICIPLINARIDADE-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	**800.000,00**	**22.800,00**	**10.600,00**	**10.600,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	22.800,00	10.600,00	10.600,00
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS PARA ESPAÇOS DE LAZER E ESPORTES-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	**300.000,00**	**8.100,00**	**2.699,60**	**2.699,60**
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.-E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	8.100,00	2.699,60	2.699,60
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2706 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	**301.000,00**	**8.500,00**	**7.995,00**	**7.995,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	8.500,00	7.995,00	7.995,00
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR-IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA FOTOVOLTAICO-DISTRITO FEDERAL	101.000,00	0,00	0,00	0,00
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	**50.000,00**	**31.331,00**	**27.561,10**	**27.561,10**
0001 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	31.331,00	27.561,10	27.561,10
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	**23.342.000,00**	**16.711.869,58**	**1.593,00**	**1.593,00**
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	23.342.000,00	16.711.869,58	1.593,00	1.593,00
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	**50.000,00**	**457.000,00**	**343.672,77**	**336.594,77**
0003 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	457.000,00	343.672,77	336.594,77
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	**650.000,00**	**870.919,00**	**857.568,53**	**857.568,53**
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO--DISTRITO FEDERAL	650.000,00	870.919,00	857.568,53	857.568,53
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	**7.188.000,00**	**5.304.001,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	7.188.000,00	5.304.001,00	0,00	0,00
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	**150.000,00**	**29.400,00**	**400,00**	**400,00**
0001 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	29.400,00	400,00	400,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**101.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5858 - APOIO A PROJETOS-APOIO À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CAMINHO DAS ÁGUAS-DISTRITO FEDERAL	101.000,00	0,00	0,00	0,00
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	**152.000,00**	**117.842,00**	**109.989,87**	**109.989,87**
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	152.000,00	117.842,00	109.989,87	109.989,87
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**1.120.000,00**	**173.773,35**	**173.695,62**	**173.695,62**
9169 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS--DISTRITO FEDERAL	1.120.000,00	173.773,35	173.695,62	173.695,62

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**35.944.000,00**	**23.735.536,93**	**1.535.775,49**	**1.528.697,49**

1 - Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental

Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA)

Previsto na Lei Distrital nº 3833 de 2006 e no Acordo de resultados (SEPLAG) - Status no Sistema: ID 1625 – Plano de Educação Ambiental do DF. Prazo para entrega: 2018. Foi contratada uma consultoria (Edital de CONVITE Nº 00 /2016), que elaborou a versão preliminar do Plano, a qual está sendo trabalhada pela CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental) para ir à consulta pública.

Para apoiar a CIEA na formulação do Plano, foi feita a Pesquisa de mapeamento das ações de educação ambiental no DF em parceria da CIEA com a CODEPLAN. O Plano foi objeto de discussão nas reuniões da CIEA, tendo sido criada uma Câmara Técnica específica para construção coletiva do Plano na Comissão.

Projeto Virada do Cerrado

A Virada de 2017 foi registrada como evento preparatório do Fórum Mundial da Água, que será realizado em março de 2018. Assim, o tema não poderia ser outro, a Água, e teve como slogan "Cuidando das Águas".

Foram 27 Regiões Administrativas envolvidas, mais de 90 organizações articuladas em 99 ações e, aproximadamente, 340 atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território.

As 27 regiões administrativas do DF que participaram da Virada do Cerrado, desenvolvendo as atividades da 3ª edição, foram: Águas Claras, Brazlândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Planaltina, Plano Piloto, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga, São Sebastião, Candangolândia, Recanto das Emas, Paranoá, Park Way, Sudoeste, Santa Maria e Samambaia.

Os públicos-alvo foram crianças e jovens de escolas públicas, famílias, ambientalistas, movimentos socioambientais e culturais, jovens e idosos. Estima-se que 30.000 (trinta mil) pessoas foram envolvidas diretamente e 200.000 (duzentas mil) pessoas envolvidas indiretamente no período de 1° de março a 12 de dezembro, por meio das mídias sociais, tendo sido cumprida a meta de 7% prevista no PPA.

As 27 cidades do DF participantes mostraram maior engajamento e reafirmaram seu importante papel na sensibilização da população pela Água, na redução dos impactos ambientais, estimulando soluções políticas e econômicas locais viáveis que garantem o desenvolvimento urbano sustentável e o crescimento das áreas verdes, e promovem o cuidado com nossas águas, importantes tanto para o Cerrado como para todo o país.

As atividades da Virada desse ano incluíram formações, rodas de conversa, música, oficinas, palestras, mutirões de limpeza nos parques, feiras agroecológicas, caminhadas, corridas, bicicletadas, contação de histórias, cine ambiental, teatro, passeios ecológicos, plantios de mudas do Cerrado, entre outros.

Aconteceram duas atividades prévias à data oficial da Virada, mas que integraram a programação. Em agosto, aconteceu a primeira atividade na Quituart, Lago Norte, com o filme Braxília do escritor Nicolas Behr, seguido de debate sobre Brasília e o Cerrado e a exposição de fotografias "Três Por Quatro" no Coletivo Urbanos no Guará 2. Já em setembro, as ações aconteceram de forma descentralizada em todo o DF e foram de caráter educativo e formativo, com foco na atuação com escolas, universidades, organizações governamentais, organizações não governamentais e coletivos socioambientais e no Parque da Cidade, onde todos celebraram juntos a Virada do Cerrado com atividades culturais, esportivas e lúdicas para todos os públicos e idades, com apresentação de encerramento da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro e participações especiais de artistas da cidade, os quais foram contratados pela Secretaria da Cultura com recursos descentralizados pela SEMA

A parceria entre a população e o governo local é essencial para se enfrentar o grande desafio pela Água que se impõe nos dias atuais. Foram utilizados recursos no âmbito do projeto para apoio em infraestrutura (som, tendas, projetores, palco, iluminação), transporte (ônibus e vans), contratação de serviços de produção especializados, serviços gráficos, alimentação e realização do evento de encerramento da Virada de 2017 no Parque da Cidade,

Formação Ambiental

Foi instituído pela Portaria nº 14, de 23 de março de 2015, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Distrito Federal, com coordenação da Subsecretaria de Educação e Mobilização Socioambiental – SEAMS e a participação de 25 instituições governamentais do DF mais Universidade de Brasília.

Já foram realizadas cerca de vinte reuniões, com pautas ligadas à Política de Educação Ambiental, trabalhadas de forma integrada e transversal pelas diferentes áreas do governo.

Em 2017, o GT pautou como prioridade o Plano de Educação ambiental do DF e resolveu integrar as agendas com a CIEA, Comitê Criativo da Virada e Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Frente Parlamentar Ambientalista do DF.

O Programa Brasília nos Parques, criado pelo Decreto nº 37.115, de 15 de fevereiro de 2016, tem por finalidade aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal (DF).

No sentido de atender ao disposto no citado Decreto, a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF firmaram, em Portaria Conjunta, o compromisso de implementar, dentre outras ações, o Projeto Parque Educador, que visa ressignificar os espaços dos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) do DF como espaços educadores para que a comunidade restabeleça sua relação de pertencimento àquele local, auxiliando na valorização das UCs do DF, por meio de ações de educação integral, ambiental e patrimonial.

Considerando a importância da Educação Integral, Ambiental e Patrimonial como eixo transversal na educação, esse Projeto permitirá aos docentes e discentes o acesso aos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) Sucupira/ESECAE, Três Meninas, Águas Claras e Saburo Onoyama, para a realização de atividades pedagógicas voltadas ao uso sustentável desses espaços educadores.

O Projeto Parque Educador é coordenado por um Comitê Gestor tripartite, no qual fazem parte 2 (dois) representantes da SEMA, 2 (dois) da SEEDF e também 2 (dois) do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, autarquia vinculada à SEMA.

Esse Comitê tem, dentre outras atribuições, a incumbência de elaborar o Plano de Gestão desse Projeto, que será assinado pelo Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, pelo Secretário de Educação do Distrito Federal e pelo Presidente do IBRAM.

Cabe à SEMA garantir recursos para o transporte dos alunos para o segundo semestre de 2018.

Outra estratégia de formação foi o Curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal – 2ª edição, ofertado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) da Secretaria de Educação do DF, em parceria com ADASA, IBRAM, SLU, CAESB e SEMA, com o objetivo de promover a difusão de conhecimentos técnico-pedagógicos sobre a gestão responsável e compartilhada da água e dos resíduos sólidos nas bacias hidrográficas do Descoberto e do Paranoá, a fim de instrumentalizar o professor para o trabalho dos conteúdos relacionados aos eixos transversais em suas respectivas escolas. Possibilitou-se aos cursistas a vivência de estudos e diálogos que trataram da inserção e engajamento das pessoas na gestão sustentável e participativa das Águas e resíduos passando pelo nível individual, coletivo e institucional, tratando de temas de relevância técnica e política.

Participação Social

Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF

Órgão consultivo e deliberativo de 2ª grau, de composição paritária, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal. A presidência do CONAM/DF é exercida pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal. É composto paritariamente por 40 membros, sendo 20 (vinte) representantes do Poder Público e 20 (vinte) da sociedade civil relacionados com a questão ambiental.

Os membros do Poder Público no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal são os representantes das Secretarias de Estado do Distrito Federal que cuidam: Meio Ambiente, Obras e Infraestrutura Pública, Saúde, Educação, Agricultura, Desenvolvimento Urbano e do Território, Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Transporte e da Mobilidade, Casa Civil, Cultura, Procurador-Geral do Distrito Federal, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; Polícia Militar do Distrito Federal, Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, no Distrito Federal - IBAMA/DF; Universidade de Brasília – UnB.

São representantes da sociedade civil:

- Federação das Associações dos Condomínios Horizontais do Distrito Federal – FACHO;
- associações representativas de moradores do Distrito Federal, formalmente constituídas há pelo menos 2 anos;
- Fórum de ONG's Ambientalistas do Distrito Federal;
- organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, formalmente constituídas há pelo menos 2 anos, com sede e atuação no Distrito Federal e que tenham como missão institucional a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- instituições de ensino superior particulares sediadas no Distrito Federal;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - FAPE/DF;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal - STTR/DF;
- Federação do Comércio do Distrito Federal – FECOMÉRCIO;

- Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA;
- Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON;
- Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal - ADEMI/DF;
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/DF;
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF;
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção DF - ABES/DF;
- Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Distrito Federal - OAB/DF;
- Associação Brasileira de Recursos Hídricos - Seção Distrito Federal - ABRH/DF;

Reuniões

No ano de 2017, o CONAM/DF realizou 11 (onze) reuniões, sendo 06 (seis) reuniões ordinárias (135ª, 136ª, 137ª, 138ª, 139ª e 140ª) e 5 (cinco) reuniões extraordinárias (62ª, 63ª, 64ª, 65ª e 66ª) e instalou a Câmara Julgadora de Autos de Infração – CJAI. A CJAI realizou 10 (dez) reuniões ordinárias e 01 (uma) reunião extraordinária, totalizando 11 (onze) reuniões.

A Câmara Julgadora de Autos de Infração do CONAM/DF é composta pelas seguintes instituições:

- Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/DF;
- Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Distrito Federal - IBAMA/DF;
- Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais – CASA CIVIL;
- Ordem dos Advogados do Brasil – Secção DF – OAB/DF;
- Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno – FÓRUM DE ONGs;
- Sindicado da Indústria e da Construção Civil do DF – SINDUSCON/DF;

Câmaras Técnicas ativas:

- Câmara Técnica do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal para revisar as Resoluções 1, 2, 3 e 4/2014 do CONAM (Resolução nº 01/2017);
- Câmara Técnica Permanente para monitorar e avaliar a implementação da política de compensação florestal, conservação e recuperação do cerrado (Resolução nº 06/2017).

Grupos de Trabalhos;

- Grupo de Trabalho para regulamentar o Processo Eleitoral, nos termos do § 7º do art. 4º do Decreto nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017, que aprova o regimento interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (Resolução nº 03/2017);
- Grupo de Trabalho para propor ações de melhoria nos serviços da NOVACAP: podas, cortes de árvores e paisagismo (Resolução nº 04/2017);
- Grupo de Trabalho em substituição à Comissão Permanente do Cadastro Distrital de Entidades Ambientalistas, de Moradores e de Entidades Privadas de Ensino Superior (CP-CEAMPES), prevista no Art. 3º, § 3º da Resolução CONAM 05/2017, conforme deliberado na 63ª Reunião Extraordinária do CONAM/DF, realizada no dia 23 de agosto de 2017 (Resolução nº 07/2017);
- Grupo de Trabalho - GT, para analisar a solicitação da Empresa Stericycle, de anuência do CONAM/DF para recebimento de resíduos industriais e de saúde de outros Estados da federação para tratamento na unidade Stericycle da Ceilândia/DF, conforme estabelece o Art. 10, § 3º e Art. 34 da lei nº 5.418/14 (Resolução nº 08/2017).

Resoluções aprovadas

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017. (DODF Nº 30, sexta-feira, 10 de fevereiro de 2017). Dispõe sobre a constituição de Câmara Técnica do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal para revisar as Resoluções 1, 2, 3 e 4/2014 do CONAM.

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 21 DE MARÇO DE 2017. (DODF Nº 57, quinta-feira, 23 de março de 2017). Dispõe sobre a constituição da Câmara Julgadora de Auto de Infração do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal nos termos do § 1º do art. 13 do Decreto nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 21 DE MARÇO DE 2017. (DODF 57, quinta-feira, 23 de março de 2017). Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho para regulamentar o processo eleitoral nos termos do § 7º do art. 4º do Decreto nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017 que aprova o regimento interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal.

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 17 DE ABRIL DE 2017. (DODF Nº 85, sexta-feira, 5 de maio de 2017). Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho para propor ações de melhoria nos serviços da NOVACAP: podas, cortes de árvores e paisagismo.

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 25 DE JULHO DE 2017. (DODF Nº 155, segunda-feira, 14 de agosto de 2017). Dispõe sobre os procedimentos gerais para registro junto ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM das organizações da sociedade civil elencadas nos incisos II, IV e V do §2º do art.4º do Decreto Distrital nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017, bem como para realização de processo eletivo próprio para seleção dos representantes dessas organizações junto ao Conselho.

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017. (DODF Nº 197, sexta-feira, 13 de outubro de 2017). Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Permanente para monitorar e avaliar a implementação da política de compensação florestal, conservação e recuperação do cerrado.

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 246, quarta-feira, 27 de dezembro de 2017). Dispõe sobre a constituição do Grupo de Trabalho em substituição à Comissão Permanente do Cadastro Distrital de Entidades Ambientalistas, de Moradores e de Entidades Privadas de Ensino Superior (CP-CEAMPES), prevista no Art. 3º, § 3º da Resolução CONAM 05/2017, conforme deliberado na 63ª Reunião Extraordinária do CONAM/DF, realizada no dia 23 de agosto de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 248, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017). Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho - GT, para analisar a solicitação da Empresa Stericycle, de anuência do CONAM/DF para recebimento de resíduos industriais e de saúde de outros Estados da federação para tratamento na unidade Stericycle da Ceil â n d i a / D F, conforme estabelece o Art. 10, § 3º e Art. 34 da lei nº 5.418/14.

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 247, quinta-feira, 28 de dezembro de 2017). Disciplina, no âmbito do Distrito Federal, as normas para emissão de autorização ambiental.

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 247, quinta-feira, 28 de dezembro de 2017). Dispõe sobre a dispensa de licenciamento ambiental para empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental no âmbito do Distrito Federal.

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 247, quinta-feira, 28 de dezembro de 2017). Institui Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA, nas modalidades facultativa e compulsória, e elenca rol de atividades agrosilvopastoris dispensadas de licenciamento ambiental.

2 - Capital das Águas

Gestão das Águas

No final do ano de 2016 e todo o ano de 2017, o Distrito Federal atravessou a mais grave crise hídrica de sua história e, pela primeira vez, um regime de racionamento de água foi instalado.

Foi decretado estado de emergência pelo GDF, e criado o Plano de Enfrentamento da Crise Hídrica, que tem sido liderado pela Casa Civil com a participação de diversas secretarias e vinculadas incluindo a SEMA-DF.

O foco do governo nesse ano de 2017 foi garantir o abastecimento de água para a população e negociar com os setores usuários, notadamente a agricultura, a redução do consumo de agua e o uso mais eficiente desse recurso por toda a população.

A SEMA participou ativamente de todo esse processo e foi designada para compor a dimensão socioeconômica do Plano com destaque para a efetiva implantação das Ares de Proteção de Mananciais (APMs), contribuiu com o grupo que debateu e propôs minuta de decreto sobre os usos não prioritários da água além de coordenar o grupo de acompanhamento da redução de consumo de água nos órgãos da administração direta e indireta do GDF que está com minuta de Instrução Normativa pronta aguardando publicação.

Com todas essas demandas emergenciais, o foco do Cultivando Água Boa e da Aliança pelo Descoberto mudou, no ano de 2017, para ações mais voltadas a resultados mais imediatos como revestimentos de canais, feito prioritariamente pela Caesb, Seagri e Emater, negociações para alocação de água entre produtores rurais e as próprias normatizações de usos não prioritários e redução de consumo dentro do próprio GDF.

No final do ano de 2017, após a retomada da chuva e a passagem do momento mais crítico da seca, os atores do Cultivando Água Boa e Aliança pelo Descoberto voltaram a se reunir a avançar para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto que está prevista para acontecer em março de 2018 durante o 8º Fórum Mundial da Água.

Dessa forma as duas ações do Indicador "Ações implementadas no Projeto Cultivando Água Boa- Aliança pelo Descoberto" foram implementadas mas com um foco diferente do previsto inicialmente.

Foram realizadas 5 reuniões sobre as atividades de conservação de bacias no Descoberto neste ano de 2018. Com o início da crise hídrica, atores estratégicos para a agenda de água como ADASA, EMATAER, SEAGRI, CAESB e SEMA focalizaram esforços na implementação do Plano de Enfrentamento da Crise Hídrica sob a coordenação da Casa Civil.

O foco do Plano está em ações de curto prazo como revestimentos de canais, modernização dos sistemas de irrigação e fiscalização das captações de água na área rural da bacia do Descoberto.

Com a entrada do Distrito Federal em situação de emergência por conta da crise hídrica houve uma mudança de prioridade, tendo em vista a iminência de um desabastecimento da cidade, e com isso alguns processos de construção comunitária como as Oficinas do Futuro foram paralisadas.

Outro desafio encontrado foi o fato de a Agência Nacional de Água – ANA ter defendido e articulado para que o programa de sua autoria denominado "Produtor de Água" fosse o programa "guarda-chuva" que abarcaria os diversos programas em execução na bacia. Isso contrariou o entendimento da "Aliança pelo Descoberto", lançado em dezembro de 2016 e assinado pela SEMA, ADASA, CAESB, SEAGRI e diversos outros atores da sociedade civil além do ICMBIO. Esse conflito institucional teve de ser equacionado durante o ano de 2018 por meio de reuniões entre os diversos atores.

Chegou-se a um entendimento de continuidade da Aliança pelo Descoberto valendo-se da metodologia do Produtor de Água.

Nesse contexto, vale destacar também que o recurso do GEF-Cidades Sustentáveis (6,5 milhões de dólares) captado pela SEMA-DF para trabalho com a agenda de recuperação de bacias no Descoberto e Paranoá estava previsto para chegar no início de 2017 porém foi postergado para o início de 2018, o que acarretou atraso na implementação de ações de campo naqueles territórios.

Com isso, não foi possível o cumprimento da meta referente às ações de enquadramento dos corpos hídricos.

Juntamente com o cumprimento do Indicador tema Água – "Ações implementadas no Projeto Cultivando Água Boa" –, para o Ano 02 (2017) estavam previstas a implementação de duas ações do projeto Cultivando Água Boa.

8º Fórum Mundial da Água

Entre 09 e 11 de maio de 2017, a SEMA-DF apoiou a realização do V Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para Gestão das Águas em Brasília como um evento oficial preparatório para o 8º Fórum Mundial da Água.

- Conferência Distrital de Meio Ambiente – CDMA

Outros eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água realizados pela SEMA foram as 06 (seis) pré-conferências nas bacias hidrográficas do DF e a posterior realização da Conferência de Meio Ambiente do DF(CDMA), nos dias 25 e 26 de novembro de 2017.

Foram seis etapas prévias de 1 dia cada, abrangendo todas as Regiões Administrativas do DF. Em 25 e 26 de novembro, houve a Conferência Distrital com a participação dos delegados eleitos. Os eixos temáticos trabalhado foram seis: Gestão Territorial e Gestão Hídrica, Uso Econômico da Água, Educação Ambiental, Cidadania e Participação, Biodiversidade e Cerrado, Clima, Resíduos sólidos, Saneamento e Saúde.

Para a realização do processo da Conferência, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Brasília- IFB, que cedeu seus campus para a realização das seis pré-Conferências, e foram firmadas parcerias com a Frente Nacional de Prefeitos, que elaborou todas as artes gráficas, e com a Secretaria de Educação do DF, que cedeu a sede da EAPE para realização do evento final.

Como resultado final da Conferência, foram elaboradas e ranqueadas 60 (sessenta) Diretrizes Prioritárias para orientar as Políticas de Água (10 por eixo temático) e foram lidas e aprovadas pela plenária final 13 (treze) moções, que já foram encaminhadas e endereçadas aos órgãos pertinentes.

O número total de participantes foi de 989 (novecentos e oitenta e nove) pessoas.

Um terceiro evento preparatório em 2017 seria o Seminário Águas pela Paz, que estava previsto para acontecer em outubro de 2017, mas o Comitê Deliberativo do Seminário, do qual a SEMA-DF faz parte, decidiu por postergar o evento para os dias 11 e 12 de janeiro de 2018, para finalizar alguns processos de captação de recursos. O website do evento é www.aguaspelapaz.eco.br.

Centro Internacional de Referência em Água - CIRAT

Três projetos de pesquisa foram apoiados pela SEMA nesse ano de 2017. O primeiro versa sobre a realização de pesquisa sobre a contaminação de mananciais do DF (Descoberto, Corumbá 04 e Preto) por agrotóxicos no âmbito do edital FAP-DF sobre água. O segundo trata da utilização de água em unidades de saúde, tendo como perspectiva um uso mais eficiente da água, buscando entender como está a qualidade do efluente lançado pelas unidades de saúde. O terceiro diz respeito à educação ambiental para a água e conservação das áreas ripárias no âmbito de escolas do DF. Os três projetos de pesquisa supracitados foram viabilizados com recurso de edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do DF (FAP-DF), sem necessidade de investimentos pela SEMA-DF.

Nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, a SEMA apoiou a realização do 2º Encontro de Pesquisadores e Parceiros do Centro Internacional de Agua e Transdisciplinaridade – CIRAT. Uma parte dos recursos foi investido no apoio à realização do encontro de Pesquisadores.

Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal

O Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, regido pelo artigo 31, da Lei nº 2.725, de 2001, alterado pelo Decreto nº 30.183/2009 e Decreto 37.090/2016, presidido pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, é composto pelo Poder Público com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (atual SEMA); Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Estado de Obras; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Governo; Secretaria Especial de Defesa da Ordem Pública e Controle Interno do DF; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM; Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA; Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; Companhia Energética de Brasília – CEB; Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Distrito Federal; e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

Também integram o o Conselho os seguintes represente da sociedade civil:

- Representantes dos usuários dos recursos hídricos: Sindicato dos produtores rurais do DF; Federação das Indústrias de Distrito Federal – FIBRA; Associações de usuários de recursos hídricos, com atuação comprovada no DF; Representantes das organizações civis relacionadas com a preservação de recursos hídricos; Dois representantes de Comitês de bacia hidrográfica com atuação no DF ou câmaras técnicas setoriais ou associações pró-comitês; Associação Brasileira de Recursos Hídricos - Seção Distrito Federal – ABRH/DF; Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Distrito Federal – ABES/DF; Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; Instituições públicas de ensino e pesquisa, sediadas no DF, com atuação na área de recursos hídricos; Instituições privadas de ensino e pesquisa, sediadas no DF, com atuação na área de recursos hídricos; Dois representantes de organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, com atuação comprovada na área de recursos hídricos.

Reuniões

Foram realizadas 09 (nove) reuniões, sendo 04 (quatro) reuniões ordinárias (22ª, 23ª, 24ª e 25ª) e 05 (cinco) reuniões extraordinárias (26ª, 27ª, 28ª, 29ª e 30ª).

Câmaras Técnicas ativas:

- Câmara Técnica Permanente de Assessoramento – CTPA

Grupos de Trabalho:

Grupo de Trabalho para realizar estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas e consolidar proposta para apresentar à Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CTPA/CRH.

Resoluções

RESOLUÇÃO CRH/DF Nº 01, DE 30 DE MAIO DE 2017. (DODF Nº 103, quarta-feira, 31 de maio de 2017). Aprova a Autoavaliação das Metas do Distrito Federal para o Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas - PROGESTÃO, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

RESOLUÇÃO CRH/DF Nº 02, DE 30 DE MAIO DE 2017. (DODF Nº 103, quarta-feira, 31 de maio de 2017). Aprova a criação do Grupo de Trabalho para realizar estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas e consolidar proposta para apresentar a Câmara Técnica Permanente de Assessoramento- CTPA do CRH.

Decretos encaminhados:

DECRETO Nº 38.349, DE 20 DE JULHO DE 2017, (DODF Nº 139, sexta-feira, 21 de julho de 2017). Altera o Decreto nº 36.399 de 12 de março de 2015, o Decreto de 16 de Julho de 2015 e o Decreto de 02 de dezembro de 2016, que designou os membros do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CRH/DF.

3 - Energia e Mudança Climática

Programa Brasília Solar

Em 2017, para o alcance dessas ações, procedeu-se à continuidade quanto à elaboração do projeto, participação em negociação e captação junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) de recursos para a implantação de projetos solares em 2018.

Do mesmo modo, foi negociada e captada a doação de 240 (duzentos e quarenta) placas solares fotovoltaicas junto ao MME-PRODEEM, ou 14 toneladas de equipamentos recebidos em doação, para início de solarização do Zoológico de Brasília em 2018.

Objetivando a disseminação e ampliação de iniciativas solares, foi realizado o engajamento de atores do setor público e privado ao GT Brasília Solar, realizando uma reunião ampliada em meados de 2017 com atores do setor da energia solar fotovoltaica. Do mesmo modo, foram realizadas reuniões bilaterais entre a SEMA e a Secretaria da Educação para a celebração de acordo de cooperação para a implantação de projetos solares junto a edifícios escolares.

Os Projetos de Energia Solar ainda não foram implantados. O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil. Essa ação está reprogramada para 2018.

Gestão de Riscos Climáticos

Em 2017, para o alcance dessas ações, a SEMA deu continuidade à elaboração do projeto, participou de negociação e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para:

- a realização de estudos de avaliação dos impactos esperados para os setores de água, uso do solo e energia;

- a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Mitigação;
- a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Adaptação;
- a contratação de assessor para facilitar a formulação da minuta de regulamentação da Política de Clima do DF;
- manutenção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas; e
- manutenção do Painel Distrital de Mudanças Climáticas.

Além de coordenar várias reuniões para a formulação da minuta do decreto de criação do Fórum, em 2017 foi encerrado o processo de ampla consulta pública iniciado em janeiro, com a realização da segunda reunião preparatória do Fórum, em junho na UnB, com 80 (oitenta) participantes. Já a terceira reunião preparatória do Fórum foi realizada em novembro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 400 (quatrocentos) participantes, entre representantes de órgãos de governo, do setor privado, da academia e da sociedade civil organizada. Juntos com a SEMA, representantes de todos esses setores formularam a minuta do decreto de criação do Fórum de Clima do DF.

Também em 2017, a SEMA ocupou-se da criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas, mobilizando cientistas de vários centros de referência local e nacional. Foram realizadas cinco reuniões preparatórias com cientistas do DF para estruturar o Painel e para a construção de acordos para a criação do Painel, contando com o engajamento principal das seguintes instituições: INMET, UNB/CDS, UnB/Hidrogia, INPE, Embrapa Cerrados. Juntos, esses atores elaboraram a minuta da portaria de criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas.

Entre 2016 e 2017, a SEMA atuou fortemente em ações de integração da agenda de clima junto a outras secretarias e áreas, tais como: transporte, agricultura, zoneamento ecológico econômico, meio ambiente, água, incêndios florestais, energia, mobilização social, etc., realizando palestras em mais de 30 (trinta) eventos e alcançando um público estimado de cerca de 1000 pessoas, entre representantes de órgãos de governo, sociedade civil, academia e setor privado.

Os recursos foram destinados ao apoio dos eventos para implantação do Fórum Distrital de Clima. Boa parte das ações foram realizadas sem o aporte de recursos.

4 - Saneamento Ambiental

Construção e Operacionalização de três centros de transbordo e triagem - ATTR

O Governo do Distrito Federal-GDF tem firmado, desde julho/2013, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.0402.1, no valor de R$ 21.300.000,00 (vinte e um milhões e trezentos mil reais), destinados à construção e efetivo funcionamento de Centros de Triagem de Resíduos – CTR e Centro de Comercialização de Materiais Recicláveis, em terreno localizado no Pátio Ferroviário de Brasília, cedido pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU à Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – CENTCOOP.

Por determinação do Governo, o Projeto de Desativação do Lixão da Estrutural tornou-se um dos projetos prioritários de realização dessa gestão. Nesse sentido, todas as ações relativas à gestão dos resíduos sólidos são monitoradas pelo Escritório de Projetos Especiais da Governadoria – EPE. Desse modo, foram realizadas reuniões semanais com os representantes dos órgãos relacionados direta ou indiretamente com a questão de resíduos sólidos no

DF. Nesse espaço de diálogo e interação entre todos os órgãos do DF, as dificuldades são relatadas e a resolução dos problemas é orquestrada com o apoio do EPE.

No ano de 2017, algumas medidas foram tomadas, além de ajustes administrativos internos, tais como:

- processo licitatório para três centros de triagem e um centro de comercialização. Porém, o BNDES decidiu financiar apenas dois centros de triagem e um de comercialização. Assim, o orçamento anterior deverá ser revisto para que seja adequado a essa nova realidade, o que momentaneamente impede o prosseguimento do processo licitatório;

- contemplação de 1.300 (hum mil e trezentos) catadores por meio do projeto Cataforte, que faz parte da contrapartida do projeto BNDES/GDF;

- a SEMA está dando andamento à contratação de consultoria ADASA/SEMA para definição e dimensionamento dos equipamentos a serem adquiridos para os CTR e Centro de Comercialização. O Produto 1 já foi entregue pelo consultor;

- o BNDES acenou sobre a possibilidade de liberação da primeira parcela para construção dos Centros e se comprometeu de, antes do fim do ano corrente, encaminhar formalmente por meio de oficio essa informação; e

- em 05 de dezembro de 2017, a SEMA-DF, por meio da Portaria Conjunta nº 06, descentralizou a execução de crédito orçamentário referentes ao pagamento de Autorização de supressão vegetal - ASV no terreno da SPU cedido à CENTCOOP, destinado à construção de 03 centros de triagem de resíduos – CTR e um centro de comercialização de materiais recicláveis-CC.

É importante salientar que está em andamento a contratação de assessoria técnica especializada para os catadores, bem como que o atraso na execução do Projeto do BNDES/GDF justifica-se devido às ações acima citadas demandarem tempo para serem resolvidas burocraticamente por todos os órgãos envolvidos nesse Projeto.

Ressalta-se que a construção dos Centros de Triagem previstos no Projeto BNDES/GDF faz parte de uma ação governamental que envolve a desativação do Aterro do Jóquei, mais conhecido como Lixão da Estrutural, e a operação do Aterro Sanitário de Brasília. O projeto não poderá ser concretizado isoladamente, sendo necessário que o Distrito Federal cumpra com as legislações Federal (Lei 12.305/10) e Distrital (Lei 5.418/14) de Resíduos Sólidos, estabelecendo metas para a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis, dentre outros.

Os recursos do Contrato para a construção de 02 (dois) Centros de Triagem e 01 (um) de comercialização estão programados para subsidiar o início das obras em março de 2018, além da compra de equipamentos, assistência técnica e capacitação programada para julho de 2018. De acordo com as contrapartidas referentes ao Processo nº 0002-000647/2012, foram cadastrados 2499 catadores, sendo 403 da Rede Alternativa e 2096 da CENTCOOP. Desse total, 310 catadores (250 da Cooperativa Construir e 60 da Cooperativa Planalto) estão atualmente utilizando os Centros de Triagem nos galpões alugados do SLU no SCIA e Sobradinho, aguardando a construção dos Centros de Triagem do Convênio do BNDES.

Por fim, como pode ser visto, todos os atos que a SEMA vem realizando para o cumprimento do Projeto BNDES/GDF dependem de ações conjuntas aos demais órgãos do Distrito Federal e que estão envolvidos direta e indiretamente com a gestão de resíduos sólidos, bem com a formalização por parte do BNDES da liberação da primeira parcela do financiamento.

Implantação da Política de Resíduos Sólidos

A elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS) foi iniciada em abril/2016, data da assinatura do contrato.

Para a elaboração dos diagnósticos, foram realizadas 11 (onze) Pré-Audiências em todo o território do DF de forma regionalizada. Para tratar de maneira mais aprofundada questões de Logística Reversa, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais (Agrossilvopastoris, Industriais, Mineração, Saneamento e Transporte), foram realizadas 04 (quatro) Oficinas Setoriais específicas para cada um dos temas. O site e a página do Facebook também são meios de postagem de contribuições por parte da população. No site http://www.planodesaneamentodf.com.br/ podem ser encontradas maiores informações.

Em 2017, o PDSB e o PDGIRS foram finalizados e aprovados, faltando somente a publicação. Cumpre informar que, de acordo com a Lei Orgânica do DF, o Plano Distrital de Saneamento Básico precisa virar lei.

5- Brasília Verde

Apesar das dificuldades de articulação de outros setores de governo para o desenvolvimento de ações permanentes e continuadas, algumas atividades foram retomadas e estão em andamento, quais sejam:

i) Programa Parque Educador – está sendo concluído o processo licitatório que contratará o transporte dos alunos contemplados no Programa, tratando-se de cerca de 12.500 alunos da rede pública, entre alunos de ensino em tempo integral, com atividades continuadas nos parques ao longo do ano letivo, e alunos das demais escolas, que serão contemplados com uma visita a um parque selecionado ao longo do ano. Nesse contexto, a Secretaria de Educação abriu o edital para seleção de professores para participarem diretamente do Programa. O Ibram contratou os serviços de transportes, e a previsão é de que os professores sejam capacitados no mês de fevereiro e o Programa com os alunos seja iniciado em março, no início do ano letivo de 2018, abrangendo 04 parques: Três Meninas (Samambaia), Saburo Onoyama (Taguatinga), Águas Claras e Sucupira (Planaltina);

ii) Segurança nos Parques – a Secretaria de Segurança Pública retomou sua participação no Programa Brasília nos Parques. Há necessidade de reuniões bilaterais, com envolvimento do Ibram, para retomada do projeto-piloto no Saburo Onoyama e extensão do mesmo para outros parques;

iii) Feiras Orgânicas nos Parques – O edital para chamamento das organizações da sociedade civil para montagem das feiras, construído em articulação com a Seagri e o Ibram, foi lançado no início de dezembro, oferecendo espaço em 11 parques, com apresentação de propostas por duas instituições. Infelizmente, as duas foram desclassificadas pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento, por falta de documentos obrigatórios. O edital será relançado ainda em dezembro, com maior prazo para apresentação de propostas, as quais serão avaliadas em janeiro de 2018, com início da implementação do projeto em fevereiro;

iv) a Secretaria de Esportes e Turismo também retomou sua participação no Programa Brasília nos Parques, propondo à Sema a instalação de estruturas de ginástica com presença de monitores de orientação da população, com a implantação dos módulos Mude – Estação de Ginástica e Alongamento nos Parques, uma parceria daquela Secretaria com o Santander;

v) a Sema também apoiou a Secretaria de Cultura na seleção de projetos candidatos ao FAC nos Parques, edital articulado entre as duas secretarias para apoiar a realização de atividades culturais nos parques do DF.

Essas medidas estão sendo implantadas nos mesmos cinco parques que haviam sido escolhidos há um ano, que são aqueles que, nesse momento, têm condições de receber as atividades descritas.

Unidades de Conservação:

- Implantação dos conselhos gestores consultivos da ARIE Granja do Ipê e Parque Ecológico Burle Marx;

- Recriação e apoio à implementação do Conselho Gestor da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal, apoiando a estruturação de sua Secretaria Executiva;

- Representação da Sema no Conselho da APA do Planalto Central.

A criação dos conselhos consultivos depende de discussão com as instituições de governo e sociedade civil interessadas, tramitação administrativa e jurídica, o que muitas vezes demanda muito tempo. Nesse processo, há necessidade de administrar fatores externos que fogem, em parte, à governabilidade da Secretaria.

Criação de conselho gestor consultivo da ARIE JK (Dec. 38.363, de 26 de julho de 2017) e recriação do conselho gestor consultivo da APA Gama-Cabeça de Veado (Dec. 38.286, de 21 de junho de 2017): esses Decretos, a exemplo do que aconteceu com o Comitê da Reserva da Biosfera, foram amplamente discutidos com as diversas instituições interessadas, tendo sido prevista a seleção das instituições da sociedade civil por meio de chamamento público, permitindo transparência nesse processo de escolha. Após a publicação desse chamamento, oito instituições manifestaram seu desejo de se fazer representar no conselho da APA Gama Cabeça de Veado e sete para o Conselho da ARIE JK. Cada um deles dispõe de quatorze vagas para instituições da sociedade civil e quatorze para as instituições de governo previamente escolhidas. Para dar posse ao conselho e início dos trabalhos, aguarda-se a manifestação de algumas instituições de governo sobre nomes para representa-las nos conselhos.

Proposição de minuta de regulamentação do artigo 24 da lei do SDUC (Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), para criação de mosaicos de unidades de conservação, antecedendo à criação de conselhos de mosaico: essa minuta de decreto foi discutida internamente com o Ibram e encaminhada à Governadoria, a qual, após alguns ajustes solicitados naquela instância, está aguardando a assinatura do Governador e publicação. Nessa minuta de decreto, a SEMA propôs que os mosaicos devam ser criados gradativamente a partir de demandas efetivas, uma vez que essa Secretaria entende que essa estratégia proporciona melhores condições de êxito.

Condução dos GT Parques do Gama: o grupo de trabalho (GT) Parques do Gama foi instituído pela Portaria Sema nº 80, de 11 de outubro de 2016, tendo os prazos de sua existência prorrogados pela Portaria Sema nº 47, de 25 de maio de 2017. Com a publicação do decreto de regulamentação do art. 24 do SDUC, os trabalhos do GT serão retomados com a discussão da minuta de decreto de criação desse mosaico e do conselho de gestão do mesmo.

Condução do GT Parque das Esculturas, criado por solicitação da comunidade do Altiplano Leste: criado pela Portaria Sema nº 81, de 11 de outubro de 2016, tendo seus prazos prorrogados pela Portaria Sema nº 46, de 25 de maio de 2017, o GT colocou foco na implantação do referido parque, o que incluía a discussão de uma forma de gestão compartilhada, com o envolvimento da comunidade e da Administração do Paranoá,

provavelmente com a criação de um colegiado. Recentemente, foi realizada reunião entre IBRAM, Administração Regional do Paranoá e 03 associações representativas dos moradores do entorno do Parque, para discutir a proposta de gestão compartilhada. Como encaminhamento:

i) a comunidade vai fazer consulta aos moradores para confirmar a indicação do projeto do Arquiteto Antonio Eustáquio, como o projeto a ser considerado para implantação do Parque;

ii) o IBRAM ficou responsável de retomar a conversa com a Terracap para garantir as condições e medidas necessárias à implantação do Parque;

iii) IBRAM e SEMA ficaram de elaborar um instrumento adequado para a Gestão compartilhada do parque. O Ministério Público do DF e Territórios promoveu reunião de ajuste de entendimentos e solicitou que o encaminhamento dos trabalhos fosse feito no âmbito do GT e pediu agilização dos mesmos. Em virtude da troca de dirigentes na Sema e Ibram, só foi possível agendar nova reunião do GT para o mês de janeiro.

Recuperação do Cerrado

Estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do programa-piloto "Recupera Cerrado", instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre Sema, Ibram, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da Sema, Ibram e Serviço Florestal Brasileiro. O Acordo de Cooperação Técnica foi assinado e todos os mecanismos relacionados ao edital estão prontos para publicação, dependendo de depósito de parte do saldo devedor da Terracap, principal instituição devedora de compensação ambiental do DF, que já manifestou interesse em aderir ao programa. O depósito dos recursos é condição essencial expressada pela Fundação Banco do Brasil para publicação do edital.

Aliança do Cerrado

No âmbito dos trabalhos da Aliança Cerrado, avançou-se em três pontos:

i) Elaboração, lançamento e publicação do Plano Recupera Cerrado, com a proposição de uma meta de restauração de 14 mil hectares até 2030 e o delineamento dos mecanismos necessários ao cumprimento dessa meta;

ii) dentre os instrumentos, destaca-se o Mapa de Áreas Prioritárias para Recomposição e Conservação no Distrito Federal, que delimita no território do DF as áreas ambientalmente mais relevantes e orienta o esforço de compensação e conservação para essas áreas;

iii) a minuta de decreto que estabelece novas regras para a recomposição de áreas degradadas e alteradas no DF, com dois aspectos principais, quais sejam: a) a aceitação de métodos diversos de recomposição de áreas degradadas, superando o paradigma do plantio de mudas como método preferencial ou exclusivo; e b) o foco nos resultados e o sucesso da recomposição, a partir de indicadores claros e objetivos, em contraposição ao foco na forma como ela foi iniciada. Assim, o objetivo central da compensação é assegurar, em outra área, as funções ambientais da área que foi convertida, de forma que preferencialmente ela ocorrerá mediante a conservação ou recuperação de área por ação direta ou indireta do empreendedor. Nessa nova regra, a compensação ocorrerá mediante a preservação voluntária de remanescentes de cerrado (assegurada por meio de servidão ambiental, reserva legal

adicional à mínima necessária ou RPPN), assim como com a recomposição da vegetação nativa em áreas com algum nível de proteção permanente (APP, RL, servidão, UC). A recuperação de APPs e RLs só será considerada válida para fins de compensação se estas tiverem sido desmatadas anteriormente a 2008 e no imóvel não houver área rural consolidada incidente sobre as mesmas. A compensação será guiada pelo mapa de áreas prioritárias, que, por sua vez, incentiva a concentração das ações de conservação e recomposição do Cerrado nas regiões ambientalmente mais relevantes do DF.

Para a realização da meta de restauração, foi articulada a elaboração de um projeto de captação de recursos internacionais, cuja aprovação ocorreu em 2017, com previsão de início das ações em janeiro de 2018. O Projeto foi aprovado no âmbito do Global Environmental Fund – GEF. Essa iniciativa irá permitir o cumprimento de nossa meta de restauração até o final desse PPA.

Centro de Excelência do Cerrado – Cerratenses

Centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado, foi implantado em prédio próprio no Jardim Botânico de Brasília e está em pleno funcionamento, atuando na função de Secretaria Executiva do Fórum Aliança Cerrado, rede de 58 entidades que atuam para a proteção do cerrado.

Em 2017, o Cerratenses atendeu aproximadamente 3.000 pessoas, entre técnicos de meio ambiente e áreas afins, estudantes, profissionais, representantes de governo, ONGs, academia, setor privado e público em geral. Também nesse ano, o Cerratenses abrigou mais de 50 eventos, em sua maioria voltados ao desenvolvimento de subsídios e à construção de políticas públicas para o Cerrado, por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades do campo governamental, do acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada.

Combate a incêndios Florestais

O Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal, instituído por meio do Decreto nº 17.431 de 11/06/1996, e atualizado pelo Decreto 37.549 de 15/08/2016, funciona como um sistema de parcerias institucionais que visam à proteção do Cerrado e visa a integração e a cooperação mútua, objetivando a otimização da aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis. Principais ações:

- criação de um protocolo para o fluxo de informações referentes a perícia e apuração das responsabilidades administrativas e penais, e criação de um laudo de constatação, com apoio da SEMA, BPMA, CBMDF e IBRAM;

- minuta de Decreto de regulamentação sobre a responsabilização dos incêndios florestais (civil, penal e administrativo);

- elaboração e entrega de um mapa contendo os principais locais de acúmulo de combustível no DF, que foi elaborado pelo IBGE e ICMBIO, em parceria com os dados do CBMDF e IBRAM;

- atendimento de 1.600 estudantes da rede pública e 5.000 crianças em eventos escolares e ambientais, por meio de trilhas, oficinas, contação de histórias, peças teatrais, com dinâmicas de sensibilização na prevenção aos incêndios florestais;

- publicação do Folder de Prevenção aos Incêndios Florestais: 10.000 exemplares que foram distribuídos nas instituições do PPIF e escolas, além dos eventos no qual o PPCIF esteve envolvido;

- publicação impressa e digital do Almanaque do Fogo: 5.000 exemplares, que foram distribuídos aos estudantes da rede pública;

- revisão do Decreto nº 17.431 de 1996, que instituiu o PPCIF, e publicação do novo Decreto atualizado, nº 37.549 de 15 de agosto de 2016;

- realização de 2 campanhas publicitárias, uma no ano de 2016 e outra no ano de 2017;

- 6 Cursos de Sistema de Comandos de Incidentes- SCI e 1 Curso de Perícia em Incêndios Florestais, para todas as instituições do PPCIF;

- Entrega da pista de pouso na Floresta Nacional de Brasília - FLONA para os aviões do CBMDF, ICMBIO e IBAMA, facilitando assim o combate imediato dos incêndios florestais na região;

- realização de 5 blitz educativas, com a participação da SEMA, IBRAM, JBB, PMDF, CBMDF, AERONÁUTICA, MARINHA, BPMA, DER, PRF, IBGE e 3 Escolas Classes, totalizando 3.100 veículos abordados.

ACEIRO NEGRO: 2016 – 186,69 Km ; 2017 – 195 Km e ACEIRO MECÂNICO: 40 Km

É muito importante a viabilização de contratação de Brigadistas pelo IBRAM para 2018, para garantir as ações de prevenção e combate nos Parques e Unidades de Conservação. Até a presente data, comparando os dados de 2016 com 2017, foi constatada uma redução da área queimada, em torno de 1.110 hectares, informado pelo CMBDF, apesar do número de ocorrências ter aumentado, o que mostra que o grupo vem melhorando em forma de articulação na prevenção e combate dos incêndios Florestais no Distrito Federal.

6 - Direitos dos Animais

Política Distrital para os Animais

Foi promovida a restruturação e coordenação das atividades do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais - CIPDA, tendo sido realizadas 22 (vinte e duas) reuniões ordinárias e uma extraordinária.

Apoio à gestão do Centro de Controle de Zoonoses do DF, com realização de gestões com a Secretaria de Saúde, com vistas a melhorar a gestão daquele Centro, com os seguintes encaminhamentos:

- descentralização da campanha de vacinação antirrábica com credenciamento de clínicas veterinárias, com edital previsto para ser lançado em janeiro de 2018;

- elaboração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente e organização da sociedade civil para apoiar e acompanhar a gestão do Centro de Controle de Zoonoses;

- elaboração de Termos de Referência – TR para: a Política de Defesa e Proteção dos Animais Domésticos no Distrito Federal – cães e gatos e para realizar Diagnóstico Socioeconômico com foco nos grupos sociais que dependem da utilização de veículo de tração animal – VTA. Identificar na estrutura do Governo do Distrito Federal e na iniciativa privada arranjos institucionais para promover a inclusão social desses grupos e elaborar uma proposta de regulamentação da Lei no 5.756/2016, bem como propor um arranjo institucional para a sua execução. Infelizmente, devido à vagarosidade da tramitação não foi possível contratar os serviços em 2017. Destaca-se que esse processo deve ter continuidade em 2018, sendo de extrema importância ter diretrizes claras para a Política Distrital dos Direitos Animais no DF, tendo em vista que é uma área nova no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Articulação Interinstitucional

Os membros do Cipda se articulam por meio dos canais de comunicação interna, principalmente a fiscalização para atender denúncias, resgate da fauna silvestre, apreensão de animais domésticos, solicitação de apoio para abrigar cães e gatos apreendidos com a parceria dos protetores de animais e ONGs, orientações jurídicas, dentre outros.

O CIPDA elaborou texto substitutivo ao Projeto de lei n. 717/2015, que tramita na Câmara Legislativa do DF com finalidade de tipificar maus-tratos aos animais e também dar mais eficiência às ações de fiscalização.

Apoio às atividades para viabilização do Programa de Manejo Populacional de Animais Domésticos - Castramóvel: por meio do Projeto Unidade Móvel para Educação em Saúde, Guarda Responsável e Controle Populacional de Cães e Gatos no Distrito Federal - Castramóvel, foram realizadas três mil castrações. Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre Sema, Ibram e Unb para operacionalizar o Castramóvel até dezembro de 2018.

Credenciamento de Clínicas Veterinárias: mediante projeto aprovado no Fundo Único do Meio Ambiente - Funam, o valor de R$ 700.000, 00 (setecentos mil reais) para a realização de aproximadamente sete mil castrações em clínicas veterinárias credenciadas pelo Ibram. O Projeto será executado em 18 meses.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1630 - AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS		UNIDADE	2	3	3	0	4	5	SEMA / UO 21101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Aprovação de três resoluções: 01, 02 e 03 pelo CRH em 2016 2017 - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no execício de 2017, para a resolução do problema.									
1641 - TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES		%	-	-	10	-	40	100	SEMA/ UO 21101 /OE 4
Justificativa: 2016 - Sem índice desejado para 2016. 2017 - Esse indicador foi substituído pelo 1751 e será objeto de revisão na Lei do PPA									
1693 - TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS		UNIDADE	04	5	08	0	12	16	SEMA/ UO 21101/ OE 01
Justificativa: 2016 - Instalação e Comitê Gestor e Decreto de criação para escolha de cinco parques; Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Trê Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Parque Ecológico Ezequias Heringer. 2017 - A política de implantação do Programa Brasília nos Parques impõe várias atividades, as quais ao longo de 2017 foram continuadas principalmente nos cinco parques: Parque Ecológico Águas Claras, Três Meninas, Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Ezequias Heringer, objeto de cumprimento da Meta de 2016.Desta forma, foi verificado que o indicador ora apresentado pela SEMA não condiz com a melhor forma de mensuração da política. Será proposta alteração do indicador.									
1626 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO		%	6	7	7	7	9	10	SEMA / UO 21101 / OE 1
Justificativa: 2016 - O projeto Virada no Cerrado foi um sucesso. Contou com a participação aproximada de 200 mil pessoas. 2017 - Foram envolvidas 30.000 (trinta mil) pessoas diretamente e 200.000 (duzentas mil) pessoas indiretamente.									
1631 - AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"	0	UNIDADE	1	2	2	0	3	3	SEMA/ UO 21101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Atividades: Aliança do Descoberto e Microbacia do Guariroba. 2017 - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no execício de 2017, para a resolução do problema.									
1694 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF	0	UNIDADE	-	-	1	0	2	-	SEMA/ UO 21101/ OE 03
Justificativa: 2016 - Sem índice desejado para 2016. 2017 - O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em Agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil.									
1751 - TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO	0	PESSOA	-		10	14	40	100	SEMA/UO 21101/OE 4

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
CONTRATO 13.2.0402.1-BNDES (2.160)									
Justificativa: 2017 - Os recursos do Contrato para a construção de 2 (dois) Centros de Triagem e 1 (um) de comercialização estão programados para início de obras em março de 2018, além da compra de equipamentos, assistência técnica e capacitação programada para julho de 2018. De acordo com as contrapartidas referentes ao Processo 0002-000647/2012, foram cadastrados 2499 catadores, sendo 403 da Rede Alternativa e 2096 da CENTCOOP. Desse total, 310 catadores (250 da Cooperativa Construir e 60 da Cooperativa Planalto).									

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**150.000,00**	**73.462,00**	**56.745,90**	**47.868,41**
8542 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	73.462,00	56.745,90	47.868,41
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**150.000,00**	**73.462,00**	**56.745,90**	**47.868,41**

Foi realizado apoio a cinco internos por meio de Contrato nº 2/2017 com a FUNAP.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**450.000,00**	**51.866,00**	**51.865,56**	**51.865,56**
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	450.000,00	51.866,00	51.865,56	51.865,56
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**850.000,00**	**525.001,07**	**455.405,76**	**455.405,76**
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	850.000,00	525.001,07	455.405,76	455.405,76
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**1.300.000,00**	**576.867,07**	**507.271,32**	**507.271,32**

Em 2017, foi executada uma liquidação de licença-prêmio e concluídos pagamentos com ressarcimentos previstos na gestão da folha de pessoal da SEMA e, ainda, de reconhecimento de dívida.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	600.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**17.103.731,00**	**13.286.300,00**	**13.126.403,85**	**13.101.546,09**
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	17.103.731,00	13.286.300,00	13.126.403,85	13.101.546,09
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**401.675,00**	**421.675,00**	**399.079,72**	**399.079,72**
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	401.675,00	421.675,00	399.079,72	399.079,72
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.762.389,00**	**414.314,00**	**410.098,22**	**372.658,72**
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	1.762.389,00	414.314,00	410.098,22	372.658,72
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**50.000,00**	**26.804,00**	**26.776,11**	**18.863,68**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	26.804,00	26.776,11	18.863,68
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**19.937.795,00**	**14.149.093,00**	**13.962.357,90**	**13.892.148,21**

Foi contratado (renovação contratual) o serviço de outsourcing de impressão, cumprindo demanda prevista do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da SEMA.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei		Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**250.000,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**
0011 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A BIBLIOTECA DO CERRATENSES - CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	250.000,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**250.000,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A SEMA tem atuado na articulação de parcerias que envolvem a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos no Distrito Federal, quais sejam:

· Logística reversa

Como preconiza a Política Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos, a logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos referidos nos incisos II, III, V e VI do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, bem como dos produtos e embalagens referidos nos incisos I e IV e no § 1o do art. 33 daquela Lei, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

O Poder Público tem o dever de apoiar a implementação da logística reversa com objetivo de auxiliar a sua implementação, principalmente diante da firmatura de acordos setoriais. Esses são atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, visando a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

A SEMA, como formulador de políticas públicas ambientais do DF, tem a responsabilidade de fomentar a implementação da logística reversa com objetivo de preservar e prevenir o meio ambiente do DF com ações que destinem de maneira ambientalmente correta os resíduos da

logística reversa, além de atender demandas da população que prima por dar um destino correto aos resíduos gerados e às legislações federal e distrital dos resíduos sólidos.

A Secretaria do Meio Ambiente visa acompanhar e participar das negociações dos processos sobre a logística reversa para todos os setores: agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes; embalagens em geral e medicamentos. Até o momento, a articulação tem sido feita com o Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRE, Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis - ANCAT sobre acordo setorial de embalagens; com Associação Brasileira da Indústria de Iluminação - ABILUX/RECICLUS sobre acordo setorial de lâmpadas; com RECICLANIP sobre CONAMA de pneus.

Em 2017, a SEMA articulou com as respectivas gestoras das cadeias de produtos sujeitos à Logística Reversa ações sobre objetivos e definição de estratégias para elaborar implementação da logística reversa no DF, priorizando embalagens em geral, pneus e vidros.

A SEMA já tem termo de compromisso assinado desde 2013 com o Sindicato Nacional da Indústria do Rerrefino de Óleos Minerais - Sindirrefino (óleos lubrificantes). Quanto às embalagens de óleos lubrificantes, já existe acordo setorial, o qual prevê meta de 36%.

Ainda em 2017, a proposição da SEMA de incluir alerta nos editais de leilão da Secretaria de Planejamento (SEPLAG) foi acatada. O seguinte texto foi inserido nos editais: "O vencedor é responsável pelo descarte ambientalmente adequado dos componentes não utilizados do material arrematado, conforme determinam a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/10 e a Política Distrital de Resíduos Sólidos – Lei 5.418/14. O descumprimento está sujeito a sanções penais e administrativas conforme a Lei de Crimes Ambientais n° 9.605/98."

No tocante às lâmpadas, já foram implantados 10 pontos de coleta pela gestora RECICLUS. A meta do acordo setorial nacional era implantar 50 pontos até o final de 2017.

Foi disponibilizado pela SEMA lista com endereços de pontos coleta de resíduos sujeitos à logística reversa existentes no DF. Está em elaboração um mapa com esses mesmos pontos para posterior divulgação em meio eletrônico.

· Resíduos Perigosos:

A SEMA participou do Grupo de Trabalho coordenado pelo IBRAM, para elaboração de normatização dos resíduos perigosos e criação da Comissão Distrital do P2R2 (Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos). As reuniões desse GT resultaram na minuta de decreto de criação da CD-P2R2, o que resultou na publicação do Decreto 38.528, de 03 de outubro de 2017.

· Coleta seletiva solidária

Nesse ano de 2017, o Decreto que regulamenta a Lei n° 4792/2012 foi atualizado. O novo Decreto n° 38.246/2017 trouxe alguns pontos de maior facilidade na implementação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos públicos do DF.

Segundo o decreto, cabe à SEMA a mobilização, sensibilização e acompanhamento dos órgãos, além do estímulo à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

No dia 5 de julho de 2017, foi realizada reunião aberta e todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta foram convidados a comparecer. Na oportunidade, SEMA e SLU realizaram apresentação explicativa de como deveria ser a implementação da Coleta Seletiva Solidária, bem como quais era os prazos de implementação e demais procedimentos.

Para recebimento das informações dos órgãos públicos, foram elaborados 3 Formulários para preenchimento online. As informações recebidas foram compiladas em uma planilha/relatório.

A SEMA colaborou ainda com a elaboração de materiais de divulgação (folders, vídeo, cartilhas, etc.), que tem previsão de serem expedidos pela CACI em 2018.

Ademais, diversas reuniões foram realizadas com o pessoal da TI da Casa Civil para delimitar e elaborar um sistema de recebimento e compilação das informações prestadas pelos órgãos públicos a respeito da implantação da Coleta Seletiva Solidária em cada um deles, bem como recebimento dos relatórios trimestrais.

GEF - Fundo Mundial para o Ambiente (em inglês, Global Environment Fund)

Foram feitas propostas/projetos para que a SURSA/SEMA fosse contemplada com recursos do GEF para realizar estudo de contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas, solo e ar e escolher a melhor tecnologia/técnica para recuperação/remediação do passivo ambiental do Lixão da Estrutural. O projeto foi aprovado e os termos de referência já foram elaborados e seguirão para análise do CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o Governo de Brasília e o cidadão promovendo assim um diálogo transparente e participativo. O objetivo deste relatório é fornecer aos pares e aos cidadãos os dados relacionados à atuação e o desempenho da Ouvidoria da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) no decorrer do exercício 2017. Além da prestação de serviço realizada pelo Sistema de Ouvidoria - OUV DF, com 19 manifestações, e 16 pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - E-SIC, a SEMA também recebeu 13 e-mails por meio da Assessoria de Comunicação (ASCOM), um pela rede social Facebook e 29 por meio dos sete eventos da Ouvidoria Itinerante.

No que diz respeito ao E-SIC, a SEMA obteve 17 manifestações, todas respondidas em tempo hábil, conforme legislação vigente - Lei Distrital 4.990/2012. O E-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do governo. A SEMA também realizou sete eventos de Ouvidoria Itinerante, seis Pré-Conferências Regionais do Meio Ambiente e uma Virada do Cerrado, totalizando 29 manifestações. Trata-se de uma atividade externa que objetiva aproveitar a estrutura física de eventos públicos já programados para disseminar os serviços de ouvidoria à sociedade, para que o cidadão possa se informar antes de efetivar solicitações.

Seguem atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Itinerante: Pré- Conferência Distrital do Meio Ambiente com datas, locais de realização e links com notícias:

· 3/6: Local: Instituto Federal Brasília (IFB), Campus São Sebastião- Bacia do São Bartolomeu, Bacia do São Marcos e Bacia do Paranoá. Participaram as seguintes Ouvidorias: Regiões Administrativas Paranoá, Itapoã, Jardim Botânico; São Sebastião; Ouvidoria –Geral, SEMA, IBRAM, Fundação Jardim Zoológico, ADASA e CAESB ;

- 24/6: Local IFB Campus Planaltina- Bacia de São Bartolomeu; Bacia do Rio Maranhão; Bacia do Rio Preto e Bacia do Rio Paranoá. Participaram as seguintes Ouvidorias SEMA, IBRAM; Zoológico, ADASA e CAESB e das Regiões Administrativas: Sobradinho I; Sobradinho II e Planaltina;

· 8/7: Local: IFB Campus Gama - Bacia de Corumbá. Regiões Administrativas: Recanto das Emas, Gama, Santa Maria, SEMA, ADASA, CAESB e Zoológico;

· 5/8: Local: IFB Campus Estrutural - Bacia do Descoberto. Regiões Administrativas: Vicente Pires, Águas Claras, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Estrutural/CIA, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, SEMA, Secretaria da Saúde, Zoológico; CAESB e ADASA;

· 16/9 Local: IFB Plano Piloto-Bacia do Rio Paranoá. Regiões Administrativas: Park Way, Lago Norte, Varjão, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, Guará/SIA, Plano Piloto, SEMA, CAESB e ADASA;

· 7/10 Local: Local IFB Samambaia, Bacia do Rio Paranoá. Regiões Administrativas: Samambaia, Taguatinga, Brazlândia e Ceilândia, Zoológico e ADASA.

· Virada do Cerrado - 3ª Edição realizada em 3/9 no Parque da Cidade. Trata-se de um programa colaborativo e de mobilização do Governo de Brasília juntamente com a sociedade brasiliense, que promove ações socioambientais, educativas, esportivas e culturais, num grande avento saudando o bioma Cerrado.

O tema desse ano foi a Água. Participaram as seguintes ouvidorias: Ouvidoria-Geral; SEMA; IBRAM, CAESB e SLU. Vale ressaltar que a Virada do Cerrado está contemplada na agenda de eventos do Distrito Federal, em cumprimento da Lei 4.939/2012, que institui e inclui no mês de setembro a "Semana do Cerrado". Como desdobramento da realização de cada edição, o propósito da SEMA é implementar ações contínuas decorrentes das parcerias estabelecidas entre o Governo de Brasília e a sociedade civil. Antes de cada evento, a ouvidoria da SEMA mobiliza as ouvidorias que têm ações voltadas para as questões ambientais e as Unidades Administrativas envolvidas com as ações propostas. As atividades/ reuniões que antecederam o evento foram as seguintes:

- 15/5 Primeira reunião de apresentação Ouvidoria Geral sobre a Ouvidoria Itinerante para a SEMA. Reunião de Planejamento com todas as Ouvidorias do GDF envolvidas na programação regional, onde a Ouvidora da SEMA apresentou a proposta das Pré-Conferências Regionais e da Virada do Cerrado; e a Diretora de Projetos e Mobilização da Ouvidoria Geral apresentou o Programa Ouvidoria Itinerante. Nessa reunião foi discutida a viabilidade das Ouvidorias participarem e como seria o formato do Evento.

- Mobilização: foram desenvolvidas as seguintes ações de mobilização: publicação no site da SEMA e redes sociais. Seguem alguns links: Pré-conferências: São Sebastião, Planaltina , Gama , Cidade do Automóvel , Plano Piloto e Samambaia . Virada do Cerrado: Programação da Virada do Cerrado chega a todo o DF , Apelo ao uso consciente da água marca abertura da Virada do Cerrado , Alunos de Brazlândia conhecem nascentes da região, Como Pode um Peixe Vivo é lançado no Riacho Fundo I, Plantio compensa emissão de carbono da Virada do Cerrado 2017, Facebook da Sema.

A SEMA realizou diversas análises processuais, principalmente a análise de 103 autos de infração ambiental. Além disso, a SEMA se debruçou sobre uma série de outros temas, em alguns casos numa atitude passiva (consultivo), em outros numa atitude mais proativa, liderando ou ajudando a construir processos a partir de sua expertise jurídica. Um total de 124 processos (fora os relativos a autos de infração) foram formalmente direcionados à apreciação da AJL no ano de 2017.

Por fim, destaca-se o processo formativo Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre SEMA-DF e Ministério do Meio Ambiente em setembro de 2016. O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a SEMA-DF, trouxe para o Distrito Federal o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores Ambientais - PNC, o processo formativo: Estruturação da Gestão Ambiental local. O programa é direcionado a servidores públicos dos órgãos do DF, com o objetivo de qualificar

a gestão ambiental pública por meio de processos formativos continuados que contribuam com a implementação integrada e descentralizada das políticas públicas ambientais.

O PNC visa desenvolver uma abordagem sistêmica e um conjunto de instrumentos de intervenção na realidade local, tendo a gestão ambiental como foco.

Com base em conteúdos elaborados e outros elementos pedagógicos disponíveis, pretende-se que esses agentes se sintam seguros e apoiados para desenvolver a gestão ambiental em âmbito local, considerando a criação e o fortalecimento de instâncias como os órgãos ambientais e conselhos, além de buscar alavancar as COMDEMAS - Comissões de Defesa do Meio Ambiente, a serem implementadas nas Regiões Administrativas do DF. O processo formativo está em curso e está previsto para janeiro de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O cenário do Distrito Federal no início de 2017 foi o da crise hídrica. Nesse contexto, a SEMA envidou todos os esforços no levantamento, diálogo e elaboração, conjuntamente com diversos agentes públicos e sociedade civil, para a implementação de ações emergenciais, objetivando a mitigação do problema, de forma mais eficaz, no enfrentamento do problema pela sociedade do Distrito Federal, o que culminou com uma mudança de atuação da SEMA, com vistas a priorizar as ações previstas no Plano de enfrentamento à crise hídrica. Nesse contexto, optou-se por atuar na estruturação da minuta de Decreto que disciplina o uso de água não prioritários e na IN que incentiva a redução de água pelo setor público, além das duas grandes ações de mobilização social – Virada do Cerrado e Conferência Distrital de Meio Ambiente. Esta última tem por objetivo revisar a Política Distrital de Meio Ambiente.

Mesmo assim, as ações estratégicas previstas para 2017, foram continuadas, tais como:

- foi finalizada a formalização para a implementação de recursos não reembolsáveis captados no âmbito de Environmental Global Facility – GEF, numa parceria com PNUMA e MCTIC, no valor de U$ 6.4 milhões, o qual desonerará os cofres do Distrito Federal, que ainda sofre com problemas da crise econômica e do reduzido quadro de recursos humanos na área ambiental. O projeto atuará nas áreas de Energia Solar, Restauração de Nascentes, Estruturação do Sistema Distrital de Meio Ambiente, Governança Climática e ações pilotos para Proteção e Produção de Água. Será apoiado um conjunto de ações importantes para o fortalecimento da agenda ambiental no DF;

- realizou-se sensibilização e mobilização da sociedade civil para o evento 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Brasília em 2018, por meio da realização da primeira Conferência Distrital do Meio Ambiente do Distrito Federal, com o tema "água", tendo sido promovidas seis pré-conferências em diversas regiões administrativas e do Programa Virada do Cerrado, além do Seminário Águas pela Paz;

- a aprovação do ZEE-Zoneamento Ecológico e Econômico, que estava previsto para ser enviado à Câmara Legislativa do DF no 1º semestre de 2017. Contudo, em virtude do anseio da sociedade civil, foi ampliado o prazo de debate do projeto em elaboração pela SEMA, situação que culminou com o seu envio à Casa Civil somente no final de 2017.

A política de resíduos sólidos no Distrito Federal, que no âmbito da SEMA é pautada principalmente com a execução do Contrato de Repasse com o Banco Nacional do

Desenvolvimento Social-BNDES, no valor total de R$ 57.300.404,17, cujo principal produto previsto para 2017 era o início da construção de centros de triagem de resíduos sólidos, restou prejudicada principalmente pela mudança em âmbito nacional do Poder Executivo Federal e consequentemente da equipe do BNDES, necessários à confirmação de prorrogação do Contrato após julho de 2017.

Outra dificuldade encontrada refere-se ao reduzido número de servidores nas áreas finalísticas da SEMA, comprometendo, muitas vezes, o cumprimento de sua missão institucional, bem como pessoal qualificado em aquisições de serviços especializados, sendo necessária revisão da estratégia de aquisição no âmbito de secretarias com ações finalísticas, como a SEMA.

Por fim, em que pese o reduzido grau de execução orçamentária na ações finalísticas e no cumprimento de metas planejadas no Plano Plurianual de 2017, a SEMA cumpriu sua missão da melhor maneira diante dos desafios encontrados.

JARDIM BOTANICO DE BRASILIA – UO: 21.106

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Jardim Botânico de Brasília - JBB, órgão relativamente autônomo da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA. De acordo com o Decreto nº 35.251 de 20 de março de 2014, tem como competências básicas:

I - desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, preservação, pesquisa, educação e lazer orientados, relacionados ao meio ambiente;

II - proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional, e resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - assistir à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal na formulação de diretrizes para a implementação da política de meio ambiente do Distrito Federal, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, e contribuindo para a implementação da Economia Verde com foco na erradicação da pobreza;

IV - manter bancos de germoplasmas para conservação de espécies ex situ e preservar reservas genéticas in situ;

V - promover a articulação e integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas em parceria com os gestores de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI - atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais do Cerrado;

VII - promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII - promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

IX - promover ações no sentido de captar recursos financeiros junto a organismos governamentais e não governamentais, empresas da sociedade civil, entre outras fontes de recursos, com o intuito de desenvolver as políticas, planos, programas, projetos e atividades de sua responsabilidade e atribuição, bem como a programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

X - incentivar, junto à sociedade civil, a ampla difusão das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, despertando o interesse coletivo para a causa ambiental e o valor dos conhecimentos tradicionais das populações do Cerrado, por meio de atividades de Educação Ambiental; e

XI - administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - EEJBB e fiscalizar a aplicação e implantação do seu Plano de Manejo, bem como do Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília.

Para a consecução de sua finalidade, o Jardim Botânico de Brasília, poderá:

I - estabelecer relações de parceria mediante assinatura de convênios, contratos, acordos e outros ajustes, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, nacionais e internacionais, em áreas de sua competência e de sua missão institucional;

II - promover e participar da articulação com os órgãos públicos, instituições financeiras, organizações não governamentais, instituições de ensino e com a iniciativa privada, para a concretização de suas atribuições, planos, programas, projetos e atividades estabelecidos;

III - propor formas de cooperação entre os órgãos públicos, privados e sociedade civil para a realização dos objetivos da gestão da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília;

IV - promover a articulação com as Administrações Regionais circunvizinhas, cujas atividades possam interferir nos objetivos do Jardim Botânico de Brasília e Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília e nos recursos naturais nelas existentes, com o propósito de compatibilizar as diretrizes, planos e programas dessas Regiões Administrativas com as necessidades de conservação da EEJBB e JBB;

V - integrar grupos de trabalho interinstitucionais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	2	1	1	10
Comissionados sem vínculo efetivo	15	27	0	0	42
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	2	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	3	0	0	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	8	0	0	8
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	23	40	3	1	67
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	1	1
Total Geral	23	40	3	0	66

Para adequar a estrutura às necessidades do Jardim Botânico de Brasília, considerando o número reduzido de servidores, foi aprovado o seu novo regimento interno, conforme definido pelo Decreto 38.289 de 22/7/2017.

Além do programa de estágios, o JBB participa também do Programa Jovem Aprendiz do Distrito Federal, destinado a jovens de famílias carentes ou em risco social, que tenham no mínimo 16 e no máximo 18 anos e estejam cursando as últimas séries do Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Em 2017, o JBB recebeu 10 jovens oriundos desse Projeto, que realizaram atividades administrativas e acompanharam atividades técnicas e pedagógicas, tais como a realização de visitas orientadas e a organização do acervo de exsicatas do Herbário do JBB. Esses jovens foram supervisionados por servidores do Jardim Botânico, que acompanharam o desenvolvimento, a frequência e o rendimento.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	**333.572,00**	**333.572,00**	**321.651,52**	**280.055,71**
0001 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO-- LAGO SUL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
0002 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO-CONSTRUÇÃO DA PORTARIA DE ACESSO À VISITAÇÃO ESPONTÂNEA LOCALIZADA PRÓXIMA A ENTRADA PRIVATIVA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-REGIÃO XVI - LAGO SUL	323.572,00	323.572,00	321.651,52	280.055,71
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	**148.952,00**	**56.208,00**	**14.190,00**	**14.190,00**
0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-- LAGO SUL	148.952,00	56.208,00	14.190,00	14.190,00
3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO-- LAGO SUL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL-- LAGO SUL	9.000,00	0,00	0,00	0,00
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-PRODUTORES DE MUDAS DO CERRADO E DE ARTESANATO-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	**1.802.484,00**	**1.797.484,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO-ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	1.802.484,00	1.797.484,00	0,00	0,00
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	**15.000,00**	**10.000,00**	**1.620,00**	**1.620,00**
3445 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS-ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	15.000,00	10.000,00	1.620,00	1.620,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**2.329.008,00**	**2.217.264,00**	**337.461,52**	**295.865,71**

Vale esclarecer que foram destacadas verbas para vários projetos que tiveram a licitação fracassada no exercício de 2017, no entanto estão sendo refeitas no exercício de 2018.

Ressalta-se que o valor de R$ 1.797.484,00, foi consignado no orçamento e refere-se ao convênio entre a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e o Jardim Botânico de Brasília, que tem por objeto proporcionar a ação conjunta das partes na preservação e manutenção dos ecossistemas naturais, com a finalidade de produzir mudas nativas do Bioma Cerrado para a recuperação e/ou revegetação de áreas degradadas ou perturbadas do Distrito Federal oriundos de compensação ambiental da TERRACAP. Porém, em virtude de contenção de gastos da mesma, o Convênio não foi assinado no exercício de 2017, com previsão para assinatura em 2018.

A não liquidação da totalidade dos recursos liberados se deu pela economia alcançada nas licitações realizadas pelo JBB. Tal fato não comprometeu a conclusão das obras, que foram finalizadas com sucesso.

GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO

O Centro de Excelência do Cerrado - Cerratenses é um centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o bioma cerrado, que tem por missão subsidiar a construção de políticas públicas, por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades dos campos governamental e acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada, empresas e entidades em geral.

Para o cumprimento de tal missão, entre outras atividades, o Cerratenses atuou como Secretaria Executiva da Aliança Cerrado, rede que integra 58 entidades, bem como recebeu mais de 50 eventos sobre o bioma.

Ao total foram atendidas aproximadamente 3.000 pessoas, entre técnicos de meio ambiente e áreas afins, estudantes, profissionais, representantes de governo, ONGs, academia, setor privado e público em geral.





GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO

Construção da portaria de acesso à visitação espontânea, localizada próxima à entrada privativa do Jardim Botânico de Brasília. A visitação ao JBB tem aumentado de forma significativa ao longo dos anos. Desta forma, foi necessária a construção de uma nova portaria de acesso, com o objetivo de desafogar as longas filas que se formam na entrada principal e garantir uma melhor experiência aos frequentadores e visitantes.





PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS - O JBB possui uma rica fauna, sendo 73 espécies de répteis e anfíbios, 257 espécies de aves e 77 espécies de mamíferos, algumas delas presentes na lista nacional oficial de espécies da fauna ameaçadas de extinção apresentada pela Portaria nº 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014 (MMA, 2014), e a lista apresentada pela "International Union Conservation of Nature" (IUCN, 2014), tais como: jaguatirica, jaguarundi, onça-parda, raposa-do-campo, lobo-guará, tamanduá-bandeira, veado-campeiro, jacupemba, rato-candango. Por meio da sua equipe técnica, tem realizado projetos relacionados ao conhecimento e à preservação da fauna silvestre do Jardim Botânico de Brasília (JBB) / Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília (EEJBB), com o atendimento sistemático de escolas públicas e privadas.

No entanto, esta rica fauna está sendo ameaçada pelo significativo aumento do contingente populacional no entorno e, também, de visitantes no JBB. Ultimamente, o espaço de visitação vem sendo muito procurado pela população do Distrito Federal por ser um local de lazer, onde as pessoas entram em contato com a natureza. Consequentemente, este aumento ocasionou uma grande intensificação do fluxo de veículos nas vias internas. Em 2017, foram registradas 22 ocorrências de atropelamentos de animais dentro da área de visitação do JBB.

O resgate da fauna silvestre encontrada na área do JBB acessível ao público ou encontrada na vizinhança é feito rotineiramente. Após a observação do animal, o mesmo é transferido para a EEJBB, para sua proteção e, também, dos visitantes. Em 2017, os resgates resultaram em nove capturas, com oito espécies diferentes, entre répteis e mamíferos.

A fauna dos invertebrados, principalmente a entomofauna, desempenha um importantíssimo papel na natureza, pois são atuantes em processos indispensáveis para a manutenção da vida no planeta tais como: decomposição, ciclagens de nutrientes, produtividade secundaria, fluxo de energia, polinização, dispersão de sementes, entre outros

A Coleção Entomológica do Jardim Botânico de Brasília tem como objetivo proporcionar aos visitantes um conhecimento inicial das principais ordens dos insetos, que ocorrem no Cerrado. Esta coleção biológica não é uma entidade estática, servindo somente para visitação, mas é a ferramenta de inúmeros pesquisadores, cujo banco de dados permitirá o desenvolvimento de inúmeras pesquisas estratégicas para o país.

O Acervo Científico da Classe Insecta do Jardim Botânico de Brasília compõe um total de 1.154 indivíduos (espécimes), dos quais 484 são da ordem Lepidoptera sendo 293 borboletas e 191 mariposas. Além dessas, temos: 200 da ordem Coleoptera, 145 de Hymenoptera, 117 de Hemíptera, 89 são de Orthoptera, 22 de Díptera, 21 de Odonata, 18 de Blattodea, 16 de Isoptera, 10 de Mantodea, nove de Dermaptera, oito de Phamida e cinco de Neuroptera.

Dentre os 293 indivíduos de borboletas condicionadas no acervo, uma está entre as endêmicas do Cerrado, sendo outras cinco espécies consideradas potencialmente endêmicas do Bioma.



ATIVIDADES DE COMBATE A INCÊNDIO - As atividades de combate a incêndios no JBB e na EEJB passam por três tipos principais:

- intervenções no perímetro do JBB e da Estação Ecológica, com rondas diárias internas e externas durante todo o ano, com intensificação no período crítico da seca, coleta de lixo, melhoria das condições de acesso às áreas e vias de circulação, realização de 30Km aceiros em parceria com vários órgãos, entre eles: Novacap, IBGE, FAL, 6ºCOMAR, PREVFOGO, CBMDF, DER, CIAB/Marinha.




- organização e treinamento da equipe do JBB, para a fiscalização eficiente e ações eficazes de combate aos incêndios, por meio de cursos ministrados pelo CBMDF. O Acordo de Cooperação com o PREVFOGO/IBAMA possibilitou alojar, no JBB, dois pelotões de 6 brigadistas se revezando a cada dia durante o período da seca (junho a dezembro). Em contrapartida, o PREVFOGO doou EPI'S como calça, gandolas, luvas, coturnos, cinto e cantis para equipar sua brigada.




- aquisição e reparo de equipamentos para garantir a segurança dos servidores em todas as atividades, por meio de parceira com o CBMDF e com o PREVFOGO para a manutenção de abafadores, bombas costais, além da organização dos equipamentos nas nossas viaturas. Foram doados ao JBB pelo CBMDF e pelo PREVFOGO abafadores novos. Resultado de um acordo com a CAESB, um caminhão pipa modelo Mercedes 1511 foi restaurado, em parceria firmada com a CAESB, para o combate a incêndios. O mesmo serviu também para combate a incêndios em outras unidades como a FLONA e o Parque Nacional de Brasília. Em função desta parceria, também foi acordado empréstimo de um veículo Strada, ao JBB, durante o período crítico da seca para apoio a fiscalização e combate incêndios florestais.



Nos últimos anos, o total de focos de incêndio combatidos reduziu significativamente e a área queimada tem sofrido um decréscimo significativo. Destaca-se que, apesar da seca prolongada de 2017, apenas 1 hectare de área foi queimado, enquanto no Distrito Federal o Corpo de Bombeiros registrou aproximadamente 16 mil hectares queimados.

Outra importante atividade da equipe técnica do JBB é a fiscalização e retirada de invasores da EEJBB, área protegida por lei, onde a presença de pessoas sem autorização é expressamente proibida. No entanto, são abordados, com certa frequência, invasores com objetivos diversos. Em 2017, foram registradas 236 abordagens de pessoas não autorizadas utilizando a área da EEJBB, sendo 143 ciclistas, 71 banhistas, 19 pedestres, três automóveis, além de diversos rastros de ciclistas que não foram abordados ou contabilizados.

Em parceria com o IBICT, a Biblioteca Digital do Cerrado está em fase final de implementação e logo será retomada a alimentação do acervo.

Os livros da Biblioteca da Natureza, voltados a crianças e jovens, passaram por um processo rígido de higienização, após um processo de descarte de obras, cujos temas não se relacionavam com literatura. Os livros são reorganizados semanalmente após os plantões de finais de semana ou feriados.

A biblioteca especializada do JBB, localizada no Centro de Excelência do Cerrado, tem recebido inúmeras doações. Ainda no primeiro semestre de 2017, foram recebidos 72 livros provenientes da biblioteca física do IBRAM, que foi desativada. Já no segundo semestre, foram feitas doações à Biblioteca do Cerrado, em um total de165 obras, 10 molduras com vidro e um scanner de mesa HP Scanjet 200/300.

O processamento técnico inclui a classificação, catalogação e indexação de obras físicas, ou em suporte físico foi, e tem sido, a atividade principal exercida devido às volumosas doações recebidas pela biblioteca. Autores relevantes ao tema Cerrado aumentaram muito a qualidade da coleção. Em 2017, foram gerados 2 (dois) tipos de catálogos das obras físicas, com aproximadamente 65 (sessenta e cinco) páginas cada um, os quais encontram-se na entrada da Biblioteca do Cerrado. Atualmente, estão catalogados 1.250 livros, 40 títulos de revistas e 1720 exemplares diversos.



O Herbário Ezechias Paulo Heringer - HEPH conta com o acervo atual de 33.500 espécimes, constituído principalmente por plantas do Cerrado em diferentes quantidades entre famílias botânicas mais representativas, em termos de número de exsicatas, sendo cadastradas 28.500 delas. O HEPH realiza atendimentos a professores, alunos e visitantes, além de identificar diversas imagens para pesquisadores, amantes da natureza e taxonomistas, estes últimos colaboradores nas identificações botânicas, em suas áreas de especialização.

Para manter as coleções existentes, são realizadas as seguintes atividades: identificação botânica de coletas do acervo (389 identificações); controle de pragas do acervo (aplicação de GasToxin 2 vezes ao ano); organização da carpoteca, com 280 exemplares de frutos secos e carnosos, conservados em solução de FAA; coleta de material botânico de diversos grupos nas seguintes áreas: EEJBB e JBB, Pirenópolis, Alto Paraíso e São Jorge / Chapada dos Veadeiros. Outras formas de enriquecimento das coleções são o intercâmbio (permuta, doação e empréstimo) de exsicatas com outras instituições nacionais e internacionais de pesquisa da seguinte forma: empréstimos de exsicatas para outros Herbários (110); coletas realizadas (369); doações recebidas de outras instituições (504); e devolução de material emprestado (234).

Em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, dentro do Projeto Reflora, está digitalizando sua coleção de plantas herborizadas para divulgação do seu acervo em nível nacional e internacional no site Herbário Virtual Reflora < http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual>. Até o momento, foram digitalizadas 18.000 exsicatas do acervo ou 55% do total da coleção.

O HEPH participa do INCT - Herbário Virtual da Flora e dos Fungos desde 2013 e já está com seus dados disponibilizados no site do programa Species (http://splink.cria.org.br/). Atualmente, encontram-se disponíveis 27.577 exsicatas online. Por meio da parceria realizada

com o IBICT/MCTI, está sendo criado o site do herbário virtual, no qual estarão disponíveis todas as fotos de exsicatas e dados do acervo de plantas do JBB e EEJBB.

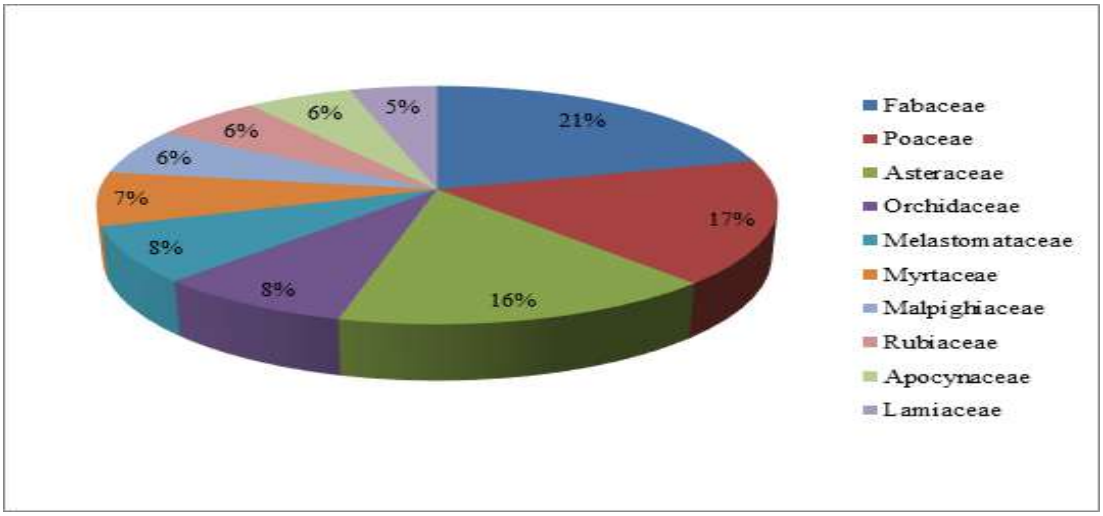


Figura: Famílias mais representativas da EEJBB.

As atividades realizadas no Laboratório Multidisciplinar do Jardim Botânico de Brasília se dividem em três grandes segmentos distintos: curadoria da coleção de orquídeas; manutenção do orquidário e viveiros; e reprodução in vitro de espécies ameaçadas, as quais são realizadas de maneira conjunta. As atividades realizadas em 2017 tiveram a seguinte sequência:

- restauração do sistema de irrigação do orquidário, viveiro de orquídeas (anexo ao laboratório) e estufa, tendo em vista a necessidade de cobrir toda a extensão dos viveiros, fator indispensável para a manutenção e desenvolvimento das coleções vivas;

- reestruturação física no layout do viveiro, melhorando os acessos às plantas, tais como a organização e setorização da coleção, facilitando assim um melhor controle sistemático do tombo;

- revisão total na iluminação da câmara de crescimento, limpeza geral das instalações e aquisição dos materiais para a assepsia das instalações do laboratório;

- recuperação e fortalecimento dos exemplares que apresentavam alguma necessidade, tais como: podas, aplicação de fertilizante e controladores de pragas, além de troca de substratos e melhor fixação dos indivíduos expostos.

Nesse exercício, a coleção de orquídeas foi ampliada, devido à doação de alguns exemplares provenientes de Minas Gerais, bioma Mata Atlântica e coletas de espécimes provenientes da Estação Ecológica do JBB. Após um rigoroso levantamento feito no final do segundo semestre de 2017, foi contabilizada a quantidade de 1.563 indivíduos vivos. Cabe ressaltar que foram coletados 94 indivíduos de orquídeas e inseridos à coleção.

A coleção de cactáceas e suculentas do JBB está dividida entre a exposição no cactário, da área de visitação, e a acomodação nas dependências do herbário HEPH, com os indivíduos jovens e em reprodução. Hoje conta com cerca de 600 indivíduos, de 60 espécies e com aproximadamente 300 juvenis de diversas espécies no berçário, resultantes de germinação das sementes derivadas da coleção.



A cada ano, o Jardim Botânico de Brasília – JBB vem se consolidando como um espaço de pesquisa reconhecido pela comunidade científica no Distrito Federal. A importância científica da área fica evidenciada pela recente descoberta de cinco novas espécies pertencentes às Famílias Apocynaceae, Eriocaulaceae, Myrtaceae e Lauraceae.

Em 2017, foram emitidas 27 autorizações de pesquisa em diferentes áreas, desenvolvidas pelos pesquisadores visitantes e também pelos próprios servidores, em parceria com outras instituições científicas.

O Plano de Manejo da EEJBB foi elaborado em 2008, tendo a revisão de sua listagem florística realizada em 2017, totalizando1706 espécies registradas.

Várias são as publicações desenvolvidas pelo corpo técnico do JBB, dentre elas:

- Revista Heringeriana é o periódico científico, com conselho editorial próprio;

- Index Seminum: é uma publicação anual do JBB feita por meio digital e divulgada na página (http://www.jardimbotanico.df.gov.br/pesquisa/index-seminum/), que apresenta nosso catálogo de sementes, com 26 espécies , de 24 gêneros e pertencentes a 12 famílias;

- Manuais escolares: graças à aprovação do Projeto do JBB, apresentado à FAP/DF para participação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, foi possível a publicação de um livro didático com o tema da exposição "A Matemática está na vida". O livreto trata de como diversas teorias matemáticas explicam características presentes nos seres vivos;

- Manual de Procedimentos de Manejo de Coleções: o documento Coleções do Jardim Botânico de Brasília – Manual de Procedimentos, iniciado em 2016, está em fase de revisão por diversos profissionais envolvidos com manejo de coleções botânicas: engenheiros florestais, e professores universitários. Em 2018, serão reunidos os últimos materiais e dada a formatação final.

- Participação na construção da publicação: Virada Agroecológica, organizada pelo IBRAM, além da apresentação de artigo científico à revista FLONAM.

Periodicamente, o JBB oferece cursos técnicos, com o objetivo de capacitar e difundir as informações pertinentes à sua área de atuação, dentre eles: curso para Polícia Militar Ambiental; Unidades de Conservação e Serviços Ambientais para servidores da CAESB; treinamento de evacuação para servidores e alunos da Escola Classe Jardim Botânico de Brasília.

Instituições parceiras também utilizam a área do JBB, para realizar cursos de capacitação, a diversos públicos: Brigada contra Incêndios e Sistema de Comando de Incidentes –

SCI: cursos ministrados pelo Corpo de Bombeiros; Perícia de incêndios - ministrado pelo PREVFOGO/IBAMA; introdução ao geoprocessamento - ministrado pelo Ministério do Meio Ambiente, dentre outros.

Com o objetivo de promover a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, foram realizadas diversas ações diretas de Educação Ambiental e Educação Científica junto a uma grande diversidade de públicos como crianças, jovens, universitários, adultos e idosos. Crianças e jovens constituem o maior contingente de atendimento, totalizando 17.022 estudantes de escolas públicas e particulares, sendo que todas as atividades voltadas a esse público integram o Programa Criança Candanga, do Governo de Brasília. Ao longo do ano, grupos de estudantes de diversas unidades do IFB (Instituto Federal de Brasília), faculdades e universidades, inclusive de fora do Distrito Federal, também receberam orientação técnica da equipe de Educação Ambiental.



Projeto Protetores do Cerrado: em parceria com a Escola Classe Jardim Botânico (ECJB) - em 2017, teve início o projeto "Protetores do Cerrado", com o objetivo de desenvolver valores e atitudes de proteção do Cerrado na comunidade relacionada à Escola. As atividades foram realizadas semanalmente com todos os alunos, abordando temas como flora e fauna do Cerrado, água, biodiversidade, proteção da natureza, lixo e os 4 Rs (Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Reparar) entre outros. Dessa forma, o JBB buscou apoiar a realização de atividades de culminância do conhecimento e proteção do Cerrado, ao fim de cada bimestre.



Recuperação de Áreas Degradadas: dentre os projetos de recuperação de áreas degradadas realizados esse ano, destacamos a continuidade da Compensação Florestal, decorrente da supressão de indivíduos arbóreos para implantação e pavimentação de 3ª faixa e vias marginais da DF-085 (Estrada Parque Taguatinga – EPTG), com fornecimento, plantio,

manutenção e monitoramento de 3.000 mudas de espécies nativas do bioma Cerrado. Ademais, a empresa responsável pela Compensação Florestal fez a roçagem de 3 hectares em uma nova área, para o restante do plantio de aproximadamente 26.000 mudas de espécies nativas. Realizou-se um projeto para o uso de lodo de esgoto da CAESB na recuperação dessa área, o qual foi protocolado junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental – IBRAM.



Cabe ressaltar que, em uma das áreas em recuperação (antiga cascalheira), foi utilizado experimentalmente lodo de esgoto.

Outra significativa ação foi o plantio de aproximadamente 01 hectare com mudas de espécies nativas do bioma Cerrado, devido pela NOVACAP em Compensação Florestal pelas obras da Ponte JK. O plantio consistiu de 10.000 mudas em área a ser recuperada na junção dos córregos Tapera e Taquara e ao longo de seus cursos. O preparo do solo e o transporte das mudas foram realizados em dezembro de 2016. Porém, o plantio foi realizado em janeiro e fevereiro deste ano de 2017.

Por fim, foi realizado um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), para duas áreas de experimento de plantios realizados pela extinta Fundação Zoobotânica, onde foram retirados indivíduos de Pinheiros e Eucaliptos.



Para subsidiar as discussões sobre a situação hídrica do Distrito Federal no Fórum Mundial da Água, o JBB realizou o levantamento do número de nascentes que ocorrem em sua Estação Ecológica. Esta ação deveu-se à necessidade de atualização do diagnóstico da situação da

Unidade Hidrográfica em que está inserida, avaliando, preliminarmente, sua condição, tendo em vista que essa unidade se situa em meio à malha urbana, sofrendo diversos tipos de pressão.

Até o presente momento, foram mapeadas 15 nascentes, sendo que a maioria se encontra preservada. Algumas nascentes necessitam de intervenção para recuperação da vegetação e outras encontram-se secas. As nascentes secas decorrem do baixo nível do lençol freático, que por sua vez, decorrem, possivelmente, do crescimento demográfico desordenado ao redor da Unidade de Conservação, inclusive em áreas de recarga de aquífero e também devido à alteração do regime hídrico com secas prolongadas na região.



O Jardim Botânico, no âmbito do Projeto Banco Verde, promoveu duas ações de plantio, sendo uma no Parque do Bosque em São Sebastião e outra no Parque vivencial do Paranoá. Com o apoio da comunidade, foram plantadas 100 mudas, doadas pelo JBB, sendo 50 em cada área. Nos dois eventos estiveram presentes cerca de 150 pessoas.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1627 - TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA	0	%	50	50	60	1	70	70	JBB / UO 21106 / OE 1
Justificativa: 2016 - O resultado estipulado para o primeiro ano foi alcançado em parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, através de ações educativas que compreendem a realização de oficinas de implantação de jardins, manutenção de hortas e paisagismo, a fim de propiciar Prestação de Serviços à comunidade, sendo capacitados 34 internos, que participaram de forma voluntária das atividades propostas. 2017 - Foi renovada a parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília - JBB. Esta parceria foi considerada muito eficaz por parte da UAMA. No entanto, em 2017, foi encaminhado apenas um adolescente para este Órgão.									
1643 - TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO	10	%	8	2	6	1	4	2	JBB / UO 21106 / OE 5
Justificativa: 2016 - A meta foi superada (quanto mais próximo de um, melhor o desempenho do indicador) com o apoio de diferentes instituições e órgãos parceiros que disponibilizaram equipamentos e mão de obra para a realização de aceiros com máquinas e melhorias do acesso nas vias internas do JBB facilitando o trafego de veículos para o combate e prevenção de incêndio florestal no Jardim Botânico de Brasília e ainda por meio de campanhas educativas junto a comunidade com o uso de aplicativo DF100FOGO 2017 - A taxa de área atingida por incêndio no JBB tem sofrido um decréscimo significativo a cada ano. Destaca-se que, apesar da seca prolongada de 2017, apenas 1 hectare de área foi queimada no JBB. Como medida de prevenção, foram adquiridos, por meio de doação, equipamentos de combate a incêndios e realizados diversos tipos de aceiros, com o apoio dos órgãos: JBB, GAT, IBGE, FAL, 6º COMAR, PREVFOGO, CBMDF, DER, CIAB/Marinha.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1642 - TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO	0	%	30	35	40	40	50	60	JBB / UO 21106 / OE 5
Justificativa: 2016 - A meta foi superada com o plantio de 40 mil mudas de árvores nativas do cerrado na antiga cascalheira da EEJBB e ainda o plantio de mais 90 mil mudas de árvores originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF. 2017 - Foi realizado o plantio de aproximadamente 01 hectare com mudas de espécies nativas do bioma Cerrado devido pela NOVACAP, em Compensação Florestal pelas obras da Terceira Ponte (Ponte JK). O plantio consistiu de 10.000 mudas em área a ser recuperada na junção dos córregos Tapera e Taquara e ao longo de seu curso. Foi realizado ainda o plantio de 3.000 mudas na área da cascalheira e manutenção dos plantios, como: roçagem, coroamento e tratamento fitossanitário ao longo do ano.									

No total, está em processo a recuperação de 12 hectares com plantio total de 99.485 mudas. Cabe ressaltar que, em uma das áreas em recuperação, a antiga cascalheira, foi utilizado experimentalmente lodo de esgoto, o que agregou matéria orgânica ao solo e observou-se um crescimento bastante significativo, muito além do observado em outras áreas. Em dois anos, as mudas alcançaram mais de 2m de altura e alguns indivíduos já floresceram e frutificaram. Esses Projetos voltados à erradicação de espécies invasoras e recuperação de áreas degradadas estão sendo realizados com apoio da Fundação Bancorbrás, Fundação Boticário e também em decorrência de compensação florestal da Novacap, e Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0018 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
7221 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**150.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**

Atualmente, há cinco processos de servidores que se aposentaram aguardando o pagamento da conversão de Licença Premio em pecúnia.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**45.000,00**	**40.000,00**	**1.100,00**	**1.100,00**
5305 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-LAGO SUL	45.000,00	40.000,00	1.100,00	1.100,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
2579 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**4.219.450,00**	**4.301.400,00**	**4.279.744,56**	**4.279.744,56**
8743 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	4.219.450,00	4.301.400,00	4.279.744,56	4.279.744,56
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**308.775,00**	**308.775,00**	**304.422,11**	**304.422,11**
9567 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	308.775,00	308.775,00	304.422,11	304.422,11

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**350.276,00**	**277.225,00**	**147.013,32**	**132.554,99**
9658 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	350.276,00	277.225,00	147.013,32	132.554,99
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**40.000,00**	**7.990,00**	**7.990,00**
0018 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TI- LAGO SUL	10.000,00	40.000,00	7.990,00	7.990,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**400.000,00**	**185.000,00**	**96.568,51**	**96.568,51**
9775 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO EDIFICAÇÕES JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	400.000,00	185.000,00	96.568,51	96.568,51
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**590.000,00**	**580.000,00**	**419.825,78**	**213.605,64**
9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	90.000,00	80.000,00	7.385,50	7.385,50
0008 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ANFITEATRO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-REGIÃO XVI - LAGO SUL	500.000,00	500.000,00	412.440,28	206.220,14
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**5.943.501,00**	**5.737.400,00**	**5.256.664,28**	**5.035.985,81**

Segue quadro que discrimina a visitação e a arrecadação obtida pelo JBB no período de 2014/2017 mediante a venda de ingressos, locação de espaços e produção de fotos e similares.

Atividades	Movimentação							
	2014		2015		2016		2017	
	Quant.	Valor (R$)	Quant.	Valor (R$)	Quant.	Valor (R$)	Quant.	Valor (R$)
Ingressos emitidos pelas caixas registradoras	87.202	174.404	121.897	261.059	108921	544.605	105.191	525.955,00
Locação de Espaço	32	45.905		89.705		77.692		17.955,10
Produção de fotos e similares	427	21.350	882	44.100	858	42.900	867	43.350,00

Dados da Evolução Anual – Visitação e Arrecadação de 2014 a 2017

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - Os serviços administrativos gerais foram realizados de acordo com a rotina normal de trabalho: pagamentos referentes aos contratos de natureza contínua (água, luz, telefone) pagamento de fornecedores, remuneração de servidores e concessão de benefícios a servidores. Em 2017, foi adquirida mais uma máquina registradora a ser instalada na portaria privativa e elaboração do projeto da instalação do ponto de rede no local para o devido funcionamento.

Foram capacitados 20 servidores em 41 Cursos de diversas modalidades, oferecidos pela Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV, Instituto Legislativo Brasileiro, TCDF, ENAP, Escola Corporativa CAESB, Ministério da Ciencia,Tecnologia, Inovações e Comunicação.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - Foram executadas as atividades periódicas de manutenção e conservação das áreas de visitação: Manutenção de mudas, retirada de ervas daninhas, poda aérea, podas de raizes, adubação foliar; Organização do viveiro : movimentação das mudas, retirada de mudas dos caminhos, retirada de mudas mortas, agrupamento das espécies; Levantamento de dados da produção de mudas no DF, Oferta e Demanda de mudas; Coleta de sementes: 48 espécies armazenadas e beneficiadas prontas para a semeadura; sementeira: 20 espécies prontas para repicagem; Parcerias feitas com coletores de sementes e viveiros do GDF e particulares; Manutenção de irrigação, sombrite; produção de ninfeia e outras plantas aquáticas; capina seletiva deixando espécies de interesse paisagístico. E ainda: Remoção e relocação de plantas do viveiro para as áreas de

visitação; Coordenação/organização do Cactário; Manutenção e plantio no Jardim Japonês; Manutenção e plantio de espécies exóticas e nativas nas áreas de visitação; Manutenções periódicas gerais de limpeza, capina e roçagem nas áreas de visitação; Aplicação de adubo; Supervisão das Bombas de irrigação nas áreas de visitação; Supervisão do sistema de sucção que enche os Lagos do Jardim de Contemplação, jardim Japonês e do modelo Filogenético; Irrigação manual de Plantas no período da Seca (toda área de visitação); Limpeza e manutenção da área de piquenique; Mutirões de capina, roçagem e limpeza em geral no viveiro Jorge Pelles; Poda em geral no centro de visitantes, jardins japonês, contemplação e modelo filogenético; Remoção e relocação de pedras no jardim de contemplação; Limpeza nos lagos dos jardins japonês, contemplação e modelo filogenético; Manutenção paisagista nas portarias principal e privativa; Limpeza nas bordas de toda trilha matte de entrada pela portaria principal; Organização do galpão/garagem; Limpeza em toda área administrativa (borda do asfalto); Manutenção do jardim na Diretoria de Fitologia; Manutenção do jardim na Diretoria Executiva/GAB, Superintendências de Administração Geral e Técnico-cientifica; Relocação de meio-fio na área administrativa; Manutenção das estufas de bromélias, aráceas e samambaias; Manutenção das estufas aquáticas, suculentas e polinizadoras; Manutenção do sistema de irrigação das estufas (bromélia, aráceas e samambaia); Manutenção do sistema de irrigação da estufa polinizadora bem como a irrigação na estufa das suculentas; Manutenção e manejo de plantas aquáticas no espelho d'agua do centro de excelência do cerrado; Manutenção e manejo de plantas aquáticas nos lagos do jardim japonês, contemplação e do modelo filogenético;

Construção de Prédios e Próprios - CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS

Com o objetivo de suprir o conforto e atender às necessidades básicas dos visitantes, foi necessária a construção de sanitários, em uma área aproximada de 67,00 m² (sessenta e sete metros quadrados), composto por: sanitário masculino com 04 (quatro) boxes; sanitário feminino com 04 (quatro) boxes; 02 (dois) sanitários adequados para portadores de necessidades especiais - P.N.E, um fraldário e um depósito de material de limpeza – D.M.L.



REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ANFITEATRO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-REGIÃO XVI - LAGO SUL

A construção do complexo do Anfiteatro visa gerar uma nova área de convivência, lazer, entretenimento e um espaço propício ao desenvolvimento da cultura, por meio da música e da arte, melhorando a experiência dos usuários na área de visitação do Jardim Botânico de Brasília. A construção das edificações e arquibancadas que abrangem as instalações de apoio, consistem em: laje concretada para o palco com área de 244,16m²; uma edificação formada por dois elementos arquitetônicos conectados por marquise (área coberta de 225,24m²), que incluem sanitários (masculino e feminino) para uso do público, e sala de exposição.





3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Inauguração do Parque Infantil



Com um investimento foi de R$ 178.876,45, vindos de emendas parlamentares, a estrutura é apenas parte das mais novas construções do Jardim Botânico de Brasília. Com lugares que prometem estimular a imaginação infantil, o parque foi inaugurado pelo Governador de Brasília, durante cerimônia de aniversário de 32 anos do órgão, celebrado em 08/03/2017.

Com redários espalhados por vários pontos, o parque tem uma oca indígena, cabo de guerra, amarelinha e área para rapel, além de brinquedos mais convencionais, como escorregador e balanços. A grande preocupação foi construir um espaço que agregasse a natureza ao desenvolvimento infantil.

Inauguração das estufas

O Jardim Botânico também inaugurou, em 2017, três estufas para abrigar coleções de plantas suculentas, aquáticas e que atraem polinizadores, as quais subsidiam diferentes pesquisas científicas.

As estufas ocupam uma área de 332 metros quadrados e oferecem ao público visitante amplo acesso a espécies antes usadas apenas para fins científicos.





Realizações Extraordinárias

As parcerias institucionais estabelecidas pelo JBB têm se mostrado estratégicas na busca do cumprimento de sua missão. Além disso, têm gerado capacidade de diversificação de atividades para atingir as metas do PPA, tendo em vista o período atual de escassez de recursos humanos e financeiros. Destacam-se as seguintes parcerias:

- UnB Gama: o Jardim Botânico de Brasília, em parceria com a UnB Gama e com recursos da FAP - DF, realizou o projeto "A matemática está na vida", com o objetivo de proporcionar aos visitantes da XIV Semana Nacional de Ciência e Tecnologia a vivência e o desenvolvimento da compreensão de estruturas lógico-matemáticas, mostrando que a matemática se expressa concretamente na natureza. No período de 23 a 29 de outubro, foram realizadas oficinas e montagem de exposição técnica.

Esta parceria, desta vez por meio da Faculdade de Engenharia Eletrônica, também resultou no Aplicativo Missão Nascente, jogo que oferece informações virtuais sobre elementos do Cerrado, por meio da leitura de QR Code ao longo de uma trilha do JBB. O enfoque do jogo, já disponível no Play Store, é mostrar a importância do curso d'água e da mata ripária.

Já com a Faculdade de Engenharia Elétrica, foram desenvolvidas duas importantes linhas de ação para o JBB. A primeira voltada para monitoramento e fiscalização, utilizando drones e câmara trap de baixo custo. O protótipo foi concluído e foram iniciados os testes com o uso de drones para identificação de focos de incêndios, fiscalização e monitoramento aéreo da EEJBB, além de teste com lançador de sementes. Foi desenvolvido também um protótipo de câmara trap para monitoramento da fauna, que se mostrou bastante eficiente e com um custo muito menor que as já comercializadas.

- IBICT: o Projeto Saberes do Cerrado continua em curso com o mesmo propósito de valorização social da biodiversidade do Bioma Cerrado e do reconhecimento do papel atribuído às áreas protegidas, considerando a diversidade de saberes associados à transformação ou à preservação das paisagens do Distrito Federal, no contexto da crescente expansão urbana. Em 2017, foram executados os seguintes projetos:

• DF100 Fogo e Sistema de Alerta DF100Fogo: a produção voluntária de informação geográfica, paisagem e incêndios florestais;

• Biblioteca Digital do Cerrado;

•Incubadora INSEER – portal de revistas técnico-científicas do JBB;

• Rede Cariniana de preservação de dados digitais.

- BANCORBRÁS: na segunda fase do projeto, foi acordada a recuperação ambiental da chamada Quadra L., remanescente do período em que o local abrigava uma fazenda experimental de pinheiros e eucaliptos, que se estabeleceram em área próxima à mata de galeria do córrego Cabeça de Veado. Dentre as atividades realizadas, destacam-se a retirada de Pinus e Eucaliptus, elaboração do Inventário florístico e plantio de 1750 mudas.

- Mosteiro Eisho – Ji: foi firmado um termo de parceria com o Mosteiro Zen HoryuEisho-Ji, localizado no município de Pirenópolis – Goiás, com a finalidade de auxiliá-los a transformar suas terras em uma unidade de conservação para proteção da área. Como contrapartida, estão sendo realizadas coletas mensais para incremento do HEPH e cedidas sementes de diferentes espécies de orquídeas, algumas consideradas raras. Até o momento, foram coletados mais de 300 exemplares de cerca de 150 espécies vegetais.

- JBRJ, MCTI e Fundação Flora de Apoio a Botânica: O JBB participa da iniciativa mediante a digitalização de todo o acervo de exsicata, que poderá ser acessado via internet. O JBRJ cedeu equipamentos para digitalização, computador e um bolsista para apoiar o HEPH na elaboração do trabalho e divulgar seu acervo científico com imagens em alta resolução em um site específico do projeto. Esse trabalho é importante, visto que, além da visibilidade do HEPH, facilitará a introdução das informações no Herbário Digital do JBB. Até o momento, foram corrigidas e transferidas 28.087 exsicatas; digitalizadas por meio fotográfico 18 mil exsicatas; e disponibilizadas no site do projeto Reflora 3.559 imagens.

Em novembro de 2017, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ solicitou a atualização da lista de espécies ameaçadas de extinção que se encontram protegidas nas coleções vivas do JBB ou na EEJBB, para confecção de um artigo referente à "Conservação ex situ" dos Jardins Botânicos brasileiros.

- ICMBio/ CECAT: o Acordo firmado com o ICMBio teve por objetivo compartilhar o espaço físico e implementar programas de pesquisa colaborativos, visando atender às demandas atuais e futuras da conservação da biodiversidade do Cerrado. Em termos de pesquisa, foi realizado um projeto piloto de uso de espécies nativas do Cerrado para implantação de jardins. Iniciou-se um levantamento, juntamente com a responsável pela área de botânica do CECAT,

das populações de arnica existentes na EEJBB. No fim de 2017, o ICMBIO foi transferido das dependências do JBB.

- IBRAM: o Instituto Brasília Ambiental, por meio de sua equipe de Auditores Fiscais de Atividades Urbanas, juntamente com servidores do JBB, realizou uma auditoria interna com a finalidade de verificar as áreas da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília (EEJBB) irregularmente ocupadas por moradores da SHIS QI 17, para fins de reintegração e identificação de espécies exóticas que foram introduzidas na área invadida da Estação e que deveriam obrigatoriamente ser retiradas pelos proprietários. Outros tipos de irregularidades ambientais praticadas pelos moradores também foram registradas, como: cercamento, captação irregular de água, construção de campo de futebol em Área de Preservação Permanente, além de despejo de lixo na área da Estação Ecológica.

- ICMBio, UnB, ONG Nosso Jardim e ONG Pequi: projeto de pesquisa financiado pela Fundação Boticário, iniciado em agosto, intitulado "Restauração da flora do bioma Cerrado: manejo e controle de espécies exóticas invasoras na Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília".

- Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude: O JBB estabeleceu uma parceria com a Secretaria de Estado de Política para Crianças, Adolescentes e Juventude, visando o atendimento a jovens em execução de medida socioeducativa de PSC – Prestação de Serviços à Comunidade. Em 2017, no âmbito dessa parceria, foi atendido 1 (um) jovem encaminhado pela UAMA do Paranoá, que cumpriu medida socioeducativa durante 8 semanas. Este jovem acompanhou as equipes de jardinagem e cultivo de mudas no viveiro do JBB, no viveiro de Orquídeas, Orquidário e Jardim Sensorial.

- Programa Jovem Candango: em 2017, o JBB recebeu 10 jovens oriundos do Projeto Jovens Candangos, que realizaram atividades administrativas e acompanharam atividades técnicas e pedagógicas, tais como a realização de visitas orientadas e a organização do acervo de exsicatas do Herbário do JBB.

- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios: penas de prestação de serviços ou multa pecuniária são convertidas em doação de materiais utilizados em todas as atividades do JBB.

- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal/CAESB: o Termo de Cooperação com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb nº 8.664/2016), que tem por objetivo realizar ações de preservação e proteção à EEJBB, foi atualizado em 2017. Por intermédio deste acordo, a CAESB cede veículos para fiscalização, combate a incêndio (caminhão-pipa) e levantamento e coleta botânica. Além disso, a CAESB tem dado apoio na recuperação dos tratores do JBB.

- PREVFOGO/IBAMA: parceria firmada para prevenção e combate a incêndios florestais. Em 2017, parte da brigada foi abrigada nas dependências do JBB. Com o apoio dessa equipe, foram realizadas diversas ações de prevenção, manejo de áreas internas, conserto de cercas e plantio de mudas.

- CETAS - DF/IBAMA E VI COMAR / Aeronáutica: firmada com a finalidade de aumentar o número de indivíduos da mesma espécie, favorecendo o aumento do fluxo gênico entre as espécies dentro da EEJBB, esta parceria resultou em cinco solturas de aves, répteis e mamíferos.

-AQUARIPARIA: grupo de pesquisa para geração e divulgação de conhecimento sobre áreas ripárias do Cerrado. A parceria iniciou-se com a aprovação pela FAP-DF de um projeto de pesquisa, que dentre outras metas, subsidiará a implantação do aplicativo Missão Nascente, a sinalização da trilha e a instalação de uma sala de aula em espaço aberto no JBB. Esta parceria evoluiu para a realização de mais atividades no espaço do JBB, como a implantação

de maquete de curso de água no espaço atualmente ocupado pelo CIRAT e do Viveiro Escola, para desenvolvimento de atividades com a Escola Classe Jardim Botânico.

- Escola Classe Jardim Botânico - Projeto Protetores do Cerrado: este ano foi firmada parceria com a Escola Classe Jardim Botânico para realização de atividades continuadas de Educação Ambiental, com inserção do tema "meio ambiente" em todas as atividades pedagógicas, desde a alfabetização até o ensino de matemática. As atividades visam à proteção do Jardim Botânico e do Cerrado.

- Fundação Zoológico de Brasília: a parceria com o Zoológico ainda não foi formalizada, mas já está operacional. O JBB prestou um serviço de mapeamento de estruturas para o ZOO, que, por sua vez, está reformando o trenzinho do JBB.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Apesar dos recursos escassos e do quadro reduzido, a Administração do Jardim Botânico de Brasília investiu na melhoria de sua infraestrutura, na consolidação de seus espaços e coleções, viabilizando suas ações por intermédio de recursos de projetos e parcerias.

Dessa forma, foi possível realizar, em 2017, a construção de: sanitários; fraldário; aquário; e nova portaria principal; início da reforma e ampliação do anfiteatro, bem como a licitação da Casa de Chá, que oferecerá mais uma opção de alimentação e serviços aos inúmeros visitantes.

As parcerias institucionais firmadas pelo JBB têm se mostrado estratégicas na busca do cumprimento de sua missão.

EXPECTATIVAS E RECOMENDAÇÕES PARA 2018.

Em continuidade à melhoria de sua infraestrutura e potencialização de suas atividades, o JBB pretende no ano de 2018:

- alterar sua figura jurídica para Fundação Jardim Botânico de Brasília;
- implantar a Escola Superior de Meio Ambiente, sediada no Centro de Excelência do Cerrado, a ser reformado e ampliado para tal fim;
- construir um novo herbário;
- implantar o Projeto Espaço Escola, com a construção de uma edificação própria;
- reformar os Laboratórios da Fauna e de Reprodução "in vitro";
- lançar o evento anual Festival de Inverno do JBB;
- reduzir o número de atropelamentos da fauna silvestre nas vias internas do JBB;
- adquirir equipamentos para Biblioteca Digital, para acelerar a divulgação científica conforme planejado e concluir o Herbário Virtual;
- elaborar guias para realização de atividades pedagógicas de forma autônoma, por educadores, grupos organizados ou visitantes eventuais;
- finalizar e implantar o jogo Missão Nascente;>
- implantar Curso de Formação de Professores da SEDF, com o objetivo de qualificar a visita de escolas sem atendimento, onde serão apresentadas as estruturas pedagógicas e trilhas disponíveis no JBB, além dos conceitos básicos apresentados aos escolares que visitam o JBB;

- incrementar o canal do Youtube do JBB com materiais educacionais complementares que possam ser utilizados tanto informalmente, como por professores em suas atividades nas escolas;
- instalar placas educativas e indicativas de caminho dentro das trilhas mais utilizadas pelos estudantes e visitantes espontâneos;
- realizar um estudo de capacidade de carga, para monitoramento da visitação;
- implantar um programa de estágio e voluntariado, visando ampliar a oferta de atendimento nas trilhas no JBB;
- proporcionar a jovens em situação de vulnerabilidade social novas perspectivas de vida, por meio de sua formação profissional em atividades como viveirismo, produção agroflorestal, educação ambiental, jardinagem, tecnologias socioambientais, artesanato sustentável, entre outras. Por esse motivo, em 2018, além de continuar disponível para receber jovens em execução de medida socioeducativa de PSC – Prestação de Serviços à Comunidade da UAMA (Unidade de Atendimento Aberto do Paranoá), o JBB mobilizará esforços para viabilizar projetos de caráter continuado voltados a esse público.

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.206

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 16 de junho de 2004, pela Lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal, autarquia em regime especial com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente. A Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou suas competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à ADASA é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores; independência decisória; diretoria organizada em forma de colegiado; instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados; e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da Agência é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei n° 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da ADASA:

I. recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;

II. saneamento básico, entendido como: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

III. gás canalizado;

IV. mediante delegação de competência originária federal nas áreas de: energia elétrica; petróleo e derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;

V. outras competências delegadas na forma da lei.

Dentre suas principais atribuições, citam-se as seguintes:

I. recursos Hídricos: disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de recursos hídricos; outorgar o direito de uso de recursos hídricos, observado o disposto na legislação e nos planos distritais de recursos hídricos; declarar previamente a reserva de disponibilidade hídrica nos processos de concessão e autorização federais de uso do potencial de energia hidráulica; acompanhar e prestar apoio à elaboração dos planos de recursos hídricos de suas bacias hidrográficas; instalar, operar e manter a rede hidrometeorológica do Distrito Federal, promover e coordenar suas atividades, em harmonia e cooperação com os órgãos e entidades públicas e privadas que a compõem ou a utilizem, e integrá-la à rede hidrometeorológica

nacional; definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios no Distrito Federal, visando garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, em articulação com os órgãos ou entidades competentes.

II. saneamento básico: disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de saneamento básico do Distrito Federal; acompanhar e contribuir para a elaboração dos planos de saneamento básico do Distrito Federal e do Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB; contribuir para a elaboração da política pública de saneamento básico do Distrito Federal; realizar ou promover a elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Distrito Federal em obras e serviços de controle de poluição hídrica; adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços de saneamento básico.

A Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal tem o compromisso de garantir a sustentabilidade por meio de uma gestão moderna e responsável na utilização dos recursos hídricos de Brasília. Zela continuamente pela qualidade dos serviços a ela atribuídos mediante instrumentos regulatórios e de fiscalização, por meio do seu corpo técnico. Por ser uma Agência de Estado, a ADASA possui papel fundamental no fomento e implementação das políticas públicas relacionadas ao controle dos recursos hídricos, essenciais à prestação dos serviços públicos de qualidade em resposta aos anseios e necessidades da população.

De acordo com a Lei nº 11.445/2007, a Diretriz Nacional do Saneamento Básico aponta para a universalização do acesso como um de seus pilares e princípios fundamentais. A ADASA não só reconhece tal premissa legal como compreende entre seus objetivos principais, mediante a regulação dos serviços, contribuir continuamente para a garantia de melhorias e avanços na qualidade de vida dos cidadãos, propiciados por serviços abrangentes custeados a preços módicos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	12	17	16	34	79
Comissionados sem vínculo efetivo	21	0	7	0	28
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	4	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	3	0	5
Estagiários	0	15	0	25	40
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	1	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	4	0	0	4
Outros - especificar	0	0	0	5	5
Subtotal	35	37	30	64	166
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	0	0	1
Total Geral	35	36	30	64	165

A ADASA tem investido constantemente em sua força de trabalho, buscando atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização das áreas de sua

competência. Desde sua criação, em 2004, a ADASA vem ampliando os conhecimentos e a qualificação de seu quadro técnico de profissionais.

Um servidor efetivo da carreira de regulação está cedido ao Serviço de Limpeza Urbana do DF - SLU, no qual ocupa cargo de direção.

A ADASA, por ser uma autarquia em regime especial, é dirigida por Diretoria Colegiada, composta de quatro diretores com solidariedade de responsabilidades, sendo um deles o Diretor Presidente, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandatos não coincidentes de cinco anos, admitida uma única recondução. Os diretores deverão ter formação de nível superior, notório conhecimento em regulação dos usos de recursos hídricos e de serviços públicos, reputação ilibada e comprovada experiência profissional. A ADASA tem um Ouvidor, que atua junto à Diretoria Colegiada sem subordinação hierárquica e exerce as suas atribuições sem acumulação com outras funções, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Durante o último trimestre de 2017, a Agência iniciou o projeto de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, com o intuito de cada vez mais proporcionar um ambiente adequado de trabalho. Neste período, houve a formação de um grupo de trabalho, a criação de uma identidade visual (logomarca), a aplicação de um instrumento de pesquisa para fazer um diagnóstico da instituição e a realização de oficinas para elaboração de uma Política e de um Programa de QVT (PPQVT-ADASA). Todo esse processo foi realizado com o suporte de uma consultoria externa e do grupo de trabalho interno. Para 2018, estão previstas as etapas de: 1) consulta pública do PPQVT-ADASA – na qual os colaboradores poderão ler e opinar sobre os documentos; 2) apreciação dos documentos pela Diretoria Colegiada da ADASA; 3) publicação dos documentos e; 4) início da implementação do Programa de QVT da ADASA.

Ainda que tenha ocorrido um esforço interno significativo para a redistribuição da força de trabalho da Agência, verifica-se que o atual quadro de recursos humanos é quantitativamente insuficiente para as demandas existentes, tanto nas áreas de suporte quanto naquelas que possuem por finalidade a prestação dos serviços públicos relativos às competências da ADASA, que, por se tratarem de temas específicos, requerem pessoal qualificado. Assim, faz-se premente a viabilização de concurso público para as carreiras existentes no órgão, buscando a complementação de seu quadro de pessoal próprio. Nesse sentido, o processo para a realização de concurso público está pronto e aguarda autorização das autoridades competentes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	**1.460.895,00**	**3.144.107,00**	**3.043.951,78**	**2.667.618,35**
0001 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO-DISTRITO FEDERAL	80.470,00	80.470,00	80.470,00	0,00
0002 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	880.425,00	2.653.585,00	2.653.583,78	2.622.720,35

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	400.000,00	309.898,00	44.898,00
0004 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-ECONÔMICO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	10.052,00	0,00	0,00
2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	**1.335.952,00**	**594.852,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
0004 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM URBANA-DISTRITO FEDERAL	344.852,00	344.852,00	0,00	0,00
0002 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	841.100,00	100.000,00	0,00	0,00
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	**1.550.000,00**	**130.000,00**	**12.748,00**	**0,00**
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	100.000,00	12.748,00	0,00
0003 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	30.000,00	0,00	0,00
0004 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ECONÔMICO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	350.000,00	0,00	0,00	0,00
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	**2.950.350,00**	**4.991.875,00**	**4.991.875,00**	**4.606.829,59**
6119 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	2.950.350,00	4.991.875,00	4.991.875,00	4.606.829,59
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	**200.000,00**	**200.000,00**	**5.960,00**	**5.960,00**
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	5.960,00	5.960,00
2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	**2.713.000,00**	**2.613.000,00**	**2.215.287,30**	**1.197.771,67**
0001 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF--DF ENTORNO	2.713.000,00	2.613.000,00	2.215.287,30	1.197.771,67
2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	**150.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS--DF ENTORNO	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	**1.490.000,00**	**2.273.726,00**	**345.552,85**	**874,04**
0001 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF--DF ENTORNO	1.490.000,00	2.273.726,00	345.552,85	874,04
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	**6.774.388,00**	**12.915.441,00**	**10.840.109,45**	**4.563.500,25**
0002 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA-ADASA- PLANO PILOTO .	6.174.388,00	10.993.588,00	10.395.567,02	4.124.557,02
0005 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA-PROJETOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL-PLANO PILOTO .	600.000,00	1.921.853,00	444.542,43	438.943,23
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	**200.000,00**	**200.000,00**	**183.002,12**	**157.002,12**
0001 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS--DF ENTORNO	200.000,00	200.000,00	183.002,12	157.002,12

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**18.824.585,00**	**27.213.001,00**	**21.638.486,50**	**13.199.556,02**

A maioria das atividades finalísticas da ADASA estão inseridas neste programa temático, do PPA 2016-2019, que tem por objetivo geral: "Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras".

A ADASA, ao longo do ano de 2017, realizou 23 estudos nas suas áreas de competência, conforme planilha abaixo:

Tabela 01: Número de estudos e resoluções publicadas

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Drenagem Urbana	Econômico - Financeiro	Total
Nº de Estudos	01	06	04	06	06	**23**
Nº de Resoluções Publicadas	12	01	01	00	09	**23**

Dos diversos estudos realizados pela Agência, destacam-se os seguintes: estudos para a elaboração de um programa de redução do consumo de água pelos órgãos públicos do DF; estudos relativos ao reúso de água cinza e aproveitamento de água pluvial; estudos relativos aos equipamentos eliminador e bloqueador de ar; estudos para a alteração da metodologia de estrutura tarifária e tarifa social, para o aprimoramento da metodologia da Base de Ativos Regulatória – BAR; estudos para a análise de pedido de anuência de empréstimo; estudo para consulta à receita federal sobre tributação incidente sobre a tarifa de contingência; estudo sobre normas de controle patrimonial; estudos para identificação, detalhamento e dimensionamento de equipamentos necessários a implantação e operação de Centros de Triagem de Resíduos e de Centro de Comercialização de Materiais Recicláveis, considerando o programa de coleta seletiva do Distrito Federal, com vista ao estabelecimento de mecanismos necessários ao processo de regulação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no DF (em andamento); estudo para implantar o banco de dados georreferenciado de outorgas para lançamento de águas pluviais da ADASA.

Na área específica de recursos hídricos, foi elaborado um estudo referente à cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos no DF, a fim de subsidiar os Comitês de Bacias quanto à definição das faixas de valores e os mecanismos de cobrança. Por meio do estudo, elaborou-se um diagnóstico das bacias hidrográficas do Distrito Federal, apuraram-se os dados sobre a cobrança no Brasil e realizou-se um seminário com os comitês de bacias hidrográficas.

Foi elaborado o Manual de Drenagem, que é composto por diretrizes e normas a serem seguidas por empreendedores públicos e privados na implementação de seus sistemas de drenagem urbana no Distrito Federal.

A ADASA realizou, pela 3ª vez, a Pesquisa de Satisfação em relação aos serviços prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, que revelou alto de grau de satisfação dos usuários dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal prestados pela CAESB. Essa pesquisa é de suma importância, não só pela necessidade de se conhecer o estágio em que se encontra a concessionária prestadora

desse serviço, em termos de padrão de qualidade, na avaliação de seu público consumidor, mas também para que a ADASA possa, utilizando-se dos indicadores apresentados na pesquisa, adotar políticas que lhe permitam disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos das políticas de recursos hídricos e de saneamento no DF, e ainda, zelar pela qualidade das atividades e serviços prestados aos usuários.

O Plano Distrital de Saneamento Básico do DF - PDSB foi elaborado pela ADASA, por meio do Contrato nº 22/2016-ADASA, pactuado com a empresa Serenco. Todos os seis produtos referentes ao Plano – Módulo Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas (Plano de Mobilização Social; Diagnóstico Situacional; Prognóstico, Condicionantes, Diretrizes, Objetivos e Metas; Programas, Projetos e Ações; Mecanismos e Procedimentos para Avaliação; Minuta do PDSB e Relatório Síntese) foram avaliados tecnicamente e validados pela equipe técnica de avaliação e aprovação, formada por técnicos da ADASA, SINESP, SEMA, SLU, CAESB, NOVACAP.

A ADASA utiliza instrumentos regulatórios e legais para promover a regulação sustentável do uso dos recursos hídricos e a adequada prestação dos serviços públicos de saneamento básico no Distrito federal, dentre eles, a elaboração de Resoluções. Dentre as principais Resoluções elaboradas e publicadas estão:

- Resolução Nº 05/2017- Dispõe sobre os procedimentos para instalação, operação e manutenção de estações de transbordo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- Resolução Nº 06/2017 - Estabelece os procedimentos operacionais para acesso aos recursos oriundos da Tarifa de Contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do Distrito Federal, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em virtude de escassez hídrica e dá outras providências;
- Resolução Nº 09/2017 - Estabelece curva de acompanhamento do volume útil do reservatório do Descoberto para o ano de 2017, visando à manutenção dos usos prioritários dos recursos hídricos;
- Resolução Nº 12/2017 - Estabelece curva de acompanhamento do volume útil do reservatório de Santa Maria para o ano de 2017, visando à manutenção dos usos prioritários dos recursos hídricos;
- Resolução Nº 14/2017 - Autoriza a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB a acessar os recursos oriundos da Tarifa de Contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do Distrito Federal, em virtude de situação crítica de escassez hídrica, para custos de capital adicionais para aumento da capacidade de produção de água e interligação de sistemas e dá outras providências;
- Resolução Nº 21/2017 - Declara estado de restrição de uso dos recursos hídricos e o regime de racionamento nas regiões administrativas de São Sebastião, Sobradinho I e II, Fercal, Planaltina e Brazlândia, atendidas pelos sistemas isolados operados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB;
- Resolução Nº 26/2017 - Estabelece curva de acompanhamento de metas estabelecidas para o reservatório do Descoberto durante o período hidrológico chuvoso 2017/2018;
- Resolução Nº 27/2017 - Estabelece os níveis altimétricos da água a serem mantidos no Lago Paranoá, no ano de 2018, visando assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos;
- Resolução Nº 28/2017 - Estabelece curva de acompanhamento de metas definidas para o reservatório de Santa Maria durante o período hidrológico chuvoso 2017/2018.

A ADASA realizou ao longo do ano 745 ações de fiscalizações programadas e 561 ações de fiscalizações não-programadas, totalizando 1.306 fiscalizações em 2017. As fiscalizações e seus resultados foram realizadas de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 02: Número de Fiscalizações						
Área	**Recursos Hídricos**	**Resíduos Sólidos**	**Abastecimento de Água Esgotamento Sanitário**	**Drenagem**	**Econômico-Financeiro**	**Total**
Nº de Fiscalizações Programadas	500	33	117	70	25	**745**
Nº de Fiscalizações Não Programadas	514	3	5	5	34	**561**
Total de Fiscalizações						**1306**

Tabela 03: Resultados das Fiscalizações						
Área	**Constataçã o**	**Não-Conformidade**	**Determinação**	**Recomendação**	**Advertências**	**TN**
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	80	1	1	3	0	4
Drenagem	175	134	52	69	0	1
Resíduos Sólidos	6	30	0	18	0	0
Econômico-Financeiro	0	5	0	5	0	0
Recursos Hídricos	1014	882	882	882	110	882

A ADASA vem intensificando as vistorias nas instalações do SLU, com o propósito de acompanhar a evolução das melhorias na execução dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana. O ano de 2017 pode ser considerado um ano de realizações positivas, no que diz respeito à gestão de resíduos sólidos no DF. Foram instalados "papa lixos", que são contêineres semienterrados com capacidade equivalente a uma caçamba, instalados em pontos estratégicos, que visam garantir o armazenamento de forma segura e limpa e a coleta regular de resíduos na área. Isto propicia uma redução no tempo de coleta e a não proliferação de vetores de doenças na região onde estão instalados.

O Plano Anual de Fiscalização de Drenagem Urbana é construído para que a área possa realizar, anualmente, um diagnóstico das condições técnico-operacionais e determinar o grau de conformidade dos sistemas de drenagem urbana do DF, levando-se em consideração os requisitos de qualidade que o serviço deve oferecer, e em concordância com a legislação vigente. Ao longo do ano e especialmente no fim do exercício, as não conformidades e constatações são encaminhadas à concessionária do serviço público de drenagem urbana no DF, a NOVACAP; a demais prestadores de serviço público de drenagem; e também a outorgados para lançamentos de águas pluviais, públicos e privados. Concomitantemente, a SDU faz o acompanhamento para verificação do cumprimento, por parte dos responsáveis, de recomendações e determinações da Agência.

No ano de 2017, foi dada especial atenção aos lançamentos diretos de águas pluviais no Lago Paranoá, já que este manancial se tornou fonte de abastecimento público em setembro.

No que tange ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, a ADASA realiza atividades de fiscalização com o intuito de garantir a qualidade da prestação desses serviços públicos, em conformidade com a legislação e normas regulamentares e contratuais vigentes, em especial às Leis nº 11.445/2007, Lei nº 4.285/2008, Decreto nº 7.217/ 2010 e do Contrato de Concessão nº 001/2006 – CAESB/ADASA.

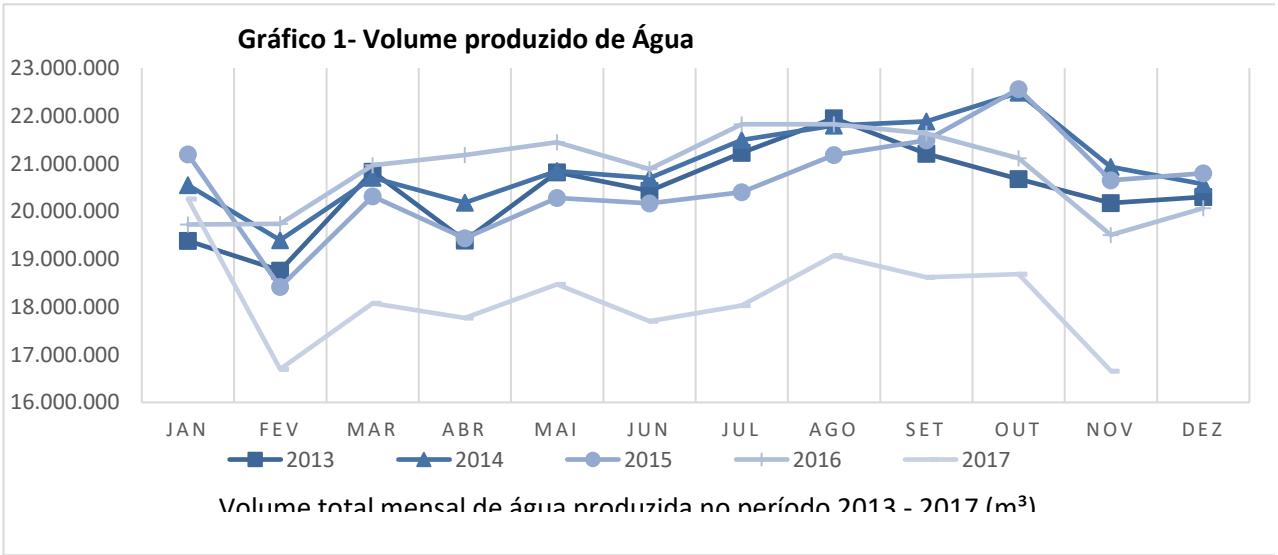
Para o ano de 2017, foi elaborado Plano Anual de Fiscalização de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que estabeleceu os objetivos básicos para a atividade de fiscalização

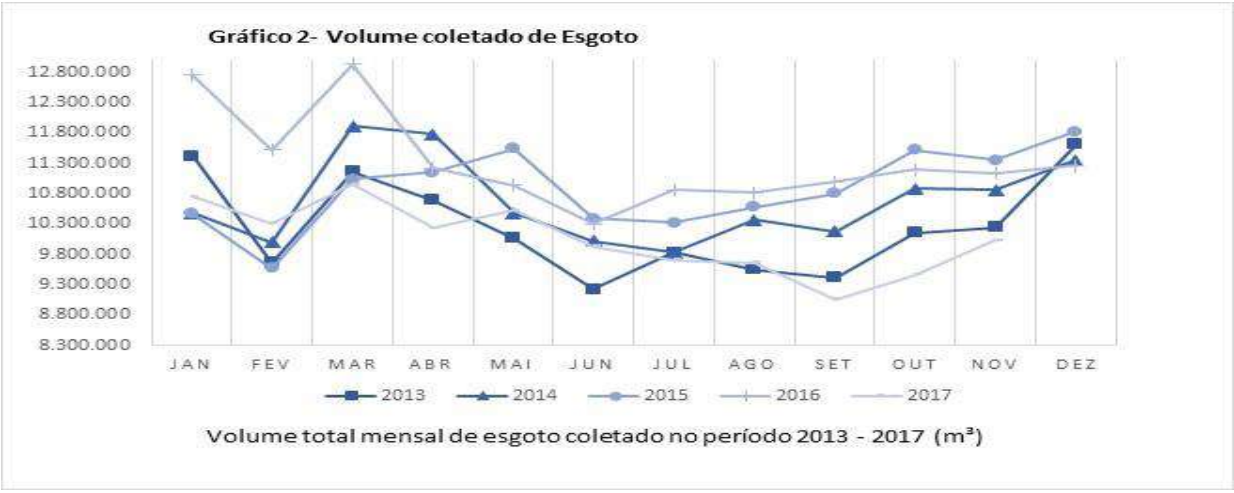
dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a serem realizadas no exercício. O planejamento da atividade de fiscalização para o exercício de 2017, com foco na universalização de acesso, integralidade, eficiência da prestação do serviço, abrangeu atividades que tem caráter continuado e buscou aprimorar os trabalhos já em andamento e abordar novos programas, projetos e ações relativos ao abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF.

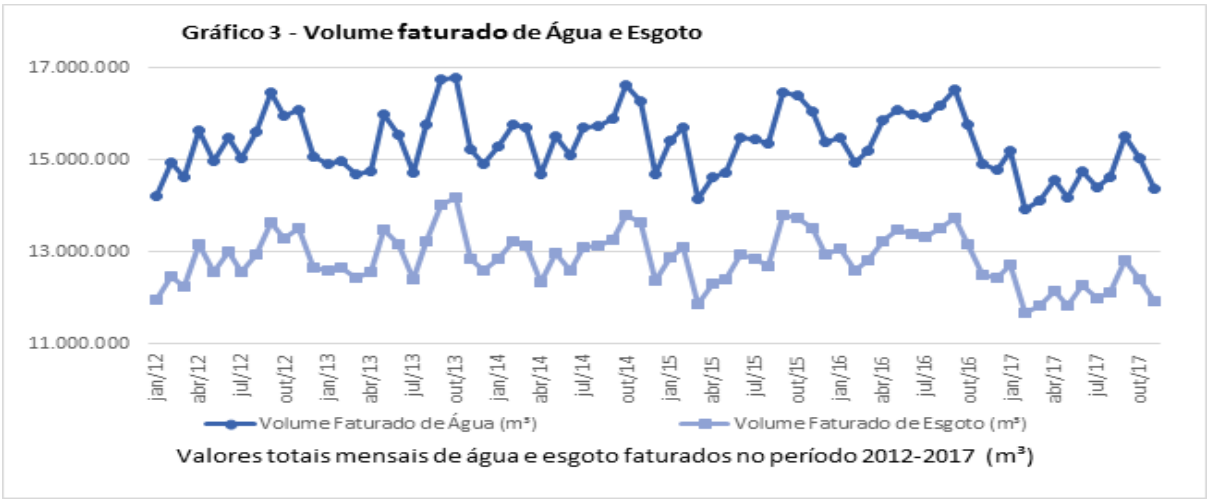
Ainda na temática abastecimento de água e esgotamento sanitário, o ano de 2017 foi marcado por fiscalizações de retorno, ou seja, aquelas em que os fiscais retornaram aos locais vistoriados em anos anteriores para verificação de correção de irregularidades. Por esse motivo, o número de não conformidades e determinações foi mais baixo que no ano anterior, já que em campo foi constatado que as não conformidades haviam sido sanadas e não foram encontradas novas. Foram fiscalizados 3 sistemas de abastecimento de água e 3 de esgotamento sanitário, a saber: Sistemas de Abastecimento de Água de Sobradinho/Planaltina, Brazlândia e Sistema São Sebastião; e os Sistemas de Esgotamento Sanitário das Bacias do Descoberto/Melchior, Lago Paranoá e Ponte Alta.

Além das fiscalizações de rotina, houve uma fiscalização não programada acerca do rompimento de uma adutora no Lago Norte, bem como existiram reclamações de usuários/denúncias ou fiscalizações indiretas que não geraram fiscalizações "in loco", mas que ensejaram a emissão de 4 (quatro) Termos de Notificação.

A ADASA realiza, mensalmente, a conferencia dos dados informados pela CAESB, que servem de base para cálculo das taxas TFS (Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) e TFU (Taxa de Fiscalização dos usos dos Recursos Hídricos), referentes ao exercício corrente. A metodologia consiste na conferência dos valores recebidos com a série histórica respectiva, considerando-se as condições atuais, como crescimento da população, período de seca, dentre outros fatores que podem alterar a curva gráfica em relação aos anos anteriores, conforme apresentado nos gráficos a seguir.







É possível ver que tanto os volumes produzidos quanto os faturados de água apresentam acentuada queda em relação aos volumes que vinham sendo observados. Atribui-se tal atipicidade ao momento de escassez hídrica, que gerou uma queda no consumo de água no Distrito Federal.

Compete à ADASA, por força da Lei nº 3.557/2005 e regulamentação posterior, expedir a regulamentação técnica referente à implantação de hidrometração individualizada, além de de receber, analisar, esclarecer dúvidas e orientar os condomínios a esse respeito. Em razão disso, a Agência realiza, continuamente, o monitoramento da implantação dos hidrômetros individuais. Na Tabela abaixo são apresentados os números consolidados da quantidade de unidades individualizadas por Região Administrativa (RA's), período de 2006 a novembro de 2017, do Monitoramento da Hidrometração Individualizada do DF:

Tabela 04: Número de hidrômetros individualizados instalados anualmente

Região Administrativa	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Águas Claras	256	838	1799	3821	6225	2484	1614	1360	1054	1304	2651	1363	**24769**
Plano Piloto	159	1012	2450	2929	2102	1368	694	1269	1100	461	613	560	**14717**
Taguatinga	213	1184	1658	1460	1878	1257	152	407	1095	582	369	795	**11050**
Guará		302	919	1490	962	1304	212	301	350	743	1107	821	**8511**
Samambaia	152	178	759	685	1166	299	230	392	679	239	174	1260	**6213**
Sudoeste/Octogonal	48		664	2367	637	69			265	245	170	132	**4597**
Cruzeiro	366	1070	1487	986	287	86	52		115	51	26	28	**4554**
Gama	64	1048	240	500	957	429	147	102	389	145	90	238	**4349**
Paranoá			45	76	116	39	8		28	29	22	3518	**3881**
Ceilândia		102	162	127	340	38	92	259	274	44	286	193	**1917**
Lago Norte		133	136	739	97	164					228		**1497**
Sobradinho			132	286	199	175	26	58	80	73	120	73	**1222**
Santa Maria		26	130	129	112	47	21	68		78		208	**819**
Núcleo Bandeirante		31	154	161	245		33		15	37	74	33	**783**
Riacho Fundo			35	72	43	51		137	16	89	39	86	**568**
Vicente Pires				13					69	56	64	211	**413**
Itapoã									49	7		75	**131**
Recanto das Emas										16		105	**121**
Planaltina			22			25					26		**73**
Sobradinho II									8			20	**28**
São Sebastião		25											**25**
Riacho Fundo II												24	**24**
SCIA/Estrutural									6			7	**13**
Lago Sul			6										**6**
Total	**1258**	**5949**	**10798**	**15841**	**15366**	**7835**	**3281**	**4353**	**5592**	**4199**	**6059**	**9750**	**90281**

Para o ano de 2017, foi estabelecido que o Plano Anual de Fiscalização (PAF), relativo a recursos hídricos, teria como ações aquelas definidas no Plano de Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica – PICH, aprovado pelo Governo do Distrito Federal. O Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica tem como objetivo descrever as estratégias e ações adotadas pelo Governo do Distrito Federal para o enfrentamento da crise hídrica. A dimensão fiscalização tem como principal premissa orientar e conscientizar os usuários de recursos hídricos do Distrito Federal, com o objetivo de prevenir condutas ilícitas e indesejáveis. O PAF/2017 teve como foco a bacia do Alto Descoberto. Na área rural da bacia do Descoberto, as ações previstas já estavam sendo aplicadas nas Unidades Hidrográficas do Alto do Rio Descoberto, Ribeirão das Pedras e do Rodeador desde o ano de 2015, com foco na fiscalização do uso e regularização dos usos por meio de outorgas, otimização do uso da água, no parcelamento do solo, nas áreas de preservação permanente-APP e no licenciamento ambiental das áreas que permeiam estas microbacias. Na área urbana, as ações iniciais foram voltadas para a fiscalização e controle das empresas perfuradoras de poços, eficiência na utilização de água pelos órgãos públicos e redução da captação de água destinada ao abastecimento público, implementando assim o racionamento de água.

Para o diagnóstico das condições técnico-operacionais e determinação do grau de conformidade do sistema de drenagem pluvial do DF, levando-se em consideração os requisitos de qualidade que o serviço deve oferecer e em concordância com a legislação vigente, a ADASA, por meio de laboratório contratado, realiza o monitoramento da qualidade dos lançamentos diretos de águas pluviais no Lago Paranoá; e dos lançamentos de bacias de detenção de águas pluviais em corpos hídricos do Distrito Federal. De um total aproximado de 200 (duzentos) lançamentos diretos de águas pluviais no Lago Paranoá catalogados pela NOVACAP, foram selecionados 15 (quinze) pontos para fiscalização e monitoramento de qualidade. Os quinze pontos foram escolhidos após a análise, pela equipe de fiscalização da drenagem urbana, do histórico de ocorrências de ligações clandestinas de efluentes às redes de drenagem, desde o exercício de 2012. Em todos os quinze pontos, são coletadas amostras mensalmente. Tendo em vista os usos múltiplos do Lago Paranoá, inclusive para abastecimento humano, faz-se necessário coletas mensais, mesmo em tempo seco, uma vez que estes lançamentos pluviais podem tratar-se de fontes poluentes.

Ainda são coletadas amostras à montante e à jusante da totalidade de conjuntos de bacias de detenção de águas pluviais da NOVACAP em operação (vinte e três). Estas análises têm como objetivo a avaliação do funcionamento das bacias e a avaliação da qualidade dos lançamentos de águas pluviais nos corpos hídricos receptores do sistema. A frequência de coletas é bimestral. Sendo assim, a cada ano são coletadas 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) amostras de águas pluviais para monitoramento da qualidade dos lançamentos. Para cada amostra são aferidos 22 (vinte e dois) parâmetros, como por exemplo DBO e Turbidez, e os resultados são analisados conforme os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA n° 357/2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

A cada exercício, a concessionária responsável pela prestação do serviço público de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais no DF, a NOVACAP, é informada destes resultados pela Superintendência de Drenagem Urbana da ADASA, para ciência e procedimentos cabíveis.

O monitoramento da Qualidade da Água Produzida e Distribuída se baseia no acompanhamento regular das análises de qualidade de água feitas pela Caesb em relação aos padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde. Mensalmente, a Caesb disponibiliza em repositório de dados, informações das análises realizadas na rede de distribuição e nas saídas das unidades de tratamento, incluindo análises das áreas rural e urbana. As informações, cerca de 15 mil análises por mês, são então analisadas e alimentam painéis de monitoramento mantidos pela Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto, da ADASA.

A Caesb fez suas coletas de água para análise em 775 pontos no DF, dos quais 338 pontos localizados na área rural e 437 na área urbana. São realizados ao ano, aproximadamente, 180.000 análises em todo o DF, englobando área rural e área urbana.

Em relação ao monitoramento da qualidade do tratamento de esgoto, ocorre nos mesmos moldes do da água. Mensalmente, a Caesb disponibiliza as informações das análises realizadas por ela em todas as Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) do DF no repositório de informações, na internet, de onde a Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto da ADASA busca os dados, que são armazenados atualmente em banco de dados da própria Superintendência. As informações, cerca de 350 análises por mês, referentes a 16 ETEs, são analisadas e alimentam os painéis de eficiência operacional de ETEs mantidos por essa Superintendência.

A tabela a seguir mostra o Desempenho Operacional das Estações de Tratamento de Esgotos:

Tabela 05: Desempenho operacional das Estações de Tratamento de Esgotos - ETE

ETE Nome	CT	DBO	DQO	Pt	SS	Total
ETE Alagado	99,7%	97,2%	89,7%	79,30%	87,0%	**99,7%**
ETE Brazlândia	99,4%	97,3%	78,7%	52,40%	77,4%	**99,4%**
ETE Fercal	49,2%	56,7%	70,6%	45,10%	67,7%	**49,2%**
ETE Gama	99,5%	99,4%	92,2%	88,00%	93,5%	**99,5%**
ETE Melchior	92,1%	97,2%	89,2%	69,60%	87,4%	**92,1%**
ETE Norte	99,8%	98,4%	93,9%	91,90%	96,1%	**99,8%**
ETE Paranoá	90,4%	96,2%	73,3%	44,20%	65,5%	**90,4%**
ETE Planaltina	99,7%					**99,7%**
ETE Recanto das Emas	91,8%	97,0%	91,1%	79,60%	88,1%	**91,8%**
ETE Riacho Fundo	82,2%		94,6%	92,10%	94,1%	**82,2%**
ETE Samambaia	99,1%	98,8%	92,1%	78,90%	86,6%	**99,1%**
ETE Santa Maria	99,8%	97,8%	88,4%	79,60%	85,6%	**99,8%**
ETE São Sebastião	98,9%	98,0%	84,5%	56,20%	86,6%	**98,9%**
ETE Sobradinho	63,1%	93,6%	89,0%	62,20%	90,1%	**63,1%**
ETE Sul	94,6%	98,1%	91,5%	85,40%	93,1%	**94,6%**
ETE Vale do Amanhecer	98,8%	97,8%	83,5%	44,0%	83,3%	**98,8%**
Total	**95,5%**	**97,1%**	**88,4%**	**73,40%**	**87,3%**	**95,5%**

Legenda: CT - Coliformes Termotolerantes / DBO - Demanda Bioquímica de Oxigênio DQO - Demanda Química de Oxigênio / Pt - Fósforo Total / SS - Sólidos Suspensos

O monitoramento da qualidade das águas superficiais feito pela ADASA ocorre trimestralmente desde 2009, por meio de 59 estações de monitoramento de ambientes lóticos, 18 de ambientes lênticos, 11 à montante e 11 à jusante das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da Caesb. Entre os parâmetros analisados estão: clorofila-a, temperatura, condutividade, densidade de cianobactérias, turbidez, DBO, DQO, nitrato, nitrito, nitrogênio amoniacal, nitrogênio total, oxigênio dissolvido, óleos e graxas, pH, fósforo total, fosfato, sólidos totais, sólidos totais dissolvidos, coliformes termotolerantes e E.coli. A rede de monitoramento de águas subterrâneas é composta por 84 poços de monitoramento (rasos e profundos) onde são realizadas análises quali-quantitativas. Atualmente, a rede fluviométrica e pluviométrica da ADASA é constituída por 57 estações, das quais 16 são telemétricas, 28 automáticas e 13 manuais.

A avaliação da qualidade das águas do DF é realizada por meio do cálculo do IQA (Índice de Qualidade da Água), que classifica os padrões de desempenho em muito ruim, ruim, médio, bom ou excelente para cada ponto avaliado. Este índice é calculado trimestralmente a partir de parâmetros de qualidade de água avaliados in situ e em laboratório, com as águas dos rios e reservatórios. A partir dos valores obtidos por meio dos parâmetros, calcula-se o Índice de Qualidade das Águas (IQA). A ADASA monitora a qualidade da água em 40 Unidades Hidrográficas.

A gestão eficiente dos recursos hídricos requer o uso adequado de instrumentos que garantam a otimização dos múltiplos usos da água. Nesse contexto, a Agência tem desenvolvido atividades de gerenciamento integrado e utiliza a outorga de Recursos Hídricos com foco na sua gestão sustentável. A outorga, instrumento instituído pela Política Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Lei 9.433/1997, é ato administrativo mediante o qual a ADASA autoriza o uso de recursos hídricos destinados ao usuário privado ou governamental, com o objetivo de gerenciar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo exercício dos direitos de acesso a ela. A emissão de outorgas indica, portanto, o nível de regularização dos usos desses recursos. A ADASA emitiu 2.380 outorgas de direito de uso dos recursos hídricos em 2017, conforme gráfico abaixo. Ao todo, já foram emitidas 27.889 outorgas desde a criação da Agência.



A Agência realiza vários projetos voltados para a mobilização socioambiental e para a educação ambiental. O projeto "ADASA em Movimento" sensibilizou 36.527 pessoas, colaborando com 34 eventos em que a Adasa participou, ao passo que o Programa "ADASA na Escola" capacitou 28.313 alunos em educação Ambiental, visitando 65 escolas em todo o Distrito Federal. A Agência conta ainda com o projeto "Sala de Leitura", que consiste em sensibilizar a sociedade acerca de questões relevantes para a segurança hídrica de nossa região, do nosso país e de todo o planeta, mobilizando-a para construir uma cultura de uso racional da água.

Um total de 2.133 alunos foram atendidos, em 67 turmas, pelo Projeto Sala de Leitura em 2017.

O Programa Produtor de Água, criado em âmbito nacional pela ANA – A Agência Nacional da Água, tem no Distrito Federal o Programa "Produtor de Água no Pipiripau", com a participação de várias instituições, sendo coordenado pela ADASA. O Programa promove práticas de conservação do solo que visam a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural. Essas ações proporcionam a ampliação e a regularização da oferta de água de qualidade na Bacia do Pipiripau no DF. Os principais eixos do programa são:

Em função das modalidades (restauração, enriquecimento e conservação), o programa efetua o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA aos produtores rurais que se proponham a adotar essas práticas de conservação de solo e água. Atualmente o Programa atende 160 propriedades.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**100.000,00**	**100.000,00**	**91.000,00**	**79.381,01**
8394 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	91.000,00	79.381,01
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**100.000,00**	**100.000,00**	**91.000,00**	**79.381,01**

As despesas decorrentes do contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP estão vinculadas a este programa temático, que tem por objetivo geral: "Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando a cidadania plena, comdignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade".

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, o contrato celebrado por esta Agência com a FUNAP/DF visa a contratação de reeducandos do sistema prisional para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia e outras. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a ressocialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 004/2014-FUNAP/ADASA prevê a contratação de até 10 (dez) reeducandos. Atualmente, a ADASA conta com 05 (cinco), os quais exercem atividades de auxiliar de copeiragem e auxiliar de serviços gerais. O valor empenhado até dezembro de 2017 foi de R$ 91.000,00 (noventa e um mil reais), representando 91% da despesa autorizada.

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento desse programa já possibilitou a contratação de ex-detentos por empresas de prestação de serviços terceirizados, o que demonstra a importância da manutenção do programa no âmbito do Distrito Federal.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**5.148,00**	**123.142,00**	**114.255,83**	**114.255,83**
6197 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	5.148,00	123.142,00	114.255,83	114.255,83
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**700.000,00**	**700.000,00**	**700.000,00**	**457.810,66**
9549 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	700.000,00	700.000,00	700.000,00	457.810,66
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.080.125,00**	**1.899.370,00**	**1.856.139,68**	**1.749.735,30**
7034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	2.080.125,00	1.899.370,00	1.856.139,68	1.749.735,30
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**2.785.273,00**	**2.722.512,00**	**2.670.395,51**	**2.321.801,79**

O PASEP, criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70, tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições anuais. A ADASA recebeu, até dezembro, R$ 51.466.389,27 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos) de recursos financeiros e recolhe 1% deste montante ao fundo do PASEP. Em 2017 a despesa autorizada foi de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), tendo sido empenhado o valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), considerando os valores inscritos em Restos a Pagar, representando 100% de execução.

Quanto às despesas com ressarcimentos, atualmente a ADASA dispõe de 08 (oito) servidores requisitados de órgãos do GDF e da União, dos quais 07 (sete) com ônus para essa Unidade. Além disso, são ressarcidas despesas de custeio, como ressarcimento de táxi e outros, a todos os servidores, mediante justificativa e comprovação.

No exercício de 2017, foi empenhado o montante de R$ 1.839.065,27 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos) para despesas com ressarcimento salarial de servidores requisitados, e R$ 17.074,11 (dezessete mil, setenta e quatro reais e onze centavos) para despesas com outros ressarcimentos.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**580.625,00**	**380.625,00**	**326.243,43**	**300.390,42**
5360 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	580.625,00	380.625,00	326.243,43	300.390,42
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	**460.000,00**	**430.000,00**	**422.548,44**	**422.548,44**
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	460.000,00	430.000,00	422.548,44	422.548,44
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**500.000,00**	**2.550,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9796 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADASA DF- PLANO PILOTO .	500.000,00	2.550,00	0,00	0,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**2.075.000,00**	**1.445.000,00**	**1.394.471,95**	**1.394.471,95**
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	2.075.000,00	1.445.000,00	1.394.471,95	1.394.471,95
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**16.035.815,00**	**13.532.704,00**	**12.012.999,70**	**11.682.848,64**
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	16.035.815,00	13.532.704,00	12.012.999,70	11.682.848,64
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**1.203.000,00**	**1.953.000,00**	**678.893,80**	**678.893,80**
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS-DISTRITO FEDERAL	1.203.000,00	1.953.000,00	678.893,80	678.893,80
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**1.886.000,00**	**1.886.000,00**	**1.182.878,13**	**1.174.238,13**
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1.886.000,00	1.886.000,00	1.182.878,13	1.174.238,13
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**670.000,00**	**249.800,00**	**244.936,52**	**240.394,12**
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	670.000,00	249.800,00	244.936,52	240.394,12
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**2.404.505,00**	**985.505,00**	**646.125,72**	**646.125,72**
6036 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ADASA-DF ENTORNO	2.404.505,00	985.505,00	646.125,72	646.125,72
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**3.204.050,00**	**3.700.000,00**	**2.024.093,79**	**1.997.572,99**
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-ADASA DF-DF ENTORNO	1.504.050,00	1.950.000,00	1.300.651,68	1.296.980,88
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-ADASA DF-DF ENTORNO	1.600.000,00	1.650.000,00	723.442,11	700.592,11
8753 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INST. EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DF ENTORNO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
8754 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTIL. PUBL. EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DF ENTORNO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	**200.000,00**	**50.000,00**	**8.567,04**	**8.567,04**
9710 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	50.000,00	8.567,04	8.567,04
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.500.000,00**	**1.500,00**	**0,00**	**0,00**
9748 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADASA DF- PLANO PILOTO .	1.500.000,00	1.500,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**21.322.390,00**	**23.810.775,00**	**23.029.791,78**	**23.029.791,78**
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	21.322.390,00	23.810.775,00	23.029.791,78	23.029.791,78
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**52.041.385,00**	**48.427.459,00**	**41.971.550,30**	**41.575.843,03**

O Programa de Estágio Curricular, regulamentado pela Resolução ADASA nº 07, de 21 de janeiro de 2011, disponibiliza 42 (quarenta e duas) bolsas de complementação educacional, sendo 30 (trinta) para estágio de nível superior e 12 (doze) de nível médio. No final do exercício de 2017, a agência contava com 40 (quarenta) vagas preenchidas, atuando nas diversas áreas da ADASA, sendo 25 (vinte e cinco) nas áreas fins e 15 (quinze) nas áreas meio.

Em 2017, 110 (cento e dez) servidores da Adasa participaram de treinamentos, internos e externos, em variados eixos de conhecimento. As capacitações, em sua maioria, tiveram algum ônus para a Adasa, seja no pagamento da inscrição ou na compra de passagens aéreas. Foram realizados 109 (cento e nove) cursos, os quais contabilizaram um total de 11.390 (onze mil trezentos e noventa) horas de capacitação. Merecem destaque o curso de Inglês oferecido pela UnB Idiomas, em que 23 (vinte e três) servidores foram beneficiados, e o Mestrado Profissional em Gestão e Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, parceria entre a Adasa e a FIOCRUZ, que conta com a participação de 12 (doze) servidores.

A despesa realizada com pessoal no exercício de 2017 visou atender ao pagamento de vencimentos e encargos relativos a 122 (cento e vinte e dois) servidores, dos quais 79 (setenta e nove) são servidores de cargos efetivos da ADASA, 01 (um) cedido para outro órgão do GDF, 09 (nove) concursados de outros órgãos requisitados pela Agência, 28 (vinte e oito) são servidores comissionados, sem vínculo, 04 (quatro) Diretores e 01 (um) Ouvidor.

Foram concedidos, até o mês de dezembro, os benefícios de auxílio-creche, auxílio-natalidade, vale-transporte e auxílio-saúde aos servidores, além do vale-alimentação/refeição.

Em relação à manutenção do órgão, foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, emissão de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de telefonia, serviços de postagem, serviços técnicos de apoio administrativo, de saúde e auxiliares, confecção de crachás, carimbos, manutenção das instalações prediais, manutenção de elevadores, serviços de moto-mensageiro, dentre outros, além da aquisição de material de consumo e permanente, necessários ao funcionamento da Agência.

A ADASA prestou apoio à realização de vários eventos ocorridos ao longo do ano no Distrito federal, entre os quais se destacam a Semana do Lago Limpo, a Feira Internacional dos Cerrados - AgroBrasília e eventos em comemoração ao Dia Mundial da Água. Além disso, a Agência foi responsável pela realização da Corrida e Caminhada pela Água, realizada em março de 2017.

Em relação à publicidade, foram realizados serviços de publicidade e propaganda para confecção e distribuição ao público de materiais diversos, para promoção e publicização nos principais meios de comunicação do DF, além de divulgação de editais de licitações e audiências públicas e divulgação de eventos promovidos pela ADASA, como a Semana da Água e outros nos principais meios de comunicação do DF. Diversas ações de publicidade e propaganda foram realizadas com o intuito de divulgar para a sociedade dos fatos da crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, pode-se destacar a aquisição do software PCSWMM, um software com suporte de decisão espacial para águas pluviais, residuais e para modelagem de bacias hidrográficas. Destaca-se também o suporte Microsoft e o serviço de Service Desk.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2017, a Adasa lançou o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SIRH-DF), sistema unificado com registros de outorgas de captação de águas superficiais e subterrâneas e fiscalização; imagens de monitoramento aéreo; informações de monitoramento remoto e *in loco* de vazão de córregos e rios, volume dos reservatórios e qualidade da água; mapas; documentos diversos; e boletins. Além de integrar as atividades desenvolvidas pelas superintendências da Agência, o SIRH-DF permite consultas online de pesquisadores, agentes públicos e público em geral. O SIRH-DF reúne dados coletados pela própria Agência e dados obtidos pela interação com sistemas de informações de mais de dez instituições como Agência Nacional de Águas (ANA), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A situação crítica de escassez hídrica enfrentada pelo DF, ao longo do ano de 2017, trouxe a necessidade de elaboração de curvas de acompanhamento do volume útil para os dois principais reservatórios da região, Descoberto e Santa Maria, a fim de assegurar a manutenção

dos usos prioritários dos recursos hídricos. As curvas foram elaboradas levando-se em consideração as vazões afluentes, as taxas de evaporação, o volume de chuvas e a vazão de consumo.

A política de pagamento por serviços ambientais (PSA) é o motor do Programa Produtor de Água. Esse projeto, de adesão voluntária, busca incentivar a adoção de práticas e manejos conservacionistas para a preservação do solo e da água. Como os benefícios transcendem os limites das propriedades rurais e chegam aos demais usuários da bacia, está prevista a remuneração dos produtores participantes, ou seja, o PSA. No ano de 2017, foram assinados 38 contratos com os produtores rurais da Bacia do Pipiripau, totalizando 160 contratos em vigência ao longo dos anos da execução do projeto.

O Planejamento Estratégico da Agência foi revisado, tendo seu horizonte expandido até 2025. O novo PEA traz em seu mapa institucional 22 objetivos estratégicos, distribuídos nas 4 perspectivas que são: negócio, financeira, processos internos e aprendizagem e crescimento.

Como forma de transparência e de promover a participação do cidadão nas atividades que afetam diretamente a sociedade, a ADASA reliza audiência e consultas públicas. Em 2017, foram realizadas 11 audiências e 1 consulta pública, nas quais tiveram a participação de 926 cidadãos ao longo do ano. A tabela abaixo apresenta todas as audiência e consultas e o número de participantes por evento.

Tabela 06: Total de participantes em audiências públicas promovidas pela ADASA em 2017

Audiência Pública:	**Tema**	**Data**	**Convites Enviados**	**Participantes**
Audiência Pública 001/2017 – sessão 1 (Taguatinga	Obter informações e dados para os prognósticos, programas, projetos e ações, pertinentes às quatro vertentes do saneamento básico: Abastecimento de Água Potável Esgotamento Sanitário;	24/01/2017	-	75
Audiência Pública 001/2017 – sessão 2 (Sobradinho)	Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas;	25/01/2017	-	246
Audiência Pública 001/2017 – sessão 3 (Plano Piloto)	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.	26/01/2017	-	108
Audiência Pública 002/2017	Obter subsídios e informações adicionais referente a Minuta de Resolução com os procedimentos operacionais para acesso aos recursos oriundos da Tarifa de Contingência aplicada ao serviço público de abastecimento de água, prestado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, em virtude de situação crítica de escassez hídrica.	07/03/2017	2608	98
Audiência Pública 003/2017	Obter subsídios e informações adicionais referente a Minuta de Resolução que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 37.976, de 24 de janeiro de 2017, que declara o estado de emergência no Distrito Federal e proíbe a utilização de água potável da rede pública para usos não prioritários e estabelece aplicação de sanção.	09/03/2017	2608	46

Audiência Pública 004/2017	Obter contribuições à proposta de resolução referente ao reajuste anual das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal, prestado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, relativo ao ano de 2017.	25/04/2017	2615	78
Audiência Pública 005/2017 (Sessão 1 - Taguatinga)	Plano de Saneamento	07/08/2017	-	83
Audiência Pública 005/2017 (Sessão 2 - Plano Piloto)	Plano de Saneamento	08/08/2017	-	109
Consulta Pública 001/2017	Obter contribuições à proposta de alteração da Resolução nº 15, de 10 de novembro de 2011, que estabelece os procedimentos para a instalação de hidrômetros individualizados em condomínios residenciais e de uso misto no Distrito Federal.	-	-	1
Audiência Pública 006/2017	Obter subsídios e informações adicionais referente a Minuta de Resolução que altera o Anexo da Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil.	23/10/2017	2610	37
Audiência Pública 007/2017	Obter subsídios e informações adicionais referente a minuta de resolução que define as disponibilidades hídricas dos aquíferos das diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal, considerando o uso e a ocupação do solo.	05/12/2017	2640	22
Audiência Pública 008/2017	Obter subsídios e informações adicionais referente a proposta de instituição do Manual de Revisão Tarifária dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Distrito Federal e Aprovação do Módulo que trata da Base de Ativos Regulatória.	07/12/2017	2608	23
Total de Participantes				**926**

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A ADASA mantém o compromisso de zelar fielmente pelo cumprimento de suas competências, que incluem a gestão de recursos hídricos e a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. A estratégia de atuação envolve a concentração de esforços na ampliação dos conhecimentos (qualificação técnica de seu quadro) e na modernização de sua gestão, o que exige ação proativa de sua força de trabalho, bem como a construção de parcerias/alianças que ampliem seus resultados.

Ao longo de 2017, a Agência desempenhou mais uma vez seu papel com grande capacidade, executando as ações sob sua responsabilidade com eficiência e tecnicidade. Ressalta-se a pluralidade de suas áreas de atuação, bem como a riqueza de detalhes necessários a uma boa execução dos trabalhos e o cumprimento dos objetivos traçados. Houve, sem dúvidas, grandes desafios, como a crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal, mas contando com corpos

técnico e diretivo extremamente qualificados e empenhados, pode-se afirmar que estes foram satisfatoriamente enfrentados e os resultados, positivos.

O valor total da despesa autorizada para o exercício de 2017 foi R$ 78.462.972,00 (setenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos e setenta e dois reais). Desse valor, foram empenhados R$ 66.357.193,11 (sessenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, cento e noventa e três reais e onze centavos).

É importante ressaltar que a crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal ao longo de 2017 fez com que o consumo de água diminuísse consideravelmente, provocando, para o ano de 2018, uma redução de aproximadamente 10% em relação à receita auferida pela ADASA no ano de 2017 por meio das taxas Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - TFS e Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos - TFU, repassadas pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb, e que constituem a maior parte do orçamento da ADASA. Em função da necessidade de enfrentamento da crise hídrica, muitas ações e investimentos são necessários para viabilizar o total cumprimento, por parte da ADASA, de suas competências na gestão de recursos hídricos e regulação dos serviços de saneamento. Trata-se de um desafio para a Agência, que deverá adequar corretamente seus projetos essenciais ao orçamento disponibilizado.

No que tange ao monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas no DF, a Agência busca, constantemente, aperfeiçoar seus instrumentos de controle. Atualmente, a rede fluviométrica e pluviométrica da Adasa é constituída por 57 estações, 16 telemétricas, 28 automáticas e 13 manuais. Para o ano de 2018, destaca-se a continuidade na implementação de estações telemétricas para acompanhar, em tempo real, o comportamento dos recursos hídricos do Distrito Federal, necessárias para promover a sua gestão sustentável. Neste contexto, foram adquiridas 33 estações telemétricas que substituirão as estações automáticas e parte dos manuais, o que permitirá que os dados sejam medidos e acompanhados em tempo real. Assim, a rede de monitoramento da ADASA vem sendo estruturada e modernizada para garantir os usos múltiplos previstos na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos, e contribuir sobremaneira para o cumprimento da função socioambiental da água.

A ADASA, por meio de contrato estabelecido com empresa especializada para serviços laboratoriais, faz análises de qualidade de água em 43 áreas rurais trimestralmente, e ainda, possui dentro desse contrato, a previsão de análises extras de qualidade de água na rede de distribuição da área urbana em casos específicos que possam vir a requerer tais serviços, uma vez que eventos inesperados de poluição requerem mais análises que oneram o orçamento.

Em dezembro de 2017, foram estabelecidas as curvas de acompanhamento de metas para os reservatórios do Descoberto e de Santa Maria, nos meses de janeiro a maio de 2018. Segundo as Resoluções nº 26 e nº 28 da ADASA, a expectativa é a de que o Reservatório do Descoberto atinja 50% de seu volume útil e o de Santa Maria, 47% durante o período chuvoso, com o objetivo de garantir o abastecimento público no próximo período de seca.

As Curvas de Acompanhamento foram elaboradas a partir do estudo de cenários feito pela Agência, com a participação da CAESB (Companhia de Saneamento Ambiental do DF) e da ANA (Agência Nacional de Águas). A ADASA fará o acompanhamento das previsões climáticas divulgadas pelo INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), do nível do reservatório, da vazão captada pela CAESB, do somatório das vazões médias do ribeirão do Torto e dos principais afluentes do reservatório de Santa Maria: córregos Milho Cozido, Vargem Grande e Santa Maria. A Agência realizará reuniões semanais com a CAESB para monitorar as condições do reservatório e poderá, caso julgue necessário, determinar restrições na captação de água do

Santa Maria. A CAESB, por sua vez, deverá operar os sistemas de maneira integrada para resguardar ao máximo o manancial.

Além disso, por meio da Resolução nº 27, de 19 de dezembro de 2017, estabeleceu-se os níveis altimétricos de água a serem mantidos no Lago Paranoá, no ano de 2018, visando assegurar a sustentabilidade quantitativa e qualitativa para os usos múltiplos dos recursos hídricos. Os níveis definidos para o Lago Paranoá correspondem ao nível mínimo *minimorum* de 999,50 metros e máximo maximorum de 1.000,80 metros acima do nível do mar. ADASA, CAESB e CEB farão o monitoramento dos níveis altimétricos e das vazões remanescentes estabelecidas, com acompanhamento de um grupo constituído por representantes da sociedade civil e do governo.

Está prevista a contratação de consultoria para realizar o mapeamento de processos do órgão, necessário para uma melhor execução das tarefas/competências da Agência, buscando identificar os gargalos que atingem a organização, os pontos fortes, fracos, o retrabalho, as falhas na integração, as tarefas que têm um valor baixo agregado, ou seja, a ferramenta auxilia a aumentar a performance e a eficiência da instituição.

Entre os dias 18 e 23 de março de 2018, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e no Estádio Nacional Mané Garrincha, Brasília/DF, acontecerá o 8º Fórum Mundial da Água, que abordará temas relacionados aos recursos hídricos e promoverá uma maior conscientização coletiva a respeito dos temas ligados à água. O evento deve reunir mais de 60 chefes e Ministros de Estado e cerca de 10 mil representantes de mais 100 países, no total de 40.000 participantes. O evento é promovido conjuntamente pelo Governo Federal e pelo GDF, representados respectivamente pela ANA e ADASA, e constitui o maior evento mundial relacionado à água.

FUNDACAO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA – UO: 21.207

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei nº 1.996, de 02 de Julho de 1998, a qual cria a estrutura organizacional e de cargos na Fundação, alterada sua denominação por força do art. 6º, inciso VI, do decreto n° 27.591, de 1° de janeiro de 2007, entidade da Administração Indireta, de que trata o art. 7º, inciso I, alínea "f", do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, alterada sua estrutura administrativa por meio do Decreto nº 37.359, de 24 de maio de 2016, possui Regimento Interno, por meio da Instrução nº 39, de 15 de abril de 2009, aprovado através da Resolução nº 08/2009 do Conselho Deliberativo da entidade. Rege-se pelo Estatuto alterado pela Instrução nº 57, de 13 de setembro de 2016, e pelas disposições legais pertinentes.
De acordo com o arts. 3º e 4º da Lei n.º 1.813/1997, a síntese das competências desta Unidade estão descritas na forma de metas e finalidades, como segue:

Tem por metas:

I - contribuir para a conservação do patrimônio de biodiversidade do Distrito Federal, por meio da manutenção de programas de conservação e pesquisa in situ e ex situ, em especial nas áreas de cerrado do Distrito Federal e entorno;

II - produzir, sistematizar e disseminar informações, pesquisas, análises, estudos e projetos de preservação do meio ambiente, em particular sobre a fauna e a flora, para a melhoria do complexo ecológico sob sua guarda;

III - promover a conscientização ecológica dos visitantes por meio da manutenção de programas interativos de educação ambiental que permitam o envolvimento e a

participação do usuário nas atividades, programas e projetos do Pólo Ecológico de Brasília;

IV - investir na criação e na manutenção de calendário de atividades de lazer destinadas à valorização da cultura e à preservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Tem por finalidades:

I - contribuir, pela excelência de seus programas e projetos de conservação, pesquisa, educação e lazer, para o credenciamento de Brasília como um dos maiores e mais promissores centros de desenvolvimento sustentado do País;

II - alcançar a autossuficiência econômica pela eficiente administração dos recursos materiais do seu patrimônio e pela captação e arrecadação de recursos financeiros a serem utilizados no cumprimento de suas finalidades e objetivos;

III - criar condições objetivas para a sustentabilidade do Pólo Ecológico de Brasília, mediante a implementação de política de gestão ambiental moderna, compartilhada

e participativa, ancorada no respeito aos princípios éticos e morais que regem a convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza;

IV - contribuir e participar de programas de conservação e pesquisa nacionais e internacionais, estabelecendo convênios e parcerias com prestigiosas instituições científicas e ambientais do Brasil e do exterior;

V - manter intercâmbio com órgãos governamentais incumbidos institucionalmente das questões ambientais, promovendo, sempre que necessário, atos de mútua cooperação;

VI - assegurar o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro, bem como da fauna visitante, proporcionando-lhes conforto e cuidado adequado;

VII - incentivar a visitação pública com a oferta de atrações e espaços de qualidade a preços acessíveis a todos os segmentos sociais;

VIII - pesquisar, desenvolver e difundir novas tecnologias e metodologias de manejo e reprodução de animais silvestres em cativeiro e de proteção de seus habitats.

Tem como foco a preservação da fauna e flora brasileira. Portanto, trabalha em parceria com entidades renomadas como a Universidade de Brasília (UnB); Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Instituto Federal de Educação Teológica (IFTB), entre outras.

O Zoológico recebe visitantes brasileiros e estrangeiros, onde todos tornam-se conhecedores da importante vocação ambiental celebrada nesta Fundação. Desta forma, revela ser atuante no cumprimento de sua missão, a qual é "Encantar as pessoas por meio da ciência e do contato com a natureza".

Aberto ao público desde dezembro de 1957, mesmo antes da inauguração oficial da Capital Federal, o Zoológico de Brasília recebe visitantes de todas as camadas da sociedade, sendo a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal.

Possui uma infraestrutura composta por 8.161,56 m² de área construída com prédios administrativos e 62.102,16 m² de área construída com recintos para os animais, apresentando o total de 70.263,72 m² de área construída, excluindo o calçamento do Parque, inseridas em uma área total de 1.400 hc sob a gestão da FJZB..

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) possui aproximadamente 801 animais registrados no plantel. Somam-se a esses os recebidos de apreensões (trazidos por outras instituições ambientais) e os animais de vida livre que recebem tratamentos veterinários quando necessário e também complementação alimentar. São várias espécies pertencentes da fauna representativa do Brasil, algumas ameaçadas de extinção. A quantidade de animais que compõe o plantel dos zoológicos em geral é variável em função dos nascimentos, permutas, transferências, doações e óbitos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	9	4	2	25
Comissionados sem vínculo efetivo	17	0	17	0	34
Requisitados de órgãos do GDF	4	1	1	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	2	0	9	11
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	15	0	0	15
Outros - especificar	0	45	0	163	208
Subtotal	31	72	22	174	299
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	31	72	22	174	299

OBS.: Outros - especificar: trata-se de 208 terceirizados.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLÓGICO	**300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6965 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLÓGICO-- CANDANGOLÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL-INCLUSÃO SOCIAL-CANDANGOLÂNDIA	30.000,00	0,00	0,00	0,00
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	**250.000,00**	**21.136,00**	**21.135,43**	**15.275,43**
2583 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	250.000,00	21.136,00	21.135,43	15.275,43
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	**1.600.000,00**	**1.309.835,00**	**1.189.520,30**	**1.178.500,30**

0002 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	1.600.000,00	1.309.835,00	1.189.520,30	1.178.500,30
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**2.180.000,00**	**1.330.971,00**	**1.210.655,73**	**1.193.775,73**

Em consonância com o novo modelo de gestão assumido pela Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB, estabelecemos o compromisso de implementar uma proposta cuja filosofia tenha viés voltado para a conservação da biodiversidade associado ao bem-estar animal, seguindo as tendências de vários zoológicos modernos que já assumem essa pratica em alguns países do mundo.

A existência de uma Instituição que mantém animais silvestres sob cuidados humanos deve ser justificada pela execução de práticas que objetivem a colaboração para conservação dessas espécies então mantidas, além de buscar despertar no público visitante uma consciência com vertente conservacionista.

Atualmente, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) possui um total de 710 (setecentos e dez) animais vertebrados pertencentes a 3 classes: aves, mamíferos e répteis, distribuídos em 173 espécies e registrados no Sistema de Controle de Fauna do IBAMA (SISFAUNA), sendo esse número considerado, de fato, o Plantel Oficial da Fundação.
Somam-se a esses, 91 (noventa e um) animais pertencentes a diversas espécies e que são trazidos por órgãos ambientais como o IBAMA e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, oriundos de resgate ou apreensão, além da fauna silvestre de vida livre que habita os domínios do Parque. Os animais desse grupo, apesar de receberem os cuidados veterinários e nutricionais e estarem sob os cuidados desta Instituição, não estão oficialmente registrados no Sistema acima citado.

INDIVÍDUOS – SISFAUNA	**INDIVÍDUOS - IBAMA**
710	91
TOTAL	801

Fonte:SUCOP/FJZB Plantel oficial da FJZB somado com animais depositados pelo IBAMA

Deve-se ainda considerar as populações de 17 espécies de borboletas e 3 espécies de aracnídeos que são trabalhadas no Borboletário e na casa de criação.

Abaixo, estão evidenciadas tabelas que sintetizam os números que compõem o quadro de animais sob os cuidados dessa Fundação.

Tabela 1 – Plantel oficial da FJZB

PLANTEL OFICIAL DE VERTEBRADOS DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA		
CLASSE	Nº DE INDIVÍDUOS	Nº DE ESPÉCIES
AVES	309	84
MAMÍFEROS	169	59
RÉPTEIS	232	30
TOTAL	710	173

Tabela 2 – Espécimes não registrados no SISFAUNA

INDIVÍDUOS SOB OS CUIDADOS DA FJZB E NÃO REGISTRADOS NO SISTEMA SISFAUNA -		
CLASSE	Nº DE INDIVÍDUOS	Nº DE ESPÉCIES
AVES	234	32
MAMÍFEROS	18	13
RÉPTEIS	116	11
TOTAL	368	56

Tabela 3 – Invertebrados sob os cuidados da FJZB

INVERTEBRADOS SOB OS CUIDADOS DA FJZB		
GRUPO	Nº DE INDIVÍDUOS	Nº DE ESPÉCIES
BORBOLETAS	>300*	16
ARANHAS	04	01
ESCORPIÕES	27	01
TOTAL	>331	18

*São animais de ciclo curto vivendo em média de duas a quatro semanas no estágio adulto.

Tabela 4 – Dados de entrada e saída de animais do Plantel ao longo de 2017

Movimentação do plantel oficial de vertebrados em 2017		
GRUPO	ENTRADA	SAÍDA
AVES	15	50
MAMÍFEROS	01	21
RÉPTEIS	00	14
TOTAL	16	85

Tabela 5 – Quadro sintético dos animais que estão na FJZB

GRUPO	REGISTRADOS		NÃO REGISTRADOS	
	ESPÉCIES	INDIVÍDUOS	ESPÉCIES	INDIVÍDUOS
AVES	84	309	32	234
MAMÍFEROS	59	169	13	18
RÉPTEIS	30	232	11	116
INVERTEBRADOS	18	>300		
TOTAL	191	710 + invertebrados	56	368

Tabela 6 – Percentual de óbitos em 2017

Percentual de óbitos em 2017		
AVES	50	85 óbitos/ 1078 indivíduos Aproximadamente 8%
MAMÍFEROS	21	
RÉPTEIS	14	
TOTAL	85	

Ações que estão sendo implementadas e em desenvolvimento nesta Fundação, demonstradas no quadro abaixo.

Tabela 7 – Quadro sintético com algumas ações que estão sendo implementadas nessa Fundação.

Processo / Demanda	Descrição
196.000.164/2017	Manejo da população de capivaras transeuntes na área da Fundação Jardim Zoológico de Brasília
196.000.040/2017	Solicitação para participação em Plano de Ação Nacional da Herpetofauna Insular ameaçada de extinção.
196.000.006/2015	Termo aditivo referente ao convênio de cooperação técnica celebrado entre a FJZB e a EMBRAPA
196.000220/2017	Programa de Conservação do Lobo Guará
196.000163/2017	Programa de Conservação das Girafas
196.000163/2017	Programa de Conservação do Urso-de-Óculos
196.000.040/2017	Solicitação para participação em Plano de Ação Nacional de quelônios Amazônia.
196.000.189/2017	Recebimento de animal do eco parque de Buenos Aires
196.000.303/2017	Termo de Cooperação Técnica entre a FJZB e o Instituto Federal de Brasília (IFB)
196.000.215/2017	Permutas de animais entre a FJZB e o Parque LECOCQ do Uruguai
196.000.074/2016	Termo de Cooperação Técnica entre a FJZB e o Laboratório de Patologi Clínica da Universidade de Brasília
196.000.190/2017	Termo de Cooperação Técnica entre a FJZB e a Faculdade LS.
196.000.177/2017	Acordo de Cooperação Técnica entre a FJZB e Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – IBRAM
196.000.250/2017	Termo de Cooperação Técnica entre à FJZB e a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade – dois irmãos – Recife/Pe
196.000..061/2017	Acordo de Cooperação Técnica voltados ao desenvolvimento de Projeto de Pesquisa a serem desenvolvidos no âmbito da FJZB
196.000.192/2017	Acordo de Cooperação Técnica com a Presidência da República
196,000.222/2017	Acordo de cooperação Técnica com o Instituto de Preservação e defesa Felídeos da Fauna Silvestre Brasileira em Processo de Extinção – NEX
Revisão dos Procedimentos Operacionais (POP)	Procedimentos que padronizam as ações, otimizando a execução das atividades.
Projeto básico de telemetria	Esse é um Instrumento tecnológico que permite o monitoramento de animais, instrumento fundamental para acompanhamento pós reintrodução
Projeto básico – Ariranha	Repatriação de ariranhas do Zoológico de Frankfurt para participação em programa de conservação da espécie e, no que tange à extinção, é considerada vulnerável pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e em perigo pela Internacional Union for Conservation of Nature (IUCN),
Projeto Básico de insumos para o Hospital Veterinário	Aquisição de insumos fundamentais para a dinâmica de funcionamento do Hospital

Processo / Demanda	Descrição
Projeto Básico de Materiais para contenção de animais	Aquisição de equipamentos essenciais para minimizar riscos e estresse.
Produção de pedilúvios	Esses equipamentos são importantes para reduzir riscos de contaminações em recintos, uma vez que calçados podem veicular diversos parasitas
Delimitação de referencial de bioacustica por espécie e qualidade de água dos tanques	Dois importantes fatores abióticos fundamentais para o bem estar animal

Muitas ações são realizadas de forma independente, sendo que todas elas perpassam por um viés que converge para o caráter conservacionista. Além das ações rotineiras e de manejo integrado com o bem-estar animal, a tabela abaixo sintetiza algumas dessas ações:

Ações que estão sendo implementadas na FJZB

Tabela 8 – Quadro sintético com algumas ações que estão sendo implementadas nesta Fundação.

Processo / Demanda	Descrição
196.000.164/2017	Manejo da população de capivaras transeuntes na área da Fundação Jardim Zoológico de Brasília
196.000.040/2017	Solicitação para participação em Plano de Ação Nacional da Herpetofauna Insular ameaçada de extinção.
196.000.006/2015	Termo aditivo referente ao convênio de cooperação técnica celebrado entre a FJZB e a EMBRAPA
196.000220/2017	Programa de Conservação do Lobo Guará
196.000163/2017	Programa de Conservação das Girafas
196.000163/2017	Programa de Conservação do Urso-de-Óculos
196.000.040/2017	Solicitação para participação em Plano de Ação Nacional de quelônios Amazônia.
196.000.189/2017	Recebimento de animal do eco parque de Buenos Aires
196.000.303/2017	Termo de Cooperação Técnica entre a FJZB e o Instituto Federal de Brasília (IFB)
196.000.215/2017	Permutas de animais entre a FJZB e o Parque LECOCQ do Uruguai
196.000.074/2016	Termo de Cooperação Técnica entre a FJZB e o Laboratório de Patologia Clínica da Universidade de Brasília
196.000.190/2017	Termo de Cooperação Técnica entre a FJZB e a Faculdade LS.
196.000.177/2017	Acordo de Cooperação Técnica entre a FJZB e Instituto do Meio
	Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – IBRAM
196.000.250/2017	Termo de Cooperação Técnica entre à FJZB e a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade – dois irmãos – Recife/Pe
196.000..061/2017	Acordo de Cooperação Técnica voltados ao desenvolvimento de Projetos de Pesquisa a serem desenvolvidos no âmbito da FJZB
196.000.192/2017	Acordo de Cooperação Técnica com a Presidência da República
196,000.222/2017	Acordo de cooperação Técnica com o Instituto de Preservação e defesa de Felídeos da Fauna Silvestre Brasileira em Processo de Extinção – NEX

Processo / Demanda	Descrição
Revisão dos Procedimentos Operacionais (POP)	Tais procedimentos padronizam as ações, otimizando a execução das atividades.
Projeto básico de telemetria	Esse é um Instrumento tecnológico que permite o monitoramento de animais, instrumento fundamental para acompanhamento pós reintrodução
Projeto básico – Ariranha	Repatriação de ariranhas do Zoológico de Frankfurt para participação em programa de conservação da espécie, e no que tange à extinção, é considerada vulnerável pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e em perigo pela Internacional Union for Conservation of Nature (IUCN),
Projeto Básico de insumos para o Hospital Veterinário	Aquisição de insumos fundamentais para a dinâmica de funcionamento do Hospital
Projeto Básico de Materiais para contenção de animais	Aquisição de equipamentos essenciais para minimizar riscos e estresse.
Produção de pedilúvios	Esses equipamentos são importantes para reduzir riscos de contaminações em recintos, uma vez que calçados podem veicular diversos parasitas
Delimitação de referencial de bioacustica por espécie e qualidade de água dos tanques	Dois importantes fatores abióticos fundamentais para o bem-estar animal

Muitas ações são realizadas de forma independente por esta Fundação, sendo que todas elas perpassam por um viés que converge para o caráter conservacionista. Além das ações rotineiras e de manejo integrado com o bem-estar animal, a tabela abaixo sintetiza algumas dessas ações:

Tabela 9 – Ações realizadas pelas Diretorias e Núcleos que compões a estrutura da SUCOP

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE(2017)
Cursos de capacitação	Os técnicos da SUCOP frequentemente atuam em cursos de capacitação e extensão para diversas instituições de Nível Superior (UnB, UFG, UNIRUB, UPIS, CATÓLICA dentro outras, além de participar da formação de profissionais do DF e outros estados (PMDF, CBMDF, IBRAM, IBAMA)	24
Atendimento a Veículos de Comunicação	Devido ao caráter de dinamismo que as atividades inerentes a essa Fundação possuem, constantemente a FJZB é solicitada para realização de atendimentos aos diversos veículos de imprensa e mídia, como televisão, rádio, jornal impresso e produtoras de filmes.	26
Aprimoramento técnico e extensão	Com razoável frequência, os Técnicos da SUCOP participam de cursos, seminários, congressos e outras formas de ampliar e aplicar novos conhecimentos	19
Projetos de Pesquisa	A Diretoria de Pesquisa realiza atividades relacionadas a institucionalização de projetos de pesquisa de instituições parceiras (faculdades, universidades, instituições de pesquisa), sendo que muitas delas culminam na produção de dados que são publicados	31
Apoio em operações	Em algumas operações de captura e soltura de animais silvestres, é solicitado o apoio de Servidores da FJZB	05

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE(2017)
Enriquecimento e Condicionamento de animais	Essas duas práticas realizadas pelo Núcleo de Bem Estar Animal são fundamentais para otimização de procedimentos de rotina e para ampliação de vertentes associadas ao bem estar dos animais	
Banco de Germoplasma	Esse Projeto, em parceria com a EMBRAPA, visa a preservação de material biológico para diversos fins, tendo como o foco a visão conservacionista, utilizando ferramentas biotecnológicas a partir de um banco de material preservado	

Todas as dietas dos animais são acompanhadas, revisadas e adequadas de acordo com as necessidades nutricionais dos animais. O balanceamento das dietas no Zoológico é realizado por meio de dois softwares: SUPERCRAC®, de propriedade da CPT da cidade de Viçosa – MG, e ZOOTRITION®, além de planilhas em Excel, sempre tomando como base as informações mais atuais no campo da nutrição de animais selvagens, publicadas por fontes confiáveis e associações de zoológicos, das quais a FJZB faz parte. Dessa forma, todos os animais possuem a sua dieta devidamente equilibrada em relação aos principais nutrientes.

É realizado um trabalho constante de acompanhamento dos animais do plantel, quantificando e analisando eventuais sobras, avaliando escores de condição corporal e, quando necessário, estabelecendo protocolos de manejo para melhoria das condições de bem-estar dos animais de responsabilidade no Zoo/Brasília.

O biotério dessa Fundação (local onde são criados e/ou mantidos animais vivos de qualquer espécie destinados à pesquisa científica) é construído numa área física de tamanho e divisões adequadas, onde trabalha pessoal especializado. Não podem faltar água e alimentação específica para cada espécie animal. São 31 caixas com 1 macho para 3 fêmeas, com uma média de 200 filhotes a cada 21 dias; e 6 caixas destinadas para animais em crescimento. Além disso, foram realizadas a implantação de duas áreas de cultivo, sendo uma composta por plantas arbustivas/arbóreas e outra, composta por capim elefante.

Foram realizados diversos atendimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos, tratamentos e terapias, avaliação do estado de saúde e acompanhamento de todos os animais que compõem o plantel, além daqueles que são trazidos por civis e pelos órgãos ambientais, bem como os animais relacionados à fauna de vida livre e que vivem na área sob a gestão da FJZB. Abaixo, demonstra-se em um quadro sintético do número de atendimentos realizados ao longo de 2017.

Tabela 10 – Atendimentos realizados pela DMV em 2017

Classe	Nº de atendimentos (animais vida livre e de fora do plantel)	Nº de atendimentos animais do plantel	Animais com problemas crônicos (tratamento diário)	TOTAL
Aves	69	216	03	**288**
Mamíferos	88	239	04	**331**
Répteis	12	13	0	**25**
Total	**169**	**468**	**07**	**644**

O Hospital Veterinário, ao receber os animais, segue um protocolo de exame clínico completo. Os animais ficam em observação para acompanhamento e avaliação. Após essa avaliação, se houver necessidade, interna-se o animal, que recebe tratamento adequado e fica em observação até receber alta. A coleta de sangue e demais exames que se fizerem necessários são sempre realizados para o diagnóstico preciso da situação clínica do animal.

Nesse exercício, foram adotadas várias ações, como: Parceria com órgãos de fiscalização do DF para aquisição de produtos apreendidos em condições de uso pelos animais; elaboração do plano anual de compras; reforma da tela dos recintos das araras azuis; reparo da tela do recinto dos pavões; reforço na tela do recinto das emas para filhotes; translocação de um recinto do parque para a área do Hospital Veterinário; e reforma do abrigo dos emus.

Realizamos alterações nas estruturas e nas ambientações do recinto para receber o Ursode-óculos:





Ambientação do recinto do Urso-de-óculos (Tremarctos ornatus).

A gestão atual da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) implementou uma filosofia de trabalho voltada para a conservação da biodiversidade e do bem-estar animal, seguindo parâmetros dos zoológicos modernos ao redor do mundo. Uma das espécies de interesse para os programas dessa unidade é o urso-de-óculos (Tremarctos ornatus), recebido nessa Fundação em outubro/2017.

Trata-se da única espécie de urso da América do Sul, que habita a Cordilheira dos Andes desde a Venezuela até a Bolívia, e está considerada "vulnerável à extinção" pela Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Algumas estimativas sugerem que existam menos de 5 mil indivíduos na natureza, que sofrem grande pressão da caça ilegal e destruição do habitat pelo avanço de fazendas e mineradoras, da exploração de petróleo e da construção de estradas. Isto faz com que as populações estejam fragmentadas e isoladas, sujeitas a problemas de saúde que podem surgir da consanguinidade.

Apesar de áreas protegidas terem sido criadas nos últimos 20 anos, a avaliação da IUCN alerta que os locais representam uma fração pequena do habitat restante do urso-de-óculos e a perda continua ao ritmo de 4% ao ano. Além disso, existe a ameaça do abate de ursos para o uso de partes de seu corpo com propósitos ritualísticos e de curandeirismo.

Tendo em vista que uma das formas de auxiliar na conservação da biodiversidade é por meio do estabelecimento de populações saudáveis e viáveis em cativeiro, nos zoológicos e criadouros, a FJZB estabeleceu um Acordo de Cooperação Técnica com o Zoológico Vesty Pakos, situado em La Paz, Bolívia, e o urso-de-óculos é uma das espécies foco da nossa atenção. Os estudos sobre o animal nesse país, onde é conhecido popularmente como jucumari, começaram em 1997 graças a patrocínio da Wildlife Conservation Society, que é responsável por 4 zoos e 1 aquário em Nova York. Os dados coletados demonstraram que a

espécie prefere os bosques das partes altas e as charnecas alpinas, onde se alimenta principalmente de plantas da família das bromélias e pode complementar esta dieta com insetos, aves e mamíferos, como roedores e cervos. O urso-de-óculos também já foi observado alimentando-se de carcaças de animais mortos.

A população desse animal no Brasil apresenta um alto grau de parentesco e grande risco de consanguinidade, sendo este um fator que compromete a saúde dos filhotes que por ventura sejam gerados e a viabilidade a longo prazo da espécie nas instituições do país. Isto significa que é imprescindível a adoção de um manejo populacional cooperativo entre os zoológicos brasileiros tanto para fornecer maior bem-estar aos indivíduos, como para que haja uma contribuição efetiva à conservação do urso-de-óculos.

Outros destaques entre os animais do Zôo Brasília, foram os dois filhotes de Jacu-debarriga-castanha (Penelope ochrogaster), que nasceram em 12/12/2017, no Zoológico de Brasília. A espécie está incluída no Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves do Cerrado e do Pantanal, pois é considerada vulnerável e corre risco de extinção. O Zôo cuida de um casal desde 2006 e o nascimento faz parte do processo de repovoamento e conservação.



O Jacu-de-barriga-castanha é endêmico do Brasil, ou seja, em vida livre só pode ser encontrado no país. Atualmente, a estimativa é que só existam populações representativas em Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, somando um máximo de 1700 espécimes na natureza.

O desmatamento é a principal ameaça para a sobrevivência deste animal, visto que reduz o seu habitat, tornando mais difícil a procura por alimento e o encontro de locais seguros para ninhos, além de isolar populações. Somado a isso, o jacu-de-barriga-castanha também sofre pressão pela caça ilegal.



A harpia (Harpia harpyja)

A harpia (Harpia harpyja), também conhecida como "gavião-real", é uma das maiores aves de rapina do mundo, com dois metros de envergadura e podendo pesar até nove quilos. Sua postura imponente é reforçada pelas plumas que compõem o penacho na cabeça e as garras de sete centímetros nos pés, que são usadas para capturar os macacos e preguiças dos quais se alimenta.

Estima-se, por exemplo, que sua população possa diminuir em 30% nos próximos 50 anos. Isso é ainda mais preocupante quando descobrimos que esta preferência da harpia a faz ser um indicador da saúde do ambiente, e que florestas, principalmente as primárias, fornecem serviços ambientais, como água e ar puro, melhor do que aquelas que sofreram alterações por mãos humanas. Para se ter uma ideia da importância desse aspecto, os serviços ambientais gerados por florestas saudáveis equivalem a 3.813 trilhões de dólares na economia mundial.

A harpia pode ser considerada uma espécie "quase ameaçada" e dependente de esforços conservacionistas, estando incluída nos Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Aves de Rapina e Aves da Amazônia.

O Zoológico de Brasília é uma das instituições que participa destes Planos de Ação, somando forças para garantir que haja um futuro com esses "imensos gaviões" voando sobre os céus. Atualmente, a FJZB cuida de um casal de harpias, carinhosamente apelidados de Jorge e Baiana, que já apresenta comportamento de acasalamento e confecção do ninho. A Baiana, inclusive, já fez a postura de cinco ovos não fecundados, indicando que o Zoo está no caminho certo. Tudo isso faz jus a um importante precedente histórico, qual seja, o maior programa de reprodução de harpia no mundo teve início em razão de uma fêmea cuidada pelo Zoo.

O programa mantido pelo Refúgio Bela Vista da Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR), conta com mais de 30 aves nascidas desde 2005. O início se deu com uma harpia que viveu bem aqui no Distrito Federal e que traz a esperança que o namoro do Jorge e Baiana gere filhotes num futuro próximo.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**132.000,00**	**52.385,00**	**16.590,82**	**7.032,17**
8399 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	132.000,00	52.385,00	16.590,82	7.032,17
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**132.000,00**	**52.385,00**	**16.590,82**	**7.032,17**

Com o objetivo de fomentar o programa "REINTEGRA CIDADÃO", implementado por meio do Decreto nº 24.193/2003, que tem como objetivo proporcionar oportunidades aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, no seu processo de ressocialização e inserção social, pelo aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado, foi firmado contrato de prestação de serviços junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. O contrato visa disponibilizar mão de obra de 15 (quinze) sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, em regime semiaberto, aberto e livramento condicional, autorizados pela Vara de Execuções Penais do Distrito Federal – VEP e geridos pela FUNAP/DF, obedecida a qualificação e aptidão. O encaminhamento a essa Fundação dos sentenciados é realizado conforme o surgimento de demandas deste órgão, de acordo com o Projeto Básico, para execução de serviços distribuídos em diversas áreas de atuação, tais como:

I – Eletricista;

II - Manutenção de máquinas leves;

III – Pintor e

IV – Serviços Gerais (manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas públicas), conforme artigo 2º., inciso XII, do Decreto nº. 24.193, de 05 de novembro de 2003.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**10.000,00**	**26.165,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS- FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	7.000,00	0,00	0,00
6177 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-JARDIM ZOOLÓGICO-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	19.165,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**10.000,00**	**24.000,00**	**20.744,59**	**20.744,59**
9554 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	10.000,00	24.000,00	20.744,59	20.744,59

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**700.000,00**	**187.349,00**	**187.348,90**	**187.348,90**
0019 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	700.000,00	187.349,00	187.348,90	187.348,90
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**250.000,00**	**250.000,00**	**207.874,61**	**155.717,20**
7042 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	250.000,00	250.000,00	207.874,61	155.717,20
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**970.000,00**	**487.514,00**	**415.968,10**	**363.810,69**

De um universo de 06 (seis) servidores dessa Fundação que conquistaram o direito de aposentadoria em 2017, apenas 02 (dois) foram contemplados com o pagamento da Indenização de Licença Prêmio Pecúnia, garantido pelo Art. 142, da Lei Complementar 840/2011, devido à falta de autorização orçamentária.

Foram efetuados ainda no exercício 37 (trinta e sete) pagamentos de indenizações por exoneração de servidores dessa Fundação, detentores de cargos em comissão e restituição de férias. Efetuou-se, ainda, o ressarcimento referente à requisição de 01 (um) servidor do Ministério do Meio Ambiente, no período de janeiro de junho/2017.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**200.000,00**	**80.741,00**	**0,00**	**0,00**
5314 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	200.000,00	80.741,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**6.777.694,00**	**6.477.694,00**	**6.149.895,48**	**6.149.895,48**
8750 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	6.777.694,00	6.477.694,00	6.149.895,48	6.149.895,48
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**435.452,00**	**435.452,00**	**316.107,81**	**316.107,81**
9573 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	435.452,00	435.452,00	316.107,81	316.107,81
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**11.070.062,00**	**9.634.534,00**	**9.469.935,78**	**9.413.652,01**
9662 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	11.070.062,00	9.634.534,00	9.469.935,78	9.413.652,01
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**1,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5840 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	1,00	1,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**60.000,00**	**21.456,00**	**21.115,82**	**21.115,82**
5171 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	60.000,00	21.456,00	21.115,82	21.115,82
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**1,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5813 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	1,00	1,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**40.000,00**	**20.710,00**	**17.723,60**	**17.723,60**
8728 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FJZB- CANDANGOLÂNDIA	20.000,00	20.000,00	17.013,60	17.013,60
8729 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA-FJZB-CANDANGOLÂNDIA	20.000,00	710,00	710,00	710,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**0,00**	**7.000,00**	**0,00**	**0,00**
9790 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	0,00	7.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**18.583.210,00**	**16.677.589,00**	**15.974.778,49**	**15.918.494,72**

Quanto à questão da execução orçamentária, são desenvolvidas nessa unidade apenas as atividades essenciais, dentro das limitações orçamentárias vigentes, em especial na área de investimentos, tais como: Construção de Recintos; Reforma de Recintos; Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas; e Modernização do Sistema da Informação. Essa Fundação passa também por dificuldades para adquirir os materiais listados a seguir:

AQUISIÇÃO DE MESAS

Está em tramitação o Processo n° 196.000.024/2017 - Registro de preço para aquisição de materiais permanentes, mesas com banco integrado para pic-nic, bancos de jardim e lixeiras, todos fabricados em madeira plástica, para atender as necessidades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, conforme condições e especificações constantes nos autos do processo em epígrafe, no valor de estimado de R$ 2.169.912,00 (Dois milhões, cento e sessenta e nove mil, novecentos e doze reais).

O Jardim Zoológico de Brasília enquadra-se no contexto da Sociedade de Zoológico de Brasil e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente como um órgão de excelência e referência mundial, por desenvolver projetos baseados nos princípios que regem os zoológicos modernos, quais sejam: Conservação, Pesquisa e Educação Ambiental.

O Parque Zoológico possui área de 140 hectares bem arborescida com espécimes vegetais nativas do cerrado e contendo mais de 1500 (mil e quinhentos) animais e 300 (trezentas) espécies da fauna brasileira e exótica, mantidos em cativeiro e distribuídos em cento e quarenta e quatro recintos, além de um Serpentário e um Borboletário, sendo 26 espécies de mamíferos, 17 de aves e 4 espécies de répteis, ameaçadas de extinção e de um valor genético incalculável em matéria de conservação, sendo que a missão se pauta sempre em fornecer as melhores condições para o bem estar dos seres vivos sob a responsabilidade da FJZB, sendo os mesmos de grande valor à comunidade mundial, e que servem de modelo para toda a sociedade científica do Brasil e do exterior.

Dessa forma, vários visitantes utilizam desse espaço para estender um pano na grama e fazer suas refeições, ficando, dessa forma, exposto a vários riscos de contaminações como o carrapato estrela, uma vez que, dentre os animais citados, existem os de vida livre, como as capivaras, que são hospedeiros desse tipo de ácaro. Apesar do Jardim Zoológico de Brasília realizar ações preventivas no sentido de evitar a incidência de carrapatos no Parque, as capivaras, que são de vida livre, acabam trazendo esses parasitas, colocando em risco o público visitante e os colaboradores desse ambiente.

Vale ressaltar que o carrapato estrela transmite a febre maculosa. A doença tem um ciclo de incubação que dura de cinco a dez dias, até se manifestar. Um dos maiores problemas apontados pelos médicos é o fato de que os sintomas se parecem com os de outras doenças, como a dengue. A demora no diagnóstico pode levar à morte.

Assim sendo, a aquisição desse material iria minimizar o risco do contágio por esse parasita, pois seriam distribuídos no interior do parque para os visitantes e colaboradores utilizarem as mesas e bancos para realizarem suas refeições e lazer.

O Jardim Zoológico de Brasília recebe cerca de um milhão e duzentos mil visitantes anualmente, com média de cem mil ao mês, e, ainda, três mil e trezentos por dia, sendo que estão disponíveis apenas cinquenta bancos de cimento para esse público. Com a aquisição desse material, seria possível atender toda essa demanda, gerando, ainda, um possível aumento de público.

Considerando a limitação dos recursos disponíveis, essa Fundação buscou priorizar a aquisição de mesas que possuem por características mínimas: tipo mesa para jardim, com bancos integrados, confeccionada em madeira plástica, 100% fabricado em material reciclado, cor marrom, tonalidade e textura de madeira tipo Itaúba, Medidas: Tampo de 2,00mx80cm; Altura 80cm; Largura mínima dos bancos de 40cm; Comprimento dos bancos de 2,00m; Espessura da madeira de 3,0cm, com base para fixação em piso de concreto de no mínimo 10cmx15cm.

AQUISIÇÃO DE VIDROS

Está em tramitação o Processo n° 196.000.055/2017 - Registro de Preços para eventual aquisição e instalação de Painéis de vidro laminados e emoldurados, visando atender as necessidades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, conforme condições e especificações constantes do processo em epígrafe, com valor estimado de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

A aquisição e instalação dos painéis de vidro laminado incolor são essenciais para manter a segurança do público que visita a Fundação, além de garantir a integridade física dos animais do plantel, visto que os mesmos promovem uma barreira entre o público e os animais, e minimiza o ruído em mais de 70 %.

A aquisição é fundamental para garantir a conservação das espécies sob a responsabilidade da FJZB, considerando ainda que o esforço para adquirir este material de proteção para o público e para o plantel é uma exigência legal previstas na IN IBAMA n°. 07/2015.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Na implementação de ações para promover a preservação ambiental, ressalta-se a recuperação de área superior a 2,1 hectares de APP - Área de Preservação Permanente, com o plantio de 700 (setecentas) mudas de espécies nativas diversas, envolvendo estudantes de escolas da Região Administrativa da Candangolândia.

Esse trabalho foi desenvolvido com professora da Rede Pública, rendendo premiação internacional na ÁREA DE MEIO AMBIENTE, por meio do Despertar Consciência Socioambiental nos alunos. Esse era o objetivo de Maria Rosane Barros, idealizadora do Projeto Em "**Defesa**

do Córrego Guará", desenvolvido durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade de Brasília. O trabalho de educação ambiental realizado com 58 adolescentes, entre 14 e 17 anos de idade, no Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek, na Candangolândia, foi premiado no concurso SchoolsSustainabilityChallenge, em Oxford (Inglaterra).

O objetivo do projeto era trazer o aluno para o centro da aprendizagem por meio de atividades que auxiliassem o desenvolvimento da percepção crítica dos estudantes, tornando-os indagadores e protagonistas das ações realizadas. Ao participar dos exercícios propostos, os adolescentes puderam transformar positivamente a própria conduta na sociedade e no meio ambiente.

Dessa forma, o projeto foi elaborado a partir de metodologia lúdica para desenvolver a autonomia dos participantes. "Acabei buscando uma metodologia que atendesse a essa perspectiva e, na ludicidade, encontrei a ferramenta para executar essa ideia", acrescenta a professora sobre a atividade adotada, a gincana. Essa contou com sete desafios, divididos em duas etapas.

A primeira parte era direcionada à formação crítica dos alunos e à inserção dos estudantes no ambiente trabalhado, já que a maior parte deles não conhecia a realidade socioambiental da região. Com atividades em sala de aula, os adolescentes passaram a entender os motivos dos problemas do córrego, localizado entre a Candangolândia e o Zoológico de Brasília.

A segunda etapa caracterizou-se pela liberdade na tomada de decisões e autonomia dos procedimentos. A intenção era que o aluno, partindo de uma percepção crítica, começasse a pensar quais estratégias que poderiam ser executadas para transformar aquele cenário. Posteriormente, eles idealizaram diversas atividades que envolveram a comunidade, outras escolas e o governo local. Por exemplo, os alunos realizaram, durante três dias, a limpeza das margens do córrego, de onde foram retiradas duas toneladas de lixo.

Sob a orientação da professora, os participantes também construíram um viveiro com 1.200 mudas de árvores dentro da escola. Após seis meses de cultivo, 600 mudas foram plantadas nas margens d'água para reconstruir a mata ciliar da área, localizada entre o Zoológico e o Córrego Guará.

Foi iniciado também o preparo da terra para plantio em mais uma área de aproximadamente 2.8 hectares, para ampliação de Capineira, totalizando 6,3 hectares de área destinada à produção de capim e outros alimentos direcionados ao consumo dos animais do ZOO Brasília.

A educação ambiental, dentro do âmbito do ensino não-formal, é fundamental na sensibilização do indivíduo em relação às práticas sustentáveis, reforçando hábitos e promovendo a transformação social. Contudo, para que seja eficiente, é importante que suas ações tenham capilaridade na sociedade, atingindo, principalmente, diferentes faixas etárias e classes sociais. É importante ressaltar que essa diferenciação reitera outras ações que compartilham da mesma finalidade, seja ações de políticas públicas, programas de TV, rádio ou currículo escolar.

O Programa de Educação Ambiental dessa Fundação possui três subprogramas (relacionados à inclusão de minorias sociais, educação e extensão), que, por sua vez, contemplam onze projetos.

Cada um de seus projetos estão vinculados às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS - 4.5, 4.7, 6.3, 6.b, 12.8, 13.3 e 15.1) e aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os objetivos dos programas são especificados abaixo:

- Programa de Educação Ambiental: tem por objetivo propor, à luz da legislação vigente, programas de educação ambiental aos diferentes públicos internos e externos da FJZB;
- Programa de Inclusão: visa utilizar as ferramentas disponíveis pela educação ambiental, a fim de despertar o interesse pela conservação do meio ambiente às minorias sociais;
- Programa de Educação: busca a conscientização dos visitantes sobre o papel e funcionamento da FJZB para a sociedade e o meio ambiente;
- Programa de Extensão: objetiva apresentar a educação ambiental fora do espaço físico da FJZB, com ou sem a atuação de parceiros.

Os projetos de educação ambiental desenvolvidos pela FJZB atendem, em sua maioria, o público não pagante, como alunos de escolas públicas, pessoas com necessidades especiais, idosos e etc. Assim, além de reforçar o conteúdo trabalhado em sala de aula pelas escolas públicas do Distrito Federal, os projetos também proporcionam o acesso à educação ambiental para minorias sociais.

Os registros dessa unidade demonstram que o Projeto de Educação Ambiental atendeu 20.954 visitantes em 2017 e a Museologia realizou 113.253 atendimentos. É importante ressaltar que a comparação entre os dois números não deve ser feita, pois, a fim de apresentar um resultado satisfatório entre qualidade e quantidade, as atividades desenvolvidas por cada seguimento possuem metodologias diferenciadas. Outro dado que corrobora a relevância das atividades desenvolvidas por esta pasta é obtido quando se compara o público pagante com o número de atendimentos, visto que aproximadamente 35% do público que visita a Fundação participa de um projeto educacional.

Ainda nesse contexto da preservação ambiental, a equipe da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) enviada para a Chapada dos Veadeiros para apoiar no resgate de animais atingidos pelo incêndio florestal realizou um diagnóstico da situação no local.

Foram instaladas duas bases de apoio com medicamentos, kits cirúrgicos e vários equipamentos para o manejo de animais. Além disso, os voluntários passaram por capacitação com os técnicos do Zoológico.

Após o apoio da equipe do Zoo, houve a continuidade com a realização do monitoramento junto aos parceiros que estavam no local. O monitoramento foi coordenado em parceria com agentes da Reserva Bacupari, do Projeto Salvar, e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema/DF).

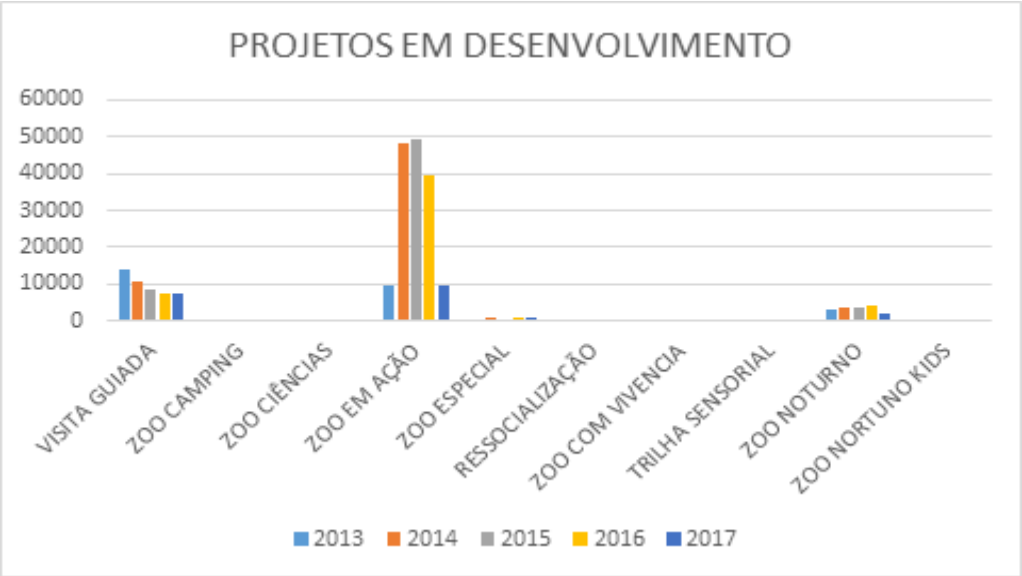
A Rede Contra Fogo, organização de voluntários da Sociedade Civil, realizou uma campanha para doação de materiais que foram usados no atendimento à fauna.

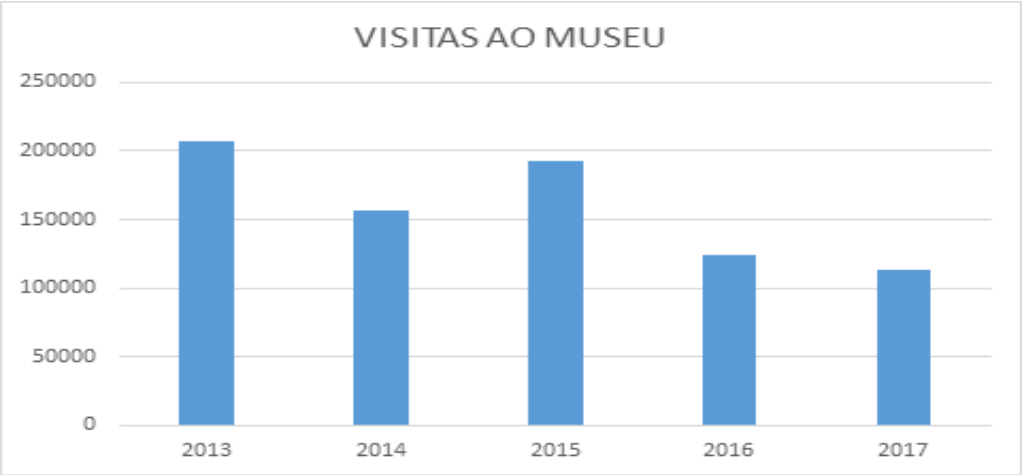
O Zoológico de Brasília disponibilizou espaço na portaria central da instituição para coleta do material, mas não foi o responsável pelo destino das doações.

A partir dos relatórios dos últimos cinco anos, pode-se observar o quantitativo de visitantes para cada um dos projetos em execução e realizar comparativo ao longo do tempo. Deve-se considerar que cada projeto pode ter tido seu nome alterado durante esse período e, a fim de evitar a dispersão dos dados, os mesmos podem ter sido agrupados dentro de um mesmo nome que preservasse seu objetivo geral.

Número de visitantes ao longo dos últimos cinco anos da FJZB. Cada linha representa um projeto e seu nome correlato à época.

Projeto	2013	2014	2015	2016	2017
Visita Guiada	14245	10976	8506	7721	7463
Zoo Camping	425	341	286	322	243
Zoo Ciências	314	112	-	152	38
Zoo em Ação	9531	48182	49110	39607	9890
Zoo Especial	473	763	407	839	858
Ressocialização	101	263	138	64	-
Zoo Com Vivência	70	107	-	-	136
Trilha Sensorial	303	131	-	-	-
Zoo Noturno	2870	3907	3721	4315	2168
Zoo Noturno Kids	-	-	-	-	158
Museu	207.278	156.382	192.375	124.062	113.253
TOTAL	**235610**	**221164**	**254543**	**177082**	**134207**





Os dados apresentados no presente relatório apontam para um decréscimo do público atendido por essa Fundação, em 2016 e 2017, em relação aos demais anos avaliados. Contudo, é importante notar que apenas dois projetos foram responsáveis por essas alterações (Zôo em Ação e Visita Monitorada), sendo que os demais mantiveram quantitativo similar ao observado anteriormente. Para justificar esses dados, as seguintes hipóteses são propostas:

- ausência de transporte próprio da FJZB dedicado ao projeto Zoo em Ação diminuiu a freqüência das atividades propostas, devido a dependência de fornecimento de transporte pela solicitante;

- não há a descrição de um Procedimento Operacional Padrão (POP) em relação à contabilidade do número de participantes em um projeto e, por isso, as flutuações em decorrência da mudança de gestão podem apresentar maiores variações, como a redução do número de servidores e terceirizados para a execução dos projetos. Assim, as metas de 2018 também contemplam medidas para sanar essa questão e aumentar o número de participantes nos projetos mencionados.

Entretanto, encontram-se em tramitação processos para aquisição de novos softwares, visando a informatização do sistema da bilheteria; para contratação de serviços de cartões de credito e débito; e para aquisição de Circuito Fechado de TV.

Ainda neste contexto da preservação ambiental, a equipe da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) enviada para a Chapada dos Veadeiros para apoiar no resgate de animais atingidos pelo incêndio florestal realizou um diagnóstico da situação no local.

Foram instaladas duas bases de apoio com medicamentos, kits cirúrgicos e vários equipamentos para o manejo de animais. Além disso, os voluntários passaram por capacitação com os técnicos do Zoológico.

Após o apoio da equipe do Zoo, houve a continuidade com a realização do monitoramento junto aos parceiros que estavam no local. O monitoramento foi coordenado em parceria com agentes da Reserva Bacupari, do Projeto Salvar, e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema/DF).

A Rede Contra Fogo, organização de voluntários da Sociedade Civil, realizou uma campanha para doação de materiais que foram usados no atendimento à fauna.

O Zoológico de Brasília disponibilizou espaço na portaria central da instituição para coleta do material, mas não foi o responsável pelo destino das doações.

No decorrer do exercício de 2017, esta Fundação participou de atividades itinerantes, como os eventos especificados a seguir, dispostos em ordem cronológica:

- - Participação no evento de comemoração do 56º Aniversário do Park Way, realizado no Núcleo Rural Vargem Bonita, no Park Way (Março);
- - Virada do Cerrado – evento organizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, que ocorreu no Parque da Cidade nos dias 1, 2 e 3 de setembro;
- - Conecta IF – feira de inovação realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães pelo IFB e que ocorreu entre os dias 18 e 23 de setembro;
- - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) - realização do projeto Zoo em Ação, com atendimento de 3.317 visitantes durante os cinco dias de evento.
- - Aniversário da FJZB - durante a semana de aniversário da FJZB, atividades foram desenvolvidas no Teatro de Arena e próximo ao recinto dos felinos no final de semana. Devido às chuvas intensas, as atividades nos dias de semana não tiveram nenhuma visitação. No final de semana, houve a participação de parceiros externos, como a "Mala do livro", "Cultura no Ônibus" e "Teatro Lobo Guará da Polícia Militar do Distrito Federal".
- Dentre as ações sociais realizadas nesse exercício, destaca-se a ação realizada no Sol Nascente, com a Associação Despertar Sabedoria do Sol Nascente, tratando-se de Atividade de Visita Monitorada que contemplou 45 crianças da associação. Essa foi uma ação isolada que objetivou criar um vínculo para que mais atividades sejam desenvolvidas para o ano de 2018 como parte do Programa de Inclusão. É objetivo desta Fundação inserir, em 2018, outras associações que atendam crianças carentes, como, por exemplo, a creche Alecrim da Estrutural.

Em 2017, a Fundação Jardim Zoológico renovou e firmou alguns convênios, termo de Cooperação/parcerias e comodato entre universidades, faculdades e empresas. Destacam-se os relacionados abaixo:

Termos de Cooperação Técnica com:

- Agência de Fiscalização do Distrito Federal- AGEFIS: busca desenvolver ações e estratégias conjuntas que assegurem o cumprimento das leis e normas que determinam a observância dos princípios de acessibilidade plena, às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no acesso externo e circulação interna do parque da FJZB;
- Fundação Universidade de Brasília- FUB: Programa de Residência em Medicina Veterinária de Animais Silvestres, a ser desenvolvido sob a orientação da professora Simone Pirecmamis. (FAV/UnB);
- União Educacional do Planalto Central (UNIPLAC): desenvolvimento de projetos de pesquisa cooperativa entre a Coordenação de Medicina Veterinária da instituição de ensino, com escopo voltado para a formação de alunos e o atendimento de animais silvestres, a ser ministrado sob a orientação de profissional designado pela instituição de ensino que atuará em conjunto com a equipe técnica da FJZB.
- Centro CENECISTA de Educação Profissional Felipe Tiago Gomes: tem por objetivo proporcionar aos estudantes regularmente matriculados e com frequências efetiva no Curso Técnico de Meio Ambiente a oportunidade de realização de estágio curricular obrigatório nas dependências da FJZB.

Convênios

- Centro de Ensino Tecnológico Ltda. - CETCURSOS: visa ao desenvolvimento de estágio obrigatório não remunerado, destinado aos estudantes regularmente matriculados no curso de Auxiliar Medicina Veterinária;
- União Pioneira de Integração Social- UPIS: o desenvolvimento de estágio obrigatório não remunerado, destinado aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia da instituição de ensinoUPIS, com escopo voltado ao aperfeiçoamento técnico-científico-pedagógico e de relacionamento humano, proporcionando a aquisição de experiência e aproximação com a realidade profissional, preparando os estudantes para o exercício da profissão e cidadania;
- Universidade Federal de Goiás: busca proporcionar aos estudantes regulamente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de graduação oferecidos pela UFG oportunidade de realização de estágio curricular obrigatório, nas seguintes áreas: agronomia, medicina veterinária, zootecnia, biologia, gestão ambiental e pedagogia.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Embrapa: conjugação de esforços entre a Embrapa e a FJZB para execução mútua dos trabalhos de pesquisa com animais silvestres nativos e exóticos do Zoológico de Brasília.

Comodato

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul: a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul cede do seu plantel, a título precário e gratuito, um exemplar macho de urso-de-óculos, com objetivo de reprodução e conservação da espécie.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Destaca-se algumas das dificuldades encontradas por essa Fundação, como por exemplo, a redução da força de trabalho em 22 (vinte e dois) colaboradores, que haviam sido contratados por meio de serviço terceirizados, responsáveis pela manutenção de todo o parque, somadas a extinção de cargos comissionados nas áreas fim e administrativa, resultando na carência de pessoal para execução de serviços gerais. Há previsão legal de realização de concurso público para provimento de cargos nessa Fundação, o que ainda não foi efetivado.

Devido à limitação no Orçamento dessa Unidade, foram empreendidos esforços para suplementar recursos por meio da apuração do excesso de arrecadação da receita diretamente arrecadada, especificadas no Quadro Demonstrativo da Arrecadação da Receita, relativo ao exercício de 2015/2016/2017, que, após pesquisa realizada junto ao Núcleo da Tesouraria/GEFIN/DICOF, e registros no SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental, constatou-se o comportamento da receita arrecadada, no período de 2015 a 2017, como segue:

O Quadro Demonstrativo da Arrecadação da Receita relativo ao período de 01/01/2017 a 31/08/2017 demonstrou que o comportamento da receita orçada no PLOA/2016 foi subestimado.

O Quadro Demonstrativo da Arrecadação da Receita e Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada no período de 01/01/2016 a 31/12/2016 apurou que o comportamento da receita no período foi subestimada em aproximadamente 10,12%.

Cumpre esclarecer que a receita prevista para este exercício foi de R$ 2.203.368,00 (dois milhões, duzentos e três mil, trezentos e sessenta e oito reais), e considerando que a receita arrecadada ultrapassou, em setembro/2017 o montante de R$ 2.037.428,15, (dois milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quinze centavos), houve a suplementação do orçamento desta Unidade com a expectativa de arrecadação da receita no período de outubro a dezembro/2017, demonstrados no quadro a seguir:

Quadro Demonstrativo da Arrecadação da Receita/2015/2016/2017			
EXERCÍCIO 2015			
MÊS	**INGRESSOS**	**IN ****	**BILHETERIA**
	433114205	**4,16E+08**	**NO MÊS**
OUTUBRO	135.835,00	2.590,00	138.425,00
NOVEMBRO	112.635,00	1.585,00	114.220,00
DEZEMBRO	129.225,00		129.225,00
Subtotal	377.695,00	4.175,00	381.870,00
EXERCÍCIO 2016			
OUTUBRO	218.852,06	1.520,00	220.372,06
NOVEMBRO	124.117,83	340,00	124.457,83
DEZEMBRO	209.311,00	200,00	209.511,00
Subtotal	552.280,89	2.060,00	554.340,89
EXERCÍCIO 2017			
OUTUBRO			220.372,06
NOVEMBRO			124.457,83
DEZEMBRO			209.511,00
Subtotal			554.340,89

Projetou-se a estimativa da receita arrecadada, para o período citado neste exercício, com base na arrecadação da receita nos últimos 32 (trinta e dois) meses, perfazendo um total de excesso de arrecadação da receita no valor de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), suplementados no orçamento desta Unidade na ação de Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.

Apesar de todas as dificuldades relatadas na questão de recursos Orçamentários, Financeiros e Força de Trabalho, os serviços essenciais de manutenção desta Fundação foram mantidos, por meio de uma gestão voltada para a redução no consumo de bens e serviços, de modo a permitir a manutenção primária do Órgão.

Quadro Demonstrativo da Receita/2017						
MÊS	**INGRESSOS**	**IN ****	**BILHETERIA**	**ALUG (pipoca)**	**OUTRAS**	**ARRECADADO**

	433114205	416001905	ATE MÊS	NO MÊS	RECEITAS	ATE MÊS
JANEIRO	363.722,00	0,00	363.722,00	1.895,66	3.427,80	369.045,46
FEVEREIRO	146.970,00	7.750,00	518.442,00	869,26	3.039,83	527.674,55
MARÇO	163.998,72	3.770,00	686.210,72	2.730,22	3.407,78	701.581,27
ABRIL	261.680,00	1.580,00	949.470,72	1.195,95	3.182,85	969.220,07
MAIO	189.010,00	7.790,00	1.146.270,72	1.489,20	10.067,95	1.177.577,22
JUNHO	146.175,00	1.920,00	1.294.365,72	1.984,03	1.948,49	1.329.604,74
JULHO	394.642,00	15.310,00	1.704.317,72	2.277,60	6.201,19	1.748.035,53
AGOSTO	159.279,51	5.635,00	1.869.232,23	657,00	4.057,19	1.917.664,23
SETEMBRO	116.850,00	850,00	1.986.932,23	525,60	1.538,32	2.037.428,15
OUTUBRO	226.891,00	1.095,00	2.214.918,23	1.357,80	3.429,15	2.270.201,10
NOVEMBRO	118.420,08	840,00	2.334.178,31	1.051,20	1.653,28	2.392.165,66
DEZEMBRO	169.957,00	405,00	2.504.540,31	1.314,00	6.335,71	2.570.177,37

FONTE:GEFIN/DICOF

Conforme informações extraídas do SIGGO, por meio do comparativo da receita arrecadada desta Fundação, observa-se aumento de cerca de 3% no exercício de 2017 em comparação com o exercício de 2016.

Quanto ao quantitativo de visitantes, 320.147 pessoas visitaram o Zoológico em 2017, gerando receita de R$ 2.570.177,37. No ano anterior, o número de visitantes foi de 326.295, sendo arrecadados R$ 2.495.997,81. Ressalta-se que a quantidade de visitantes que acessam o parque por meio de veículos não está relacionada no somatório, tampouco o quantitativo de visitantes constantes dos projetos relacionados na Instrução Normativa nº 11/2012, que trata dos Projetos Zoo Noturno, Zoocamping Etc...

QTD/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PAGANTE *	49.533	20.471	20.483	31.064	23.462	18.164	55.199	20.345	14.044	28.298	15.225	23.859	320.147
Distribuídos desta forma:													
ISENTO													
VEÍCULOS	3.625	2.351	2.102	2.432	1.959	1.579	3.168	1.674	992	3.393	3.191	4.264	30.730

PAGANTE INTEIRA	21.412	8.923	12.299	20.508	14.318	11.170	23.710	11.510	9.272	17.075	8.385	9.439	168.021
PAGANTE MEIA	28.121	11.548	8.184	10.556	9.144	6.994	31.489	8.835	4.772	11.223	6.840	14.360	152.066
MANUAL INTEIRA												40	40
MANUAL MEIA												20	20
FONTE: GEFIN/DICOF OBS.: Pagante é igual à soma de pagante Inteira + pagante meia + Manual Inteira + Manual meia Manual = ônibus itinerante, disponibilizado para facilitar o transporte dos visitantes.													

Apesar de todas as dificuldades relatadas na questão de recursos orçamentários, financeiros e quadro funcional, os serviços essenciais de manutenção desta Fundação foram mantidos por meio de uma gestão voltada para a redução no consumo de bens e serviços, de modo a permitir a manutenção primária do órgão.

Para 2018, dentro da ótica de uma nova gestão com forte compromisso conservacionista, com ênfase numa proposta que tem como objetivo a sustentabilidade ecológica e financeira, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília tem as seguintes perspectivas:

- conclusão dos processos licitatórios para fornecimento de recursos humanos terceirizados: espera-se que as licitações em trâmite para contratação de pessoal sejam concluídas, no intuito de evitar a suspensão das atividades desenvolvidas pela FJZB ou a necessidade de se recorrer a novos contratos emergenciais;

- contratação do Plano de Combate e Incêndio e Pânico (PCIP) para a FJZB: trata-se de plano para responder a situações emergências e outros sinistros na área interna da FJZB, portante de inexorável relevância no intuito de garantir a segurança dos funcionários, dos visitantes, do plantel de animais e do patrimônio público sob a gestão desta fundação. Este plano, depois de ser elaborado por empresa com engenheiro de segurança, a ser contratada, deverá ser validado pelo Corpo de Bombeiros. O processo está em trâmite no âmbito da FJZB, aguardando conclusão de sua instrução. A falta de servidores qualificados para atender a esse tipo de demanda no quadro da FJZB tem sido um grande entrave para a conclusão desse processo;

- contratação de sistema integrado de câmeras de vigilância eletrônica: a redução no quadro de pessoal tem sido um grande entrave para a condução dos processos no ritmo necessário para garantir a devida segurança operacional dessa FJZB. Esse processo ainda está em fase de conclusão do termo de referência, no qual está previsto a locação de um sistema de CFTV, com um total de 160 novas câmeras, com cláusula de manutenção corretiva em no máximo 12 horas;
- contratação de sistema de bilheteria: por meio do sistema serão emitidos relatórios mais detalhados e serão implantadas novas catracas, visando garantir a devida segurança operacional dessa FJZB. Encontra-se em fase de conclusão do termo de

referência e pesquisa de mercado;

- implantação de três novos módulos de sanitários: esta medida é muito relevante para a FJZB. Em razão de falhas no projeto inicial, um novo projeto foi protocolado com a NOVACAP e a SINESP, que estão tomando as providências junto a instituição financeira para execução da obra ainda no primeiro semestre de 2018;

- implantação de 18 pontos de bebedouros públicos: foram iniciadas as obras de requalificação dos bebedouros públicos com o material disponível na FJZB (4 unidades). O material necessário para a requalificação dos demais bebedouros já foram solicitados e estão em processo de aquisição, nas pls que foram aderidas pela FJZB;
- requalificação da infraestrutura dos ambientes dos animais, com foco nos aspectos de bem estar animal: iniciada a instalação dos sistemas de filtragem e tratamento de água e outras intervenções que foram possíveis com o material disponível na FJZB. Os materiais para as demais intervenções já foram solicitados e estão em processo de aquisição, nas pls que foram aderidas pela FJZB;
- contratação de seis projetos executivos de novos ambientes para espécies ameaçadas de extinção: a redução no quadro de pessoal tem sido um grande entrave para a condução dos processos no ritmo necessário para garantir a devida segurança operacional dessa FJZB. Por meio do projeto, serão contratados os projetos executivos para ambientes de peixes-boi, gorilas, ariranhas, tatu-canastra, lontras e bicudos. O processo se encontra em fase de conclusão do termo de referência e pesquisa de mercado;
- publicação de três editais para cessão de uso destinada a novas atrações para o Zoológico (Parque dos Dinossauros, pista de patinação e mini-golf): a iniciativa encontra-se em tramitação, visando ao alcance das perspectivas de melhor atendimento às demandas do público e de ampliar a autonomia financeira da FJZB;
- implantação do plano de acessibilidade na área interna da FJZB: a primeira etapa do plano já foi concluída, com a entrega do diagnóstico do plano de acessibilidade. Estão em elaboração os projetos executivos e o cronograma de instalação.

PERSPECTIVAS 2018

São perspectivas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília para o exercício de 2018:

- realizar alterações nas estruturas e nas ambientações dos recintos dos primatas, das ariranhas, dos pequenos felinose das iguanas;

- reformar o tanque de água de recinto dos grandes felinos com a instalação de uma cascata com reutilização da água por meio de um sistema de bombeamento de água;

- construir recinto para os jabutis;

- organizar a exposição de aracnídeos;

- elaborar projetos como: construção de um novo setor de nutrição e biotério; irrigação para formação da capineira e ampliação do setor de produção de alimentos; aquisição de estufa ventilada para secagem de frutas e legumes; aquisição de novas vasilhas de alimentação; reestruturação dos cochos instalados nos recintos dos animais; aquisição de ensiladeira; criação de peixe para fornecimento nos condicionamentos e enriquecimento.

- construir aviário de imersão, visando melhorar o bem estar de aves que necessitam de recintos mais altos para treino de vôo e reprodução.

- trocar tela e telhado dos recintos dos mutuns, pavões, gaviões, urubu-rei e corujas, tendo em vista que os mesmos nunca foram trocados, facilitando assim a entrada de roedores e marsupiais que podem predar as aves contidas no recinto;
- reformar os recintos do Casuá e Emus, sendo necessária a troca de tela, visto que nunca foram trocadas e, com as mudanças climáticas de sol e chuva, ficam frágeis e facilmente quebram;
- instalar galpão adjacente ao recinto dos bicudos, local em que ficará a alimentação para as voadeiras e área de manejo;
- construir dois novos recintos para calitriquídeos e para cachorro-vinagre;
- alterar as estruturas e ambientação de todas os recintos em ilha que não foram modificados em 2017;
- instalar cambiamentos em todos os recintos em ilha;
- melhorar a ambientação, oferecendo mais pontos de fuga nos recintos dos canídeos;
- reformar os cambiamentos dos recintos em fosso, com troca de ferragem, quando necessário;
- construir um tanque com 2m de profundidade no recinto das ariranhas;
- construir novos recintos para cervídeos;
- iniciar a construção do Setor Pantanal e da Nova Planície Africana;
- instalar bombas e filtros que garantam a qualidade da água em vários recintos;
- adquirir material de contenção e manejo animal;
- adquirir sistema informatizado internacional para organização e armazenamento dos dados referentes aos animais;
- executar Projeto “Serpentário Itinerante”;
- construir novo recinto para os crocodilianos;
- construir um novo Serpentário, utilizando um novo conceito de alocação e exposição de cobras e lagartos.
- construir a casa de invertebrados e modificar o recinto dos Teiús.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.208

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, doravante denominado IBRAM, criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, publicado no DODF 30/05/2007, reestruturado pelo Decreto 36.715 de 31 de agosto de 2015, e alterações, e regulamentado pelo Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007, que instituiu seu Regimento Interno, é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, atualmente vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente tem por finalidades o disposto no artigo 2º de sua Lei de criação:

I – executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal;

II – controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Para alcançar suas finalidades, as principais competências, descritas no artigo 3º de sua Lei de criação, bem como no artigo 3º de seu Regimento Interno, são:

I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;

II - definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais e dos recursos hídricos;

III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

IV - propor a definição e executar o controle dos zoneamentos ambientais e do zoneamento ecológico econômico;

V - proceder à avaliação de impactos ambientais;

VI - promover o licenciamento, a autorização, a fiscalização e o monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;

VII - propor a criação e promover a gestão e a administração de todas as unidades de conservação e todos os parques sob domínio do Distrito Federal, bem como de outras áreas protegidas;

VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de informações sobre os recursos hídricos;

IX - fiscalizar e aplicar penalidades administrativas pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;

XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético e de representatividade ecológica do Distrito Federal;

XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e a disposição final de produtos perigosos, no que tange à proteção ambiental, em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;

XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas, ao extrativismo e às populações tradicionais;

XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

XVII - prevenir, monitorar e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração e notificações oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

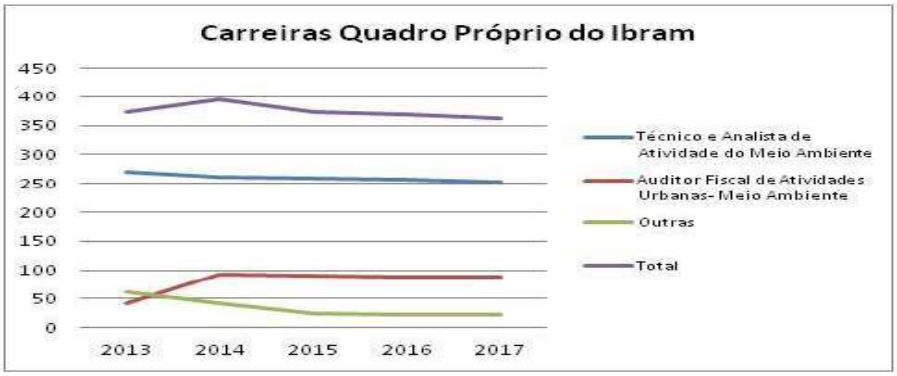
XIX – fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e

recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente.

FORÇA DE TRABALHO

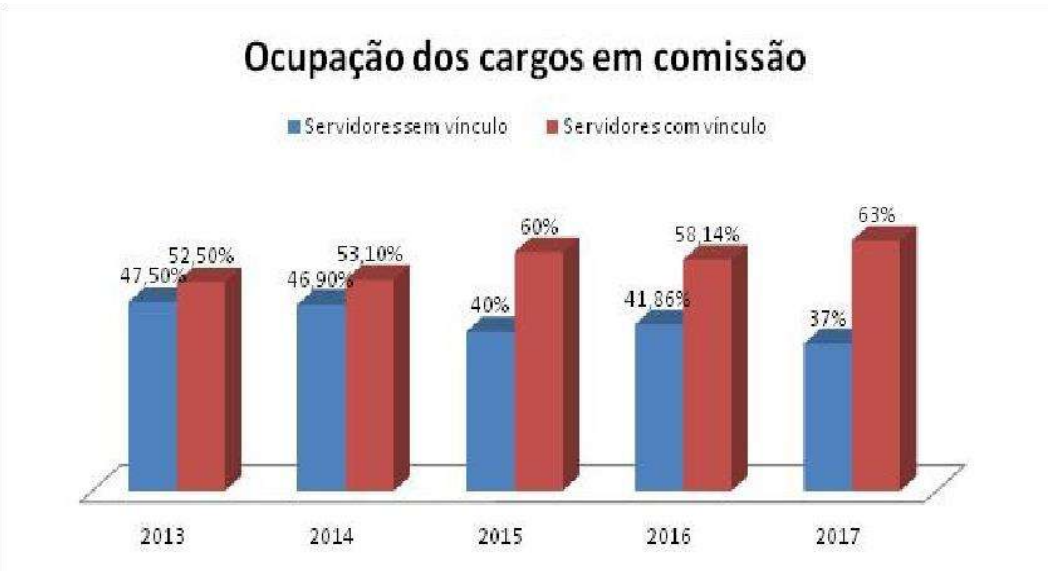
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	28	59	44	232	363
Comissionados sem vínculo efetivo	18	0	29	0	47
Requisitados de órgãos do GDF	5	5	3	22	35
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	9	0	4	13
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	48	0	0	48
Terceirizados (FUNAP)	0	11	0	12	23
Outros - especificar	0	0	0	5	5
Subtotal	51	132	76	275	534
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	6	6
Total Geral	51	132	76	269	528

Em relação ao ano anterior, em 2017 houve um incremento de aproximadamente 6% na força de trabalho total do órgão. Esse aumento se deve ao quantitativo de estagiários e estudantes da rede pública, integrantes do Projeto Jovem Candango e também reeducandos da Funap. Cabe ressaltar que esta alternativa se deu pela impossibilidade de aumento da força de trabalho do quadro próprio. Percebe-se pelo gráfico abaixo que a força de trabalho constituída de servidores efetivos vem decaindo ao longo dos anos, chegando em 2017 a 363 servidores efetivos no quadro próprio do Ibram. Quando comparado com o ano de 2014, quando teve a última nomeação da carreira de auditores fiscais, tem-se um decréscimo de 8%. O Ibram possui necessidade premente de renovar seus quadros com servidores especializados, em especial a Carreira de Atividades do Meio Ambiente, cujo último concurso se deu em 2009, e se percebe um decréscimo no efetivo ao longo dos anos. Espera-se, para 2018, autorização para realização do segundo concurso da Carreira de Atividades do Meio Ambiente, para recomposição do quadro.



Ressalta-se ainda que, com o aumento de atribuições legais do Ibram, bem como as especificidades das atividades finalísticas, um número expressivo de servidores de carreira, historicamente, ocupa cargos em comissão, evidenciando a valorização dos servidores do quadro.

Assim, o Ibram continua cumprindo a exigência da Lei Orgânica do Distrito Federal (artigo 19, Inciso V) que dispõe que, pelo menos, 50% dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores efetivos, conforme demonstrado abaixo.



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**800.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
0010 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA E EXECUÇÃO DE MELHORIAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0011 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-EXECUÇÃO DE MELHORIAS NO PARQUE DE AGUAS CLARAS-REGIÃO XX - ÁGUAS CLARAS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
0012 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-EXECUÇÃO DE MELHORIAS NO PARQUE BOSQUE DO SUDOESTE-REGIÃO XXII - SUDOESTE/OCTOGONAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**800.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**

O orçamento do Ibram foi vinculado a esse programa temático em razão de Emendas Parlamentares Distritais com destinação de recursos para implementação de melhorias nas Unidades de Conservação sob a gestão do órgão.

Dentre os valores apresentados para o cumprimento deste Programa Temático, apenas o montante destinado a melhorias no Parque de Águas Claras foi devidamente autorizado. O escopo dos trabalhos consta do processo nº 0391.002.643/2016 (SEI-GDF), que demonstra a destinação do recurso de R$ 200.000,00 para a construção de um parque infantil, cujo projeto de arquitetura foi doado ao Ibram pelo Jardim Botânico de Brasília - JBB.

No decorrer da análise dos projetos de arquitetura fornecidos pelo JBB, algumas dificuldades foram observadas, sobretudo a necessidade de complementação das informações apresentadas nas pranchas que compunham os projetos, para atendimento às especificidades do parque.

Ressalta-se que, mesmo adotando a previsão para o Projeto Executivo ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras, restavam complementações de informações aos projetos de arquitetura, para possibilitar, com precisão, a avaliação do custo da obra e a execução fiel dos elementos previstos nos projetos, que não foram concluídas a tempo. Estes requisitos eram essenciais para que, juntamente com os projetos complementares (de fundação, estrutura, instalações elétrica, hidráulica e sanitária), compusessem o Projeto Básico para elaboração do edital de licitação.

Em razão das fragilidades descritas e da carência de pessoal interno qualificado para a realização das complementações necessárias ao projeto, foi solicitado apoio da Administração Regional de São Sebastião, visto que aquela unidade dispunha de um departamento de obras, para auxilio no desenvolvimento dos projetos complementares. No entanto, não foi possível a conclusão dos trabalhos em 2017, o que inviabilizou a utilização dos recursos.

Os demais recursos de Emendas Parlamentares destinados às unidades de conservação administradas pelo Ibram não foram autorizados durante o exercício. No entanto, destaca-se que a carência de equipe técnica habilitada para elaboração de projetos para obras também dificultariam sua utilização.

Para 2018, o Ibram pretende, já no início do ano, estreitar o relacionamento com as unidades administrativas do Governo que disponham de estrutura adequada e corpo técnico qualificado

para elaboração de projetos, e assim, viabilizar a execução dos recursos que são disponibilizados para execução de obras nas unidades de conservação.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**120.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5882 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	120.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**120.000,00**	**3.641,00**	**3.640,55**	**3.640,55**
5209 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	120.000,00	3.641,00	3.640,55	3.640,55
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	**80.000,00**	**20.184,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	80.000,00	20.184,00	0,00	0,00
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	**493.000,00**	**74.527,00**	**62.465,93**	**61.925,93**
0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	493.000,00	74.527,00	62.465,93	61.925,93
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	**170.000,00**	**95.622,00**	**47.372,10**	**44.672,10**
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	170.000,00	95.622,00	47.372,10	44.672,10
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	**90.000,00**	**21.700,00**	**21.700,00**	**21.700,00**
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	90.000,00	21.700,00	21.700,00	21.700,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**1.083.000,00**	**215.674,00**	**135.178,58**	**131.938,58**

Uma grande parte das atividades finalísticas do Ibram estão inseridas neste programa temático que tem por objetivo geral: "Resgatar a capacidade do Estado de planejar e projetar, fiscalizar e controlar, segundo uma concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, visando ao desenvolvimento sustentável, e assegurando a preservação do patrimônio cultural urbanístico e a promoção ambiental." Como parte desse programa, as ações orçamentárias e não orçamentárias do Ibram estão vinculadas ao objetivo específico - Pacto pelo Licenciamento Integrado e Governança do Território. Destacam-se as atividades de fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental, cujos resultados fazem parte do Programa 6208.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

As atribuições do Ibram pertinentes à fiscalização, auditoria e controle ambiental visam estabelecer, orientar, coordenar, promover e executar, de acordo com as diretrizes gerais definidas pelo Plano Distrital Anual de Proteção Ambiental, ações voltadas aos objetivos estratégicos, a fim de coibir a degradação do meio ambiente. Todas essas ações são orientadas por um vasto arcabouço legal, conforme descrito a seguir:

- Lei Distrital nº 4092/08, regulamentada pelo Decreto nº 33.868/12, que trata do controle de poluição sonora no DF;

- Resolução CONAMA nº 237/97, para atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental;
- Lei Complementar nº 140/2011, Lei nº 9605/98, Decreto nº 6514/2008, Lei Distrital nº 41/1989 e Decreto Distrital nº 37.506/2016, para poluição do solo e poluição hídrica;
- Lei nº 4060/2007, Lei nº 9605/98, Decreto nº 6514/2008 e Lei Complementar nº 140/2011, para fiscalização do comércio, transporte e criações amadoras de pássaros, peixes ornamentais e outros animais silvestres, inclusive seu tráfico (comércio ilegal), maus tratos de animais domésticos e relacionados veículos de tração animal (carroceiros), caça e pesca amadora e profissional, bem como o comércio de pescado.
- Lei nº 9605/98, Decreto nº 6514/2008, Lei Distrital nº 41/1989, Lei Distrital nº 3031/2002, Decreto Distrital nº 37506/2016 e Lei Complementar nº 140/2011, para fiscalização do comércio, transporte, depósito e beneficiamento de produtos e subprodutos de origem florestal nativa (Sistema DOF).

No que tange à execução orçamentária das ações de Fortalecimento, Modernização e Realização das Atividades de Fiscalização, em que pese a extensa lista de necessidades da unidade (equipamentos de GPS, câmeras profissionais, livros, binóculos, trenas, paquímetros, etc.), as realizações se restringiram à:

- Calibração dos equipamentos denominados decibelímetros, conferindo maior segurança jurídica e técnica nas medições de ruídos e sons realizados pela fiscalização de poluição sonora;
- Aquisição de coletes balísticos, visando à garantia da integridade física e a vida dos auditores fiscais quando do cumprimento de suas atribuições funcionais;
- Aquisição de lupas, para utilização na identificação de produtos e subprodutos de origem florestal, bem como nas atividades de fiscalização de passeriformes;
- Aquisição de sacos estanque, para proteção dos equipamentos e formulários utilizados em situações de chuva, locais encharcados, embarcações, etc;
- Aquisição de coletes e cones de sinalização refletivos, para proteção dos auditores fiscais em suas atividades, a fim de aumentar a segurança nas vias, barreiras, etc;
- Aquisição de binóculos, para fiscalização de desmatamentos, poluição de corpos hídricos e outros tipos de degradação;
- Aquisição de lacres/adesivos, para utilização nas atividades interdição e embargo.

Apesar das dificuldades encontradas para aquisições em geral, devido a restrições orçamentárias, o Ibram avançou no sentido fornecer maior estrutura às atividades de fiscalização ambiental, com destaque para a aquisição de coletes balísticos, sendo esta uma reivindicação antiga dos auditores fiscais.

Outras ações específicas para a melhoria da fiscalização do Ibram estão vinculadas ao aperfeiçoamento dos processos internos de trabalho, alcançando resultados significativos. Dentre as realizações, destaca-se a reformulação do processo de análise e julgamento, em primeira instância, dos autos de infração ambiental lavrados pelos auditores fiscais do Instituto. A partir da contratação dos serviços de consultoria especializada e do trabalho integrado entre servidores de vários setores do Ibram, foi idealizado um novo processo de trabalho.

A partir da modelagem concebida, foi publicada a Instrução Normativa Ibram nº 411/2017, que estabeleceu um processo de julgamento significativamente mais célere e efetivo, a partir da criação da Comissão de Instrução e Julgamento de Auto de Infração Ambiental - CIJU.

As etapas do processo que anteriormente eram desempenhadas apenas pela Procuradoria Jurídica e pela Presidência do Instituto, passaram a ser realizadas por duas comissões, uma composta por servidores responsáveis pela análise dos autos expedidos e outra composta pelo Secretário Geral e quatro Superintendentes, responsáveis por julgar os pareceres expedidos pela primeira comissão.

Em sete meses de trabalho com o novo modelo, foram julgados 2.258 autos de infração, correspondente, em sua maioria, ao passivo de processos dos anos de 2013 a 2016 que até então se encontravam pendentes de julgamento. O resultado dos trabalhos realizados em 2017 gerou uma expectativa de arrecadação de R$ 15,4 milhões.

Outro ganho considerável se deu a partir do desenvolvimento de uma ferramenta de tecnologia, na qual os auditores fiscais passaram a alimentar com as informações das ações fiscais, possibilitando a criação de um mapa de incidência, dando mais eficiência na gestão de demandas e disponibilização de informações ambientais.



Exemplo de Mapa de Incidência de Ações Fiscais

Destaca-se ainda, a elaboração de uma proposta (em fase final de análise) de um normativo para regulamentar a aplicação das penalidades de interdição e embargo de área, com definição de regras e prazos para que se promova a desinterdição.

Em relação à produção inerente às atividades de fiscalização ambiental, as quantidades são descritas a seguir:

Relatórios	Auto de Infração	Termo de interdição	Termo de Apreensão	Termo de Intimação	Réplica
2381	810	8	173	63	479

Importante destacar ainda as ações de fiscalização integradas realizadas com outros órgãos, bem como a participação efetiva do Ibram em Comitês interinstitucionais, com destaque para o que segue:

- Ações integradas com o Departamento de Operações Aéreas da Policia Civil;

- Ações integradas com a Delegacia de Meio Ambiente da Policia Civil;
- Ações integradas com o Batalhão de Policia Militar Ambiental;
- Capacitação do efetivo do Batalhão de Policia Militar Ambiental para ações de Fauna;
- Participação no Comitê de Crise Hídrica; ☐ Participação na Junta Operacional da SSP DF;
- Participação no Comitê de Gestão do Território.

Com relação às operações de fiscalização realizadas durante o ano de 2017, foram significativos os resultados obtidos, conforme descrito a seguir:

Ação: Operação Madeira de Lei

Descrição: Foi realizada a primeira etapa da operação Madeira de Lei, que tem como objetivo a fiscalização do setor madeireiro no DF que comercializa e industrializa madeira nativa. O DF é o terceiro consumidor brasileiro de madeira nativa, vinda principalmente da região amazônica. A gestão e fiscalização das operações de transporte, guarda e comércio de produtos e subprodutos florestais no Sistema DOF (SisDOF) foi assumida pelo Ibram em 2014.

Resultados: Nessa primeira etapa, foram aplicados mais de R$ 2,1 milhões em multas e doação da madeira apreendida à SEAGRI, PMDF (BAVOP, CCF e RPMON), Administração RA XXVI e Administração RA XVIII.



Operação Madeira de Lei

Ação: Acompanhamento da Operação de Desobstrução da Orla do Lago Paranoá (iniciada em 2016).

Descrição: Desobstrução da Orla do Lago Paranoá, em parceria com a AGEFIS, como suporte ambiental das ações de desobstruções, com foco na preservação ambiental da Área de Preservação Permanente do Lago Paranoá.

Resultados: Foram evitados quaisquer danos ao meio ambiente durante o processo de desobstrução.





Desobstrução da Orla do Lago Paranoá

Ação: Projeto Orla Livre

Descrição: Projeto estratégico do Governo de Brasília, iniciado em 2015, da qual a Operação Orla do Ibram, tem como objetivo retomar e recuperar espaços públicos localizados junto à orla do Lago Paranoá, de forma a conciliar o uso de toda a população com o equilíbrio ecológico.

Resultados: A orla da península do Lago Norte teve um total de 671.000 m2 (seiscentos e setenta e um mil metros quadrados) de área desobstruída, percorrendo um recuo de 139 lotes. Já a orla do Lago Sul teve, até a primeira semana de dezembro de 2017, uma área de 1.007.836,36m2 (um milhão e sete mil metros quadrados) desobstruídas.

Ação: Peixe Vivo (iniciada em 2017)

Descrição: O Projeto "Como pode um Peixe Vivo", iniciado em 2017, tem por objetivo revitalizar toda a Bacia Hidrográfica do Riacho Fundo, bem como resguardar espécie endêmica da região, o peixe Pirá Brasília (Simpsonichthys boitonei).

Resultados: Revitalização da bacia do Riacho Fundo (em andamento/operações contínuas).



Projeto Como Pode um Peixe Vivo...

Ação: Acqua Munda

Descrição: A Operação, iniciada em 2015, visa resguardar as Áreas de Preservação Permanentes - APPs dos corpos hídricos do Distrito Federal, coibindo ações degradadores e impondo medidas protetivas ao meio ambiente, com a remoção e desconstituição de intervenções sem anuência, licença ou autorização do Órgão ambiental.

Resultados: Recuperação de áreas de preservação permanente dos mananciais do Lago Paranoá, num total de sete córregos (em andamento/ operações contínuas).

Ação: Barreiras

Descrição: Promoção de barreiras rodoviárias em rotas de entrada do Distrito Federal para coibir a entrada ilegal de produtos e subprodutos de origem Florestal e tráfico de animais.

Resultados: Coibição do tráfico de animais, pesca e entrada de madeira ilegal no DF (operação contínua).

Ação: Operação Descoberto

Descrição: Com a experiência adquirida na operação "Acqua Munda", o Ibram organizou uma ação no Rio Descoberto, que contou com a participação de todos os Auditores Fiscais do Instituto.

Ação: Jardim Botânico de Brasília (JBB)

Descrição: Em atendimento à demanda do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, para avaliar o cumprimento de Autos de Infração aplicados no ano de 2009 na quadra 17 da RA XVI, foi realizada operação para verificar o cumprimento da primeira ação e caso não cumprido, determinar a recuperação da área de APP na referida Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Resultados: Recuperação da área degradada do JBB - QI 17 da RA 16.

Ação: Desocupação de Unidades de Conservação

Descrição: Coibição das ocupações irregulares em UCs

Resultados: Desocupações, em parceria com outro órgãos, das habitações irregulares no Parque Ecológico Ezechias Heringer (remoção de 320 edificações), Reserva Biológica do Guará (desconstituídos 3 mil m2 de edificações), Parque do Retirinho (remoção de 730 edificações), Parque Burle Marx (remoção de 20 barracos), Parque da Candangolândia.



Desocupação de Unidades de Conservação

Ação: Operação Jingle Bells (iniciada em 2016)

Descrição: operação que visou à vistoria de Criadores Amadoristas de Passeriformes do DF com licença ativa.

Resultados: Aplicação de R$ 134 mil em multas. Realizada apreensão de 42 aves da fauna silvestre brasileira.

Ação: Operação Ruas

Descrição: A Operação Ruas, que ocorre a cada quadrimestre, visa coibir o tráfico de animais silvestres, sua apanha em local natural, maus tratos e preservar os processos naturais para conservação das espécies silvestres.

Resultados: Apreendidas mais de 500 aves silvestres, que são posteriormente devolvidas à natureza.



Operação Ruas

Ação: Operação Lacustre

Descrição: Operação permanente que tem como finalidade coibir a pesca ilegal e predatória no Lago Paranoá e corpos hídricos que o abastecem, contando com o apoio do Batalhão Militar Lacustre.

Ação: SISPASS (iniciada em 2014)

Descrição: ação permanente que verifica as ilegalidades e as conformidades dos plantéis descritos no Sistema Sispass.

Resultados: 77% dos criadores cadastrados e fiscalizados apresentam algum tipo de irregularidade. Foram apreendidos cerca de 1.300 animais.

Ação: Delivery (iniciada em 2015)

Descrição: Ação preventiva que tem como objetivo impedir o tráfico de aves silvestres ameaçadas. Após o nascimento da ave em cativeiro uma equipe é deslocada para o local a fim de verificar a existência do nascimento bem como levar a anilha (selo público) para colocação na ave.

Resultados: entrega de aproximadamente 400 anilhas.

Ação: Serviços de Inteligência realizado em São Sebastião, com apoio da Polícia Civil (DOA/PCDF)

Descrição: Ação com apoio do Departamento de Operações Aéreas da Policia Civil para subsidiar Comitê de Gestão do Território, feito em conjunto com AGEFIS.

Resultado: Mapeamento de uso e ocupação do solo da área.



Operação conjunta com a Polícia Civil

Ação: Operação Crise Hídrica - Descoberto

Descrição: Identificação, autuação e orientação empreendimentos potencialmente poluidores ou grandes consumidores de água na Bacia do Descoberto.

Resultado: Foram realizadas ações fiscais em 104 empreendimentos, sendo 22 pisciculturas e turismo rural. Destes, 27 operavam com algum tipo de irregularidade ambiental, sendo 07 pisciculturas.

Ação: Operação Crise Hídrica - DF

Descrição: Identificação, autuação e orientação de empreendimentos de turismo rural e pesque pague em todo o Distrito Federal.

Resultado: Foram fiscalizados 14 pisciculturas e turismo rural em todo DF, pois são atividades que tem elevado consumo de água, dos quais 09 apresentaram irregularidades ambientais.

Ação: Operação Postos de Abastecimento

Descrição: Verificação da conformidade ambiental dessa atividade com alto potencial poluidor.

Resultado: Foram auditados processos de licenciamento ambiental e 66 postos de abastecimento foram fiscalizados presencialmente.

Ação: Operação Clandestino

Descrição: Identificar de estabelecimentos que desenvolviam atividades licenciáveis sem licença ambiental ou processo em andamento no Ibram e trazê-los para a regularidade.

Resultado: Foram realizadas 27 ações fiscais.



Operação Clandestino

Ação: Operação com licença - SIA

Descrição: Auditoria de processos de licenciamento ambiental e fiscalização das respectivas atividades de 21 estabelecimentos. Nesta operação a área de atuação escolhida foi geográfica, o Setor de Indústria e Abastecimento – SIA.

Resultado: 18 autuações.

Ação: Operação Campo Limpo

Descrição: Foram realizadas ações fiscais em 30 propriedades rurais em Planaltina para verificar conformidade de licenciamento ambiental ou Declaração de conformidade agropecuária.

Resultado: A operação resultou em 14 autuações.



Operação Campo Limpo

Ação: Operação Águas Claras

Descrição: Verificação do cumprimento de condicionantes de licenciamento ambiental e identificação de atividades licenciáveis clandestinas na região de Águas Claras.

Resultado: Foram realizadas 40 ações fiscais, com 15 autuações.

Ação: Operação contínua de controle de poluição sonora.

Descrição: Apuração de denúncias de infrações ambientais relacionadas à poluição sonora, identificando quem realmente está infringindo a lei.

Resultado: Em 2017, foram realizadas cerca de 3000 vistorias em 24 regiões administrativas, resultando em 334 autuações.

Ação: Operação eventos

Descrição: Identificação antecipada de eventos, para ação preventiva e repressiva.

Ação: Grupo de Trabalho para Criação de Câmaras de Conciliação e Convivência Urbana

Descrição: Criação de mecanismos e capacitação nas Administrações Regionais para lidar com os conflitos causados pela convivência urbana, especialmente os relacionados à ocupação dos espaços públicos e à poluição sonora.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Com relação às atividades inerentes ao licenciamento ambiental, não ocorreram investimentos para modernização a partir dos recursos orçamentários de 2017. O Ibram optou por realizar as ações possíveis a partir da melhoria dos processos de trabalho.

Uma das iniciativas de grande impacto foi a redefinição dos fluxos de trabalho para a implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Foram criados processos específicos para cada tipo de Ato Administrativo envolvendo o licenciamento ambiental - Licença Previa (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LI), Licença Ambiental Simplificada (LAS), Licença de Operação Corretiva (LOC) entre outras. Isso possibilitou uma melhor organização do processo como um todo, aumentando, assim, a eficiência na análise técnica.

Visando a adoção de documentos padronizados que dessem mais objetividade às análises em atendendo aos princípios administrativos da impessoalidade, eficiência e eficácia, foram elaborados e criados no SEI 47 Pareceres Técnicos Estruturados para as diversas atividades e fases do Licenciamento Ambiental. A partir da maturidade na utilização desses pareceres, espera-se uma maior celeridade na etapa de análise dos requerimentos recebidos pelo Ibram.

Ação semelhante se deu com a instituição de uma lista de verificação (checklist) contemplando 31 atividades licenciáveis, em cada uma das fases do licenciamento ordinário (LP, LI, LI – Ampliação/Reforma, LO, LOC e LO - Renovação) disponível em http://www.ibram.df.gov.br/component/k2/item/3035-lista-de-documentos-para-aberturade-processo-de-licenciamento-ambiental-checklist.html. Esta iniciativa reduziu significativamente o retrabalho dos analistas, já que ficou mais clara para o interessado a relação de documentos necessários quando do requerimento da licença, bem como possibilitou aos conferentes maior facilidade e precisão no recebimento da documentação. Esta ação foi acompanhada pela publicação da Instrução Normativa Ibram nº 647/2017, regulando o processo de recebimento e de conferência de documentos relativos ao licenciamento ambiental.

Ainda nessa linha de trabalho, foram criados 20 Termos de Referência para padronizar as solicitações de estudos ambientais para as seguintes atividades: Abatedouro, Aquicultura, Armazenamento e Beneficiamento, Assentamento Rural, Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil – ATTR, Avicultura, Cemitério, Centro de Triagem de Resíduos, Drenagem, Ecoturismo, Esgotamento Sanitário, Extração de Água Mineral, Irrigação, Linha de Transmissão, Parcelamento de Solo Urbano, Pavimentação, Suinocultura, Transporte Rodoviário de Cargas Perigosas, Usina de Asfalto, Usina Dosadora de Concreto.

Durante o exercício foi instituída, por meio do Decreto nº 38.334/2017, uma força tarefa que possibilitou o incremento na força de trabalho do Ibram, a partir de 10 outros órgãos da Administração Pública, com o objetivo de analisar os processos de interesse público considerados prioritários pelo Governo.

Destaca-se ainda a publicação das Resoluções CONAM nº 09, 10 e 11 de 2017, normatizando, respectivamente, a autorização ambiental, dispensa de licenciamento ambiental e declaração de conformidade de atividade agropecuária.

Houve ainda, ao final de 2017, a implantação do novo sistema RLE@Digital, concebido para integrar a Administração Pública num processo simplificado e uniforme, facilitando ao interessado a abertura de empresas, baixas e licenciamentos. Neste contexto, o Ibram foi incluído com o processo de Consulta Prévia do Licenciamento Ambiental. Com a implantação do RLE, o interessado realiza a consulta inicial sobre os riscos ambientais de seu empreendimento, sem a necessidade de comparecimento ao Ibram. Caso a atividade se enquadre na relação daquelas que não apresentam riscos, ele fica dispensado das demais etapas.

Considerando que a análise de requerimentos para o seguimento postos de combustíveis não tem ocorrido a contento em relação às expectativas dos envolvidos, o Ibram disponibilizou ao público externo a IN 213/2013 (procedimentos para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis) para a contribuição popular, visando a elaboração do texto de uma nova Instrução.

Em agosto de 2017, o Ibram realizou uma força tarefa voltada aos processos de licenciamento de postos de combustível, com a finalidade de verificação de pendências documentais daqueles que estavam aguardando análise do Instituto. Na ocasião, aproveitou-se para migrar todos esses processos para o SEI. Foram analisados 183 pedidos de requerimento para Licença de Operação, Licença de Instalação e Licença Prévia. Desse total, apenas 16 processos estavam com a documentação regular e aptos à análise técnica. Como consequência, foram produzidas manifestações de pendência para todos os demais e encaminhadas ao empreendedor interessado para que ele apresente a documentação faltante.

Destaca-se, também, o esforço despendido em prol das captações de água emergenciais, feito em conjunto com a CAESB, como parte do enfrentamento à crise hídrica quando os reservatórios

do DF atingiram os menores níveis da história. Foram emitidas licenças para captação no Lago Paranoá, Ribeirão Bananal, Taboquinha e na região do Gama.



Obra de captação de água do Lago Paranoá

Entre as obras estruturantes, destacam-se os esforços concentrados para análise e emissão da licença ambiental que possibilitou a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília. Com isso, iniciou-se o processo de desativação do Lixão da Estrutural, considerado pela ONU como o maior da América Latina. Houve, ainda, a priorização dos processos dos Centros de Triagem de resíduos, que oferecem melhor destinação aos resíduos sólidos, melhoria das condições de trabalho dos catadores e aumento da vida útil do Aterro Sanitário.



Lixão da Estrutural



Aterro Sanitário de Brasília

Considerando as atividades voltadas para a construção de habitações para população de baixa renda, apesar da equipe reduzida e envolvida nos diversos projetos, o Ibram emitiu importantes licenças para a regularização de sete áreas de interesse Social. São elas, bairro Crixá, Bonsucesso, Paranoá Parque, Quadras ímpares da Samambaia, Riacho Fundo II (4ª e 5ª etapas) e Nova Planaltina. Ainda na temática Planejamento Metropolitano e Rural, e no compromisso em regularizar as ocupações historicamente consolidadas, especialmente os condomínios, foram emitidas licenças para regularização de condomínios na região do Tororó, licença para implantação de infraestrutura básica essencial de condomínios em regularização nos setores habitacionais: São Bartolomeu, Jardim Botânico e Estrada do Sol. Emissão de Licença de Instalação para as Glebas 2 e 4 do Setor Habitacional Vicente Pires, entre diversas outras ações voltadas para a regularização de parcelamento de solo em área urbana.



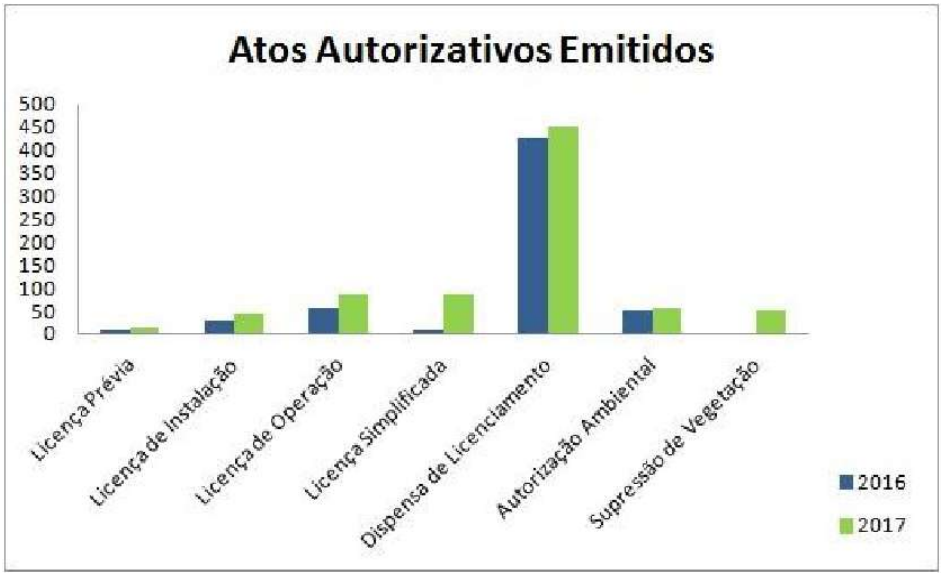
Conjunto Habitacional licenciado

Com relação à execução orçamentária no valor de R$ 21.700,00 para as atividades de licenciamento ambiental, destaca-se a aquisição de equipamentos de GPS para auxílio aos analistas ambientais nos trabalhos de campo, na obtenção de dados de localização das atividades licenciadas, com potencial uso no Banco de Dados do Ibram. Os dados de localização por coordenadas passarão a ser informados no Parecer Estruturado e utilizados na emissão da Licença Ambiental, dando mais segurança ao Ato.

Em relação à produção da equipe técnica responsável pelas análises dos requerimentos por licenças ambientais, foi registrado um montante de 1.131 documentos técnicos (Parecer Técnicos, Informações Técnicas, Manifestações de Pendências e Despachos Decisórios).

Exclusivamente quanto aos Atos Autorizativos emitidos pelo Licenciamento Ambiental, temse a tabela que segue:

Atos Autorizativos de Licenciamento Ambiental	**2016**	**2017**
Licença Prévia	8	11
Licença de Instalação	27	45
Licença de Operação	55	88
Licença Simplificada	7	85
Dispensa de Licenciamento	425	450
Autorização Ambiental	50	57
Supressão de Vegetação	0	53
Quantidade Total	572	789



O gráfico apresentado demonstra a evolução do biênio 2016-2017. Pode-se notar o aumento de, aproximadamente, 38% no quantitativo de Licenças emitidas. Isto ocorreu em razão das ações voltadas à melhoria dos procedimentos e processos do Licenciamento Ambiental. Espera-se que com a continuidade de investimentos em organização e modernização, seja possível melhorar ainda mais os números apresentados, embora uma melhoria substancial poderá ser observada quando for possível o aporte de recursos humanos.

Cabe reportar que o aumento observado na quantidade de atos expedidos não reflete em aumento de receita das tarifas de licenciamento ambiental dentro de um mesmo período, já que uma parte significativa das licenças expedidas decorrem de processos autuados em exercícios anteriores.

Importante ainda destacar que durante o ano de 2017, em decorrência do êxito quanto a Revisão 3, estendendo o prazo do Acordo de Cooperação Internacional entre Ibram, Unesco e ABC (Agência Brasileira de Cooperação), foi possível realizar um certame licitatório para contratação de uma fábrica de software que irá desenvolver um sistema para o Ibram (com a especificação já concluída anteriormente), tendo como foco principal inicial o processo de licenciamento ambiental. A expectativa é que o contrato esteja assinado no início de 2018, para que durante o ano o software seja desenvolvido.

De um modo geral, as principais dificuldades vividas pelo Ibram no que se refere à análise e emissão de licenças ambientais foram: a desproporcionalidade de recursos humanos em relação à demanda; infraestrutura tecnológica inadequada; falta de investimento em cursos de aperfeiçoamento e qualificação da equipe técnica; dificuldade na gestão da informação com controle de prazos, filas e grande volume de demandas externas diversas que diminuem o fluxo e ritmo da análise ambiental específica dos processos de licenciamento.

Mesmo diante das dificuldades, ao longo do ano houve um crescimento da produtividade do Licenciamento Ambiental, conforme dados apresentados. Contudo, maiores investimentos são necessários para ter um licenciamento eficiente e eficaz, com entregas positivas para a sociedade, e visando a manutenção do meio ambiente equilibrado.

MONITORAMENTO AMBIENTAL

Em relação à temática Monitoramento Ambiental, o Ibram vem desenvolvendo alguns projetos e programas, conforme segue:

Projeto Rodofauna

O Projeto Rodofauna tem como finalidade monitorar o impacto ambiental de rodovias sobre a fauna silvestre, identificando pontos críticos de acidentes a fim de direcionar a adoção de medidas mitigadoras, promovendo ações e estratégias conservacionistas e educativas. Dessa forma, são realizadas campanhas de carro para identificação de animais atropelados no entorno das principais Unidades de Conservação – UCs do DF. Desde 2016, vem sendo realizado o monitoramento ao redor da Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE), percorrendo um trajeto pré-definido de 50 km.

No ano de 2017, foram registrados 221 animais atropelados no entorno daquela UC, representando uma queda de 49% em relação ao ano anterior. Do total de animais atropelados, 85% eram silvestres, sendo a maioria aves (49%).

Lista de fauna ameaçada do DF

Além da lista de espécies ameaçadas do Brasil, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, os órgãos ambientais regionais são responsáveis pela confecção das listas regionais de fauna ameaçada. Para atender a essa responsabilidade, o Ibram, em parceria com a SEMARH-GO, está criando a lista de fauna ameaçada de extinção do Distrito Federal e Goiás com objetivo de indicar a quantidade de espécies que se encontram classificadas como regionalmente extintas, criticamente em perigo, quase ameaçadas, vulneráveis e, ainda, aquelas cujos dados foram considerados deficientes para serem classificadas.

Projeto Mapear

O projeto tem como objetivo mapear as áreas degradadas e fitofisionomias do Distrito Federal - por meio de trabalho de campo, captação de pontos com uso do GPS e análise de imagens de satélite - identificando os tipos de degradação e ocupação do solo de maneira a auxiliar estratégias e ações futuras para a recuperação de áreas degradadas e manutenção dos recursos naturais, da fauna silvestre e da vegetação nativa.

Em 2017, iniciou-se a atualização dos dados do projeto, para redefinição das classes de uso do solo a serem mapeadas a fim de garantir que as classes de interesse de todo o Ibram fossem contempladas no Projeto, bem como a definição das Unidades de Conservação prioritárias a serem trabalhadas a partir de 2018.

Projeto Geoclima

A proposta desse projeto é a criação do sistema de monitoramento geo-climático, riscos e qualidade ambiental composto pelos módulos de: monitoramento do tempo e clima (precipitação, temperatura, umidade relativa do ar, pressão barométrica, radiação solar e radiação ultravioleta), monitoramento da qualidade do ar, monitoramento das áreas de encostas e bacias hidrográficas. Tal sistema funcionará de forma integrada, possibilitando, assim, a realização de previsões, cenários, modelagem climática-ambiental, estudos e diagnósticos sobre as alterações climáticas no Distrito Federal, fomentando um módulo de gerenciamento de risco e alerta para eventos extremos, principalmente relacionados às chuvas e à qualidade do ar. Dessa forma, as informações obtidas serão organizadas e modeladas em uma base, acoplada a um sistema online georeferenciado para visualização e disponibilização de dados, que subsidiarão a gestão e planejamento ambiental-urbano, além de facilitar diversos tipos de diagnóstico ambiental e ações de fiscalização, entre outras atividades. Tal sistema poderá ter

seus dados divulgados pelos veículos de mídia privados e governamentais que tenham interesse sobre o tema.

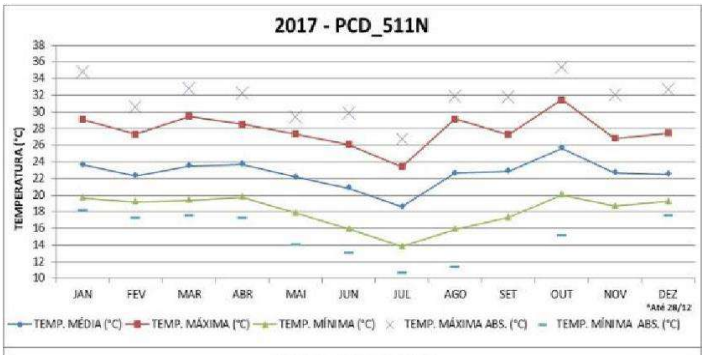
Ao final de 2017, foi instalada uma estação meteorológica no Zoológico de Brasília, com envio dos dados remotamente, via modem celular, a um servidor FTP do Ibram.

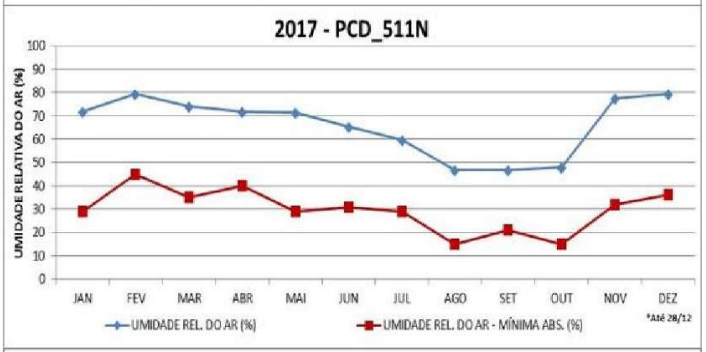
Além disso, estão em atividade 03 pontos de coleta de dados (PCD) e as coletas permaneceram de forma manual feitas quinzenalmente, que são as estações instaladas: na sede do órgão ambiental (PCD_511 Norte), Rodoviária do Plano Piloto (PCD_ROD) e Jardim Botânico de Brasília (PCD_JBB).

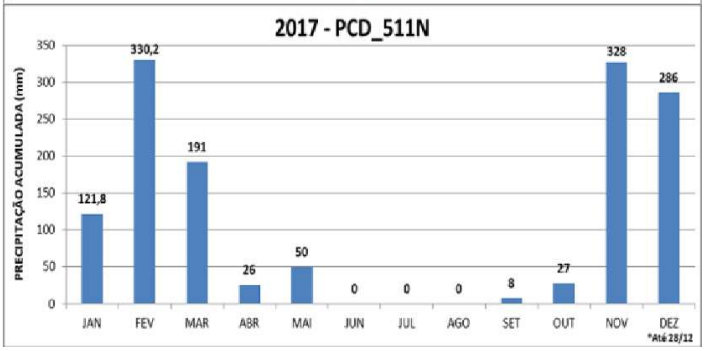
Em relação às informações pluviométricas, a base do Ibram é alimentada com os dados capturados a partir das estações próprias, bem como com o que é gerado pelo INMET, ADASA e CAESB. De forma semelhante, a base de dados climatológica também é atualizada a partir das origens citadas, com acréscimo do que é produzido pelo INMET.

A seguir são apresentados os históricos dos pontos de coleta das estações meteorológicas do Ibram:

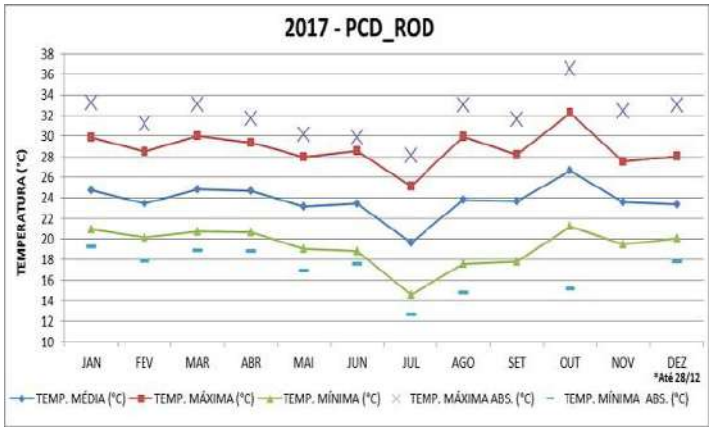
Dados Meteorológicos - Estação 511 Norte.

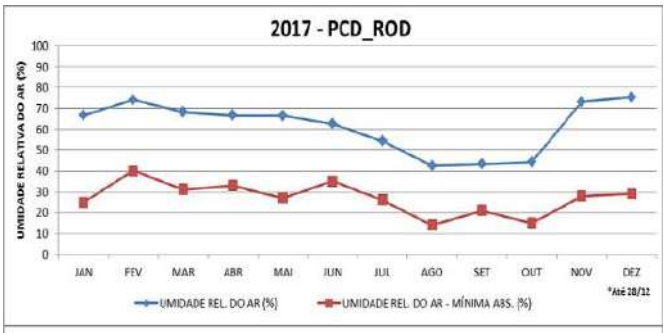


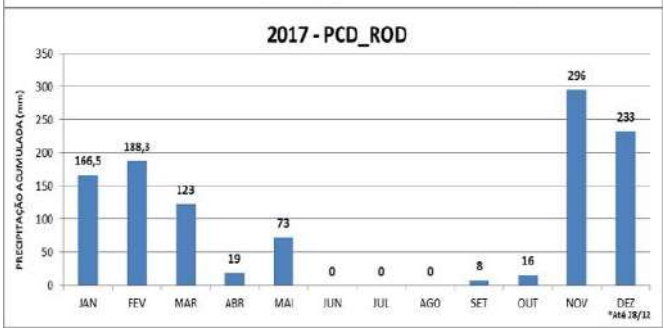




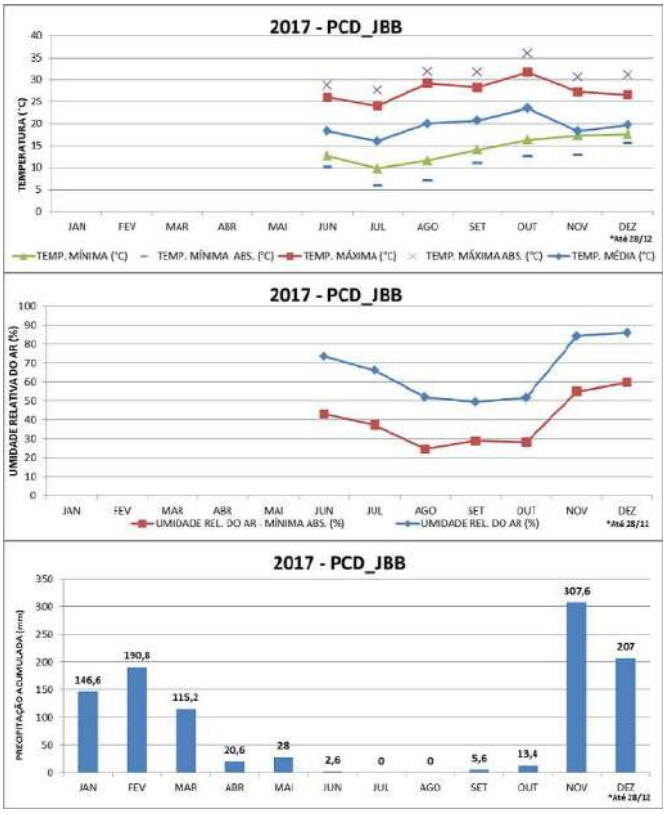
Dados Meteorológicos- Estação da Rodoviária do Plano Piloto.







Dados Meteorológicos - Estação Jardim Botânico de Brasília.



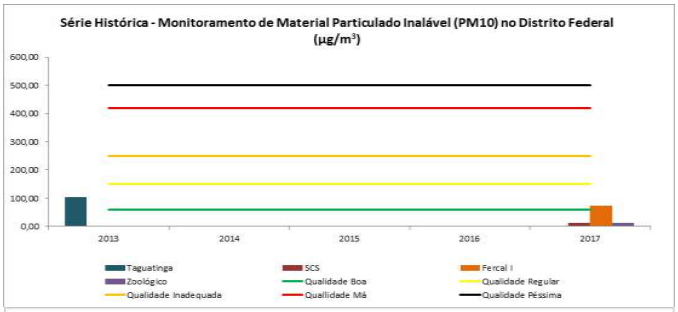
Programa da qualidade do ar

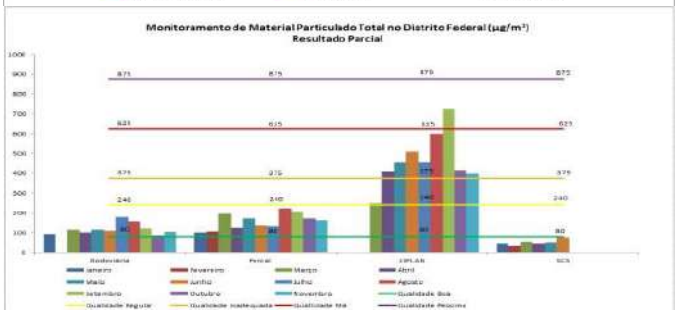
O ano de 2017 foi de muitas atividades no âmbito do Programa da Qualidade do Ar. Além daquelas que são rotineiras, ocorreram melhorias nos pontos de monitoramento da Rodoviária e da Fercal, bem como a instalação de novas estações meteorológicas. Além disso, fez-se necessário, por motivos de segurança, transferir a estação do Setor Comercial Sul para o Jardim Zoológico de Brasília.

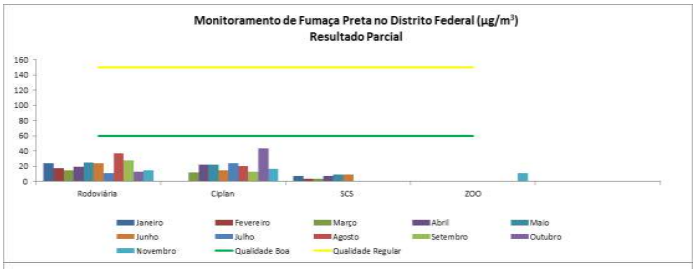
Na Fercal e no Zoológico, foram instalados equipamentos de monitoramento de material particulado inalável (PM10), que é mais nocivo e por isso mais relevante que o material particulado total (PTS). O material particulado inalável tem capacidade de chegar dentro dos organismos humanos e resulta em danos graves à saúde.

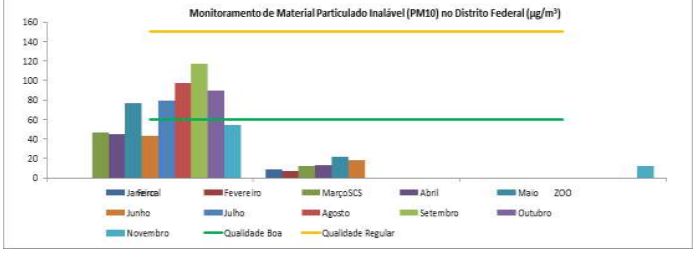
Cabe ressaltar que o início do processo de monitoramento de material particulado inalável a partir da Estação Jardim Zoológico se deu ao final do ano de 2017 e, portanto, os dados ainda não são representativos. Na medida em que essa série histórica evolua, as informações produzidas poderão nortear a definição de políticas públicas voltadas ao meio ambiente à saúde. Destaca-se que as informações produzidas são mensalmente publicadas em http://www.ibram.df.gov.br/informacoes/meio-ambiente/qualidade-do-ar.html.

A seguir são apresentados os resultados apurados até a data de elaboração deste relatório:









Durante todo o ano, o Ibram trabalhou prospectando parcerias para a celebração de acordos de cooperação técnica, como por exemplo, com a UnB, IFB, Jardim Zoológico e UniCEUB. Ao final do ano, já havia tido sucesso junto aos dois últimos, com destaque para o plano de trabalho estabelecido junto ao UniCEUB, prevendo a realização de capacitações e o intercâmbio de equipamentos.



Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Estação de monitoramento Jardim Zoológico

A participação do Ibram no Grupo de Trabalho para revisão da Resolução CONAMA nº3/1990, que dispõe sobre os padrões da qualidade do ar, apontou para a necessidade de uma grande modernização no programa, alterando os poluentes tradicionalmente monitorados de material particulado total e fumaça, para material particulado inalável (PM10), material particulado fino (PM2,5), monóxido de carbono, dióxido de enxofre, dióxido de nitrogênio e ozônio.

Durante o ano de 2017, foram adquiridos bens de uso durável e materiais para a manutenção da rede de monitoramento da qualidade do ar, como transformadores elétricos, fios e plugues. Além disso, houve a compra de placas e adesivos de identificação dos equipamentos do Ibram para divulgação do site para obtenção dos resultados.

Destaca-se, ainda, a obtenção de recursos de compensação ambiental para a instalação de cinco novos pontos de monitoramento nas regiões de Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará e Cidade Estrutural. Já em relação à tentativa por meio de seleção pública da FAP-DF, não houve êxito.

Apesar da indisponibilidade orçamentária para a realização de capacitações, alguns treinamentos foram viabilizados para a equipe responsável pelas atividades de monitoramento ambiental, como gerenciamento de áreas contaminadas, técnicas de investigação de áreas contaminadas, licenciamento ambiental de postos de combustível, metodologia para inventário nacional de mercúrio, entre outros.

Ruído ambiental

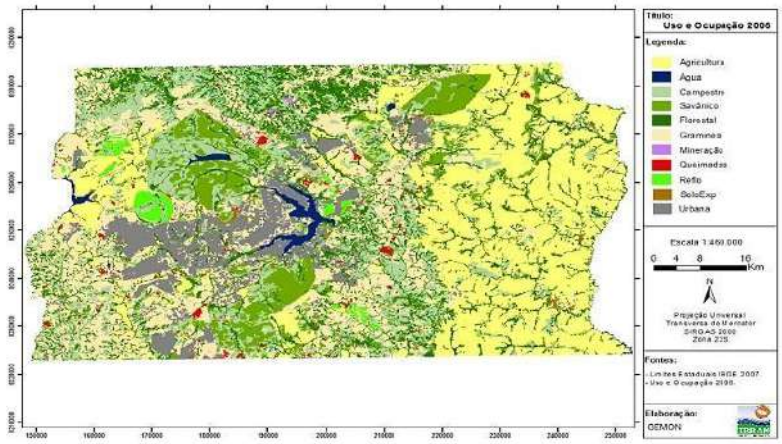
O monitoramento do ruído ambiental tem como objetivo identificar as fontes geradoras de poluição sonora. Entre as atividades realizadas durante o ano, destaca-se o monitoramento do ruído provocado pelos automóveis no interior do Zoológico de Brasília, realizado em **parceria com o UNICEUB e Administração do Zoológico.**

Sensoriamento remoto

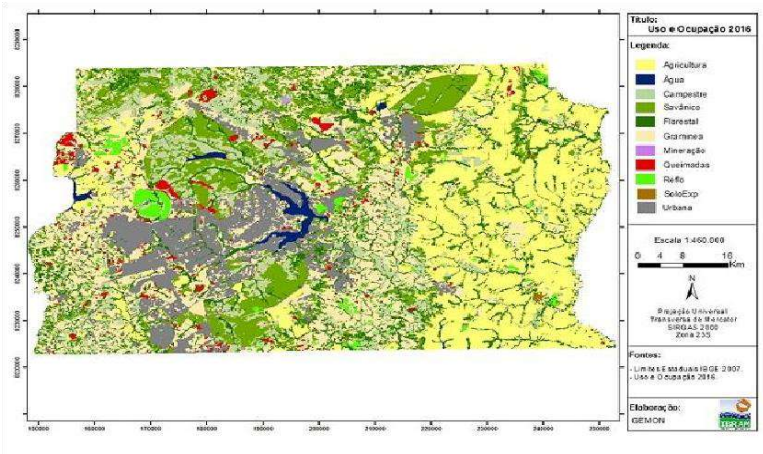
No decorrer do ano de 2017, foram desenvolvidas atividades voltadas para a classificação do uso e ocupação do solo do Distrito Federal e da Bacia do Riacho Fundo, a partir de processamento digital de imagens de sensoriamento remoto – PDI, envolvendo desenvolvimento de metodologias de classificação e de validação de resultados.

A seguir, são listadas as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano:

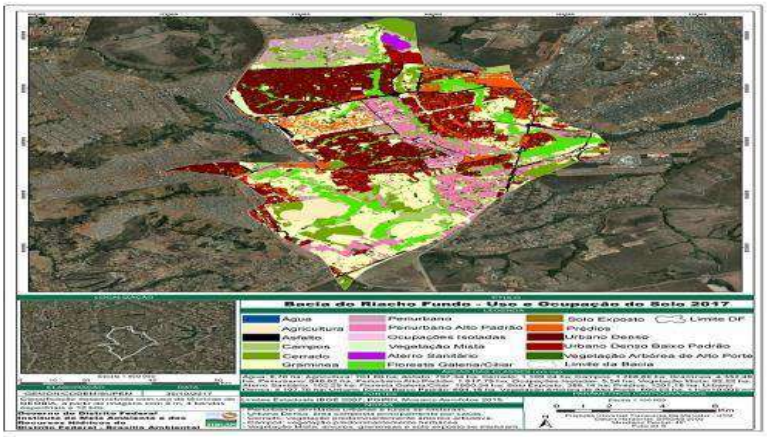
Classificação de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal com uso de imagens Landsat 5 - Ano 2006: Desenvolvimento de metodologia de classificação; Execução da classificação; Edição dos resultados e Desenvolvimento de metodologia de validação dos resultados (em execução).



Classificação de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal com uso de imagens Landsat 8 - Ano 2016: Desenvolvimento de metodologia de classificação; Execução da classificação; Edição dos resultados e Desenvolvimento de metodologia de validação dos resultados (em execução).



- Detecção de Mudanças no Uso e Ocupação do Solo Do Distrito Federal – Anos 2006 e 2016: Desenvolvimento de metodologia de detecção de mudanças a partir das classificações dos anos 2006 e 2016; Execução da Detecção de Mudanças e Edição dos resultados (em execução).
- Classificação de Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Riacho Fundo - Ano 2017: Desenvolvimento de metodologia de classificação; Execução da classificação; Edição dos resultados; Preenchimento dos metadados
  e Disponibilização dos resultados em arquivo vetorial e dos metadados.



Classificação de Uso e Ocupação do Solo do Parque Burle Marx e do Setor Noroeste - Anos 2009, 2014 e 2017: Desenvolvimento de metodologia de classificação; Execução da classificação por vetorização em tela e Disponibilização dos resultados mediante elaboração de Informação Técnica.

Uma grande conquista obtida durante o ano foi a aquisição de imagens de satélite a partir do software Planet Scope, bem como, os alertas de perda de vegetação e queimadas. São imagens de alta resolução espacial-temporal que irão possibilitar, por meio do sensoriamento remoto, o monitoramento de unidades de conservação, áreas com restrição ambiental e remanescentes de cerrado. A aquisição se deu por meio de recursos de compensação ambiental e o fornecimento de imagens se dará por um período de dois anos.

RECURSOS HÍDRICOS

Em relação às ações voltadas aos recursos hídricos, o Ibram participou ativamente das reuniões do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH DF e de suas Câmaras Técnicas; Comitês de Bacia Hidrográfica - CBH – Maranhão, Preto e Paranoá, no âmbito do Distrito Federal, e Paranaíba, na esfera Federal; Grupo de Trabalho Integração do CBH Paranaíba. O Ibram tem cadeira como representante do CBH Paranoá; Grupo de Acompanhamento da Crise Hídrica do DF; Grupo de acompanhamento dos níveis altimétricos do Lago Paranoá; grupo de trabalho de monitoramento do Produtor de Água do Pipiripau; grupo temático sobre Ações Transversais do 8° Fórum Mundial da Água; participação nas ações do PROGESTÃO – Ibram, Adasa e Sema; análise de monitoramento qualidade e quantidade de água referente aos processos de licenciamento ambiental; organização e execução do Workshop – Nascentes e outros Conceitos relacionados aos recursos hídricos – realizado na EGOV, com a participação de aproximadamente 120 pessoas e 07 palestrantes.

Programa Adote uma nascente - PAN

O Programa Adote uma Nascente - PAN foi criado em 2001, tendo sua metodologia atualizada em 2010, por meio do Decreto nº 32045/2010. O Programa tem como objetivo apoiar a adoção de medidas de melhoria das condições ambientais de nascentes, olhos d'água e a área de recarga no território do Distrito Federal, no sentido de orientar os interessados no processo, bem como coletar dados técnicos para serem utilizados como uma das ferramentas de monitoramento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Atualmente, o PAN dispõe de uma base de dados com 308 pontos de afloramento do lençol freático e 170 colaboradores.

Em 2017, além das vistorias, foi realizado o monitoramento da qualidade da água nas Unidades de Conservação da Unidade Hidrográfica (UH) Riacho Fundo e Alto Rio Descoberto (Parque Veredinha), bem como o monitoramento quali-quantitativo da estação seca na ESEC-Águas Emendadas.

O Ibram obteve a aprovação, pela FAP/DF, de um projeto para identificação, caracterização, classificação e sinalização de nascentes e olhos d'água na UH Riacho Fundo.

Para 2018, o Ibram pretende dar continuidade nas vistorias com foco nas solicitações localizadas na Unidade Hidrográfica do Riacho Fundo; efetivar o monitoramento nas UCs na UH Riacho Fundo; realizar um workshop sobre o programa; considerar as recomendações do MPDFT sobre o enfrentamento da crise hídrica para inclusão do PAN nas condicionantes do licenciamento ambiental; formação de equipe para trabalhar na elaboração de Instrução Normativa relativa ao

PAN, conforme estabelecido no Decreto de atualização da metodologia do programa; execução do projeto de identificação, classificação e sinalização de nascentes e olhos d'água na UH Riacho Fundo, por meio do projeto com financiamento da FAP/DF; propor criação e implantação de aplicativo para interagir com a sociedade quanto aos pontos de nascentes do Distrito Federal.

Programa Produtor de Água – Projeto Pipiripau

O Programa Produtor de Água – Projeto Pipiripau, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas – ANA, é um programa de adesão voluntária de produtores rurais que se proponham a adotar em suas terras práticas e manejos conservacionistas propostas pelo programa através do Planejamento Integral da Propriedade – PIP com vistas à conservação de solo e água. O objetivo é propiciar a melhoria da qualidade da água e o aumento das vazões médias dos rios na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pipiripau. A participação do Ibram é formalizada no Acordo de Cooperação Técnica nº 015/2011 – ANA.

Em 2017, foram realizadas vistorias em 122 propriedades na bacia do Pipiripau para atesto dos serviços prestados em cada propriedade, a fim de liberar o pagamento por serviços ambientais-PSA. O Ibram, por meio dos seus representantes, participou de 60 dessas vistorias. Destaca-se ainda que, durante o ano, ocorreram reuniões com o objetivo de definir os parâmetros a serem monitorados para aferição do sucesso do programa na bacia.

Projeto "Como pode um peixe vivo..."

Este projeto tem por objetivo mobilizar e integrar ações, tanto de entidades do governo como da sociedade, em prol da revitalização da qualidade ambiental na bacia do Ribeirão Riacho Fundo no Distrito Federal, cujas águas contribuem para o Lago Paranoá, manancial de uso múltiplo que atende toda a população de Brasília e que abriga uma biodiversidade importante e ameaçada de extinção. A parceria institucional para viabilização do projeto é composta, além do Ibram, pela Caesb, Adasa, Agefis, Novacap, Seagri, Emater, SLU, Jardim Zoológico, SSP, Secult, Secretaria de Educação e Administrações Regionais.

O lançamento do projeto se deu no mês de setembro, em evento ocorrido no Parque do Riacho Fundo, com a realização de ações de limpeza em alguns pontos do córrego e de seus tributários.

INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

No ano de 2017, foram concentrados grandes esforços para remodelagem do processo de informações ambientais do Ibram. A disponibilização de dados e informações ambientais serve como base e referência para a grande maioria dos trabalhos de análise desenvolvidos em todos os setores do órgão. Os principais referenciais normativos considerados pelo Ibram para essa reestruturação são:

- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE (Decreto Federal Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008);
- Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA (Instrução Normativa SLTI Nº 04, de 12 de abril de 2012);
- Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal – IDE/DF (Decreto Distrital Nº 37.612, de 09 de setembro de 2016);
- Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional Distrito Federal (Decreto Distrital Nº 38.354, de 24 de julho de 2017).

A partir da criação de rotinas de manutenção e armazenamento dos dados em suas respectivas bases, a divulgação é realizada por meio dos canais de comunicação mais apropriados. Os servidores são capacitados internamente em soluções tecnológicas com o objetivo de democratizar o acesso às informações previamente organizadas, além de estimular a produção organizada e sistematizada de novas informações. Para auxílio conceitual às capacitações dos servidores, foram adquiridos cinco livros técnicos durante o ano.

Foram priorizadas a concepção, desenvolvimento e organização dos projetos para o cadastro distrital de unidades de conservação (CDUC) e o de organização das informações sobre atividades de licenciamento ambiental, na temática mineração. Além disso, foi atualizado o documento denominado MANUAL DE PADRÕES E NORMAS PARA
ADMINISTRAÇÃO DE DADOS e adquiridos livros técnicos para capacitação interna da equipe.

Por meio da Cooperação Técnica Internacional Ibram/Unesco, foram contratados serviços de consultoria especializada em banco de dados espaciais, o que possibilitou o desenvolvimento de metodologias para: inserção de dados legados no Banco de Dados do Ibram; criação de formulários para inserção contínua de dados; criação dos metadados; e ainda, para criação do mosaico de imagens de satélite, contendo os passos para organização, georreferenciamento e disponibilização, por meio de geoserviços, das imagens de satélite disponíveis nos arquivos do Ibram.

Para 2018, a perspectiva é que seja continuado esse trabalho de reestruturação. Tendo em vista esse horizonte, em final de 2017 foi firmado um convênio, celebrado junto ao Ministério do Meio Ambiente, recursos originários de Emenda Parlamentar, a ser utilizada em 2018. O projeto para utilização desse recurso está prevista a contratação dos serviços de desenvolvimento de uma solução de geoprocessamento para integração dos dados de Licenciamento Ambiental no Distrito Federal. O conjunto dessas iniciativas irá subsidiar a realização de estudos e análises, proporcionando respostas mais rápidas às questões sociais e ambientais, dando agilidade e maior confiabilidade às análises ambientais.

Adicionalmente, cabe destacar que o Ibram participa na estrutura do IDE-DF, como característica de "nó próprio" (Processo SEI Nº 00391-00013078/2017-58), por meio do qual os seguintes dados já foram publicados e podem ser acessados, enquanto Geoserviços, por meio do endereço GEOSERVER IBRAM, e Metadados, no endereço METADADOS IBRAM:

- Uso e Cobertura da Terra 2011;
- Plantio indicado;
- Área indicada para plantio;
- Área queimada;
- Poda;
- Supressão individual de vegetação;
- Nascentes;
- Supressão de Área de Vegetação;
- Reserva Legal;
- Rodofauna: resultados 2010 a 2015.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS- CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NO PARQUE EZECHIAS HERINGER-GUARÁ	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	**270.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	270.000,00	0,00	0,00	0,00
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	**1.000.000,00**	**686.813,00**	**534.572,43**	**444.487,10**
0001 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	686.813,00	534.572,43	444.487,10
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	**50.000,00**	**33.144,00**	**3.444,00**	**3.444,00**
0001 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS-- DISTRITO FEDERAL	50.000,00	33.144,00	3.444,00	3.444,00
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	**410.000,00**	**338.660,00**	**192.360,90**	**192.360,90**
0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	410.000,00	338.660,00	192.360,90	192.360,90
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	**600.000,00**	**112.728,00**	**1.430,00**	**1.430,00**
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE--DISTRITO FEDERAL	600.000,00	112.728,00	1.430,00	1.430,00
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	**169.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	169.000,00	0,00	0,00	0,00
2535 - GESTÃO DA FAUNA	**400.000,00**	**262.714,00**	**9.711,35**	**9.372,35**
0001 - GESTÃO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	400.000,00	262.714,00	9.711,35	9.372,35
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	**1.000.000,00**	**340.513,00**	**314.806,00**	**245.516,00**
0001 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-- DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	340.513,00	314.806,00	245.516,00
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	**30.000,00**	**8.247,00**	**1.396,10**	**1.396,10**
0001 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	30.000,00	8.247,00	1.396,10	1.396,10
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**4.039.000,00**	**1.882.819,00**	**1.057.720,78**	**898.006,45**

Conforme descrito no PPA 2016-2019 (Lei 5.602/2015), este programa temático traz como objetivo geral: "Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras".

As atividades desempenhadas pelo Ibram atendem de maneira ampla este programa, e de forma específica o órgão é responsável pelo objetivo específico número 05 – Brasília Verde – Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das

unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental. E também possui algumas ações vinculadas ao objetivo específico número 06 - Direitos dos Animais – Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem-estar dos animais domésticos e silvestres.

Desta forma, o órgão contribui para o alcance destes objetivos com a execução das ações orçamentárias previstas na tabela acima, além de outras ações não orçamentárias que serão descritas na sequência.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Durante o ano de 2017, apesar da previsão existente, não foram aplicados recursos orçamentários na implantação de unidades de conservação, em razão do contingenciamento dos valores.

Em relação à manutenção das unidades de conservação, o gasto mais expressivo se deu com as despesas para fornecimento de água e energia, correspondendo, respectivamente, à R$ 258 mil e R$ 124 mil do orçamento previsto para esta ação. O restante dos recursos foi despendido com a aquisição de materiais de consumo para manutenção dos parques, contrato de telefonia e outros serviços e compras de menor monta.

Para viabilizar os serviços de reparo e pequenas manutenções nas unidades de conservação, o Ibram realizou, no segundo semestre do ano, a contratação de reeducandos do sistema prisional, a partir de parceria celebrada com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP). Destaca-se a importância deste recurso, visto que o Ibram não dispõe de contrato de prestação de serviços de manutenção. No modelo adotado, o Administrador de Parques do Ibram identifica os reparos a serem realizados, transporta, orienta e acompanha reeducandos na execução dos serviços. Entre os trabalhos executados pela equipe, destaca-se a revitalização do Parque Três Meninas.

Em relação às doações voluntárias, num total de quatro, e às medidas alternativas propostas pelo Ministério Público e determinadas pelo Tribunal de Justiça, totalizando vinte e cinco, foi registrado em 2017 o montante de R$ 48.615,66 entre materiais de consumo e equipamentos encaminhados às unidades de conservação administradas pelo Ibram.

Já com recursos de compensações ambientais, foi possível reformar os banheiros, a sede e executar o projeto de ajardinamento do Parque do Paranoá.

O mesmo ocorreu no Parque Ecológico Saburo Onoyama, onde foram concluídos os reparos na piscina pública daquela unidade. No mesmo parque, em dezembro de 2017, iniciaram-se os trabalhos de revitalização, nos mesmos moldes do executado no Parque Três Meninas, ou seja, com a utilização da equipe de manutenção composta por reeducandos, supervisionados por servidores do Ibram.

Com o apoio da comunidade, foram realizados diversos mutirões de limpeza em unidades de conservação, com destaque para os que ocorreram nos parques Veredinha, Asa Sul, Três Meninas, Ezechias Heringer, Olhos d'Água, Dom Bosco e Sucupira.

Em relação à recategorização das unidades de conservação, foram concluídos quatro processos, conforme descrição que segue:

UC	Nova Categoria
Parque Burle Marx	Parque Ecológico Burle Marx
Parque Boca da Mata	Parque Distrital Boca da Mata
Parque dos Jequitibás	Parque Ecológico Jequitibás
Parque Vivencial Pinheiros	Floresta Distrital dos Pinheiros

Destacam-se ainda o diagnóstico fundiário dos parques da ARIE JK e da orla do Lago Paranoá, a abertura do Parque Península Sul e Anfiteatro Natural para o uso público e acompanhamento e análise de regularização fundiária de chacareiros, assentamentos, produtores rurais e demais ocupações nos parques.
Durante o ano de 2017, foram envidados esforços para regularização dos normativos que, em anos anteriores, criaram alguns parques, mas que posteriormente observou-se vício de origem.

O Parque Ecológico do Gama foi criado pela Lei nº 1959/1998, mas por vício na forma, a iniciativa que deveria ser do executivo para a criação da lei foi apresentada pelo legislativo. Assim, a lei teve sua inconstitucionalidade declarada através da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 2008.00.2.011819-3. Assim, a recriação se faz necessária, pois este parque possui grande relevância ambiental, considerando, principalmente, sua sensibilidade para as funções hídricas na bacia hidrográfica do Corumbá. Apresenta sua área quase totalmente ocupada pelas fitofisionomias parque de cerrado (campo de murundu) e vereda, conferindo ao local o status de Área de Preservação Permanente (APP) legalmente instituída, com solos hidromórficos em sua totalidade. Além disso, está muito próximo a quatro Áreas de Proteção de Manacial -APM, reforçando a importância da manutenção destes atributos sensíveis.

De acordo com o Sistema Distrital de Unidade de Conservação – SDUC, Lei Complementar nº 827/2010, há o rito necessário para a criação de uma UC, com os estudos técnicos e consulta pública, ambos realizados pelo Ibram em 2017, conforme Processo nº 0039100014040/2017-01.

No entanto, foi realizada uma reunião no dia 13 de dezembro com o MPDFT, devido à Representação formulada junto ao referido ministério pelo Fórum Comunitário e de Entidades do Gama, questionando a recriação da unidade e algumas obras que estão sendo realizadas no local.

Após a argumentação feita pelo Representante do Fórum Comunitário e de Entidades do Gama, contestando, principalmente, a poligonal proposta para a unidade que exclui as entidades que atualmente ocupam o local e a existência do Decreto n° 11.190/88, foi esclarecido que a intenção do Ibram é transformar esse espaço em uma Unidade de Conservação para que ela receba o tratamento jurídico adequado, que o Decreto de 1988 apenas aprova a criação de um parque, que a consulta tem caráter informativo, não deliberativo, e que seja qual for a poligonal proposta sempre haverá descontentes.

Diante das ponderações feitas pelos presentes, o Parquet informou que recomendará ao Ibram a realização de nova consulta pública para que não pairem dúvidas quanto à lisura dos procedimentos adotados pela Autoridade Ambiental.

Durante o ano foi possível concluir o estudo técnico para criação do Parque Ecológico do Gama, realizar a consulta pública e finalizar a minuta do decreto.

Já o Parque Ecológico de Águas Claras foi criado pela Lei Complementar n° 287, de 15 de abril de 2000. Contudo, em 2010, sua lei de criação foi considerada inconstitucional, por meio da ADI 2050- 8/2010, uma vez que foi criada conforme projeto do poder Legislativo.

Assim, em 2017, foi concluído o estudo ambiental para a recriação do Parque Ecológico de Águas Claras, constante no Processo nº 00391-00019891/2017-31, com a expectativa de que em 2018 as demais etapas necessárias à regularização sejam concluídas.

Já em relação ao Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, a criação se deu pela Lei nº 1400/1997, declarada inconstitucional pela ADI 2015.00.2.008012-4. Fato semelhante ocorreu com o Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho, criado pela Lei 1457/1997, também declarada inconstitucional pela ADI 16680-8/2013.

Com o intuito de viabilizar a recriação dessas duas últimas unidades de conservação, o Ibram articulou junto à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, a elaboração de um diagnóstico ambiental da área, visto que esta Agência já planejava a execução de estudos na bacia do Ribeirão Sobradinho. Assim, além de subsidiar as demandas de gestão da UC e da bacia, o estudo será utilizado para o cumprimento do rito de criação das Unidades. O estudo deverá abranger o perímetro dos seguintes parques da região: 1) Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema; 2) Parque Centro de Cultura e Lazer Viva Sobradinho; 3) Parque Recreativo Sobradinho II; 4) Parque Ecológico Jequitibás e 5) Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho.

Em relação à temática Planos de Manejo, foram grandes os avanços no período, tanto em relação à elaboração de Termos de Referência para as contratações a serem feitas por meio de compensação ambiental, quanto na implantação dos planos existentes. A seguir, são apresentadas tabelas com as informações detalhadas:

Planos de Manejo contratados em 2017

Nº	Unidade de Conservação	Etapas realizadas em 2017	Fonte do recurso/contratante	Empresa de Consultoria
01	Refúgio de Vida Silvestre Mata Seca	- Contrato assinado; - Comissão de análise e acompanhamento publicada; - Plano de trabalho aprovado; - Primeira Oficina Participativa concluída;	Votorantim Cimentos	Brandt M Ambiente
02	Parque Ecológico Burle Marx	- Contrato assinado com a TERRACAP; - Minuta de publicação da Comissão de análise e acompanhamento encaminhada.	TERRACAP	Geológica Consultoria Ambiental

Planos de manejo em andamento:

Nº	Unidade de Conservação	Etapas realizadas em 2017	Empresa de Consultoria
1	Reserva Biológica do Guará	- PRAD em andamento	Geológica Consultoria Ambiental
2	Monumento Natural do Conjunto Espeleológico Morro da Pedreira	- Diagnóstico ambiental em andamento	Ecoideia
3	Parque Ecológico Bernardo Sayão	- Diagnóstico ambiental concluído	Em elaboração por servidores do Ibram

Nº	Unidade de Conservação	Etapas realizadas em 2017	Empresa de Consultoria
4	Parque Ecológico da Asa Sul	- Diagnóstico ambiental em andamento; - Primeira Oficina Participativa realizada.	Em elaboração por Grupo de trabalho – Ibram e sociedade Civil organizada.
5	ARIE CRULS	Aguarda Consulta pública	Greentec
6	AIRE Bananal		Greentec
7	ARIE do Bosque	Aguarda complementações da empresa de consultoria e a realização de Oficinas de Planejamento Participativo.	Ambiental do Brasil
8	Parque Distrital Salto do Tororó	Em análise do Plano de trabalho	Geológica Consultoria ambiental
9	Refúgio de Vida Silvestre Mata Seca	- Contrato assinado; - Comissão de análise e acompanhamento publicada; - Plano de trabalho aprovado; - Primeira Oficina Participativa concluída;	Brandt Meio Ambiente

Planos de manejo publicados em 2017:

Nº	Unidade de Conservação	Instrução Normativa
1	PE Ezechias Heringer	Instrução normativa 686 de 26 de outubro de 2017
2	PE Burle Marx	Instrução nº 706, de 13 de novembro de 2017
3	PE da Estrutural	Instrução nº 724, DE 22 de novembro de 2017
4	ARIE da Estrutural	Instrução nº 724, DE 22 de novembro de 2017
5	ARIE Cabeceira do Valo	Instrução nº 724, DE 22 de novembro de 2017

Termos de Referência elaborados em 2017:

Nº	Unidade de Conservação	Processo	Termo de Compromisso	Encaminhamentos
1	ARIE JK – Revisão	391.001.896/2017	100.000.013/2014	Encaminhado à CODHAB
2	Parque Ecológico Saburo Onoyama e Cortado	391.001.896/2017	100.000.013/2014	Encaminhado à CODHAB

Nº	Unidade de Conservação	Processo	Termo de Compromisso	Encaminhamentos
3	Parque Ecológico Três Meninas	391.001.896/2017	100.000.013/2014	Encaminhado à CODHAB
4	Parque Distrital Boca da Mata	391.001.896/2017	100.000.013/2014	Encaminhado à CODHAB
5	Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Gatumé (Refúgio de Vida Silvestre*)	0391-002427/2016	100.001/2017	Encaminhado ao SLU
6	Parque Recreativo Santa Maria (Parque Ecológico*)			Encaminhado à Administração de Santa Maria
7	Parque Ecológico Anfiteatro Natural	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
8	Parque Ecológico das Garças	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
9	Parque Ecológico e Vivencial Canjerana (Refúgio de Vida Silvestre*)	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
10	Parque Ecológico Península Sul	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
11	Parque de Uso Múltiplo Morro do Careca (Refúgio de Vida Silvestre)	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
12	Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
13	Parque Ecológico da Garça Branca (Refúgio de Vida Silvestre*)	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
14	Parque Ecológico Dom Bosco	391.000.789/2014	100.04/2016	Encaminhado à TERRACAP, mas

Nº	Unidade de Conservação	Processo	Termo de Compromisso	Encaminhamentos
	(Monumento Natural*)			necessita de revisão para reenvio em 2018.
15	ARIE DOM Bosco (Monumento Natural*)	391.000.789/2014	100.04/2016	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
16	Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo (Parque Ecológico*)	391.000.789/2014	100.04/2016	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
17	Parque Ecológico Paranoá	00391-00021214/2017-83	100.000.006/2014	Encaminhado à CODHAB
18	ARIE Paranoá Sul (Parque Ecológico Paranoá*)	00391-00021214/2017-83	100.000.006/2014	Encaminhado à CODHAB
19	Parque Ecológico de Águas Claras	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
20	Parque Ecológico São Sebastião (Parque Distrital*)	391.000.215/2013	100.000.002/2013	Encaminhado à empresa OREMI
21	Parque Areal (Parque Ecológico*)	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
22	Parque Ecológico Tororó	391.000.215/2013	100.000.002/2013	Encaminhado à empresa OREMI

*nomenclatura prevista para a recategorização

Apesar da falta de investimento para implantação de unidades de conservação com recursos orçamentários, as ações foram viabilizadas graças aos termos de compromissos vinculados à compensação ambiental e emendas parlamentares, conforme detalhamento que segue:

N°	Unidade de Conservação	Estrutura	Informações	Atividades realizadas em 2017	Processo	Fonte do recurso	Recurso aproximado
1	Parque Ecológico do Tororó	Guarita, pórtico, mirante, iluminação.	Emenda federal se encontra na SINESP, projetos em elaboração	- Realizada reuniões e vistorias no Parque, em conjunto com a SINESP;	Processo de autorização da TERRACAP - 00391-00022317/2017-61	Emenda parlamentar	R$ 1.523.183,18

N°	Unidade de Conservação	Estrutura	Informações	Atividades realizadas em 2017	Processo	Fonte do recurso	Recurso aproximado
				- Participação na elaboração dos projetos de arquitetura.			
2	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Implantação da área 27	Plano de ação da SEGETH, em compensação ao Estudo de Impacto de vizinhança do SMAS/SCGV/SOF SUL e Avenida do contorno no Guará II.	Elaboração de Termos de referência e encaminhados à SEGETH.	00390-00008042/2017-81	Empresas SMAS/SOF Sul e avenida do contorno do Guará II	Não estimado
3	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Reforma do Mirante	Termos de referência em revisão para serem encaminhados à SEGETH	Elaboração de Termos de referência e encaminhados à SEGETH.	00390-00008042/2017-81	Empresas SMAS/SOF Sul e avenida do contorno do Guará II	R$ 200.000,00
4	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Projeto de videomonitoramento por câmeras	Termos de referência em revisão para serem encaminhados à SEGETH	Elaboração de Termos de referência e encaminhados à SEGETH.	00390-00008042/2017-81	Empresas SMAS/SOF Sul e avenida do contorno do Guará II	Não estimado
5	REBIO do Guará	Projeto de videomonitoramento por câmeras	Termos de referência em revisão para serem encaminhados à SEGETH	Elaboração de Termos de referência e encaminhados à SEGETH.	00390-00008042/2017-81	Empresas SMAS/SOF Sul e avenida do contorno do Guará II	Não estimado
6	ESECAE	Projeto de Reforma e ampliação do Centro de Informação Ambiental Luís Eduardo Alves de Carvalho	Paranoazinho encaminhou três propostas de orçamento para o Ibram analisar em 2018.	- Elaboração do termo de referência para a contratação de empresa de arquitetura e engenharia	0391-000202/2014 (SEI)	Compensação ambiental – Paranoazinho Termo de Compromisso de compensação ambiental nº 100.005/2017	1º proposta: R$ 58.000,00 2º proposta: R$ 23.000,00

N°	Unidade de Conservação	Estrutura	Informações	Atividades realizadas em 2017	Processo	Fonte do recurso	Recurso aproximado
				para Reforma e ampliação do Centro de Informação Ambiental Luís Eduardo Alves de Carvalho			3º proposta: R$ 70.000,00

Assim como ocorreu na implantação de UCs, a sinalização produzida e instalada nos parques administrados pelo Ibram se deu por meio dos recursos de compensação ambiental.

Nº	Unidade de Conservação	Atividade realizada em 2017	Fonte do recurso
1	Parque Ecológico Península Sul	Instalação de uma placa indicativa	Departamento de Estradas e Rodagens - DER
2	Parque Anfiteatro Natural do Lago Sul	Instalação de uma placa indicativa	Departamento de Estradas e Rodagens – DER
3	REBIO do Guará	Instalação de 10 placas de sinalização	Departamento de Estradas e Rodagens – DER
4	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Instalação de 20 placas de sinalização	Departamento de Estradas e Rodagens – DER
5	Parque Ecológico do Gama	Instalação de 02 placas informativas	Departamento de Estradas e Rodagens - DER

Durante o ano, algumas situações emergenciais levaram o Instituto a providenciar o cercamento de unidades de conservação. Para todos os casos, foram utilizados recursos de compensação ambiental decorrentes de empreendimentos da TERRACAP, conforme descrito na tabela que segue:

N°	Unidade de Conservação	Informações	Fonte do recurso
1	REBIO do Guará	cercamento emergencial de alguns trechos com mourão de concreto e arame.	TERRACAP
2	Parque Ecológico Ezechias Heringer	cercamento emergencial de alguns trechos com mourão de concreto e arame.	TERRACAP
3	Parque Ecológico e Vivencial Retirinho	cercamento emergencial de alguns trechos com mourão de concreto e arame.	TERRACAP

RISCOS AMBIENTAIS E GESTÃO FLORESTAL

Para as atividades relacionadas à prevenção de riscos ambientais, não houve despesa autorizada. Ressalta-se ainda as tentativas frustradas de se obter autorização para realização de concurso temporário para brigadistas de comabte a incêndios florestais. A impossibilidade decorreu da situação do GDF em relação ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedou o aumento no quadro de servidores.

Contudo, houve o empenho do Ibram na articulação com diferentes órgãos para que o normativo de instituição da Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - CD-P2R2 fosse publicado, algo que estava em negociação desde 2006. Para tanto, o Ibram coordenou oito reuniões de preparação de apresentação da proposição do Decreto Distrital nº 38528 – CD P2R2, que foi publicado em 04 de outubro de 2017.

Com relação a produtos perigosos, foram atendidos os casos descritos a seguir:

- Brazlândia – Suspeita de Rênio;
- Brazlândia – Esgoto no Parque Veredinha;
- Samambaia – Vazamento de HCl;
- Guará – Material Radioativo de aeroporto;
- Marinha do Brasil – Desmonte de aparelhos de R-X;
- SIA – Derramamento de amônia;
- DF 355 – Derramamento de 18.000 litros de óleo vegetal saturado;
- Cidade Estrutural – Suspeita de vazamento de gás metano lixão;
- Planaltina – Tomógrafo abandonado e desmontado;
- Aeroporto de Brasília – Suspeita de explosivo em avião;
- Borda da Ceilândia – Violação do gasoduto por ocupante irregular.

Destacam-se, ainda, as 478 saídas de campo para atividades relacionadas ao monitoramento de áreas queimadas e incêndios, vinculadas ao Programa de Monitoramento de Área Queimada dos Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal - PROMAQ. Foram registrados 322 incêndios florestais.

Em relação ao Programa de Monitoramento de Áreas Erodidas nos Parques - PROMAE, foram realizadas 16 saídas de campo para levantamento e monitoramento de áreas erodidas.

Em relação à temática Gestão Florestal, as atribuições do Ibram dizem respeito às análises para supressão de vegetação, poda e transplantio, exploração silvicultural, homologação, desbloqueio e ajustes nos pátios das madeireiras, mapeamento de áreas para plantio, bem como o respectivo monitoramento, e atividades diversas relacionadas às ações de compensação florestal.

Em 2017, foram produzidos 142 pareceres técnicos e 125 informações técnicas, uma redução de 23% e 36%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Tal fato decorreu da necessidade de se priorizar a elaboração de novas normas, especialmente o decreto distrital de Gestão Florestal (em análise na Casa Civil) e a nova Instrução Normativa que estabeleceu as diretrizes e critérios para a recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas e alteradas no Distrito Federal.

Para 2018, espera-se que os novos normativos possibilitem a redução do tempo de análise dos processos, bem como do volume de demandas.

Quanto ao programa de trabalho relacionado à conservação de áreas protegidas, o Ibram restringiu o uso do orçamento existente à aquisição certificados digitais para o acesso de servidores ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLOR), o que permitiu a gestão e a fiscalização da origem de produtos florestais no território do Distrito Federal.

Em relação à temática Recuperação Ambiental, o Ibram iniciou os trabalhos de diagnóstico e mapeamento dos processos internos de trabalho, revelando aspectos intersetorias e insterinstitucionais que serão alvo de reformulação, visando melhorias e superação de obstáculos. Em 2018, será concluída a fase de prospecção e teste de soluções, para que a partir de um processo remodelado, seja possível obter uma maior eficiência.

Durante o ano de 2017, foram produzidos 34 Pareceres Técnicos, 128 Informações Técnicas e 5 Autorizações Ambientais, com destaque para a Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas E.PRAD Nº 034/2016, que trata da Recuperação na Área de Preservação Permanente do Lago Paranoá, (QL10 do Lago Sul) do Projeto Orla Livre.

Com relação às normas que regulamentam a recuperação de áreas degradadas, destaca-se a elaboração da Instrução Normativa Ibram nº 723 de 23 de Novembro de 2017 que estabeleceu diretrizes e critérios para a recomposição de vegetação nativa em áreas alteradas e degradadas no Distrito Federal e que foi resultado de trabalhos envolvendo Ibram, SEMA e "Aliança Cerrado" (Acordo de Reciprocidade Multilateral), que integra entidades da sociedade civil e órgãos governamentais por meio de grupos de trabalho visando à elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas para a proteção e a recuperação do bioma Cerrado.

Em relação aos gastos do período, foram adquiridas quatro mochilas para notebook, oito mochilas de vistoria e oito calças rip stop no intuito de equipar servidores na execução de vistorias.

Quanto ao Cadastro Ambiental Rural – CAR, instrumento de coleta e análise de informações ambientais de imóveis rurais que permite ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento e restauração ambiental em imóveis rurais, o esforço governamental para sua implementação permitirá um completo diagnóstico do uso e ocupação do terra com foco nas normativas trazidas pela lei 12.651/2012. Esse é um passo fundamental para a formulação de políticas e programas de apoio à recuperação eficientes e eficazes, bem como de outras políticas públicas voltadas ao meio rural e ligadas à produção econômica, infraestrutura, saneamento etc. A responsabilidade pela recepção, análise e validação das informações inscritas no cadastro é do órgão ambiental estadual, que no caso do Distrito Federal é o Instituto Brasília Ambiental – Ibram (art.15 do Decreto Distrital 36579/15).

O Distrito Federal utiliza como plataforma de cadastro o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, que é gerido pelo Ministério de Meio Ambiente – MMA. O sistema é dividido em módulos, sendo que desde 06 de maio de 2014 foi disponibilizado à população o módulo de cadastro. A partir do recurso, disponibilizado no sítio oficial do CAR (http://www.car.gov.br), os detentores de imóveis rurais do Distrito Federal tiveram acesso ao sistema, podendo a partir de então realizar seus cadastros. A inscrição do CAR foi prorrogada até dia 31 de maio de 2018, conforme Decreto 9.257 de 29 de dezembro de 2017.

Além das atividades de apoio ao cadastramento e homologação de informações ambientais conforme IN 99/2014, o Ibram envidou esforços para ações colaborativas, como o início das tratativas junto ao Instituto Federal de Brasília – IFB para celebração de acordo de cooperação técnica e realização de cursos de capacitação; participação na comissão do Programa Produtor de Águas do Pipiripau, que visa ao incentivo creditício com o pagamento por serviços ambientais; e, início das tratativas com a Universidade de Brasília – UnB, para execução de um termo de referência de insumos necessários ao Ibram para às análises do CAR.

Além disso, destacam-se as ações de capacitação, com destaque para a participação no curso do módulo de análise do CAR oferecido pelo Serviço Florestal Brasileiro e do 4º Encontro do CAR nacional.

A aquisição de um drone e a realização do respectivo curso de pilotagem, viabilizará vistorias de áreas com difícil acesso. Por ser um equipamento com funcionalidade GPS e câmera inclusos, os locais com declividade elevada ou de acesso restrito por obstáculos passarão a ser vistoriados sem colocar em risco as equipes de trabalho. A utilização do equipamento trará economia de tempo e de recursos em vistorias técnicas. O aparelho será utilizado em cadastros itinerantes

bem como, posteriormente, na análise dos cadastros do CAR, monitoramento e fiscalização de áreas.

Em 2017, foram emitidos 40 certificados de Homologação de Informações Ambientais.

Quantidade de áreas analisadas e certificadas em 2017:

Área Total (ha)	**Reserva Legal (ha)**	**APP (ha)**	**Vegetação Nativa (ha)**
3126,9427	624,6533	168,9355	627,1205

Destaca-se ainda que, durante o período, foram cadastrados aproximadamente 12.000 imóveis no Cadastro Ambiental Rural.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em relação à temática Educação Ambiental, a contratação mais relevante ocorrida durante o ano foram os serviços de locação de ônibus, celebrada ao final de 2017. A partir da disponibilização desses serviços, será possível mobilizar uma quantidade maior de crianças da rede pública de ensino para participação nas ações desenvolvidas nas unidades de conservação.

Uma das atribuições de grande relevância do Ibram é a análise dos Programas de Educação Ambiental, regulamentada pela Instrução nº 058/2013, que determina que todo empreendimento cujo processo de licenciamento exigir medidas mitigadoras ou compensatórias deverá conter a elaboração, implantação e execução de um Programa de Educação Ambiental - PEA.

Para tanto, o Ibram deve elaborar o termo de referência, analisar proposta de diagnóstico e relatório socioambiental participativo, proposta de programa de educação ambiental, do relatório de execução e analisar os materiais gráficos a serem utilizados no âmbito dos programas de educação ambiental.

A seguir são relacionados os atendimentos realizados em 2017, em cumprimento às condicionantes de licença ambiental:

ATENDIMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PROCESSOS DE LICENCIAMENTO				
Licenciado	**Atendimentos Diretos**	**Atendimentos Indiretos**	**Participação em Diagnóstico Socioambiental Participativo**	**Total**
Instituto de Radioterapia de Taguatinga - IRT	37	x	x	37
Secretaria de Mobilidade – PTU/SEMOB	x	15.200	x	15.200
Votorantim Cimentos S/A	x	x	166	166
Itapoã Parque	x	x	173	173
Total Ville	42	x	x	42
Capital Recicláveis	x	x	94	94
TOTAL	**79**	**15.200**	**433**	**15.712**

Considera-se atendimento direto aquele onde os agentes envolvidos, ou seja, o público alvo do PEA, participa das atividades/ações de forma atuante, como agentes ativos no processo de aprendizagem, diferentemente do que ocorre com os atendimentos indiretos, onde o público-alvo é apenas agente passivo no processo, recebendo uma informação sem que

necessariamente tenha que oferecer um feedback sobre ela, sendo apenas um espectador no processo de aprendizagem.

Com relação à participação em Diagnóstico Socioambiental Participativo – DSP, essa constitui a primeira etapa do processo de elaboração do programa de educação ambiental, mas que não é cobrada de todos os licenciados, pois depende das características e do porte do empreendimento. Para contabilização desse quantitativo, levou-se em consideração a participação da comunidade em oficinas, palestras, audiências e visitas técnicas.

A seguir são descritos os programas e projetos executados durante o ano:

Ambiente com Ciência

Programa Ambiente com Ciência executou o Edital de Seleção Pública de propostas de pesquisa para desenvolvimento dos ambientes da rede distrital de educação e divulgação científica (10/2016). Foi firmado o Termo de Outorga com a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) no o valor de R$60.000,00 (sessenta mil reais).

Foram realizadas no período as seguintes atividades:

- Revisão bibliográfica e análise do Projeto Ambiente com Ciência;
- Melhorias nos modelos científico-pedagógicos em funcionamento no Projeto;
- Desenvolvimento de novos modelos científico-pedagógicos;
- Mostra de Plantas Xerófitas;
- Ilhas de Gramíneas Nativas;
- Modelo Real de Captação e Distribuição de Água da Chuva; ☐ Maquete Topográfica Permanente externa feita em concreto;
- Vídeos promocionais.

Durante o ano, foram feitas diversas apresentações, com destaque para: Formação de professores do CEF de Samambaia; Participação no Curso de gestão sustentável de água e resíduos sólidos - EAPE - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação; Participação no Evento Auditoria Cívica - CGDF - centro de convenções; e Apresentação para os alunos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da UnB.

O Programa teve sua vigência de parceria com a FAP/DF prorrogada até 16/06/2018, quando irá apresentar o relatório completo das atividades, incluindo a entrega do espaço do Centro de Referência em Educação Ambiental de Águas Claras revitalizado e com exposições permanentes.

Comunidades de Conservação – ARIE Granja do Ipê

A iniciativa para o desenvolvimento desse projeto teve início na destinação de Emenda Parlamentar Federal, que destinou R$ 100.000,00 com o objetivo de apoiar a preservação e a manutenção da Nascente do Córrego Capão Preto que se origina dentro da ARIE.

Para a viabilização do uso dos recursos destinados, foi celebrado um convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA que, após a última prorrogação, vigorou até setembro de 2017. Por se tratar de iniciativa inédita para o Ibram, a execução de uma emenda parlamentar federal, foi necessário um período maior do que o previsto para que todos os trâmites fossem cumpridos e para dar início a execução do projeto. Além disso, foi necessário viabilizar a contratação de fornecedores para a execução dos produtos propostos.

Para a execução do projeto, foi necessário que o Instituto oferecesse uma contrapartida de R$ 11.111,11, com isso o valor total destinado para realização da proposta foi de R$ 111.111,11.

Como resultados obtidos, destacam-se a participação expressiva da comunidade em todo o processo, instalação de 58,35 m2 de placas de sinalização na ARIE Granja do Ipê, produção de quatro cartilhas, intituladas "Um Passarinho me Contou - histórias para preservar", "Manual do Biodetetive", "Virada Agroecológica" e "O ouro da Granja - Um guia para os tesouros da ARIE Granja do Ipê" e um folder guia de visitação da ARIE Granja do Ipê.

Na trilha

Com a parceria do Ibram com o Grupo de Caminhadas Brasília – GCB, foram realizadas várias caminhadas nas Unidades de Conservação do DF. Entre as atividades executadas, destacam-se: IV Caminhada dos Parques - caminhada em 15 UCs do DF, com participação de 400 pessoas no encontro de todos os grupos no Parque na cidade; publicação de uma revista intitulada "Na Trilha", com o objetivo de ser um guia para as pessoas interessadas em realizar a prática da caminhada nas UC's administradas pelo Ibram. De acordo com o registro do GCB, até o final de outubro, ocorreram 140 caminhadas com quase 2500 participantes pelas unidades de conservação do DF.

Em agosto, foi realizado o primeiro seminário para apresentar as iniciativas em torno da Pedra Fundamental de Planaltina/DF, com o lançamento do Ecomuseu do Cerrado, contando com a presença de 55 pessoas.

Em novembro, foi realizado um seminário na UnB organizado pelo GCB sobre "Educação Ambiental e as trilhas", onde foi proposta a criação de grupos de trabalho e ações para 2018 que contou com a participação de quase 500 pessoas no auditório do Instituto de Biologia.

Ao final, foram 3500 pessoas atendidas direta e indiretamente por esta parceria.

Publicações

Há que se destacar ainda a publicação de materiais de apoio às ações de Educação Ambiental, como o Almanaque do Fogo, utilizado no Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal – PPCIF (8500 exemplares); cartazes Eu Amo o Cerrado, para divulgação da fauna, flora e paisagens inerentes ao bioma - árvores, frutos, aves e mamíferos (8000 exemplares); Mensageiro das Águas, para apoio à iniciativa de capacitação de professores para o combate à crise hídrica no DF, em parceria com CAESB e Secretaria de Educação (2000 exemplares).

Vamos Passarinhar nos Parques do DF é uma iniciativa entre os Observadores de Aves do Planalto Central (Observaves) e o Ibram que visa estimular a observação de aves nas Unidades de Conservação do DF. A parceria iniciou em 2016 com a publicação do Calendário das Passarinhadas daquele ano, com saídas de campo sempre no último domingo de cada mês. O sucesso da atividade fez com que ela se repetisse em 2017 e, para 2018, já está com o calendário pronto para novas saídas de campo.

Em abril de 2017, foi realizado o Seminário Internacional de Observadores de Aves no Jardim Botânico de Brasília. No evento foi lançada a publicação Vamos Passarinhar nos Parques do DF com intuito divulgar o projeto na forma de ações de Educação Ambiental e registrar as saídas

realizadas. Nesse ano, foram feitas 12 passarinhadas com uma média de 45 observadores em cada. Contudo, ao resultado total do projeto, somam-se também as muitas fotos publicadas em sites especializados, divulgando o nome da espécie e o local de observação da ave, o que gera inúmeras visualizações resultando na pulverização da informação e na divulgação das unidades de conservação do DF.

Já o Programa de Educação Ambiental em Unidades de Conservação (EdUC) visa ressignificar os espaços dos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) como espaços educadores para que a comunidade restabeleça sua relação de pertencimento ao local, auxiliando na valorização das UC do DF. O projeto Ambiente-se faz parte do programa EdUC, realizando o receptivo de alunos de escolas públicas, particulares, grupos organizados diversos e usuários das UC, para a realização de ações de educação ambiental.

Os atendimentos são realizados pela equipe de Educação Ambiental do Ibram que tem como bases o Centro de Referência em Educação Ambiental do Parque Ecológico de Águas Claras e o Centro de Informações da Estação Ecológica de Águas Emendadas em Planaltina. Essas equipes também atuam de forma itinerante nas demais Unidades de Conservação. Além disso, Agentes de Parque do Ibram foram capacitados e atuam como educadores nas suas unidades de lotação, requisitando a equipe itinerante da Educação Ambiental sempre que necessário.

Por meio dessse projeto, qualquer cidadão interessado pode receber atendimento qualificado, trocar experiências e compartilhar saberes a respeito da conservação ambiental no DF. Espera-se, assim, disseminar informações e fortalecer o vínculo e a responsabilidade das comunidades do entorno das UC.

O receptivo é composto por diversas atividades de Educação Ambiental que variam de UC para UC e de grupo para grupo. Entre elas, destacam-se: trilhas guiadas, oficinas de reciclagem de papel, contação de histórias, palestras, visita a museu ambiental, entre outras.

Apesar das atividades de Educação Ambiental terem sofrido reflexos negativos com a redução do quadro de pessoal, aposentadorias e cessão de servidores para grupos de trabalho, o ano foi intenso na quantidade de iniciativas e no alcance das ações. Foram atendidas diretamente nas Unidades de Conservação administradas pelo Ibram, 4860 pessoas, entre estudantes, adultos e outros grupos organizados. Espera-se que com o sucesso obtido ao final de 2017 na contratação dos serviços de locação de ônibus para o transporte de alunos das escolas públicas, 2018 seja um ano de expansão no alcance das ações de Educação Ambiental.

Para o próximo ano, projeta-se ainda um novo marco com o início das atividades do Projeto Parque Educador em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, que tem potencial para atender 30.000 alunos ao longo do ano, nas quatro Unidades de Conservação contempladas.

FAUNA

Em relação aos Programas de Trabalho "Gestão da Fauna" e "Sanidade e Controle reprodutivo da Fauna", a execução orçamentária se deu com a aquisição de vinte armadilhas fotográficas para monitoramento de animais, manutenção do equipamento de ar condicionado do Castramóvel e pagamento por serviços de castração executados pelas clínicas veterinárias cadastradas.

Esses serviços são parte do Programa de manejo populacional de animais domésticos no Distrito Federal, que oferece de forma gratuita as operações de esterilização (ováriosalpingo-histerectomia para fêmeas e orquiectomia para machos), além de anestesia injetável.

O programa tem como uma das metas a diminuição do impacto da invasão de cães e gatos domésticos em unidades de conservação e outros ambientes naturais. A cirurgia tem o objetivo de evitar o aumento desenfreado da quantidade de animais domésticos, contribuindo, dessa forma, para a qualidade ambiental, para a saúde pública e para o bemestar do próprio animal. Controlando a superpopulação de cães e gatos, diminuem-se problemas como abandono, transmissão de doenças, acidentes e ataques a pessoas.

Até o ano de 2016, as castrações eram realizadas apenas no Castramóvel, que se localizava no Parque do Lago do Cortado. Entretanto, devido à capacidade operacional do trailer com limitações para se atingir um quantitativo de operações eficientes para a controle da população de animais domésticos, como impossibilidade de realizar cirurgias em animais com mais de 20kg e ainda pela dificuldade de acomodar os tutores em espera dos seus animais, motivou ainda em 2016 a publicação de um edital para contratação de clínicas veterinárias para prestar o serviço de castração. Assim, no ano de 2017, as duas primeiras clínicas foram contratadas.

Além das castrações nas clínicas veterinárias, o projeto Castramóvel, em convênio com a Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília – FAV/UnB, tem servido como atividade de ensino e extensão para estudantes e Médicos Veterinários vinculados a esta instituição. Nesta linha de atuação, o cadastro dos tutores foi estabelecido apenas em uma Região Administrativa que possibilitasse obter resultados para uma avaliação futura da efetividade das ações pré-estabelecidas aplicadas. A Candangolândia foi esta Região Administrativa do Distrito Federal escolhida, por se tratar de uma região administrativa menos extensa, bem delimitada e próxima a uma área de proteção ambiental, favorecendo o delineamento de um projeto que consiga traçar ações e analisar resultados em curto espaço de tempo, além de conseguir abranger toda a população de animais, desde que haja interesse dos tutores.

Houve a contratação de duas clínicas veterinárias para prestação do serviço de esterilização de cães e gatos. Nessas clínicas, foram realizados 2.442 atendimentos, sendo que 2.401 cirurgias foram de fato executadas, o restante (41 animais) foi atendido, mas teve a cirurgia negada por razões clínicas diversas.

Já em relação ao Castramóvel, foram realizadas 128 cirurgias a partir do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a UnB, sem a necessidade de utilização de recursos orçamentários do Ibram.

No geral, para ser possível a realização de grande quantidade de cirurgias, inicialmente o Ibram entrou em contato por e-mail com os tutores que haviam se cadastrado em 2016 e não haviam sido atendidos, para verificar o interesse dos mesmos na castração. De um total de 923 animais remanescentes, 798 foram encaminhados para a castração.

Após essa etapa inicial, o cadastro se deu por duas formas: campanhas de cadastramento de pessoas que possuem até dez animais; e processos de parceria para castração de grandes plantéis, para pessoas físicas ou jurídicas interessadas na castração de mais de dez animais.

Para o público geral, foram realizadas três campanhas, nos meses de abril, setembro e outubro. Para realizar esse cadastro, foi elaborado um formulário virtual no qual cada interessado, além de preencher seus dados, encaminhava a documentação necessária. Ao final, os cadastros foram analisados pelo Ibram, classificando ou não o interessado para receber o Termo de Encaminhamento para castração. Além disso, a partir da segunda campanha de 2017, o cadastramento também pôde ser feito presencialmente. Na segunda campanha, o atendimento presencial ocorreu somente no Ibram, enquanto que, na terceira campanha, esse atendimento também ocorreu nas Administrações Regionais de Sobradinho I, Paranoá e Jardim Botânico.

Com relação à castração de grandes plantéis, as pessoas físicas ou jurídicas que desejaram indicar mais de dez bichos para a castração puderam apresentar proposta de parceria com o Ibram, bem como os funcionários de instituições públicas devidamente autorizadas pelo dirigente do órgão. Para tanto, um termo de referência foi preenchido, constando, entre outras informações, o tamanho do plantel e os responsáveis pelo acompanhamento nas operações e no pós-operatório, bem como na captura e o cronograma executivo.

Ao final do período, considerando todas as campanhas, o remanescente do ano anterior e as desclassificações em razão de não cumprimento de regras cadastrais, totalizou-se 13.433 cães e gatos indicados para castração. Desse total, 2.570 animais foram atendidos nas clínicas credenciadas e no Castramóvel.

Destaca-se que esta ação beneficia a população do Distrito Federal, pois além das pessoas beneficiadas diretamente com a castração de seus animais, a castração diminui a probabilidade de abandono e aumenta a probabilidade de a adoção funcionar como uma importante ferramenta para retirar animais das ruas. A redução do potencial reprodutivos dos cães e gatos no Distrito Federal resulta na diminuição do impacto que esses animais causam em unidades de conservação e outras áreas verdes e reduz potencialmente a quantidade de vetores de zoonoses no Distrito Federal.

Uma dificuldade observada é em relação ao modelo de parceria para castração de grandes planteis, responsável por 17% dos encaminhamentos, sendo já esperada uma lentidão na execução do termo. Muitas vezes é preciso capturar animais de colônias e quando isto não é necessário, os tutores não conseguem castrar grandes quantidades devido aos necessários cuidados pós-operatórios.

Outra dificuldade no processo é a análise documental que foi feita para 100% dos tutores cadastrados de forma manual. Essa etapa é muito importante para evitar fraudes e, por isso, requer equipe técnica e estagiários em quantidade suficiente para realizar esta análise.

O Ibram está estudando formas de aumentar o interesse de novas clínicas veterinárias e, assim, reduzir as distâncias e aumentar a relação entre animais encaminhados e atendidos.

Além disso, espera-se que, a partir do segundo semestre de 2018, o cadastro para solicitação de castração se torne um canal permanentemente aberto, para que os interessados possam realizar essa solicitação em qualquer momento, e não apenas durante os períodos de campanhas.

Renovação anual da licença para criação amadora de passeriformes no Sispass, para a temporada 2017/2018

Todo cidadão que deseja criar pássaros da fauna silvestre em cativeiro, sem interesses comerciais, deve se cadastrar no Sistema Nacional de Gestão dos Criadores Amadores de Passeriformes Silvestres - Sispass.

Por obrigação legal, todos os criadores amadores de passeriformes devem renovar anualmente sua licença para criação. Enquanto a Gestão dos criadores era realizada pelo Ibama, a renovação se dava de forma automática, pois o criador tinha a capacidade de gerar o boleto de pagamento diretamente no site do Sispass. No Ibram, todo o processo de renovação de licenças no Sispass vem sendo realizada de forma manual, visto que não existe um serviço de comunicação (WebService) entre o sistema de cobrança do Governo do Distrito Federal e o Sispass que possa realizar a geração de boletos automaticamente.

A atividade não utilizou recursos, sejam orçamentários ou não, e não faz parte de programas ou projetos específicos.

Em 2017, foram atendidos 1303 requerimentos de renovação de licença, gerando uma arrecadação de aproximadamente R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), por meio da confecção de 2.118 boletos.

Além da arrecadação financeira, a atividade de renovação anual da licença contempla a análise documental e a atualização cadastral dos criadores, o que permite um maior controle da criação e facilita a fiscalização sobre a fauna silvestre, tendo em vista que a análise dos dados aumenta a chance de veracidade dos endereços informados para criação das aves.

Destaca-se que a Lei Distrital nº 5.758/2016, que dispunha sobre a criação amadorista e comercial de passeriformes domesticados da fauna nativa brasileira de origem silvestre, foi suspensa liminarmente por meio da ADI nº 2017 00 2 007983-5 – TJDFT em 18/9/2017, momento no qual foram reestabelecidos os procedimentos dispostos na Instrução Normativa Ibama n° 10 de 2011, de acordo com a Instrução Normativa Ibram n° 34 de 2014.

Monitoramento dos mamíferos de médio e grande portes

O Monitoramento de Médios e Grandes Mamíferos no Distrito Federal e Entorno é realizado por meio de vistorias em remanescentes naturais localizados em áreas particulares e unidades de conservação. Durante as vistorias, são instaladas armadilhas fotográficas que funcionam por sensor de movimento, registrando todo animal que passa na sua frente. Dessa forma, é possível identificar as espécies de mamíferos que estão no ambiente e assim conhecer o uso do ambiente por esses animais, identificando quais são as pressões ecológicas sobre as espécies, bem como os conectores ecológicos e quais áreas que devem ser consideradas prioritárias para conservação dentro do DF. Durante as vistorias, são considerados os vestígios deixados por esses animais, como rastros e fezes como indicador das espécies presentes, mesmo que não sejam registrados pela armadilha fotográfica.

Em relação aos gastos de 2017, para o estudo por meio de armadilhas fotográficas, foram adquiridas 20 armadilhas fotográficas e 1080 pilhas. Cada armadilha fotográfica necessita de oito pilhas alcalinas AA para o funcionamento e possui um consumo médio das oito pilhas por mês.

Para monitoramento de indivíduo de onça a ser capturado, foram adquiridos um colar GPS e um ano de Serviço de sinal GPS para o rastreamento das coleiras de animais. Além disso, foi adquirido um GPS para as atividades em campo.

Em termos de resultados, no primeiro semestre de 2017, o Ibram estabeleceu parcerias e participou da coordenação da 1ª Expedição de Captura de uma onça pintada - Panthera onca - na região próxima à Fercal – Sobradinho para monitoramento por meio de colar GPS.

A expedição contou com a presença de atores importante no cenário nacional de conservação de grandes felinos, como técnicos do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, Universidade de Viçosa, NEX, além de uma filial da Rede Globo de Campinas que produziu uma série de reportagens e o desdobramento da expedição. Ao final de 15 dias com a realização de esforços diários para captura do espécime, a equipe não obteve êxito. Apesar de não ter havido captura, foi possível aumentar a experiência da equipe do Ibram no trabalho em campo, participando da elaboração de toda a logística para garantir a alimentação, estadia, deslocamento e segurança da equipe e dos animais durante a expedição e também a familiarização com métodos de captura de grandes felinos com a montagem da armadilha de laço e o monitoramento das armadilhas por meio do manuseio da antena e receptor de sinais.

Há expectativa que este monitoramento possa ser realizado em um futuro próximo, considerando que a área alvo da expedição é próxima ao limite do DF e, consequentemente, da Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESECAE. Conseguindo monitorar esse indivíduo, poderá ser traçada sua área de vida, averiguando se os corredores ecológicos entre essa área e a unidade de conservação em pauta funcionam. Assim, o Ibram estuda realizar outra campanha para captura de um indivíduo de onça pintada na região.

Importantes projetos motrizes do monitoramento de médios e grandes mamíferos tiveram desdobramentos positivos no ano de 2017, como o Projeto de Monitoramento de indivíduos de lobo guará - Chysocyon brachyurus - no DF e Entorno por meio de colar GPS e também o recebimento do primeiro colar GPS com banco de dados para que possa ser monitorada uma onça parda - Puma concolor. O objetivo desses dois projetos é que o monitoramento desses indivíduos forneça dados valiosos da biologia desses animais, revelando sua área de vida e como eles utilizam a paisagem em meio à tamanha fragmentação florestal. Em posse desses dados, tais informações devem subsidiar políticas de zoneamento ambiental com a constatação de áreas prioritárias para criação de unidades de conservação e corredores ecológicos efetivamente utilizados pela fauna silvestre.

Houve a continuidade do programa de monitoramento de fauna por meio de armadilhas fotográficas, sendo as áreas amostradas: ESECAE, área da Marinha, condomínio Jardim Botânico, região montanhosa próxima a Fercal, Morro da Pedreira e região adjacente, além do Parque Ecológico da Prainha. O Ibram pretende aumentar o número de armadilhas fotográficas em campo para abranger um maior espectro de áreas e consequentemente entender melhor a dinâmica de deslocamento de fauna no DF e Entorno.

Visando o aumento da qualidade do serviço prestado, o Ibram enviou equipes para participação em congressos e capacitações dentro e fora do DF. Tal iniciativa é imprescindível para a constante reciclagem dos conhecimentos técnicos, trazendo qualidade às análises e valiosas trocas de experiência com profissionais em todo o país.

Foram ainda ministradas palestras demandadas por universidades durante o ano de 2017. Há grande importância nessas exposições, considerando que são abertos novos canais de comunicação com parceiros importantes, despertando o interesse pelo tema tanto nos docentes como nos alunos dos cursos correlatos ao Meio Ambiente.

Outro projeto importante que faz parte do Programa de Monitoramento de Médios e Grandes Mamíferos é o teste de adaptação de uma unidade de GPS veicular para monitoramento de fauna. Nesse caso, o indivíduo que se pretende monitorar é um canídeo da espécie cachorro do mato - Cerdocyon thous. A autorização encontra-se expedida pelo SISBIO e a equipe do Ibram pretende realizar a campanha em 2018 na ESECAE.

Infelizmente, foram observados furtos de armadilhas fotográficas em campo. O fato de as câmeras serem instaladas em unidades de conservação e, muitas vezes, em locais de difícil acesso, não garantem sua proteção.

ACERVO AMBIENTAL

Com relação ao acervo técnico, é importante relembrar que a biblioteca do Ibram foi automatizada em 2011, com a aquisição do software de gestão SophiA Biblioteca. O sistema contempla as principais funções de uma biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão da informação, melhorando as rotinas diárias e disponibilizando mecanismos de organização, padronização e recuperação da informação. Dessa forma, o acervo

processado e organizado possibilita a consulta online ao catálogo e de conteúdo digital, facilitando o acesso e a recuperação da informação para os usuários.

Em 2017, o Ibram finalizou a correção e organização do banco de dados do SophiA Biblioteca, bem como o cadastro de usuários, com criação de perfil e serviços vinculados, com vistas à plena utilização da Biblioteca Digital do Ibram (BDI).

Com relação ao Acervo de Estudos Ambientais (AEA), sua atualização se dá a partir da finalização do processo de licenciamento ambiental, ocasião em que os estudos, relatório e planos são encaminhados à biblioteca do Ibram. A partir de 2017, a demanda pela inclusão desse tipo de material na base de dados passou a ser feita utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Quanto ao Acervo Geral (AGE), composto por obras impressas e demais suportes relacionados a temas de interesse do Ibram, não houve acréscimo durante o ano, ocorrendo apenas a conclusão da seleção e descarte das obras inservíveis ao referido acervo.

Acervo	Total de títulos	Total de exemplares	Títulos cadastrados em 2017	Exemplares incluídos em 2017
Estudos Ambientais	1.183	2.275	32	9
Memória Ambiental	1.317	1.814	11	10
Geral	537	631	0	0
Total	**3.037**	**4.720**	**43**	**19**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1647 - TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS	0	%	30	4,39	50	4,18	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6)
Justificativa: 2016 - Os atendimentos realizados se restringiram as esterilizações feitas no castramóvel. A meta não foi cumprida em razão do Hospital Veterinário Público não ter iniciado as operações. O Ibram está evidando esforços para o recebimento do prédio, definição do modelo de gestão do hospital e início das operações. 2017 - As metas estão diretamente relacionadas à operação do Hospital Veterinário Público do GDF. Por ainda não estar em funcionamento, não foi possível cumprir a meta. Os únicos atendimentos realizados pelos Ibram foram as esterilizações realizadas em clínicas veterinárias credenciadas e no Castramóvel. Foram atendidos 2570 animais, sendo 61 considerados como simples atendimento clínico, visto que foram animais negados para o procedimento cirúrgico. Os demais 2509 animais foram de fato operados.									
1648 - TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	0	%	30	93,31	50	97,63	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6
Justificativa: 2016 - A meta foi superada, graças a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre IBRAM, SEMA e FUB que viabilizou a operação do castramóvel no ano de 2016. 2017 - A utilização do total de atendimentos como referência para a meta de cirurgias de esterilização gerou esse percentual alto de 97.63%. Entretanto, o número de cirurgias realizadas equivaleria a 16,73% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 15.000 castrações. Ressalta-se que ambos indicadores devem ser revistos.									
1644 - TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA	16,93	%	15,2	11,28	14,4	17,32	13,5	12,7	IBRAM / UO 21208 / OE 5
Justificativa: 2016 - Apesar da meta ter sido superada, o total da área queimada em 2016 foi superior aos 9% apurados em 2015. Tal fato decorreu da impossibilidade da realização de aceiros, em razão da inexistência de contrato de Prestação de serviços na Novacap e da não autorização da SEPLAG para a contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio da realização de concurso público temporário. 2017 - Das 70 unidades de conservação vistoriadas, 17,32% das áreas foram atingidas pelo fogo. Foram mapeados 3249,52ha de área queimada de unidades conservação que perfazem 20817,96 ha. Dentre os motivos pela taxa alcançada ser superior à desejada, destaca-se a mudança no regime de chuvas observado no DF nos últimos anos, com a estação seca mais severa e a não autorização para contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio de concurso público temporário.									

É importante ressaltar que esses indicadores devem ser revistos, em especial a taxa de controle de reprodução de animais domésticos, pois a metodologia de cálculo proposta prevê que, em 2019, 100% dos atendimentos veterinários realizados no DF sejam castrações, o que não é a proposta relacionada à construção do Hospital Veterinário Público. A expectativa é que o HVEP entre em operação ao final do primeiro semestre de 2018.

Os únicos atendimentos realizados pelos Ibram foram as esterilizações feitas nas clínicas veterinárias credenciadas e no Castramóvel. Foram atendidos 2.570 animais, sendo que 61 indivíduos foram considerados como simples atendimento clínico, visto que foram animais negados para o procedimento cirúrgico. Os demais 2.509 animais foram, de fato, operados.

A utilização do total de atendimentos como referência para a meta de cirurgias de esterilização gerou o percentual alto de 97.63%. Entretanto, o número de cirurgias realizadas equivaleria a 16,73% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 15.000 castrações.

Já em relação às áreas queimadas, a meta não alcançada decorreu da mudança no regime de chuvas que tem se observado no DF nos últimos anos, fazendo com que a estação seca se apresente de forma mais severa, somada ao fato da não obtenção de autorização para contratação de brigadistas de combate a incêndio por meio da realização de concurso público temporário no ano de 2017.

Em relação ao indicador Taxa de Área Protegida Queimada, o Ibram está na expectativa de que, para o ano de 2018, seja aprovada a contratação de brigada de combate a incêndio para o período da seca, entre os meses de maio a novembro. Essa contratação é essencial para que se alcance a meta estipulada de 13,5% de área protegida queimada em 2018.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**270.000,00**	**331.112,00**	**261.197,71**	**220.566,19**
8398 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	270.000,00	331.112,00	261.197,71	220.566,19
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**270.000,00**	**331.112,00**	**261.197,71**	**220.566,19**

O Programa de Trabalho (PT) 18.121.6211.2426.8398 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA – IBRAM – tem por objetivo a contratação de serviços de apoio necessários à manutenção da sede do Instituto. Em 2017, o Ibram ampliou o escopo dessa contratação ao adicionar um contrato específico para manutenção, conservação, recuperação e ações de preservação de áreas públicas referentes aos parques e unidades de conservação administrados pelo Instituto. Esse fato justificou a suplementação orçamentária desse PT.

No entanto, o quantitativo total de pessoal previsto não foi alcançado devido a dificuldades na seleção de perfis com a qualificação necessária para a manutenção dos parques. Por esse motivo, o percentual de inexecução foi de 21%. Apesar das dificuldades, o novo contrato viabilizou os serviços de reparo e pequenas manutenções nas unidades de conservação. Entre os trabalhos executados pela equipe de reeducandos, destaca-se a revitalização de alguns equipamentos públicos no Parque Ecológico Três Meninas em Samambaia.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**708.200,00**	**728.200,00**	**728.200,00**	**627.819,63**

9556 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	708.200,00	728.200,00	728.200,00	627.819,63
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**546.000,00**	**165.989,00**	**132.505,06**	**132.505,06**
0020 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	546.000,00	165.989,00	132.505,06	132.505,06
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**1.620.000,00**	**1.694.840,00**	**1.688.775,72**	**1.688.775,72**
7043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1.620.000,00	1.694.840,00	1.688.775,72	1.688.775,72
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**2.874.200,00**	**2.589.029,00**	**2.549.480,78**	**2.449.100,41**

Durante o ano de 2017, o recolhimento do PASEP correspondeu ao total de 429 servidores. Houve ainda o pagamento a título de licença prêmio convertida em pecúnia para dois servidores.

Em relação aos ressarcimentos, indenizações e restituições, segue abaixo o quantitativo mensal concedido em 2017, sendo o mais representativo o equivalente às indenizações de transporte dos auditores fiscais:

Mês	Servidores
Janeiro	81
Fevereiro	81
Março	77
Abril	75
Maio	77
Junho	78
Julho	75
Agosto	79
Setembro	78
Outubro	75
Novembro	76
Dezembro	78

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**950.000,00**	**29.995,00**	**0,00**	**0,00**
5351 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	950.000,00	29.995,00	0,00	0,00
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	**35.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0008 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	**27.000,00**	**7.285,00**	**0,00**	**0,00**
0015 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	27.000,00	7.285,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**53.348.543,00**	**60.986.034,00**	**59.349.173,76**	**59.349.173,76**
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-	53.348.543,00	60.986.034,00	59.349.173,76	59.349.173,76

DISTRITO FEDERAL				
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**2.569.000,00**	**2.069.000,00**	**1.979.233,89**	**1.979.233,89**
9569 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	2.569.000,00	2.069.000,00	1.979.233,89	1.979.233,89
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**4.011.924,00**	**5.002.501,40**	**4.897.906,86**	**4.473.389,25**
9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	4.011.924,00	5.002.501,40	4.897.906,86	4.473.389,25
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**1.298.000,00**	**1.157.421,60**	**949.277,24**	**60.147,38**
Ação/Subtítulo	**Lei**	**Despesa Autorizada**	**Empenhado**	**Liquidado**
2505 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECUSROS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1.298.000,00	1.157.421,60	949.277,24	60.147,38
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**63.000,00**	**42.422,00**	**42.421,45**	**42.421,45**
2583 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	63.000,00	42.422,00	42.421,45	42.421,45
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**100.000,00**	**32.199,00**	**8.000,00**	**8.000,00**
0068 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOSDISTRITO FEDERAL	100.000,00	32.199,00	8.000,00	8.000,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**250.000,00**	**221.000,00**	**217.186,35**	**167.055,00**
8699 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECUSROS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	221.000,00	217.186,35	167.055,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**62.652.467,00**	**69.547.858,00**	**67.443.199,55**	**66.079.420,73**

As despesas correntes na área administrativa representaram o segundo maior tipo de despesas, destacando-se a Ação 8517, referente à Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, que cobre gastos com o aluguel da sede, serviço de motorista, dentre outros contratos continuados. Tais gastos tiveram uma variação positiva no total de 2% em relação a 2016. A expectativa para 2018 é que haja uma variação um pouco maior para essas despesas considerando contratos adicionais, com destaque para a contratação de serviços para coleta de resíduos sólidos, já que o Ibram é considerado um grande gerador com obrigatoriedade de, a partir de 2018, custear esse serviço. Tem destaque ainda as despesas com as publicações realizadas no Diário Oficial do Distrito Federal, que são custeadas pela Ação 8505 - Publicidade e Propaganda. Os gastos dessa natureza tiveram uma redução significativa em relação a 2016, da ordem de 24%. A redução é devida à adoção do Boletim de Serviços e o Boletim de Pessoal. Essa mudança de procedimentos para a publicação de atos administrativos internos seguiu à determinação do Decreto nº 37.256, de 15 de abril de 2016. Os boletins foram instituídos pela Instrução nº 351, de 11 de janeiro de 2017, destinados a dar publicidade aos atos e procedimentos formais do Ibram. Os atos neles publicados têm eficácia jurídica na forma da legislação e dispensam os gastos com publicação do DODF

Ações Orçamentárias	R$	%
8502 - Administração de Servidores	59.349.174	88,0%
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	4.897.907	7,3%
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	1.979.234	2,9%
8505 - Publicidade e Propaganda	217.186	0,3%
Outras	999.699	1,5%
Total - Programa 6001	**67.443.200**	**100%**

Tipo de Gasto	2016	2017	Variação
Locação do imóvel sede	2.935.480	2.837.785	-3%
Serviços de motorista	489.939	533.350	9%
Locação de veículo	487.640	538.487	10%
Fornecimento de energia da sede	428.332	454.017	6%
Outros	443.053	534.268	21%
Total	4.784.444	4.897.907	2%

Em relação à Manutenção das estruturas físicas e patrimônio, não se concretizou a expectativa de que o Ibram mudasse de sede. Assim, não houve a necessidade de gastos com reforma do imóvel.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

O exercício das atividades do Ibram demanda saídas constantes para realização de vistorias para o licenciamento ambiental e nas unidades de conservação, ações de fiscalização, educação ambiental, prevenção de riscos e monitoramento da qualidade ambiental, em todo o território do Distrito Federal. Isso requer a disponibilidade de uma frota de veículos variados como carros leves, caminhonete, caminhão, ônibus entre outros. A frota do órgão é composta por veículos próprios e veículos locados tanto pelo Ibram como pela Seplag. Destaca-se ainda o serviço de motorista que também é contratado pelo órgão. Um total de 07 motoristas atendem os servidores nas atividades de campo.

Em 2017, foram contabilizadas 4.193 saídas, sendo que em 62% delas foi utilizado o serviço de motorista, o que demonstra a importância desse contrato para as atividades institucionais. Todos os números relacionados à utilização da frota tiveram expressivo aumento em relação ao ano anterior, conforme tabela abaixo. Necessário ressaltar que, em relação ao total gasto com combustível, o diesel teve prevalência sobre a gasolina, representando 52% do consumo. Isso indica maior uso de veículo do tipo caminhonete nas saídas em detrimento aos veículos leves, devido à natureza das atividades do órgão.

Utilização da Frota	**2016**	**2017**
Distância percorrida em Km	411.000	429.000
Consumo de combustível em litros	43.119	44.247
Número de saídas	3.826	4.193

GESTÃO DE DOCUMENTOS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

O Ibram foi um dos primeiros órgãos do GDF a ter o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) implementado. Inicialmente, ainda em 2016, o SEI foi implantado em apenas um processo, o de Carta Consulta e, posteriormente, ampliado para os demais processos do Instituto. Em 01/07/2017, aconteceu a "virada de chave", ou seja, a partir desta data, todos os documentos internos emitidos no Instituto e documentos externos passaram a ser gerados/digitalizados e tramitados em formato eletrônico. Em 2017, o Ibram gerou, por meio do do SEI, 83.651 documentos que estão inseridos em 15.864 processos gerados no período.

Finalizada a implantação do SEI, a economia no consumo de papel foi de aproximadamente 36% em 2017, quando comparado com o exercício de 2016. Além disso, outros materiais deixaram de ser adquiridos, como grampo trilho e capas de processo, contribuindo para a redução dos gastos públicos.

Uma dificuldade encontrada com a implantação do SEI foi a ausência de ferramenta para incluir documentos pesquisáveis no sistema quando esses eram digitalizados e o texto transformado em figura, limitando a pesquisa por palavras-chave. O contrato de locação de impressoras vigente no Ibram não prevê o fornecimento de ferramenta para ocerização dos arquivos para inclusão no SEI. Desta forma, foi adaptado um servidor de ocerização que permite a digitalização

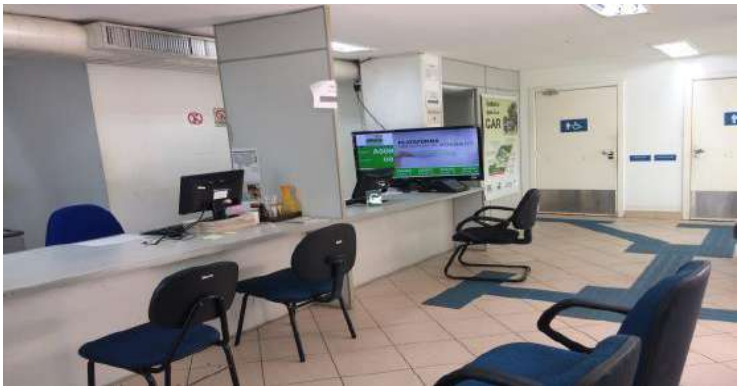
já de maneira pesquisável dos arquivos, que está servindo como modelo para outros órgãos do governo que utilizam o SEI.

Por outro lado, ainda são recebidos documentos em meio físico no órgão, provenientes de órgãos externos e sociedade, os quais somaram 7.805 documentos em 2017. No entanto, verifica-se uma significativa redução nos números quando comparados com o ano de 2016, conforme tabela a seguir.

Tipo de Documento	Quantidade	
	2016	2017
Notificação	4	3
Carta	1.014	239
Circular	189	87
Despacho	83	59
Mandado	14	8
Memorando dos parques	187	23
Ofícios	3.875	1.859
Relatório	28	
Requerimento	9.714	2.761
Processo	2.551	1.293
Licenciamento	0	1.447
Total	**17.660**	**7.779**

Quadro comparativo de documentos em meio físico recebidos pelo órgão em 2016 e 2017

Em relação ao atendimento ao público, em 2017 foram implementadas algumas melhorias no protocolo, como a adaptação de layout, que ampliou de 1 (um) para 6 (seis) a quantidade de postos de atendimento ao público, e a aquisição de scanners, televisores e sistema de emissão de senhas, que modernizou e organizou o atendimento de forma significativa. Foram realizados 9.867 atendimentos ao público externo, média de 37 atendimentos por dia. Agosto foi o mês com mais atendimentos - 1.189.



Novo layout do protocolo do Ibram

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Entrou em vigência, para o biênio 2017 – 2019, o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, com o objetivo de dar formalidade e orientar as atividades relacionadas à tecnologia da informação.

No PDTI, estava prevista a renovação do parque tecnológico do Ibram para o exercício de 2018. No entanto, a disponibilidade de recursos advindos de financiamento do Banco do Brasil e de

Emenda Parlamentar, ainda no exercício de 2017, possibilitou a substituição de aproximadamente 50% do parque tecnológico. Foram adquiridos 203 computadores, representando um grande avanço para a melhoria das ferramentas de trabalho. A aquisição se fez necessária, pois os equipamentos antigos datavam dos anos de 2010 e 2012, ou seja, estavam desatualizados tecnologicamente e já apresentando limitações de acesso a sistemas e informações espaciais.

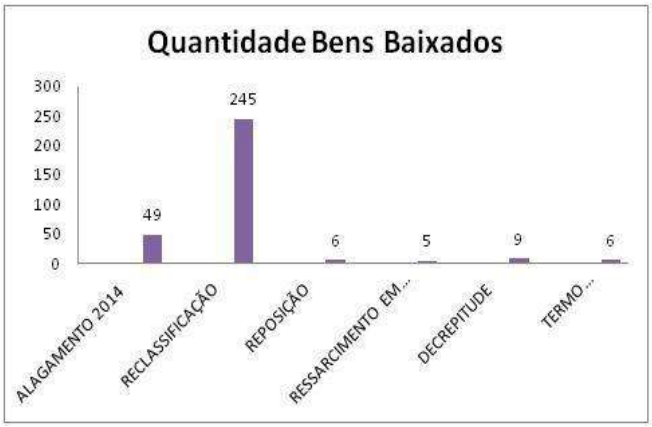
Para os anos de 2018 e 2019, há a expectativa de substituição do restante do parque tecnológico. Houve também a implementação de melhorias no data center do Ibram com a aquisição de infraestrutura para ampliação da capacidade de armazenamento de dados e velocidade da rede interna.

Ainda como melhorias a serem implementadas em relação à Tecnologia da Informação, está em andamento processo de contratação de Fábrica de Software para desenvolvimento do Sisbram, um software que deve atender algumas necessidades básicas que o órgão possui em relação à automação, possibilitando a integração de informações entre as áreas finalísticas, proporcionando transparência e celeridade aos processos. A contratação deve ser celebrada em 2018 através do PRODOC 914BRZ2001 entre Ibram e Unesco. No entanto, toda a parte de levantamento de requisitos e de licitação foram concluídas em 2017, restando somente a efetivação da contratação do desenvolvimento.

GESTÃO PATRIMONIAL

O Ibram promoveu a inspeção dos bens patrimoniais sob sua responsabilidade e identificou o montante de 318 de propriedade da Secretaria de Meio Ambiente, mas cedidos ao Ibram, que foram considerados como inservíveis. Conforme previsão legal, os bens foram recolhidos ao depósito central do GDF. Os benefícios trazidos com essa ação vão desde a liberação de espaço em ambiente interno do instituto até a redução do volume de bens inspecionados nos inventários periódicos, gerando redução de custos.

Além destes bens devolvidos, foram baixados do patrimônio outros 320 bens, com destaque para 245 bombas costais para combate a incêndio, que passaram a ser consideradas materiais de consumo. Essa ação representa redução de gastos com inventários periódicos e mobilização de equipe, já que os equipamentos ficam guardados nas diversas unidades de conservação, sendo ferramentas de trabalho para as ações de combate a incêndio.



COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Em relação às aquisições realizadas pelo Ibram em 2017, cabe ressaltar o aperfeiçoamento do Plano Anual de Compras e Contratações – PACC, que possibilitou melhoria na execução orçamentária do exercício. Esse aprimoramento deveu-se a adequações nos procedimentos

internos, levando a uma maior participação das áreas finalísticas no processo, o que representou um aumento da demanda advinda dessas áreas.



Em 2017, foram instruídos 111 processos de compras e contratações, sendo que a maioria deles correspondeu à aquisição de materiais (64%). As dispensas de licitação representaram 37% do total adquirido/contratado (41 processos) .



ARQUITETURA E PROJETOS

Em 2017, foi concluída a elaboração do projeto de complementação do cercamento do parque Ezechias Heringer, a ser executado com recursos de compensação ambiental. Concluiu-se ainda a avaliação técnica do Centro de Práticas Sustentáveis – CPS, que possibilitará seu recebimento, assim como das edificações do Parque Vivencial do Gama.

CAPACITAÇÃO

Com a publicação do Decreto nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016, o qual dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, ficou vedado aos órgãos da administração direta, às autarquias e fundações públicas e às empresas dependentes a assunção de compromissos que impliquem gastos com participação em cursos, congressos, seminários e eventos afins. Outro ponto a se destacar é a falta de local adequado para a promoção de capacitações internas e palestras, entre outros tipos de eventos de qualificação e de promoção de bem estar para os servidores. Esse fator limita a possibilidade de realização desses eventos utilizando recursos próprios. Assim, o Ibram buscou alternativas de capacitação para os servidores que fossem realizadas sem custos orçamentários e em locais diversos no âmbito governamental e externo.

Seguindo essa diretriz, intensificou-se internamente a divulgação de cursos gratuitos disponíveis em instituições como Escola de Governo do Distrito Federal, Escola Nacional de Administração Pública, Tribunal de Contas do Distrito Federal, Tribunal de Contas da União e foram firmadas parcerias com outros órgãos para capacitações em temas específicos, como, por exemplo, o Curso em Quantum Gis realizado pelo Ministério do Exército. Destaca-se que essa última capacitação proporcionou a qualificação de instrutores do próprio órgão para ministrarem cursos de QGis. Assim, foi possível o estabelecimento de uma parceria com a Escola de Governo – Egov, para que o curso de QGis entrasse na grade regular de cursos da instituição, com cursos fechados para os servidores do Ibram e com possibilidade de ampliação da oferta a outros órgãos. Foi realizado um curso piloto na Egov em dezembro de 2017, quando foram capacitados 24 servidores. Está previsto, para 2018, a formação de 04 novas turmas.

Apresenta-se a seguir tabela contendo resumo das iniciativas de capacitações promovidas pelo Ibram no ano de 2017.

Quadro resumo das capacitações promovidas pelo Instituto Brasília Ambiental.

Capacitações por tipo	Local	Servidores capacitados
Quantum Gis – QGis Nível Intermediário	2º Centro de Geoinformação do Exército – 2º CIGEx	20
Quantum Gis – QGis Nível Básico	Capacitação interna para Auditores Fiscais	30
Quantum Gis – QGis Nível Básico (Turma fechada para o Ibram)	EGOV	24
Cursos presenciais diversos promovidos pela Escola de Governo	EGOV	190
Cursos Diversos de EAD promovidos pela Escola de Governo	Plataforma on line	39
Participação em Congressos, seminários e reuniões similares	Instituições externas	60
Pós- graduação stricto sensu - ônus limitado	Universidades diversas	06
Total		369*

*Não foram contabilizados os cursos EAD em instituições externas ao GDF.

De modo geral, as capacitações possibilitam que os servidores requeiram o recebimento de Gratificação por Habilitação, Gratificação de Titulação e também Adicional de Qualificação. No ano de 2017, 36 servidores concluíram cursos de Graduação e Pós-graduação (modalidade Capacitação Avançada) e apresentaram comprovantes para recebimento de Gratificação por Habilitação, conforme Tabela abaixo:

Nível de escolaridade apresentado	**Quantidade de servidores**
Graduação	5
Especialização	12
Pós graduação stricto sensu (Mestrado)*	17
Pós graduação stricto sensu (Doutorado)*	2
Total	**36**

* Capacitações promovidas pelo Programa de Pós-graduação Stricto sensu do Ibram.

Em relação ao Adicional de Qualificação, foram geradas 292 novas concessões em 2017, devido à apresentação de certificados de conclusão de cursos de capacitação e desenvolvimento relacionados às atribuições do cargo ou lotação dos servidores. A Tabela abaixo apresenta resumo das concessões de gratificação e adicional de qualificação realizadas em 2017.

Quadro resumo das concessões de gratificações em 2017

Tipo de Gratificação	Quantidade
GTIT*	0
AQ**	292
GH***	36
Total	**328**

*GTIT – Gratificação de Titulação. Disciplinada pela Lei nº 4.426, de 18 de novembro de 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 31.847, de 30 de junho de 2010, devida aos servidores com cargo de Auditor Fiscal de Meio Ambiente.

** AQ – Adicional de Qualificação. Disciplinada pela Lei nº 4.426, de 18 de novembro de 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 31.847, de 30 de junho de 2010, devida aos servidores estatutários.

***GH – Gratificação por Habilitação. Neste item está incluída a Gratificação por Habilitação em Atividades do Meio Ambiente – GHMA, Gratificação por Habilitação em Políticas Públicas – GHPP e Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano – GHPU.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários relativos a 2017 sofreram restrições em virtude da publicação do Decreto nº 37.979, DODF nº 20, de 27/01/2017, que estabeleceu a programação financeira para o exercício, implicando, inicialmente, em uma restrição financeira da ordem de R$ 1.182.877,00.

Destaca-se que, em 21/08/2017, com a publicação do Decreto nº 38.416, DODF nº 40, foi estabelecido um novo cronograma para emissão de empenhos para o último quadrimestre de 2017, medida que impactou de forma significativa a execução orçamentária do Ibram. Nesse contexto, é relevante salientar que não ocorreram lançamentos que fizessem com que o referido contingenciamento fosse evidenciado no Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD.

Contudo, o presente normativo provocou a impossibilidade de utilização de recursos alocados na fonte 157, que ao final do exercício, totalizaram valor superior a R$ 950 mil.

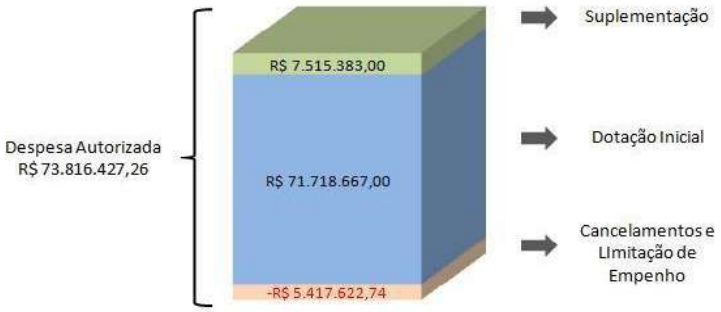
Outro fator determinante no exercício de 2017, no tocante à execução orçamentária, foram os bloqueios e contingenciamentos dos recursos orçamentários disponibilizados ocorridos no decorrer do exercício, impactando nas necessidades de cada área (aquisição de materiais de consumo, permanente e serviços), e consequentemente, na execução das atividades do Ibram.

Demonstrativo Sintético de Execução Orçamentária – Comparativo 2016 x 2017

Descrição	2016 (R$)	2017 (R$)	Variação (%)

1. Dotação Inicial	69.017.396,00	71.718.667,00	3,91%
2. Suplementações			
(+) Apuração Superávit – Fonte 420	924.933,00	1.473.854,00	59,35%
(+) Convênios - Aportes/Superávit	100.000,00	127.460,00	27,46%
(+) Excesso de Arrecadação	1.816.047,00	0,00	-100.00%
(+) Folha de Vencimentos	5.400.000,00	4.944.469,00	-8,43%
(+) Recursos Banco do Brasil	0,00	657.600,00	100,00%
(+) Emenda Parlamentar	0,00	312.000,00	100,00%
3. Cancelamentos			
(-) Contingenciamentos/Bloqueios	652.062,23	1.398.731,00	114,51%
(-) Banheiros Zoológicos	0,00	861.624,00	-100,00%
(-) Efetuados via SUOP	4.347.105,08	2.207.203,00	-49,23%
4. (=) Despesa Autorizada (1 + 2 - 3)	70.459.356,38	74.766.492,00	6,11%
5. (-) Limitação Empenho – Fonte 157	0,00	950.064,74	100,00%
4. (=) Despesa Autorizada Real (4 - 5)	70.459.356,38	73.816.427,26	4,76%
5. Despesa Executada	68.652.769,12	71.446.777,40	4,10%
6. Índice de Execução (5 ÷ 4)	97,44%	96,79%	-0,67%

Fonte: SIGGO - Quadro Detalhamento Despesas: Exercícios: 2016 e 2017, posição: 02/01/2018.



Em relação à execução orçamentária por fonte de recursos, tem-se a tabela que segue:

Fonte de Recurso	Despesa Autorizada	Despesa Executada	Despesa Não Executada
100 - Tesouro	65.288.690,00	63.212.110,00	2.076.580,00
135 - Operações de Crédito Internas	657.600,00	554.060,00	103.540,00
157 - Comp Ut Recursos Minerais *	1.524.935,00	1.524.935,00	0,00
220 - Própria	4.755.000,00	4.648.333,00	106.667,00
390 - Superávit Contrap Convênio	11.112,00	11.110,00	2,00

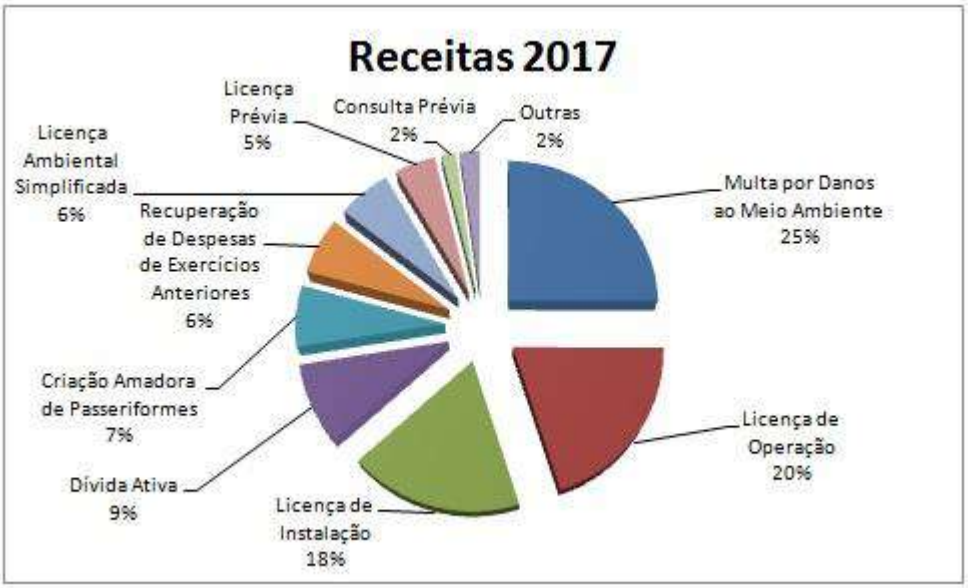
420 - Superávit Própria	1.473.854,00	1.396.238,00	77.616,00
421 - Superávit Apl Fin Convênio	5.236,00	0,00	5.236,00
432 - Convênio com Outros Órgãos	100.000,00	99.990,00	10,00
Total	**73.816.427,00**	**71.446.776,00**	**2.369.651,00**

* Foi abatido o valor de R$ 950.065 da Despesa Autorizada em razão da limitação de empenho imposta por decreto



COMPORTAMENTO DAS RECEITAS

Durante o exercício de 2017, foi auferido, a título de receita própria, o montante de R$ 7,18 milhões. Deste total, 63% foram equivalentes às Multas por Danos ao Meio Ambiente, Licenças de Operação e Licenças de Instalação.

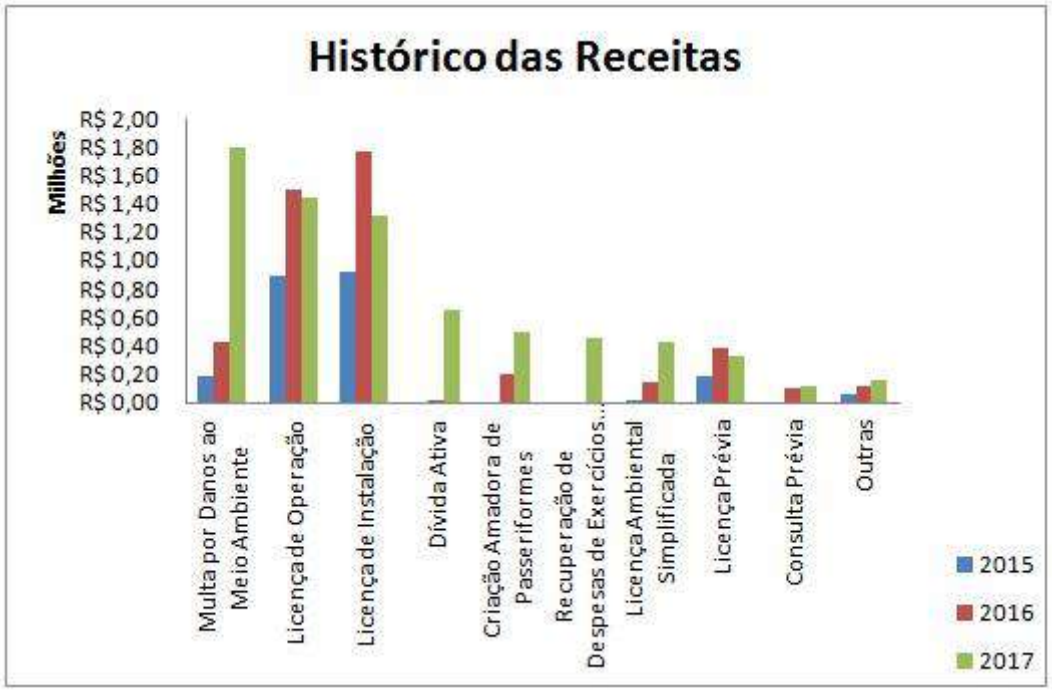


Avaliando o comportamento histórico da receita do Ibram, observa-se o aumento expressivo dos valores correspondentes às Multas por Danos ao Meio Ambiente, que triplicaram em relação ao ano anterior. Tal fato se deveu à intensificação das ações de fiscalização, bem como ao trabalho realizado pela Comissão Interna de Julgamento de Autos de Infração, que julgou, em 1ª instância, o passivo de autos pendentes. Foram exceção as tarifas decorrentes das licenças prévia, de instalação e de operação, que apresentaram leve queda. Todas as demais rubricas da receita evoluíram durante o ano de 2017.

A melhoria dos processos internos, que vem refletindo em variações positivas na receita do Instituto, permite maior investimento nas áreas finalísticas, já que os recursos da fonte do tesouro têm se mostrado insuficientes.

Destaca-se ainda o aumento expressivo nos recebimentos decorrentes de registros da dívida ativa e nas tarifas cobradas pela emissão de licença ambiental simplificada, conforme histórico demonstrado a seguir:

Receitas (em R$)	2015	2016	2017
Multa por Danos ao Meio Ambiente	180.463,00	424.552,00	1.798.559,86
Licença de Operação	889.014,00	1.501.231,00	1.441.400,15
Licença de Instalação	912.598,00	1.767.803,00	1.312.407,47
Dívida Ativa	-	7.598,00	654.258,24
Criação Amadora de Passeriformes	-	197.221,00	492.781,41
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	456.986,71
Licença Ambiental Simplificada	11.235,00	143.492,00	430.406,06
Licença Prévia	189.356,00	381.573,00	326.468,71
Consulta Prévia	-	99.533,00	114.166,42
Outras	54.744,00	108.140,00	158.746,61
Total	**2.237.410,00**	**4.631.143,00**	**7.186.181,64**



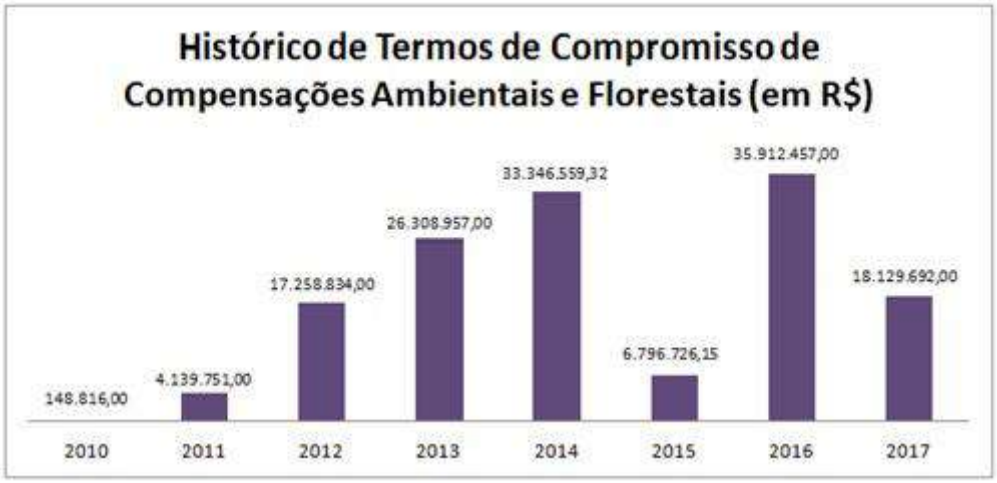
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL

As principais fontes de recurso destinadas às unidades de conservação são as compensações ambientais e florestais. Em 2017, foram iniciados novos investimentos, tanto com empreendedores privados quanto com empreendimentos do próprio governo.

Em que pese a Instrução que instituiu o novo formato do colegiado da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal – CCAF datar de setembro de 2016, o ano de 2017 merece destaque pela

consolidação do novo modelo, que buscou a ampliação da representatividade dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão sobre a forma e local de destinação dos recursos supracitados.

Ao longo do ano foram formalizados 12 (doze) Termos de Compromisso de Compensação Ambiental, totalizando R$ 18 milhões, distribuídos para as diversas Unidades de Conservação localizadas no Distrito Federal, em ações que vão desde a elaboração de Planos de Manejo, instrumento basilar para a implantação e gestão sustentável das áreas protegidas, à regularização fundiária de UCs.



Apesar da queda em relação ao ano anterior, destaca-se que ao final de 2017, nove processos de compensação ambiental, totalizando R$ 11 milhões, estavam sendo concluídos para que os termos de compromissos fossem assinados já no início de 2018.

O ano de 2017 foi marcado ainda pela execução de recursos compensatórios na proteção das Unidades de Conservação Distritais contra incêndios florestais, com a elaboração de quase 30 quilômetros de aceiros em torno de áreas como o Parque Distrital do Gama (Prainha) e Parque Ecológico dos Pequizeiros, além da previsão de abertura de aceiros em mais 13 Unidades de Conservação até o início do próximo período de seca.

No que se refere à normatização e aos procedimentos para destinação de recursos compensatórios, especificamente quanto à compensação florestal convertida na forma do Decreto Distrital n° 23.585/2003, destaca-se a elaboração do Plano de Diretrizes para Aplicação de Recursos de Compensação Florestal – PDAR-F, que elenca as ações que poderão ser custeadas com esses recursos para que se possa alcançar satisfatoriamente os objetivos precípuos da compensação florestal.

Dentre as ações custeadas com recursos compensatórios em 2017, mais de 33% são destinações para elaboração de Planos de Manejo das UCs Distritais. Esses Planos são fundamentais para implantação e gestão das Unidades, uma vez que servem como norteadores para as futuras instalações, usos e prioridades dentro das áreas protegidas, de forma que se possa estabelecer a compatibilidade entre a proteção dos recursos naturais e outras demandas da sociedade.

Por sua vez, as ações com obras, serviços e aquisição de equipamentos representaram quase 53% de todas as destinações feitas pela CCAF em 2017. São obras de revitalização de espaços dentro das Unidades, serviços e aquisição de equipamentos relacionados com a implantação e gestão de Unidades de Conservação de grande importância, como a Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESECAE e o Parque Ecológico Saburo Onoyama.

As ações com Projetos e Subsídios para Gestão das UCs, Educação Ambiental, Sinalização, Comunicação, Regularização Fundiária e Proteção somam cerca de 14% das destinações, com destaque para a contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento de projetos de arquitetura, design e programação visual, a nível executivo, para as Unidades de Conservação; a aquisição de imagens de satélite com periodicidade semanal com monitoramento da cobertura vegetal do DF, que servirão de subsídios à gestão dos recursos naturais delimitados nas Unidades de Conservação, além da realização de Workshop sobre o Documento de Origem Florestal – DOF, que é uma ferramenta utilizada para controle de origem dos recursos florestais e, consequentemente, para garantia do uso sustentável dos recursos.

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT

Em 2017, foi realizada uma consultoria pela empresa Modus Consultoria Organizacional, através do PRODOC 914BRZ2001 da Cooperação Internacional entre IBRAM e UNESCO, para elaboração do programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Instituto (QVT). Tal programa tem por finalidade dar suporte à criação de um ambiente mais saudável e humanizado na organização, com aumento de responsabilidade e de autonomia no trabalho, melhoria do clima organizacional e do nível de satisfação dos servidores. Pretende-se que tanto a política de QVT como os projetos do programa, quando implementados, promovam o bem-estar no ambiente de trabalho, conciliando as expectativas institucionais e os anseios dos servidores.

O trabalho realizado em 2017 consistiu na sensibilização dos servidores para participação na iniciativa, elaboração do diagnóstico e definição das políticas e dos projetos que serão implementados ao longo dos próximos anos. Desse modo, foram realizadas cinco palestras de sensibilização, além de campanhas internas. Ao final, foram definidos 13 projetos que deverão ser implantados gradativamente pelo órgão. Dentre os projetos aprovados, destacam-se os relativos à Capacitação de Gestores para Gerenciamento de Equipes, Prevenção de Assédio Moral no Ibram, dentre outros.



Exemplo de divulgação veiculada nos meios de comunicação internos para sensibilização dos servidores.



Palestra conduzida pela consultoria e espaço idealizado especialmente para o evento.

SEMANA DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

No período de 02/10/2017 a 06/10/2017, foi realizada a V Semana da Saúde e Segurança do Trabalho no IBRAM, ação condizente com a Política de Gestão de Pessoas do Governo do Distrito Federal – Decreto nº 29.814, de 10 de dezembro de 2008, a qual estabelece, dentre outras diretrizes, a humanização da relação administração pública e servidor, para a melhoria dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal. A Semana da Saúde objetiva o incentivo da busca contínua de hábitos saudáveis por parte dos servidores, levando a uma melhoria na qualidade de vida, inclusive no ambiente laboral, com foco na saúde e bem estar, e, consequentemente, prevenindo as doenças (físicas e psíquicas). Todo o evento foi realizado por meio de parceria, sem nenhum ônus para o órgão, e a equipe organizadora firmou parcerias com diversas empresas e profissionais autônomos. Nesse período, foram realizadas diversas atividades envolvendo os servidores do Instituto. Abaixo segue um resumo das atividades realizadas.

Atividade	Quantidade de participantes
Palestra: Saúde e Tecnologia – uma dupla que pode dar certo	20
Diversas*	60
Exames**	178
Caminhada***	93

* Diversas: Cursos de Cuidados com a pele e de Automaquiagem.

**Circuito de Exames, contendo Aferição de Glicemia, Pressão Arterial, Elasticidade, Pressão Ocular, posturograma, avaliação fisioterápica e orientações sobre Autoexame Preventivo de Câncer de Mama e sobre valores nutricionais dos alimentos.

***Evento no Parque Ecológico Ezechias Heringer – Guará/DF: apresentação sobre a Unidade de Conservação, Caminhada da Saúde, aula prática esportica e teste de bioimpedância.





Aula prática esportiva durante a V Semana da Saúde e Segurança do Trabalho no Ibram e Caminhada da Saúde no Parque Ecológico Ezechias Heringer

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

AÇÕES ESTRUTURANTES

O ano de 2017 foi marcado pelas celebrações dos 10 anos de existência do Ibram e pela continuidade das ações vinculadas ao Ibram Mais, um programa de melhorias institucionais com a finalidade de reunir, de forma integrada, as principais iniciativas estruturantes e transformadoras em curso no Instituto. Dentre os principais objetivos do Programa, destacam-se:

- Disseminar informações de maneira padronizada;
- Congregar esforços;
- Criar senso de pertencimento;
- Integrar e motivar;
- Buscar o engajamento;
- Dar visibilidade a ações positivas;
- Proporcionar maior eficiência ao desenvolvimento do trabalho; ☐ Melhorar o desempenho institucional.

Em 2017, dentre as ações realizadas por meio do Ibram Mais, destaca-se a conclusão dos trabalhos da empresa de consultoria especializada em Qualidade de Vida do Trabalho, contratada por meio da Cooperação Internacional Ibram/Unesco. O objetivo do projeto QVT é propiciar a criação de um ambiente mais saudável e humanizado, com aumento de responsabilidade e de autonomia no trabalho, melhoria do clima organizacional e do nível de satisfação dos servidores. A consultoria realizou amplo diagnóstico do Ibram e elaborou, em conjunto com os servidores, uma política e um programa de Qualidade de Vida no Trabalho. Os projetos idealizados e que compõem o programa serão desenvolvidos a partir de 2018.

Outra contratação de grande relevância e que compõe o Ibram Mais são os serviços de consultoria em Redesenho Organizacional. Também por meio da Unesco, uma empresa de consultoria foi contratada para propor uma nova estrutura, um novo desenho organizacional

para o Ibram, capaz de dar maior fluidez aos processos de trabalho. Os trabalhos foram iniciados em 2017 e têm previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2018.

Destaca-se ainda o certame licitatório feito em parceria com a Unesco, para contratação de uma fábrica de software para desenvolvimento do sistema de gestão ambiental, com foco inicial no licenciamento ambiental, conforme especificações elaboradas anteriormente. A previsão é que o sistema seja desenvolvido durante o ano de 2018. A contratação dessa fábrica é o encadeamento final de todas as demais ações do Ibram no sentido de idealizar novos processos de trabalho e especificar soluções informatizadas, de forma a dar maior eficiência e qualidade à prestação do serviço público e aos esforços para garantir a proteção ao meio ambiente.

Para o ano de 2018, estão previstas as inaugurações do Centro de Práticas Sustentáveis – CPS e do Hospital Veterinário Público – HVEP.

O CPS foi idealizado a partir da compensação ambiental devida pela implantação do Setor Habitacional Jardim Mangueiral, tendo como objetivo ser um fomentador do empreendedorismo e servir como mostruário das boas práticas ambientais sustentáveis. Sua estrutura física deverá ser acompanhada por uma programação educacional que permita o desenvolvimento de atividades técnicas, promovendo a participação da comunidade e o convívio social, a partir do contato das políticas públicas de preservação do meio ambiente com a sociedade civil. Seu funcionamento se dará por meio do próprio Ibram, de parceiros da administração pública e da comunidade local.

Já o HVEP decorre da compensação ambiental devida pelas obras do Residencial Porto Pilar e tem por objetivo a promoção do atendimento médico veterinário gratuito para cães e gatos. A gestão e operacionalização do hospital serão feitas pelo Ibram, em parceria com uma organização da sociedade civil a ser escolhida por meio de chamamento público. A expectativa é que o HVEP inicie seu funcionamento ainda no primeiro semestre de 2018.

Outra boa perspectiva para 2018 é a possibilidade de liberação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do programa Brasília Sustentável II. Este programa visa contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do Distrito Federal por meio da recuperação de áreas degradadas e da implantação de serviços de infraestrutura urbana. Caso seja aprovado pelas entidades responsáveis, o Ibram será alcançado pelo programa no componente Fortalecimento Institucional, que prevê o fortalecimento de alguns órgãos da administração pública do DF, com ênfase na gestão ambiental e de resíduos sólidos. Nessa condição, o Ibram deverá investir na modernização do Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental.

Ainda na linha de obtenção de recursos externos, o Ibram aguarda a aprovação do programa Brasília Capital das Águas, que prevê a negociação de recursos com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, organismo de crédito que, dentre outras finalidades, financia projetos ambientais na Bacia do Prata. No que concerne ao Ibram, o programa viabilizará a recuperação de áreas degradadas e a implantação de infraestrutura para uso público ao longo da orla do Lago Paranoá.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - 22.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispôs sobre a reestruturação Administrativa do Distrito Federal, criou, entre outros órgãos, a Secretaria de Viação e Obras. Ao longo dos anos, esta Secretaria recebeu várias outras denominações, tais como Secretaria de Obras e Secretaria de Infraestrutura e Obras, mas sempre com foco no comando das obras públicas da área de infraestrutura do DF. A partir do Decreto nº 36.236/2015, a então Secretaria de Estado de Obras passou a ser denominada Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

Em relação a estrutura administrativa decorrente do Decreto de criação da atual SINESP observa-se alterações nas unidades orgânicas por meio do Decreto nº 36.989 de 17/12/2015, publicado no DODF nº 242, de 18/12/2015 e do Decreto nº 37.776, de 16/11/2016, publicado no DODF, nº 216, de 17/11/2016. A composição vigente da SINESP contempla as seguintes unidades: as Subsecretarias de Administração Geral (SUAG); de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras (SUPOP); de Acompanhamento e Fiscalização (SUAF); de Gerenciamento de Recursos Externos (SUGRE); de Acompanhamento Orçamentário de Obras (SUAO); de Gestão de Ativos Tecnológicos (SUGAT) e de Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento (SUAPS).

Os Órgãos da Administração Indireta do DF vinculados à Pasta são: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap); Companhia Energética de Brasília (CEB); Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (CAESB); e, Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	23	12	7	6	48
Comissionados sem vínculo efetivo	54	0	39	0	93
Requisitados de órgãos do GDF	17	0	12	0	29
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	8	0	7	15
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	7	0	0	7
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	**96**	**27**	**58**	**13**	**194**
(-) Cedidos para outros órgãos	0	8	0	5	13
Total Geral	**96**	**19**	**58**	**8**	**181**

A partir dos dados apresentados verifica-se que esta SNESP possui Quadro de Pessoal Efetivo bastante reduzido, sobretudo para atuar em sua Atividade Fim que conta com apenas 13 (treze) servidores dos quais 05 (cinco) encontram-se cedidos para outros Órgãos, deixando esta Secretaria dependente de sua estrutura administrativa, por meio dos cargos comissionados, para suprir parte de sua necessidade. Essa constatação também tem sido apontada em auditorias realizadas pelo Controle Interno e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

Como em anos anteriores, em 2017 houve iniciativas para sanar o déficit de servidores efetivos, sendo encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, em 04/04/2017, o Ofício nº 349/2017 – GAB/SEPLAG, em que se apresentou pleito de realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos, com o objetivo de recompor o Quadro Permanente de Servidores, desta Pasta. Conforme os termos do Ofício SEI-GDF nº 509/2017, de 17/05/2017, a proposta em questão não foi acatada pela SEPLAG, devido ao cenário de restrição que impõe a necessidade de racionalização e controle das despesas públicas. Optou-se então por nova alternativa, qual seja o chamamento de servidores efetivos para redistribuição ou disposição, com fundamento no Inciso I, do § 1º, do Art. 43, da Lei Complementar nº 840/2011, por meio do Chamamento Público nº 01/2017, publicado no DODF nº 117, de 21/06/2017, que, apesar de sua prorrogação, publicada no DODF 129 de 07/07/2017, resultou na manifestação de interesse de apenas um servidor.

Sobre a Estrutura Administrativa, salienta-se que esta foi impactada pelos procedimentos emergenciais que visavam reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, notadamente disposto no artigo 2º, do Decreto n° 36.757 de 16 de Setembro de 2015, que determinou redução de 20% dos Cargos Comissionados:

> Art. 2º no prazo improrrogável de 10 dias corridos, os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal deverão encaminhar à Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização (SEGAD) as respectivas propostas para garantir a redução de suas despesas com cargos em comissão e funções de confiança em, no mínimo, 20%, conforme disposto no art. 169 da Constituição Federal.

Mesmo após a diminuição obrigatória do número de cargos comissionados, a SINESP ainda enfrenta dificuldades para ocupar a totalidade dos cargos que integram sua estrutura. A exemplo de tal situação destaca-se que a necessidade de se nomear servidor, com qualificação profissional em engenharia elétrica, ainda não foi suprida, apesar de haver cargo disponível que possibilitaria a nomeação de servidor na área fim.

Diante dos fatos esta Secretaria continuará envidando esforços no sentido de se realizar concurso público para composição da força de trabalho a fim de se reestabelecer o Quadro de Servidores Permanentes.

PANORAMA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a partir da promulgação da Lei Orçamentária Anual - LOA, Exercício de 2017, Lei nº 5.796, de 29/12/2016, obteve valor fixado de R$ 1.101.027.864,00, relativo às despesas a serem executadas, que acrescido das movimentações orçamentárias ao longo do ano alcançou o montante de R$ 1.103.141.218,72, a título de Despesa Autorizada.

Importante destacar que as perspectivas decorrentes da LOA 2017, então instituída, respaldavam-se nos Grupos de Despesas e Fontes de Recursos especificados na tabela abaixo, em conjunto com os seus respectivos desempenhos:

Grupo de despesa	Categoria	Fonte de recurso	Descrição da fonte	Dotação inicial	Despesa autorizada	Total empenhado	Empenho liquidado	Empenho liquidado/ Despesa autorizada (%)	Empenho liquidado/ Total empenhado(%)
Pessoal e encargos sociais	1	100	Ordinário não vinculado	19.140.161,00	20.401.595,00	20.265.109,56	20.029.339,43	98,18%	98,84%
Outras despesa correntes	3	100	Ordinário não vinculado	27.376.717,00	2.420.729,27	2.397.315,19	2.359.711,10	97,48%	98,43%
Outras despesas correntes	3	121	Aplicações financeiras vinculadas (convênios)	0,00	20.000,00	12.577,40	12.577,40	62,89%	100,00%
Outras despesas correntes	3	134	Contribuição para iluminação pública	169.199.814,00	187.625.113,00	186.430.994,66	168.600.927,82	89,86%	90,44%
Outras despesas correntes	3	135	Operações de crédito internas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	-
Outras despesas correntes	3	136	Operações de crédito externas	10.483.350,00	10.483.350,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	100	Ordinário não vinculado	44.320.953,00	4.125.693,43	3.208.857,11	1.924.150,84	46,63%	59,96%
Investimentos	4	107	Alienação de imóveis (Lei Nº 81/89)	0,00	6.783.143,00	1.030.750,94	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos	4	132	Convênios outros órgãos(não integrantes do GDF)	4.570.064,00	14.307.845,00	709.972,50	259.972,50	1,82%	36,62%
Investimentos	4	134	Contribuição para iluminação pública	47.435.833,00	69.673.525,02	56.810.092,63	45.257.534,83	64,96%	79,66%
Investimentos	4	135	Operações de crédito internas	762.578.000,00	754.496.522,00	120.383.894,89	114.471.783,68	15,17%	95,09%
Investimentos	4	136	Operações de crédito externas	15.912.972,00	15.912.972,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	300	Ordinário não vinculado	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	321	Aplicações financeiras vinculadas (convênios)	0,00	331.230,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	332	Convênios outros órgãos- exercícios anteriores	0,00	9.359.473,00	1.363.668,06	1.213.668,06	12,97%	89,00%
Investimentos	4	335	Operações de crédito internas	0,00	5.884.936,00	5.070.426,11	4.867.043,22	82,70%	95,99%
Investimentos	4	390	Contrapartida de convênio - Tesouro	0,00	1.305.032,00	1.294.295,20	1.246.038,07	95,48%	96,27%
TOTAL				1.101.027.864,00	103.141.218,72	398.977.954,25	360.242.746,95	32,65%	90%

Observa-se que 72% da dotação inicial do Orçamento desta Secretaria, era vinculada a fontes de recursos relativas aos instrumentos firmados entre o Distrito Federal, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (Fontes 132 e 135) e contemplavam, também, a previsão de celebração de operação de crédito junto a organismo internacional, (Fonte 136). No que se refere aos recursos próprios provenientes da arrecadação do Distrito Federal, estes representavam aproximadamente 28%, do total da dotação inicial, (Fontes 100 e 134).

Vale ressaltar a destinação da dotação inicial da Fonte de Recursos 100 – Ordinário não vinculado, cuja previsão de R$ 90.837.831,00 não se configurou em despesa autorizada para os gastos correntes (Grupo 3) e para os investimentos (Grupo 4), no mesmo montante fixado para a programação dessas despesas. Assim, do total de R$ 71.697.670,00 constante das dotações iniciais para estas categorias, obteve-se apenas R$ 6.546.422,70, equivalentes a menos de 10%, mantidos consignados para execução.

A situação acima exposta decorreu das perdas orçamentárias sofridas no montante de R$ 44.533.146,00, conforme detalhado em quadro abaixo e demais contingenciamentos impostos durante o exercício, não obstante o Decreto nº 37.979, de 26/01/2017, relativo à programação orçamentária e financeira, para o exercício de 2017, ter disposto contingenciamento para os

Grupos 3 e 4, de R$ 7.973.015,00 (Grupo 3) e R$ 4.953.399,00 (Grupo 4), que totalizaria R$ 12.926.414,00.

Créditos remanejados para atendimento de déficits de outras unidades governamentais Fonte de recursos 100				
Perdas	**Mês**	**Instrumento/Cancelamento**	**Valor Remanejado**	**Destinação dos Recursos**
CANCELAMENTOS EFETIVADOS PELA SEPLAG	Março	Decreto nº 38.071 de 20/03/2017, DODF nº 55 de 21/03/2017.	11.800.000,00	Atender déficit orçamentário da Novacap, referente à Manutenção de Vias Públicas em diversos locais do Distrito Federal, conforme deliberação da Ata 16ª da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.083 de 22/03/2017, DODF nº 57 de 23/03/2017.	103.000,00	Atender déficit da Secretaria de Estado de Fazenda, referente a Reprogramação Orçamentária: Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
		Total em março	11.903.000,00	
	Abril	Portaria nº 124 de 04/04/2017 DODF nº 67 de 06/04/2017.	4.859.796,00	Troca de Fonte de Recursos da SINESP (100 para 107) para atender déficit orçamentário da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao pagamento de Dívida Externa, conforme Item 13.1 da Ata da 6ª Reunião da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.119 de 06/04/2017, DODF nº 68 de 07/04/2017.	2.016.664,00	Atender déficit orçamentário do Serviço de Limpeza Urbana - SLU, referente à Manutenção das Atividades de Limpeza Pública em diversos locais do Distrito Federal, conforme Ata 28ª da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.137 de 17/04/2017, DODF nº 74 de 18/04/2017.	8.972.718,00	Atender déficit orçamentário Novacap, referente a renovação de Contratos de Manutenção de Vias Públicas em diversos locais do Distrito Federal, conforme Item 1 da Ata da 32ª Reunião da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.138 de 20/04/2017, DODF Edição Extra nº 18 de 20/04/2017.	9.173.333,00	Atender déficit da Secretaria de Estado de Fazenda, referente a Reprogramação Orçamentária, conforme autorização contida na Ata 29ª da GOVERNANÇA-DF: Manutenção de Serviços Administrativos Gerais; Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; Ação de Incentivo a Arrecadação e Educação Tributária-PINAT-Programa Nota Legal; Amortização e Encargos da Dívida Pública Relativa ao INSS e PASEP; e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
		Total em abril	25.022.511,00	
	Maio	Decreto nº 38.163 de 28/04/2017, DODF nº 82 de 02/05/2017.	5.377.587,00	Atender reprogramação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Para execução de acordo com o item 01-Deliberação da Ata da 30ª Reunião da GOVERNANÇA-DF:

				Manutenção de Bens Imóveis do Governo do Distrito Federal - Vigilância.
		Total em maio	5.377.587,00	
	Julho	Decreto nº 38.343, de 18/07/2017 - DODF nº 137, de 19/07/2017.	103.000,00	Atender déficit da Adm. Regional do Lago Norte - cancelamento para suplementação do PT 15.451.6210.1110.9907 UO 59120 (Relativo ao Programa denominado Par'Cão).
		Total em julho	103.000,00	
	Agosto	Decreto nº 38.426, de 22/08/2017 - DODF nº 162, de 23/08/2017.	70.000,00	Atender déficit do DFTRANS - crédito autorizado pelo item 20 da 67ª Reunião da Governança/DF acostada ao processo SEI nº 00098.00053657/2017-85. Objetiva-se aportar recurso em favor da programação do Passe Livre Estudantil - DFTRANS/DF.
		Total em agosto	70.000,00	
	Novembro	Portaria nº 544 de 24/10/2017 - DODF nº 211 de 03/11/2017.	881.114,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
			292.233,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
			750.000,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
		Decreto nº 38.654 de 28/11/2017 - DODF nº 228 de 29/11/2017.	133.701,00	Cancelamento para atender folha de pessoal de novembro da Sefaz.
		Total em novembro	2.057.048,00	
TOTAL GERAL			**44.533.146,00**	

No tocante às transferências de créditos orçamentários relativas a fonte 100, esta Secretaria celebrou Portarias Conjuntas de descentralização com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, no valor total de R$ 1.906.041,19, destinadas em sua maioria para dar continuidade a contratações pendentes de recursos.

Quanto às Emendas Parlamentares Distritais, também lastreadas pela Fonte de Recursos 100, como nos anos anteriores, em que pese o caráter de impositividade, a utilização desses recursos ficou condicionada à comunicação formal, pelo autor à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplag, conforme Artigo 31, § 6º da Lei nº 5.695, de 03/08/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017. Inicialmente foi consignado o montante de R$ 6.414.000,00, dos quais R$ 4.201.784,00 foram remanejados pelos seus autores, para outras finalidades governamentais, restando cancelados do Orçamento desta Sinesp. Em relação ao saldo remanescente de R$ 2.212.216,00, houve efetivo desbloqueio pela Seplag de apenas R$ 1.349.360,00 para utilização pela Pasta, sendo:

. R$ 999.360,00 – destinados à execução de obras de implantação de iluminação pública nas Regiões Administrativas de Planaltina, Sobradinho e Cidade Estrutural, com endereçamentos específicos e elencados pelo autor da emenda para atendimento, o que requereu encaminhamento à Companhia Energética de Brasília – CEB, para análise e elaboração de

estimativas de custos, dos quais R$ 998.960,69, foram empenhados à conta do Convênio nº 001/2017-Sinesp/CEB e do Contrato nº 003/2017-Sinesp/CEB, dada a pertinência das intervenções solicitadas aos objetos pactuados nesses instrumentos. Salienta-se que parte da demanda proposta pelo parlamentar não pode ser contemplada, devido ao custo estimado pela CEB ter superado o valor disponibilizado, proveniente dos recursos da emenda.

. R$ 200.000,00 – destinados à execução de intervenção relativa à Ampliação da Rede de Iluminação Pública do SAAN – Distrito Federal, todavia, com aplicação definida pelo autor em 01/12/2017, a ser operada mediante descentralização de créditos da Sinesp à Administração Regional de Brasília. A proposta de minuta do ato conjunto foi apresentada por esta Sinesp à referida Administração Regional, porém, não houve a celebração do ato, face aos requisitos necessários para a utilização desses recursos ainda no exercício de 2017, por conseguinte, os créditos restaram não empenhados.

Ainda acerca de créditos provenientes de emendas parlamentares, houve a transferência do valor de R$ 150.000,00 a esta Sinesp pela Novacap, mediante Portaria Conjunta de descentralização de créditos orçamentários, com destinação exclusiva para a implantação de iluminação pública na QNL 09/11 de Taguatinga/DF, mas que, também não restou empenhada, devido ao custo estimado da intervenção exceder o valor previsto da emenda. Contudo, a execução da obra foi programada para ser realizada à conta de recursos institucionais.

No que concerne à Fonte de Recursos 134 – Contribuição para Iluminação Pública – CIP, verificou-se uma realização de aproximadamente 90% dos créditos orçamentários consignados no Grupo de Despesas 3 – Outras Despesas Correntes, que se destinou aos contratos de prestação de serviços executados de forma contínua, sob gestão desta Secretaria, desde meados de 2015, correspondentes à consultoria, engenharia, de manutenção, operação, manutenção preventiva e corretiva, bem como gerenciamento do parque de iluminação pública do DF e fornecimento de energia elétrica.

Para o Grupo de Despesas 4 – Investimentos alocado na Fonte 134 que ora se descorre, destaca-se a formalização de novo contrato e de convênio entre esta Secretaria e a Companhia Energética de Brasília – CEB, que visa proporcionar a execução de obras de implantação, expansão e melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, consoante os critérios estabelecidos na Decisão nº 2550/2017 do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Cabe salientar que a Decisão, retro mencionada, o Parecer nº 804/2017-PRCON/PGDF, de 03/10/2017, e o Acordo entre o GDF e a CEB, intermediado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF possibilitaram a esta Secretaria efetivar liquidação mediante reconhecimento de dívidas, decorrentes de contratações firmadas entre a então Secretaria de Estado de Obras e a CEB. A dívida reconhecida totalizou o expressivo montante de R$ R$ 49.587.623,89, consistindo de passivos constituídos em gestões anteriores, conforme a seguir especificados:

- R$ 36.781.744,04 - Contrato nº 040/2008 – Passivos de competência da Gestão de 2008 a 2010;
- R$ 6.698.402,64 - Contrato nº 027/2012 – Passivos de competência da Gestão de 2012 a 2014;
- R$ 5.868.831,47- Contrato nº 037/2012 – Passivos de competência da Gestão de 2012 a 2014;
- R$ 38.645,74 - Contrato nº 037/2012 – Passivo de competência da Gestão de 2015;

Efetivou-se também, nessa fonte 134, descentralização de créditos orçamentários no valor de R$ 1.628.877,98, para a Administração Regional de Vicente Pires, com a finalidade de custear despesas relativas as obras de melhoria de iluminação pública na Região Administrativa de Vicente Pires.

Em relação às Fontes Externas, cabe salientar que a alocação de créditos orçamentários, vinculados a essas fontes é estimada no Orçamento da Pasta, a partir de instrução de Setor especifico desta Secretaria, que procede avaliação da situação dos contratos referentes a recursos provenientes de convênios, termos de compromisso, contratos de repasse e operações

de crédito, junto aos organismos financiadores. Porém sua efetiva realização está sujeita a ocorrências verificadas nas fases de: elaboração de projetos de engenharia, planilhas de custos, obtenção de licenciamentos por parte de Institutos pertinentes, aprovações e autorizações dos Órgãos concedentes para lançamento e desenvolvimento de certames e sobretudo, às ocorrências durante a execução das intervenções.

Ressalta-se, também, que a realização das fontes de recursos externas transcorre de acordo com a situação de cada intervenção a ser custeada, acompanhada, monitorada e instruída pelos gestores responsáveis e designados para tal fim, após o cumprimento de etapas técnicas e legais pertinentes e diante de requisitos estabelecidos pelos organismos contratados, ou cedentes, nos respectivos instrumentos pactuados e por ocasião da análise de medições submetidas a tais entes.

Para essas fontes de recursos foi fixado em Lei o valor de R$ 793.554.386,00 (custeio e investimento) que somado aos superávits consignados e as movimentações resultou em R$ 810.455.098,00. Desse total autorizado, o montante de R$ 754.496.522,00 correspondia à Fonte de Recursos 135 – Operações de Crédito Internas, que ao longo do exercício obteve valor empenhado de aproximadamente R$ 293 milhões, ajustado posteriomente ao montante de R$ 127.527.961,56, tendo em vista as diretrizes do Decreto nº 38.583, de 27/10/2017, que dispôs sobre os prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro de 2017, sendo liquidado o valor de R$ 120.812.467,46, correspondente ao percentual de 15% de realização.

O valor obtido para liquidações na fonte 135 foi oriundo de desembolsos das operações de crédito com o Banco do Brasil (R$ 69.151.949,50) e a Caixa Econômica Federal (R$ 47.720.127,52), e custearam etapas de obras executadas e seus respectivos reajustamentos, decorrentes das contratações relativas à implantação de infraestrutura nos Setores Habitacionais Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico e Bernardo Sayão. Ademais, o superávit consignado, proveniente dessa fonte, ou seja, 335, equivalente a R$ 5.884.936,00 permitiu a complementação de recursos a contratos e a liquidação de despesas de exercícios anteriores, tendo alcançado o percentual de realização de aproximadamente 83%.

Ainda sobre a fonte 135 foi necessária a descentralização de recursos no valor de R$ 35.655.655,00, à Companhia do Desenvolvimento Habitacional de Brasília – Codhab, Órgão responsável pela Construção de Unidades Habitacionais no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia.

Por fim, ao se aferir o comportamento orçamentário desta Secretaria, observa-se que o ano de 2017 obteve melhor desempenho dentre os exercícios financeiros deste Governo, apesar das dificuldades e restrições impostas e da acentuada inexecução orçamentária, que ainda persiste, com referência às fontes externas, previstas pelos setores competentes em montantes que assegurariam: o desenvolvimento de contratações de grande porte, para as quais se anteviam andamentos normais, como as do Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão, Túnel Rodoviário de Taguatinga, as novas contratações previstas para determinados lotes dos Setores Habitacionais Bernardo Sayão e Vicente Pires e os certames projetados para empreendimentos integrantes do Corredor Oeste e a Construção do Ginásio Poliesportivo do Gama que necessitariam de tais aportes orçamentários.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	**2.859.733,00**	**2.620.839,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	2.859.733,00	2.620.839,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	**2.859.733,00**	**2.620.839,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	2.859.733,00	2.620.839,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**5.719.466,00**	**5.241.678,00**	**0,00**	**0,00**

Neste Programa Temático 6203 constavam as Ações de criação da Unidade de Gerenciamento e o Projeto de Fortalecimento Institucional, relativas ao Programa Brasília Sustentável II, previstas a serem custeadas por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Neste exercício foram realizadas gestões visando a preparação e contratação do citado Programa, o que inclui a edição da Portaria nº 74, de 01/08/2017 que detalhou as atribuições, estrutura e o arcabouço organizacional da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, conforme determinado no § 5º, do art. 5º do Decreto nº 36.598/2015 que instituiu o Programa no âmbito desta SINESP, o que ainda não gerou impacto específico no Orçamento da Pasta, devido a operação de crédito não ter sido celebrada. De acordo com a Unidade Gestora do Programa a regularização, por parte do GDF quanto ao pagamento de precatórios judiciais, sanada somente em dezembro, acarretou na impossibilidade de se obter o aval da União neste exercício. Maiores detalhes sobre o Programa Brasília Sustentável II constam de tópico específico.

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**437.284,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
1040 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
9498 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-PARQUE URBANO DO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	337.284,00	200.000,00	0,00	0,00
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**500.000,00**	**720.000,00**	**657.559,89**	**657.559,89**
0013 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	0,00	0,00	0,00
9472 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	720.000,00	657.559,89	657.559,89
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	**3.500.000,00**	**8.504.626,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES-- GAMA	3.000.000,00	8.504.626,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	**45.760,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6330 - REFORMA DE ESTÁDIO--DISTRITO FEDERAL	45.760,00	0,00	0,00	0,00
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**2.541.278,00**	**2.665.682,41**	**0,00**	**0,00**
0009 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4747 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CAMPOS DE FUTEBOL DE GRAMA SINTÉTICA-DISTRITO FEDERAL	261.278,00	865.682,41	0,00	0,00
9526 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-PRÓ-MORADIA CEF-DF	1.930.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00
0001 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NA QNN 23/25 DA CEILÂNDIA-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	**898.422,00**	**6.682.292,00**	**0,00**	**0,00**
3879 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE NA AC 115, CONJ. A, LT. 01- SANTA MARIA	449.211,00	3.393.328,00	0,00	0,00
3880 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE NA ÁREA ESPECIAL 02, QUADRA 01, SETOR ADMINISTRATIVO- SOBRADINHO II	449.211,00	3.288.964,00	0,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**10.000,00**	**465.382,00**	**465.059,35**	**465.059,35**
0011 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	465.382,00	465.059,35	465.059,35
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	**715.303,00**	**1.543.517,00**	**220.111,65**	**220.111,65**
8514 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA--DISTRITO FEDERAL	184.037,00	172.331,00	0,00	0,00
8523 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-PRAÇA NO PÓLO DE MODAS- GUARÁ	178.662,00	356.682,00	0,00	0,00
8531 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-PISTA DE COOPER NA VILA PLANALTO- PLANO PILOTO .	352.604,00	1.014.504,00	220.111,65	220.111,65
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**8.648.047,00**	**20.781.499,41**	**1.342.730,89**	**1.342.730,89**

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6206	Etapa SAG	Estágio	Cidade
Construir pista de Cooper na Vila Planalto, no Plano Piloto de Brasília. (CT 005/2016)	0042	Andamento normal	Plano Piloto
Executar obras de recuperação de campo de futebol de grama sintética do complexo do Alto da Boa Vista, na Fercal. (CT 588/2016 - Novacap).	0053	Concluída	Fercal

A maior parte das ações deste Programa Temático estava vinculada a realização de intervenções previstas a serem custeadas pelas Fontes de Recursos 132 e 135, por recursos

de operações de créditos e contratos de repasses firmados com a União. Os empreendimentos pactuados nos respectivos termos correspondem a: Construção de Campo de Futebol de Grama Sintética na QNM 13 Lote A - Centro de Ensino Médio 03, em Ceilândia; Contrução de Quadras de Esportes – Pró-Moradia, no Distrito Federal; Construção de Praças Públicas e Parques - Parque Urbano do Sol Nascente, em Ceilândia; Construção de Centros de Iniciação ao Esporte um em Santa Maria e outro em Sobradinho II; Praça no Polo de Modas no Guará; Implantação de Pista de Cooper, na Vila Planalto, em Brasília e a Construção do Ginásio Poliesportivo do Gama. No exercício de 2017 obteve-se os seguintes andamentos:

- Construção de Campo de Futebol de Grama Sintética na QNM 13 Lote A - Centro de Ensino Médio 03, em Ceilândia - Após a devida autorização pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, o certame foi realizado mediante a Tomada de Preços nº 001/2017 – ASCAL/PRES, homologada em 21/09/2017. A contratação foi então efetivada no 6º bimestre, mas o início da intervenção ainda não ocorreu, pois depende de autorização expressa da CAIXA, conforme Cláusula Quarta - Da Autorização para Início do Objeto, do Contrato de Repasse nº 826148/2015/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA.
- Construção de Quadras de Esportes – Pró-Moradia, no Distrito Federal - A SINESP em conjunto com a CAIXA avalia a possibilidade de cancelamento desses componentes que integram financiamento, devido as dificuldades técnicas de aprovação de sua implantação nas condições, originalmente pactuadas, no âmbito do Contrato de Financiamento e Repasse nº 175.749-27/2006 – CAIXA/GDF-PRÓ-MORADIA.
- Construção de Praças Públicas e Parques - Parque Urbano do Sol Nascente, em Ceilândia - Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA.
- Construção de Centro de Iniciação ao Esporte na Área Complementar 115, Conjunto A Lote 01, em Santa Maria – DF - Em 2017 foi concedida autorização pela CAIXA para o certame, desenvolvido pela Concorrência Pública nº 008/2017 – ASCAL/PRES, tendo alcançado desfecho, estando em fase de celebração de contrato no final do exercício. Porém diante do disposto na Cláusula Quinta - Da Autorização para Início das Obras/Serviços, do Termo de Compromisso nº 0425.922-40/2014/Ministério do Esporte/CAIXA, há que se aguardar a autorização expressa da CAIXA para o início das obras.
- Construção de Centro de Iniciação ao Esporte na Quadra 01, Área Especial 02, em Sobradinho II – A partir da autorização da CAIXA transcorreu-se o certame, por meio da Concorrência Pública nº 009/2017 – ASCAL/PRES, tendo alcançado desfecho, estando em fase de celebração de contrato no final do exercício, que também deverá aguardar autorização expressa da CAIXA para o início das obras, consoante a Cláusula Quinta - Da Autorização para Início das Obras/Serviços, do Termo de Compromisso nº 0425.938-20/2014/ Ministério do Esporte/CAIXA.
- Praça no Polo de Modas no Guará – Intervenção vinculada ao Contrato de Repasse nº 800.395/2013/ Ministério do Esporte/CAIXA que para sua programação requer aprovação de elementos técnicos junto à CAIXA. Em fase de ajustes de projetos para apresentação à CAIXA.
- Implantação de Pista de Cooper, na Vila Planalto, em Brasília – O empreendimento é vinculado ao Contrato de Repasse nº 806.265/2014 e no exercício de 2017 até o 3º bimestre foi realizada a adequação e aprovação de novo projeto executivo, redimensionando as obras a serem executadas, o que permitiu a retomada dos serviços no 4º bimestre, tendo encerrado o exercício com 94% das obras executadas.
- Construção do Ginásio Poliesportivo do Gama, localizado no Complexo Esportivo - Setor Central do Gama – DF - O certame objeto da Concorrência Pública nº 012/2017 – ASCAL/PRES vinculado ao Contrato de Repasse nº 240.595-56/2007/ME/CAIXA teve o seu Aviso de Licitação publicado em 22/06/2017, porém foi suspenso em 24/07/2017 pelos efeitos da Decisão nº 3370/2017 do TCDF. Em setembro de 2017 a

NOVACAP protocolou junto ao Tribunal documentação afeta às justificativas/adequações para atendimento à decisão proferida. Até o encerramento do exercício não houve ulterior julgamento que possibilitasse o prosseguimento da licitação em tela.

As realizações possibilitadas à conta da Fonte de Recursos 100 neste Programa Temático 6206 restringiram-se aos recursos consignados nas seguintes Ações/Subtítulos:

- 3440.0011- Recuperação de Campo de Futebol de Grama Sintética do Complexo Esportivo do Alto Bela Vista - Fercal, em Sobradinho II – DF, objeto do Contrato nº 588/2016 – ASJUR/PRES, custeado integralmente por meio da transferência de créditos decorrente de Portarias Conjuntas celebradas entre esta SINESP e a NOVACAP, de nº 10 de 16/05/2017 e de nº 11 de 19/05/2017. Esta intervenção restou concluída no 4º bimestre.
- 3902.9472 - Execução da nova pista de caminhada no Parque da Cidade, em Brasília, objeto do Contrato nº 018/2014-SINESP - Houve a quitação de despesas de exercícios anteriores decorrentes das obras em questão, conforme publicações no DODF nº 93, de 17/05/2017.

Construção da Pista de Cooper na Vila Planalto, no Plano Piloto.





6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	**281.996,00**	**2.251.921,80**	**1.759.668,16**	**1.309.105,12**
0799 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,80	0,00	0,00
5748 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS-FEIRA PERMANENTE DA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	231.996,00	2.251.921,00	1.759.668,16	1.309.105,12
3247 - REFORMA DE FEIRAS	**325.385,00**	**124.156,00**	**0,00**	**0,00**
6715 - REFORMA DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	325.385,00	124.156,00	0,00	0,00
5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	**625.000,00**	**435.616,00**	**435.616,00**	**435.616,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DF ENTORNO	625.000,00	435.616,00	435.616,00	435.616,00
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL-- LAGO NORTE	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**1.252.381,00**	**2.811.693,80**	**2.195.284,16**	**1.744.721,12**

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6207	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Construir a Feira Permanente da Estrutural, no Setor Central, Área Especial 04, no SCIA (CT 002/2016).	SCIA	0005	Andamento normal
Complementar recursos para custear parte das despesas referentes à construção de 02 (duas) pontes, nas estradas vicinais: VC 381 sobre o Rio Ponte Alta, e, VC 383 sobre o córrego Maracanã. (CT 577/2016-Novacap).	DF/Entorno	0059	Concluída

As realizações do Programa Temático 6207 se referem à Construção da Feira da Estrutural e a Implantação de Infraestrutura e integração da RIDE, como descrito abaixo:

- Ação 1302/5748 - Construção de Feira Permanente da Estrutural, no Setor Central, Área Especial 04, no SCIA, objeto do Contrato nº 002/2016-Sinesp. Em 2017 foram concluídos os serviços de instalação hidráulica e sanitária e a instalação elétrica e eletrônica. Este empreendimento encerrou o exercício com 95% das obras executadas. Para o exercício de 2018 há previsão de conclusão dos serviços de arquitetura, elementos de urbanismo e a finalização da instalação de prevenção e combate a incêndio.
- Ação 5011/0001 - Construção de 02 (duas) pontes, nas estradas vicinais: VC 381 sobre o Rio Ponte Alta, e, VC 383 sobre o Córrego Maracanã - Referiu-se à transferência de créditos desta Sinesp para a Novacap, para custear parte das despesas do Contrato de nº 577/2016 - ASJUR/PRES, firmado por àquela Companhia. Salienta-se que houve consulta junto à Terracap da exata localidade de parte da intervenção, o que motivou a classificação orçamentária neste subtítulo referente à Implantação de Infraestrutura e Integração da RIDE, tendo em vista a citada Empresa ter concluído se tratar de endereçamento que contempla trecho fora do Distrito Federal. A constatação da Terracap tornou necessária, então, a celebração prévia de Acordo de Cooperação entre o DF, a Novacap e o Município de Santo Antônio do Descoberto/GO para a consecução de objetos comuns. Quanto aos recursos descentralizados à Novacap estes foram utilizados integralmente na finalidade estabelecida no ato de transferência.

Construção de Feira Permanente da Estrutural, no SCIA



6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**250.000,00**	**20.000,00**	**12.577,40**	**12.577,40**
0002 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA PÚBLICA NO ENTORNO DO TAGUACENTER-REGIÃO III - TAGUATINGA	250.000,00	0,00	0,00	0,00
0018 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-URBANIZAÇÃO E INFAESTRUTURA-DISTRITO FEDERAL	0,00	20.000,00	12.577,40	12.577,40
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	**11.056.219,00**	**10.577.326,00**	**0,00**	**0,00**
0006 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"-PÔR DO SOL-CEILÂNDIA	11.056.219,00	10.577.326,00	0,00	0,00
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	**100.732,00**	**100.001,00**	**0,00**	**0,00**
5190 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-REVITALIZAÇÃO DO COMPLEXO DE LAZER BALNEÁRIO VEREDINHA- BRAZLÂNDIA	100.732,00	100.001,00	0,00	0,00
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANISTICA	**23.283.062,00**	**1.365.974,00**	**1.365.972,84**	**1.365.972,84**
0010 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANISTICA-RECUPERAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE ESPORTE E LAZER E DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	23.283.062,00	1.365.974,00	1.365.972,84	1.365.972,84
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	**22.811.000,00**	**37.196.172,00**	**4.039.629,37**	**2.400.293,34**
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-ARAPOANGA- PLANALTINA	12.000,00	10.001,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTINA	7.018.000,00	7.016.000,00	0,00	0,00
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE-CEILÂNDIA	15.781.000,00	30.170.171,00	4.039.629,37	2.400.293,34
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**57.501.013,00**	**49.259.473,00**	**5.418.179,61**	**3.778.843,58**

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6208	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Construir Unidades Habitacionais Unifamiliares, no Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia/DF. (CT 039/2017 - Codhab).			*Concluída

* A conclusão atribuída à Etapa refere-se tão somente à utilização dos recursos orçamentários descentralizados pela Sinesp à Codhab. A Etapa terá continuidade em 2018 naquela Companhia.

Igualmente a outros Programas Temáticos, desta Pasta, a maior parte das ações do Programa estava vinculada a realização de intervenções previstas a serem custeadas pelas Fontes de Recursos 132, 135 e 136, a partir de desembolso de recursos de operações de créditos e contratos de repasses firmados com a União ou com expectativa de ser firmado junto a Organismo Internacional.

Os empreendimentos previstos referiam-se a: Implantação do Projeto de Urbanização - "Programa Brasília Sustentável II"- Pôr do Sol, em Ceilândia; Construção de Unidades Habitacionais do Programa Pró-Moradia, em Arapoanga e Mestre D'armas, em Planaltina, e no Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia, além da Revitalização do Complexo de Lazer Balneário Veredinha, em Brazlândia.

No que se refere aos recursos destinados ao Programa Brasília Sustentável II até o encerramento do exercício não foi concretizada a assinatura do contrato de empréstimo que irá financiar, dentre outros componentes, a urbanização a ser implementada no Setor Pôr do Sol. Conforme já mencionado no Programa Temático 6203, a Unidade Gestora do Programa Brasília Sustentável II relata que isso se deveu ao fato da regularização, por parte do GDF quanto ao pagamento de seus precatórios judiciais, ter sido sanada somente em dezembro de 2017.É necessário ressaltar, novamente, que há tópico específico neste Relatório que aborda o Programa Brasília Sustentável II.

Em relação às unidades habitacionais previstas a serem custeadas por recursos do Programa Pró-Moradia, cabe ressaltar que intervenções do tipo em questão são de atribuição precípua da CODHAB, todavia estas fizeram parte do Orçamento da Pasta por integrarem financiamentos sob a gestão da SINESP, que apresentam em seu Quadro de Composição de Investimento - QCI, além de recursos destinados a implantação de urbanização, previsão de recursos para a construção de unidades habitacionais.

Isso posto, quanto as unidades habitacionais nos Setores Arapoanga e Mestre D'armas, em Planaltina, em virtude da situação fundiária dessas localidades, a CODHAB tem constatado dificuldades em identificar áreas disponíveis para planejar as construções, previstas nas

respectivas operações de crédito, tendo, inclusive, manifestado a possibilidade de solicitar à CAIXA a exclusão dessas metas, o que será definido em 2018. E, com relação às unidades habitacionais do Setor Sol Nascente, em Ceilândia, a CODHAB concluiu o certame relativo à Concorrência nº 02/2017 - CODHAB/DF, que culminou na celebração do Contrato nº 039/2017-CODHAB, à conta de créditos descentralizados por esta SINESP àquela Companhia, conforme Portarias Conjuntas nº 07 de 31/03/2017 e nº 12 de 05/06/2017.

Assim, as realizações efetivadas no Programa 6208 seguem abaixo elencadas:

- Ação/Subtítulo 3059/0003 - Construção de Unidades Habitacionais do Programa Pró-Moradia, no Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia: Como já mencionado, a CODHAB efetivou a contratação desta intervenção tendo executado 27,89% das obras com os recursos transferidos pela SINESP. Importante ressaltar que a conclusão da etapa com a porcentagem apresentada, é justificada pelo fato de que a continuidade da intervenção transcorrerá, em 2018, por créditos orçamentários a constarem do Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD daquela Companhia.
- Ação/Subtítulo 3615/0010 - Manutenção e Conservação Urbanística - Recuperação de Mobiliário Urbano de Esporte e Lazer e de Cultura, no Distrito Federal: Da mesma forma que no exercício anterior, os créditos consignados na dotação inicial deste subtítulo apresentavam destinação para cobertura orçamentária necessária ao prosseguimento do certame afeto aos propósitos das manutenções previstas neste programa de trabalho, Concorrência nº 002/2016-ASCAL/PRES, suspensa por decisão judicial proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, não revertida esta situação até o encerramento do exercício. Não obstante a questão judicial enfrentada, os recursos inicialmente previstos não se mantiveram consignados para programação de demais intervenções. Portanto a despesa que restou autorizada destinou-se à quitação de passivos referentes aos Contratos nºs 035/2013 a 40/2013, 042/2013, 043/2013 e 045/2013, conforme as publicações no DODF nº 167, de 30/08/2017, DODF nº 169, de 01/09/2017, DODF nº 170, de 04/09/2017, DODF nº 203, de 23/10/2017 e DODF nº 231, de 05/12/2017.
- Ação/Subtítulo 1968/0018 - Elaboração de Projetos de Urbanização e Infraestrutura no DF: Destaca-se inicialmente a ausência da dotação no âmbito dos créditos consignados pela LOA-2017, o que requereu gestões desta Pasta junto à SEPLAG para restabelecer o Programa de Trabalho no Orçamento desta Secretaria. Para dar continuidade ao Contrato 017/2014-Sinesp houve necessidade de se utilizar o Programa de Trabalho 15.122.6210.1968.3199 - Elaboração de Projetos - Distrito Federal, da NOVACAP, conforme Portaria Conjunta nº 02, de 23/03/2017, por conseguinte sua execução orçamentária está refletida no Orçamento daquela Companhia e no Orçamento desta Secretaria apenas no QDD no modo Unidade Gestora - UG. Salienta-se que esta Secretaria prestou informações bimestralmente à NOVACAP quanto ao andamento dos projetos em elaboração a partir dos recursos transferidos a esta Sinesp por àquela Companhia. Cabe esclarecer que a citada rubrica foi acrescentada ao Orçamento da SINESP em agosto de 2017, porém, até o final do exercício os valores suplementados oriundos da Fonte 100 não foram disponibilizados.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**11.814.115,00**	**2.359.042,42**	**2.004.580,74**	**1.960.143,11**
0058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EM TODO DISTRITO FEDERAL EM 2017-DISTRITO FEDERAL	1.520.000,00	0,00	0,00	0,00
0059 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO COM ACESSIBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	850.000,00	0,00	0,00	0,00

0147 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	9.264.115,00	2.359.042,42	2.004.580,74	1.960.143,11
1322 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
9633 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ARAPOANGA-PLANALTINA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
9640 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-LAGO SUL SHIS QI - 23 E DF-035- LAGO SUL	160.000,00	0,00	0,00	0,00
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	**35.326.308,00**	**30.440.783,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES-PLANO PILOTO .	20.375.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES-TAGUATINGA	14.951.308,00	30.440.783,00	0,00	0,00
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	**278.018.692,00**	**298.374.463,00**	**68.853.562,80**	**66.627.119,02**
0073 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL ARNIQUEIRA/BERNARDO SAYÃO-DISTRITO FEDERAL	44.873.000,00	37.901.961,00	253.093,30	253.093,30
0075 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL PORTO RICO- SANTA MARIA	16.234.000,00	20.624.775,00	14.916.949,74	14.007.282,12
0076 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL BURITIS- SOBRADINHO II	11.881.000,00	19.884.553,00	17.530.528,23	17.356.848,59
0077 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL- VICENTE PIRES	205.030.692,00	219.963.174,00	36.152.991,53	35.009.895,01
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	**113.038.496,00**	**145.754.505,00**	**53.107.232,54**	**49.474.258,15**
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-ARAPOANGA- PLANALTINA	11.679.000,00	11.678.000,00	0,00	0,00
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTINA	2.063.000,00	2.000.002,00	0,00	0,00
0003 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	99.296.496,00	132.076.503,00	53.107.232,54	49.474.258,15
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO	**478.588,00**	**8.861,20**	**0,00**	**0,00**
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO--DISTRITO FEDERAL	478.588,00	8.861,20	0,00	0,00
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**2.315.859,00**	**2.143.625,00**	**1.030.750,94**	**0,00**
2836 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-READEQUAÇÃO DA REDE DE ALTA TENSÃO NO TAGUAPARQUE- TAGUATINGA	2.265.859,00	2.143.625,00	1.030.750,94	0,00
5134 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**169.199.814,00**	**187.625.113,00**	**186.430.994,66**	**168.600.927,82**
6471 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	169.199.814,00	187.625.113,00	186.430.994,66	168.600.927,82
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II'	**35.916.217,00**	**10.577.323,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II'--DISTRITO FEDERAL	35.916.217,00	10.577.323,00	0,00	0,00
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6034 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6035 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
7462 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF	**12.000,00**	**10.002,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF--DISTRITO FEDERAL	12.000,00	10.002,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**1.700.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MELHORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM CEILÂNDIA-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0023 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DF-DISTRITO FEDERAL	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**647.840.089,00**	**677.293.717,62**	**311.427.121,68**	**286.662.448,10**

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6210	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Remanejar rede de águas pluviais existente no SEPN Quadra 503/504 - Conjunto "A" - Lote 5 - Plano Piloto de Brasília. (CT 559/2016 - Novacap).	Plano Piloto	0007	Andamento Normal
Deslocar a rede de águas pluviais na QNM 30, Área Especial B, em Ceilândia.(CT 025/2016).	Ceilândia	0008	Concluída
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Bernardo Sayão - Trecho da Col. Agrícola Águas Claras, Chácaras 30 a 36, até a Col. Agrícola Bernardo Sayão, Chácaras 4 a 13, no Guará (CT 024/2016).	Distrito Federal	0009	Paralisada
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 01 (CT 013/2016).	Santa Maria	0010	Andamento Normal

Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 02 (CT 014/2016).	Santa Maria	0011	Andamento Normal
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 04 (CT 016/2016).	Santa Maria	0012	Andamento Normal
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 05 (CT 017/2016).	Santa Maria	0013	Andamento Normal
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 06 (CT 018/2016).	Santa Maria	0014	Andamento Normal
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 2 Conj. A a D e J e Quadra 3 Conj. A, B, D, F, H, J, L e N e Praça Murici, Sobradinho II - Lote 02 (CT 011/2015).	Sobradinho II	0015	Concluída
Executar drenagem pluvial, bacias de retenção, dissipadores e lançamentos no Parque Canela de Ema- Etapa 1, no Setor Habitacional Buritis, Sobradinho II – Lote 05 (CT 012/2015).	Sobradinho II	0016	Paralisada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 1 e Quadra 2 Conj. E até o Conj. I, Sobradinho II - Lote 01 (CT 003/2016).	Sobradinho II	0017	Andamento Normal
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 3 Conj. A, C, E, G, I, K e M e Praça Buritis; e Quadra 4 Conj. A, B, D, F, H, J, e L e Praça Ipê - Lote 03 (CT 009/2016).	Sobradinho II	0018	Concluída
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 4 Conj. A, C, E, G, I, K e M; e Quadra 5 Conj. A e ECs - Lote 04 (CT 010/2016).	Sobradinho II	0019	Andamento Normal
Implantar drenagem pluvial, bacia de retenção, dissipador e lançamento em bacia no Parque Canela de Ema, no Set. Habit. Buritis, em Sobradinho II (CT 11/2016).	Sobradinho II	0020	Andamento Normal
Implantar drenagem pluvial, bacia de retenção, dissipador e lançamento no Parque Canela de Ema, no Set. Habit. Buritis, em Sobradinho II. (CT 012/2016).	Sobradinho II	0021	Andamento Normal
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, da Rua 3 Chácara 43 até a EPTG e a Chácara 12 na DF-087 - Lote 06 (CT004/2015).	Vicente Pires	0022	Paralisada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, da Rua 3 Chácara 43 até a Estrutural e a DF-087 frontal à Via do Jockey - Lote 07 (CT 005/2015).	Vicente Pires	0023	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Norte Col. Agrícola Samambaia, da Rua 3 até a Rua 8 da Col. Agrícola Vicente Pires - Lote 01 (CT 008/2015).	Vicente Pires	0024	Paralisada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Central da Colônia Agrícola Samambaia, Av. Misericórdia e entorno até a Rua 3 - Lote 02 (CT 009/2015).	Vicente Pires	0025	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Leste da Colônia Agrícola Samambaia até a Chácara 119 - Lote 03 (CT 010/2015).	Vicente Pires	0026	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, entre o Pistão Norte, a Estrutural, parte da Rua 10 Chácara 56 e Rua 12 - Lote 11 (CT 006/2016).	Vicente Pires	0027	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Set. Habit. Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, do Cór. Samambaia, Ruas 4, 6, 7 até parte da Rua 8. (CT 008/2016).	Vicente Pires	0028	Paralisada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Set. Habit. Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, da EPTG, Ruas 4 Leste, 5 Sul, 6 Leste, até parte da Rua 8. (CT 019/2016).	Vicente Pires	0029	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Set. Habit. Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, de parte da Rua 10 até a Estrutural, Ruas 3, 10B, 10A, 5 Norte e parte da Rua 3. (CT 020/2016).	Vicente Pires	0030	Atrasada
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Set. Habit. Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, entre o Pistão Norte, parte da Rua 12, parte da Rua 10, Chácara 56 e a Rua 8. (CT 021/2016).	Vicente Pires	0031	Atrasada

Construir pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 1, em Ceilândia (CT 015/2014).	Ceilândia	0032	Andamento Normal
Construir pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 2, em Ceilândia (CT 002/2015).	Ceilândia	0033	Andamento Normal
Executar pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 3, em Ceilândia (CT 003/2015).	Ceilândia	0034	Andamento Normal
Executar obras civis, revegetação e compensação ambiental, relativas ao PRAD do Condomínio Privê, em Ceilândia (CT 010/2014).	Ceilândia	0035	Concluída
Manter o sistema de iluminação pública e fornecer energia para o sistema elétrico do Distrito Federal. (CT 022/2011, 021/2012 e 002/2017).	Distrito Federal	0036	Concluída
Executar obras de recuperação de calçadas em áreas do Palácio da Alvorada, em Brasília. (CT 023/2017-Novacap).	Plano Piloto	0049	Concluída
Executar serviços de pavimentação, drenagem e urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão, no Distrito Federal (CT 004/2017).	Distrito Federal	0050	Andamento Normal

Conforme estabelecido no Plano Plurianual – PPA 2016-2019, o Programa Temático 6210 concentra as principais ações tratadas pela SINESP que dependem efetivamente do ingresso de recursos externos para sua realização.

As ações vinculadas integram grandes programas de financiamentos contratados com o Governo Federal, como o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e o Pró-Moradia, com respectivas operações de crédito firmadas pelo Distrito Federal em gestões anteriores, lastreadas pela previsão de recursos provenientes da Fonte 135 e o Programa Brasília Sustentável II, cujo financiamento pleiteado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ainda não celebrado, era previsto na Fonte 136.

Também há previsão neste Programa Temático – 6210 de ações custeadas pela Fonte 134 proveniente da Contribuição para Iluminação Pública – CIP, devido a competência atribuída à SINESP quanto a gestão dos contratos do GDF com a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB - Distribuição S/A, celebrados para a manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal e para o fornecimento de energia elétrica, respectivamente.

Comparativamente às demais fontes de recursos, as Fontes 134 e 135 equivaliam a aproximadamente 97% da despesa autorizada do Programa. Nesse sentido, há que se ressaltar que as despesas custeadas pela fonte 134 por apresentarem caráter continuado tiveram seu desempenho satisfatório. Já, quanto a Fonte 135 observa-se que por depender de situações técnicas específicas de cada empreendimento, têm sua execução submetida a adequações/aprovações periódicas, condicionadas às regras dos financiamentos.

Seguem abaixo as realizações efetivadas no Programa 6210:

- Ação/Subtítulo 1110/0147 – Execução de Obras de Urbanização no Distrito Federal – Deu-se continuidade as realizações de menor porte, com as seguintes obras:

  - Remanejamento de rede de águas pluviais na QNN 30, Área Especial B, em Ceilândia, objeto do Contrato nº 025/2016-SINESP. Intervenção iniciada no 1º Bimestre de 2017 e concluída no 4º Bimestre;

  - Execução de obras de remanejamento de rede de águas pluviais existente, para sanar interferência com a área de terreno situado no SEPN - Quadra 503/504 - Conjunto "A" - Lote 05 - Plano Piloto de Brasília – DF. Intervenção contratada em 2016 pela NOVACAP, a partir de descentralização de créditos desta SINESP, que encerrou o ano de 2017 com 80% dos serviços executados e os créditos transferidos utilizados parcialmente;

- Obras de recuperação de calçadas em áreas do Palácio da Alvorada, em Brasília/DF – Intervenção contratada em 2017 pela NOVACAP, a partir de descentralização de créditos desta SINESP. As obras foram concluídas e os recursos totalmente utilizados;

- Obras de execução de drenagem pluvial na QNN 08, Conjunto H, em Ceilândia – DF – Obteve-se no encerramento do exercício autorização da Governança-DF para programar a execução desta intervenção, todavia não houve tempo hábil para procedimento licitatório pertinente, ainda em 2017, o que poderá requerer submeter o assunto novamente àquela instância em 2018.

Neste Subtítulo também ocorreram liquidações de despesas de exercícios anteriores, relativas ao Contrato nº 019/2014 – DODF nº 248, de 29/12/2017 (Construir Estacionamento e Alambrado na Clínica da Família, em Águas Claras) e Contrato nº 001/2015 – DODF nº 242, de 20/12/2017 (Requalificar áreas públicas com pavimentação asfáltica, passeios e ciclovias nos estacionamentos e nas praças do SCIA).

- Ação/Subtítulo 1133.2836 - Houve empenho inscrito em Restos a Pagar Não Processados, destinado à quitação de passivos do Contrato nº 039/2012, conforme ato de Reconhecimento de Dívida, publicado no DODF nº 248 de 29/12/2017, referente às obras de remanejamento das linhas de transmissão da CEB na área interna do Taguaparque, em Taguatinga.
- Ação/Subtítulo 3023.0073 – Obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Bernardo Sayão, no Guará – As contratações celebradas, nesse subtítulo, apresentaram as seguintes situações:

  - Contrato nº 024/2016-SINESP, referente ao Lote 04, teve andamento normal no 1º bimestre de 2017 e nos demais bimestres a obra esteve atrasada/paralisada, por questões administrativas/jurídicas do Contrato.

  -Contrato nº 004/2017-SINESP, referente ao Lote 03, obras iniciadas no 5º bimestre com a mobilização de equipe e instalação de canteiro e no 6º bimestre houve a locação de redes de drenagem e encerrou o exercício com 1,71% dos serviços executados.

  -Há previsão de contratação do Lote 02 no início do exercício de 2018, tendo em vista a homologação da licitação desse lote em dezembro de 2017.

  - Quanto ao Lote 05, em consulta junto a Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF houve orientação daquele Órgão no sentido de devolução do processo licitatório à NOVACAP para revisão de procedimentos.

  -Em relação ao Lote 01 houve interposição de ação judicial por licitante, e o certame aguarda Decisão.

- Ação/Subtítulo 3023.0075 – Obras de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares do Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria – Intervenção dividida em seis Lotes, dos quais cinco apresentaram andamento normal, no exercício de 2017, com os seguintes percentuais de execução:

  - 85% - Lote 01 (Contrato nº 013/2016-SINESP);
  - 86% - Lote 02 (Contrato nº 014/2016-SINESP);
  - 39% - Lote 04 (Contrato nº 016/2016-SINESP);
  - 70% - Lote 05 (Contrato nº 017/2016-SINESP); e
  - 72% - Lote 06 (Contrato nº 018/2016-SINESP).

Já o Lote 03 (Contrato 015/2016-SINESP), não foi iniciado, pois aguarda obras a serem executadas pela Caesb e pela CEB, e ainda necessita de solução de pendências fundiárias do local.

- Ação/Subtítulo 3023.0076 – Obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, em Sobradinho II – Intervenção dividida em sete Lotes, dos quais dois foram concluídos no exercício de 2017, Lote 02 (Contrato nº 011/2015-SINESP) e Lote 03 (Contrato nº 009/2016-SINESP), e quatro Lotes encerram o 6º bimestre com as obras em andamento normal, com os seguintes percentuais de execução:

- 83,63% - Lote 01 (Contrato nº 003/2016-SINESP);
- 89,2% - Lote 04 (Contrato nº 010/2016-SINESP);
- 85,20% - Lote 06 (Contrato nº 011/2016-SINESP); e
- 87% - Lote 07 (Contrato nº 012/2016-SINESP).

Já o Lote 05 (Contrato nº 012/2015-SINESP), teve suas obras paralisadas no 6º bimestre por questões administrativas, porém teve um avanço relevante, finalizando o exercício com 98% dos serviços executados.

- Ação/Subtítulo 3023.0077 – Obras de execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e obras de artes especiais no Setor Habitacional Vicente Pires – Intervenção dividida em onze Lotes, dos quais dez (Lotes 01 a 07 e Lote 09 a 11) encontram-se contratados, já quanto ao Lote 08, em consulta junto a Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF houve orientação daquele Órgão no sentido de devolução do processo licitatório à NOVACAP para revisão de procedimentos.

Sobre o andamento dos Lotes contratados ocorreram problemas técnicos relacionados à ausência de licenças para supressão de vegetação junto ao IBRAM, à resolução de interferências em áreas ocupadas por chacareiros e aprovação de projetos para lançamento de redes que impactaram nos atrasos e paralisações verificados ao longo do ano de 2017, conforme detalhado em tópico pertinente.

- Ação/Subtítulo 3058.0003 – Executar pavimentação, calçadas e rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia - Intervenção dividida em três Trechos que encerram o 6º bimestre com obras em andamento normal, em percentuais de execução, que refletem avanços significativos, comparativamente ao exercício anterior, relativos aos Trechos 1 e 2; e no caso do Trecho 3 demonstram a retomada da intervenção no 5º bimestre, em que pese ter se mantido paralisada durante os quatro bimestres anteriores, devido à necessidade de ajustes e revisões dos projetos para adequação à situação da localidade no momento da intervenção e ausência de licenciamento ambiental por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio:
  - 92% - Trecho 1, (Contrato nº 015/2014-SINESP);
  - 48,65% - Trecho 2, (Contrato nº 002/2015-SINESP); e
  - 10,80% - Trecho 3, (Contrato nº 003/2015-SINESP).
- Ação/Subtítulo 8507.6471 – Manutenção do Sistema de Iluminação Pública, no Distrito Federal – Os serviços custeados por esta dotação referem-se:
  - Fornecimento de energia elétrica e a utilização de postes para uso exclusivo ao Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, segundo a estrutura tarifária, modalidade, subgrupo de tensão, nas quantidades e períodos estabelecidos, objeto do Contrato nº 002/2017-CEB, celebrado para substituir o Contrato nº 022/2011-CEB, que teve sua vigência expirada. O fornecimento total em 2017 foi de 381.681.115 kW; e
  - Prestação de serviços correspondentes à consultoria, engenharia de manutenção, operação, manutenção preventiva e corretiva, bem como, o gerenciamento do parque de iluminação pública do DF, através do Contrato nº 021/2012-CEB. Em 2017 foi realizada 3.521.636 manutenções em pontos de iluminação pública.

Pavimentação e Drenagem no Setor Habitacional Bernardo Sayão





6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**418.304,00**	**1.512.507,00**	**756.881,86**	**287.099,49**
2819 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CALÇADAS NAS QUADRAS 02, 04, 06, 08, 10 E 12.- GAMA	303.909,00	206.937,00	0,00	0,00
4450 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-MELHORIA DE CALÇADAS NA ASA SUL- PLANO PILOTO .	114.395,00	1.305.570,00	756.881,86	287.099,49
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**48.882.977,00**	**72.501.763,00**	**58.808.157,60**	**46.256.639,11**
0004 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO NAS REGIÕES ADMIN. DO DF-DISTRITO FEDERAL	1.073.572,00	0,00	0,00	0,00
0005 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- NAS REG. ADM. DO DF-DISTRITO FEDERAL	323.572,00	1.199.360,00	998.960,69	0,00
0012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	47.485.833,00	71.302.403,00	57.809.196,91	46.256.639,11
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	**130.501.000,00**	**120.000.001,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL-RODOVIÁRIO NA AVENIDA CENTRAL-TAGUATINGA	130.501.000,00	120.000.001,00	0,00	0,00
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**500.000,00**	**305.866,00**	**280.630,07**	**257.448,86**
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	305.866,00	280.630,07	257.448,86
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	**164.649.000,00**	**150.900.265,00**	**2.121.456,89**	**2.055.106,55**
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)-- REGIÃO OESTE	164.649.000,00	150.900.265,00	2.121.456,89	2.055.106,55
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4356 - CONSTRUÇÃO DE PONTES--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
7778 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**345.151.281,00**	**345.220.402,00**	**61.967.126,42**	**48.856.294,01**

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6216	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Construir calçadas na Asa Sul - Quadras 107, 108, 109, 307 e 308, no Plano Piloto de Brasília (CT 007/2016).	Plano Piloto	0037	Andamento Normal
Construir túnel sob a Avenida Central de Taguatinga, com reforma viária e urbanização de superfície da Avenida e do viaduto da Samdu (CT 004/2016).	Taguatinga	0038	Paralisada
Construir calçadas com acessibilidade em estacionamentos do Parque da Cidade, para interligação com a pista de caminhada (CT 023/2016).	Plano Piloto	0039	Paralisada
Construir Via de Ligação da Av. Hélio Prates à Av. Principal do Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia Corredor do Eixo Oeste (Linha Verde) (CT 022/2016).	Ceilândia	0040	Atrasada
Alargar o viaduto da interseção da EPTG (DF-085) com a EPCT (DF-001), no trecho 10 do Corredor de Transporte - Eixo Oeste - Linha Verde, em Taguatinga. (CT 001/2017)	Taguatinga	0041	Andamento Normal
Construir calçadas, plataforma elevada e rampas de acessibilidade no entorno da Escola de Música de Brasília, sito no SGAS 602, em Brasília (CT 024/2017).	Plano Piloto	0047	Concluída
Prestação dos serviços de Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos "as built" (Etapa 2), visando proporcionar a execução de obras de Implantação, Expansão e Melhoria do Sistema de Iluminação Pública, no Distrito Federal.(CT 003/2017).	Distrito Federal	0055	Andamento Normal

Implantar Melhoria do Sistema de Iluminação Pública no DF. (CV 001/2017).	Distrito Federal	0056	Andamento Normal
Executar obra de Instalação de Iluminação Pública em diversos locais de Vicente Pires. (CT 003/2017 - RA XXX).	Vicente Pires	0057	Andamento Normal

As ações mais relevantes previstas neste Programa são a Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste (Linha Verde), na Região Oeste, a Construção do Túnel - Rodoviário na Avenida Central, em Taguatinga; intervenções estas necessárias à Implantação do Expresso Oeste que apresentam operação de crédito e termo de compromisso firmados com a CAIXA, lastreados pelas Fontes 132 e 135 e a Ampliação da Rede de Iluminação Pública, no Distrito Federal, custeada pela Fonte 134 (Contribuição para Iluminação Pública – CIP).

No que se refere à composição da dotação autorizada deste Programa Temático, percebe-se situação similar a demais empreendimentos previstos a serem custeados por recursos de financiamento e/ou repasses da União, ou seja, há fatores técnicos de engenharia/ambiental/jurídicos, diversos, a serem superados que têm impactado na sua efetiva realização.

Assim, considerando que a Fonte 135 representava 78% do total da despesa autorizada, havia expectativa de que parte das intervenções, previstas a serem custeadas por esta Fonte, em especial as do Expresso Oeste, tivessem início, desenvolvimento e desfecho de certames, bem como prosseguimento da contratação efetivada, relativa ao Túnel, o que não ocorreu como esperado. Com referência à Fonte 134, equivalente a aproximadamente 21% da despesa autorizada, procedeu-se às novas contratações para programação das intervenções de Ampliação de Iluminação Pública, o que possibilitou o início e a execução de demandas pertinentes, e a quitação de vultoso passivo, derivado de ajuste firmado com a CEB, intermediado pela PGDF, que contribuiu para o desempenho obtido.

As ações do Programa 6216 são destacadas conforme a seguir:

- Ação 1110/4450 - Execução de Calçadas na Asa Sul, no Plano Piloto de Brasília - Nos dois primeiros bimestres de 2017 a obra manteve-se em ritmo lento devido à readequação de projeto e nos bimestres subsequentes em andamento normal, sendo concluída a execução de passeios na SQS 107, em fase de conclusão na SQS 108, e iniciadas as obras na SQS 307. Com aproximadamente 58% dos serviços executados.
- Ação/Subtítulo 1763/0005 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública – A partir do desbloqueio de recursos deste subtítulo, proveniente de emenda parlamentar, houve avaliação pela Comissão Executora dos instrumentos firmados com a CEB para análise das demandas indicadas pelo Parlamentar para atendimento. Após as verificações necessárias, devido à limitação do valor disponibilizado, houve a emissão de empenho para execução de parte das obras em diversos locais de Planaltina, Sobradinho e da Cidade Estrutural.
- Ação/Subtítulo 1763.0012 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública – Neste subtítulo institucional relacionado à implantação de obras de Iluminação Pública no Distrito Federal são programadas as intervenções dessa natureza referentes a demandas submetidas à Pasta, originadas nas Regiões Administrativas ou Órgãos da Administração Pública do GDF. Em 2017 foram celebrados com a CEB os instrumentos, mediante os quais tais demandas serão executadas:

  - Contrato nº 003/2017- Prestação dos serviços de Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos as built (Etapa 2), visando proporcionar a execução de obras de Implantação, Expansão e Melhoria do Sistema de Iluminação Pública, no Distrito Federal – Com um total de 107, projetos concluídos em 2017, referentes as Etapas 1 e 2; e

  - Convênio nº 001/2017 - Obras de expansão, implantação e melhorias no Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal – Com a implantação de 908 pontos de iluminação.

Pelos instrumentos contratuais citados, até o final de 2017, foram executados os seguintes serviços:

REALIZAÇÕES RELATIVAS À IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - EM 2017	
Região Administrativa	Localidades para as quais se solicitou à CEB: Estudos preliminares, Projeto Básico, Estimativa de Custos e, no caso de programação da intervenção, a Fiscalização as built - Contrato nº 003/2017-Sinesp/CEB
Águas Claras	Quadra 210
Brasília	Via Presidencial
Brasília	Praça da Paz - Brasília
Brasília	SHCES 407
Brasília	Praça da Cidadania e adjacências do Teatro Nacional
Brasília	Área da Torre de TV
Brasília	Concha Acústica
Brasília	Praça do Palácio do Buriti
Brasília	Quadra de Esportes da SQS 107
Brasília	Terminal Interestadual Rodoviário
Brasília	Setor Hoteleiro Norte e Sul
Brasília	Pista de Cooper - Acampamento Tamboril – Vila Planalto
Brasília	Entre a SCS e HBB
Brasília	Estacionamento do Bloco II do Hospital da Criança
Brasília	Quadra 307 Norte
Brasília	Quadra 4/5/6 Setor Hoteleiro Sul
Brasília	Quadra 03 Praça do Povo
Brasília	Setor Comercial Sul
Brasília	Setor Hospitalar Sul
Brasília	Plataforma Superior da Rodoviária do Plano Piloto
Brasília	SGAS 601- 602
Brasília	STF - Brasília
Brasília	Eixo Monumental
Brasília	Quadra 102 - Setor Noroeste
Brasília	Quadra 103 - Setor Noroeste
Ceilândia	Terminal Rodoviário QNR
Ceilândia	VC 311 Sol Nascente - Ceilândia
Ceilândia	SHSN Trecho II Quadra 105 Sol Nascente
Ceilândia	SHSN Trecho II Quadra 209 Sol Nascente
Ceilândia	Entre a QNN 11 e CNN 01 Ceilândia
Ceilândia	Praça da QNP 13 Ceilândia
Ceilândia	Terminal Rodoviário P Sul
Cruzeiro	Terminal Rodoviário Cruzeiro
Gama	Terminal Rodoviário Gama
Gama	Núcleo Rural Ponte Alta Norte, próximo a Chácara Mangueira nº 10 (Trafo FX9654)
Gama	Núcleo Rural Ponte Alta (próximo Trafo nº FX 4366)
Gama	Núcleo Rural Ponte Alta Norte, (próximo a Chácara Nova Canaã nº 106)
Gama	Núcleo Rural Ponte Alta, (próximo Trafo FZ 2369, entrada para Nova Canaã)
Gama	Diversos endereços - Ponte Alta
Gama	Pró-DF Gama
Gama	Entrequadra 22/26 Gama
Guará	Terminal Rodoviário Guará I
Guará	Túnel entre o Guará e o Residencial Lúcio Costa-DF 085 EPTG
Guará	Terminal Rodoviário Guará II
Lago Norte	SHIN QL 06 entre os conjuntos 07 e 08 Lago Norte
Lago Norte	Núcleo Rural Córrego do Urubu - Lago Norte
Lago Norte	SHIN QI 03 Lago Norte
Lago Norte	SHIN QL 13 próximo ao Hospital Sarah-Lago Norte
Lago Norte	SMLN Trecho 07 Conjunto 03 Lago Norte
Lago Norte	SHIN QL 13 entre o Hospital Sarah e a Igreja do Pai Nosso Lago Norte
Lago Sul	Praças e Jardins do Jardim Botânico III
Lago Sul	QL 10 - Lago Sul
Lago Sul	Projeto Orla Livre - Lago Sul
Lago Sul	Rua do Sol
Lago Sul	SHIS QI 21 - Lago Sul
Núcleo Bandeirante	Terminal Rodoviário Núcleo Bandeirante
Paranoá	Terminal Rodoviário Paranoá
Planaltina	Quadra 12 entre os conjuntos 1, 3 e 4 Vila Buritis II

Planaltina	Área Verde ao lado da Igreja de Deus na Quadra 01/02 Vila Buritis
Planaltina	Terminal Rodoviário Planaltina
Planaltina	Entrequadra 03/04 da Vila Buritis
Planaltina	Igreja de Deus - Planaltina
Planaltina	Nosso Lar - Planaltina
Planaltina	Bairro Morumbi - Planaltina
Planaltina	Portal do Amanhecer
Planaltina	Bica do DER - Planaltina
Planaltina	Becos Vila Buritis
Planaltina	Condomínio Quintas do Amanhecer II - Planaltina
Planaltina	Quadra de esportes da Quadra 12 conjunto 8 Vila Buritis II
Planaltina	Quadra 11 entre os conjuntos 2, 3 e 4 Vila Buritis II
Planaltina	Quadra 14 conjunto 9 em frente a casa 01 Beco Vila Buritis II
Planaltina	Praça da Quadra 15 conjunto 4, na Vila Buritis II
Recanto das Emas	Terminal Rodoviário Recanto 311
Recanto das Emas	Pista de Atletismo - Quadra 105 do Recanto das Emas
Recanto das Emas	Terminal Rodoviário Recanto 400-600
Riacho Fundo II	Área Verde da QN 19 do Riacho Fundo II
Riacho Fundo II	Terminal Rodoviário Riacho Fundo II
Riacho Fundo II	CAUB - Riacho Fundo II
Samambaia	QR 306 à 310 Samambaia
Samambaia	Parque 3 Meninas
Samambaia	Pista de Skate - Samambaia
Samambaia	Terminal Rodoviário Samambaia Sul
Samambaia	Terminal Rodoviário Samambaia Norte
Samambaia	DF 180, do Viaduto da BR 060 até à BR 070
Samambaia	QR 106 à 112 Samambaia
Samambaia	QR 502 à 504 Samambaia
Santa Maria	CL 105 de Santa Maria
SCIA	Setor de Chácaras Cabeceira do Valo - Estrutural
SCIA	Estacionamento da Quadra 11
Sobradinho	Via que liga a BR 020 ao Córrego Arrozal Sobradinho
Sobradinho	BR 020 Condomínio Nova Petrópolis - Sobradinho
Sobradinho	Terminal Rodoviário Sobradinho II
Sobradinho	Campo Sintético Varjão
Taguatinga	PEC EQNL 21/23 - Taguatinga
Taguatinga	SHIN QI 03 Conjunto 08 Lago Norte
Taguatinga	Feira da QNL
Taguatinga	Área Interna do Taguaparque
Taguatinga	IFB da M Norte Taguatinga
Taguatinga	Setor G Norte
Taguatinga	Setor H Norte
Taguatinga	QNM 34 atrás do JK Taguatinga
Taguatinga	Mercado Norte - Taguatinga
Taguatinga	Praça da QNL 09/11, em Taguatinga Norte
Taguatinga	QSE 05 Taguatinga
Taguatinga	Viaduto da EPTG DF001
Taguatinga	Quadra de Esporte da QNL 28
Taguatinga	Terminal Rodoviário M Norte
Taguatinga	Terminal Rodoviário Taguatinga Sul

Região Administrativa	Intervenções Autorizadas em 2017 - Obras de Iluminação Pública - Convênio nº 001/2017-Sinesp
Águas Claras	Quadra 210 em frente ao Lote 04
Brasília	Quadra de Esportes SQS 106 - 107
Brasília	Plataforma da Rodoviária
Brasília	Praça da Paz - Estacionamento 7
Brasília	Via Presidencial
Brasília	Via entre o SCS e o HBB ao lado do Hospital Sarah
Brasília	Quadra 103 - Setor Noroeste Etapa II
Brasília	Quadra 102 - Setor Noroeste Etapa II
Brasília	Pista de Cooper - Vila Planalto

Ceilândia	Terminal Rodoviário QNP 28 - P Sul
Ceilândia	Terminal Rodoviário QNR
Gama	Terminal Rodoviário - Quadra 13 Setor Sul
Gama	Chácaras Mangueira e Nova Canaã - Ponte Alta Norte
Guará	Terminal Rodoviário - Guará I
Guará	Terminal Rodoviário - Guará II
Jardim Botânico	Praças e Jardins do Jardim Botânico III
Jardim Botânico	Rua do Sol
Lago Norte	Núcleo Rural Córrego do Urubu
Lago Sul	SHIS QI 21
Lago Sul	Projeto Orla Livre
Núcleo Bandeirante	Terminal Rodoviário
Planaltina	Nova Petrópolis
Planaltina	Condomínio Quintas do Amanhecer II
Planaltina	DF 125 com a DF 205 - Jardim Morumbi
Recanto das Emas	Terminal Rodoviário da Quadra 400/600
Recanto das Emas	Terminal Rodoviário da Quadra 311
Riacho Fundo	Via de Acesso a Administração do CAUB I
Riacho Fundo II	Terminal Rodoviário da QS 18
Samambaia	Terminal Rodoviário da QR 1033
Samambaia	Terminal Rodoviário da QR 527
Samambaia	Parque Três Meninas
Santa Maria	AC-CL 105
SCIA	Setor de Chácaras Cabeceira do Valo - Cidade Estrutural
SCIA	Estacionamento da Quadra 11
Sobradinho	Via que liga a BR 020 ao Córrego do Arrozal
Taguatinga	Terminal Rodoviário - M Norte
Taguatinga	QNM 34 atrás do Shopping JK - M Norte
Taguatinga	Terminal Rodoviário -Taguatinga Sul
Taguatinga	QSE 05
Taguatinga	Taguaparque
Taguatinga	Entorno do viaduto localizado na EPTG que passa sobre a DF-001
Taguatinga	Proximidades do Instituto Federal de Brasília - IFB - QNM 40
Taguatinga	QNL 09 - 11
Varjão	Campo de Grama Sintética

Não obstante a possibilidade de atendimento das demandas acima, com a quantidade instalada de 3.400 luminárias e 108 projetos executados, as Comissões Executoras, dos respectivos instrumentos, questionaram à CEB pela baixa produção do Contrato 003/2017-SINESP e do Convênio 001/2017-SINESP perante as demandas existentes, sendo apresentadas as seguintes justificativas:

- Atraso no processo licitatório para contratação da empresa responsável pelo fornecimento de materiais e de equipamentos e na execução dos serviços, devido a questionamentos do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF;

- O longo período de mobilização por parte da empresa contratada pela CEB para se instalar em Brasília, uma vez que a empresa vencedora é proveniente de outro Estado da Federação; e

- A inadequada gestão da empresa contratada na aquisição dos materiais e dos equipamentos necessários, bem como na montagem das equipes necessárias para atender a programação das demandas.

Ainda sobre as despesas relacionadas à Iluminação Pública, destaca-se em 2017 o Termo de Acordo celebrado, por intermédio da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, entre o Governo do Distrito Federal – GDF e a Companhia Energética de Brasília – CEB, no intuito de encerrar os litígios judiciais e administrativos afetos à cobrança de valores pela CEB pela realização de obras de Iluminação Pública ocorridas no ano de 2010. A partir deste acordo reconheceu-se a efetiva realização das obras e, consequentemente, a procedência dos débitos dela decorrentes, resultando numa dívida do GDF em favor da CEB no valor de R$ 36.781.744,04 (trinta e seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos). Após a celebração do acordo a PGDF informou ao Juízo competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios -TJDFT, que o homologou, arquivando, assim, os processos nº 2013.01.1.146965-7 e 2013.01.1.146958-5, por meio dos quais a CEB cobrava judicialmente as referidas dívidas do GDF.

Ressalta-se, também que nesta Ação houve descentralização de créditos por meio de Portaria Conjunta à Região Administrativa de Vicente Pires, para a execução de obras de instalação de iluminação pública em diversos locais daquela Região, Contrato nº 003/2017-RAXXX. As obras contratadas por meio desses recursos foram concluídas.

- Ação/Subtítulo 3054/0002 - Elaboração do projeto executivo e a execução da obra de arte especial de implantação do Túnel Rodoviário de Taguatinga, sob a Avenida Central de Taguatinga, em dois trechos, nos sentidos: Plano Piloto - Ceilândia (E-W) e Ceilândia - Plano Piloto (W-E), com as remodelações do viaduto da Avenida Samdu e do sistema viário em superfície da Avenida Central de Taguatinga – Conforme já mencionado, este subtítulo apresentou expressiva consignação de crédito em sua despesa autorizada destinada a continuidade do Contrato nº 004/2016-SINESP.

Todavia o contrato se encontra suspenso diante das Decisões nº 2375/2016 e 6393/2016 do TCDF. Essa última decisão determinou que a análise da representação apresentada pelo Consórcio Túnel Taguatinga, perante o TCDF questionando a habilitação do Consórcio Novo Túnel ficaria suspensa até o julgamento dos processos 2016.01.1.058212-0, que tramita na 3.ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal (ação ajuizada pelo Consórcio Novo Túnel), e nº 0015660-96.2010.403.6100, que tramita na 9.ª Vara Federal Cível de São Paulo, onde se discute a inidoneidade de uma das construtoras.

Dessa forma, o TCDF manteve a suspensão do contrato que já havia sido determinada por meio da Decisão nº 2375/2016. Assim, o Contrato está suspenso diante de Decisão do TCDF, sem que atualmente haja perspectiva quanto a eventual nova Decisão do Tribunal liberando sua execução, razão pela qual no Projeto de Lei Orçamentária - PLOA 2018 não foram previstos recursos no mesmo aporte consignado em 2017.

- Ação/Subtítulo 3087/0001 - Construção de calçadas, com acessibilidade, em estacionamentos do Parque da Cidade, para interligá-los à pista de caminhada, no Plano Piloto - Obras iniciadas em 2017, encerrando o exercício com 99,5% dos serviços executados, restando apenas à instalação de placas de sinalização no local adequado e de corrimão.

  - Neste Subtítulo houve também a transferência de créditos, desta SINESP para a NOVACAP, destinados a custear integralmente as despesas referentes à execução de calçada, plataforma elevada e rampas de acessibilidade no entorno da Escola de Música de Brasília, no SGAS 602, Contrato nº 024/2017-ASJUR/PRES, cujas obras foram concluídas em 2017.

- Ação/Subtítulo 3119/0004 - Corredor Oeste de Transporte no Distrito Federal – As intervenções contratadas neste Subtítulo apresentaram os seguintes andamentos em 2017:

  - Contrato nº 022/2016-SINESP – Execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização no Corredor de transporte público do Eixo Oeste do Distrito Federal - Taguatinga/Ceilândia (Via de ligação da Avenida Hélio Prates a Avenida Principal do Sol Nascente) – A partir do 3º bimestre esta obra teve andamento normal, encerrando o exercício com 34% dos serviços executados; e

  - Contrato nº 001/2017-SINESP - Construção do Alargamento do Viaduto da Interseção da EPTG - EPCT (DF-001), que contempla os serviços de Obras de Artes Especiais (fundações e estruturas), consistindo do denominado Trecho 10 do Corredor Oeste - Taguatinga/DF – Foi iniciada no 1º bimestre, encerrando o exercício com 22% dos serviços executados.

Quanto às licitações também vinculadas ao subtítulo orçamentário, ora tratado, há dois certames lançados em 2017, a seguir especificados, que restaram suspensos pelas Decisões nº 4752/2017 e nº 4754/2017 do TCDF:

- Execução de passeios e acessibilidade em áreas dos Setores QNE, QNB, CNB de Taguatinga, incluindo as Ruas do Sesc e dos Bombeiros, consistindo de intervenção integrante do denominado Binário das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga - RA-III – DF – Trecho 02 (Concorrência Pública nº 015/2017 - ASCAL/PRES); e

- Execução de passeios e acessibilidade em áreas dos Setores QSB e CSB de Taguatinga, incluindo trecho à Igreja Nossa Senhora de Fátima, consistindo de intervenção integrante do denominado Binário das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga - RA-III - DF – Trecho 03 (Concorrência Pública nº 016/2017 - ASCAL/PRES).

Construção do alargamento do viaduto da interseção da EPTG- EPCT (DF-001)



Obras de Calçadas na Asa Sul



Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1659 - IMPLANTAÇÃO DO EXPRESSO OESTE		%	38	0	64	3,41	89	100	SINESP / UO 22101 / OE 3

Justificativa: 2016 - Esse corredor ainda não foi implantado. O DER executou as obras em apenas um trecho do total, que foi na DF-085 (EPTG). A complementação deverá ser feita após licitação sob responsabilidade da SINESP.
2017 - O resultado ficou muito abaixo do pretendido devido a alterações em projetos ou impedimentos para continuação de certames e para o prosseguimento de intervenção contratada, pelos efeitos de Decisões do TCDF e do TJDFT. Embora já tenham sidos licitados 59,35% das intervenções do Corredor Oeste, outros 17,74% restantes não tiveram seus procedimentos licitatórios iniciados, pois apesar dos projetos de engenharia desenvolvidos, houve necessidade de ajustes, solicitados pela SEMOB, SEGETH e/ou IPHAN.

Indicador de Desempenho da Implantação do Expresso Oeste:

O resultado ficou muito abaixo do pretendido devido a alterações em projetos ou impedimentos para continuação de certames e para o prosseguimento de intervenção contratada, pelos efeitos de Decisões do TCDF e do TJDFT. Embora já tenham sidos licitados 59,35% das intervenções do Corredor Oeste, outros 17,74% restantes não tiveram seus procedimentos licitatórios iniciados, pois apesar dos projetos de engenharia desenvolvidos, houve necessidade de ajustes, solicitados pela SEMOB, SEGETH e/ou IPHAN.

Assim a Implantação do Expresso Oeste finalizou o exercício de 2017 com, apenas, 3,41% implantados, e encontra-se em execução os trechos: Sol Nascente/Hélio Prates e Viaduto EPTG/EPCT. A causa do baixo desempenho, como já observado, deu-se pela ausência de desfechos esperados de procedimentos licitatórios, cujas intervenções objeto dos certames influenciaram a elaboração da meta que restou prejudicada conforme o cenário apresentado abaixo.

Houve alteração de expectativa com relação a meta que para ser alcançada dependia, sobretudo, da evolução da intervenção do Túnel de Taguatinga até o Viaduto da EPTG, que teve impedido seu prosseguimento, por meio da Decisão nº 2375/2016 - TCDF, que determinou à SINESP e à NOVACAP absterem-se em dar continuidade na execução do Contrato nº 004/2016-SINESP.

E, também houve a necessidade de se adequar os projetos já existentes dos seguintes trechos:

- Av. Hélio Prates e o trecho Samdu e Comercial Norte e Sul (SEMOB apresentou novas diretrizes para a Operação do Sistema de Transporte),
- EPIG – Trecho SIG (foi necessário destacá-lo do restante das obras face à negativa do IPHAN com relação aos demais trechos),
- EPIG – Trechos restantes (ajustes face a novas diretrizes do IPHAN e SEMOB),
- ESPM – entre a EPIG e o Viaduto da W3 Sul (fase final de orçamento), e
- ESPM – entre o Viaduto W3 Sul e o Terminal da Asa Sul - TAS (aguarda conclusão do trecho entre a EPIG e o Viaduto da W3 Sul).

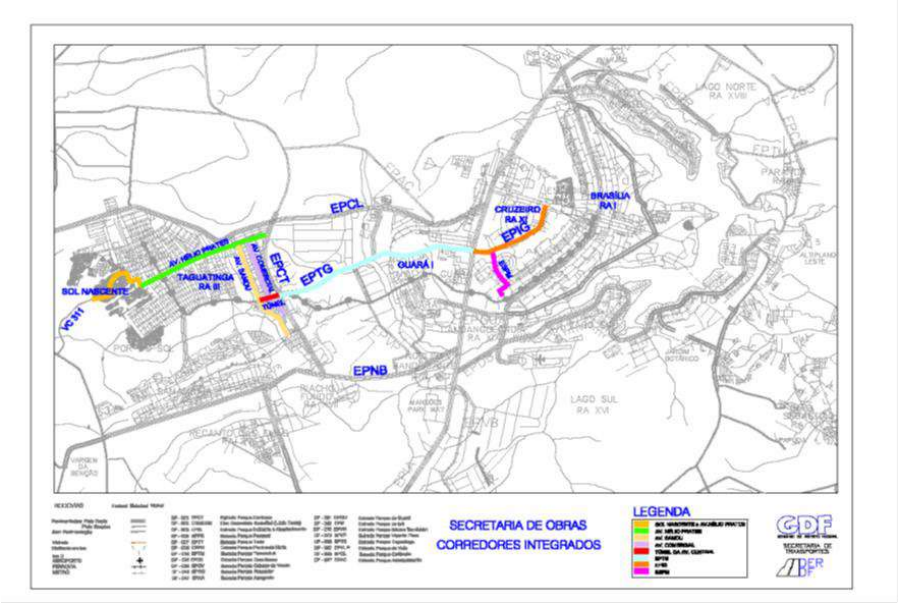
Já em relação ao trecho EPIG – Viaduto Parque da Cidade, até o final do exercício, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades, que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.

Expresso Oeste (Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste) – PAC MOBILIDADE GRANDES CIDADES

O Eixo Oeste é considerado o principal eixo de transporte público coletivo do Distrito Federal, pois sua implantação irá melhorar a mobilidade entre várias Regiões Administrativas, desde o Plano Piloto, como outras áreas bastante populosas, que compreendem as Regiões Administrativas de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará, além do município de Águas Lindas/GO.

A concepção da proposta se baseia na implantação de um sistema integrado com eixos estruturantes servidos por linhas troncais, circulares, de ligação e alimentadoras/distribuidoras, visando a redução dos tempos de espera e de viagens nas linhas alimentadoras e troncais, com o mínimo de superposição de itinerários, com foco principal nas questões de mobilidade e acessibilidade.

LOCALIZAÇÃO: Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia



Por uma questão de estratégia, tanto para a elaboração de projetos como para a implantação das obras, o corredor de transporte do eixo oeste foi dividido nos seguintes trechos:

- Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG;
- Estrada do Setor Policial – ESPM,
- Estrada Parque Taguatinga / Guará – EPTG,
- Túnel de Taguatinga;
- Avenidas Comercial e SAMDU;
- Avenida Hélio Prates; e
- Acesso à Avenida Principal do Sol Nascente.

Estes trechos atingem a extensão total de 30,12 km (sem considerar os 25,84 km correspondentes às vias transversais às Avenidas Comercial e Samdu); O valor total estimado para a implantação de todo o Eixo Oeste é de R$ 650 milhões.

As obras relativas à Avenida Hélio Prates e à EPIG serão realizadas com recursos oriundos do OGU; as demais, com recursos do FGTS e o trecho correspondente à EPTG foi implantado pelo DER.

Agrupando-se as obras/projetos dos diferentes trechos em função do estágio em que se encontram, e tomando-se como base o valor estimado para todo o empreendimento, obtém-se os seguintes dados:

SITUAÇÃO DAS OBRAS OU PROJETOS	EXTENSÃO km	PERCENTUAL SOBRE O VALOR TOTAL A SER INVESTIDO EM TODO O EMPREENDIMENTO %
Obras concluídas	0,18	2,27
Obras licitadas ou em execução	2,16	59,35
Obras com licitação prevista para início de 2018	17,08	20,65
Obras com projetos que necessitam de novos ajustes	10,7	17,74
Total	30,12	100

Dessa forma, estima-se que até o final de 2018 já terão sido iniciadas as ações para a implantação de 82% das obras que compõem o corredor de transporte; as obras já licitadas correspondem a 59,35% e os 17,74 % restantes não foram iniciados devido a fatores específicos de projeto, em função de alterações solicitadas pela SEMOB, SEGETH e/ou IPHAN, após a conclusão dos mesmos. No entanto, ao se considerar o percentual de obras executadas sobre a extensão total do Eixo Oeste, obtém-se o índice de 3,41% de obras implantadas.
Por fim, apresenta-se abaixo, as justificativas detalhadas para o atraso na implantação de cada trecho do corredor de transporte do Eixo Oeste, ao longo de todo o processo:

Local das obras	Situação do andamento das obras
Acesso Sol Nascente/ Hélio Prates	Obra em Andamento
Av. Hélio Prates	A obra não poderá ser realizada concomitantemente à obra do Túnel. Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente.
SAMDU E Comercial Norte e Sul	Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente. Os novos projetos executivos estão em fase final de orçamento para posterior envio para licitação.
Transversais SAMDU e Comercial	Projeto incluído recentemente no empreendimento. Certames lançados, mas suspensos pelo TCDF.
Drenar Taguatinga	Obra licitada, aguardando recursos para contrapartida.
Túnel (Até o viaduto da EPTG)	Obra contratada, porém prosseguimento interrompido por Decisão do TCDF, em consequência de Ação Judicial que questiona o certame.
Viaduto EPTG/EPCT	Obra em Andamento.
EPIG – Viaduto Parque da Cidade	Projeto concluído, porém, até o encerramento do exercício de 2017, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.
EPIG – Trecho SIG	Único trecho autorizado pelo Iphan - projeto concluído em fase final de orçamento (houve necessidade de destacá-lo do restante das obras, face à negativa do Iphan com relação aos demais trechos).
EPIG – Trechos restantes	Projeto concluído, mas com necessidade de ajustes face à nova orientação do IPHAN e Semob.
ESPM – Entre a EPIG e o viaduto da W3	Projeto refeito face às novas diretrizes da Segeth e Semob, eliminando as trincheiras; projeto concluído e em fase final de orçamento para posterior licitação.
ESPM - Viaduto W3	Obra concluída.
ESPM – entre o viaduto W3 e o Terminal da Asa Sul	Projeto pronto para licitação, aguardando o trecho entre a EPIG e o viaduto da W3.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	**822.000,00**	**3.120.286,00**	**543,61**	**543,61**
0002 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE NA QNN 13 LOTE B- CEILÂNDIA	620.000,00	2.439.216,00	543,61	543,61
0004 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE NA QUADRA 203- ITAPOÃ	202.000,00	681.070,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**822.000,00**	**3.120.286,00**	**543,61**	**543,61**

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6219	Cidade	Etapa - SAG	Estágio
Construir Praça da Juventude na QNN 13, Lote "B", em Ceilândia (CT 001/2016).	Ceilândia	0043	Paralisada
Construir Praça da Juventude na Quadra 23 do Itapoã (CT 006/2014).	Itapoã	0044	Paralisada

Os empreendimentos vinculados ao Programa Temático 6219 referem-se:

- Ação/Subtítulo 1606/0002 - Construção da Praça da Juventude, situada na QNN 13, Lote B, Ceilândia – A obra esteve paralisada durante o ano de 2017. Por descumprimento contratual, pela empresa executora, houve rescisão unilateral, pela Administração, sendo definida a contratação da segunda colocada, nas mesmas condições avençadas com a primeira, a fim de dar continuidade da obra, no início de 2018.
- Ação/Subtítulo 1606/0004 - Construção da Praça da Juventude (mini Vila Olímpica), situada na Quadra 203, Região Administrativa do Itapoã – A obra esteve paralisada durante todo o ano de 2017. O Setor de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos, desta Pasta, procedeu à instrução técnica pertinente para avaliação jurídica quanto às providências cabíveis. O Contrato será rescindido em 2018 pela Administração e, caso seja comprovado que a convocação da segunda colocada, no processo licitatório, consista da alternativa mais vantajosa para o Erário, efetivar-se-á sua contratação.

Praça da Juventude na QNN 13, Lt. B, em Ceilândia





6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	**2.432.000,00**	**2.432.000,00**	**0,00**	**0,00**
9347 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHES PRÓ-MORADIA CEF- RECANTO DAS EMAS	2.432.000,00	2.432.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	**2.432.000,00**	**2.432.000,00**	**0,00**	**0,00**

A única Ação deste Programa Temático é vinculada ao contrato de financiamento relativo ao Programa Pró-Moradia. A SINESP em conjunto com a CAIXA avalia a possibilidade de cancelamento dessa meta que integra operação de crédito, devido as dificuldades técnicas de aprovação de sua implantação nas condições originalmente pactuadas, no âmbito do Contrato de Financiamento e Repasse nº 175.749-27/2006 – CAIXA/GDF-PRÓ-MORADIA.

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	**11.000,00**	**5.495.486,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-TRABALHO SOCIAL-PRÓ-MORADIA-DISTRITO FEDERAL	11.000,00	5.495.486,00	0,00	0,00
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	**3.430.000,00**	**2.930.000,00**	**0,00**	**0,00**
9656 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS-PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	3.430.000,00	2.930.000,00	0,00	0,00
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	**3.547.000,00**	**3.047.001,59**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO-PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	3.547.000,00	3.047.001,59	0,00	0,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**6.988.000,00**	**11.472.487,59**	**0,00**	**0,00**

Este Programa Temático também apresenta ações orçamentárias (3246 e 7294), relativas ao Programa Pró-Moradia, vinculadas ao Contrato de Financiamento e Repasse nº 175.749-27/2006 – CAIXA/GDF-PRÓ-MORADIA, e conforme referido no Programa Temático 6221, a

SINESP em conjunto com a CAIXA avalia a possibilidade de cancelamento dessas metas, devido a dificuldades técnicas de aprovação de sua implantação nas condições originalmente pactuadas.

Quanto ao Subtítulo Orçamentário 4118/0004, trata-se de ação de Acolhimento Institucional, prevista no Programa Pró-Moradia, no âmbito do Contrato de Financiamento e Repasse de nº 0262.225-34/2009, sob a gestão da SINESP. Todavia considerando que a CODHAB é a responsável pela implementação desta atividade, os recursos orçamentários foram descentralizados àquela Companhia e utilizados para lançamento de certame pertinente, que de acordo com informações prestadas por àquele Órgão, restou suspenso por Decisão do TCDF. Em 2018 esta ação transcorrerá por créditos orçamentários a constarem do Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD da CODHAB.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**633.701,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0021 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	633.701,00	0,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**1.454.000,00**	**3.105.947,00**	**3.003.863,49**	**2.867.537,19**
0073 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	1.454.000,00	3.105.947,00	3.003.863,49	2.867.537,19
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**2.087.701,00**	**3.105.947,00**	**3.003.863,49**	**2.867.537,19**

Na ação 9050 houve o ressarcimento de salários a servidores cedidos por outros Órgãos a esta SINESP, quais sejam, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF; a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e a Defensoria Pública do Distrito Federal. Estes servidores reforçam o Quadro de Pessoal desta Secretaria.

As demais despesas foram para o pagamento de indenizações de transporte e atividades externas, devido as funções realizadas pela área fim, quanto aos servidores integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas, conforme Decreto nº 24.217/2003; e para o ressarcimento à NOVACAP do IPTU/TLP pela cessão de Uso, a esta SINESP, de parte de suas instalações, conforme ajustado no Termo de Cessão de Uso nº 008/2008-ASJUR/PRES/NOVACAP.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**17.172.460,00**	**17.372.648,00**	**17.337.329,24**	**17.237.885,41**
0092 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	17.172.460,00	17.372.648,00	17.337.329,24	17.237.885,41
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**800.000,00**	**635.447,00**	**634.193,27**	**634.193,27**
7003 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	635.447,00	634.193,27	634.193,27
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**2.249.865,00**	**318.271,47**	**304.303,09**	**266.699,00**
0091 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	2.249.865,00	318.271,47	304.303,09	266.699,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**1.050.000,00**	**0,20**	**0,00**	**0,00**
0033 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	1.050.000,00	0,20	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**490.000,00**	**24.034,00**	**16.762,82**	**16.762,82**
2570 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	490.000,00	24.034,00	16.762,82	16.762,82
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**490.808,00**	**0,80**	**0,00**	**0,00**
0066 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	490.808,00	0,80	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**21.412,00**	**488.204,00**	**488.203,48**	**250.000,82**
0016 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	21.412,00	488.204,00	488.203,48	250.000,82
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**261.341,00**	**252.565,00**	**130.689,05**	**130.689,05**
6962 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	137.247,00	130.690,00	130.689,05	130.689,05
9839 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-BANHEIROS NO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	124.094,00	121.875,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

5292 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**22.585.886,00**	**19.091.170,47**	**18.911.480,95**	**18.536.230,37**

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6001	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Complementar recursos para a reforma geral do Espaço Oscar Niemeyer, localizado na Praça dos Três Poderes no Eixo Monumental de Brasília (CT 550/2014 - Novacap).	Plano Piloto	0048	Concluída

Neste Programa realizou-se gastos com pessoal, que abrangem os vencimentos, as contribuições previdenciárias, as substituições e os diversos auxílios, dentre os quais, creche, natalidade, alimentação e transporte; e a manutenção dos serviços administrativos que foi reduzida devido a contenção de gastos imposta pelo Governo. Quanto a modernização não houve a possibilidade desta Pasta empreender em seu parque tecnológico. Já na ação de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação foram adquiridos toners para impressoras e cabos (patch Cord Cat).

A ação de Conservação das Edificações Públicas teve a maior parte de seus recursos orçamentários remanejada para a SEPLAG, e o saldo remanescente permaneceu contingenciado, durante todo o exercício, impossibilitando sua utilização, porém importante informar que os serviços nas áreas de elétrica, hidráulica, marcenaria, serralheria, entre outros, têm sido realizados por equipes da própria NOVACAP, uma vez que esta Secretaria de Estado ocupa edifício que integra o Complexo Administrativo da NOVACAP.

Na ação Reforma de Prédios e Próprios, igualmente aos anos anteriores, restringiu-se à transferência de créditos para a NOVACAP, para a intervenção relativa à reforma do Espaço Oscar Niemeyer, localizado na Praça dos Três Poderes, no Eixo Monumental de Brasília, com a conclusão da obra neste exercício.

Acrescenta-se que houve quitação de passivo na ação Construção de Prédios e Próprios, referente à construção da Unidade Acadêmica da Faculdade UnB - (UAC), localizada no Centro Metropolitano de Ceilândia, Conjunto A, Lote 01 em Ceilândia – DF, conforme o ato de Reconhecimento de Dívida publicado no DODF nº 248, de 29/12/2017.

Na ação 4080 (Capacitação de Servidores) em obediência à determinação constante no Decreto nº 37.121 de 16/02/2016, publicado no DODF nº 31, seção 1 de 17/02/2016, que vedou gastos com a participação em cursos, congressos, seminários e eventos afins, esta Secretaria buscou capacitar seus servidores sem gerar ônus para a Pasta, por meio de cursos ministrados pela Escola de Governo - EGOV/DF (presenciais e à distância), pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap (presenciais e à distância) e por Órgãos do GDF e da União. As inscrições em cursos de capacitação totalizaram, 94 (noventa e quatro); sendo 74 (setenta e quatro) proporcionadas pela EGOV/DF, 07 (sete) pelo CONSAD/DF e 13 (treze) pela Enap. Os eventos realizados abordaram temas diversos de interesse da Administração Pública, com destaque para os abaixo relacionados:

PRESENCIAIS	
Construção de Cenários Prospectivos - Turma 1	II Seminário de Gestão Governamental do Distrito Federal
Acompanhamento e Fiscalização de Contratos	Licitações e Contratos: Lei nº 8.666/93
Aposentadorias e Pensões	Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Carta de Serviços
Básico de Informática - Excel	Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Lei de Acesso à Informação
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Linguagem Cidadã

Gestão de Riscos com Base na NBR ISO 31000:2009	Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Ouvidoria como Ferramenta de Gestão
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos de Serviços – Realizado pela EGOV	Redação Oficial
Gestão e Fiscalização de Contratos – Realizado pelo TCDF	Seminário de Capacitação em Execução Físico-Financeira de Empreendimentos Custeados com Recursos de Operações de Crédito
Gestão Estratégica do Orçamento	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv - MÓDULO I
II Semana de Capacitação e Aperfeiçoamento Técnico em Controle Interno - GRUPO II	Sistema Integrado de Controle de Processos (SICOPWEB)
Seminário – Estratégia, Negociação e Liderança no setor Público em Tempos de Incerteza - Realizado pela Enap em Brasília	Tratamento de Acervos Arquivísticos
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência – Realizado pela EGOV em Brasília	X Congresso Consad de Gestão Pública, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF
XXIII SEMAT/2017 – Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo - Realizado pelo TCDF	Seminário de Prevenção de Artimanhas e Conluios em Obras
Congressos sobre Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto no estado de São Paulo para atualização e difusão do estado da arte.	
A DISTÂNCIA	
Atendimento ao Cidadão	Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
Ética e Serviço Público	Orçamento Público
Gestão de Projetos	Transparência, Ética e Controle Social
Gestão Estratégica com o Uso do BSC	Sistema Eletrônico de Informações – SEI! USAR (Enap)
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentavel
Problemas de Gestão Ambiental e Administração Pública	
TREINAMENTOS MINISTRADOS	
Treinamento do Sistema Eletrônico de Informações – SEI Ministrado por Servidores da Sinesp	Saneamento e Meio Ambiente: Responsabilidade de todos Ministrada por Servidora da Sinesp
Treinamento do Sistema InfObras Ministrado por Servidores da Sinesp	Sustentabilidade na Área da Construção Civil – Ministrado por Servidores da Sinesp
Palestra "Descargas Atmosféricas e você" Ministrada por Servidor da Sinesp	Reunião sobre o BIM - A apresentação foi conduzida por especialista da empresa para a América Latina e por Servidor da Sinesp
Encontro da 2ª Câmara Temática de Resíduos Sólidos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES, no Auditório da SINESP - Ministrado por Servidores da Sinesp e Novacap	Palestra "A Previdência é de Todos e Para Todos" Ministrada pelo Diretor-Jurídico do Instituto de Previdência do DF
TREINAMENTOS MINISTRADOS POR SERVIDORES DA SINESP PARA PÚBLICO EXTERNO	
Palestra no evento Campus Party Brasília, com foco em Geoprocessamento e Serviços de Mapas na Internet, com divulgação do GeoPortal do DF e seu Módulo Espacial Representado pelo Siturb.	Workshop Economia de Água no DF – Ministrado por Servidor da Sinesp em colaboração junto à CAESB, ADASA e Casa Civil DF

Fonte: COGEP/SUAG/Sinesp Posição em 31/12/2017

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PANORAMA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a partir da promulgação da Lei Orçamentária Anual - LOA, Exercício de 2017, Lei nº 5.796, de 29/12/2016, obteve valor fixado de R$ 1.101.027.864,00, relativo às despesas a serem executadas, que acrescido das movimentações orçamentárias ao longo do ano alcançou o montante de R$ 1.103.141.218,72, a título de Despesa Autorizada.

Importante destacar que as perspectivas decorrentes da LOA 2017, então instituída, respaldavam-se nos Grupos de Despesas e Fontes de Recursos especificados na tabela abaixo, em conjunto com os seus respectivos desempenhos:

Grupo de despesas	Categoria de gasto	Fonte de recursos	Descrição da fonte	Dotação inicial	Despesa autorizada até 31/12/2017	Total empenhado até 31/12/2017	Empenho liquidado até 31/12/2017	Empenho liquidado/ Despesa autorizada (%)	Empenho liquidado /Total empenhado(%)

Pessoal e encargos sociais	1	100	Ordinário não vinculado	19.140.161,00	20.401.595,00	20.265.109,56	20.029.339,43	98,18%	98,84%
Outras despesas correntes	3	100	Ordinário não vinculado	27.376.717,00	2.420.729,27	2.397.315,19	2.359.711,10	97,48%	98,43%
Outras despesas correntes	3	121	Aplicações financeiras vinculadas (convênios)	0,00	20.000,00	12.577,40	12.577,40	62,89%	100,00%
Outras despesas correntes	3	134	Contribuição para iluminação pública	169.199.814,00	187.625.113,00	186.430.994,66	168.600.927,82	89,86%	90,44%
Outras despesas correntes	3	135	Operações de crédito internas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	-
Outras despesas correntes	3	136	Operações de crédito externas	10.483.350,00	10.483.350,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	100	Ordinário não vinculado	44.320.953,00	4.125.693,43	3.208.857,11	1.924.150,84	46,63%	59,96%
Investimentos	4	107	Alienação de imóveis (lei nº 81/89)	0,00	6.783.143,00	1.030.750,94	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos	4	132	Convênios outros órgãos (não integrantes do gdf)	4.570.064,00	14.307.845,00	709.972,50	259.972,50	1,82%	36,62%
Investimentos	4	134	Contribuição para iluminação pública	47.435.833,00	69.673.525,02	56.810.092,63	45.257.534,83	64,96%	79,66%
Investimentos	4	135	Operações de crédito internas	762.578.000,00	754.496.522,00	120.383.894,89	114.471.783,68	15,17%	95,09%
Investimentos	4	136	Operações de crédito externas	15.912.972,00	15.912.972,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	300	Ordinário não vinculado	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	321	Aplicações financeiras vinculadas (convênios)	0,00	331.230,00	0,00	0,00	0,00%	-
Investimentos	4	332	Convênios outros órgãos-exercícios anteriores	0,00	9.359.473,00	1.363.668,06	1.213.668,06	12,97%	89,00%
Investimentos	4	335	Operações de crédito internas	0,00	5.884.936,00	5.070.426,11	4.867.043,22	82,70%	95,99%
Investimentos	4	390	Contrapartida de convênio - tesouro	0,00	1.305.032,00	1.294.295,20	1.246.038,07	95,48%	96,27%
TOTAL				1.101.027.864,00	**1.103.141.218,72**	398.977.954,25	360.242.746,95	32,65%	90%

Observa-se que 72% da dotação inicial do Orçamento desta Secretaria, era vinculada a fontes de recursos relativas aos instrumentos firmados entre o Distrito Federal, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (Fontes 132 e 135) e contemplavam, também, a previsão de celebração de operação de crédito junto a organismo internacional, (Fonte 136). No que se refere aos recursos próprios provenientes da arrecadação do Distrito Federal, estes representavam aproximadamente 28%, do total da dotação inicial, (Fontes 100 e 134).

Vale ressaltar a destinação da dotação inicial da Fonte de Recursos 100 – Ordinário não vinculado, cuja previsão de R$ 90.837.831,00 não se configurou em despesa autorizada para os gastos correntes (Grupo 3) e para os investimentos (Grupo 4), no mesmo montante fixado para a programação dessas despesas. Assim, do total de R$ 71.697.670,00 constante das dotações iniciais para estas categorias, obteve-se apenas R$ 6.546.422,70, equivalentes a menos de 10%, mantidos consignados para execução.

A situação acima exposta decorreu das perdas orçamentárias sofridas no montante de R$ 44.533.146,00, conforme detalhado em quadro abaixo e demais contingenciamentos impostos durante o exercício, não obstante o Decreto nº 37.979, de 26/01/2017, relativo à programação orçamentária e financeira, para o exercício de 2017, ter disposto contingenciamento para os Grupos 3 e 4, de R$ 7.973.015,00 (Grupo 3) e R$ 4.953.399,00 (Grupo 4), que totalizaria R$ 12.926.414,00.

Créditos remanejados para atendimento de déficits de outras unidades governamentais Fonte de recursos 100				
Perdas	Mês	Instrumento/Cancelamento	Valor Remanejado	Destinação dos Recursos
Cancelamentos efetivados pela seplag	Março	Decreto nº 38.071 de 20/03/2017,	11.800.000,00	Atender déficit orçamentário da Novacap, referente à Manutenção de Vias Públicas em diversos locais do

		DODF nº 55 de 21/03/2017.		Distrito Federal, conforme deliberação da Ata 16ª da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.083 de 22/03/2017, DODF nº 57 de 23/03/2017.	103.000,00	Atender déficit da Secretaria de Estado de Fazenda, referente a Reprogramação Orçamentária: Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
		Total em março	11.903.000,00	
	Abril	Portaria nº 124 de 04/04/2017 DODF nº 67 de 06/04/2017.	4.859.796,00	Troca de Fonte de Recursos da SINESP (100 para 107) para atender déficit orçamentário da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao pagamento de Dívida Externa, conforme Item 13.1 da Ata da 6ª Reunião da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.119 de 06/04/2017, DODF nº 68 de 07/04/2017.	2.016.664,00	Atender déficit orçamentário do Serviço de Limpeza Urbana - SLU, referente à Manutenção das Atividades de Limpeza Pública em diversos locais do Distrito Federal, conforme Ata 28ª da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.137 de 17/04/2017, DODF nº 74 de 18/04/2017.	8.972.718,00	Atender déficit orçamentário Novacap, referente a renovação de Contratos de Manutenção de Vias Públicas em diversos locais do Distrito Federal, conforme Item 1 da Ata da 32ª Reunião da GOVERNANÇA-DF.
		Decreto nº 38.138 de 20/04/2017, DODF Edição Extra nº 18 de 20/04/2017.	9.173.333,00	Atender déficit da Secretaria de Estado de Fazenda, referente a Reprogramação Orçamentária, conforme autorização contida na Ata 29ª da GOVERNANÇA-DF: Manutenção de Serviços Administrativos Gerais; Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; Ação de Incentivo a Arrecadação e Educação Tributária-PINAT-Programa Nota Legal; Amortização e Encargos da Dívida Pública Relativa ao INSS e PASEP; e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
		Total em abril	25.022.511,00	
	Maio	Decreto nº 38.163 de 28/04/2017, DODF nº 82 de 02/05/2017.	5.377.587,00	Atender reprogramação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Para execução de acordo com o item 01-Deliberação da Ata da 30ª Reunião da GOVERNANÇA-DF: Manutenção de Bens Imóveis do Governo do Distrito Federal - Vigilância.
		Total em maio	5.377.587,00	
	Julho	Decreto nº 38.343, de 18/07/2017 - DODF nº 137, de 19/07/2017.	103.000,00	Atender déficit da Adm. Regional do Lago Norte - cancelamento para suplementação do PT 15.451.6210.1110.9907 UO 59120 (Relativo ao Programa denominado Par'Cão).
		Total em julho	103.000,00	
	Agosto	Decreto nº 38.426, de 22/08/2017 - DODF nº 162, de 23/08/2017.	70.000,00	Atender déficit do DFTRANS - crédito autorizado pelo item 20 da 67ª Reunião da Governança/DF acostada ao processo SEI nº 00098.00053657/2017-85. Objetiva-se aportar recurso em favor da programação do Passe Livre Estudantil - DFTRANS/DF.
		Total em agosto	70.000,00	
	Novembro	Portaria nº 544 de 24/10/2017 - DODF nº 211 de 03/11/2017.	881.114,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
			292.233,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
			750.000,00	Descontingenciamento nos termos da autorização contida item extrapauta 16, da Ata da 84ª Reunião da Governança. Suplementação para amortização de dívida.
		Decreto nº 38.654 de 28/11/2017 - DODF nº 228 de 29/11/2017.	133.701,00	Cancelamento para atender folha de pessoal de novembro da Sefaz.
		Total em novembro0	2.057.048,00	
TOTAL GERAL			44.533.146,00	

No tocante às transferências de créditos orçamentários relativas a fonte 100, esta Secretaria celebrou Portarias Conjuntas de descentralização com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, no valor total de R$ 1.906.041,19, destinadas em sua maioria para dar continuidade a contratações pendentes de recursos.

Quanto às Emendas Parlamentares Distritais, também lastreadas pela Fonte de Recursos 100, como nos anos anteriores, em que pese o caráter de impositividade, a utilização desses recursos ficou condicionada à comunicação formal, pelo autor à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplag, conforme Artigo 31, § 6º da Lei nº 5.695, de 03/08/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017. Inicialmente foi consignado o montante de R$ 6.414.000,00, dos quais R$ 4.201.784,00 foram remanejados pelos seus autores, para outras finalidades governamentais, restando cancelados do Orçamento desta Sinesp. Em relação ao saldo remanescente de R$ 2.212.216,00, houve efetivo desbloqueio pela Seplag de apenas R$ 1.349.360,00 para utilização pela Pasta, sendo:

. R$ 999.360,00 – destinados à execução de obras de implantação de iluminação pública nas Regiões Administrativas de Planaltina, Sobradinho e Cidade Estrutural, com endereçamentos específicos e elencados pelo autor da emenda para atendimento, o que requereu encaminhamento à Companhia Energética de Brasília – CEB, para análise e elaboração de estimativas de custos, dos quais R$ 998.960,69, foram empenhados à conta do Convênio nº 001/2017-Sinesp/CEB e do Contrato nº 003/2017-Sinesp/CEB, dada a pertinência das intervenções solicitadas aos objetos pactuados nesses instrumentos. Salienta-se que parte da demanda proposta pelo parlamentar não pode ser contemplada, devido ao custo estimado pela CEB ter superado o valor disponibilizado, proveniente dos recursos da emenda.

. R$ 200.000,00 – destinados à execução de intervenção relativa à Ampliação da Rede de Iluminação Pública do SAAN – Distrito Federal, todavia, com aplicação definida pelo autor em 01/12/2017, a ser operada mediante descentralização de créditos da Sinesp à Administração Regional de Brasília. A proposta de minuta do ato conjunto foi apresentada por esta Sinesp à referida Administração Regional, porém, não houve a celebração do ato, face aos requisitos necessários para a utilização desses recursos ainda no exercício de 2017, por conseguinte, os créditos restaram não empenhados.

Ainda acerca de créditos provenientes de emendas parlamentares, houve a transferência do valor de R$ 150.000,00 a esta Sinesp pela Novacap, mediante Portaria Conjunta de descentralização de créditos orçamentários, com destinação exclusiva para a implantação de iluminação pública na QNL 09/11 de Taguatinga/DF, mas que, também não restou empenhada, devido ao custo estimado da intervenção exceder o valor previsto da emenda. Contudo, a execução da obra foi programada para ser realizada à conta de recursos institucionais.

No que concerne à Fonte de Recursos 134 – Contribuição para Iluminação Pública – CIP, verificou-se uma realização de aproximadamente 90% dos créditos orçamentários consignados no Grupo de Despesas 3 – Outras Despesas Correntes, que se destinou aos contratos de prestação de serviços executados de forma contínua, sob gestão desta Secretaria, desde meados de 2015, correspondentes à consultoria, engenharia, de manutenção, operação, manutenção preventiva e corretiva, bem como gerenciamento do parque de iluminação pública do DF e fornecimento de energia elétrica.

Para o Grupo de Despesas 4 – Investimentos alocado na Fonte 134 que ora se descorre, destaca-se a formalização de novo contrato e de convênio entre esta Secretaria e a Companhia Energética de Brasília – CEB, que visa proporcionar a execução de obras de implantação, expansão e melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, consoante os critérios estabelecidos na Decisão nº 2550/2017 do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Cabe salientar que a Decisão, retro mencionada, o Parecer nº 804/2017-PRCON/PGDF, de 03/10/2017, e o Acordo entre o GDF e a CEB, intermediado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF possibilitaram a esta Secretaria efetivar

liquidação mediante reconhecimento de dívidas, decorrentes de contratações firmadas entre a então Secretaria de Estado de Obras e a CEB. A dívida reconhecida totalizou o expressivo montante de R$ R$ 49.587.623,89, consistindo de passivos constituídos em gestões anteriores, conforme a seguir especificados:

- R$ 36.781.744,04 - Contrato nº 040/2008 – Passivos de competência da Gestão de 2008 a 2010;
- R$ 6.698.402,64 - Contrato nº 027/2012 – Passivos de competência da Gestão de 2012 a 2014;
- R$ 5.868.831,47- Contrato nº 037/2012 – Passivos de competência da Gestão de 2012 a 2014;
- R$ 38.645,74 - Contrato nº 037/2012 – Passivo de competência da Gestão de 2015;

Efetivou-se também, nessa fonte 134, descentralização de créditos orçamentários no valor de R$ 1.628.877,98, para a Administração Regional de Vicente Pires, com a finalidade de custear despesas relativas as obras de melhoria de iluminação pública na Região Administrativa de Vicente Pires.

Em relação às Fontes Externas, cabe salientar que a alocação de créditos orçamentários, vinculados a essas fontes é estimada no Orçamento da Pasta, a partir de instrução de Setor especifico desta Secretaria, que procede avaliação da situação dos contratos referentes a recursos provenientes de convênios, termos de compromisso, contratos de repasse e operações de crédito, junto aos organismos financiadores. Porém sua efetiva realização está sujeita a ocorrências verificadas nas fases de: elaboração de projetos de engenharia, planilhas de custos, obtenção de licenciamentos por parte de Institutos pertinentes, aprovações e autorizações dos Órgãos concedentes para lançamento e desenvolvimento de certames e sobretudo, às ocorrências durante a execução das intervenções.

Ressalta-se, também, que a realização das fontes de recursos externas transcorre de acordo com a situação de cada intervenção a ser custeada, acompanhada, monitorada e instruída pelos gestores responsáveis e designados para tal fim, após o cumprimento de etapas técnicas e legais pertinentes e diante de requisitos estabelecidos pelos organismos contratados, ou cedentes, nos respectivos instrumentos pactuados e por ocasião da análise de medições submetidas a tais entes.

Para essas fontes de recursos foi fixado em Lei o valor de R$ 793.554.386,00 (custeio e investimento) que somado aos superávits consignados e as movimentações resultou em R$ 810.455.098,00. Desse total autorizado, o montante de R$ 754.496.522,00 correspondia à Fonte de Recursos 135 – Operações de Crédito Internas, que ao longo do exercício obteve valor empenhado de aproximadamente R$ 293 milhões, ajustado posteriormente ao montante de R$ 127.527.961,56, tendo em vista as diretrizes do Decreto nº 38.583, de 27/10/2017, que dispôs sobre os prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro de 2017, sendo liquidado o valor de R$ 120.812.467,46, correspondente ao percentual de 15% de realização.

O valor obtido para liquidações na fonte 135 foi oriundo de desembolsos das operações de crédito com o Banco do Brasil (R$ 69.151.949,50) e a Caixa Econômica Federal (R$ 47.720.127,52), e custearam etapas de obras executadas e seus respectivos reajustamentos, decorrentes das contratações relativas à implantação de infraestrutura nos Setores Habitacionais Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico e Bernardo Sayão.

Ademais, o superávit consignado, proveniente dessa fonte, ou seja, 335, equivalente a R$ 5.884.936,00 permitiu a complementação de recursos a contratos e a liquidação de despesas de exercícios anteriores, tendo alcançado o percentual de realização de aproximadamente 83%.

Ainda sobre a fonte 135 foi necessária a descentralização de recursos no valor de R$ 35.655.655,00, à Companhia do Desenvolvimento Habitacional de Brasília – Codhab, Órgão

responsável pela Construção de Unidades Habitacionais no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia.

Por fim, ao se aferir o comportamento orçamentário desta Secretaria, observa-se que o ano de 2017 obteve melhor desempenho dentre os exercícios financeiros deste Governo, apesar das dificuldades e restrições impostas e da acentuada inexecução orçamentária, que ainda persiste, com referência às fontes externas, previstas pelos setores competentes em montantes que assegurariam: o desenvolvimento de contratações de grande porte, para as quais se anteviam andamentos normais, como as do Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão, Túnel Rodoviário de Taguatinga, as novas contratações previstas para determinados lotes dos Setores Habitacionais Bernardo Sayão e Vicente Pires e os certames projetados para empreendimentos integrantes do Corredor Oeste e a Construção do Ginásio Poliesportivo do Gama que necessitariam de tais aportes orçamentários.

3.1.Empreendimentos sob a Gestão da SINESP

Ampliação do Sistema de Drenagem Pluvial (DRENAR DF)

Consiste no redimensionamento das galerias de águas pluviais de áreas que sofrem com as constantes inundações em época de chuvas. O programa foi dividido em Drenar 1 e 2. O Drenar 1 compreende a região do Plano Piloto e visa reforçar a rede de drenagem das faixas 01/02 e 10/11 da Asa Norte e 13 da Asa Sul. Assim, o trabalho será iniciado pelas quadras 900, passando pelas Quadras 700, 500, 300, 100, 200, 400, 600 e 800, seguindo até o Lago Paranoá. Já o Drenar 2 abrange a região de Taguatinga, integrando as quadras dos seguintes setores: QNA, QNB, QNC, QND, QNE, QNF, QSA e QSB, QSC, CSA e CSB, além das Avenidas Hélio Prates e Comercial.

O programa prevê também a melhoria da qualidade da água pluvial descarregada no Lago Paranoá, por meio da retenção dos resíduos em bacias de contenção e qualidade que vão reduzir ainda o pico da vazão do volume de água afluente no Lago, evitando o assoreamento. Com um investimento de R$ 259,3 milhões, o Drenar DF beneficiará mais de 440 mil pessoas. São 220.393 habitantes do Plano Piloto e 222.598 em Taguatinga.

DRENAR DF - TAGUATINGA - LOTE 01 (BACIAS 1 a 7) e LOTE 02 (BACIAS 8 a 13)



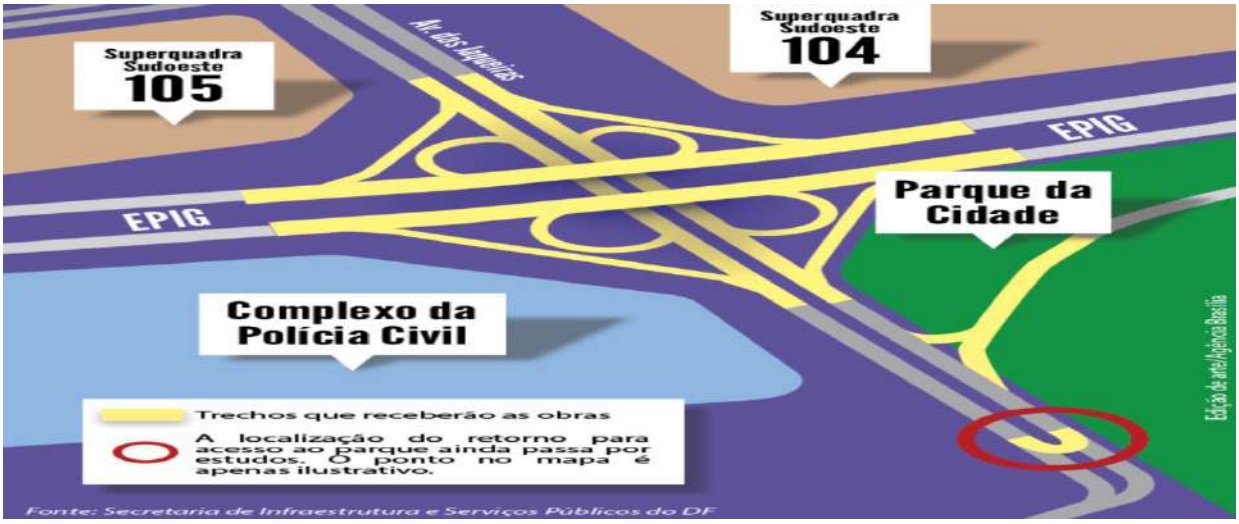
DRENAR DF - Plano Piloto - LOTE 3 - FAIXA 10 a 11 Norte



Viaduto da EPIG

O viaduto faz parte de um conjunto de obras no corredor Eixo Oeste, cujos trabalhos incluirão o alargamento de vias de modo que, no futuro, haja em toda a EPIG quatro faixas, uma delas exclusiva para BRT. Em média, 22 mil veículos circulam por dia na região. A implantação do viaduto faz parte de uma série de projetos de mobilidade urbana e a sua finalidade é melhorar a trafegabilidade do trânsito na região. O custo estimado da obra do viaduto é R$17,7 milhões. Os trevos na EPIG serão feitos em trincheiras, ou seja, de forma subterrânea, de modo que os veículos que trafegam pela EPIG permanecem no nível atual da via. Com a mudança, quem sair do Parque da Cidade em direção ao Sudoeste não terá mais que passar por semáforos e retornos. Seguirá direto para a Avenida das Jaqueiras, passando embaixo da EPIG. No sentido inverso, haverá apenas um retorno para acessar a pista do parque. A obra também permitirá sair do Sudoeste no mesmo nível da avenida das Jaqueiras e seguir para a EPIG, sentido Plano Piloto e vice-versa, sem a necessidade de retorno.

Viaduto da EPIG com o Sudoeste/Parque da Cidade - Trecho 2



Túnel Rodoviário de Taguatinga

O túnel fará uma ligação subterrânea para quem segue para Ceilândia, pela via Elmo Serejo, além de oferecer uma via alternativa pela superfície para o Centro de Taguatinga. Isso evitará a retenção de veículos nos semáforos do centro de Taguatinga. Com a conclusão da obra, os carros que estiverem na Avenida Elmo Serejo, sentido Plano Piloto, mergulharão pelo túnel e sairão na Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Do outro lado, aqueles que chegarem à Taguatinga pela EPTG também passarão por ele até o início da Via Estádio, saindo logo após o viaduto da Avenida Samdu. Vias marginais darão acesso às Avenidas Comerciais e Samdu Sul e Norte. O túnel terá 830 metros de extensão e vai contar com duas pistas paralelas, cada uma com três faixas de rolagem em cada sentido. Com investimento inicial previsto em R$200 milhões, o túnel beneficiará a trafegabilidade para os 135 mil carros que circulam diariamente pela região.

Construção do Túnel de Taguatinga



Alargamento do Viaduto da EPTG Sobre a EPCT

Com 60 metros de extensão e 20 metros de largura, o viaduto da interseção da EPTG - EPCT (DF-001), localizada no trecho 10 do Corredor Oeste, em Taguatinga, ganhará mais duas faixas, sendo uma de veículos e outra exclusiva para ônibus. Os serviços para a construção do alargamento do viaduto da interseção da EPTG - EPCT são fundamentais para a execução das obras do Túnel de Taguatinga, uma vez que esta interseção será conectada ao túnel. O Eixo Oeste beneficiará diretamente a população do Plano Piloto e Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará. Também serão beneficiadas, indiretamente, as regiões de Brazlândia e de Águas Lindas/GO.

Ampliação do Viaduto da EPTG Sobre a EPCT



Drenagem e Pavimentação do Sol Nascente

No Sol Nascente, as obras irão beneficiar os quase 70 mil moradores da região. No total, estão sendo investidos R$ 220,3 milhões em benfeitorias no Setor Sol Nascente. Os recursos são originários da Caixa Econômica Federal (75%), com contrapartida do Governo de Brasília (25%). A previsão é de que os trabalhos em toda a região sejam concluídos em 2019, com entregas parciais previstas para 2018. As obras de urbanização, no Sol Nascente, incluem drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, execução de calçadas e implantação de meios-fios. Para viabilizar a execução dos serviços de implantação de infraestrutura no setor, os espaços foram divididos territorialmente em três trechos.

Obras de Infraestrutura no Sol Nascente - Trecho 1





DRENAGEM EXECUTADA | PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA

Obras de Infraestrutura no Sol Nascente - Trecho 2





DRENAGEM EXECUTADA	PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA

Obras de Infraestrutura no Sol Nascente - Trecho 3





DRENAGEM EXECUTADA

Drenagem e Pavimentação de Vicente Pires

As obras de urbanização em Vicente Pires incluem drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, execução de calçadas e implantação de meios-fios. Ao todo, serão realizados 185,6 km de drenagem pluvial e 253,4 km de pavimentação asfáltica em vias equivalentes a 7 metros de largura, além de calçadas e meios-fios ao longo dessas vias. O investimento é de R$ 463 milhões. As obras irão beneficiar os cerca de 75 mil habitantes da Região Administrativa criada em 2009.

Obras de Infraestrutura em Vicente Pires





PROJETO DE DRENAGEM DRENAGEM EXECUTADA RESERVATÓRIOS



PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA

Drenagem e Pavimentação do Bernardo Sayão

Serão cerca de 32 km de drenagem, 46 km de pavimentação, com calçadas e meios-fios, que beneficiarão os cerca de 12 mil habitantes do local. O investimento é de R$ 56 milhões, com recursos provenientes da Caixa Econômica Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento para pavimentação e qualificação de vias. O governo de Brasília entra com 5% desse valor como contrapartida.

Obras de Infraestrutura no Bernardo Sayão



Drenagem e Pavimentação do Setor Habitacional Ribeirão Porto Rico, em Santa Maria

As obras de infraestrutura incluem a execução de 15 km de drenagem, 19,5 km de pavimentação asfáltica, 45 mil m² de calçadas e 38 mil m² de meios-fios. Cerca de 20 mil moradores da região serão beneficiados com a urbanização do local. O Condomínio ocupa uma área de aproximadamente 81 hectares, o equivalente a 75 campos de futebol. A área foi dividida em lotes (1, 2, 3, 4, 5 e 6) para a execução das benfeitorias, que tiveram início em julho de 2016. A previsão de conclusão do conjunto das obras de urbanização de todo o setor é abril de 2018.

Obras de Infraestrutura no Porto Rico









DRENAGEM EXECUTADA | 80% EXECUTADO | PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA | PAVIMENTAÇÃO EM EXECUÇÃO

Drenagem e Pavimentação do Buritizinho, em Sobradinho II

Com um investimento de R$ 31,4 milhões, os cerca de seis mil moradores estão sendo beneficiados com oito quilômetros de redes para captação de águas das chuvas, 51,5 quilômetros de calçadas, 22 quilômetros de meios-fios e duas lagoas de detenção das águas de drenagem. Além disso, 11 quilômetros de ruas estão sendo pavimentadas em asfalto ou bloquetes.

Obras de Infraestrutura no Buritizinho





Pavimentação a executar

Drenagem a executar



DRENAGEM EXECUTADA



PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA



CALÇADAS EXECUTADAS

Praça da Juventude de Ceilândia

A Praça da Juventude será uma grande conquista dos habitantes de Ceilândia e contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. No passado, o local que estava abandonado há vários anos ficou popularmente conhecido como "castelo de grayskull" e servia de abrigo para usuários de droga, fugitivos da justiça e moradores de rua. Mais do que um espaço físico para a prática de esportes, a população de Ceilândia ganhará também uma área de convivência comunitária, onde diversas atividades culturais, de inclusão digital e de lazer poderão ser realizadas para a população de todas as faixas etárias.A praça vai ocupar uma área de 8.111,53 m2 e contará com pistas de caminhada, salto triplo e salto a distância, todas com sistema de iluminação específico; quadra de vôlei de praia; área de exercícios e alongamento; pista de skate; campo de futebol society; quadra poliesportiva coberta; vestiários; teatro de arena com palco; quiosque de alimentação; arquibancadas; bebedouros; grama natural e sintética; sanitários com acesso para pessoas com deficiência, além de centro de convivência com salas para: ginástica, terceira idade, administração e reuniões. A obra também contará com paisagismo, totem e mastro para bandeiras. O projeto da Praça da Juventude foi criado em 2007 com o objetivo de oferecer à população um equipamento esportivo público de qualidade. A ideia é que o espaço seja um ponto de encontro de referência para a juventude.

PRAÇA DA JUVENTUDE



Calçadas da Asa Sul

Construção de novas calçadas em cinco quadras da Asa Sul: 107, 108, 109, 307 e 308, com investimento total de aproximadamente R$ 1,2 milhão. As obras atendem às novas regras de acessibilidade, com a instalação de pisos táteis junto às rampas que indicam às pessoas com necessidades especiais que estão se aproximando de uma via rodoviária.



	
Execução de Calçadas na SQS 107	Execução de Calçadas na SQS 109

Execução de Calçadas Na SQS 109


Pista de Cooper da Vila Planalto

Com 3.500 metros de extensão, a pista de cooper da Vila Planalto está em fase final. Foram investidos R$ 285 mil na obra que beneficiará cerca de três mil moradores da região. A construção da pista de cooper segue as normas técnicas de execução e atendeu às demandas da população local apresentadas à Sinesp e à Administração do Plano Piloto.A pista recebeu rebaixamento para viabilizar o acesso às pessoas com deficiência visual, de acordo com as novas regras de acessibilidade recomendadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e piso reforçado em trechos onde existe o trânsito de veículos para que não ocorram danos devido ao peso dos carros.

3.2. Principais Empreendimentos Futuros

Para o exercício de 2018 temos as seguintes metas:

1.Conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, meios – fios, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais em Vicente Pires – Lotes 06, 07;

2. Conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritizinho, em Sobradinho II;

3.Conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Condomínio Ribeirão Porto Rico, em Santa Maria;

4.Conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trechos 1 e 2;

5.Obras que aguardam liberação de recursos financeiros para programação de sua execução:

5.1- Contratação do Drenar Taguatinga – Lote 1 - R$ 83.173.832,88.

5.2- Contratação do Drenar Taguatinga – Lote 2 - R$ 23.731.004,42.

5.3 - Contratação do Drenar Taguatinga – Lote 3 - R$ 32.292.487,27.

6.Obras em fase de contratação:

6.1Contratação da execução de Centro de Iniciação ao Esporte – Santa Maria – R$ 4.458.742,93

6.2 Contratação de execução de Centro de Iniciação ao Esporte – Sobradinho – R$ 4.247.063,87

6.3 Continuidade da intervenção da execução da Praça da Juventude – Ceilândia – R$ 2.608.985,42

6.4 - Pavimentação e Drenagem/Urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão – Lote 02 – R$ 7.795.586,94

3.3 Implantação e Desenvolvimento de Tecnologia da Informação - TI e Sistema InfObras

Assim como em 2015 e 2016, as ações desta Pasta, efetuadas na área de Tecnologia da Informação – TI, foram divididas em gestão, desenvolvimento, suporte infraestrutura e geoprocessamento. Buscou-se a orientação definida pela governança de Tecnologia da Informação, tendo como motivação o Guia de Boas Práticas - COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology) e a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2016-2019, do GDF.

Conforme estabelecido pela iniciativa estratégica número 24 da EGTI ("24. Instituir comitê permanente e atuante de TI, baseado no Guia de Comitê de TIC do SISP"), foram efetuadas duas reuniões do Comitê de TI, no dia 1º de junho e no dia 20 de novembro. As atas são disponibilizadas na Intranet após a homologação pelo Secretário e constam do processo SEI 00110-00003121/2017-86 à disposição para consultas. Durante as reuniões a área de TI, da SINESP, apresentou as realizações das ações do PDTI, conforme orientado no item 26 da EGTI: "Executar o PDTI conforme o Planejamento.

A infraestrutura de rede da SINESP foi totalmente reformulada, a fim de atingir as iniciativas estratégicas 9 ("Criar o inventário de ativos de TI) e 11 do objetivo "ter a gestão de serviços de TI baseada em melhores práticas", meta" aprimorar gestão de serviços de TI", bem como a iniciativa 9 - "fomentar o compartilhamento de serviços e infraestrutura de TI(...)" da meta "aprimorar gestão de serviços de TI".

No que tange à segurança da informação, a configuração das cópias de segurança (backups) dos servidores de arquivos foi revista, e também foi adotado um software livre, o GSA OpenVAS para análise de vulnerabilidades dos equipamentos.

Iniciou-se a documentação de rotinas internas de TI, proposta na iniciativa 5 da meta "implantar mecanismos de Gestão de Conhecimento", com a utilização do software livre MediaWiki.

Em conformidade com os itens 22 - "Hospedar os dados do órgão em ambiente seguro, controlado e monitorado" e "30. Verificar disponibilidade de infraestrutura de TI (sistemas estruturantes, serviços corporativos de TI, bem como a rede metropolitana de comunicação corporativa) com o CeTIC (...)" da EGTI, foi realizada migração de todos os dados institucionais utilizados pela SINESP para a Nuvem da SEPLAG.

Configuração de Sistemas de Apoio, acessados pela Intranet

- Registros das demandas direcionadas ao contrato de Impressões Gráficas da SINESP.
- Registro e atendimento de chamados para o setor de Administração Geral, da SINESP.
- Transmissão de streaming de vídeo SINESP TV

Sítio e Intranet SINESP

Em 2017 a área de TI deu continuidade à manutenção do sítio e da Intranet, em atendimento às solicitações da Assessoria de Comunicação desta Secretaria, e de outras áreas desta Pasta para inclusão de novas funcionalidades.

O site foi reformulado, em outubro de 2017, conforme orientações da Secretaria de Comunicação, tendo sido a SINESP uma das primeiras Secretarias a migrar para o novo modelo. Esse pioneirismo fez com que o sítio da SINESP fosse utilizado como referência para outros Órgãos do Governo. Ressalta-se também que, assim como em 2016, esta Secretaria logrou destaque, em 2017, como um dos cinco Órgãos do GDF, a ter atingido os 100% de Transparência - Notícia Transparência Ativa.

Perspectivas para o ano de 2018

Visando atividades para a atualização e melhoria contínua do ambiente tecnológico da SINESP e de acordo com as prioridades estabelecidas pela Equipe de Elaboração do PDTI, as perspectivas da área de TI, desta Pasta, para o próximo exercício seguem divididas por áreas de atuação:

Gestão

- Elaboração do PDTI 2018-2019
- Dados Abertos

I**nfraestrutura**

- Criação de Clusters dos servidores físicos e centralização de máquinas virtuais em espaço compartilhado para alta disponibilidade dos serviços para utilização plena do recurso

XenMotion;•IDS/IPS para monitoramento do tráfego de entrada no ambiente da interface WAN do firewall Externo;
•Ajuste da infraestrutura dos serviços virtualizados prejudicados pela falta de espaço nos discos dos servidores físicos;
•Migração de todo o serviço do InfObras para a nova infraestrutura;
•Ajuste e centralização dos bancos de dados descentralizados para a rede segmentada de Banco de Dados;
•Separação da aplicação e de banco de dados nas redes DMZ, Servidores e Banco de Dados de todos os serviços que utilizam este modelo de estrutura;
•Integração da rede sem fio com recursos e serviços da rede interna para melhoria de mobilidade (Sistemas de Chamados);
•Migração da central telefônica e dos aparelhos telefônicos IP para a VLAN da rede de telefones.

Desenvolvimento

•Desenvolvimento do Mapa de Obras no InfObras, indicando nas obras e intervenções geridas pela Secretaria, suas fases e valores;
•Desenvolvimento de modelos de Contrato, Aditivos e Ordens de Serviço no InfObras, a fim de que sejam emitidos diretamente do Sistema;
•Definição de Processo de Desenvolvimento de Software – PDS;
•Integração entre os Sistemas InfObras e Siggo;
•Georreferenciamento – Importação dos mapas de projetos para o InfObras.

Aquisições

Devido às restrições orçamentárias sofridas no exercício de 2017, a SINESP priorizou ações que não geraram despesas. Porém ainda restou necessário realizar ações que tiveram seus recursos contingenciados ou liberados abaixo do estimado, portanto objetiva-se retomar algumas ações em 2018, quais sejam:
•Renovação do parque de impressoras e digitalização – Processo SEI nº 0110-000256/2016;
• Solução de armazenamento de dados – Processo SEI nº 00110-00003072/2017-81;
• Renovação do parque de ativos;
• Licenças Windows Office;
•Renovação do parque de desktops.

3.3.1 Desenvolvimento - InfObras

Algumas das principais atividades da SINESP, na área de TI, foram as ações de geoprocessamento e do Sistema interinstitucional InfObras. Lista-se a seguir as ações realizadas para este Sistema:
• Treinamentos ocorridos em 15/08/2017 e 06/09/2017;
•Implementação de melhorias diversas nos Módulos do Sistema (manutenções corretiva, adaptativa e evolutiva);
•Consumir dados do Portal da Transparência (iniciada em 01/11/2017);
•Segurança da Informação – Criação de perfis e desabilitação de usuários por inatividade há mais de 250 dias sem acessar o sistema - Conforme Iniciativa Estratégica número 21 da EGTI: "21. Cumprir as diretrizes da Política de Segurança da Informação do DF".
E no tocante ao Geoprocessamento, destacam-se as seguintes iniciativas:
•Criação de serviços de mapas em banco de dados geoespacial para publicação das Obras da SINESP no GeoPortal do DF.
•Conversão e processamento de bases de dados vetoriais de projetos da SINESP em formato CAD para formatos SIG/GIS para acompanhamento de obras e apresentações institucionais.
•Intercâmbio com órgãos do GDF para troca de informações geoespaciais.

•Promoção de palestra e participação em eventos relacionados à tecnologia da Modelagem da Informação da Construção (em inglês, BIM) com vistas à sua futura incorporação nos processos de contratação e execução de obras públicas pela SINESP.
•Difusão do conhecimento geográfico no âmbito da SINESP mediante a capacitação de técnicos em aplicativo computacional de geoprocessamento.

3.3.2 Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!

No ano de 2017 foi editada a Portaria Conjunta nº 14, de 24/03/2017, entre a SINESP e a SEPLAG, por meio da qual foram estabelecidos procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!-GDF, sendo instituído Comitê Setorial de Gestão do SEI-GDF, no âmbito desta Pasta.
A Secretaria envidou esforços para a Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI! e para sua realização a área de TI participou ativamente do Comitê de Implantação do SEI! e com empenho e dedicação conseguiu cumprir todos os prazos constantes na citada Portaria Conjunta, e no mês de outubro de 2017 todos os servidores já haviam sido treinados pela equipe da área de TI, e estavam trabalhando dentro do SEI!. Com isso, houve a implantação de 100% do SEI! nesta Secretaria de Estado.
Algumas ações prévias foram necessárias para atingir tal objetivo, sendo imprescindível que antes de se implantar o Sistema – SEI! fossem realizados ajustes para o seu efetivo funcionamento, quais sejam:
•A realização de seis treinamentos do Sistema, para os servidores desta Pasta, em sala da NOVACAP com mídia para treinamento. E em dezembro a SINESP ofereceu mais dois treinamentos, abertos também aos funcionários da Novacap, uma vez que esta Empresa programa a implantação do Sistema em março 2018.

•Foi necessária a conversão dos documentos em formato OCR, logo foram configura dios dois servidores: um para atender exclusivamente ao Protocolo e outro para as demais unidades da SINESP.

3.4. Planejamento e Projetos de Obras

Na área de Projetos de Obras desta Secretaria foram executadas as atividades relacionadas a seguir:

3.4.1. Projetos Urbanísticos em Geral - Contrato 017/2014 - SINESP

No Contrato nº 017/2014-SINESP, cujo objeto refere-se à elaboração de levantamentos preliminares; levantamento planialtimétrico cadastral; estudos geológicos e geotécnicos; projetos geométricos e terraplenagem; adequação de projetos de urbanismo; projeto de paisagismo; projetos de ciclovias, projetos de pavimentação, projetos de drenagem, projetos de readequação de drenagem, projetos de sinalização, estudos de tráfego e microssimulação dinâmica, projetos executivos de obras de arte especiais e orçamentos no Distrito Federal, foram realizadas as atividades listadas a seguir:

Projetos de Urbanização - Contrato nº 017/2014

Contrato nº	Percentual Executado Acumulado	Informações constantes no Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG do 6º Bimestre de 2017 Continuação de Projetos em Desenvolvimento:
017/2014	95%	1) Acesso ao anexo à Câmara Federal - implantação via SAF Sul e paisagismo da quadra 2.
	80%	2) Projeto executivo para implantação dos acessos viários e estacionamentos públicos do Centro Administrativo do Distrito Federal - CADF.
	80%	3) Elaboração de projeto executivo de requalificação da Avenida Paranoá
	90%	4) Drenagem das Quadras 06, 07, 09, 11, 12 e 13 do Setor de Mansões do Park Way/DF.
	85%	5) Mobilidade - Águas Claras.
	95%	6) Estacionamento e vias do Jardim Botânico
	95%	7) Elaboração e readequação dos projetos de drenagem na QSF e QSE.
	100%	8) Rota de fuga Setor de Inflamáveis.
	80%	9) Projeto de Revitalização Avenidas Samdu e Comercial.
	90%	10) Projeto Executivo de elaboração da Estrada Setor Policial Militar - ESPM.
	-	11) Revitalização urbana do Taguacenter.

Nota 1 – Projetos entregues faltando apenas a Licença Ambiental:
- Acesso ao Anexo à Câmara Federal - implantação via SAF Sul e paisagismo da quadra 2;
- Elaboração e readequação dos projetos de drenagem na QSF e QSE; e
- Projeto Executivo de elaboração da Estrada Setor Policial Militar - ESPM.

Nota 2 – Projetos concluídos à conta do Contrato nº 017/2014:
- Readequação de drenagem da Estrada Parque Indústrias Gráficas-EPIG;
- Projeto de paisagismo da Avenida Hélio Prates - Ceilândia e Taguatinga;
- Projeto Executivo para estacionamento no Lote B Conjunto 02 da Quadra 11 do SCIA/DF;
- Readequação de Drenagem Pluvial e Pavimentação para o denominado Condomínio Porto Rico, em Santa Maria;
- Projeto executivo para ampliação do Hospital da Criança José de Alencar - SAIN/DF;
- Sinalização viária de Ceilândia; e
- Rota de fuga Setor de Inflamáveis.

3.4.2 Elaboração de Projetos

Seguem, abaixo, informações mais detalhadas sobre a execução de alguns Projetos:

SAF Sul

Projeto de construção de estacionamentos, calçadas e acessibilidade no Setor de Autarquias Federal Sul, requalificando os acessos à Câmara dos Deputados e entorno.

•Estudos Preliminares e Topografia: Entregues;
•Estudos Geológicos e Geotécnicos: Entregues;
•Estudo de Tráfego e Microssimulação Dinâmica: Entregues;
•Projeto de Pavimentação: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
•Projeto de Sinalização Viária: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
•Projeto de Drenagem Pluvial: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
•Projeto de Paisagismo: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;

Revitalização da Av. Paranoá

Projeto de revitalização urbana da principal avenida da cidade do Paranoá, prevendo construção de calçadas, acessibilidade, remodelação dos estacionamentos e solução dos problemas de alagamentos decorrentes de águas pluviais por meio da implantação de novo sistema de drenagem, atendendo as atuais condicionantes do Termo de Referência da Novacap vigente, projetada das bocas de lobo até o lançamento.

•Estudos Preliminares e Topografia: Entregues;
•Estudos Geológicos e Geotécnicos: Em elaboração;
•Projeto de Pavimentação: Em elaboração;
•Projeto de Sinalização Viária: Em revisão após análise pelo Detran; • Projeto de Drenagem Pluvial: Entregue;
•Projeto de Paisagismo: Entregue.

Infraestrutura da Av. Marginal à DF 001 próximo ao Condomínio San Diego e Drenagem do Jardim Botânico

Levantamento topográfico do Condomínio Solar de Brasília e elaboração de projeto executivo de readequação dos estacionamentos ao longo da marginal da DF-001, próximo ao Condomínio San Diego, com paisagismo, calçadas e acessibilidade, adequando às necessidades do local, como a implantação de vagas para carga e descarga e pontos para coleta seletiva de lixo.

•Topografia: Entregue;
•Estudo Geométrico: Em revisão;
•Projeto de Pavimentação: Em revisão;
•Projeto de Sinalização Viária: Em análise pelo DER, após aprovação do Detran; • Projeto de Drenagem Pluvial: Em análise pela Novacap;
•Projeto de Paisagismo: Em elaboração;
•Sistema Viário - SIV: Em elaboração.

Drenagem das Quadras 06, 07, 09, 11, 12 e 13 do Setor de Mansões do Park Way/DF

Projeto executivo de rede de drenagem pluvial, incluindo os projetos geológicos e geotécnicos, com a extensão de aproximadamente 18 km, execução de bacias e dissipador com a transposição de talvegue pelo método não destrutivo. Todo projeto em conformidade com o urbanismo do SMPW com traçado inserido em áreas públicas.

•Levantamento Planimétrico e Topografia: Entregues;
•Projeto Geotécnico para Drenagem e Geotecnia para Pavimentação: Entregues;
•Projeto de Drenagem Pluvial: Em análise.

Mobilidade Ativa - Águas Claras

Projeto executivo que engloba a construção de rotas acessíveis e estimular o transporte por bicicletas, por meio da implantação de ciclovias nas Av. Parque Águas Claras, Av. Sibipuruna e Av. Jacarandá, acessibilidade da Av. Jequitibá e a duplicação e construção de rotatória da Av. Manacá.

•Topografia: Entregue;
•Geotecnia: Em elaboração;
•Geométrico: Em análise pela Segeth;
•Pavimentação: Em elaboração;
•Plantas de Paisagismo - PSG: Em análise pela Segeth;
•Sinalização: Em análise pelo Detran;
•Urbanismo: Em análise pela Segeth;
•Drenagem: Em elaboração;
•Cicloviário: Em análise pela Segeth;

Elaboração e Readequação dos Projetos de Drenagem na QSF e QSE

Readequação e projeto de drenagem pluvial na QSE e QSF de Taguatinga, com aproximadamente 20 km de redes e bacias de detenção no Parque Boca da Mata. Trata-se de um projeto em área caracterizada anteriormente como "Sapolândia", devido ao solo encharcado e deficiência de serviços de infraestrutura. O projeto engloba serviços de pavimentação e revitalização de praças públicas na parte central das quadras residenciais.

•Levantamento Planimétrico e Topografia: Entregues;
•Projeto Geotécnico para Drenagem e Geotecnia para Pavimentação: Entregues;
•Projeto Executivo de Pavimentação: Entregue.
•Projeto de Drenagem Pluvial: Entregue.
•Estimativa de Custos encontra-se em análise.
•Pendente o licenciamento ambiental pelo Ibram.

Projeto Executivo para Implantação dos Acessos Viários e Estacionamentos Públicos no Complexo Esportivo Serejão

Projeto executivo para construção de acessos viários, estacionamentos públicos, calçadas, acessibilidade e rede de drenagem para captação de água pluvial das bocas de lobo para rede existente no Complexo Esportivo Serejão.
•Levantamento Planimétrico e Topografia: Entregue;
•Projeto Geotécnico para Drenagem e Geotecnia para Pavimentação: Em análise;
•Projeto Executivo de Pavimentação: Em análise;
•Projeto de Drenagem Pluvial: Entregue;
•Projeto Paisagístico: Entregue.

Rota de Fuga no Setor de Inflamáveis

Este projeto visa atender a necessidade premente da Administração Regional do Setor de Indústrias e Abastecimento – SIA, quanto a uma Rota de Fuga para o caso de ocorrer uma emergência no Setor de Inflamáveis, tendo em vista as ruas adjacentes ao Lote 15 não possuírem saída, o que inviabilizaria ações urgentes a serem realizadas nesta área ou em seus arredores pelo Corpo de Bombeiros Militar - CBMDF, Polícia Militar - PMDF, Polícia Civil – PCDF ou para se prestar atendimento de socorro em veículos com estrutura hospitalar (ambulâncias).
Esta demanda tem sido apresentada a diferentes governos e, no atual, foi tomada a decisão de executar a Rota de Fuga de modo a dar segurança aos usuários e moradores do Setor de Inflamáveis.
Importante destacar que este projeto foi aprovado pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - Segeth e engloba os seguintes produtos: Topografia, Geotecnia, Geométrico/terraplenagem, Pavimentação, Sinalização, Ciclovia e Drenagem.
A via proposta tem 7,00 metros de largura, extensão de 3,7 quilômetros, a ser implantada de forma a dar continuidade, ou seja, evasão às vias existentes, tendo em vista sua localização próxima à linha férrea até se incorporar à via marginal da Estrada Parque de Taguatinga - EPTG, ao lado do conjunto Lúcio Costa.
•Topografia: Entregue;
•Geotecnia: Entregue;
•Geométrico: Entregue;
•Pavimentação: Entregue;
•PSG: Entregue;
•Sinalização: Concluída;
•Drenagem: Aprovada Novacap;
•Ciclovia: Entregue.

Revitalização das Avenidas Samdu e Comercial Sul e Norte

Projeto de sinalização viária das Av. Samdu e Comercial Norte e projeto executivo de revitalização urbana, contendo construção de estacionamentos, calçadas, acessibilidade, ciclovia e nova sinalização viária das Av. Samdu e Comercial Sul.
•Topografia: Entregue;
•Geotecnia: Em revisão;
•Pavimentação: Em elaboração;
•Drenagem: Cancelado;
•Geométrico: Em análise, para aprovação do Sistema Viário - SIV;
•Ciclovia: Em análise, para aprovação do SIV;
•Paisagismo: Em análise, para aprovação do SIV;
•Sinalização: Aprovado pelo Detran e em análise pela Segeth;
•Projeto de Sistema Viário: Em revisão.

Revitalização do Taguacenter

O Projeto Conceitual ainda não foi definido pela Segeth e discutido com a comunidade local. Os produtos entregues até 31/12/2017 serão aproveitados no âmbito do novo contrato a ser licitado, uma vez que o prazo para conclusão do projeto era incompatível com a vigência do Contrato nº 017/2014- Sinesp.
Trata-se da elaboração de projeto executivo de revitalização urbana da região do entorno do Centro Comercial Taguacenter. Projeto paralisado porque o prazo estimado para execução dos serviços superaria em demasia o prazo de vigência do contrato.
•Topografia e Geotecnia: Entregues.

Estrada Setor Policial Militar - ESPM

Projeto executivo de requalificação viária da ESPM para implantação de faixa exclusiva de transporte coletivo (BrT Eixo Oeste), abordando as questões de mobilidade e acessibilidade, prevendo os percursos até o terminal da Asa Sul (TAS).
•Projeto Geométrico e de Terraplenagem: em análise;
•Projeto de Pavimentação: Projeto analisado, a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
•Projeto de Sinalização: Em análise pela Semob, para posterior análise pelo Detran;
•Projeto de Drenagem Pluvial: Em elaboração;
•Projeto de Paisagismo: Em elaboração;
•Projeto de Ciclovia: Em elaboração;
•Projeto SIV: Em elaboração.

Área de Desenvolvimento Econômico – ADE's

Projeto executivo de construção de estacionamentos, calçadas, acessibilidade, pavimentação, ciclovias e sinalização viária da ADE Ceilândia.
•Projeto Geométrico e terraplenagem - Projeto analisado e a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
•Projeto de Pavimentação - Projeto analisado e a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
•Projeto de Ciclovia - Projeto analisado e a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise;
•Projeto de Sinalização - Projeto aprovado pelo Detran, e a respectiva Estimativa de Custos encontra-se em análise.

3.4.3 Projetos Desenvolvidos na SINESP

•Adequação do T-1 do Corredor Oeste (Hélio Prates/Sol Nascente);
•Rótula no Buritizinho;
•Rótula no Setor Terminal Norte;
•Alargamento do viaduto do T-10 do Corredor Oeste (entrada de Taguatinga);
•Trecho 3.2 da EPIG – estacionamentos e vias;
•Encaixe da ESPM projeto nas vias existentes;
•Estacionamento do Hospital Regional da Ceilândia - ordenamentos de vagas e quantitativos;
•Readequação dos pontos de ônibus da EPIG;
•Projeto com acessibilidade e paisagismo do estacionamento do TCDF;
•Levantamento topográfico cadastral do Conjunto 0 do Lago Sul – Projeto Orla;
•Plantas de PSG para o Projeto das Ruas Transversais de Taguatinga;
•Projeto de Estacionamento Público para o Setor N, em Ceilândia;
•Readequação das Pranchas do Projeto de Sinalização do Buritizinho;
•Projeto de Sinalização para a Rotatória da DF-425;
•Análise sobre o Projeto de Calçadas e Acessibilidade no Setor Habitacional Vicente Pires – Lote 04;
•Análise de alternativas de material para sub-base na pavimentação das obras de Vicente Pires;
•Readequação do Projeto de Drenagem do Noroeste;
•Readequação do Projeto de Sinalização do T-1 do Corredor Oeste;
•Projeto de Requalificação das Quadras SCRS 511 e 512 e entorno (W3 e W2);
•Projeto executivo de drenagem da Quadra QNN 18 em Ceilândia;

•Solução conceitual de drenagem para os lançamentos no canal de Santa Maria e bueiro DF-290;
•Projeto executivo de adequação de drenagem em Vicente Pires (Rede 81);
•Plano de manutenção de reservatórios no DF;
•Solução conceitual de drenagem para possíveis compatibilizações entre Ceilândia Oeste e Setor Habitacional Sol Nascente;
•Adequação de disposição de bocas de lobo em função de nova planimetria proposta pela SEGETH nas Avenidas Samdu e Comercial;
•Adequação de projeto executivo de drenagem das Quadras QI e QL 26 e QI 27 do Lago Sul;
•Concepção da drenagem das Quadras 100 ímpares e Subcentro Urbano de Samambaia;
•Adequação do projeto do reservatório de detenção de águas pluviais na região a montante do Iate Clube;
•Projeto executivo do emissário de lançamento da drenagem de parte de Ceilândia oeste e Trecho 1 do Setor Habitacional Sol Nascente;
•Acompanhamento e gestão da parte técnica do projeto Drenar Taguatinga junto à Caixa Econômica Federal;
•Projeto executivo de drenagem de trecho da Cidade Estrutural;
•Elaboração da atualização de preços da Infraestrutura Urbana, compreendendo Sistema Viário (Pavimentação Asfáltica) e Paisagismo para o Setor Habitacional Taquari SHTQ, Trecho 2, Região Administrativa do Lago Norte (RA XVIII);
•Análise técnica da Recomendação Conjunta 001/2017 PROEDUC-PRODEMA/MPDFT - Alteração do Projeto de Execução de obra do Centro de Ensino Fundamental Queima Lençol e Unidade Básica de Saúde, localizados na Fercal – RA XXXI e elaboração de orçamento para aquisição de ecofossas;
•Projetos da sede do Batalhão Lacustre;
•Elaboração de padrão de detalhamento para conjunto de duas bocas de lobo com reservatório e filtro;
•Projetos para o Parque do Tororó;
•Desenvolvimento da bacia de detenção de águas pluviais na L4 Norte – Drenar DF;
•Projeto do alargamento da pista da Av. Hélio Prates com Av. Central de Taguatinga;
•Levantamento e configuração das áreas do edifício Sede da SINESP e do anexo;
•Cadastro da iluminação do edifício sede da SINESP;
•Adequação e atualização de preços do orçamento para ciclovia no Setor Habitacional Água Quente - RA XV - Recanto das Emas.

3.4.4 Termo de Referência para Contratação da Elaboração de Projetos

Para o exercício de 2018 foi elaborado Termo de Referência para a contratação de empresa de arquitetura e/ou engenharia e/ou consultoria ambiental especializada na Elaboração de Estudos Técnicos, Serviços Preliminares, Anteprojetos, Projetos Básicos, Projetos Executivos, Memoriais Descritivos, Planilhas de Quantidades e Orçamentárias, necessários à execução dos serviços e obras demandados a esta Secretaria.
Os serviços a serem contratados dividem-se em 4 (quatro) Lotes:
•Lote 1: Contratação de serviços comuns de engenharia para execução de sondagem (a percussão e mista) e serviços auxiliares de topografia, em diversos locais do Distrito Federal.
•Lote 2: Contratação de empresa de consultoria ambiental para elaboração de Estudos, Projetos, Planos, Relatórios, Pareceres Técnicos e Documentos Similares com a Temática Ambiental e Recursos Hídricos;
•Lote 3: Contratação de empresa de arquitetura e/ou engenharia para a elaboração de Levantamentos Preliminares e Planialtimétrico Cadastral, Estudos Geológicos e Geotécnicos, Projetos de Arquitetura e Complementares de Engenharia para Edificações Típicas do Espaço Urbano, Projetos de Readequação de Acessibilidade, Projetos de Urbanismo, Projetos Geométricos e Terraplenagem, Projeto de Paisagismo, Projetos de Ciclovias, Projetos de Drenagem, Projeto de Pavimentação, Estudos de Tráfego e Microssimulações Viárias, Projeto de Sinalização Viária, Projeto de Obras de Artes Especiais e Orçamentos;
•Lote 4: Contratação de empresa especializada em Recursos Audiovisuais para elaboração de Imagens 3D Fotorrealísticas e Vídeos de Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.

3.4.5 Demandas de Projetos

•Pavimentação da via de ligação da via E.C.E. -1 à via E.C.E. Sul no trecho 03 do Setor de Clubes Esportivos Sul;
•Execução de drenagem pluvial na QD 27, casa 29, Setor Leste do Gama / EQ 16/19, bloco B, casa 5, Setor Oeste do Gama;
•Pavimentação asfáltica da via de ligação entre a NS 2 e a estação de tratamento da Caesb - Planaltina - DF ;
•Projeto de drenagem pluvial na área do Campus da UnB, em Ceilândia e reavaliação do projeto existente de drenagem pluvial em parte da QNN 24, toda QNN 10 e 26; EQNN 08/10 e 24/26 e ade Centro Norte de Ceilândia – DF;
•Execução de drenagem pluvial na QD 405 Conj. 28 Casa 8 - Recanto das Emas – DF;
•Execução de drenagem pluvial e prolongamento da via de acesso até à EPTG;
•Execução de estacionamento e rede de drenagem pluvial na Procuradoria Geral do DF;
•Execução de drenagem pluvial no Condomínio Jardins das Paineiras no Jardim Botânico;
•Execução de estacionamento e rede de drenagem pluvial no Centro Educacional Objetivo Asa Sul;
•Projeto urbanístico para execução de ligação aos fundos do Colégio Galois;
•Execução de drenagem pluvial no bairro Morro Azul em São Sebastião
•Pavimentação asfáltica na Avenida Monjolo;
•Construção de arquibancada, WC(s), vestiários na Quadra 61 em Itapoã – DF;
•Intervenção urbanística de espaços públicos da Cidade Estrutural;
•Drenagem pluvial na QNP 36 Conjunto K, Setor P-sul - Ceilândia/DF;
•Complementação de drenagem pluvial na Quadra 802 do Recanto das Emas;
•Pavimentação asfáltica e assentamento de meios fios na Via que divide o DF com o Valparaíso;
•Urbanização em São Sebastião;
•Construção de alça para acesso ao Batalhão Lacustre - Lago Sul, no local onde ele está instalado atualmente;
•Execução projeto duplicação da via NB-3 rótulas no entroncamento da via NB-2 com Terceira Avenida e pista dupla Núcleo Bandeirante;
•Asfaltamento da Avenida principal do Incra 09 (Rua das Garças) em Ceilândia;
•Execução obra implantação de rotatória no Lago Sul Quadra SHIS QI 19 Conjunto 03 Lago Sul;
•Execução de drenagem pluvial e demolição / recuperação de pavimento na SGAN 908/909 na Via W5 Norte em Brasília;
•Execução de drenagem pluvial em Brasília, SQS 416 - Asa Sul;
•Urbanização das praças das Quadras 202 e 304, na Região Administrativa de São Sebastião;
•Execução de drenagem pluvial na QNP 18 Conjunto "P" da Região Administrativa da Ceilândia;
•Execução de drenagem pluvial na QNP 34 do Setor Sul da Ceilândia;
•Parques infantis na região administrativa SCIA Estrutural;
•Execução de recapeamento asfáltico nas vias do complexo da Base Aérea de Brasília – DF;
•Drenagem de águas pluviais na QND 40 em Taguatinga Norte;
•Execução de drenagem pluvial na Avenida Monjolo, em frente ao projeto Cidade dos Meninos no Recanto das Emas;
•Construção de quadras esportivas em Santa Maria;
•Construção de parque infantil no Guará;
•Projeto de ligação da via adjacente à Casa do Candango e criação de estacionamentos;
•Instalação de PEC's, parques infantis, quadras poliesportivas, calçamento e acessibilidade de praças;
•Execução de estacionamento na Via ao lado do Condomínio Ilhas do Lago - SHTN - Vila Planalto – DF;
•Execução de drenagem pluvial na QS 11 via paralela aos conjuntos H, K e R no Areal – DF;
•Asfaltamento de vias de acesso ao Núcleo Rural Colombo Cerqueira;
•Projeto de pavimentação e drenagem na QNM 34, Conjunto H-2 e I-2, Área Especial 1 a 3 e 7 a 10 em Taguatinga;
•Execução de drenagem pluvial na QL 24 no Lago Sul;
•Pavimentação asfáltica, drenagem e meios fios na CNR de Ceilândia;
•Construção de estacionamento na Quadra SQN 211;

•Pista de ligação SCEN e SMIN;• Implantação de estacionamento e serviços gerais na Área CRLUS;
•Drenagem pluvial no SAPS Trecho 01 Área Especial G - SIA – DF;
•Acessibilidade - demandas da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Segeth.
Houve também demandas por projetos decorrentes de objetos genéricos ou específicos constantes de Emendas provenientes do OGU.
•Elaboração de projeto padrão para quadras de esporte com grama sintética.
•Elaboração e adequação de projetos e orçamentos de PECs nas seguintes localidades: Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Quadra 40 E 47 do Setor Leste do Gama e revisão na quadra 40, EQNP 12-16 e na QNO 18-19 da Ceilândia, Quadra 01 do Paranoá Parque no Paranoá e na Quadra QN 12B do Riacho Fundo.
•Adequação de projeto às normas de acessibilidade, locação e elaboração de orçamento para três baterias de sanitários no Jardim Zoológico.
•Readequação do Projeto de Pista de Cooper da Vila Planalto.
•Análise das informações necessárias para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIV, necessário para implantação do Túnel Rodoviário na Avenida Central de Taguatinga.

3.4.6 Participação em Comissões e Grupos de Trabalho

•Grupo de Trabalho de Vicente Pires;
•Grupo Especial para definir parâmetro urbanístico - Taxa de Permeabilidade conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo;
•Grupo de Trabalho Executivo - GTE Habita Brasília;
•Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal – CCPPTM/DF;
•Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal – CONDETUR/DF;
•Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV:
- Termo de Referência para o EIV Túnel de Taguatinga;
- Parecer Técnico dos Termos de Compromissos no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos (SGCV), no Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS) Trecho 01, bem como na Av. Central e nas Áreas Especiais do Guará II (RA-X);
- Termo de Referência para o EIV à Avenida Pau Brasil, Lote nº 2, Águas Claras;

•Grupo de Trabalho – GTE para regularização de Áreas de Interesses Específicos - ARINEs;
•Grupo de trabalho para elaboração de Estudo Global de Acessibilidade;
•Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta n.º 39 de 19 de outubro de 2016 entre SINESP e NOVACAP que tem como objetivo elencar alternativas técnicas e econômicas para o material de sub-base das obras de Vicente Pires;
•Grupo de Trabalho SINESP-NOVACAP para elaboração do BDI;
•Grupo de trabalho para implantação de um plano de ação resultado do Estudo Global de Acessibilidade;
•Comissão Permanente de Planejamento Local em todas as RA's compondo a parcela de profissionais representando o Poder Público junto a todas as Administrações Regionais.

3.4.7 Análises e Apoio Técnico para Obras de Infraestrutura Contratadas pela Caixa – PAC II

•Vicente Pires.
•Porto Rico.
•Bernardo Sayão.
•Buritizinho.

3.4.8 Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste

•Acompanhamento e envio de projetos ao Agente Financeiro – CAIXA, no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades;

•Apresentação do projeto "Corredor Oeste" para diversos segmentos do GDF.

3.4.9 Parque da Península Sul

•Projetos de trilhas, plataformas de madeira, paisagismo, cercamento da poligonal do parque e iluminação prontos para a QL 12 e QL 10;

•Projetos executivos de bueiros no Parque e Anfiteatro Asa Delta no Lago Sul;
•Projeto da prainha norte pronto em fase de obras;
•Projeto de Sinalização do Deck Sul;
•Projeto executivo do dissipador do Deck Sul;
•Obras do Deck Sul concluídas;
• Obras da QL 12 concluídas, faltando apenas a conclusão das plataformas de madeira e a segunda parte de implantação da iluminação;
•Projeto Executivo de dissipador da Concha Acústica;
•Projetos da Concha Acústica em desenvolvimento.

3.5 Convênios

3.5.1 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e NOVACAP

3.5.1.1 Cooperação Técnica entre a SINESP e NOVACAP

No exercício anterior foi autuado o Processo nº 110.000.160/2016 para fins de celebração de novo convênio de cooperação técnica entre a SINESP e a NOVACAP. Em 2017 prosseguiu-se com a iniciativa, submetendo os referidos autos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF que se manifestou favoravelmente e recomendou ajustes na minuta do convênio, analisada pela Assessoria Jurídico-Legislativa desta SINESP, e no final do exercício a minuta do Termo de Cooperação Técnica, revisada, foi então enviada à NOVACAP para aprovação em Diretoria Colegiada. Aguarda-se que em 2018 a Secretaria e a NOVACAP operem nos termos deste novo instrumento.

3.5.2. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e TERRACAP

Como no ano anterior esta SINESP não firmou convênio de repasse de recursos diretamente com a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP. Em relação a convênios firmados em exercícios anteriores, houve apenas a regularização contábil do Convênio nº 001/2015, relativo à devolução de saldo remanescente. Quanto ao Convênio nº 280/2008-Sinesp/Terracap (Novacap interveniente), celebrado para custear a Construção da Torre de TV Digital, não houve nova decisão, proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF que permitisse a esta Pasta reavaliar as retenções referentes ao Contrato nº 097/2009-SO, uma vez que a Decisão nº 6349/2014 - TCDF, manteve glosa determinada na Decisão nº 1171/2011 - TCDF até ulterior manifestação daquela Corte de Contas.
A SINESP continuou atuando como interveniente na gestão administrativa de diversos convênios junto à TERRACAP, empreendendo ações desde a captação de recursos até a execução dos termos. Segue abaixo a lista dos convênios em que a SINESP exerceu participação administrativa em 2017:

CONVÊNIOS TERRACAP COM INTERVENIÊNCIA DA SINESP

OBJETO	VALOR TOTAL	VALOR DESEMBOLSADO EM 2017	VIGÊNCIA
Convênio 72/2011 – 1 - Serviços especializados de recuperação/reforço estrutural da Torre de TV[R$ 9.200.000,00]. 2 - Execução de serviços de engenharia de modernização em 03 Elevadores na Torre de TV (Manutenção) [R$ 36.000,00]. 3 - Fornecimento e instalação de 04 escadas rolantes na Torre de TV (Manutenção)[R$ 171.000,00]. 4 - Fornecimento e instalação de 02 elevadores elétricos da feira de artes na Torre de TV (Manutenção) [R$ 30.000,00]. 5 - Execução de serviços de inspeção, monitoramento, análise e retroanálise da Ponte JK [R$ 432.000,00].	19.422.837,76	0,00	08/06/2017 Encerrado
Convênio 73/2011 – 1 - Execução de Calçadas próximo ao centro comercial no Cruzeiro [R$ 34.911,21]. 2 - Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia no DF [R$ 54.330,42]. 3 - Reforço complementar de proteção contra erosão na Av. Elmo Serejo [R$ 3.700.182,53].	36.782,458,95	0,00	31/07/2017 Encerrado
Convênio 132/2011 – Implantação do Parque Burle Marx.	32.824.914,55	0,00	Em prorrogação para 31/12/2018
Convênio 38/2015 – Reforma do Centro de Dança de Brasília; Local: SCN Quadra 01 Via N-2 - Setor Cultural Norte – Plano Piloto de Brasília.	3.276.973,34	1.185.745,31	31/07/2018

Convênio 41/2015 – Concha Acústica (Paisagismo) - movimentação de terra, plantio de grama, árvores, palmeiras, arbustos, irrigação e escavação de poço artesiano, construção de uma fonte e iluminação publica.	9.622.085,38	0,00	31/07/2019
Convênio 42/2015 – Construção de calçadão de madeira às margens do Lago Paranoá; Local: Asa Sul, Avenida das Nações na L4-Sul, no Plano Piloto de Brasília.	12.218.411,58	3.319.360,89	29/12/2017
Convênio 43/2015 – Revitalização do Espaço Cultural Renato Russo; Local: W3 Sul, Quadra 508 – Plano Piloto de Brasília.	5.671.514,57	326.878,59	Em prorrogação para 19/10/2018
Convênio 48/2015 – Execução de reservatórios, casa de máquinas, lagoas, pontes e complemento de ciclovias, calçadas, paisagismo e equipamentos urbanos no Jardim de Burle Marx, localizado entre a Torre de TV e a Rodoviária do Plano Piloto de Brasília.	5.624.040,71	147.868,13	31/07/2018
Convênio 61/2015 – Execução de calçadas com acessibilidade, paisagismo, equipamentos urbanos, baias de ônibus e iluminação no Eixo Monumental do Plano Piloto de Brasília.	21.150.653,96	1.334.908,33	Em prorrogação para 16/12/2019
Convênio 30/2016 – Execução de drenagem pluvial no Centro Urbano de Samambaia, Quadra 101(SESC) à 109 em Samambaia.	2.993.490,77	794.638,46	21/10/2017
Convênio 32/2016 – Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Centro Urbano de Samambaia, Quadras 101, 102, 301 e 302, em Samambaia.	8.993.148,13	881.374,48	30/06/2018
Convênio 89/2016 – Manutenção de área verde - (Poda e Roçagem).	30.000.000,11	0,00	16/06/2017 Encerrado
Convênio 90/2016 – Execução de Pavimentação Asfáltica, Meio-Fio, Drenagem Pluvial e Obras de Arte Especiais - Vicente Pires.	31.721.176,50	0,00	22/12/2019
Convênio 58/2017 - Execução das obras/serviços de drenagem pluvial, pavimentação, urbanização e paisagismo no Setor Habitacional Taquari, Etapa I, Trecho II - Lago Norte - Brasília-DF.	96.630.905,48	0,00	31/12/2018
Convênio 65/2017 – Construção de 4 (quatro) praças nas Quadras na SQNW 311, SQNW 309, SQNW 108 e na área entre as Quadras SQNW 110 e 109 no Setor de Habitações Coletivas Noroeste, Brasília-DF.	3.314.180,90	0,00	31/08/2018
Convênio 71/2017 – Execução de projetos de pavimentação, drenagem pluvial e PCA/PRAD nas Quadras 100 ímpares e subcentro de Samambaia.	565.315,83	0,00	22/06/2018
Convênio 76/2017 – Execução dos serviços de fornecimento, plantio e manutenção de grama tipo esmeralda no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - Brasília-DF.	2.980.843,36	0,00	12/04/2019
TOTAL	**325.530.040,02**	**7.990.774,19**	

(Valores em R$)

O quadro a seguir lista propostas de convênios protocoladas junto à TERRACAP que até o encerramento do exercício de 2017, ainda não resultaram em convênios firmados:

OBJETO	VALOR TOTAL
Execução de obras de drenagem pluvial, pavimentação intertravadas, meios fios e pavimentação asfáltica, no Setor Habitacional Coletivo do Noroeste, do Plano Piloto de Brasília.	17.602.949,78
Elaboração de projetos (edificações), prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura na elaboração de projetos, orçamentos, cronogramas de obras e serviços de laudos técnicos em diversos locais do Distrito Federal.	3.500.000,00
Execução de demolição, aproveitamento e assentamento de meios-fios em diversos locais do Distrito Federal; dividido em 12 (doze) lotes.	12.206.052,15
Calçadas no Distrito Federal (Noroeste).	20.000.000,00
Expansão do Guará - QE 48, no Guará.	11.848.098,14
Reforço e revitalização da ponte JK.	20.000.000,00
Reforço e revitalização da ponte Honestino Guimarães (antiga Costa e Silva).	16.000.000,00
Autódromo.	15.443.898,70
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Asa Sul, Setor de Embaixadas Sul do Plano Piloto de Brasília.	5.404.031,08
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Ceilândia (QNP 28 Área Especial Usina P. Sul).	4.979.565,05
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos – Cortrap (SCIA Quadra 09 Conjunto 01 Lote 02).	6.007.156,36
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Coopativa (SIA Trecho 17 Lote 1660/1700).	6.473.018,87
Execução de obra de revitalização do Balneário Veredinha, localizado na Quadra 19, Área Especial, Setor Tradicional - Brazlândia/DF.	9.499.451,46
Piscinão do Lago Norte "Praia Norte".	10.136.805,89
Fornecimento de materiais e execução de boxes modulares na Feira da Estrutural, no Setor Central-Área Especial 04 – RA XXV – SCIA/DF.	851.243,98
TOTAL	**159.952.271,46**

(Valores em R$)

3.6 Contratos de Financiamento e de Repasse, e Convênios com a União

A SINESP continuou as tratativas junto à União, aos agentes financeiros e diversos órgãos da Administração do Governo do Distrito Federal, através de gestões, para iniciar, continuar e/ou concluir os Contratos de Financiamento, de Repasse e dos Convênios, no âmbito dos Programas PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, Pró-Moradia I, Pró-Moradia II, Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Brasília Sustentável II, Contratos de Financiamento de obras junto ao Banco do Brasil, Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União e Convênios junto à Sudeco.

3.6.1. Evolução dos Contratos de Financiamento e de Repasse

3.6.1.1 PAC - 2 Mobilidade Grandes Cidades

Os instrumentos firmados com a União relativos a este Programa, sob a gestão da SINESP, compreendem o Contrato de Financiamento nº 0396.249-04/13 e o Termo de Compromisso nº 0402.091-01/2013, que tem por objeto a Implantação do Corredor Oeste de Transporte Público coletivo em faixas exclusivas: EPIG, Plano Piloto e Hélio Prates – Taguatinga. E, da mesma forma que no exercício anterior, esta Secretaria envidou esforços para viabilizar as obras de implantação do Corredor de Transporte Eixo Oeste.

As intervenções previstas envolvem recursos da ordem de R$ 725,6 milhões, a serem aplicados na ligação Ceilândia-Taguatinga-Plano Piloto. Deste total:

•Em 2013 foi contratada operação de crédito, junto à CAIXA, no valor de cerca de R$ 544,6 milhões, sendo R$ 517,4 milhões de financiamento e R$ 27,2 milhões de contrapartida do GDF, consistindo do Contrato de Financiamento nº 0396.249-04/13;

•Em 05/06/2014 foi firmado o Termo de Compromisso nº 0402.091-01/2013, no valor total de aproximadamente R$ 181 milhões, sendo R$ 148,5 milhões do OGU e R$ 32,5 milhões de contrapartida do GDF, que apresentou os seguintes ajustes:

1 – Em 29/06/2015 - Valor reduzido para o total de aproximadamente R$ 164,6 milhões, devido alterações nos projetos e nos respectivos orçamentos (R$ 135,1 milhões do OGU e R$ 29,5 milhões de contrapartida do GDF),

2 – Em 10/06/2016 - Valor reduzido novamente para o total de aproximadamente R$ 149,2 milhões, devido alterações nos projetos e nos respectivos orçamentos (R$ 135,1 milhões do OGU e R$ 14,1 milhões de contrapartida do GDF),

3 – Em 31/05/2017 - Foi assinado Aditivo, alterando o prazo de execução do Termo de Compromisso para 30/06/2020,

4 – Em 20/07/2017 – Devido a diretrizes do Ministério das Cidades, foi celebrado novo Aditivo de Valor, cujos efeitos retorna a contrapartida ao valor original da seleção, qual seja, R$ 32.499.606,20 e reduz o repasse para R$ 116.571.341,88.

Como já exposto nas considerações quanto ao desempenho do indicador vinculado ao Programa Temático 6216, as execuções previstas para a implantação do Corredor Eixo Oeste (Expresso Oeste) envolvem a gestão de diversos Órgãos do GDF, tais como, SEMOB, SEGETH, METRÔ, DER, DETRAN, o que ocasionou necessidades de adequações que impactam em atrasos na finalização dos projetos e estimativas de custos.

Segue abaixo o Quadro que demonstra as obras a serem custeadas por recursos do Contrato de Financiamento e do Termo de Compromisso, bem como as respectivas atividades realizadas no ano de 2017 e seus resultados.

CONTRATO DE FINANCIAME	Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUSem Dez/2017	Execução Financeira 2017
		CAIXA	GDF			
	a. Implantação de Túnel Rodoviário sob a Avenida Central de Taguatinga.	189.939.072,46	9.996.793,29	Tratativas junto ao Judiciário	Contrato paralisado pelo TJDF e TCDF	0%

	b. Revitalização da Avenida Samdu e da Avenida Comercial de Taguatinga.	174.003.168,74	9.200.158,44	Atualizações de projetos	Em fase de atualizações de projetos	0%
	b.1 Calçadas de ligação entre a Avenida Samdu e a Avenida Comercial de Taguatinga.	15.996.831,26	799.841,56	Certames lançados, porém suspensos por Decisões do TCDF	Em fase de Licitação	0%
	c. Via de ligação entre a Avenida Hélio Prates e a Avenida Principal do Setor Habitacional Sol Nascente.	4.694.980,15	234.949,01	Acompanhamento da Obra	Em andamento 4ª Medição	35%
	d. Revitalização da Estrada Setor Policial Militar - ESPM - ligação da via EPIG ao Terminal da Asa Sul (TAS).	79.274.390,88	4.172.336,36	Entrega de Projetos e Orçamento para Revisão	Em fase final de atualizações de projetos – Previsão de Licitação no 1º Trimestre de 2018	0%
	e. Ajustes viários com a complementação de obras na Estrada Parque de Taguatinga (EPTG) - Alargamento do viaduto da EPCT.	4.581.486,07	241.130,85	Obra Contratada e iniciada	Em andamento	6%
	TOTAL FINANCIAMENTO	**468.489.929,56**	**24.645.209,51**	**% Total da Execução Financeira**		**0,45%**

(Valores em R$)

Continuação do QUADRO

	Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATU Sem dez/2017	Execução Financeira 2017
		CAIXA	GDF			
TERMO DE COMPROMISSO – OGU nº. 0402.091-01/2013	a. Revitalização da Avenida Hélio Prates (Ceilândia/Taguatinga).	39.073.516,68	4.066.939,79	Atualização de projetos	Em fase de atualização de projetos	0%
	b. Revitalização da Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG (Plano Piloto) – 1ª e 3ª ETAPAS.	79.923.707,07	8.318.803,42	Atualização de projetos	Em fase de atualização de projetos	0%
	c. Revitalização da Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG (Plano Piloto)- 2ª ETAPA - VIADUTO SOBRE A EPIG.	16.020.498,68	1.667.482,45	Projetos e Orçamentos finalizados e aprovados na CAIXA	O Ministério das Cidades alegou falta de recursos do OGU e com isso o GDF ficou impossibilitado de realizar o licitatório	0%
	TOTAL OGU	**135.017.722,43**	**14.053.225,66**	**% Total da Execução Financeira**		**0%**

(Valores em R$)

3.6.1.2 PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas

Os empreendimentos contemplados no Programa PAC - 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas referem-se à implantação de Infraestrutura nos Setores Habitacionais de Vicente Pires (Contrato de Financiamento nº. 0399.836-22/14); Buritis (Buritizinho), em Sobradinho II (Contrato de Financiamento nº. 0399.834-03/14), Porto Rico, em Santa Maria (Contrato de Financiamento nº. 0399.819-14/14 Porto Rico) e Bernardo Sayão (Contrato de Financiamento nº. 0399.840-83/14).

Em 2017 a SINESP deu continuidade as ações necessárias para a realização das respectivas operações de crédito contratadas para custear obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, nas localidades em referência. A situação de cada financiamento encontra-se detalhada abaixo.

Em seguimento à forma adotada para o acompanhamento dos citados ajustes, procedeu-se à realização de reuniões técnicas semanais de pontos de controle e gestão, ocasiões em que são tratadas questões para permitir o devido andamento das obras, com a presença de diversos Órgãos governamentais, tais como – Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, Companhia Energética de Brasília - CEB, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, Escritório de Projetos (Gabinete do Governador), Defesa Civil e Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Também foram realizadas reuniões técnicas ordinárias semanais, entre os profissionais envolvidos nas obras e a equipe do agente financeiro – Caixa Econômica Federal - CAIXA, com o objetivo de prestar esclarecimentos necessários para evitar a ocorrência de valores retidos em medições submetidas àquela instituição financeira e minimizar o tempo de desembolso.

Há dificuldades operacionais, abaixo elencadas, para execução dos objetivos pactuados nesses financiamentos, o que tem impedido que os desembolsos, por parte do agente financiador, ocorram conforme os cronogramas inicialmente pactuados:

•Pela dinâmica urbana das regiões das intervenções, que levam os projetos originais a sofrerem alterações significativas;

•Por questões de situação fundiária indefinida;

• Pelo fato dos empreendimentos localizarem-se em áreas ambientalmente sensíveis que requerem o atendimento integral da legislação urbanística e das condicionantes ambientais (licenças ambientais, outorgas de lançamentos de águas pluviais, supressões vegetais e recuperação de áreas degradadas), em consonância e aderência às normas vigentes;

•Óbice de acesso de equipes a áreas de chácaras para realização de levantamentos topográficos e batimétricos;

•Dificuldade intrínseca na execução de grandes obras de infraestrutura urbana em áreas consolidadas, com a constatação de interferências (rede de água, esgoto, elétrica e de telecomunicações, habitações em áreas de construção) que repercutem na sequência construtiva, com impacto nos cronogramas inicialmente planejados para as intervenções de implantação de drenagem pluvial e pavimentação.

Apesar de persistirem alguns destes entraves, de forma geral os resultados do ano de 2017 são considerados satisfatórios.

3.6.1.2.1 Setor Habitacional Vicente Pires - Contrato de Financiamento nº 0399.836-22/14

O contrato de financiamento para as obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais no Setor Habitacional Vicente Pires, tem sua situação financeira refletida no Quadro a seguir:

Quadro – VICENTE PIRES - Contrato de Financiamento nº 0399.836-22/14

Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS	Execução Financeira	Execução Financeira
	CAIXA	GDF		em dez/2017	2016	2017
a. Lote 01	47.149.984,66	10.074.200,77	Continuidade da obra	Em andamento 13ª Medição	14%	1%
b. Lote 02	28.066.682,00	5.996.807,66	Continuidade da obra	Em andamento 1ª Medição	2%	1%
c. Lote 03	26.160.212,00	5.589.465,82	Continuidade da obra	Em andamento 9ª Medição	11%	28%
d. Lote 04	37.819.398,91	8.080.601,09	Continuidade da obra	Em andamento 9ª Medição	0%	7%
e. Lote 05	49.945.890,60	10.671.582,04	Continuidade da obra	Em andamento 6ª Medição	0%	10%

f. Lote 06	28.010.533,88	5.984.810,89	Continuidade da obra	Em andamento 18ª Medição	14%	9%
g. Lote 07	36.918.493,49	7.888.111,06	Continuidade da obra	Em andamento 15ª Medição	14%	1%
h. Lote 08	20.446.294,63	4.368.613,87	Aguarda Contratação	Em consulta junto a Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF houve orientação no sentido de devolução do processo licitatório à Novacap para revisão de procedimentos.	0%	0%
i. Lote 09	38.410.203,49	8.206.834,09	Continuidade da obra	Em andamento 3ª Medição	0%	5%
j. Lote 10	52.092.545,74	11.130.242,52	Continuidade da obra	Em andamento 4ª Medição	0%	6%
k. Lote 11	32.941.124,39	7.038.294,99	Continuidade da obra	Em andamento 1ª Medição	2%	1%
TOTAL	**397.961.363,79**	**85.029.564,80**	**% Total da Execução Financeira**		**3%**	**8%**

(valores em R$

Observa-se que em 2017 este contrato de financiamento obteve um desembolso financeiro de aproximadamente 8%, que representa em torno de R$ 29,5 milhões, portanto, com evolução superior à obtida no exercício anterior.

3.6.1.2.2 Setor Habitacional Buritis - Contrato de Financiamento nº 0399.834-03/14

Este contrato destina-se a custear as obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis (Buritizinho) - Sobradinho II. O Quadro abaixo apresenta a situação financeira dessa operação de crédito.

Quadro - Buritizinho

	Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS em dez/2017	Execução Financeira 2016	Execução Financeira 2017
		CAIXA	GDF				
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0399.834-03/14- Buritizinho	a. Lote 01	2.436.843,36	1.510.648,89	Continuidade da obra	Em andamento 8º Medição	54%	21%
	b. Lote 02	2.987.083,45	1.851.753,93	Continuidade da obra	Em andamento 12ª Medição	88%	1%
	c. Lote 03	3.707.626,95	2.298.433,54	Continuidade da obra	Em andamento 7ª Medição	46%	51%
	d. Lote 04	2.643.120,47	1.638.524,28	Continuidade da obra	Em andamento 7º Medição	71%	21%
	e. Lote 05	3.249.941,63	2.014.705,08	Continuidade da obra	Em andamento 9ª Medição	18%	74%
	f. Lote 06	1.650.793,89	1.023.360,79	Continuidade da obra	Em andamento 5º Medição	0%	86%
	g. Lote 07	2.705.959,62	1.677.479,55	Continuidade da obra	Em andamento 5º Medição	0%	87%
	TOTAL	**19.381.369,37**	**12.014.906,06**	**% Total da Execução Financeira**		**42%**	**46%**

(Valores em R$)

O desembolso financeiro realizado à conta desse financiamento foi de aproximadamente 46%, que equivale a R$ 16,3 milhões. Ressalte-se que este contrato apresenta 88% de execução, com previsão de entrega de obras no 1º trimestre de 2018.

3.6.1.2.3 Setor Habitacional Porto Rico - Contrato de Financiamento nº 0399.819-14/14

O Quadro seguinte apresenta a situação financeira da operação de crédito relativa às obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial do Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria:

Quadro – Porto Rico

CONTRA	**Lotes**	**Valor Disponibilizado**		**STATUS**	**Execução Financeira**	**Execução Financeira**

		CAIXA	GDF	Atividades Realizadas em 2017	em dez/2017	2016	2017
	a. Lote 01	4.205.241,79	221.328,52	Continuidade da Obra	Em andamento 5ª Medição	35%	41%
	b. Lote 02	5.992.389,62	315.388,93	Continuidade da Obra	Em andamento 8ª Medição	21%	53%
	c. Lote 03	2.570.075,79	135.267,15	Lote referente ao Terreno que não tem projetos de água, esgoto, energia e habitação	Aguarda projetos	0%	0%
	d. Lote 04	5.327.044,07	280.370,74	Continuidade da Obra	Em andamento 5ª Medição	16%	13%
	e. Lote 05	6.414.061,08	337.582,16	Continuidade da Obra	Em andamento 5ª Medição	15%	46%
	f. Lote 06	3.137.542,72	165.133,83	Continuidade da Obra	Em andamento 4ª Medição	3%	56%
	TOTAL	**27.646.355,08**	**1.455.071,32**	**% Total da Execução Financeira**		**17%**	**37%**

(Valores em R$)

Verifica-se que o empreendimento obteve desembolso financeiro de aproximadamente 37% em 2017 equivalente a R$ 11,5 milhões, o que demonstra evolução superior ao ano de 2016.

3.6.1.2.4 Setor Habitacional Bernardo Sayão - Contrato de Financiamento nº 0399.840-83/14 -

O contrato de financiamento referente às obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial do Setor Habitacional Bernardo Sayão, tem a situação financeira refletida no Quadro abaixo:

QUADRO – Bernardo Sayão - Contrato de Financiamento nº 0399.840-83/14

Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS	Execução Financeira	Execução Financeira
	CAIXA	GDF		em dez/2017	2016	2017
a. Lote 01	7.176.158,60	3.244.378,37	Em licitação	Houve interposição de ação judicial por licitante, e o certame aguarda Decisão.	0%	0%
b. Lote 02	5.368.472,70	2.427.114,24	Em contratação	Em contratação	0%	0%
c. Lote 03	9.241.942,47	4.178.329,93	Contratação e início de Obra	Em andamento 2ª Medição	0%	2%
d. Lote 04	8.121.280,10	3.671.672,68	Intervenção paralisada, por questões administrativas/jurídicas do Contrato	Em andamento 2ª Medição	1%	0%
e. Lote 05	8.834.356,15	3.994.058,05	Em licitação	Em consulta junto a PGDF houve orientação no sentido de devolução do processo licitatório à Novacap para revisão de procedimentos.	0%	0%
TOTAL	**38.742.210,01**	**17.515.553,28**	**% Total da Execução Financeira**		**0,16%**	**0,5%**

(Valores em R$)

As contratações vinculadas a esse financiamento apresentaram entraves técnicos e judiciais, que ocasionaram atrasos e paralisações, além de que há certames ainda não finalizados, o que impactou no reduzido avanço financeiro de aproximadamente 0,5% em 2017, equivalente a apenas R$ 235 mil.

3.6.1.3 Pró-Moradia I

Sobre o Programa Pró-Moradia I, que objetiva a execução de obras de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e pavimentação asfáltica, além da implantação de equipamentos públicos comunitários e da execução de Trabalho Técnico Social – TTS, em diversas localidades do DF, cujos recursos são oriundos do FGTS, sendo a Caixa Econômica Federal o Agente Financeiro, cabe registrar que este programa foi assinado em 2006, executado em anos anteriores a 2015 e, devido a dificuldades de finalização das metas das obras, ainda restaram itens em aberto e sem comprovação de funcionalidade perante o órgão financiador – CAIXA.

Contudo, durante o ano de 2017 desenvolveram-se trabalhos em conjunto com a equipe da CAIXA, tendo resultado no reconhecimento da efetiva entrega de diversas intervenções previstas no contrato, consideradas, até então, itens pendentes, sendo as respectivas execuções dadas como satisfatórias.

Quadro – Itens comprovados em 2017

Detalhamento dos Itens	Região	Valor Contratado	Valor Desembolsado até 2016	Saldo
Drenagem / Pavimentação	QS 11 e Av. Águas claras e Riacho Fundo II QS 01 a 10, 12, 14, 16 e 18	23.117.573,00	22.458.932,00	658.641,00
Drenagem / Pavimentação	Vila São José	8.700.619,00	8.596.054,00	104.565,00
Quadras de Esportes	Recanto das Emas - QD 311	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 407	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 603	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 803	55.246,00	40.821,00	14.425,00
Quadras de Esportes	Santa Maria - QR 122	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Santa Maria - EQ 213/313	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 208/308	55.246,00	40.821,00	14.425,00

(Valores em R$)

Ainda assim há metas que carecem de solução e comprovação de suas funcionalidades, constantes do Quadro a seguir:

Quadro – Itens em aberto

Detalhamento dos Itens	Região	Valor Contratado	ValorDesembolsado até 2016	Saldo
Quadras de Esportes	Praça QN 12 D - Riacho Fundo II	55.246,00	-	55.246,00
	Praça QN 15 C - Riacho Fundo II	55.246,00	-	55.246,00
Quadras de Esportes	Vila São José	54.639,00	41.312,00	13.327,00
	Setor Veredas	54.186,00	-	54.186,00
Drenagem / Pavimentação	Ceilândia - QNP, QNQ e QNR	24.781.652,00	23.386.529,00	1.395.123,00
CCMA - Múltiplas Atividades	Ceilândia QNP	312.378,00	-	312.378,00
	Ceilândia EQNP	284.719,00	-	284.719,00
Quadras de Esportes	Ceilândia QNN 14	54.122,00	-	54.122,00
	Ceilândia QNN 16	54.122,00	-	54.122,00
Drenagem / Pavimentação	Arapoanga - Planaltina	17.463.556,00	16.476.472,00	987.084,00
	Itapoã - Planaltina	67.137.151,00	65.401.163,00	1.735.988,00

	Mestre D'armas - Planaltina	22.214.430,00	18.932.576,00	3.281.854,00
Quadras de Esportes	Mestre D'armas - Planaltina	54.186,00	-	54.186,00
Drenagem / Pavimentação	Vila Vicentina - Planaltina	6.826.426,00	5.306.532,00	1.516.894,00
Creches	Recanto das Emas - QD 302	315.034,00	-	315.034,00
	Recanto das Emas - QD 311	315.034,00	-	315.034,00
CCI - Idoso	Samambaia	353.823,00	-	353.823,00
Quadras de Esportes	Samambaia QR 309	66.543,00	-	66.543,00
	Samambaia QN 515	66.543,00	-	66.543,00
CCMA - Múltiplas Atividades	Santa Maria - QR 216/316	278.310,00	-	278.310,00

(Valores em R$)

Como já exposto no exercício anterior, para a solução dos itens atualmente considerados pendentes a Sinesp poderá solicitar cancelamento relativo a intervenções de construções de equipamentos públicos e retomar/concluir intervenções de implantação de infraestrutura. Assim, deu-se continuidade às reuniões em conjunto com a equipe da Novacap, para definições futuras, sendo necessária a conclusão de estudos visando soluções técnicas e respectivas estimativas de custos para as obras de complementação de drenagem e de pavimentação. Posteriormente a estes trabalhos será possível avaliar a utilização que deverá ser dada aos saldos remanescentes, o que efetivamente irá fundamentar a tomada de decisão.

3.6.1.4 Pró-Moradia II

O Programa PRÓ-MORADIA II é financiado a partir de recursos do FGTS, sendo a CAIXA o Agente Financeiro e cujo objetivo é a implantação de drenagem pluvial, pavimentação, unidades habitacionais e a execução de Trabalho Técnico Social - TTS nos Setores Habitacionais Arapoanga e Mestre D'Armas, em Planaltina - DF, além do Sol Nascente, na Ceilândia - DF seguem as atividades e desembolsos ocorridos em 2017 por contrato.

3.6.1.4.1 Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia - Contrato de Financiamento nº 0262.225-34/2009

O Quadro seguinte demonstra os dados desta operação de crédito e das metas que integram este financiamento.

QUADRO – SOL NASCENTE

Metas	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2017	STATUS	Execução Financeira	Execução Financeira
	CAIXA	GDF		em dez/2017	2016	2017
a. Trecho 01	35.739.065,42	23.119.166,29	Continuidade da obra	Em andamento 20ª Medição	31%	40%
b. Trecho 02	65.828.540,25	29.935.960,63	Continuidade da obra	Em andamento 17ª Medição	15%	15%
c. Trecho 03	40.013.776,61	25.983.933,82	Obra iniciada em Julho de 2017	Em andamento	0%	4%
d. Construção de Unidades Habitacionais	62.927.505,16	9.491.397,75	A execução desta meta é de responsabilidade da Codhab	Em andamento Total previsto de 161 Unidades Habitacionais	0%	2%
e. Trabalho Técnico Social	4.451.982,65	21.000,00	A execução desta meta é de responsabilidade da Codhab	Em execução. Existe certame lançado para ações de maior porte programadas	0,10%	0%
TOTAL	**208.960.870,10**	**88.551.458,49**	**297.512.328,59**		**10%**	**14%**

(valores em R$)

Em relação às atividades realizadas em 2017, que objetivaram a continuidades das obras de infraestrutura previstas a serem custeadas por recursos deste contrato de financiamento e que contaram com a participação desta SINESP, destacam-se:

- Reuniões semanais de ponto de controle e gestão, nas quais foram tratadas questões para permitir o devido andamento das obras, com a presença de diversos órgãos governamentais, tais como: TERRACAP, CODHAB, IBRAM, CAESB, CEB, NOVACAP, Escritório de Projetos (Gabinete do Governador), Defesa Civil e AGEFIS;
- Realização de reuniões do Escritório Técnico Especial - ETE Sol Nascente, criado pelo decreto n. 37.659 de 26/09/2016, o que institui o Comitê Técnico e do Comitê Gestor, para análise e aprovações de projetos necessários à execução de obras de infraestrutura do setor. No ano de 2017 foram realizadas 06 (seis) reuniões do ETE Sol Nascente que proporcionaram uma maior celeridade no andamento das obras; e,
- Reuniões técnicas entre os profissionais de engenharia envolvidos nas obras e a equipe de engenharia do agente financeiro – CAIXA, também com o objetivo de se diminuir as retenções de medições e diminuir o tempo de desembolso.

Com isso, levando-se em consideração que a região do Sol Nascente, em Ceilândia, apresenta as mesmas dificuldades operacionais citadas no PAC 2 Qualificação de Vias, tais como, dinâmica urbana da região de intervenção, questão fundiária, dificuldade intrínseca na execução da implantação de infraestrutura em região ocupada, área ambientalmente sensível, necessidade de alterações significativas dos projetos originais, pode-se dizer que os resultados obtidos no ano de 2017 foram satisfatórios, pois, a partir dos dados apresentados anteriormente, verifica-se que o Programa obteve um desembolso financeiro de aproximadamente 14% em 2017, o que em termos de valores representa algo em torno de R$ 41,4 milhões. Cabe mencionar também que ao se comparar os anos de 2016 e 2017 houve avanço financeiro na evolução do empreendimento.

Face à conclusão de análise de reprogramação das metas junto ao agente financeiro, ocorrida no final do exercício, há perspectiva para 2018 de um cenário, ainda melhor do que nos anos anteriores.

3.6.1.4.2 Mestre D'Armas, em Planaltina - Contrato de Financiamento nº 262.232-26/2009

No exercício de 2017, foram realizadas várias reuniões entre a CAIXA e o GDF (SINESP, NOVACAP, SEPLAG, Casa Civil, CODHAB, SEGETH e IBRAM) com a finalidade de concluir as obras e serviços previstos no respectivo Contrato de Financiamento e Repasse.

Apesar dos esforços da SINESP junto à NOVACAP e à CAIXA, ainda existem serviços de drenagem e pavimentação no Mestre D'Armas que não foram realizados no âmbito dos respectivos contratos de obras, cujas vigências se encontram expiradas. Também existem pendências, junto à CAIXA, em relação aos serviços executados.

Quanto aos serviços não executados, a documentação pendente é relativa à apresentação, pela NOVACAP, dos projetos devidamente adequados, acompanhados de estimativas de custos, memória de cálculo, Curva ABC e Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, com vistas à análise e aprovação da CAIXA para em seguida serem licitados e contratados, de forma a dar funcionalidade ao sistema, cumprindo assim o objeto do Programa.

Apesar de a NOVACAP ter enviado ao conhecimento desta SINESP, em 2016, o processo de nº 110.000.399/2013, em que consta o projeto e os orçamentos de drenagem e de pavimentação, de parte da área ainda não finalizada, este processo foi retornado para o Setor técnico da NOVACAP para as devidas atualizações e juntada de documentos ausentes. Contudo, em 2017, a CODHAB, por meio do Ofício nº 100.002.366/2017 – PRESI/CODHAB/DF, informou a SINESP, Casa Civil e SEPLAG, que a região de Mestre D'armas não é regularizada e que pertence a um particular. Esta informação ocasionou a paralisação dos levantamentos de projetos de obras até que seja resolvido juridicamente – PGDF, se o setor é passível de obras realizadas pelo Governo do DF, ou, se a CODHAB deverá verificar primeiro a situação fundiária do local, mesmo que esta já tenha informado que a região é uma ARIS.

Por conseguinte, a CODHAB, por meio do processo físico nº 392.004.481/2017, realizou consulta a PGDF, objetivando os esclarecimentos necessários em relação à regularização fundiária. Até o presente momento, não foi obtido pronunciamento por parte da PGDF, que se acredita ocorrer no início de 2018.
Com relação às 433 Unidades Habitacionais em Mestre D'Armas, a construção das mesmas não foi viabilizada, tendo em vista a dificuldade da CODHAB em identificar áreas disponíveis. Em 2017, por meio de reunião entre a CODHAB, CAIXA e Ministério das Cidades, a CODHAB informou a SINESP, que solicitará a devida exclusão dessa meta e que isso já está acordado junto aos gestores do programa. A SINESP irá realizar no início de 2018 o pleito para exclusão dessas metas.
Pelas razões acima expostas, não houve desembolso em 2017, o Contrato permaneceu com o percentual acumulado de 57,21% de execução.

3.6.1.4.3 Arapoanga, em Planaltina - Contrato de Financiamento nº 262.250-51/2009

As obras de drenagem e pavimentação previstas no Contrato de Financiamento e Repasse do Arapoanga foram concluídas em 2012, e atestadas em 2013 pela CAIXA.

Com relação às 461 Unidades Habitacionais em Arapoanga, a construção das mesmas não foi viabilizada, tendo em vista a dificuldade da CODHAB em identificar áreas disponíveis. Em 2017, por meio de reunião entre a CODHAB, CAIXA e Ministério das Cidades, a CODHAB informou a SINESP, que solicitará a devida exclusão dessa meta e que isso já esta acordado junto aos gestores do programa. A SINESP irá realizar no início de 2018 o pleito para exclusão dessas metas.

Tal como ocorrido no exercício anterior não houve desembolso em 2017, tendo o Contrato permanecido com percentual acumulado de 52,21% de execução. A previsão é que esse Contrato de Financiamento seja encerrado no 2º trimestre de 2018.

3.6.1.5 Emendas Parlamentares Federais - Contratos de Repasse (Orçamento Geral da União OGU)

Igualmente aos exercícios anteriores esta SINESP atuou na implementação de ações prévias necessárias à efetivação de contratos de repasses e de convênios e na gestão desses instrumentos, cujos recursos financeiros são provenientes de Emendas Parlamentares Federais ao Orçamento Geral da União - OGU. Após análises, aprovações e emissão de empenhos por parte dos Gestores dos Programas, são assinados contratos de repasse com a Caixa ou celebrados convênios diretamente com os Gestores.

Houve assim o devido acesso ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para inserção e registro de informações e anexação de documentação comprobatória da utilização dos recursos liberados, referentes aos objetos já pactuados e para inserção de Planos de Trabalho propostos para celebração de novos contratos de repasse.

No Quadro abaixo seguem os quantitativos captados por esta SINESP nos anos de 2015, 2016 e 2017:

QUADRO – Emendas OGU – Captação

ANO	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR TOTAL
2015	06	8.096.716.67
2016	09	6.557.551,53
2017	14	15.649.185,53

(Valores em R$

O Quadro seguinte apresenta a situação dos Contratos de Repasse ou Propostas, relativas a esse importante grupo de recursos que possuem características não onerosas:

QUADRO – Contratos de Repasse – OGU

Nº DO CONTRATO DE REPASSE OU PROPOSTA	OBJETO	STATUS E ANDAMENTOEM 2017	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO	SALDO CONTRATUAL	AVANÇO FINANCEIRO
240.595-56/2007	Meta 01 - Modernização do Estádio Bezerrão - em fase de conclusãoMeta 02 - Construção de Ginásio Poliesportivo no Gama - em fase de aprovação de projetos	Meta 01 - Em fase de aprovação da prestação de contas Meta 02 – Certame suspenso pelo TCDF	11.000.000,00	3.572.051,31	7.427.948,69	32,5%
765.046/2011 Proc.:371.496 -27/2011	Implantação da Praça da Juventude em Itapoã (Rescisão Unilateral)	Obra Paralisada	2.191.057,35	984.595,30	1.673.849,32	45%
781.047/2012	Implantação da Praça da Juventude em Ceilândia/DF(Rescisão Unilateral e convocada a 2ª, após estudo de vantajosidade)	Obra Paralisada	3.278.751,82	157.942,54	3.278.751,82	5%
800.513/2013	Implantação de pavimentação (calçadas) nas Quadras 2, 4, 6, 8, 10 e 12 - Setor Sul do Gama(projeto em elaboração pela Adm. Reg. Gama)	Projetos e Orçamentos submetidos à CAIXA em 2017. Aguarda autorização para início do certame	2.422.513,27	0,00	2.422.513,27	0%
800.395/2013	Implantação e Modernização de Infraestrutura esportiva - Implantação de Praça esportiva e de lazer no Polo de Modas – Guará/DF(projeto em elaboração na Sinesp)	Em fase de ajustes de projetos para apresentação à CAIXA	507.812,50	0,00	507.812,50	0%
803.975/2014	Melhorias nas calçadas na Asa Sul – Brasília/DF.	Em andamento	1.279.725,20	484.174,06	795.551,14	38%
806.265/2014	Implantação e modernização de infraestrutura esportiva na Vila Planalto/DF - Pista de caminhada(projeto concluído, documentação técnica enviada para análise da Caixa)	Em andamento	285.584,48	6.913,91	278.670,57	2%
804.476/2014	Construção da Feira Permanente na Cidade Estrutural (projeto concluído e em análise na Caixa)	Em andamento	3.036.080,84	2.497.640,15	583.440,69	82%

Nº DO CONTRATODE REPASSE OU PROPOSTA	OBJETO	STATUS E ANDAMENTO EM 2017	VALORCONTRATADO	VALOR PAGO	SALDO CONTRATUAL	AVANÇO FINANCEIRO
826.148/2015	Implantação de campo de futebol em grama sintética no DF	Documentação da licitação em análise na CAIXA para autorização de início de obra	1.101.102,00	0,00	1.101.102,00	0%
823.052/2015	Pavimentação asfáltica no Distrito Federal	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	542.410,00	0,00	542.410,00	0%

823.049/2015	Pavimentação asfáltica no Distrito Federal	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	759.990,00	0,00	759.990,00	0%
824.789/2015	Implantação de Parque Urbano em Ceilândia	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	2.745.666,67	0,00	2.745.666,67	0%
825.609/2015	Pavimentação asfáltica em Ceilândia	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	1.483.584,00	0,00	1.483.584,00	0%
824.929/2015	Revitalização do Balneário Veredinha, em Brazlândia	Contrato cancelado. Obra em execução pela Novacap	1.463.964,00	0,00	1.463.964,00	0%
831.614/2016	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	541.612,50	0,00	541.612,50	0%
831.489/2016	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	1.083.225,00	0,00	1.083.225,00	0%
831.636/2016	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	971.443,20	0,00	971.443,20	0%
831.643/2016	Implantação de Pontos de Encontros Comunitários - PEC´S	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	344.661,25	0,00	344.661,25	0%
832.522/2016	Construção de Banheiros Públicos no Jardim Zoológico de Brasília	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	379.919,08	0,00	379.919,08	0%
828.947/2016	Reforma da Feira Central de Santa Maria	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	248.308,50	0,00	248.308,50	0%
830.719/2016	Drenagem e pavimentação em Ceilândia	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	842.822,37	0,00	842.822,37	0%
834.501/2016	Drenagem e pavimentação na Região Administrativa de Ceilândia	Documentação da cláusula suspensiva em análise na CAIXA	1.148.089,63	0,00	1.148.089,63	0%
837.783/2016	Pavimentação Asfáltica no Distrito Federal	Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos	997.470,00	0,00	997.470,00	0%
700.852/2008SUDECO	Execução de Pavimentação Asfáltica e Meios Fios em Arapoanga – Planaltina(obra concluída)	Prestação de contas final em análise na Sudeco	3.375.880,10	3.263.631,30	112.248,80	97%

Nº DO CONTRATODE REPASSE OU PROPOSTA	OBJETO	STATUS E ANDAMENTO EM 2017	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO	SALDO CONTRATUAL	AVANÇO FINANCEIRO
701.460/2008 SUDECO	Execução de Pavimentação Asfáltica, Meios Fios e Drenagem Pluvial em Arapoanga – Planaltina(obra concluída)	Prestação de contas final em análise na Sudeco	6.911.674,18	3.673.384,35 (não inclusos pagamentos antecipados pelo GDF)	3.238.289,83	53%
Termo de Compromissonº 0425.938-20/2014 /ME/CAIXA-PAC 2	Implantação do Centro de Iniciação ao Esporte em Sobradinho II	Em fase de assinatura do contrato de obra para envio de documentação à CAIXA	4.482.642,69	0,00	4.482.642,69	0%
Termo de Compromisso nº 0425.922-40/2014 /ME/CAIXA-PAC 2	Implantação do Centro de Iniciação ao Esporte em Santa Maria	Em fase de assinatura do contrato de obra para envio de documentação à CAIXA	4.458.742,93	0,00	4.458.742,93	0%

28474/2017	Implantação de PEC's no DF	Emenda cadastrada e aprovada no SICONV, aguardando o envio do contrato pela CAIXA.	567.791,59	0,00	567.791,59	0%
28254/2017	Pavimentação Asfáltica no DF	Emenda cadastrada e aprovada no SICONV, aguardando o envio do contrato pela CAIXA.	597.920,00	0,00	597.920,00	0%
843.686/2017	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	1.121.396,40	0,00	1.121.396,40	0%
843.688/2017	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	878.573,57	0,00	878.573,57	0%
843.692/2017	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	878.573,57	0,00	878.573,57	0%
844.092/2017	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	878.573,57	0,00	878.573,57	0%
846.042/2017	Implementação de Infraestrutura Urbana em Águas Claras através de obras de Drenagem Pluvial, Pavimentação, Acessibilidade e Calçadas.	Emenda cadastrada, aprovada e contratada em 2017. Em fase de elaboração de projetos e de Estimativa de Custos para envio à CAIXA.	988.588,59	0,00	988.588,59	0%
30224/2017	Construção da Feira do Produtor do Jardim Botânico	Emenda cadastrada e aprovada no SICONV, Em fase de assinatura do contrato.	988.588,59	0,00	988.588,59	0%

(Valores em R$)

Diante dos dados dispostos nos quadros, verifica-se que a SINESP tem responsabilidade perante 24 (vinte e quatro) Contratos de Repasse provenientes de Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União, no montante aproximado de R$ 38 milhões. Dentre os fatores que impossibilitam a plena utilização destes recursos, destaca-se a ausência de projetos de engenharia desenvolvidos, relativos aos objetos das emendas, o que tem dificultado o avanço da execução dos contratos de repasse e dos convênios, além de problemas fundiários e/ou ambientais relacionados à localização das áreas indicadas pelos Parlamentares para implantação das intervenções.

Quanto aos Contratos de Repasses já firmados, em conjunto com as equipes técnicas da NOVACAP, prosseguiu-se nas ações necessárias a fim de cumprir etapas pendentes e dar início à execução dos objetos pactuados.

3.6.1.6 Contratos de Financiamentos Junto ao Banco do Brasil - BB 01 e 02

3.6.1.6.1 Contrato de Financiamento nº 20/00007-3- "BB 01"

O Contrato de financiamento em questão foi assinado pelo Governo do Distrito Federal, junto ao Banco do Brasil em 29/01/2015, com o objetivo de financiar diversas obras de urbanização e saneamento no Distrito Federal, em um valor total de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), tais recursos ficaram sob a gerência da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, a partir das demandas dos órgãos executores, dentre os quais, a SINESP.

Em 2017 houve a continuidade das ações de gestão desta operação de crédito firmada em 2015, entre o GDF e o Banco do Brasil no que tange aos auxílios administrativos na interlocução junto a SEPLAG e a instituição financiadora.

Este financiamento teve seus desembolsos programados em duas Tranches, sendo a primeira finalizada em junho/2016 e a segunda, ainda em utilização, tendo em vista o seu início ter ocorrido em fevereiro/2016.

O Quadro a seguir demonstra, portanto, a distribuição dos recursos disponibilizados na segunda Tranche, para utilização por esta SINESP. Salienta-se que o valor disponibilizado já se apresenta com impacto dos ajustes característicos desta operação, que possibilitam adequação e/ou aperfeiçoamento da distribuição entre os Órgãos que possuem participação no referido empréstimo. Essa dinâmica se fez necessária devido à previsão de encerramento de desembolsos no final do exercício.

QUADRO – "BB 01" – Segunda Tranche

CONTRATO	VALOR DISPONIBILIZADO	VALOR DESEMBOLSADO	% DESEMBOLSADO / DISPONIBILIZADO
20/00007-3 GDF x BB	3.039.220,64	2.694.020,44 **COMPONENTES FINANCIADOS** Recursos destinados à continuidade da contratação: • R$ 1.445.425,93 - Elaboração de Projetos de Urbanização- DF (CT17/2014-Sinesp) Recursos destinados à quitação de Passivos, referentes às obras de: • R$ 141.034,62 - Elaboração de Projetos de Urbanização- DF (CT17/2014-Sinesp) • R$ 657.559,89 - Construção de Pista de Caminhada no Parque da Cidade (CT 18/2014). • R$ 450.000,00 - Pavimentação Asfáltica, Passeios e Ciclovias no SCIA (CT 01/2015).	88,64%

(Valores em R$) Posição em 31/12/2017

3.6.1.6.2 Contrato de Financiamento nº 20/000010-3 - "BB 02"

Conforme era previsto no exercício anterior esta SINESP teve seu Orçamento incrementado por recursos provenientes da operação de crédito firmada em 29/12/2016, entre o GDF e o Banco do Brasil, com o objetivo de financiar diversas obras de urbanização, mobilidade e saneamento no Distrito Federal, em um valor total de R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Como na operação de crédito anteriormente citada do Banco do Brasil "BB 01", coube à SEPLAG a gerência desses recursos, a partir das demandas dos órgãos executores, dentre os quais, esta Secretaria, o que requereu ações de administração da Carteira da SINESP, relativa aos respectivos recursos financeiros desembolsados e a apresentação de Prestações de Contas devidas pela sua utilização.

Os desembolsos dessa operação foram programados em três Etapas anuais, a ocorrerem no período compreendido entre 2017 – 2019, da seguinte forma: em 2017 (R$ 300.000.000,00

– trezentos milhões de reais); em 2018 (R$ 200.000.000,00 - duzentos milhões de reais) e 2019 (R$ 100.000.000,00 – cem milhões de reais).
O Quadro seguinte ilustra o desempenho da SINESP quanto à utilização dos recursos provenientes do contrato de empréstimo, em tela, durante o primeiro ano. Igualmente a operação de crédito nº 20/00007-3, este financiamento também possui mecanismo de ajustes para adequação e/ou aperfeiçoamento da distribuição entre os demais Órgãos participantes. O resultado constante do quadro reflete os ajustes ocorridos.

QUADRO – BB 02

CONTRATO	VALOR DISPONIBILIZADO	VALOR DESEMBOLSADO	% DESEMBOLSADO / DISPONIBILIZADO
20/000010-3 GDF x BB	70.313.289,97	68.938.751,76 COMPONENTES FINANCIADOS • R$ 36.970.282,93 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Sol Nascente - Contrapartidas ao Financiamento CAIXA: R$ 27.995.538,38 - Reajustamentos: R$ 7.031.904,56 - Quitação de Passivos: R$ 1.942.839,99 • R$ 17.529.522,99 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Vicente Pires - Contrapartidas ao Financiamento CAIXA: R$ 16.772.338,84 - Reajustamentos: R$ 662.995,36 - Quitação de Passivos: R$ 94.188,79 • R$ 8.594.344,26 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Buritizinho - Contrapartidas ao Financiamento CAIXA: R$ 8.450.642,14 - Reajustamentos: R$ 143.702,12 • R$ 4.956.142,00 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Porto Rico - Contrapartidas ao Financiamento CAIXA: R$ 4.873.133,58 - Reajustamentos: R$ 83.008,42 • R$ 204.576,94 (Contrapartida ao Financiamento CAIXA) - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão • R$ 683.882,64 (Contrapartida ao Financiamento CAIXA) - Alargamento do Viaduto da EPTG (CT.: 01/2017)	98,05%

(Valores em R$ - Posição em 31/12/2017)

Importante ressaltar que a SEPLAG realiza a gestão desse financiamento mediante coordenação geral exercida pela Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP/SEPLAG. De outro modo, a unidade específica da SINESP procede à condução da Carteira, conferida a esta Pasta, submetendo ao Órgão Central a situação dos empreendimentos contemplados, revisada periodicamente, o que contribui para a celeridade de utilização dos recursos, conforme indica o percentual de 98,05%.

3.7 Brasília Sustentável II

No decorrer do ano de 2017, esta Secretaria, por meio de sua Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos - AGEP/SINESP acompanhou e realizou gestões visando a preparação e contratação do Programa Brasília Sustentável II, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor total de US$ 150 milhões. Este Programa tem como objetivo assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, através da gestão dos resíduos sólidos urbanos e da melhora nas condições socioambientais e econômica da população do Condomínio Pôr do Sol, em Ceilândia.

As ações previstas no Programa estão agrupadas em componentes que se desdobram em atividades diversas, em consonância com os objetivos a serem alcançados. O Programa está estruturado em três componentes, conforme descritos a seguir:

Componente I – Fortalecimento Institucional:

Financiará ações de melhoria da gestão, procedimentos e processos operacionais das seguintes entidades participantes do Programa: SINESP, NOVACAP, SLU, SEMA, IBRAM e SEDESTMIDH, no valor total de US$ 8.000.000,00 com participação integral do BID, tais como:

(i) Fortalecimento Institucional da SINESP - Melhoria do Parque Tecnológico, automatização de processos;

(ii) Fortalecimento Institucional da NOVACAP - Melhoria do Parque Tecnológico e automatização de processos das áreas técnicas de urbanização;

(iii) Fortalecimento Institucional do SLU – Desenvolvimento de ações de apoio à gestão de resíduos sólidos e automatização de processos;

(iv) Fortalecimento Institucional da SEMA - Fortalecimento do sistema de informação e licenciamento ambiental com sua disponibilização;

(v) Fortalecimento Institucional do IBRAM – Melhora dos processos de outorga de licenças ambientais relacionadas com o saneamento ambiental;

(vi) Fortalecimento Institucional da SEDESTMIDH - Aquisição de Computadores.

Componente II – Gestão de Resíduos Sólidos e Inclusão Social:

Financiará ações de melhoria do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos do Distrito Federal e de inclusão social de apoio aos catadores, com valor total a ser investido de US$ 70.118.000,00, com a participação do BID no valor de US$ 43.306.000,00, contemplando as seguintes ações:

(i) Inclusão social e produtiva de recicladores de forma articulada com Programas do GDF;

(ii) Projeto e reforma e recuperação da Usina de Compostagem do PSul/Ceilândia;

(iii) Ações de controle de poluição depois do fechamento, incluindo obras de drenagem, tratamento de gases e lixiviado, implantação de muros de contenção e cercado da área;

(iv) Obras de urbanização da área do novo aterro sanitário;

(v) Projeto e reforma de duas usinas de compostagem (Asa Sul e Ceilândia);

(vi) Construção e reforma de centros de triagem de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Resíduos;

(vii) Projetos de engenharia e construção de áreas de transbordo e triagem de resíduos sólidos;

(viii) Programas de capacitação para os recicladores incluídos no Plano de Inserção Social dos Catadores do Distrito Federal;

(ix) Contratação de uma empresa para apoiar o SLU na gestão de resíduos sólidos;

(x) Execução do programa de educação ambiental da coleta seletiva.

Componente III – Readequação Urbana:

Financiará obras de urbanização e saneamento básico no Condomínio Pôr do Sol, em Ceilândia, além de realocação de famílias situadas em áreas impróprias, quer seja pela presença de lixo ou por instabilidade geológica, com valor total de US$ 61.927.000,00, cuja participação do BID está prevista no valor de US$ 37.194.000,00. As ações a serem implementadas são:

(i) Construção de rede de água e esgoto;

(ii) Implantação de estruturas de macro e micro drenagem;

(iii) Pavimentação de Vias;

(iv) Sinalização e Acessibilidade;

(v) Reassentamento e/ou remanejamento de famílias;

(vi) Construção de unidades habitacionais;

(vii) Implantação de equipamentos comunitários;

(viii) Execução de um programa de educação ambiental;
(ix) Estudos com vistas às possíveis ações de recuperação ambiental.
Em 2017 foi elaborado o planejamento estratégico para assinatura e execução do Programa, com a obtenção da Não-Objeção pelo BID de diversos documentos necessários à prévia assinatura. A SINESP publicou a Portaria Nº 74, de 1º de agosto de 2017, que detalhou as atribuições, a estrutura e o arcabouço organizacional da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, normatizando o disposto no artigo 5º, § 5º, do Decreto nº 36.598, de 09 de julho de 2015, que institui o Programa no âmbito da Pasta. Ainda em 2017, foi publicado em jornais de grande circulação, o Aviso Geral de Aquisições do Programa, documento aprovado pelo BID, imprescindível para o início da execução e dos procedimentos licitatórios, conforme os termos das Normas Gerais do Banco.
Ademais, estão em andamento, com participação efetiva da SINESP, a revisão e a atualização dos projetos e orçamentos do Setor Habitacional Pôr do Sol visando sua plena regularização fundiária e urbanística, bem como toda a coordenação em conjunto com demais Órgãos participantes do Programa.
Em relação à captação do recurso externo, após Parecer Técnico favorável da Secretaria de Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda - STN/MF, o pedido de Verificação de Limites e Condições, tratado no processo nº 17944.001122/2015-51, deverá ser encaminhado para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda - PGFN/MF para emissão de parecer favorável à concessão do aval da União Federal. Ato contínuo; o pedido deverá ser encaminhado ao Ministro da Fazenda para elaboração de Mensagem e posterior envio à Presidência da República que deverá encaminhar ao Senado para tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos. Após relatório e votação, a Mensagem será encaminhada para o Plenário sendo transformada em Resolução do Senado Federal que autoriza o aval da União Federal para a contratação da operação de crédito externo, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.
Vale ainda destacar que o principal obstáculo para a concretização da assinatura do contrato foi o inadimplemento por parte do DF do pagamento dos precatórios judiciais referente ao ano 2017. A quitação do referido débito pela Secretaria de Fazenda ocorreu somente em dezembro de 2017. O pagamento dos precatórios é condição essencial para a concessão do aval da União, passo necessário à assinatura. Neste cenário, está em tramitação avançada no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda Constitucional nº 16/2016 que institui um novo regime especial de pagamento de precatórios, o que facilitará a quitação dos referidos débitos pelo DF. Portanto, nesse panorama positivo das contas públicas, a expectativa é que o contrato seja iniciado no ano de 2018.

3.7.1 Considerações

Esta Secretaria participa dos trabalhos do Sistema de Acordo de Resultados que se baseia em uma lista de comprometimentos que o Titular da Pasta assina com o intuito de gerar um trabalho focado em resultados diretos e objetivos. O monitoramento do Acordo é exercido, no âmbito desta Secretaria, por servidor vinculado à Assessoria de Gestão da Estratégia e Projetos – AGEP/SINESP, o qual atua como ponto focal frente à equipe da SEPLAG para prestar informações das entregas de responsabilidade da Pasta, abastecendo o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF – Gestão DF.
Importante observar que, no exercício de 2017, a Pasta obteve uma melhora considerável no percentual de desembolso das obras custeadas por financiamentos e repasses em comparação com o mesmo período de 2016, as quais tiveram avanços e ganharam rendimento ao longo do ano. Cabe destacar ainda que no exercício 2017 houve um aumento significativo das captações das Emendas Parlamentares Federais, que demandaram maior atenção e trabalho da equipe técnica. Essas emendas, que depois de inseridas no sistema Siconv e liberadas pelo agente financeiro - CAIXA, se tornam Contrato de Repasses, os quais precisam da mesma complexidade de execução de um contrato de financiamento e de obra.
Também, no campo das captações, importante ratificar o intenso trabalho deta SINESP no sentido de finalizar as aprovações do Programa Brasília Sustentável II, cujo valor está na

ordem de U$ 150 milhões de Dólares Americanos , o qual encontra-se em fase final de apresentações de documentos por parte do GDF para aprovações no âmbito do Governo Federal.

3.8 Programa PROCIDADES -DF

O Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PROCIDADES-DF), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, conforme contrato de empréstimo firmado entre o Governo do Distrito Federal em 10 de setembro de 2014, tem por objetivo geral promover o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, mediante melhorias no ambiente de negócios e promoção de investimentos, além da melhoria da infraestrutura urbana e do fomento do desenvolvimento empresarial em Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs).

O PROCIDADES terá aporte total de recursos da ordem de US$ 71.430.000,00, sendo US$ 50.000.000,00 do BID e USS 21.430.000,00 do GDF, a serem aplicados nos Componentes I - Desenvolvimento Institucional Estratégico, Componente II - Programa de Atração de Investimentos, Componente III - Desenvolvimento Empresarial e Componente IV - Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs, durante a execução do Programa, num período de cinco anos.

Serão contempladas pelo Programa (Componente IV) as Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADEs: Centro-Norte, Materiais de Construção e Setor de Indústrias em Ceilândia; a Área de Múltiplas Atividades do Gama e o Polo JK em Santa Maria.

O PROCIDADES-DF busca promover a consolidação e estimular a ocupação dessas áreas. A promoção das atividades econômicas previstas está diretamente relacionada com a dotação de uma infraestrutura urbana funcional, assim como, com uma adequação do desenho e dotação de serviços urbanos, de acordo com a sua vocação econômica, e que permita a sua plena operação e funcionalidade. Estas ações, por sua vez, deverão repercutir no arcabouço legal urbano atual requerendo, em muitos casos, a sua atualização.

O PROCIDADES é conduzido pela Unidade de Gerenciamento do PROCIDADES - DF (UGP) subordinada à Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia - SEDICT, por uma Unidade de Gerência Setorial (UGS) alocada na SINESP, e por quatro Unidades de Gerência Local (UGL), alocadas nos Órgãos e empresas coexecutoras do Programa, subordinadas à UGS/SINESP.

O Órgão e as empresas coexecutoras são a Secretaria de Gestão Territorial e Habitação - SEGETH, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB e a Companhia Energética de Brasília - CEB. Atuam, ainda, de forma indispensável à execução do programa a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e o Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.

As ações da UGS/SINESP, juntamente com as unidades de gerência local, se destinam ao apoio à execução das obras previstas no Componente IV do Programa PROCIDADES - DF descritas abaixo:

1. ADE Setor de Indústrias da Ceilândia.
- Complementação de execução da pavimentação asfáltica;
- Complementação de execução de rede de drenagem de águas pluviais;
- Complementação da urbanização e mobilidade urbana;
- Implantação de lagoas de amortecimento.

2. ADE Setor de Materiais de Construção da Ceilândia.
- Complementação da urbanização e mobilidade urbana.

3. ADE Polo JK, em Santa Maria.
- Complementação da rede de drenagem da 1ª e 2ª etapas;
- Implantação de lagoas de amortecimento;
- Execução de rede de interligação e lançamento final;
- Complementação de pavimentação, urbanização e mobilidade urbana;

- Implantação de linha de transmissão;
- Implantação de subestação com fornecimento de transformadores;
- Obras de compensação e recuperação ambiental.

4. ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama.

- Complementação da rede elétrica e iluminação pública;
- Complementação da infraestrutura de sistema de esgoto;
- Complementação da infraestrutura de drenagem e pavimentação asfáltica.

A execução das obras previstas no Componente IV do Programa PROCIDADES - DF, elencadas acima, encontra-se com os seguintes andamentos:

item	Componente IV	Situação
1	ADE Setor de Indústrias da Ceilândia (Obras de pavimentação asfáltica, rede de drenagem e urbanização e mobilidade urbana)	Em fase de preparação de Edital para lançamento da Licitação no início de 2018.
2	ADE do Setor de Materiais de Construção, em Ceilândia (obras de complementação da urbanização e mobilidade urbana)	
3	ADE do Polo JK, em Santa Maria (Obras de complementação da drenagem da 1ª e 2ª etapas, com a implantação de lagoas de amortecimento e de rede de interligação e lançamento final)	Aguarda ulterior decisão do TCDF, tendo em vista os efeitos da Decisão nº 5903/2017, que determinou a suspensão do certame (Edital de Licitação Pública Nacional (LPN) n.º 01/2017-SEDES/DF). Há previsão de publicação do Edital, no início de 2018.
	ADE do Polo JK, em Santa Maria (Implantação de linha de transmissão e Implantação de subestação com fornecimento de transformadores)	• Implantação: Já existe um processo de manifestação de interesse em andamento. • Subestação e Transformadores: Aguarda ulterior decisão do TCDF, tendo em vista os efeitos da Decisão nº 5412/2017. A Sedict e a CEB estão realizando as devidas correções nos descritivos técnicos, projetos, orçamentos e Edital, os quais serão licitados em um único certame.
4	ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama (Complementação da rede elétrica e iluminação pública)	Em preparação de elementos técnicos para contratação dos serviços pela TERRACAP.
	ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama (Complementação da infraestrutura de sistema de esgoto)	Processo na PGDF para análise de Minuta de Edital.
	ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama (obras de complementação da rede de drenagem e pavimentação asfáltica)	Aguarda liberação do projeto executivo pela UGP/PROCIDADES

Durante o ano de 2017 a Gestão e apoio da UGS/SINESP, nas obras previstas no Componente IV do Programa PROCIDADES, foram as seguintes:

•Elaboração, revisão e aprovação dos projetos de Drenagem, Pavimentação, Geométrico, Sinalização e Mobilidade Urbana, assim como dos orçamentos das obras das ADEs Setor de Indústrias e Materiais de Construção da Ceilândia;

•Elaboração, revisão e aprovação dos projetos de Drenagem e orçamentos das obras da ADE Polo JK;

•Preparação do edital e seus anexos (LPN - Licitação Pública Nacional) para as obras contempladas nas ADEs Setor de Indústrias, Materiais de Construção e Polo JK.

•Atualização do Projeto Executivo, Orçamento e Especificações Técnicas para as obras de complementação da rede de drenagem e pavimentação asfáltica da ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama (em andamento);

•Elaboração do Projeto Executivo de Pavimentação, Urbanismo e Mobilidade Urbana da ADE Polo JK;

•Elaboração do Projeto Executivo, Orçamento e Especificações Técnicas para a Recuperação de Áreas Degradadas na ADE Polo JK;
•Elaboração do Plano de Controle Ambiental de Obras (PCAO) referente às obras das ADEs Setor de Indústrias e Materiais de Construção da Ceilândia;
•Obtenção das licenças ambientais, outorgas e autorizações para as ADEs Setor de Indústrias e Materiais de Construção e Polo JK;
Conclusão do projeto e orçamento do sistema de Esgotamento Sanitário e interceptor dos conjuntos X e Y da ADE Área de Múltiplas Atividades do Gama.

3.9 Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento Básico

A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, por meio do seu Setor de acompanhamento ambiental e políticas de saneamento, tem atuado na elaboração e implementação de políticas públicas que versam sobre saneamento básico no Distrito Federal e nos processos de licenciamento e monitoramento ambiental de obras públicas no âmbito desta Secretaria. Atua ainda na coordenação do Comitê Gestor do Plano de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, da Câmara Técnica de Saneamento – CTSB, do Conselho de Recursos Hídricos - CRH, do Conselho de Limpeza Urbana-CONLURB e da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, que contribuem para o fortalecimento do saneamento básico no Distrito Federal.
No ano de 2017, a Comissão Técnica de Elaboração dos Planos Distritais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos finalizou os trabalhos de proposição das minutas dos respectivos Planos, realizando o encaminhamento dos produtos finais ao Governador do Distrito Federal.
Especialmente no ano de 2017 a SINESP, após a aprovação do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) pela comissão técnica, auxiliou na instituição do CONSAB (Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal) como instrumento de caráter consultivo e articulador de controle social focado nos serviços de saneamento básico. O CONSAB possibilita, através de suas diretrizes, a participação da sociedade organizada nos fundamentos previstos na Política Nacional de Saneamento Básico.
O Saneamento Básico apresenta-se definitivamente como aspecto fundamental da infraestrutura das cidades em razão de suas implicações diretas e indiretas sobre a saúde pública e a qualidade ambiental. A evolução deste segmento no Brasil proporcionará um diferencial de qualidade para seu crescimento, visto que atualmente as demandas se apresentam expressivas em termos de investimentos para atendimento de índices de cobertura dos serviços prestados e modernização do setor. Quanto à gestão, tem-se focado nos usuários dos serviços e nos reflexos socioambientais e econômicos inerentes à atividade.
A atuação da SINESP na superação de pendências administrativas, tais como: licenciamentos ambientais e outorgas, para execução de obras como Drenar DF (Faixa 1/2, Faixa 10/11 e Taguatinga), urbanização e instalação de infraestruturas em Setores Habitacionais, a saber: Bernardo Sayão, Porto Rico, Buritizinho, Vicente Pires, Sol Nascente e do Projeto Orla Livre, que também impactam as condições de saneamento das regiões afetadas no DF.
Outra área de atuação da SINESP é na área de projetos que garantam a implementação de Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem – ATTRs, dos Pontos de Entrega Voluntária de resíduos (PEVs) e do Aterro Sanitário de Brasília, visando garantir o cumprimento as metas e diretrizes inerentes as Políticas de Gestão de Resíduos Sólidos, vigentes.

O objetivo Geral

É o Planejamento e implementação de projetos e ações voltadas para a gestão ambiental das obras públicas, bem como nos aspectos institucionais e administrativos da SINESP. Essas premissas se desdobram na atuação em processos de licenciamento ambiental, autorizações de supressão, outorgas e acompanhamento ambiental de obras públicas, na participação e coordenação de conselhos voltados às atribuições desta Secretaria, assim como na atuação

no âmbito da política de saneamento básico do Distrito Federal, especialmente na superação das demandas mais estruturantes e estratégicas.

3.9.1 Plano Distrital de Saneamento Básico - PSDB

O Governo de Brasília, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP e da Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, firmou parceria com a ADASA, CAESB, SLU e NOVACAP, para a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, ficando sob a responsabilidade da SINESP presidir a Comissão Técnica de Elaboração. A metodologia aplicada para elaboração do Plano Distrital de Saneamento contempla os seguintes tópicos:

- Levantamento de dados (informações documentais e dados de campo);
- Caracterização dos Serviços;
- Diagnóstico dos Serviços;
- Estudo populacional;
- Estudo Gravimétrico;
- Objetivos e metas imediatos e de curto, médio e longo prazo;
- Proposição de programas e ações para atender os objetivos e metas;
- Plano de emergência e contingência;
- Mecanismos e procedimentos para avaliação das ações programadas;
- Audiências Públicas;
- Adequação de resultados das Audiências Públicas e Consolidação do Plano Distrital de Saneamento Básico – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Drenagem de Águas Pluviais e Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos.

No mês de setembro de 2017, o Plano Distrital de Saneamento Básico foi aprovado pela sua comissão técnica após dois anos de grande esforço exigido de todas as equipes envolvidas. A SINESP possui em seu planejamento para o início do ano de 2018, a aprovação do texto do PDSB em formato de Lei, para que o território do Distrito Federal tenha um arcabouço jurídico e técnico para a execução de obras e atividades relacionadas ao Saneamento Básico.

3.9.2 Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduo Sólidos - PDGIRS

Trata-se de um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, previsto na Lei nº 12.305/10, cujo objetivo principal é traçar diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal, pois definirá metas, projetos e ações de redução da geração e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos urbanos e rurais.

O PDGIRS está sendo elaborado para auxiliar na resolução de problemas relacionados aos resíduos sólidos, principalmente em relação à coleta e disposição irregular (Aterro do Jóquei), para garantir que o Distrito Federal receba recursos da União para investimento em saneamento básico. Deve englobar as expectativas dos diferentes órgãos gestores e setores para que sirva efetivamente de apoio e de orientação político-institucional.

No mês de setembro de 2017, o Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PDGIRS foi aprovado pela sua comissão técnica após dois anos de grande esforço exigido de todas as equipes envolvidas. A Sinesp possui em seu planejamento para o início do ano de 2018, a aprovação do texto do PDGIRS em formato de Decreto, com a finalidade de atender a Política Distrital de Gestão dos Resíduos Sólidos.

3.9.3 Documento de Origem Florestal -DOF

O DOF tem como objetivo principal, regular e controlar o transporte e comércio de madeira em todo o território nacional. Em 2017 o Distrito Federal, com o apoio do IBRAM-DF começou a utilizar o Sistema DOF, ferramenta integrante do Sistema de Gestão Florestal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para realizar o controle das madeiras que são suprimidas e transportadas, no caso especifico da Sinesp

proveniente das grandes obras de drenagem nos setores habitacionais, cujos serviços de supressão são prestados pela NOVACAP.
Diante da complexidade de se adaptar o instrumento à realidade do Distrito Federal, foram realizadas várias reuniões com todos os interessados para tratar das devidas adequações para o funcionamento do DOF. Desta forma, a SINESP junto com seu corpo técnico vem prestando suporte aos órgãos do Distrito Federal, a fim de que cada um possa obter seu acesso ao sistema e assim, realizar as supressões dentro na nova legislação vigente.

3.9.4 Acompanhamento Ambiental - InfObras

As unidades de Acompanhamento Ambiental e de Gestão de Ativos Tecnológicos, desta Secretaria iniciaram tratativas em relação à implementação de Módulo de Acompanhamento Ambiental dentro do Sistema InfObras. Esse módulo terá como objetivo, monitorar os quesitos ambientais relacionados à todas as obras, de responsabilidade da SINESP, em execução no âmbito do Distrito Federal, por meio de Módulo, as consultas poderão ser feitas a partir de uma interface simples, porém completa de informações ambientais.

3.9.5 Decretos Distritais e Conselhos

3.9.5.1 Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal - CORC/DF

A Lei Distrital nº 4.704 de 2011, em seu art. 14, institui o Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos - CORC/DF. Entre as atribuições descritas estão à aprovação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos, coordenação de programas e ações, a regulamentação de procedimentos de licenciamento e do uso de agregados reciclados, a supervisão do sistema de informações sobre a gestão de RCC e proposições ao governador para regulamentação da política de RCC no Distrito Federal.
A regulamentação de procedimentos de licenciamento e cadastramento de transportadores de resíduos da construção civil e volumosos também está entre as competências do CORC/DF.
Com a publicação do Decreto nº 37.782 de 18/11/2016, oficializou-se o cadastramento e licença da atividade de transporte de RCC e volumosos. O Decreto referência o sistema informatizado para cadastramento de transportadores e das atividades desenvolvidas, vinculadas ao sistema e-RCC (https://slu-brasilia.ercc.com.br/) estabelecendo procedimentos de controle do volume de resíduos transportados e da estrutura envolvida na atividade. A Resolução nº 01/2017 do CORC/DF, de 01/11/2017 trouxe procedimento para o cadastramento e sinalização de equipamentos cadastrados no sistema.
Além da regulamentação da atividade de transporte de RCC o Comitê criou Câmara Técnica que emitiu Parecer em 2016 sobre o uso de agregados reciclados em obras, o que desencadeou agenda de negociação com a FAP para financiamento de pesquisas com agregados reciclados, ação que foi desenvolvida no ano de 2017 pela presidência deste Conselho que é exercida pela área de acompanhamento ambiental desta SINESP.

3.9.5.2 Câmara Temática de Resíduos Sólidos - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES/DF foi criado por meio do Decreto Distrital nº 33.359/2011, e tem por objetivo fortalecer a gestão democrática e participativa do governo integrando representantes do governo e da sociedade civil. A apresentação de propostas governamentais estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do DF; elaboração de estudos relativos ao desenvolvimento econômico e

social com objetivo de assessorar o Governador na formulação de políticas públicas e conta com a participação da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos

Foram instituídas cinco Câmaras Temáticas em 2017: Água, Dinamização da Economia, Educação como Plataforma para o Desenvolvimento, Uso e Ocupação do Solo, e Resíduos Sólidos, esta última, coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura.

A Câmara Temática de Resíduos Sólidos realizou cinco reuniões entre dezembro de 2016 e maio de 2017, onde foi apresentado um panorama da gestão de resíduos no Distrito Federal, as metas descritas nos Planos Distritais de Saneamento Básico – PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS e no Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal (ZEE) com objetivo de viabilizar propostas para o desenvolvimento de programas e ações voltados à temática de resíduos sólidos.

Esta Câmara apresentou ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES sugestões e encaminhamentos que se alinhem às propostas desenvolvidas no âmbito público e privado, sem perder o foco no escopo primordial de atuação deste Conselho. Apresentou perspectivas para a instalação de indústrias voltadas para reciclagem de materiais gerados na região do Distrito Federal, estimulou propostas para a infraestrutura necessária e prevista no Distrito Federal e para normatização de edificações urbanas sustentáveis. No dia 16/03/2017 foram apresentados os dados do diagnóstico distrital do Plano de saneamento, com foco para os dados relativos a resíduos sólidos. Por fim em 26/05/17 foi avaliado o Relatório, com aprovação pelos representantes dos órgãos que compõem a câmara temática.

3.9.5.3 Comissão Especial para Licitação das Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil

Os Resíduos de Construção Civil – RCC constituem a maior parte dos resíduos sólidos gerados no Distrito Federal e representam um aspecto gerador de impacto ambiental, especialmente se considerados os quase mil pontos clandestinos de bota-fora irregular, muitas vezes localizados em Áreas de Proteção Permanente – APPs, impactando nascentes e corpos d´água.

O recolhimento do material depositado irregularmente em áreas públicas gera custo anual elevado ao Serviço de Limpeza Urbana, consumindo mais de 21 milhões em 2016, o que representa quase 8,5% das despesas do órgão com o serviço (Relatório Anual SLU/2016).

As Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem - ATTR são unidades que compõem, junto com Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), Aterro Sanitário e outras estruturas, as estratégias para o gerenciamento integrado de resíduos sólidos no Distrito Federal, as quais são objeto de acompanhamento prioritário do Escritório de Projetos Especiais da Governadoria, fazendo parte do conjunto de ações para o encerramento das atividades do Aterro do Jóquei.

A Lei Distrital nº 4.704/2011, que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos trata dos incentivos que o Governo do Distrito Federal, no âmbito de suas competências, pode conceder para viabilizar a política distrital de gestão de RCC e Volumosos. A Lei também institui e define atribuições do Comitê Gestor do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, fórum de composição mista (poder público, transportadores, instituições técnicas) com atuação na definição de estratégias e normativas para gestão de RCC.

A Portaria Conjunta nº 05, de 07/03/2017 (SINESP, TERRACAP, SEMA, SLU e NOVACAP) instituiu Comissão Especial de apoio técnico ao processo licitatório para a implantação e operação de Áreas de Transbordo Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos (ATTR), visando seleção de operador para cessão de uso onerosa de terreno público e em 2017 foram lançados editais de cessão das unidades de Samambaia e Gama.

A Comissão também tem atuado em consonância com as ações pertinentes ao CORC/DF, a fim de estabelecer estratégias de uso de agregado reciclado em base e sub-base de obras de pavimentação, calçamento e drenagem, objetivando fortalecer as estratégias para

utilização do material gerado com a reciclagem do resíduo de construção civil no Distrito Federal.

3.9.5.4 Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB

Após a recomendação da Câmara Técnica Temporária de Saneamento Básico – CTSB pela criação de Conselho para exercer as atribuições relativas ao saneamento básico e o controle social no âmbito do DF, foi instituído mediante o Decreto nº 38.458 de 30 de agosto de 2017, o Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB, sob a Presidência da SINESP.

O CONSAB possui a previsão de 22 membros para compor o referido Conselho, dentre os quais destacam-se representantes de quatro grupos: Administração Pública do Distrito Federal; prestadores de serviço de saneamento básico; usuários de serviços de saneamento básico; e de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e entidades de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento.

Face ao exposto, para instituir os representantes da sociedade civil, foi publicada a Portaria nº 100/2017 – SINESP que institui os procedimentos de credenciamento, indicação e escrutínio dos membros elegíveis do Conselho, além de instituir a Comissão de Credenciamento e Apuração.

Atualmente estão sendo consolidadas as indicações para composição do referido Conselho, para viabilizar a publicação de Portaria que designa os representantes, para assim, ser convocada a primeira reunião ordinária.

3.9.5.5 Grandes Geradores

Outra publicação importante e que contou com atuação da SINESP foi o Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no Distrito Federal, estabelecendo os referenciais e critérios técnicos para coleta, transporte e destinação final dessa categoria de geradores, além de estabelecer diretrizes para o cadastramento junto ao SLU de empresas interessadas em ofertar serviços desta natureza.

3.9.5.6 Câmara Técnica Temporária de Saneamento Básico - CTSB

A Câmara Técnica Temporária de Saneamento Básico – CTSB instituída pela Resolução nº 01/2015, sob a Presidência da SINESP, pertencem ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF.

Os representantes desta SINESP e os demais membros da CTSB produziram o Relatório Técnico – Controle Social do Saneamento Básico no Distrito Federal, que analisou a pertinência e a oportunidade de adequação da legislação relacionada aos Recursos Hídricos e Saneamento Básico no Distrito Federal, a fim de que o CRH-DF pudesse exercer atribuições relativas ao saneamento básico, bem como o controle social no âmbito do DF.

No entanto, o Relatório Final recomendou a criação de um Conselho, de caráter consultivo e articulador, para exercer formalmente o instrumento de controle social focado nos serviços de saneamento básico, permitindo a participação da sociedade organizada na viabilização dos princípios fundamentais da Política Nacional, além de viabilizar acesso aos recursos federais destinados aos serviços de saneamento.

3.9.5.7 Decreto Florestal

Com o objetivo de dirimir entendimentos diversos quanto aos artigos 3º e 4º do Decreto nº 14.783/93, no que se refere às competências da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP em suprimir espécies situadas em área urbana e de expansão urbana, excetuadas as espécies tombadas como Patrimônio Ecológico do Distrito Federal, dispostas nos artigos 1º e 2º do referido Decreto, foi elaborada minuta com propostas de alterações desse normativo.

O artigo 3º do Decreto atual permite que a NOVACAP possa realizar supressão de vegetação situada em zona urbana ou de extensão urbana, no entanto, o Artigo 4º limita a atuação da Companhia para casos em que exista comprometimento de seu estado fitossanitário, ameaça de queda iminente, interferência nas redes aéreas e subterrâneas de serviços públicos, comprometimento à saúde dos citadinos, devidamente comprovado por parecer médico e em casos de risco à integridade de edificações públicas e privadas.
Após adequações realizadas pela SINESP e NOVACAP acordou-se pela criação do artigo 4A e respectivo parágrafo único dispondo que a NOVACAP possui competência para suprimir espécies exóticas e nativas situadas em área urbana e de expansão urbana, excetuadas as seguintes situações: vegetação nativa remanescente; espécie tombada como Patrimônio Ecológico do Distrito Federal, conforme artigos 1º e 2º do Decreto 14.783/1993, e espécie localizada em Área de Preservação Permanente e Unidade de Conservação. A minuta proposta também visa adequar e atualizar alguns termos constantes no Decreto Florestal.
A minuta encontra-se em análise pela Casa Civil mediante processo SEI 00110-00004580/2017-87.

3.9.6 Acompanhamento Ambiental de Obras Públicas

3.9.6.1 Licenças, Acompanhamento de Execução e Outorgas

Neste ano de 2017 a SINESP realizou a gestão o acompanhamento ambiental de diversos empreendimentos dentro do território do Distrito Federal. Os dispositivos legais para controle e monitoramento ambiental de qualquer atividade dentro da regulamentação legal são as Autorizações e as Licenças Ambientais.
A equipe técnica da SINESP trabalhou em diversos procedimentos para a obtenção de autorizações e licenças ambientais de interesse da SINESP e de outros órgãos, cujas obras têm sido acompanhadas por esta Secretaria, de forma a auxiliar na clara execução das atividades em conformidade com a legislação ambiental.
Na tabela abaixo, estão relacionados todos os dispositivos legais recebidos durante o ano de 2017.

Tabela 1 - Quadro de Licenças

TIPO	EMPREENDIMENTO	INTERESSADA	ATIVIDADE LICENCIADA
ASV 012/2017	Buritizinho	Codhab	Supressão de três indivíduos arbóreos exóticos ao Bioma cerrado e poda de outros dois, sendo um exótico e um nativo.
LO 037/2017	DECK SUL	Novacap	Implantação do projeto básico dos calçadões e "Deck" na beira do Lado Paranoá – L4 Sul.
LI 024/2017	Drenar DF Faixa 1 e 2 Norte	Sinesp	Melhorias no sistema de drenagem pluvial das faixas 1 e 2 Norte.
ASV 007/2017	Porto Rico	Novacap	Supressão de 34 (trinta e quatro) indivíduos arbóreos exóticos e 204 (duzentos e quatro) indivíduos arbóreos nativos do Bioma cerrado.
AA 027/2017	PRAD ORLA	Sinesp	Instalação de trapiches, no contexto da execução do plano de recuperação da área degradada – PRAD, objeto da autorização ambiental para execução de plano de recuperação de áreas degradadas – A. E. PRAD Nº 11/2016 – IBRAM.
AA 031/2017	PRAD ORLA Praia Norte	Sinesp	Implantação de equipamentos públicos na Orla do Lago Paranoá.
AA 034/2017	PRAD ORLA	Sinesp	Execução do Plano de recuperação de área degradada – PRAD.
AA 041/2017	PRAD ORLA QL 12	Sinesp	Contenção para controle de erosões no Parque Península QL 12.
LI 023/2017	Sobradinho dos Melos	Sinesp	Pavimentação das vias de acesso a Sobradinho dos Melos, DF-250, com extensão de 5 km.
AA 025/2017	Sol Nascente	Codhab	Parcelamento de Solo Urbano – Trecho 1 Etapa 1.
AA 040/2017	Sol Nascente	Codhab	Obras de drenagem e pavimentação – Trecho 1 Etapa 2.

AA 042/2017	Sol Nascente	Codhab	Realização de Obras de drenagem pluvial (Sub-bacia de contribuição I, lançamento 1 e bacias de detenção 1A, 1B, 1C e 1D), pavimentação e esgotamento sanitário, em caráter emergencial nas pontas secas das ruas, do parcelamento de solo urbano denominado Setor Habitacional Sol Nascente – Trecho 3.
AA 042/2017 Retificação	Sol Nascente	Codhab	Realização de Obras de drenagem e pavimentação em toda sub-bacia de contribuição I e nas pontas secas das sub-bacias de contribuição II e III do referido Setor Habitacional – Trecho 3.
ASV 004/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos nativos na área destinada à construção do lançamento pluvial da Bacia nº 07 do Setor Habitacional Sol Nascente.
ASV 009/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos nativos na área destinada à construção do lançamento pluvial da Lagoa 05, trecho 01, chácara 143 do Setor Habitacional Sol Nascente.
ASV 028/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos na área destinada à construção dos lançamentos das bacias 4B, 4C e 4D, Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 02.
ASV 033/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos nas áreas do empreendimento Bacia 4A (Lagoa e Lançamento Pluvial) do Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 2 e da Fazenda Recreio (Dinizlândia) do SHSN Trecho 1, região administrativa de Ceilândia RA IX.
ASV 034/2017	Sol Nascente	Codhab	Supressão de indivíduos arbóreos nativos ao longo da futura rede de lançamento pluvial da Bacia 4D, parte do sistema de drenagem do Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 02.
ASV 036/2017	Sol Nascente	Codhab	Obras de drenagem no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 01 Etapa 02.
Termo de Comp. Florestal. 017/2017	Sol Nascente	Codhab	Compensação Florestal - Licenciamento de Parcelamento de Solo no Setor Habitacional Sol Nascente
LAS 014/2017	Túnel de Taguatinga	Novacap	Obra de arte especial – Túnel de Taguatinga e Viadutos acessórios da Av. Samdu e EPCT/EPTG.
AA 028/2017	Vicente Pires	Terracap	Extração de material de empréstimo (solo) na área do Jóquei.
ASV 019/2017	Vicente Pires	Terracap	Supressão de vegetação para instalação do sistema de drenagem do Setor Habitacional Vicente Pires.
ASV 039/2017 Retificação da ASV 019/2016	Vicente Pires	Terracap	Supressão de vegetação para seis exemplares de Cambuí (Peltophorum Dubium), para execução de obras de infraestrutura.

Outro instrumento de regularização ambiental é a Outorga de uso de recursos hídricos. Segue abaixo as Outorgas de uso de recursos hídricos, solicitadas e emitidas, para o devido atendimento aos requisitos legais.

Tabela 2 - Quadro de Outorgas

TIPO	EMPREENDIMENTO	INTERESSADA	OBSERVAÇÃO
Outorga 514/2017	Sol Nascente	Codhab	Outorga Prévia
Outorga 328/2017	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Alteração
SISGED N° 8379	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Solicitação
SISGED N° 8378	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Solicitação
SISGED N° 10779	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Solicitação
SISGED N° 13973	Vicente Pires	Terracap	Outorga Prévia - Solicitação
Outorga 540/2017	Praia Norte	Sinesp	Outorga Prévia

Para a aquisição de todos os instrumentos elencados acima, a SINESP atuou direta e indiretamente com os interessados e os órgãos reguladores de forma a obter e elucidar todas as dúvidas quanto ao devido processo de licenciamento ambiental e outorga. Através destes

dispositivos e suas respectivas condicionantes é que esta Pasta consegue monitorar o andamento das atividades.
Segue, abaixo, breve descritivo de alguns acompanhamentos que se iniciaram no ano de 2017:
Vicente Pires
A TERRACAP é a interessada na execução das obras de parcelamento de solo da Gleba 2 do Setor Habitacional Vicente Pires para instalação de obras de infraestrutura (rede de água, esgoto, energia, drenagem e pavimentação).
Atualmente está em vigência a Licença de Instalação (Corretiva) Nº 021/2016 que tem validade de 4 anos e alcança as Glebas 2 e 4 do Setor Habitacional. Para a Gleba 1 está vigente a Licença de Instalação Nº 027/2015 com validade de 4 anos. Na Gleba 3 tem-se a Licença de Instalação (Corretiva) Nº 042/2017, também com validade de 4 anos.
Além de mediações com a TERRACAP junto ao IBRAM, esta SINESP também realizou tratativas com o órgão ambiental no intuito de alcançar a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para as obras de infraestrutura do Setor. Desta forma, no ano de 2017 foi emitida a ASV Nº 019/2017 – IBRAM que autorizava a supressão vegetal do Bloco de Prioridades 1. Entretanto, o prazo de validade desta ASV expirou e a SINESP juntamente com a TERRACAP articulam com o IBRAM a prorrogação de seu prazo nos termos da anterior.
Em atenção à ASV Nº 19/2017 – IBRAM foi elaborado pela TERRACAP o Inventário Florestal representativo para todo o Setor Habitacional Vicente Pires que servirá como base para a emissão de uma ASV para todo o empreendimento. Atualmente esse estudo está em análise no IBRAM.
A ASV Nº 019/2016 – IBRAM, cujo objeto é executar a Supressão de Vegetação para execução de obras de infraestrutura localizadas no Setor Habitacional Vicente Pires, Gleba 3, Faixa Marginal à Rodovia DF – 087 (EPVL), foi retificada a fim de incluir seis exemplares de Cambuí localizados no Balão de acesso à Via EPVL pela via marginal do Jóquei, entre as chácaras nº 7 e 8. Desta forma a nova ASV 039/2017 – IBRAM (Retificação da ASV Nº 019/2016) possui validade até 21/07/2018.
No que se refere aos pedidos de outorgas prévias para o SHVP, houve gestão, desta SINESP, junto à ADASA e NOVACAP para alteração nos lançamentos das redes 97 e 132 para redes 97, 132 e 133 (Despacho nº 328, de 5 de junho de 2017).
Neste momento encontra-se em análise na Adasa a solicitação de outorga prévia para os lançamentos das Redes 41, 72, 81-A e 85

Bernardo Sayão

A SINESP, junto com seu corpo técnico, tem auxiliado na gestão ambiental das obras no Setor Habitacional Bernardo Sayão. Este ano de 2017 foi conclusivo para a obtenção das outorgas de lançamento e o início do planejamento de obras no lote da empresa HYTEC (Lote 2).
No quesito florestal, o relatório de compensação florestal foi apresentado no mês de abril e analisado pelo Órgão ambiental competente. Uma equipe mista formada por TERRACAP, NOVACAP e SINESP inventariou a área do lote 4 de forma a dar celeridade ao processo de obtenção da ASV (Autorização de Supressão de Vegetação).

Buritizinho

A SINESP atuou junto à NOVACAP quanto ao levantamento florístico realizado em campo, para subsidiar a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão, com objetivo de pleitear ao IBRAM a emissão de Autorizações de Supressão de Vegetação. Neste sentido, foi realizada gestão junto ao órgão ambiental para emissão das ASV's, conforme quadro 1.

Desde a emissão da Licença de Instalação nº 029/2015 que autoriza a implantação do sistema de drenagem pluvial e pavimentação no Setor Habitacional Buritis, esta Secretaria vem acompanhando a evolução das atividades, obras e verificação em campo quanto aos itens condicionantes da licença ambiental.

Sol Nascente - Trechos 1,2 e 3

Esta SINESP atuou na elaboração do Termo de Compromisso Ambiental Nº 100.000.001/2017 celebrado em 13/02/2017 por esta Secretaria de Infraestrutura, IBRAM e CODHAB, cujo objeto é de estabelecer obrigações a serem seguidas pelo compromissário para que a implantação de obras e a regularização do Setor Habitacional Sol Nascente sejam realizadas da melhor maneira a preservar o meio ambiente.
Considera-se que a SINESP assumiu papel de interveniente no referido TC, voltado a subsidiar a Codhab, que é a interessada na execução das obras de infraestrutura no referido Setor Habitacional, com informações e ações de sua competência de origem necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, no sentido de contribuir, especificamente, quanto às obrigações constantes na Cláusula Sétima (obras de infraestrutura).
Esta SINESP atuou também junto à NOVACAP quanto ao levantamento florístico realizado em campo, para subsidiar a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão, com objetivo de pleitear ao IBRAM a emissão de Autorizações de Supressão de Vegetação. Neste sentido, foi realizada gestão junto ao Órgão ambiental para emissão das ASV's, conforme tabela 01.
Realizou-se também gestão junto ao Ibram para fins de emissão de Autorização Ambiental para o Trecho 1 etapa 1 e etapa 2, bem como para o Trecho 3, além de apresentação de projetos e negociação junto à Adasa para a renovação da Outorga.

Porto Rico

A Secretaria atuou junto à NOVACAP quanto ao levantamento florístico realizado em campo, para subsidiar a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão, com objetivo de pleitear ao Ibram a emissão de Autorizações de Supressão de Vegetação. Neste sentido, foi realizada gestão junto ao órgão ambiental para emissão das ASV's, conforme tabela 1. Foi realizada gestão junto ao IBRAM no que se refere a condicionante nº 16 da LI nº 028/2015 – IBRAM (ponto de captação de água da SANEAGO e a situação do bueiro da DF-290). Foram apresentados documentos necessários para comprovação da gestão da referida condicionante e o Órgão ambiental manifestou-se informando que a condicionante está sendo devidamente atendida.
Desde a emissão da Licença de Instalação nº 028/2015, que autoriza a implantação do sistema de drenagem pluvial e pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico, esta Pasta vem acompanhando a evolução das atividades, obras e verificação em campo quanto aos itens condicionantes da licença ambiental.

Projeto Orla Livre

Foi apresentado ao IBRAM o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, Projeto Orla Livre, Fase 1 – Etapa 2ª – Orla do SHIS QL 10. Diante da entrega do estudo e aprovação pelo órgão ambiental foi emitida a Autorização Ambiental Nº 034/2017-Ibram (Execução de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas). Esta Autorização possui validade de 2 anos. Entretanto, as obras encontram-se paralisadas em decorrência de ação judicial.
No âmbito do PRAD, objeto da A.E.PRAD Nº 11/2016-IBRAM, Projeto Orla Livre, Fase 1 – Etapa 1 – Península dos Ministros – QL 12 destaca-se a conclusão das obras e reabertura do parque à população.
No que tange à instalação dos trapiches que ligam os Parques Asa Delta e Península, tal atividade foi autorizada por meio da A.E. PRAD Nº 014/2016 – IBRAM (no âmbito da A.E.PRAD Nº 011/2017-IBRAM). Atualmente está vigente a Autorização Ambiental Nº

027/2017-IBRAM que autoriza a instalação de trapiches, no contexto da execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, objeto da A.E. PRAD Nº 01//2016 – IBRAM. A validade dessa Autorização Ambiental é de 1 (um) ano. A obra de instalação dos trapiches está sendo executada.
Ainda nas atividades inerentes ao Parque da Península dos Ministros – QL 12 foi verificado processo de erosão nas margens do Lago Paranoá em virtude do aumento da cota do lago. Diante disso, foi solicitado por esta SINESP junto ao IBRAM autorização para a execução de obras para controle do processo erosivo. Assim, o IBRAM emitiu a Autorização Ambiental Nº 041/2017 – IBRAM que autoriza a execução de contenção para controle de erosões no Parque da Península – QL 12.

Corredor Oeste - ESPM (Estrada Setor Policial Militar)

A fim de dar prosseguimento ao processo de licenciamento e licitação das obras de infraestrutura da Estrada Setor Policial Militar (ESPM), a SINESP realizou consulta à Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) quanto à viabilidade de implantação de Bacia de Detenção (Rede de Drenagem ESPM) no interior da Zona de Uso Intensivo da ARIE Riacho Fundo.
A FJZB retornou a consulta informando que não encontra óbice para a implantação da bacia de detenção sendo necessária realização de consultas ao órgão ambiental para as licenças necessárias para a execução do projeto.
Assim, a Secretaria encaminhou esse posicionamento à Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas (SUGAP/IBRAM) e solicitou manifestação de forma a ratificar a escolha da área para implantação do equipamento de drenagem. Atualmente é aguardado o posicionamento da SUGAP/IBRAM.

Praia Norte

A SINESP requereu junto ao IBRAM autorização ambiental para implantação de equipamentos, urbanização e paisagismo do Lago Paranoá para o denominado Projeto Praia Norte. Assim, o Órgão ambiental do Distrito Federal emitiu em nome da SINESP a Autorização Ambiental Nº 031/2017 – IBRAM (Validade de 3 anos) para a implantação dos equipamentos públicos na orla do Lago Paranoá.
Em fiscalização realizada pelo IBRAM foi emitido o Auto de Infração Ambiental Nº 2466 que advertia quanto ao descumprimento das condicionantes 6 e 9 da AA Nº 031/2017-IBRAM. Desta forma, a SINESP, NOVACAP e a empresa executora da obra trabalharam em conjunto para sanar as irregularidades encontradas e apresentar a Defesa do Auto de Infração.
Ressalta-se que o empreendimento possui outorga prévia para lançamento de águas pluviais em 2 pontos de descarga no lago Paranoá. Tal documento foi emitido por meio do Despacho nº 540, de 07 de agosto de 2017 – SRH/ADASA.

Viaduto M1

No ano de 2017, a SINESP recebeu da NOVACAP o Relatório Ambiental Simplificado do empreendimento denominado VIADUTO M1. O RAS é o instrumento legal para a obtenção da licença ambiental simplificada para a instalação da obra do Viaduto. No período de 2018, espera-se o retorno da análise do Órgão competente para dar início às tratativas de obtenção da LAS.

Sobradinho dos Melos

Em 2017, a SINESP acompanhou de perto a questão da solicitação do IBRAM quanto à adequação das obras de pavimentação do trecho que liga a comunidade agrícola Sobradinho dos Melos a DF-250. Em parceria conjunta com NOVACAP e o IBRAM, esta Secretaria

realizou vistoria que resultou nas ações para elucidar as dúvidas quanto as condicionantes da licença de instalação e seu respectivo relatório de acompanhamento ambiental.
Em 2018, a SINESP pretende concluir e encaminhar o respectivo relatório de acompanhamento de condicionantes de acordo com a nova Licença de Instalação.

Hospital da Criança

Tendo em vista a implantação da rede de drenagem e vias de serviço referente à segunda etapa da construção do Hospital da Criança de Brasília, esta SINESP vem realizando gestão junto ao IBRAM quanto à emissão de Autorização de Supressão de Vegetação. Atualmente, o Levantamento Florístico e o Plano de Supressão estão sendo avaliados pelo Órgão ambiental competente.

Drenagem QSE/QSF

No ano de 2017 a SINESP retomou as tratativas do sistema de drenagem das quadras QSE e QSF após a empresa contratada para a elaboração do projeto verificar uma solução melhor nos aspectos econômicos e ambientais. Logo a SINESP entrou com o acompanhamento da gestão ambiental e do pedido de licenciamento ambiental simplificado do sistema de drenagem. No final do ano de 2017 foi publicado no DODF o requerimento de licenciamento ambiental e o planejamento é que para o ano de 2018, as obras se iniciem.

Drenagem do Setor de Oficinas Sul

A SINESP, no ano de 2017, em reunião com a secretaria de áreas protegidas do IBRAM, apresentou o interesse de dar continuidade ao projeto de drenagem do Setor de Oficinas Sul.

Setor Habitacional Água Quente

Em 2017 a SINESP buscou retomar o projeto de drenagem do Setor Habitacional Água Quente, porém, verificou-se que o projeto só poderá ter continuidade após a identificação fundiária de cada Lote a ser realizada pela TERRACAP.

Setor de Inflamáveis - Rota de Fuga

A Unidade de Acompanhamento Ambiental, junto com a Unidade de Projetos de Planejamento de obras, desta Pasta, buscou as informações necessárias para dar início ao acompanhamento ambiental e ao pedido de licenciamento simplificado no ano de 2017. No mês de dezembro de 2017, foi publicado no DODF o requerimento de licenciamento ambiental e marcada a primeira vistoria conjunta entre SINESP e IBRAM. É esperado para o ano de 2018 que todas as análises da fase de instalação sejam concluídas.

Corredor Oeste

No ano de 2017, a SINESP realizou uma serie de gestões junto ao órgão ambiental com a intenção de viabilizar a emissão de Licença de Instalação – LI para os trechos que ainda não possuem tal licença, como resultado os dois órgãos defiram a estratégia para a instrução processual de tais pedidos e posterior emissão das referidas licenças ambientais.

Estádio Abadião

No ano de 2017, a SINESP realizou gestão junto ao IBRAM no sentido de modificar o entendimento do órgão ambiental, quanto à necessidade de licenciar a atividade de reforma de Estádio. Diante dos argumentos apresentados por esta SINESP o Órgão entendeu pela dispensa do procedimento de licenciamento ambiental.

PEC Parque Núcleo Bandeirante

Foi realizada consulta ao IBRAM no que se refere à autorização para Implantação do Ponto de Encontro Comunitário - PEC no Parque Núcleo Bandeirante. Após gestão por parte desta

Pasta, o órgão ambiental concedeu o Termo de Autorização de Uso Não-Qualificada (Processo nº 00110-00004258/2017-58) deferindo a Implantação deste PEC.

3.9.6.2 Entraves

Durante o ano de 2017, o planejamento de execução das obras sofreu alguns percalços que atrasaram o cronograma previsto para suas execuções. Enumeramos a seguir alguns desses obstáculos:

- Das adequações de projetos - A constante adequação de projetos, associada à problemática fundiária do Distrito Federal, acarretam retornos ao Órgão Ambiental de projetos já analisados e aprovados, por força de comando da Licença Ambiental, consistindo da causa principal dos entraves na execução dos empreendimentos.

  As inúmeras adequações e as sucessivas reconfigurações de cálculos, locais e relatórios requerem esforços de todos os interessados para o andamento das obras;

- Da adequação quanto à utilização do Sistema DOF - Esta adequação requereu um esforço grande de toda a equipe da Secretaria, pois, envolve aquisição de certificados digitais do tipo A3. Além de demandar o aprendizado de como se opera um novo sistema de emissão de controle sobre o produto originário de supressão e, por ser um sistema novo. O DOF demonstrou ser um gargalo tanto na execução de obra, como dentro dos fluxos administrativos, visto que existe um dispêndio de tempo e uma burocracia maciça para se adequar legalmente ao DOF.

  Cabe destacar que muitos dos problemas enfrentados no ano, em relação à questão do DOF, deu-se em razão da norma regulamentadora utilizada para a aplicação ser de âmbito Federal, não contemplando peculiaridades encontradas no Distrito Federal.

- Da emissão de ASV - Inteiramente atrelado ao DOF está a emissão das ASV (Autorização de Supressão de Vegetação). As autorizações são outro grande gargalo ocorrido no ano de 2017. Devido às aprovações dos projetos serem antigas, como por exemplo, Sol Nascente datar de 2009, ao ser emitida a licença de instalação para início das obras de drenagem, muito do que era a característica ambiental do local não existe mais. Diante disso, há necessidade de elaboração de um novo Inventário Florestal, que posteriormente é analisado pelo órgão ambiental no prazo médio de quatro meses, para posterior emissão de ASV, concomitante a adequações de projetos.

3.9.7 Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho

O Setor responsável pelo acompanhamento da temática ambiental no âmbito desta Secretaria, Subsecretaria de Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento – Suaps, têm participado ativamente de diversos Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho, nos quais desempenha o papel de coordenação ou participação, a saber:

Coordenação:

- Comitê Gestor do Plano Integrado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal – CORC/DF;
- Conselho de Limpeza Urbana – Conlurb;
- Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal -
- Comissão Técnica de Elaboração do PDGIRS/PDSB;
- Grupo de Trabalho do Corsap-DF/GO (GDF);
- Câmara Técnica de Saneamento Básico - CTSB, do Conselho de Recursos Hídricos CRH;
- Câmara Temática de Resíduos Sólidos – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal
- Comissão Especial Para Licitação Das Áreas De Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil.

Participação

- Comissão Orla Livre;
- Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - Conam;
- Conselho de Desenvolvimento e Política Rural;
- Conselho de Recursos Hídricos – CRH;
- Grupo de Trabalho (2107 - GERAL);
- Grupo de Trabalho (2107 - FISCALIZAÇÃO);
- Grupo de Trabalho de Transição para o Aterro Oeste;
- Grupo de Trabalho do Corsap-DF/GO (Municípios);
- Zoneamento Ecológico – Econômico – ZEE;
- Comissão de Gestão da TI/Sinesp;
- Comitê Criativo Virada do Cerrado;
- Grupo de Trabalho Brasília Solar;

3.9.8 Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás - CORSAP-DF/GO

O Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – Corsap-DF/GO, Pessoa Jurídica de Direito Público, com natureza de autarquia do tipo associação pública, a que alude o art. 41, inciso IV, do Código Civil Brasileiro, integrante da Administração Indireta dos Entes Federados que a constituem, com duração por prazo indeterminado, cuja proposta é promover a gestão associada e ambientalmente adequada dos resíduos sólidos das águas pluviais na região (RIDE/DF), além de viabilizar a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação final dos resíduos não reciclados. O Corsap-DF/GO é formado pelo Distrito Federal, Estado de Goiás e por 19 municípios goianos que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF.

Os objetivos do Corsap-DF/GO são os seguintes:

- Contratar associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para prestar serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, no âmbito de atuação do Consórcio;
- Prestar serviços de assistência técnica e de manutenção de instalações às cooperativas e associações;
- Promover, na sua área de atuação, atividades de mobilização social e educação ambiental para o manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais, uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente;
- Promover atividades de capacitação técnica de pessoal, encarregado da gestão dos serviços;
- Promover estudos e debates sobre assuntos de caráter econômico, técnico, científico, ambiental, cultural ou social relacionados aos seus objetivos e competências institucionais;
- Desenvolver atividades técnico-administrativas, visando ampliar os níveis de conscientização, politização, organização e participação dos consorciados nas instâncias e atividades do Consórcio; e,
- Promover a defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos delegados.

Em 2017 a Superintendência do Corsap-DF/GO, esteve sob a gestão de novo titular, nomeado por meio da Portaria nº 01, de 24/02/2017, publicada no DODF nº 41, de 01 de março de 2017. E, sob o comando deste, buscou-se primar pela transparência e a aprovação de contas perante os Órgãos de controle.

Destaca-se que, durante o ano de 2017, o Corsap-DF/GO desenvolveu diversas ações e atividades a fim de atingir seus objetivos, notadamente as relacionadas a seguir:

- IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) – realizado em Brasília/DF, com a finalidade de fomentar a construção e a pactuação de

alternativas para o enfrentamento da grave situação fiscal dos municípios brasileiros. É um evento bienal que reúne prefeitos de todo país, além de ministros, parlamentares, secretários municipais e estaduais, pesquisadores, estudantes e integrantes de delegações estrangeiras.

- Seminário Inovação, Resíduos, Energias Renováveis e Complementares - realizado pela Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura - Interlegis - Senado Federal. Com objetivo de apresentar novas tecnologias para produção de energia limpa e buscar soluções que viabilizem a implementação de projetos ligados a energias renováveis e complementares.
- 8º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos - realizado em Curitiba/PR - Este fórum consolida-se como um importante evento técnico-científico realizado no Brasil sobre temáticas relacionadas a resíduos sólidos. Apresenta uma visão ampla do assunto que abrange desde estudos acadêmicos até a visão governamental e empresarial. Tem como principal meta contribuir com a criação de um espaço para a troca de conhecimentos e experiências no âmbito da gestão de resíduos, produção mais limpa e avaliação de ciclo de vida, bem como o estabelecimento de um mercado para a reciclagem e recuperação de resíduos, transformando estes em coproduto com valor agregado e incorporando a difusão de políticas e programas que promovam relações comerciais sustentáveis.
- PPP Fórum Ilumina Brasil – realizado em São Paulo. Cujo objetivo foi entender como funcionarão os programas do Estado de São Paulo e do Governo Federal para as PPPs de Iluminação Pública nos municípios brasileiros, quais os pontos cruciais na estruturação jurídica e econômico-financeira desses projetos, assim como o papel das entidades e instituições no apoio às médias empresas e às Administrações Públicas para o ciclo das PPPs municipais.
- Visita ao Aterro Sanitário CTL - Localizado na Cidade Satélite Santa Bárbara - São Paulo/SP – Buscou-se conhecer e trazer novos conhecimentos sobre a Central de Tratamento de Resíduos Leste, que é um empreendimento da EcoUrbis Ambiental S/A, uma empresa privada, de propósito específico, é a concessionária responsável pela coleta, transporte e destinação adequada de resíduos domiciliares, materiais recicláveis e resíduos dos serviços de saúde no Agrupamento Sudeste da cidade de São Paulo.
- Reunião nos Municípios – Foram visitados quase todos os Municípios (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho De Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás), pendente apenas Corumbá de Goiás, nestas visitas reuniram-se com os seus prefeitos, secretários ou equipes técnicas.
- Reunião com os Conselheiros do Corsap-DF/GO na qual foram discutidas a apresentação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e Plano Municipal de Águas Pluviais, a elaboração do Regimento Interno do Conselho, a criação de Câmaras Temáticas de Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais, proposta de alteração da logomarca do Corsap, entre outros assuntos.
- Reunião com a Diretoria do Corsap-DF/GO na qual foram discutidas as Prestação de contas de 2014, 2015 e 2016; as Ações do Corsap em andamento; entre outros informes, com a presença de representantes do Governo do Estado de Goiás, com o Prefeito do Município de Abadiânia e representantes do Prefeito de Valparaíso de Goiás.
- Conferências Municipais de Manejo de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais - todos os municípios consorciados foram convocados a realizar as conferências locais, e já foram realizadas as conferências nos municípios de Cristalina, Pirenópolis, Novo

Gama, Padre Bernardo, Mimoso de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Cidade Ocidental, onde foram eleitos os Delegados que os representaram na Conferência Regional.

- O Corsap-DF/GO foi convidado para apresentar ações e atividades do Corsap-DF/GO na 22ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE), que é o Conselho Administrativo da RIDE, criado pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 7469, de 04 de maio de 2011, para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE.
- Participação no Encontro de Prefeitos e Gestores Municipais com o Saneamento Básico, realizado em Anápolis/GO - Evento realizado pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE.
- Compõem os Programas e Projetos do Corsap-DF/GO
  – O Convênio nº 829467, cujo objeto é a Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Corsap-DF/GO, que consolida o Plano de Saneamento Básico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE/DF UnB, contratado pelo Ministério das Cidades; e o Plano de Gestão de Resíduos do Estado de Goiás.
  - O Convênio nº 840534, cujo objeto é o Estudo de Concepção de drenagem urbana sustentável da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno DF/GO RIDE e esboço de anteprojeto das intervenções prioritárias para atender ao Distrito Federal e aos 19 municípios Goianos do Entorno de Brasília, 1ª fase.
- Inscrição no Projeto CNM Programa Europeu de Cooperação Urbana Internacional (IUC) para a América Latina e Caribe (LAC) - O programa IUC oferece a consórcios/cidades participantes a oportunidade de ser associado com cidades europeias, isso permite aos consórcios/cidades construir relacionamentos que permitam apoiar as ações pré-existentes no domínio das ações de planejamento urbano sustentável.
- Projeto de Diagnóstico e Elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais, com o objetivo de atender aos consorciados no que tange a questão da Gestão de Resíduos Sólidos e Manejo de Águas Pluviais. O Corsap-DF/GO, está desenvolvendo um Plano de Ação para Coordenação dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos e Manejo de Águas Pluviais, e este Projeto contempla as atividades de visita de diagnóstico e formação da equipe de Trabalho, Decreto ou Portaria com a definição das duas equipes de trabalho, o Comitê Executivo e Comitê de Coordenação; o Plano de mobilização Social; o Relatório do Diagnóstico técnico participativo; o Relatório da prospectiva e planejamento estratégico; o relatório dos programas, projetos e ações; o plano de execução; a minuta do Projeto de Lei do PMRS e do PMAP; o relatório sobre os indicadores de desempenho do PMRS e do PMAP; o Sistema de informações para auxílio à tomada de decisão; o Relatório mensal simplificado do andamento das atividades desenvolvidas; e o relatório final do PMRS e do PMAP.
- Projeto Básico de Estação de Triagem, Compactação e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos - O Projeto Básico de Estação de Triagem, Compactação e Compostagem de Resíduos Sólidos, foi elaborado por uma empresa de engenharia.
- Estudos para convênios/cooperação UnB, IFG e IPC: UnB - Cooperação técnica-científica entre projetos e estudos de mútuo interesse, capacitação de recursos humanos e pesquisas aplicadas a área de resíduos sólidos e águas pluviais. Esta parceria terá, também, o objetivo de fomentar o desenvolvimento humano e socioambiental na Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (RIDE-DF-GO); IFG - Cooperação técnica-científica entre projetos e estudos de mútuo interesse,

capacitação de recursos humanos e pesquisas aplicadas a área de resíduos sólidos e águas pluviais. Esta parceria terá, também, o objetivo de fomentar o desenvolvimento humano e socioambiental na Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (RIDE-DF-GO) e IPC LIFE PAYT - O LIFE PAYT ferramenta para reduzir os resíduos, o objetivo principal do projeto é apoiar os municípios na adoção de tarifas de resíduos PAYT ("Pague o que bota fora"), que trará a adoção de práticas de prevenção e separação dos resíduos, fomentando a coleta seletiva. O IPC, Instituto Politécnico de Coimbra é o ponto focal deste relacionamento com o LIFE PAYT. Pretende-se que as metodologias desenvolvidas possam depois ser estendidas para outros municípios do Sul da Europa, contribuindo para uma melhor gestão dos recursos europeus e para a implementação das estratégias ambientais nacionais e europeias.

- Solicitação de verba adicional para implantação de Estação de Transbordo e Caminhões - Em atendimento ao Edital interno da SECIMA/GO – Solicitada verba para implantação de 4 (quatro) Pontos de Entrega de resíduos sólidos urbanos (RSU) e resíduos de construção e demolição (RCD) com Recebimento, Triagem, Compostagem, Compactação e Transbordo.
- Início de Estudos Jurídicos para Contrato entre Consórcio e Aterro Privado: questionamento inicial à Confederação Nacional de Municípios - CNM com resposta da Consultora especialista da CNM em Consórcios Públicos e Resíduos que indicou o Caso do Aterro Privado de Minas do Leão/RS.
- Aprovação do Aterro Privado Ouro Verde junto a Gerência de Descentralização da SECIMA/GO, com indicação do Corsap-DF/GO aos entes consorciados da viabilidade de disposição final de resíduos.
- Projeto de Quintais Orgânicos - O Projeto Quintais Orgânicos, também desenvolvido pela equipe do Corsap-DF/GO, é um projeto que tem por objetivo realizar atividades de educação ambiental e capacitação para educadores ambientais, estimulando a mobilização da população dos municípios em torno de ações que promovam melhorias na qualidade ambiental e de vida e consequentemente a redução substancial da quantidade de resíduos sólidos domésticos encaminhados para a destinação final nos aterros sanitários. Todas as metas de implementação do projeto podem ser verificadas no Projeto Quintais Orgânicos.
- Proposta de Projeto de Compostagem ao Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA - No intuito de promover a gestão dos resíduos sólidos e das águas pluviais de seus entes consorciados, o Corsap-DF/GO encaminhou Proposta de Projeto para a instalação, nos municípios participantes do Consórcio, de composteiras domiciliares e realização de programas de mobilização da população para a correta separação dos resíduos sólidos, em conformidade com o Edital do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA/FSA nº 01/2017.
- Proposta junto a Agência Nacional de Águas via Sistema SICONV - O Corsap-DF/GO, também, dentro de suas atribuições estatutárias, realizou proposta de Convênio via Sistema de Gestão de Convênios – SICONV junto a Agência Nacional de Águas - ANA de projeto para práticas conservacionistas da Bacia do Rio Maranhão na Cidade de Planaltina – GO. A proposta encontra-se em análise pela ANA.
- Proposta junto a Fundação Nacional de Saúde via Sistema, sobre projeto de desenvolvimento de ações para enfrentamento ao vetor transmissor da dengue, zika e chikungunya. Corsap-DF/GO impetrou recursos perante a Fundação Nacional de Saúde, que se encontra em fase de análise.
- Projeto Green Ambiental de Coleta Seletiva de Embalagens de Vidro - Visa buscar soluções para os resíduos sólidos de seus entes consorciados, o Corsap-DF/GO tem em mãos Projeto de Coleta Seletiva de Embalagens de Vidro elaborado por uma empresa, que será enviado em momento oportuno aos municípios participantes do

Consórcio. Está é uma solução que oferece uma destinação alternativa ao vidro, reduzindo o volume geral do lixo destinado aos aterros sanitários.

São metas previstas pelo Corsap-DF/GO para o ano de 2018:

- Finalizar as Conferências Municipais de 2017, com previsão para o primeiro bimestre de 2018;
- Retomar a programação das Conferências Municipais de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais;
- Realizar a Assembleia Geral Extraordinária, com previsão para o primeiro bimestre de 2018, na qual se pretende ratificar o Contrato de Rateio 2017, apresentar nova Logomarca do CorsapDF/GO;
- Andamento de atividades como as emendas do Ministério das Cidades, a Coordenação dos Planos Municipais.

Segue abaixo o Cronograma de ações do Corsap-DF/GO, realizadas em 2017 e ações previstas para 2018:

CORSAP DF GO

Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás

CRONOGRAMA DE AÇÕES CORSAP-DF/GO

Encaminhada minuta da Lei de Grande Geradores, para análise técnica e jurídica para a SECIMA, SINESP e SLU.	16/11/2017
Encaminhada minuta da Lei de Grande Geradores aos municípios consorciados.	27 a 30/11/2017
Entrega do Termo de Referência do Plano Regional de Manejo dos Resíduos Sólidos. (1ª fase)	15/12/2017
Entrega do Termo de Referência do Plano Regional de Manejo dos Resíduos Sólidos. (2ª fase)	A definir
Finalização das Conferências Municipais (locais)	Final de dezembro
Prazo final para os municípios aderirem ao Projeto da Costa Ribeiro Ambiental (Plano Municipal)	31/12/2017
Finalização dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos	Junho/2018
Implantação de viveiros de mudas - Compensação ambiental	Fevereiro/2018
Execução dos projetos "ORGÂNICOS" (compostagem, hortas, etc.)	Março/2018
Projeto de Lei de implantação da Coleta seletiva com inclusão social nos municípios consorciados.	Abril/2018
Projeto de Lei do Código de Limpeza Urbana	Maio/2018
Lei de gerenciamento de resíduos sólidos para os municípios	Junho/2018
Código Ambiental	Julho/2018
Criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente	Agosto/2018
Revisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente	Agosto/2018
A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública	Setembro/2018
Implantação de sala verde nas escolas – Transversalidade curricular x objetivos sólidos	Outubro/2018
Educação Ambiental – Iniciando com quintais orgânicos	Outubro/2018
Implantação de viveiros de mudas - Compensação ambiental	Novembro/2018
Projeto Básico de Drenagem de Águas Pluviais	Novembro/2018
Projeto Executivo de Drenagem de Águas Pluviais	Dezembro/2018
Projeto de Lei de Conservação Ambiental – ICMS Ecológico	Dezembro/ 2018

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP tem como eixo principal o atendimento do Plano Estratégico de Obras do Governo de Brasília. O investimento na urbanização das regiões mais carentes do Distrito Federal é uma das principais prioridades do Governo de Brasília, que tem se empenhado para garantir maior dignidade e qualidade de vida aos moradores do Distrito Federal.

O trabalho realizado pela SINESP tem resultados diretos na melhoria da qualidade de vida dos brasilienses. Os projetos são desenvolvidos de forma criteriosa para que as obras, de maior ou menor impacto, tenham sempre como foco o atendimento eficiente das demandas da população.

As obras de drenagem e pavimentação garantem que os serviços urbanos básicos, como: coleta de lixo, transporte público, policiamento, além do tráfego de ambulâncias e do transporte escolar, sejam acessados por toda a população. Essas benfeitorias impactam diretamente a saúde dos cidadãos, diminuindo, por exemplo, problemas respiratórios e alergias - na época da seca - e doenças como leptospirose e dengue, no período chuvoso.

Registra-se a grande importância da ampliação do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal, para o bem estar e segurança da população.
O Relatório apresentou as realizações dos diversos empreendimentos sob responsabilidade da SINESP; a situação do Planejamento e Projetos de Obras, convênios firmados com Órgãos do GDF e da União, contratos de financiamento e de repasse, acompanhamento ambiental e políticas de saneamento básico. Outros aspectos também foram tratados, quais sejam, a implantação e desenvolvimento de tecnologia da informação, com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e os avanços do Sistema InfObras.
Também foram abordadas as informações sobre a atuação do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – Corsap-DF/GO, Pessoa Jurídica de Direito Público, com natureza de autarquia do tipo associação pública, a que alude o art. 41, inciso IV, do Código Civil Brasileiro, que é formada pelo Distrito Federal, Estado de Goiás e por 19 municípios goianos que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF.
A SINESP obteve uma melhora considerável no percentual de desembolso em comparação com o mesmo período de 2016. As obras tiveram avanços e ganharam rendimento ao longo do ano. Obteve-se, assim, melhor desempenho dentre os exercícios financeiros deste Governo, apesar das dificuldades e restrições impostas e da acentuada inexecução orçamentária, que ainda persiste, com referência às fontes externas, previstas pelos setores competentes em montantes que assegurariam: o desenvolvimento de contratações de grande porte, para as quais se anteviam (execução no exercício) andamentos normais, como as do Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão, Túnel Rodoviário de Taguatinga, as novas contratações previstas para determinados lotes dos Setores Habitacionais Bernardo Sayão e Vicente Pires e os certames projetados para empreendimentos integrantes do Corredor Oeste que necessitariam de tais aportes orçamentários.
Em relação a novos projetos e captações, registra-se o aumento significativo das captações das Emendas Parlamentares Federais. Também, no campo das captações, importante ratificar o intenso trabalho da equipe da SINESP no sentido de finalizar as aprovações do Programa Brasília Sustentável II, cujo valor está na ordem de US$ 150 milhões de Dólares Americanos e conforme supracitado, encontra-se em fase final de apresentações de documentos por parte do GDF para aprovações no âmbito do Governo Federal.
Entre os resultados alcançados, destaca-se a finalização dos trabalhos de proposição das minutas dos Planos Distritais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A SINESP, após a aprovação do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) pela comissão técnica, também auxiliou na instituição do Consab (Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal) como instrumento de caráter consultivo e articulador de controle social focado nos serviços de saneamento básico. O Consab permite através de suas diretrizes, a participação da sociedade organizada nos fundamentos previstos na Política Nacional de Saneamento Básico.
Merece destaque a atuação da SINESP na superação de pendências administrativas, tais como licenciamentos ambientais e outorgas, para execução de obras como Drenar DF (Faixa 1/2, Faixa 10/11 e Taguatinga), urbanização e instalação de infraestruturas em Setores Habitacionais, a saber: Bernardo Sayão, Porto Rico, Buritis, Vicente Pires, Sol Nascente e do Projeto Orla Livre, que também impactam as condições de saneamento das regiões afetadas no DF.
No que tange ao cumprimento das metas e diretrizes inerentes as Políticas de Gestão de Resíduos, é importante destacar o início da utilização do Sistema DOF, ferramenta integrante do Sistema de Gestão Florestal do Ibama, para realizar o controle das madeiras que são suprimidas e transportadas. No caso da Secretaria, madeiras provenientes das grandes obras de drenagem nos setores habitacionais, cujos serviços de supressão são prestados pela

NOVACAP. O DOF tem como objetivo principal, regular e controlar o transporte e comércio de madeira em todo o território nacional.
Durante o ano de 2017, o planejamento de execução das obras também teve que lidar com alguns desafios que atrasaram o cronograma previsto para suas execuções. Mesmo com o comparativo de 2015, 2016 e 2017, demonstrando com facilidade a enorme evolução das obras e por consequência dos desembolsos vinculados aos contratos de financiamentos, os desafios ainda são eminentes e é necessário melhora das ações para se conseguir acompanhar o planejamento de desembolsos acordados com os Agentes Financiadores e Gestores. As barreiras de projetos e interferências nas obras precisam ser vencidas com maior celeridade.
A constante adequação de projetos, associada à problemática fundiária do Distrito Federal, ocasionando o retorno ao órgão ambiental de projetos já analisados e aprovados, por força de comando da Licença Ambiental, é a causa raiz dos grandes entraves na execução dos empreendimentos. As muitas adequações e as sucessivas reconfigurações de cálculos, locais e relatórios gerou um esforço muito grande de todos os interessados para o andamento das obras.
No quesito informação, a SÍNESP destaca 501 atendimentos à imprensa, além de 43 matérias divulgadas no sitio da Secretaria, sempre informando à população sobre o andamento das obras e outras atividades desenvolvidas por esta Pasta. Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, a SÍNESP também disponibilizou, no sitio eletrônico, informações sobre todas as ações, programas, contratos, estrutura, entre outros assuntos de sua competência. Por essa ação, a secretaria ficou em primeiro lugar no ranking de transparência ativa, pelo segundo ano consecutivo.
Ainda no que diz respeito à prestação de informações, a SINESP recebeu, via Sistema de Ouvidoria (OUV-DF), 39 manifestações ao longo do ano de 2017, sendo que 22 foram referentes a reclamações, sobretudo quanto ao andamento das obras de urbanização de Vicente Pires e do Sol Nascente. Destaca-se que somente nos meses de novembro e dezembro foram 14 registros. Em todos os casos os cidadãos foram informados do prazo e problemas que prejudicaram o cronograma de execução, como as chuvas, típicas dos referidos meses. Os outros 17 registros foram: 8 solicitações, 5 denúncias, 2 sugestões, 1 informação e 1 elogio. No Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-sic), meio usado para se ter acesso à informação geral e pública de dados e documentos sob a guarda dos órgãos públicos, foram respondidas 17 solicitações. E para que o cidadão saiba quais são as atividades desenvolvidas pela SINESP, foi disponibilizado no sitio eletrônico a Carta de Serviços e, no momento, o órgão trabalha no aprimoramento da versão online.
No âmbito do controle externo e interno, no exercício de 2017 a SINESP foi diligenciada por inspeções realizadas pela Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e por iniciativas da Unidade de Controle Interno – UCI, ademais, permanecem instituídas Comissões Permanentes de Tomada de Contas Especial, de Sindicância e a Comissão de Ética.
Desse modo, em 2017, determinou-se a instauração de: 03 Procedimentos de Investigação Preliminar; 04 Sindicâncias, sendo 02 por meio da Comissão Permanente e 02 por meio de Comissões Especiais; 03 Processos Administrativos Disciplinares, e 02 Processos Administrativos de Fornecedores e 01 Tomada de Contas Especial. No que se refere as ações afetas à procedimentos de controle e/ou apurações, esta Secretaria encerra o ano com registro das seguintes ações: Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão governamental, do Programa Temático 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental; Análise de atos e fatos relacionados à execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de Obras de Artes Especiais no Sol Nascente e Análise de Contratos de Financiamento e Repasse do Programa Pró-Moradia II.
Para o exercício de 2018, a Secretaria elencou, entre outras, as metas de conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, meios – fios, drenagem pluvial e execução de obras

de artes especiais, nos Lotes 06 e 07 de Vicente Pires; de conclusão das obras de execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritizinho e nos Trechos 1 e 2 do Setor Habitacional Sol Nascente; das contratações do Drenar DF – Lote 2 e 3; do Drenar Taguatinga – Lotes 1, 2 e 3; de Construção de Centros de Iniciação ao Esporte, em Santa Maria e Sobradinho II; além da revisão e atualização dos projetos e orçamentos do Setor Habitacional do Pôr do Sol visando sua plena regularização fundiária e urbanística.

FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL - FUNAM – UO: 21.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM, instituído pelo art. 73 da Lei Distrital nº. 041 de 13/09/1989, é órgão de natureza contábil e seus recursos são destinados exclusivamente à execução da política ambiental do Distrito Federal.

Os recursos financeiros destinados ao FUNAM devem ser aplicados em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de apoio editorial e de educação ambiental e em despesas de capital relativas à execução da política ambiental do Distrito Federal (art.76 da mencionada lei).

A Lei nº. 3.984 de 28/05/2007 cria, em seu artigo 13, o Conselho de Administração do FUNAM. O Decreto nº. 28.292, de 19/09/2007, aprova o Regimento Interno do Fundo Único do Meio Ambiente e o Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo. O Decreto nº 36.441/2015, de 08/04/2015, dá nova redação ao art. 4º, incisos I a V, do Decreto nº 28.292/2007, alterando a composição do Conselho Administrativo do FUNAM.

São objetivos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal:

I. apoiar programas e projetos voltados à execução da política ambiental do Distrito Federal;

II. promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do Distrito Federal.

As áreas de atuação do FUNAM atendem a programas, projetos ou atividades que visem à extensão florestal, manejo sustentado e conservação dos recursos naturais renováveis, e unidades de conservação; pesquisas e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental e divulgação; implantação de parques; controle ambiental e fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucional; e outros considerados condizentes com seus objetivos.

O FUNAM é administrado pelo Conselho de Administração do Fundo - CAF/FUNAM, sendo supervisionado diretamente pelo titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. Competem à SEMA as atividades da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do FUNAM.

FORÇA DE TRABALHO

Apesar de o FUNAM não dispor de força de trabalho própria, contou com o fortalecimento de sua estrutura administrativa organizacional em 2016. Possui um quadro de pessoal formado por três servidores, sendo dois servidores efetivos e um servidor comissionado. Todos os servidores são remunerados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e lotados na Unidade Estratégica do FUNAM. A atribuição do Secretário Executivo é secretariar e cuidar das atividades administrativas do Conselho Administrativo do Fundo – CAF, ao passo que as funções de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade, por força do Decreto nº 36.937/2015, que reestruturou a SEMA, cabem à Subsecretaria de Administração Geral da SEMA.

O Conselho Administrativo do FUNAM - CAF, instituído pelo art. 13 da Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, é o órgão deliberativo máximo do Fundo. Possui atribuição de formular,

acompanhar, avaliar, agilizar a execução de planos, programas e projetos, com vistas à execução da política ambiental do Distrito Federal. A composição do Conselho obedece ao Decreto Nº 36.441/2015, apresentando a seguinte estrutura organizacional: a) Presidência, exercida pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente do DF; b) Vice-Presidência, exercida pelo Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF; c) Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – IBRAM; d) 04 (quatro) representantes do segmento ambiental da sociedade civil, com atuação no Distrito Federal; e) 01 (um) representante da área técnico-ambiental do Governo do Distrito Federal. Cumpre salientar que os Conselheiros não recebem remuneração a título de jeton.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	**9.888,00**	**2.230.486,00**	**890.000,00**	**590.000,00**
0001 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	9.888,00	2.230.486,00	890.000,00	590.000,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**9.888,00**	**2.230.486,00**	**890.000,00**	**590.000,00**

As atividades de liberação de incentivos financeiros a programas e projetos voltados para a execução da política ambiental utilizando recurso do Fundo Único do Meio Ambiente - FUNAM são exercidas pelo Conselho Administrativo - CAF. As decisões do colegiado têm a finalidade de estabelecer critérios e prioridades de aplicação dos recursos em ações, projetos e programa, com vistas à execução da política ambiental no Distrito Federal.

Os recursos disponíveis para o Fundo no exercício financeiro de 2017 alcançou o montante de R$ 7.457.831,83, oriundos de arrecadação de anos anteriores, aplicações financeiras e depósitos de sentença judiciais por conta da desocupação da Orla do Lago Paranoá. No que diz respeito ao valor de crédito suplementar por apuração do SUPERÁVIT FINANCEIRO do FUNAM, autorizado pela Governança do DF para fomento dos projetos aprovados pelo Conselho de Administração do FUNAM, no valor de R$ 2.230.485,00, foi inferior aos efetivos recursos disponíveis do FUNAM depositados em conta corrente.

Os quadros abaixo apresentam os projetos implantados dentro do limite autorizado para aplicação em projeto aprovados pelo Conselho de Administração do FUNAM:

CONCURSOS – PRÊMIOS SUSTENTÁVEIS

Os quatro Concursos aprovados pelo Conselho de Administração do FUNAM (iniciativas sustentáveis urbanas e rurais, empresariais e educativas) têm por objeto criar mecanismo de incentivo às boas práticas sustentáveis por meio de premiação anual, reconhecendo iniciativas social e ambientalmente comprovadas que inovem, promovam, incentivem e que sejam replicáveis em contextos semelhantes. Os concursos tiveram o primeiro processo seletivo realizado em 03/11/2017 com as entregas das premiações aos vencedores ocorridas em 08/12/2017. Do mesmo modo, estão previstos outros dois processos seletivos nos exercícios de 2018 e 2019, que visam dar continuidade à seleção e premiação das iniciativas que demonstrem o uso de práticas sustentáveis e promovam a sustentabilidade socioambiental.

Projeto	Objetivo	Aporte Financeiro (R$)

Iniciativas Urbanas Sustentáveis	Impulsionar no Distrito Federal práticas sustentáveis na gestão de energia elétrica, águas, hortas urbanas e resíduos sólidos, proporcionando economia, sustentabilidade ambiental e promovendo saúde e qualidade de vida. (Edição 2017)	150.000,00
Iniciativas Rurais Sustentáveis	Impulsionar no Distrito Federal práticas sustentáveis na gestão de empreendimentos familiares rurais que fortaleçam a sociobiodiversidade, a agroecologia e a sustentabilidade socioambiental, proporcionando bons resultados ambientais, econômicos e a melhoria da saúde e qualidade de vida. (Edição 2017)	150.000,00
Espaços Educadores Sustentáveis	Impulsionar e dar visibilidade no Distrito Federal às boas práticas educativas que a partir da ação coletiva transformam a realidade em que estão inseridas por meio de ações de educação ambiental, promovendo modos sustentáveis de produção e consumo, saúde e qualidade de vida. (Edição 2017)	200.000,00
Iniciativas Empresariais Sustentáveis	Impulsionar no Distrito Federal práticas empresariais sustentáveis na gestão de energia elétrica, águas, resíduos sólidos, aproveitamento de condições naturais locais, educação ambiental, conscientização dos envolvidos nos processos, proporcionando economia, sustentabilidade ambiental e promovendo saúde e qualidade de vida. (Edição 2017)	200.000,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. Evolução Superávit Financeiro x Projetos Financiados (R$)

Ano	Superávit Financeiro (R$)	Projetos Financiados (R$)
2017	2.230.430,00	700.000,00
2016	8.224.784,00	1.699.504,77
2015	8.242.258,00	244.797,11
2014	7.584.478,00	79.713,13
2013	7.107.628,00	46,44
2012	6.580.429,00	0,00
2011	6.089.570,00	229.810,94
2010	4.974.196,00	0,00
2009	4.347.080,22	0,00
2008	3.925.358,25	3.847,98
2007	3.185.593,00	2.264,52

2. Reuniões Extraordinária e Ordinárias

Data	Reunião	Publicação DODF
23/03/2017	19ª Reunião Extraordinária	Nº 075 de 19/04/2017
12/05/2017	20ª Reunião Extraordinária	Nº 109 de 08/06/2017
17/02/2017	10ª Reunião Ordinária	Nº 55 de 21/03/2017
22/09/2017	11ª Reunião Ordinária	Nº 196 de 11/10/2017

3. Resoluções

Data	Reunião	Publicação DODF
17/02/2017	Nº 04	Nº 59 de 27/03/2017
23/03/2017	Nº 05	Nº 64 de 03/04/2017
22/09/2017	Nº 06	Nº 204 de 24/10/2017

4. Portarias

Data	Portaria	Publicação DODF
09/03/2017	Nº 17	Nº 48 de 10/03/2017
15/03/2017	Nº 18	Nº 53 de 17/03/2017
26/04/2017	Nº 31	Nº 80 de 01/07/2017
01/06/2017	Nº 49 e 50	Nº 104 de 01/07/2017
05/09/2017	Nº 76, 77, 84 e 85	Nº 180 de 19/09/2017

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O histórico das ações de financiamento do FUNAM a projetos que promova a sustentabilidade ambiental demonstra que há um engessamento na implementação pela SEMA, por motivos diversos, que vão desde a interpretação da Lei do FUNAM, que é complexa e dificulta o repasse do aporte financeiro para os projetos aprovados pelo CAF/FUNAM, ao despreparo do quadro técnico do Fundo. A atividade do Fundo exige pleno conhecimento do funcionamento do colegiado e também exige do gestor conhecimento na área de elaboração de projetos, de finanças e orçamento públicos, gerenciamento de projetos e vivência nas atividades de secretário executivo em colegiado. Outro fato a destacar é a falta de conhecimento técnico na elaboração de termos de referência, que respeite o fluxo do processo administrativo.

Desse modo, percebe-se que a gestão do FUNAM nos anos de 2007 a 2013 não alcançou eficácia desejável, tanto que o Tribunal de Contas do Distrito Federal, em várias ocasiões, interpelou o FUNAM pela sua inatividade, sem nenhuma implementação de projetos aprovados pelo CAF, solicitando esclarecimento e providências da SEMA para fortalecer o Fundo e dotá-lo de estrutura suficiente para planejar suas ações de financiamento de projetos ambientais.

No entanto, entre 2014 e 2017, conforme se verifica no demonstrativo Evolução Superávit Financeiro x Projetos Financiados (item 3), deste relatório, houve uma significativa mudança nessa situação, com projetos aprovados e implementados, projetos empenhados com execução em andamento e projetos aprovados pelo CAF, aguardando dos proponentes o cumprimento de adequações no Termo de Referência.

As informações abaixo evidenciam o estágio de execução dos projetos iniciados em exercícios anteriores, além de demonstrar os 02 novos projetos aprovados pelo CAF no decorrer do ano.

PROJETOS INICIADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Sobre os projetos iniciados em exercícios anteriores, porém não finalizados, cita-se o Cadastro Ambiental Rural – CAR, que tem por objetivo geral promover o cadastramento dos imóveis rurais na APA da Bacia do Rio Descoberto e aos que tiverem até 4 módulos fiscais em todo Distrito Federal. Esse convênio encontra-se em execução com término previsto para 23/03/2018. No que diz respeito à entrega dos produtos resultante do objeto do convênio, percebe-se que mais de 80% das ações previstas no plano de trabalho foram realizadas. O aporte financeiro foi de R$ 999.554,72.

Do mesmo modo, o curso de Instalação e Manutenção de Placas Fotovoltaicas (promovido pelo SENAI – Contrato nº 001/2016) teve a finalização de sua execução no decorrer do exercício. O objetivo do projeto foi alcançado, pois proporcionou a formação de aproximadamente 150

(cento e cinquenta) profissionais na área de instalação e manutenção de Sistemas Fotovoltaicos. O aporte financeiro foi de R$ 300.000,00.

PROJETOS APROVADOS PELO CAF (entre 2015 e 2017)

A respeito das atividades do Conselho de Administração do FUNAM, registra-se que o colegiado, no exercício de 2017, empreendeu esforços para desenvolver suas atividades com vistas ao pleno funcionamento do Fundo. Foram realizadas duas reuniões ordinárias – RO e duas reuniões extraordinárias – RE. Diferentemente do que ocorreu nos exercícios anteriores, quando os órgãos de controles internos e externos determinaram à SEMA providências para implementação dos trabalhos e aplicação dos recursos do Fundo, no exercício 2017 o FUNAM esteve em plena atividade.

As ações da SEMA para o fortalecimento do FUNAM resultaram em 06 projetos aprovados com viabilidade técnica ambiental, embora pendentes de implementação por ainda dependerem da construção de termo de referência, plano de trabalho e cronograma físico-financeiro.

O quadro a seguir apresenta os projetos, objetivos e aporte financeiro aprovado pelo CAF.

Projeto	Objetivo	Aporte Financeiro (R$)
PCPV - Plano de Controle de Poluição	Aquisição de equipamentos e contratação de serviços para subsidiar a implantação, execução e avaliação do programa de Inspeção e Manutenção de Veículos no Distrito Federal – Programa I\M, integrante do PCPV.	1.909.515,64
Mudanças Climáticas: Cenários e Alternativas	Projeções futuras de clima, com maior detalhamento, e passíveis de uso em avaliações dos impactos da mudança do clima em diversos setores socioeconômicos e ambientais.	65.500,00
Avaliação de Riscos Climáticos e Alternativas	A avaliação dos prováveis impactos de diferentes cenários climáticos para o DF sobre os recursos hídricos, usos associados, atual e futuro, considerando um horizonte de 30 anos (2010-2040).	90.000,00
Novo desenho Institucional do FUNAM	Consultoria para análise, revisão e desenvolvimento do redesenho organizacional do FUNAM.	130.000,00
CAR - Cadastro Ambiental Rural com o (IBRAM)	2ª Etapa do Programa – IBRAM – Implantar o registro eletrônico (CAR), que permitirá ao GDF promover ações de planejamento da Política Ambiental DF, como: 1) definição de áreas de reserva legal; 2) emissão de cota de reserva ambiental para mercados de ativos ambientais; 3) adesão ao programa de regularização ambiental, que visa à recuperação de áreas degradadas em regime diferenciado ao produtor e regularização fundiária de imóveis rurais.	300.485,23
Concursos Prêmios Sustentáveis	Impulsionar no Distrito Federal iniciativas sustentáveis urbanas e rurais, empresariais e educativas sustentáveis, social e ambientalmente comprovadas, que inovem, promovam, incentivem e que sejam replicáveis em contextos semelhantes. (Edições 2018 e 2019)	1.400.000,00

PROJETOS NOVOS

O Conselho de Administração do Fundo foi convocado para deliberar sobre os dois projetos considerados estratégicos para a SEMA, conforme apresentado no quadro abaixo:

Projeto	Objetivo	Valor (R$)
Monitoramento de Médios e Grandes Mamíferos no DF e Entorno	Monitorar o Lobo Guará por meio de armadilha fotográfica e com a colocação de GPS,(*) (*) o projeto deverá ser submetido outra vez ao CAF para avaliação da viabilidade técnica ambiental.	320.000,00
Controle Reprodutivo de Animais Domésticos	Realizar procedimentos cirúrgicos de castração de animais domésticos, contribuindo, desta forma, para a qualidade ambiental, para a saúde pública e para o bem-estar animal no Distrito Federal	700.000,00

Conclui-se que, mesmo sem estrutura própria e sem a revisão dos instrumentos legais que possam tornar mais ágeis os trâmites processuais e administrativos, o FUNAM não se manteve inerte quanto aos procedimentos e ações para as atividades finalísticas do Fundo.

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB – UO: 22.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Caesb, é uma instituição pública de direito privado, regida pela Lei das Sociedades Anônimas. Criada em 8 de abril de 1969, pelo Decreto-Lei nº 524, a então Companhia de Águas e Esgotos de Brasília detinha em suas competências a finalidade de execução, operação, manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento d'água e de coleta de esgotos sanitários no Distrito Federal (DF); a conservação, proteção e fiscalização das bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para os fins de abastecimento d'água e o controle da poluição das águas.

Com a edição da Lei nº 2.418, em 06 de julho de 1999, a empresa passou a ser denominada Companhia de Saneamento do Distrito Federal e teve sua área de atuação ampliada, podendo atuar em todo território nacional.

Posteriormente, com a publicação da Lei nº 3.559, de 18 de janeiro de 2005, sua denominação foi novamente alterada para Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal e sua atuação foi ampliada para todos os setores do saneamento, em quaisquer de seus processos, inclusive resíduos sólidos e drenagem, podendo atuar no território nacional e no exterior.

A partir de 2006, a Caesb passou a ser regulada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Saneamento nº 001/2006, de 24 de fevereiro de 2006. Esse Contrato, além de regular a exploração do serviço público de saneamento básico no Distrito Federal, também passou estabelecer os níveis de qualidade da prestação dos serviços e as tarifas públicas a serem praticadas no DF.

Com a assinatura do Contrato de Concessão e com edição da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Política Nacional de Meio Ambiente e da Lei do Saneamento, houve uma segregação das funções de prestação dos serviços públicos e de gestão dos recursos hídricos, passando esta última competência para a Agência Reguladora de Águas Energia e Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Adasa).

Assim, atualmente, Caesb atua em duas vertentes principais: a primeira, na construção e implantação de infraestrutura, necessária para que seus serviços cheguem a todas as áreas de sua concessão e a segunda, na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Não obstante, a Caesb continua a desenvolver uma forte política ambiental, com participação relevante nos Comitês de Bacia, na definição das políticas ambientais e na implementação de projetos de educação ambiental junto à população do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	23	556	17	1.848	2.444
Comissionados sem vínculo efetivo	0	24	0	8	32
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	0	1
Estagiários	0	73	0	109	182
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	38	0	62	100

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	24	0	27	51
Subtotal	23	715	18	2.054	2.810
(-) Cedidos para outros órgãos	0	15	0	12	27
Total Geral	23	700	18	2.042	2.810

*O quantitativo de "Outros-especificar" trata-se da contratação de mão-de-obra de trabalhadores portadores de deficiência.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	**5.715.000,00**	**8.041.000,00**	**2.521.110,20**	**867.889,80**
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL-E MELHORIA-ENTORNO	5.715.000,00	8.041.000,00	2.521.110,20	867.889,80
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	**193.787.000,00**	**183.393.753,00**	**144.301.726,17**	**59.678.520,83**
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	193.587.000,00	183.193.753,00	144.301.726,17	59.678.520,83
0002 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ÁGUA NO CONDOMÍNIO CALIFÓRNIA-REGIÃO XVII - RIACHO FUNDO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	**60.632.000,00**	**-13.397.000,00**	**33.265.197,39**	**101.395.802,61**
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ-CAESB-DF ENTORNO	60.632.000,00	-13.397.000,00	33.265.197,39	101.395.802,61
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	**109.364.000,00**	**101.086.000,00**	**70.943.403,33**	**46.698.596,67**
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-CAESB-DISTRITO FEDERAL	109.364.000,00	101.086.000,00	70.943.403,33	46.698.596,67
1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	**19.074.000,00**	**101.000,00**	**23.213.589,92**	**14.833.410,08**
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO--ENTORNO	19.074.000,00	101.000,00	23.213.589,92	14.833.410,08
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	**93.912.000,00**	**76.765.000,00**	**75.660.555,25**	**35.398.444,75**
6033 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	93.912.000,00	76.765.000,00	75.660.555,25	35.398.444,75
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	**47.098.000,00**	**37.038.000,00**	**34.552.466,07**	**22.605.533,93**
6024 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-CAESB-DISTRITO FEDERAL	47.098.000,00	37.038.000,00	34.552.466,07	22.605.533,93
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**529.582.000,00**	**406.424.753,00**	**384.458.048,33**	**281.478.198,67**

Nos últimos dois anos, o Distrito Federal sofreu um longo período de estiagem que acarretou na redução da disponibilidade hídrica dos principais reservatórios da Caesb, em especial os Reservatórios Descoberto e Santa Maria, responsáveis por, aproximadamente, 88% do abastecimento público do DF.

Diante desse contexto de crise hídrica, a Caesb desenvolveu soluções de engenharia para reforço dos Sistemas Descoberto e Santa Maria, de forma a possibilitar maior produção de água para atender à demanda da população.

No sistema Torto/Santa Maria, a Caesb intensificou as obras do subsistema Bananal, que já constavam do plano de investimentos estruturantes da empresa. Com isso, a conclusão do empreendimento foi antecipada para outubro de 2017, possibilitando o aumento da produção de água em cerca de 700 L/s.



Subsistema Bananal



Subsistema Bananal (bombas)

No plano de ação para enfrentamento à crise hídrica, a Caesb também elaborou um plano de investimentos extraordinários baseado em projetos de rápida implantação. O principal projeto consistiu na implantação do Subsistema Produtor do Lago Norte, compreendendo uma captação por meio de balsas flutuantes no Lago Paranoá e uma estação de tratamento compacta que utiliza membranas de ultrafiltração, uma das mais modernas tecnologias de tratamento de água. Esse novo sistema possibilitou um aumento de produção de cerca de mais 700 L/s.



Estação de Tratamento de Água do Lago Norte



Captação flutuante no Lago Paranoá

Complementarmente, o segundo investimento emergencial consistiu na implantação de redes de água e em adequações realizadas em diversos pontos do sistema de distribuição, que possibilitaram a ampliação da área de abastecimento do Sistema Santa Maria, a partir do incremento de produção do Subsistema Lago Norte, para áreas até então abastecidas pelo sistema Descoberto.

Assim, as áreas de abastecimento transferidas do Sistema Descoberto para o Sistema Santa Maria foram Guará I e II, Expansão do Guará II, Setor Habitacional Lúcio Costa, Candangolândia, Park Way e parte de Águas Claras. Até março de 2018 prevê-se a transferência também de Vicente Pires.

Em 2018, também está prevista a conclusão do Sistema Produtor do Corumbá. Este Sistema esta sendo concebido por meio de um consórcio entre a CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO), com previsão de captação e tratamento de até 4.900 L/s. A primeira etapa do projeto, atualmente em obras, está projetada para produzir de 2.800 L/s e compõe-se dos seguintes empreendimentos: Adutora de Água Bruta, Estação de Tratamento de Água (ETA Valparaíso), Estação Elevatória de Água Tratada Valparaíso, Adutora de Água Tratada Valparaíso/Santa Maria, Adutora de Água Tratada Santa Maria/Gama. Atualmente, já foi executado 65% do investimento total de aproximadamente R$ 272 milhões.

Outro investimento previsto para ampliação da produção de água no DF trata-se do Sistema Paranoá que captará água do Lago Paranoá em diferentes pontos. Apesar de a Caesb ter concluído os processos licitatórios da 1ª etapa do empreendimento, as obras não foram iniciadas em função do contingenciamento dos recursos federais assegurados do Orçamento Geral da União (OGU). Desde 2016, a Companhia vem negociando com o Ministério das Cidades para obter os recursos federais, contudo, ainda sem sucesso. Atualmente, a Caesb está buscando fonte alternativa para financiamento do empreendimento.

Importante se faz destacar que, mesmo com a crise hídrica e com a mobilização de recursos para execução dos investimentos extraordinários, a Caesb investiu significativamente na ampliação da cobertura dos serviços e na melhoria da infraestrutura, principalmente do sistema de esgotamento sanitário, o que representa variável relevante no contexto das políticas de saúde pública, preservação do meio ambiente e despoluição.

Foram ativadas, em 2017, 15.672 novas ligações de água e 19.814 novas ligações de esgoto, atendendo, principalmente, a áreas que careciam de redes de esgotos, tais como Setor Habitacional Sol Nascente, Setor Habitacional Vicente Pires, Setor de Mansões Dom Bosco, INCRA 8 e os condomínios da Região do Grande Colorado.

A seguir são apresentados os principais empreendimentos realizados pela empresa em 2017:

Investimentos concluídos no sistema de abastecimento de água:

- Subsistema Produtor de Água do Bananal;
- Remanejamento das adutoras de água tratada da EPIG no Sudoeste/DF;
- Perfuração de 4 poços nos núcleos rurais de Rajadinha, Chapada, Capão Seco, e Cerâmica Dom Bosco;
- Implantação de redes de abastecimento nos Núcleos Rurais de Taquara, Fazenda Larga e Capão Seco;
- Implantação de sistema de abastecimento do Núcleo Rural Oziel Alves, incluindo poço, UTS e Reservatório;
- Implantação de 02 reservatórios metálicos de 50 m³ nos Núcleos Rurais de Buriti Vermelho e Capão Seco;
- Fabricação e instalação do Motor Principal do Conjunto Moto-Bomba 02 da Elevatória de Água Bruta do Rio Descoberto; dentre outros;
- Potencialização das bombas da Estação Elevatória da Estação de Tratamento de Água de Brasília;

Investimentos emergenciais concluídos para enfrentamento à situação de crise hídrica do Distrito Federal:

- Subsistema Produtor de Água do Lago Norte
- Reabilitação da captação do Alagado;
- Interligação do Total Ville à rede de abastecimento do Pólo JK;
- Substituição dos rotores das bombas da Elevatória de Água Bruta da Captação Cabeça de Veado, resultando em ganho de cerca de 30 L/s;
- Melhorias na Estação de Tratamento de Água de Brasília;
- Reforço no sistema de distribuição de água dos Hospitais de Base, Sarah Kubitschek e Forças Armadas;
- Implantação de novo poço profundo em São Sebastião/DF.

Investimentos concluídos no sistema de esgotamento sanitário:

- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sol Nascente em Ceilândia (bacias B e C);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Incra 08 em Brazlândia, incluindo Estação Elevatória de Esgotos, linha de recalque, sifão invertido e complementação das redes públicas e ramais condominiais;
- Implantação da Estação Elevatória de Esgotos, Linha de Recalque e Poço de Segurança no Setor Habitacional Ribeirão em Santa Maria;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor de Mansões Dom Bosco no Lago Sul;
- Implantação de Estação Elevatória de Esgoto e linha de recalque do Setor ARIS Buritis em Sobradinho;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Riacho Fundo II (3ª e 5ª Etapas);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nas Quadras 01, 04, 11, 12 e 13 no Arapoanga, em Planaltina;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria;
- Adequação e recuperação das redes de esgoto (incluindo travessias aéreas) em Vicente Pires;
- Aquisição de centrífugas para Estação de Tratamento de Esgotos do Recanto da Emas; e

- Aquisição de caminhão reciclador para desassoreamento, desobstrução e limpeza de estações de tratamento de esgoto e de estações elevatórias de esgotos.

Investimentos em execução:

- Sistema Produtor de Água do Corumbá;
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do SMPW e Adutoras de Reforço do SMPW e Aeroporto Internacional JK no Park Way;
- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Lago Sul (5ª Etapa);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II (1ª Etapa);
- Implantação da Unidade de Gerenciamento de Lodo na Estação de Tratamento de Esgoto Melchior em Samambaia;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Águas Lindas/GO (Entorno);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Região do Grande Colorado - Setor Colorado em Sobradinho II (3ª Etapa);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da 1ª Etapa da Região do Grande Colorado em Sobradinho - Setor Boa Vista I, II, III e IV e Condomínio Residencial RK, constituído de rede pública, ramal condominial, coletor tronco, sifões e interceptor;
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Clubes Esportivos Sul no Lago Sul;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nos Condomínios La Font no Paranoá; Mansões entre Lagos e Novo Horizonte no Itapoã;
- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor Residencial Oeste de Samambaia;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II (2ª Etapa);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nas regiões do Setor de Mansões Park Way, Colônia Agrícola Águas Claras, Vila IAPI e Colônia Agrícola Bernardo Sayão no Park Way;
- Complementação das obras do sistema de exportação de esgotos, abrangendo linha de recalque, interceptor e Estação Elevatória de Esgotos Águas Claras, Estação Elevatória de Esgotos Parque Águas Claras e QS 11 em Taguatinga;

Investimentos contratados em 2017:

- Ampliação da Reservação do Sistema de Abastecimento de Água do Descoberto no Riacho Fundo II;
- Adequação do Sistema de Abastecimento de Águas Lindas/ GO – Entorno.

Investimentos em processo de licitação:

- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sol Nascente em Ceilândia (bacias D, E, F e G);
- Remanejamento de quatro interceptores: Interceptor 414 Sul/ETE Sul em Brasília; Interceptor AE 2-AE 4 – IAPI no Guará; Interceptor AR24 em Sobradinho II e Interceptor Q 07/ETE Sobradinho em Sobradinho;
- Estação de Tratamento de Água do Gama.

Além dos investimentos em aumento de produção, expansão e reabilitação da infraestrutura, a Caesb está investindo significativamente em redução de perdas. Para tanto, a CAESB

elaborou o Programa de Controle e Redução de Perdas, com ações previstas para serem realizadas até 2019, no qual estão previstos investimentos da ordem de R$ 172 milhões.

Dessa forma, para a redução de perdas reais, o Programa prevê a setorização da rede de distribuição, que compreende um conjunto de obras e adequações para a subdivisão da malha de mais de 8 mil quilômetros de tubulações em áreas de distribuição controladas, os denominados Distritos de Medição e Controle. O programa ainda prevê a substituição de redes muito antigas, que apresentam rompimentos incomuns e vazamentos não visíveis, bem como o controle ativo de vazamentos, a partir do monitoramento contínuo da vazão de entrada no Distrito de Medição.

Para a redução das perdas aparentes, o Programa prevê a substituição criteriosa de 250 mil hidrômetros em todo o Distrito Federal e a modernização do Laboratório de Micromedição, que irá garantir a qualidade dos hidrômetros nos processos de aquisição, aferição a pedido dos clientes e verificação por amostragem da precisão dos medidores instalados na rede. Ao total, já foram substituídos 180 mil hidrômetros.

Paralelamente a essas ações, a Caesb vem atuando fortemente no combate às ligações clandestinas nas áreas urbanas regulares e um consistente processo de análise e inteligência para identificação dessas ligações. Em 2017, foram realizadas mais de 22.369 vistorias de fiscalização, detectando imóveis fora de cadastro, utilização de esgoto sem o respectivo pagamento, ligações clandestinas, entre outras muitas irregularidades.

O resultado alcançado foi a redução 14% do índice de perdas da Caesb, passando de 377 em 2016 para 325 L/lig./dia em 2017.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1638 - CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO	9.565	L/S	9565	9606	10065	10.829	12865	12865	CAESB / UO 22202 / OE 4
Justificativa: 2016 - Meta atingida. Reativação da capacidade do Crispim, acréscimo de 30 litros/segundo e operação de poço profundo em São Sebatião, acréscimo de 11 littros/segundo. 2017 - Meta atingida. Implantação do Subsistema Bananal com capacidade de produção de 700L/s, implantação do Subsistema Lago Norte com capacidade de produção de 700L/s, reabilitação da captação do Alagado com acréscimo de 50L/s e implantação de poços profundos.									
1640 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO	82,11	%	82,89	85,23	83,68	85,10	84,55	85,42	CAESB / UO 22202 / OE 4
Justificativa: 2016 - Meta atingida. Houve incremento de 15.077 nas ligações de esgotos em Sol Nascente, Vicente Pires e outras localidades. 2017 - Meta atingida. Ativação de 19.814 novas ligações de esgoto em localidades como Setor de Mansões Dom Bosco, INCRA 08, os condomínios da Região do Grande Colorado, dentre outras.									
1639 - ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO	303	L.DIA/LIGAÇÃO	303	376,69	300	317	280	250	CAESB / UO 22202 / OE 4
Justificativa: 2016 - Em setembro de 2015, a Caesb realizou revisão da metodologia de apuração do indicador Índice de Perdas por Ligação, alinhando o método de cálculo aos padrões internacionais da International Water Associaton (IWA). Essa alteração conferiu maior robustez ao método de apuração e implicou em uma adequação de toda a série histórica do indicador, inclusive do valor apurado em 2015 que, após recalculado, resultou no valor de 381 litros/ligação/dia. 2017 - Média dos últimos 12 meses. Devido a revisão da metodologia de apuração do indicador de Perdas para adequação aos padrões internacionais da International Water Association (IWA), os valores de toda a série histórica do indicador foram recalculados, o que implicou em uma revisão das metas projetadas para os anos de 2015 a 2019, sendo: 381; 373; 349; 308 e 250L/ligação/dia, respectivamente.									

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2782 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**476.964,82**	**1.523.035,18**
0001 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL-CAESB-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	476.964,82	1.523.035,18

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**476.964,82**	**1.523.035,18**

O Projeto Golfinho, criado em 2001, faz parte do Programa de Responsabilidade Social da Caesb e, atualmente, atende a 480 crianças e adolescentes na faixa etária entre 6 e 16 anos e que estão matriculadas e frequentes nas escolas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, parceiras do Projeto.

O objetivo do projeto é proporcionar a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o acompanhamento escolar, o desenvolvimento da escrita, leitura e raciocínio lógico, educação sanitária e ambiental e o desenvolvimento de atividades esportivas, jogos cooperativos e a disseminação de valores humanos necessários à construção da cidadania e do fortalecimento da autonomia social.

As crianças e adolescentes participam do projeto no turno contrário à escola. Recebem uniforme, lanche e transporte, além de desenvolvimento esportivo e pedagógico.



Atividades desenvolvidas pelo Projeto Golfinho



Projeto Golfinho

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	**140.000.000,00**	**157.000.000,00**	**1.805.535,88**	**121.194.464,12**
0004 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	140.000.000,00	157.000.000,00	1.805.535,88	121.194.464,12
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**140.000.000,00**	**157.000.000,00**	**1.805.535,88**	**121.194.464,12**

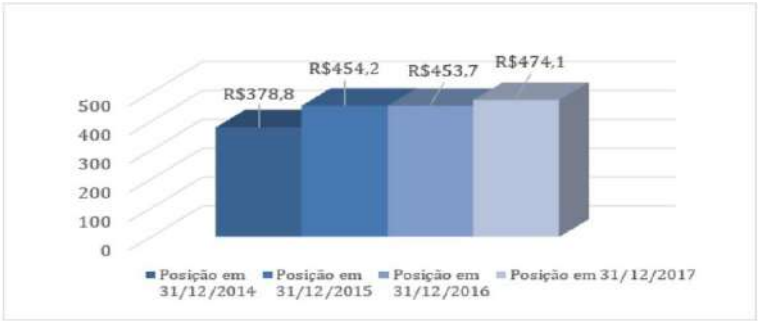
Com foco no equilíbrio econômico-financeiro da empresa, desde 2015, a Caesb vem adotando mediadas para liquidar as dívidas de curto prazo (empréstimos para cobertura de capital de giro) e viabilizar maior capacidade de contratação de financiamentos de longo prazo, necessários para cobertura dos investimentos da Companhia.

Assim, as dívidas de curto prazo, que em dezembro de 2016 estavam no patamar de R$ 144,6 milhões, foram reduzidas para R$ 97,9 milhões em 2017, o que representa uma redução de 32%. Quando comparada a posição de janeiro de 2015, a redução total dos empréstimos foi de 63%, possibilitando um gradativo aumento dos financiamentos de longo prazo, conforme a presentado nos Gráficos a seguir:

Dívida de Curto Prazo (Empréstimos) [Milhões R$]



Financiamentos de Longo Prazo (Investimentos) [Milhões R$]



6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**2.687.000,00**	**3.987.000,00**	**1.387.000,00**	**0,00**
6066 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	2.687.000,00	3.987.000,00	1.387.000,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**8.718.000,00**	**12.273.000,00**	**4.985.352,90**	**177.647,10**
9791 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	8.718.000,00	12.273.000,00	4.985.352,90	177.647,10
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**11.971.000,00**	**6.871.000,00**	**2.283.273,05**	**14.787.726,95**
5874 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DE TI - CAESB-DISTRITO FEDERAL	11.971.000,00	6.871.000,00	2.283.273,05	14.787.726,95
3995 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS	**22.872.000,00**	**15.600.000,00**	**16.692.631,49**	**13.451.368,51**
0002 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	22.872.000,00	15.600.000,00	16.692.631,49	13.451.368,51
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**8.500.000,00**	**13.387.000,00**	**72.595,16**	**3.540.404,84**
5310 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	8.500.000,00	13.387.000,00	72.595,16	3.540.404,84
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**695.000.000,00**	**751.000.000,00**	**1.503.409,83**	**637.496.590,17**
6984 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CAESB-DISTRITO FEDERAL	695.000.000,00	751.000.000,00	1.503.409,83	637.496.590,17
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**88.600.000,00**	**85.600.000,00**	**1.088.394,16**	**90.511.605,84**
6977 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CAESB-DISTRITO FEDERAL	88.600.000,00	85.600.000,00	1.088.394,16	90.511.605,84
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**646.600.000,00**	**602.913.000,00**	**9.922.038,12**	**680.364.961,88**
6977 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	646.600.000,00	602.913.000,00	9.922.038,12	680.364.961,88
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**11.000.000,00**	**9.800.000,00**	**185.397,71**	**12.014.602,29**
2634 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL-DISTRITO FEDERAL	11.000.000,00	9.800.000,00	185.397,71	12.014.602,29
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**3.300.000,00**	**3.230.000,00**	**203.514,83**	**3.166.485,17**
6967 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	3.300.000,00	3.230.000,00	203.514,83	3.166.485,17
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**1.499.248.000,00**	**1.504.661.000,00**	**38.323.607,25**	**1.455.511.392,75**

Com foco no equilíbrio econômico-financeiro e na sustentabilidade da empresa, muitas ações vêm sendo adotadas para melhoria do desempenho empresarial e redução dos custos operacionais. Nesse sentido, em 2017, importantes projetos foram elaborados com intuito de melhoria da eficiência e redução de despesas no longo prazo, tais como o Programa de Eficiência Energética, o Programa de Controle e Redução de Perdas e a implantação da telefonia via dados (IP) nos escritórios e postos de serviço, a informatização de processos de trabalho para redução de custos operacionais, dentre outros.

Ao mesmo tempo, a Caesb tem investido em melhorias e reabilitação de suas instalações e infraestrutura de unidades comerciais, administrativas e operacionais. Em 2017, diversas reformas foram realizadas com esta finalidade, tais como reforma do Escritório de Comercialização de São Sebastião, reforma do Escritório de Comercialização de Ceilândia, reforma do Posto de Serviço do QI 10, reforma da Oficina da Superintendência de Manutenção Industrial, construção de nova cabine de medição de entrada de energia no SIA, reforma da transição de entrada de energia da Sede, aquisição de novos equipamentos para a manutenção industrial e para os laboratórios, potencialização das bombas da Estação Elevatória da ETA Brasília, entre outros.

No contexto socioambiental, a Companhia está investindo R$ 11 milhões, aproximadamente, em obras importantes para preservação do meio ambiente. Destaque-se os investimentos para reabilitação de interceptores de esgoto, tais como Interceptor 414 Sul/ETE Sul; Interceptor AE 2/AE 4/IAPI no Guará; Interceptor AR24 em Sobradinho II e Interceptor Q 07/ETE Sobradinho; bem como os investimentos para ampliação do sistema de esgotamento das Estações Elevatórias de Esgotos Águas Claras, Parque Águas Claras e QS 11 em Taguatinga que possibilitarão a exportação de esgotos da bacia do Paranoá para a ETE Melchior, contribuindo para a preservação do Lago Paranoá e melhoria da prestação dos serviços.

Para modernização do parque de tecnológico da Caesb, em 2017, foram investidos um total de R$ 8,4 milhões em projetos como aquisição de Datacenter de alta tecnologia, aquisição de novos computadores, implantação de melhorias nos links de comunicação entre todos os postos de serviços, implantação de Wifi em todas as unidades da Caesb, além do desenvolvimento e melhoria de sistemas de gestão da Caesb. Nesse contexto e diante da importância estratégica que a TI representa para a melhoria da eficiência, da produtividade, da comunicação e da inter-relação entre as áreas da empresa, a Caesb tem assegurado os recursos necessários para o contínuo investimento em tecnologia e inovação.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Devido à situação de escassez hídrica no DF, a Caesb, em conjunto com os demais órgãos de gestão de recursos hídricos, vem adotando medidas de incentivo à redução do consumo de água da população e redução de perdas, tanto na rede de distribuição de água potável, quanto na utilização de água para irrigação.

Assim, além dos investimentos extraordinários e das campanhas de conscientização da população quanto ao uso racional da água, a partir de janeiro de 2017, a Caesb passou a realizar o rodízio do fornecimento de água nas regiões abastecidas pelos sistemas Descoberto e Torto/Santa Maria. Todas essas ações implicaram em uma redução média de 12% do consumo de água de toda a população do DF. Especificamente em relação aos sistemas Descoberto e Torto/Santa Maria, verificou-se uma redução da vazão média captada da ordem de 17%.



Se por um lado essas medidas foram positivas para o enfrentamento à crise hídrica, por outro implicaram em uma perda de mercado para Companhia da ordem de 7%, e, consequentemente, em uma redução média da Receita Operacional de 6% em relação ao ano de 2016.



Diante desse contexto organizacional, a Caesb enfrentará novos desafios para a continuidade do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, o que demandará contínua redução de despesas, o aumento da receita e da arrecadação, a melhoria da produtividade, a solvência dos pagamentos e, principalmente, a gradual quitação das dívidas de curto prazo.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2017 foi marcado por grandes desafios afetos à crise hídrica no Distrito Federal, o que demandou da Companhia aumento de custos operacionais para implementação das medidas de enfrentamento à crise, ao mesmo passo em que a receita operacional sofreu uma redução significativa em razão da perda de mercado, ocasionada pela implantação do rodízio do fornecimento de água à população.

No ambiente macroeconômico, apesar da redução da inflação no ano de 2017 e da melhora dos indicadores da atividade econômica no país, a Caesb continua sendo afetada pela alta inadimplência de longo prazo dos clientes. No curto prazo, a Companhia adotou importantes medidas para reestruturação dos processos de fiscalização de ligações clandestinas e de gestão da carteira de débitos, resultando em uma melhora do índice de evasão de receita em mais de 70%.

Apesar das condições adversas, em 2017, a Caesb manteve os compromissos institucionais de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da empresa e realizar os investimentos estruturantes necessários para expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Além disso, a Caesb realizou importantes investimentos extraordinários, necessários para aumentar a disponibilidade hídrica no DF e mitigar os efeitos da crise hídrica.

Importante destacar nesse contexto, que a Caesb possui capacidade instalada para produção de água e abastecimento da população atual do DF e que os novos Sistemas Produtores de Corumbá e Paranoá deverão atender o crescimento da população e a demanda futura projetada até 2040. Apesar da atual capacidade instalada ser suficiente para a tender à população, o Distrito Federal tem apresentado uma redução expressiva da disponibilidade dos seus recursos hídricos.

Nesse sentido, se faz necessária a atuação dos órgãos gestores dos recursos hídricos e comitês de bacia para definição de estratégias e ações de longo prazo, de forma a garantir a disponibilidade hídrica para o abastecimento público, o que demandará, especialmente, melhoria da alocação negociada dos recursos hídricos, ações de preservação das nascentes, contenção das ocupações irregulares do solo, etc.

Destaque-se por fim, que os resultados das ações adotadas para melhoria da gestão empresarial e, consequentemente, para melhoria da qualidade dos serviços prestados à população se traduzem na recente pesquisa de satisfação realizada junto aos clientes da empresa, dentre os quais 84% dos entrevistados declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pela Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASILIA - CEB – UO: 22.204

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

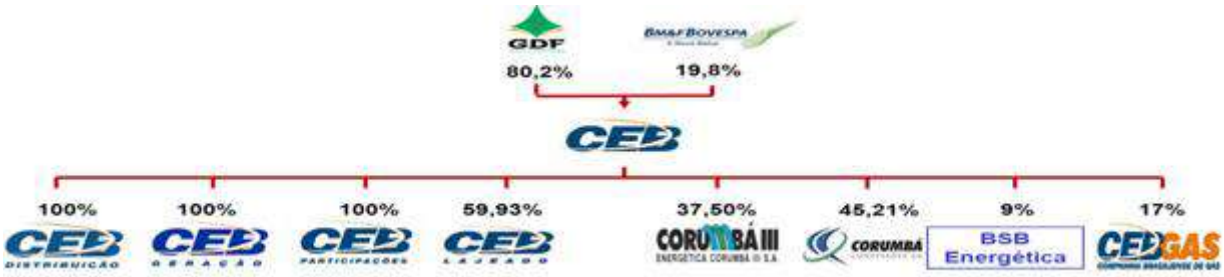
A Companhia Energética de Brasília - CEB é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais, as quais podem ser quantificadas na composição acionária seguinte:

Quantidade de Ações (Em unidades):

ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS - PNA	PREFERENCIAIS - PNB	TOTAL
7.184.178	1.313.002	5.919.203	14.416.383

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto, coligadas e ligadas estão representadas conforme a seguir:



A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

O quantitativo de pessoal e administradores vinculados na CEB obedecerá à estratificação contida no quadro seguinte:

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF					
Comissionados sem vínculo efetivo	6		1		7
Requisitados de órgãos do GDF	2	15		13	30
Requisitados de órgãos fora do GDF	1				1
Estagiários		10		2	12

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar		17			17
Subtotal	9	42	1	15	67
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	9	42	1	15	67

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	**584.763.195,00**	**584.763.195,00**	**461.138.715,87**	**123.624.479,13**
0001 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA--DISTRITO FEDERAL	584.763.195,00	584.763.195,00	461.138.715,87	123.624.479,13
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**44.516.615,00**	**44.516.615,00**	**6.462.508,83**	**38.054.106,17**
6452 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	44.516.615,00	44.516.615,00	6.462.508,83	38.054.106,17
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**629.279.810,00**	**629.279.810,00**	**467.601.224,70**	**161.678.585,30**

Os investimentos, alocados e executados na participação em empresas de energia teve como objetivo, garantir a execução das atividades de Distribuição de Energia Elétrica e obrigações dispostas no aditivo ao contrato de concessão firmado com o poder concedente e fiscalizado pelo Órgão Regulador do Setor Elétrico – ANEEL, visando cumprir com as metas propostas de recuperação do seu equilíbrio econômico-financeiro, produzindo recursos de origens internas para financiar sua operação, remunerar seus acionistas e garantir o bem-estar de seus colaboradores e clientes.

Foram investidos, ainda, em 2017 aproximadamente 18 milhões de reais em obras de iluminação pública em todo o Distrito Federal, totalizando 6.772 (seis mil setecentos e setenta e dois) pontos de iluminação acrescidos ao sistema.

Abaixo segue o detalhamento dos investimentos listados por localidade e Região Administrativa:

LOCAL	QUANTIDADE PONTOS	VALOR
JARDIM BOTÂNICO	280	792.862,54
TAGUATINGA	12	36.883,39
SAMAMBAIA	38	120.495,61
CEILÂNDIA	16	49.929,93
CEILÂNDIA	16	50.440,71
CEILÂNDIA	16	52.959,65
TAGUATINGA	9	31.757,96
TAGUATINGA	47	173.378,89
GUARÁ I	73	181.714,96
GUARÁ II	66	188.004,88
RIACHO FUNDO II	54	129.515,30
VICENTE PIRES	12	47.999,12

LOCAL	QUANTIDADE PONTOS	VALOR
CEILÂNDIA	32	69.066,38
BRASÍLIA	307	1.147.923,44
VICENTE PIRES	51	321.867,09
VICENTE PIRES	132	308.425,07
VICENTE PIRES	6	27.353,98
LAGO NORTE	24	58.481,44
SAMAMBAIA	36	139.331,67
SANTA MARIA	65	123.485,15
RIACHO FUNDO II	30	66.044,66
GAMA	173	348.408,95
SOBRADINHO	6	10.994,82
GAMA	24	80.856,11
GAMA	8	19.101,92
N. BANDEIRANTE	52	145.737,08
BRASILIA	63	172.978,98
SOBRADINHO	24	64.393,11
SOBRADINHO	3	5.462,40
CEILÂNDIA	30	124.432,62
TAGUATINGA	22	62.308,20
PLANALTINA	96	179.803,95
PLANALTINA	224	415.831,21
GAMA	46	123.485,15
ESTRUTURAL	351	436.270,84
VICENTE PIRES	44	131.580,77
VICENTE PIRES	78	152.865,05
VICENTE PIRES	21	9.013,20
GUARÁ	22	69.509,97
PLANALTINA	17	34.992,94
SAMAMBAIA	271	174.694,25
BRASÍLIA	257	767.426,66
BRAZLÂNDIA	45	133.918,48
SOBRADINHO	58	202.996,27
ESTRUTURAL	46	148.163,84
GUARÁ II	206	751.645,95
GUARÁ II	145	470.060,71
GUARÁ II	163	376.822,62
GAMA	30	116.000,82
RIACHO FUNDO I	80	156.609,89
LAGO SUL	116	322.091,09
BRASÍLIA	111	299.347,99
SOBRADINHO	55	43.250,00
SAMAMBAIA	65	285.067,60
BRASÍLIA	115	390.000,00
BRASÍLIA	134	234.515,59
BRASÍLIA	170	499.130,35
SANTA MARIA	22	63.911,66
SANTA MARIA	21	10.632,30
SANTA MARIA	12	34.813,39
SANTA MARIA	2	3.664,94
SANTA MARIA	33	113.182,99
SANTA MARIA	62	122.318,29
BRAZLÂNDIA	43	160.881,94
JARDIM BOTÂNICO	155	716.238,81
BRAZLÂNDIA	14	32.142,63
LAGO NORTE	130	924.007,28
SOBRADINHO	36	98.407,08
SOBRADINHO	21	35.010,00

LOCAL	QUANTIDADE PONTOS	VALOR
TAGUATINGA	24	65.242,70
SIA	54	165.602,43
SIA	6	19.673,41
SIA	7	35.347,94
SIA	14	74.873,18
SIA	12	14.503,19
SIA	41	72.569,51
BRAZLÂNDIA	18	170.362,58
BRAZLÂNDIA	13	48.374,96
CEILÂNDIA	58	193.478,52
CEILÂNDIA	12	23.874,55
CEILÂNDIA	57	166.357,26
CEILÂNDIA	19	52.273,89
CEILÂNDIA	12	8.358,66
CEILÂNDIA	9	14.799,12
CEILÂNDIA	15	49.693,14
CEILÂNDIA	12	46.057,40
CEILÂNDIA	22	59.777,33
BRASILIA	32	207.572,81
CEILÂNDIA	98	63.679,77
BRAZLÂNDIA	11	6.824,38
BRAZLÂNDIA	65	38.953,67
BRAZLÂNDIA	13	28.613,90
ÁGUAS CLARAS	12	60.003,49
SANTA MARIA	45	34.350,30
RECANTO DAS EMAS	12	31.759,50
SANTA MARIA	114	527.024,25
BRASILIA	154	511.734,30
RIACHO FUNDO II	438	636.727,17
SAMAMBAIA	42	100.000,00
SAMAMBAIA	87	248.081,68
TOTAL		R$ 18.169.447,50

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	**10.000,00**	**10.000,00**	**1.813,81**	**8.186,19**
0002 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- PLANO PILOTO .	10.000,00	10.000,00	1.813,81	8.186,19
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	**75.052.652,00**	**75.052.652,00**	**64.428.692,82**	**10.623.959,18**
0002 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-- PLANO PILOTO .	75.052.652,00	75.052.652,00	64.428.692,82	10.623.959,18
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	**57.417.735,00**	**70.017.735,00**	**36.653.682,08**	**8.164.052,92**
0002 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-- PLANO PILOTO .	57.417.735,00	70.017.735,00	36.653.682,08	8.164.052,92
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**132.480.387,00**	**145.080.387,00**	**101.084.188,71**	**18.796.198,29**

A CEB realizou a execução orçamentária dos dispêndios nos programas de trabalhos e ações do orçamento para operação especial, definidas a partir das novas diretrizes e decisões adotadas pela empresa, assim como também dentro das novas perspectivas de mercado, e que possibilitaram atingir o cumprimento das ações empresariais e operacionais assim definidas.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**
9561 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**4.082.620,00**	**4.082.620,00**	**2.316.972,04**	**1.765.647,96**
2531 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB-DISTRITO FEDERAL	4.082.620,00	4.082.620,00	2.316.972,04	1.765.647,96
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**20.000,00**	**20.000,00**	**20.000,00**	**0,00**
5306 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**8.823.910,00**	**7.128.910,00**	**281.016,10**	**10.237.893,90**
7002 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- PLANO PILOTO .	8.823.910,00	7.128.910,00	281.016,10	10.237.893,90
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**906.985,00**	**-9.998.015,00**	**10.504.982,23**	**1.307.002,77**
7002 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- PLANO PILOTO .	906.985,00	-9.998.015,00	10.504.982,23	1.307.002,77
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**482.150,00**	**482.150,00**	**482.150,00**	**0,00**
2617 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB-DISTRITO FEDERAL	482.150,00	482.150,00	482.150,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**189.595,00**	**189.595,00**	**67.622,36**	**121.972,64**
8711 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-- PLANO PILOTO .	189.595,00	189.595,00	67.622,36	121.972,64
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**14.555.260,00**	**11.953.275,00**	**13.722.742,73**	**13.432.517,27**

A CEB trabalhou de forma a realizar a execução orçamentária dos dispêndios, definidas nos programas de trabalhos e ações do orçamento de gestão, manutenção e serviços a partir das diretrizes adotadas desde o início de gestão da atual administração da empresa, assim como também dentro das novas perspectivas de mercado voltadas para o setor de energia e definidas pelos poderes concedentes, e que possibilitaram atingir o cumprimento das ações empresariais e operacionais assim definidas.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O planejamento dos objetivos empresariais de maior relevância para a CEB em 2017, foram pautados em alcançar e atingir os indicadores de resultados propostos com a prorrogação do contrato de concessão em 2016 da CEB Distribuição S/A (Subsidiária integral da CEB Holding), incorporados ao plano de negócios da Companhia.

As ações propostas direcionaram as atividades e os rumos da organização, concentrados em canalizar esforços nos quais expressaram os principais resultados que a Empresa alcançou em relação às perspectivas e aos segmentos que se inter-relacionam com sua atuação: sociedade, meio ambiente, mercado, clientes e acionistas. De forma que possibilitaram ações empresariais visando oportunidades de melhorias de atuação na manutenção e expansão de seus mercados a partir das novas realidades do setor elétrico com foco em manter a sustentabilidade das empresas CEB e em assegurar o atendimento eficiente e eficaz para garantia da competitividade e equilíbrio econômico-financeiro. Portanto, os principais desafios de 2017 e também para 2018 é dar continuidade e manter a empresa operacional e com condições de atendimento aos consumidores fornecendo serviços com qualidade e manter o processo de recuperação da CEB Distribuição S/A, e cumprir o seu Plano de Resultados, com vistas na melhoria dos resultados dos Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Dentre as restruturações implementadas, importante destacar que a atual administração após avaliações e melhorias das atividades operacionais e de prestação de serviços, bem como do comparativo com o histórico de realizações de anos anteriores, melhorou seus resultados em 2017, e a continuidade de várias ações de redução de custos operacionais e que contribuiu expressivamente na melhoria de eficiência e produtividade das equipes sem de maneira nenhuma afetar realização das atividades necessárias ao bom andamento das empresas do grupo e nem os resultados dos trabalhos desempenhados no âmbito da CEB Holding.

A execução orçamentária da empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, com poucas interferências no processo, sendo que o fato relevante da aprovação da Lei, pela Câmara Distrital, que autorizou a CEB fazer a alienação de ativos de geração e de gás com o propósito de fazer investimentos na CEB Distribuição S/A não aconteceu em 2017, e que registrou uma distorção maior entre previsto e executado no orçamento de investimento da Companhia.

PERSPECTIVAS PARA 2018

Um dos papéis mais importantes de qualquer organização é o de criar condições básicas para que seus recursos humanos possam trabalhar em equipe, dando a eles visão e objetivos comuns, treinamento adequado e o desenvolvimento de que precisam para conquistar os resultados que a empresa pretende alcançar. O instrumento gerencial que consubstancia tudo isso é o planejamento empresarial, resultante do Plano de Negócio para o exercício de 2018. Sua implantação significa ter na organização um eficiente processo gerencial que permite o estabelecimento da direção a ser seguida para o cumprimento de metas previamente estabelecidas.

O referido Plano estabeleceu os seguintes objetivos centrais para dar sequência ao saneamento econômico-financeiro da CEB:

- Adequação dos custos e despesas operacionais; e
- Redução do endividamento com consequente redução do serviço da dívida.

Assim sendo, as principais estratégias para a viabilização do Plano de Negócio estão centradas principalmente nos seguintes eventos:

- Alienação de participações societárias, autorizada por meio da Lei Distrital nº 5.577/2015;
- Monetização de ativos imóveis; e
- Capitalização do principal negócio da Companhia, a CEB Distribuição S/A.

CEB LAJEADO S/A – UO: 22.209

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Lajeado S/A, ou simplesmente CEBLajeado, é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado de Direito Privado, controlada pela Holding Companhia Energética de Brasília - CEB e coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. A empresa desenvolve a atividade de geração de energia elétrica, na condição de Produtor Independente e foi constituída em 22 de fevereiro de 2000. Sua criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, que autorizou sua reestruturação societária.

A CEB Lajeado S/A, em conjunto com a Lajeado Energia S/A e a Paulista Lajeado Energia S/A, são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco virgula trinta e um por cento) do capital social da Investco S/A, sociedade por ações constituída para administrar o Aproveitamento Hidrelétrico Luís Eduardo Magalhães, com sede no município de Miracema, estado do Tocantins, na rodovia TO-Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93 ("Investco").

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são partes do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada entre a CEB Lajeado S/A, titular de 19,8%; Lajeado Energia S.A., titular de 72 ,27%; Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93%; e a Investco titular de 1%, o que dá direito a cada uma das Concessionárias de comercializar um bloco de energia equivalente à sua participação na Concessão.

Por meio desse empreendimento de geração, a CEBLajeado tem contribuído para suprir parte da energia demandada pela população do Distrito Federal, uma vez que aproximadamente 90% de toda a sua produção é vendida à CEB Distribuição S/A.

A CEB Lajeado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, tem sede e foro na cidade de Brasília-DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF					
Comissionados sem vínculo efetivo	4				4
Requisitados de órgãos do GDF	2				2
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários					
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar	4				4
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	10				10

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
6063 - ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO	**54.520.000,00**	**67.170.000,00**	**2.493.708,00**	**39.376.292,00**
0001 - ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO--DISTRITO FEDERAL	54.520.000,00	67.170.000,00	2.493.708,00	39.376.292,00
6064 - ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	**12.050.000,00**	**11.050.000,00**	**296.514,63**	**12.753.485,37**
0001 - ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO-.-DISTRITO FEDERAL	12.050.000,00	11.050.000,00	296.514,63	12.753.485,37
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	**1.705.000,00**	**-13.295.000,00**	**1.312.220,26**	**15.392.779,74**
0008 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	1.705.000,00	-13.295.000,00	1.312.220,26	15.392.779,74
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**68.275.000,00**	**78.220.000,00**	**4.102.442,89**	**67.522.557,11**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	**57.155.000,00**	**55.165.000,00**	**705.603,33**	**58.439.396,67**
0008 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA--DISTRITO FEDERAL	57.155.000,00	55.165.000,00	705.603,33	58.439.396,67
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	**1.214.000,00**	**1.214.000,00**	**951.024,12**	**262.975,88**
0001 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	1.214.000,00	1.214.000,00	951.024,12	262.975,88
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**40.000,00**	**40.000,00**	**40.000,00**	**0,00**
0080 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DA CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	40.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	**43.200.000,00**	**49.200.000,00**	**12.488.000,01**	**24.711.999,99**
0001 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	43.200.000,00	49.200.000,00	12.488.000,01	24.711.999,99
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**101.609.000,00**	**105.619.000,00**	**14.184.627,46**	**83.414.372,54**

A Investco S/A é titular exclusiva dos ativos que compõem o AHE Luís Eduardo Magalhães, sendo assim os sócios ordinários da Investco arrendam os ativos de geração com percentual correspondente à sua participação no Contrato de Concessão, reajustado a cada 12 (doze) meses pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Essa obrigação está contratada até o ano de 2032. O valor do arrendamento é variável, uma vez que tem como objetivo, além de remunerar os ativos da Usina e distribuir resultados aos seus acionistas, a cobertura das despesas operacionais, inclusa a depreciação, as amortizações e os encargos financeiros dos empréstimos obtidos pela Investco.

Os serviços relativos à transmissão de energia elétrica são cobrados por meio do Custo do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, apurados e controlados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**10.000,00**	**0,00**	**7.575,00**	**12.425,00**
5307 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB LAJEADO S.A-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	7.575,00	12.425,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.675.000,00**	**1.025.000,00**	**165.419,72**	**2.159.580,28**
7018 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	1.675.000,00	1.025.000,00	165.419,72	2.159.580,28
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**130.000,00**	**130.000,00**	**53.872,49**	**76.127,51**
6996 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	130.000,00	130.000,00	53.872,49	76.127,51
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.583.000,00**	**1.583.000,00**	**1.222.707,38**	**360.292,62**
7251 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	1.583.000,00	1.583.000,00	1.222.707,38	360.292,62
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**50.300,00**	**50.300,00**	**37.221,62**	**13.078,38**
2599 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	50.300,00	50.300,00	37.221,62	13.078,38
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**116.000,00**	**116.000,00**	**62.227,12**	**53.772,88**
8716 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	116.000,00	116.000,00	62.227,12	53.772,88
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**3.564.300,00**	**2.904.300,00**	**1.549.023,33**	**2.675.276,67**

Para atender as áreas Contábil, Financeira e Folha de Pagamento, a CEBLajeado mantem contratos com empresas terceirizadas do seguimento de tecnologia da informação, haja vista não dispor de sistemas próprios para execução dessas tarefas.

Com a responsabilidade de cumprir os princípios da transparência, legalidade e economicidade, a Empresa pública suas matérias legais no Diário Oficial do Distrito Federal e em jornal diário de grande circulação, em conformidade com a Lei n° 3.184 de 29/08/2003 e do artigo 22, incisos I e II da Lei Orgânica do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Dentre outras ações relevantes realizadas, destacamos à adesão da Empresa ao programa de Repactuação do Risco Hidrológico. Embora iniciado em 2016, esse mecanismo mais uma vez teve papel importante no resultado empresarial da CEBLajeado em 2017. Fazendo-se uma analogia, a repactuação é uma espécie de seguro oferecido aos agentes geradores para que nos momentos de hidrologia desfavorável não tenham grandes prejuízos. Esse mecanismo (prêmio) não busca gerar nenhum tipo de ganho para o gerador, apenas propõe uma forma de minimizar seu risco perante o déficit de geração.

Outro ponto a ser destacado foi a distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e ELETROBRAS, por meio de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias. Além desses valores, a CEBLajeado repassou aos seus acionistas, recursos provenientes da redução do seu capital social após ter demonstrado possuir excesso de capital em relação aos seus negócios sociais. Todas essas operações foram feitas com recursos próprios, ou seja, sem a necessidade de captação de recursos no mercado financeiro.

A CEBLajeado é tributada pelo Lucro Real, com recolhimento do Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL por estimativa mensal, ajustando-se no Balanço Anual o imposto devido. Os impostos PIS e COFINS são calculados diretamente sobre o faturamento, conforme previsto na legislação tributária.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A execução orçamentária da empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 88,6% de sua realização. As poucas interferências que ocorreram visaram adequar à arrecadação extra da Empresa em 2017 por meio de suplementação e remanejamento de recursos entre as contas de custeio – fonte 510 – Geração Própria.

COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS – UO: 22.210

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília/DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do Governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentado, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

Associando-se à iniciativa privada através da TERMOGÁS S.A., e contando também com a participação da PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO, o governo distrital, através da Companhia Energética de Brasília – CEB, deu o passo definitivo para a viabilização do suprimento desse energético diferenciado para o Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF					
Comissionados sem vínculo efetivo	1			1	2
Requisitados de órgãos do GDF					
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários	2	1			3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar		13			13
Subtotal	3	14		1	18
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	3	14		1	18

Na Força de Trabalho da CEBGAS, além de uma Comissionada sem vínculo efetivo, estão incluídos no item "Outros", os Administradores da Companhia: 5 (cinco) membros do Conselho de Administração e 3 (três) Diretores, os 3 (três) membros do Conselho Fiscal e 2 (duas) colaboradoras terceirizadas que prestam serviços nesta unidade, uma como Auxiliar Administrativa e Financeira e outra como Auxiliar de Serviços Gerais

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2397 - AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL	**0,00**	**-9.615.486,00**	**6.067.315,96**	**3.548.170,04**
0001 - AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL--DISTRITO FEDERAL	0,00	-9.615.486,00	6.067.315,96	3.548.170,04
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**0,00**	**-9.615.486,00**	**6.067.315,96**	**3.548.170,04**

O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, e até que o processo de implantação deste se materialize, a solução que vem sendo utilizada pela CEBGAS para atendimento ao segmento veicular no Distrito Federal é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito.

O gás natural liquefeito - GNL é suprido para a CEBGAS pela empresa GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda - GásLocal, uma sociedade formada entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, cuja sede e planta de liquefação de gás natural se situa na cidade de Paulínia/ SP.

O transporte do GNL é feito por carreta seguindo padrões internacionais de segurança pessoal e do meio ambiente, condições importantes para a garantia do suprimento e, desta forma, do atendimento perene da oferta, que, no ano de 2017, alcançou um volume aproximado de 1.700.000 m³ .

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1632 - VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO	6.000	M³/DIA	6.000	5.109	7.000	3.966	7.500	8.000	CEBGAS / UO 22210 / OE 3
Justificativa: 2016 - Redução progressiva do consumo de GNV no Distrito Federal pela inexistência de suprimento de gás natural por gasoduto de transporte, a não implantação de mais um posto de GNV que permitiria a expansão e diversificação geográfica da distribuição do produto, as dificuldades existentes para conversão de veículos e a pouca competitividade frente aos outros combustíveis. 2017 - No exercício de 2017 ainda persistem as justificativas apontadas no ano de 2016, acrescidas pelas dificuldades econômicas e políticas ocorridas no cenário nacional.									

No ano de 2017 as vendas da Companhia, que são atualmente baseadas no gás natural veicular – GNV, registraram, em comparação com o ano de 2016, uma redução de aproximadamente 22% (vinte e dois por cento). Em 2018, para alcançar a meta prevista, a CEBGAS continuará buscando alternativas para o incremento das vendas do produto e de recuperação do mercado, bem como a prospecção de fontes alternativas para atendimento aos demais mercados.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**0,00**	**-48.000,00**	**48.000,00**	**0,00**
7062 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	-48.000,00	48.000,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**0,00**	**0,00**	**48.000,00**	**0,00**

Não foram feitos ressarcimentos, indenizações e restituições no ano de 2017.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	**0,00**	**-50.000,00**	**32.537,36**	**17.462,64**
0004 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-CEB GÁS-DISTRITO FEDERAL	0,00	-50.000,00	32.537,36	17.462,64
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**490.441,00**	**490.441,00**	**372.407,78**	**118.033,22**
8771 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	490.441,00	490.441,00	372.407,78	118.033,22
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**0,00**	**-60.000,00**	**47.269,92**	**12.730,08**
9588 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	-60.000,00	47.269,92	12.730,08
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**0,00**	**-975.000,00**	**567.828,94**	**407.171,06**
9695 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	-975.000,00	567.828,94	407.171,06
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**0,00**	**-60.000,00**	**60.000,00**	**0,00**
2633 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEBGAS- PLANO PILOTO .	0,00	-60.000,00	60.000,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**0,00**	**-60.000,00**	**34.887,30**	**25.112,70**
8714 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL DA CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	-60.000,00	34.887,30	25.112,70
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**490.441,00**	**-714.559,00**	**1.114.931,30**	**580.509,70**

Os demais Programas de Ação da unidade foram realizados em consonância com o previsto, segundo às necessidades da CEBGAS para o ano de 2017. O programa de Bolsa Estágio contemplou 2 estudantes sendo um de Nível Médio e outro de Nível Superior. As despesas relativas à publicidade referem-se à publicação de atos administrativos e das Demonstrações Financeiras no DODF e no Valor Econômico, e os demais gastos foram realizados com Administração de Pessoal e manutenção dos Serviços Administrativos da Companhia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Algumas ações de resultado de médio e longo prazo vêm sendo tomadas pela empresa no sentido de tornar competitivo o gás natural não somente pelo foco no preço, mas em valor agregado, incluindo a melhoria ambiental. Essas ações abrangem a busca por fontes alternativas a divulgação do produto e ações de fomento governamentais.

Um alternativa que vem sendo estudada pela empresa é o biogás que é uma mistura de gases resultante do processo de degradação da matéria orgânica na ausência de oxigênio, ou seja, em um processo anaeróbio. O principal componente desta mistura é o metano, um gás com alto potencial energético, o que faz do biogás um fonte renovável de energia.

A meta da gestão da Companhia para 2018 é estimular o consumo do gás natural veicular e continuar a prospecção através do biometano, para atender aos demais mercados.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Gás Natural Veicular tem apresentado uma demanda decrescente no País, seguindo tendência observada em outras unidades federativas, no que se refere ao uso em mercados não termoelétricos.

O gás natural que foi introduzido no Distrito Federal inicialmente apenas para atendimento ao mercado veicular GNV vem apresentando uma redução progressiva do consumo.

A CEBGAS vem desenvolvendo esforço junto à cadeia de oferta de gás, visando obter melhor estabilidade de preços frente à gasolina, bem como, vem elaborando um trabalho de reorganização da cadeia, que resultará em ações de reconhecimento e fomento do gás natural veicular.

Com vistas à utilização de combustíveis alternativos ao gás natural liquefeito, a CEBGAS vem acompanhando a evolução da regulação do biogás e do biometano, que está sendo debatida pelas entidades interessadas neste mercado emergente no Brasil.

Em 2018, a CEBGAS pretende continuar os esforços visando melhorar a oferta de Gás Natural para o Distrito Federal.

Algumas ações de resultado em longo prazo vêm sendo tomadas pela empresa no sentido de tornar competitivo o gás natural não somente pelo foco no preço, mas em valor agregado, incluindo a melhoria ambiental. Essas ações abrangem a busca por fontes alternativas a divulgação do produto e ações de fomento governamentais.

Uma alternativa que vem sendo estudada pela empresa é o biogás que é uma mistura de gases resultante do processo de degradação da matéria orgânica na ausência de oxigênio, ou seja, em um processo anaeróbio. O principal componente desta mistura é o metano, um gás com alto potencial energético, o que faz do biogás um fonte renovável de energia.

A meta da gestão da Companhia para 2018 é estimular o consumo do gás natural veicular e continuar a prospecção para atendimentos aos demais mercados.

CEB DISTRIBUIÇÃO S/A – UO: 22.211

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Distribuição S/A (CEB-D) é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB) e tem por objeto a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal, nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O prazo de concessão foi prorrogado até 7 de julho de 2045, de acordo com o 4º Termo Aditivo, de 9 de dezembro de 2015.

Criada pela Lei Distrital nº 2.710, de 24/05/2001, e constituída por intermédio de escritura pública de 20/06/2005, a CEB-D é uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, regulada conforme normatização do Ministério das Minas e Energia (MME) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão fiscalizador da sua concessão. Seus ativos são resultantes da versão de parte do patrimônio da CEB, em função da reestruturação societária realizada em 12/01/2006, nos termos das Resoluções nº 167/2001, nº 593/2002, nº 22/2003 e da Resolução Autorizativa nº 318/2005, da ANEEL. A área de concessão da CEB-D abrange todo o Distrito Federal, dividido em 31 regiões administrativas, com uma extensão de 5.801 km², e atende 1.056.776 clientes (dez 2017).

A Distribuidora tem o seguinte objeto estabelecido em seu Estatuto: Distribuir e comercializar energia elétrica no Distrito Federal nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, ou em outras áreas do País, cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada; Desenvolver atividades nos diferentes campos da energia elétrica, para exploração econômica, construindo e operando sistemas de distribuição, em todo o Distrito Federal ou em outras áreas que lhe sejam concedidas; Garantir o suprimento de energia ao mercado cliente, contribuindo para a promoção e o incentivo do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal ou de outras áreas, com qualidade e continuidade dos serviços de distribuição; Apoiar e incentivar estudos e pesquisas de desenvolvimento de energia elétrica e promover o fomento e a implantação de programas de eficiência de energia elétrica; Promover a absorção de novas tecnologias disponíveis, visando à redução dos custos operacionais, à melhoria da eficiência do abastecimento de energia e da qualidade de vida, prevalecendo àquelas compatíveis com a política ambiental e seu objeto social.

Centrada na melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus clientes e no saneamento econômico e financeiro da Companhia, a CEB-D foca seus esforços para melhor atender à sociedade do Distrito Federal e revisa, periodicamente, o seu planejamento estratégico, o qual apresenta a seguinte Missão: "Prestar serviços de energia elétrica que atendam o padrão de qualidade e confiabilidade exigido pela população, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e assegurando a justa remuneração do capital investido".

Com um horizonte de 5 anos, o planejamento da CEB Distribuição S/A tem como um dos objetivos estratégicos posicionar-se entre as melhores empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras, cuja Visão Estratégica explicita: "Ser uma das melhores concessionárias dos serviços de energia elétrica do Brasil, reconhecida pelos seus consumidores, órgão regulador e outros concessionários". Para alcançar sua Visão de Futuro, a CEB-D se estrutura nos seguintes pilares organizacionais: Primazia do cliente – Orientar a empresa para as demandas dos seus consumidores atuais e potenciais; Sustentabilidade econômico-financeira – Obter lucro suficiente para asseverar, sempre, a justa remuneração do capital investido; Parcimônia na gestão – Assegurar a racionalidade nas operações da empresa; Qualidade de serviços – Garantir qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços; Ética e transparência – Evoluir continuamente nos níveis de governança; e, Sustentabilidade – Assegurar a responsabilidade socioambiental.

Nesse contexto privilegia, ainda, um relacionamento com a força de trabalho alicerçado na competência e na produtividade.

Com base no planejamento estratégico, foi possível definir projetos e ações que visam à correção de rumos e a busca permanente do equilíbrio operacional e econômico-financeiro da

Empresa. As ações manifestam, de forma clara e objetiva, as transformações necessárias na CEB Distribuição S/A para garantir a sua sustentabilidade e perpetuidade, sempre com o foco na prestação de um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal.

O novo ciclo político e as adversidades econômicas pelas quais o País está passando colocam às empresas a necessidade de buscar novos ângulos de visão para captar oportunidades que, muitas vezes, não são observadas no dia-a-dia. Por isso, apontar o caminho e disseminar boas práticas faz parte da Visão da CEB-D. Para tanto, a principal ferramenta será o conhecimento compartilhado como mecanismo que apoia as tomadas das melhores decisões.

Nesse sentido, a administração da CEB-D, com ênfase na visão de longo prazo – obtida por meio de estudos prospectivos materializados no Plano de Negócios do Período de 2017 a 2021, estabeleceu orientações articuladas para tornar a Empresa sustentável com relação aos aspectos econômico-financeiros e da qualidade dos serviços prestados.

No Plano, estão definidos os seguintes objetivos: Busca da racionalidade operacional, eliminando os prejuízos recorrentes; Eficiência com relação à qualidade do serviço; Modernização, segurança, automatização, inteligência e contingência da Rede de Energia Elétrica; Elevação do padrão de atendimento ao consumidor; Aumento da produtividade da mão de obra; e, Melhoria e sistematização dos controles internos da concessionária.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	32	186	645	45	908
Comissionados sem vínculo efetivo	22		2		24
Requisitados de órgãos do GDF	3				3
Requisitados de órgãos fora do GDF	3		3		6
Estagiários		37			37
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		38			38
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal	214	107	650	45	1.016
(-) Cedidos para outros órgãos		29		23	52
Total Geral	214	78	650	22	964

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**156.970.168,00**	**156.970.168,00**	**97.945.649,00**	**59.024.519,00**
0315 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA--DISTRITO FEDERAL	156.970.168,00	156.970.168,00	97.945.649,00	59.024.519,00
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	**3.283.228.901,00**	**3.305.228.901,00**	**190.397.149,00**	**3.070.831.752,00**
0003 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	3.283.228.901,00	3.305.228.901,00	190.397.149,00	3.070.831.752,00

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**3.440.199.069,00**	**3.462.199.069,00**	**288.342.798,00**	**3.129.856.271,00**

Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, os indicadores de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) atingiram a meta estabelecida para dezembro de 2017.

É possível verificar uma grande melhora no DEC, que passou de 15,50 em 2015, para 9,69 em 2016 e 8,43 em 2017. O FEC também melhorou consideravelmente, passando de 11,66 em 2015, para 8,08 em 2016 e 7,10 em 2017.

Portanto, os indicadores, que nos últimos dez anos estavam acima da meta regulatória, em dezembro de 2017, passaram a cumprir a meta estabelecida pela ANEEL, de 9,46 para o DEC e 7,91 para o FEC.

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, consequentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

Ação 1133 - Implantação de Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica

Sobre os projetos referentes às melhorias da rede de distribuição aérea, as principais realizações foram:

Instalados 7.569 transformadores (trafos) de distribuição em rede aérea rural e 14.829 trafos em rede aérea urbana em 2017;

Instalados 4.837.810 metros de rede aérea rural, 3.977.988 metros em rede aérea urbana de trecho primário;

Instalados 1.479.551 metros de rede aérea rural, 10.400.394 metros em rede aérea urbana de trecho secundário.

Quanto aos projetos referentes às melhorias da rede de distribuição subterrânea, as principais realizações foram:

Instalados 1.607 transformadores (trafos) de distribuição em rede subterrânea em 2017;

Instaladas 39.204 caixas subterrâneas;

Instaladas 848 estações transformadoras (ET);

Instalados 640.849 metros de rede subterrânea de trecho primário, 1.155.334 metros de rede subterrânea de trecho secundário.

Sobre os projetos de subtransmissão, as principais atividades foram:

Modernização da Subestação 06 (Retrofit):

Obra iniciada em 2013 e finalizada em maio de 2017.

Objetivo: redução na frequência e duração de falta de energia, ampliação da carga disponível para a região;

Regiões Beneficiadas: Setor de Autarquias Norte, Asa Norte, Setor Bancário Norte e Esplanada dos Ministérios;

Valor Total: R$ 21.739.549,75.

Ampliação da Subestação Embaixadas Sul:

Obra iniciada em 2016 e finalizada em maio de 2017

Objetivo: ampliação da carga disponível para a região;

Regiões Beneficiadas: Setor de Embaixadas Sul, Setor de Administração Federal Sul, Setor Bancário Sul e Asa Sul;

Valor Total: R$ 3.903.986,27.

Em relação às atividades de operação do sistema:

Instalação de religadores de 15Kv nas redes de Distribuição da CEB D;

Instalação de rádios de comunicação em 29 subestações, 27 concluídos;

Instalação de rádios em 100 (chaves e religadores) existentes, 68 concluídos (44 religadores e 24 chaves);

Instalação de 275 religadores: 142 concluídos;

Acompanhamento financeiro do contrato

Total do contrato: R$ 28.438.100,03

Realizado: R$ 15.203.760,44 (53,46%)

Em relação às ações de manutenção, foram realizadas substituições de transformadores, chaves, postes e condutores em todo o Distrito Federal, em especial nas regiões leste e oeste. Foram realizadas podas de árvores próximas às redes de distribuição e a limpeza de faixas de servidão de linhas. A CEB D desenvolveu diversas atividades de manutenção preventiva, corretiva e melhorias em redes, linhas e subestações de distribuição. Foram realizadas, ainda, reforma de estações e de transformadoras de redes subterrâneas.

Quanto à ação de comercialização de energia elétrica, destaca-se:

Ação 6065 – Aquisição de Energia Elétrica para o DF

A Tabela "Consumo anual por Classe de Clientes" apresenta os resultados do mercado da CEB D. Em 2017, houve retração de 5,64% no consumo cativo. O efeito dessa retração nas classes com maior participação no consumo refletiu no resultado total, principalmente a classe comercial, na qual os efeitos econômicos locais e a migração dos consumidores, que buscam no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a redução dos seus custos, contribuíram para a variação de -8,78%. A classe residencial, que representa o maior consumo da CEB D, retraiu 2,88%, mesmo com o crescimento de 2,10% no número de consumidores, conforme Tabela "Variação no número de clientes". Isso mostra que a redução no consumo total da classe foi

maior do que o consumo agregado dos 18.647 novos clientes. Apenas as classes iluminação pública e consumo próprio apresentaram variação positiva de 3,19% e 1,97%, respectivamente. As reduções mais significativas ocorreram nas classes industrial e serviço público, com variação de -15,23% e -13,22%, respectivamente. No entanto, essas classes possuem pequena participação no consumo total.

Tabela - Consumo anual por Classe de Clientes

Classes	Consumo (MWh)	Variação Anual (%)	Participação (%)
Residencial	2.186.724	-2,88	38,33
Industrial	150.535	-15,23	2,64
Comercial	1.860.116	-8,78	32,60
Rural	143.757	-3,88	2,52
Poder Público	599.004	-4,99	10,50
Iluminação Pública	457.750	3,19	8,02
Serviço Público	306.340	-13,22	5,37
Próprio	1.313	1,97	0,02
Total	5.705.540	-5,64	100,00

Fonte: Coordenadoria de Mercado e Tarifa - CMT
Obs: os dados de mercado são provisórios

Tabela - Variação no número de clientes

Cliente	Número de Clientes	Variação Anual (%)	Nº de Ligações	Variação Anual (%)
Residencial	927.343	2,1	18.647	-20,54
Outros	129.433	1,7	2.181	378,29
Total	1.056.776	2,0	20.828	-12,94

Fonte: Coordenadoria de Mercado e Tarifa - CMT

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1633 - DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	15,88	HORA	15,14	9,69	13,09	8,43	10,58	8,49	CEB / UO 22211 / OE 3
Justificativa: 2016 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e em 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora- atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor". 2017 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2017, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".									
1634 - FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	11,86	UNIDADE	11,33	8,08	9,83	7,10	7,99	6,43	CEB / UO 22211 / OE 3
Justificativa: 2016 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora- atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade desse indicador é "menor melhor". 2017 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequencia Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2017, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".									
1635 - TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	100	%	100	57	100	172	100	100	CEB / UO 22211 / OE 3
Justificativa: 2016 - As metas estabelecidas não foram cumpridas devido, principalmente, aos atrasos nas contratações, as quais adiaram o início dos projetos previstos para serem executados em 2016. Desse modo, a previsão é a aplicação de todo o recurso de 2017 acrescido do saldo remanescente de 2016, até o final de 2017. 2017 - O montante investido em 2017 foi maior do que o previsto, visando ajustar o desvio a menor do ano anterior, mantendo-se a meta de investir anualmente 100% da obrigação da empresa em todos os anos do horizonte do PPA 2016-2019.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	**551.038.712,00**	**569.038.712,00**	**348.374.127,00**	**184.664.585,00**
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA--PLANO PILOTO .	551.038.712,00	569.038.712,00	348.374.127,00	184.664.585,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**551.038.712,00**	**569.038.712,00**	**348.374.127,00**	**184.664.585,00**

Como desdobramento de suas diretrizes estratégicas, no ano de 2017, a CEB D contratou novas linhas de crédito com o objetivo de custear os investimentos em curso e garantir a continuidade do processo de recuperação do seu sistema de distribuição de energia elétrica. Para tanto, foram estreitados relacionamentos com os diversos bancos, objetivando o contínuo aperfeiçoamento e aprimoramento do perfil de financiamento e do fluxo de caixa da Companhia.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**21.063.052,00**	**21.063.052,00**	**16.052.438,00**	**5.010.614,00**
2530 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB DISTRIBUIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	21.063.052,00	21.063.052,00	16.052.438,00	5.010.614,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**3.890.000,00**	**3.890.000,00**	**3.890.000,00**	**0,00**
9548 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB DISTRIBUIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3.890.000,00	3.890.000,00	3.890.000,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**282.177.133,00**	**260.177.133,00**	**61.944.352,00**	**242.232.781,00**
6994 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	282.177.133,00	260.177.133,00	61.944.352,00	242.232.781,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**19.368.867,00**	**19.368.867,00**	**4.260.900,00**	**15.107.967,00**
6985 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	19.368.867,00	19.368.867,00	4.260.900,00	15.107.967,00
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**135.347.568,00**	**117.347.568,00**	**1.989.516,00**	**151.358.052,00**
6987 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	135.347.568,00	117.347.568,00	1.989.516,00	151.358.052,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**17.194.660,00**	**17.194.660,00**	**625.722,00**	**16.568.938,00**
2616 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	17.194.660,00	17.194.660,00	625.722,00	16.568.938,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**2.375.000,00**	**2.375.000,00**	**525.474,00**	**1.849.526,00**
6971 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	2.375.000,00	2.375.000,00	525.474,00	1.849.526,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**481.416.280,00**	**441.416.280,00**	**89.288.402,00**	**432.127.878,00**

A CEB D tem, relativamente a recursos humanos, o objetivo de promover meios de excelência do seu potencial, tendo como princípio a valorização, a integridade e o comprometimento pessoal e das equipes, estimulando o ritmo e a natureza das mudanças organizacionais.

Os principais projetos executados em 2017 foram voltados para capacitação, saúde e segurança no trabalho dos empregados e o fiel cumprimento dos dispositivos normativos.

Ação 8502 - Administração de Pessoal:

Foi contratado, no ano de 2017, um total de 09 empregados para diversas áreas da empresa, do Concurso Público de 2012.

Manutenção dos seus projetos sociais: 03 pessoas com necessidades especiais; 37 estagiários e 42 jovens aprendizes.

Ação 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores:

Exames Médicos Ocupacionais previstos no PCMSO são realizados pelos empregados em um mesmo local no mesmo dia, reduzindo o absenteísmo.

Realização de Campanhas de Qualidade de Vida, tais como: Assédio Sexual e Moral; Prevenção das Doenças Crônicas não Transmissíveis; Tabagismo; Prevenção do Câncer de Mama e outras, direcionadas para mais de 1000 empregados e prestadores de serviços.

Ação 8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais:

Renegociações com instituições financeiras para redução das taxas de administração de recebimento de tarifa de energia elétrica.

Renegociações com fornecedores de material e serviço para redução dos valores dos contratos.

Ampliação do número de atendentes e tele atendentes, com o objetivo de redução do tempo de espera para ser atendido da população, em especial nos momentos de chuva.

Renegociação com fornecedores de vigilância, limpeza, manutenção de próprios, seguro, manutenção e abastecimento de viaturas, serviço de carga de descarga de materiais, visando a segurança e habitabilidade dos colaboradores nas dependências da CEB, que são serviços essenciais à Companhia.

Quanto às ações referentes aos projetos de propaganda e publicidade, as principais realizações foram:

Ação 8505 - Publicidade e Propaganda

A CEB promoveu três campanhas, palestras e participou de eventos sociais promovidos pelo governo e por entidades associativas. A principal campanha teve o tema "Manutenção e Segurança", cujos objetivos foram informar sobre desligamentos programados para manutenção da rede elétrica e sobre os riscos e perigos das redes energizadas. Foram produzidos dois filmes de trinta segundos veiculados nas principais emissoras de TV do Distrito Federal e spots de rádio, também veiculados nas principais emissoras radiofônicas da Capital. A Segunda campanha, com o tema "Economizar Energia Faz Bem para Todo Mundo", foi sobre uso racional de energia elétrica. Além da produção de folders, distribuídos em escolas e disponíveis nas agências de atendimento da CEB, a campanha foi impulsionada nas mídias sociais e publicada em jornais comunitários. A terceira campanha visou promover o aplicativo para celulares "APP CEB Distribuição". O rádio foi a principal estratégia para esta ação, com spot veiculado nas principais emissoras de rádio do DF, mas também houve investimento em mídias sociais, mídia programática e jornais comunitários.

A CEB também deu continuidade à campanha, iniciada em 2016, "Energia elétrica não é brincadeira". Neste ano, foram produzidos mil kits com "sacochila", squeezer, camiseta, caneta, lápis, régua e folders educativos sobre os riscos da energia e uso racional. O material foi entregue para estudantes do ensino fundamental de escolas públicas do DF durante a realização de palestras sobre o tema. Mil alunos de seis cidades (Estrutural, Santa Maria, Planaltina, Gama, Samambaia e Paranoá) participaram das palestras educativas. Importante destacar que essa ação ganhou ampla cobertura pela mídia.

Um carro de som automotivo passou a circular pelas ruas do Distrito Federal reforçando o aviso de desligamento programado de energia e amplificando todas as campanhas veiculadas na TV, rádio e mídias sociais.

A CEB participou do 89° Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), realizado em Brasília. Para o evento, foi montado um stand e produzido folders com o objetivo de orientar construtores, engenheiros e arquitetos sobre os procedimentos adotados pela CEB para a

entrada de projetos de ligação para o fornecimento de energia elétrica. Também houve participação da CEB nos eventos do Mutirão de Cidadania, promovido pelo Governo de Brasília, com a distribuição de materiais educativos sobre economia e riscos da energia elétrica.

Quanto aos projetos de gestão da informação e sistemas da informação, as principais realizações foram:

Ação 2557-Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Revisão dos contratos de serviço contínuo e realização de novas licitações incluindo melhorias nos procedimentos de execução e controle, orientado pelas lições aprendidas nos contratos anteriores.;

Na revisão do planejamento para o PDTI 2016/2018, em atendimento ao Decreto do Distrito Federal nº 33.528, de 10 de fevereiro de 2012, a CEB estabeleceu um comitê denominado de CETIC, que é o órgão responsável por orientar, validar e monitorar os planejamentos de TI, garantindo um alinhamento com o planejamento estratégico da empresa. Durante 2017, o CETIC se reuniu para avaliar a execução e priorização dos projetos, definindo um plano de execução que orienta a realização destes projetos;

Revisão dos principais problemas dos sistemas em operação para definição de ações para otimizar os sistemas, permitindo redução nos custos operacionais da empresa;

Realização de cursos e treinamentos para melhor utilização dos sistemas corporativos.

Ação 1471 - Modernização de Sistemas de Informação

Conclusão da Implantação do novo ERP/SAP - O objetivo principal da implantação deste novo sistema foi adequar os processos da empresa aos regulamentos definidos pela ANEEL e, dentre eles, os maiores desafios estavam na implantação do novo plano de contas contábeis, incorporação da base de ativos ajustada pelo inventário realizado recentemente e a adequação do processo de imobilização dos ativos. Basicamente, os resultados esperados com esta adequação são: ajuste nos processos de gestão empresarial, o reconhecimento dos investimentos realizados pela empresa no sistema elétrico e, consequentemente, um ajuste adequado da tarifa de energia para CEB. Definição de um Centro de Competências SAP, grupo composto por representantes de todas as áreas operacionais da CEB, com objetivo de garantir as melhores práticas, ajustes e orientações para operacionalização do sistema ERP implantado;

Conclusão da contratação e início da Implantação do novo sistema de despacho de serviços comerciais em campo;

Desenvolvimento de melhorias no sistema comercial para permitir uma redução no índice de inadimplência dos clientes, incluindo melhores rotinas para controle de desligamentos e ajustes na régua de cobrança, melhorando processos relacionados ao Serasa, Protesto e PROLUZ;

Modernização do sistema de comunicação com as viaturas de serviços, com objetivo de disponibilizar uma ferramenta de gestão, controle e realização dos serviços de forma mais otimizada, realização de nova contratação e implantação do novo sistema de comunicação veicular, incluindo a disponibilização de tablets robustos para as equipes de campo, mantendo a comunicação por satélite e 4G;

Modernização do Data Center - considerando o crescimento vegetativo de informações e novos projetos implantados (exemplo: SAP), foi necessário realizar uma ampliação da infraestrutura de servidores, processamento e de armazenamento de informações, garantindo uma operação dos sistemas com alta disponibilidade. Também foi realizada a aquisição do suporte à atualização das tecnologias Microsoft que viabilizam a operação de toda a rede computacional. Revisão do plano de contingências para operação do Data Center, atualmente está distribuído em dois sites, um localizado no SIA e outro na SEPLAG/DF, nos quais são distribuídos todos

os sistemas para que haja uma alta disponibilidade entre eles. Realização de melhorias nos procedimentos de monitoramento e controle de incidentes, em 2017 foi alcançado o índice anual de 99,85% nos sistemas críticos da empresa.

Desenvolvimento dos ajustes necessários no sistema de gestão de recursos humanos para permitir a implantação do eSocial;

Readequação de todo o parque de microcomputadores, retirando de operação computadores implantados em 2007;

Sistematização da operação de faturamento para clientes com Geração Distribuída, permitindo também a recepção dos projetos de forma eletrônica, agilizando o processo de aprovação técnica;

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Além da sua responsabilidade de distribuir energia elétrica ao Distrito Federal, a CEB D promove qualidade de vida e o desenvolvimento do Distrito Federal, tendo como forte aliança, nesse processo, o diálogo ético e transparente com suas partes interessadas: clientes, acionistas, empregados, colaboradores, fornecedores, governo e sociedade.

Para isso, a empresa utiliza diversos meios e canais de relacionamento que fortalecem a gestão corporativa e melhoria da qualidade da prestação do serviço, promovendo o acesso às informações e serviços para o ambiente interno e externo.

Como principais instrumentos merecem ser destacados, para o ambiente externo, as suas agências de atendimento, o atendimento telefônico por meio do Call Center, o seu site na internet (www.ceb.com.br) e a Ouvidoria. No ambiente interno, a intranet constitui importante meio de comunicação aos empregados e colaboradores com notícias atualizadas da empresa.

A CEB D implementa, constantemente, ações voltadas à otimização da excelência do atendimento aos seus consumidores, colocando à disposição da população postos de atendimento nas unidades dos Na Hora, localizados nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Gama, Riacho Fundo, Rodoviária, Sobradinho e Taguatinga, além de Agências localizadas no Plano Piloto, Brazlândia, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Paranoá, Samambaia, São Sebastião e Santa Maria, os quais, em conjunto com o Call Center, constituem fundamental estrutura que garante o bom atendimento e a satisfação dos consumidores.

A sua estrutura de atendimento expande-se ao universo virtual com a construção de uma Agência On line, na qual o consumidor pode acessar serviços, até então só disponibilizados em seus postos presenciais, num ambiente responsivo, adaptado à utilização em tablets e smartphones. Seguindo essa evolução, ainda se pode mencionar o lançamento de seu aplicativo para smartphones e tablets que, em conjunto com a Agência On Line, constituem importantes ferramentas para o consumidor, que nem sempre dispõe de tempo para visitar nossos postos de atendimento ou que busca um atendimento mais intuitivo e personalizado.

A busca da satisfação do cliente é marca da companhia, que é certificada pela ISO 9001:2008 em seu processo de coleta e tratamento das reclamações oriundas de seus consumidores, permitindo conhecer detalhadamente seus anseios e necessidades, ajustando processos e procedimentos de modo a garantir uma experiência sempre positiva no relacionamento com a Distribuidora.

Os contratos de concessão firmados pelas empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com a União estabelecem obrigações e encargos perante o Poder Concedente. Parte dessas obrigações consiste em aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL, em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, o que consiste no Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição, e na promoção de inovação que estimula a pesquisa e desenvolvimento no Setor Elétrico Brasileiro, explicitado pelo Programa de Pesquisa e

Desenvolvimento – P&D. As diretrizes para elaboração dos Programas são aquelas definidas na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, bem como aquelas contidas nas resoluções da ANEEL específicas para eficiência energética e P&D.

Programa de Desenvolvimento Energético

A seguir, uma análise acerca dos projetos e ações desenvolvidas nos Programas de Eficiência Energética e P&D realizados pela CEB D:

Programa de Eficiência Energética (PEE)

Essa obrigação consiste em aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,5% da ROL em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica. Para o cumprimento desta obrigação, a CEB D apresenta à ANEEL, a qualquer tempo, por meio de arquivos eletrônicos, projetos de Eficiência Energética e Combate ao Desperdício de Energia Elétrica.

Chamada Pública de Projetos de EE 2015

As concessionárias de distribuição de energia elétrica são obrigadas a realizarem, anualmente, uma Chamada Pública com o objetivo de selecionarem projetos que busquem a aplicação de ações de eficiência energéticas nas diversas classes de clientes. Em 2015, foi realizado o primeiro chamamento público da CEB D, o qual selecionou dois projetos.

Os dois projetos de eficiência energética contratados contemplam a eficientização das instalações e utilização de painéis solares para geração fotovoltaica. Os projetos selecionados foram os do Garvey Park Hotel e o UniCEUB, ambos na Asa Norte.

O valor global da contratação dos projetos foram de R$ 860.889,96 e R$ 1.071.010,90, respectivamente. Ambos tiveram início em 2016 e foram finalizados em meados de 2017.

Chamada Pública de Projetos de EE 2016

Em novembro de 2016, foi publicado a Chamada Pública 2016 de EE, em que foi previsto o recurso de R$ 10.000.000,00 para investimento nas diversas classes de consumidores da CEB D, objetivando a redução do consumo de energia desses clientes. O processo selecionou no total de oito projetos, com um valor total a ser desembolsado, em doze meses, pelo programa de Eficiência Energética da ANEEL de R$ 6.067.675,53.

Os oito projetos iniciarão sua execução dentro do primeiro trimestre de 2018.

Chamada Pública de Projetos de EE 2017

No dia 19 de dezembro de 2017, foi lançada a terceira Chamada Pública de EE (CP EE- 2017), a qual está prevendo um orçamento de R$ 10.000.000,00 para investimento nas diversas classes de consumidores da CEB D. O processo está na fase de recebimento de propostas e a fase de avaliação dar-se-á depois dessa etapa.

Projeto Agente CEB 3

A CEB D vem desenvolvendo, nos últimos anos, projetos de eficiência energética nas comunidades de baixa renda do DF. Esses projetos, além de cumprirem a obrigação legal, apresentam benefícios evidentes à concessionária, destacando-se: o estreitamento do relacionamento da CEB D com os moradores das comunidades de baixo poder aquisitivo; a melhora na prestação dos serviços; o aumento do comprometimento e a satisfação desses clientes.

As ações de interação direta com os moradores (visitas) são realizadas paralelamente a outras iniciativas como a mobilização das comunidades por meio da equipe de analistas sociais e a realização de eventos educacionais, de modo a garantir a adesão e participação da comunidade no Projeto, além de despertar o interesse de incorporar, a sua cultura, os benefícios da utilização correta da energia elétrica. O escopo inicial do projeto previu a entrega de 80.000 lâmpadas LED, 7.000 refrigeradores, 2.000 aquecedores solares, além da realização de palestras educacionais. Em agosto de 2017, foi realizado um aditivo contratual alcançando um

total de 100.000 lâmpadas LED, 8.750 refrigeradores e 2.600 aquecedores solares. O projeto total com o aditivo alcançou um custo total de R$ 21.399.300,39.Em 2017, todo escopo de produtos previsto para os clientes foram entregues, totalizando 96.000 lâmpadas, 7.973 refrigeradores e 2.550 aquecedores, com um total de desembolso de R$ 18.859.513,23.

Fundo do PROCEL

Após publicação da Lei 13.280/16, as distribuidoras de energia são obrigadas a transferirem 0,1% da ROL para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). Em 2017 foram destinados ao PROCEL o valor de R$ 1.929.560,18 e provisionados R$ 1.418.311,23

Empréstimo de Maquetes

No ano de 2017, foram disponibilizadas para os centros de ensino e a comunidade em geral 5 maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas.

Palestras educacionais

Em 2017, foram realizadas 30 palestras em órgãos públicos, escolas e clientes particulares, capacitando cerca de 1710 participantes sobre o uso consciente de energia elétrica, tanto em casa, quanto no trabalho, proporcionando assim economia de energia nas edificações.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Com vistas a incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, a CEB D aplica, anualmente, um percentual mínimo (0,5%) de sua ROL no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em Lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa e avaliar seus resultados. O Órgão Regulador estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio de manuais e normas.

Diferentemente da pesquisa acadêmica pura que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica deverão ter metas e resultados bem definidos. Assim, a CEB D acompanha os benefícios gerados por seus projetos periodicamente.

Chamada Pública de P&D 2016

A Chamada Pública é uma ferramenta para seleção de projetos de P&D. A execução e seleção destes projetos são definidas no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL, que é executado anualmente pela CEB D, em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 754/2016, que dispõe sobre Procedimentos de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D.

A publicação da Chamada Pública foi autorizada pela Resolução de Diretoria da CEB D nº. 114, de 25 de maio de 2016, objetivando selecionar propostas de projetos para o Programa de P&D a serem implementadas pela CEB D, referente ao ano de 2016, com valor previsto de R$ 17.000.000,00.

Foram recebidas 57 propostas de diversas Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs – de todo Brasil. Destas, 7 foram selecionadas totalizando R$ 17.544.518,90 (dezessete milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e dezoito reais e noventa centavos. Encontram-se em execução 3 projetos e os demais estão em fase de finalização do processo de contratação.

Projeto Prioritário de Eficiência Energética e Estratégico de P&D: "Eficiência Energética e Minigeração em Instituições Públicas de Educação Superior"

A CEB D, após realização de uma Chamada Pública, selecionou a Universidade de Brasília (UnB), a qual apresentou a proposta "Geração Distribuída no Campus da Universidade de Brasília Integrada a Rede de Distribuição da CEB a fim de concorrer para ser selecionada pela ANEEL em Avaliação Inicial. A proposta, inicialmente, foi rejeitada e a CEB D entrou com recurso para rever a decisão.

Em 24 de novembro de 2017, a ANEEL apresentou a Nota Técnica nº 0397/2017-SPE/ANEEL em que acatou o recurso interposto pela CEB D e deu-se início ao processo de contratação do projeto que tem previsão de 24 (vinte e quatro) meses de execução e com valor da proposta de P&D equivalente à R$ 2.523.832,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e três mil e oitocentos e trinta e dois reais), e de PEE de R$ 2.263.252,57 (dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

SIASE - Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - Etapa II

A CEB D está participando do projeto cooperado liderado pelo iABRADEE com o objetivo de desenvolver o sistema centralizado que integra grandes bases de dados e informações sobre o setor, acessível em portal web para toda a sociedade, com funcionalidades que auxiliam agentes públicos e privados no planejamento e desenvolvimento setorial e do PEE, bem como na inteligibilidade dos processos tarifários. O projeto tem previsão de desembolso da CEB D de R$ 186.984,29 (cento e oitenta e seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Fundos do FNDCT e MME

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, estabelece a obrigatoriedade da transferência de um percentual da ROL das empresas do setor elétrico para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e para o Ministério de Minas e Energia (MME) para custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Os aportes de recursos feitos para o FNDCT e MME em 2017 foram de R$ 4.933.375,60 e R$ 2.804.541,81, respectivamente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A partir do exercício de 2015, a CEB D tem seguido as orientações do Plano de Transformação, documento de planejamento empresarial concebido pela Administração que assumiu a gestão da Companhia, no início daquele ano. Ao mesmo tempo, a CEB D iniciou e concluiu, em 2016, um Plano de Resultados apresentado à ANEEL, que resultou na melhora dos seus indicadores operacionais e econômico financeiro, tendo subido 10 posições no ranking da ANEEL.

Com o advento da Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, a CEB D concebeu um Plano de Negócio que adequou e atualizou os termos do mencionado Plano de Transformação às orientações da Lei.

O processo de consolidação no segmento de distribuição de energia recebeu forte influência a partir dos novos critérios estabelecidos pela ANEEL para a prorrogação das concessões, sobretudo no que diz respeito à qualidade dos serviços.

Em perspectiva ampliada, trabalha-se com a expectativa de que, nos próximos exercícios, uma série de ativos de transmissão, geração e distribuição deverão trocar de mãos, no maior processo de transferência visto desde a privatização de parte do setor, ocorrida entre 1997 e 2000.

Também estão em fase de conclusão as propostas do Ministério de Minas e Energia que visam a implementação de medidas legais que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade a longo prazo, tratadas no âmbito da Consulta Pública 033/2017 para o Aprimoramento do marco legal do setor elétrico. Após a etapa de análise das contribuições dos agentes setoriais e da sociedade, deverá ser submetida ao Congresso Nacional. Dentre os diversos aprimoramentos sugeridos, o aumento da liberação dos clientes para o Mercado Livre e a indicação da possibilidade de separação dos negócios de distribuição em Fio e Comercialização da energia são os que representam maiores alterações no negócio das Concessionárias de Distribuição.

Entretanto, ainda permanecem fatores conjunturais e estruturais que colocam em risco o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. A inexistência de regras claras e equilibradas, entre os segmentos do setor, geram instabilidade jurídica o que tem levando à judicialização de intermináveis processos.

Por outro lado, o incremento da inadimplência, a persistência de furto e de fraude de energia, influenciados pela majoração das tarifas, têm se refletido nos resultados econômicos das distribuidoras e colocou o grau de endividamento em patamar nunca antes verificado, reduzindo a capacidade de investimento, que atingiu o patamar de R$ 64.035.133,00 de realização orçamentária, no ano de 2017.

No âmbito regulatório, a ANEEL vem ajustando a regulamentação para mitigar os efeitos da sobrecontratação e dos custos de energia e, ao mesmo tempo, incentivar a produção de energia elétrica por meio de fontes renováveis, dentre elas, a solar, a eólica, a biomassa e a hidráulica. Entretanto, no ano de 2017, os custos da compra de energia, em especial no Mercado de Curto Prazo, e os encargos setoriais representaram despesas adicionais que tiveram, inicialmente, de serem absorvidas pelas distribuidoras.

Permanece presente, ainda, a expectativa de que os Custos e as Receitas/Despesas operacionais evoluam com percentuais inferiores aos da receita e que, com o programado aporte decorrente da alienação dos ativos de geração, realize-se a liquidação do endividamento oneroso, colocando a CEB D em uma estrutura patrimonial alinhada com a praticada pelo mercado e com a capacidade de investimento necessária.

CEB GERAÇÃO S/A – UO: 22.212

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Geração S.A. - CEB Geração, sociedade por ações constituída por uma subsidiaria integral da Companhia energética de Brasília - CEB, teve sua criação autorizada pela Lei Distrital n.º 2.648, de 26/12/2000. É regida pela Lei 6.404/76 e tem como objeto a geração e comercialização de energia produzida pela PCH Paranoá, e foi detentora da concessão da Usina Termica Brasilia.

A Lei nº. 2.710 de 24.05.2001, autorizou o Governo do Distrito Federal a implementar a reestruturação societária da CEB, com o objetivo de atender às disposições dos Contratos de Concessão firmados entre Companhia e a ANEEL.

No contexto do novo modelo do setor de energia, a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004, estabeleceu, para as concessionárias de distribuição, vedação à manutenção de vínculos societários com concessionárias de geração que pertençam ao sistema interligado nacional, sejam como coligadas, controladas ou controladoras.

A CEB submeteu à ANEEL, em agosto de 2005, proposta objetivando segregar as atividades de geração e distribuição de energia elétrica, observando o disposto no art. 4º, § da Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, com a nova redação dada pelo art. 8º da Lei nº. 10.848/04.

A segregação das atividades se deu por meio de versão dos ativos e passivos de cada concessão para novas empresas de geração e de distribuição de energia elétrica, o chamado "dropdow", aprovado pela Resolução 593, de 30 de outubro de 2002.

Por meio da Resolução Autorizativa nº. 318/2005 de 14.09.2005, a ANEEL estabeleceu prazo limite para a efetivação da segregação da CEB, o qual foi atendido, ocorrendo a segregação no dia 12 de janeiro de 2006.

O processo de desverticalização que constituiu a CEB Geração destinou a esta a concessão dos ativos referentes a duas usinas, sendo a Usina Térmica de Brasília, com capacidade de geração de até 10 MVA, utilizando como combustível o óleo diesel e a Usina Hidrelétrica do Paranoá, com capacidade de 30 MVA.

A CEB celebrou o contrato de concessão nº. 65/1999 – ANEEL com a União em 26 de agosto de 1999, para geração de energia elétrica destinada a serviço público. O prazo de duração do contrato de concessão é de 20 anos contados a partir da assinatura. Após a segregação da Companhia Energética de Brasília – CEB, a CEB Geração iniciou sua operação comercial em 12 de janeiro de 2006.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF					
Comissionados sem vínculo efetivo	1				1
Requisitados de órgãos do GDF		4			4
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar		3	0	2	5
Subtotal		7	0	2	10
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	1	7	0	2	10

A CEB Geração em 2017 era composta por 1 (um) Diretor-Geral e 1 (um) Diretor, eleitos pelo acionista único com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, 04 (quatro) requisitados do setor elétrico, 1 um (um) cargo comissionado e 3 (três) Conselheiros, totalizando 10 (dez) colaboradores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**32.614,00**	**32.614,00**	**20.114,00**	**12.500,00**
6169 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	32.614,00	32.614,00	20.114,00	12.500,00
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	**2.468.258,00**	**64.990,00**	**26.377,84**	**4.845.148,16**
0005 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL-CEB GERAÇÃO- SIA	2.468.258,00	64.990,00	26.377,84	4.845.148,16
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**2.500.872,00**	**97.604,00**	**46.491,84**	**4.857.648,16**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	**539.703,00**	**-5.846.237,00**	**1.925.643,00**	**5.000.000,00**
0007 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS A ACIONISTAS DA GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	539.703,00	-5.846.237,00	1.925.643,00	5.000.000,00
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	**915.614,00**	**-184.386,00**	**323.597,95**	**1.692.016,05**
0003 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-ENCARGOS E TRIBUTOS SOBRE A RECEITA DA CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	915.614,00	-184.386,00	323.597,95	1.692.016,05
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**1.455.317,00**	**-6.030.623,00**	**2.249.240,95**	**6.692.016,05**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**676.912,00**	**1.336.912,00**	**12.047,00**	**4.865,00**
2527 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	676.912,00	1.336.912,00	12.047,00	4.865,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**132.000,00**	**-528.000,00**	**292.590,32**	**499.409,68**
9558 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	132.000,00	-528.000,00	292.590,32	499.409,68
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**2.489.717,00**	**2.489.717,00**	**291.846,16**	**2.197.870,84**
6998 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB GERAÇÃO- SIA	2.489.717,00	2.489.717,00	291.846,16	2.197.870,84
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**25.477,00**	**477,00**	**6.234,32**	**44.242,68**
6993 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB GERAÇÃO- SIA	25.477,00	477,00	6.234,32	44.242,68
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**3.012.104,00**	**2.312.104,00**	**339.757,05**	**3.372.346,95**
6992 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB GERAÇÃO- SIA	3.012.104,00	2.312.104,00	339.757,05	3.372.346,95

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**56.497,00**	**56.497,00**	**27.591,31**	**28.905,69**
2614 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB GERAÇÃO- SIA	56.497,00	56.497,00	27.591,31	28.905,69
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**73.089,00**	**73.089,00**	**36.731,52**	**36.357,48**
6973 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-CEB GERAÇÃO- SIA	73.089,00	73.089,00	36.731,52	36.357,48
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**6.465.796,00**	**5.740.796,00**	**1.006.797,68**	**6.183.998,32**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

CEB Geração S.A, em novembro de 2016, realizou importante reestruturação do âmbito de seu modelo de negócio, com a transformação no tipo de Concessão de Uso de Bem Público, dada a alteração no regime de exploração, passando de Serviço Público para Produtor Independente de Energia.

Tal reestruturação permitiu a configuração do principal ativo da empresa como Pequena Central Hidrelétrica – PCH Paranoá autorizada a comercializar energia incentivada no mercado.

Passou a atuar no Ambiente de Contratação Livre – ACL, a partir de janeiro de 2017. Comercializa 11MW médios, ou 84,6% de sua Garantia Física neste ambiente, tendo firmado dois Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre – CCEAL como resultado do 1º Leilão de Venda de Energia Elétrica no Ambiente Livre realizado pela CEB GERAÇÃO, em dezembro de 2016.

Sagraram-se vencedoras no Leilão, as empresas: Tradener Energia S/A, que adquiriu 5MW médios, ao preço de R$ 181,00/MWh e; Federal Energia S/A, com 6 MW médios, ao preço de R$ 180,00/MWh.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Ocorreram algumas alterações na execução orçamentária 2017 da CEB Geração, entre elas o superávit na receita financeira proveniente da venda de energia elétrica. Esse superávit ocorreu devido ao enquadramento da Usina do Paranoá como PCH, que possibilitou a venda de energia no final do ano 2016 como Fonte Incentivada, com maior valor de mercado. E visando a adequação, algumas remanejamentos de crédito foram feitos.

Os principais remanejamentos ocorreram nas "ações/subtítulos": - participação acionária; aquisição de equipamentos; manutenção de serviços administrativos gerais e aquisição de energia elétrica para o distrito federal.

CEB PARTICIPAÇÕES S/A – UO: 22.213

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Participações S/A – CEBPar, sociedade anônima de capital fechado é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, iniciou sua atividade operacional em 13.01.2006, tendo por objeto social a participação no empreendimento de geração da Usina Hidrelétrica de Queimado-UHE Queimado, por meio de consórcio, com participação acionária atual de 17,5%, podendo ainda constituir ou participar de outras sociedades na condição de cotista de empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados.

A CEBPar possui participação acionária no empreendimento da Usina Hidrelétrica Corumbá IV, onde é detentora de 2,3465% do Capital Social da companhia Corumbá Concessões S/A. A empresa tem sede e foro na cidade de Brasília-DF, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira nos termos da legislação em vigor.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1				1
Comissionados sem vínculo efetivo	3				3
Requisitados de órgãos do GDF					0
Requisitados de órgãos fora do GDF					0
Estagiários					0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					0
Terceirizados (FUNAP)					0
Outros - especificar	3	2			5
Subtotal	7	2			9
(-) Cedidos para outros órgãos					0
Total Geral	7	2			9

A CEB Participações S/A é composta por três Diretores, sendo um Geral, um Administrativo-Financeiro e um Técnico, dois Conselheiros, três empregados celetistas, sendo que um está afastado por motivo médico e um empregado requisitado da CEB-Distribuição, totalizando 9 (nove) colaboradores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	**3.363.683,00**	**2.463.683,00**	**478.393,47**	**3.785.289,53**
0007 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL-CEBPAR-DISTRITO FEDERAL	3.363.683,00	2.463.683,00	478.393,47	3.785.289,53
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**3.363.683,00**	**2.463.683,00**	**478.393,47**	**3.785.289,53**

Para cobrir a execução do programa 25.752.6210.6065.0007, foi aberto um processo de remanejamento financeiro, sob nº 312.000016/2017, onde se realizou uma transferência de recursos do programa 25.122.6001.8517.6990, no valor de R$: 900.000,00 para atender o desempenho operacional e adequar aos ajustes contábeis da execução orçamentária de 2017.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	**8.508.130,00**	**8.508.130,00**	**2.552.666,55**	**5.955.463,45**
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-CEB PAR- PLANO PILOTO .	8.508.130,00	8.508.130,00	2.552.666,55	5.955.463,45
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	**1.629.468,00**	**1.629.468,00**	**352.721,86**	**1.276.746,14**
0004 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	1.629.468,00	1.629.468,00	352.721,86	1.276.746,14
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**10.137.598,00**	**10.137.598,00**	**2.905.388,41**	**7.232.209,59**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**61.000,00**	**61.000,00**	**61.000,00**	**0,00**
2502 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	61.000,00	61.000,00	61.000,00	0,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**161.000,00**	**161.000,00**	**161.000,00**	**0,00**
9562 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	161.000,00	161.000,00	161.000,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**
5308 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB PARTICIPAÇÕES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.700.533,00**	**1.700.533,00**	**289.801,88**	**1.410.731,12**
8767 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB PAR- PLANO PILOTO .	1.700.533,00	1.700.533,00	289.801,88	1.410.731,12
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**82.822,00**	**82.822,00**	**20.268,83**	**62.553,17**
9587 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB PARTICIPAÇÕES S/A-DISTRITO FEDERAL	82.822,00	82.822,00	20.268,83	62.553,17
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**3.776.841,00**	**4.676.841,00**	**274.331,05**	**2.602.509,95**
9690 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB PAR- PLANO PILOTO .	3.776.841,00	4.676.841,00	274.331,05	2.602.509,95
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**17.731,00**	**17.731,00**	**2.035,00**	**15.696,00**
2596 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB PAR- PLANO PILOTO .	17.731,00	17.731,00	2.035,00	15.696,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**73.497,00**	**73.497,00**	**29.857,30**	**43.639,70**
8713 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL DA CEB - PARTICIPAÇÕES S/A- PLANO PILOTO .	73.497,00	73.497,00	29.857,30	43.639,70
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**
9714 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CEB PAR- PLANO PILOTO .	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**5.893.424,00**	**6.793.424,00**	**858.294,06**	**4.135.129,94**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

- Mercado de Curto Prazo

Pode ser definido como o segmento da CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratada pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As principais variáveis que impactam no resultado da Liquidação Financeira do MCP são o PLD e o Ajuste do MRE (ou GSF).

As estimativas apresentadas para o Orçamento de 2017, consideraram as projeções disponibilizadas pela CCEE em maio de 2016, como apresentado no InfoPLD junho-16. Contudo, foram significativas as variações entre os valores projetados pela CCEE para 2017 e os valores efetivamente realizados, como divulgado no boletim InfoPLD de dezembro/17. Estas diferenças são apresentadas nos Quadros I e II, a seguir.

Vale ressaltar que as projeções utilizadas apontavam para um déficit de energia em torno de 10% para o ano de 2017, mas as condições meteorológicas verificadas no início de 2017 levaram a excedente de energia no âmbito do Condomínio do Sistema-MRE, o que, atrelado a uma elevação do PLD (como no Quadro I), resultou em crédito nas liquidações financeiras para o agente CEB PARTICIPAÇÕES nos primeiros meses do ano. Contudo, o quadro sofreu variação significativa com a elevação do déficit hídrico (GSF) a patamares equivalentes a 40% nos meses seguintes, de julho a novembro. As combinações destes fatos, elevação do PLD e agravamento do GSF, levaram a uma maior exposição financeira no Mercado de Curto Prazo.

A CEB PARTICIPAÇÕES havia definido em sua estratégia a cessão de montante de energia equivalente a 11% como hedge de energia para cobertura aos efeitos negativos do GSF, contudo, os valores efetivamente realizados foram muito superiores ao estimado pelo mercado e mesmo pelos órgãos governamentais (leia-se CCEE), não sendo este hedge suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais no mercado.

Como consequência, os valores estimados para exposição financeira no MCP sofreram variação significativa, gerando a necessidade de ajustes nos valores orçados para a aquisição de energia que somente foram calculados após a divulgação do PLD médio de dezembro/17, verificada na primeira semana do mês.

	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
REALIZADO	121,44	128,43	216,24	371,47	411,49	124,70	280,81	505,95	521,83	533,82	425,50	280,00
ESTIMADO	30,00	30,00	30,00	31,00	30,00	30,00	31,00	31,00	31,00	31,00	31,00	31,00
Variação realizado/estimado (%)	305%	328%	621%	1098%	1272%	316%	806%	1532%	1583%	1622%	1273%	803%

obs.:valor estimado para Dezembro/2017

GSF - MERCADO (SAZO)	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Média ANO
REALIZADO	1,063	1,166	1,084	0,947	0,796	0,781	0,642	0,603	0,613	0,625	0,662	0,807	82%
ESTIMADO	0,784	0,907	0,943	0,931	0,889	0,854	0,848	0,862	0,891	0,934	0,961	0,992	90%
Variação Realizado /estimado	36%	29%	15%	2%	-10%	-9%	-24%	-30%	-31%	-33%	-31%	-19%	

QUADRO II- Ajuste do MRE Projetado x Realizado 2017

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017 a CEB Participações cumpriu os compromissos definidos em sua proposta orçamentária, apoiada na premissa de que suas receitas são originárias de recursos próprios, sendo estas provenientes em sua maior parte da venda de energia elétrica gerada pela UHE-Queimado, complementada por aplicações financeiras e prestação de serviços administrativos para o Consórcio Cemig-CEB.

As despesas referentes a encargos com o Sistema de Energia Elétrica, no âmbito de dispêndio, incluíram custos usuais com os encargos setoriais tais como: compensação financeira por uso de recursos hídricos; compensação financeira por uso do bem público; taxas de fiscalização e contribuição de agentes da ANEEL, CCEE, O.N.S.; uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - CUSD à CEMIG Distribuição, bem como os gastos de liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica e o repasse de dividendos à Companhia Energética de Brasília, acionista único da CEBPar.

Quanto à geração da receita proveniente da comercialização de Energia Elétrica, o ano de 2017 foi marcado pela continuidade dos contratos de venda no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo no total de 31 (trinta e um) contratos de venda de energia, frutos da participação da empresa em leilão público de energia elétrica.

Para o exercício de 2018, a expectativa é de que os programas de trabalho, tanto no âmbito de investimento quanto em dispêndio, permaneçam inalterados.

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU – UO: 22.214

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto n° 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, por força do Decreto nº 36.236, de 1 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF.

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; e Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos, compreendendo a gestão das atividades relacionadas a:

Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;

Varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;

Coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos da construção civil e de eletrônicos e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados em vias e logradouros públicos;

Operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, in-cluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;

Demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Conforme a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos, e de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências, compete ao SLU:

Promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

Exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionada aos resíduos sólidos no Distrito Federal;

Organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;

Implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

Supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;

Supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;

Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;

Praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;

Estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Dis-trito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;

Promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;

Elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;

Adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;

Desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Entre os serviços prestados, podemos destacar: coleta convencional de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, coleta manual e mecanizada e posterior transporte e aterramento de entulhos, varrição manual e mecanizada de vias, lavagem de vias, lavagem de monumentos e equipamentos públicos, pintura manual e mecanizada de meio-fio, catação manual de papéis e plásticos em áreas verdes, transbordo e transferência de rejeitos, prestação de serviços diversos de limpeza (em eventos públicos), operação de usinas de tratamento mecânico-bioógico de resíduos, coleta de animais mortos em vias públicas e destinação final. O SLU também recebe resíduos domiciliares acondicionados em Papa Lixo onde o caminhão coletor não tem acesso, e resíduos volumosos, assim como recebe até um metro cúbico de entulhos da construção civil em Papa Entulhos instalados nas cidades. Além das atividades descritas, o SLU realiza a compostagem de resíduos orgânicos, comercializa ou faz a doação do composto gerado, e realiza a educação ambiental, conscientização e sensibilização da população do DF e entorno para o manejo de resíduos sólidos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	21	85	16	1.183	1.305
Comissionados sem vínculo efetivo	34	0	16	0	50
Requisitados de órgãos do GDF	12	0	0	0	12
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	1	0	3
Estagiários	0	54	0	0	54
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	1	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	9	9

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	50	0	0	50
Subtotal	69	190	33	1.192	1.484
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	578	578
Total Geral	69	190	33	614	906

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES / SLU

O SLU realiza o pagamento de servidores ativos cedidos a outros órgãos. Considerando o quantitativo de servidores ativos existentes em janeiro/17 (1.502) e em dezembro/17 (1.371) informados no SAG, houve redução de 8,72%.

Tem havido aposentadorias constantes de pessoal próprio do SLU como de cedidos a outros órgãos o que era de se esperar uma vez que o último concurso público foi realizado em 1990. Recentemente, em dezembro de 2017, o SLU passou a contar com a colaboração de 9 (nove) reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, que serão remunerados por meio de bolsas e auxílios transporte e refeição a partir de janeiro de 2018.

Já foram contratadas duas dezenas de engenheiros para consolidar a parte técnica da autarquia, mais de 3 mil capacitações de servidores concursados foram realizadas e o edital de concurso para contratação de novos profissionais está na pauta dos trabalhos em desenvolvimento.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ARQUITETÔNICOS E EXECUTIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVs NO SIA, SCIA, CEILÂNDIA E ASA SUL-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	**679.702,00**	**5.683.622,00**	**2.213.954,73**	**1.663.954,73**
0002 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE-REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO GALPÃO DE RECICLAGEM EM BRAZLÂNDIA-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	674.702,00	674.702,00	0,00	0,00
0001 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	5.000,00	5.008.920,00	2.213.954,73	1.663.954,73
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6205 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO--DISTRITO FEDERAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	**295.398.715,00**	**373.430.804,00**	**373.096.043,00**	**354.391.012,70**
6118 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	295.398.715,00	373.430.804,00	373.096.043,00	354.391.012,70
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	**1.605.000,00**	**820.167,00**	**646.083,04**	**437.877,11**
0001 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR--DISTRITO FEDERAL	1.605.000,00	820.167,00	646.083,04	437.877,11
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**	**168.000,00**	**168.000,00**
0002 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.000.000,00	168.000,00	168.000,00
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	**1.500.000,00**	**69.535,00**	**68.910,06**	**68.910,06**
0003 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	1.500.000,00	69.535,00	68.910,06	68.910,06
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's	**772.898,00**	**1.121.575,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's-CONSTRUÇÃO DE PAPA ENTULHO EM CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0,00	200.000,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's-- BRAZLÂNDIA	0,00	200.000,00	0,00	0,00
0005 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's--DISTRITO FEDERAL	772.898,00	721.575,00	0,00	0,00
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL--DISTRITO FEDERAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	**5.000,00**	**4.279.058,00**	**2.216.014,96**	**1.486.014,96**
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	5.000,00	4.279.058,00	2.216.014,96	1.486.014,96
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR	**29.853,00**	**3.001,00**	**0,00**	**0,00**
5332 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR--DISTRITO FEDERAL	29.853,00	3.001,00	0,00	0,00
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	**44.569,00**	**717.149,00**	**710.662,65**	**710.662,65**
0003 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE-- SAMAMBAIA	44.569,00	717.149,00	710.662,65	710.662,65
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	**1.030.000,00**	**3.402,00**	**3.400,00**	**3.400,00**
2256 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1.030.000,00	3.402,00	3.400,00	3.400,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**302.225.737,00**	**387.128.313,00**	**379.123.068,44**	**358.929.832,21**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1637 - TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO	0	%	80	1	100	31,57	100	100	SLU / UO 22214 / OE 4
Justificativa: 2016 - A previsão de início de operação do Aterro Sanitário de Brasília não ocorreu em agosto de 2016. Apenas 1% dos resíduos gerados no DF foram aterrados fora do DF. 2017 - Mesmo com a inauguração do aterro sanitário em janeiro de 2017, manteve-se o funcionamento do aterro controlado do Jóquei - ACJ, devido á falta de local adequado para os catadores de materiais realizarem o trabalho de triagem dos recicláveis. A baixa cobertura da coleta seletiva também contribuiu para o resultado.									
1636 - TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS	8,07	%	9	8,92	11	10,72	13	15	SLU / UO 22214 / OE 4
Justificativa: 2016 - O programa de coleta seletiva está em avaliação para verificação dos locais com maior possibilidade de eficácia. Interrupção da coleta seletiva em algumas R.A's prejudicou a obtenção de melhores índices. 2017 - A ausência de prestação de informações pelas associações de catadores contratadas, bem como o atraso na construção das instalações de recuperação de resíduos prejudicaram a obtenção do índice previsto. 2018 - .									

O indicador "Taxa de recuperação dos resíduos coletados" atingiu o índice de 10,72%, embora as dificuldades enfrentadas nos contratos de prestação de serviços de coleta seletiva, onde as informações sobre o que foi separado e comercializado não foi devidamente disponibilizado pelas associações e cooperativas de catadores, como também os atrasos na construção de Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR's, neste aspecto pelos impasses que ocorreram na elaboração dos projetos executivos desenvolvidos pela Novacap. Com o reinício das obras, ocorrido no ano 2017, tanto de construção como de recuperação das unidades operacionais de tratamento de resíduos, há boas perspectivas de aumento desta taxa para o ano 2018. Os dados sobre os quantitativos reciclados oriundos do Aterro do Jóquei também se fizeram ausentes, em 3 meses do ano 2017, prejudicando a obtenção de um melhor índice. As cooperativas filiadas à Rede Alternativa forneceram dados de comercialização de recicláveis que foram inseridos nos quantitativos para cálculo do indicador.

O indicador "Taxa de disposição final em aterro sanitário" atingiu o índice de 31,77%, devido à decisão governamental de manter em funcionamento o Aterro Controlado do Jóquei – ACJ, face ao atraso na conclusão das instalações de recuperação de resíduos e à manutenção da fonte de renda dos catadores de materiais recicláveis que, embora atuem em local inadequado, estão atuando próximo às suas residências. O aterro sanitário, denominado Aterro Sanitário

de Brasília – ASB, foi inaugurado em 17 de janeiro de 2017. As obras do prédio administrativo e acessos, embora prontos em outubro do ano 2016, não estavam equipados para o funcionamento administrativo. Apenas rejeitos do tratamento dos resíduos domiciliares e comerciais foram encaminhados ao ASB, ou seja, rejeitos provenientes das Usinas de tratamento e de algumas unidades de transbordo onde há atividade de catação manual de resíduos pelos catadores. Alimentos vencidos e vincendos originados de supermercados foram destinados, pelos próprios geradores, em aterros sanitários localizados fora do DF, evitando-se o aproveitamento indevido, como ocorria anteriormente pelos catadores no Aterro Controlado do Jóquei.

As reuniões com os catadores de materiais recicláveis instalados no Aterro Controlado do Jóquéi resultaram em adiamento no fechamento das operações de destinação de resíduos domiciliares e comerciais que alí eram depositados, previsto para outubro de 2017, já que o trabalho de triagem e fonte de renda para os catadores ficariam prejudicados. Como comentado, as obras de reformas e construção de Instalações de recuperação de resíduos ficarão prontas apenas no ano 2018. Com a previsão de fechamento das atividades de destinação de resíduos domiciliares e comerciais no Aterro Controlado do Jóquei para o dia 20 de janeiro de 2018, o índice da taxa de disposição final em aterro sanitário, a ser apurado para o ano 2018, ficará próximo de 100%.

Das atividades realizadas pelo SLU no ano de 2016, e que permaneceu em 2017, a que representou maior impacto na gestão dos resíduos sólidos do Distrito Federal – DF foi a contratação do Lote II dos serviços de coleta convencional e limpeza urbana, pondo fim a um contrato emergencial para a prestação temporária dos serviços.

Houve significativas alterações neste contrato comparado aos outros 2 (dois) lotes com serviços similares no que diz respeito ao cumprimento da universalização da prestação dos serviços de saneamento básico. Para as regiões de difícil acesso, como o Sol Nascente e o Pôr do Sol situados na Ceilândia, foram contratados veículos especiais de pequeno porte para acessar as vias estreitas da localidade. Ainda na mesma região, para o adequado acondicionamento dos resíduos foi contratada instalação de containeres subterrâneos, posteriormente denominados "papa-lixo", de tal forma que a população deposite os resíduos da coleta convencional evitando sua disposição em passeios públicos provocando problemas ambientais, sanitários e de saúde pública.

Ainda neste mesmo contrato foi inovado o mecanismo de pintura de meio fio, utilizando-se de pintura mecanizada visando maior segurança aos trabalhadores em pistas de rolamento de alta velocidade, em canteiros centrais de pistas e avenidas, sendo gerado ganho na produtividade e na qualidade da aplicação do produto.

O SLU inaugurou, em dezembro de 2016, 10 "Papa Lixo" no Bairro Sol Nascente. Estes containers semi-enterrados possibilitam o armazenamento dos resíduos de forma segura e limpa, minimizando os riscos de proliferação de vetores na região, além de otimizar a logística de coleta através da diminuição do número de viagens e do tempo médio de coleta. Esse sistema apresenta vantagens como:

- Coleta em áreas de difícil acesso;

- Os resíduos ficam armazenados de forma segura. Não há risco de ser arrastado pela chuva ou rasgado por animais;

- Redução do mau cheiro dos resíduos e da proliferação de vetores e outros bichos, como ratos e baratas;

- Os equipamentos utilizados no sistema de contêineres semi-enterrados são mais silenciosos e, por isso, a coleta poderá ser efetuada também em horários noturnos, sem incômodo para a população e sem retenção do trânsito.

No ano 2017, outros "Papa-lixo" foram instalados, totalizando no final do ano 2017, 31 papa-lixo instalados nas localidades de Sol Nascente, Pôr do Sol e Estrutural.

Foto 1: Container "Papa-lixo" instalado no bairro Sol Nascente – Ceilândia / DF



Foto 2: Pintura mecanizada de meios-fios



Em relação ao encerramento dos contratos dos lotes I e III ocorridos no exercício 2017, houve necessidade de prorrogação destes contratos, de forma emergencial, por 180 dias, tendo em vista os questionamentos e a suspensão do certame pelo Tribunal de Contas do DF - TCDF quanto ao Pregão eletrônico nº 02/2017, que prevê a contratação definitiva, por mais 5 anos, de serviços públicos de limpeza para 3 lotes de serviços, com as seguintes inovações: caracterização dos resíduos sólidos por meio dos estudos gravimétricos; instalação de LEV (Local de Entrega Voluntária); instalação de contêineres semienterrados (papa-lixo); instalação de lixeiras/ papeleiras em diversos pontos do DF; implantação de programa de mobilização social; implantação de programas, equipamentos de rastreamento e monitoramento das rotas via satélite e implantação de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, urbanas e rurais, distribuídas por Lotes I, II e III, conforme Edital.

A contratação de organizações de catadores para realizarem a coleta seletiva de materiais recicláveis foi uma nova forma de inserção sócio produtiva da categoria de catadores e, é uma estratégia para o atendimento em outras Regiões Administrativas – RAs. A contratação de 4 (quatro) organizações (associações e cooperativas) de catadores para retomarem a execução dos serviços da coleta seletiva em 5 (cinco) das 14 (quatorze) Regiões Administrativas – RAs que tiveram estes serviços temporariamente suspensos também geraram um impacto social.

Estes trabalhos tiveram início em julho de 2016. O tipo, a forma e as organizações contratadas, representaram uma tentativa de alteração do modelo vigente até então. O contrato exige uma quantidade mínima de resíduos a serem coletados nos roteiros definidos, que devem ser cumpridos obrigatoriamente nos dias e horários estipulados. Dando continuidade à reformulação destes serviços, o SLU baseado em estudo de consultoria contratado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA está revendo as localidades a serem inicialmente cobertas em todas as Regiões Administrativas – RAs. Esta reformulação em andamento visa priorizar em cada RA a coleta seletiva em regiões comerciais e as verticalizadas onde a geração de materiais recicláveis é maior. Com a conclusão do processo de contratação das empresas especializadas na prestação os serviços de limpeza, por meio do Pregão eletrônico nº 02/2017, todas as Regiões Administrativas do DF voltarão a ser atendidas pela coleta seletiva.

As melhorias operacionais no Aterro Controlado do Jóquei- ACJ e as atividades de operação do Aterro Sanitário de Brasília – ASB prosseguem e, está em andamento o entendimento entre o governo e as cooperativas de catadores sobre a transição da disposição dos rejeitos do ACJ para o ASB. O fornecimento de locais adequados, por meio de aluguel de galpões equipados com esteiras de catação e equipamentos de manejo de recicláveis, além da contratação das associações de catadores para a prestação de serviço público de triagem de resíduos de manejo foi uma das forças deste entendimento.

Foi informatizado o sistema de pesagem nas balanças da Usina de Tratamento Mecânico Biológico do P-Sul e da Asa Sul, do Aterro Controlado do Jóquei, do Aterro Sanitário de Brasília e nas balanças das unidades de transbordo do Gama, Sobradinho e Brazlândia.

Quanto à educação ambiental e mobilização social para a colaboração e a manutenção da limpeza urbana foram realizadas em 2016 cerca de 135 atividades que atenderam a um público de 21.635 pessoas. Foi dada continuidade ao esforço para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis. Nesse sentido, foram realizadas a segunda edição da Corrida dos Garis e a premiação dos Blocos Carnavalescos parceiros da limpeza, além de diversas outras atividades de educação ambiental. Instituiu-se um Grupo de Trabalho – GT com o objetivo de difundir nas escolas do DF a educação para a Água e o Saneamento Ambiental, constituído pelos seguintes órgãos: a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, a Escola da Natureza, a Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEE-DF e o Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

Foram realizadas pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU visitas a todas as administrações regionais para discussão da importância da implantação dos Postos de Entrega Voluntária – PEV, posteriormente denominados como "Papa-entulho" e realizada atualização do número necessário destes equipamentos e suas localidades, sendo identificada a necessidade de instalação de 62 (sessenta e dois) Papa-entulhos. Foi elaborado o projeto padrão básico e os projetos específicos de acordo com a área a ser utilizada para 10 (dez) unidades, com o apoio da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Foram contratadas 6 (seis) unidades de Papa-entulhos em 2016, e inaugurados 7 Papa-entulhos no exercício 2017.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	**1.104.000,00**	**2.904.582,00**	**2.070.603,39**	**1.961.851,64**
0001 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES--DISTRITO FEDERAL	1.104.000,00	2.904.582,00	2.070.603,39	1.961.851,64
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**1.104.000,00**	**2.904.582,00**	**2.070.603,39**	**1.961.851,64**

Esta ação previa, já no ano 2016, o pagamento por serviços prestados pelas organizações de catadores, face à triagem de resíduos e a destinação adequada dos materiais recicláveis diferentemente do aterramento. Com a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, e a proibição da presença do catador nesta unidade operacional, houve consequente diminuição de resíduos recicláveis destinados no Aterro Controlado do Jóquei e, igualmente, diminuição da fonte de renda dos catadores que atuam naquele local, sendo necessário prover o catador de meios para sua subsistência. Destarte, a contratação dos catadores para prestação de serviços públicos de triagem, ao custo de R$ 92,11/tonelada comercializada supriu esta necessidade. No ano 2017 foram firmados 12 contratos com cooperativas/associações de catadores com esta finalidade.

No ano 2018, o quantitativo de resíduos triados pelas organizações de catadores, não sendo aterrada, será compensada às organizações, como forma de incentivo e remuneração ao importante trabalho de triagem de resíduos. Já foi lançado outro edital com chamada pública para cadastramento de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, constituídas por catadores que tenham como renda exclusiva, o produto obtido com o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis, para posterior contratação visando à prestação de serviços públicos de recuperação de resíduos sólidos, compreendendo a triagem, prensagem, enfardamento e a comercialização. Pretende-se assim o aumento progressivo da reinserção dos materiais recicláveis no mercado e a redução dos rejeitos enviados ao Aterro Sanitário de Brasília.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**204.000,00**	**304.000,00**	**218.950,93**	**218.950,93**
6190 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO PEQUENO VALOR-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	204.000,00	304.000,00	218.950,93	218.950,93
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**3.735.153,00**	**5.462.927,00**	**5.462.927,00**	**4.780.523,00**
9559 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	3.735.153,00	5.462.927,00	5.462.927,00	4.780.523,00
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**14.087.256,00**	**1.975.652,00**	**1.724.666,75**	**1.724.666,75**
0023 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	14.087.256,00	1.975.652,00	1.724.666,75	1.724.666,75
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.655.000,00**	**1.613.691,00**	**1.610.846,49**	**1.503.732,34**
7162 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	2.655.000,00	1.613.691,00	1.610.846,49	1.503.732,34
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**20.681.409,00**	**9.356.270,00**	**9.017.391,17**	**8.227.873,02**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**100.000,00**	**29.558,00**	**29.557,49**	**29.557,49**
5337 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-	100.000,00	29.558,00	29.557,49	29.557,49

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL				
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**180.000,00**	**180.000,00**	**179.999,99**	**162.294,57**
5182 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	180.000,00	180.000,00	179.999,99	162.294,57
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**123.822.500,00**	**115.494.655,00**	**115.489.726,14**	**115.489.726,14**
8880 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	123.822.500,00	115.494.655,00	115.489.726,14	115.489.726,14
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**12.743.190,00**	**11.103.190,00**	**11.088.541,34**	**11.088.541,34**
9686 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	12.743.190,00	11.103.190,00	11.088.541,34	11.088.541,34
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**420.000,00**	**308.137,00**	**274.398,70**	**251.474,55**
8738 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	240.000,00	192.543,00	173.805,00	160.725,00
8739 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	180.000,00	115.594,00	100.593,70	90.749,55
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**5.512.820,00**	**5.491.433,00**	**5.442.713,74**	**5.057.205,43**
9762 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	5.512.820,00	5.491.433,00	5.442.713,74	5.057.205,43
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**5.445.000,00**	**1.264.566,00**	**1.264.184,00**	**1.194.105,00**
5851 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	5.445.000,00	1.264.566,00	1.264.184,00	1.194.105,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**148.223.510,00**	**133.871.539,00**	**133.769.121,40**	**133.272.904,52**

Conforme previsto, houve uma primeira reestruturação do Serviço de Limpeza Urbana – SLU unindo alguns núcleos operacionais e aumentando o contingente de gestores com funções gratificadas para reforçar as ações de gestão e planejamento do SLU. Nova reestruturação está prevista para o exercício 2018.

Considerando o avanço da implantação de novas atividades inovadoras, como controle informatizado, operação do aterro sanitário e o reduzido quadro de pessoal técnico, o Serviço de Limpeza Urbana – SLU necessita realizar novas adequações em sua estrutura e realizar concurso público para o atendimento adequado de suas necessidades.

As despesas administrativas não sofreram grandes alterações em relação ao ano 2016, excetuando-se os custos com a modernização de sistema de informação, onde o SLU realizou investimentos para a gestão do sistema de informação, com a instalação de câmaras de monitoramento, e pagamento de suporte técnico para solução de armazenamento de dados, com aumento de custos liquidados de 82% em relação ao exercício 2016. Materiais de escritório e de limpeza continuaram com redução de custos, devido às ações educativas, sobretudo com a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Ocorreu aumento dos contratos firmados pelo SLU, principalmente, devido à contratação de serviços de triagem de resíduos. As atividades de controle e fiscalização dos serviços prestados são realizadas com a designação de executores para cada contrato firmado.

No que diz respeito à gestão das pessoas, o Serviço de Limpeza Urbana – SLU realizou um recadastramento de todos os seus servidores tanto os que estão prestando serviços na autarquia como os que estão cedidos a outros órgãos, para tomar as medidas necessárias para a reorganização e redistribuição em função da realidade encontrada.

O perfil do servidor concursado originalmente era para a execução de serviços operacionais. Com a inexistência da prestação de serviços operacionais pelo SLU e a necessidade de desenvolvimento de planejamento, modernização e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle torna-se necessário a realização de concurso público para atender às demandas da autarquia. Servidores cedidos a outros órgãos, paulatinamente, estão retornando ao SLU, conforme necessidades e comunicações entre os órgãos públicos

Foi ainda implantado um controle de acesso ao prédio da administração e melhorados os acessos dos prédios das unidades operacionais. O registro da presença do servidor na sede da autarquia continua de forma manual.

No que diz respeito aos recursos humanos responsáveis pela limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos no Distrito Federal, vale ressaltar que tem havido uma constante redução do número de servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU como também de trabalhadores terceirizados por meio das empresas contratadas. Contribuiu para esta redução o cumprimento do estabelecido no Decreto Governamental nº 36.757 de 16 de setembro de 2015 que estipulou em 25% (vinte e cinco por cento) a redução do valor global de cada um dos contratos corporativos com todos os órgãos do GDF e, em 20% (vinte por cento) com os cargos comissionados em funções de confiança. Foi ainda implantado sistema de contagem de pessoal que atua em diferentes serviços contratados pelo SLU.

O SLU adquiriu os seguintes materiais permanentes no exercício 2017:

Tabela 1: Materiais Permanentes adquiridos no exercício 2017

Tabela 1: Materiais Permanentes adquiridos no exercício 2017

Item	Descrição	Quantidade
1	Quadros Brancos, med. 1,00 x 1,20m, c/moldura de alumínio	25
2	Esteiras 15M(T)/20M(S)/25M(Z), horizontal p/ triagem	14
3	Quadros Brancos, med. 1,20 x 2,00, c/moldura de alumínio	8
4	Testador de cabeamento para RJ45	1
5	Container, Cap./1000lts	360
6	Carros cuba, Cap./ 180lts	60
7	Quadros brancos, med. 0,60 x0,90m, c/moldura de alumínio	6
8	Carros Tipo Gaiola, Cap./160lts	60
9	Balanças mecanica, Cap./600kg	7
10	Balanças eletrônica Plataforma, Cap./1.000kg	9
11	Carros Plataforma, Cap./600kg	42
12	Livros	26
13	Empilhadeiras a gás, cap./ 2,5ton	10
14	Paleteiras c/ plataforma, Cap./2.000kg	28
15	Bebedouros elétricos	13
16	Geladeiras, Cap./300lts	13
17	Guilhotina de Aço, Tipo Portátil	1
18	Perfuradora de papel para arquivo	3
19	Tenda Piramidal, med. 10 x 10metros	1
20	Televisor lcd 42 polegadas	1
21	Poltrona de Auditório	2
22	Cadeira Fixa sem Braço, mod. Operacional	6
23	Pulpito em Madeira	1
24	Mesa grande p/ palestrante	2
25	Cadeiras tipo longarinas c/3 lugares	12
26	Poltronas de Auditório	40
27	Amplificadores de som	2
28	Microfones com base	6
29	Microfones sem fio	2
30	Mesa de som com 16 canais	1
31	Projetor multimídia	1
32	Tela de Projeção Retrátil	1
33	Caixa de som Acústica	4
34	Suporte p/ projetor, cap. De suporte 10kg	1
35	Prolongador de suporte p/ projetor cap./10kg	1
36	Câmeras de videomonitoramento	24
37	Servidor de videomonitoramento	5
38	Switch tipo 1, 24 portas	2
39	Patch Panel 48p0	2
40	DIO - Distribuidor Interno Óptico	14
41	Monitor LED 46 polegadas	8
42	Suporte articulado para TV de parede	2
43	Teclados padrão ABNT	10

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU tem trabalhado no recolhimento e acúmulo de pneus e, ainda não obteve um acordo satisfatório sobre a logística reversa destes resíduos. É necessário que haja um esforço no sentido de viabilizar uma parceria de acordo com a previsão legal. O SLU recebeu e recolheu em 4 das suas unidades operacionais de janeiro a dezembro de 2017, 1.958 toneladas de pneus, cerca de 50% inferior ao registrado no ano 2016 quando foram recolhidos 3.925 toneladas. A maioria, cerca de 80%, é composto de pneus pequenos com aproximadamente 6 kg cada, e a minoria, cerca de 20% de pneus grandes com

aproximadamente 55 kg cada. Considerando esta proporção foram recolhidos, recebidos e destinados à reciclagem cerca de 268.487 pneus, sendo 261.367 de pequeno porte e 7.120 pneus de grande porte. Estes serviços são de responsabilidade dos importadores, fabricantes, distribuidores e comerciantes e está em discussão com a RECICLANIP representante da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP um instrumento legal para que o SLU possa prestar legalmente este tipo de serviço prestado e implantar as condições adequadas para a sua realização.

Tabela 2: Recolhimento e depósito temporário de pneus nas unidades do SLU – Ano 2017

MÊS	Gama	Brasília Norte	Sobradinho	Planaltina	Total Mensal (t)	No trimestre (t)
Janeiro	15	137	0	6	158	
Fevereiro	72	198	18	0	288	727
Março	73	188	15	5	281	
Abril	17	0	0	6	23	
Maio	60	147	24	0	231	391
Junho	31	100	6	0	137	
Julho	15	19	3	1	38	
Agosto	24	82	11	0	117	327
Setembro	22	150	0	0	172	
Outubro	76	134	0	15	225	
Novembro	46	101	10	2	159	513
Dezembro	43	68	18	0	129	
Total	494	1.324	105	35	1.958	1.958

Quanto à compostagem houve um significativo acréscimo de composto doado e uma queda significativa na venda. Isso porque foi triplicada a quantidade doada de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas/ano aos agricultores rurais. Além disso, os produtores rurais patronais também foram contemplados com a doação. Há necessidade de revisão deste critério, uma vez que a quantidade demandada superou a quantidade ofertada, no período de plantio da safra. No ano 2017, 15.317,71 toneladas de composto orgânico maturado e liberado para comercialização, conforme análises, foram retirados pelos produtores rurais do DF e entorno.

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU participou de diversos eventos de iniciativa própria, de outros órgãos do governo e da sociedade como um todo. Realizou parcerias para apoio à manutenção da limpeza das cidades que se ampliaram com relação às realizadas em 2016.

Para executar todas as atividades previstas, as receitas tanto por meio do orçamento ordinário não vinculado, Fonte 100, como da Taxa de Limpeza Pública – TLP, Fonte 114, do Serviço de Limpeza Urbana – SLU continuam sendo insuficientes para cobrir as despesas com os serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos urbanos. Assim, no final dos exercícios, em especial para os meses de outubro a dezembro, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem buscado adequar o orçamento para o fechamento do exercício. Ainda assim, o SLU continua com débitos relativos ao Reconhecimento de Dívida do ano de 2014 em valores próximos a R$ 60.000.000,00. (sessenta milhões). Esses débitos estão sendo reconhecidos pelo SLU para, quando houver os recursos necessários, iniciar o seu pagamento.

O programa de capacitação dos servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU e de entidades parceiras continua sem interrupção com atividades realizadas no mínimo 2 vezes ao mês, tendo neste ano de 2017 sido realizadas por meio do projeto "Vem Saber" 33 palestras, algumas feitas com parcerias de outras instituições do governo como a Agefis, Emater, Inesc, Subsecretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, Corregedoria Geral do DF, como também ministradas por servidores do SLU, que atingiu 1.425 presenças, com média de 43 presenças/palestra.

Com a missão de capacitar os servidores dos órgãos do GDF, a Escola de Governo – EGOV/DF oferece cursos, treinamentos, palestras e seminários. No ano 2017, foram indicados 149 servidores do SLU para participar destas capacitações.

O curso sobre a capacitação ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do qual vários servidores do SLU tiveram que se capacitar, não está computado nos quantitativos apurados, visto que foi ministrado pela internet e decidido sua realização conforme o interesse do servidor.

Em 18 de abril de 2016, foi assinado contrato, com a participação do governador de Brasília, no valor de R$ 3.381.583,89 (três milhões trezentos e oitenta e um mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos), para consultoria especializada que apoiará o governo na elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB. O documento está previsto nas Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 2010, e auxiliará o poder público no planejamento para soluções de curto, médio e longo prazos para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos e a drenagem urbana. A empresa contratada — Serenco Serviços de Engenharia Consultiva — foi a vencedora da concorrência, e o prazo de execução do contrato previsto foi de 7 (sete) meses. Este documento ainda está em fase de conclusão, com acompanhamento da ADASA.

Ocorreram várias reuniões da Comissão Técnica do PDSB e a Serenco elaborou o Plano de Trabalho e o Plano de Mobilização Social que norteia todo o processo de mobilização da sociedade para o acompanhamento da elaboração dos Planos. Foram discutidos outros assuntos relativos ao Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, quais sejam os estudos populacionais e a gravimetria dos resíduos sólidos urbanos no DF.

No ano 2017, a publicação no DODF de normas sobre o manejo de resíduos sólidos e outras questões relativas ao SLU deu novo ordenamento jurídico aos seguintes temas:

Tabela 3: Normas sobre manejo de resíduos sólidos publicadas no ano 2017

Assunto	Norma	Detalhamento
catadores	Lei 5893, de 20/06/17, DODF de 21/06/2017	Cria o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores de materiais recicláveis que exerçam atividades no Aterro do Jóquei.
	Decreto n° 38.402, de 10/08/ 2017, DODF de 11/08/2017	Regulamenta a Lei nº 5.893, de 20 de junho de 2017, que cria o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores de materiais recicláveis que exerçam atividades no Aterro do Jóquei e dá outras providências.
	Portaria nº 211, de 18/09/2017	Regulamenta os procedimentos para a habilitação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis necessários à implementação do Decreto nº 38.246, de 1º de julho de 2017
Aterro	Instrução nº 81, de 26/06/2017	Designa Comissão de Executores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 15/2014 – Consórcio GAE/DBO/CONSTRURBAN
	Instrução Normativa nº 06, de 03/07/2017, DODF de12/07/2017	Dispõe sobre o acesso e a permanência de veículos particulares de passageiros no Aterro Controlado do Jóquei - ACJ.
	Portaria Conjunta nº 04, de 25/09/17, DODF de 26/09/2017	Dá publicidade à atualização do Plano de Transição para o encerramento das atividades do Lixão da Estrutural, publicado no Anexo III, do Decreto nº 38.402, de 10 de agosto de 2017, como resultado dos trabalhos do Grupo de Acompanhamento.
Agrotòxico	Lei nº 5.930, de 28/07/2017, DODF de 02/08/2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos e pesticidas por seus produtores e comerciantes
Grandes geradores e Preços públicos	Decreto nº 38.021, de 21/02/2017, DODF de 22/02/2017 suplemento	Altera os artigos 26, 42 e 43 do Decreto nº 37.568/2016 e os artigos 3º, 10 e 13 do Decreto nº 35.816/2014 e dá outras providências
	Instrução Normativa n° 5, de 29/06/2017, DODF de 03/O7/2017	Suspende a prestação de serviços de limpeza, coleta e transporte de resíduos gerados nos eventos privados, a serem realizados em vias, logradouros ou espaços públicos
	Resolução nº 25, de 27/10/2017, DODF de 31/10/2017	Altera o Anexo da Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços

		de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil.
	Decreto nº 38.790, de 29/12/ 2017 DODF de 29/12/2017 edição extra	Altera o § 4º, do art. 26, do Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, e dá outras providências
Estação de transbordo	Resolução nº 05, de 17/03/2017 DODF de 20/03/2017	Dispõe sobre os procedimentos para instalação, operação e manutenção de estações de transbordo de resíduos sólidos no Distrito Federal
Conselhos	Decreto nº 38.458, de 30/08/2017 DODF de 31/08/2017 suplemento	Institui o Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB
Resíduos da Construção Civil	Resolução nº 01, de 1º/11/2017 DODF nº 212 de 06/11/2017	Estabelece procedimentos de cadastramento de transportadores de Resíduos de Construção Civil e Volumosos no Distrito Federal, bem como especifica a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte.
Pontos de entrega	Instrução Normativa nº 02, de 15/03/2017 DODF nº 53, seção 1, 2 e 3 de 17/03/2017	Dispõe sobre a operação dos Papa Entulhos – Pontos de Entrega de Pequenos Volumes
Controle de pesagem	Instrução Normativa n° 04, de 12/06/2017 DODF nº 113 de 14/06/2017	Regulamenta o Sistema de Controle Eletrônico de Pesagem de Resíduos nas áreas de transbordo, unidades de tratamento e de disposição final do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF.

O avanço importante foi a regulamentação da Lei que definiu os grandes geradores e os promotores de eventos em áreas públicas como responsáveis pelo gerenciamento dos seus resíduos. Foi realizado um grande trabalho de orientação e preparação dos grandes geradores de resíduos para se adaptarem às exigências da nova Lei.

O funcionamento do Conselho de Limpeza Urbana do DF – o CONLURB instalado em outubro de 2015, permitiu importantes contribuições para a limpeza do DF. O Relatório de Atividades e a prestação de contas dos anos 2015, 2016 e 2017 foram submetidos ao conselho, analisadas e aprovadas fornecendo importantes contribuições e recomendações. Contribuiu ainda com a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico e o Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, em especial com o Plano de Mobilização Social. Foi submetida ao Conselho a Carta de Serviços do Serviço de Limpeza Urbana – SLU para recebimento de contribuições.

O SLU contratou empresa para a instalação de totens de identificação para as suas unidades operacionais. 27 totens foram instalados, 23 dos quais iluminados, proporcionando maior visibilidade e, de certa forma, importância das unidades do SLU junto à população, já que o encaminhamento de resíduos especiais poderá ser realizado pela população nos Núcleos de Limpeza, principalmente aqueles dotados de Pontos de Entrega Voluntária – PEV's (Papa-entulho).

Uma das condicionantes para a licença de operação do Aterro Sanitário de Brasília – ASB, visto a interferência da atividade com a Escola Classe Guariroba, foi a construção da Escola Classe Guariroba em área mais afastada, às margens da DF- 180, com orçamento do SLU, que foi descentralizado, por meio de convênio, para a Novacap. Com a conclusão da obra, ao final do ano 2017, e a realização de benfeitorias como estacionamento, quadra de esportes e aquisição de mobiliário (armários), a Escola Classe Guariroba está em condições de iniciar suas atividades. O recebimento desta obra, por parte da Secretaria de Educação, está em curso.

Foto 3: Escola Classe Guariroba



O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) compõe a equipe de órgãos do Governo de Brasília que desenvolve o programa Cidades Limpas. Trata-se de uma iniciativa da Secretaria das Cidades, em 2017, realizada no Gama, Itapoã, Paranoá e em parte de Ceilândia. Foram 29 edições até dezembro do ano 2017, sendo 25 em 2016 e quatro em 2017. A força-tarefa, que envolve diversos órgãos do Governo de Brasília, visitou 89 mil imóveis orientando a população sobre os cuidados a serem tomados na prevenção de ambientes que sejam criatórios do mosquito Aedes aegypti.

Lançado em novembro de 2016, o programa executa serviços como recolhimento de lixo, remoção de entulho, tapa-buraco, poda de árvores, roçagem, limpeza de bocas de lobo e de redes de drenagem, remoção de carcaças de veículos, além de manutenção de iluminação pública e de sinalização de trânsito.

A proposta é desenvolver o programa Cidades Limpas em todas as regiões administrativas (RAs). O diferencial é a parceria dos órgãos para promover o embelezamento das RAs. A Secretaria das Cidades e a Administração Regional fazem o mapeamento prévio, indicando os principais pontos de reclamação da comunidade local. A autarquia realiza a frisagem e pintura de meio-fio, capina, remoção de entulho e de volumosos, além da varrição.

O SLU realizou um leilão com mais de mil itens que estavam em desuso pelo órgão no ano 2016. A venda pública aconteceu em 29 de novembro de 2016. O leilão ofereceu, entre outros produtos, dez CPUs Semp Toshiba, 37 armários, 85 no-breaks, seis prensas hidráulicas, 74 estabilizadores, 8 aparelhos de som, 11 purificadores e uma usina de incineração de detritos. Uma parte do material era sucata. O valor arrecadado foi entregue à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG. O SLU entrou com processo de distribuição de superávit e utilizou esses recursos, em 2017, na compra de materiais permanentes necessários às atividades do órgão, por meio da fonte 217.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Tabela 4: Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

Atividade	Unidade	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Comparativo 2017/2016 (%)
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	t	843.217	818.771	828.765	+ 1,22
Coleta, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde	t	2.466	2.217	2.165	- 2,35
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva) (manual + mecanizada)	t	706.855	772.268	636.005	17,64
Varrição manual de vias e logradouros públicos	km	1.345.889	1.250.559	1.284.173	+ 2,69

Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	km	25.539	46.723	41.288	- 11,63
Pintura de meios-fios	km	4.237	5.349	8.269	+ 54,59
Lavagem de abrigos de passageiros e passagens de pedestres	U	65.311	42.791	71.235	+ 66,47
Catação de resíduos	ha	143.878	150.975	187.268	+ 24,04
Resíduos processados em usinas de tratamento	t	209.121	229.054	230.916	+ 0,81
Resíduos domiciliares aterrados	t	887.220	830.055	809.085	- 2,53
Coleta de animais mortos	U	2.952	3.281	2.920	- 11,00
Coleta seletiva	t	57.496	48.673	29.968	- 38,43
Transferência de resíduos	t x km	14.773.167	14.782.791	17.004.130	+ 15,03

Coleta Convencional de Resíduos Domiciliares e Comerciais

A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou acréscimo de 1,22% em relação ao ano 2016, com média de 69.063,77 ton/mês, ou cerca de 871 gramas/habitante/dia, para uma população estimada em 3.039.444 habitantes (IBGE – 2017). O acréscimo foi moderado, justificado, em parte, pela crise socioeconômica que assola o País, e por conseguinte, o Distrito Federal. Outros fatores relevantes foram a melhoria do sistema de controle de pesagem implantado em 2016 e aperfeiçoado em 2017, com a informatização de todas as pesagens de resíduos coletados, como também a Lei sobre os grandes geradores, exigindo o cadastramento no SLU e eximindo o SLU de responsabilidades sobre a coleta de grandes volumes de resíduos (acima de 120 litros diários) bem como a sua destinação final.

O serviço de coleta convencional de resíduos está dividido em 3 lotes de atuação, conforme a região geográfica. No ano 2017, o Lote I compreendeu 49,20% da quantidade total coletada, o Lote II 32,61%, e o Lote III 18,19% da coleta total, percentuais próximos aos registrados no ano 2016, com redução proporcional nos lotes I e III, e acréscimo no lote II, em relação ao exercício 2016.

Tabela 5: Proporção do quantitativo de resíduos domiciliares coletados em cada lote de serviços contratados

	Empresa	Percentual Populacional	Percentual Coleta	Abrangência
Lote I	Sustentare	47%	49,20%	Itapoã, Paranoá, Região dos Lagos, Condomínios Contagem, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Lago Oeste, Mestre Darmas, Planaltina, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Nova Colina, Alto da Boa Vista, Condomínios Grande Colorado, Brazlândia, Park Way I, Núcleo Bandeirante, Guará I, Guará II, Candangolândia, Colônia Agrícola Águas Claras, Setor Militar, Cruzeiro, Asa Sul, Sudoeste/Octogonal, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Taquari, Mansões do Lago Norte, Torto, Condomínios São Bartolomeu, Condomínios Jardim Botânico, São Sebastião, Setor Residencial Tororó, Setor Habitacional Dom Bosco, Vila Planalto
Lote II	Valor Ambiental	29%	32,61%	Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo I, Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueira, Vila Estrutural, Park Way II, Parque Sol Nascente
Lote III	Valor Ambiental	24%	18,19%	Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II (2ª etapa), Riacho Fundo II (3ª etapa), Gama, Santa Maria, Meireles, Água Quente

Gráfico 1: Quantitativos percentuais por lote de serviços

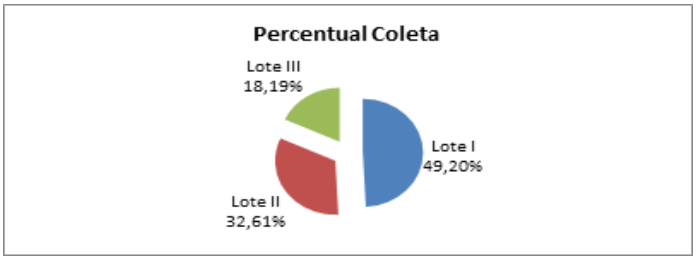
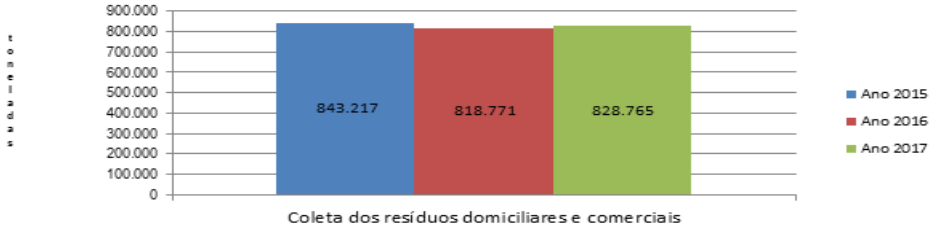


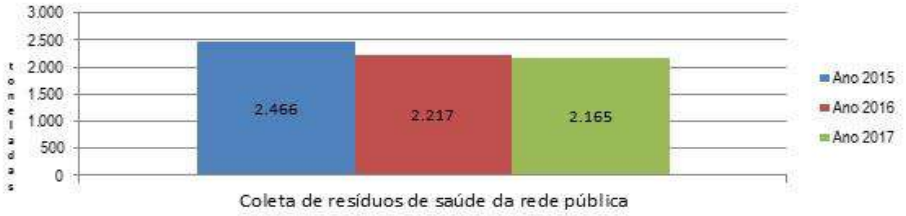
Gráfico 2: Coleta Convencional de resíduos domiciliares e comerciais



Coleta de Resíduos de Saúde da Rede Pública

A coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado 2,35% inferior ao observado no ano 2016, com média de 180,41 t/mês. O resultado está relacionado às orientações emanadas pela Secretaria de Saúde quanto à segregação dos resíduos infectantes gerados na rede pública de saúde, ajudando a reduzir os quantitativos coletados e tratados, com custo médio mensal de R$ 1,66/kg. Devido parte dos resíduos serem também autoclavados, o contrato para coleta, transporte, tratamento e destinação de serviços de saúde envolve o tratamento tanto por autoclavagem como por incineração. As escórias do tratamento, conforme contrato firmado com empresa especializada são direcionadas para aterro industrial localizado na cidade de Betim/MG. A Secretaria de Estado de Saúde – SES, por meio de descentralização orçamentária, repassa os custos de execução do contrato ao SLU.

Gráfico 3: Coleta de resíduos de saúde da rede pública



Coleta de Resíduos de Remoção

A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada como os resíduos depositados em áreas públicas contendo entulhos diversos, apresentou resultado 17,64% inferior em relação ao ano 2016. A situação econômica do País contribuiu para o resultado final, principalmente quanto ao desempenho da construção civil, onde os entulhos desta atividade são o maior componente dos resíduos de remoção. Foi realizado melhor controle dos quantitativos transportados, e os serviços de remoção de entulhos acompanhou a execução das forças-tarefas em cada Região Administrativa, abrangendo a realização de vários serviços públicos e a atuação de outros órgãos da esfera administrativa do GDF, com relação ao mesmo tipo de serviço, ou seja, as Administrações Regionais e a NOVACAP participaram com recursos próprios na execução da remoção de entulhos.

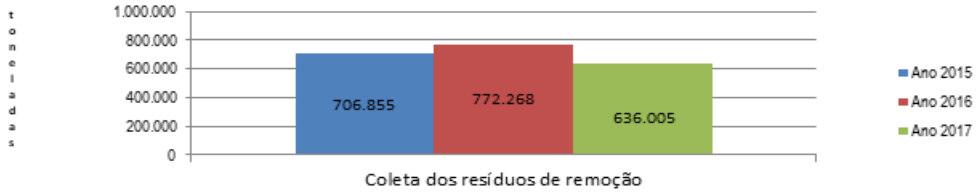
Os resíduos de remoção são recebidos no Aterro Controlado do Jóquei sem custos diretos na sua destinação, apenas no aporte maior de tratores de esteiras utilizados para o espalhamento destes resíduos em vias de acesso e na conformação de taludes. No ano 2018, com o encerramento das atividades de recebimento de resíduos domiciliares no Aterro Controlado do Jóquei – ACJ prevista para janeiro de 2018, haverá necessidade de celebração de contrato específico para a destinação de entulhos no ACJ, enquanto outra área específica para recebimento de entulhos seja providenciado o devido licenciamento.

O quantitativo de 636.005 toneladas anuais foi obtido por meio da coleta mecanizada de entulhos (623.047,17 toneladas, com média de 51.920,60 t/mês), e da coleta manual de

entulhos (12.957,85 toneladas, com média de 1.079,82 t/mês), neste último caso com a utilização de caminhões de menor capacidade de carga, para coleta de resíduos ensacados, eventuais galhadas e resíduos volumosos dispostos em áreas públicas. Na coleta mecanizada, utiliza-se equipe com 1 (uma) pá-mecânica e, geralmente, 6 (seis) caminhões basculantes trucados, com predominância no recolhimento de entulhos diversos (resíduos da construção, terras de escavação e resíduos domiciliares) dispostos em áreas públicas.

A coleta mecanizada de entulhos registrou custo médio de R$ 28,84/t, enquanto a coleta manual de entulhos registrou custo médio de R$ 92,10/t.

Gráfico 4: Coleta de resíduos de remoção



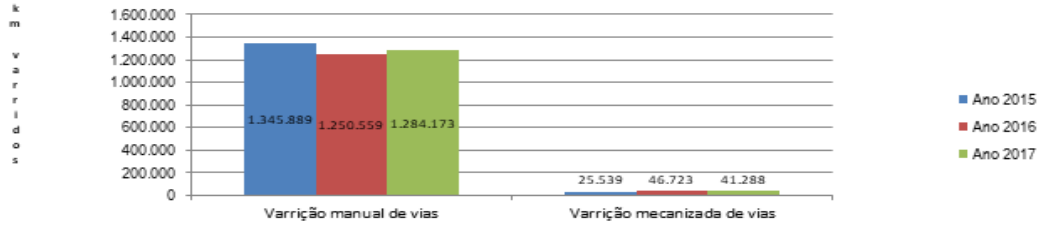
Varrição Manual e Mecanizada de Vias

A varrição manual de vias e logradouros públicos apresentou resultado 2,69 % superior ao obtido no ano 2016, com média de 107.014,44 km/mês, embora novos locais agregados aos trechos de varrição, e diminuição da freqüência de varrição em outros locais. A varrição manual é o serviço de limpeza que envolve os maiores gastos, devido ao maior contingente de funcionários para sua execução. No ano 2017, cerca de 35,27% de todos os recursos utilizados para pagamento das empresas contratadas para o manejo de resíduos e limpeza pública foi utilizado para pagamento da varrição manual. O custo médio da varrição manual registrou R$ 104,29/km varrido.

A freqüência de varrição é determinada conforme o trânsito de pessoas na localidade e aspecto da limpeza da avenida observado, variando de 1 vez por semana a 2 vezes no mesmo dia. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local, e influencia a freqüência da varrição, porém exige outros investimentos, tanto para a sua instalação como para a manutenção. O SLU não realiza a instalação de lixeiras públicas. Esta iniciativa estava sob a responsabilidade da NOVACAP. No entanto, para os novos contratos em elaboração para os serviços a serem firmados por meio do Pregão eletrônico n° 02/2017 foi prevista a instalação, a manutenção e a utilização destas lixeiras por parte das empresas a serem contratadas para os serviços de varrição e limpeza de áreas públicas.

A varrição mecanizada de vias e logradouros públicos, por sua vez, apresentou decréscimo nos quantitativos em comparação ao ano 2016, de 11,63%. A utilização de varredeiras mecânicas, já em adiantado uso face o final dos contratos de prestação, acarreta quebras excessivas, impedindo seqüência normal destes serviços. Porém no ano 2017 houve decisão de diminuir a prestação destes serviços junto às empresas contratadas, por conta de economia de recursos. A varrição mecanizada, quando interrompida nestas situações, é substituída pela varrição manual. No ano 2017 registrou desempenho médio de 3.440,67 km/mês e custo médio de R$43,18/km varrido.

Gráfico 5: Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos



Tratamento de Resíduos Sólidos nas Usinas de Tratamento Mecânico - Biológico

O sistema de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal teve início com a inauguração, em 1963, da Usina de Triagem e Compostagem de tecnologia dinamarquesa – DANO, situada na Avenida L4/Asa Sul, com capacidade de processamento de 100 (cem) toneladas por dia. Acompanhando o crescimento da produção de resíduos, essa usina teve a capacidade ampliada com a construção de mais duas linhas de processamento em 1972, aumentando seu potencial para 250 (duzentos e cinquenta) toneladas por dia. Em 1985, foi inaugurada outra Usina de Triagem e Compostagem com tecnologia francesa – TRIGA, situada no Setor P-Sul em Ceilândia, com capacidade de processamento de 600 (seiscentas) toneladas por dia.

A última grande modificação no sistema de tratamento de resíduos ocorreu no ano de 2000, com a reforma e adaptações das instalações e equipamentos das Usinas do P Sul em Ceilândia e na L4 Sul da Asa Sul, melhorando a eficiência das usinas e aumentando a capacidade de processamento da Usina da Asa Sul, além da concentração de todo o sistema de compostagem nos pátios da Usina de Ceilândia.

Atualmente, as duas unidades encontram-se em funcionamento, sendo que na L4 Sul de forma bastante precária. A Usina do PSul na Ceilândia vem obtendo uma manutenção razoável de seus equipamentos e tem melhorado o processo operacional inclusive da compostagem em pátios impermeabilizados.

Houve um esforço no sentido de controlar a quantidade de resíduos processados na usina, evitando sobrecarga para melhorar os processos de triagem dos resíduos secos para encaminhamento à reciclagem, de seleção dos resíduos orgânicos para compostagem e, sobretudo de reduzir as quantidades de rejeitos, para a consequente melhoria operacional e redução dos custos. No entanto, houve acréscimo do material processado nas usinas, de 0,81%, e consequentemente maior produção com a comercialização e doação do composto principalmente em função da melhoria da manutenção que foi implementada.

Foi publicada em 27/08/2015 a Instrução Normativa nº 64, elaborada em conjunto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER, ampliando a quantidade de composto doado para os pequenos agricultores de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas ao ano havendo maior procura pelo material e liberação do pátio de compostagem conforme demonstrado na Tabela 5. Os rejeitos do processo de compostagem foram utilizados para a cobertura do maciço do Aterro do Jóquei.

Tabela 6: Resíduos processados, produção de composto orgânico sem maturação, rejeito do composto e entrega de composto orgânico maturado na Usina do P-Sul por doação ou venda (em t)

Mês	Resíduos processados nas Usinas	Produção de composto nas usinas	Doação (quant. Entregue – em t)	Venda (quant. entregue)	Doação no trimestre	Venda no trimestre	Rejeito do composto
Janeiro	19.535,82	4.754,60	1.827,40	13,56			1.508,82
Fevereiro	18.752,02	4.577,07	163,98	0	3.528,51	13,56	888,41
Março	20.011,94	4.949,70	1.537,13	0			1.265,01

Abril	18.738,37	4.635,80	506,15	0			1.012,26
Maio	18.167,26	4.714,55	1.758,51	0	3.911,72	0,00	1.728,84
Junho	20.098,12	5.114,23	1.647,06	0			1.632,86
Julho	17.940,17	5.425,30	1.661,15	5,10			1.509,13
Agosto	18.472,60	5.228,24	10,67	0	3.830,76	5,10	1.440,93
Setembro	18.441,26	5.212,69	2.158,94	0			961,92
Outubro	18.948,37	5.141,35	1725,55	0			1.596,27
Novembro	19.686,70	4.974,16	166,72	0	4.028,06	0,00	1.599,03
Dezembro	22.123,32	5.391,35	2.135,79	0			776,53
Total	230.915,95	60.119,04	15.299,05	18,66	15.299,05	18,66	15.920,01

O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelo SLU aumentou 0,81% em relação o ano 2016. A Usina de Tratamento da Asa Sul operou com normalidade no ano 2017, contribuindo para o resultado observado, já que registrou 53.997,40 toneladas em 2016 e 52.272,49 toneladas em 2017, com decréscimo de 3,2% e média de 4.356,04 t/mês. A Usina de Tratamento da Ceilândia teve acréscimo de 2,05% nos quantitativos processados, de 175.056,54 toneladas em 2016, para 178.643,46 toneladas em 2017, com média de 14.588,04 t/mês.

O custo médio do tratamento de resíduos nas usinas operadas pelo SLU registrou o valor de R$ 64,12/t processada, sendo R$ 60,10/t na usina da Asa Sul e R$ 65,30/t na usina da Ceilândia.

A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul na Ceilândia os resíduos orgânicos gerados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos, para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno. Os materiais recicláveis coletados por organizações de catadores serão destinados para Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR´s existentes, e em processo de construção ou reformas.

A produção de recicláveis contabilizados nos relatórios das usinas de tratamento de resíduos do SLU, no Aterro do Jóquei e nas cooperativas contratadas somou 31.859,93 toneladas (plásticos, papel, papelão, sucata, alumínio e outros), 15,93 % superior ao registrado no ano 2016. Ainda assim, não estão contabilizados nos quantitativos de triagem os materiais recicláveis coletados e comercializados pelas organizações de catadores que atuam em áreas operacionais do SLU, devido à necessidade de capacitação de pessoas e sistematização das informações a serem trabalhadas. Convém salientar o quantitativo de materiais recicláveis oriundos do Aterro do Jóquéi em 2017, 36,93% inferior ao registrado no ano 2016, por conta de interrupção na obtenção dos dados de saída de recicláveis, impactando esta informação sobre o total registrado, revelando que a atividade de triagem neste local é bastante relevante.

Tabela 7: Materiais recicláveis triados nas usinas de tratamento, no Aterro do Jóquei e nas cooperativas (em t)

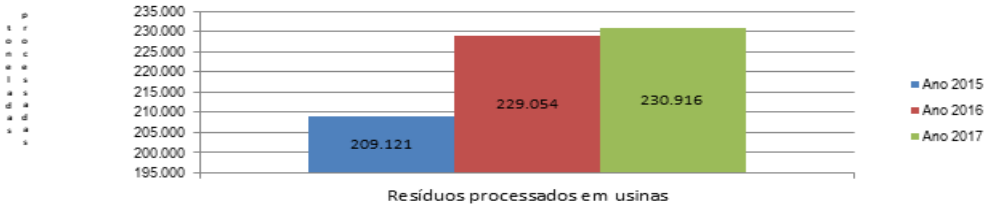
Resíduo Reciclável	Unidade Operacional					Total
	Usina Ceilândia	Usina Asa Sul	Cooperativas Rede Alternativa	Aterro do Jóquei	Cooperativas coleta seletiva	
Papel	907,93	180,11		137,86		1.225,90
Papelão	2.032,20	560,73		1.973,77		4.566,70
Plástico	4.062,03	1.743,93		5.292,87		11.098,83
Madeira/osso/outros	0,00	0,00		1.780,95		1.780,95
Sucata	957,17	283,83		1.450,53		2.691,53

Alumínio	231,82	166,65		15,54		414,01
Resíduo s/ caracterização						
Subtotal reciclados	8.191,15	2.935,25		14.339,28		25.465,68
Composto orgânico	40.956,11	19.162,93		0,00		60.119,04
Rejeito	129.496,20	30.174,31		0,00		159.670,51
Processado	178.643,46	52.272,49		14.339.28		245.255,23

A produção de composto orgânico oriunda das usinas de tratamento da Asa Sul e da Ceilândia atingiu o quantitativo de 60.119,04 toneladas de janeiro a dezembro de 2017, 20,48% superior ao registrado no ano 2016.

O mercado de resíduos recicláveis no DF contribui para estimular o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis, que vem ocorrendo em algumas unidades operacionais do SLU, ou seja, nas duas unidades de tratamento (Ceilândia e Asa Sul) e nos Núcleos Regionais onde ocorre a operação de transbordo de resíduos ou serviço de triagem (Gama, Sobradinho, Asa Norte e Brazlândia), como também em organizações de catadores instaladas no DF.

Gráfico 6: Resíduos processados em usinas operadas pelo SLU



Disposição Final de Resíduos

O Aterro Controlado do Jóquei tem sido utilizado como área para a disposição final dos resíduos no solo desde a década de 60 e recebeu em 2017 68,43% dos resíduos coletados no Distrito Federal, aproximadamente 1.778t/dia de resíduos sólidos urbanos – RSU e cerca de 4.000 (quatro mil) toneladas/dia de resíduos da construção e de demolição, além de resíduos volumosos, podas e parte das galhadas oriundas das atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Distrito Federal – NOVACAP. Excetuam-se os resíduos dos serviços de saúde - RSS, eletroeletrônicos e pneumáticos. Em 2016, o Aterro Controlado do Jóquei recebeu a quantidade de 830.054 toneladas de resíduos domiciliares e comerciais, e em 2017 recebeu 556.381,55 toneladas, 32,97% inferior ao ano 2016, por conta do início de operação do aterro sanitário.

Nesse contexto, os impactos sobre os corpos hídricos tornam-se preocupantes, principalmente, diante da possibilidade de contaminação de águas subterrâneas por chorume por meio da infiltração no solo. Essa situação é ainda mais crítica, visto que os mananciais da região são frequentemente utilizados pelos habitantes locais e fazem parte de uma importante bacia hidrográfica do Distrito Federal (a Bacia do Lago Paranoá). A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, em outubro do ano 2017, deu início à captação e tratamento da água do Lago Paranoá para abastecimento público do DF, com uma retirada de 700 litros/segundo.

Houve decréscimo de 2,53% das quantidades aterradas de resíduos, possivelmente retratando a situação econômica vivida pelo País e ao maior controle do sistema de pesagem que passou a ser todo feito eletronicamente. Os quantitativos pagos envolvem outros tipos de resíduos como, lodos de esgoto provenientes da Caesb, gorduras, resíduos com características domiciliares coletados por terceiros, animais mortos coletados em vias públicas e resíduos de podas e galhadas provenientes da Novacap.

O encerramento de parte das atividades de aterramento no Aterro do Jóquei, e início de operação do novo Aterro Sanitário de Brasília, localizado na Região Administrativa de Samambaia, sofreu várias alterações de datas. Estava previsto para meados do ano 2014, prazo que ficou estendido para outubro de 2016, e posteriormente para janeiro de 2017. Com a inauguração do aterro sanitário, a data de encerramento definitivo das atividades de aterramento de resíduos domiciliares e comerciais no ACJ ficou estabelecida para 20 de janeiro de 2018.

Ocupando uma área de cerca de 200 hectares, limítrofe à área do Parque Nacional de Brasília, o antigo lixão tornou-se um grande foco de degradação ambiental e um centro de conflito social motivado pela ocupação no seu entorno por moradias precárias habitadas por catadores de materiais recicláveis, pessoas sem residência e invasores. Registra-se ainda a presença de catadores de materiais recicláveis que trabalham sem uma relação formal com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU. Ali ocorrem situações equiparadas às piores condições de trabalho, com riscos constantes de acidentes inclusive fatais, e representa um caso de desrespeito à dignidade humana. São inúmeros registros fotográficos, relatórios e filmagens retratando a situação degradante do trabalho ali realizado.

O acesso principal ao Aterro Controlado do Jóquei se dá pela Rodovia EPCL-DF-095/BR-070, conhecida como Via Estrutural, que liga o Plano Piloto a Taguatinga, dentro do Distrito Federal. O acesso à sua entrada principal se dá pela Quadra 12 da Cidade Estrutural, onde se encontra uma guarita para o controle de entrada de veículos carregados. Através da Quadra 5 localiza-se o acesso à entrada administrativa de pedestres e carros de passeio e utilitários.

A área destinada à implantação e operação do Aterro Controlado do Jóquei tem um formato trapezoidal, com o vértice do topo triangular apontando, aproximadamente, para o norte geográfico, e é de propriedade da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap em processo de transição para o SLU.

Foto 4 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jóquei – Brasília/DF (Imagem Google - 2014).



Foto 5 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jóquei



São ainda diversos os planos elaborados, em especial ao longo das duas últimas décadas, para o fechamento do aterro do Jóquei. Devido ao contingente de catadores nas frentes de aterro, ocorrem freqüentes paralisações promovidas por eles mesmos, para protestar a respeito de demandas ou questionamentos, originando sobrecargas nos locais de armazenamento temporário (transbordos), como nas usinas de tratamento, provocando transtornos operacionais, ambientais e financeiros. A entrada de alimentos vencidos originados de redes de supermercados foi proibida no Aterro do Jóquei, evitando o consumo indevido, como também, sua comercialização desde julho de 2015.

Embora os esforços para o fechamento do Aterro do Jóquei, o SLU pretende permanecer com a área em atividade a ser utilizada apenas para a recepção, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil. Houve a contratação de empresa para a instalação de 2 balanças rodoviárias no local para o controle e cobrança dos resíduos depositados por particulares.

O Aterro Controlado do Jóquei possui uma central de beneficiamento de resíduos da construção civil – RCC que se encontrava desativada, uma vez que a área estava ocupada pelos catadores. Após o remanejamento dos catadores para outro local dentro da mesma área, a central foi reativada e tem seu funcionamento interrompido sempre que há problemas de furto de parte dos equipamentos.

O licenciamento ambiental do Aterro do Jóquei foi solicitado à antiga Semarh sob o número: 191.000.906/1992. Esse processo está em análise no IBRAM, reúne informações gerais sobre o aterro, mas não há nenhuma licença ambiental concedida.

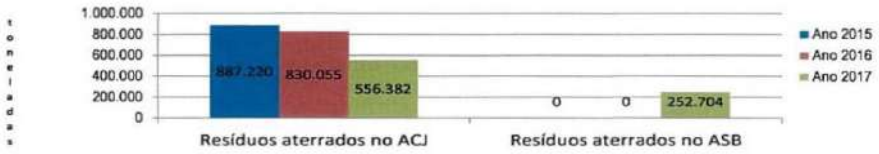
O Aterro Controlado possui ainda sistemas de drenagem dos líquidos percolados, de gás e drenagem externa superficial que são recuperados e mantidos. Para reduzir os riscos de explosões e incêndios, o aterro está dotado de uma série de "queimadores de gases", que realizam a combustão dos gases gerados no interior do aterro.

Apesar de todo o esforço e das melhorias operacionais implantadas, pode-se dizer que a situação do Aterro Controlado do Jóquei é ainda muito precária e incompatível com o padrão e a importância do Distrito Federal no contexto nacional.

No ano 2015, foi criado Grupo de Trabalho para elaborar o Plano de Intervenção no Aterro do Jóquei, devido às diversas irregularidades ali encontradas nos seus diferentes aspectos e definir os órgãos responsáveis para sanar os problemas identificados. O enfrentamento dos problemas ali identificados vão muito além daqueles sob a responsabilidade do SLU. Devido à amplitude dos problemas, houve a necessidade de seu enfrentamento por um conjunto de ações sob a responsabilidade de diversas instituições governamentais. Dentre as ações que foram feitas no ano 2015 que fizeram o antigo lixão passar a ser considerado um aterro controlado temos: policiamento ostensivo e mais freqüente dentro e nas imediações do aterro, visando assegurar a ação de servidores e da direção do SLU e das empresas contratadas na realização de suas atividades; cercamento de toda a área; reforma das balanças para controle e pesagem de resíduos; foi impedido o recebimento de alimentos vencidos e vincendos; recuperada a posse do poço artesiano tomado por atravessadores para a lavagem de latinhas de alumínio; foram tomados e recuperados os equipamentos de recebimento e trituração e uso do entulho de construção civil para melhoria e abertura de acessos internos; acesso e controle de pessoas e veículos apenas pelas duas portarias existentes, e abertura de fosso profundo como também a recuperação sistemática da cerca de arame em torno do aterro. O acompanhamento das ações previstas no Plano de intervenção é constante.

Em decorrência do Decreto nº 36.757/15, de redução de despesas, foi reduzido o quantitativo de postos de fiscais de piso, e priorizado o controle de portarias e do acesso de pessoas no local.

Gráfico 7: Resíduos aterrados no Aterro do Jóquei e Aterro Sanitário de Brasília



Aterro Sanitário de Brasília - ASB

O Aterro Sanitário de Brasília, construido para atender a todo o Distrito Federal, inicialmente denominado Aterro Sanitário de Samambaia em alusão à sua localização na Administração Regional, e posteriormente de Aterro Sanitário Oeste – ASO devido à sua localização relativamente ao Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP, é hoje o Aterro Sanitário de Brasília – ASB. Localizado entre as Regiões Administrativas – RAs de Samambaia e de Ceilândia, foi projetado pela empresa Cepollina Engenheiros Consultores S.A, no ano de 2012. O projeto foi contratado pelo Programa Brasília Sustentável, vinculado à Agência Reguladora de Águas e Energia do Distrito Federal – ADASA com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A extensão total prevista para o aterro é de aproximadamente 760.000 m² (76 ha), sendo que a área de interferência para implantação do ASB é de aproximadamente 490.000 m² (49 ha). Esse espaço contempla as áreas de disposição de rejeitos, 320.000 m² (32 ha), e de apoio administrativo e operacional, o poço de recalque de chorume para a Estação de Tratamento de Esgoto Melchior, operada pela Caesb, e a área para disposição emergencial de resíduos de serviços de saúde. Adjacente ao ASB, existe uma gleba prevista para a ampliação do aterro de aproximadamente 600.000 m² (60 ha). Com essas duas glebas, a dimensão total do Aterro Sanitário de Brasília passa a ser de aproximadamente 1.360.000 m² (136 ha).

O projeto prevê a segmentação da disposição de rejeitos no Aterro Sanitário de Brasília em quatro etapas. A tabela abaixo sistematiza a área de cada etapa, sua capacidade de recebimento de rejeitos e sua vida útil estimada.

Tabela 8 - Etapas da construção do Aterro Sanitário de Brasília no Distrito Federal

Etapa	Área (m²)	Capacidade (t)	Vida Útil (anos)
Etapa 1	110.000	1.872.000	3,1
Etapa 2	122.000	1.990.000	3,2
Etapa 3	88.000	1.596.000	2,6
Etapa 4 - Coroamento	-	2.672.000	4,4
Total	320.000	8.130.000	13,3

Para a estimativa da vida útil das etapas foi considerada a demanda mensal média da ordem de 51.000 (cinquenta e uma mil) toneladas de resíduos. Essa estimativa considera, ainda, recalques conservadores da ordem de 20% (vinte por cento) e peso específico médio dos resíduos de 1,00 tf/m³, resultando em uma vida útil inicial do empreendimento de aproximadamente 13,3 anos. Para implantar e operar a Etapa 1 do Aterro Sanitário de Brasília, o SLU lançou em 2014 uma licitação, que foi vencida pelo consórcio GAE/CONSTRURBAN/DBO

Considerando a capacidade total de recebimento de rejeitos informada no projeto, 8.130.000 toneladas, e a demanda mensal de rejeitos gerada atualmente (75.000 toneladas/mês), a vida

útil do aterro seria de aproximadamente 108 meses, ou seja, 9 anos. Ainda considerando essa demanda, a Etapa 1 do Aterro receberia rejeitos por aproximadamente 25 meses, ou seja, 2 anos e 1 mês. A inauguração do ASB ocorreu em 17 de janeiro de 2017.

Foto 6 – Visão geral do Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 7 – Vista do acesso ao Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 8 – Vista da célula inicial do Aterro Sanitário de Brasília



Foto 9: Aterro Sanitário de Brasília. Detalhes: compactação de resíduos, dreno de gases e material para cobertura. Ao fundo, manta protetora da célula de aterramento.



Para a execução do projeto das unidades de apoio operacional e administrativo, bem como das obras de urbanização da área do Aterro Sanitário de Brasília – ASB foram celebrados convênios com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb para a contratação da execução dos serviços.

Foto 10: Vista da parte administrativa do Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 11: Tanque para recebimento de chorume



Foto 12: Tanques para recebimento de águas pluviais



Foto 13: Placa com informação sobre a licença de operação do aterro



Tabela 9 - Objeto dos convênios

Convênio	Objeto
001/2012	Cercamento, portões de acesso, barreira vegetal, drenagem pluvial, vias de acesso e retornos na DF 180.
002/2012	Projeto executivo da estação elevatória e linha de recalque e estação de pré-tratamento de chorume.
003/2012	Sistema viário interno, drenagem de águas pluviais e projetos executivos das edificações administrativas.
001/2013	Execução das edificações (prédio administrativo, prédio de apoio/administração, balança, portaria, guarita, oficina e estacionamento das edificações).

Os convênios celebrados pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb não foram executados no tempo inicialmente previsto, foram aditados e prorrogados, e ainda encontram-se vigentes, principalmente para a construção da estação elevatória de chorume. Houve necessidade de celebração de contrato com o consórcio

que opera o aterro para prestação de serviço de transporte de chorume, por meio de caminhões pipa, para a estação de tratamento de esgoto do Melchior, operada pela CAESB.

Serviços Complementares

A execução de serviços complementares de limpeza pública apresentaram os seguintes resultados em relação ao ano 2016:

A lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres registrou acréscimo de 66,47% no quantitativo de lavagens efetuadas, e redução de 3,72% no quantitativo de equipes de trabalho fornecidas. As informações registradas no ano 2016 sobre o quantitativo de lavagens ficaram prejudicadas devido à ausência dos quantitativos de algumas áreas. O custo médio deste serviço foi de R$ 33.172,31/equipe para a lavagem de vias, e de R$ 68.174,25/equipe para a lavagem de monumentos.

A coleta de animais mortos em vias públicas apresentou decréscimo de 11,00% no quantitativo de animais recolhidos, com o mesmo nº de equipe de trabalho. O quantitativo depende das ocorrências fatais em vias públicas. O custo médio foi de R$ 77.553,09/equipe.

A catação de papéis em áreas verdes registrou resultado 24,04% superior ao verificado no ano 2016 em relação ao quantitativo de hectares conservados. Utiliza-se, nestes casos, variáveis como projeção de desempenho por trabalhador e nº de dias úteis trabalhados no mês. O resultado observado teve relação com a contratação definitiva do lote II, onde a catação de papéis foi incrementada quanto ao fornecimento de equipes, em detrimento da execução de serviços diversos, que foi suprimida neste lote de serviços. O custo médio verificado foi de R$ 72.497,04/equipe.

A pintura de meios-fios registrou acréscimo de 54,59% em relação o ano 2016. Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para melhorar a condição de dirigibilidade de veículos. Com a nova contratação do lote II dos serviços de limpeza e manejo de resíduos, foi introduzida a pintura mecanizada de meio fio neste lote, substituindo a pintura manual de meio fio. Devido o fornecimento de 2 equipes neste lote 2, ou seja, 2 máquinas executando os serviços de pintura mecanizada, o resultado foi superior ao observado no ano 2016, embora a opção de redução destes serviços no início do período chuvoso. O custo médio destes serviços alcançou o valor de R$ 92.394,35/equipe, considerando tanto a pintura manual, quanto a pintura mecanizada. Separadamente, a pintura mecanizada apresentou custo médio de R$ 61.698,96/equipe, enquanto a pintura manual apresentou custo médio de R$ 107.027,61/equipe.

Gráfico 8: Coleta de animais mortos e lavagem de abrigos e passagem de pedestres

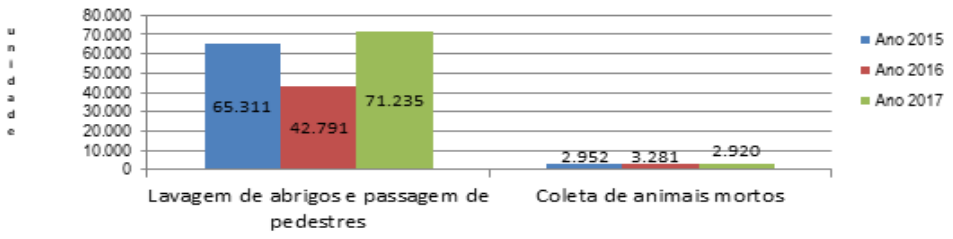


Gráfico 9: Pintura de meios fios

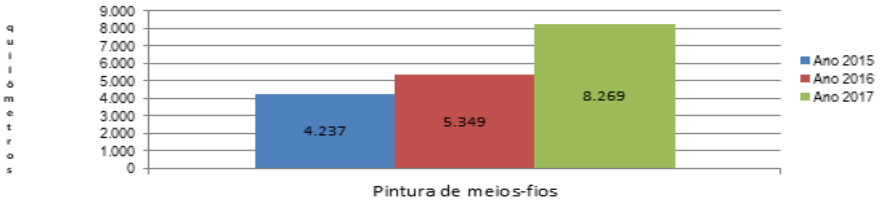
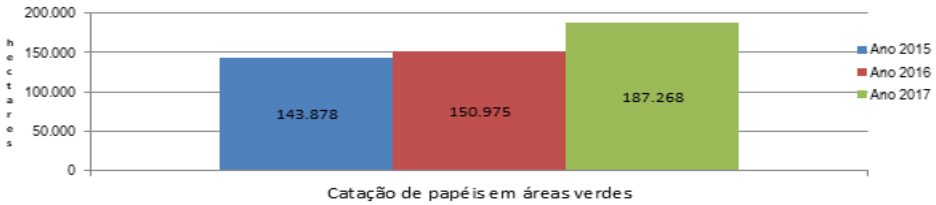


Gráfico 10: Catação de papéis em áreas verdes



Estes serviços complementares são medidos pelo fornecimento de equipes de trabalho. Em relação o ano 2016, o quantitativo de equipes contratadas apresentou o seguinte resultado proporcional, conforme tabela:

Tabela 10: Quantitativo de equipes contratadas

Serviço	Unidade	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Comparativo 2017/2016 (%)
Lavagem de vias	Equipe	80,24	74,35	72,00	- 3,16
Lavagem de monumentos	Equipe	36,01	36,92	35,13	- 4,85
Catação de papéis	Equipe	288,11	298,65	363,70	+ 21,78
Pintura de meios-fios	Equipe	37,11	46,74	71,30	+ 52,55
Serviços diversos	Equipe	391,89	438,94	401,02	- 8,64
Coleta de animais mortos	Equipe	12,00	12,00	12,00	0

Coleta Seletiva

A coleta seletiva de materiais recicláveis, que antes era executada pelo SLU a título de projeto piloto em algumas localidades, passou a ser executada por empresas contratadas pelo SLU em parte do Distrito Federal por empresa privada, e em parte do DF por associações de catadores. Atualmente 17 Regiões Administrativas contam com os serviços de coleta seletiva do SLU: Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Santa Maria, Brazlândia, Samambaia, Ceilândia, Taguatinga, Lago Norte, Guará, Park Way, SIA, SCIA, Vicente Pires, Octogonal/ Sudoeste, Cruzeiro, Plano Piloto e Águas Claras.

Devido á baixa qualidade do material coletado, o alto índice de rejeitos gerados, houve o desinteresse de algumas empresas contratadas na continuidade da prestação do serviço por alegações de alto custo e baixa eficiência econômica, que solicitaram o cancelamento dos contratos. Nesse sentido, o SLU optou pela avaliação das Regiões com melhor desempenho e, para a realização da suspensão da coleta seletiva naquelas que apresentavam maiores problemas operacionais. Foi, portando, suprimida a coleta seletiva em algumas Regiões Administrativas, entre as quais Planaltina, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Fercal e na área rural (desde março de 2015), e nas localidades de Park Way (exceto quadras 3, 4 e 5), Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo 1 e Riacho Fundo 2 (desde 13 de dezembro de 2015). Não foi, ainda, possível reestabelecer a coleta seletiva em todas as Regiões Administrativas – RAs onde ela foi suspensa. Nas regiões administrativas de Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Samambaia, Santa Maria e Brazlândia a coleta seletiva foi retomada por meio da contratação de 4 organizações de catadores a saber: Recicla Brasília, R3, Acobraz e Reciclo.

O SLU contratou em 2016 a construção, e inaugurou em 2017, sete Pontos de Entrega Voluntária – PEV, posteriormente denominados de "Papa Entulho", com a determinação de receber até 1 m3 / viagem, de entulho da construção civil, galhadas, móveis inservíveis e materiais da coleta seletiva. Portanto, o SLU passará a contar com a coleta seletiva também ponto a ponto, onde a própria população faz a adesão ao Programa de Coleta Seletiva por meio do encaminhamento de resíduos recicláveis a estes pontos. Foram visitadas as 31 Regiões Administrativas e identificados 58 locais que estão em análises junto à Terracap, para verificação das questões fundiárias, e junto à Secretaria de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, para a análise das questões urbanísticas. O custo médio de cada unidade gira em torno de R$ 140.000,00 a depender da área disponível e da infra estrutura existente e a ser construída.

Conforme tabela 11, os Papa-entulho já inaugurados são:

Tabela 11: Papa-entulhos inaugurados no ano 2017

Localidade	Endereço
Ceilândia	QNN 29
	QNP 28
Taguatinga	QNG 47, Área Especial 9, às margens da BR-070
Brazlândia	Área Especial 2, Lote K, Setor Norte
Gama	Avenida Contorno, Lote 2
Guará	SRIA II QE 25, Área Especial do Cave, ao lado da Feira Permanente, no Guará 2
Planaltina	Setor Norte, Área Especial 2, Lotes 11/12, próximo ao 14° Batalhão de Polícia Militar

Excetuando o Papa-entulho do Guará, os demais foram construídos em áreas operacionais do SLU/DF, como nos Núcleos de Limpeza e na Usina de Tratamento de Resíduos do P-Sul, devido às facilidades quanto à questão fundiária.

Foto 14: Papa-entulho



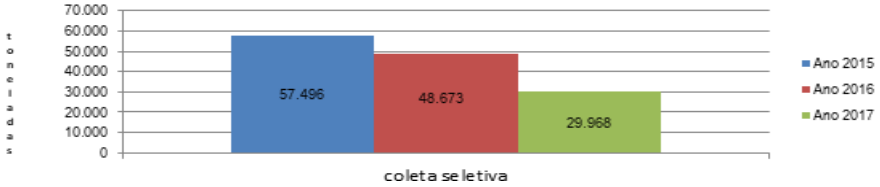
Em novembro de 2017, o SLU publicou a chamada pública n° 03/2017 de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis para a contratação do serviço de coleta seletiva porta a porta e/ou ponto a ponto. As cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis deveriam ser constituídas por catadores que tinham como renda exclusiva, o produto obtido com o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis. No início do ano 2018, há previsão de início destes serviços, após obedecido os critérios de pontuação para habilitação e classificação.

No ano 2017 a coleta seletiva apresentou decréscimo nos quantitativos recolhidos, de 38,43%, justificado pelo cancelamento de contratos de coleta seletiva, devido sua pouca eficiência em algumas localidades. O custo médio da coleta seletiva, em 2017, registrou R$ 232,11/tonelada coletada.

Complementarmente ao serviço de coleta seletiva, o SLU contratou a R$92,11 / tonelada os serviços de triagem dos materiais recicláveis comercializados executados por cooperativas de

catadores de materiais recicláveis, como forma de remunerar os serviços, principalmente, por evitar o aterramento destes resíduos, além de custos com impostos e equipamentos de proteção individual. As 12 cooperativas/associações atualmente contratadas devem comprovar a comercialização dos resíduos recicláveis, por meio das notas fiscais, como forma de receber os recursos previstos em contrato.

Gráfico 11: Coleta Seletiva



Transferência (transbordo) de resíduos

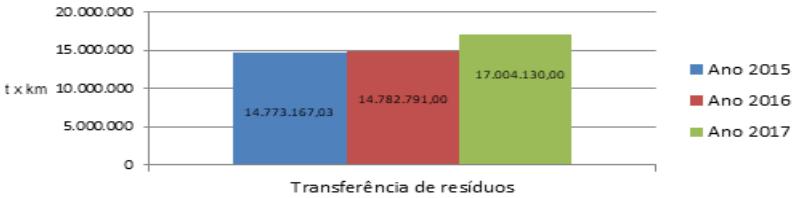
A transferência ou transbordo de resíduos, serviço inserido no lote 3 dos serviços de limpeza, foi realizado em 12 situações distintas no exercício 2017:

1- Transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para o Aterro do Jóquei;
2- Transbordo de rejeitos da Unidade de tratamento de Brazlândia para o Aterro do Jóquei;
3- Transbordo de rejeitos da estação de transbordo do Gama para o Aterro do Jóquei;
4- Transbordo de rejeitos da estação de transbordo de Sobradinho para o Aterro do Jóquei;
5- Transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro do Jóquei;
6- Transbordo de rejeitos do composto da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro do Jóquei;
7- Transbordo de composto virgem da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para usina de tratamento de resíduos da Ceilândia;
8- transbordo de rejeitos da Unidade de tratamento de Brazlândia para o Aterro Sanitário de Brasília;
9- transbordo de rejeitos da estação de transbordo de Sobradinho para o Aterro Sanitário de Brasília;
10- transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para o Aterro Sanitário de Brasília;
11- transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro Sanitário de Brasília;
12- transbordo de rejeitos da estação de transbordo do Gama para o Aterro Sanitário de Brasília.

Com a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, em 18 de janeiro de 2017, as situações 1, 2, e 5 não foram mais realizadas a partir desta data.

A unidade de medida para pagamento dos serviços é "t x km", ou seja, a cada tonelada transportada e a cada km percorrido pagou-se, em 2017, o valor médio de R$ 0,86. Os quantitativos transportados em 2017 foram superiores aos registrados em 2016, em 15,03%, devido à distância maior entre o Aterro Sanitário e locais de geração e aumento de quantitativos de resíduos transportados. Com o fechamento do Aterro Controlado do Jóquei em 20 de janeiro de 2018, há tendência de aumento de custos com o transporte / transbordo de resíduos no exercício 2018.

Gráfico 12: transferência / transbordo de resíduos



Educação Ambiental

O SLU tem entre as suas atribuições a tarefa de promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais (Lei 12.305 e Decreto Distrital nº 35.972/2014, art. 1º, inciso X). Suas atividades consistem na sensibilização, conscientização sobre consumo consciente, coleta seletiva e manejo adequado dos resíduos sólidos. Foram oferecidas para instituições públicas e privadas, e população do Distrito Federal, as seguintes ações:

Tabela 12 : Atividades de Educação Ambiental realizadas no ano 2017

Atividades	Nº de ações	Pessoas atendidas
Palestras	27	1.483
Contação de história	07	809
Teatro	14	2.310
Visita ao Aterro Controlado do Jóquei	29	397
Visita ao Aterro Sanitário de Brasília	15	265
Visita à Usina de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia e ao Museu da Limpeza Urbana	22	964
Visita à Usina de Tratamento Mecânico Biológico da Asa Sul	04	59
Museu da Limpeza Urbana – Itinerante	08	2.911
Inauguração do Aterro Sanitário de Brasília	01	312
Agentes de Cidadania Ambiental	09	900
Homenagem de carnaval aos garis com grupo Patubatê	01	200
Capacitação dos ambulantes para o carnaval	02	250
Mobilização de grandes geradores	01	50
Curso para professores	04	35
Mobilização para Coleta Seletiva	05	517
Portal do Voluntariado	03	35
Lar Verde Lar	05	250
II corrida dos Garis	01	811
Capacitação dos Núcleos de Vigilância Ambiental da Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL)	9	299
Total	94	12.343

Além dos atendimentos diretos mencionados acima, houve a distribuição de folhetos informativos porta a porta, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 13: Distribuição de material informativo – ano 2017

Ação	Quantidade
Coleta Seletiva	13.500
Papa Entulho	117.500
Papa Lixo	3.000
Campanha Eu Ajudei a Fechar o Lixão	20.000
Total	154.000

ATIVIDADES DE ROTINA

O SLU ofereceu ao público em geral, principalmente escolas e instituições públicas e privadas, palestras, contação de histórias e apresentações teatrais com enfoque nos resíduos sólidos e na coleta seletiva. Também foram realizadas visitações guiadas às Usinas de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia e da Asa Sul, ao Museu da Limpeza Urbana-MLU na Ceilândia, ao Aterro Controlado do Jóquei e ao Aterro Sanitário de Brasília.

Foto 15: Visitação na Usina de Tratamento



MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Foto 16: Ações de mobilização social









Ações de mobilização social realizadas em 2017:

SQS 415: Roda de conversa com moradores da quadra e orientação porta a porta no comércio local sobre o adequado descarte e acondicionamento dos resíduos sólidos e a Lei dos Grandes Geradores dos Resíduos Sólidos.

Setores Hoteleiros: Orientação a hotéis e outros grandes geradores sobre a coleta seletiva e o combate ao mosquito da dengue, realizada em conjunto com AGEFIS e Divisão de Vigilância Ambiental, da Secretaria de Saúde.

Novas RA's com coleta seletiva: Orientação e entrega de panfletos sobre a retomada da coleta seletiva no mês de junho em algumas áreas do Guará, SIA, Setor Noroeste, Lago Norte e SOF Sul. O trabalho foi realizado por garis e servidores do Núcleo de Limpeza de Planaltina do SLU.

Papa Entulhos: Realização de orientação porta a porta sobre a utilização dos Papa Entulhos nas regiões onde estes equipamentos foram instalados. A ação foi realizada em parceria com equipe do SLU e AGEFIS.

Papa Lixos: Realização de orientação porta a porta sobre a utilização dos Papa Lixos para o descarte de resíduos domiciliares no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia, e paisagismo nas áreas onde estes equipamentos foram instalados. O trabalho foi realizado por servidores com apoio dos garis.

Lar Verde Lar: Reuniões comunitárias realizadas em escolas em Ceilândia, Cruzeiro, Taguatinga, Asa Norte e Asa Sul, com a coordenação da Casa Civil, para divulgar a coleta seletiva.

Núcleo de Orientação SLU: Grupo de 4 servidores que atuam duas vezes por semana na orientação e entrega de panfletos à população e comércio nas rotas da coleta seletiva que apresentam índices insatisfatórios de separação dos recicláveis.

Portal do Voluntariado: Criação do programa para voluntários "Eu Ajudei a Fechar o Lixão", cujo objetivo é melhorar a coleta seletiva para que as cooperativas que estão saindo do lixão atuem em centrais de triagem com resíduos de melhor qualidade. Os inscritos no site www.portaldovoluntariado.df.gov.br foram capacitados e receberam folhetos informativos para atuarem em suas comunidades divulgando a coleta seletiva.

Museu da Limpeza Urbana: O Museu da Limpeza Urbana recebeu melhorias por meio de fomento da Fundação de Apoio a Pesquisa (FAPDF): Pesquisa para desenvolvimento dos Ambientes da Rede Distrital de Educação e Divulgação Científica. Todas as peças foram catalogadas e higienizadas e foram adquiridos novos equipamentos.

Ao longo de 2017, foram realizadas exposições do Museu com estande de educação ambiental no Dia Mundial da Água no Parque Dom Bosco, na Rodoviária do Plano Piloto, no Aeroporto Internacional de Brasília e na Câmara Legislativa, no Green Move Festival, no SESI/Gama e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Tabela 14: Quantitativo de visitantes em eventos

Local	Visitantes
Evento: "Ocupa o Lago" Ermida Dom Bosco	110
Rodoviária do Plano Piloto	232
Aeroporto Internacional de Brasília	182
Câmara Legislativa do Distrito Federal	176
Festa Julina SESI Gama	294
III Corrida do Gari-Eixão Norte	80
Evento: "Green Move" Museu da República	357
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia–SNCT 2017	1.480
TOTAL	2911

PRINCIPAIS EVENTOS E PARCERIAS

Inauguração do Aterro Sanitário de Brasília: Exposição na inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, em janeiro de 2017, mostrou o funcionamento do Aterro, com exibição de duas maquetes 3D destacando as diferenças entre um lixão e um aterro sanitário. Os visitantes do estande receberam materiais informativos sobre coleta seletiva, compostagem caseira, minhocário, além de uma muda de planta. O evento terminou com a apresentação do Grupo Patubatê, que utiliza instrumentos feitos de sucatas e outros materiais reaproveitáveis.

Foto 17: Servidores e convidados na inauguração do Aterro Sanitário de Brasília. Maquete do aterro.





"Labirinto a Saída Para o Lixo": Intervenção urbana educativa instalada no complexo cultural do Museu da República, realizada em parceria com empresa do ramo de recicláveis. Consistiu em um labirinto confeccionado com 200 fardos de materiais recicláveis, cada um pesando 1 tonelada, trazendo ao longo de seu percurso painéis informativos sobre a gestão dos resíduos no Distrito Federal, o fechamento do lixão e a coleta seletiva. Foi exposto entre os dias 07/10 e 04/11, atraindo um grande número de visitantes e relevante cobertura pela mídia.

Foto 18: Exposição Labirinto









Agentes de cidadania ambiental: Capacitação mensal de 900 catadores de materiais recicláveis da Estrutural contemplados pelo Programa "Agentes de Cidadania Ambiental". O programa é realizado pela SEDESTMIDH em parceria com o SLU e regulamentado pela Portaria nº 185, de 1º de dezembro de 2016. Os participantes recebem uma bolsa auxílio de R$300,00 e participaram de capacitações que incluíram os temas: mobilização social, educação ambiental, coleta seletiva, compostagem, uso de equipamentos de proteção individual, educação financeira e atendimento ao público.

Foto 19: Capacitações de catadores





Bloco Brasília Limpa - 3ª edição: A 3ª Edição da campanha de carnaval Bloco Brasília Limpa mobilizou blocos de carnaval para a gestão adequada dos resíduos e capacitou aproximadamente 450 ambulantes sobre a limpeza das ruas durante as festividades. Os blocos participantes se comprometeram a disponibilizar lixeiras, a divulgar previamente as orientações nas redes sociais, a veicular mensagens educativas durante os desfiles e a cuidar da limpeza dos espaços após os eventos.

Representantes de 13 blocos receberam o certificado de reconhecimento "Bloco Brasília Limpa", em cerimônia no Palácio do Buriti, com as presenças do governador e da Diretora-Presidente do SLU. Em 2016, foram seis premiados e em 2015 apenas dois cumpriram os critérios.

Foto 20: Campanha no carnaval







Os blocos que aderiram à campanha foram: Boa Vizinhança; Carnapati; Carnaval no Parque; Eduardo e Mônica; Encosta que Cresce; Escola de Samba Lourdes do Areal e Águas Claras; Galinho de Brasília; Filhos de São Jorge; Multiplicidade Ir e Vir; Pauta na Rua; Ressaca Percussiva Patubatê e Convidados; Santo Pecado e Bloco do Seu Júlio.

Um destaque importante foi a festa de Carnaval no Parque da Cidade, realizada por empresa que fez a coleta seletiva durante todo o evento e contratou a Associação dos Catadores e

Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia (Acobraz) para o trabalho de coleta, triagem e destinação final dos resíduos.

Os Garis também marcaram presença no carnaval, participando de um desfile organizado pelo SLU na festa de pós-carnaval realizada pelo grupo Ressaca Percussiva Patubatê. Os garis foram homenageados pelo grupo e mostraram que sabem trabalhar com alegria e samba no pé.

Parceria projeto biguá: Parceria do SLU com o Projeto Biguá da Caesb disponibiliza nove Pontos de Entrega Voluntária (PEV) para a coleta de óleo de cozinha usado. Eles estão nos 7 Papa Entulhos: Brazlândia, Ceilândia, Guará, Taguatinga, Gama e Planaltina e de Ceilândia, e também na sede do SLU (Ed.Venâncio Shopping - 6º Andar).

Dia mundial da água: A equipe do SLU participou de várias atividades promovidas pelo Movimento "Ocupe o Lago", no dia 25 de março, em comemoração ao Dia Mundial da Água. Destaque para o rapel de uma equipe de cinco servidores do SLU, com o apoio do Corpo de Bombeiros, que desceu da ponte JK para retirar resíduos do Lago Paranoá, recolhido por mergulhadores dos Bombeiros. O evento ganhou grande destaque na mídia, contribuindo para conscientizar a população sobre a destinação do lixo.

Foto 21: Limpeza no Lago Paranoá





Coleta seletiva solidária: No dia 05 de julho de 2017, foi lançado o Decreto Nº 38.246, de 1º de Junho de 2017, sobre a coleta seletiva solidária no âmbito dos órgãos públicos do DF. O SLU colaborou com a elaboração do material didático distribuído para os presentes e ministrou uma palestra sobre a coleta seletiva e a questão dos grandes geradores de resíduos sólidos. Participaram representantes de 63 órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal, que passam a compor a Comissão de Gestão da Coleta Seletiva Solidária em suas instituições.

Capacitação dos Professores: O curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal foi realizado pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação-EAPE, para professores e auxiliares da rede pública de ensino do DF. Foram capacitados 35 professores, com 120 horas, divididas entre SEEDF, SLU, CAESB, ADASA, SEMA e IBRAM.

Participação na 14ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT): Realizada em Brasília de 23 a 29 de outubro de 2017, com estande de educação ambiental e exposição sobre o tema da Semana: A matemática do lixo. Compuseram o estande peças do Museu da Limpeza Urbana, minhocário para oficinas de compostagem, jogos interativos, folders explicativos, banners e materiais sobre coleta seletiva.

Foto 22: Campanha educativa





III corrida de rua "O gari mais veloz de Brasília": Realizada pelo Serviço de Limpeza Urbana e a Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer (SETUR), a terceira edição do evento ocorreu no dia 06 de agosto, no Eixo Rodoviário Norte. Além dos garis, o público geral também correu gratuitamente, e todos que completaram as provas de 10 km e 6 km receberam uma medalha de participação. Para os atletas garis houve uma premiação em dinheiro doada pelas empresas prestadoras de serviço do SLU para os três primeiros colocados (Feminino e Masculino) e troféus elaborados com materiais reaproveitados de MDF ecológico e estilhaços de vidro. A corrida contou também com ações socioambientais como: doações de alimentos para o programa "Banco de Alimentos do Ceasa", apresentação do grupo de teatro "Arte Seletiva", exposição itinerante do Museu da Limpeza Urbana e oficinas de reaproveitamento de materiais para crianças.

Foto 23: Corrida do Gari





Parceria SLU e Secretaria de Saúde

O Serviço de Limpeza Urbana e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal firmaram parceria para que os agentes de saúde, agentes de vigilância ambiental, agentes de controle de endemia e outros profissionais que atuam em campo incorporem a orientação para a coleta seletiva e utilização dos Papa Entulhos do DF em suas visitas domiciliares. Esse profissionais são aqueles que fazem as orientações sobre cuidados para evitar a proliferação do mosquito da dengue. Em dezembro de 2017 foram capacitados os Núcleos da Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL) que atuam em Regiões Administrativas onde existe coleta seletiva e/ou Papa Entulho. Em 2018 serão capacitados os núcleos de RAs que passarem a ser atendidas pela coleta seletiva em novos contratos, e também os agentes de saúde das Superintendências Regionais da Secretaria de Saúde.

Em 2017 observa-se um crescimento significativo das atividades de mobilização social e educação ambiental. Além dos atendimentos diretos mensuráveis, muitas pessoas foram impactadas por informações repassadas por síndicos e outros multiplicadores que utilizaram mídias digitais, folhetos, e-mail e telefone.

Ouvidoria

O papel da Ouvidoria do SLU é a de conferir a possibilidade de aperfeiçoamentos, reduzindo o prazo médio ideal de atendimento ao cidadão, relacionado à atividade de limpeza urbana, além de ser um interlocutor de conflitos entre a autarquia e os cidadãos. Em 2017 buscou por colaborar com a resolubilidade e a melhoria no atendimento ao cidadão, definindo metas de prazo de atendimento, respondendo às demandas de forma eficiente, auxiliando na otimização de processos, produtos e serviços da autarquia.

Os destaques da Ouvidoria do SLU para o exercício de 2017 foram:

- Certificação em Ouvidoria pela CGU;
- Capacitação em mediação de conflitos pela OAB/CGDF;
- Produção do Manual Técnico Operacional da Ouvidoria do SLU;
- Produção e apresentação do BI (Business Intelligence) da área;
- Tela de monitoramento das demandas;
- Premiação no índice de transparência; e os
- Resultados operacionais da Ouvidoria em 2017:

Tabela 15: Quantitativo

DESCRIÇÃO	META	RESULTADO	OBSERVAÇÃO
Manifestações respondidas dentro do prazo	85%	83%	Resultado muito próximo da meta
Pedidos de acesso à informação dentro do prazo	85%	92%	Cumprido
Média de atendimento das manifestações	12 dias	11 dias	Cumprido
Média de atendimento dos pedidos de acesso a Informação	12 dias	9 dias	Cumprido

Tabela 16: Qualitativo

DESCRIÇÃO	META	RESULTADO	OBSERVAÇÃO
Recomendação dos serviços da Ouvidoria do SLU	60%	70%	Cumprido
Satisfação pelos serviços prestados pelo SLU	60%	48%	A melhorar

Tabela 17: Estratégico

DESCRIÇÃO	META	RESULTADO	OBSERVAÇÃO
Índice de satisfação em pesquisa de opinião	80%	81%	Cumprido
Resolubilidade das manifestações	50%	44%	A melhorar
Índice de Transparência	100%	100%	Cumprido
Índice de cumprimento do Planejamento Estratégico da área	100%	90%	Resultado muito próximo da meta

Tabela 18: Resultados em concursos

CONCURSO	ORGANIZADOR	PROJETO	RESULTADO
InovaBrasília	SEPLAG	Gestão por resultado na Ouvidoria	Ficou entre os 4 (quatro) Projeto finalista.
1º Concurso de Boas Práticas (CGU	CGU	Gestão por resultado em Ouvidoria	-
2º Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública do Distrito Federal	OGDF	- Gestão por resultado e relatório analítico da Ouvidoria do SLU - Implantação de súmulas (recomendação) - Alinhamento das Cartas de Serviço da Infraestrutura - Carta de Serviço Presencial - Melhor desempenho	-
2º Índice de transparência de órgão público do Distrito Federal	Controladoria-Geral	Transparência ativa	Premiado

Ações extra planejamento:

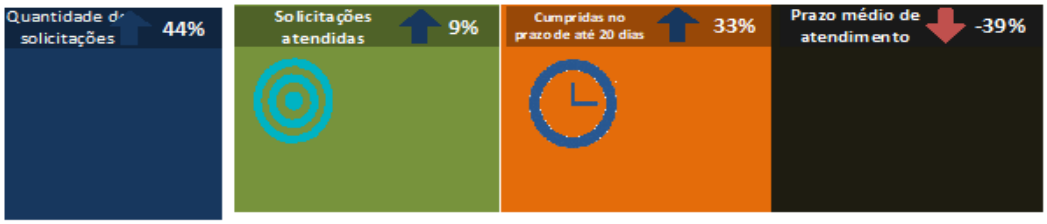
- Definição, em conjunto com o Ministério Público do Distrito Federal – MPDFT, do fluxo de recebimento, tratamento e envio das manifestações registradas no MPDFT;
- Implantação do sistema de Ouvidoria nas Gerências de Limpeza, visando a tempestividades no recebimento, tratamento e envio das respostas;
- Publicação da Carta de Serviços Digital – (http://www.slu.df.gov.br/servicos-e-produtos-ofertados.html);
- Divulgação da Agenda da Ouvidoria do SLU – (http://www.slu.df.gov.br/agenda-ouvidoria.html);
- Revisão do Perguntas e Respostas Frequentes do SLU;
- Implantação do checklist de verificação da transparência ativa do site do órgão; e
- Benchmarketing em nove Ouvidorias para a troca de experiências e conhecimento das melhores práticas relacionadas. Relação das Ouvidorias visitadas: Administração de Santa Maria, Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, Secretaria de Infraestrutura – Sinesp, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Secretaria de Justiça – SEJUS, Agência de Fiscalização – AGEFIS, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA e Companhia de Saneamento Ambiental – CAESB.

Resultado dos indicadores do sistema de Ouvidoria:



- 1º Indicador: Quantidade de manifestações: trata-se da quantidade de manifestações que são encaminhadas ao SLU. Estas podem ser: reclamações, sugestões, elogios e denúncias;
- 2º Indicador: Manifestações atendidas: relata o percentual de manifestações atendidas em relação à demanda total;
- 3º Indicador: Cumprimento de demandas: é o percentual de manifestações atendidas no prazo de até 20 dias em relação à demanda total;
- 4º Indicador: Prazo médio de atendimento: média de atendimentos computados em dias;

Resultados dos indicadores da Lei de Acesso à Informação:



- 1º Indicador: Quantidade de manifestações: trata-se da quantidade de pedidos de informação ao SLU (informações e cópia dos contratos, justificativa técnica da mudança no cronograma da coleta, valor e quantidade de cargos comissionados, entre outros);
- 2º Indicador: Solicitações atendidas: relata o percentual de solicitações atendidas em relação à demanda total;
- 3º Indicador: Cumprimento de demandas: percentual de pedidos de informação atendidos no prazo de até 20 dias em relação à demanda total;

- 4º Indicador: Prazo médio de atendimento: média de atendimentos computados em dias;

O serviço de limpeza sofre da síndrome do gari (fonte: pesquisa Dieese 2004) que significa que o serviço só é percebido quando não é realizado. Entretanto, algumas ferramentas foram ofertadas ou implementadas para garantir o amplo acesso aos usuários: Carta de Serviço, FAQ, atualização do site e das rotas de coleta, ações itinerantes, pesquisa de opinião entre outras.

Fato interessante foi à redução de 37% (proporcional) do volume de solicitações em relação ao ano de 2016 e 70% em relação a 2015, acreditamos que o resultado deve-se pela postura pró-ativa do órgão e seus parceiros, evitando assim o acionamento por parte do cidadão. Mas o número de "reclamação" manteve-se na média. Cabe destacar novamente que não é objetivo da ouvidoria eliminar ou reduzir o número de demandas dos usuários e, sim aumentar o acesso aos serviços da Ouvidoria.

Finalmente, para dar transparência a todo esse trabalho, o SLU publica relatórios semestrais e anuais de atividades desde 2015, contendo todas as informações sobre a gestão dos resíduos no DF. As versões anteriores estão disponíveis no site do SLU, com informações gerenciais, operacionais, financeiras, de ouvidoria, de educação e mobilização da sociedade para a implantação de um novo modelo de gestão de resíduos que certamente fará de Brasília uma referência para todo o país.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 23.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

À Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF - órgão do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal - compete a gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito do Distrito Federal e da RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

A SES/DF está estruturada da seguinte forma:

Secretaria-Adjunta de Assistência em Saúde – SAA: auxilia o Secretário de Estado na formulação e promoção das políticas e ações de assistência e vigilância em saúde, em todos os níveis de atenção;

Secretaria-Adjunta de Gestão em Saúde – SAG: auxilia o Secretário de Estado nas ações estratégicas para implementação das políticas de saúde;

Assessoria de Gestão Participativa e Relações Institucionais – ARINS: estabelece relações institucionais com órgãos da Administração Pública, parlamentares, entidades e organizações da sociedade civil nos temas de interesse da Secretaria;

Coordenação Especial de Tecnologia de Informação em Saúde – CTINF: planeja, formula, coordena e difunde políticas, diretrizes e ações relacionadas ao ambiente de Tecnologia da Informação, no âmbito da Secretaria;

Controladoria Setorial da Saúde – CONT: realiza análises e ações de Controle Interno, de Correição Administrativa, de Ouvidoria e de Transparência e Controle Social demandadas pelo Órgão Central de Controle Interno;

Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS: planeja, coordena, acompanha, avalia e, em caráter complementar, executar ações e serviços de Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental, Saúde do Trabalhador, em consonância com as diretrizes do SUS. Compete ainda à SVS coordenar o Laboratório Central de Saúde Pública para a população do DF. A SVS tem entre seus objetivos detectar ou prevenir qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS: planeja, coordena, orienta, supervisiona, articula, avalia e implementa as ações de saúde de média e alta complexidade, com o desenvolvimento de programas específicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito do Distrito Federal.

Com a nova estrutura da SES a atenção primária à saúde passou a integrar a Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde-SAIS, como Coordenação de Atenção Primária à Saúde, sendo então extinta a Subsecretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS.

Subsecretaria de Planejamento em Saúde – SUPLANS: formula, coordena e difunde políticas, diretrizes e ações relacionadas à gestão estratégica, ao planejamento, à avaliação, ao controle e à inovação da gestão pública, orientados para resultados, no âmbito da Secretaria. Tem ainda o papel de propor, desenvolver e apoiar ações de qualidade e produtividade para melhorias do desempenho das unidades da Secretaria no cumprimento das metas, políticas governamentais e satisfação do atendimento aos usuários do SUS.

Subsecretaria de Administração Geral – SUAG: dirige, coordena, controla e subsidia os órgãos centrais na execução das atividades de orçamento e finanças, administração de material de almoxarifado, patrimônio, compras e serviços, contratos e convênios e comunicação administrativa; formula e propõe políticas, diretrizes e normas relativas aos processos de aquisição de bens e serviços, sistema de registro de preços, controle de qualidade e pesquisa de mercado, participa do processo de planejamento em saúde e orçamentário, monitora e avalia a execução orçamentária relacionada à sua área de competência.

Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP: tem como missão definir e adequar às políticas, o planejamento, a execução e o controle das atividades relacionadas à gestão de

pessoas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. A SUGEP planeja e controla as ações de administração de pessoal, de planejamento e de gestão da força de trabalho, no âmbito da SES-DF, propõe normas complementares relacionadas à gestão de pessoas da Secretaria, coordena as ações de desenvolvimento de pessoas, educação permanente, ações de segurança, higiene e medicina do trabalho;

Subsecretaria de Logística em Saúde – SULOG: planeja e controla as ações de logística e de programação de medicamentos e de produtos para a saúde, no âmbito da SES-DF.

Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde – SINFRA: coordena e controla, no âmbito da Secretaria, o processo de planejamento de obras e serviços de infraestrutura predial, aquisição e manutenção de equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais, odontológicos, aquisição e manutenção de equipamentos para hotelaria, aquisição e manutenção de veículos oficiais, e serviços de apoio operacional.

O **Fundo de Saúde do Distrito Federal** é um instrumento de administração e suporte financeiro para as ações do Sistema Único de Saúde – SUS/DF, coordenadas ou executadas pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, sua vinculação à Secretaria de Saúde é estabelecida pelo parágrafo IV, artigo 151, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como supervisionado diretamente pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal.

O **Conselho de Saúde do Distrito Federal (CSDF)** criado pelo Decreto n.º 2.225, de 28/03/73 e reformulado pela Constituição Federal 1988 em seu inciso III do artigo 198, da lei nº 8.080 de 19 de setembro de 19990, e da lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, lei 4.604 de 15 de julho de 2011, é um órgão de instância colegiada deliberativa de natureza permanente, integrante da Estrutura Regimental da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Têm como finalidade deliberar sobre a Política de Saúde do DF, inclusive sobre assuntos concernentes à promoção, proteção e recuperação da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde e as decisões são consubstanciadas em Recomendações / Resoluções homologadas pelo Secretário de Saúde do DF. Além dos conselheiros, o Conselho de Saúde do Distrito Federal é composto por seis servidores estatutários, sendo uma Secretária Executiva, dois assessores técnicos e três administrativos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	553	4.951	1.021	25.525	32.050
Comissionados sem vínculo efetivo	616	0	0	0	616
Requisitados de órgãos do GDF	0	285	0	3	288
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	581	0	238	819
Estagiários	0	169	0	74	243
Menor Aprendiz/ Projeto Jovem Candango	0	305	0	0	305
Terceirizados (FUNAP)	0	147	0	0	147
Outros - Residentes	0	0	0	2.232	2.232
Subtotal	1.169	6.438	1.021	28.072	36.700
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	1.169	6.438	1.021	28.072	36.700

Fonte: SIGRH, em 31/12/2017

REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	**0,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	2.273.572,00	246.003,00	0,00	0,00
0001 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	28.160.251,00	4.266.104,84	826,63	826,63
0002 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE Nº 12 DA QNQ-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**4.000.000,00**	**2.839.395,00**	**2.469.988,50**	**1.457.518,56**
0014 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA SES-DISTRITO FEDERAL	4.000.000,00	2.839.395,00	2.469.988,50	1.457.518,56
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	**6.650.000,00**	**2.295.115,00**	**2.141.668,46**	**1.619.501,80**
0001 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES-SES-DISTRITO FEDERAL	6.650.000,00	2.295.115,00	2.141.668,46	1.619.501,80
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	**3.000.000,00**	**3.670.287,00**	**3.632.704,29**	**3.279.315,59**
0001 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	3.670.287,00	3.632.704,29	3.279.315,59
2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	**30.000.000,00**	**20.470.203,00**	**10.597.029,65**	**5.105.895,77**
0001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE-LAVANDERIA-SES-DISTRITO FEDERAL	30.000.000,00	20.470.203,00	10.597.029,65	5.105.895,77
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	**10.000,00**	**4.200,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	4.200,00	0,00	0,00
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	**10.000,00**	**4.200,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	4.200,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3050 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	**10.000,00**	**2.064.283,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF-SES-SIA	10.000,00	2.064.283,00	0,00	0,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**425.000,00**	**3.710.455,00**	**0,00**	**0,00**
0010 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO MÚSICA NO LEITO""-DISTRITO FEDERAL	420.000,00	0,00	0,00	0,00
5829 - APOIO A PROJETOS-GESTÃO DE PROJETO DOCENTE-PESQUISADOR-AÇÃO EXECUTADA PELA FEPECS-DISTRITO FEDERAL	5.000,00	3.710.455,00	0,00	0,00
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	**2.340.309,00**	**6.655.639,00**	**944.519,61**	**944.519,61**
0001 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	2.340.309,00	6.655.639,00	944.519,61	944.519,61
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	**17.207.857,00**	**12.450.000,00**	**12.449.992,49**	**12.406.166,57**
0001 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA- EM 2017 - COORDENADORIAS GERAIS EM SAÚDE - SES-DF-DISTRITO FEDERAL	6.207.857,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00
0002 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA - PDPAS-SES-DISTRITO FEDERAL	11.000.000,00	11.300.000,00	11.299.992,49	11.256.166,57
0004 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PDPAS SES-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
0005 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PDPAS - SES-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.841.000,00**	**6.605.933,00**	**5.340.125,07**	**3.150.701,18**
0023 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-PLANO PILOTO .	10.300.000,00	6.492.860,00	5.321.786,69	3.132.362,80
2517 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	541.000,00	113.073,00	18.338,38	18.338,38
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**22.000.000,00**	**12.911.957,74**	**11.364.655,20**	**2.462.301,12**
2603 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	709.065,00	513.378,19	495.161,31
5211 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES- PLANO PILOTO .	20.000.000,00	12.202.892,74	10.851.277,01	1.967.139,81
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**40.000,00**	**8.560.666,00**	**156.239,68**	**1.950,00**
0001 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-APOIO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL - ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS PORTADORAS DE CÂNCER DE MAMA - AMAMA-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	99.852,26	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0018 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-AÇÃO EXECUTADA PELA FEPECS-DISTRITO FEDERAL	5.000,00	8.418.287,00	54.437,42	0,00
5752 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CONSELHO DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	35.000,00	42.379,00	1.950,00	1.950,00
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	**76.211.200,00**	**77.548.335,00**	**77.548.334,28**	**77.547.683,69**
5117 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-PROGRAMA DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE DO SAMU-SES-DISTRITO FEDERAL	211.200,00	0,00	0,00	0,00
0003 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-MÉDICOS RESIDENTES - SES-DISTRITO FEDERAL	76.000.000,00	77.548.335,00	77.548.334,28	77.547.683,69
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**1.125.000,00**	**1.125.000,00**	**1.125.000,00**	**1.125.000,00**
8732 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - SES-DISTRITO FEDERAL	1.125.000,00	1.125.000,00	1.125.000,00	1.125.000,00
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	**12.891.000,00**	**8.337.338,00**	**6.356.272,70**	**1.403.930,27**
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-CONSTRUÇÃO DE CLÍNICA DA FAMÍLIA NO SETOR TOTAL VILLE-REGIÃO XIII - SANTA MARIA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-REGIÕES ADMINISTRATIVAS SES-DISTRITO FEDERAL	2.444.000,00	8.337.337,00	6.356.272,70	1.403.930,27
0004 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-CONSTRUÇÃO DE CENTROS E POSTOS DE SAÚDE EM BRAZLÂNDIA-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	3.997.000,00	1,00	0,00	0,00
0007 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE--DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0008 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-BURITIZINHO-SOBRADINHO II	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00
0009 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- RIACHO FUNDO II- RIACHO FUNDO II	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00
0010 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-CONSTRUÇÃO DO POLO DE ACADEMIA DE SAÚDE - EQN 104/105-REGIÃO I - PLANO PILOTO .	150.000,00	0,00	0,00	0,00
3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	**100.000,00**	**1.133.928,00**	**1.091.926,77**	**0,00**
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	1.133.928,00	1.091.926,77	0,00
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	**30.533.823,00**	**4.612.106,84**	**826,63**	**826,63**
0003 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	2.273.572,00	246.003,00	0,00	0,00
0001 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	28.160.251,00	4.266.104,84	826,63	826,63

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE Nº 12 DA QNQ-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	**22.314.415,00**	**48.067.301,00**	**3.351.109,70**	**343.091,82**
0002 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	2.800.000,00	999,00	0,00	0,00
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	7.464.679,00	10.547.601,00	375.860,65	136.492,10
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-HOSPITAL DE BASE DE BRASÍLIA-SES- PLANO PILOTO .	4.996.936,00	28.861.807,00	2.893.273,05	206.599,72
0005 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-HRT, HRG E HRAN-QUALISUS-SES-DISTRITO FEDERAL	7.052.800,00	8.574.894,00	0,00	0,00
0006 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES-SES-DISTRITO FEDERAL	0,00	82.000,00	81.976,00	0,00
4133 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO	**386.882,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO-ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL SES-DISTRITO FEDERAL	386.882,00	0,00	0,00	0,00
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	**105.040.000,00**	**96.979.248,00**	**96.959.247,51**	**87.524.912,56**
0002 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO-SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00
0001 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO-AMBUL. ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	105.000.000,00	96.959.248,00	96.959.247,51	87.524.912,56
0003 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO-UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO-SES-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	**105.194.245,00**	**34.339.449,00**	**21.652.529,45**	**15.878.155,01**
0002 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA-SAMAMBAIA	0,00	100.000,00	0,00	0,00
5612 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	105.194.245,00	34.239.449,00	21.652.529,45	15.878.155,01
6055 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	**4.651.861,00**	**27.930,00**	**27.929,08**	**27.929,08**
0001 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL-SAÚDE DA POPULAÇÃO PENITENCIÁRIA - SES-DISTRITO FEDERAL	4.651.861,00	27.930,00	27.929,08	27.929,08

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	**11.427.000,00**	**9.704.816,00**	**9.368.090,52**	**8.248.164,54**
0003 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR-SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU/192 SES-DISTRITO FEDERAL	11.427.000,00	9.704.816,00	9.368.090,52	8.248.164,54
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	**229.359.896,00**	**244.171.854,00**	**229.825.736,05**	**162.121.369,42**
0008 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-TERAPIA RENAL - SES-DISTRITO FEDERAL	47.359.896,00	42.531.529,00	36.382.551,96	22.514.218,32
0009 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA-UTI - SES-DISTRITO FEDERAL	87.000.000,00	94.172.420,00	88.472.756,04	54.956.988,45
2549 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	95.000.000,00	107.467.905,00	104.970.428,05	84.650.162,65
2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	**6.000.000,00**	**2.031.018,00**	**1.897.618,11**	**753.417,32**
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS-SES-DISTRITO FEDERAL	6.000.000,00	2.031.018,00	1.897.618,11	753.417,32
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	**107.586.117,00**	**108.630.553,00**	**95.526.930,66**	**47.503.471,96**
0002 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-MÉDICO HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	91.186.005,00	84.271.870,00	71.969.227,24	34.482.029,23
0004 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS- EQUIPAMENTO DE SUPORTE-SES-DISTRITO FEDERAL	13.884.112,00	24.358.683,00	23.557.703,42	13.021.442,73
0006 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS- MÉDICO HOSPITALARES - SES - DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0007 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS- DO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA-BRAZLÂNDIA	516.000,00	0,00	0,00	0,00
3024 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER	**10.000,00**	**669.603,00**	**669.602,97**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	669.603,00	669.602,97	0,00
3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	**10.000,00**	**14.814.688,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	14.814.688,00	0,00	0,00
3031 - REFORMA DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA-SES-DISTRITO FEDERAL	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	**1.055.000,00**	**1.252.078,65**	**158.448,00**	**121.536,92**
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM-CONSTRUÇÃO DO SEGUNDO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	500.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0009 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	545.000,00	1.247.878,65	158.448,00	121.536,92
5753 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-PACERIA PÚBLICO PRIVADA-PPP SES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	4.200,00	0,00	0,00
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	**9.012.170,00**	**45.618.027,00**	**40.987.047,79**	**40.622.698,92**
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES SES-DISTRITO FEDERAL	1.860.800,00	4.583.025,00	133.173,46	0,00
0002 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM-CONSTRUÇÃO DO BANCO DE LEITE DO HOSPITAL DE BRAZLÂNDIA-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	530.000,00	530.001,00	348.874,33	117.698,92
0003 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM-REFORMA E REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE DIÁLISE CRÔNICO DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA-REGIÃO II - GAMA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM-REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
2696 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-BLOCO II DO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA/HCB-SES-PLANO PILOTO .	4.321.370,00	40.505.001,00	40.505.000,00	40.505.000,00
3165 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	**370.255,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	370.255,00	0,00	0,00	0,00
3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	**20.000,00**	**14.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	14.000,00	0,00	0,00
3173 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU	**300.000,00**	**0,50**	**0,00**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU-SES-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,50	0,00	0,00
3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	**1.430.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	1.180.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-REFORMA E AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL-REGIÃO XVII - RIACHO FUNDO	250.000,00	0,00	0,00	0,00
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	**560.000,00**	**211.779,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS - SES-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	171.779,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SEDE DO CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICO PSICOPEDAGÓGICA - COMPP SES-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
0004 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I-REGIÃO XV - RECANTO DAS EMAS	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CAPSI-SES-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**17.999.460,00**	**16.066.582,00**	**7.630.348,21**	**1.768.871,21**
0005 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- MATERIAIS PERMANENTES" - SES - DF"-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0007 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0017 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE KIT DE MODERNIZAÇÃO DO APARELHO DE RADIOTERAPIA - COBALTO DO HBDF-DISTRITO FEDERAL	0,00	2.600.000,00	0,00	0,00
6069 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-MATERIAIS PERMANENTES-SES-DISTRITO FEDERAL	13.699.460,00	13.466.582,00	7.630.348,21	1.768.871,21
0006 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ATENÇÃO AO PACIENTE BARIÁTRICO - CENTRO DE ENSINO E PESQUISA DO HRAN-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	**705.000,00**	**15.062,39**	**0,00**	**0,00**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - SES-DISTRITO FEDERAL	705.000,00	15.062,39	0,00	0,00
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	**159.442.936,00**	**175.200.743,00**	**150.945.614,60**	**113.327.502,24**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR-SES-DISTRITO FEDERAL	45.627.500,00	46.646.875,00	39.340.597,65	23.015.565,35
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES-SES-DISTRITO FEDERAL	113.015.436,00	128.553.868,00	111.605.016,95	90.311.936,89
0003 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA-ATENÇÃO ESPECIALIZADA A PESSOAS COM PSORÍASE-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	0,00	0,00	0,00
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	**3.573.572,00**	**8.773.123,00**	**7.388.354,99**	**4.247.730,74**
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	3.500.000,00	8.529.551,00	7.306.854,99	4.247.730,74
0002 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA--DISTRITO FEDERAL	73.572,00	73.572,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FARMÁCIA HOSPITALAR DO HRT-DISTRITO FEDERAL	0,00	170.000,00	81.500,00	0,00
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	**300.054.539,00**	**317.840.892,00**	**279.830.573,92**	**223.108.418,16**
0008 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-TRATAMENTO DE PESSOAS COM EPILEPSIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	170.000,00	134.066,94	43.993,14
0001 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA - SES-DISTRITO FEDERAL	230.045.480,00	215.059.086,00	194.398.430,81	162.159.836,57
0002 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	25.630.200,00	32.195.033,00	28.273.201,00	25.580.943,63
0003 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPECIALIZADO-ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA SES-DISTRITO FEDERAL	31.878.859,00	54.309.719,00	48.262.177,84	28.642.152,75
0004 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-DISPENSAÇÃO EM TRATAMENTO DE COAGULOPATIAS SES-DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	5.000.000,00	4.999.999,97	4.999.999,97
0005 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- PARA AS FARMÁCIAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	5.000.000,00	3.440.102,45	1.681.492,10
0007 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA - SES - DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	1.000.000,00	322.594,91	0,00
0013 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-AQUISIÇÃO DE FINGOLIMODE PARA TRATAMENTO DE ESCLEROSE MULTIPLA-DISTRITO FEDERAL	0,00	492.054,00	0,00	0,00
0014 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-IMUNOSSUPRESSOR PARA TERAPIA PÓS-TRANSPLANTE-DISTRITO FEDERAL	0,00	1.045.000,00	0,00	0,00
0015 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-IMUNOSSUPRESSOR PARA TERAPIA PÓS-TRANSPLANTE-DISTRITO FEDERAL	0,00	120.000,00	0,00	0,00
0016 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-IMUNOSSUPRESSOR PARA TERAPIA PÓS-TRANSPLANTE-DISTRITO FEDERAL	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00
0017 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-MATERIAIS UTILIZADOS NA FASE PRÉ, DURANTE E PÓS OPERATÓRIO PARA PACIENTES DAS CIRURGIAS DE TRANSPLANTES DE RINS.-DISTRITO FEDERAL	0,00	450.000,00	0,00	0,00
4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	**27.946.910,00**	**30.112.892,00**	**24.954.760,36**	**14.349.678,10**
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	3.390.480,00	1.176.280,00	90.262,95	0,00
0002 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MATERNA-INFANTIL-SES-DISTRITO FEDERAL	16.849.309,00	19.981.836,00	17.323.100,14	9.991.344,20

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	3.648.134,00	4.310.217,00	3.780.193,46	2.766.764,20
0004 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS SES-DISTRITO FEDERAL	700.000,00	506.590,00	226.957,13	214.837,83
0005 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-SES-DISTRITO FEDERAL	3.358.987,00	4.137.969,00	3.534.246,68	1.376.731,87
4226 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	**13.117.000,00**	**5.445.930,00**	**4.526.329,06**	**3.321.737,17**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA-SES-DISTRITO FEDERAL	13.117.000,00	5.445.930,00	4.526.329,06	3.321.737,17
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	**37.100.000,00**	**24.123.018,00**	**18.637.238,66**	**4.103.330,30**
4216 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES-CIRÚRGICAS - SES-DISTRITO FEDERAL	27.000.000,00	20.481.708,00	15.829.899,40	2.142.857,63
4217 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES-AMBULATORIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - SES-DISTRITO FEDERAL	10.100.000,00	3.641.310,00	2.807.339,26	1.960.472,67
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	**4.111.300,00**	**2.491.039,00**	**765.457,41**	**643.625,50**
0007 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL-AÇÕES DE ASSISTÊNCIA - SES-DISTRITO FEDERAL	4.111.300,00	2.491.039,00	765.457,41	643.625,50
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	**18.500.000,00**	**33.017.263,00**	**24.688.011,63**	**14.360.966,24**
0003 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR-ASSISTÊNCIA CONTINUADA - SES-DISTRITO FEDERAL	18.500.000,00	33.017.263,00	24.688.011,63	14.360.966,24
1743 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	**30.000,00**	**21.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	21.000,00	0,00	0,00
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	**4.169.876,00**	**4.642.381,00**	**4.257.461,17**	**2.964.600,07**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA-SES-DISTRITO FEDERAL	4.169.876,00	4.642.381,00	4.257.461,17	2.964.600,07
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	**2.002.020,00**	**6.006.205,00**	**3.329.237,52**	**2.345.573,93**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-SES-DISTRITO FEDERAL	2.002.020,00	6.006.205,00	3.329.237,52	2.345.573,93
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	**2.200.000,00**	**2.100.000,00**	**2.100.000,00**	**1.799.491,27**
0003 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	2.200.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	1.799.491,27

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	**1.400.000,00**	**38.389,00**	**8.209,41**	**8.209,41**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR-SES-DISTRITO FEDERAL	1.400.000,00	38.389,00	8.209,41	8.209,41
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	**4.010.000,00**	**2.019.812,00**	**1.338.108,08**	**1.281.186,18**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	4.010.000,00	2.019.812,00	1.338.108,08	1.281.186,18
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	**2.870.000,00**	**3.228,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS-SES-DISTRITO FEDERAL	2.870.000,00	3.228,00	0,00	0,00
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	**2.650.000,00**	**4.737.337,00**	**2.183.465,94**	**628.976,95**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS-SES-DISTRITO FEDERAL	2.650.000,00	4.737.337,00	2.183.465,94	628.976,95
3154 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-UNIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4145 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	**1.700.000,00**	**323.408,00**	**205.206,77**	**71.322,12**
5613 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	1.700.000,00	323.408,00	205.206,77	71.322,12
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	**19.383.000,00**	**15.227.889,00**	**13.845.508,02**	**12.215.296,48**
0002 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS-SES-DISTRITO FEDERAL	19.383.000,00	15.227.889,00	13.845.508,02	12.215.296,48
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	**166.670.034,00**	**151.912.478,00**	**151.460.496,23**	**126.017.471,61**
0001 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR-REDE HOSPITALAR - SES-DISTRITO FEDERAL	166.670.034,00	151.912.478,00	151.460.496,23	126.017.471,61
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	**14.680.736,00**	**5.327.715,00**	**3.482.239,05**	**1.851.859,05**
0001 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO-MODERNIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS CREDENCIAMENTOS - SES-DISTRITO FEDERAL	14.680.736,00	5.327.715,00	3.482.239,05	1.851.859,05
TOTAL - 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	**1.630.489.413,00**	**1.586.977.774,12**	**1.337.220.194,20**	**1.002.065.905,07**

Objetivo Específico 1 – Atenção Primária à Saúde

Gestão e Qualificação da Atenção Primária à Saúde no DF

Projeto Converte APS

As Portarias nº 77 e 78 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, de 14 de fevereiro de 2017, marcaram o início do processo de mudança do modelo assistencial da Atenção Primária à Saúde (APS) no Distrito Federal. A primeira estabeleceu a Política de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal, fundamentada na Estratégia Saúde da Família. Já a Portaria nº 78 regulamenta o artigo 51 da Portaria 77, de 2017, para disciplinar o processo de conversão da Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal ao modelo de Estratégia Saúde da Família e estabelece normas e prazos a serem cumpridos neste processo.

Dos 168 médicos especialistas focais da Atenção Primária que efetivaram adesão ao processo de conversão,135 foram incluídos em equipes de transição e submetidos ao processo de capacitação teórico-prática de 222 horas-aula pela EAPSUS/FEPECS, juntamente com 135 enfermeiros e 270 técnicos de enfermagem.

Mais 72 enfermeiros e 144 técnicos de enfermagem que também aderiram ao processo de conversão formaram 72 equipes de enfermagem (1 enfermeiro e 2 técnicos de enfermagem por equipe) para que fossem completadas com novos médicos da família e comunidade nomeados na SESDF.

A prova de avaliação de conhecimentos específicos, objetivando a avaliação dos profissionais que fizeram parte do programa de capacitação, foi realizada em novembro de 2017. No total 135 médicos realizaram a prova, e destes 121 foram aprovados.

Além disso, todos os 305 médicos da família e comunidade aprovados no concurso da SES/DF de 2014) foram nomeados até o final de 2017. Destes, 172 entraram em exercício e foram lotados nas áreas de maior vulnerabilidade e a ampliação da cobertura conforme o plano das Regiões de Saúde. Até o final de janeiro de 2018, mais 60 médicos poderão tomar posse no cargo pois ainda estarão no prazo.

Considerando essas ações e a partir da mudança do modelo assistencial na APS, houve a reorganização das equipes assistenciais buscando a formação de novas equipes de saúde da família. A meta anual para cobertura populacional pela ESF em 2017 é de 50%.

Em janeiro de 2017 haviam 243 equipes de saúde da família no DF cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). Em novembro de 2017, última competência disponível no SCNES até a presente data, o DF contava com 293 equipes cadastradas. Utilizando os parâmetros do DF, com média de 3.750 pessoas adscritas por equipe, esses dados refletem um aumento de cobertura populacional de 30,6% (jan/17) para 36,9% (nov/17), equivalente a 73,8% da meta anual. Para atingir a meta faltam novas 104 equipes a serem incluídas no sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

A composição mínima exigida para cadastramento no SCNES de uma equipe de saúde da família é: um médico, um enfermeiro, um técnico ou auxiliar de enfermagem e um agente comunitário de saúde, todos com 40 horas semanais. Não foi possível aumento do quadro de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na SESDF pelo impedimento de novas contratações destes profissionais diante das questões jurídicas que precisaram ser esclarecidas. Sendo assim, além das equipes cadastradas existem ainda 104 equipes atuando no modelo de Estratégia Saúde da Família com toda a composição exigida, excetuando-se o ACS, o que reflete cobertura de mais 13% da população. Com isso, a cobertura total por ESF alcança 49,9%.

Diante do número de médicos aprovados no processo de avaliação estima-se que poderá ser alcançado aumento da cobertura populacional de até 15,2% com esses profissionais nas equipes, caso todos optem pela mudança.

Com a Política de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal, o parâmetro aplicado para atenção à saúde bucal é de 1 equipe de saúde bucal para cada 2 equipes de saúde da família. Ou seja, 1 equipe de saúde bucal é responsável em média por 7.500 pessoas adscritas. Em janeiro de 2017, o DF contava com 94 equipes cadastradas no SCNES, o que refletiria 23,6% de cobertura por saúde bucal. Em novembro de 2017, até a presente data, última competência

disponível no SCNES, o DF contava com 101 equipes de saúde bucal cadastradas, com cobertura estimada de 25,4%. Com a nomeação de novos profissionais e reorganização das equipes, deve-se alcançar a expansão com novas equipes vinculadas as equipes de saúde da família, podendo alcançar em 2018 até 65% de cobertura por saúde bucal, utilizando os parâmetros de cobertura no DF.

Fortalecendo ainda mais a Política de Atenção Primária no Distrito Federal, além da reorganização das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, houve aumento significativo do número de vagas nos programas de residência em Medicina de Família e Comunidade no DF, passando de oito vagas em 2013 para 60 em 2017, somente na ESCS.

Outro ponto a destacar é a busca do "padrão ouro" para composição médica de equipes de saúde da família com especialistas em Medicina de Família e Comunidade. Houve então a alteração dos requisitos para investidura no cargo Médico, especialidade Médico da Família e Comunidade na SESDF, mediante alteração da Portaria Conjunta SGA/SES n° 08, de 18 de julho de 2006, com a publicação da Portaria Conjunta SEPLAG/SES nº 74, de 14 de dezembro de 2017, com inclusão do certificado de residência médica em Medicina de Família e Comunidade reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica ou título de especialista em Medicina de Família e Comunidade reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB). Destaca-se ainda a criação da especialidade de Enfermeiro de Família e Comunidade na mesma Portaria.

Nota-se então a importância de fortalecer a qualidade da atenção primária, por meio da contratação de especialistas em MFC, que contribuirão, inclusive, para apoiar com seu conhecimento as equipes formadas por profissionais do Projeto Converte-APS e fortalecer os cenários dos programas de residência médica no DF.

A partir da publicação da nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) pelo Ministério da Saúde, em setembro de 2017, devem ser reavaliados os parâmetros utilizados para fórmula de cálculo para a cobertura populacional por Estratégia Saúde da Família/APS, o que deve impactar nos dados de cobertura populacional em 2018.

	Nº DE EQUIPES CONSISTIDAS	Nº DE EQUIPES INCONSISTIDAS	COBERTURA TOTAL POR ESF (%)*	Nº DE MÉDICOS EM ETESF
JAN/17	243	S/I	30,6	N/A
JUL/17	271	44	39,6	147
DEZ/17	293**	104	49,9	135
MAR/18* **	518	00	65,2	00

COAPS/SAIS/SESDF Nov/2017

* dados populacionais de IBGE 2016 com parâmetros de 3.750 pessoas adscritas/equipe

** competência nov/2017

*** projeção

ESF = Estratégia Saúde da Família / ETESF = equipe de transição para Estratégia Saúde da Família

S/I = sem informação / N/A = não se aplica

Do Projeto PlanificaSus

Em junho de 2016 foi lançado o PlanificaSUS, uma proposta de qualificação da Atenção Primária à Saúde (APS) do DF com o apoio técnico do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), compondo o Projeto Brasília Saudável, com vistas à organização da APS como ordenadora das Redes de Atenção à Saúde (RAS), integrando a Atenção Especializada visando melhorar a qualidade da saúde da população.

O PlanificaSUS baseia-se na organização do serviço através do Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC), com foco no atendimento aos usuários portadores de Hipertensão e Diabetes estratificados pelas equipes de Saúde da Família.

Foi definido a região Leste como projeto piloto para implantação do processo do PlanificaSUS. O público alvo foram os profissionais que atuam na Estratégia Saúde da Família (ESF) das Unidades Básicas de Saúde do Itapoã nº1 e nº2, na Atenção Ambulatorial Especializada (AAE) e Gestores da Região de Saúde Leste do Distrito Federal, com o objetivo de qualificação profissional e a organização do macroprocesso da APS e AAE, apoiando o corpo técnico gerencial, visando o aumento da resolutividade e a integração entre RAS. Há proposta de ampliação para toda a Região Leste e posteriormente para todo o DF.

No ano de 2017, a Coordenação da Atenção Primária à Saúde - COAPS e CONASS executaram o cronograma de oficinas temáticas e acompanhamento contínuo (tutorias) nas unidades laboratório. Desde o início do processo de Planificação, foram realizadas 06 oficinas com participação média de 180 profissionais por evento, e tutorias junto às equipes da APS e na AAE desenvolvendo o planejamento e o plano de ação, evidenciando as dificuldades e potencialidades das unidades e capacitando os profissionais.

Da Atenção à Saúde no âmbito dos Ciclos de Vida

Saúde da Criança

Durante o ano de 2017 houve o fortalecimento da política de amamentação, doação e processamento de leito humano além da organização e matriciamento da saúde à criança junto a Estratégia Saúde da Família.

Podemos citar como principais ações:

- Lançamento do aplicativo Amamenta Brasília;
- Mobilização social no mês de doação de leite materno;
- Início das obras da reforma do Banco de Leite de Brazlândia;
- Adequação da frota responsável pela coleta de leite materno: 10 carros adesivados com a logomarca da campanha "eu divido meu leite" e do Programa Criança Candanga, em parceria com a SEPLAG;
- Contratação de lactaristas para a RBLH (Rede de Bancos de Leite Humano); Reavaliação de todos os Hospitais Amigos da Criança para adequação para a habilitação como Hospital Amigo da Criança e da Mulher;
- Apoio na organização e funcionamento do ambulatório multidisciplinar para crianças e famílias acometidas pelo vírus zika e outras síndromes congênitas;
- Realização de uma oficina do AIDPI NEONATAL na Região de Saúde Oeste para capacitar 30 servidores médicos e enfermeiros;
- Publicação do Comitê de Prevenção e Investigação do Óbito Materno, Fetal e Infantil do DF e;
- Monitoramento, organização e gestão do Programa de Triagem Neonatal em todos os pontos de atenção na saúde do DF.

Saúde de Adolescentes

Para a Saúde do Adolescente citamos as principais ações no exercício de 2017:

- Adesão e coordenação do Programa de Saúde na Escola – PSE com 258 escolas com o envolvimento de 145.298 alunos, o que representa o aumento de 90 unidades, comparado à etapa anterior;
- Coordenação da Política Nacional de Atenção à Saúde de Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no DF, por meio do acompanhamento, avaliação e monitoramento das ações constantes no Plano Operativo Distrital do DF, elaborado e publicado por meio da Portaria Conjunta entre as Secretarias de Estado: SES e Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF em 10 de outubro de 2017 (Portaria Conjunta n.º 04).

- Coordenação da "Agenda Proteger e Cuidar no DF", instituído pelo Ministério da Saúde, sendo coletados dados em 07 Unidades Básicas de Saúde, correspondendo a sete gestores, 30 profissionais de diversas especialidades, 42 adolescentes usuários dos serviços, 42 adolescentes da comunidade e 21 membros da comunidade, que responderam questões a respeito do atendimento de saúde prestado aos adolescentes das regiões que participaram da atividade.
- Gestão compartilhada do Programa de Prevenção ao uso nocivo de álcool e outras drogas por adolescentes, juntamente com a Diretoria de Saúde Mental com capacitação de 31 profissionais de cinco regiões de saúde, com a participação de articuladores e formadores da SESDF, SEDESTMIDH, SEDF e SECRIANÇA.
- Elaboração da estratégia de certificação de qualidade dos serviços de atendimento para adolescentes, intitulado Chega Mais – Selo de qualidade dos serviços de atendimento para adolescentes do DF, em parceria com a UNFPA (Fundo de Populações da Organizações das Nações Unidas);
- Diversas de ações de educação permanente para qualificação dos processos de trabalho e dos profissionais de saúde, destacando a qualificação sobre o Teste de Acuidade Visual - TAV e as oficinas com adolescentes tratando de assuntos como políticas públicas de saúde, projeto de vida e alimentação saudável.

Saúde do Idoso

No decorrer do ano de 2017, a meta foi trabalhar no eixo do Plano Nacional da Saúde do Idoso da promoção do Envelhecimento Ativo e na estruturação dos serviços de atenção à pessoa idosa. A escolha foi pela região Oeste em virtude de ter a maior concentração de idosos vulneráveis e em risco de fragilidade. Houve participação da área técnica na elaboração do protocolo das principais queixas da APS. Outro ponto de destaque foi o monitoramento do acompanhamento da cobertura da APS, aos idosos abrigados em Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI, pelas equipes do território.

No primeiro eixo, o de promoção do Envelhecimento ativo, as ações e atividades foram:

- Reestruturação e implantação do Circuito Multissensorial de prevenção de quedas: neste ano foi reativado o circuito em Ceilândia, Brazlândia e Sobradinho, perfazendo um total de 172 idosos caidores que participaram da atividade.
- Projeto Avós amigas do peito: grupo que trabalha a sensibilização e orientação dos cuidados em relação à alimentação saudável, bem como apoiadores da amamentação. (136 idosos da região de saúde Oeste participaram da oficina).

No segundo eixo de trabalho:

- Revisão e republicação do protocolo de antidepressivo para idosos, bem como a republicação do protocolo de Saúde da Pessoa Idosa.
- Capacitações do Protocolo da Saúde da Pessoa idosa na região Oeste, na qual houve capacitação de 100% das equipes da regional de Brazlândia e em Ceilândia foram capacitados 190 servidores.

No ano de 2017, o indicador da internação por fratura de fêmur em pessoas com 60 anos ou mais (a orientação do uso deste indicador é do Ministério da Saúde) ficou em 9,37. Ressalva-se que este dado é parcial, pois contempla os meses de janeiro a outubro de 2017, que foram consolidados até o momento da elaboração deste relatório.

Saúde da Mulher

As atividades destinadas à Saúde da Mulher foram voltadas prioritariamente as ações de matriciamento do conhecimento para a Estratégia Saúde da Família e fortalecimento da Rede Cegonha no DF. Entre as principais ações podemos citar:

- A finalização do protocolo de atenção à saúde da mulher no pré-natal e puerpério, e ao RN;
- Reestruturação e unificação (em conjunto com a Saúde da Criança) do Comitê Central de Prevenção e Investigação de Óbito Materno, Fetal, Neonatal e Infantil;
- Elaboração do protocolo de queixas ginecológicas;
- Definição de quantitativo de métodos contraceptivos;
- Representação da saúde da mulher no Conselho de Direitos da Mulher, no Comitê Técnico de Saúde da população Negra, no Comitê de Enfrentamento da Zika, na Rede Cegonha, no Comitê de óbito materno, infantil e neonatal;
- Coordenação da Rede Cegonha; Capacitação em Prevenção do Câncer do Colo de Útero;
- Participação da elaboração do Protocolo de Enfrentamento e Combate a Sífilis Congênita no Distrito Federal.

Em relação aos indicadores acompanhados: óbito materno e óbito de mulheres em idade fértil, até a presente data (14/12) foram registrados 17 casos de óbito materno de residentes no Distrito Federal. Destes, cinco foram investigados e encerrados, totalizando 30% de investigação. Os demais estão com investigações em andamento, aguardando encerramento do caso.

Em relação aos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF), até a presente data foram notificados 595 óbitos, sendo que, 216 (37%) foram investigados e os demais ainda estão em aberto. Mais uma vez, reforçamos que o prazo legal para conclusão das investigações é de 120 dias a partir da data do óbito, sendo, portanto, aceitável uma divergência nas datas.

A respeito do pré-natal, o Distrito Federal apresenta um bom desempenho no que se refere ao número de consultas de pré-natal e de gestantes que realizam pré-natal, entretanto, ainda é necessário qualificar consultas, visto que, ocorrem altas taxas de sífilis congênita que refletem diretamente a qualidade da assistência prestada a gestante. Até novembro de 2017 foram registrados 212 novos casos de sífilis congênita no Distrito Federal.

Saúde do Homem

Em 2017, a área técnica da saúde do homem esteve à frente do planejamento e implantação do pré-natal do parceiro, desenvolvendo projeto piloto na Região de Saúde Sul para planejamento e padronização de procedimentos, nas Unidades Básicas de Saúde que já ofertam essa ação aos parceiros das gestantes vinculadas ao pré-natal.

Destaca-se ainda a realização de oficina de implantação do pré-natal do parceiro para todos os servidores da saúde da Atenção Primária com a participação de mais de 200 profissionais entre médicos, agentes comunitários de saúde, enfermeiros e técnicos de enfermagem, onde na ocasião, outras unidades e equipes também já foram selecionadas para implantação do projeto e o 1º Fórum de Saúde do Homem do distrito Federal com o tema "Acolhimento e Vinculação à Atenção Primária de Saúde".

Diabetes

Em 2017, a área técnica de Diabetes participou ativamente do processo de conversão da Atenção Primária à Saúde – APS por meio de capacitações sobre rastreamento, diagnóstico e monitoramento da doença a aproximadamente 600 profissionais envolvidos.

Houve atualização e publicação do Protocolo de Insulinoterapia, além da elaboração do Protocolo Assistencial em DM e HAS para a Atenção Primária em Saúde, o qual encontra-se em vias de publicação.

Ainda, importante salientar os processos de revisão e elaboração de fluxogramas assistenciais para atendimento de pessoas com diabetes na APS: Abordagem Nutricional, Rastreamento e Diagnóstico, Tratamento de DM, Manejo de Hiperglicemia e Hipoglicemia na APS, Estratificação de Risco, Avaliação de Pé Diabético e Tratamento de Infecção de Pé Diabético; e Procedimentos Operacionais Padrões para assistência de enfermagem aos pacientes com Diabetes, sendo eles: Aplicação de Insulinas, Mistura de Insulinas em Mesma Seringa, Aferição de Pressão Arterial, Verificação de Glicemia Capilar.

No exercício de 2017, houve a concretização e inauguração do primeiro Centro Especializado em Diabetes, Obesidade e Hipertensão Arterial do Distrito Federal. Localizado na Asa Norte, o serviço conta com profissionais especializados para oferecer assistência em nível secundário a pacientes com essas três patologias crônicas e metabólicas de difícil tratamento e que necessitam de assistência multiprofissional.

Programa de Controle de Tabagismo

Visando o alcance da meta do programa de controle do tabagismo no Distrito Federal, de redução a prevalência de fumantes em 0,25 % ao ano, destacamos abaixo as ações realizadas em 2017:

- 25 oficinas para profissionais de saúde, educação, empresas públicas e privadas e agentes penitenciários totalizando 1.606 participantes.
- 05 Cursos para abordagem intensiva de fumantes com a participação de 277 profissionais de Saúde da SES/DF e de Instituições Públicas e Privadas.
- 11 encontros de Educação Continuada com a média de participação de 40 profissionais que realizam atendimento de fumantes na SES/DF.
- 07 palestras para professores, profissionais de empresas e estudantes de medicina, 88 participantes. Abertura de 04 novos ambulatórios de tratamento de fumantes em unidades das SES/DF.
- 02 Campanhas em comemoração ao Dia Mundial sem Tabaco 31 de maio e o Dia Nacional de Combate ao Fumo 29 de agosto, na Rodoviária do Plano Piloto.

De janeiro a setembro de 2017 foram registrados 1.666 atendimentos de fumantes, 1.184 foram atendidos com medicamento e 874 deixaram de fumar na quarta sessão de tratamento.

Todas estas ações impactam positivamente na redução da prevalência de fumantes no Distrito Federal que passou de 11.4% em 2015, e para 10.7 % em 2016, segundo dados do VIGITEL.

Destaca-se o trabalho realizado em parceria com a Subsecretaria de Segurança Pública na Implantação do Programa de Controle de Tabagismo nas 07 Unidades do Sistema Carcerário do Distrito Federal. Foram realizadas 29 capacitações de 4h, no período de 10/01 a 05/06/2017 atingindo 1.536 funcionários, representando 82% de cobertura, superando a meta de 70%. Dentre estes, 90 profissionais de saúde da prisional ainda receberam mais 08 horas de curso para ofertar tratamento aos fumantes.

Como resultado, obteve-se a realização de abordagem mínima dos fumantes nos atendimentos das equipes de saúde nas 07 unidades; inserção do tema no acolhimento as famílias e nas atividades em grupos realizadas no sistema prisional; ofertas de tratamento em grupo aos internos do CPP que, até o momento, 27 internos foram atendidos, 10 pararam de fumar, ou seja, 52,63% de sucesso.

Estas ações impactaram de forma significativa para o conhecimento das possibilidades e limites da implantação do Programa de controle de tabagismo no Sistema Prisional.

Da Saúde no Sistema Prisional

A Assistência à Saúde para o Sistema Prisional compreende ações individuais e coletivas visando promover, prevenir, reduzir e/ou eliminar riscos e agravos à saúde da população privada de liberdade do Distrito Federal, por meio de serviços de atenção primária que atendam em

caráter complementar às necessidades das urgências e emergências em saúde. O DF finalizou 2017 com 15.925 pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional.

O número de vagas em todo o sistema prisional do DF é de 7.542. A superlotação é um grande problema do sistema carcerário brasileiro, e contribui para aumentar os riscos de doenças infectocontagiosas, assim como o agravamento das demais enfermidades.

No âmbito da saúde prisional, têm-se aplicado o Projeto Acolhimento, que tem como objetivo principal promover o acolhimento dos detentos na sua chegada na perspectiva de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no contexto prisional. Faz-se o levantamento das condições de saúde dos internos com os devidos encaminhamentos para atendimento; realização de busca ativa de patologias crônicas e infectocontagiosas; realização de testagens rápidas (HIV, Hepatites B e C e sífilis), vacinação, orientação sobre higiene bucal seguida de distribuição de escova e creme dental; apresentação do serviço de saúde no que diz respeito à equipe e sua função, formas de acesso e dinâmica deste Serviço. Foram acolhidas 6.154 pessoas dos ingressos no Sistema Prisional no ano de 2017.

Atualmente, o DF conta com 11 equipes de saúde no Sistema Prisional, cobrindo, dentro dos parâmetros normatizados pelo Ministério da Saúde, cerca de 58% da população carcerária. Para cobrir 100% é necessário a composição de mais 08 equipes. No entanto, um dos impedimentos é a ausência de espaço nas penitenciarias para o atendimento das equipes, uma vez que o sistema prisional possui superlotação de quase 120% a mais da sua capacidade estrutural. Se fosse possível considerar apenas a capacidade operativa dos presídios, a cobertura das equipes ultrapassaria os 100%.

Tabela 1 -Total de procedimentos realizados, saúde prisional, SES-DF, 2017.

Procedimentos	**1º quadrimestre**	**2º quadrimestre**	**3º quadrimestre**	**Total**
Total de consultas médicas	4.995	6.396	6.222	**17.613**
Total de consultas outras especialidades (psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas, etc)	8.534	9.616	13.656	**31.806**
Total de grupos	727	1.203	1.395	**3.325**
Total de consultas odontologia	901	5.901	4.821	**11.623**
Procedimentos (curativos, aferições, administração de medicamentos, coleta de material para exames, etc)	57.343	62.918	55.639	**175.900**
Total	**72.500**	**86.034**	**81.733**	**240.267**

Fonte: GESSP/DAEAP/COAPS, DEZ/2017

Na tabela acima é demonstrado o volume de atendimentos realizados em 2017. A queda de produção em relação ao 2º quadrimestre se refere a redução de procedimentos tais como: curativos, administração de medicamentos, coleta de material para exames, etc. O baixo efetivo de servidores para realizar a escolta para o serviço de saúde continua sendo o grande dificultador para realização das atividades no serviço de saúde no Sistema Prisional do DF. Foram nomeados novos agentes de atividades penitenciárias, porém não há informação de quantos serão lotados para serviços de saúde.

Da Saúde da População Trans

-Em consonância com o compromisso assumido com a atenção à saúde da população trans do DF, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal inaugurou no dia 14 de agosto de 2017, o Ambulatório TRANS, unidade localizada no Hospital DIA da 508 Sul – dedicada ao acolhimento, acompanhamento e oferta de assistência a homens trans, mulheres trans e travestis.

Passados 05 meses de sua inauguração, o ambulatório já atingiu a marca de mais de 100 usuários em acompanhamento nas diversas especialidades que oferece. Semanalmente são abertas vagas para novos usuários acessarem o serviço através dos grupos de entrada, os quais ocorrem às terças e quintas e são dirigidos pela equipe multiprofissional.

Além da inauguração do Ambulatório Trans, a SES-DF também iniciou no ano de 2017 uma ação de capacitação da rede para acolhimento da população trans, não somente no Ambulatório Trans, mas em qualquer um dos estabelecimentos da rede pública de saúde. A capacitação deu-se em forma de um seminário, intitulado "A Equidade na Atenção Primária à Saúde - Educação para a Diversidade", e voltada para trabalhadores da Atenção Primária e Especializada, a fim de promover uma oportunidade de criação de diálogos envolvendo temas como identidade de gênero, orientação sexual, nome social, transfobia, vulnerabilidade, entre outros.

Do acompanhamento do Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) é sistematizado em duas vigências semestrais. Na primeira vigência do ano de 2017, do mês janeiro ao mês de junho, o total de famílias beneficiárias alcançou 67.484, sendo que 31.084 dessas famílias foram acompanhadas pela saúde, perfazendo um percentual de 46,06% de cobertura.

Já na segunda vigência de 2017, de julho/2017 a janeiro/2018, o total parcial de famílias beneficiárias foi de 62.718, das quais foram acompanhadas 19.008, perfazendo um percentual parcial de cobertura de 30,31%. É importante ressaltar que os dados da segunda vigência são parciais, devido ao fato de terem sido extraídos no dia 10/01/2018, período anterior ao encerramento da vigência. Os dados oficiais consolidados serão tabulados pelo DATASUS após o processamento do sistema que se dá por volta de 30 dias após o encerramento da vigência.

A fim de fortalecer as ações do programa Bolsa Família nas Regiões de Saúde do DF, a SES promoveu - em parceria com o Ministério da Saúde - quatro oficinas para operacionalização do sistema, com a finalidade de capacitar os servidores para uso correto e inteligente da ferramenta disponibilizada pelo DATASUS para lançamento dos dados. Encerrando as atividades relativas ao PBF no ano de 2017, foi realizado um Seminário Temático na Região Leste no dia 11 de dezembro, ocasião em que foram convidados a dialogar os representantes da Saúde, Assistência e Educação, responsáveis pela gestão do PBF naquela região.

Das Práticas Integrativas em Saúde

Do total de 172 Unidades Básicas no DF, 97 delas possuem ao menos um serviço de Prática Integrativa em Saúde. Destaca-se que as Regiões de Saúde Centro Norte, Centro Sul e Norte possuem mais de 75% das UBS com alguma Prática Integrativa.

O volume de atendimentos possui a média mensal 8.640 no DF, totalizando no ano de 2017 mais de 100.000 atendimentos.

Em 2017 a EAPSUS apoiou e acompanhou as Ações Temáticas orientadas para serviços de saúde que ofertam práticas de Automassagem e Tai-Chi-Chuan com a finalidade de elaborar ações pedagógicas e de treinamento contínuo, maximizando assim sua aprendizagem e a qualidade de sua prática. No total foram 104 encontros com profissionais de todos os níveis de atenção com a presença de 1.388 servidores.

Das Construções, Ampliações e Reformas das Unidades Básicas de Saúde

No exercício de 2017, houve a reorganização dos projetos de novas construções, ampliações e reformas, com foco na regularização fundiária, elaboração de projetos, captação de recursos e processo licitatórios. Construções de três Unidades Básicas de Saúde, sendo duas unidades localizadas em Ceilândia e uma localizada em Samambaia. A construção da Unidade Básica de Saúde da Fercal está sendo executada por meio de Termo de Ajuste de Conduta - TAC.

Outros 16 projetos de construção estão em andamento, sendo que 04 (Planaltina AE 9, Ceilandia QNR 2, Recanto das Emas Monjolo e Samambaia Q 831) tiveram seus editais publicados no mês de novembro/2017, 6 projetos (J. Mangueiral, Paranoá Park, Parque do Riacho, Vila Rabelo, Vale do Amanhecer e Buritizinho) em fase final para publicação de edital

(previsão 01/2018) e 6 projetos (Estrutural, São Sebastião, Brazlandia (2), Santa Maria e Gama (Ponte Alta)) em finalização de ação preparatória para licitação.

Foi concluída a Reforma da UBS n° 01 do Lago Sul e da UBS n° 4 Riacho Fundo 2 - CAUB. Encontram-se paralisadas a Reforma do UBS nº 08 do Gama desde 22/07/2016, e a Reforma do UBS n° 11 de Ceilândia possui 80% de sua execução.

Entretanto, foram concluídos 05 projetos que visam a reforma (UBS 2 Fercal, UBS 2 Sobradinho, UBS 1 Samambaia, UBS 3 Guará e UBS 1 Riacho Fundo 1) e aprovados pela DIVISA, devendo ser licitados ainda no 1° semestre de 2018.

Em ação preparatória (elaboração de projetos) se encontram outras 10 Unidades Básicas de Saúde para reforma.

No que tange a ampliação de unidades básicas de saúde, não houve andamento nos 3 projetos previstos (UBS Areal, UBS n° 2 Arapoanga e UBS n° 2 Itapoã), devendo em 2018 serem elaborados os projetos necessários para viabilização de licitação.

DESCRIÇÃO DA OBRA Construção	**RA/ LOCAL**	**AÇÃO/SUBTÍTULO**	**(*)%CUMPRIDO**
Aquisição de Unidade Modular de Assistência à Cidadania / UMAC. 1 – Unidade de Pronto Atendimento – QI 10, Lotes 71 a 118, Setor de Indústria – Ceilândia Norte/DF.	IX	31.720.003	45,00% PARALISADA
Aquisição de Unidade Modular de Assistência à Cidadania / UMAC. 2 – Unidade de Pronto Atendimento – SetorLeste, QI 07, Área Especial – Gama/DF.	II	31.720.003	44,00% PARALISADA
Construção de UBS, localizada na Quadra 500, Área Especial 02 – Sol Nascente – Ceilândia/DF.	IX	31.350.003	60,00%
Construção de UBS, localizada na QR 210, Conjunto 22 Lote 01 - Samambaia.	XII		99,00%
Construção de UBS, localizada na EQNP 16/20 Área Especial Lotes E, F e G – Ceilândia/DF.	IX		92,00%
Construção de Unidade Básica na FERCAL	V		60,00%

Fonte: COAPS/SAIS/SESDF Dez/2017

Quanto aos dois Centros de Saúde que estavam com as obras paralisadas, informamos que houve a rescisão do contrato da reforma do Centro de Saúde nº 08 do Gama com 20,79% da obra concluída (publicado no DODF de 17/08/2017), e ocorreu o fim da vigência do contrato para a reforma do Centro de Saúde nº 11 de Ceilândia, com 70% da obra concluída.

Das outras ações referentes à infraestrutura e ambiência das Unidades Básicas de Saúde

Visando a expansão e melhoria de ambiência das UBS, em Maio de 2017 foi publicado o Chamamento Público para Locação de 36 Imóveis com o objetivo de substituir as casas alugadas de forma precária e que funcionam como UBS.

Importante salientar também que foram investidos especificamente nas UBS recursos para manutenção predial que ultrapassaram o valor de R$ 10 milhões de reais.

Foram adquiridos e distribuídos, no ano de 2017, **6.360 equipamentos para toda rede de Atenção Primária,** proporcionando melhoria no atendimento à população.

Ainda, foi contratado serviço de Eletrocardiograma iniciado no mês de agosto/2017, com a produção de mais de 4.000 exames.

Além disso, iniciou o processo de aquisição de mobiliário para APS, com 39 itens e Pregão Eletrônico n° 231/2017 homologado em dezembro de 2017.

No campo da normatização das ações de saúde no âmbito da APS, destacam-se as ações de revisão de Portarias, da Carteira de Serviços da APS, da Elaboração do Guia de Enfermagem da APS, elaboração de notas técnicas, elaboração de protocolos, entre outros.

Com a conclusão do exercício, em referência ao orçamento da APS, houve a execução de 91,86%.

RESUMO QDD (QUADRO DETALHAMENTO DESPESA) COAPS - ACUMULADO ATÉ 31.12.2017								
PROGRAMA DE TRABALHO	**DESPESA AUTORIZADA**		**DISPONÍVEL**		**EMPENHADO**		**EXECUÇÃO %**
10.122.6002.8502.0050 - Administração de Pessoal SES	**R$**	**126.759.960,18**	**R$**	**-**	**R$**	**126.759.960,18**	100%
10.122.6002.8504.6988 - Concessao de Benefícios a Servidores	**R$**	**3.780.161,78**	**R$**	**-**	**R$**	**3.780.161,78**	100%
10.122.6002.8517.3722 - Manutenção de serviços administrativos - Vigilância	**R$**	**30.247.301,34**	**R$**	**-**	**R$**	**30.247.301,34**	100%
10.122.6002.8517.6991 - Manutenção de serviços administrativos - Limpeza	**R$**	**13.210.382,71**	**R$**	**16.708,39**	**R$**	**13.193.674,32**	100%
10.122.6002.8517.7261 - Manutenção de serviços administrativos - Contratos de prestação de serviços públicos	**R$**	**6.600.000,00**	**R$**	**-**	**R$**	**6.600.000,00**	100%
10.126.6202.2557.5211 - Gestão da Informação e dos Sistemas de tecnologia da Informação	**R$**	**519.050,79**	**R$**	**-**	**R$**	**519.050,79**	100%
10.301.6202.3135.0003 - Construção de Unidades Básicas de Saúde - Regiões Administrativas DF	**R$**	**8.337.337,00**	**R$**	**1.981.064,30**	**R$**	**6.356.272,70**	76%
10.301.6202.3136.0001 - Ampliação de Unidades Básicas de Saúde DF	**R$**	**1.133.927,50**	**R$**	**42.000,73**	**R$**	**1.091.926,77**	96%
10.301.6202.3222.0001 - Reformas de Unidades Básicas de Saúde DF	**R$**	**4.266.104,84**	**R$**	**4.265.278,21**	**R$**	**826,63**	0%
10.301.6202.3222.xxxx - Emendas distritais diversas para reformas de UBS	**R$**	**646.002,00**	**R$**	**646.002,00**	R$	-	0%
10.301.6202.4133.0001 - Atenção Integral à Saúde de Adolecentes em Medida Socioeducativa em Regime Fechado	**R$**	**-**	**R$**	**-**	**R$**	**-**	0%
10.301.6202.4206.0002 - Execução de Contratos de Gestão - Serviços de APS	**R$**	**10.000,00**	**R$**	**10.000,00**	**R$**	**-**	0%
10.301.6202.4208.5612 - Desenvolvimentos das Ações de Atenção Primária em Saúde DF	**R$**	**34.239.449,00**	**R$**	**11.752.423,23**	**R$**	**22.487.025,77**	66%
10.301.6202.6055.0001 - Assintência à Saúde no Sistema Prisional - Saúde da População Penitenciária DF	**R$**	**27.930,00**	**R$**	**0,92**	**R$**	**27.929,08**	100%
TOTAL	**R$**	**229.777.607,14**	**R$**	**18.713.477,78**	**R$**	**211.064.129,36**	**91,86%**

Coaps/ SAIS/ SES e SIGGO – 12/17

OBJETIVO ESPECÍFICO 2 – Atenção Especializada à Saúde

A atenção especializada tem como principais objetivos coordenar os processos da média e alta complexidade relacionados às formulação e promoção de políticas, linhas de cuidados, protocolos clínicos, fluxos assistenciais, fomentar e participar do processo de incorporação de tecnologias e inovação em saúde. As ações realizadas visam garantir o acesso do usuário ao SUS em todas as áreas de atendimento da atenção especializada, ou seja, consultas, exames, remédios, atendimentos de urgência e emergência e cirurgias médicas.

No ano de 2017 com o intuito de organizar os processos de trabalho e melhorar a assistência, prestado a população, houve uma alteração na estrutura administrativa da SES-DF que criou a unidade orgânica destinada aos serviços ambulatoriais e hospitalares. Esta unidade visa garantir a organização e direcionamento das ações relacionadas à atenção ambulatorial e hospitalar através do Apoio às Superintendências das Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital no processo de implementação e qualificação desta atenção com ênfase na segurança do paciente e qualidade dos serviços dentre outros.

Serviços Cirúrgicos

Foi realizado: Avaliação geral dos equipamentos dos Centros Cirúrgicos (CC) da Rede; Sensibilização das equipes dos blocos cirúrgicos para o início da elaboração do Plano Distrital de Especialidades, definindo a Carteira de Serviços, Fluxos de Referência e Contra-referência, e Protocolos Clínicos de atendimento; Definido também o critério de classificação de risco para priorização de pacientes Regulados para Cirurgias Eletivas; Mapeamento das salas cirúrgicas no DF, destinadas exclusivamente ao serviço emergencial e o quantitativo de salas eletivas funcionantes e não funcionantes na rede SES/DF.

Ocorreu ainda o desenvolvimento das políticas de segurança do paciente em cada um dos hospitais da Rede, a padronização do procedimento de instalação de Cateter Duplo Lúmen (CDL) e confecção de fístulas arteriovenosas (FAV) para hemodiálise e organização de um fluxo para a confecção dos acessos vasculares para hemodiálise.

Foi desenvolvido o planejamento da aquisição e manutenção necessárias dos CC para resultar no aumento do número de cirurgias realizadas aproveitando sua capacidade máxima instalada. A adequada pactuação para a organização dos serviços viabilizará a realização do planejamento para o desenvolvimento da especialidade dentro da Secretaria de Saúde: a validação de protocolo para avaliação cardiológico pré-operatório (risco cirúrgico), treinamento das Unidades e acompanhamento dos indicadores selecionados pelo Complexo e pelo Acordo de Gestão Regional.

Serviços de Apoio Diagnóstico

- **Patologia Clínica**

Criação da Câmara Técnica de Patologia Clínica pelo DODF nº. 149 de 04/08/17; a Criação da Comissão de Padronização de Insumo Produtos e Elaboração da Carteira de Serviços e Catálogo de Insumos pelo DODF nº. 181 de 20/09/17; além do abastecimento da Rede SES/DF com insumos e reagentes.

- **Radiologia**

Criação do fluxo para exames de imagem; redistribuiu a carga horária excedente de servidores técnicos; regularizou o uso dos dosímetros por profissionais (Segurança do Trabalho) fora da unidade de origem; regularizou o fornecimento de filme de radiologia digital; pactuou junto a Subsecretaria de Logística uma aquisição continuada de materiais de insumos padronizados; finalizou a implantação da digitalização dos serviços de radiologia e finalizou pregão por SRP de mamógrafos digitais para o HBDF, HRS, HRSM e HRT.

Com a realização de todas essas ações a SES produziu nas Unidades de Radiologia os seguintes quantitativos por exame:

Exame Realizado de Diagnóstico	Estabelecimento – CNES - DF	Número Total Absoluto de Exames realizados por unidade até out/2017
Densitometria Óssea	0010456 – HBDF	82.014
Mamografia (Total = 6.982)	0010464 – HRAN	637
	0010480 – HRC	2.267
	0010499 – HRT	1.449
	0010502 – HRS	2.382
	0010537 – HMIB	16
	0011193 – Central Radiologia Taguatinga	231
Tomógrafo (Total = 31.823)	0010456 – HBDF	898
	0010464 – HRAN	6.711
	0010472 – HRG	1.420
	0010499 – HRT	4.460
	0010502 – HRS	2.609
	0010510 – HUB	6.675

	0010537 – HMIB	180
	2645157 – HRPA	505
	3276678 – ICDF	3.212
	5717515 – HRSM	1.787
	6876617 - HCB	3.366
Ultrassonografia (Total = 90.604)	0010456 – HBDF	11.389
	0010464 – HRAN	7.540
	0010472 – HRG	2.836
	0010480 – HRC	3.131
	0010499 – HRT	5.200
	0010502 – HRS	5.637
	0010510 – HUB	7.586
	0010529 – HRPL	3.409
	0010537 – HMIB	8.984
	0010596 – HRBZ	2.792
	0010596 – Hospital Dia da Asa Sul	2.103
	0011193 – Central Radiologia Taguatinga	2.953
	2645157 – HRPA	3.526
	2672197 – HRSAM	689
	2814897 – HRGU	1.026
	3276678 – ICDF	12.891
	5717515 – HRSM	2.255
	6876617 - HCB	6.657
Radiologia (Total = 487.940)	0010456 – HBDF	116.801
	0010464 – HRAN	13.311
	0010472 – HRG	17.543
	0010480 – HRC	32.923
	0010499 – HRT	45.273
	0010502 – HRS	53.654
	0010510 – HUB	25.620
	0010529 – HRPL	24.623
	0010537 – HMIB	15.050
	0010596 – HRBZ	18.048
	0010588 – Policlínica de Taguatinga	837
	0010596 – Hospital Dia da Asa Sul	467
	0010766 – CEO 712/912 Sul	112
	0010782 – UBS 1 Santa Maria	1.888
	0010790 – UBS 1 São Sebastião	2
	0010928 – UBS 02 Taguatinga	1
	0011061 – UBS 11 Ceilândia	4.059
	0011088 – UBS 1 Planaltina	1
	0011126 – UBS 01 Núcleo Bandeirante	29
	0011193 – Central de Radiologia de Taguatinga	21.105
	2645157 – HRPA	25.475
	2649527 – HAB	837
	2672197 – HRSAM	6.456
	2814897 – HRGU	11.617
	3028011 – UBS 15 CIR São Sebastião	2
	3144542 – UBS 13 Boa Esperança Ceilândia	23
	3276678 – ICDF	965
	5717515 – HRSM	27.379
	67708714 – UPA Tipo II Samambaia	3.219
	6770681 – UBS 3 Vale dos Pinheiros Sobradinho II	7
	6876617 – HCB	5.227
	7078730 – UPA Recanto das Emas	2.239
	7111924 – UPA Núcleo Bandeirante	4.671

	7116756 – UPA São Sebastião	7.482
	7465157 – UPA Ceilândia	32
	7526504 – UBS 05 CAUB II Riacho Fundo II	4
	7902158 – Carreta Odontologia 1	958
Ressonância Magnética (Total =17.282)	3018520 – Hospital São Francisco	6.122
	3056414 – Diagnostik	3.751
	3022870 – Clínica Brasília	1.355
	2616955 - Radiograph	6.054

Fonte: Tabwin/Datasus/MS até Out/17

- Anatomia

A área realizou a Implementação do Trackare (sistema unificado de informações de saúde) em todas as Unidades e o adequou parcialmente para lançamentos de laudos e faturamento.

- Medicina Nuclear

Criação da Câmara Técnica de Medicina Nuclear pelo DODF nº. 140 de 24/04/17.

Assistência Clínica e Cirúrgica

Tem como principal papel acompanhar a implementação e a execução das diretrizes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) nos diversos hospitais da SES/DF.

As principais ações para o exercício 2017 dentro das áreas de atuação foram:

- Formação do grupo de acompanhamento da PNHOSP em quase todos os hospitais da Rede;
- Discussão sobre a segurança do paciente, empoderamento dos Núcleos de Qualidade e Segurança do Paciente dos hospitais, enquanto agentes fortalecedores de uma melhor assistência em saúde. Está em construção o Plano Distrital de Segurança do Paciente com objetivo de padronizar as ações que promovam a segurança do paciente, baseadas nas metas internacionais de segurança do paciente.

Serviços de Internações

Tem como principal objetivo a gestão de leitos que monitora e avalia o desempenho clínico das unidades de urgência e emergência dos pacientes em observação ou internados de forma a poder atuar na sua organização e resolutividade. E a gestão de vagas que propicia o encontro entre a oferta e a demanda por leitos, estabelecendo prioridades de internação de acordo com os protocolos elaborados entre as unidades hospitalares, possibilitando assim maior agilidade na internação ou transferência dos pacientes de maior risco clínico.

As principais ações desenvolvidas para o exercício 2017 dentro das áreas de atuação foram:

- Criação dos fluxos de saída dos pacientes da emergência nos hospitais da rede SESDF;
- Utilização do Kanbam como métodos de informação para avaliação, regulação e controle;
- Proposição de estabelecimento de um Sistema de Informação de Gestão de Leitos com a coleta de informações sobre Taxa de Ocupação Hospitalar no PS, Taxa de Ocupação Hospitalar na Internação, Tempo Médio de Permanência no PS e Tempo Médio de Permanência na Internação nos 13 Hospitais da SES, discussão e análise das informações coletadas, discussão do diagnóstico situacional, discussão do Plano de Ação, discussão das metas a serem atingidas;

Serviços de Terapia Intensiva

A assistência intensiva é composta pelos RTD de Terapia Intensiva Adulto, RTDde Terapia Intensiva Pediátrica,RTD de Neonatologia e RTD de Cuidados Paliativos que tem sob sua responsabilidade as Unidades de Terapia Intensiva Adulto, Pediátrica e Neonatal (UTIN), as Unidades de Cuidados Intermediários Neonatal (UCIN), Alojamento Conjunto (ALCON) e Centro Obstétricos (CO e Sala de Parto), além do Gerente e de um técnico administrativo 40h.

EIXO I- POLÍTICA DE EGRESSOS

- Aprovada em Consulta Pública a Diretriz de Cuidados Paliativos em Pacientes Críticos Adultos admitidos em UTI;
- Cursos e Jornada de Cuidados Paliativos no IHBDF
- Busca ativa de pacientes com perfil para Cuidados Paliativos nas UTI's;
- Elaboração do Projeto de Transporte Inter-hospitalar para RN de baixo risco, falta aprovação da Rede Cegonha;
- Parceria com a GESINT, SUPLANS e o Complexo Regulador de Saúde do DF para a viabilização da regulação de leitos hospitalares;
- Publicação nº 356 de 25 setembro de 2017, do GT DESBLOQUEIO DE LEITOS DE UTI, como produto final elaboração de plano de ação conjunto com a SAA, SUGEP, SULOG,SINFRA,SUAG, RTD NEFROLOGIA E DIENF, apresentado em 29/12/2017, para o Secretário Adjunto de Assistência, aprovado. Fase final de revisão. Processo SEI nº 00060-00158793/2017-98;

EIXO II- QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA INTENSIVA

- Publicada Portaria Nº 57, de 03/02/17: Regulamenta a Mudança de Especialidade, incluídas a Medicina Intensiva Adulto e Neonatologia;
- Publicada a Portaria No 32, de 14/06/17: edital para a mudança de especialidade - opção pelos Cargos de Terapia Intensiva Adulto e Neonatologia;
- Priorização na lotação de Enfermeiros e técnicos de enfermagem nas UTI’s;

- Acompanhamento insumos/contratos de manutenção – contínuo;
- Edital de Concurso Público nº 01 de 2017 provimento de vagas sob regime estatutário: Intensivista Adulto - 90 vagas; Neonatologia 90 vagas. Inscrições encerradas 10/12/2017;
- Publicação da ordem de Serviço nº 91 de 13 de dezembro de 2017 desgina o RTD de Cuidados Paliativos para a GESTI;
- Portaria Conjunta nº 74 de 14 de dezembro de 2017 que cria o cargo de CARREIRA MÉDICA – ESPECIALIDADE MEDICINA PALIATIVA;
- Revisão da portaria nº 200 de 2015, fase final de aprovação na Câmara Técnica de neonatologia, para posterior publicação;

PRINCIPAIS AÇÕES NÃO EXECUTADAS QUE MAIS IMPACTARAM NEGATIVAMENTE NO PROCESSO DE DESBLOQEIO

- Inconclusão dos processos de manutenção dos equipamentos (monitores multiparamétricos), máquinas de Hemodiálise e osmose reversa, B.I, oxímetros de pulso entre outros);
- A não conclusão de contratação Regular do SAD-AC;
- Permanência do Pagamento Indenizatório das UTI's do HRSM;
- Desabastecimento e oferta irregular de materiais e insumos médico hospitalares gerando grande tensão e desperdício de tempo de assistência ao paciente com prolongamento do tempo de internação;
- Deficiência de recursos humanos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, apesar das novas nomeações e aumento de carga horária para 40h;
- Falta de um sistema gerencial que fornece informação e dados qualificados e simples como por exemplo: quais as principais doenças (CID 10) das internações em UTI, tempo de permanência, taxa de ocupação, tempo de giro do leito dentre outros, TMP, dentre outros, como também a incapacidade de elaboração de relatórios gerenciais essenciais para a tomada de decisão baseada em evidência (indicadores);
- Dificuldade de alta dos leitos de UTI por falta de leitos de enfermaria com suporte em Terapia Renal Substitutiva pacientes egressos de UTI;
- A não estruturação dos Núcleos Transportes Sanitários: no final do ano de 2017, após a criação do Complexo Regulador de Saúde do DF – CRDF, será conduzido pelo mesmo

Serviços Ambulatoriais

Tem como principais objetivos gerenciar, promover e apoiar a organização dos serviços ambulatorial, em além de elaborar o diagnóstico situacional dos serviços ambulatoriais.

A seguir, as principais ações no exercício 2017:

- Elaboração do modelo assistencial da atenção secundária baseando-se nas experiências existentes em alguns municípios do Brasil e alguns outros países com Sistemas Públicos de Saúde;
- Elaboração do modelo de Atenção Ambulatorial Especializada regionalizado, ordenado pela Atenção Primária em Saúde, visando melhorar atenção preventiva, a diminuição do número de casos de doenças preveníveis, a diminuição das hospitalizações por causas evitáveis; o reconhecimento dos problemas dos usuários, a redução do custo com a assistência de média e alta complexidade, a otimização os recursos humanos e insumos, e a Pactuação do entendimento que os dados de parametrização da atenção ambulatorial especializada são dinâmicos, dependendo de vários fatores, principalmente epidemiológicos, e deverão ser atualizados e revistos periodicamente;

- Organização dos fluxos e protocolos de encaminhamentos, além de protocolos clínicos de manejo de pacientes, não apenas pela atenção primária como também pela atenção secundária, por questões epidemiológicas e estratégicas, há um esforço maior nas Linhas de Cuidado da Saúde da Mulher, Linha de Cuidado da Saúde da Criança e Linha de Cuidado das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, nesta última já havendo Nota Técnica publicada que vem sendo amplamente utilizada como critérios de encaminhamento à atenção secundária;
- Rediscussão do modelo assistencial, conforme estabelecido pelo converte, para abertura ou adequação da estrutura organizacional para o modelo de Policlínicas.
- Inauguração do Centro de Diabetes, Obesidade e Hipertensão (CEDOH) e aguardando inauguração do Ambulatório de Atenção Especializada Hipertensão e Diabetes da Regional Leste. Há previsão de mais onze estruturas neste modelo a serem implementadas em todas as regionais de saúde.

Referência Técnica Distrital

A Referência Técnica Distrital de Nefrologia, realizou as seguintes ações para o exercício 2017:

- Ampliação de 22% de vagas de diálise peritoneal – 40 novas vagas;
- Elaborando o programa: "Diálise Peritoneal como primeira escolha para o paciente";
- Elaboração da cartilha de diálise peritoneal para o paciente;
- Pactuações com as chefias dos serviços de nefrologia para tratar do programa de diálise peritoneal – estimular o profissional de saúde a prescrever o método, criar protocolos, etc;
- Criação da Câmara Técnica da Nefrologia;
- Realização da capacitação das UBS convertidas;
- Elaboração do novo Plano de Atenção ao portador de Doença Renal Crônica;
- Publicada a portaria nº 248 de 10/05/2017 que trata dos critérios de transferência de pacientes portadores de doença renal crônica terminal para os serviços de TRS;
- Publicada a portaria nº 713 de 21/12/2017 que trata do fluxo de transferência de pacientes de alta da UTI e que necessitam de leito com TRS.

Referência Técnica Distrital de Oftalmologia

Retorno das cirurgias de catarata no HRT depois de vários meses em que estiveram suspensas devido a aparelho com defeito;

Transplantes

A Central de Transplantes - CNCDO é responsável pela coordenação das atividades de transplantes no âmbito do DF, abrangendo a rede pública e particular de saúde. É de sua exclusiva competência as atividades relacionadas ao gerenciamento do cadastro de potenciais receptores, recebimento das notificações de mortes encefálicas, promoção da organização logística e distribuição dos órgãos e/ou tecidos removidos na sua área de atuação. No ano de 2017, foram realizados 189 transplantes de órgãos, sendo 88 de fígado, 64 de rim e 37 de coração. Os transplantes de tecidos realizados foram 352 de córnea. E, comparativamente ao ano de 2016, observamos, conforme a tabela abaixo que, mesmo com a queda do número de notificações e de doações efetivas, o número de transplantes aumentou em parte devido a oferta de órgãos de outros Estados:

ANO	NOTIFICAÇÕES	DOAÇÕES EFETIVAS	TRANSPLANTES ÓRGÃOS	TRANSPLANTE TECIDOS	TOTAL TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS E TECIDOS
2016	322	75	169	403	572
2017	242	65	189	333	522

Fonte: CATES/SAIS/SESDF Dez/2017

O ano de 2017 foi marcado por várias realizações que resultaram em maior integração das equipes multiprofissionais, maior conscientização da população quanto ao processo de doação e de corresponsabilização de todos os profissionais desde a notificação até o transplante. Realizações: implantação de 04 Comissões Intra Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos (CIHDOTT) em dois hospitais públicos (HRC, HRAN) e em dois particulares (Brasília e Daher Lago Sul); capacitação de servidores da CNCDOT e CIHDOTTs nos cursos ATOSS (Ações Temáticas Orientadas aos Serviços de Saúde) em Doação de Órgãos e Tecidos (42 servidores) e no curso em RDC 55 e Triagem Clínica para captação de tecidos para transplante (43 servidores). Foi viabilizada a participação de 64 profissionais em cursos oferecidos pelo Ministério da Saúde na área de doação e transplantes e apresentação de trabalhos no XV Congresso Brasileiro de Transplantes realizado em Foz do Iguaçu. Realizado também a campanha Setembro Verde, que contou com a participação de cerca de 300 pessoas nas atividades: II Caminhada pela Vida composta por transplantados e famílias, equipes de transplante e CIHDOTTs, comunidade em geral; II Obrigado aos Doadores e Familiares de Doadores (culto ecumênico); palestras no HBDF, na UnB e em diversas faculdades particulares e escolas públicas; II Encontro entre CNCDO e CIHDOTTs.

Ao analisar as realizações de 2017, observa-se que, apesar do trabalho desenvolvido, não houve a sensibilização necessária dos gestores e profissionais médicos para o processo de doação, resultando em redução progressiva das notificações de morte encefálica e do aproveitamento das doações para transplante. Essa problemática ficou mais evidente no HBDF, principal hospital de doação da rede pública de saúde, comprometendo os resultados gerais. Proporcionalmente houve maior participação dos hospitais regionais no processo, melhora da logística de transporte de equipe e material biológico, propiciando maior agilidade e rapidez de deslocamento às equipes de transplante de fígado e coração às doações de outros estados, o que permitiu a manutenção dos programas de transplante com bom volume de atividade apesar das baixas doações no DF. Houve também mudanças no processo de doação de tecidos provocada pela RDC ANVISA nº 55, que dispõe sobre as boas práticas em tecidos humanos para uso terapêutico, impactando negativamente no volume de doação devido a imposição de um rigor de triagem maior para doador pós parada cardíaca.

Órtese e Prótese

A programação de órteses e próteses desenvolveu ações para aquisição, controle e distribuição e OPME (Órteses Próteses e Materiais Especiais) na RedeSES. As principais OPME ambulatoriais e cirúrgicas foram adquiridas e entregues, finalizando o ano de 2017 com 64 atas vigentes em comparação a uma ata vigente no início do ano. A implantação de um novo processo de trabalho para requisição e dispensação desses insumos permite o controle da distribuição e rastreabilidade por paciente dos materiais implantáveis. O resultado do planejamento e implementação das ações de melhoria na gestão de OPME ficou evidenciado no atendimento às determinações do TCDF no Processo 3848/2015 e publicação da Decisão 5283/2017 deste órgão.

ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR

A assistência multidisciplinar reúne os serviços da saúde funcional, odontologia, nutrição, atenção domiciliar, serviço social e psicologia. Sua atuação abrange a elaboração e coordenação de programas, projetos, planos e ações no âmbito das gerências multidisciplinares, bem como

contribuir no fortalecimento do processo de autonomia político-gerencial das Regiões de Saúde e da elevação da capacidade técnico-operacional para o desenvolvimento das ações voltadas ao enfrentamento dos problemas de saúde nas ações que competem as gerências multidisciplinares.

Alimentação e Nutrição

O Programa de Terapia de Nutrição Enteral Domiciliar da SES-DF (PTNED/SES/DF) trata do fornecimento de fórmulas para fins especiais para uso em domicílio, regulamentado pela Portaria nº 478 de6 de setembro de 2017. Atende pacientes com indicação de dieta via enteral (sonda nasogástrica/nasoentérica, gastrostomia e jejunostomia) e alguns casos de suplementação oral: fibrose cística, epidermólise bolhosa congênita, erros inatos de metabolismo (EIM), doenças disabsortivas, alergia à proteína do leite de vaca (APLV), disfagia, epilepsia em uso de dieta cetogênica, pacientes desnutridos portadores de úlceras por pressão, doença renal crônica, SIDA e câncer e idosos desnutridos, além de contemplar alguns casos excepcionalmente autorizados. A dispensação das fórmulas aos pacientes ocorre para um período de 45 a 60 dias.

Em 2017, foram realizados 11.806 atendimentos para dispensação das fórmulas pelo PTNED, conforme quadro abaixo:

MÊS/2017	NÚMERO DE ACIENTES
Janeiro	1.432
Fevereiro	1.056
Março	1.414
Abril	951
Maio	1.139
Junho	1.196
Julho	817
Agosto	1.164
Setembro	795
Outubro	848
Novembro	994
TOTAL	**11.806**

Fonte: Sistema Alphalinc

Em relação ao Fundo de Alimentação e Nutrição – FAN/MS não houve execução orçamentária no ano de 2017 em razão de entraves burocráticos durante as tentativas de execução.

Quanto ao fornecimento ininterrupto de alimentação especialmente preparada para pacientes, acompanhantes legalmente instituídos e servidores nas Unidades Hospitalares da SES/DF, no período de janeiro a novembro de 2017, foram fornecidas 8.996.231 refeições. As quantidades fornecidas em dezembro não foram computadas devido ao não fechamento da fatura em tempo hábil.

Segue abaixo os quantitativos mensais fornecidos no período de janeiro a novembro de 2017:

Mês	Quantidade de Refeições
Janeiro	711.025
Fevereiro	674.130
Março	794.950
Abril	752.112
Maio	771.904
Junho	734.465
Julho	728.291

Agosto	752.533
Setembro	723.659
Outubro	753.093
Novembro	718.559
TOTAL	**8.114.721**

Fonte: Notas fiscais encaminhadas pelos Executores de Contrato e GENUT/SES

No âmbito de qualificação da força de trabalho, realizou-se oficina de formação de 22 tutores na Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil – EAAB para o desenvolvimento das ações de promoção do aleitamento materno e introdução da alimentação complementar.

Foram promovidas ações de educação permanente voltadas aos nutricionistas dos três níveis de atenção à saúde da SES e hospitais da rede conveniada, em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento do SUS, nominado Ações Temáticas Orientadas aos Serviços de Saúde em Nutrição. Foram realizados sete encontros mensais, com presença de 173 nutricionistas. Desses, 59 foram certificados pelos critérios apresentados pela escola.

Com relação ao monitoramento de vigilância alimentar e nutricional (VAN), 35 servidores de nível superior e 11 agentes comunitários de saúde foram capacitados para o uso do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvanweb.

Quanto ao Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A - PNSVA/MS, a SES/DF, que possui metas pactuadas com o Ministério da Saúde, apresentou cobertura de doses administradas até meados de novembro de 2017 de 61,57% (n: 14.445) da meta para as crianças de 6 a 11 meses (dose de 100.000UI) e para o público de 12 a 59 meses (dose de 200.000UI) de 53,47% (41.607) da meta para a primeira dose e 14,41% (6.731) para a segunda dose anual, conforme o relatório emitido pelo Sistema de Gestão do PNSVA. A reestruturação da Atenção Primária à Saúde no DF, com trocas constantes de servidores nas equipes, foi um dos responsáveis pela redução da cobertura, em relação à 2016..

O NutriSUS, programa implementado no segundo semestre de 2017, que consiste em suplementação de sachê de micronutrientes na alimentação escolar, foram suplementadas 44 crianças em duas creches do DF.

No que concerne ao serviço de Nutrição na SES/DF no ano de 2017, foram realizados 1.785.697 atendimentos nutricionais aos pacientes internados nos hospitais da rede, sendo executadas 88.217 avaliações nutricionais. Destes pacientes, 399.343 receberam tratamento com terapia de nutrição enteral, considerando neonatologia, pediatria e pacientes adultos. No âmbito do atendimento nutricional de nível secundário à saúde foram realizados 1.451 atendimentos de primeira consulta e 2.586 retornos. Com relação à Atenção Primária à Saúde foram realizadas 35.544 consultas, sendo 11.729 atendimentos individuais de primeira vez. Ao todo foram realizadas 2.027 atividades coletivas, com enfoque na promoção da alimentação saudável e na prevenção de doenças e agravos (dados parciais até novembro/2017).

O Programa de Terapia de Nutrição Enteral Domiciliar (PTNED/SES/DF), teve como principal dificuldade encontrada o espaço destinado à dispensação dos produtos na Central de Nutrição Domiciliar (CNUD), que é inadequado e insuficiente.

A cobertura do SISVAN no âmbito do DF, que estava em 2,4% em 2016, foi de 2,2% até novembro de 2017. A redução da meta se deu principalmente pela exclusão de cadastros duplicados realizada pela CGAN/MS no último semestre.

Serviço Social

O Serviço Social atua no âmbito da SES em diversas áreas, colaborando na ampliação do acesso dos usuários do SUS nos diversos serviços que envolvem as clínicas e ambulatórios no âmbito hospitalar, compondo as equipes dos Centros de Atenção Psicosocial - CAPS, Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em Violência - Nepavs, Centros de Saúde, Adolescentro, Centro de Orientação Médico Psico Pedagógica-COMPP, Consultório de Rua, Policlínicas, Unidades de Pronto Atendimento - UPAS, nos serviços de saúde prisional, além de

diversas frentes no âmbito da Administração Central. Também atua na garantia de direitos na articulação com outras políticas públicas do Distrito Federal.

No sentido de construir uma unidade de ação e estabelecer linhas gerais de atuação no âmbito da gestão social a GESS realizou diversas ações, dentre elas:

a) A execução orçamentária do Programa supracitado foi interrompida por recomendação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, por meio do Parecer nº 0164-PROFIS/PGDF, de 17 de dezembro de 2013, apontou para a necessidade de publicação de Lei Distrital, criando o regime de suprimento de fundos no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para sanar eventuais problemas em seu aspecto legal. Neste sentido, a área está tomando providencias para publicação da Lei.

O Serviço Social possui recursos provenientes do Suprimento de Fundos que são utilizados no apoio aos pacientes em tratamento ambulatorial, ou em situação de alta hospitalar, como forma de viabilização do direito à integralidade da saúde. O recurso é usado quando as circunstâncias sociais e econômicas dos pacientes não permitem a aquisição de insumos ou meios básicos a garantia de tratamento preventivo ou da recuperação à saúde. O auxilio é aplicado pelo paciente na compra de alimentos indispensáveis ao êxito do tratamento; na compra de material farmacológico, exames laboratoriais e de imagem desde que não estejam disponíveis na Rede de Saúde do SUS; na compra de passagens e despesas com locomoção que exige assiduidade no tratamento, alta médica ou necessidade da presença de acompanhante; e na compra de materiais de higiene pessoal e equipamentos de proteção e prevenção,sempre considerando a prescrição de um profissional de saúde. O recurso é um instrumento importante no apoio a gestão hospitalar à medida que dá celeridade na desocupação de leitos por pacientes que podem dar continuidade ao tratamento em suas residências, e que não tem como se locomover para sua residência com recurso próprio.

No ano de 2017, foi elaborada Minuta de Projeto de Lei pela Gerência de Serviço Social e aprovada em diversas instâncias, pela Secretaria e pela PGDF, processo em tramitação na Casa Civil para posterior envio à Câmara Legislativa do DF.

b) Encontros de educação permanente, em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento do SUS (EAPSUS), ocorrendo, em 2017, foram 09 encontros com cerca de 100 profissionais presentes em cada um deles. Nestes encontros foram convidados profissionais especialistas por temáticas: A inserção do Assistente Social no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Ética profissional; Orientações normativas do conjunto CFESS/CRESS e Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde; Serviço Social e Saúde Mental: Primeiros Cuidados em Intervenção em Crise; Metodologia de trabalho com famílias no Serviço Social; Linha de cuidados a pessoa em Situação de Violência nos serviços de saúde: O Papel do Assistente Social; Diálogo SUS – SUAS: fortalecendo a rede; Expressão e identidade de Gênero: Implantação do Ambulatório de Cuidado às pessoas transexuais; Atendimento a Crianças e Adolescentes pelo Serviço Social na SES/DF e Reflexão do Assistente Social sobre o trabalho interdisciplinar e/ou intrasetorial e/ou intersetorial.

c) Encontro de capacitação em planejamento e gestão, também em parceria com a EAPSUS, 09 encontros, com a presença de 30 profissionais de referência para atuação em rede no âmbito do Serviço Social. Profissionais estes que são os articuladores das propostas da GESS em toda a rede de saúde.

d) encontros sobre "Temas Sócio-jurídicos: Contribuições para o Serviço Social da Saúde", em parceria com a Escola da Defensoria Pública do DF, com a presença de cerca de 220 profissionais, onde foram trabalhados os temas: a excelência no atendimento ao cidadão idoso "garantia de direitos e rede de atenção e proteção no DF", a Lei Maria da Penha: "uma abordagem para profissionais da saúde, técnicas de mediação e a comunicação não violenta para profissionais de saúde", a Defensoria Pública do DF: relatos das atividades desenvolvidas no Núcleo de Assistência Jurídica da Saúde e no Departamento de Atividade Psicossocial-DAP; O direito da criança/adolescente: uma análise sob a ótica da política da saúde.

Atenção Domiciliar

A Atenção Domiciliar (AD) é uma modalidade de atenção à saúde, integrada às Redes de Atenção à Saúde (RAS), caracterizada por um conjunto de ações de prevenção e tratamento de doenças, reabilitação, cuidados paliativos e promoção à saúde, prestadas em domicílio, garantindo a continuidade de cuidados.

Essa modalidade assistencial é composta pelo Programa de Internação Domiciliar (PID DF), que segue as diretrizes do Programa Melhor em Casa do Ministério da Saúde pelo Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade (SAD AC), e pelo Programa de Oxigenoterapia Domiciliar (POD).

Atualmente o PID DF atua com 16 (dezesseis) Equipes Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD e 09 (nove) Equipes Multiprofissional de Apoio -EMAP, localizadas em todas as 07 Regiões de Saúde da SES-DF, das quais 13 EMAD e 05 EMAP estão credenciadas pelo Ministério da Saúde, por adesão ao Programa Melhor em Casa.

Quadro 2. Série histórica de produtividade anual das Equipes de Atenção Domiciliar

ANO	2008/2010	2011/2012	2013/2014	2015/2016	2017	TOTAL
FATURAMENTO (SIA,SIH, RAAS AD e e-SUS AD	3.723.800	5.764.035	12.892.880	12.216.000	7183.192	41.779.908
Número de visitas domiciliares	46.717	59.049	136.606	144.082	57.930	434.394
Número de atendimentos ambulatoriais	63.354	132.756	310.508	408.650	199.574	1.114.842
Número de procedimentos domiciliares	99.089	74.930	206.030	485.285	235.691	1.613.292
Número de Pacientes já atendidos	4.157	10.078	13.359	16.168	8.916	52.678

Fonte: COAPS/SAIS/SESDF Novembro 2017

O Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade - SAD AC foi instituído na SES para dar assistência a pacientes estáveis, classificados como alta complexidade, dependentes de ventilação mecânica invasiva, traqueostomizados, com necessidade de assistência intensiva de enfermagem e internados em Unidades de Terapia Intensiva da SES-DF e conveniados. Atualmente, 51 pacientes são atendidos por empresa de prestação de serviços de *home care*.

O POD assiste pessoas com doenças pulmonares que cursam com insuficiência respiratória crônica causada por lesões pulmonares irreversíveis (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC, bronquiectasia, fibrose cística e fibrose pulmonar), que tenham indicação para esse tratamento, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Atualmente estão cadastrados no programa 989 pacientes.

Percentual de desospitalizações realizadas em determinado local e período (PDS)

A meta estabelecida para esse indicador foi de 60% e a atingida foi de 46,39%. O Resultado ainda pode ser considerado crítico, em relação à meta estabelecida, porém foi maior que o ano anterior, no qual atingiu-se 39,53. As desospitalizações precisam ser implementadas nos Hospitais Regionais, uma vez que o fluxo implantado ainda não se encontra na rotina dos serviços hospitalares.

Projeto Estratégico - Desospitalização

O Projeto de Desospitalização contemplou 05 entregas principais, das quais as fases 2 e 3 se encontram em fase inicial de realização:

1. Implementação na rede SES, fora da rede SES/DF e na RIDE
2. Implantação de VMID na Rede SES
3. Estratégias de desospitalização regionalizadas
4. Método Canguru Domiciliar
5. Cuidados Paliativos na AtençãoDomiciliar

Outras Realizações

- Concluído o Protocolo de Fisioterapia Motora da Atenção Domiciliar no Distrito Federal e enviado à CPPAS para consulta pública. Estão em fase de conclusão 03 protocolos de Enfermagem na Atenção Domiciliar.
- Aprovada a Minuta de Portaria da AD no Colegiado de Gestão da SES e encaminhada para publicação no DODF.
- Realizado o III Seminário em Atenção Domiciliar com 103 participantes.
- Participação de servidores da SES/DF em quatro encontros realizados em São Paulo e em Minas Gerais para treinamento e capacitação em Ventilação Mecânica Invasiva Domiciliar.

A menor produtividade das Equipes de Atenção Domiciliar - EAD em 2017 em relação a 2016 foi influenciada pela dificuldade de transporte das equipes de atenção domiciliar nas regiões de saúde, especialmente por déficit de motoristas nas superintendências. Houve concorrência de demandas mais urgentes, como o transporte inter-hospitalar de pacientes internados em hospitais ou serviços de urgências, busca de materiais para uso em atendimento de urgência, entre outros, o que causou frequente cancelamento de visitas agendadas aos domicílios. Com a contratação de serviços de transporte em andamento na SES/DF ocorrerá a regularização do cronograma de visitas domiciliares com reflexo no aumento da produtividade.

Outro fator que impactou na produção foi a ocorrência de assalto a uma equipe de atenção domiciliar na região do ITAPOÃ, em fevereiro de 2017. Esse evento teve repercussão em toda a rede de equipes de atenção domiciliar da SES –DF, causando insegurança nas equipes para adentrar domicílios em áreas consideradas de risco maior de violência.

SAÚDE BUCAL

No âmbito do serviço de Odontologia, em 2017, foram realizadas de janeiro a outubro de 2017: 331.333 consultas odontológicas, atendimentos na Atenção Primária e Especializada, superando o ano de 2016, no mesmo período.

Atendimentos em Odontologia		
TIPO DE CONSULTA		**QUANTIDADE**
Visita domiciliar/institucional por profissional	907	
Consulta/atendimento domiciliar		1332
TOTAL ATENDIMENTO DOMICILIAR	2239	
Primeira consulta odontológica programática		95205
Consulta de profissionais de nível superior na atenção básica		91231
Atendimento de urgência em atenção básica		32300
TOTAL ATENDIMENTO ATENÇÃO PRIMÁRIA	218736	
Consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada	50879	
Atendimento de urgência em atenção especializada		29113
TOTAL ATENDIMENTOATENÇÃOESPECIALIZADA	79992	

Fonte: SIA/SUS Consulta em 19/12/17 Dados disponíveis: janeiro a outubro de 2017

Foram realizados 607.087 procedimentos odontológicos de janeiro a outubro de 2016, sendo 482.571 na atenção primária e 124.516 na atenção especializada. Comparando com o indicado na Portaria 1631/GM de 01 de outubro de 2015, que orienta o número de procedimentos de acordo com a população, só será possível atingir o número ideal de procedimentos na atenção especializada. Pois para 2.941.830 habitantes, o ideal seria 145.742 procedimentos e até outubro de 2016, foram

realizados 124.516 procedimentos.

No ano de 2016, havia 88 equipes de saúde bucal habilitadas frente ao Ministério da Saúde. Segundo dados extraídos do CNES, atualmente, há 101 ESB habilitadas.

Equipes de Saúde Bucal Modalidade I (ESF Convencional)	72
Equipes de Saúde Bucal Modalidade I (ESF Mais Médicos)	29
Total	**101**

Fonte: CNES/SUS Referência Dezembro/2017

a A última portaria do Ministério da Saúde que credenciou novas ESB autorizou o Distrito Federal a habilitar 147 ESB Modalildade I e 33 ESB Modalidade II. Segundo a portaria MS/GM 2.436/17 (PNAB), a Modalidade II é composta de 01 Cirurgião Dentista – CD 40 Horas, um 01 Técnico de Higiene Dental - THD 40 horas e 01 Auxiliar de Consultório Dentário - ACD 40 horas, e faz jus a um repasse de custeio mensal de R$ 2.980,00, frente a R$ 2.230,00, que recebe a Modalidade I. Ocorre que não há na SES/DF a carreira de ACD, o que inviabiliza habilitação das 33 ESB Mod II autorizadas na portaria.

Ressalte-se ainda que a habilitação das ESB para que se receba o custeio mensal correspondente, depende da regularização cadastral da ESF a qual a ESB é vinculada.

Assim, a SES submeterá à apreciação da CIB (colegiado de gestão SES/DF) a proposta de alteração da portaria ministerial que, caso deferida, deve ser encaminhada ao Ente Federal para que se obtenha a possibilidade de habilitação de 180 ESB Modalidade I, para o respectivo repasse ao FSDF.

Com a concessão de 40 horas à 39 CD e à 39 THD , a nomeação de 39 novos CD e 39 novos THD e a regularização cadastral das ESF e ESB a elas vinculadas, a expectativa para o ano de 2018 é que se amplie o número de equipes de saúde bucal, atingido 248 ESB habilitadas e, conseqüentemente, aumente a cobertura em saúde bucal na atenção primária a saúde.

O cálculo do indicador de cobertura em saúde bucal na APS sofreu uma alteração. Anteriormente, a cobertura era calculada levando-se em consideração o número de ESB x **3.750** (2015 – 28,89% e 2016 – 33,57%). Assim, a despeito da formação de 13 novas ESB frente ao CNES no ano de 2017, a cobertura decresceu pela alteração da fórmula de cálculo Ministerial.

Em 2017, elaborou-se um novo indicador, com o objetivo de monitorar e avaliar a cobertura e a prestação da atenção à saúde bucal para a pessoa com deficiência. Assim, pretende-se qualificar o componente saúde bucal na Rede da Pessoa com Deficiência e definir metas para o atendimento desses usuários no ano de 2018.

Ações especializadas em Odontologia nas Pessoas com Deficiência do Distrito Federal



Fonte: GEO/DIAM/CATES/SAIS

Observe-se que não há Cirurgião Dentista - CD que seja referência para atendimentos à PCDs na região Leste. As demandas nessa modalidade são encaminhadas para o CEO do HUB.

Destaca-se ainda o reforço da odontologia hospitalar, com a lotação de Cirurgiões Dentistas nas Unidades de Terapia Intensivas dos Hospitais Regionais do DF que contam com tal oferta. Hoje, a rede da SES/DF conta com 14 profissionais prestando assistência a beira leito. Pretende-se em 2018 buscar a meta ideal da proporção nº de CDs/Leito de UTI (1CD: 10 Leitos UTI/Turno) para que se mantenha estas ações continuadas com aumento de carga horária em UTIs específicas de acordo com a demanda, reduzindo assim principalmente o índice de PAV (Pneumonia por Aspiração Mecânica Ventilamentosa), a exemplo da UTI Ceilândia.

Quanto ao parâmetro de escovação dental supervisionada em 2016 foi alcançado 33% no índice, e em 2017 obteve-se 54%, como demonstrado no gráfico a seguir, abaixo:

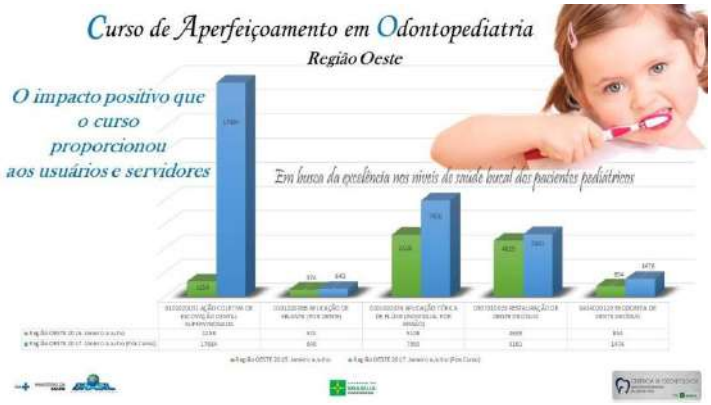


Fonte: GEO/DIAM/CATES/SAIS

No âmbito da organização da prestação da assistência em saúde bucal, a SES conduziu a construção da **linha guia de saúde bucal**, documento que guiará a forma como o serviço será prestado ao usuário nos 03 níveis de atenção. Para atenção primária, elaborou-se ferramentas que possibilitassem formas eficientes de se lidar com os eventos agudos e crônicos dos usuários, a exemplo da classificação de risco odontológico para demanda espontânea e da estratificação de risco para a demanda programática. Espera-se uma qualificação do acolhimento e do planejamento das ações de atenção primária. Definiu-se ainda protocolo de regulação para referência e conta-referência entre os níveis de atenção, com classificação por prioridades baseadas em condições sistêmicas.

Publicou-se 07 novos protocolos de especialidades (Radiologia Odontológica, Cirurgia Oral Menor, Estomatologia, Periodontia, Prótese Dentária, Urgências Odontológicas, Disfunção Têmporo- Mandibular). Estes protocolos pautarão o atendimento especializado nas respectivas áreas, definindo procedimentos e ações no âmbito de cada serviço.

Realizou-se também curso de aperfeiçoamento e capacitação dos Cirurgiões Dentistas da SES/DF em odontopediatria, elaborado junto à EAP-SUS/FEPECS, com inegável êxito e excelentes avaliações dos próprios servidores. O curso foi realizado nas superintendências regionais de saúde Oeste, Leste e Sul e constatou-se melhoras nos indicadores de atendimento na população infantil, conforme demonstrado abaixo:



Fonte: GEO/DIAM/CATES/SAIS

Planeja-se ainda a realização do 1º levantamento epidemiológico em saúde bucal no DF, para que se tenha conhecimento dos agravos mais prevalentes e se possa organizar e planejar os serviços direcionando-os de acordo com dados efetivos de prevalência e incidência.

Na educação continuada, após a finalização do curso de odontopediatria nas demais Superintendências Regionais de Saúde (Centro Norte, Centro Sul e Norte), será desenvolvido, junto a EAP- SUS uma capacitação em Estratégia de Saúde da Família para os servidores da Saúde Bucal da SES/DF.

No ano de 2017, a execução orçamentária não foi plenamente satisfatória devido a morosidade no andamento dos processos de aquisição de material odontológico e pagamento dos serviços executados, pois a maioria dos processos de aquisição não acontecem com menos de um ano de prazo. No programa referente a insumos, destaca-se a execução do total de itens previstos em ata de aquisição de Kits de Higiene Bucal, insumo que é a base das ações de promoção e prevenção da APS.

Psicologia

A tabela a seguir apresenta os dados dos atendimentos realizados pela psicologia na SES no período de janeiro a setembro de 2017:

TABELA 1 – PRODUTIVIDADE DOS PSICÓLOGOS POR TIPO DE ATENDIMENTO

	ATENÇÃO PRIMÁRIA	ATENÇÃO SECUNDÁRIA		ATENÇÃO TERCIÁRIA	TOTAL
PROCEDIMENTOS	UBS	CAPS	AMBULATÓRIO	HOSPITAIS	
VISITA DOMICILIAR/ ATENDIMENTO DOMICILIAR POR PROFISSIONAL PSICÓLOGO	78	115	15	186	394
APLICACAO DE TESTE P/ PSICODIAGNOSTICO	0	0	261	100	361
ATENDIMENTO INDIVIDUAL	13.276	4.435	13.509	27.438	58.658
ATENDIMENTO EM GRUPO	3.089	6.550	4.656	643	14.938
ACOLHIMENTO INICIAL POR CAPS	0	214	0	0	214
AÇÕES DE SAÚDE DO TRABALHADOR	N/A	N/A	93	N/A	**93**
ATEND. MULTI P/ ATEN. ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOL. SEXUAL	0	0	0	607	607
TOTAL	16443	11322	18553	28974	75265

Fonte: Tabwin/Datasus/MS

De acordo com a tabela apresentada acima, foram realizados 58.658 atendimentos individuais e 14.938 atendimentos em grupo. Foram realizados também 607 atendimentos às pessoas em situação de violência sexual e 394 visitas domiciliares. Os dados **não refletem na sua totalidade** a atuação da Psicologia da SES, pois a forma de preenchimento dos dados de

produção dos serviços que oferecem atendimento psicológico diverge muito entre as Unidades e não contempla todos os procedimentos realizados pelo profissional de Psicologia. É necessário, portanto, compreender o funcionamento dos diferentes registros de produção e trabalhar com os gestores das unidades de Assistência Psicológica para melhoria deste processo. Além disso, observa-se uma preponderância significativa dos atendimentos individuais em relação aos atendimentos em grupo, o que não atende a crescente demanda por atendimento psicológico no SUS.

Foi criado um mapa dos dispositivos por região de saúde, onde foi inserido o quantitativo de profissionais de Psicologia em cada serviço, possibilitando uma melhor visualização dos vazios assistenciais da Atenção Psicológica bem como os serviços mais robustos na rede. Foi construída uma base de dados e os processos de comunicação com os serviços de Psicologia foram remodelados, aperfeiçoando a atualização dos dados sobre a presença e atuação do psicólogo nos serviços da rede.

No campo da formação continuada, foi ofertado um curso de Evolução Psicológica em Prontuário Multiprofissional, em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia, que contou com a participação de 25 psicólogos da rede. Além disso, iniciou-se a construção do Protocolo de Atendimento Multidisciplinar do Processo Transexualizador, que só aguarda as atualizações de suas diretrizes pelo Ministério da Saúde para sua reativação.

Ainda em relação à formação continuada, foi realizado o I Fórum de Psicologia da SES/DF, que apresentou as Diretrizes da Assistência Psicológica na SES contando com a presença de 143 psicólogos. Ainda em relação às Diretrizes, estas estão em fase final de revisão para posterior apreciação do Colegiado Gestor da SES.

Na articulação intersetorial, foi realizada uma parceria com o Conselho Regional de Psicologia. Esta parceria possibilitou uma aproximação com as instituições de ensino superior para discutir a adequação do currículo acadêmico para atuação do psicólogo no SUS, além de contribuir para o fortalecimento dos estágios na área.

ENFERMAGEM NA ORDENAÇÃO DAS PRÁTICAS ASSISTENCIAIS

Dentre as ações realizadas em 2017, estão:

- Participação na elaboração da capacitação dos enfermeiros, por ocasião do CONVERTE, em parceria com a COAPS;
- Participação nos Grupos de Trabalho da SES e confecção de Protocolos (Cegonha, Pessoas com Deficiência e Portadores de Doenças Crônicas, Urgência e Emergência, Atenção Primária).
- Criação da Câmara Técnica de Cuidados com a Pele;
- Criação da Câmara Técnica de Segurança do Paciente, junto à Diretoria de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares - DISAH/CATES;
- Elaboração de Protocolos baseados nas 6 (seis) metas de Segurança do Paciente, sendo: Identificação do Paciente, Comunicação Efetiva, Segurança na Administração de Medicamentos, Cirurgia Segura, Higienização das Mãos e Prevenção de Quedas e Lesão por Pressão;
- Elaboração técnica na elaboração do Guia de Enfermagem para a Atenção Primária à Saúde, junto à Coordenação de Atenção Primária à Saúde –COAPS
- Capacitação e qualificação de servidores de Enfermagem na Semana de Enfermagem da SES/DF(maio/2017).
- Confecção conjunta com a COAPS da capacitação dos profissionais enfermeiros na Atenção Primária, relativa ao CONVERTE;
- Monitoramento de leitos bloqueados decorrentes do déficit de recursos humanos;
- Ordenamento da lotação de servidores da Enfermagem, conforme quantitativos e

setores listados em quadro abaixo;

Setor:	Total de Horas Técnicos de Enfermagem	Total de Horas de Enfermeiros
UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO (UTI)	299	29
PRONTO SOCORRO (PS)	53	2
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA)	73	5
Lotações de outros setores/ unidades:	49	8
TOTAL GERAL:	**474**	**44**

* Excluem-se nomeações de 25/11 e 01/12, que totalizam 137 enfermeiros a serem lotados posteriormente.

ENFERMAGEM NA PADRONIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Em relação a padronização e aquisição de materiais médicos a enfermagem também atuou em diversos processos e projetos tais como: Dentre as ações iniciadas/ realizadas em 2017, estão:

- Participação no Grupo de Planejamento para aquisição de equipamentos para as Centrais de Materiais e Esterilização dos materiais da RedeSES;
- Mapeamento do diagnóstico de bombas de infusão de soluções parenterais e seus insumos e parametrização da necessidade das bombas e seus insumos para hospitais e unidade de pronto atendimento na rede SES-DF;

ENFERMAGEM NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Dentre as ações iniciadas/ realizadas em 2017, estão:

- Criação da carreira de Enfermeiro da Família e da Comunidade;
- Dimensionamento completo da força de trabalho da Enfermagem, em todos os níveis de Atenção à Saúde;
- Participação no grupo condutor da revisão do Manual de Parâmetros da Força de Trabalho SES/DF, Resolução 293/2004 do Conselho Federal de Enfermagem;
- Participação do Grupo de trabalho para revisão e atualização do rol de descritivos de produtos médico-hospitalares padronizados no Sistema Informatizado de Saúde (SIS-Materiais/Alphalinc). Revisão de 15 (quinze) descritivos de materiais médico hospitalares da rede e criação de 03 (três) novos descritivos, relativos à Estomaterapia. Também foram revisados os descritivos dos Equipos de Bomba de Infusão, dos de Cateter Central de Perfusão Periférica.

Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares

No ano de 2017 foram celebrados 12 contratos referentes à manutenção de equipamentos e fornecimento de gases medicinais, o que possibilita a melhor gestão dos equipamentos médico-hospitalares.

Os contratos de 2017 se juntam a outros 28 contratos firmados nos anos anteriores, trazendo a cobertura de manutenção de equipamentos médicos de alta complexidade para 86%.

Quanto à manutenção de equipamentos médicos de baixa e médica complexidade foram celebrados importantes contratos para manutenção de aparelhos de oftalmologia, manutenção de autoclaves e manutenção de aparelhos de endoscopia, o que impacta positivamente no tratamento dos pacientes e funcionamento dos serviços, pois quanto maior a cobertura de

manutenção de equipamentos médico-hospitalares, menores são as chances de fechamento de leitos, sejam eles normais ou intensivos, e maior é a oferta de exames para os pacientes da rede pública de saúde do Distrito Federal.

Manutenção de Equipamentos de Apoio

Em relação a Manutenção de Equipamentos de Infraestrutura (elevadores, ar condicionado, sistemas condicionadores de energia, câmara de cadáveres e sistema de vapores de água quente), foi realizada uma parceria técnica entre SES/DF e NOVACAP para promover a cobertura contratual dos serviços de manutenção, alcançando 62,96% de cobertura.

A importância desses contratos é o suporte dado a assistência. Sem sistema de ar acondicionado funcionando nas unidades hospitalares, o atendimento se torna precário, impactando diretamente em unidades como Centros Cirúrgicos e Unidades de Terapia Intensiva. Os elevadores influem na logística das unidades hospitalares, ajudando no transporte de pacientes, comida, insumos.

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA	
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES E ESCADAS	
UNIDADE	**(%) REALIZADO**
HBDF	100,00%
HRC / HRSAM / HRG / UNIDADE MISTA DE TAGUATINGA	100,00%
HRAN / HRSM / FEPECS	100,00%
HRPA, HRG, HMIB, HRSAM, HRT E HBDF (MONTA CARGA)	100,00%
HRAM (ESCADAS ROLANTES)	100,00%
HRPA / SEDE	100,00%
HMIB / HRT / HRGu / HOSPITAL DIA	100,00%
LOTE 01: HRS - 4 ELEVADORES / HRPI - 1 ELEVADOR / HEMOCENTRO LOTE 02: HRPI - 02 MONTA CARGA / HEMOCENTRO - 01 MONTA CARGA	0,00%
MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	
UNIDADE	**(%) REALIZADO**
HRAN	100,00%
HRT	100,00%
HRPA	83,00%
HRBZ	16,66%
HRC	25,00%
HMIB	33,00%
LACEM - LABORATÓRIO NÍVEL DE BIOSEGURANÇA CLASSIFICAÇÃO "3" – NB-3	16,66%
HRPL	8,33%
UPA NÚCLEO BANDEIRANTE - UPA RECANTO DAS EMAS - UPA SAMAMBAIA - UPA CEILÂNDIA - UPA SÃO SEBASTIÃO - UPA SOBRADINHO	8,33%
HRSM	0,00%
HRS	0,00%
HRSAM	16,66%
HRG	0,00%
HRGU, HSVP, POLICLINICA TAG. E CRT	0,00%
HBDF	100,00%

QUALIDADE DO AR - HBDF - HMIB - HRAN - HRC - HRT - HRBZ - HRSAM - HRGu - HRPL -HRS - HRPA - HRG - HRSM - LACEM - LABORATÓRIO NÍVEL DE BIOSEGURANÇA CLASSIFICAÇÃO "3" – NB3 - Diretoria da Informação e Tecnologia	0,00%
MANUTENÇÃO DE CÂMARAS DE CADAVERES E REFRIGERADORES	
TODA A REDE	100,00%
MANUTENÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA	
TODA A REDE	100,00%
MANUTENÇÃO DE CALDEIRAS	
TODA A REDE	100,00%

Fonte: SINFRA/SESDF Dez/2017

Construções, Ampliações e Reformas

Na atenção especializada foram concluídas as obras:

- A Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do Hospital Regional do Gama.
- Encontram-se em andamento:
- A reforma da Recepção da Unidade, bem como da Hemodiálise e Pediatria no Hospital Regional de Sobradinho, com previsão para entrega para o dia 28/02/2018,
- A reforma da Capela de Fluxo Laminar, no Hospital Regional de Taguatinga, com previsão de entrega para o dia 31/01/2018 e
- A Reforma da Farmácia Central e em andamento as reformas do Bloco Administrativo, das Fachadas do Prédio da Emergência e do Laboratório Enteral do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF (78,13% realizada até dez de 2017),

A construção do Banco de Leite Humano no Hospital Regional de Brazlândia, com execução e fiscalização do contrato sendo realizada pela NOVACAP (5% realizada).

Essas ações contribuirão para aumentar a qualidade da assistência prestada aos pacientes, e melhorar as condições de trabalho dos servidores além de organizar os serviços com uma estrutura física melhor.

DESCRIÇÃO DA OBRA /SERVIÇOS - Reforma	RA	SUBTÍTULO	(*)%CUMPRIDO
Reforma da Farmácia Central do Bloco Administrativo e das Fachadas do Prédio da Emergência do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF	I	3223.0003	78,13%**
Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do Hospital Regional do Gama – HRG.	II		100,00%
Construção do Banco de Leite Humano no Hospital Regional de Brazlândia	IV	3141.0002	5,00%
Reforma da Farmácia de Alto Custo do Gama			

Fonte: SINFRA/SESDF Dez/2017

**Reforma farmácia concluída neste mês de janeiro de 2018. Bloco Administrativo em obras ainda.

Objetivo Específico 03: Redes de Atenção à Saúde - RAS

As Redes de Atenção à Saúde atuam na integração de serviços da rede de atenção à saúde da SES- DF, na implantação, condução e monitoramento das redes temáticas do Ministério da Saúde. Na integração dos serviços da rede SES-DF, planeja-se a organização da integralidade da assistência à saúde através das Linhas de Cuidados, com construção de fluxos de referência e contrareferência. Além disso, fomenta as atividades de fortalecimento da atenção integral à saúde articulando e integrando os diversos níveis de complexidade da assistência.

Na coordenação e articulação das Redes Temáticas de Atenção à Saúde (RAS) a SES-DF desenvolveu a interlocução, cooperação, apoio e pactuação com o Ministério da Saúde para o planejamento, implantação, habilitação, execução, monitoramento e avaliação das RAS. São cinco redes temáticas conduzidas pela SES-DF, a partir da adesão do Distrito Federal às políticas nacionais de saúde desenvolvidas pelo Ministério da Saúde: Rede Cegonha, Rede de Cuidados à Pessoa Com Deficiência, Rede de Urgências e Emergências, Rede de Atenção Psicossocial e Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas.

As RAS encontram-se em diferentes etapas do processo de implantação previstos nos planos de ação elaborados na fase de contratualização entre DF e MS:

REDE CEGONHA

A respeito do pré-natal, o Distrito Federal apresenta um bom desempenho no que se refere ao número de consultas. Até o mês de novembro de 2017, aproximadamente 34 mil mulheres realizaram exames de triagem pré-natal no papel filtro, tendo sido realizadas mais de 245.000 consultas de pré-natal, com média de 74% das mulheres realizando pelo menos 7 consultas nesse período, em cumprimento ao preconizado pelo Ministério da Saúde.

Até novembro de 2017, foram registrados nos sistemas de informação a realização de 25.259 partos no serviço público do Distrito Federal, destes 60,6% foram partos normais. Importante ressaltar que esses números são parciais e provisórios, visto que, nesse momento ainda está ocorrendo a alimentação do sistema de natalidade.

No ano de 2017, o Grupo Condutor da Rede Cegonha direcionou os esforços para dar celeridade no andamento dos processos de construção/ambiência de Centros de Parto Normal (CPN), aprovados desde o ano de 2013 para o Hospital Regional da Samambaia (HRSAM) e Hospital Materno-infantil de Brasília (HMIB) com o objetivo de induzir a mudança para modelo obstétrico humanizado nos serviços da SES-DF.

Para esse fim, foi constituído um grupo de voluntariado da SES-DF (arquitetos e engenheiros civis) que está realizando os projetos de arquitetura/engenharia necessários para o início das obras. Nesse momento, ambos os CPNs constam com projeto básico de arquitetura finalizado, aguardando ajustes e para o CPN do HMIB também estão em fase de elaboração os projetos de engenharia elétrica e hidráulica.

O Grupo Condutor Central da Rede Cegonha (GCCRC) pleiteou e obteve a aprovação do MS, com liberação de recursos, para uma reforma na Casa de Parto de São Sebastião e para a criação de CPN no Hospital Regional de Ceilândia, ambos com projeto básico de arquitetura finalizados.

Ainda, após trabalho conjunto entre o Grupo Condutor Central da Rede Cegonha e a Diretoria de Enfermagem houve a criação da especialidade de enfermagem obstétrica no âmbito da SES-DF, reafirmando o compromisso de buscar a implementação de novas e melhores práticas obstétricas no SUS-DF.

O GCCRC propôs e coordenou a reestruturação dos Comitês de Prevenção e Investigação dos Óbitos Maternos, Fetais, Neonatais e Infantis do DF, objetivando dar celeridade e melhor qualidade aos processos de investigação e aprimorar as ações educativas e preventivas que devem ser realizadas por tais grupos.

Também, em 2017, iniciou-se a revisão do Plano de Ação da Rede Cegonha do Distrito Federal para o período de 2018-2022, ainda em fase de finalização, com conclusão prevista para o primeiro quadrimestre de 2018.

O GCCRC atuou ainda na construção do Plano Distrital de Enfrentamento à Sífilis Congênita; na criação de fluxos de atendimento às emergências obstétricas por meio da Câmara Técnica de Ginecologia; na conclusão do Protocolo de Atenção à Saúde da Mulher no Pré-Natal, Parto, Puerpério e Cuidados ao Recém nascido; e no treinamento dos profissionais da atenção primária de saúde que aderiram ao CONVERTEAPS.

Foram realizados diferentes treinamentos para os profissionais envolvidos no atendimento à Saúde da Mulher e da Criança, conforme detalhado abaixo:

- Aconselhamento em amamentação
- Oficina "Estratégia Amamenta e AlimentaBrasil".
- Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância – componente NEONATAL
- Método Canguru – etapa 3 (direcionado aos serviços de Atenção Primária de Saúde)
- Treinamento no Protocolo de Atenção à Saúde da Criança na Atenção Primária
- Seminário de Atualização no Uso do Palivizumabe

A enfermagem também atuou na Rede Cegonha realizando as principais ações:

- Criação da carreira de Enfermeiro Obstetra no âmbito da SES-DF;
- Levantamento dos profissionais enfermeiros com titulação em obstetrícia no intuito de implementar o modelo de assistência com enfermagem obstétrica no parto e no nascimento;
- Revisão de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para atuação da Enfermagem no Contexto da Rede Cegonha-DF (Ação Iniciada);

No tocante a aquisição de equipamentos e materiais, cabe destacar que em 2017 foram adquiridos 45 berços aquecidos para recém-nascidos, 05 aparelhos de potencial auditivo e 10 bilirrubinômetros. Este último tem por finalidade fortalecer as ações relacionadas à alta segura e oportuna, bem como dar mais agilidade na rotatividade dos leitos.

Ademais houve a adesão dos Hospitais Regionais Leste, da Asa Norte e HMIB ao projeto ÁPICE ON (Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia), que se trata de uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com outras entidades como a EBSERH, Ministério da Educação e Instituto Fernandes Figueira da FIOCRUZ, e propõe a qualificação nos campos de atenção/cuidado ao parto e nascimento, planejamento reprodutivo pós-parto e pós aborto, atenção às mulheres em situações de violência sexual e de abortamento e aborto legal, em hospitais de ensino e/ou que atuam como unidade auxiliar de ensino, no âmbito da Rede Cegonha. O propósito principal é ampliar o alcance de atuação desses hospitais na rede SES-DF e também reformular e/ou aprimorar processos de trabalho e os fluxos para adequação de acesso, cobertura e qualidade do cuidado.

Ainda, com objetivo de reduzir os números de sífilis congênita, a Rede Cegonha por meio das Áreas Técnicas de Saúde da Mulher e do Homem incluiu no Protocolo de Atenção à Saúde da Mulher no Pré-natal, Puerpério e cuidados ao Recémnascido, capítulo dedicado à Paternidade Ativa, que visa incluir o homem no pré-natal, realizando consultas, exames e avaliação física, além de acompanhar o atendimento à gestante.

Em 2017, foi implantado o projeto piloto de Paternidade Ativa, com inclusão do homem no pré- natal na Região Sul de Saúde, que irá se expandir para as demais regiões em 2018.

Com a reestruturação da Atenção Primária à Saúde, os comitês de óbitos precisaram ser modificados, o que pode explicar os baixos números de investigação de óbitos até o momento. Buscando reorganizar e retomar o trabalho dos comitês de investigação, o Comitê Central reestruturou a organização dos grupos, unificando os comitês de prevenção e investigação do óbito materno e de prevenção e investigação do óbito fetal, neonatal e infantil. Dessa forma, as regiões estão novamente instituindo seus comitês e definindo seus processos de trabalho para consequentemente retomar as investigações com a celeridade que o processo enseja.

Além disso, tendo em vista a elevação da sífilis congênita no DF faz-se necessário investir esforços no sentido de qualificar as consultas de pré-natal nas Regiões de Saúde e ampliar as ações de capacitação das equipes de saúde da família.

REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (RCPD)

A rede de cuidados à pessoa com deficiência tem como objetivo promover a ampliação e qualificação do acesso à saúde das pessoas com deficiência temporária ou permanente, progressiva,

regressiva ou estável; de forma intermitente ou contínua no SUS; ampliar a oferta de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção (OPM), dentre outras. Para alcançar esses objetivos, o Ministério da Saúde com o Plano Viver sem Limites visa à garantia dos direitos da pessoa com deficiência, incluindo o direito à cidadania e da liberdade para fazer suas próprias escolhas.

Buscando alternativas e com o objetivo de assegurar a ampliação do acesso aos serviços de saúde e à qualificação da assistência, a atenção à saúde da pessoa com deficiência recebeu novo impulso com a reativação do Grupo Condutor Central para dar prosseguimento das ações desta Rede. Dentre as atividades desenvolvidas no ano de 2017, destacam-se:

- Aquisição de cadeiras de rodas para dispensação aos usuários do SUS DF. Foram entregues 1.061 cadeiras de rodas pela Oficina Ortopédica entre julho e dezembro de 2017.
- Aquisição de respirons (inspirômetros de incentivo) para reabilitação de pacientes internados e de equipamentos de Fisioterapia para reestruturação do CER II Taguatinga e Ambulatórios de Saúde Funcional.
- Aquisição de materiais esportivos para reestruturação dos Ambulatórios de Saúde Funcional; Aquisição de equipamentos de potencial evocado auditivo de tronco encefálico – triagem: implementação da triagem auditiva neonatal – interface com a rede cegonha.

No ano de 2017, até o mês de novembro, foram realizados 5.126 atendimentos (consultas médicas e de especialistas em saúde) no CER II Taguatinga, 5.760 atendimentos (consultas médicas e de especialistas em saúde) no CER II – CEAL. Além dos atendimentos nos CER II, foram realizados nos Ambulatórios de Saúde Funcional, sendo 72.485 atendimentos de fisioterapia, 33.949 atendimentos de fonoaudiologia e 20.948 atendimentos de terapia ocupacional.

Além disso, cabe destacar que no presente ano houve a mudança do espaço físico do CERII de Taguatinga para a UBS nº04 da mesma Região de Saúde, na finalidade de proporcionar um melhor atendimento aos usuários do CERII, bem como atender as exigências do Ministério da Saúde. Em complemento a esta ação, foram lotadas 60h de psicologia e 80h de enfermagem naquela unidade de atendimento.

A rede também realizou diversas ações importantes para promoção dos serviços tais como:

- Elaboração de cartilhas para orientação aos usuários em parceria com o CREFITO 11 e distribuição de 190.000 exemplares nos Ambulatórios de Saúde Funcional e NASF

As cartilhas elaboradas foram:

- Exercícios para membros superiores e coluna cervical;
- Exercícios para membros inferiores e coluna lombar;
- Prevenção de quedas.
- Ampliação do acesso aos pacientes com Síndrome de Down na rede SUS DF. Foi realizado matriciamento dos servidores dos Ambulatórios de Saúde Funcional de Sobradinho, Paranoá, Taguatinga, Ceilândia e Gama, que passarão a atender esta população, visando descentralização do programa de reabilitação.
- Realizada a primeira Oficina de Capacitação em CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade em parceria com o CREFITO 11. Oficina oferecida aos servidores fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais do CER II Taguatinga, dos Ambulatórios de Saúde Funcional de Sobradinho e Hospital de Apoio e dos NASFs. A CIF é um instrumento de classificação funcional que irá auxiliar na implementação dos assistenciais entre atenção primária e especializada na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.
- Publicação dos seguintes protocolos assistenciais:
- Conduta Fisioterapêutica na Unidade de Urgência e Emergência Adulto;
- Conduta Fisioterapêutica em Unidade de Terapia Intensiva Adulto.
- Capacitação em ATOSS – Ações Temáticas Orientadas aos Serviços de Saúde em parceira com a EAPSUS (40 horas). Capacitação oferecida aos chefes dos Núcleos de Saúde Funcional e seus pares, atualizando os conhecimentos em gestão. Foram capacitados 35profissionais.
- Adequação dos CER II Taguatinga ao Instrutivo do Ministério da Saúde. Foi

realizada mudança de local – da Unidade Mista de Taguatinga para o antigo Centro 04 de Taguatinga e ampliação do quadro de profissionais. Ação realizada visando a manutenção da habilitação do CER.

- Foi mantida a representação do GCRCPCD nas reuniões periódicas do Comitê Técnico Operacional para o Enfrentamento das Microcefalias Associadas ao Vírus Zika. Como serviço de referência para avaliação e acolhimento das crianças com suspeita de infecção congênita ficou definido o Hospital de Apoio de Brasília, que tem se estruturado objetivando habilitação do serviço de reabilitação como CERII.
- Com o objetivo de ampliar o acesso da população aos serviços de estimulação precoce, foram definidos os Ambulatórios de Saúde Funcional para estimulação precoce, sendo eles Sobradinho, Paranoá, Taguatinga, CER II Taguatinga, Ceilândia e Gama.
- Elaboração e implantação do fluxo assistencial para reabilitação de pacientes com AVC, utilizando como critério de classificação a escala de Rankin.
- Protocolo de fornecimento de fraldas descartáveis para uso domiciliar a usuários com diagnóstico de incontinência urinária e anal permanente e Protocolo de atendimento ao usuário com necessidade de cateterismo vesical intermitente, ambos em consulta pública.
- Ampliação do acesso da população aos ambulatórios de ostomizados com a implementação do Ambulatório de Sobradinho, inclusão de 3 tipos de bolsas no escopo de produtos padronizados, capacitação em manejo de estomas intestinais e urinários para 80 profissionais em parceria com o NEPS HMIB e criação do RTD Estomaterapia na Diretoria de Enfermagem.
- Revisão da Linha de Cuidado do Autismo, buscando a redefinição dos pontos de atenção ao paciente com transtorno do espectro autista. A previsão é de publicar a linha de cuidado em2018.

No ano de 2017, a RCPCD buscou a manutenção dos serviços habilitados – CER II Taguatinga (modalidades física e intelectual) e Oficina Ortopédica – bem como a manutenção do contrato com o CEAL (CER II modalidades auditiva e intelectual). Concentrou esforços na ampliação do acesso aos usuários com deficiência com redefinição e descentralização dos serviços na Rede e a retomada em julho de 2017 da dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPME) aos usuários.

Ações de grande relevância foram a mudança do CER II de Taguatinga para estrutura física mais adequada ao Instrutivo do Ministério da Saúde, a aditivação do contrato com o CEAL e a retomada das dispensações das OPME.

Apesar de as reuniões do Grupo Condutor terem ocorrido mensalmente, observou-se baixa adesão de parte dos integrantes, o que prejudicou a finalização de algumas ações propostas pelo grupo.

Um dos desafios encontrados pela RCPCD é a falta de regulação dos serviços, dificultando o acesso dos usuários e o real diagnóstico da demanda na Rede. Atualmente, apenas a saúde auditiva está inserida no sistema de regulação.

Em 2018, a RCPCD concentrará esforços para a habilitação de novos Centros Especializados de Reabilitação e para a regulação dos serviços habilitados.

REDE DE CUIDADOS ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS

A Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas é uma estratégia para realização da atenção às doenças de início gradual, com duração longa ou incerta, de forma integral nos diversos pontos de atenção da SES/DF a partir da realização de ações de promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento de reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde.

OBESIDADE

A proposta de adesão à Linha de Cuidado para Prevenção e Tratamento do Sobrepeso e da Obesidade na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas apresenta um formato inovador no âmbito da Rede de Atenção à Saúde, por meio da pactuação entre os diversos atores inseridos nos diferentes pontos de atenção à saúde, fortalecendo a comunicação institucional, bem como com outros atores governamentais e sociais presentes nas ações do DF.

Dentro das ações realizadas em 2017, destacam-se a implementação do Centro de Diabetes, Obesidade e Hipertensão (CEDOH) que será referência para as Regiões Centro-Norte e Centro-Sul para o atendimento a estas patologias em nível de atenção secundário.

Foram realizadas as etapas de capacitação para implementação da Linha de Cuidado da Obesidade nas Regiões Centro-Norte, Centro-Sul e Leste. Foram capacitados 83 servidores, cujos respectivos serviços já estão funcionando conforme recomendação e fluxo da LCO. Estima-se que em 2018 pelo menos duas Regiões de Saúde sejam capacitadas no primeiro semestre.

Durante o ano de 2017, foi possível realizar a implementação da Linha de Cuidado da Obesidade em mais três Regiões de Saúde.

ONCOLOGIA

É responsável pelas áreas de Oncologia Clínica, Radioterapia, Mastologia, Ginecologia Oncológica, Cirurgia Oncológica.

A seguir, as principais ações realizadas no exercício 2017:

- Lotação de 03 oncologistas que fizeram mudança de especialidade no UNACON HRT;
- Reabertura de consultas de primeira vez do HRT;
- Regularização dos contratos de manutenção dos aparelhos de radioterapia do HBDF;
- Aumento das vagas de radioterapia no HUB (novo acelerador linear);
- Aumento de vagas no PROADI do Sírio Libânes;
- Adesão ao Edital de credenciamento por empresa privada de radioterapia;
- Término da obra da Farmácia de Manipulações do HRT;
- Revisão dos fluxos da oncologia clínica e radioterapia, em conjunto com outras especialidades;
- Portaria nº350 (SISCAN) com instituição das Comissões Regionais de Sistemas de Informação do Câncer, também tornou compulsória a notificação de qualquer caso de câncer ao RCBP e SISCAN;
- Treinamento das comissões Regionais de Sistemas de Informação do Câncer.

REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS)

A Saúde Mental na SES/DF atua na implementação e consolidação desse modelo, coordenando e supervisionando o processo de implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Distrito Federal, com vistas à ampliação da cobertura assistencial em saúde mental de forma a propiciar qualidade na atenção e no cuidado dos usuários dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas, bem como de seus familiares.

Existem hoje no DF 17 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em funcionamento, destes 06 (seis) CAPS destinam-se ao atendimento de pessoas que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes; 07 (sete) CAPS Álcool e Drogas para atendimento a pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas; e 04 (quatro) CAPS para o atendimento Infanto-Juvenil.

Para fins de cálculo das taxas dos indicadores da Saúde Mental são considerados apenas os

serviços implantados que estão credenciados junto ao Ministério da Saúde.

Cobertura de CAPS

A cobertura é de 0,52 CAPS/100.000 habitantes, quando considerado os serviços habilitados no CNES e a população estimada para o DF em 2016 pelo IBGE, porém quando considerado os serviços em funcionamento no DF a cobertura é de 0,64.

COBERTURA DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL HABILITADOS - 2017

REGIÃO DE SAÚDE	REGIÃO ADMINISTRATIVA	População por RA, em 2016	População por Região, em 2016	CAPS I	CAPS II	CAPS III	CAPS	CAPS AD	CAPS AD III	Cob. de CAPS por Região de Saúde (%)
Norte	RA VI.**Planaltina**	196.251	380.071							0,53
	RA V.**Sobradinho**(RA	183.820					1	1		
Sul	RA II.**Gama**	156.047	291.046							0,34
	RA XIII.**Santa Maria**	134.999						1		
Leste	RA VII.**Paranoá**(RA XXVIII.Itapoã)	113.968	233.720		1			1		0,86
	RA XIV.**São Sebastião**	96.555								
	RA XXVII.**Jardim Botânico**	23.197								
Oeste	RA IV.**Brazlândia**	66.083	529.337							0,28
	RA IX.**Ceilândia**	463.254							1	
Sudoeste	RA XV.**Recanto das Emas**	142.449	795.562							0,63
	RA XII.**Samambaia**	228.220			1				1	
	RA III.**Taguatinga**(RA XX.Águas Claras e RA XXX. Vicente	424.892			1				1	
Centro-Norte	RA I.**Brasília - Asa Norte**	144.018	293.030				1		1	0,85
	RA XI.**Cruzeiro**	41.176								
	RA XVIII.**Lago Norte**	38.643								
	RA XXII.**Sudoeste e Octogonal**	58.637								
	RA XXIII.**Varjão**	10.556								
Centro-Sul	RA I.**Brasília - Asa Sul**	103.123	454.450							0,33
	RA XIX.**Candangolândia**	18.493								
	RA X.**Guará**(RA XXV.SCIA/Estrutural)	160.141						1		
	RA XVI.**Lago Sul**	35.940								
	RA VIII.**Núcleo Bandeirante** (RA	51.458								
	RA XVII.**Riacho Fundo** (RA	82.485		1						
	RA XXIX.**SIA**	2.756								
Total			**2.977.216**	**1**	**3**	**0**	**2**	**4**	**4**	**0,52**

Fonte: CATES/SAIS/SESDF

COBERTURA DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM FUNCIONAMENTO - 2017

REGIÃO DE SAÚDE	REGIÃO ADMINISTRATIVA	População por RA, em 2016	População por Região, em 2016	CAPS I	CAPS II	CAPS III	CAPS	CAPS AD	CAPS AD III	Cob. de CAPS por Região de Saúde (%)
Norte	RA VI.**Planaltina**	196.251	380.071		1					0,79
	RA V.**Sobradinho**(RA	183.820					1	1		
S u	RA II.**Gama**	156.047	291.046							0,34
	RA XIII.**Santa Maria**	134.999						1		

REGIÃO DE SAÚDE	REGIÃO ADMINISTRATIVA	População por RA, em 2016	População por Região, em 2016	CAPS I	CAPS II	CAPS III	CAPS	CAPS AD	CAPS AD III	Cob. de CAPS por Região de Saúde (%)
I										
Leste	RA VII.**Paranoá**(RA XXVIII.Itapoã)	113.968	233.720		1			1		0,86
	RA XIV.**São Sebastião**	96.555								
	RA XXVII.**Jardim Botânico**	23.197								
Oeste	RA IV.**Brazlândia**	66.083	529.337							0,28
	RA IX.**Ceilândia**	463.254							1	
Sudoeste	RA XV.**Recanto das Emas**	142.449	795.562				1			0,75
	RA XII.**Samambaia**	228.220				1			1	
	RA III.**Taguatinga**(RA XX.Águas Claras e RA XXX. Vicente	424.892			1		1			
Centro - Norte	RA I.**Brasília - Asa Norte**	144.018	293.030		1		1		1	1,19
	RA XI.**Cruzeiro**	41.176								
	RA XVIII.**Lago Norte**	38.643								
	RA XXII.**Sudoeste e Octogonal**	58.637								
	RA XXIII.**Varjão**	10.556								
Centro-Sul	RA I.**Brasília - Asa Sul**	103.123	454.450							0,33
	RA XIX.**Candangolândia**	18.493								
	RA X.**Guará**(RA XXV.SCIA/Estrutural)	160.141						1		
	RA XVI.**Lago Sul**	35.940								
	RA VIII.**Núcleo Bandeirante** (RA	51.458								
	RA XVII.**Riacho Fundo** (RA	82.485			1					
	RA XXIX.**SIA**	2.756								
Total			**2.977.216**	**0**	**5**	**1**	**4**	**4**	**3**	**0,64**

Fonte: CATES/SAIS/SESDF

Utilizou-se o cálculo de cobertura ponderada por porte do CAPS. Segundo os parâmetros do Ministério da Saúde a cobertura de 0,52 é considerada uma cobertura boa. Fórmula: (Nº Caps I X 0,5) + (nº Caps II) + (Nº Caps III X 1,5) +(Nº de Caps i) + (Nº Caps ad) + (Nº de Caps ad III X 1,5) em determinado local e período/ População residente no mesmo local e período X100.000.

Implantação de CAPS

No que se refere à implantação dos Centros de Atenção Psicossocial, foram acompanhados os processos de construção, em especial os processos de construção do CAPS i – Ceilândia, CAPS AD III – Guará e CAPS AD III– Taguatinga, que se encontram em análise na DIVISA/SVS.

Adequação de CAPS

Acompanhamos o andamento processo de ampliação do CAPS II Planaltina, sendo necessária a adequação do espaço físico com a criação de uma sala multiuso.

Implantação de Residências Terapêuticas

No que diz respeito à implantação das Residências Terapêuticas, está em andamento o processo para adequação de imóvel que serácedido pela CODHAB, bem como o cumprimento da determinação judicial para a instituição AMA desocupar o imóvel da SES.

Capacitação de Equipes de Saúde Mental

Foi realizado em 2017 quatro capacitações para gestores, profissionais de saúde, estudantes e/ou comunidade sensíveis à saúde mental do DF, dentre eles:

- VI Jornada de Prevenção ao Suicídio do Distrito Federal, em 28 e 29 de setembro, com carga horária de 16 horas, sendo 314 participantes entre profissionais da SES, SEE, SEJUS, SEPLAG, SEDESTMIDH, SESIPE, SECRIANÇA, Polícia Militar e Federal,

Ministério da Saúde, UNB, HUB, Exército, Metro, TJDFT, residentes, estudantes e profissionais autônomos.

- I Capacitação sobre Gestão em Saúde para Gestores da RAPS, em 15 de setembro, com carga horária de 08 horas, capacitando 34 gestores da RAPS/DF.
- Oficina sobre Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), em 20 de novembro, com carga horária de 04 horas, participando 23 profissionais lotados nosCAPS.
- Oficina de Matriciamento em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, em 20 de novembro, com carga horária de 03 horas, com a participação de 18 gestores da RAPS/DF.

Eventos e ações

- I Mostra de Boas Práticas em Atenção Psicossocial, em promoção ao Dia da Luta Antimanicomial, realizado em 18 de maio de 2017, sendo premiados os três primeiros projetos nas categorias Infância e Juventude, Transtorno Mental e Álcool e outras Drogas.
- Elaborado o Plano Diretor de Saúde Mental – PDSM 2017-2019 e aprovado no Colegiado de Gestão SES-DF.
- Elaborado o Protocolo de Uso do Decanoato de Zuclopentixol em pacientes com transtornos psicóticos ou retardo mental com agitação psicomotora e submetido à Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde – CPPAS.
- Instituído Grupo de Trabalho para elaborar a Linha de Cuidados para Usuários com Transtorno do Espectro Autista, DODF Nº 93 de 17/05/2017, bem como concluída a elaboração da Linha de Cuidado do Transtorno do EspectroAutista.

REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Tem por finalidade articular e integrar no âmbito do SUS todas as emergências fixas hospitalares, Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h e SAMU, objetivando ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral dos usuários em situação de urgência e emergência aos serviços de saúde de forma ágil e oportuna.

Devido a constante mudança da realidade e necessidade de saúde do DF, foi preciso realizar a revisão da RUE, pois é necessário que ela represente a realidade do usuário que procura o atendimento. Com a revisão pode-se levantar o quanto as Regiões Administrativas cresceram em população e território e quantas pessoas buscam cada serviço para atendimento de urgência e emergência.

Já a tele medicina possibilita troca de conhecimentos proporcionando maior segurança para o profissional realizar o tratamento de pacientes em casos mais complexos. Fornecendo aos usuários mais segurança nos procedimentos realizados dos exames Tele ECG possibilita que os sinais elétricos do coração sejam analisados, por meio da fixação de eletrodos no tórax do paciente, TeleHolter possibilita o monitoramento da atividade elétrica cardíaca do paciente em suas atividades diárias, durante 24 horas, por meio de eletrodos (fios) fixados em seu peito. E o Tele Monitoramento Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA): método que possibilita a análise do comportamento da pressão arterial fora do ambiente de consultório médico, durante 24 horas.

Visando também melhorar a atuação dos médicos que atendem nas UPA e Hospitais os casos de urgência e emergência, houve a criação da residência de Médico Emergencista, possibilitando que o usuário tenha um médico capacitado para atender os diversos casos que chegam à Urgência e Emergência dos Hospitais e UPAS do DF.

Com o Decreto nº 38.488 houve a criação do complexo regulador onde será possível a institucionalização da referência e contra referência em toda a rede de saúde, bem como aprimorar as questões relacionadas a regulação de leitos gerais, visto que estes terão uma regulação central, que possibilitará maior garantia de acesso e o uso racional e equitativo dos leitos e melhoria da qualidade da assistência prestada aos usuários da SES/DF.

As principais ações desenvolvidas para o exercício 2017/2018:

- Execução do projeto de mudanças do modelo da Rede de Urgência e emergência, operacionalizado nas PT SES/DF nº 386 e 408 de 2017;
- Revisão do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do DF para redesenho da RUE;
- Implantação e implementação da tele medicina nas seis unidades de pronto atendimento - UPA 24h;
- Treinamentos/Capacitações de 135 servidores nas Linhas de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio - IAM, e 168 servidores do Acidente Vascular Cerebral - AVC e do Trauma, em parceria com a Diretoria de Assistência às Urgências e Emergências – DIURE e o Núcleo de Educação em Urgência - NUEDU/SAMU;
- Capacitação de 314 servidores nos cursos de Suporte Avançado de Vida - Cardiológico (SAV) e Pediátrico (SAP) os cursos de Intervenção em Crise e Contenção Física e Farmacológica (CIC) e Curso de Resposta a Incidentes com Múltiplas Vítimas e Desastres (CRAMV);
- Construção do Protocolo Clinico Adulto, próprio da SES/DF, de Acolhimento com classificação de risco – ACCR, que está em andamento para a validação e implementação;
- Ajustes na infraestrutura das UPA 24h de acordo com as necessidades apresentadas;
- Publicação em Diário Oficial nº. 194 de 09/10/17: abertura de processo seletivo para o programa de residência de médico emergencista;
- Participação na elaboração do Protocolo de Classificação de Risco – ADULTO para a SES e do treinamento na Linha de Cuidado do AVC;

SAMU

O SAMU é responsável pelos atendimentos primários (ligações diretas da população) atendimentos secundários (resgates de pacientes em unidades de menor complexidade), e transferências inter-hospitalares (de unidades de menor complexidade para UTIs). O número total de ligações recebidas pelo SAMU/192 foram 898.264, dessas, 257.762 eram chamados pertinentes à urgência e emergência e foram encaminhados para a regulação médica. Dentre os chamados regulados, 74.476 foram reguladas como intervenção necessária e possível (29%), para essas houve o envio de recursos de USB ou USA. As demais ligações reguladas, 19.234 (8%), foram classificadas como necessárias e sem meios para o regulador identificar a necessidade de enviar o recurso. Ligações não pertinentes foram 91.975 (35%) e sem dados para decidir 72.077 (28%), conforme tabela abaixo.

Ligações recebidas pelo médico regulador na central 192 SAMU no ano de 2017, Brasília-DF.

Ligações Reguladas	2017												
Primeira decisão	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Intervenção necessária e possível	5.573	5.673	6.779	6.379	6.130	5.810	6.345	6.625	6.627	6.634	5.886	6.015	74.476
Não pertinente	7.096	6.697	8.097	8.038	7.926	7.186	6.795	7.730	7.678	9.067	7.864	7.801	91.975
Necessária e sem meios	1.406	1.248	1.816	1.698	2.242	1.919	1.292	1.445	1.582	1.808	1.310	1.468	19.234
Sem dados pra decidir	5.229	5.251	6.083	6.254	6.717	5.887	5.759	6.627	6.234	6.588	5.775	5.673	72.077
Total geral	**19.304**	**18.869**	**22.775**	**22.369**	**23.015**	**20.802**	**20.191**	**22.427**	**22.121**	**24.097**	**20.835**	**20.957**	**257.762**

Fonte:Relatório banco de dados - SAU /SAMU DF 2017

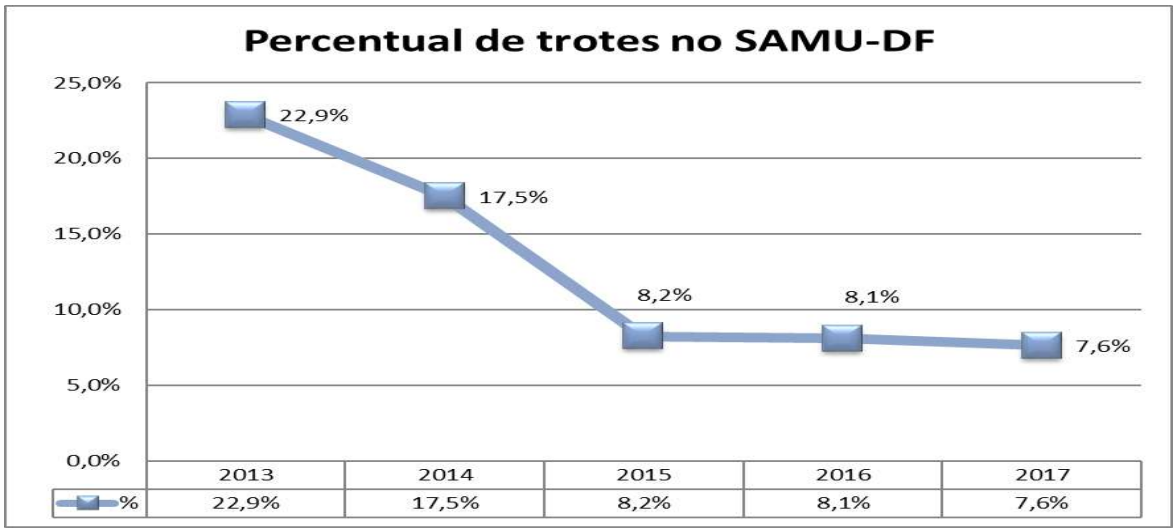
Ligações recebidas pela central 192 SAMU no ano de 2017 Brasília-DF.

Ligações na central	2017												
Tipo de Ligação	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Atendida e não classificada	1.034	903	1.136	1.227	1.121	1.177	800	1.713	956	1.706	1.054	875	13.702
Atrelada	5.634	5.935	7.151	6.895	6.658	6.169	6.953	7.248	7.225	7.306	6.554	6.680	80.408
Desistiu do atendimento	644	570	694	668	674	722	682	657	608	676	588	700	7.883
Encaminhada para regulação	19.393	18.981	22.889	22.500	23.153	20.928	20.244	22.480	22.180	24.155	20.904	21.012	258.819
Engano	2.161	1.928	2.126	2.054	2.236	2.033	2.169	2.613	2.418	2.386	1.818	1.714	25.656
Fora da área	978	921	1.108	1.060	1.086	1.052	1.013	1.039	1.136	1.205	1.020	1.071	12.689
Ligação caiu durante o atendimento	612	527	591	643	599	585	532	279	614	636	759	535	6.912
Pedido de informações	1.293	1.303	1.487	1.541	1.512	1.556	1.656	1.884	1.789	2.021	1.700	1.700	19.442
Reclamação/Sugestão	17	16	10	16	12	5	6	6	12	7	9	13	129
Repetida	616	631	759	773	747	592	578	638	574	713	506	625	7.752
Solicitante não responde	20.371	18.972	21.871	21.359	21.174	19.619	19.156	21.060	19.516	20.606	17.838	18.450	239.992
TARM fechou sistema sem qualificar	45	38	46	55	52	55	43	72	70	110	77	79	742
Transferida	11.245	10.401	13.932	13.466	13.271	11.858	13.397	14.446	13.459	14.236	12.696	13.912	156.319
Trote (qualificado pelo operador)	**5.862**	**5.375**	**6.187**	**6.121**	**5.521**	**4.864**	**5.113**	**6.208**	**6.771**	**5.725**	**5.328**	**4.744**	**67.819**
Total geral	**69.905**	**66.501**	**79.987**	**78.378**	**77.816**	**71.215**	**72.342**	**80.343**	**77.328**	**81.488**	**70.851**	**72.110**	**898.264**

Fonte: Relatório banco de dados - SAU /SAMU DF 2017.

Dentre o número total de ligações recebidas na central, 67.819são classificadas como trote qualificado pelo operador, correspondendo a 7,6% do total. Evidencia-se uma queda no 2º quadrimestre em relação ao 1º quadrimestre, sendo esse declínio gradativo ao longo dos anos, conforme podemos observar na análise dos dados indicativos constantes no gráfico 1:

Gráfico1 – Distribuição quantitativa (média anual) do número de trotes do SAMU, nos anos de 2013 a 2017, Brasília-DF.



Fonte:Relatório banco de dados - SAU /SAMU DF

O SAMU realizou no ano de 2017,74.476 (setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis) atendimentos pré-hospitalares em ruas e domicílios de todo o território do Distrito Federal, bem como 3.886 transferências inter-hospitalares de pacientes graves e críticos para UTIs. Realizou educação permanente em urgência e emergência de toda a Rede de Urgência e

Emergência da SES/DF, ofertando 12.042 vagas em cursos para 8.944 pessoas distintas, além da educação popular em saúde por meio do Projeto Samuzinho para a comunidade, capacitando 4.148 leigos, dentre crianças, professores, monitores e brigadistas. Houve a ampliação do número de duplas de motolâncias de sete para oito duplas, reabilitação de 15 ambulâncias Unidades de Suporte Básico, 2 ambulâncias Unidades de Suporte Avançado e 16 motolâncias junto ao Ministério da Saúde. Realizado a renovação da frota de 23 ambulâncias do serviço, contratados os seguros das viaturas, manutenção preventiva e corretiva dessase,também, reformadas 13 bases descentralizadas e 1 lava-jato.

Tabela 3. Distribuição quantitativa (média anual) do tempo resposta do SAMU, nos anos de 2013 a 2017, Brasília-DF, 2017

Tempo- resposta

Parâmetro Considerado	Fator Determinante	2013	2014	2015	2016	2017	Média total
Tempo de atendimento	(Médico regulador)		00:01:13	00:02:47	00:01:35	00:01:27	00:01:46
Tempo de decisão	(Médico regulador)	00:01:21	00:02:13	00:02:28	00:02:30	00:02:30	00:02:12
Tempo de acionamento	(Rádio operador)	00:01:23	00:01:43	00:02:46	00:02:33	00:01:15	00:01:56
Tempo de partida	(Equipes)	00:08:30	00:17:02	00:14:36	00:17:41	00:03:12	00:12:12
Tempo de deslocamento	(Distância até o Local)	00:07:53	00:07:56	00:14:12	00:15:36	00:22:08	00:13:33
Média Anual		**00:19:07**	**00:30:07**	**00:36:49**	**00:39:55**	**00:30:32**	**00:31:18**

Fonte:Relatório banco de dados - SAU /SAMU DF.

Com relação ao tempo resposta salientamos que ainda encontra-se elevado, porém trata-se de indicador que envolve várias etapas (tempo de atendimento do médico regulador, tempo de decisão, tempo de acionamento, tempo de partida e tempo de deslocamento da equipe até o local da ocorrência) e sofre interferência de vários fatores oriundos de outros serviços que compõem a rede de atenção às urgências. A localização das bases e distribuição das ambulâncias na cidade influencia o tempo de chegada das equipes, uma vez que estão sujeitas as condições de mobilidade no trânsito. Há um grande número de macas retidas nos locais de recebimento dos pacientes transportados pelo SAMU acarretando que as equipes fiquem indisponíveis para realizar novos atendimentos, gerando a necessidade de deslocar equipes de outras regiões de saúde para fazer a cobertura da equipe que encontra-se retida na unidade de saúde, como consequência, há o aumento do tempo resposta e também aumento na demanda reprimida.

Gráfico 2. Distribuição quantitativa (média anual) do tempo resposta do SAMU, nos anos de 2013 a 2017, Brasília-DF, 2017.



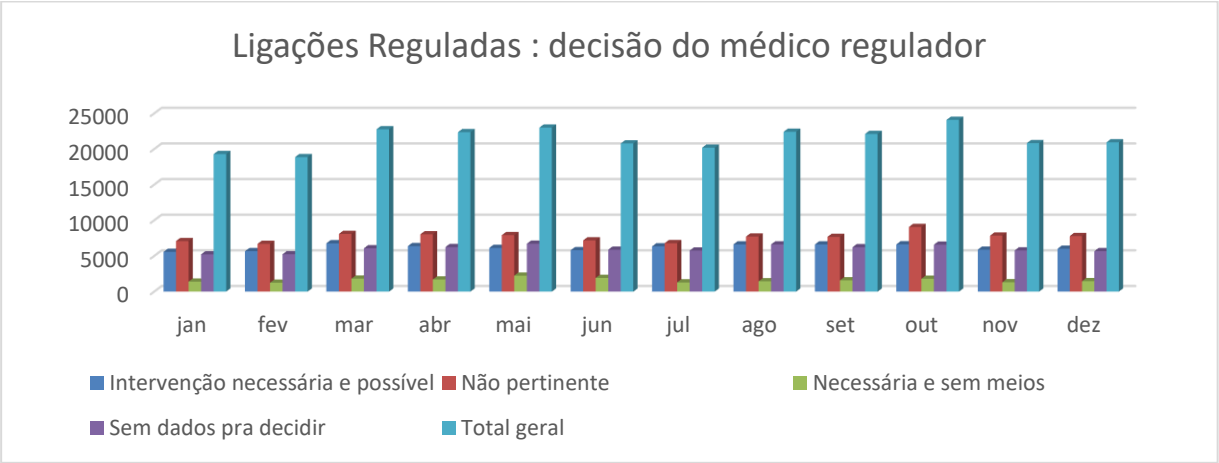
Fonte: Relatório banco de dados - SAU /SAMU DF

Comparando o primeiro quadrimestre em relação ao segundo no ano de 2017, evidencia-se que houve aumento da demanda reprimida, explicada pelo aumento da necessidade de encaminhar equipe em apoio para os atendimentos. Dessa forma duas ou mais equipes ficam ocupadas no mesmo atendimento, reduzindo o número de viaturas disponíveis para serem encaminhadas. Há ainda um elevado tempo gasto na realização de transferências inter-hospitalares e as equipes ficam indisponíveis para APH. Somado a isso, há um crescente aumento da população, com consequente aumento no número de solicitações. A frota de veículos foi calculada baseada em critérios populacionais de 12 anos atrás, não sendo suficiente para atender a demanda atual. O número de profissionais é insuficiente para manter toda a frota ativa ininterruptamente, ocasionando frequentes desativações das viaturas por falta de pessoal. Há grande retenção de viaturas nas unidades de urgências fixas, deixando as equipes por longos períodos indisponíveis para atendimento. Porém é importante ressaltar que houve uma redução no terceiro quadrimestre das intervenções necessárias e sem meios, conforme tabela abaixo.

Percentual de intervenções necessárias sem meio (transporte) disponível, SAMU, SES, 2017

Regiões de Saúde	1º quadrimestre			2º quadrimestre			3º quadrimestre			Ano 2017		
	Total de intervenções	Nº de intervenções atendidas	% Intervenções sem atendimento	Total de intervenções	Nº de intervenções atendidas	% Intervenções sem atendimento	Total de intervenções	Nº de intervenções atendidas	% Intervenções sem atendimento	Total de intervenções	Nº de intervenções atendidas	% Intervenções sem atendimento
Centro-Norte	4.903	4.599	7%	5.283	4.977	6%	5.392	5.049	6%	15.578	14.625	6%
Leste	4.865	4.371	11%	5.132	4.608	11%	5.189	4.674	10%	15.186	13.653	10%
Oeste	15.972	14.544	10%	16.725	15.092	11%	17.410	15.923	9%	50.107	45.559	9%
Norte	10.624	9.719	9%	12.075	10.976	10%	11.817	10.949	7%	34.516	31.644	8%
Sul	8.898	8.425	6%	8.709	8.258	6%	9.163	8.731	5%	26.770	25.414	5%
Centro-Sul	14.314	13.463	6%	13.957	12.967	8%	13.973	13.120	6%	42.244	39.550	6%
Sudoeste	23.741	22.028	8%	24.554	22.659	8%	25.066	23.396	7%	73.361	68.083	7%
Total	**83.317**	**77.149**	**8%**	**86.435**	**79.537**	**9%**	**88.010**	**81.842**	**7%**	**257.762**	**238.528**	**7%**

Ligações reguladas pelo médico regulador SAMU,2017



Fonte:Relatório banco de dados - SAU /SAMU DF

Com a criação do Complexo Regulador em Saúde/CRDF houve uma mudança na estrutura administrativa e organizacional do SAMU-DF. A Central de Informações Toxicológicas foi integrada ao Núcleo de Saúde Mental, passando a se chamar **Central de Informações Toxicológicas e Atendimento Psicossocial.** Em análise dos dados que são monitorados pela **Central de Informações Toxicológicas, foi observado no respectivo ano que** os medicamentos e os domissanitários são os principais agentes que resultam em casos de intoxicação no DF. Considera-se importante a realização de campanhas de esclarecimentos, porque na maioria dos casos as intoxicações ocorrem acidentalmente, no próprio domicílio e atingindo crianças. O número de atendimentos realizados pelo CIATOX DF foi reduzido nos últimos anos devido à indisponibilidade dos telefones 0800 do serviço. Recentemente os telefones foram reativados para chamadas e espera-se que o serviço retorne a funcionar de forma habitual.

Tabela 5 - Quantitativo de atendimentos realizados pela equipe da Central de Informações Toxicológicas-CIT DF, SES/DF, 2017.

CIT DF	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3° quadrimestre	Total Geral
Agente Causal	**N abs**	**N abs**	**N abs**	**N abs**
Medicamentos	35	261	367	**663**
Domissanitários	10	17	98	**125**
Prod. Quím. Industriais	14	43	48	**105**
Animais peçonhentos/escorpiões	8	20	67	**95**
Raticidas	6	13	16	**35**
Agrotóxicos/uso agrícola	5	11	26	**42**
Animais peçonhentos/serpentes	3	9	29	**41**
Agrotóxicos/uso doméstico	5	23	22	**50**
Cosméticos	1	13	14	**28**
Plantas	2	4	10	**16**
Animais peçonhentos/aranhas	3	8	14	**25**
Outros	2	9	3	**14**
Animais não peçonhentos	1	9	7	**17**
Drogas de abuso	4	14	13	**31**
Produtos veterinários	1	0	9	**10**
Outros animais peçonhentos/venenosos	3	11	7	**21**
Desconhecido	2	10	3	**15**
Metais	0	1	0	**1**
Animais peçonhentos/lonomia	2	0	0	**2**
Alimentos	0	0	1	**1**
Total	**107**	**476**	**754**	**1.337**

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1000

Fonte: Relatório do CIATOX/SAMU DF

Para garantir a transparência da força de trabalho do SAMU houve a instalação do ponto eletrônico em toda a sua estrutura central e descentralizada. Otimizou-se os recursos humanos por meio da terceirização da atividade de rádio-operação da Central de Regulação de Urgências e da transferência da gestão da sala de emergência do HRGu para o próprio hospital. Foi ainda firmado convênio de parceria institucional com Metrô/DF com a capacitação dos servidores do Metrô/DF para situações de emergências e desastres.

Em relação à concessão de bolsas de estudo para o programa Observatório de Saúde do SAMU, não foi possível a execução por não haver portaria específica autorizando o empenho dos recursos em bolsas de estudo para a ESCS/FEPECS. Essa portaria está sendo elaborada pela PROJUR/Fepecs a fim de viabilizar a execução orçamentária no ano de 2018.

Foram reformadas 13 bases descentralizadas do SAMU-DF no ano de 2017 com recursos de contrapartida de universidades privadas. Não foi possível a execução de todo o programa de construção de bases descentralizadas do SAMU 2017, pois não houve a cessão de todos os terrenos necessários, finalização dos projetos de engenharia e arquitetura e dos processos de licitação de empresas para construção. No entanto, a NOVACAP elaborou o projeto de construção de bases descentralizadas em estruturas modulares com previsão de ocorrer no ano de 2018.

O SAMU-DF conta com serviço de 24h e 100% de cobertura populacional, mas é necessário destacar que ainda há demanda reprimida ou intervenção necessária e sem meios acima do esperado para o DF. Houve reabilitação parcial do serviço pelo Ministério da Saúde no ano de 2017. Entretanto, não foi concluído o processo de reabilitação de 15 ambulâncias Unidades de Suporte Básico, 04 ambulâncias Unidades de Suporte Avançado e 06 motolâncias, permanecendo com a suspensão do repasse pelo Ministério da Saúde, devido ao grande déficit de recursos humanos, em especial condutores de veículos de emergência, médicos e profissionais habilitados para tripular motolâncias e ambulâncias neonatais, também pela falta de adequação de locais para limpeza e higienização de materiais, equipamentos e ambulâncias. O tempo-resposta de atendimento às urgências e emergências da população ainda está elevado, entretanto, houve redução deste indicador no ano de 2017 com a realização de capacitações em serviços, conscientização da rede de urgência no sentido de melhorar o recebimento e o fluxo das viaturas do SAMU para evitar que a equipe fique indisponível para APH, melhor distribuição da localização das bases descentralizadas na cidade, renovação e regularidade na manutenção da frota. Foi criado na nova estrutura do SAMU-DF o Núcleo de Assistência Farmacêutica que espera-se melhorar a gestão logística de medicamentos, materiais e insumos, evitando o desabastecimento.

Construções, Ampliações e Reformas

As construções das Unidades de Pronto Atendimento – UPA’s continuam paralisadas por decisão judicial.

As reformas de 10 bases descentralizadas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, como ação para possibilitar que aquele serviço se reabilitasse junto ao Ministério da Saúde.

Objetivo Específico 4 - Assistência Farmacêutica

No ano de 2017 foi organizado o acompanhamento dos processos de aquisição e pareceres por meio de intervenções técnicas em diferentes etapas dos processos de compra de medicamentos, com a finalidade de aumentar a eficiência dos processos licitatórios, e aumentar a chance de sucesso nas aquisições. Neste sentido, a Assistência Farmacêutica tem

acompanhado a situação de mercado dos medicamentos, principalmente para itens que não obtiveram sucesso em processos licitatórios, e, como consequência, é possível realizar ações corretivas como: revisar/ampliar descritivos inadequados/desatualizados; consolidação de informações sobre possíveis problemas de fabricação/comercialização com apresentação para SUAG; atuação junto à área responsável para definição de preços de referência no sentido de corrigir possíveis equívocos técnicos; atuação junto à área responsável pela elaboração do instrumento de compra, para adequação dos instrumentos convocatórios em casos de peculiaridades técnicas.

Na área da assistência, o principal projeto foi a implantação dos serviços clínicos farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde (APS) e o fortalecimento da Farmácia Clínica nos hospitais da rede. A partir de junho de 2017, os usuários puderam contar com o cuidado farmacêutico em 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que trouxe melhores resultados para as ações de saúde relacionadas à farmacoterapia. Para 2018, está prevista a ampliação do serviço para mais 12 UBS, a criação da Rede de Serviços Clínicos Farmacêuticos, que estabelecerá o fluxo de referência e contrarreferência na Assistência Farmacêutica, além da ampliação da Farmácia Clínica em nível ambulatorial, que, atualmente, está implantada no HAB e no HBDF.

Foram promovidas três significantes capacitações visando à melhoria dos serviços, sendo elas: 1. Curso de Capacitação em Cuidado Farmacêutico, em parceria com Ministério da Saúde e UnB; 2. II Curso de Capacitação em Farmácia Clínica, com o apoio do HUB/UnB e EBSERH; somados, permitiram capacitação de cerca de 50 farmacêuticos para realização dos serviços clínicos nos hospitais; e 3. Curso de Capacitação de Auxiliares e Técnicos para as Farmácias da Atenção Primária à Saúde, em parceria com a ETESB/FEPECS, que capacitou 150 servidores.

O fortalecimento da Farmácia Clínica nas unidades hospitalares da SES/DF possibilitou o desenvolvimento e a apresentação do projeto "A implantação da Farmácia Clínica na SES/DF" no Congresso Brasileiro de Farmácia Hospitalar da Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar, em junho deste ano, no qual os dados expostos demonstraram que o serviço desenvolvido pela SES/DF é pioneiro em termos de SUS.

Cumprindo o papel de norteador da política das ações de Assistência Farmacêutica na SES/DF, editou -se Notas Técnicas, dentre as principais: NT nº 02 de 05/06/2017, que traz os instrumentos para organização do Cuidado Farmacêutico nas Unidades Básicas de Saúde da SES/DF; e a NT conjunta DIASF/COAPS nº 01, de 23/10/2017, que estabelece os parâmetros e requisitos para manutenção e redistribuição dos servidores técnicos/auxiliares nas farmácias das Unidades Básicas de Saúde da SES/DF. Ambas apoiam as regiões de saúde a organizarem as ações de Assistência Farmacêutica melhorando os serviços prestados.

Outra medida importante para melhorar os serviços ofertados à população foi à realização de oficinas junto às Superintendências para a ampliação da oferta de medicamentos sujeitos a controle especial em todas as UBS que tenham farmacêuticos. Para cumprimento dessa demanda editou-se a Circular SEI-GDF n.º 4/2017, de 27/11/2017, que estabelece os requisitos necessários para a guarda, controle e fornecimento dos medicamentos sujeitos a controle especial e concede o prazo de até 30 de março de 2018 para que todas as 55 UBS com farmacêutico estejam dispensando os referidos medicamentos.

De fevereiro a setembro, foi realizado o projeto de estruturação da logística da Região Leste, que teve como objetivo organizar e descentralizar a distribuição de medicamentos e insumos destinados às Unidades Básicas de Saúde da Região. O projeto obteve êxito e permitiu dar mais autonomia, resolutividade e controle da demanda desses produtos às equipes de saúde e usuários, com importante diminuição da carga de serviço das farmácias hospitalares relacionada às demandas das UBS. Em 2018, planeja-se estruturar a logística de mais 2 (duas) regiões de saúde (Centro-Sul e Sudoeste ou Norte).

Também merece destaque a inauguração da terceira farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (antigo alto custo), em outubro, localizada na região administrativa do Gama. A ampliação do serviço se encaixa nos propósitos do governo para fortalecer os níveis de atenção de média e alta complexidade, contribuindo para a descentralização do atendimento hoje prestado, em consequência colaborando para a humanização do atendimento, aumento do acesso aos medicamentos e melhoria da assistência farmacêutica prestada. Estima-se que cerca de 6.000 usuários residentes nas regiões próximas, antes atendidos nas demais unidades, serão transferidos para a nova unidade. Dessa forma, espera-se maior celeridade na execução dos trâmites administrativos com redução no tempo de espera para o atendimento nas unidades Asa Sul e Ceilândia. Para 2018 está sendo avaliada a possibilidade de inauguração de uma quarta unidade na região Norte.

Outra ação realizada no âmbito do CEAF refere-se à divulgação dos estoques dos medicamentos dispensados nas unidades com o objetivo de prestar um serviço mais transparente e célere à população, mediante disponibilização da lista diária atualizada afixada nas unidades e por meio eletrônico no portal da transparência da SES-DF, evitando o enfrentamento de filas para verificar se o medicamento de interesse possui ou não estoque.

Quanto às medidas para melhorar a gestão e controle de estoques nas unidades de saúde, foi ampliado o número de unidades básicas de saúde com gestão de estoque de maneira informatizada. Na APS elevou-se de 36,4%, em 2016, para 52,3% das UBS em 2017. Mesmo frente à falta de suporte para o sistema Alphalinc, optou-se por seguir com a informatização do controle de estoques nas Farmácias, visto ser uma demanda urgente e de alto impacto para o abastecimento, programação e orçamento da Assistência Farmacêutica.

Em 2017 também obtivemos êxito nos processos de aquisição de equipamentos e insumos para a estruturação das farmácias, com o empenho de 57 refrigeradores para medicamentos termolábeis; 835 caixas organizadoras para o armazenamento de medicamentos e produtos para a saúde nos hospitais e UPAs; e 2 estufas para a secagem de plantas medicinais para a produção de fitoterápicos pela Farmácia Viva. Vale ressaltar que tratam-se de processos autuados em 2013, e com o novo modelo proposto pela SUAG e dada a devida prioridade, foi possível concluí-los no exercício.

A Farmácia Viva produziu 15.585 unidades de fitoterápicos até agosto, uma quantidade inferior a do último ano (25 mil) devido à falta de insumos, como o açúcar e potes plásticos. Entretanto, no mês de novembro, o abastecimento foi restabelecido e a produção já foi retomada. Essa produção própria atende atualmente 21 unidades de saúde. Contudo, está sendo realizado um recadastramento por meio de formulário enviado por e-mail às unidades atendidas, pois, dentre as atuais unidades de saúde cadastradas existem outras que atendem aos programas de saúde da família da região, e portanto, após o recadastramento acredita-se que esse número irá crescer.

A Farmácia Viva realizou neste ano a capacitação para mais de 40 servidores sobre plantas medicinais. Em 2018, planeja-se capacitação específica para os membros da equipe de saúde das UBS, visando multiplicar o conhecimento no tema para motivar os usuários sobre o plantio e uso adequado de plantas medicinais. Espera-se capacitar cerca de 60 servidores. Além disso, está em estudo a Inclusão do fitoterápico Alpiniazerumbet "Colônia", que possui ação ansiolítica.

Já o Núcleo de Farmácia Judicial realizou cerca de 3000 atendimentos na Farmácia de Ações. Atualmente existem 793 pacientes judicializados ativos cadastrados no NUFAJ. Estas ações referem-se ao fornecimento de medicamentos não padronizados, padronizados cuja patologia do paciente não se enquadra em protocolo clínico distrital ou federal e demandas por produtos padronizados apenas para atendimento hospitalar.

Em 2017 houve trabalho intenso para a reorganização da Comissão de Farmácia e Terapêutica, a qual retomou suas atividades no segundo semestre do presente ano. Nesse período, os principais esforços foram despendidos na revisão da Relação de Medicamentos

Padronizados da SES-DF – REMEDF e adequação do Regimento Interno a ser publicado seguindo as recomendações do Tribunal de Contas e as sugestões da DIORG/SUPLAN. Este trabalho visou a redução dos itens programáveis pela SES-DF a fim de otimizar os processos de trabalho, e segregar aqueles itens que vinham constando na relação, mas encontravam sérios problemas de aquisição, seja por problema de fabricação do produto, fracassos nos processos licitatórios, descontinuação na produção, itens sem consumo na rede.

No ano de 2017, a execução orçamentária dos programas relativos à Assistência Farmacêutica na aquisição de medicamentos foi correspondente a 70,19% do valor liquidado em relação à despesa autorizada.

No presente ano, houve maior atenção na destinação de recursos para aquisição de medicamentos no âmbito do Distrito Federal. Além de termos tido uma despesa inicial autorizada condizente com a necessidade demonstrada na PLOA, os pedidos de suplementação foram atendidos.

Dessa forma, no ano de 2017 superamos todos os índices orçamentários quando comparamos com os anos de 2014, 2015 e 2016. Portanto, é essencial o aporte dos recursos necessários para a assistência farmacêutica tendo em vista a crescente demanda populacional, e da quantidade de idosos que normalmente necessitam de uma maior quantidade de medicamentos.

Em relação às emendas parlamentares, mediante trabalho conjunto com a ARINS foi possível viabilizar a utilização dos recursos das emendas tanto na aquisição de medicamentos, como de outros equipamentos imprescindíveis para a implementação de serviços no âmbito da assistência farmacêutica, como a dose individualizada, cuidado farmacêutico na APS, entre outros.

A não vinculação do recurso para aquisição de uma classe específica facilita a execução deste, tendo em vista a necessidade permanente de aquisição de medicamentos na SES-DF, dessa forma, sempre haverá processo de compra em andamento, com possibilidade de utilização do recurso de forma imediata, como o que ocorreu com o recurso do programa de trabalho 10.303.6202.4216.0007. Em apenas um dia foi utilizado praticamente a totalidade do valor disponível.

Para o Desenvolvimento das Ações de Assistência Farmacêutica observa-se que houve execução de 48,75% do orçamento autorizado. Tal programa é utilizado basicamente para financiamento do fornecimento de nutrição parenteral aos pacientes hospitalizados na rede SES/DF.

Este programa também foi utilizado para aquisição de duas estufas para equipar a Farmácia Viva, e otimizar o processo de produção de fitoterápicos para a rede SES. No âmbito da estruturação das farmácias do Distrito Federal foi possível realizar a aquisição de refrigeradores e caixas organizadores para as unidades hospitalares e da Atenção Básica.

Observa-se no gráfico abaixo que o orçamento autorizado destinado à Assistência Farmacêutica no ano de 2017 foi de R$ 328.707.916,00 (trezentos e vinte e oito milhões setecentos e sete mil, novecentos e dezesseis reais), sendo que desse valor foram empenhados 88,50% e liquidados 63,03%. Dessa forma, vale ressaltar que esses valores de empenho e liquidação devem aumentar até o final do exercício.

Diante de reiteradas solicitações nos anos anteriores para que fosse mantido o valor previsto na PLOA para aquisição de medicamentos, uma vez que se trata de serviço essencial e contínuo, o qual impacta diretamente na qualidade de vida dos pacientes, no ano de 2017 foi dada a devida importância ao que se refere à destinação de recursos para a Assistência Farmacêutica. Como pode-se observar no gráfico abaixo, comparado com o ano de 2016, tivemos aumentos de 46% na despesa autorizada, 45% no valor empenhado e 28% de valor liquidado. Valores esses fundamentais para demonstrar a preocupação a atual gestão em abastecer as unidades de saúde.

Programação de Medicamentos

A Programação de Medicamentos e Insumos para Saúde organizou os processos de trabalho de programação de insumos para saúde e de medicamentos e insumos de laboratório a partir da publicação Decreto nº 38.234, de 30 de maio de 2017. Implantou e presidiu a Comissão de Padronização de Insumos para Saúde o que permite controlar a catalogação dos insumos para compra regular na SES.

Em razão das limitações técnicas do atual Sistema Eletrônico de Gestão de Materiais da SES/DF (Alphalinc), as séries temporais de consumo são submetidas à modelagem quantitativa em planilhas eletrônicas com a aplicação do método de Suavização Tripla Exponencial (Método de Holt-Winters) e incorporação de incrementos estatísticos à média obtida, a qual pode ser ajustada conforme a necessidade pela aplicação do Índice de Volatilidade de Demanda (IVD); fator de ajuste estabelecido com o objetivo de incorporar as oscilações de consumo e componentes de risco operacional intrínsecos ao processo de programação de medicamentos e insumos para a saúde.

A execução das atas passou a atender uma política de cobertura de 3 a 4 meses minimizando os riscos de vencimento de insumos nas áreas de armazenamento.

O acompanhamento dos processos de aquisição foi sistematizado e monitorado ao longo do ano criando um fluxo de informações as áreas envolvidas para prover celeridade e priorização dos processos licitatórios. Para melhor controle de estoque e de demanda iniciou-se a utilização do sistema HORUS**.**

Como desafios, destacamos a inconsistência e falta de suporte do sistema de gestão Alphalinc e TrackCare, o que dificultou o cumprimento da meta de informatização das farmácias da SES/DF, bem como a realização dos inventários. Além de impossibilitar a continuidade de implantação gradual do sistema integrado Alphalinc-Embala para dispensação de medicamentos, a incorporação do laudo de justificativa de antimicrobianos no TrakCare e a padronização de formulários clínicos da consulta farmacêutica, também fica prejudicada.

Outra importante dificuldade enfrentada foi a carência de pessoal para funcionamento das farmácias da rede, o que impede o avanço da implantação do sistema de distribuição de medicamentos por dose individualizada nos hospitais, o funcionamento adequado das farmácias na Atenção Primária à Saúde, que possui atualmente cerca de 50% da mão-de-obra necessária, e a execução correta das atividades nas farmácias do CEAF, conforme previsto na Portaria nº 1.554 de 30 de julho de 2013. Ressaltamos também a necessidade de abertura de concurso público para contratação de farmacêutico bioquímico -farmácia, visto o déficit desse profissional no âmbito da SES-DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO: 005 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A vigilância em saúde se relaciona às práticas de atenção e promoção da saúde dos usuários e aos mecanismos adotados para prevenção de doença, com base na análise das situações de saúde, de forma a programar e desenvolver ações intersetoriais, na intenção de dar respostas aos problemas e necessidades da saúde da população.

O exercício de 2017 foi um ano importante a para a vigilância em saúde no Distrito Federal, pois ocorreu a realização da I Conferência Distrital de Vigilância em Saúde, a qual foi precedida de reuniões de nivelamento nas 7 (sete) regiões de saúde e teve como tema: Vigilância em Saúde: Direitos, conquistas e defesa de um SUS público de qualidade. Participaram 108 pessoas, sendo 35 gestores, 28 usuários, 24 trabalhadores da saúde e 21 ouvintes/convidados. Como resultado foram aprovadas, em plenária, 24 proposições, das quais 12 são distritais e 12 nacionais.

Ressalta-se ainda que a partir do segundo semestre foi implantado o Comitê de Monitoramento de Eventos em Saúde Pública (CMESP), com reuniões semanais com o objetivo de monitorar eventos e surtos ocorridos no DF e propor resposta e controle oportunos. Até o momento foram realizadas 10 reuniões, com a produção e publicação de 03 documentos técnicos no âmbito da Subsecretaria de Vigilância à Saúde.

A organização da vigilância em saúde no DF se dá por meio das áreas de vigilância ambiental, vigilância sanitária, vigilância da saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica e também do Laboratório Central de Saúde Pública do DF, as quais devem se integrar entre si, bem como estar articulada com a assistência em saúde.

Saúde do Trabalhador

A Saúde do Trabalhador constitui-se como um serviço de vigilância e articulação de ações no âmbito do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, visando à efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (PNSTT – Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde).

As ações no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST são desenvolvidas por equipes multiprofissionais de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT), que atuam em:

- Vigilância da situação de saúde dos trabalhadores: destaca-se a análise de situação de saúde do trabalhador (ASST), que consiste na discussão dos dados levantados, podendo ser associada e/ou comparada à bibliografia e legislação vigente, com o objetivo de compreender os processos saúde-doença relacionados ao trabalho, sendo concluída com recomendações, sugestões, críticas e outros aspectos relevantes que venham a contribuir com a implementação/avanço das políticas públicas em saúde do trabalhador, corroborando com a qualidade de vida nos processos e ambientes de trabalhos.
- Inspeção sanitária em ambientes e processos de trabalho: analisa-se in loco o processo, ambiente e condições de trabalho, considerando-se as questões técnicas, socioculturais, relacionais e ambientais. Constitui-se em uma ação mobilizadora de mudanças nos processos de trabalho, visando à redução dos riscos à saúde dos trabalhadores relacionados a um ambiente, a uma atividade ou a um processo de trabalho;
- Atividades educativas em saúde para empregadores, trabalhadores, equipes de saúde e acadêmicos: se efetivam em forma de palestras, mesas redondas, aulas expositivas e rodas de conversa, bem como o acompanhamento e supervisão teórico-práticos de alunos.

Cabe ainda ao CEREST oferecer suporte técnico às equipes dos diversos pontos da Rede de Atenção à Saúde, com vistas à apropriação progressiva das questões de Saúde do Trabalhador no cotidiano dos serviços, objetivando a qualificação de práticas de VISAT em seus territórios, como a inclusão de especificidades da abordagem da Saúde do Trabalhador na elaboração dos projetos terapêuticos de acompanhamento dos trabalhadores.

Em 2017, a saúde do trabalhador pactuou no PPA a realização de 64 ações de vigilância em saúde do trabalhador. Considerando os dados parciais relativos ao mês de novembro, foram produzidas 128 ações em saúde do trabalhador, o que representa 200% da meta estabelecida. Identifica-se que foram realizadas 25 inspeções sanitárias em saúde do trabalhador, 84 atividades educativas e 19 análises de situação de saúde.

A maioria das inspeções em saúde do trabalhador foi realizada em parceria iniciada com a Vigilância Sanitária, com destaque para o Programa de Inspeções em Marmorarias e Serralherias. Porém, outros segmentos também foram abordados, como Bancos, empresas de Transporte Urbano e Terminais Rodoviários, Unidades de Saúde da SES, empresa de Telemarketing, Conselho de Representação de Classe, empresa de entrega de correspondências e funerária.

As atividades educativas realizadas pelos técnicos de VISAT têm como objetivo sensibilizar os participantes sobre o impacto da atividade laboral na saúde do trabalhador, prevenção de agravos à saúde relacionados ao trabalho, bem como temas relativos à Saúde do Trabalhador abordados no âmbito da organização em diversos setores do Estado e das representações dos empregadores e trabalhadores. As atividades educativas alcançaram 2.125 participantes, sendo 1.856 empregados e 269 graduandos. Destaca-se que o CEREST acolheu em suas dependências graduandos dos cursos de medicina e enfermagem de quatro Institutos de Ensino Superior: Universidade de Brasília - UnB, Centro Universitário Euroamericano - UniEURO, Centro de Ensino Unificado de Brasília - UniCEUB e Centro Universitário do Distrito Federal – UDF.

Além disso, houve importante investimento na qualificação dos profissionais do CEREST, com vistas à melhoria dos processos de trabalho de VISAT. Nesse sentido, foram realizadas 22 capacitações, com 89 participações de servidores, abordando diversas temáticas, como Promoção de Saúde do Trabalhador, Saúde Mental, Inspeção em Ambientes e Processos de Trabalho, Treinamento SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), Cafés com Informação Temáticos, dentre outros.

Em 2017 iniciou-se a atividade de investigação de óbitos decorrentes da atividade laboral, tendo sido investigados 11 casos de acidentes de trabalho com óbito, sendo 100% dos casos investigados notificados no SINAN e, quando possível, foram realizadas intervenções nos ambientes e processos de trabalho, visando evitar a recorrência de acidentes graves ou fatais.

Acrescenta-se que foram elaborados Manuais Técnicos, com o objetivo de regulamentar as atividades desenvolvidas pelos técnicos de VISAT, como Manual de Procedimentos, Manual de Inspeção Sanitária em Saúde do Trabalhador (em fase final de elaboração) e iniciado o Manual de Investigação de Acidente de Trabalho Grave ou Fatal.

Também, foram elaborados Boletins Informativos e Análises de Situação de Saúde com temas relacionados à saúde do trabalhador, como: Perda Auditiva Induzida por Ruído - PAIR, Saúde Vocal, Acidente de Trabalho com Exposição a Material Biológico, Análises do Banco de Dados de Notificações Compulsórias, Intoxicação Exógena por uso de Agrotóxicos e Ambiente e Condições de Trabalho do Trabalhador Rodoviário no Distrito Federal, dentre outros.

Uma forte parceria se iniciou em 2017 com representações sindicais na estruturação do Fórum Intersindical de Saúde do Trabalhador.

VIGILÂNCIA AMBIENTAL

A Vigilância Ambiental em Saúde atua no monitoramento e controle de todos os fatores de riscos que o ambiente pode promover de forma a influenciar na saúde humana, individual ou coletiva. Como fatores de risco biológicos, temos os exemplos do controle de vetores e de zoonoses, e não biológicos, como a vigilância da qualidade da água para consumo humano.

Em relação às atividades das arboviroses, foram desenvolvidas ações de inspeção, prevenção, controle de Mobilização Social visando a redução das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Como uma das principais atividades para o controle, intervenção, monitoramento e orientações quanto aos vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* foram pactuados e programados 6 ciclos de visitas aos imóveis existentes do Distrito Federal ao longo do ano. Vale ressaltar que dos 6 ciclos de visitas pactuados, pelo menos 4 devem possuir 80% dos imóveis visitados.

De acordo com Informações fornecidas pela Terracap, em dezembro de 2017, o Distrito Federal possuía 772.923 edificações. Considerando que o total de imóveis, conforme as Diretrizes do Programa Nacional de Controle da Dengue aplicadas ao Distrito Federal é de aproximadamente 618.338 edificações em cada ciclo, o total de visitas previstas é de 3.710.030 ao ano. Para alcançar a meta pactuada são necessárias no mínimo 2.473.353 visitas domiciliares, distribuídas em 4 ciclos.

Ações Realizadas para controle da dengue e outras arboviroses, comparativo 2016 e 2017

Ações	Resultados		Variação
	2016	2017	
Número de imóveis inspecionados para monitoramento e controle do Aedes aegypti e Aedes albopictus	2.273.314	1.494.984	-34%
Número de imóveis tratados com larvicida (tratamento focal)	78.927	6.334	-91%
Número de imóveis tratados no peridomicílio com UBV costal	39.739	311.515	684%
Número de imóveis tratados com UBV pesado	1.150.971	532.743	-53%
Número de imóveis tratados no intradomicílio com inseticida em aerossol	3.289	0	-100%
Número de pontos estratégicos inspecionados	15.647	35.195	124%
Número de armadilhas entomológicas instaladas	7.230	1.205	-83%

Fonte: DIVAL, DEZ/2017. (*Dados parciais até dia 15 de dezembro)

Não foi possível alcançar a meta de imóveis inspecionados devido ao déficit de servidores de campo. As equipes são formadas por 501 servidores que desenvolvem diretamente as atividades de visitas e inspeções domiciliares. Logo, para melhorar a produção e os processos de trabalho serão realizadas as seguintes entregas:

1. Plano Integrado de Controle das Arboviroses;
2. Reestruturação e realocação de recursos humanos;
3. Manual de Ações de Vigilância Ambiental em Saúde;
4. Implementação do projeto de monitoramento de vetor por armadilha (adultramp e larvtramp).

Outra atividade fundamental para o controle de vetores é o manejo ambiental, que tem a finalidade de retirar dos ambientes residenciais, comerciais, lazer, os objetos inservíveis, entulhos, lixo e resíduos que possam se tornar em potenciais criadouros de vetores. A partir da parceria com Secretaria das Cidades foram intensificadas as ações de manejo ambiental nas 31 Regiões Administrativas do DF. Essa atividade conta ainda com as parcerias de outros órgãos como o SLU, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).

Proporção de imóveis inspecionados

Indicador	Meta	Resultados	
		2016	2017
Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Meta: 80% em cada ciclo	1	0

Fonte: DIVAL, DEZ/2017. (*Dados parciais até dia 15 de dezembro)

Além da reestruturação dos serviços, a atualização e adequação das metodologias de monitoramento e controle de vetores preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Dengue para a realidade do Distrito Federal, é fundamental para a qualificação das ações desenvolvidas, assim como uma melhor perspectiva de alcance das metas pactuadas. Para tanto, a edição e publicação do Manual de Ações de Vigilância Ambiental em Saúde são indispensáveis.

Nos Levantamentos de Índice Rápido para Aedes aegypti (LIRAa), o primeiro ciclo ocorreu em março. O segundo ciclo foi realizado, em maio, com 26.209. O terceiro ciclo aconteceu em agosto com 26.552 imóveis visitados. O quarto ciclo aconteceu, em novembro, com 26.479 imóveis visitados.

A realização dos quatro LIRAas foi fundamental para orientar a programação de ações e as estratégias pontuais de controle do Aedes. Em março de 2017, com a realização do 1º LIRAa foi possível identificar uma mudança de comportamento na população do DF, que influenciada pela crise hídrica e o racionamento de água, passou a armazenar água para uso doméstico de forma indiscriminada, potencializando o surgimento de criadouros de vetores. Essa

mudança promoveu uma transmissão sustentada de dengue no DF em período diverso do costumeiramente sazonal. Os resultados dos LIRAa também subsidiam a priorização das ações do Programa Cidades Limpas.

Para enfrentamento da mudança de comportamento em virtude da crise hídrica, foi desenvolvido o Programa Mensageiros da Água e a Ação Escola Sem Mosquito. Somente em maio de 2017 foram capacitados 514 profissionais da educação como multiplicadores. Essas ações foram fundamentais para orientação da população quanto ao uso racional da água, o armazenamento adequado e o combate ao Aedes.

As atividades de vigilância entomológica e controle vetorial da doença de Chagas são realizadas nos 64 Postos de Informações de Triatomíneos – PIT, que recolheram e examinaram 853 insetos suspeitos, dos quais 3 foram positivos para Doença de Chagas, gerando 7 borrifações domiciliares para controle da doença.

A vigilância e controle da Leishmaniose Visceral – LV e da Leishmaniose Tegumentar Americana - LTA realizou a instalação de 160 armadilhas luminosas para coletas dos flebotomínios (mosquito palha) e realizou 27 levantamentos e monitoramento entomológico que consistem em verificar a presença e o comportamento dos vetores, inclusive na ocorrência de casos humanos para identificar o Local Provável de Infecção – LPI.

Para a vigilância entomológica de Febre Amarela foram capturados 181culicídeos em áreas silvestres vulneráveis à transmissão do vírus amarílico. Foram realizadas 181 ações de monitoramento e de investigação entomológica em 27 áreas de registro de morte de primata não humana (PNH). Foram realizadas 100% das inspeções previstas mensalmente em 2017 e não foi registrado nenhum resultado positivo quanto ao isolamento do vírus amarílico ou outro flavivírus a partir dos exemplares de culicídeos capturados.

Durante o ano de 2017, em reunião da Sala Interfederativa DF/GO, foi pactuado com o Estado de Goiás e Municípios do Entorno, pertencentes a RIDE-DF/GO a implementação da Rede de Monitoramento de Epizootias. A DIVAL promoveu quatro oficinas de sensibilização e capacitou mais de 800 servidores e colaboradores de órgãos ambientais ou relacionados às questões ambientais do DF, o que potencializou a notificação e o registro de epizootias de primatas no DF e entorno.

Em 2016 foram registradas 56 ocorrências de epizootias de PNH. Já em 2017, após as atividades de implementação da Rede de Monitoramento, a DIVAL registrou 145 epizootias. Destas nenhuma foi diagnosticada como positiva para o vírus amarílico. Vale destacar que a habilitação do Laboratório da Universidade de Brasília (UnB), em 2017, como a referência para as epizootias de PNH foi a maior conquista nessa área para o Distrito Federal, reduzindo o tempo de resposta para 7 a 10 dias da entrega da amostra, representando para a DIVAL a possibilidade real de monitoramento, intervenção e controle da Febre Amarela no âmbito do DF e entorno.

Em 2017 das atividades que abrangem os animais peçonhentos, destacaram-se aquelas relacionadas aos escorpiões, mais precisamente da espécie *Tityusserrulatus*, de importância médica por estar relacionada à ocorrência de acidentes com pessoas.

Atividades realizadas para controle de animais peçonhentos comparativo 2016 e 2017

Ações	Resultados		Variação
	2016	2017	
Número total de imóveis inspecionados para escorpião	776	765	-1,4%
Número total de espécies de escorpiões recebidos/coletados e identificados	208	545	162%
Número total de espécimes de *Tityusserrulatus* recebidos/coletados e identificados	271	522	92%
Número de imóveis inspecionados para aranhas	4	5	25%

Fonte: DIVAL, DEZ/2017. (*Dados parciais até dia 15 de dezembro)

A vigilância ambiental de zoonoses é responsável pelo desenvolvimento das ações de controle de zoonoses como leishmaniose visceral, leptospirose, hantavirose, febre amarela,

doenças transmitidas por pombos e especialmente as medidas para o controle da raiva, com monitoramento e orientações, bem como campanha de vacinação antirrábica.

Atividades realizadas para a vigilância de Zoonoses comparativo 2016 e 2017

Ações	Resultados		Variação
	2016	2017	
Número de gatos vacinados com a vacina antirrábica (rotina + campanha)	26.050	16.171	-37%
Número de cães vacinados com a vacina antirrábica (rotina + campanha)	172.767	113.585	-34%
Número de animais (cães e gatos) recolhidos, entregues ou capturados suspeitos de raiva, agressivos, com suspeita de outras zoonoses ou em estado de sofrimento	869	562	-35%
Número de diagnósticos para raiva realizada na população canina e felina	108	53	-50%
Número de diagnósticos para raiva realizada na população bovina, equina, ovina, morcego, primata não humano e outros	222	226	2%
Número de diagnóstico para raiva realizada de outras UF na população canina felina, bovina, equino, morcego, ovino, primata não humano e outras espécies	25	21	-16%

Fonte: DIVAL, DEZ/2017. (*Dados parciais até dia 15 de dezembro)

Em 2017, foram realizados 263 procedimentos de eutanásia em cães e gatos. No que tange à doação, 219 animais foram doados. Foram 05 diagnósticos positivos para raiva realizados na população bovina, equina, ovina, morcego, primata não humano, humano e outros. Quanto à solicitação referente a morcegos, foram recolhidos 61 morcegos, e realizados 72 atendimentos das 74 solicitações recebidas pela DIVAL, seguida de orientação dos procedimentos e riscos oferecidos por esse animal. Dentre as atividades de Biotério com camundongos, foram utilizados para diagnóstico da Raiva a produção de camundongos em número de 12.944.

A Campanha de vacinação antirrábica de cães e gatos tem por objetivo principal realizar a vacinação de cães e gatos, anualmente, como forma de profilaxia da raiva e manter o status epidemiológico de área livre em cães e gatos, e, consequentemente manter o status de área livre da raiva humana. A referida Campanha foi dividida em duas etapas: RURAL e URBANA. A primeira etapa (URBANA) foi realizada em 25/11/2017 e a segunda (RURAL), em 02/12/2017 totalizando 119.516 cães e gatos vacinados.

A Campanha teve por finalidade realizar o reforço anual nos animais vacinados e realizar a primeira dose nos animais não vacinados para raiva, alcançando apenas 35% de cobertura. Logo, foi elaborada uma proposta para capilarizar e aumentar a cobertura vacinal por meio da implantação da Rede Descentralizada de Vacinação Antirrábica no DF, com o credenciamento de consultórios, clínicas e hospitais veterinários e instituições de ensino particulares, a fim de alcançar a meta nacional pactuada de 80% de cães e gatos vacinados.

Atividades de campanha realizadas para a vigilância de Zoonoses comparativo 2016 e 2017

Indicador	Meta	Resultados	
		2016	2017
Proporção de população canina e felina vacinada	Total: 339.260 - Meta: 80%	65,29%	35,2%
Proporção de cães vacinados na campanha de vacinação antirrábica canina	Total: 308.419 - Meta: 80%	63,88%	34%

Fonte: DIVAL, DEZ/2017. (*Dados parciais até dia 15 de dezembro)

Para a vigilância e controle da leishmaniose visceral canina são realizadas inspeções nos imóveis das regiões endêmicas do Distrito Federal, inquéritos sorológicos e amostrais, com monitoramento dos casos humanos e caninos confirmados.

Atividades realizadas para a vigilância de Zoonoses comparativo 2016 e 2017

Ações	Resultados		Variação
	2016	2017	
Número de casos humanos de Leishmaniose visceral notificados investigados pela DIVAL	3	3	0%
Número de inspeções realizadas em imóveis a partir de casos humanos de Leishmaniose visceral notificados para a DIVAL	2.984	1.901	-36%
Número de inquéritos sorológicos caninos realizados em áreas com caso humano de Leishmaniose Visceral notificados	14	3	-78%
Número de amostras analisadas para diagnóstico de Leishmaniose Visceral	2.596	5.280	103%
Número de animais reagentes e Leishmaniose Visceral	414	415	0,2%
Número de animais reagentes a Leishmaniose Visceral recolhidos e entregues	291	188	-35%

Fonte: DIVAL, DEZ/2017. Dados parciais faltam os meses de outubro, novembro e dezembro, pois o kit de elisa está com problemas.

Para o acompanhamento de casos humanos e fatores ambientais para leptospirose, febre amarela, hantavirose e doenças transmitidas por pombos, o objetivo é atender 100% das demandas da população relativas às zoonoses e criar mecanismos de mapeamento e monitoramento de casos e população de reservatórios no âmbito do DF.

Atividades realizadas para a vigilância de Zoonoses comparativo 2016 e 2017

Ações	Resultados		Variação
	2016	2017	
Número de casos humanos de leptospirose notificados e investigados pela DIVAL	15	6	-60%
Número de casos humanos de hantavirose notificados e investigados para a DIVAL	4	2	-50%
Número de primatas não humanos coletados com suspeita de febre amarela, necropsiados, enviados para o IEC*	54	125	131%

Fonte: DIVAL, DEZ/2017. (*Dados parciais até dia 15 de dezembro)

A vigilância dos fatores não biológicos é realizada por meio do monitoramento da exposição de agravos decorrentes de fatores químicos e físicos, com parâmetros baseados na qualidade do ar, do solo e da água para consumo humano, bem como aqueles decorrentes de acidentes com produtos químicos perigosos e desastres naturais.

Ações realizadas para controle da água comparativo 2016 e 2017

Indicador	Meta	Resultados		Variação
		2016	2017	
Número de amostras de água para consumo humano coletadas (PPA ampliar 10% ano em relação 2014: 1.739)	2016: 1.912 2017: 2.104	1.198	1.109	-7%

Fonte: DIVAL, DEZ/2017. (*Dados parciais até dia 22 de dezembro)

Em relação à Mobilização Social, as principais atividades desenvolvidas pela equipe foram palestras, capacitações de multiplicadores, exposições dialogadas (stands), apresentações teatrais (com fantoches ou encenação diante da plateia), apresentações de paródias e elaboração de projetos de cursos. Vale destacar que as atividades abaixo não contabilizam as ações preventivas e educativas da AMISPE, da Sala Distrital de Controle ao Aedes, e da Sala Interfederativa de combate ao Aedes GO-DF. Vale ressaltar que no ano de 2017 as ações foram programadas e realizadas com maior objetividade, alcançando um número considerável de pessoas.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

A Vigilância Epidemiológica realiza ações de vigilância e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos que proporcionam o conhecimento, a detecção e prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual

e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos e promoção da saúde.

Os quadros a seguir demonstram os casos de doenças imunopreveníveis e os casos de doenças de transmissão hídrica e alimentar notificadas e investigadas em moradores do DF em 2017:

Casos de Doenças Imunopreveníveis notificados e investigados em moradores do DF- 2017.

Doenças Imunopreveníveis	Notificados	Investigados	Confirmados
Sarampo	21	21	0
Rubéola	28	28	0
Síndrome da Rubéola Congênita	24	24	0
Tétano Acidental	1	1	1
Doença Meningocócica	27	27	23
Paralisia Flácida Aguda	6	6	0
Síndrome Respiratória Aguda Grave	571	571	197
Coqueluche	115	115	34
Varicela	1034	1034	1034
Total	1827	1827	1289

Fonte: SINAN 08/01/18

Casos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar notificados e investigados em moradores do DF- 2017

Doenças	Notificados	Investigados	Confirmados
Hepatite A	15	15	15
Febre Tifóide	02	02	0
Rotavírus	0	0	0
Total	17	17	15

Fonte: SINAN 08/01/18

A Vigilância das Doenças Diarréicas Agudas (DDA) é realizada por meio do SIVEP-DDA. No ano de 2017, 19.860 casos de DDA foram atendidos nas unidades de saúde da SES/DF.

Quanto aos surtos de diarreia e doenças transmitidas por alimento foram notificados e investigados 19 surtos.

Em 2017, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza aconteceu no período de 17 de abril a 06 de junho de 2017, sendo o dia "D", 13 de maio. Ao todo foram vacinadas 620.139 pessoas do grupo prioritário e 82.699 pessoas não pertencentes ao grupo prioritário, totalizando 702.838 doses aplicadas. A meta de 90% foi superada, o DF atingido 92,5%, mas analisando as categorias em separado não houve o alcance de 90%: as crianças (66,1%), gestantes (71,6%), puérperas (72,3%) e trabalhadores da saúde (81,7%).

A Campanha Nacional de Multivacinação aconteceu no período de 11 a 22 de setembro, sendo o dia "D" 16 de setembro, com o objetivo de atualizar os cartões de vacina, sem meta estipulada pelo Ministério da Saúde, totalizando 70.416 doses aplicadas.

A Cobertura Vacinal do DF manteve-se como o restante do país, onde apenas a vacina da BCG atingiu a meta determinada pelo Ministério da Saúde. Foram realizadas várias discussões com o Programa Nacional de Imunização para as melhorias das coberturas em todo o país. As Coberturas Vacinais até dezembro (em menores ou iguais a 1 ano) são BCG (106,4%), Polio (87,39%), Pneumo (91,11%),TV (84,62%), FA (88,46%), Meningo (85,35%), Rota (83,23%), Penta (86,36%), Influenza (69,13%).

Com o objetivo de capacitar profissionais que atuam nas salas de vacina, na Atenção Primária à Saúde e na Vigilância Epidemiológica da SES/DF, foram realizadas capacitações nas 07 Regiões de Saúde, totalizando 552 servidores capacitados. Também foi realizado no dia 7 de dezembro o IV Fórum Distrital de Imunização e o I Fórum de Doenças Imunopreveníveis, com 105 participantes, com a finalidade de discutir as baixas coberturas vacinais, as alterações do calendário de 2018, os indicadores de imunização e sistema de informação (SIPNI) e alertar para as doenças imunopreveníveis.

No ano de 2017 foram distribuídas 7.372 ampolas de soros e imunoglobulinas, 2.828.816 doses de vacinas e 2.913.777 insumos, como impressos para estatística, seringas, caixas térmicas e termômetros, que complementaram os estoques das salas de vacinas dos centros de saúde, prontos socorros e centros de referência de imunobiológicos especiais.

Por isso, em 2017 foi iniciada a implantação do sistema de Informações de Insumos Estratégicos-SIES nas 126 salas de vacinas, porém só houve implantação em 55 (44%). Esse alcance decorreu da falta de conexão à internet, recurso indispensável tendo em vista o sistema ser web. Essa situação dificultou a gestão dos estoques, principalmente das vacinas que estavam com problemas de abastecimento, pois, sem sistema, não houve acesso aos estoques das salas de vacina.

Em referência à vigilância das doenças e agravos não transmissíveis, foram realizadas as seguintes ações: primeiro curso para profissionais e gestores em Vigilância Epidemiológica em Doenças e Agravos não Transmissíveis; 04 capacitações para agentes comunitários de saúde sobre Prevenção de Acidentes na Infância e Adolescência; coordenação do Programa Vida no Trânsito; realização do estudo nacional de Vigilância de Violências e Acidentes no Distrito Federal; elaboração e aprovação no Colegiado de Gestão do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis no DF; realização de ação educativa para a população alusiva ao Dia Mundial da Saúde; apoio técnico na implementação da Linha de Cuidado de Atenção a Pacientes com Sobrepeso e Obesidade das Regiões Centro Norte, Centro e Sul e Leste; apoio técnico na elaboração de instrumento para avaliação da Suficiência do Autocuidado para Indivíduos com Diabetes e Hipertensão; apoio técnico na implementação da Planificação da Rede de Atenção em Saúde e supervisão de estagiários do curso de graduação de Nutrição pela Universidade de Brasília.

A SES/DF acumulou 4.878 notificações de violência entre os anos de 2016 e 2017, de residentes ou não do DF. No período de janeiro a dezembro de 2017, a maior proporção das notificações de violência (1.729/2.287) foi identificada no sexo feminino entre 10 e 19 anos (40%), e no sexo masculino, na mesma faixa etária com 32,7% (557/2.287). Os tipos de violência mais notificados foram a violência física (710) seguida da sexual (633).

Para o alcance dos indicadores pactuados foram realizadas ações de mobilização com destaque para as Campanhas Integradas com outros órgãos do governo tais como a de Prevenção a Violência sexual de Crianças, adolescentes e mulheres (Faça Bonito e 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher - Meninas, Mulheres & Respeito) desenvolvidas em maio e em novembro respectivamente e que articulam integradamente com as ações do Programa de Governo Criança Candanga e Brasília Cidadã. Ressalte-se que em 25/11/2017 foi assinado um Protocolo de Intenções do Governo do DF com organizações internacionais priorizando no planejamento das pastas as ações de Prevenção e Atendimento à Violência Sexual.

Em relação a implantação da Linha de Cuidado de violência sexual as ações foram desenvolvidas em parceria com os NUPAV das Superintendências Regionais de Saúde. Foram realizadas revisões e elaboração de fluxos (01 geral e 01 APS, 01 PS hospitalar e 01 ambulatório do PAV) e protocolos de atendimento (médico para violência sexual) e 07 oficinas de organização das Redes nas Regiões de saúde para implantação da linha de cuidado que alcançaram a marca de 731 profissionais de saúde de um total de 2406 capacitados na temática da violência em todos os níveis de atenção neste ano. Em 2017 a Rede dos PAV ampliou sua capacidade de

atendimento em 500h/semanais fortalecendo o atendimento especializado para vítimas e autores de violência sexual em todos os ciclos de vida, são 19 ambulatórios multiprofissionais distribuídos em todas as regiões administrativas formando a maior Rede de ambulatórios especializados para a violência sexual e doméstica e o único estado com atendimento aos autores de violência sexual no Brasil.

A qualidade e a expertise da Rede dos PAV "Flores em Rede" na atuação nesta temática gerou a seleção de 07 Trabalhos para a Mostra de Experiências inovadoras da SES/DF além de grande reconhecimento como referência por parte da Rede de Proteção do DF, a saber, o Centro Integrado 18 de maio, MPDFT, TJDFT, DEAM e DPCA.

Destaque para a realização da 1ª capacitação de médicos para o atendimento e acompanhamento das vítimas de violência sexual realizada em novembro que teve como objetivo a qualificação da assistência para médicos de família, pediatras, ginecologistas, proctologistas e psiquiatras de toda a Rede da SES.

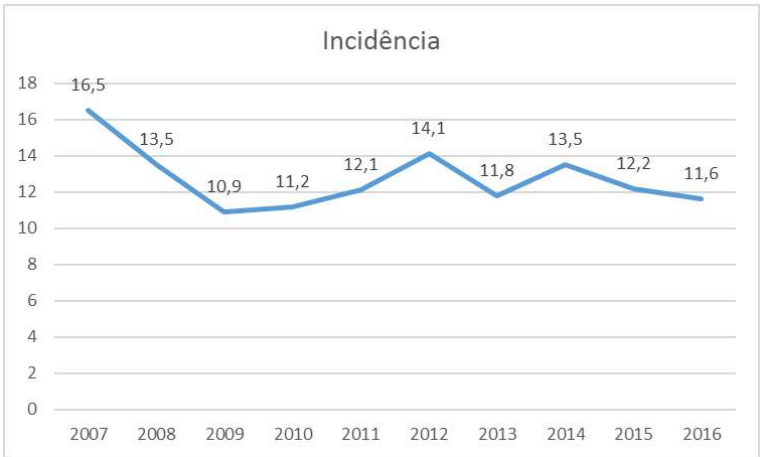
Foi realizada a oficina de planejamento, monitoramento e avaliação do Programa de Atenção à Violência que revisitou e ajustou as ações com foco no processo de regionalização da SES. Neste sentido, diversas pactuações (03 metas e indicadores - AGR) foram firmadas para fortalecer o processo de gestão e monitoramento sistemático das ações nas regiões de saúde do DF.

Os resultados positivos podem ser observados no maior acesso da população em situação de violência interpessoal à Rede e na maior resolubilidade dos casos. A ascensão do número de notificações relacionado ao aumento do número de atendimento são produtos de um trabalho monitorado, sistematizado e contínuo da gestão e sobretudo, fruto da organização da Rede, ampliação da força de trabalho, capacitação continuada, das ações de prevenção à violência e do fortalecimento do atendimento especializado - PAV. A existência do NUPAV nas regiões ligado a superintendência possibilitou a consolidação da regionalização da gestão e da Atenção Integral nos territórios, a organização da linha de cuidado para a violência sexual e a integração das ações na perspectiva de Redes de Atenção temática.

No que concerne à vigilância de Doenças Crônicas Transmissíveis e outros agravos foram realizadas as seguintes ações:

A tuberculose apresentou pouca variação na incidência de tuberculose entre 2007 a 2016, demonstrando necessidade tanto de potencializar as estratégias já existentes de prevenção e controle da doença quanto de incluir novas tecnologias a fim de alcançar as metas do Plano de Eliminação da Tuberculose como Problema de Saúde Pública no Brasil, a saber: diminuir a incidência de TB para menos de 10 casos por 100.000 habitantes e menos de 1 óbito por 100.000 habitantes.

Coeficiente e incidência da tuberculose segundo ano de diagnóstico. Distrito Federal, 2007 a 2016.



Fonte: SVS/SESDF Dez/2017

Os principais indicadores da tuberculose monitorados são: cura, contatos e realização do teste para detecção do HIV. No entanto, o DF ainda é frágil no alcance das metas pactuadas. No ano de 2016, o DF obteve uma proporção de cura de casos novos de tuberculose de 68,66 %. No que tange a avaliação de contatos, no ano de 2017, o DF obteve uma proporção de 50,2% dos contatos examinados. A proporção de testagem para o HIV dos casos novos de tuberculose foi de 73,16% abaixo da meta estabelecida de 85%. Apesar dos esforços da equipe técnica em promover capacitações, reuniões junto as Diretorias de Atenção Primária visando auxiliar o planejamento das atividades em tuberculose bem como na elaboração da linha de cuidado das regiões de saúde, o controle da tuberculose continua sendo um desafio para o DF.

Em relação à hanseníase, a proporção de pacientes com grau 2 aumentou nos últimos três anos, entre os casos novos de hanseníase no Distrito Federal que tiveram o grau de incapacidade avaliado no diagnóstico. Isso significa que o diagnóstico da doença no DF é tardio visto que em 2016, 16,9% dos casos novos diagnosticados já apresentavam grau 2 de incapacidade física, e em 2017, 11,6 % apresentaram incapacidade física no momento do diagnóstico, o que segundo o parâmetro do Ministério da Saúde, é considerado alto > ou igual a 10. Dessa forma em ambos os anos a proporção está alta.

O indicador que avalia a qualidade dos serviços como proporção de cura de hanseníase entre os casos novos apresenta-se muito crítico. Dessa forma, faz-se necessário estabelecer a linha de cuidado para hanseníase incluindo todos os níveis da atenção, para qualificação dos profissionais e serviços. Além disso, os números de casos em menores de 15 anos se mantiveram elevados e refletem a força de transmissão recente da doença.

Em relação a dengue, 2017 houve redução de 76,68% no número de casos prováveis dessa doença em relação ao ano anterior. No entanto, o racionamento de água fez com que a população armazenasse água, fator esse que manteve a circulação viral. Em algumas regiões administrativas, como Cidade Estrutural, São Sebastião, Planaltina, Fercal e Samambaia, as condições socioambientais colaboraram para a proliferação do vetor no período da seca.

Neste ano o sorotipo predominante em 90% das amostras analisadas, foi o tipo DENV 2, o qual está associado ao aumento da ocorrência de casos graves com complicações neurológicas e óbitos.

O coeficiente de letalidade por dengue foi de 0,4%, abaixo do valor aceito pela OMS que é de cerca de 1%, Aproximadamente 42% dos óbitos por dengue que ocorreram no DF são provenientes de municípios do entorno.

O número de casos prováveis de chikungunya e zika no DF, em relação ao ano anterior, também tiveram uma redução importante de 69% e 65% respectivamente. Até 2016 a maior parte dos casos de chikungunya do DF vieram infectados de outros estados principalmente do Nordeste. Em 2017 este padrão mudou visto que a maior parte, 69% dos casos, se infectaram no próprio DF.

Em relação à febre amarela, no ano de 2017, foram confirmados três casos por critério laboratorial, sendo que todos evoluíram para óbito resultando em um coeficiente de letalidade de 100%, bastante acima da média nacional que é de 33%. Há que se intensificar a vigilância para ocorrência de casos moderados/leves de febre amarela a fim de reduzir o coeficiente em referência.

As perspectivas/melhorias são fortalecer a vigilância epidemiológica na atenção primária de saúde; qualificar a rede privada para que obtenha o mesmo grau de qualificação da rede pública na abordagem de casos de arboviroses; melhorar a integração da vigilância epidemiológica com outros setores; acompanhar a elaboração, implantação das linhas de cuidado e aprimorar o monitoramento dos indicadores epidemiológicos nas Regiões de Saúde e promover capacitações a fim de qualificar os profissionais de saúde.

No que tange o HIV/AIDS, observa-se nos últimos anos uma estabilização no número de casos novos. Em 2017 foram notificados 863 casos (Fonte Sinan, dados parciais extraídos em 08/01/2018), mantendo a tendência de aumento de detecção de HIV e redução da detecção de AIDS de anos anteriores. Isto significa aumento do diagnóstico oportuno da infecção, possibilitando tratamento adequado e evitando o desenvolvimento da AIDS. Dos casos notificados este ano, 320 foram de AIDS e 543 de HIV. Ressalta-se a concentração maior na faixa etária de 25 a 39 anos, mas com crescimento detectado entre jovens de 15 a 24 anos e nas pessoas acima de 55 anos. O sexo masculino alcança quase 6 novos casos de HIV para cada caso feminino, tendo como forma predominante a transmissão homossexual. Atualmente, cerca de 12.600 pessoas com HIV/Aids recebem medicamento antirretroviral (ARV), no Distrito Federal.

Em 2017 houve somente um caso de AIDS em criança, dentre as 39 gestantes com HIV notificadas (Fonte:Sinan, dados parciais extraídos em 18/12/17), demostrando a eficiência das medidas de controle da transmissão vertical, com diagnóstico precoce, tratamento ARV à gestante e ao recém-nascido e o fornecimento de fórmula infantil, beneficiando por mês cerca de 60 crianças expostas ao HIV e HTLV até os 18 meses de idade.

Das demais infecções sexualmente transmissíveis (IST), deve se destacar a situação da sífilis. Esta doença ainda apresenta uma tendência de crescimento. Em 2017 foram 1.431 casos novos de sífilis adquirida, o que representa um aumento de 11,1% em relação ao ano anterior.

Nos casos de sífilis em gestantes, 285 casos foram notificados em 2017. Em relação à sífilis congênita o total de casos notificados foi de 261, representando um incremento de 19,6% em relação à 2016 (Fonte Sinan, dados parciais extraídos em 08/01/18), tal como observado nas demais regiões do país.

Por isso, as estratégias de prevenção, associadas à vigilância epidemiológica e o fortalecimento do tratamento representam as principais medidas para o controle dessas infecções. Em 2017 foram distribuídos em média mensal 1,1 milhão de preservativos masculinos, 70 mil preservativos femininos e 40 mil unidades de gel lubrificante. Esses insumos beneficiaram as ações das unidades públicas de saúde, outros órgãos governamentais e as entidades não governamentais parceiras da SES/DF. No Carnaval, Dia Nacional Contra Sífilis e Semana Distrital de Prevenção/Dia Mundial Contra AIDS, foram apoiadas as ações das Regiões de Saúde, Sistema Prisional, entidades culturais, organizações comunitárias, empresas com cerca de 300 mil unidades extras de preservativos masculinos e 13 mil testes rápidos para HIV e sífilis (Fontes SICLOM e SISLOG, extraídos em 08/01/18).

As organizações não governamentais foram importantes parceiras nas ações, tendo distribuído por mês cerca de 80 mil preservativos masculinos e 15 mil géis lubrificantes (fornecidos pela SES), além de dois projetos ONG financiados pelo Ministério da Saúde que realizaram cerca de 150 (cento e cinquenta) testes rápidos para HIV por mês, com a metodologia de fluido oral.

A Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP) também é importante estratégia de prevenção, voltada para as situações de exposição ocupacional ou relação sexual (consensual ou mediante violência). Em 2018 será implementada a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP), compondo o leque de medidas de prevenção primária e secundária na rede pública. Em 2017 foram fornecidas 2.892 PEP para situações ocupacionais e sexuais (Fonte SICLOM, extraído em 08/01/18).

Ressalta-se ainda a ampliação da realização de testagem rápida para HIV e sífilis. Em 2017 foram em média repassados 25 mil testes rápidos para sífilis por mês, sendo em média cerca de 9 mil testes rápidos para o pré-natal. No caso do HIV, em 2017 foram em média cerca de 25 mil testes por mês fornecidos à rede pública e outras entidades.

Para ampliar a resposta à sífilis foi proposto o Plano Integrado de Enfrentamento da Sífilis, a fim de ampliar as ações que reduzam os casos de sífilis congênita, sífilis em gestantes e que impactem na detecção da sífilis adquirida.

No que tange à Epidemiologia de Campo, composta pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde-CIEVS e pelo Centro de Informações Toxicológicas-CIT, a gerência presta informações para o conjunto da população e profissionais do SUS em relação às doenças e agravos de notificação compulsória, surtos e eventos de importância à Saúde Pública 24horas por dia.

O Centro de Informações Toxicológicas-CIT passou a fazer parte da Diretoria do SAMU, conforme publicação no DODF nº 177, de 14 de setembro de 2017, por meio do Decreto nº 38.488, de 13 de setembro de 2017, dessa forma os dados apresentados estarão dentro do período de janeiro a 13 de setembro de 2017.

Considerando o período acima citado, foram realizados 567 atendimentos pela equipe do CIT, sendo os quais 52,48% (296) foram por acidentes/intoxicações por medicamentos; 12,94% (73), animais peçonhentos; e 10,10% (57), produtos químicos industriais.

A SES recebeu 240 casos suspeitos de doenças de notificação compulsória (período de captação dos dados: 11/07/2017 à 31/12/2017 – Fonte: EpiInfo).

A variação percebida entre os quadrimestres se refere às dificuldades técnicas enfrentadas pela equipe sobretudo às relacionadas ao corte dos telefones fixos. A principal fonte de notificação se dá pelo número 0800 que está disponibilizado nas bulas de todos os remédios do país. Para tentar equacionar parte do problema foi disponibilizada uma linha de telefonia celular.

A SES DF instituiu por meio da Portaria SES DF, n° 25, de 29 de fevereiro de 2016, publicada no DODF nº41, de 02/03/2016, o Comitê Técnico Operacional para o enfrentamento das microcefalias no âmbito da SES DF. Até o momento, o Comitê Técnico da SES analisou 133 casos suspeitos de doenças infecciosas congênitas, segundo as definições dos protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Destes casos, 61 foram descartados por critérios clínicos, epidemiológicos e de imagem, 05 gestantes com amostra positiva para o vírus Zika, 37 casos estão sob investigação; 06 casos de recém-nascidos foram confirmados para o vírus Zika; 11 casos foram confirmados com etiologia desconhecida; 05 por infecção congênita (toxoplasmose ou citomegalovírus); 05 casos classificados como caso provável e 03 casos inconclusivos.

Implantado e realizado o curso do EpiSUS Fundamental em parceria com o MS, TEPHINET e Centers for DiseaseControlandPrevention -CDC/EUA. Na primeira turma foram capacitados seis técnicos da SES.

No que se refere ao encerramento oportuno das notificações compulsórias de doenças e agravos, no ano de 2017, foram realizadas até o momento 37.453 notificações, com o encerramento oportuno de 87,3% (Fonte: SINAN, data de extração: 26/12/2017, dados provisórios).

Em 2017, a Vigilância Epidemiológica elaborou 117 documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde no DF. Esses documentos contribuíram para o conhecimento da situação de saúde da população e sobre seu perfil epidemiológico; servindo de base para subsidiar as políticas do Governo do Distrito Federal.

No ano de 2017, 62 servidores da Vigilância Epidemiológica foram capacitados em diversas ações educativas. A participação de tais profissionais em educação continuada contribuiu para a atualização dos conhecimentos e melhoria do desempenho, o aperfeiçoamento dos processos de trabalhos e a qualificação dos serviços ofertados à população no DF. Dessa forma, a DIVEP entende que o investimento constante em capacitação é um dos eixos estratégicos prioritários que corrobora para a valorização do quadro de pessoal e para o desenvolvimento do trabalho da Diretoria.

Considerando a inviabilidade da execução do SVO no HBDF, foi necessária a reestruturação temporária do serviço no IML e parte do serviço para o NUCAP/HRC. Foram realizadas as seguintes ações estratégicas: Articulações com a Superintendência da Região de Saúde Oeste - SRSOE, IML e LACEN, reorganização do SVO com descentralização do serviço para os NUCAPS dos Hospitais Regionais, e pactuação com a PCDF e Secretaria de Justiça para

transporte de corpos. O fator limitante na execução do serviço foi a insuficiência de transporte dos corpos.

Quanto ao fortalecimento das ações de imunização humana no DF, ressalta-se a qualificação das ações intersetoriais de imunização e as ações de Mobilização Social para ampliar a adesão. O Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização - SIPNI está implantado em 123 salas, houve a retomada das vacinações de HPV nas escolas públicas e particulares, por meio do Programa Saúde nas Escolas - PSE. Contudo, existem dificuldades de ordem técnica enfrentadas ao longo de todo o processo, sobretudo em relação aos registros insuficientes das doses aplicadas e o envio de dados que não é realizado oportunamente.

Quanto ao enfrentamento da sífilis a SVS avançou na vigilância da sífilis adquirida, congênita e gestante, na produção de Boletim Epidemiológico, nota técnica e normatização, articulado com Rede Cegonha. Foi ampliada a distribuição de testes rápidos e elaborado o Plano Integrado de Enfrentamento da Sífilis, em deliberação pelo Colegiado Gestor da SES.

No que corresponde à vigilância, prevenção e controle do HIV/AIDS, houve intensificação das ações de vigilância de HIV/AIDS (adultos, gestantes e crianças expostas ao HIV), monitoramento dos insumos de prevenção e tratamento (preservativos, testes rápidos, fórmula infantil e medicamentos) para qualidade das ações. A despeito das dificuldades, a SVS pretende ampliar as parcerias com ONG (eventos de planejamento e ações estratégicas), fortalecer a Atenção Primária e Secundária com apoio às capacitações e nas ações preventivas em serviço e extramuros; produção de Protocolo de VE das Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST e linha de cuidado do HIV/AIDS.

Com a aprovação do Plano de Enfrentamento das DCNT, as perspectivas são o monitoramento do indicador de mortalidade prematura e dos Planos de ação nas Regiões de Saúde; a elaboração de documento epidemiológico analítico e seus fatores de risco no DF; e a capacitação de profissionais e gestores em vigilância epidemiológica.

No tocante à prevenção de violências e acidentes a SVS realizou a coleta de dados no DF do "VIVA 2017" - Vigilância de Violências e Acidentes. Quanto às capacitações, a SVS realizou curso em Prevenção de Acidentes para os agentes comunitários de saúde integrado à Região Norte e o Curso Básico de Vigilância Epidemiológica em DANT – CBVE-DANT, para gestores e profissionais das regiões de saúde, e ainda a integração do Programa Vida no Trânsito-PVT ao Programa Brasília Vida Segura. A área trabalha na perspectiva de elaboração, execução e monitoramento do Plano de Ação intersetorial do PVT e na realização de capacitações em Prevenção de Acidentes na Infância e Adolescência pelo PVT e PSE.

No tocante à vigilância da violência interpessoal e autoprovocada, durante o ano de 2017, 69 unidades de saúde (públicas e privadas) notificaram casos. O total acumulado ao longo da série histórica (2012 a 2017) foi de 131 unidades notificadoras. Para o próximo ano a expectativa é de elaborar e aprovar a Política Distrital de Enfrentamento a Violência, realizar campanhas de prevenção das violências, articulando os diversos setores envolvidos, como: Tribunais, Ministério Público, Secretaria de Segurança, Secretaria da Mulher, Criança e delegacias especializadas, implantar o protocolo de atendimento às vítimas de violência doméstica interpessoal e autoprovocada em todas as regiões de saúde e URD e ainda realizar e apoiar as capacitações dos profissionais de saúde para a notificação da violência interpessoal e autoprovocada.

As ações realizadas para o enfrentamento da Tuberculose e Hanseníase se intensificaram nas capacitações: Capacitação SINAN-NET tuberculose em todas as regiões, capacitação tuberculose em pediatria, capacitação para 90 servidores sobre controle e prevenção da Hanseníase na região oeste, além da implantação da linha de cuidado de Hanseníase na Região Norte e a realização de campanhas escolares (36 escolas).

Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária tem como objetivo realizar atividades normativas, de fiscalização e educação visando eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população do DF. O público alvo é a pessoa física ou jurídica que compra, vende, consome, presta serviços ou requer produtos e serviços de interesse direto ou indireto da saúde.

As ações têm como base o planejamento anual e solicitação demandas: a ocorrência de surtos; de atendimento às denúncias, do Ministério Público do DF e Territórios, da ANVISA, dos Conselhos Profissionais e da própria Secretaria de Saúde do DF. As ações são apoiadas com auditores dos Núcleos de inspeção uma vez que a equipe central ficou reduzida.

No ano de 2017 de foram realizadas 299 inspeções e 150 coletas de amostras de água para verificar a qualidade da água utilizada nos serviços de diálise e hemodiálise.

Atividades	**2017**
SERVIÇOS PRIVADOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
Coletas para análise de amostras de água para diálise e hemodiálise	150
Inspeções em Clínicas de Cirurgias Plásticas	49
Inspeções em Serviços de Diálise e hemodiálise	50
Inspeções em Ressonância Nuclear Magnética	1
Inspeções nos demais serviços hospitalares	199

Fonte: Relatório mensal de atividades DIVISA-DF

A Vigilância Sanitária na área de alimentos busca monitorar e contribuir, por meio de suas ações, para minimizar os riscos relacionados ao consumo de alimentos. Trabalha também de maneira a intervir em um conjunto amplo de questões afetas à qualidade dos alimentos, como as boas práticas de manipulação, a seleção de matérias primas e o acondicionamento adequado, junto a estabelecimentos que industrializam, fracionam, comercializam, armazenam e transportam alimentos.

Atividades	**2017**
Inspeções em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Cozinhas Industriais do Sistema Penitenciário	11
Inspeções em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Indústrias de Águas Minerais	10
Inspeção em atendimento aos estabelecimentos alimentares na Torre de TV	1
Investigações em Apoio às Investigações Epidemiológicas de Surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos	5
Inspeções realizadas em atendimento às unidades da rede de Restaurantes Comunitários do DF	62
Inspeções em atendimento aos eventos de grande porte realizados no DF	4
Atendimentos de denúncias em estabelecimentos de grande porte	3
Reuniões para discussão de regulamentações de vigilância Sanitária em alimentos	55

Fonte: SVS/SESDF 2017

A Vigilância Sanitária relacionada a medicamentos saneantes e produtos de beleza é de grande importância em função dos riscos relacionados a produção, comércio, consumo, distribuição, armazenamento e controle de medicamentos, produtos para saúde, saneantes, cosméticos e outros afins, no âmbito do Distrito Federal. Busca também coordenar os procedimentos de cadastro e autorização para comercialização, guarda e uso de substâncias e medicamentos sob regime especial de controle. Bem como coordenar as ações relacionadas à concessão de Autorização para Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para estabelecimentos sediados no Distrito Federal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA GERÊNCIA DE MEDICAMENTO E CORRELATOS- GEMEC- 2017	
Atividades	**Quantitativo**
Inspeções em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Fabricantes de Produtos para Saúde	12
Inspeções em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Fabricantes de Medicamentos	06

PRINCIPAIS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA GERÊNCIA DE MEDICAMENTO E CORRELATOS- GEMEC- 2017	
Atividades	**Quantitativo**
Inspeções em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Fabricantes de Saneantes	10
Inspeção em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Fabricantes de Cosméticos	09
Inspeção em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Drogarias	104
Inspeção em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Farmácia com Manipulação, abrangendo 17 estabelecimentos.	61
Inspeção em Apoio às Investigações da ANVISA	02
Atendimento a denúncias em estabelecimentos	01-Cosméticos 01-Drogaria
Autorização da ANVISA para liberação de Talidomida	04
Autorização para dispensação de C2 IN 6/99 ANVISA/MS	54
Liberação de Notificação de Receita A (Portaria 344/98 ANVISA/MS)	117.480
Liberação de Notificação de Receita B (Portaria 344/98 ANVISA/MS)	578.170
Liberação de Notificação de Receita B2 (Portaria 344/98 ANVISA/MS)	97.620
Liberação de Notificação de Receita Especial C2 (Portaria 344/98 ANVISA/MS)	21.600
Liberação de Notificação de Receita Especial Talidomida (Portaria 344/98 ANVISA/MS)	2.300
Relatório Mensal de Vendas das Distribuidoras de Medicamentos- RMV	324
Procedimentos decorrentes do PVS e PROVEME	-

Fonte: SVS/SESDF 2017

Autorização de Receituário, Portaria 210/2014/ANVISA/MS, Portaria 344/1998/ANVISA/MS

Relatório de receituário emitidos pela DIVISA no ano de 2017

Tipo de Receituário	Talonário	Quantidade de Autorizações	Quantidade de Receitas
A	5.874	970	117.480
B		681	578.170
B_2		224	97.620
C_2		30	21.600
Talidomida		36	2.300

Fonte: SVS/SESDF 2017

Relatório de autorizações da Portaria 344/98/ANVISA/MS

Autorizações	Quantidade de Autorizações	Tipo de Estabelecimento
C2	54	Drogarias
Misoprostol	3	Hospitais

Fonte: SVS/SESDF 2017

Relatório de autorizações da Portaria 210/2014/SES, para aquisição de medicamentos controlados pela Portaria 344/98/SVS/MS realizados DIVISA 2017

Quantidade de Autorizações 210/14 Autorizadas	Quantidade de Autorizações 210/14 Não-Autorizadas	Tipo de Estabelecimento
29	11	Clínicas Médicas, Odontológicas eVeterinárias

Fonte: SVS/SESDF 2017

Relatório de Relação Mensal de Vendas- RMV/ Distribuidoras DF - 2017

Quantidade de Relatórios de RMV recebidos	Tipo de Estabelecimento
324	Distribuidoras

Fonte: SVS/SESDF 2017

As principais ações de VISA na área de vigilância de Riscos em Serviços de Saúde têm como objetivo monitorar o cumprimento das diretrizes e normas no que diz respeito à Segurança do Paciente e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), no âmbito dos serviços de saúde do Distrito Federal. As ações programadas para essas áreas seguem as diretrizes previstas no Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde – Monitoramento e Investigação de Eventos Adversos e Avaliação de Práticas de Segurança do Paciente (ANVISA, 2015).

Atividades	2017
Inspeções, em hospitais públicos, em Serviços de Controle de Infecção Hospitalar	9
Inspeções, em hospitais privados, em Serviços de Controle de Infecção Hospitalar.	10
Inspeções, em hospitais públicos, em Núcleos de Segurança do Paciente	7
Inspeções, em hospitais privados, em Núcleos de Segurança do Paciente	6
Investigação, em hospital público, de evento adverso relacionado à assistência à saúde (EA graves, óbitos, surto, bactéria multirresistente)	0
Investigação, em hospital privado, de evento adverso relacionado à assistência à saúde (EA graves, óbitos, surto, bactéria multirresistente)	6
Reuniões técnicas (elaboração de IN, elaboração de roteiros e treinamentos)	21
TOTAL	**59**

Fonte: SVS/SESDF 2017

Apresenta-se abaixo a situação dos processos gerados de Auto de Infrações, bem como a apreensão de produtos relacionados à área de alimentos, medicamentos, cosméticos e saneantes dentre outros.

Atividade **Processos sanitários**	2016	2017
Processos julgados em 1ª instância	1084	1075
Processos enviados à Dívida Ativa	302	291
Processos em reexame do julgamento em 2ª e 3ª instância	161	232
Suporte à PGDF em ações Judiciais	11	09
Parecer Administrativo em Vigilância Sanitária	37	23

Fonte:SVS/SESDF 2017

Produtos apreendidos	Especificação do Produto	Unidade de Medida	2017
Alimentos	--	Quilo	11376,8
	--	Litro	8699,1

Medicações	--	Comprimido	157381
	--	Frasco	6220
	--	Ampola	3971
	Insumo e manipulado	Quilo	99
Outros setores	Produto para saúde	Unidade	1
	Cosméticos	Unidade	0
	Higiene	Unidade	0
	Saneante domissanitários	Unidade	26

Fonte: SVS/SESDF 2017

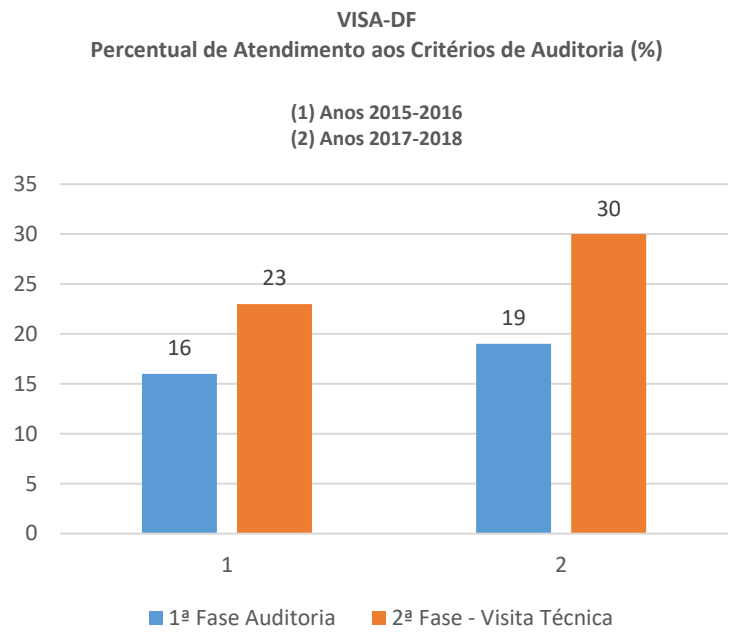
A VISA desenvolve ações nos 22 Núcleos de Inspeção distribuídos por todo o DF, buscando a realização de forma descentralizadas no território do DF, como: liberação de Licença Sanitária, emissão de Certificado de Vistoria de Veículos, alimentação do Cadastro Sanitário, atendimento aos usuários para orientação técnica e atendimento à população em geral.

AÇÕES DESENVOLVIDAS	**2017**
Licenças sanitárias emitidas	5.268
Certificados de Vistoria de Veículos emitidos	1.554
Inspeções sanitárias	29.668
Interdições	162
Relatório Técnico	551
Reclamações Atendidas	877
Ações Educativas Realizadas	34
Procedimentos Administrativos Autuados	165

Fonte: SVS/SESDF 2017

Em 2017 foi o ano em que foram publicadas as Portarias SES nº 196, que institui formalmente a Política da Qualidade em Vigilância Sanitária e a Portaria SES nº 197, que cria o Comitê Gestor da Qualidade em Vigilância Sanitária do Distrito Federal, estrutura que passa oficialmente a dar operacionalização à implantação do Sistema Gestor da Qualidade (SGQ). As referidas portarias foram publicadas no DODF Nº 71, de 12 de abril de 2017, Seção 1, Págg. 11-13. Houve também a realização da segunda auditoria promovida pela Anvisa que visou verificar o processo de implantação do SGQ.

O gráfico abaixo mostra resumidamente os avanços que a DIVISA vem alcançando no âmbito da implantação do SGQ por meio da avaliação do cumprimento aos critérios estabelecidos pelo processo de auditoria.



Fonte: SVS/SESDF 2017

Em 2017 foi constituído o Comitê Gestor da Qualidade, o qual iniciou discussões estruturantes e aprovou Regimento Interno do Comitê. Foram ainda elaborados e distribuídos Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) da área central da qualidade e servidores foram treinados nos referidos documentos. Foi também elaborado Plano de Ação para atendimento às recomendações apontadas pela auditoria da Anvisa. Essas ações foram pactuadas no âmbito da Gestão Interna da Divisa com os compromissos assumidos pelos gerentes, pela direção e pela Coordenação do Sistema de Gestão da Qualidade.

Esse Plano de Ação serviu de base para a elaboração do Planejamento das Ações a serem desenvolvidas em 2018 pela Coordenação do Sistema de Gestão da Qualidade da Vigilância Sanitária do DF, onde se inclui a elaboração do Plano Anual de Capacitação.

Como propostas de aprimoramento para o serviço de vigilância sanitária, apresentamos:

Implantação do Sistema para informatização da Vigilância Sanitária – SISVISA: Um programa em ambiente web para executar as tarefas de cadastramento, licenciamento, expedição de termos e correlatos, assegurando a integridade da base de dados e a segurança das informações processadas.

Boletim Informativo da Vigilância Sanitária do Distrito Federal: O boletim tem como objetivo criar um canal de comunicação com a população e os seguimentos de iniciativa pública e privada para orientar e divulgar programas, projetos e ações desenvolvidas no âmbito da Vigilância Sanitária do DF, promovendo a transparência das informações, dando destaque ao que acontece de inovador e as melhorias alcançadas, de modo a permitir um maior conhecimento em relação às áreas de autuação da Divisa, bem como permitir ampla divulgação interna da gestão institucional, d informes sobre atualizações técnicas, entre outros assuntos de interesse da equipe da Vigilância Sanitária do DF.

Capacitações: A capacitação em VISA está fundamentada na gestão do risco sanitário, gestão do trabalho da VISA, educação em saúde e legislações vigentes. A DIVISA apresentou no ano de 2017 baixo índice de capacitação e qualificação dos seus procedimentos devido à

falta de estrutura para a realização de treinamentos de Servidores, a contratação de empresa especializada na promoção de eventos vem sendo tentada há vários anos e sem sucesso na conclusão dos processos licitatórios porem as gerências técnicas realizaram reuniões técnicas discutindo os processos de trabalho bem como alguns membros da equipe da DIVISA participaram em curso de especialização em VISA promovidos pela FEPECS/Sírio Libanês/ Anvisa.

Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal

O Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (LACEN), realiza análises laboratoriais e pesquisas com qualidade, gerando informações para as ações d e vigilância à saúde, promovendo a saúde pública e é coordenador da Rede Distrital de Laboratórios, constituída por laboratórios públicos e privados, que realiza análises de interesse à saúde pública e possui as competências de Laboratório de Referência Estadual – LRE definidas no art. 12 da Portaria GM/MS 2.031/2004. O LACEN realizou 177.191 exames, 15.934 ensaios, 3.983 análises no até dezembro do ano de 2017. O laboratório tem como principais clientes, os laboratórios de assistência primária do Distrito Federal, a DIVISA, DIVEP e DIVAL.

Para tanto, o Lacen/DF vem participando de inúmeros programas de Avaliação Externa da Qualidade (AEQ), na qual se destacam:

- Contrallab: Programa de Proficiência contratado para avaliar a Identificação, Teste de sensibilidade, Bacterioscopia, Baciloscopia e Sífilis na área de bacteriologia; identificação e microscopia no líquor na área de micologia; chagas, hemoparasitologia e toxoplasmose para área de parasitologia; hepatites (sorologia e carga viral), rotavírus, dengue, rubéola, adenovírus, HIV (sorologia e carga viral) e contagem de linfócitos CD 4 e CD 8 na área de virologia;
- Programa de AEQ do Instituto Adolfo Lutz: meningite bacteriana
- Programa de AEQ da Fundação Ezequiel Dias: leptospirose, chagas, leishmaniose visceral humana, HIV, Dengue e microbiologia de aguas
- Programa de AEQ da FIOCRUZ: exames de enterro patógenos e resistência bacteriana
- Programa AEQ do Ministério da Saúde: para avaliar exames de contagem de linfócitos CD4 e CD8, cargas virais de HIV, hepatite B e C
-
- Quanto às ações realizadas com parceria, destacam-se:
- Formalização do Termo de Cooperação com a ADASA para análises de águas residuais, de mananciais e de consumo.
- Coordenação e participação nos projetos de pesquisa: "Infecções de transmissão sexual: Vigilância no Brasil da Etiologia das Uretrites e das Úlceras genitais e análise da resistência aos antimicrobianos"; "Análise de BTEX e padrão microbiológico em águas subterrâneas de postos de revenda de combustível ou áreas limítrofes no Distrito Federal"; "Monitoramento da Potência de antibióticos utilizados na rede pública de saúde do Distrito Federal".
- Durante o ano de 2017, o LACEN realizou diversas ações que colaboraram para a melhoria dos serviços prestados, nas quais, se destacam as seguintes atividades:
- Reforma do Bloco II e III, adequando as áreas da Gerência de Controle de Qualidade de Produtos e Ambientes, Núcleo de Técnicas Especiais, Núcleo de Parasitologia e Micologia e área de Biologia Molecular Integrada da Gerência de Biologia Médica, acarretando melhora significativa das instalações físicas, o qual reflete em uma possibilidade para uma renovação do escopo analítico com maior excelência;
- Aumento significativo da execução orçamentária, com a participação mais efetiva no acompanhamento dos processos de aquisições e contratações, por meio de capacitações dos

gestores e servidores do LACEN em instruções processuais, fluxo de contratações e pareceres técnicos;

- Processo de aquisição de gazes específicos para ensaios analíticos de controle de qualidade de produtos e ambiente, itens de informática (computador e projetor) e extintores de incêndio;
- Processo de contratação de empresas para a realização de calibrações, qualificações (Instalação, Operação e Performance), manutenções preventivas e corretivas para o parque analítico do LACEN e DIVAL;
- Formalização de pactuações com a DIVAL/SVS para ensaios de água de mananciais e estações de tratamento de esgoto, além de pactuações com a DIVISA/SVS para análises de medicamentos e com a FARMÀCIA VIVA, no que tange as análises de fitoterápicos;
- Formalização de contratos de grande impacto para a saúde pública no que tange exames de HIV. Hepatites (A, B e C), dosagens de Imunossupressores e Anticonvulsivantes, em uma perspectiva de renovação por até 60 meses;

O LACEN-DF apresentou algumas dificuldades no que tange a aquisição de insumos regulares e eventuais. Além disso, ocorreu descontinuidade momentânea de fornecimento de alguns insumos por atraso em licitações pela SES-DF e pelo Ministério da Saúde e, acarretando em diminuição e/ou restrição nos exames e análises disponibilizados, o que ocasionou o não atendimento da meta anual estabelecida.

OBJETIVO ESPECÍFICO 6 - GESTÃO DO SUS

Regulação em Saúde

O ano de 2017 foi o ano da reestruturação da Política de Regulação Assistencial do Sistema Único de Saúde da SES-DF para isso houve um fortalecimento da parceria com o Ministério da Saúde que disponibilizou a adequação do Sistema de Centrais de Regulação do Ministério da Saúde – SISREG III conforme a proposta de regulação assistencial ambulatorial e de cirurgias eletivas por panoramas de regulação apresentado pela SES/DF.

Para a regulação dos leitos gerais foi desenvolvido em parceria da Regulação com a CTINF o SISLEITOS que permitirá o controle do quantitativo e da disponibilidade de leitos clínico-cirúrgicos em tempo real, bem como a mensuração de indicadores relacionados ao processo de regulação de leitos gerais.

O Projeto Reestruturação da Regulação do Sistema Único de Saúde da SES-DF, é composto por três Subprojetos: Regulação de Internação Hospitalar, Regulação Ambulatorial e Regulação de Cirurgias Eletivas. Esses subprojetos visam dar maior transparência ao acesso de forma oportuna, referenciada, integral e equânime para os pacientes.

Todos os subprojetos passaram a ser desenvolvidos concomitantemente após a efetiva estruturação do Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal como Unidade de Referência Distrital (URD), materializado no Decreto nº 38.488, de 13 de setembro de 2017, publicado no DODF de 14 de setembro de 2017, nos moldes recomendado pela Política Nacional de Regulação (Portaria GM/MS nº 1.559, de 1º de agosto 2008) e em atendimento à recomendação do TCDF.

O processo de mapeamento dos leitos gerais nas diversas unidades hospitalares da SES-DF e sua inserção no sistema de regulação específico já está concluído, aguardando somente a implantação do sistema SISLEITOS, que foi finalizado após a implantação do Complexo Regulador do Distrito Federal, para que o processo regulatório desses leitos seja concluído.

As previsões de entrega passaram por uma revisão e um novo cronograma foi implementado:

- Regulação de Cirurgias Eletivas – início em fevereiro de 2018;
- Regulação de Internação Hospitalar – início da regulação dos leitos gerais em janeiro de 2018;
- Regulação Ambulatorial – início da modelo regionalizado de regulação por panorama

previsto para abril de 2018.

O maior desafio deste processo se constituiu no entendimento de todos os setores da SES/DF que a regulação é o meio para se garantir a transparência e efetividade do acesso dos usuários a serviços especializados, para isso foi necessário a construção conjunta com as áreas responsáveis pelas especialidades e serviços ambulatórias e hospitalares de protocolos, classificação de risco, carteiras de serviços e fluxos.

A regulação de acesso aos procedimentos de consultas e exames, no âmbito da SES/DF, encontra-se ancorada na utilização de um sistema informacional do Ministério da Saúde, o Sistema Nacional de Regulação – SISREG. A regulação da internação hospitalar está presente nas internações em leitos das unidades terapia intensiva - UTI adulto, pediátrica e neonatal, oferecendo suportes diversos tais como neurotrauma, coronariano, materno, dialítico, geral, dentre outros, e em leitos das unidades de cuidado intermediário neonatal – UCIN.

Abaixo segue o panorama das consultas, exames, procedimentos e leitos regulados na SES/DF.

Tabela 1: Demonstrativo de consultas e exames marcados, confirmados e absenteísmo, SES DF 2017.

Procedimentos solicitado	2017		
	Marcados	Confirmados	Absenteísmo
Consultas	156.626	42.588	114.038
Exames	200.263	102.633	97.630
Total	**356.889**	**145.221**	**211.668**

Fonte: SISREG, 2017

Tabela 2: Demonstrativo de média(DIAS) para marcação de consultas e exames, SES DF 2017.

Procedimentos solicitado	1º Quadrimestre				2º Quadrimestre				3º Quadrimestre				Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Consultas	201	205	213	197	230	215	252	**80**	410	300	189	**107**	2.599
Exames	79	83	80	91	108	91	72	**270**	104	105	41	**255**	1.379
Total	**280**	**288**	**293**	**288**	**338**	**306**	**324**	**350**	**514**	**405**	**230**	**362**	**3.978**

Fonte: SESPLAN, 2017

Tabela 3 : Demonstrativo da média (DIAS) para marcação de consulta por especialidade, SES DF 2017.

Procedimento Solicitado	1º Quadrimestre				2º Quadrimestre				3º Quadrimestre				Total	Média
	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Consulta em Cardiologia - Pediatria	126	92	66	135	113	87	72	272	307	240	124	82	**1.715**	**143**
Consulta em Nefrologia - Pediatria	72	136	317	315	268	844	27	694	366	77	548	20	**3.684**	**307**
Consulta em Alergologia - Geral	8	10	17	13	14	8	8	7	17	14	14	30	**158**	**13**
Consulta em Alergologia - Infantil	21	25	24	22	18	33	37	54	60	70	76	65	**504**	**42**
Consulta em Cardiologia - Adulto	124	143	215	52	107	94	67	205	122	220	133	57	**1.539**	**128**
Consulta em Cirurgia Pediátrica - Geral	207	138	171	1.079	743	959	1.039	793	635	511	667	792	**7.734**	**645**
Consulta em Cirurgia Plástica - Geral	224	229	222	221	255	223	135	110	514	521	465	252	**3.372**	**281**
Consulta em Cirurgia Vascular - Doenças Arteriais	59	21	16	11	23	7	11	12	17	50	65	28	**320**	**27**
Consulta em Cirurgia Vascular - Doenças Venosas e Linfáticas	329	370	322	348	390	366	331	345	310	275	281	362	**4.029**	**336**
Consulta em Dermatologia - Geral	326	420	453	299	380	162	112	32	750	892	564	609	**5.001**	**417**

Procedimento Solicitado	1º Quadrimestre				2º Quadrimestre				3º Quadrimestre				Total	Média
	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Consulta em Endocrinologia - Geral	129	134	97	72	66	135	132	145	130	130	133	87	**1.389**	**116**
Consulta em Endocrinologia - Pediatria	154	381	422	491	338	606	901	669	819	829	810	787	**7.207**	**601**
Consulta em Gastrenterologia - Pediatria	203	385	351	619	831	648	474	604	556	288	422	428	**5.809**	**484**
Consulta em Homeopatia Infantil	243	120	39	40	49	110	139	34	5	9	0	26	**812**	**68**
Consulta em Imunologia - Pediatria	280	17	10	33	41	69	50	67	0	88	145	83	**883**	**74**
Consulta em Mastologia - Geral	29	31	27	10	8	5	8	8	9	7	13	13	**169**	**14**
Consulta em Neurocirurgia Pediátrica	89	50	162	201	95	205	148	196	147	161	28	10	**1.492**	**124**
Consulta em Oftalmologia - Geral	120	97	101	93	146	179	52	179	246	130	72	286	**1.700**	**142**
Consulta em Onco-hematologia - Pediatria	337	142	18	8	4	5	3	17	5	12	19	15	**584**	**49**
Consulta em Oncologia Clínica	34	54	57	58	82	104	124	139	87	94	99	146	**1.078**	**90**
Consulta em Otorrinolaringologia - Geral	223	184	139	121	150	144	424	478	576	68	60	40	**2.606**	**217**
Consulta em Pneumologia Infantil	836	459	467	614	1.157	1.564	1.384	754	960	605	1.003	1.097	**10.899**	**908**
Consulta em Radioterapia	281	273	200	252	169	90	198	228	273	216	115	153	**2.448**	**204**
Consulta em Reumatologia - Pediatria	46	231	22	27	14	8	8	0	34	26	28	33	**477**	**43**

Fonte: SESPLAN, 2017

Na análise da tabela acima em agosto houve aumento de forma geral o tempo de espera (dias) nas especialidades listadas para análise, com destaque para Endocrinologia Pediatria, Otorrinologia Geral, Nefrologia Pediátrica e Radioterapia. Em relação à Endocrinologia Pediátrica e Nefrologia Pediátrica, tal aumento se justifica pela alteração da forma de marcação (fila de espera para fila regulador).

Em setembro aumentou de forma geral o tempo de espera (dias), nas especialidades listadas para análise, com destaque para Dermatologia Geral e Radioterapia. Em relação a Dermatologia Geral. Tal aumento se justifica pela alteração da forma de marcação (fila de espera para fila regulador) e Radioterapia devido a quebra do equipamento do HBDF. Houve redução do tempo de espera para Nefrologia pediátrica, devido ordenação da fila pelo regulador.

No mês de outubro houve redução na fila de nefrologia devido qualificação da fila e aumento na oferta de vaga pelo HCB. Tempo de espera na otorrinolaringologia geral reduzido, diminuição nas inserções mensais. Em novembro reduziu o tempo de espera na fila de cardiopediatria, dermatologia geral e oftalmologia geral, devido ao aumento da oferta. Houve aumento no tempo de espera da fila de consulta em Pneumologia infantil.

Em dezembro caracterizou-se por redução significativa na fila de Endocrinologia devido a maior oferta de vaga na especialidade. No geral houve aumento na espera na maioria das especialidades devido redução sazonal de vagas no mês de dezembro.

Tabela 4 - Demonstrativo do nº de leitos de UTI rede SES por quadrimestre, comparativo 2016 e 2017 na SES/DF.

	TiposLeitosExistentes	2016	2017	Variação%
1ºQuadrimestre	SES	357	354	-0,85%
	Contratado	38	38	-
	Conveniado	11	11	-
	SUB-TOTAL	**406**	**403**	**-0,75%**
2ºQuadrimestre	SES	362	354	-2,25%
	Contratado	38	38	-

	Conveniado	11	9	-18,2%
	SUB-TOTAL	**411**	**401**	**-2,49%**
3ºQuadrimestre	SES	354	350	-1,14%
	Contratado	38	43	13,15%
	Conveniado	11	9	-18,2%
	SUB-TOTAL	**403**	**402**	**-0,24%**

Fonte: Trackare / Intersystem ,2017

Tabela5 -Demonstrativo do nº de leitos de UCIN por quadrimestre, comparativo 2016 e 2017 na SES/DF.

	N° de Leitos UCIN	**2016**	**2017**	**Variação %**
1ºQuadrimestre	SES	87	98	12,6%
2ºQuadrimestre	SES	98	97	-1%
3ºQuadrimestre	SES	98	97	-1%

Fonte: Trackare / Intersystem ,2017

PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DAS AÇÕES DE SAÚDE

O Programa de Descentralização Progressiva das Ações de Saúde – PDPAS, instituído pelo Decreto nº 31.625, de 29 de abril de 2010, e regulamentado pelas Portarias nº 82, de 28 de maio de 2010; nº 83, de 06 de agosto de 2010; e nº 84, de 28 de maio de 2010, visa dar autonomia gerencial progressiva para as Diretorias Gerais de Saúde e Unidades de Referência Distrital da Rede Pública de Saúde, viabilizada por meio de transferência de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal.

Os gastos com o PDPAS no exercício de 2017 se distribuem da seguinte forma:

EXECUÇÃO	
*SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2017	R$ 540.000,00
**DESPESA AUTORIZADA 2017	R$ 12.500.000,00
***EXECUTADO 2017	**R$ 11.960.000,00**

Fonte: FSDF/SESDF 2017

** Corresponde ao saldo remanescente dos valores repassados e, respectivamente devolvido, pelas Regionais de Saúde ao FSDF/SES.*

*** Orçamento disponibilizado ao longo do ano para execução.*

**** total empenhado, liquidado e aferido após dedução do saldo bancário no final do exercício.*

GRUPO	**GASTO**
Material Médico	42,90%
Medicamento	24,30%
Laboratório	12,50%
Almoxarifado	12,40%
OPME	3,40%
Manutenção	3,30%
Odontológico	0,50%
Informática	0,40%
Outros	0,40%

Fonte: FSDF/SESDF 2017

Verifica-se que as unidades que utilizaram o maior percentual de recursos do PDPAS foram o HRG, HBDF e HRT.

Unidade de Saúde	%
HRG - Hospital Regional do Gama	15,30%
HBDF - Hospital de Base do DF	14,40%
HRT - Hospital Regional de Taguatinga	13,00%
HMIB - Hospital Materno Infantil de Brasília (HRAS)	8,70%
HRC - Hospital Regional de Ceilândia	8,60%
HRAN - Hospital Regional da Asa Norte	7,40%
HRS - Hospital Regional de Sobradinho	6,50%
HRSM - Hospital Regional de Santa Maria	6,00%
HRPL - Hospital Regional de Planaltina	4,60%
HRPA - Hospital Regional do Paranoá	3,90%
HRBZ - Hospital Regional de Brazlândia	2,80%
HRSAM - Hospital Regional de Samambaia	1,80%
HRGU - Hospital Regional do Guará	1,40%
DRSRE - Diretoria Regional de Saúde do Recanto das Emas	1,30%
HSVP - Hospital São Vicente de Paula	1,30%
Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e PW	1,20%
HAB - Hospital de Apoio de Brasília	0,70%
São Sebastião	0,60%
LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública do DF	0,40%

Fonte: FSDF/SESDF 2017

Logística para Armazenamento e Distribuição de Medicamentos

Para o projeto de Logística para Armazenamento e Distribuição de Medicamentos e Materiais em 2017 as ações se concentraram em alterações dos processos de trabalho para diminuir riscos de ruptura de abastecimento principalmente com a implementação dos procedimentos operacionais padrão para melhorar a etapa do recebimento e mudanças nos editais de licitação. Os critérios de distribuição foram discutidos e há maior controle na distribuição com a extinção de entrega por grades sem requisição da área finalística.

Foi instituído o controle dos empenhos e contato com os fornecedores para redução dos atrasos de entrega dos insumos.

Além disso foram contratados os serviços de assessoria para entrega do diagnóstico situacional e solução para reestruturação da operação logística da Rede SES.

HOTELARIA

Houve as contratações de serviços de lavanderia hospitalar para 4 Unidades de Saúde do DF onde os serviços eram realizados sem cobertura contratual: HBDF, HRS, HRG e HRSM. Ainda foram iniciados processos de aquisição de mobiliário assistencial, colchões, enxovais têxteis e descartáveis.

RESÍDUOS DE SAÚDE

Os Resíduos do Serviço de Saúde - RSS possuem uma grande quantidade de substâncias prejudiciais ao meio ambiente e ao homem, principalmente por conterem materiais potencialmente infectantes.

Cabe ao poder público implantar medidas para que a gestão integrada do RSS seja efetiva. A gestão compreende o planejamento e o gerenciamento dos procedimentos, de forma a proporcionar a eles adequações seguras que visem à preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

Desta forma, a SES/DF, busca nesse momento estabelecer parceria com o SLU/DF, para que esse realize a coleta, transporte, tratamento e destinação final do RSS, uma vez que o SLU possui expertises para este fim, poderá nos subsidiar tecnicamente nas atividades proporcionando segurança e qualidade.

A Resolução/ANVISA nº 306 de 07 de dezembro de 2004, a Resolução CONAMA nº 358 de 04 de maio de 2005 e a LEI DISTRITAL Nº 4.352, de 30 de junho de 2009 atribuem responsabilidade aos estabelecimentos de saúde para que esses assumam a gestão e o custeio da geração própria de resíduos sólidos de saúde, com vistas a sua coleta, transporte, tratamento e destinação final, ambientalmente adequado. A Secretaria de Estado de Saúde do DF coordena e gerenciam as ações e os estabelecimentos públicos de saúde do Distrito Federal.

Desta forma, esta Secretaria estabeleceu com o SLU/DF a cooperação técnica e financeira para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos (RSS), das unidades públicas de saúde que integram a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Lixo Infectante SES 2017				
	Mês	Quantidade kg	Preço Unitário	total de bombonas
1	Janeiro	187.337	R$ 1,75	8.383
2	Fevereiro	151.698	R$ 1,75	7.769
3	Março	185.691	R$ 1,75	9.131
4	Abril	178.728	R$ 1,75	8.958
5	Maio	181.993	R$ 1,75	9.306
6	Junho	177.119	R$ 1,75	9.016
7	Julho	169.822	R$ 1,75	8.847
8	Agosto	175.188	R$ 1,75	9.313
9	Setembro	165.281	R$ 1,75	7.780
10	Outubro	189.548	R$ 1,75	
11	Novembro	201.262	R$ 1,75	
12	Dezembro	201.396	R$ 1,75	
	Total	2.165.063		78.503
	Média	180.422		6542
Estimativa para 12 meses		2.097.142,67		104.670

Fonte: SULOG/SESDF Dez/2017

COMUNICAÇÃO DA SES

A Assessoria de Comunicação é o setor responsável por divulgar informações oficiais da Secretaria de Saúde para o público interno e externo. No âmbito da imprensa, 2017 teve um consolidado de 8.387 demandas, o que equivale a 700 pedidos de informações mensais sobre a

pasta - destaca-se que esse serviço é prestado, inclusive, nos finais de semana e feriados. Do total de solicitação de dados, 1.285 demandas foram respondidas por meio de entrevista.

Em relação à geração de conteúdo, a Assessoria de Comunicação produziu 975 matérias, com média mensal de 117 publicações, que renderam 911.902 acessos à parte noticiosa do site da Secretaria de Saúde.

A Secretaria de Saúde se consolidou, em 2017, no ambiente online. No ano, o conteúdo postado no Facebook oficial da pasta teve o alcance de 4.688.290 pessoas. A página da SESDF nesta rede social é a terceira mais bem colocada, nacionalmente, dentre as Secretarias de Saúde. Na comparação com as secretarias do governo de Brasília, a Secretaria de Saúde é a primeira em números de curtidas e audiência. Em 2017, 4.816 internautas foram atendidos pelo Serviço de Atendimento ao Cliente. Há também a atuação no Twitter, Google+, YouTube e Flickr.

Outros grandes projetos da Comunicação em 2017 foram o lançamento do aplicativo Amamenta Brasília, dos hotsites Brasília Saudável (voltado à conversão da Atenção Primária), Brasília Contra o Aedes (de combate ao vetor da dengue, zika, chikungunya e febre amarela). No período, foi feita a elaboração do termo de referência para contratação de alimentação para a Conferência de Vigilância à Saúde e outro TR para contratação de serviços gráficos, de forma única, para toda a Secretaria de Saúde.

CONSELHO DE SAÚDE

O CSDF é composto por 28 Conselheiros titulares e 01(um) suplente para cada titular, que representam os segmentos do governo e prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários do SUS-DF.

A sua atuação dar-se-á por meio de fórum de discussão sobre a política de Educação Permanente para o controle social do SUS e na elaboração de estratégias para fortalecer a organização e funcionamento do SUS no âmbito do Distrito Federal. É responsabilidade do CSDF elaborar em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde a Política Nacional de Educação Permanente para controle social do SUS e elaborar planos de ação para sua implementação apoiado pelos gestores do Distrito Federal.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal realizou 11 (onze) reuniões ordinárias e 07 (sete) reuniões extraordinárias. A realização das reuniões ordinárias juntamente com extraordinárias é resultado de um engajamento qualitativo do Controle Social na discussão e deliberação acerca das políticas públicas de saúde no DF e sua consequente melhoria ao usuário.

O Plano de Ação de Educação Permanente está sendo desenvolvido pela Comissão de Educação Permanente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal editou e publicou vinte e uma resoluções de saúde no âmbito do DF dentre as quais destacam-se a Resolução nº 474 que, entre outras proposições, trata da aprovação da criação e constituição da Comissão Permanente de Reforma de Modelo Assistencial/Gestão da Urgência e Emergência do Distrito Federal, Resolução nº 478 e 479 que aprovam o Regimento e o Cronograma da 1ª Conferência de Saúde da Mulher do Distrito Federal, que discutiu aspectos importantes referentes à participação da mulher na sociedade, Resolução nº 482 que aprova a PAS - 2017, Resoluções nº 483, 484, 487 e 490, referentes ao credenciamento de serviços de mamografia, serviços médicos oftalmológicos, serviços hospitalares nas áreas de doação, captação e transplante de órgãos e tecidos, fornecedores de serviços de Nefrologia e terapia renal, respectivamente, que proporcionaram uma melhoria significativa no atendimento à demanda desses serviços, além da Resolução nº 491, que aprovou os indicadores da Pactuação Interfederativa para os anos de 2017 a 2021, a Resolução nº 496, aprovação com ressalvas do RAG 2016 e a Resolução ad referendum nº 497, que aprovou proposta básica de credenciamento de equipes da Atenção Básica. Foram aprovadas e publicadas pelo CSDF duas recomendações importantes para o DF por tratarem de assuntos essenciais à saúde pública do DF e seus servidores.

Foi realizada a 1ª Conferência de Saúde da Mulher do Distrito Federal, nos dias 30 de junho e 01 de julho, como etapa preparatória para a Conferência Nacional de Saúde da Mulher, realizada nos dias 17, 18, 19 e 20 de agosto, organizada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Foi realizada no mês de outubro, na 407 RE do CSDF, eleição da Presidência e Mesa Diretora do CSDF, em decorrência de vacância ocasionada pelo desligamento da antiga gestão e eleição de nova presidente representante do segmento dos usuários, e os membros da Mesa Diretora Conselheiro.

Em relação à capacitação de pessoas houve o Curso para Capacitação de Conselheiros do DF – capacitação em Direitos Humanos – evento realizado em parceria com UNICEUB, capacitando 43 pessoas, o que resultou em um maior empoderamento dos conselheiros e incremento na sua atuação junto ao Controle Social, aspecto muito benéfico ao usuário da saúde do Distrito Federal.

MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Foram propostos 18 projetos no início de 2017 tendo como principais:

- informatização das unidades de saúde, com a instalação de acesso à rede de dados e à internet das 263 unidades de saúde. Os valores estimados em 2017 eram de aproximadamente 17 milhões ao ano de custeio. Em 2017 um novo contrato foi licitado e contratado no valor total aproximado de 3 milhões, gerando uma economia aproximada de 14 milhões ao ano. Os valores pagos em 2017 foram baseados em Decisão do TCDF, o que gerou uma economia de aproximadamente 75% do valor cobrado em 2016.

  Listar os projetos prioritários 2017
  1 – Telefonia fixa
  2 – Sistema de ponto Eletrônico
  3 – Sistema de atendimento emergencial SAMU
  4 – Serviço de suporte 1º, 2º e 3º nível
  5 – Serviço de instalação de ativos de rede
  6 – Serviço de adequação da Sala de Situação
  7 – Link de dados
  8 – Outsource de Impressão
  9 – Manutenção Trakcare
  10 – Aquisição de computadores
  11 – Serviço de fábrica de software

- Com base no Decreto Distrital, que trata de redução de custos com contratos do governo, alguns contratos foram renovados com redução de valor e outros foram cancelados por não haver concordância da contratada. Com o prejuízo aos serviços operacionais da saúde dos contratos não renovados, novos projetos foram instaurados para dar continuidade aos serviços.

Contrato de segurança R$ 1.400.000,00; Contrato de manutenção evolutiva do Trakcare R$ 4.500.000,00; Contrato de suporte 1º nível R$ 700.000,00; Contrato de suporte 2º nível – Lanlink R$ 2.500.000,00; e Contrato de Link e internet R$ 14.000.000,00. Em resumo, em 2017 a área técnica teve uma redução nos gastos 9.100.000,00

Das metas estimadas para 2017, 20% foram concluídas, 40% estão em fase de conclusão e 40% não evoluíram por falta de recursos humanos especializados.

A perda de alguns contratos levou a coordenação a montar equipe de suporte de 1º nível, o que gerou perda na produtividade na área de tecnologia e consequentemente na área finalística da saúde.

O aumento do Recursos Humanos na área iniciado em 2017 deverá refletir em melhoras nas entregas em 2018 e na produtividade da tecnologia com reflexo na área fim.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1369 - COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	37,8	%	50	33,90	45	37,07	50	55	SES / UO 23901/ OE 1
Justificativa: 2016 - Dados jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado representou 67,80% do alcance da meta. Ficando 32,20% abaixo do desejado. Segundo a área técnica, há necessidade de integração com a SEDESTMIDH no planejamento de ações para para melhorar a captura dos dados e a atualização do sistema, bem como atualização e recadastramento dos beneficiários por parte da SEDESTMIDH. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - Dados jul-dez/2017. Para cálculo deste indicador é considerado a 2ª vigência. A primeira compreende o período entre 1º de jan a 30 de junho e a segunda, de 1º de agosto a 31/12 de cada ano. O indicador permite monitorar as famílias beneficiárias do PBF (família em situação de pobreza e extrema pobreza com dificuldade de acesso e de frequência aos serviços de Saúde). Do total de 58.432 famílias beneficiárias, 37,07% foram atendidas, 82,37% da meta pactuada.									
1381 - COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	0,52	1/ 1.000	0,54	0,53	0,49	0,52	0,52	0,55	(CNES)/ População (IBGE)/SES / UO 23901 / OE 3
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado mostra um alcance da meta de 98,15%. Para cálculo deste indicador são considerados apenas os CAPS que estão habilitados no Ministério da Saúde, 14. Que recebem recursos por atender todos os requisitos de funcionamento. Até dez/2016 a SES-DF estava com 17 CAPS em funcionamento, deste 3 sem habilitação junto ao Ministério da Saúde. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 0,03 representa um aumento na cobertura dos CAPS. Segundo a área técnica há hoje no DF 17 CAPS, sendo 14 serviços habilitados pelo MS. Há três propostas de construção de CAPS cadastradas junto ao MS, com recurso de emenda parlamentar e funcionamento previsto para 2018 (CAPS i - Ceilândia Norte, CAPS ad III - Guará II e CAPS ad III - Taguatinga Norte).									
1691 - DEMANDAS ATENDIDAS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	0	%	-	-	30	94,62	60	70	CTIN/ UO 23901/ OE 6
Justificativa: 2016 - Não há índice desejado para 2016. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - Segundo a área técnica, 94,62% das demandas da SES-DF foram atendidas em razão da implantação do Sistema Web Atendimento TI-SES-DF, que permitiu registrar todas as demandas (pedido, em atendimento, atendido e/ou pendente).									
1553 - MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO	5	DIA	5	5,21	4	-	3	1	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2017. Indicador quanto menor melhor. A variação em 0,21 dias entre o desejado e alcançado representa 4,20% de aumento do tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência). 2017 - Segundo a área técnica não foi possível coletar dados para cálculo do indicador no ano de 2017 em virtude da não implantação do SISLEITO, previsão para início de 2018.									
1752 - NÚMERO DE NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE ALTO CUSTO	0	UNIDADE	-		-	-	1	0	SES
Justificativa:2017 - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período.									
1372 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR (AD)	50	%	66,6	65,17	70,8	55,49	75	80	GEAD/SAPS/SES / UO 23901 / OE 1
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha atingido 97,85% da meta, ficou 2,15% abaixo da pactuada. A área técnica sugere o aprimoramento da coleta de dados, ampliar o número de equipes, melhorar a estrutura física e logística das EAD (motorista). 2017 - Dados jan-dez/2017. A variação de 15,31 pontos percentuais em relação a meta estabelecida, representou 78,38% da população atendida pelas equipes da AD. O resultado de 2017 ficou abaixo do pactuado em 21,62%. Segundo a área técnica a falta de credenciamento de novas equipes de atenção domiciliar tem contribuído com o baixo desempenho. Pontua que é necessário a adoção da AD como estratégia para mudança do mod. de saúde vigente: hospilalocêntrico, voltado para as cond. agudas e de alto custo.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1385 - PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF	37	%	80	53,81	80	36,83	80	80	GEVAZ/ DIVAL/ SES / UO 23901 / OE 5
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado representa 67,01% da meta. Para atingir a meta são necessários ampliação em 40% o número de postos de vacinação, dos vacinadores para 3.360 vacinadores o total de pessoas nos dias de campanha. Ainda continua baixo a quantidade de profissionais envolvidos na campanha. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 43,17 pontos percentuais, representa um alcance da meta de 46,04%, ficando abaixo 53,96% da pactuada. Segundo a área técnica foram realizadas divulgações da vacina de rotina durante todo o ano nos postos de vacinação da rede. Indica como necessidade fomentar parcerias com demais órgãos como SEMA, IBRAM, EMATER, CBM, PMDF e Forças Armadas para ampliar os postos de vacinação de rotina e campanha.									
1754 - PERCENTUAL DE ESPECIALIDADES AMBULATORIAIS REGULADAS COM PROTOCOLOS CLÍNICOS ATUALIZADOS E INSTITUCIONALIZADOS	0	%	-		-	-	75	100	SES/UO 23901/OE 6
Justificativa: 2017 - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período.									
1384 - PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDES AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS	0,76	%	<1	1,01	<1	0,71	<1	<1	SIST INF LIRAA/ GEVAPAC/ DIVAL/SES / UO 23901 / OE 5
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. Foram realizados os 3 ciclos de LIRAa, o DF encontra-se em alerta em razão do índice está maior que 1, segundo a área técnica. Houve providências aos insumos como uniformes e outros materiais para o trabalho de campo, tendo ainda o desafio de falta de pessoal e veículos para a logística operacional. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - O indicador é decrescente. Quanto menor melhor. A meta foi superada em 28,98%. O quarto LIRAa foi realizado entre os dias 20/11 e 24/11. O índice de infestação predial do DF foi de 0,95%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo B. A equipe técnica afirma que as ações que mais contribuíram para o alcance da meta foram: maior integração entre os núcleos regionais; identificação das áreas com maior incidência de infestação do Aedes aegypti.									
1373 - PERCENTUAL DE INGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL COM PLANO DE CUIDADOS ELABORADO PELA EQUIPE DE SAÚDE	20	%	30		40	89,02	60	80	SESIPE, DCCP, EABP/ SES / UO 23901 / OE 1
Justificativa:2017 - Dados jan-dez/2017. A variação de 49,02 pontos percentuais representa uma superação de 122,55% em relação a meta pactuada. No entanto, a área técnica esclarece que para este cálculo foram restritas a realização de teste rápido de HIV, sífilis, hepatite e vacinação.									
1692 - PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS	0	%	-	-	45	12,78	65	85	CTINF/ UO 23901/ OE 6
Justificativa: 2016 - Não há índice desejado para 2016. 2017 - Dados de jan-dez/2017. A variação de 32,22 pontos percentuais representa uma proporção de 28,44% de alcance da meta, ficando 71,60% abaixo da meta pactuada. Segundo a área técnica muitos processos estão em andamento para conclusão em 2018. No entanto, aponta a necessidade de mais servidores para atender a demanda da TI.									
1755 - PERCENTUAL DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM PROGRAMA IMPLANTADO E CUSTO TOTAL APURADO	0	%	-		-	-	30	50	SES/UO 23901/OE 6
Justificativa: 2017 - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período									
1387 - PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO EM SAÚDE - SIS - NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA	8,72	%	20	11	49,5	100	75,5	100	SUTIS/ SES / UO 23901 / OE 6
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016 sujeitos a alterações. Considerando a diversidade das unidades da ESF da SES-DF, sendo algumas dentro do mesmo estabelecimento conforme consta do CNES e tendo em vista que houve falta de conectividade de internet fornecidade pela operadora OI, estima-se o alcance da meta de 11% em 2016 na utilização do Sistema Integrado de Saúde. 2017 - Dados de jan-dez/2017. Segundo a área técnica foi implantado nas 117 Unidades Básicas de Saúde, o sistema E-SUS AB, atingindo a meta antes de 2019. Esclarece que se trata de um novo sistema, não tendo sido subestimada a meta. O próximo passo será a conclusão da capacitação de todos os servidores.									
1383 - PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA	48,88	%	60	54,08	80	68,06	90	100	DIASF/SAS/ SES / UO 23901 / OE 4
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado representa um alcance de 90,13% da meta. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 14,92 pontos percentuais representa um alcance da meta de 85,07% de leitos hospitalares com dose individualizada. No entanto, a área técnica aponta a necessidade de nomeação de servidores AOS-Farmácia e aquisição de mobiliários para as farmácias hospitalares.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1377 - PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	61,3	%	63	62,85	-	46,02	70	72	SIH/ SINASC/ SES / UO 23901 / OE 3
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Este considera os partos normais realizados na rede própria. Ao considerar todo o DF (público e privado) este resultado passa para 46,30%. Observa-se que os hospitais privados realizam mais partos cesários. Para o ano de 2018 a área técnica sugere a inclusão da rede suplementar, tendo em vista que a nível nacional este indicador passou a partir de 2017, ser obrigatório a informação. Assim sendo, como saúde pública será obrigatório. 2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador é crescente, quanto maior melhor. Com a pactuação interfederativa, o indicador sofreu uma alteração em 2017. Antes era considerado apenas os partos normais da rede SES e agora passou a ser considerado o privado tb. Assim sendo, o resultado dos partos na SES foi: 60,84% de partos normais, enquanto que o privado foi de 14,55%. O parâmetro nacional é de 45,90% de partos normais no SUS. Historicamente o DF ocupa o ranking dos entes federados com partos normais.									
1753 - PROPORÇÃO DE SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA INSPECIONADA	35	%	-		50	56	75	100	SES/UO 23901/OE 5
Justificativa: 2017 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 6 pontos percentuais representa um aumento de 12% em relação a meta pactuada. São 96 serviços cadastrados no DF.									
1386 - PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª DOSE) , POLIOMELITE (3ª DOSE) E TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE)- COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA.	100	%	100	44,44	-	-	100	100	GEVEI/ DIVEP/ SES / UO 23901 / OE 5
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Os dados são parciais por problemas em algumas regionais para fechamento do sistema. Segundo a área técnica providências estão sendo adotadas para correções no sistema (SIPIN - Sistema do Programa Nacional de Imunização com previsão para mar/2017. 2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador considera as quatro vacinas selecionadas na pactuação interfederativa pelo MS que considera o parâmetro de 95% para cada dose. Assim sendo, o DF só alcançou 87%, ficando 8,42% abaixo da meta preconizada nacionalmente, o que acaba zerando a informação.									
1689 - PROPORÇÃO DO SERVIÇO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS OFERTADAS NA REDE SES-DF	58	%	58,50	46,40	59	55,75	60	60,5	SES / UO 23901/ OE 1
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O indicador de expansão da PIS (Práticas Integrativas de Saúde) para outras unidades de saúde não ocorreu, porém segundo a área técnica estas práticas foram implementados nas unidades que já possuíam alguma, passando de 48 para 277 serviços, em especial, a shantala como apoio a humanização da Rede Cegonha. 2017 - Dados jan-dez/2017. A variação de 3,25 pontos percentuais representa um alcance da meta de 94,49%. Segundo a área técnica há necessidade de sensibilizar gestores e servidores quanto os benefícios dessas práticas. Ações que foram empreendidas: capacitação de 81 servidores da SES e voluntários nos 8 cursos oferecidos de automassagem e Reiki, além de encontros. Atualmente 97 unidades básicas de saúde da SES ofertam estas práticas.									
1378 - RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,31	RAZÃO	0,3	0,18	0,32	0,19	0,5	0,7	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha alcançado 60% da meta, segundo a área técnica é necessário qualificar as equipes para o rastreio citológico de qualidade (captação, coleta e laudo), com ênfase na população de risco de 25 a 64 anos. 2017 - Dados jan-dez/2017. A variação de 0,13 pontos percentuais em relação a meta pactuada, representa um alcance da meta de 59,37%, ficando abaixo 40.63% da meta estabelecida. Segundo a área técnica o resultado abaixo se deve a quantidade de coleta inferior às nec. da cobertura na APS, o acolhimento e o modelo de atendimento influenciam. Há tb as limitações operacionais de citopatologia que represam laudos. Apontam como solução a ampl. do acesso a coleta na APS, recomposição do quadro, impl. SISCAN.									
1379 - RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,22	RAZÃO	0,22	0,03	0,10	0,05	0,25	0,35	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. A falta de manutenção dos mamógrafos tem sido apontado pela área técnica como fator crítico de sucesso, além da falta de profissionais para operar os existentes (médicos radiologistas e técnicos). Poucas agendas são abertas para exames de mamografias, o que dificulta ainda mais a oferta. 2017 - Dados de jan-dez/17 . O resultado ficou abaixo 50% do pactuado. A área técnica informa que apesar dos dados do SISREG demonstrarem normalização das filas de espera por exame, a meta não foi alcançada devido a baixa demanda e subutilização do SISMAMA pelos serviços de Radiologia. Aponta como solução a criação de serviços de diagnóstico de mama pelo menos em cada superintendência de saúde e contratação de radiologistas e técnicos de radiologia dedicados para mamografia e implantação do SISCAN.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1389 - REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF	0	UNIDADE	12	0	7	7	10	10	SUPRAC/ SAS/SAPS/ SES / UO 23901 / OE 6
Justificativa: 2016 - Não houve contratualização com as Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital em 2016. Foi priorizado a capacitação para os gestores com o curso de Gestão Regionalizada e o indicador repactuado para o ano de 2017. 2017 - Dados de jan-dez/2017. Todas as sete Regiões de Saúde contratualizaram com a ADMC (SES-DF) em dez/2017, o Acordo de Resultados.									
1376 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	11,5	1/ 1.000	11,2	10,92	10,9	11,44	10,6	10,3	SIM/ SES / UO 23901 / OE 3
Justificativa: 2016 - Dados jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. Dado parcial sujeito a alteração tendo em vista que o banco de dados do Ministério da Saúde fecha o sistema SIM e SINASC em jun/2017. O resultado parcial demonstra queda na mortalidade infantil no DF e tende a se manter. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - Dados parciais. Segundo área técnica o banco de dados de óbitos infantis só fecha em jun/2018. Assim sendo, não é possível fazer uma avaliação da mortalidade infantil neste momento, embora o resultado atual aponte para o resultado esperado.									
1551 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO	10	DIA	8	10,35	6	13,14	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,35 dias representa 29,38% de aumento no tempo de permanência na UTI que segundo a área técnica demanda leitos com capacidade de hemodiálise. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 7,14, representa um aumento de 119% no tempo de permanência. Segundo a área técnica há necessidade de reativar a cirurgia cardíaca como forma de melhorar os resultados.									
1548 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL	20	DIA	14	18,59	12	22,00	8	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. O tempo de permanência em leitos de UTI Geral carece de uma análise detalhada por parte da área técnica para apontar os motivos, visto que a variação de 4,59 dias significa um aumento de 32,77% de permanência no leito. 2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 10 pontos percentuais, representa um aumento no tempo de permanência do paciente. Segundo a área técnica, embora não se tenha alcançado a meta, as ações dos médicos rotineiros têm melhorado este tempo, pois o indicador reflete a gravidade que o paciente chega na unidade. Esta relacionado ao tempo de espera na fila da CRIH e a demora do paciente sair da unidade após a alta, leitos de retaguarda									
1552 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA	10	DIA	8	6,17	6	4,71	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 1,83 dias entre o desejado e alcançado representa 22,88 de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência). 2017 - Dados de jan-dez/2017 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,29 pontos percentuais, indica um resultado positivo. Houve redução 21,50% no tempo de permanência.									
1547 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEONATAL	24,4	DIA	24,4	22,26	24,4	36,60	24,4	24,4	SIS/SES / UO 23901 / OE2
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 2,14 dias entre o desejado e alcançado representa 8,77% de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência). 2017 - Dados de jan-dez/2017. Dados parciais e provisórios. Este dado refere-se a um único hospital da Rede SES-DF (HRSM - jan-dez/2017) que atende alto risco. Segundo a área técnica os demais hospitais não enviaram dados para cálculo do indicador, o que inviabiliza a análise.									
1550 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA	15	DIA	12	14,44	10	14,87	8	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,44 dias. Cabe esclarecer que o único hospital especializado existente no DF, é o HBDF, que atende toda a população de forma geral, independente de depender do SUS ou ter plano privado. Todos são atendidos no HBDF. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - Indicador decrescente, quanto menor melhor. A variação de 4,87 pontos percentuais indica um aumento no tempo de permanência. Segundo a área técnica o tempo poderia ser menor se o tempo por internação domiciliar e de leitos especializados de reabilitação fossem mais rápido. Há necessidade de suporte multidisciplinar e leitos de retaguarda para receber egressos sequelados.									
1375 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA	11,9	DIA	11,9	29,70	11,9	16,00	11,9	11,9	SIS/SES / UO 23901 / OE2
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Segundo a área o resultado reflete que a longa permanência está diretamente ligada a ausência de leitos de cuidados prolongados e de internação domiciliar de alta de complexidade. 2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 4,10 pontos percentuais representa um aumento do tempo de permanência em leitos de UTI de 34,46%. Segundo a área técnica há necessidade de mais ações preventivas promovidas pela Rede Cegonha, bem como o melhor funcionamento dos Comitês de Investigação e Prevenção de Óbitos e gestores envolvidos nas ações preventivas.									
1549 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA	7	DIA	6	7,97	5	6,05	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 1,97 dias representa 32,83% de aumento no tempo de permanência que pode está associada a diversos motivos, devendo a área técnica detalhá-los. 2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,05 pontos percentuais indica um aumento no tempo de permanência. Ao comparar com o ano anterior houve redução de 24,09%. Embora não se tenha alcançado a meta pretendida, a área técnica afirma que as ações do trabalho dos médicos rotineiros têm melhorado o desempenho deste indicador.									

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**2.700.000,00**	**2.260.422,42**	**2.260.421,66**	**1.628.889,93**
8527 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SES-DISTRITO FEDERAL	2.700.000,00	2.260.422,42	2.260.421,66	1.628.889,93
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**2.700.000,00**	**2.260.422,42**	**2.260.421,66**	**1.628.889,93**

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**5.990.000,00**	**11.207.607,00**	**3.766.874,75**	**3.766.874,75**
0031 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SES-DISTRITO FEDERAL	5.990.000,00	11.207.607,00	3.766.874,75	3.766.874,75
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.238.127,00**	**5.238.127,00**	**2.872.246,56**	**1.925.781,90**
0030 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SES-DISTRITO FEDERAL	2.238.127,00	5.238.127,00	2.872.246,56	1.925.781,90
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**8.228.127,00**	**16.445.734,00**	**6.639.121,31**	**5.692.656,65**

6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**14.370.000,00**	**24.171.684,00**	**22.024.996,27**	**14.072.933,67**
0005 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01 QNG - TAGUATINGA-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0006 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-UPA SAMAMBAIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	0,00	0,00
5303 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SES-DISTRITO FEDERAL	14.000.000,00	23.301.684,00	22.024.996,27	14.072.933,67
5339 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB-PLANO PILOTO .	370.000,00	370.000,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**877.091.190,00**	**2.030.825.808,00**	**1.977.436.866,20**	**1.905.463.281,50**
0013 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SES-DISTRITO FEDERAL	0,00	6.459.000,00	6.459.000,00	0,00
0016 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	8.700.000,00	8.700.000,00	0,00
0017 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	7.185.000,00	7.185.000,00	0,00
0050 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SES-DISTRITO FEDERAL	843.591.532,00	1.973.555.150,00	1.920.249.279,35	1.870.620.628,73
0068 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	33.489.658,00	34.916.658,00	34.843.586,85	34.842.652,77
8859 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS EM ATIVIDADES ALHEIAS A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**178.674.766,00**	**159.671.001,00**	**150.206.967,99**	**137.053.019,28**
6988 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SES-DISTRITO FEDERAL	177.037.766,00	158.449.001,00	148.987.304,27	135.833.355,56
6990 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	1.637.000,00	1.222.000,00	1.219.663,72	1.219.663,72
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**415.957.640,00**	**532.291.699,65**	**526.692.009,37**	**423.455.853,93**
0052 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SES-DISTRITO FEDERAL	4.020.000,00	7.084.779,65	5.693.539,85	2.609.293,21
0063 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB-PLANO PILOTO .	2.631.000,00	2.117.000,00	1.795.936,38	1.639.724,70
3722 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	177.300.000,00	250.569.026,00	248.776.008,58	204.179.997,64
6991 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - SES-DISTRITO FEDERAL	151.400.000,00	198.824.038,00	197.023.381,60	163.250.102,41
7261 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SES-DISTRITO FEDERAL	73.300.000,00	67.653.766,00	67.637.052,75	47.053.193,81

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9677 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FROTA DE VEÍCULOS - SES-DISTRITO FEDERAL	7.286.640,00	6.043.090,00	5.766.090,21	4.723.542,16
9680 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS COMPLEMENTARES SES-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**110.000,00**	**117.280,00**	**17.280,00**	**0,00**
0021 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	17.280,00	17.280,00	0,00
5776 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FHB - AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB.-PLANO PILOTO .	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**1.486.203.596,00**	**2.747.077.472,65**	**2.676.378.119,83**	**2.480.045.088,38**

Gestão de Pessoas

No ano de 2017 foram realizadas análises sistemáticas sobre o cenário da força de trabalho. Abaixo o quadro de pessoal da SES, demonstrando a variação do quantitativo de profissionais no ano de 2017, refletindo uma estabilidade no número de servidores no período:

CARREIRA	TOTAL JAN/2017	ADMITIDOS 2017	DESLIGADOS 2017	APOSENT. 2017	TOTAL DEZ/2017	VARIAÇÃO PERCENTUAL
AUXILIAR DE SAÚDE	2087	46	14	200	1919	-8,05%
CIRURGIÃO-DENTISTA	472	58	2	15	513	8,69%
EMPREGO COMUNITÁRIO	1462	0	6	3	1453	-0,62%
ENFERMEIRO	3264	79	16	60	3267	0,09%
ESPECIALISTA EM SAÚDE	2651	122	24	42	2707	2,11%
MÉDICO	5250	306	148	125	5283	0,63%
OUTRAS	222	2	36	4	184	-17,12%
PPGG	694	0	34	47	613	-11,67%
TÉCNICO EM SAÚDE	15913	893	157	538	16111	1,24%
Total Geral	32015	1506	437	1034	32050	0,11%

Fonte: DIAP/SUGEP/SES-DF – JAN/2018

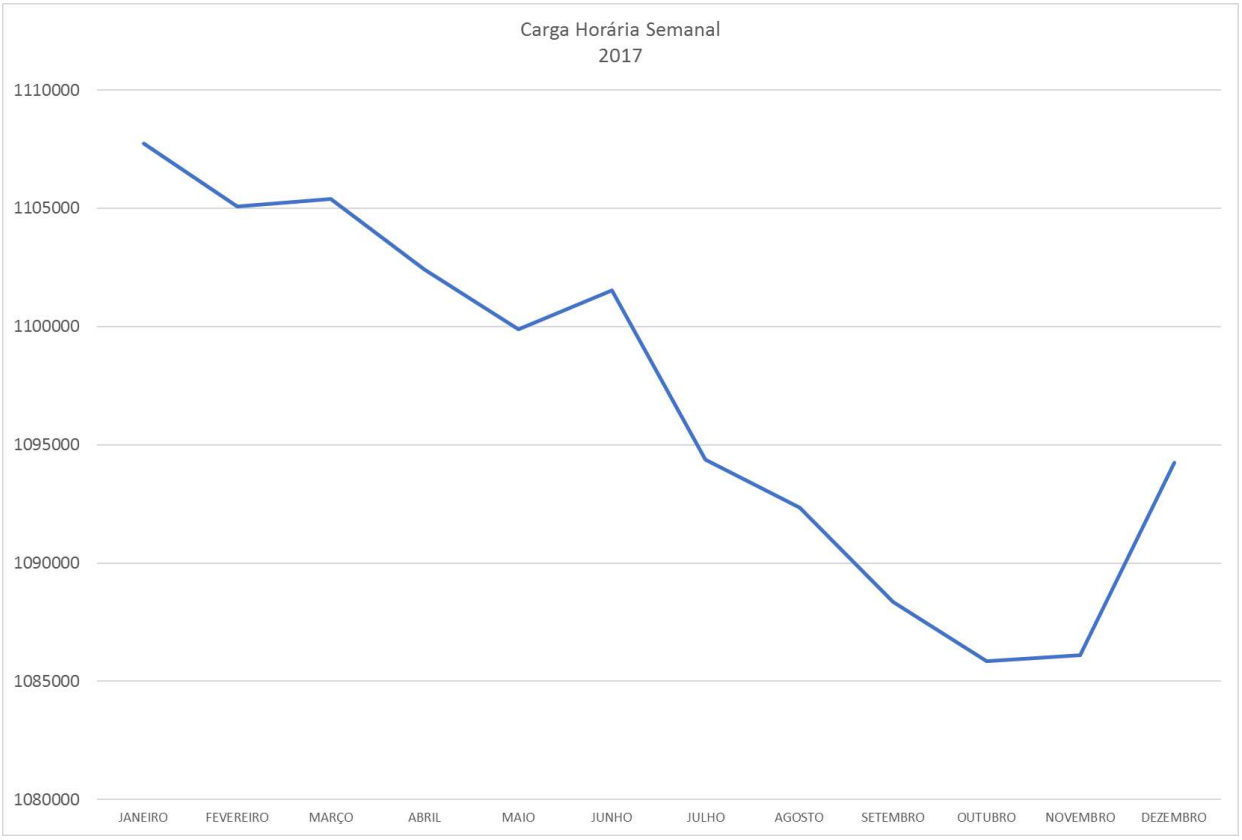
Esta estabilidade é devida ao esforço para recomposição do número de servidores. Com esse intuito foram realizados 19 atos de nomeação, todas em substituição a nomeações tornadas sem efeito, aposentadorias de 2016 e de servidores que tiveram publicadas suas exonerações e vacâncias, conforme tabela abaixo:

CARREIRA - SES/DF	TOTAL POR CARREIRA
Auxiliar em Saúde	65
Técnico em Saúde	1.145
Especialista em Saúde (TOTAL)	173
Assistente social	28
Fisioterapeuta	30
Nutricionista	11

Psicólogo	51
Terapeuta ocupacional	10
Biólogo	3
Biomédico	23
Farmacêutico bioquímico laboratório	17
Enfermeiro	215
Cirurgião-Dentista	64
Médico	905
TOTAL	**2.567**

Fonte: GESP/DIPMAT/SUGEP/SES-DF – JAN/2018

No entanto, quando analisada a quantidade de horas semanais que compõem a força de trabalho disponível, observa-se uma importante queda no decorrer do ano, demostrada no gráfico abaixo:



Fonte: SUGEP/SES-DF – SIGRH – JAN/2018

Visando a recomposição da força de trabalho com o incremento da carga horária à disposição dos serviços desta pasta, foram realizadas 840 concessões de ampliação de jornada de trabalho decorrentes das retratações e mediante a opção pelo regime de 40 horas de trabalho.

MUDANÇAS DE CARGA HORÁRIA REALIZADAS EM 2017 (POR TERMO DE OPÇÃO)

REGIÃO / URD	AUXILIAR DE SAÚDE		CIRURGIÃO-DENTISTA	ENFERMEIRO		ESPECIALISTA EM SAÚDE		MÉDICO		TÉCNICO EM SAÚDE		TOTAL	
	AMPLIAÇÃO	RETRATAÇÃO	AMPLIAÇÃO	AMPLIAÇÃO	RETRATAÇÃO	AMPLIAÇÃO	RETRATAÇÃO	AMPLIAÇÃO	RETRATAÇÃO	AMPLIAÇÃO	RETRATAÇÃO	AMPLIAÇÃO	RETRATAÇÃO
ADMC	4				2	10	2	1	3	64	13	**79**	**20**
CENTRO NORTE					1	2	4	3	10	30	9	**35**	**24**
CENTRO SUL			2	13	1	14	3	9	13	28	12	**66**	**29**
COMPLEXO REGULADOR					3			10	5	6	6	**16**	**14**
HAB	3			1	1	3				9	5	**16**	**6**
HBDF				1	1			5	15	29	10	**35**	**26**
HSVP				1		1		1		1	2	**4**	**2**
LESTE	5		5	5	1	5	4	1	7	43	9	**64**	**21**
NORTE	10		7	7	2	12	2	12	18	50	13	**98**	**35**
OESTE	7		16	15	3	20		26	9	82	13	**166**	**25**
SUDOESTE	2	1	3	7	4	17	1	17	17	46	14	**92**	**37**
SUL	5		6	14	7	14		18	9	112	16	**169**	**32**
Total Geral	**36**	**1**	**39**	**64**	**26**	**98**	**16**	**103**	**106**	**500**	**122**	**840**	**271**

Fonte: DIPMAT/SUGEP/SES-DF – SIGRH – JAN/2018

Com objetivo de dar prosseguimento a recomposição de força de trabalho, analisando os déficits de profissionais de maior impacto aos serviços, e considerando que ao término de 2016 foi realizado o Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária de médicos. Segue abaixo o número de vagas oferecidas e o quantitativo de aprovados para cada especialidade:

ESPECIALIDADE	N.º DE VAGAS	APROVADOS
MEDICINA INTENSIVA ADULTO	97	06
PEDIATRIA	83	11
NEONATOLOGIA	121	05

Fonte: SUGEP/SES-DF JAN/2018

O resultado da seleção e a convocação dos aprovados ocorreu em 10 de maio de 2017.

Foi autorizada a realização de novo concurso público para o cargo efetivo de Médico, nas especialidades de Pediatria, Medicina Intensiva Adulto, Anestesiologia e Neonatologia. Os aprovados neste certame servirão para substituir os profissionais contratados temporariamente e suprir a latente demanda da rede.

Segue o quadro demonstrativo de vagas oferecidas:

Opções	Especialidade	Vagas (20h)
1	MEDICINA INTENSIVA - ADULTO	90
2	NEONATOLOGIA	90
3	PEDIATRIA	90
4	ANESTESIOLOGIA	67

Fonte: SUGEP/SES-DF JAN/2018

O presente concurso tem data prevista de homologação para 06 de março de 2018.

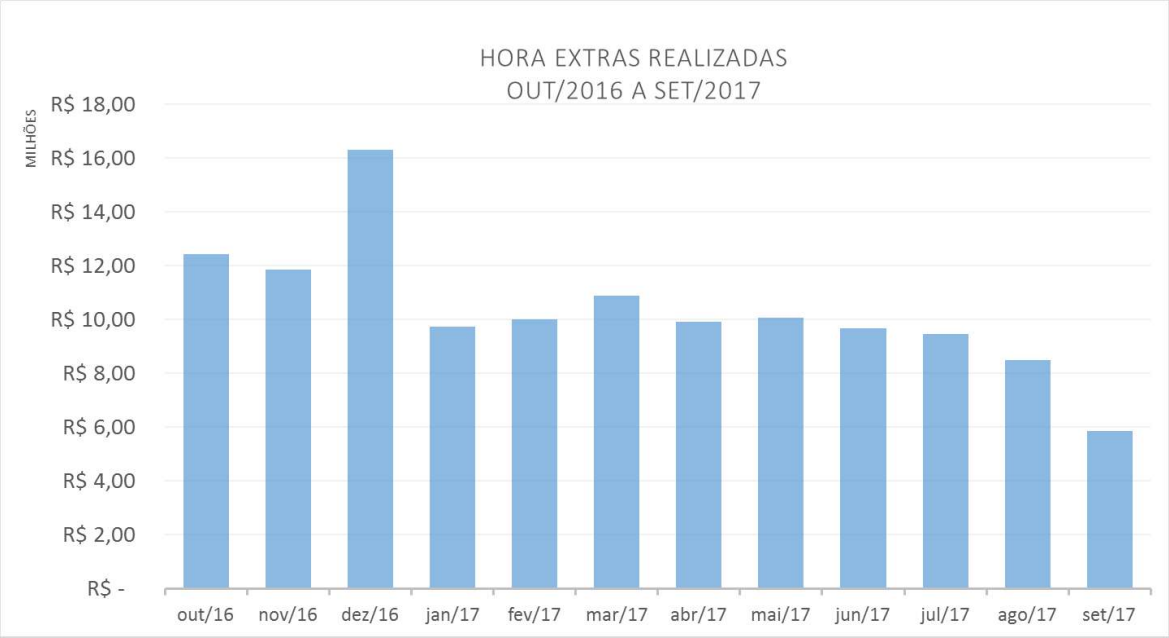
Outro concurso público está em andamento na SES/DF. Este trata da contratação para suprir demandas urgentes da SES. Os cargos beneficiados nesse são os que não participaram do concurso anterior, bem como aqueles que participaram do concurso anterior, e, não possuem mais cadastro reserva para nomeações.

Apesar de todos os esforços, ainda é necessário a utilização de horas extraordinárias para manutenção dos serviços de saúde desta pasta.

É realizado o monitoramento de horas extras considerando o déficit de recursos humanos e a necessidade para atender a demanda apresentada por cada unidade. É realizado um controle de horas solicitadas com base no valor do teto estipulado pela SEPLAG.

Em 2017, além da publicação da Portaria nº 340 de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre os serviços extraordinários na SES-DF, foi dado início a elaboração do manual de regras para a utilização de horas extras na SES/DF, com o intuito de normatizar e regulamentar as horas extras. A SES/DF tem feito um trabalho de conscientização na utilização de hora extra junto às regionais, buscando sanar com qualquer irregularidade.

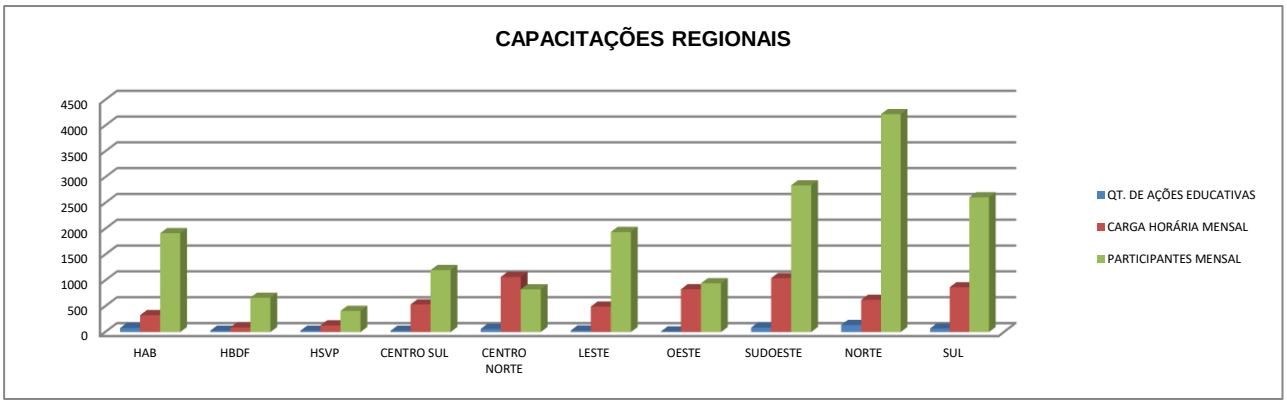
Segue o gráfico com a realização de horas extraordinárias dos últimos doze meses consolidados:



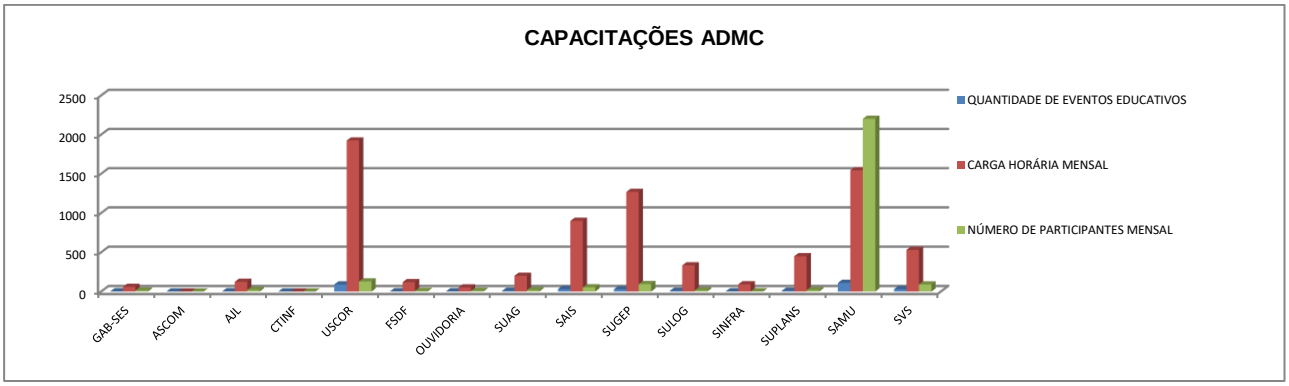
Fonte: SUGEP/SES-DF JAN/2018

Trabalho e Educação na Saúde

No âmbito da Educação em Saúde, em 2017, foram computados 571 eventos educativos totalizando 53.657 horas capacitadas para 4.566 servidores (cômputo retirando duplicidade de servidor que realizou mais de uma capacitação e de acordo com o repasse de informações).



Fonte: NEPS Regiões de Saúde e URD's



Fonte: GES/DIPMAT/SUGEP/SES-DF; GEDOC/COATEC/EGOV

Em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal, foram capacitados 1.132 servidores, com maior percentual de servidores capacitados no curso de Aperfeiçoamento no SIGRH (115).

A SES/DF tem como meta o crescimento anual de 10 pontos percentuais a cada ano a partir do marco de 11,63% mensurado em 2016. Observa-se com os números compilados que em 2017 apresentamos resultado de 11,75%.

O tímido aumento, ainda abaixo da meta de 2017 (13,13%), deve-se ao fato da reestruturação da gerência competente, resultando na alteração e/ou implementação de fluxos de trabalho que visam a coleta de dados com maior qualidade e que buscam retratar as capacitações voltadas para a melhoria na qualidade da prestação do serviço.

Vale frisar que tais alterações nos fluxos de trabalho incluem ações necessárias dos setores responsáveis nas regiões (NEPS) no que tange a alimentação, tempestiva, dos dados por meio de ferramenta (pasta compartilhada) implementada em Setembro/2017, situação que merece atenção da Gerência no ano de 2018.

Há que salientar ainda a necessidade de maior interação da Gerência com as áreas demandantes para que seja vista de fato como área consolidadora conforme preconiza a Portaria n.º 210, de 13 de abril de 2017, e faça parte do processo de construção/planejamento/ propositura de capacitação.

No que tange a baixa execução orçamentária é imperioso destacar que foram iniciados trâmites para contratação e utilização dos recursos destinados à capacitação apenas no último bimestre, portanto, fora do prazo médio de trâmite para aquisições de serviços preconizados pela portaria acima referenciada, não surtindo os efeitos desejados. Com o objetivo de evitar o ocorrido em 2017, realizou-se o Levantamento de Necessidades de Capacitação para, identificando e priorizando as demandas, planejar o calendário de 2018 de acordo com o recurso também disponibilizada no corrente ano.

Fundação Hemocentro de Brasília - FHB

A Fundação Hemocentro de Brasília vem se desenvolvendo ao longo dos anos buscando manter a excelência na prestação de serviços e aperfeiçoar seus mecanismos de gestão. Em 2017 foi renovada a certificação ISO 9001/2008 com ampliação do escopo para os Laboratórios de pacientes, Laboratório de imunologia dos transplantes e Banco de sangue e cordão umbilical. A nomeação de 79 novos servidores oriundos do concurso diminuiu o déficit e reforçou o corpo técnico e administrativo da FHB. Além disso, a substituição de equipamentos dos laboratórios por outros mais modernos, a implantação do sistema Alphalinc para controle de estoques nas agências transfusionais e a implantação do SEI foram algumas das realizações que geraram maior transparência, economia e modernização de processos de trabalho para a FHB.

Com a qualificação dos executores de contrato, padronização dos editais de compras e utilização de Sistema de Registros de preços conseguiu-se maior agilidade e modernização nos processos de compras. A implantação da Política de Gestão de Riscosincorporou a análise de riscos à tomada de decisão, sendo a FHB uma das instituições pioneiras no DF, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público. Além de realizar atendimento das necessidades da população em hemoterapia, conforme diretrizes estabelecidas na política de sangue do DF, a FHB manteve em 2017 o índice de conformidade da Vigilância Sanitária em 97,8% sendo considerada uma instituição de baixo risco e se fortaleceu como executora e coordenadora das linhas estratégicas de atuação da hemorrede realizando diversos treinamentos para atendimento de emergência em pacientes com coagulopatias,notificação de incidentes transfusionaise participando como coordenador no processo de avaliação externa da qualidade do Ministério da Saúde.

Em relação ao programa orçamentário destinado à capacitação de servidores, a FHB optou por aplicar prioritariamente recursos de fonte 138 executados diretamente com a SEPLAG para este fim e, por issonão houve execução financeira no programa com fonte 100.

Em relação ao programa de conservação de estruturas onde até o momento não houve execução financeira, informamos que existem processos em trâmite com previsão orçamentária amparada neste programa de trabalho.

A ouvidoria da FHB foi premiada como melhor desempenho no atendimento ao cidadão em 2017 e alcançou-se 100% no índice de transparência ativa do DF.

Melhoria nas Estruturas Físicas

Os Contratos de Manutenção Predial em todos os edifícios da Secretaria de Estado de Saúde, divididos em 14 (catorze) lotes, por Região Administrativa.

DESCRIÇÃO DA OBRA – Manutenção Predial – Regular	RA/LOCAL	Percentual *
Manutenção Predial HBDF e NCPC – Lote I	I	100,00%
Manutenção Predial Brasília Asa Sul – Lote III	I	90,35%
Manutenção Predial Gama – Lote V	II	70,98%
Manutenção Predial HRT – Lote VI	III	60,97%
Manutenção Predial Taguatinga (Centro) – Lote VII	III	60,76%

Manutenção Predial LACEN e Brazlândia – Lote VIII	I, IV	85,10%
Manutenção Predial Sobradinho – Lote IX	V	83,45%
Manutenção Predial Planaltina – Lote X	VI	85,75%
Manutenção Predial Paranoá – Lote XI	VII	60,49%
Manutenção Predial Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro e CandangolândiaLote – XII	VIII, X, XI e XIX	61,84%
Manutenção Predial Ceilândia – Lote XIII	IX	89,35%
Manutenção Predial Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Águas Claras – Lote XIV	XII, XV, XVII e XX	82,43%
Manutenção Predial Santa Maria – Lote XV	XIII	65,28%
Manutenção Predial Administração Central, Lago Sul, Lago Norte, Varjão e São Sebastião – Lote XVI.	I, XVI, XVIII, XXIII e XIV	93,35%

Fonte: SINFRA/SESDF 2017

*Percentual do valor empenhado em relação ao valor anual dos contratos.

Vigilância

Os serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna, foram mantidos por dispensa de licitação desde 2010 até 2015, todavia, configuraram despesas indenizatórias, por falta de cobertura contratual em 2016 e 2017, até o período de 15 a 18 de setembro de 2017, quando os novos contratos foram celebrados.

Anteriormente, na distribuição 2015/2016, a quantidade de postos de vigilância era de 1.287. Atualmente, com a celebração de novos contratos a quantidade de postos passou para 1.065.

Ao analisar os valores dos contratos celebrados em 2017 em detrimento aos contratos celebrados em 2015, verifica-se uma economia de R$19.953.089,16 de valor global anual gasto com contratos para prestação do serviço de vigilância.

CONTRATOS	VALOR GLOBAL ANUAL (R$)
Contratos de Vigilância celebrados em 2015	212.085.109,08
Contratos de Vigilância celebrados em 2017	192.132.019,92
ECONOMIA	**19.953.089,16**

Fonte: SINFRA/SESDF 2017

Limpeza

Os contratos para a prestação de serviços de limpeza têm por objeto a higienização e conservação hospitalar, limpeza de bens móveis e imóveis, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas unidades de saúde da SES-DF.

Os serviços de limpeza estavam vigentes por dispensa de licitação desde 2010 até 2015, todavia, configuraram despesas indenizatórias, por falta de cobertura contratual em 2016. O processo regular está em tramitação sendo desmembrados os serviços de jardinagem, carregador, lavagem de caixa d'água, desratização, desbaratização e dedetização e lavagem de ambulância para atender legislação vigente. Atualmente a quantidade de funcionários do serviço de limpeza é 3.181.

Cabe ressaltar que além da manutenção dos serviços de vigilância e limpeza, foram acompanhados a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com reposição de maquinário gráfico, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de máquinas de lavar, secadoras, calandras e centrífugas, com fornecimento de peças de equipamentos.

A manutenção dos serviços gráficos é de suma importância para o atendimento final ao paciente, pois é por meio desse serviço que são fornecidos todos os formulários necessários ao atendimento, tais como: receituários, formulários para marcação de exames, marcação de consultas de retorno, notificações, dentre outros.

Manutenção e Conservação da Frota de Veículos da SES

Foi realizada a manutenção de 289 veículos oficiais de propriedade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, distribuídos nas diversas Unidades de Saúde, dentre: ambulâncias, caminhões e veículos operacionais, com abertura de, aproximadamente 569 ordens de serviços. As manutenções desses veículos foram realizadas nas oficinas credenciadas.

Quantidade de Veículos encaminhados para manutenção

	CAMINHÃO	ÔNIBUS	AMBULÂNCIA	VEÍCULO OPERACIONAL	TOTAL MENSAL
Total	65	4	369	238	**569**

Fonte: SINFRA/SESDF 2017

Série Histórica – 2014 a 2017 - Consumo de Combustíveis litros/$

	Combustível	Quantidade (Litros)	Valor Líquido $
2014	ETANOL	4.548,28	11.115,81
	GASOLINA COMUM	627.233,24	1.922.689,07
	DIESEL	877.367,43	2.233.834,23
	TOTAL	**1.509.148,94**	**4.167.639,11**
2015			
	ETANOL	3.053,42	8.260,36
	GASOLINA COMUM	559.659,29	1.930.626,31
	DIESEL	750.656,15	2.160.911,30
	TOTAL	**1.313.368,86**	**4.099.797,97**
2016			
	ETANOL	4.772,02	14.666,48
	GASOLINA COMUM	561.959,34	2.017.350,28
	DIESEL	805.790,28	2.559.563,42
	TOTAL	**1.372.521,64**	**4.591.580,18**
2017			
	ETANOL	7.281,28	22.986,02
	GASOLINA COMUM	471.578,09	1.719.810,38
	DIESEL	804.674,75	2.700.558,08
	TOTAL	**1.283.534,13**	**4.443.354,48**

Fonte: SINFRA/SESDF 2017

Se comparados os gastos com combustível nos carros oficias da SES-DF nos anos de 2016 e 2017, verifica-se uma diminuição de 88.987,51 litros de combustível no exercício de 2017, o que significa uma economia de R$148.225,70 no referido período.

A Secretaria conta com acervo de 137 (cento e trinta e sete) ambulâncias, sendo que 52 (cinquenta e duas) encontram-se inativas para avaliação de baixa patrimonial e reserva técnica (excluindo-se SAMU), para transporte de pacientes estabilizados e, as ambulâncias do SAMU, executam atendimentos de urgências e emergências.

Conta com uma frota de 728 (setecentos e vinte e oito) veículos, incluindo-se veículos locados, veículos da Vigilância Sanitária e SAMU, estes veículos atendem as demandas da administração central e todas as unidades de saúde da SES/DF.

	VEÍCULOS (caminhões, motos, operacionais)	AMBULANCIAS
SVS	202	00
SAMU	66	77
GETR	133	136
LOCADOS	114	00
TOTAL	**728**	

Fonte: SINFRA/SESDF 2017

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

FUNDO DE SAÚDE DO DF

O FSDF tem como finalidade ser o instrumento de administração e suporte financeiro para gerir, executar, promover, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas com a execução financeira e orçamentária das ações do sistema de Saúde do Distrito Federal, Portaria nº 276, de 02 de dezembro de 2015, sob a orientação e supervisão direta do Secretário de Saúde do Distrito Federal. O FSDF realiza parcialmente a competência de ordenador de despesas, cabendo a responsabilidade de ordenar emissão de nota de empenho, liquidação, pagamento e suprimento de fundo.

No decorrer do exercício de 2017 o FSDF realizou a descentralização de créditos orçamentários para a Secretaria de Saúde do DF (UG 170101), Fundação Hemocentro de Brasília – FHB (UG 170202) e Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS (UG 170203), NOVACAP (UG 190201), SEPLAG (320101) e SLU (UG 150205).

Tendo em vista a escassez de recursos, foram realizadas 619 solicitações de Notas de Crédito Adicional relativas a alterações orçamentárias da SES-DF (UG 170101), da Fundação Hemocentro de Brasília – FHB (UG 170202) e da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS (UG 170203), totalizando R$ 1.236.748.044,00 milhões de reais suplementares.

No exercício de 2017 ingressaram no FSDF as receitas constantes do quadro abaixo:

Receita do Fundo de Saúde do Distrito Federal em 2017

Fontes do GDF[8]	Fundo Constitucional [9]	135[10]	132[11]	138[12]	Total
2.600.559.574,63	2.974.780.100,	40.505.000,	4.073.034,87	732.466.535,84	6.352.384.245,34
	FONTES DE RECEITAS / RENDIMENTOS + SUPERÁVIT				
Fontes do GDF	**Fundo Constitucional**	**135**	**132**	**138**	**Total**
5.954.670,98	0	0	32.254.208,08	392.140.246,15	430.349.125,21

[8] O DF repassou recursos nas fontes 100 (Ordinário não Vinculado), 101 (Cota parte do FPE e do DF), 102 (Cota Parte do FPM), 105 (Transf. De ITR), 109 (Transf. de IPI-Exportadores) e 300 (Ordinário não Vinculado).

[9] Fonte 130 (Fundo Constitucional do Governo Federal).

[10] A fonte 135 indica recursos provenientes de Operação de Crédito Interna (GDF).

[11] As fontes 121 e 132 indicam recursos provenientes de Convênios com a União. Foram considerados os valores de rendimentos e superávit financeiro.

[12] A Fonte 138 indica recursos provenientes do MS (Repasses Fundo a Fundo). Foram considerados os valores de rendimentos e superávit financeiro

	TOTAIS				
2.606.514.245,61	**2.974.780.100,**	**40.505.000,**	**36.327.242,95**	**1.124.606.781,99**	**6.782.733.370,55**
	COMPARATIVO POR FONTES EM RELAÇÃO AO TOTAL				
38,4%	**43,9%**	**0,6%**	**0,5%**	**16,6%**	**100%**

Fonte: FSDF/SESDF Dez/2017

Com relação à receita oriunda de Repasses financeiros por Bloco de Financiamento, sem os rendimentos financeiros e superávit verifica-se:

BLOCO	VALOR TOTAL	%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	28.561.500,08	4,07%
ATENÇÃO BÁSICA	105.161.887,64	15,00%
GESTÃO DO SUS	638.500,00	0,09%
INVESTIMENTO	13.970.855,00	1,99%
MAC	528.084.780,86	75,30%
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	24.885.420,48	3,55%
TOTAL GERAL	**701.302.944,06**	**100,00%**

Fonte: FSDF/SESDF Dez/2017

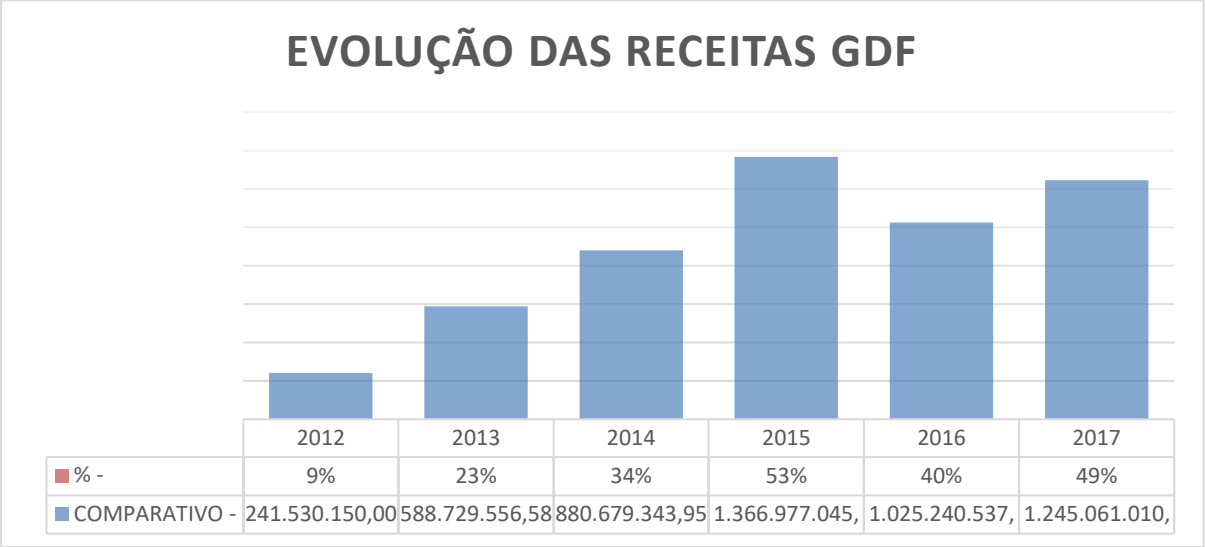
Comparativo da Receita do Fundo de Saúde do Distrito Federal, de 2011 a 2017, sem os valores do FCDF

Objetivando melhor identificação da evolução da receita real do FSDF, sem contabilizar os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, apresenta-se tabela explicativa abaixo:

EXERCÍCIO	RECEITA	COMPARATIVO	%
2011	2.562.892.260,00	-	-
2012	2.804.422.410,00	241.530.150,00	9%
2013	3.151.621.816,58	588.729.556,58	23%
2014	3.443.571.603,95	880.679.343,95	34%
2015	3.929.869.305,74	1.366.977.045,74	53%
2016	3.588.132.797,55	1.025.240.537,55	40%
2017	3.807.953.270,55	1.245.061.010,55	49%

Fonte: FSDF/SESDF Dez/2017

O gráfico abaixo demonstra a evolução da receita real do FSDF no período de 2011 a 2017, sem incluir os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.



Fonte: FSDF/SESDF Dez/2017

PLANEJAMENTO EM SAÚDE

No âmbito do planejamento, monitoramento, controle e avaliação de saúde, na SES-DF, os principais processos de trabalho são o planejamento em saúde e o orçamentário, as programações anuais, monitoramento e avaliação das ações estratégicas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Um dos focos do planejamento em 2017 foi o monitoramento dos instrumentos de planejamento, orçamento bem como a integração e envolvimento das demais áreas da SES-DF no processo de construção, avaliação e monitoramento desses instrumentos.

No ano de 2017, foi realizada a construção participativa de instrumentos de planejamento tal como a Programação Anual de Saúde e a Proposta de Lei Orçamentária Anual-LOA. No caso da elaboração da Proposta de LOA, utilizou-se de uma metodologia diferente da realizada nos exercícios anteriores. O objetivo foi promover um maior envolvimento das áreas técnicas no momento de elaboração, ou seja, todas as necessidades levantadas pelas áreas responsáveis foram justificadas e somente acatadas quando acompanhadas de memória de cálculo, quantitativos e períodos para programação de aquisição. Tal metodologia contribuiu para a diminuição das previsões subjetivas para 2018, resultando em um orçamento menos incremental e mais factível.

Isso significa uma perspectiva de mais eficiência no processo de planejamento e aquisição da SES-DF e otimização do orçamento. Observamos abaixo um breve histórico que demonstra uma significativa diminuição na previsão de despesas pelas áreas técnicas da SES-DF:

Histórico das Propostas de Leis Orçamentárias Anuais – SES/DF

Histórico Necessidades PLOA´S - SES/DF				
Grupos de Despesa	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Pessoal e Encargos Sociais	6.687.810.221	5.480.478.722	5.669.753.282	5.209.752.490
Outras Despesas Correntes	2.593.929.206	3.208.526.469	3.580.836.860	3.018.687.538
Investimento	477.385.032	609.928.812	316.499.022	517.384.088
Inversões Financeiras	1.950.000	650.000	650.000	-
Total	**9.761.074.459**	**9.299.584.003**	**9.567.739.164**	**8.745.824.116**

Fonte: SUPLANS/SESDF Dez/2017

Foi realizada ainda a revisão do Plano Distrital de Saúde- PDS e Plano Plurianual- PPA da SES, sempre buscando o alinhamento destes. Monitoramento sistemático das metas e indicadores estratégicos pactuados pela SES-DF por meio da ferramenta SESPLAN dos seguintes instrumentos de planejamento:

- PPA - Análise dos resultados dos indicadores do PPA-2017
- Acordo de Resultado do GDF - acompanhamento mensal e avaliação quadrimestral dos resultados
- Avaliação da Pactuação Interfederativa 2016 - Processo permanente orientado por diretrizes, objetivos, metas e indicadores, estabelecidos no processo de monitoramento dos cronogramas pactuados pela SES-DF com o Ministério da Saúde. Os resultados obtidos das metas dos 27 indicadores foram submetidos a apreciação do Colegiado de Gestão da SES-DF e Conselho de Saúde do Distrito Federal. Todas as informações referentes as metas estão armazenadas no SISPACTO, Sistema corporativo do Ministério da Saúde e disponibilizadas seus no Relatório Anual de Gestão 2016 no sistema SARGUS/SUS.
- Elaboração do processo, alimentação no SISPACTO das metas dos indicadores pactuados para o ano de 2017 e monitoramento.
- Elaboração dos seguintes Relatórios de Prestação de Contas: RAG - Anual de Gestão de 2016 - O Relatório descreve as metas estabelecidas pela gestão na Programação Anual de Saúde, as ações realizadas e resultados alcançados ao longo do exercício observado, além dos meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais. Todas as informações comprobatórias são armazenadas no Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão - SARGSUS.

São utilizadas as bases de dados nacionais com informações que servem para qualificar os processos e práticas do monitoramento e avaliação da gestão. Aprovado pelo CSDF, por meio da Resolução 416, de29/10/2013, publicado no DODF nº 247, de 12/12/2017.

- RAQ - Relatórios de Atividades Quadrimestrais 2017 (1º e 2º Quadrimestres) - Apresentação em duas audiências públicas na CLDF pelo Secretário da SES-DF em observância a Lei Complementar nº 141/2012.
- Prestação de apoio técnico às áreas da SES-DF para assegurar um conjunto indicadores de desempenho dos programas, dos planos, das ações e dos serviços, ajustando-os conforme a necessidade em conformidade com as diretrizes, objetivos do planejamento da SES-DF.
- Elaboração dos processos de especialização em avaliação em saúde para 100 servidores e mestrado profissional em avaliação em saúde até 35 servidores, em parceria com a E-GOV e SEPLAG.

Acompanhamento da execução orçamentária e financeira da SES.

Conforme tabela abaixo, na Lei Orçamentária Anual – LOA da SES/DF para o exercício de 2017, a dotação inicial aprovada foi de R$ 3.127.621.136,00.

No ano de 2017, os recursos provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foram executados no orçamento da União e teve como dotação inicial o valor de R$ 2.817.447.690,00.

Desse modo, a dotação inicial para a SES/DF considerando os recursos presentes na LOA e do FCDF totalizaram R$ 5.945.068.826,00.

Apresentamos a seguir o resumo da execução orçamentária do orçamento da SES-DF:

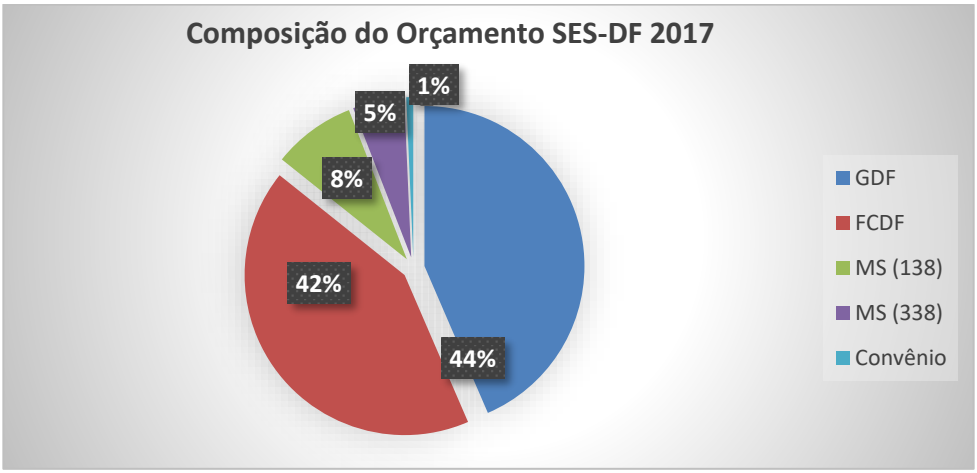
Resumo da Execução Orçamentária SES-DF

DESCRIÇÃO	R$
Dotação inicial (Lei)	**3.127.621.136,00**
Alterações orçamentárias (alterações - contingenciado - bloqueado)	**1.225.140.267,19**
Dotação autorizada	**4.352.761.403,19**
Despesa empenhada	**4.022.502.764,24**
Despesa liquidada	**3.489.432.540,03**
Despesa paga*	**3.306.134.186,31**
Saldo orçamentário (disponível)	**330.258.638,95**

Fonte: SIGGO- QDD posição em 10/01/2018

Os valores acima não estão considerando o FCDF

O Orçamento da SES-DF é composto de recursos provenientes do Tesouro do GDF (44%), alcançando a maioria dos recursos, seguido do FCDF (42%), repasses fundo a fundo do Ministério da Saúde, fonte 138 (8%), superávit da fonte 138 (5%) e Convênios (1%).



Fonte: SIGGO- QDD posição em 10/01/2018

Execução por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	% (Empenho x Autorizada)	Despesa Liquidada	% (Liquidado x Autorizada)	Saldo Orçamentário (Disponível)
GDF	3.277.411.524,19	3.146.893.021,09	96,02%	2.790.561.769,46	85,15%	130.518.503,10
FCDF	3.179.593.921,00	2.974.780.099,40	93,56%	2.974.780.099,40	93,56%	-
MS (138)	630.920.000,00	563.814.923,76	89,36%	420.869.443,62	66,71%	67.105.076,24
MS (338)	391.841.464,00	309.185.534,97	78,91%	277.702.043,35	70,87%	82.655.929,03
Convênio	52.588.415,00	2.609.284,42	4,96%	299.283,60	0,57%	49.979.130,58
TOTAL	**7.532.355.324,19**	**6.997.282.863,64**	**92,90%**	**6.464.212.639,43**	**85,82%**	**330.258.638,95**

Fonte: SIGGO- QDD posição em 10/01/2018

Comparando o exercício de 2017 com 2016 observou-se um aumento de 14,98% da dotação autorizada, 15,64% da dotação empenhada e 15,53% da dotação liquidada em relação ao orçamento do exercício anterior. Esse aumento ocorreu principalmente devido a utilização do

orçamento do FCDF para pagamento dos inativos da saúde. No exercício de 2016, como o FCDF compôs o orçamento do GDF, essas dotações compuseram o orçamento do Instituto de Previdência Social do GDF - IPREV não sendo computado no orçamento da SES.

Verificou-se no encerramento do exercício de 2017, que 92,90% do recurso autorizado foi empenhado e 85,82% liquidado, o que significa um pequeno aumento em relação à 2016, 92,37% e 85,41%, respectivamente.

A execução orçamentária por Blocos de Financiamento do SUS, decorrente das transferências fundo a fundo, do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo de Saúde do Distrito Federal, tem sua execução limitada à prevenção, promoção e à recuperação de ações e serviços de saúde dentro dos seus respectivos blocos.

O quadro abaixo mostra os valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos com a Fonte 138, por Blocos de Financiamento, além dos respectivos percentuais de execução (empenho) e liquidação, em relação à despesa autorizada.

Execução por Blocos de Financiamento do SUS

BLOCOS	AUTORIZADA	EMPENHADO	% EMP/AUT	LIQUIDADO	% LIQ/EMP	PAGOS
ATENÇÃO BÁSICA	107.087.321,35	100.997.444,20	94,31%	68.790.250,97	68,11%	59.609.069,15
MAC	464.781.873,57	421.205.257,19	90,62%	320.730.266,83	76,15%	315.614.203,54
ASSIST. FARMAC.	26.961.142,18	24.316.546,43	90,19%	21.516.636,64	88,49%	21.352.867,04
VIGIL.EM SAÚDE	19.266.600,44	13.404.601,05	69,57%	9.696.437,09	72,34%	9.654.003,39
GESTÃO SUS	2.419.246,00	135.852,09	5,62%	135.852,09	100,00%	135.852,09
INVESTIMENTO	10.403.816,46	3.755.222,80	36,09%	-	0,00%	-
TOTAL	**630.920.000,00**	**563.814.923,76**	**89,36%**	**420.869.443,62**	**74,65%**	**406.365.995,21**

Fonte: SIGGO/SIAC 09/01/2018

Dentre os blocos de financiamento, o bloco da Média e Alta Complexidade é o que possui o maior quantitativo de recursos, tendo em vista sua natureza, alcançando um percentual de execução 74,70% do total dos recursos provenientes do MS. No entanto, em 2017, o bloco com maior execução orçamentária foi o da Atenção Básica, 94,31%.

Importante ressaltar que historicamente o Bloco da Atenção Básica tinha uma execução baixa dos recursos. No entanto, houve uma relevante gestão da área técnica neste exercício com vistas a melhorar a utilização dos recursos. As mudanças nos processos de aquisição certamente contribuíram também para essa melhora.

Considerando o Grupo da Natureza da Despesa, observa-se que mais da metade do orçamento é destinado à Categoria 1 - Pessoal (69%) e Categoria 3 - Outras Despesas Correntes (50%).

Execução por Categoria de Gasto

Grupo de Despesa	Dotação Autorizada		Empenhado		Liquidado		Saldo orçamentário (Disponível)
	R$	%	R$	%	R$	%	
1-Pessoal e Encargos Sociais	2.047.271.542	47%	1.984.075.987	49%	1.911.155.938	55%	63.195.554
3-Outras Despesas Correntes	2.189.513.498	50%	1.969.918.562	49%	1.527.005.327	44%	219.594.935
4-Investimentos	115.976.363	3%	68.508.214	2%	51.271.274,63	1%	68.508.214

Total	**4.352.761.403**		**4.022.502.764**		**3.489.432.540**		**351.298.704**

Fonte: SIGGO- QDD posição em 10/01/2018/ Os valores acima não estão considerando o FCDF.

Fundo Constitucional do DF

Até o ano de 2014 os recursos do FCDF destinados à saúde eram executados no orçamento da União via o sistema SIAFI e estavam sob gestão da SES/DF. Nos anos de 2015 e 2016 esses recursos passaram a integrar o orçamento do GDF compondo o orçamento da SES, para pagamento dos ativos e do IPREV para o pagamento dos inativos e sendo executado dentro do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO. Contudo, em 2017 o FCDF retornou para o orçamento da União e execução no SIAFI.

Conforme observado acima, grande parte da despesa da SES-DF se refere ao grupo 1- Pessoal e Encargos Sociais. No entanto, no quadro acima foram demonstrados os recursos executados no orçamento da SES, não considerando as dotações do FCDF.

Quando analisada em sua totalidade, a despesa de pessoal é custeada com recursos provenientes do FCDF (61%), Tesouro do GDF (35%) e Repasse Fundo a Fundo do MS (4%), conforme detalhamento abaixo:

Despesa com Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de Despesa	Liquidado		
	FCDF	GDF	MS
04-Contrat.por T.Deterninado	2.974.780.099,40	1.474.253,66	-
11-Vencimentos e Vant.Fixas		1.057.619.837,87	139.998.381,78
13-Obrigações Patronais		565.306.132,27	10.536.527,96
16-Outras Despesas Variáveis		95.800.444,95	34.129.208,38
92-Despesas de Ex.Anteriores		-	-
94-Inden.e Restit.Trabalhistas		4.794.786,99	-
96-Ressarc.Desp.Pes. Requisitado		1.496.364,29	
Subtotal	**2.974.780.099,40**	**1.726.491.820,03**	**184.664.118,12**
%	**61%**	**35%**	**4%**
Total Geral			**R$ 4.885.936.037,55**

Fonte: SIGGO. QDD posição em 18/01/2018

No Plano Plurianual- PPA 2016-2019, o Programa Temático destinado à saúde é o 6202- Brasília Saudável que está dividido em 6 Objetivos Específicos- OE. Constam ainda no PPA da SES ações de outros programas temáticos como o 6211- Direitos Humanos e Cidadania, 6228 – Famílias Fortes e o 6002- Gestão, manutenção e serviços ao Estado.

No Programa de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado estão as ações voltadas para o complexo administrativo de todo o GDF. Na SES, os recursos deste programa são alocados para custear serviços administrativos gerais (limpeza, vigilância, lavanderia, serviços públicos de fornecimento de energia, água e coleta de esgoto, telefonia e demais contratos para prestação de serviços administrativos e aquisição de materiais com o mesmo fim), conservação das estruturas físicas e edificações públicas e ainda, administração de pessoal e concessão de benefícios a servidores.

Tal Programa está classificado no grupo "Outros", na demonstração abaixo, no entanto, considerando que tais ações são globais e atendem a totalidade da folha de pessoal, concessão de benefícios a servidores e a prestação de serviços à SES, em sua maioria, serviços continuados, não concorre com o percentual dos demais Objetivos Específicos.

Execução por Objetivo Específico do PPA 2016-2019

Objetivo Específico no PPA 2016-2019 (ano base 2017)	Lei	Alterações	Despesa Autorizada	Dotação Disponível	Empenhado	Liquidado	
OE 1- Atenção Primária à Saúde	153.757.811,00	- 105.307.058,16	48.450.752,84	19.321.268,21	29.129.484,63	17.310.840,99	35,7%
OE 2- Atenção especial.à Saúde	916.460.064,00	51.640.787,04	968.100.851,04	129.837.417,52	838.263.433,52	612.526.004,23	63,3%
OE 3- Redes de Atenção à Saúde	55.691.165,00	5.282.543,50	60.973.708,50	21.454.925,59	39.518.782,91	25.919.579,81	42,5%
OE 4- Assistência Farmacêutica	303.628.111,00	22.985.904,00	326.614.015,00	39.395.086,09	287.218.928,91	227.356.148,90	69,6%
OE 5- Vigilância em Saúde	21.081.896,00	- 1.190.136,00	19.891.760,00	6.470.071,11	13.421.688,89	9.099.359,93	45,7%
OE 6- Gestão do SUS	173.445.366,00	- 16.240.152,26	157.205.213,74	29.434.956,51	127.770.257,23	109.100.553,89	69,4%
Outros *	1.503.556.723,00	1.267.968.379,07	2.771.525.102,07	84.344.913,92	2.687.180.188,15	2.488.120.052,28	89,8%
Total	**3.127.621.136,00**	**1.225.140.267,19**	**4.352.761.403,19**	**330.258.638,95**	**4.022.502.764,24**	**3.489.432.540,03**	**80,2%**

Fonte: SUPLANS/SESDF- Dez/2017

*Outros: estão consideradas as ações dos programas temáticos: Direitos Humanos e Cidadania, Famílias Fortes, Gestão,Manutençãoe Serviços ao Estado e Educação Superior

QDD posição em 10/01/2018

*% refere- se ao liquidado sobre o autorizado

Os valores acima não estão considerando o FCDF

Considerando apenas o Programa temático 6202- Brasília Saudável, os Objetivos Específicos que tiveram a maior execução de suas respectivas despesas autorizadas foram OE 4- Assistência Farmacêutica (69,6%), OE 6- Gestão do SUS (69,4%) e OE 2- Atenção especializada à Saúde (63,3%).

Cumprimento da EC 29

Conforme estabelecidona Emenda Constitucional 29/2000, verificamos que o percentual mínimo exigido para aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde- ASPSno ano de 2017foi de 13,05% da receita do Tesouro do GDF. No entanto, no mesmo período, foram aplicados um total de R$ 2.633.044.307,63 (16,68%) em despesas consideradas ASPS, ou seja, um superávit de 3,63% em relação ao percentual obrigatório.

Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde- ASPS- EC 29/2000

Origem dos Recursos	Valor Acumulado	Participação Mínima	
		%	R$ 1,00
1) Base de Cálculo Estadual	10.239.422.683,66	12,00	1.228.730.722,04
2) Base de Cálculo Municipal	5.543.630.149,45	15,00	831.544.522,42
3) Total: (1) + (2)	**15.783.052.833,11**	**13,05**	**2.060.275.244,46**
Descrição das Despesas		**Valor (R$)**	**%**
4) Total Aplicado nas Funções 10 e 28		2.744.049.667,06	
5) Exclusões (ODC função 28)		111.005.359,43	
6) Total: (4) - (5)		**2.633.044.307,63**	**16,68%**
SUPERAVIT (+) : (6) - (3)		**572.769.063,17**	**3,63%**

Fonte: SUPLANS/SESDF - Diário Oficial do DF nº 21, de 30/01/2018, pg.38-39

Restos a pagar

2017					
RESTOS A PAGAR	**INSCRITO**	**PAGO**	**CANCELADO**	**RETENÇÃO**	**A PAGAR**
PROCESSADO	106.016.253,54	96.197.424,84	101.938,80	-	45.896,02
NÃO PROCESSADO	453.535.839,65	300.546.137,34	127.321.518,20	9.893.487,28	14.895.530,48
TOTAL	**559.552.093,19**	**396.743.562,18**	**127.423.457,00**	**9.893.487,28**	**14.941.426,50**
2018					

RESTOS A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	RETENÇÃO	A PAGAR
PROCESSADO	289.043.112,86	-	-	-	-
NÃO PROCESSADO	525.319.230,98	47.882.004,43	493.184,44	417.028,88	476.527.013,23
TOTAL	**814.362.343,84**	**47.882.004,43**	**493.184,44**	**417.028,88**	**476.527.013,23**

Fonte: SIGGO em 24/01/2018

No exercício de 2017, foram inscritos o total de R$ 559.552.093,19 em restos a pagar. É importante ressaltar que parte dos recursos dispendidos para pagamento dos restos a pagar são arrecadados no ano corrente, para as situações de inscrição superior ao lastro financeiro. Ou seja, a existência de restos a pagar não processados pode comprometer os escassos recursos do exercício, pois além de garantir a liquidação e pagamento das despesas legalmente empenhas em 2018, o cronograma de desembolso também precisa prever repasses para garantir liquidação e pagamento das despesas que não completaram todos os estágios no exercício anterior.

No exercício de 2018, foram inscritos R$ 814.362.343,84 em restos a pagar. Tal aumento, em relação ao inscrito em 2017, deve-se ao aumento da inscrição das despesas com pessoal e da fonte 100.

GESTÃO REGIONALIZADA

O Projeto Implementação da Gestão Regionalizada na Saúde se encontra em fase de implantação com as seguintes etapas concluídas: conclusão do curso de gestão regionalizada que foi ofertado aos gestores das regiões de saúde; criação do grupo de trabalho para formulação de dispositivos de descentralização financeira-orçamentária; finalização dos instrumentos de contratualização regional (AGR e seus anexos); definição do modelo de monitoramento e avaliação do AGR; conclusão da pactuação de metas do AGR entre subsecretarias e superintendências; definição de diretrizes para contratualização local (AGL); assinatura do AGR em 19/12/2017.

Quanto a Ação de "Contratualizar as Regiões de Saúde" foram definidas as metas e realizada assinatura dos acordos de Gestão Regionais em 19/12/2017.A ação de "Contratualizar as Unidades de Referência Distrital" será iniciada após à contratualização das Regiões. Cabe ressaltar que já foram recebidas algumas informações que comporão os anexos destes Acordos.

Quanto a ação de "Desenvolver metodologia de descentralização do eixo orçamentário e financeiro do Programa de Gestão Regional de Saúde (PRS)", foi criado através da Portaria SES nº 360/2017, um Grupo de Trabalho com objetivo de elaborar proposta normativa para regulamentar a descentralização orçamentário-financeira.

Referente a Diretriz "Qualificação dos processos de gestão em saúde na SES-DF, com foco na regionalização, corresponsabilização e resultados assistenciais" não foi iniciada, pois dependia da celebração dos Acordos para o acompanhamento do alcance das metas. Encontra-se em desenvolvimento um instrumento nomeado SESPLAN REGIONAL para o devido acompanhamento. A Ação foi prorrogada para 2018, pois o Acordo de Gestão Regionalizada foi celebrado em 19 de dezembro de 2017.

GESTÃO DE CUSTOS

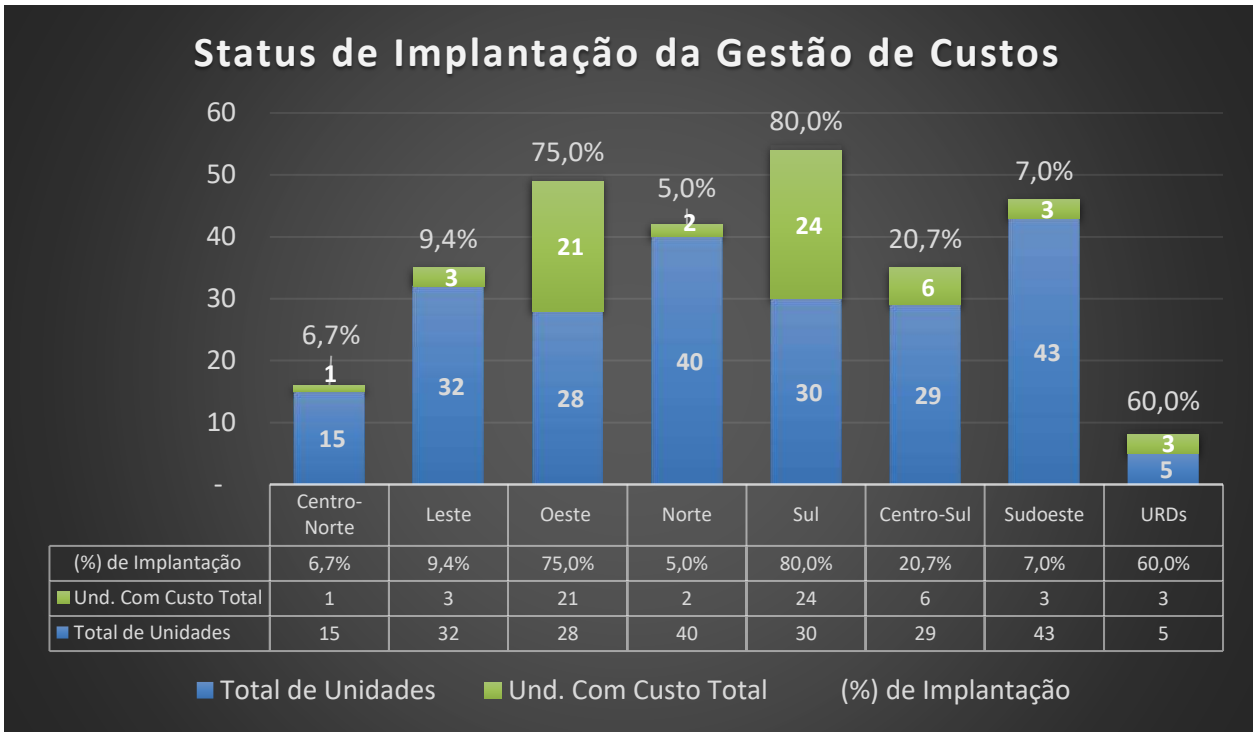
Acerca da implantação da Gestão de Custos destacamos os avanços significativos no processo de implantação da gestão de custos no Serviço Móvel de Urgência – SAMU e Hospital Universitário de Brasília - HUB. Além de fomentar, por meio de boletins informativos, a disseminação da gestão de custos como importante ferramenta de gestão aos gestores das unidades de saúde da SES/DF.

Este projeto prevê a melhoria no processo de monitoramento e acompanhamento das unidades, com a criação do Instrumento de Monitoramento do Desempenho – IMD, que

possibilita uma visão sistémica temporal das Regiões de Saúde e URDs, permitindo ações tempestivas e pontuais e a mensuração do indicador no Acordo de Gestão Local – AGL.

Considerando a rotatividade dos chefes dos Núcleos de Gestão de Custos - NGCs nas unidades de saúde e a necessidade de avanços na consolidação da gestão de custos, foram realizados cursos de capacitação. O primeiro curso ocorreu no mês de fevereiro abordando a introdução metodológica e o segundo aconteceu no mês de abril dando a visão geral do ApuraSUS, sistema de apuração de custos desenvolvido pelo Ministério da Saúde, ambos em parceria com Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento – DESID/MS. Foram realizadas ainda, palestras de sensibilização com os gestores do HUB e Regiões de Saúde, também foi realizado o primeiro 1º Fórum de Gestão de Custos em Saúde do DF com intuito de disseminar a importância de implantarmos a gestão de custos nas unidades e de solicitar colaboração para a coleta de informações de custos.

Em resumo a implantação da gestão de custos nas unidades de saúde, conta atualmente, com 63 unidades com custo total no sistema de apuração de custos ApuraSUS, sendo 14 unidades hospitalares; 44 UBSs; 4 UPAs; e, 1 Casa de Parto, considerando as 222 unidades previstas para implantação alcançamos 28,38% visto que nossa meta era 30 % para ano de 2017.Merece destaque o acréscimo das 23 UBS com o custo total apurado, com destaques para as Regiões Oeste e Sul.



	Centro-Norte	Leste	Oeste	Norte	Sul	Centro-Sul	Sudoeste	URDs
(%) de Implantação	6,7%	9,4%	75,0%	5,0%	80,0%	20,7%	7,0%	60,0%
Und. Com Custo Total	1	3	21	2	24	6	3	3
Total de Unidades	15	32	28	40	30	29	43	5

Fonte: SUPLANS/SESDF

Cabe ressaltar que para a realização de algumas ações foi necessário contar com parcerias de unidades externas, como por exemplo, o Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento – DESID/MS para ministrar capacitações para os agentes de custos. Para a realização do I Fórum de Gestão de Custos na Saúde do DF, contamos com a parceria da faculdade Unyleya, CONASS, ABRAPA, Petrobras e da Secretaria de Estado de Saúde da Bahia.

Verifica-se a dificuldade de implantação em algumas regiões de saúde, alta rotatividade e desvio de função dos chefes do Núcleo de Gestão de Custos – NGC, baixo investimento da gestão, núcleos sem equipes, desconhecimento dos gestores em relação às informações produzidas pelos núcleos, ausência de análise crítica e validação das informações.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Ao longo do ano de 2017, a área de Desenvolvimento Organizacional coordenou as oficinas de elaboração do Regimento Interno da Administração Central, que se encontra em fase de conclusão, ajustes na estrutura organizacional da Secretaria e elaboração do Regimento Interno das Superintendências das Regiões de Saúde (SRS) e Unidades de Referência Distrital (URD), que foram formalizados pelos seguintes decretos: Decreto Nº 37.994, de 06/02/2017; Decreto Nº 38.017, de 21/02/2017; Decreto Nº 38.018 de 21/02/2017; Decreto Nº 38.115 de 06/04/2017; Decreto Nº 38.234 de 30/05/2017; Decreto Nº 38.488 de 13/09/2017; Decreto Nº 38.017, de 21/02/2017; Decreto Nº 38.018 de 21/02/2017; Decreto Nº 38.117 de 06/04/2017 (publicado no DODF de 07/04/2017).

Destacamos a seguir os trabalhos realizados:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E REGIMENTO INTERNO		
Objeto	**Ação**	**Produto**
REGIMENTO INTERNO DAS SRS e URD.	Elaborar o Regimento Interno das SRS e URD com representantes da ADMC, Regiões e URD.	01 decreto (38.017/17); 102 oficinas; 1060 participantes; 12 reuniões para aprovação; e 350 artigos
REGIMENTO INTERNO DA ADMC	Elaborar o Regimento Interno da ADMC.	57 oficinas; 300 participantes; e 230 artigos elaborados (minuta)
REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SES	Modelar a estrutura	09 decretos*; 29 oficinas; e 54 organogramas

Fonte: SUPLANS/SESDF

PROCESSOS	
Objeto	Ação
Modelagem de Processos	Sistematização das Contratações: coaching externo e interno, modelagem, proposição de melhorias, apoio à implantação e ao monitoramento dos processos
	Execução das Contratações:estudos, elaboração de propostas de estrutura e modelagem de processos, com proposição de melhorias
	Regulação: estudos, elaboração de propostas e modelagem de estrutura e apoio à modelagem de processos
	Judicialização:estudos, elaboração de propostas e modelagens de estrutura e do processo de pré-judicialização
Promoção da Gestão Orientada por Processos	Capacitação básica de multiplicadores em BPM/BPMN na SES/DF;
	Coordenação e realização do Programa de Capacitação com aprendizado na prática para a implantação da Gestão da Estratégia com foco em processos e projetos na Secretaria na SES/DF (Symnetics);
	Revisão da Cadeia de Valor com os macroprocessos e processos da SES/DF

Fonte: SUPLANS/SESDF

Cabe, também, ressaltar importantes reestruturações da SES apoiadas pela área, tais como: a instituição das Referências Técnicas Assistenciais (RTA) e Gerências de Assistência Clínica e de Assistência Cirúrgica na estrutura hospitalar; instituição das Referências Técnicas Distritais junto à Subsecretaria de Atenção Integral; criação da Diretoria de Gestão de Informações Estratégicas, subordinada à SUPLANS, da Controladoria Setorial da Saúde e do Complexo Regulador do Distrito Federal.

Por fim, destacamos dois importantes estudos técnicos realizados:

- Estruturação do nível de Atenção Secundária à Saúde, realizado em parceria com a SAIS e Superintendentes das Regiões de Saúde, e
- Estruturação e implementação do Escritório de Processos da SES/DF, realizado em parceria com consultora da Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

Controle de Serviços de Saúde e Gestão da Informação

Cadastramento de Estabelecimentos de Saúde no Distrito Federal

É o processo de captação, análise e processamento das informações fornecidas pelos estabelecimentos de saúde públicos e privados, transmitidas ao DATASUS e disponibilizadas na base de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), possibilitando ao gestor, e à população, o conhecimento da rede assistencial existente e suas potencialidades, o que permite a representação mais fidedigna das realidades locorregionais.

O Distrito Federal possui atualmente 2.519 estabelecimentos com cadastro ativo. No ano de 2017 foram desativados 2.827 estabelecimentos privados, do cadastro nacional, em cumprimento à Portaria SAS/MS nº 118, de 18 de fevereiro de 2014 que determina a desativação de estabelecimentos que não cumprirem com as regras de atualização por um período superior a 6 meses.

A classificação por tipo de estabelecimento está relacionada abaixo. As variações observadas, tais como número de Clínicas/Centro de Especialidade, número de Policlínicas, etc., devem-se à higienização da base de dados do CNES e recadastramento de todos os estabelecimentos, conforme determinado pela Portaria SAS nº 511, de 29 de dezembro de 2000, realizada no ano de 2017.

Quantidade de estabelecimentos de saúde públicos e privados por tipo, nos meses de novembro de 2016 e novembro 2017.

Tipo de Estabelecimento	Qtd. 2016	Qtd. 2017
Posto de Saúde	02	02
Centro de Saúde/Unidade Básica	178	176
Policlínica	59	229
Hospital Geral	27	29
Hospital Especializado	18	24
Pronto Socorro Geral	1	0
Centro Casa de Parto	1	1
Pronto Socorro Especializado	3	1
Consultório Isolado	3.019	653
Clínica/Centro de Especialidade	1.635	937
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT Isolado)	211	212
Unidade Móvel Terrestre	8	7
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na Área de Urgência	62	61
Farmácia	3	4
Unidade de Vigilância em Saúde	20	34
Cooperativa	16	68
Hospital/Dia - Isolado	19	22
Central de Regulação de Serviços de Saúde	1	1
Laboratório Central de Saúde Pública - Lacen	1	1
Secretaria de Saúde	1	1
Laboratório de Saúde Pública	1	1
Centro de Atenção Hemoterapia e/ou Hematológica	9	4
Centro de Atenção Psicossocial	17	17
Pronto Atendimento	7	7
Central de Regulação Médica das Urgências	1	1
Serviço de Atenção Domiciliar Isolado (Home Care)	22	22
Oficina Ortopédica	1	1
Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos Estadual	2	2
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	1	1
TOTAL	**5.346**	**2.519**

Fonte: CNES/DATASUS – competência Nov/2016 e Nov/2017.Dados atualizados mensalmente e controlado pela Gerência de Cadastramento de Estabelecimentos de Saúde e Usuários do SUS – GECAD/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF.

Na tabela a seguir é apresentada a quantidade de leitos cirúrgicos, clínicos, complementares (leitos de UTI), obstétricos, pediátricos, outras especialidades e hospital/dia cadastrados nos estabelecimentos de saúde do Distrito Federal. A categoria **Leitos SUS**

representa os leitos próprios e os leitos contratados pela SES que atendem aos usuários do SUS. A categoria **Leitos Não SUS** representa os leitos privados no DF, e a categoria **Existente** representa a soma de todos os leitos privados e públicos existentes no DF.

Quantidade de leitosporespecialidadesegundo as categorias Existente, SUS e Não SUS, cadastrados nos estabelecimentos de saúde do Distrito Federal, 2017.

Tipo/Especialidade	Existente	Leitos SUS	Leitos Não SUS
1-Cirúrgico	2074	1468	606
2-Clínico	2225	1303	922
3-Complementar (UTI)	1308	318	990
4-Obstétrico	804	605	199
5-Pediátrico	587	516	71
6-Outras Especialidades	906	287	619
7-Hospital/DIA	73	21	52
Total	**7977**	**4518**	**3459**

Fonte: CNES/DATASUS competência nov/2017.Dados atualizados mensalmente e controlado pela Gerência de Cadastramento de Estabelecimentos de Saúde e Usuários do SUS – GECAD/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF.

A rede SES-DF conta com um total de 420 leitos complementares (próprios e contratados), dos quais 318 estão habilitados pelo Ministério da Saúde. Nesse total de habilitados estão incluídos 14 leitos do Hospital Sarah, que também faz atendimento para o SUS, porém não faz parte da rede SES-DF.

A capacidade instalada de leitos gerais e complementares por Região de Saúde e Unidade de Referência Distrital da rede SES-DF está representada nas tabelas a seguir.

Por leitos complementares entende-se a soma dos leitos de UTI adulto, pediátrica, neonatal, paraqueimados, coronariana, além dos leitos das Unidades de Cuidados Intermediários (UCIN) convencional e canguru, bem como das unidades de isolamento, uma vez que essas são as categorias requeridas pelo Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde.

Quantidade de leitos gerais e complementares próprios do SUS-DF por Região de Saúde, 2017.

Região	Leitos Gerais	Leitos Complementares	Total
Centro Norte	296	16	312
CentroSul	296	93	389
Sul	752	141	893
Sudoeste	535	55	590
Oeste	511	44	555
Norte	363	44	407
Leste	216	27	243
Total Geral	**2.969**	**420**	**3.389**

Fonte: CNES/DATASUS competência nov/2017.Dados atualizados mensalmente e controlado pela Gerência de Cadastramento de Estabelecimentos de Saúde e Usuários do SUS – GECAD/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF.

Quantidade de leitos gerais e complementares próprios do SUS-DF por Unidade de Referência Distrital, 2017.

URD	Leitos Gerais	Leitos Complementares	Total
HBDF Hospital de Base	624	87	711
Hospital São Vicente	83	0	83
Hospital de Apoio	59	0	59
Hospital da Criança	17	0	17
Total Geral	**783**	**87**	**870**

Fonte:CNES/DATASUS competência nov/2017.Dados atualizados mensalmente e controlado pela Gerência de Cadastramento de Estabelecimentos de Saúde e Usuários do SUS – GECAD/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF.

Controle de Credenciamento e Habilitação

No período de janeiro a dezembro de 2017 foram realizadas 59 vistorias técnicas descredenciamento e habilitação de serviços de saúde de média e alta complexidade, em estabelecimentos de saúde públicos e privados, conforme abaixo:

Distribuição de vistorias técnicas em serviços de saúde, janeiro a dezembro de 2017.

Vistorias Técnicas para Controle de Serviços de Saúde JÁ CREDENCIADOSemEstabelecimentos de Saúde Privados		
Objetivo: Manutenção de Credenciamento		
Estabelecimento	**Especialidade**	**Quantidade**
Radiograph,DiagnostikAsa Sul (03),Hospital São Francisco (02) eClínicaBrasília de Radiologia.	Ressonância Magnética	**07**
Renal Vida (02),SEANESobradinho, Renal Care, IDR Samambaia, SOCLIMED e NEPHRON Taguatinga.	Nefrologia– Terapia Renal Substitutiva	**07**
Hospital São Mateus, ICDF.	UTI Adulto	**02**
CEAL	Centro Especializado em Reabilitação II - CER - Saúde Auditiva e Saúde Intelectual	**01**
ICDF - Instituto de Cardiologia do DF (02)	Cardiologia	**02**
CBV	Oftalmologia	**01**
SUBTOTAL		**20**
Vistorias Técnicas para Controle de Serviços de Saúde JÁ CREDENCIADOS em Estabelecimentos de Saúde Públicos		
Objetivo: Manutenção de Credenciamento		
Estabelecimento	**Especialidade**	**Quantidade**
HCB - Hospital da Criança de Brasília	Triagem Neonatal	**01**
HRT - Hospital Regional de Taguatinga,HRPa - Hospital Regional de Paranoá, HRS - Hospital Regional de Sobradinho, HRAN Hospital Regional da Asa Norte.	UCIN	**04**
UPA – Unidade de Pronto Atendimento	RUE	**05**
HRSM - Hospital Regional de Santa Maria, HRT - Hospital Regional de Taguatinga, HMIB - Hospital Materno Infantil, e HBDF - Hospital de Base do Distrito Federal	UTI Neo	**04**
SUBTOTAL		**14**
TOTAL GERAL: MANUTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO		**34**
Vistorias Técnicas para Credenciamento/Habilitação de NOVOS Serviços de Saúde em Estabelecimento de Saúde Privados		
Estabelecimento	**Especialidade**	**Quantidade**
DOMED LTDA.	UTI Adulto	**01**
SCAN	Ressonância magnética	**01**
Excelente Radiologia	Ressonância magnética	**01**
Clínica de Imagem Gama	Ressonância magnética	**01**
IRT - Instituto de Radioterapia de Taguatinga	Radioterapia	**01**
HSL - Hospital Santa Lúcia	Radioterapia	**01**
Politécnica Saúde	Nefrologia – Terapia Renal Substitutiva	**01**
SUBTOTAL		**07**
Vistorias Técnicas para Credenciamento/Habilitação de NOVOS Serviços de Saúde em Estabelecimento de Saúde Públicos		
Estabelecimento	**Especialidade**	**Quantidade**
HUB – Hospital Universitário de Brasília	UTI Coronariana	**01**
HRAN – Hospital Regional da Asa Norte	Cirurgia Bariátrica	**01**
HUB – Hospital Universitário de Brasília, HMIB – Hospital Materno Infantil de Brasília, HRSM – Hospital Regional de Santa Maria e HRT – Hospital Regional de Taguatinga	Gestação de Alto Risco	**04**
HMIB - Hospital Materno Infantil (03), HRSM - Hospital Regional de Santa Maria (03), HRAN - Hospital Regional da Asa Norte, HRSam – Hospital Regional da Samambaia, HUB – Hospital Universitário de Brasília (02), HAB – Hospital de Apoio de Brasília e UPA Sobradinho.	Plano de Credenciamento e Habilitação	**12**
SUBTOTAL		**18**
TOTAL GERAL: CREDENCIAMENTO DE NOVOS SERVIÇOS		**25**

Fonte: Gerência de Controle de Habilitação e Credenciamento - GCHC/DICS/CCSGI/SUPLANS/SES, jan a dez/ 2017.

Das 59 vistorias realizadas, 34 tiveram como objetivo a manutenção descredenciamentos em vigor (20 em estabelecimentos de saúde privados e 14 em estabelecimentos de saúde públicos), e 25 objetivaram a concessão de novos credenciamentos (07 em estabelecimentos de saúde privados e 18 em estabelecimentos de saúde públicos).

Comparativo das vistorias técnicas de credenciamento/habilitação 2016 - 2017

COMPARATIVO 2016/2017			
DESCRIÇÃO	**ANO 2016**	**ANO 2017**	**%**
Vistorias Técnicas de Controle de Serviços de Saúde já Credenciados em Estabelecimentos Públicos	14	14	0
Vistorias Técnicas de Controle de Serviços de Saúde já Credenciados em Estabelecimento Privados	12	20	66,66
TOTAL	**26**	**34**	**30,76**
Vistorias Técnicas de Credenciamento/Habilitação Novos em Estabelecimentos Públicos	05	18	260
Vistorias Técnicas de Credenciamento/Habilitação Novos em Estabelecimentos Privados	17	07	- 58,83
TOTAL	**22**	**25**	**13;63**

Credenciamento - GCHC/DICS/CCSGI/SUPLANS/SES, jan a dez/ 2017.

Fonte: Gerência de Controle de Habilitação

A variação negativa observada nas vistorias para credenciamento/habilitação de novos estabelecimentos privados deve-se ao investimento realizado para o credenciamento/habilitação de serviços públicos.

Na comparação com o ano de 2016, verificou-se um aumento de 30,76% nas vistorias para manutenção do credenciamento e aumento de 13,63% nas vistorias para credenciamento de novos serviços.

O credenciamento de serviços de saúde é etapa obrigatória que precede a habilitação de serviços. A habilitação de serviços pelo Ministério da Saúde permite a captação de recursos da fonte 138 para a SES DF.

Processamento de Informações da Atenção Primária

As informações sobre a produção de serviços da atenção primária eram registradas no sistema TRAKCARE-AB até meados de 2017 quando se decidiu realizar a migração das informações para o e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB), sistema para coleta e transmissão de dados para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) do Ministério da Saúde.

A fim de auxiliar o processo de implantação do e-SUS AB foi estabelecido um grupo de trabalho e foram realizadas 47 capacitações com a participação de 792 profissionais, entre eles médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, odontólogos e gestores durante o ano de 2017. Esse esforço foi necessário porque o e-SUS AB requer o registro da informação individualizada, o que gerou a necessidade do recadastramento de todos os indivíduos cobertos pelas equipes de Atenção Primária no Distrito Federal. A maior dificuldade encontrada foi o escasso número de Agentes Comunitários, visto serem os principais atores do processo de recadastramento. O processo de implantação do e-SUS AB foi gradativo conforme abaixo:

Quantitativo cumulativo de cadastros individuais e domiciliares registrados no e-SUS AB, segundo o mês em 2017.

Mês	Cadastro Individual	Cadastro Domiciliar
Janeiro	187.173	17.651
Fevereiro	204.076	19.114
Março	220.627	20.278
Abril	227.865	20.792
Maio	230.817	20.960
Junho	237.414	21.356
Julho	243.685	21.802
Agosto	249.389	22.475
Setembro	254.443	23.685
Outubro	264.421	26.907
Novembro	276.021	31.447
Dezembro	288.841	37.808

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB)

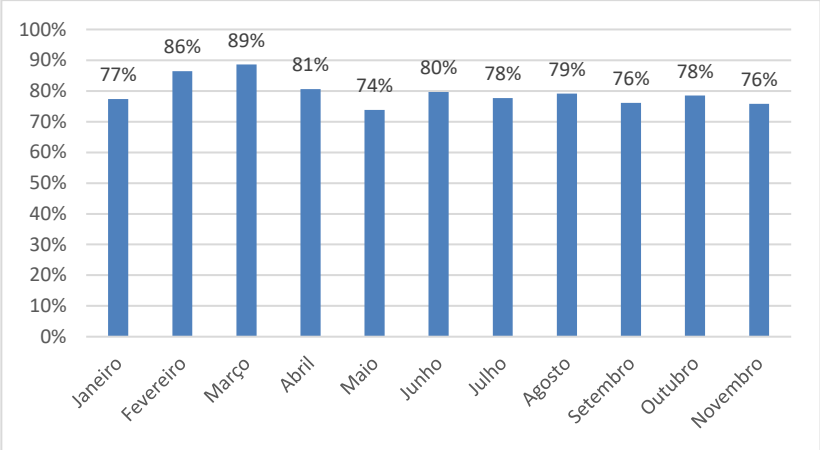
A partir do e-SUS AB, o SISAB recebe informações de produção de todas as equipes de Atenção Primária (293 Equipes de Saúde da Família-ESF, 8 Equipes de Agente Comunitário de Saúde-EACS, 9 Equipes de Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF, 11 Equipes de Atenção à Saúde do Sistema Penitenciário e 21 Equipes de Atendimento Domiciliar, segundo o CNES de novembro de 2017) e, mediante seu processamento, garante o repasse mensal médio de R$ 3.481.000 pelo Ministério da Saúde para a SES-DF.

Para garantir a manutenção desse repasse financeiro mensal, após o recadastramento, as equipes de Atenção Primária precisam registrar mensalmente a produção no e-SUS AB como: atividades, atendimentos e procedimentos realizados.

No gráfico abaixo, pode-se verificar a porcentagem de equipes que enviaram produção para o SISAB no ano de 2017. Ressalta-se que os meses de outubro e novembro apresentam resultados parciais, pois o SISAB ainda permite o envio de produção para esses meses.

Porcentagem de envio de produção para o SISAB de Equipes de Atenção Primária nos meses de 2017

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB)



Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB)

O sistema e-SUS AB foi desenvolvido para validar a informação no momento em que ela é inserida no sistema, diminuindo o quantitativo de glosas ao exportar a informação para o SISAB. Assim, a implantação do e-SUS AB e as diversas capacitações realizadas permitiram um aumento considerável na porcentagem de equipes de Atenção Primária que enviaram a produção para o SISAB no ano de 2016 (62%) em comparação ao ano de 2017 (79%) conforme abaixo:

Comparativo de porcentagem de envio de produção para os SISAB no ano de 2016 e 2017

Período	2016 %	2017 %
Janeiro	35,62	77,31
Fevereiro	48,66	86,42
Março	54,47	88,61
Abril	62,24	80,54
Maio	64,51	73,80
Junho	70,10	79,62
Julho	71,46	77,70
Agosto	75,19	79,13
Setembro	66,58	76,07
Outubro	68,15	78,45
Novembro	62,50	75,82
Média Anual	61,77	79,41

Fonte: Relatório SISAB- todas as equipes - DF

Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares

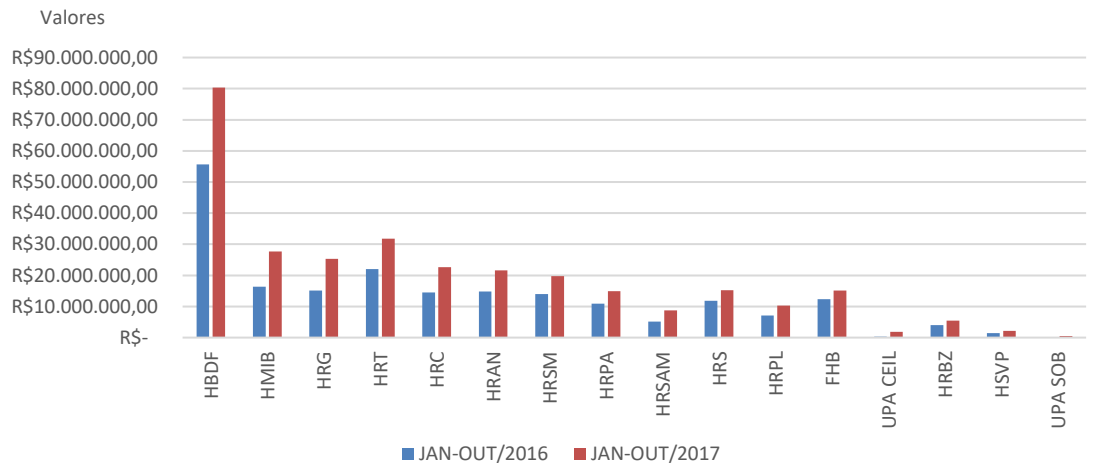
A partir de diagnóstico realizado em 2016, o ano de 2017 foi dedicado à realização de visitas técnicas nas unidades que apresentaram as maiores dificuldades no processamento de informações de faturamento, ou necessidades pontuais, quais sejam: Hospital Universitário de Brasília (HUB), Centro de Orientação Médico Psicopedagógico (COMPP), Hospital de Apoio de Brasília (HAB), Hospital Regional de Santa Maria (HRSM) e Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF).

Nestas unidades foi realizada uma orientação para a operacionalização dos sistemas de informação Sistema de Informação Hospitalar (SIA) e Sistema de Informação Hospitalar (SIH), bem como de utilização do módulo de faturamento automático do prontuário eletrônico Trakcare.

Uma das iniciativas do ano corrente foi a produção de um Relatório Geral, que versa sobre a produção de serviços, o status do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e das causas de glosas do faturamento, para discussão sobre melhorias com as Superintendências das Regiões de Saúde.

Esses relatórios monitoram o envio tempestivo das bases dos sistemas SIA, SIH e SISAB pelas Regiões de Saúde, além de um conjunto de indicadores pactuados com o Ministério da Saúde (produção de exames citopatológicos de colo uterino e mamografia; número de internações por diabetes e hipertensão arterial); informações sobre a produção ambulatorial (atenção primária, atenção especializada, urgência e emergência e atenção psicossocial); informações sobre a produção hospitalar geral; informações sobre tipos de financiamento e glosas, bem como o ranking de faturamento de todas as unidades. O relatório também analisa o status da estrutura da rede SES, tais como leitos disponíveis no CNES.

Comparativo de valores faturados nas unidades com melhor desempenho no período de janeiro a outubro de 2016 e 2017.



Fonte: SUPLANS/SESDF- Dez/2017

No período de janeiro a outubro de 2017, o processamento das informações relacionadas aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares gerou um faturamento de R$ 335.049.971,24 (trezentos e trinta e cinco milhões, quarenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos) conforme quadro abaixo que apresenta o demonstrativo por tipo de financiamento e modalidade de tratamento no período de janeiro a outubro de 2016 e 2017.

Comparativo do faturamento hospitalar (SIH) e ambulatorial (SIA) da SES/DF no período de janeiro a outubro de 2016 e 2017.

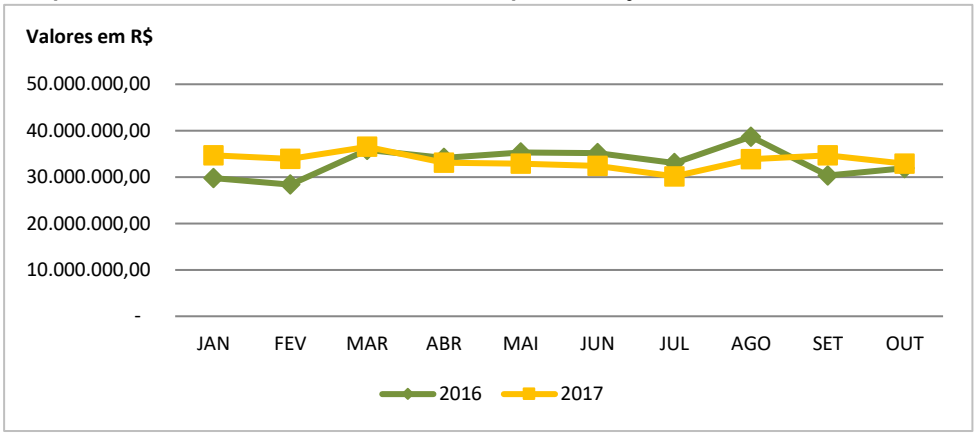
Tipo de financiamento	Ano	Sistema de processamento	Total faturado no período (R$)
	2016	SIA	9.604.441,82

Assistência Farmacêutica	2017		9.453.248,76
	DIF% (2017-2016)		-2%
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC)	2016	SIA	34.915.750,50
		SIH	11.098.050,75
		TOTAL	46.013.801,25
	2017	SIA	42.138.853,01
		SIH	16.644.370,70
		TOTAL	58.783.223,71
	DIF % (2017-2016)	SIA	21%
		SIH	50%
		TOTAL	28%
Média e Alta Complexidade (MAC)	2016	SIA	131.410.159,75
		SIH	145.498.137,01
		TOTAL	276.908.296,76
	2017	SIA	122.737.997,93
		SIH	144.075.500,84
		TOTAL	266.813.498,77
	DIF % (2017-2016)	SIA	-7%
		SIH	-1%
		TOTAL	-4%
Total	2016	SIA	175.930.352,07
		SIH	156.596.187,76
		TOTAL	332.526.539,83
	2017	SIA	174.330.099,70
		SIH	160.719.871,54
		TOTAL	335.049.971,24
	DIF % (2017-2016)	SIA	-1%
		SIH	3%
		TOTAL	1%

Fonte: SIA e SIH/MS - Jan a Out/2017. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CSSGI/SUPLANS/SES).

Observa-se que houve aumento no faturamento geral de recursos provenientes do Ministério da Saúde de 1% quando comparado ao mesmo período em 2016. O financiamento FAEC apresentou um aumento de 28% no período, principalmente devido à transferência do faturamento de procedimentos de cirurgia cardíaca pediátrica do financiamento MAC para esta modalidade e aumento na produção de procedimentos de transplante. A assistência farmacêutica apresentou uma queda de 2%, e o componente MAC apresentou uma redução de 4% quando comparado ao mesmo período de 2016.

Comparativo do faturamento total da SES/DF no período de janeiro a outubro de 2016 e 2017

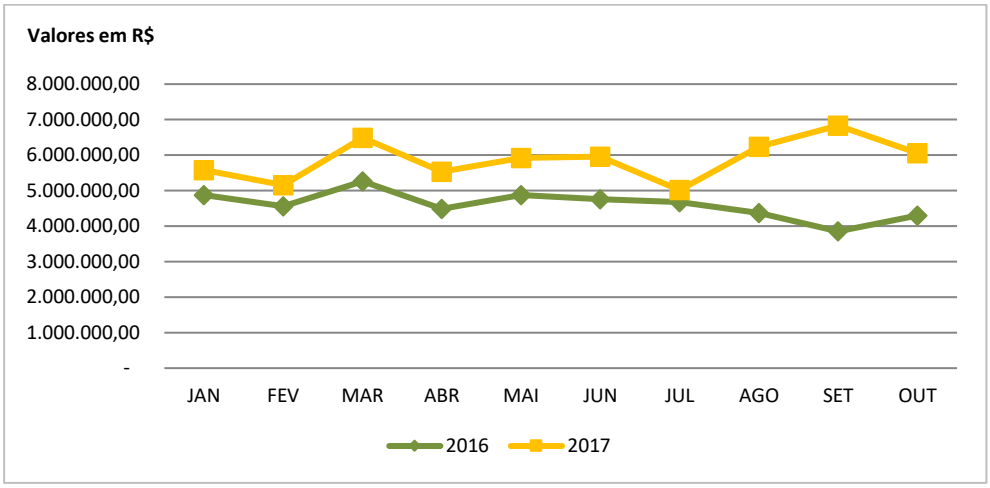


Fonte: SIA e SIH/MS - Janeiro a outubro/2016 e Janeiro a outubro/2017. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CSSGI/SUPLANS/SES).

O faturamento total da SES/DF apresentou oscilações durante o ano por um problema técnico no módulo de processamento automático do Trakcare. Devido a esse problema técnico, durante o período de oscilações, as unidades de saúde tiveram que complementar manualmente o processamento.

No ano de 2017 ocorreu um incremento de 1% no faturamento global, quando comparado ao mesmo período de 2016, o que corresponde em valores absolutos a R$ 2.523.432,41 (dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos).

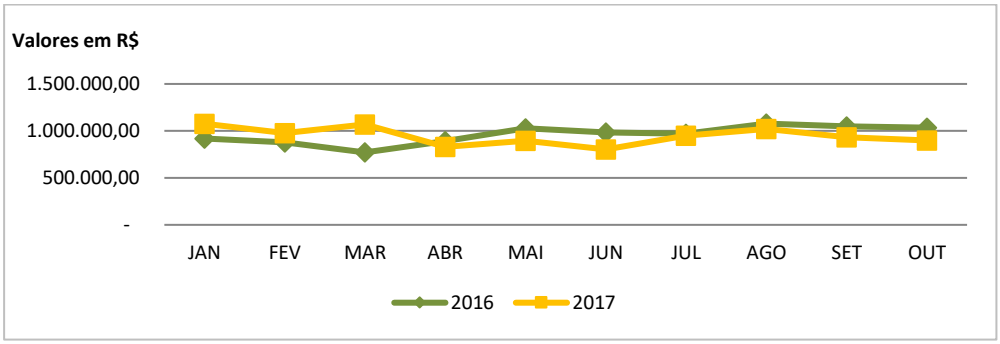
Comparativo do faturamento de financiamento FAEC da SES/DF no período de janeiro a outubro de 2016 e 2017.



Fonte: SIA e SIH/MS - Janeiro a outubro/2016 e Janeiro a outubro/2017. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CSSGI/SUPLANS/SES).

No gráfico acima evidencia-se o aumento de 28% nos valores da fonte de financiamento FAEC, que impactou positivamente em R$ 13.769.422,50 (treze milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), quando comparados com o mesmo período de 2016.

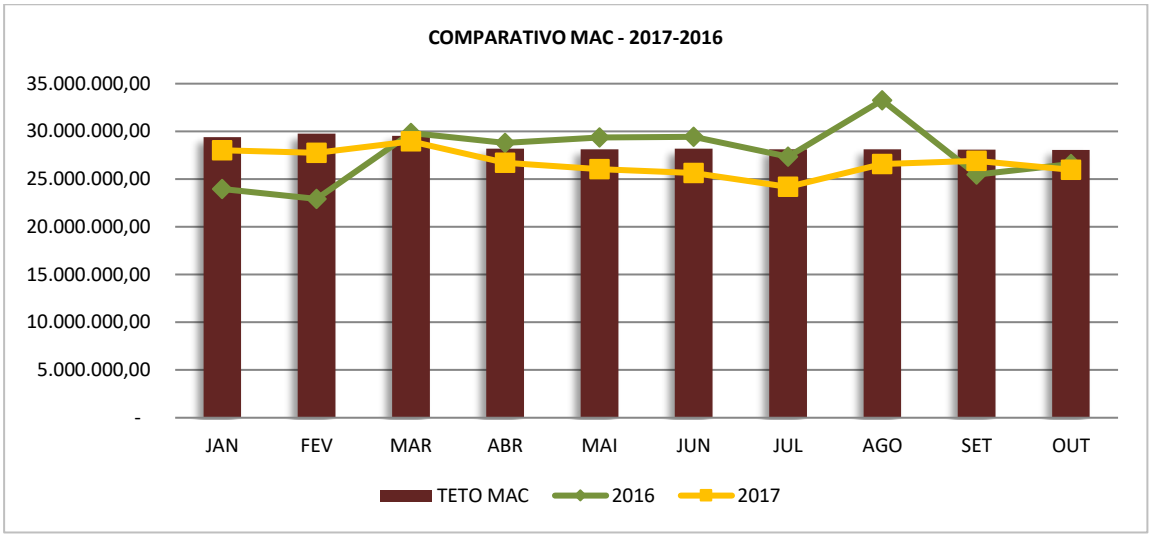
Comparativo do faturamento do componente de Assistência Farmacêutica da SES/DF no período de janeiro a outubro de 2016 e 2017.



Fonte: SIA e SIH/MS - Janeiro a outubro/2016 e Janeiro a outubro/2017. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CSSGI/SUPLANS/SES).

Acima, observa-se uma redução de R$ 151.193,06 (cento e cinquenta e um mil, cento e noventa e três reais e seis centavos) no faturamento da Assistência Farmacêutica que corresponde à queda de 2% neste período quando comparado com o mesmo período de 2016.

Comparativo do faturamento do componente MAC da SES/DF em relação ao teto no período de janeiro a outubro de 2016 e 2017



Fonte: SIA e SIH/MS - Janeiro a outubro/2016 e Janeiro a outubro/2017. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CSSGI/SUPLANS/SES).

O financiamento MAC apresentou uma redução de R$ 10.094.798,00 (dez milhões, noventa e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais), equivalente a 4% em relação ao mesmo período de 2016 e manteve-se abaixo do teto financeiro MAC.Sobre o pagamento de procedimentos dentro do teto MAC ou via FAEC, ressalta-se que o Ministério da Saúde não paga em duplicidade, ou seja, se determinado procedimento for tipificado pelo Ministério da Saúde como FAEC, não conta para efeito de faturamento dentro do teto MAC, o que é vulgarmente denominado "extra-teto". Dessa forma, é esperado que para cada conjunto de procedimentos pagos como FAEC, haja redução proporcional no valor financeiro atribuído normalmente a eles dentro do teto MAC.

Outra iniciativa para a melhoria do faturamento SES foi o encaminhamento das portarias ministeriais que alteram valores e tipo de financiamento de procedimentos da tabela SUS, das portarias de habilitação e informações sobre glosas na competência para a Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde (SAIS), com vistas aos coordenadores das especialidades e às unidades de saúde.

Com a publicação da Portaria no. 2.148, de 28 de agosto de 2017, o Ministério da Saúde estabeleceu o início do envio de dados de serviços da Atenção Básica para o Conjunto Mínimo de Dados (CMD), além de encerrar o envio para o SIA pelos municípios, a partir de agosto de 2017. Assim, as Equipes de Atenção Básica passaram a enviar informações apenas para o SISAB, reduzindo o retrabalho da gestão no envio paralelo que era feito para o SIA.

Nos dias 20, 28 e 29 de novembro de 2017 realizou-se o Fórum de Faturamento com o objetivo de capacitar servidores e prestadores de serviço no acompanhamento, análise, padronização e validação do Módulo de Gestão de Faturamento do Sistema Integrado de Saúde que deverá melhorar a qualidade das informações sobre a produção dos serviços de saúde.

Em relação à produção de serviços, destacamos que 33.569 (21,36%) de um total de 163.117 (100%) internaçoes no DF são oriundas de outros estados da federação e que no ano de 2017 ocorreu um crescimento de 3.679 internações (12,31%) em relação ao ano anterior, como demonstrado abaixo:

Variação das internações por estado de origem (residentes no DF e fora do DF) de janeiro a outubro de 2016 e 2017

Unidade da Federação de Residência	2016	% UF de origem 2016	2017	% UF de origem 2017	Diferença do n° de internações 2017-2016	% Crescimento
Distrito Federal	18.102	79,79%	123.609	78,64%	5.507	4,66%
Outros Estados	29.890	20,19%	33.569	21,36%	3.679	12,31%
Total	**151.353**	**100,00%**	**163.117**	**100,00%**	**11.764**	**7,77%**

Fonte: SIH/MS - Janeiro a outubro/2016 e Janeiro a outubro/2017. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CSSGI/SUPLANS/SES).

Conforme quadro abaixo, o maior contingente de pacientes não residentes internados em unidades hospitalares do DF continua sendo oriundo do Estado de Goiás que corresponde a 20,09% das internações do Distrito Federal, seguido por Minas Gerais (0,75%) e Bahia (0,16%), representando um crescimento de 11% (3.318 a mais) no número de internações de pacientes residentes fora do DF.

Em relação ao total de internações ocorridas no mesmo período em 2016, houve uma redução de 11,45% de pacientes oriundos de Minas Gerais, e aumento de 12,71% de pacientes de Goiás e 41,48% de pacientes da Bahia.

Detalhamento da variação das internações por estado de origem (residentes no DF e fora do DF) de janeiro a outubro de 2016 e 2017

Unidade da Federação de Residência	2016	% UF de origem do total em 2017	2017	% UF de origem do total em 2016	Diferença do n° de internações 2017-2016	Crescimento %
Goiás	28.013	18,93%	31.574	20,09%	3.561	12,71%
Minas Gerais	1.336	0,90%	1.183	0,75%	- 153	-11,45%
Bahia	176	0,12%	249	0,16%	73	41,48%
OUTROS	365	0,26 %	563	0,36%	198	35,17%
Distrito Federal	118.102	79,79%	123.609	78,64%	5.507	4,66%
Total	**148.021**	**100,00%**	**157.178**	**100,00%**	**9.157**	6,19%

Fonte: SIH/MS - Janeiro a Outubro/2016 e Janeiro a Outubro/2017. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CSSGI/SUPLANS/SES).

Gestão da Informação Estratégica

Com o objetivo de atender a necessidade de prover informações estratégicas para a tomada de decisão e aumentar a transparência ativa da Secretaria de Saúde, a Subsecretaria de Planejamento (SUPLANS) iniciou, em setembro de 2017, a implementação do Projeto Qualificação da Gestão da Informação do SUS no âmbito do Distrito Federal, com apoio de consultores especializados da FIOCRUZ em saúde pública, transparência e tecnologia da informação, iniciando a implantação de uma Sala de Situação da SES.

Sala de situação

De acordo com a definição da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a sala de situação de saúde é um espaço físico e virtual onde a informação em saúde é analisada sistematicamente por uma equipe técnica, para caracterizar a situação de saúde de uma população.

São espaços de inteligência em saúde, dotados de visão integral e intersetorial, que partindo da análise e da avaliação permanente da situação de saúde, atuam como instância integradora da informação que gera a vigilância em saúde pública nas diferentes áreas e níveis, constituindo assim um órgão de assessoria direta capaz de aportar informação oportuna e relevante para apoiar, com uma base técnico-científica, o processo de tomada de decisões.

Na sala de situação, a informação é apresentada e divulgada em diversos formatos como tabelas, gráficos, mapas, documentos técnicos ou relatórios estratégicos.

Da mesma forma, foi criada a Diretoria de Gestão de Informações Estratégicas (DGIE /SUPLANS) por meio do Decreto nº 38.488 13/09/ 2017, valorizando o papel da Gestão da Informação dentro da estrutura organizacional da SES.

O projeto inclui o mapeamento, a análise e a validação das informações da SES, assim como o desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica para armazenamento e disponibilização dessas informações. Além disso, define o fluxo das informações provindas das diversas fontes existentes na SES-DF, estabelecendo ainda quais instrumentos do planejamento seriam beneficiados com essa metodologia, como ilustrado abaixo.

Entre setembro e dezembro de 2017 foram realizadas as seguintes ações:

a) Mapeamento, análise e validação das informações da SES

- Levantamento de dados e informações com o objetivo de definir o conjunto de dados e informações estratégicas a serem disponibilizados no Portal da Transparência (Transparência Ativa) em parceria com a Controladoria Setorial de Saúde (CONTSES);
- Levantamento de dados e informações que compõem o conjunto de dados e informações estratégicas da Sala de Situação (apoio à tomada de decisão);
- Mapeamento inicial das fontes primárias de dados para Sala de Situação e Transparência Ativa (bancos de dados de sistemas de informação, planilhas, arquivos), de acordo com o conjunto de dados e informações definidos pelas Subsecretarias e a CONTSES;
- Elaboração e publicação do Plano de Dados Abertos da SES em parceria com a CONTSES;
- Extração de informações para subsidiar os relatórios oficiais RAQ, RAG, SAG e de produção de serviços;
- Análise, validação e publicação de dados abertos (consultas e atendimentos, exames, partos, cirurgias eletivas e de urgência) em atendimento ao Decreto 38354/2017, em parceria com CONTSES.

b) Desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica

- Estruturação do banco de dados da Sala de Situação (PostgreSQL), criação do ambiente computacional na SUTIC composto de 4 Máquinas Virtuais–VM;
- Análise dos softwares livres a serem utilizados na Sala de Situação para construção de painéis de monitoramento e avaliação;
- Importação de dados (SIA e SIH) do Tabwin para o banco de dados PostgreSQL da Sala de Situação para análise e validação com utilização do software estatístico – R;
- Configuração e customização do software livre de georreferenciamento - i3Geo, Georreferenciamento das Unidades de Saúde da SES eimplantação de aplicativo de busca de unidades de saúdes no i3Geo;
- Incorporação de dados com informações geográficas dos limites do DF, limites das regiões administrativas, limites das regiões de saúde, localização das unidades de saúde, endereços baseados no cadastro nacional de endereços para fins estatísticos (CNEF), lotes da SEGETH, dados de endereço da CAESB e CEB, setores censitários do IBGE e grade estatística do IBGE;
- Início do mapeamento das áreas de abrangência das UBS em parceria com COAPS (DIRORGS);
- Início do desenvolvimento da plataforma web do sistema SESPLAN;
- Início do desenvolvimento da plataforma web do sistema Painel de Monitoramento do Credenciamento e Habilitação de Serviços.

Administração Geral

A fim de otimizar o processo de aquisição da Secretaria de Saúde, foram efetuadas as seguintes ações: incorporação da elaboração de todos os instrumentos de contratação (Termos de Referência e Projetos Básicos); publicação do Manual de Contratações da SES/DF; implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI); criação da Assessoria de Elaboração de Instrumentos de Contratação; criação da Diretoria de Contratos de Serviços e Atividades Complementares Assistenciais; e chamamento Público para regularização de contratos de aluguéis.

O exercício de 2017 foi o primeiro em que todos os Termos de Referência e Projetos Básicos de materiais médicos hospitalares foram realizados por uma estrutura da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG, a CEIC. Ao longo do ano foram incorporados os instrumentos para contratação de bens de outras naturezas – OPME, insumos para laboratório e

medicamentos. Ademais, os membros da CEIC integraram as equipes de planejamento para contratações de serviços, equipamentos e soluções em Tecnologia da Informação. A Comissão ainda realiza as pesquisas prévias de preço para otimizar a estimativa de preços dos processos de aquisição.

Ao realizar análise da instrução, obtivemos os seguintes dados, a partir da comparação com o exercício anterior:

Ação	2016	2017
Análises e reanálises dos Instrumentos de Contratação	1.851	1.532
Procedimentos de estimativa de preços	1.764	1.547
Procedimentos relacionados a preparação (AFM's)	5.739	4.506
Enviados para abertura de licitação	276	351
Enviados para aquisições Especiais	**616**	**674**
Instruções Processuais Diversas	314	31
Processos instruídos	**6.898**	**5.940**
Quantitativo de Instruções	**9.944**	**7.967**

Fonte: SUAG/SESDF Dez/2017

Observa-se que ocorreu uma redução do quantitativo de instruções processuais ao se comparar os anos de 2016 e 2017. Tal fato se deve principalmente à otimização das rotinas de trabalho. Como exemplo, cita-se o fato de que se aperfeiçoou a logística relacionada à elaboração das Autorizações de Fornecimento de Materiais – AFM, pois a etapa na qual se solicita a indicação da Fonte Orçamentária passou a ser realizada pela própria demandante, reduzindo assim uma das divisões do processo.

Cita-se também, como indicativo de melhora a redução das reanálises de Termos de Referências e Projetos Básicos. Este ponto está ligado diretamente à atuação da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação – CEIC na construção destes documentos, tornando-os mais assertivos.

Todas estas constatações podem ser contempladas ao concluir que, mesmo com a redução das instruções processuais, o número de processos encaminhados para Abertura de Licitação ou para Aquisições Especiais foi maior em 2017, demonstrando que houve uma melhoria nas rotinas de trabalho.

Outro ponto que merece destaque, foi a implementação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI em junho. O SEI impactou positivamente no desenrolar das rotinas de trabalho, sendo responsável por tornar a instrução processual mais eficiente e eficaz.

PREGÕES DE 2017

Fonte: Diretoria de Aquisições - DAQ/SUAG/SES/DF, atualizado até 31/01/2017.

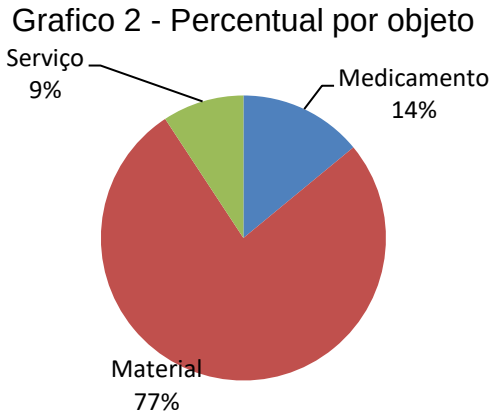
Quantitativo de Pregões do período de 2017							
	Pregões	Total de Itens	Itens Homologados	Itens Fracassados	Itens Desertos	Itens Cancelados	Itens Andamento
Total	335	3.418	1.485	818	541	106	468

Fonte: SUAG/SESDF Dez/2017

Percentual dos itens dos pregões



Fonte: Diretoria de Aquisições/SUAG/SES/DF, atualizado até 31/12/2017.



Fonte: Diretoria de Aquisições/SUAG/SES/DF, atualizado até 31/12/2017.

Houve um aumento de 45,01% nos pregões realizados quando comparado com o exercício de 2016. Quando se compara o total de itens licitados, o aumento percentual é de 70,73%.

Os pregões de medicamentos foram realizados no quarto bimestre, considerando atualização da Tabela CMED que ocorre no segundo semestre de cada ano, então muitas licitações ainda estão em andamento.

Destacamos os principais motivos que ensejaram o cancelamento e o fracasso dos itens nos pregões eletrônicos no exercício financeiro de 2017:

- Apresentação de proposta pelas empresas com valor maior que o estimado na pesquisa de preço pela administração;
- Falta de atendimento das licitantes às exigências técnicas requeridas em Edital;
- Divergência entre a especificação do objeto ofertado e a requerida pela área técnica demandante, apurada em parecer técnico;
- A aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Distrital n°35.592/2014. Para itens licitados com valor estimado até R$80.000,00, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP). Para itens licitados com valor acima de R$80.000,00, 25% do quantitativo é reservado para ME/EPP.

AQUISIÇÕES ESPECIAIS

Outras modalidades de Aquisição	
Adesão à Ata de Registro de Preço	59

Inexigibilidade	24
Credenciamento	14
Dispensa de Licitação	412

Fonte: Gerência de Aquisições Especiais - GEAQ/DAQ/SES/DF, atualizado até 31/12/2017.

Realizou-se a aproximação desta Secretaria a outros órgãos, como Novacap, Caixa Econômica Federal, Ministério da Saúde e a Governadoria do Distrito Federal (GDF), no intuito de melhorar a execução dos convênios, bem como a credibilidade da SES/DF junto aos órgãos concedentes, o que contribuiu sumariamente para alinhar interna e externamente os andamentos para execução de projetos.

Houve um aumento de 40% no número de autuações de processos para apuração de superávit.

A partir da dificuldade encontrada de deduzir nas notas fiscais os valores das multas aplicadas às empresas, Fundo de Saúde do Distrito Federal fez gestão junto à AJL para verificar se é possível efetuar o pagamento da Nota Fiscal na totalidade, e realizar a aplicação do recolhimento da penalidade em momento posterior, o que resultou em celeridade na instrução de processos de pagamento quanto nos de penalidade.

Houve alteração do processo de trabalho no Controle de Atas, uma vez que a análise de documentação apresentada pela empresa, exigida no Edital, que antes era analisada na fase de habilitação técnica durante a licitação, atualmente é analisada no controle de atas. Ainda assim, houve um aumento de 3,08% no número de Atas publicadas.

Foi criada na estrutura da Coordenação de Compras, a Diretoria de Contratos de Serviços Assistenciais Complementares - DCSAC, com a finalidade de oferecer suporte administrativo aos executores e Comissões de Acompanhamento de Contratos cujo objeto envolva a prestação complementar de serviços assistenciais, tendo em vista o nível de complexidade e particularidades dessas contratações.

O suporte oferecido pela DCSAC teve como consequências a melhor instrução processual, reduzindo os prazos de tramitação e pagamento das despesas referentes a esses contratos em cerca de 50%.

Além disso, pela primeira vez, desde o início de sua vigência, em 1º de março de 2014, foram revisadas as metas quantitativas e qualitativas pactuadas no Contrato de Gestão n.º 001/2014-SES/DF, celebrado com o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada - ICIPE.

A alteração, em forma de acréscimo, dos quantitativos pactuados, ocorreu sem custo adicional para a SES-DF, tendo sido também alteradas as metas qualitativas – seus indicadores, métodos de aferição e pontuação para definição de cumprimento.

Cabe ressaltar o fato de que a alteração quantitativa das metas pactuadas representou um aumento médio de 22% (média entre os grupos) da oferta de serviços pelo HCB, sem acréscimo de custos ao Contrato, refletindo o resultado do estudo realizado pela SES-DF, por meio de suas áreas técnicas em parceria com a DCSAC, da atual capacidade instalada do HCB, norteado pelo objetivo de garantir a eficiência do serviço público de saúde prestado, ampliando seu alcance sem prejuízo à qualidade do atendimento.

Nas ações de gestão de documentos os esforços se voltaram para a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Ainda ocorreu a alimentação e configuração do SIP - SessionInitiationProtocol para a SES. O SIP é o Protocolo de Iniciação de Sessão do SEI, responsável pela estrutura das unidades e perfil dos usuários. Desta forma, foi incluído todos os setores da SES no SEI, manteve-se a estrutura administrativa atualizada, bem como o cadastro e a atribuição do perfil dos 38.448 servidores da SES, aos moldes do disposto na Portaria 459/2016.

Ainda referente ao SEI, ocorreu o treinamento de mais de 1000 servidores, elaboração de orientações e normatizações para utilização do Sistema e auxílio na implantação do SEI na FEPECS.

No que tange a tramitação e controle de documentos da SES, até 12/07, são:

Atividade	2016	De 01/01 a 12/07	A partir de 13/07
Autuação de Processos	28.324	16.627	0
Peças numeradas para autuação de processos	156.566	8.586	0
Documentos cadastrados no DOCCONTROL	210.334	123.911	0
Documentos tramitados no malote	179.459	150.467	49.915
Trocas de malote	Diária	Diária	2 vezes por semana*
Rotas de malote	24	15	18

Fonte: SUAG/SESDF – Dez/2017

**Malotes para SEPLAG; FHB, FEPECS e Unidades do Parque de Apoio são diários.*

Acredita-se que a economia inicial em recursos materiais (aquisição de papel, tonner, caneta, confecção de capas de processo, entre outros) esteja na ordem de 30%. Outros benefícios advindos da utilização do Sistema foi a diminuição dos gastos e otimização da gestão de frotas com a movimentação de malotes. Os dados precisos poderão ser melhor avaliados após um ano da implantação.

O tempo de tramite dos documentos, que saiu da média de 8 dias e passou a ser contado em segundos. Com isso, procedimentos de execução de ata (PAM), diminuíram o tempo de tramite entre unidades em no mínimo 5 dias; pagamento de contratos, que levava em média 30 dias para o executor incluir nova nota para faturamento, passou a ser contado em algumas horas entre o recebimento da nota e envio para faturamento

Entre 12 de julho de 2017, data de implantação completa na SES, até o dia 31 de dezembro de 2017 a SES autuou, no SEI, 226.058 processos, gerou 679.996 documentos e recebeu outros 227.978.

Por fim, foi realizada outras ações, a saber:

- Aprimoramento do sistema de malote, com redução de 50% da quantidade de destino e da quantidade de trocas de malote e aumento da velocidade no trâmite da informação de documentos em suporte físico;
- Utilização plena de sistemas tramitação e controle de documentos em suporte convencional;
- Eliminação de 1.666 (mil seiscentas e sessenta e seis) caixas arquivo de contracheques;
- Capacitação de todos os NPDAs para utilização do Sistema SEI e SIP;

Recolhimento, pela primeira vez, ao Arquivo Público do Distrito Federal, de 40 (quarenta) caixas arquivo contendo inventário de bens móveis e imóveis da SES.

Foram incorporados 8.467 (oito mil e quatrocentos e sessenta e sete) bens permanentes na SES-DF, oriundos de aquisições e doações, totalizando o valor de R$ 9.592.618,49 (nove milhões, quinhentos e noventa e dois mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta e nove centavos). Além disso, foram distribuídos 3.948 (três mil novecentos e quarenta e oito) bens novos, encaminhados aos setores demandantes, conforme grade de distribuição.

Visando uma melhor gestão patrimonial, foram realizadas ações de mapeamento de processos e reestruturação do fluxo de tarefas que envolvem a realização de inventário anual de bens móveis e imóveis da SES/DF.

Conforme dados extraídos do SISGEPAT, foram transferidos, em 2017, para leilão, o total de 4.247 (quatro mil e duzentos e quarenta sete) bens inservíveis à SEPLAG, órgão responsável pela alienação dos inservíveis do GDF, totalizando o valor de R$ 2.486.393,75 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

Também foram efetivadas ações para melhor definição de fluxogramas referentes às atividades do inventário de todos os bens móveis e imóveis da SES/DF. Entretanto, ressalta-se a notória dificuldade no controle e na localização dos bens materiais da SES/DF, visto tratar-se de uma pasta com grande quantidade e pluralidade de bens pertencentes ao acervo patrimonial (304.223 bens móveis e 213 bens imóveis) e do procedimento precário atualmente adotado para o levantamento desses, sendo realizado de forma manual, mediante contato visual, in loco, um por um, às plaquetas afixadas nos bens.

No momento registra-se um quantitativo elevado de bens objeto de processo de Tomada de Contas Especial devido a sua não localização nos respectivos setores detentores da carga geral. Tem-se também a notória dificuldade em efetivar o controle das movimentações internas, tanto de equipamentos quanto de mobiliários. E, com isso, ressalta-se a ineficiência oriunda da indisponibilidade de gerar relatórios gerenciais com dados precisos e coerentes ao contexto presencial.

No intuito de buscar um avanço e aprimoramento dos mecanismos utilizados para a gestão patrimonial,tem-se realizado estudos das tecnologias utilizadas por órgãos diversos.

Objetivando a implantação de sistema de gestão patrimonial com tecnologia de RFID (Radio-FrequencyIdentification), a área técnica tem insistido junto às hierarquias superiores e buscado parcerias com órgãos externos ou banco financiadores para viabilizar o projeto.

Ainda no contexto de gestão patrimonial da SES-DF, em 2017 priorizou-se ações para melhoria da realização de Inventário Anual. Assim, foram realizadas reuniões presenciais com ocupantes de cargos comissionados, diretores administrativos a fim de conscientizar a importância e necessidade no aprimoramento das atividades, bem como atenção na indicação de membros que integrassem as (sub)comissões de inventário.

Controle Interno

No âmbito do Controle Interno da SES-DF, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Quadro 1 Auditorias e Inspeções 2017			
1-Auditoria na área de Tecnologia da Informação	CGDF	1	Encerrada
2-Inspeção na área de Pessoal	CGDF	1	Encerrada
3-Inspeção no Hospital da Criança de Brasília	CGDF	1	Em andamento
4-Auditoria na Assistência ao Portador de Doença Renal	DENASUS	1	Em andamento
5-Inspeção na área de Pessoal/UBS/Riacho Fundo II	USCI	1	Encerrada
6-Inspeção nos Processos de Pagamentos de Despesas Indenizatórias	USCI	1	Em andamento
7-Inspeção no CAPS/Rodoviária/Candango	USCI	1	Encerrada
8-Inspeção no Almoxarifado Central	USCI	1	Encerrada
9-Inspeção no Sistema de Controle de Ponto/FORPONTO	USCI	1	Em andamento
10 - Relatório de Eficiência e Eficácia do programa temático 6202 - Brasília Saudável. Objetivo 1 - Atenção Primária à Saúde	CGDF	1	Encerrada

Fonte: USCI/SES, em 01/01/2017 a 31/12/2017

No que se refere à Transparência e Controle Social, em atendimento aos objetivos institucionais dos órgãos de controle interno e externo, a SES-DF, foram desenvolvidas ações como o atendimento e redução de demandas ordinárias da Lei de Acesso à Informação- LAI, a publicação do Plano de Dados Abertos, a publicação de Portarias regulamentadoras para PDA, a entrega do 1º conjunto de dados abertos e a Implantação do Fluxo de Transparência e Padronização do fluxo de atendimento à LAI.

Quanto à Correição Administrativa, foram investigadas 1.516 denúncias, instaurados 402 Procedimentos Disciplinares, e julgados 240 procedimentos disciplinares que resultaram em: 1 advertência, 58 arquivamentos, 78 recomendações de demissão, 12 suspensões e 133 reconduções.

Verificou-se que as irregularidades com maior incidência são: a não observância das normas legais (72 casos), faltas injustificadas ao serviço (56 casos), conduta inadequada ao serviço (24 casos).

Em relação aos processos de Tomada de Contas Especial concluídos, em apuração, retidos e não apurados em 2017, verifica-se: Procedimentos de Tomada de Contas Especial 2017

Procedimentos de Tomada de Contas Especial		
	Quantidade	Valor Apurado R$
Processos de TCE Concluídos	6	29.836.469,03
Processos de TCE em Apuração	40	-
Retenção de Processos	8	8.579.481,99
Processos não TCE Apurados	49	1.097.208,94
Total	103	39.513.159,96

Fonte: DITEC/USCOR/CONT/SES, em 01/01/2017 a 31/12/2017

Quanto a Mediação de Conflitos foram concluídos 31 e 40 encontram-se em andamento.

Ouvidoria

No ano de 2017 foram contabilizadas um total de 25.858 atendimentos, sendo 24.570 do OUV-DF, 828 do OUVIDORSUS, 460 do E-SIC. Não foram registradas entradas pelo Sistema TAG.

Em relação aos tipos de entrada foram contabilizadas apenas as demandas referente ao OUV-DF e ao OUVIDORSUS, descritas nas tabelas 6 e 7. As manifestações registradas no sistema TAG não foram verificadas por não haver entradas neste sistema desde setembro de 2016.

No caso do OUV-DF, os tipos de entrada mais frequente são por telefone, atendimentos presenciais e internet. As demandas recebidas através desse sistema são classificadas em 6 categorias: Denúncias (1.448 casos), Reclamação (14.094), Sugestão (137), Solicitação (3.014), Informação (3.271) e Elogio (2.606).

No Sistema OUVIDORSUS, as entradas mais frequentes foram através de Internet (formulário web), telefone e carta. As demandas recebidas através desse sistema são classificadas em 6 categorias: Denúncias (228 casos), Reclamação (223), Sugestão (26), Solicitação (276), Informação (45) e Elogio (30).

No que tange, aos assuntos demandados nota-se que as manifestações são sobre os mais diversos assuntos, podendo constar dentro de cada tipologia o mesmo assunto, com grau de gravidade distintos.

Assunto	Percentual
Atendimento em Saúde Pública	11,70%
Agendamento de Consulta	9,22%
Servidor Público	8,59%
Agendamento de exames	6,37%
Combate ao foco de dengue	4,50%

Fonte: Banco de dados dos Sistemas OUV-DF, no período de 01/01/2017 a 31/12/2017

Para as demandas vencidas considerou-se as pendências do OUV-DF e OUVIDORSUS, sistemas atualmente utilizados pela Unidade Setorial de Ouvidoria. Ressalta-se que em abril, o passivo existente em atraso era de 2.857(duas mil oitocentas e cinquenta e sete) no Sistema Ouv-DF passando ao final de 2017 à 259 (duzentos e cinquenta e nove) demandas. Estas somadas à demandas do OUVIDORSUS (331 demandas), verifica-se um total de 590 vencidas.

As unidades com maior número de manifestações em atraso são Gerência de Triagem e Controle de Qualidade – GETRIC (161 demandas), SAIS - Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde (25 demandas) e SUGEP – Subsecretaria de Gestão de Pessoas (17 demandas).

Insta esclarecer que as demandas vencidas na Gerência de Triagem e Controle de Qualidade ocorreram por problemas operacionais do Sistema de Informação OUV-DF, somado a perda de servidores no setor e a baixa qualidade de informações nas manifestações que estão represadas, sendo a grande maioria, denúncias, as quais precisam ser qualificadas para prosseguimento de apurações junto à Unidade Setorial de Correição Administrativa. Além disso, a Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde e a Subsecretaria de Gestão de Pessoas reduziram em mais de 80% o número de manifestações no referido sistema.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A SES-DF manteve sua carta de serviços com aprimoramento da capacidade instalada e otimização de pessoal, com a implantação da reestruturação administrativa e gerencial das Regiões de Saúde além do aumento da participação do controle social. Podemos elencar alguns pontos estratégicos e impactantes no desempenho da SES/DF em 2017:

- Planejamento Estratégico realizado pelos gestores, discutiu e definiu as ações estratégicas e principais entregas da SES/DF para o ano;
- Reorganização dos processos de trabalho da ADMC com diretrizes pactuadas e ordenamento de responsabilidades, procedimentos e rotinas administrativas, através da reestruturação dos serviços alinhados, uniformizados e matriciados com as unidades técnicas com funções respectivas nas regiões de saúde;
- A integração das unidades finalísticas para proposições e elaborações de alternativas de construção, melhoria ou correção dos processos para assistência ao usuário;
- A integração da SES-DF com outras secretarias de estado e órgãos vinculados, em busca de resolução de impasses ou obstáculos estruturantes para o desenvolvimento das ações de incorporação de investimentos e/ou infra estrutura (parceria NOVACAP e SES/DF);
- Desenvolvimento do Regimento Interno da SES/DF e suas competências.
- Mapeamento de importantes processos de trabalho gerenciais e estruturantes;
- Iniciado o processo de elaboração do sistema de informação da SES/DF.
- Implantado a metodologia de monitoramento e avaliação dos instrumentos de Planejamento e Pactuações da SES/DF – SESPLAN e Reuniões de Análise de Resultados;
- Implantação do projeto CONVERTE;
- Pactuação Regionalizada – Acordos de Gestão Regionalizada assinados;
- Início da Reorganização da Atenção Especializada nas redes de cuidados ordenados pela APS;
- Criação do IHBDF, com autonomia administrativa e gestão colegiada;
- Criação do Complexo Regulador: Regulação, CNCDO, SAMU;
- Nos transplantes houve maior participação dos hospitais regionais no processo, melhora da logística de transporte de equipe e material biológico, propiciando maior agilidade e rapidez de deslocamento às equipes de transplante de fígado e coração às doações de outros estados, o que permitiu mantermos os programas de transplante com bom volume de atividade apesar das baixas doações no DF.

- Utilização da parametrização para realização do dimensionamento da força de trabalho como instrumento de mapeamento e caracterização do cenário de profissionais. Foram parametrizados 30 tipos de serviços e dimensionadas aproximadamente 108 unidades de serviços.

Proposições para 2018.

- Melhorar a infraestrutura de TIC para o desenvolvimento dos processos de trabalho, (conexão à internet, telefone, computadores, sistemas de informação e gerenciais);
- Melhorar a execução dos processos de aquisição;
- Melhorar o processo de alteração e distribuição orçamentária;
- Redimensionar e disponibilizar força de trabalho em diversas áreas da SES;
- Ampliar cobertura de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos médicos assistenciais na SES/DF;
- Prover a manutenção da Frota de veículos (SAMU, EMERGÊNCIAS, SVS)
- Desbloquear leitos de UTI para cuidado adequado do paciente crítico;
- Implantar a regulação de leitos (cirurgias eletivas, exames diagnóstico, avaliação de especialidade);
- Desenvolver o Acordo de Gestão Local – AGL.

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 23.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Fundação Hemocentro de Brasília - FHB, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico, educacional e de prestação de serviços de saúde, no campo da Hemoterapia, órgão do Sistema Único de Saúde vinculado à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, instituída nos termos do Decreto nº 14.598, de 04 de fevereiro de 1993, com base na autorização concedida pela Lei nº 206, de 13 de dezembro de 1991, integra a Administração Indireta do Distrito Federal.

Em dezembro a Fundação passou a ter uma nova estrutura administrativa, sem aumento de custos, conforme Decreto Nº 38.624, de 8 de dezembro de 2017.

De acordo com o Estatuto aprovado por meio do Decreto Nº 34.539, de 31 de julho de 2013, alterado pelo Decreto n.º 38.689, de 07 de julho de 2017, compete à Fundação Hemocentro de Brasília, na qualidade de órgão gestor do Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados - SSCH:

I - promover a conscientização da comunidade no que concerne à doação voluntária de sangue, de medula óssea e de sangue de cordão umbilical e placentário;

II - promover a captação, a seleção de doador, as coletas de sangue, a realização dos exames de triagem, o armazenamento e a distribuição de hemocomponentes, garantindo o seu abastecimento nos hospitais públicos ou privados conveniados e contratados do Distrito Federal;

III – manter estoques estratégicos de sangue e hemocomponentes para atender as emergências ou situações de calamidade pública;

IV - promover a captação, seleção de candidatos a doador para transplante de medula óssea e a coleta de sangue para a realização de exames para o Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME;

V - promover a captação e seleção de doadoras grávidas, realizar as coletas de sangue, os exames de triagem, o armazenamento e a distribuição do sangue de cordão umbilical e placentário no Distrito Federal;

VI – realizar exames especializados pré-transplantes de órgãos, pelo Laboratório de Imunologia de Transplante;

VII – realizar exames especializados para diagnóstico e acompanhamento dos pacientes com coagulopatias hereditárias, por intermédio do Laboratório de Hemostasia;

VIII – realizar exames especializados visando à segurança das transfusões em pacientes especiais, por intermédio do Laboratório de Imunohematologia de Pacientes;

IX - manter atualizado o cadastro único de doadores de sangue e de pacientes com Coagulopatias Hereditárias e Hemoglobinopatias Hereditárias;

X – manter atualizado os cadastros do Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea - REDOME, e do sangue de cordão umbilical e placentário;

XI – armazenar os medicamentos destinados aos pacientes com coagulopatias hereditárias, recebidos do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, bem como regular a sua distribuição e transporte para os hospitais da rede;

XII – dispensar na FHB ou por meio de entrega domiciliar os medicamentos constantes do inciso anterior aos pacientes com coagulopatias hereditárias ou aos seus responsáveis legais em conformidade com os protocolos do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

XIII - manter estoques estratégicos de medicamentos recebidos do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para tratamento das coagulopatias hereditárias;

XIV – elaborar, de acordo com os regulamentos nacionais vigentes, normas técnicas aplicáveis às atividades de Hemoterapia;

XV – coordenar, supervisionar e dar suporte técnico às atividades nos Serviços de Hemoterapia do Distrito Federal, visando ao cumprimento da legislação vigente;

XVI - normatizar, harmonizar e padronizar as demandas da Coordenação de Captação de Órgãos com os laboratórios de imunologia de transplantes e de sorologia;

XVII – oferecer suporte hemoterápico para os transplantes de órgãos, tecidos e células no Distrito Federal;

XVIII - promover integração entre as equipes atuantes na área de hemoterapia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e da Fundação Hemocentro de Brasília;

XIX - elaborar protocolos para o tratamento dos pacientes com Coagulopatias e Hemoglobinopatias Hereditárias;

XX – coordenar, em articulação com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a política de Atenção à Saúde aos pacientes com Coagulopatias e Hemoglobinopatias Hereditárias;

XXI – participar da atenção integral aos pacientes com doenças hematológicas hereditárias no componente da atenção ambulatorial por meio de abordagem multiprofissional;

XXII – realizar o acolhimento, orientação, tratamento ou encaminhamento dos doadores e dos candidatos à doação que apresentarem alterações clínicas ou laboratoriais;

XXIII - capacitar e treinar de forma continuada os profissionais que atuam na área de hemoterapia na rede do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal;

XXIV - realizar suprimento e gestão dos insumos utilizados nas atividades hemoterápicas e transfusionais na Hemorrede Pública do Distrito Federal;

XXV - realizar aquisição e gestão de equipamentos utilizados na Hemorrede Pública do Distrito Federal, incluindo equipamentos de informática relacionados a esta área de atuação;

XXVI – promover e coordenar ações de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados na área de Hemoterapia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e da Fundação Hemocentro de Brasília;

XXVII - realizar o transporte de hemocomponentes para os Hospitais Públicos do Distrito Federal, dentro dos padrões de qualidade exigidos, em conformidade com os preceitos nos regulamentos sanitários;

XXVIII - realizar ações de hemovigilância e retrovigilância e zelar pela rastreabilidade dos registros referentes à Hemoterapia na Hemorrede Pública do Distrito Federal;

XXIX - regulamentar o ressarcimento pelos custos operacionais dos produtos hemoterápicos repassados aos hospitais públicos ou privados, conforme legislação vigente;

XXX - constituir e manter a Câmara Técnica para prestar consultoria para o Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados no Distrito Federal;

XXXI – coordenar os Comitês Técnicos de Coagulopatias e Hemoglobinopatias Hereditárias, a fim de propor, acompanhar e implementar modelos de atenção à saúde desses pacientes no Distrito Federal;

XXXII - garantir a realização dos procedimentos acima, dentro dos padrões de qualidade e normas sanitárias vigentes, implantando novas tecnologias que visem aumentar a qualidade e segurança para a obtenção, armazenamento, transporte e transfusão dos hemocomponentes e a atenção à saúde dos pacientes;

XXXIII – promover a implantação de sistemas de gestão da qualidade nos serviços públicos de hemoterapia do Distrito Federal.

Na construção do Planejamento Estratégico da FHB, ficaram estabelecidas a Missão e a Visão que seguem:

Missão da FHB: Formular, coordenar e, no que compete executar a política de sangue, seus componentes e derivados, no âmbito do DF, garantindo à população serviços e produtos seguros, em quantidade e qualidade, de acordo com as normas sanitárias vigentes e os princípios do SUS.

Visão de Futuro: Ser reconhecida como instituição pública de saúde com alta credibilidade para a população do DF, sendo considerada uma das melhores hemorredes do país.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	17	67	19	234	337
Comissionados sem vínculo efetivo	9	0	0	0	9
Requisitados de órgãos do GDF	12	4	2	25	43
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	6	0	4	10
Menor Aprendiz/ Projeto Jovem Candango	0	9	0	0	9
Terceirizados (FUNAP)	0	34	0	0	34
Outros – especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	39	120	21	263	443
(-) Cedidos para outros órgãos	0	2	0	1	3
Total Geral	39	118	21	262	440

Fonte: GEPES/FHB – 16/01/2018

A Fundação Hemocentro de Brasília teve sua força de trabalho reforçada com a chegada de 69 novos servidores provenientes da nomeação, em 23 de outubro, de 79 servidores do concurso realizado em 2016. Com isso o déficit de força de trabalho da FHB passa a ser de 31,46%. Os novos servidores passaram por acolhimento e treinamentos e já se encontram em exercício nas áreas finalísticas e administrativas da FHB.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6202 – BRASÍLIA SAÚDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
6164 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	**8.841.000,00**	**9.616.072,00**	**6.006.210,99**	**5.819.074,38**
0001 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE-FHB-DISTRITO FEDERAL	8.841.000,00	9.616.072,00	6.006.210,99	5.819.074,38
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	**11.038.000,00**	**8.688.000,00**	**5.790.715,39**	**5.663.070,06**
0001 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES-FHB-DISTRITO FEDERAL	11.038.000,00	8.688.000,00	5.790.715,39	5.663.070,06
4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	**7.363.000,00**	**9.663.000,00**	**5.459.202,91**	**5.380.325,66**
0002 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES-FHB-DISTRITO FEDERAL	7.363.000,00	9.663.000,00	5.459.202,91	5.380.325,66
4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	**1.587.000,00**	**1.407.000,00**	**775.551,44**	**705.026,66**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO-FHB-DISTRITO FEDERAL	1.587.000,00	1.407.000,00	775.551,44	705.026,66
4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	**3.106.000,00**	**3.416.000,00**	**2.848.685,52**	**2.653.915,21**
0001 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE-FHB-DISTRITO FEDERAL	3.106.000,00	3.416.000,00	2.848.685,52	2.653.915,21
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	**2.000,00**	**3.446.168,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - REFORMA DO HEMOCENTRO-FHB- PLANO PILOTO.	2.000,00	3.446.168,00	0,00	0,00
TOTAL - 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	**31.987.000,00**	**36.286.240,00**	**20.880.366,25**	**20.221.411,97**

CAPTAÇÃO DE DOADORES, TRIAGEM CLÍNICA E COLETA DE SANGUE

A Fundação Hemocentro de Brasília tem com o objetivo de acolher, registrar e orientar os candidatos à doação de sangue, de forma humanizada e de acordo com os procedimentos operacionais padrão, bem como realizar ações planejadas de captação e fidelização de doadores, em especial de doadores voluntários e ampliação do público feminino, atendendo às políticas e diretrizes do Ministério da Saúde, visando à manutenção do estoque estratégico de hemocomponentes. Em 2017 o FHB atendeu mais de 66 mil doadores e candidatos à doação e desenvolveu as seguintes atividades:

Campanhas Internas: constituem-se de grupos de pessoas que são previamente agendados pela equipe de captação para a doação de sangue. Esses grupos recebem orientações dos multiplicadores, devidamente capacitados.

ATIVIDADES	Resultados			
	2012 - 2015	2015	2016	2017
Quantidade de campanhas	431,5	519	588	544
Público alcançado	3946,5	4680	4.876	7.469

Fonte: GECD/DIREX/FHB

Palestras Institucionais: realizadas pela equipe da FHB nas instituições parceiras, visando à sensibilização do público e a mobilização de candidatos à doação de sangue. A partir de agosto as palestras passaram a ser ministradas mediante agendamento de campanha interna.

ATIVIDADES	Resultados			
	2012 - 2015	2015	2016	2017
Quantidade de palestras	35,25	33	32	15
Público alcançado	1.129	1.106	1.491	559

Fonte: GECD/DIREX/FHB

Treinamento Semanal de Multiplicadores: para pessoas/grupos que atuam como multiplicadores em suas comunidades (escola, empresa, igreja, etc.).

ATIVIDADES	Resultados			
	2012 - 2015	2015	2016	2017
Quantidade de treinamentos	232,5	226	261	260
Público alcançado	334,75	357	368	431

Fonte: GECD/DIREX/FHB

Projeto: Doador do Futuro: realizado junto a professores e alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas do DF. São realizadas palestras específicas e visitas programadas à FHB (hemotur).

ATIVIDADES	Resultados			
	2012 - 2015	2015	2016	2017

Palestras ministradas	26,75	28	19	18
Público alcançado	822,25	1.066	564	635

Fonte: GECD/DIREX/FHB

Metas Nacionais para o Núcleo de Captação - Região Centro Oeste

DOAÇÕES	METAS – Ministério da Saúde	Metas Alcançadas - FHB			
		2012 - 2015	2015	2016	2017
Espontânea	**85%**	73,7%	69 %	84,85%	85,63%
Feminina	**35%**	38%	40 %	42,53%	41,85%

Fonte: SISTHEMO/FHB, acesso em 11/01/2017

A tabela anterior apresenta os avanços na conquista de doadores voluntários. Mesmo que discreto, o aumento representa os doadores espontâneos não provenientes de captação intra-hospitalar que são considerados doadores de reposição. A tabela mostra discreta queda de doações do público feminino no universo de candidatos a doação de sangue com diminuição de 0,68% em relação ao ano passado.

TRIAGEM CLÍNICA

A fim de evitar ou minimizar as intercorrências e danos aos doadores e receptores de sangue, orientar e conscientizar doadores com alterações sorológicas e oferecer amparo clínico e suporte médico emergencial antes, durante e após a doação, a Fundação Hemocentro de Brasília realizou em 2017 as seguintes atividades:

Triagem Clínica de Candidatos à Doação (série histórica)

Aptidão e Inaptidão Clínica	Resultados			
	2012 - 2015	2015	2016	2017
% Inaptos	26,5%	26,96%	**24%**	**25%**
% Aptos	73,45%	73,04%	**76%**	**75%**
TOTAL	306.735	77.116	**76.385**	**70.754**

Fonte: SISTHEMO/FHB, acesso em 11/01/2017

Atendimento de 2ª Amostra e Extra (série histórica)

Tipo de Atendimento	Resultados			
	2012 - 2015	2015	2016	2017
2ª amostra	4.569	984	**991**	**893**
Extras	5.110	1.197	**1.162**	**1.152**
Total	9.679	2.181	**2.153**	**2.045**

Fonte: SISTHEMO/FHB, acesso em 11/01/2017

Nota: 2ª Amostra: coleta de nova amostra de sangue do doador para esclarecimento de exames alterados na doação.
Extra: atendimentos excepcionais para os casos que não foram esclarecidos com a 2ª Amostra e outros.

Coletas Realizadas na FHB (série histórica)

Bolsas Coletadas	Ano			
	2012 - 2015	2015	2016	2017
Sangue Total (Coleta Interna e	54.348	**54.877**	**56.811**	**52.089**
Aférese (Plaquetas e Concentrados	1.504,75	**1.611**	**994**	**1.122**

Total	55.853,25	**56.488**	**57.805**	**53.211**

Fonte: SISTHEMO/FHB, acesso em 11/01/2017

Para garantir a satisfação do doador a FHB acompanha diariamente a pesquisa de satisfação dos doadores realizada após a coleta de sangue. Em 2017, o índice de satisfação obtido foi de **95%** de doadores muito satisfeitos ou satisfeitos. Ressaltamos que o fator tempo é considerado no questionário de avaliação e em dias de campanha, pelo aumento da demanda, o tempo de espera pode ser elevado, o que pode interferir no resultado de satisfação do doador.

Várias ações foram realizadas ao longo do ano de 2017 para aumentar a satisfação do doador e promover melhoria no atendimento prestado como: distribuição de refresco de forma livre durante a espera para atendimento; realização de campanhas em datas comemorativas como páscoa, halloween, semana nacional do doador e natal com diversas atrações para os doadores na recepção da FHB. Com o objetivo de melhorar o atendimento prestado, a Fundação Hemocentro de Brasília pretende realizar uma grande reforma na área da coleta e laboratórios para aumentar e melhorar o espaço físico e aumentar sua capacidade produtiva.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE HEMOCOMPONENTES

As bolsas de sangue coletadas pela Fundação Hemocentro de Brasília são processadas, fracionadas e testadas laboratorialmente, conforme as legislações vigentes, garantindo a qualidade dos produtos ofertados pela instituição aos serviços assistenciais de Hemoterapia.

As atividades de processamento do sangue coletado pela Fundação Hemocentro de Brasília englobam os procedimentos de fracionamento, rotulagem/conferência, armazenamento, procedimentos especiais e distribuição das unidades de hemocomponentes para os hospitais da rede pública de saúde do Distrito Federal, conveniados e contratados do GDF.

As informações referentes ao processamento e distribuição de hemocomponentes podem ser verificadas nas tabelas seguintes:

HEMOCOMPONENTES PRODUZIDOS – SÉRIE HISTÓRICA (De acordo com o período de coleta: 01/01 a 31/12)

Hemocomponentes	Ano			
	2012-2015	**2015**	**2016**	**2017**
Concentrado de Hemácias	19.939,75	19.683	20.517	18.025
Concentrado de Hemácias Pobres em	16.653,75	15.375	15.235	14.993
Concentrado de Hemácias Filtrado	13.091,25	14.719	16.292	14.803
Concentrado de Hemácias por Aféreses			4	0
Plasma fresco congelado	47.131,25	46.536	48.620	44.792
Plasma comum	53,4	116	12	163
Plasma remanescente/Plasma Isento de Crio	2.458,25	3.125	3.116	3.103
Crioprecipitado	2.479,25	3.125	3.116	3.103
Concentrado de Plaquetas em Pool	2.277	2.676*	2.821*	2.596*
Concentrado de Plaquetas de Plasma Rico em	47,5	187	0	92
Concentrado de Plaquetas de *BuffyCoat* - CPBC	16.292,25	15.208	15.036	14.808
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese	494,5	922	1.130	1.139
Concentrado de Plaquetas por Aférese -	1084	1.017	343	400
TOTAL de PRODUÇÃO	121.254	122.841	126.242	118.017*

Fonte: SistHemo/FHB.

- **Nota: (*)** Foram utilizadas 11.148 unidades randômicas de BC (buffy coat) na confecção dos pools de concentrados de plaquetas. Os valores mensais informados no SAG diferem do total apresentado acima devido ao tempo de atualização do sistema que excede o mês vigente provocando uma diferença cumulativa que, ao longo do ano reflete no valor do total da produção anual informada.

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS- SÉRIE HISTÓRICA

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	Ano			
	2012 - 2015	2015	2016	2017
Irradiação	21.797,75	22.102	23.259	25.022
Lavagem de Hemácias	57,25	68	89	70
Desleucocitação de Concentrado de Plaquetas	-	2.221	2.449	1.859
Aliquotagem de Hemácias	0	0	0	0
TOTAL	22.460,25	24.391	25.797	26.951

Fonte: SistHemo/FHB – 10.2

HEMOCOMPONENTES PRODUZIDOS X LIBERADOS

Hemocomponentes	2016			2017		
	Produzi	Liberad	%	Produzi	Liberado	%
Concentrado de Hemácias	20.517	18.911	92,2	18.025	17.152	95,2
Concentrado de Hemácias Pobres em	15.235	13.898	91,2	14.993	14.295	95,3
Concentrado de Hemácias Filtrado	16.292	15.562	95,5	14.803	14.356	97,0
Plasma fresco congelado	48.620	28.955	59,6	44.792	5.971	13,3
Plasma comum	12	0	0	163	0	0,0
Plasma Isento de Crio	3.116	745	23,9	3.103	139	4,5
Crioprecipitado	3.116	2.148	68,9	3.103	2.219	71,5
Concentrado de Plaquetas em Pool	2.821*	2.178*	77,2	2.596	1.947 **	75,0
Concentrado de Plaquetas de BuffyCoat -	15.036	9.775	65,0	14.808	9598	64,8
Concentrado de Plaquetas de Plasma Rico em	**0**	**0**	**-**	**92**	**50**	**54,3**
Concentrado de Hemácias Duplo por Aférese	**4**	**4**	**100**	**0**	**0**	**-**
Concentrado de Hemácias por Aférese -	**0**	**0**	**-**	**0**	**0**	**-**
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese	**1.130**	**1.103**	**97,6**	**1.139**	**1.132**	**99,4**
Concentrado de Plaquetas por Aférese -	**343**	**330**	**96,2**	**400**	**392**	**98,0**
TOTAL	**126.24**	**93.609**	**74,2**	**118.01**	**67.251**	**57,0**

Fonte: SistHemo/FHB – Versão 10.2

1. (*) Foram utilizadas 11.148 unidades randômicas de BC (buffy coat) na confecção dos pools de concentrados de plaquetas.
2. (**) Foram utilizadas 8.479 unidades randômicas de BC (buffy coat) na confecção dos pools de concentrados de plaquetas liberados.
3. (**) 38.240 unidades de Plasmas Frescos Congelados foram descartadas por falta de local de armazenamento e interrupção de recolhimento desses pela HEMOBRÁS.

LIBERAÇÃO (expedição) DE HEMOCOMPONENTES – SÉRIE HISTÓRICA

Expedição de Hemocomponentes	Ano			
	2012 - 2015	2015	2016	2017
Liberadas por EMERGÊNCIA (Fora de	25.956,75	26.939	**29.214**	**38.190**
Liberadas por ROTINA	46.624,5	45.472	**44.737**	**29.043**
Liberadas para pesquisa		22	**18**	**18**
TOTAL	72.581,25	72.433	**73.969**	**67.251**

Fonte: SistHemo/FHB – Versão 10.2 de 24/08/2016, acessado em 11/01/2017.

Nota: 38.240 unidades de Plasmas Frescos Congelados foram descartadas por falta de local de armazenamento e interrupção de recolhimento desses pela HEMOBRÁS.

Toda vez que uma Agência Transfusional não dispõe de um hemocomponente em seu estoque estratégico e ocorre a necessidade de uma transfusão sanguínea, independente do tipo de

hemocomponente requerido, é realizada uma solicitação fora da rotina ao Hemocentro, a qualquer dia e horário da semana, sendo o mesmo fornecido em tempo hábil pelo Hemocentro. Dessa forma, pode-se afirmar que a Fundação Hemocentro de Brasília atende a 100% da demanda de sangue e seus componentes do Distrito Federal, seja pela distribuição de rotina ou nas urgências.

ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE

Na ação 2812 – Análises Laboratoriais nas Amostras de Sangue de Doadores, a Fundação Hemocentro de Brasília realiza exames laboratoriais em amostras de sangue de doadores, conforme legislação vigente, em amostras de doadores de órgãos e tecidos da Central Nacional de Captação, e em amostras de pacientes da rede pública de saúde e conveniada do DF, conforme demanda da hemodiálise, da oncohematologia, da coagulopatia e da hemoglobinopatia.

LABORATÓRIOS DE SOROLOGIA/NAT

Exames realizados pelo Laboratório de Sorologia (2016-2017)

Tipo de Exame	**Total 2016**	Doador 2017	Extra 2017	**Total 2017**
Chagas	60.972	51.869	9.868	61.737
Sífilis	61.149	51.869	10.176	62.045
HBsAg	60.612	51.869	10.695	62.564
HIV ½	61.196	51.869	10.207	62.076
HCV	61.394	51.869	11.290	63.159
HBc	61.820	51.869	11.115	62.984
HTLV ½	60.137	51.869	9.618	61.487
NAT HIV	210.900	51.869	153.286	205.155
NAT HCV	210.900	51.869	153.286	205.155
NAT HBV	210.900	51.869	153.286	205.155
TOTAL	**1.059.980**	518.690	532.827	**1.051.517**

Fonte: SistHemo, planilhas GELAB/DIREX/FHB

Observações:

1. Há diferença nos valores informados mensalmente no SAG devido à estratégia de contagem dos exames pela área responsável pela informação. No total de exames informados no SAG estão incluídos todos os exames realizados incluindo as perdas, validações e todos os exames realizados para garantia do processo de produção e no resultado acima apresentado foram considerados somente exames realizados em pacientes.
2. Para os exames sorológicos, entendem-se como extra todos os testes realizados para pacientes, controles e repetições.
3. Para os exames NAT, entende-se como extra todos os testes realizados em amostras de outros estados (Acre, Goiás e Tocantins), pacientes, controles e repetições.

Exames Complementares realizados pelo NAT – Série histórica

Exame	**2012 - 2015**	**2015**	**2016**	**2017**
VDRL[1]	3.552,5	7.194	**1.537**	**5.418**
Perfil Hepático: Anti-HBs	2.830,5	3.147	**2.575**	**2.971**
W. Blot (Anti-HIV)	84,5	140	**114**	**93**
W. Blot (Anti-HTLV)	147,25	187	**176**	**128**
Citomegalovírus (IGG)	469,25	950	**598**	**999**
Citomegalovírus (IGM)	403,5	804	**568**	**807**
Toxoplasmose (IGG)	444,25	950	**598**	**999**
Toxoplasmose (IGM)	403,25	804	**568**	**808**

TOTAL	8.046,5	14.176	**6.734**	**12.223**

Fonte: SistHemo, planilhas GELAB/DIREX/FHB

O expressivo aumento no número de exames de sífilis observado em 2017, quando comparado a 2016, ocorreu devido ao aumento do número de casos da doença ocorrido no DF no ano de 2017.

Exames Imunohematológicos realizados na FHB (2016-2017)

Exame	Total 2016	Total 2017
Tipagem direta e reversa – ABO	56.666	53.140
Tipagem RH	56.541	53.140
Pesquisa de Anticorpos irregulares	56.541	53.065
Pesquisa de Hemoglobinas variantes	56.842	53.880
Pesquisa de D-fraco	8.350	8.593
Perfil CDE	8.344	8.898
Fenotipagem Rh/*Kell*	27.762	18.439
Eletroforese de hemoglobina	1.333	1.276
TOTAL	**272.379**	**250.431**

Fonte: SistHemo, planilhas GELAB/DIREX/FHB

No final do ano de 2017 foram adquiridos equipamentos mais modernos com completa automação para o laboratório de imunohematologia de doador. Os novos equipamentos permitirão maior agilidade, qualidade e segurança nos exames a partir de Janeiro de 2018.

Na ação 4054 – Análises Laboratoriais nas Amostras de Sangue de Pacientes, a Fundação Hemocentro de Brasília realiza, também, o atendimento terciário para diagnóstico e seguimento laboratorial das pessoas com coagulopatias hereditárias (Hemofilias, Doença de vonWillebrand e Plaquetopatias) da população do Distrito Federal, bem como os exames imunohematológicos de pacientes da hemorrede, exames para cadastro de doadores de medula óssea (REDOME), exames para a Central de Captação de Órgãos e Tecidos da SES/DF, exames para o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário e para o Transplante de Medula Óssea.

O Laboratório de Imunohematologia de Pacientes da Fundação Hemocentro de Brasília realiza também exames complementares que auxiliam a hemorrede a realizar transfusões mais seguras. Dentre os exames realizados por este laboratório destacam-se os de fenotipagem eritrocitária estendida e identificação de anticorpos irregulares, que beneficiam pacientes com Anemia Falciforme, pacientes politransfundidos, recém-nascidos nos casos de Doença Hemolítica Perinatal, dentre outros. O aumento em cerca de 259% no número de exames realizados em 2017 se deve ao aumento de demanda dos hospitais por exames de fenotipagem sanguínea.

Exames imunohematológicos em pacientes da Hemorrede Pública do Distrito Federal (2016 e 2017)

Exame – 2º quadrimestre	Total 2016	Total 2017
Tipagem ABO/RH	1.050	857
Pesquisa de Anticorpos irregulares	1.348	797
Fenotipagem estendida	2.315	15.093

Painel de hemácias	1.510	1.401
Pesquisa de D-fraco	150	1.042
Teste Direto de Antiglobulina Humana (TAD)	1.221	1.297
Teste Indireto de Antiglobulina Humana (TIA)	1.186	2.342
Fenotipagem Rh/Kell	645	1.583
Total	**9.425**	**24.412**

Fonte: SistHemo, planilhas GELAB/DIREX/FHB

O Laboratório de Hemostasia da FHB tem como objetivo atender à rede hospitalar da Secretaria de Saúde (SES) do Governo do Distrito Federal (GDF) no diagnóstico de distúrbios de hemostasia hereditários como hemofilias, doença de Von Willebrand, dentre outras, além de dar suporte no diagnóstico das coagulopatias raras, coagulopatias adquiridas e púrpura trombocitopênica trombótica. Tem também a finalidade de prestar assistência e apoio à rede de serviços de saúde, prestando serviços e assistência às áreas a que se propõe, de ensino e pesquisa, formação de recursos humanos, controle de qualidade e suporte técnico.

Exames Hemostasia realizados na FHB (2016-2017)

	EXAMES	Total 2016	Total 2017
1	Contagem de Plaquetas	182	218
2	Determinação de Tempo de Trombina	287	399
3	Determinação de Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTP Ativada)	897	1.692
4	Determinação de Tempo e Atividade da Protrombina (TAP)	398	620
5	Dosagem de Anticoagulante Circulante	110	277
6	Dosagem de Fator IX	134	224
7	Dosagem de Fator VIII (Antígeno)	437	621
8	Dosagem de Fator VIII (inibidor)	307	210
9	Dosagem de Fator Von Willebrand (Antígeno)	40	0
10	Dosagem Fibrinogênio	342	464
11	Testes de Agregação de Plaquetas	467	417
12	Cofator de ristocetina	58	113
13	Determinação da Ligação do Fator Von Willebrand ao Colágeno	40	0
14	Dosagem de Fator V	43	93
15	Dosagem de Fator VII	75	127
16	Dosagem de Fator XI	88	315
17	Dosagem de Fator XIII	47	66
	Total	**3.952**	**5.856**

Fonte: Estatística mensal do Laboratório de Hemostasia/GELAB/DIREX/FHB

No ano de 2017 não foram realizados exames de Von Willebrand, por problemas na licitação dos insumos. A aquisição do material foi concluída em dezembro de 2017, e o retorno destes exames ocorrerá a partir de fevereiro de 2018.

LABORATÓRIO DE IMUNOLOGIA DE TRANSPLANTES

O Laboratório de Imunologia de Transplantes (LIT) da Fundação Hemocentro de Brasília, credenciado pelo Serviço Nacional de Transplante do Ministério da Saúde como Laboratório Tipo II, atende aos programas de Transplante Renal Intervivo e Cadavérico, Transplante Cardíaco, Transplante de Medula Óssea, REDOME e REREME, além de realização de tipagens HLA.

Exames Realizados pelo Laboratório de Imunologia do Transplante (2016-2017)

Tipo de Exame	2016	2017
Reatividade contra painel	1.869	3902
Prova Cruzada para Doador Vivo de Rim	84	52
Prova Cruzada para Doador Cadáver	71	525
Tipagem HLA Classe I e II	6.865	5.252
Total:	**8.889**	**9.731**

Fonte: Neterm/Salus

Na ação 4060 – Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário - A Fundação Hemocentro de Brasília executa atividades com a finalidade de coletar, processar e congelar células tronco hematopoéticas obtidas de sangue de cordão umbilical e placentário, para a utilização em pacientes que necessitam de transplante de medula óssea e que não encontram doador compatível. Por meio da Portaria nº 630, do Ministério da Saúde, o BSCUP/FHB foi incluído e habilitado na Rede Nacional de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células Tronco Hematopoéticas - Rede BrasilCord.

Produtividade do BSCUP (2016-2017)

ANO	Quantitativo de Prontuários de Gestantes Avaliados	Abordagem de Gestantes	Triagem de Gestantes	Coleta de Sangue de cordão umbilical
2016	2.093	803	415	330
2017	**1581**	**729**	**315**	**251**

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

Bolsas de SCUP Processadas X Bolsas Não Processadas (2016-2017)

Período	Bolsas Processadas	Bolsas Não-Processadas	Total Bolsas Coletadas
2016	256	45	301
2017	**196**	**88**	**251**

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

Motivos de Exclusão de Processamento (bolsas não processadas) (2016-2017)

Período	Baixa celularidade Inicial	Baixo volume	Baixo volume e baixa celularidade inicial	Cordão curto	Abertura do sistema pré-processamento
2017	**41**	**26**	**2**	**0**	**0**

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

Bolsas de SCUP Processadas X Bolsas Criopreservadas (2016-2017)

Período	Bolsas Processadas	Bolsas Criopreservadas	Bolsas Liberadas
2016	**256**	**227**	**134**

2017	**196**	**181**	**82**

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

Exames Realizados no BSCUP (2016-2017)

Procedimento	2016	2017
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pré-processamento	322	196
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pós-processamento	149	181
Viabilidade Celular Tripan-Blue	142	181
Cultura Microbiológia	153	181
Total	**766**	**739**

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

TRANSPLANTE DE CELULAS TRONCO HEMATOPOIÉTICAS

A Fundação Hemocentro de Brasília executa atividades com a finalidade de processar e congelar células tronco hematopoiéticas obtidas de sangue periférico por procedimento de aférese, para realização de transplantes autólogos em pacientes que necessitam de transplante de medula óssea e que estão na fila de transplante. Por meio do contrato 101/2013 – AJUR/FHB firmado entre a FHB e Instituto de Cardiologia do Distrito Federal, foi possível realizar os primeiros transplantes de medula óssea do DF.

Bolsas de TMO Processadas X Bolsas Não Processadas (2016-2017)

ANO	No. De coletas de aférese	Bolsas criopreservadas	Nº pacientes transplantados
2016	70	198	51
2017	**70**	**167**	**70**

Fonte: TMO/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB.

Exames Realizados (2016-2017)

EXAME	2016	2017
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pré-processamento	122	**70**
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pós-processamento	85	**70**
Viabilidade Celular Tripan-Blue	85	**70**
Cultura Microbiológia	67	**70**
Total	**359**	**280**

Fonte: TMO/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB.

A FHB realiza as tarefas de processamento e criopreservação das bolsas com células da medula óssea coletadas no próprio ICDF. Cabe ressaltar que apesar da diminuição no número de bolsas criopreservadas, houve um aumento no número de pacientes transplantados, tendo a FHB atendido a 100% da demanda com indicação médica para realização de transplante de medula óssea.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1427 - PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO	1,97	%	2	1,94	2	2,35	2	2	FHB / UO 23202 / OE 8
Justificativa: 2016 - A taxa de crescimento de doadores acompanhou a taxa de crescimento da população do Distrito Federal do ano de 2015 para 2016. Apesar de abaixo da meta pactuada, este resultado permitiu que a Fundação Hemocentro de Brasília suprisse a demanda da rede hospitalar em 100%. 2017 - O resultado alcançado em 2017 superou a meta proposta porque, em acordo com a portaria 1469/2006, passou a considerar no cálculo todas as doações de sangue ocorridas no DF (público e privados) em relação à população total do DF estimada para o período.									
1428 - PERCENTUAL DE TRANSFUSÃO	91,8	%	85	90,04	85	89,2	85	85	FHB / UO 23202 / OE 8
Justificativa: 2016 - O indicador tem polaridade quanto menor - melhor até o limite do índice desejado. Apesar de não ter alcançado a meta pactuada, o resultado indica que houve um melhor aproveitamento dos produtos enviados a rede hospitalar, pois houve aumento das transfusões sem aumento significativo da demanda, garantindo ainda assim uma margem de segurança nas agências transfusionais na ordem de 10%. 2017 - O resultado alcançado em 2017 está dentro do resultado esperado (entre 85% e 95%) para garantir a segurança do estoque estratégico. A FHB atendeu 100% da demanda dos hospitais da SES-DF. *o resultado apurado no mês de dezembro ainda está sujeito a alteração.									

ATENÇÃO HEMATOLÓGICA

Ao longo de 2017 foram cadastrados 47 novos pacientes com coagulopatias, que tiveram seu diagnóstico confirmado na FHB ou foram transferidos de outra unidade da federação, totalizando **477** pacientes em acompanhamento. Destes, **381** são do Distrito Federal, **68** do Entorno (RIDE) e **28** são de outras unidades da Federação.

A FHB conta também com a Gerência de Processamento e Distribuição de Hemocomponentes, que realiza dispensação de hemoderivados para outras instituições da rede de saúde no período noturno, finais de semana e feriados.

Esta estrutura ofereceu, no período de 02/01/2017 a 31/12/2017, os seguintes atendimentos aos pacientes portadores de coagulopatias ou hemoglobinopatias:

ATENDIMENTO NO AMBULATÓRIO FHB - 2017	
Consultas com Hematologista	1140
Consulta com Ortopedista	63
Consultas em psicologia	24
Atendimento de Fisioterapia	384
Atendimento de Enfermagem	38
Atendimento de Serviço Social	186
Coleta de sangue para exames	2904
Infusões de fatores da coagulação na FHB	494
Número de pacientes com entrega domiciliar	34

Fonte: GEAMB/DIREX/FHB

Foi mantida a parceria com o Hospital da Criança José Alencar e o Hospital Materno Infantil de Brasília, para atendimento infantil em diversas especialidades e com o Hospital de Base do Distrito Federal para atendimento às emergências hemorrágicas de maior gravidade em adultos e crianças.

Para facilitar o deslocamento dos pacientes com coagulopatias hereditárias, assim como dos doadores de sangue, a FHB continua a disponibilizar o transporte entre a Rodoviária do Plano Piloto e a FHB, de 30 em 30 minutos, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 18 horas.

Durante o ano de 2017 a FHB realizou visitas técnicas e reuniões para orientação sobre o atendimento aos pacientes com coagulopatias hereditárias em todas as Unidades de Hematologia e Hemoterapia da SES e no SAMU. Foi realizada a gravação de vídeo aulas, para propiciar a ampliação do acesso aos treinamentos de atendimento aos pacientes com coagulopatias.

Para aprimoramento técnico/científico da equipe, houve participação de servidores em eventos nacionais e mundiais que versaram sobre Hematologia / Coagulopatias, entre eles o Simpósio Novo Seven Essentials, na Dinamarca; o IV Encontro de Hemofilia da América Latina, na Colômbia; o Congresso da International Society on Thrombosis and Haemostasis (ISTH), em novembro; o Congresso Brasileiro de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (*Hemo*) e o Simpósio sobre programa de Trabalho Multidisciplinar em Hemofilia, em Madri.

Foi reativado em 2017 o serviço da dispensação domiciliar dos fatores de coagulação, para assim promovermos um atendimento com maior comodidade e eficácia a nossos pacientes.

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**120.000,00**	**120.000,00**	**11.518,80**	**11.518,80**
6183 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR-FHB- PLANO PILOTO.	120.000,00	120.000,00	11.518,80	11.518,80
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**582.080,00**	**726.679,00**	**726.679,00**	**648.035,32**
0015 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-PLANO PILOTO .	582.080,00	726.679,00	726.679,00	648.035,32
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**1.000.000,00**	**288.053,00**	**147.303,00**	**147.303,00**
0011 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	1.000.000,00	288.053,00	147.303,00	147.303,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**660.000,00**	**657.000,00**	**518.207,28**	**443.866,13**
0069 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	660.000,00	657.000,00	518.207,28	443.866,13
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**2.362.080,00**	**1.791.732,00**	**1.403.708,08**	**1.250.723,25**

6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SEVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**958.000,00**	**958.000,00**	**691.771,73**	**649.412,13**
0077 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	958.000,00	958.000,00	691.771,73	649.412,13
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**66.000,00**	**66.000,00**	**15.315,00**	**2.640,00**
0034 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	66.000,00	66.000,00	15.315,00	2.640,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**337.000,00**	**160.169,00**	**112.000,32**	**98.119,07**
0026 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FHB-DISTRITO FEDERAL	188.000,00	144.914,00	107.300,34	93.419,09
8717 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - FHB-DISTRITO FEDERAL	149.000,00	15.255,00	4.699,98	4.699,98
TOTAL – 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL	**1.361.000,00**	**1.184.169,00**	**819.087,05**	**750.171,20**

A meta do Planejamento Estratégico da FHB é capacitar 30% dos servidores com 20 horas ou mais de capacitação/ano. Até o dia 31 de dezembro de 2017, 34,69% do total de servidores obtiveram 20 horas ou mais de capacitação. Esse percentual aumenta para 79,40%, quando considerada a participação em cursos, palestras ou outras capacitações com qualquer

carga horária.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Com relação à Publicidade e Propaganda Institucional, o FHBfocou suas ações na veiculação de campanhas e de um maior relacionamento com os doadores por meio das Mídias Sociais (Facebook e Instagram e WhatsApp).

Foram realizadas campanhas em parceria com a sociedade civil, voltadas para as principais datas comemorativas nacionais e locais: Campanha de Páscoa: "Na páscoa do Hemocentro vai ser uma delicia salvar vidas"; Campanha Dia Mundial do Doador de Sangue 14 de junho: "O melhor da vida é poder viver. Compartilhe vida, doe sangue"; Campanha II Halloween do Hemocentro: "Sangue ou travessuras"; Campanha Semana Nacional do Doador de Sangue: "Doe sangue. Doe tempo. Doe vida"; Campanha Semana Nacional de Mobilização para Doação de Medula Óssea: "Neste Natal, seja você o presente de alguém. Doe Medula Óssea".

Além disso, a Ascom, coordenando e atuando junto a outros setores foi responsável pela realização de eventos no ano de 2017, dentre os quais destacamos: a Implantação do SEI – Serviço de Eletrônico de Informações. A parceria com o DER/DF, no Maio Amarelo, foi mantida com a campanha: "Você tem duas escolhas doar ou não doar", houve a distribuição de brindes e camisetas para os doadores, sem ônus para a FHB.

As campanhas nas redes sociais contribuíram para um aumento de 15% no número de seguidores no Facebook e 50% no Instagram. Nas aparições de mídia, mantivemos a promoção de forma incisiva da "Linha Vermelha", divulgando o transporte do Hemocentro- Rodoviária do Plano Piloto, e a possibilidade de agendamento por meio do call center 160 opção 2.

Devido ao contingenciamento das despesas, a FHB não confeccionou folders e cartilhas educativas e institucionais. Nas mídias sociais, priorizamos publicações de caráter informativo/educativo, que pudessem dirimir e dissipar dúvidas referentes ao processo de doação de sangue.

Na internet as páginas do site referentes à Ouvidoria e à Lei de Acesso a Informação foram totalmente atualizadas, colocando a FHB entre as 10 melhores instituições no índice de transparência ativa com alcance de 100% no índice de transparência ativa com destaque para a ouvidoria da FHB premiada com o melhor desempenho no atendimento ao cidadão em 2017 do DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

GARANTIA DA QUALIDADE

- A FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA estabelece, documenta, implementa e mantém um Sistema de Gestão da Qualidade que consiste num conjunto de elementos que interagem entre si e são utilizados para dirigir e nortear esta Fundação, no que concerne à qualidade.
- O Sistema de Gestão da Qualidade da FHB (SGQ/FHB) permite que todos os processos desenvolvidos na instituição sejam gerenciados, por meio do mapeamento, padronização (procedimentos operacionais padrão), definição de responsabilidades e atribuições. Outras ações sistemáticas do SGQ/FHB são: tratamento de não conformidades e produtos devolvidos; adoção de medidas corretivas e preventivas; qualificação de insumos, equipamentos, produtos e serviços, por meio da avaliação dos provedores externos; realização de auditorias internas da qualidade e acompanhamento de auditorias externas da qualidade; elaboração, revisão e controle da documentação da qualidade; e validação dos processos críticos, conforme preconizado na RDC 34/2014 – ANVISA/MS e da Portaria de Consolidação MS nº 5/2017.
- A FHB mantém desde 2012 a certificação na Norma ISSO 9001:2008 para o Ciclo do Sangue, demostrando assim o compromisso da Instituição na busca da qualidade total, da melhoria contínua e da segurança dos produtos e serviços ofertados. O segundo Ciclo de

Certificação ocorreu em março de 2015, quando a FHB foi auditada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil – ICQ Brasil. Nos dias 21 a 24 de março de 2017, o referido certificador realizou auditoria de SUPERVISÃO, mantendo a certificação ISO 9001:2008 no Ciclo do Sangue e ampliando o escopo do certificado para os laboratórios de atendimento a pacientes (Núcleo de Laboratórios Especiais: Laboratório de Hemostasia; Núcleo de Imunohematologia: Laboratório de Imunohematologia do Paciente; Núcleo de Suporte ao Transplante: Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário/ Transplante de Medula Óssea e Laboratório de Imunologia do Transplante).

- Em 5 de junho de 2017, o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (Rede BrasilCord) e o Laboratório de processamento de células progenitoras hematopoéticas de medula óssea (CPH-MO) e de sangue periférico (CPH-SP) receberam visita de consultoria para a acreditação da Associação Americana de Bancos de Sangue – AABB, com a finalidade de analisar o panorama da situação atual dos mesmos.
- Nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2017, a FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA foi inspecionada pela equipe conjunta da VISA/DF e ANVISA, para monitoramento e avaliação do risco sanitário nos serviços de hemoterapia, e obteve percentual de conformidade com a legislação vigente de 99,80%. A instituição manteve o enquadramento na categoria de serviço de hemoterapia de BAIXO RISCO SANITÁRIO, atribuído a serviços que possuem percentual de conformidade superior a 95%.
- Foi realizada, em 2 de agosto de 2017, a solenidade de entrega da Certificação ISO 9001:2008 do Ciclo do Sangue da FHB, com ampliação do escopo para os laboratórios de atendimento à pacientes (Laboratório de Hemostasia, Laboratório de Imunohematologia do Paciente, Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário/Transplante de Medula Óssea, Laboratório de Imunologia do Transplante).
- Nos dias 30 e 31 de outubro foram formados 39 auditores internos de Sistemas de Gestão da Qualidade em curso oferecido pela FHB e promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL-FIBRA).
- De junho a novembro de 2017 foi executado o Programa Anual de Auditorias Internas da Qualidade, que contemplou a realização do quarto ciclo de Auditorias Internas nas 13 (treze) Agências Transfusionais que compõem a Hemorrede Pública do Distrito Federal. As auditorias nas Agências Transfusionais são realizadas em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde para Qualificação da Hemorrede Estadual e buscam melhoria contínua dos processos de trabalho.
- Ainda em cumprimento ao Programa Anual de Auditorias Internas da Qualidade, foram realizadas auditorias em todos setores técnicos e administrativos da FHB. As auditorias internas da qualidade possuem o objetivo de determinar se o Sistema de Gestão da Qualidade da Fundação Hemocentro de Brasília está implementado e mantido eficazmente e em conformidade com requisitos técnicos e sanitários. As áreas foram auditadas seguindo todos os critérios de sua respectiva Lista de Verificação, exceto ASHEMO, ASPLAN e CCOMPRAS, os quais foram avaliados quanto à resolução das não conformidades identificadas nas auditorias de 2016. Não foi possível definir, até o momento, o índice de conformidade encontrado nas auditorias internas da qualidade, visto que ainda há Relatórios de Auditoria Interna – RAI pendentes.
- Nos meses de agosto e setembro de 2017, a equipe da Assessoria da Garantia da Qualidade, setor da FHB responsável pelo planejamento, monitoramento e controle do SGQ/FHB, passou por uma reestruturação do quadro de pessoal (assessores e analistas) para fortalecer a equipe.

CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUÇÃO E INSUMOS

As análises do Controle de Qualidade de Insumos Críticos sdos Hemocomponentes são realizadas nos hemocomponentes produzidos visando garantir a qualidade dos produtos finais obtidos no processamento e fracionamento do sangue total coletado, atendendo o que preconiza

as legislações vigentes: RDC nº 34, de 11 de junho de 2014da ANVISA, e a Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28/09/2017.

De acordo com as legislações vigentes o Controle de Qualidade dos Concentrados de Hemácias e dos Concentrados de Plaquetas deve ser realizado em, pelo menos, 1% da produção ou 10 (dez) unidades / mês, o que for maior, sendo realizados os testes em amostras individuais de unidades produzidas. Somente os hemocomponentes obtidos por Aférese são reintegrados ao estoque da FHB e portanto permite a análise de uma amostragem superior sem prejuízo ou risco de desabastecimento.

O Controle de Qualidade do Plasma e do Crioprecipitado deve ser realizado em, no mínimo, 04 (quatro) unidades / mês ou 1% da produção, sendo feito em amostras individuais ou em amostras agrupadas de unidades produzidas com até 30 (trinta) dias de armazenamento.

Para o Concentrado de Hemácias Lavadas em todas as unidades produzidas deve ser testado o teor residual de proteína, os demais parâmetros devem ser testados em 1% da produção ou 10 unidades por mês.

Os hemocomponentes produzidos/analisados estão descritos na tabela abaixo.

Hemocomponentes	Janeiro a Dezembro – 2017	
	Produzidos	Analisados
Concentrado de Hemácias – CH	**17.650**	**219**
Concentrado de Hemácias Pobre em Leucócitos – CHPL	**14.592**	**200**
Concentrado de Hemácias Leucoreduzidos – CHF	**14.778**	**192**
Concentrado de Hemácias Lavadas – CHLV	**70**	**70**
Concentrado de Plaquetas BuffyCoat – CPBC	**9.969**	**124**
Concentrado de Pool de Plaquetas – CPP	**607**	**97**
Concentrado de Paquetas Pool Filtrado - CPPF	**1.513**	**106**
Concentrado de Plaquetas por Aférese – CP1A	**409**	**170**
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese – CP2A	**369**	**1.141**
Plasma Fresco Congelado	**19.297**	**873**
Crioprecipitado	**2.138**	**67**

Fonte: SIsthemo/GECQ/DIREX/FHB

O plano de amostragem, em acordo com as recomendações das legislações vigentes é dinâmico, isto é, pode ser alterado para acomodar as oscilações de estoque de hemocomponentes, garantindo assim, que o monitoramento do processo produtivo seja de forma homogênea ao longo do mês, tendo em vista que a coleta de sangue ocorre com variações sazonais ao longo das semanas e portanto há variações no percentual analisado, no entanto, mantém-se garantida a análise de, no mínimo, 1% dos hemocomponentes produzidos.

Controle de Qualidade de Insumos Críticos

As análises do **Controle de Qualidade de Insumos Críticos** são realizadas visando garantir a qualidade dos produtos finais obtidos no processamento e fracionamento do sangue total coletado.

Analisa-se por amostragem, 100% dos lotes de insumos críticos adquiridos pela FHB, atendendo o que preconiza as legislações vigentes: RDC nº3 e nº 5, de 04 de fevereiro de 2011, RDC nº 35, de 12 de junho de 2014, Portaria n.º 233, de 30 de junho de 2008.

Os insumos críticos recebidos/analisados estão descritos na tabela a seguir.

Insumos Críticos	Janeiro a Dezembro - 2017	
	Lotes Recebidos	Lotes Analisados
Bolsas de coleta de sangue, de transferência e de sangue de cordão	58	58

Bolsas de Criopreservação de Células-Tronco	01	01
Etiquetas de Identificação de Sangue e Hemocomponentes	46	46
Kits de Aférese	06	06
Seringas e Agulhas Hipodérmicas Descartáveis	09	09
Soluções Parenterais (Solução Anticoagulante e Solução Fisiológica 0,9%)	06	06

Fonte: (GECQ/DIREX/FHB)

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Fundação Hemocentro de Brasília vem se desenvolvendo ao longo dos anos buscando manter a excelência na prestação de serviços, atendimento a 100% da demanda por hemocomponentes e outros serviços de assistência hemoterápica, além de aperfeiçoar seus mecanismos de gestão.

Em 2017 grandes avanços que geraram maior transparência, economia e modernização de processos de trabalho para a FHB foram evidenciados, merecendo destaque para:

- Renovação da certificação ISO 9001/2008 com ampliação do escopo para os Laboratórios de pacientes, Laboratório de imunologia dos transplantes e Banco de sangue e cordão umbilical.
- Nomeação de 79 novos servidores oriundos do concurso que diminuiu o déficit e reforçou o corpo técnico e administrativo da FHB.
- Substituição de equipamentos dos laboratórios por outros mais modernos.
- Implantação do sistema Alphalinc para controle de estoques nas agências transfusionais
- Implantação do SEI em 11/12/2017.
- Maior agilidade e modernização nos processos de compras com a qualificação dos executores de contrato e a padronização dos editais de compras e utilização de Sistema de Registros de preços.
- Implantação da Política de Gestão de Riscos que incorporou a análise de riscos à tomada de decisão, sendo a FHB uma das instituições pioneiras no DF, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público.
- Além de realizar atendimento das necessidades da população em hemoterapia, conforme diretrizes estabelecidas na política de sangue do DF, a FHB manteve em 2017 o índice de conformidade da Vigilância Sanitária em 99,8% sendo considerada uma instituição de baixo risco.
- Fortalecimento da FHB como executora e coordenadora das linhas estratégicas de atuação da hemorrede realizando diversos treinamentos para atendimento de emergência em pacientes com coagulopatias, notificação de incidentes transfusionais.
- Participação como coordenadora no processo de avaliação externa da qualidade do Ministério da Saúde.
- Alteração da estrutura da FHB, sem aumento de custos, conforme decreto nº 38.624 de 08/12/2017, com a realocação da Unidade de Tecnologia subordinada diretamente à presidência e a criação de duas novas unidades: Núcleo de Contratos e Convênios para fornecer condições efetivas de acompanhar e prestar suporte aos executores de contratos e nova Gerência de Procedimentos Especiais para melhor adequação dos processos de trabalho da área finalística.
- Realização de ajustes e implantação de software específico para a área de Orçamento e Finanças (CEOFNET), permitindo acompanhamento das execuções orçamentárias por cada área de trabalho da FHB e conferindo maior agilidade na tramitação de notas fiscais e processos, mitigando o risco de atrasos nas liquidações.

- No que concerne à assistência hematológica aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, a FHB manteve a assistência integral e multiprofissional, inclusive com o fornecimento de hemoderivados a 100% dos pacientes que estão em profilaxia, seguindo, plenamente, os protocolos técnicos estabelecidos pela SES/DF e pelo MS, para o adequado acompanhamento de tais pacientes e retomada da entrega de hemocomponentes em domicílio.
- Realização da Gestão dos Equipamentos Críticos pela Assessoria de Infraestrutura, com a execução das respectivas manutenções preventivas, corretivas e calibrações programadas;
- Celebração de Acordo de Cooperação com a NOVACAP para licitação e acompanhamento das obras de reforma e ampliação das áreas de coleta e laboratórios da FHB.

PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018:

- Manter o atendimento a 100% das demandas de sangue da rede, pela rotina e fora dela;
- Ampliar o treinamento de servidores da Rede a respeito da atenção aos portadores de coagulopatias hereditárias.
- Iniciar a reforma e a ampliação das áreas do Laboratório e do Ciclo do Doador, localizados no bloco A, até maio, com recursos federais, provenientes de convênios firmados com o Ministério da Saúde, com licitação e acompanhamento das obras pela NOVACAP;
- Buscar acreditação internacional da FHB pela Associação Americana de Bancos de Sangue;
- Obter recertificação ISO em acordo com os novos requisitos (ISSO 9001/2015) com ampliação do escopo para área administrativa;
- Criar o serviço de citometria diagnóstica;
- Projeto de Implantação do laboratório de biologia molecular;
- Fomentar a Educação Permanente na FHB;
- Modernização da gestão administrativa da FHB por processos de trabalho;
- Implantar Gestão de Custos, bem como a informatização contínua dos processos administrativos da FHB;
- Contratação de empresa de publicidade para realizar apoio operacional às campanhas de doação de sangue;
- Projeto para implantação de Posto de Coleta Externa em Ceilândia;
- Elaboração de Projeto para assumir entrega de hemocomponentes fora de rotina;
- Pavimentação do estacionamento e cobertura com projeto de implantação de fontes de geração de energia sustentável (placas fotovoltaicas).

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS – UO: 23.203

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs) é uma entidade da administração indireta do Governo do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico e de educação profissional em saúde, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

Rege-se pelas seguintes normas:

- Lei de criação: Lei No 2.676, de 12/1/2001 (DODF Nº 10, de 15/1/2001) - dispõe sobre a criação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde;
- Estatuto: Anexo III do Decreto Nº 26.128, de 19/8/2005 (DODF Nº 159, de 22/8/2005) - estatuto social da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde;
- Estrutura Organizacional: Decreto Nº 34.593, de 22/8/2013 (DODF Nº 175, de 23/8/2013) - altera a estrutura administrativa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, que especifica e dá outras providências.

Tem por finalidade promover, apoiar e executar a educação profissional (nível básico, técnico, de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, treinamento e capacitação) e o desenvolvimento científico e tecnológico do Sistema Distrital e Regional de Saúde, com base nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

No cumprimento de sua finalidade, a Fepecs atua na qualidade de mantenedora de instituições de ensino, considerando as características das atividades desenvolvidas, subordinadas a legislações específicas que orientam cada modalidade de ensino. São elas:

- Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) - Instituição de Ensino Superior integrante do Sistema de Ensino do DF. É responsável em ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino-aprendizagem das Ciências da Saúde, mediante a oferta de cursos de graduação (medicina e enfermagem), pós-graduação lato sensu (especialização e residências) e stricto sensu (mestrado e doutorado), pesquisa, extensão e outros na área da saúde.
- Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) - Instituição de Ensino Profissional integrante do Sistema de Ensino do DF e da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS). É responsável pela oferta de cursos na educação profissional técnica e pós-técnica e a formação inicial e continuada de trabalhadores na área da saúde.
- Escola de Aperfeiçoamento do SUS (EAPSUS) - atua no desenvolvimento de atividades educativas em saúde, abrangendo a educação permanente e continuada dos servidores da SES/DF, profissionais de saúde e atores envolvidos com o controle social. É também responsável pelo gerenciamento de cenários de aprendizagem na SES/DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF					
Comissionados sem vínculo efetivo	15		6		21
Requisitados de órgãos do GDF	23	15	51	241	330
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários					
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		1			1
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal	38	16	57	241	352
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	38	16	57	241	352

Observações:

1. Conforme art. 7º da Lei nº 2.676/2001, os recursos humanos necessários ao funcionamento da Fepecs, até a aprovação do Quadro de Pessoal próprio, serão cedidos pela SES-DF.
2. No item "Atividade Fim – Sem Cargo em Comissão" está incluso o quantitativo de servidores que cumprem parte de suas cargas horárias na atividade de docência na ESCS (187) e na ETESB (07).
3. Quantitativo de docentes da ESCS lotados na Fepecs: Medicina 11 e Enfermagem 16, totalizando 27 docentes prestando integralmente suas jornadas de trabalho na Fepecs.
4. Os docentes titulares de cargos em comissão que optaram por receber a Gratificação de Atividade de Ensino - GAE, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 2.771/2001, foram inclusos no item "Atividade Fim – Sem Cargo em Comissão".

Lei Nº 2.771, de 19/9/2001 (DODF Nº 182, de 20/9/2001) – dispõe sobre a Gratificação de Atividade de Ensino na Escola Superior de Ciências da Saúde, da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde/Fepecs.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	**226.200,00**	**33.214,00**	**17.397,22**	**17.397,22**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA - FEPECS- PLANO PILOTO .	226.200,00	33.214,00	17.397,22	17.397,22
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	**157.600,00**	**9.398,00**	**7.184,67**	**7.184,67**
0003 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	157.600,00	9.398,00	7.184,67	7.184,67
2175 - FOMENTO À PESQUISA	**450.000,00**	**515.918,00**	**420.465,30**	**420.465,30**
0006 - FOMENTO À PESQUISA-PESQUISA DE SAÚDE BUCAL EM UTI-FEPEC-DISTRITO FEDERAL	0,00	88.000,00	0,00	0,00
4368 - FOMENTO À PESQUISA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	450.000,00	427.918,00	420.465,30	420.465,30
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	**335.000,00**	**55.192,00**	**44.422,92**	**44.422,92**
0001 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO-BIBLIOTECAS - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	335.000,00	55.192,00	44.422,92	44.422,92
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	**420.000,00**	**199.547,00**	**176.901,72**	**176.901,72**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	420.000,00	199.547,00	176.901,72	176.901,72
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**614.000,00**	**70.923,00**	**66.789,68**	**66.789,68**
2421 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CONVÊNIO 001/2011-MJ/FEPECS-DISTRITO FEDERAL	1.000,00	70.923,00	66.789,68	66.789,68
5744 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	613.000,00	0,00	0,00	0,00
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	**295.000,00**	**30.001,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR-	295.000,00	30.001,00	0,00	0,00
Ação/Subtítulo	**Lei**	**Despesa Autorizada**	**Empenhado**	**Liquidado**
FEPECS-DISTRITO FEDERAL				
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	**430.680,00**	**398.250,00**	**363.015,00**	**363.015,00**
0001 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	430.680,00	398.250,00	363.015,00	363.015,00
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	**855.669,00**	**760.977,00**	**724.343,80**	**724.343,80**
0001 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-BOLSA PERMANÊNCIA P/ ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ESCS-DISTRITO FEDERAL	855.669,00	760.977,00	724.343,80	724.343,80
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	**81.600,00**	**72.000,00**	**65.600,00**	**65.600,00**
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA-BOLSA MONITORIA P/ ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ESCS-FEPECSDISTRITO FEDERAL	81.600,00	72.000,00	65.600,00	65.600,00
TOTAL - 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	**3.865.749,00**	**2.145.420,00**	**1.886.120,31**	**1.886.120,31**

EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO

O ensino de graduação em medicina e enfermagem da ESCS/Fepecs está fundamentado em uma formação científica e humanista, com práticas inovadoras, tendo como pressupostos a aprendizagem baseada em problemas (ABP), com currículo centrado no estudante e orientado à comunidade. Os princípios pedagógicos baseiam-se em metodologias problematizadoras de ensino-aprendizagem, integração ensino-serviço e a docência realizada por servidores da SES/DF.

Em ambos os cursos, a práxis pedagógica ocorre nos serviços de saúde da SES/DF, que servem como cenários para a aprendizagem em uma ação coletiva, pactuada e integrada, envolvendo estudantes e docentes com as equipes da rede de atenção à saúde. Desta forma, a inserção dos estudantes em atividades práticas nos serviços de saúde desde o 1º ano permite contato com pacientes e comunidade, visando à formação de vínculo e a responsabilização do discente com o serviço e a comunidade.

Estudantes de graduação da ESCS/Fepecs, segundo o curso, 2017

Cursos de Graduação	Ingresso na ESCS			Matrículas Ativas	Desligamentos	Graduados
	Sisu	Matrícula Sub judice	Transferência Ex officio			
Medicina	80	4	6	505	1	74
Enfermagem	80	1	0	259	29	52
Total	160	5	6	764	30	126

Fonte: ESCS/Fepecs, 10/1/2018.

Para o ano de 2017 foram oferecidas 160 novas vagas para os cursos de graduação (80 medicina, 80 enfermagem), por meio do Sistema de Seleção Unificada-Sisu (sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem). Das vagas oferecidas, 100% foram preenchidas, com ingresso dos estudantes nas 1as séries dos cursos.

Considerando-se todas as séries, a escola manteve 764 estudantes de graduação com matrículas ativas (atividades acadêmicas, reprovados, trancados e em mobilidade acadêmica).

Quanto aos desligamentos, verifica-se maior número no curso de enfermagem.

Ao final do ano, registra-se 126 novos profissionais de saúde de nível superior formados pelo sistema educacional público do Governo do Distrito Federal-GDF, representando o aproveitamento de 78,7% das vagas oferecidas quando do ingresso desses estudantes.

EDUCAÇÃO SUPERIOR - PÓS-GRADUAÇÃO (stricto sensu e latu sensu)

Os programas e/ou cursos de pós-graduação da ESCS/Fepecs têm por finalidade a ampliação da base do conhecimento científico e a qualificação de pessoal com aptidão ao exercício de atividades profissionais na área do ensino, da pesquisa e da extensão nos campos do conhecimento das Ciências da Saúde.

Modalidades ofertadas pela ESCS/Fepecs no período:

- Doutorado Interinstitucional - DINTER (stricto sensu)
- Mestrado Acadêmico (stricto sensu)
- Mestrado Profissional (stricto sensu)
- Programas de Residência (lato sensu): médica e áreas profissionais de saúde
- Especialização (lato sensu)

Cursos de pós-graduação ofertados pela ESCS/Fepecs, segundo o público-alvo, 2017

Modalidade	Evento	Público alvo	Qtd
Doutorado	Doutorado Interinstitucional (2016/2020)	Docentes, pesquisadores, preceptores de graduação/ESCS e de residência/SES/DF	25
Total – Doutorado			25
Mestrado Acadêmico	Ciências da Saúde - 1ª turma (2017/2019)	Profissionais de Saúde	18
Total – Mestrado Acadêmico			18

Mestrado Profissional	Ciências para a Saúde - 4ª turma (2015/2017)	Servidores do SES/DF	12
	Ciências para a Saúde - 5ª turma (2016/2018)	Servidores da SES/DF	15
	Ciências para a Saúde - 6ª turma/1 (2017/2019)	Servidores da SES/DF	18
	Ciências para a Saúde - 6ª turma/2 (2017/2019) COFEN/CAPES	Servidores da SES/DF	08
	Saúde da Família – ProfSaúde - 1ª turma (2017/2019)	Docentes, preceptores e médicos com atuação em saúde da família	11
	Administração em Saúde: Gestão de Sistemas de Saúde (2015/2017)	Docentes e preceptores (graduação e residência)	18
Total – Mestrado Profissional			82
Especialização	Gestão do Trabalho e da Educação	Servidores da Fepecs e	29
	em Saúde (Convênio Fiocruz)	SES/DF	
	Nutrição Clínica Enteral e Parenteral (Convênio GANEP)	Profissionais de saúde (10 vagas SES/DF)	40
	X Curso em Homeopatia (Convênio Instituto de Saúde Integral)	Médicos (3 vagas SES/DF)	20
	Sistêmica Fenomenológica Familiar (Convênio Empresa Individual Miriam Braga).	Profissionais de saúde (6 vagas SES/DF)	40
Total – Especialização			129
Total Pós-graduação			254

Fonte: ESCS/Fepecs, 10/1/2018.

A tabela mostra a oferta de cursos vinculados aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e lato sensu (especialização) desenvolvidos no âmbito da ESCS/Fepecs em 2017, na qual se observa a participação de 25 doutorandos, 100 mestrandos e 129 especializandos.
Verifica-se que a escola ofertou, por meio de programas próprios ou em associação com outras instituições de ensino superior, os cursos de pós-graduação stricto sensu detalhados a seguir:

- Doutorado Interinstitucional (DINTER), na Área de Avaliação Medicina II da CAPES, desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), como instituição promotora, e a ESCS/Fepecs, como instituição receptora, tendo por objetivo a consolidação da pesquisa e dos programas de pós-graduação
- institucionais, bem como a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio pela ESCS/Fepecs.
- Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, na Área de Avaliação Medicina I da CAPES. Teve início em 2017, com entradas anuais de 18 (dezoito) estudantes. Há previsão de oferta de turma em 2018, com disponibilização de 15 vagas.
- Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde, na Área de Avaliação Enfermagem da CAPES, com entradas anuais de 18 (dezoito) estudantes, resultado de demanda da SES-DF para qualificação dos profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS. O curso se encontra em sua 6ª turma, caracterizando oferta contínua. Este ano, a escola participou do Edital 27/2016 – parceria CAPES/COFEN, sendo contemplada com fomento para oito mestrandos da categoria profissional enfermeiro, totalizando 26 estudantes.

- Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde), na Área de Avaliação de Saúde Coletiva da CAPES, proposta pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), com sede administrativa no Rio de Janeiro, e integrada por Instituições de Ensino Superior (IES) associadas em Rede Nacional, no âmbito do Sistema
- Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Universidade Aberta do Sistema Único de
- Saúde (UNASUS). Foi aprovado pela CAPES em 27/10/2015, tendo iniciado em 2017, com ingresso de 200 mestrandos, sendo 11 certificados pela ESCS. O ProfSaúde possibilitará a capacitação de médicos com a finalidade de atuarem nos Programas de Residência Médica em Saúde de Família em nível nacional.
- Mestrado Profissional em Administração em Saúde, na Área de Avaliação Saúde Coletiva da CAPES, ofertado pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no âmbito do convênio que possui como partícipes a Fepecs e o Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (CEPESC).

Em 2017, a ESCS aderiu ainda a proposta de um novo programa de Doutorado Profissional a ser desenvolvido por uma rede de IES.

- Doutorado Profissional Interinstitucional em Saúde Coletiva (Saúde/Educação), na Área de Avaliação de Saúde Coletiva da CAPES, proposta pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), com sede administrativa no Rio de Janeiro, e integrada por 19 IES nacionais e 7 IES de três países da América do Sul (Argentina, Colômbia e Equador).

Por sua vez, a pós-graduação lato sensu, modalidade especialização, teve por finalidade dar oportunidade ao graduado de prosseguir seus estudos, especializando-se em uma área específica do conhecimento, com foco principalmente no mercado de trabalho, conferindo competências de natureza teórica e prática na especialidade escolhida. Em 2017, 50,7% dos estudantes de pós-graduação optaram por essa modalidade, desenvolvendo suas atividades acadêmicas nos quatro cursos ofertados.

EDUCAÇÃO SUPERIOR - PÓS-GRADUAÇÃO: RESIDÊNCIAS

A Residência em Saúde é uma modalidade de ensino em nível de pós-graduação lato sensu caracterizada pelo treinamento em serviço e supervisionada por profissionais habilitados. A ESCS/Fepecs apoia as atividades pedagógicas e administrativas das residências da SES/DF em dois dos tipos habilitados pelo Ministério da Educação: Residência Médica e Residência em Área Profissional da Saúde (multiprofissional e uniprofissional).

RESIDÊNCIA MÉDICA

Residência Médica da SES/DF, segundo o hospital e a categoria, com coordenação pedagógica pela ESCS/Fepecs, 2017

Hospitais e outras unidades da SES/DF	Categorias					Total Residentes	Total Programas
	R1	R2	R3	R4	R5		
Hospital de Base do Distrito Federal-HBDF	103	104	80	27	03	317	49
Hospital MaternoInfantil de Brasília-HMIB	25	26	17	20	-	88	09

Hospital Regional da Asa Norte-HRAN	46	52	09	-	-	107	10
Hospital Regional de Ceilândia-HRC	21	21	09	-	-	51	04
Hospital Regional de Santa Maria-HRSM	04	06	03	-	-	13	02
Hospital Regional de Sobradinho-HRS	26	29	-	-	-	55	06
Hospital Regional de Taguatinga-HRT	59	59	18	-	-	136	10
Hospital Regional do Gama-HRG	33	33	14	-	-	80	05
Hospital Regional do Paranoá-HRPa	14	13	05	-	-	32	04
Hospital São Vicente de Paula-HSVP	07	06	05	-	-	18	01
Residência em Rede	33	34	-	-	-	67	06
TOTAL	371	383	160	47	03	964	106

Fonte: ESCS/Fepecs, 10/1/2018.

A tabela apresenta o número de profissionais médicos vinculados ao Programa de Residência Médica da SES/DF, segundo o hospital onde desenvolveram as atividades acadêmicas e a categoria (ano), em 2017. Observa-se que a escola apoiou as atividades pedagógicas e administrativas de 106 Programas, dos quais participaram 964 residentes, distribuídos em 10 hospitais da SES/DF e outras unidades.

Desde 2016 estão sendo oferecidos os Programas de Residência Médica em Rede da SES/DF, que possuem como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários: hospitais, centros de saúde, clínicas de família e unidades de pronto atendimento (UPA). Esses programas abrangem especialidades estratégicas para o SUS, que apresentam carência de profissionais médicos especializados, sendo elas: (1) Anestesiologia, (2)

Cirurgia Geral, (3) Psiquiatria da Infância, (4) Medicina do Trabalho, (5) Medicina Paliativa e

(6) Medicina Geral de Família e Comunidade. Em 2018, serão iniciados dois novos Programas de Residência Médica em Rede: (1) Medicina Física e Reabilitação e (2) Medicina de Emergência.

Em relação ao Programa "Medicina Geral de Família e Comunidade", foram ofertadas 24 novas vagas em 2017, havendo ainda necessidade de atuação da ESCS/Fepecs para que seja efetivada a ampliação dessas vagas, de modo a atender a determinação da Lei Federal Nº 12.871, que instituiu o Programa Mais Médicos. Assim, em 2018, serão ofertadas 30 vagas, o que resultará em um total de 60 residentes cursando o programa.

RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DE SAÚDE

Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde da SES/DF, com coordenação pedagógica pela ESCS/Fepecs, 2017

Modalidade	Programas em REDE SES/DF	R1	R2	Total de Residentes	
Multiprofissional	Terapia Intensiva	35	48	83	

	Saúde do Adulto e Idoso	32	33	65
	Saúde Mental – Adulto	20	25	45
	Urgência e Trauma	25	16	41
	Saúde da Criança	16	20	36
	Atenção Oncológica	12	18	30
	Saúde Coletiva	-	23	23
	Atenção Cardíaca	10	11	21
	Saúde Mental – Infanto-Juvenil	4	16	20
	Gestão em Políticas Públicas	8	-	8
	Saúde da Família	7	7	14
Total multiprofissional		169	217	386
Uniprofissional	Enfermagem em Centro Cirúrgico	30	21	51
	Enfermagem Obstétrica	12	14	26
	Enfermagem em Nefrologia	12	7	19
	Cirurgia Bucomaxilofacial	5	3	8
Total uniprofissional		59	45	104
Total		228	262	490

Fonte: ESCS/Fepecs, 10/1/2018.

A tabela apresenta a situação dos Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, 1º e 2º anos, em 2017. Observa-se o total de 490 residentes, entre enfermeiros, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e fisioterapeutas, distribuídos em 15 Programas, estando 78,7% dos profissionais na modalidade multiprofissional e 21,3% na modalidade uniprofissional.

Em 2018, prevê-se a ampliação de vagas para a Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

EDUCAÇÃO SUPERIOR - EXTENSÃO ACADÊMICA

A Extensão Acadêmica, ofertada pela ESCS/Fepecs, compreende cursos, minicursos e projetos de curta e média duração, destinados a complementar os conhecimentos em áreas específicas, que respondam a demandas não atendidas regularmente pelo ensino formal da graduação e/ou pós-graduação.

Cursos e Projetos de Extensão Acadêmica desenvolvidas pela ESCS/Fepecs, segundo o público-alvo, 2017

Tipo de evento	Discriminação do evento	Público-alvo	
		Clientela	Qtd.
Mini curso	Capacitação para monitores do curso de graduação em medicina da ESCS	Monitores do curso de medicina/ESCS	42

	Bioética e Ética (I e II)	Residentes da SES/DF	840
	Transtornos Mentais e do Comportamento	Comunidade acadêmica dos cursos de graduação de medicina do DF	200
	Metodologia Científica (I e II)	Residentes da SES/DF	570
	Diabetes e Síndrome Metabólica da Liga de Controle e Diabetes da ESCS	Estudantes de medicina, médicos e outros profissionais da área de saúde	120
	Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde	Residentes da SES/DF	80
	Vigilância Epidemiológica	Residentes da SES/DF	280
	Hipertensão Arterial	Médicos de todas as especialidades clínicas, residentes, estudantes de medicina e enfermagem e profissionais graduados em áreas de saúde afins com hipertensão arterial	150
	Uso de Plataforma Digital para Evidências em Saúde	Docentes e estudantes da ESCS	30
	Iniciação Científica	Estudantes da ESCS	100
	Pesquisa Quantitativa em Saúde	Docentes e preceptores da ESCS	30
Total mini cursos			2.442
Curso	A arte de contar histórias	Docentes, estudantes de enfermagem/ESCS e enfermeiros preceptores de enfermagem	25
	Aleitamento materno e alimentação complementar saudável	Residentes em enfermagem obstétrica da SES/DF e estudantes e docentes do Curso de graduação em enfermagem	100
	Autoconhecimento e gerenciamento do tempo: curso vivencial com estudantes graduandos em enfermagem	Estudantes da 1ª a 4ª séries do Curso de graduação em Enfermagem	60
	Elaboração de Questões de Múltipla Escolha	Docentes do curso de enfermagem/ESCS	20
	O despertar para o cuidado na morte e no processo de morrer	Estudantes do curso de enfermagem e medicina/ESCS	24
	Atendimento pré hospitalar: uma vivência para o acadêmico de enfermagem da ESCS	Estudantes curso de enfermagem/ESCS	68
	Metodologia da problematização na prática pedagógica em preceptoria	Preceptores do curso de enfermagem/ESCS	45
	Política, Planejamento e Gestão em Saúde	Estudantes de pós graduação inscritos nos Programas de Residência Médica e Multiprofissional da ESCS	50
	Conhecimentos Básicos em Interpretação de Eletrocardiograma	Estudantes do curso de enfermagem/ ESCS e enfermeiros que atuam nos cenários de prática com estudantes do curso de enfermagem	80
	Ensino na Saúde: formação para preceptoria	Preceptores da residência da SES/DF	110
Total cursos			582
Projetos	Cuidados à vítima de violência	Estudantes de enfermagem/ESCS	06
	Cuidados à vítima de trauma em Unidade de Terapia Intensiva	Estudantes de enfermagem/ ESCS	02
	Aprimoramento dos estudantes de medicina da ESCS sobre emergência e trauma	Estudantes de medicina/ESCS	22
	Liga de Saúde Vascular do DF	Estudantes das Faculdades de Medicina do DF: ESCS, FACIPLAC, UCB, UNB e UNOCEYB	40
	Água, Ambiente e Saúde: o impacto na condição de vida dos catadores de materiais recicláveis do DF	Estudantes de medicina e enfermagem/ ESCS e preceptores e/ou docentes da graduação da ESCS	30
	Planejamento e organização de evento científico interno da ESCS II	Estudantes de medicina e enfermagem/ ESCS	18
	Ampliação da oferta de módulos eletivos de 1ª e 4ª série do curso de medicina – ano 2017	Estudantes de medicina/ESCS	50

	Programa de Acolhimento ao Calouro	Estudantes de medicina e enfermagem/ESCS	50
Total projetos			218
Total - extensão			3.242

Fonte: ESCS/Fepecs, 10/1/2018.

A tabela acima apresenta os eventos de extensão acadêmica ofertados pela ESCS/Fepecs em 2017, dos quais participaram 3.242 pessoas, entre estudantes, residentes, docentes, preceptores e servidores/SES-DF.

BOLSAS DE ESTUDO: PERMANÊNCIA

A ESCS/Fepecs oferece um programa de apoio aos estudantes de graduação que ingressaram pelo sistema de cotas (Lei Nº 3.361/2004[1]), visando garantir a permanência e conclusão destes, incluindo a concessão de bolsa permanência [2] ao longo do curso.

Bolsas Permanência concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/Fepecs, por curso, 2017

Curso de Graduação	jan	fev	mar	abr	mai	Jun	Jul	ago	set	out	nov	dez
Medicina	23	68	67	68	93	92	83	93	93	93	92	93
Enfermagem	15	48	47	47	78	78	77	76	76	74	74	60
Total Mensal de Bolsistas	38	116	114	115	171	170	160	169	167	167	166	153

Fonte: CPE/Fepecs, 10/1/2018

A tabela apresenta, mensalmente e por curso de graduação, o número de estudantes cotistas que fizeram jus ao recebimento da bolsa permanência em 2017.

A variação do número de bolsas ao longo do ano ocorreu por três razões:

1. Processos seletivos para admissão (1ªs séries) e renovação (demais séries) dos bolsistas, que ocorreram em épocas distintas;
2. Processo sistemático de reavaliação mensal de cada bolsista, no qual são considerados o aproveitamento escolar e a assiduidade. Neste caso, é possível a suspensão do benefício, que é reversível depois de restabelecidos os requisitos preconizados pelas normas;
3. Reprovações, trancamentos, desligamentos e formaturas extemporâneas.

BOLSAS DE ESTUDO - MONITORIA

A Bolsa Monitoria, no âmbito da ESCS/Fepecs, regulamentada pela Instrução Nº 04/2012[1], caracteriza-se como um incentivo concedido aos estudantes de graduação (medicina e enfermagem) da escola, previamente selecionados, com a finalidade de proporcionar-lhes oportunidade extracurricular de aprendizagem, estimular a formação de futuros docentes, bem como fornecer subsídios ao corpo docente visando ao melhor atendimento dos estudantes.

Bolsas Monitoria concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/Fepecs, por curso e eixo, 2017

Curso/	Medicina (9 meses)	Enfermagem (8 meses)	Total

Eixo Meses	Anatomia Humana	Histologia	Habilidades e Atitudes	Módulos Temáticos	Habilidades Profissionais Enfermagem	Anatomia/ Histologia	Módulos Temáticos	Mensal de Bolsistas
Março	0	0	0	0	-	-	-	0
Abril	5	5	5	5	0	0	0	20
Maio	5	5	5	5	13	2	3	38
Junho	5	5	5	5	13	2	3	38
Julho	5	5	5	5	13	2	3	38
Agosto	5	5	4	5	14	2	3	38
Setembro	5	5	4	5	14	2	3	38
Outubro	5	5	4	5	11	2	3	35
Novembro	5	5	4	5	11	2	3	35

Fonte: CPE/Fepecs, 10/1/2018.

A tabela apresenta, mensalmente, por curso de graduação e eixo, o número de estudantes selecionados para recebimento da bolsa monitoria durante o ano de 2017.

Para o ano em análise foram disponibilizados recursos orçamentário para pagamento de 40 bolsas/mês, sendo 50% (20) para cada curso de graduação.

BOLSAS DE ESTUDO: INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Programa de Iniciação Científica da Fepecs (PIC/Fepecs), que concede bolsas de estudo de Iniciação Científica no âmbito da ESCS/Fepecs e da ETESB/Fepecs, constitui uma contrapartida ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq). O PIC/Fepecs, regulamentado por meio da Instrução Fepecs Nº 18/2005[1], visa introduzir os estudantes de graduação (medicina e enfermagem) da ESCS e dos cursos técnicos da ETESB na metodologia científica aplicada a projetos de pesquisa, estimular o pesquisador-orientador a estruturar equipes de pesquisa, além de propiciar à instituição a formulação de políticas de pesquisa científica.

Em relação à importância estratégica do programa, vale salientar que, para o desenvolvimento social e econômico de um país, é fundamental que o mesmo possua uma sólida base científica e tecnológica. A ciência não é episódica nem instantânea, mas um processo gradual e incremental, que demanda tempo e maturação intelectual, possuindo três vertentes muito relevantes e indissociáveis: (i) capacitação contínua de pessoas, (ii) infraestrutura adequada e (iii) investimento permanente. O PIC/Fepecs insere-se neste processo, principalmente na capacitação de pessoas para o desenvolvimento científico do Distrito Federal e do País.

Bolsas de Iniciação Científica concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/Fepecs, por curso, 2017

Período de concessão	Meses	Graduação		Total
		Medicina	Enfermagem	Mensal Bolsistas
Agosto/2016 a julho/2017	Janeiro	59	12	71
	Fevereiro	59	12	71
	Março	56	12	68
	Abril	56	12	68
	Maio	56	12	68
	Junho	56	12	68
	Julho	56	11	67
Agosto/2017 a julho/2018	Agosto	0	0	0
	Setembro	58	23	81
	Outubro	58	23	81
	Novembro	58	23	81
	Dezembro	58	23	81

Fonte: CPE/Fepecs, 10/1/2018

A tabela apresenta, mensalmente e por curso de graduação, o número de estudantes que receberam a bolsa PIC em 2017. As concessões relacionadas a esta bolsa têm duração de 12 meses, com início em agosto de um ano e término em julho do ano seguinte.

ANÁLISE DAS CONCESSÕES

Bolsas de Estudo concedidas mensalmente pela Fepecs, segundo o tipo, 2017

Meses	Tipos de Bolsas			Total de Bolsistas por Mês
	Permanência (12 meses)	Monitoria (8/9 meses)	Iniciação Científica (12 meses)	
Janeiro	38	-	71	109
Fevereiro	116	-	71	187
Março	114	0	68	182
Abril	115	20	68	203
Maio	171	38	68	277
Junho	170	38	68	276
Julho	160	38	67	265
Agosto	169	38	0	207
Setembro	167	38	81	286
Outubro	167	35	81	283
Novembro	166	35	81	282
Dezembro	153	-	81	234
Média Mensal de Concessão	142	31	67	232

Fonte: CPE/Fepecs, 10/1/2018

A tabela apresenta uma visão geral dos tipos de bolsas de estudo concedidas pela Fepecs em 2017, evidenciando a política de concessão de bolsas de estudo, com a finalidade de apoiar e preparar tecnicamente o corpo discente, favorecendo uma educação de qualidade para os estudantes de graduação.

A variação do quantitativo mensal ocorreu em razão de algumas situações, das quais destacamos: possibilidade de opção por outra bolsa, desistência, trancamento e reavaliação (assiduidade e rendimento). A tabela inclui, ainda, o indicador Média Mensal de Concessão, que mede a relação entre o total de bolsas concedidas no ano e o número de meses de concessão, indicando a frequência mensal de concessões. Subsidia processos de planejamento e programação orçamentária.

Na bolsa permanência, registra-se a média mensal de concessão de 142 bolsas/mês. Considerando a quantidade planejada de 166 bolsas/mês, verifica-se a execução de 85,5% da meta.

Para a bolsa monitoria, a média mensal de concessão foi de 31 bolsas/mês. Significa o alcance de 77,5% da meta planejada (40 bolsas/mês).

Com relação à bolsa de iniciação científica, há que se considerar os dois períodos distintos de concessão, nos quais há variação na quantidade planejada:

- 1º período (ago/2016 a jul/2017) – 71 bolsas planejadas; média mensal de concessão: 69 bolsas/mês, com alcance de 97% da meta planejada para o período.
- 2º período (ago/2017 a jul/2018 – 81 bolsas planejadas; média mensal de concessão (5 meses): 65 bolsas/mês, com alcance da meta planejada de 80%, até o momento.

A tabela permite, ainda, verificar-se a média de concessão de bolsas de estudo pela Fepecs no ano em análise: 232 bolsas/mês.

PESQUISA EM SAÚDE

A maior parte do fomento à pesquisa científica no Brasil é realizada por meio de recursos públicos. Assim, a responsabilidade do governo e demais órgãos públicos quanto ao repasse de verbas às instituições públicas (universidades, laboratórios etc.) e aos pesquisadores insere a política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) em uma questão estratégica mais ampla, abrangendo também as áreas econômica e social. Em relação à pesquisa específica para o setor saúde, desde 2004, o Ministério da Saúde financia pesquisas sobre temas priorita´rios para o sistema de saúde, cujos resultados sejam capazes de dar respostas aos principais problemas de sau´de da populac¸a~o.

A ESCS/Fepecs, seguindo essa tendência de fomentar pesquisas para o desenvolvimento do sistema de saúde, criou a modalidade de fomento à pesquisa, regulamentada pela Instrução Nº 21/2008[1] - Fepecs. Ao longo deste período (2008-2016), o fomento Fepecs tornou-se dispositivo relevante para o desenvolvimento local dos serviços de saúde.

Seguindo esta lógica, a atividade de apoio financeiro a projetos de pesquisa tem por finalidade fomentar pesquisas para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população, em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela Fepecs e SES/DF, quais sejam:

- Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento;
- Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde;
- Doenças e Agravos;
- Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados;
- Promoção da Saúde; e
- Meio Ambiente e Vigilância em Saúde.

FINANCIAMENTO 2017

Pesquisas financiadas pela Fepecs, segundo a linha prioritária, o local de execução e o valor, 2017

Linhas Prioritárias	Nº	Título da Pesquisa	Local	Valor (R$)
I - Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento	1	Educação em saúde para estomizados	HBDF	48.533,56
Subtotal Linha Prioritária I				48.533,56
II - Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde	2	Desenvolvimento e validação de teste rápido para diagnóstico de carcinoma em líquor	HRAS	54.697,50
	3	Estudo prospectivo randonizado, duplo cego, comparativo em cicatrização de úlceras de estase de membros inferiores entre curativos padrão e curativos padrão com extrato de syzygyum cumini	HRAN	74.134,59
	4	Avaliação da resposta molecular dos pacientes adultos portadores de leucemia mieloide crônica do Hospital de Base do Distrito Federal, tratados com inibidores de tirosina-quinase de segunda geração	HBDF	74.747,03
Subtotal linha prioritária II				203.579,12
III – Doenças e Agravos	5	Controle glicêmico e presença de neuropatia periférica em pacientes com diabetes no Distrito Federal	CS 12 Asa Norte	55.908,33
Subtotal linha prioritária III				55.908,33
IV - Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados	6	Investigação de metodologia HRM para detecção de mutação no gene gata1 como marcador molecular diagnóstico da leucemia mieloide da Síndrome de Down	HRAN	73.616,29
Subtotal linha prioritária IV				73.616,29
VI – Meio Ambiente e Vigilância em Saúde	7	Violência por queimadura em mulheres internadas em centro de referência no Distrito Federal, Brasil, no período de 2010 a 2015	HCB	36.278,00
Subtotal Linha Prioritária VI				**36.278,00**
Valor total das novas pesquisas financiadas pela Fepecs				**417.915,30**

Fonte: ESCS/Fepecs, 10/1/2018.

A tabela apresenta os sete projetos de pesquisa selecionados para financiamento em 2017, com detalhamento acerca das linhas prioritárias, local de execução da pesquisa e respectivo valor.

Observa-se que das seis linhas prioritárias, cinco foram contempladas com recursos, sendo as pesquisas da linha II responsáveis por 48,7% destes.

MONITORAMENTO DE PESQUISAS EM EXECUÇÃO

Pesquisas em execução financiadas pela Fepecs, com monitoramento pela ESCS/Fepecs, 2017

Linhas Prioritárias	Nº	Título da Pesquisa	Local de Execução	Valor (R$)

----- I - Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento	1	Monitoramento da potência de antibióticos utilizados na rede pública do Distrito Federal	Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (LACEN)	67.635,15
	2	A cultura de segurança do paciente entre profissionais de saúde como melhoria na qualidade da assistência	Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	54.300,00
	3	Avaliação de interações medicamentosas e reações adversas a medicamentos em pacientes hospitalizados e em uso de nutrição enteral e parenteral em hospital geral de Brasília, Distrito Federal	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	32.137,00
	4	Fatores associados ao tempo de acesso para o tratamento do câncer de mama no Distrito Federal, Brasil	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	23.465,00
	5	Estudo de incidência e proposição de estratégias para redução dos índices de cesárea na Rede Pública do Distrito Federal - Brasil	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	16.250,00
	6	Perfil epidemiológico de pacientes atendidos na sala vermelha do Centro de Trauma do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	58.394,10
	7	Ambulatório Multidisciplinar de avaliação perioperatória de um hospital geral secundário: estudo transversal.	Hospital Regional do Gama (HRG)	36.937,50
	8	Atendimento a vítimas de violência sexual na emergência do HMIB: analisando o modelo atual e prospectando mudanças com a cadeia de custódia no âmbito do SUS.	Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	40.679,94
Subtotal Linha Prioritária I				**329.798,69**
II - Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde	9	Desenvolvimento e validação de kit diagnóstico NAT para detecção de parasitas protozoários (Trypanosoma cruzi, Leishmania SP., Toxoplasmose gondii e Plasmodium SP.) em rotina de triagem de doadores de sangue do Distrito Federal	Laboratório de Biologia do Gene – Instituto de Biologia/UnB	69.300,00
	10	Genotipagem de Grupos Sanguíneos Eritrocitários em pacientes politransfundidos atendidos na rede pública de hospitais do DF, visando implementação futura de diagnóstico molecular de grupos sanguíneos eritrocitários na prática transfusional	Fundação Hemocentro de Brasília (FHB)	42.390,00
	11	Estudo comparativo entre duas fontes de laser para o tratamento de cicatriz por queimadura: laserterapia fracionada ablativa Er: YAG 2940nm versus não ablativa Er:YAP 1340nm associada à luz intensa pulsada – avaliação clínica, histopatológica e da qualidade de vida	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	69.228,40

	12	Fluxo de pacientes e utilização de recursos na Unidade de Pronto Atendimento do Recanto das Emas - DF	Unidade de Pronto Atendimento do Recanto das Emas	35.100,00
	13	Implantação de Lean Healthcare na linha de cuidado de cirurgias gerais de baixa e média complexidade.	Hospital Regional de Samambaia (HRSam)	60.000,00
	14	Incorporação da tecnologia de MLPA (multiplex ligation dependent probe amplification) no rastreamento para detecção de alterações genético-moleculares Philadelphia-like e amplificação intracromossômica do 21 em crianças com Leucemia Linfoide Aguda para intervenção precoce no tratamento	Hospital da Criança de Brasília (HCB)	55.919,37
Subtotal Linha Prioritária II				**331.937,77**
	15	Síndrome de Apneia do Sono em Indivíduos com Síndrome de Down	Centro de Referência em Síndrome de Down do HRAN	67.140,56
	16	Fatores preditivos clínicos farmacológicos, laboratoriais e sociais no desfecho de úlcera de pé em indivíduos diabéticos assistidos no Sistema Único de Saúde do DF	HRAN	52.408,19
	17	Adesão à terapia nutricional por pessoa com diabetes mielitus	HRAN	54.055,00
Subtotal Linha Prioritária IV				**173.603,75**
Valor total de pesquisas, em execução, financiadas pela FEPECS				**835.340,21**

Fonte: ESCS/Fepecs, 10/1/2018.

A tabela apresenta as 17 pesquisas financiadas pela Fepecs em anos anteriores, porém ainda em execução em 2017, demandando monitoramento sistemático. Destas, quatro foram finalizadas no 1º semestre de 2017: itens 3, 4, 5 e 11.

ÉTICA EM PESQUISA

Um aspecto relevante para o planejamento de pesquisas na área da saúde diz respeito à questão ética em relação à participação de pessoas nos estudos.

No Brasil, os aspectos éticos envolvidos em atividades de pesquisa com seres humanos estão regulamentados pelas diretrizes da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Assim, a partir da referida norma, toda pesquisa a ser realizada no país envolvendo seres humanos deve, obrigatoriamente, ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa credenciado, sob a coordenação superior da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/Ministério da Saúde. Desta forma, além de se evitar abusos e proteger os sujeitos das pesquisas, contribui-se para o desenvolvimento seguro de estudos que possam beneficiar a sociedade.

De acordo com a Portaria Nº 190/2011[1], o Comitê de Ética em Pesquisa/Fepecs tem por finalidade a apreciação ética resguardando os princípios científicos dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, a serem desenvolvidos no âmbito da SES/DF e entidades vinculadas (Fepecs e FHB), bem

como o acompanhamento destes, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, individual ou coletivamente considerados.

Projetos de Pesquisa apreciados pelo CEP, por grupos, 2017

Grupos*		Submetidos ao CEP	Aprovados
I	Áreas Temáticas Especiais	51	35
III	Pesquisas não compreendidas nos grupos 1 e 2	1.202	595
Total		1.253	630

Fonte: CEP/Fepecs, em 10/1/2018

*Grupo 1: Genética Humana; Reprodução Humana; Novos equip., insumos e dispositivos; Novos procedimentos; Populações indígenas; Biossegurança; Pesquisa com cooperação estrangeira;
Grupo 2: Novos fármacos, vacinas e testes diagnósticos;
Grupo 3: não se enquadram em áreas temáticas especiais.

No período em análise, 1.253 projetos de pesquisa envolvendo seres humanos foram submetidos ao CEP/Fepecs para análise ética com emissão de parecer consubstanciado. Destes, 50,2% foram aprovados para realização das pesquisas na SES/DF.

PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS - PPSUS

O Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde (PPSUS) é uma iniciativa de descentralização de fomento à pesquisa em saúde nas Unidades Federativas (UF) que promovem o desenvolvimento científico e tecnológico, visando atender as peculiaridades e especificidades de cada UF brasileira.

Assim, o programa envolve parcerias no âmbito federal e estadual, entre instâncias de saúde e de ciência e tecnologia. No nível federal, participam o MS, por meio do Decit, coordenador nacional do programa, e o CNPq, instituição responsável pelo gerenciamento administrativo do PPSUS. Na esfera estadual estão envolvidas as Fundações de Amparo e/ou apoio à Pesquisa (FAP), as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e as Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia. As FAP são os agentes executores do Programa em cada UF e devem atuar em parceria com a SES.

O PPSUS é uma iniciativa inovadora por adotar um modelo de gestão descentralizado e participativo, envolvendo gestores, profissionais de saúde, pesquisadores e representantes da sociedade civil. A pesquisa em saúde ocupa 30% das pesquisas no Brasil e, no Distrito Federal, esta realidade pode ser ainda maior por não ser considerado um polo industrial ou automobilístico, como em outras capitais brasileiras.

A representação da SES/DF no Comitê Gestor junto à FAP/DF e Decit/MS é realizada pela Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS/Fepecs.

Em junho houve o seminário de avaliação do PPSUS, realizado pelas entidades parceiras, no qual foram avaliados 14 trabalhos do Distrito Federal, todos com relevância e aplicabilidade no SUS-DF, conforme tabela.

Tema	Título	Instituição

Tecnologia e Inovação em Saúde	"Desenvolvimento e validação de um kit de avaliação funcional de pacientes com esclerose múltipla baseado na classificação internacional de incapacidade, funcionalidade e saúde"	Fundação Universidade de Brasília
	"Desenvolvimento de um painel diagnóstico baseado em sequenciamento de exons para surdez sindrômica"	Fundação Universidade de Brasília
	"O uso de antirretrovirais e da isoniazida no desenvolvimento da tuberculose, a retestagem dos casos com QuantiFERON rTBGold e Prova Tuberculínica na identificação da infecção por tuberculose em corte de pacientes com AIDS no Distrito Federal"	Fundação Universidade de Brasília
	"Prototipagem de um Estimulador Neuromuscular e Transferência de Tecnologia para uso durante a internação hospitalar no contexto do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal"	Fundação Universidade de Brasília
	"Validação de uma Escala de Percepção de Dispneia para pacientes portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica atendidos pelo Sistema Único de Saúde"	União Brasiliense de Educação e Cultura-UBEC
	"Análise Morfofuncional e Percepção do Processo de Envelhecimento em Idosos participantes de Treinamento Funcional"	União Brasiliense de Educação e Cultura-UBEC
	"Desenvolvimento e validação de aplicativo de avaliação de equilíbrio e risco de queda de idosos para uso em dispositivos móveis"	União Brasiliense de Educação e Cultura-UBEC
Políticas, Gestão em Saúde e Direito Sanitário	"Intersetorialidade da Gestão da Atenção Primária na Segurança Alimentar e Nutricional no território: dinâmica sócio espacial do Paranoá e Itapuã, Distrito Federal"	UnB
	"Fitoterapia no SUS: o profissional de saúde está preparado?"	SES-DF
	"Avaliação das estratégias de controle da tuberculose em populações em situação de rua: custos e impactos no Distrito Federal"	UnB
Vigilância em Saúde	Avaliação da qualidade e interações de medicamentos fitoterápicos de interesse para o SUS	Fundação Universidade de Brasília
	Dor relaciona à polineuropatia diabética: caracterização, perfil epidemiológico, impacto e perfil evolutivo em indivíduos portadores de diabetes mellitus tipo 2	Fundação Universidade de Brasília
	"Análise do perfil funcional dos idosos internados na Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Hospital Regional de Ceilândia"	SES-DF
	"Bases moleculares da modulação da fibrose pulmonar e possíveis aplicações terapêuticas"	Fundação Universidade de Brasília

A realização do evento na ESCS e a divulgação dos trabalhos contribuirão para a discussão dos problemas de saúde da população do Distrito Federal e das linhas prioritárias de investigação, tendo a relevância sócio sanitária como critério norteador para a definição dos temas prioritários de pesquisa no SUS/DF.

REDE EVIPNET BRASIL

A Rede EVIPNet Brasil busca estabelecer mecanismos para facilitar a utilização de produção científica na formulação e implementação de políticas de saúde. No Distrito Federal, suas unidades são a ESCS/Fepecs e a Universidade de Brasília.

No período em análise, o Núcleo de Evidência/ESCS/Fepecs concorreu com dois projetos de pesquisa no Edital da EVIPNet Brasil, apresentado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Organização Pan Americana da Saúde, dos quais um foi aprovado, dos 10 projetos de pesquisa apresentados em todo o Brasil: "Evidências para Priorização de Cirurgias Eletivas em um Hospital Público Terciário de Grande Porte". O projeto se compromete a produzir a síntese de evidências sobre o tema, estruturar o diálogo deliberativo e organizar capacitação entre gestores sobre o uso da metodologia SUPPORT. Portanto, haverá desenvolvimento de produtos inovadores para a SES/DF, além de apropriação do método de tomada de decisão em formulação de Políticas de Saúde.

Desenvolveu-se, ainda, pesquisa de evidências para atender o projeto de extensão demandado pela Governadoria do Buriti, sobre o tema: "Saúde de catadores de lixo do aterro sanitário da Estrutural, Distrito Federal''.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional caracteriza-se como modalidade de ensino integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e às tecnologias. É voltada para o estudante matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior e para os trabalhadores em geral, jovens ou adultos.

A Escola Técnica de Saúde de Brasília – ETESB/Fepecs atua na formação de profissionais de nível técnico para a área da saúde, seguindo a legislação educacional vigente, os fundamentos norteadores e as necessidades de consolidação do SUS. O processo de educação profissional em saúde instituído tem contribuído para a transformação das práticas de saúde e para a melhoria constante da resposta setorial às necessidades de saúde da população.

Cursos de educação profissional ofertados pela ETESB/Fepecs, segundo a modalidade e o público-alvo, 2017

Modalidade	Curso	Público	Qtd.	Status
Cursos Técnicos	Saúde Bucal	Comunidade	26	Concluído
	Análises Clínicas	Comunidade	31	Concluído
	Enfermagem	Comunidade	35	Em andamento
	Enfermagem – Módulo 3	Comunidade	18	Em andamento
Total – Técnicos			**110**	**-**
Cursos Pós Técnicos	Especialização Técnica em Saúde da Família	Auxiliares e Técnicos em Enfermagem da SES/DF	44	Em andamento
Total – Pós-Técnicos			**44**	**-**
Formação Inicial e Continuada	Administração de Medicamentos	Técnicos e Auxiliares de Enfermagem da comunidade e da SES/DF	78	Concluído
	Refletindo sobre o Processo de Envelhecimento	Comunidade e servidores da SES/DF	32	Concluído
	Qualificação em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização	Auxiliares e Técnicos em Enfermagem da SES/DF	39	Concluído
	Atualização na Área de Eletroencefalografia do HBDF	Auxiliares e Técnicos em Enfermagem da SES/DF	20	Concluído

Qualificação dos Servidores de Farmácia da Atenção Primária à Saúde da SES/DF	Servidores de Farmácia	124	Concluído
Qualificação Profissional Inicial para ACS	Agentes Comunitários de Saúde	106	Em andamento
Total - Formação Inicial e Continuada		**399**	**-**
Total – Educação Profissional		**553**	**-**

Fonte: ETESB/Fepecs, 10/1/2018

A tabela mostra os 11 cursos de educação profissional ofertados pela escola no ano de 2017, agrupados em três modalidades – cursos técnicos, pós-técnicos e formação inicial e continuada –, com participação de 553 pessoas. As três modalidades são oferecidas em atendimento às demandas da SES/DF ou, mesmo, do Ministério da Saúde; os cursos técnicos também podem ser oferecidos por iniciativa da escola e têm duração de dois anos.

Considerando a grande demanda da comunidade e da SES/DF, a ETESB vem oferecendo, regularmente, os cursos técnicos em Saúde Bucal, Análises Clínicas e Enfermagem. Nesta modalidade, a escola formou 57 novos profissionais de saúde.

Na modalidade Pós-Técnica, conforme planejamento do ano, foi ofertado o curso de Especialização Pós-técnica em Saúde da Família, com previsão de término no 1º semestre de 2018.

Na Formação Inicial e Continuada foram oferecidos seis cursos em atendimento a demandas de qualificação das áreas específicas dos servidores da SES/DF, dos quais cinco finalizaram suas atividades acadêmicas no ano, com 293 concluintes. Registra-se um alto índice de evasão e desistências logo nos primeiros dias de aula, devido à dificuldade de liberação do servidor no serviço.

EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA

A Educação Permanente em Saúde (EPS) compreende todas as ações educativas voltadas para profissionais e equipes de saúde, que permitam analisar o cotidiano do trabalho em saúde e possibilitem espaços coletivos para a reflexão, avaliação e construção de propostas de mudanças. Ao mesmo tempo, a EPS deve buscar a atualização das práticas segundo os mais recentes aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Inserese em uma necessária construção de relações e processos, que vão do interior das equipes, em atuação conjunta, às práticas organizacionais, interinstitucionais e/ou intersetoriais, implicando as políticas nas quais se inscrevem os atos de saúde.

A EPS tem sido amplamente defendida como uma estratégia de formação e desenvolvimento de competências dos trabalhadores, e a Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (EAPSUS), mantida pela Fepecs, apresenta-se como principal parceira da SES/DF, para a efetivação da Política de Educação Nacional Permanente em Saúde e apoio ao fortalecimento de suas estruturas no que concerne à gestão da educação, tanto na Administração Central como nas Regiões de Saúde.

A metodologia utilizada pela EAPSUS está pautada nos referenciais teóricos da educação de adultos, da Aprendizagem Significativa e da Pedagogia da Problematização, sendo o processo de aprendizagem tomado a partir da realidade dos serviços nos quais os sujeitos estão inseridos. A Escola atua tanto no desenvolvimento e execução de cursos, como apoiando projetos educativos propostos pelas áreas técnicas da SES/DF, por meio da construção de material pedagógico, facilitação pedagógica e certificação.

Dessa forma, norteada pelas diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde, a EAPSUS trabalha com diferentes modalidades de ações educativas que têm por objetivo a qualificação da assistência e que se organizam a partir de quatro eixos, a saber:

- Ações regionalizadas – cujo objetivo é agregar maior número de participantes de uma mesma região e/ou unidade de saúde, o que permite a construção de estratégias mais adaptadas às realidades locais e a constituição de parcerias entre os profissionais.
- Turmas reduzidas – tendo como princípio o protagonismo dos profissionais em seu processo de aprendizagem, a Escola busca utilizar técnicas que promovam a discussão em grupos e compartilhamento de experiências e soluções e, para tanto, propõe o desenvolvimento de turmas com 30-35 participantes.
- Atividades em concentração e dispersão – as sequências de aprendizagem são elaboradas para serem vivenciadas tanto em ambientes planejados de aprendizagem (salas de aulas), como na realidade dos serviços e, posteriormente, partilhadas no grupo.
- Elaboração de Projetos de Intervenção – com o objetivo de possibilitar ações concretas de mudanças nas práticas de trabalho, a EAPSUS propõe a elaboração de um Projeto de Intervenção, cujo grau de complexidade está relacionado à natureza e
  a duração da atividade educativa.

CURSOS

Em 2017 foram desenvolvidos oito cursos, conforme detalhado na tabela. Há ainda dois cursos em andamento, com previsão de término no 1º semestre de 2018.

Cursos desenvolvidos pela EAPSUS/Fepecs, 2017

Cursos	Carga Horária	Nº Turmas	Vagas por turma	Total de vagas	Iniciaram o curso	Concluintes
Legislação e Benefícios da Previdência Social - 3ª turma	20h	1	35	35	38	32
Gestão Regionalizada da SES/DF	200h	1	240	240	240	121
Manejo e Tratamento ao Sobrepeso e à Obesidade	60h	3	30	90	92	77
Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância - Neonatal	24h	1	30	30	35	23
Atualização em Odontopediatria para Cirurgiões-Dentistas	80h	3	30	90	65	64
Tanatologia para Servidores da SES-DF	80h	2	25	50	50	46
Vigilância das Doenças e Agravos Não-Transmissíveis	60h	1	42	42	29	16
Abordagem e Tratamento de Fumantes- Canal Saúde e Empresas	8h	1	100	100	56	54
Total		13	532	677	605	433

Fonte: EAPSUS/Fepecs, 10/1/2018.

Fonte: EAPSUS/Fepecs, 10/1/2018.

Foram disponibilizadas 677 vagas e 605 profissionais iniciaram os cursos. Desses, 433 atenderam aos critérios para certificação estabelecidos nos referidos projetos, correspondendo a 71,5% de concluintes. A análise por curso acerca do aproveitamento das vagas aponta que o Curso de Gestores foi o que obteve menor percentual de concluintes, 50,41%. Essa ação educativa foi direcionada exclusivamente para gestores e durante a sua execução, com duração aproximada de 1 ano, alguns cargos de chefia sofreram mudanças, o que contribuiu para desistências e entradas de profissionais em momentos em que os critérios para certificação já não poderiam ser mais atingidos. Nos demais cursos, aproximadamente 85% dos participantes que iniciaram o curso atenderam aos critérios para certificação, concluindo a atividade com sucesso.

Com o objetivo de implantar, no âmbito da SES/DF, uma educação para profissionais alinhada com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente e que responda as necessidades dos profissionais e dos serviços, a EAPSUS apresentou, em 2017, uma nova modalidade educativa que denominou Educação em ATOSS - Ações Temáticas Orientadas aos Serviços de Saúde. Essa ação educativa busca trabalhar temáticas de interesse dos serviços de saúde da SES/DF, direcionando as ações de educação para a resolução de problemas reais e para a qualificação dos serviços.

Assim, orientada pela opção teórico metodológica, a Escola utiliza um conjunto de técnicas e atividades intencionalmente selecionados e organizados para promover a reflexão dos profissionais, quais sejam: discussões teóricas, exposições, trabalhos em grupo, áudio, vídeos, estudos de caso, leitura de textos e vivências, em que o cotidiano profissional é valorizado e problematizado.

AÇÕES TEMÁTICAS ORIENTADAS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE-ATOSS

A Educação em ATOSS fortalece os processos educativos potencializando a oportunidade de transformar as práticas profissionais. Para além, traduz-se ainda na possibilidade de trabalhar, pedagogicamente, com diferentes áreas de conhecimento e de atuação da SES/DF, potencializando os espaços de ensino e aprendizagem e otimizando o tempo dos profissionais. Trata-se de encontros periódicos, geralmente mensais, sistematizados e pactuados com as áreas técnicas e equipes, cujos conteúdos teóricos, definidos conjuntamente, buscam responder problemas e desafios reais e são trabalhados com atividades em concentração e atividades em dispersão, na perspectiva da aplicação na realidade.

Espera-se com o ATOSS promover reflexão e mudanças, oportunizando a criação, valorização e fortalecimento de ações nos serviços. Mudanças não apenas na qualidade do cuidado disponibilizado, mas na qualidade de vida laboral dos profissionais. Trata-se de uma experiência inovadora não apenas por enfrentar o desafio de mudar a lógica dos processos de educação na SES/DF, como pelo modo como faz: ouvindo os profissionais, reconhecendo a realidade como fonte de aprendizado e construindo coletivamente um conhecimento contextualizado.

Nessa modalidade educativa, o objetivo final não é a certificação, haja vista que os participantes podem ser inseridos em vários estágios do desenvolvimento do projeto e que a participação pode ser pontual, todavia, àqueles que cumprem os critérios préestabelecidos, recebem os certificados.

ATOSS desenvolvidos pela EAPSUS/Fepecs, 2017

ATOSS FINALIZADOS EM 2017	Carga Horária	Participantes
Educação em ATOSS - Nutrição	40h	152
Educação em ATOSS para Gestores em Saúde Funcional	40h	42
Educação em ATOSS para as equipes das Comissões Intrahospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes	20h	38
Educação em ATOSS - Tai Chi Chuan.	80h	42
Educação em ATOSS para as equipes dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde – Fortalecimento Técnicos dos NEPS.	50h	35
Educação em ATOSS – Automassagem	80h	38
Total		**347**

Fonte: EAPSUS/Fepecs, 10/1/2018

Adicionalmente, a escola tem participado de projetos mais amplos em parceria com diferentes áreas técnicas da SES/DF. Com a Coordenação de Atenção Primária em Saúde – COAPS contribuiu nas ações pedagógicas do Projeto Converte APS. No âmbito da Subsecretaria de Planejamento em Saúde – SUPLANS conduziu, juntamente com a Diretoria de Contratualização, o processo de capacitação do Projeto de Regionalização da SES/DF.

Em 2018 dará prosseguimento, em parceria com a área de saúde do adolescente na Gerência de Ciclos de Vida- GCV/DAEAP/COAPS e com o Fundo de Populações – UNFPA/ONU, ao Projeto do Selo de Qualidade para serviços que atendem adolescentes. Neste Projeto, a Escola participou da elaboração das estratégias e ações, discussão de indicadores e é responsável pela parte pedagógica.

A EAPSUS participa e representa a Fepecs no Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade – CIRAT, desde a assinatura, pela SES/DF, do Protocolo de Intenções

001/2015. O presente Protocolo de Intenções tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes integrantes do governo do Distrito Federal para a criação e implantação de um Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade – CIRAT no Distrito Federal.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS

A EAPSUS avalia todas as atividades educativas que realiza, por meio de instrumento próprio, aplicado ao final de cada evento, e por avaliações ao longo do processo. Em 2017, propôs um novo instrumento para avaliação final dos cursos, semiestruturado, contendo seis questões fechadas pontuadas, com uma escala que varia de 1 a 10, além de uma questão aberta. Estratégias de avaliação de processo, rápidas, abertas e/ou fechadas são utilizadas para avaliação de cada encontro.

A análise e o debate acerca do resultado das avaliações com a área técnica demandante e com os técnicos da Gerência de Desenvolvimento de Projetos (GDP) permite a readequação do material pedagógico com inclusão ou exclusão de conteúdos, se for o caso.

A seguir são apresentados os resultados das avaliações de cinco cursos e duas ações de Educação em ATOSS, que utilizaram o novo instrumento proposto.

Gráfico – Médias das avaliações de cursos realizados pela EAPSUS, 2017.



Fonte: Banco de dados de avaliações de cursos EAPSUS. Atualizado em 21/12/2017.

O gráfico apresenta a média geral das avaliações realizadas pelos participantes das ações educativas promovidas pela EAPSUS, em 2017. Consoante os resultados, verifica-se o alto índice de satisfação dos participantes com as ações educativas selecionadas para a amostra.

ESTÁGIO CURRICULAR E ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

A Fepecs, por meio da EAPSUS, é responsável por regulamentar e gerenciar as atividades práticas curriculares (Estágio Curricular e Atividades Práticas Supervisionadas) de estudantes de cursos de graduação e de ensino técnico de Instituições de Ensino Conveniadas - IEC, com vistas ao fomento e fortalecimento da integração ensino e serviço no SUS-DF.

Conforme a Portaria Nº 293/2013, o estágio curricular propicia ao estudante interação com usuários e profissionais da rede pública de saúde, mediante a vivência de situações reais, com o objetivo de dotá-lo de responsabilidades crescentes como agente prestador de cuidados e atenção à saúde, compatíveis com o seu grau de autonomia.

A parceria entre as instituições de ensino e as estruturas orgânicas da SES/DF e entidades vinculadas, nas atividades de integração ensino e serviço, deve contribuir para melhoria da qualidade da assistência e da formação dos profissionais para saúde.

As Atividades Práticas Supervisionadas proporcionam aos estudantes uma vivência prática e/ou observacional, que devem estar previstas nos projetos pedagógicos dos cursos e serem direcionadas para o desenvolvimento de competências concernentes às respectivas profissões.

A EAPSUS/Fepecs atuou como interveniente em 22 convênios com instituições de ensino públicas e privadas, totalizando 87 cursos (62 de nível superior e 25 de nível técnico), cujos objetos dizem respeito à disponibilização de campos de estágio curricular e atividade prática supervisionada nas unidades de saúde e administrativas da SES/DF.

Número de instituições de ensino conveniadas-IEC em que a Fepecs atuou como interveniente, 2017.

Nível AcadêmicoNA	Personalidade Jurídica-PJ				Total de IE por NA	
	Públicas		Privadas			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nível Superior	1	4,54	11	50,00	12	54,54
Nível Técnico	1	4.55	9	40,91	10	45,46
Total de IE por PJ	2	9,09	20	91,91	22	100

Fonte: EAPSUS/Fepecs, 10/1/2018

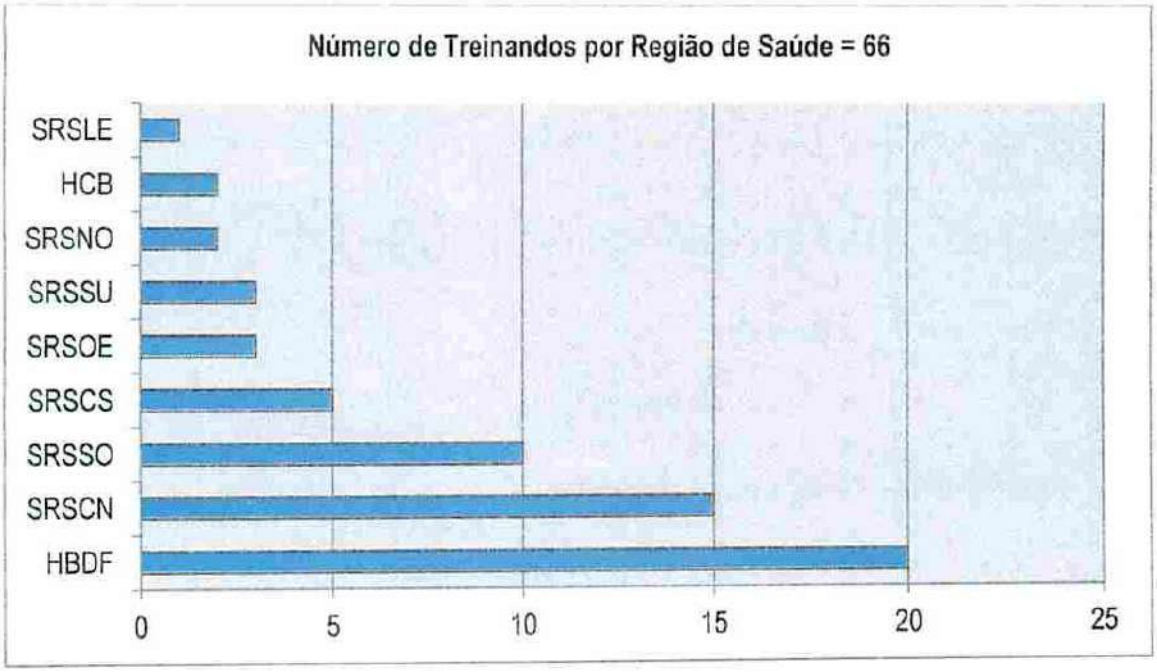
A tabela apresenta o quantitativo de instituições de ensino – públicas e privadas, de nível superior e técnico – conveniadas, com interveniência da EAPSUS/Fepecs.

Analisando os dados relativos aos 22 convênios vigentes, pode-se dizer:

- Personalidade jurídica: maior incidência de instituições privadas (91,91%).
- Nível acadêmico: maior incidência de instituições de nível superior (54,54%).

TREINAMENTO EM SERVIÇO

O Treinamento em Serviço (TS), regulamentada por meio da Portaria nº 126/2016 SES/DF, configura atividade de atualização ou aperfeiçoamento profissional proporcionada aos servidores da SES/DF e profissionais de saúde, nas unidades administrativas e de saúde, bem como entidades vinculadas à SES/DF.



O gráfico apresenta as Regiões de Saúde e outras unidades demandadas para a atividade de Treinamento em Serviço. Verifica-se maior incidência no Hospital de Base do Distrito Federal.

INFORMAÇÃO EM SAÚDE

O gerenciamento de informação em saúde demanda um conjunto de ações orientadas a assegurar infraestrutura de informação técnico-científica e documental aos programas de formação, pós-graduação, pesquisa, extensão e capacitação.

No período em análise, 5.046 usuários (ativos) estiveram cadastrados na instituição, com acesso local a 11.428 títulos disponíveis (28.671 exemplares) na área de ciências da saúde e outras afins, bem como outros serviços, tais como pesquisa em periódicos científicos (nacionais e estrangeiras), treinamentos em bases de dados e normas da ABNT, localização de artigos científicos e empréstimo domiciliar.

Usuários cadastrados:

- Docentes da Fepecs/SES: 307
- Estudantes da Fepecs: 986
- Internato da SES/DF: 469
- Residentes da SES/DF: 1.126
- Servidores da FHB: 195
- Servidores da SES/DF: 1.963

A Fepecs, por meio de sua Biblioteca Central, integra a Rede de Bibliotecas de Saúde da SES/DF (Rebis[1]), cuja finalidade é assegurar infraestrutura de informações técnicocientíficas ao desempenho do

profissional da saúde e aos programas de formação profissional e de pesquisa. Atualmente, a rede conta com 12 bibliotecas distribuídas entre hospitais e órgãos da SES/DF. À Biblioteca da Fepecs cabe a responsabilidade exclusiva pela gestão do Sistema de Automação dessas bibliotecas.

REVISTA CCS - COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

A publicação do periódico Comunicação em Ciências da Saúde - CCS tem por objetivo divulgar trabalhos científicos relacionados a todas as áreas de saúde e ciências afins, que contribuam para a compreensão e resolução dos problemas de saúde. Sua periodicidade é de 04 fascículos (números) por ano, disponibilizados gratuitamente no site da revista (www.escs.edu.br/revistaccs).

O periódico está aberto a contribuições nacionais e internacionais, na forma de artigo original, ensaio, revisão sistemática sem metanálise (revisão integrativa), revisão sistemática com metanálise (ensaios clínicos, estudos observacionais ou estudos de acurácia), overview de revisões sistemáticas, narrativas em saúde, artigo de opinião, relato de experiência e resenha.

Como estratégia de qualificação do periódico, foi desenvolvida em 2017 sua versão online, para submissão e avaliação de artigos. O site com essa versão está hospedado no Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER, desenvolvido pela Open Journal Systems (OJS) e disponibilizado gratuitamente para a ESCS por meio de parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT e a Universidade de Brasília.

Neste ano foram editados e publicados, na versão eletrônica, 3 (três) números do volume 27, relativo ao ano de 2016, por meio de Termo de Cooperação Interinstitucional com a Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz/Brasília; no momento, estão em fase de editoração final 2 (dois) fascículos relativos ao ano de 2017, sendo um desses fruto de parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT) do Ministério da Saúde, lançado no evento "Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 2017: conectando pesquisas e soluções", na cidade de São Paulo.

EVENTOS ACADÊMICOS, TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

A Fepecs, por meio de suas escolas mantidas, promove eventos de natureza técnica, acadêmica ou científica, com o propósito de criar oportunidades de integração intra e interinstitucional, favorecendo a disseminação do conhecimento e divulgação das atividades de educação e pesquisa na área de saúde.

Eventos organizados/realizados pela Fepecs, segundo o público-alvo, 2017

Escola	Evento	Público-alvo	
		Clientela	Qtd
EAPSUS	Seminário: A Equidade na Atenção Primária em Saúde - Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero	Profissionais da Atenção Primária de Saúde e gestores da SES/DF, comunidade	76
	VI Jornada de Prevenção do Suicídio no DF	Profissionais de Saúde e comunidade	254
	I Fórum de Fortalecimento da Gestão de Custos na SES/DF	Gerências de Gestão de Custos da SES/DF	128
ESCS	Simpósio de Saúde Baseada em Evidências SISBE 2017	Coordenadores, docentes e discentes dos cursos de Mestrado Profissional e Acadêmico nas suas respectivas áreas de conhecimento; profissionais da área da saúde, graduandos dos cursos da área de Saúde.	100
	I Jornada Científica da Residência Multiprofissional em Saúde da Criança	Residentes, estudantes e profissionais atuantes na área de saúde	250
	I Jornada da Residência Multiprofissional em Atenção Cardíaca	Estudantes, residentes, profissionais da SES/DF e da sociedade em geral	150
Total			958

Fonte: ESCS e EAPSUS, 10/1/2018.

Fonte: ESCS e EAPSUS, 10/1/2018.

A tabela apresenta os eventos organizados pelas escolas mantidas da Fepecs, que viabilizaram a participação de 958 pessoas, entre profissionais de saúde, residentes, estudantes e comunidade.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1426 - PERCENTUAL DE CONCLUINTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	70	%	87	90,6	93	78,7	100	100	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
Justificativa: 2016 - Houve superação da meta, indicando maior número de novos profissionais de saúde de nível superior (médicos e enfermeiros) formados pelo sistema educacional público do Governo do Distrito Federal-GDF. 2017 - A Escola disponibiliza, a cada ano, 160 vagas para os dois cursos de graduação: 80 para medicina e 80 para enfermagem. Assim, para 2017, programou que 93% destes alunos concluiriam seus cursos. No entanto, apenas 78,7% o fizeram, sendo: 74 estudantes da medicina e 52 estudantes da enfermagem. Diversos fatores contribuíram para este resultado ao longo do período dos cursos (6 anos medicina e 4 anos enfermagem), tais como: desligamentos, reprovações, trancamentos e mobilidade acadêmica.									
1425 - PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	5	PONTO	5	5	5	6,0	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
Justificativa: 2016 - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em enfermagem baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da enfermagem alcançou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes. 2017 - O indicador baseia-se na amostra da mediana da última série do curso de graduação em enfermagem (4ª série), obtida por meio do Teste Progresso/2017. O resultado demonstra a relação entre conteúdo e estrutura curricular da graduação em enfermagem e desenvolvimento dos estudantes, que, neste caso, superou as expectativas da meta estabelecida para o período.									
1424 - PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	5	PONTO	5	5,4	5	6,6	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
Justificativa: 2016 - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em medicina baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da medicina superou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes. 2017 - O indicador baseia-se na amostra da mediana da última série do curso de graduação em medicina (6ª série), obtida por meio do Teste Progresso/2017. O resultado demonstra a relação entre conteúdo e estrutura curricular da graduação em medicina e desenvolvimento dos estudantes, que, neste caso, superou as expectativas da meta estabelecida para o período.									
1423 - TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	0	%	15	16,8	14	20,2	12	10	ETESB/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
Justificativa: 2016 - Considera-se o diferencial aquém do planejado pouco significativo. Infere-se como principais causas da evasão na educação profissional a (1) necessidade de inserção dos estudantes no mercado de trabalho em horário incompatível com o curso e (2) aprovação em curso de graduação. 2017 - Com relação a 2016, verifica-se aumento da taxa de evasão escolar em 3,4%. Em relação ao programado para o ano, houve frustração em 6,2%. Infere-se o comportamento do indicador a alguns fatores, tais como:(1) inserção do aluno no mercado de trabalho, (2) aprovação em curso de nível superior e (3) oferta dos cursos em horário diurno, o que impossibilita o exercício profissional concomitante ao estudo. Esses fatores contribuíram para a evasão dos cursos.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1422 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	0	%	>=70	96,6	>=70	100	>=70	>=70	EAPSUS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7

Justificativa: 2016 - O cálculo foi feito por amostragem. Acredita-se que os altos índices obtidos estão diretamente relacionados à proposta de trabalho da Escola/Fepecs, que busca elaborar os projetos educativos de maneira singularizada e pactuada com a unidade demandante, além de utilizar metodologias ativas na construção da sequência pedagógica, com vistas ao atendimento dos objetivos apontados, constantes no projeto educativo.
2017 - A avaliação foi feita por amostragem em sete ações educativas (11 turmas). Todas as ações avaliadas obtiveram média superior a 70% de satisfação. O instrumento abordou a satisfação dos participantes. O resultado alcançado foi extremamente importante, pois reitera a opção pedagógica da Escola, que é construir cursos e ações educativas pautando-se no referencial teórico e metodológico da pedagogia da problematização e a decisão de construir as propostas junto com a área técnica responsável.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**100.000,00**	**69.997,00**	**9.731,01**	**9.731,01**
6173 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR-FEPECS-PLANO PILOTO .	100.000,00	69.997,00	9.731,01	9.731,01
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**200.000,00**	**139.993,00**	**139.905,78**	**139.905,78**
0007 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	139.993,00	139.905,78	139.905,78
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.000,00**	**16.190,00**	**0,00**	**0,00**
6990 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FEPECS- PLANO PILOTO .	2.000,00	16.190,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**302.000,00**	**226.180,00**	**149.636,79**	**149.636,79**

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**1.008.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5385 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	1.008.000,00	1,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**8.782.368,00**	**9.282.368,00**	**9.248.773,63**	**9.248.773,63**
7007 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	3.020.000,00	3.160.000,00	3.148.498,12	3.148.498,12
7006 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DOCENTES - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	5.762.368,00	6.122.368,00	6.100.275,51	6.100.275,51
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**63.492,00**	**102.952,00**	**98.210,32**	**98.210,32**
7009 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	63.492,00	102.952,00	98.210,32	98.210,32
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**4.554.073,00**	**2.820.594,56**	**2.523.690,41**	**1.479.957,29**
9739 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FEPECS-DISTRITO	951.109,00	222.800,56	186.812,25	186.812,25
Ação/Subtítulo	**Lei**	**Despesa Autorizada**	**Empenhado**	**Liquidado**

FEDERAL				
9801 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	1.379.436,00	1,00	0,00	0,00
9802 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	2.223.528,00	2.597.793,00	2.336.878,16	1.293.145,04
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**70.404,00**	**929.605,00**	**551.977,18**	**14.737,18**
5870 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	70.404,00	929.605,00	551.977,18	14.737,18
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**726.000,00**	**665.236,00**	**580.166,47**	**580.166,47**
5196 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	726.000,00	665.236,00	580.166,47	580.166,47
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**100.000,00**	**100.000,00**	**68.400,00**	**68.400,00**
6978 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	68.400,00	68.400,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**59.000,00**	**167.925,00**	**156.437,60**	**156.437,60**
9744 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	59.000,00	167.925,00	156.437,60	156.437,60
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**15.363.337,00**	**14.068.681,56**	**13.227.655,61**	**11.646.682,49**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CONVÊNIOS, CONTRATOS E OUTROS

CONVÊNIOS FIRMADOS COM A UNIÃO E VIGENTES EM 2017			
Nº Siconv	**Conveniado**	**Objeto**	**Vigência**
759942/2011	Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas	Implantar o Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares.	16/6/2017
808492/2014	Ministério da Educação - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE	Aquisição de equipamentos de informática.	18/5/2018

Fonte: Projur/Fepecs, 8/1//2018

CONVÊNIOS VIGENTES EM 2017			
Nº	**Conveniado**	**Objeto**	**Vigência**
01/2014	Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva - CEPESC	Estabelecer cooperação e intercâmbio para produção de conhecimento, visando à transformação da formação de Profissionais de Saúde, entre outras dimensões, na reconfiguração dos saberes e das práticas de cuidado e de ensino.	04/2017
01/2015	GANEP – Nutrição Humana Ltda.	Regular as relações entre as partes, estabelecendo direitos e obrigações, bem como as condições para que, por meio da conjugação de esforços e o desenvolvimento conjunto de atividades, viabilize-se o funcionamento do Curso de Especialização em Nutrição Clínica Enteral e Parenteral.	24/7/2019
02/2015	Hospital da Criança de Brasília José Alencar – HCB	Conceder campo de estágio e treinamento em serviço no HCB para os residentes pertencentes aos Programas de Residências da SES-DF, estudantes da ESCS/Fepecs, estudantes da ETESB/Fepecs e profissionais de saúde indicados pela EAPSUS/Fepecs.	21/12/2020
01/2016	UFG	Cooperação técnico-científica das partes, estabelecendo o intercâmbio entre os Programas de Residência Médica.	1/11/2021
02/2016	Instituto de Saúde Integral – ISI	Regular as relações entre as partes estabelecendo direitos e obrigações, bem como as condições para que, por meio da conjugação de esforços e o desenvolvimento conjunto de atividades, viabilize-se a execução e certificação do Curso de Especialização em Homeopatia.	11/5/2019
s/nº	SESC/DF	Cooperação recíproca entre as partes visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a plena operacionalização da Lei nº 11.788, de 25/09/2008, que dispõe sobre os estágios obrigatórios e não obrigatórios.	01/11/2020

11/2017	Sistêmica Consultoria	Realização do Curso de Especialização lato sensu: Sistêmica Fenomenológica Familiar.	31/3/2017
71/2017	Fiocruz	Cooperação técnico-científica para desenvolvimento, institucionalização e operação de banco de dados visando à formulação de estudos de políticas públicas sociais sobre saúde, educação, trabalho e relações de raça e gênero da sociedade.	19/5/2022

Fonte: Projur/Fepecs, 8/1//2018

CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO VIGENTES EM 2017 – SES/DF com INTERVENIÊNCIA DA FEPECS		
Nº	**Conveniado**	**Curso**
01/2017	PRO EDUCAR Instituto Técnico Educacional	Técnico em Enfermagem.
02/2017	Universidade Católica de Brasília - UCB	Graduação em Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social.
03/2017	Instituto Técnico Madre Teresa	Técnico de Enfermagem e de Radiologia
04/2017	Faculdade LS	Graduação em Enfermagem e em Farmácia.
05/2017	Escola Técnica de Saúde - ETS	Técnico em Enfermagem.
06/2017	LS Escola Técnica	Técnico em Enfermagem, Análises Clínicas, Radiologia e o de Especialização em Instrumentação Cirúrgica.
07/2017	Centro Universitário de Brasília - UniCEUB	Graduação em Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Psicologia e Medicina Veterinária.
08/2017	Faculdades Integradas da União do Planalto Central - FACIPLAC	Graduação em Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia.
09/2017	Centro Técnico em Saúde e Informática - CETESI	Técnicos de Enfermagem, Nutrição/Dietética e Radiologia.
12/2017	Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB	Graduação em Pedagogia, Enfermagem, Serviço Social, Nutrição e Psicologia.
13/2017	Universidade de Brasília - UnB	Graduação em Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Gestão em Saúde Coletiva, Terapia Ocupacional, Serviço Social, Fisioterapia e Fonoaudiologia.
14/2017	Centro de Formação Profissional – SENAC	Técnico de Enfermagem, Nutrição e Dietética, Análises Clínicas, Hemoterapia e Farmácia.
15/2017	Faculdade Anhanguera de Brasília - FAB	Graduação em Enfermagem.
16/2017	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - UNIPLAN	Graduação em Enfermagem, Fisioterapia e Fonoaudiologia.
17/2017	Instituto Técnico de Educação de Brasília - ITEB	Técnico em Enfermagem.

18/2017	IMAMEB	-
19/2017	Universidade Paulista – UNIP	Cursos de Graduação em Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia.
20/2017	Centro Universitário do Distrito Federal – UDF	Cursos de Graduação em Enfermagem e Farmácia.
21/2017	Faculdade de Ciência e Tecnologia de Brasília - FACITEB	Curso de Graduação em Enfermagem

Fonte: Projur/Fepecs, 8/1//2018

TERMOS DE OUTORGA E ACEITAÇÃO (pesquisas financiadas em execução em 2017)			
Nº	**Pesquisador**	**Pesquisa**	**Vigência**
01/2013	Cláudia Vicari Bolognani	Estudo de incidência e proposição de estratégias para redução dos índices de cesárea na Rede Pública do Distrito Federal – Brasil Obs.: em fase de prestação de contas	02/2017
10/2013	Maria Rita Carvalho Garbi Novaes	Avaliação de interações medicamentosas e reações adversas a medicamentos em pacientes hospitalizados e em uso de nutrição enteral e parenteral em hospital geral de Brasília, Distrito Federal Obs.: em fase de prestação de contas	12/2016
12/2013	Ângela Ferreira Barros	Fatores associados ao tempo de acesso para o tratamento do câncer de mama no Distrito Federal, Brasil Obs.: em fase de prestação de contas	06/2017
01/2014	Daphne Renata Tavares Amaral	Genotipagem de Grupos Sanguíneos Eritrocitários em pacientes politransfundidos atendidos na rede pública de hospitais do DF, visando implementação futura de diagnóstico molecular de grupos sanguíneos eritrocitários na prática transfusional Obs.: em fase de prestação de contas	12/2016
02/2014	Fábio Ferreira Amorim	Fluxo de pacientes e utilização de recursos na Unidade de Pronto Atendimento do Recanto das Emas - DF	12/2017
03/2014	Leila Bernarda Donato Gottems	A cultura de segurança do paciente entre profissionais de saúde como melhoria na qualidade da assistência	12/2017
01/2015	Agenor de Castro Moreira dos Santos Júnior	Desenvolvimento e validação de kit diagnóstico NAT para detecção de parasitas protozoários (Trypanosoma cruzi, Leishmania SP., Toxoplasmose gondii e Plasmodium SP.) em rotina de triagem de doadores de sangue do Distrito Federal.	12/2018

02/2015	Carmélia Matos Santiago Reis	Estudo comparativo entre duas fontes de laser para o tratamento de cicatriz por queimadura: laserterapia fracionada ablativa Er: YAG 2940nm versus não ablativa Er: YAP 1340 nm associada à luz intensa pulsada -	07/2017
		avaliação clínica, histopatológica e da qualidade de vida. Primeiro Termo Aditivo ao TOA nº 02/2015 Obs.: em fase de prestação de contas	
03/2015	Levy Aniceto Santana	Síndrome de Apneia do Sono em indivíduos com Síndrome de Down.	11/2017
04/2015	Sandra de Nazaré Costa Monteiro	Perfil epidemiológico de pacientes atendidos na sala vermelha do Centro de Trauma do Hospital de Base do Distrito Federal.	11/2017
05/2015	Polyana Araújo de Assis	Monitoramento da potência de antibióticos utilizados na rede pública do Distrito Federal.	11/2017
01/2016	Levy Aniceto Santana	Implantação de Lean Healthcare na linha de cuidado de cirurgias gerais de baixa e média complexidade.	12/2018
02/2016	Jacqueline Ramos de Andrade Antunes Gomes	Ambulatório multidisciplinar de avaliação perioperatória de um hospital geral secundário: estudo transversal.	12/2018
03/2016	Maria Rita Carvalho Garbi Novaes	Fatores preditivos clínicos, farmacológicos, laboratoriais e sociais no desfecho de úlcera de pé em indivíduos diabéticos assistidos no Sistema Único de Saúde do Distrito Federal.	12/2018
04/2016	Alessandra da Rocha Arrais	Atendimento a vítimas de violência sexual na emergência do HMIB: analisando o modelo atual e prospectando mudanças com a cadeia de custódia no âmbito do SUS.	12/2018
05/2016	Lilian Barros de Sousa Moreira Reis	Adesão à terapia nutricional por pessoas com diabetes mellitus.	12/2017
06/2016	Ricardo Camargo	Incorporação da tecnologia de MLPA (multiplex ligation dependent probe amplification) no rastreamento para detecção de alterações genético-moleculares Philadelphia-like e amplificação intracromossômica do 21 em crianças com Leucemia Linfoide Aguda para intervenção precoce no tratamento.	12/2018
01/2017	Fabiana Pirani Carneiro	Desenvolvimento e validação teste rápido para diagnóstico de carcinoma em líquor	12/2019
02/2017	Renata Costa Fortes	Estudo prospectivo, randomizado, duplo cego, comparativo em cicatrização de úlceras de estase de membros inferiores entre curativos padrão e curativo padrão com extrato de Syzygyum cumini.	12/2019
03/2017	Maria Liz Cunha de Oliveira	Violência por queimaduras em mulheres internadas em centro de referência no Distrito Federal, Brasil, no período de 2010 a 2015	12/2019

04/2017	Sandra de Nazaré Costa Monteiro	Educação em saúde para estomizados.	12/2019
05/2017	José Carlos Martins Cordoba	Investigação de metodologia HRM para detecção de mutação no gene GATA1 como	12/2019
		marcador molecular diagnóstico da leucemia mieloide da Síndrome de Down.	
06/2017	Danyelle Lorrane Carneiro Veloso	Controle Glicêmico e presença de neuropatia periférica em pacientes com diabetes do Distrito Federal.	12/2019
07/2017	Carlos Alberto da Silveira	Avaliação da resposta molecular dos pacientes adultos portadores de Leucemia Mieloide Crônica do Hospital de Base do Distrito Federal Tratados com inibidores de tirosinaquinase de segunda geração.	12/2019

Fonte: Projur/Fepecs, 8/1//2018

CONTRATOS VIGENTES EM 2017		
Nº	**Credor**	**Objeto**
01/2017	Fabiano Maluf	Prestação de serviço técnico especializado, como Coordenador Técnico do “Mini Curso de Extensão em Bioética para Residentes da SES/DF” para Residentes dos Programas de Residência da SES/DF.
02/2017	Marcelo Moreira Corgozinho	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutor Técnico do “Mini Curso de Extensão em Bioética para Residentes da SES/DF” para Residentes dos Programas de Residência da SES/DF.
03/2017	Grazielle Custódio David	
04/2017	Gislane Ferreira de Melo	
05/2017	Maria Rita Carvalho Garbi Novaes	
06/2017	Maria Liz Cunha de Oliveira	
07/2017	Luciana Rodriguez Teixeira de Carvalho	Prestação de serviço técnico especializado, como Coordenadora Técnica do “Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES/DF” para Residentes dos Programas de Residência da SES/DF
08/2017	Lourdete Rejane Ferro Zago	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutora Técnica do “Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES/DF” para Residentes dos Programas de Residência da SES/DF
09/2017	Claudia Spinola Leal Costa	
10/2017	Gabriela Jacarandá Alves	
11/2017	Maria Inez Machado Telles Walter	
12/2017	Thais Branquinho Oliveira Fragelli	
13/2017	Jacqueline Ramos de Andrade Antunes Gomes	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutora do Curso de Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização, da ETESB.
14/2017	Leila Maria de Sousa	
15/2017	Marta David Rocha de Moura	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutora do “Mini Curso de Extensão: Pesquisa Quantitativa em Saúde” para Docentes dos Cursos de Medicina e Enfermagem
16/2017	Associação Paranaense de Cultura - APC	Prestação de Serviço de Suporte Técnico, Manutenção Preventiva e Corretiva do sistema PERGAMUM – Sistema Integrado de Bi bibliotecas para gerenciamento das atividades de bibliotecas.

17/2017	Luciana Rodriguez Teixeira de Carvalho	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutora do “Mini Curso de Extensão em Bioética e Ética para Residentes da SES/DF”.
18/2017	Thais Branquinho Oliveira Fragelli	
19/2017	Cíntia do Couto Mascarenhas	
20/2017	Ester Mascarenhas Oliveira	
21/2017	Fabiano Maluf	
22/2017	Vicente Paulo Alves	Prestação de serviço técnico especializado, como Coordenador Técnico do “Mini Curso de Extensão em Bioética e Ética para Residentes da SES/DF”.
S/N	NEOPUBLICA	Prestação de Serviços de consultoria técnica especializada para apoiar a SES/DF na implantação do Instituto do Hospital de Base do DF
23/2017	Amanda Cristina de Oliveira Fragoso Gomes	Prestação de serviços de pessoa física para atuar nas atividades de Instrutoria e Coordenação Técnica no Curso de Complementação para Técnico em Enfermagem da ETESB
24/2017	Júlia Maria de Oliveira Duarte	
25/2017	Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES)	Prestação de serviços técnico-especializados de execução de processo seletivo público que visa ao ingresso de candidatos às vagas para curso de pósgraduação lato sensu, na forma de Residência Médica e Residência em Áreas Profissionais de Saúde
25/2017 - B	Kátia Cristiane de Moura Franco	Prestação de serviços de Instrutoria e Coordenação Técnica no Curso de Complementação para Técnico em Enfermagem da ETESB.
26/2017	Letícia de Oliveira	
27/2017	Graziela Elias de Souza	
28/2017	Ana Fidelly Guimarães Costa	
29/2017	Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES)	Prestação de serviços técnico-especializados de execução de processo seletivo público que visa ao ingresso de candidatos às vagas para o curso de Análises Clínicas e Saúde Bucal
30/2017	Arrow Ecs Brasil Distribuidora Ltda	Fornecimento de equipamentos (Switch de acesso) e serviço de elaboração de projeto executivo de material de cabeamento estruturado e serviços diversos.
31/2017	Smartware Networks do Brasil Ltda	Solução de rede local sem fio (wireless) por meio de aquisição de rádios de ponto de acesso sem fio
32/2017	Smartwave Networks do Brasil Ltda	Aquisição de equipamento (Controladora WLAN com software de gerenciamento, Controladora WLAN e licenças para pontos de acesso) e serviço de elaboração de projeto executivo, fornecimento de material de cabeamento estruturado e serviços diversos.
33/2017	Arte Foto	Prestação de serviço de cerimonial para colação de grau dos formandos dos cursos de graduação das ESCS.
34/2017	MBM Seguradora S.A	Seguro de acidentes pessoais coletivos para 759 estudantes da Escola Superior de Ciências da ESCS
35/2017	MBM Seguradora S.A	Seguro de acidentes pessoais coletivos para 350 estudantes da Escola Técnica de Saúde de Brasília
36/2017	Editora Evangrav Ltda	Serviços de diagramação e arte-finalização do periódico “Comunicação em Ciências da Saúde/CCS’
37/2017	Guilherme Almeida Elídio	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutor do “Mini Curso de Extensão em Vigilância Epidemiológica aos Residência da SES/DF

38/2017	Fabiano Marques Rosa	Prestação de serviço técnico especializado, como Coordenador Técnico do "Mini Curso de Extensão em Vigilância Epidemiológica aos Residência da SES/DF.
39/2017	Líder Notebooks Comércio e Serviços Ltda	Aquisição de 132 computadores para a Fepecs
40/2017	Giselle Angélica Moreira de Siqueira	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutor do "Mini Curso de Extensão em Vigilância Epidemiológica aos Residência da SES/DF.
41/2017	Igor Gonçalves Ribeiro	
42/2017	Anelice da Silva Batista	Prestação de serviço técnico especializado, como Coordenador Técnico do Curso de Capacitação em Ensino em Saúde: formação para preceptoria em Residência.
43/2017	Lúcia de Carvalho Brandão	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutor do Curso de Capacitação em Ensino em Saúde: formação para preceptoria em Residência
44/2017	Gorki Grinberg	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutor do Curso de Capacitação em Ensino em Saúde: formação para preceptoria em Residência
45/2017	Ana Márcia Iunes Salles Gaudard	
46/2017	Cláudia Spinola Leal Costa	
47/2017	Maria Inez Machado Talles Walter	Prestação de serviço técnico especializado, como Coordenador Técnico do Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES.
48/2017	Viviane Cristina Uliana Peterle	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutor do Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES.
49/2017	Gislane Ferreira de Melo	
50/2017	Fábio Siqueira	
51/2017	Rafael da Costa Sotero	
52/2017	Maria Liz Cunha de Oliveira	

Fonte: Projur/Fepecs, 8/1//2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Dificuldades / problemas que interferiram na execução dos programas

- Ausência de quadro próprio de pessoal;
- Docência do ensino superior e técnico;
- Evasão na educação profissional e permanente.

PERSPECTIVAS PARA 2018

As perspectivas estão relacionadas, principalmente, aos cursos a serem ofertados pelas três escolas mantidas pela Fepecs, conforme demonstrado na planilha. Outras perspectivas dizem respeito a iniciativas na área de pesquisa e comunicação científica, projetos estruturantes e outros.

CURSOS

Modalidade	Tipo de evento	Curso	Público alvo	Vagas	Período (previsão)	Observação
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Cursos Técnicos	Saúde Bucal	Comunidade	40	Março/Dez.	Nova turma
		Análises Clínicas	Comunidade	40	Abril/Dez.	Nova turma
		Vigilância em Saúde	Servidores da SES/DF Comunidade	40	2º semestre	Curso inédito
		Hemoterapia	Servidores da SES/DF Comunidade	40	2º semestre	Curso inédito
	Cursos Pós-Técnicos	Especialização Técnica em Saúde da Família	Auxiliares e Técnicos em Enfermagem da SES/DF	40	2º semestre	Nova turma
	Formação Inicial e Continuada	Qualificação em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização	Servidores SES/DF Comunidade	40	1º semestre	Nova turma
				40	2º semestre	Nova turma
		Qualificação Profissional Inicial para ACS	Agentes Comunitários de Saúde	280	1º semestre	7 novas turmas
GRADUAÇÃO	Graduação	Bacharelado em Medicina	Egressos do ensino médio	80	6 anos	Nova turma
		Bacharelado em Enfermagem	Egressos do ensino médio	80	4 anos	Nova turma
PÓS-GRADUAÇÃO	Mestrado Profissional	Ciências para a Saúde – 7ª turma	Servidores do SUS	18		Nova turma
	Mestrado Acadêmico	Ciências da Saúde – 2ª turma	Comunidade em geral	15		Nova turma
	Doutorado Profissional	Rede em Saúde/Educação (ABRASCO)	A ser definido	A ser definido	A ser definido	Em avaliação pela Saúde Coletiva da CAPES
EXTENSÃO	Cursos	Diversos	Docentes, estudantes e preceptores de graduação	455	1º e 2º semestres	Nova turma
		Cursos para a residência SES/DF	Residentes e preceptores	5.400	1º e 2º semestres	Nova turma
	Mini cursos	Diversos	Monitores, docentes, estudantes e profissionais de saúde	222	1º e 2º semestres	Nova turma
	Projetos	Diversos	Estudantes, docentes e preceptores de graduação	218	1º e 2º semestres	Nova turma
	Eventos	Diversos	Residentes, estudantes, docentes e profissionais de saúde	1.400	1º e 2º semestres	Novos turmas
EDUCAÇÃO PERMANENTE	Cursos	Manejo e Tratamento ao Sobrepeso e à Obesidade	Atenção Especializada e APS	Sob demanda		Novas turmas
		Atualização em Odontopediatria para Cirurgiões-Dentistas	APS	Sob demanda		Novas turmas
		Tanatologia	Assistência Hospitalar e APS	Sob demanda		Novas turmas

		Saúde da Mulher – Gestação, Parto e Puerpério	APS	Sob demanda	Novas turmas
		Saúde do Idoso	APS	Sob demanda	Novas turmas
		Qualificando o trabalho com grupos na SES/DF	Profissionais que atuam com educação na SES/DF APS	Sob demanda	Novas turmas
		Disfunção Têmporo-Mandibular (DTM)	Cirurgiões Dentistas	Sob demanda	Novas turmas
	Misto (treinamento, seminário, curso, ATOSS)	Selo de qualidade para serviços que atendem adolescentes	Assistência especializada e APS	Sob demanda	Novas turmas
		Diversidade sexual e de gênero	Profissionais da SES/DF	Sob demanda	Novas turmas
	Oficinas	Construção Plano de Educação Permanente da SES/DF	NEPS, representantes das Regiões de Saúde e subsecretarias	Sob demanda	Novas turmas
		Saúde da Criança – ADIPI – revisão do material pedagógico	Especialistas	Sob demanda	Novas turmas
	Seminários	Jornada de Prevenção ao Suicídio	Profissionais da SES/DF	Sob demanda	Novas turmas
	ATOSS	Aprimoramento da Gestão da APS – Região Oeste	Gerentes da APS	Sob demanda	Novas turmas

PESQUISA E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Atividade	Eventos	Clientela	Qtde	Data provável	Obs.
Iniciação Científica	Programa de Iniciação Científica	Estudantes de graduação e de cursos técnicos	82 bolsas	Jul/2018 a ago/2019	Atividade contínua
	I Curso de Extensão em Iniciação Científica	Estudantes do Programa de Iniciação Científica da ESCS	50 vagas	Mar/2018	Atividade contínua
	II Curso de Extensão em Iniciação Científica	Estudantes do Programa de Iniciação Científica e de graduação da ESCS	100 vagas	Ago/2018	Atividade contínua
	XII Mostra de Iniciação Científica;	Estudantes de graduação e de cursos técnicos	150 vagas	Nov/2018	Atividade contínua
Fomento à Pesquisa	Programa de Fomento à Pesquisa	Servidores pesquisadores da SES-DF	5 projetos	Set/2018	Atividade contínua
	2º Encontro de Pesquisadores da SES-DF	Servidores e pesquisadores em saúde	100 vagas	Out/2018	Atividade contínua
	Seminário Marco Zero para os projetos aprovados no Programa de Fomentos	Pesquisadores, gestores, servidores e estudantes	40 vagas	Nov/2018	Atividade contínua
Portal Pesquisa	Monitoramento e acompanhamento de pesquisas realizadas no âmbito da SES-DF	Pesquisadores, gestores, servidores e estudantes	1 portal	2º semestre	Nova Atividade

Evidências em Saúde	Seminário de apresentação da Síntese de Evidência: "Evidências para Priorização de Cirurgias Eletivas em um Hospital Público Terciário de Grande Porte"	Pesquisadores, gestores, servidores e estudantes	50 vagas	Mar/2018	Nova atividade
	Diálogo Deliberativo sobre da Síntese de Evidência: "Evidências para Priorização de Cirurgias Eletivas em um Hospital Público Terciário de Grande Porte"	Pesquisadores, gestores, servidores e estudantes	25 vagas	Maio/2018	Nova atividade
	Curso de Metodologia SUPPORT - EVIPNET	Pesquisadores, gestores, servidores e estudantes	30 vagas	Jun/2018	Nova atividade
CCS	1º Encontro dos Editores, Revisores e Pareceristas da Revista CCS	Pesquisadores, gestores, servidores e estudantes	50 vagas	Mar/2018	Nova atividade
	Divulgação da produção científica em ciências da saúde e, especialmente, dos trabalhos realizados pelos profissionais da área de saúde do DF por meio da revista CCS	Pesquisadores, gestores, servidores e estudantes	04 fascículos	2018	Atividade contínua

PROJETOS ESTRUTURANTES

IMPLANTAR O SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DE ATIVIDADES PRÁTICAS CURRICULARES (2017/2018)	
Justificativa	Esgotamento da capacidade de trabalho manual da equipe no gerenciamento das entradas nos cenários da SES
Benefícios esperados	• Maior agilidade nos processos e cumprimento de prazos • Melhoria das condições de trabalho das equipes • Possibilidade da equipe dedicar-se ao monitoramento e avaliação, conforme suas atribuições.
Ações	• Contratação e construção do Projeto de Levantamento de Requisitos do Sistema (2017) • Contratação de empresa para construção do Sistema • Treinar equipe da GE/EAPSUS para utilização do Sistema - Treinar as Instituições de Ensino Conveniadas
Previsão de implantação	junho de 2018

DESENVOLVER AÇÕES EDUCATIVA EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (PNEPS)	
Justificativa	Os princípios e diretrizes da PNEPS ampliam a potência das ações educativas, possibilitando respostas às necessidades dos profissionais, equipes e serviços, qualificando a assistência prestada
Benefícios esperados	• Demandas das áreas técnicas alinhadas com os indicadores do Plano de Saúde; • Aumento das competências dos profissionais para intervirem na suas realidades; • Aprimoramento das ações de educação em todos os níveis de atenção à saúde da SES/DF
Ações	• Revisar os instrumentos de identificação e qualificação de demandas de ações educativas, • Realizar reuniões com as áreas estratégicas da SES/DF • Alinhar as demandas das diferentes áreas técnicas da SES/DF • Construir projetos pedagógicos – Plano de EP da SES/DF • Executar ações educativas

IMPLANTAR A GESTÃO POR PROCESSOS NA EAPSUS	
Justificativa	• Processos não uniformes, ocorrência de retrabalho • Falta de controle efetivo dos processos Escola • Indefinição do fluxo de documentos
Benefícios esperados	• Aumento da produtividade • Melhoria na comunicação interna e externa • Redução de retrabalho • Tempo para acompanhar e avaliar os serviços prestados pela EAPSUS • Domínio da missão da Escola • Satisfação dos clientes
Ações	• Oficinas com a DIORG/SUPLANS para mapeamento dos processos • Oficinas internas para qualificar a equipe • Discussão dos processos de trabalho e implantação dos novos fluxos
Previsão de implantação	• Processos mapeados, redefinidos e alinhados com as necessidades e metas da Escola - Junho 2018

OUTROS

- Criação do Repositório Institucional da Fepecs;
- Criação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal é órgão central do Sistema de Segurança Pública subordinado diretamente ao Governador do Distrito Federal. Conforme publicação do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, artigo 8º, § 1º, alínea IV, foi renomeada de Secretaria de Estado de Segurança Pública para Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A Secretaria tem como finalidade promover a segurança pública no Distrito Federal, destinada à preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Dentro de uma visão atual e moderna no contexto de segurança pública, este órgão, promoveu uma série de atividades visando proporcionar à população do Distrito Federal paz, tranquilidade, qualidade de vida e segurança.

O Regimento Interno da Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17/01/2008, publicado no DODF nº 13, de 18/01/2008, define:

Art. 1º A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida nos termos da legislação, para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Art. 2º O Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal é composto pelos seguintes órgãos:

I. Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal;
II. Polícia Civil do Distrito Federal;
III. Polícia Militar do Distrito Federal;
IV. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Parágrafo único. A Secretaria é o órgão central do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal.

Art. 3º À SSP compete:

I - propor e implementar a política de segurança pública fixada pelo Governador do Distrito Federal;

II - planejar, coordenar e supervisionar o emprego operacional dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal;

III - integrar as ações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e do DETRAN, objetivando a racionalização do emprego dos meios e a maior eficácia operacional.

§ 1º O Departamento de Trânsito do Distrito Federal, autarquia integrante do Sistema Nacional de Trânsito, é vinculado à Secretaria para os fins do disposto neste artigo e na forma do art. 1º do Decreto nº 28.222, de 23/08/2007.

§ 2º A competência contida no inciso II deste artigo não exclui a dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e do DETRAN, no desempenho de suas atribuições.

Em 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal teve a sua estrutura administrativa alterada pelos seguintes Decretos: Nº 38.046, de 08 de março de 2017; Nº 38.455, de 30 de agosto de 2017 e Nº 38.467, de 1º de setembro de 2017.

QUADRO DE PESSOAL

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	23	54	147	1.415	**1.639**
Comissionados sem vínculo efetivo	157	0	27	0	**184**
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	8	0	**10**
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	3	0	**3**
Estagiários	0	27	0	0	**27**
Menor Aprendiz/ Projeto Jovem Candango	0	11	0	0	**11**
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	**0**
Outros – especificar (Conselheiros)	9	0	0	0	**9**
Subtotal	**191**	**92**	**185**	**1.145**	**1.883**
(-) Cedidos para outros órgãos	5	0	0	1	**6**
Total Geral	**196**	**92**	**185**	**1.146**	**1.878**

Fonte: SUAG/SSPDF **Obs.:** Dados de 31/12/2017.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**500.000,00**	**357.366,00**	**326.851,87**	**286.613,66**
8431 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SSP-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	357.366,00	326.851,87	286.613,66
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS	**69.400.000,00**	**73.460.676,00**	**73.180.676,00**	**65.685.718,83**
0006 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS-SSP-DISTRITO FEDERAL	69.400.000,00	73.460.676,00	73.180.676,00	65.685.718,83
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**200.000,00**	**250.000,00**	**231.385,83**	**208.572,52**
0029 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-COPEN - SSP-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	250.000,00	231.385,83	208.572,52
3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS-SSP- SÃO SEBASTIÃO	50.000,00	0,00	0,00	0,00

1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	**254.797,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0015 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO-SSP-DISTRITO FEDERAL	254.797,00	0,00	0,00	0,00
2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	**200.000,00**	**950.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL-SSP-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	950.000,00	0,00	0,00
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	**0,00**	**1.718.989,00**	**45.032,00**	**0,00**
0006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-APOIO ÀS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	1.718.989,00	45.032,00	0,00
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	**6.200.000,00**	**1.860.000,00**	**478.009,91**	**0,00**
0002 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO- SSP- GAMA	6.200.000,00	1.860.000,00	478.009,91	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**76.804.797,00**	**78.597.031,00**	**74.261.955,61**	**66.180.905,01**

Ouvidoria Itinerante nos Presídios

O Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios foi inaugurado no dia 5 de julho de 2017 no Centro de Detenção Provisória – CDP. O projeto tem como objetivo a aproximação do Estado com os visitantes dos reclusos no Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com estes atendimentos a Ouvidoria/SSP busca minimizar os problemas corriqueiros do sistema carcerário buscando alcançar paz e harmonia. Em 2017 foram realizados 1.581 atendimentos.





Imagem 1: Atendimento da Ouvidoria Itinerante.

Imagem 2: Veículo Utilizado pela Ouvidoria Itinerante.

Monitoramento Eletrônico por meio de Tornozeleiras

O Centro Integrado de Monitoração Eletrônica – CIME foi criado em 31/08/2017 e inaugurado em 04/09/2017, na Subsecretaria do Sistema Penitenciário, da SSP. A monitoração é feita por servidores da SESIPE/SSP que foram capacitados para essa finalidade. Inicialmente, estarão disponíveis 175 (cento e setenta e cinco) tornozeleiras objeto do Convênio 812110/2014 DEPEN, mas o contrato prevê até 6.000 (seis mil) tornozeleiras, com recursos do Distrito Federal.

Benefícios Esperados: redução do número de custodiados no Sistema Penitenciário e, consequentemente, o déficit de vagas nas unidades prisionais; aumento da fiscalização da medida cautelar e a efetividade do controle estatal sobre essas pessoas, aplicada por meio da fiscalização contínua do monitorado; humanização da medida cautelar diversa da prisão para atender questões que envolvam a idade, limitações físicas, psicológicas e outras avaliadas especificamente; utilização de mecanismo tecnológico como meio de fiscalização de pessoas submetidas a medida cautelar diversa da prisão; redução do gasto do Estado per capta com custodiados do Sistema Penitenciário



Imagem 3: Rol de Entrada do CIME.

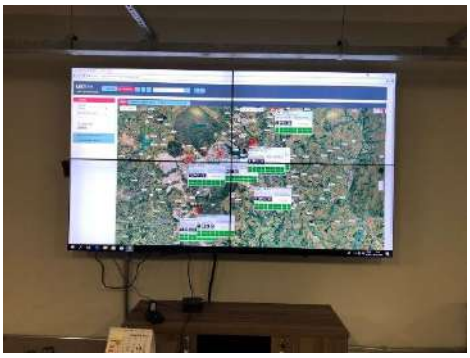


Imagem 4: Painel de Controle do CIME.

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1545 - MÉDIA DOS PRESOS ASSISTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS.	14.350	UNIDADE	16.751	15.000	18.541	15.753	20.482	22.572	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
Justificativa 2016: O aumento de 4,93% na população carcerária do Distrito Federal em 2016, resultou no aumento do Déficit de vagas no Sistema Penitenciário em 7504 vagas. **Justificativa 2017:** O aumento de 5,02% na população carcerária do Distrito Federal em 2017, resultou no déficit de 8.358 vagas no Sistema Penitenciário.									

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, representando o Estado, possui como missão institucional, a competência de assistir, de forma digna, a população carcerária sob sua custódia, celebrando contratos de prestação de diversos serviços, com vistas ao fornecimento de alimentação preparada aos internos, aquisição de colchões e cobertores, aquisição de diversos produtos de higiene pessoal, gêneros masculino e feminino, de fornecimento de energia elétrica e de tratamento de água e esgoto, telefonia, interface com outras Secretarias para atendimento com medicamentos, fornecimento de materiais: básicos, elétricos, hidráulicos, de limpeza, de segurança, serviços de dedetização, ferramentas, e de materiais para manutenção das instalações, além de outros específicos para o Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

No que tange à melhoria das condições para cumprimento de penas, executou ações de manutenção e melhorias nas estruturas físicas das unidades prisionais, bem como, promoveu a executou contratos de serviços de aparelho de Raio-X, detectores de metal, aparelhos para varredura corporal por imagens (Scanner de corpo), proporcionado segurança aos servidores, aos presos, aos familiares dos internos em visita aos presídios.

No final do exercício de 2017, o Governo do Distrito Federal nomeou 200 (duzentos) agentes de Atividades Penitenciárias, o que também contribui na melhoria da qualidade dos serviços penitenciários no Distrito Federal, pois os agentes penitenciários desempenham suas funções na custodia e segurança dos presos, resguardando a integridade física do custodiado e seus visitantes. Cumprindo assim, o estabelecido nas normas legais, proporcionando dignidade aos detentos recolhidos no Complexo Penitenciário do Distrito Federal.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**400.000,00**	**26.325,00**	**25.332,00**	**25.332,00**
0025 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- SSP - (PPV)-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	26.325,00	25.332,00	25.332,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5823 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	130.000,00	0,00	0,00	0,00
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5743 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	**20.200.000,00**	**45.165.942,00**	**4.357.868,37**	**4.067.868,37**
0001 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP-DISTRITO FEDERAL	20.200.000,00	45.165.942,00	4.357.868,37	4.067.868,37
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCR	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCR-SSP-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	**3.700.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	3.700.000,00	0,00	0,00	0,00
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES-SSP-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	**4.300.000,00**	**3.378.993,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ-SSP-(PPV)- DISTRITO FEDERAL	4.300.000,00	3.378.993,00	0,00	0,00
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	**1.300.000,00**	**61.155,00**	**55.092,45**	**55.092,45**
0002 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA-SSP-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	61.155,00	55.092,45	55.092,45

0005 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9591 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**300.000,00**	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**
0045 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0074 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-AQUISIÇÃO DE MEDALHAS PARA HOMENAGEM AOS PIONEIROS DA SSP- DISTRITO FEDERAL	0,00	8.000,00	0,00	0,00
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**1.100.000,00**	**553.000,00**	**494.365,42**	**494.365,42**
6163 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SSP- (PPV)-DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	533.000,00	494.365,42	494.365,42
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-SSP- DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**33.380.000,00**	**49.173.415,00**	**4.932.658,24**	**4.642.658,24**

Viva Brasília, o nosso Pacto pela Vida

O Programa Viva Brasília é um conjunto de estratégias e ações do Governo do Distrito Federal voltados a segurança pública e à paz social, denominado "Viva Brasília, Nosso Pacto pela Vida", tendo os seguintes objetivos específicos:

I – redução dos crimes violentos letais intencionais - CVLI;
II – redução dos crimes violentos contra o patrimônio - CCP;
III – aumento da confiança da população nas instituições de segurança pública e melhoria da prestação do serviço público de segurança; e
IV – diminuição da vulnerabilidade social por meio da paz social e de políticas de prevenção de violência.

Com o programa Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida, a SSP/DF pretende reduzir as taxas de crimes violentos letais intencionais no DF, de crimes contra o patrimônio e também aumentar a sensação de segurança dos brasilienses, melhorando a avaliação dos serviços e a confiança nas organizações de segurança pública.

Em 05 de dezembro de 2017 foi editada a Portaria Conjunta Nº 02, que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do Pacto pela Vida e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF.

Balanço Criminal

Tabela 1 – Comparativo Anual – Período Jan/Dez 2016/2017

EIXOS INDICADORES		NATUREZA	TOTAL		VARIAÇÃO	
			2016	2017	QUANTIT.	(%)
1. C.V.L.I. - CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS	OCORRÊNCIA	HOMICÍDIO	591	**498**	**-93**	**-15,70%**
	VÍTIMA		603	**504**	**-99**	**-16,40%**
	OCORRÊNCIA	LATROCÍNIO	44	**36**	**-8**	**-18,20%**
	VÍTIMA		44	**36**	**-8**	**-18,20%**
	OCORRÊNCIA	LESÃO CORPORAL SEG. DE MORTE	5	**5**	**0**	
	VÍTIMA		5	**5**	**0**	
1.TOTAL		**OCORRÊNCIAS C.V.L.I.**	**640**	**539**	**-101**	**-15,80%**
		VÍTIMAS C.V.L.I.	**652**	**545**	**-107**	**-16,40%**
2. C.C.P. - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	OCORRÊNCIA	ROUBO A TRANSEUNTE	38206	**36763**	**-1443**	**-3,80%**
		ROUBO DE VEÍCULO	5663	**4855**	**-808**	**-14,30%**
		ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO	3130	**2681**	**-449**	**-14,30%**
		ROUBO EM COMÉRCIO *	2774	**2136**	**-638**	**-23,00%**
		ROUBO EM RESIDÊNCIA	919	**862**	**-57**	**-6,20%**
		FURTO EM VEÍCULO	12799	**12656**	**-143**	**-1,10%**
2. TOTAL C.C.P.			**63491**	**59953**	**-3538**	**-5,60%**
TOTAL CRIMES (CVLI + CCP)			**64131**	**60492**	**-3639**	**-5,70%**
3. OUTROS CRIMES	OCORRÊNCIA	TENTATIVA DE HOMICÍDIO	945	**907**	**-38**	**-4,00%**
		TENTATIVA DE LATROCÍNIO	259	**243**	**-16**	**-6,20%**
		ESTUPRO	667	**883**	**216**	**32,40%**
3. TOTAL OUTROS CRIMES			**1871**	**2033**	**162**	**8,70%**
4. PRODUTIVIDADE POLICIAL	OCORRÊNCIA	TRÁFICO DE DROGAS	2300	**2577**	**277**	**12,00%**
		USO E PORTE DE DROGAS	6037	**5722**	**-315**	**-5,20%**
		POSSE/PORTE DE ARMA DE FOGO	1405	**1362**	**-43**	**-3,10%**
		LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO FURTADO OU ROUBADO	7910	**6597**	**-1313**	**-16,60%**

FONTE: Banco Millenium – COOAFESP/SGI/SSP/DF

Os homicídios cometidos em 2017 caíram 15,7% em relação a 2016 – os índices passaram de 591 para 498. Com isso, o Distrito Federal bateu a marca da menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes dos últimos 29 anos, ou seja **16,3 por 100 mil habitantes**. Isso quer dizer que desde 1988 não havia uma taxa tão baixa. Roubos e furtos também apresentaram redução entre os anos analisados. Se forem analisados apenas os números absolutos, ao invés de taxa índice, **2017 fechou com o menor número de homicídios em 15 anos**. No conjunto dos crimes violentos letais intencionais – homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte – a queda verificada foi de 15,8% ou 101 casos a menos. Foram 640 ocorrências em 2016 e 539 em 2017. Separadamente, os latrocínios baixaram de 44 para 36; e as lesões seguidas de morte mantiveram-se com os mesmos índices nos dois anos: cinco ocorrências.

Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio monitorados pelo Viva Brasília, a diminuição foi de 5,6%. Os casos registrados nas delegacias caíram de 63.491 em 2016 para 59.953 em 2017. Nesse montante entram roubos a pedestres, de veículo, em transporte coletivo, em comércio, em residência e furto em veículo.

Em número percentual, a menor queda dos crimes contra o patrimônio foi no registro de roubo em comércio 23% (2.774 para 2.136). Essa natureza criminal inclui casas lotéricas, postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais no geral. O roubo de veículo teve um decréscimo de 14,3%: 5.663 registros em 2016 e 4.855 em 2017. Os roubos em transportes coletivos, por sua vez, saíram de 3.130 para 2.681, ou seja, menos 14,3%.

A queda nos casos de roubo em residência foi de 6,2%, passando de 919 em 2016 para 862 em 2017. Roubos a pedestres – que têm o celular como principal alvo – tiveram baixa de 3,8%

(38.206 para 36.763). Os furtos em veículos, incluindo arrombamentos, saíram de 12.799 para 12.656 (-1,1%).

Pesquisas Realizadas

Ao longo de 2017, a SSPDF realizou importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal. Destacamos a seguir os principais levantamentos empreendidos:

Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização): a Pesquisa Distrital de Segurança Pública foi concluída em junho de 2017 totalizando 19.922 entrevistas;

Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF: a Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho foi concluída entrevistando 348 servidores da SESIPE e 163 servidores da SSPDF;

Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial: a Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial segue em suas etapas de forma contínua, desenvolvendo seus produtos a cada trimestre;

Pesquisa de Violência nas Escolas: a Pesquisa de Violência nas Escolas concluiu a coleta de dados entrevistado ao todo 362 escolas do DF.

Em dezembro de 2017 a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social (SSP/DF) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) assinaram os Termos de Outorga e Aceitação (TOAs) dos projetos de pesquisas considerados prioritários pelas forças de segurança do Distrito Federal.

Ao todo, 10 pesquisas foram selecionadas, nas quais serão investidos cerca de R$ 750 mil para realização dos projetos que deverão ser desenvolvidos em até um ano, a partir de 2018. Os temas, como locais com maior incidência de acidentes de trânsito, diagnóstico e estratégias sobre acidentes domésticos, juventude e Segurança Pública e projeto de remição de pena pela leitura, foram sugeridos pelas forças de segurança. Os resultados das pesquisas vão subsidiar ações do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF), da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), da Polícia Militar do Distrito do Distrito Federal (PMDF) e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran).

Videomonitoramento

O Projeto Videomonitoramento prevê a implantação de uma solução de tecnologia da informação para monitoramento de imagens feito por meio de 835 (oitocentos e trinta e cinco) câmeras de vídeo, dez Centrais de Monitoramento Remoto – CMRs e uma Central de Monitoramento Centralizado – CMC. Trata-se de projeto prioritário e estruturante para o GDF, segundo o Plano Plurianual 2016-2019 e as últimas Leis Orçamentárias. Está entre as demandas mais cobradas nas reuniões de primeira e segunda instância (Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública, AISPs e RISPs, respectivamente) do Viva Brasília, o nosso Pacto pela Vida.

Para dar continuidade à Solução de Videomonitoramento no DF, foi constatado pela SSP, a necessidade de fazer as contratações de empresas especializadas **em duas etapas**: a primeira de **recomposição de fibra ótica**, visando colocar em funcionamento as câmeras já instaladas (conclusão prevista para março de 2018), e a segunda, **para a instalação dos ativos em depósito** e **manutenção (**conclusão prevista para julho de 2018**)**. Para tanto, em dezembro de 2017 a SSPDF realizou a contratação de uma nova empresa especializada na execução de serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica, para instalação, manutenção e certificação da infraestrutura de fibras óticas com fornecimento de materiais, nas redes existentes que suportam a solução de videomonitoramento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social.

Prevenção Gestão do Risco e Resposta a Desastres

Buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública a SSPDF, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil, totalizando 3.125 pessoas capacitadas em 2017.

O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2017 foram vistoriadas 10 áreas de riscos em 2 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.733, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc).

Programa Cultura de Paz

Dentre os projetos tradicionais, ressalta-se o atendimento a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas por meio de oficinas artísticas e culturais e atividades esportivas no âmbito dos Subprogramas Picasso Não Pichava e Esporte à Meia Noite. Durante o ano, 176 socioeducandos foram atendidos e certificados pela participação nas oficinas e mais de oito mil pessoas passaram pelos referidos programas.

Picasso não Pichava

No ano de 2017, foram realizadas atividades nas Regiões Administrativas do Itapoã, Paranoá, Ceilândia, Planaltina, Samambaia, São Sebastião e Recanto das Emas, com oferta de oficinas de cinema, discotecagem/DJ, pintura, capoeira, serigrafia, música, fotografia e intervenções de grafite. Durante o ano, foram atendidos **344** adolescentes e jovens, desses, 104 em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

As atividades são realizadas em parceria com Espaço Cultural Céu das Artes do Recanto das Emas; Casa do Cantador, em Ceilândia; Horta Comunitária do Itapoã; Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM/ Planaltina; Centro Cultural Imaginário de Samambaia e com as Unidades de Atendimento em Meio Aberto – UAMAs e Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – UNAC.

O quadro abaixo apresenta informações das oficinas realizadas durante o ano:

Tabela 2 – Atividades do Picasso não Pichava

Atividade	Localidade	Frequência	Quantidade de alunos atendidos
Oficina de Capoeira	Horta Comunitária – Itapoã	3ª e 5ª	26
	Casa do Cantador – Ceilândia	2ª e 4ª	26
Oficina de Serigrafia	FUNAP/CIR – São Sebastião	3ª e 5ª	10
	CED 02 – Cruzeiro	2ª e 5ª	30
Oficina de Desenho e Pintura/Grafite	CEAM – Planaltina	3ª	85
Oficina de Audiovisual/ Cinema	Espaço Imaginário – Samambaia	2ª e 4ª	70
	Céu das Artes – Recanto das Emas	3ª e 5ª	17
	UAMA – Paranoá	3ª e 5ª	17
	Casa da Criança Batuira – Ceilândia	3ª e 5ª	11

	Secretaria de Segurança Pública Asa Norte Auditório – Jovens da UAMA	3ª e 5ª	17
Oficina de DJ	Céu das Artes – Recanto das Emas	2ª e 4ª	15
Oficina de Música	Céu das Artes – Recanto das Emas	3ª e 5ª	20
		Total de Alunos	**344**

FONTE: SUSEC/SSPDF



Imagem 5: Oficina de pintura - Picasso Não Pichava



Imagem 6: Certificação dos Alunos – Picasso não Pichava



Imagem 7: Certificação dos Alunos – Picasso não Pichava

O Subprograma Picasso Não Pichava também realiza parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil para oferta de suas atividades em eventos comemorativos, para fortalecimento de vínculos comunitários e/ou para ocupação do espaço público. São ofertadas oficinas de Pintura em Tela, Serigrafia, intervenções de grafite, apresentação de roda de capoeira, exposição de telas, entre outras ações. Ao longo de 2017 mais de 3000 pessoas tiveram acesso as atividades do Picasso Não Pichava em eventos realizados nas regiões administrativas do DF.

Viva Brasília nas Escolas

O objeto da atual proposta do Viva Brasília nas Escolas consiste no estabelecimento de mútua cooperação entre SSP e SEEDF visando prevenir e reduzir vulnerabilidades sociais e criminais nas escolas públicas do Distrito Federal e seus perímetros, por meio do desenvolvimento de diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar, valorização dos profissionais de

educação e segurança, formação da comunidade escolar e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz.
O programa está organizado em quatro eixos:

I. **Diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar:** Atingiu até o momento 50% das escolas públicas do Distrito Federal;
II. **Valorização dos Profissionais de Educação e Segurança:** Em fase de elaboração da minuta de desenho curricular para workshop/curso de capacitação com os profissionais de educação e segurança. Previsão: março de 2018;
III. **Formação da Comunidade Escolar:** Em fase de construção o planejamento para metodologia de trabalho, que inclui a proposta de formação da comunidade escolar (alunos, famílias, equipe gestora da escola, entre outros) e de Comitês de Paz com os alunos.
IV. **Articulação de Políticas Sociais, Programas, Projetos e Ações que promovam a Cultura de Paz nas escolas**: Em fase de construção do planejamento para mapeamento e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz nas Escolas

Ainda em 2017, foram desenvolvidas ações de sensibilização de cultura de paz e formação de vínculos com os alunos da escola Zilda Arns, localizada na região administrativa do Itapoã, para a formação de Comitê de Paz. Também foram realizadas diversas atividades no Centro de Ensino Médio – CEM 02, em Planaltina, conforme informações na tabela abaixo:

Tabela 3 – Atividades do Viva Brasília nas Escolas

Atividade	Professor/Responsável	Localidade	Participantes
Oficina de Teatro	Teatro Comunitário do Itapoã – órgão responsável.	CEM 02	40 alunos
Palestras de Direitos Humanos (Parte I)	Comissão Especial de direitos da criança, adolescentes da OAB DF. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES PROMODEF	CEM 02	
Painel de Direitos Humanos (Parte II)	Subsecretaria de Igualdade Racial/SEDESTMIDH	CEM 02	
Painel sobre bullying e cultura de paz	Equipe da Subsecretaria de Segurança Cidadã /SUSEC/SSP/DF com psicóloga voluntária e Subsecretaria de Educação Básica / SUBEB/SEEDF	Escola Zilda Arns	40 alunos
		Total de Participantes 2017	**80 ALUNOS**

FONTE: SUSEC/SSPDF

Esporte à Meia Noite

O Esporte à Meia Noite conta com 10 (dez) núcleos onde são realizadas as atividades e dispõe de 18 (dezoito) professores de Educação Física da Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas. As atividades ocorrem, em geral, no período noturno (22h às 02h) e são organizadas em esportivas coletivas (futsal, voleibol, basquetebol) e individuais (jogos de tabuleiros – dama, xadrez e tênis de mesa)
Visando a qualificação do trabalho desenvolvido, os professores passaram por duas capacitações em 2017:

- Curso "Primeiros Socorros". Ofertado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por meio do Grupamento de Atendimento Pré-hospitalar – GAEPH com o objetivo de atualizar e aprimorar os conhecimentos quanto à aplicação dos primeiros socorros e alguns cuidados a serem tomados para prestação de auxílio

imediato aos participantes do projeto. Dias 29 e 31 de março.

- Metodologia de prevenção ao crime por meio do esporte. Parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes para capacitar em abordagem de prevenção ao crime, à violência e ao abuso e uso de drogas por meio de prática esportiva. Dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro.

Durante o ano, foram realizados mais de **oito mil** atendimentos pelo Esporte à Meia Noite, conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela 4 – Atividades do Esporte à Meia Noite

NÚCLEOS	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR MÊS -2017
Ceilândia	21h às 01h, de segunda a sexta-feira.	100
Estrutural	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	120
Gama	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	150
Planaltina (Jardim Roriz)	22h às 01h, de segunda, terça, quinta e sexta-feira (**exceto a quarta-feira**).	60
Planaltina (Vila Buritis)	19h às 22h, de segunda a sexta-feira.	90
Samambaia	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	60
São Sebastião	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	110
Recanto das Emas	14h às 18h, as segundas, terças e quintas.	50
	Média de público atendido por mês	**740**
	Média de atendimentos por ano	**8.880**

FONTE: SUSEC/SSPDF





Imagens 8 e 9 : Adolescentes e jovens atendidos pelo Esporte à Meia Noite **Imagem 9**

Além dos atendimentos rotineiros do Esporte à Meia Noite, mais de **cinco mil** adolescentes e jovens participaram de atividades do projeto em eventos realizados nas regiões administrativas do DF.

Segurança Comunitária

Em atendimento ao disposto no Acordo de Cooperação Técnica Internacional para implementação do Projeto de Difusão Nacional da Polícia Comunitária no Brasil com vigência até janeiro de 2018, o Distrito Federal foi um dos entes federativos escolhidos para figurar como multiplicador da filosofia de polícia comunitária, foram realizadas as seguintes ações no ano de 2017:

- **Criação da Diretoria de Segurança Comunitária**: a área foi instituída no mês de março de 2017 com vistas a acompanhar projetos e difundir a filosofia de polícia comunitária. A nova estrutura está publicada no Decreto nº 38.046, e 08 de março de 2017.
- **Curso no Japão:** em julho, um policial militar lotado na SSP participou do Curso de Gestor de Polícia Comunitária – Sistema Koban, realizado em Tóquio, entre os dias 30 de

junho e 17 de julho de 2017.

- **Visita Técnica:** representantes da polícia japonesa estiveram na SSP, no dia 23 de janeiro de 2017, para conhecer a Pasta e apresentar as expectativas em relação à troca de experiências com a Polícia Militar do Distrito Federal. O policial Masahiro Kamei permaneceu no DF por um mês e outra policial japonesa, Hisami Ohashi, também esteve no DF para acompanhar as atividades e participar do seminário sobre polícia comunitária.
- **Seminário Internacional:** no dia 16 de fevereiro, a SSP realizou o Seminário Internacional para multiplicação da filosofia de Polícia Comunitária com palestras dos profissionais capacitados nos Cursos de Gestor de Polícia Comunitária (Japão), Operador de Polícia Comunitária (Japão) e Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Sistema Koban (Estados Modelos), profissionais da Secretaria Nacional de Segurança Pública e peritos japoneses.



Imagem 10: Seminário Internacional de Polícia Comunitária



Imagem 11: Palestra de Hisami Ohashi, perita da Polícia Nacional do Japão

Outra importante entrega foi o trabalho realizado junto às lideranças comunitárias das regiões administrativas do Paranoá e de Planaltina para a difusão da filosofia de polícia comunitária. Foram realizados dois Cursos de Promotor de Polícia Comunitária com carga horária de 40h para a comunidade e profissionais de segurança pública com o objetivo de incentivar maior participação social nas ações de segurança pública locais. Aproximadamente 70 pessoas receberam certificação.



Imagem 12: Aula inaugural - Paranoá



Imagem 13: Corpo discente e representantes das instituições parceiras - Paranoá



Imagem 14: Alunos do Curso de Promotor de Polícia Comunitária - Planaltina



Imagem 15: Cerimônia de encerramento - Planaltina

Conselhos Comunitários de Segurança

Ainda, como parte das ações de fortalecimento da filosofia de polícia comunitária, a Subsecretaria atuou junto aos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs). Ao longo do ano foram realizadas 300 reuniões, com a presença de cerca de nove mil pessoas.

Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência

Dos novos projetos, destaca-se o lançamento do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor, voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. O projeto beneficiará incialmente até cem mulheres.

Articulação Territorial

O Distrito Federal é dividido em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), conforme imagens abaixo, e mensalmente, a SSPDF por meio da Subsecretaria de Segurança Cidadã – SUSEC participa da organização e realiza o acompanhamento de reuniões nas Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e comunidade para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública locais. Esses encontros visam promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais e ocorrem no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e Comitês de Área Integrada de Segurança Pública (CAISPs).

A SUSEC possui quatro diretorias responsáveis por coordenar e acompanhar as reuniões: Diretorias da Rede Colaborativa Leste, da Rede Colaborativa Metropolitana, da Rede Colaborativa Oeste e Rede Colaborativa Sul.

Nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Já nos encontros de CAISP, os dirigentes dos órgãos de segurança pública priorizam as demandas a serem atendidas e discutem as soluções possíveis para a resolução dos problemas apresentados.

Atualmente, estão em funcionamento 35 CONSEGs, os quais são compostos pelo Administrador Regional; dirigentes locais das forças de segurança pública; representantes do Departamento de Estradas de Rodagem (DER); da Agência de Fiscalização do DF (Agefis); da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social; Mulheres; Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh); Coordenação Regional de Ensino; e Conselho Tutelar.

Já os CAISPs são integrados pelos chefes dos órgãos de segurança pública de cada Área Integrada de Segurança Pública (AISP): delegados-chefe da Polícia Civil; comandantes de batalhão da Polícia Militar; comandantes de grupamento militar do Corpo de Bombeiros; e diretores de policiamento do Departamento de Trânsito. Também compõem os Comitês os presidentes de CONSEG. A coordenação do colegiado é rotativa, de forma que a cada mês uma força de segurança conduz a reunião.



Imagem 16: Regiões Integradas de Segurança Pública e (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs)

Ensino e Valorização Profissional

A SSSPDF por meio da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional – SEVAP atuou continuadamente na oferta de diversos cursos, seminários, workshops com o objetivo de fomentar a estratégia de execução do programa "Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida", por meio do Eixo 3: aumento da confiança e melhoria do serviço público de segurança, embasado por duas diretrizes: valorização dos profissionais de segurança pública e qualificação da gestão da segurança pública por meio de indicadores de desempenho e de resultado.

A SEVAP atuou fortemente na reestruturação das ações e canais e atendimento a ocorrências, do "*Viva Brasília, nosso Pacto pela Vida"*, com cursos voltados para os atendentes e despachantes da CIADE, no intuito de aperfeiçoar esta mão-de-obra tão

importante para o sistema da segurança pública e atender os anseios da comunidade na melhoria dos serviços prestados por aquela Central.

O Programa de implantação do SEI na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social foi um sucesso. Hoje o sistema está funcionando plenamente. Como consequência, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão concedeu à SSPDF o Certificado: "Honra ao Mérito – Eu Virei a Chave", pela modernização e simplificação na gestão de documentos, alcançando a marca de 100% na utilização do processo eletrônico.

A SEVAP participou de todo processo de implantação do Programa "Viva Flor", em especial formando os multiplicadores da PMDF, PCDF e CBMDF.

Ao longo do ano foram capacitados **7.873 servidores**, por meio de cursos, seminários, workshops, **presencial (3.212 servidores)** e **à distância (4.661 servidores)**, com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Curso para Atendimento e Despacho do Centro de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal (Copom);
- Workshop: Atividade de Inteligência – Técnica de Entrevista e Análise de Veracidade;
- Seminário Internacional de Polícia Comunitária;
- Curso de Comando de Incidentes (SCI) – nível básico;
- Seminário sobre o Sistema Penitenciário do Distrito Federal
- Curso de Justiça Restaurativa, Mediação e Outros Métodos Participativos em Área Penal;
- Oficina de Segurança para Profissionais da Imprensa em Áreas de Manifestações;
- Seminário Pacto pela Vida: Resultados e Perspectivas;
- Treinamento, Prevenção e Combate a Princípio de Incêndio;
- Curso de Prevenção e Investigação de Lavagem de Dinheiro;
- Curso de Formação de Multiplicadores – Atendimento de Ofendidas em Medidas Protetivas de Urgência;
- Curso de Habilitação para Pistola .40;
- Programa de Implantação do SEI – ensino presencial;
- Capacitação sobre a Percepção de Risco e Atuação de Emergências;
- Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal.
- Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher;
- Capacitação em Armamento e Tiro-Pistola Calibre .40;
- Capacitação em Ferramentas de Análise de Fenômenos de Segurança Pública;
- Plano de Abandono do Edifício Sede da SSPDF;
- Exercício Simulado de Abandono do Edifício Sede da SSPDF, entre outros.

Operações de Segurança Pública Realizadas

A Coordenação de Integração de Multiagências – CIM/SOPI/SSP/DF (antigo CICCR - Centro Integrado de Comando e Controle Regional) trata-se de um modelo de gestão integrada com a participação de diversas interagências diretamente relacionadas a operações e eventos de alta complexidade, permitindo que cada um dos participantes possa executar suas ações e atribuições operacionais de forma integrada com as demais, a fim evitar sobreposição de competência, otimização de recursos materiais e humanos.
Dentre os vários resultados expressivos alcançados durante o exercício de 2017, pode-se ressaltar o início do **Processo de Certificação ISSO 9001** por parte dessa Coordenação, baseado no alto grau de padronização, nível de processos e desenvolvimento de protocolos e procedimentos.

Durante o exercício de 2017, a SSPDF planejou e executou diversas ações integradas de segurança pública, com a finalidade de promover a segurança da população durante os eventos que ocorreram em datas comemorativas e em ações específicas de repressão ao crime no Distrito Federal, tais como:

- Manifestações Contra o Aumento das Tarifas do Transporte Coletivo;
- Visita do Chefe de Estado da Argentina;
- Carnaval 2017;
- Ato Unificado Contra a Reforma Previdenciária;
- Manifestações Populares em Brasília;
- Manifestações Populares em Brasília;
- Aniversário de Brasília – 57 Anos;
- Visita do Presidente de Governo da Espanha;
- Greve Geral - 28 de abril de 2017;
- Manifestações Populares em Brasília;
- Julgamento no TSE - Chapa Dilma/Temer;
- Desfile Cívico-Militar de 7 de Setembro;
- ENEM 2017 - Primeiro Dia;
- ENEM 2017 - Segundo Dia; e
- Manifestações Populares na Esplanada;

Atividades Realizadas pela Gerência de Planejamento de Eventos ao Público

Tabela 5 – Atividades SSP/SOPI/COOSP/GPLAN – 2017

Acompanhamentos	Qtd
Assembleias e Manifestações Públicas	179
Coordenação de Segurança de Área	19
Eventos Carnavalescos	208
Eventos Esportivos	1.527
Eventos Religiosos	2.954
Exposições, Conferências e Congressos	2.240
Operação Segurança Integrada	19
Outros Eventos	07
Shows Diversos	4.757
Total	**11.910**

Fonte: SOPI/SSPDF

Atividades Realizas pela Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE

Tabela 6 – Atividades CIADE – 2017

ATIVIDADES	QTD
Chamadas Emergenciais atendidas CIADE -190/193/199 (SGO)	2.408.819
Chamadas não atendidas	434.796
Ocorrências geradas pela CIADE (SGO)	457.811
Solicitações de Gravações Telefônicas	4
Solicitações de Cópias de Ocorrências	393
Veículos furtados divulgados e cadastrados (PCDF)	6.098
Veículos roubados divulgados e cadastrados (PCDF)	5.666
Veículos localizados divulgados e cadastrados (PCDF)	8.936
Solicitações de remoção de corpos (rabecão IML)	2.886

ATIVIDADES	QTD
Divulgação de pessoas desaparecidas (PCDF)	2.713
Notificação para captação de córneas – HBB (CENTRAL DE CAPTAÇÃO)	538

Fonte: SOPI/SSPDF

Aquisições Importantes

As ações abaixo discriminadas foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSPDF, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

Principais Equipamentos Adquiridos

Tabela 7 – Equipamentos Adquiridos

Descrição	Quantidade	Valor Total (R$)	Convênio
1. APARELHO PARA DIAGNÓSTICO POR IMAGENS, ATRAVÉS DE INSPEÇÃO POR RAIO X (SCANNER RADIOGRÁFICO) **PARA O INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL – IML.**	01UN	R$ 704.166,00	793.101/2013
2. MICROCOMPUTADOR COM WINDOWS E PROCESSADOR DE 4 NÚCLEOS, MARCA DELL **PARA A SSP E DEMAIS ORGÃOS.**	195 UN	R$ 818.805,00	Fonte 100
3. TABLET PROCESSADOR QUAD CORE DE 1,2 Ghz DE VELOCIDADE, TOUCH SCREEN, COM CARTÃO DE MEMÓRIA 64GB, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID **PARA REAPARELHAR AS DELEGACIAS DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS.**	28 UN	R$ 43.085,00	775.540/2013
4. TOMÓGRAFO COM MESA PACIENTE E ESTATIVA, MARCA SIEMENS **PARA O INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL – IML.**	01 UN	R$ 800.000,00	793.101/2013
5. MESA DE NECROPSIA EM AÇO INOX, COM SISTEMA DE EXAUSTÃO, PIA COM TORNEIRA DE AGUA E TRITURADOR NA SAÍDAGERAL DE ESGOTO. **PARA O INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL – IML.**	04 UN	R$ 290.000,00	793.101/2013
6. ANALISADOR GENÉTICO DE DNA MODELO 3500 HID, MARCA APPLIED BOISYSTEMS **PARA O INSTITUTO DE PESQUISA DNA FORENSE - IPDNA**	01 UN	R$ 322.165,45	776.522/2012
7. CENTRAL DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA EM TEMPO REAL, MARCA ELETROSPITALAR **PARA O INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL – IML.**	01 UN	R$ 101.000,00	793.101/2013
8. CHAPA METÁLICA 1,2 m X 3m com 3 mm DE ESPESSURA, MARCA GRAVIA **PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF**	335 M²	R$ 117.427,55	Fonte 100
9. COLCHÃO ESPUMA SOLTEIRO D-28, MARCA MED28 **PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF.**	13.260 UN	R$ 1.563.354,00	Fonte 100
10. COBERTOR, MATERIAL 100% POLIESTER, MARCA MERCOSUL **PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF**	15.000 UN	R$ 190.200,00	Fonte 100
11. PISO VINÍLICO, COMPOSTO DE RESINA PVC, MANTA DE FIBRA DE VIDRO, MARCA ABSOLUTE **PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF**	834 M²	R$ 108.420,00	Fonte 100
12. AQUISIÇÕES DIVERSAS. Ex: materiais para expediente, ferramentas para obra, insumos para reforma (cimento), materiais elétricos (lâmpadas, disjuntores, fiação), equipamento de proteção individual (luvas), material para segurança nas unidade prisionais (concertina), itens para higiene pessoal de		R$ 1.351.070,01	Fonte 100

internos (gilete, máquina de cortar cabelo, sabão, absorvente), mobiliário em geral.			

Principais Serviços Contratados

Tabela 8 – Principais Contratos

Descrição	Valor pago (R$)	Valor a pagar (R$)	Valor Total (R$)
1. FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOSTO - **CAESB**	R$ 30.405.996,70	R$ 2.924.881,39	R$ 33.330.878,09
2. FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - **CEB**	R$ 4.573.982,78	R$ 217.828,13	R$ 4.791.810,91
3. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA AOS INTERNOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	R$ 65.685.718,83	R$ 7.494.957,17	R$ 73.180.675,90
4. SERVIÇO DE VIDEO MONITORAMENTO DE APENADOS ATRAVÉS DO USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA	R$ 1.170,00	R$ 12.484,91	R$ 13.654,91
5. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE VARREDURA CORPORAL POR IMAGENS (SCANNER DE CORPO) PARA AUXILIAR NA REVISTA DE VISITANTES.	R$ 231.096,67	R$ 36.800,00	R$ 267.896,67
6. SERVIÇO DE SUPORTE TECNICO NO AMBIENTE TECNOLÓGICO DA SSP	R$ 1.853.645,99	R$ 0,00	R$ 1.853.645,99
7. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA NA SSP E DEMAIS UNIDADES	R$ 365.695.74	R$ 114.737,69	R$ 480.433,43
8. SERVIÇO DE TERCEIRZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE INTERNOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - FUNAP	R$ 286.613,66	R$ 40.238,21	R$ 326.851,87
9. AQUISIÇÃO DE SEGURO DE VIDA PARA OS INTEGRANTES DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF.	R$ 1.260.660,55	R$ 0,00	R$ 1.260.660,55
10. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE HANGAR NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA PARA APOIO ÀS ATIVIDADES AÉREAS DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	R$ 539.829,89	R$ 109.984,40	R$ 649.814,29
11. SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	R$ 6.674.143,30	R$ 1.234.091,63	R$ 7.908.234,93
12. REALIZAÇÃO DE PESQUISAS E ESTUDOS – PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL PRESTADO PELA CENTRAL 190 - VOICE CONSULTORIA	R$ 30.760,00	R$ 15.380,00	R$ 46.140,00
13. AQUISIÇÃO DE LICENÇAS E RENOVAÇÃO DE ATUALIZAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO NO PARQUE TECNOLÓGICO DA SSPDF.	R$ 1.254.400,00	R$ 23.750,00	R$ 1.278.150,00
14. SERVIÇO DE VIGILÂNCIA – JUIZ DE FORA	R$ 2.485.300,75	R$ 364.271,82	R$ 2.849.572,57
15. REALIZAÇÃO DE PESQUISAS E ESTUDOS – SOBRE O TEMA "VITIMIZAÇÃO", FINALIZADA EM 2017 COM 19.922 ENTREVISTAS - OPINIÃO CONSULTORIA	R$ 455.915,42	R$ 0,00	R$ 455.915,42
16. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM ELEVADORES DA SSP E DEMAIS UNIDADES.	R$ 69.586,45	R$ 0,00	R$ 69.586,45

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1612 - ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	0	%	50	100	75	100	80	90	AGEPRO/ SSP / UO 24101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2016 forma gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e consequentemente pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF. **Justificativa: 2017** - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017 forma gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e consequentemente pela Diretoria de Gestão Estratégica e Monitoramento desta SSP/DF.									
1582 - CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE	78	%	80	77,67	85	92,24	90	95	SOPS/SSP / UO 24101 /OE 1
Justificativa: 2016 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes. **Justificativa: 2017** - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.									
1697 - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1933	UNIDADE	1812	2129	1694	1.966	1581	1472	SSP/ UO 24101/ OE 2
Justificativa: 2016 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais não apresentaram queda quando comparados aos anos anteriores. Mas razões para tais índices precisam ser buscadas no cenário nacional de crise econômica, na pressão sofrida por Brasilia ser a capital política do país e em variações específicas de cada AISP. **Justificativa: 2017** - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2016.O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.									
1696 - CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI	694	UNIDADE	649	635	605	539	561	517	SSP/ UO 24101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes. **Justificativa: 2017** - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2017 mostra que foram registrados 16,3 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.									
1615 - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	255	UNIDADE	255	-	255	-	255	255	SGI/SSP / UO 24101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil. **Justificativa:** 2017 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/ SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.									
1595 - QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES	2.279	UNIDADE	3.279	4.954	4.279	3.125	5.279	6.279	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
Justificativa: 2016 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado superou o desejado em virtude dos treinamentos realizados e a preparação para os agentes e comunidade envolvidos com o Sistema de Proteção e Defesa Civil terem sidos intensificados. **Justificativa:** 2017 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois nos meses de junho e julho as capacitações foram interrompidas devido ao emprego dos agentes na Operação de Levantamento de Dados dos Reservatórios de Água nas Escolas Públicas do DF, e nos meses de novembro e dezembro houve novamente interrupção pois os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.									
1603 - REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL (VSC) - REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS	85	%	75	-	65	-	55	40	SEJUS, MPDFT, TJDF, DPDF, MJ E OUTROS / UO 24101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social. **Justificativa:** 2017 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016 -2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.									

1602 - REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE (SOCIAL E CRIMINAL) (VSC) - JOVENS	71,5	%	61,5	-	51,5	-	41,5	26,5	MS/SVS/DASIS, SNJ/PR, UNESCO, SGI/SSP, SECRIA e Redes Sociais de Apoio / UO 24101 / OE 5
Justificativa; 2016 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) Jovens: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil. **Justificativa:** 2017 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) Jovens: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e d a Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.								
1594 - TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	90	%	15	44	50	75	75	100	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
Justificativa: 2016 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco. **Justificativa:** 2017 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.									
1611 - ÍNDICE DE AQUISIÇÕES PARA RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA SSP		%	80	-	85	-	90	95	SMT/SSP / UO 24101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade, custos factíveis **Justificativa:** 2017 - - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valo r desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade, custos factíveis.									
1613 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	99,82	%	85	99,48	90	99,62	90	90	SUAG/SSP / UO 24101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100**.** **Justificativa:** 2017 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.									
1591 - ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	72,70	%	80	74,27	80	-	85	85	SI/ SSP / UO 24101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Índice de Produção de Conhecimento de Inteligência: O índice não atingiu o desejado em virtude do efetivo limitado para fazer frente a alta demanda, uma vez que a SI passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública. **Justificativa:** 2017 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno a exclusão do Indicador.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**840.000,00**	**572.017,00**	**472.972,41**	**472.972,41**
0013 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- SSP-DISTRITO FEDERAL	840.000,00	572.017,00	472.972,41	472.972,41
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**550.000,00**	**12.747.056,35**	**12.729.538,45**	**985.978,20**
0007 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SSP-DISTRITO FEDERAL	550.000,00	12.747.056,35	12.729.538,45	985.978,20
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**1.390.000,00**	**13.319.073,35**	**13.202.510,86**	**1.458.950,61**

Programas de Operação Especial

Programa destinado a executar ações referentes a conversão em pecúnia de licença prêmio adquirida por servidores do Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal, nos termos do

art. 142 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011 e também destinado a executar e cumprir determinações legais, conforme Acórdão 1.774 de 16/08/2017 - TCU.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4052 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL	**1.663.200,00**	**1.294.240,22**	**1.260.660,55**	**1.260.660,55**
0001 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL-(PPV) PMDF-PCDF- CBMDF-DISTRITO FEDERAL	1.663.200,00	1.294.240,22	1.260.660,55	1.260.660,55
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**145.657.048,00**	**191.233.021,00**	**190.769.689,78**	**190.769.689,77**
1156 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SSP- DISTRITO FEDERAL	145.657.048,00	191.233.021,00	190.769.689,78	190.769.689,77
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**7.540.000,00**	**8.468.190,00**	**8.402.319,48**	**8.402.319,48**
6974 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SSP-DISTRITO FEDERAL	7.540.000,00	8.468.190,00	8.402.319,48	8.402.319,48
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**94.402.945,00**	**59.942.700,35**	**59.782.983,67**	**56.393.473,20**
0006 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SSP-DISTRITO FEDERAL	94.402.945,00	59.942.700,35	59.782.983,67	56.393.473,20
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**1.000.000,00**	**2.220.619,00**	**2.179.345,00**	**2.179.345,00**
0001 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SSP-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	2.220.619,00	2.179.345,00	2.179.345,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**4.092.000,00**	**3.784.178,00**	**3.784.177,23**	**3.784.177,23**
2635 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SSP-DISTRITO FEDERAL	4.092.000,00	3.784.178,00	3.784.177,23	3.784.177,23
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5783 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SSP- DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SSP-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
9827 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SSP-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**552.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5347 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SSP-DISTRITO FEDERAL	552.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9761 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**255.207.193,00**	**266.942.948,57**	**266.179.175,71**	**262.789.665,23**

Programa: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

As ações previstas neste Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, proporcionou as condições necessárias para a efetiva implementação das atividades de manutenção e de gestão da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, contribuindo para que as Subsecretarias, Unidades e Setores integrantes da SSPDF, implementassem e realizassem as suas funções finalísticas., atingindo os objetivos estabelecidos na Política de Segurança Pública, possibilitando e assegurando assim, a prestação de serviços essenciais e de suma importância à população do Distrito Federal no exercício de 2017.

Obras e Construções

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social-SSP, atua permanentemente e realiza gestões no sentido de solucionar o déficit de vagas no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Nos dois exercícios anteriores concluiu e entregou, 4 (quatro) módulos de vivência prisional, com capacidade para 800 internos.

Em 2017, foi concluído e entregue, a obra de um Galpão com 609 m² de área construída, disponibilizando uma adequada infraestrutura para a realização de atividades de capacitação visando a ressocialização, para funcionamento de oficinas profissionalizantes que irão promover o desenvolvimento e qualificação das internas, gerando recursos humanos capacitados e aptos a retornar ao mercado de trabalho.

Neste mesmo sentido, esta SSP recebeu por sub-rogação o contrato para construção de 4 (quatro) Centros de Detenção Provisória, com capacidade de abertura de 3.200 (três mil) novas vagas, por meio de parceria entre o DF e o Ministério da Justiça.

Também em 2017, informamos que permanentemente, são realizadas diversas ações e atividades no sentido de executar as melhorias, adequações, reparos e manutenções no sistemas elétricos e hidráulicos das instalações físicas das unidades prisionais do DF, proporcionando melhorias constantes nas acomodações dos internos e nos locais previstos para visitas de familiares, destacando as seguintes estabelecimentos:

- Bloco III do Centro de Progressão Penitenciária – CPP;
- Bloco I do Centro de Detenção Provisória – CDP;
- Área de Tratamento Psiquiátrico – ATP da Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PFDF

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Convênio Nº 823.776/2015 – DEPEN/MJ trata da Implantação da Central Integrada de Monitoramento de Alternativas Penais: o objetivo do projeto é criar uma Central para apoiar o Sistema de Justiça Criminal, realizando encaminhamentos à rede de proteção social e acompanhamento do público, bem como fiscalizar as medidas cautelares diversas da prisão

aplicadas judicialmente, reduzindo, desta feita, a vulnerabilidade social e criminal da pessoa em cumprimento de alternativa penal. O material de consumo já foi licitado e contrato. Atualmente, em análise a Minuta do Termo de Cooperação Técnica a ser firmado com o TJDFT. A entrega do projeto está prevista para 30 de junho de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A implementação do Programa Temático Segurança Pública com Cidadania busca, por meio de ações, projetos e atividades, preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.

Compete então à Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social – SSPDF propor e implementar a política de segurança pública estabelecida pelo Governo do Distrito Federal, planejando, coordenando e supervisionando o emprego operacional dos órgãos que compõem o Sistema, promovendo a gestão integrada das ações inerentes, sempre objetivando a otimização dos meios utilizados.

O Programa de Segurança Pública do Distrito Federal visa reduzir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança. Para tanto, utiliza uma sistemática de gestão específica para coordenar e articular as ações entre os órgãos de Segurança Pública, bem como entre as demais áreas do Governo e a Sociedade Civil do Distrito Federal.

Nesse contexto e buscando uma nova maneira de enfrentar os problemas de segurança pública, que envolve a colaboração entre as polícias, a população e os diferentes órgãos de governo para a construção de saídas conjuntas para as violências, o Governo do Distrito Federal instituiu o Programa Viva Brasília - Nosso Pacto pela Vida, com os seguintes objetivos: reduzir as taxas de crimes violentos letais intencionais do DF, de crimes contra o patrimônio e também aumentar a sensação de segurança dos brasilienses, melhorando a avaliação dos serviços e a confiança nas organizações de segurança pública.

Durante o exercício de 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF – foi contemplada, por meio da Lei Orçamentária Anual de nº 5.796 de 29 de dezembro de 2016, com a Dotação Inicial no valor de R$ 365.582.090,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões e quinhentos e oitenta e dois mil e noventa reais), destinados aos Grupos de Despesas de 1 - Pessoal, 3- Custeio e de 4 – Investimento. Contudo, no decorrer do exercício de 2017, a Despesa Autorizada teve um decréscimo (contingenciamentos e cancelamentos) em relação à Dotação aprovada na supracitada Lei, alterando o valor original para a quantia de R$ 355.071.259,92 (trezentos e cinquenta e cinco milhões e setenta e um mil e duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Foram executadas e mantidas as despesas de suma importância para a SSPDF, do Grupo de Custeio no valor de R$ 148.944.057,47 (cento e quarenta e oito milhões e novecentos e quarenta e quatro mil e cinquenta e sete reais e quarenta e sete centavos), com o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais à realização das ações de segurança pública, como os relativos à aquisição de materiais e à manutenção de serviços essenciais à população e da administração e manutenção do Complexo Penitenciário do DF com as despesas de monitoramento eletrônico de pessoas (tornozeleira eletrônica), fornecimento de alimentação aos

presidiários, de abastecimento de água e de esgoto, de energia elétrica, de telefonia, de informática e de redes, de manutenção dos diversos equipamentos, scanners de corpo e raio-X , entre outros.

Ainda no exercício de 2017 também foram assegurados importantes investimentos na SSPDF, todos com vista a assegurar melhores condições de trabalho aos seus servidores e maior eficiência no desempenho da missão institucional, sendo investido o valor de R$ 873.897,45 (oitocentos e setenta e três mil e oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos), e para custear as despesas de pessoal, o montante de R$ 203.888.051,90 (duzentos e três milhões oitocentos e oitenta e oito mil e cinquenta e um reais e noventa centavos).

Principais Resultados

Tais as considerações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal alcançou as metas traçadas para o exercício de 2017, vez que no conjunto dos crimes violentos letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte) houve uma diminuição de 15,8%, apenas os Homicídios cometidos caíram 15,7% em relação a 2016, com isso o DF atingiu a menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes nos últimos 29 anos, ou seja, 16,3 por 100 mil.

Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio, a diminuição foi de 5,6% e o número de mortes no trânsito diminuíram em 35%.

Houve a inauguração do Centro Integrado de Monitoração Eletrônica – CIME, o que passou a permitir o monitoramento eletrônico por meio de tornozeleiras.

Na implementação de políticas de prevenção a violência destacamos o atendimento a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas por meio de oficinas artísticas e culturais e atividades esportivas no âmbito dos Projetos Picasso Não Pichava e Esporte à Meia Noite e o lançamento do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência. Destacamos que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

Considerações e Perspectivas

Como perspectiva para 2018 vale ressaltar: I) a implementação do que dispõe a Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal-SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal-CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF no âmbito do Pacto pela Vida; II) a manutenção da queda dos Indicadores Criminais; e III) a implantação definitiva da solução de tecnologia da informação para monitoramento de imagens feito por meio de câmeras de vídeo, sendo a contratação realizada em duas etapas: a primeira de recomposição de fibra ótica, visando colocar em funcionamento as câmeras já instaladas (conclusão prevista para março de 2018), e a segunda, para a instalação dos ativos em depósito e manutenção (conclusão prevista para julho de 2018); IV) a retomada das obras da construção dos 04 CDP's, uma vez que em 28/12/17, foi firmada a sub-rogação do Convênio SICONV 787683/2013 da SEJUS para a SSP.

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A implementação do Programa Temático Segurança Pública com Cidadania busca, por meio de ações, projetos e atividades, preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.

Compete então à Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social – SSPDF propor e implementar a política de segurança pública estabelecida pelo Governo do Distrito Federal, planejando, coordenando e supervisionando o emprego operacional dos órgãos que compõem o Sistema, promovendo a gestão integrada das ações inerentes, sempre objetivando a otimização dos meios utilizados.

O Programa de Segurança Pública do Distrito Federal visa reduzir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança. Para tanto, utiliza uma sistemática de gestão específica para coordenar e articular as ações entre os órgãos de Segurança Pública, bem como entre as demais áreas do Governo e a Sociedade Civil do Distrito Federal.

Nesse contexto e buscando uma nova maneira de enfrentar os problemas de segurança pública, que envolve a colaboração entre as polícias, a população e os diferentes órgãos de governo para a construção de saídas conjuntas para as violências, o Governo do Distrito Federal instituiu o Programa Viva Brasília - Nosso Pacto pela Vida, com os seguintes objetivos: reduzir as taxas de crimes violentos letais intencionais do DF, de crimes contra o patrimônio e também aumentar a sensação de segurança dos brasilienses, melhorando a avaliação dos serviços e a confiança nas organizações de segurança pública.

Durante o exercício de 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF – foi contemplada, por meio da Lei Orçamentária Anual de nº 5.796 de 29 de dezembro de 2016, com a Dotação Inicial no valor de R$ 365.582.090,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões e quinhentos e oitenta e dois mil e noventa reais), destinados aos Grupos de Despesas de 1 - Pessoal, 3- Custeio e de 4 – Investimento. Contudo, no decorrer do exercício de 2017, a Despesa Autorizada teve um decréscimo (contingenciamentos e cancelamentos) em relação à Dotação aprovada na supracitada Lei, alterando o valor original para a quantia de R$ 355.071.259,92 (trezentos e cinquenta e cinco milhões e setenta e um mil e duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).
Foram executadas e mantidas as despesas de suma importância para a SSPDF, do Grupo de Custeio no valor de R$ 148.944.057,47 (cento e quarenta e oito milhões e novecentos e quarenta e quatro mil e cinquenta e sete reais e quarenta e sete centavos)**,** com o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais à realização das ações de segurança pública, como os relativos à aquisição de materiais e à manutenção de serviços essenciais à população e da administração e manutenção do Complexo Penitenciário do DF com as despesas de monitoramento eletrônico de pessoas (tornozeleira eletrônica), fornecimento de alimentação aos presidiários, de abastecimento de água e de esgoto, de energia elétrica, de telefonia, de informática e de redes, de manutenção dos diversos equipamentos, scanners de corpo e raio-X , entre outros.
Ainda no exercício de 2017 também foram assegurados importantes investimentos na SSPDF, todos com vista a assegurar melhores condições de trabalho aos seus servidores e maior eficiência no desempenho da missão institucional, sendo investido o valor de R$ 873.897,45 (oitocentos e setenta e três mil e oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos), e para custear as despesas de pessoal, o montante de R$ 203.888.051,90 (duzentos e três milhões oitocentos e oitenta e oito mil e cinquenta e um reais e noventa centavos).

Principais Resultados

Tais as considerações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal alcançou as metas traçadas para o exercício de 2017, vez que no conjunto dos crimes violentos letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte) houve uma diminuição de 15,8%, apenas os Homicídios cometidos caíram 15,7% em relação a 2016, com isso o DF atingiu a menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes nos últimos 29 anos, ou seja, 16,3 por 100 mil.

Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio, a diminuição foi de 5,6% e o número de mortes no trânsito diminuíram em 35%.

Houve a inauguração do Centro Integrado de Monitoração Eletrônica – CIME, o que passou a permitir o monitoramento eletrônico por meio de tornozeleiras.

Na implementação de políticas de prevenção a violência destacamos o atendimento a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas por meio de oficinas artísticas e culturais e atividades esportivas no âmbito dos Projetos Picasso Não Pichava e Esporte à Meia Noite e o lançamento do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência. Destacamos que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

Considerações e Perspectivas

Como perspectiva para 2018 vale ressaltar: I) a implementação do que dispõe a Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal-SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal-CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF no âmbito do Pacto pela Vida; II) a manutenção da queda dos Indicadores Criminais; e III) a implantação definitiva da solução de tecnologia da informação para monitoramento de imagens feito por meio de câmeras de vídeo, sendo a contratação realizada em **duas etapas**: a primeira de **recomposição de fibra ótica**, visando colocar em funcionamento as câmeras já instaladas (conclusão prevista para março de 2018), e a segunda, **para a instalação dos ativos em depósito** e **manutenção** (conclusão prevista para julho de 2018); IV) a retomada das obras da construção dos 04 CDP's, uma vez que em 28/12/17, foi firmada a sub-rogação do Convênio SICONV 787683/2013 da SEJUS para a SSP.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.103

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Polícia Militar do Distrito Federal está constitucionalmente inserida no contexto da estrutura estatal de Segurança Pública. O art. 144 da Constituição Federal trata da Segurança Pública e assim dispõe acerca da polícia militar:

"Artigo 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I- Polícia federal;

II- Polícia rodoviária federal;

III- Polícia ferroviária federal;

IV- Polícias civis;

V- Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Atualmente a Lei nº 12.086/2009 que trata da organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, é regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.165/2010, e pelo Decreto Distrital nº 31.793/2010, onde define-se o Alto Comando da Corporação, o qual é composto pelo Comando Geral, Subcomando Geral, Chefe do Estado Maior (subordinado ao Subcomandante Geral) e seis Departamentos, e ainda define toda a estrutura da Corporação.

Em 06 de maio de 2016, foi editado o Decreto Distrital nº 37.321, o qual revoga o Decreto nº 31.793 de 2010. O novo Decreto foi criado com a finalidade de definir uma nova estrutura para a Polícia Militar do Distrito Federal, com o principal atributo de enxugar a atividade meio/administrativa e colocar mais Policiais Militares na atividade fim. Desta forma, a Polícia Militar do Distrito Federal, vai ao encontro dos anseios da sociedade, atendendo os seus reclames, oferecendo assim uma maior presença da Corporação nas ruas do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	568	3.383	0	7.453	11.404
Comissionados sem vínculo efetivo	375	0	0	0	375
Requisitados de órgãos do GDF	0	6	0	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	943	3.389	0	7.453	11.785
(-) Cedidos para outros órgãos	441	0	0	0	441
Total Geral	502	3.389	0	7.453	11.344

Da força de trabalho especificada acima, 127 (cento e vinte e sete) policiais militares compõem o Quadro de Saúde da Corporação, sendo dividido em 109 (cento e nove) oficiais, 05 (cinco) Aspirantes e 13 (treze) praças.

No ano de 2017, a Polícia Militar do Distrito Federal sofreu uma redução em seus quadros de 1.642 (um mil, seiscentos e quarenta e dois) policiais militares, representando uma perda de cerca de 12,5% de todo o seu efetivo. Tal diminuição se deu em razão da transferência para a reserva remunerada de 1.608 (um mil, seiscentos e oito) policiais militares, bem como pela reforma de 34 (trinta e quatro) policiais militares.

No entanto, visando mitigar as perdas sofridas e buscando recompor seu efetivo encontram-se em curso uma série de concursos públicos de admissão e outros processos seletivos, conforme descrito abaixo:

1.1 CFO - Concurso Público para o Curso de Formação de Oficiais:

Edital nº 35/DGP, DODF Nº 223, 28/11/2016.

Vagas: 50 (cinquenta) – 45 masculinos e 05 femininos.

Cadastro de Reserva: 150 (cento e cinquenta) – 135 masculinos e 15 femininos.

Processo nº 054.001.306/2015.

Situação: Após o resultado da análise pelo Centro de Inteligência da PMDF dos recursos contra o resultado preliminar da etapa de sindicância da vida pregressa e investigação social o certame encontra-se na fase de publicação do resultado final desta fase.

1.2 CHOC - Concurso Público Para o Curso de Habilitação de Oficiais Capelães:

Edital nº 36/DGP, DODF Nº 223, 28/11/2016.

Vagas: 01

Processo nº 054.001.306/2015.

Situação: Aguardando a publicação do resultado final da prova de títulos.

1.3 CHOAEM - Concurso para o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos:

Processo nº 054.000.265/2016

Vagas: 148

Situação: Aguardando a publicação do resultado final.

1.4 CFP – Concurso para o Curso de Formação de Praças:

Vagas: 500 (quinhentas) para Soldado Combatente, 06 (seis) para Soldado Especialista Músico e 18 (dezoito) para Soldado Especialista Corneteiro.

Cadastro de reserva: 1.500 (mil e quinhentas).

Processo nº 054.000.998/2015.

Situação: O processo retornou da PGDF onde foram determinadas algumas correções no Projeto Básico, como também a atualização da dotação orçamentária por parte do Estado Maior da Corporação. As pendências foram sanadas e agora o processo segue para o DLF para fins de assinatura do contrato com o IADES.

1.5 Designação de policiais militares da Reserva Remunerada:

Vagas: Até 1.000 (mil) vagas, observadas as convocações parciais de 50 (cinquenta) candidatos para cada grupo de designados para o serviço ativo.

Situação: Edital Nº 91/2017 – DGP/PMDF foi publicado no dia 26 de outubro de 2017, com a seleção em andamento na fase de Teste de Aptidão Física, conforme cronograma do certame.

Na primeira convocação foram selecionados 50 (cinquenta) candidatos pela DIPC, no entanto, conforme ATA N° 074 do CCF somente 17 (dezessete) policiais militares foram considerados APTOS na última fase que é o TAF;

Na segunda convocação foram selecionados 30 (trinta) candidatos pela DIPC, contudo o TAF que ocorreu no dia 06DEZ, contou com apenas 13 (treze) policiais militares APTOS para a referida fase.

Na terceira convocação foram chamados 78 (setenta e oito) policiais militares, contudo somente 59 (cinquenta e nove) entregaram a documentação na DIPC e irão participar da fase seguinte;

Encontra-se também em andamento a quarta convocação, na qual foram chamados para a fase de entrega de documentos 143 (cento e quarenta e três) policiais militares, a referida fase será encerrada no dia 29 de dezembro de 2017.

Desta forma a Polícia Militar do Distrito Federal, tenta recompor seus quadros de policiais militares, de forma a prestar com excelência o seu dever constitucional de policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública no Distrito Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**516.232,00**	**359.358,00**	**0,00**	**0,00**
0031 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PMDF-DISTRITO FEDERAL	516.232,00	359.358,00	0,00	0,00
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	**600.000,00**	**479.443,00**	**0,00**	**0,00**
0010 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-PMDF-DISTRITO FEDERAL	600.000,00	479.443,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	**14.853.082,00**	**65.874.181,00**	**34.099.774,66**	**16.623.464,56**
0002 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGUR-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA A POLÍCIA MILITAR DO DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	99.999,00	0,00	0,00
0004 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-AQUISIÇÃO DE EPIS MODERNOS (ALGEMAS) PARA A PMDF-DISTRITO FEDERAL	0,00	816.667,00	0,00	0,00
9511 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-POLICIAMENTO OSTENSIVO - PMDF-DISTRITO FEDERAL	14.353.082,00	64.957.515,00	34.099.774,66	16.623.464,56
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA- DF-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00
0007 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	250.000,00	0,00	0,00	0,00
4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	**1.000.000,00**	**54.200,00**	**50.491,12**	**50.491,12**
2264 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM-APOIO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RES - PMDF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	54.200,00	50.491,12	50.491,12
2265 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM-PROJETO MUITA CALMA NESTA ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**17.469.314,00**	**66.767.182,00**	**34.150.265,78**	**16.673.955,68**

No programa de trabalho 6217, foram executadas ações de aprimoramento da segurança pública, em especial, relacionadas à aquisição de veículos automotores para renovação da frota, locação de imóvel para instalação de UPM, manutenção de etilômetros, abastecimento de veículos e aquisição de armamentos, e material de sinalização viária.

Não obstante a previsão de dotação inicial, algumas ações tiveram suas dotações canceladas, transferidas, contingenciadas ou bloqueadas, total ou parcialmente, levadas a efeito pelo GDF a fim de atender as necessidades de outros órgãos.

Diante deste cenário, a execução se deu basicamente com receitas próprias oriundas de seus convênios, mediante as quais foram aplicados recursos para fazer face às despesas com locação de imóvel para instalação da sede do 1º BPTran/PMDF, aquisição de 10.150 (dez mil cento e cinquenta) cones de sinalização viária, pagamento de despesas relativas a abastecimentos de veículos da frota operacional (proc. nº 054.00.886/2013), contratação de serviço para manutenção de etilômetros, manutenção de 30 radares móveis, aquisição de pistolas de treinamento AIRSOFT, vinculadas aos convênios celebrados pela PMDF, objetivando possibilitar o desenvolvimento de atividades de fiscalização de policiamento de trânsito em áreas rurais e urbanas.

Vale ressaltar que com os recursos dos convênios DER e DETRAN foram adquiridas novos veículos a fim de renovar a frota oficial da PMDF, num total de 417 (quatrocentos e dezessete), sendo 203 Toyota Corolla, 82 Toyota Etios, 20 Toyota Hilux e 112 Mitsubshi ASX (nesse caso, os valores foram empenhados com previsão de entrega dos veículos no próximo ano).

Ainda dentro deste programa, na ação 4189 (implementação de projetos junto à comunidade), foram utilizados recursos com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, notadamente a despesa com indenização de

diárias e indenização de transporte para Congresso Internacional, conforme processo nº 054.002.561/2017.

Oportuno mencionar que, apesar das contingências orçamentárias e financeiras supramencionadas, as etapas foram concluídas e os objetivos alcançados com a utilização de recursos do FCDF.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1584 - APREENSÃO DE DROGAS POR QUILOGRAMA	60,67	KG	600	2.190	630	2.348	660	690	PMDF / UO 24103 / OE 2
Justificativa: 2016 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendida no ano de 2016. A meta foi superada, face as várias ações pró-ativas, desencadeadas pelas Unidades Policiais MIlitares, com o enxugamento da atividade administrativa com a nova implantação da nova estrutura administrativa proposta, o que gerou aumento de efetivo nas ruas, aumentando a sensanção de segurança da população e inibindo as ações de tráfico e uso de drogas, com aumento da capacidade de abordagem a pessoas suspeitas. 2017 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendidas no ano de 2017. A meta foi superada, em decorrência da ação reinterada, consistente e proativa da PMDF no combate as drogas ao longo do ano. A atuação das Unidades policiais militares nas ações de uso e porte bem como tráfico e drogas logrou êxito em retirar mais de 2 toneladas de entorpecentes das ruas do Distrito Federal, mantendo a sensação de segurança da população e inibindo ações criminosas de tráfico.								
1577 - EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMETO OSTENSIVO	2.924	UNIDADE	2.818	2.906	2.800	1.033	2.795	2.834	DOP/PMDF / UO 24103 / OE 1
Justificativa: 2016 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar, tendo superado a meta prevista para o período, mesmo em detrimento da redução do efetivo da corporação. 2017 - Redução decorrente do número crescente de aposentadorias, não obstante, existe processos seletivos para contratação de pessoal em andamento, para recompor o quadro da corporação.									
1576 - OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA	4.155,53	UNIDADE	17.600	20.913	18.800	24.786	20.000	21.200	PMDF / UO 24103 / OE 1
Justificativa: 2016 - O número apresentado se origina da divisão do número total de ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Distrito Federal pela quantidade de meses do ano. Foi possível superar a meta tendo em vista várias ações desenvolvidas pelo Comando da Corporação de intensificação da ação de presença, com o enxugamento do efetivo administrativo, utilização das Cotas de Serviço voluntário gratificdado, o que propiciou a otimização do processo finalístico gerando maior efetividade no serviço operacional. 2017 - O indicador apresentado consiste na divisão total do número de ocorrências atendidas pela PMDF pela quantidade de meses do ano. Verifica-se que a meta foi superada e continua em tendência de crescimento em relação ao ano imediatamente anterior.A Intensificação da ação de presença, confiança da polulação na PMDF para solução de conflitos e o retorno do atendimento e despacho (COPOM) pela corporação são fatores que influenciaram diretamente no aumento do atendimento de ocorrências.								
1583 - OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	262,57	UNIDADE	1.050	4.732	1.100	15.764	1.150	1.200	PMDF / UO 24103 / OE 2
Justificativa: 2016 - O resultado obtido foi superior à meta, em função da formalização das atividades operacionais policiais. 2017 - Em relação as operação policiais realizadas por R.A. em 2017, o valor apurado de 15.764 refere-se ao total de operações das 31 R.A.'s englobadas pelos 8 Comandos de Policiamento Regionais da PMDF, em virtude de um único Comando Regional atender várias R.A.'s.									
1578 - QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)	1.353	UNIDADE	1.500	2.339	1.500	3.420	1.500	1.500	UPM¿s/ PMDF / UO 24103 / OE 1
Justificativa: 2016 - Informamos que o resultado apresentado representa o público que assistiu as palestras ministradas. A meta foi superada devido a itensificação das palestras voltadas ao problema com a especialização e aumento do efetivo a fiim aumentar o alcance da atividade de prevenção prmária do crime e da violência 2017 - Este número não se refere a quantidade de palestras, mas ao número de pessoas que assistiram às palestras ministradas por policiais militares que atuam no PROVID.									
1616 - ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS COM INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PROPOSTO	26,90	%	100	59,43	100	41,58	100	100	PMDF / UO 24103 / OE 6
Justificativa: 2016 - Devido a crise econômica enfrentada pelo pais, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF, para investimento, não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual. 2017 - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF, para investimentos, não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.									

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**150.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA E CELEBRAÇÃO DA PAZ NO DF-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**150.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**

Conforme se observa no quadro acima, inobstante haver dotação inicial, a despesa não foi autorizada por inviabilidade técnica.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**0,00**	**1.400.000,00**	**0,00**	**0,00**
0009 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-AMPLIAÇÃO DO CENTRO ODONTOLÓGICO DA PMDF-PLANO PILOTO .	0,00	1.400.000,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5289 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-PMDF-DISTRITO FEDERAL	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**500.000,00**	**56.447,00**	**56.446,00**	**56.446,00**
2346 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS - PMDF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	56.447,00	56.446,00	56.446,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**17.683.103,00**	**19.408.103,00**	**18.693.340,82**	**16.593.340,82**
8765 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PMDF-DISTRITO FEDERAL	17.683.103,00	19.408.103,00	18.693.340,82	16.593.340,82
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**5.432.600,00**	**6.823.938,00**	**6.634.193,30**	**174.932,80**
9685 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PMDF-DISTRITO FEDERAL	5.282.600,00	6.823.938,00	6.634.193,30	174.932,80
0010 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE MATERIAL - COLÉGIO MILITAR TIRADENTES-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**3.103.494,00**	**2.678.494,00**	**2.581.861,67**	**2.581.861,67**
9584 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PMDF-DISTRITO FEDERAL	3.103.494,00	2.678.494,00	2.581.861,67	2.581.861,67
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**30.719.197,00**	**30.366.982,00**	**27.965.841,79**	**19.406.581,29**

No programa de trabalho em questão na ação orçamentária nº 8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da PMDF, foram descentralizados por meio de portaria conjunta publicada no DODF, o valor de R$ 8.240,00 (oito mil duzentos e quarenta reais), para aquisição de material de consumo, por meio de Sistema de Registro de Preços, para serem utilizados em pequenos reparos na estrutura do Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF, que não se caracteriza como reforma.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Conforme mencionado, em 2017 houve descentralizações de créditos, a fim de atender às necessidades da Corporação, tanto para aquisição de material de consumo, como para compra de equipamento e material permanente.

Seguem elencadas abaixo as principais despesas com investimentos e custeio realizadas com os recursos liberados

a) Aquisição de 200 (duzentas) pistolas importadas, marca GLOCK, modelo G17 GEN 4, calibre 9X19MM e 50 (cinquenta) pistolas marca GLOCK, modelo G17 GEN 4, modelo de treinamento com marcadores, ao custo de R$ 390.183,75 (trezentos e noventa mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos);

b) Aquisição com recursos do tesouro local de 2.056 (dois mil e cinquenta e seis) coletes balísticos nível II-A em tamanhos diversos, ao custo de R$ 2.060.046,00. Foram adquiridos ainda, com recursos do FCDF, 4.901(quatro mil novecentos e um) coletes de proteção balística no valor de R$ 4.904.526,00 (quatro milhões, novecentos e quatro mil e quinhentos e vinte e seis reais);

c) Aquisição de 42 unidades de Appliance para armazenamento de Backup, com funcionalidade de desduplicação, no valor total de R$ 491.646,96 (quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos);

d) Aquisição de 1.200 (mil e duzentos) computadores/estações de trabalho, tipo padrão, com leitores de smart card, ao custo total de R$ 4.269.600,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil e seiscentos reais);

e) A corporação investiu também na aquisição de 17.308 (dezessete mil trezentos e oito) itens de instrumentos menos letais (granada fumígena, granada lacrimogênea, refil de granada para adentramento), a fim equipar as unidades especializadas da PMDF, notadamente em virtude das especificidades da capital federal, onde há diversas manifestações no decorrer do ano;

f) Em relação ao custeio, a corporação desenvolveu ao longo do ano um contrato de manutenção predial, necessidade antiga da corporação, cujos resultados alcançados foram bastante satisfatórios, pois além de melhorar a qualidade de vida no trabalho, possibilitou economia significativa em relação aos valores desembolsados com tarifas de água e energia elétrica;

g) Importante destacar ainda a renovação da frota da corporação com a utilização de recursos de convênio, sendo que alguns equipamentos já foram entregues e outros serão no próximo ano, cujos valores já foram empenhados;

h) aquisição de jaquetas equipadas com bolsas air bags para motociclistas;

i) Contratação de empresa especializada para construção do Colégio Militar Tiradentes, cuja pedra fundamental já foi lançada e iniciadas as obras. O investimento inicial empenhado foi da ordem de R$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais), custeados com recursos do FCDF.

PRODUTIVIDADE DO CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA PMDF

3.1 Programa Educacional de Resistência as Drogas – Proerd

O Proerd é uma adaptação brasileira do programa norte-americano D.A.R.E – Drug Abuse Resistance Education, surgido em 1983, desenvolvido e aplicado pelo Departamento de Polícia e o Distrito Escolar Unificado da Cidade de Los Angeles/EUA. No Brasil, o programa foi

implantado em 1992 pelo Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e hoje é adotado em todo Brasil.

A Polícia Militar do Distrito Federal trabalha com o programa desde o ano de 1998 nas escolas da rede pública e particular do Distrito Federal e adota os três currículos:

a) Proerd para Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental;

b) Proerd para 5º e 7º anos do ensino fundamental;

c) Proerd para Pais e Responsáveis.

Nesse programa, pedagogicamente estruturado em lições e com uma linguagem acessível às faixas etárias a que se destina, há uma variedade de atividades interativas que permitem o aprendizado cooperativo, ministradas obrigatoriamente por um policial militar fardado, que além da presença física em sala de aula, como educador social, tem ainda a oportunidade de fortalecer o trinômio: Polícia Militar, Escola e Família. Dessa forma, propicia a formação de uma rede protetiva crescente contra as drogas (lícitas e ilícitas), e possibilita a conscientização sobre possibilidades saudáveis para os estudantes e familiares a lidarem com os diversos temas vivenciados na fase do desenvolvimento ora experimentado, no ano de 2017 foi aplicado conforme as informações contidas nos grados abaixo elencados.

Atendimentos para Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 3º ano), de 5º a 7º anos, Pais e Responsáveis:

O Proerd atendeu, no ano de 2017 um quantitativo de 17.541 pessoas.		
1º a 2º Semestre		Público
Escolas Públicas Atendidas	66	9.482
Escolas Particulares Atendidas	51	6.031
Total de Escolas	117	15.513
Palestras	39	2.028
Quantitativo de Espectadores		17.541

3.2 Programa de Educação Ambiental Lobo Guará – Prealg

As ações desenvolvidas pelo Programa de Educação Ambiental Lobo Guará no ano de 2017, ocorreram de duas formas, a saber:

a) Teatro Lobo Guará: O grupo de teatro é um dos currículos do Programa de Educação Ambiental e se desenvolve, prioritariamente, com a apresentação de peça teatral aos alunos do Ensino Fundamental (crianças de 7 a 12 anos) de escolas públicas e particulares do Distrito Federal e, em excepcional, nos eventos sociais ou campanhas educativas. O foco dessa ação é a prevenção da prática de crimes ambientais onde aborda temas relacionados com tráfico de animais silvestres, contrabando e maus tratos de animais, caça e pesca predatória e queimadas, utilizando-se da prevenção primária por meio da conscientização e participação dos alunos e crianças na preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

b) Curso de Guardiões Ambientais: O curso, segundo currículo do Programa, é destinado aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, com o intuito de proporcionar a prevenção aos crimes

ambientais, bem como proporcionar atividades que levarão aluno a pensar e criar novos desafios e novas experiências com a preservação e conservação do meio ambiente sustentável.O programa é desenvolvido em 13 horas-aula, sendo 09 horas aulas expositivas (englobando atividades extraclasse e diversificadas), 02 horas aulas práticas (passeio a uma área ecológica),01hora aula para a apresentação da Peça Teatral do Programa e 01 hora aula para a formatura do Curso. Durante o programa são abordados temas relacionados ao meio ambiente, biodiversidade, cadeia alimentar, fauna, flora, desmatamento e reflorestamento, trafico de animais silvestres, crimes ambientais, importância da água, lixo, os 05 "R"(Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e mudança de atitude frente ao meio ambiente.

O Prealg atendeu, no ano de 2017 um quantitativo de 32.895 pessoas.	
Produção Anual do Teatro Lobo Guará	
Escolas Públicas Atendidas	64
Escolas Particulares Atendidas	07
Eventos Sociais Atendidos	15
Total de apresentações Teatrais	140
Quantitativo de Espectadores	30.782
Produção Anual do Curso de Guardiões Ambientais	
Escolas Públicas Atendidas	30
Escolas Particulares Atendidas	03
Quantitativo de Turmas do 3º Ano Fundamental	
Quantitativo de Turmas do 4º Ano Fundamental	
Quantitativo de Turmas do 5º Ano Fundamental	96
Quantitativo de Turmas do 6º Ano Fundamental	
Quantitativo de Alunos Formados	2.113

3.3 Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito – Teatro Rodovia

O Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (Teatro Rodovia) desenvolve projeto educativo de trânsito por meio de espetáculos teatrais em escolas públicas e particulares do Distrito Federal, em eventos sociais ou em apresentações de teatro de rua. O grupo utiliza personagens para abordar temas relacionados ao trânsito, como: cinto de segurança, uso correto de cadeirinhas, faixa de pedestres, uso correto da via, uso do aparelho celular, entre outros. São atendidos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas e usuários da via em geral.

O Grupo Teatro Rodovia, atendeu um quantitativo de 16.312 pessoas	
Grupo de Teatro Rodovia	Público
Escolas Públicas Atendidas	9.435
Escolas Particulares Atendidas	3.591
Campanhas Educativas e Outros Eventos	3.286
Total de Atendimentos	56
Público Total	16.312

3.4 Divisão de Direitos Humanos – DDH

A Divisão é responsável pela pasta de Direitos Humanos da Corporação no atendimento ao público interno e externo. No público interno estão inclusos os cursos de aperfeiçoamento, extensão e profissionalizante na disciplina Direitos humanos e segurança:

	Atividades	Eventos	Público
1	Formação e aperfeiçoamento de operadores da segurança pública	14	1.560
2	Reuniões com a sociedade civil para os direitos humanos	17	156
3	Palestras em direitos humanos	17	1.640
4	Oficina para os direitos humanos	1	300
	Total	49	3.656

3.5 Divisão de Policia Comunitário – DPCOM

Público Atendido em 2017	
Cursos	Pessoas
Palestras Desenvolvidas por Policiais Militares Comunitárias	250
Curso de Promotor de Policia Comunitária (PPMM e Comunidade)	
Curso de Multiplicador de Policia Comunitária	
Total	250

3.6 Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica - PROVID

O Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica - PROVID é uma estratégia de policiamento baseado na filosofia de polícia comunitária, com a abordagem orientada para a solução do problema de violência doméstica, atuando na prevenção e enfrentamento desse problema juntamente com a rede de apoio, por meio de ações de prevenção primária e secundária. O programa é dividido em três eixos orientadores:

a) Prevenção Primária: Ações de campanhas voltadas para prevenção a violência doméstica, em especial ações educativas;

b) Prevenção Secundária: Intervenção, acompanhamento e monitoramento nas famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio de policiamento ostensivo e visitas solidárias e comunitárias;

c) Articulação em rede: Objetiva encaminhar e divulgar aos envolvidos no contexto de violência doméstica as políticas públicas e ações disponíveis na comunidade e órgãos governamentais para interromper o ciclo da violência.

O policiamento de Prevenção Orientada a Violência Doméstica – PROVID está regulamentado na Corporação pela PORTARIA PMDF Nº 985, de 17 de novembro de 2015, que revogou a portaria anterior.

Diante da situação, e em conformidade com a iniciativa estratégica do item 11.3.3 do Planejamento Estratégico 2011-2022 da Corporação, desde o início do ano de 2014 vem sendo implementado gradativamente o policiamento em algumas unidades policiais militares, estando em plena execução atualmente em 13 (doze) unidades, atendendo a 21 regiões administrativas, realizando todas as atividades estabelecidas na referida portaria.

Produtividade	Quantidade	Quantidade de Público
Palestras Ministradas	42	3.420
Participação em Reuniões Comunitárias	175	
Visitas Solidárias e Comunitárias às Famílias em Contexto de Violência Doméstica	8.808	

3.7 Equoterapia e Escola de Equitação

Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo numa abordagem interdiciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

No ano de 2017 houve um quantitativo de 4.273 atendimentos no Centro de Equoterapia e 7.190 atendimentos na escola de equitação.

PRODUÇÃO ANUAL – EQUOTERAPIA E ESCOLA DE EQUITAÇÃO	
Equoterapia	193
Eventos da Equoterapia	4.080
Escola de Equitação	160
Eventos da Equitação	7.030
Público Total	11.463

3.8 Quadro síntese dos atendimentos em 2017

Programa	Público atendido
Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd	17.541
Programa de Educação Ambiental – Lobo Guará	32.895
Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito – Teatro Rodovia	16.312
Divisão de Polícia Comunitária	250
Provid	3.420
Divisão de Direitos Humanos	3.656
Equoterapia e Escola de Equitação	11.463
TOTAL	83.701

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Destacamos que, durante o exercício financeiro de 2017, ocorreram cancelamentos de dotações dentro do orçamento da Corporação, sendo que parte foi para suportar as despesas de inativos da Corporação. O valor de R$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de reais) foram cancelados na Corporação e suplementados nos órgãos que são assistidos pelos recursos do FCDF, conforme previsão legal da Lei nº 10.633 de 2002, que cria o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

A execução físico-financeira de todo orçamento da PMDF, no exercício financeiro de 2017, passou por problemas de falta de recursos, na assistência médica, no custeio da folha de pagamento dos inativos e pensionistas, o que fez com que o investimento da corporação ficasse prejudicado. Cabe destacar que a proposta orçamentária da Corporação é feita com base no Plano Estratégico atualizado que define indicadores de gestão de risco, metas e iniciativas previamente definidas, com a definição de ações orçamentárias e não orçamentárias para cada projeto que busque alterar uma situação atual.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.104

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, instituição permanente, essencial à segurança pública e às atividades de defesa civil, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina, e ainda força auxiliar e reserva do Exército nos casos de convocação ou mobilização, organizada e mantida pela União, nos termos do inciso XIV, do art. 21, e dos §§ 5º e 6º do art. 144, da Constituição Federal, subordinada ao Governador do Distrito Federal, destina-se à execução de serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios, de busca e salvamento, de atendimento pré-hospitalar e de prestação de socorros nos casos de sinistros, inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e outros em que seja necessária a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A Corporação tem sua estrutura fundamental definida na Lei de Organização Básica – LOB, estabelecida pela Lei Federal nº 8.255, de 20 de novembro de 1991. A LOB, em seu art. 10-B, declinou ao Poder Executivo Federal o estabelecimento da organização, funcionamento, transformação, extinção e definição de competências relacionadas aos órgãos da estrutura básica do CBMDF, que compreendem o Comando-Geral e os órgãos de direção-geral e de direção setorial. Por sua vez, ao Executivo Distrital coube a regulamentação dos mesmos aspectos no que tange aos órgãos de apoio e de execução. As referidas regulamentações foram editadas, respectivamente, por meio do Decreto Federal nº 7.163, de 29 de abril de 2010 e do Decreto Distrital nº 31.817, de 21 de junho de 2010.

Colhe-se, portanto, que o CBMDF tem por estrutura a divisão em órgãos de direção (geral e setorial), órgãos de apoio e órgãos de execução.

Os órgãos de direção-geral são os responsáveis pelo comando e pela administração geral da Corporação, compreendendo o planejamento, o assessoramento e a elaboração de normas e diretrizes gerais necessárias ao cumprimento da missão institucional, bem como pela coordenação, controle e fiscalização dos órgãos de apoio e de execução. São eles o Comando-Geral, o Subcomando-Geral, o Estado-Maior-Geral, a Controladoria, os Departamentos e a Ajudância-Geral.

Os órgãos de direção setorial são os responsáveis pela direção e planejamento setoriais e pela elaboração de normas e diretrizes necessárias ao cumprimento de suas missões específicas. Os órgãos de direção setorial são as Diretorias.

Os órgãos de apoio atendem às necessidades de pessoal, de material e de serviços de toda a Corporação, realizando as atividades-meio. São órgãos de apoio a Academia de Bombeiro Militar, as Policlínicas Médica e Odontológica e os diversos Centros da Corporação.

Os órgãos de execução realizam as atividades-fim, cumprindo as missões e as destinações do CBMDF mediante a execução de diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e a utilização dos recursos de pessoal, de material e de serviços. O Comando Operacional centraliza os diversos órgãos de execução da Corporação, subdividindo-se em Subcomando Operacional, que comporta as Unidades de Multiemprego (GBMs); o Comando Especializado, que reúne as diversas Unidades Especializadas (Grupamento de Prevenção e Combate a Incêndio Urbano; de Busca e Salvamento; de Atendimento de Emergência Pré-Hospitalar; de Proteção Ambiental; de Proteção Civil e de Aviação Operacional); o Estado-Maior Operacional (composto pelas Seções de Recursos Humanos; de Logística; de Emprego Operacional e Estatística e de Instrução) e a Assessoria de Legislação, Justiça e Disciplina.

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal compete:

I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;

II - realizar serviços de busca e salvamento;

III - realizar perícias de incêndio relacionadas com sua competência;

IV - prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;

V - realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;

VI - realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;

VII - executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;

VIII - executar as atividades de defesa civil;

IX - executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas por ato do Presidente da República, em caso de grave comprometimento da ordem pública e durante a vigência do estado de defesa, do estado de sítio e de intervenção no Distrito Federal.

X - executar serviços de atendimento pré-hospitalar.

As obrigações, os deveres, os direitos e as prerrogativas dos bombeiros militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal estão fixados no Estatuto dos Bombeiros Militares do CBMDF, estabelecido pela Lei Federal nº 7.479, de 02 de junho de 1.986.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	53	1.619	16	3.386	5.074
Comissionados sem vínculo efetivo	46	0	0	0	46
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	82	0	0	82
Subtotal	99	1.701	16	3.386	5.202
(-) Cedidos para outros órgãos	0	155	0	0	155
Total Geral	99	1.856	16	3.386	5.357

FONTE: GECOPE (Sistema de Gestão e Controle de Pessoal) do CBMDF

Obs: Informo que, em 31/12/2017, 363 (trezentos e sessenta e três) candidatos - sendo estes alunos dos cursos de ingresso na Carreira bombeiro militar e Aspirantes-a-Oficial BM,

não constam no quadro da força de trabalho por estarem de acordo com os itens III e IV do art. 65 da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009.

Outros:

A prestação de tarefa por tempo certo (PTTC), tratada no artigo 114 da Lei nº 12.086 de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856 de 30 de junho de 2010, é a execução de encargo, incumbência, tarefa ou missão de caráter voluntário e temporário, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo bombeiro militar da inatividade que se encontre na reserva remunerada e, em caráter excepcional, reformado, conforme as regras estabelecidas na Portaria nº 39 de 21 de agosto de 2012, publicada no Boletim Geral nº 161 de 27 de agosto de 2012.

Os militares nomeados para a prestação de tarefa por tempo certo, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, destinam-se ao atendimento das atividades, de caráter voluntário e temporário, desde que inexista no serviço ativo do CBMDF, pessoal militar habilitado e disponível para o exercício das seguintes atividades:

I - Professores, instrutores e monitores em estabelecimento de ensino da Corporação;

II - Administração, de saúde, de finanças, de informática e de ciência e tecnologia;

III - Apoio e em complemento a atividade operacional; e

IV - Realização de serviços ou atividades de natureza emergencial ou urgente, a critério do Comandante-Geral.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1482 - REFORMA DE QUARTÉIS	**700.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DE QUARTÉIS-REFORMA DOS GRUPAMENTOS DE BOMBEIRO MILITAR - GBM-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - REFORMA DE QUARTÉIS-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL NA RA II- GAMA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - REFORMA DE QUARTÉIS-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL NA RA V- SOBRADINHO	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - REFORMA DE QUARTÉIS-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL NA RA IX- CEILÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	**1.755.234,00**	**8.251.360,00**	**2.467.416,89**	**1.984.416,89**
0001 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGUR-AQUISIÇÃO DE CÂMARA HIPERBÁRICA CBMDF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGUR-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	100.003,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9510 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	755.234,00	8.151.357,00	2.467.416,89	1.984.416,89
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU-VIATURAS E EQUIPAMENTOS-CBMDF- PLANO PILOTO .	30.000,00	0,00	0,00	0,00
2322 - BOMBEIRO AMIGO	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - BOMBEIRO AMIGO-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	**80.000,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
2340 - BOMBEIRO MIRIM	**200.000,00**	**100.000,00**	**8.307,84**	**8.307,84**
0001 - BOMBEIRO MIRIM-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	100.000,00	8.307,84	8.307,84
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA- DF-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2347 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**3.195.234,00**	**8.431.360,00**	**2.475.724,73**	**1.992.724,73**

No programa de trabalho 06.181.6217.3029.9510, Há a dotação de R$ 5.042.302.00, fonte 132, que diz respeito a parcela principal do Convênio CR nº 785634/2013/ME/CAIXA, com o Ministério do Esporte. A contrapartida desse convênio, fonte 390, ID 4, abarca o montante de R$ 492.812,00, decorrente de execução do objeto propriamente dito.

Houve grandes cortes orçamentários nos programas de trabalho do Programa 6217, para atender outras unidade dos GDF. Como exemplo, o remanejamento efetuado pela 2017NA000010, pela qual retirou-se R$ 880.889,00 do orçamento do CBMDF, para "atender reprogramação da SEFAZ de acordo com a 29ª reunião da governança".

Por meio da tabela de execução orçamentária percebe-se que os gastos deste programa ficaram limitados ao reaparelhamento parcial da corporação e à manutenção de serviços sociais como o porjeto bombeiro mirim. A grande maioria das aquisições e contratações, bem como dos gastos com pessoal são custeados com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1619 - ACIDENTES DE SERVIÇO		%	4,4	8,7	3,52	15,98	2,63	1,75	Diret.Saúde/ CBMDF / UO 24104 / OE 6
Justificativa: 2016 - Verificou-se que no ano de 2016 houve melhora no resultado do indicador em relação aos 3 anos anteriores. Apesar do resultado aquém da meta, este setor vai envidar esforços no sentido de verificar se há correlação entre parte dos acidentes relatados com os meses de seca (Operação Verde Vivo) e/ou a realização de cursos operacionais, a fim de melhorar o alcance ou reanalisar as metas estipuladas com parâmetros internacionais. 2017 - O número de acidentes em serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e cursos. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento que é um meio de desenvolver competências nos bombeiros para que se tornem mais									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades, sendo outro recurso a oferta de cursos objetivando o aprimoramento técnico-profissional, administrativo e cultural, para o desempenho de suas funções.									
1593 - AÇÕES PREVENTIVAS	4376	UNIDADE	3.977	12.879	4.558	1.975	5.140	5.721	COMOP/CBMDF / UO 24104 / OE 3
Justificativa: 2016 - Foram realizadas ações de descentralização dos serviços dos sistemas de prevenção contra incêndio e pânico através da implantação de postos de atendimento no Na Hora da Rodoviária do Plano Piloto. Aliadas a estas ações foram realizadas prevenções in loco em eventos de grande concentração de público, bem como campanhas com o intuito de difundir a cultura de prevenção, via simulados de abandono de escolas, palestras e demonstrações. Esse resultado já reflete toda esta atuação. 2017 - O total de ações corresponde ao público de 3.099.578 pessoas. O número de prevenções atendidas em 2017 foi um pouco menor do que em 2016, tendo em vista o Distrito Federal não sediou nenhum grande evento nacional como as Olimpíadas. Cabe ressaltar que muitas prevenções do tipo "aquática" deixaram de ser atendidas devido ao corte da cota de serviço voluntário, anteriormente destinada para esta função.									
1618 - DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL	85,13	%	87,6	84,49	89,6	90,88	91,6	93,6	CEMEV/ CBMDF / UO 24104 / OE 6
Justificativa: 2016 - Verificou-se que durante o ano de 2016 houve interrupção de contrato de fornecimento de peças. Contudo, a regularização dos contratos de fornecimento de peças no decorrer do 1º trimestre contribuiu para que o resultado ficasse bem próximo da meta, tendo crescido em relação ao ano de 2015, um fator positivo. 2017 - Verificou-se que durante o ano de 2017, foi possível atender de forma eficiente a demanda de manutenção, alcançando o índice acima do desejado e confirmando a crescente evolução aos anos anteriores. A obtenção do resultado positivo se deu em decorrência da eficaz gestão de recursos humanos e materiais para otimizar o tempo gasto nas manutenções, e consequentemente diminuir o tempo em que as viaturas ficaram efetivamente baixadas para manutenção.									
1592 - INCÊNDIOS PERICIADOS	277	UNIDADE	278	670	308	495	338	368	DINVI/CBMDF / UO 24104 / OE 3
Justificativa: 2016 - A forma de tratamento das perícias passou por um processo de reformulação, permitindo o aumento do valor numérico do indicador, que parece ter atingido um patamar de estabilidade entre 600 e 700 perícias por ano, intrínseco à quantidade de ocorrências de incêndio, bem como as condições de trabalho da Diretoria de Investigação de Incêndio. 2017 - Com a apliação dos novos critérios para a contagem do indicador da DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO DE INCÊNDIO - DINVI, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A DINVI abandonou o crtitério quantitativo e adotou o critério qualitativo para o tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio e otimizou o emprego dos recursos e materiais disponíveis na DINVI sem perda de eficiência do serviço de perícia de incêndio do CBMDF.									
1579 - TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO	8,18	MINUTO	9,26	9,47	8,57	4,62	8,29	8	SeGeo/ CBMDF / UO 24104 / OE 1
Justificativa: 2016 - Conforme análise do indicador institucional equivalente, o resultado vem mantendo-se no mesmo patamar nos últimos 4 anos. Este indicador passou a constar como objetivo estratégico para o ciclo 2017-2020. Fatores como quantidade de viaturas e militares, rotina de atendimento do CIADE e deslocamento até o local influenciam no resultado. Essas variáveis vêm sendo trabalhadas, a fim de potencializar o alcance das próximas metas, que são ainda mais ousadas e desafiadoras. 2017 - O tempo foi obtido de forma indireta, devido à mudança no sistema de registro de ocorrências (Fênix) e à nova classificação. A implantação do sistema Fênix e a transferência do despacho para os Grupamentos de Bombeiro Militar do CBMDF tiveram impacto positivo na redução do tempo para atendimento.									

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**200.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DE GRUPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**5.087.880,00**	**5.276.186,00**	**5.276.133,17**	**5.276.123,17**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0088 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	5.087.880,00	5.276.186,00	5.276.133,17	5.276.123,17
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**201.886,00**	**340.397,00**	**325.665,58**	**325.665,58**
8671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	201.886,00	340.397,00	325.665,58	325.665,58
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.057.267,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
0086 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	707.267,00	0,00	0,00	0,00
0008 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - CENTRO DE ORIENTAÇÃO DE ENSINO ASSISTÊNCIA (COSEA) DO CBMDF-REGIÃO I - PLANO PILOTO .	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
0012 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE MATERIAL - CENTRO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO AO ENSINO ASSISTENCIAL - COLÉGIO DOM PED-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**6.547.033,00**	**6.016.583,00**	**5.601.798,75**	**5.601.788,75**

Percebe-se nesta tabela de execução orçamentária que os recursos deste programa foram utilizados para dar aporte na questão relativa a administração de pessoal. Entretanto, da mesma forma que o programa anterior, a maioria dos recursos para custear o pessoal são oriundos do fundo Constitucional do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PROGRAMA BOMBEIRO MIRIM

O programa Bombeiro Mirim tem o objetivo de oferecer para crianças e adolescentes atividades esportivas, educativas, culturais e recreativas que contribuam para o desenvolvimento biopsicossocial dos participantes.

PÚBLICO ALVO: Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017:

- Atividades de bombeiro: Instruções de Combate a Incêndio, Primeiros Socorros, Ordem Unida e Salvamento.
- Atividades Educativas: Música, Artesanato, Artes, Aulas temáticas de Cidadania, Educação no trânsito, acidentes domésticos e Vídeos educativos.
- Atividades esportivas: Futebol, Futsal, Voleibol, Basquete, Karatê, Natação e Atletismo.
- Atividades Culturais e Recreativas: Visitas em espaços públicos e/ou culturais; Passeios recreativos em espaços de lazer; brincadeiras; gincanas; torneios e comemorações de datas festivas.
- Outras Atividades: Atividades de Psicologia por meio de parceria da APROS com o IESB/Oeste: atendimento das crianças e adolescentes em grupo e atendimentos de orientação familiar.

FUNCIONAMENTO: O Programa Bombeiro Mirim funciona em 12 regiões administrativas do Distrito Federal. As atividades são realizadas nos períodos matutinos e vespertinos de segunda a sexta, sendo as terças dias de coordenação e as sextas dias de manutenção, confraternização, visitas ou passeios. As atividades são realizadas por militares do CBMDF e voluntários da comunidade com habilidades específicas para as atividades realizadas no programa.

QUANTITATIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS EM 2017 POR LOCALIDADE

CIDADE	FAIXA ETÁRIA POR SEXO						TOTAL
	7 A 9		10 A 12		13 A 14		
	F	M	F	M	F	M	
Paranoá	23	62	14	57	15	43	214
Ceilândia	54	144	60	109	41	101	509
Gama	15	25	4	10	1	3	58
Planaltina	8	33	7	30	10	29	117
Brazlândia	23	40	22	54	26	45	210
São Sebastião	1	7	13	28	2	10	61
Samambaia	5	19	9	28	5	26	92
Sobradinho	8	13	18	29	8	19	95
Núcleo bandeirante	15	25	14	23	10	19	106
Santa Maria	4	22	9	20	5	19	79
Recanto das Emas	6	23	4	16	8	21	78
Cidade Estrutural	4	17	7	20	13	21	82
TOTAL	**166**	**430**	**181**	**424**	**144**	**356**	**1701**

PROGRAMA TAEKWONDO - GUARÁ

Crianças e adolescentes atendidos	Feminino	masculino	Total
Programa Taekwondo - Guará	**16**	**65**	**81**

PROGRAMA BOMBEIRO AMIGO

O programa Bombeiro Amigo tem o objetivo de oferecer atividades físicas, educativas e culturais que visem à qualidade de vida e o bem-estar físico, psicológico e social da pessoa idosa.

PÚBLICO ALVO: Pessoas idosas de ambos os sexos, a partir de 60 anos.ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017:

- Atividades Educativas: Aulas de Informática, Dança, Artesanato, Canto Coral, Cultivo de hortaliças (horta terapêutica).
- Atividades Esportivas: Ginástica, Hidroginástica e Natação.
- Atividades Culturais e Recreativas: Visitas em espaços públicos e/ou culturais; Passeios recreativos em espaços de lazer; dinâmicas de grupo e comemorações de datas festivas.
- Outras atividades: Atividades de Psicologia; atendimentos de idosos em grupo, atendimento de acolhimento individual, encaminhamento para intervenção psicológica; atividades de socialização.

FUNCIONAMENTO: As atividades do Programa Bombeiro Amigo funcionam todos os dias da semana no interior das unidades militares ou em espaços públicos e comunitários adequados (quadras de esportes, administração das cidades). Elas são realizadas por bombeiros militares com formação específica, voluntários ou estagiários, sendo opcional para o idoso o tipo e o tempo de atividade que deseja realizar

QUANTITATIVO DE PESSOAS IDOSAS ATENDIDAS EM 2017 POR LOCALIDADE

Idosos atendidos	Feminino	Masculino	Total
Ceilândia - Administração	47	3	50
Brazlândia	107	43	150
São Sebastião	54	2	56
Ceilândia - 8º GBM	242	23	265
Ceilândia - P norte	128	12	140
Samambaia	68	4	72
Gama	75	10	85
Guará	89	3	92
TOTAL	**810**	**100**	**910**

PROGRAMA ALEITAMENTO MATERNO

O Programa Aleitamento Materno tem o objetivo de realizar coleta domiciliar, transporte de leite humano e orientar as doadoras sobre os procedimentos de higienização, extração manual e congelamento do leite humano.

PÚBLICO ALVO: Mulheres em período de amamentação.ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017: São atribuições dos militares do CBMDF: Coletar leite humano nos domicílios conforme agendamento prévio; Atender emergências solicitadas pelo chefe do BLH; Orientar as doadoras sobre os procedimentos de higienização, ordenha manual e congelamento do leite humano; Proceder as instruções de prevenção de doenças mamárias; Conscientizar as mães sobre a importância do aleitamento materno; Orientar sobre a nutrição dos seus filhos; Buscar vidros doados quando solicitado pela chefia do BLH; Realizar visitas domiciliares solicitadas pela chefia BLH; Participar de campanhas educativas e publicitárias ligadas à amamentação; Participar de eventos.

FUNCIONAMENTO: A coleta de leite humano é realizada em todo o Distrito Federal e entorno, para os Bancos de Leite Humano (BLH) e Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH) da Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES-DF), conforme parceria entre o CBMDF e a SES-DF. A coleta é realizada para 12 bancos de leite e contam com 24 militares e 10 viaturas tipo ABL. O convênio trata da seguinte situação: o GDF fornece as viaturas (veículos locados pelo Governo) e o CBMDF fornece os condutores e coletoras de leite. Os veículos foram caracterizados por adesivos ABL (Auto Busca de Leite humano).Os militares do CBMDF atendem no programa de coleta de leite materno os 12 (doze) seguintes bancos de leite: Hospital Regional da Asa Sul (HMIB); Hospital Regional da Asa Norte (HRAN); Hospital Regional de Ceilândia (HRC); Hospital Regional de Taguatinga (HRT); Hospital Regional de Samambaia (HRSAM); Hospital Regional do Gama (HRG); Hospital Regional de Santa Maria (HRSM); Hospital Regional de Planaltina (HRPl); Hospital Regional de Sobradinho (HRS); Hospital Regional do Paranoá (HRPa); Hospital Regional de Brazlândia (HRBz); Hospital Regional de São Sebastião (HRSS).

QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO GERAL DO SISTEMA BLH EM 2017

Conforme relatório de produção geral, gerado pelo sistema de Produção BLH (Banco de Leite Humano), no período de janeiro a novembro de 2017 foram realizadas as seguintes atividades. (Fonte: Rede Brasileira de Bancos de Leite, 2017)

Mês	Doadoras	Receptores	Visita domiciliar	Leite humano coletado
Jan	401	929	2160	1189,7
Fev	464	888	2067	1185,2
Mar	567	958	2784	1549,7
Abr	424	868	2284	1297,1
Mai	490	813	2725	1433,7
Jun	573	983	2714	1578,6
Jul	434	976	2576	1458,5
Ago	559	809	2923	1626,3
Set	496	892	2749	1542,4
Out	527	850	2836	1584,3
Nov	511	871	2792	1563,3
Dez	503	886	2615	1476,2
Total	**5949**	**10723**	**31225**	**17465**

PROGRAMA CÃO GUIA

O Programa Cão guia tem o objetivo de propiciar a inclusão social e a qualidade de vida da pessoa com deficiência visual, através do treinamento e adestramento de cães guias, facilitação do acesso da pessoa com deficiência ao cão e a formação de treinadores.

PÚBLICO ALVO: Pessoas com deficiência visualATIVIDADES REALIZADAS EM 2017: Treinamento de cães para guiar pessoas com deficiência visual ou com baixa visão; Formação de treinadores e instrutores de Cães Guias; Preparação da sociedade para receber esta nova realidade através de Palestras e Workshops em Congressos, Empresas e Instituições de ensino Fundamental, Médio e Superior, Públicas ou Privadas; Participação em eventos.

FUNCIONAMENTO: A parceria da ONG ABA e o CBMDF funciona da seguinte forma: o Corpo de Bombeiros Militar do DF cede os bombeiros treinadores e local para o treinamento dos cães e cegos. A Premyer Pet fabricante de ração fornece a ração para os cães em treinamento. A Bayer fornece alguns medicamentos e produtos veterinários e o Hospital Veterinário da UNB cuida da saúde dos cães. O cão guia também recebe verba da ABA, Associação Brasiliense de Ações Humanitárias.

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES REALIZADAS ATÉ 2017

Cães	Total
Em treinamento	10
Cães treinados e adaptados	50
Cães em socialização	12
Matrizes reprodutoras	13

Fonte: ABA, 2017

PROGRAMA CAMINHANDO COM A SAÚDE

O programa Caminhando com saúde tem o objetivo de apoiar a população, durante a prática de atividades físicas, com a prestação de serviços de acompanhamento, orientação de educadores físicos e avaliações simples, como aferição de pressão arterial.

PÚBLICO ALVO: Pessoas da Comunidade que praticam atividades físicas externas.ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017: Aferição de pressão arterial, Acompanhamento e Orientação sobre atividades físicas

FUNCIONAMENTO:

O programa visa apoiar a população, durante a prática de atividades físicas, com a prestação de serviços de acompanhamento, aconselhamento e avaliações fisiológicas periódicas, promovendo uma melhor qualidade de vida. O Programa funciona em Taguatinga (Pistão Norte - Taguaparque) e em Ceilândia (Administração de Ceilândia). É realizado por militares do CBMDF com formação específica.

QUANTITIVO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2017

Aferições e orientações	Fem	Masc	Total
Ceilândia - Administração	1187	866	2053
Taguatinga	1042	773	1815
Total	**2229**	**1639**	**3868**

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES 2017 – ASTAD/COMISSÃO A3P

OBJETIVO: Apresentar as atividades anuais realizadas pela Assessoria Técnico-Administrativa do Comando Geral e da Comissão A3P no período de 1/Jan/2017 a 30/Nov/2017.

Os programas e projetos da Comissão A3P (item 7.3.2) em andamento são: a coleta de cartões magnéticos com os Papa-Cartões, o Bombeiro Mais Verde e ainda capacitações/palestras sobre economias de recursos e reaproveitamento de materiais. As informações são relacionadas

especificamente aos itens 7.3.2. O CBMDF na A3P, o item 7.3.4 O Programa Comando nas Unidades e o item 7.3.5. Programa de economia de recursos nas unidades.

1. PAPA-CARTÕES

PAPA-CARTÃO é um equipamento que foi trazido em 2015 para o CBMDF em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de descarte adequado dos cartões magnéticos. Este projeto visa aplicar os seguintes eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública "Gestão Adequada dos Resíduos Gerados" e ainda a "Sensibilização e Capacitação dos Servidores". Este equipamento foi disponibilizado na entrada principal do Palácio D. Pedro II, no Quartel do Comando-Geral. O segundo equipamento PAPA-CARTÃO foi trazido e disponibilizado a fim de facilitar ainda mais a coleta dos cartões magnéticos. Em 2017, para um destes equipamentos se iniciou uma agenda itinerante entre os quartéis desde o dia 09 de agosto e para o outro, uma agenda itinerante dentro dos setores no complexo do Quartel do Comando-Geral. Dado o exitoso resultado obtido no primeiro equipamento (itinerante extra-QCG), o segundo equipamento PAPA-CARTÃO iniciou o processo itinerante após a 5ª Reunião da Comissão A3P, ocorrida em novembro de 2017. A partir de então, foi elaborado uma nova agenda, para ambos os equipamentos, onde os deslocamentos e a periodicidade estão planejados de forma a otimizar as distâncias e a eficácia de coleta. Neste período (segundo semestre de 2017), o primeiro equipamento já foi disponibilizado para 06 unidades operacionais até o momento, tendo sido coletados 156 cartões magnéticos. Neste mesmo período o equipamento que permaneceu no complexo do QCG coletou 66 deles. A nova agenda para ambos os equipamentos, que inclui o calendário contínuo em 2018, tem a previsão de visita a todas as OBM´s do CBMDF até setembro. O período de permanência do equipamento em cada unidade está fixado em 2 (duas) semanas, conforme análise do comportamento dos bombeiros militares, que trabalham no expediente e nas escalas operacionais, na ação de reciclagem dos cartões magnéticos. Notas para intranet foram divulgadas a fim de comunicar a agenda dos equipamentos e o modo de utilização dos mesmos. As vantagens de reciclagem dos cartões magnéticos superam as questões de contaminação ambiental, tendo reflexos no reaproveitamento de material e na elaboração de novos materiais pela indústria. O meio ambiente se beneficia ao evitar-se o descarte inadequado dos resíduos considerados perigosos, que diretamente no solo ou água podem causar contaminações.

2. PROJETO BOMBEIRO MAIS VERDE

Este projeto foi elaborado e efetivado em 2016, em parceria com o Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP. Este projeto visa contemplar vários dos seis eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, a "Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho" e o "Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos", e ainda a "Sensibilização e Capacitação dos Servidores". Houve a visita técnica em 12 unidades militares e plantadas 80 mudas de árvores nativas do bioma Cerrado, protegidas pelo Decreto 14.783/1993, que dispõe sobre o tombamento de espécies-arbóreo-arbustivas e dá outras providências. Sua continuidade em 2017 foi dificultada por fatores alheios ao CBMDF. A partir de junho de 2017, tendo sido reativada a referida parceria, foram re-iniciados os trabalhos de plantio de árvores nos quartéis. Em fevereiro de 2017, foi feito um inventário das mudas de árvores plantadas nos quartéis em 2016. Foram plantadas 80 árvores em 12 unidades militares e somente uma muda de árvore não sobreviveu ao período. Este resultado é consistente e propício, dado que as orientações técnicas seguidas resultaram em êxito na sobrevivência das mesmas. As visitas técnicas do inventário realizado em fevereiro de 2017, e as visitas técnicas prévias aos plantios de mudas de árvores, além do acompanhamento dos plantios propriamente dito, todas executadas em 2017, resultaram em um total de 44 deslocamentos para as unidades atendidas. Ao final de 2017, teremos plantados mais 58 mudas de árvores nativas do bioma Cerrado em 16 unidades militares do CBMDF, realizados em conjunto com o Programa

Comando das Unidades (item 7.3.4) e também nas ocasiões em que o referido Programa foi adiado. Uma ação extraordinária a este projeto Bombeiro Mais Verde foi o transplantio de 04 mudas de ipês, amarelos e brancos, que estavam suprimidas sob as mangueiras, à frente do Anexo no QCG. Todas elas sobreviveram e já floriram. Foi solicitada re-abertura do Processo SEI para a compra dos insumos para o Projeto BMVerde, com a inclusão de outros itens para a continuidade dos trabalhos em 2018.

3. CAPACITAÇÕES E PALESTRAS

3.1. PALESTRA "Reciclagem de bitucas de cigarro" Conforme divulgação de trabalhos inovadores de reciclagem de materiais, Prof. Dra. Thérèse Hofmann Gatti, do Departamento de Artes Visuais, do Instituto de Artes, da Universidade de Brasília, foi convidada a ministrar uma palestra aos bombeiros militares. Ela é doutora em Desenvolvimento Sustentável, mestre em Arte e Tecnologia e Coordenadora do Curso de Artes Visuais e do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, Coordenadora do Laboratório de Papel Artesanal e do Laboratório de Materiais Expressivos. Trata-se do trabalho de "Reciclagem de Bitucas de Cigarro", em que os eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública, "Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho", "Sensibilização e Capacitação de Servidores" e "Gestão Adequada dos Resíduos Gerados" foram abordados. Esta palestra ocorreu no Auditório do CEPED, no Complexo da ABMIL, no dia 27 de julho, onde foram mostrados dados estatísticos sobre o consumo de cigarros no Brasil e no mundo, a tecnologia desenvolvida para reaproveitamento do material e os produtos possíveis deste reaproveitamento, além dos efeitos benéficos para o meio ambiente e a saúde pública. Está planejado para 2018, uma parceria de sensibilização de toda a comunidade bombeiro militar sobre o tabagismo. Esta sensibilização será com as vertentes da saúde do bombeiro militar, do descarte adequado do resíduo do hábito de fumar e a possibilidade de recolhimento do material para reaproveitamento no Laboratório de Papel Artesanal da UnB.

3.2. CAPACITAÇÃO – "Curso Caça-Vazamentos" Dado os diversos Decretos do Governador do Distrito Federal relacionados à economia de água, consoante a crise hídrica instalada em 2017, foi realizada uma capacitação externa. Esta capacitação visa aplicar, na prática, os eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública "Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho" e "Sensibilização e Capacitação de Servidores", dado que a falta de água afeta sobremaneira a qualidade de vida de todos e cada bombeiro, assim como a própria atividade fim típica da Corporação, a de combater incêndios e cumprir o lema "salvar vidas, patrimônio e meio ambiente". Em 24 agosto, o Exmo. Governador assinou a Portaria nº 71 que regerá a ação "DESAFIO PINGO DE CONSCIÊNCIA – cada gota vale muito" entre os órgãos e entidades públicos da Administração Direta e Indireta do DF, no Salão Nobre do Palácio do Buriti. Foi apresentada a disponibilidade do link http://www.useaconsicencia.gov.br/, como material de divulgação e sensibilização dos servidores neste tema. A partir deste momento, a capacitação patrocinada pela CAESB foi divulgada – Curso Caça Vazamentos, para os servidores públicos de todo o GDF, em um evento ocorrido na Secretaria de Educação. Foi solicitado que houvesse este Curso Caça-Vazamentos exclusivamente para os bombeiros militares que são os Agentes A3P nos quartéis. Esta capacitação ocorreu em expediente matutino e vespertino do dia 17 de outubro, na sede da CAESB, em Águas Claras. Todos receberam a palestra e o material educativo relativo ao assunto, cujas dicas e práticas podem ser aplicadas a todos as unidades da Corporação.

4. PROGRAMA de Economia de Recursos nas Unidades

Este é o item 7.3.5 do Anexo do Relatório Anual e contempla os dados de economia dos recursos água, energia elétrica e papel, nas unidades operacionais e administrativas do CBMDF. A partir de 2018, o Prêmio do Programa de Eficiência dos Recursos será anual. A

compilação dos dados relacionados ao consumo de água demonstra que houve uma redução de consumo de água em 81% das 16 unidades militares monitoradas, no primeiro quadrimestre de 2017. Os dados de consumo de papel estão sendo processados pelo CESMA e os dados de consumo de energia elétrica, pelo COMOP.

CURSOS REALIZADOS EM 2017

1. CURSOS DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ALTOS ESTUDOS:

CURSO	CAPACITADOS		
	Nº DE ALUNOS DO CBMDF	Nº DE ALUNOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL DE ALUNOS
Curso de Altos Estudos para Oficiais do Quadro - Combatente - CAEO/COMB.	19	01	20
Curso de Altos Estudos para Oficiais dos Quadros - Saúde e Complementar - CAEO/SAÚDE/COMPLEM.	04	00	04
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais dos Quadros de Administração e Especialista - CAO/ADM/ESP.	18	00	18
Curso de Altos Estudos para Praças - CAEP	615	00	615
Curso de Aperfeiçoamento de Praças - CAP	142	00	142
Curso de Formação de Praças - CFP*	15	00	15
TOTAL	**813**	**01**	**814**

2. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO:

CURSO	CAPA		
	Nº DE ALUNOS DO CBMDF	Nº DE ALUNOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL DE ALUNOS
Curso Atendimento Pré-Hospitalar Básico - CAPH-B	19	03	22
Curso de Intervenção em Produtos Perigosos – Nível Técnico – CIPP-TEC	16	01	17
Curso de Intervenção em Produtos Perigosos - Nível Operações – CIPP-OP	15	00	15
Curso de Instrutor de Combate a Incêndio Urbano - CICOI	13	00	13
Curso de Tripulante Operacional - CTOp	09	02	11
Curso de Métodos e Técnicas de Ensino Bombeiro Militar - CMTE/BM	19	29	48
Curso de Operações de Busca e Salvamento - COBS	15	00	15
Curso de Socorros de Urgência em Atendimento Pré-Hospitalar - CSU-APH	45	05	50
Curso de Resgate Veicular - CREVE	21	02	23
Curso de Especialização em Salvamento em Altura - CESALT	13	06	19
Curso de Especialização em Prevenção de Incêndio - CEPI	26	01	27
Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas - BREC	21	03	24
Curso de Sistema de Comando de Incidente – Nível Básico - CSCI-Básico	00	18	18
Curso de Socorros de Urgência em Atendimento Pré-Hospitalar - CSU-APH - Complementação	63	00	63
Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas - BREC/Leve - Cooperação CBMDF-CBMMT	03	20	23
Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas - BREC/Leve - Cooperação CBMDF-CBMMA	04	17	21
Curso de Operações em Incêndio - COI	26	03	29
Curso de Sistema de Comando de Incidentes, Nível Intermediário - CSCI	25	00	25
TOTAL	**353**	**110**	**463**

3. ESTÁGIOS:

ESTÁGIO	CAPACITADOS		
	Nº DE ALUNOS DO CBMDF	Nº DE ALUNOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	TOTAL DE ALUNOS
Estágio de Operação e Orientação com GPS - EOOGPS	14	00	14
TOTAL	**14**	**00**	**14**

4. CAPACITAÇÕES OU INSTRUÇÕES REALIZADAS PELO CETOP PARA INSTITUIÇÕES EXTERNAS NO ANO DE 2017:

INSTRUÇÃO PÚBLICO EXTERNO 2017				
INSTRUÇÃO	INSTITUIÇÃO	DURAÇÃO (DIAS)	QTD. DE INSTRUTORES	QTD. DE ALUNOS
Combate a Incêndio	Exercito Brasileiro ADM QGEx	2	6	38
Combate a Incêndio	Policia Legislativa	1	6	30
Combate a Incêndio	Presidência da República. Segurança de Autoridade	1	4	33
Combate a Incêndio	Cindacta . Força Aérea Brasileira. ADM	1	13	178
Combate a Incêndio	Cindacta. Capacitação de Controladores de Vôo	3	9	150
Combate a Incêndio	Exercito Brasileiro . Secretaria Geral	1	3	20
Combate a Incêndio	Exército Brasileiro. EGGCF-EB . Gráfica do EB	1	2	14
Combate a Incêndio	Banco Regional de Brasília BRB	1	4	90
Combate a Incêndio	Conselho de Segurança de Brasília CONSEG BSB	1	2	10
Combate a Incêndio	Secretaria de Saúde SES/ SUGEP. Subsecretaria de Gestão de pessoas	1	2	33
Combate a Incêndio, Salvamento e Controle de Pânico	COESP 2017. Curso de Operações Especiais PMDF	2	10	20
Combate a Incêndio	CONAB Companhia Nacional de Abastecimento	1	4	20
Salvamento em altura e Espaço confinado	CONAB Companhia Nacional de Abastecimento	2	3	21
Combate a Incêndio	Marinha do Brasil .CIM- MB Centro de inteligência	1	2	9
Combate a Incêndio	CSEsp/CBMMA Curso de Salvamentos Especiais do Corpo de Bombeiros do Maranhão	8	19	18
Combate a Incêndio	Curso de Capacitação de Condutores do SAMU 192	1	3	30
Combate a incêndio, Salvamento e Controle de Pânico	XIII Curso de Operações Táticas. COT Policia Federal	2	10	35
Salvamento em Altura	Departamento de Recursos Humanos da NOVACAP	2	6	19
Salvamento e Controle de Pânico	XI Curso de Operações de Choque PMDF	1	6	29
Salvamento e Controle de Pânico	XIII Curso de patrulhamento Tático Móvel PATAMO PMDF	1	6	28
Salvamento em Altura	Curso de Formação de Sargento Temporário 2017. Batalhão de Policia do Exército de Brasília	1	4	16

Salvamento. Noções gerais de segurança em altura, nós e amarrações.	Curso de Telegrafia da Escola de Comunicação . Exército Brasileiro	1	4	20
Salvamento. Espaço Confinado NR. 33	Departamento de Recursos Humanos da NOVACAP	2	3	39
Reserva das Torres para treinamento	Batalhão de operações Especiais de Fuzileiros Navais.	1	3	40
Visitas ao CETOP.	MOAB. Instituto Movimento orgulho autista Brasil	1	10	30
Visitas Ao CETOP	Colégio Militar Dom Pedro II	1	10	218
TOTAL		**41**	**154**	**1188**

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO NO ANO DE 2017

	AISP	Projetos de Incêndio/Arquitetura Analisados (DIEAP)	Perícias Realizadas (DINVI)	Vistorias (total) (DIVIS)	Pareceres Técnicos (DIVIS)	Notificações (DIVIS)	Vistorias p/ Licença de Funcionamento (DIVIS)
ATIVIDADES EXECUTADAS	BRASÍLIA	1027	83	1026	97	103	399
	GUARÁ	38	35	135	9	30	60
	CRUZEIRO	12	16	68	10	4	35
	SUDOESTE E OCTOGONAL	0	0	0	0	0	0
	LAGO SUL	13	8	39	5	2	13
	SCIA	0	0	0	0	0	0
	SIA	27	17	50	12	2	11
	REGIÃO METROPOLITANA	**1117**	**159**	**1318**	**133**	**141**	**518**
	SOBRADINHO	61	34	123	14	8	41
	SOBRADINHO II	0	0	0	0	0	0
	FERCAL	0	0	0	0	0	0
	PLANALTINA	64	45	102	22	5	43
	PARANOÁ	29	34	68	0	9	42
	ITAPOÃ	0	0	0	0	0	0
	SAO SEBASTIÃO	19	27	50	6	1	19
	LAGO NORTE	12	12	37	1	5	9
	VARJÃO	0	0	0	0	0	0
	REGIÃO LESTE	**185**	**152**	**380**	**43**	**28**	**154**
	TAGUATINGA	163	53	529	58	76	221
	BRAZLÂNDIA	17	21	76	14	5	32
	CEILÂNDIA	93	80	421	77	43	158
	SAMAMBAIA	113	52	178	17	17	43
	ÁGUAS CLARAS	118	30	532	37	70	232
	VICENTE PIRES	0	0	0	0	0	0
	REGIÃO OESTE	**504**	**236**	**1736**	**203**	**211**	**686**
	GAMA	80	33	235	24	30	102
	NÚCLEO BANDEIRANTE	15	3	75	15	7	19
	CANDANGOLÂNDIA	0	0	0	0	0	0
	SANTA MARIA	50	31	106	7	20	36
	RECANTO DAS EMAS	32	21	64	8	3	39

	RIACHO FUNDO	26	12	74	0	1	18
	RIACHO FUNDO II	0	0	0	0	0	0
	PARK WAY	0	0	0	0	0	0
	JARDIM BOTÂNICO	0	0	0	0	0	0
	REGIÃO SUL	**203**	**100**	**554**	**54**	**61**	**214**
	DISTRITO FEDERAL	**2009**	**647**	**3988**	**433**	**441**	**1572**

ATIVIDADES DA DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO DE INCÊNDIO

1. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE PERÍCIA DE INCÊNDIO

No ano de 2017 a DINVI realizou 746 prestações de serviço de perícia de incêndio para a população do Distrito Federal. No ano, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio atendidas pela DINVI. O órgão mudou do critério quantitativo e evoluiu para o critério qualitativo no tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A implantação do critério qualitativo trouxe uma maior eficiência na prestação do serviço de perícia de incêndio realizado pelo CBMDF. Por exemplo, no intuito de evitar retrabalho dos órgãos de segurança pública, a DINVI deixou de periciar incêndio em veículo produto de furto ou roubo já registrado em Boletim de Ocorrência da PCDF e com perícia criminal solicitada. Esse tipo de perícia abarcava mais de 20% das perícias anuais realizadas pela DINVI e não trazia informação relevante para o CBMDF, visto que já se sabia, por exemplo, a causa do incêndio, o local onde ocorreu o sinistro e a estimativa valor do bem sinistrado. Essa mudança qualitativa no critério de escolha para o serviço de perícia de incêndio teve como objetivo aperfeiçoar a prestação do serviço de perícia de incêndio garantindo maior qualidade e menor desgaste dos recursos envolvidos. A mudança qualitativa ficou evidente na comparação entre os números de 2016 e 2017. Em 2016 foram 991 atendimentos; já em 2017 foram 746 atendimentos. Em 2016, o indicador foi de 67% de perícias realizadas em relação ao número de atendimentos; já em 2016, o indicador foi de 66,35%. Essa diferença de 245 atendimentos de um ano para o outro esteve relacionada basicamente com as perícias de incêndio que não foram eleitas como perícias realizáveis, como exemplo: veículo produto de furto ou roubo - já encaminhados para a PCDF. Assim, a mudança para o critério qualitativo na escolha das perícias de incêndio otimizou o emprego dos recursos humanos e materiais disponíveis na DINVI sem que tenha havido perda da eficiência do serviço de perícia de incêndio prestado pelo CBMDF à sociedade do Distrito Federal.

2. REALIZAÇÃO DE PARCERIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS

Com vistas a materializar as ações prescritas no ObjeOvo 2 e no Objetivo 10 do Plano de Estratégico 2017-2024 do CBMDF, publicado no Boletim Geral nº 072, de 13 de abril de 2017, o CBMDF, por meio da DINVI, firmou parceria técnico-cienofica com representantes do Instituto de Física e de Química da Universidade de Brasília (UnB) com intuito de possibilitar uma participação técnica de militares da Corporação em projetos científicos de alunos de doutorado de ambos os Institutos. Nessa parceria, os projetos de pesquisa foram desenvolvidos por alunos da UnB que, com auxílio dos militares do Laboratório de Química (LAQUI) da DINVI, realizaram testes e análises de amostras e compostos de interesse dos projetos de pesquisa da UnB para estudo de sistemas nanoestruturados de transporte e encapsulamento de fármacos utilizando equipamentos do CBMDF. Os moldes adotados pela DINVI para a parceria proporcionou tanto um ganho na pesquisa realizada pela UnB, como na capacitação técnica e aprimoramento dos militares da LAQUI. Nesse contexto, a aluna Carolane de Macêdo Almeida, doutoranda em Química e orientada pela professora Doutora Claudia Cristina Gatto, do Instituto de Química da Universidade de Brasília, realizou, no LAQUI,

análises termogravimétricas de relevância e importância para avaliação de estabilidade de compostos químicos estudados em seu projeto de doutorado. Já o aluno Abraham Francisco Palomec Garfias, doutorando em Física pela Benemérita Universidade Autônoma de Puebla - em parceria com a UnB - realizou, no LAQUI, análises termogravimétricas de relevância para o estudo de sistemas nanoestruturados de liberação controlada e direcionada de fármacos como novo método terapêutico para tratamento de células cancerosas. Para a DINVI, essas parcerias tiveram como principal finalidade dar um passo no sentido de, em um futuro próximo, o CBMDF se tornar capaz de realizar pesquisa técnico-científica de alto nível e de forma independente, com vistas à obtenção de melhorias significativas nos processos laboratoriais realizados pelo LAQUI, permitindo uma maior expertise e know-how para os profissionais militares que trabalham com a pesquisa técnico-científica no âmbito do CBMDF.

3. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MODERNIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DA DINVI

O Laboratório de Elétrica (LABEL), o Laboratório de Química (LAQUI), o Laboratório de Extintores (LAEXT) e o Laboratório de Ciência do Fogo (LACIF) são laboratórios da DINVI que foram criados com a finalidade de oferecer suporte técnico-científico aos serviços de investigação e perícia de incêndio e explosão. Esse suporte é efetivado por meio da realização de exames laboratoriais (elétricos e químicos), testes de campo, ensaios em corpos de prova, teste de extintores, simulações computacionais, pesquisas operacionais em ciência do fogo. Com base nas demandas do comando do CBMDF, foram confeccionados projetos básicos para modernização de todos os laboratórios da DINVI. Para o LABEL foi confeccionado projeto básico para aquisição de ferramentas e equipamentos que irão proporcionar à Corporação condições materiais suficientemente confiáveis para apoiar tanto os Técnicos do LABEL como os Peritos de Incêndio da DINVI durante uma investigação dos incêndios. Para o LAQUI foi confeccionado projeto básico para aquisição de equipamentos de medição, guarda, processamento e análise de produtos químicos, insumos e vidrarias para realização de experimentos químicos e gases específicos (Nitrogênio, Oxigênio, Hélio e Gás Carbônico) para os equipamentos de alta tecnologia que compõem esse laboratório. Para o LAEXT foi confeccionado projeto básico para aquisição de ferramentas e equipamentos que irão proporcionar à Corporação condições para realização de testes em extintores nos padrões exigidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para o LACIF foi confeccionado projeto básico para aquisição de equipamentos específicos para melhor compreensão e estudo do comportamento do fogo em materiais diversos (como exemplo: temperatura de ignição, quantidade de calor liberado e perda de massa) e os danos aos seres humanos causados pela fuligem (quantidade de fumaça e toxicidade da fumaça) liberada durante incêndio. Atualmente, nenhum outro Corpo de Bombeiro Militar do país possui laboratórios e equipamentos específicos voltados exclusivamente para a realização de investigação e de pesquisa de reação ao fogo em materiais comumente encontrado em residências, comércios e indústrias. Essa nova filosofia da DINVI frente à pesquisa técnico-cienofica tem como objetivo permitir que CBMDF se transforme em um centro de excelência na investigação e na pesquisa de incêndios no Brasil.

4. REALIZAÇÃO DE CURSO INTERNO DE TÉCNICO DE INVESTIGAÇÃO DE INCÊNDIO.

Em 2017, a DINVI agregou em seu quadro de militares mais colaboradores na execução da prestação do serviço de perícia de incêndio. Com intuito de equalizar os conhecimentos de todos os militares da DINVI, foi realizado um curso de técnico em investigação exclusivo para o aprimoramento dos militares do órgão que não possuíam o curso específico para atuar na investigação e perícia de incêndio.

5. MAPEAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA DINVI.

O mapeamento de processos é uma ferramenta gerencial que foi utilizada pela DINVI como objetivo identificar as informações, o fluxo, os militares envolvidos, as capacidades, as competências e os recursos humanos e materiais necessários para a realização eficiente das atividades técnicas e administrativas da Diretoria conforme as diretrizes planejadas pelo Comando do órgão. Como mapeamento de processos, a DINVI buscou exercer uma gestão consciente de seus processos administrativos, possibilitando uma forma de gestão e organização desses processos, que são pontos-chave do funcionamento da Diretoria, de forma a torná-la mais eficaz. Na DINVI, o mapeamento de processos teve como o papel principal tanto de identificar os processos existentes como de modificá-los, de forma a criar um mecanismo de melhoria cononua dos procedimentos administrativos das seções administrativas e dos laboratórios da DINVI. Enquanto mecanismo de análise estruturada, o mapeamento de processos possibilitou a otimização de recursos humanos, mostrou falhas de integração seções da DINVI, promoveu um melhor entendimento dos processos utilizados na Diretoria e garantiu informações relevantes para a tomada de decisão do Comando da DINVI

6. ESTABELECIMENTO DA DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO DE INCÊNDIO (DINVI) COMO ÓRGÃO EXECUTOR DE PROGRAMAS DE PESQUISAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO ÂMBITO DO CBMDF.

A maior vitória para a DINVI em 2017 foi o estabelecimento da Diretoria como órgão executor de programas de pesquisas técnico-cienoficas no âmbito do CBMDF. Essa nova prerrogativa da DINVI garantiu exclusividade na execução de pesquisas técnico-cienoficas voltadas para a segurança contra incêndio e pânico, motivados por análises de pós-sinistro de incêndio. Essa nova competência da DINVI surgiu embasada pelo Objetivo 2 e 10 do Plano Estratégico Institucional, Ciclo 2017–2024, publicado na Portaria 11, de 11 de abril de 2017, que tratou de tema Operacional do CBMDF visando buscar a ampliação da segurança pública com ações preventivas específicas contra incêndios. É interesse fundamental do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com foco no cidadão e com responsabilidade socioambiental, realizar pesquisas técnico-cienoficas e investigação de incêndio nos padrões internacionalmente consagrados. Por esse motivo relevante, foi criada a Política de Segurança Contra Incêndio e Pânico a ser aplicada no Distrito Federal, publicada na Portaria nº 34, de 1º de novembro de 2017, que, em seu corpo, garantiu à DINVI a competência para implementar ações na área de pesquisa que contemplem estudos, projetos, desenvolvimento de protótipos e inovação em pesquisa de segurança contra incêndio e pânico, e de técnicas e táticas de combate de incêndios; assim como também desenvolver ações para o incentivo e divulgação às pesquisas realizadas nos laboratórios da DINVI. A Política de Segurança Contra Incêndio do Distrito Federal estabeleceu a Diretoria de Investigação de Incêndio (DINVI) como órgão executor de programas de pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção e desenvolvimento de produtos e processos voltados para a segurança contra incêndio e pânico, motivados por análises de pós-sinistro de incêndio, garantindo à DINVI os meios legais para tornar-se referência nacional e internacional no estudo da ciência do fogo, por meio da pesquisa, desenvolvimento, inovação e perícias de incêndio. Portanto, o ano de 2017 foi um marco para a DINVI visto que, com a nova competência garantida pela Política de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal, a Diretoria passou a ser responsável tanto pela realização perícias de incêndio relacionadas a competência do CBMDF (Lei 8.255/1991, art. 2º, inciso III) como pela realização de pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico do Distrito Federal (Lei 8.255/1991, art. 2º, inciso V). Com o desenvolvimento de pesquisas técnico-cienoficas, a DINVI busca cada vez mais autonomia cienofica com objetivo de se tornar referência nacional e internacional na realização do serviço

de perícia de incêndio e de pesquisas técnico-cienoficas voltadas para desenvolvimento dos sistemas de segurança contra incêndio e pânico.

EMPREGO OPERACIONAL

Informações dos dados mais relevantes no que diz respeito a ações operacionais, instruções, emprego de recursos humanos e viaturas no ano de 2017.

1 OCORRÊNCIAS

1.1 OCORRÊNCIAS OPERACIONAIS

Ocorrências operacionais 2017													
TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	**TOTAL**
Trânsito	1013	1231	1401	1409	1693	1621	1715	1655	1450	1468	1120	1072	**16848**
Administrativas	814	704	667	633	757	575	539	884	799	1231	1020	441	**9064**
APH	2152	1898	2426	2457	2703	2421	2166	2538	2429	2729	2213	2663	**28795**
Combate a incêndios	264	252	277	282	309	352	334	389	364	394	245	251	**3713**
Incêndios florestais	131	82	123	238	393	1014	1714	2768	2187	1733	107	13	**10503**
Busca e salvamento	156	123	11	146	154	168	146	176	152	189	135	80	**1636**
Operações	111	110	128	119	119	110	115	118	97	174	245	815	**2261**
Diversas	1037	906	1193	1095	1359	1340	1201	1292	1206	1369	1173	897	**14068**
TOTAL	**5679**	**5306**	**6226**	**6379**	**7487**	**7601**	**7930**	**9820**	**8684**	**9287**	**6258**	**6232**	**86889**



1.2 OCORRÊNCIAS EM GRANDES EVENTOS

OCORRÊNCIAS EM GRANDES EVENTOS		
EVENTO	ATENDIMENTOS	PÚBLICO
CARNAVAL	156	1.500.000
VIA SACRA	44	150.000
GREVE GERAL	2	5.000
PENTECOSTES	15	130.000
MANIFESTAÇÕES POPULARES I	2	45.000
MANIFESTAÇÕES POPULARES II	-	80
CORRIDA DO FOGO	20	10.000
JOGOS ESCOLARES DA JUVENTUDE	-	700
DESFILE 7 DE SETEMBRO	6	20.000
TOTAL	**245**	**1.860.780**

2 PREVENÇÕES

2.1 PREVENÇÕES EM EVENTOS

QUANTIDADE DE EVENTOS E PÚBLICO ATENDIDO - 2017		
MÊS	Nº DE EVENTOS	PÚBLICO
JAN	101	65.180
FEV	113	514.765
MAR	121	31.890
ABR	109	134.030
MAI	178	45.999
JUN	183	1.429.190
JUL	152	12.900
AGO	173	45.140
SET	260	271.679
OUT	241	219.917
NOV	172	101.299
DEZ	172	227.589
TOTAL	**1803**	**2.871.989**

2.2 PREVENÇÕES AQUÁTICAS

QUANTIDADE DE EVENTOS PÚBLICOS ATENDIDOS		
MÊS	Nº DE EVENTOS	PÚBLICO
JAN	101	65.180
FEV	113	514.765
MAR	121	31.890
ABR	109	134.030
MAI	178	45.999
JUN	183	1.429.190
JUL	152	12.900
AGO	173	45.140
SET	260	271.679
OUT	241	219.917
NOV	172	101.299
DEZ	172	227.589
TOTAL	**1803**	**2.871.989**

3 OPERAÇÃO BOMBEIROS NAS QUADRAS

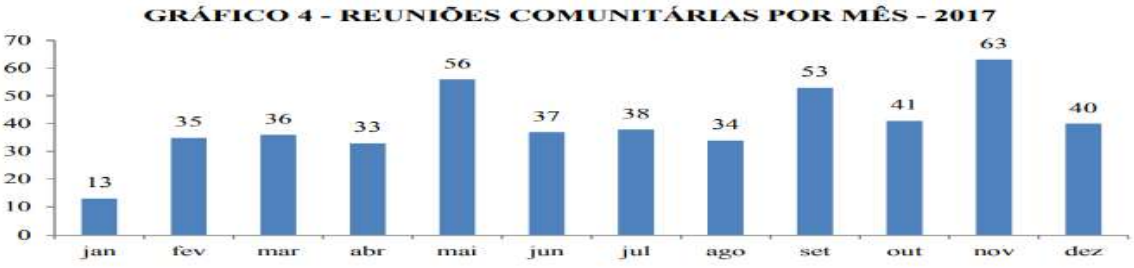
BOMBEIROS NAS QUADRAS POR COMANDO DE ÁREA - 2017		
COMANDO	Nº DE EVENTOS	PÚBLICO
COMAR I	14	5908
COMAR II	19	3955
COMAR III	18	4500
COMAR IV	18	4680
TOTAL	**69**	**19043**





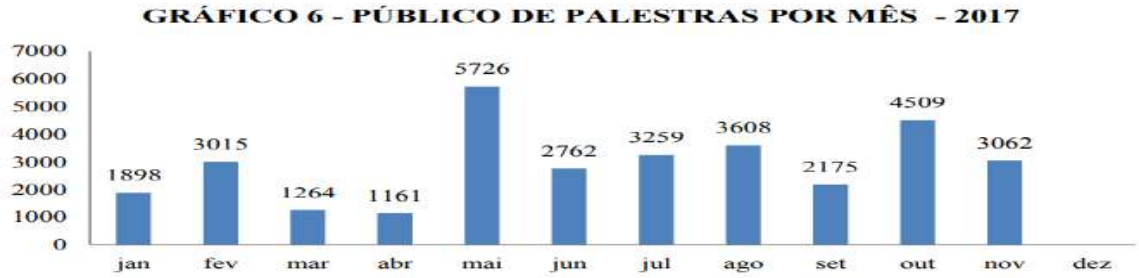
4. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES COMUNITÁRIAS

REUNIÕES COMUNITÁRIAS POR COMANDO DE ÁREA - 2017	
COMANDO	Nº DE PARTICIPAÇÕES
COESP	21
COMAR I	131
COMAR II	118
COMAR III	109
COMAR IV	100
TOTAL	**479**



5 PALESTRAS MINISTRADAS

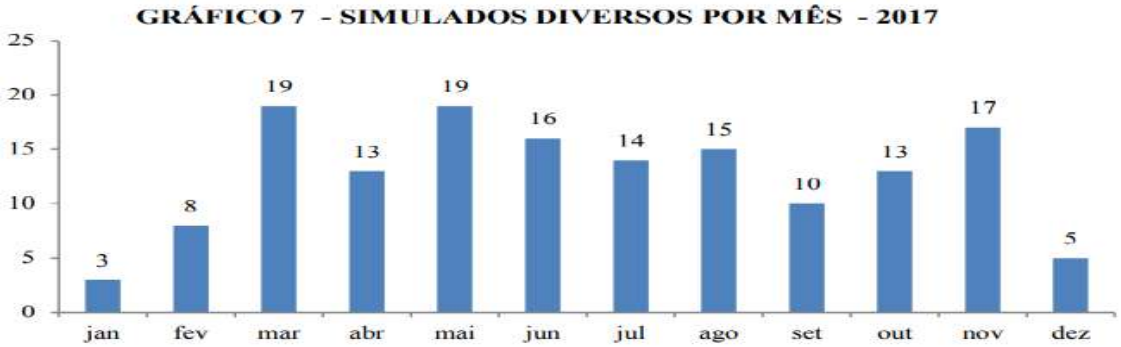


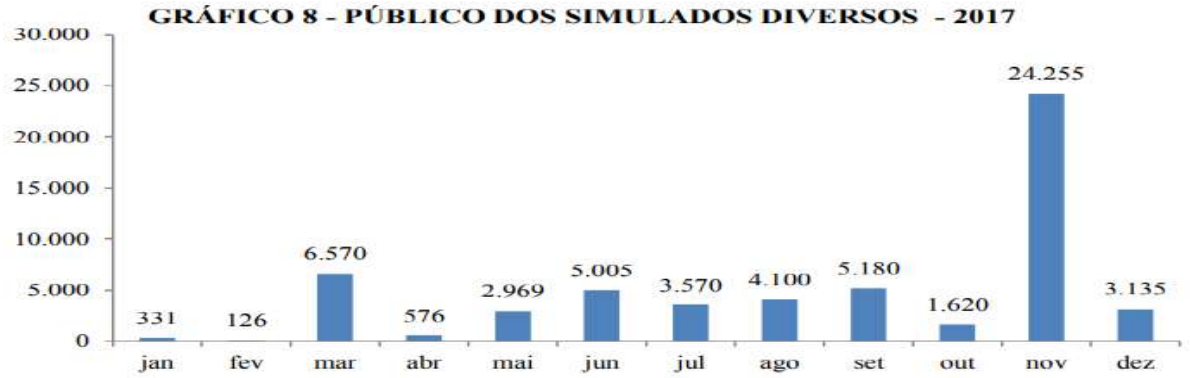


6 INSTRUÇÕES

6.1 SIMULADOS DIVERSOS

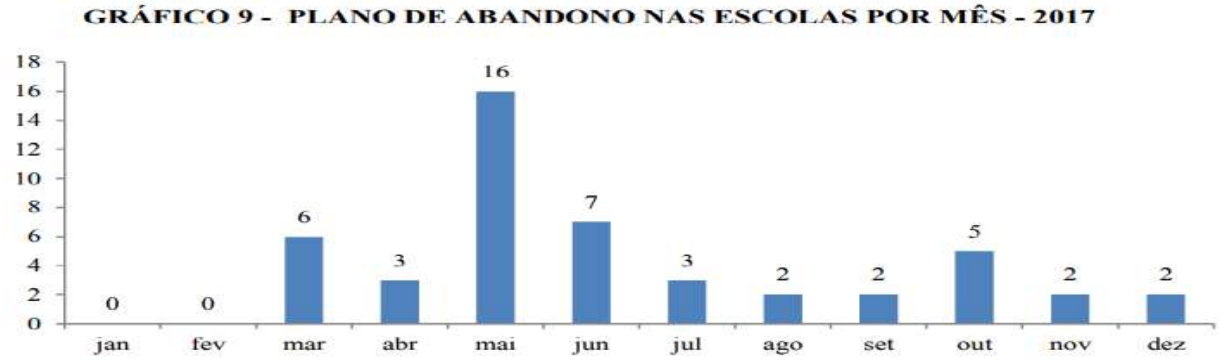
SIMULADOS DIVERSOS POR COMANDO DE ÁREA - 2017		
COMANDO	Nº DE EVENTOS	PÚBLICO
COESP	11	12806
COMAR I	78	39209
COMAR II	21	545
COMAR III	24	2955
COMAR IV	18	1922
TOTAL	**152**	**57437**





6.2 PLANO DE ABANDONO NAS ESCOLAS DO DF

PLANO ABANDONO NAS ESCOLAS POR COMANDO DE ÁREA - 2017		
COMANDO	Nº DE EVENTOS	PÚBLICO
COESP	1	230
COMAR I	18	5950
COMAR II	8	1787
COMAR III	8	2548
COMAR IV	13	6011
TOTAL	**48**	**16256**





6.3 CAPACITAÇÃO CONTINUADA

CAPACITAÇÃO CONTINUADA - 2017	
CURSOS	MILITARES CAPACITADOS
29	545

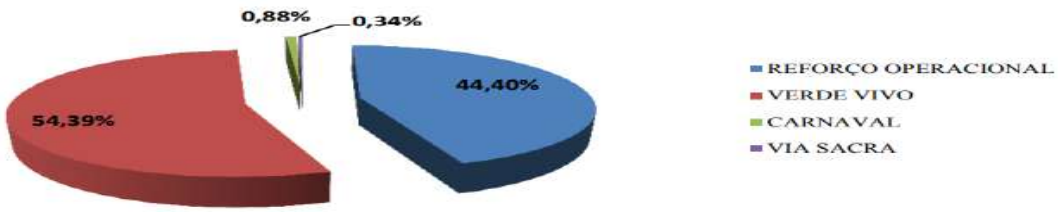
INSTRUÇÕES NAS UNIDADES BM - 2017	
COMANDO	QUANTIDADE DE INSTRUÇÃO
COESP	256
COMAR I	585
COMAR II	723
COMAR III	394
COMAR IV	360
TOTAL	**2318**



7 SERVIÇO VOLUNTÁRIO

EMPREGO DE SERVIÇO VOLUTÁRIO - 2017		
MÊS	EVENTOS	COTAS EMPREGADAS
JAN	REFORÇO OPERACIONAL	678
FEV	REFORÇO OPERACIONAL	641
	CARNAVAL	291
MAR	REFORÇO OPERACIONAL	714
ABR	REFORÇO OPERACIONAL	904
	VIA SACRA	114
MAI	REFORÇO OPERACIONAL	290
JUN	-	-
JUL	REFORÇO OPERACIONAL	2172
	VERDE VIVO	5159
AGO	REFORÇO OPERACIONAL	6188
	VERDE VIVO	5159
SET	REFORÇO OPERACIONAL	1038
	VERDE VIVO	6137
OUT	REFORÇO OPERACIONAL	1052
	VERDE VIVO	4928
NOV	REFORÇO OPERACIONAL	1076
	VERDE VIVO	499
DEZ	SEM PREVISÃO	-
TOTAL	**33231**	

GRÁFICO 12 - EMPREGO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO - 2017



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017 a corporação iniciou um novo ciclo de planejamento estratégico para o período de 2017 a 2024. Na elaboração deste plano, o comando adotou a Avaliação Participativa como premissa para a realização do diagnóstico institucional. O CBMDF acredita que o Bombeiro-Militar é o principal ativo corporativo. O profissional bombeiro-militar detém e alavanca o conhecimento técnico, aperfeiçoa os processos, entrega serviços públicos na qualidade técnica requerida, sendo o principal responsável pelos 98% de confiança que a sociedade do DF deposita no Corpo de Bombeiros (Relatório da Pesquisa Distrital de Vitimização (SSPDF, 2015). Nesse sentido, para manter os altos índices de confiança da sociedade, a Corporação tem por estratégia a transparência e a efetiva participação de seus colaboradores. O Tribunal de Contas da União – TCU aponta como uma das boas práticas de Governança Pública o uso da gestão estratégica participativa.

Ainda neste ano, prosseguiu-se à implantação do mapeamento de processos e do escritório de projetos, ferramentas imprescindíveis para um melhor gerenciamento e acompanhamento das atividades constantes no plano estratégico. A consolidação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que contou com a pronta participação desta corporação, demonstra a preocupação com a agilidade dos processos administrativos e com a responsabilidade socio ambiental por meio da economia de papéis.

Na parte de contratações e aquisições, o CBMDF, por meio de um planejamento orçamentário e financeiro, realiza a manutenção do patrimônio, bens e serviços essenciais. Além disso, adquiriu novas viaturas, equipamentos e ferramentas bem como realizou a contratação de serviços para executar com excelência a sua função perante a sociedade.

Embora a realização de cursos e atividades externas tenham sido prejudicadas em função do contingenciamento, as capacitações internas foram realizadas de forma plena e efetiva, inclusive com cursos e estágios para diversas instituições externas.

Para diminuir o déficit de efetivo, foi realizado o concurso público para ingresso de militares nos mais diversos quadros da corporação. No final do ano, foram incorporados 363 militares entre oficiais e praças, com início dos cursos de formação definidos para o início de 2018. Esse aumento de efetivo é fundamental para reduzir a carência nos diversos segmentos institucionais de forma a recompor os quadros e melhor prestar o serviço à sociedade. Ainda para 2018 e 2019 está previsto o ingresso de mais militares para, dessa forma, mantermos a qualidade e excelência na prestação dos serviços da corporação.

Dessa forma, com aquisição de novos equipamentos, início da recomposição do quadro de trabalho, pioneirismo e capacitação, a corporação continua a desenvolver-se e aprimorar suas atividades, com foco na sociedade, contribuindo com desenvolvimento do Distrito Federal.

Por fim, a visão de futuro da corporação é que até 2024 o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal com foco no cidadão e com responsabilidade socioambiental, realizará ações de prevenção e investigação de incêndio e atenderá as ocorrências emergenciais nos padrões internacionalmente consagrados. Com isso pretende garantir a sua missão que é a proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.105
1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

A vinda da Família Real Portuguesa em 1808 foi decisiva para a criação do cargo de Intendente Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brazil, que tinha sua sede no Estado do Rio de Janeiro e possuía a finalidade de zelar pela proteção da Colônia contra os espiões, inimigos políticos e agitadores franceses, prestando-se também à fiscalização de estrangeiros. A figura do Intendente Geral tinha em seu comando ouvidores, corregedores, capitães, escrivães, alcaides e meirinhos. Desta estrutura singela originaram-se as Polícias Civis do Brasil.

As polícias civis são instituições históricas e de estrutura organizacional peculiar, e exercem funções de Polícia Judiciária, ou seja, cuja prerrogativa é, precipuamente, investigar crimes de natureza penal após o cometimento. São órgãos de Administração Direta nas unidades federativas do Brasil, regidas pelo o artigo 144 da Constituição Federal de 1988. As polícias civis são subordinadas aos Governadores dos Estados ou do Distrito Federal e dirigidas por delegados de polícia de carreira. Ainda, de acordo com o artigo 144, § 4º, da Constituição Federal que especifica o papel das Polícias Civis, são funções institucionais destas, ressalvada a competência da União: a de apurar infrações penais, exceto as militares e o exercício das funções de polícia judiciária.

Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF é Instituição permanente da Administração Direta, essencial à função jurisdicional e vinculada ao Gabinete do Governador do Distrito Federal, dirigida por Delegado de Polícia de carreira e possui relativa autonomia administrativa e financeira.

A Lei nº 4.483/64 reorganizou o Departamento Federal de Segurança pública – DFSP, sediando a Polícia Civil em Brasília, ocasião em que passou a integrar a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Posteriormente, foi regulamentada pelo Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009 (DODF de 24.06.2009), estabelecendo seu Regimento Interno, o qual preceitua sobre estrutura organizacional e arrola as atribuições de quase todas as unidades policiais e respectivos gestores, dentre outras, sobre a Corregedoria Geral de Polícia e a Ouvidoria, conforme teor do art. 102 e do art. 124.

Como outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Polícia Civil temos:

- Decreto Distrital n° 32.716, de 1° de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 33.483, de 10 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 33.669, de 21/05/2012, que extingue e cria unidades administrativas e cargos na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 34.938, de 09 de dezembro de 2013, que extingue e cria unidades administrativas e cargos na estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 35.080 de 16 de janeiro de 2014, que extingue e cria cargos na estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal;

- Decreto Distrital nº 35.372, de 28 de abril de 2014, que altera a Estrutura Administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal e cria a Divisão de Custódia de Bens, Departamento de Gestão da Informação, Comissão Permanente de Alienação e o Cargo de Assessor de Gestão Estratégica, dentre outros cargos de natureza especial e em comissão, além de divisões e seções;
- Decreto Distrital nº 35.856, de 30 de setembro de 2014, que altera a estrutura administrativa do Instituto de Identificação, do Departamento de Polícia Técnica, da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 36.080, de 27 de novembro de 2014, que altera a estrutura administrativa do Instituto de Criminalística, do Departamento de Polícia Técnica, da Policia Civil do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 37.069, de 21 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a criação da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou conta a Pessoa Idosa ou com Deficiência;
- Decreto Distrital nº 37.219, de 30 de março de 2016, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 37.465, de 07 de julho de 2016, que altera a estrutura administrativa da Corregedoria-Geral da Polícia Civil.
- Decreto Distrital nº 38.098, de 30 de março de 2017, que altera a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal.

Portanto, para melhor compreensão da estrutura organizacional da Polícia Civil deve ser considerado o conjunto sistêmico de normas que esteiam seu arcabouço institucional.

Para execução de seu Plano Estratégico, a PCDF elaborou o Mapa Estratégico Corporativo e respectivas matrizes no decorrer do desenvolvimento do Programa AVANÇAR, juntamente com e Fundação Dom Cabral – FDC nos anos de 2014-2015, cujos documentos norteiam o Planejamento Estratégico da Organização até a presente data.

A Ideologia Corporativa da Instituição tem fundamento na concepção de seu Negócio, Missão, Visão e Valores dispostos no retro mencionado programa, esboçada da seguinte forma:

Negócio: Elucidar infrações penais com efetividade, exercer as funções de Polícia Judiciária e promover a Cidadania.

Missão: Até 2020, ser referência nacional como instituição policial em resolução das infrações penais e atendimento ao cidadão, incrementando os respectivos índices atuais em 30%, com repercussão na diminuição da criminalidade no Distrito Federal.

Visão: Promover Segurança Pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de Polícia Judiciária, tendo como pilares a Ética, os Direitos e Garantias Fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados, visando aprimorar o exercício da Cidadania.

Valores: Ética Profissional, como fundamento de todas as ações da Instituição, tendo Hierarquia e Disciplina como balizadores:

- **Legalidade,** ações sempre pautadas na lei;
- **Honestidade**, como princípio de conduta individual;
- **Lealdade**, comprometimento com a equipe e com a Instituição;
- **Prontidão**, sempre pronto para servir;
- **Perseverança**, determinação incansável na busca do resultado;
- **Coragem, ousadia, firmeza e destemor no cumprimento da missão**;
- **Capital Humano**, valorização do policial, tendo a meritocracia como instrumento para o desenvolvimento profissional.

A estrutura organizacional da Polícia Civil do Distrito Federal está primordialmente voltada à sua atividade-fim: a **Investigação Policial**.

Preza a Policia Civil pelo aprimoramento do atendimento à comunidade, individualizada pelas perspectivas "Sociedade" e "Cliente-Cidadão" de seu Plano Estratégico.

Dentre os mais relevantes objetivos estratégicos da Polícia Civil estão:

- Impactar positivamente na redução dos índices de criminalidade no Distrito Federal;
- Elucidar infrações penais com efetividade;
- Cumprir com celeridade as ordens judiciais;
- Maximizar a satisfação do cidadão com a PCDF;
- Fortalecer a credibilidade e a imagem institucional;
- Fortalecer a comunicação organizacional;
- Aproximar Polícia e Comunidade;

Garantir qualidade e próatividade no atendimento ao cidadão.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Polícia Civil possui, em maior parte, gestores que integram a carreira de Delegado de Polícia, investidos no cargo mediante concurso público de provas e títulos.

Por meio de votação organizada em lista tríplice, é escolhido seu dirigente máximo dentre os delegados de Polícia, cuja nomeação é realizada pelo Chefe do Executivo local, consoante emenda à Lei Orgânica nº 102/2017.

Em breve síntese, a Instituição Policial tem em sua estrutura administrativa a Direção-Geral da Polícia Civil - DGPC, a qual conta como unidades de apoio sua Assessoria Jurídica – ASSJUR, o Assessor de Gestão Estratégica – AGE, a Divisão de Comunicação – DIVICOM e a Divisão de Gestão de Documentos e Apoio Administrativo – DGDOC.

O Assessor de Gestão Estratégica - AGE é responsável pela gestão do Planejamento Estratégico Corporativo.

É soberana a Corregedoria-Geral de Polícia Civil-CGP para a condução de procedimentos administrativos disciplinares de todos policiais civis mediante aplicação da Lei nº 4.878/65, assim

como a padronização dos procedimentos cartorários atinentes à atividade finalística de Polícia Judiciária.

Como unidade orgânica responsável pela gestão do Conhecimento, encontra-se na estrutura da Instituição a Academia de Polícia Civil – APC, cujas atribuições estão instituídas na portaria nº 36/2010 – PCDF, de 27/08/2010.

No que tange à Gestão de Pessoas, a delegação de competência para que o Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas - DGP a realize é normatizada pela portaria nº 03/2012 – PCDF.

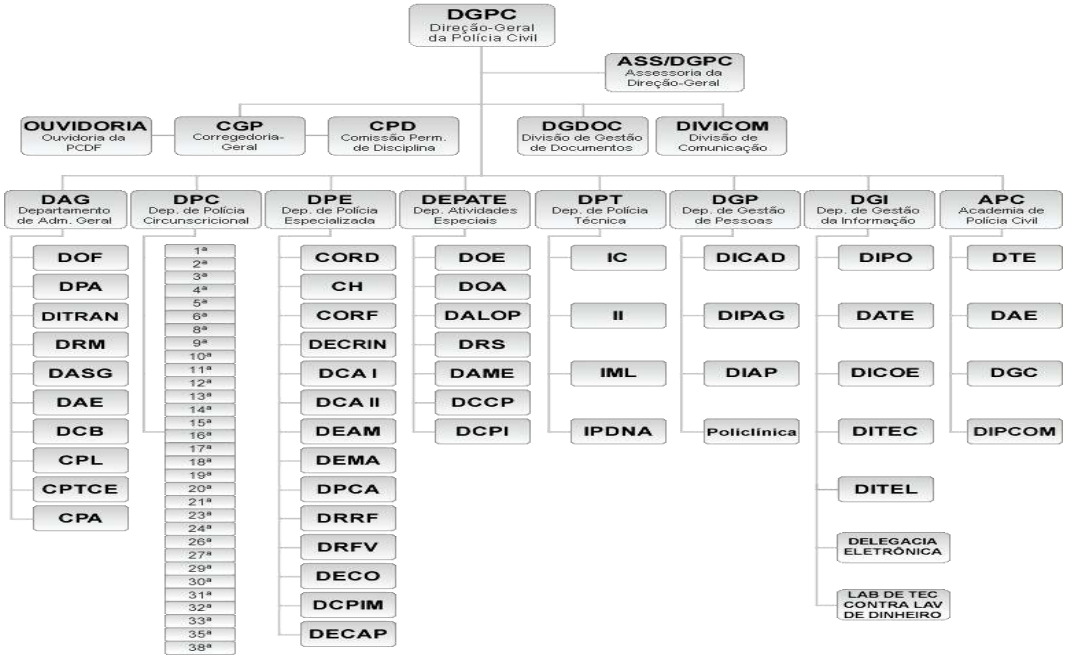
Ao Departamento de Administração Geral - DAG cabe dirigir, planejar e controlar a execução de atividades de orçamento, finanças, planejamento administrativo, recursos materiais, patrimônio, transporte, serviços gerais e projetos de obras e edificações e demais ações para implementar ações de organização e modernização administrativa, além de promover licitações e celebração de convênios.

A investigação policial e demais atividades inerentes à Polícia Judiciária são desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Circunscricional – DPC e Departamento de Polícia Especializada - DPE, apoiados pelo corpo de Polícia Técnica, mantido no Departamento de Polícia Técnica – DPT.

As atividades de Operações Especiais em alto grau de especialidade na atividade finalística são de atribuição exclusiva do Departamento de Atividades Especiais – DEPATE, que apoia sistematicamente os demais departamentos em situações de crise decorrentes da atividade policial.

Por último, criou-se na estrutura organizacional da Polícia Civil o Departamento de Gestão da Informação – DGI, este responsável pelos atos de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, coordenação técnica e operacional, atividades de telecomunicações e radiocomunicações da Instituição, cuja atribuição principal é atender à crescente demanda institucional por soluções em tecnologia da informação e comunicação, além de atividades de Inteligência Policial.

ORGANOGRAMA DA PCDF



COMPETÊNCIAS

A Polícia Civil do Distrito Federal apura os crimes na forma da legislação em vigor, bem como promove a integração policial com organizações congêneres, colaborando na execução dos serviços policiais relacionados com a prevenção e repressão à criminalidade interestadual. Na esfera de sua competência estão relacionados ainda os serviços de perícia e identificação datiloscópica civil e criminal, e de auxílio às autoridades administrativas e judiciárias no tocante à aplicação de medidas legais e regulamentares.

A Polícia Civil do Distrito Federal realizou diversos estudos sobre competências e perfis profissiográficos dos demais operadores de Segurança Pública ao longo da última década, entretanto nenhum documento mais arrojado foi formalmente validado e institucionalizado.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	**Total**
Efetivos do GDF	12	243	1.227	3.449	**4.831**
Comissionados sem vínculo efetivo	11	0	0	0	**11**
Requisitados de órgãos do GDF	8	38	0	0	**46**
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	1	**1**
Estagiários	0	43	0	0	**43**
Menor Aprendiz/ Projeto Jovem Candango	0	10	0	0	**10**
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	**0**
Outros – especificar (Conselheiros)	0	0	0	0	**0**
Subtotal	**34**	**334**	**1.127**	**3.450**	**4.945**
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	38	0	**38**
Total Geral	**34**	**334**	**1.165**	**3.450**	**4.983**

Fonte: DGP/PCDF(2017).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**423.572,00**	**173.572,00**	**173.517,13**	**0**
0003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- PARA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0	0	0
0004 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-FOTOGRÁFICOS PARA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA DA PCDF-DISTRITO FEDERAL	173.572,00	173.572,00	173.517,13	0
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	**0**	**8.153.840,00**	**0**	**0**
0002 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA-PCDF-DISTRITO FEDERAL	0	8.153.840,00	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	**1.500.000,00**	**0**	**0**	**0**
0004 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA- DF-DISTRITO FEDERAL	1.250.000,00	0	0	0
0006 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SE-AQUISIÇÃO DE LABORATÓRIO MÓVEL PARA O INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DA PCDF-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**0**	**1.050.000,00**	**1.025.122,16**	**1.025.122,16**
0004 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS POLICIAIS CIVIS DO DF NO WORD POLICE & FIRE GAMES - PCDF-DISTRITO FEDERAL	0	1.050.000,00	1.025.122,16	1.025.122,16
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**1.923.572,00**	**9.377.412,00**	**1.198.639,29**	**1.025.122,16**

Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Em 2017, a dotação inicial para a Polícia Civil do Distrito Federal foi de R$ 2.054.085.756,00 (dois bilhões cinquenta e quatro milhões oitenta e cinco mil setecentos e cinquenta e seis reais). Foi empenhado todo o montante recebido de R$ 2.103.657.864,00 (dois bilhões, cento e três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), tendo sido liquidado R$ 2.077.343.485,00 (dois bilhões, setenta e sete milhões, trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Dispomos a tabela de Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF para a Polícia Civil do Distrito Federal – 2017, a qual discrimina valores correspondentes a verbas de natureza indenizatória para as carreiras estritamente policiais, já arroladas ao se

tratar das competências no âmbito da PCDF:

PROGRAMA: 0903 - RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Ação Governo		PTRES	Natureza Despesa		DOTAÇÃO INICIAL	PROVISAO RECEBIDA	EMPENHADO	LIQUIDADO
00FM	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AS POLICIAS CIVIL E MILITA	089312		INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.526.992,00	10.376.992,00	10.376.992,00	10.376.992,00
00NR	MANUTENCAO DAS POLICIAS CIVIL E MILITAR E DO CORPO DE BOMBEI	089310			1.195.038.727,00	981.742.214,00	981.742.214,00	955.427.835,50
00NT	OUTROS BENEFICIOS DAS POLICIAS CIVIL E MILITAR E DO CORPO DE	089311	339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	26.155.464,00	24.404.326,00	24.404.326,00	24.404.326,00
		089316	339008	AUXILIO-PRÉ-ESCOLAR	2.784.996,00	2.933.996,00	2.933.996,00	2.933.996,00
		089317	339049	AUXILIO-TRANSPORTE	12.000,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
		089321	339008	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE	1.267.236,00	731.866,00	731.866,00	731.866,00
00Q2	PENSIONISTAS DAS POLICIAS CIVIL E MILITAR E DO CORPO DE BOMB	128360			593.462.545,00	907.119.873,00	907.119.873,00	907.119.873,00
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	128356	319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	216.837.796,00	176.336.097,00	176.336.097,00	176.336.097,00
TOTAL					2.054.085.756,00	2.103.657.864,00	2.103.657.864,00	2.077.343.485,50

Verbas Indenizatórias. Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para a PCDF em 2017. Fonte: DOF/DAG/PCDF.

Dentre as mais importantes aquisições advindas de recursos do FCDF, sob o critério de destinação para a atividade finalística policial, temos:

Principais Aquisições	Descrição	Quantidade	Valor
Armamentos	Dispositivo Elétrico Incapacitante , marca: Condor	119	R$ 535.500,00
Coletes	Colete , marca: Inbraterrestre	300	R$ 333.700,00
Equipamentos de Pericia	Aeronave não tripulada marca/modelo: DJI PHANTOM 3	12	R$ 59.746,80
Equipamentos para Perícia	Serra Elétrica Oscilatória para Autópsia	12	R$ 359.076,00
Equipamentos Não letais	Dispositivos Elétricos Incapacitantes	119	R$ 535.500,00
Equipamentos para confronto	Capacetes Balísticos nível EL III A - HIGH CUT sem viseira com sistema abafador e de comunicação	40	R$ 197.120,00
Equipamentos TIC	Switchs	140	R$ 1.175.616,40
Outras Aquisições relevantes	Aparelhos de ar Condicionado SPLIT	221	R$ 766.649,00

	Algema em aço inoxidável combinado para punhos e tornozelo, marca: Algemas Brasil	110	R$ 47.780,00
	Microcomputador, monitor e teclado para micro ABNT, marca: Dell	1.250	R$ 6.237.500,00

Outras aquisições relevantes podem ainda ser citadas:

PREGÕES ELETRÔNICOS		
03/17	Scanner fotográfico.	Encerrada
02/17	Veículo aéreo não tripulado.	Encerrado
18/17	Contratação de empresa especializada para realizar serviços de inspeção/revisão, manutenção e fornecimento de peças para aeronave Embraer 121 XINGU II, PT-FAX cedida à Polícia Civil do Distrito Federal.	Encerrada
17/17	Aquisição de Material Laboratorial - Testes Imunocromatográficos.	Encerrado
10/17	Aquisição de Mira Holográfica e Magnificador de Mira.	Encerrado
08/17	Contratação de empresa para manutenção das máquinas e equipamentos utilizados na manutenção dos veículos.	Encerrado
07/17	Aquisição de 1000 (mil) Coletes Balísticos.	Encerrado
06/17	Contratação de empresa para executar o Plano Básico de Zona de Proteção do Heliponto da DOA.	Encerrado
32/17	Contratação de empresa para a execução de serviços de caracterização e descaracterização para os veículos da PCDF.	Encerrado
24/17	Contratação de empresa especializada na prestação de Seguro Aeronáutico de Casco (Aditivo A) e Responsabilidade Civil a 2º Risco da Garantia RETA - Limite Único Combinado (LUC).	Encerrado
22/17	Aquisição de Equipamentos da DOA-GPS/Transponder/Áudio/Instalação.	Encerrado
48/17	Aquisição de Freezers.	Encerrado
47/17	Aquisição de Analisador e de Termociclador de DNA.	Encerrado
44/17	Aquisição de sistema de purificação de água (ultrapura tipo I) e seus consumíveis.	Encerrado
39/17	Aquisição de câmara de fumigação de cianoacrilato e câmaras triplas para aceleração de ninidrina e DFO.	Encerrado
37/17	Prestação de Serviços em Suporte Técnico em Telecomunicações.	Encerrado
36/17	Aquisição de equipamentos para o avião Beech Baron 58, matrícula PT-ICT, com instalação e certificação.	Encerrado
62/17	Aquisição de Sistema de monitoramento para temperatura e mesas de necropsia para IML.	Encerrado
58/17	Contratação de Seguro para as Aeronaves da PCDF.	Encerrado
57/17	Contratação de Empresa para Realização de Serviços de Manutenção com Fornecimento de Peças e Acessórios para a Aeronave modelo Beechcraft Baron 58 nº de série TH173 de prefixo PT-ICT pertencente à PCDF.	A Licitar
56/17	Aquisição de Sistema CFTV para IML.	Convênio
54/17	Aquisição de Analisador de DNA.	Encerrado
49/17	Aquisição de espelho de cédulas de identidade.	Encerrado
79/17	Aquisição de 50 (cinquenta) Veículos Automotores Sedan, à gasolina e etanol (flex) conforme Especificações e Condições Estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.	A Licitar
76/17	Aquisição de Equipamentos de Informática - Subsistemas de Armazenamento de Dados, Switches topo de rack e gavetas de discos nos termos das especificações, com garantia e suporte técnico por 60 meses.	A Licitar
73/17	Aquisição de Pipetador Automático e Termociclador Automático de DNA para o IPDNA.	Encerrado

72/17	Aquisição de Aquisição de equipamentos (concentrador de amostras, capela de exaustão e autoclave vertical) para o IML/PCDF.	Em andamento
69/17	Aquisição de Equipamentos (microscópio, estetoscópio, trinocular, compressor para consultório odontológico, refrigerador de laboratório e outros) do IML.	Em andamento
68/17	Aquisição de Veículos – Convênio.	A Licitar
67/17	Aquisição de Refrigerador e Freezer Laboratorial.	A Licitar
65/17	Aquisição de Envelopes para Acondicionamento de Vestígios.	Em andamento

Demais aquisições da PCDF (*rol não exaustivo). Fonte: www.pcdf.df.gov.br, acessado em 03.01.2018.

AQUISIÇÕES RELEVANTES - PCDF – exercício 2017			
Quantidade	Objeto	Nº do Processo	Valor
02	SCANNER FOTOGRÁFICO	052.001.959/2016	8.589,00
23	BEBEDOURO ELÉTRICO, GALÃO 20 LITROS, ÁGUA MINERAL NATURAL E GELADA	052.001.567/2016	8.464,00
11	REFRIGERADOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 360 L	052.000.315/2017	25.342,90
02	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO COMPLETO	052.001.881/2016	119,98
01	OTOSCÓPIO COM 5 ESPÉCULOS	052.001.881/2016	259,00
04	DISPOSITIVO DE COLETA DE DADOS DA SPARK Z 2.0	052.001.104/2016	6.200,00
21	GPS (APARELHO DE POSICIONAMENTO GLOBAL)	052.000.950/2015	33.737,97
01	MOTOR CIRÚRGICO	052.001.880/2016	7.999,99
20	CAPACETE BALÍSTICO NÍVEL III-A LOW CUT COM VISEIRA	052.000.059/2013	56.160,00
170	PLACA BALÍSTICA "STAND ALONE" LATERAL DIREITA E ESQUERDA - NÍVEL III	052.000.059/2013	68.000,00
01	ESQUADREJADEIRA TIPO CIRCULAR	052.000.310/2016	18.904,59
01	FURADEIRA HORIZONTAL	052.000.310/2016	6.989,38
04	MARTELETE PERFURADOR	052.000.310/2016	1.794,32
01	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA	052.001.881/2016	893,86
02	MACA CLÍNICA	052.001.880/2016	1.464,00
02	MONITOR DE GLICEMIA	052.001.880/2016	386,00
02	ESFIGMOMANÔMETRO APLICACÃO: AFERIÇÃO PRESSÃO ARTERIAL,	052.001.884/2015	860,00
02	ESTETOSCÓPIO DE PULSO	052.001.884/2015	280,00
11	BLOCO PARA TUBOS	052.001.415/2016	9.900,00
3	TERMOBLOCO BANHO SECO, COM AGITAÇÃO	052.001.415/2016	24.300,00
06	TELEVISOR DIGITAL	052.000.372/2016	29.989,98
36	PERSIANA HORIZONTAL	052.001.455/2015	4.473,95

Fonte: DRM/DAG/PCDF (2017).

Como obras mais importantes mantidas pelos recursos do FCDF, temos:

Obras e Serviços de Engenharia					
Descrição	**Região Administrativa**	**Etapa realizada até 31/12/2017**	**Estágio**	**Processo**	**Nº ação SAG**
Construção da 15ª DP - Ceilândia Centro (Remanescente de obra)	IX	100%	Em fase de recebimento	052.002.429/2016	FCDF
Construção da 38ª DP - Vicente Pires	XXX	100%	Em fase de recebimento	052.001.066/2012	FCDF
Construção do Instituto de Criminalística - IC	XXII	81,75%	Em andamento	052.001.240/2012	FCDF

Construção da 16ª DP - Planaltina	VI	69,36%	Em andamento	052.00.222/2016	FCDF

Recursos do Tesouro do Distrito Federal

Durante o exercício de 2017, a PCDF foi contemplada por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal com recursos no valor de R$ 32.113.581,00 (trinta e dois milhões cento e treze mil quinhentos e oitenta e um reais) destinados à sua manutenção. Foi diminuído o orçamento em R$ 8.853.840,00 (oito milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta reais). Contingenciou-se R$ 250.482,00 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e dois reais), tendo sido bloqueados R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Do valor autorizado por lei, foi liquidado R$ 29.467.334,24 (vinte e nove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos) (Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD-DOF/DAG/PCDF).

1. Desenvolvimento de Atividades Comunitárias no Centro de Educação e Prevenção ao Uso de Drogas-CEPUD/APC/PCDF - Criado pela Lei 2835, art. 27, de 12/01/2001 e, por força do Decreto 30.490/2009, O CEPUD desenvolve importante trabalho social no Museu de Drogas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal e também pelo Museu Itinerante, criado pelo Decreto 22.043/200 Estes dois instrumentais desempenham um papel fundamental na política de Segurança Comunitária, tanto no que se refere à aproximação com a comunidade quanto à prevenção da criminalidade. Neste ano, com o apoio da Direção Geral de Polícia, e tratando-se de uma das ações orçamentárias previstas no Plano Plurianual para a PCDF, foi possível promover uma ampla reforma no Museu de Drogas da APC resultando num ambiente mais atualizado e adequado ao recebimento de visitantes, sobretudo crianças em idade escolar.



Figura 1: Museu de Drogas na Academia da PCDF. Fonte: Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (2017).



Figura 2: Museu Itinerante de Drogas adaptado e em atendimento. Fonte: Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (2017).

As visitas, palestras e exposições dos Museus - fixo e itinerante, descreve-se à frente os eventos e atividades realizadas e o quantitativo de público atendido.

Vale ressaltar que não há um único perfil ou público-alvo, mas dentre estes estão predominantemente jovens em idade escolar. Em 2017 pode-se prestar o serviço a escolas públicas e privadas, empresas privadas, igrejas e demais agremiações religiosas, além de o museu itinerante ter ido de encontro a ações sociais governamentais. Também Organizações não Governamentais - ONG's voltadas ao de atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade foram atendidas e usufruíram do espaço para trabalhos socioeducativos, além dos demais órgãos de Segurança, como a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e o Grupo de e formação de Guardas Municipais das cidades do Entorno do Distrito Federal, por intermédio do Instituto Federal de Goiás - IFGO.

N	DATA	EVENTO / ASSUNTO	Público Atendido
1	10/02/2017	Visita Guiada - Museus de Armas e de Drogas APC	20
2	16/03/2017	Visita Guiada - Museus de Armas e de Drogas APC	40
3	16/03/2017	Visita Guiada - Museus de Armas e de Drogas APC	115
4	17/03/2017	Visita Guiada - Museus de Armas e de Drogas APC	60

5	24/03/2017	Visita Guiada - Museus de Armas e de Drogas APC	34
6	28/03/2017	Visita Guiada - Museus de Armas e de Drogas APC	30
7	07/04/2017	Visita - Museus de Armas e de Drogas APC - IFGO - Guardas Municipais de GO	170
8	25/04/2017	Palestra Preventiva - Museus de Armas e de Drogas APC	100
9	03/05/2017	Exposição da Maleta de Drogas - Memorial TJDFT - Espaço de exposições	50
10	03/05/2017	Palestra Preventiva - Museus de Armas e de Drogas APC	120
11	11/05/2017	Ação social "Semana da Vida" - CEF 03 Estrutural	350
12	10/06/2017	Escola Compartilhada / Porto rico- S Maria - Escola Classe 01 Porto Rico Santa Maria	200
13	13/06/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - CEF 04- Guará	90
14	13/06/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - CEF 04- Guará	400
15	22/06/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - Brazlândia, DF 430	636
16	27/06/2017	Palestra Preventiva 06-14 - Museus de Drogas APC	42
17	03/07/2017	C. Formação Peritos PCDF - Museu Itinerante Drogas	40
18	26/07/2017	III SIPAT combate as drogas - Museu Itinerante / Viação Marechal	350
19	28/07/2017	Palestra Preventiva 21 - Museus de Drogas APC	30
20	29/07/2017	Inauguração Pç Cidadania - Teatro Nacional / Esplanada	120
21	12/08/2017	Escola compartilhada - CEF Maria Regina Regis / Brazlândia-DF 430	200
22	15/08/2017	Palestraint / VGM - Museus de Drogas APC	24
23	16/08/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - Palestra Preventiva / Museu Itinerante	260
24	20/08/2017	Ação Social - EQNP 22 / 26 Ceilândia- P Sul	120
25	14/09/2017	Palestra Preventiva / Visita Guiada - Museus de Drogas APC	250
26	15/09/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - Expossanta- Ad Santa Maria	120
27	22/09/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - QD 02 AE SUL Gama	580
28	28/09/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - Instituto de Ensino de Saúde São Sebastião	100
29	05/10/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - CEF 01 Cruzeiro	410
30	14/10/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - Praça Central - Estrutural-DF	60
31	21/10/2017	Criança Candanga - Museu Itinerante - Feira Arapoanga - Planaltina-DF	350
32	25/10/2017	Visita Guiada - Museu de Drogas APC / IFGO - Guardas Municipais de GO	80
33	26/10/2017	Visita Guiada - Museu de Drogas APC / IFGO - Guardas Municipais de GO	70
34	27/10/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - Estacionamento CREAS / Planaltina-DF	300
35	28/10/2017	Criança Candanga - Museu Itinerante / Pç da Bíblia - Ceilândia Norte-DF	380
36	30/10/2017	Visita aos Museus - Museu de Drogas APC / CAIC – Valparaíso - GO	40
37	08/11/2017	Visita Guiada - Museu de Armas e Drogas - Colégio Origem/Núcleo Bandeirante	21
38	10/11/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - Colégio Magistral / Ceilândia Norte	200
39	13/11/2017	Palestra Preventiva / Museu Itinerante - Sobradinho	440
40	25/11/2017	Escola Compartilhada - CEF 10 / Gama-DF	250
41	27/11/2017	Visita aos Museus de Drogas e Armas / PMDF - Curso de Formação	50
		TOTAL DE PÚBLICO ATENDIDO	**7302**

Visitas, palestras e exposições dos Museus - fixo e itinerante. Fonte: APC/PCDF (2017).

A atual gestão deu início aos seus trabalhos no mês de março/2017, podendo-se considerar os resultados como excelentes. Embora o efetivo policial esteja extremamente reduzido, os atendimentos puderam ser feitos com qualidade, assim considerados tendo em vista os agradecimentos e pedidos de novas visitas já agendadas para este ano que se inicia.

Enfim, foram contabilizados 7.302 (sete mil trezentos e dois) eventos de apresentação, dentre visitas, palestras e exposições em 2017.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1587 - APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	5.214	KG	3.000	4.204	3.150	5.144,02	3.308	3.473	PCDF / UO 24105/ OE 2
Justificativa: 2016 - Forte atuação de PCDF na repreenção ao tráfico de drogas no Distrto Federal. **Justificativa:** 2017 - A PCDF superou o número de apreensões de drogas desejado para o período (3.150 Kg). Foram apreendidos 5.144,021 kg de drogas. O número de apreensões superou 63% do total desejado para o exercício de 2017. Comprometimento dos policiais civis, aliado ao bom desempenho do Instituto de Criminalística quanto ao tempo de resposta para entregas de laudos de constatação de substância entorpecente.									
1586 - INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	16.708	UNIDADE	16.700	13.765	16.867	13693	17.036	17.206	PCDF / UO 24105/ OE 2
Justificativa: 2016 - O índice não foi alcançado tendo em vista do reduzido efetivo de policiais civis nas Delegacias de Polícia. **Justificativa:** 2017 - Reduzido número de policiais civis atuantes nas delegacias de Polícia.									
1623 - TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	77,04	%	78,58	52.79	80,15	50	81,75	83,39	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
Justificativa: 2016 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia. **Justificativa:** 2017 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos "relatados".									
1624 - ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA		%	> 95	99,76	> 95	98	> 95	> 95	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
Justificativa: 2016 A PCDF tem estabelecido um excelente índece de assertividade orçamentária e financeira.. **Justificativa 2017 -** Novas medidas administrativas para as aquisições de materiais, bens e serviços. Adoção de boas práticas em Administração. Adoção de eficientes ferramentas de gestão orçamentária e de materiais.									
1622 - ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)	40,17	%	44,18	44,24	42,2	41,6	43,25	44,34	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
Justificativa: 2016 A PCDF tem priorizado a elucidação de crime de homicidio em todo Indicador Distrito Federal. **Justificativa 2017 -** Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia.									

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**200.000,00**	**200.000,00**	**96.865,30**	**96.865,30**
0012 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	96.865,30	96.865,30
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**140.000,00**	**81.518,00**	**11.630,85**	**11.630,85**
7137 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	140.000,00	81.518,00	11.630,85	11.630,85
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**340.000,00**	**281.518,00**	**108.496,15**	**108.496,15**

6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**29.850.009,00**	**28.252.746,00**	**27.212.270,07**	**27.212.270,07**
8666 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-POLICIA CIVIL- PLANO PILOTO .	29.850.009,00	28.252.746,00	27.212.270,07	27.212.270,07
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**0,00**	**8.000,00**	**6.960,00**	**6.960,00**
0101 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	0,00	8.000,00	6.960,00	6.960,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**0,00**	**1.200.000,00**	**1.114.485,86**	**1.114.485,86**
8668 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-POLÍCIA CIVIL- PLANO PILOTO .	0,00	1.200.000,00	1.114.485,86	1.114.485,86
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**29.850.009,00**	**29.460.746,00**	**28.333.715,93**	**28.333.715,93**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Polícia Civil do Distrito Federal envida esforços para manter ações arrojadas de transversalidade acompanhando mudanças sociais e movimentos de renovação das políticas públicas para a transformação da realidade social, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. Promove também diversas capacitações profissionais com o mesmo fim.

Dentre estas ações e capacitações voltadas aos policiais civis podemos citar:

Ações internas

- **Combate ao Feminicídio** – Numa ação que colabora com a implementação eficaz da política pública de Segurança e paz social contrapondo-se à Violência de Gênero, a PCDF estatuiu Norma de Serviço nº 04/2017 – CGP/PCDF, que estabelece o protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de **feminicídio** no âmbito do Distrito Federal.
- **Cursos de capacitação profissional** - Foram proporcionados aos servidores policiais civis vários cursos de especialização e aperfeiçoamento, bem como de reciclagem, que se apresentam de fundamental importância para esta Instituição Policial, pois são oportunidades de adquirir conhecimentos ligados à instrução de comandos táticos e congêneres e, situações de confrontos com o crime organizado**,** dentre os quais podemos citar:

CURSOS – ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL CURSOS PROGRESSÃO FUNCIONAL		
CURSO	**SERVIDORES CAPACITADOS**	**TOTAL R$**
10º Curso de Progressão Funcional	535	473.946,80
11º Curso de Progressão Funcional	136	139.642,20

12º Curso de Progressão Funcional	120	112.316,30
TOTAL	**791**	**725.905,30**

CAPACITAÇÃO CONTINUADA		
CURSO		
6º Curso de Atirador de Precisão Policial	12	Sem Custo
1º Curso de Defesa Pessoal para Procuradoria-Geral do Distrito Federal	40	Sem Custo
Depoimento Especial, o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, disciplinado pela Lei nº 13.341/2017	60	Sem Custo
Curso Básico de Pilotagem de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAs)	36	14.751,64
Curso de Formação de Formadores de Técnicas de Imobilização Policial e de Defesa Pessoal Policial	30	20.347,20
Curso de Psicologia da Testemunha	140	2.543,40
Curso Suicídio X Homicídio	310	2.543,40
Curso de Técnicas Operacionais da Ação Policial: Porte Velado	40	15.260,40
Curso de Tutoria On-Line	35	6.358,40
TOTAL	**703**	**61.804,44**

ACADEMIA VAI ATÉ VOCÊ		
CURSO	**SERVIDORES CAPACITADOS**	**TOTAL R$**
Técnicas de Imobilização Policial	239	Sem Custo
Técnicas Operacionais da Ação Policial	235	Sem Custo

TREINAMENTO		
CURSO	**SERVIDORES CAPACITADOS**	**TOTAL R$**
Curso de Operador de Dispositivo Elétrico de Controle – DEC - SPARK	200	**30.520,08**

Fonte: Academia de Polícia Civil – APC (2017).

CONSOLIDAÇÃO TOTAL		
CURSO	**SERVIDORES CAPACITADOS**	**TOTAL R$**
CURSOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	791	725.905,3
CAPACITAÇÃO CONTINUADA	703	61.804,44
ACADEMIA VAI ATÉ VOCÊ	474	____
TREINAMENTO	200	30.520,08
TOTAL	**2.168**	**818.229,82**

Fonte: Academia de Polícia Civil – APC (2017).

Ações Externas

- **Acordos de Cooperação -** A Polícia Civil do Distrito Federal assinou acordo de cooperação com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDFT para promover o núcleo de polícia judiciária restaurativa. O acordo possibilitará que a Polícia Civil participe de audiências relacionadas a crimes de menor potencial ofensivo. O projeto começará pelos procedimentos e menor potencial ofensivo relacionados à Trigésima Primeira Delegacia de Polícia (31ª DP). O objetivo da parceria é a promoção da paz social. Assim, a assinatura de acordo entre esses órgãos busca o fortalecimento da implantação de práticas restaurativas em benefício da sociedade e permitirá resultados mais efetivos. Para isso, contará em sua estrutura com Centros de Justiça Restaurativas implantados, inicialmente, nos Fóruns do Núcleo Bandeirante, Planaltina e Gama (que alcançará também a circunscrição de Santa Maria).
- **Projeto LIDERA: Empoderar para Multiplicar** – A Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF idealizou e executou o Projeto LIDERA – Empoderar para Multiplicar, com o objetivo de incentivar lideranças comunitárias a compartilharem conhecimentos, sobretudo quanto a instrumentos legais de enfrentamento à **violência contra a mulher**. Os objetivos primordiais do Projeto LIDERA são: a) aumentar o conhecimento da população do Distrito Federal acerca das questões de gênero e das diferentes formas de prevenir a violência; b) desenvolver projetos para a formação de redes locais, multiplicação do conhecimento sobre o tema e fomentar o empreendedorismo social; c) direcionar as vítimas adequadamente aos serviços disponíveis; d) direcionar as vítimas de violência aos serviços disponibilizados; e) promover a cultura da paz dos direitos humanos e o protagonismo social. Ressalte-se que esta ação não está contemplada por Programa de Trabalho.

- Realização do **1º Seminário de Inteligência Policial Judiciária da PCDF**, divulgado nacionalmente com o fim de discutir a atuação das inteligências das Polícias Judiciárias. O evento reuniu 302 participantes, oriundos de 37 (trinta e sete) órgãos públicos das esferas federal, estadual e distrital, representando 11 (onze) Unidades da Federação.

- **Mutirões para confecção de Carteiras de Identidade Civil** - O Instituto de Identificação da PCDF realizou em novembro mais um **mutirão para emissão de carteiras de identidade nos Postos de Identificação l**ocalizados nas delegacias de polícia da Asa Sul (1ª DP), Guará, (4ª DP), Recanto das Emas (27ª DP), Ceilândia (23ª DP), São Sebastião (30ª DP), Planaltina (31ª DP) e Santa Maria (33ª DP).

Convênios

Expostas no quadro abaixo algumas aquisições feitas em 2017 por meio de convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e ainda vigentes:

CONVÊNIOS VIGENTES EM 2018

Atualizado em 05/01/2018

NÚMERO DO CONVÊNIO	ORIGEM	OBJETO	CONTRAPARTIDA DO GDF	REPASSE DO GOVERNO FEDERAL	VALOR TOTAL	VIGÊNCIA
838.229/2016	MJ x PCDF	Aquisição de 400 aparelhos de ar condicionado e 100 coletes. *(solicitação de alteração no Plano de Trabalho em análise)*	R$ 39.519,00	R$ 1.929.921,00	R$ 1.969.440,00	28/12/2016 23/03/2018
839.591/2016	MJ x PCDF	Aquisição de 396 coletes. *(solicitação de alteração no Plano de Trabalho em análise)*	R$ 44.175,00	R$ 673.919,00	R$ 718.094,00	28/12/2016 22/03/2018
842.600/2016	MJ x PCDF	Um tomógrafo e 49 sedans médios. *(solicitação de alteração no Plano de Trabalho em análise)*	R$ 121.753,00	R$ 5.250.000,00	R$ 5.371.753,00	31/12/2016 08/05/2018
853.937/2017	MJ x PCDF	Aquisição de 04 furgões e 02 caminhões tipo guincho.	R$ 1.519.832,00	R$ 1.500.000,00	R$ 19.832,00	27/12/2017 30/12/2018
853.956/2017	MJ x PCDF	Aquisição de 02 caminhões tipo guincho, 11 nobreaks(30 e 50KVA) e 07 grupos geradores.	R$ 1.935.577,00	R$ 1.933.599,14	R$ 1.957,86	27/12/2017 30/12/2018

Fonte: DOF/DAG/PCDF.

CONVÊNIO	CONCEDENTE	CONVENENTE	OBJETO
NÚMERO	VALOR	VALOR	Aquisição de 04 furgões (rabecão).
853937/2017	R$ 1.500,00	R$ 19.832,00	
ASSINATURA	DT. REPASSE	DT. REPASSE	
27/12/2017			
VIGÊNCIA	DT APLICAÇÃO	DT APLICAÇÃO	Aquisição de 02 caminhões guincho.
30/12/2018			
PUBLICAÇÃO	VALOR TOTAL DO CONVÊNIO		
29/12/2017	**R$ 1.519.832,00**		

CONVÊNIO	CONCEDENTE	CONVENENTE	OBJETO
NÚMERO	VALOR	VALOR	Aquisição de 02 caminhões guincho.
853956/2017	R$ 1.933.599,14	R$ 1.957,86	
ASSINATURA	DT. REPASSE	DT. REPASSE	
27/12/2017			Aquisição de 11 nobreaks (30 e 50 KVA).
VIGÊNCIA	DT APLICAÇÃO	DT APLICAÇÃO	
30/12/2018			
PUBLICAÇÃO	VALOR TOTAL DO CONVÊNIO		Aquisição de 07 grupos geradores.
29/12/2017	**R$ 1.935.557,00**		

Fonte: DOF/DAG/PCDF

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES

Impede apreciar feitos, realizações e conquistas da PCDF sob dois aspectos: atividade finalística de Polícia Judiciária atuante na seara investigativa e realizações administrativas que fornecem o suporte material para que o fim maior da Instituição seja atingido.

A Atividade Policial

Aborda-se primeiramente a precípua atividade policial, realizações e resultados positivos, de acordo com os eixos traçados pelo gestor máximo da Instituição.

Cumpre observar que a Polícia Civil desempenha há dois anos sua função ante uma série de conflitos internos em razão da deflagração do movimento PCDF LEGAL, este fundado em reivindicações sindicais por recomposição do efetivo policial e aumento salarial.

Todavia, sob a égide da perspectiva estratégica Sociedade e seus vetores estratégicos Gestão, Credibilidade e Excelência Administrativa, criaram-se eixos temáticos que orientaram a atuação na atividade finalística, estes levados a efeito por ações policiais responsáveis e coordenadas.

Destarte, mostram-se como norteadores:

Eixo 1: Combate a Crimes de Corrupção e contra a Administração Pública

Eixo 2: Combate a Crimes Dolosos contra a Vida

Eixo 3: Combate ao Crime Organizado

Eixo 4: Combate a Crimes contra o Patrimônio

Eixo 5: Combate a Crimes de Discriminação Racial, Religiosa, por Orientação Sexual, contra o Idoso e contra Pessoas com Necessidades Especiais



Fonte: DPA/DAG/PCDF (2017).

Por conseguinte, a partir dessas quatro vertentes adotadas, foi possível promover ações policiais pautadas em Inteligência, as quais produziram os resultados a seguir expostos.

Explicita-se o expressivo número de apreensões de drogas no ano de 2017:

UNIDADE	DATA	OPERAÇÃO	NATUREZA	OUTROS
DEMA	14/02/2017	Ponte Alta	Parcelamento Irregular de Solo	R$ 1,25 milhões em prejuízo ao patrimônio público evitado.
DECO	22/02/2017	Irmandade	Crime Organizado	Uma tonelada de maconha/ 37 kg cocaína/ 500 cp ecstasy.
DRF	24/02/2017	Condominus	Roubo e Furto	Recuperados bens no valor de cinco milhões.
DECAP	15/03/2017	Hígia (MPDFT)	Crime Contra Administração Pública	-
DECO	10/04/2017	Legião	Crime Organizado	"PCC"
DRFV	18/05/2017	Brutus	Roubo/Furto de Veículo	-
DEMA	14/06/2017	Ponte Alta	Parcelamento Irregular de Solo	R$ 2.870.000,00 em prejuízo ao patrimônio público evitado.
DRF	20/06/2017	Parasitus	Roubo e Furto	-
DEMA	11/07/2017	Ponte Alta III	Parcelamento Irregular de Solo	Prejuízo 400 mil reais ao patrimônio público evitado
CORD	13/07/2017	Linhagem	Tráfico de Entorpecentes	140 kg maconha.
DECO	21/08/2017	Panoptes	Crime Organizado	-
DECAP	23/08/2017	Genebra - 3ª Fase (MPDFT)	Crime Contra Administração Pública	-
CORF	01/09/2017	Checklist (MPDFT)	Falsificação	R$ 10,7 mil em espécie.
DEMA	22/09/2017	Sacerdote	Parcelamento Irregular de Solo	Prejuízo 33 mil reais ao patrimônio público evitado.
DECRIN	26/09/2017	Império	(não informado pela unidade)	-
CORD	01/10/2017	Carga Pesada	Tráfico de Entorpecentes	100 kg maconha / R$ 1.900.
DECAP	05/10/2017	Mobilidade Urbana	Crime Contra Administração Pública	R$ 43.950,00.
DECO	18/10/2017	Campo Novo	Crime Organizado	R$ 18.676,00.
DRFV	19/10/2017	Circuitus	Roubo/Furto de Veículo	-
CORF	31/10/2017	Bunker 2	Falsificação	11.500 maços cigarros / 131 narguilés.
DRF	09/12/2017	Ícarus	Roubo e Furto	600 celulares.
DEMA	15/12/2017	SOS Animal	Parcelamento Irregular de Solo	70 galos / 1 pássaro.
2ªDP	19/02/2017	"Operação Pátio Detran I"	Estelionato	Combate às fraudes de estelionatários junto ao depósito DETRAN/DF.
2ªDP	06/03/2017	"Operação Pátio Detran III"	Falsificação de Selo/Sinal Público	-
2ªDP	24/03/2017	"Operação Pátio Detran IV"	Falsidade Ideológica/Uso de Documento Falso	Combate às fraudes De estelionatários junto ao Depósito de DETRAN.

DROGAS APREENDIDAS
DISTRITO FEDERAL: JAN A DEZ (2017)

TIPO	TOTAL	TOTAL
MACONHA	4891,258 Kg	5144,021 Kg
MERLA	0,633 Kg	
COCAÍNA	175,167 Kg	
CRACK	64,487 Kg	
HAXIXE	12,476 Kg	
ECSTASY - MDMA	1609 Comprimidos	
LSD	1444 Microsselos	
LANÇA PERFUME	422 Frascos de 100 ml	

FONTE: Laudo Preliminar / IC - 781223

1ª Obs. O Acompanhamento das Apreensões de Drogas no DF leva em consideração a data do Laudo Preliminar do IC.
2ª Obs. Nos Laudos Preliminares, os valores das massas das substâncias são computados como massas brutas (acondicionamentos + substâncias + impurezas). Conforme informações do IC.
3ª Obs. Data da pesquisa 10/01/2018.

Fonte: DATE/DGI/PCDF (2017).

Sob o critério de feitos de maior vulto e destaque em mídia no ano de 2017, salientamos as operações policiais contidas no quadro abaixo, por meio das quais a PCDF sagrou-se ante a sociedade civil brasiliense como instituição policial investida de credibilidade e excelência policial.

As operações adiante elencadas impactaram decisivamente no combate aos índices de criminalidade do Distrito Federal, por meio de processos de inteligência policial levados a efeito por ações coordenadas e dirigidas para a busca de resultados.

Mês	Destaques
Janeiro	- Operação Ostentatio – DRF prende nove pessoas envolvidas em explosão de caixas eletrônicos
	- Operação Hercules - DCPIM desarticulara o comércio de produtos anabolizantes na Feira dos Importados no SIA
	- PCDF prende autor de arrombamentos a caixas eletrônicos do DF
	- DRF recupera carga de cigarros e prende três indivíduos
	- PCDF prende seis em flagrante de estelionato contra o sistema de transporte público do DF
Fevereiro	- Operação Ponte Alta - Combate ao crime de parcelamento irregular do solo para fins urbanos. Prisão de um homem que estava parcelando uma área de 40 mil m². O lucro ilícito seria de R$1,25 milhões em prejuízos ao patrimônio público
	- Operação Carnaval Sem Drogas – CORD prende três traficantes e apreende 17 kg de cocaína tipo "escama de peixe", armas de fogo e R$ 7,3 mil
	- Operação Enigma – Cord desarticulou uma associação criminosa responsável por tráfico interestadual de drogas Foram apreendidos 20 kg de cloridrato de cocaína, avaliados em R$ 400 mil; cinco automóveis; armas de fogo, munições e uma balança digital de precisão
	- PCDF prende grupo criminoso com uma tonelada de maconha, 37 kg de cocaína e armas
Março	- PCDF desmonta quadrilha que furtava condomínios de luxo
	- Operação Captare: PCDF desmonta quadrilha de sequestros relâmpagos
	– Operação Ostentatio – PCDF prende dois autores de furto a bancos
	- PCDF prende casal que aplicou golpes avaliados em R$ 670 mil
Abril	- Operação Mangiare – a ação desarticulou um grupo criminoso organizado, que atuava, desde novembro de 2016, na prática de roubos e furtos a bares e restaurantes da Asa Sul – Brasília
	- Operação Legião – Objetivo de conter o avanço da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no Distrito Federal

	- Operação Cachanga - Doze pessoas foram presas e dois adolescentes apreendidos durante a Operação, desencadeada pela 31ª DP para combater furtos em Planaltina
	- PCDF apreende oito mil doses de crack e 30 kg de maconha
Maio	-- PCDF captura 34 foragidos da Justiça
	- PCDF deflagra Operação Herege 2 e prende mais três autores de roubo a coletivos
	- PCDF desarticula associação criminosa que roubava residências
Junho	- PCDF cumpre mandados de prisão e de busca apreensão em Ceilândia e Águas Lindas/GO.
	- Operação Conexão Anápolis cumpre mandados, prende seis e apreende 50 kg de maconha
	- PCDF prende trio com 75 kg de maconha
	- DECAP e MPDFT deflagram Operação Genebra contra fraude na gestão de UPAs
	- PCDF esclarece caso de bebê raptado do HRAN
Julho	- Operação Habite-se combater uma organização criminosa composta por servidores públicos e despachantes atuantes nas Administrações de Samambaia e Riacho Fundo I
	- Operação Mandarim: Combate a uma associação criminosa que praticava roubos a residências
	- Operação Ponte Alta III coíbe parcelamento irregular do solo no Gama
	- PCDF prende três traficantes com 800 kg de maconha
Agosto	- PCDF deflagra operação contra "Máfia dos Concursos"
	- Ação coordenada da PCDF e PCERJ resultou na captura de traficante do Rio de Janeiro
	- PCDF prende homem acusado de dopar mulheres para subtrair bens e manter relações sexuais
	- Operação Morro da Cruz da PCDF coíbe grilagem de chácaras em São Sebastião
Setembro	- Operação Checklist combate corrupção na fiscalização do transporte público do DF
	- PCDF desarticula organização criminosa voltada ao tráfico interestadual de pessoas para fins de exploração sexual
	- Operação Sacerdote: PCDF cumpre mandados e coíbe grilagem de terras no Lago Sul
	- PCDF desarticula organização criminosa que movimentou R$ 250 milhões
	- Operação Extorsor: PCDF prende militares que extorquiam traficantes
Outubro	- PCDF deflagra 2ª fase da Operação Panoptes para combater máfia dos concursos
	- Operação Fire: PCDF desarticula quadrilha especializada em arrombamento de caixas eletrônicos
	- Operação Circuitus desarticula grupo criminoso especializado na prática de roubos de veículos, receptação, adulteração de sinais identificadores e falsificação de documentação veicular.
Novembro	- PCDF elucida latrocínio de taxista e prende autor
	- PCDF usa cão farejador e localiza mais de 250 porções de drogas
	- PCDF prende estelionatários que atuavam na Cidade do Automóvel
	- PCDF elucida latrocínio de taxista e prende autor
	- Operação Pixels: PCDF desarticula quadrilha por roubos a lojas de celulares em shoppings do DF
Dezembro	- 1ª DP elucida latrocínio ocorrido na parada da 108 Sul
	- CH elucida homicídio motivado por brincadeira de soltar pipa
	- 18ª DP prende sete pessoas e recupera celulares roubados
	- 8ª DP prende acusado de latrocínio em coletivo

	- PCDF realiza 174 prisões e 33 apreensões de menores infratores no Distrito Federal durante Operação PC27

Por sua vez, a Polícia Técnica contribuiu decisivamente para o êxito da persecução penal.

O Departamento de Polícia Técnica, contemplado com arrojadas aquisições materiais, robusteceu seu desempenho, o que pode ser percebido a partir da análise do cômputo de laudos produzidos até 31.12.2017 pelo Instituto de Medicina Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação: 91.805 (noventa e um mil, oitocentos e cinco) laudos periciais, não computados aqueles produzidos pelo Instituto de Pesquisa e DNA Forense: 238 (duzentos e trinta e oito) laudos.

Em sua totalidade, somaram-se 23.322 (vinte e três mil, duzentos e vinte e dois) locais periciados pelo Instituto de Identificação.

LAUDOS PERICIAIS – DPT/PCDF	QUANTIDADE	ANO
Laudos Expedidos IC	36.267	2017
Laudos Expedidos II	4.860	2017
Laudos Expedidos IML	50.678	2017
Laudos Expedidos IPDNA	238	2017
Identificação Civil (1ª e 2ª vias)	254.237	2017
Identificação Criminal	24.958	2017
Prisões por Mandados	82	2017
Perícias Realizadas pelo IC (Externas, Internas e Laboratoriais)	58.988	2017
Perícias Realizadas pelo IML (Externas, Internas e Laboratoriais)	49.784	2017
Locais periciados pelo Instituto de Identificação	23.322	2017
Retratos Falados Produzidos pelo Instituto de Identificação	495	2017
Atendimentos do Programa Identidade Solidária	1.161	2017

Outrossim, dentre as mais relevantes conquistas da PCDF no combate à criminalidade e que representa avanço nas estratégias voltadas para Polícia Comunitária está o estabelecimento de um novo canal de comunicação com o público. Trata-se do Novo Canal de Denúncias da PCDF, instituído sob conceito de denúncia on line 197 para atendimento da população, a partir da modernização do site da PCDF, ampliando os canais de coleta das denúncias de fatos criminosos e robustecendo, por conseguinte, a atuação da PCDF nas investigações policiais.

Atividade Não Finalística: aquisições e modernização dos ativos da PCDF - bens tangíveis e intangíveis

São proeminentes algumas iniciativas sob o viés estratégico por dar estrito cumprimento ao traçado na Matriz de Projetos da PCDF (Programa AVANÇAR/PCDF), a saber:

OE	**DESCRIÇÃO DO OE**	**PROCESSOS CRÍTICOS**
P13	Otimizar Processos Administrativos e Operacionais	Implementação do Sistema Operacional ASI (gestão de aquisições e almoxarifado)
P8	Adequar e Padronizar a Infra estrutura	Aquisição de Mobiliário para 15ª D.P., 16ª D.P., 38ª D.P. e Instituto de Criminalística. Fornecimento e instalação de divisórias a 35ª D.P.
P8	Adequar e Padronizar a Infra estrutura	Construções - 15ª Delegacia; 16ª Delegacia e 38ª Delegacia; sede do Instituto de Criminalística
P14	Promover a Assertividade Orçamentária e Financeira	Alcance do índice de 98% de assertividade orçamentária

Expõe-se em seguida as obras e serviços de engenharia da PCDF, considerando o grau de execução física:

Obras e Serviços de Engenharia					
Descrição	**Região Administrativa**	**Etapa realizada até 31/12/2017**	**Estágio**	**Processo**	**Nº ação SAG**
Construção da 15ª DP - Ceilândia Centro (Remanescente de obra)	IX	100%	Em fase de recebimento	052.002.429/2016	FCDF
Construção da 38ª DP - Vicente Pires	XXX	100%	Em fase de recebimento	052.001.066/2012	FCDF
Construção do Instituto de Criminalística - IC	XXII	81,75%	Em andamento	052.001.240/2012	FCDF
Construção da 16ª DP - Planaltina	VI	69,36%	Em andamento	052.00.222/2016	FCDF

Somam-se a estas obras a concretização de aquisições materiais de expressão:

Outras Atividades		
Descrição	**Processo**	**Unidades**
Mobiliário	052.000.052/2017	15ª DP, 16ªDP, 38ª DP e Instituto de Criminalística - IC
Arquivo Deslizante	052.002.275/2016	Departamento de Gestão de Pessoal - DGP e Instituto de Identificação - II
Sistema de Videomonitoramento	052.002.276/2016	Diversas Unidades
Fornecimento e instalação de divisórias	052.002.350/2016	35ª DP

O Departamento de Polícia Técnica foi contemplado com arrojadas aquisições materiais, o que ensejou o incremento de seu desempenho, a saber:

- Aquisição de Material Laboratorial - Testes Imunocromatográficos;
- Aquisição de Freezers;
- Aquisição de Analisador e de Termociclador de DNA;
- Aquisição de sistema de purificação de água (ultrapura tipo I) e seus consumíveis;
- Aquisição de câmara de fumigação de cianoacrilato e câmaras triplas para aceleração de ninidrina e DFO;
- Aquisição de Sistema de monitoramento para temperatura e mesas de necropsia para IML;
- Aquisição de Analisador de DNA;
- Aquisição de Pipetador Automático e Termociclador Automático de DNA para o IPDNA;
- Serra elétrica oscilatória para autopsia;
- Refrigerador com capacidade mínima de 360 litros;
- Esfigmomanômetro adulto completo;
- Otoscópio com 5 espéculos.

Encontram-se em vigência atualmente 05 (cinco) convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Foram adquiridos coletes balísticos. Dentre iminentes aquisições estão 53 (cinquenta e três) veículos e demais equipamentos a serem utilizados no desempenho da atividade policial (Vide quadros em "Informações Complementares").

Dentre as entregas de equipamentos e soluções tecnológicas no ano de 2017, temos:

a. PCDFnet: Solução web que permite a consulta a base de informações da PCDF, bem como o registro móvel de ocorrências policiais, a partir de dispositivos móveis, garantindo mobilidade a atuação policial ainda nos locais de crimes. O registro agiliza a qualificação e entrevista das partes, a inclusão do histórico, dados de veículos envolvidos, coordenadas do local do crime e solicitação de perícia.

b. TCnet: Padronização dos Termos Circunstanciados gerados na PCDF e integração eletrônica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, promovendo uma automação de todo o processo relacionado a apuração dos delitos de menor potencialidade ofensiva.

c. Sistema de Gestão Administrativa - SGA: desenvolvimento e entrega de sistema corporativo destinado a gestão administrativa da PCDF. Sua primeira fase envolveu a automação dos controles e procedimentos afetos aos recursos humanos da PCDF, garantindo eficiência e melhor gestão deste ativo Institucional.

d. Aquisição de Painéis de Gestão da Informação, voltados ao monitoramento de estatística, análise criminal e procedimentos policiais, bem como controle de bens tangíveis da Instituição (consumos de água, abastecimento de viaturas e recursos humanos); atendendo a 80 (oitenta) unidades policiais e 337 (trezentos e trinta e sete) policiais habilitados.

e. Construção da nova página virtual da Delegacia Eletrônica da PCDF, a modernização da plataforma on line da Delegacia Eletrônica, para uso inclusive, em dispositivos móveis. Registre-se que houve a inclusão de 04 (quatro) novas tipificações criminais para registro via internet, totalizando 17 (dezessete) tipos penais, o que possibilitou o aumento dos registros eletrônicos em 30% (trinta por cento) do total já levado a efeito pela PCDF.

Por fim, a assertividade orçamentária da Polícia Civil atingiu o excelente índice de 98% (noventa e oito por cento) quanto aos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal e do Tesouro do Distrito Federal, demonstrando o comprometimento de seu corpo de técnico especializado em licitações e contratos.

Conclui-se que a Polícia Civil do Distrito Federal iniciará o próximo exercício suficientemente aparelhada para cumprir sua missão legal.

Dificuldades encontradas

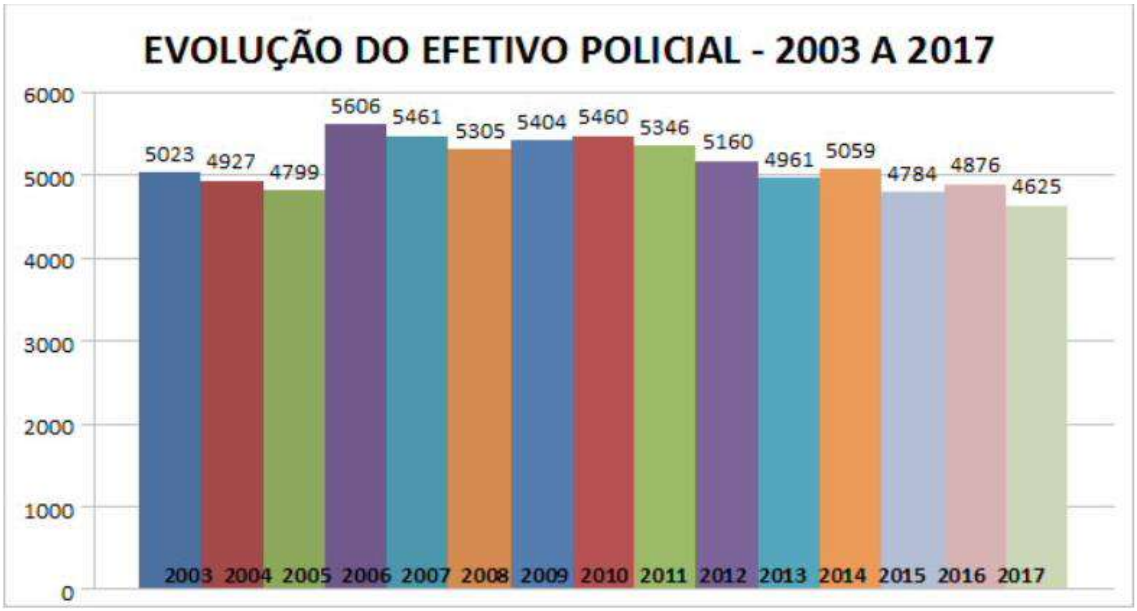
Insuficiência de Recursos Humanos: O cenário vivenciado pela Polícia Civil do Distrito Federal é preocupante, mormente em relação ao baixo efetivo policial, o qual encontra-se defasado e não atende as reais necessidades da Sociedade.

Houve fechamento de Delegacias no período noturno durante o exercício em questão e mobilização do efetivo para atendimento em centrais de flagrantes.

A defasagem em recursos humanos não permite a alocação do número suficiente de servidores nos plantões policiais e demais áreas de atividade-fim, prejudicando a prestação de serviços à sociedade.

Embora tenha havido um esforço da Administração para viabilizar a recomposição do efetivo, a falta de autonomia da Polícia Civil do Distrito Federal para executar um cronograma de recomposição da força de trabalho tem inviabilizado esse processo, uma vez que o planejamento realizado pela Instituição sofre contingenciamento quando da aprovação da proposta orçamentária pelos órgãos competentes na esfera do Governo do Distrito Federal, vez que estes detêm autonomia para a distribuição dos recursos do Fundo Constitucional do DF.

Passamos à demonstração de alguns dados em série histórica e à análise quantitativa da questão de Pessoal no âmbito da PCDF.



Percebe-se o aumento no número de policiais no ano de 2006, ocasião em que a PCDF teve seu ápice de vagas preenchidas. Desde então, a média de decréscimo de pessoal era de 166,33 entre os anos 2010 e 2013, ocorrendo uma queda brusca na recomposição do quadro funcional entre os anos de 2014 e 2015, oportunidade em que a diferença correspondeu a uma diminuição de 275 servidores policiais, excedendo a média anterior em 65% (sessenta e cinco por cento). Atualmente, a PCDF conta com 4.625 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco) policiais em atividade, configurando o pior cômputo em quatorze anos.

Transcrevemos teor parcial de Informação nº 364/2015 – SPDE/DGP/PCDF:

> "*Conforme disposto no art. 2º da Lei nº 12.803/2013, que criou 3029 cargos nas carreiras policiais, o provimento seria realizado de forma gradual (quadro anexo) a partir de 2014, mas há muita morosidade para obtenção das autorizações dos concursos em razão da gestão dos recursos do Fundo Constitucional o que acaba inviabilizando todo o planejamento da PCDF. Assim, como os atos dependem principalmente do GDF,* ***nenhum cargo novo*** *foi provido até a presente data.*

CARGO	QUADRO	AUMENTO	PREVISÃO DE PROVIMENTO ANUAL

	ANTERIOR	**AUTORIZADO**	**2014**	**2015**	**2016**	**QUADRO ATUAL**
Delegado de Polícia	400	200	50	50	100	600
Perito Médico-Legista	80	80	40	40	-	160
Perito Criminal	201	199	100	99	-	400
Agente de Polícia	3.649	2.000	500	500	1000	5.649
Escrivão de Polícia	505	495	295	200	-	1.000
Papiloscopista Policial	305	55	30	25	-	360
TOTAL	5.140	**3.029**	**1.015**	**914**	**1100**	**8.169**

Por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária da PCDF ao Projeto de Lei Orçamentária da União para os exercícios de 2014, 2015 e 2016 foram elaborados os impactos financeiros e orçamentários para o provimento das vagas disponibilizadas nos concursos em execução (inclusive cadastro reserva) além da ***projeção dos novos concursos****, com previsão de provimento para 1338 cargos (exercício de 2014), 2.013 cargos (exercício de 2015) e 893 cargos (exercício de 2016).*

Após as deliberações dos órgãos competentes do GDF e encaminhamento para a UNIÃO, restaram autorizados no orçamento para o exercício de 2014, a fixação de 398 novos servidores, conforme ***anexo V da LOA-2014****, o que possibilitou a nomeação do 1º grupo de candidatos aprovados nos termos dos respectivos editais, ou seja, 300 (trezentos) Agentes de Polícia e 98 (noventa e oito) Escrivães de Polícia. Em seguida foram envidados esforços para remanejamento do orçamento e nomeação dos demais, porem apenas 176 Agentes e 144 Escrivães foram nomeados ainda em 2014 e outros 48 Agentes em 2015.*

Posteriormente, no ***Anexo V da LOA-2015****, foi incluída a fixação de efetivo para a PCDF no total de 718 novos servidores.*

Assim, constata-se que o planejamento inicial não pode ser executado, restando deficitária a situação do efetivo, em especial após a vigência da Lei 12.803/13 que criou os cargos e estabeleceu um horizonte para seu provimento.

SITUAÇÃO	2014	2015	2016
Previsão Orçamentária elaborada PCDF	1338 cargos	2013 cargos	893 cargos
Autorizados GDF	600	718	--
Providos	620	48	--

Destaque-se que apesar dos esforços realizados, em 2015 foram nomeados apenas 48 aprovados no concurso de Agente de Polícia e 10 candidatos em situação sub judice (06 Agentes, 02 Escrivães, 01 Perito Criminal e 01 Agente Policial de Custódia).

Estão vigentes dois concursos para provimento de vagas nos cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia (visam apenas recompor o efetivo em razão das vacâncias), atualmente com possibilidade de nomear 352 Agentes e 75 Escrivães que se encontram aprovados no certame sem qualquer impedimento legal, além daqueles subjudice, porém sem qualquer expectativa de nomeação em razão do contexto atual, apesar dos esforços de planejamento dessas ações.

Para melhor visualização do cenário atual, foram cotejadas as informações acerca das aposentadorias, desligamentos e admissões no período de 2011 a 2015, conforme abaixo:

SITUAÇÃO/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
APOSENTADOS	150	181	215	477	224	- 1203
DESLIGADOS	35	40	47	95	36	- 253
ADMITIDOS	29	27	57	635	58	+ 806
SALDO DA RECOMPOSIÇÃO NO PERÍODO DE 2011 A 2015						- 650

*aposentadorias e desligamentos até 30/09/2015.

**aumento expressivo de servidores por motivo de posse inacumulável, ou seja, aprovados em outros concursos, o que demonstra que a Instituição está deixando de ser atrativa e não consegue reter um grande número de servidores.

*Ademais, conforme prospecções realizadas acerca de futuras aposentadorias, quadro abaixo, verifica-se que o cenário tende a piorar, pois o déficit poderá aumentar para **2105** (dois mil, cento e cinco cargos vagos) até 2019.*

PREVISÃO DE APOSENTADORIAS PARA O PERÍODO DE 2015 A 2019						
CARGO/ANO	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**TOTAL**
AGP	304	182	143	58	252	939
DEL	44	8	1	3	18	74
ESC	68	24	30	8	18	148
MED	4	3	2	1	4	14
PAP	36	28	19	5	19	107
PEN	37	18	23	12	47	137
PER	24	7	8	3	4	46
TOTAL ANO/GERAL	**517**	**270**	**226**	**90**	**362**	**1465**

Como demonstrado, constata-se que a PCDF não conseguiu sequer repor seu efetivo em razão das vacâncias ocorridas nos últimos 5 anos, restando bastante prejudicado todo o planejamento realizado para o ingresso nos cargos criados em 2013.

Destarte pode-se inferir que só será possível solucionar a "crise do efetivo" se tivermos um ingresso anual de 1000 servidores em média, o que poderia viabilizar a ocupação de todos os cargos entre 6 a 8 anos. (Grifo Nosso)

Ausência de Aumento Salarial: a não concessão de aumento salarial aos servidores da Polícia Civil impactou negativamente no clima organizacional da Instituição, provocando desmotivação do profissional de Segurança Pública e evasão de pessoal profissionalmente capacitado.

A falta de perspectiva de melhora salarial é um dos motivos identificados como determinantes para que bons profissionais deixem a Instituição.

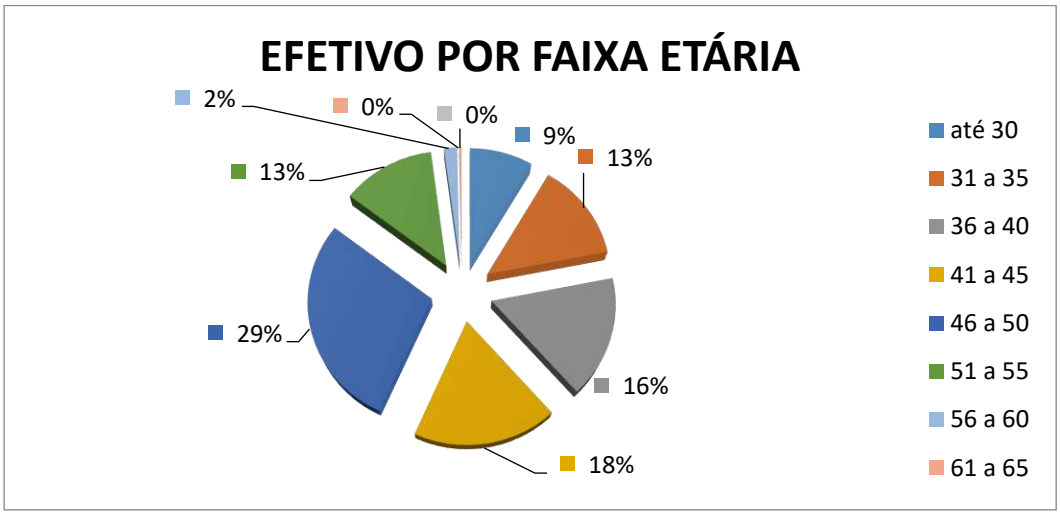
Alto Índice de Aposentadorias e Desligamentos no Exercício: a insuficiência de servidores foi novamente o grande obstáculo para que a Instituição Policial exercesse plenamente suas atividades, tendo ocorrido a limitação da prestação de serviços ao cidadão usuário da Segurança Pública.

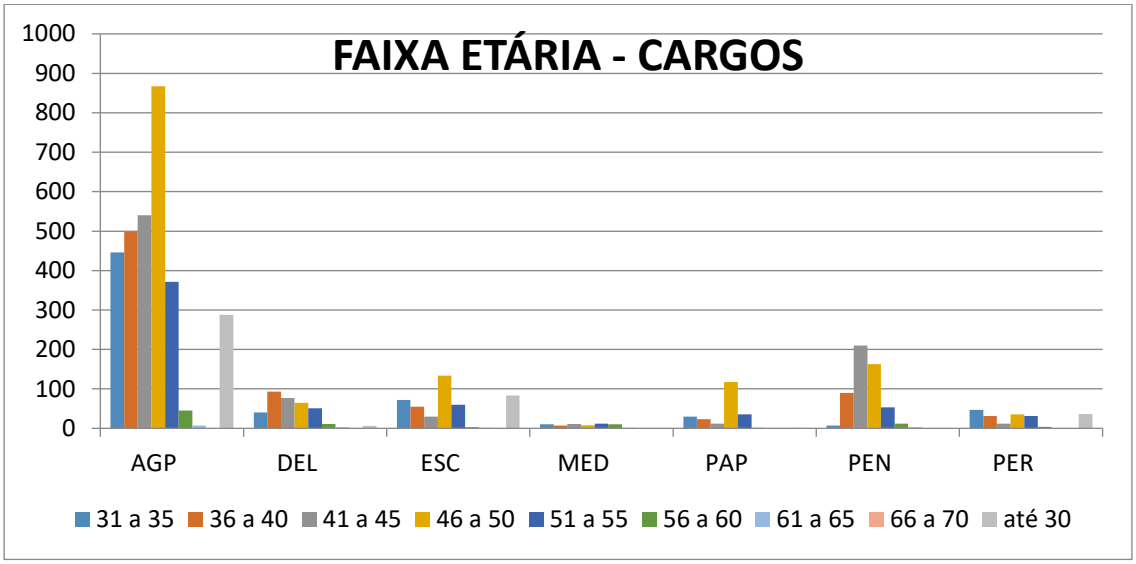
Identificado como elemento que colabora com o déficit de pessoal, o alto índice de aposentadorias dos servidores da Segurança Pública tende a manter-se impactante ante as possíveis alterações na legislação federal.

Os desligamentos de pessoal se deram principalmente em virtude da "migração" de servidores para outras carreiras públicas com remunerações salarias mais atrativas.

No que concerne o envelhecimento do efetivo policial na Polícia Civil, seguem dados estatísticos levantados pela PCDF em 2015 como parte de um estudo de planejamento em gestão de pessoal (Informação nº 364/2015 – SPDE/DGP/PCDF):

> *"O envelhecimento é um fator crucial para a atividade policial que exige preparo físico, equilíbrio emocional, agilidade e assertividade na conduta em razão das constantes situações de risco a que estão submetidos os policiais, de maneira que à medida que o efetivo envelhece essas situações oferecem mais risco para o indivíduo e as equipes no cumprimento da missão. Observa-se, conforme abaixo, que **62%** do efetivo está na faixa acima de 40 anos.*





*Outro indicador relevante é o tempo de atividade policial, uma vez que esse é indicador principal para previsão de aposentadorias, levando-se em conta que a maioria dos policiais se aposenta com o tempo mínimo de atividade policial por possuírem tempo de serviço averbado. Assim, conforme gráfico abaixo, verifica-se que **49 %** do efetivo está na faixa acima de 15 anos de atividade policial.* "

Restrições à Capacitação Profissional: a restrições para capacitação técnica ora impostas pelo advento de Decreto n. 37.173, de 11 de março de 2016 impactaram negativamente sobre a performance dos servidores da Polícia Civil, fato agravado pelos fatores já citados: aumento de aposentadorias e desligamentos.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Elenca-se a seguir as medidas consideradas primordiais para o satisfatório desempenho da Instituição:

Aumento da Capacitação Profissional com Enfoque Estratégico - Capacitação do servidor policial, adotando também medidas para a retenção de talentos como modo de assegurar a eficácia e primazia dos serviços públicos prestados a longo prazo, considerando a possível insuficiência de pessoas para desempenhar funções cruciais na Instituição em futuro próximo. Assim, seria adotado o modelo de gestão por competência, ou seja, a gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando o alcance dos objetivos da Polícia Civil.

Incremento da Governança Corporativa - Governança Corporativa é assunto em evidência no Brasil e no mundo, remetendo aos conceitos de eficiência e de transparência na gestão das Instituições Públicas. A Instituição necessita acolher novos conceitos e metodologias de gestão pública em suas dimensões econômico-financeira e administrativa-institucional. A reestruturação organizacional e corporativa da Polícia Civil é medida imprescindível e estratégica para o fortalecimento dos pilares da Governança Corporativa com esteio em seus princípios

fundamentais de Transparência, Equidade, Cumprimento de Leis, Prestação de contas e de Responsabilidade Corporativa e Conduta Ética. Estes são atuais balizadores das ações administrativas empreendidas na Polícia Civil e doravante nortearão mais rigorosamente o processo de tomada de decisões da Alta Gestão para o próximo exercício em atendimento a orientações advindas dos diversos órgãos de controle e de fiscalização. O incremento da estrutura de Governança da Polícia Civil terá o escopo de agregar-lhe valor, reforçando sua credibilidade como unidade orçamentária e gestora de recursos públicos e assim garantindo a sua perenidade.

Reestruturação Organizacional - Aguarda-se iminentes mudanças organizacionais, como a criação da idealizada Coordenação Especial de Combate à Corrupção, Crime Organizado, Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária – CERCOR. Há expectativa de incremento à repressão as atividades de organizações criminosas possivelmente atuantes no

Como sinais concretos deste processo de transição, destacamos em 2017 o início das iniciativas para o fomento de:

I. Propostas de novas práticas de Accountability;

II. Proposta de criação da Auditoria Interna da Polícia Civil;

III. Proposta de criação de novos instrumentos de Planejamento Estratégico;

IV. Adoção de melhores práticas em Sustentabilidade - com as propostas do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Polícia Civil - PGRS/ PCDF, Plano de Implantação de Coleta Seletiva Solidária - PCSS/PCDF e Plano de Logística Sustentável - PLS/PCDF, em cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/10, e à lei distrital nº 5.610/2016.

V. Criação de Conselhos Consultivos Temáticos - Há fortes expectativas quanto a criação de conselhos consultivos temáticos de cunhos financeiro e de gestão de pessoas, a exemplo do já criado Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC, instituído através da Portaria n. 58/2016 - DGPC.

VI. Aumento de práticas de Transparência através do fortalecimento da Ouvidoria de Polícia Civil do Distrito Federal - O acesso a informações armazenadas pelo Estado é um direito constitucional do cidadão brasileiro. A Lei Distrital n. 4.990, de 12 de dezembro de 2012, em consonância com a de Acesso à Informação n. 12.527/2011 garantem o cumprimento deste direito, devendo os órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal disponibilizar o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC por intermédio de unidades físicas para registro dos pedidos de acesso. No Distrito Federal, os SICs são as Ouvidorias dos órgãos e entidades de caráter público. Assim sendo, como meio de consolidar a Transparência no seio da Polícia Civil, serão revistos e aperfeiçoados processos de

trabalho da Ouvidoria da PCDF como modo contínuo de criação de valor. No ano de 2017, tornou-se claro o aperfeiçoamento das práticas de Transparência pela Polícia Civil do Distrito Federal após a Instituição ter sido agraciada com o primeiro lugar no ranking do Índice de Transparência Ativa - ITA em certame promovido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Realização de Concursos Públicos para o preenchimento de vagas para Agente de Polícia e Escrivão de Polícia.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.201

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF, criado pelo Decreto-Lei nº 315, de 13 de março de 1967, alterado pela Lei nº 6.296, de 15 de dezembro de 1975 e pelos artigos 117, IV, e 124, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e reestruturado pelo Decreto nº 33.235, de 30 de setembro de 2011, é entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e regida pela legislação federal sobre trânsito, por seu regimento próprio e pelas demais normas baixadas pelo Governo do Distrito Federal. Tem sede e foro em Brasília-DF e circunscrição sobre todas as vias públicas em áreas urbanas do Distrito Federal.

Finalidades:

- Planejamento, administração geral, normatização, pesquisa e tratamento de dados relacionados com o trânsito urbano do Distrito Federal;
- Registro e licenciamento de veículos;
- Formação, habilitação e reciclagem de condutores;
- Educação para o trânsito;
- Engenharia de trânsito e operação do sistema viário urbano;
- Policiamento e fiscalização de trânsito;
- Julgamento de infrações de trânsito e de recursos;
- Aplicação de penalidades;
- Medicina e psicologia de trânsito;
- Apoio técnico em parceria com órgãos e entidades cujas atividades se relacionem direta ou indiretamente com o trânsito, com vistas à melhoria no atendimento, tecnologia de ponta e segurança de trânsito.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	59	158	86	874	1.177
Comissionados sem vínculo efetivo	12	0	6	0	18
Requisitados de órgãos do GDF	4	17	3	150	174
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	166	0	47	213

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	13	0	0	13
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	33	33
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	75	354	95	1.104	1.628
(-) Cedidos para outros órgãos	33	3	0	0	36
Total Geral	42	351	95	1.104	1.592

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**500.000,00**	**620.345,00**	**569.743,00**	**458.880,05**
8435 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	620.345,00	569.743,00	458.880,05
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**500.000,00**	**620.345,00**	**569.743,00**	**458.880,05**

Por meio do Programa Reintegra Cidadão, o Detran-DF tem colaborado para a reintegração e a socialização de 33 detentos do sistema carcerário, os quais têm desenvolvido atividades voltadas para a pintura e sinalização de vias, confecção de placas e outras atividades correlatas à área de engenharia de trânsito.

Os detentos têm aprendido ofícios novos e demonstrado boa capacidade para o desenvolvimento de atividades que requerem muita habilidade e capacidade técnica. Desta forma é possível perceber grandes expectativas tanto na ressocialização, quanto na contribuição que a Autarquia exerce nas vidas desses apenados.

6211 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	**6.350.000,00**	**9.450.000,00**	**6.566.865,15**	**5.462.101,29**
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	6.350.000,00	9.450.000,00	6.566.865,15	5.462.101,29
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	**800.000,00**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0006 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO-DETRAN/DF- PLANO PILOTO .	800.000,00	250.000,00	0,00	0,00
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	**31.852.323,00**	**28.032.521,00**	**23.408.813,15**	**19.703.583,61**
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	31.852.323,00	28.032.521,00	23.408.813,15	19.703.583,61
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	**13.300.000,00**	**16.335.663,00**	**12.716.990,85**	**9.970.514,79**
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	13.300.000,00	16.335.663,00	12.716.990,85	9.970.514,79
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	**8.750.000,00**	**9.005.103,00**	**8.173.001,13**	**7.285.471,53**
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	8.750.000,00	9.005.103,00	8.173.001,13	7.285.471,53
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0008 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA- DF-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	**34.557.816,00**	**59.370.801,00**	**53.570.464,19**	**48.891.157,32**
9520 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	34.557.816,00	59.370.801,00	53.570.464,19	48.891.157,32
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	**13.216.000,00**	**10.293.984,00**	**10.267.647,75**	**6.306.412,97**
0033 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- PLANO PILOTO .	2.052.000,00	2.024.285,00	2.023.982,59	1.570.241,14
0034 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- GAMA	680.000,00	534.270,00	533.195,82	462.015,49
0035 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- TAGUATINGA	740.000,00	546.474,00	545.619,00	216.380,21
0036 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- BRAZLÂNDIA	250.000,00	215.208,00	214.979,74	94.808,50
0037 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SOBRADINHO	464.000,00	340.663,00	339.925,16	276.132,47
0038 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- PLANALTINA	572.000,00	418.107,00	417.243,79	337.877,41
0039 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- PARANOÁ	437.000,00	322.208,00	311.777,00	177.814,35
0040 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- NÚCLEO BANDEIRANTE	334.000,00	200.143,00	199.346,00	165.063,73
0041 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- CEILÂNDIA	772.000,00	568.050,00	567.653,81	265.630,78
0042 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- GUARÁ	545.000,00	399.951,00	399.321,00	142.330,33
0043 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- CRUZEIRO	389.000,00	282.670,00	282.345,00	52.885,25
0044 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SAMAMBAIA	611.000,00	447.523,00	446.984,00	69.399,99

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0045 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SANTA MARIA	303.000,00	299.428,00	299.197,48	291.547,82
0046 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SÃO SEBASTIÃO	420.000,00	309.612,00	308.721,00	112.454,46
0047 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- RECANTO DAS EMAS	410.000,00	322.220,00	321.433,88	298.054,33
0048 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-- LAGO SUL	324.000,00	237.810,00	237.143,00	150.654,00
0049 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- RIACHO FUNDO	432.000,00	251.647,00	251.438,00	200.870,67
0050 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- LAGO NORTE	276.000,00	200.580,00	200.237,76	169.511,44
0051 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- CANDANGOLÂNDIA	216.000,00	165.061,00	164.525,00	120.826,81
0052 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- ÁGUAS CLARAS	378.000,00	276.599,00	275.817,00	15.268,34
0053 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- RIACHO FUNDO II	297.000,00	229.061,00	228.783,11	212.345,03
0054 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SUDOESTE/OCTOGONAL	340.000,00	263.596,00	263.321,25	223.808,57
0055 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- VARJÃO	216.000,00	157.494,00	156.683,00	29.902,46
0056 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- PARK WAY	238.000,00	184.951,00	183.928,71	158.510,72
0057 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	320.000,00	229.086,00	228.820,99	201.305,70
0058 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SOBRADINHO II	270.000,00	196.388,00	196.148,89	113.734,40
0059 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- JARDIM BOTÂNICO	130.000,00	92.120,00	91.953,00	34.217,71
0060 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- ITAPOÃ	125.000,00	88.630,00	87.965,00	55.389,69
0061 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SIA	355.000,00	261.549,00	260.923,00	27.016,44
0062 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- VICENTE PIRES	270.000,00	196.765,00	196.525,77	59.521,80
0063 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- FERCAL	50.000,00	31.835,00	31.709,00	892,93
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**109.076.139,00**	**132.738.072,00**	**114.703.782,22**	**97.619.241,51**

Educação de Trânsito do Detran-DF:

- Cursos Regulares

São considerados cursos regulares os de formação inicial e continuada previstos na legislação de trânsito e outros de interesse da Autarquia, oferecidos pela Escola Pública de Trânsito - EPT. Atualmente, são oferecidos os seguintes cursos: Reciclagem para condutores infratores; o Instrutor de trânsito; Examinador de trânsito; Atualização para renovação da CNH; Atualização de instrutor de trânsito; Atualização para diretor-geral e de ensino; Atualização para examinador de trânsito; Iniciação à superação ao medo de dirigir; Mecânica para mulheres; Noções de mecânica; Condução defensiva e mecânica para motos. Desde julho de 2017 a EPT passou a ofertar dois novos cursos à comunidade: Noções de Mecânica, voltado para o público masculino e Condução Defensiva e Mecânica para Motos, ambos gratuitos;

- Gestão Administrativo-Pedagógica das Credenciadas;

- Registro de Instituições de Ensino de Trânsito - IET

Atualmente, são registradas no Detran-DF três instituições de ensino de trânsito, que podem oferecer os cursos para profissionais de trânsito (Instrutor de trânsito e para diretor-geral e de ensino) e, em alguns casos, os cursos especializados (veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de produtos perigosos, de emergência e de cargas indivisíveis). Estão credenciadas: o Sest/ Senat o Laboro o Igetran, com unidades em Taguatinga, Brasília e Planaltina;

- Registro de certificados de IET

No período de maio a dezembro de 2017, foram registrados 3.282 certificados de cursos ministrados por Instituições de Ensino de Trânsito. Esse número engloba tanto o registro dos cursos especializados (veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de produtos perigosos, de emergência e de cargas indivisíveis) quanto os para profissionais de trânsito (instrutor de trânsito e para diretor-geral e de ensino). Os dados dos períodos anteriores não estão disponíveis, pois a metodologia de cômputo dos certificados foi implementada a partir de maio de 2017;

- Análise de projeto pedagógico de CFC

Foi realizada em 2017 a análise de 13 projetos pedagógicos de CFC. A análise é necessária para o credenciamento do CFC ou quando este pretende mudar a classificação antes de ministrar aulas teóricas ou práticas.

- Programa Detran nas Escolas

O Programa Detran nas Escolas visa à implantação e implementação da educação para o trânsito na rede pública de ensino, de maneira constante, no projeto político-pedagógico (PPP) das escolas, por meio da capacitação de profissionais de magistério da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da distribuição de material de apoio didático com a temática "trânsito" para os estudantes da educação básica e, também, nas modalidades da educação especial, educação de jovens e adultos – EJA e educação profissional.

- Educação infantil

A estratégia do Programa para essa modalidade de ensino voltou-se para a produção de jogos educativos de trânsito e a capacitação de professores. Em 2017 foram capacitados 343 professores por meio do curso "Mobilidade e trânsito", 110 em palestras e mais 1.320 em 25 encontros nas Coordenações Regionais de Ensino, totalizando 1.773 professores capacitados para o desenvolvimento de atividades de educação de trânsito no período regular das aulas.

- Ensino fundamental

Para essa etapa da educação básica, o Programa voltou-se à capacitação de professores do 4º e 7º anos. Em 2017 foram capacitados 163 professores por meio do curso "Mobilidade e trânsito" e mais 360 profissionais do magistério em 6 palestras realizadas, que totaliza 523 professores aptos para o desenvolvimento de atividades de educação de trânsito, no período regular das aulas.

- Ensino médio

Para o ensino médio, foi ministrado o curso de formação teórico-técnica para a obtenção do direito de dirigir em substituição às aulas teóricas do Centro de Formação de Condutores – CFC, conforme prevê a Resolução Contran nº 265/07. Essa formação, realizada durante os dois últimos anos do ensino médio, com início em setembro de 2016, foi ofertada para três escolas da rede pública de ensino e uma da particular, respectivamente, CED 14 de Ceilândia, CED 2 do Guará, CED 3 de Sobradinho e Colégio Maxwell. Em dezembro de 2017 foram certificados 261 alunos que cumpriram todos os requisitos desta etapa do Programa. Em síntese o Programa Detran nas Escolas alcançou 2.296 professores e aproximadamente 60 mil alunos em suas diversas ações.

- Educação a Distância

Em agosto de 2017, o Detran-DF passou a contar com mais uma ferramenta educacional, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Em pouco mais de quatro meses, o AVA do Detran-DF já tem 644 inscritos em diversos cursos. Durante 2017 foram oferecidos os seguintes cursos: Elaboração de itens: uma referência avaliativa para as aprendizagens; Design instrucional; Mobilidade e trânsito para os professores da educação infantil; Mobilidade e trânsito para os professores do 4º ano do ensino fundamental; e Mobilidade e trânsito para os professores do 7º ano do ensino fundamental; A EPT planeja oferecer, a partir de 2018, cursos livres de curta duração voltados à conscientização dos diversos públicos – pedestres, ciclistas, motoristas – sobre comportamentos seguros no trânsito, além de cursos de qualificação para os profissionais do trânsito, com destaque para instrutores e examinadores de trânsito e atualização para agentes de trânsito.

- Os professores e servidores da EPT participaram de diversos cursos para garantir que a implementação da EaD atinja os objetivos educacionais esperados. Os profissionais de educação de trânsito participaram dos seguintes cursos: Tutoria online, com 30 h/a, ministrado pela APC/PCDF. Teoria e prática em docência online, com 30 h/a, ministrado pela Egov/Seplan. Administrando e criando atividades pedagógicas no Moodle, com 60 h/a, ministrado pela Eape/SEDF. Design instrucional, com 94 h/a, ministrado pela EPT/Detran-DF.

- Reformulação pedagógica

O projeto Reformulação Pedagógica na Formação Inicial de Condutores tem o objetivo de promover a capacitação de instrutores teóricos de CFCs e o aumento do índice de aprovação de candidatos em primeira habilitação. Para tanto em 2017 foram oferecidos, além de material pedagógico, cursos de curta duração para os instrutores abordando as seguintes temáticas: Legislação penal de trânsito; Didática e prática de ensino; Redução de velocidade; Alcoolemia.

- Foi promovida ainda a readequação pedagógica do curso de atualização para instrutores, com o objetivo de torná-lo mais próximo das necessidades daqueles profissionais. Para adequação do banco de questões da prova teórica para obtenção, foi realizada a capacitação de 31 examinadores de trânsito no curso Elaboração de itens: uma referência avaliativa para as

aprendizagens, com 100 h/a de duração, para a substituição do acervo de questões por outro de questões atualizadas e contextualizadas à prática do futuro condutor.

- Análise dos resultados alcançados pelas ações de educação de trânsito:

  - Ampliação do número de usuários atendidos/impactados pelas ações de educação de trânsito;
  - Estabelecimento de novas parcerias;
  - Usuários mais informados/conscientes;
  - Desenvolvimento de novos materiais didáticos;
  - Mais de 600.000 pessoas atendidas/impactadas pelas ações educativas
  - Fatores de risco/temas abordados: respeito ao ciclista, respeito ao pedestre, incentivo à mobilidade ativa, álcool e o trânsito, distração no trânsito, foco no uso do celular e direção, segurança motociclística, segurança de trânsito para crianças

Engenharia de Trânsito do Detran-DF:

Foram desenvolvidos projetos de mudança viária visando melhorar a fluidez e a segurança dos veículos. As atividades rotineiras de pintura horizontal e sinalização vertical e semafórica nas vias foram consideradas satisfatórias, atendendo praticamente a todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto àquelas que em algumas vias dependiam de pavimentação asfáltica. Foram implantados 218.865,32 m² de Sinalização Horizontal; 4.296 placas de Sinalização Vertical; 33.805 unidades de Tacha e Tachão e 04 novos cruzamentos semaforizados.

- Destaca-se, ainda, a execução das principais atividades este ano:

  - Realização do projeto e sinalização dos bolsões de motos nas Vias N1 e S1 Brasília e elaboração do projeto da Av Hélio Prates Taguatinga;

  - Confecção e encaminhamento do Termo de Referência para modernização do parque semafórico do Detran e sua manutenção;
  - Substituição das lâmpadas dos semáforos por LED com diminuição do valor da conta mensal em mais de 80%;

  - Intervenções em Águas Claras:

  - Implantação de sentido duplo no viaduto que liga a Boulevard Norte a Boulervad Sul na altura da rua Manacá;

  - Implantação do cruzamento semafórico na Av. Jequitibá com a Rua Copaíba;

  - Ampliação da rotatória da Av. Araucárias, com o apoio do DER e Novacap;

  - Sinalização do cruzamento entre as ruas 36 norte e Av. Flamboyant.

Policiamento e Fiscalização de Trânsito do Detran-DF:

Com ações planejadas e integradas de Fiscalização, Educação e Engenharia e em parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, Departamento de Estrada de Rodagem - DER, Agência

Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Polícia Rodoviária Federal - PRF entre outros, contribuiram para que em 2017 fosse o ano com o menor índice de mortes de trânsito dos últimos 22 anos.

Foram realizadas o controle de tráfego com a presença de Agentes de Trânsito e sinalização transitória em 12.541 eventos, segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, com garantia total à segurança dos participantes, 20.947 veículos foram removidos, sendo a grande maioria por falta de licenciamento.

Em 2017, pela intensificação das ações, o número de autuações de alcoolemia foi a maior de todos anos, o que influenciou diretamente na diminuição dos índices de mortalidade nas vias públicas do Distrito Federal.

Foram realizadas em todas as regiões administrativas 97.898 atividades fiscalização e policiamento de trânsito, 85.123 operações de trânsito, 20.974 apreensões de veículos, 50.381 notificações manuais na base local, 663 atendimentos às vitimas de acidentes, 50 veículos encaminhados à Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e 9.612 guinchamentos de veículos.

Atendimento aos Usuários o Detran-DF:

Foi atendido, presencialmente, um público de 1.648.461 usuários nas unidades de atendimento próprias e também nos postos do Na Hora. Os usuários procuraram, principalmente, serviços como:

- Emissão de CRV e CRLV;
- transferência de propriedade de veículo, comunicação de venda de veículo, renovação da CNH;
- 2ª via da CNH;
- troca da Permissão para Dirigir pela CNH;
- atendimento para a realização do exame teórico para a habilitação.

Em 2017 realizou-se a abertura de uma central de atendimento para transferências no Detran do SIA, possibilitando ao usuário que realiza a vistoria nesse posto que não tenha que se deslocar até o Shopping Popular. Foi possível dessa maneira realizar 255.599 vistoria de veículos.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1599 - ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE		%	10	10	15	24	20	25	DIREDUC/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação. 2017 - O índice de 2017 foi superado em virtude da intenficação e da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação de massa e ações nas escolas e em diversos pontos do DF.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1736 - PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR	7	DIA	-		4	9,4	4	3	DIRPOI/GERINSP/DETRAN/ UO 24201/OE 4
Justificativa: 2017 - O sistema do Detran/DF, por motivos técnicos, ficou sem agendamento da vistoria por 13 dias consecutivos no início de julho, o que ocasionou uma demanda reprimida associada ao aumento sazonal da procura por esse serviço própria dos meses de novembro e dezembro, refletindo, desta forma, no indicador.									
1598 - PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS NAS VIAS URBANAS DO DF	0,90	PROPORÇÃO	0,85	0,88	0,80	0,52	0,75	0,70	GEREST/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e da ações de policiamento e fiscalização de trânsito. 2017 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito com ampla divulgação nas maiores mídias, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e da ações de policiamento e fiscalização de trânsito.									
1600 - SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)		NOTA	4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	4,5	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 /OE 4, 6
Justificativa: 2016 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementados no call center, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente agradando os usuários. 2017 - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e em 2017, onde foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.									
1737 - TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DO DETRAN/DF	30	MINUTO	-		25	31	23	20	DIRCONV/CGATE/DETRAN/ UO 24201/OE 4
Justificativa: 2017 - A devolução, em 2017, de 27 servidores do SLU que prestavam serviço nas unidades de atendimento presenciais do Detran/DF foi determinante para o aumento no tempo de espera dos usuários, refletindo desta forma no indicador.									

Obs.: Indicadores 1736 - PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR e 1737 - TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DO DETRAN/DF - Alteração de PPA em 2017, primeira medição. Portanto não há medição no ano de 2016.

0001- PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**1.100.000,00**	**1.600.000,00**	**469.431,24**	**469.431,24**
0004 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	0,00	500.000,00	0,00	0,00
6166 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	1.100.000,00	469.431,24	469.431,24
9009 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE TRÂNSITO	**300.000,00**	**300.000,00**	**172.813,24**	**172.589,24**
0001 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE TRÂNSITO--DISTRITO FEDERAL	300.000,00	300.000,00	172.813,24	172.589,24
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**4.373.000,00**	**5.073.000,00**	**5.073.000,00**	**4.370.947,62**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9557 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	4.373.000,00	5.073.000,00	5.073.000,00	4.370.947,62
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**4.000.000,00**	**4.000.000,00**	**3.814.360,95**	**3.814.360,95**
0010 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	4.000.000,00	4.000.000,00	3.814.360,95	3.814.360,95
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**350.000,00**	**4.550.000,00**	**4.253.144,45**	**4.253.144,45**
0015 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	350.000,00	4.550.000,00	4.253.144,45	4.253.144,45
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**10.123.000,00**	**15.523.000,00**	**13.782.749,88**	**13.080.473,50**

O Detran-DF celebrou o convênio de cooperação mútua com o TJDFT para o repasse de recursos financeiros por esse órgão, com vistas à quitação de requisições de pequenos valores - RPVs, emitidas pela justiça.

Em relação às indenizações, restituições e ressarcimentos, destaca-se que foi realizada a devolução de 1.150 multas de trânsito o que corresponde a R$ 240.935,00 e de 885 referentes a serviços de recursos administrativos deferidos em favor do usuário, correspondentes a R$ 985.748.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**3.700.000,00**	**3.032.102,00**	**2.242.257,97**	**2.133.692,71**
5288 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	3.700.000,00	3.032.102,00	2.242.257,97	2.133.692,71
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**193.200.000,00**	**186.061.000,00**	**184.914.494,92**	**184.427.539,21**
8768 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	193.200.000,00	186.061.000,00	184.914.494,92	184.427.539,21
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**36.330.000,00**	**39.609.758,00**	**38.083.004,11**	**38.083.004,11**
0022 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	36.330.000,00	39.609.758,00	38.083.004,11	38.083.004,11
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**53.960.949,00**	**66.623.292,00**	**60.255.108,81**	**51.342.074,93**
0022 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	53.960.949,00	66.623.292,00	60.255.108,81	51.342.074,93
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**4.300.000,00**	**3.650.000,00**	**2.210.173,37**	**1.268.338,37**
2485 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	4.300.000,00	3.650.000,00	2.210.173,37	1.268.338,37
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**15.770.000,00**	**18.272.144,00**	**15.485.373,42**	**13.244.990,16**
2564 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	15.770.000,00	18.272.144,00	15.485.373,42	13.244.990,16
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**500.000,00**	**500.000,00**	**34.615,00**	**34.615,00**
0045 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	500.000,00	34.615,00	34.615,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**17.100.000,00**	**17.100.000,00**	**16.636.195,00**	**9.355.293,05**
0009 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.000.000,00	627.861,67	354.746,72
0958 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	14.400.000,00	14.400.000,00	14.400.000,00	8.183.796,92
8748 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	8.333,33	0,00
8749 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	816.749,41
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**324.860.949,00**	**334.848.296,00**	**319.861.222,60**	**299.889.547,54**

Administração dos Serviços Gerais do Detran-DF:

Em 2017 foram administrados e executados 28 Contratos com terceiros, para desenvolvimento de várias atividades desde locação de imóvel, cessão de uso a manutenções predial, de bebedouros e purificadores, central telefônica e elevadores. Com o Contrato de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, realizaram-se vários serviços, entre eles:

manutenção de condicionadores de ar, no-breaks, hidráulica e elétrica, adequações na Gertran-IV, DVA-I/Depósito, DVA sul/Gama, Copol Leste e Gertran-II Taguatinga; foram instalados no Depósito 4 (quatro) caixas d'água, entre 4 a 5 mil litros, para captação de água da chuva, para uso na lavagem de veículos e na limpeza e conservação; foram trocados todo o piso e divisórias do segundo piso da Gertran II e piso da Diretoria de Policiramento e Fiscalização de Trânsito - Dirpol, Instalação de divisórias no atendimento da Gertran I Shopping Popular, 03(Três) novos Contratos por meio de licitação, 02(dois) contratos nº 16 e 17, para confecção de projetos de proteção e combate a incêndio e descargas atmosféricas, conforme exigência do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF e 01(um) de número 03/2017 de manutenção de bebedouros e purificadores.

Administração de Pessoal o Detran-DF:

- Em julho de 2017, iniciou-se o projeto-piloto do Teletrabalho, no âmbito do Detran/DF, com o condão de dar maior celeridade à análise dos processos de suspensão e cassação, da Carteira Nacional de Habilitação, de condutores infratores. Consequentemente, o objetivo principal do projeto-piloto é reduzir a sensação de impunidade no trânsito da Capital Federal. Ademais, é imprescindível salientar outras vantagens advindas do Teletrabalho:

1 – Redução dos custos operacionais da administração pública;

2 – Aumento da produtividade dos servidores efetivos;

3 – Redução dos casos de absenteísmo dos servidores efetivos;

4 – Inclusão sócio laboral, para pessoas com deficiência;

5 – Diminuição dos congestionamentos no trânsito do Distrito Federal;

6 – Diminuição dos números de acidentes de trânsito;

7 - Diminuição da emissão de gases poluentes, advindos dos veículos automotores;

8 – Melhora da qualidade de vida dos servidores efetivos – com redução significativa das doenças relacionadas ao trabalho.

Portanto, ao implementar o projeto-piloto do Teletrabalho, no âmbito do Detran/DF, é necessário observar que todas as suas ações estão adstritas ao que preconiza a Nova Gestão Pública – NGP. Pois, o enfoque passa a ser na administração pública gerencial, a qual está pautada na eficiência, eficácia, efetividade e economicidade. Além disso, é importante destacar que a administração gerencial tem o foco nos resultados, a posteriori, e possibilita maior autonomia aos gestores públicos, os quais exercerão a prestação de contas dos seus atos e omissões, incorrendo em responsabilização caso seja necessário. Assim, essas novas regras, também, estão de acordo com os conceitos de accountability vertical, horizontal e societal, introduzidos pela NGP e que fomentam a atuação da sociedade nas ações do Estado.

Por conseguinte, é importante observar que o Detran/DF está atento às inovações oriundas da iniciativa privada e do setor público, principalmente, com as tendências da moderna gestão de pessoas, que estabelece o Teletrabalho como prioridade na iniciativa privada e em diversos órgãos públicos – no âmbito do Poder judiciário.

Capacitação continuada para 608 servidores da Autarquia por meio de cursos presenciais e à distância, nos seguintes temas:

- Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Operadores do Equipamento de Incapacitação Temporária - Neuromuscular (Taser), Processo Disciplinar, Tomadas de Conta, Elaboração de Projeto Básico, Gestão de Contrato, Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão Governamental, Lei Complementar 840, Atendimento ao Público, Redação Oficial, Língua Portuguesa, Transparência, ética e controle social, Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA; participação de 29 servidores em viagens e visitas técnicas a serviço do Departamento, a fim de aprimorar os conhecimentos em diversas áreas, destaque para: educação, engenharia e fiscalização; lançamento da Cartilha do Estágio; desenvolvimento de Sistemas junto a empresa contratada pelo Detran/DF, Websis, para modernizar e agilizar os trabalhos manuais do setor, nas seguintes áreas: Estagiários; Gratificações GTIT, AQ, GAP; Promoção Funcional; Avaliação de Desempenho.

Autuação de processos:

- 28 processos de aposentadoria, 11 de pensões, 1 revisão de aposentadoria, 17 de abono de permanência e 7 de isenção de IRPF;

Atendimentos a servidores

- Orientação em relação a averbação de tempo, aposentadoria e abono de permanência, com 95 contagens; realização do II Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA em maio de 2017 com a participação de 51 pessoas (17 servidores da SSP/DF e 34 do nosso quadro de pessoal) objetivando tornar o servidor mais esclarecido sobre o processo de aposentadoria, mais consciente para a tomada de decisão e dar suporte para ele planejar melhor a vida após o afastamento do trabalho.

O Projeto Humaniza Detran

- Visa acompanhar o servidor em momentos de vulnerabilidade social, contribuindo com o planejamento, a elaboração e a execução de ações que visam à valorização do servidor, sendo um instrumento de conscientização na busca de seus direitos.

o São acompanhados servidores em licença por acidente de trabalho, licença por doença ocupacional e em licença para tratamento da própria saúde; servidores com aspectos da saúde biopsicossocial comprometida, mas sem afastamento do trabalho; servidores que apresentem dificuldades de integração à equipe ou às atividades laborativas na unidade de lotação; servidores que necessitem de troca de função ou unidade de trabalho, como forma de prevenção dos riscos relacionados ao trabalho.

o Foram acompanhados no projeto, até dezembro de 2017, 56 servidores.

o O Detran Solidário consiste no Banco de Doadores de Sangue do Detran/DF. O objetivo da proposta é incentivar os servidores do Detran-DF a se tornarem doadores voluntários de sangue e contribuir para o aumento do banco de sangue do Distrito Federal, auxiliando também as vítimas de acidentes de trânsito. A média brasileira de doadores de sangue é de 1,8% da população. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que o Brasil ainda precisa aumentar o número de doadores para chegar à média preconizada pelo órgão, fixada entre 3% e 5% em relação à população. É preciso assim investir em programas que promovam a captação e a fidelização de doadores voluntários de sangue. A doação de sangue faz parte do contexto do Detran-DF, pois é primordial para as vítimas de acidentes de trânsito. O Grupo de Corrida consiste em incentivar a prática de atividade física sistemática aos servidores do Detran-DF objetivando a prevenção de doenças degenerativas (hipertensão, obesidade, diabetes, osteoporose) e a promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho.

o Trabalho em conjunto com a Comissão Permanente de Apuração de Acidente em serviço no acompanhamento do processo de investigação, principalmente na fase de proposição de soluções para a não ocorrência de acidentes em serviço. Foram analisados, no ano de 2017, 12 processos de investigação de acidente em serviço.

Implementação de 3 novos sistemas, visando melhorar o desenvolvimentos das demandas relacionadas à frequência, férias e relatórios diversos da área de pessoal: SICAD - SISTEMA DE CADASTRO, FREQ - SISTEMA DE FREQUÊNCIA e FERIAS - SISTEMA DE FÉRIAS

Tecnologia da informação do Detran-DF:

Foram administrados e executados 6 contratos de serviços continuados e outros contratos de compras/investimentos. Dentre os contratos de serviços continuados estão as empresas B2BR BUSINESS TO BUSINESS INFORMATICA LTDA, POWER SAFETY, SERPRO, OI S/A e NETWORLD PROVEDOR DE SERVIÇOS LTDA. Em relação aos serviços prestados pela empresa B2BR BUSINESS TO BUSINESS INFORMATICA LTDA, foram atendidos 12.658 chamados até Novembro de 2017, uma média de 1.150 chamados por mês dos mais variados serviços como, por exemplo, suporte à administração de banco de dados, virtualização, redes, segurança da informação, suporte técnico, central de serviços, entre outros.

Manutenção do Datacenter do Detran/DF

- A empresa POWER SAFETY, responsável pela manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de quaisquer tipos de peças e equipamentos necessários ao correto e seguro funcionamento de equipamentos do tipo Grupo Motor Gerador, No-Break,e equipamentos de climatização de precisão do Datacenter. Durante todo o ano de 2017 foram gastos R$ 208.585,68, no valor mensal de R$ 17.382,68.

Serviços de comunicação com a base BIN/BINCO, também chamada de Base Nacional de veículos e condutores, a empresa responsável por manter a comunicação por meio de um link de dados é o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Até Abril de 2017, foram pagos R$ 19.113,12.

Serviços de comunicação com a Internet, a empresas Oi S/A e Networld Provedor de Serviços Ltda são as responsáveis por sustentar os links de dados à Internet de 100 e 150 Mbps, respectivamente. Esses links de Internet são necessários para manter a comunicação de todos os serviços prestados pelo e para o Detran/DF. Ao todo, foram gastos R$ 73.168,80 durante o ano de 2017.

Serviços continuados, 3 aquisições durante o ano de 2017. Duas destas aquisições são referentes a fitas/cartuchos de impressoras matriciais para as impressoras das marcas OKIDATA e PRINTONIX. No total, foram gastos R$ 57.582,00 nas aquisições destas fitas/cartuchos. A outra aquisição diz respeito aos microcomputadores e monitores da empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA. Foram adquiridos 212 computadores e 244 monitores, totalizando uma despesa de R$ 814.864,24.

Comunicação Social do Detran-DF:

Com a finalidade de promover a comunicação interna e externa do Detran-DF de forma profissional, para que a mensagem chegue ao público-alvo com eficácia. É importante compreender que a comunicação profissional é desenvolvida e planejada diariamente. Cada meio, canal, mensagem, código e contexto são produzidos de forma intencional e dirigidos a um

público com a responsabilidade de que o receptor interpretará a informação de maneira clara e exatamente como foi criada.

Em 2017 foi divulgado para a imprensa

- 514 releases e publicado no site do Detran-DF 503 notícias, com uma média de 15.406 visualizações diárias, no universo de 431.372 usuários que acessaram o site(dados de visualizações e acesso de agosto de 2017).
- Na intranet foram realizadas 669 publicações.
- No instagram 140, mídia com 2.102 seguidores.
- No Twitter, com 1278 seguidores, foram divulgados 937 twitters.
- E realizadas 921 publicações no Facebook, com 18.976 seguidores.
- Edição internamente dez Boletins Informativos, 240 balanços diários de atendimento e 51 relatórios semanais.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Planejamento Estratégico do Detran (2016-2019):

O Detran/DF com o objetivo de melhorar suas ações e alinhar com Governo do Distrito Federal (GDF) elaborou o Planejamento Estratégico para o período 2016-2019 (PED) que iniciou-se em setembro de 2016 e finalizado em maio/17, baseado na Metodologia Balanced Scorecard (BSC). O PED Detran elaborou o Mapa Estratégico com a Missão, Visão, Objetivos Específicos com a descrição e Projetos Estratégicos. Do Mapa Estratégico: a) Pespectiva de Processos internos: Modernizar o atendimento, priorizando os serviços online e otimizando os presenciais; Melhorar a efetividade da educação de trânsito; Oferecer soluções modernas de engenharia; Aperfeiçoar a regulamentação e a fiscalização administrativa; Assegurar a otimização consciente da receita e a redução das despesas; Tornar a governança do Detran-DF mais eficiente e Fortalecer a comunicação dos serviços e dos resultados aos usuários; b) Perspectiva de Recursos: Aumentar a produtividade dos servidores; Promover estrutura e ambiente organizacional alinhados à estratégia e Prover soluções inteligentes de tecnologia; c) Perspectiva do Usuário: dois objetivos de resultados, ou seja: Garantir ao Usuário praticidade, agilidade e qualidade no atendimento e Aumentar a Segurança e a fluidez no trânsito no DF. Dessas perspectivas culminaram em mais de 30(trinta) Projetos Estratégicos, foram realizadas até dezembro/2017 6(seis) RAEs - Reunião de Alinhamento da Estratégia. O PED, a título exemplificativo: A modernização da Central Semafórica, 1ª onda on line, protocolo de circulação, para educação foram 11(onze) projetos entre eles a Estruturação de Plataforma EAD para Oferta de Cursos em Educação no Trânsito, Reformulação da Proposta Pedagógica da Formação Inicial de Condutores. Visão: Otimizar o atendimento, segurança, a fluidez e a civilidade no trânsito; Missão: Gerenciar, fiscalizar, controlar e executar os serviços relativos ao trânsito, preservando vidas.

Programa e Ações Comunitárias do Detran/DF:

Com objetivo promover o envolvimento do órgão com a comunidade, para colher os seus anseios e desejos, visando conhecer seus problemas e necessidades, e propor às áreas de educação,

engenharia e fiscalização soluções de enfrentamento à violência no trânsito, com isso assumiu-se a atribuição de receber, acompanhar e responder as demandas oriundas da comunidade por meio das reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança - Conseg (prioritariamente) e por solicitações oficiais encaminhadas pelo protocolo do Detran, sejam da própria comunidade, administrações regionais, empresas, instituições públicas e privadas.

As demandas são relativas às áreas de engenharia, educação e fiscalização de trânsito, onde se ressalta o envolvimento efetivo com as áreas, no acompanhamento e apoio às execuções propostas a cada demanda. Este ano houve participação em 240 reuniões formais do Conseg, sendo distribuídas na AISP Metropolitana 65 reuniões, na AISP Oeste 51 reuniões, na AISP Sul 55 reuniões e na AISP Leste 69 reuniões, acrescenta-se a participação às reuniões do Comitê de Transporte do Itapoã com 12 reuniões, além da realização de aproximadamente 9 visitas mensais junto a comunidade para identificação dos locais demandados em um total de 108 visitas anuais, participação nas reuniões representando a Direção-Geral com a comunidade e Administrações Regionais e nas reuniões preparatórias, aberturas e desenvolvimento do Programa Cidades Limpas que ocorreram ao longo do ano nas Regiões Administrativas, por meio da coordenação da Secretaria de Estado das Cidades. A participação nas reuniões e documentos recebidos permitiu que fossem produzidos um total de 1.315 demandas que foram encaminhadas por meio de Despacho às áreas, sendo 1055 para a área de Engenharia, 212 para a área de Policiamento e Fiscalização e 29 para a área de Educação. Com o acompanhamento das demandas consegui-se algumas respostas que foram encaminhadas aos solicitantes por meio de Ofício, totalizando 324 respostas das quais 241 repostas foram da Engenharia e 83 do Policiamento e Fiscalização, ressalta-se que as respostas da área de Educação são feitas pela própria.

Ouvidoria do Detran/DF:

Foram realizadas ações dando continuidade ao Projeto Ouvidoria Itinerante, cujo objetivo é aproximar a Ouvidoria dos cidadãos que procuram atendimento nas demais unidades do Detran-DF, facilitando o acesso aos serviços de ouvidoria e contribuindo para a formação de uma consciência cidadã. Publicação dos Relatórios de Ouvidoria no site do DETRAN-DF: ww.detran.df.gov.br = Ouvidoria = Menu Ouvidoria = Relatórios de Ouvidoria: Publicação da Carta de Serviços Digital, com o apoio da Assessoria do Diretor-Geral: www.detran.df.gov.br = Carta de Serviços = Menu Carta de Serviços = Versão ONLINE.

A Ouvidoria, em ação conjunta com a área de Planejamento, atualizou as informações que os órgãos e entidades devem disponibilizar em seus sítios oficiais, independentemente de requerimento, relacionadas no artigo 8º da Lei nº 4.990/2012 e nos artigos 7º e 8º do Decreto Distrital nº 34.276/2013 - Transparência Ativa atendendo aos critérios estabelecidos pela Controladoria-Geral do Distrito Federal para cálculo do Índice de Transparência Ativa, o DETRAN-DF saiu dos 40% (quarenta por cento) atingidos em 2016 para 96% (noventa e seis por cento) de atendimento no ranking de 2017.
Foram recebidos, por meio do Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal - OUV-DF, um total de 9.201 (nove mil, duzentas e uma) manifestações, que foram triadas e encaminhadas aos setores competentes e depois tiveram suas respostas tratadas e encaminhadas ao cidadão.

Licitações do Detran/DF

Foram realizados no ano de 2017 licitações de aquisições e serviços conforme quadro abaixo:

- **Pregões homologados/fracassados/anulados**

Nº Pregão	Nº Processo	Objeto	Vr. Estimado R$	Vr. Homologado R$
01/2017	055.018.322/2013	Aq. de computadores	R$ 902.044,24	R$ 814.864,24
02/2017	055.028.074/2016	Serviços de chamadas DDD	R$ 7.370,40	R$ 7.323,46
03/2017	055.030.957/2016	Aq. Equipamentos de apoio logístico	R$ 24.265,91	Item 1: R$ 10.799,40 (Itens 2,3 e 4 – fracassados)
04/2017	055.031.784/2016	Aq. Material de almoxarifado	R$ 77.689,70	R$ 54.897,72
05/2017	055.009.474/2016	Aq. de projetores	R$ 88.065,32	R$ 77.114,87
06/2017	055.027.437/2016	Aq. de equipamentos de EPI	R$ 89.024,00	R$ 32.593,00
07/2017	055.026.051/2014	Contratação de solução de virtualização - Licenças VMWARE	R$ 1.400.671,79	R$ 1.078.782,70
08/2017	055.007.082/2017	Serviço de Copeiragem	R$ 2.098.861,80	R$ 1.940.202,60
09/2017	055.001.471/2017	Manutenção Motocicletas BMW	R$ 209.306,24	R$ 209.192,05
10/2017	055.010.399/2017	Aquisição de bafômetros descartáveis	R$ 144.500,00	R$ 78.000,00
11/2017	055.002.506/2017	Aquisição de plotter	R$ 39.732,66	ANULADO
12/2017	055.034.849/2013	Aq. licenças antivirus	R$ 801.462,25	R$ 786.250,00
13/2017	055.007.740/2017	Contratação de serviço de almoxarife	R$251.281,68	SUSPENSO P/ RESPONDER IMPUGNAÇÕES/QUESTIONAMENTOS
14/2017	055.001.456/2017	Aq. de películas impressas	R$ 2.626.630,36	R$ 914.508,51
15/2017	055.018.741/2017	Aq. de uniformes	R$ 3.751.040,78	SUSPENSO PELO TCDF
16/2017	055.017.766/2017	Aquisição de cartuchos de fitas de impressão	R$ 55.380,00	R$ 52.560,00
17/2017	055.003.524/2017	Contratação empresa serviços de eventos	R$ 12.894.485,09	SUSPENSO PELO TCDF
18/2017	00055.00100034/2017-32	Contratação de empresa especializada para aquisição de Certificação Digital	R$ 70.968,07	R$ 69.550,00

19/2017	055.029.721/2017	Aquisição de Materiais de consumo - Nuest	R$ 36.767,70	R$ 20.593,04
20/2017	0055.00100.749/2017-95	Contratação de serviços estatísticos	R$ 441.794,64	R$ 249.395,52

Estatísticas de Trânsito:

Foram consolidados os dados de acidentes de trânsito com vítimas fatais e feridas ocorridas no Distrito Federal, para os anos de 2016 e 2017. Em outubro de 2017, foi entregue o anuário estatístico de acidentes de trânsito do ano de 2016. Os anuários consolidam os acidentes com vítimas fatais e feridas que ocorreram no DF nos referidos anos, sendo utilizado por entidades públicas e privadas, comunidade e imprensa.

Periodicamente (Semanalmente, mensalmente e trimestralmente) são informados às Diretorias do Detran, Der, PMDF, Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Mobilidade e outros, dados relativos aos acidentes de trânsito ocorridos no DF. Oportunidade em que há a participação nos projetos de governo: Brasília Vida Segura e Vida no Trânsito, este último do Ministério da Saúde.

Para dar conhecimento à população e aos interessados e em cumprimento do Princípio da Transparência, a informações completas de Estatística de Trânsito são atualizadas e disponibilizadas no Sítio oficial da Autarquia.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As realizações de 2017 foram positivas, contribuindo para a excelência no atendimento e na gestão de trânsito. Esta autarquia segue trabalhando para promover um trânsito seguro, civilizado e com fluidez, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da sociedade.

O índice de mortos por 10.000 veículos em 2017 no Distrito Federal foi de 1,48 - nas rodovias, 0,96; e nas vias urbanas, 0,52. O índice recomendado pela ONU/OMS para países desenvolvidos que é de 1,0 morte para cada 10.000 veículos. O Distrito Federal está, portanto, a 0,48 de atingir a meta recomendada para países desenvolvidos.

As ações planejadas e integradas contribuíram para que o número de vítimas fatais fosse reduzido em 35% nas vias do DF, quando comparado ao ano anterior.

- Foram registradas, em 2017, 255 mortes em acidentes de trânsito, contra 390 ocorridas em 2016.

o Sendo esta a menor redução desde o início da contabilização dos dados no ano de 1995.

Em relação ao tipo de envolvimento das vítimas fatais, foi registrado redução no número de todas as vítimas.

- Foram 18 ciclistas mortos em 2017, contra 19 em 2016 (redução de 5%);
- Motociclistas mortos foram 69 em 2017, contra 99 em 2016 (redução de 30%);
- Pedestres mortos foram 84 em 2017, contra 130 em 2016 (redução de 35%);

- Demais condutores mortos foram 43 em 2017, contra 83 em 2016 (redução de 48%); e
- Passageiros mortos foram 40 em 2017, contra 58 em 2016 (redução de 31%).

Outro ponto a ser observado é o índice de mortos por 100 mil habitantes. Em dezembro de 2017, o DF apresentou um índice de 8,4.

Para 2018 o Detran-DF tem a perspectiva de uma redução ainda mais significativa no índice de mortos por 10.000 veículos, bem como no número de mortos e vítimas de acidentes de trânsito, além da intensificação das ações de fiscalização, educação e engenharia de trânsito.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO – UO: 24.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF), instituída há 30 anos, foi criada pela Lei 7.533, de 2 de setembro de 1986, e é vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Paz Social (SSP/DF) integrando a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal. A Funap tem como missão contribuir para inclusão e reintegração social das pessoas presas e egressas do sistema prisional, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadãos e profissionais. Para tanto, a Fundação desenvolve programas voltados à capacitação profissional dos apenados, à promoção de oportunidades de trabalho mediante convênios com empresas públicas e privadas, a projetos que fomentem a elevação da escolaridade, bem como a prestação de apoio social às famílias dos apenados.

A atuação da Funap na profissionalização do preso visa garantir que o sentenciado possa, durante o cumprimento da pena, adquirir conhecimentos que qualifiquem sua mão de obra para reinserção no mercado de trabalho e, consequentemente, possibilite a quebra do ciclo criminal deste indivíduo. Neste aspecto, a Fundação tem centrado esforços na busca por parcerias que ofertem cursos profissionalizantes, como as vagas do Pronatec Prisional, programa do Governo Federal com foco nas pessoas presas. As parcerias também englobam entes públicos do Governo de Brasília e empresas do Sistema S, como SENAI, SENAC e SEBRAE.

A promoção do trabalho para o preso embasa-se no que preconiza a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal (LEP), como condição sine qua non para o processo de ressocialização dos apenados. A Fundação desenvolve projetos de incentivo ao trabalho sob dois eixos: intramuros e extramuros. No âmbito intramuros, a Funap mantêm oficinas de profissionalização, no Centro de Internamento e Reeducação (CIR-Papuda), voltadas aos internos em regime fechado, nas áreas de marcenaria, corte e costura, panificação, mecânica, serralheria e com atividades agrícolas na Fazenda Papuda.

No âmbito extramuros, fora do estabelecimento penal, quando o preso recebe a concessão do benefício para o trabalho externo - semiaberto - e em regime aberto, a Funap passa a atuar como intermediadora na alocação da mão de obra dos apenados no mercado de trabalho por meio de convênios com empresas públicas, privadas e do terceiro setor. Por meio destas pactuações, a Funap gerencia 76 contratos vigentes e tem mais de 1,2 mil reeducandos inseridos em postos de trabalho realizando funções produtivas em todo o DF, iniciativa que propicia a reeducação e a geração de renda destes indivíduos, pontos que favorecem o processo de reingresso do apenado na sociedade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF					
Comissionados sem vínculo efetivo	23		24		47
Requisitados de órgãos do GDF	1				1
Requisitados de órgãos fora do GDF					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários					
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	2	0	1	3
Terceirizados (FUNAP)	0	7			
Outros - especificar					
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	58				

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**5.776.474,00**	**22.894.814,00**	**18.137.608,97**	**17.951.906,26**
0005 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA-CURSOS PROFISSIONALIZANTES E CAPACITAÇÃO DOS INTERNOS DO SISTEMA PRISIONAL-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0011 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CURSOS PROFISSIONALIZANTES E CAPACITAÇÃO DOS SENTENCIADOS-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
8538 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	5.476.474,00	22.744.814,00	17.987.608,97	17.951.906,26
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**5.776.474,00**	**22.894.814,00**	**18.137.608,97**	**17.951.906,26**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1544 - ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF	0	%	5	3,98	10	7,2	15	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4

Justificativa: 2016 - A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2016, em razão de mudança na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de familiares das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média de 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2017, a proposta é que seja computado o número de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP.

2017 - 2017-A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2017, em razão de mudanças na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de famílias das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2018, a proposta é que sejam computados o n° de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1688 - PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	0	%	10	8,66	15	3,07	20	25	FUNAP / UO 24202 / OE 4
Justificativa: 2016 - No ano de 2016 foram celebrados mais nove contratos de trabalho da FUNAP, com órgãos públicos e privados, para a empregabilidade da mão-de-obra carcerária e egressa no mercado de trabalho. No final de dez/2016 havia 1.201 pessoas inseridas nestes contratos. A previsão da FUNAP para 2017 é aumentar 30% o número de contratos, com vistas a inserir um maior número de presos no mercado de trabalho. 2017 - 2017- A Funap conta com 96 contratos, com órgãos públicos e empresas privadas, de prestação de serviços de mão de obra de sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/17, segundo informações da Sesipe, haviam 2912 presos com trabalho externo deferido e 1215 presos trabalhando vinculados à Funap. Já em DEZ/17, a quantidade de presos com trabalho externo deferido subiu para 3132 e os de presos trabalhando vinculado à FUNAP foram 1403, ocorrendo um aumento de 3,07% na contratação de sentenciados									
1543 - PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/ OFICINAS PRODUTIVAS	0	%	5	1,92	10	2,39	15	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
Justificativa: 2016 - Apartir do segundo simestre de 2016, foram firmadas parcerias com o "Sistema S", MEC/PRONATEC e EMATER, para a oferta de cursos de qualificação profissional em diversas áreas. O percentual baixo de atendimento do indicador relaciona-se às dificuldades nas pactuações de parcerias com órgãos públicos e privados, como também na manutenção do preso nos cursos profissionalizantes e oficinas de trabalho em razção de normas internas de segurança estabelecidas pelas unidades prisionais. 2017 - 2017 - A partir do segundo semestre de 2017, foi celebrado parceria com sistema "S" para a oferta de cursos de qualificação profissional, de panificação, corte e costura e eletricista predial para 75 internos do sistema prisional do DF. O percentual baixo de atendimento refere se aos dados prestados junto a SESIP, quanto ao número de internos que tiveram direito ao trabalho externo deferido.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**30.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
9567 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**15.000,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
0051 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**25.000,00**	**25.000,00**	**0,00**	**0,00**
7219 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**70.000,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**2.227.219,00**	**2.406.919,00**	**2.226.734,29**	**2.226.734,29**
8924 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	2.227.219,00	2.406.919,00	2.226.734,29	2.226.734,29
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**428.122,00**	**498.822,00**	**447.638,85**	**447.638,85**
9725 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	428.122,00	498.822,00	447.638,85	447.638,85
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**700.000,00**	**1.796.000,00**	**705.530,25**	**627.547,16**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9811 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	700.000,00	1.796.000,00	705.530,25	627.547,16
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**100.000,00**	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**
5889 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	4.000,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
5218 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
5829 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
8756 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**250.000,00**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**
9826 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**3.735.341,00**	**4.985.741,00**	**3.379.903,39**	**3.301.920,30**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal desenvolveu no exercício de 2017 atividades e projetos voltados à ressocialização dos sentenciados no âmbito profissional e social.

A Terracap, por meio de convênio com esta Fundação, realizou a doação de 6 mil mudas para as regiões Administrativas de Santa Maria e Gama, a serem plantadas em áreas desagradas. As produções das mudas são realizadas na Fazenda Papuda pela Diretoria de Produção e Comercialização.

Ainda no exercí-cio de 2017, foi implementado o projeto modelo para fomentar a produção agrícola na Fazenda Papuda. O projeto piloto visa à plantação, manutenção e colheita de pimentas, Cumari, Malagueta e Bode. Dentro do projeto foi criado um Termo de Cooperação Técnica com empresa privada, objetivando o desenvolvimento técnico-científico rural da área, bem como a qualificação dos internos já classificados para o trabalho. Como resultado desse projeto modelo, obtivemos um total de 1.200 KG de pimentas colhidas e vendidas.

Além dessa plantação, foi realizado o plantio e colheita de plantas fitoterápicas, mais especificamente, Guaco (para produção de xarope), para a Farmácia Viva do DF.

Destaca-se ainda a parceria desenvolvida com os CORREIOS, na qual a FUNAP participou da Feira Internacional Colecionar 2017, trazendo visibilidade nacional para os produtos desenvolvidos artesanalmente, expondo e comercialização objetos rústicos em madeira, bolsas e mochilas fabricadas através de matérias doados pelos correios, entre outros materiais confeccionados pelos reeducandos.

Esta Fundação realizou também a confecção de 1.000 sacos de lixo para veículos, para o programa ECO Postal dos Correios, com material descartados pela mesma empresa.

Na oficina de Alfaiataria foram confeccionados uniformes esportivos como camisas e calções sublimados, para times de futsal e futebol da Região Administrativa de Santa Maria.

Atualmente, está realizando cursos profissionalizantes em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial do DF (SENAI). Os cursos oferecidos aos apenados têm o intuito de qualificar a mão de obra das pessoas presas com vistas à reinserção profissional e social dos reeducandos. Participam das atividades 75 internos, 40 para o curso de padeiro, 20 para o de eletricista predial e 15 para o de corte e costura. As aulas possuem cargas horárias que variam entre 160h e 200h e tiveram início no dia 27 de novembro de 2017 e irão até março de 2018.

A Funap possui em vigor cerca de 78 contratos de trabalho com empresas públicas e privadas para inserção de mão de obra carcerária. Considerando o primeiro semestre de 2017 com o mês de janeiro de 2018, por exemplo, conseguiu aumentar em 10% o número de mão de obra contratada entre os seus conveniados.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A perspectiva para o próximo exercício é de padronização de procedimentos normatizados que possam trazer transparência e critérios objetivos para a execução dos trabalhos da Funap. Outro objetivo é a busca por novas parcerias para capacitação profissional voltadas às necessidades latentes do mercado de trabalho e das demandas dos executores de contrato.

Além de buscar a qualificação técnica do preso em Regime Semiaberto, por meio de cursos profissionalizantes, esta Fundação tem ainda como escopo para 2018 aumentar em 30% o número de contratados. Entretanto, no atual momento, depara-se com a ausência de servidores efetivos e a redução de servidores comissionados. Destaca-se ainda a extrema necessidade de Reestruturação Administrativa conforme previsão Estatutária e a adequação de um Regimento Interno, para o perfeito desenvolvimento das atividades finalísticas.

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR – UO: 24.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Saúde da PMDF foi definido no Art.3º, do Decreto Lei nº 24.574, de 06/05/2004, Decreto este que Regulamenta o artigo 32, da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002. A referida legislação trata da assistência médico-hospitalar, odontológica, psicológica e social ao policial militar do Distrito Federal, seus dependentes legais e aos pensionistas, e tem por objetivo captar recursos financeiros provenientes de contribuições e indenizações obrigatórias dos policiais militares da ativa e da reserva, e dos pensionistas dos militares. O fundo destina-se a complementar o custeio da assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica psicológica e social ao militar, pensionistas e seus dependentes legais.

A assistência é proporcionada por meio das seguintes organizações de saúde:

I - da Polícia Militar do Distrito Federal;

II - de Assistência Social da Corporação, quando existente;

III - do meio civil ou militar, especializadas ou não, públicas ou particulares, mediante contrato, convênio ou credenciamento;

IV - do exterior, especializadas ou não.

A Polícia Militar contará, para a assistência médico-hospitalar, odontológica, psicológica e social aos policiais militares, seus dependentes legais e aos pensionistas, com recursos financeiros oriundos de:

I - Dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento da União através de propostas anuais da Corporação, constituídas de:

a) recursos financeiros previstos com base no produto do fator de custos de atendimento médico- hospitalar pelo número de militares, da ativa e na inatividade, e de seus dependentes legais e pensionistas;

b) recursos financeiros específicos para o custeio de contratos, convênios ou credenciamentos;

c) outros recursos que visem à assistência médico-hospitalar.

II - Receitas extraorçamentárias provenientes de:

a) contribuições mensais para os fundos de saúde;

b) indenizações de atos médicos, paramédicos e serviços afins;

c) receitas provenientes da prestação de serviços médico-hospitalares através de convênios, contratos e/ou credenciamentos;

d) receitas provenientes de outras fontes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	477	477
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	477	477

Dos 477 policiais, 127 efetivamente compõe o quadro de Saúde da Corporação e os outros 350 são policiais de outros quadros da Polícia Militar, que exercem atividades para o Centro de Saúde da PMDF.

O quadro da saúde é composto por:

- 109 (cento e nove) oficiais; (médicos e dentistas)
- 05 (cinco) Aspirantes; (dentistas)
- 13 (treze) praças.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA-AUXÍLIO À ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DOS POLICIAIS MILITARES, PENSIONISTAS E SEUS DEPENDENTES-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

O valor previsto na LOA 2017 permaneceu contingenciado durante o exercício.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Departamento Médico da Polícia Militar do Distrito Federal atende a cerca de 90 mil usuários dentre policiais militares da ativa, inativos, dependentes e pensionistas. Engloba as áreas médicas, odontológicas, assistência social entre outras. Oferece convênios e credenciamentos com empresas de saúde da rede particular do DF e gerencia projetos e contratos para o ideal funcionamento do novo Centro Médico.

Com o intuito de melhor atender toda a família Policial Militar, a Corporação, por meio do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal (DSAP), deu maior transparência e comodidade ao usuário do sistema. Passou a utilizar um novo sistema de marcação de consultas, por meio do qual os usuários podem marcar suas consultas via web. Toda semana, sempre nas segundas-feiras, às 07h, o sistema Marcação de Consulta WEB libera uma agenda com novas vagas, em todas as especialidades, para marcação. Caso algum usuário, porventura, desmarque uma consulta, sua vaga será liberada imediatamente, ou seja, novas vagas podem ser disponibilizadas a qualquer momento. Dessa forma, deixou-se de ser utilizado o sistema de marcação por ligação telefônica, o qual era alvo de constantes reclamações dos usuários.

O Centro Odontológico se encontra em processo de reforma e ampliação, e será no futuro um complexo de captação de tratamentos especializados e de procedimentos não realizados nas Unidades Descentralizadas de Odontologia distribuídas no Distrito Federal.

As Unidades Descentralizadas de Odontologia pertencem ao Programa de Descentralização do Atendimento Odontológico da PMDF, tem o objetivo de levar o atendimento Odontológico para mais perto da família policial militar nas cidades satélites, transformando o Centro Odontológico futuramente, após sua reforma e ampliação, num Centro de Especialidades Odontológicas.

Atualmente as Unidades Descentralizadas de Odontologia compõem 22 (vinte e dois) consultórios odontológicos distribuídos em Organizações Policiais Militares localizadas no 2º BPM (Taguatinga), 13º BPM (Sobradinho), 17º BPM (Águas Claras), 9º BPM (Gama), 1º BPEsc (Águas Claras), Colégio Militar Tiradentes (CTPMDF), CMed (Centro Médico - Setor Policial Sul); Anexo ao Cmed (antigo Laboratório); as UNAMPROS, além do Radiologia Odontológica no Centro de Diagnóstico da PMDF.

Para as crianças, o Centro Odontológico desenvolve o projeto "Sexta-Feira Sem Cárie", destinado ao atendimento de crianças de 0 a 12 anos, o qual está sendo realizado no Colégio Militar Tiradentes. O programa tornou-se referência dentro da corporação, muito elogiado pelos seus usuários.

O Centro de Assistência Social - CASo tem como objetivo resgatar e promover o bem estar biopsicossocial dos integrantes da corporação bem como de seus dependentes. Para isto, conta com uma equipe multidisciplinar capacitada para melhor atender nossos policiais, construindo assim uma instituição mais saudável e alicerçada em valores éticos.

Atualmente são oferecidos programas que auxiliam no resgate à autoestima, saúde, recuperação e no desenvolvimento do potencial humano.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Salienta-se que, para a manutenção da assistência médico-odontológica aos policiais militares, pensionistas e seus dependentes legais, a Instituição, no exercício de 2017, utilizaram-se somente os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) / Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS – UO: 24.902

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Saúde do CBMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15/07/2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade custear as despesas referentes a atendimentos médicos e odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de credenciamento e contratações de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários.

O Estatuto Bombeiro-Militar, Lei 7.479/1986, veio definir o direito à Assistência médico-hospitalar aos militares e seus dependentes, conforme abaixo:

Art 51. São direitos dos bombeiros-militares:

...

IV - nas condições ou limitações impostas na legislação e regulamentação específica ou peculiar:

...

e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem assim o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	388	0	0	390
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	12	0	0	12
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	46	0	0	46
Subtotal	2	446	0	0	448
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	446	0	0	448

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	**0,00**	**3.420.634,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - ASSISTÊNCIA MÉDICA-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS POR HOSPITAIS E CLÍNICAS CREDENCIADAS AOS MILITARES, DEPENDENTES E PENSIONISTAS DO CBMDF-DISTRITO FEDERAL	0,00	3.420.634,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**0,00**	**3.420.634,00**	**0,00**	**0,00**

Desde o Acórdão TCU 2.631/2010-Plenário, o Fundo de Saúde do CBMDF (UG 220902 - FS-CBMDF) não recebe dotação inicial na lei orçamentária do GDF. Todo o orçamento destinado é oriundo de Superávit Financeiro apurado em balanços patrimoniais anteriores a 2011 e que vem sendo administrado como reserva desde então.

No exercício de 2017 foi autorizado a realização de despesas para o Fundo de Saúde do CBMDF no valor de R$ 3.420.634,00 (três milhões, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e trinta e quatro reais), entretanto, tal verba foi autorizada somente em 21 de novembro de 2017, através da Lei nº 6.014 de 21 de Novembro de 2017, publicada no DODF nº 223, de 22/11/2017.

Deixou-se de aplicar o referido recurso autorizado, tendo em vista a proibição de se empenhar determinada através do Decreto nº 35.583 GDF, de 27/10/2017.

a) Nas policlínicas e unidades da DISAU do CBMDF

As ações executadas nas dependências dos órgãos subordinados à Diretoria de Saúde são realizadas para atender o disposto na alínea e, do Inciso IV do artigo 51 da lei 7479/1986 - Estatuto Bombeiro-Militar, conforme abaixo:

Art 51. São direitos dos bombeiros-militares:

...

IV - nas condições ou limitações impostas na legislação e regulamentação específica ou peculiar:

...

e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem assim o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários;

Assim, para atender ao previsto no Estatuto Bombeiro-Militar, a Diretoria de Saúde da Corporação gerencia 5 (cinco) órgãos que prestam serviços de assistência à saúde dos militares, dependentes e pensionistas, função que foi estabelecida por meio do Decreto Federal n° 7.163/2010 que reorganizou a estrutura do CBMDF.

O referido decreto reafirmou que a DISAU é um órgão de direção que tem como incumbência as atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.

Assim, estão subordinados à DISAU os seguintes órgãos com as respectivas funções institucionais previstas na Portaria - CBMDF n° 93, de 21 de dezembro de 2011:

- POLICLÍNICA MÉDICA - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência médico-hospitalar e, em caráter excepcional, a médico-domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.
- POLICLÍNICA ODONTOLÓGICA - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência odontológica aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.
- CENTRO DE ASSISTÊNCIA BOMBEIRO MILITAR - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade o assessoramento aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação no atendimento às contingências sociais e às necessidades básicas, com vistas à garantia dos mínimos sociais.
- CENTRO DE CAPACITAÇÃO FÍSICA - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização de atividades ligadas ao treinamento físico militar, avaliação física, treinamento desportivo e áreas correlatas à capacitação ao exercício da profissão bombeiro militar.
- CENTRO DE PERÍCIAS MÉDICAS - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização das inspeções e perícias médicas, sendo responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades médico-periciais desenvolvidas no CBMDF.

Foram executadas consultas diversas ambulatoriais, exames de laboratório, consultas e procedimentos odontológicos, fisioterápicos e pequenas cirurgias, realizados no âmbito da Policlínica do CBMDF.

Procedimentos realizados nas unidades da DISAU em 2017

Discriminação dos procedimentos	Quantidade	
	2016	2017
Número de Consultas Ambulatoriais (POMED)	42.372	45.232
Procedimentos da Enfermaria (POMED)	4.061	4.445
Cirurgias (POMED)	475	660
Procedimento na Ortopedia/Gesso (POMED)	48	77
Eletrocardiograma (POMED)	470	448
Ecografia (POMED)	1.599	1.688
Endoscopia (POMED)	720	851
Fluxometria (POMED)	-	-
Colonoscopia (POMED)	420	243
Exames de Laboratório (POMED)	218.620	259.021
Atendimentos Fisioterápicos (POMED)	11.118	11.832
Exames Radiológicos* (POMED)	2.293	3.343
Atendimentos na Câmara Hiperbárica*(POMED)	-	-
Atendimentos Odontológicos (PODON)	15.314	13.501
Psicologia e Psiquiatria (CEABM)	677	1.112
Número de Perícias (CPMED)	22.140	23.142
Número de Inspeções em Saúde (CPMED)	8.563	8.263
Número de Pessoas Atendidas pelos programas do CECAF	1.308	5.360
Número de Pessoas Atendidas na POMED (*apenas para consultas médicas)	12.701*	13.981*
Total de Procedimentos	**342.899**	**393.199**

b) Na rede credenciada

Dadas às limitações da POMED em termos de profissionais, equipamentos ou complexidade e à necessidade de assistência integral à saúde, os serviços na rede credenciada têm por finalidade prestar os serviços hospitalares eletivos, urgência e emergência, cirurgias diversas, internações, exames de imagem, clínicos, ressonâncias, oncologia, tratamentos psiquiátricos e de dependência química, entre outros.

Atualmente, o Sistema de Saúde do CBMDF, além de hospitais e clínicas credenciadas, conta também com fornecedores de materiais médicos, odontológicos, hospitalares e farmacêuticos. Todas as clínicas credenciadas são regidas pelo edital de credenciamento nº 001/2011-CBMDF.

Embora complementar, a prestação de serviços por meio de empresas credenciadas é a principal atividade da Diretoria de Saúde, em razão do grande volume de recursos dispensado, consumindo parte expressiva de todo o orçamento da diretoria, somando FCDF e FS-CBMDF, conforme tabela abaixo:

Valores empenhados para credenciamento

Ano	Valor Autorizado Custeio e Investimento	Valor Empenhado para Credenciamento (Incluindo DEA)	Percentual do Orçamento Destinado para Credenciamento
2017	86.925.870,00	77.451.007,37	89,10%

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal – UG 170495

Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI fonte 106.

Ação/Subtítulo Q	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG	
0903 - Assistência Médica	0,00	6.173.324,00	6.173.324,00	2.629.442,33		
00FI - Assistência Médica e Odontológica aos Bombeiros e Dependentes do CBMDF	0,00	6.173.324,00	6.173.324,00	2.629.442,33		
TOTAL	**0,00**	**6.173.324,00**	6.173.324,00	**2.629.442,33**		

Após a publicação do ACÓRDÃO Nº 2631/2010 - TCU – Plenário, aquela Corte de Contas entendeu que o orçamento do Fundo de Saúde, por ser oriundo do Fundo Constitucional do Distrito Federal deveria ser executado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), conforme o Item 1.5.1 do acórdão:

"1.5.1. o registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi inicie-se a partir de 1º de janeiro de 2011";

Com isso, os valores arrecadados anualmente não integram mais as ações executadas no Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO), somente o superávit apurado em exercícios anteriores, conforme o item 1.5.2 do acórdão:

"1.5.2. os superávits dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do Distrito Federal, apurados em exercícios anteriores ou que vierem a ser apurados no exercício de 2010, sejam executados no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal – GDF."

Assim, todo o orçamento do exercício de 2017 referente à arrecadação do Fundo De Saúde do CBMDF foi executado através do sistema SIAFI, sob ação específica do FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL, programa de trabalho 28.845.0903.00FM.0053 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL.

A fonte de recursos n° 106 corresponde aos valores arrecadados pelo CBMDF referentes à contribuição dos militares ao Fundo de Saúde. Sua utilização ocorreu de acordo com a tabela abaixo:

Não houve o registro e o acompanhamento das etapas do SAG por serem incompatíveis com os recursos do FCDF.

Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI fontes 100

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
00FM - Assistência Médica e Odontológica aos Bombeiros e Dependentes do CBMDF	**0**	77.331.912,00	75.602.585,85	50.497.888,19	
0053 – Assistência Médica e Odontológica aos bombeiros e dependentes do CBMDF	**0**	77.331.912,00	75.602.585,85	50.497.888,19	
TOTAL	**0**	**77.331.912,00**	**75.602.585,85**	**50.497.888,19**	

Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI fontes 100

Gastos Por Natureza de Despesa do FCDF

Natureza de Despesa	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
33903009	MATERIAL FARMACOLOGICO	16.740,00	16.740,00	16.740,00
33903010	MATERIAL ODONTOLOGICO	132.825,05	132.821,45	132.821,45
30903011	MATERIAL QUIMICO	53.135,20	53.135,20	53.135,20
33903014	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	8.927,95	0,00	0,00
33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.249,60	3.249,60	3.249,60
33903019	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.025,66	894,16	894,16
33903022	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	72.559,88	72.559,88	72.559,88
33903025	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	88.532,72	74.194,10	74.194,10
33903026	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	415,00	415,00	415,00
33903028	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	72.154,60	72.154,60	72.154,60
33903029	MATERIAL PARA AUDIO VIDEO E FOTO	51.048,20	51.048,20	51.048,20
33903035	MATERIAL LABORATORIAL	2.236.676,60	34.019,60	34.019,60
33903036	MATERIAL HOSPITALAR	249.052,26	241.256,56	241.256,56
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	500.952,25	321.338,20	321.338,20
33903912	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.353,39	7.332,40	7.332,40
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	218.368,66	198.732,35	198.732,35
33903946	SERVICOS DOMESTICOS (LAVANDERIA POMED)	32.000,00	25.435,05	25.435,05
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	63.935,96	46.655,96	46.655,96
33903950	SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS	77.252.880,73	51.556.445,05	51.556.445,05
33909239	DEA - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ	145.294,01	145.294,01	145.294,01
33909293	DEA – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.044,28	52.044,28	52.044,28
44905208	APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	24.611,88	21.564,88	21.564,88
44905212	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	81.900,97	0,00	0,00
44905252	VEÍCULO DE TRAÇÃO MECÂNICA	407.897,00	0,00	0,00
TOTAL		**81.774.581,85**	**53.127.330,53**	**53.127.330,53**

Para atender a Decisão n° 12.050/95 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, apresentamos os demonstrativos contábeis referentes ao exercício de 2017 da Unidade Gestora-SIAFI 170495. Esses demonstrativos englobam os recursos oriundos do Fundo Constitucional do DF (fonte-100) e do Fundo de Saúde do CBMDF (fonte-106)

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com a progressão dos gastos com assistência médica aos usuários do sistema, o acompanhamento dos valores mensais com atendimentos nas credenciadas através de informações por elas prestadas foi evidenciado mediante planilhas próprias, elaboradas pela Seção de Acompanhamento da Execução de Contratos

Assim, ficou apontado no mês de março de 2017, por meio da projeção dos gastos informados pelas credenciadas e ajustes internos no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF),

que para o fechamento do exercício o valor estimado para aporte no orçamento seria de R$ 11.800.000,00 apresentando um valor total de R$ 75.600.000,00 de recursos para Credenciamento em Saúde a serem destinados aos atendimentos dos beneficiários do sistema de saúde do CBMDF.

Diante da crescente demanda e da possibilidade dos recursos não serem suficientes para cobrir as despesas ocorridas, desde o exercício de 2012 a DISAU estabeleceu métodos de controle, tais como:

- Qualquer autorização de procedimentos a serem realizados na rede credenciada deve ter a anuência de profissional de saúde da Corporação em atendimento nas unidades do CBMDF. Tal ação visa a utilização completa das unidades de saúde e evitar que procedimentos desnecessários sejam realizados.
- Ação mais criteriosa nos trabalhos da Seção de Auditoria em Saúde, em autorizações de procedimentos.
- Adoção de modalidade de pagamento por meio de ressarcimento, com o objetivo de coibir uso desnecessário de serviços médicos eletivos.
- Realização de palestras para executores de contratos de credenciamento orientando uma melhor execução orçamentária e financeira.
- Realização de curso de Gestão de Contratos na Escola de Governo, sendo uma turma de 30 militares no período de 5 a 9 de outubro de 2015 e outra de 27 militares de 23 a 27 de novembro de 2015.
- Instituição de comissão para realização de estudo de viabilidade de adoção de empenho para a própria Unidade Gestora, publicado no item VIII do Boletim Geral da Corporação de número 141, de 28 jul. 2015.
- Realização de trabalho monográfico sobre a implantação de Empenho único para a própria Diretoria de Saúde, o qual concluiu que infringe a legislação vigente o uso de empenho único para a própria Unidade Gestora, contrariando normas da Secretaria do Tesouro Nacional.

O objetivo é utilizar ferramentas no sentido de manter os gastos dentro da meta planejada e prevista no Planejamento de Aplicação Recurso Financeiro - PARF. Vale salientar que o ingresso expressivo de militares e seus dependentes nos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, e principalmente no final de 2017, com projeção para outras turmas em 2018, aliado ao envelhecimento da tropa e reconhecimento de novos dependentes, majorou consideravelmente os gastos da DISAU com a saúde dos militares ativos, inativos, pensionistas e dependentes.

A execução dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal proporcionou o regular andamento dos serviços junto às empresas credenciadas prestadoras de serviços de saúde, bem como fornecedores de materiais.

Dessa forma, em relação aos Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, o montante final disponibilizado para gastos na Assistência Médica ficou em R$ 83.505.236,00, sendo que R$ 81.774.581,85 foi o valor total empenhado, destinado ao exercício de 2017 e Reconhecimento de Dividas de Exercício Anteriores.

Fatores como a inflação médica, novas inclusões, e ainda a análise do comportamento da demanda nos atendimentos médicos indicam a necessidade de reavaliação do orçamento destinado à Assistência Médica do CBMDF, uma vez que este se encontra cada vez mais aquém da capacidade de cobertura dos gastos.

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - FUNPM – UO: 24.904

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal – FUNPM foi criado por meio da Lei nº 4.077, de 28/12/2007, com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para a Polícia Militar do Distrito Federal, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, a aquisição de bens de consumo e a execução de serviços.

Compete à Polícia Militar do Distrito Federal gerir os recursos do FUNPM.

A Força de trabalho do Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal compõe o Quadro de servidores apresentado no Relatório da PMDF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	568	3.383	0	7.453	11.404
Comissionados sem vínculo efetivo	375	0	0	0	375
Requisitados de órgãos do GDF	0	6	0	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	943	3.389	0	7.453	11.785
(-) Cedidos para outros órgãos	441	0	0	0	441
Total Geral	502	3.389	0	7.453	11.344

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**3.688.227,00**	**4.552.227,00**	**0,00**	**0,00**
0008 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPMDF-DISTRITO FEDERAL	3.688.227,00	4.552.227,00	0,00	0,00
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**3.688.227,00**	**4.552.227,00**	**0,00**	**0,00**

A Polícia Militar do Distrito Federal estimou arrecadar dentro do FUNPMDF, no exercício financeiro de 2017, valor de R$ 4.552.227 (Quatro milhões quinhentos e cinqüenta e dois mil, duzentos e vinte e sete reais), com a alienação de bens móveis. Todavia, o leilão previsto não ocorreu, e a receita estimada foi frustrada.

A Corporação, ainda no exercício financeiro de 2016, apurou um superávit financeiro no montante de R$ 1.836.000,00 (um milhão oitocentos e trinta e seis mil reais). Contudo, em decorrência da insuficiência orçamentária e financeira, não ocorreu a abertura do crédito adicional suplementar solicitado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com relação a esta Unidade Orçamentária a receita foi frustrada conforme as informações prestadas. A unidade estima que seja autorizada a utilização dos recursos do superávit financeiro já apurado o qual foi informado no presente relatório.

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - FUNCBM – UO: 24.905

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O FUNCBM foi instituído a partir da sanção da Lei nº 4.076/2007 com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros à Corporação objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, aquisição de bens de consumo e a execução de serviços. Para issoa referida lei previu as suas fontes de recursos como sendo:

- Doações, auxílios e subvenções de pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado;
- Dotações consignadas no orçamento do Distrito federal;
- Produto resultante da alienação de bens materiais de utilização específica nas atividades de segurança pública no Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

O Fundo de Modernização não possui quadro de pessoal próprio, representando, como afirma a lei de criação, apenas a complementação dos recursos para o objetivo institucional.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	**2.022.616,00**	**5.704.993,00**	**1.776.066,28**	**1.612.114,01**
9512 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-FUNCBM-DISTRITO FEDERAL	2.022.616,00	5.704.993,00	1.776.066,28	1.612.114,01
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**2.022.616,00**	**5.704.993,00**	**1.776.066,28**	**1.612.114,01**

Os recursos oriundos do fundo foram utilizados para auxiliar no reequipamento das unidades da corporação com a aquisição de novos equipamentos e bens.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**10.000,00**	**79.019,00**	**71.952,20**	**71.512,62**
7146 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNCBMDISTRITO FEDERAL	10.000,00	79.019,00	71.952,20	71.512,62
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**10.000,00**	**79.019,00**	**71.952,20**	**71.512,62**

Houve a reversão de duas multas contratuais destinadas ao FUNCBM. Dessa forma, foram devolvidos os valores de R$ 31.900,00 e R$ 37.719,00.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - FUNPCDF – UO: 24.906

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF foi criado pela Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para a Polícia Civil do Distrito Federal, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, aquisição de bens de consumo e a execução.

Os recursos do FUNPCDF podem ser utilizados para a modernização e manutenção do processo de emissão de documento oficial da carteira de identidade,

De acordo com o art. 2º da Lei Complementar 751/2007, podem constituir fontes de recursos do FUNPCDF:

– doações em espécie, auxílios e subvenções procedentes de pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado;

I – dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Distrito Federal;

II – contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres relacionados com as atividades da Polícia Civil do Distrito Federal;

III – arrecadações da taxa de expediente dos atos administrativos relacionados com os serviços de segurança pública da Polícia Civil do Distrito Federal, previstas no art. 27, IV, da Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999;

IV – alienações de bens apreendidos e arrecadados no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, de propriedade não identificada e mantidos sob a responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal por prazo não inferior a doze meses;

V – alienações de bens apreendidos e arrecadados pelas unidades integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal e doados pelos legítimos proprietários, herdeiros, sucessores ou seus procuradores;

VI – recursos transferidos por entidades públicas ou particulares e dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

VII – juros bancários de seus depósitos ou aplicações financeiras;

O mesmo ordenamento legal criou o Conselho de Administração do FUNPCDF, composto pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Corregedor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Diretor do Departamento de Administração Geral da Polícia Civil, Diretor do Departamento de Polícia Circunscricional da Polícia Civil, Diretor do Departamento de Polícia Especializada, Diretor do Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal,
Diretor do Departamento de Atividades Especiais, Diretor da Academia da Polícia Civil do Distrito Federal, um representante da sociedade indicado por seus pares dentre membros dos Conselhos Comunitários de Segurança, um servidor da Carreira Policial Civil indicado pela respectiva entidade representativa, um servidor da Carreira de Delegado de Polícia indicado pela respectiva entidade representativa, sendo a presidência do Conselho exercida pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Esta unidade orçamentária não possui força de trabalho própria.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**7.438.811,00**	**18.001.385,00**	**1.292.233,61**	**1.221.172,43**
0006 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPCDF-DISTRITO FEDERAL	7.438.811,00	18.001.385,00	1.292.233,61	1.221.172,43
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**7.438.811,00**	**18.001.385,00**	**1.292.233,61**	**1.221.172,43**

Programa de Trabalho 06.122.6217.4220.0006 – Gestão de Recursos do FUNPCDF

Descrição: Reforma da Central de Vestígios Criminais da Polícia Civil e prestação de serviços e soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação.

Público-alvo: usuário de Segurança Pública.

Finalidade: Aparelhar a Polícia Civil do Distrito Federal para melhor atender o cidadão.

Foram liquidados R$ 1.221.172,43 (um milhão, duzentos e vinte e um mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e três centavos).

Modo de implementação: Recursos do FUNPCDF.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**15.000,00**	**25.000,00**	**17.189,00**	**17.189,00**
7098 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNPCDFDISTRITO FEDERAL	15.000,00	25.000,00	17.189,00	17.189,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**15.000,00**	**25.000,00**	**17.189,00**	**17.189,00**

Os ressarcimentos em questão são provenientes de pagamentos de taxas, cujo modo de quitação (via on line) divergem daquele previsto na legislação em vigor, ensejando o dever de ressarcir o usuário do serviço público. O Banco de Brasília S.A. – BRB é o agente financeiro do FUNPCDF, responsável por receber os depósitos e movimentar os respectivos recursos. As taxas são referentes a serviços públicos como solicitação de cópia de laudos periciais.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Com os recursos advindos do FUNPCDF foi incrementado ativo imobilizado da PCDF e aperfeiçoados os serviços prestados:

- Celebração do contrato de reforma da Central de Vestígios Criminais do da Policia Civil do Distrito Federal (empresa SILVA NEIVA, LTDA. CNPJ nº 15.540.384/0001-02);
- Contrato de Prestação de Serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC (empresa INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ nº 06.984.836/0001-54).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Durante o exercício de 2017, o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF teve como despesa autorizada R$ 18.026.385,00 (dezoito milhões, vinte e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais). Deste montante, houve o empenho de R$ 1.309.422,61 (um milhão, trezentos e nove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e um centavos). Encontram-se disponíveis R$ 16.716.962,39 (dezesseis milhões, setecentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e nove centavos). Houve a liquidação de R$ 1.238.361,43 (um milhão, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos). (FONTE: QDD – DOF/PCDF, em 05.01.2018).

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS– UO: 25.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH foi instituída pelo Decreto nº 36.832, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 26 de outubro de 2015, Suplemento "B", como órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Governador, tendo atuação e competências nas seguintes áreas:

I - trabalho, emprego, empreendedorismo e promoção de oportunidades de ocupação e renda para a população do Distrito Federal;
II - sistema público de emprego;
III - qualificação social e profissional, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, para os beneficiários dos programas sociais e grupos sociais vulneráveis;
IV - financiamento para pequenos empreendimentos urbanos e rurais;
V - apoio a iniciativas de micro e pequenos empreendedores individuais ou organizados, em associações e cooperativas;
VI - ações para os setores da economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda;
VII - acompanhamento sistemático do mercado de trabalho no Distrito Federal.
VIII - políticas para as mulheres;
IX - proteção e promoção dos direitos das mulheres;
X - promoção de políticas e defesa de direitos das pessoas idosas;
XI - promoção de políticas e defesa de direitos das pessoas com deficiência;
XII - políticas de promoção da igualdade racial;
XIII - prevenção e combate do racismo, da homofobia, do sexismo e de outras formas de discriminação;
XIV - promoção dos direitos humanos e da cidadania;
XV - garantia dos direitos humanos de todos os cidadãos, com particular atenção sobre populações de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, em situação de privação de liberdade e vítimas de tráfico de pessoas;
XVI - assistência social;
XVII - transferência de renda;
XVIII - inclusão social;
XIX - segurança alimentar e nutricional;
XX - gestão dos restaurantes comunitários, unidades de acolhimento e demais espaços e equipamentos públicos que lhe são afetos.

Para a elaboração do presente relatório, foram considerados dados e informações do exercício de 2017, relativos a todas as unidades orgânicas que integram a Secretaria de Estado Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.

No que concerne à força de trabalho, disponível para a execução das ações sob sua responsabilidade, a Secretaria conta com equipe composta por servidores efetivos da Carreira Pública de Assistência Social, da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental do DF, servidores ocupantes de cargos em comissão, requisitados, entre outros, conforme demonstrado no quadro a seguir.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	90	206	116	1.003	1.415
Comissionados sem vínculo efetivo	198	0	119	0	317
Requisitados de órgãos do GDF	30	05	03	27	65
Requisitados de órgãos fora do GDF	02	0	0	0	02
Estagiários					89
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					84
Terceirizados (FUNAP)					36
Outros - Especificar					
Subtotal	320	211	238	1.030	2.008
(-) Cedidos para outros órgãos	–	–	–	–	68
Total Geral	320	211	238	1.030	1.940

Fonte: DIGEP/SUAG/SEDESTMIDH - Dados de 31/12/2017.

Como demonstrado no quadro de pessoal acima, visando complementar sua força de trabalho, a Secretaria conta com um pequeno quantitativo de estagiários e pessoal terceirizado, bem como com servidores sem vínculos, que ocupam cargos em comissão e de natureza especial na SEDESTMIDH. Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com perfil adequado aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas de desenvolvimento social no DF, porém, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

O último concurso público realizado não logrou recompor a defasagem do quadro de pessoal da Secretaria, advindo do desligamento de servidores por demissão, exoneração de cargo efetivo a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável, transferência IPREV – aposentadorias.

Tais circunstâncias continuam impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades da Secretaria, gerando acúmulo para os atuais servidores, duplas funções, impossibilidade de expansão de unidades e serviços, etc.

Apesar disso, a SEDESTMIDH considera que o desenvolvimento das ações tem ocorrido dentro de uma normalidade aceitável, superando, algumas vezes as expectativas, um vez que os servidores se mantêm comprometidos em seus locais de trabalhos.

Diante desse cenário e considerando o número de servidores que estão na iminência de se aposentar nos próximos anos, pode ocorrer o agravo da situação exposta, caso não haja recomposição de pessoal efetivo.

Nesse sentido cabe registrar, que foi aprovado pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/SEAP, processo desta Secretaria, que trata da realização de concurso público, para contratação de 300 (trezentos) novos servidores de nível superior e médio, inicialmente previsto para o ano de 2014, mas que até a presente data não se realizou.

As ações da Secretaria são efetivadas com recursos alocados em cinco Unidades Gestoras, quais sejam:

- Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH- UO: 25.101;
- Fundo de Assistência ao Idoso – UO 25.905;
- Fundo de Geração de Emprego e Renda – FUNGER – UO 25.902;
- Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF – UO 25904; e
- Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no DF – UO 25.906.

Os quadros demonstrativos apresentados a seguir, referem-se à execução física e financeira das ações orçamentárias, que compõem o orçamento de 2017, da Unidade Gestora SEDESTMIDH - UO: 25.101.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6199 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	**100.000,00**	**14.000,89**	**14.000,00**	**14.000,00**
0002 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	14.000,89	14.000,00	14.000,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**600.000,00**	**14.000,89**	**14.000,00**	**14.000,00**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1442 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO	0	%	60	37	90	50	100	100	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3

Justificativa:
2016 - Justifica-se pela insuficiência e ou ausência de condições técnicas operacionais: aporte de recursos orçamentários e financeiros, recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, observada especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento e Avaliação de políticas sociais.

2017 - O índice parcial não foi alcançado face a limitação e a não disponibilidade de recursos financeiros, impactando em termos quantitativos e qualitativos na área de recursos humanos, acrescido pela aposentadoria de servidores, alterações da estrutura orgânica das unidades diretamente envolvidas na ação, além da redução de equipe e movimentação do pessoal alocado no projeto. A especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento.

Prosseguindo no objetivo da eficiência da gestão, em 2017 houve a continuidade do trabalho de consolidação dos processos de planejamento, desenhos estruturais, mapeamento e diagnóstico para tomada de decisões, tendo como propósito a implantação de um sistema de informação, monitoramento e avaliação consolidado que reflita a realidade da SEDESTMIDH através da modernização da gestão. Deste modo, destacam-se avanço no desenvolvimento de módulos do sistema integrado de informação, com a evolução da coleta de dados para produzir informações que possam subsidiar a gestão no alcance e benefícios aos usuários da política social do Distrito Federal. Nesse contexto evidenciam-se os seguintes pontos.

Restaurantes Comunitários: Na área da segurança alimentar foi realizada a implantação de módulos informatizados para o acompanhamento, monitoramento e controle dos serviços dos restaurantes comunitários. Dentre os benefícios trazidos estão o acesso aos usuários do Cadastro Único para compra com uma tarifa reduzida no valor de R$ 1,00, controle em tempo real do quantitativo de refeições servidas por tipo de refeição e tarifa, e ainda o controle e monitoramento na produção de alimentos para evitar a falta ou desperdício. Além disso foi possível a geração de relatórios, tais como: usuários que consumiram tarifa reduzida, refeições servidas por período, pagamento e financeiro, cartões extraviados, entre outros. Do total de 14 (quatorze) restaurantes, 11 (onze) deles já estão com o novo modelo de controle implantado. Essa ação além da transparência, possibilitou o cruzamento dos dados das vendas de tarifa reduzida com o Cadastro Único, gerando um relatório trimestral com informações importantes para subsidiar a gestão na tomada de decisões.

Atendimentos das ações do Cadastro Único: é o módulo do sistema responsável por registrar as atividades relativas ao Cadastro Único que são executadas na Secretaria. O módulo contempla desde a geração e disponibilização das vagas até as informações do atendimento do cidadão, para agendamento, via telefone 156. O processo de geração de vagas foi totalmente automatizado possibilitando o agendamento, reagendamento e cancelamento do atendimento ao cidadão, bem como a supervisão dos atendimentos realizados, coleta de informações referentes à demanda reprimida da agenda, e até a identificação da pessoa que é público ativo/prioritário para o recadastramento. Toda ação realizada passa a compor o histórico detalhado do cidadão dentro do sistema. As folhas de pagamento dos programas Bolsa Família – PBF e DF Sem Miséria foram integradas de forma facilitar a visualização e atendimento nas unidades da SEDESTMIDH. Como consequência da implantação desse novo módulo, foi possível gerar transparência das informações de modo a subsidiar a tomada de decisões tanto por parte da gestão das unidades quanto de forma macro pela Secretaria.

Cesta Emergencial/Cesta Verde Orgânica: Esse módulo viabiliza a concessão de cestas de alimentos, em caráter provisório e emergencial, para famílias e indivíduos, conforme a avaliação do profissional do especialista das unidades SEDESTMIDH, possibilitando coletar os registros da concessão do benefício e do beneficiário, gerando informações que subsidiam a gestão na tomada de decisões. Desse modo, o princípio da transparência é atendido.

Automatização Parcial das Sinopses de CRAS e CREAS: Esse módulo aprimorou o processo de coleta de dados relativos aos atendimentos e acompanhamentos de usuários e famílias nas unidades da SEDESMIDH, aumentando a confiabilidade das informações geradas, uma vez que, os servidores deixaram de realizar registros manuais. Os dados gerados no sistema podem contribuir significativamente para a vigilância socioassistencial do DF, bem como auxiliar no preenchimento do Censo SUAS, RMA e demais relatórios/sistemas de acompanhamento de serviços ofertados no âmbito do SUAS no DF.

Benefício Excepcional: O módulo viabiliza a concessão do benefício excepcional que, é um auxílio em razão de desabrigo temporário, de prestação excepcional no âmbito da assistência social e subsidiária à política de habitação, concedido às famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia em virtude

de: Catástrofe, desastre ou calamidade pública; Situações de risco geológico; Situações de risco à salubridade; Desocupação de áreas de interesse ambiental; Processos de realocação, remoção ou reassentamento; Risco pessoal e eventos de risco, em casos excepcionais; Situações de rua.

Com a sistematização da concessão desse benefício, o processo ganha em agilidade, e o usuário recebe o benefício em menor tempo. Além disso, tornou o processo transparente.

Reformulação do Cadastro de Usuários da Assistência Social: No novo modelo de cadastro informatizado, foram incluídas variáveis fundamentais para as unidades de média e alta complexidade da assistência social, como por exemplo registros de vivência ou violação de direitos, indicativos de vulnerabilidade e risco social, pessoas desaparecidas e população de rua, as quais também são importantes para a vigilância socioassistencial. Com o cadastro mais completo, torna-se viável traçar o perfil de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos, a fim de aumentar a eficiência nos atendimentos e acompanhamentos realizados.

Também foram realizadas ações que incidem no monitoramento e avaliação, tais como: publicação da portaria da política de monitoramento e avaliação da SEDESTMIDH, instituição do comitê permanente de gestão da informação, procedimentos para aquisição de TVs com o objetivo de acompanhamento de indicadores por parte dos gestores da SEDESTMIDH; reuniões técnicas e tramitação do processo para realização de acordo de cooperação com a Universidade de Brasília – UNB, da qual permite parceria na produção de estudos e pesquisa a partir dos dados e ações da SEDESTMIDH, participação em parceria com a COPDEPLAN na elaboração do questionário de pesquisa em relação ao público alvo dos restaurantes comunitários; participação na elaboração do Plano Distrital de Segurança Alimentar na perspectiva de subsídio ao planejamento em relação a gestão da informação, assim como em posterior monitoramento com informações para acompanhamento, planejamento e tomada de decisão, e elaboração e apresentação do plano de ação de monitoramento para as unidades de atendimento às políticas das mulheres da SEDESTMIDH.

Verifica-se que em 2017, a SEDESTMIDH desenvolveu suas atividades no programa, pautada pelo compromisso com a qualidade, transparência, eficiência e efetividade, que devem nortear a implementação de atividades no âmbito do serviço público, principalmente em se tratando da gestão de políticas públicas voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para a realização deste programa é necessário continuar avançando no processo de construção de um sistema de informação, monitoramento e avaliação consolidado, que constitui requisito para a efetivação de políticas sociais, sintonizadas com as demandas e necessidades da população do Distrito Federal.

6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-COOPERATIVA DE CATADORES-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	**2.150.000,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**
0001 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,26	0,00	0,00
0003 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E-APOIO AO FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA - DISTRITO FEDERAL.-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	**7.907.100,00**	**6.210.446,75**	**5.916.509,43**	**5.509.189,83**
0001 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS-INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - FÁBRICA SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	7.707.100,00	6.210.446,75	5.916.509,43	5.509.189,83
0002 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESS-APOIO À FÁBRICA SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	**3.200.000,00**	**3.000.000,00**	**3.000.000,00**	**3.000.000,00**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO-AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPR-APOIO AO FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO DE INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA / DIGITAL JUNTO A COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL - CAMPUS PARTY BRASÍLIA 201-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	**2.188.000,00**	**379.798,02**	**379.798,00**	**189.899,00**
7551 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS-QUALIFICA DF-DISTRITO FEDERAL	2.188.000,00	379.798,02	379.798,00	189.899,00
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	**250.000,00**	**0,87**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF--DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,87	0,00	0,00
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	**4.637.620,00**	**5.784.530,28**	**2.357.225,00**	**2.210.612,64**
0008 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-TRABALHADOR AUTÔNOMO-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
0009 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-MODERNIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS DO TRABALHADOR-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,05	0,00	0,00
0010 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-IMO-DISTRITO FEDERAL	1.537.396,00	2.427.305,23	0,00	0,00
0011 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO-DISTRITO FEDERAL	2.850.224,00	3.357.225,00	2.357.225,00	2.210.612,64
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**20.432.720,00**	**15.374.776,18**	**11.653.532,43**	**10.909.701,47**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1495 - PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH	2.844	PESSOA	5.000	11.572	6.500	8.103	8.450	10.945	SQP/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e a distância - EAD 2017 - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e à distância - EAD.									
1496 - TAXA DE DESEMPREGO	14,2	%	13,5	18,6	13	18,4	12,5	12	DIEESE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
Justificativa: 2016 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão no mercado de trabalho foi superior ao número de postos de trabalho gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. As taxas de desemprego se elevaram também em todas as regiões metropolitanas em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED é realizada. 2017 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão da PEA (População Economicamente Ativa), diante do mercado de trabalho, foi superior ao número de postos de trabalhos gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. Vale salientar que as taxas de desemprego se elevaram também nas regiões metropolitanas em que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) é realizada.									
1494 - TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO	10.714	PESSOA	9.000	4.283	11.000	4.406	13.000	15.000	MTE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
Justificativa: 2016 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador. 2017 - A meta não foi alcançada tem em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.									

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

QUINTA CULTURAL

Revitalização noturna do Setor Comercial Sul. Movimentação média de R$ 7.000,00 por cada quinta–feira e o total de receita bruta no período de R$ 203.000,00.

Houve 06(seis) edições entre abril e maio de 2017, com público médio de 500 pessoas por edição, com duração de 11 horas e entrada gratuita, começando às 12:00 e encerrando às 23:00 horas. Presença de 10 (dez) *FoodTrucks* em média por edição e 28 (vinte e oito) pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 12 (doze) atrações musicais dos mais diversos ritmos.

Em junho de 2017 o evento Quinta Cultural foi passado para a Secretaria de Cultura através de emenda parlamentar aplicada no evento. Que ocorreu até outubro de 2017.

CAMPUS PARTY

A Campus *Party* é a maior experiência tecnológica do mundo que une jovens *geeks* em torno de um festival de Inovação, Criatividade, Ciências, Empreendedorismo e Universo Digital, com a missão de ajudar a criar espaços para que a energia das novas gerações digitais encontre um lugar para reescrever o código fonte do mundo.

Trata-se de um grande evento onde os participantes acampam durante um número determinado de dias para que possam consumir e criar conteúdo 24 horas por dia. São palestras, desafios, *hackathons*, campeonatos, workshops, etc.

Informações e Resultados da Campus *Party* 2017:

Sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas na Campus *Party* Brasília 2017, por se tratar de um evento que teve como objetivo fomentar a cultura empreendedora e o ecossistema empreendedor de tecnologia do Distrito Federal, não é possível mensurar os seus resultados e impactos a curto prazo, mas alguns indicativos são possíveis de serem pontuados.

Primeiramente, há que se ressaltar o primeiro investimento feito pelo fundo de Venture Capital Cedro Capital. A Configr, nome da *startup* do Distrito Federal que recebeu o

investimento, teve oportunidade para se aproximar do fundo de investimento ao receber o prêmio de maior destaque do ano no evento Campus *Day*, realizado em novembro de 2016. Durante a Campus *Party* Brasília 2017 tanto a startup quanto os investidores se juntaram para anunciar o investimento do tipo "Serie A" (geralmente variam entre 2 a 15 milhões de dólares) e já é visto pelo ecossistema local como um importante marco para o Distrito Federal.

Cerca de 69 mil pessoas circularam e participaram do evento entre os dias 14 e 18 de junho de 2017, de "campuseiros", como são chamados os participantes que adquiriram o ingresso para poder entrar na área chamada "Arena", onde ocorrem atividades, palestras, desafios, *hackathons*, etc. Foram 5.000 pessoas, em sua maioria jovens entre 18 e 25 anos. Ao todo foram oferecidas mais de 250 horas de conteúdo para esse público e muitas das palestras realizadas estão disponíveis gratuitamente no canal do *YouTube* da Campus Party Brasil.

Também houve cerca de 1.500 pessoas envolvidas com a organização do evento, 70 patrocinadores, apoiadores e parceiros de mídia, 39 comunidades de todo o Brasil (empreendedores, grupos representativos da área de tecnologia, jogos, etc.), 300 jornalistas, blogueiros e profissionais de imprensa fazendo a cobertura do evento, 39 *startups* e 20 projetos acadêmicos em exposição e mais de 250 horas de conteúdo e 300 palestrantes.

Com o objetivo de aumentar o impacto social em torno do evento, a Secretaria também deu uma grande atenção para os estudantes do Distrito Federal, em especial os menos favorecidos, ao todo cerca de 870 ingressos de "campuseiro" foram distribuídos na forma de sorteio em diversas instituições de ensino do Distrito Federal. Também foram realizadas diversas visitas guiadas com jovens do sistema socioeducativo com o objetivo de gerar aproximação com o mercado e com as possibilidades que a tecnologia nos traz.

PROJETO "SABER COOPERATIVO"

O circuito de palestras "Saber Cooperativo" é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas.

Foram realizadas 6 palestras durante o ano de 2017.

CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DO DF – CEPES

PORTARIA Nº 155, DE 21 DE JUNHO DE 2017, Publicação: DODF Nº146, terça feira, 01 de agosto de 2017 pag. 109

Inaugurado no dia 31 de agosto de 2017, o CEPES constitui-se em um espaço público multifuncional de gestão colaborativa entre o poder público, sociedade civil e o Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno - FESDFE, que abriga uma serie de inciativas e atividades voltadas para o fortalecimento da economia solidária do distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF-RIDE.

CIRCUITO ECOSOL

Circuito de Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar que tem como proposta percorrer diversas Regiões Administrativas do DF e Entorno levando ao alcance da população os produtos criados e produzidos por este segmento, dando oportunidade de geração de trabalho e renda por parte deste empreendimento.

O público poderá também conhecer a diversidade da Economia Solidária, que reúne iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover preservação ambiental e exercício da cidadania

Em 2016 foram realizadas 15 edições do Circuitos Ecosol em diversas regiões administrativas do DF, reunindo em média 20 empreendimentos econômicos solidários por edição.

Em 2017 foram realizadas 22 edições do Circuito Ecosol, privilegiando o CEPES como ponto principal das atividades.

QUALIFICA MAIS BRASÍLIA - PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL INSERIR/ATUALIZAR/EMPREENDER, NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA – EAD:

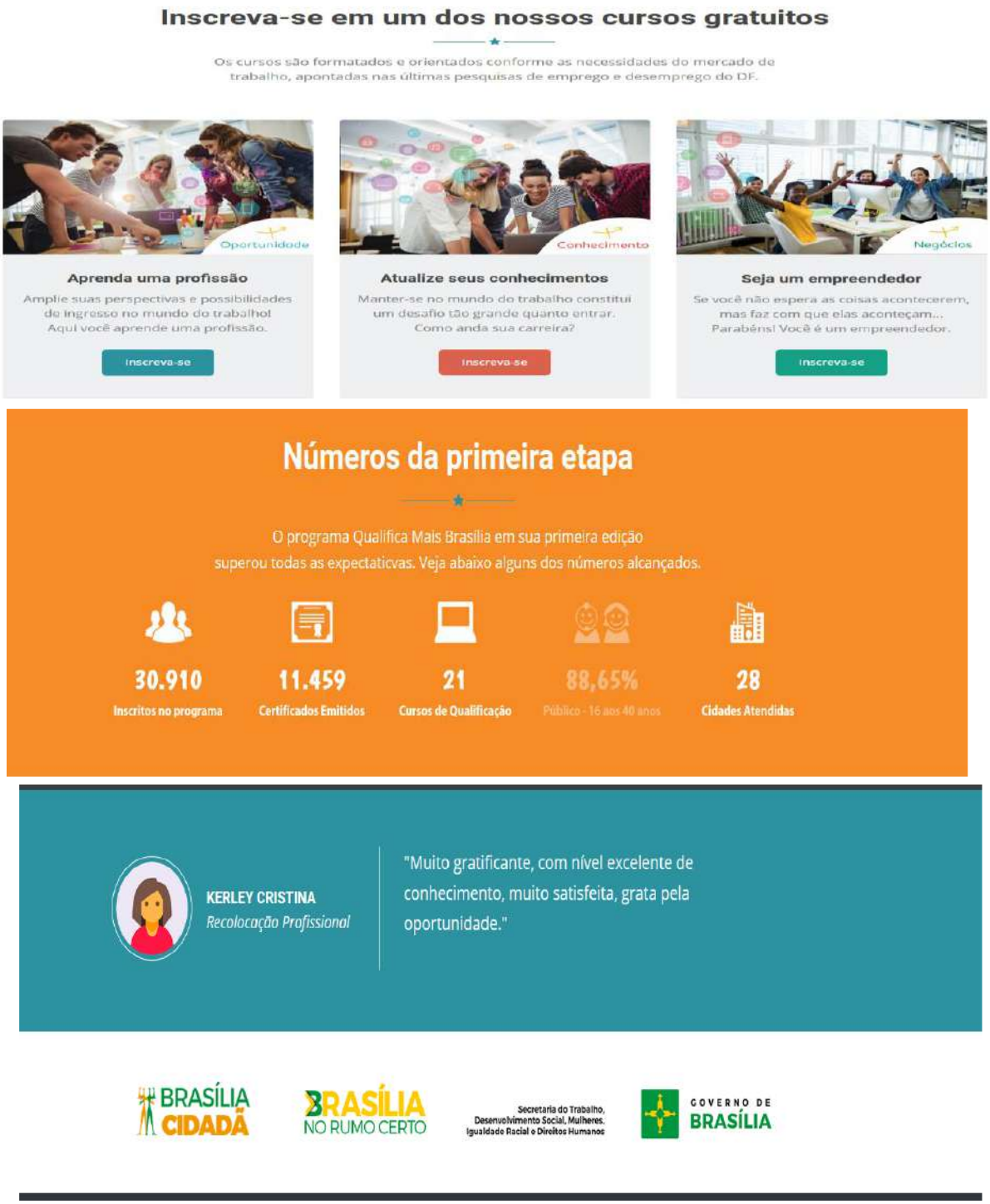
Objetivo: promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, gestados somente pela Secretaria Adjunta do Trabalho ou em parcerias com outras Secretarias Adjuntas e ou Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de geração de renda que estejam com perspectivas de crescimento.

Resultados Alcançados: 23.248 inscritos e 7.959 certificações (desde 06 de julho de 2017 até dezembro de 2017).

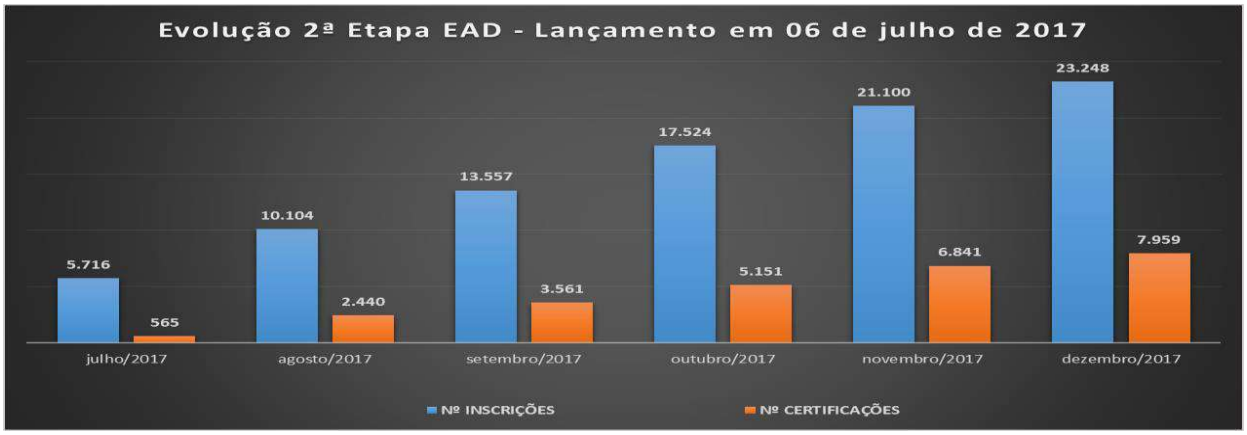
Público Alvo Beneficiado: População do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos, por meio do acesso aos cursos ofertados no Portal de Qualificação Profissional no endereço eletrônico *www.qualifica.trabalho.df.gov.br*.

IMAGENS DO PORTAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL INSERIR/ATUALIZAR/EMPREENDER NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA (EAD) – 2ª ETAPA:




Inscreva-se em um dos nossos cursos gratuitos
Os cursos são formatados e orientados conforme as necessidades do mercado de trabalho, apontadas nas últimas pesquisas de emprego e desemprego do DF.
Oportunidade
Aprenda uma profissão
Amplie suas perspectivas e possibilidades de ingresso no mundo do trabalho! Aqui você aprende uma profissão.
Inscreva-se
Conhecimento
Atualize seus conhecimentos
Manter-se no mundo do trabalho constitui um desafio tão grande quanto entrar. Como anda sua carreira?
Inscreva-se
Negócios
Seja um empreendedor
Se você não espera as coisas acontecerem, mas faz com que elas aconteçam... Parabéns! Você é um empreendedor.
Inscreva-se
Números da primeira etapa
O programa Qualifica Mais Brasília em sua primeira edição superou todas as expectativas. Veja abaixo alguns dos números alcançados.
30.910
Inscritos no programa
11.459
Certificados Emitidos
21
Cursos de Qualificação
88,65%
Público - 16 aos 40 anos
28
Cidades Atendidas
KERLEY CRISTINA
Recolocação Profissional
"Muito gratificante, com nível excelente de conhecimento, muito satisfeita, grata pela oportunidade."
BRASÍLIA CIDADÃ
BRASÍLIA NO RUMO CERTO
Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
GOVERNO DE BRASÍLIA

Gráfico



*Meta prevista: 12.000 (doze mil) certificações até maio/2018.

PROJETO DE RECOLOCAÇÃO PROFISSIONAL, NA MODALIDADE PRESENCIAL:

Objetivo: disponibilizar gratuitamente no âmbito das Agências do Trabalhador, apoio e orientação ao trabalhador para facilitar o processo de recolocação profissional no mercado de trabalho. As orientações envolvem: elaboração de currículo; comportamento adequado para a entrevista de emprego; empregabilidade; dentre outros.

Resultados Alcançados: 117 certificações nos cursos e palestras de Recolocação Profissional.

Público Alvo Beneficiado: alunos egressos dos cursos de qualificação profissional, e trabalhadores acima de 16 anos cadastrados no Sistema Nacional de Emprego – SINE.



Fotos Palestras de Recolocação Profissional, realizadas na Agência do Trabalhador Plano Piloto.

PARCERIA SEBRAE, NA MODALIDADE PRESENCIAL:

Objetivo: promover a qualificação profissional de empresários, empreendedores e potenciais empreendedores, com o fito de potencializar a qualificação profissional da clientela-alvo em referência que esta Pasta confere especial atenção, por intermédio do Comitê Gestor do Empreendedorismo – COGEMP e do Programa PROSPERA.

Resultados Alcançados: 25 certificações em palestras sobre a temática Empreendedorismo.

Público Alvo Beneficiado: Empreendedor formal; Potencial empreendedor; Microempreendedor Individual (MEI); Empresa de Pequeno Porte (EPP); Potencial Empresário (PE); e Microempresários (ME).

PARCERIA SENAC, NA MODALIDADE PRESENCIAL:

Objetivo: promover a qualificação profissional do trabalhador que almeja ingressar, manter-se ou recolocar-se no mundo do trabalho.

Resultados Alcançados: 14 certificações no curso de camareira.

Público Alvo Beneficiado: trabalhadores, com idade acima de 18 anos, interessados no segmento econômico de turismo (hotelaria).

Consolidação dos Resultados do Qualifica Mais Brasília:

2017	
Projetos	**Certificações**
2ª Etapa EAD	7.959
Recolocação Profissional	117
Parceria Senac	14
Parceria Sebrae	25
Total:	**8.115**

Quantitativo de certificações até dezembro/2017.

AÇÕES DE INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA

No período de janeiro a dezembro de 2017, a Secretaria, por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual, atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 47.130 trabalhadores.

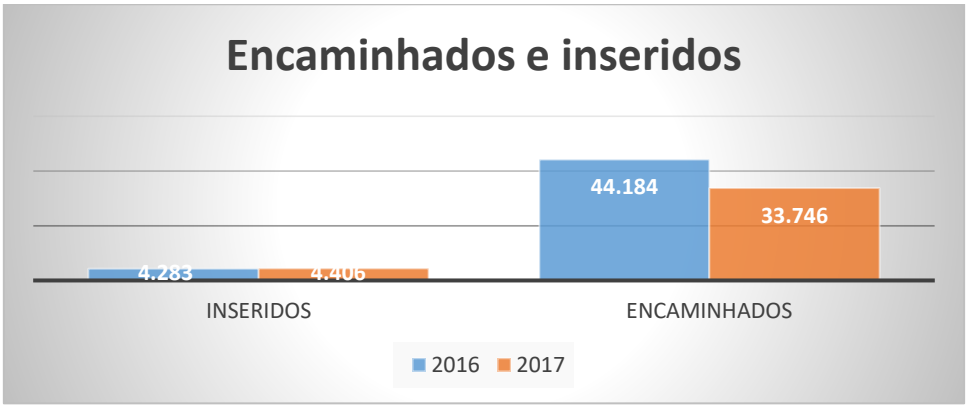
Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 17.169 novas vagas de emprego e realizados 33.746 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

Do total de trabalhadores encaminhados, 4.406 foram efetivamente inseridos, o que corresponde a um aproveitamento de 25,66% das vagas ofertadas.

O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador para preenchimento das vagas ofertadas correspondeu a 25%, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade na captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados, ao compararmos com os anos anteriores.

Indicadores IMO **Informações sobre os indicadores de desempenho do IMO**				
Ano Referência	**Qtd. Colocados**	**Qtd. Encaminhados**	**Qtd. Inscritos**	**Qtd Vagas Oferecidas**
2016	4.283	44.184	58.171	24.901
2017	4.406	33.746	47.130	17.169
Total	**8.689**	**77.930**	**105.301**	**42.070**
• *Consulta executada em 15-01-2017 ás 11:56hs*				

* Informações extraídas da BGImo.



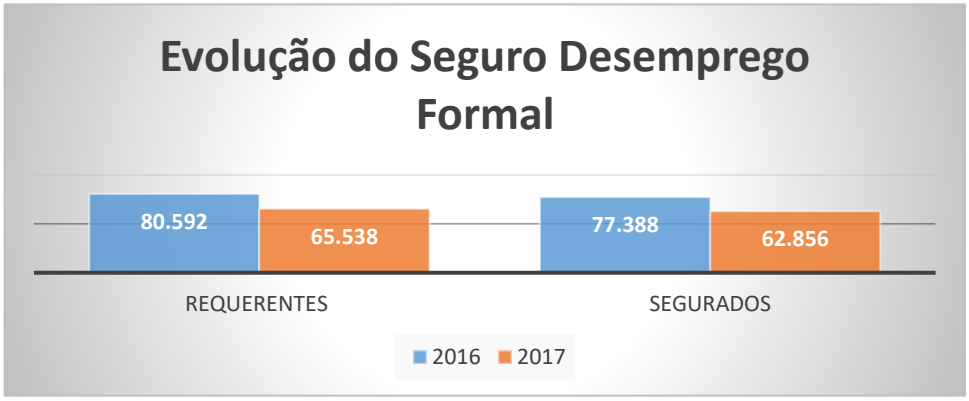
Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2017, houve uma redução de 7.732 novas vagas a serem oferecidas. No entanto destacamos que apesar da redução, houver aumento no número de pessoas inseridas no mercado de trabalho, consequência de uma gestão eficientes no momento da captação e administração dessas vagas de emprego, bem como um melhor aproveitamento das pessoas encaminhadas.

SEGURO DESEMPREGO

O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social que tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

Em relação ao Seguro Desemprego, que é um dispositivo importante para a garantia da proteção social do trabalhador, esta Secretaria, até 31 de dezembro de 2017, do número total de requerimentos, 95,5% foram habilitados a receberem o benefício, conforme dados abaixo.

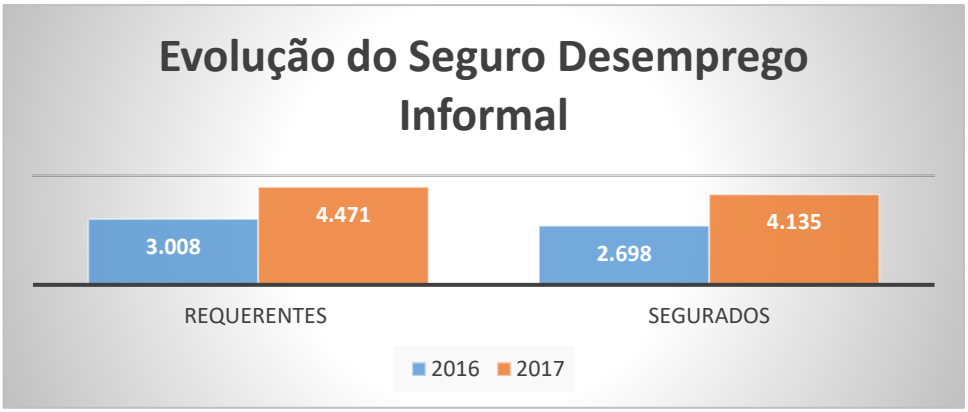
Habilitação para o Seguro desemprego Formal	
Requerentes	65.538
Segurados	62.856



Evolução do Seguro Desemprego formal 2016-2017

Em relação ao ano de 2016, houve uma redução de 19% no número de requerentes e no número de segurados no ano de 2017.

Habilitação para o Seguro desemprego Trabalhador Doméstico	
Requerentes	4.471
Segurados	4.135



Evolução do Seguro desemprego Doméstico 2016-2017

Já no que refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2016, houve um acréscimo de 48% no número de requerentes, e um aumento 53% no número de segurados em 2017.

CARTEIRA DE TRABALHO INFORMATIZADA

Apesar das dificuldades enfrentadas com a operacionalização do Sistema CTPSWEB, de gestão e propriedade do MTE, em 2017 foram emitidas 42.705 carteiras em todas as Agências do Trabalhador.

EVENTO "DIA D"

É um dia totalmente voltado para inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados do INSS.

Esse evento foi realizado dia 29 de setembro na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, tendo como principais parceiros o Ministério do Trabalho e Previdência Social, além de 22 empresas, que disponibilizaram vagas de emprego para atender as demandas desse público.

Foram oferecidas 368 vagas oferecidas para o público Pessoas com Deficiência do DF em diversos segmentos, realizados 250 encaminhamentos para entrevistas e processos seletivos e inseridos 32 trabalhadores.

Na ocasião foram ofertadas ações, tais como palestras, oficinas, elaboração de curriculum, corte de cabelo, massoterapia, aferição de pressão arterial e controle glicêmico, dentre outros.

Além disso, o evento do Dia D promoveu a conscientização do trabalhador Pessoas com Deficiência despertando o olhar do empregador e da população para as qualidades desse público.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA OFERTA DOS SERVIÇOS

Com o objetivo de expandir a oferta dos serviços prestados, durante o ano de 2017, a Secretaria participou de diversos eventos onde foram disponibilizados ao público os serviços de intermediação de mão de obra e agendamento e emissão de carteira de trabalho.

Essa oferta foi realizada em parceria com diversos órgãos e entidades tais como: Secretaria de Estado da Criança, Secretaria de Estado de Educação, Fundação de Amparo ao Preso – FUNAP, Administrações Regionais e instituições sociais, dentre outros e possibilitou o acesso ao público em situação de vulnerabilidade social, que não tem condições de buscar os serviços nas Agências do Trabalhador.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DO DISTRITO FEDERAL – PED/DF

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente pela Secretaria em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.

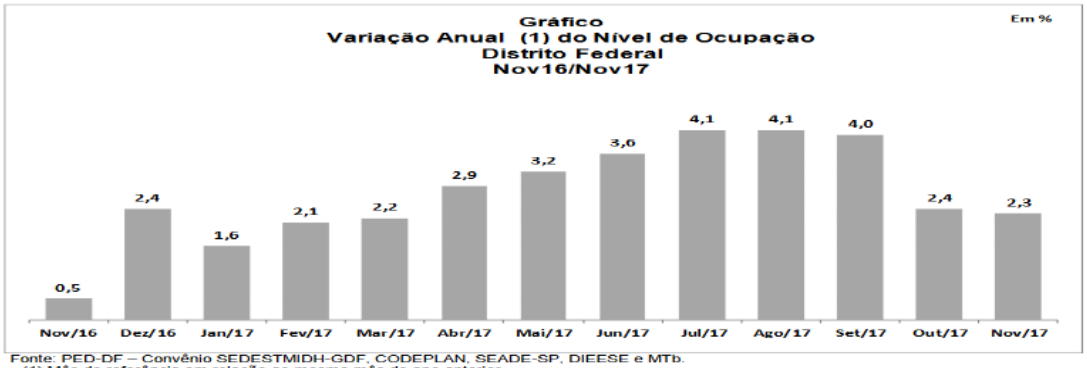
A execução da pesquisa de campo, coleta, levantamento, revisão e aplicação de questionário, para realização da PED/DF, ocorre em aproximadamente 2.543 domicílios/mês, distribuídos nas Regiões Administrativas do DF, realizada com a metodologia da Fundação Social de Análise de Dados – SEADE e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, coleta informações sobre todos os moradores do domicílio, sendo realizadas entrevistas individuais com as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

As informações obtidas são agrupadas da seguinte forma: Grupo 1 (alta renda) – Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, *ParkWay*, Sudoeste/Octogonal, Grupo 2 (média alta renda) – Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga, Vicente Pires, Grupo 3 (média baixa renda) – Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião e Grupo 4 (Baixa renda) – Fercal, Itapõa, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA, Estrutura e Varjão.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF) assumiu grande importância enquanto fonte de informação, acompanhamento e caracterização do mercado de trabalho local, com dados da população em idade ativa, a PEA, do nível ocupacional, do contingente de desempregados, da inatividade, da taxa de desemprego, entre outros. São estatísticas que denotam a dinâmica do mercado de trabalho local, assumindo relevante importância como fonte de dados, pesquisa e planejamento.

No comportamento dos últimos 12 meses, analisado através da PED/DF, entre novembro de 2016 e novembro de 2017, a taxa de desemprego relativa estabilidade, ao passar de 18,5% para 18,4%. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto permaneceu estável (15,5%) e a de desemprego oculto praticamente não se alterou (de 3,0% para 2,9%).

No período em análise, o contingente de desempregados aumentou em 4 mil pessoas, resultado do crescimento insuficiente do nível de ocupação (2,3%, ou geração de 30 mil postos de trabalho) para absorver o aumento da População Economicamente Ativa – PEA (2,1%, ou ingresso de 34 mil pessoas na força de trabalho da região). A taxa de participação reduziu-se de 66,3% para 66,0%. O aumento do nível de ocupação resultou de acréscimos nos Serviços (3,6%, ou geração de 33 mil postos de trabalho) e no Comércio (4,9%, ou 11 mil), da relativa estabilidade na Indústria de Transformação (2,0%, ou 1 mil) e de redução na Construção Civil (10,8%, ou 8 mil).



Fonte: PED-DF – Convênio SEDESTMIDH-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP, DIEESE e MTb.
(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior

Em relação à posição na ocupação, o contingente de assalariados elevou-se (2,9%, ou 27 mil), com crescimento no setor privado (5,1%, ou 32 mil) e redução no setor público (-1,7%, ou -5 mil). No setor privado, aumentou o número de ocupados com carteira de trabalho assinada (4,5%, ou 24 mil) e sem carteira (8,2%, ou 8 mil). Elevou-se o número de empregados domésticos (13,8%, ou 11 mil) e de autônomos (4,4%, ou 8 mil) e reduziu-se o daqueles classificados nas demais posições (-14,5%, ou -16 mil).

Entre outubro de 2016 e outubro de 2017, aumentou o rendimento médio real dos ocupados (1,3%), dos assalariados (4,0%) e dos trabalhadores autônomos (1,9%).

ALUNOS QUALIFICADOS PELO PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil – com os módulos de instalação hidráulica, instalação elétrica, revestimento, alvenaria, pintura, acabamento, almoxarifado e telhado metálico; de Confecção de Vestuário, Assessórios e Materiais Esportivos nas oficinas de bordado; serigrafia; corte e costura de laminados; confecção de bolas e de redes esportivas; corte e costura; operação e manuseio de máquinas e equipamentos industriais; de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis por meio de oficinas de metrologia, serralheria para a produção de estufas de hidropônica, montagem de estufas, produção de mudas e cultivo em canteiros verticais e horizontais e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas nas oficinas de elétrica predial, EPI´s, metrologia, placas fotovoltaicas e Marcenaria Criativa.

Durante o ano de 2017, foram pagos em benefícios sociais o valor de R$ **2.653.665,76** (dois milhões, seiscentos e cinquenta e cinquenta e três, seiscentos e cinquenta e cinco e setenta e seis centavos), beneficiando diretamente **1252** alunos, em situação de vulnerabilidade social.

Foram confeccionados e distribuídos 31.475 itens doados para órgãos do Distrito Federal, nos quais destacamos: Governadoria; Coordenação da Residência Oficial do Governo, Casa Militar do Governo, Cerimonial, secretarias de Estado de Saúde, de Esporte, de Educação, de Justiça e as administrações regionais, dentre outros.

Além dessas ações, foi realizado no ano de 2017, Processo Seletivo para todos os cursos.

Processo Seletivo 2017					
Ordem	***Curso***	***Vagas***	***Inscritos***	***Matriculados***	***Efetivos***
1	Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos	**1.000**	1499	598	398
2	Construção Civil	**100**	400	66	10
3	Instalação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos	**150**	297	73	57
4	Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis	**100**	261	82	42
5	Marcenaria Criativa	**50**	173	35	33
Total - Fábrica Social		**1.450**	**2630**	**854**	**540**

Considerando os alunos atendidos no âmbito do Programa Fábrica Social e no âmbito da parceria com o PRONATEC, tem-se um total de 1.152 (mil, cento e cinquenta e dois) alunos atendidos, conforme quadros abaixo, sendo que destes, 687 (seiscentos e oitenta e sete) encontram-se em curso.

ALUNOS DO PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL					
Ordem	***Curso***	***Em curso***	***Concluintes***	***Evadidos***	**Total de Alunos Atendidos**
1	Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos	689	51	214 (estimado)	**954**
2	Construção Civil	50	33	17	**102**
3	Instalação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos	51	74	26	**151**
4	Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis	48	28	22	**98**
5	Marcenaria Criativa	47	0	0	**47**
Total - Fábrica Social		**687**	**186**	**279**	**1.252**

Consideramos os alunos em curso, aqueles que estão ativos. Incluem-se nesta tabela alunos de diversos Processos Seletivos.

ALUNOS ATENDIDOS PELO PRONATEC NO ÂMBITO DA PARCERIA COM O PROGRAMA FÁBRICA SOCIAL						
Ordem	***Curso***	***Vagas***	***Em curso***	***Concluintes***	***Evadidos Desistentes Desligados***	**Total de Alunos Atendidos**
1	Pronatec MULHERES MIL - Confecção	**85**	35	36	14	**85**
2	Pronatec - Elétrica Predial/Hidráulica	**35**	0	35	0	**35**
Total - Pronatec		**120**	**35**	**71**	**14**	**120**

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2017, foram pagos em benefícios sociais o valor de R$ 2.653.665,76 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais sete centavos), beneficiando diretamente a alunos, em situação de vulnerabilidade social, correspondendo a uma média de R$ 388,07 (trezentos e oitenta e oito reais e sete centavos) por aluno, conforme quadro abaixo.

PAGAMENTO DE BENEFICIOS 2017				
ANO	**MES**	**QTDE BENEFÍCIOS**	**VALOR TOTAL**	**R$ MÉDIO-ALUNO**
2017	JANEIRO	507	170.315,70	335,93
2017	FEVEREIRO	486	207.895,52	427,77
2017	MARÇO	569	191.328,05	336,25
2017	ABRIL	503	214.843,62	427,12
2017	MAIO	543	203.381,56	374,55
2017	JUNHO	514	194.687,02	378,77
2017	JULHO	433	181.669,63	419,56
2017	AGOSTO	417	164.347,25	394,12
2017	SETEMBRO	626	238.590,08	381,13
2017	OUTUBRO	705	273.524,61	387,98
2017	NOVEMBRO	677	272.773,58	402,91
2017	DEZEMBRO	858	340.309,14	396,63
TOTAL 2017		**6.838**	**2.653.665,76**	**388,07**

Itens produzidos e doados pelo Programa Fábrica Social:

ALIMENTOS PRODUZIDOS E DOADOS CURSO DE PRODUÇÃO E CULTIVO DE ALAIMENTOS SAUDÁVEIS								
	INSTITUIÇOES							
ITENS	BOMBEIRO MIRIM	CRECHE VIVER	CRECHE JOSE OPERARIO	CRECHE RENASCER	CRECHE ALECRIM	CRECHE TIA TATA	BANCO DE ALIMENTOS	TOTAL
ALFACE UN	195	335	180	150	200		1300	**2360**
AGRIAO UN	80	40	20	10	70			**220**
RUCULA UN	60				60			**120**
PIMENTOES UN		108		108	108	108	100	**532**
TOMATE CEREJA KG		4,5		4,5			24	**33**
	335	**487,5**	**200**	**272,5**	**438**	**108**	**1424**	**3265**

ITENS PRODUZIDOS E DOADOS POR MÊS CURSO DE CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS ESPORTIVOS		
Nº	**MÊS**	**QUANTIDADE**
01	JANEIRO/2017	3.298
02	FEVEREIRO/2017	1.760
03	MARÇO/2017	2.498
04	ABRIL/2017	1.752
05	MAIO/2016	2.934
06	JUNHO/2017	4.059
07	JULHO/2017	1.909
08	AGOSTO/2017	931

09	SETEMBRO/2017	1.492
10	OUTUBRO/2017	3.273
11	NOVEMBRO/2017	887
12	DEZEMBRO/2017	3.417
Total		**28.210**

Além do quantitativo acima relacionado foram doados um total de 310 quilos de retalhos ao PRONATEC e ao Hospital de Base. Foram confeccionados uniformes para os alunos do Programa, um total de 75 jalecos e 1.374 camisetas de uniformes. Foram doados ao PRONATEC 200 metros de tecido (brim) para realização dos cursos em parceria.

ORGÃOS BENEFICIADOS PELA DOAÇÕES DOS ITENS CONFECCIONADOS CURSO DE CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO, ACESSÓRIOS E MATERIAIS ESPORTIVOS
GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL/CASA MILITAR
VICE-GOVERNADORIA/GABINETE
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA DE AGRICULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE DO DF
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, D. H. E CIDADANIA DO DF - SEJUS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA ADJUNTA DO TRABALHO/SEATRAB
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SCIA - RA XXV
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA-XVIII
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I - RA/XVII
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II-RA-XXI
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA- RA III
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA IX
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA RA XII
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO- RA V
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA/RA-VI
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS/RA-XV
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA RA XIII
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA XVIII
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA-X - GABINETE
ADMNISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA-RAXII
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA /BRAZ
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO -RA XIV

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	**0,00**	**14.043,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL-APOIO AO PROJETO "CATADOR AMIGO: ESTAMOS JUNTOS"- CEILÂNDIA	0,00	14.043,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**0,00**	**14.043,00**	**0,00**	**0,00**

6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**600.000,00**	**647.859,00**	**580.425,17**	**528.425,17**
8534 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEDESTMIDH- PLANO PILOTO .	600.000,00	647.859,00	580.425,17	528.425,17
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	**750.000,00**	**150.001,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-IMPLANTAÇÃO DE PROJETO - NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO-REGIÃO V - SOBRADINHO	450.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-SEGURANÇA PÚBLICA E QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
8387 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	300.000,00	1,00	0,00	0,00
0002 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-APOIO ÀS ATIVIDDES DA ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE CEILÂNDIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**260.000,00**	**0,01**	**0,00**	**0,00**
0027 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DO IDOSO-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0024 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00
0023 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
0025 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DA MULHER-DISTRITO FEDERAL	115.000,00	0,01	0,00	0,00
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	**296.800,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1683 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	296.800,00	0,00	0,00	0,00
2628 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	**100.000,00**	**0,68**	**0,00**	**0,00**
0002 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,68	0,00	0,00
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	**410.000,00**	**250.434,33**	**0,00**	**0,00**
5772 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL--DISTRITO FEDERAL	410.000,00	250.434,33	0,00	0,00
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5543 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2282 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	**0,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-IMPLANTAÇÃO DE PROJETO - NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO-REGIÃO V - SOBRADINHO	450.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-SEGURANÇA PÚBLICA E QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
8387 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	300.000,00	1,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO-APOIO ÀS ATIVIDDES DA ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE CEILÂNDIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1683 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	296.800,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**2.816.800,00**	**1.198.295,02**	**580.425,17**	**528.425,17**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem /Fonte
1554 - CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS	0	UNIDADE	1	3	3	7	5	7	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Campanha violência contra a mulher, contra o estupro e a campanha de enfrentamento à violência contra pessoa idosa. 2017 - Campanha publicitária da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; Projeto "Caravana da Pessoa Idosa"; Mobilização Social nos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU's das Artes DF, com 31 (trinta e uma) oficinas, no Rec. das Emas, na QNM 28 e na QNR 02 de Ceilândia: Campanha do Dia Internacional da Mulher - março; Campanha no Aniversário da Lei Maria da Penha - agosto; Campanha Outubro Rosa - e Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher - nov e dez.									
1538 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO.	0	UNIDADE	200	331	500	560	800	1.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Foram enviados 3.687 currículos a empresas com mais de 100 funcionários, dos quais foram contratados 331 candidatos. 2017 - Foram encaminhou pela SAMIDH 2.587 (dois mil e quinhentos e oitenta e sete) currículos a empresas, sendo que foram realizadas 218 (duzentos e dezoito) contratações. Ocorre que também cabe à SEATRAB promover a mediação de vagas de trabalho às pessoas, dentre elas as pessoas com deficiência, onde foram realizadas 342 (trezentos e quarenta e duas) contratações de pessoas com deficiência por meio das ações de intermediação realizadas pelas Agências do Trabalhador do DF.									
1555 - SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)	0	UNIDADE	600	519	600	952	600	600	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Capacitação para servidores da Central 156 (Disque Idoso e Disque Racismo), curso sobre a Lei Maria da Penha, Racismo Institucional, Igualdade Racial, Atendimento ao Idoso, entre outros. 2017 - Projeto UBUNTU, nas temáticas relacionadas ao racismo, violência contra mulher e direitos humanos no Varjão, Ceilândia e Itapuã; Capacitação de operadores da Central 156, com o objetivo de repassar/discutir aspectos relacionados ao bom atendimento a pessoa idosa, bem como os direitos do idoso; III Ciclo de Palestras sobre Vulnerabilidades com Foco em Orientação Sexual e Identidade de Gênero p/ 500 serv. da PCDF e Capacitação no Projeto Lidera - "Empoderar para Multiplicar".									
1537 - TAXA DE INADIMPLÊNCIA DOS PROJETOS DE MICROCRÉDITO PARA AFRO EMPREENDEDORES E MULHERES, ACOMPANHADOS E ORIENTADOS PELO GDF	0	%	18	-	15	-	12	10	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Indicador não pode ser aferido até o momento, pois a área responsável não disponibilizou o campo de identificação necessário para os cadastros realizados; 2017 - Conforme tratativas junto a SEPLAG (Lei 6.061/2017), o referido indicador foi retirado do PPA 2016-2019.									

Assistência ao Idoso

A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal possui em estrutura administrativa a Coordenação de Pessoas Idosas, que compõe a Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos (SUBDH/SAMIDH), tem como principais atribuições: planejar, elaborar, implementar, executar, monitorar e avaliar Políticas Públicas para a Pessoa Idosa; formular e propor diretrizes que promovam a efetivação dos direitos da Pessoa Idosa; coordenar, orientar, analisar, propor ações pertinentes, bem como atuar na interlocução junto aos órgãos do Governo do Distrito Federal que possuam políticas de atendimento à Pessoa Idosa; promover, coordenar e supervisionar a realização de eventos, programas e atividades que contribuam para valorização e autonomia da Pessoa Idosa; promover e estimular a participação da Pessoa Idosa, por meio das suas organizações representativas e pelo Conselho dos Direitos do Idoso (CDI- DF), na perspectiva de contribuir na formação de políticas; promover o controle social e a defesa dos direitos desse segmento; promover e articular com os demais agentes governamentais e não governamentais a política de enfrentamento à violência contra a Pessoa Idosa; estabelecer mecanismos de divulgação e informação sobre o processo de envelhecimento.

Nesse sentido, no exercício de 2017, a Secretaria atuou no desenvolvimento de políticas públicas estruturantes, assim como na realização de campanhas de prevenção à violência contra à Pessoa Idosa. Garantindo, também, a defesa dos direitos desse segmento.

Dentre as ações desenvolvidas de Assistência ao idoso, cabe destacar:

Elaboração do Plano Distrital de Envelhecimento Ativo:

Ação relacionada a um dos compromissos assumidos pelo GDF por meio da adesão ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo em 2014. Trata-se de um plano de trabalho com ações, metas e mecanismos de monitoramento para a implementação do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo em âmbito distrital.

Articulação junto à Secretaria de Estado de Mobilidade para a Expansão do Acesso da Pessoa Idosa no Transporte Público:

Considerando que o cartão sênior foi suspenso pelo Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS) por suspeitas de fraude, a Secretaria tem realizado articulações com a Secretaria de Mobilidade para possibilitar o acesso do idoso a todo o interior dos ônibus, e não somente a parte inferior a catraca eletrônica.

Criação do Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento da Política do Idoso no Distrito Federal:

O Decreto nº 8.114/2013 estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e instituiu a Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito, bem como promover a articulação de órgãos e entidades públicas envolvidos em sua implementação.

O Distrito Federal aderiu ao Compromisso Nacional em 09 de setembro de 2014. O Termo de Adesão foi publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 77, de 24 de abril de 2015. Conforme o documento, o Distrito Federal comprometeu-se a instituir formalmente o Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento das políticas, programas e ações voltadas para os direitos das pessoas idosas nos meios urbano e rural.

A composição e modo de funcionamento deveria seguir os moldes do Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento do Governo Federal (Decreto nº 8.114/2013). Contudo, desde 2014, o Distrito Federal não compôs tal grupo conforme previsão do Compromisso Nacional.

Sendo assim, a SEDESTMIDH elaborou minuta de Decreto para a criação do Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento da Adesão do Distrito Federal ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, assim como manifestação técnica e exposição de motivos, conforme instrução processual. Nesse sentido, o Decreto que dispõe sobre a instalação do Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento da Política Distrital do Idoso no Distrito Federal está tramitando para publicação no DODF.

Reordenamento e Qualificação dos Trabalhos Desenvolvidos nos Centros de Convivência para Idosos (CCIs):

A iniciativa do reordenamento dos Centros de Convivência para Idosos (CCIs) parte da observação acerca da diversidade de formatos de atendimento ofertados nesses espaços, assim como da necessidade de qualificação do trabalho realizado. É utilizada para isso a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso e a Resolução Normativa nº 11, do Conselho dos Direitos do Idoso.

O processo de reordenamento dos CCIs se iniciou com 16 (dezesseis) centros, que funcionam em espaços públicos e, até o momento, foram realizadas as seguintes ações:

- Realização de visitas em todos os CCIs que funcionam em espaços públicos para mapeamento situacional por meio da aplicação de instrumental para coleta de dados;
- Apresentação da proposta de reordenamento para o Conselho dos Direitos do Idoso;
- Reuniões com Administrações Regionais e Entidades;
- Elaboração de Cartilha;
- Apoio técnico sistemático aos CCIs por meio de visitas semanais e reuniões conjuntas;
- Acompanhamento e orientações sobre a regularidade das instituições no que tange ao registro no Conselho dos Direitos do Idoso, no Conselho de Assistência Social, alvarás de funcionamento e demais documentos necessários ao funcionamento regularizado dos CCIs;
- Articulação com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para a promoção de Cursos de Formação Continuada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), direcionados às pessoas idosas participantes dos CCIs. Previsão de início em 2018;
- Captação de voluntários do Programa Brasília Cidadã para oferta de atividades nos CCIS.

Cumpre destacar que os Reordenamentos dos CCIS, assim como a regulamentação do Fundo dos Direitos do Idoso e o Lançamento do Plano Distrital de Envelhecimento Ativo, compõem as ações do Acordo de Resultados do GDF, sob gestão da Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SAMIDH).



Reunião com os Presidentes dos CCI's

Qualificação do Disque Idoso como Canal de Denúncias de Violações de Direitos contra a Pessoa Idosa:

O Disque Idoso é um serviço destinado ao repasse de informações e orientações sobre temas relacionados a pessoa idosa, tais como acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais e rede de atendimento à pessoa idosa no Distrito Federal.

A Secretaria promoveu a atualização da base de conhecimentos da Central, realizou reunião com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) para planejamento de ações e promoveu a capacitação dos operadores nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017. Incluindo os operadores da Central 162, que recebe as denúncias de violações de direitos contra a pessoa idosa.

Monitoramento da Implementação do Fundo do Idoso no Distrito Federal:

A Lei nº 865/2013 dispõe sobre o Fundo dos Direitos do Idoso (FDI/DF) e estabelece que se destina a financiar os programas e as ações relativos ao idoso. Com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A Secretaria tem contribuído para o andamento dos trâmites processuais e envidado todos os esforços para que essa demanda seja atendida.

Nesse sentido, até o momento, foram realizadas as seguintes ações:

- Agendamento e participação em reunião com o Conselho dos Direitos do Idoso, Casa Civil e Procuradoria, de modo a superar os entraves da regulamentação;
- Atualmente o FDI/DF está em vias de regulamentação, tendo sido encaminhado para a Consultoria Jurídica da Casa Civil.

Qualificação do Atendimento ao Idoso no Distrito Federal por Meio da Promoção de Cursos e Capacitações:

A Secretaria realizou, 2 (dois) encontros no exercício de 2017, com os operadores da Central 156, opção 8, Disque Idoso e Central 162 – Ouvidoria do GDF, responsável por receber as denúncias de violação de direitos contra à pessoa idosa. O objetivo da atividade foi repassar e discutir com esses grupos aspectos relacionados ao bom atendimento à pessoa idosa ao contatarem tais canais de atendimento. E, também, questões atinentes aos direitos do idoso, rede de atendimento, rede social de apoio, envelhecimento e qualidade de vida.

Foi realizada a capacitação de 30 (trinta) operadores da Central 156, divididos em 02 (duas) turmas de 15 (quinze) alunos, com o objetivo de torná-los multiplicadores aos demais

profissionais.



Capacitação dos operadores do 156, opção 8 – Disque Idoso

Realização de Campanhas de Enfrentamento à Violência e Valorização da Pessoa Idosa:

Realização de campanha em mídia televisiva, publicação de cartilha da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, banners e cartazes alusivos ao dia 15 de junho - Dia Mundial de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; Realização de palestras direcionadas ao público idoso sobre a temática da violência, canais de denúncia e rede de atendimento; Realização de palestras sobre os direitos da pessoa idosa à luz do Estatuto do Idoso.

Realização de Ações Territoriais para Oferta de Serviços e Divulgação dos Direitos da Pessoa Idosa (Caravana do Idoso):

Foram realizadas 04 (quatro) "Caravanas do Idoso" nas regiões administrativas do Plano Piloto, Recanto das Emas, Planaltina e Taguatinga, com a participação aproximada de 1.000 (mil) pessoas idosas.



Caravana do Idoso Recanto das Emas/DF

Regulamentação do Selo "Empresa Amiga da Terceira Idade":

Proposta de regulamentação da Lei nº 5.656, de 03 de maio de 2016, para reger, no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, o "Selo Empresa Amiga da Terceira Idade".

Tendo como objetivo estimular ações que promovam os direitos das pessoas idosas do Distrito Federal, certificando as empresas que realizem boas práticas relacionadas a realização de campanhas educativas sobre os direitos desse segmento da população ou ao apoio e a manutenção de instituições sem fins lucrativos que atendam a pessoa idosa nas áreas de Assistência Social ou Saúde.

Assistência à Pessoa com Deficiência

A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal possui em estrutura administrativa a Coordenação de Pessoas com Deficiência (PROMODEF), que compõe a Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos (SUBDH/SAMIDH), atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, conforme as diretrizes da política nacional. As competências incluem o combate às diversas formas de discriminação e a promoção da inclusão social. Dentre seus objetivos, observam-se a implementação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência por meio do desenvolvimento de políticas públicas de inclusão. Nesse sentido, a Secretaria trabalha para estimular que todas as políticas e os programas do GDF contemplem o respeito à diversidade e a promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

No que tange às ações desenvolvidas de assistência à Pessoa com Deficiência no exercício de 2017, destacamos as seguintes atividades:

Central de Libras – CIL

A Central de Libras (CIL) oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras (Língua Brasileira dos Sinais) a pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com esse profissional. A CIL integra a Política Nacional da Pessoa com Deficiência. A Central está em processo de implementação de serviço de atendimento online por meio de computadores equipados com webcam e microfone.

- Atendimentos entre janeiro e dezembro de 2017: 15.563 atendimentos.

Encaminhamento a Empregos

A Secretaria realiza o encaminhamento de currículos de pessoas com deficiência, nos termos do § 1º, do art. 93, da Lei n° 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos e Benefícios da Previdência Social, e estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas portadoras de deficiência.

- Número de pessoas contratadas entre janeiro e dezembro de 2017: 218 pessoas.

Passe Livre

O cartão do Passe Livre Especial garante gratuidade do transporte público urbano para pessoas com deficiência e é concedido pelo DFTRANS por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), que recebe os pedidos e atesta direito do(a) requerente ao benefício.

- Atendimentos entre janeiro e dezembro de 2017: 15.074 atendimentos.

Atualização Cadastral do Passe Livre

A fim de tornar mais efetiva a concessão do direito ao benefício do Passe Livre Especial, o DFTRANS lançou o sistema de recadastramento do Passe Livre Especial. Podendo ser efetivado de maneira online ou por meio da Gerência do Passe Livre, localizada na Estação da Cidadania.

Nesse sentido, a SEDESTMIDH, em conjunto com a Secretaria de Mobilidade (SEMOB) e DFTRANS, está realizando a atualização cadastral do Passe Livre Especial.

Promoção da Igualdade Racial

A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal possui em estrutura administrativa a Coordenação de Enfrentamento ao Racismo (COERA), que compõe a Subsecretaria de Igualdade Racial (SIR/SAMIDH), setor designado a elaborar, avaliar, implementar e monitorar as políticas de enfrentamento ao racismo no âmbito do Governo de Brasília para população negra, indígena, cigana e povos de matriz africana. Desta forma, desenvolveu em 2017 ações em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF), Movimento Negro Unificado (MNU) e Centro Salesiano do Aprendiz (CESAM).

No que tange as atividades com o MPDFT, a Secretaria possui parceria com esse órgão para realização do Projeto Oxalá, que executa o curso de conscientização sobre igualdade racial como condição do acordo de suspensão condicional do processo ou como condição de cumprimento de pena, nos casos de racismo ou injúria racial.

Assim, essa parceria foi formalizada por meio da celebração do Acordo de Cooperação, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 160, 21 de agosto de 2017, pg. 65, de modo a garantir a continuidade do Projeto e manter o relevante diálogo institucional. Objetivando, ainda, ampliar a presença da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) com conteúdo e outras contribuições para a formação no enfrentamento à discriminação racial.

No ano de 2017, foram realizadas 04 (quarto) edições do curso de Conscientização sobre Igualdade Racial, ministrado em 2 (dois) dias, com carga horária de 08 (oito) horas.

Referente as ações realizadas com a Escola de Governo - EGOV, a Secretaria articulou a realização do Curso de Igualdade Racial, subsidiando os servidores públicos da administração direta e indireta com informações sobre a temática étnico-racial. A fim de estabelecer qualidade na prestação de serviço à população negra, indígena, cigana e povos de matriz africana, bem como estimular a ruptura do racismo institucional dentro dos órgãos do Governo de Brasília. No ano de 2017, foram realizadas 05 (cinco) edições deste curso.

Considerando a rotatividade de atendentes que prestam o serviço do Disque Racismo, a Secretaria dialogou com a CODEPLAN para propor formação continuada aos atendentes do 156, opção 7, e 162 com o propósito de oferecer informações para o auxílio no acolhimento de denúncias de racismo e injúria racial.

Desta forma foram realizadas capacitações com os colaboradores da VanervenSolution, empresa prestadora de serviço do 156, opção 07, e 162, nos dias 13 de março, 04 e 05 de maio de 2017. O conteúdo programático abordou sobre o contexto histórico da questão racial no Brasil, conceitos de racismo, injúria racial e discriminação racial, bem como o protocolo de atendimento do Disque Racismo e a Recomendação Conjunta nº 02, de 28 de novembro de 2014, do MPDFT, onde são relatados os termos considerados racistas pelo MPDFT.

A parceria entre SEDESTMIDH e Metrô-DF possui a finalidade de sensibilizar os servidores desta instituição acerca da temática étnico-racial por meio de palestras e campanhas publicitárias. Assim, foi celebrado o Acordo de Cooperação, publicado no DODF nº 215, 09 de novembro de 2017, pg. 35. O intuito dessa parceria é enfrentar o racismo institucional, bem como possibilitar ascensão de cargos aos(as) negros(as) por meio do Programa Equidade de Raça e Gênero.

A Secretaria, atenta às necessidades de melhoria do funcionamento do Disque Racismo, dialoga desde dezembro de 2015 com a CODEPLAN, Ouvidoria da SEDESTMIDH, MPDFT e Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência, com vistas à adoção de medidas administrativas que otimizem o registro e fluxo de demandas do Disque Racismo. Dessa forma, em 2017, foi publicada Instrução Normativa nº 02 (DODF n°158, 17 de agosto de 2017, pág. 10), instituindo o fluxo de demandas e o protocolo de atendimento para melhoria na prestação de serviços ao cidadão.

Em setembro de 2017, foi elaborado o Acordo de Cooperação nº 001/2017 entre a SEDESTMIDH e Movimento Negro Unificado (MNU), a fim de viabilizar a realização do XVIII Congresso Nacional do Movimento Negro no Distrito Federal, ocorrido no mês de outubro do ano de 2017. Foram confeccionados, ainda, o Plano de Trabalho e Justificativa sobre o referido acordo.

Entre os dias 20 a 24 de novembro de 2017, servidores da Secretaria ministraram palestra para 1.260 estudantes do Centro Salesiano do Aprendiz (CESAM), localizado na Ceilândia Norte, em referência ao mês da Consciência Negra. A atividade contou com a participação das advogadas, doutoras Denise da Costa Eleutério e Monica Gonçalves Matos, ambos membros da Comissão de Igualdade Racial da Ordem da OAB/DF, Subseção de Taguatinga.

Programa Afroempreendedor

Prevê a realização de estratégias e ações com vistas a apoiar, promover, divulgar, capacitar, fomentar, incubar, acelerar e articular financiamentos para afroempreendedores de micro e pequenas empresas do Distrito Federal e região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE).

- Publicação do Plano Operativo do Programa Afroempreendedor (Portaria nº 161, de 28 de julho de 2017);
- Elaboração e trâmite do edital da Incubadora;
- Elaboração e trâmite do edital de ocupação das Incubadoras;
- Reuniões para articulação para o "Lançamento da Linha de Crédito para Afroempreendedores";
- Reuniões públicas para divulgação do Programa Afroempreendedor;
- Capacitações para afroempreendedores;
- Seleções para participações em feiras;
- Monitoramento do Programa Afroempreendedor via Termo de Abertura de Projeto (TAP), ferramenta de acompanhamento e gerenciamento de ações e entregas do Acordo de Resultados com o Governo de Brasília;
- Desenvolvimento do Projeto Laboratório Criativo para Fábrica Social em parceria com a Universidade de Brasília;
- Nota técnica do Programa Afroempreendedor em parceria com a CODEPLAN, com vistas ao estabelecimento de linha de crédito junto ao Banco Regional de Brasília e SEDESTMIDH por meio do Programa de Concessão de Empréstimo – PROSPERA;
- Recepção de novos alunos da Fábrica Social;
- Organização e apoio de afroempreendedores na realização da Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado (02 edições, em desenvolvimento);
- Organização e apoio de afroempreendedores na realização da Feira Diversidade Brasil (de 1º a 10/12/2017);
- Organização e apoio na realização da Feira de Afroempreendedores e Economia Solidária (de 16 a 18/11/2017);

● Articulação junto ao Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e entorno com vistas a ações conjuntas e capacitação de afroempreendedores;

● Organização e apoio de Afroempreendedores na realização da Feira BSB Criativa e Economia Solidária (de 08 a 10/12/2017);

● Desafetação do Box nº 91 da Torre de TV para instalação da Afro Incubadoras;

● Reuniões e negociações junto ao Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes) do Recanto das Emas para oferta de cursos e capacitações com foco na juventude negra dentro do Programa Afroempreendedor.

Acordos de Cooperação

Visando fortalecer as redes de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial, a Secretaria elencou os principais parceiros institucionais para promover a capacitação de servidores das mais diversas áreas, bem como gerar intercâmbio entre governo, academia e sociedade civil nas temáticas étnico raciais entre 2017/2019.

● Elaboração e trâmite do Acordo de Cooperação Técnica Internacional;

● Elaboração e trâmite do Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde (FEPECS) e SEDESTMIDH;

● Elaboração e trâmite do Acordo de Cooperação Técnica entre Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação (SECTI) e SEDESTMIDH;

● Elaboração e trâmite do Projeto de Voluntariado em Saúde com o Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN), Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), Universidade de Brasília (UNB) e Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade (OBVUL);

● Parecer sobre Termo de Fomento entre São Batuque e SEDESTMIDH;

● Parecer sobre Termo de Fomento entre Movimento Negro Unificado (MNU) e SEDESTMIDH;

● Parecer sobre Termo de Fomento entre o Projeto Bora Vencer e SEDESTMIDH.

Projeto UBUNTU

Sendo espaço de referência em raça e gênero, trata-se de um projeto destinado a articular as redes de enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres nos territórios, por meio da capacitação de servidores públicos da Secretaria de Estado das Cidades e das administrações regionais do Distrito Federal nas temáticas correlatas a raça, gênero e direitos humanos.

- Elaboração e trâmite do Projeto UBUNTU;
- Reuniões entre as regiões administrativas inseridas no piloto do Projeto UBUNTU;
- Reuniões entre as Subsecretarias inseridas no piloto do Projeto UBUNTU;
- Realização do piloto do Projeto UBUNTU (Projeto transferido para GAB/SAMIDH).

Apoio e Divulgação das Conferências Livres

Preparatórias para IV Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial, promovida pela Secretaria, com vistas a pautar os avanços e os desafios das políticas de promoção da igualdade racial e sua repercussão nas políticas públicas (educação, saúde, trabalho e geração de renda entre outras áreas). Além disso, objetiva-se acolher as demandas debatidas nas Conferências Livres pelos movimentos da sociedade civil, a fim de promover o respeito à diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira e demais grupos étnico-raciais discriminados na luta contra o racismo, a xenofobia e as intolerâncias correlatas.

● Articulação e apoio à sociedade civil para a realização das Conferências Livres (elaboração de material, participação e divulgação da atividade).

Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da População Negra

Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra no âmbito da SES-DF.

● Desenvolvimento e articulação de estratégias para a implementação da Portaria nº 201, de 03 de outubro de 2014, que regulamenta a coleta do quesito raça, cor/etnia nos formulários e sistemas de informação da SES-DF e dá outras providências (em execução).

● Reativação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Distrito Federal (CTSPN-DF), que é um grupo gestor multidisciplinar de estudo, acompanhamento e regulação. Constitui-se por 12 (doze) membros, sendo: 06 (seis) oriundos do Governo de Brasília, 02 (dois) da SEDESTMIDH, 04 (quatro) da SES-DF, e 06 (seis) advindos da sociedade civil, que deverão ser representados por 04 (quatro) membros e 02 (dois) pesquisadores (as).

- Reuniões de trabalho do CTSPN-DF.
- Elaboração do Plano de Trabalho do CTSPN-DF.
- Elaboração de campanhas sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra no âmbito da SES-DF.
- Parceria para realização de seminários e espaços de capacitação do corpo técnico do CTSPN-DF.
- Participação e apoio ao II Seminário Internacional de Populações em Vulnerabilidade (OBVUL).
- Reuniões técnicas com o departamento de apoio a gestão participativa do Ministério da Saúde (MS).
- Solicitação de emendas para o desenvolvimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra do Distrito Federal.
- Desenvolvimento e trâmite do Termo de Cooperação Técnica entre a FEPECS e escolas implantadas para o desenvolvimento da temática.
- Apoio junto à Fundação Hemocentro de Brasília (FHB-DF) para a reformulação da Portaria nº 292, de 31 de outubro de 2013, que, em seu art. 1º, atribui competência no âmbito da SES-DF a FHB-DF para coordenar e regular a atenção integral aos pacientes com hemoglobinopatias hereditárias (doença falciforme).
- Gravação de especiais junto à TV Saúde do MS.
- Participação da Secretaria no Grupo de Trabalho do Ministério da Saúde sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra (realizado nos dias 04 e 05 de dezembro de 2017).

Povos e Comunidades Tradicionais

● Articulação para inclusão dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro no Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT (Lei Distrital nº 1.572/97) junto à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI).

● Articulação e apoio ao Projeto de Mapeamento de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana no Distrito Federal - 1ª etapa – cartografia básica. O projeto busca construir uma cartografia básica mostrando a localização dos sítios religiosos de matriz africana existentes no Distrito Federal, construindo um banco de dados com referências espaciais (coordenadas geográficas), registro fotográfico da fachada do terreiro e outras informações possíveis de colher.

● Realização de reuniões de articulação entre a Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos (SEPPIR/MDH), Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), SEDESTMIDH, UNB e sociedade civil.

Palestras e Capacitações

● Aula expositiva sobre Políticas de Igualdade Racial e Ações para 40 (quarenta) gestores da SEDESTMIDH no III Módulo do Curso de Gerentes da SEDESTMIDH, na EGOV, em 04/07/2017.

● Palestra sobre Políticas de Igualdade Racial e Ações da Secretaria para 150 (cento de cinquenta) alunos da Fábrica Social, Unidade II, em 29/08/2017.

● Palestra sobre Políticas de Igualdade Racial e Ações para 80 (oitenta) pessoas no VI Fórum de Gestão de Pessoas, na EGOV, em 29/08/2017.

● Palestra sobre Relações Raciais e Racismo Religioso no evento "IFB Debate!" para 100 (cem) alunos no Instituto Federal de Brasília, Campus São Sebastião, em 31/10/2017.

● Palestra sobre Igualdade Racial para 150 (cento e cinquenta) alunos do Curso de Produção e Cultivo de Alimentos e Construção Civil da Fábrica Social, Unidade II, em 03/10/2017.

● Palestra sobre Relações Raciais e Enfrentamento ao Racismo para 40 (quarenta) alunos do Curso de Pedagogia da Faculdade Projeção na "Jornada Acadêmica Faculdade Projeção de Sobradinho", em 08/11/2017.

● Palestra sobre o "Dia da Consciência Negra" e Enfrentamento ao Racismo para 60 (sessenta) alunos do Curso de Serviço Social da Faculdade Projeção, Unidade Guará II, em 20/11/2017.

● Palestra sobre Relações Raciais e Enfrentamento ao Racismo no Centro Salesiano do Menor (CESAM) na Ceilândia, para 140 (cento e quarenta) pessoas, nos dias 20, 21 e 22/11/2017.

● Palestra sobre Políticas de Igualdade Racial e Ações para 200 (duzentas) pessoas na "Jornada Acadêmica" do Centro Universitário Projeção, Campus Taguatinga, em 21/11/2017.

Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial

● Elaboração da Minuta do Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial.

● Desenvolvimento e trâmite do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).

Convênio Seppir Comunidade

● Análise e reformulação do Plano de Trabalho. É um projeto em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos (SEPPIR/MDH), que combina uma estratégia de diagnóstico participativo com ações de capacitação para lideranças locais por meio de seminários, palestras, oficinas e debates.

● O objetivo do Projeto é descentralizar as ações da Secretaria, interagindo com os movimentos sociais, com vistas ao estabelecimento de redes de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial, dentro das regiões administrativas do Distrito Federal, especialmente aquelas em que há um maior percentual da população negra.

IV Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial

- Elaboração da minuta do Regimento Interno na IV CODIPIR.
- Elaboração da minuta do Caderno de Orientações para realização das Conferências Livres de Igualdade Racial.

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

- Participação nas reuniões técnicas.
- Desenvolvimento e trâmite do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).

Campanhas Publicitárias 2017

Campanhas produzidas, porém, não lançadas por falta de recursos:

- Elaboração e trâmite da Campanha do Quesito Raça/Cor/Etnia (cancelada);
- Elaboração e trâmite da Campanha do Disque Racismo (cancelada);
- Elaboração e trâmite da Campanha Mês da Consciência Negra (cancelada)
- Elaboração e trâmite da Campanha sobre Afroempreendedorismo (cancelada).

Ações de Prevenção e Combate à Homofobia

A Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Igualdade racial e Direitos Humanos possui em sua estrutura administrativa a Coordenação de Diversidade, que integra a Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos (SUBDH/SAMIDH), é a unidade responsável por articular, fomentar, orientar e acompanhar as políticas públicas de promoção da cidadania e dos direitos humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em âmbito governamental.

No que tange às ações de prevenção e combate à homofobia desenvolvidas no exercício de 2017, cabe destacar:

- Publicação do Decreto nº 37.982, de 30 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans - travestis, transexuais e transgêneros - no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal;
- Publicação da Portaria Conjunta n° 03, de 21 de junho de 2017, entre a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) e a SEDESTMIDH, que dispõe sobre instruções adicionais aos órgãos da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal para o cumprimento do Decreto nº 37.982, de 30 de janeiro de 2017;
- Publicação do Decreto nº 38.025, de 23 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a criação do Comitê Intersetorial de Promoção dos Direitos e da Cidadania da População LGBT;
- Publicação do Decreto n° 38.292, de 23 de junho de 2017, que dispõe sobre a criação, composição, estruturação e funcionamento do Conselho Distrital de Promoção dos Diretos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- Publicação do Decreto n° 38.293, de 23 de junho de 2017, que dispõe sobre a regulamentação da Lei n° 2.615, de 26 de outubro de 2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual do indivíduo. Atualmente o Decreto que regulamenta a referida Lei está no Supremo Tribunal Federal para julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Acompanhamento da implantação do Ambulatório Trans de assistência especializada às pessoas travestis e transexuais na rede pública de saúde do Distrito Federal;
- Realização da Semana Distrital de Luta contra a AIDS, entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2017, em conjunto com as demais Secretarias de Estado do Distrito Federal e organizações da Sociedade Civil;
- Realização de palestras para servidores do GDF e comunidade sobre a temática LGBT.

Desenvolvimento de Ações de Defesa, Garantia e Ampliação dos Direitos das Mulheres

No ano de 2017, foram desenvolvidas ações de defesa, garantia e ampliação dos direitos das mulheres, realizando o monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres. Tendo como objetivo ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos por meio do desenvolvimento de ações intersetoriais que visem contribuir para a equidade de gênero e a emancipação das mulheres no âmbito do Distrito Federal.

O I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres foi aprovado por meio do Decreto nº 35.268, de 27 de março de 2014, que também instituiu o Comitê de Articulação e Monitoramento. No seu período de vigência, Biênio 2014- 2015, houve redução da participação social no processo de execução e monitoramento deste Plano Distrital. Em relação ao período de sua atuação, foi elaborado um relatório contendo o percentual de ações concluídas, em andamento e não iniciadas.

Em prol da ampliação e defesa dos direitos das mulheres, foram realizadas 14 (quatorze) palestras relacionadas com as políticas para as mulheres, bem como enfrentamento à violência. Dentre elas, as do Projeto "Por dentro da Lei Maria da Penha", Cine-Debate Viver Trans e Semana da Visibilidade Trans.

Foram realizadas também diversas reuniões com temas variados relacionados às questões de gênero. Tais atividades aconteceram sem necessidade de recursos financeiros, somente por meio de parcerias.

Em 2017, aconteceu a I Conferência Distrital de Saúde da Mulher, onde servidoras da Secretaria participaram ativamente, inclusive na relatoria. Uma servidora foi eleita delegada.

Outra atividade em que a Pasta de Mulheres esteve envolvida foi o "Mutirão do Sistema Prisional", onde aconteceram rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha e foi oferecido atendimento psicossocial aos familiares dos internos e internas. O mutirão foi realizado na Penitenciária Feminina de Brasília e no Complexo Penitenciário da Papuda.

Aconteceu, ainda, a abertura da V Semana Justiça pela Paz em Casa. Um projeto participante da Campanha Nacional iniciada pela Ministra Carmem Lúcia e que objetiva maior conscientização e destaque para as questões voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher e implementação de todas as diretrizes preconizadas na Lei Maria da Penha. O evento é proposto pelo Núcleo Judiciário da Mulher com o envolvimento dos atores que compõem a rede de enfrentamento e de acolhimento às mulheres. Neste ano, para celebrar essa data, tivemos a realização, na Casa da Mulher Brasileira (CMB), do evento Maria da Penha vai até você, promovido pelo Núcleo Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Várias atividades aconteceram, como palestra de marketing pessoal, atendimento pelo Instituto Hélio Diff, entre outros.

No final do ano, houve o lançamento da "Capacitação de Metroviários para o Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres" na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM). Incluiu-se palestra para a equipe de metroviários com o envolvimento da equipe da Secretaria e integração do calendário de ações dos 16 Dias de Ativismo.

Campanhas

- **Dia Internacional da Mulher** (realização da Oficina de Krav Maga; ações da Unidade Móvel, com rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha e atendimento psicossocial; evento de apresentação da peça *"I Will Survive"* para as mulheres atendidas nas unidades; audiência Pública sobre Feminicídio na Câmara Legislativa do Distrito Federal; palestras ministradas em diversos locais).

- **<u>Aniversário da Lei Maria da Penha</u>** (realização de Oficinas; cines debate; ações da Unidade Móvel, com rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha e atendimento psicossocial, inclusive na Caravana do Idoso com Tema: 2º Circuito Mulheres Empreendedoras Eixo - Idosas, realizada no Céu das Artes do Recanto das Emas; palestras ministradas em diversos locais).

- **<u>Outubro Rosa</u>** (realização da "Caminhada Outubro Rosa" no Parque da Cidade para conscientização sobre a importância da prevenção ao câncer de mama; ações da Unidade Móvel, com rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha e atendimento psicossocial; painel Outubro Rosa sobre saúde da mulher; oficinas; seminários).

- **<u>16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher</u>** (realização do ato "He For She" na Rodoviária do Plano Piloto contra a violência sexual de meninas e mulheres; solenidade de assinatura do Termo de Cooperação do Programa de Segurança Preventiva para Mulheres em Medida Protetiva de Urgência; capacitação de Metroviários para o Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres; solenidade dos 16 Dias de Ativismo no Salão Branco com a inauguração da exposição itinerante do Projeto "Mulheres Inspiradoras" do CEF do Gama; capacitação oferecida em parceria com o SEBRAE para as expositoras da Feira das Mulheres do Campo e Cerrado, organizada pela SUBPM).

6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	**2.510.000,00**	**7.392.266,14**	**647.717,34**	**467.428,31**
0002 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA--DISTRITO FEDERAL	2.510.000,00	7.392.266,14	647.717,34	467.428,31
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	**210.000,00**	**984.536,00**	**657.331,46**	**615.426,93**
0008 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR--DISTRITO FEDERAL	210.000,00	984.536,00	657.331,46	615.426,93
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	**500.000,00**	**251.084,00**	**196.211,25**	**196.211,25**
3849 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	251.084,00	196.211,25	196.211,25
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**3.220.000,00**	**8.627.886,14**	**1.501.260,05**	**1.279.066,49**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1604 - TAXA DE FEMINICÍDIOS	13	%	12	-	10	-	7	5	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
Justificativa: 2016 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores. 2017 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros orgãos de registro, existindo ainda, a cultura de não registrar a ocorrência.									
1605 - TAXA DE JOVENS NEGROS DE 15 A 29 ANOS ASSASSINADOS	27	%	26	-	22	-	17	12	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
Justificativa: 2016 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores. 2017 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros orgãos de registro, existindo ainda , a cultura de não registrar a ocorrência.									
1606 - TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	1,5	%	1,4	-	1,3	-	1,2	1,1	SSP /SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5)
Justificativa: 2016 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores. 2017 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, contudo foram realizados 22.372 atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero em 2017 nas seguintes unidades: Casa da Mulher Brasileira, Casa Abrigo, Unidades Móveis, Centros Especializados de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento às Mulheres e aos Autores de Violência Doméstica.									

Manutenção da Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira - CMB foi instituída pelo Decreto nº 8.086, 30 de agosto de 2013, como uma das ações do Programa Mulher, Viver sem Violência, constituindo-se de um espaço público que tem por objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados para as mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia econômica permitindo que elas saiam do ciclo da violência. No Distrito Federal, a CMB foi inaugurada no dia 02 de junho de 2015, como a segunda Casa do País.

De acordo com a legislação em vigor, a Casa da Mulher Brasileira está organizada e dispõe da seguinte estrutura: Recepção, Acolhimento e Triagem; Apoio Psicossocial; Delegacias Especializadas; Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; Promotoria Especializada; Defensoria Pública; Serviço e Promoção de Autonomia Econômica; Espaço de Cuidado para Crianças – brinquedoteca; Alojamento de Passagem e Central de Transportes.

Gestão de Convênio

Para a implementação dos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira (CMB), foi firmado o Convênio SICONV nº 816307/2015, entre a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o GDF, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal (SEDESTMIDH), cujo objeto é a "Manutenção da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal".

O Plano de Trabalho original do convênio prevê um repasse financeiro total por parte da SPM/PR no valor de R$ 13.739.721,86 (treze milhões, setecentos e trinta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos), subdividido em 03 (três) parcelas.

Também está previsto no Plano de Trabalho uma contrapartida por parte do GDF no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Dessa forma, o valor global do atual Convênio é de

R$ 13.753.721,86 (treze milhões, setecentos e cinquenta e três mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos). Foi depositado em conta específica pela SPM/PR o valor de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) e pelo GDF o valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme publicações do Decreto nº 36.531, de 02 de junho de 2015 e da Portaria nº 79, de 05 de junho de 2015, no Diário Oficial do Distrito Federal.

Esse valor foi dividido em aquisição de bens permanentes, aquisição de bens de consumo e contratação de serviços necessários para o pleno funcionamento da CMB. Para a viabilidade da execução dos recursos financeiros disponibilizados, foram realizados, até 2017, três ajustes do Plano de Trabalho.

Após tratativas, a equipe da Secretaria concluiu o 3º ajuste que foi encaminhado à SPM/PR na data de 30/10/17 com a aprovação das áreas responsáveis. Sendo este analisado pela SPM/PR. Conforme o Parecer nº 12/2017/CGSIAM/SNPM/SEGOV/PR, todos os itens foram aprovados, com exceção da contração de empresa especializada em fornecimento de material gráfico, pois, segundo análise, esse item descaracteriza a execução do objeto.

Em abril de 2017, foi realizada a solicitação de prorrogação da vigência do convênio por mais um ano que foi aprovada pela SPM/PR. Atualmente, o instrumento possui validade até 13/05/2018. Desta forma, o GDF possui maior tempo para a aplicação dos recursos disponíveis do convênio, como também aumentar sua execução, dependente diretamente da aprovação pela SPM/PR do terceiro ajuste do Plano de Trabalho.

O convênio da CMB possui 06 (seis) contratos vinculados. Em 2016, eram apenas 03 (três), sendo eles: serviços de luz, serviços de água e esgoto e serviços de copeiragem. No decorrer de 2017, foram contratados os seguintes novos serviços:

- Contrato de serviços de alimentação: participação no processo de contratação de empresa para fornecimento de refeições da SEDESTMIDH.

- Sub-rogação do serviço de limpeza: a sub-rogação foi concluída na data de 14/08/2017, conforme publicação no DODF do Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato Nº 16/2014.

- Contratação do serviço de recepção: o processo de contratação foi concluído na data de 29/11/17.

Além das contratações citadas, existem dois processos de contratação em andamento:

- Contratação do serviço de transporte;

- Adesão pela CMB à contratação global realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG do GDF do serviço de vigilância patrimonial: o total de postos contratados para prestarem serviço na CMB são de 06 (seis) postos (três diurnos e três noturnos), totalizando em doze vigilantes.

É importante destacar que, embora a CMB/DF não esteja funcionando de forma ininterrupta, o objeto do convênio está sendo cumprido, pois estão sendo realizados os atendimentos das mulheres encaminhadas, como também outras ações e projetos. As adequações realizadas no Plano de Trabalho do convênio, como a efetiva realização das contratações acima, aumentarão a execução total dos recursos disponibilizados.

Serviço de Promoção da Autonomia Econômica

O Serviço de Promoção da Autonomia Econômica (SPAE) conta com uma sala destinada a cursos profissionalizantes presenciais e à distância. O Projeto SPAE propõe um trabalho em duas frentes: articulação e atendimento. Na primeira frente, estão as parcerias e projetos estabelecidos e, na segunda, o atendimento às mulheres em situação de violência e em busca de sua autonomia econômica, por meio da educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho.

Uma das principais conquistas para a política de promoção da autonomia econômica foi o Termo de Cooperação Técnica assinado entre SEDESTMIDH e o Senado Federal. Destinando 2% (dois por cento) das vagas de novas contratações de terceirizados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. No ano de 2017, ocorreu a contratação para a vaga de atendente, com o período de seleção no mês de maio. Na oportunidade, foram entrevistadas mulheres atendidas que possuíam o perfil profissional solicitado pela empresa e encaminhou 8 (oito) currículos, dividindo a seleção com mulheres também encaminhadas por outros equipamentos da Secretaria.

Na questão de profissionalização, foram qualificadas 75 (setenta e cinco) mulheres por meio da parceria com o Programa PRONATEC/Mulheres MIL – Secretaria de Estado de Educação. Este ano foram realizados a seleção e encaminhamento para matrícula nos cursos e os mapas da vida em todas as turmas que ocorreram em diversas regiões administrativas do Distrito Federal, como Cruzeiro, Recanto das Emas, Gama e Estrutural.

Outra parceria importante ocorreu com a Associação de Amigos da Embaixada da Austrália, que organizou um evento e destinou toda a sua arrecadação para a formação continuada de mulheres atendidas. Essa arrecadação custeou o pagamento da profissional de educação capacitadora das mulheres oriundas do curso de Massoterapia, além de auxiliar no seu transporte para realizarem o curso. Foram atendidas no total 21 (vinte e um) mulheres.

Além destas articulações da frente de qualificação, realizamos as seguintes ações:

- Realização de matrículas de mulheres nos cursos ofertados pelos Campis do Instituto Federal de Brasília. Incentivamos a matrícula no Educação de Jovens e Adultos (EJA) para elevação de escolaridade, divulgando os prazos de inscrição na rede pública de ensino pelo 156.
- Realização de parceria com o Instituto Marista de Solidariedade para mulheres interessadas no tema Economia Solidária.
- Palestras sobre como organizar projetos com consultora voluntária, além de auxiliar na criação do grupo de trabalho derivado do curso de massoterapia, o "Mulheres de Hamsá".
- Parceria com o Instituto Íthaka e Grupo Salto Alto que ofertaram oficinas de Design Thinking, voltado para organização profissional e pessoal.
- Capacitação, através do Qualifica DF, com duas turmas de recolocação profissional, contemplando 71 (setenta e um) mulheres.
- Em parceria com o Banco de Brasília, foram ofertados 2 (dois) minicursos de Educação Financeira, atendendo a 66 (sessenta e seis) mulheres.

Entregas da Casa da Mulher Brasileira - CMB

- Terceiro ajuste do Plano de Trabalho do convênio da CMB: após diversas tratativas, a equipe da SEDESTMIDH concluiu o novo ajuste que foi encaminhado à SPM/PR em outubro/2017, com a aprovação das áreas responsáveis;

- Renovação vigência do convênio por mais 01 (um) ano, tendo sua validade prorrogada para a data de 13/05/2018;

- Celebração de 03 (três) novas contratações vinculadas ao convênio da CMB, quais sejam: serviço de fornecimento de refeições prontas, sub-rogação do contrato de vigilância e serviços de recepção;

- Ampliação das demandas com uma média de 179 (cento e setenta e nove) atendimentos mensais;

- Elaboração do Regimento Interno conforme Grupo de Trabalho estabelecido na Ordem de Serviço nº 01, de 20 de junho de 2017;

- Manutenção do Grupo Vida Mulher com encontros semanais;

- 09 (nove) Projetos e Parcerias;

- 08 (oito) ações continuadas;

- 85 (oitenta e cinco) ações realizadas em 2017;

- Formação de 75 (setenta e cinco) mulheres por meio da parceria com o Programa PRONATEC/Mulheres MIL – Secretaria de Estado de Educação;

- Seleção e encaminhamento de mulheres atendidas para preencher vaga de atendente ofertada pelo Senado Federal;

- Formação de 71 (setenta e um) Mulheres do Curso de Recolocação Profissional;

- Em parceria com o Banco de Brasília, foram ofertados 2 (dois) minicursos de Educação Financeira atendendo a 66 (sessenta e seis) mulheres;

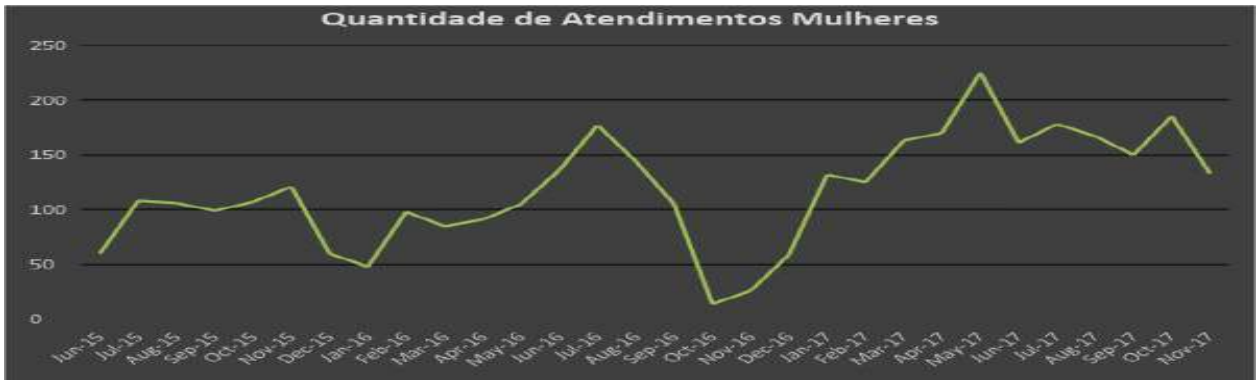
- 4020 (quarto mil e vinte) Visitas/Atividades/Eventos (reuniões internas e externas, capacitação dos servidores, apresentação dos serviços, campanhas, reuniões da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e outros);

- Projeto de Atendimento Integrado: projeto que visa estruturar e propiciar o atendimento integrado para os casos de mulheres em situação de violência previamente selecionados pelos serviços de atendimento por meio do estudo de caso e de atendimento entre os órgãos. O projeto teve seu início em junho de 2017;

- Celebração do Termo de Cooperação Técnica entre a SEDESTMIDH e a AEUDF para a proposta de supervisões regulares aos servidores que atuam no atendimento direto às mulheres. Totalizando cinco encontros, realizados quinzenalmente com duração de 90 (noventa) minutos. O projeto teve seu início em setembro de 2017.



***Dados computados até novembro/2017**



***Dados computados até novembro/2017**



***Dados computados até novembro/2017**



***Dados computados até novembro/2017**

Manutenção das Unidades de Atendimento à Vítima e ao Agressor (Casa Abrigo e NAFAVDs)

No ano de 2017, até novembro, a Casa Abrigo acolheu 113 (cento e treze) mulheres e 115 (cento e quinze) crianças e adolescentes, totalizando 228 (duzentos e vinte e oito) pessoas que foram acompanhadas pela equipe multidisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogas, Advogadas e Psicólogas, para realização do acompanhamento psicossocial, pedagógico e jurídico, bem como de orientações e encaminhamentos.

Pensando na inclusão produtiva e geração de renda para as mulheres acolhidas, foram realizadas 168 (cento e sessenta e oito) oficinas relacionadas ao Projeto ELAS (fuxico, bordado, tecelagem, bijuterias, reciclagem e atividades lúdicas e informativa).

Quanto aos servidores, 36 (trinta e seis) participaram de capacitações ao longo do ano, tais como Curso sobre Álcool e Drogas (CRR/UNB), Cursos de Gerentes (SEDESTMIDH /EGOV), Curso de Redação Oficial (SEDESTMIDH/EGOV), Capacitação para Entrevistadores do CadÚnico, Capacitação do SEI e Oficinas "Círculos Restaurativos" organizadas com a ESPERE - DF.

Além disso, em 2017, houve a mudança da Casa Abrigo para novo imóvel. Foram feitas obras de adaptação dos espaços na lavanderia, no parquinho, no cabeamento de rede, no depósito, no repouso dos servidores do plantão, na sala dos PMs, e etc. Tudo isso visando melhor funcionamento do serviço. Também foi providenciado o acesso à rede internet e intranet, além da instalação de uma linha telefônica.

Por fim, a Casa Abrigo está aprimorando o fluxo de encaminhamentos para proporcionar a integralidade do atendimento e garantir a continuidade do acompanhamento nos pós-desligamentos. Diversos serviços fazem parte da rede da Casa Abrigo e foram acionados em 2017, como HMIB, PAVs, HRAN, ISM, UNB, CAPS, Conselhos Tutelares, unidades da Rede Pública de Ensino, CRAS, CREAS, DEAM, Previdência Social, entre outros.

Até novembro de 2017, a Casa Abrigo realizou 2.184 atendimentos.

Em relação aos Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica - NAFAVDs, as 9 (nove) unidades que compõem o serviço realizaram o acompanhamento psicossocial com homens e mulheres envolvidos/as em situações de violência doméstica e familiar contra mulheres, tipificadas pela Lei Maria da Penha, promovendo a equidade de gênero e a cultura de paz por meio do empoderamento de mulheres e da responsabilização de autores/as. Além do atendimento individual, o serviço é oferecido em grupo, tanto para homens quanto para mulheres.

Houve também o fortalecimento da rede de enfrentamento, com vistas à responsabilização e reeducação de homens autores de violência doméstica. Sendo assim, as equipes participaram mais das reuniões de rede locais.

A fim de otimizar os serviços, no segundo semestre de 2016 foi solicitado ao MPDFT e ao TJDFT que avaliassem e autorizassem a ampliação do horário de funcionamento dos NAFAVDs, bem como a extensão da cessão dos espaços físicos. Este ano a SEDESTMIDH recebeu a resposta dos referidos órgãos permitindo tais requerimentos para os NAFAVDs, que poderão funcionar também no período matutino. Essa iniciativa visou ampliar o quantitativo de atendimento e regularizar a jornada de trabalho dos servidores frente às normas vigentes.

Por fim, em dezembro de 2017, foi lançado o vídeo institucional dos NAFAVDs, uma memória sobre o serviço. Até novembro de 2017, os NAFAVDs realizaram 6.793 atendimentos.

Desenvolvimento de Ações Relacionadas ao Pacto de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (Unidades Móveis e CEAMs)

Para a implementação das Unidades Móveis no DF e sua manutenção, foi firmado em 2013 o Convênio Nº 800073/2013 – SPM/PR, celebrado entre o GDF e a União por meio da atual SEDESTMIDH e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

O Plano de Trabalho do convênio previa o repasse da União para o Distrito Federal de R$ 306.000,00, subdividido em 2 parcelas. Coube ao GDF a contrapartida no valor de R$ 34.670,68, totalizando R$ 340.670,68 como valor global do convênio.

O convênio foi prorrogado em 2015, com vigência de 2 (dois) anos, e encerrou-se em março de 2017, quando foi autuado o processo 0431-000467/2017 para devolução do saldo remanescente, visto que não houve a execução dos recursos financeiros provenientes.

Mesmo com as dificuldades de execução financeira, as Unidades Móveis estão em pleno funcionamento e levaram atendimento psicossocial e jurídico às mulheres das áreas rurais do Distrito Federal, com a realização de 36 (trinta e seis) ações em diversas localidades do DF até novembro de 2017.

A equipe das Unidades Móveis atuou na conscientização das comunidades rurais acerca dos direitos da mulher, Lei Maria da Penha e violência doméstica, realizando palestras, rodas de conversa e a distribuição de materiais informativos. Essas ações são definidas pelo Fórum Distrital Permanentes das Mulheres do Campo e Cerrado e alcançaram mais de 800 (oitocentas) pessoas até novembro de 2017.

Foram empenhados esforços na manutenção e criação de parcerias, no intuito de ofertar mais serviços às comunidades rurais, tais como, saúde, lazer, esporte, benefícios sociais e capacitação profissional.

Destaca-se, também, o lançamento da Feira das Mulheres do Cerrado, criada a partir de demandas levantadas no Fórum pelas mulheres que não conseguiam escoar a produção de artesanato e itens alimentícios a fim de complementar a renda familiar, além do trabalho rural.

Dessa forma, em outubro de 2017, foi lançado o Edital do Processo Seletivo e aberto o período de inscrições para que as artesãs interessadas pudessem ter seus produtos avaliados a partir de quesitos como originalidade, qualidade, acabamento, técnica e atributos culturais e naturais referentes a identidade de Brasília e do Cerrado, comercializando-os na Feira. Com vistas a capacitar as artesãs com técnicas comerciais e atendimento ao público, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), oferecemos uma série de palestras sobre esses temas. A 1ª Edição da Feira foi realizada entre os dias 8/12 e 10/12 e a 2ª Edição entre os dias 15/12 e 17/12.

Em parceria com a SETUR, foram emitidas carteiras nacionais do artesão que, entre outros benefícios, possibilitam à artesã a participação em feiras de artesanato nacionais e internacionais, em oficinas e cursos de artesanato e o acesso a incentivos fiscais.

Com vistas ao planejamento das ações/atividades das unidades móveis, levantamento de demandas e discussão das políticas públicas de atenção das mulheres do campo foram realizadas 05 (cinco) reuniões do Fórum Distrital Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado.

Até novembro de 2017, as Unidades Móveis realizaram 856 (oitocentos e cinquenta e seis) atendimentos.

Em relação aos Centro Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs, foi ofertado acompanhamento psicossocial e jurídico às mulheres envolvidas, ou não, em situações de violência doméstica e familiar, promovendo a equidade de gênero e empoderamento.

Além do acompanhamento psicossocial, os CEAMs proporcionaram palestras e rodas de conversas com as comunidades locais, a fim de divulgar a Lei Maria da Penha e discutir as questões de gênero envolvidas nos casos de violência contra as mulheres. Colaborando, dessa forma, para a conscientização da população e, assim, para a prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar.

É importante mencionar que os CEAMs foram implementados no Distrito Federal por meio do Convênio nº 186/2013, celebrado entre o GDF e a SPM/PR, cujo objeto era equipar 6 (seis) Centros Especializados de Atendimento à Mulher. O referido convênio findou-se em 2015, sendo que os serviços foram custeados a partir de então pelo GDF (fonte 100). Na Proposta Orçamentária 2018, está prevista a construção de uma unidade do CEAM no Gama, que será a 5ª unidade deste serviço.

Em 2017, os CEAMs Ceilândia e Planaltina implantaram a busca ativa de demandas de atendimento por meio do acolhimento em grupo das mulheres em situação de violência que são encaminhadas pelas Delegacias de Polícia. Além disso, através de parcerias, os CEAMs têm realizado oficinas de técnicas de artesanato e arte terapia.

Também foram planejadas ações que pudessem contar com a participação das mulheres atendidas de forma a ampliar as possibilidades de acompanhamento com vivências externas à unidade, favorecendo o encontro com outras mulheres que também estão passando pelo mesmo processo de fortalecimento nos demais equipamentos da CEVICOM.

Até novembro de 2017, os CEAMs realizaram 3.426 atendimentos.

Informações complementares

Em 2017, foi realizado o IV Encontro de Mulheres de Terreiro do Centro Oeste, nos dias 16/12/17 e 17/12/17, das 9h às 18h, no Centro Espirita Caboclo Boiadeiro – AR 6 – Área Especial 2 Lote 01 – Sobradinho II. Contou com a participação de 1.600 (mil e seiscentas) pessoas em rodas de conversas, conferências, oficinas, *coaching* e roda de samba, promovendo ações afirmativas de empoderamento feminino, combate a todos os tipos de violência de gênero, principalmente às mulheres de terreiro, do campo, quilombolas, ciganas, negras, de matriz africana e LGBT.

Outra emenda foi a do Projeto Roda de Mulheres, foi realizada a primeira atividade prevista no Plano de Trabalho no dia 29/12/17 e, durante o ano de 2018, serão realizados 41 (quarenta e um) encontros com as servidoras para capacitação, 10 (dez) oficinas com as usuárias dos equipamentos e ainda 10 (dez) encontros culturais nos equipamentos. Estas rodas de mulheres possibilitam o contato com 7 (sete) elementos do universo feminino - autoestima, autoimagem, limites, violência, prevenção de doenças, sexualidade, trabalho, família, entre outros. Favorecendo sua ampliação por meios criativos.

Este ano, foi firmado o Acordo de Cooperação com a Câmara Legislativa do Distrito Federal para destinação de 2% das vagas de contratos terceirizados para mulheres em situação de violência, viabilizando a autonomia econômica das atendidas nas unidades da SEDESTMIDH.

Da mesma forma, foi firmado o Acordo de Cooperação com o Senado Federal para destinação de 2% das vagas de contratos terceirizados para mulheres em situação de violência, viabilizando a autonomia econômica das atendidas nas unidades da CEVICOM.

Em 2017, iniciou-se o projeto piloto do Dispositivo de Segurança que faz parte da implementação do Programa de Segurança Preventiva para as Mulheres em Medida Protetiva de Urgência. Esse programa, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, visa resguardar o atendimento priorizado às mulheres cadastradas, por intermédio da implantação de um aplicativo chamado Viva Flor. A SEDESTMIDH, por meio da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, faz parte do Comitê Executivo Operacional do Programa, tendo participado de várias reuniões ao longo do ano. Os servidores do CEAM IV foram treinados no dia 01/12 pela SSP-DF para instalação do aplicativo.

Também ocorreu a elaboração do Termo de Referência para a Contratação de Serviço de Alimentação para a Casa Abrigo e de *Kits* Lanches para as demais unidades em fase de licitação.

Foram formalizados os Grupos de Trabalho para elaboração dos Manuais de Procedimentos das Unidades, bem como protocolos de atendimento por meio da publicação da Ordem de Serviço nº 01, de 20 de junho de 2017; a elaboração e monitoramento do Mapa e do Planejamento Estratégico da maior parte das unidades; a conclusão do Mapeamento de Competências das unidades; as Oficinas de Indicadores, para a elaboração de um sistema de dados que mensurem os números de atendimento de mulheres de todos os equipamentos que

trabalhem com esse público. O grupo é constituído de representantes de várias áreas da SEDESTMIDH.

Projetos/Parcerias

● Apresentação e divulgação dos serviços nas Redes Sociais: os serviços de atendimentos às mulheres a pauta "violência contra à mulher" são apresentados em redes sociais e equipamentos da rede de apoio. Também durante alguns eventos, a equipe esteve presente em *stands* com a divulgação do trabalho. Foram dadas algumas capacitações sobre violência contra à mulher, como, por exemplo, a servidores da CODEVASF, Unidade Básica de Saúde 01 Centro de Saúde de Brasília 08, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, Força Aérea Brasileira – FAB, CRAS Varjão, IFB São Sebastião e Estrutural, Provid Santa Maria e Escola Classe 2 do Paranoá. Além disso, também houve divulgação por meio da concessão de entrevistas.

● Projeto Curta Maria: iniciativa da Casa da Educação Anísio Teixeira, visando o estímulo da produção de vídeos durante as comemorações dos 10 (dez) anos da Lei Maria da Penha para alunos do ensino público. Foram selecionados, em 2016, 05 (cinco) vídeos pela comissão julgadora composta. Sendo inéditos sobre a LMP com, no mínimo, 03 (três) minutos e, no máximo, 05 (cinco) minutos, destinados à veiculação nas redes de difusão audiovisual e online das entidades. Como início do concurso, houve uma jornada de 01 dia, coordenada pedagogicamente pela Casa da Educação Anísio Teixeira, para sensibilização, motivação e orientação quanto ao processo de participação. A equipe da CMB participou deste projeto no ano de 2016 em parceria com o CJM\TJDFT e com as mulheres atendidas, que foram convidadas a participar na comissão final de julgamento dos curtas, realizado em 2017.

● Cursos de Qualificação PRONATEC/Mulheres Mil: a Secretaria de Educação propôs a pactuação de cursos ofertados pelo programa PRONATEC/Mulheres Mil no segmento, onde foi possível o encaminhamento para a CMB. Foram ministrados diversos cursos até dezembro deste ano em muitas regiões administrativas do Distrito Federal. Esses cursos são um desdobramento do SPAE da CMB e envolvem as 3 (três) coordenações da Pasta de Mulheres. Além do encaminhamento de mulheres, a SUBPM participou do programa com a sensibilização dos professores, aula inaugural, desenvolvimento do Mapa da Vida, palestras sobre tipos de violências e atendimento psicossocial.

● Roda de Conversa: Atividade voltada para os servidores com a proposta de qualificação acerca das temáticas que envolvem a políticas de atendimento às mulheres com o convite externo para pautas especializadas. Surgiu pelo anseio do núcleo psicossocial em estar mais próximo dos outros órgãos e serviços, dialogando para melhor atendimento às mulheres na CMB. As rodas de conversa pensadas para este mês foram sobre masculinidade e mulheres estrangeiras.

● Curso de Recolocação Profissional: projeto de cursos semestrais de recolocação profissional para mulheres acompanhadas pelos equipamentos públicos. Este projeto é um desdobramento do SPAE da CMB e já teve duas turmas concluídas.

● Minicurso de Educação Financeira com o Banco de Brasília: esse ciclo de curso se desdobra em parceria com o Banco de Brasília, estendendo o seu tradicional programa de educação financeira às mulheres atendidas pela comunidade como forma preventiva no enfrentamento à violência por meio do fortalecimento e controle de sua renda. Capacitando para o planejamento de gastos e possibilidades de investimentos. Ocorreram 2 (dois) cursos durante o ano de 2017, 1 (um) por semestre.

● Parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB): iniciada, este ano, para desenvolver cursos e projetos que possam atender as mulheres acompanhadas pela CMB, juntamente com o IFB. Ademais, atender uma solicitação feita pela Reitoria para realizar ações

de enfrentamento à violência de gênero em seus 10 (dez) campos. Em razão disso, o IFB já desdobrou o interesse em firmar um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria, a fim de promover ações com os outros equipamentos da SEDESTMIDH. Em 2017, já foi ofertado a possibilidade de encaminhar mulheres para as oficinas profissionalizantes de curta duração no evento do IFB Conecta.

● Capacitação dos Servidores: no decorrer de 2017, alguns servidores da CMB foram capacitados tanto por meio de oficinas, seminários quanto por cursos de capacitação voltados para a área de trabalho. Algumas servidoras realizaram Capacitação sobre Manejo e Intervenção junto às Pessoas em Uso Problemático de Álcool e outras Drogas - CRR de Grupo Plano Piloto curso álcool e drogas, Gestão Pública e sobre o Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

● Oficina Regimento Interno e Manual de Procedimentos: oficina oferecida aos servidores da Secretaria e dos órgãos do colegiado gestor para criação do regimento e manual de procedimentos.

A Comunicação Institucional e Interação Social publicou Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2017, que institui o Plano de Publicidade e Propaganda do GDF - 2017. Desta forma a Secretaria elaborou campanha publicitária para o Disque Racismo, Mês da Consciência Negra, Campanha do Quesito Raça/Cor/Etnia e Campanha da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra e repassou ao órgão competente por meio do Memorando 163/2017 - GAB/SAMIDH/SEDESTMIDH. Contudo, tal ação não foi executada por falta de repasse de recurso, conforme explicitado no Memorando 031/2017 - SPP/SECOM.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**0,00**	**80.000,00**	**80.000,00**	**80.000,00**
0043 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-IV ENCONTRO DE MULHERES DE TERREIRO DO CENTRO OESTE A SER REALIZADO PELA CENTRAL ORGANIZADA DE MATRIZ AFRICANA-DISTRITO FEDERAL	0,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**200.000,00**	**200.000,00**	**200.000,00**	**0,00**
0009 - APOIO A PROJETOS- RODA DE MULHERES-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	**0,00**	**3.001.328,00**	**1.754.374,07**	**647.239,17**
0003 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-- RECANTO DAS EMAS	0,00	615.625,00	260.995,81	74.953,45
0005 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-QNM 28- CEILÂNDIA	0,00	1.190.706,00	834.980,10	398.664,47
0006 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-QNR- CEILÂNDIA	0,00	1.194.997,00	658.398,16	173.621,25
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**200.000,00**	**3.281.328,00**	**2.034.374,07**	**727.239,17**

Os Centro de Artes e Esportes Unificados - CEUs das Artes, integram no mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócios assistências, políticas de prevenção a violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social dentro do Distrito Federal.

Os Projetos Arquitetônicos de referência dos CEUs foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e interministerial para terrenos com dimensões de 3000 m² e 7000 m². Os Centros contam com bibliotecas, teatros, laboratórios, multimídia, sala de oficina, espaço de multiuso, CRAS, além de pista de skate, quadra de eventos coberto, *playground*.

O público alvo são pessoas em situações de vulnerabilidade social nas cidades do Recanto das Emas, Ceilândia e Taguatinga por conta da localização territorial do CEU da QNM 28.

A praça do CEU Recanto das Emas foi inaugurada em meados do primeiro semestre de 2017, o CEU da QNM 28 encontra-se em finalização de construção com previsão de entrega para o dia 19/01/2018. A Praça do CEU da QNR 02 Ceilândia, encontra-se com 85% de sua construção e previsão de conclusão até 15 de fevereiro do corrente ano.

6228 – FAMILIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-APOIO ÀS ATIVIDADES DO CENTRO SOCIAL TIA ANGELINA-DISTRITO FEDERAL	0,00	50.000,00	0,00	0,00
0002 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO DE CRIAN-APOIO A PROJETOS SOCIAIS-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2623 - CUIDANDO DA VIDA	**20.000,00**	**1.125.680,20**	**764.918,05**	**764.918,05**
0002 - CUIDANDO DA VIDA--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1.125.680,20	764.918,05	764.918,05
4091 - APOIO A PROJETOS	**162.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0008 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO RESSAQUINHA DA CASA DE ISMAEL - CONSTRUÇÃO DA SALA DE REPOUSO-REGIÃO I - PLANO PILOTO .	162.000,00	0,00	0,00	0,00
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	**687.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTOAO IDOSO-SOBRADINHO	687.000,00	0,00	0,00	0,00
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	**50.558.819,00**	**30.632.194,78**	**25.170.525,51**	**25.011.141,99**
0003 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO--DISTRITO FEDERAL	50.558.819,00	30.632.194,78	25.170.525,51	25.011.141,99
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	**1.001.000,00**	**3.227.977,37**	**409.300,00**	**356.239,00**
0006 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA--DISTRITO FEDERAL	1.001.000,00	3.227.977,37	409.300,00	356.239,00
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	**243.200,00**	**258.720,00**	**251.490,36**	**238.988,40**
5340 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA--DISTRITO FEDERAL	243.200,00	258.720,00	251.490,36	238.988,40
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**20.000,00**	**1,20**	**0,00**	**0,00**
0028 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1,20	0,00	0,00
4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	**20.000,00**	**410.283,20**	**0,00**	**0,00**
0003 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	410.283,20	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	**12.496.000,00**	**10.534.775,00**	**10.354.775,00**	**10.029.536,43**
0002 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS--DISTRITO FEDERAL	12.496.000,00	10.534.775,00	10.354.775,00	10.029.536,43
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	**5.500.000,00**	**44.843,94**	**44.842,33**	**0,00**
2940 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS--DISTRITO FEDERAL	5.500.000,00	44.843,94	44.842,33	0,00
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	**39.150.000,00**	**24.546.138,34**	**23.971.797,01**	**19.309.307,94**
0003 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	39.150.000,00	24.546.138,34	23.971.797,01	19.309.307,94
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**109.908.019,00**	**70.830.614,03**	**60.967.648,26**	**55.710.131,81**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1397 - ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS	301.922	UNIDADE	312.596	437.014	347.569	426.552	405.671	445.044	Sinopse Estatística/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
Justificativa: 2016 - Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país pode ser um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social. 2017 - Foi realizado 426.552 atendimentos em 2017, destes 229.352 referentes a proteção social básica e 197.200 pela proteção social especial. Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país é um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social.									
1406 - COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS		%	45	-	65	12.5	75	80	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida. 2017 - O projeto conta atualmente com 5 usuários frequentando o CAPS AD. Ressaltamos que outras pessoas buscaram nesse período tratamento para a superação de sofrimento relacionado ao abuso de substâncias. No entanto, ainda estão em processo de mobilização ou vinculação aos CAPS AD e não foram quantificados nessa etapa.									
1393 - DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – IAN	9,8	%	9,8	-	-	-	-	5,5	PNAD/IBGE / UO 25101 / OE 2
Justificativa: 2016 - O indicador não pode ser apurado, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados. 2017 - O indicador será apurado ao final do Quadriênio, com os dados da PNAD/IBGE.									
1408 - INSERÇÃO HABITACIONAL		%	10	-	20	50	30	37	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida. 2017 - Perceberam-se várias mudanças significativas no comportamento e na atitude dos usuários, após sua entrada no Projeto e fica patente a diferença na qualidade do acolhimento prestado a estas pessoas pelo Projeto Cuidando da Vida.									
1407 - INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA		%	5	-	18	15	35	53	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Justificativa: 2016 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida. 2017 - Um dos principais motivos do atraso no cumprimento desta meta foi a extinção do Pronatec Pop Rua, que seria a grande via de capacitação e profissionalização dos parceiros do Projeto Cuidando da Vida. Para buscar novas estratégias de inclusão das pessoas no mundo do trabalho, foi realizada supervisão com Léo Pinho, financiada pela FIOCRUZ, no dia 29/08 para discutir a construção de uma incubadora de empreendimentos para a população em situação de rua.									

1394 - MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO	24.000	UNIDADE	26.000	25.627	26.000	-	30.000	30.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Os atendimentos foram realizados em 200 instituições sociais cadastradas no Programa de Provimento Alimentar Continuado - PROVISAN da SEDESTMIDH. 2017 - Os atendimentos não foram realizados nas instituições sociais cadastradas no Prog. de Provimento Alimentar Continuado-PROVISAN, o contrato foi encerrado por desistência da então contratada e o processo licitatório não foi concluído. A dificuldade em contratar está ligada ao desenho do programa, que inclui no valor da aquisição o custo de entrega ponto a ponto, o que encarece a contratação e limita o número de cooperativas de agricultores familiares com capacidade técnica de atender a demanda.									
1396 - NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – EAS	869	UNIDADE	1.005	818	1.103	803	1.198	1.238	FAS/DF / UO 25101 / OE 3
Justificativa: 2016 - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao valor apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance ou superação da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social. 2017 - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social. A autorização para o concurso foi dada por meio da portaria n° 248 de 01 de junho de 2017, foi elaborado Projeto Básico para provimento de 314 vagas, o qual está submetido a SEPLAG para análise e aprovação.									
1392 - TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE	0,37	%	0,40	0,47	0,42	0.46	0,45	0,50	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - A retomada do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEE e SES, criou soluções para as dificuldades relativas ao acompanhamento das condicionalidades estabelecidas pelo Programa: telemarketing ativo para as famílias com perfil de acompanhamento da saúde; impressão de materiais que contribuíram para a organização do registro de atendimento; repasse de informações atualizadas do CadÚnico relativas as famílias público para localização da SES e realização de atendimento. 2017 - Se deu em virtude de: Fortalecimento do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela Sedestmidh, Sedu e Sesau; Criadas soluções para as dificuldades relativas ao acomp. da condicionalidades de saúde: telemarketing orientando comparecimento ao PS; Impressão de materiais para organização do registro; Repasse de informações atualizadas do CadÚnico; Realização de dois seminários intersetoriais de forma a fortalecer a rede e divulgação das listagens das famílias que precisam ser acompanhadas.									
1390 - TAC:TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	0,42	%	0,55	0,58	0,65	0.68	0,75	0,75	Cadastro Único/MDS / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Fundamental a parceria estabelecida com o MDSA para efetivação do procedimento. Neste processo os cadastros desatualizadospor período igual a superior a 48 meses são retirados da base cadastral. 2017 - Foi fundamental a parceria com MDS com a Exclusão Lógica - cadastros desatualizados por período igual ou superior a 48 meses são retirados da base cadastral. Outras ações importantes foram: Telemarketing ativo para as famílias cujos cadastros se encontravam com prazo de de validade extrapolado (2 anos); Procedimentos de apuração de irregularidades de recebimento de benefício de transf. renda; Chamamento de famílias para exclusões lógicas futuras e Aprimoramento do Sistema de Agendamento 156.									
1391 - TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	0,81	%	0,83	0,89	0,83	0.91	0,85	0,85	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
Justificativa: 2016 - A superação da meta estabelecida se deu em virtude da retomada do Comitê Gestor Intersetorial do Programa Bolsa Família, composto pela SEDESTMIDH, SEE e a SES. Conjuntamente foram cridas soluções relativas ao acompanhamento da frequência escolar. 2017 - Se deu em virtude de: Fortalecimento do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela Sedestmidh, Sedu e SeSau; Criadas soluções p dificuldades relativas ao acompanhamento da frequência escolar: foi apresentado ao MEC um problema identificado na rotina de reg. de frequência no Sistema Presença e estão sendo desenvolvidas estratégias no sentido de qualificar as informações escolares dos alunos em descumprimento de condicionalidades da Saúde com recursos do IGDPBF.									
1398 - VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	278.940	UNIDADE	292.380	278.940	306.268	205.856	351.808	372.788	SUBSAS/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
Justificativa: 2016 - A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ações previstas:- Implantação de 01 CRAS: 5.000 novas vagas de atendimento/mês;- Ampliação de 700 vagas/mês de SCFV por meio de execução indireta;- Execução Programas FAST e PFF: 75 vagas/mês- Implantação de Centro Dia por meio de Parceria: 60 vagas/mês;- Ampliação do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias: > UNAF Planaltina: 120 vagas/mês > UNAF Ceilândia: 150 vagas/mês- Amp. 2017 - A capacidade de atendimento mês das unidades públicas de Assistência Social em 2017 foi de 205.856 pessoas, desta 27.508 são da Proteção Social Especial e 178.348 da Proteção Social Básica. A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ampliações de serviços e implantação de novos serviços previsto.									

A Gestão de Tra nsferência de Renda e Cadastro Único no âmbito da Subsecretaria de Assistência Social e sua Coordenação de Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único, é responsável por coordenar e acompanhar as atividades relacionadas à política de transferência de renda no Distrito Federal. Tal atividade se concretiza por meio dos programas Bolsa Família/PBF; Programa DF sem Miséria-DFSM; Bolsa Alfa-BA, e; Programa Vida Melhor-PVM (finalizado em novembro/2017).

Para que as famílias recebam o repasse de transferência de renda devem estar inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), além de cumprir com compromissos nas áreas de Educação e Saúde (Condicionalidades), com o objetivo de acessarem essas políticas básicas. Desse modo, tanto a gestão do Cadastro Único quanto o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades são realizadas pela Secretaria e Cadastro Único.

O PBF atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único e com o seguinte perfil:

- Famílias com renda por pessoa de até R$ 85 mensais;
- Famílias com renda por pessoa entre R$ 85,01 e R$ 177 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

A seleção para o Programa ocorre de forma automatizada, mediante informações contidas no Cadastro Único. A estimativa de famílias pobres para o DF – conforme o Censo de 2010 – 95.674 (noventa e cinco mil, seiscentas e setenta e quatro).

Em consonância com o PBF, desde julho de 2011, existe o Plano DF sem Miséria, que sob a ótica da transferência de renda, repassa recursos financeiros do GDF a todas as famílias beneficiárias do PBF que apresentem renda *per capita* mensal inferior a R$ 140,00, após o recebimento dos valores do programa federal. Os valores do suplemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recurso de suplementação do Plano DF sem Miséria.

Número de Famílias Beneficiarias do PBF e DFSM em 2017

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS – ÚLTIMOS 12 MESES			
MÊS	**PBF SEM DFSM**	**PBF COM DFSM**	**TOTAL**
01/2017	20.771	61.442	**82.213**
02/2017	21.384	62.084	**83.468**
03/2017	20.636	62.650	**83.286**
04/2017	21.589	61.754	**83.343**
05/2017	19.306	60.807	**80.113**
06/2017	19.331	60.487	**79.818**
07/2017	20.772	55.619	**76.391**
08/2017	19.119	59.462	**78.581**
09/2017	18.146	59.564	**77.710**
10/2017	18.707	60.090	**78.797**
11/2017	18.990	58.457	**77.447**
12/2017	18.494	60.712	**79.206**

Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona mais proteção às famílias mais vulneráveis, além de garantir o acesso aos mínimos sociais. Para se manter como beneficiária a família deve cumprir os compromissos (condicionalidades) nas áreas de educação e de saúde, quais sejam:

- Saúde

- Crianças menores de 7 anos: manter atualizado o calendário de vacinação e de desenvolvimento (pesar e medir), conforme o calendário do Ministério da Saúde.
- Gestantes: realização do pré-natal nas unidades de Saúde.

• Educação

- Frequência escolar mínima de 85% para alunos de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos.

No ano de 2017, foi dada continuidade às atividades do Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família no DF, cuja estrutura encontra-se publicada na Portaria Nº 111, de 23 de agosto de 2016 – Sedestmidh. O objetivo do Comitê Gestor é fortalecer as ações intersetoriais do Programa Bolsa Família, junto à Saúde e Educação.

O Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família no DF, integrado por representantes da Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, realizou durante 2017, 6 (seis) reuniões deliberativas.

Junto à Secretaria de Saúde foram realizados dois seminários intersetoriais nas regiões Sudoeste (Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga) e Leste (Itapoã, Paranoá e São Sebastião) de forma a fortalecer a rede intersetorial local, garantindo assim a proteção social às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Aliado a isso na 1ª e 2ª vigência foram divulgadas nas mídias digitais da Sedestmidh (*facebook,* sítio da Secretaria, www.sedest.df.gov.br) as listagens das famílias beneficiárias que deveriam ser acompanhadas na Saúde. Foi orientado que essas famílias comparecessem aos Centros de Saúde próximos de sua residência para acompanhamento e registro das condicionalidades do Programa. Tais medidas permitiram que o DF alcançasse um índice de 46,04% de famílias acompanhadas no 1º semestre de 2017. Tal índice é o segundo maior da média histórica do DF, desde a sua adesão ao Programa Bolsa Família.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE EM 2017			
Período de Acompanhamento	Famílias perfil Saúde no Bolsa Família (2)	Famílias acompanhadas (3)	
		nº	% (Taxa Saúde para IGD)
1º Semestre/2017	67.517	31.084	46,04
2º Semestre/2017[13]	62.718	18.736	29,87

Para a Educação foram retomadas as discussões acerca de projeto piloto que visa qualificar as informações dos alunos infrequentes, bem como ajustar as informações escolares no Sistema Presença da Educação e no Cadastro Único, de forma que sejam reduzidos os alunos Não Localizados (NLoc) por inconsistência das informações entre essas duas bases.

Nota-se redução no número de beneficiários com perfis passíveis de acompanhamento de frequência escolar de 124.327 (cento e vinte e quatro mil e trezentos e vinte e sete) crianças e adolescentes em novembro/2017 para 104.967 (cento e quatro mil novecentos e sessenta e sete mil) em novembro/2017. Em reflexo, o quantitativo de famílias acompanhadas também foi reduzido de 111.558 (cento e onze mil e quinhentos e cinquenta e oito) em novembro/2016

[13]Os quantitativos referentes ao 2º Semestre/2017 ainda não foram consolidados. Os valores apresentados são resultado parcial da 2º vigência de 2017 (acessados em 04/01/2017), tendo em vista que o prazo para registro no Sistema Bolsa Família da Saúde foi prorrogado para prorrogado para 12/01/2018.

para 95.843 (noventa e cinco mil e oitocentos e quarenta e três) em novembro/2017[14]. Entretanto, percentualmente houve acréscimo total, uma vez que em novembro/2016 a taxa de acompanhamentos efetuados era de 89,73% e em novembro/2017 a taxa alcançou os 91,31% percentuais.

ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR EM 2017			
Período de Acompanhamento	Beneficiários perfil Educação no Bolsa Família (2)	Beneficiários acompanhados (3)	
		nº	% (Taxa Educação para IGD)
Novembro/2017	104.967	95.843	91,31
Setembro/2017	106.560	92.498	86,80
Julho/2017	111.818	90.266	80,73
Maio/2017	114.229	97.459	85,32
Março/2017	116.700	95.960	82,23
Novembro/2016	124.327	111.558	89,73

Conforme descrito na Portaria nº 251/12, deverão ser priorizadas no acompanhamento familiar com registro no Sistema de Condicionalidades (Sicon), em especial, as famílias com o maior número de suspensões e com registro de motivos relacionados à violação de direitos e extrema vulnerabilidade social/renda.

Diante disso, nos meses de repercussão do descumprimento de condicionalidades (meses ímpares à exceção de janeiro) os arquivos de suspensão são disponibilizados aos equipamentos da Assistência Social (Cras, Creas, Centros Pop, Unidades de Acolhimento e Centro da Diversidade) com objetivo de assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social sejam atendidas/acompanhadas pelos serviços da Assistência Social e pelas políticas de Saúde e Educação.

Ainda sobre as condicionalidades é salutar mencionar que o processo de orientação realizado a profissionais dos equipamentos da Assistência Social do DF acerca das ferramentas disponíveis para atendimento/acompanhamento das famílias que estão sofrendo repercussões nos benefícios do Programa Bolsa Família, fruto do descumprimento das condicionalidades de saúde e educação, qualificou o atendimento no ano de 2017. No segundo semestre de 2017 foram realizadas duas oficinas para 49 (quarenta e nove) profissionais, para qualificar os conceitos, operacionalização e conhecimento das plataformas e ferramentas utilizadas para atendimento dessas famílias.

No que concerne à qualificação das informações cadastrais, foram realizadas 26 visitas técnicas aos equipamentos da Assistência Social do DF (Cras, Creas, Centros Pop) com a participação de 231 servidores, objetivando nivelar o entendimento sobre o Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa DF sem Miséria e fluxos/rotinas operacionais. Ainda sobre essa temática, foram ofertadas seis turmas de entrevistadores dos formulários do Cadastro Único e uma oficina de Fiscalização, com 128 servidores da Sedestmidh e órgãos parceiros capacitados; e emitidos cinco Boletins Informativos às unidades que operacionalizam o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família.

Informações Complementares

[14] A redução sinalizada se deve à exclusão lógica operada pelo Ministério do Desenvolvimento Social no mês de setembro/2017, que excluiu cerca de 30.000 cadastros no DF, incluindo famílias beneficiárias.

É de fundamental importância o controle do gasto dos recursos públicos. Sob esse viés, são realizadas atividades de fiscalização relacionadas ao recebimento indevido dos benefícios de transferência de renda no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF) – pago com recurso do Governo Federal – e da suplementação financeira no Plano DF sem Miséria (DFSM) – pago com recurso do GDF.

A fiscalização objetiva identificar o recebimento irregular do PBF e DFSM devido à prestação de informações falsas no momento do cadastramento ou da atualização cadastral. As informações incorretas podem ensejar no recebimento indevido de benefícios por famílias que não atendam aos critérios de elegibilidade dos programas. Ressalte-se que não há procedimento de fiscalização relacionado à utilização dos recursos desses programas. Em caso de suspeita de recebimento irregular, os benefícios podem ser bloqueados preventivamente, até que a apuração ocorra, sendo os princípios de contraditório e da ampla defesa respeitados.

Tendo em vista que as normativas do DFSM foram omissas quanto aos procedimentos de fiscalização que deveriam ser adotados, realizou-se consulta à Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) questionando sobre as atividades e fluxos que poderiam ser adotados. Os questionamentos foram encaminhados no Processo SEI nº 0431-000323/2017, tendo o despacho com orientações da douta Procuradoria chegado ao conhecimento da Secretaria em setembro de 2017.

Entretanto, as atividades de fiscalização não se mantiveram inertes no período de consulta, embora algumas atividades de análise aguardaram o posicionamento do PGDF, de modo que apresentamos os seguintes resumo de atividades:

Atividades desenvolvidas em 2017

No ano de 2017, foram realizadas 165 (cento e sessenta e cinco) visitas domiciliares O quadro abaixo descreve o quantitativo de denúncias recebidas e visitas realizadas no ano de 2017:

QUANTITATIVO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS/NÚMERO DE VISITAS POR MÊS EM 2017		
Mês	**Número de entrada de denúncias**	**Visitas Realizadas**
Janeiro	15	7
Fevereiro	9	7
Março	27	20
Abril	22	12
Maio	13	29
Junho	25	11
Julho	10	0*
Agosto	13	19
Setembro	12	39
Outubro	10	14
Novembro	5	2
Dezembro	2	5
Total	163	165

Fonte: Planilha de denúncias GEAF – dezembro/2017

*Período em que esta Gerência realizou ações referentes ao TCDF e MPF.

As denúncias podem ser recebidas por diferentes canais de comunicação: via denúncia na Ouvidoria-Geral do GDF (Central Telefônica de Atendimento 162), equipamentos da Assist Cras e Creas da Sedestmidh, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); órgãos de

controle; e outros. Seguem dados detalhados por Região Administrativa e a origem das denúncias:

VISITAS REALIZADAS 2017		
Região Administrativa	**Quantitativo**	**Origem**
Fercal	1	Ouvidoria
Núcleo Bandeirante	1	Ouvidoria
Riacho Fundo	1	Ouvidoria
Candangolândia	2	Cras
Ceilândia Sul	2	Senarc/MDS
Estrutural	2	Ouvidoria
Gama	2	Caixa, Ouvidoria
Brazlândia	3	Ouvidoria
Sobradinho	3	Senarc/MDS
Varjão	4	Cras
Paranoá	6	Ouvidoria, Caixa, Cras
Taguatinga	6	Ouvidoria
Guará	7	Cras, Seads
Recanto das Emas	8	Ouvidoria, Cras
Itapoã	9	Ouvidoria, Cras
Ceilândia	12	Ouvidoria, Caixa, Cras, Senarc/MDS
Santa Maria	12	Ouvidoria, Cras
Planaltina	15	Ouvidoria, Ascom
Samambaia	18	Ouvidoria, Cras, Senarc/MDS
Sobradinho II	51	Ouvidoria, Cras, Senarc/MDS
Total	165	

Os procedimentos de visitas domiciliares foram realizados com tentativa de agendamento prévio junto aos beneficiários. Durante as visitas, os servidores preenchem o formulário físico de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e atualizam os dados no sistema V7 do Cadastro Único. Em seguida, elaboram Parecer Técnico com as informações coletadas a partir do relato do Responsável pela Unidade Familiar (RF), anexam e arquivam os dados.

a. Denúncia realizada pelo Tribunal de Contas do DF

O Núcleo de Fiscalização em Tecnologia da Informação (NFTI) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), encaminhou para a Sedestmidh o Relatório de Inspeção n° 7.0101-13 NFIT/TCDF, referente ao Processo n° 878/13, contendo dois Achados com indícios de suposto recebimento indevido de benefícios de transferência de renda: Achado 1, composto por arquivo contendo dados de 814 (oitocentas e quatorze) famílias, e, Achado 2, com 46 (quarenta e seis), totalizando 860 (oitocentos e sessenta) casos.

Tendo em vista que o relatório do TCDF considerou a folha de pagamento de beneficiários do DF sem Miséria (DFSM) de abril/2013 e a RAIS do ano de 2009, solicitou-se à Controladoria-Geral do DF (CGDF) realização de batimento com os dados da Relação Anual de

Informações Sociais (RAIS) do ano 2013. Retiraram-se, também, as duplicidades, culminando em redução dos casos. O Achado 1 passou a conter 577 famílias para averiguação, e o Achado 2, 44 famílias, totalizando 621 (seiscentos e vinte um) casos.

Ressalte-se que, antes de iniciar as visitas a esse público, foi necessário organizar os arquivos, e, reunir e unificar a documentação de acordo com a origem das demandas. Esse procedimento foi importante para que se pudesse compreender o histórico das ações adotadas até aquele momento. Outra medida significante foi o início de estudo pelos novos servidores da equipe, pois os fluxos e procedimentos de Fiscalização lhes eram alheios, desde o modo de abordagem durante a realização de visitas e coleta de dados, até a análise dos processos.

Para os procedimentos relacionados a processos, buscou-se auxílio junto à Unidade de Controle Interno e Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria. Foram realizadas reuniões para que as dúvidas pudessem ser apresentadas e os questionamentos pudessem ser elaborados, visto que a omissão das normativas distritais quanto aos procedimentos, limites de atuação e fluxos no âmbito da fiscalização de recebimento indevido de benefícios de transferência de renda repassados pelo Governo do Distrito Federal restringem as atividades dos servidores.

Em paralelo, para que a determinação do TCDF fosse cumprida, os procedimentos técnicos de apuração foram iniciados. Primeiramente realizou-se consulta à base dos seguintes sistemas: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Sistema de Gestão de Benefício (Sibec), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) do DF e o Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (Sids).

Em continuidade às Ações de Fiscalização e Coleta de Dados desenvolvidas no ano de 2016, e após esgotamento das alternativas de localização das famílias, realizou-se a 4ª Ação, utilizando-se a convocação via Edital de Chamamento, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n° 15, de 20 de janeiro de 2017. Foram convocadas 189 (cento e oitenta e nove) famílias, porém, a efetividade foi bastante reduzida, de forma que apenas uma família compareceu para atualização cadastral e coleta de dados.

RESUMO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS			
Ações	Convocados	Agendados	Atualizados
1ª Ação	614	42	42
2ª Ação	535	240	183
3ª Ação	273	98	70
4ª Ação	189	2	1
Total	1.611*	382	296

*As famílias que não comparecerem nas ações iniciais, foram convocadas nas demais ações, por isso o número de convocações é superior ao da demanda total.

Após a coleta de dados, a fase de análise dos 296 (duzentos e noventa e oito) casos foi iniciada, apresentando os seguintes resultados:

- Confirmação da ocorrência de irregularidade no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 57 (cinquenta e sete) casos;
- Impossibilidade de confirmar se ocorreu a irregularidade no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 35 casos; e,
- Não confirmação dos indícios de irregularidades no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 204 casos.

Para a realização das análises foram utilizados dados das seguintes bases de informação:

- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)

- Sistema de Benefícios do Cidadão - Sibec;
- Folha de pagamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família no DF;
- Folha de pagamento dos beneficiários do programa de transferência de renda do Distrito Federal, o DF Sem Miséria (DFSM);
- Arquivo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referente ao ano 2013, fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Foi verificado após as convocações das Ações realizadas, o quantitativo de 153 (cento e cinquenta e três) famílias que não compareceram para a atualização cadastral e coleta de dados. Os motivos do não-comparecimento foram relativos à: dificuldade em contatar algumas famílias devido à falta de informações atuais de endereço e telefone; a ausência da família, mesmo tendo sido agendada, sem prévia justificativa; e, a decisão deliberada da família em não atender ao chamamento. Tendo em vista o não-comparecimento, os benefícios foram bloqueados previamente até que a apuração fosse finalizada. Os Centros de Referência em Assistência Social do DF receberam listagem contento os nomes desse público, para que, caso a família entrasse em contato com a unidade, pudesse ser orientada a comparecer na Secretaria e Cadastro Único para atualização cadastral e coleta de dados.

Ressalte-se que, considerando que a legislação do DF sem Miséria não prevê penalidades para as famílias beneficiárias, optou-se por questionar a Procuradoria-Geral do DF sobre os procedimentos que deveriam ser adotados a partir de então. Os questionamentos foram encaminhados no Processo 0431-000323/2017, junto a rol de outras dúvidas, tendo o despacho da douta Procuradoria chegado ao conhecimento da Secretaria em setembro de 2017.

Foi encaminhado ao TCDF Relatório contendo resultado das análises finalizadas e no momento está sendo realizada consulta quanto à medida que deverá ser adotada para as famílias que não compareceram aos chamamentos.

b. Denúncias realizadas pelo Ministério Público Federal (MPF)

No ano de 2017 foram realizadas as 2ª e 3ª ações de Coleta de Dados e Atualização Cadastral – público do Anexo I, IV e V da mídia digital encaminhada àquele MPF.

Na 2ª ação foi desenvolvida atividade a partir da capacidade de atendimento da Secretaria, que previu o atendimento de 300 famílias constantes, prioritariamente, dos Anexos I, IV e V, no período de 12 a 16/06/2017 e 19 a 21/06/2017. A convocação foi realizada por Telemarketing Ativo pela Central de Atendimento 156 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), devido a parceria entre Sedestmidh e aquela instituição.

Considerando-se a estimativa de atendimento e a dificuldade de convocar as famílias, elaborou-se planilha contendo dados de 700 famílias desse grupo, tendo sido acrescidas 45 famílias do Anexo III e 1 família do Anexo I.

Para a geração da listagem, que ao final contava com 746 registros, utilizou-se os seguintes arquivos: MPF "listagem MPF"; dados da Extração do Cadastro Único; dados da Folha de Pagamento PBF e DFSM; arquivo de Bases Administrativas; e, Arquivos de Revisão e Averiguação Cadastral 2016 e 2017; arquivos de Manutenção de Endereços no Cadastro Único. As informações foram inseridas em um único arquivo, ordenando-se as famílias pelo Número de Identificação Social (NIS). Considerando-se que o NIS deve ser único para cada pessoa, foi possível identificar duplicidades, repetições e casos em que houve alteração do NIS, identificando-se o válido. Feito isso, ordenou-se por Código Familiar, e após, conforme, selecionou-se prioritariamente as famílias que pertenciam aos anexos I, IV e V e não pertenciam aos demais arquivos, quais sejam Bases Administrativas, rotinas de Averiguação e Revisão Cadastral e públicos das ações de fiscalização.

A efetividade da ação foi baixa. Houve apenas 65 (sessenta e cinco) agendamentos e 54 (cinquenta e quatro) famílias compareceram para atendimento e coleta de informações.

Na 3ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastra foram priorizados os atendimentos das famílias do Anexo III, conforme capacidade de atendimento da Secretaria. A previsão foi de 150 atendimento para o período de 14 a 18/07/2017. Selecionou-se 300 famílias desse anexo. A geração da planilha seguiu os moldes do processo mencionado na 2ª Ação, priorizando-se a convocação de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). O chamamento das famílias ocorreu por Cartas de Convocação com Aviso de Recebimento (AR). Ao todo, 168 (cento e sessenta e oito) cartas foram efetivamente entregues. As demais foram devolvidas, majoritariamente, por "endereço incompleto", tendo havendo indicação dos motivos "Desconhecido", "Não Localizado" "Sem número" pelo Correios. Houve o agendamento de 159 (cento e cinquenta e nove) famílias, das quais 106 (cento e seis) compareceram para 3ª Ação.

Resultado das 2ª e 3ª Ações:

Resultado da apuração da 2ª e 3ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastral			
CNPJ			94
Outros benefícios além do PBF e DFSM	Aposentadoria		12
	Auxílio por morte		
	BPC	11	
	Pensão por morte		
	Seguro desemprego	1	
Servidor público			23
TOTAL			**129**

As demais 31 famílias atendidas, das 160 que compareceram, declararam desconhecimento quanto aos questionamentos relacionados à inscrição de CNPJ, recebimento de outros benefícios para além do PBF e DFSM e existência de servidor público na família.

Ressalte-se que, em relação ao público do Anexo III, que trata de "Proprietários/responsáveis por empresas ativas", identificou-se, após 1ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastral, que parcela significativa do público possuía CNPJ inscrito como Microempreendedor Individual (MEI) do DF. Cumpre esclarecer que o MEI faz parte do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, que visa a promoção da formalização de pequenos negócios de trabalhadores que atuavam por conta própria. No ano de 2014 houve campanha do Governo Federal para adesão ao MEI, conforme portal eletrônico oficial do Governo Federal, link http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/campanha-sobre-o-mei-estimula-formalizacao.

Para que se pudesse ter mais informações sobre esse público de empresários/ microempreendedores, solicitou-se à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) dados dessas famílias. Solicitou-se, ainda, dados relativos ao número do CNPJ, data de inclusão no CNPJ, data de encerramento do CNPJ (para os casos inativos) e se há valores devidos à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS, para subsidiar posterior resposta desta Pasta ao MPF.

A solicitação foi encaminhada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal à Subsecretaria de Receita, em 24 de julho de 2017, de "modo a buscar apoio nas informações dos sistemas e controles capazes de configurar a movimentação fiscal/econômica em nível incompatível com a percepção de programas sociais". O retorno da consulta ocorreu para Secretaria em 12/09/2017.

A Subsecretária da Receita informou que:

[...] a princípio, a prestação de informações na forma solicitada não se enquadra nas exceções elencadas no art. 198 do Código Tributário Nacional, *in verbis*:

> Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação económica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
>
> $ 1º Excetuam - se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes:
>
> I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
> II - Solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, Dor prática de infração administrativa.
>
> $ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
>
> $ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:
>
> I - Representações fiscais para fins penais;
> II - Inscrições na Dívida Atava da Fazenda Pública;
> III - Parcelamento ou moratória.

Dessa forma, as medidas estão sendo adotadas no sentido de continuar com as apurações remanescentes.

Denúncias realizadas pela Secretaria de Transparência e Controle nos anos de 2012 e 2013.

Após o retorno da Procuradoria-Geral do DF acerca da consulta realizada no que concerne às penalidades que deveriam ser adotadas, em dezembro/2017 foram retomadas as análises dos processos instruídos no ano de 2016, conforme orientação da Unidade de Controle Interno (UCI).

Com relação à política de Segurança Alimentar e Nutricional é importante destacar que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Lei Federal nº 11.346/2006) foi instituído na perspectiva de assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Estabeleceu que alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

O Decreto nº 7272/2010 regulamentou a Lei nº 11.346, instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e, estabeleceu as diretrizes para elaboração dos Planos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Com a publicação da Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008, foi instituída a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, que foi alterada pela Lei nº 4.725, de 28 de dezembro de 2011. A referida Lei estabelece como integrantes do SISAN/DF: a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/DF, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN/DF e as

instituições privadas, com ou sem fins lucrativos que manifestem interesse na adesão ao SISAN/DF.

Manutenção e Funcionamento da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal - CAISAN/DF

A CAISAN/DF tem por objetivo promover a articulação e integração entre os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, além de elaborar, monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e a aplicação de recursos em ações ou programas de interesse da área de segurança alimentar e nutricional.

Em 2017, a CAISAN realizou uma (1) reunião do Pleno Secretarial, três (3) do Pleno Executivo e treze (13) do Comitê Técnico 07, além de realizar outras reuniões específicas de articulação.

A prioridade de trabalho da Secretaria Executiva da Câmara foi a elaboração do II PDSAN- 2016/2019, considerando o atraso na elaboração do mesmo.

Preliminarmente à constituição do Comitê Técnico nº 07, foi realizado o levantamento das metas do I PDSAN junto aos órgãos responsáveis pelas mesmas e análise dos Programas Temáticos do Plano Plurianual de Governo-PPA 2016/2019, na perspectiva de verificar as metas (orçamentárias ou não) relacionadas com a segurança alimentar e nutricional.

Os membros do Comitê Técnico nº 07 optaram por iniciar o II Plano pela definição das metas, por diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e, para tanto, foram analisadas as metas do I PDSAN (cumpridas, parcialmente cumpridas ou não cumpridas) e as deliberações da IVª Conferência Distrital de SAN (2015), com vista a também contemplar os anseios da sociedade civil com relação às questões relacionadas à SAN. As metas foram aprovadas pelo Pleno Secretarial e, posteriormente, ratificadas pelo CONSEA/DF.

Em decorrência do Decreto nº 37.895/2016, publicado no DODF de 28/12/2016, foi trabalhado no Pleno Executivo da CAISAN a recomposição da Câmara, considerando a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e competências dos órgãos, em especial, da SEDESTMIDH que tem sob sua gestão políticas relacionadas com a área de segurança alimentar e nutricional, como: segurança alimentar e nutricional, assistência social, direitos humanos e igualdade racial.

Manutenção e Funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal - CONSEA/DF

O CONSEA/DF é órgão de assessoramento imediato ao Governador do Distrito Federal e se constitui como espaço privilegiado de articulação entre governo e sociedade civil, com o objetivo de propor diretrizes para as ações na área da segurança alimentar e nutricional, apoiando a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no Distrito Federal.

Em 2017, foram realizadas pelo CONSEA/DF cinco (5) reuniões ordinárias, uma (1) reunião extraordinária e quatro (4) reuniões da Comissão Organizadora da Etapa Distrital para a 5ª Conferência +2. Nestas reuniões ocorreram importantes discussões e encaminhamentos referentes à área de segurança alimentar e nutricional.

Após a realização do processo de seleção, no início do ano houve a recomposição dos conselheiros da sociedade civil, com mandato de dois anos. O CONSEA/DF realizou uma capacitação para os novos conselheiros nos dias 17 e 18 de abril.

Em março, na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho, foi eleito o novo presidente, representando a sociedade civil.

No dia 18 de dezembro de 2017, o Conselho, em parceria com a Secretaria e a CAISAN/DF, realizou a Etapa Distrital para a 5ª Conferência +2, com a participação de, aproximadamente, 50 pessoas. Os documentos produzidos neste evento subsidiarão o Encontro Nacional a ser realizado em março de 2018.

Ações e Programas de Segurança Alimentar e Nutricional Executados pela Secretaria

As **ações de provimento alimentar direto em caráter emergencial** consistem na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em 2017, a Secretaria teve cinco contratos referentes a Cestas de Alimentos (referentes à aquisição de cestas secas, cestas verdes orgânicas e transporte e entrega):

A Empresa Milano foi fornecedora da cesta seca de 2016 até 02/06/2017 data em que se encerrou o contrato. Foram recebidas 25.000 cestas no período. A nova Empresa fornecedora cestas foi a CAL através de contrato emergencial (encerrado no dia 11/01/2018). Foram recebidas 29.423 cestas em nosso galpão durante o período.

Foi assinado contrato com a cooperativa ASTRAF para a aquisição de cestas verdes orgânicas com a intenção de possibilitar o fomento à agricultura familiar. Como os produtos da cesta verde são originários da produção orgânica, podemos considera-los mais saudáveis para a população, por serem livres de agrotóxicos, hormônios e outros produtos químicos, contribuindo dessa forma, para a promoção do direito humano a alimentação adequada, além de promover a disseminação de sistemas de produção de menor impacto ambiental e contribuir para a Soberania Alimentar e Nutricional. Além disso, os produtos fornecidos pela Agricultura Familiar são uma garantia de comercialização para o mercado institucional, uma alternativa para o combate à pobreza rural e a promoção do desenvolvimento econômico local.

A Empresa RG Beta, contratada para operacionalizar a entrega das cestas aos beneficiários, possuía um contrato para entrega de 30.000 cestas anuais (2.500 mensais), que também se encerrou em 2017, porém, foi feita nova licitação com capacidade de entrega de 8.000 cestas mensais com a mesma Empresa para suprir a demanda crescente de concessões.

As regras e formas da concessão estão previstas no Protocolo para Concessão de Cestas de Alimentos da SEDESTMIDH. Salientamos que a partir do mês de julho, o sistema de concessão e controle de cestas (SIDS 2.0) passou a ter a informação específica de pedidos de cestas orgânicas, conforme quadro abaixo, com o quantitativo de solicitações em 2017:

QUANTIDADE DE CESTAS SOLICITADAS NO SIDS EM 2017		
MÊS	**QTE. DE CESTAS GERAL**	**QTE. DE CESTAS ORGÂNICAS**
JAN	6.312	-
FEV	5.503	-
MAR	6.472	-
ABR	4.983	-
MAI	6.501	-

JUN	4.259	-
JUL	3.712	533
AGO	4.112	944
SET	3.554	958
OUT	4.699	1.396
NOV	4.086	1.200
DEZ	4.678	1.618
TOTAL	**58.871**	**6.649**

As entregas de cestas orgânicas iniciaram em junho, antes do SIDS 2.0 ter o informativo de cestas orgânicas solicitadas, dessa forma, a liberação dessas cestas foi feita baseada na análise dos requisitos já contidos nos requerimentos (crianças até 7 anos e idosos). Abaixo, o quantitativo das cestas entregues em 2017:

QUANTIDADE DE CESTAS ENTREGUES EM 2017		
MÊS	**QTE. DE CESTAS SECAS**	**QTE. DE CESTAS ORGÂNICAS**
JAN	4.578	-
FEV	3.023	-
MAR	5.855	-
ABR	4.663	-
MAI	5.147	-
JUN	1.400	1.280
JUL	1.562	960
AGO	6.340	1.798
SET	3.058	1.050
OUT	5.505	2.000
NOV	7.586	2.000
DEZ	5.981	1.100
TOTAL	**54.698**	**10.188**

O **Programa de Provimento Alimentar Institucional– PROVISAN** foi formatado a partir de uma revisão do fornecimento de pão e leite, oriundo da extinta ação Nutrindo à Mesa – Nosso Pão e Nosso Leite. Atualmente, a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar. A ação integra duas estratégias: colaborar com as entidades e programas sociais e contribuir com a redução da pobreza rural, uma vez que os alimentos são adquiridos de agricultores familiares.

Por meio desse programa, que objetiva complementar a alimentação ofertada nas unidades cadastradas sob o escopo do Decreto Distrital n° 33.329, de 10 de novembro de 2011 e da Portaria n° 51, de 05 de outubro de 2012, seriam atendidas cerca de **200 instituições e programas sociais.**

No entanto, em novembro de 2016, as entregas foram interrompidas pela então contratada, por enfrentar dificuldades em cumprir o contrato, devido à alegação de defasagem nos preços praticados. Foi solicitado o realinhamento dos preços dos produtos, porém foi negado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal por entender que os motivos alegados pela Cooperativa não seriam suficientes para subsidiar tais alterações.

O processo licitatório para contratação de novos fornecedores não foi concluído e, por isso, os atendimentos não foram realizados.

O Programa **Restaurantes Comunitários** do DF foi responsável por servir mais de 17.689(dezessete mil seiscentos e oitenta e nove) refeições por dia, totalizando 5.218.264 (cinco milhões duzentos e dezoito mil duzentos e sessenta e quatro) refeições servidas ao longo de 295 dias do ano de 2017.

O encerramento antecipado de alguns contratos (por abandono da contratada) resultou no fechamento de algumas unidades, que foram reabertas por meio de contrato emergencial.

Restaurante / Mês	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Brazlândia	0	0	0	4.119	36.212	35.822	37.985	37.208	20.147	0	25.235	19.422
Ceilândia	54.151	35.281	53.884	43.268	54.410	51.802	54.165	53.084	49.819	40.170	18.984	14.402
Estrutural	27.691	24.476	30.492	22.414	28.858	29.066	32.212	33.211	29.601	29.165	27.484	29.266
Gama	46.073	40.455	47.396	37.605	47.521	44.397	44.268	45.467	44.266	30.822	18.111	21.156
Itapoã	32.662	28.662	33.248	24.388	30.449	30.722	33.248	31.600	0	0	18.933	25.364
Paranoá	0	0	0	16.071	29.111	30.075	33.827	34.326	17.681	0	16.933	24.371
Planaltina	50.385	43.633	52.932	40.488	50.663	50.121	52.263	51.486	49.657	50.731	47.013	40.721
Recanto das Emas	32.261	25.049	28.399	22.074	26.987	27.861	30.478	30.386	28.821	26.611	25.618	29.055
Riacho Fundo	1.366	25.201	32.191	26.837	34.549	38.214	40.329	42.399	37.078	36.246	33.456	35.543
Samambaia	42.810	37.894	45.171	34.902	44.426	29.552	50.063	50.367	47.696	44.932	48.322	60.961
Santa Maria	34.033	29.801	33.862	25.045	32.222	33.764	39.952	39.314	0	0	9.213	34.876
São Sebastião	32.914	28.169	30.070	25.069	33.165	33.139	34.214	30.999	29.830	29.530	28.001	31.062
Sobradinho	35.022	30.417	34.285	26.498	32.927	32.640	33.844	34.877	32.178	31.620	12.100	3.759
Sol Nascente	36.616	31.767	36.459	27.971	35.465	36.586	36.679	36.980	33.534	28.895	10.914	15.310

Obs.: Os valores referentes ao Restaurante Comunitário de Sol Nascente englobam almoço + café da manhã.

Está em curso um processo para realização de pregão eletrônico para o registro de preço em Ata para todos os RCs. Esse processo, que já foi utilizado para os RCs de Brazlândia e Paranoá, contará com ampla divulgação em rede nacional, o que deve levar à participação de um número expressivo de empresas, com novas empresas adentraram ao rol de fornecedores, fomentando a concorrência e competitividade.

A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional é responsável pela execução e fiscalização dos contratos de fornecimento de alimentos para as unidades de assistência social da SEDESTMIDH.

A SEDESTMIDH, por meio da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social - SEADS, é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal. Cabe à SEADS, a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais em 67 (Sessenta e Sete) Unidades: Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Convivência - COSE, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Centros de Referência Especializados de Atendimento à População em Situação de Rua - Centros Pop, Centro da Diversidade e Unidades de Acolhimento Institucional - Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias - UNAF, Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - UNAC,

Unidade de Acolhimento para Mulheres – UNAM, Unidade de Acolhimento para Idosos – UNAI e Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS.

O público atendido nestas Unidades é composto de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violação de direitos, ambos em sua maioria com insuficiência ou ausência de renda, tendo como uma das consequências o comprometimento da segurança alimentar e nutricional dessas famílias e indivíduos.

Especialmente nas Unidades de Acolhimento e nos Centros Pop, a garantia de alimentação do tipo refeição constitui-se como parte fundamental dos serviços ali prestados, garantindo assim o direito humano à alimentação adequada durante o tempo de permanência do indivíduo na unidade de atendimento, indivíduos estes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e ou em situação de rua, ambos com insuficiência ou ausência de renda e que necessitam de proteção integral.

Em 2017, a contratação dos serviços elencados acima se deu por meio de procedimento licitatório, em substituição à contratação emergencial, que atenderá de forma contínua, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, as unidades socioassistenciais do DF, conforme prescreve a Lei n.º 8.666/93.

Contrato nº 046/2016 - Vogue

Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
CRAS	35.873,07	39.574,08	58.346,40	48.348,69	63.977,19	35.157,33
COSE	70.486,80	79.093,80	117.073,32	92.679,27	124.271,49	76.547,94
Centro POP - lanche	59.796,00	48.244,50	53.725,80	50.260,35	69.762,00	51.460,80
Centro POP - almoço	28.397,20	27.829,60	17.767,60	29.592,60	44.049,20	31.011,60
CREAS	3.397,50	5.549,25	9.558,30	6.500,55	11.664,75	3.193,65
Centro de Diversidade	1.223,10	90,60	996,60	1.087,20	2.219,70	656,85
Unisuas 24 horas	6.459,78	3.016,98	2.563,98	1.630,80	0,00	0,00
UNAI -Casa Viva	19.926,20	17.578,40	18.959,56	15.067,20	14.219,67	9.040,32
UNAM- Casa Flor	28.998,45	20.167,00	22.327,75	21.607,50	22.327,75	17.286,00
UNAF-Areal	125.035,40	112.935,20	125.035,40	121.002,00	125.035,40	96.801,60
UNACAS Asa Norte	19.461,80	17.578,40	19.461,80	18.834,00	15.669,90	10.569,40
UNAC Casa Ceilandia	8.680,41	7.910,28	8.757,81	8.593,08	8.850,21	6.780,24
UNAC Casa Lar Guara	8.786,12	7.360,00	8.051,32	7.791,60	8.739,32	7.058,88
UNAC Casa Lar Recanto	11.800,60	10.578,40	11.711,80	11.469,90	11.751,40	8.170,20
UNAC Taguatinga	6.075,90	7.722,80	8.019,50	8.385,00	8.664,50	6.708,00
Total Mensal	R$ 434.398,33	R$ 405.229,29	R$ 482.356,94	R$ 442.849,74	R$ 531.202,48	R$ 360.442,81

Total do período: R$ 2.656.479,59

LOTE V – CONTRATO 014/2017 – O UNIVERSITARIO IND. COM. AGROP. LTDA (NUTRIZ)

CRAS	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
CRAS AREAL	90	60	145	0	370	120	100	885
CRAS TAGUATINGA	40	125	285	90	410	167	104	1221
TOTAL	130	185	430	90	780	287	204	2106

COSE	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
BERNARDO SAYAO	320	1200	1240	1215	1240	1035	1340	7590
PARADA	280	1180	1170	990	1269	926	921	6736
TOTAL	600	2380	2410	2205	2509	1961	2261	14326

CREAS	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
TAGUATINGA	80	150	200	160	315	200	120	1225
TOTAL	80	150	200	160	315	0	120	1025

CENTRO POP	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
LANCHE TIPO III	1500	6300	7600	6600	6800	5940	6680	41420
ALMOÇO	290	1480	1980	1800	1800	1550	1880	10780
TOTAL	1790	7780	9580	8400	8600	7490	8560	52200

UNAC APOIO	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
DESJEJUM	56	310	310	300	310	300	345	1931
COLAÇÃO	56	310	310	300	310	300	345	1931
LANCHE	56	310	310	300	310	300	350	1936
ALMOÇO	50	310	310	300	310	300	350	1930
JANTAR	50	310	310	300	310	300	350	1930
CEIA	0	0	0	0	0			0
TOTAL	268	1550	1550	1500	1550	1500	1740	9658

UNAM	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
DESJEJUM	150	775	775	750	875	900	875	5100
COLAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0
LANCHE	150	775	775	750	875	900	875	5100
ALMOÇO	150	775	775	750	875	900	875	5100
JANTAR	150	775	775	750	875	900	875	5100
CEIA	150	775	775	750	875	900	875	5100
TOTAL	750	3875	3875	3750	4375	4500	4375	25500

UNAI	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
DESJEJUM	66	341	423	515	620	600	620	3185
COLAÇÃO	66	341	423	515	620	600	620	3185
LANCHE	66	341	423	515	720	600	620	3285
ALMOÇO	66	341	423	515	620	600	630	3195
JANTAR	66	341	423	515	620	600	620	3185
CEIA	66	341	423	515	620	600	620	3185
TOTAL	396	2046	2538	3090	3820	3600	3730	19220

UNAF	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
DESJEJUM	840	4340	4340	4230	4340	4170	4030	26290
COLAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0
LANCHE	840	4340	4340	4220	4360	4250	4030	26380

ALMOÇO	840	4340	4340	4220	4340	4170	4030	26280
JANTAR	840	4340	4340	4220	4340	4170	4060	26310
CEIA	840	4340	4340	4220	4340	4170	4060	26310
TOTAL	4200	21700	21700	21110	21720	20930	20210	131570

LOTE III – CONTRATO: 016/2017 – KADU COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CRAS	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
ARAPOANGA	310	590	1355	1395	1335	1160	790	6935
FERCAL	110	185	385	280	115	135	511	1721
ITAPOA	150	525	815	75	200	555	1050	3370
PARANOA	0	150	200	150	271	160	370	1301
PLANALTINA	0	1500	1500	1335	1470	1138	1179	8122
SÃO SEBASTIÃO	200	1071	1942	795	1290	965	690	6953
SOBRADINHO I	0	80	220	420	490	330	0	1540
SOBRADINHO II	0	128	298	260	260	325	215	1486
VARJÃO	114	458	664	320	438	397	0	2391
TOTAL	884	4687	7379	5030	5869	5165	4805	33819

COSE	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
PARANOÁ	280	998	1330	1410	1514	1430	1251	8213
PLANALTINA	400	1405	2164	1695	2450	1765	1304	11183
SOBRADINHO	340	645	1735	1551	1559	1615	1022	8467
TOTAL	1020	3048	5229	4656	5523	4810	3577	27863

CREAS	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Consumido
PLANALTINA	240	290	360	450	615	385	429	2769
SOBRADINHO	0	0	150	0	0	0	0	150
TOTAL	240	290	510	450	615	385	429	2919

LOTE I – II e IV – CONTRATO 015/2017 - HOT COZINHA INDUSTRIAL

Mês/Unidades	CRAS	COSE	CREAS	CMB	CENTRO POP	CASAS LARES	CDIVERS	TOTAL
Jun	2553	6110	460	30	2230	4120	0	15503
Jul	5470	9480	5859	231	12090	10293	400	43823
Ago	5020	17770	1185	178	14446	10478	355	49432
Set	5715	15360	1120	135	9180	9030	265	40805
Out	6075	17255	1515	246	12120	8848	90	46149
Nov	6904	12947	890	246	9780	8040	190	38997
Dez	5454	13816	855	160	10920	8308	525	40038
	37191	92738	11884	1226	70766	59117	1825	274747

A Secretaria também desenvolve atividades de Educação Alimentar e Nutricional, preparando conteúdo que é oferecido à população nos Restaurantes Comunitários. O objetivo é fornecer informações sobre alimentação, estimulando hábitos alimentares conscientes, sustentáveis e saudáveis, tornando os Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

(EPSAN) locais não só do fornecimento de refeições, mas também de educação e promoção de saúde e cidadania.

Em 2017, foram atendidos 2253 usuários com as atividades, com os seguintes temas: Direito Humano à Alimentação Adequada; Higienização e Conservação dos Alimentos; Aproveitamento Integral dos Alimentos; e Alimentos industrializados: sódio, gordura e açúcar.

A implementação do SEI na SEDESTMIDH representa avanço significativo no acompanhamento dos processos, simplificando e acelerando de todas as etapas da tramitação. Isso é particularmente importante na Segurança Alimentar e Nutricional, que conta com 14 gerências distribuídas por todo o DF.

A redução da equipe, por aposentadorias, exonerações e transferências é situação que requer atenção especial, uma vez que o aumento de atribuições das unidades (como o serviço de café da manhã e jantar nos restaurantes, já implementado no Sol Nascente, Brazlândia e Paranoá, mas já em processo licitatório nos demais) exigirá mais servidores, para permitir a fiscalização e acompanhamento das empresas contratadas, de forma a garantir a qualidade do serviço oferecido.

Quanto aos aspectos estruturais, a Secretaria requer, com urgência, manutenção dos restaurantes comunitários, incluindo a substituição das caixas d´água das unidades, que podem vir a comprometer a segurança sanitária das unidades.

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**8.250.000,00**	**4.358.203,00**	**2.578.126,32**	**2.577.275,52**
0046 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	8.250.000,00	4.358.203,00	2.578.126,32	2.577.275,52
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.720.000,00**	**2.825.899,00**	**2.777.299,93**	**2.623.105,74**
7205 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	2.720.000,00	2.825.899,00	2.777.299,93	2.623.105,74
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**10.970.000,00**	**7.184.102,00**	**5.355.426,25**	**5.200.381,26**

6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**10.000,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**
6052 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,26	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**2.000.000,00**	**2.543.686,00**	**2.320.000,00**	**1.606.854,95**
5370 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SEDESTMIDH- PLANO PILOTO .	2.000.000,00	2.543.686,00	2.320.000,00	1.606.854,95
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**10.000,00**	**238.729,27**	**236.561,31**	**236.561,31**
9799 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	238.729,27	236.561,31	236.561,31
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**203.717.162,00**	**199.357.541,00**	**198.519.536,60**	**198.518.631,39**
8919 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	203.717.162,00	199.357.541,00	198.519.536,60	198.518.631,39
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**10.723.841,00**	**8.978.493,00**	**8.868.355,42**	**8.848.355,42**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9723 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	10.723.841,00	8.978.493,00	8.868.355,42	8.848.355,42
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**8.388.817,00**	**8.147.052,00**	**7.273.906,27**	**6.432.314,43**
9805 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	8.388.817,00	8.147.052,00	7.273.906,27	6.432.314,43
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**500.000,00**	**68.400,00**	**68.400,00**	**68.400,00**
0008 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	68.400,00	68.400,00	68.400,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**1.000.000,00**	**1.787.261,00**	**1.741.429,80**	**1.564.657,14**
2561 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.787.261,00	1.741.429,80	1.564.657,14
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**100.000,00**	**6.380,50**	**0,00**	**0,00**
0032 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	6.380,50	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**226.449.820,00**	**221.127.543,03**	**219.028.189,40**	**217.275.774,64**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Secretaria continuou investindo no fortalecimento da boa governança e na solidificação da gestão das políticas públicas sob sua responsabilidade, incluindo medidas como: a reestruturação orgânica para alinhamento às prioridades institucionais; a reorganização, integração e valorização das equipes; a regulamentação e normatização dos procedimentos; a eficácia na execução dos recursos orçamentários e financeiros, reorganização, melhoria e inteligência na ocupação de espaços físicos, gerando economia para os cofres públicos e satisfação aos trabalhadores e usuários das ações.

Nesse sentido, muitos avanços já foram alcançados, entre eles:

Gestão de prédios e próprios: a Secretaria possui diversos imóveis nos quais estão localizadas sua sede principal e unidades de prestação direta de serviços aos usuários. Estes imóveis, ao longo do tempo, sofreram desgastes e muitos deles estavam em condições bastante precárias de funcionamento. A Secretaria realizou obras e reformas importantes, a partir das quais foi possível garantir estrutura adequada de trabalho para os servidores e melhoria no atendimento prestado.

No decorrer do ano de 2017, por meio do Contrato de manutenção nº 030/2016, foram atendidas as solicitações de manutenção e reparos nas Unidades do complexo SEDESTMIH, em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal. Solicitações estas de pequeno, médio e grande porte onde as unidades: Restaurante Comunitário de Brazlândia, Restaurante Comunitário do Paranoá e Restaurante Comunitário Samambaia sofreram as maiores intervenções em razão de estarem com a sua estrutura bastante comprometidas, já que tem o maior desgaste em sua estrutura em função do público usuário. As unidades Centro de Referência e Assistência Social/CRAS Taguatinga Norte, UNAI- Unidade de Acolhimento de Idosos, Centro População de Rua- Centro Pop Taguatinga e Centro de População de Rua- Centro Pop Brasília, por se tratarem de edificações com mais de 40 anos tiveram também intervenções de grande porte.

Gestão de contratos e convênios – esta importante área gerencial continua tendo atenção especial. Após a regulamentação da instrução processual para celebração de ajustes, que, a partir da publicação da Ordem de Serviço nº 46, de 18 de fevereiro de 2016, no Diário Oficial

do Distrito Federal nº 35, de 23 de fevereiro de 2016, p. 14, teve início o envio dos Termos de Referências/Projetos Básicos para a unidade competente, por meio eletrônico, com a obrigatoriedade de descrição da necessidade da Administração e do interesso público envolvido. As demandas enviadas são então analisadas com enfoque no alinhamento dos Termos de Referência/Projetos Básicos aos modelos instituídos pela Subsecretaria de Logística/SEGAD, conforme Portaria nº 86, de 15 de julho de 2015, da Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, em 20 de julho de 2015.

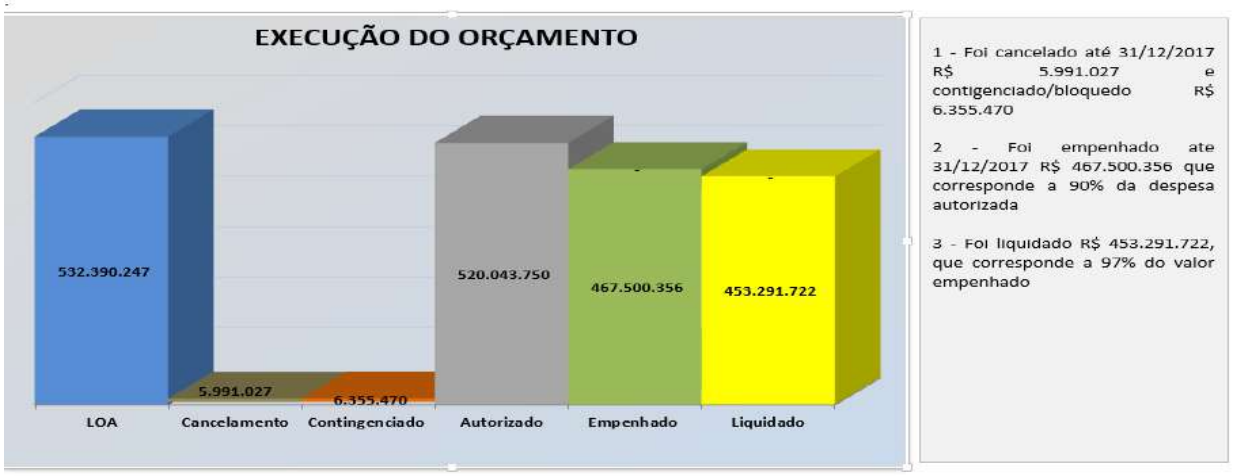
Com essa nova prática, verificou-se que: as demandas tiveram análise minuciosa, especialmente, com aprofundamento na justificativa para as aquisições, na verificação da melhor solução a ser escolhida, bem como adequação às legislações vigentes para cada caso específico; houve maior aproximação das áreas fins com a área meio, agilização e qualificação das soluções adotadas, evitando-se processos desnecessários, incompletos ou com instrução deficiente; houve redução de gasto decorrente da economia de papéis, pois os processos somente se iniciam com a demanda adequada ao modelo padrão da SEGAD e normativos legais aplicáveis a espécie; economia do tempo e trabalho dos servidores, pois seus esforços são traduzidos em resultado efetivo, sem a produção de processos com vícios em sua origem, fatalmente fadados ao insucesso.

Foram recebidos, em 2017 Termos de Referências/Projetos Básicos, a maioria por meio eletrônico, abarcando as demandas de toda a SEDESTMIDH, tais como, aquisições de bens, prestações de serviços, locação de imóveis, dentre outros ajustes.

Para futuras iniciativas, pretende-se investir na implementação de processos eletrônicos, tornando as demandas cada vez mais rápidas, e as ações públicas mais eficazes ao cumprimento da missão institucional da Secretaria.

Outro avanço importante na gestão de contratos e convênios tem relação com as prestações de contas dos ajustes celebrados. A prestação de contas é o instrumento que permite acompanhar e fiscalizar os atos e despesas realizados pelos gestores públicos. Promove a transparência dos atos administrativos que, como sabido, devem sempre se pautar pela legalidade, pela impessoalidade, pela moralidade, pela eficiência e pela publicidade, nos termos da Constituição Federal Brasileira.

Gestão orçamentária e financeira - a Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2017, conforme se verifica no quadro a seguir:



Regimento Interno: o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal foi elaborado, submetido à SEPLAG e está em consonância com o disposto no Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, bem como o Decreto nº 36.334, de 28 de janeiro de 2015, que altera a estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal – SEDHS. É um documento estruturante para a instituição e uma conquista histórica para a Secretaria, que a última vez que contou com esta norma formalizada foi em 2007.

O Decreto nº 38.362, de 26 de julho de 2017, publicado no DODF nº 143 de 27 de julho de 2017, aprovou o Regimento Interno da SEDESTMIDH, cuja estrutura administrativa foi alterada através dos decretos nº38.398, de 09 de agosto, publicado no DODF nº 153, de 10 de agosto e do decreto nº 38.747, publicado no DODF nº 245 de 26 de dezembro de 2017.

Programa de Gestão do Clima Organizacional: a Secretaria instituiu um Comitê Gestor e o Programa de Gestão do Clima Organizacional, para aperfeiçoar a política de gestão de pessoas, promover a gestão do clima organizacional, e fortalecer e unificar valores organizacionais, especialmente em razão da fusão e reestruturação das Secretarias.

Tecnologia da informação: a área de tecnologia da informação da SEDESTMIDH atende 1800 servidores com 1600 computadores em aproximadamente 100 unidades distribuídas nas 31 regiões administrativas, no período de 2016 a 2017 alcançou avanços bastante significativos, o que repercutiu positivamente no funcionamento geral do órgão e na vida do trabalhador.

Ações realizadas em 2017:

- SEI: configuração, treinamento e implantação;
- Serviços de suporte técnico para todas as unidades externas: manutenção dos computadores e suporte a usuários.
- SIDS - Sistema Integrado de Desenvolvimento Social em fase de realização da padronização de conceitos e mapeamento de processos;
- Instalação de internet e de 10 computadores na sala de treinamento da Secretaria, localizada no Guará, para realização de eventos e capacitação dos servidores.
- Instalação/mudança de novas unidades (circuito de dados):
  - ✓ Praça CEU das Artes Ceilândia – Entregue e funcionando;
  - ✓ GTEC – Guará – entregue e funcionando;
  - ✓ Centro de Convivência do Idoso – São Sebastião – entregue e funcionando;
  - ✓ Casa Lar Guará – entregue e funcionando;
  - ✓ Casa Lar M Norte – entregue e funcionando;
  - ✓ Casa Lar Recanto das Emas – entregue e funcionando;
  - ✓ Casa da Mulher Brasileira - a unidade possui problemas estruturais, mas está funcionando;
  - ✓ CREAS Samambaia – entregue e funcionando;
  - ✓ CRAS Samambaia – entregue e funcionando;
  - ✓ As unidades da Gerência de Transporte, UNACAS, CRAS Estrutural, CREAS Estrutural, COSE Estrutural, CRAS Psul foram tiveram as suas redes integradas a GDFNET (fibra ótica);
  - ✓ CREAS ESTRUTURAL – entregue e funcionando;
  - ✓ COSE ESTRUTURAL – o local está adaptado para a realização do cadastro do bolsa família desde agosto/2016;
  - ✓ CRAS APAROANGA - mudança do CRAS BURITIS IV para este novo local, com instalação de rede, elétrica, internet, computadores e impressoras.
  - ✓ **Circuito de Dados** – aumento de velocidade de 2 GB para 4 GB
    - ❖ CRAS Brasília/CREAS Brasília

- ❖ CRAS Santa Maria e COSE Santa Maria
- ❖ CRAS RIACHO FUNDO I e COSE RIACHO FUNDO I
- ❖ CRAS SAMAMBAIA EXPANSÃO
- ❖ CRAS SAMAMBAIA
- ❖ CRAS CEILÂNDIA SUL e COSE CEILÂNDIA SUL
- ❖ CRAS SOBRADINHO, CREAS SOBRADINHO e COSE SOBRADINHO
- ❖ CRAS PLANALTINA, CREAS e COSE PLANALTINA
- ❖ CRAS P SUL
- ❖ CRAS GAMA e CREAS GAMA
- ❖ CREAS TAGUATINGA e CASA DA MULHER
- ❖ CRAS AREAL e UNAF AREAL
- ❖ Subsecretaria de Segurança Nutricional e Alimentar – SEDE/SIA

- ✓ **Instalação/mudança de novas unidades (circuito de dados)**
  - ❖ CRAS Estrutural – reinaugurado;
  - ❖ CREPOP Brasília – reforma da infraestrutura de rede;
  - ❖ CREPOP Taguatinga – reforma da infraestrutura de rede;
  - ❖ UNAC Taguatinga – reforma na infraestrutura de rede;
  - ❖ FÁBRICA SOCIAL – laboratórios preparados para cursos;
  - ❖ Praça CEU das Artes QNM 28 Ceilândia – instalada internet;
  - ❖ GTEC – Guará – concluído e sala de treinamento pronta;
  - ❖ Centro de Convivência do Idoso – São Sebastião – concluído;
  - ❖ Casa Abrigo – mudança concluída;
  - ❖ Casa Lar Guará – concluído;
  - ❖ Casa Lar M Norte – concluído;
  - ❖ Casa Lar Recanto das Emas – concluído;
  - ❖ CREAS Samambaia – mudança e ações com a população local.

Processos de aquisição de TI:

- Aquisição de 520 computadores para melhoria no atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social. Previsão de entrega: abril/2018;
- Aquisição de 80 *switches* para melhoria no atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social. Previsão de entrega: janeiro/2018;
- Novo contrato de *Outsourcing* de impressão com o fornecimento de 186 impressoras para atendimento de todas as unidades da SEDESTMIDH. Previsão de implantação: janeiro-março/2018;

Plano de Formação e Educação Permanente: as atividades desenvolvidas referentes ao Plano de Formação e Educação Permanente 2017-2018, aprovado pela Portaria nº 187, de 17 de agosto de 2017, publicado no DODF nº 160 de 21 de agosto de 2017.

O Plano foi construído com base em vários documentos e ações:

- Análise dos registros de Avaliação de Desempenho dos servidores de 2015 e do Diagnóstico do DF;

- Preenchimento de questionário online para os servidores sobre necessidades de qualificação;

- Roda de Conversa sobre Formação e Educação Permanente;

- Conversa com gestores sobre as informações levantadas;

- Proposta de Plano de Ação: Formação e Educação Permanente.

O Plano foi dividido em áreas temáticas para o melhor desenvolvimento das ações:

- Violência;
- Gestão e Governança;
- Política Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social, Redes Intersetoriais (PNAS, SUAS, Redes Intersetoriais);
- Criança e Adolescente;
- Mediação de Conflitos;
- Idoso;
- Métodos de Trabalho;
- Outros temas: Informática; Novas ferramentas e tecnologias sociais; Metodologias de trabalho; Temas transversais associados à vulnerabilidade social; Línguas; e Políticas voltadas às pessoas com deficiência.

Foram realizadas parcerias com algumas unidades da SEDESTMIDH e com a Escola de Governo/EGOV para o planejamento de ações que englobasse assuntos relacionados a essas áreas.

Dentre a parceria com a Escola de Governo, a SEDESTMIDH ofereceu três turmas de formação para os gestores:

- Curso de Formação de Gerentes, de 56 h/a: uma turma com 31 servidores capacitados;
- Curso de Formação de Diretores, de 20 h/a: uma turma com 28 servidores capacitados;
- Curso de Formação de Coordenadores, de 24 h/a: uma turma com 31 servidores capacitados.

Os cursos tiveram por objetivo instrumentalizar os gestores e demais servidores interessados, para atuarem de forma alinhada ao planejamento estratégico da SEDESTMIDH, reconhecendo os instrumentos legais da Administração Pública, além dos aspectos conceituais das diversas políticas sob a gestão da Secretaria. Além disso, possibilitou a troca de saberes e o acesso ao conhecimento atualizado sobre temas indispensáveis à gestão eficiente e eficaz desta Secretaria.

Foi publicada, também, a Portaria nº 79, de 13 de abril de 2017, institui diretrizes de formação e educação permanente para qualificação dos serviços, programas e projetos da SEDESTMIDH. Nela foi criado o Fórum de Formação e Educação Permanente, um espaço de discussão, participação e cooperação, envolvendo gestores, trabalhadores, usuários, controle social, instituições de ensino, pesquisa e extensão e rede intersetorial, nas atividades e decisões relativas à implementação das diretrizes de formação e educação permanente.

O Fórum de Formação e Educação Permanente para o Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, será composto pelas seguintes representações:

I - Assessoria Especial do Gabinete;

II - Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social - SEADS;

III - Secretaria Adjunta do Trabalho - SEATRAB;

IV - Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade Racial - SAMIDH;

V - Subsecretaria de Administração Geral - SUAG;

VI - Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP;

VII - Subsecretaria de Gestão da Informação, Formação, Parcerias e Redes - SUGIP;

VIII - Fórum dos Trabalhadores;

IX - Conselhos vinculados à SEDESTMIDH;

X - Fórum dos usuários dos serviços da SEDESTMIDH.





Organização das informações dos Órgãos Colegiados

Para organizar, dar suporte ao funcionamento e valorizar a atuação dos órgãos colegiados, foi criada uma Unidade de Órgãos Colegiados, vinculada ao Gabinete do Secretário e está sendo implantado sistema *online*, para organizar as informações desses órgãos, que estarão disponíveis na *internet.*

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Governo do Distrito Federal enfrenta, desde o início de 2015, uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDESTMIDH.

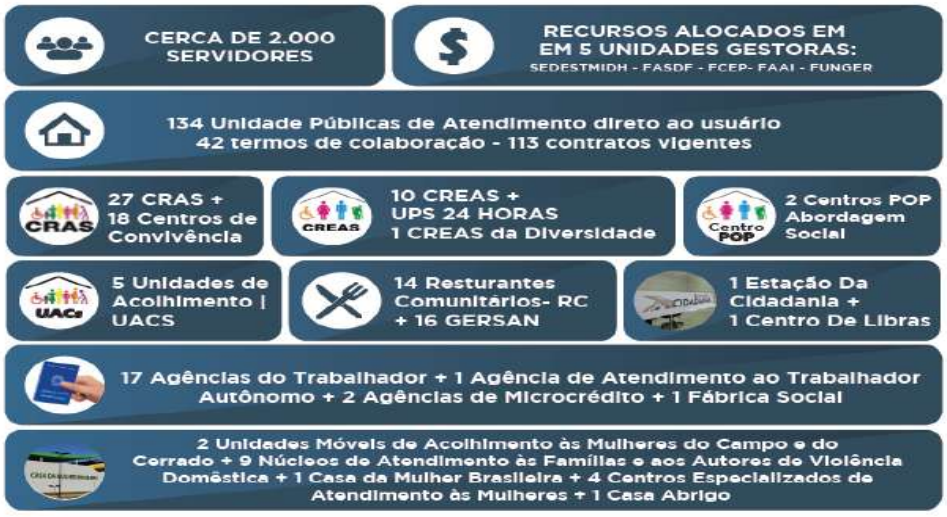
Nesse sentido, a Secretaria continuou enfrentando em 2017, dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a impossibilidade de realização de concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Merecem destaque, ações voltadas para:

- Buscar a melhoria contínua no processo de qualidade de seu atendimento;
- Elevar as linhas de microcrédito;
- Fomentar o cooperativismo e o associativismo;
- Fomentar o empreendedorismo, para que os trabalhadores desempregados ou mesmo aqueles que tinham a intenção de aumentar a renda, buscassem uma forma de geração de renda;
- Adequar os cursos de qualificação, de forma a criar oportunidades de qualificação profissional em uma ocupação específica para potencializar a inserção do cidadão no mundo do trabalho;
- Qualificar com o objetivo de atualizar os trabalhares, criando oportunidades de reciclagem, aprimoramento, aperfeiçoamento e crescimento profissional, para que este trabalhador permanecesse empregado;
- Oportunizar a qualificação profissional a empreendedores e trabalhadores que gerem sua própria renda, a fim de criar, desenvolver e evoluir suas atividades econômicas; entre outas ações.

Ao longo de 2017, o principal desafio enfrentado por esta SEDESTMIDH foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade, especialmente das temáticas de gênero, igualdade racial, direitos humanos, trabalho, assistência social, no entendimento de que a integralidade do atendimento aos indivíduos e famílias.

O quadro a seguir traz um resumo da estrutura atualmente existente.



Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2017, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;

- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adoecimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Impossibilidade de efetuar contratações, exceto por intermédio da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira, e Corporativa do DF – Governança-DF;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Frota de veículos insuficiente para atendimento das demandas dos serviços;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDESTMIDH é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal, bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional, de trabalho, de igualdade racial, de direitos humanos e de políticas para as mulheres. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

FUNDO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL– UO: 25.902

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER/DF foi criado pela Lei Complementar nº 704, de 18/01/2005, alterada pelas Leis Complementares nºs. 709, de 04/08/2005 e 868, de 11/06/2013, regulamentadas, respectivamente, pelos Decretos, nºs 25.745, de 11/04/2005, 26.109 de 12/08/2005 e alterados pelos Decretos nºs 32.309, de 05/10/2010, 32.813, de 24/03/2011, 33.182, de 05/09/2011 e 34.720, de 07/10/2013.

A destinação dos recursos do FUNGER/DF está amparada no art. 3º da Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2015, alterada pela Lei Complementar nº 868, de 11 de junho de 2013 e contempla os seguintes itens:

- Concessão de empréstimos e financiamentos;

- Capacitação, ao treinamento gerencial, à orientação e à assistência técnica de empreendedores econômicos e de cooperativas de produção e trabalho, incluindo os cooperados;

- Formação e qualificação de trabalhadores e a preparação de jovens para o primeiro emprego;

- Despesas de custeio e investimento destinadas à divulgação e à melhoria das condições operacionais e administrativas das atividades vinculadas ao Fundo; e,

- Apoio e ao fortalecimento das cooperativas de produção e trabalhos das instituições mencionadas no art. 10 da LC/868.

No que concerne à aplicação dos recursos do FUNGER (art. 3º do Decreto nº 25.745, de 11/04/2005), os recursos serão aplicados em conformidade com seus objetivos e com o estabelecido na sua Lei Orçamentária Anual/LOA e no Plano Plurianual/PPA.

O FUNGER/DF é gerido por um Conselho de Administração/CONAF, criado para atender aos requisitos da Lei Complementar nº 292, de 02/06/2000, que dispõe acerca das condições de instituição e funcionamento de fundos públicos. Cabe ao Conselho de Administração a gestão do patrimônio do Fundo, o estabelecimento das taxas de juros por meio de resoluções, dos prazos, a emissão de normas sobre as condições de renegociação de dívidas e demais procedimentos relacionados com a execução dos recursos, observadas aos dispositivos das Leis Complementares nº 704 e 868.

O Programa de Microcrédito Prospera, executado com recursos do FUNGER/DF, oferece linhas de crédito para atividades produtivas, adequadas à realidade dos micro e pequenos empreendedores, formais e informais. O crédito é destinado para capital de giro, custeio e investimento. São beneficiários do Programa os microempreendedores urbanos e rurais, microempreendedores individuais, artesãos, prestadores de serviços autônomos, feirantes e demais empreendedores do setor informal; cooperativas ou formas associativas de produção ou trabalho; microempresas ou empresas de pequeno porte e recém-formados, para atuarem em suas áreas de formação. O Programa tem como princípio a sustentabilidade dos empreendimentos apoiados, sendo o crédito liberado de maneira progressiva de modo a evitar a inadimplência e garantir a possibilidade de renovação de créditos para o cliente. Em 2013 o Programa passou por significativas mudanças a partir da aprovação da Lei Complementar Nº 868, de 11 de junho de 2013, que alterou a legislação do FUNGER/DF, com foco na ampliação e na simplificação de suas atividades. O principal objetivo da mudança na legislação à época foi permitir que empreendedores, que trabalham na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do DF (RIDE/DF), também tivessem acesso às linhas de financiamento do Programa.

Na atual Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos a execução do FUNGER/DF está na competência da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo – SME, da Coordenação de Microcrédito e de duas diretorias específicas: a Diretoria de Gestão de Fundos, responsável pela execução

orçamentária e financeira do FUNGER/DF e a Diretoria de Concessão e Recuperação de Microcrédito, responsável pela concessão dos empréstimos, pelo acompanhamento e cobrança das operações. As inscrições para as solicitações de crédito são realizadas nas Agências de Microcrédito do Plano Piloto e Agência de Microcrédito de Taguatinga.

A gestão administrativa do FUNGER/DF (Força de Trabalho) está vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, conforme o Decreto nº 36.832, de 23/10/2015, que alterou a estrutura administrativa anterior.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	90	206	116	1.003	1.415
Comissionados sem vínculo efetivo	198	0	119	0	317
Requisitados de órgãos do GDF	30	05	03	27	65
Requisitados de órgãos fora do GDF	02	0	0	0	02
Estagiários					89
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					84
Terceirizados (FUNAP)					36
Outros - Especificar					
Subtotal	320	211	238	1.030	2.008
(-) Cedidos para outros órgãos	–	–	–	–	68
Total Geral	320	211	238	1.030	1.940

Fonte: DIGEP/SUAG/SEDESTMIDH - Dados de 31/12/2017.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**300.000,00**	**300.000,00**	**0,00**	**0,00**
6166 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNGER-DF ENTORNO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	**6.760.191,00**	**10.855.798,72**	**9.786.906,91**	**9.786.906,91**
6203 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS--DF ENTORNO	6.760.191,00	10.855.798,72	9.786.906,91	9.786.906,91

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**7.060.191,00**	**11.155.798,72**	**9.786.906,91**	**9.786.906,91**

No exercício de 2017 o Programa de Microcrédito do Governo do Distrito Federal (Prospera), executado com recursos do FUNGER/DF, iniciou suas atividades de concessão de crédito em março e finalizou em novembro. Em 2017, diferentemente dos anos anteriores, o Programa passou a realizar Comitês de Crédito quinzenais ao invés de reuniões semanais. Ressaltamos que o Comitê de Crédito do FUNGER, criado pela Lei Complementar n.º 704, Artigo 7º, é o Órgão responsável pela aprovação dos financiamentos e empréstimos. Tal mudança foi em virtude de uma programação financeira e orçamentária da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, para que houvesse disponibilização de recursos do Fundo, em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Governo.

No exercício de 2017 o Programa de Microcrédito emprestou R$ 9.645.533,07 (nove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e sete centavos).

No período foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, sendo que as duas primeiras foram somente para renegociação de dívidas dos tomadores inadimplentes, não havendo, portanto, liberação de recursos, Assim, nas demais 18 reuniões, foram aprovadas 885 operações de crédito. Destas, foram efetivamente contratadas 848 operações, sendo 593 da Carteira Urbana e 255 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 70% e 30% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de R$ 5.414.250,65 (cinco milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos), o que corresponde a 56,13% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de R$ 4.231.282,42 (quatro milhões, duzentos e trinta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos), representando 43,87% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de R$ 8.971,79 para os empreendedores urbanos e R$ 16.578,36 para os empreendedores rurais. Nota-se, comparativamente ao exercício de 2016 uma redução no tíquete médio para a carteira de crédito urbana, que era de R$ 9.984,12. Tal diferença é creditada ao fato de ter sido adotada uma rigorosa obediência aos critérios de créditos progressivos, uma vez que os referidos critérios permitem excepcionalidades de créditos mais elevados. Com isso, não resta dúvida, houve a pulverização das operações para um maior número de tomadores, com a consequente diminuição do risco de inadimplência. De fato, no exercício de 2017 emprestou-se um montante de R$ 170.946,73 (cento e setenta mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos), menor que no exercício de 2016, mesmo tendo sido maior o número de tomadores de crédito, sendo 848 em 2017 contra 814 em 2016.

Comitê	Data	Contratos Efetivados		Créditos Contratados		Valor Pago
		Urbano	Rural	Crédito Urbano	Crédito Rural	
1	04/01/17	0	0	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2	17/01/17	0	0	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
3	10/03/17	7	2	R$ 48.360,00	R$ 45.450,58	R$ 93.810,58
4	24/03/17	24	6	R$ 283.786,00	R$ 109.367,82	R$ 393.153,82
5	06/04/17	29	10	R$ 302.605,00	R$ 160.664,80	R$ 463.269,80
6	20/04/17	24	5	R$ 258.944,72	R$ 49.295,10	R$ 308.239,82
7	05/05/17	38	23	R$ 384.560,75	R$ 372.771,45	R$ 757.332,20
8	19/05/17	25	0	R$ 233.105,00	R$ 0,00	R$ 233.105,00
9	02/06/2017	40	16	R$ 387.021,50	R$ 292.520,86	R$ 679.542,36
10	14/06/17	39	14	R$ 338.525,00	R$ 229.102,74	R$ 567.627,74

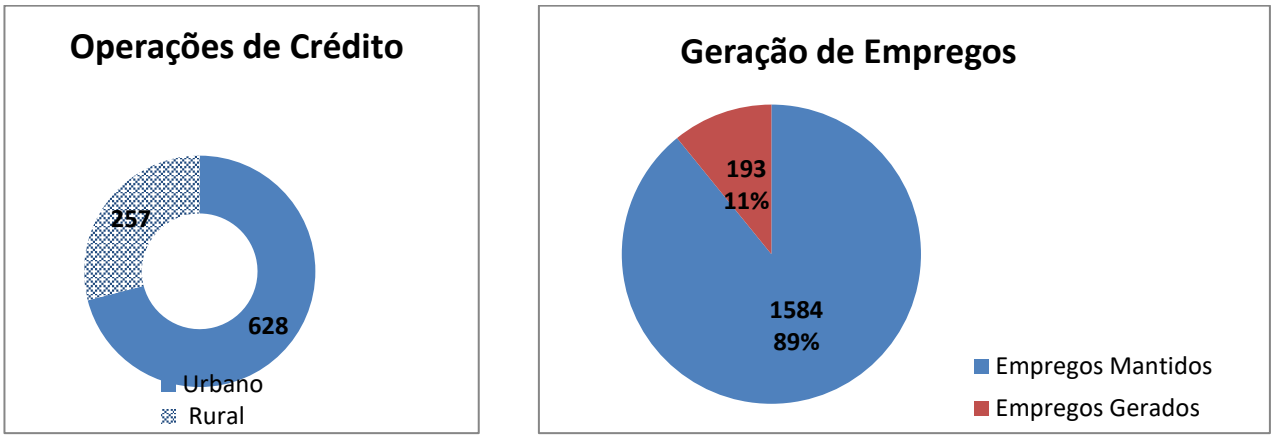
Comitê	Data	Contratos Efetivados		Créditos Contratados		Valor Pago
		Urbano	Rural	Crédito Urbano	Crédito Rural	
11	30/06/2017	41	12	R$ 321.574,53	R$ 196.539,11	R$ 518.113,64
12	14/07/17	25	8	R$ 192.471,00	R$ 120.394,39	R$ 312.865,39
13	28/07/17	27	12	R$ 176.781,86	R$ 179.753,99	R$ 356.535,85
14	11/08/2017	36	19	R$ 291.495,90	R$ 376.334,61	R$ 667.830,51
15	25/08/2017	34	11	R$ 281.883,86	R$ 213.933,22	R$ 495.817,08
16	15/09/2017	26	29	R$ 232.150,00	R$ 484.204,68	R$ 716.354,68
17	29/09/2017	17	10	R$ 186.044,70	R$ 164.244,12	R$ 350.288,82
18	11/10/2017	22	16	R$ 214.015,43	R$ 334.564,39	R$ 548.579,82
19	27/10/2017	39	14	R$ 248.628,00	R$ 223.718,61	R$ 472.346,61
20	13/11/2017	100	48	R$ 1.032.297,40	R$ 678.421,95	R$ 1.710.719,35
TOTAL		593	255	R$ 5.414.250,65	R$ 4.231.282,42	R$ 9.645.533,07

Fonte: SIAST - Comitês de Crédito 2017

O Programa de Microcrédito Prospera foi concebido como um instrumento de política pública governamental destinada a garantir o direito ao crédito aos segmentos sociais historicamente marginalizados pelo sistema financeiro tradicional. Seu objetivo primordial é permitir, nestes segmentos, que as pessoas possam, por meio do trabalho empreendedor, desenvolver seus negócios, gerar renda, manter e gerar ainda novas ocupações de trabalho.

No período de março a novembro de 2017 foram contratadas 848 operações de crédito, com expectativa de geração de 193 novas ocupações e a manutenção de outras 1.584 totalizando 1.777 ocupações. (Gráfico I).

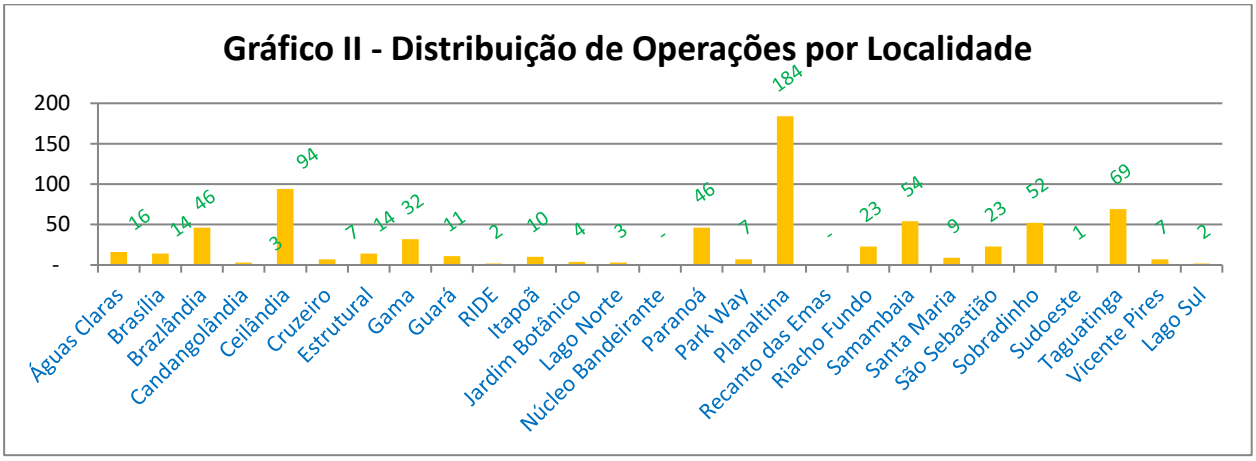
Gráfico I



Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2017

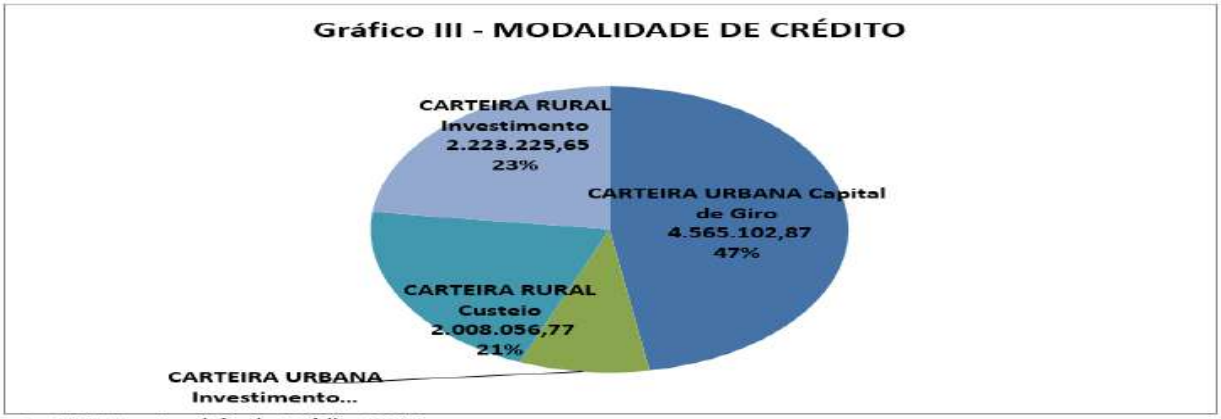
A distribuição dos empréstimos por localidade (Região Administrativa - RA) (Gráfico II) foi a seguinte: Planaltina liderou com 184 contratações (21,7%), seguida por Ceilândia com 94 (11,08%), Taguatinga com 69 (8,14%), Samambaia com 54 contratações (6,37%) e Sobradinho com 52 (6,13%). Seguem as RA'S de Brazlândia e Paranoá com 46 cada (5,42% cada), São Sebastião e Riacho Fundo com 23 cada (2,71% cada), Águas Claras com 16 (1,89%), Brasília e Estrutural com 14 cada (1,65% cada) e as demais localidades, responsáveis por 213 contratações, ou 25,12% do total.

Ressaltamos que a concentração de créditos em Planaltina deve-se ao fato da Carteira Rural contemplar, em sua maioria, os produtores dos núcleos rurais daquela localidade.



Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2017

No que se refere a Modalidade de Crédito (Gráfico III), observa-se que do total dos recursos liberados na Carteira Urbana, 47% foram para Capital de Giro e 9% para Investimento. Já na Carteira Rural, 23% dos recursos foram destinados para Investimento e 21% para Custeio.

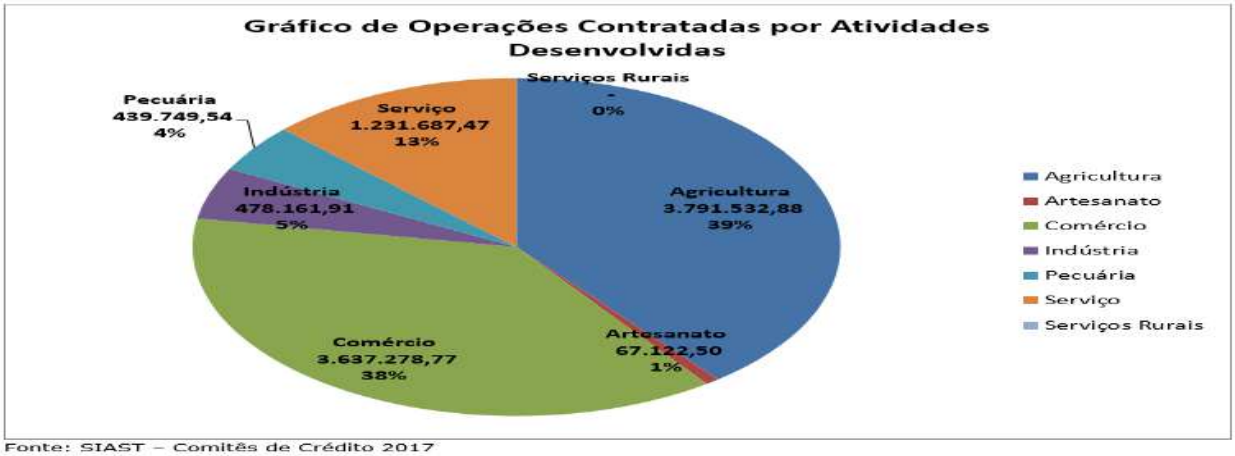


Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2017

Observa-se ainda pelos números apresentados que os empreendedores da área urbana concentram sua demanda por crédito na modalidade Capital de Giro. Os resultados indicam que a maior parte dos empreendimentos atendidos na Carteira Urbana é do setor de Comércio (Gráfico IV) que, sozinho, respondeu por 38% do montante emprestado no exercício. As atividades dos setores de Serviços (13%) e Indústria/Artesanato (6%), com participação menor no total das liberações, também tiveram diversas propostas aprovadas na modalidade Capital de Giro. Estes resultados indicam que os empreendimentos apoiados, em sua grande maioria dos setores de Comércio e Serviços, demandam maior crédito para repor seus estoques e dinamizar o fluxo financeiro de suas atividades. Refletem, também, na conjuntura atual, marcadamente recessiva e com sérias restrições ao crédito, com reflexos diretos nos pequenos negócios, a enorme importância do Programa de Microcrédito Prospera para essas iniciativas empreendedoras, na medida em que, com o apoio creditício recebido,

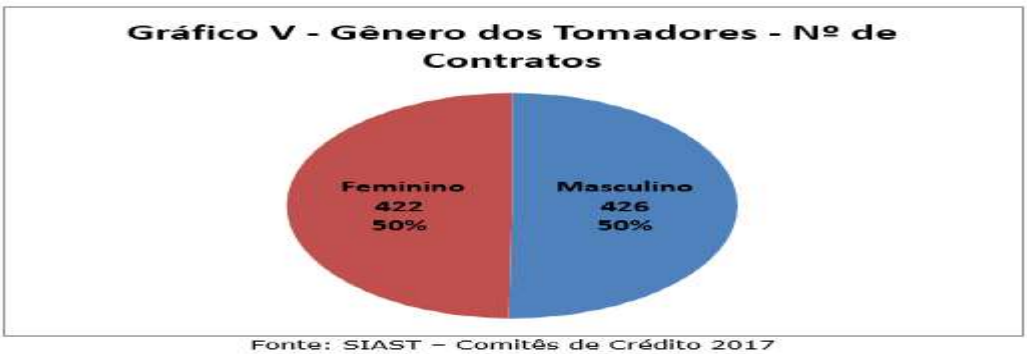
podem se estruturar para enfrentar as dificuldades do momento e, assim, garantir a manutenção das ocupações e empregos do setor produtivo de pequeno porte, historicamente reconhecido como grande empregador de mão-de-obra, mas que não encontra apoio financeiro no sistema bancário tradicional.

Na Carteira Rural (Gráfico III), a liberação maior de recursos foi para a modalidade Investimento e menor para Custeio, porém indica um relativo equilíbrio na destinação dos recursos entre as duas modalidades, 23% para Investimento e 21% para Custeio, sendo ainda que 39% do total liberado foi para a Agricultura e 4% para a Pecuária. Na modalidade Investimento, manteve-se a tendência do produtor rural investir na aquisição de maquinário e implementos, matrizes leiteiras e equipamentos para irrigação e construção de estufas agrícolas. Para o Custeio Agrícola os recursos foram utilizados principalmente para a aquisição de sementes, adubos e outros insumos agrícolas, especialmente os utilizados em correção de solos. Segundo a Emater/DF, o Programa de Microcrédito Prospera, na área rural, tem contribuído para o aumento da renda dos produtores, para o aumento da área plantada no Distrito Federal e Entorno, na produtividade agropecuária pela adoção de novas tecnologias, na quantidade de máquinas e equipamentos voltados à produção, e ainda na geração/manutenção de empregos diretos e indiretos no Distrito Federal e Entorno. Ainda segundo a Emater/DF, o Prospera possui as linhas de crédito mais adequadas à realidade e necessidade dos produtores rurais da agricultura familiar, em comparação com as outras linhas de crédito existentes no mercado, por ser menos burocrática e mais ágil na liberação dos recursos.



Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2017

A participação feminina e masculina nas concessões dos empréstimos/financiamentos no período foi muito parecida, em 50% para ambos (Gráfico V), respectivamente. Na comparação entre as carteiras, na Carteira Urbana a presença feminina é mais forte que na Carteira Rural, com atuação destacada das mulheres nas atividades de confecção e do comércio de peças de vestuário e outros produtos predominantemente voltados ao público feminino, e na prestação de serviços relacionados à estética feminina. Nas áreas rurais, a maior presença masculina deve-se a que, tradicionalmente, a agricultura e a pecuária são atividades executadas por homens.



Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2017

Além da execução nesse Programa de Trabalho para o elemento "66" (operações de crédito) de R$ 9.645.533,07 (nove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e sete centavos), ocorreu a execução de R$ 141.373,84 (cento e quarenta e um mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos) no elemento "93" de restituições. Ao longo de 2017 ocorreram duas situações no qual foi necessário executar essa dotação, a primeira por meio do processo administrativo nº. 127.003.885/2015, em restituição a empresa que comprovou junto à Secretaria de Estado de Fazenda e junto à SEDESTMIDH haver recolhido indevidamente valores ao FUNGER, no valor de R$ 140.660,12 (cento e quarenta mil, seiscentos e sessenta reais e doze centavos); já a segunda foi sobre o valor de R$ 713,72 (setecentos e treze reais e setenta e dois centavos) referente a um contrato de crédito que em renegociação teve o valor majorado por uma falha sistêmica no cálculo realizado pelo Banco de Brasília, levando a um valor superior à dívida real, tendo como resultado o excedente que deu origem a restituição, conforme consta nos autos SEI nº. 0[0431-00005130/2017-7](0).

A ação relacionada a Estudos e Pesquisas teve instrução por meio do processo administrativo nº. 431.000.426/2017, que atualmente está em análise pela assessoria especial da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo.

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**400.000,00**	**295.049,00**	**33.708,31**	**32.708,31**
0013 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNGER-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	295.049,00	33.708,31	32.708,31
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**70.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
2551 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNGER-DISTRITO FEDERAL	70.000,00	50.000,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**1.000.000,00**	**832.130,00**	**759.795,65**	**709.795,65**
2637 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNGER-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	832.130,00	759.795,65	709.795,65
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**1.470.000,00**	**1.177.179,00**	**793.503,96**	**742.503,96**

No Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado foi executada despesa referente ao pagamento dos serviços prestados pelo agente financeiro Banco de Brasília/BRB na execução e operacionalização dos empréstimos e financiamentos do Programa de Microcrédito "PROSPERA", no valor de R$ 32.708,31 (trinta e dois mil seiscentos e oito reais e trinta e um centavos), com o pagamento das faturas dos meses

de janeiro a novembro/2017. A execução de R$ 709.795,65 (setecentos e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos se refere às despesas com a operacionalização do Prospera em soluções de Tecnologia da Informação, com desenvolvimento do novo sistema para o Microcrédito e também o pagamento das manutenções dos softwares em uso. Após análise das respectivas comissões executora, os Restos a Pagar referentes às Ordens de Serviço de desenvolvimento remanescentes, a manutenção e os serviços financeiros do mês de Dezembro/2017 serão atestados apenas em 2018. A ação de Modernização de Sistema de Informação não foi utilizada ao longo de 2017, pois o novo software ainda não está em utilização e consequentemente não foi vislumbrada a iminente necessidade de aquisições.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No exercício de 2017 foi firmada parceria com o BRB – Banco de Brasília, agente financeiro do Programa Prospera, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 07/2017, que tem por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal e o BRB, no sentido de expandir a atuação de políticas públicas de microcrédito no Distrito Federal no âmbito do Programa Prospera, destinadas à atividades empreendedoras de pequeno porte, utilizando recursos do BRB, em conformidade com a legislação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado(PNMPO) pela Lei nº 11.110/2005 e Resolução n.º 4.000 do Banco Central. Com isso, o Programa Prospera que tradicionalmente paralisa suas atividades ao final de cada exercício, retomando suas ações com a abertura do ano fiscal subsequente, deixa de sofrer interrupções com a utilização de recursos do agente financeiro, ampliando assim a oferta de crédito para o segmento atendido. Foram aprovadas no mês de Dezembro de 2017 onze operações de crédito no valor de R$ 79.740,00 (setenta e nove mil, setecentos e quarenta reais) com recursos do BRB (PNMPO).

Acompanhamento e Controle da Carteira de Crédito.

No exercício foram inscritos em Dívida Ativa da Fazenda Pública do Distrito Federal 38 contratos inadimplentes, no valor total de R$ 285.779,06 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e seis centavos) de saldo contábil, a inclusão de 336 CPFs e CNPJs na SERASA, e a recuperação acumulada de 69 contratos, representando cerca de R$ 476.305,58 (quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos) de saldo devedor, de tomadores que quitaram ou colocaram em dia seus contratos ao longo de 2017.

Em relação à inadimplência, destaca-se que o ano de 2017 findou com somente 4,48% da carteira ativa dos empréstimos concedidos ao longo do exercício. O índice é muito positivo e vem se mantendo baixo desde a fase Prospera, iniciada no ano de 2012. A baixa inadimplência é resultante da constante melhora nas análises dos créditos a serem concedidos, em especial com a criação de uma instância anterior ao encaminhamento ao Comitê de Crédito, com a finalidade de analisar previamente e minuciosamente todas as propostas de empréstimos, com vistas a verificar a adequação às normas do Programa e a legislação do FUNGER/DF. Ressalta-se também o acompanhamento contínuo realizado pelos agentes de crédito em suas respectivas carteiras de clientes, principalmente no tocante as ações de checagem e de cobrança, renegociação de dívidas, além da negativação dos tomadores inadimplentes junto à SERASA e as respectivas inscrições em Dívida Ativa da Fazenda Pública do DF dos devedores do Programa dentro do prazo legal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O agente financeiro do Programa Prospera, definido em Lei é o BRB – Banco de Brasília, o qual compete disponibilizar software adequado para controle das operações do Programa Prospera. Neste sentido, o BRB está desenvolvendo um novo sistema para o referido controle das operações, contemplando a emissão de relatórios gerencias e estatísticos, com

ênfase na melhoria dos processos e de rotinas. O novo software esta sendo desenvolvido numa plataforma moderna e modular, visando não somente a racionalização das rotinas, como também maior eficiência, segurança e rapidez no processamento de dados, assim como a gestão do Programa. Para tanto foram realizadas diversas reuniões para homologação dos módulos de desenvolvimento do sistema que está em fase final para ser utilizado no exercício de 2018, após a migração do sistema atualmente utilizado.

Outro ponto que merece atenção foi a entrega do Manual de Procedimentos do Programa de Microcrédito Prospera, com a padronização de rotinas, o que é bastante significativo, uma vez que o Programa carece de quantidade adequadas de servidores efetivos e, com constantes mudanças de pessoal, o referido Manual de Procedimentos passa a ser uma importante ferramenta para a gestão e continuidade das ações desenvolvidas no Programa Prospera.

Finalmente, em que pese o reduzido quadro de servidores da unidade, a execução orçamentária do FUNGER/DF em 2017 alcançou o percentual de 90%, com uma inadimplência de 4,48%.

No atual momento econômico do país, que passa por um período difícil e recessivo, o segmento de microcrédito torna-se um importante instrumento para a geração de renda e de combate ao desemprego. Essa importância pode ser destacada ao considerarmos que o microcrédito se destina principalmente às populações menos favorecidas economicamente e, portanto, com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

No âmbito da política de geração de emprego e renda da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, o Programa de Microcrédito Prospera destaca-se como um dos pilares de sustentação dessa política.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 25.904

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Instituído por força da Lei Complementar nº. 08, de 19 de dezembro de 1995, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF é um mecanismo especial de captação de receitas vinculadas à realização de ações relevantes de Assistência Social no âmbito do Distrito Federal, tal como previsto no art. 14, da Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).

Vinculado à Secretaria de Estado Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal/SEDESTMIDH, o FAS/DF tem por objetivo prover recursos e meios capazes de garantir, de forma ágil, sistemática e continuada o financiamento de benefícios, serviços, programas e projetos de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Com a publicação do Decreto nº 36.832, de 23/10/2015, artigo 1º, o FAS/DF passa a integrar a SEDESTMIDH. Em termos de equipe, utiliza-se da força de trabalho da Secretaria.

Em termos de equipe, o Fundo utiliza-se da força de trabalho da Secretaria, demonstrada no quadro a seguir:

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	90	206	116	1.003	1.415
Comissionados sem vínculo efetivo	198	0	119	0	317
Requisitados de órgãos do GDF	30	05	03	27	65
Requisitados de órgãos fora do GDF	02	0	0	0	02
Estagiários					89
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					84
Terceirizados (FUNAP)					36
Outros - Especificar					
Subtotal	320	211	238	1.030	2.008
(-) Cedidos para outros órgãos	–	–	–	–	68
Total Geral	320	211	238	1.030	1.940

Fonte: DIGEP/SUAG/SEDESTMIDH - Dados de 31/12/2017.

Como demonstrado no quadro de pessoal acima, visando complementar sua força de trabalho a Secretaria conta com um pequeno quantitativo de estagiários e pessoal terceirizado, bem como com servidores sem vínculos, que ocupam cargos em comissão e de natureza especial na SEDESTMIDH. Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com perfil adequado aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas

de desenvolvimento social no DF, porém, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

O último concurso público realizado não logrou recompor a defasagem do quadro de pessoal da Secretaria, advindo do desligamento de servidores por demissão, exoneração de cargo efetivo a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável, transferência IPREV – aposentadorias.

Tais circunstâncias continuam impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades da Secretaria, gerando acúmulo para os atuais servidores, duplas funções, impossibilidade de expansão de unidades e serviços, etc.

Apesar disso, a SEDESTMIDH considera que o desenvolvimento das ações tem ocorrido dentro de uma normalidade aceitável, superando, algumas vezes as expectativas, vez que os servidores se mantêm comprometidos em seus locais de trabalhos.

Diante desse cenário e considerando o número de servidores que estão na iminência de se aposentar nos próximos anos, pode ocorrer o agravo da situação exposta, caso não haja recomposição de pessoal efetivo.

Nesse sentido cabe registrar, que foi aprovado pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/SEAP, processo desta Secretaria, que trata da realização de concurso público, para contratação de 300 (trezentos) novos servidores de nível superior e médio, inicialmente previsto para o ano de 2014, mas que até a presente data não se realizou.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 – FAMILIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	**150.000,00**	**1.462.797,00**	**296.898,46**	**265.078,26**
0003 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	1.462.797,00	296.898,46	265.078,26
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	**100.000,00**	**654.095,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	654.095,00	0,00	0,00
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	**29.990.173,00**	**33.533.955,00**	**30.045.188,95**	**29.628.426,24**
0005 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-PSE - ACOLHIMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	780.000,00	780.000,00	769.252,22	644.319,65
0006 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-PSE-ACOLHIMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-RECONV-DISTRITO FEDERAL	7.285.700,00	10.180.477,00	8.748.181,56	8.748.181,56
0007 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	1.561.000,00	2.387.465,00	2.010.317,83	1.825.499,87
0008 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-PSE - SERVIÇO EM REDE CONVENIADA-DISTRITO FEDERAL	20.363.473,00	20.186.013,00	18.517.437,34	18.410.425,16
4156 - ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	**20.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA-PSE-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4185 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	**17.643.263,00**	**20.663.247,00**	**18.939.356,72**	**18.590.653,46**
0003 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV-PSB - 06 A 17 ANOS - RECONV-DISTRITO FEDERAL	12.483.808,00	15.034.410,00	14.378.256,00	14.378.256,00
0006 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV-CAMINHOS DA CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	1.140.000,00	1.121.190,00	1.121.190,00	976.030,00
0004 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV-PSB-DISTRITO FEDERAL	2.805.412,00	2.492.407,00	1.608.449,42	1.440.607,16
0005 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV-PSB - RECONV-DISTRITO FEDERAL	1.214.043,00	2.015.240,00	1.831.461,30	1.795.760,30
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0013 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	11.000,00	0,00	0,00	0,00
4153 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	**446.000,00**	**830.556,00**	**82.670,02**	**65.744,87**
0003 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS-PSE-DISTRITO FEDERAL	446.000,00	830.556,00	82.670,02	65.744,87
4154 - ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	**5.612.860,00**	**4.517.660,00**	**4.124.820,00**	**4.096.760,00**
0001 - ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS-PSE-DISTRITO FEDERAL	5.612.860,00	4.517.660,00	4.124.820,00	4.096.760,00
4155 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	**1.181.000,00**	**1.222.039,00**	**1.099.937,63**	**912.710,43**
0001 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA-PSE - CENTRO POP-DISTRITO FEDERAL	1.181.000,00	1.222.039,00	1.099.937,63	912.710,43
4158 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS	**8.757.134,00**	**11.686.652,00**	**10.826.905,07**	**10.826.905,07**
0001 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS-PSE - RECONV-DISTRITO FEDERAL	8.757.134,00	11.686.652,00	10.826.905,07	10.826.905,07
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	**210.000,00**	**761.636,00**	**710.981,41**	**706.671,61**
0001 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-PSE-DISTRITO FEDERAL	210.000,00	761.636,00	710.981,41	706.671,61
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	**3.000.000,00**	**14.552.930,00**	**3.100.000,00**	**1.050.833,79**
0001 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA-IGD-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	14.552.930,00	3.100.000,00	1.050.833,79
4179 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	**1.180.084,00**	**1.369.179,00**	**697.390,43**	**593.519,65**
0001 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF-PSB-DISTRITO FEDERAL	1.180.084,00	1.369.179,00	697.390,43	593.519,65
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS-SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS--DISTRITO FEDERAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	**10.117.200,00**	**15.088.676,00**	**14.580.026,44**	**13.099.373,44**
0001 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-PSB - BENEFÍCIOS EVENTUAIS-DISTRITO FEDERAL	6.517.200,00	10.116.206,00	9.607.556,44	8.429.065,44
0012 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-BENEFÍCIOS EXCEPCIONAIS-DISTRITO FEDERAL	3.600.000,00	4.972.470,00	4.972.470,00	4.670.308,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	**2.720.000,00**	**5.126.251,00**	**3.178.800,00**	**3.178.800,00**
0001 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PSB-DISTRITO FEDERAL	2.700.000,00	3.723.040,00	3.178.800,00	3.178.800,00
0005 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1.403.211,00	0,00	0,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**81.153.714,00**	**111.479.673,00**	**87.682.975,13**	**83.015.476,82**

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS organiza as ações da política pública de assistência social em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira destina-se à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda, destina-se a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a Proteção Social Especial se subdivide em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

1. Proteção Social Básica

Os serviços da Proteção Social Básica são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, ofertados respectivamente nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/CECON.

1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:

- **Descrição do Serviço:** Trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.
- **Unidade Executora:** 27 CRAS distribuídos em todo o território do Distrito Federal.
- **Público Alvo Beneficiado:** Famílias em situação de vulnerabilidade social.
- **Resultados Alcançados:**

  - Em 2017 foram registrados 145.617 atendimentos pelo PAIF, 93.773 atendimentos referentes ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/CADÚNICO, concessão de 33.594 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; Concessão de 7.951 auxílios natalidade, 85 auxílios por morte, 14.541 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 6.699 benefícios excepcionais na modalidade auxílio em razão de desabrigo temporário.

  - Capacitação dos servidores por meio do Projeto Diálogos sobre o SCFV para todos os profissionais dos Centros de Convivência e dos CRAS onde é executado o Serviço de Convivência. A metodologia utilizada envolveu um cronograma de estudos com as equipes objetivando o nivelamento conceitual e reflexão sobre o trabalho executado, bem como propostas para aperfeiçoamento do serviço.

  - Aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social – SIDS, em parceria com a Subsecretária de gestão da Informação, para melhor atender os campos substitutivos da Sinopse e inserção de campos específicos para a realização do acompanhamento familiar.

  - Desenvolvimento e aprimoramento de funcionalidades do Sistema Agenda 156, em parceria com a Coordenação de Transferência de Renda e Subsecretaria de gestão da Informação.

  - Realização de um Grupo de Trabalho – GT para discussão da interface da segurança alimentar no trabalho social com famílias. O grupo conta com a participação de servidores da DAIF, SUBSAN, CAISAN e CRAS e terá a duração de três meses. As entregas esperadas são oficinas para nivelamento conceitual sobre insegurança alimentar para todos os

servidores, desenvolvimento de metodologia para coletivização e acompanhamento das famílias em situação de insegurança alimentar.

- Apoio na organização e participação nas Conferências de Assistência Social das regiões administrativas e do DF.
- Reformulação do Protocolo para concessão de cestas em caráter emergencial, em conjunto com SUBSAN, e realização de oficinas regionalizadas para os servidores dos CRAS e CREAS.
- Atendimento de integrantes de movimentos sociais para inserção na Política Habitacional do Distrito Federal, totalizando 540 famílias.
- Acompanhamento das reformas e manutenções das unidades, especialmente os CRAS.

1.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV:

- **Descrição do Serviço:** Serviço ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias com a finalidade de criar situações que estimulem e orientem os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.
- **Unidade Executora:** Execução Direta: 18 Centros de Convivência, 7 CRAS do Distrito Federal.

  Execução Indireta: 15 Organizações da Sociedade Civil Parceiras da SEDESTMIDH.
- **Público Alvo Beneficiado:** Crianças a partir de 6 anos, adolescentes, adultos e idosos de famílias referenciadas aos CRAS e CREAS.
- **Resultados Alcançados:**

  - Em 2017, foram registrados 37.288 atendimentos pelo SCFV de execução direta e 47.520 atendimentos na execução indireta.
  - Readequação dos processos de trabalho com capacitação, inserção das informações dos atendimentos realizados pelos especialistas em assistência social – educadores sociais no Sistema Integrado de Informações SIDS.
  - Monitoramento e supervisão do trabalho realizado pelas equipes.
  - Realização de grupo de trabalho para readequação do Traçado Metodológico do Programa Caminhos da Cidadania.
  - Oficinas para apresentação e discussão da Instrução Operacional nº1/2017 referente a operacionalização do Programa Caminhos da Cidadania, com participação dos servidores de todas as unidades que executam o Programa.
  - Desenvolvimento de mecanismo (instrumental) para avaliação do programa Caminhos da Cidadania na perspectiva do Educador e do adolescente. Instrumental aplicado em 100% dos participantes.
  - Avaliação do Programa Mestres do Saber e desenvolvimento de nova proposta de substituição por um programa Intergeracional.
  - Participação na definição dos fluxos e capacitação para os gestores dos Termos de Parcerias que excutam SCFV para adequação as normas do marco regulatório.
  - Firmatura de parceria com a OSC Namastê/Revista Traços (Termo de Colaboração nº 03/2017) que viabilizou a implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 150 jovens e adultos em situação de rua ou em processo de saída das ruas.
  - Execução do Programa Famílias Fortes (*Strenghtening Families Program*), em parceria com o Ministério da Saúde, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos e seus cuidadores. Tem como objetivo reduzir comportamentos de riscos relacionados ao uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, ademais de fortalecer os fatores de proteção.
  - O Programa Caminhos da Cidadania também foi retomado em 2017, em 15 Centros de Convivência e em 05 CRAS, com a inserção de 600 adolescente no Serviço de Convivência e concessão de uma bolsa mensal no valor de R$190,00.
  - O Programa Mestres do Saber é desenvolvido desde 2010 em 17 Centros de Convivência e dois Centros de Referência da Assistência Social. São atendidos 101 idosos. O programa prevê a concessão mensal de bolsa no valor de R$415,00 e em contrapartida o participante desenvolve atividades de convivência nos CRAS e CECONs por 12 horas semanais para o público atendido nas unidades. (SUGIRO TRANSPORTAR ESSE CONTEÚDO PARA O SCFV DIRETO).

1.3. Concessão de Benefícios Socioassistenciais:

- **Descrição do Serviço:** Benefícios eventuais de assistência social, previstos pelo art. 22 da Lei n. 8.742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em especial com as alterações promovidas pela Lei n. 12.435/2011, instituídos no DF por meio da Lei n. 5.165/2013 (DODF nº 165, 05/09/2013), regulamentada pelo Decreto n. 35.191/2014 e pela Portaria SEDEST n. 39, de 07 de julho de 2014. São provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, calamidade pública, e desabrigo temporário ocasionado pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial.
- **Unidade Executora:** Unidades públicas de assistência social do DF.
- **Público Alvo Beneficiado:** Famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública
- **Resultados Alcançados:**
  Em 2017 foram concedidos:

		Total	
		Quantidade	**R$**
	Compensação Financeira	**208**	**75.036,00**
Benefícios	Excepcional	**6699**	**3.969.090,00**
	Vulnerabilidade	**14541**	**5.928.627,00**
	Natalidade	**7951**	**1.614.800,00**
	Morte	**85**	**35.690,00**
	Subtotal	**29484**	**11.623.243,00**
Bolsas Sociais	Mestre do Saber	**805**	**417.905,00**
	Caminhos da Cidadania	**4076**	**783.940,00**
	Agentes da Cidadania Ambiental	**8994**	**2.698.200,00**
	Subtotal	**13875**	**3.900.045,00**
	Total	**43359**	**15.523.288,00**
	Bens de Consumo (Morte)	**2702**	

- Realização de reuniões em todas as unidades da SEDESTMIDH para capacitar os servidores sobre a operacionalização dos benefícios eventuais e excepcional.
- Inscrição e seleção dos participantes do Programa Agentes de Cidadania Ambiental.
- Organização e operacionalização do pagamento das bolsas do programa Agentes de Cidadania Ambiental.
- Inscrição e seleção dos catadores participantes do programa de Compensação financeira.
- Organização e operacionalização do pagamento das bolsas do Programa de Compensação financeira.

2. Proteção Social Especial:

Os serviços de Proteção Social Especial destinam-se a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou ameaçados. São serviços que requerem o acompanhamento familiar e individual, e com têm estreita interface com o Sistema de Garantia de Direito.

Na Proteção Social Especial estão previstos níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade são ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e pelos Centros de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua – CENTRO POP. Os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade são ofertados pelas Unidade de Acolhimento. São

eles respectivamente:

2.1. Média Complexidade:

2.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos- PAEFI:

- **Descrição do Serviço:** Serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.
- **Unidade Executora:** 11 CREAS
- **Público Alvo Beneficiado:** Famílias em situação de vulnerabilidade social com ocorrência de situação de violação de direitos, mas cujos vínculos familiares ainda estão preservados.
- **Resultados Alcançados:**

  - Em 2017 foram registrados 16.657 atendimentos pelo PAEFI;

  - Implantação do CREAS Núcleo Bandeirante: o novo equipamento da média complexidade passou a ser responsável pelo atendimento das regiões administrativas do Guará, Núcleo Bandeirante, Park Way e Candangolândia (anteriormente referenciadas ao CREAS Brasília), bem como do Riacho Fundo I (anteriormente referenciado ao CREAS Taguatinga). Esse CREAS reduziu a sobrecarga das unidades de Brasília e Taguatinga e facilitou o acesso dos usuários ao serviço.

  - Alteração na nomenclatura do Centro da Diversidade em CREAS da Diversidade considerando que o serviço executado já estava em sintonia com os parâmetros de execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. A unidade segue sendo referência nacional no trabalho de atendimento da população LGBT vítima de discriminações e outras violações de direitos socioassistenciais.

  - Implantação do cadastramento no Cadastro Único das famílias atendidas pelo PAEFI em todos os CREAS, contribuindo com a desburocratização e agilizando o acesso às políticas de transferência de renda pelas famílias em situação de violação de direitos. Essa ação envolveu o estabelecimento de diretrizes padronizadas para todos os CREAS e capacitação de profissionais para operar o Sistema do Cadastro Único e os sistemas de gestão de benefícios do Programa Bolsa Família (SIBEC) e o de acompanhamento de condicionalidades (Sicon).

  - Padronização de processos de trabalho e execução do PAEFI, envolvendo definições de parâmetros de avaliação dos casos que aguardam atendimento nas unidades (demanda reprimida), quantitativo de casos em acompanhamentos por especialistas, processo de acolhida e a oferta do serviço articulado com a concessão de benefícios eventuais. Todo esse processo, ainda em curso, visa a redução da demanda reprimida e a garantia da agilidade do atendimento. As unidades mais impactadas por essa ação foram o CREAS Taguatinga e o CREAS Ceilândia, que conseguiram reduzir a demanda reprimida e ampliar a agilidade do atendimento.

  - Participação na reorganização de ações territoriais de enfrentamento a violações de direitos socioassistênciais, com campanhas de conscientização e enfrentamento da desigualdade de gênero, racial, identidade de gênero, orientação sexual, sorologia, entre outras. Destacam-se a participação em Paradas do Orgulho LGBT, Semana da Consciência Negra, Semana da mulher, Semana da pessoa idosa, Dia de combate à Homofobia, Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Dia Mundial de Combate ao HIV/AIDS e outros.

  - Atualização do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS) para o pleno registro das situações de violência no prontuário familiar, ampliando a ação de vigilância socioassistencial dos CREAS, qualificando a alimentação dos dados no

Registo Mensal de Atendimentos/RMA (sistema do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS e monitoramento da execução do serviço.

- Estabelecimento de diretrizes de articulação entre os CREAS e as unidades de acolhimento para adultos executados por meio de parceira com OSC, contribuindo para a agilidade do acesso da população atendida aos programas de transferência de renda e aos benefícios socioassistenciais.

2.1.2. Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS):

- **Descrição do Serviço:** Trabalho social de abordagem e busca ativa com a finalidade de identificar nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Visa promover a inserção de pessoas em situação de rua na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos, bem como contribuir para a construção do processo de saída das ruas e estabelecer condições de acesso à rede de serviços
  - **Unidade Executora:** O Serviço foi executado por meio de parceria com Organização da Sociedade Civil, a Associação Casa Santo André (CSA), até 30 de junho de 2017, com meta de atendimento de 2000 pessoas. Um chamamento público foi realizado e resultou na seleção do Instituto Ipês. Contudo, um processo judicial impediu que a nova parceria fosse firmada até dia 05 de dezembro de 2017, provocando a interrupção do serviço durante todo o segundo semestre de 2017.
- **Público Alvo Beneficiado:** Pessoas em situação de rua em todo o Distrito Federal.
- **Resultados Alcançados:**

  - Em 2017 foram registrados 13.870 atendimentos pelo SEAS;

  - Realização de nova parceria para execução do serviço, com ampliação de meta de atendimento para 3.000 pessoas.

  - A nova parceria adotou um plano de trabalho que reordena o serviço para garantir maior efetividade da sua execução. O SEAS passará a registrar todos os atendimentos no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social/SIDS, que tornará os registros mais fidedignos e permitirá maior integração com outros serviços da política de assistência social. As equipes do SEAS serão referenciadas aos CREAS e aos Centros POP e passarão a utilizar sistemas de georeferenciamento para garantir a identificação, de forma atualizada, do quantitativo de pessoas em situação de rua no DF, bem como o mapeamento dos locais de incidência de crianças e adolescente em situação de trabalho infantil nos territórios.

2.1.3. Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua:

- **Descrição do Serviço:** Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Além disso, oferece acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação, de acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais e atendimento com psicólogos e assistentes sociais.
- **Unidade Executora:** 02 Centros Pop
- **Público Alvo Beneficiado:** Pessoas em situação de rua em todo o Distrito Federal.
- **Resultados Alcançados:**

  - Em 2017 foram registrados 136.916 atendimentos nos Centros Pop;

  - Realização de atividades em grupo: a) Grupo voltado para a preparação de usuários para a saída da rua e a organização de suas moradias; b) Grupo voltado para a redução de danos com dependentes de álcool e outras drogas; c) Grupo para

oportunizar o autoconhecimento, autoestima, autonomia e a interação entre os demais usuários e servidores da Unidade.

- Parceria com a Revista Traços com o objetivo de promover a autonomia das pessoas em situação rua, contribuindo para o processo de saída das ruas.

- Parceria estabelecida com a OSC Associação Cultural Namasté (Termo de Colaboração nº 01/2017) para execução do Projeto Cuidando da Vida em parceria com a SENAD/MJ, por meio do Projeto Redes, no âmbito do Programa Federal *Crack, É Possível Vencer*. Tem como objetivo a inserção social de pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas por meio da oferta de ações intersetoriais de assistência social, moradia e cultura.

2.1.4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias:

- **Descrição do Serviço:** Prevenção da institucionalização e a segregação de pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social, com a oferta de atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã.
- **Unidade Executora:** Serviço executado por meio de parceria com Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF (APAE/DF); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia (APAED); Centro de Ensino e Reabilitação (CER); Centro de Audição e Linguagem (CEAL); Pestalozzi de Brasília; e Associação de Mães, Pais e Reabilitadores de Excepcionais (AMPARE) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taguatinga e Ceilândia (APAED).
- **Público Alvo Beneficiado:** Pessoas com deficiência pertencentes a famílias referenciadas aos CREAS.
- **Resultados Alcançados:**

  - Em 2017 foram registrados 11.760 atendimentos nas Organizações da Sociedade Civil Parceiras;

2.2. Alta Complexidade:

2.2.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias:

- **Descrição do Serviço:** Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.
- **Unidade Executora:**
  Execução Direta: 02 Unidades de Acolhimento para Adultos e Famílias na modalidade casa de passagem: Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF Areal) e Unidade de Acolhimento para Mulheres (UNAM);
  Execução Indireta: 01 Organização da Sociedade Civil Parceira da SEDESTMIDH: Associação Casa Santo André (CSA), com 05 Casas de Passagem.
- **Público Alvo Beneficiado:** Adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.
- **Resultados Alcançados:**
  - ✓ Em 2017 foram registrados 1603 acolhimentos na execução direta e 3.120 acolhimentos na execução indireta;
  - ✓ Realização de oficinas de pintura em tela e exposição das obras produzidas pelos acolhidos participantes em eventos como a Conferência Distrital e Nacional de Assistência Social;

- ✓ Oficinas temáticas com técnicas para sensibilizar a inclusão de adultos no sistema EJA (Educação de jovens e adultos);
- ✓ Parceria com a Universidade Católica de Brasília/Projeto Ser+ em variadas atividades como, por exemplo, aulas de português para estrangeiros;
- ✓ Encaminhamentos, agendamentos e acompanhamentos em atendimentos de saúde na rede pública;
- ✓ Parceria com a policlínica da Secretaria de Saúde para atendimentos psiquiátricos na própria unidade;
- ✓ Acompanhamento e orientação dos usuários em perícias médicas do INSS, Carteira do Idoso e Passe Livre;
- ✓ Divulgação, orientação e viabilização de meios para acessar vagas de trabalho, cursos técnicos ou profissionalizantes;
- ✓ Orientações para elaboração de currículos;
- ✓ Atendimentos mensais do TJDFT aos acolhidos;
- ✓ Inclusão e atualização dos dados de Cadastro Único dos acolhidos;
- ✓ Parceria com a OSC AmarElo, que colabora com a realização de eventos comemorativos e ainda este ano realizou a pintura do muro externo da UNAF-Areal;
- ✓ Promoção de acesso à convivência e lazer: passeios, celebrações de datas comemorativas (Páscoa, Natal, entre outras);
- ✓ Projeto Cine Pipoca com exibição de filmes;
- ✓ Parceria com a UNIEURO para atendimentos odontológicos;
- ✓ Parceria com a comunidade: Grupo RAAB – Igreja Universal de Taguatinga Centro, Voluntários da Beleza para serviços de corte de cabelo e outros procedimentos de beleza;
- ✓ Parceria com a Casa da Mulher Brasileira para participação de usuárias em palestras, cursos e seminários.

2.2.3. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

- **Descrição do Serviço:** Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para idosos em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou em trânsito e sem condições de autossustento ou acolhimento para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento integral de longa permanência ou em modalidade com grau de cuidados mais elevado e que não tenham quadros de transtorno mental.
- **Unidade Executora:**
  Execução Direta: 01 Unidade de Acolhimento para Idosos (UNAI) na modalidade casa de passagem.
  Execução Indireta: 04 Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI Parceiras da SEDESTMIDH: Associação São Vicente de Paulo de Belo Horizonte, Casa do Candango, Instituto Integridade, Obras Assistenciais Bezerra de Menezes.
- **Público Alvo Beneficiado:** idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento integral na modalidade casa de passagem ou mesmo em instituições de longa permanência, com grau de cuidados mais elevado e que não tenham quadros de transtorno mental.
- **Resultados Alcançados:**
  - ✓ Em 2017 foram registrados 216 acolhimentos na execução direta e 2.680 na execução indireta;
  - ✓ Atividades de oficinas mensais com os idosos para trabalhar assuntos relacionados a direitos humanos, cidadania, normas internas da unidade, saúde, educação etc.
  - ✓ Parcerias com a comunidade para o desenvolvimento de atividades e a promoção de vínculos sociais e afetivos dos idosos.

- ✓ Acesso dos acolhidos à Política de Saúde com acompanhamento de idosos às diversas unidades de saúde para atendimento/acompanhamento dos mesmos.
- ✓ Parceria com a equipe do Consultório de Rua para prestar acompanhamento sistemático aos idosos. A equipe realiza atendimento aos idosos acolhidos na própria unidade, sempre as quartas-feiras;
- ✓ Participação dos idosos na Conferência de Assistência Social de Taguatinga;
- ✓ Realização de passeios com o objetivo de promover o acesso à cultura, arte e lazer dos idosos;
- ✓ Visita de estudantes de escolas aos idosos e a parceria com instituições de Ensino Superior e/ou técnico para realização de atividades, especialmente na área da saúde.
- ✓ Inserção dos acolhidos em atividades ofertadas pelas próprias Instituições de Longa Permanência, como: produção culinária, atividades culturais, capacitação e inclusão digital.

2.2.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência

- ➢ **Descrição do Serviço:** Acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de autossustentabilidade.
- ➢ **Unidade Executora:** Execução indireta por meio de 05 Organizações da Sociedade Parceiras da SEDESTMIDH: Abrigos dos excepcionais de Ceilândia – AEC, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia – APAED, Vila São José Bento Cottolengo, Instituto Dom Orione, Vila do Pequenino Jesus.
- ➢ **Público Alvo Beneficiado:** Jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de autossustentabilidade.
- ➢ **Resultados Alcançados:** Em 2017 foram registrados 2.265 acolhimentos.

2.2.5. UPS 24 Horas - Unidade de Proteção Social 24 Horas

- ➢ **Descrição do Serviço:** Serviço de funcionamento ininterrupto, que tem como principal serviço atendimento imediato e emergencial a situações de calamidade. Oferta ainda ações de levantamento socioeconômico de famílias em situação de ocupações irregulares. Ademais, realiza a gestão e o controle das vagas dos Serviços de Acolhimento Institucional.
  - ➢ **Unidade Executora:** Execução direta por meio de 01 unidade: UPS 24 Horas - Unidade de Proteção Social 24 Horas
  - ➢ **Público Alvo Beneficiado:** Famílias e indivíduos acometidos por situações de calamidades públicas e de emergência social.
  - ➢ **Resultados Alcançados:**
  - ✓ Em 2017 foram registrados 2.678 atendimentos pela UPS 24h;
  - ✓ - Realização de levantamento socioeconômico em 49 áreas distintas do DF que gerou aproximadamente 1.700 atendimentos à população;
  - ✓ - Participou de 121 operações da AGEFIS/SUOPS in loco e esteve de sobreaviso em outras 94 operações.

2.2.6. GESAC – Gerência de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

- ➢ **Resultados Alcançados:**
- ✓ Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, com a definição de gestão autônoma de cada Unidade, realização da transição entre os modelos e apoio ao processo de relotação de servidores;
- ✓ Acompanhamento e monitoramento das Unidades reordenadas;
- ✓ Visitas às Unidades de Acolhimento conveniadas, suporte técnico ao serviço ofertado e alinhamento de procedimentos;

- ✓ Participação em mobilizações nacionais, como o dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - 18 de maio e o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil - 12 de junho;
- ✓ Participação do Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte/PPCAAM e do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos;
- ✓ World Café: debate de temas próprios à realidade do acolhimento por meio da abordagem de comunicação colaborativa, para subsidiar a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos
- ✓ Articulação com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos;
- ✓ Revisão dos Projetos Político-Pedagógicos e Sinopses das Unidades de Acolhimento e do Fluxo de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes.
- ✓ Orientações de autocuidado para acolhidos e trabalhadores, de forma a prevenir adoecimentos e melhorar a qualidade de vida.

2.2.6. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes:

- ➢ **Descrição do Serviço:** acolhimento provisório e excepcional de Crianças e Adolescentes do Distrito Federal afastados do convívio familiar, por meio de Medida Protetiva de acolhimento institucional, disposta no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
- ➢ **Unidade Executora:**
- ✓ Execução Direta: 03 Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (UNAC I, II e III) e 01 Central de Acolhimento;
- ✓ Execução Indireta: 08 Organizações da Sociedade Civil Parceiras da SEDESTMIDH; Associação de Mães, Pais e Reabilitadores de Excepcionais – AMPARE, Casa de Ismael - CASEL, Lar São José, Obras Sociais do Centro Espírita Batuíra, Sociedade Cristã Maria e Jesus Nosso Lar – SOMAJE, Sociedade Espirita de Amparo ao Menor Casa do Caminho, Casa Transitória de Brasília e Lar da Criança Padre Cícero.

- ➢ **Público Alvo Beneficiado:** Crianças e Adolescentes do Distrito Federal afastados do convívio familiar, com Medida Protetiva de acolhimento institucional, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescentes.
- ➢ **Resultados Alcançados:** Em 2017 foram realizados 4.179 acolhimentos de crianças e adolescentes, nos serviços de execução direta e indireta, e 610 atendimentos pela Central de Acolhimento.

- ➢ **UNAC I – GUARÁ:**

- ✓ Articulação com a rede de serviços das políticas de ducação, saúde, segurança, esporte e lazer, bem como com o Ministério Público, Judiciário e outros atores do Sistema de Garantia de Direitos;
- ✓ Capacitação de servidores na Linguagem Brasileira de Sinais – Libras;
- ✓ Consolidação da prática de Assembleias com acolhidos e servidores para deliberações coletivas e tomada participativa de decisões;
- ✓ Parcerias com a Comunidade para oferta de bens e serviços.

- ➢ **UNAC II - RECANTO DAS EMAS:**

- ✓ Articulação com outros serviços da política de assistência social e a rede de segurança pública, administração regional do Recanto das Emas, entre outros;
- ✓ Sensibilização do CRAS do território para acompanhamento a jovens egressos do acolhimento;
- ✓ Definição de estratégias com a Regional de Ensino da cidade para inclusão e permanência dos acolhidos na rede de educação, bem como para o atendimento na unidade de um dos acolhidos – professora vem até a unidade;
- ✓ Participação em reuniões com a Sessão de Fiscalização de Entidades de Acolhimento SEFAE – VIJ – a fim de realizar estudos de caso, bem como para discussão de propostas que possam melhorar a oferta do serviço;

- ✓ Parceria com a OSC Casa Azul – Entidade sem fins lucrativos que oferece atividades no contra-turno escolar para os acolhidos;
- ✓ Articulação com a Clínica da Família para atendimento preventivo de saúde, e com o Centro de Atenção Psicossocial - CAPSi do Recanto das Emas;

➢ **UNAC III - M NORTE:**

- ✓ Articulação com o Centro de Convivência/CECON Bernardo Sayão para ofertas de atividades de artes e esportes
- ✓ Articulação com a Secretaria de Educação objetivando a criação de uma turma para adequação idade/série, em parceria com o CECON Bernardo Sayão;
- ✓ Parceria com a rede de serviços: Unidade de Atendimento em Meio Aberto, Escola do Parque da Cidade, Delegacia da Criança e do Adolescente, PM Local e outros, a fim de qualificar o atendimento aos acolhidos;
- ✓ Articulação com o Programa Esporte à Meia Noite para consolidação de parceria;
- ✓ Capacitação de servidores na metodologia de Comunicação Não-Violenta;
- ✓ Articulação com a Comunidade para atendimentos em saúde mental e odontologia;
- ✓ Articulação com o CIEE para inserção dos adolescentes em oportunidades de capacitação profissional e mercado de trabalho;
- ✓ Realização de atividade de preparo da alimentação na própria unidade, uma vez por semana, com a participação dos adolescentes.

3. Gestão e Aprimoramento de Benefícios de Transferência de Renda:

- **Descrição do Serviço:** Coordenação da implementação da gestão das políticas de transferência de renda do Distrito Federal e a implementação da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no Distrito Federal.
  O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.
  Com a qualificação das informações cadastrais é possível conhecer de forma mais fidedigna a realidade das famílias de baixa renda do DF, de forma a desenvolver políticas públicas setoriais mais efetivas, em especial no que concerne à transferência de renda direta às famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita até R$ 85,00 independente da composição familiar) e pobreza (renda per capita entre R$85,01 e R$177,00 que possuam em sua composição crianças e adolescentes).
- **Unidade Executora:** Coordenação de Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único – CTRAR/SUBSAS/SEADS/GAB/SEDESTMIDH.
- **Público Alvo Beneficiado:** Famílias e Indivíduos de todo o Distrito Federal, em situação de extrema pobreza e pobreza.
- **Resultados Alcançados:**
  - 173.923 famílias inseridas no Cadastro Único pelo Distrito Federal. Dessas 79.206 famílias estão beneficiadas no Programa Bolsa Família, sendo que 60.712 são suplementadas com recursos do Programa DF sem Miséria (complementação do GDF ao PBF).
  - Quadro Geral de Atualização Cadastral 2017 – DF:

HISTÓRICO DA ATUALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS – ÚLTIMOS 12 MESES			
MÊS	**FAMÍLIAS ATUALIZADAS**	**FAMÍLIAS DESATUALIZADAS**	**TOTAL**
12/2016	108.681	76.602	185.283
01/2017	109.012	77.194	186.206
02/2017	108.797	78.334	187.131
03/2017	109.306	79.430	188.736

04/2017	109.428	80.962	190.390
05/2017	111.018	81.131	192.149
06/2017	111.808	82.088	193.896
07/2017	113.017	82.187	195.204
08/2017	112.172	53.979	166.151
09/2017	114.836	54.163	168.999
10/2017	117.815	53.402	171.217
11/2017	119.700	54.223	173.923

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NO PBF E DFSM– ÚLTIMOS 12 MESES			
MÊS	**PBF SEM DFSM**	**PBF COM DFSM**	**TOTAL**
01/2017	20.771	61.442	**82.213**
02/2017	21.384	62.084	**83.468**
03/2017	20.636	62.650	**83.286**
04/2017	21.589	61.754	**83.343**
05/2017	19.306	60.807	**80.113**
06/2017	19.331	60.487	**79.818**
07/2017	20.772	55.619	**76.391**
08/2017	19.119	59.462	**78.581**
09/2017	18.146	59.564	**77.710**
10/2017	18.707	60.090	**78.797**
11/2017	18.990	58.457	**77.447**
12/2017	18.494	60.712	**79.206**

- Implantação de funcionalidade no Sistema de Agendamento do 156, a partir do mês de abril/2017, que permite o conhecimento da demanda reprimida para fins de inserção Cadastro Único.
- Realização de ação de cadastramento/atualização cadastral de 371 famílias que estavam em demanda reprimida na Central 156 (não conseguiam agendar atendimento nos CRAS).
- Convocação de famílias com cadastros desatualizados há mais de 60 meses com vistas a possibilidade de exclusão da base do Cadastro Único, elevando assim a Taxa de Atualização Cadastral (Tac). Atualmente, existem cerca de 3.600 cadastros que podem ser excluídos (estão sendo realizadas articulações junto à Caixa e ao MDS para viabilização das exclusões).
- Finalização das análises das denúncias realizadas pelo Tribunal de Contas do DF/TCDF em novembro de 2017, resultando no envio de relatório àquele tribunal. Vale esclarecer que em 2017 foi realizada a quarta ação de chamamento e coleta de dados das famílias que compunham a denúncia realizada pelo TCDF, porém a efetividade foi bastante reduzida, conforme explicitado nos dados do quadro abaixo:

Ações	Convocados	Agendados	Atualizados
1ª Ação (2016)	614	42	42
2ª Ação (2016)	535	240	183
3ª Ação (2016)	273	98	70
4ª Ação (2017)	189	2	1
Total	**1.611***	**382**	**296**

*As famílias que não comparecerem nas ações iniciais, foram convocadas nas demais ações, por isso o número de convocações é superior ao da demanda total.

Os resultados das análises realizadas para os casos cujas famílias compareceram para prestação de informações seguem abaixo:

1. Confirmação da ocorrência de irregularidade no recebimento de benefício de transferência de renda - 57 casos;
2. Impossibilidade de confirmar se ocorreu a irregularidade no recebimento de benefício de transferência de renda - 35 casos;
3. Não confirmação dos indícios de irregularidades no recebimento de benefício de transferência de renda - 206 casos.

- Início da 2ª e 3ª etapas de apuração de denúncia realizada pelo Ministério Público Federal, com atendimento de 160 famílias das 224 agendadas:

Resultado da apuração da 2ª e 3ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastral			
CNPJ			94
Outros benefícios além do PBF e DFSM	Aposentadoria		12
	Auxílio por morte		
	BPC	11	
	Pensão por morte		
	Seguro desemprego	1	
Servidor público			23
TOTAL			**129**

As demais 31 famílias atendidas, das 160 que compareceram, declararam desconhecimento quanto aos questionamentos relacionados à inscrição de CNPJ, recebimento de outros benefícios para além do PBF e DFSM e existência de servidor público na família.

- Retomada dos processos de apuração de suposto recebimento indevido de benefícios a servidores do GDF identificados pela Secretaria de Transparência e Controle no ano de 2012 e 2013.
- Atingimento da segunda maior média histórica no acompanhamento das condicionalidades de Saúde na 1ª vigência de 2017 - 46,04%, relativo a 31.084 famílias beneficiárias. Elevação da taxa de acompanhamento da Educação de 89,73% em novembro/2016 para 91,31% para novembro/2017, correspondendo a 95.843 beneficiários acompanhados.
- Realização de dois seminários intersetoriais com os profissionais de Saúde das regiões Sudoeste (Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga) e Leste (Itapoã, Paranoá e São Sebastião).
- Visitas Técnicas aos equipamentos da Assistência Social, com a participação de 231 servidores, objetivando nivelar os entendimentos sobre o Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa DF sem Miséria e fluxos/rotinas operacionais.
- Elaboração e envio de cinco Boletins Informativos às unidades que operacionalizam o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família.
- Capacitação em seis turmas de entrevistadores dos formulários do Cadastro Único, duas oficinas de Condicionalidades e uma oficina de Fiscalização, com cerca de 180 servidores da Sedestmidh e órgãos parceiros capacitados.
- Assinatura de novo Contrato com a Caixa equacionando os valores de modo a atender a realidade orçamentária atual dos pagamentos dos benefícios do DF sem Miséria e Bolsa Alfa.
- Finalização do Programa Vida Melhor no mês de novembro/2017.

6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**249.985,00**	**182.000,00**	**0,00**	**0,00**
0077 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FÓRUNS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS - SUAS-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
2799 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	229.985,00	182.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**249.985,00**	**182.000,00**	**0,00**	**0,00**

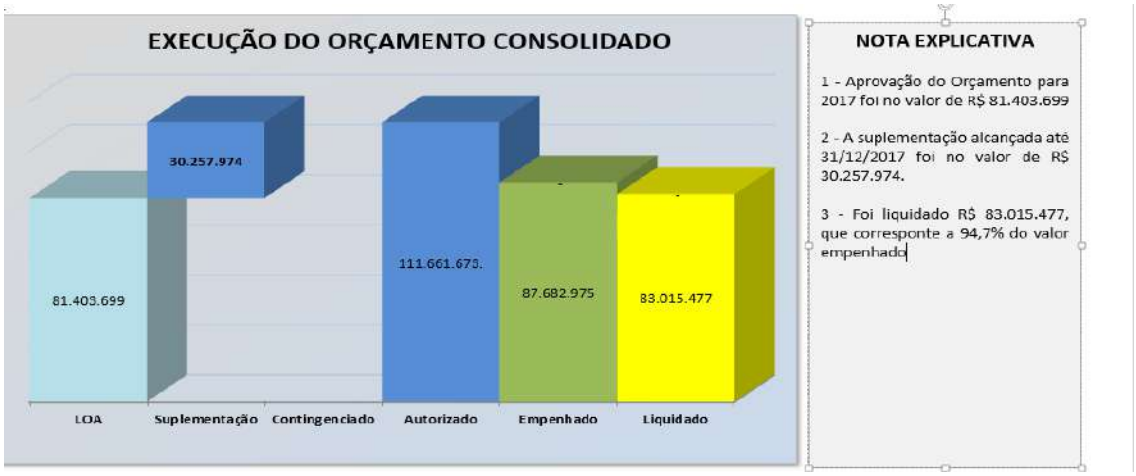
3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em 2017 foi retomado o Programa Agente de Cidadania - Inclusão ao Mundo do Trabalho na área Ambiental, com o repasse de bolsa aos catadores participantes, somada às ações de capacitação por meio dos cursos ofertados pelo Programa Pró-Catador. A retomada do programa objetiva minimizar a insuficiência de renda dos catadores após o fechamento do Aterro Sanitário do Jóquei. Esse somatório de ações visa fomentar o empreendedorismo destas pessoas para a organização em cooperativas que atuem na coleta seletiva de materiais, promovendo desta maneira a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis. Atualmente o programa atende 900 catadores.

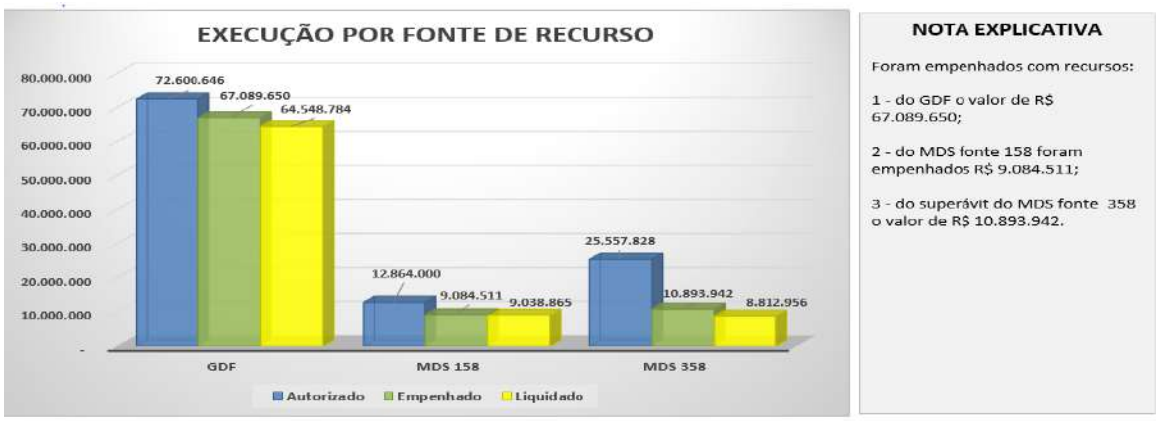
A lei 5893/2017 criou o Programa de Compensação Financeira Temporária, que foi regulamentado pelo decreto 35402/2017, para atendimento aos catadores de materiais recicláveis que atuam no Aterro do Jóquei. O programa deverá contemplar até 1200 catadores e os mesmos receberão uma bolsa no valor de R$360,75 mensais. Após o catador iniciar suas atividades nos Centros de Triagem poderá receber mais seis parcelas da bolsa. O programa objetiva minimizar as perdas financeiras dos catadores após a desativação do Aterro do Jóquei.

Em 2017 a SEDESTMIDH concretizou ações para promoção do acesso à moradia para famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Foram realizadas mediações com a CODHAB para habilitação das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no Programa Morar Bem, tendo como base o previsto na Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal. Desse modo, 821 famílias tiveram relatórios encaminhados à CODHAB após acompanhamento socioassistencial em unidade pública de assistência social (CRAS, CREAS e/ou Centros Pop).

A Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2017, conforme se verifica no quadro a seguir:



Fonte: SIGGO 05/01/2018



Fonte: SIGGO 05/01/2018



Fonte: SIGGO 05/01/2018

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Governo do Distrito Federal enfrenta, desde o início de 2015, uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDESTMIDH.

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2017, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a impossibilidade de realização de concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos

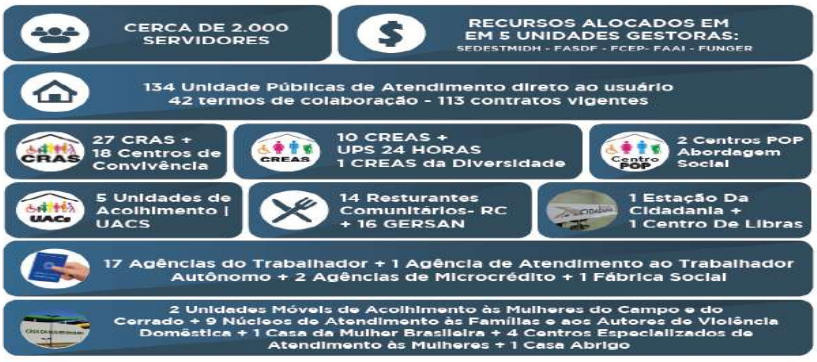
comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Merecem destaque, ações voltadas para:

- Buscar a melhoria contínua no processo de qualidade de seu atendimento;
- Elevar as linhas de microcrédito;
- Fomentar o cooperativismo e o associativismo;
- Fomentar o empreendedorismo, para que os trabalhadores desempregados ou mesmo aqueles que tinham a intenção de aumentar a renda, buscassem uma forma de geração de renda;
- Adequar os cursos de qualificação, de forma a criar oportunidades de qualificação profissional em uma ocupação específica para potencializar a inserção do cidadão no mundo do trabalho;
- Qualificar com o objetivo de atualizar os trabalhares, criando oportunidades de reciclagem, aprimoramento, aperfeiçoamento e crescimento profissional, para que este trabalhador permanecesse empregado;
- Oportunizar a qualificação profissional a empreendedores e trabalhadores que gerem sua própria renda, a fim de criar, desenvolver e evoluir suas atividades econômicas; entre outas ações.

Ao longo de 2017, o principal desafio enfrentado por esta SEDESTMIDH foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade, especialmente das temáticas de gênero, igualdade racial, direitos humanos, trabalho, assistência social, no entendimento de que a integralidade do atendimento aos indivíduos e famílias

O quadro a seguir traz um resumo da estrutura atualmente existente.



Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2017, destacam-se:

- Crescimento de demandas por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes. Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações. Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adoecimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Impossibilidade de efetuar contratações, exceto por intermédio da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira, e Corporativa do DF – Governança-DF;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;

• Frota de veículos insuficiente para atendimento das demandas dos serviços;
• Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
• Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
• Pouca articulação com as demais políticas públicas;
• Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDESTMIDH é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal, bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional, de trabalho, de igualdade racial, de direitos humanos e de políticas para as mulheres. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

FUNDO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL - UO: 25.905

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Lei Complementar n.º 21, de 23 de julho de 1997, instituiu o Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal, anteriormente vinculado à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal.

Em agosto de 2011, o Governador do Distrito Federal, por meio do Decreto n.º 33.116, acresceu novos artigos ao Decreto n.º 32.716, de 1º de janeiro de 2011, para criar a Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal, com a seguinte alteração: "(...) § 3º cabe à Secretaria de que trata esse artigo a Gestão do Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal".

A Secretaria Especial do Idoso, com atuação na área de políticas para o idoso, propôs projeto de lei para alterar a lei que instituiu o fundo, que versa sobre os recursos que serão destinados à implementação de programas e ações voltadas para atender as demandas dos idosos do Distrito Federal.

Em 27 de maio de 2013, a Lei Complementar n.º 865, revogou as Leis supracitadas e criou o Fundo dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, que prevê em seu artigo 7º que o Regulamento do Fundo seja sugerido pelo Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, no prazo de sessenta dias contados da publicação da referida Lei.

Conforme Decreto nº 36.236 de 1º/01/2015, o Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal, passou a ser vinculado à Secretaria de Estado de Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.

Por fim, com a publicação do Decreto nº 36.832, de 23/10/2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, o Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal, passou a ser vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.

Em termos de equipe, o Fundo utiliza-se da força de trabalho da Secretaria, demonstrada no quadro a seguir:

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	90	206	116	1.003	1.415
Comissionados sem vínculo efetivo	198	0	119	0	317
Requisitados de órgãos do GDF	30	05	03	27	65
Requisitados de órgãos fora do GDF	02	0	0	0	02
Estagiários					89
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					84
Terceirizados (FUNAP)					36
Outros - Especificar					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	320	211	238	1.030	2.008
(-) Cedidos para outros órgãos	–	–	–	–	68
Total Geral	320	211	238	1.030	1.940

Fonte: DIGEP/SUAG/SEDESTMIDH - Dados de 31/12/2017.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	**69.217,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
8386 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	69.217,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**69.217,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

Conforme a Lei Complementar Nº 865, de 27 de maio de 2013, que o instituiu, o Fundo dos Direitos do Idoso - FDI/DF substitui o Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal – FAAI/DF, criado pela Lei Complementar nº 21, de 23 de julho de 1997.

Seu objetivo é financiar os programas e as ações relativos ao idoso, com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

A deliberação sobre a utilização dos recursos do Fundo requer consulta ao Conselho dos Direitos do Idoso, que tem como uma de suas competências acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária, no que se refere à destinação de recursos públicos às áreas relacionadas com a política do idoso.

Os recursos não foram utilizados, uma vez que não foi feita a regulamentação do FDI/DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

É importante esclarecer que, conforme o Art. 7º da Lei Complementar Nº 865/2013, o regulamento do Fundo, deveria ser sugerido pelo Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, no prazo de sessenta dias contados da publicação da citada Lei Complementar e aprovado por decreto.

Ocorre que, até a presente data, não houve regulamentação do Fundo, o que inviabiliza a utilização de seus recursos. Ainda em 2014, foi autuado o processo nº 0002.000448/2014 que trata da regulamentação do FDI/DF, contudo, o Decreto de Regulamentação não foi publicado, tornando inviável a utilização dos recursos.

A regulamentação do FDI/DF é, atualmente, a principal demanda do Conselho dos Direitos do Idoso – CDI/DF. Ressalta-se que a utilização dos recursos do Fundo do Idoso, sem que este estivesse regulamentado, já foi objeto de Tomada de Contas do TCDF, por meio do processo 0040-002002/2009, no qual o Conselho dos Direitos do Idoso afirma que os recursos do Fundo foram utilizados indevidamente no ano de 2008.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Além dos problemas enfrentados pelas demais unidades orçamentárias desta Secretaria, a utilização dos recursos do Fundo do Idoso foi inviabilizada em razão da ausência de regulamentação da Lei que o instituiu.

Com a publicação de regulamentação, será composto o Conselho de Administração do FDI/DF, conforme prevê a Lei nº 865/2013. É o Conselho de Administração que tem por objetivo aprovar as diretrizes de administração do Fundo e aprovar sua programação financeira.

No momento, o processo que trata da regulamentação do FDI/DF encontra-se na Subsecretaria de Políticas Públicas da Casa Civil para análise e, em caso de concordância, adoção de providências para publicação do Decreto de regulamentação.

FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 25.906

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal foi instituído como unidade orçamentária pela Lei nº 4.220, de 09 de outubro de 2008, cujos recursos devem ser aplicados em ações de capacitação para o trabalho e elevação do nível educacional e em atividades socioeducativas de convivência e socialização, tendo como foco principal a inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal.

Vinculado à antiga Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal - SEDHES, esse Fundo somente foi efetivado no âmbito do GDF, com alocação de recursos específicos, a partir de 2014.

Com a publicação do Decreto nº 36.832, de 23/10/2015, artigo 1º, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal passa a integrar a Secretaria de Estado Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal/SEDESTMIDH.

Para a execução das ações sob sua responsabilidade, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal conta com os servidores da/SEDESTMIDH.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	**Atividade-Meio (Com cargo em comissão)**	**Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)**	**Atividade-Fim (Com cargo em comissão)**	**Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)**	**Total**
Efetivos do GDF	90	206	116	1.003	1.415
Comissionados sem vínculo efetivo	198	0	119	0	317
Requisitados de órgãos do GDF	30	05	03	27	65
Requisitados de órgãos fora do GDF	02	0	0	0	02
Estagiários					89
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					84
Terceirizados (FUNAP)					36
Outros - Especificar					
Subtotal	320	211	238	1.030	2.008
(-) Cedidos para outros órgãos	–	–	–	–	68
Total Geral	**320**	**211**	**238**	**1.030**	**1.940**

Fonte: DIGEP/SUAG/SEDESTMIDH - Dados de 31/12/2017.

Como demonstrado no quadro de pessoal acima, visando complementar sua força de trabalho a Secretaria conta com um pequeno quantitativo de estagiários e pessoal terceirizado, bem como com servidores sem vínculos, que ocupam cargos em comissão e de natureza especial na SEDESTMIDH. Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com perfil adequado aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas de desenvolvimento social no DF, porém, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

O último concurso público realizado não logrou recompor a defasagem do quadro de pessoal da Secretaria, advindo do desligamento de servidores por demissão, exoneração de cargo efetivo a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável, transferência IPREV – aposentadorias.

Tais circunstâncias continuam impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades da Secretaria, gerando acúmulo para os atuais servidores, duplas funções, impossibilidade de expansão de unidades e serviços, etc.

Apesar disso, a SEDESTMIDH considera que o desenvolvimento das ações tem ocorrido dentro de uma normalidade aceitável, superando, algumas vezes as expectativas, vez que os servidores se mantêm comprometidos em seus locais de trabalhos.

Diante desse cenário e considerando o número de servidores que estão na iminência de se aposentar nos próximos anos, pode ocorrer o agravo da situação exposta, caso não haja recomposição de pessoal efetivo.

Nesse sentido cabe registrar, que foi aprovado pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/SEAP, processo desta Secretaria, que trata da realização de concurso público, para contratação de 300 (trezentos) novos servidores de nível superior e médio, inicialmente previsto para o ano de 2014, mas que até a presente data não se realizou.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 – FAMILIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	**67.789.781,00**	**68.396.508,00**	**68.102.114,50**	**68.102.114,50**
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA TEMPORÁRIA AOS CATADORES DE MATEIRAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	103.174,50	103.174,50
0002 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DO-DISTRITO FEDERAL	67.789.781,00	68.196.508,00	67.998.940,00	67.998.940,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**67.789.781,00**	**68.396.508,00**	**68.102.114,50**	**68.102.114,50**

Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único no âmbito da Subsecretaria de Assistência Social e sua Coordenação de Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único, é responsável por coordenar e acompanhar as atividades relacionadas à política de transferência de renda no Distrito Federal. Tal atividade se concretiza por meio dos programas Bolsa Família/PBF; Programa DF sem Miséria-DFSM; Bolsa Alfa-BA, e; Programa Vida Melhor-PVM (finalizado em novembro/2017).

Para que as famílias recebam o repasse de transferência de renda devem estar inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), além de

cumprir com compromissos nas áreas de Educação e Saúde (Condicionalidades), com o objetivo de acessarem essas políticas básicas. Desse modo, tanto a gestão do Cadastro Único quanto o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades são realizadas pela Coordenação de Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único.

O PBF atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único e com o seguinte perfil:

- Famílias com renda por pessoa de até R$ 85 mensais;
- Famílias com renda por pessoa entre R$ 85,01 e R$ 177 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

A seleção para o Programa ocorre de forma automatizada, mediante informações contidas no Cadastro Único. A estimativa de famílias pobres para o DF – conforme o Censo de 2010 – 95.674 (noventa e cinco mil, seiscentas e setenta e quatro).

Em consonância com o PBF, desde julho de 2011, existe o Plano DF sem Miséria, que sob a ótica da transferência de renda, repassa recursos financeiros do GDF a todas as famílias beneficiárias do PBF que apresentem renda per capita mensal inferior a R$ 140,00, após o recebimento dos valores do programa federal. Os valores do suplemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recurso de suplementação do Plano DF sem Miséria.

Número de Familias Beneficiarias do PBF e DFSM em 2017

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS – ÚLTIMOS 12 MESES			
MÊS	**PBF SEM DFSM**	**PBF COM DFSM**	**TOTAL**
01/2017	20.771	61.442	**82.213**
02/2017	21.384	62.084	**83.468**
03/2017	20.636	62.650	**83.286**
04/2017	21.589	61.754	**83.343**
05/2017	19.306	60.807	**80.113**
06/2017	19.331	60.487	**79.818**
07/2017	20.772	55.619	**76.391**
08/2017	19.119	59.462	**78.581**
09/2017	18.146	59.564	**77.710**
10/2017	18.707	60.090	**78.797**
11/2017	18.990	58.457	**77.447**
12/2017	18.494	60.712	**79.206**

Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona mais proteção às famílias mais vulneráveis, além de garantir o acesso aos mínimos sociais. Para se manter como beneficiária a família deve cumprir os compromissos (condicionalidades) nas áreas de educação e de saúde, quais sejam:

- Saúde
  - Crianças menores de 7 anos: manter atualizado o calendário de vacinação e de desenvolvimento (pesar e medir), conforme o calendário do Ministério da Saúde.
  - Gestantes: realização do pré-natal nas unidades de Saúde.
- Educação
  - Frequência escolar mínima de 85% para alunos de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos.

No ano de 2017, foi dada continuidade às atividades do Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família no DF, cuja estrutura encontra-se publicada na Portaria Nº 111, de 23 de agosto de 2016 – Sedestmidh. O objetivo do Comitê Gestor é fortalecer as ações intersetoriais do Programa Bolsa Família, junto à Saúde e Educação.

O Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família no DF, integrado por representantes da Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, realizou durante 2017, 6 (seis) reuniões deliberativas.

Junto à Secretaria de Saúde foram realizados dois seminários intersetoriais nas regiões Sudoeste (Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga) e Leste (Itapoã, Paranoá e São Sebastião) de forma a fortalecer a rede intersetorial local, garantindo assim a proteção social às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Aliado a isso na 1ª e 2ª vigência foram divulgadas nas mídias digitais da Sedestmidh (*facebook,* sítio da Secretaria, www.sedest.df.gov.br) as listagens das famílias beneficiárias que deveriam ser acompanhadas na Saúde. Foi orientado que essas famílias comparecessem aos Centros de Saúde próximos de sua residência para acompanhamento e registro das condicionalidades do Programa. Tais medidas permitiram que o DF alcançasse um índice de 46,04% de famílias acompanhadas no 1º semestre de 2017. Tal índice é o segundo maior da média histórica do DF, desde a sua adesão ao Programa Bolsa Família.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE EM 2017			
Período de Acompanhamento	Famílias perfil Saúde no Bolsa Família (2)	Famílias acompanhadas (3)	
		nº	% (Taxa Saúde para IGD)
1º Semestre/2017	67.517	31.084	46,04
2º Semestre/2017[15]	62.718	18.736	29,87

Para a Educação foram retomadas as discussões acerca de projeto piloto que visa qualificar as informações dos alunos infrequentes, bem como ajustar as informações escolares no Sistema Presença da Educação e no Cadastro Único, de forma que sejam reduzidos os alunos Não Localizados (NLoc) por inconsistência das informações entre essas duas bases.

Nota-se redução no número de beneficiários com perfis passíveis de acompanhamento de frequência escolar de 124.327 (cento e vinte e quatro mil e trezentos e vinte e sete) crianças e adolescentes em novembro/2017 para 104.967 (cento e quatro mil novecentos e sessenta e sete mil) em novembro/2017. Em reflexo, o quantitativo de famílias acompanhadas também foi reduzido de 111.558 (cento e onze mil e quinhentos e cinquenta e oito) em novembro/2016 para 95.843 (noventa e cinco mil e oitocentos e quarenta e três) em novembro/2017[16]. Entretanto, percentualmente houve acréscimo total, uma vez que em novembro/2016 a taxa de acompanhamentos efetuados era de 89,73% e em novembro/2017 a taxa alcançou os 91,31% percentuais.

ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR EM 2017			
Período de Acompanhamento	Beneficiários perfil Educação no Bolsa Família (2)	Beneficiários acompanhados (3)	
		nº	% (Taxa Educação para IGD)

[15] Os quantitativos referentes ao 2º Semestre/2017 ainda não foram consolidados. Os valores apresentados são resultado parcial da 2º vigência de 2017 (acessados em 04/01/2017), tendo em vista que o prazo para registro no Sistema Bolsa Família da Saúde foi prorrogado para prorrogado para 12/01/2018.

[16] A redução sinalizada se deve à exclusão lógica operada pelo Ministério do Desenvolvimento Social no mês de setembro/2017, que excluiu cerca de 30.000 cadastros no DF, incluindo famílias beneficiárias.

Novembro/2017	104.967	95.843	91,31
Setembro/2017	106.560	92.498	86,80
Julho/2017	111.818	90.266	80,73
Maio/2017	114.229	97.459	85,32
Março/2017	116.700	95.960	82,23
Novembro/2016	124.327	111.558	89,73

Conforme descrito na Portaria nº 251/12, deverão ser priorizadas no acompanhamento familiar com registro no Sistema de Condicionalidades (Sicon), em especial, as famílias com o maior número de suspensões e com registro de motivos relacionados à violação de direitos e extrema vulnerabilidade social/renda.

Diante disso, nos meses de repercussão do descumprimento de condicionalidades (meses ímpares à exceção de janeiro) os arquivos de suspensão são disponibilizados aos equipamentos da Assistência Social (Cras, Creas, Centros Pop, Unidades de Acolhimento e Centro da Diversidade) com objetivo de assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social sejam atendidas/acompanhadas pelos serviços da Assistência Social e pelas políticas de Saúde e Educação.

Ainda sobre as condicionalidades é salutar mencionar que o processo de orientação realizado a profissionais dos equipamentos da Assistência Social do DF acerca das ferramentas disponíveis para atendimento/acompanhamento das famílias que estão sofrendo repercussões nos benefícios do Programa Bolsa Família, fruto do descumprimento das condicionalidades de saúde e educação, qualificou o atendimento no ano de 2017. No segundo semestre de 2017 foram realizadas duas oficinas para 49 (quarenta e nove) profissionais, para qualificar os conceitos, operacionalização e conhecimento das plataformas e ferramentas utilizadas para atendimento dessas famílias.

No que concerne à qualificação das informações cadastrais, foram realizadas 26 visitas técnicas aos equipamentos da Assistência Social do DF (Cras, Creas, Centros Pop) com a participação de 231 servidores, objetivando nivelar o entendimento sobre o Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa DF sem Miséria e fluxos/rotinas operacionais. Ainda sobre essa temática, foram ofertadas seis turmas de entrevistadores dos formulários do Cadastro Único e uma oficina de Fiscalização, com 128 servidores da Sedestmidh e órgãos parceiros capacitados; e emitidos cinco Boletins Informativos às unidades que operacionalizam o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família.

O Programa de Compensação Financeira Temporária, nos termos do Decreto Distrital n° 38.246, de 2017, que tem como objetivo, contemplar mensalmente até 1200 (mil e duzentos) Catadores de Materiais Recicláveis que desempenham suas atividades no Aterro do Jóquei, devidamente selecionados no âmbito do Edital de Chamamento Público n° 13/2017, mediante o pagamento da bolsa de compensação financeira no valor de R$ 360,75 (trezentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos) /mês, devida aos Catadores de Materiais Recicláveis que atenderam à convocação do Governo do Distrito Federal para desempenharem suas atividades nos Centros de Triagem de Resíduos Sólidos – CTR's, conforme previsto no Plano de Transição entre o Encerramento das Atividades Irregulares do Aterro Controlado do Jóquei e a Destinação Final dos Resíduos no Aterro Sanitário de Brasília, contido como Anexo III do Decreto Distrital n° 38.402, de 10 de agosto de 2017, publicado no DODF n° 154, de 11.08.2017.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

É de fundamental importância o controle do gasto dos recursos públicos. Sob esse viés, são realizadas atividades de fiscalização relacionadas ao recebimento indevido dos benefícios de transferência de renda no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF) – pago com recurso do Governo Federal – e da suplementação financeira no Plano DF sem Miséria (DFSM) – pago com recurso do GDF.

A fiscalização objetiva identificar o recebimento irregular do PBF e DFSM devido à prestação de informações falsas no momento do cadastramento ou da atualização cadastral. As informações incorretas podem ensejar no recebimento indevido de benefícios por famílias que não atendam aos critérios de elegibilidade dos programas. Ressalte-se que não há procedimento de fiscalização relacionado à utilização dos recursos desses programas. Em caso de suspeita de recebimento irregular, os benefícios podem ser bloqueados preventivamente, até que a apuração ocorra, sendo os princípios de contraditório e da ampla defesa respeitados.

Tendo em vista que as normativas do DFSM foram omissas quanto aos procedimentos de fiscalização que deveriam ser adotados, realizou-se consulta à Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) questionando sobre as atividades e fluxos que poderiam ser adotados. Os questionamentos foram encaminhados no Processo SEI nº 0431-000323/2017, tendo o despacho com orientações da douta Procuradoria chegado ao conhecimento desta CTRAR em setembro de 2017.

Entretanto, as atividades de fiscalização não se mantiveram inertes no período de consulta, embora algumas atividades de análise aguardaram o posicionamento do PGDF, de modo que apresentamos os seguintes resumo de atividades:

1. Atividades desenvolvidas em 2017

No ano de 2017 foram realizadas 165 (cento e sessenta e cinco) visitas domiciliares O quadro abaixo descreve o quantitativo de denúncias recebidas e visitas realizadas no ano de 2017:

QUANTITATIVO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS/NÚMERO DE VISITAS POR MÊS EM 2017		
Mês	**Número de entrada de denúncias**	**Visitas Realizadas**
Janeiro	15	7
Fevereiro	9	7
Março	27	20
Abril	22	12
Maio	13	29
Junho	25	11
Julho	10	0*
Agosto	13	19
Setembro	12	39
Outubro	10	14
Novembro	5	2
Dezembro	2	5
Total	163	165

Fonte: Planilha de denúncias GEAF – dezembro/2017

*Período em que esta Gerência realizou ações referentes ao TCDF e MPF.

As denúncias podem ser recebidas por diferentes canais de comunicação: via denúncia na Ouvidoria-Geral do GDF (Central Telefônica de Atendimento 162), equipamentos da Assist Cras e Creas da Sedestmidh, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); órgãos de controle; e outros. Seguem dados detalhados por Região Administrativa e a origem das denúncias:

VISITAS REALIZADAS 2017		
Região Administrativa	**Quantitativo**	**Origem**
Fercal	1	Ouvidoria

Núcleo Bandeirante	1	Ouvidoria
Riacho Fundo	1	Ouvidoria
Candangolândia	2	Cras
Ceilândia Sul	2	Senarc/MDS
Estrutural	2	Ouvidoria
Gama	2	Caixa, Ouvidoria
Brazlândia	3	Ouvidoria
Sobradinho	3	Senarc/MDS
Varjão	4	Cras
Paranoá	6	Ouvidoria, Caixa, Cras
Taguatinga	6	Ouvidoria
Guará	7	Cras, Seads
Recanto das Emas	8	Ouvidoria, Cras
Itapoã	9	Ouvidoria, Cras
Ceilândia	12	Ouvidoria, Caixa, Cras, Senarc/MDS
Santa Maria	12	Ouvidoria, Cras
Planaltina	15	Ouvidoria, Ascom
Samambaia	18	Ouvidoria, Cras, Senarc/MDS
Sobradinho II	51	Ouvidoria, Cras, Senarc/MDS
Total	165	

Os procedimentos de visitas domiciliares foram realizados com tentativa de agendamento prévio junto aos beneficiários. Durante as visitas, os servidores preenchem o formulário físico de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e atualizam os dados no sistema V7 do Cadastro Único. Em seguida, elaboram Parecer Técnico com as informações coletadas a partir do relato do Responsável pela Unidade Familiar (RF), anexam e arquivam os dados.

c. Denúncia realizada pelo Tribunal de Contas do DF

O Núcleo de Fiscalização em Tecnologia da Informação (NFTI) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), encaminhou para a Sedestmidh o Relatório de Inspeção n° 7.0101-13 NFIT/TCDF, referente ao Processo n° 878/13, contendo dois Achados com indícios de suposto recebimento indevido de benefícios de transferência de renda: Achado 1, composto por arquivo contendo dados de 814 (oitocentas e quatorze) famílias, e, Achado 2, com 46 (quarenta e seis), totalizando 860 (oitocentos e sessenta) casos.

Tendo em vista que o relatório do TCDF considerou a folha de pagamento de beneficiários do DF sem Miséria (DFSM) de abril/2013 e a RAIS do ano de 2009, solicitou-se à Controladoria-Geral do DF (CGDF) realização de batimento com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano 2013. Retiraram-se, também, as duplicidades, culminando em redução dos casos. O Achado 1 passou a conter 577 famílias para averiguação, e o Achado 2, 44 famílias, totalizando 621 (seiscentos e vinte um) casos.

Ressalte-se que, antes de iniciar as visitas a esse público, foi necessário organizar os arquivos, e, reunir e unificar a documentação de acordo com a origem das demandas. Esse procedimento foi importante para que se pudesse compreender o histórico das ações adotadas até aquele momento. Outra medida significante foi o início de estudo pelos novos servidores da equipe, pois os fluxos e procedimentos de Fiscalização lhes eram alheios, desde o modo de abordagem durante a realização de visitas e coleta de dados, até a análise dos processos.

Para os procedimentos relacionados a processos, buscou-se auxílio junto à Unidade de Controle Interno e Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria. Foram realizadas reuniões para que as dúvidas pudessem ser apresentadas e os questionamentos pudessem ser elaborados, visto que a omissão das normativas distritais quanto aos procedimentos, limites de atuação e fluxos no âmbito da fiscalização de recebimento indevido de benefícios de transferência de renda repassados pelo Governo do Distrito Federal restringem as atividades dos servidores.

Em paralelo, para que a determinação do TCDF fosse cumprida, os procedimentos técnicos de apuração foram iniciados. Primeiramente realizou-se consulta à base dos seguintes sistemas: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Sistema de Gestão de Benefício (Sibec), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) do DF e o Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (Sids).

Em continuidade às Ações de Fiscalização e Coleta de Dados desenvolvidas no ano de 2016, e após esgotamento das alternativas de localização das famílias, realizou-se a 4ª Ação, utilizando-se a convocação via Edital de Chamamento, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n° 15, de 20 de janeiro de 2017. Foram convocadas 189 (cento e oitenta e nove) famílias, porém, a efetividade foi bastante reduzida, de forma que apenas uma família compareceu para atualização cadastral e coleta de dados.

RESUMO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS			
Ações	Convocados	Agendados	Atualizados
1ª Ação	614	42	42
2ª Ação	535	240	183
3ª Ação	273	98	70
4ª Ação	189	2	1
Total	1.611*	382	296

*As famílias que não comparecerem nas ações iniciais, foram convocadas nas demais ações, por isso o número de convocações é superior ao da demanda total.

Após a coleta de dados, a fase de análise dos 296 (duzentos e noventa e oito) casos foi iniciada, apresentando os seguintes resultados:

- Confirmação da ocorrência de irregularidade no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 57 (cinquenta e sete) casos;
- Impossibilidade de confirmar se ocorreu a irregularidade no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 35 casos; e,
- Não confirmação dos indícios de irregularidades no recebimento de benefício de transferência de renda, totalizando 204 casos.

Para a realização das análises foram utilizados dados das seguintes bases de informação:

- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)
- Sistema de Benefícios do Cidadão - Sibec;
- Folha de pagamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família no DF;
- Folha de pagamento dos beneficiários do programa de transferência de renda do Distrito Federal, o DF Sem Miséria (DFSM);
- Arquivo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referente ao ano 2013, fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Foi verificado após as convocações das Ações realizadas, o quantitativo de 153 (cento e cinquenta e três) famílias que não compareceram para a atualização cadastral e coleta de dados. Os motivos do não-comparecimento foram relativos à: dificuldade em contatar algumas famílias devido à falta de informações atuais de endereço e telefone; a ausência da família, mesmo tendo sido agendada, sem prévia justificativa; e, a decisão deliberada da família em não atender ao

chamamento. Tendo em vista o não-comparecimento, os benefícios foram bloqueados previamente até que a apuração fosse finalizada. Os Centros de Referência em Assistência Social do DF receberam listagem contento os nomes desse público, para que, caso a família entrasse em contato com a unidade, pudesse ser orientada a comparecer na Coordenação de Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único para atualização cadastral e coleta de dados.

Ressalte-se que, considerando que a legislação do DF sem Miséria não prevê penalidades para as famílias beneficiárias, optou-se por questionar a Procuradoria-Geral do DF sobre os procedimentos que deveriam ser adotados a partir de então. Os questionamentos foram encaminhados no Processo 0431-000323/2017, junto a rol de outras dúvidas, tendo o despacho da douta Procuradoria chegado ao conhecimento da Secretaria em setembro de 2017.

Foi encaminhado ao TCDF Relatório contendo resultado das análises finalizadas e no momento está sendo realizada consulta quanto à medida que deverá ser adotada para as famílias que não compareceram aos chamamentos.

d. Denúncias realizadas pelo Ministério Público Federal (MPF)

No ano de 2017 foram realizadas as 2ª e 3ª ações de Coleta de Dados e Atualização Cadastral – público do Anexo I, IV e V da mídia digital encaminhada àquele MPF.

Na 2ª ação foi desenvolvida atividade a partir da capacidade de atendimento da Secretariar, que previu o atendimento de 300 famílias constantes, prioritariamente, dos Anexos I, IV e V, no período de 12 a 16/06/2017 e 19 a 21/06/2017. A convocação foi realizada por Telemarketing Ativo pela Central de Atendimento 156 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), devido a parceria entre Sedestmidh e aquela instituição.

Considerando-se a estimativa de atendimento e a dificuldade de convocar as famílias, elaborou-se planilha contendo dados de 700 famílias desse grupo, tendo sido acrescidas 45 famílias do Anexo III e 1 família do Anexo I.

Para a geração da listagem, que ao final contava com 746 registros, utilizou-se os seguintes arquivos: MPF "listagem MPF"; dados da Extração do Cadastro Único; dados da Folha de Pagamento PBF e DFSM; arquivo de Bases Administrativas; e, Arquivos de Revisão e Averiguação Cadastral 2016 e 2017; arquivos de Manutenção de Endereços no Cadastro Único. As informações foram inseridas em um único arquivo, ordenando-se as famílias pelo Número de Identificação Social (NIS). Considerando-se que o NIS deve ser único para cada pessoa, foi possível identificar duplicidades, repetições e casos em que houve alteração do NIS, identificando-se o válido. Feito isso, ordenou-se por Código Familiar, e após, conforme, selecionou-se prioritariamente as famílias que pertenciam aos anexos I, IV e V e não pertenciam aos demais arquivos, quais sejam Bases Administrativas, rotinas de Averiguação e Revisão Cadastral e públicos das ações de fiscalização.

A efetividade da ação foi baixa. Houve apenas 65 (sessenta e cinco) agendamentos e 54 (cinquenta e quatro) famílias compareceram para atendimento e coleta de informações.

Na 3ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastra foram priorizados os atendimentos das famílias do Anexo III, conforme capacidade de atendimento da Secretaria. A previsão foi de 150 atendimento para o período de 14 a 18/07/2017. Selecionou-se 300 famílias desse anexo. A geração da planilha seguiu os moldes do processo mencionado na 2ª Ação, priorizando-se a convocação de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). O chamamento das famílias ocorreu por Cartas de Convocação com Aviso de Recebimento (AR). Ao todo, 168 (cento e sessenta e oito) cartas foram efetivamente entregues. As demais foram devolvidas, majoritariamente, por "endereço incompleto", tendo havendo indicação dos motivos "Desconhecido", "Não Localizado" "Sem número" pelo Correios. Houve o agendamento de 159 (cento e cinquenta e nove) famílias, das quais 106 (cento e seis) compareceram para 3ª Ação.

Resultado das 2ª e 3ª Ações:

Resultado da apuração da 2ª e 3ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastral

CNPJ			94
Outros benefícios além do PBF e DFSM	Aposentadoria		12
	Auxílio por morte		
	BPC	11	
	Pensão por morte		
	Seguro desemprego	1	
Servidor público			23
TOTAL			**129**

As demais 31 famílias atendidas, das 160 que compareceram, declararam desconhecimento quanto aos questionamentos relacionados à inscrição de CNPJ, recebimento de outros benefícios para além do PBF e DFSM e existência de servidor público na família**.**

Ressalte-se que, em relação ao público do Anexo III, que trata de "Proprietários/responsáveis por empresas ativas", identificou-se, após 1ª Ação de Coleta de Dados e Atualização Cadastral, que parcela significativa do público possuía CNPJ inscrito como Microempreendedor Individual (MEI) do DF. Cumpre esclarecer que o MEI faz parte do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, que visa a promoção da formalização de pequenos negócios de trabalhadores que atuavam por conta própria. No ano de 2014 houve campanha do Governo Federal para adesão ao MEI, conforme portal eletrônico oficial do Governo Federal, link http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/campanha-sobre-o-mei-estimula-formalizacao.

Para que se pudesse ter mais informações sobre esse público de empresários/ microempreendedores, solicitou-se à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) – Processo SEI 00480-00006460/2017-24, de 06 de abril de 2017 – dados dessas famílias. Solicitou-se, ainda, dados relativos ao número do CNPJ, data de inclusão no CNPJ, data de encerramento do CNPJ (para os casos inativos) e se há valores devidos à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS, para subsidiar posterior resposta desta Pasta ao MPF.

A solicitação foi encaminhada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal à Subsecretaria de Receita, em 24 de julho de 2017, de "modo a buscar apoio nas informações dos sistemas e controles capazes de configurar a movimentação fiscal/econômica em nível incompatível com a percepção de programas sociais". O retorno da consulta ocorreu em 12/09/2017.

A Subsecretária da Receita informou que:

[...] a princípio, a prestação de informações na forma solicitada não se enquadra nas exceções elencadas no art. 198 do Código Tributário Nacional, *in verbis*:

> Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação económica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
>
> $ 1º Excetuam - se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça
>
> II - Solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito

passivo a que se refere a informação, Dor prática de infração administrativa.

$ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

$ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - Representações fiscais para fins penais;

II - Inscrições na Dívida Atava da Fazenda Pública;

III - Parcelamento ou moratória.

Dessa forma, as medidas estão sendo adotadas no sentido de continuar com as apurações remanescentes.

e. Denúncias realizadas pela Secretaria de Transparência e Controle nos anos de 2012 e 2013

Após o retorno da Procuradoria-Geral do DF acerca da consulta realizada no que concerne às penalidades que deveriam ser adotadas, em dezembro/2017 foram retomadas as análises dos processos instruídos no ano de 2016, conforme orientação da Unidade de Controle Interno (UCI).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

É sabido que o Governo do Distrito Federal enfrenta, desde o início de 2015, uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDESTMIDH.

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2017, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a impossibilidade de realização de concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Merecem destaque, ações voltadas para:

- Buscar a melhoria contínua no processo de qualidade de seu atendimento;
- Elevar as linhas de microcrédito;
- Fomentar o cooperativismo e o associativismo;
- Fomentar o empreendedorismo, para que os trabalhadores desempregados ou mesmo aqueles que tinham a intenção de aumentar a renda, buscassem uma forma de geração de renda;

- Adequar os cursos de qualificação, de forma a criar oportunidades de qualificação profissional em uma ocupação específica para potencializar a inserção do cidadão no mundo do trabalho;

- Qualificar com o objetivo de atualizar os trabalhares, criando oportunidades de reciclagem, aprimoramento, aperfeiçoamento e crescimento profissional, para que este trabalhador permanecesse empregado;

- Oportunizar a qualificação profissional a empreendedores e trabalhadores que gerem sua própria renda, a fim de criar, desenvolver e evoluir suas atividades econômicas; entre outas ações.

Ao longo de 2017, o principal desafio enfrentado por esta SEDESTMIDH foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade, especialmente das temáticas de gênero, igualdade racial, direitos humanos, trabalho, assistência social, no entendimento de que a integralidade do atendimento aos indivíduos e famílias

O quadro a seguir traz um resumo da estrutura atualmente existente.



Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2017, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;

- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;

- Centralização de compras na SULIC;

- Estrutura física e logística deficientes;

- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;

- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;

- Carreira compartilhada;

- Quadro de pessoal defasado;

- Frequente adoecimento dos profissionais;

- Crescente onda de aposentadorias precoces;

- Impossibilidade de efetuar contratações, exceto por intermédio da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira, e Corporativa do DF – Governança-DF;

- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;

- Falta de sistema de gestão arquivística;

- Frota de veículos insuficiente para atendimento das demandas dos serviços;

- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;

- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDESTMIDH é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal, bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional, de trabalho, de igualdade racial, de direitos humanos e de políticas para as mulheres. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 26.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, órgão de direção superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para a execução de suas atividades, nos termos do artigo 22, do Decreto n° 32.716, de 1º de janeiro de 2011, teve a sua estrutura regimental atual aprovada pelo Decreto nº 33.420, de 15 de dezembro de 2011 e a sua estrutura administrativa alterada em 27 de outubro de 2015, por meio do Decreto nº 36.841, de 26 de outubro de 2015, publicado no Suplemento B do DODF nº 207, de 27 de outubro de 2015.

Em conformidade com o Decreto nº 36.236, de 01 de janeiro de 2015, publicado na Edição Extra Especial n° 01 do DODF, esta Secretaria tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - sistemas de transporte de passageiros;
II - sistema viário;
III - planejamento e gestão de trânsito;
IV - estacionamentos públicos;
V - carga e descarga em áreas urbanas;
VI – calçadas e ciclovias;
VII – regulação e normatização dos serviços e das infraestruturas de transportes;
VIII – fiscalização dos serviços e das infraestruturas de transporte.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	5	18	135	168
Comissionados sem vínculo efetivo	37	0	17	0	54
Requisitados de órgãos do GDF	9	2	5	31	47
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	2	0	3
Estagiários	0	12	0	6	18
Menor aprendiz /projeto jovem candango	0	9	0	10	19
Terceirizados (FUNAP)	0	11	0	7	18
Outros – especificar (servidor sem vínculo)	0	0	0	0	0
Subtotal	57	39	42	189	327
(-) Cedidos para outros órgãos	0	2	0	4	6
Total Geral	57	37	42	185	321

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**550.000,00**	**325.500,00**	**324.564,64**	**293.564,64**
8514 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	550.000,00	325.500,00	324.564,64	293.564,64
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**550.000,00**	**325.500,00**	**324.564,64**	**293.564,64**

Contribuindo para a inclusão social de presos e egressos, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadãos e profissionais, a Semob manteve o seu contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP.

Em 2017, em média, foram 17 reeducandos reassistidos por mês, desenvolvendo atividades operacionais internas, contribuindo para geração de renda e reintegração social desses cidadãos.

6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**14.795.233,00**	**13.657.058,00**	**446.088,50**	**259.963,65**
0023 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	14.795.233,00	13.657.058,00	446.088,50	259.963,65
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	**4.060.000,00**	**7.837.409,00**	**5.203.979,71**	**4.154.041,24**
0001 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO--DISTRITO FEDERAL	4.060.000,00	7.837.409,00	5.203.979,71	4.154.041,24
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6118 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**6.050.000,00**	**5.300.000,00**	**2.352.000,00**	**1.536.000,00**
6192 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	6.050.000,00	5.300.000,00	2.352.000,00	1.536.000,00
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	**1.088.449,00**	**1.230.707,00**	**0,00**	**0,00**
6081 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS--DISTRITO FEDERAL	1.088.449,00	1.230.707,00	0,00	0,00
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	**2.000.000,00**	**175,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	175,00	0,00	0,00

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	**42.600.000,00**	**42.600.000,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL-EXTENSÃO DO CORREDOR SUL- REGIÃO SUL	42.600.000,00	42.600.000,00	0,00	0,00
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	**435.665,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	435.665,00	0,00	0,00	0,00
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	**650.000,00**	**1.540.000,00**	**362.003,27**	**323.223,82**
0003 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	650.000,00	1.540.000,00	362.003,27	323.223,82
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	**4.600.000,00**	**7.520.400,00**	**771.626,51**	**1.201,08**
9487 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA-CONSTRUÇÃO DE PASSARELA NAS RODOVIAS DF 095 E DF 003-DISTRITO FEDERAL	4.600.000,00	7.520.400,00	771.626,51	1.201,08
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	**6.300.000,00**	**11.153.656,00**	**3.967.259,16**	**3.083.177,12**
0001 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	6.300.000,00	11.153.656,00	3.967.259,16	3.083.177,12
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	**4.800.000,00**	**4.622.000,00**	**0,00**	**0,00**
4362 - CONSTRUÇÃO DE PONTES- NA VIA ESTRADA PARQUE TAGUATINGUA GUARÁ-DISTRITO FEDERAL	4.800.000,00	4.622.000,00	0,00	0,00
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	**2.700.000,00**	**1.486.000,00**	**0,00**	**0,00**
7909 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	2.700.000,00	1.486.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**90.379.347,00**	**97.047.405,00**	**13.102.957,15**	**9.357.606,91**

No que tange à execução orçamentária, observa-se que as despesas realizadas foram aquém dos valores autorizados em razão, principalmente, dos Programas de Trabalho relativos às obras do BRT-Sul e da DF-047, que juntos corresponderam a 77,56% dos recursos autorizados e não empenhados. No caso do BRT-SUL, há o posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e, posterior, recomendação da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para a não realização dos pagamentos ao Consórcio responsável pela obra.

OBJETIVO GERAL: Promover a mobilidade das pessoas com qualidade, segurança e sustentabilidade.

As atividades realizadas pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob estão relacionadas ao desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações que promovam a efetivação das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), bem como as políticas e diretrizes estratégicas do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF (Lei 4.566/2011), os quais abrangem os sistemas de transporte público, a política tarifária, a tecnologia de transporte, os sistemas inteligentes de transporte (ITS), o trânsito, o sistema viário, os estacionamentos, e a mobilidade ativa, conceito que corresponde, basicamente, à ciclomobilidade e à mobilidade a pé.

Em conformidade com o **Programa Circula Brasília** - lançado em maio de 2016 e que **prioriza o transporte coletivo e não motorizado**, englobando mais de 80 ações de curto, médio e longo prazo, foram desenvolvidas diversas frentes de trabalho no âmbito desta Secretaria de Mobilidade.

TRANSPORTE COLETIVO

Com relação ao **transporte público coletivo**, a Semob dedicou-se intensamente ao aperfeiçoamento do sistema de bilhetagem em 2017 e logrou implementar, em setembro, o Bilhete Único, junto ao DFTrans. Com uma nova família de 10 cartões, quatro deles novos (Cartão Criança Candanga, Cartão Especial do Acompanhante, Cartão Melhor Idade e Cartão Brasília Turista), o acesso à integração do transporte público tornou-se mais fácil, resultando em economia para o cidadão. Outro importante serviço disponibilizado foi a possibilidade de recarga de cartões on-line.

O sistema de bilhetagem também passou a contar com nova tecnologia, a biometria facial, que começou a ser implementada na frota em caráter experimental no primeiro semestre de 2017 e alcançou, até o fim do ano, mais de 700 veículos, dado o positivo resultado na identificação de fraudes no sistema. A biometria visa coibir a utilização indevida do benefício da gratuidade no transporte público.

Ainda no eixo de priorização do transporte público coletivo, destacam-se os trabalhos, junto ao DER e SINESP, de melhoria da infraestrutura viária para esse modal, notadamente: o BRT-Sul e o Eixo Oeste.

Com relação ao corredor de ônibus Expresso Sul (BRT-Sul), foram três frentes principais de atuação, quais sejam: abertura e operação das duas estações remanescentes ao longo do subtrecho 2 (entre a Estação Catetinho e a Parkway, na EPIA Sul) e a contratação das obras dos subtrechos 3 e 4 em andamento (entre a Estação Parkway e o Terminal da Asa Sul).

Junto ao DFTrans, a Semob empenhou-se em proporcionar condições adequadas para que as estações de BRT ainda fechadas pudessem vir a operar. Assim, ao longo de 2017, foi resolvida a questão de vigilância em todas essas estações, e foram solucionados diversos aspectos relacionados à estrutura das edificações e ao mobiliário, de modo que, em 23 de outubro de 2017, as unidades Vargem Bonita e Granja do Ipê foram abertas, atendidas por 5 linhas BRT. A abertura das outras duas unidades acontecerá no primeiro semestre de 2018, quando estará concluída a reposição de vários vidros quebrados, viabilizado a partir de ata de registro de preços elaborada e adjudicada neste ano.

Quanto à contratação das obras dos subtrechos 3 e 4 do BRT-Sul, a Semob definiu diretrizes de execução e apoiou o DER na elaboração do termo de referência para licitação das obras, o qual está em vias de conclusão, e no diálogo junto ao IBRAM nas questões relativas ao licenciamento ambiental, cujas análises tem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2018.

Já com relação ao ITS, a Semob está elaborando o Termo de Referência para a instalação dos equipamentos desse sistema, que deverá ocorrer em 2018, a depender de questões judiciais acerca do empreendimento (BRT-Sul).

Já com relação ao Eixo Oeste**, a Semob** tem feito gestões no âmbito dos diversos órgãos do GDF visando à avaliação, à revisão e à aprovação da documentação técnica dos projetos do Corredor Eixo Oeste, que liga Ceilândia e Taguatinga ao Plano Piloto, passando ainda por Águas Claras, Vicente Pires, Guará, SIA, Octogonal e Sudoeste. A revisão proposta visa adequar o projeto do corredor para a operação de um sistema Tronco-Alimentado de BRT, considerando ainda a implantação ocorrida em 2016, do Binário formado pelas vias Samdu e Comercial em Taguatinga e das exigências do IPHAN em relação à via EPIG, no perímetro tombado. Também a Semob tem se dedicado ao Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do túnel de Taguatinga e Boulevard-CPV, com o acompanhamento e a definição das diretrizes para construção do trecho do Corredor de Transporte do Eixo Oeste no acesso ao Setor Habitacional Sol Nascente e acompanhamento do alargamento do viaduto de ligação de Taguatinga Centro com a Estrada Parque Taguatinga EPTG – DF 085, estas obras em andamento.

Com relação ao Eixo Sudoeste, a Semob tem realizado o acompanhamento técnico, contemplando a elaboração de Termo de Referência para contratação de estudos complementares e projeto executivo para implantação de corredor de transporte exclusivo, com definição das diretrizes para projeto da infraestrutura de apoio – terminais e estações. O Projeto Executivo está sob a responsabilidade do DER.

Já referente ao Eixo Norte (BRT-Norte), que ligará Planaltina e Sobradinho ao Plano Piloto de Brasília, e a melhoria do acesso norte da cidade, a Semob tem colaborado na revisão do projeto do TTN, para a readequação dos trajetos e das infraestruturas para ciclistas e pedestres, como também da realocação de paradas de ônibus.

Destacam-se, também, outras melhorias viárias dedicadas à promoção de melhor fluidez no trânsito, mas cujos projetos abarcam, como não poderia deixar de ser, na priorização do transporte público coletivo, tais como:

Projeto Nova Saída Norte**:** Por solicitação da TERRACAP e da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas - SUBPPP, foram elaborados Projeto Básico, minuta de Edital e minuta de Contrato com vistas à contratação de empresa de consultoria para a elaboração de estudos técnicos de transporte urbano e análise de orçamento do Projeto Nova Saída Norte que deverá ligar a L-2 Norte a Sobradinho, passando pela península do Lago Norte, Setor de Mansões do Lago Norte e Taquari. O processo foi encaminhado à PGDF, em 06/12/2017, para análise e manifestação. Em 22/12/2017 a PGDF disponibilizou os Relatórios 1024/17 e 1025/17 com pedidos de complementações/correções que foram atendidas pela Semob e terão as análises jurídicas e administrativas finais realizadas no início de 2018.

Projeto Via Transbrasília: Por solicitação da SUBPPP, foram elaborados Projeto Básico, minuta de Edital e minuta de contrato com vistas à contratação de empresa de consultoria para a elaboração de análise de orçamento do Projeto da Via Transbrasília que deverá ligar Samambaia ao Plano Piloto, passando por Taguatinga, Águas Claras e Guará.

O processo encontra-se na Semob aguardando Decreto de excepcionalidade para a realização de licitação e, posteriormente, deverá ser encaminhado à Procuradora-Geral do Distrito Federal – PGDF. Entretanto, decidiu-se que o estudo de análise de orçamento do Projeto da Via Transbrasília será realizado pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e, portanto, a Semob aguardará evolução desse trabalho para avaliação da necessidade de estudos adicionais.

Infraestrutura do STPC - Áreas de estocagem de ônibus: Com o objetivo de proporcionar melhorias técnicas na operação do STPC, a Semob elaborou dois editais para concessão de áreas de estocagem de ônibus, destinado às concessionárias e cooperativas de transporte público coletivo na cidade, em caráter provisório e temporário. A localização dessas áreas são importantes para a eficiência operacional das linhas, uma vez que, bem localizadas, são capazes de reduzir a quilometragem morta (trechos nos quais os ônibus operam sem passageiros, antes do início ou após o término das viagens). Em 2017, as duas áreas objeto dos referidos editais, a serem publicados no início de 2018, foram em Ceilândia, na QNR 02, junto ao Terminal Rodoviário, e na região de Sol Nascente, que já foi destinada pela Terracap à Semob.

Plano de Transporte Rural: Grupo de Trabalho criado pela SEMOB, com a participação da TCB e DFTRANS, elaborou o Plano de Transporte Rural composto de um diagnóstico da situação atual do transporte complementar rural, levantamento das atuais linhas e demais dados operacionais, bem como a situação dos contratos. Foram elaboradas propostas de medidas de caráter técnico para a racionalização das linhas atuais e apresentadas alternativas para a continuidade da prestação dos serviços na área rural do DF. O relatório final foi concluído e entregue ao Gabinete em 31 de julho de 2017.

Aquisição de Ônibus Elétrico: Foi elaborado Projeto Básico com vistas ao lançamento de processo licitatório para a aquisição de 4 ônibus elétricos para compor a frota de veículos da TCB. O documento foi encaminhado ao Gabinete e à TCB para análise e aprovação.

Ainda, a Semob vem desenvolvendo estudo preliminar para melhoria do acesso dos ônibus à Rodoviária do Plano Piloto, em caráter preliminar, visando à implantação de um conjunto de adequações das condições de acesso dos ônibus autorizados nas vias de circulação internas e nas principais interseções com as vias externas, de modo a facilitar as entradas e saídas dos ônibus e evitar que o tráfego em geral provoque interferências na circulação prioritária que o transporte coletivo precisa ter.

A partir de recomendações do Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU e de estudos e trabalhos previamente realizados sobre problemas e necessidades enfrentados pelo Sistema de

Transporte Público Coletivo em todo o percurso do Eixo Monumental, a Semob iniciou estudo para avaliar a possível implantação de faixa exclusiva nesse trecho, objetivando a melhoria naquela região, com medidas de baixo custo e de resultado imediato, a partir da interseção da Saída NW (Noroeste), em forma de projeto piloto, complementando e ajustando as características geométricas, as sinalizações verticais e horizontais e as medidas para fiscalização/acompanhamento operacional. Além disso, referem-se, ainda, à preparação dos elementos técnicos em meio digital sobre as características físicas da via nos dois diferentes trechos (leste e oeste), com diferentes características operacionais, nos sentidos das vias S1 e N1. A prioridade definida trata da obtenção de informações nas interseções com as principais vias que cruzam esse eixo, tais como a EPIA, EPIG, W3, Eixo Rodoviário (Eixão), L2 e L4, destacadamente na interface deste trabalho com o da Implantação de Faixa Exclusiva na W3. Trabalho 90% realizado, aproximadamente, com prazo de conclusão previsto para março de 2018.

Também, a Semob esta avaliando a necessidade de adequação da infraestrutura viária nas rotas de ônibus em Samambaia Norte e Samambaia Sul. O estudo visa à recuperação geométrica e estrutural da via do conjunto 1 da QR. 629, com o necessário alargamento ou duplicação, e, ainda, com as faixas de aceleração e de desaceleração, para melhorar a aproximação dos veículos na interseção desta via com a via Noroeste, para permitir o acesso da Via Principal à Quadra 629. O trabalho, ainda em fase de levantamento preliminar, está sendo realizado a partir de elaboração de minuta de correspondência para a SINESP, com base em levantamento "*in loco*" das condições de circulação e de acesso.

Ainda, em 2017, a Semob participou de diversas reuniões para discussão sobre a elaboração do Relatório de Impacto no Trânsito - RIT, que está sendo desenvolvido, de um lado, pela empresa privada Urbanizadora Paranoazinho S.A. - UPSA, e analisado, do lado do Distrito Federal, pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, por meio da Central de Aprovação de Projetos – CAP, e por esta Pasta. Entre os diferentes estudos necessários e os assuntos preparatórios para a elaboração do RIT, destacam-se o plano de ocupação para a área, o projeto da Nova Saída Norte e o Eixo do BRT-Norte, entre outras interfaces com diferentes iniciativas de mobilidade. Trabalho 90% realizado, aproximadamente.

Outra importante ação da Semob na temática de Transporte Público Coletivo foi a contratação, em janeiro de 2017, da avaliação independente dos contratos de concessão do STPC, como forma de periciar os mecanismos de cálculos de custos do sistema, tarifa e aferição da qualidade da prestação de serviços. Informa-se que a execução desse trabalho está sendo realizada pela Fundação Getúlio Vargas, por meio do Contrato nº 01/2017 - SEMOB/DF, firmado em 23 de janeiro de 2017. Esse trabalho alcançará sua fase final em dezembro de 2017 e resultará, ao todo, em 11 produtos, considerando os dois produtos relativos ao planejamento e ao relatório final, bem como os quatro produtos acrescidos pelo 2º Termo Aditivo, o qual provocou prorrogação do prazo de execução do contrato, estendido até janeiro de 2018, quando se encerra também o prazo de vigência.

A referida avaliação independente é um marco importante para o transporte público no DF, pois, em que pese no ano de 2015 o STPC/DF ter se consolidado e passado a operar em sua totalidade (frota, linhas, demanda), existem questionamentos acerca dos contratos de concessão de transporte coletivo do Distrito Federal. Nesse sentido, destacam-se: a Solicitação de Ação Corretiva n.º 09/2015 da Controladoria-Geral do Distrito Federal — CGDF, de 31 de agosto de 2015, que consignou observações acerca da Operação Branca do BRT Sul; o Relatório de Auditoria Especial nº 1/2015 da CGDF, de 18 de dezembro de 2015, que teve como objetivo verificar a conformidade e sustentabilidade econômica do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal; bem como o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Transporte Público do Distrito Federal.

A contratação envolve os seguintes temas: análise contábil e econômico-financeira dos contratos de concessão em vigor, avaliação do modelo de gestão, monitoramento e fiscalização da prestação dos serviços contratados, análise da gestão financeira do serviço de transporte coletivo público de passageiros e verificação do cumprimento dos requisitos contratuais e normativos relacionados à prestação dos serviços.

Dos resultados alcançados com a avaliação independente, em respeito aos princípios da autotutela e da economicidade, as tarifas técnicas e o contrato poderão ser revistos, devendo

ser apreciados todos os valores pagos/devidos em decorrência dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo vis-à-vis os parâmetros contratuais.

Um resultado de destaque do estudo foi referente ao funcionamento do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA), cujas percepções foram decisivas para a criação da Unidade Especial de Supervisão do SBA, regulamentada pela Portaria Conjunta nº 13, de 10 de outubro de 2017.

Com relação ao pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais de ônibus urbanos, em 2017, foram entregues 2 (duas) novas unidades (em operação em Samambaia Norte e Samambaia Sul) e 2 (dois) do Programa de Transporte Urbano (PTU), financiado pelo BID, terminais reformados, um no Núcleo Bandeirante e outro em Planaltina. Esses, somam-se aos 6 (seis) novos terminais em operação (Gama Leste, QNR - Ceilândia, Sobradinho II, Riacho Fundo II, Recanto das Emas I, Recanto das Emas II, e aos 7 (sete) terminais totalmente reformados (Guará I, Guará II, Paranoá, Cruzeiro Novo, Taguatinga Sul, P Sul – Ceilândia, M Norte – Taguatinga), já entregues. Encontra-se em fase de homologação a contratação para a execução da reforma do terminal de Sobradinho Centro. A seguir, são apresentadas fotos dos terminais entregues à população em 2017:

Terminal Samambaia Norte – inaugurado em janeiro/17



Terminal Samambaia Sul – inaugurado em abril/17



Terminal do Núcleo Bandeirante – reforma entregue em abril/17



Terminal de Planaltina (reforma entregue em dezembro/17)



O Terminal de Ônibus Urbano de Sobradinho (Centro) será o próximo a ser reformado. Contará com banheiros acessíveis, paraciclos e lanchonete. Ainda, estão previstas plataformas, salas administrativas, pontos de estocagem, vagas de estacionamentos e nova iluminação. Integrante do Programa Circula Brasília, a obra representa um investimento de cerca de R$ 8 milhões e teve Ordem de Serviço emitida em 19/12/17.

Ainda no âmbito do PTU foram realizadas ações em duas áreas: compensação ambiental e fortalecimento institucional, além da contratação da supervisão dos empreendimentos do Programa que permitirá produzir toda a documentação técnica para fechamento da cooperação. No que se refere a área ambiental, foram plantadas 87.885 mil mudas de espécies nativas do cerrado no Jardim Botânico de Brasília e iniciou-se o processo licitatório para a aquisição de veículos de combate a incêndios florestais.

Já no tocante ao fortalecimento institucional foram capacitados 600 agentes multiplicadores em 17 oficinas com a sensibilização de 10 mil pessoas, no Programa de Educação Sócio Ambiental. Além disso, foram capacitados 170 profissionais de diversos órgãos do governo de Brasília em Gestão do Transporte Público.

Figura 17 – Plantio de Mudas no Jardim Botânico de Brasília



Áreas complementares, muda de *Triplaris americana* (Pau-formiga) com 1 ano de idade. 21-mar-2017. Fonte Geo Lógica.



Áreas complementares, após roçada semi-mecanizada, com muda de *Piptadenia gonoacantha* (Pau jacaré) se destacando em crescimento em altura. 11-mai-2017. Fonte Geo Lógica.

Adicionalmente, visando ao Fortalecimento Institucional da SEMOB, estão em curso os processos para aquisição de soluções de software e treinamentos, com a finalidade de dotar a Secretaria e órgãos vinculados de recursos tecnológicos para a elaboração de projetos, planejamento de tráfego e de sistemas de transportes (macrossimulações e microssimulações), geoprocessamento (GIS – Sistema de Informações Geográficas) e automatização de projetos viários em ferramenta CAD (Projeto Assistido por Computador).

Como componente de Custos Diretos do PTU/DF, visando à Melhoria da Segurança Viária para Transporte Motorizado e Não Motorizado, foram iniciados em julho/2017 os serviços de "Elaboração de Projeto Executivo e Construção das Passarelas nº 6 e 7 na DF-095 (EPCL) e Passarela nº 4 na DF-003 (EPIA). As fotos a seguir mostram o início das obras.

Passarela nº 6 (EPCL) – montagem do canteiro de obras (setembro/17)



Passarela nº 6 (EPCL) – forma e armação de blocos (outubro/17)



Passarela nº 7 (EPCL) – terraplenagem do terreno (setembro/17)



Passarela nº 7 (EPCL) – estacas de fundação (outubro/17)



Outras obras importantes, no sentido de melhorar a segurança viária, consistem no "Alargamento das Pontes sobre o Córrego Samambaia, Córrego Vicente Pires e Viadutos FCA – Ferrovia Centro Atlântica na DF-085 (EPTG)", cujo contrato de execução foi assinado em novembro/2017. O início das obras está previsto para janeiro/2018, com prazo de conclusão de 120 dias.

MOBILIDADE ATIVA

Com relação à Mobilidade Ativa, o planejamento da mobilidade a pé e da ciclomobilidade, que possuem características e necessidades semelhantes, está sendo consolidado no Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal – PMA-DF. Esse Plano, que apresentará os princípios, diretrizes e objetivos para melhoria das condições da mobilidade a pé e da ciclomobilidade, foi estruturado por meio de ações em 4 eixos: Gestão; Oferta de Infraestrutura, Serviços e Tecnologia; Educação e Comportamento; e Participação Social.

Para fortalecer as ações de mobilidade ativa, foram avançadas as tratativas para celebração de acordos de cooperação entre a SEMOB e instituições amplamente renomadas no âmbito da mobilidade urbana.

O Acordo de Cooperação entre a SEMOB e o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) para Elaboração de Metodologia para Construção de Plano de Mobilidade Ativa tem sua assinatura prevista para janeiro de 2018. Essa parceria permitirá, além do apoio à SEMOB/DF na elaboração do PMA-DF, extrapolar a experiência do GDF por meio de relatório com uma metodologia abrangente que auxilie o desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em outras cidades brasileiras.

Já o Acordo de Cooperação entre a SEMOB e o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) tem por objetivo a conjugação de esforços e intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos com vistas ao desenvolvimento de ações nas áreas de mobilidade a pé, ciclomobilidade e controle social.

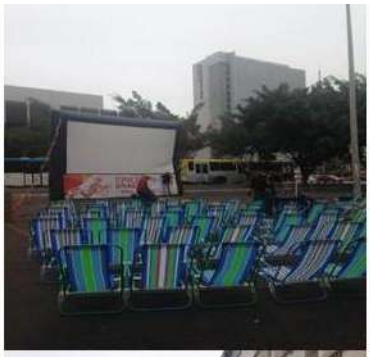
Por fim, o Acordo de Cooperação entre a SEMOB e a WRI Brasil visa, além de subsidiar a SEMOB na avaliação de sistemas de transporte público, colaborar na elaboração e desenvolvimento de atividades de articulação institucional e participação social nas ações de planejamento da mobilidade ativa. No âmbito desta parceria, foram realizadas as seguintes atividades:

- Workshop Ruas Completas: o workshop teve duração de 8 horas, no dia 23 de agosto de 2017, e contou com palestra, discussões e atividade prática, com o objetivo de capacitar técnicos e grupos da sociedade civil quanto ao conceito de Ruas Completas e subsidiar a elaboração do projeto de requalificação da Av. Independência de Planaltina, de competência da SEGETH;
- Oficinas de Participação de Elaboração do PMA-DF: duas oficinas de participação de elaboração do Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal, uma com os órgãos do GDF envolvidos no tema e a outra com a sociedade civil, com duração de 4 e 3 horas, respectivamente, no dia 13 de dezembro de 2017.

Além disso, diversas ações importantes para fomentar a mobilidade ativa foram desenvolvidas pela SEMOB em 2017, tais como:

a. Zona 30: Elaboração da minuta do Decreto que institui a Zona 30 no âmbito do Distrito Federal, com o objetivo de estimular o uso dos espaços públicos e dos meios de transporte não motorizados, de forma segura, inclusiva e sustentável.

b. Dia Mundial Sem Carro: Em 22 de setembro, no Dia Mundial Sem Carro, foram realizadas diversas atividades no estacionamento da Quadra 6 do Setor Comercial Sul, a fim de se promover a conscientização em defesa de cidades mais humanizadas, com maior equidade no uso dos espaços públicos e melhor qualidade de vida para as pessoas. A data é uma oportunidade para que todos possam vivenciar a cidade de outra forma, estimulando uma reflexão sobre o uso excessivo do automóvel e seus impactos diretos e indiretos, como a poluição ambiental, os acidentes viários e a deterioração dos espaços urbanos. Seguem algumas fotos do evento:






c. Requalificação viária da EPPN: Elaboração de Nota Técnica sobre a necessidade e relevância da redução da velocidade da EPPN e requalificação da infraestrutura cicloviária da via EPPN no Lago Norte, solicitando a alteração da velocidade máxima permitida de 70 km/h para 60 km/h. Tal medida tem por objetivo a implantação de ciclofaixa contínua, eliminando o acostamento e as faixas de aceleração e desaceleração, e a redução da quantidade de acidentes e da gravidade dos mesmos;

d. Requalificação viária do Eixo Rodoviário Norte-Sul (Eixão): Elaboração de estudo para requalificação do Eixão e dos Eixinhos por meio de ações de curto, médio e longo prazo que aumentem a segurança viária e insiram gradualmente a mobilidade ativa;

e. Mutirão da cidadania na Região Administrativa de Planaltina: A atividade permitiu identificar as principais rotas feitas a pé e por bicicleta; envolver a população no desenvolvimento de diretrizes de intervenção; abrir um diálogo com a população; e identificar atores locais que tenham interesse em dar continuidade a esse diálogo; e

f. Mutirão da cidadania na Região Administrativa Estrutural: A atividade foi desenvolvida por meio de uma dinâmica com a população para aplicação de questionário piloto que servirá para embasamento na consulta pública a ser realizada na composição do Plano de Mobilidade Ativa.

Ciclomobilidade

No tocante à ciclomobilidade, destaca-se o lançamento, em agosto de 2017, do Plano de Ciclomobilidade +BIKE, cujos componentes principais foram:

- Proposta de expansão da malha cicloviária estruturante do DF, de 420 km para 1.200 km, ao longo dos próximos 6 anos. A primeira fase conta com 218 km que serão concluídos até o fim de 2018;
- Lançamento de 5 novas estações de bicicletas compartilhadas na UnB;
- Estudo para ampliação do sistema de bicicletas compartilhadas (com incremento de 40 a 80 estações) nas Regiões Administrativas do Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia e elaboração do respectivo Termo de Referência;
- Estudo para implantação de estações do sistema de bicicletas compartilhadas, modo integração, em 3 estações do BRT: Park Way, Santa Maria e Gama e elaboração do respectivo Termo de Referência;

- Elaboração de projetos conceituais e orçamentos para implantação de bicicletários em salas sem uso em 10 terminais rodoviários novos ou reformados, e articulação institucional visando o apoio das operadoras das respectivas bacias do STPC/DF para implantá-los; e
- Estudo para implantação de 3 mil paraciclos em todo o Distrito Federal e elaboração do respectivo Termo de Referência.

Observa-se que para a definição da expansão da malha cicloviária, foi necessária a revisão, em conjunto com o ITDP, da rede cicloviária existente no DF. Além disso, para manter o planejamento cicloviário atualizado, a SEMOB tem acompanhado a elaboração de projetos e a implantação de infraestruturas cicloviárias pelos demais órgãos do GDF, como, por exemplo, para a Região Administrativa de Águas Claras e para o complexo viário do Trevo de Triagem Norte - TTN.

Especificamente sobre o Trevo de Triagem Norte – TTN, a SEMOB vem dialogando com o DER a fim de se implantar uma rede integrada de mobilidade para os modos ativos e para os usuários do transporte coletivo na região, adequada às diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal. O contrato vigente de execução das obras contempla a primeira etapa dessa rede, para a qual o traçado cicloviário inicialmente previsto foi revisto para atender melhor os deslocamentos por bicicleta. Entretanto, ainda seguem as tratativas com o DER a fim de dar continuidade às demais etapas dessa rede, que contemplam a transposição da DF-002 (Eixão) entre as quadras 116/216 e demais conexões para pedestres e ciclistas.

A fim de se consolidar o planejamento cicloviário e subsidiar o Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal – PMA-DF, em agosto deste ano foi contratada a consultoria para Elaboração de Estudos Técnicos com vistas à Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no Distrito Federal (contrato nº 06/2017-SEMOB), decorrente do cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), instrumento norteador das ações mitigadoras e compensatórias previsto no PTU/DF. A partir do mapa da malha cicloviária do Distrito Federal, a contratada, até o presente momento, fez um amplo levantamento de informações sobre a infraestrutura cicloviária de forma a oferecer informações acerca da qualidade do pavimento, sinalização, sombreamento, continuidade, dentre outros. As próximas etapas contemplam a elaboração e adequação de projetos cicloviários existentes e implantados, com conclusão prevista para abril/2018.

Com o objetivo de contribuir para o acesso universal à cidade e estabelecer um marco legal, normativo e estratégico para planos, programas e ações referentes à mobilidade por bicicleta e demais ciclos, foi elaborada a minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Ciclomobilidade no DF, que será submetida à consulta pública no início de 2018.

Por fim, registra-se como atividade da ciclomobilidade a ampliação do número de estações de 40 para 45.

Mobilidade a Pé

De forma semelhante à Política de Ciclomobilidade no DF, com o objetivo de contribuir para o acesso universal à cidade e estabelecer um marco legal, normativo e estratégico para planos, programas e ações referentes à mobilidade de pedestres, foi elaborada a minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF, que está sendo debatida com a equipe técnica da SEGETH e será submetida à consulta pública no início de 2018.

A fim de se consolidar o planejamento da mobilidade a pé e subsidiar o Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal – PMA-DF, em agosto deste ano também foi contratada a consultoria para Elaboração de Diretrizes para o Plano de Mobilidade de Pedestres do Distrito Federal, decorrente do cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), instrumento norteador das ações mitigadoras e compensatórias previsto no PTU/DF.

Foi realizada uma pesquisa com um total de 2.395 entrevistas em 50 pontos de acesso ao sistema de transporte público coletivo de alta e média capacidade, sendo esses terminais, paradas de ônibus, estações de BRT e todas as estações metroviárias em funcionamento. A partir disso, foram selecionadas 138 rotas de acesso por pedestres a esses pontos que estão sendo analisadas *in loco.* Após esse levantamento, será desenvolvido um documento base para

estabelecimento de prioridades de adequação das condições de acessibilidade nessas rotas, cuja entrega está prevista para janeiro de 2018.

Outra atividade importante no âmbito da mobilidade a pé foi o acompanhamento do Plano de Ação para os anos de 2017 a 2019, decorrente do Estudo Global de Acessibilidade do DF. Este estudo foi desenvolvido em 2016 com o esforço conjunto de vários órgãos do Governo em resposta ao TCDF que, em 2015, realizou uma auditoria operacional sobre Acessibilidade em Vias Públicas e Prédios Públicos no Distrito Federal.

De acordo com esse Plano de Ação, as principais atribuições previstas para diferentes órgãos do GDF são:

- Rotas acessíveis aos equipamentos públicos, instituições de ensino e hospitais regionais;
- Mobilidade ativa no entorno das estações de metrô;
- Requalificação de áreas centrais: Setor de rádio e TV Sul, Setor de Autarquias Norte, SAF Sul e Galeria dos Estados;
- Reformas para acessibilidade dos centros de ensino especial e hospitais;
- Construção de abrigos com acessibilidade: meta de pelo menos 150 em 2017 e mais 150 em 2018;
- Implantação de acessibilidade em pelo menos 200 paradas de ônibus em 2017 e mais 200 em 2018;
- Toda a frota adquirida para o STPC/DF, desde 2013, deve seguir obrigatoriamente as normas de acessibilidade quando adquiridos os veículos;
- Execução de praças e parques para deficientes (PEC);
- Fiscalização das calçadas em Águas Claras, para garantir a acessibilidade;
- Recuperação e execução de calçadas com acessibilidade em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal; e
- Elaboração do Plano de Acessibilidade Distrital, que será integrado ao Plano de Mobilidade Ativa do DF – PMA-DF.

Além das ações de acessibilidade, a SEMOB está empenhada em buscar soluções para a redução das mortes e feridos decorrentes de acidentes no trânsito no DF. A partir do mapa de atropelamentos fatais desenvolvido pelo programa do Distrito Federal "Brasília Vida Segura" que visa desenvolver políticas e ações para melhorar a saúde, a qualidade de vida e a segurança da população do Distrito Federal. Trata-se de um programa intersetorial, que tem em seu escopo duas frentes de atuação: Segurança Viária e Saúde. Os principais objetivos das iniciativas realizadas no âmbito do "Brasília Vida Segura" são reduzir o número de vítimas de acidentes de trânsito - por meio da melhoria do sistema viário - e de doenças crônicas, tais como hipertensão e diabetes, por meio de ações preventivas na saúde. No eixo "Segurança Viária", estão em andamento iniciativas nos campos da engenharia, da educação/comunicação e da fiscalização do trânsito, com o intuito de ampliar a segurança nas vias do DF. No que se refere ao eixo "Saúde", as ações tem como foco estimular o bem-estar físico, mental e social do cidadão. Uma das metas, neste caso, é reduzir a quantidade de óbitos e internações decorrentes do uso de álcool, tabaco e por doenças não transmissíveis.

Através do " Brasilia Vida Segura" foi constatado que a rotatória entre Paranoá e Itapoã, pela qual passa um intenso fluxo de pessoas, não possui configuração adequada para o contexto urbano em que está inserida. Portanto, foi proposta a construção de calçadas compartilhadas e a implantação de mais faixas de pedestres.

Ainda nesse sentido, as travessias de pedestre da via W3 também estão sendo avaliadas. A W3 é a via urbana com maior índice de atropelamentos fatais do DF. A falta de faixas estimula a travessia de pedestres em locais não seguros, cuja velocidade máxima permitida é de 60 km/h, expondo-os a um maior risco. Diante disso, estão sendo estudados os locais para implantação de faixas e a diminuição da velocidade da via.

Outra atividade realizada foi para a Estação de Furnas, onde a integração entre metrô e ônibus apresenta diversos problemas, como calçadas desgastadas e inacessíveis e elevada quantidade de passageiros esperando nas paradas onde o abrigo é insuficiente. A obra proposta de melhorar a integração dos dois modos tem como objetivo humanizar o espaço público adequando a estrutura física às demandas do local e tornando-o mais interessante do ponto de vista econômico e social.

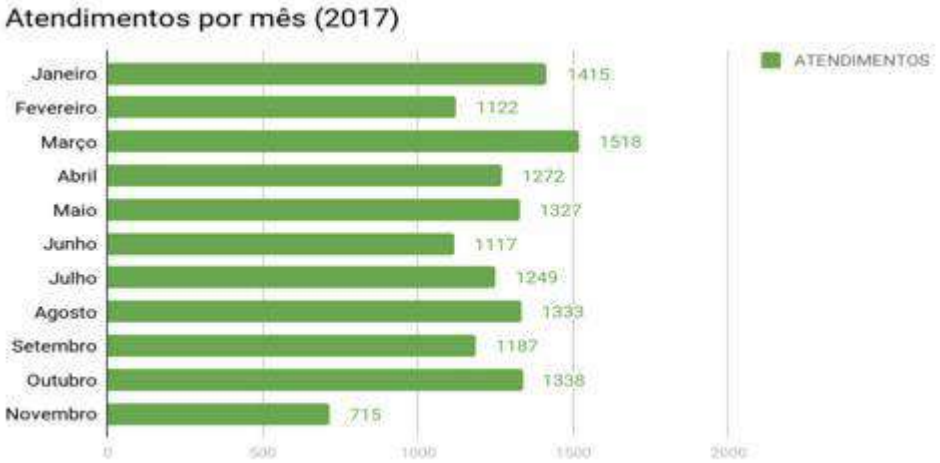
TRANSPORTE INDIVIDUAL

Atualmente, o Distrito Federal conta com a oferta de dois serviços de transporte individual: o Táxi e o Serviço Individual Privado por Aplicativos.

Com relação ao Serviço de Táxi, em setembro de 2017, a Secretaria de Mobilidade concluiu o recadastramento dos titulares das 3400 autorizações.

Vale ressaltar que todos os processos e procedimentos da SEMOB relativos ao Serviço de Táxi tiveram registro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, trazendo transparência, segurança e eficiência a todos os processos.

A partir da adoção do Sistema de Gerenciamento de Atendimento – SGA, gratuito, a SEMOB trouxe maior agilidade ao procedimento de atendimento aos taxistas, reduzindo o tempo de espera de atendimento de 25 minutos para 6 minutos, em média. Foram disponibilizados serviços *on line* para os Taxistas através do *Hesk,* solução que permite que sejam solicitadas declarações e certidões direto de casa ou do celular.



Ainda, a SEMOB está elaborando minuta de projeto de lei referente ao Táxi com vistas à atualização e melhoria do Serviço na capital. Fazem parte do esforço de melhoria e modernização a criação de nova identidade visual para os veículos (a ser regulamentada) e desburocratização da solicitação de publicidade e propaganda nos carros (instituída pela Portaria 53, de 02/10/2017).

Sobre o Transporte Individual Privado por Aplicativos, a Lei Distrital nº 5.691, de 02 de agosto de 2016 disciplinou a prestação deste serviço e foi regulamentada pelo Decreto nº 38.258 de 07 de junho de 2017 bem como pelas Portarias nº 54, 55, 56 e 57 de 03 de outubro de 2017.

RECURSOS E INFRAÇÕES

Em 2017 a SEMOB, por meio da Junta de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos administrativos atinentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, bem como dos serviços de táxi e mototáxi do DF, realizou análise e julgamento de 3.158 (três mil, cento e

cinquenta e oito) processos relativos a recursos e infrações, sendo 9 (nove) processos referentes a operadores de táxi e 3.149 (três mil, cento e quarenta e nove dois) processos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI)

No primeiro trimestre de 2017, foi iniciada a construção do novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Secretaria de Mobilidade com a metodologia do Balanced Scorecard (BSC) – ferramenta de gestão adotada amplamente no Governo do Distrito Federal. A SEMOB se empenhou em elaborar um Mapa Estratégico alinhado com o Plano Plurianual, o Mapa Estratégico do Governo, o Acordo de Resultados e com as diretrizes do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do DF (PDTU). Para que este caminho fosse percorrido, foi necessário o engajamento dos servidores e gestores da pasta. Foram realizados encontros e reuniões para coleta de dados, os quais foram compilados no decorrer do processo.

Após o diagnóstico e o levantamento de necessidades, elaborou-se o novo Mapa Estratégico da Secretaria, que traduz, visualmente, as relações de causa e efeito que permeiam os objetivos da organização. O Mapa orientará a atuação da SEMOB para o triênio 2017-2019. Ele dispõe de quatro perspectivas analíticas: Aprendizado e Crescimento, Processos Internos, Impacto para a Sociedade e Perspectiva de Resultados. Distribuídos nas perspectivas há 14 objetivos, cada qual com indicadores, metas e ações estratégicas relacionadas.



A primeira etapa do planejamento culminou na apresentação do Mapa Estratégico aos servidores da Secretaria e vinculadas em evento realizado na Escola de Governo do Distrito Federal no dia 16 de março de 2017. No evento, que contou com, aproximadamente 130 pessoas, foi ministrada a palestra "A Eficácia do Planejamento Estratégico na Gestão Pública" pelo Diretor de Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas da União, Sr. Daniel Luiz de Souza. Na ocasião, o Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans apresentou seu novo Mapa Estratégico desenvolvido pelos próprios servidores do órgão sob consultoria da Unidade de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria de Mobilidade.

No intuito de comunicar a estratégia de forma simples e objetiva para todas as equipes, foram desenvolvidos os Painéis de Contribuição, os quais permitem que cada unidade, separadamente, acompanhe as ações do planejamento estratégico sob sua responsabilidade direta. Os painéis foram elaborados em conjunto com as unidades e subsecretarias da Semob como forma de facilitar a tradução do mapa estratégico e estimular a adesão de todos ao processo. O painel é anual e apresenta as etapas a serem realizadas para a consecução de cada ação e objetivo estratégico, bem como a evolução das metas e indicadores relacionados.

No que diz respeito ao monitoramento do Plano Estratégico, a Semob realiza, bimestralmente, reuniões bilaterais entre as suas unidades, para avaliar o andamento das metas e indicadores. Em 2017, ainda, foram realizados dois Cafés Estratégicos, que trataram de reuniões de avaliação da estratégia, na qual o Gabinete, os chefes de Unidades e os subsecretários realizaram uma avaliação geral da execução do Planejamento Estratégico.

1º Café Estratégico



Apresentação da metodologia BSC utilizada pela Semob em seu Planejamento Estratégico Institucional



No 2º Café Estratégico, realizado em dezembro, a Secretaria apresentou um balanço dos resultados do PEI em 2017. Na ocasião, as três unidades com melhor desempenho nos Painéis de Contribuição receberam um certificado de reconhecimento.

2º Café Estratégico





Na foto: apresentação dos resultados finais do Planejamento Estratégico Institucional. Semob ultrapassou a meta de 30%, fechando com 39,6% de suas ações entregues.



Entrega de certificado à unidade de Controle Interno (UCI) por atingirem 100% das suas ações previstas para o ano de 2017. Mais duas Unidades bateram a meta, Unidade Especial de Gestão de Projetos e Subsecretaria de Fiscalização Auditoria e Controle.

Ao final de 2017, das 58 ações previstas no PEI, 23 já haviam sido concluídas. Assim, o percentual de execução do Plano alcançou 39,6%, ficando 9,6% acima da meta estipulada para 2017.

Considerando que o Planejamento Estratégico Institucional foi elaborado para o triênio (2017-2019), a Semob está empenhada em executar as ações propostas para que ao final do período os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Entre as ações de planejamento realizadas em 2017, a Secretaria colaborou, no primeiro trimestre, na redefinição do projeto Mobilidade e Gentileza, idealizado pelo DFTrans. Como resultado deste trabalho conjunto foi construído um novo Termo de Abertura do Projeto (TAP), documento que prevê as atividades a serem realizadas no âmbito do projeto. As etapas previstas no TAP já foram iniciadas, estando em pleno andamento.

No segundo semestre de 2017, a Secretaria de Mobilidade, o Núcleo de Sistemas de Informação e Geoprocessamento do DFTrans e a Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais da Codeplan construíram, de forma conjunta, metodologia base para o indicador nº 11.2.1, "Percentual da população que tem acesso conveniente a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência" dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo da ação é viabilizar o monitoramento da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), à qual o GDF aderiu em outubro de 2016.

Em virtude dos resultados já alcançados e das possibilidades de aproveitamento dos dados na definição de políticas públicas, o grupo responsável está realizando um refinamento do indicador, ajustando-o de forma mais adequada à realidade de Brasília e ampliando as possibilidades de uso das informações levantadas.

Monitoramento do Acordo de Resultados

Ao longo do ano, a Secretaria de Mobilidade executou também projetos monitorados pelo sistema Gestão DF. Entre os projetos pactuados pela Secretaria para o ano de 2017 - considerando o Acordo de Resultados firmado em fevereiro e o Aditivo celebrado em dezembro –, foram concluídas 8 ações, com destaque para a implantação do Bilhete Único, a inauguração das estações Vargem Bonita e Granja do Ipê (BRT) e a conclusão da reforma e inauguração do terminal de ônibus de Planaltina.

Plano de Dados Abertos - PDA

Em atendimento ao disposto na Lei nº 4.990/2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação) e no Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, que institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional no âmbito do Distrito Federal, a Secretaria de Mobilidade construiu, em 2017, seu Plano de Dados Abertos – PDA, documento que elenca as ações para implementação e promoção de abertura de dados da pasta, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

O PDA da Semob,elaborado com base no modelo e nas orientações da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, está disponível no Portal de Dados Abertos (http://www.dados.df.gov.br), desde outubro/2017, conforme imagem a seguir:



Fonte: Site Portal de Dados Abertos

Carta de Serviços ao Cidadão

Entre as realizações no campo da transparênica, a SEMOB apresentou a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, que se constitui em um instrumento de controle social, no qual constam informações de forma clara e acessível sobre os serviços prestados pelo órgão.

Em 2017, a Semob atualizou a Carta de Serviços, que, também, passou a ter uma versão digital disponível no site da Semob (http://www.semob.df.gov.br/category/carta-de-servicos/), facilitando mais ainda o acesso à informação.



Fonte: Site SEMOB

Mediação de Conflitos

Em 2017, a Semob implantou o projeto de Mediação de Conflitos, desenvolvido com base na instrução Normativa nº 02, de 25/07/2016, da Controladoria-Geral do Distrito Federal. O processo não é disciplinar. O objetivo é melhorar o diálogo entre os colaboradores da instituição por meio de um processo sigiloso com coparticipação de mediadoras nomeadas para atender esse tipo de demanda.

Foi desenvolvido um canal na intranet da Secretaria no qual os interessados em participar do procedimento podem registrar o primeiro contato. As informações preenchidas são confidenciais. O caso é, então, avaliado pelas mediadoras, que se reúnem com os envolvidos para abordar o conflito em questão. A medida não terá custos para a pasta, uma vez que a intranet é usada como plataforma principal para mediação.

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1731 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - SEMOB	56	%	-		75	40	85	100	SEMOB/UO 26101/OE
Justificativa: 2017 - Devido ao Aditivo do Acordo de Resultados de 2017, as datas de várias entregas foram repactuadas para 2018.									
1724 - EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA	420	KM	-		471	442	548	637	SEMOB/UO 26101/OE 2
Justificativa: 2017 - Da infraestrutura cicloviária prevista para 2017, Semob aguarda a conclusão das obras da EPTG (25 km) e Lago Oeste - DF 001 (12,6 km). Ambas intervenções são conduzidas pelo DER e serão lançadas em 2018.									
1730 - ÍNDICE DE QUALIDADE NO TRANSPORTE - IQT	0	%	-		50	0	90	100	SEMOB/UO 26101/OE 5
Justificativa: 2017 - Com relação ao IQT, sua não apuração deve-se ao fato de a SEMOB não ter os insumos necessários para o seu cálculo que é composto por 8 indicadores. Mas vale lembrar que um dos objetos do contrato celebrado entre a Semob e a FGV, para avaliação dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo - STPC, é a viabilização do cálculo esse Índice.									

1724 - EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA

Da infraestrutura cicloviária prevista para 2017, Semob aguarda a conclusão das obras da EPTG (25 km) e Lago Oeste - DF 001 (12,6 km). Ambas intervenções são conduzidas pelo DER e serão lançadas em 2018.

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**1.430.000,00**	**953.554,00**	**953.553,12**	**953.553,12**
0024 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	1.430.000,00	953.554,00	953.553,12	953.553,12
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**5.800.000,00**	**4.491.874,20**	**4.061.472,97**	**3.860.089,05**
0019 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	5.800.000,00	4.491.874,20	4.061.472,97	3.860.089,05
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**7.230.000,00**	**5.445.428,20**	**5.015.026,09**	**4.813.642,17**

Em 2017, houve a execução de despesa no Programa de Trabalho 28.846.0001.9041.0024, referente a pagamento licença prêmio em pecúnia para três servidores desta Pasta que se aposentaram.

Com relação a Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, foi realizado o quantitativo de 1.633 (mil seiscentos e trinta e três) indenizações e restituições de transportes neste ano.

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5291 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**45.052.754,00**	**45.284.932,00**	**45.231.151,12**	**45.231.080,70**
6987 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	45.052.754,00	45.284.932,00	45.231.151,12	45.231.080,70
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**1.200.000,00**	**1.200.594,00**	**1.093.101,82**	**1.093.101,82**
0010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	1.200.000,00	1.200.594,00	1.093.101,82	1.093.101,82
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**8.177.000,00**	**7.383.215,00**	**6.249.604,12**	**4.802.594,37**
0009 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	8.177.000,00	7.383.215,00	6.249.604,12	4.802.594,37
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**450.000,00**	**61.984,00**	**53.530,00**	**25.226,12**
2544 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	450.000,00	61.984,00	53.530,00	25.226,12
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0063 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	100.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9709 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**55.979.754,00**	**53.930.725,00**	**52.627.387,06**	**51.152.003,01**

A Semob se empenhou, no exercício de 2017, em obter recursos organizacionais, modernizar métodos e processos, adotar novas tecnologias e modelos de gestão eficazes, para a otimização dos recursos disponíveis, redução de custos e elevação da qualidade dos serviços, de modo a efetivar seu papel estratégico de conduzir a organização para o cumprimento de sua missão e alcance de suas finalidades.

Embora tenham ocorrido algumas dificuldades orçamentárias e financeiras, principalmente em razão da dotação inicial para os programas de trabalho cujos orçamentos permaneceram bloqueados durante todo o exercício, avaliou-se positivamente o desempenho, sobretudo quando observados a execução frente aos valores autorizados e empenhados.

Na Administração de Patrimônio, em virtude da edição do Decreto nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017, que aprovou o regimento interno do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, e passou a competência àquela Autarquia da confecção, implantação e coordenação das atividades relativas à sinalização de endereçamento, indicativa e de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal, houve a necessidade de se promover a ocupação regular do imóvel situado no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, Trecho 01, Área de Serviços Públicos, Lote I, galpões 1, 2 e 3 pelo DER/DF. Assim, em 29 de março de 2017 foi assinado o Termo de Cessão de Uso do Imóvel e atualmente encontra-se em fase final para assinatura do Termo de Cessão dos Bens Patrimoniais para fazer a transferência dos bens móveis àquele Departamento.

Como havia também material de uso para confecção, implantação e coordenação das atividades relativas à sinalização de endereçamento, indicativa e de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal, foi transferido via Sistema Integrado de gestão de Material – SIGMA.NET o valor de R$ 7.456.061,07 (Sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, sessenta e um real e sete centavos) em bens móveis de almoxarifado.

Com a ocupação do DER no imóvel do SIA, houve a necessidade de transferência de endereço do Almoxarifado da SEMOB para o Bloco G da TCB em setembro deste ano, juntamente com os R$ 331.485,07 (Trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sete centavos) em bens de almoxarifado.

Ainda, em setembro de 2017, houve a necessidade de mudança do Arquivo para o Estádio Nacional de Brasília para a ocupação de 6 (seis) salas, tendo em vista a solicitação da TCB de desocupação da Semob do espaço que estava cedido a esta Secretaria. Todos os bens patrimoniais foram transferidos junto com o acervo de massa documental.

Em julho, foi realizada a mudança de endereço das subsecretarias SUFISA, SUBSER e a JARI para o Ed. Touring tendo em vista a necessidade de reforma do Ed. do SAAN. Houve a transferência de parte dos bens patrimoniais, a incorporação de todos os bens recebidos da doação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT em 2016 e ainda todos os bens da doação recebida em março do Tribunal de Contas da União - TCU.

Na área de Gestão de Pessoas, buscou-se, no exercício de 2017, promover a capacitação dos servidores da Secretaria em temas estratégicos para a melhoria da gestão nas respectivas unidades, verificando junto as áreas as necessidades de qualificação.

Com esse objetivo foram empreendidas diversas consultas às escolas de governo sobre a possibilidade de se estabelecer acordos de cooperação e ainda foram estabelecidas ações no intuito de atingir o percentual de 40 % dos gestores devidamente habilitados em temas de liderança e gestão.

Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, destacam-se as seguintes realizações em 2017:

- Apoio técnico na atualização do *site* da SEMOB;
- Implantação e aperfeiçoamento do sistema de chamados técnicos;
- Desenvolvimento de ferramentas para aperfeiçoamento do acesso à Intranet;
- Implantação e execução do PDTI;
- Apoio técnico para implantação do *site* do Bilhete Único - portal;
- Ampliação e modernização das tecnologias para sistemas de reprografia e impressão da SEMOB.

FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE

No que se refere ao planejamento das ações de fiscalização, auditoria e controle, as ações desenvolvidas pela Semob podem ser classificadas em quatro tipos:

- Setoriais – ações realizadas por cada uma das unidades que compõem a estrutura da Subsecretaria, de forma exclusiva (processamento de sanções, auditoria de conformidade, monitoramento operacional, vistoria de veículos em terminais, etc.);
- Típicas – ações realizadas por qualquer auditor fiscal, em campo, independentemente da lotação, tendo por intuito ofertar resposta a demandas apresentadas (reclamações, denúncias, resultados de ações fiscais, etc.);
- Específicas – ações de caráter similar ao das Típicas, mas com foco e periodicidade pré-definidos, em razão do interesse especial da Subsecretaria (Operação Hefesto [2], Operação São Pedro [3], Operação Ceres [4], Operação Corsário [5], etc.); e
- Extraordinárias – ações de caráter diferenciado, desenvolvidas por equipe designada, para atendimento a demandas contingenciais ou emergenciais, visando oferta de resposta imediata.

Diante disso, no período em questão, entre ações planejadas e tarefas distribuídas, foram instruídos e movimentados 469 processos. Já no que se refere ao gerenciamento das atividades de cunho administrativo, foram instruídos e movimentados 118 processos.

Já, com relação às atividades de fiscalização voltadas para a formulação de entendimentos e respostas a solicitações e questionamentos de caráter técnico-legal apresentados, em 2017, a Semob trabalhou com a instrução, movimentação e manifestação em 98 processos.

Com relação à execução de ações de controle da prestação de serviços, mediante análise e avaliação dos dados operacionais registrados nos sistemas informatizados de controle, no

período em questão, foi monitorada diariamente a operação de 813 linhas, distribuídas pelos 9 delegatários (concessionárias HP – Urbi Mobilidade Urbana, Viação Pioneira, Viação Piracicabana, Expresso São José e Auto Viação Marechal e permissionárias Coobrataete, Cootarde, Coopatag e Coopertran) do Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Como resultado desse monitoramento foram gerados 153 processos de aplicação de sanções disciplinares e, consequentemente, de acompanhamento evolutivo de desempenho, em razão da detecção continuada de descumprimentos da programação operacional estipulada.

Além disso, as ações de verificação das condições e das formas de uso e funcionamento dos equipamentos operacionais (veículos, validadores, garagens, etc.), mediante a realização de vistorias, inspeções e auditorias, implicaram na movimentação de 3903 processos vinculados.

Já no que se refere à execução de ações fiscais de caráter contingencial, especial, eventual e de pronto-atendimento, através da verificação das condições de prestação dos serviços *in loco*, com foco especial nos terminais/estações rodoviários e pontos de controle/soltura, em 2017, a Semob desenvolveu ações relacionadas a 306 processos.

Com relação à execução de ações de análise de receitas apuradas e custos contabilizados durante a prestação de serviços de transporte de passageiros, visando avaliação de adequação às normas estabelecidas, identificando a ocorrência de irregularidades (fraudes, simulações, usos indevidos de benefícios, etc.) e promovendo a abertura de processos de penalização de infratores, mediante a realização de procedimentos de auditoria de caráter técnico-operacional, a Semob executou ações do tipo elencado em 601 processos.

Ainda, no que compete à execução de ações de avaliação das condições de prestação dos serviços e dos prestadores, em especial no que tange à manutenção da capacidade técnica para atuação na condição de delegatários do Sistema de Transporte do Distrito Federal, tendo por foco específico a verificação de regularidade fiscal, de qualificação econômico-financeira e de cumprimento de programas complementares determinados, por intermédio da realização de procedimentos de auditoria de conformidade, operacional e mista, a Semob desenvolveu seus trabalhos no âmbito de 66 processos específicos.

No que se refere às atividades relativas ao processamento das sanções de caráter disciplinar, mediante instrução e movimentação dos processos administrativos decorrentes da prática de atos do poder de polícia administrativa, no período em tela, a Semob desenvolveu seus trabalhos no âmbito de 3189 processos do tipo em questão. Por outro lado, nas atividades relacionadas ao processamento das sanções de caráter contratual e normativo, mediante instrução e movimentação dos processos administrativos decorrentes da verificação de descumprimentos do tipo mencionado, a Semob debruçou-se na movimentação de 185 processos.

Já no âmbito da interlocução entre a sociedade e a unidade de Fiscalização, Auditoria e Controle da Semob, mediante a geração de insumos direcionadores das ações fiscais para a verificação das inadequabilidades por eles apontadas, de 01/08 as 27/12 do corrente ano, foram recebidos 457 pleitos da sociedade, sendo 333 convertidos em demandas para realização de ação fiscal e 124 respondidos de imediato, em razão de já haverem sido objeto de ações fiscais anteriores ou por falta de informações essenciais à apuração. Ainda, das 333 demandas elaboradas, 195 já foram respondidas em função de ações fiscais desencadeadas no período. As demais 138 demandas vinculam-se a ações fiscais ainda em andamento.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

A Semob, por meio da Unidade de Controle Interno, neste exercício, acompanhou a apuração das demandas de correição administrativa da Secretaria visando à gestão adequada das verbas públicas, à proteção do patrimônio público e a identificação de eventuais infrações disciplinares.

Em agosto de 2017, foram publicadas as portarias da Política de Gestão de Riscos e a designação dos membros do Comitê de Riscos da Secretaria. Essa política estruturada não só facilita como também estimula a identificação das melhores oportunidades para a inovação e melhoria contínua do órgão.

Assim, a Secretaria de Mobilidade, em outubro de 2017, iniciou à implantação da ferramenta Gestão de Riscos que estabelece as boas práticas gerenciais conforme o Decreto nº 37.302, de 29/04/16, com a identificação do contexto de riscos em todas as áreas da Secretaria, com base na Norma Técnica ABNT ISO 31000:2009, que orientam as Diretrizes para a implementação da Gestão de Riscos.

Como benefícios da Gestão de Riscos à Secretaria, entre outros, podemos citar: redução de imprevistos, aproveitamento de oportunidades, melhoria do desempenho, economia, eficiência e gestão da informação para a tomada de decisão.

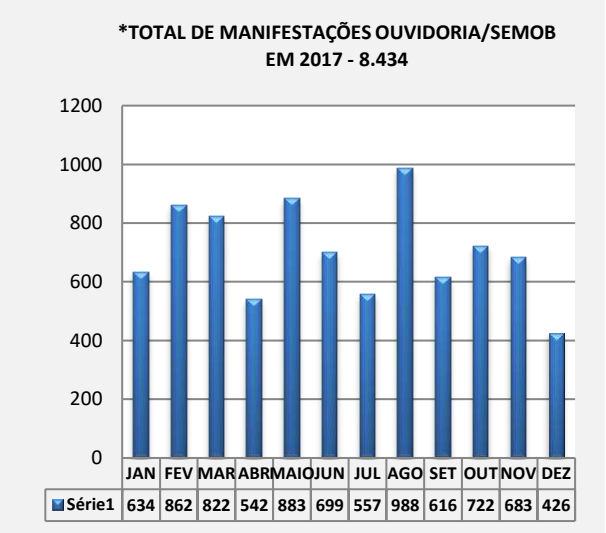
OUVIDORIA DA SEMOB

A Secretaria de Estado de Mobilidade, por meio de sua Ouvidoria, segue monitorando o tratamento da informação desde a entrada, aplicando rigoroso controle de qualidade na classificação das manifestações e no cumprimento dos prazos de resposta definitiva. O monitoramento das respostas fornecidas pelas concessionárias é feito rotineiramente pela equipe da Ouvidoria/Semob, verificando a efetividade dos procedimentos de apuração e a consistência das respostas.

Além das atividades rotineiras de triagem e monitoramento das manifestações, neste exercício foi possível realizar reuniões com as equipes de atendimento e gestão de pessoas das principais operadoras do STPC/DF, contando também com a participação da Ouvidoria do DFTrans, ocasiões nas quais foram tratados diversos assuntos, especialmente o fluxo das manifestações dentro das empresas operadoras e a interação destas com a Entidade Gestora do STPC/DF.

Com relação ao total de registros e distribuição, as tabelas e gráficos abaixo indicam o número total de manifestações processadas no período, distribuídas mensalmente (fig. 1), considerando o destinatário, operadores do STPC/DF ou unidades administrativas da Semob (fig. 2 e 3):

Fig. 1



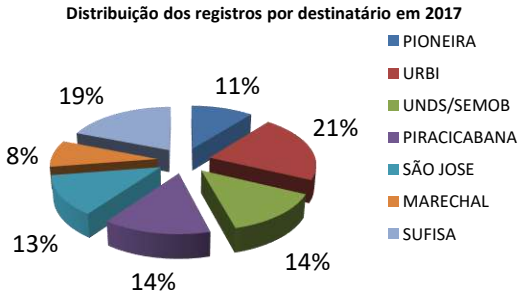
Total de manifestações: 8.434 **Até 19/12/2017*

FONTE: Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF, plataforma OUV-DF

Fig. 2

Empresa	%	Qtde
Pioneira	11	908
Urbi	21	1.796
UNDS/SEMOB	14	1.159
Piracicabana	14	1.197
São Jose	13	1.060
Marechal	8	711
Sufisa	19	1.603
Total	**100**	**8.434**

Fig. 3 FONTE: Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF, plataforma OUV-DF



Verificamos que a operadora Urbi Mobilidade apresenta uma maior proporção de registros pelo fato de não possuir canal próprio de atendimento ao usuário, ou seja, a totalidade dos

atendimentos dessa operadora é feita por meio do SIGO/DF. As demais operadoras possuem canal de atendimento, por telefone, e-mail, site, etc.

Importante ressaltar que a empresa Pioneira, apesar de possuir canal de atendimento por telefone, divulgado nos veículos não possui equipe dedicada exclusivamente ao atendimento, o que reflete em uma gestão menos eficiente das demandas encaminhadas via plataforma OUVIDF.

Destaca-se que a operadora Autoviação Marechal possui diversos canais de atendimento aos usuários: telefone, e-mail, aplicativos de mensagens instantâneas, etc. Isso vem se refletindo no número de manifestações registradas na plataforma OUV/DF, bem menor que nas demais empresas operadoras.

Quanto à Viação Piracicabana e São José, que possuem canais de atendimento direto, a participação nas manifestações registradas é de 14% e 13%, respectivamente. As respostas dessas operadoras têm sido adequadas no tocante ao cumprimento do prazo e qualidade das apurações e respostas.

As manifestações encaminhadas à área de fiscalização da SEMOB tem, basicamente, dois motivos principais: 1- tratam de reiterações de manifestações já tratadas pelas operadoras; e 2- manifestações dirigidas às cooperativas e operadores do transporte rural, pois não atendem por meio da plataforma OUV/DF.

Além desses dois motivos principais, são encaminhadas à área de fiscalização as manifestações acerca do serviço de táxi e denúncias sobre transporte clandestino de passageiros.

Ao longo do exercício de 2017 a Secretaria de Mobilidade recebeu 74 pedidos com fundamento na Lei de Acesso à Informação – LAI (lei n.° 4990/2012, regulamentada pelo decreto n.° 34.276/2016).

Os pedidos foram encaminhados às Unidades da Semob no prazo máximo de 24 horas, contadas do recebimento, o que permitiu que os prazos estipulados em lei fossem rigorosamente cumpridos, tanto de resposta quanto para os recursos impetrados.

Dentre os atendimentos com fundamento na Lei de Acesso à Informação, destacam-se os pedidos relacionados ao Sistema de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede – STIP. Considerando a recente regulamentação dessa atividade, houve demanda por informações acerca das Empresas Operadoras e dos Prestadores do Serviço. Entretanto, as informações solicitadas até a presente data estão legalmente protegidas por sigilo. Salienta-se que não houve registro de reclamações à Autoridade de Monitoramento da LAI.

Ressaltamos, ainda, o recebimento de manifestações encaminhadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Foram 57 manifestações enviadas diretamente pela Ouvidoria do MP, tratando, principalmente, do acesso ao Passe Livre Estudantil.

Com a implantação do Bilhete Único em 2017, emergiu a necessidade de alteração nos processos de atendimento, com vistas a sua adequação às normas em vigor. Nesse contexto, iniciamos os estudos com vistas à normatização do atendimento das manifestações de usuários do STPC/DF pelas empresas operadoras.

PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

REDES SOCIAIS

Em 2017, a Semob divulgou suas principais ações por meio do facebook, utilizando uma linguagem informal e de fácil compreensão para a população.









Com um formato mais descontraído de postagens, notou- se que a página da Semob ganhou mais seguidores e, consequentemente, mais curtidas e compartilhamentos de notícias. Comparando com 2016, houve um crescimento de 33,13% no total de curtidas da página, conforme mostram os gráficos a seguir:

DEZEMBRO DE 2016



DEZEMBRO DE 2017



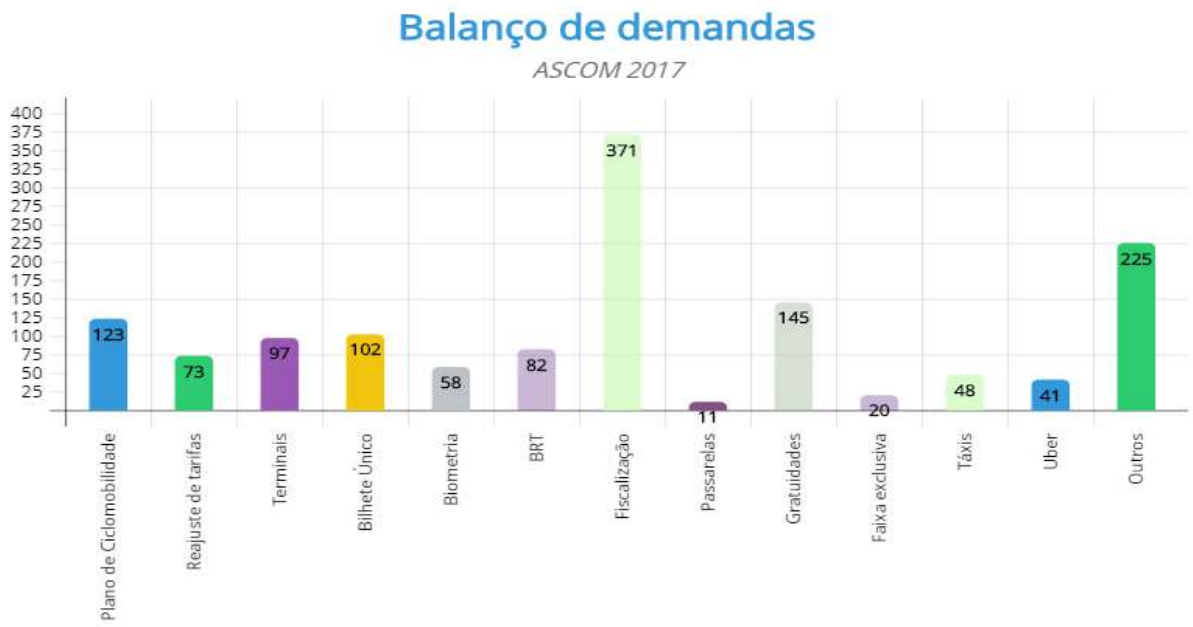
Com o aumento significativo do número de seguidores, a página da Mobilidade acabou se tornando uma ferramenta de fácil acesso para esclarecer as dúvidas e acolher as sugestões e reclamações dos usuários do Sistema. As demandas recebidas foram encaminhadas aos órgãos responsáveis para o auxílio na resposta.

Em 2017, a rede social da Semob foi procurada 250 vezes com os mais diversos questionamentos.



E-MAIL

Com relação às demandas da imprensa, em 2017 foram respondidas 1.396 perguntas sobre os mais diversos assuntos, enquanto em 2016, foram 633, ou seja, um aumento de 120,54%.

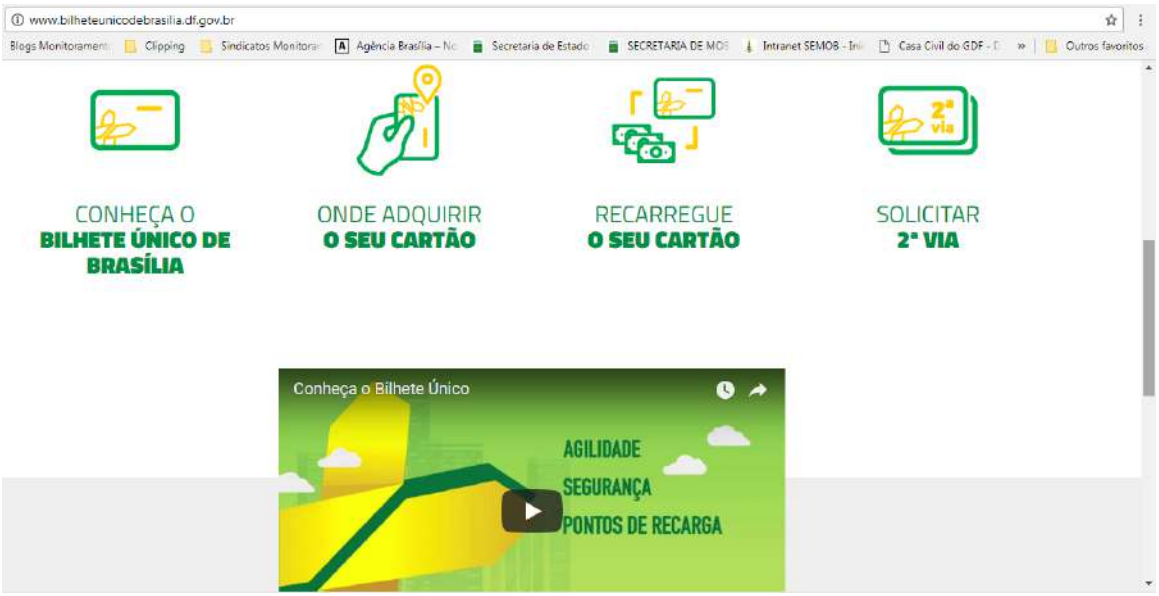


CAMPANHAS

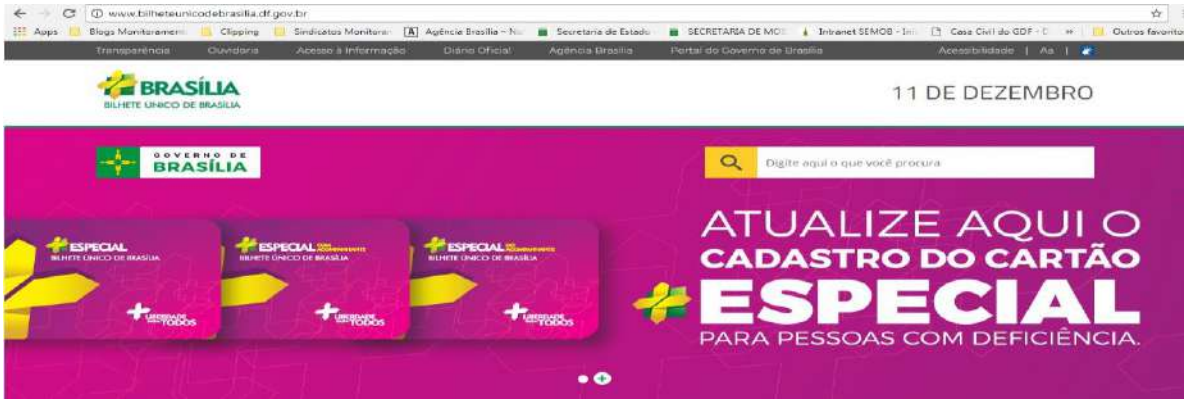
A Semob também atuou na construção e na divulgação de campanhas do Governo de Brasília relacionadas a mobilidade. Uma das principais entregas foi o Bilhete Único. A ação traz uma grande melhoria para o sistema, além de proporcionar mais conforto, segurança e economia para os usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC.

Desde setembro de 2017, os usuários do sistema passaram a contar com uma família de dez cartões para atender às diferentes necessidades da população, o que possibilita fazer a integração modal e intermodal além de economizar com a passagem. Antes, o passageiro que possuía o cartão de bilhetagem do metrô não podia usufruir do benefício da integração com o sistema rodoviário. Além disso, a população também passou a usufruir de 20 pontos para a compra de cartão e 33 pontos para recarga, além da internet.





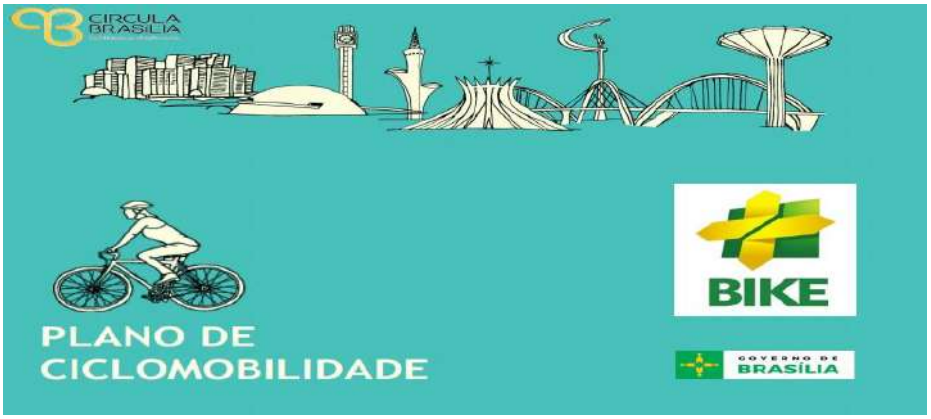
Em conjunto com outros órgãos do governo, a Semob também atuou na divulgação de importantes ações, como por exemplo, a atualização cadastral do PCD – Pessoas com Deficiência - que tem como objetivo atualizar os bancos de dados do governo e proporcionar mais segurança aos usuários do cartão + Especial por meio da biometria facial.





Também, junto com a Publicidade do governo, a Secretaria de Mobilidade definiu o plano de comunicação do +Bike, lançado em agosto de 2017. A iniciativa tem como um dos objetivos

ampliar a infraestrutura cicloviária da capital, conectando as ciclovias já existentes e criando uma rede integrada para facilitar o deslocamento dos ciclistas.



CAMPANHAS INTERNAS

A Semob também produziu e divulgou diversas campanhas internas com o objetivo de informar e promover a integração dos servidores, como por exemplo, o uso consciente da água, a doação de agasalho, o uso do email institucional, apresentação da carta de serviços, mediação de conflitos entre agentes públicos, entre outros.











4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Mobilidade se empenhou, no exercício de 2017, para aprimorar os métodos e os processos organizacionais, com a adoção de novas tecnologias e modelos de gestão eficazes, para a otimização dos recursos disponíveis, redução de custos e elevação da qualidade dos serviços da SEMOB, a fim de cumprir a sua missão e alcançar os seus objetivos estratégicos institucionais.

A Semob lançou, em Setembro de 2017, o Bilhete Único, com uma nova família de cartões. Neste novo sistema, o acesso dos usuários à integração do transporte público é facilitado. Com R$5,00, o cidadão pode realizar viagens em diversos modos de transporte - ônibus, micro-ônibus e metrô - em um período de até três horas, o que resulta em maior economia para o passageiro. A medida também traz mais segurança aos usuários, que não precisam portar dinheiro e podem solicitar o bloqueio do cartão em caso de extravio.

Aliada à criação do Bilhete Único de Brasília, a Secretaria, em conjunto com o DFTrans e as concessionárias de ônibus, está instalando o sistema de Biometria Facial em toda frota de ônibus, ação que será concluída em fevereiro de 2018. Os testes e as primeiras instalações comprovaram que o equipamento ajuda a coibir fraudes e a reduzir prejuízos ao sistema e à população, visto que detecta incongruências no uso dos benefícios garantidos por lei.

A Lei nº 5.796/2016, também conhecida como Lei Orçamentária Anual de 2017, fixou a despesa autorizada desta Secretaria de Mobilidade para a execução de forma direta e indireta das suas atividades finalísticas em R$ 156.749.058,20.

O valor total autorizado pode ser assim especificado: 30,85% para custeio de despesas com pessoal e encargos sociais; 14,42% para despesas correntes (exemplo: manutenção administrativa) e; 54,73% para investimento (exemplo: obras).

A execução orçamentária (despesas liquidadas) desta Pasta atingiu o percentual de 41,86% em relação ao total autorizado. Porém devemos frisar que, do total de recursos autorizados na categoria investimentos, merece destaque o valor destinado à execução de obras civis, como por exemplo a implantação do Corredor de Transporte Coletivo Eixo Sul – BRT Sul, que no corrente ano teve o orçamento total de R$ 42.600.000,00 com fonte de recursos originários de operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Pró-Transporte / PAC Grandes Cidades.

Assim a execução orçamentária desse programa restou prejudicada, a exemplo do ocorrido em 2016, em razão do posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e, posterior, recomendação da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para que fossem suspensos os pagamentos relativos às obras mencionadas, até a conclusão de auditorias internas e externas no respectivo contrato.

De igual modo, temos o montante de R$ 14.565.684,00 que não foram executados no corrente ano, pois tratam-se de recursos com origem na Contrapartida de Mobilidade Urbana, disposta pela Lei nº 5.632/2016 e regulamentada pelo Decreto nº 37.252/2016, cuja arrecadação ficou condicionada a respectiva deliberação do Comitê de Mobilidade Urbana.

Dessa forma, para que seja demonstrada a real execução orçamentária desta Secretaria, é condição necessária a supressão dos valores acima citados para mensuração dos resultados alcançados na execução orçamentária/financeira da SEMOB, pois apesar de constar como despesa autorizada a sua execução estava condicionada à outros fatores, como decisão do TCDF entre outros.

Logo, a despesa autorizada totaliza o montante de R$ 99.583.374,20, com execução pela SEMOB de R$ 65.616.816,73, representando 65,90% do total autorizado.

Por outro lado, pela primeira vez no Distrito Federal, logrou-se reunir os esforços antes dispersos da área de mobilidade em um único programa, o Circula Brasília. Este grande programa da mobilidade, extremamente estratégico para o Governo, lançado no ano de 2016, destacou-se no ano de 2017 com algumas entregas: a conclusão das obras de construção de dois novos terminais rodoviários (Samambaia Norte e Samambaia Sul) e da reforma de dois outros terminais rodoviários (Núcleo Bandeirante e Planaltina), ações realizadas no escopo do Programa de Transporte Urbano, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2018, serão realizadas, ainda, as obras de reforma do Terminal de Ônibus de Sobradinho, para melhor atender a população local, e de alargamento de pontes na EPTG, no intuito de promover maior fluidez na via. Grande destaque também em 2017 para as ações da mobilidade ativa, compostas pela mobilidade à pé e ciclomobilidade, tendo como ação de maior relevância o +Bike.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede, um serviço inovador e polêmico em todas as cidades brasileiras. A regulamentação, apoiada em fundamentos consistentes, permitiu maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos.

Em 2018, prevê-se a consolidação dessa regulamentação. Além disso, a entrega de mais três terminais, dentre novas obras e reformas, bem como a licitação de trechos do BRT-SUL e do Expresso Norte.

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB – UO: 26.201

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB é uma Empresa Pública de Direito Privado, criada em 1.º de junho de 1961, sob a forma de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, tendo como sócios cotistas o Distrito Federal (majoritário) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

O Capital Social da Empresa é de R$ 28.723.580,00 (vinte e oito milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta reais), distribuídos da seguinte forma: Distrito Federal: R$ 28.723.332,00 – 99,9999% e NOVACAP: R$248,00 – 0,0001%.

A Empresa é vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade e tem por objetivo a exploração dos serviços de transportes coletivos urbanos na área do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	8	214	10	333	565
Comissionados sem vínculo efetivo	25	0	6	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	22	0	4	26
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	10	0	1	11
Terceirizados (FUNAP)	0	8	0	0	8
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	33	254	16	338	641
(-) Cedidos para outros órgãos	0	160	0	177	337
Total Geral	33	94	16	161	304

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
8708 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - TCB-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	0,00	0,00	0,00
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	**1.320.000,00**	**2.820.000,00**	**2.216.000,00**	**2.216.000,00**
0004 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-TCB- PLANO PILOTO .	1.320.000,00	2.820.000,00	2.216.000,00	2.216.000,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**380.000,00**	**380.000,00**	**201.060,07**	**201.060,07**
9559 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-TCB- PLANO PILOTO .	380.000,00	380.000,00	201.060,07	201.060,07
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	**4.621.413,00**	**5.224.682,00**	**3.788.907,79**	**3.788.907,79**
0001 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-TCB- PLANO PILOTO .	4.621.413,00	5.224.682,00	3.788.907,79	3.788.907,79
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**6.721.413,00**	**8.424.682,00**	**6.205.967,86**	**6.205.967,86**

Nas ações referentes ao Programa 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável, a TCB adquiriu 04 (quatro) novos ônibus, tipo padron, para melhorar o atendimento do Serviço Básico do STPC/DF; um novo lavauto que se encontra em fase de instalação, peças e óleo diesel. Além

disso, realizou a contratação de serviços para a manutenção dos veículos, o pagamento de impostos relacionados aos veículos e a compra de equipamentos básicos para a oficina.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1735 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - TCB	66,7	%	-		75	75	85	100	TCB/UO 26201/OE 5
Justificativa: 2017 - A TCB cumpriu as metas estabelecidas no Acordo de Resultados de 2017. As Ações previstas foram as seguintes: 1) - Aquisição de 04 ônibus para o serviço básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Os 4 veículos foram adquiridos e entraram em operação no mês de Outubro/2017; 2) Estudo de viabilidade, demanda impacto financeiro do serviço de transporte denominado porta-a-porta, para pessoas com deficiências e portadores de mobilidade reduzida, até 30/04/217 - A TCB apresentou o projeto no prazo.									

A TCB cumpriu as metas estabelecidas no Acordo de Resultados de 2017. As ações previstas foram as seguintes:

1) - Aquisição de 04 (quatro) ônibus para o Serviço Básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Os 4 veículos foram adquiridos e entraram em operação no mês de outubro/207;

2) - Estudo de Viabilidade, demanda e impacto financeiro do Serviço de Transporte Porta-a-Porta para pessoas com deficiência e portadores de mobilidade reduzida, até 30/04/2017. A TCB apresentou o projeto por meio do Processo n.º 095.000189/2017 à Secretaria de Estado de Mobilidade no prazo acordado. Em dezembro de 2017, a empresa apresentou novo projeto à SEMOB em substituição ao anterior por meio do Processo 095.000.759/2017, que se encontra em apreciação pela Governança-DF.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	**8.518.814,00**	**5.047.710,00**	**5.047.708,60**	**5.047.708,60**
0005 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-TCB- PLANO PILOTO .	8.518.814,00	5.047.710,00	5.047.708,60	5.047.708,60
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**1.630.269,00**	**8.725.183,00**	**8.014.708,62**	**8.014.708,62**
6154 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TCB-PLANO PILOTO .	1.630.269,00	8.725.183,00	8.014.708,62	8.014.708,62
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**160.000,00**	**220.000,00**	**106.077,77**	**106.077,77**
6967 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-TCB- PLANO PILOTO .	160.000,00	220.000,00	106.077,77	106.077,77
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**50.000,00**	**50.000,00**	**31.080,10**	**31.080,10**
7201 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS TCB-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	50.000,00	31.080,10	31.080,10
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**10.359.083,00**	**14.042.893,00**	**13.199.575,09**	**13.199.575,09**

Na Ação Amortização e Encargos da Dívida Pública relativa ao INSS e PASEP, foi realizado pagamento de juros e o principal da dívida. Esse parcelamento foi encerrado em agosto de 2017 – Processo 095.000124/2011. Na ação Execução de Sentenças Judiciais, foram realizados pagamentos de sentenças trabalhistas e de pensões de reparação de danos – processo 095.000.002/2017 e outros. Destacamos que em 2017, foi realizado um pagamento na ordem de R$ 7.036.585,89 referente ao Processo judicial 40750/87 – processo TCB 095.001.172/1987. Na ação Formação do Patrimônio do Servidor Público, foram realizados pagamentos mensais do tributo PASEP – processo 095.000.060/2017. Na ação Ressarcimento, Indenizações e Restituições – foram reembolsadas despesas com terceiros relativos a avarias, processo n.º 095.000154/2015 e outros.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**500.000,00**	**209.981,00**	**188.340,32**	**188.340,32**
5313 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	209.981,00	188.340,32	188.340,32
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**3.337.000,00**	**3.037.000,00**	**2.361.828,96**	**2.361.828,96**
0082 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TCB- PLANO PILOTO .	3.337.000,00	3.037.000,00	2.361.828,96	2.361.828,96
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**720.757,00**	**720.757,00**	**627.805,18**	**627.805,18**
0074 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TCB- PLANO PILOTO .	720.757,00	720.757,00	627.805,18	627.805,18
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**5.304.414,00**	**6.123.743,00**	**5.374.293,65**	**5.374.293,65**
0079 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TCB- PLANO PILOTO .	5.304.414,00	6.123.743,00	5.374.293,65	5.374.293,65
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**50.000,00**	**999,00**	**0,00**	**0,00**
0050 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-TCB- PLANO PILOTO .	50.000,00	999,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**130.000,00**	**60.950,00**	**52.760,00**	**52.760,00**
0027 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - TCB-DISTRITO FEDERAL	130.000,00	60.950,00	52.760,00	52.760,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**150.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
9815 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TCB-PLANO PILOTO .	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**300.000,00**	**99.989,00**	**94.571,78**	**94.571,78**
9680 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TCB- PLANO PILOTO .	300.000,00	99.989,00	94.571,78	94.571,78
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**10.492.171,00**	**10.403.419,00**	**8.699.599,89**	**8.699.599,89**

Na ação de Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas, foram realizados reparos de baixa complexidade nas unidades da TCB, processo nº 095.001.128/2015. Na ação Administração de Pessoal foram realizados pagamentos com servidores no exercício de 2017, conforme processo nº 095.000.003/2017 e outros. Na ação Concessão de Benefícios a Servidores, foram realizados pagamentos com auxilio creche, auxílio alimentação, auxílio assistência médica e auxílio transporte – processo 095.000.003/2017. Na ação Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, foram realizados pagamentos com energia elétrica, serviço de água, limpeza e asseio, estagiários, menores aprendizes, impostos, como IPTU, ICMS, CONFINS, IRPJ, CSLL, locação de equipamentos e aquisições de materiais de expedientes. Na ação Capacitação de Servidores, não houve realização em 2017. Na ação de Publicidade e Propaganda, foram realizadas despesas com publicação de editais e matérias de interesse da TCB em jornal de grande circulação e no DODF – processo 095.000.128/2017. Na ação Construção de Prédios e Próprios, não houve realização em 2017. Na ação Reforma de Prédios e Próprios, foram realizadas reformas dos banheiros da manutenção – processo 095.000553/2017.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Idade Média da Frota

ANO	IDADE MÉDIA (EM ANOS)
2010	0,97 anos
2011	1,95 anos
2012	2,72 anos
2013	3,50 anos
2014	3,81 anos
2015	5,05 anos
2016	6,24 anos
2017	6,26 anos

Produção Quilométrica realizada em linhas tarifadas

ANO	PRODUÇÃO QUILOMÉTRICA REALIZADA Linhas tarifadas
2010	1.455.464
2011	1.697.605

2012	1.673.576
2013	1.971.707
2014	1.993.949
2015	2.054.617
2016	1.923.654
2017	1.719.890

Produção Quilométrica realizada em serviços de transportes especiais

ANO	PRODUÇÃO QUILOMÉTRICA REALIZADA transportes especiais
2010	160.751
2011	147.119
2012	141.274
2013	147.134
2014	133.743
2015	132.861
2016	149.954
2017	173.320

Passageiros Transportados

NATUREZA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
INTEGRAL	4.572.782	4.407.790	4.776.833	5.001.664	4.896.699	4.487.747	3.963.000	2.596.757
ESTUDANTIL	11.298	22.445	38.181	0	0	0	0	0
TOTAL	4.584.080	4.430.235	4.815.014	5.001.664	4.896.699	4.487.747	3.963.000	2.596.757

Índice de Regularidade Operacional (IRO) = KM Produzido em linhas tarifadas/KM Programado

ANO	KM REALIZADA Linhas tarifadas	KM PROGRAMADO Linhas tarifadas	IRO
2010	1.455.464	1.385.992	1,050
2011	1.697.605	1.764.075	0,962
2012	1.673.576	1.761.746	0,950
2013	1.971.707	1.987.983	0,958
2014	1.993.948	1.994.595	0,999
2015	2.054.617	2.157.566	0,952
2016	1.923.654	2.130.087	0,903
2017	1.719.890	1.848.915	0,930

Índice de Passageiros por Km (IPK) =
Passageiros Transportados/Km produzido em linhas tarifadas

ANO	PASSAGEIRO TRANSPORTADO	KM PRODUZIDO EM LINHAS	IPK
2010	4.584.080	1.455.464	3,15
2011	4.430.235	1.697.605	2,61
2012	4.815.014	1.673.576	2,88
2013	5.001.664	1.971.707	2,54
2014	4.896.699	1.993.949	2,45
2015	4.487.747	2.054.617	2,18
2016	3.963.000	1.923.654	2,06
2017	2.596.757	1.719.890	1,51

IPK - Índice que estabelece uma relação entre a demanda por transporte coletivo, número de passageiros transportados e a oferta, representada pela quilometragem percorrida ou produção quilométrica.

Índice Homem/Veículo (IHV) =
Quantidade de Empregados em Efetivo Exercício / Frota de Veículos em operação

ÁREA	Empregado Dez / 2015	Empregado Dez / 2016	Empregado Dez / 2017	Frota 2015	Frota 2016	Frota 2017	IHV em Dez/15	IHV em Dez/16	IHV em Dez/17
ADMINISTRAÇÃO	51	50	42				0,83	0,82	0,85
MANUTENÇÃO	28	20	25				0,46	0,32	0,51
OPERAÇÃO	181	171	161	61	61	49	2,97	2,80	3,29
TOTAL	260	241	228	61	61	49	4,26	3,94	4,65

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No tocante ao diagnóstico da unidade, destacamos os seguintes pontos:

ENVELHECIMENTO DA FROTA

Com o envelhecimento da frota houve a necessidade de ampliar os gastos com aquisição de peças, equipamentos e serviços de manutenção dos veículos. Em outubro de 2017, foram colocados em operação 04 (quatro) novos ônibus que podem contribuir com a redução da despesa com manutenção.

AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS

A empresa deflagrou processo licitatório para Registro de Preço de 04 (quatro) novos ônibus, tipo padron, com piso baixo, motor traseiro, câmbio automático, ar condicionado, rampa de acesso, e outros, para renovação da frota que atende às linhas da Esplanada dos Ministérios. O Pregão Eletrônico foi realizado no dia 16 de dezembro de 2016. Os veículos foram entregues no mês de setembro de 2017 e entraram em operação em outubro de 2017, proporcionando melhor atendimento aos usuários das linhas 108 e 108.3 (Rodoviária / Esplanada dos Ministérios / Pier 21).

PROJETO TURISMO CÍVICO

A TCB celebrou convênio em dezembro de 2016 com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal e com outros órgãos, no sentido de implementar o Projeto "Turismo Cívico", que tem como objetivo proporcionar o acesso de estudantes, crianças, adolescentes e idosos à visitação dos principais atrativos de Brasília com valores cívicos e patrióticos, proporcionando educação, cultura, turismo e cidadania. Para realização desse serviço, que teve o início, em caráter experimental, desde o mês de abril de 2016, a TCB disponibilizou um veículo, tipo micro-ônibus executivo, para execução do serviço. A execução desse projeto e o atendimento de outras demandas dos órgãos públicos do DF contribuíram para ampliação da quilometragem dos serviços de transportes especiais.

PROJETO EMBAIXADAS PORTAS ABERTAS

A TCB celebrou convênio em 2017, com a Secretaria de Educação e Assessoria Internacional para implantar o projeto denominado "Embaixadas de Portas Abertas", que é uma extensão do projeto turismo cívico da cidade e proporciona a alunos de 9 a 11 anos, visitas às 134 representações diplomáticas sediadas na capital brasileira para aprenderem sobre história, geografia, cultura e idioma de cada nação. As atividades fazem parte do programa Criança Candanga, conjunto de políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência em Brasília. As visitas são feitas às quintas-feiras, durante o ano letivo, por alunos selecionados pelas escolas.

AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS 100% ELÉTRICOS

A TCB está ultimando as providências para aquisição de ônibus 100% elétricos, para atender a demanda da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal. A empresa, cumprindo o seu papel institucional como empresa pública, realizará o experimento de operar ônibus dessa tecnologia, para servir de referência para as demais empresas do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal.

PROJETO MAIS ACESSÍVEL

A TCB está concluindo os estudos para implantar o Projeto denominado "Mais Acessível", conhecido em outras cidades como "Porta a Porta", que tem o objetivo de atender o deslocamento de pessoas com comprometimento severo de mobilidade, temporária ou permanente, em veículos adaptados, previsto no Programa Mão na Roda da Lei nº 4.317, de

9 de abril de 2009. O serviço "Mais Acessível" irá compreender trajetos regulares ou esporádicos no âmbito do Distrito Federal, com características e equipamentos diferenciados dos demais serviços de transporte, com a finalidade de atendimento de uma coletividade específica de usuários. A operação do Serviço "Mais Acessível" poderá ser terceirizada, com estimativa inicial de 20 (vinte) veículos, mas a gestão e a fiscalização do serviço serão de responsabilidade direta da TCB.

REDUÇÃO DO N.º DE PASSAGEIROS

Foi constatada no exercício de 2017 uma redução do nº de passageiros, pelas seguintes razões: crise econômica e redução do nº de passageiros que utilizam a linha do aeroporto devido à concorrência com os serviços de transportes privados realizados por aplicativos. Além disto, em janeiro de 2017, a DFTRANS reduziu o nº de veículos e viagens da linha 108. Outro ponto que contribuiu com a queda do n.º de passageiros foi a criação pela DFTRANS de uma nova linha, que tem o mesmo trajeto das linhas da TCB que atendem a Esplanada e o Eixo Monumental, operada por empresa concorrente.

LINHAS RURAIS

Registre-se que a TCB passou a operar, por decisão governamental e em caráter provisório, 03 (três) linhas rurais em 2017, utilizando 03 (três) ônibus, a fim de melhorar o atendimento aos usuários do Serviço Complementar Rural, notadamente nas áreas rurais de Planaltina e de São Sebastião, que estavam totalmente desassistidas com esse serviço. Contudo, tendo em vista que a quantidade de passageiros transportada nessas linhas rurais é muito baixa, bem como a redução em geral do n.º de passageiros mencionada anteriormente, houve redução do Índice de Passageiros por Quilometro - IPK de 2017, comparado ao exercício de 2016.

LINHA DO ZOOLÓGICO

A TCB iniciou em dezembro de 2017 a linha 108.1 que liga o Terminal da Asa Sul ao Zoológico, integrada ao Metrô, proporcionando que os usuários visitem o Zoológico. Trata-se de uma parceria com o Metrô de Brasília e o Zoológico que permitirá o uso do bilhete único para o trajeto até o Zoológico. Os passageiros que utilizarem a linha de ônibus desembarcarão dentro do zoológico e terão direto ao valor promocional de meia-entrada (R$5), além das gratuidades previstas por lei.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Registre-se que no decorrer do exercício de 2017 a TCB implantou a Sistema Registro de Preços para realização das suas compras, principalmente para reposição de peças e acessórios aplicados na manutenção da frota e de material de expediente. Tal medida contribui para reduzir as compras com dispensa de licitação na empresa.

OUTROS

Outras medidas também foram adotadas para melhoria das instalações físicas da garagem central, como a reforma dos banheiros da área de manutenção e do prédio administrativo e a aquisição de novo lavauto que se encontra em processo de instalação.

TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS – UO: 26.204

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal – foi criado pelo Decreto n° 8.043, de 19 de junho de 1984, sob a denominação de Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU, tendo como atribuições o planejamento, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos dos custos de serviços e dos níveis tarifários, a gestão, o controle e a fiscalização dos serviços públicos de passageiros, a administração e a operação de terminais.

Por meio da Lei n° 241, de 28 de fevereiro de 1992, o DMTU foi transformado em Autarquia, passando a ter personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira e relativa capacidade de gestão dos interesses a seu cargo.

Em 2003, por meio do Decreto n° 23.902, o DMTU teve sua denominação alterada para Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

O regimento interno do DFTRANS, aprovado pelo Decreto n.º 27.660, de 24 de janeiro de 2007, define como competência básica as seguintes funções de governo:

1. Planejar, gerir, os serviços de transporte coletivo, público e privado;
2. Planejar, gerir, a infraestrutura de apoio ao sistema de transporte público coletivo;
3. Executar políticas, programas e estudos definidos pela Secretaria de Estado de Transportes, referentes ao transporte público coletivo do Distrito Federal;
4. Cumprir e fazer cumprir a legislação referente aos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, bem como supervisionar a sua prestação;
5. Assegurar a estabilidade nas relações entre o Poder Público, concessionários, permissionários e usuários;
6. Assegurar a prestação adequada dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal quanto à qualidade, regularidade, eficiência, segurança, conforto e modicidade da tarifa;
7. Exigir o cumprimento de critérios e parâmetros operacionais, tecnológicos e demais normas e instrumentos, legalmente estabelecidos;
8. Assessorar a Secretaria de Estado de Transportes sempre que solicitada;
9. Elaborar e promover a aplicação de normas e procedimentos operacionais referentes ao funcionamento dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos e do Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
10. Gerir e operacionalizar o funcionamento da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos;
11. Gerir o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
12. Promover a eficiência técnica e econômica dos serviços de transporte público coletivo delegados, submetidos à sua competência de gestão;
13. Acompanhar o desempenho dos delegatários e demais contratados, tornando públicos os relatórios de atividades dos serviços prestados;
14. Celebrar convênios e contratos com entidades públicas ou privadas destinados à implementação de melhorias na prestação de serviços de transporte público coletivo no Distrito Federal;
15. Analisar e se manifestar sobre propostas de legislação e normas relativas ao controle, fiscalização e gestão dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal;

16. Estabelecer critérios para obter informações referentes aos delegatários e prestadores de serviços terceirizados;
17. Promover, quando necessário, a realização de auditoria técnico-operacional e econômico financeira nos delegatários;
18. Fixar normas complementares e disciplinares da prestação e utilização dos serviços de transporte público coletivo, determinando, inclusive, prazos para o cumprimento de obrigações;
19. Definir procedimentos dos elementos componentes do sistema de transporte coletivo do Distrito Federal;
20. Propor alterações em seu regimento interno;
21. Aplicar, na forma da lei, as sanções regulamentares ou penalidades para infrações previstas nos regulamentos e códigos disciplinares do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
22. Elaborar sua proposta orçamentária;
23. Promover a integração entre o DFTRANS, órgãos do Distrito Federal e entidades representativas da sociedade e empresarial, visando ações que promovam a melhoria do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
24. Relacionar-se com outros organismos públicos federais ou distritais no planejamento ou avaliação de planos, programas ou projetos de interesse do DFTRANS que envolvam participação comunitária;
25. Promover a gestão da qualidade dos serviços de transporte público coletivo e do atendimento prestados pelos delegatários e pelo DFTRANS;
26. Exercer outras atribuições correlatas às suas finalidades.

Cumpre destacar que as atividades de controle, fiscalização e auditoria do Sistema de Transporte do Distrito Federal, relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício do poder de polícia administrativa passaram a ser de competência exclusiva da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Mobilidade (Semob), mais especificamente da Subsecretaria de Auditoria, Fiscalização e Controle (Sufisa), desde a publicação do Decreto nº 35.253, de 20 de março de 2014.

Atualmente, diante da implementação, em 2017, de ações voltadas à elaboração do Planejamento Estratégico do DFtrans, as atividades desenvolvidas pela autarquia estão pautadas nos seguintes pilares organizacionais:



Relativamente aos Objetivos Estratégicos, sob as perspectivas da Sociedade, dos Processos Internos e Fortalecimento Institucional, tem-se os objetivos a seguir elencados, os quais foram espelhados no MAPA ESTRATÉGICO, conforme quadro abaixo.

Considerando a perspectiva da Sociedade:

- Modernizar o monitoramento do sistema de transporte público coletivo;
- Ampliar Acesso ao transporte público, e

- Promover a Participação Social;

Quanto à perspectiva dos Processos Internos:

- Aperfeiçoar os processos internos de gestão, e
- Otimizar a execução orçamentária

No que concerne à perspectiva do Fortalecimento Institucional:

- Adequar a infraestrutura;
- Promover a integração e sinergia;
- Valorizar as pessoas;
- Aprimorar a governança de TI, e
- Estimular práticas de sustentabilidade.



Desta forma, o DFTRANS busca garantir à população um transporte eficiente e seguro colocando em prática o direito de ir e vir do cidadão, com conforto e no menor tempo possível, por meio da gestão do STPC do DF. O enfoque é o usuário e o objetivo é ampliar o acesso ao transporte público do Distrito Federal para que a sociedade seja atendida satisfatoriamente, sempre tendo uma atenção particular com os idosos, pessoas com deficiências ou necessidades especiais e estudantes.

Para o período de 2016-2019, identificou-se a importância da consolidação da integração física, operacional e tarifária da mobilidade do DF, crucial para promoção da melhoria da qualidade do transporte público, ampliação de seu acesso à população e redução do tempo de deslocamento médio das viagens de transporte público coletivo.

Nesta linha e visando alcançar tais objetivos, no ano de 2017, o DFTRANS desenvolveu as seguintes atividades:

- **Lançamento do Bilhete Único**, implementado pelo GDF em setembro/2017, que já conta com cerca de 70.000 (setenta mil) usuários cadastrados, com a recarga de cartões pela internet e em 33 (trinta e três) postos presenciais de atendimento, e com a ampliação do tempo que os passageiros do STPC/DF possuem para utilizar a integração tarifária do transporte público para fazer até 3 (três) viagens com qualquer cartão disponibilizado pelo DFTRANS, de 2 (duas) horas para 3 (três) horas, uma reivindicação de moradores de regiões mais afastadas da área central de Brasília;

- **Avanço da biometria facial**, em quantitativo de mais de 700 (setecentas) câmeras instaladas acima dos validadores de cartões existentes nos veículos do transporte público do Distrito Federal, que captam imagens dos passageiros que passam pelas catracas e as comparam com as fotos cadastradas dos usuários dos cartões de gratuidade estudantil e de pessoas com deficiência, a fim de se evitar fraudes na concessão destes benefícios;
- **Reformulação da Rede de Transportes no DF**, mediante criação de 70 (setenta) linhas de ônibus em regiões administrativas como Brazlândia, Ceilândia, Guará, Paranoá, Riacho Fundo II e Santa Maria, e cerca de 1.700 (mil e setecentas) intervenções que atendem o transporte público, para melhoria da qualidade, bem como evitar o desequilíbrio econômico-financeiro do STPC/DF;
- **Ampliação do Serviço Noturno de Transporte Público do DF (Corujão)** mediante adequações de itinerários para linhas do serviço noturno que operam de Taguatinga Norte para Águas Claras, além de Paranoá, Planaltina e Riacho Fundo II.
- **Inauguração e entrega à população**, em conjunto com a Secretaria de Estado de Mobilidade (Semob), de 2 (duas) novas Estações do BRT - Vargem Bonita e Granja do Ipê; de 2 (dois) Terminais Rodoviários situados nas regiões administrativas de Samambaia Norte e Samambaia Sul, e da reforma dos Terminais do Núcleo Bandeirante e Planaltina, totalizando 44 (quarenta e quatro) terminais cuja operacionalização é do DFTrans.
- **Implementação de ações visando a implantação do Centro de Supervisão Operacional (CSO)**, parte integrante do Programa Circula Brasília - Projeto de Modernização do STPC, previsto para lançamento em janeiro de 2018.
- **Criação de um novo site para consulta de horários das linhas de ônibus do STPC/DF**, chamado "DF no Ponto" (https://www.sistemas.dftrans.df.gov.br/horarios/), com a implantação de consultas geoespaciais sobre rotas possíveis para integração entre o ponto de origem e o destino.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	20	79	13	52	164
Comissionados sem vínculo efetivo	14	0	9	0	23
Requisitados de órgãos do GDF	8	28	5	19	60
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	15	0	10	25
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	8	0	6	14
Terceirizados (FUNAP)	0	36	0	0	36
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	42	166	27	87	322
(-) Cedidos para outros órgãos	1	18	0	0	19
Total Geral	41	148	27	87	303

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**587.000,00**	**584.968,00**	**545.217,19**	**494.590,96**
8540 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	587.000,00	584.968,00	545.217,19	494.590,96
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**587.000,00**	**584.968,00**	**545.217,19**	**494.590,96**

Em decorrência do Contrato 10/2016 com a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, que visa assistir e ressocializar sentenciados pela justiça, o DFTrans atendeu uma média de 32 (trinta e duas) pessoas no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2017.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-INSTALAÇÃO DE QUADRO INFORMATIVO SOBRE INTINERÁRIOS NOS PONTOS DE ÔNIBUS - LEI 5.220/2013-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**5.000,00**	**0,57**	**0,00**	**0,00**
7910 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	5.000,00	0,57	0,00	0,00
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	**750.000,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- EM BRAZLÂNDIA-BRAZLÂNDIA	400.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- (DF-190/ÁGUA QUENTE)- RECANTO DAS EMAS	150.000,00	50.000,00	0,00	0,00
0005 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- NA RA-X- GUARÁ	170.000,00	0,00	0,00	0,00
2490 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	**12.452.602,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	12.452.602,00	0,00	0,00	0,00
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO-DE ENDEREÇAMENTO, INDICATIVA E DE UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1888 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE	**5.000,00**	**0,07**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	5.000,00	0,07	0,00	0,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
2522 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	**99.670.688,00**	**116.361.000,00**	**116.360.999,99**	**111.975.499,46**
0003 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC-RECOMPOR FAIXA-DISTRITO FEDERAL	99.670.688,00	116.361.000,00	116.360.999,99	111.975.499,46
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	**8.848.000,00**	**1.978.590,00**	**1.747.674,10**	**876.150,73**
0004 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-- PLANO PILOTO .	8.848.000,00	1.978.590,00	1.747.674,10	876.150,73
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS-- PLANO PILOTO .	10.000,00	1,00	0,00	0,00
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**30.000,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**
5880 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	0,26	0,00	0,00
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**50.000,00**	**0,13**	**0,00**	**0,00**
6184 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,13	0,00	0,00

4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	**14.577.000,00**	**8.271.593,38**	**8.091.925,50**	**7.691.167,81**
0003 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	14.577.000,00	8.271.593,38	8.091.925,50	7.691.167,81
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	**12.320.000,00**	**20.250.529,00**	**18.238.148,22**	**18.072.434,16**
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA--DISTRITO FEDERAL	12.320.000,00	20.250.529,00	18.238.148,22	18.072.434,16
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**50.000,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**
5748 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-REALIZAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,26	0,00	0,00
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	**60.407.989,00**	**434.101.256,00**	**427.279.680,13**	**422.534.232,57**
0004 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-ESTUDANTIL-DISTRITO FEDERAL	33.507.989,00	320.510.568,00	315.851.569,18	313.168.644,16
0005 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS-DISTRITO FEDERAL	26.900.000,00	113.590.688,00	111.428.110,95	109.365.588,41
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	**660.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS-REFORMA DA RODOVIÁRIA DE BRAZLÂNDIA-REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA	660.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**210.116.279,00**	**581.042.972,67**	**571.718.427,94**	**561.149.484,73**

Características do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal



Visando uma explanação sobre o funcionamento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), inicialmente informa-se que o STPC/DF é dividido em dois serviços:

- Serviço Básico (SB): compreende os ônibus convencionais, o Metrô-DF e o Expresso-DF.
- Complementares: Rural (SCR), Executivo (STCEE), Transporte de Vizinhança (SCV).

Compõem o Serviço Básico (SB) cinco bacias, que definem a operação dos ônibus convencionais:

- Bacia 01 - Viação Piracicabana - Brasília, Cruzeiro, Lago, Norte, Varjão, Sobradinho e Planaltina;
- Bacia 02 - Viação Pioneira - Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Gama, Santa Maria, Park Way ao longo da Epia e Candangolândia;
- Bacia 03 - Urbi Mobilidade Urbana - Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I e II, Recanto das Emas e Samambaia;
- Bacia 04 - Auto Viação Marechal - Guará, Park Way de Arniqueiras, Águas Claras, Taguatinga (ao sul da Hélio Prates) e Ceilândia;
- Bacia 05 - Expresso São José - Sia, Saan, Sof Norte, Vila Estrutural, Vicente Pires, Taguatinga (ao norte da Hélio Prates – M Norte), Ceilândia Norte e Brazlândia.

Além destas operadoras, existe também a TCB, empresa pública que opera na região central do Plano Piloto, e ainda, cooperativas responsáveis pelas linhas alimentadoras do sistema que operam nas cidades satélites, são elas:

- Coobrataete;
- Cootarde;
- Coopertran;
- Coopatag.

O Serviço Básico compreende linhas do modo rodoviário (Decreto nº 26.501/05), que é o mais importante e significativo do STPC/DF, e do modo metroviário (Decreto nº 26.516/05).

O modo rodoviário utiliza veículos do tipo micro-ônibus, convencional, alongado, padrão e articulado, num total de 2.921 veículos alocados, e é composto de 860 linhas que, segundo suas características, são classificadas em:

- Metropolitana 1 (Ligação Curta):
  - Cidade-Satélite / Plano Piloto.
- Metropolitana 2 (Ligação Longa):
  - Cidade-Satélite / Plano Piloto.
- Metropolitana 3 (Ligação Intermediária):
  - Cidade-Satélite / Cidade-Satélite;
  - Cidade-Satélite / Plano Piloto.
- Urbana 1 (Circular Curta):
  - Cidade-Satélite e Plano Piloto.
- Urbana 2 (Circular Longa):
  - Cidade-Satélite e Plano Piloto.
- Urbana 3 (Circular Interna):
  - Cidade-Satélite.

O Serviço Complementar Rural (Decreto nº 29.735/08), por sua vez, é composto por uma frota alocada de 132 veículos, para operar 74 linhas com 30 permissionários cadastrados. O serviço é executado por operadores autônomos, conforme previsto na Lei n.º 407/1993.
O Serviço Complementar Executivo (Decreto nº 32.888/11, Decreto nº 34.103/13 e Resolução nº 4.736/10) é operado pela Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília LTDA – TCB em 3 linhas, com uma frota alocada de 3 veículos.

Dados operacionais do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal
As tarifas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal são divididas em duas: Urbanas e Metropolitanas, com os seguintes valores:

- Urbana 1 (local curta) - R$ 2,50
- Urbana 2 (local longa) - R$ 3,50
- Urbana 3 (cooperativas) - R$ 2,50
- Metropolitana 1 (ligação entre satélites próximas) - R$ 3,50
- Metropolitana 2 (ligação entre satélites distantes e/ou para o Plano Piloto - R$ 5,00
- Metropolitana 3 (Metropolitana 1 promocional) - R$ 3,50
- Rural 1 – R$ 3,50
- Rural 2 – R$ 3,50
- Rural 3 – R$ 5,00
- Rural 4 – R$ 3,50
- Executivo TCB (linha 113) – R$ 12,00

As atividades realizadas no exercício de 2017 referentes ao controle econômico-financeiro do STPC/DF basearam-se:

- No cálculo diário dos valores a repassar às concessionárias;
- No controle da diferença entre os valores da tarifa técnica e da tarifa usuário, para permitir o cálculo do subsídio repassado pelo GDF;
- Na realização de estudos para o Reajuste das Tarifas Técnicas das operadoras concessionárias;
- No acompanhamento dos indicadores econômicos;

- Na prestação de contas mensal, relativos aos repasses dos subsídios dos Programas Passe para Portadores de Necessidades Especiais - PNE e Passe Livre Estudantil – PLE;
- Na realização de estudos dos custos por quilômetro e efetivo total das operadoras, a partir do cálculo dos coeficientes básicos de consumo e parâmetros operacionais;
- No acompanhamento dos dados operacionais tais como demanda, quilometragem e IPK das operadoras;
- Na determinação da tarifa usuário média e da tarifa técnica média por mês, das operadoras;
- No estudo dos custos por quilômetro relativo ao transporte de estudantes e pessoas com deficiência (PNE porta a porta).

Conforme Decreto no 33.559/2014 e Instrução nº 150/2015, o DFTRANS tem a responsabilidade de apurar os valores relativos ao repasse do complemento tarifário, referente à diferença das tarifas técnicas e usuário, totalizando em 2017, o montante de R$ 147.277.353,80 (cento e quarenta e sete milhões, duzentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).

A apuração dos valores relativos aos repasses dos cartões Cidadão e Vale Transporte – VT das operadoras do STPC/DF foram, respectivamente, R$ 107.594.174,17 (cento e sete milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e dezessete centavos) e R$ 277.700.196,40 (duzentos e setenta e sete milhões, setecentos mil, cento e noventa e seis reais e quarenta centavos).

O DFTRANS também procedeu à apuração dos valores no exercício de 2017 relativos aos subsídios Passe Livre para Portadores de Necessidades Especiais – PNE e Passe Livre Estudantil – PLE das operadoras do STPC/DF, sendo os seguintes valores apurados: PLE: R$ 251.739.268,95 (duzentos e cinquenta e um milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos) e PNE: R$ 91.265.918,48 (noventa e um milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos).

Com esse montante foram beneficiados uma média mensal de 197.301 (cento e noventa sete mil, trezentos um) alunos com o Passe Livre Estudantil – PLE e 45.802 (quarenta e cinco mil, oitocentos e duas) pessoas Portadoras de Necessidades Especiais – PNE.

Para a apuração dos subsídios PNE e PLE, foram realizados estudos técnicos-jurídicos da readequação das Instruções nº 90/2015 e nº 91/2015, assim como a elaboração de fluxograma dos procedimentos que envolvem as atividades inerentes a estas instruções.

O DFTRANS elaborou também diversos estudos, visando o aprimoramento de suas ações:
- Custos por quilômetro das cooperativas/permissionárias do STPC/DF;
- Simulação da redução dos subsídios (complemento tarifário, PLE e PNE) com a publicação do Decreto nº 37.940/2016;
- Acompanhamento dos acessos (PLE e PNE), visando a detecção de variações elevadas;
- Acompanhamento dos indicadores econômicos relativos à constituição da fórmula paramétrica prevista nos Contratos de Concessão do STPC/DF.

Alterações Operacionais no Sistema de Transporte Público do Distrito Federal
No exercício de 2017, foram atendidas solicitações para sinalização de paradas de ônibus, bem como para implantação de abrigos, resultando na:

- Implantação de 67 (sessenta e sete) placas de sinalização de ponto de ônibus, aumento de 191% (cento e noventa e um por cento) em relação ao exercício de 2016, com 23 (vinte e três) placas de sinalização;
- Implantação de 37 (trinta e sete) abrigos de passageiros de ônibus, aumento de 37% (trinta e sete por cento) em relação ao exercício de 2016, com 27 (vinte e sete) abrigos de passageiros de ônibus;
- Construção de 50 (cinquenta) baias / recuo para parada de ônibus.

Nº	Região Administrativa	Implantação de Placas de Sinalização	Implantação de Abrigos de Passageiros de Ônibus	Construção de Baia
1	Águas Claras	4	1	
2	Brasília	15	32	46
3	Brazlândia			
4	Candangolândia			
5	Ceilândia			
6	Cruzeiro			

7	Fercal			
8	Gama			
9	Guará			
10	Itapoã			
11	Jardim Botânico	2	2	
12	Lago Norte			2
13	Lago Sul			
14	Núcleo Bandeirante			
15	Paranoá	16		
16	Park Way	4		
17	Planaltina			
18	Recanto das Emas			
19	Riacho Fundo I			
20	Riacho Fundo II	14		
21	Samambaia	8		
22	Santa Maria			
23	São Sebastião	4		
24	Setor Compl. Indústria e Abastecimento			
25	Setor de Indústria			
26	Setor Sudoeste / Octogonal			
27	Sobradinho I		2	2
28	Sobradinho II			
29	Taguatinga			
30	Varjão			
31	Vicente Pires			
Total		**67**	**37**	**50**

Com a implantação do Bilhete Único, foram ampliados os locais que servem como ponto de cadastro para aquisição do cartão utilizado no sistema e os locais que servem como ponto de recarga para compra de créditos para uso no transporte público do DF, conforme abaixo:

PONTOS DE CADASTRO				
Nº	**Posto**	**Endereço**	**Referência**	**Horários de funcionamento**
1	Estação Central (Metrô)	Estação Central do Metrô, subsolo da Rodoviária do Plano Piloto	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 19h30
2	Rodoviária do Plano Piloto	Rodoviária do Plano Piloto, subsolo – lojas 08/10		Domingo a domingo das 5h às 22h
3	Galeria dos Estados	Galeria – lojas 01/07 – Setor Comercial Sul – Brasília – DF		Segunda a sexta das 8h às 18h

4	Estação Galeria (Metrô)	Galeria dos Estados – subsolo	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 19h30
5	Estação 112 Sul (Metrô)	SHCS 112 Sul – Plano Piloto	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 15h
6	Estação Shopping (Metrô)	SPO Trecho 3 (próximo ao ParkShopping) – Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 15h
7	Estação Guará (Metrô)	Guará I QE 22 – Guará, Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 15h
8	Estação Águas Claras (Metrô)	Av. Pau Brasil – Águas Claras	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 19h30
9	Estação Praça do Relógio (Metrô)	St. Central – Taguatinga, Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 19h30
10	Rodoviária de Taguatinga	Avenida Elmo Serejo Taguatinga, DF (ao lado do Estádio Elmo Serejo)		Segunda a sexta das 8h às 18h
11	Estação Ceilândia Centro (Metrô)	St. N. CNN 2 – Ceilândia, Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 15h
12	Estação Ceilândia Terminal (Metrô)	St. N QNN 07/23 – Ceilândia	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 15h
13	Estação Taguatinga Sul (Metrô)	St. D Sul – Taguatinga	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 15h
14	Estação Furnas (Metrô)	Área Especial, 120 - 122 – Samambaia Sul	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 19h30
15	Estação Samambaia (Metrô)	Área Especial, 1ª Avenida Sul Centro Urbano – Samambaia Sul	Bilheteria	Segunda a sexta das 6h às 9h30 e das 12h às 15h
16	Terminal Gama (BRT)	Rodovia 480 – Terminal Expresso DF – Saída Sul – Gama	Bilheteria	Domingo a domingo das 5h às 22h
17	Terminal Santa Maria (BRT)	QR 119, Terminal Expresso DF, BR 040, Santa Maria	Bilheteria	Domingo a domingo das 5h às 22h
18	Rodoviária de Sobradinho	Qd. Central, conj. L, Terminal Rodoviário, loja 09, Sobradinho I		Segunda a sexta das 8h às 18h
19	Rodoviária de Planaltina	Terminal Rodoviário de Planaltina SHD – AV W 2 Setor Administrativo – Planaltina		Segunda a sexta das 8h às 18h
20	Terminal Veredas	Setor Veredas – Praça Central – lote 1 – Brazlândia		Segunda a sexta das 8h às 18h

PONTOS DE RECARGA				
Nº	**Posto**	**Endereço**	**Referência**	**Horários de funcionamento**
1	Rodoviária do Plano Piloto	Rodoviária do Plano Piloto, subsolo – lojas 08/10		Domingo a domingo das 5h às 22h
2	Estação Central (Metrô)	Bilheteria da Estação Central do Metrô, subsolo da Rodoviária do Plano Piloto	Bilheteria	Segunda a sábado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h

3	BRT – Rod. do Plano Piloto	Plataforma Térreo da Rodoviária do Plano Piloto, em frente as catracas do BRT	Bilheteria	Segunda a sexta das 9h às 19h
4	Estação Galeria (Metrô)	Estação Galeria – subsolo	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
5	Estação 102 Sul (Metrô)	SHCS 102 Sul – Asa Sul – SHCS, Brasília – DF, 70330-500	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
6	Estação 108 Sul (Metrô)	SHCS 108 Sul – Asa Sul, Brasília – DF, 70200-050	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
7	Estação 112 Sul (Metrô)	SHCS 112 – Asa Sul, Brasília-DF, 70375-000	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
8	Estação 114 Sul (Metrô)	SHCS 114 Sul – Asa Sul, Brasília – DF, 70200-001	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
9	Estação Terminal Asa Sul (Metrô)	SPO – Asa Sul, Brasília – DF, 70200-002	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
10	Estação Shopping (Metrô)	SPO Trecho 3 (próximo ao ParkShopping) – Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
11	Estação Feira (Metrô)	Guará II QE 25 – Guará, Brasília – DF, 71025-100	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
12	Estação Guará (Metrô)	Guará I QE 22 – Guará, Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
13	Estação Arniqueiras (Metrô)	AE – entre a Rua 9 e 11 Sul, Av. Parque Águas Claras – Águas Claras, Brasília – DF, 71936-250	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
14	Estação Águas Claras (Metrô)	Av. Pau Brasil – Águas Claras	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
15	Estação Concessionárias (Metrô)	Águas Claras, Brasília – DF, 70297-400	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
16	Estação Praça do Relógio (Metrô)	St. Central – Taguatinga, Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
17	Rodoviária de Taguatinga	Avenida Elmo Serejo Taguatinga, DF (ao lado do Estádio Elmo Serejo)		Segunda a sexta das 8h às 18h
18	Estação Centro Metropolitano (Metrô)	Via Estádio – Taguatinga, Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
19	Estação Ceilândia Sul (Metrô)	St. N QNN 16 – Ceilândia, Brasília – DF, 72220-080	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h

20	Estações Guariroba (Metrô)	St. N QNN 14 – Ceilândia, Brasília – DF, 72215-065	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
21	Estação Ceilândia Centro (Metrô)	St. N. CNN 2 – Ceilândia, Brasília – DF	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
22	Estações Ceilândia Norte (Metrô)	St. N QNN 13 – Ceilândia, Brasília – DF, 72225-042	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
23	Estação Ceilândia Terminal (Metrô)	St. N QNN 07/23 – Ceilândia	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
24	Estação Taguatinga Sul (Metrô)	St. D Sul – Taguatinga	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
25	Estação Furnas (Metrô)	Área Especial, 120-122 – Samambaia Sul	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
26	Estação Samambaia Sul (Metrô)	QR 112 Conjunto 5 – Samambaia Sul, Brasília – DF, 72302-540	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
27	Estação Samambaia (Metrô)	Área Especial, 1ª Avenida Sul Centro Urbano – Samambaia Sul	Bilheteria	Segunda a sabado das 6h às 23h30 e no domingo das 7h às 19h
28	Terminal Park Way (BRT)	SMPW – Núcleo Bandeirante, Brasília – DF, 70297-400	Bilheteria	Domingo a domingo das 5h às 22h
29	Terminal Gama (BRT)	Rodovia 480 – Terminal Expresso DF – Saída Sul – Gama	Bilheteria	Domingo a domingo das 5h às 22h
30	Terminal Santa Maria (BRT)	QR 119, Terminal Expresso DF, BR 040, Santa Maria	Bilheteria	Domingo a domingo das 5h às 22h
31	Rodoviária de Sobradinho	Qd. Central, conj. L, Terminal Rodoviário, loja 09, Sobradinho I		Segunda a sexta das 8h às 18h
32	Rodoviária de Planaltina	Terminal Rodoviário de Planaltina SHD – AV W 2 Setor Administrativo – Planaltina		Segunda a sexta das 8h às 18h
33	Terminal Veredas	Setor Veredas – Praça Central – lote 1 – Brazlândia		Segunda a sexta das 8h às 18h

Reformulação da Rede de Transportes no DF, mediante criação, alteração e reativação de Linhas para atender a Demanda por Transporte Público no DF

O DFTRANS promoveu a criação de 70 (setenta) linhas de ônibus em regiões administrativas como Brazlândia, Ceilândia, Guará, Paranoá, Riacho Fundo II e Santa Maria, após análise da quantidade de pessoas e dos itinerários na região que receberá os novos veículos.

Mas como a criação de novas linhas não é a única alternativa para a atender a comunidade do Distrito Federal, o DFTRANS promoveu ajustes de itinerários, horários e outros, totalizando cerca de 1.700 (mil e setecentos), conforme necessidades locais, para melhoria da qualidade bem como para evitar o desequilíbrio econômico/financeiro do STPC/DF. Também ocorreu a reativação de 6 (seis) linhas ao longo de 2017.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1732 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DFTRANS	25	%	-		75	0	85	100	DFTRANS/UO 26204/OE 5
Justificativa: 2017 - Devido a suspensão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF do procedimento de licitação para construção de abrigos para passageiros de ônibus, o cumprimento desta meta ficou comprometido neste exercício. Como em janeiro de 2018 houve a liberação para continuidade deste projeto, há a expectativa de implantação de 500 abrigos referente ao Programa Circula Brasília.									
1720 - NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	0	UNIDADE	-		31.988.000	347.011.239	32.947.640	33.936.069	DFTRANS/UO 26204/ OE 1
Justificativa: 2017 - Devido ao aumento das tarifas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, o número de passageiros teve uma diminuição de 374.431.794 pessoas em 2016 para 347.011.239 pessoas em 2017.									
1721 - NÚMERO DE PESSOAS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO	0	UNIDADE	-		3.358.000	37.239.241	3.458.740	3.562.502	DFTRANS/UO 26204/OE 1
Justificativa: 2017 - A implantação do Bilhete Único em 2017 colaborou para o crescimento de 4,41% no número de passageiros que utilizam a integração no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.									
1722 - NÚMERO DE PESSOAS TRANSPORTADAS NAS LINHAS DO SISTEMA BRT	0	UNIDADE	-		617.000	27.970.269	635.510	654.575	DFTRANS
Justificativa: 2017 - O número de pessoas transportadas no BRT teve uma diminuição de 4,11% em relação ao índice alcançado no exercício anterior, de 29.169.709 em 2016 para 27.970.629 em 2017.									
1652 - TAXA DE CRESCIMENTO DE USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO - RODOVIÁRIO		%	-	1,03	0,5	-7,32	1	1,5	DFTRANS / UO 26204 / OE 1
Justificativa: 2016 - Foram empreendidas diversas ações que tornaram os serviços de transporte mais atrativos, com a implantação de novos serviços (criação de linhas), com combate à pirataria e com o incentivo ao uso do Sistema Integrado. 2017 - Mesmo com a criação de linhas e a adaptação de linhas existentes, a taxa de crescimento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF teve uma diminuição em relação ao exercício anterior.									
1723 - ÍNDICE DE PASSAGEIROS POR QUILÔMETRO	0	PASSAGEIRO/KM	-		1,50	1,2624	1,545	1,591	DFTRANS/UO 26204/OE 1
Justificativa: 2017 - O Índice de Passageiros por Quilômetro - IPK teve uma diminuição de 5,30% em relação ao exercício anterior.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**250.000,00**	**250.000,00**	**15.845,56**	**15.845,56**
6167 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DFTRANS-PLANO PILOTO .	250.000,00	250.000,00	15.845,56	15.845,56
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**9.610.000,00**	**5.700.001,00**	**5.584.295,29**	**5.584.295,29**
0010 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	9.610.000,00	5.700.001,00	5.584.295,29	5.584.295,29
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
0025 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**680.000,00**	**1.082.223,76**	**842.193,82**	**726.311,65**
0055 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DFTRANS- PLANO PILOTO .	680.000,00	1.082.223,76	842.193,82	726.311,65
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**10.590.000,00**	**7.082.224,76**	**6.442.334,67**	**6.326.452,50**

Em 2017, o DFTRANS realizou a quitação de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), o recolhimento para o PIS/PASEP dos servidores e os ressarcimentos referente a requisição de servidores cedidos de outros Órgãos.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**23.705.491,00**	**23.920.991,00**	**23.788.030,14**	**23.788.030,14**
0080 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DFTRANS-PLANO PILOTO .	23.705.491,00	23.920.991,00	23.788.030,14	23.788.030,14
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**1.223.601,00**	**1.059.601,00**	**900.249,19**	**900.249,19**
0072 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DFTRANS- PLANO PILOTO .	1.223.601,00	1.059.601,00	900.249,19	900.249,19
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**21.427.550,00**	**6.650.190,11**	**6.514.304,88**	**5.946.568,34**
0076 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DFTRANS- PLANO PILOTO .	21.427.550,00	6.650.190,11	6.514.304,88	5.946.568,34
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
2496 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	10.000,00	1,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**1.000.000,00**	**1.505.105,00**	**1.502.007,93**	**1.418.422,44**
2631 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	1.000.000,00	1.505.105,00	1.502.007,93	1.418.422,44
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**50.000,00**	**9.479,00**	**0,00**	**0,00**
0083 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DFTRANS-PLANO PILOTO .	50.000,00	9.479,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**105.000,00**	**105.000,00**	**101.450,30**	**85.464,30**
0025 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - DFTRANS- PLANO PILOTO .	105.000,00	105.000,00	101.450,30	85.464,30
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**50.000,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**
5302 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,26	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
9745 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DFTRANS- PLANO PILOTO .	50.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**47.621.642,00**	**33.250.368,37**	**32.806.042,44**	**32.138.734,41**

Em 2017, ao todo 53 (cinquenta e três) servidores do DFTRANS foram capacitados, considerando as respectivas inscrições junto a 159 cursos presenciais e/ou online.

Por outro lado, o DFTRANS promoveu, em parceria com outros órgãos da administração, a realização de palestras, seminários e workshops sobre: Sistema Eletrônico de Informações – SEI (SEPLAG/DF), planejamento estratégico (DFTRANS), gestão de riscos e programa de integridade (CGDF), assédio moral no serviço público (Procuradoria do Trabalho), dentre outros.

Na área de Tecnologia da Informação, foi criado um novo site para consulta de horários das linhas de ônibus do STPC/DF, chamado DF no Ponto (https://www.sistemas.dftrans.df.gov.br/horarios/), com a implantação de consultas geoespaciais sobre rotas possíveis para integração entre o ponto de origem e o destino.

Por outro lado, o DFTRANS colaborou com a Organização das Nações Unidas – ONU, realizando a entrega dos dados relativos ao Indicador do Milênio 11.2.1, que indica o percentual da

população que tem acesso conveniente ao transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência.

E ainda, com o intuito de aprofundar o entendimento do impacto da integração no transporte público no Distrito Federal e auxiliar o desenvolvimento do sistema direcionado para realização da repartição tarifária correta que cada empresa deve receber, foi feito o mapeamento das empresas que foram mais beneficiadas com a implantação da integração no DF, considerando o tempo de deslocamento, o tipo de acesso utilizado pelos usuários ao sistema de bilhetagem e as verificações de interseções ou não entre as possíveis integrações existentes, o que colaborou, inclusive, para a detecção de fraudes no sistema de bilhetagem através dos acessos, das linhas de utilização e dos validadores existentes nas respectivas linhas.

Salienta-se o desenvolvimento do sistema para automatizar os pedidos de estudantes beneficiários de gratuidade acerca da utilização ou do aumento na quantidade de viagens por mês a partir do georreferenciamento de seus dados cadastrais, ou seja, a informação disponibilizada do CEP de moradia do aluno e da escola geram cruzamentos que indicam sobre o direito ou não de uso do Passe Livre Estudantil – PLE e sobre a possibilidade de aumento ou não das passagens mensais.

Foram realizados um total de 11 (onze) Pregões Eletrônicos, dentre os mais relevantes o apoio operacional ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, aquisição de cartões inteligentes (Smart Card Contacless), instalação e remoção de vidros nas estações e terminais do BRT do Distrito Federal.

Foram firmados em 2017 um total de 19 contratos, dentre eles prestação de serviços de transportes de valores, fornecimento de energia elétrica de alta tensão aos Terminais do BRT no Gama e em Santa Maria, aquisição de ribbons e kits de limpeza para impressora de cartão PVC para impressão dos cartões do STPC/DF.

Houve contratação do DFTRANS para fornecimento de vale transporte – VT no exercício de 2017 pelos seguintes contratantes: Representação do Estado do Tocantins; Secretaria de Estado da Criança; CEB Distribuição S.A. e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).

Foram realizadas 26 (vinte e seis) transferências de materiais ociosos e/ou com baixo consumo do almoxarifado do DFTRANS para diversos órgãos do GDF, gerando uma economia de R$ 18.155,70 (dezoito mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta centavos) para estes órgãos. Também houve 17 (dezessete) transferências de materiais que o DFTRANS não possuía em estoque, de diversos órgãos do GDF, com economia de R$ 72.621,97 (setenta e dois mil, seiscentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos).

No exercício financeiro de 2017 foram realizadas diversas pesquisas de preço com o objetivo de propiciar a renovação contratual dos seguintes objetos:

- Aquisição de combustíveis;
- Fundo de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP;
- Serviços postais – CORREIOS;
- Serviços telefônicos;
- Serviços de secretariado e recepção;
- Serviços de vigilância;
- Serviços de operador de bilhetagem;
- Ferramenta de pesquisa de preços;
- Publicação em jornal de grande circulação;
- Manutenção de ar condicionado;
- Manutenção do elevador

- Locação de impressoras;
- Boletos de cobrança – BRB;
- Aquisição de bobinas de papel;
- Construção de abrigos para ônibus;
- Reforma dos Terminais Rodoviários.

Também foram elaborados o projeto básico e o termo de referência das seguintes aquisições e serviços necessários em 2017:

- Serviços de dedetização;
- Serviços de limpeza;
- Aquisição de ar condicionado;
- Aquisição de materiais para reforma de telhado;
- Aquisição de materiais para manutenção predial;
- Aquisição de bebedouros;
- Aquisição de contêineres;
- Aquisição de baterias para nobreak.

Cabe destacar que 2017 representa a implantação dos seguintes sistemas eletrônicos que afetam cotidiano diário de trabalho no âmbito do DFTRANS:

- Sistema de Registro Eletrônico de Frequência – SISREF, com a instalação de 8 (oito) relógios de ponto eletrônico, aquisição de sistema de gestão de frequência eletrônica, treinamento da equipe responsável pela gestão, publicação de instrução normativa acerca do tema e cadastro das digitais de todos os servidores da autarquia;
- Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com a realização de diagnóstico das necessidades para a sua implantação, seleção dos membros do comitê gestor, indicação de multiplicadores, criação de cronograma de capacitação à distância e apresentação de resultados, cuja implantação plena foi bastante elogiada no âmbito do GDF.

É importante frisar o levantamento realizado com vistas à possibilidade de contratação de novos servidores para reforçar o quadro funcional da autarquia. Um estudo minucioso elaborado com a colaboração de todas as unidades existentes no DFTRANS acerca da realização de concurso público do DFTRANS, com foco quantitativo e qualitativo, tendo identificado até o momento a necessidade de 108 (cento e oito) novos servidores.

Campanhas de Comunicação com os Usuários

Tendo em vista informar à população do DF sobre as inovações no transporte público, foram elaborados por este DFTRANS materiais gráficos realizados juntamente com a Secretaria de Publicidade do Distrito Federal, além de fotos publicadas pelo site Agência Brasília, portal oficial de notícias do Governo do Distrito Federal (https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/), tais como:


BRASÍLIA CIDADÃ
GENTILEZA no transporte COLETIVO
Faça a sua parte para garantir seus direitos.
Trate o outro como você gostaria de ser tratado.
Gentileza. Esse é o caminho.
DFTRANS
GOVERNO DE BRASÍLIA


GENTILEZA no transporte COLETIVO
MOBILIDADE e GENTILEZA
Manual do Rodoviário
DFTRANS
GOVERNO DE BRASÍLIA


GENTILEZA no transporte COLETIVO
MOBILIDADE e GENTILEZA
Manual do usuário de ônibus
DFTRANS
GOVERNO DE BRASÍLIA


SETORES QUE PRESTAM SERVIÇO AO CIDADÃO
GENTILEZA no transporte COLETIVO
Faça sua parte para garantir seus direitos.
Trate o outro como você gostaria de ser tratado.
DFTRANS
GOVERNO DE BRASÍLIA


MOBILIDADE e GENTILEZA
CERTIFICADO
Embaixador da Gentileza
Certificamos que _____
foi agraciado com o título de EMBAIXADOR DA GENTILEZA,
por meio do concurso Motorista e Cobrador mais Gentil de 2017,
promovido pelo Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS.
DFTRANS
GOVERNO DE BRASÍLIA


MOBILIDADE e GENTILEZA
Premiação do Concurso
Motorista e Cobrador mais Gentil do DF
DFTRANS
GOVERNO DE BRASÍLIA


SCIE
Sistema de Cadastro das Instituições de Ensino
Passe Livre Estudantil.
Atenção, gestor de instituição particular
Clique aqui para enviar sua lista de estudantes
DFTRANS
GOVERNO DE BRASÍLIA


CEILÂNDIA
Alteração das linhas 0.963 e 963.1
Estas linhas foram unificadas, de forma que apenas ficará em operação a linhas 963.1, ou seja, as viagens da linha 0.963 passarão a ser operacionalizadas pela linha 963.1, atendendo tanto o Núcleo Rural Boa Esperança, quanto o Clube dos Rodoviários e o SIA-Ceilândia.
Agora teremos apenas a linha 963.1 com sentido de ida e volta, sem redução de viagens


Setor "P" Sul/Taguacenter
(Via Av. das Palmeiras)
Criação da linha circular 933.4
A partir do dia 08/05 (segunda-feira), os moradores do Trecho 01 do Sol Nascente ganham uma nova linha circular que sairá do Terminal "P" Sul e irá até o Taguacenter. A tarifa será R$2,50. Confira o itinerário e os horários.


761.1
PARANOÁ
CONDOMÍNIOS LA FONT, NOVO HORIZONTE E ENTRE LAGOS/ RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO (PONTE JK)
IDA
VOLTA
IDA : Condomínios La Font, Novo Horizonte e Entre Lagos/ Rodoviária do Plano Piloto (Ponte JK)
04:50 05:20 05:50 06:04 06:30 07:10 08:10 09:14 10:18 11:22 12:26
13:30 14:34 15:40 19:10 21:10
VOLTA: Rodoviária do Plano Piloto (Ponte JK)/ Condomínios La Font, Novo Horizonte e Entre Lagos
06:40 07:38 09:14 10:18 11:22 12:26 13:30 14:34 15:40 16:45 17:10
17:40 18:00 18:20 18:40 20:10 22:10
Melhor atendimento aos usuários do transporte público


LINHAS 190.2 e 190.3
PARANOÁ / CAFÉ SEM TROCO / SÃO SEBASTIÃO
Alteração das linhas para um melhor atendimento
A partir do dia 02/10/2017 as linhas 190.2 e 190.3 terão alterações para melhor atender a população do Café sem Troco.
A Linha 190.2 passará a ter os seguintes horários:
Sentido Paranoá / São Sebastião: 05h50 e 15h10.
Sentido São Sebastião / Paranoá: 07h30 e 16h15.
A Linha 190.3 que fazia o retorno na interseção da DF 130/DF 260, passará a retornar na interseção DF 110/ DF 355, atendendo a comunidade Quebrada dos Cuiabanos
linha 190.2
linha 190.3
Melhor atendimento aos usuários do transporte público


183.8
SÃO SEBASTIÃO / MORRO DA CRUZ
A partir da próxima segunda-feira (14), a comunidade do Morro da Cruz (Av. Central) vai contar com a linha circular 183.8, da Viação Pioneira, que vai cumprir o itinerário Terminal São Sebastião/Morro da Cruz (Av. Central)/Terminal São Sebastião.
O minibus da linha circular 183.8 vai operar em intervalos de 30 minutos, de segunda a sexta das 6h às 7h30, das 11h30 às 12h30 e das 17h às 18h30.
Melhor atendimento aos usuários do transporte público


AMPLIAÇÃO DE VIAGENS
180.2
Jardins Mangueiral/ Rodoviária do Plano Piloto
Nos horários de pico, o intervalo entre as viagens passará de 1h minutos para 30 minutos. Das 10h57 às 13h45, o intervalo passará de 21 minutos para 14 minutos.
Intervalos de 30 minutos
das 8h40 às 7h20
das 17h às 18h
Intervalos de 14 minutos
das 10h57 às 13h45


3304
2303
SANTA MARIA
ALTERAÇÃO DE ITINERÁRIO DA LINHA 3304
e AMPLIAÇÃO DA LINHA 2303
linha 3304
Melhor atendimento aos usuários do transporte público


3308
SANTA MARIA
Os usuários do transporte público coletivo de Santa Maria terão, a partir desta segunda-feira (27), uma nova linha de ônibus. A linha 3308 sairá do Terminal de Integração do BRT e irá até o Porto Seco, passando pela Avenida Alagados e pela DF 290.
A linha funcionará de segunda a sexta-feira, saindo do Terminal de Integração do BRT em seis horários: 5h40, 6h10, 11h50, 12h20, 17h e 17h30. No sábado, a linha fará duas viagens: 6h10 e 12h10. A tarifa será de R$2,50.
Melhor atendimento aos usuários do transporte público


3301
3303
SANTA MARIA
ATENÇÃO MORADORES DO CONDOMÍNIO PORTO RICO
A partir do dia 27/03 (segunda), a região passará a ser atendida pela linha 3301 ao invés da linha e 3303.
OBS: Os demais setores atendidos por estas linhas não serão alterados.
Melhor atendimento aos usuários do transporte público


3314
3315
SANTA MARIA
CRIAÇÃO DAS LINHAS 3314 e 3315
linha 3314
linha 3315
Melhor atendimento aos usuários do transporte público


271.3 e
251.7
MUDANÇA NA OPERAÇÃO
DE ÔNIBUS NO GAMA
Plano emergencial garante o funcionamento das linhas 271.3 e 251.7
Linha 271.3 - Avenida Santa Maria/Condomínio Porto Rico
Segunda a sexta: 17 viagens IDA/16 viagens VOLTA.
Sábados: 16 viagens IDA/16 VOLTA.
Linha 251.7 - Avenida Alagados de Santa Maria
De segunda a sábado: com 28 viagens IDA / 28 VOLTA.
Tarifa: R$ 2,50
Melhor atendimento aos usuários do transporte público

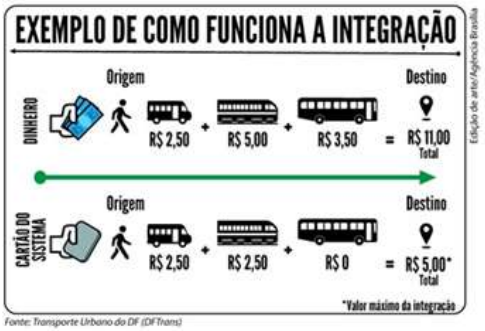

CRIAÇÃO DA LINHA 610.3
PLANALTINA / TABATINGA
1 de agosto de 2017
610.3 - Planaltina / Tabatinga (Via DF's 250 / 320 / 355 e 120)
saindo do Terminal de Planaltina
de segunda a sábado às 5h20 / 12h30 / 16h30
Melhor atendimento aos usuários do transporte público



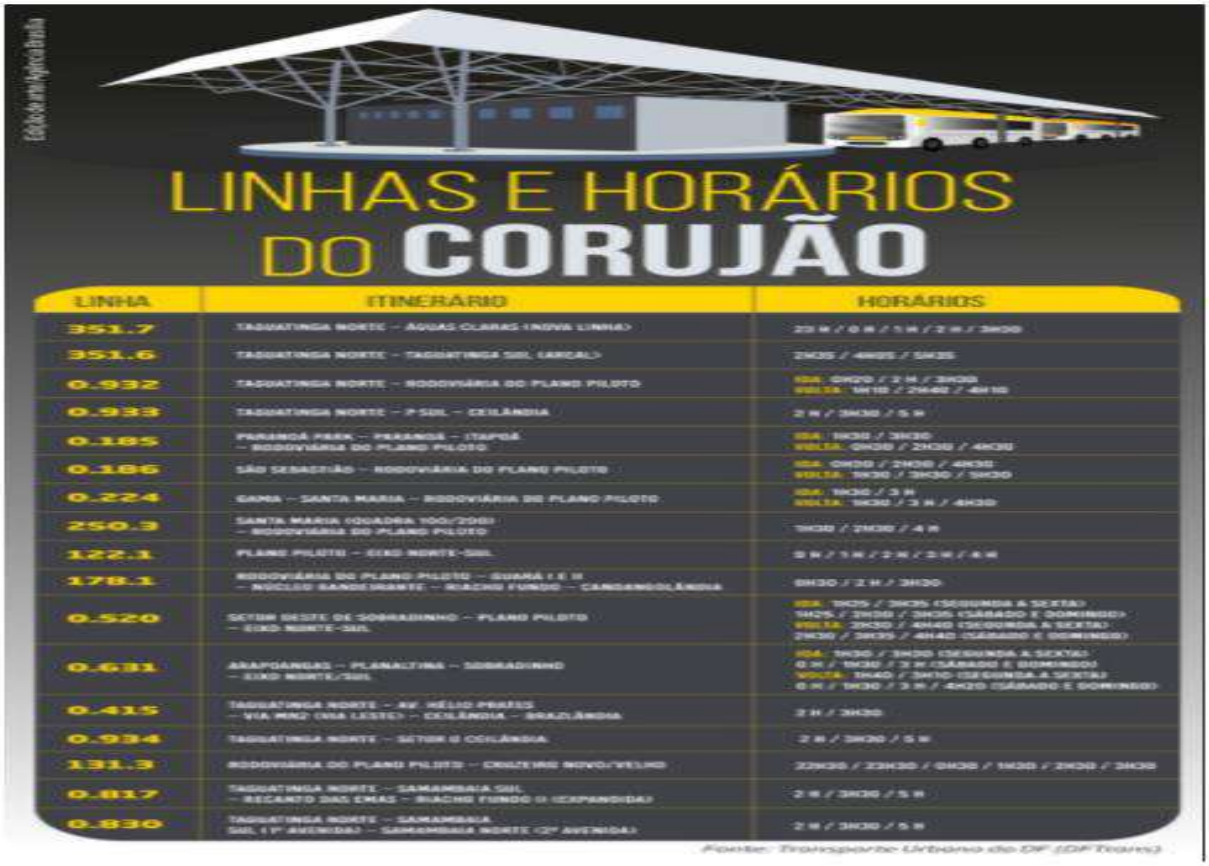








Fonte: Transporte Urbano do DF (DFTrans)


LINHAS E HORÁRIOS
DO CORUJÃO
LINHA
ITINERÁRIO
HORÁRIOS
351.7
351.6
0.932
0.933
0.185
0.186
0.224
250.3
122.1
178.1
0.520
0.631
0.415
0.934
131.3
0.817
0.830


BRASÍLIA CIDADA
BILHETE ÚNICO DE BRASÍLIA
MOBILIDADE PARA TODOS
VALE-TRANSPORTE
BILHETE ÚNICO DE BRASÍLIA
SEGURANÇA PARA TODOS
MELHOR IDADE
BILHETE ÚNICO DE BRASÍLIA
IGUALDADE PARA TODOS
ESTUDANTE
BILHETE ÚNICO DE BRASÍLIA
MODERNIDADE PARA TODOS



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Frente à implementação, pelo DFTRANS, de ações relevantes para a população, rodoviários e para a própria autarquia, as quais não estão diretamente vinculadas aos programas orçamentários em destaque, elencamos o que se segue.

A Ouvidoria do DFTRANS:

- **Foi premiada na categoria Melhor Ouvidoria na percepção do Cidadão**, como a unidade seccional do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO-DF, que apresentou o melhor desempenho no atendimento ao cidadão em 2017, dentre as demais ouvidorias cadastradas no Ouv-DF, o que reflete sobremaneira a sua qualidade de atendimento e alta resolutibilidade.

- **Respondeu e encerrou 12.453 das demandas registradas pelos usuários**, através dos canais de atendimento do TAG, Ouv/DF, Requerimentos, E-sic e E-mail, dentre outros, considerando um total de 12.502 manifestações apresentadas.
- **Promoveu a atualização da Carta de Serviço ao Cidadão**. Nela estão detalhados atribuições e serviços prestados por cada órgão, administração regional, autarquia e empresa pública do Distrito Federal. O objetivo é de aproximar o governo e a sociedade, ao mantê-la informada sobre a funcionalidade de cada ente público, respeitando o direito de cada indivíduo de exercer a sua cidadania de forma transparente e participativa.
- **Esteve envolvida em trabalhos de divulgação e informação, campanhas educativas relativas ao Transporte Público Coletivo**, tais como o lançamento da Campanha - "DFTRANS pelo Direito de Respirar"- de controle e prevenção ao tabaco nas dependências da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, como parte do Plano de Trabalho enviado ao MPDFT, a disseminação de informações referentes às mudanças ocorridas nas linhas do STPC/DF, nos Box de Parada da Rodoviária do Plano Piloto, esclarecimentos referentes à integração, recadastramento do Passe Livre Estudantil, bem como a participação em vários eventos junto à comunidade e em parceria com outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

  O DFTRANS realizou:
  - **O Projeto Mobilidade e Gentileza**, lançado no Palácio do Buriti, e elaborado em parceria com a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF, que visou conscientizar usuários e rodoviários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF para o exercício da gentileza e da cidadania, assim como alertar e treinar rodoviários e passageiros para adoção de comportamentos saudáveis de convivência e o exercício da cidadania no transporte público coletivo do Distrito Federal, tais como ceder o assento para pessoas idosas, respeitar o motorista e o cobrador no desempenho de seu trabalho e utilizar correta e honestamente os cartões de acesso ao transporte público coletivo. Entre outubro e dezembro de 2017, foi lançado o concurso para eleição dos rodoviários mais gentis do STPC/DF, para conscientizar tanto os passageiros para os atos diários de gentileza praticados pelos profissionais que atuam na área, quanto os motoristas e cobradores para o exercício da cordialidade com os usuários transportados. A cerimônia de reconhecimento e premiação dos 240 (duzentos e quarenta) rodoviários mais gentis ocorreu no Salão Branco do Palácio do Buriti.
- **Ações visando a elaboração de seu Planejamento Estratégico**, com atividades e ações participativas dos dirigentes e servidores, o qual está refletido pelo respectivo Mapa Estratégico disposto ao final do presente texto, o qual foi construído por meio do Balanced Scorecard (BSC), a partir da análise SWOT, definição de Missão, Visão e Valores, assim como definição dos Objetivos Estratégicos da autarquia.
- **A sua Adesão no Programa do Voluntariado do GDF**, objetivando a atuação de voluntários na autarquia, tendo obtido 12 (doze) inscrições para atuação nos seguintes eixos cadastrados no Programa: Mobilidade e Gentileza – Pesquisador, com 5 inscrições de pesquisadores de nível médio; Profissional Voluntário na Mobilidade e Gentileza, com inscrição de 1 pedagogo; Profissional Voluntário no Transporte com inscrição de 1 engenheiro e Profissional Voluntário na Mobilidade e Gentileza com inscrição de 5 voluntários de nível médio. A gestão dos voluntários se dará por intermédio de uma comissão específica que será criada e composta por servidores da GGP e das áreas em que os voluntários atuarão (DT e DTE).
- **Ações visando a adesão no Programa de Gestão de Riscos, coordenado pela Controladoria-Geral do DF**, mobilizando e incentivando a capacitação de 14

(quatorze) servidores nos cursos de Gestão ofertados pela Controladoria visando a efetiva implantação do Projeto na autarquia.

- **Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em todas as suas unidades e procedimentos.**
- **Eventos para confraternização e integração social dos servidores e colaboradores da Autarquia**, tais como a comemoração de 25 anos do DFTRANS, dia internacional da mulher, dia das mães, dia dos pais, páscoa, feira natalina, festa junina e etc.
- **Instalou paraciclo em frente à entrada principal da autarquia**, para que servidores e colaboradores que vêm ao trabalho de bicicleta possam ter um local adequado e seguro para estacionar suas bicicletas.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Análise das realizações

Frente às ações e projetos desenvolvidos no âmbito da autarquia, observa-se o amadurecimento da instituição, especialmente com relação à sua capacidade:

(a) de gestão administrativa, considerando sua revisão de fluxos, processos e atividades, assim como elaboração de seu planejamento estratégico e adesão ao projeto de Gestão de Riscos;

(b) de resposta às demandas da sociedade, tanto do ponto de vista do atendimento da ouvidoria quanto do operacional, vez que o Órgão foi agraciado com premiação resultante da escolha do próprio público decorrente da alta resolutibilidade das demandas, promovendo uma reformulação da Rede de Transportes Públicos do DF em atenção às necessidades da população, e da atuação conjunta com a Semob para inauguração de novos terminais, conclusão de reformas, desenvolvimento de aplicativos para acesso de informações pela população, implementação do Bilhete único e da Biometria Facial, dentre outros.

Problemas que Interferiram na Execução de Programas

Não obstante às melhorias implementadas, a autarquia enfrentou dificuldades relacionadas à insuficiência de recursos financeiros, à quantidade reduzida de recursos humanos que laboram na autarquia e às limitações em relação ao espaço físico para desenvolvimento de suas atividades.

Perspectivas para 2018

Para o exercício de 2018 foram definidos alguns projetos prioritários cujos esforços serão despendidos por parte da Autarquia, a saber:

- Implantação de 500 (quinhentos) Abrigos para passageiros de ônibus em diversas RAs (Programa Circula Brasília - Projeto de Revitalização de abrigos de ônibus);
- Conclusão das obras de reformas de 150 (cento e cinquenta) Abrigos de ônibus em diversas RAs (Programa Circula Brasília - Projeto de Revitalização de abrigos de ônibus);
- Inauguração de mais duas Estações BRT Expresso -Sul (Programa Circula Brasília);
- Continuidade do processo de (re)cadastramento de estudantes beneficiários de gratuidade (PLE);
- Atualização cadastral de Pessoas com deficiência beneficiárias de gratuidade (PNE) em conjunto com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH;

- Continuidade da execução das atividades voltadas ao Projeto Mobilidade e Gentileza, transformando-o em programa da autarquia;
- Consolidação e aperfeiçoamento da gestão do Bilhete Único;
- Continuidade da execução das atividades inerentes a implantação do Centro de Supervisão Operacional – CSO/DF, que compõe o Sistema Inteligente de Transporte do GDF, com a finalização das instalações de aparelhos de GPS em toda a frota de ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, o que proporcionará o monitoramento em tempo real da operação destes serviços, facilitando, como exemplo, a fiscalização diária da normalidade na circulação de ônibus;
- Realização de cálculos e atualizações de cerca de 500 (quinhentos) processos de reconhecimento de dívidas pendentes de análise, sendo que 120 (cento e vinte) processos correspondentes aos exercícios de 2008 a 2016 foram analisados em 2017;
- Atualização pormenorizada das linhas de ônibus seguindo a padronização de dados espaciais, para auxiliar na integração entre bancos de dados da autarquia e apresentar um dado conciso nas interfaces web que são disponibilizadas para a população;
- Atualização do Regimento Interno e do Mapeamento de Processos no âmbito do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, com auxílio de consultoria da Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, que servirá como base para a implementação da gestão de riscos;
- Viabilização de servidor(es) com capacitação e experiência para condução e reinício das atividades relacionadas à descrição e registros de planos de ações afetos ao Planejamento Estratégico referente ao período 2017-2019, que já tem definidos a missão, a visão, os valores da Autarquia, assim como seus objetivos estratégicos e objetivos específicos.
- Efetiva adoção de procedimentos de Gestão de Riscos pela autarquia que já definiu a sua Política de Gestão de Riscos e composição e âmbito de atuação de seu Comitê específico.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – UO: 26.205

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, autarquia integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal, do Sistema Rodoviário Nacional e do Sistema Nacional do Trânsito, é vinculado à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal de acordo com o Decreto nº 36.236 de 01/01/2015.

Responsável por 1.380,00 km de rodovias distritais pavimentadas e pela malha rodoviária total de 1.913,30 km – a qual integra, além das Regiões Administrativas, os municípios adjacentes – atua não só em obras e serviços de expansão ou recuperação de rodovias, pois lhe cabe também contribuir para a educação no trânsito, zelar pela segurança viária, julgar infrações de trânsito e aplicar penalidades. Além disso, age na mitigação de pontos considerados críticos, de forma a promover a fluidez do trânsito e a melhoria operacional com economia, conforto e, principalmente, segurança dos usuários do SRDF.

Conforme o Decreto nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017, o DER/DF tem por finalidade:

I proporcionar a infraestrutura viária adequada, garantindo a sustentabilidade e eficiência, para o deslocamento de veículos, cargas, pessoas e animais no SRDF;

II construir, manter, conservar, operar e fiscalizar as vias do SRDF e respectivas faixas de domínio;

III promover segurança, fluidez do trânsito, mobilidade e conforto aos usuários do SRDF;

IV contribuir para a educação no trânsito;

V cumprir e fazer cumprir o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Nº 9.503/97, e suas alterações; e

VI realizar estudos e pesquisas, confeccionar, implantar e coordenar as atividades relativas à sinalização de endereçamento, indicativa e de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal.

Para o cumprimento de suas finalidades compete ao DER/DF:

I exercer, em caráter privativo, todas as atividades relacionadas com o planejamento, a expansão, a manutenção, a conservação, a operação, a fiscalização e o monitoramento do SRDF;

II implementar ou supervisionar a execução das políticas e diretrizes rodoviárias estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal - GDF;

III executar obras rodoviárias no Distrito Federal e, mediante delegação, convênio ou acordo, em rodovias federais e em Estados e Municípios do Entorno;

IV providenciar para que o SRDF se mantenha permanentemente integrado e compatibilizado com o Sistema Rodoviário Nacional;

V manter entendimentos e colaborar com os órgãos e entidades rodoviários do Governo Federal, dos Estados e Municípios do Entorno do Distrito Federal para a consecução harmoniosa dos objetivos comuns, notadamente no que diz respeito à expansão e melhoria da rede rodoviária nacional;

VI assistir tecnicamente e com equipamentos às populações e unidades agrícolas de produção ao longo das rodovias do SRDF, de acordo com a política do GDF;

VII executar as políticas de tráfego e mobilidade e fiscalizar a sua implementação nas rodovias do SRDF e nas rodovias federais delegadas;

VIII desenvolver atividades industriais inerentes ou relacionadas com a construção, conservação e sinalização de vias e obras de engenharia;

IX elaborar a previsão de recursos para a execução das obras e dos serviços rodoviários em área de sua circunscrição, bem como para as atividades relativas à sinalização de endereçamento, indicativa e de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal;

X administrar o SRDF, mediante o seu disciplinamento, imposição de pedágio, taxas de utilização e contribuição de melhoria, execução de servidões, controle de uso e de acesso a propriedades lindeiras, e praticar atos inerentes ao poder de polícia administrativa, de trânsito, de tráfego e de mobilidade no âmbito de sua circunscrição;

XI administrar as faixas de domínio das rodovias do SRDF, mediante fiscalização, exploração comercial, concessão de licença, cobrança do preço público, de taxas e aplicação e cobrança de multas, bem como praticar todos os atos inerentes à sua ocupação e desocupação;

XII cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito;

XIII planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de ciclistas, de pedestres e de animais nas rodovias do SRDF;

XIV implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

XV coletar dados e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

XVI estabelecer, em conjunto com os órgãos de policiamento, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

XVII executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as penalidades de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

XVIII arrecadar valores provenientes de estada e/ou remoção de veículos e objetos, emissão de autorização especial de trânsito e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou de produtos perigosos para eventos e manifestações coletivas que possam ter interferência no fluxo e na segurança do SRDF;

XIX implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito, bem como as ações de sua competência para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

XX promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN;

XXI fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas dos órgãos e entidades ambientais, quando solicitado;

XXII integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua circunscrição, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XXIII desenvolver projetos rodoviários estruturadores e indutores de desenvolvimento urbano integrado que priorizem o transporte público coletivo e favoreçam a mobilidade e acessibilidade, proporcionando viagens mais rápidas, confortáveis e seguras, reduzindo custos ambientais, sociais e econômicos; e

XXIV executar outras atividades relacionadas com a política de transporte rodoviário no Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	70	248	101	565	984
Comissionados sem vínculo efetivo	12	0	7	0	19

Requisitados de órgãos do GDF	1	2	0	5	8
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	0	1
Estagiários	0	70	0	0	70
Menor Aprendiz/ Projeto Jovem Candango	0	21	0	0	21
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros – especificar (Conselheiros)	0	0	0	0	0
Subtotal	**83**	**341**	**109**	**570**	**1.103**
(-) Cedidos para outros órgãos	11	0	25	1	37
Total Geral	**72**	**341**	**84**	**569**	**1.066**

Fonte: Núcleo de Registros Funcionais e Financeiros / Superintendência Administrativa e Financeira

Em 2017, o DER/DF contou com uma força de trabalho de 1.066 servidores, dos quais 984 constam como efetivos. Conforme tabela abaixo, 96 possuíam requisitos para se aposentar nesse exercício. Desses, 29 efetivaram a aposentadoria.

APOSENTADORIAS EM 2017		
CARGO	**POSSUI REQUISITOS PARA SE APOSENTAR EM 2017**	**APOSENTARAM EM 2017**
ANALISTA DE ATIVIDADES RODOVIÁRIAS	5	1
TÉCNICO DE ATIVIDADES RODOVIÁRIAS	73	23
AGENTE DE ATIVIDADES RODOVIÁRIAS	18	5
AGENTE DE TRÂNSITO	0	0
TOTAL	**96**	**29**

Fonte: Núcleo de Aposentadorias e Pensões / Superintendência Administrativa e Financeira

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6216 – MOBILIDADE INTEGRADA SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	**48.605.000,00**	**47.039.712,00**	**2.605.171,57**	**2.325.649,43**
0004 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS-DF-047 (EPAR)-DISTRITO FEDERAL	47.005.000,00	47.039.711,00	2.605.171,57	2.325.649,43
0002 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS-DUPLICAÇÃO DA DF 250 QUE LIGA A CIDADE DO PARANOÁ A PLANALTINA-REGIÃO VII - PARANOÁ	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	1,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**1.580.000,00**	**1.071.076,00**	**267.198,32**	**244.348,32**
0006 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DER-DF- PLANO PILOTO .	850.000,00	531.076,00	234.178,32	211.328,32
7904 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA DER- PLANO PILOTO .	730.000,00	540.000,00	33.020,00	33.020,00
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**0,00**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**
0130 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO E DRENAGEM PLUVIAL NA UNB- GAMA	0,00	250.000,00	0,00	0,00
2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	**14.300.000,00**	**32.998.097,00**	**3.353.247,67**	**3.353.247,67**

0008 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS-EM DIVERSAS RODOVIAS-DISTRITO FEDERAL	14.300.000,00	32.998.097,00	3.353.247,67	3.353.247,67
3125 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1,00	0,00	0,00
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	**20.110.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO- NO CRUZAMENTO DA DF 001 COM A ESTRADA DO SOL - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII- JARDIM BOTÂNICO	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO- ENTRE O RECANTO DAS EMAS E O RIACHO FUNDO-DISTRITO FEDERAL	17.000.000,00	1,00	0,00	0,00
7782 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
7787 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-- RECANTO DAS EMAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	**239.805.044,00**	**204.586.353,00**	**25.850.486,48**	**25.671.842,67**
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE-BALÃO DO TORTO-COLORADO- REGIÃO NORTE	69.705.044,00	68.901.089,00	25.850.486,48	25.671.842,67
0005 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE-BRT NORTE-DISTRITO FEDERAL	170.100.000,00	135.685.264,00	0,00	0,00
1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	**300.000,00**	**67.001,00**	**75,00**	**75,00**
0001 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	67.001,00	75,00	75,00
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	**3.100.000,00**	**2.519.683,00**	**1.663.000,00**	**1.000.000,00**
0003 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF- PLANO PILOTO .	3.100.000,00	2.519.683,00	1.663.000,00	1.000.000,00
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-EM RODOVIAS SOB A JURISDIÇÃO DO DER-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	**370.000,00**	**1.362.328,75**	**1.037.891,60**	**1.037.891,60**
0001 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	370.000,00	1.362.328,75	1.037.891,60	1.037.891,60
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	**710.000,00**	**2.290.000,00**	**2.250.826,49**	**2.141.850,20**
0002 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA- NAS REG. ADM. DO DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
9481 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	1.790.000,00	1.750.826,49	1.641.850,20
9488 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA-NOS CAMPI DA UNB-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	**5.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
4745 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	5.000,00	1,00	0,00	0,00
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	**12.541.480,00**	**31.011.653,00**	**23.607.242,38**	**23.387.076,30**
1199 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO-DISTRITO FEDERAL	12.541.480,00	31.011.653,00	23.607.242,38	23.387.076,30
1689 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1,00	0,00	0,00
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	**110.100.000,00**	**100.000.001,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL-- REGIÃO SUL	110.100.000,00	100.000.001,00	0,00	0,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**13.099.980,00**	**19.614.677,25**	**2.251.060,28**	**2.251.060,28**
0013 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DE ENGENHARIA - DER-DISTRITO FEDERAL	13.099.980,00	19.614.677,25	2.251.060,28	2.251.060,28
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-EM RODOVIAS DO-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2319 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS-EM RODOVIAS DO DER-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2329 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	**2.850.000,00**	**1.791.518,00**	**1.233.591,77**	**1.047.991,77**
0001 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2.850.000,00	1.791.518,00	1.233.591,77	1.047.991,77
3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE	**66.360.000,00**	**71.530.315,00**	**27.449.853,39**	**27.449.853,39**

0004 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE--DISTRITO FEDERAL	66.360.000,00	71.530.315,00	27.449.853,39	27.449.853,39
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**20.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
3883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-EM RODOVIAS-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1,00	0,00	0,00
3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	**50.000,00**	**55.222,00**	**55.220,31**	**55.220,31**
0001 - REMANEJAMENTO DE REDE-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF ÁGUA/ESGOTO/TELEFÔNIA/ELÉTRICA-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	55.222,00	55.220,31	55.220,31
3276 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS	**10.100.000,00**	**10.000.001,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS--DISTRITO FEDERAL	10.100.000,00	10.000.001,00	0,00	0,00
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	**1.250.000,00**	**6.361.307,00**	**5.149.083,36**	**5.149.083,36**
0001 - CONSTRUÇÃO DE PONTES- NO INCRA 06 EM BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
4359 - CONSTRUÇÃO DE PONTES-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	6.361.307,00	5.149.083,36	5.149.083,36
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**2.662.387,00**	**2.472.387,00**	**1.197.877,09**	**1.197.877,09**
9549 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2.662.387,00	2.472.387,00	1.197.877,09	1.197.877,09
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**2.600.000,00**	**500.001,00**	**0,00**	**0,00**
6120 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	2.600.000,00	500.001,00	0,00	0,00
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**1.270.000,00**	**447.033,00**	**27.478,27**	**27.478,27**
6148 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ESTUDOS SOBRE FISCALIZAÇÃO ELETRONICA DE TRÂNSITO-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	1.000,00	0,00	0,00
6150 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ. DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	1.000,00	0,00	0,00
6161 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ESTUDOS AMBIENTAIS-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	55.033,00	27.478,27	27.478,27
6162 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	520.000,00	390.000,00	0,00	0,00
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6072 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-DER-DF- PLANO PILOTO .	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	**11.100.000,00**	**10.395.721,67**	**9.035.210,00**	**8.859.613,23**
0002 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	11.100.000,00	10.395.721,67	9.035.210,00	8.859.613,23
4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	**9.651.482,00**	**10.013.337,00**	**8.875.662,77**	**8.875.662,77**
0001 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	9.651.482,00	10.013.337,00	8.875.662,77	8.875.662,77
4233 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	**500.000,00**	**325.182,00**	**278.915,49**	**278.915,49**
0001 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	325.182,00	278.915,49	278.915,49
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	**7.800.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-CAMINHO DAS ESCOLAS-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
0002 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-NA VC 441- PARANOÁ	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0005 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-DA DF-250-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0007 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-DA AVENIDA BURITIS NO SETOR HABITACIONAL PONTE DE TERRA-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	0,00	0,00	0,00
0008 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-DA VC-385 (VIA DE LIGAÇÃO DA DF-290 AO ELDORADO)-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0009 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-DA DF-001 TRECHO ENTRE A ENTRADA DA DF-430 A DF-170-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA SUSTENTÁVEL	**581.260.373,00**	**556.702.617,67**	**116.189.092,24**	**114.354.737,15**

O Departamento de Estradas de Rodagem tem por objetivo, no contexto do Programa Temático 6216 – Transporte Integrado e Mobilidade, gerar segurança e fluidez viária mediante a modernização e a manutenção da infraestrutura do sistema rodoviário a fim de promover a mobilidade de pessoas, veículos, cargas e animais, com qualidade, segurança e de maneira sustentável.

2.1 Empreendimentos desenvolvidos em 2017

Conforme o tecido urbano se modifica e novos polos geradores de trânsito surgem, é imprescindível realizar adequações no sistema rodoviário, além de garantir a conservação e a

manutenção periódica das rodovias existentes. Nessa perspectiva, o DER/DF administrou, em 2017, uma expressiva carteira de contratos de obras, projetos rodoviários e serviços de engenharia, integrando o rol de prioridades do Distrito Federal. As metas de 2017 são decorrentes da programação estabelecida no PPA 2016-2019, na LDO/2016, na LOA/2017 e no Acordo de Resultados com o Governador.

Contratos de restauração de rodovias

a. **Restauração da DF-001(EPCT) "Caminho para Brazlândia":** Execução das obras de restauração da rodovia distrital DF-001 (EPCT) - "Caminho de Brazlândia", no trecho compreendido entre o entroncamento BR-070/DF-095 (EPCL), até o entroncamento BR-080/BR-251 (B), com extensão aproximada de 9.070,00 m, sendo 540,00 m de trecho em pista dupla e 7.760,00 m em pista simples e, ainda 770,00 m de 03 (três) alças existentes: alça de ligação da DF-001 para a BR-070; alça de ligação da DF-095 para a DF-001 e alça de ligação da DF-001 para a DF-095 (operação de reversão da EPCL), incluindo acostamento em toda a extensão do trecho, em ambos os sentidos (exceto nas alças), abrangendo também os serviços de drenagem, baias de parada de ônibus e a sinalização horizontal e vertical. Situação do contrato: concluído.
b. **Restauração da rodovia DF-001 (EPCT) – Lago Oeste 1ª Etapa:** Execução das obras de restauração da rodovia DF-001 (EPCT), entroncamento da DF-170 ao entroncamento BR-010/020/030/450/DF-001/003/150-Parque Rodoviário do DER/DF, trecho compreendido do km 119,3 ao km 131,8 (Lago Oeste – 1ª Etapa), incluídos os serviços de sinalização vertical e horizontal, tudo de acordo com as especificações nos anexos do Edital de Concorrência nº 11/2014. Situação do contrato: concluído.
c. **Restauração da rodovia DF-001 (EPCT) - Lago Oeste - 2ª Etapa**: Restauração da DF-001 (EPCT) - Lago Oeste, entroncamento da DF-170 ao entroncamento da BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER/DF) - 2ª Etapa. Extensão de 8,8 km. Cc nº 005/2016. Situação do contrato: concluído.

Contratos de Implantação de Ciclovias

a. **Construção e sinalização da ciclovia e ciclofaixa na DF-290:** Execução das Obras para construção e sinalização da ciclovia e ciclo faixa (= 8km) na DF-290, SRDF 290EDF0090 ao 290EDF0130, no subtrecho compreendido entre o entroncamento de acesso ao Gama e o entroncamento com a rodovia BR-040/BR-050. As intervenções têm como objetivo prover a rodovia de uma rota ciclável segura e confortável. As obras previstas englobam os serviços de terraplenagem, pavimentação, sinalização, drenagem, obras complementares e compensação florestal, conforme estabelecido nos projetos a serem fornecidos pelo DER-DF. Situação do contrato: em andamento.
b. **Execução de ciclovia na DF-085 (EPTG):** Execução de ciclovia na rodovia DF-085 (EPTG) com extensão de 19.574,37m no trecho: entroncamento rodovia DF-003 (EPIA) ao entroncamento da rodovia DF-001- Pistão Nortel/Sul. Situação do contrato: em andamento.
c. **Construção e restauração de ciclovia – DF-087:** Execução das obras para construção da ciclovia e restauração do pavimento da rodovia distrital DF-087 (EPVL). Situação do contrato: em andamento.

Contrato de implantação do Corredor de Transporte Coletivo Eixo Norte – Torto-Colorado

a. **Ligação Torto-Colorado – Lote 01**: Execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 0,0 ao km 2,5, denominado Ligação Torto-Colorado, tudo de acordo com as especificações nos anexos do Edital de Concorrência nº 04/2013. Situação do contrato: em andamento.
b. **Ligação Torto-Colorado – Lote 02**: Execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 2,5 ao km 5,2, denominado Ligação Torto-Colorado, tudo de acordo com as especificações nos anexos do Edital de Concorrência nº 04/2013. Situação do contrato: em andamento.

Contrato do Trevo de Triagem Norte

a. **Construção do Trevo de Triagem Norte:** Execução de obras para Implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN), remodelação da Ponte do Braghetto, reabilitação de pavimentos e adequação da capacidade de tráfego em 2,1 km da rodovia DF-007 (EPTT), no trecho compreendido entre a DF-002 e o entroncamento com a DF-003/BR-450 (Balão do Torto), e em 0,4 km da rodovia DF-002 (ERN), no trecho compreendido entre o seu entroncamento com a DF-007 (ponte do Braghetto) até o acesso às vias W1/W3, execução de estrutura cicloviária, bem como a elaboração dos projetos executivos decorrentes das obras de artes especiais a serem implantadas e remodeladas. Cc nº 002/2013. Situação do contrato: em andamento.
b. **Supervisão da Implantação do Trevo de Triagem Norte:** Supervisão das obras de implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN), remodelação da ponte do Braghetto, reabilitação de pavimentos e adequação da capacidade de tráfego nas rodovias DF-002 (ERN) e DF-007 (EPTT). Cc nº 008/2013. Situação do contrato: em andamento.

Contratos de elaboração de projetos de engenharia

a. **Projeto executivo de pavimentação de vias de acesso às escolas rurais – Lote 1**: Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para execução da pavimentação de vias de acesso às Escolas Rurais "Caminho das Escolas" (várias Rodovias Distritais e Vicinais do SRDF) - Lote 1. Situação do contrato: em andamento.
b. **Projeto executivo de pavimentação de vias de acesso às escolas rurais – Lote 2**: Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para execução da pavimentação de vias de acesso às Escolas Rurais "Caminho das Escolas" (várias Rodovias Distritais e Vicinais do SRDF) - Lote 2. Situação do contrato: em andamento.
c. **Elaboração dos projetos básico e executivo para implantação do Anel Viário:** Contratação de empresa de consultoria em engenharia para análise e adequações nos produtos oriundos do contrato 040/2008 e a elaboração dos projetos básico e executivo para implantação do Anel Viário do Distrito Federal

conforme Edital de Concorrência nº 002/2014. Situação do contrato: em andamento.

Contratos de construção de pontes

a. **Ponte sobre o Rio Descoberto VC-533:** Execução das obras para Construção de Ponte sobre o Rio Descoberto na VC-533 Brazlândia - Divisa DF/GO. Entroncamento BR-080/BR-251. Situação do contrato: concluído.
b. **Ponte sobre o Rio Alagado DF-290:** Construção de ponte sobre o Rio Alagado e passagem de fauna. Trecho: acesso ao Gama/entroncamento Avenida Alagados (Santa Maria). Situação do contrato: concluído.

Contrato de construção de passarela

a. **Passarela na BR-020:** Construção da Passarela em estrutura mista, a ser implantada na Rodovia BR-020, próximo ao Setor Habitacional Nova Colina – Sobradinho/DF. Situação do contrato: concluído.

Contratos de ampliação e pavimentação de rodovias

a. **Construção das vias marginais na DF-047 (EPAR):** construção das vias marginais na DF-047 (EPAR), no trecho compreendido entre as rodovias DF-051 (EPGU) até a DF-002 (ERS) - Trevo de Triagem Sul a implantação de novas faixas de rolamento e acostamento com ciclovia no trecho DF-025 (EPDP) até a DF-051 (EPGU) e adequação da geometria da rodovia (agulhas, mesas e *taper*). Situação do contrato: em andamento.
b. **Duplicação da DF-463:** Execução das obras de duplicação da rodovia DF-463, adequação da rodovia e acessos aos Setores Habitacionais Mangueiral e Jardim Botânico. Cc nº 001/2014. Situação do contrato: concluído.
c. **Pavimentação VC-533, ligação de Brazlândia a Padre Lúcio:** Execução de obras para pavimentação de toda a extensão da rodovia vicinal VC-533, além de implantação de ciclovia, no trecho compreendido entre o seu entroncamento com as rodovias BR-080/251/DF/180 e a divisa com estado do Goiás (acesso ao Núcleo Rural Padre Lúcio). Cc nº 005/2013. Situação do contrato: em andamento.

Contrato de gerenciamento ambiental

a. **Gerenciamento ambiental e execução dos programas ambientais do Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul:** Gerenciamento Ambiental dos Programas Ambientais do Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul, ligação das cidades do Gama e Santa Maria ao Plano Piloto, na DF-480/DF-065/DF-040/DF-003/DF-025/DF-047 e acesso ao Terminal Asa Sul. Tudo conforme os anexos do Edital da Concorrência Nº 009/2013. Situação do contrato: em andamento.

Contratos de compensação e recuperação ambiental em áreas de interesse do transporte

a. **PCA/PRAD da pavimentação da DF-285**: Elaboração do Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-285, Trecho: Km 16,3- km 27,2 (Divisa de MG). Situação do contrato: paralisado.
b. **PCA/PRAD da pavimentação da DF-001 (DF-430/DF-170):** Elaboração do Plano de Controle de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-001, incluindo a construção de ponte de concreto sobre o

Rio da Palma, trecho: DF-430 entr. DF-415/ entr. DF-415 entr./ DF-220 entr. DF-220- entr. DF-170. Convite nº 001/2015. Situação do contrato: em andamento.

Ainda no contexto do Programa de Trabalho "Mobilidade Integrada e Sustentável", o DER/DF manteve estrito diálogo com os órgãos de meio ambiente a fim de cumprir os requisitos ambientais em cada empreendimento. Em 2017, destacam-se a seguintes ações:

- Elaboração de 19 Relatórios de Monitoramento Ambiental diversos: DF-003, DF-006, DF-079 (02 Relatórios do Plantio nas APP's dos córregos Arniqueiras e Vereda Grande), DF087, DF-128, DF-150 (02 Relatórios), DF-250, DF-290 (Ciclovia), DF-463, DF-495, Ligação Torto/Colorado (02 Relatórios), Cascalheiras para DF-463, Cascalheira J-31 (SH Taquari), Cascalheira J-347, Bota fora de solo no Parque Rodoviário do DER/DF e Aceiros nos Parques Distrital do Gama e Boca da Mata.
- Elaboração de 11 Relatórios de Cumprimento de Condicionantes de licenças ambientais de obras rodoviárias: DF-087, DF-150 (03 Relatórios), Marginal DF-480, VC-533, BRT-Sul, BRT-Norte, Ligação Torto/Colorado (02 Relatórios) e Termo de Ajustamento de Conduta DF-100/DF-130/DF-190.
- Elaboração de Relatório de Conformidade para as obras de ampliação da DF-047.
- Elaboração de Relatório Fotográfico com as áreas sem cobertura vegetal da obra da DF-047.
- Elaboração de Relatório de Seleção de Caixa de Empréstimo para a Ciclovia da DF003 (DF-007/DF-051).
- Análise de 46 solicitações de ocupação de faixa de domínio de rodovias: DF-001 (07 pedidos), DF-003 (04 pedidos), DF-004 (02 pedidos), DF-005, DF-009 (04 pedidos), DF-015, DF-025 (03 pedidos), DF-035, DF-075, DF-085 (03 pedidos), DF-087, DF-095, DF-128, DF- 130, DF-150 (02 pedidos), DF-205 (02 pedidos), DF-250, DF-290 (03 pedidos), DF-440, BR020 (02 pedidos), BR-060, BR-251 e VC-371 (02 pedidos).
- Elaboração de Parecer Técnico com a Análise da geologia/pedologia e hidrogeologia do local das obras da Ligação Torto/Colorado.
- Elaboração de 16 Pareceres Técnicos relativos aos Programas Ambientais do BRTSul.
- Elaboração de 29 Pareceres Técnicos relativos ao Programa Caminho das Escolas.
- Elaboração de 05 outros Pareceres Técnicos diversos.
- Elaboração de 18 Termos de Referência para pagamento de taxas ambientais.
- Elaboração de Termo de Referência para elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) a ser incluído nos Editais de Licitação para as obras do DER/DF.
- Elaboração de Termo de Referência para a contratação de empresa para o plantio de mudas nas APP's dos cursos d'água que interceptam a DF-005.
- Elaboração de Programa de Monitoramento e Atropelamento de Fauna para a DF-473.
- Elaboração de Programa de Monitoramento de Processos Erosivos para DF-473.
- Elaboração de Plano de Ação de Emergência para Atendimento de Acidentes Envolvendo Produtos Perigosos para a DF-473.
- Elaboração do PRAD para áreas de empréstimo da obra da ciclovia da DF-085 e DF087.
- Elaboração do Plano de Extração da área de empréstimo no Parque Rodoviário para uso na Ligação Torto/Colorado.

- Elaboração de Nota Técnica Captação de Recursos do BNDES para obras da Ligação Torto/Colorado – Esclarecimento sobre Outorga da ADASA para Corredor Eixo Norte
- Elaboração de 02 Autorizações para empresas depositarem, em canteiro de obras do DER/DF, o material terroso proveniente de escavações de obras de construção civil.
- Levantamento das áreas para plantio de grama na DF-085 (EPTG).
- Acompanhamento dos processos e Termos de Compromisso assinados com o IBRAM para pagamento de Compensação Ambiental e Compensação Florestal pela implantação de obras rodoviárias.
- Acompanhamento junto ao IBRAM dos processos de licenciamento ambiental de obras rodoviárias e de jazidas de materiais naturais de construção.
- Coleta de sementes de espécies arbóreas nativas do cerrado em várias localidades do Distrito Federal.
- Acompanhamento do plantio de sementes e manutenção de mudas nativas no Viveiro localizado no 5º Distrito Rodoviário, juntamente com equipe de apoio daquele Distrito.
- Participação do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Brasília (FLONA).
- Participação no Grupo de Trabalho "Produtor de Água – Projeto Pipiripau".
- Participação no Grupo de Trabalho do Projeto "Produtor de Água na Bacia do Rio Descoberto".
- Participação no acompanhamento da elaboração do "Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF".
- Participação no Grupo Executivo de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.
- Participação no Grupo de Trabalho: Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2).
- Requerimento junto ao IBRAM de 06 Consultas Prévias para as seguintes obras: Faixa Adicional no entroncamento da DF-035 com a DF-001, Melhorias na DF-128, Bacias de Contenção e paradas de ônibus na DF-140, Ponte DF-290, Readequação de greide da VC-383 e Roçada e limpeza nas faixas de domínio de várias rodovias do 5° DR.
- Recebimento junto ao IBRAM de 04 Dispensas do Licenciamento Ambiental para as seguintes obras: restauração na DF-001 (DF-095/BR-080), Melhorias na DF-128, Ciclovia DF-085 e Ponte DF-290.
- Requerimento junto ao IBRAM de 08 Autorizações Ambientais para as seguintes obras: Bacias de Contenção na DF-140; Áreas de empréstimo para obras na DF-001, na VC533, no TTN, na Ligação Torto-Colorado e para Ciclovias da DF-085, DF-087 e DF-290.
- Recebimento junto ao IBRAM de 11 Autorizações Ambientais: 01/2017 (Aceiros no Parque Urbano do Gama, Distrital do Gama e Boca da Mata), AUC 001/2017 (Aceiro no Parque Urbano das Esculturas), 02/2017 (Aceiro no Parque Ecológico do Pequizeiro), 003/2017 (Captura, Coleta e Transporte de Fauna - Monitoramento BRT-Sul), 019/2017 (Áreas de empréstimo na DF-435, para uso na Restauração da DF-001), 22/2017 (Áreas de empréstimo na DF-001, para uso na Ligação Torto/Colorado), 32/2017 (Segunda Etapa Restauração e bacias de contenção DF-001 - Lago Oeste), 035/2017 (Áreas de Empréstimo TTN), 039/2017 (Área de empréstimo no Parque Rodoviário para uso na Ligação Torto/Colorado), 050/2017 (Área de Empréstimo na DF-445 para uso na VC-533) e 12/2016 (Execução de PRAD na DF-005).

- Requerimento junto ao IBRAM de 13 Autorizações de Supressão Vegetal para as seguintes obras: Ciclovia DF-001 (Lago Oeste), Ciclovia DF-003, Ciclovia DF-085 e Ciclovia DF-087, Faixa Adicional DF-001/DF-035, Ampliação da DF-047, Estacionamento do Edifício Sede do DER/DF, Áreas de Empréstimo para obras do Torto-Colorado, da DF-001, da VC-533 e das Ciclovias DF-085, DF-087 e DF-290.
- Recebimento junto ao IBRAM de 05 Autorizações de Supressão Vegetal: 023/2017 (Áreas de empréstimo na DF-435, para uso na Restauração da DF-001), 26/2017 (Áreas de empréstimo na DF-001, para uso na Ligação Torto/Colorado), 035/2017 (Ciclovia DF-001 – Lago Oeste), 037/2017 (Área de empréstimo no Parque Rodoviário para uso na Ligação Torto/Colorado) e 040/2017 (Ciclovia DF-085).
- Requerimento junto ao IBRAM de 01 Licença Ambiental Simplificada: DF-456.
- Requerimento junto ao IBRAM de 03 Licenças de Instalação: conclusão das obras do BRT-Sul, Ampliação DF-047 e Implantação DF-456.
- Recebimento junto ao IBRAM de 02 Licenças de Instalação: LI 014/2017 (Retificação LI 005/2016 - TTN) e LI 034/2017 (Ligação Torto/Colorado).
- Requerimento junto ao IBRAM de 01 Licença de Operação: DF-473.
- Recebimento junto ao IBRAM de 01 Licença de Operação: LO 050/2016 (DF-006).
- Requerimento junto à ADASA de 03 Outorgas de lançamento de águas pluviais de obras rodoviárias: Ligação Torto/Colorado; Trevo de Triagem Norte e Corredor Eixo Norte
- Recebimento junto à ADASA de 02 Outorgas de lançamento de águas pluviais de obras rodoviárias: Ligação Torto/Colorado e Trevo de Triagem Norte (TTN).
- Requerimento junto ao ICMBio de Renovação da Autorização Direta 001/2014-PNB, para Manutenção da DF-001 e DF-220.
- Recebimento junto ao IBAMA de 30 Documentos de Origem Florestal (DOF) para o transporte da madeira retirada das seguintes obras: Ligação Torto/Colorado e Trevo de Triagem Norte (TTN).

2.2 Conservação de rodovias (preventiva e corretiva)

O DER/DF executou, no ano de 2017, diversos serviços e obras com vistas à conservação e à manutenção preventiva e corretiva de rodovias. Terraplenagem, implantação de meios fios, retornos, acessos e outras atividades pertinentes foram realizadas em diversas rodovias do Distrito Federal e Entorno. Correspondem a serviços por administração direta, contando com pessoal especializado, veículos e equipamentos rodoviários, o que possibilita desenvolver uma atuação descentralizada com frentes de serviços de restauração, melhoramento, construção, sinalização, urbanização e obras complementares em rodovias e faixas de domínio.

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA - 2017		
GRUPO 01	TERRAPLENAGEM	R$ 6.120.272,99
GRUPO 02	PAVIMENTAÇÃO	R$ 11.048.434,92
GRUPO 03	DRENAGEM E OBRAS DE ARTES CORRENTES	R$ 863.449,52
GRUPO 04	SERVIÇOS DIVERSOS	R$ 4.262.882,43
GRUPO 05	SINALIZAÇÃO	R$ 1.672.994,04
GRUPO 06	TOPOGRAFIA	R$ 4.050.480,54
TOTAL - DER/DF - 2017		**R$ 28.018.514,44**

Fonte: Distritos Rodoviários / Superintendência de Obras

SERVIÇOS DIVERSOS REALIZADOS EM 2017				
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**QUANT.**	**UNID.**	**VALOR (R$)**

RESTAURAÇÃO VIÁRIA	FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA (PRÉ-MISTURADO A FRIO - PMF)	10	M³	4.061,30
	FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RR-2C	5,8	T	11.077,94
	IMPRIMAÇÃO, USANDO O FORNECIMENTO DE ASFALTO DILUÍDO TIPO CM-30	0	M²	0
	IMPRIMAÇÃO, USANDO FORNECIMENTO DA EMULSÃO ASFÁLTICA IMPRIMANTE (EAI)	0	M²	0
	PLACAS DE SINALIZAÇÃO PERFAZENDO 243 UNIDADES	312,4	M²	150.495,57
	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL A FRIO	2,46	M²	44,00
	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL A QUENTE	0	M²	0,00
	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM LAMINADO ELASTOPLÁSTICO	31,92	M²	4.672,13
	SUBTOTAL	**170.350,94**		
OUTROS	ARTEFATOS DE CONCRETO PREMOLDADOS			0,00
	SERVIÇOS DE REFORMAS, REPAROS E PEQUENAS OBRAS CIVIS			44.661,29
	SERVIÇOS DE PINTURA DE IMÓVEIS E ARTEFATOS DIVERSOS			0,00
	SERVIÇOS DE BENEFICIAMENTO DE MADEIRA			0,00
	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, REPARO E REFORMA DE ARTEFATOS DE MADEIRA			9.123,84
	SUBTOTAL	**53.785,13**		
	TOTAL GERAL	**224.136,07**		

Fonte: Diretoria de Produção Industrial / Superintendência de Operações

No que se refere à conservação de rodovias, foram realizados os seguintes contratos em 2017:

a. **Prestação de serviços de servente e encarregado:** Prestação dos serviços especializados de conservação, limpeza e manutenção simples das rodovias do Distrito Federal, nos Distritos Rodoviários, unidades Administrativas e nas Regiões de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, sob a supervisão do DER/DF.
b. **Fornecimento de emulsão asfáltica:** Fornecimento parcelado de 100 toneladas de Emulsão Asfáltica Catiônica de Ruptura Rápida, tipo RR-2C.

c. **Fornecimento de concreto betuminoso usinado a quente:** Fornecimento de 10.000 toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ para atender às demandas emergenciais de tapa-buracos.
d. **Impermeabilização:** Fornecimento parcelado de 100 toneladas de Emulsão Asfáltica para imprimação (EAI) e impermeabilização de trechos a se recuperar e/ou pavimentar, de rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal –SRDF, a ser utilizado pelo DER-DF.
e. **Fornecimento de emulsão asfáltica:** Fornecimento parcelado de 160 toneladas de Emulsão Asfáltica tipo ruptura média RM -1C.
f. **Remoção de engenhos publicitários e ocupações irregulares das faixas de domínio das rodovias do DF e da RIDE:** Prestação de serviços do tipo remoção de engenhos publicitários e ocupações irregulares das faixas de domínio das rodovias do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital de Pregão nº 042/2015.

2.3 Estudos e Projetos de Engenharia Rodoviária e Controle Tecnológico por administração direta

O Departamento exerce continuamente a elaboração de projetos rodoviários, cálculos de custo, dimensionamento de pavimentos, além de efetivar o controle tecnológico de obras por meio de ensaios normatizados. Além das atividades internas de tecnologia, a articulação com institutos de pesquisas e órgãos técnicos especializados visam desenvolver pesquisas no setor rodoviário; atualizar normas e especificações técnicas sobre execução, conservação, construção, pavimentação, melhoramento de estradas e rodovias; e identificar medidas que possam contribuir para o aprimoramento técnico e redução de custos de obras e serviços.

ATIVIDADES DE PROJETOS REALIZADAS EM 2017		
SERVIÇO	**RODOVIA**	**DESCRIÇÃO**
PROJETO/ANÁLISE	DF-003	DRENAGEM DO TTN
PROJETO/ANÁLISE	DF-003	DRENAGEM DO LTC
PROJETO/ANÁLISE	DF-003	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PROJETO DE DRENAGEM PROFUNDA DA LTC
PROJETO/ANÁLISE	DF-003	ANÁLISES DE OAE (TTN E LTC)
PROJETO/ANÁLISE	DF-180	ANÁLISE ANEL VIARIO - SINALIZAÇÃO DF-180_1
PROJETO/ANÁLISE	DF-180	ANÁLISE ANEL VIARIO - SINALIZAÇÃO DF-180_2
PROJETO/ANÁLISE	DF-290	ANÁLISE ANEL VIARIO - SINALIZAÇÃO DF-290
PROJETO/ANÁLISE	DF-100	ANÁLISE ANEL VIARIO - SINALIZAÇÃO DF-100
PROJETO/ANÁLISE	DF-270	ANÁLISE ANEL VIARIO - SINALIZAÇÃO DF-270
PROJETO/ANÁLISE	DF-180	ANÁLISE ANEL VIARIO - DRENAGEM DF-180_1
PROJETO/ANÁLISE	DF-180	ANÁLISE ANEL VIARIO - DRENAGEM DF-180_2
PROJETO/ANÁLISE	DF-290	ANÁLISE ANEL VIARIO - DRENAGEM DF-290
PROJETO/ANÁLISE	DF-100	ANÁLISE ANEL VIARIO - DRENAGEM DF-100
PROJETO/ANÁLISE	DF-270	ANÁLISE ANEL VIARIO - DRENAGEM DF-270
PROJETO/ANÁLISE	DF-180	ANÁLISE ANEL VIARIO - OBRAS COMPLEMENTARES DF-180_1
PROJETO/ANÁLISE	DF-180	ANÁLISE ANEL VIARIO - OBRAS COMPLEMENTARES DF-180_2
PROJETO/ANÁLISE	DF-290	ANÁLISE ANEL VIARIO -OBRAS COMPLEMENTARES DF-290
PROJETO/ANÁLISE	DF-100	ANÁLISE ANEL VIARIO - OBRAS COMPLEMENTARES DF-100
PROJETO/ANÁLISE	DF-270	ANÁLISE ANEL VIARIO - OBRAS COMPLEMENTARES DF-270
PROJETO/ANÁLISE	DF-001	PROJETO DE OAE- PISTÃO SUL (ALARGAMENTO DO VIADUTO)
PROJETO/ANÁLISE	DF-001	PROJETO DE OAE- PISTÃO SUL (PASSARELA)
PROJETO/ANÁLISE	DF-001	PROJETO DE SINALIZAÇÃO - PISTÃO SUL
PROJETO/ANÁLISE	DF-001	PROJETO DE OBRAS COMPLENTARES - PISTÃO SUL
PROJETO/ANÁLISE	DF-003	PROJETO DE SINALIZAÇÃO - CICLOVIA EPIA
PROJETO/ANÁLISE	DF-445	PROJETO DE ALARGAMENTO DE OAE - DF 445
PROJETO/ANÁLISE	DF-085	PROJETO DE ALARGAMENTO DE OAE DF-085 SOBRE O CORREGO SAMAMBAIA
PROJETO/ANÁLISE	DF-085	PROJETO DE ALARGAMENTO DE OAE DF-085 SOBRE O CORREGO TAGUATINGA
PROJETO/ANÁLISE	DF-085	PROJETO DE ALARGAMENTO DE OAE DF-085 SOBRE A FERROVIA
PROJETO	DF-480	DETALHAMENTO DAS BACIAS DE DETENÇÃO DA UNB
PROJETO DE RODOVIAS	DF-047	ALTERAÇÃO DA GEOMETRIA HORIZONTAL PARA ADEQUAÇÃO EXIGIDA PELO IPHAN
PROJETO DE RODOVIAS	DF-047	ALTERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO (VELOVIDADE E PLACAS)
PROJETO DE RODOVIAS	DF-047	LOCAÇÃO DE AGULHAS PARA DESVIO DE OBRAS
PROJETO DE RODOVIAS	DF-047	LOCAÇÃO DE AGULHAS PARA DESVIO DE OBRAS
PROJETO DE RODOVIAS	LTC	CROQUI DE ALÇA LIGANDO A DF-001 AO LTC
PROJETO DE RODOVIAS	LTC	ALTERAÇÕES DE PLANIMETRIA E ALTIMETRIA DO BALÃO DO COLORADO E RETORNO 2

PROJETO DE RODOVIAS	DF-001	PROJETO PLANIALTIMÉTRICO DE PAVIMETAÇÃO NO TRECHO DF430 A DF-170
PROJETO DE RODOVIAS	DF-001	TRAVESSIA QSD 23
PROJETO DE RODOVIAS	DF-001	DRENAGEM LIGAÇÃO LAGO OESTE
PROJETO DE RODOVIAS	DF-459	TERRACEAMENTO DE ÁREAS DEGRADADAS
PROJETO DE RODOVIAS	DF-463	BACIAS DE CONTENÇÃO
PROJETO DE RODOVIAS	DIVERSAS	PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
PROJETO DE RODOVIAS	DF-095	COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM A INTERSEÇÃO DDA DF-087
PROJETO DE CICLOVIAS	DF-003	PROJETO COMPLETO (GEOMETRIA, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E ETC) DE CICLOVIA NO TRECHO DF-051 A DF-007
PROJETO DE CICLOVIAS	DF-003	ALTERAÇÃO DOS PROJETOS DA DF-003 APÓS VISITA EM CAMPO
PROJETO DE CICLOVIAS	DF-009	PROJETO DE SINALIZAÇÃO DA CICLOFAIXA
PROJETO DE CICLOVIAS	DF-047	PROJETO DE CALÇADAS E CICLOVIA
PROJETO DE CICLOVIAS	DF-087	PROJETO COMPLETO DE CICLOVIA E BACIAS
PROJETO DE CICLOVIAS	DF-001	ESTUDO PROJETO DE CICLOVIA PISTÃO SUL
PROJETO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL	DF-295	PONTE CÓRREGO PONTINHA
PROJETO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL	DF-120	PONTE CÓRREGO LAMARÃO
PROJETO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL	DF-290	PONTE RIBEIRÃO SANTA MARIA
PROJETO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL	DF-001	ALARGAMENTO VIADUTO METRÔ
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-003	CONSULTA FAIXA DE DOMÍNIO DF-003
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-035	CONSULTA FAIXA DE DOMÍNIO DF-035
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-140	CONSULTA FAIXA DE DOMÍNIO DF-140
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-015	CONSULTA FAIXA DE DOMÍNIO DF-015
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-079	CONSULTA FAIXA DE DOMÍNIO DF-079
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-001	ACESSO AO EMPREENDIMENTO SYS PARTICIPÇÕES LTDA
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-004	AUTORIZAÇÃO PARA TRAVESSIA NA DF-004 DE REDE ELÉTRICA DA CEB SUBTERRÂNEA
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-001	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-003	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA CLARO S.A
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-003	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA HICOM - AUTERAÇÃO DE PROJETO
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-003	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA BRASIL TELECOM
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-003	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA OI TELEMONT
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-003	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA OI TELEMONT
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-003	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA OI TELEMONT
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-001	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA CELERIX
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-035/025	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA VIVO
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-009	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA VIVO
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-047	SOLICITAÇÃO DE REDE ÓPTICA DA SEAL TELECOM
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-440	INTERFERÊNCIAS REDES PLUVIAIS PARA IMPLANTAÇÃO NA DF-440
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-001	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA CAESB
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-150	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA CAESB

CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-004	REMANENJAMENTO DO INTERCEPTOR ASA SUL SHCS 414 - ETE SUL
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-075	REMANENJAMENTO DO INTERCEPTOR ASA SUL SHCS 414 - ETE SUL
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-002/DF-003	CONSULTA TELEFÔNICA/VIVO - PROJETOS BRT+LTC+TTN-UTM-SIRGAS
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-009	SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO - AMERICEL
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-005	SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO - AMERICEL
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-009	SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO - AMERICEL
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-001	SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO - AMERICEL
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-001	SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO - AMERICEL
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-025	SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO - AMERICEL
CONSULTA E CONFRONTAÇÃO DE FAIXA DE DOMINIO	DF-075	SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO - AMERICEL
RELATÓRIO/ VISTORIA	DF-250	DRENAGEM PLUVIAL NA DF-250
RELATÓRIO/ VISTORIA	DF-230	DRENAGEM PLUVIAL NA DF-230, TRECHO ENTRE A DF-128 E DF-130
VISTORIA		DF-463, DF-290, TTN, LTC, PORTO PILAR, PORTO RICO, DF-140, DF-250, DF-230, DF-079, DF-085, DF-047, DENTRE OUTRAS.
VISTORIA	DF-001	VISTORIA DF-001 LAGO OESTE
VISTORIA	DF-100	VISTORIA DF-100
VISTORIA	DF-150	VISTORIA -DF150 TUNEL E GALERIA
VISTORIA	DF-290	VISTORIAS NA DF-290
VISTORIA	DF-003	VISTORIA DF-003 EIXÃO
VISTORIA	DF-003	VISTORIA EPIA NORTE
VISTORIA	DF-085	VISTORIA EPTG
VISTORIA	DF-001	VISTORIA LAGO NORTE
VISTORIA	DF-047	VISTORIA DF-047
VISTORIA	DF-281	VISTORIA DF-281
VISTORIA	DF-463	VISTORIA DF-463
VISTORIA	DF-480	VISTORIAS DF-480 UNB GAMA
VISTORIA	DF-001	VISTORIAS PISTÃO SUL
VISTORIA	DF-003	VIASTORIAS TTN
VISTORIA	VC-531	VISTORIA VC-531
VISTORIA	DF-001	VISTORIA DF-001 PASSARELA
VISTORIA	DF-295	VISTORIA DF-295 CORREGO PONTINHA
VISTORIA	DF-120	VISTORIA DF-120 CORREGO LAMARÃO
VISTORIA		VISTORIA RIBEIRÃO QUILOMBO
VISTORIA	DF-140	VISTORIA RIBEIRÃO SANTANA DF-140
VISTORIA	VC-533	VISTORIAS VC-533
VISTORIA	DF-087	VISTORIA DF-087 EPVL
RELATÓRIO	DF-047	VIADUTO SOBRE A DF-047 (EPAR) - RETORNO E ACESSO AO TERMINAL 2
RELATÓRIO	DF-140	LANÇAMENTO FINAL DO CONDOMÍNIO SANTA BÁRBARA NA FAIXA DE DOMÍNIO DA DF-140
RELATÓRIO	DF-079	A DRENAGEM PLUVIAL DA DF-079 MPDFT
RELATÓRIO	DF-290	PROVIDÊNCIAS PARA O LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO RIBEIRÃO SANTA MARIA (SEÇÕES), JUNTO A ADASA E AO CORPO DE BOMBEIROS/REUNIÃO NA SECRETARIA DE OBRAS
RELATÓRIO	DF-130	RELATÓRIO SOBRE A DRENAGEM PLUVIAL DA FERTCON - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, NA DF-130, LM 29
ESTUDO	DF-290	ESTUDOS HIDROLÓGICOS DA BACIA DO CÓRREGO SANTA MARIA

ANÁLISE/PARECER	DF-290	PROJETO EXECUTIVO DE READEQUAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL DO EMPREENDIMENTO MZ LOG NA DF-290.
ANÁLISE/PARECER	DF-290	PORTO PILAR
TREINAMENTO		CURSO DE MICROSTATION
ADMINISTRATIVO		INSTRUÇÃO DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVO		ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DIVERSOS PARA ENCAMINHAR PARA CEB, CORPO DE BOMBEIROS, JM, EXECUTORES DE CONTRATO, DENTRE OUTROS
PROJETOS EM ANDAMENTO	DF-001	PROJETO DE SINALIZAÇÃO,DRENAGEM DRENAGEM E CICLOVIA DA PAVIMENTAÇÃO NO TRECHO DF-430 A DF-170
PROJETOS EM ANDAMENTO	DF-047	MAPA DE CONECÇÕES DAS CICLOVIAS

Fonte: Gerência de Projetos / Superintendência Técnica

ORÇAMENTOS REALIZADOS EM 2017

ITEM	DESCRIÇÃO DO ORÇAMENTO	TIPO DE ORÇAMENTO / ATIVIDADE	MÊS 2017
1	OBRA DE DUPLICAÇÃO DE 1,39 KM DA RODOVIA DF-451	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	JAN
2	SUPERVISÃO BRT EIXO NORTE	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	JAN
3	CONSULTORIA DE ANÁLISE DE PROJETO DE SOLO MOLE DA DF-047	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	JAN
4	PROCESSO 0113-017785-2016- RESSARCIMENTO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL	RESSARCIMENTO	JAN
5	QUESTIONAMENTO - SA Nº 12_2016-AUDITORIA BRT NORTE	QUESTIONAMENTO	JAN
6	QUESTIONAMENTO SA Nº 02 SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA	QUESTIONAMENTO	JAN
7	SUPERVISÃO LIGAÇÃO TORTO COLORADO	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	FEV
8	ANEL VIÁRIO ANÁLISE DO ORÇAMENTO	ESTUDO	FEV
9	IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PÓRTICOS - SUTRAN	ESTUDO	FEV
10	QUESTIONAMENTO TRIER EDITAL CC-004_2016_DF-047	QUESTIONAMENTO	FEV
11	BRTSUL ST03 E ST04	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	FEV
12	REFORMA DOS BANHEIROS E VESTIÁRIOS	ORÇAMENTO DE OBRA	FEV
13	QUESTIONAMENTO RIO PLATENSE EMAIL	QUESTIONAMENTO	FEV
14	DATA BASE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL 790 3 - PROCESSO 0113.007572_2013	ESTUDO	FEV
15	PASSARELA NOVA COLINA BR 020 KM - 08	ORÇAMENTO DE OBRA	FEV
16	PASSARELA NOVA COLINA BR 020 KM - 12,1	ORÇAMENTO DE OBRA	FEV
17	SERVIÇO DE APOIO AO TRÂNSITO- SUTRAN	ORÇAMENTO DE SERVIÇO	MAR
18	ALAMBRADO DISTRITOS	ORÇAMENTO DE OBRA	MAR
19	ATUALIZAÇÃO SEDE GECOP	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	MAR
20	ELABORAÇÃO DE MANUAL DE ACESSOS RODOVIÁRIOS	ORÇAMENTO DE SERVIÇO	MAR
21	ATUALIZAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE PLACAS	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	MAR
22	ALTERAÇÃO - SERVIÇO DE APOIO AO TRÂNSITO 113.010939-2015	ORÇAMENTO DE SERVIÇO	MAR
23	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOSTTN SISDOC 3585_2017R	APROVAÇÃO DE PREÇO	MAR
24	QUESTIONAMENTO JM TERRAPLENAGEM CC-004_2016_DF-047	QUESTIONAMENTO	MAR
25	PLANTIO DE MUDAS VC-533	ORÇAMENTO DE OBRA	ABR
26	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - TORTO COLORADO SISDOC 5291_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	ABR
27	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - TTN SISDOC 4740_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	ABR
28	RESTAURAÇÃO DA DF-001 PISTÃO SUL	ORÇAMENTO DE OBRA	MAI
29	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS TORTO COLORADO SISDOC 5291_2017C REVISADO 02	APROVAÇÃO DE PREÇO	MAI

30	QUESTIONAMENTO MEMORANDO 05-2017 - SUOBRA SISDOC 7396_2017C- HL TERRAPLENAGEM	QUESTIONAMENTO	MAI
31	QUESTIONAMENTO - MEMORANDO 14-2017 - DF035 SISDOC 6914_2017C	QUESTIONAMENTO	MAI
32	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - TORTO COLORADO SISDOC 5291_2017C REVISADO	APROVAÇÃO DE PREÇO	MAI
33	QUESTIONAMENTO MEMORANDO 26-2017 - TTN SISDOC 6518_2017C	QUESTIONAMENTO	MAI
34	RESTAURAÇÃO E CICLOVIA E DRENAGEM NA DF087_EPVL	ORÇAMENTO DE OBRA	JUN
35	ALARGAMENTO DA PONTE DO RIBEIRÃO DO RODEADOR	ORÇAMENTO DE OBRA	JUN
36	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS AO CONTRATO Nº. 018/2014 – LIGAÇÃO TORTO-COLORADO	APROVAÇÃO DE PREÇO	JUN
37	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - TORTO COLORADO SISDOC 5291_2017C REVISADO 03	APROVAÇÃO DE PREÇO	JUN
38	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - TTN-VIA	APROVAÇÃO DE PREÇO	JUN
39	EXECUÇÃO DE PLANTIO DE MUDAS NATIVAS NA RODOVIA DF-005	ORÇAMENTO DE OBRA	JUL
40	EXECUÇÃO DE PLANTIO DE MUDAS NATIVAS - PARQUE ECOLÓGICO TRÊS MENINAS	ORÇAMENTO DE OBRA	JUL
41	QUESTIONAMENTO CC 002_2017_HL TERRAPLENAGEM	QUESTIONAMENTO	JUL
42	QUESTIONAMENTO CC 002_2017_PENTAG	QUESTIONAMENTO	JUL
43	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS- SERVIÇOS NOVOS - TTN SISDOC 10938_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	JUL
44	ALARGAMENTO DE PONTES EPTG QUESTIONAMENTO DAN ENGENHARIA_LPI 004 2013 SEMOB	QUESTIONAMENTO	AGO
45	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - HL ENGENHARIA NOVOS PREÇOS	APROVAÇÃO DE PREÇO	AGO
46	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - LK CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM_SISDOC 13234_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	AGO
47	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS -JM TERRAPLENAGEM_SISDOC 12995_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	AGO
48	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS -STE-PBA_SISDOC 11413_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	AGO
49	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - HL ENGENHARIA SISDOC 12402_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	AGO
50	REANÁLISE INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS -STE-PBA_SISDOC 11413_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	AGO
51	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - VC 533 LÉO E BORBA	APROVAÇÃO DE PREÇO	AGO
52	ORÇ. 896_1- DUPLICAÇÃO DF-250	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	SET
53	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - JJPP CONSTRUTORA_PASSARELA DF-020	APROVAÇÃO DE PREÇO	SET
54	PROCESSO 113.003945-2015 - TAXA DE OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS DER	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	SET
55	ORÇ. PONTE DF-290 ESTIMATIVA	ESTUDO	SET
56	CICLOVIA DA EPIA DF-003	ORÇAMENTO DE OBRA	OUT
57	RESTAURAÇÃO DF-463_ESTIMATIVA CIDE	ESTUDO	OUT
58	RESTAURAÇÃO DA IMPERMEABILIZAÇÃO - RESERVATÓRIO SUPERIOR - SEDE	ORÇAMENTO DE OBRA	OUT
59	INCLUSÃO DE NOVOD PREÇOS - HL ENGENHARIA NOVOS PREÇOS 113.004490_2015	APROVAÇÃO DE PREÇO	OUT
60	REANÁLISE INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS VIA ENGENHARIA_TTN SISDOC 16423_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	OUT
61	EDITAL Nº 004/2017 – VC – 533 PLANTIO DE MUDAS NATIVAS DO CERRADO	QUESTIONAMENTO	OUT
62	ESTIMATIVA ALAMBRADO E BDCC	ESTUDO	OUT
63	CONSTRUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA DF-001 (EPCT) DF-430/DF170	ESTUDO	NOV
64	CONSTRUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA VICINAL ESTRADA DO SOL - SÃO SEBASTIÃO	ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	NOV

65	DF-047_EPAR_DF-002_ERS-ERN_BRT-EIXO SUL	ORÇAMENTO DE OBRA	NOV
66	DESATIVAÇÃO E REMOÇÃO DE TANQUES	ESTUDO	NOV
67	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS – CONTRATO Nº 29/2017 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA GECOP	APROVAÇÃO DE PREÇO	NOV
68	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS - JJPP CONSTRUTORA_PASSARELA DF-020 ALAMBRADO	APROVAÇÃO DE PREÇO	NOV
69	REANÁLISE DE INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS- RIO ALAGADO -PROCESSO 113.005322_2016	APROVAÇÃO DE PREÇO	NOV
70	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS VIA ENGENHARIA_TTN SISDOC 16423_2017C	APROVAÇÃO DE PREÇO	NOV
71	INTERSEÇÃO ENTRE DF-051_DF-003	ESTUDO	DEZ
72	IMPERMEABILIZAÇÃO DA CALHA CENTRAL DO EDIFÍCIO SEDE DER/DF	ORÇAMENTO DE OBRA	DEZ
73	DECISÃO Nº 5841/2017 CICLOVIA DA EPIA	QUESTIONAMENTO	DEZ
74	INCLUSÃO DE NOVOS PREÇOS – CONTRATO Nº 12/2017 – OAE – RIO ALAGADO	APROVAÇÃO DE PREÇO	DEZ
75	ESTUDO DO ORÇAMENTO POSTO PRF - DEMANDA ENG. ROGÉRIO (SUTEC)	ESTUDO	DEZ

Fonte: Gerência de Orçamentos / Superintendência Técnica

ATIVIDADES DE TOPOGRAFIA REALIZADAS EM 2017			
ITEM	**LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**		
1.0	VC-351	UNIDADE	QUANTIDADE
1.1	2ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.019036/2016	PÇ	1
2.0	DF-130	UNIDADE	QUANTIDADE
2.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.014931/2016)	PÇ	1
3.0	DF-087 (DF-085_DF-095)	UNIDADE	QUANTIDADE
3.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	8
3.2	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO (CADASTRO)	PT	1055
3.3	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO (SEÇ. TRANSVERSAIS/VARREDURA)	PT	12233
3.4	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS E MODELAGEM DIGITAL DO TERRENO)	%	100
4.0	DF-295	UNIDADE	QUANTIDADE
4.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.022502/2016)	PÇ	1
5.0	DF-180	UNIDADE	QUANTIDADE
5.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.0021851/2016)	PÇ	1
5.2	ANÁLISE DO PROCESSO (113.0021852/2016)	PÇ	1
6.0	DF-128/DF-205	UNIDADE	QUANTIDADE
6.1	2ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.014730/2016)	PÇ	1
7.0	DF-001	UNIDADE	QUANTIDADE
7,1	2ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.013971/2016)	PÇ	1
8.0	DF-335	UNIDADE	QUANTIDADE
8,1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.023744/2016)	PÇ	1
9.0	DF-295	UNIDADE	QUANTIDADE
9.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.009821/2015)	PÇ	1
10.0	DF-206	UNIDADE	QUANTIDADE
10.1	3ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.000683/2016)	PÇ	1
11.0	DF-475/VC-341	UNIDADE	QUANTIDADE
11.1	4ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.008703/2012)	PÇ	1
12.0	DF-483	UNIDADE	QUANTIDADE
12.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.019567/2016)	PÇ	1
13.0	DF-140	UNIDADE	QUANTIDADE
13.1	2ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.019567/2013)	PÇ	1
14.0	BR-020 (PASSARELA NOVA COLINA)	UNIDADE	QUANTIDADE
14.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	2
14.2	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO (CADASTRO E SEÇÃO)	PT	333
14.3	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS E MODELAGEM DIGITAL DO TERRENO)	%	100
15.0	DF-001 (BR-020/AO KM 120)	UNIDADE	QUANTIDADE
15.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	127

15.2	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS)	%	100
16.0	DF-128	UNIDADE	QUANTIDADE
16.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.006495/2017)	PÇ	1
17.0	DF-206	UNIDADE	QUANTIDADE
17.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.004340/2017)	PÇ	1
18.0	DF-180	UNIDADE	QUANTIDADE
18.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.004806/2017)	PÇ	1
19.0	DF-130 (TERRACAP)	UNIDADE	QUANTIDADE
19.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.021216/2016)	PÇ	1
20.0	DF-290 CÓRREGO SANTA MARIA	UNIDADE	QUANTIDADE
20.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	3
20.2	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO (CADASTRO)	PT	445
20.3	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO (SEÇ. TRANSVERSAIS/VARREDURA)	PT	688
20.4	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS E MODELAGEM DIGITAL DO TERRENO)	%	100
21.0	DF-128	UNIDADE	QUANTIDADE
21.1	2ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.018684/2016)	PÇ	1
22.0	DF-005	UNIDADE	QUANTIDADE
22.1	OFICIO Nº 201/2017 TERRACAP	PÇ	1
23.0	DF-371	UNIDADE	QUANTIDADE
23.1	OFICIO Nº 223/2017 TERRACAP	PÇ	1
24.0	DF-280(BR-060_SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO)	UNIDADE	QUANTIDADE
24.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	35
24.2	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO (CADASTRO)	PT	3032
24.3	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO (SEÇ. TRANSVERSAIS/VARREDURA)	PT	32821
24.4	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS E MODELAGEM DIGITAL DO TERRENO)	%	100
25.0	DF-150/DF-003	UNIDADE	QUANTIDADE
25.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.007642/2017)	PÇ	1
26.0	DF-100	UNIDADE	QUANTIDADE
26.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.009060/2017)	PÇ	1
27.0	DF-206/VC-505	UNIDADE	QUANTIDADE
27.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.006074/2016 E 113.000683/2016)	PÇ	2
28.0	DF-205	UNIDADE	QUANTIDADE
28.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.010065/2017)	PÇ	1
29.0	DF-140	UNIDADE	QUANTIDADE
29.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.010068/2017)	PÇ	1
30.0	DF-190	UNIDADE	QUANTIDADE
30.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.010066/2017)	PÇ	1
30.2	2ªANÁLISE DO PROCESSO (113.010066/2017)	PÇ	1
31.0	DVS LOTE DO DER-DF	UNIDADE	QUANTIDADE
31.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	4
31.2	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO (CADASTRO)	PT	532
31.3	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO (SEÇ. TRANSVERSAIS/VARREDURA)	PT	2294
31.4	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS E MODELAGEM DIGITAL DO TERRENO)	%	100
32.0	DF-130/DF-355	UNIDADE	QUANTIDADE
32.1	SIDOC 359/2017R	PÇ	1
33.0	DF-150	UNIDADE	QUANTIDADE
33.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.009059/2017)	PÇ	1
34.0	DF-001/003	UNIDADE	QUANTIDADE
34.1	SIDOC 5938/2017C	PÇ	1
35.0	DF-047	UNIDADE	QUANTIDADE
35.1	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO (CADASTRO)	PT	20
35.2	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS)	%	100
36.0	DF-140	UNIDADE	QUANTIDADE
36.1	SIDOC 5932/2017C	PÇ	1
37.0	DF-270/DF-322	UNIDADE	QUANTIDADE
37.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.011055/2017)	PÇ	1
38.0	DF-DF-295/100/VC-471	UNIDADE	QUANTIDADE
38.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.012862/2017)	PÇ	1
ITEM	LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		
39.0	DF-140	UNIDADE	QUANTIDADE

39.1	REANÁLISE DO PROCESSO (113.010068/2017)	PÇ	1
40.0	DF-100	UNIDADE	QUANTIDADE
40.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.014651/2017)	PÇ	1
41.0	DF-459	UNIDADE	QUANTIDADE
41.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.015735/2017)	PÇ	1
42.0	DF-180	UNIDADE	QUANTIDADE
42.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.013670/2017)	PÇ	1
43.0	DF-100	UNIDADE	QUANTIDADE
43.1	2ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.014651/2017)	PÇ	1
44.0	DF-128	UNIDADE	QUANTIDADE
44.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	2
45.0	DF-003 (CICLOVIA)	UNIDADE	QUANTIDADE
45.1	POLIGONAL	KM	2.6
45.2	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO (CADASTRO)	PT	1494
45.3	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO (SEÇ. TRANSVERSAIS/VARREDURA)	PT	4603
45..4	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS E MODELAGEM DIGITAL DO TERRENO)	%	100
46.0	DF-295(DF-130/ BR251)	UNIDADE	QUANTIDADE
46.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	19
46.2	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO (CADASTRO)	PT	826
46.3	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO (SEÇ. TRANSVERSAIS/VARREDURA)	PT	14271
46.4	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS)	%	100
47.0	VC 467	UNIDADE	QUANTIDADE
47.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.016687/2017)	PÇ	1
48.0	DF-047	UNIDADE	QUANTIDADE
48.1	LOCAÇÃO DE PONTOS NOTÁVEIS	PT	12
49.0	DF-001 (LAGO OESTE)	UNIDADE	QUANTIDADE
49.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	5
50.0	DF-230	UNIDADE	QUANTIDADE
50.1	5ºANÁLISE DO PROCESSO (113.016075/2014)	PÇ	1
51.0	DF-250	UNIDADE	QUANTIDADE
51.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.0024487/2017)	PÇ	1
52.0	DF-002	UNIDADE	QUANTIDADE
52.1	CADASTRO DE PLACAS	PT	30
52.2	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS)	%	100
53.0	DF-190/DF-280	UNIDADE	QUANTIDADE
53.1	2ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.013860/2014)	PÇ	1
54.0	VC-351	UNIDADE	QUANTIDADE
54.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.018686/2016)	PÇ	1
55.0	DF-002 (VIADUTO GALERIA DOS ESTADOS)	UNIDADE	QUANTIDADE
55.1	LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO (SEÇ. TRANSVERSAIS/VARREDURA)	PT	617
56.0	DF-250/DF-130	UNIDADE	QUANTIDADE
56.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.024487/2017)	PÇ	1
57.0	DF-430	UNIDADE	QUANTIDADE
57.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.025483/2017)	PÇ	1
58.0	DF-135	UNIDADE	QUANTIDADE
58.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.023030/2017)	PÇ	1
59.0	DF-190	UNIDADE	QUANTIDADE
59.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.023515/2017)	PÇ	1
60.0	DF-150/DF-230	UNIDADE	QUANTIDADE
60.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.006972/2017)	PÇ	1
61.0	DF-128/DF-205	UNIDADE	QUANTIDADE
61.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.021965/2017)	PÇ	1
62.0	DF-270	UNIDADE	QUANTIDADE
62.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.026145/2017)	PÇ	1
63.1	DF-435	UNIDADE	QUANTIDADE
63.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.025390/2017)	PÇ	1
64.0	DF-250	UNIDADE	QUANTIDADE

64.1	1ª ANÁLISE DO PROCESSO (113.025703/2017)	PÇ	1
65.0	DF-087 (DF-085_DF-095)	UNIDADE	QUANTIDADE
65.1	POLIGONAL (IMP. DE MARCOS COM GPS)	PT	5
65.2	FAIXA DE DOMÍNIO (LOCAÇÃO)	KM	2,6
66.0	DF-295	UNIDADE	QUANTIDADE
66.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.028229/2017)	PÇ	1
67.0	DF-002 (VIADUTO GALERIA)	UNIDADE	QUANTIDADE
67.1	AUTOMAÇÃO DE DADOS (CÁLCULOS, DESENHOS)	KM	1,2
68.0	DF-483	UNIDADE	QUANTIDADE
68.1	ANÁLISE DO PROJETO EXECUTIVO	PÇ	15
68.2	CONFERENCIA DE MARCOS COM GPS)	PT	6
69.0	DF-250/DF-130	UNIDADE	QUANTIDADE
69.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.025704/2017)	PÇ	1
70.0	DF-180	UNIDADE	QUANTIDADE
70.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.0287260/2017)	PÇ	1
71.0	DF-205	UNIDADE	QUANTIDADE
71.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.028931/2017)	PÇ	1
72.0	DF-205	UNIDADE	QUANTIDADE
72.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.028932/2017)	PÇ	1
73.0	DF-205	UNIDADE	QUANTIDADE
73.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.028933/2017)	PÇ	1
74.0	DF-250	UNIDADE	QUANTIDADE
74.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.025702/2017)	PÇ	1
75.0	DF-180	UNIDADE	QUANTIDADE
75.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.027260/2017)	PÇ	1
76.0	BR-020	UNIDADE	QUANTIDADE
76.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.029172/2017)	PÇ	1
77.0	VC-561	UNIDADE	QUANTIDADE
77.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.027477/2017)	PÇ	1
78.0	VC-371	UNIDADE	QUANTIDADE
78.1	ANÁLISE DO PROCESSO (113.0050848/2017)	PÇ	1
78.2	ANÁLISE DO PROCESSO (113.0050790/2017)	PÇ	1

Fonte: Gerência de Topografia / Superintendência Técnica

ENSAIOS E ATIVIDADES REALIZADAS EM LABORATÓRIO DE ASFALTO E CONCRETO, 2017		
ESPECIFICAÇÃO	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**
ÀGUA DESTILADA	ATIVIDADE	140
DESTILAÇÃO/RECUPERAÇÃO DE SOLVENTE (TRICLOROETILENO)	ATIVIDADE	310
MASSA ESPECÍFICA DE AGREGADOS GRAÚDO E MIÚDO	ENSAIO	70
EMULSÃO - RESÍDUO POR EVAPORAÇÃO	ENSAIO	4
ROMPIMENTO DE CORPO DE PROVA DE CONCRETO	ENSAIO	908
SLUMP TEST	ENSAIO	305
MOLDAGEM DE CORPO DE PROVA DE CONCRETO	ENSAIO	908
DENSIDADE DE CORPOS DE PROVA CBUQ	ENSAIO	853
CORTE DE ASFALTO (M)	ATIVIDADE	692
EQUIVALENTE DE AREIA	ENSAIO	66
EXTRAÇÃO DE BETUME	ENSAIO	684
COMPRESSÃO DIAMETRAL DE CORPO DE PROVA DE CBUQ	ENSAIO	257
COMPRESSÃO MARSHALL DE CORPO DE PROVA DE CBUQ	ENSAIO	392
EXTRAÇÃO DE CORPO DE PROVA DE CBUQ	ATIVIDADE	359

RESTAURAÇÃO DE FUROS DE BROCA	ATIVIDADE	359
GRANULOMETRIA DE AGREGADOS	ENSAIO	84
VERIFICAÇÃO DA RETRORREFLETIVIDADE	ATIVIDADE	93
MANCHA DE AREIA	ENSAIO	84
LEVANTAMENTO DE ÁREAS A RECUPERAR (KM)	ATIVIDADE	324,2
LEVANTAMENTO COM TRELIÇA (KM)	ATIVIDADE	235,96
MARCAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ÁREAS A RECUPERAR (KM)	ATIVIDADE	224,26
CONTROLE DE APLICAÇÃO DE ASFALTO DILUÍDO	ENSAIO	13
VIGA BENKELMANN (KM)	ATIVIDADE	104,70
ENSAIOS DE MICROESFERAS	ENSAIO	56
RESÍDUO POR EVAPORAÇÃO (EMULSÃO)	ENSAIO	4
ENSAIOS DE CAP 50/70 (DENSIDADE)	ENSAIO	2

Fonte: Núcleo de Laboratório de Asfalto, Concreto e de Acompanhamento de Campo / Superintendência Técnica

ESTUDOS TÉCNICOS (LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO) PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO PAVIMENTO EM 2017
DF-002 (TOTALIDADE - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-004 (TOTALIDADE - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-010 (TOTALIDADE - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-011 (TOTALIDADE - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-025 (TOTALIDADE - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-051 (TOTALIDADE - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-003 (EM ANDAMENTO - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-001 - PISTÃO NORTE (EM ANDAMENTO - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-001 - DF-075/BR-060 (EM ANDAMENTO - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-075 (EM ANDAMENTO - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-085 (EM ANDAMENTO - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)
DF-095 (EM ANDAMENTO - TODAS AS FAIXAS DESTA RODOVIA DISTRITAL)

Fonte: Núcleo de Laboratório de Asfalto, Concreto e de Acompanhamento de Campo

ACOMPANHAMENTO (CONTROLE TECNOLÓGICO) NAS OBRAS EM EXECUÇÃO EM 2017
DF-003 - LIGAÇÃO TORTO COLORADO: 1) MOLDAGEM E ROMPIMENTO DOS CORPOS DE PROVAS DE CONCRETO EM VIADUTO EM EXECUÇÃO PELA CONTRATADA JM TERRAPLENAGEM; 2) ELABORAÇÃO DO TRAÇO DE CBUQ QUE SERÁ UTILIZADO NA OBRA, NO LABORATÓRIO DA CONTRATADA JM TERRAPLENAGEM.
DF-087 - RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO: ELABORAÇÃO DO TRAÇO DE CBUQ QUE SERÁ UTILIZADO NA OBRA, NO LABORATÓRIO DA CONTRATADA JM TERRAPLENAGEM.
DF-047 - BALÃO DO AEROPORTO / PARTE DA DF-025: EXECUÇÃO DA CAMADA DE MICRO-REVESTIMENTO.

Fonte: Núcleo de Laboratório de Asfalto, Concreto e de Acompanhamento de Campo / Superintendência Técnica

ENSAIOS E ATIVIDADES REALIZADAS EM LABORATÓRIO DE SOLOS, 2017	
ESPECIFICAÇÃO: ENSAIO/ATIVIDADE	**UNIDADES**
SONDAGEM E COLETA DE MATERIAIS	125
COLETA DE MATERIAIS	309
PREPARAÇÃO DE AMOSTRA DE SOLOS	434
INDICE DE SUPORTE CALIFORNIA	430
COMPACTAÇÃO DE SOLOS	34
GRANULOMETRIA	428
LIMITE DE LIQUIDEZ	392
LIMITE DE PLASTICIDADE	392
DENSIDADE IN SITU	67
DENSIDADE REAL DOS SOLOS	9
DENSIDADE SOLTA	22
SEDIMENTAÇÃO	0
LENÇOL D'AGUA	2

Fonte: Núcleo de Laboratório de Solos e de Acompanhamento de Campo / Superintendência Técnica

ACOMPANHAMENTOS DE CAMPO REALIZADOS EM EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS, 2017	
ENSAIO	**UNIDADES**
DENSIDADE IN SITU DE CAMADA DE BASE	328
DENSIDADE IN SITU DE CAMADA DE SUB-BASE	312
DENSIDADE IN SITU DE CAMADA DE SUBLEITO	87
DENSIDADE IN SITU DE CAMADA DE ATERRO	33
DENSIDADE IN SITU DE CAMADA DE REFORÇO	6
TOTAL	**766**

Fonte: Núcleo de Laboratório de Solos e de Acompanhamento de Campo / Superintendência Técnica

2.4 Ocupação de Faixa de Domínio

O DER/DF desempenhou, em 2017, atividades de monitoramento e fiscalização da ocupação das Faixas de Domínio das Vias e Rodovias integrantes do SRDF conforme demonstram os seguintes levantamentos:

RENOVAÇÕES DE LICENÇAS REALIZADAS EM 2017				
TIPO DE OCUPAÇÃO	**1º QUADRIM.**	**2º QUADRIM.**	**3º QUADRIM.**	**TOTAL**
QUIOSQUES, TRAILERS E/OU SIMILARES	25	90	39	**154**
ENGENHOS PUBLICITÁRIOS	184	293	174	**651**
ÁREA PARA EVENTOS, ESTACIONAMENTO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	7	12	2	**21**
PLACA DE LOCALIZAÇÃO E TOTEM DE POSTO	26	28	8	**62**
TOTAL	**242**	**423**	**223**	**888**

Fonte: Superintendência de Operações do DER/DF

LICENÇAS NOVAS CONCEDIDAS/REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÕES NO SRDF EM 2017				
TIPO DE OCUPAÇÃO	**1º QUADRIM.**	**2º QUADRIM.**	**3º QUADRIM.**	**TOTAL**
QUIOSQUES, TRAILERS E/OU SIMILARES	2	2	4	**8**
ÁREA PARA EVENTOS, ESTACIONAMENTO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	10	18	15	**43**
PLACA DE LOCALIZAÇÃO E TOTEM DE POSTO	0	0	0	**0**
ÍCONE DE DIVULGAÇÃO	0	0	1	**1**
ENGENHOS PUBLICITÁRIOS	26	29	15	**70**
TOTAL	**38**	**49**	**35**	**122**

Fonte: Superintendência de Operações do DER/DF

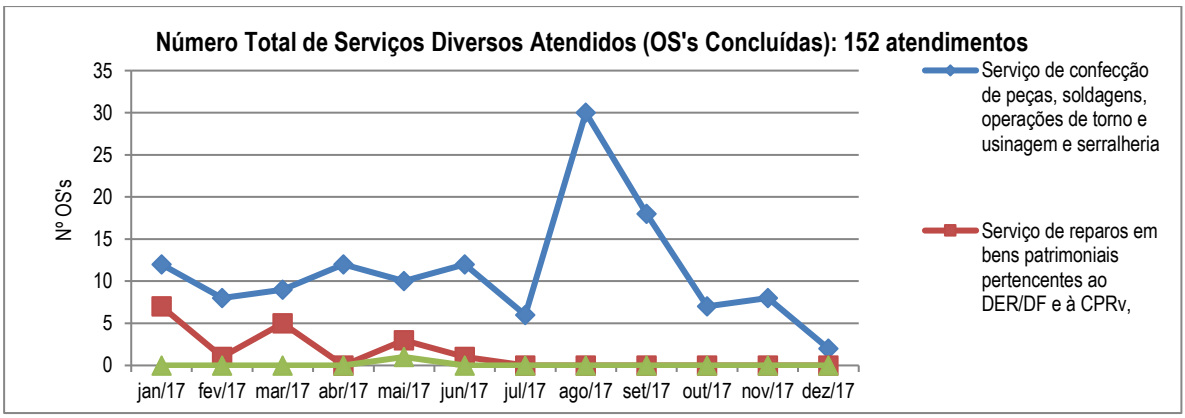
FISCALIZAÇÕES DE FAIXAS DE DOMÍNIO EM 2017				
RELATÓRIO	**1º QUADRIM.**	**2º QUADRIM.**	**3º QUADRIM.**	**TOTAL**
VISTORIA	61	72	134	**267**
FISCALIZAÇÃO	45	44	40	**129**
OPERAÇÃO	129	149	119	**397**
AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	44	94	49	**187**
AUTOS DE EMBARGO	7	3	6	**16**
AUTOS DE APREENSÃO/REMOÇÃO	32	42	23	**97**
LEVANTAMENTO	3	1	1	**5**
TOTAL	**321**	**405**	**372**	**1098**

Fonte: Superintendência de Operações do DER/DF

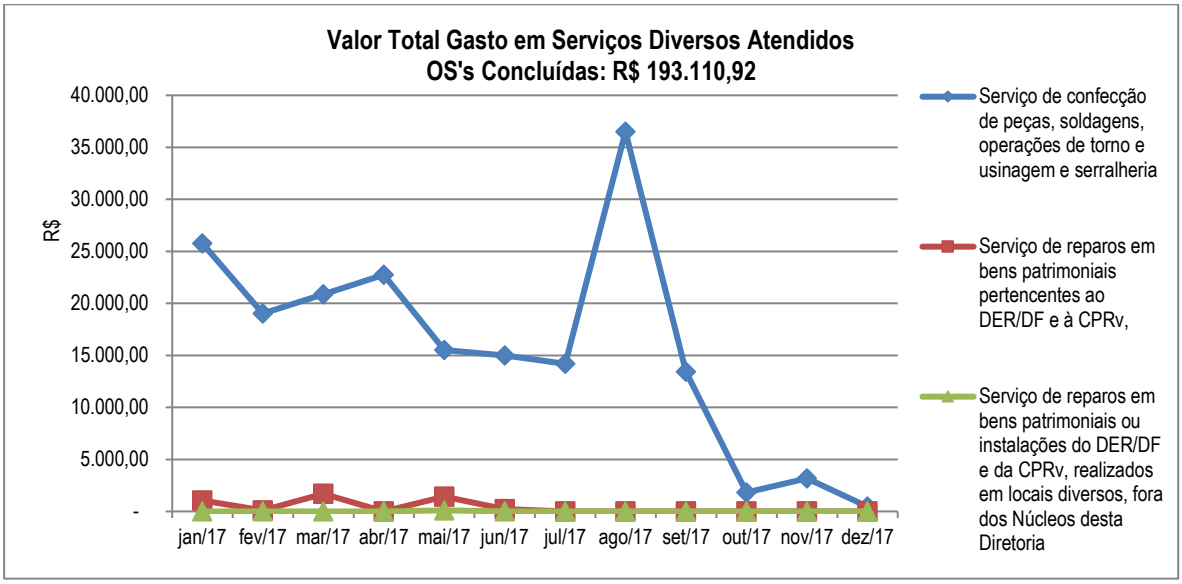
ARRECADAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO POR SERVIÇO EM 2017				
ARRECADAÇÃO FAIXA DE DOMÍNIO POR SERVIÇO	**1º QUADRIM.**	**2º QUADRIM.**	**3º QUADRIM.**	**TOTAL**
OCUPAÇÕES DE FAIXA DE DOMÍNIO	1.804.686,53	1.965.781,00	2.000.593,61	5.771.061,14
TAXAS DE VISTORIA	15.615,69	13.171,40	23.229,56	52.016,65
TAXAS DE ANÁLISE DE PROJETOS	8.701,26	6.226,58	21.872,87	36.800,71
TAXAS DE CONFRONTAÇÃO	3.352,74	4.470,32	10.617,01	18.440,07
MATERIAIS APREENDIDOS	37.979,38	32.038,11	25.034,51	95.052,00
TOTAL ARRECADADO	**1.871.533,00**	**2.022.884,81**	**2.082.544,96**	**5.973.370,57**

Fonte: Superintendência de Operações do DER/DF

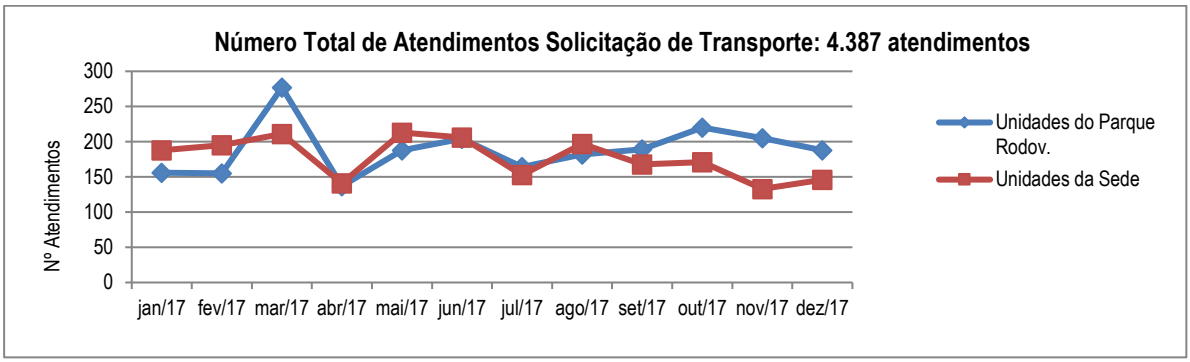
2.5 Demais serviços realizados pelo DER/DF em 2017



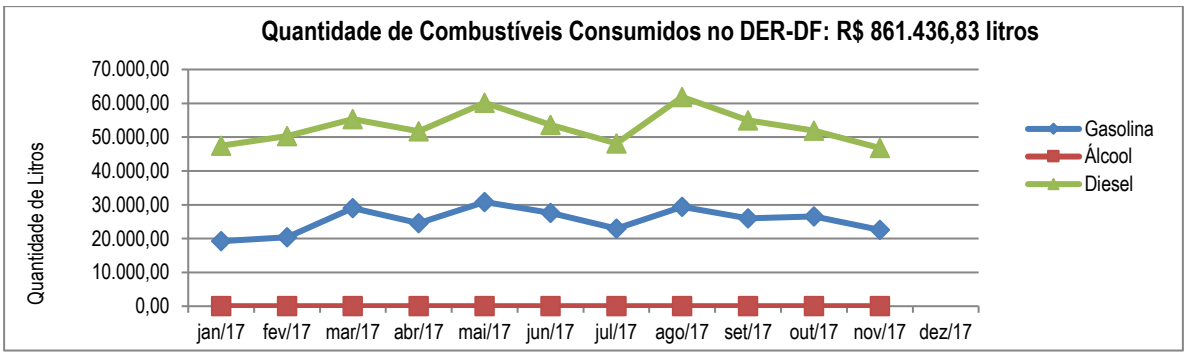
Fonte: Diretoria de Produção Industrial / Superintendência de Operações



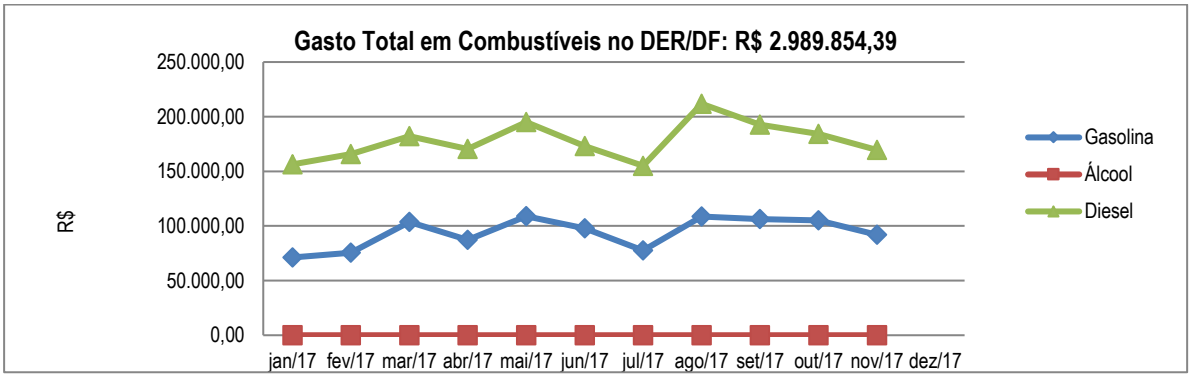
Fonte: Diretoria de Produção Industrial / Superintendência de Operações



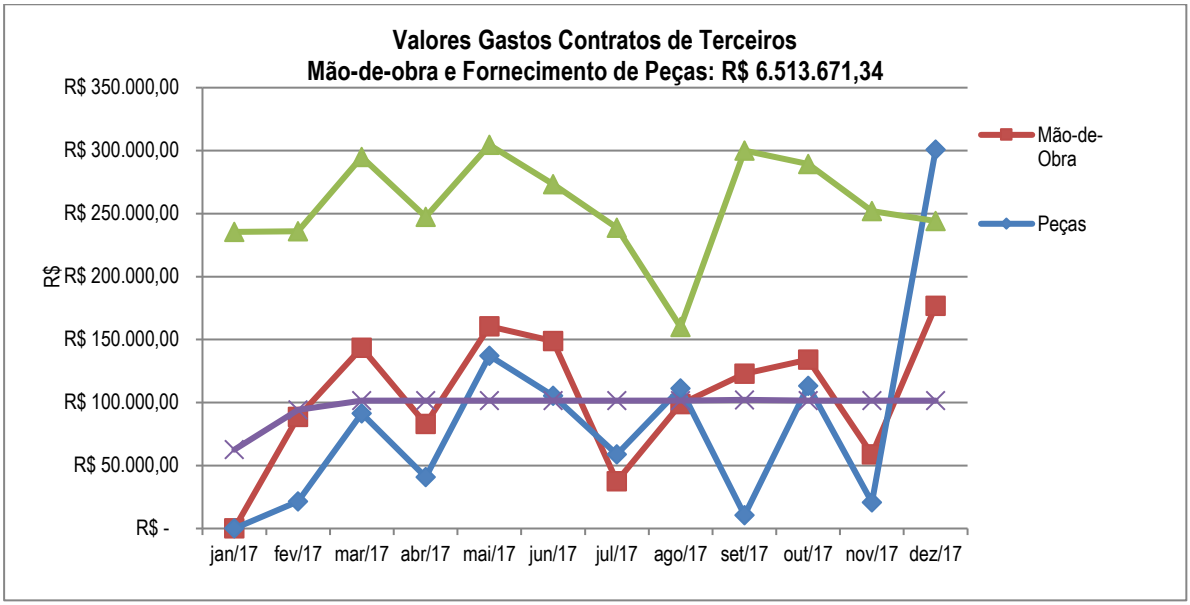
Fonte: Diretoria de Produção Industrial / Superintendência de Operações



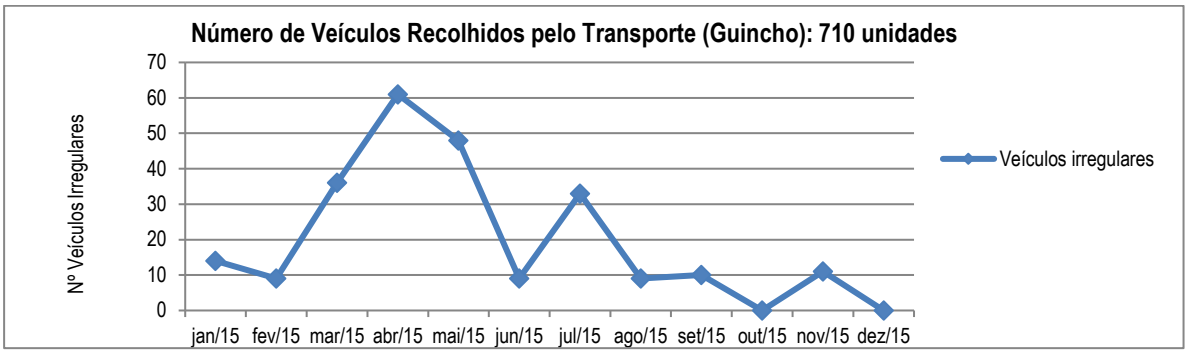
Fonte: Diretoria de Produção Industrial / Superintendência de Operações



Fonte: Diretoria de Produção Industrial / Superintendência de Operações



Fonte: Diretoria de Produção Industrial / Superintendência de Operações



Fonte: Diretoria de Produção Industrial / Superintendência de Operações

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1733 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DER	41	%	-		75	18	85	100	DER/UO 26205/OE 5
Justificativa: 2017 - O índice alcançado de 18% de entregas concluídas do Acordo de Resultados se justifica pelos atrasos na entrega de Autorizações de Supressão Vegetal (ASV) assim como pelos atrasos nas entregas e aprovações de projetos executivos, requisitos para conclusão dos empreendimentos.									
1656 - EXTENSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - SRDF	2706	KM	2756	3039	3.064	3.064	3.089	3.114	DER / UO 26205 / OE 3
Justificativa: 2016 - Foram consideradas as rodovias do BRT SUL, bem como as atualizações nas pavimentações das rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Somatório da extensão nas rodovias pavimentadas x número de faixas x 2 (acumulativo). 2017 - Por meio de contratos de pavimentação e duplicação de rodovias, o DER/DF alcançou o índice desejado para o aumento da extensão das faixas de rolamento pavimentadas no Sistema Rodoviário do Distrito Federal.									
1727 - ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM "BOM E ÒTIMO" ESTADO.	58	%	-		62	62	65	68	DER/UO 26205/OE 3

Justificativa: 2017 - No exercício de 2017, o DER/DF alcançou o índice desejado de 62% para sinalização horizontal classificada como em "bom e ótimo estado" no Sistema Rodoviário do Distrito Federal.									
1726 - ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO VERTICAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO.	79	%	-		65	84	68	71	DER/UO 26205/OE 3
Justificativa: 2017 - No exercício de 2017, o DER/DF superou o índice desejado para sinalização vertical classificada como em "bom e ótimo estado" no Sistema Rodoviário do Distrito Federal, alcançando a marca de 84%.									
1657 - ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO	58	%	64	51	65	48	68	71	DER / UO 26205/ OE 3
Justificativa: 2016 - Em virtude de recessão orçamentária, não foi possível implementar todas as medidas planejadas. Destaca-se que o contrato de fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ só foi realizado no final do último trimestre (outubro) de 2016.Fórmula: número de quilômetros da malha rodoviária pavimentada em "ótimo e bom" estado / total malha pavimentada. 2017: A queda na avaliação do pavimento foi decorrente de que as obras de restauração da DF-001, Entroncamento BR-070/DF-095(EPCL) ao Entroncamento BR-080/251 (B) 080/251(B), "Caminho para Brazlândia" e Entroncamento DF-170 ao Entroncamento BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER-DF), " 2ª etapa Lago Oeste" não foram avaliadas como concluídas.									
1725 - ÍNDICE DE MORTOS NO TRÂNSITO DO DF POR 100.000 HABITANTES	13,23	VÍTIMAS FATAIS/HABIT	-		11,65	-	10,27	9,05	DER/DETRAN/DNIT/UO 26205/OE 3
Justificativa: 2017 - O indicador dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal. Dessa forma, envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER/DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano.									

6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	**2.000.000,00**	**1.440.000,00**	**717.165,43**	**717.165,43**
0001 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	1.440.000,00	717.165,43	717.165,43
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	**26.370.000,00**	**40.674.175,00**	**38.743.132,11**	**37.846.072,81**
0001 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	21.020.000,00	32.284.175,00	31.858.280,34	30.961.221,04
0004 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	5.150.000,00	8.390.000,00	6.884.851,77	6.884.851,77
0005 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE PESO-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	**1.500.000,00**	**1.719.000,00**	**405.388,70**	**405.388,70**
0001 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO-DER-DF-SOBRADINHO	1.500.000,00	1.719.000,00	405.388,70	405.388,70
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	**600.000,00**	**313.000,00**	**292.000,00**	**292.000,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	600.000,00	313.000,00	292.000,00	292.000,00
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	**1.500.000,00**	**670.000,00**	**517.242,87**	**517.242,87**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-EM AREAS DE INTERESSE DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	670.000,00	517.242,87	517.242,87
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	**20.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1.000,00	0,00	0,00
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	**5.000.000,00**	**5.140.000,00**	**3.263.933,94**	**3.263.933,94**

0001 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	5.140.000,00	3.263.933,94	3.263.933,94
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**1.739.110,49**	**1.739.110,49**
0001 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA-PREVENTIVA E CORRETIVA - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	1.739.110,49	1.739.110,49
TOTAL - 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**38.990.000,00**	**51.957.175,00**	**45.677.973,54**	**44.780.914,24**

O Programa "Segurança Pública com Cidadania" enfatiza a preservação dos direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções. Neste contexto, o DER/DF é responsável por diferentes ações como Campanhas Educativas de Trânsito, Fiscalização de Trânsito e Implantação e Manutenção de Sinalização Semafórica, Horizontal e Vertical.

2.6 Educação de Trânsito

O DER/DF busca, em suas múltiplas funções e atividades, propiciar à sociedade um trânsito mais seguro. Na medida em que o desconhecimento da população quanto às regras de conduta, e o baixo comprometimento com o trânsito seguro elevam o risco de acidentes, é crucial a realização de campanhas educativas e de ações que resultem no fortalecimento de uma consciência cidadã, com mudanças de atitudes as quais reduzam os índices de acidentes de trânsito no DF e Entorno.

É por meio da Escola Vivencial de Trânsito – Transitolândia que o DER/DF atua nesse sentido, conforme demonstram os quadros a seguir:

CAMPANHA EDUCATIVA / NÚMERO DE PESSOAS ALCANÇADAS EM 2017				
MÊS	**PEDESTRE**	**CICLISTA**	**MOTOCICLISTA**	**MOTORISTA**
JANEIRO	0	0	0	0
FEVEREIRO	5730	0	0	2385
MARÇO	5600	0	0	0
ABRIL	0	0	25	2585
MAIO	46750	300	1100	7100
JUNHO	2327	0	0	950
JULHO	100	0	7800	0
AGOSTO	0	0	0	1250
SETEMBRO	1640	0	0	1000
OUTUBRO	5240	0	100	0
NOVEMBRO	6000	0	0	600
DEZEMBRO	0	100	0	400
TOTAL	**73.387**	**400**	**9.025**	**16.270**
TOTAL GERAL	**99.082**			

QUANTIDADE DE PESSOAS E ESCOLAS ATENDIDAS					
MÊS	**QUANTIDADE DE INSTITUIÇÃO**	**PEDESTRE**	**CICLISTA**	**MOTOCICLISTA**	**MOTORISTA**
JANEIRO	0	0	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0	0

MARÇO	0	0	0	0	0
ABRIL	1	212	0	0	0
MAIO	1	70	0	0	0
JUNHO	0	0	0	0	0
JULHO	0	0	0	0	0
AGOSTO	6	80	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0	0
OUTUBRO	1	0	0	240	70
NOVEMBRO	0	0	0	0	0
DEZEMBRO	1	0	0	0	84
TOTAL	**10**	**362**		**240**	**154**
TOTAL GERAL	**766**				

Fonte: Gerência de Campanhas Educativas/Superintendência de Trânsito

Fonte: Gerência de Campanhas Educativas / Superintendência de Trânsito

QUANTIDADE DE PESSOAS E ESCOLAS ATENDIDAS – INTERNAMENTE			
MÊS	**QUANTIDADE DE VISITAS**	**QUANTIDADE DE ALUNOS**	**QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS**
JANEIRO	0	0	0
FEVEIRO	0	0	0
MARÇO	22	2078	166
ABRIL	20	2312	146
MAIO	0	0	0
JUNHO	26	2636	279
JULHO	0	0	0
AGOSTO	27	3166	266
SETEMBRO	24	2547	188
OUTUBRO	15	1508	141
NOVEMBRO	24	2626	187
DEZEMBRO	11	1210	95
TOTAL	**169**	**18.083**	**1.468**
TOTAL GERAL	**19.720**		

Fonte: Gerência da Escola Vivencial de Trânsito / Superintendência de Trânsito

QUANTIDADE DE PESSOAS ALCANÇADAS EM CAMPANHAS EXTERNAS		
MÊS	**PEDESTRE/ MOTORISTA**	**CAMPANHA**
JANEIRO	-	
FEVEREIRO	8720	VOLTA ÀS AULAS E CARNAVAL
MARÇO	300	EDUCANDO PARA SALVAR VIDAS
ABRIL	3.300	EDUCANDO PARA SALVAR VIDAS / VIAÇÃO MARECHAL
MAIO	48.100	MAIO AMARELO
JUNHO	60	ESCOLA COMPARTILHADA
JULHO	-	-
AGOSTO	100	ESCOLA COMPARTILHADA

SETEMBRO	1050	SEMANA NACIONAL DE TRÂNSITO / CENEB
OUTUBRO	7800	DIA DAS CRIANÇAS / SNCT / FEDERAÇÃO DA MULHERES
NOVEMBRO	-	-
DEZEMBRO	400	TRILHA UNIÃO
TOTAL	**69.830**	

Fonte: Gerência da Escola Vivencial de Trânsito / Superintendência de Trânsito

O DER/DF atendeu, em campanhas de rua, **99.082** pessoas, sendo: 73.387 Pedestres, 9.025 Motociclistas, 400 Ciclistas e 16.270 Motoristas. Com palestras, atendeu mais 766, totalizando **99.848** pessoas alcançadas.

Por meio da Escola Vivencial de Trânsito, atendeu, *in loco,* 18.083 crianças e 1.468 profissionais em atividades externas para Escolas Públicas e Particulares. Em campanhas educativas, 69.830 pedestres e motoristas, totalizando **89.381**.

O total geral de pessoas atendidas pela Diretoria de Educação de Trânsito de janeiro a dezembro do ano de 2017 foi de **188.865** (cento e oitenta e oito mil e oitocentos e sessenta e cinco pessoas).

Foram realizadas as seguintes campanhas educativas nas vias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF:

- DER nas Cidades
- Boa Viagem
- Palestra Escolas
- Palestra Empresas
- Eventos Diversos
- Escola Compartilhada
- Pré-carnaval
- Carnaval
- Volta às Aulas
- Piquenique Comunitário
- Maio Amarelo 2017
- Aniversário da Faixa de Pedestre
- Brasília Capital Moto Week
- Projeto Social Fórmula Truck Kids
- Semana Nacional de Trânsito
- Semana da Química 2017 p- IFB Gama
- Campanha Álcool Zero
- Passeios Ciclísticos
- Passeios Motociclísticos
- Operação Faixa Refletiva – Veículos Pesados
- 10º Congresso Brasileiro de Rodovias e Concessões – BRASVIAS
- II Encontro Beneficente de Carros Antigos em Formosa
- Semana da Ciência e Tecnologia
- Campanha de Redução de Velocidade na DF009 e 001 (Lago Oeste)
- Campanha Educativa em Conjunto TCB – Novembro Azul
- Educando para Salvar Vidas

2.7 Fiscalização de Trânsito

A operação do trânsito consiste no monitoramento das vias e na elaboração de planos de circulação, baseados nos conceitos de engenharia de tráfego. Nas rodovias, as condições de fluidez e segurança devem ser primordialmente buscadas com o auxílio da operação de trânsito, que deve zelar por:

- Regulamentação das operações de carga e descarga;
- Fiscalização de paradas irregulares na via;
- Eficiente socorro a acidentes de trânsito;
- Monitoramento de transporte de produtos perigosos;
- Implantação de desvios para a execução de obras;
- Autorização para a realização de eventos especiais (maratonas, passeios ciclísticos, passeatas, etc.) em vias públicas;
- Monitorar a realização de eventos a fim de que os impactos negativos no trânsito sejam minimizados.

No ano de 2017, foram autuadas e enviadas aos proprietários dos veículos infratores 853.564 notificações de infrações, considerando tanto as notificações emitidas pelos equipamentos de fiscalização eletrônicos, bem como pelo BPRv e pelos Agentes de Trânsito Rodoviários do DER/DF.

Por meio do sistema informatizado de Autorização de Tráfego para Cargas (Perigosas e Especiais), bem como para Eventos Desportivos e Não-Desportivos, foram emitidas de forma on-line, 194 autorizações.

O DER/DF conta com um Sistema para Acompanhamento dos Acidentes ocorridos nas Rodovias do DF, com a emissão de relatórios para atendimento às demandas existentes relacionados com: a) resposta aos meios de comunicação, b) a Polícia Civil e Militar, c) os interessados, mediante respectiva localização dos mesmos.

Com o uso destas informações, temos condições de definir os pontos críticos nas rodovias do DF, buscando-se desta forma a efetivação de projetos para a minimização dos acidentes em locais que estão com maior incidência.

2.7.1 Convênio com o BPRv e o DETRAN/DF

Foram planejadas ações conjuntas desenvolvidas pelo DER/DF, juntamente com o BPRv e o DETRAN/DF, mediante convênio existente entre o DER/DF e o BPRv, bem como do convênio entre o DER/DF e o DETRAN/DF, para as atividades discriminadas a seguir:

- Processamento de Dados – referentes às infrações de trânsito ocorridas nas vias urbanas e rodovias do Distrito Federal utilizando sistemas e equipamentos, a partir da interligação dos computadores das duas autarquias, de forma a reduzir custos e possibilitar melhor controle e fiscalização do tráfego no Distrito Federal;
- Engenharia de Tráfego – a utilização de produtos, serviços, materiais e equipamentos de Engenharia de Tráfego de uma autarquia por outra;
- Educação de Trânsito – desenvolvimento e execução em conjunto de programas educativos pelas duas autarquias.
- Fiscalização de Trânsito – nas rodovias e nas vias urbanas, visando aumentar a segurança e a melhoria das condições de trânsito no Distrito Federal, observando-se as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes;

- Estatística – manutenção de um banco de dados referente a acidentes de trânsito no Distrito Federal, nas vias sob circunscrição do DETRAN/DF e do DER/DF, que possibilite o cadastramento de seus pontos críticos e alimentação dos dados estatísticos referentes aos acidentes de trânsito, ocorridos nas vias e rodovias do Distrito Federal, para possibilitar medidas necessárias a serem tomadas com vistas à diminuição do índice de acidentes;
- Monitoramento aéreo – sobrevoo de monitoramento aéreo nas rodovias urbanas e rurais do DF visando identificar pontos de congestionamento para fins de planejamento conjunto das duas autarquias.

2.7.2 Realização de cursos em fiscalização de trânsito

Ainda no contexto de fiscalização de trânsito, foram realizados, em 2017, os seguintes cursos:

- Treinamento quanto ao uso de tonfa para 10 (dez) Agentes de Trânsito Rodoviários, ministrado pela Subsecretaria do Sistema Socieducativo;
- Curso de noções de atendimento pré-hospitalar para 60 (sessenta) Agentes de Trânsito Rodoviários, ministrado pelo NEP-SAMU/DF;
- Curso Tático em Ações Motociclísticas para 01 (um) Agente de Trânsito Rodoviário, ministrado pelo Batalhão de Motopatrulhamento Tático (BMT) da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF;
- Curso de Defesa Pessoal para Mulheres, 02 (duas) Agentes de Trânsito Rodoviários, ministrado pela Academia Nacional de Polícia Federal;
- Curso de Combate a Vazamento de Hidrocarbonetos para 02 (dois) Agentes de Trânsito Rodoviários, ministrado pela TRANSPETRO;
- Curso de operador e manuseio de dispositivo elétrico incapacitante para 08 (oito) Agentes de Trânsito Rodoviário, ministrado pela EGOV;
- O DER/DF por meio do grupamento de motociclistas ministrou o curso de CAPACITAÇÃO PARA MOTOCICLISTAS – PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO – (NÍVEL BÁSICO) – MÓDULOS I e II para os colaboradores da Brasal Refrigerantes, alcançando um número de 170 (cento e setenta) motociclistas capacitados;

Em relação às atividades dos agentes de trânsito do DER/DF, destacamos as seguintes operações por eles realizadas:

- Operação do "Eixão do Lazer", que consiste no fechamento daquela via aos domingos e feriados nacionais para o lazer da população;
- Apoio aos Distritos Rodoviários e demais unidades do DER/DF em operações de vias, desvios, sinalização, campanhas educativas, etc.;
- Operação fluidez na DF-085 (EPTG), DF-075 (EPNB), DF-095 (ESTRUTURAL), DF-003 (EPIA NORTE);
- Reforço na operação de segurança da DF-002 (Eixo Rodoviário), visando à minimização dos acidentes de trânsito no trecho;
- Operação de reversão da descida do Colorado (DF-003), que ocorre nos dias úteis, das 06:00 às 9:00 horas;
- Operação de reversão da subida do Colorado (DF-003), que ocorre nos dias úteis, das 17:30 às 19:45 horas; e
- Atendimento à Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE.

2.8 Engenharia de tráfego

A Engenharia de Tráfego tem por objetivo assegurar o movimento ordenado e seguro das pessoas, veículos e animais. As regras a serem obedecidas para o desenvolvimento de projetos de engenharia de tráfego são norteadas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Essa área possui uma peculiaridade em relação às demais áreas da engenharia, pois não trata apenas de problemas relacionados a fatores físicos, mas de questões ligadas ao comportamento humano (motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres), assim como de sua relação com o ambiente. Aborda em seus projetos aspectos sociais, econômicos, jurídicos, urbanísticos e aqueles ligados à mobilidade urbana.

Dentre as atividades relacionadas ao planejamento, na área da Engenharia de Tráfego, o DER/DF exerceu em 2017:

a) **Planejamento**

- Definição de políticas públicas relativas às áreas de estacionamento e de carga e descarga, à segurança de trânsito (de pedestres, de veículos motorizados, de duas rodas, de tração animal), entre outras.
- Políticas públicas de destinação e uso do solo urbano, relativas à geração de viagens.

b) **Estudos e diagnósticos**

- 31 (trinta e uma) contagens de tráfego (pedestre ciclista e veículo);
- 4 (quatro) estudos de tráfego, 3 (três) estudos de velocidade, 10 (dez) estudos de implantação de semáforos;
- Geração de relatórios estatísticos de acidentes de trânsito e de tráfego em resposta às manifestações de usuários à ouvidoria;
- Geração de dados estatísticos de acidentes de trânsito e de tráfego para a assessoria de comunicação;
- Vistorias realizadas com a finalidade de solucionar dúvidas quanto aos recursos de infrações de trânsito;
- Intervenção viária em 10 (dez) pontos com vistas à redução de acidentes de trânsito com vítima, resultado de metodologia estatística-espacial que detecta prováveis pontos críticos em trechos do SRDF (Sistema Rodoviário do DF);
- Planejamento amostral e inferência estatística aplicados para comprovação de requisitos exigidos em contrato de prestação de serviço de engenharia;
- 292 Respostas à ação judicial referente aos recursos de notificação de infração de trânsito (PROCADS);
- Vistorias realizadas pelo Núcleo de Estatística com vistas a dar suporte à área de engenharia de tráfego;
- Participações em comissões para redução do número de acidentes com vítimas;
- Geração de índices para fins de avaliação de resultados da Gerência de Estatística.

As informações utilizadas nos estudos e coletas de dados devem ser sistematizadas em bancos de dados para que possam servir de subsídios para o acompanhamento e o monitoramento de projetos existentes e para que se tenha um amplo conhecimento para um bom planejamento de projetos futuros.

c) **Projetos Viários**

Neste segmento, realizaram-se atividades de vistorias de campo, como:

- Sinalização vertical e horizontal das vias;
- Acostamentos;
- Faixas/marcas de canalização;
- Georreferenciamento.

2.9 Contratos

Comprometido com o Projeto Segurança Pública com Cidadania, o DER/DF atuou em diversas frentes, como em campanhas educativas, fiscalização de trânsito e implantação e manutenção de sinalização semafórica, horizontal e vertical. Nesse contexto, seguem os contratos vigentes em 2017:

a. **Sinalização horizontal em trechos do SRDF – Lote 1:** Execução da sinalização horizontal em vários trechos de rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, definido como Lote 1 – 1º Distrito Rodoviário, 4º Distrito Rodoviário e 5º Distrito Rodoviário, tudo conforme especificações nos termos do Edital de Concorrência nº 006/2014.
b. **Sinalização horizontal em trechos do SRDF – Lote 2:** Execução da sinalização horizontal em vários trechos de rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, definido como Lote 2 – 2º Distrito Rodoviário, 3º Distrito Rodoviário, tudo conforme especificações nos termos do Edital de Concorrência nº 006/2014.
c. **Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do Sistema Semafórico operado pelo DER-DF:** Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica dos equipamentos do sistema semafórico operados pelo DER-DF.
d. **Fornecimento, manutenção e suporte técnico de equipamentos de painéis de mensagens móveis:** Fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de painéis de mensagens variáveis e sistema de informação e orientação aos usuários, em tempo real, e repasse de conhecimento para atender às necessidades do DER/DF.
e. **Engebras S/A Indústria, Comércio e Tecnologia de Informática:** Monitoramento e gestão das informações de tráfego necessárias ao controle e fiscalização de velocidade pontual por meio de equipamentos eletrônicos em pontos definidos no Edital, consistindo em elaboração de inventário, registros e ordenação de dados de contagem volumétrica de veículos com expedição concomitante de relatório individual para emissão de auto de Infração/Notificação (AI/N).
f. **Locação de equipamentos de rádio comunicação:** Contratação de serviço móvel especializado (SME) do tipo sistema troncalizado digital tecnologia tetra para locação de equipamentos para Gerência de Controle Operacional da Diretoria de Fiscalização de Trânsito da Superintendência de Trânsito do DER-DF.
g. **Monitoramento e gestão das informações de tráfego:** Prestação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego necessários ao controle e fiscalização de velocidade pontual através de equipamentos eletrônicos instalados em pontos definidos no Edital da Concorrência nº 008/2010. Complementarmente, deverão ser elaborados inventários, registros e ordenação de dados de contagem volumétrica de veículos, com expedição concomitante de relatório individual para emissão de autos de infração e notificação, utilizando medidores eletrônicos de velocidade fixos de operação autônoma.
h. **Processamento eletrônico de multas, engenharia de tráfego, educação de trânsito, fiscalização de trânsito, estatística de acidentes de trânsito e monitoramento aéreo das rodovias:** O presente Convênio de Cooperação Recíproca tem por objetivo a execução pelo DER/DF e pelo DETRAN/DF das

atividades de fiscalização de trânsito nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF e nas vias urbanas, bem como atividades de Educação de Trânsito, Engenharia de Tráfego, Estatísticas de Acidentes de Trânsito, Monitoramento Aéreo das Rodovias, Processamento Eletrônico de Multas, visando a aumentar a segurança e a melhoria das condições de trânsito no Distrito Federal, observando-se as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes.

i. **Manutenção da Escola Vivencial de Trânsito do DER/DF:** Fornecimento de lanche para a Escola Vivencial de Trânsito – Transitolândia, com entregas diárias de segunda-feira à sexta-feira, a critério do DER-DF.

j. **Manutenção da Escola Vivencial de Trânsito do DER/DF:** Prestação de serviço de transporte de crianças a serem atendidas pela Escola Vivencial de Trânsito (Transitolândia) do DER-DF, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2014.

PROGRAMA 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**800.000,00**	**800.000,00**	**0,00**	**0,00**
6159 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS SENTENÇAS - DER-DF-PLANO PILOTO .	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
6171 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR- PLANO PILOTO .	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**3.900.000,00**	**4.446.000,00**	**3.710.953,18**	**2.843.222,45**
6972 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PAGAMENTO PASEP SOBRE RECEITAS E REPASSES/TRANSFERÊNCIAS-DER-DF-PLANO PILOTO	3.900.000,00	4.446.000,00	3.710.953,18	2.843.222,45
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**1.588.607,00**	**1.588.607,00**	**1.290.205,70**	**1.290.205,70**
0026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.588.607,00	1.588.607,00	1.290.205,70	1.290.205,70
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**910.000,00**	**1.766.327,00**	**1.473.404,50**	**1.473.404,50**
0011 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DIVERSAS - DER-DF-PLANO PILOTO .	880.000,00	1.586.327,00	1.422.058,53	1.422.058,53
0012 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DEVOLUCAO MULTAS TRANSITO-DER- PLANO PILOTO .	30.000,00	180.000,00	51.345,97	51.345,97
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**7.198.607,00**	**8.600.934,00**	**6.474.563,38**	**5.606.832,65**

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**132.040.000,00**	**124.840.008,00**	**123.465.858,00**	**123.465.858,00**
0018 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DER-DF- PLANO PILOTO .	132.040.000,00	124.840.008,00	123.465.858,00	123.465.858,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**26.055.580,00**	**25.005.580,00**	**24.866.352,98**	**24.866.352,98**
0016 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DER-DF- PLANO PILOTO .	26.055.580,00	25.005.580,00	24.866.352,98	24.866.352,98
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**26.552.000,00**	**30.950.981,46**	**29.366.444,73**	**27.588.717,10**
0014 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	11.076.000,00	16.358.518,30	15.128.160,76	13.400.963,50
9672 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE PRÓPRIOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	15.476.000,00	14.592.463,16	14.238.283,97	14.187.753,60
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**800.000,00**	**888.781,00**	**79.456,00**	**79.456,00**
0022 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	888.781,00	79.456,00	79.456,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**6.555.797,00**	**5.235.116,00**	**4.703.783,61**	**4.703.783,61**
2569 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DER-DF- PLANO PILOTO .	6.555.797,00	5.235.116,00	4.703.783,61	4.703.783,61
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0006 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**225.000,00**	**451.798,00**	**66.620,00**	**66.620,00**
0019 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	225.000,00	451.798,00	66.620,00	66.620,00
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**15.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0006 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-DER-DISTRITO FEDERAL	15.000,00	1,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.050.000,00**	**263.001,00**	**260.020,33**	**260.020,33**
0002 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- OBRA DO POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BR-040-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-OBRA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA GERÊNCIA DE CONTROLE OPERACIONAL-GECOP DA SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
9792 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	263.001,00	260.020,33	260.020,33
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**650.000,00**	**736.069,00**	**165.197,81**	**165.197,81**
5323 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	650.000,00	736.069,00	165.197,81	165.197,81
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.250.000,00**	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.250.000,00	600.000,00	0,00	0,00

3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.340.000,00**	**517.001,00**	**223.877,07**	**149.374,52**
9710 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER- PLANO PILOTO .	1.340.000,00	517.001,00	223.877,07	149.374,52
TOTAL - 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**196.553.377,00**	**189.488.336,46**	**183.197.610,53**	**181.345.380,35**

2.10 Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

O DER/DF, no tocante à Gestão de Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação – TI, exerceu diversas e relevantes atividades durante o período de janeiro a dezembro de 2017. Tais conquistas se concentraram no atendimento de demandas gerais e específicas das quatro áreas básicas de atuação TI: Redes, Infraestrutura, Suporte aos Usuários e Sistemas, além de parceria com empresas especializadas.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI tem sido o instrumento fundamental para os avanços alcançados, refletido em uma melhor organização dos projetos, de suas ações, e de um melhor alinhamento estratégico institucional. Para os próximos anos é esperado um refinamento desse instrumento por conta da instituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI do DER/DF - Instrução nº 237, de 23 de novembro de 2016, publicada no DODF de 25/11/2016.

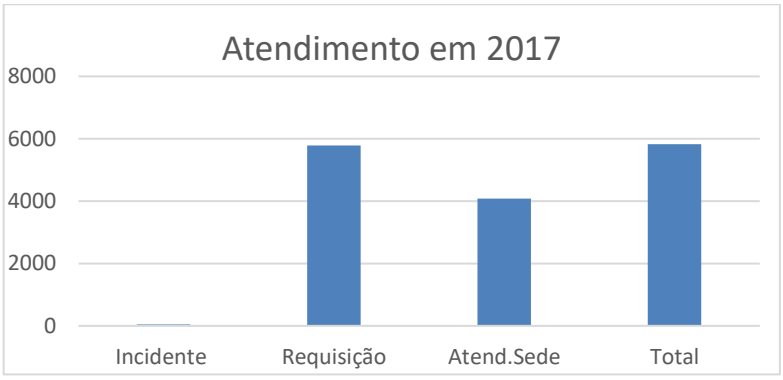
Hoje, o DER/DF possui um PDTI alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional – PEI, em que, neste contexto, se destaca o objetivo estratégico 10 – Aperfeiçoar e Adequar a Infraestrutura Tecnológica Adotando as Melhores Práticas de Governança de TI. As diversas ações para se atingir esse objetivo são monitoradas por meio de quatro indicadores específicos: 10*.1 - Índice de modernização de sistemas em TI; 10.2 - Índice de investimento em hardware e software; 10.3 - Índice de investimento em infraestrutura; 10.4 - Índice de prestação de serviço técnico*.
Importante destacar que o DER/DF conta atualmente com um quadro reduzido de colaboradores em TI. No total são 26 (vinte e seis) colaboradores, sendo 13 (treze) efetivos, os quais estão incumbidos da missão de gerir e manter a estrutura e os recursos de TI do DER/DF para um quadro de usuários internos da ordem de 1.200 (mil e duzentas) pessoas. Para fins de comparação, pela *Resolução nº 211 do Conselho Nacional de Justiça*, de 15/12/2015, a quantidade mínima desejada é de 55 (cinquenta e cinco) colaboradores sendo que 35 (trinta e cinco) devem ser efetivos.

Apesar desse contexto, em função da organização e planejamento (PDTI – PEI), tanto atualização tecnológica quanto demandas internas têm sido atendidas, garantindo a salvaguarda e a disponibilidade de dados, sistemas e serviços. Abaixo estão relatadas as atividades desenvolvidas durante o período de janeiro a dezembro de 2017.

2.10.1 Redes, infraestrutura e suporte aos usuários

Com a instalação e implantação do Sistema CitsMart (plataforma *Free*), o DER/DF organizou as chamadas "ocorrências" por meio da implantação das melhores práticas preconizadas na *Information Technology Infrastructure Library – ITIL*.

No período de janeiro a dezembro de 2017, houve 5.826 atendimentos de suporte aos usuários do DER/DF e BPRv, sendo 5.780 requisições e 46 incidentes. Do total de 5.826 atendimentos, 4.080 foram apenas na sede do DER/DF.



Após esse destaque, listamos abaixo as atividades realizadas em 2017:

a. **Implantação da solução RADAR:** Solução para gestão e processamento de infrações de trânsito. Implantada em 01/01/2017.
b. **Implantação do sistema SEI:** O SEI foi escolhido como a solução de processo eletrônico no âmbito do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN) – iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, a qual tem sido implantada em vários órgãos e entidades das mais variadas esferas administrativas. - O SEI possui diversas funcionalidades e permite estabelecer a gestão de documentos de forma sistematizada por meio de:

- produção de documentos dentro do ambiente do próprio sistema e assinatura eletrônica;
- controle do nível de acesso, gerenciamento e o trâmite de processos e documentos restritos e sigilosos, conferindo o acesso somente às unidades envolvidas ou a usuários específicos;
- criação de modelos de documentos entre outros.

Com a iminência de implantação do SEI pelo DER, foram providenciados, junto à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC, senhas de acesso para todos os usuários do DER e o devido acesso nos computadores. Em 27/11/2017 os documentos passaram a ser produzidos e registrados eletronicamente.

c. **Licitação e contratação de empresa de suporte técnico em infraestrutura de TI:** Em 18 de Setembro foi celebrado o contrato de número 36/2017, o qual contrata empresa especializada em serviços de atendimento e processos de execução de 1º, 2º e 3º níveis, segundo as melhores práticas preconizadas pela ITIL.
d. **Implantação de telefonia móvel institucional:** Para melhorar a comunicação entre os integrantes de cargos estratégicos, foram entregues celulares adquiridos por meio de um contrato do GDF, o qual atende a todos os órgãos. É enviado um relatório circunstanciado todos os meses à SEPLAG atestando o gasto mensal de cada servidor para que a mesma faça o pagamento das despesas.
e. **Implantação do talonário eletrônico:** Em agosto/2017 foi implantado o novo aplicativo de talonário Eletrônico fornecido junto com a solução RADAR.
f. **Instalação e configuração de switch:** Foi realizada a substituição de Switch em várias unidades do DER, além de configuração para segmentação da rede em Vlans.
g. **Instalação e operação do servidor OCR:** Ação necessária para implantação do SEI, para leitura dos arquivos em PDF.

h. **Operação e manutenção do sistema de monitoramento de ativos de TI (Nagios):** Durante o ano de 2017, foram adicionados novos ativos para monitoração e configurados alertas via e-mail.
i. **Operação e manutenção do sistema de backup (Bacula):** Foram adicionados e removidos.
j. **Operação e manutenção da Rede de Computadores:** Ações preventivas e corretivas, garantindo assim um funcionamento eficaz, minimizando interrupções. Em Fevereiro, foi realizado o cabeamento estruturado do 3º e 4º Distritos Rodoviários. Foi obtida a autorização de uso das torres da PMDF para instalação das antenas do DER/DF, melhorando a comunicação entre 1º e 4º Distritos Rodoviários.
k. **Operação e manutenção de computadores:** Visando economicidade e melhor desempenho, houve manutenção evitando que os servidores fossem prejudicados em suas atividades diárias ficando muito tempo sem acesso ao equipamento.
l. **Operação e manutenção de storages:** O MTU das interfaces de comunicação passaram de 1.500 bites para 9.000 bites, havendo assim, um grande ganho de desempenho.
m. **Operação e manutenção da telefonia VoIP:** Implantação do sistema de ligação de celular por meio da central telefônica, trazendo ao DER economicidade nas despesas geral em ligações efetuadas para telefonia móvel (chipera). Em fevereiro/2017, foi realizada infraestrutura para melhorar a telefonia do 3º Distrito Rodoviário.
n. **Operação e manutenção de impressoras com scanners:** Houve ações em todas as impressoras CANNON, possibilitando a digitalização de documentos para posterior envio ao SEI.
o. **Gestão de contratos de suporte e comunicação de dados;**
p. **Elaboração do PDTI 2017-2019:** Após a criação do comitê Gestor de TI em 2016 houve ações para elaboração do PDTI de 2017 a 2019, instrumento fundamental para os avanços alcançados, refletido em uma melhor organização dos projetos, de suas ações, e de um melhor alinhamento estratégico institucional.
q. **Acompanhamento e instalação de 16 computadores na Sede e Distritos:** Foram adquiridos 16 novos computadores, visando atender usuários da Sede, renovando, assim, o parque computacional.

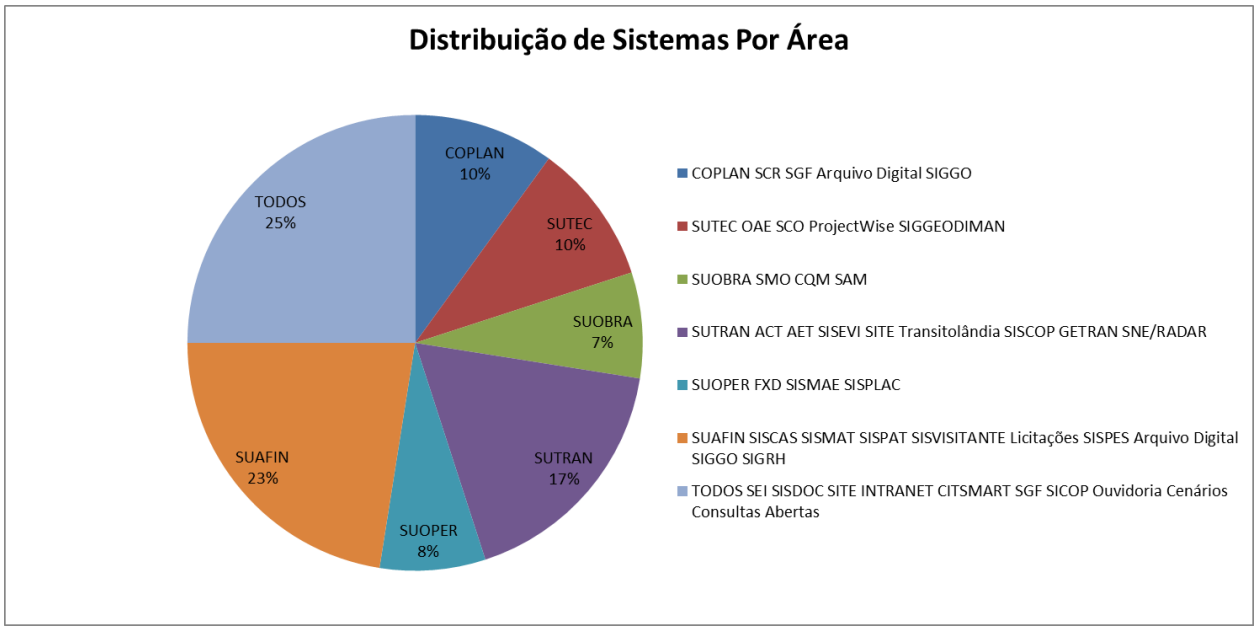
2.10.2 Sistemas

O DER/DF possui diversos sistemas informatizados que dão suporte tanto à atividade meio quanto à atividade fim, desenvolvidos e mantidos tanto pela equipe própria, quanto adquiridos e mantidos em parceria com terceiros. Os quadros a seguir resumem esses sistemas e sua distribuição nas diversas áreas:

Quantidade de Sistemas Próprios, de Terceiros, e de Governo	
Desenvolvidos pelo DER/DF	**Adquiridos de terceiros**
13 Sistemas • SISPES (Pessoal) • SISCAS (Auxílio Saúde) • SISMAT (Material) • SISPAT (Patrimônio) • SISDOC (Gestão de Doc.) • SISEVI (Transitolândia) • SISPLAC (Gestão de Placas) • SISCOP (Auto de Infração) • SISMAE (Manut. Veículo) • SISVISITANTE (Controle Acesso) • Licitação (Pregão/TF) • Intranet • Site Transitolândia	14 Sistemas de terceiros Solução SIDER (Poligraph/Softplan) 10 módulos + SCR • ACT (Acidente de Trânsito) • AET (Aut. Especial de Trânsito) • CQM (Medição de Obras) • FXD (Faixa de Domínio) • SGF (Gestão de Contratos) • SMO (Contrato e Medição) • OAE (Obras de Artes Especial) • SCO (Custo e Orçamento) • SCR (SRDF) • MIG (Cenários SIDER) • SAM (Administração da Manuntenção Direta)

3 Sistemas de consultas • SISPRO (Consult. Proc. antigos) • SGEODIMAM (Controle Licenciamento ambiental) – parceria com SUTEC/DIMAM • Arquivo Digital (Consulta a doc. digitalizados) em andamento	Bentley ProjectWise (GED Eng.) Sirgeo (Geoprocessamento) CitSmart (Governança – ITIL) RADAR/SNE (Sistema de Notificação Eletrônica)
Sistemas de Governo	
SEI, SIGGO, SIGRH, TAG (Ouvidoria), Site DER, SICOP e GETRAN(Detran)	

Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação



Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação

Além da atividade rotineira de manutenção dessas soluções – prevenção, correção e melhorias – O DER/DF, em casos específicos, com apoio de terceiros, procura implementar novas funcionalidades aos sistemas atualmente em produção, bem como implantar novas soluções quando necessárias.

Importante destacar que todas as atividades estão alinhadas com o PDTI e com o PEI. Nesse contexto, o quadro a seguir contém o principal indicador e as principais ações estratégicas:

INDICADOR	AÇÕES	
Índice de modernização de sistemas (1)	1.1	Promover a integração de dados entre os sistemas internos e os sistemas do Governo
	1.2	Promover a integração de dados internos
	1.3	Atualizar tecnologicamente os sistemas internos
	1.4	Atualizar tecnológica da Intranet
	1.5	Aumentar a capacidade de analisar, programar e implantar novos sistemas
	1.6	Implantar o gerenciamento eletrônico de documento (SISDOC V3)

Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação

Em 2017, o PEI estipulava um avanço de 5,26% no *índice de modernização de sistemas*, entretanto foi alcançado o índice de 8,42% por conta de uma concentração de esforços na ação 1.2, forçado pela necessidade de melhor organização dos ambientes de produção, desenvolvimento, e homologação/treinamento, o que acabou acelerando o processo de unificação de várias bases de dados de sistemas. Além do mais, foi implantada como meta a criação do portal de serviços no item 1.4, não prevista anteriormente.

2.10.2.1 Novas funcionalidades de sistemas em produção e novas soluções

Abaixo, destacamos as principais ações desenvolvidas relacionadas às novas funcionalidades dos sistemas atualmente em produção, ou novas soluções implantadas:

a. **Potal de Serviços**

- No ano de 2017, deu-se início a criação do Portal de Serviços, um concentrador de serviços dos diversos sistemas produzidos pelo DER-DF, que serão disponibilizados na INTRANET.
- Neste ano já está disponível e em produção o serviço de requisição de veículo, que temporariamente está sendo feito por meio do Sistema de Manutenção – SISMAE. O serviço de transferência patrimonial on-line (funcionalidade do Sistema de Patrimônio – SISPAT) já se encontra concluído e homologado pela área responsável e entrará em produção tão logo o Portal de Serviços seja lançado. A ordem de serviço de manutenção (funcionalidade do SISMAE) e a impressão de folha de ponto pelo chefe do servidor (funcionalidade do Sistema de Pessoal – SISPES) também são serviços que serão utilizados pelo Portal de serviços e estão no estágio de serem homologados pelas áreas. Existe ainda a previsão da criação do serviço de requisição de material (funcionalidade do Sistema de Material – SISMAT), ainda não iniciado.
- Dado o exposto, o Portal de Serviços encontra-se 80% concluído e deve ser lançado em 2018.

b. **Unificação das bases de dados e organização dos ambientes de banco de dados e de aplicações**

- Em 2017 foram realizadas importantes ações visando a unificação das bases de dados dos diversos sistemas, e a organização dos ambientes de produção, desenvolvimento, homologação/treinamento, bem como a distribuição das aplicações em ambientes independentes. As ações, que contaram com a parceria da GEOPE, envolveram a criação de máquinas virtuais específicas para esses ambientes, com política de cópia diária de segurança, a padronização da versão do gerenciador de banco de dados (SQLServer 2014), e a criação de base de dados única segmentada em esquemas. Essas ações também têm por objetivo eliminar redundância de dados, e são combinadas com as ações de atualização tecnológica dos sistemas legados e com a análise e desenvolvimento de novas soluções.
- Os sistemas migrados para a base de dados única foram os seguintes:
  - ✓ SISDOC, 100%;
  - ✓ SISEVI, 100%;
  - ✓ ARQUIVO DIGITAL, 100%;
  - ✓ SISMAE, 100%;
  - ✓ SISPAT, 100%;
  - ✓ SISMAT, 100%;

- ✓ SUBMAT, 100%;
- ✓ SISPES, 50% (apenas em ambiente de desenvolvimento);
- ✓ SISCAS, 50% (apenas em ambiente de desenvolvimento).

c. **Atualização tecnológica do SISPES**

- Em abril de 2017, foi iniciado o processo de atualização tecnológica do SISPES, o que implica na migração da linguagem Active Server Page – ASP, para linguagem JAVA por meio da ferramenta de desenvolvimento rápido de sistemas MAKER, com reanálise da solução. Destacamos como pontos fortes dessa migração a integração dos dados dos servidores com os demais sistemas produzidos pelo DER/DF, sobretudo os dados de lotação e afastamento/desligamento. Ademais, será possível a implantação de diversos serviços do SISPES na Intranet, em conformidade com as demandas advindas da área de pessoal.
- O novo SISPES ficou pronto em 2017, dependendo agora da homologação do usuário para poder implementar.

d. **Atualização tecnológica do SISPAT**

- O novo SISPAT não obteve grandes evoluções em relação ao ano de 2016 no que tange à sua migração da linguagem ASP para a linguagem JAVA. Os esforços foram concentrados na criação de uma nova funcionalidade, que é a transferência on-line, que permitirá ao servidor mover ou baixar um bem de forma on-line por meio da INTRANET.
- O módulo de transferência on-line encontra-se 100% pronto e homologado pela área e deverá entrar em produção quando do lançamento do Portal de Serviços.

e. **Disponibilização de consulta a afastamentos de servidores na Intranet**

- A ferramenta surgiu da necessidade de acompanhamento dos afastamentos diversos de servidores (férias, abono de ponto, licenças prêmio, entre outros apontados pela área responsável), o que antes somente era possível realizar por meio do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, mediante autenticação, que possui um acesso restrito à área de pessoal, o que acarreta em uma alta demanda de informações nesse sentido, sobrecarregando o setor.
- A consulta a afastamentos é aberta na Intranet e pode ser filtrada por setor, ano (atual, anterior e subsequente) e é possível ainda ver um calendário com todos os afastamentos de um servidor específico;

f. **Desenvolvimento do sistema BANCO DE HORAS**

- Em julho de 2016 foi iniciado o desenvolvimento do sistema de BANCO DE HORAS, o qual se fundamenta no resultado do trabalho realizado por Comissão interna específica que tratou do tema e que também participa diretamente do projeto. Apesar do pouco tempo, foi possível um avanço significativo de 50% no projeto, cujas principais funcionalidades são:
    - Mapa de previsão de horas extras;
    - Mapa de pagamento coletivo;
    - Comprovação de horas extraordinárias executadas;
    - Solicitação de compensação de horas;
    - Solicitação de pagamento individual;

2.10.2.2 Manutenção de Sistemas

Abaixo destacamos as principais ações desenvolvidas relacionadas à manutenção dos sistemas atualmente em produção:

a. **SISDOC V3**

- Sistema de controle de Documentos. Tem por finalidade controlar de forma contextualizada a produção de memorandos, circulares, ofícios, cartas, e cadastro de documentos externos.
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

b. **SISCAS**

- Sistema de Controle do Auxílio Saúde. Tem por finalidade o controle dos valores repassados aos servidores que possuem planos de saúde a título de subsídio do Governo, o Auxílio Saúde. Seus dados, em níveis de detalhes, guardam relação direta com os valores consolidados recebidos pelos servidores, por meio do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do Governo – SIGRH. Logo, o SISCAS é o responsável pelas entradas no SIGRH referentes ao benefício Auxílio Saúde. Sistema submetido a constantes mudanças de regras de negócios, a estudos de impactos econômicos e a simulações;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

c. **SISPES**

- Sistema de Controle de Pessoal. Tem por finalidade o controle dos servidores ativos e inativos desta Autarquia. Apesar da existência do SIGRH, a razão de ser do SISPES pode ser justificada, dentre outros aspectos, pelo nível de detalhes e flexibilidade que o mesmo contempla, haja vista a solução ter sido desenvolvida por equipe do próprio DER/DF. Entretanto, tais características, não o deixam em rota de colisão com o SIGRH;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

d. **SISMAT**

- Sistema de Controle de Material. Tem por finalidade o controle do estoque de materiais da Autarquia. Por conta disso, requisições de materiais e pedidos de compra são igualmente controlados. Atualmente conta com integração de dados com o módulo "LICITAÇÕES", fornecendo informações dos Pedidos de Compra de Materiais – PCM's, para serem utilizadas nos pregões eletrônicos;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

e. **SUBMAT**

- Módulo do SISMAT para controle de estoque descentralizado. Tem por finalidade controlar os estoques nos Distritos Rodoviários. A solução é uma importante ferramenta de gestão de materais especialmente por proporcionar transparência ao estoque de materiais da Autarquia;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

f. **SISPAT**

- Sistema de Controle de Patrimônio. Tem por finalidade o controle de todos os bens da Autarquia, tanto móveis quanto imóveis, consolidados na carga patrimonial. Atualmente contem módulo que permite a leitura de código de barras para identificação e localização de bens;

- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas, com destaque para:
    - Criação do módulo de transferência on-line.

g. **SISMAE**

- Sistema de Manutenção de Máquinas e Equipamentos. Tem por finalidade o controle das Ordens de Serviço envolvidas no controle das manutenções de máquinas e equipamentos do DER/DF, e do Batalhão de Polícia Rodoviária – BPRV;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

h. **SISVISITANTE**

- Sistema de Controle de Visitantes. Tem por finalidade o controle das entradas e saídas de pessoas no Edifício Sede do DER/DF;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

i. **SISEVI**

- Sistema de Educação Viária. Tem por finalidade o controle das atividades da Transitolândia, tais como visitas à minicidade, campanhas e cartilhas educativas. Possui integração com a comunidade a partir de dois acessos externos disponíveis no site da Transitolândia (http://transitolandia.der.df.gov.br/), um destinado às Escolas e outro aos estudantes;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

j. **SISPLAC**

- Sistema de Placas. Tem por finalidade o controle do processo de fabricação, instalação e manutenção de placas de sinalização de trânsito que são demandadas e produzidas por equipe própria. Possui dois públicos alvos: aqueles que fabricam as placas no Núcleo de Sinalização – NUSIN, e aqueles que instalam e mantém as placas, os Distritos Rodoviários;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

k. **Site da Transitolândia**

- Solução disponível na internet por meio do endereço http://transitolandia.der.df.gov.br, que tem por objetivo divulgar as funções e atividades da Escola Vivencial de Trânsito – Transitolândia. Além do conteúdo estático, com textos informativos e fotos das diversas campanhas educativas promovidas, o site possui integração com o SISEVI, permitindo assim que escolas atualizem dados, agendem visitas à minicidade, e que crianças naveguem e preencham virtualmente cartilhas educativas de trânsito, inclusive com emissão de certificado ao final;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas, com destaque para descentralização a fim de que a ASCOM alimente o site no ambiente de homologação.

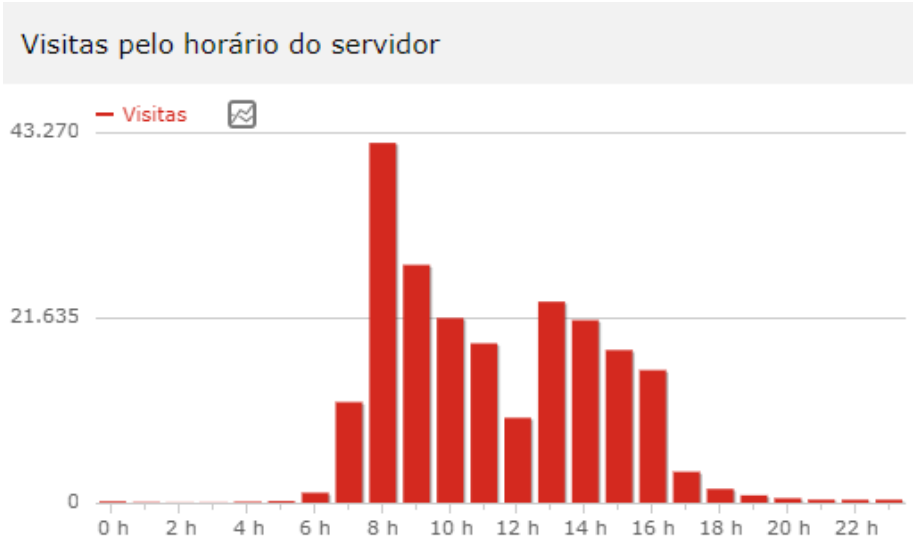
l **.Licitações**

- Módulo sistêmico desenvolvido para gerar os anexos dos pregões eletrônicos do DER/DF. A solução captura todas as informações dos Pedidos de Compra de Material – PCM's do SISMAT, gerando e controlando os anexos das licitações;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

m. **Portal Intranet**

- Solução que integra notícias, informações e serviços relevantes à comunidade interna do DER/DF, tais como acesso a sistemas, formulários, contracheque, carga patrimonial setorial, lista de materiais, lista de e-mails, telefones, aniversariantes, contratos, dentre outros;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

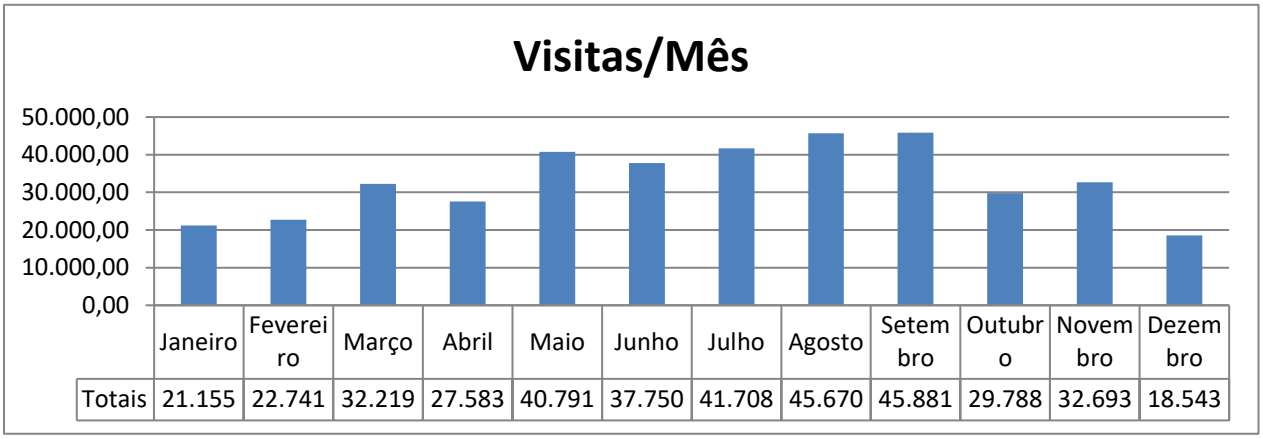
Horário dos acessos à INTRANET (até 17 de dezembro de 2017) – Piwik Analytics



Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação

n. **Portal Internet – Site**

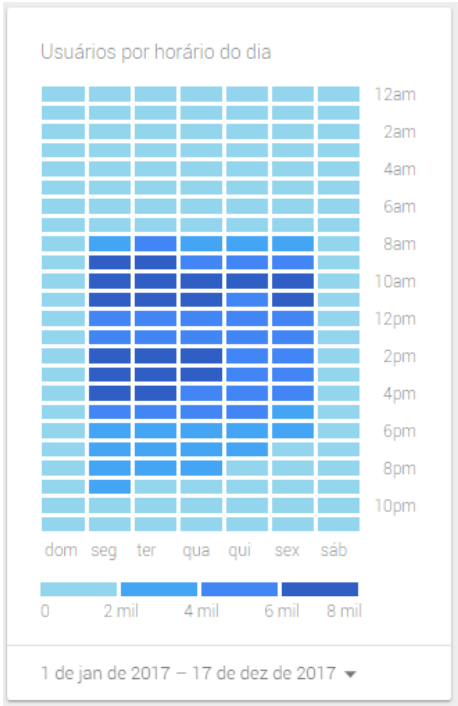
- Solução que integra notícias, informações e serviços relevantes ao cidadão, tais como licitações, pedidos de autorização especial de tráfego, pedidos de ocupação de faixa de domínio, procedimentos relativos a multas de trânsito, dentre outros. Atualmente o conteúdo referente a notícias disponibilizado no site do DER/DF é alimentado pelo próprio gestor, ou seja, a Assessoria de Comunicação – ASCOM, que foi devidamente qualificada pela equipe de TI, ficando esta a cargo dos demais conteúdos;
- Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas, com destaque para revisão e reestruturação dos módulos LAI e Carta de Serviços.
- Nos gráficos abaixo é possível verificar os horários de maior acesso ao site do DER/DF e a quantidade de visita/mês.



	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Totais	21.155	22.741	32.219	27.583	40.791	37.750	41.708	45.670	45.881	29.788	32.693	18.543

Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação (até 17 de dezembro de 2017) – Google Analytics

Horário dos acessos ao Site do DER/DF



Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação (até 17 de dezembro de 2017) – Google Analytics

o. **Principais ações SIDER:**

- SGF
  - Revisão de informações contábeis dos contratos cadastrados no sistema;
  - Revisão da forma de cadastro de aditivos de contrato e customização do sistema para contemplar essa atual necessidade;

- Revisão e alteração do fluxo de cadastro de contratos no SGF;
- O fluxo de cadastro de processos e contratos no Sistema de Gerenciamento Financeiro – SGF está em redefinição. Vários setores da Autarquia estão sendo envolvidos, fazendo com que a gestão do sistema seja compartimentada de forma a melhorar os resultados;

- ACT
  - Homologação de integração entre sistema de talonário de multas e sistema ACT. O Web Service a ser implementado está sendo revisto tendo em vista que a gestão do Talonário Eletrônico passou a ser responsabilidade do SERPRO.
- FXD
  - Continuidade do desenvolvimento e implantação de módulo de fiscalização no Sistema de Faixa de Domínio – FXD. Etapa de atualização do Portal FXD;
  - Revisão de utilização do portal de faixa de domínio.
  - Levantamento de requisitos para correção evolutiva a ser implementada no sistema FXD WEB
- SMO
  - Atualização da versão do sistema no aspecto de controle de cronogramas físico e financeiro;
  - Mapeamento de responsabilidades sobre perfis funcionais do sistema
  - Treinamento e apoio direto aos executores de contratos;
  - Ações realizadas no âmbito de utilização do Diário de Obras;
- CQM
  - Suporte continuado na utilização do módulo CQM. Após definição da SUOBRA indicando que todas as novas obras deverão ter seus registros cadastrados no CQM, foi reforçado o apoio aos executores no cadastro de medições e demais informações referentes a contratos;
- SCR
  - Suprte a COPLAN na correção de informações do SRDF cadastradas no Sistema de Cadastro Rodoviário.
- Ambiente SIDER
  - Levantamento de necessidades junto aos usuários de todos os módulos visando planejamento de ações de melhoria continuada e previsão orçamentaria para atendimento das demandas recebidas.
  - Implantação de um sistema de Bussiness Inteligence que contempla não apenas a solução SIDER, mas todos os sistemas mantidos pelo DER-DF.

2.10.3 Projetos

Atualmente, o DER/DF está coordenando os seguintes projetos:

1.
   a. **Digitalização de documentos e mapeamento de processo:** Adesão à Ata de registro de preço por meio do processo nº 113.009012/2016, contrato 33/2016, para suprir as necessidades de tratamento, digitalização e mapeamento dos processos da área administrativa.

b. **Bentley Topograph:** Projeto em andamento desde 2015 e com grandes avanços em 2016. Foram adquiridas 08 (oito) novas licenças do software Bentley Topograph, e atualizadas as 02 (duas) licenças já existentes. Para 2017 foram programados treinamentos, tanto para os produtos recém-adquiridos, quanto para a plataforma PowerCivil já em utilização. Os novos produtos atendem a uma demanda antiga dos Distritos Rodoviários para atividades de topografia, e contará também com integração ao ambiente SIDER.
c. **Utilização das torres da PM:** Por meio do convênio assinado com a PM, conforme consta no processo 113.0005776/2012. O DER está utilizando as torres para instalar antenas de comunicação para interligar os distritos rodoviários com a sede.
d. **Interligação da rede de dados do DER por meio de fibra ótica:** Interligação entre a sede do DER com o Parque Rodoviário por fibra óptica utilizando a rede de comunicação da GDFNET.
e. **Estudo em andamento para interligar os outros Distritos Rodoviários.**
f. **Novo procedimento para contratar suporte técnico especializado de TI:** Tendo em vista a necessidade de continuidade dos serviços de suporte técnico especializado de TI e de governança de TI, está em andamento um novo procedimento de contratação desses serviços, uma vez que o ciclo contratual atual está no seu limite temporal legal.
g. **Descentralização da Coordenação de Tecnologia da Informação:** O DER/DF apresenta estrutura física descentralizada. Além da Sede, apresenta 5 distritos Rodoviários em pontos distintos do DF, além do Parque Rodoviário. Atualmente, o Parque Rodoviário (Sobradrinho) e o 3º Distrito Rodoviário (Samambaia) contam cada um com um colaborador local, o que melhorou a qualidade do atendimento, reduziu custos e aproximou mais a TI de seus usuários finais. Apesar da escassez de recursos humanos, para 2017 foram programados suportes locais no 1º (Planaltina), 4º (Paranoá) e 5º (Brazlândia) Distritos rodoviários.
h. **Aquisição de Switches:** Processo em andamento para aquisição de novos switches para melhorar e modernizar a comunicação de dados. (processo aguardando disponibilidade orçamentária)
i. Certificação digital: Continuidade no estudo de viabilidade iniciado em 2014, para a aquisição de certificação digital pela entidade.
j. **Aquisição de computadores:** Encontra-se em andamento a aquisição de ativos para a melhoria da infraestrutura da Superintendência de Trânsito, processo nº 113008263/2016,com previsão de instalação em 2017.
k. **Projeto de ampliação do sistema VOIP/Equipamento:** Aquisição de mais equipamentos. Em andamento por meio do processo nº 113.003946/2015.
l. **Gerador de Energia:** Aquisição de equipamento gerador de energia, em andamento por meio do processo nº 113.006317/2015 (processo aguardando disponibilidade orçamentária).

2.10.4 Parceria com Terceiros

Tendo em vista a reduzida equipe de técnicos capacitados em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, servidores desta Autarquia, foram firmados alguns contratos com empresas especializadas visando um melhor atendimento das demandas de TIC. Ademais, em

determinadas situações, tais parcerias se apresentam de fato como a melhor solução. Abaixo estão listados os contratos de parceria.

a. **PANACOPY:** Prestação de serviços de impressão e reprografia corporativa por meio do Contrato 40/2014.
b. **SIMPLE:** Prestação de serviço especializado em Tecnologia DevInfo até julho de 2016.
c. **ORBITE:** Prestação de serviços de manutenção dos rádios de comunicação da Sede do DER com o Parque Rodoviário, Distritos Rodoviários, BPRV Sede e postos da BPRV, por meio do Contrato 25/2011.
d. **NETWORLD:** Prestação de serviço de link de internet para os setores responsáveis por pregões e licitações do DER/DF, por meio do Contrato 15/2012.
e. **NETWORLD:** Prestação de serviços de telefonia fixa por meio do contrato 16/2015;
f. **OI:** Prestação de serviço de telefonia comutada por meio do contrato 61/2014.
g. **CENTRAL IT:** Prestação de serviços especializados de Tecnologia da Informação (TI), contemplando serviços de especialistas em suporte e administração de sistemas de redes, digitalização e atendimento de usuários mediante demanda destas atividades, por meio do Contrato 016/2011.
h. **NETSCIENCE:** Prestação de serviços para configuração de PABX digital de telefonia VOIP por meio do Contrato nº 38/2013 (gestão em 2015).
i. **BENTLEY:** Prestação de serviços de suporte técnico para produtos Bentley, fornecedora de licenças de soluções e softwares de engenharia, por meio do Contrato 10/2013 e 34/2016. Esses contratos contemplam os seguintes produtos:
    - *MicroStation SELECT Subscription* (4 licenças);
    - *Bentley InRoads Site SELECT Subscription* (02 atualizações de *software*);
    - *Bentley PowerCivil for Brasil SELECT Subscription* (11 licenças);
    - *Bentley Topograph Perpetual Licence* (8 licenças)
    - *Bentley Topograph Perpetual Licence* (2 licenças de atualização de versão)
    - *Bentley Topograph SELECT Subscription* (10 licenças)
    - *ProjectWise Passport Perpetual License* (32 licenças);
    - *ProjectWise Integration Server Perp Licences* (01 licença);
    - *ProjectWise Web Server Perpetual License* (01 licença);
    - *ProjectWise InterPlot Server Perpetual Licenses* (01 licença);
    - *ProjectWise Publishing Server Perpetual Licenses* (01 licença);
    - Suporte Técnico;
    - Treinamento para usuários.
j. **Poligraph:** Solução Integrada para Departamentos de Estradas de Rodagens – SIDER, mantida nesta Autarquia por meio do Contrato 41/2013. Tem por finalidade contratação de serviços técnicos de informática, objetivando a continuidade e a sustentação da sistematização implantada para apoio ao modelo integrado de gestão de contratos de obras rodoviárias, segurança de trânsito de pessoas e de cargas no Sistema Rodoviário do Distrito Federal. A solução é composta pelos módulos listados abaixo:
    - **ACT** – Sistema de Estatística de Acidentes de Trânsito: Tem como objetivo principal disponibilizar visualmente as estatísticas de acidentes e possibilitar a emissão de diversos tipos de relatórios estatísticos de todos os acidentes ocorridos nas rodovias do Distrito Federal.

- **AET** – Sistema de Controle da Autorização Especial de Trânsito: Tem como objetivo principal a informatização do processo de emissão da AET, via sistema e Internet.
- **CQM** – Sistema de Cálculo do Quantitativo de Medições de Obras Rodoviárias: Tem como objetivo auxiliar os executores de contratos na elaboração da memória de cálculo da medição de obras rodoviárias.
- **FXD** – Sistema de Faixa de Domínio: Tem como objetivo controlar a utilização e exploração das faixas de domínio das rodovias sob jurisdição do DER/DF.
- **MIG** – Módulo de Informações Gerenciais: Tem como objetivos emitir relatórios e consultas a partir de informações pertinentes às atividades de administração física e financeira de contratos de obras e orçamentos.
- **SGF** – Sistema de Gestão Físico-Financeira de Contratos: Tem por objetivo auxiliar os usuários no gerenciamento de contratos e montantes orçamentários.
- **SMO** – Sistema de Gestão de contratos de Obras e Medições: Tem como objetivo fazer a gestão de contratos por meio de acompanhamento dos saldos contratuais, cálculo da medição dos serviços contratados; controle e cálculo do reajuste, provimento e controle de aditivos, acompanhamento de cronogramas de execução, gerenciamento do andamento físico de obras em execução e controle da emissão de atestados de capacidade técnica.
- **OAE** – Sistema de Obras de Artes Especiais: Tem como objetivo registrar as principais características das obras de arte especiais.
- **SCO** – Sistema de Custos e Orçamento: Tem como objetivo facilitar e agilizar os trabalhos dos profissionais que elaboram composições de serviços e orçamentos de obras rodoviárias e de edificações.
- **SAM** – Sistema de Administração da Manutenção: Tem por objetivo gerenciar o planejamento e controle da manutenção periódica e preventiva da malha rodoviária, com o cadastro detalhado dos elementos rodoviários e suas condições físicas, a partir do qual são determinadas as quantidades de serviços e respectivos orçamentos para a manutenção estando diretamente integrados aos módulos SCR e SCO.

k. **MICROSOFT:** Solução que contempla o uso de licenças de sistemas operacionais, aplicativos e soluções para rede, dados, servidores e estações de trabalhos, executada pelo contrato 019/2016. Produtos e quantidades atualmente contratados:

- CISDataCtr ALNG LicSAPk MVL 2Proc, 5
- ECALBridgeOff365 ALNG LicSAPk MVL Pltfrm UsrCAL, 260
- Off365PE3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr, 260
- SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic, 2

l. **Governo do Distrito Federal:** Disponibilização de sistemas que são centralizados. São eles:

- SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental;
- SEI – Sistema Eletrônico de Informação
- SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;
- SICOP – Sistema Integrado de Controle de Processos;
- Ouvidoria - Sistema de Ouvidoria;
- E-Compras - Sistema de Controle e Acompanhamento de Compras e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal;
- GETRAN – Gestão de Multas de Trânsito (DETRAN).

m. **SERPRO:** Radar/SNE – Sistema de Notificação Eletrônica.

2. 11 Licitações

O DER/DF realizou, em 2017, as seguintes modalidades de licitação:

CONVITE - SERVIÇOS DE ENGENHARIA	
NÚMERO	**OBJETO**
001	SERVIÇOS DE CONTULTORIA PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA DE REFORÇO DE SOLO E DE MURO DE CONTENÇÃO NA RODOVIA DF -047 (EPAR).
002	SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA DO EDIFÍCIO SEDE DO DER-DF.

Fonte: Gerência de Licitações/Superintendência Administrativa e Financeira

TOMADA DE PREÇOS - SERVIÇOS DE ENGENHARIA	
NÚMERO	**OBJETO**
001	CONTINUAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA GERÊNCIA DE CONTROLE OPERACIONAL – GECOP DA SUTRAN. LOCAL: PARQUE RODOVIÁRIO DO DER-DF.
002	DF-445 – ALAGARMENTO DA PONTE SOBRE O RIBEIRÃO O RODEADOR, TRECHO: DF-240 / DF-435.
001	DF-290 - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ALAGADO E PASSAGEM DE FAUNA. TRECHO: ACESSO AO GAMA / ENTRONCAMENTO AVENIDA ALAGADOS (SANTA MARIA).
002	DF-087 (EPVL) – CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E RESTAURAÇÃO DA RODOVIA.
003	DF-001 (PISTÃO SUL) – IMPLANTAÇÃO DE FAIXA DE PEDESTRES E SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA, ALARGAMENTO DO VIADUTO EM CONCRETO E CONSTRUÇÃO DE PASSARELA MISTA DE PEDESTRE. TRECHO: DF-075 (EPNB) – DF-085 (EPTG).
004	VC-533 – PLANTIO DE MUDAS NATIVAS DO CERRADO, TRECHO: BR-080 (BRAZLÂNDIA) À DIVISA DO DF/G0.
005	DF-003 (EPIA) – CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA. TRECHO: ACESSO A ASA NORTE AO ENTRONCAMENTO DA RODOVIA DF-051 (EPGU).
006	DF-047 / DF-002 – CONSTRUÇÃO DEPAVIMENTO RÍGIDO E BARREIRA DE CONCRETO NO BRT EIXO SUL, CICLOVIA E REJUVENESCIMENTO DO PAVIMENTO.
007/2014	SERVIÇO DE SUPERVISÃO DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTO COM MELHORAMENTOS E ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA DF-003(EPIA) E VIA SUPLEMENTAR - LIGAÇÃO TORTO/COLORADO.

Fonte: Gerência de Licitações/Superintendência Administrativa e Financeira

PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS EM 2017	
NÚMERO	**OBJETO**
001	CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE PARA MANUTENÇÃO EM GARANTIA DOS VEÍCULOS CHEVROLET S-10 E TRAIL BRAZER.
002	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE VIGILÂNCIA PARA AS DEPENDÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL. Nº BB – 664892
003	AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA REALIZAÇÃO DE CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO "MOVIMENTO MAIO AMARELO". Nº BB – 664894
004	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTORES A EXPLOSÃO DO CICLO OTTO (GASOLINA E/OU ETANOL) E DIESEL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS ESPECÍFICAS, DOS EQUIPAMENTOS PERTECENTES À FROTA DO DER-DF.
005	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – LIXADEIRAS ANGULARES DE 7MM, 1800MM, 220W. Nº BB – 664938
006	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – TERMOPLÁSTICO. Nº BB – 664939
007	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – CORDAS. Nº BB – 664966
008	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – CONES. Nº BB – 664970
009	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – TRITURADOR COM DESLOCAMENTO LATERAL HIDRÁULICO. Nº BB – 665371
010	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – QUEROSENE. Nº BB – 665715
011	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE – MESA PLÁSTICA, CADEIRA DE PLÁSTICO. Nº BB – 666197
012	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE – BONECO MASCOTE. Nº BB – 666203
013	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE – AQUISIÇÃO DE TENDAS. Nº BB – 666209
014	AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSUMO - CAPACITOR, REATOR E LAMPADA METÁLICA. Nº BB - 666598
015	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – CHAPA DE FERRO GALVANIZADA E ELETRODO. Nº BB 668605
016	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA E SOLVENTE PARA TINTA Á BASE DE ESINA ACRILICA. Nº BB 666608
017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS GRÁFICOS E DIAGRAMAÇÃO COM VISTAS À CONFECÇÃO DE LIVROS, LIVRETOS, MANUAIS, CARTILHAS, CARTAZES, FOLDERS, BANNERS E DEMAIS SERVIÇOS ESPECIFICADOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, DE VÁRIOS FORMATOS E GRAMATURAS, INCLUINDO PROVA DE IMPRESSÃO ACABAMENTO, EMBALAGEM, EMPACOTAMENTO, ETIQUETAGEM E TRANSPORTE, PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS

	DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL (DER/DF). Nº BB 667470
018	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - NOTEBOOKS, 220W. Nº BB 667473
019	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SUPORTE AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DE INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE EXECUÇÃO EM 1º, 2º E 3º NÍVEIS. Nº BB 667579 NOVO Nº BB 674443
020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO E APLICAÇÃO DE PELÍCULAS CAST AUTOMOTIVAS NOS EQUIPAMENTOS PERTECENTES À FROTA DO DER/DF. Nº BB 667585
021	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – TELEVISORES DE 50 A 55 OLEGADAS E SUPORTE DE PAREDE. Nº BB 668822
022	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATENDIMENTO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TESTES DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA ON-SITE OU REMOTA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS POR PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS, INCLUSIVE PAPEL PARA DISPENSADORA DE SENHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DER/DF. Nº BB 668824
023	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE CRUZAMENTOS PARA VEÍCULOS E TRAVESSIAS SEMAFORIZADAS PARA PEDESTRES, NA DF-463, TRECHO DF-001 (EPCT)/JARDINS MANGUEIRAL/SÃO SEBASTIÃO. Nº BB 668980
024	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – GERADOR DE ENERGIA. Nº BB 670054
025	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – DISCOS DE CORTE PARA AÇO/ DISCOS DE DESBASTES PARA AÇO/ DISCOS DE LIXA Nº BB 670596
026	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – ÓLEOS LUBRIFICANTES. Nº BB 671856
027	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA IMPRESSÃO DO MAPA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – 2017. Nº BB 671874
028	SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO DE O5 LIVROS DA ÁREA DE TRANSITO. Nº BB 671878 PREGOEIRO(A) – ANTÔNIO MARCOS
029	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO FITA ZEBRADA, AMARELA E PRETA E TACHAO MONODIRECIONAL E BIDIRECIONAL. Nº BB 673101 NOVO Nº BB 674966
030	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – PRANCHÃO DE MADEIRA MACIÇA. Nº BB 673110
031	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – PLACAS CERÂMICAS E RAMPEADOR PNEUMÁTICO E MANUAL. Nº BB 673111
032	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – AR CONDICIONADO Nº BB 674741
033	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE GERADOR DE ENERGIA À GASOLINA Nº BB 674972
034	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – PRENSADORA DE TERMINAIS DE MANGUEIRAS. Nº BB 675693
035	AQUISIÇÃO DE MATERIAL CONSUMO – CONJUNTO PARA AMARRAÇÃO, CINTA PARA ELEVAÇÃO DE CARGAS. Nº BB 675702
36	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO BATERIA LEICA GEB 121 ESTAÇÃO TOTAL, CARREGADOR LEICA, PEDRA MARROADA, AREIAE GABIÃO. Nº BB 677497
037	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE: EQUIPAMENTOS DE TOPOGRAFIA, ESTAÇÃO TOTAL E SISTEMA RECEPTORES GNNS. Nº BB 677771
038	OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – CAMINHÃO PARA UTILIZAÇÃO NOS ENSAIOS DE VIGA, TUDO CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL. Nº BB 678526
039	OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – BACIA SANITÁRIA COM CAIXA ACOPLADA, MASSA ACRILICA PARA PAREDE E ZARCÃO, TUDO CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL. Nº BB 679288
040	OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – ESTOPA EM ALGODÃO ALVEJADO E GARRAFA TÉRMICA, TUDO CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL. Nº BB 679295 NOVO Nº BB 681304
041	OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – CINTA PARA AMARRAÇÃO DE CARGA, TUDO CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL. Nº BB 679314 PREGOEIRO(A) – ANTÔNIO MARCOS
042	OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – BLOQUEADOR SOLAR PARA PELE, MÁSCARA PARA SOLDA E LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS, TUDO CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL. Nº BB 679320
043	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – ARAME GALVANIZADO, ARAME FARPADO, CORRENTE E LÂMPADAS. Nº BB 680645
044	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – VEÍCULO AUTOMOR DO TIPO MOTOCICLETA CATEGORIA "TRAIL". Nº BB 682751
045	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – COLETES BALÍSTICOS. Nº BB 686645
046	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – EMPILHADEIRAS PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS. Nº BB 686763

047	CONTRATAÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES PARA PROMOVER MUDANÇA DA CNH, DAS CATEGORIAS "C" OU "D" PARA A CATEGORIA "E" DOS SERVIDORES DO DER-DF". Nº BB 686769
048	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DISTRIUBIÇÃO GRATUITA - BRINDES – CAMISETAS, TUDO CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL. Nº BB 686779
049	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES DE TRÂNSITO E DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA. Nº BB 694495
050	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – PELÍCULA RETROREFLETIVA / CINTO DE SEGURANÇA. Nº BB 691568
051	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – MICROFONES. Nº BB 691574
052	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – DISCO DE CORTE, TUDO CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL. Nº BB 692593
053	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOCICLETAS DA MARCA HONDA DA FROTA DO DER-DF E BPRV.
054	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – UNIFORMES. Nº BB 693122
055	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – MADEIRITE, TÁBUA DE MADEIRA, CAIBRO, FERRO REDONDO, ELETRODOS. Nº BB 696931
056	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – TINTA ESMALTE SINTÉTICO. Nº BB 696956
057	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – CAVADEIRA ARTICULADA, PÁ, PICARETA E MARRETA. Nº BB 697024
058	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE – BOMBA DE ABASTECIMENTO. Nº BB 698468
059	AQUISIÇÃO DE PERMANENTE – PROJETOR MULTIMIDIA E TELA. Nº BB 698469
060	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – OXIGÊNIO/ACETILENO. Nº BB 698470
061	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – GRAMA BATATAIS. Nº BB 698474
062	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – TRATOR DE PNEUS. Nº BB 697765
063	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – MÁQUINA FOTOGRAFICA E LENTES. Nº BB 701198
064	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – MARTELO DEMOLIDOR. Nº BB 701200
065	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – CHAVE DE IMPACTO. Nº BB 701202
066	OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL LOCAÇÃO POR DIÁRIAS, DE CONTAINERS E BANHEIROS QUÍMICOS.
067	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – FITA ELASTOPLÁSTICA RETRORREFLETIVA MATERIAL DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA. Nº BB 702906
068	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – TELHA CANALETE, E GANCHO PARA FIXAÇÃO Nº BB 702907
069	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – LÂMPADAS E REFLETORES DE LED. Nº BB 702907
070	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – CAL HIDRATADA CH – III. Nº BB 702909
071	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – TERMOPLÁSTICO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA. Nº BB 702910

Fonte: Núcleo de Pregão, Formação e Registro de Preços/Superintendência Administrativa e Financeira

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	**QUANTIDADE**
REQUISIÇÕES ATENDIDAS – SISTEMA SISMAT	4.450
REQUISIÇÕES ATENDIDAS – SISTEMA SUBMAT	260
PEDIDOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO GDF – SC'S EMITIDAS	85
PEDIDOS DE INCLUSÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO GDF POR MEIO DE PLANOS DE SUPRIMENTOS - PLS	14
PEDIDOS DE COMPRA EMITIDOS – PCM'S	135
PENALIDADES APLICADAS A FORNECEDORES INADIMPLENTES	07

Fonte: Núcleo de Pregão, Formação e Registro de Preços/Superintendência Administrativa e Financeira

2.12 Capacitação de Servidores

O DER/DF proporcionou, em 2017, 276 capacitações de servidores por meio de cursos contratados diretamente por este Departamento ou ofertados pela Escola de Governo do Distrito Federal:

CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2017			
PERÍODO	**CAPACITAÇÕES CUSTEADAS PELO DER/DF**	**CAPACITAÇÕES OFERTADAS PELA EGOV-DF E SAMU/DF**	**TOTAL**
1º QUADRIMESTRE	7	43	**50**
2º QUADRIMESTRE	15	105	**120**
3º QUADRIMESTRE	14	92	**106**
TOTAIS	36	240	**276**

Fonte: Gerência de Pessoal e Capacitação

2.13 Construção e Reforma de Prédios e Próprios

No que se refere à construção e reforma de prédios e próprios, foram realizados os seguintes contratos em 2017:

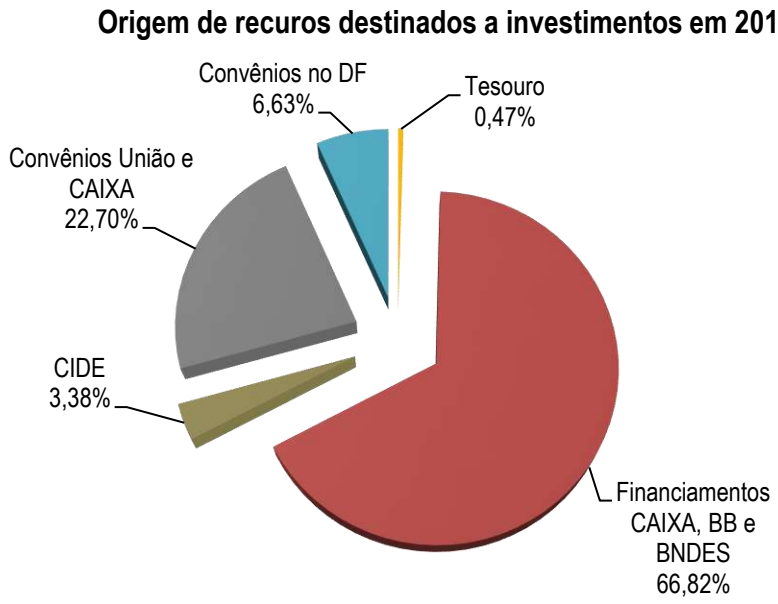
a) **Construção do edifício sede da GECOP/SUTRAN:** Execução das obras de continuação da construção do Edifício Sede da Gerência de Controle Operacional – GECOP da Superintendência de Trânsito. Avanço físico acumulado: 20%, em andamento.
b) **Reforma do edifício sede da GETEC/SUTEC:** Execução das obras de reforma do Edifício Sede da GETEC, localizado no Parque Rodoviário do DER-DF, Rodovia DF-001, km 0, Sobradinho-DF. TP nº 006/2011. Avanço físico acumulado: 81,95%, em andamento.
c)

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1 Planejamento e Gestão de Investimentos

No exercício de 2017, em um cenário de crise econômico-financeira nacional e local – e diante da consequente escassez de recursos provenientes do Tesouro – grande parte da verba destinada a investimentos do Departamento de Estradas de Rodagem decorreu de financiamentos e convênios.

O orçamento total constante da LOA/2017, especificamente destinado a investimentos, correspondeu a R$ 452.429.000,00, abrangendo financiamentos, convênios, CIDE-Combustíveis e Tesouro do Distrito Federal. Desse montante, a maior parte consiste em financiamentos junto ao Banco do Brasil, BNDES e CAIXA e a menor parte, em recursos provenientes do Tesouro:



Fonte: Gerência de Planejamento e Acompanhamento / Coordenação de Planejamento

No contexto de forte restrição orçamentária e de novas dinâmicas de financiamentos, o DER/DF tem pleiteado recursos e incorporado novas rotinas à sua gestão orçamentária de forma a resguardar a execução dos contratos e convênios e viabilizar a continuidade de entregas à população do Distrito Federal, muitas delas compondo o rol de projetos estruturantes do Governo. Dentre as atividades de planejamento e gestão orçamentária de investimento realizadas em 2017, se destacam:

- Atuação contínua junto a Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP/SEPLAG com vistas à captação e gestão de recursos de financiamento;
- Elaboração de relatórios de prestação de contas periódicas destinados às instituições financiadoras, atendendo às especificidades de cada uma;
- Celebração e gestão de convênios de repasse da União a fundo perdido (subvenção), bem como preparação de servidores do DER/DF para utilização da plataforma eletrônica SICONV;
- Celebração de convênio no âmbito do Distrito Federal, como Terracap;
- Acompanhamento da Agenda Positiva de Governo e análise de execução da entrega das obras relacionadas no Acordo de Resultados GDF/SEMOB nas ações relativas ao DER-DF 2017;
- Participação no Núcleo Especial de Gestão de Programas - NEGEP, para controle e acompanhamento da execução das operações do financiamento PROINVESTE que incluem o Trevo de Triagem Norte e a Ligação Torto-Colorado;
- Acompanhamento e monitoramento da execução dos projetos estratégicos no DER/DF, bem como a elaboração de relatórios dos planos, programas e ações, observando as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Mobilidade, com o objetivo de dar maior transparência e garantir eficiência às ações do DER/DF;
- Acompanhamento Governamental por meio dos Relatórios Bimestrais dos Projetos e Atividades do DER/DF, analisado criticamente as distorções e desvios identificados na execução do plano orçamentário, com os ajustes, revisão e medidas corretivas consideradas adequadas para o ano de 2016;
- Análise periódica da posição das disponibilidades orçamentárias e das necessidades de alocação de recursos, com o controle do pagamento das parcelas dos contratos e convênios de obras e de atestados da sua regularidade no que concerne ao cumprimento das cláusulas e condições que foram pactuadas;
- Acompanhamento sistemático e periódico da execução do plano e do orçamento anual do DER/DF com a elaboração dos relatórios correspondentes;
- Elaboração de proposta para utilização de recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis) junto ao Ministério dos Transportes;
- Gerenciamento e controle de contratos e convênios e seus aditivos, firmados pelo DER/DF com entidades públicas e privadas, mantendo atualizados os dados pertinentes e observando o cumprimento dos prazos e demais obrigações pactuadas.

3.2 Planejamento Estratégico Modernização Administrativa

As principais atividades realizadas em 2017, não só em relação ao Planejamento Estratégico, mas em relação à modernização administrativa do DER/DF, consistiram em:

- Apuração e disponibilização, na intranet do DER/DF, dos índices referentes ao Planejamento Estratégico 2016;
- Atualização em conjunto com a área de Geoprocessamento das planilhas que são enviadas aos Distritos Rodoviários para a análise da malha e da sinalização rodoviária;
- Elaboração, encaminhamento, acompanhamento e consolidação das planilhas referentes à pavimentação e sinalização encaminhadas pelos Distritos Rodoviários;
- Elaboração, encaminhamento, acompanhamento e consolidação das informações referentes aos indicadores do Planejamento Estratégico;
- Coleta das informações do Sistema de Acompanhamento Governamental e lançamento no Relatório do Planejamento Estratégico;
- Participação no Grupo de Trabalho da Carta de Serviço ao Cidadão;
- Participação em comissões criadas pelo DG: Promoção dos Técnicos, Comissão do PDTI e Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório dos Analistas referente ao concurso 001/2008 e Comissão do Sistema Eletrônico de Informação – SEI!;
- Atualização dos arquivos do Planejamento Estratégico na Intranet;
- Acompanhamento e atualização dos dados no Sistema Gestão DF;
- Auxílio na gestão do Contrato nº 33/2016 (Gestão Documental e Gestão de Processos);
- Participação na construção da Cadeia de Valor do DER/DF;
- Participação nas reuniões com os servidores da COPLAN e SUAFIN, bem como acompanhar os trabalhos de mapeamento e implantação de melhorias nos processos de trabalho das mencionadas áreas.

3.3 Geoprossessamento

O Departamento de Estradas de Rodagem conta com equipe especializada em geoprocessamento, por meio da qual gere informações de relevante interesse para o planejamento rodoviário do Distrito Federal e oferece suporte técnico e operacional aos diversos setores do órgão, bem como à sociedade.

O Geoprocessamento representa um conjunto de tecnologias capazes de coletar e tratar informações georreferenciadas, que permitem o desenvolvimento constante de novas aplicações. Neste sentido, as tecnologias que são englobadas nesta concepção são o Sensoriamento Remoto (SR), o Sistema de Informação Geográfica (SIG) e o Sistema de Posicionamento Global (GPS).

As principais atividades de geoprossessamento realizadas em 2017 consistiram em:

- Finalização do relatório de apontamentos e dúvidas para definição das prioridades do visualizador web de dados geoespaciais (mapas, ortofotos, redes, etc) do DER/DF que está em desenvolvimento por empresa contratada no ambiente SIDER.
- Lançamento e aprovação do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, versão 2016, no Sistema de Cadastro Rodoviário – SCR;
- Revisão da Legislação referente ao SRDF para publicação na Internet/Intranet;
- Atualização do Histórico dos Mapas Rodoviários disponibilizados no website do DER/DF;
- Levantamento quilométrico das Estradas-Parque;
- Levantamento planimétrico com o uso de GPS no Parque Rodoviário, para delimitação de caixas de empréstimo;
- Revisão da geometria e da extensão das interseções rodoviárias;
- Respostas às questões apontadas pela Ouvidoria do DER/DF;
- Definição de parâmetros dos processos internos da Gerência com a equipe técnica de empresa contratada;
- Total de cartogramas produzidos no ano: 167;

- Colaboração em 2017 nas Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho:
    - Comissão que visa elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do DER/DF;
    - Comissão para analisar a viabilidade de inclusão efetiva das Rodovias Planejadas no Sistema Rodoviário do Distrito Federal (SRDF);
    - Comitê Executivo de Gestão Estatística da Informação do Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal – (CEGEI/ SIEDF);
    - Colaboração com a equipe da Comissão do Sistema de Gestão do Pavimento para definir parâmetros técnicos, na área de Geoprocessamento, para o relatório da Comissão;
    - Comissão Técnica Distrital do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF.
- Finalização do Mapa Rodoviário do Distrito Federal, do Mapa da RIDE e do Mapa Turístico de Brasília – Versões 2017. Elaboração do Termo de Referência para contratação da impressão dos mapas. Envio dos arquivos para a empresa Gráfica, vencedora do Pregão Eletrônico para impressão e encaminhamento final do Processo Nº 0113-000969/2017 para pagamento;
- Quantitativo de mapas impressos e entregues diretamente aos destinatários até dezembro de 2017:

QUANTITATIVO DE MAPAS IMPRESSOS		**TOTAL DE MAPAS DISTRIBUÍDOS ATÉ 12/2017**
MAPA PEQUENO	100.000	93.225
MAPA MÉDIO	5.000	3495
MAPA QUADRO	1.500	1284

Fonte: Gerência de Geoprossessamento / Coordenação de Planejamento

ÓRGÃOS/ ENTIDADES QUE RECEBERAM MAPAS IMPRESSOS
31 ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO DISTRITO FEDERAL;
47 AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, AGÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL, TRIBUNAIS, ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS;
21 SECRETARIAS DE ESTADO E EQUIVALENTES
24 DEPUTADOS DISTRITAIS
08 DEPUTADOS FEDERAIS
03 SENADORES PELO DISTRITO FEDERAL
EXEMPLARES TAMBÉM FORAM ENVIADOS AO DNIT, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL E DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Fonte: Gerência de Geoprossessamento / Coordenação de Planejamento

- Atualização dos dados das faixas de rolamento com base no Sistema Rodoviário do Distrito Federal - Versão 2017;
- Revisão e publicação do SRDF-2017 (ano de referência 2016), publicação na Internet/Intranet e envio dos arquivos atualizados ao DNIT e ao Ministério dos Transportes.

3.4 Ouvidoria

A Ouvidoria do DER-DF tem realizado um trabalho sendo o canal entre o Cidadão e o Departamento, levando a este as solicitações de adoção de providências visando à melhoria dos serviços prestados de modo específico e geral.

Busca-se constantemente a qualificação da equipe e das ações para que os resultados possam ser melhorados. Nesse propósito de atender sempre da melhor forma possível a Ouvidoria

trabalha com transparência, acolhendo e respeitando os Cidadãos que procuram seus serviços diariamente, garantindo o sigilo (quando for necessário e solicitado) e o direito à resposta.

Resolubilidade – Manifestações de Ouvidoria 2017

	Qtd.	Percentagens (%)
Manifestações Totais Recebidas	2183	100,00%
Manifestações Respondidas	2181	99,91%
Manifestações Respondidas no Prazo	1996	91,43%
Manifestações Respondidas Fora do Prazo	185	8,47%
Manifestações Pendentes	2	0,09%

Fonte: Ouvidoria do DER/DF



Fonte: Ouvidoria do DER/DF

3.5 Corregedoria

Em 2017, o DER/DF desempenou as seguintes atividades:

- Coordenação, orientação e supervisão das atividades de correição, corrigindo ou prevenindo que futuras irregularidades venham a ocorrer;
- Acompanhamento e apuração de denúncias recebidas, bem como a elaboração do Inquérito Administrativo, visando corroborar com futuras apurações que derivem destes;
- Solicitação de instauração ou arquivamento, orientação e controle de processos de Sindicância/Administrativo, Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial, bem como a elaboração de seus respectivos pareceres;

PROCESSOS INSTAURADOS/2017			
SINDICÂNCIAS	PROC.ADM.FORNCEDORES	ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

48	01	09	03

Fonte: Corregedoria

PROCESSOS CONCLUÍDOS/2017			
SINDICÂNCIAS	PROC.ADM.FORNECEDORES	ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
38	-	03	03

Fonte: Corregedoria

PROCESSOS EM APURAÇÃO			
SINDICÂNCIAS	PROC.ADM.FORNECEDORES	ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
10	01	06	00

Fonte: Corregedoria

- Acompanhamento das Decisões e Diligências Saneadoras encaminhadas pelo TCDF e pela CGDF, bem como elaboração e encaminhamento das respectivas respostas.

Além das atividades mencionadas, o DER/DF realizou auditoria interna em questões pertinentes aos Distritos Rodoviários, à Oficina, ao Almoxarifado, ao Setorial de Faixa de Domínio e à SUAFIN, depreendendo:

- Melhoria quanto à manutenção de máquinas e equipamentos em todos os Distritos Rodoviários. Foi verificado que o Órgão providenciou a compra dos equipamentos de proteção individual e dos uniformes dos servidores. As condições gerais em relação à higiene, funcionamento de banheiros, copas e área de trabalho do Distrito são adequadas e satisfatórias;
- Ausência de irregularidades na Oficina quanto às condições de funcionamento de banheiros, copas e área de trabalho, além das condições gerais de equipamentos e máquinas, bem como armazenamento de produtos inflamáveis;
- Ausência de irregularidades no Setorial de Faixa de Domínio quanto às condições de funcionamento de banheiros, copas e área de trabalho e execução dos serviços, bem como equipamentos de proteção, uniformes, ferramentas e mobiliários;
- Ausência de irregularidades em análise por amostragem no Setorial de Pessoal quanto a diversos pagamentos (adicionais, horas extras, auxílios, gratificações);
- Ausência de irregularidades no Almoxarifado quanto ao funcionamento de banheiros, copas e área de trabalho e execução dos serviços, bem como equipamentos de proteção, uniformes, ferramentas e mobiliários;
- Cumprimento, pelo Gabinete da Diretoria Geral, de recomendações do TCDF e da Corregedoria-Geral, encaminhadas ao DER/DF durante o exercício de 2017.

3.6 jurídico

No decorrer do exercício de 2017, o DER/DF promoveu os seguintes atos administrativos e judiciais:

- Contratos celebrados: 47;
- Termos Aditivos: 166;
- Apostilas: 07;
- Termos de Doação de bens móveis: 15;
- Pareceres: 118;
- Despachos diversos: 647;

- Instrução de Processos Judiciais para a Procuradoria Geral do DF: 337.

3.7 Documentação e Arquivo

Dentre as atividades de Documentação e Arquivo exercidas em 2017, destacam-se:

PROCESSOS AUTUADOS EM 2017*	
ASSUNTO	**QUANTIDADE**
DEFESA NOTIFICAÇÃO	9.566
RECURSO NOTIFICAÇÃO	5.284
APREENSÃO DOCUMENTO	10.374
DEMAIS AUTUAÇÕES	4.578

Fonte: Núcleo de Comunicação, Documentação e Arquivo / Superintendência Financeira

*88% das autuações, são relacionadas a infrações de trânsito.

TRATAMENTO DE CORRESPONDÊNCIAS	
TIPO	**QUANTIDADE**
CORREIOS	11.275 DOCUMENTOS*
OFÍCIOS/CARTA (SISDOC)	6.091 DOCUMENTOS

Fonte: Núcleo de Comunicação, Documentação e Arquivo / Superintendência Financeira

ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS	
ÁREA	**QUANTIDADE DE PROCESSOS ARQUIVADOS**
NUCDA	1.676
ARQUIVO	6.018

Fonte: Diretoria de Materiais e Serviços / Superintendência Financeira

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A atuação do DER/DF promovendo o desenvolvimento do Sistema Rodoviário do DF, conforme os destaques mencionados neste relatório, visaram à cooperação com o Governo no alcance da melhoria do funcionamento do Estado por meio do compartilhamento de recursos e conhecimento, da diminuição do desperdício em suas ações e discussões com vista ao bom funcionamento das vias públicas, na construção, conservação e restauração das rodovias do SRDF e dos Municípios limítrofes que fazem parte da Região Integrada de desenvolvimento do DF e Entorno e de forma mais efetiva na implantação das políticas públicas.

Por intermédio dos 05 (cinco) Distritos Rodoviários/SUOBRA, o DER-DF vem efetuando a manutenção rotineira e periódica dos 1.914 km de rodovias do SRDF, bem como atendendo a diversos pleitos externos. O papel do DER/DF tem sido destacado na consecução dos objetivos traçados e como parceiro das comunidades rurais, promovendo a interligação com as cidades do DF e do Entorno.

O Distrito Federal constitui um importante centro de distribuição de cargas pelos corredores de transporte interligados no seu território. Hoje, não somente o DF, mas também o Entorno, dispõe de uma rede de rodovias que, mantidas pelo DER/DF, atende as necessidades de transporte de pessoas, de mercadorias e de cargas, especialmente no que se refere ao escoamento da produção agropecuária.

Para a melhoria da infraestrutura viária foram realizadas obras de pavimentação de rodovias, duplicação, restauração, ciclovias, adequação de interseções, e outras intervenções que conduzam ao aumento de capacidade das rodovias com elevado Volume Médio Diário; construção de novas ligações rodoviárias; pavimentação de algumas rodovias vicinais;

conservação e manutenção do patrimônio já existente, além da sinalização, controle de tráfego e fiscalização eletrônica.

Por meio dos resultados obtidos, podemos avaliar e gerar subsídios para a formulação das políticas públicas do GDF dirigidas para a redução cada vez maior do índice de acidentes fatais de trânsito rodoviário no Distrito Federal e dos seus custos, como: atuando na definição de prioridades de investimento; no tratamento dos Pontos Críticos de Trânsito; na restauração e melhoramento da rede rodoviária existente; na moderação do tráfego visando reduzir a velocidade dos veículos e na educação para mudar o comportamento dos condutores, melhorar a segurança do tráfego e a qualidade de vida da população; na melhor avaliação econômica dos projetos de segurança rodoviária como: controle eletrônico da velocidade nas rodovias, intensificação da fiscalização de trânsito, educação para o trânsito. Tudo isto tem contribuído para a diminuição da frequência e da gravidade dos acidentes e retrata também a mudança no comportamento dos motoristas.

Em 2016, os investimentos previstos em infraestrutura foram direcionados à construção, duplicação e recuperação de rodovias e objetivaram melhorar o trânsito da Saída Norte – com a finalização dos projetos do BRT-Norte, e início das obras no trecho do Torto ao Colorado, bem como o início da implantação do Trevo de Triagem Norte.

Além disso, também elaborou relatórios de cumprimento das condicionantes de licenças ambientais; de monitoramento ambiental; de acompanhamento de recuperação ambiental; recuperação de áreas degradadas; levantamentos florísticos e plano de desmate.

A área de Engenharia de Tráfego desenvolveu levantamento estatístico de tráfego e de velocidades sobre a localização de pontos críticos de acidentes de trânsito nas rodovias do DF. Executou diversos projetos de engenharia de tráfego, visando à segurança dos veículos e pedestres.

A responsabilidade do DER envolve, portanto, o alcance de resultados concretos. Realizaram-se gestões junto às Secretarias de Planejamento e de Governo para que os tetos orçamentários estabelecidos sejam factíveis, que não sejam promovidos cortes de despesa quando da consolidação da proposta orçamentária, principalmente relativos a obras e instalações; que os fluxos de liberação de recursos sejam compatíveis com o cronograma físico-financeiro das obras e serviços; que as despesas de custeio sejam atendidas nos valores e prazos pactuados; e que o DER possa contar com os recursos adicionais solicitados quando da elaboração da proposta orçamentária para atendimento às demandas da sociedade. A contribuição em 2017 não foi maior devido às limitações orçamentárias e financeiras.

Entende-se que o DER/DF tem sempre contribuído e se empenhado no sentido de cumprir com efetividade para a consecução das Politicas Públicas e incluir-se entre as organizações que perseguem o caminho da excelência.

As perspectivas para 2018 são muitas. São propósitos maiores e permanentes do DER-DF, tais como: controle efetivo das faixas de domínio das rodovias do DF; fortalecimento da imagem institucional da Autarquia junto aos servidores e a comunidade; integração com outros órgãos públicos para a consecução de programas e atividades que concorram para a melhoria da infraestrutura rodoviária do DF; redução do número de acidentes nas rodovias do DF; aprimoramento das atividades de construção e manutenção das rodovias, tendo sempre por visão promover maior conforto, segurança e fluidez do trânsito e garantir padrões de qualidade nos serviços prestados à sociedade.

São também expressos projetos para 2018 principalmente para: atender a problemas estratégicos de infraestrutura rodoviária, com a continuidade da implantação dos corredores de transporte; aprovação de estudos de impacto de polos geradores de tráfego; a construção de ciclovias ao longo das rodovias; o aumento da segurança de trânsito, garantindo a fluidez no trânsito com a construção de viadutos/pontes, alargamentos, duplicação, pavimentação e restauração de rodovias; bem como o inicio dos projetos fundamentais para o GDF como a pavimentação e aumento de capacidade das rodovias constantes do Anel Viário, e do Projeto de pavimentação denominado "Caminho das Escolas". Tudo isto realizado, preservando-se as nascentes, a fauna e a flora existentes na região.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ- DF – UO: 26.206

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF é uma Empresa Pública de Direito Privado, sob a forma de sociedade de ações, instituída pelo artigo 1º da Lei GDF nº 513, de 28 de julho de 1993, regida pela Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. Integra a Administração Indireta do Distrito Federal na forma do artigo 3º, inciso II e parágrafos, da Lei Federal nº 4545, de 10 de dezembro de 1964 e é vinculada à Secretaria de Mobilidade. Possui as competências de planejar, projetar, construir, operar e manter o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal Sobre Trilhos, assim como explorar comercialmente marcas, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes de sua atividade produtiva.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	89	139	176	650	1.054
Comissionados sem vínculo efetivo	56	0	2	0	58
Requisitados de órgãos do GDF	12	24	0	43	79
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	26	0	0	26
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	157	189	178	693	1.217
(-) Cedidos para outros órgãos	0	3	0	13	16
Total Geral	157	186	178	680	1.201

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4177 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
2265 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**

Tal ação objetiva o apoio ao desenvolvimento do esporte entre os empregados da Companhia do Metropolitano do DF. A principal ação de incentivo é no fomento das equipes de atletas metroviários que participam dos Jogos Poliesportivos do SESI – JOPESE, competição que conta em média com 100 empregados representando o Metrô-DF. Esta competição realiza-se anualmente pelo SESI, no entanto não ocorreu em 2017.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	**200.000,00**	**422.002,00**	**103.975,12**	**42.813,28**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	422.002,00	103.975,12	42.813,28
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	**1.700.000,00**	**1.644.298,00**	**0,00**	**0,00**
3894 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	1.700.000,00	1.644.298,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**1.900.000,00**	**2.066.300,00**	**103.975,12**	**42.813,28**

Como forma de reduzir o consumo e a utilização de recursos hídricos para a lavagem dos trens, por intermédio do Programa Metrô Sustentável foi contratada empresa especializada para a perfuração de 2 (dois) poços artesianos no Centro Administrativo e Operacional do Metrô-DF, para atender a demanda de lavagem dos trens e outros usos como irrigação de jardins. O poços foram perfurados em 2017 e entrarão em funcionamento em 2018.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
8541 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Em 2016 ocorreu a inclusão desta Atividade na LOA com o intuito de contratar a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, tendo por finalidade contribuir para a recuperação social do interno e melhoria de suas condições de vida, além de propiciar oportunidades de aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado. Diante da escassez de recursos financeiros no exercício de 2017, a contratação não foi concluída, sendo retirada da LOA de 2018.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

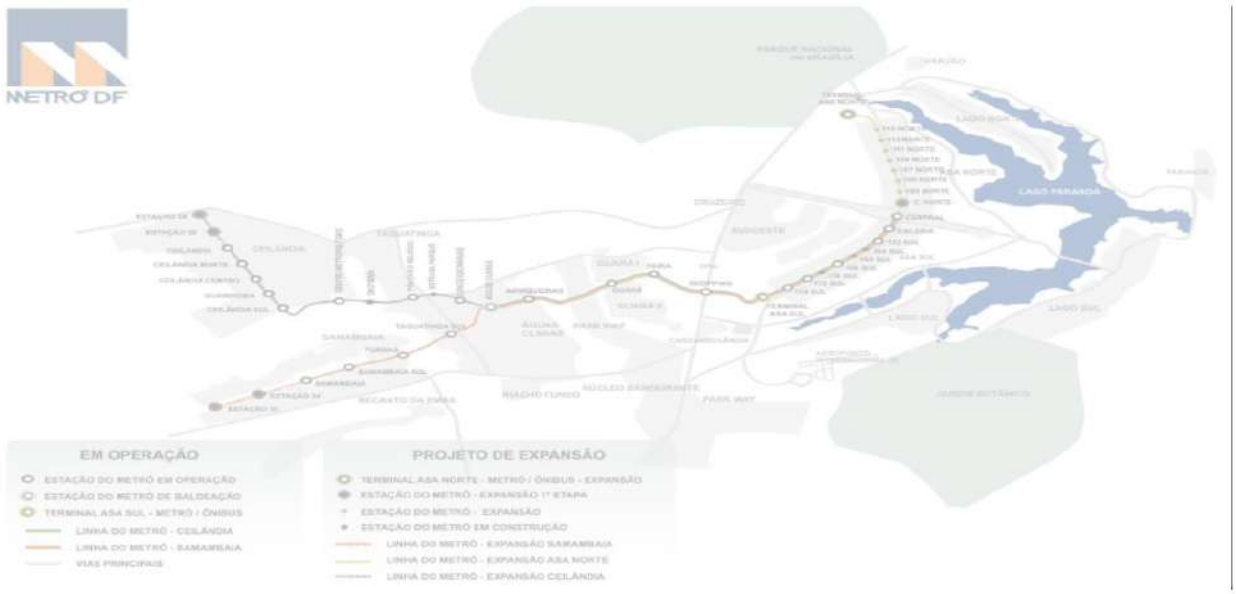
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	**1.300.000,00**	**373.709,00**	**20.000,00**	**20.000,00**
6077 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	1.300.000,00	373.709,00	20.000,00	20.000,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**150.000,00**	**150.000,00**	**87.901,99**	**84.901,99**
0061 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ÁREA FIM DO METRÔ- ÁGUAS CLARAS	150.000,00	150.000,00	87.901,99	84.901,99
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**5.000.000,00**	**4.988.999,00**	**348.404,78**	**348.404,78**
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	4.888.999,00	348.404,78	348.404,78
0005 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-IMPLANTAÇÃO DE MAPA TÁTIL NAS ESTAÇÕES OPERACIONAIS DO METRÔ-DF-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	0,00	0,00
1077 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA .	**1.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5681 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA .-- ÁGUAS CLARAS	1.000,00	1,00	0,00	0,00
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	**34.106.400,00**	**34.106.401,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ--DISTRITO FEDERAL	34.106.400,00	34.106.401,00	0,00	0,00
1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	**14.225.000,00**	**14.225.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF--DISTRITO FEDERAL	14.225.000,00	14.225.000,00	0,00	0,00
2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	**158.232.333,00**	**129.857.565,00**	**124.523.059,48**	**106.927.004,10**
6136 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO--DISTRITO FEDERAL	158.232.333,00	129.857.565,00	124.523.059,48	106.927.004,10
3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	**100.000,00**	**556.308,00**	**0,00**	**0,00**

0003 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	556.308,00	0,00	0,00
3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	**38.000.000,00**	**38.000.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT-W3 SUL-DISTRITO FEDERAL	38.000.000,00	38.000.000,00	0,00	0,00
3134 - AQUISIÇÃO DE TRENS	**55.579.200,00**	**55.836.686,00**	**168.564,00**	**168.564,00**
0001 - AQUISIÇÃO DE TRENS--DISTRITO FEDERAL	55.579.200,00	55.836.686,00	168.564,00	168.564,00
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	**14.603.787,00**	**30.805.593,00**	**15.196.008,43**	**13.716.052,47**
0001 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO--DISTRITO FEDERAL	14.603.787,00	30.805.593,00	15.196.008,43	13.716.052,47
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**1.893.921,00**	**1.893.921,00**	**807.380,50**	**807.380,50**
6182 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE URBANO SOBRE TRILHOS-DISTRITO FEDERAL	1.893.921,00	1.893.921,00	807.380,50	807.380,50
5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	**1.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO--DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
1881 - IMPLANTAÇÃO DE TRENS REGIONAIS	**1.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE TRENS REGIONAIS--DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**323.193.641,00**	**310.794.185,00**	**141.151.319,18**	**122.072.307,84**

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA

A rota servida pelo sistema metroviário se estende por 42 quilômetros de via comercial, em uma configuração em Y, permitindo que a circulação ocorra com dois destinos diferentes a partir da estação Central (CTL): a Linha Verde, com 32,6 km de extensão e oito estações operacionais, que atende ao ramal Ceilândia, e a linha Laranja, com 27,5 km de extensão e quatro estações operacionais, que atende ao ramal Samambaia. O trecho comum aos dois ramais, denominado de Tronco, possui 19,4 km e 12 estações operacionais, compreendendo o trecho de via entre a estação Central (CTL) e a estação Águas Claras (CLA).

A alimentação elétrica do sistema é realizada por 17 subestações retificadoras, que provêm a alimentação de tração de 750 Vcc e a alimentação de corrente alternada em 13.8 Kvca para as estações, os pátios e o Complexo Administrativo e Operacional.



SEGURANÇA OPERACIONAL

O modal metrô é um dos meios de transporte público mais seguro. A circulação de trens nas linhas e pátios, a sinalização, os sistemas auxiliares e a distribuição da energia funcionam sob o comando do Centro de Controle Operacional (CCO). A comunicação é fundamental para

operação do Metrô, e transcorre entre os técnicos do CCO e as equipes de técnicos e agentes metroviários nos trens, estações, torre de controle dos pátios, e também entre as torres de controle dos pátios e os trens. Tais atividades são auxiliadas pelos sistemas de Sinalização e Controle do Tráfego (SCT) e o Sistema de Proteção Automática dos Trens (ATP), que permite manutenção da distância entre os trens, o controle da velocidade limite e a regularidade do intervalo entre as viagens.

Os sistemas de alimentação elétrica, de comunicação e de sinalização trabalham de forma redundante, ou seja, caso ocorra uma falha no sistema principal, o sistema secundário é imediatamente acionado. Todo o sistema recebe manutenção preventiva e corretiva diariamente.

VIAGENS REALIZADAS

Ao longo de 2017 o METRÔ-DF realizou um total de 112.584 viagens frente a 122.853 programadas, o que corresponde a uma execução total de 91,64%.

A prolongada greve que ocorreu entre 06 de novembro e 18 de dezembro de 2017, foi a responsável pela execução inferior à programação. Durante os meses de janeiro e fevereiro a oferta de trens foi reduzida para um total de 22 trens nos horários de pico, ofertando um serviço melhor em relação ao ano de 2016, quando a oferta foi reduzida para 20 trens.

Mês	2016			2017		
	Programadas	Realizadas	%	Programadas	Realizadas	%
Janeiro	9.240	8.895	96,3%	9.938	9.814	98,8%
Fevereiro	9.135	9.018	98,7%	9.849	9.450	95,9%
Março	10.809	10.402	96,2%	11.038	10.733	97,2%
Abril	10.133	9.856	97,3%	9.380	9.191	98,0%
Maio	10.642	10.421	97,9%	10.809	10.559	97,7%
Junho	10.271	7.046	68,6%	10.431	9.735	93,3%
Julho	10.702	4.940	46,2%	9.632	9.546	99,1%
Agosto	11.085	7.278	65,7%	11.085	10.803	97,5%
Setembro	10.431	10.141	97,2%	10.309	10.041	97,4%
Outubro	10.426	10.157	97,4%	10.557	10.329	97,8%
Novembro	9.934	9.713	97,78%	9.838	5.307	53,94%
Dezembro	10.292	10.130	98,43%	9.987	7.076	70,85%
Total	123.100	107.997	87,73%	122.853	112.584	91,64%

USUÁRIOS TRANSPORTADOS

O METRÔ-DF transportou, em 2017, média de 3,05 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 2,99 milhões em 2016, conforme dados repassados pela Divisão de Arrecadação Tarifária - FCAT. Verificou-se um pequeno aumento 2% entre os dois períodos, totalizando em 2017 36.600.865 usuários transportados.

A manutenção da média entre os dois anos pode ser creditada à redução da oferta de viagens devido às greves, que no ano de 2016 ocorreu nos meses de junho, julho e agosto, e em 2017 nos meses de novembro e dezembro, além de paralisações pontuais nos meses de abril e junho.

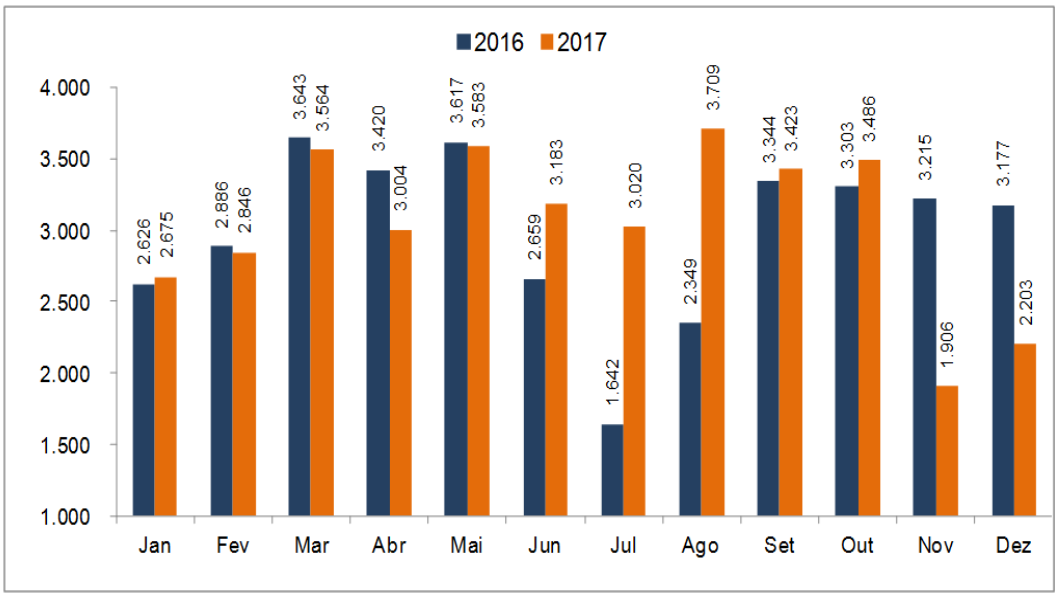


Grafico 1 – Usuários transportados (em milhares).

OFERTA DE SERVIÇOS

A oferta de serviços é feita de acordo com a demanda atual, havendo diferenciação entre dias úteis, sábados, domingos e feriados. A oferta também varia ao longo do dia e nos horários de pico a circulação de trens ocorre com dois trens com destino à Ceilândia para um trem com destino à Samambaia.

Esta estratégia de circulação foi adotada tendo em vista que a quantidade de usuários no trecho entre as estações do ramal Ceilândia é o dobro daquela registrada no trecho entre as estações Samambaia e Taguatinga Sul, conforme a seguir:

Dia	Período	Horário	Trens	Intervalo
Útil	Pico matinal	06:00 – 08:45	24	3min35s
	Ramal Ceilândia			5min20s
	Ramal Samambaia			10min30s
	Vale diurno	08:45 – 16:45	15	5min45s
	Pico vespertino	16:45 – 20:15	24	3min35s
	Ramal Ceilândia			5min20s
	Ramal Samambaia			10min30s
	Vale noturno	20:15 – 23:30	10	8min35s
Sábado	Pico matinal	06:00 – 09:00	15	5min45s
	Vale diurno	09:00 – 16:45	12	7min20s
	Pico vespertino	16:45 – 19:30	15	5min45s
	Vale noturno	19:30 – 23:30	10	8min40s
Domingos e Feriados	Durante todo o período	07:00 – 19:00	8	11min

Tabela 1: Variação dos intervalos de acordo com a demanda.

A partir dos dados de viagens realizadas temos a oferta de lugares mensal, que é obtida a partir da multiplicação das viagens por uma ocupação máxima dos trens de 6 passageiros por metro quadrado, limite de conforto adotado em projeto, correspondente a 1.082 lugares por trem. O gráfico abaixo exibe a oferta em milhares de lugares por mês.

Em 2017 podemos verificar a redução da oferta nos períodos de greve já citados.

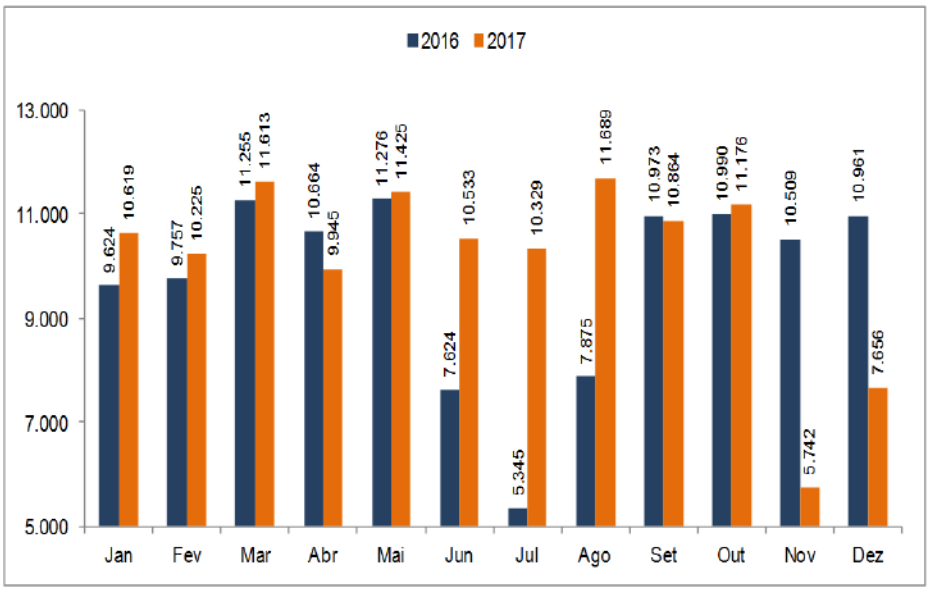
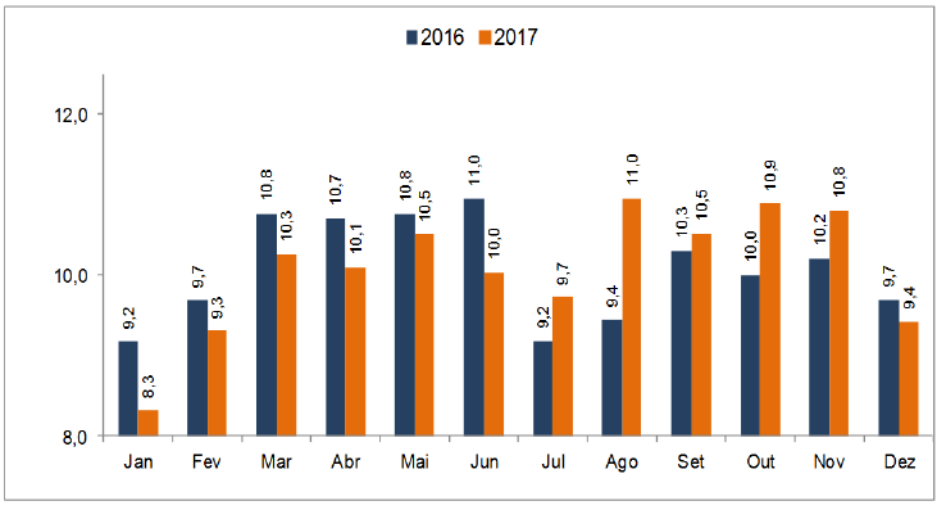


Gráfico 2: Oferta mensal de lugares (em milhares).

O índice de passageiros por quilometro rodado (IPK) apresentou uma pequena variação negativa ao longo do 1º semestre, invertendo a tendência ao longo do 2º semestre quando obtivemos uma variação positiva em relação ao ano anterior. O IPK para o mês de novembro, apesar da greve, teve uma variação positiva. Isto pode ser explicado pela determinação da Justiça do Trabalho de que os horários de pico tivessem uma oferta de 75% dos trens em relação ao normalmente praticado.

Conclui-se que, assim como no ano de 2017, a greve da categoria, cuja duração foi de 40 (quarenta) dias, teve grande impacto no desempenho anual do METRÔ-DF.



PROJETOS EM ANDAMENTO

Destacam-se, aqui, as atividades relacionadas aos diversos projetos sob responsabilidade do Metrô-DF.

AMPLIAÇÃO A LINHA 1 DO METRÔ-DF

- Contrato nº 015/2013 – Elaboração do Relatório de Impacto Ambiental Complementar – RIAC, valor contratual de R$ 272.712,37 (duzentos e setenta e dois mil setecentos e doze reais e trinta e sete centavos).

IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1

- Restaram não finalizadas as Estações e respectivas Passagens de Pedestres das Quadras 104, 106 e 110 da Asa Sul, as quais foram objeto de uma nova licitação. Tais empreendimentos estão previstos para execução em 2018, com recursos oriundos de contratos de financiamento junto ao Banco do Brasil, que prevê a conclusão das obras e sistemas das estações 104, 106 e 110 Sul e respectivas passagens de pedestre. Valor previsto do Empreendimento: R$ 78.950.000,00.

IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF

- Foi concluída a análise das propostas técnicas e de preços referentes a Contratação dos Estudos de Modelagem e Macrossimulação na área Central de Brasília, que faz parte do Termo de Compromisso n.º 445.443-62, pactuado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério das Cidades.

IMPLANTAÇÃO DO METRÔ LEVE - VLT

- Concluída documentação solicitada pela Caixa Econômica Federal para prorrogação da vigência e redução do valor do repasse do Termo de Compromisso n.º 445.450-67/2015 - Elaboração do projeto do VLT – Linha 1 – Terminal da Asa Sul/Terminal da Asa Norte.

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO

Execução de projetos financiados com Contrato junto ao Banco do Brasil:

- Contrato n.º 015/2015 - Modernização do Sistema de Radiotelefonia da Linha 1 (faturado 71% do valor total);

- Contrato n.º 027/2016 - Modernização do Sistema de Transmissão de Dados da Linha 1 (faturado 69% do valor total);

- Contrato n.º 028/2016 - Modernização do Sistema de Telefonia da Linha 1 (faturado 57% do valor total);

- Contrato n.º 029/2016 - Modernização do Sistema de Sonorização da Linha 1 (faturado 67% do valor total);

- Contrato n.º 006/2017 - Modernização do Sistema de Energia – Estação Guariroba (faturado 94% do valor total).

EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE

- Contrato n.º 003/2017 - Fornecimento e instalação de corrimãos, guarda-corpos e pisos táteis em 11 (onze) Estações da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF;

REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

O Contrato nº 005/2015 - Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Transporte sobre Trilhos – PDTT e a Pesquisa de Mobilidade Urbana – PMU, valor contratual de R$ 5.262.048,62 (cinco milhões duzentos e sessenta e dois mil quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos), total faturado em 2017 R$ 807.380,51 (oitocentos e sete mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos). Executado 77,62% do valor total.

REFORMA DE PRÉDIOS PRÓPRIOS

- Contrato n.º 16/2017 - Modernização do DATACENTER (faturado 73% do valor total), financiado com recursos do Contrato firmado junto ao Banco do Brasil.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1734 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - METRÔ	35	%	-		75	92,85	85	100	METRÔ/UO 26206/OE 5
Justificativa: 2017 - Índice alcançado em 2016: 46,87%. Índice alcançado em 2017: 92,85%									
1729 - NÚMERO DE OCORRÊNCIAS QUE CAUSARAM INTERRUPÇÃO DO SISTEMA	45	UNIDADE	-		45	73	38	35	METRÔ/UO 26206/OE 4
Justificativa: 2017 - Em 2016 foram registrados 56 Incidentes Notáveis. Em 2017 ocorreram 73 Incidentes Notáveis.									
1664 - NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO METRÔ (MÊS X 1000)	3.474	UNIDADE	4160	2996	3.626	3.050	3.916	4.112	METRÔ / UO 26206/ OE 4
Justificativa: 2016 - Em 2016, a média foi de 2,99 milhões de usuários. Verificou-se assim, que a diminuição de usuários em relação a 2015 ocorreu devido a ampla greve dos metroviários que durou 72 dias (junho, julho e meados de agosto) refletindo uma redução de 13,76%. 2017 - Em 2017, a média foi de 3,05 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 2,99 milhões em 2016. Verificou-se um pequeno aumento 2% entre os dois períodos. A manutenção da média entre os dois anos pode ser creditada à redução da oferta de viagens devido às greves, que no ano de 2016 ocorreu nos meses de junho, julho e agosto, e em 2017 nos meses de novembro e dezembro, além de paralisações pontuais nos meses de abril e junho.									
1728 - ÍNDICE DE REGULARIDADE	96	%	-		97	91,64	97	97	METRÔ/UO 26206/OE 4
Justificativa: 2017 - Em 2017 foram realizadas um total de 112.584 viagens frente a 122.853 programadas, o que corresponde a uma execução total de 91,64%. A prolongada greve que ocorreu entre 06/11 e 18/12 foi a responsável pela execução inferior à programação. Durante os meses de janeiro e fevereiro a oferta de trens foi reduzida para um total de 22 trens nos horários de pico, ofertando um serviço melhor em relação ao ano de 2016, quando a oferta foi reduzida para 20 trens.									
1663 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	86	%	86	0	86	85	86	90	METRÔ / UO 26206 OE 4
Justificativa: 2016 - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de Satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente. 2017 - O índice alcançado refere-se ao ano de 2016, visto que o relatório final da Pesquisa de Satisfação dos Usuários foi divulgado em Julho de 2017. Durante a coleta foram aplicadas 2.926 entrevistas, nas 24 estações do Metrô-DF, nos 7 (sete) dias da semana, em horário de pico e não-pico. Em razão das limitações orçamentárias, a contratação da Pesquisa referente a 2017 foi homologada em 18/01/2018, com previsão de entrega do resultado em Abril/2018.									
1651 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	86	%	86	0	86	85	86	90	METRÔ / UO 26206/ OE 1
Justificativa: 2016 - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente. 2017 - O índice alcançado refere-se ao ano de 2016, visto que o relatório final da Pesquisa de Satisfação dos Usuários foi divulgado em Julho de 2017. Durante a coleta foram aplicadas 2.926 entrevistas, nas 24 estações do Metrô-DF, nos 7 (sete) dias da semana, em horário de pico e não-pico. Em razão das limitações orçamentárias, a contratação da Pesquisa referente a 2017 foi homologada em 18/01/2018, com previsão de entrega do resultado em Abril/2018.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**3.500.000,00**	**8.894.291,00**	**6.233.844,95**	**6.233.844,95**
0002 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	3.500.000,00	8.894.291,00	6.233.844,95	6.233.844,95
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**3.500.000,00**	**5.680.000,00**	**4.270.377,22**	**4.200.975,23**
6140 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	3.500.000,00	5.680.000,00	4.270.377,22	4.200.975,23
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**7.000.000,00**	**14.574.291,00**	**10.504.222,17**	**10.434.820,18**

Ao longo de 2017 foram efetuados pagamentos no Programa para Operação Especial, conforme detalhado abaixo:

Pagamento	Quantidade
Sentenças judiciais	225
Ressarcimentos de servidores – GDF	99
Ressarcimentos de servidores – União	12
Indenização de transporte para empregados	5.194
TOTAL	5.530

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**2.297.000,00**	**2.638.332,00**	**481.608,70**	**182.597,41**
9700 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	2.297.000,00	2.638.332,00	481.608,70	182.597,41
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**174.755.578,00**	**165.528.442,00**	**160.824.146,19**	**160.824.146,19**
6139 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	174.755.578,00	165.528.442,00	160.824.146,19	160.824.146,19
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**31.935.646,00**	**25.925.046,00**	**25.694.873,82**	**25.672.709,80**
6138 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	31.935.646,00	25.925.046,00	25.694.873,82	25.672.709,80
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**7.332.246,00**	**7.332.246,00**	**5.885.511,19**	**5.688.728,44**
6137 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	7.332.246,00	7.332.246,00	5.885.511,19	5.688.728,44
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**4.724.942,00**	**4.524.942,00**	**1.083.846,90**	**1.083.846,90**
2497 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	4.724.942,00	4.524.942,00	1.083.846,90	1.083.846,90
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**2.050.000,00**	**2.050.000,00**	**1.831.787,38**	**1.831.787,38**
2577 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	2.050.000,00	2.050.000,00	1.831.787,38	1.831.787,38
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**100.000,00**	**100.000,00**	**26.221,56**	**26.221,56**
0020 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	26.221,56	26.221,56
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**4.200.000,00**	**1.215.366,00**	**619.914,92**	**585.017,62**
6131 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - METRÔ-ÁGUAS CLARAS	3.200.000,00	1.083.366,00	582.045,06	553.934,26

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
7909 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA - METRÔ- ÁGUAS CLARAS	1.000.000,00	132.000,00	37.869,86	31.083,36
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**6.000.000,00**	**6.000.000,00**	**5.994.707,93**	**5.406.052,72**
5286 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	6.000.000,00	6.000.000,00	5.994.707,93	5.406.052,72
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**233.395.412,00**	**215.314.374,00**	**202.442.618,59**	**201.301.108,02**

Após publicação do percentual de 44,81% (quarenta e quatro vírgula oitenta e um por cento) do total das despesas do GDF com pessoal, em 29/09/2017, situação esta que suspendeu temporariamente as proibições trazidas pelo "limite prudencial", o Governo autorizou a nomeação de 63 (sessenta e três) aprovados no concurso público para o provimento de 232 (duzentas e trinta e duas) vagas, conforme Edital do certame.

Vale destacar também as campanhas de utilidade pública, como: regras de conduta no Metrô e uso da faixa amarela e outros. Também foram desenvolvidas campanhas de cunho social pelo Grupo de Trabalho Metrô Solidário, abordando temas como doação de cabelos, incentivo a amamentação livre e a prática da leitura no Metrô-DF, saúde do idoso, conscientização do câncer de mama e de próstata, arrecadação de agasalhos, brinquedos e alimentos não perecíveis destinados à instituições carentes.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A presidência do Metrô-DF e a diretoria do Sindmetrô-DF assinaram, em 30/03/2017, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017-2019, aprovado em assembleia da categoria. Contudo, devido ao cenário econômico em que se encontrava o GDF (impedido de conceder qualquer tipo de reajuste salarial, pelas vedações impostas pela LRF), houve avanços, apenas, nas Cláusulas Sociais. No entanto, mediante parecer emitido pela PJU, firmando entendimento de que, caso não houvesse alterações nas Cláusulas Financeiras não haveria a necessidade de envio do processo negocial ao GDF, bem como, o acordo firmado entre as partes de que, caso o GDF concedesse reajustes financeiros, ou ajuste a concessão, até a próxima data-base da categoria (ou seja, 01/04/2018), por meio de acordo coletivo de trabalho, a qualquer uma das empresas públicas dependentes do tesouro do DF (a saber: NOVACAP, CODEPLAN, CODHAB, EMATER e TCB), seriam reabertas as discussões/negociações, quanto às cláusulas financeiras apresentadas na Pauta de Reivindicações dos Trabalhadores, conforme previsto no Parágrafo 5º da Cláusula 74ª ACT 2015/2017.

Destacamos a importância da atuação da área financeira e comercial da Companhia pela elevação de receita própria, com o propósito de atenuar a dependência financeira desta empresa junto ao Tesouro Local.

O gráfico abaixo demonstra o faturamento de 2017, de **R$ 167,6 milhões**, proveniente de receitas geradas a partir do Sistema de Bilhetagem, gerido pelo METRÔ (SBE), do SBA e Bilhete Único (lançado pelo Governo de Brasília em setembro de 2017), geridos pelo DFTRANS, bem como pela concessão de espaços físicos.



Considerando o incremento significativo de R$ 33,8 milhões que houve em 2017, e ainda a perda de receita estimada em R$ 12,0 milhões em virtude da greve de 40 dias da categoria, a receita total que seria de **R$ 179,6 milhões** aponta um avanço considerável da arrecadação da Companhia.

Na oportunidade, expomos abaixo os débitos do DFTRANS, que permanecem expressivos mesmo após a redução de R$ 21,3 milhões:

Exercícios	Valor
2013	4.585,46
2014	8.049.197,05
2015	4.341.661,50
2016	36.759,50
2017	2.613.835,00
TOTAL	15.046.038,51

Outra iniciativa da atual diretoria do Metrô-DF é trabalhar para elevar a receita extratarifária, que angariou R$ 4,4 milhões em 2017. Sendo assim, foi dado início aos procedimentos de contratação de empresa para a concessão de uso da exploração dos espaços publicitários do METRÔ-DF, com o objetivo principal de alavancar a receita não tarifária da Companhia.

A locação de espaços tem como alvo atrair empresários que desejam divulgar suas marcas. O envelopamento de trens é a opção de maior visibilidade atingindo o público que utiliza o transporte metroviário diariamente e a população que frequenta e vive nas imediações das linhas do METRÔ.

Outra modalidade de receita extratarifária é a utilização de painéis publicitários e o adesivamento ou pintura de paredes, teto ou até mesmo o chão das estações. As próximas etapas envolvem locação de espaços para máquinas dispensadores, aquelas em que a pessoa deposita moedas ou notas e os equipamentos ejetam bebidas, alimentos e até brinquedos, além do aluguel de lojas e quiosques.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O volume de investimentos no sistema metroviário do DF foi cinco vezes maior em 2017, comparando-se com os últimos anos. A média de R$ 4,5 milhões anuais, no período de 2013

a 2016, por exemplo, aumentou para R$ 22,2 milhões no ano passado. Os dados constam da execução orçamentária da Companhia do Metropolitano do DF e comprovam o histórico do baixo número de investimento no sistema em operação no decorrer de anos anteriores. Mas, mesmo diante desse baixo número, das 100 mil viagens em 2017, apenas 0,081% geraram falhas que provocaram atraso em mais de 15 minutos em horários de pico, que é resultado de uma série de ações estratégicas adotadas na operação e na manutenção desde 2015.

Informações da Diretoria Financeira e Comercial da companhia apontam que, de 2012 até 2015, os investimentos na ação de manutenção e operação do Metrô ficaram abaixo de R$ 500 mil por ano. Em 2016, com a redução de gastos na empresa e no valor do contrato de manutenção, foram investidos R$ 1,2 milhão em 2016 e R$ 4,7 milhões em 2017, para substituição de peças e mobiliário. Em 2017 foi possível reforçar os investimentos na melhoria dos equipamentos disponíveis para a manutenção para regularizar a situação fiscal e organizar o gasto público.

A programação de investimentos em melhorias e ampliação do sistema tem sido possível desde 2016 tendo em vista a aprovação, em 2015, de toda a documentação técnica na Caixa Econômica Federal, fundamental para garantir o repasse dos recursos pelo Governo Federal (PAC Mobilidade/Ministério das Cidades). No entanto, a empresa ainda aguarda a liberação dos recursos.

O Governo de Brasília viabilizou a destinação de recursos do Banco do Brasil para o Metrô-DF para dar início à modernização. Em abril de 2017, foram destinados, aproximadamente, R$ 19 milhões para a execução dos contratos da modernização da Linha 1.

Além do enfoque na modernização da Linha 1, o Governo de Brasília e o Metrô-DF têm buscado recursos para concluir as estações da Linha 1, inacabadas e sem servir à população desde 1992 – ano do início da construção. As obras de finalização começam, ainda no primeiro semestre de 2018, nas estações 106 Sul, 110 Sul e Estrada Parque. Também haverá licitação para adequação da Estação Arniqueiras, terceira com o maior fluxo de usuários e que ainda não possuem escadas rolantes. Pesquisa realizada pela Ouvidoria do Metrô e enquete produzida pela rádio CBN indicam que a expansão do Metrô é a principal demanda da população do DF.

O aumento do investimento iniciado em 2017 com continuidade prevista para este exercício de 2018 não está onerando o caixa do GDF, tendo em vista a melhoria dos gastos correntes da companhia. A despesa corrente total da companhia, incluindo todos os contratos vigentes, levaram a uma redução total no custo de operação de 13%, equivalente a R$ 4,2 milhões/mês, comparando-se o exercício de 2017 com 2015.

Para garantir melhor atendimento à operação, a manutenção do Metrô-DF foi reformulada, com novos indicadores operacionais e de manutenção. Por exemplo, o Índice de Regularidade (IR), que afere a relação entre Viagens Realizadas (VR) e Viagens Programadas (VP). "Desde 2015, em média, mais de 97% das viagens programadas (VP) são viagens realizadas (VR), ou seja, ofertadas efetivamente à população, atestando um nível de regularidade muito satisfatório", afirmou o diretor de Operação e Manutenção do Metrô-DF.

Segundo o diretor, o Índice de Regularidade (IR) é resultado direto da melhoria na manutenção do Metrô-DF. Atualmente, a empresa conta com 28 trens operacionais, mesmo que apenas 24 possam circular em horários de pico.

A Diretoria de Operação e Manutenção destaca que o número global de falhas nos trens diminuiu ao longo dos três últimos anos. Apesar disso, cresceu o número de incidentes notáveis (INs) em função da degradação e obsolescência dos sistemas operacionais. O que

caracteriza os INs é o tempo de paralisação do sistema metroviário. Como os sistemas de comunicação e transmissão de dados a cada ano que passa se degradam mais, por estarem obsoletos, o tempo de atuação nas falhas tem se estendido e o número de IN tem aumentado. No entanto, isso não significa aumento no número de falhas. Para superar esse cenário, o novo sistema de comunicação e transmissão de dados já foi licitado e contratado, com previsão de conclusão em abril de 2018.

A mão-de-obra contratada empregada na manutenção é praticamente a mesma ao longo dos últimos 10 anos, uma vez que as novas empresas quando são contratadas absorvem o corpo técnico da empresa anterior. Além disso, o gerenciamento da manutenção hoje é realizado por técnicos concursados do Metrô-DF, o que não ocorria anteriormente.

A qualificação dos técnicos garantiu a instalação dos painéis nas plataformas das estações que informam o horário exato de saída e chegada dos trens, tecnologia desenvolvida pelos profissionais da companhia.

As áreas técnicas foram beneficiadas no ano passado com a convocação dos aprovados do último concurso, realizado em 2013. Já tomaram posse 63 empregados de um total de 188 que serão chamados até maio de 2018, conforme matéria publicada em 11 de janeiro de 2018 no site da Companhia (http://www.metro.df.gov.br/?p=36531).

Além disso, o Metrô-DF tem como perspectivas para o exercício de 2018 os seguintes itens:

- Contratação de empresa para Reforma da Estação Arniqueiras visando melhorias de acessibilidade, com a instalação de 04 (quatro) escadas rolantes;

- Contratação da análise estrutural e investigações geológicas e geotécnicas para a expansão da Linha 1 do METRÔ-DF – Trecho Samambaia;

- Licitação do empreendimento Expansão e Modernização da Linha 1 do METRÔ-DF, com recursos da Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades oriundos do Contrato n.º 409.748-80/2014;

- Conclusão das obras civis e implantação dos sistemas fixos da Estação 106 e 110 Sul, bem como de suas respectivas passagens subterrâneas de pedestres e lojas comerciais;

- Conclusão da Estação Estrada Parque;

- Contratação de empresa para vistoria e adequação da infraestrutura para modernização dos sistemas fixos;

- Aquisição de equipamentos com montagem e instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaica – SESFV na Estação Samambaia Sul do Metrô/DF;

- Implantação de sistema de videowall no centro de controle operacional do METRÔ-DF;

- Reforma das edificações e da primeira etapa da Escola Metroferroviária na sede do METRÔ-DF;

- Projetos de prevenção e combate de incêndio das edificações do METRÔ-DF, mediante a realização de reuniões com a Diretoria de Vistorias do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.

FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL - FTPC/DF – UO: 26.905

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Instituído por força da Lei nº. 239, de 10 de fevereiro de 1992, alterada pela Lei n° 4.011, de 12 de setembro de 2007, e pelos Decretos nº 32.716, de 01 de janeiro de 2011, e Decreto nº 34.702, de 30 de setembro de 2013, o Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF é um mecanismo especial que se destina prover recursos para a execução de programas de investimento e de manutenção do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Salienta-se que ocorreu em período curto de tempo, no início de 2015, a publicação do Decreto nº 36.236, de 01/01/2015, que dispôs sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, que transferiu a gestão do FTPC/DF à Secretaria de Estado de Mobilidade do DF. No entanto, a publicação do Decreto n.º 36.286, de 20/01/2015, retornou a gestão do Fundo de Transporte do DF ao DFTRANS.

Os recursos do FTPC/DF, estabelecidos no art. 15, da Lei n.º 239, de 10/02/1992, devem ser utilizados, exclusivamente para:

I. Desenvolvimento, implantação e acompanhamento de projetos, programas e intervenções para a melhoria e o aperfeiçoamento do STPC/DF;

II. Equipamentos destinados ao controle e à fiscalização dos serviços do STPC/DF, à acessibilidade dos usuários aos veículos e terminais, ao sistema de informações gerenciais e ao sistema de informações aos usuários;

III. Encargos financeiros e amortização de financiamento de projetos de infraestrutura de transporte contratado pelo Distrito Federal ou pela entidade gestora à conta do FTPC/DF;

IV. Despesas com a emissão e a comercialização de vales transporte, passes integrais e com desconto e cartões sem contato;

V. Promoção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, com vistas à efetivação das políticas tarifárias.

FORÇA DE TRABALHO

Apesar de nenhum servidor ter lotação efetiva no Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - FTPC/DF, os trabalhos relativos ao seu funcionamento são realizados pelos servidores do DFTRANS desde setembro de 2013. Além dessa força de trabalho, foi criado um Conselho de Administração do Fundo de Transporte Coletivo do Distrito Federal para gerenciar o Fundo de Transporte, publicado através do Decreto nº 34.814, de 07 de novembro de 2013, em que pese sua previsão desde o dia 12 de setembro de 2007, por meio da publicação da Lei nº. 4.011.

Ao Conselho compete definir as normas operacionais do Fundo de Transporte do Distrito Federal, estabelecer critérios e prioridades na aplicação dos recursos, aprovar a proposta anual do orçamento, alocar seus recursos em projetos e programas, observando a viabilidade econômico-financeira e a disponibilidade orçamentária, acompanhar, avaliar e fiscalizar suas ações, sem prejuízos dos controles internos e externos pelos órgãos competentes, acompanhar sua aplicação visando à continuidade das ações e programas, acompanhar a atualização e organização de seus demonstrativos de contabilidade e de escrituração fiscal, manter banco de

dados disponíveis para consulta pública com informações claras e específicas sobre ações, programas e projetos desenvolvidos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	**2.382.000,00**	**1.382.000,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO- PLANO PILOTO .	2.382.000,00	1.382.000,00	0,00	0,00
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	**3.475.866,00**	**3.000.000,00**	**135.405,50**	**135.405,50**
0002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL	3.475.866,00	3.000.000,00	135.405,50	135.405,50
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0239 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	**90.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL	90.000,00	0,00	0,00	0,00
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS-FUNDO DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO- PLANO PILOTO .	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**5.967.866,00**	**4.382.000,00**	**135.405,50**	**135.405,50**

Ao longo do exercício de 2017, a única realização do Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal foi o pagamento referente a prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto do Terminal Rodoviário Interestadual Metropolitano de Brasília (Ed. Touring) nos meses de agosto, setembro e outubro de 2017, conforme processo 098.002.417/2014.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
7097 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO DO DF-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Houve apenas a manutenção do serviço de fornecimento de água e esgoto do Terminal Rodoviário Interestadual Metropolitano de Brasília durante o período de 3 (três) meses do exercício de 2017.

Problemas que Interferiram na Execução de Programas

Recursos na Lei Orçamentária Anual: Os recursos orçamentários disponibilizados na Lei Orçamentária do Exercício de 2017 aumentaram em cerca de 3 (três) vezes ou 200% (duzentos por cento). A dotação inicial foi de R$ 5.967.866,00 (um milhão novecentos e setenta e seis mil oitocentos e dez reais), embora os cancelamentos e contingenciamentos de recursos orçamentários tenham reduzido este montante em torno de 26,5% (vinte e seis e meio por cento). A previsão das receitas levou em consideração as entradas dos últimos 18 meses das arrecadações nas contas correntes vinculadas ao FTPC/DF referentes a remuneração de depósitos bancários (rendimentos de aplicação financeira), as multas por infrações às normas de prestação de serviços de transporte público coletivo, pelo exercício de transporte ilegal e pela concessão de direito real de uso.

Poucas entradas de recursos financeiros nas contas correntes do FTPC/DF: As receitas provenientes da remuneração de depósitos bancários totalizaram R$ 5.071,94 (cinco mil, setenta e um reais e noventa e quatro centavos) e das taxas de vistorias de veículos somaram R$ 24.281,80 (vinte quatro mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e centavos). Já a receita das multas aplicadas aos operadores do STPC/DF somou R$ 150.778,00 (cento e cinquenta mil, setecentos e setenta e oito reais) e a receita oriunda da cobrança da taxa de ocupação pública nos terminais rodoviários do DF e a respectiva cota de rateio de despesas administrativas (água, luz ...) totalizou R$ 346.274,99 (trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos). Portanto, no exercício de 2017, o Fundo de Transporte arrecadou receitas próprias no valor de R$ 526.406,73 (quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e três centavos).

Não atuação do Conselho de Administração do FTPC/DF: No início de 2015, a Presidência do Conselho foi exonerada. Dessa forma, desde esse período, não ocorreram deliberações. O Fundo de Transporte do DF não conta com uma estrutura de cargos responsáveis pela execução orçamentária e financeira.

Perspectivas para 2018

Espera-se aumentar a arrecadação das receitas destinadas ao Fundo de Transporte do Distrito Federal, com a efetivação da exploração de propaganda em elementos fixos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF e maior controle das concessões de exploração das publicidades existentes, como por exemplo, dos monitores multimídia da Estação Rodoviária do Plano Piloto de Brasília.

Também é esperada a nomeação dos membros do Conselho de Administração do Fundo de Transporte do Distrito Federal para retomar suas atividades de caráter consultivo, destinando os gastos às intervenções necessárias com vistas ao objetivo de promover melhorias e aperfeiçoamentos essenciais ao fortalecimento do STPC/DF.

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO - UO: 28.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – Segeth, é responsável pelo planejamento urbano do Distrito Federal, criada em 2015, por meio do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, tem como competência o ordenamento territorial, uso e ocupação do solo, planejamento, desenvolvimento e intervenção urbana, gestão de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, estudos, projetos e criação de áreas habitacionais, planejamento da política habitacional, planejamento da política de regularização fundiária de áreas ocupadas, aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, de parcelamento do solo e licenciamento de atividades urbanas.

Vinculada à Segeth há a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Codhab, empresa púbica que executa os programas de construção de moradias populares e disponibiliza postos de assistência técnica em comunidades carentes para promover as melhorias necessárias nos projetos urbanísticos de residências e áreas comuns dessas localidades.

No ano de 2016, o Governo do Distrito Federal, somada à necessidade de um melhor equacionamento e integração das ações de planejamento habitacional e de gestão urbana, de forma participativa, democrática e transparente, com viso no aprimoramento e agilidade no atendimento ao cidadão, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH foi reestruturada, a partir da publicação do Decreto nº 37.224 de 31 de março de 2016.

Com a criação da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, Em 15 de setembro de 2016, por meio do Decreto nº 37.625, a Subsecretaria de Ordenamento das Cidades que integrava a estrutura da SEGETH, foi transferida para a SECID, além da coordenação e supervisão das ações das Administrações Regionais.

Com isso, os vinculados à estrutura da SEGETH atualmente são: o Conselho de

Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN; Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB; Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CONDHAB; e o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Sisplan.

Por fim, cabe ressaltar ainda que o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS e Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB são sob a gestão desta Secretaria.

A missão da Segeth é planejar, projetar e gerir o território do Distrito Federal e assegurar o ordenamento urbano e o provimento habitacional de forma integrada, inclusiva, participativa e sustentável.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim em cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	30	26	99	34	189
Comissionados sem vínculo	47		142		189
efetivo					
Requisitados de órgãos do GDF	15	2	38	5	60
Requisitados de órgãos fora do GDF		1	3		4
Estagiários		11		48	59
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim em cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)		10			10
Outros - especificar					
Subtotal	92	50	282	87	511
(-) Cedidos para outros órgãos	16	7	13	12	48
Total Geral	76	43	269	75	463

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**211.659,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**
5205 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	211.659,00	2,00	0,00	0,00
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	**1.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	**1.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**50.000,00**	**3.300,00**	**3.300,00**	**3.300,00**
5756 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	3.300,00	3.300,00	3.300,00
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**466.467,00**	**868.717,00**	**756.813,10**	**756.813,10**
0015 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-SECRETARIA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	466.467,00	868.717,00	756.813,10	756.813,10
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	**1.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS--DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1,00	0,00	0,00
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	**20.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - MELHORIAS HABITACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**761.126,00**	**872.023,00**	**760.113,10**	**760.113,10**

Os recursos despendidos nesse programa, relacionados à tabela acima, foram destinados a elaboração do Guia de Urbanização, que tem carácter orientativo aos técnicos que elaboram projetos de urbanismo, bem como pertinente à Manutenção dos Conselhos.

No âmbito da capacitação de pessoas todas as ações se pautaram na execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento de pessoas, visando não somente a valorização, motivação, integração, troca de experiências, qualificação e capacitação, como também o engajamento do servidor aos objetivos, metas e resultados institucionais, que fortaleçam uma cultura organizacional com foco na melhoria da gestão pública.

A SEGETH, por entender a importância de capacitação para os servidores, também promoveu a participação de 64 servidores em cursos e palestras oferecidos pela Escola de Governo do

Distrito Federal, os quais foram oferecidos sem utilização de recursos orçamentários da Secretaria, conforme quadros a seguir:

Cursos Presenciais pela EGOV	
CURSOS	**SERVIDORES CAPACITADOS**
Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - Turma 1	3
Lei Complementar nº 840/2011 - Turma 1	1
Lei Complementar nº 840/2011 - Turma 2	1
Metodologia para pesquisa e análise de preço - Turma 1	1
Educação financeira pessoal - Turma 4	1
Aposentadorias e pensões - Turma 3	1
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH - manutenção de cadastro	2
Construção de cenários prospectivos - Turma 1	1
Gestão e fiscalização de contratos - Turma 6	1
Licitações e contratos: Lei nº 8.666/93 - Turma 4	1
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH - aposentadoria e pensão -Turma 2	2
Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão Governamental (SIGGo) - Módulo I - Turma 2	2
Acompanhamento e fiscalização de contratos - Turma 3	2
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência - Turma 9	1
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB - Extrator de Dados - Turma 1	2
Técnicas de organização e condução de reunião - Turma 6	2
Regime Próprio de Previdência Social - Turma 1	2
Introdutório em mediação de conflitos - Módulo I (do conflito, paradigmas e abordagens) - Turma 2	1
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência - Turma 10	1
Tomada de Contas Especial - Módulo I (Instrução prévia) - Turma 3	4
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB - GFIPSEFIP 8.4 - Turma 2	1
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB - afastamentos e benefícios - Turma 2	1
Gestão de riscos com base na NBR ISO 31000:2009 - Turma 5	2
Aposentadorias e pensões - Turma 4	2
Técnicas de organização e condução de reunião - Turma 7	2
Educação financeira pessoal - Turma 8	2
Redação oficial - Turma 6	3
Mediação de conflitos em ambientes de ouvidoria - Turma 1	1
Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão Governamental (SIGGo) - Módulo II - Turma 2	2
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH - manutenção de cadastro - Turma 5	1
Acompanhamento e fiscalização de contratos - Turma 3	1
Processo Disciplinar - Turma 4	1
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH - afastamentos e benefícios - Turma 5	1
Acompanhamento e fiscalização de contratos - Turma 4	1
TOTAL	54

Cursos a Distância pela EGOV	
CURSOS	SERVIDORES CAPACITADOS
Ética e Serviço Público 1/2017	1
Transparência, Ética e Controle Social 1/2017	1
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 1/2017	1
Atendimento ao Cidadão 1/2017	1
Gestão de Projetos 1/2017	3
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos 1/2017	1
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos 1/2017	1
Ética e Serviço Público 2/2017	3
Transparência, Ética e Controle Social 2/2017	11
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 2/2017	2
Atendimento ao Cidadão 2/2017	1
Gestão Estratégica com uso do BSC 2/2017	2
Gestão de Projetos 2/2017	3
Transparência, Ética e Controle Social 3/2017	3
Atendimento ao Cidadão 3/2017	1

Gestão de Projetos 3/2017	1
Ética e Serviço Público 4/2017	2
Gestão de Projetos 3/2017	
Transparência, Ética e Controle Social 4/2017	1
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 4/2017	1
Atendimento ao Cidadão 4/2017	1
Gestão Estratégica com uso do BSC 5/2017	1
Gestão de Projetos 5/2017	1
TOTAL	43

Palestras, Congressos e Seminários pela EGOV	
CURSOS	SERVIDORES CAPACITADOS
Oficinas de Aprendizagem em Ouvidoria - Carta de serviços - Turma 4	2
II Semana de Capacitação e Aperfeiçoamento Técnico em Controle Interno - GRUPO II - Turma 1	2
IPREV-DEBATE: um olhar atuarial sobre a previdência - Turma 1	1
X Congresso de Gestão Pública - CONSAD - Turma 1	9
Palestra: Penas máximas no Processo Administrativo Disciplinar - Turma 2	2
II seminário de orientação para aposentadoria do GDF - Turma 1	2
Palestra: Gestor - Coach: uma necessidade em tempos de crise e mudança - Turma 1	1
Mesa de Diálogo: Diversas formas de lidar com conflito ampliando os horizontes - Turma 1	1
II Seminário de Gestão Governamental do Distrito Federal - Turma 1	1
TOTAL	21

Quanto à manutenção dos Conselhos, foram realizadas 15 reuniões com o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN, com 39 decisões aprovadas; 6 reuniões com o Conselho de Administração de Fundos de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, com 14 resoluções publicadas, 7 reuniões com o Conselho do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS, com uma resolução publicada e 6 em fase de publicação, 6 reuniões com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM/DF, 16 reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal – CPCOE.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem / Fonte
1414 - DOMICILIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃ O FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF	120730	UNIDADE	108.657	-	97.791	73.213	88.012	79.210	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Não foi apurado e será revisado. 7 - Polaridade: Quanto menor melhor. O índice foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios no DF. O índice desejado considera o total de domicílios menos a quantidade de domicílios em projetos de regularização, sendo 236.578 - 163.365 = 73.213. 8 - .									
1713 - PERCENTUAL DE LOTES INFORMAIS	44,42	%	-		34,7	34,68	24,19	12,78	SEGETH/CODHAB/IDE/UO 28101 / OE 1
Justificativa: 2017 - Polaridade: Quanto menor melhor. Índice criado em 2017. Devido falha no sistema SIGGO o índice mais recente está errado. Onde se lê 44,42, leia-se 34,68%, pois é o primeiro ano que o indicador é apurado.O indicador parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse									

social - ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017. 2018 - -									
1714 - POPULAÇÃO RESIDENTE PRÓXIMA À INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ATIVA	33,43	KM/100 0 HAB	-		34,76	33,43	38,24	42,06	SEGETH/PDAD/PNAD/CODEPLAN/UO 28101 / OE 1
Justificativa: 2017 - Polaridade: Quanto maior melhor. Índice criado em 2017. O indicador População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa mede a razão entre a extensão da infraestrutura de mobilidade ativa (destinada a pedestres e ciclistas) no DF e o número de habitantes, para avaliar a capacidade de atendimento dessa infraestrutura e subsidiar o planejamento de sua expansão. 2018 - .									

O indicador **Domicílios em projetos de regularização fundiária/total de domicílios no DF** foi definido no início do PPA, porém, por se tratar de um indicador com informações de outros órgãos, no ano de 2016 não foi possível identificar o resultado alcançado. No ano de 2017, o indicador em questão foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios em ARIS e ARINE que temos no DF. Já temos, portanto, um total de 69% (163.365 / 236.578) de domicílios com projeto de regularização fundiária. Apesar do indicador ter sido criado em número absoluto, o resultado apresentado se faz em percentual. Desta forma, será solicitada a alteração no PPA.

Em 2017 a SEGETH por meio da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano firmou uma parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, visando definir alguns indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Territorial do DF. Desta parceria, surgiram alguns indicadores dentre eles o "Percentual de Lotes Informais" e "População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa" que foram inseridos no PPA em 2017.

O indicador Percentual de Lotes Informais parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social – ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017, resultando em 34,68% de lotes em ARIS que ainda não tem escrituras entregues.

O indicador População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa mede a razão entre a extensão da infraestrutura de mobilidade ativa (destinada a pedestres e ciclistas) no DF e o número de habitantes, para avaliar a capacidade de atendimento dessa infraestrutura e subsidiar o planejamento de sua expansão. A infraestrutura considerada abrange as obras, implantadas e projetadas, incluindo: rotas acessíveis, requalificações urbanas, travessias, ruas e calçadas compartilhadas, ciclofaixas, ciclovias e zonas 30. O índice apurado está em 33,43 km/100 mil habitantes.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**160.000,00**	**135.347,00**	**127.209,07**	**114.209,07**
0021 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	160.000,00	135.347,00	127.209,07	114.209,07
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**160.000,00**	**135.347,00**	**127.209,07**	**114.209,07**

No âmbito desse Programa a SEGETH contribuiu para seu melhor desempenho em face da firmatura do contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF, o qual renovado e tem por objetivo contribuir para a recuperação social do preso e a melhoria de suas condições de vida mediante a ressocialização a partir do desenvolvimento de trabalhos administrativos no órgão. O contrato conta com a disponibilização de 10 (dez) reeducandos que exercem atividades nas áreas de reprografia, auxiliar administrativo, suporte na área de transporte e patrimonial, auxiliar de eletricista, manutenção hidráulica e copeiragem.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	**20.000,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	2,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**20.000,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**2.356.638,00**	**96.499,00**	**88.895,30**	**88.895,30**
0055 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIASECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.356.638,00	96.499,00	88.895,30	88.895,30
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**594.448,00**	**1.743.011,00**	**1.602.388,12**	**1.449.617,95**
0052 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	594.448,00	1.743.011,00	1.602.388,12	1.449.617,95
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**2.951.086,00**	**1.839.510,00**	**1.691.283,42**	**1.538.513,25**

Na Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia, houve execução de 92% do orçamento liberado, tendo sido pago apenas um servidor do exercício de 2017. O orçamento remanescente no valor de R$ 2.260.139,00, foi contingenciado pela SUOP e liberado parcialmente para pagamento de despesas com a folha de pagamento da própria SEGETH, assim, ficou em aberto as licenças prêmio de 09 servidores do ano de 2016 e 10 servidores do ano de 2017.

No que se refere aos Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, foram executadas 92% das despesas com ressarcimento de servidores oriundos de 04 (quatro) órgãos distintos, além do pagamento referente a uma indenização de transporte.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**55.106.424,00**	**51.371.424,00**	**51.282.535,21**	**51.282.535,21**
6982 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	55.106.424,00	51.371.424,00	51.282.535,21	51.282.535,21
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**2.023.331,00**	**1.883.331,00**	**1.851.531,79**	**1.851.531,79**
7010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORESSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.023.331,00	1.883.331,00	1.851.531,79	1.851.531,79
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**2.105.366,00**	**203.151,00**	**136.367,75**	**119.425,96**
0131 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.105.366,00	203.151,00	136.367,75	119.425,96
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**61.000,00**	**137.225,00**	**119.624,86**	**119.624,86**
0018 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	61.000,00	137.225,00	119.624,86	119.624,86
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**2.000,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**
5320 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	2.000,00	2,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**2.000,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**
9667 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOSSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRTÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	2.000,00	2,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**59.300.121,00**	**53.595.135,00**	**53.390.059,61**	**53.373.117,82**

Este Programa 6001 destina-se às ações de manutenção administrativa da SEGETH, neste exercício essa Secretaria efetuou os pagamentos das folhas de pessoal, bem com, pagamentos com concessão de benefícios aos servidores, aquisição de suprimentos de informática e materiais de consumo.

Por força da Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício de 2017, para o programa 6001, a Segeth teve um orçamento autorizado no valor de R$ 53.595.135,00 (cinquenta e três milhões e quinhetos e noventa e cinco mil e cento e trinta e cinco reais), sendo que desse montante foi executado o valor de R$ 53.390.059,61 (cinquenta e três milhões e trezentos e noventa mil e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos) o que resultou em um percentual de execução de 99,617%.

Em relação às ações de conservação das estruturas físicas e reforma dos prédios e próprios não houve execução, uma vez que esta Secretaria não possui prédio próprio para alocar seus servidores, sendo que o prédio, atualmente ocupado pela Segeth, pertence à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, desde dezembro de 2015, fato que justifica a não realização de despesas.

Quanto às ações de administração de pessoal e concessão de benefícios a servidores, o valor ora autorizado foi suficiente para pagamento com a folha de pessoal, encargos, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio funeral, dentre outros benefícios.

Vale destacar que embora com orçamento insuficiente para realizar as atividades voltadas à ação de manutenção de serviços administrativos, pode-se dizer que foi possível pagar todas as despesas referentes aos contratos continuados, além disso, concretizar as seguintes aquisições e contratações, no âmbito da Comissão Permanente de Licitações – CPL, muito embora, algumas aquisições/contratações tenham sido realizadas com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – FUNDURB/DF:

Pregões Eletrônicos						
Processo	**Número do PE**	**Descrição**	**Valor Estimado**	**Valor Homologado**	**Economia***	**% de economia**
00390-00005015/2016-75	01/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais nos exercícios de 2017/2018	718.385,25	349.500,00	368.885,25	51,35%
00390-00005074/2017-24	02/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços telefônicos de (chamadas de longa distância), nacionais (interurbanas), originadas de telefone fixo comutado (STFC), oriundas do Distrito Federal, com Discagem Direta a Ramal – DDR	1.793,28	1.793,28		0,00%
00390-00005054/2017-53	03/2017	Aquisição de suprimentos de impressão para equipamentos Multifuncionais e Impressoras.	42.658,04	25.139,94	17.518,10	41,07%
00390-00005483/2017-21	04/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de levantamentos topográficos.	56.092,28	24.652,56	31.439,72	56,05%
00390-00008095/2017-00	05/2017	Aquisição de suprimentos de impressão para equipamentos Multifuncionais e Impressoras.	17.967,58	15.732,92	2.234,66	12,44%
00390-00007907/2017-91	06/2017	Aquisição de suprimentos para impressão (Impressoras, Multifuncionais e Plotters).	108.146,81	68.167,60	39.979,21	36,97%
00390-00010169/2017-60	07/2017	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de 53 (cinquenta e três) aparelhos de ar-condicionado Split	63.040,33	35.520,00	27.520,33	43,66%
Total			1.008.083,57	520.506,30	487.577,27	48,37%

Cotações Eletrônicas

Processo	Número da Cotação	Descrição	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia *	% de economia
390.000.657/2016	01/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços telefônicos de (chamadas de longa distância), nacionais (interurbanas), originadas de telefone fixo comutado (STFC), com Discagem Direta a Ramal DDR.	173,88	CANCELADA		
00390-00005485/2017-10	02/2017	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de Multifuncional do tipo Plotter, com fornecimento e substituição de peças	3.123,00	1.989,99	1.133,01	36,28%
00390-00006057/2017-12	03/2017	Aquisição de 150 Cabos de Segurança modelo KENSINGTON, cabos de aço e cadeados com chaves.	2.958,00	1.990,99	967,01	32,69%
390.000.582/2016	04/2017	Contratação de empresa especializada para a confecção de SELO de autenticidade personalizado.	4.250,00	4.248,90	1,10	0,03%
00390-00006648/2017-81	05/2017	Contratação, no âmbito da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federa l – SEGETH, de empresa especializada para realização de manutenção de segundo nível, incluindo recarga, em extintores ABC portáteis de 6 kg.	3.459,50	3.424,98	34,52	1,00%
Total			13.964,38	11.654,86	2.135,64	15,29%

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2017, a Secretaria de Gestão do Território e Habitação desenvolveu programas relacionados ao aprimoramento e integração dos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial, destacando alguns projetos de lei:

1. Foram publicados os Decretos nºs 38.172 e 37.172 que regulamentam a Lei dos Puxadinhos para a Asa Norte, nas quadras 100, 200, 300 e 400 e da Asa Sul, estabelecendo limites e padrões para a ocupação de áreas públicas na região, com isso o Governo do Distrito Federal visa disciplinar a ocupação das áreas públicas vizinhas dos blocos comerciais e galerias, deixando claro os direitos e deveres do Estado e dos comerciantes, buscando uma relação harmoniosa entre as duas partes e a população.
2. O governo encaminhou à Câmara Legislativa do Distrito Federal o Projeto de Lei do Novo Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – PL1621/2017, que visa modernizar e agilizar a aprovação de novos projetos arquitetônicos. O antigo código de 1998 foi alterado diversas vezes por outras leis, tornando assim o processo de entendimento sobre a análise e aprovação de projetos de difícil entendimento. O Novo Código irá consolidar todas as informações em um único documento e, principalmente, simplificar o processo.
3. Sancionada a Lei de Permeabilidade nº 929, de 28 de julho de 2017, que dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal. A lei busca garantir a infiltração de

águas no solo para que esta chegue ao lençol freático, vá para um rio e posteriormente às barragens. As novas edificações deverão obedecer a regra e ter uma área mínima para que a água consiga penetrar o solo no caso de lotes maiores de 600 m² será possível apresentar alternativas tecnológicas para infiltração artificial.

4. Encaminhado o Projeto Complementar de Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) - PLC 132/2017 à Câmara Legislativa, este projeto unifica cerca de 420 normas urbanas e seis planos diretores locais vigentes o que facilitará o licenciamento de atividades econômicas e de edificações nas cidades com transparência e operação 100% digital. Este projeto de lei foi construído com a participação da sociedade, com a realização de 46 reuniões da Câmara Técnica, 24 consultas públicas presenciais nas Regiões Administrativas, 4 consultas públicas on-line e 3 audiências públicas. A lei incide sobre aproximadamente 365 mil lotes urbanos registrados em cartório e espalhados por 24 regiões administrativas. Não está incluído o conjunto urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
5. Aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Lei da Compensação Urbanística PL nº 110/2017 que institui a compensação urbanística para construções que estão em desacordo com as regras do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O instrumento possibilita a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação, mediante o pagamento de indenização ao Estado.

Alguns projetos urbanísticos foram aprovados por meio de Decreto ou Portaria, sendo eles:

1. Projeto Urbanístico de Regularização da área do Hospital Regional de Santa Maria.
2. Projeto de desmembramento do AE 28 do SAI Sudoeste, Projeto Urbanístico de Regularização de parte das Quadras 5 e 6 da Vila Buritis – Setor Residencial Leste – Planaltina.
3. Projeto de Criação de estacionamento e acessibilidade na Av. Pau Brasil e entorno do Lote 2 na Quadra 207 em Águas Claras.
4. Publicada a Lei Complementar nº 935, de 21 de dezembro de 2017, que define os parâmetros urbanísticos para as Quadras QI 1 a 7 do Setor Leste Industrial do Gama.

Outros projetos relacionados à Gestão Territorial foram aprovados pelo Conselho de Planejamento – CONPLAN e encaminhados à Casa Civil do Distrito Federal, tais como:

1. Alteração dos parâmetros urbanísticos dos lotes 1 a 23 da Avenida Comercial do Setor Habitacional Taquari.
2. Definição de parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes destinados à H4, HC4 e C relacionados no MDE11/92 e MDE 86/92 – Santa Maria.
3. Altera parâmetros de uso e ocupação do solo do Lote Único da Usina Termoelétrica – Trecho 6 – SAI.

Algumas minutas de Lei estão em elaboração:

1. Minuta de Lei Complementar que regulamenta a outorga onerosa de transformação de uso rural em urbano – ONURB.
2. Minuta de Lei de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicação.
3. Minuta do Projeto de Lei para a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.
4. Revisão do Anteprojeto de Lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

5. Proposta de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, que será alterada em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana, com a participação desta Secretaria no Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil e o Decreto de Adoção de Praças.

Finalizadas as Minutas de Decretos referente à Criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS no Pôr do Sol - Ceilândia, para provimento de Novas Áreas Habitacionais e para a

Criação da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília.

Publicado o Guia de Urbanização, instrumento que tem por objetivo orientar para modelos que beneficiem a mobilidade ativa e acessibilidade universal em projetos para espaços públicos. Sintetiza normativos, ressalta tipologias adequadas aos novos princípios de desenho urbano sob a égide da qualidade e competência técnica, seja nos pisos, nos acessos, na acessibilidade, na qualidade visual e nos mobiliários urbanos. Trata-se de estabelecer tipos adequados às atuais tendências do planejamento das cidades, em que o carro perde o protagonismo e a preferência é resgatada para o pedestre e para as bicicletas.

A Segeth é responsável por definir as Diretrizes Urbanísticas (DIUR) para novos parcelamentos urbanos. Isso acontece de acordo com a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, e sua atualização, Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. Cada DIUR é um documento oficial que dispõe sobre o parcelamento do solo com fins urbanos, para orientar a elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo. No ano de 2017 foram editadas as seguintes diretrizes:

1. Setor Habitacional Nova Colina.
2. Região do Setor JK, Setor Habitacional Fercal.
3. Setores Habitacionais Jóquei Clube e Quaresmeira.
4. Região Sul de Planaltina.
5. Via Transbrasília.

Existem ainda as Diretrizes Urbanísticas de Parcelamento do Solo Específicas (DIUPE), que tratam do detalhamento das Diretrizes Urbanísticas (DIUR) e orientam para a elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo. No ano de 2017, as DIUPEs emitidas foram:

1. Gleba 3 do Taquari II.
2. Parcelamento Chácara 93.
3. Estância Dolce Vitta.
4. Fazenda Lagoa Bonita.
5. Parcelamento Vive La Vie.
6. ARES do Campo.
7. ARIS Por do Sol.
8. Região do Centro e Subcentro 400/600 do Recanto das Emas.
9. Quinhão 13 – Anderson C. em Santa Maria.
10. Fazenda Sobradinho DF 150 km 06.
11. Sítio Aroeira na Fercal.
12. Chácara Canãa em Planaltina.
13. SH Mestre D´Armas – Adinar Torezani.
14. Setor Comercial no Jardim Botânico.
15. Chácara São Miguel em Sobradinho.
16. Fazenda Taboquinha – Quinhão 16.

No âmbito da elaboração de projetos de urbanismo, a Coordenação de Projetos da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano está com mais de 30 projetos em andamento e os projetos relacionados abaixo foram concluídos:

1. Acessibilidade do Setor Hospitalar Local Sul.
2. Requalificação do Setor de Rádios e TV Sul.
3. Projeto executivo de rota acessível da estação 112 Sul do Metrô à W3 e via L2.
4. Sistemas Viário das Quadras 1 a 6 do Setor Hoteleiro Sul.
5. Urbanização de estacionamentos e calçadas na ViaL2 Sul – SGAS 613 a 616 e SES 813 e 815/816.
6. Urbanização e paisagismo da Orla Livre – FaseI–Etapa2ª na SHIS QL10.
7. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 SAMAMBAIA QS 303 - CONJ 04 - LT 01.
8. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 GAMA EQ 55/56 - AE 02.
9. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 BRAZLÂNDIA.
10. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 SOBRADINHO.
11. Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 – TAGUATINGA.
12. Mobilidade ativa em Ceilândia - rotas de acessibilidade e malha cicloviária do SESC em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 17.
13. Mobilidade ativa em Ceilândia - rotas de acessibilidade e malha cicloviária em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 20.
14. Calçadas e regularização de estacionamentos - Sudoeste Econômico.
15. Acessibilidade da Quadra 03 do SCS.
16. Correções no Projeto de acessibilidade da Quadra 05 do SCS.
17. Correções no Projeto de requalificação da Praça do Povo do SCS.
18. Desenvolvimento do Projeto de urbanização e paisagismo da Orla Livre-Trecho SHIS QL 8 a 10, e conexões via ponte das Garças ao Deque Sul, PRAD ARIE do Bosque - QL 10 – Lago Sul.
19. Acessibilidade e espaços livres do Setor de Autarquias Norte, Regularização do lote do Cemitério – Plano Piloto.
20. Projeto urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô.
21. Projeto urbanístico para concessão da Galeria dos Estados.
22. Projeto urbanístico Quadras 100 ímpares e Subcentro oeste de Samambaia.
23. Projeto urbanístico do Centro Urbano do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília.
24. Projeto urbanístico do Subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília.
25. Revisão do Projeto urbanístico do Setor de Embaixadas Norte.
26. Elaboração de Projeto urbanístico do Terminal Rodoviário Asa Norte.
27. Criação de lote - Administração Candangolândia.
28. Alteração de Parcelamento Subdivisão do lote 23 do Setor de Garagens Oficiais – SGO.
29. Criação de lote em área pública próxima aos lotes 3,5, 7 e 9 da QS03 -RA III.
30. Rotas acessíveis nos Hospitais em Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Gama, Santa Maria, Plano Piloto, Guará, Paranoá, Samambaia e Ceilândia.

Em relação aos projetos edilícios desenvolvidos pelo Escritório de Projetos diretamente ligado ao Gabinete, os seguintes projetos foram desenvolvidos:

1. Centro de Ensino Fundamental na Fercal e 7 Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI – Projetos Complementares, Unidade Básica de Saúde na Fercal.
2. Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino no Gama.

3. Projetos complementares com técnicas sustentáveis de aproveitamento e recuo de água para Guarita.
4. Anfiteatro e escola parque no Jardim Botânico.
5. Estudo preliminar para as Unidades Habitacionais de 1, 2 e 3 quartos e pavimento térreo com comércio na Unidade de Habitação Coletiva e Comércio em Santa Maria.
6. Assessoramento à Secretaria de Cultura para recebimento dos projetos de reforma do Teatro Nacional de Brasília.
7. Reforma para implantação de instanteria no Arquivo Público do Distrito Federal.
8. Ginásio de Esporte do Centro de Iniciação ao Esporte.
9. Elaboração de Projeto e Orçamento Arquitetônico e Elétrico da Mapoteca da Segeth no Arquivo Público do DF.

Há de se considerar também alguns estudos e documentos técnicos realizados em 2017:

1. Análise do Estudo Prévio de Viabilidade Técnica – EPVT da Academia de Tênis.
2. Parecer técnico sobre o Terminal do Aeroporto.
3. Desenvolvimento da Descrição Programática do Serviço de Locação Social para a sua modelagem.
4. Elaboração da Minuta do Plano de Uso e Ocupação do Setor de Recreação Pública Norte – PUOC/SRPN.
5. Diretrizes Urbanísticas da Quadra 901 do Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN.
6. Elaboração do Caderno nº 2 sobre a definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS/ARIS).
7. Elaboração do Caderno nº 3 sobre o processo de regularização fundiária/etapa titulação da Vila Planalto.
8. Finalização da "Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana" para os empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida – Nota Técnica nº 2.
9. Finalização do Índice de Bem-Estar Urbano do DF – IBEU/DF – Nota Técnica nº 3.
10. Levantamento dos RUVs.
11. Emissão do Parecer Técnico sobre desapropriação de área para regularização de ocupações de área pública no SAAN.
12. Elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) da ARIE do Bosque QL 10 no Lago Sul.
13. Desenvolvimento de indicadores junto à CODEPLAN.
14. Elaboração de edital para a realizar a nova Iconografia Geocultural do DF.
15. Redefinição das poligonais indicativas das Áreas de Desenvolvimento Produtivo – ADP I e da ADP II, em conjunto com a SEMA e TERRACAP para o ZEE.
16. Em elaboração a revisão do estudo da SEDHAB – PUI sobre parcelamento urbano isolado.
17. Simulações de viabilidade econômica com cálculo de custos para a linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília.

Destaca-se ainda a importância dos Bancos de Dados desenvolvidos com informações e georeferenciamento das áreas de regularização no Distrito Federal, do Banco de Dados de imagens e fotos de áreas de regularização fundiária, o novo Geoportal, com acesso inclusive por meio de smartphones, desenvolvido com recursos de acessibilidade e responsividade, trazendo facilidade para uso de usuários leigos, o que se comprova pelo quantitativo de acessos registrados. O Geoportal é utilizado não somente pelas áreas técnicas, mas também pela população em geral.

Lançado o Concurso Público para Masterplan da Orla do Lago Paranoá, onde as equipes multidisciplinares que atuam com a elaboração de projetos arquitetônicos, urbanísticos e

paisagísticos, poderão apresentar suas propostas que indicarão usos, atividades e a configuração ao longo do Lago Paranoá. Os participantes deverão apresentar uma concepção geral para a orla e para a utilização do espelho d´água. O vencedor do concurso desenvolverá, além do conceito geral, mais três propostas para três áreas indicadas no edital, duas no Lago Sul e uma no Lago Norte. O concurso Masterplan da Orla faz parte da Orla Livre, um projeto integrador e coordenador de diversas ações em torno da desocupação e reocupação da Orla do Lago Paranoá. Visa qualifica-lo ambientalmente, integrando-o ao uso social do espaço.

Quanto aos processos de análise e aprovação de projetos de urbanismo, houveram 170 análises por meio de processos, totalizando 11388,26571ha e 48 análises por meio de requerimentos totalizando 4433,464021ha. Seguem quadros demonstrativos:

APROVACOES DE PROJETOS DE URBANISMO

TIPO	QUALIDADE	AREA (ha)	PARCELAMENTOS
ESTUDO PRELIMINAR	**3**	**176,4235**	Residencial Palmeiras 390.000.240/2012
			Residencial Bonsucesso 111.000.044/2016
			Residencial Sobradinho 111.000.042/2016
CONPLAN	**6**	**190,6743**	Nova Planaltina 030.017.316/1992
			Santa Felicidade 260.050.612/2016
			Residencial Canaa 260.024.372/2002
			Vila Green Village 390.000.875/2002
			Setor Habitacional Crixa 390.000.152/2014
			Residencial Bonsucesso 111.000.044/2016
DECRETO	**5**	**341,7836**	Sol Nascente. Trecho 2 Etapa 2 429.000.535/2016
			Nova Planaltina 030.017.316/1992
			Setor Habitacional Crixa 390.000.152/2014
			Itapoa Parque (2 Decretos) 390.000.174/2013
CONDOMINIO URBANISTICO	**1**	**3,5488**	Residencial Porto Pilar250.000.204/200
Total	**15**	**712,4302**	

ANÁLISES E APROVAÇÕES DE PROJETOS DE URBANISMO

	ANÁLISES		APROVAÇÕES		TOTAL	
ATIVIDADES	**Quantidade**	**Área (m²)**	**Quantidade**	**Área (m²)**	**Quantidade**	**Área (m²)**
Processos e Requerimentos Parcelamentos Novos	218	158.217.297	15*	7.124.302	233	165.341.599
Processos Regularização	147	140.072.574	6	5.374.700	153	145.447.274
Processos Área Pública	143		31	61.907	174	61.907
Processos Paisagismo	120		10	6.823.262	130	6.823.262
Processos Infraestrutura	364		36	829.563	400	829.563
Expedientes Respondidos	581	-	-	-	581	-
Total			98		1.671	318.503.605

Em 2017 a Central de Aprovação de Projetos conseguiu reduzir o tempo médio da primeira análise dos projetos de arquitetura para 15 dias, considerando que, pela legislação pertinente, o prazo máximo é de 30 dias.

O Tempo médio de 1ª análise em 2015 era de 66 dias, em 2016 era de 22 dias e em 2017 está em 15 dias.

APROVAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA EM 2017

MÊS	ENTRADA DE NOVOS PROJETOS	ANÁLISES	APROVAÇÃO		LICENCIAMENTO	
			UNITÁRIO	AREA (m²)	UNITÁRIO	AREA (m²)
JAN	61	412	34	192.191,04	21	101.321,31
FEV	149	274	34	201.879,04	8	33.460,44
MAR	94	394	46	457.687,78	23	100.654,05
ABR	72	268	53	322.689,71	13	191.479,79
MAI	94	362	77	263.954,51	22	140.970,47
JUN	80	354	73	442.190,76	16	55.279,39
JUL	114	304	78	488.350,00	12	159.177,81
AGO	119	479	112	517.966,60	30	334.737,55
SET	139	359	72	510.398,51	31	137.574,55
OUT	86	427	66	445.200,80	19	231.196,57
NOV	89	344	52	144.725,38	14	101.926,59
DEZ	91	297	73	445.328,68	19	69.613,77
TOTAL	1.188	4.274	770	4.432.562,81	228	1.657.392,28

ARRECADAÇÃO EM 2017

Código	Discriminacao da Arrecadacao	Valor Arrecadado (R$)	Valor Inscrito na Divida Ativa (R$)	Valor Total (R$)
3695	CCDRU	277.666,12	0	**277.666,12**
4120	ODIR	6.470.588,04	682.490,90	**7.153.078,94**
4132	ONALT	2.769.478,46	9.976.975,04	**12.746.453,50**
5907	CMU	1.634.217,49	0	**1.634.217,49**
3131	TAPUME	73.659,19	0	**73.659,19**
3573	TAXA DE EXPEDIENTE *	3.248,79	0	**3.248,79**

* A taxa de expediente refere-se ao período de 02 de agosto a 30 de dezembro de 2017.

CCDRU - Contrato de Concessão de Direitos Real de UsoODIR - Outorga de Direitos de ConstruirONALT - Outorga Onerosa de Alteração de UsoCMU - Contrapartida de Mobilidade Urbana

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No ano de 2017 a Segeth avançou significativamente na proposição de normas relacionadas ao planejamento e gestão territorial, destacando algumas normas de maior impacto à população do Distrito Federal, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo beneficiando mais de 365 mil lotes urbanos registrados em cartório e espalhados por 24 regiões administrativas, a Lei de Permeabilidade, a Lei de Compensação Urbanística, a Lei dos Puxadinhos da Asa Norte e Asa Sul, projetos urbanísticos de regularização de áreas, definição de parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo em lotes específicos, criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS no Pôr do Sol - Ceilândia, para provimento de Novas Áreas Habitacionais e para a Criação da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília.

Quanto à definição das Diretrizes Urbanísticas, a unificação da elaboração das Diretrizes em uma Diretoria específica trouxe agilidade no processo, fazendo com que em 2017 fossem emitidas 6 diretrizes Urbanísticas - DIUR e 17 Diretrizes Urbanísticas de Parcelamento do Solo Específicas - DIUPES.

No âmbito dos projetos, 32 projetos de urbanismo foram concluídos e 30 estão em andamento, todos visando a melhoria urbanística de todo o Distrito Federal. Em relação aos projetos edilícios foram desenvolvidos projetos para a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Cultura, Arquivo Público do DF e Secretaria de Esportes.

A publicação do Guia de Urbanização, destaca-se também como um importante instrumento visando orientar para modelos que beneficiem a mobilidade ativa e acessibilidade universal em projetos para espaços públicos, priorizando o pedestre e as bicicletas.

Um dos marcos desta gestão foi o incremento da participação social nas discussões sobre as proposições das normas. Foram realizadas 15 reuniões com o CONPLAN, 6 com o FUNDURB, 7 com o FUNDHIS, 6 com o CCPPTM/DF, 16 da CPCOE, diversas consultas públicas e Audiências Públicas presenciais e on-line, além das reuniões técnicas na Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando dirimir as dúvidas sobres os normativos apresentados.

As dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades da Segeth, estão relacionadas aos cortes no orçamento, à falta de pessoal e, à complexidade e amplitude dos trabalhos elaborados e em andamento, que envolvem a realização de estudos técnicos aprofundados, com o conhecimento de uma legislação extensa, dualidades estas mencionadas no Relatório de Atividades do ano passado, porém, avançamos muitos na consolidação das informações técnicas em uma única ferramenta, o novo Geoportal, que entrou em funcionamento em maio de 2017, desenvolvido com recursos de acessibilidade e responsividade, trazendo facilidade para uso de usuários leigos, o que se comprova pelo quantitativo de acessos registrados. O Geoportal é utilizado não somente pelas áreas técnicas, mas também pela população em geral.

Mesmo com a dificuldade financeira encontrada, a Segeth modernizou seu parque de informática, com a substituição de 400 computadores, atualizou todos os computadores, inclusive os remanescentes, com o novo Windows 10 pro, possibilitando, portanto, a padronização de seu ambiente operacional, trazendo mais estabilidade, produtividade e segurança da informação.

Quanto à produtividade e disponibilidade no âmbito da Tecnologia da Informação, ressaltase a implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, agilizando consideravelmente o tempo de tramitação dos processos internos e com os demais órgãos do GDF, reduzindo custos com materiais de consumo e suprimentos de informática e dando maior confiabilidade nos documentos tramitados, uma nova rede de dados (cabeamento e novos switches) resolvendo os problemas de tempo de resposta na rede, o desenvolvimento do Portal do Concurso da Orla Livre do Lago, em tempo recorde para lançamento do Concurso, as atividades desenvolvidas pela área de topografia no tocante ao apoio dado na desobstrução da orla do Lago Paranoá, e, principalmente quanto ao licenciamento urbanístico e edilício, apoiando a Central de Aprovação de Projetos, consolidando a imagem da SEGETH de boa gestão, perante o governo e a opinião pública.

Para o ano de 2018, o planejamento e expectativa desta Secretaria são os fechamentos dos projetos que estão em andamento, sobretudo, o Plano Orla Livre com a realização do Concurso Masterplan Orla Livre, que é uma forma democrática e transparente de ouvir o maior número possível de profissionais capacitados e habilitados que irão apresentar as propostas com imagens e desenhos daquilo que se propõe à urbanização da Orla. Desta forma, o Concurso busca um conceito unificador para os 109 km do perímetro do Lago Paranoá, com quase 40km de áreas de intervenções mais específicas, respeitando o espírito fundador de Brasília, do melhor que há na técnica urbanística, paisagística e de engenharia, respeitando o caráter ambiental necessário.

A elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, que já está em andamento, por meio de discussões técnicas com a participação popular e demais instituições relacionadas ao assunto, atende ao Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, que estabelece a política de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do país. O PPCUB é o instrumento básico de consolidação do regulamento da legislação urbanística e de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB, assim como das diretrizes de planejamento e controle de sua evolução físico-espacial e de promoção do seu desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo em que contempla os fundamentos para o aperfeiçoamento dos instrumentos urbanísticos e jurídicos de proteção desse conjunto urbano, objeto de tombamento federal e tutelado pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. O Plano concretiza a oportunidade da atualização e sistematização do regime normativo em um único instrumento, tendo em vista que ele promoverá a consolidação, atualização e adequações no regime normativo vigente, constituído por um universo extenso e disperso em vários instrumentos normativos, aprovados ao longo dos anos em diversos formatos (plantas-gabarito, normas de gabarito – GB e NGB, resoluções do Conselho da NOVACAP, decisões dos antigos Conselhos CAU e CAUMA). O Plano promoverá, ainda, as adequações necessárias para o desenvolvimento sustentável e a preservação das diversas áreas integrantes do Conjunto Urbanístico de Brasília, resguardando os valores e características essenciais das escalas urbanas que estruturam a concepção urbanística do projeto do arquiteto Lucio Costa para Brasília – a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. O Plano concretiza a oportunidade da definição de níveis diferenciados de preservação, possibilitando a identificação das áreas com características determinantes a ser objeto de salvaguarda e conservação.

Outros normativos que já estão em elaboração serão encaminhados à aprovação e publicação, sendo eles: Minuta de Lei Complementar que regulamenta a outorga onerosa de transformação de uso rural em urbano – ONURB, Minuta de Lei de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicação, Minuta do Projeto de Lei para a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, Proposta de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, que será alterada em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana, com a participação desta Secretaria no Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil, Decreto de Adoção de Praças e o Decreto de Regulamentação do Novo Código de Obras.

Por fim, em 2018 haverá a informatização total do processo de licenciamento na Coordenação de Arquitetura da Central de Aprovação de Projetos, que iniciou com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI e o Sistema da CAP - SISCAP, que também terá uma versão WEB.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB – UO: 28.209

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, empresa pública integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH, compete o disposto na Lei n.º 4.020, de 26 de setembro de 2007, em suas alterações e regulamentações, no Estatuto Social da empresa e nas demais normas que deem amparo legal à execução da Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, em especial:

1. Coordenar e executar as ações relativas à Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal;
2. desenvolver planos, programas e projetos habitacionais, em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH;
3. articular com os Estados e Municípios integrantes ou contíguos à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE as formas de participação na política habitacional daqueles entes políticos de modo a compatibilizar a Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal com as praticadas no Entorno, quando couber;
4. articular as ações dos diversos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal envolvidos na execução da política habitacional, com vistas à consolidação das diretrizes estabelecidas;
5. promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária de áreas declaradas integrantes de programas habitacionais de interesse social do Distrito Federal;
6. executar medidas que visem à remoção de aglomerados informais precários ou ilegais, quando não passíveis de regularização;
7. executar os programas habitacionais de interesse social com as seguintes linhas de ação: I – provisão de moradias; II – urbanização e regularização; III – requalificação e melhorias; IV – fornecimento de assistência técnica.
8. priorizar projetos e programas que visem à implementação e à otimização das condições de qualidade das habitações do Distrito Federal, com ênfase no segmento de menor poder aquisitivo;
9. desenvolver projetos sociais e intervenções urbanas objetivando a fixação dos moradores;
10. planejar, produzir, comercializar unidades habitacionais e intermediar repasses financeiros, para locação, aquisição, construção e melhorias habitacionais especialmente destinadas à população de baixa renda, obedecidas as diretrizes estabelecidas;

11. sistematizar as informações habitacionais, mantendo-as atualizadas no Banco de Dados do Sistema de Habitação do Distrito Federal – SIHAB/DF, de forma a planejar sua atuação nos diversos programas habitacionais;
12. propor e assinar convênios, contratos, participar de consórcios com autorização legislativa e efetivar outras formas de parcerias com os Estados e Municípios integrantes ou contíguos à RIDE, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, organizações não-governamentais, cooperativas, associações e organizações da sociedade civil de interesse público, isoladamente ou em conjunto com o Distrito Federal, na forma do art. 11, VII, da Lei n.º 4.020/2007;
13. garantir à população o acesso às informações pertinentes a sua área de atuação.

O direito à moradia é um dos maiores desafios na gestão da cidade. Diferentes situações exigem soluções criativas e coragem para inovar. É nessa perspectiva que o Governo do Distrito Federal lançou no primeiro semestre de 2016 o Programa Habita Brasília — novo programa habitacional do DF que vai integrar as políticas do setor e trazer novos resultados ao problema de moradia.

Criada dois anos após a inauguração de Brasília, a empresa responsável pela distribuição de habitações de interesse social, utiliza hoje sua quarta denominação. Começou em 1962 com o nome de Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília (SHEB). Em 1964, o nome passou a ser Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS). Trinta anos depois, a SHIS passou a se chamar Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (IDHAB), que em processo de extinção foi incorporado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Até que em 2007, novamente recriado, o órgão recebeu o nome atual, de Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	75	0	121	0	196
Requisitados de órgãos do GDF	11	1	3	0	15
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	14	0	28	42
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	2	0	3	5
Terceirizados (FUNAP)	0	11	0	6	17
Outros - especificar	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	86	28	124	37	275
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	86	28	124	37	275

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS	**10.001.000,00**	**10.347.974,00**	**1.030.048,89**	**980.698,89**
0001 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	10.001.000,00	10.347.974,00	1.030.048,89	980.698,89
4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	**1.650.000,00**	**2.805.527,00**	**657.093,88**	**366.345,01**
0001 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL-EM- SÃO SEBASTIÃO	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
0003 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	1.650.000,00	1.805.527,00	657.093,88	366.345,01
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**54.000.000,00**	**84.102.982,00**	**24.272.124,24**	**23.465.639,57**
9565 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	54.000.000,00	84.102.982,00	24.272.124,24	23.465.639,57
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**2.650.000,00**	**15.382.363,00**	**3.475.267,02**	**3.475.267,02**
3197 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	2.650.000,00	15.382.363,00	3.475.267,02	3.475.267,02
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	**600.000,00**	**596.206,00**	**231.886,41**	**226.317,57**
0005 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL-GESTÃO DO PROGRAMA MORAR BEM-DISTRITO FEDERAL	600.000,00	596.206,00	231.886,41	226.317,57
4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	**2.985.499,00**	**3.310.892,00**	**3.288.933,08**	**2.951.184,34**
0002 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP-CODHAB- SÃO SEBASTIÃO	2.985.499,00	3.310.892,00	3.288.933,08	2.951.184,34
1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	**19.850.000,00**	**31.300.000,00**	**2.173.504,11**	**2.173.504,11**
0906 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	19.850.000,00	31.300.000,00	2.173.504,11	2.173.504,11
3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	**5.012.570,00**	**57.130.532,00**	**5.395.966,95**	**5.182.414,91**
0001 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO-REALIZAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5.012.570,00	57.130.532,00	5.395.966,95	5.182.414,91
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	**10.000.000,00**	**5.293.431,25**	**2.027.723,29**	**1.836.867,81**
0001 - MELHORIAS HABITACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	10.000.000,00	5.293.431,25	2.027.723,29	1.836.867,81
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**650.000,00**	**500.000,00**	**9.200,00**	**9.200,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0095 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	650.000,00	500.000,00	9.200,00	9.200,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**107.399.069,00**	**210.769.907,25**	**42.561.747,87**	**40.667.439,23**

PROGRAMA HABITA BRASÍLIA

O Governo do Distrito Federal estabeleceu como tripé fundamental para viabilizar uma política urbana mais efetiva: o combate à grilagem, a regularização fundiária e a oferta habitacional. Para isso, publicou o Decreto nº 37.438, de 24 de junho de 2016, que institui o Programa Habita Brasília, o qual conta com cinco eixos de ação, que visam articular as demandas geradas por esses três pilares de forma consequente.



O Programa Habita Brasília visa atender as famílias já cadastradas na lista da CODHAB/DF que tenham, prioritariamente renda familiar de até três salários mínimos (R$2.640,00), podendo ser estendido até o valor de R$ 6.500,00 com referência ao programa do Minha Casa Minha Vida, tem como objetivos principais:

I - promover a diversificação das soluções de moradia, ampliando as alternativas de produção habitacional frente ao déficit e à inadequação habitacional;

II - promover o uso racional do espaço urbano consolidado, priorizando a implantação de moradias em áreas com infraestrutura urbana e próximas às centralidades urbanas existentes e previstas nos planos estruturadores do território do Distrito Federal, Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT;

III - integrar as ações do Estado para uma atuação conjunta na promoção da moradia adequada, no combate ao uso irregular do solo urbano e rural, e na regularização fundiária urbana; e

IV - integrar as áreas destinadas à produção habitacional com o desenvolvimento produtivo econômico do Distrito Federal, ampliando o acesso da população ao emprego e à renda, nas subzonas e diretrizes emanadas do ZEE.



Os 05 eixos do Habita Brasília podem ser assim exemplificados:

Lote Legal – Modalidade que oferece lotes urbanizados e regularizados para pessoas físicas e entidades inscritas no Cadastro da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab). Ou seja, Terrenos com ruas pavimentadas e com infraestrutura de abastecimento de água, com esgotamento sanitário, energia e iluminação pública. Além disso, próximo aos centros de emprego e a serviços públicos, como escolas e postos de saúde. Essa linha também vai disponibilizar para os contemplados projetos arquitetônicos para a construção das moradias, além da supervisão dos profissionais da Codhab para garantir a segurança do local. As ações de regularização, com a entrega de escrituras, também estão amparadas por essa ação de governo.

Morar Bem (produção de unidade habitacional) – Modalidade que produz unidades imobiliárias em áreas urbanas, com recursos do Minha Casa Minha Vida, para inscritos na lista da Codhab.

Projeto na Medida – Linha de ação que tem como objetivo garantir a qualidade das residências de interesse social. Por essa modalidade, os arquitetos da Codhab realizam projetos de arquitetura para reformar as casas das famílias que vivem em situação precária. Atualmente, existem 10 postos de assistência técnica da Codhab que realizam essa atividade e também são responsáveis pela mediação de conflitos em áreas de regularização. Os postos ainda desenvolvem projetos de melhorias nas ruas, parques e em área públicas das comunidades onde estão instalados.

Aluguel Legal – Destina-se às famílias de renda mais baixa, em especial as que moram de aluguel e gastam mais de 30% do rendimento, aos idosos e à população vulnerável. Para eles, o governo oferecerá moradia, próximo dos empregos e de serviços públicos, com valores mais baixos que os praticados no mercado de locação. Quem participa dessa linha do programa continua na lista de atendimento habitacional, aguardando ser contemplado em outra modalidade.

Portas Abertas – Incentivo do governo ao setor da construção civil para que sejam disponibilizadas unidades imobiliárias com valor compatível ao praticado no programa Minha Casa Minha Vida. O público-alvo é a família que tem rendimento de até R$ 6.500,00.

Dessa forma, o Habita Brasília visa atender as famílias já cadastradas na lista da CODHAB que tenham prioritariamente renda familiar de até três salários mínimos (R$2.640,00), podendo ser estendido até o valor de R$ 6.500,00.

Programa Morar Bem

Neste ano foram beneficiadas 1.103 famílias, no âmbito do Programa Morar Bem, com unidades habitacionais entregues, conforme quadro a seguir:

Entregas De Unidades Habitacionais 2017		
Localidade	Empreendimento	Quantidade Uh
Samambaia	H4(ASMORAR)	56
Samambaia	H4(COMUSA)	60
Samambaia	H4(MAS)	60
Samambaia	H4(COOPHACEI)	56
Samambaia	H4(FEHSOLNA)	56
Samambaia	H4(COOTRHABIR)	56
Riacho Fundo II (4° ETAPA)	AMMVS	759
Total		1.103

É importante ressaltar que em 2017 um número maior de unidades habitacionais foi concluído, restando portanto, o processo de destinação às famílias habilitadas. Dessa forma, em Riacho Fundo II (4ª etapa), no empreendimento AMMVS, ficaram prontas 1.648 uh e em Samambaia

no empreendimento H4 foram 344 uh, perfazendo um total de 1.992 uh, conforme figuras abaixo.



Riacho Fundo II 4ª Etapa



Samambaia H4

Lote Legal

O Lote Legal, um dos 5 eixos do Habita Brasília é uma modalidade das ofertas da CODHAB de lotes urbanizados com infraestrutura básica completa e pavimentação de ruas, com disponibilização de projetos arquitetônicos para construção de moradia, podendo o valor de renda familiar do candidato ser estendido até R$ 6.500,00.

Em 2017 foram entregues 294 lotes urbanizados, destinados ao assentamento de famílias em processo de remoção/relocação e vulnerabilidade.

Lotes Entregues			
Origem	Destino	Local	Quant.
Galeria - Trecho 1	602 - Trecho 1	Sol Nascente	11
Nova Jerusalém	Av. das Palmeiras	Sol Nascente	15
Porto Rico	Porto Rico	Porto Rico	01
Vulnerabilidade-Infraest./Nova Jerusalém	Qd. 102/601 - Trecho 1	Sol Nascente	58
Vulnerabilidade	Qd. 209 - Trecho 2	Sol Nascente	108
Vulnerabilidade	Qd. 209 - Trecho 2	Sol Nascente	32
Trecho 3	Qd. 209 - Trecho 2	Sol Nascente	02
Galeria - Trecho 2	Qd. 209 - Trecho 2	Sol Nascente	03
---	Buritizinho	Buritizinho	64
Total			294

2.1 – Obras de Urbanização e Construção de Unidades Habitacionais

Por meio desse Programa foram realizados os serviços de implantação da infraestrutura aos empreendimentos habitacionais contratados no âmbito dos programas MORAR BEM/MCMV, como PARANOÁ PARQUE, localizado na expansão do Paranoá, RIACHO FUNDO II 4ª ETAPA, RECANTO DAS EMAS QUADRAS 117/118 e SOL NASCENTE, localizado em Ceilândia. A implantação da infraestrutura contempla a execução dos serviços de: Drenagem, Terraplenagem, Pavimentação, calçadas, Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário e Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica e iluminação pública, serviços de sondagem e execução de obras de fossas e sumidouros, serviços necessários para dar habitabilidade aos empreendimentos previstos para atendimento habitacional a famílias, habilitadas segundo os critérios estabelecidos pela politica habitacional do Distrito Federal.

OBRAS DE URBANIZAÇÃO REALIZADAS - 2017

Localidade	Obra	Valor Estimado
Riacho Fundo II (4ª etapa)	Iluminação Pública, Calçadas	R$ 7.252.830,70
Paranoá (CPAC)	Drenagem, Terraplanagem, Pavimentação obras rodoviárias de acesso.	R$ 1.636.151,01
Recanto das Emas QD 117/118	Rede aérea de Energia, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	R$ 5.166.696,50
Várias Localidades	Serviços de Sondagem	R$ 667.852,71
Sol Nascente Quadra 209	172 Fossas Sépticas e Sumidouros	R$ 322.364,87
TOTAL		R$ 15.045.895,79

Riacho Fundo II (1ª etapa): Iluminação Pública





Paranoá Parque (CPAC): obras de acesso rodoviário DF 015 ao empreendimento.





Recanto das Emas QD 117/118: obras de água/ esgoto e energia





Quanto à construção de unidades habitacionais, em 2017, foram iniciadas as obras para construção de 161 unidades habitacionais unifamiliares na Quadra 105 do Trecho II do Sol Nascente por meio do Contrato PRÓ-MORADIA celebrado entre o governo do distrito Federal e a Caixa Econômica Federal. Além disso, foram entregues 1.992 unidades habitacionais no Riacho Fundo II 4ª etapa e em Samambaia;

Execução das obras de 161 unidades habitacionais no Sol Nascente Quadra 105:



2.2 - Elaboração de Projetos (Concurso Público Nacional)

Por meio dessa ação a CODHAB/DF tornou efetiva as contratações para elaboração de projetos por meio da realização de Concursos Públicos Nacionais visando a seleção de projetos tanto de unidades habitacionais quanto de Equipamentos Públicos Comunitários - EPC para as regiões do Riacho Fundo II, Sobradinho, Samambaia, Santa Maria, Sol Nascente Trecho I, Sol Nascente Trecho II.

A prática do Concurso Público de Arquitetura e Urbanismo garante a construção de espaços com qualidade estética e funcional, por meio de um processo transparente e democrático de escolha da proposta técnica, científica ou artística mais qualificada. O concurso público nesse segmento tem-se consagrado ao longo dos anos e é adotado tanto por órgãos públicos, como por empresas privadas e instituições do terceiro setor. A iniciativa tem contribuído para a

Serviços de Sondagem: 575 furos de sondagens geotécnicas para estudo de solo para elaboração de projetos habitacionais e de equipamentos públicos.



Fossas Sépticas e Sumidouros: execução de fossas para atendimento de 172 famílias relocadas no sol Nascente Quadra 209 – Trecho II.



qualidade urbana dos projetos através da introdução de conceitos e ideias inovadoras nos espaços urbanos ou edificáveis.

O primeiro concurso da CODHAB foi realizado em 2015. Foi um concurso público nacional de design gráfico, visando a escolha de uma nova marca para representar a Companhia a partir de 2015.



Tendo em vista o alto nível de especialização para escolha do melhor dentre dezenas de projetos inscritos a nível nacional, foi feita a contratação de corpo técnico composto por coordenador e juri para realização dos concursos públicos de projetos – objeto da Concorrência nº 01/2016-CODHAB.

Na sequência vieram outros concursos para selecionar o melhor e mais adequado Projeto para equipamentos públicos (escolas e unidades de saúde) e projetos de habitação, incluindo o desenvolvimento do Projeto Executivo Completo (Projeto de Arquitetura e Projetos Complementares) todos devidamente licenciados.

Dessa forma foram aprovados e concluídos os projetos de Arquitetura e Complementares contratados por meio da realização de Concurso Público Nacional de projetos tanto de habitação quanto de Equipamentos Públicos Comunitários - EPC para as regiões do Riacho Fundo II, Sobradinho, Samambaia, Sol Nascente Trecho I; Os outros 02 projetos realizados por Concurso (Quadra 105 do Sol nascente Trecho II e Santa Maria) ainda estão em fase final de aprovação.

PROJETOS APROVADOS – CONCURSO PÚBLICO PROJETOS	
LOCALIDADE	PROJETO
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Centro de Ensino Infantil
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Centro de Ensino Fundamental
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Unidade Básica de Saúde
Sobradinho	420 unidades habitacionais
Samambaia	270 unidades habitacionais
Sol Nascente Trecho I	308 unidades habitacionais

No exercício de 2017 foram realizados Concurso Público de Projetos e contratados a elaboração de projetos para 03 tipologias de habitação de interesse social e para Urbanismo e Arquitetura do Setor Habitacional Pôr do Sol em Ceilândia;

ELABORAÇÃO DE PROJETOS – CONCURSO PÚBLICO PROJETOS		
LOCALIDADE	PROJETO	VALOR
Sol Nascente Trecho II Quadra 209	03 tipologias de habitação de interesse social	R$ 279.302,82
Pôr do Sol	Urbanismo e Arquitetura	R$ 4.440.958,10
TOTAL		R$ 4.720.260,92

Concurso de Habitação de Interesse Social

Grupo 1: Tipologia de 01 quarto; casa sobreposta



Grupo 2: Tipologia de 02 quartos; casa sobreposta



Grupo 3: Tipologia de 03 quartos; casa sobreposta



Concurso de Urbanismo e Arquitetura para Setor Pôr do Sol



2.3 - Projetos Desenvolvidos pela Equipe

Em paralelo aos concursos públicos nacionais, também foram desenvolvidos, através da equipe de projetos da CODHAB, projetos de habitação para Sol Nascente, Vila Estrutural e Brazlândia;

Sol Nascente (Protótipo Casa T8 – 161 uh)






Sol Nascente (Protótipo Lajes Sobrepostas)



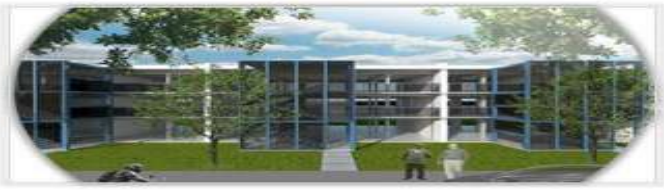
Sol Nascente (79 Lajes Sobrepostas)



Sol Nascente (140 Projetos Na Medida)




Lajes Cobertas (1.500 uh em todo o DF)



Vila Estrutural (Protótipo Santa Luzia)



Vila Estrutural (Conjunto Linear Santa Luzia – "Minhocão")





A proposta em questão faz uso da margem norte das vias que bordeiam a Vila Estrutural (Via Estrutural W5, a Via Parque Urbano, a Via Estrutural N4 e a Via Estrutural N5). Dentro de uma poligonal proposta é implantado um edifício linear de 3.350m de comprimento, 15m de profundidade e 12m de altura (térreo mais três pavimentos). A função principal desse edifício é abrigar 3.000 Unidades Habitacionais (UHs) de aproximadamente 45 m2, embora outros programas possam facilmente ser adicionados à proposta.

Esta é uma solução não convencional, mas que se propõe a conciliar uma série de questões políticas, urbanas, ambientais, sociais, financeiras e de segurança, tendo-se em conta todas as limitações que envolvem o sítio de atuação. A ocupação conhecida por Santa Luzia é de relevante interesse de intervenção para o Governo de Brasília por apresentar delicada e problemática situação, fazendo-se necessário um processo integrado às diversas áreas do conhecimento passíveis de ação pelo poder público.

Apesar de incomum no contexto de Brasília, a história da habitação no Brasil é marcada por famosos edifícios lineares, vale citar o Conjunto Residencial Pedregulho no Rio de Janeiro, de autoria do arquiteto Affonso Eduardo Reidy e paisagismo de Burle Marx; o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente (conhecido como "Minhocão") no Rio de Janeiro, RJ, também de autoria do arquiteto Affonso Eduardo Reidy; e o Conjunto Residencial Presidente Getúlio Vargas (Deodoro) no Rio de Janeiro, RJ, de autoria do arquiteto Flávio Marinho Rego.

A proposta foi pensada a partir dos seguintes objetivos: inibir novas invasões na área da Chácara Santa Luzia; minimizar o impacto urbano da proposta tanto para a área urbana já consolidada quanto para a nova demanda e impactos gerados sobre os recursos disponíveis na Vila Estrutural; minimizar o impacto ambiental do edifício em si e também do histórico impacto gerado pelas seguidas invasões e deterioração do meio ambiente na ARIE da Vila Estrutural; minimizar o impacto da remoção dos moradores da Chácara Santa Luzia, de forma a oferecer a eles um projeto agradável, seguro e de qualidade espacial que gere neles o interesse pela relocação; diminuir os custos financeiros da implantação deste projeto, ou da regularização da situação dessas famílias; e manter a segurança pública tanto no processo de relocação quanto no cotidiano na nova edificação.

Apesar da leitura espacial como um edifício de mais de 3 km, na prática o edifício será dividido em blocos geminados, facilitando sua execução, o acesso, localização e endereçamento. O volume em fita é elevado do solo, permitindo uma implantação que favorece a permeabilidade do solo, a mínima interferência na topografia e a salubridade dos futuros moradores, tendo em vista que parte da área era um aterro.

Praticamente toda a infraestrutura urbana necessária já está implantada. Uma vez que o edifício faz uso da fronteira urbana, serviços de drenagem, acessos rodoviários dentre outros serão facilmente instalados. Isso garantirá celeridade ao processo de construção e diminuição com custos de infraestrutura urbana.

Propõe-se um processo de compensação ambiental de toda a ARIE da Vila Estrutural com replantio de flora nativa na face posterior do conjunto, após a faixa do sistema de transporte coletivo.

O projeto trabalha com um módulo inicial de 22,5m² de área, podendo ser configurado ou somado de diversas formas. A área média das UHs é de 45m2, podendo ser incrementada, o que garante variabilidade e qualidade espacial para os moradores que serão relocados.

Sol Nascente (Centro Comunitário – Biblioteca)



Brazlândia (Casas 3,75)



2.4 - Manutenção do Jardins Mangueiral

Serviços executados conforme previsto na Cláusula Décima Nona do Contrato nº 007/2009, celebrado na modalidade Parceria Público Privada-PPP entre a CODHAB/DF e a empresa Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliários S.A., que contempla a manutenção das áreas comuns (externas aos condomínios), incluindo áreas verdes, sistema viário e limpeza urbana;

O projeto Jardins Mangueiral é fruto da primeira Parceria Público-Privada (PPP) habitacional do país — um conceito único e inovador de moradia com qualidade de vida em um bairro totalmente planejado, com infraestrutura urbana de água, esgoto, iluminação pública, ruas pavimentadas e urbanizadas com lazer e segurança para os cerca de 30 mil moradores. O empreendimento conta com oito mil unidades construídas no condomínio, com três tipos de habitação: casas de dois e três quartos e apartamentos de dois quartos Implantado ao longo da DF-463, em São Sebastião, o Setor Habitacional Jardins Mangueiral ocupa uma área de 200 hectares.





2.5 - Trabalho Técnico Social em Habitação - TTS

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizados a partir de estudos de diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados, conforme disposto na Portaria nº 21 do Ministério

das Cidades (MCIDADES), de 22/01/2014, que dispõe sobre as orientações para execução do Trabalho Social.

O Trabalho Técnico Social tem por objetivo geral promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

Para o desenvolvimento dos projetos relacionados ao Trabalho Técnico Social podem ser relacionados os seguintes objetivos específicos:

1. Promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção.
2. Fomentar processos de liderança, a organização e a mobilização comunitária.
3. Estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários.
4. Apoiar a implantação da gestão condominial.
5. Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas, promovendo, por meio da intersetorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local.
6. Fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região.
7. Apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados.
8. Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local.
9. Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção.
10. Fomentar a constituição de organizações representativas dos beneficiários e fortalecer as já existentes.
11. Contribuir para a sustentabilidade da intervenção.
12. Gerir ações sociais associadas à execução das obras e dos reassentamentos, quando houver.

- Eixos de Atuação

1. Mobilização, organização e fortalecimento social – prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.
2. Acompanhamento e gestão social da intervenção – visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.

3. Educação ambiental e patrimonial – visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.
4. Desenvolvimento socioeconômico – objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

Identificação

Em cumprimento às exigências do MCIDADES e seguindo as diretrizes da Política Habitacional, no que se refere ao comprometimento com a condição habitacional do beneficiado, em 2017 foram elaborados Projetos de Trabalho Técnico Social dos seguintes empreendimentos:

Projetos de Trabalho Técnicos Sociais Desenvolvidos em 2017		
PTS	SITUAÇÃO	Público Alvo (aprox.)
PARANOÁ PARQUE	- Finalizado em março/17; - 6.240 Famílias residentes;	20.000
SOL NASCENTE – TRECHO II e III	- Aguardando resultado da licitação;	80.000
VARJÃO	- Será concluído em janeiro/18	10.000
QNR 2 a 5	- Será concluído em janeiro/18	8.000
COER	- Será concluído em janeiro/18	100
ESTRUTURAL	- Aguardando resultado da licitação;	10.000
Total		128.100

A trajetória do trabalho social em habitação revela momentos importantes da construção de uma política habitacional e urbana conectadas com a democracia, cidadania, participação e atendimento às demandas da população, um processo permeado de contradições, limites e desafios. Deste modo, é de suma importância a realização de encontros comunitários promovidos por uma equipe social qualificada, a fim de harmonizar os novos moradores a um novo formato de convivência comunitária e de participação ativa e decisória, no meio em que residem. Abaixo segue quadro relacionando as principais atividades realizadas no ano de 2017, contando com atendimentos individualizados aos beneficiários da Política Habitacional.

PTS - Projeto de Trabalho Social no VARJÃO

O Trabalho Social direcionado à comunidade residente no Varjão, região administrativa do Varjão, é amparado pelo Contrato 218.856-52/2007, firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional – CODHAB. Tem como fonte de recursos as rubricas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento - PPI/Intervenções em Favelas, com valor total de R$ 100.800,00. O público alvo atendido pelo Trabalho Social corresponde a aproximadamente 10.000 famílias.

Nº	Atividade	Descrição	Quant	Mês
1	Apresentação do PTS.	Foi realizada a apresentação do PTS à comunidade, bem como os projetos de intervenção física e regularização fundiária para os beneficiários. Na apresentação repassou-se aos beneficiários presentes o quadro de profissionais, endereço do Plantão Social e os horários de funcionamento do escritório, informando e orientando sobre organização e dinâmica do	22	Junho

		funcionamento do PTS para a comunidade do Varjão – D.F.		
2	Plantão Social.	Essa atividade ocorreu às terças-feiras no horário de 9:00 ás 16:00hs, onde foram feitas inscrições para os cursos oferecidos, informações sobre o programa Morar Bem e encaminhamento dos atendimentos ao CRAS e à Administração do Varjão	165	Junho a Setembro
3	Atualização de dados sócio econômicos e territoriais.	Levantar informações sólidas em tempo hábil com um amplo questionário estruturado de forma a caracterizar não só o perfil populacional em termos de atributos pessoais, características socioeconômicas e inserção no mercado de trabalho, mas também caracterizar as condições dos domicílios.	144	Junho, Julho
4	Reunião de Monitoramento e avaliação.	Informar sobre a importância da mobilização, buscar a participação da comunidade no PTS e firmar parcerias com instituições e lideranças visando maior participação nos cursos ofertados.	6	Julho a Novembro
5	Palestra: Gravidez na Adolescência.	Palestra realizada por uma psicóloga, onde foram abordados temas como: A importância da realização de exames e consultas periódicas para prevenção de DST, bem como saúde da mulher, saúde do homem e saúde da criança. Após a palestra foram distribuídas "Camisinhas Femininas e Masculinas."	85	Agosto
6	Palestra: Planejamento e Orçamento Familiar.	Palestra ministrada por uma economista, onde foram abordados temas como: Noções de orçamento familiar; Receitas e despesas; como economizar; Diferenciar despesas essenciais de acessórias; Como saber quanto se pode gastar.	22	Agosto
7	Palestra: Cuidado com o Meio Ambiente.	Palestra ministrada por uma bióloga, onde foram expostos temas como: Preservação das árvores; cuidar bem dos cursos de água; Não pescar em épocas de reprodução; Nunca comprar animais silvestres sem registro; Cuidar bem do seu lixo; Reutilizar, reaproveitar e reciclar tudo que for possível; Reduzir o consumo de água; Reduzir o consumo de energia elétrica; Evitar andar apenas de carro; Comprar apenas o necessário.	350	Agosto
8	Curso Básico Cuidador de idosos.	Capacitor os alunos para que acompanhem o envelhecimento saudável e possam cuidar de idosos com e sem necessidades especiais na sua rotina. Principalmente no que diz respeito à higiene, ao conforto e à alimentação, zelando pela integridade física de cada idoso, além de promover atividades de entretenimento e prestar primeiros socorros. Preservando e valorizando a convivência social e familiar dos idosos.	36	Agosto
9	Palestra sobre Dengue.	Palestra ministrada por uma Agente Ambiental, onde foram citados: Sintomas; Como identificar o mosquito; O que é DENGUE. A palestra foi parceria com o Centro de Saúde do Varjão (Cia de teatro Educação em Saúde SES – SINVAL), com apresentação lúdica, explicação teórica e canto, reforçando assim o aprendizado dos alunos que foram bem participativos.	200	Agosto
10	Palestra sobre Resíduos Sólidos.	Palestra ministrada por um profissional do SLU, onde se explicou sobre a importância da coleta seletiva e da compostagem nas escolas, firmando parceria com a Escola Classe do Varjão, para os projetos "Reciclagem Nota 10" - implantação da coleta seletiva nas escolas. Além de oferecer também palestras sobre os meios para essa implementação e "Oficinas de Minhocário".	280	Setembro
11	Palestra sobre Água e Esgotamento Sanitário.	Palestra Ministrada por uma Engenheira sanitarista e ambiental onde foram abordados os temas: Benefícios da água e esgotos tratados; Papel dos hidrômetros; Consumo consciente; e as Doenças causadas pela ausência do saneamento básico.	200	Novembro
12	Palestra sobre Regularização Fundiária.	Palestra ministrada pelo Gerente de Alienação da CODHAB, onde foram abordados os temas como: O objetivo da regularização; O que é escritura?; Fases da Escrituração; Relação das Normas e	80	Novembro

		Regulamentações; Certidão Positiva; Cidades Consolidadas Informais.		
13	Curso básico de Pintor Residencial	Curso ministrado pelo Senai oferecendo aos alunos condições e preparo para realizar com excelência pinturas imobiliárias. Os alunos foram orientados a planejar o trabalho de forma organizada, assegurando o desenvolvimento do processo de execução, com segurança, qualidade e eficiência.	15	Outubro e Novembro
Total de pessoas atendidas no VARJÃO			1.605	

Registros Fotográficos das Atividades



Palestra Cuidando do Meio Ambiente



Palestra Gravidez na Adolescência



Curso Básico de Pintor



Palestra de Regularização Fundiária

PTS - QNR 2 a 5

O Trabalho Social direcionado a QNR 02 a 05, localizado na região administrativa da Ceilândia é amparado pelo Contrato 0227.247-63/2007, firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional – CODHAB. Tem como fonte de recursos as rubricas previstas no Programa Aceleração do Crescimento- PAC- PPI/Intervenções em Favelas- UAS Provisão Habitacional com valor total de R$ 424.913,15. O público alvo atendido pelo Trabalho Social corresponde a aproximadamente 2.040 famílias.

Nº	Atividade	Descrição	Quant.	Data
1	Reunião Mensal da Comissão de Acompanhamento do Projeto (CAP).	Durante a reunião foi discutido o andamento do Projeto, bem como a necessidade da CAP em mobilizar as famílias da comunidade para participar das atividades previstas pelo Projeto.	12	Janeiro a Agosto
2	Plantão Social.	Essa atividade ocorreu de segunda a sexta em espaço exclusivo para o atendimento às famílias da comunidade e também de forma itinerante, viabilizando a maior adesão da comunidade. Tendo como responsável pelos atendimentos do plantão social a coordenadora do MOC. Para cada atendimento foi preenchido instrumental com dados pessoais e familiares, bem como observações relacionadas às demandas e indicação de encaminhamentos.	93	Janeiro a Agosto
3	Oficina de Futebol.	Nessa atividade foi oferecida a prática desportiva orientada na modalidade de futebol, para os moradores da QNRs 02 a 05, com idade entre 12 e 18 anos. No dia 25 de março se encerrou a atividade, onde foi realizado um torneio, houve premiação com entrega de troféu e de medalha. Também foi distribuído lanche (refrigerante, cachorro quente e frutas).	60	Janeiro a Março

4	Oficina de Artes Marciais (Jiu-Jitsu).	Nessa atividade foi oferecida a prática desportiva orientada na modalidade e artes marciais mais especificamente o Jiu Jitsu, para os moradores da QNRs, proporcionando mais interação entre as crianças.	35	Janeiro, Março, Maio, Abril
5	Boletim da CAP.	Fornecer aos beneficiários informações sobre o andamento das obras e do PTS. Nessa atividade trimestral é feito a distribuição de 2040 boletins para a comunidade.	8.160	Fevereiro, Maio, Agosto
6	Oficina de Higiene Pessoal.	A atividade foi ministrada pela equipe do SESC Ceilândia, as palestrantes fizeram uso de recursos visuais (slides, moldes bucais) e audiovisuais (filme), bem como de dinâmicas para trabalhar a forma correta da lavagem das mãos e a higienização bucal. Houve a distribuição de escovas dentais para os participantes, bem como de apostila e lanche (refrigerante e biscoito).	251	Março
7	Oficina de capoeira.	Prover a orientação correta da capoeira como meio educacional cultural e social, evidenciando as noções de história e a parte rítmica instrumentada que coordena as diferentes formas de jogar capoeira.	22	Abril, Junho, Julho
8	Oficina de Hip Hop.	Oferecer a atividade artística orientada na modalidade Hip-hop, a apresentação dos conteúdos foi acompanhada de aulas práticas sobre poesia, música, ritmo e dança.	40	Abril, Junho, Julho, Agosto.
9	Visitas aos Centros Olímpicos.	Conhecer a estrutura e as modalidades oferecidas pelos centros olímpicos foi feito o plantio de mudas pelos alunos participantes da atividade.	143	Abril
10	Curso Básico Cuidador de Idosos.	Oferecer capacitação aos participantes para serem inseridos no mercado de trabalho, ensinar os direitos e deveres dos idosos, alimentação, cuidados dentre outros.	32	Maio e Junho
11	Curso Básico de Cuidador Infantil.	Oferecer capacitação aos participantes para serem inseridos no mercado de trabalho ensinando o papel e as funções da profissional: Postura e comportamento profissional e social. Ética e sigilo profissional. Habilidades e atitudes necessárias ao profissional dentre outros.	24	Junho e Julho
12	Mutirão de Limpeza.	Essa atividade foi oferecida nas QNRs 02 a 05, onde foi feito a limpezas das ruas, podas de árvores, pinturas de meio fio, limpeza das áreas de convivência da comunidade.	2.000	Julho, Agosto
13	Curso Básico de Eletricista.	Oferecer capacitação aos participantes para serem inseridos no mercado de trabalho, ensinando as práticas e teorias do curso de eletricista.	11	Julho
14	Rua de Esporte e Lazer.	Esta atividade consistiu na realização de duas ruas de lazer em pontos estratégicos entre as QNRs 02 a 05 com atividades de: pintura de rosto, aulas de zumba, brincadeiras, sorteio de bicicletas, corte de cabelos, distribuição de lanches, entre outros. Participaram do evento a Faculdade IESB e a Empresa Embeleze, no formato de parceria.	360	Agosto
15	Curso Básico de Garçom.	Baseando-se numa didática ilustrada e informativa com aulas práticas e teóricas, o curso em questão remete a oportunidades expressivas no currículo e mercado de trabalho para os participantes da comunidade local.	10	Agosto, Setembro
16	Oficina de Liderança e Empreendedorismo.	Desenvolver conceitos de liderança, comunicação, negociação e resolução de conflitos, conceitos de Empreendedorismo, motivação, entre outros, visando contribuir para maior socialização e empoderamento da comunidade local.	28	Setembro, Outubro
17	Curso de Básico de Confeiteiro	Proporcionar aulas explicativas e práticas sobre confeitaria a fim de assegurar aos participantes atrativas oportunidades no mercado de trabalho atual. Esta ação foi uma substituição ao Curso de Armador de Ferro que infelizmente não alcançou a demanda de público suficiente, em vista disto, como foi uma atividade almejada pelo público beneficiário.	132	Setembro, Outubro, Novembro
18	Capacitação dos Agentes Ambientais	Explicar aos participantes a importância de uma agente mobilizador ambiental no território, os impactos diretos e indiretos decorrentes do manejo inadequado do lixo no meio ambiente, e as corretas formas e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a importância da coleta seletiva e reciclagem.	16	Outubro

19	Oficina de prevenção a Dengue	Relatar a forma de prevenção a Dengue, o que fazer para evitar a proliferação, também como houve dinâmicas didáticas sobre o assunto.	106	Novembro
20	Oficina de Produção de Brinquedos Recicláveis	Confecção de brinquedos com produtos recicláveis, buscando ressaltar a importância da preservação da natureza.	55	Novembro
21	Curso Básico de Massas e Salgados	Proporcionar aulas explicativas e práticas sobre massas e salgados a fim de assegurar aos participantes, oportunidades no mercado de trabalho atual. Esta ação foi uma substituição ao Curso de Pintor Residencial que infelizmente não alcançou a demanda de público suficiente.	30	Novembro
22	Curso Básico Design de Sobrancelhas e Depilação	Oferecer capacitação aos participantes para serem inseridos no mercado de trabalho ensinando o papel e as funções da profissional.	30	Novembro
Total de Pessoas Atendidas na QNR 02 a 05			11.650	

Registros Fotográficos das Atividades na QNR 02 a 05



Oficina de Futebol



Visitas aos centros Olímpicos



Oficina de Higiene Pessoal



Encerramento aula de Jiu Jitsu





Curso Básico de Confeiteiro



Oficina de Liderança e Empreendedorismo

PTS - Projeto de Trabalho Social no COER

O Trabalho Social direcionado a 33 famílias do **COER,** localizado na região administrativa de Sobradinho II é amparado pelo Contrato 0411386-59 firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional – CODHAB/DF. A Fonte de recurso aplicada é do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, que condiz ao valor de R$ 27.670,50. O Programa que atende essa área é o Minha Casa Minha Vida - MCMV. No início de 2017 foi programada uma horta comunitária, com espaço de convívio social e um viveiro fechado, onde as famílias poderiam produzir hortaliças para subsistência e possível comercialização no futuro. O projeto precisou ser adiado em virtude da declaração de período de racionalização dos recursos hídricos, o que impediria a rega contínua no período de estiagem, inviabilizando a continuidade do projeto.

Em meados de 2017 a comunidade do COER manifestou-se contrária à criação da horta. Assim, a CODHAB/DF juntamente com a CAIXA, realizou novas reuniões com as famílias, ficando acertada a realização de uma Rua de Esporte e Lazer, com atividades culturais, sociais, cuidados com a saúde e atividades lúdicas para as crianças, além da realização de um Curso de Confeiteiro para que as famílias fossem capacitadas em novo ofício que pudesse oferecer

autonomia financeira e empreendedorismo. A execução do PTS está reprogramada para finalizar em fevereiro de 2018.

PTS - Projeto de Trabalho Social na Estrutural

O Trabalho Social direcionado a **Vila Estrutural,** localizado na região administrativa da Estrutural é amparado pelo Contrato 0227.246-59/2007, firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional- CODHAB. A Fonte de recurso aplicada é do Orçamento Geral da União – OGU que condiz ao valor de R$ 1.847.903,94. O Programa que atende essa área é o Projeto Prioritário de Investimento - PPI em Favelas e o público alvo que será atendido pelo Trabalho Social corresponde a 10.000 famílias. A execução do PTS nessa localidade está em fase de licitação.

PTS - Projeto de Trabalho Social no Sol Nascente Trechos II e III

O Trabalho Social direcionado ao **Sol Nascente Trecho II e III,** localizado na região administrativa de Ceilândia é amparado pelo Contrato 0262225-34 firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional - CODHAB. A Fonte de recurso aplicada é do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e financiado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, tendo o Trecho II e III valor de R$ 5.145.629,10 utilizando recurso do próprio fundo. O Programa que atende essa área é o Pró-Moradia e o público alvo que será atendido pelo Trabalho Social corresponde a aproximadamente 20.000 famílias. Ainda em fase de licitação.

- Processo de Reassentamento de Famílias em Áreas de Interesse Social

Reassentamentos de Famílias		
Localidade	Situação	Quant.
SOL NASCENTE – TRECHO 1	- Negociações e reassentamentos de famílias	132
SOL NASCENTE – TRECHO 2	- Negociações e reassentamentos de famílias	205
PORTO RICO – SANTA MARIA	- Negociações e reassentamentos de famílias	01
BURITIZINHO		64
Total		402

Atendimento Vulnerabilidade – Eixo Lote Legal:

Convocação	Quant.	Habilitados
Ocupações Nova Jerusalém, Qd 105 Trecho II e Córrego da Coruja	136	110
Ocupação UNAF – MTST	81	62
Ocupação Por do Sol – MTST	117	109
Ocupação Bananal – SOF/Sul	64	56
Ocupação Qd 406 – Recanto das Emas	130	Em Atendimento
Pessoas em Situação de Rua	70	Em Atendimento
Relatórios Individuais	05	05
TOTAL		342

Atendimento Vulnerabilidade – Eixo Aluguel Legal:

Convocação	Quant.	Habilitados
Rita do Carmo	01	01
Maria Aleixo	01	01
TOTAL		02

2.6 - Subprograma Melhorias Habitacionais



Execução de projetos

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB-DF) foi criada pela Lei n° 4.020 em 26 de setembro de 2007 e tem por finalidade executar a Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal abrangendo a execução de projetos sociais e intervenções urbanas proporcionando a otimização da qualidade da habitação, por meio do fornecimento de Assistência Técnica (Lei nº 11.888/08).

Atendendo essa determinação a CODHAB definiu regras para operacionalizar o programa específico de Melhorias Habitacionais que atuará em 11 (onze) comunidades do Distrito Federal.

O déficit habitacional qualitativo, formado pela precariedade construtiva, edificação insalubre, adensamento excessivo, cobertura inadequada ou condições precárias de áreas molhadas (cozinha e banheiro) é uma realidade em comunidades carentes em áreas de interesse social.

Nesse contexto, imbuída da obrigação legal em promover habitação de qualidade e com cidadania, a CODHAB/DF iniciou em 06 de outubro de 2016 o Programa de Melhorias Habitacionais com fornecimento de assistência técnica e subsídio de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para a reforma, contando com processo sistematizado de Mapeamento por georeferenciamento, o que facilita a gestão do programa.

O objetivo do programa é prover a unidade habitacional de condições de habitabilidade de forma a atender requisitos de salubridade e segurança.

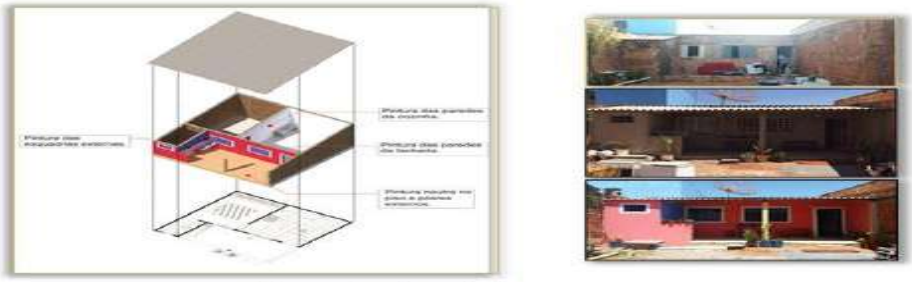
O público-alvo são Famílias com renda de até três salários mínimos e que residam há mais de cinco anos no Distrito Federal e em lotes passíveis de regularização.

O Programa é desenvolvido exclusivamente pela CODHAB com empresas contratadas, entretanto as comunidades onde o programa está em operação são parceiras em potencial e está em operação, inicialmente, em cinco comunidades: Porto Rico - Santa Maria/DF, Fercal/DF, QNR, Estrutural, e Sol Nascente - Ceilândia/DF.

O Programa começou a operar em 31 de outubro de 2016, estando em desenvolvimento com projetos orçados e especificados contando com equipe nos postos de assistência técnica e executores de contratos.



São desenvolvidos projetos executivos de reformas para as famílias, por meio de equipes contratadas e coordenadas pelo arquiteto responsável da localidade. Os projetos visam solucionar problemas de salubridade e segurança.



Execução de projeto



Fases

As fases para o desenvolvimento e execução dos projetos são as seguintes:

A COHDHAB/DF atua ainda no acompanhamento das obras de infraestrutura em PORTO RICO – SANTA MARIA/DF, realizando os planos de reassentamento dos moradores de áreas de risco e relocados devido às obras:



Infraestrutura em Porto Rico - SM.



Plano de reassentamento de moradores

Resumindo, em 2017, foram reallizados as seguintes ações no âmbito do projeto melhorias habitacionais:

- 195 propostas de reforma de habitações em áreas de interesse social;
- 875 vistorias técnico-social em residências precárias em 5 ARIS;
- 145 projetos executados com acompanhamento técnico.
- inscrição do Programa em prêmio da ONU.
- Participação na I JATHIS – Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social;
- Participação na II COURB – Encontro de Urbanismo Colaborativo;
- Participação na oficina de Assistência Técnica – CAU/Sergipe;
- Participação na XX Bienal do Chile;
- Integração com Programa Cidades Limpas;
- Nova estratégia de divulgação.



Estratégia de divulgação

2.7 - Subprograma Ações Urbanas Comunitárias – AUC's

O programa Ações Urbanas Comunitárias acontece nas 10 (dez) regiões de atuação da CODHAB/DF por meio dos Postos de Assistência Técnica (PAT) desde outubro de 2015. O objetivo do programa é consolidar assentamentos precários e áreas verdes e públicas para os moradores das áreas de interesse social.

É a promoção da melhoria habitacional a partir da requalificação do espaço urbano somado à eficácia das ações em evitar a ocupação de áreas indevidas, a apropriação Comunitária de vazios urbanos, o empoderamento cidadão e zelo à cidade e a consequente redução de custos com a limpeza urbana e melhoria imediata dos espaços públicos.



Revitalização de Espaço Urbano



Revitalização de espaço urbano

Em 2017 foram ralizados no âmbito do subprograma Ações Urbanas Comunitárias – AUC's os seguintes eventos, tendo sido comemorada a 50ª edição da AUC:

- 39 Ações Urbanas Comunitárias – AUC's nas diversas localidades atendidas pela CODHAB/DF: Brazlândia; Estrutural; Planaltina; Pôr do Sol/Santa Maria; São Sebastião; Fercal; Sol Nascente; e Vila Cauhy;

- 40 painéis artísticos aplicados;

- 320 fachadas pintadas;

É importante ressaltar que foram gastos nas 39 AUC's um total de 100 mil reais, com um valor por ação da ordem de 2,5 mil reais.

No total, foram 4.709 famílias beneficiadas direta e indiretamente, dentre as diversas atividades realizadas no âmbito da Assistência Técnica promovida pela CODHAB/DF.



50ª edição da AUC.

2.8 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL

O conceito de regularização fundiária urbana é definido pela lei federal nº 11.977/2009 no artigo 46 como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

As ações de Regularização Fundiária aplicadas no DF reconhecem as ocupações irregulares, sem, contudo, uma visão mais abrangente de inserção da ocupação no bairro, na região e na metrópole. Apesar da preocupação em agir em diferentes dimensões: jurídica, urbanística, ambiental e social. É comum verificarmos assentamentos sem qualquer concessão de titulação aos beneficiários e títulos registrados apesar de anos de registro cartorial da área. É frequente também a instalação de infraestrutura básica em conflito com a fixação das edificações e com soluções de desenho que favorecem a desqualificação do espaço público.

Os espaços públicos, lugares com possibilidades de convivência e de interação social, definidos em projeto são muito poucos em quantidade e sem qualidade. Os poucos espaços públicos de convivência são de péssima qualidade de desenho, sem detalhamento das calçadas, da definição e localização do mobiliário urbano, da arborização urbana, da melhor abertura das lojas e de outros elementos que poderiam qualificar melhor esses espaços e inserir esses assentamentos à cidade legal.

Entende-se que o processo de regularização fundiária precisa regularizar juridicamente áreas e também produzir locais bons para se viver com qualidade. É essencial que tenham escolas, hospitais, parques, serviços, comércio. Não basta regularizar lotes e casas é necessário construir bairros, cidades.

A aplicação mais assertiva da Política Habitacional do Distrito Federal tem permitido a formulação de programas de regularização capazes de enfrentar o processo de desenvolvimento urbano informal e promover a integração dessas áreas irregulares à cidade formal. Este processo tem implicado na implementação de ações interventivas em áreas prioritárias estabelecidas no PDOT, Núcleos Urbanos implantados inicialmente pelo poder público, que envolve a regularização do registro cartorário e titulação das unidades habitacionais localizadas nessas áreas.

As ações de regularização obedecem ao disposto na Lei nº 4.996, 19 de dezembro de 2012, marco legal da habitação social no Distrito Federal, regulamentada com advento do Decreto nº 34.210, de 14 de março de 2013, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social.

Além disso, vários projetos de regularização que precisam ser contratados, para que outros moradores de áreas de interesse social que satisfaçam a Lei nº 4.996/2012 possam receber futuramente suas escrituras, tiveram seus termos de referência finalizados e seguiram para licitação. Com a elaboração e aprovação de projetos de regularização, compostos de projeto urbanístico, memorial descritivo e levantamento topográfico e cadastral, o passo considerado mais longo do processo de regularização é dado.

Todas as iniciativas tomadas ao longo de 2017 cumprem o compromisso de dotar o Distrito Federal de legislação efetiva, com ações estáveis e permanentes A seguir estão relacionadas as principais ações realizadas no ano:

- Escrituras Emitidas por Doação e EPCV

Em 2017 foram disponibilizadas aos cidadãos 18.936 documentos entre Escrituras Públicas de Doação em processos de regularização e Escrituras Particulares de Compra e Venda - EPCV, distribuídas pelas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme tabelas abaixo:

CIDADE	ESCRITURAS ATÉ 2014	ESCRITURAS 2015	ESCRITURAS 2016	ESCRITURAS 2017
AGUAS CLARAS	0	0	24	0
BRAZLANDIA	1.088	162	226	0
CANDANGOLANDIA	540	28	5	0
CEILANDIA	3.093	544	1.886	3.346
GAMA	256	12	406	0
ITAPOÃ	0	0	0	437
ESTRUTURAL	867	1.109	974	0
GUARA II	1.357	104	10	0
PLANALTINA	2.722	881	123	944
REC. DAS EMAS	13.677	1.188	1.139	907
RIACHO FUNDO I	3.863	322	11	0
RIACHO FUNDO II	201	464	388	2.765
SAMAMBAIA	21.879	2.607	2.897	5.073
SÃO SEBASTIÃO	0	0	2.809	707
SANTA MARIA	7.830	770	37	2.427
SOBRADINHO II	2.344	1.023	1.336	780
TAGUATINGA	2.724	562	150	0
VILA PLANALTO	23	63	0	253
VILA TELEBRASILIA	241	29	3	0
VILA VARJAO	285	415	28	0
TOTAL (≤ 2014)	62.990			
Subtotais		10.283	12.452	17.639
TOTAL (≥ 2015)				44.127*

* Inclui Escrituras Particulares de Compra e Venda - EPCV

A distribuição mensal das escrituras ocorreu da seguinte forma:

Escrituras Públicas de Doação em Processos de Regularização		
Mês	Local	Quant.
JANEIRO	SAMAMBAIA E CEILANDIA (QNP 22 E 24)	1.067
FEVEREIRO	RIACHO FUNDO II	986
MARÇO	PONTAS DE QUADRA SOB II E SOL NASCENTE	653
ABRIL	RECANTO DAS EMAS E VILA PLANALTO	562
MAIO	CEILÂNDIA E BECOS	1.000
JUNHO	QNR E SOL NASCENTE, SAMAMBAIA	927
JULHO	SÃO SEBASTIÃO E RECANTO DAS EMAS	1.207
AGOSTO	RIACHO FUNDO II, PLANALTINA	1.444
SETEMBRO	SOBRADINHO II E CEILANDIA (QNR)	1.500
OUTUBRO	SANTA MARIA	1.327
NOVEMBRO	SAMAMBAIA E SANTA MARIA	3.100
DEZEMBRO	RIACHO FUNDO II, ITAPOÃ, SAMAMBAIA e RECANTO)	3.866
TOTAL		17.639

Foram disponibilizadas, ainda, as seguintes Escrituras Públicas de Reconhecimento de Ocupação (legitimação de posse):

Escrituras Particulares de Compra e Venda – EPCV			
MÊS	2015	2016	2017
JANEIRO	-	75	92
FEVEREIRO	-	44	132
MARÇO	113	88	156
ABRIL	150	54	74
MAIO	101	125	26
JUNHO	167	160	119
JULHO	255	141	138
AGOSTO	73	126	142
SETEMBRO	124	88	153
OUTUBRO	118	136	160
NOVEMBRO	106	71	93
DEZEMBRO	52	89	12
TOTAL	1.259	1.197	1.297

- Projetos de Regularização Fundiária

Sob a coordenação da CODHAB/DF encontram-se os Projetos Urbanísticos de Regularização das Áreas caracterizadas como Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e das áreas declaradas de interesse social por Lei Complementar específica (Pontas de Quadras e Becos).

Em 2017, em que pesem as dificuldades enfrentadas foram dados importantes passos para o conclusão dos Projetos de Regularização Fundiária iniciados em 2016, que se encontravam pendentes de registro cartorial e licenciamento ambiental, conforme quadro abaixo.

Nº	LOCALIDADE	PROJETO	SITUAÇÃO AROVAÇÃO/REGISTRO	LICENCIAMENTO AMBIENTAL
01	Sol Nascente, Trecho 02, Etapa 02. Quadras 105 e 209	URB 031/16	Aprovado pelo Decreto nº 38.007/2017. Registro cartorial concluído	Licença de Instalação Corretiva nº 053/2013 emitida pela IBRAM.
02	Nova Planaltina	URB 133/10	Aprovado pelo Decreto 38.202/2017. Aguardando registro cartorial	Licença de Instalação Corretiva nº 008/2017 emitida pelo IBRAM.
03	Pontas de Quadra de Sobradinho II, 1º Etapa	URB 009/09	Aprovado pelo Decreto nº 38.041/2017. Aguardando registro cartorial	Licença ambiental dispensado, área consolidada da cidade.
04	Recanto das Emas Quadra 406	URB 030/16	Projeto concluído. Aguardando licenciamento ambiental para aprovação	O IBRAM solicitou, licenciamento para área visto a necessidade de implantação de infraestrutura e correção de impactos ambientais causados pela ocupação irregular do solo. A CODHAB solicitou reavaliação ao IBRAM por se tratar de área consolidada da cidade.
05	Pontas de Quadra Taguatinga - QSC	URB 047/16	Projeto concluído. Encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Em análise no IBRAM sobre a necessidade de licenciamento. Obs. Existem interferências com redes de água, esgoto e drenagem de águas pluviais.

06	Buritizinho, Quadra 01, 02 e 03 Conjunto N	URB 111/09	Projeto concluído. Aguardando licenciamento ambiental para aprovação	Licença de Instalação solicitada ao IBRAM. Aguardando análise.

Além deles foram iniciados 07 de Projetos de Regularização Fundiária e revisados 06 Projetos de Regularização Fundiária os quais contêm, Planta Urbana - URB, Memorial Descritivo - MDE, Norma de Edificações, Uso e Gabarito - NGB e Quadro Demonstrativo de Unidades Imobiliários - QDUI, conforme quadros abaixo.

Projetos de Regularização Fundiária - Iniciados

Nº	LOCALIDADE	PROJETO	SITUAÇÃO	LICENCIAMENTO AMBIENTAL
01	Nova Petrópolis	URB 046/17	Projeto iniciado. Após a conclusão será encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença de Instalação solicitada ao IBRAM. Estudo ambiental em contratação.
02	Nova Colina - ARIS I	URB 151/17	Projeto iniciado. Após a conclusão será encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença de Instalação solicitada ao IBRAM. Aguardando análise.
03	Nova Colina - ARIS II	URB 143/17	Projeto iniciado. Após a conclusão será encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença de Instalação solicitada ao IBRAM. Aguardando análise.
04	Pontas de Quadra de Sobradinho II, 2º Etapa	URB 014/17	Projeto concluído. Aguardando parecer fundiário TERRACAP para aprovação	Licença ambiental dispensado, área consolidada da cidade.
05	Riacho Fundo II - 3º Etapa - QS 14, 15 e 16	URB 166/17	Projeto iniciado. Após a conclusão será encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença ambiental solicitada ao IBRAM. Aguardando análise.
06	Becos do Gama	URB 152/17	Projeto iniciado. Após a conclusão será encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença ambiental dispensado, área consolidada da cidade.
07	ARIS Morro da Cruz (Residencial Vitória)	URB 056/17	Projeto concluído. Encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença ambiental solicitada ao IBRAM. Aguardando análise.

Projetos de Regularização Fundiária - Revisados

Nº	LOCALIDADE	PROJETO	SITUAÇÃO	LICENCIAMENTO AMBIENTAL
01	Riacho Fundo I - QS 16	URB 052/99	Projeto concluído. Aguardando licenciamento ambiental para aprovação.	O IBRAM solicitou complementação de informações para o licenciamento da área
02	Riacho Fundo II - 2º Etapa - QC 01 a 06	URB 077/98	Projeto concluído. Aguardando TERRACAP resolver situação fundiária para aprovação.	Licença de Instalação Corretiva nº 007/2013 emitida pela IBRAM.
03	ARIS Pôr do Sol	URB 073/09	Projeto concluído. Encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença ambiental atendendo exigências do IBRAM.
04	ARIS Expansão da Vila São José Brazlândia	URB 108/10	Projeto concluído. Encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença ambiental atendendo exigências do IBRAM.
05	ARIS Ribeirão (Porto Rico)	URB 026/09	Projeto concluído. Encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença ambiental atendendo exigências do IBRAM.
06	ARIS Vila Cauhy	URB 013/09	Projeto concluído. Encaminhado para análise da CAP/SEGETH	Licença ambiental atendendo exigências do IBRAM.

- Legislação Pertinente à Regularização

No ano de 2017, a Medida Provisória 759 de 22/12/2016 que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismo para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União (revoga o capítulo da regularização fundiária urbana da Lei nº 11.977/2009, artigos 46/71-A), foi transformada na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Destaca-se que o Decreto nº 38.333, de 13 de julho de 2017, dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.465/2017 no âmbito do Distrito Federal e estabelece:

Art. 1. "Aplicam-se, no que couber para fins de regularização fundiária urbana no Distrito Federal, as disposições da Lei Federal nº 13.465 de 12 de julho de 2017 que não contrariar a legislação ambiental e urbanística do Distrito Federal."

E ainda, cabe salientar que, por meio do Decreto nº 38.433, de 24 de agosto de 2017, foi instituído o Grupo para regulamentação da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no âmbito do Distrito Federal.

2.9 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS

A dívida fundada da CODHAB-DF com a CAIXA/FGTS refere-se às operações de financiamento para construção de unidades habitacionais efetuadas, à época, entre o extinto BNH, hoje incorporado à CAIXA, e a extinta SHIS, hoje incorporada à CODHAB-DF, consistindo de 63.946 imóveis hipotecados à CAIXA/FGTS.

Além dessas, outras 20.970 operações de construção de imóveis foram efetuadas com recursos próprios, totalizando, assim, 84.916 contratos de imóveis construídos nas diversas localidades do Distrito Federal. A seguir o detalhamento por regiões administrativas e anos de entrega dos empreendimentos das unidades habitacionais construídas com recursos próprios e de terceiros.

LOCALIDADE	DATA DO CONTRATO	IMÓVEIS CONSTRUÍDOS RECURSOS		
		BNH/CAIXA	PRÓPRIO	TOTAL
TAGUATINGA	66, 75, 77, 78 e 2000	9.411	8.879	18.290
SOBRADINHO	68, 70, 83 e 89	1.149	267	1.416
GAMA	66, 68, 69, 70, 74 e 89	3.412	201	3.613
GUARÁ	68, 66, 69, 70, 74, 82 e 83	10.117	1.862	11.979
NUCLEO BANDEIRANTE	1.970	255	0	255
CANDANGOLÂNDIA	85 e 86		2.225	2.225
PLANALTINA	1.970	300	1000	1.300
CEILÂNDIA	1975 e 1987	33.467	55	33.522
BRAZLÂNDIA	1.990	1.072	53	1.125
SAMAMBAIA	1.990 e 1.992	3.635	1.130	4.765
RECANTO DAS EMAS	1.996	1.128	285	1.413
SANTA MARIA	1.996		850	850
PARANOÁ	1.997		110	110
RIACHO FUNDO	1.996		1.731	1.731
SÃO SEBASTIÃO	1.990		150	150
ASA NORTE	1.970 e 1.971		1.344	1.344
ASA SUL	1.970 e 1.971		724	724
CRUZEIRO NOVO	1.970		1	1
PROJETO INOVAR/FUNDHABI	1.997		103	103
TOTAL		63.946	20.970	84.916

Por se tratar de procedimento que requer conhecimentos técnicos especializados e possuir diversas fases até sua conclusão, foi necessária a contratação de empresa com a devida experiência no ramo, a partir de novembro de 2014, para a realização dos trabalhos, uma vez que a CODHAB não dispõe de estrutura de pessoal suficiente para atender a referida demanda.

Dos 82.448 contratos prometidos a venda a mutuários finais foram identificados, aproximadamente, 56.136 contratos que contam com a cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS. O FCVS foi criado para garantir o equilíbrio do Sistema Financeiro da Habitação e formalizado pela Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, o qual gerou um montante de recursos ao final dos respectivos financiamentos.

No início dos trabalhos, objeto do contrato nº 23/2014, de 26/11/2014, firmado entre a CODHAB/DF e a empresa ELONET para habilitação, validação e novação dos créditos da CODHAB-DF junto ao FCVS, existiam 20.791 contratos com créditos já habilitados ao Fundo (Matrícula 00029-9), sendo que no exercício de 2014 foram habilitados outros 3.000 contratos.

Assim, no período 2015/2017, ocorreu a habilitação de outros 21.223 contratos junto ao FCVS, e foi dada celeridade aos trabalhos das etapas seguintes, quais sejam: a definição junto à CAIXA/FCVS da quantidade de processos a serem homologados, com a indicação de 2.500 mensais, a adoção de critérios para agilizar a validação de créditos homologados, além de monitoramento "on line" de diferenças porventura ocorridas na depuração pelo Agente Operador do FCVS, com vistas à pronta atualização de documentação requerida a par da manutenção da regularidade do Agente Financeiro/CODHAB no processo. Dessa forma, no final de 2017 ainda remanescem 2.285 contratos com créditos a habilitar.

É importante ressaltar que após o procedimento de habilitação junto à CAIXA/FCVS, inicia-se a etapa de reconhecimento dos créditos (novação) por aquela entidade e só a partir desse momento ocorrerá a liberação dos respectivos créditos.

Com a promulgação da Lei Federal n. 10.150 de 21 de dezembro de 2000, que recepcionou MPs 133 de 1993 e a MP 1520, bem como a Lei 8.004 – foi estabelecido o direito de novação dos créditos relativos aos saldos residuais e descontos concedidos junto ao FCVS para os imóveis do Sistema Financeiro da Habitação, para fins de utilização junto ao agente operador CAIXA/FGTS.

Com o processo de recuperação dos créditos do FCVS, estimados em 413,8 milhões, considerando os créditos já habilitados. Desse valor, já foram reconhecidos pela CAIXA/FCVS 228,7 milhões de reais (posição em 31/12/2017 e sujeita a atualizações), por meio das atividades Habilitação/Homologação/Novação onde será possível a efetiva quitação da dívida fundada com a CAIXA/FGTS, a qual gira em torno de 185,6 milhões de reais e ainda restar um saldo positivo para utilização no programa habitacional do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1418 - NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS PROG. MORAR BEM	1,5	%	1,5	3,5	1,5	1,0	1,5	1,5	CODHAB / UO 28209 / OE 3
Justificativa: 2016 - Riacho Fundo II (5ª etapa) 2.304Samambaia H4 - ASMARF Parque do Riacho 56Sobradinho II 1.392Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS COER 33TOTAL 1.116Paranoá Parque 4.901 2017 - entregas de 1.103 UH: Em Samambaia(empreendimentos H4) - 344 UHs, no Riacho Fundo II(4a etapa) AMMVS: 759 UHs. Em 2017 estavem previstas entregas no total de 1.992UHs, porém, houve atrasos operacionais em relação a 889 UHs.Após atualização cadastral o número de beneficiários da CODHAB reduziu de 140.000 para 110.000.									
1419 - NÚMERO DE MORADIAS MELHORADAS	0	UNIDADE	500	2860	4000	4.709	4000	4000	CODHAB / UO 28209 / OE 3

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2016 - Moradias beneficiadas direta e indiretamente pelas ações urbanas comunitárias com melhorias habitacionais. O índice desejado foi ultrapassado devido a alta taxa de adesão da comunidade alvo. 2017 - Moradias beneficiadas direta e indiretamente pelas ações urbanas comunitárias e melhorias habitacionais com projetos e serviços de reforma									
1420 - PERCENTUAL DE CRÉDITOS HOMOLOGADOS	0	%	25	31	50	78	75	100	CODHAB / UO 28209 / OE 3
Justificativa: 2016 - Foram homologados em 2016 pela Caixa Econômica 10.494 contratos, de um total de aproximadamente 33.296 contratos com cobertura do FCVS. Esta homologação(reconhecimento de direito) gerou a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado deR$ 180.000.000,00. 2017 - Foram homologados até o ano de 2017 pela CEF, 31.267 contratos, de um total de aproximadamente 40.000 contratos encontrados com cobertura de FCVS. Esta homologação(reconhecimento de direito) manteve a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado neste momento de R$ 185,0 milhões.									

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**90.000,00**	**218.583,00**	**204.582,07**	**177.508,27**
8475 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA--DISTRITO FEDERAL	90.000,00	218.583,00	204.582,07	177.508,27
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**90.000,00**	**218.583,00**	**204.582,07**	**177.508,27**

O Programa Reintegra Cidadão, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, é disponibilizado a todos os órgãos do Governo do Distrito Federal para fornecimento de mão de obra e oferece trabalho e qualificação técnica para réus condenados que cumprem pena em regime aberto e semiaberto, nos órgãos da administração direta, empresas e autarquias do GDF, por meio de contratação junto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, o que constitui um importante passo para a reinserção do preso no mercado de trabalho.

A CODHAB/DFcontou em 2017 com 18 (dezoito) assistidos, quantidade prevista para atendimento das demandas da Companhia. Conforme o contrato vem sendo executado é possível verificar a interação positiva desses cidadãos junto aos demais colaboradores, o que comprova a eficiência do programa na readaptação de ex-presidiários à sociedade.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**784.806,00**	**1.003.086,00**	**489.720,14**	**489.720,14**
6181 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	784.806,00	1.003.086,00	489.720,14	489.720,14
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**72.000,00**	**72.000,00**	**20.071,58**	**20.071,58**
7026 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	72.000,00	72.000,00	20.071,58	20.071,58
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**856.806,00**	**1.075.086,00**	**509.791,72**	**509.791,72**

Dívida Fundada da CODHAB-DF com CEF/FGTS - Desembolso mensal – 2009-2017

O trabalho iniciado em 2015 e desenvolvido para novação dos 5.027 contratos com créditos FCVS (vide tab. 888) importou na quitação de R$ 8.395.752,29 relativa à divida de obrigação trimestral com o FCVS. Adicionalmente, foi efetivada renegociação do contrato CER-SB Caixa

nº 46047-75, reduzindo a dívida fundada em 2014 de R$ 182.402.788,00 para 173.703.202,00 em 2015, ou seja, em R$ 8.699.586,00, o que se traduz em economia para a CODHAB.

Pagamento da Dívida Fundada da CODHAB/DF com a CAIXA/FGTS

Em R$

ITEM	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2016**	2017
Amortização	9.147.734	9.817.666	10.539.501	11.258.530	2.276.039	9.424.052	2.155.176	-
Juros	4.712.400	4.170.635	3.519.675	2.733.137	1.548.161	1.024.434	313.610	-
Total Prest.	13.860.134	13.988.301	14.059.176	13.991.667	3.824.201	10.448.486	1.468.786	-
Dívida Fundada da CODHAB-DF com a CAIXA/FGTS – Evolução 2009-2017								
CER-SB/CAIXA nº 471116-48 (Dívida Renegociada)	91.232.370	82.805.918	73.226.277	63.606.105	58.420.474	41.949.960	40.437.093	-
Crédito Antecipado FCVS* CER-SB/CAIXA nº 344128-99	107.972.013	112.744.819	116.663.353	120.587.713	123.982.314	131.136.519	138.079.762	143.579.218
Saldo devedor	199.204.383	195.550.738	189.889.630	184.193.818	182.402.788	173.703.202	178.616.855	185.730.828

* Crédito no valor de R$ 56,1 milhões antecipado em 2006 pela CAIXA, conforme Resolução 143/1994, a serem pagos quando da efetiva novação dos créditos habilitados junto ao FCVS. ** Pagamentos até março/2016. *** total da dívida com posição em novembro/2017.

É importante ressaltar que, com o grande empenho e várias rodadas de negociações propostas pela equipe técnica da do Agente Financeiro-CODHAB-DF junto a CAIXA/FGTS, foi possível suspender o desembolso mensal da dívida fundada com FGTS a partir de abril de 2016, situação que gerou um grande alívio ao Tesouro, como pode ser verificado na tabela acima. Tal proposição foi aceita, em razão da garantia apresentada, qual seja os créditos homologados do FCVS reconhecidos pela CAIXA/FCVS, que demonstra ultrapassar a dívida fundada com a CAIXA/FGTS.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**250.000,00**	**200.000,00**	**27.287,50**	**27.287,50**
0073 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	200.000,00	27.287,50	27.287,50
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**550.000,00**	**547.787,75**	**270.951,23**	**270.951,23**
5319 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	550.000,00	547.787,75	270.951,23	270.951,23
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**13.876.915,00**	**14.496.915,00**	**14.476.243,56**	**14.476.243,56**
8708 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	13.876.915,00	14.496.915,00	14.476.243,56	14.476.243,56
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**2.175.000,00**	**2.175.000,00**	**2.139.332,00**	**2.139.332,00**
9547 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	2.175.000,00	2.175.000,00	2.139.332,00	2.139.332,00

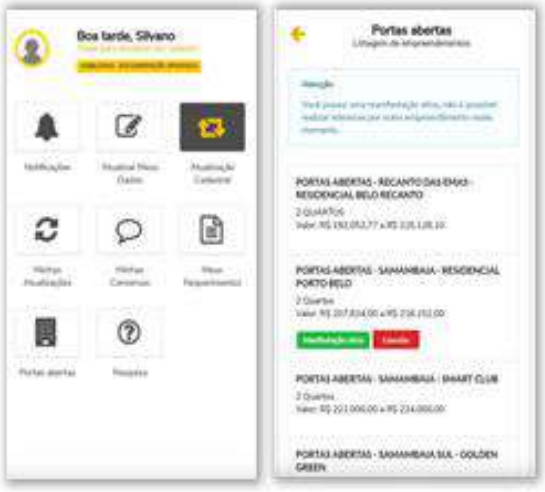
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**4.151.000,00**	**5.555.003,00**	**2.634.465,69**	**2.486.679,23**
9625 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	4.151.000,00	5.555.003,00	2.634.465,69	2.486.679,23
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**1.000.000,00**	**2.500.000,00**	**83.850,00**	**80.994,33**
2632 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	2.500.000,00	83.850,00	80.994,33
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**102.000,00**	**89.901,00**	**89.900,00**	**88.104,98**
8675 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	90.000,00	89.901,00	89.900,00	88.104,98
8723 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	12.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.500.000,00**	**6.500.000,00**	**494.195,15**	**494.195,15**
9800 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	6.500.000,00	494.195,15	494.195,15
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**23.604.915,00**	**32.064.606,75**	**20.216.225,13**	**20.063.787,98**

Os recursos alocados neste Programa são direcionados em ações realizadas de forma contínua e necessárias à manutenção da máquina administrativa e realização das atividades fim e meio da Companhia.

A CODHAB/DF vem ao longo do tempo implementando estratégias para aperfeiçoar seus sistemas de tecnologia da informação elaborando e desenvolvendo projetos que tornem as atividades e processos mais céleres, eficientes e seguros. Em 2017, os principais projetos realizados relativos a tecnologia da informação foram:

1. Criação do Sistema Portas Abertas

Este sistema foi criado para atender um dos eixos do Programa Habita Brasília. Neste sistema, é possível fazer sua manifestação de interesse, tanto pelo Aplicativo quanto pelo Portal, ao empreendimento disponível desejado, desde que esteja na faixa de renda atrelada ao empreendimento.Caso haja vaga disponível o candidato é indicado automaticamente ao empreendimento escolhido para eventual contratação.



2. Criação do Business Intelligence - BI

Uma das maiores carências identificadas foi a falta de informação gerencial para tomada de decisão. Todas as vezes que as áreas de negócios necessitavam de informações analíticas ou consolidadas era necessário realizar solicitação à GETEC por meio de chamado ao Help Desk. Deste modo, com as novas tecnologias de BIG DATA, enxergamos uma luz no fim do

túnel. Adotamos o Microsoft Power BI, ferramenta que permite consolidar as informações do sistema e consolidar em relatórios e monitores dinâmicos, para auxiliar nas tomadas de decisões.



3. Criação do Georreferenciamento da Lista de Habilitados

Uma das primeiras utilizações dos dados recuperados pelo aplicativo e gerenciados pelo BI foi o georreferenciamento dos candidatos habilitados do Programa Habita Brasília, eixo Morar Bem. Este relatório gerado dinamicamente e atualizado diariamente de forma automática está disponível no Portal da CODHAB. Nele o cidadão pode realizar filtros por faixa de renda, faixa de idade, estado civil, deficiência e outros.



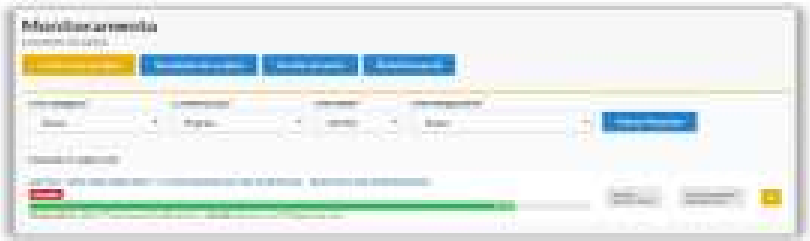
4. Criação do Georreferenciamento de Entregas de Escritura

Implementação do georreferenciamento das escrituras entregues, tanto de regularização fundiária como a da carteira imobiliária da antiga SHIS.



5. Criação do Sistema de Monitoramento

Este sistema foi criado com o intuito de fornecer informações sobre os processos e projetos em andamento, e subsidiar a diretoria da Companhia. Com ele é possível cadastrar projetos, processos, passos a serem seguidos, responsáveis, alertas e prazos reais e previstos. São enviados alertas por e-mail e push notifications via aplicativo (extranet) aos responsáveis por cada processo e diretoria envolvida em todas as execuções de tarefas/problemas, tendo em vista atualizar e alertar todos os envolvidos sobre o andamento do projeto. Na primeira tela, é possível consultar todos os projetos do setor ao qual o servidor é lotado e também todos os projetos por diretoria. Já na tela de consulta é possível verificar os responsáveis pelo projeto e a situação atual do mesmo, juntamente com a data de início e término previsto e a barra de progresso.



Na segunda tela é possível verificar de imediato a quantidade de atividades/tarefas, quantidade de problemas existentes/solucionados e toda a movimentação histórica do projeto.



Na terceira tela, é possível acompanhar todas as tarefas detalhadas, com seus prazos reais, prazos originais, se possuem atividades, Interação ou problemas, quem é responsável e a situação de cada tarefa. Todas as informações podem e devem ser atualizadas de acordo com o perfil de acesso de cada usuário.



6. Criação do Atendimento no Aplicativo

Este projeto foi um dos mais audaciosos realizados pela Companhia. A eliminação de 2(dois) postos de atendimento e a possibilidade de o cidadão realizar todas as suas operações de forma simples e rápida na palma da mão. Foi totalmente uma quebra de paradigma devido ao público alvo, tendo em vista que a partir daquele momento o próprio cidadão seria responsável por atualizar e enviar suas documentações digitalmente. Todo o processo foi um sucesso. Tivemos uma adesão de 97mil candidatos, dos quais uma parte são idosos e deficientes.



Esta funcionalidade possibilitou que os 140 mil habilitados realizassem suas atualizações cadastrais, de qualquer lugar que estivessem, apenas utilizando o aplicativo da CODHAB. O candidato pode incluir/excluir dependentes, cônjuge, realizar alterações em seus cadastros, inclusive, incluindo fotos das documentações necessárias para análise da Companhia. Esta funcionalidade reduziu significativamente os atendimentos presenciais e possibilitou que os atendentes do Na Hora de Taguatinga e Ceilândia fossem remanejados entre a SEDE e os 10 postos de assistência técnica.



Os requerimentos on-line permite que qualquer cidadão, cadastrado na CODHAB, possa realizar qualquer questionamento ou solicitação por meio de requerimento, que anteriormente somente era possível de forma presencial. Acessando o menu requerimento é possível relatar o assunto desejado e anexar os documentos necessários ou comprobatórios referente à solicitação.



Há também o Chat on-lilne onde é possível conversar com a Companhia de forma direta. O operador esclarece dúvidas, orienta e responde ao cidadão em 48hs, deste modo, alcançamos o método de aproximar os candidatos da Companhia sem que ele sai de sua casa, economizando o valor da passagem ou até mesmo o dia de folga.



7. Criação do Atendimento às Entidades pelo Aplicativo

O acesso às entidades foi disponibilizado no APP, visando facilitar a comunicação entre a CODHAB e a Entidades. Nesta funcionalidade, é possível que a Entidade atualize dados de contato, crie requerimentos, abra chats de conversas com o atendimento, preencha questionários/enquetes realizadas pela CODHAB e realize manifestação de interesse de áreas que por ventura sejam sorteadas.



Também foi disponibilizado às Entidades a manifestação de interesse às áreas destinadas a projetos de entidades, respeitando o percentual de distribuição estipulado na legislação. O presidente da entidade pode manifestar seu interesse nas áreas disponíveis e a partir de então estará apto a participar do sorteio que definirá as ganhadoras. Após a confirmação, a entidade recebe código da manifestação, e pode enviá-lo para o email cadastrado.





8. Criação do Sistema de Acompanhamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL

Este sistema permite ao usuário da Comissão Permanente de Licitação (CPL) cadastrar, atualizar e acompanhar cada processo licitatório. Além disso, foi criado um painel de monitoramento onde os projetos são exibidos diretamente em um monitor para que todos consigam visualizar de forma ampla e clara todos os processos de aquisição/serviços.



9. Criação do Sistema de Acompanhamento de Sorteios

Criado para auxiliar a comissão permanente de licitação para que possa ter total controle das informações geradas para cada sorteio. Neste sistema, o responsável pela CPL atualizará a lista de presença que eliminará automaticamente as entidades que não estarão presentes até a hora estipulada.



Escolherá o grupo a ser sorteado e o sistema apresentará um mapa de todos os números de entidades que se manifestaram para aquele grupo. Ao rodar o globo e sortear a entidade vencedora o representante clicará no número ganhador. O sistema automaticamente registrará o ganhador e apresentará no telão.



10. Criação do Sistema de Emissão de Escrituras e Fichas Descritivas

O sistema de Emissão de Escrituras foi construído para levar a CODHAB a um novo patamar de trabalho. Até a entrega deste sistema todas as escrituras eram emitidas pelo cartório, o qual realizava a cobrança, de no mínimo R$ 800,00, para emissão da mesma. Com esse sistema, criado com validações de segurança digitais e gráficas, foi permitida a emissão de aproximadamente 1.000 escrituras semanais, sabendo os nomes dos emissores, datas de geração e validação por QR-CODE da autenticação da escritura gerada. Essas escrituras são totalmente gratuitas não gerando nenhum custo para o cidadão.



11. Criação de Questionários e Enquetes no Aplicativo

Foi desenvolvida no APP a funcionalidade que permite criar questionários/enquetes, que realizam a coleta de dados dos candidatos de acordo com a necessidade da companhia, possibilitando que o candidato inclua fotos, arquivos e dados. Ao lado, podemos observar o modelo de questionário utilizado para os 100 primeiros da lista de habilitados e outro modelo de questionário utilizado para os idosos habilitados.



12. Criação do Sistema de Solicitação de Vouchers

Este sistema foi desenvolvido para controlar as emissões de vouchers de táxi da Companhia. Com ele, cada servidor pode solicitar o voucher eletronicamente, e imediatamente o responsável pela administração deste serviço será alertado. Com isso, o responsável pela liberação poderá autorizar ou não a expedição do mesmo, informando os motivos atrelados. Caso seja aprovado o número do voucher é cadastrado no sistema informando a localidade desejada.



13. Atendimento à Lei de Acesso à Informação

Este projeto foi construído em tempo recorde devido à urgência em ajustar 100% da aderência junto aos órgãos fiscalizadores, em relação a Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012. Naquele momento, a Companhia possuía um percentual de aderência em 30% e o objetivo era atingir 100% em duas semanas. Iniciamos o planejamento e na sequência iniciamos o desenvolvimento. Entrega realizada antes do prazo acordado atingindo o percentual de 100% de adesão.



14. Atualização das Estações de Trabalho para Windows 10

Em 21 de julho de 2017, a SUTIC recebeu alertas de vulnerabilidade do protocolo SMBv1 da Microsoft, mostrando um ataque às máquinas de diversos órgãos do GDF. Descobriu-se que se trata de um vírus tipo Ransomware que faz a criptografia dos dados contidos nas máquinas e realiza o sequestro mediante pagamento via moeda digital. Uma vez dentro da rede, o vírus, se não tratado, é disseminado para todas as demais máquinas do ambiente local de rede. A solução era atualizar todo o parque de máquinas para o sistema operacional Windows 10, bem como o antivírus. Todas as máquinas foram atualizadas em uma semana e não fomos atingidos devido à rapidez e eficácia da execução das ações recomendadas.



15. Elaboração e Acompanhamento do Processo de Outsourcing de Impressão

Em julho de 2017, findava a última possibilidade de renovação do contrato de outsourcing de impressão que vinha sendo renovado por quatro anos. Deste modo, tivemos que iniciar o processo de contratação por meio de pregão. Toda a documentação foi realizada pela equipe técnica prevendo a necessidade atual da companhia, tendo em vista que foram criados 10 postos de assistência técnica, e o aumento da demanda impressa das áreas internas. O processo correu como se esperava e uma nova empresa foi contratada por dois anos, deste modo, não teremos mais problemas de renovações em anos eleitorais.



16. Criação do Aplicativo de Verificação da Carteira Imobiliária

Este sistema foi criado para que a área responsável pela carteira imobiliária da Companhia fosse ao lote desejado para fazer o mapeamento das informações do morador geolocalizando as coordenadas dos lotes. É possível filtrar os endereços por cidade, quadra e endereço os quais serão listados os endereços coincidentes ao da pesquisa. Ao selecionar o endereço, o cadastro do cidadão pode ser atualizado diretamente pelo Aplicativo já com a digilitalização das documentações pessoais de cada pessoa vinculada ao endereço.



Ações relativas à servidores

O quadro de funcionários da CODHAB se manteve estável ao longo do ano de 2017, mas em número relativamente aquém das reais necessidades, principalmente, considerando o aumento das demandas e não realização do concurso público, o que vem a se tornar um entrave para o desenvolvimento dos grandes projetos propostos pela nova gestão.

A CODHAB também investiu em capacitação de servidores

- Apoio administrativo para inscrever 03 empregados para participarem do 89º Encontro Nacional da Industria da Construção - ENIC.
- Apoio Administrativo para inscrever 10 empregados para participarem do Curso "Direito Urbanístico – Regularização Fundiária Urbana".
- Apoio Administrativo para inscrever 02 empregados no Curso "Prático: Retenções na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços na Administração Pública", envolvendo (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS/ICMS), a Nova IN RFB 1.540/15 que alterou a IN RFB 1.234/12 que Revogou a IN 480/04.
- Apoio Administrativo para inscrever 02 empregados no Curso "REFORMA TRABALHISTA e o IMPACTO DA NOVA LEI nº 13.467/2017".
- Apoio Administrativo para inscrever 06 empregados no Seminário Nacional – Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Estatais de Acordo com a Lei Nº 13.303/16.
- Realizada nova contratação junto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, contemplando a contratação de 16 reeducandos.
- Realizada parceria com o Centro clinico SALUTÁ, com o objetivo de fornecer serviço médico com descontos exclusivos para empregados da CODHAB/DF.
- Realizado Acordo de Cooperação Técnica entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF e a Caixa Econômica Federal – CEF, para promover a capacitação de empregados.

- Apoio Administrativo para encaminhar o Diretor-Presidente no Congresso Mundial dos Arquitetos de Língua Portuguesa – CIALP, em Seul, capital da Coreia do Sul.
- Apoio Administrativo para encaminhar Diretores e Empregados desta Companhia na XX Bienal de Arquitetura e Urbanismo e do Encontro de Inovação Urbana Cidadã – Placemaking Latinoamérica 2017, no Chile.
- Apoio Administrativo para encaminhar o Diretor Presidente e a Diretora de Produção desta Companhia no Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS 2017, em São Paulo.
- Apoio Administrativo para pagamento de diárias para 02 (dois) técnicos convidados, para participarem da Comissão Julgadora do Concurso Público Nacional de Projetos de Urbanismo e Arquitetura no Setor Habitacional Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX.
- Recuperação de crédito trabalhista no valor de R$ 13.858,12, referente a contribuições previdenciárias, recolhidas de forma indevida no exercício de 2013.
- Apoio Administrativo para recolhimento de FGTS não recolhido no exercício de 2014.
- Solicitamos a aquisição de equipamentos ergonômicos para os empregados desta Companhia.
- Capacitação de 40 empregados por meio de parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal,
- Processamento de 40 demissões e 39 admissões.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ressalta-se as obras e ações relevantes realizadas pela CODHAB, não agrupadas por programas e/ou nos itens anteriores:

- Contratação de corpo técnico de coordenador e júri para realização de concurso público de projetos de habitação de interesse social e urbanismo e arquitetura no Por do Sol– objeto da Concorrência nº 01/2016-CODHAB. Dotação Orçamentária: UO 28209 – Programa de Trabalho 15.451.6208.1968.0008 – Natureza da Despesa 33.90.39 – Fonte de Recursos 169 – Valor R$ 41.745,24.

- Compensação Florestal Riacho Fundo II 5ª etapa- em decorrência da implantação do empreendimento Parque do Riacho foram plantadas 5.550 mudas no Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo II.



Compensação Florestal

- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) no Paranoá- foi realizado um plano de recuperação das áreas em processo erosivo causado pelo dano ambiental ocorrido no empreendimento e pelas obras de drenagem do empreendimento Paranoá Parque.



Sulco erosivo Na Floresta Distrital dos Pinheiros



Nivelamento do trecho sobre os sulcos erosivos

- Protótipos de uma unidade habitacional unifamiliar (casa térrea) e um módulo estrutural para habitação multifamiliar (edifício: térreo + 2 pavimentos)- objeto da Concorrência nº 01/2017-CODHAB. Dotação Orçamentária: UO 28209 – Programa de Trabalho 16.482.6208.1213.0906 – Natureza da Despesa 44.90.51 – Fonte de Recursos 220 – Valor R$ 553.255,97.



Protótipo casa térrea



Protótipo edifício

Destam-se que a CODHAB, desenvolveu ações a fim de dispôr de mecanismos para tornar o cadastro e controle de candidatos mais eficientes e com o objetivo de ter mais controle da base de dados dos candidatos habilitados, a CODHAB e o MPDFT elaboraram o TAC nº 01/2017, datado de 31/03/2017, acordando que a Companhia deveria criar mecanismos para realizar um controle mais eficiente sobre a habilitação dos candidatos dos nossos programas habitacionais, em conformidade com os requisitos do art. 4º da Lei nº 3.877/2006.



Assim, foi desenvolvido um aplicativo para smartphones (Android e iOS) para ser utilizado pelos candidatos habilitados, por meio do qual poderão interagir com a CODHAB/DF, via chat com a possibilidade de encaminhamento de documentos por requerimento, com a comodidade de não

precisar se deslocar de casa ou do trabalho. O candidato pode, também, atualizar seus dados como estado civil, endereço/telefones, renda, dependentes e confirmar, através de declaração, a negativa de propriedade de imóveis residenciais no DF e da ciência dos requisitos para participar dos nossos programas habitacionais, delineados no art. 4º da Lei nº 3.877/2006. Além disso, a Companhia disponibilizou também o acesso no portal www.codhab.df.gov.br. Com a criação do aplicativo, a CODHAB abriu prazo de 03/04/2017 a 31/07/2017 para que os candidatos habilitados nos nossos programas habitacionais pudessem realizar a atualização cadastral.

Ao término desse prazo, a CODHAB identificou que 34.663 candidatos não atualizaram seus dados, tendo o cadastro excluído em 01/09/2017, conforme informações no portal – aba habitação; listas de candidatos por situação; excluídos – não atualizaram o cadastro.

Outros 11 mil candidatos iniciaram a atualização e por algum motivo não a finalizaram. Assim, foi concedida uma prorrogação até 10/01/2018.

A utilização de mais bases de dados por meio de parcerias, para cruzamento de informações junto à Secretaria de Fazenda, relativas ao IPTU/ITBI, à Associação dos Notários e Registradores do DF – ANOREG, relativas à propriedade de imóveis, à Companhia Energética de Brasília – CEB, relativas à titularidade das contas de luz e ao Sistema de Controle de Óbitos – SISOBI/INSS permitiu certificar a eficácia desse instrumento, além da identificação de dados incorretos ou divergentes dos candidatos. Ressalte-se que a implementação completa dessas parcerias ainda depende de providências técnicas por parte dos referidos órgãos.

O objetivo da CODHAB/DF é manter a conformidade e atuar na identificação correta e constante dos participantes dos programas habitacionais no intuito de coibir contemplação de candidatos que estejam ocultando renda, estado civil ou propriedade de imóveis.

Com todo esse trabalho, o Cadastro foi reduzido de aproximadamente 142 mil para 110 mil candidatos, conforme quadro de candidatos habilitados a seguir:

Faixa De Renda	RII	Deficientes	Idosos	Vulneráveis
FAIXA 1	56.455	4.963	4.426	46
FAIXA 1.5	11.972	667	685	8
FAIXA 2	14.009	636	624	9
FAIXA 3	10.363	444	583	6
FAIXA 4	3997	131	195	1
TOTAL	96.796	6.841	6.513	70

Outro ponto importante estabelecido no TAC nº 01/2017 e realizado pela DIMOB, é em relação à unificação das listas de candidatos. Até então, a CODHAB tralhava com 5 listas: a geral, dividida em Relação de Inscrição Individual – RII e Relação de Inscrição por Entidade – RIE; de idosos; de deficientes; e de vulneráveis. Neste ano, a CODHAB adequou as novas faixas de renda dos candidatos dos nossos programas às estabelecidas pelo programa Minha Casa Minha Vida, como sugerido no TAC nº 01/2017, conforme o quadro a seguir:

Novas Faixas De Renda	
FAIXA 1	0 a 1.800,00
Faixa 1,5	1.800,01 a 2.350,00
Faixa 2	2.350,01 a 3.600,00
Faixa 3	3.600,01 a 6.500,00
Faixa 4	6.500,00 a 12 salários mínimos

Atualmente, existem 229 entidades credenciadas e devidamente qualificadas na CODHAB/DF decorrentes do Edital de Credenciamento realizado no ano de 2016. Em conformidade com a Decisão nº 6.406/2016 do Tribunal de Contas do Distrito Federal a CODHAB/DF deixou de

distribuir unidades habitacionais prontas a cooperativas e associações ou aos seus filiados, por falta de amparo legal no art. 5º da Lei n.º 3.877/2006, restringindo-se à disponibilização de áreas para construção de unidades habitacionais a preços subsidiados, destinadas àquelas entidades credenciadas no Programa.

O formato escolhido para disponibilização das áreas foi o **sorteio**. Podem participar as associações/cooperativas que tenham manifestado interesse pela aquisição do respectivo terreno. O resultado pode ser acompanhado no portal www.codhab.df.gov.br aba entidades – sorteio de áreas habitacionais.

Já foram ofertadas 730 áreas/lotes até dezembro/2017 nas seguintes localidades para atendimento de mais de 2.000 famílias:

Unifamiliares	Quant.
Cidade Ocidental	192
Riacho Fundo II	300
Santa Maria	204

Multifamiliares	Quant.
Varjão	03
Samambaia	31

Para o atendimento presencial a CODHAB/DF conta com equipe habilitada e responsável por realizar as atividades de recebimento, registro e análise de documentos, formalizar processos, informar e orientar os interessados nos programas habitacionais, realizar a inclusão e atualização do Cadastro Único e manter contato direto com os candidatos.

Com a intenção de promover maior interação da Companhia com os candidatos de baixa renda dos programas habitacionais, ainda no ano de 2017 a CODHAB/DF realizou a descentralização do atendimento presencial, disponibilizando atendentes em cada um dos Postos de Assistência Técnica (PAT) distribuídos em Brazlândia; Cidade Estrutural; Fercal; Pôr do Sol; Porto Rico; São Sebastião; Sol Nascente Trecho 1; Sol Nascente Trecho 2; Sol Nascente Trecho 3; Vila Cauhy.

Além das regiões citadas, o posto de atendimento da CODHAB/DF no Na Hora da Rodoviária contínua operante. O atendimento especializado para pessoa com deficiência e idosos ocorre na estação 112 sul do Metrô, na Praça da Cidadania.

No ano de 2017 com a promoção de maior interatividade da Companhia com os candidatos, por meio da internet e do aplicativo, foi contabilizado um crescimento considerável de atendimentos on-line. Ainda assim, foram realizados atendimentos presenciais na Sede do Núcleo de Atendimento - NUATE, conforme quadros a seguir:

Formalização de processo de convocações específicas		
Convocação nº	Descrição	Nº convocados
1623	Riacho Fundo II – 4ª Etapa	361
1624	Riacho Fundo II – 4ª Etapa	14
1625	Vulnerabilidade - MTST	69
1627	Remoção Nova Jerusalém e outros	107
1630	Riacho Fundo II – 4ª Etapa	443
1631	Vulnerabilidade – Pôr do Sol - MTST	92
1639	Vulnerabilidade – Bananal	58
1640	Vulnerabilidade – situação de rua	70
1641	Vulnerabilidade – Quadra 406 Recanto das Emas	130
Total		1.344

Atendimentos Presenciais NUATE 2017	
Mês	Quant.
Janeiro	4.284
Fevereiro	2.441

Março	4.284
Abril	2.383
Maio	2.058
Junho	2.009
Julho	2.037
Agosto	2.972
Setembro	1.286
Outubro	1.853
Novembro	1.866
Dezembro	1.778
Total	29.251

A CODHAB/DF, ainda em 2016 iniciou procedimentos com o objetivo de fiscalizar e adotar as providências cabíveis, a fim de retomar os imóveis dos beneficiários de programas habitacionais que descumpriram determinações legais e contratuais, atuando em casos com indícios de irregularidades ou que representem riscos de prejuízos ao patrimônio público. Além disso, vem desenvolvendo processos, procedimentos, políticas, parcerias (Caixa Econômica Federal, Secretaria de Saúde, Secretaria de Patrimônio da União) e nova legislação que possibilite a CODHAB/DF total efetividade no exercício da finalidade de seus programas.

Em 2017, a partir de 391 denúncias recebidas de diversas origens, foi realizada fiscalização dos imóveis nos Empreendimentos Paranoá Parque, Parque do Riacho, Jardins Mangueiral, Samambaia e Sol nascente, tendo como objetivo, após o recebimento das denúncias, apurar e dar prosseguimento nos processos de retomada de imóveis, caso comprovado o desvio de finalidade, conforme números apurados abaixo:

Cidade	Investigação Interna	Notificação	Ofício	Ouvidoria	Total Geral
Jardins Mangueiral	-	-	-	66	66
Denúncia Incorreta	-	-	1	10	11
Paranoá Parque	1	1	18	234	254
Planaltina	-	-	-	1	1
Riacho Fundo II	-	-	1	58	59
Total Geral	1	1	20	369	391

É importante salientar que cada denúncia recebida pode gerar diversas ocorrências. Dessa forma, as 391 denúncias recebidas se transformaram em 995 ocorrências, as quais foram apuradas em todos os empreendimentos do Programa Morar Bem, conforme gráfico/ tabela abaixo:



Para apuração das ocorrências citadas acima, podem ser realizadas até três verificações de ocupação de imóvel – VOI, que no ano de 2017 totalizaram 1.738 verificações, distribuídas entre os empreendimentos conforme dados abaixo:

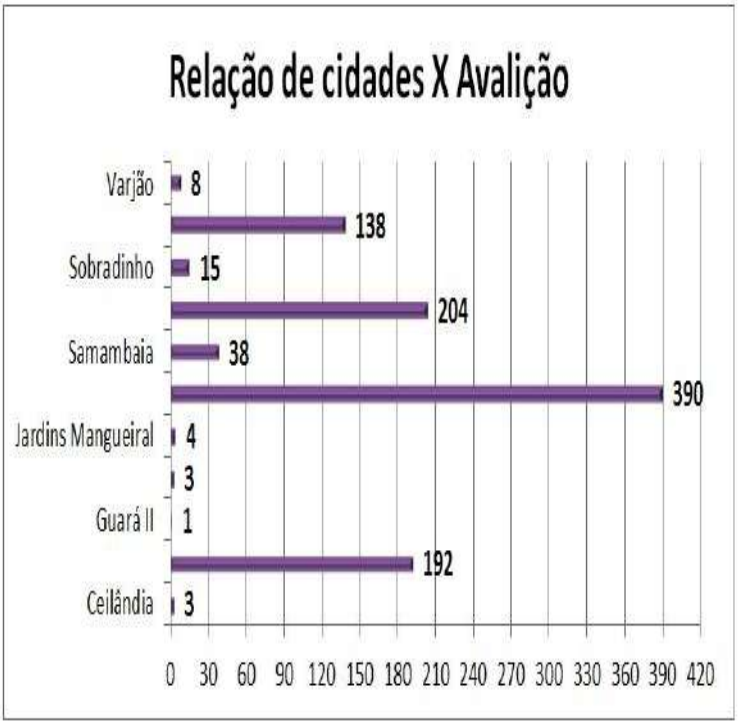
VOIs – 2017	
Cidade	Total
Jardins Mangueiral	176
Paranoá Parque	1100
Riacho Fundo II	436
Samambaia	2
Sol Nascente	12
Outros	12
Total	1.738

Para fins de análise, em 70% das verificações realizadas no Paranoá Parque, constatou-se que as denúncias foram improcedentes. Já nos Jardins Mangueiral o percentual foi de 25%, no Riacho Fundo II foi de 69%. No entanto, é notória a importância desse processo, uma vez que a própria comunidade local tem atuação predominante como controle social.

Quanto à Verificação de Ocupação de imóveis nos imóveis da extinta SHIS, podem ser citadas 40 verificações nas diversas cidades satélites do Distrito Federal. Além disso, Foram realizadas 500 Verificações de Ocupação de Imóveis em conjunto com a SPU nos imóveis do Riacho Fundo, resultando em 418 notificações:



Outras 996 avaliações da CODHAB/DF foram realizadas em imóveis utilizados nos programas habitacionais, durante o ano de 2017:



Apoio Técnico Especializado

- Procuradoria Jurídica – PROJU

Com atribuições regimentais de assessorar a Presidência e demais unidades da Companhia nos assuntos de natureza jurídica, a PROJU tem a competência de orientar e emitir pareceres jurídicos, assistindo o Diretor-Presidente na assinatura de contratos, convênios, termos e outros instrumentos que gerem direitos e obrigações. Durante o exercício de 2017 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

ATIVIDADES RECEBIDAS	QUANT.	ATIVIDADES REALIZADAS	QUANT.
OFICIOS RECEBIDOS	1.301	OFÍCIOS ELABORADOS	1.317
ESCRITURAS RECEBIDAS	1563*	ESCRITURAS ANALISADAS	1.438
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RECEBIDOS	2.809	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ANALISADOS	2.653
MEMORANDOS RECEBIDOS DAS DIRETORIAS	1.380	PROCESSO ADMINISTRATIVO JUDICIAL	156
MANDADOS DE CITAÇÕES RECEBIDOS	317	MEMORANDO ELABORADOS	1.854
PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	6.217	MANDADOS DE CITAÇÕES RESPONDIDOS	317
		PUBLICAÇÃOES ANALISADAS	6.217
		PARECERES ELABORADOS	311
		DESPACHOS ELABORADOS	150
		PETIÇÕES ELABORADAS	2.207
		AUDIÊNCIAS CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO	95
		AUDIÊNCIAS DELEGACIAS E PROMOTORIA PÚBLICA	41
		DILIGÊNCIAS DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE	21
		REUNIÕES REALIZADAS COM DIRETORIAS	média 2/semanais = 352
		ATENDIMENTO REALIZADO - PRESENCIAL	média 9/dia = 1.980
		PARTICIPAÇÃO DIREX	46
TOTAL	13.587	TOTAL	19.109

- Auditoria Interna

Dentre as funções institucionais incumbidas à AUDIN elencamos os seguintes procedimentos:

- Correição e Auditoria Administrativa nos processos encaminhados à AUDIN pelos setores da CODHAB (Diretorias e Gerências);
- Análise concomitantemente das ações administrativas oriundas das diversas diretorias, que resultaram na emissão de Notas Técnicas, objetivando orientar quanto ao atendimento das normas vigentes, particularmente àquelas que se referem à gestão orçamentária financeira, contratações e decisões do controle externo e interno;
- Após a Auditoria realizada pelos órgãos de controle interno e externo, foram elaborados Relatórios Preliminares, assinalando as eventuais falhas, impropriedades ou irregularidades detectadas junto aos setores envolvidos e que se destinaram a manifestação prévia quanto aos achados de auditoria, tendo por objetivo final o

saneamento das falhas identificadas e o fornecimento, aos dirigentes, dos meios necessários a efetiva correção das mesmas;

- Acompanhamento dos Processos Ativos no Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF;
- Elaboração de respostas por meio de Ofícios, e acompanhamento das solicitações/diligências proveniente do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF;
- Controlar e acompanhar as demandas e as recomendações realizadas pelo Órgão de Controle Externo;
- Elaboração de respostas e acompanhamento dos Achados/Solicitações de Auditoria e Notas Técnicas, emitidas pela Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF;
- Acompanhamento das impropriedades e/ou recomendações constatadas nos Relatórios de Auditoria Externa, buscando soluções e ajustes junto aos setores envolvidos;
- Composição e acompanhamento de 01 Processo Administrativo Disciplinar, 06 Comissões de Sindicância e 07 Processos de Investigação Preliminar instaurados no âmbito da CODHAB;
- Composição e acompanhamento das Tomadas de Contas Especiais, instauradas no âmbito da CODHAB e na SEGETH;
- Acompanhamento de Almoxarifado, dos Processos de Suprimentos de Fundos e dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade da Companhia;
- Auxilio e acompanhamento, junto a Unidade de Tecnologia-UNTEC, na implantação do novo site da Companhia e na implantação da Lei de Acesso a Informação;
- Incrementacão e adequação das Normas internas da CODHAB, com a Lei 13.303/2016, em conjunto com a Procuradoria Jurídica-PROJU, Assessoria de Planejamento – ASPLA e a Comissão Permanente de Licitação-CPL desta Companhia.

- Ouvidoria

A tarefa da ouvidoria, explicitada pelo Governo, é "garantir a participação popular na prestação de serviços públicos e contribuir para desenvolver a cultura de cidadania e também aprimorar os serviços públicos prestados pelo Poder Executivo".

A Ouvidoria da CODHAB, conforme a Lei 4.990/12, está apta a receber denúncias, reclamações, sugestões, elogios, solicitações e informações dos cidadãos, dentro do sigilo previsto pela Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Uma equipe está à disposição de quem procura pessoalmente o serviço, bem como daqueles que se manifestam pelo telefone 162 e pelos sistemas da Ouvidoria-Geral (Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão E-SIC e Ouv-DF). Este último implantado em 05 de agosto de 2016, utilizado por todos os canais de atendimento ao cidadão, permitindo:

- Visão do cidadão;
- Diálogo sistemático com o cidadão;
- Transparência Ativa;
- Empoderamento do cidadão;
- Apoio à gestão de políticas e serviços públicos

Cada um desses canais tem funções distintas e completam-se, no objetivo de fornecer à população o maior grau de transparência e satisfação em relação aos serviços públicos prestados pela CODHAB.

Tendo como base a implantação do sistema Ouv-DF em 05 de agosto de 2016, utilizado por todos os canais de atendimento ao cidadão. Segue os resultados da Ouvidoria CODHAB

Total de manifestações atendidas em 2017	
Denúncias	461
Elogios	28
Sugestões	13
Informação	180
Reclamação	1.860
Total	2.542

As Melhorias realizadas em 2017 pela Ouvidoria da CODHAB/DF foram:

- Implantação de relatórios de métricas para as áreas;
- Implantação formal (memorandos) para as áreas estipulando o prazo da Legislação vigente;
- Memorando circular por meio da Diretoria Executiva, que fortaleceu a Ouvidoria CODHAB;
- A partir do 1º semestre, com a implantação de estrutura pessoal, condições físicas, layout visual e sala de atendimento presencial.

Lei de Acesso à Informação – LAI

Marco histórico em matéria de transparência pública, a Lei Distrital nº 4.990, 12 de dezembro de 2012, que regula o direito ao acesso à Informação, entrou em vigor no dia 12 de abril de 2013. Qualquer interessado poderá pedir informações a qualquer órgão público sem a necessidade de uma justificativa para seu pedido. A Lei inaugura a cultura do acesso, com a superação da cultura do sigilo.

Considerado o órgão mais demandado desde a inauguração do serviço, de acordo com levantamento feito pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle Interno, a CODHAB apresentou no ano de 2016 resultados expressivos nos índices de responsividade e accountability governamental.

Em 2017, a CODHAB/DF recebeu um prêmio de reconhecimento à transparência pela Controladoria Geral do DF (CGDF). A Companhia atendeu 100% dos requisitos exigidos e ficou junto com outros 26 órgãos na posição primeira no ranking.

Por meio do Índice de Transparência Ativa (ITA), a CGDF classificou 82 órgãos e entidades públicas, e os pontuou de acordo com o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), avaliando a divulgação, realizada nos sites oficiais, de informações de interesse da sociedade, independente de solicitações.

Em outra avaliação, promovida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, a CODHAB/DF ficou em primeiro lugar entre as entidades da administração indireta.

- Licitações

Durante o exercício de 2017, foram realizados pela Comissão Permanente de Licitação um total de 58 pregões eletrônicos, para atender as demandas da área meio e também das áreas finalísticas da CODHAB/DF, conforme quadro abaixo:

Licitações em 2017	
Modalidade	Quant.
AUDIÊNCIA PÚBLICA SORTEIOS	03
PREGÃO ELETRÔNICO	36
PREGÃO PRESENCIAL	01
CONCORRÊNCIA	14
CONCURSO	03
COTAÇÃO ELETRÔNICA	01
TOTAL	58

No aspecto economia, os pregões eletrônicos geraram uma economia de R$ 19,8 milhões de reais com relação aos orçamentos estimados nos respectivos projetos básicos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Da perspectiva traçada para 2017, foram concluídas as entregas de 232 unidades de Samambaia H4 2008 Entidades, de 112 unidades de Samambaia 2013 Entidades e 1.592 unidades no Riacho Fundo II – 4ª Etapa. No entanto, para entregar a meta dos empreendimentos Samambaia H4 2008 Entidades em sua totalidade, se faz necessária a implantação de 05 transformadores (em fase de licitação) que fornecerão energia elétrica, para obtenção de Habite-se.

Durante 2017, vários foram os projetos originários de concursos públicos concluídos no que se refere à concepção, incluindo aqueles relacionados ao Programa Habita Brasília. Os projetos contratados para os 03 Equipamentos Públicos do Parque do Riacho (Centro de Ensino Infantil, Centro de Ensino Fundamental e Unidade Básica de Saúde) foram concluídos e aprovados em 2017. Os processos foram encaminhados para as respectivas Secretarias Setoriais para licitação das obras.

Para operação em imóveis da CODHAB/DF, os projetos habitacionais contratados para 03 Concursos (Sobradinho, Samambaia e Quadra 700 do Sol Nascente) foram concluídos e aprovados no exercício 2017. As licitações das respectivas obras estão em andamento.Para a Quadra 700 do Sol Nascente, as obras serão realizadas com recursos advindos do Contrato PAC- PRÓ-MORADIA II nº 262.225-34/2009, que trata sobre intervenções no Sol Nascente, localizado em Ceilândia/DF. A documentação foi aprovada pela CAIXA e a abertura do Edital está prevista para dia janeiro de 2018.

Para os edifícios de Samambaia, o Edital será lançado com base no decreto 31.698 de 2010 art. 4º e a abertura do Edital está prevista para dia janeiro de 2018.

Os edifícios de Sobradinho, houve uma remodelação de Edital com a alteração da estratégia para permuta de unidades habitacionais no valor de avaliação do terreno, cuja abertura da licitação está suspensa pelo TCDF. O atendimento das exigências do TCDF tem previsão de cumprimento para janeiro/2018.

Os outros 02 projetos realizados por Concurso (Quadra 105 do Sol nascente e Santa Maria) ainda estão em fase final de aprovação.

Quanto a realização dos Concursos Públicos, a CODHAB promoveu 02 Concursos Públicos de projetos no ano de 2017. Um para 03 tipologias de habitação de interesse social e um para urbanismo e arquitetura do Pôr do Sol. Os projetos serão aprovados no exercício 2018 e será dado prosseguimento as licitações das respectivas obras.

Da perspectiva traçada para 2017, foram concluídas as entregas de 232 unidades de Samambaia H4 2008 Entidades, de 112 unidades de Samambaia 2013 Entidades e 1.592 unidades no Riacho Fundo II – 4ª Etapa.

Para entregar a meta dos empreendimentos Samambaia H4 2008 Entidades em sua totalidade, se faz necessária a implantação de transformadores que fornecerão energia elétrica, visando para obtenção de Habite-se. A CODHAB publicou o Edital de Licitação para instalação de 05 transformadores em 15/12/2017.

As contratações Minha Casa, Minha Vida - MCMV de novos empreendimentos houveram algumas revisões de estratégia no ano de 2017, conforme destacam-se:

O Itapoã Parque, com a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel, que autorizou o reajuste de preço unitário das unidades, alterando a faixa do empreendimento de Faixa 01 para Faixa 02, a fim de viabilizar o empreendimento, as regras da contratação passaram a obedecer o disposto para contratações operadas pelo FGTS e não mais as do FAR, porém a infraestrutura externa ainda seria de responsabilidade do Governo do Distrito Federal. Dessa forma, em face à inexistência de disponibilidade orçamentária e financeira de contratação de operação de crédito, foi aprovada solução alternativa de incluir custos da infraestrutura no valor das unidades habitacionais e os projetos serão elaborados pela JC Gontijo. Assim, foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel visando apresentar a concessão dos reajustes de preço unitário das unidades e a inclusão da responsabilidade da infraestrutura externa ao empreendimento Itapoã Parque. A contratação do empreendimento depende do registro do parcelamento urbano em cartório, sob responsabilidade da TERRACAP, que possibilitará a concessão de alvarás de construção e o registro da incorporação imobiliária.

Quanto ao Crixá, a Portaria 627 de 03 de novembro de 2017 do Diário Oficial da União selecionou 528 unidades habitacionais deste empreendimento para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). A documentação está sendo entregue na CAIXA para análise e contratação dessas 528 unidades ainda em 2017. Para as outras 2.592 unidades habitacionais que não foram contempladas no Programa, faz-se necessária a ampliação de faixa. Nesse contexto, a proposta de alteração de faixa 01 para faixa 1,5, bem como a autorização do reajustamento dos valores das unidades habitacionais encontram-se em andamento. Ocorreram imprevistos ao longo dos meses, como: ação civil pública, demora na aprovação de projetos de parcelamento, aprovações em outros órgãos do Governo, dentre outros.

O Recanto das Emas Entidades, está em fase de enquadramento da proposta no FDS/MCMV e depende de autorização do Governo Federal.

O Riacho Fundo II 3ª Etapa Entidades, foi solicitado recurso CPAC, porém ainda não obtivemos retorno. Mas em reunião na SUCAP foi sinalizado pela Subsecretaria a possibilidade de inclusão no financiamento GDF de 500 milhões. Os Editais para contratação de obras de água/esgoto e drenagem/pavimentação foram suspensos pelo TCDF.

Nova Planaltina, o de projeto de arquitetura está aprovado; depende da aprovação infraestrutura de drenagem e pavimentação e do registro do parcelamento urbano.

Gama, devido à dificuldade em obter beneficiários, a Diretoria da CODHAB propôs a revogação de 12 quadras, deixando apenas a quadra 54 em continuidade, caso fosse de interesse da construtora; a empresa PATRITECH propôs manter as quadras 54, 4 e 20. Com a dificuldade em obter demanda de beneficiários em função da incapacidade de renda para aquisição de unidades aos candidatos habilitados da CODHAB, como no caso dos empreendimentos Faixa 02 a Diretoria Imobiliária estuda a possibilidade de abrir o cadastro para mais beneficiários.

A principal análise da atuação da CODHAB envolve um fator primordial que veem contribuindo para o sucesso da prática das melhorias habitacionais e ações urbanas comunitária, que é a imersão nas comunidades carentes o que possibilita atividades assertivas pautadas e envolvimento entre os técnicos e a comunidade contemplada.

A grande barreira que estamos vencendo é o histórico distanciamento do Governo junto às comunidades mais empobrecidas. Isso se reflete em um quadro técnico que vem há anos construindo uma metolodogia de trabalho pautada no planejamento distanciado do objeto a sofrer a intervenção. Este distanciamento faz com que os técnicos muitas vezes não compreendam as reais necessidades da população, nem a urgência de transformação do espaço público.

Para a melhoria da gestão a CODHAB/DF estima a necessidade de desenvolver várias ações relacionadas à governança da companhia, como por exemplo:

- criação ou contratação de um sistema para o controle imobiliário da CODHAB/DF, visando o melhor acompanhamento dos imóveis do seu patrimônio, haja vista que hoje existe uma clara falta de comunicação entre as áreas envolvidas e um precário controle dos imóveis (boa parte invadidos), além da perda da informação prejudicando e atrasando a destinação de residências (aluguel legal, doação, morar bem e/ou venda) para a fila de candidatos.

- implantação da área de conformidade, gestão de riscos e controle interno;

Perspectiva para 2018 e anos seguintes:

- Produção de Unidades Habitacionais

No âmbito do Programa HABITA BRASÍLIA, a CODHAB/DF está empenhada em alavancar as ações relacionadas aos 5 eixos do programa tendo como metas estabelecidas a execução dos projetos habitacionais do Itapoã e do Crixá localizados na região administrativa do Paranoá, com a entrega das primeiras unidade habitacionais ainda em 2018 dentro do eixo Morar Bem. Além disso, os demais eixos deverão ser bem desenvolvidos, tendo em vista o disposto na Lei Orçamentária Anual.

PRODUÇÃO HABITACIONAL	EMPREENDIMENTO	Nº UH
CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - MCMV	Itapoã Parque	12.112
	Crixá	3.120
	Gama	626
	Riacho Fundo II 3ª Etapa - Entidades	603
	Recanto das Emas - Entidades	530
	Guará II	405
	Nova Planaltina	92
OBRAS – EXECUÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DE CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS PELA CODHAB/DF	Sobradinho	420
	Samambaia	270
	Santa Maria	108
	Sol Nascente Trecho I	308
	Sol Nascente Trecho II	1.008
OBRAS – EXECUÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIMENTOS PELA CODHAB/DF	Sol Nascente Casas Sobrepostas (79 prédios)	474
	Estrutural Protótipo Santa Luzia	16
	Estrutural Edifício Santa Luzia	2.480
ENTREGA DE UNIDADES HABITACIONAIS	H4 Samambaia	490
	Riacho Fundo II – 4ª Etapa	972
	Itapoã Parque	3.568
	Crixá	528
	Sol Nascente Quadra 105 Trecho II	161
INFRAESTRUTURA URBANA	Contratar obras de Instalação de transformadores de energia aos empreendimentos H4 em Samambaia	-
	Contratar obras Infraestrutura externa Crixá	-
	Contratar obras Infraestrutura Riacho Fundo II 3ª Etapa	-
	Executar obras de Infraestrutura complementar de abastecimento de água e esgotamento sanitário Buritizinho	-
PROJETOS DESENVOLVIMENTOS PELA CODHAB/DF	Aprovar Projetos Arquitetura e Complementares Habitação de Interesse Social	-

	Aprovar Projetos Urbanismo, Arquitetura e Complementares Pôr do Sol	-
TRABALHO TECNICO SOCIAL	Executar os Trabalhos Técnicos Sociais - TTS's das localidades Estrutural, Sol Nascente (Trecho 2 e 3), Varjão, QNR e COER	-
MONITORAMENTO IMOBILIÁRIO	Realizar retomadas de imóveis utilizados irregularmente.	20
	Realizar VOI´s (Verificação de Ocupação de Imóveis) para avaliar o cumprimento das regras contratuais.	2.000

LOTE LEGAL - Distribuir 2.000 lotes legais para famílias cadastradas e habilitadas em Nova Petrópolis, Brazlândia, São Sebastião e Sol Nascente;

REGULARIZAÇÃO - Entrega de 18.936 escrituras dentro do processo de regularização (composto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos e à titulação de seus ocupantes).

ALUGUEL LEGAL - Conceder 6.000 aluguéis legais para famílias de baixa renda;

PORTAS ABERTAS - Subsídio para 2.000 pessoas habilitadas (R$10.000) para Faixas 1 e 1,5 (modelo econômico-financeiro em construção);

PROJETO NA MEDIDA - Executar 1.650 Melhorias Habitacionais em diversas localidades dos DF; realizar 35 Ações Urbanas Comunitárias – AUC's e realizar 02 Seminários sobre Assistência Técnica;

Em 2018 pretende-se dar continuidade com a promoção do evento Mostra Instantânea de Arquitetura Social. promovido junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil e também a continuidade de lançamento de publicações sobre a experiência da CODHAB/DIATE.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDURB – UO: 28.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB foi criado pela Lei Complementar nº 36, de 13/10/1997. A Lei Complementar nº 292/200 estabeleceu as condições para a instituição e funcionamento dos Fundos no Distrito Federal, regulamentando, em parte, o parágrafo 12 do artigo 149 da Lei orgânica.

A Lei Complementar que criou o FUNDURB foi regulamentada pelo Decreto nº 24.022, de 04/09/2003, vinculando o Fundo a então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

As diretrizes que até então norteavam os objetivos do Fundo foram alteradas por meio da Lei Complementar Nº 800/2009, adequando-o à nova configuração da Política de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial, em face da Lei 10.257/2001 – o Estatuto das Cidades - e à nova estrutura institucional do Poder Executivo local. Assim, o FUNDURB ficou vinculado a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal – SEDUMA.

De acordo com o artigo 1º da LC nº 800/2009, o FUNDURB, órgão de natureza contábil, tem como finalidade captar e destinar recursos para:

- Concretização dos objetivos, diretrizes, planos, programas, projetos urbanísticos e obras integrantes ou decorrentes do PDOT, em consonância com a Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001 – Estatuto da Cidade;
- Preservação, defesa e promoção do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado como patrimônio histórico nacional e distrital, considerando a singular condição de Brasília como Capital Federal e Patrimônio Cultural da Humanidade, na forma da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Estudos e projetos para regularização fundiária;
- Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- Proteção de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico;
- Fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucionais da Secretaria responsável pela condução da Política de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, podendo destinar recursos do orçamento do FUNDURB para essa finalidade, com vistas à execução dos objetivos do Fundo (nova redação dada pela Lei Complementar nº 846, de 02/06/2012).

Em 01/09/2009, foram aprovados o Decreto nº 30.765 – Regulamento Operacional e o Decreto Nº 30.766 - Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo.

Com a publicação do Decreto nº 32.716, em 1º de janeiro de 2011, o FUNDURB ficou vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a qual passou a denominar-se Secretaria de Estado Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB, por força da reestruturação promovida pelo Decreto nº 33.267, de 17/10/2011.

Em 2015, o FUNDURB foi incorporado, juntamente com as suas atribuições, à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, criada por meio do Decreto nº 32.236, de 01/01/2015.

As atividades do FUNDURB são coordenadas pelo Secretário de Estado, dirigente máximo da SEGETH e Presidente do Conselho de Administração do Fundo. A gestão dos recursos e operacionalização efetiva-se por intermédio da Unidade Gestora de Fundos – UGF, que conta com o apoio técnico, administrativo e operacional de outras unidades orgânicas da SEGETH.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF					
Comissionados sem vínculo efetivo			1		1
Requisitados de órgãos do GDF			1		1
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários		1			1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal		1	2		3
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral		1	2		3

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	**400.000,00**	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**1.400.000,00**	**1.168.400,00**	**290.144,19**	**280.144,19**
0003 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	1.400.000,00	1.168.400,00	290.144,19	280.144,19
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**900.000,00**	**2.300.000,00**	**800.000,00**	**800.000,00**
0009 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-PLANEJAMENTO URBANO, TERRITORIAL E HABITACIONAL-DISTRITO FEDERAL	900.000,00	2.300.000,00	800.000,00	800.000,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**2.945.051,00**	**2.345.051,00**	**0,00**	**0,00**
0008 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	2.945.051,00	2.345.051,00	0,00	0,00
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
0016 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	**17.295.910,00**	**15.352.409,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	17.295.910,00	15.352.409,00	0,00	0,00
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	**10.000,00**	**1.007,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1.007,00	0,00	0,00
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	**2.577.000,00**	**817.052,00**	**0,00**	**0,00**
7290 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES-CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	2.577.000,00	817.052,00	0,00	0,00
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	**10.000,00**	**1.007,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1.007,00	0,00	0,00

4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
0007 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**25.557.961,00**	**22.404.926,00**	**1.090.144,19**	**1.080.144,19**

Detalhamento das ações implementadas no âmbito do Programa Temático: 6208 – Território da Gente

Programa de Trabalho	Objeto	Contratado/ Comprometido	Empenhado	Liquidado	Situação
1471 - Modernização do Sistema de Informação – Planejamento Urbano	Aquisição de licenças do Softwares AutoCad LT 2017 e AutoCad Civil 3D e Aquisição de licenças do Software ArcGis e Tecnologia ESRI	2.400.000,00	800.000,00	800.000,00	Despesa liquidada, aguardando emissão de PP. Parcela Anual 2/3.
	Prestação de Serviço Técnico de levantamentos topográficos na área de abrangência do Distrito Federal, especificamente, na macrozona urbana constante do PDOT/2009 e suas atualizações.	1.200.000,00			Ocorreu a emissão de NE em 2017, entretanto não ocorreu demanda de prestação e serviço, sendo emitida nova Nota de Empenho em 2018
Total		3.600.000,00	800.000,00	800.000,00	

Programa de Trabalho	Objeto	Contratado/ Comprometido	Empenhado	Liquidado	Situação
3678 - Realização de Eventos – SEGETH - Distrito Federal	Serviços de Sonorização, Gravação e Transcrição de Reuniões de Órgãos Colegiados	540.146,05	290.144,19	280.144,19	Foram realizadas 168 reuniões de diversos Conselhos e elaboradas 168 transcrições de Atas.
	Serviços de Transcrição e Elaboração de Atas de Reuniões de Órgãos Colegiados				Foram realizadas 168 reuniões de diversos Conselhos e elaboradas 168 transcrições de Atas.
	Serviços de Planejamento, Organização e Realização de Eventos Institucionais				Foram realizados 168 Eventos envolvendo Reuniões de Conselhos ligados a Habitação e Território Urbano e Audiência Pública.
					Foram realizados 47 eventos, entre audiências Públicas, Conferência das Cidades, Reunião LUOS e Oficinas Técnicas na EGOV
Total		540.146,05	290.144,19	280.144,19	

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**200.000,00**	**3.357.035,00**	**1.943.500,00**	**1.943.500,00**
0010 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	3.357.035,00	1.943.500,00	1.943.500,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**5.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	5.000,00	1.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**205.000,00**	**3.358.035,00**	**1.943.500,00**	**1.943.500,00**

Detalhamento das ações implementadas no âmbito desse Programa

Programa de Trabalho	Objeto	Valor Contratado	Empenhado	Liquidado	Situação
1471 – Modernização do Sistema de Informação - SEGETH	Aquisição de equipamentos de informática (CPUs e Monitores e Estações de Trabalho)	1.943.500,00	1.943.500,00	1.943.500,00	Pago parcialmente em 2017, (aproximadamente 79%). Aguarda-se emissão de OB para pagto em 2018.
Totais		1.943.500,00	1.943.500,00	1.943.500,00	

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Situação Orçamentária

O valor do orçamento aprovado para o FUNDURB, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA/2017 foi distribuído nos respectivos Programas de Trabalho conforme tabela a seguir:

		Aprovado R$
01	Modernização dos Sistemas de Informação – Área Meio	200.000,00
03	Monitoramento das Áreas do Território do DF	400.000,00
02	Realização de Eventos	1.400.000,00
04	Capacitação de Servidores da SEGETH	5.000,00
05	Modernização dos Sistemas de Informação – Planejamento Urbano	900.000,00
06	Programa de Trabalho ver ?????	2.945.051,00
07	Manutenção e Funcionamento de Conselho	10.000,00
08	Requalificação de Espaços Urbanos no DF	17.295.910,00
09	Aprimoramento e Integração dos Instrumentos de Planejamento Territorial	10.000,00
10	Reforma de Edificações no Conjunto Urbanístico de Brasília	2.577.000,00
11	Otimização do Plano de Regularização Fundiária	10.000,00
12	Gestão de Política Habitacional	10.000,00
Total		25.762.961,00

Abertura de Crédito Adicional para Suplementação Orçamentária

Foram efetivadas diversas suplementações orçamentárias com indicação de fonte de cancelamento.

Não ocorreu a Suplementação Orçamentária por superávit de receita, pois o superávit não foi autorizado pela Governança DF, conforme fl. 70 do processo 390.000.016/2017.

Situação financeira

O saldo financeiro do FUNDURB, no valor de R$ 52.061.912,31, está registrado contabilmente em conta específica no Sistema SIGGo, uma vez que esses recursos encontram-se centralizados em conta Única do tesouro do GDF, por força da Lei Complementar nº 894, de 02/04/2015 e Lei Complementar nº 925, de 28/06/2017.

Em que pese à referida Lei autorizar o Poder Executivo transferir o saldo dos Fundos Especiais para a Conta Única do Tesouro, e movimentá-los com finalidade definida no próprio normativo, a titularidade dos recursos foi garantida ao Fundo, mantendo-se a vinculação das arrecadações advindas da ODIR e ONALT.

As fontes ONALT e ODIR vinculadas ao FUNDURB arrecadaram em 2017 o total demonstrado a na tabela abaixo:

Arrecadação 2017 em R$		
Mês	Onalt	Odir
Jan	228.616,75	87.583,77
Fev	90.458,37	140.843,00
Mar	235.735,73	242.610,56
Abr	102.512,03	62.714,75
Mai	227.241,71	69.202,11
Jun	141.860,68	17.005,52
Jul	230.487,53	3.411.652,46
Ago	65.991,66	54.028,53
Set	288.581,23	134.525,78
Out	310.846,23	565.556,05
Nov	188.132,22	980.892,19
Dez	629.702,89	1.152.950,04
Subtotal	2.740.167,03	6.919.564,76
Total	9.659.731,79	

Fonte: Boletim de Arrecadação SIGEST/SEF

Descentralização de Créditos

Durante o exercício 2017 não foram efetuadas descentralizações de crédito a outras Unidades Gestoras para execução de projetos/contratos aprovados pelo Conselho de Administração do FUNDURB.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No tocante ao Conselho de Administração do FUNDURB, foram realizadas 03 Reuniões Ordinárias e 02 Reuniões Extraordinárias, ocasiões em que foram empossados novos conselheiros e foi apresentado ao Colegiado o diagnóstico e o Orçamento do Fundo. Dos assuntos tratados para deliberação, houve a aprovação pelo Conselho dos seguintes projetos:

Projetos	Processos	Valor aprovado Em R$	Valor comprometido para este exercício Em R$	Valor Contratado Em R$	Resolução de 2017
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de planejamento, organização, execução e acompanhamento de Eventos Institucionais nos exercícios de 2017 e 2018	00390-00005015/2016	718.459,00	349.500,00	349.500,00	1
Contratação de empresa especializada para Requalificação do 3Setor Comercial Sul (Praça do Povo, acessibilidade e r4equalificação dos Becos da Quadra 05)	390-00005.529/2017-10	4.199.188,42	4.199.188,42		3
Contratação de empresa especializada para Requalificaçãodo Setor Médico Hospitalar Sul e Rota Acessível do Terminal Asa Sul ao SetorMédico Hospitalar Sul	390-00005.530/2017-36	3.300.000,00	3.300.000,00		4
Contratação de empresa especializada para Requalificação quanto à acessibilidade e conexão ciclo viária no Setor Hoteleiro Sul e entorno imediato	390-000.571/2016	700.000,00	700.000,00		5
Apreciação de Demanda Espontânea de projeto para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de levantamentos topográficos na área de abrangência do Distrito Federal, especificamente, na macrozona urbana constante do PDOT/2009 e sua atualização	00390-00005483/2017-21	1.200.000,00	600.000,00	1.200.000,00	6 e 8
Projeto de Rotas Acessíveis aos Equipamentos Públicos, que tem por objetivo criar percursos contínuos, sem obstáculos no entorno da Estação de Metrô 114 Sul.	390.000.512/2016	1.714.709,56	1.714.709,56		9
Projeto de Rotas Acessíveis aos Equipamentos Públicos, que tem por objetivo criar percursos contínuos, sem obstáculos entre os pontos de ônibus e os acessos às escolas situadas no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN) Quadras 609/610	390.000.573/2016	637.555,35	637.555,35		10
Projeto de Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul -a implantação de equipamentos urbanos de infraestrutura como:	00390-00005285/2017-67	4.504.315,26	4.504.315,26		11

pavimentação, drenagem, paisagismo, abastecimento de água e coleta de esgoto, tratamento de resíduos, energia elétrica, iluminação pública, obras-de-arte especiais, transporte coletivo, circulação, sinalização de trânsito, abertura ou conservação de vias e rodovias e a preservação do conjunto urbanístico de Brasília tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade					
Aquisição de assinaturas e/ou licenciamento para diversos Softwares Gráficos. (Adobe Creative Suite (cloud computing) Adobe Acrobat Pro DC, Adobe Photoshop CC, Adobe Illustrator CC, Adobe InDesign CC, Camtasia Studio, Sketchup Pro e CorelDraw	00390-00009076/2017-92	140.788,98	140.788,98		12
Aquisição de licenciamento para uma solução de antivírus para uso nos sistemas operacionais: Sistema Operacional Microsoft Windows 7, Sistema Operacional Microsoft Windows 10 (32 e 64bits), Sistema Operacional Microsoft Windows Server 2008 R2, Sistema Operacional Microsoft Windows Server 2012 R2, Sistema Operacional Linux, Sistema Operacional Debian 8 e 9, Sistema Operacional CentOS 7, Sistema de Virtualização Microsoft HyperV e Sistema de Virtualização VMware	00390-00009130/2017-08	72.744,00	72.744,00		13
Concurso Público Internacional do Plano Urbanístico de Ocupação - Masterplan da Orla do Lago Paranoá – Brasília/DF.Etapas: **Etapas 1 e 2** - Concurso e Contratação do Masterplan· Publicação do Edital e lançamento do concurso;· Contratação de Júri;· Julgamento (logística e apoio);· Habilitação;· Assinatura do Contrato **Etapa 3** - Acompanhamento e aprovação dos Produtos;· Plano de Trabalho;· Consolidação do Masterplan;· Plano Urbanístico de Ocupação - Projeto básico para as áreas 1, 2 e 3;· Projeto Básico de Paisagismo para as áreas 1, 2 e 3;· Orçamento e Caderno de Especificações referentes ao Projeto Básico de Urbanismo e de Paisagismopara as áreas 1, 2 e 3	00390-00010610/2017-11	2.629.281,11	2.692.281,11		14
Total		19.817.041,68	18.911.082,68	.549.500,00	

Em reunião do FUNDURB, foi também aprovada, por unanimidade, alteração no regimento interno do fundo, a qual permite o encaminhamento de projetos, para análise do conselho, até o montante do valor aprovado na LOA do respectivo ano. Essa modificação torna o

processo mais ágil, possibilitando a criação de um Banco de Projetos, que serão executados à medida que ocorrerem as disponibilidades Orçamentária e Financeira

Assim, do orçamento previsto para o ano de 2017 no valor de R$ 25.762.961,00, foram aprovados projetos que totalizam o valor de R$19.817.041,68 e foram emitidos empenhos que totalizam o valor de R$ 3.033.644,19. Desta forma, foi comprometido, aproximadamente 77% do orçamento previsto para o ano.

Ainda, no exercício de 2017, foram entregues algumas obras que contaram com os recursos do FUNDURB, tais como a Revitalização da Avenida Brasília QS 11 do Areal em Águas Claras.

Para 2018, já existem Projetos em várias fases (elaboração, executivo e orçamento pronto), atinentes a diversas áreas de relevância para o Distrito Federal, tais como, acessibilidade, revitalização, requalificação de espaços públicos, urbanização, dentre outros. Esses Projetos deverão ser encaminhados à apreciação do Conselho de Administração do FUNDURB, considerando o nível de prioridade e a previsão orçamentária para o corrente ano.

FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FUNDHIS – UO: 28.905

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS foi criado por meio da Lei Complementar nº 762, de 23/05/2008, com o objetivo de centralizar e gerenciar os recursos orçamentários destinados à implementação de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social no âmbito do Governo do Distrito Federal.

O Decreto nº 32.716, de 1º/01/2011, atualizado pelo Decreto nº 33.267, de 17/10/ 2011, vinculou o FUNDHIS a então Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB. Em 15/03/2012, por meio da Portaria nº 15 – SEDHAB formalizou-se a constituição do Conselho Gestor do FUNDHIS.

Em 15/05/2013 foram publicados os Decretos nº 34.364 e nº 34.365, os quais regulamentaram a Lei Complementar nº 762/2008, no que concerne à Operacionalização do Fundo e o Regimento Interno do Conselho Gestor, respectivamente.

Em 1º/01/2015, o FUNDHIS foi incorporado, juntamente com as suas atribuições, à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, criada por meio do Decreto nº 32.236, de 01/01/2015.

As atividades do FUNDHIS são coordenadas pelo Secretário de Estado, dirigente máximo da SEGETH e Presidente do Conselho Gestor do Fundo. A gestão orçamentária e financeira e operacionalização efetiva-se por intermédio da Unidade Gestora de Fundos – UGF, que conta com o apoio técnico, administrativo e operacional de outras unidades orgânicas da SEGETH.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF			1		1
Comissionados sem vínculo efetivo			1		1
Requisitados de órgãos do GDF					
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários		1			1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					
Subtotal					3
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral		1	2		3

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	**7.200.000,00**	**7.200.000,00**	**0,00**	**0,00**
5192 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS--DISTRITO FEDERAL	7.200.000,00	7.200.000,00	0,00	0,00
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	**14.011.879,00**	**14.011.879,00**	**502.697,08**	**502.697,08**
2915 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS--DISTRITO FEDERAL	14.011.879,00	14.011.879,00	502.697,08	502.697,08
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	**9.631.898,00**	**9.631.898,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - MELHORIAS HABITACIONAIS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	9.631.898,00	9.631.898,00	0,00	0,00
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**30.943.777,00**	**30.943.777,00**	**502.697,08**	**502.697,08**

Detalhamento das ações implementadas no âmbito do Programa Temático 6208 – Território da Gente

Em 2017, apenas o contrato celebrado entre a CODHAB e a empresa TUV Rheinland Serviços Industriais Ltda. teve execução orçamentária e financeira na Ação Execução de Infraestrutura em Parcelamentos, conforme demonstrado no quadro acima. O contrato firmado em 20/03/2014 e com vigência até 20/03/2017 tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados em engenharia para assistir e subsidiar a contratante na fiscalização e acompanhamento técnico da execução das obras, serviços e garantia da qualidade de materiais e serviços de empreendimentos habitacionais, no âmbito do Distrito Federal.

Projeto	Empresa Contratada	Nº Contrato e Vigência	Contrato	Liquidado 2017
Serviços de Engenharia e Fiscalização de Obras dos Projetos Habitacionais de Interesse Social implementados pela CODHAB	TUV RHEINLAND Serviços Industriais Ltda.	03/2014 CODHAB 20/03/2017	12.976.411,20	502.697,08

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Situação Orçamentária

A estimativa orçamentária do FUNDHIS é composta por dados fornecidos pela CODHAB, proveniente dos Editais de Chamamento que compõem a Política Habitacional de Interesse Social implementada pela Companhia, para construção de unidades habitacionais a serem comercializadas a mutuários inscritos em seu cadastro, por intermédio dos agentes financeiros vinculados ao Programa.

O valor do orçamento aprovado para o FUNDHIS, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA/2017, foi distribuído nos respectivos Programas de Trabalho da seguinte forma:

Programa de Trabalho	LOA

01	Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos	7.200.000
02	Execução de Infraestrutura em Parcelamentos - DF	14.011.879
03	Melhorias Habitacionais - DF	9.631.898
04	Gestão de Política Habitacional	100.000
Total		30.943.777

Fonte: SIGGo

Situação Financeira

O FUNDHIS encerrou o exercício de 2017 com o seguinte saldo financeiro em contas corrente e poupança:

Banco	Conta	Saldo em 31/12/2017
BRB	041.281-1 – corrente	22.672,75
Caixa Federal	000.153-8 – corrente	138.265,62
Caixa Federal	018.451-1 – poupança	7.109,23
Total		168.047,60

Fonte: Sistema SIGGo

A seguir, quadro demonstrativo de arrecadação de recursos para o FUNDHIS em 2017:

Mês/2015	Alienação 1
Jan	-
Fev	-
Mar	5.773,03
Abr	-
Mai	3.653,13
Jun	7.088,95
Jul	1.949,33
Ago	3.582,89
Set	1.949,33
Out	1.825,76
Nov	-
Dez	-
Totais	25.822,42

Atualmente, a única fonte de arrecadação com potencial de gerar receitas ao FUNDHIS é constituída pelos Editais de Chamamento lançados pela CODHAB para construção de unidades habitacionais a serem comercializadas aos mutuários inscritos no Cadastro da Companhia, por intermédio dos agentes financeiros vinculados ao Programa.

Entretanto, a materialização dos projetos habitacionais concebidos pela CODHAB, que culminariam na construção e comercialização das unidades habitacionais capazes de gerar receitas para o FUNDHIS, não está ocorrendo conforme planejado.

De acordo com a Diretoria de Produção da CODHAB, os principais fatores que contribuíram para a baixa arrecadação do FUNDHIS, em 2017, foram as seguintes:

- problemas na aprovação das empresas nas análises de empreendimentos realizadas pelos agentes financeiros autorizados;
- problemas cadastrais das empresas nas análises realizadas pelos agentes financeiros autorizados;
- problemas de ordem fundiária e/ou judicial envolvendo o terreno;
- lentidão processual na transferência dos terrenos para o Distrito Federal, bem como lentidão na aprovação de projetos, e obtenção de licenciamentos dentre outros fatores;
- contingenciamento de recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e do Fundo de Desenvolvimento Social.

Assim, as arrecadações efetivas previstas a serem transferidas ao FUNDHIS estão muito aquém dos valores estimados, que serviram de base para a elaboração das propostas orçamentárias do Fundo nos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Resoluções aprovadas pelo Conselho Gestor do FUNDHIS

Em reunião do FUNDHIS, datada de 11/07/2017, foi aprovada, por unanimidade, a Resolução nº 01/2017, que trata da alteração no regimento interno do fundo que permite o encaminhamento de projetos, para análise do conselho, até o montante correspondente ao valor previsto no orçamento do ano. Essa modificação torna o processo mais ágil, uma vez que permite a aprovação de projetos mesmo sem disponibilidade financeira.

Até a citada alteração, existiam 05 projetos aprovados, em 2014, pelo Conselho Gestor do Fundo, conforme quadro abaixo:

Resolução Conselho	Projetos	Comprometido
Nº 01/2014	Construção de Centro de Ensino Fundamental no Setor Habitacional Jardins Mangueiral	10.559.889,22
Nº 02/2014	Construção de Centro de Ensino Infantil no Setor Habitacional Jardins Mangueiral	4.918.598,87
Nº 03/2014	Construção de Centro de Ensino Fundamental no Paranoá Parque	9.427.831,40
Nº 04/2014	Construção de Centro de Saúde no Setor Habitacional Jardins Mangueiral	8.495.125,63
Nº 05/2014	Construção de Centro de Artes e Esportes Unificados no Paranoá Parque	4.066.865,73
Total		37.508.310,85

Em reunião, de 05/12/2017, foi aprovada a revogação das resoluções 01, 03, 04 e 05/2014, tendo em vista alteração nos projetos e a existência de outras fontes de recursos para custear a construção.

Na mesma reunião foi aprovada a construção do Centro de Ensino Infantil – CEI e da Unidade Básica de Saúde UBS, no Riacho Fundo II.

Em 19/12/2017, na continuação da reunião do dia 02/12/2017, foram aprovados 3 projetos para a construção de 20 Sistemas Modulares de Lajes Cobertas – SMLC, 5 módulos estruturais para habitação multifamiliar, no Sol Nascente e 66 unidades habitacionais unifamiliares, também no Sol Nascente.

Assim, o FUNDHIS possui as seguintes resoluções vigentes:

Resolução Conselho	Projetos	Comprometido
Nº 02/2014	Construção de Centro de Ensino Infantil no Setor Habitacional Jardins Mangueiral	4.918.598,87
Nº 03/2017	Construção de Centro de Ensino Infantil no Riacho Fundo II	8.836.911,31
Nº 04/2017	Construção de Unidade Básica de Saúde no Riacho Fundo II	7.002.703,10
Nº 05/2017	Construção de 20 Sistemas Modulares de Lajes Cobertas	900.000,00
Nº 06/2017	Construção de 5 módulos estruturais para habitação multifamiliar no Sol Nascente	1.750.000,00
Nº 07/2017	Construção de 66 unidades habitacionais unifamiliares no Sol Nascente	5.786.000,00
Total		29.194.213,28

O valor total comprometido corresponde à, aproximadamente, 78% do orçamento previsto para o ano de 2017.

Destaca-se que continua vigente, no Banco de Projetos, a resolução nº 02/2014.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Conforme demonstrado neste Relatório, o maior desafio a ser enfrentado, visando o atingimento dos objetivos do FUNDHIS, definidos na Lei Complementar nº 762/2008, refere-se à questão da arrecadação de recursos financeiros.

Cabe destacar que as demais fontes de arrecadação do FUNDHIS, previstas no Artigo 3º da Lei Complementar nº 762, de 23/05/2008, não estão gerando receita para o Fundo, em que pese o Artigo 3º do referido Diploma Legal, apresentar, originalmente, diversas fontes de receita ao FUNDHIS, a situação para cada uma delas é a seguinte:

I – dotações do Orçamento Geral do Distrito Federal;

Situação: desde a criação do FUNDHIS, não houve aporte de recursos oriundos do Orçamento Geral do Distrito Federal para o Fundo.

II – aqueles oriundos de outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FUNDHIS;

Situação: com a extinção do Fundo Habitacional do Distrito Federal - FUNDHABI, por força da Lei nº 4.854, de 15/06/2012, procedeu-se a incorporação pelo FUNDHIS dos recursos financeiros existentes na conta corrente do extinto Fundo, no total de R$ 11.938.239,03. Posteriormente, com a publicação da Lei Complementar nº 872, de 23/11/2013, esse valor foi transferido para a Conta Única do Tesouro do DF, para utilização definida pela Secretaria de Estado de Fazenda.

III – recursos provenientes de empréstimos internos ou externos para programas de habitação;

Situação: não foram realizados empréstimos desde a criação do FUNDHIS.

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

Situação: não houve ingresso de recursos oriundos de doações no período de existência do Fundo.

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FUNDHIS;

Situação: desde a criação do FUNDHIS, não se realizou nenhum empreendimento ou operação envolvendo patrimônio, capaz de gerar recursos para o Fundo, à exceção de rendimentos pela aplicação de recursos financeiros existentes em conta bancária, os quais foram incorporados ao saldo do Fundo.

VI – 10% (dez por cento) do valor arrecadado com a emissão de Alvará de Construção e Aprovação de Projetos Habitacionais;

Situação: segundo informação prestada pela então Coordenadoria das Cidades, a emissão de Alvará de Construção e Aprovação de Projetos Habitacionais não está gerando receitas em pecúnia.

VII – receitas provenientes da Carteira Imobiliária;

Situação: a atual Política Habitacional de Interesse Social privilegia a intermediação entre agentes financeiros e os mutuários adquirentes dos imóveis produzidos no âmbito do Programa Morar Bem, Minha Casa Minha Vida, inexistindo, até o momento, uma carteira imobiliária com possibilidade de aportar recursos ao FUNDHIS. A carteira herdada do FUNDHABI gera pequenos valores a título de amortização.

VIII – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Situação: em face da adesão pelo Governo do Distrito Federal a Programas Habitacionais, alguns fatos geradores de recursos para o FUNDHIS foram viabilizados, respaldados instrumentos normativos mencionados a seguir:

- Decreto nº 33.043, de 14/04/2011 (destina ao FUNDHIS receitas provenientes da alienação de terrenos por meio da Política Habitacional de Interesse Social);
- Súmula CPTTS/DIMOB nº 001/2012 – (Define percentual a ser repassado ao FUNDHIS com a finalidade de executar Trabalhos Técnicos Sociais em parcelamentos de Interesse Social);
- Súmula DIPRO/CODHAB Nº 305.000.039/2013 – (destina ao FUNDHIS receitas provenientes da alienação de terrenos por meio da Política Habitacional de Interesse Social)

A análise dos dados descritos acima, revela que, atualmente, a única fonte geradora de receita para o FUNDHIS é aquela proveniente dos Projetos Habitacionais implementados pela CODHAB, por meio de Editais de Chamamento.

No decorrer do exercício 2017, a movimentação/operacionalização do Fundo ocorreu por meio de lançamentos de Notas de Empenho, liquidação e pagamentos, exclusivamente para honrar compromissos relativos ao contrato celebrado entre a CODHAB e a empresa contratada de prestação de serviços, conforme demonstrado nos itens anteriores deste Relatório.

Para 2018, existem Projetos em várias fases (elaboração, executivo e orçamento pronto), atinentes a Habitação de Interesse Social no Distrito Federal, tais como, Construção de Edificações, Requalificação de Praças e Espaços Públicos. Esses Projetos deverão ser encaminhados à apreciação do Conselho Gestor do Fundo, de acordo com sua priorização e a disponibilidade orçamentária.

No tocante ao Conselho Gestor do FUNDHIS, aquele Colegiado reuniu-se ordinariamente 04 vezes e extraordinariamente 1 vez, no decorrer do exercício/2017, ocasiões em que foram empossados novos conselheiros, foi apresentado o orçamento do Fundo, deliberado sobre a manutenção/revogação das resoluções aprovadas pelo Colegiado em 2014, apreciados novos projetos e aprovado o Calendário de Reuniões para 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – UO: 32.101

1. HISTÓRICO CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Conforme o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura Administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, alínea XV, foi alterada a denominação de Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento para Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria passa a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, cuja denominação foi mantida, com atuação e competências nas seguintes áreas:

I - planejamento, gestão e modernização administrativa;
II - elaboração orçamentária;
III - gestão estratégica governamental e gestão por resultados;
IV - gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo;
V - captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito;
VI - relacionamento com organismos internacionais;
VII - gestão de pessoas;
VIII - formação e capacitação do servidor público distrital;
IX - saúde e previdência do servidor público distrital;
X - compras e logística no Distrito Federal;
XI - patrimônio do Distrito Federal;
XII - tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal;
XIIII - avaliação de políticas públicas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	80	120	149	224	573
Comissionados sem vínculo efetivo	60	0	111	0	171
Requisitados de órgãos do GDF	26	49	48	91	214
Requisitados de órgãos fora do GDF	5	0	8	0	13
Estagiários	0	84	0	163	247
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	19	0	13	32
Terceirizados (FUNAP)	0	25	0	0	25
Outros - especificar	0	0	0	0	108
Subtotal	171	297	316	491	1383
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	108
Total Geral	171	297	316	491	1275

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.550.903,00	4.581.207,00	4.565.373,15	4.239.442,59
0003 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET--DISTRITO FEDERAL	1.550.903,00	4.581.207,00	4.565.373,15	4.239.442,59
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**4.306.960,00**	**3.317.959,00**	**624.897,52**	**624.897,52**
6195 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	4.306.960,00	3.317.959,00	624.897,52	624.897,52
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**33.861.344,00**	**39.886.420,00**	**12.354.864,04**	**12.354.864,04**
0029 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	33.861.344,00	39.886.420,00	12.354.864,04	12.354.864,04
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC	38.090.127,00	38.090.127,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC-- PLANO PILOTO.	38.090.127,00	38.090.127,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.417.976,00	3.246.974,00	2.853.806,72	2.396.346,62
0016 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.417.976,00	3.246.974,00	2.853.806,72	2.396.346,62
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	31.695.190,00	31.839.857,00	3.535.069,03	3.501.815,83
0003 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET--DISTRITO FEDERAL	31.695.190,00	31.839.857,00	3.535.069,03	3.501.815,83
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	452.432,00	180.996,00	0,00	0,00
5826 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	452.432,00	180.996,00	0,00	0,00
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	697.316,00	230.199,00	0,00	0,00
4008 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF-- TAGUATINGA	697.316,00	230.199,00	0,00	0,00
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	112.072.248,00	121.373.739,00	23.934.010,46	23.117.366,60

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas pelas diversas áreas de atuação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG, com as principais realizações executadas ao longo do exercício de 2017 e demonstra, em especial, o compromisso do Governo do Distrito Federal em concretizar a estratégia voltada em promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa.

2.1- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No ano de 2017, em síntese, a atuação da Secretaria por meio da SUTIC/SEPLAG teve foco em quatro pontos estratégicos:

- **Manutenção e continuidade dos serviços corporativos** prestados pelo Centro de Dados e pela Rede GDFNet ao complexo administrativo do Distrito Federal. Em 2017, a disponibilidade dos sistemas e serviços foi de 99,84%;
- **Expansão do Centro de Dados e da Rede GDFNet** a fim de atender as demandas de segurança e de implantação de novos serviços prestados às demais unidades do GDF;
- **Informatização da Secretaria,** foram implementados no ano de 2017 diversos sistemas corporativos e departamentais, como**:**
    - PACC: criação do sistema de envio do Plano Anual de Compras e Contratações para atender a Portaria n° 421/2017 que trata de uma lista consolidada de bens e serviços que os órgãos e entidades do DF planejam contratar no próximo exercício;
    - Inova Brasília: criação do sistema de cadastro de projetos inovadores de todos os órgãos do DF, bem como a gestão das equipes e avaliação dos projetos;
    - SICP: criação do Sistema de Identificação de Concessões e Permissões para atendimento do Art.50 da Lei Orgânica do Distrito Federal que disciplina: "O Governador encaminhará, anualmente, à Câmara Legislativa Relatório do qual conste a identificação dos bens do Distrito Federal objeto de concessão ou permissão de uso no exercício, assim como sua destinação e beneficiário".

- SEI!: Suporte técnico e operacional na expansão da implantação do SEI! para os demais órgãos do GDF.
- SIAPMED 2.0 (Sistema de Agendamento de Perícia Médica): manutenções evolutivas necessárias para incluir agendas de novos perfis e suas respectivas funcionalidades para atendimento de todas as especialidades médicas da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho - SUBSAÚDE;
- SFCC 2.0 (Sistema de Controle dos Contratos Corporativos): manutenções evolutivas necessárias para expansão do sistema para todo o GDF;
- SISCONEP 2.0 (Sistema de Controle de Emendas Parlamentares): manutenções evolutivas necessárias para acoplar todos os perfis e suas respectivas funcionalidades no fluxo completo da criação a execução das emendas parlamentares de todo o GDF e Câmara Legislativa do DF;
- Portal do Voluntariado: manutenções evolutivas necessárias para melhoria no fluxo de funcionamento do sistema, bem como a melhoria no atendimento ao voluntário e entidades do DF;
- Chargeback: manutenções evolutivas necessárias para incluir informações de toda a infraestrutura do Centro de Dados - CeTIC;
- SISCON (Sistema de Gestão de Contratos e Convênios): manutenções evolutivas e corretivas necessárias para funcionamento correto do sistema;
- SISCAP: manutenções evolutivas necessárias para utilização do sistema no novo fluxo de serviço da Subsecretaria de Captação de Recursos - SUCAP.
- Webservice do SIGRH (Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos): manutenção evolutiva no Webservice com incremento de funcionalidades e campos necessários para atendimento dos sistemas externos à SEPLAG, como por exemplo, CAESB no projeto COMPRAS_DF.
- SIGRH: Sustentação do SIGRH;
- Criação do processo seletivo de estagiários**,** onde foram aplicadas duas seleções externas por meio de provas teóricas e práticas visando o fortalecimento da área de desenvolvimento de sistemas com estudantes mais qualificados para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, participaram 62 alunos na primeira rodada de seleção e 74 na segunda rodada. Desses 136, 28 foram aprovados para a segunda fase do processo seletivo, tendo como aprovados finais 08 para a área de desenvolvimento. Os demais formaram um cadastro reserva e são requisitados a medida em que surge novas vagas.

- **Melhoria dos equipamentos de microinformática,** onde foram adquiridos no presente ano scanners de produção e microcomputadores.

PRINCIPAIS RESULTADOS REDE GDFNet (2017)

A Rede Corporativa Metropolitana do GDF – GDFNet é uma rede de dados que atende aos Órgãos e Unidades Administrativas do Governo Distrital disponibilizando acessos para comunicação entre as Unidades e das Unidades à rede mundial Internet. Atualmente é formada por fibras óticas, rádios comunicadores e serviços contratados de acesso à internet e links contatados na tecnologia MPLS (*Multi-Protocol Label Switching*) para atendimento a várias Unidades do Complexo Administrativo do Governo de Brasília.

EVOLUÇÃO DA REDE GDFNet

GDFNET REDE PRÓPRIA (FIBRA ÓTICA)	
Até 2014	**141**
2015 – 2017	**63**
Da Secretaria de Saúde	19
Da Secretaria de Educação	15
Demais Órgãos	29
Total de Órgãos atendidos	**204**
Demais Órgãos	52
Total de Órgãos Atendidos por essa Tecnologia	**270**

GDFNET GERAL (PRÓPRIA E TERCEIRIZADA)	
Até 2014	**341**
Total 2015 – 2017	**133**
Da Secretaria de Saúde	37

Da Secretaria de Educação	15
Demais Órgãos	81
Total de Órgãos Atendidos por essa Tecnologia	**474**

OUTROS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO:

Projeto
Manutenção dos serviços de comunicação prestados pela Rede GDFNet
Manutenção da rede de rádios
Novo protocolo de roteamento no backbone e Data Center
Implementação de política de restrição de acesso à internet no âmbito da Rede GDFNet (redução facebook e outros entretenimentos).
Aquisição de novos switches de borda, permitindo a ativação de novos pontos de fibra ótica
Manutenção dos contratos de links de internet, assegurando acesso à internet aos usuários da Rede GDFNet
Contratação de serviços de manutenção de fibra ótica, reduzindo o tempo de interrupção e atendimento aos usuários desse segmento da rede.

PRINCIPAIS RESULTADOS DATACENTER (2017)

O Centro de Dados – CeTIC é o ambiente corporativo da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão onde estão armazenados todos os dados sistemas corporativos de governo. No ano de 2017, o CeTIC teve um percentual de disponibilidade de 99,84%, tendo sido contabilizadas 14 horas de indisponibilidade dos serviços de TI prestado pelo ambiente.

OUTROS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO:

Nome do Projeto
Manutenção dos serviços prestados pelo CeTIC
Conclusão da Reforma/Expansão da infraestrutura do CeTIC, aumentando a área para armazenamento de equipamento.
Envio de intenção de Participação em Registro de Preços Federais, buscando menores custos para a sustentação dos serviços prestados pelo CeTIC
Aquisição de servidores hi-end para o CeTIC
Aquisição de biblioteca de fitas de backup, aumentando a capacidade de produção de cópias de segurança dos dados armazenados no CeTIC
Aquisição de licenças Microsoft para datacenter
Aquisição de licenças Microsoft Office
Aquisição de licenças Oracle Database
Criação de ambiente de banco de dados de alta disponibilidade dedicado para o sistema SEI!;
Manutenção nos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados;
Contratação de licenças para Oracle Database;
Atualização do ambiente de Desenvolvimento SQL Server / IIS;
Apoio técnico na implementação do Portal de Dados Abertos;
Atualização do ambiente de monitoramento de banco de dados SQL Server;

Nome do Projeto
Implantação de novo ambiente de monitoramento de banco de dados Oracle;
Manutenção da Infraestrutura do ambiente de Business Inteligence
Criação de ambiente de banco de dados de alta disponibilidade dedicado para o sistema SEI!;
Manutenção nos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados;
Publicação de Serviços na Intranet e Internet para todo GDF (Serviço de DNS) - Tal ação envolve esforços diários com correções, alterações e novas publicações.
Serviço de Backup -Tal ação envolve esforços diários com correções, alterações e inserção de novas rotinas de backup, seja de servidor de arquivos, de datastores, objetos de AD, serviço de Exchange e demais serviços.
Serviço de Restauração de backup - Tal ação envolve esforços diários com restaurações de arquivos deletados/alterados, de servidores virtuais, objetos de AD, correios eletrônicos e demais serviços.
Gestão de Domínios - Tal ação envolve a criação de usuários no domínio, alteração de perfil, bloqueio e desbloqueio de contas, aplicação de políticas de grupos, alteração de senha e demais ações envolvidas a este serviço.
Gestão de Serviço de Mensageria - Tal ação envolve a criação de usuários no domínio de e-mail, alteração de perfil, bloqueio e desbloqueio de contas, criação de grupos de distribuição, alteração de senha e demais ações envolvidas a este serviço.

PRINCIPAIS RESULTADOS GOVERNANÇA E COMITÊ GESTOR DE TECONOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CGTIC (Jan-Dez/2017)

Nome do Projeto	Status do Projeto
Plano Diretor de TIC 2017-2019	Publicado e em fase de implementação
Capacitação de servidores em ITIL (InformationTechnology Infraestructure Library) V3 e de COBIT (Control Objective for Information and Related Technology) V5	Concluída a parte referente ao ITIL
Grupo de Trabalho para identificar formas de gerar relatório gerenciais dos gastos de TIC por meio das Rubricas Orçamentárias	Aprovado e implantado
Grupo de Trabalho para elaboração de cartilha para minimizar os Riscos na Recepção de Software	Aprovado. Aguardando publicação de Resolução do CGTIC

PRINCIPAIS RESULTADOS DE SISTEMAS (2017)

No ano de 2017 a área de desenvolvimento de sistemas se dedicou na manutenção dos sistemas atualmente utilizados pelo complexo administrativo do GDF, bem como na evolução de alguns desses sistemas para atender outras necessidades das áreas de negócio, como a criação das agendas da SUBSAUDE no sistema SIAPMED e os módulos parlamentar e Casa Civil no SISCONEP. Atuou também fortemente no apoio à expansão da implantação do SEI! nos diversos órgãos do GDF, em grande parte, sua área de atuação foi balizada no acordo de resultados da SEPLAG.

Outro ponto a ser destacado foi a criação de sistemas administrativos estruturantes que auxiliam a gestão, como por exemplo o PACC, que contém o Plano de Compras e Contratações do GDF para 2018, podendo a SCG se programar e racionalizar os gastos da administração pública, e o SICP – Sistema de Identificação de Concessões e Permissões que atende ao Art. 50 da LODF.

OUTROS RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO:

Nome do Projeto
Manutenção e sustentação dos sistemas administrativos estruturantes como SIGRH, SISCON, e-Compras e SICOP WEB
Evolução do Portal do Voluntariado, SISCAP e Webservice do SIGRH

Nome do Projeto
Licitação do novo sistema de RH
Apoio técnico a implantação do SEI! em outras unidades do GDF
Apoio técnico no projeto COMPRAS_DF
Criação dos artefatos da IN 4 SLTI/MPOG para contratação de fábrica de software de manutenção de sistemas legados, fábrica de software do projeto COMPRAS_DF e low-code.
Repasse de conhecimento à SEF do Sistema de Relatórios de Atividades Gerenciais – SISTRAG para evolução do SIGGO
Contratação de suporte Red Hat, o que permitirá melhorar a confiabilidade do SEI!
Criação do projeto de recrutamento e seleção de estagiários

2.2 - UNIDADE DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - UPPP/SEPLAG

O ano de 2017 foi desafiador para construção de cenários e alternativas de solução para o Contrato de Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal. Para isso, no acordo de cooperação técnica firmado, por meio do PRODOC UNOPS (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos), produziu-se o levantamento do sistema de garantias do contrato, da identificação dos gargalos para possível ocupação do CADF, a avaliação do risco econômico e financeiro contratual, do custo do projeto, do modelo de operação e dos impactos para o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Ocorre que, com o surgimento de denúncias de corrupção e irregularidades, conforme divulgado pela mídia, por meio da Operação Lava-Jato, praticadas no processo de licitação e execução da Parceria Público-Privada, a abordagem de análise do acordo de cooperação técnica teve o escopo modificado. Esses novos fatos exigiram a revisão do PRODOC.

Os estudos e levantamentos elaborados em parceria com o UNOPS no ano de 2017 ocorreram concomitantemente com as atividades de acompanhamento e subsídio a esta SEPLAG sobre as demandas dos órgãos de controle, órgãos da justiça, órgãos de imprensa, ouvidoria, consórcio, instituições financeiras, entre outras instituições que solicitaram informações relativas ao Contrato de Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.

A UPPP produziu, ainda, notas técnicas, delineamento de cenários e alternativas de solução do contrato, organizou reuniões e workshop relativos as discussões sobre o CADF, entre diversas atividades diárias de acompanhamento e subsídio de informações.

A maior dificuldade encontrada nesse projeto é a indefinição quanto a solução do Contrato da PPP frente à complexidade do tema, pois envolve uma diversidade de atores que incluem o Governo, Órgãos de Controle, o Judiciário, o Ministério Público, o Empreendedor Privado, Instituições Financeiras e o interesse da população.

Embora a remodelagem desse empreendimento aponte tantos gargalos e dificuldades, a construção da solução para o Contrato da PPP e destinação de uso do CADF é o maior desafio para o ano de 2018. Assim, o objetivo dessa Unidade é dar apoio para construção de uma modelagem negocial que traga segurança jurídica, retorno para o contribuinte e ainda coloque à disposição da sociedade um empreendimento que possa dinamizar o mercado de trabalho e a economia daquela região.

2.3 - REALIZAÇÕES DE ESTUDOS E PESQUISAS

Relacionado à ação "Realização de Estudos e Pesquisas", em julho de 2017, foram empenhados recursos visando subsidiar a despesa relativa ao Acordo de Cooperação Técnica para Avaliação do Contrato de Concessão Administrativa para construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal – CENTRAD-DF.

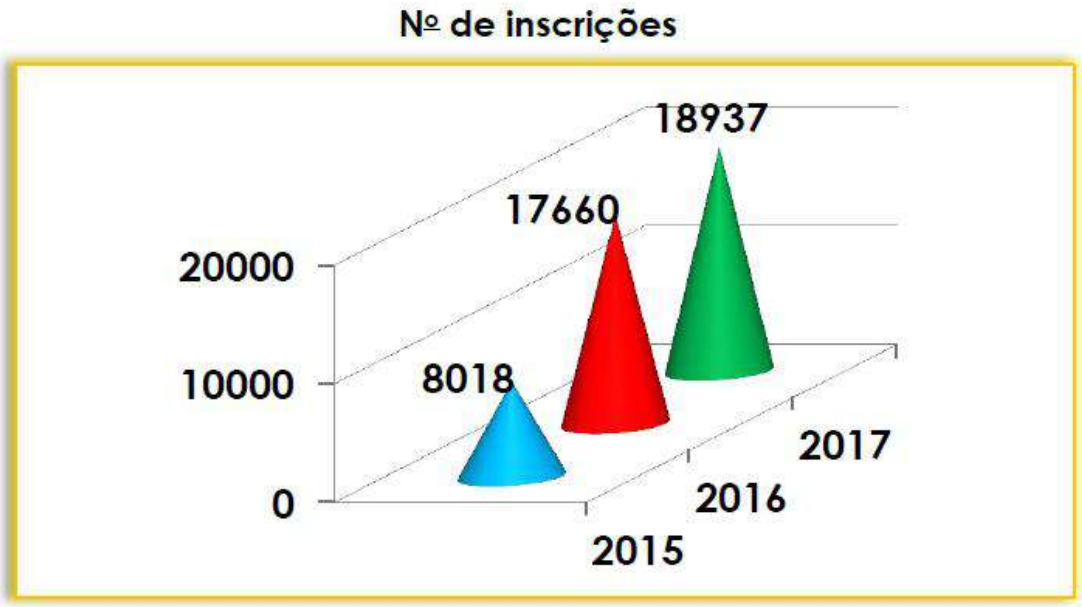
2.4 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão através de sua Escola de Governo – EGOV desenvolveu ações que buscaram ampliar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da gestão e para a melhoria dos serviços públicos.

A estrutura atual dos órgãos do governo e a assunção de novas atribuições pelos servidores tornou necessária a promoção dessas ações de capacitação, a fim de instrumentalizar os agentes públicos para enfrentarem os desafios que lhe são apresentados, por meio da atualização em ferramentas e em técnicas de planejamento e de gestão pública, para o alinhamento dos órgãos às propostas do governo e à efetividade das ações relacionadas ao gasto público.

Assim, por meio da Ordem de Serviço nº 1, de 06 de janeiro de 2016 (publicada no DODF nº 4, de 7 de janeiro de 2016), foi aprovada, pelo Diretor-Executivo da EGOV, a Programação de Eventos de Formação e Capacitação da Escola de Governo do Distrito Federal para o biênio 2016-2017, pautada nos eixos gestão de pessoas, gestão de processos e gestão de logística e de suprimentos e orientada ao aperfeiçoamento de conhecimentos, de habilidades e de atitudes dos servidores do GDF, para o enfrentamento dos principais problemas da gestão, visando ao alcance de resultados qualitativos.

Em 2017, houve inscritos um total de 18.937 servidores, sendo 3.030 na modalidade EAD e 15.907 em cursos presenciais. Houve um aumento considerável de inscritos desde 2015, como pode ser visualizado no gráfico abaixo:



2.5 –PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO

➢ Realizações

Dentre os Programas que compõem o PPA 2016-2019, as realizações da SEPLAG estão inseridas essencialmente no Programa Temático 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS, tendo por Objetivo Geral "Promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando o equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos e assegurar transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo".

➢ Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019

O Plano Plurianual PPA, instrumento de planejamento governamental obrigatório (art. 165 da Constituição Federal; e art. 149, inciso I e §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal) define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Elaborado no primeiro ano de cada mandato do governador, o PPA orienta a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Por essa razão, deve ser compatível com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e inclui obrigatoriamente os investimentos e despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período de sua vigência.

A Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015, dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019, alterada pela Lei nº 5.787, de 22 de dezembro de 2016.

Em 2017, o PPA 2016-2019, também foi objeto de revisão, por meio do Projeto de Lei - PL nº 1742, de 15 de setembro de 2017, no qual consta alteração de indicadores e atributos dos Programas Temáticos. O referido projeto de revisão do PPA foi aprovado pela Lei nº 6.061 de 29 de dezembro de 2017.

A tabela abaixo apresenta os Programas, Objetivos, Metas, Indicadores e Ações que compõem o PPA 2016-2019.

PPA 2016-2019 EM NÚMEROS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
VIVER BEM, DIREITO DE TODOS	**44**	**366**	**163**	**414**	**15.595.336.764**	**200**
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	68	39	84	6.298.032.158	30
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	21	7	31	491.877.381	5
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	43	15	47	782.885.154	68
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	87	40	76	1.834.500.252	47
6219 - CAPITAL CULTURAL	5	36	11	45	616.878.750	12
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	51	27	61	3.909.365.300	25
6228 - FAMÍLIAS FORTES	7	60	24	70	1.661.797.769	13
ECONOMIA MAIS COMPETITIVA	**7**	**57**	**27**	**94**	**3.133.908.914**	**83**
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	7	57	27	94	3.133.908.914	83
TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO	**14**	**145**	**45**	**241**	**17.689.011.562**	**99**
6208 -TERRITÓRIO DA GENTE	3	37	9	48	1.415.333.952	35
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	6	66	22	115	8.741.405.878	50
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	42	14	78	7.532.271.732	14
TODOS POR BRASÍLIA E GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS	**8**	**65**	**40**	**43**	**2.347.428.246**	**41**
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7	62	32	40	2.340.751.660	33
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	8	3	6.676.586	8
TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	**73**	**633**	**275**	**792**	**38.765.685.486**	**423**

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
6001 - DESENVOLVIMENTO	-	-	-	25	9.071.103.287	-
6002 - SOCIAL	-	-	-	23	68.714.434.439	-
6003 - GESTÃO PÚBLICA	-	-	-	33	12.682.912.072	-
TOTAL GERAL	**-**	**-**	**-**	**81**	**90.468.449.798**	**-**

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	2	561.515.118	-
TOTAL GERAL	**-**	**-**	**-**	**2**	**561.515.118**	**-**
TOTAL GERAL	**73**	**633**	**275**	**875**	**129.795.650.402**	**423**

Fonte: Lei nº 5.602/2015, alterada pelo Decreto nº: 37517, de 26/07/2016, e Lei nº: 5787, de 22/12/16

*** O PPA 2016-2019 totaliza 685 ações orçamentárias que se repetem nos programas.**

➢ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018

Participação na elaboração da Lei nº 5.950, de 03 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências e formulação dos seguintes anexos:

a. Anexo de Metas e Prioridades;
b. Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;
c. Anexo dos Projetos em Andamento.

- **Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018**

Participação na elaboração da Lei Orçamentária de 2018[17] e formulação dos seguintes anexos:

a. Análise e disponibilização de ações orçamentárias;
b. Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;
c. Anexo de Metas e Prioridades;
d. Anexo dos Projetos em Andamento.

- **Acompanhamento das Ações de Governo (2017)**

Determina o art. 153 da Lei Orgânica do DF que o Poder Executivo publicará, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária[18].

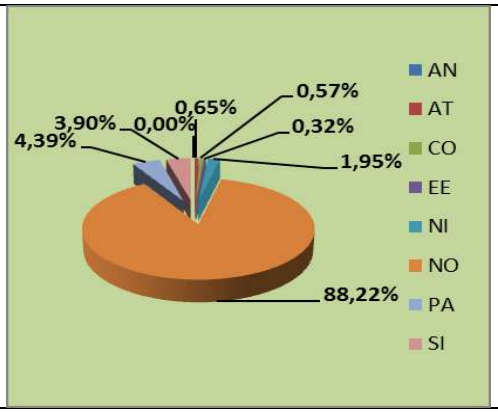
A equipe técnica da Subsecretaria de Planejamento - SUPLAN/SEPLAG realizou o acompanhamento físico-financeiro das ações que visa subsidiar a elaboração do Relatório de Desempenho Físico- Financeiro em cumprimento ao art. 153, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal. O acompanhamento e controle das etapas das ações, realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental-SAG tem como principal objetivo permitir o conhecimento do conjunto de ações do governo em seus aspectos quantitativos, qualitativos, espacial e temporal, além de detectar possíveis distorções ou desvios entre o planejado e executado.

Nesse sentido, o Relatório de Desempenho Físico - Financeiro é um importante instrumento de planejamento que possibilita aos gestores demonstrar aos órgãos de controle, às demais unidades do Governo e à sociedade, os resultados alcançados durante o exercício e auxilia, ainda, na identificação ao final do exercício, do cumprimento de metas previstas no Plano Plurianual - PPA e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Em 2017 foram publicados os relatórios relativos ao 6º bimestre de 2016 e do 1º ao 5º bimestres de 2017 no sítio da SEPLAG na Internet.

SAG 1º Bimestre

Estágio	Etapas	Percentual
AN	0	0,000%
AT	8	0,650%
CO	7	0,569%
EE	4	0,325%
NI	24	1,950%
NO	1086	88,221%
PA	54	4,387%
SI	48	3,899%
Total Geral	1231	100%



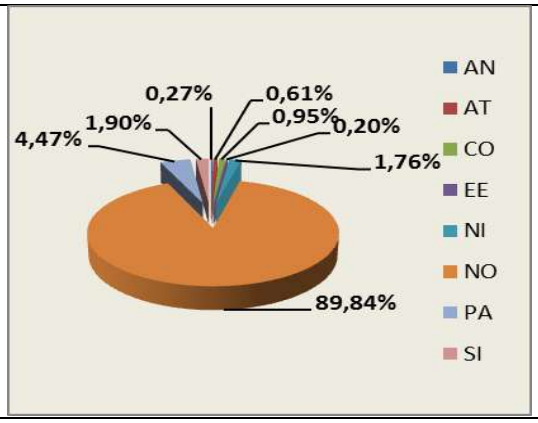
SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

[17]Projeto de Lei 1744/2018 que trata da Lei Orçamentaria Anual para o exercício financeiro de 2018.

[18] Do relatório resumido da execução orçamentária a que se refere o art. 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal devem constar as seguintes informações: I – as receitas, despesas e a evolução da dívida pública da administração direta e indireta em seus valores mensais; II – os valores realizados desde o início do exercício até o último bimestre objeto da análise financeira; III – relatório de desempenho físico-financeiro.

QDD	1º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	2732
PT's Empenhados	895
Percentual	32,76%

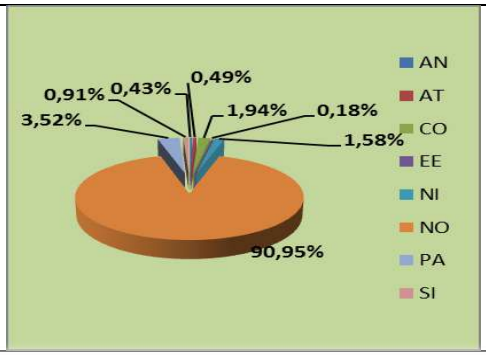
SAG 2º Bimestre		
Estágio	***Etapas***	***Percentual***
AN	*4*	*0,271%*
AT	*9*	*0,609%*
CO	*14*	*0,948%*
EE	*3*	*0,203%*
NI	*26*	*1,760%*
NO	*1327*	*89,844%*
PA	*66*	*4,469%*
SI	*28*	*1,896%*
Total Geral	*1477*	*100%*



SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

QDD	2º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	2877
PT's Empenhados	1148
Percentual	39,90%

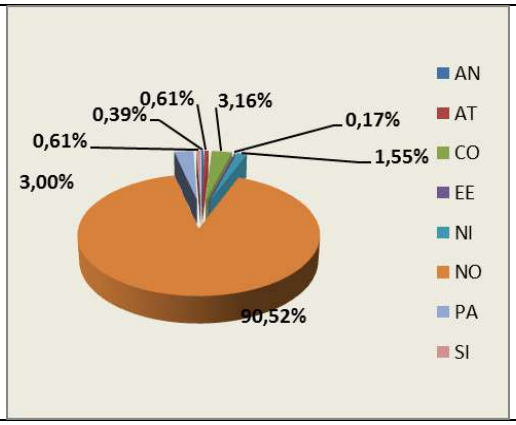
SAG 3º Bimestre		
Estágio	**Etapas**	**Percentual**
AN	7	0,425%
AT	8	0,486%
CO	32	1,944%
EE	3	0,182%
NI	26	1,580%
NO	1497	90,948%
PA	58	3,524%
SI	15	0,911%
Total Geral	1646	100%



SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

QDD	3º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	2962
PT's Empenhados	1334
Percentual	45,04%

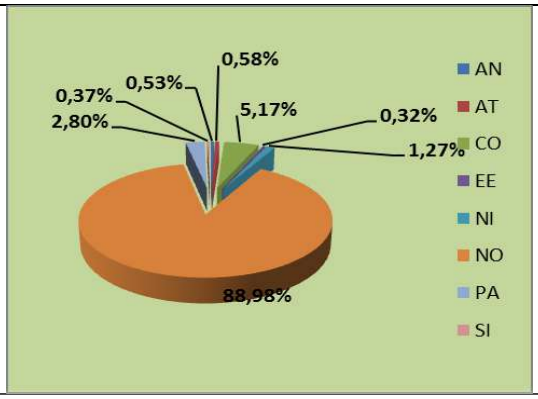
SAG 4º Bimestre		
Estágio	**Etapas**	**Percentual**
AN	7	0,388%
AT	11	0,610%
CO	57	3,161%
EE	3	0,166%
NI	28	1,553%
NO	1632	90,516%
PA	54	2,995%
SI	11	0,610%

Total Geral	1803	100,00%	

SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

QDD	4º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	3138
PT's Empenhados	1447
Percentual	46,11%

SAG 5º Bimestre		
Estágio	Etapas	Percentual
AN	10	0,527%
AT	11	0,580%
CO	98	5,169%
EE	6	0,316%
NI	24	1,266%
NO	1.687	88,977%
PA	53	2,795%
SI	7	0,369%
Total Geral	1.896	100%



SI – A ser iniciada; NO – Andamento Normal; NI – Não Iniciada; CO – Concluída; AT – Atrasada; PA – Paralisada; AN – Anulada; EE – Empenhado a Executar

QDD	5º Bimestre
Nº de Programas de Trabalhos - PT	3136
PT's Empenhados	1660
Percentual	52,93%

a. Aperfeiçoamento do Sistema SAG

Atualmente para aperfeiçoamento do acompanhamento físico-financeiro das ações constantes da Lei Orçamentária Anual são necessárias inovações no sistema SIGGO/SAG para melhorias em suas funcionalidades como por exemplo: realizar críticas sobre as etapas, efetuar parametrização de informações entre a LOA e o PPA e fornecer dados estatísticos para auxiliar na fundamentação de tomadas de decisões governamentais.

Visando promover as melhorias no mencionado Sistema, a SUPLAN/SEPLAG, encaminhou ainda em meados de 2016 o Documento de Oficialização da Demanda – DOD, nº 01/2016 – que resultou na Demanda nº 507/2016-SEF/DF, que especifica as solicitações de alterações no Módulo SAG. No decorrer do exercício de 2017, a equipe da SUPLAN/SEPLAG em conjunto com a SUTIC/SEF trabalharam na proposta de evolução e criação de novas funcionalidades visando melhorar a qualidade e o acesso às informações.

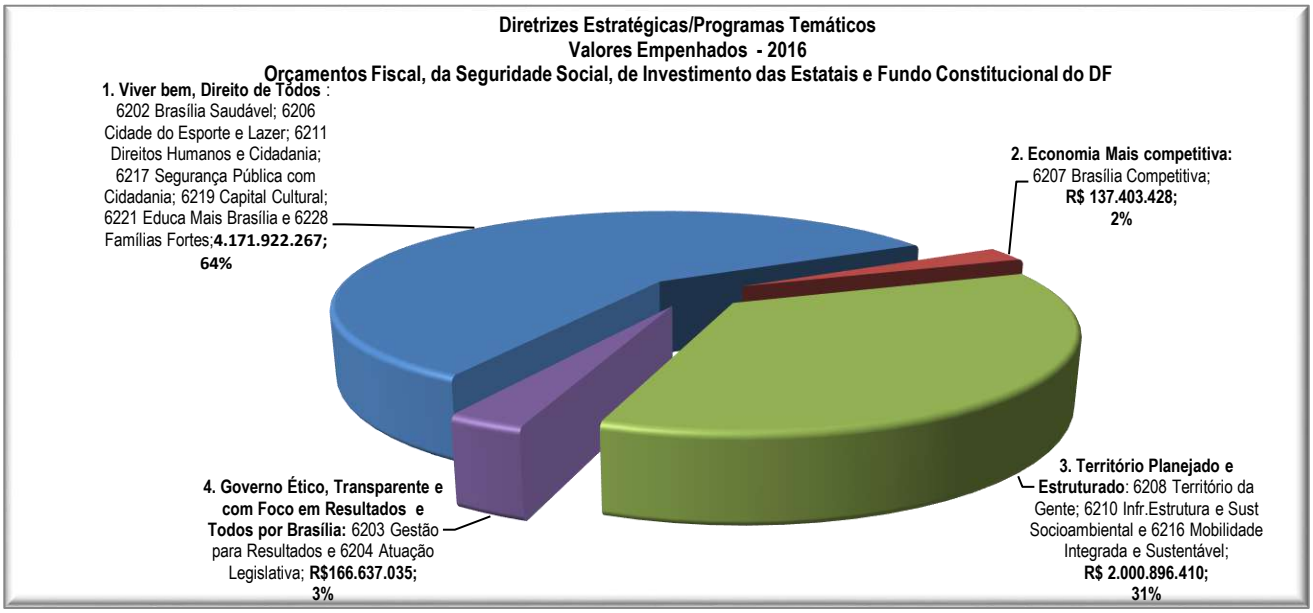
- **Avaliação do Plano Plurianual – PPA (2016)**

A Avaliação do Plano Plurianual – PPA, referente ao exercício de 2016, foi elaborada em 2017 e enviada à CLDF em 30/06/2017, de acordo com o previsto nos artigos 11 a 15 da Lei nº 5.602/2015.

Da Avaliação Anual do Plano, na qual foram apresentados os resultados do exercício de 2016, participaram as Unidades Orçamentárias do GDF encaminhando à SUPLAN as informações relativas à sua respectiva área de atuação: com foco na análise do alcance das metas (quantitativa e qualitativa), índices alcançados pelo indicadores (ao término do exercício anterior e expectativa de alcance do índice final previsto e devidas justificativas), análise das ações não orçamentárias e análise dos resultados dos objetivos específicos. A SUPLAN procedeu à análise das informações e consolidação em relatório único que apresenta também uma análise da conjuntura macroeconômica, em termos nacional e local, a fim de subsidiar a avaliação do comportamento dos principais indicadores de desempenho, suas relações com a gestão governamental e os reflexos sobre o bem-estar da população de modo geral.

O Relatório de Avaliação do PPA 2016-2019, ano base 2016, demonstra o desempenho do Governo por Diretrizes Estratégicas, por Programas Temáticos e respectivos Objetivos Específicos, com apuração do desempenho das Metas, Indicadores e Ações Não Orçamentárias.

O Gráfico a seguir demonstra os valores previstos no PPA-2016, os valores empenhados por Diretrizes Estratégicas e Programas Temáticos, dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e do Fundo Constitucional do DF.

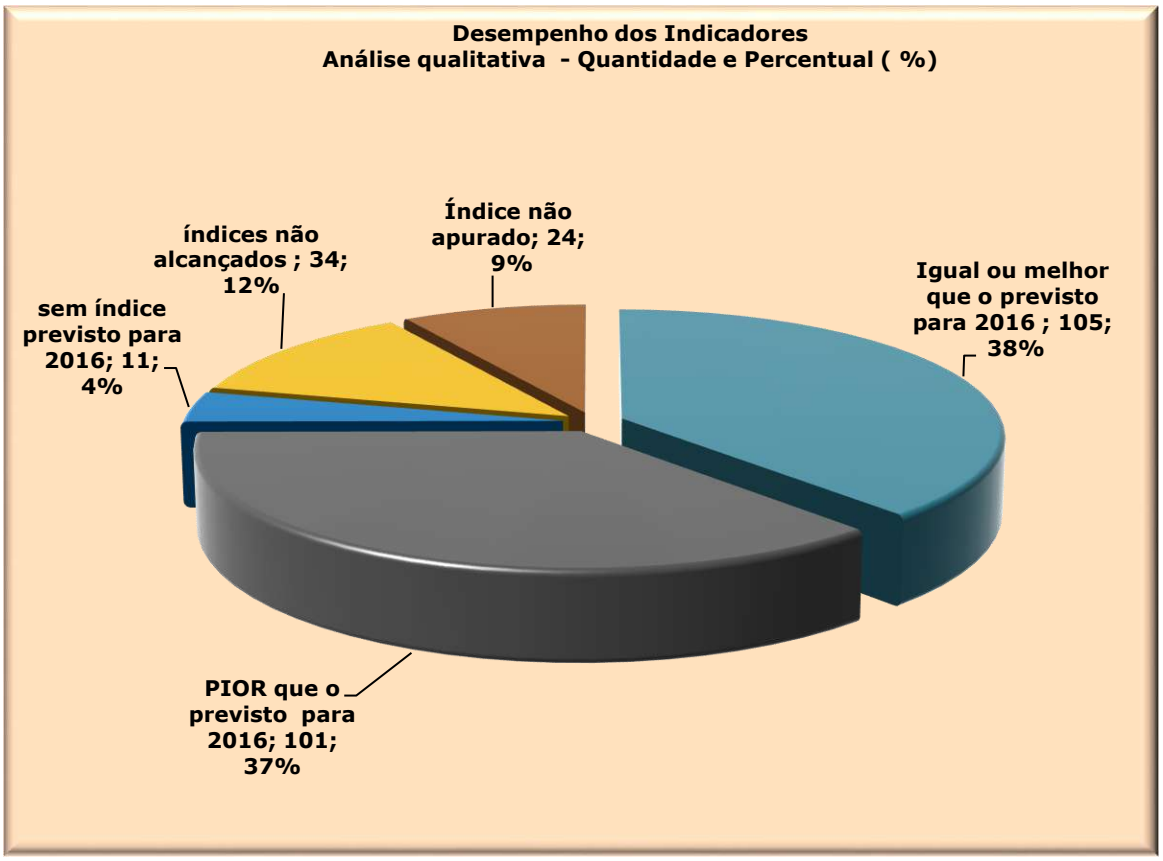


Conforme demonstrativo a seguir, a partir de uma análise qualitativa dos 275 indicadores constantes no PPA para 2016, 38% tiveram desempenho melhor ou igual ao previsto; 37% apresentaram índices alcançados piores que os previstos para 2016; 12% não alcançaram os índices previstos; 9% não tiveram índices apurados e 4% não houve índice previsto para 2016.

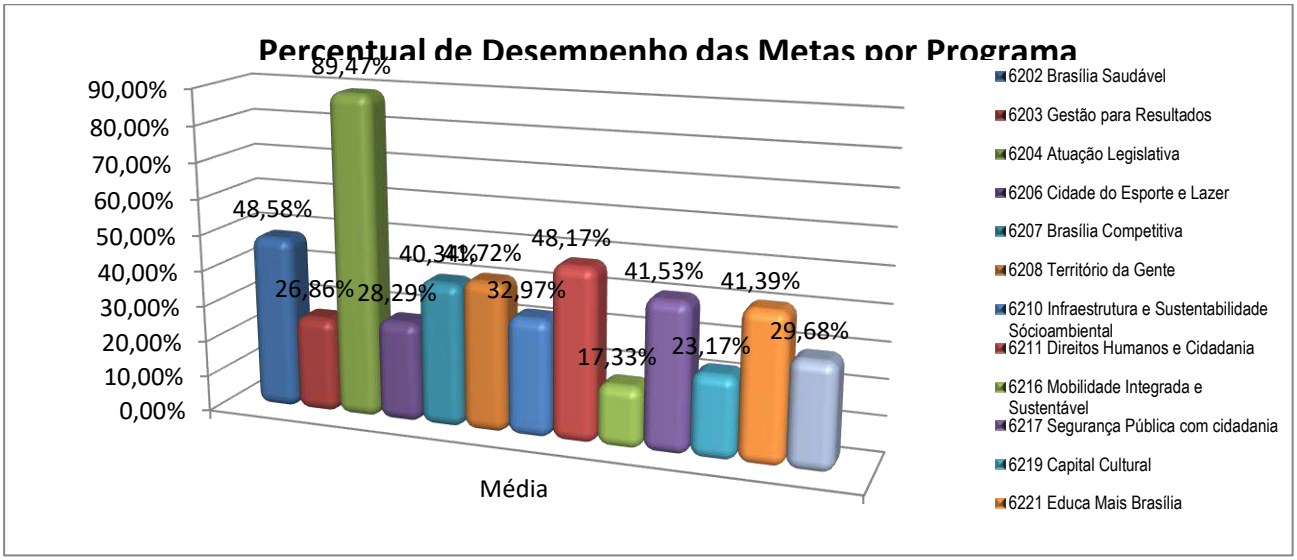
Análise qualitativa dos indicadores por Programa de Trabalho

PROGRAMA TEMÁTICO	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
6202 -BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	1	22	3	5	1	**39**
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	16	2	11	0	3	0	**32**

PROGRAMA TEMÁTICO	MELHOR que o previsto para 2016	IGUAL ao previsto para 2016	PIOR que o previsto para 2016	sem índice previsto para 2016	índices não alcançados =0	Índice não apurado	TOTAL
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	2	1	5	0	0	0	**8**
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	1	1	0	3	0	**7**
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	9	0	15	0	2	1	**27**
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	5	0	2	0	0	2	**9**
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	12	1	7	2	0	0	**22**
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	1	9	0	1	1	**15**
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	0	4	2	6	0	**14**
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	15	1	13	0	2	9	**40**
6219- CAPITAL CULTURAL	1	1	0	0	9	0	**11**
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	9	0	5	4	3	6	**27**
6228 - FAMÍLIAS FORTES	12	1	7	0	0	4	**24**
TOTAL GERAL	**95**	**10**	**101**	**11**	**34**	**24**	**275**

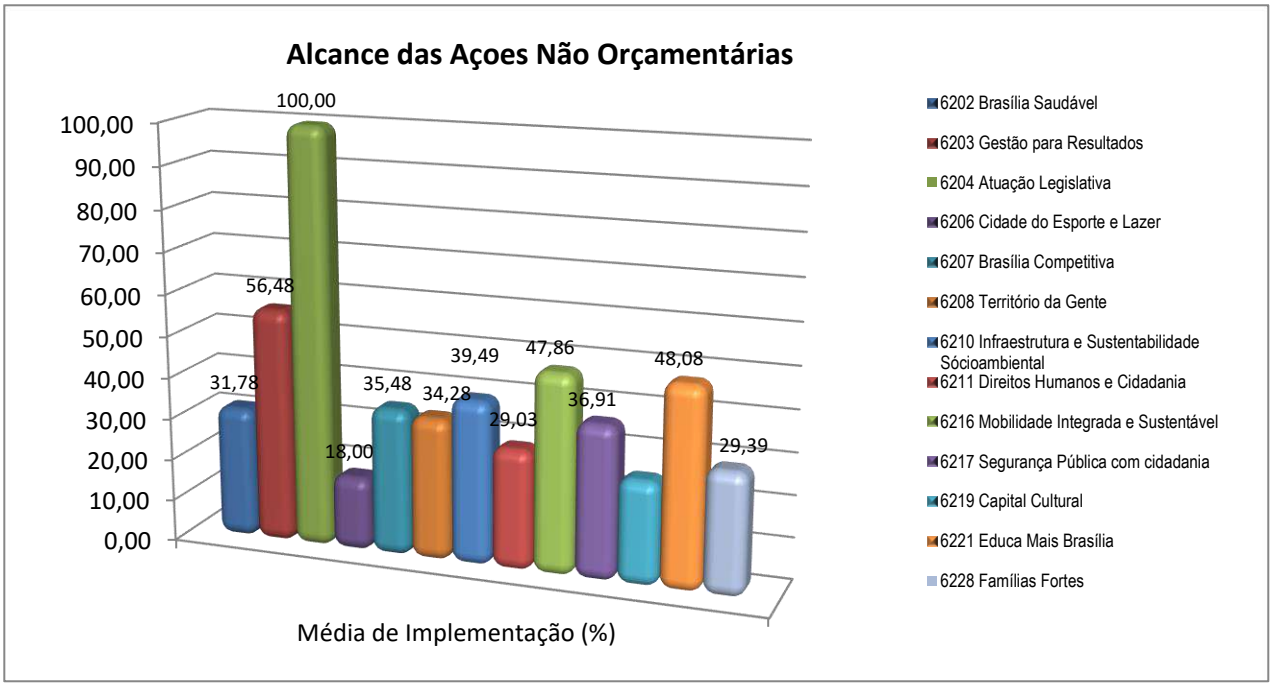


Análise do desempenho das Metas do Plano Plurianual, ano base 2016.



Análise do Desempenho das Ações não Orçamentárias

COD	Descrição do Programa	Média de Implementação (%)
6202	Brasília Saudável	31,78
6203	Gestão para Resultados	56,48
6204	Atuação Legislativa	100,00
6206	Cidade do Esporte e Lazer	18,00
6207	Brasília Competitiva	35,48
6208	Território da Gente	34,28
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental	39,49
6211	Direitos Humanos e Cidadania	29,03
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	47,86
6217	Segurança Pública com cidadania	36,91
6219	Capital Cultural	25,00
6221	Educa Mais Brasília	48,08
6228	Famílias Fortes	29,39
Total Geral		**38,05**



- **Prestação de Contas Anual do Governador**

A Prestação de Contas Anual do Governador é constituída por um conjunto de relatórios elaborados por diversas unidades do GDF e encaminhada pela Secretaria de Estado de Fazenda à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF.

Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Subsecretaria de Planejamento, elaborar o Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal e o Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo com base nas informações das unidades orçamentárias do GDF.

O Relatório de Atividades do Governo e o Demonstrativo de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo, previstos nos incisos V e XVII, do artigo 1º, da Instrução Normativa nº 01/2016 – TCDF, editada em observância ao disposto nos arts. 186 e 222 da Resolução nº 296/2016-RI/TCDF; e no artigo 90, do Decreto nº 32.598/2010, de 15/12/2010 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, são elaborados anualmente.

O Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal tem por objetivo demonstrar as realizações governamentais e os resultados alcançados no exercício. Serve, também, de subsídio para avaliação da eficiência e eficácia da gestão.

O Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo tem por objetivo demonstrar a evolução anual de cada indicador em relação ao índice desejado para o exercício e é um instrumento que permite identificar e aferir aspectos relacionados aos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos previstos no Plano Plurianual.

a. Relatórios de Atividades e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador (2016)

O processo de elaboração dos Relatórios com informações referentes ao exercício de 2016 foi concluído em março de 2017 e devidamente encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito

Federal, em conformidade com o disposto no Inciso XVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal([19]).

Os Relatórios foram enviados à Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, para, em conjunto com os demais relatórios, comporem a Prestação de Contas Anual do Governador, encaminhada à CLDF.

b. Relatórios de Atividades e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador (2017)

No mês de novembro/2017 foi iniciado o processo de elaboração dos Relatórios. As reuniões técnicas para orientações aos servidores das Unidades Orçamentárias responsáveis pela elaboração dos relatórios de suas unidades, cujas informações subsidiarão a elaboração do Relatório de Atividades do Governo e de Desempenho dos índices alcançados pelos Indicadores dos Programas do PPA foram realizadas nos dias 20 e 21/11/2017 na Escola de Governo. Os relatórios comporão a Prestação de Contas Anual do Governador referente ao exercício de 2017 e deverão ser enviados à SEPLAG para análise e consolidação até o dia 22/01/2018. Os Relatórios finais serão enviados à CLDF até março de 2018.

c. Sistema do Relatório de Atividades - RAT

A Portaria Conjunta SEF/SEPLAG Nº 06, de 15 de setembro de 2016, estabelece o procedimento de cooperação técnica destinado a permitir a inclusão de ações de interesse da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como define as rotinas para a sua respectiva operacionalização, entre os componentes elegíveis constantes do Programa de Desenvolvimento Fazendário no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PRODEFAZ/PROFISCO-DF), programa financiado com recursos de Contrato de Subempréstimo celebrado em 29 de fevereiro de 2016, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no contexto do Contrato de Empréstimo nº 3040/OC-BR. Os recursos destinados à SUPLAN/SEPLAG possibilitaram o desenvolvimento, com a participação direta de técnicos da SUPLAN/SEPLAG, definidores das regras de negócios e SUTIC/SEF, a elaboração do Sistema RAT.

O Relatório de Atividades até este exercício era elaborado em Word e Excel, o que demanda muito tempo da equipe entre estruturação, análise, padronização e consolidação. Ao final, o Relatório de Atividades do Governo é apresentado à Secretaria de Fazenda - SEF, Câmara Legislativa do DF - CLDF, Tribunal de Contas do DF - TCDF e no site da SEPLAG, e, em média contém 1.500 páginas.

O Relatório do Sistema RAT, terá a mesma finalidade do Relatório de Atividades anterior, ou seja, demonstrar as realizações do Governo do Distrito Federal e os resultados alcançados em cada área de atuação no exercício. A estrutura do Relatório no Sistema RAT em relação ao anterior foi mantida e compõe-se de: Síntese das Competências; Força de Trabalho; Realizações por Programa; Informações Complementares; Diagnóstico da Unidade (análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para 2018). A inovação consiste na inclusão das informações no Sistema SIGGO em plataforma Web, o que facilitará tanto a elaboração do Relatório em conjunto com as unidades do GDF, quanto as consultas das informações diretamente no Sistema.

- **Diretrizes, Normas e Procedimentos**

Orientações aos servidores que atuam nos órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal quanto à elaboração dos instrumentos de planejamento,

[19] Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal: [...] XVII – prestar anualmente à Câmara Legislativa, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

acompanhamento, avaliação e prestação de contas anual do Governador buscando a homogeneização e a qualidade das informações. As orientações às Unidades Orçamentárias foram realizadas por meio da elaboração de instruções, realização de oficinas e/ou reuniões técnicas, além de atendimentos individualizados.

Nas reuniões técnicas, realizadas no auditório da Escola de Governo, nos dias 20 e 21/11/2017, houve a participação em média de 180 agentes de planejamento/responsáveis pela elaboração dos relatórios nos dois dias.

- **Articulação Institucional**

Participação nos seguintes Conselhos e Grupo de Trabalho:

a. Conselho de Desenvolvimento do Turismo– CONDETUR (suplente);
b. Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA (membro);
c. Conselho do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA (presidente);
d. Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Decenal Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (membro e trabalhos concluídos no primeiro semestre de 2017 e Plano Publicado);
e. Comissão Distrital do ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico (membro e suplente) – conclusão da fase de audiências públicas e PL enviado à Casa Civil para análise, após à CLDF;
f. Grupo de Trabalho para proceder a levantamento dos processos administrativos referentes à incidência de Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT.[20] (conclusão dos trabalhos em meados de 2017);
g. Comissão Setorial do Leite coordenado pela Secretaria de Agricultura (suplente).
h. Grupo de Trabalho SEPLAG, Controladoria, Ouvidoria para atualização da Carta de Serviços ao Cidadão – Membro suplente da SUPLAN/Seplag.
i. Comitê da Primeira Infância - representante da SEPLAG;
j. Lei de Acesso à Informação - representante da SUPLAN;
k. Sistema Eletrônico de Informações – SEI/representante da SUPLAN;
l. Melhorias do SIGGO/PPA junto ao PROFISCO - representante da SUPLAN;
m. Melhorias do SIGGO/SAG junto à SEF - representante da SUPLAN
n. Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/SAGE/SUPLAN – Representante da SUPLAN
o. Grupo de Trabalho Protocolo de Intenções FIOCRUZ/GDF - Representante da SUPLAN
p. Plano de Dados Abertos - Representante da SUPLAN

- **Aperfeiçoamento Técnico e Operacional da equipe de Planejamento da SEPLAG**

a. Curso "Sistemas de Monitoramento de Políticas Públicas e Programas Sociais: conceitos, Indicadores e painéis", EGOV/ENAP, no período de 24 a 28/04/2017 – carga horária total de 30 h/a.
b. Curso "Construção de Cenários Prospectivos" EGOV/ENAP nos dias 21, 23, 26, 28, 29 e 30 de junho/17 – carga horária total de 32 h/a.

2.6 ORÇAMENTO PÚBLICO - SEPLAG

A SEPLAG, através de sua Subsecretaria de Orçamento Público – SUOP executou durante o exercício de 2017 as atividades relacionadas à gestão do orçamento do Distrito Federal. Assim, com vistas à sistematização e automatização de processos relevantes da Subsecretaria, foram desenvolvidas as seguintes demandas:

DEMANDA	OBJETIVO
Criação de Tipo de Crédito e Evento Contábil correspondente para abertura de crédito suplementar sem incidência do limite de 25%	• suprir insuficiências nas dotações orçamentárias com pessoal e encargos sociais; • cobrir despesas de concessão de benefícios a servidores;

[20]Decreto nº 36.723, de 31/08/2015.

estabelecido pelo art. 8º do PLOA 2018 nº 1.744/2017:	• atender despesas obrigatórias de caráter continuado, constante do Anexo XXIX; • da reserva de contingência; • constantes do Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, limitado ao valor total do referido Anexo.
Criação de regras de negócio para possibilitar que a CLDF, no encaminhamento das emendas parlamentares ao Poder Executivo, já o faça com a mesma numeração dos subtítulos estabelecidos pelo SIGGO realizados hoje pela SUOP.	Finalidade: propiciar a consolidação de planilha com numeração provisória de 5 dígitos, para carga no SIGGO (fase 9 para fase 3), com a inserção de dados pela CLDF para a geração de ação e subtítulo (4 dígitos), que serão vinculados a cada proposição parlamentar, com a codificação orçamentária vigente para geração automática de um código de referência.
SISCONEP – Sistema Gerenciador de Emendas Parlamentares	Auxílio na implantação do sistema de normatização e desenvolvimento informatizado de gestão dos prazos e procedimentos para operacionalização e acompanhamento da execução dos projetos subsidiados por dotações decorrentes de emendas parlamentares.
Criação do IDUSO 6	Identificação de EP (Emenda Parlamentar) no QDD, principalmente para diferenciar, os valores de EP destinados a um PT já existente, denominado de emenda institucional, de forma a distingui-los dos valores alocados pela LOA.

2.7 RELACIONAMENTO COM O TERCEIRO SETOR

O Objetivo principal da Unidade do Terceiro Setor da SEPLAG é a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social – OS ou como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

No ano corrente, esta Unidade atendeu diversas demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios em decorrência do interesse do Governo de Brasília em firmar contratos de gestão, mais especificamente, na área de Saúde. Atualmente existem 01 (uma) entidade qualificada como Organização Social na área de Saúde e 01 (uma) na área de Ciência e Tecnologia no âmbito do Distrito Federal. Apenas o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE, Organização Social, está com o contrato de gestão em vigor com o Governo do Distrito Federal.

Como OSCIP, há 04 (quatro) entidades qualificadas no âmbito do GDF.

No período de 2017, foram analisados no total 11 (onze) processos de entidades sem fins lucrativos para qualificação como Organização Social ou como OSCIP no âmbito do Governo do Distrito Federal.

O ano de 2017 foi um período atípico, onde houve uma redução na procura pela qualificação como Organização Social ou como OSCIP. Essa pouca demanda decorre da atuação do Ministério Público contra a utilização dessa forma de gestão por OS e por diversos processos impetrados pelos Sindicatos dos Médicos e Enfermeiros na esfera judicial.

Com relação às OSCIP, a procura reduzida foi reflexo da aplicação do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC em âmbito nacional. A nova legislação não exige a qualificação como OSCIP para atuação em projetos e parcerias com o governo, o que ocasionou uma significativa redução na procura pela qualificação no âmbito do GDF.

Indicadores da Unidade de Relacionamento com o Terceiro Setor:

INDICADOR 1 - QUANTITATIVO:
Descrição/Objetivo: Contribuir para implementação de sistema integrado de prestação de atividades públicas não exclusivas de Estado por meio das Organizações Sociais e OSCIP's

Justificativa:	Colaborar no redesenho da atuação do Estado, no desenvolvimento de suas funções sociais, por meio das Organizações Sociais e OSCIP's, com ênfase nos modelos gerenciais flexíveis
Responsável:	URTS
Periodicidade:	Anual
Polaridade:	maior-melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula:	Total de demandas atendidas/total de demandas
Linha de base/V0:	100%
Indicador/2017	44,00%

INDICADOR 2 - QUALITATIVO:	
Descrição/Objetivo: Contribuir para implementação de sistema integrado de prestação de atividades públicas não exclusivas de Estado por meio das Organizações Sociais e OSCIP's	
Justificativa:	Colaborar no redesenho da atuação do Estado, no desenvolvimento de suas funções sociais, por meio das Organizações Sociais e OSCIP's, com ênfase nos modelos gerenciais flexíveis
Responsável:	URTS
Periodicidade:	Anual
Polaridade:	maior-melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula:	Total de demandas Qualificadas/total de demandas atendidas
Linha de base/V0: (2008/2014)	5,15%
Indicador/2015	0,00
Indicador/2016	10,00%
Indicador/2017	7,75%

Projetos da Unidade de Relacionamento com o Terceiro Setor e suas entregas:

Nome do Projeto	Reporte da Situação Atual
Elaboração de Minuta de Alteração da Lei 4.081/2008	PL 1186/2016 – Atualmente na CAS/CLDF para relatoria.
Aprimoramento da análise documental das entidades requerentes de qualificação como OS ou OSCIP	Minuta de Alteração do Decreto que regulamenta a Lei 4.081/2008 – Analisado pelo CGOS em 29/09. Atualmente na Casa Civil.

2.8 COMPRAS GOVERNAMENTAIS - SCG

A Secretaria de Planejamento através de sua Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG/SEPLAG, a qual foi criada com a desafiadora missão de centralizar e normatizar as compras públicas do Governo do Distrito Federal atuou de forma a que a compra com qualidade contribua para a redução das despesas e o equilíbrio financeiro do GDF.

Grandes avanços de planejamento e de modernização foram realizados no âmbito da SCG/SEPLAG, podendo destacar: implementação do Sistema e.PACC, acompanhado do seu Plano de Gerenciamento de Riscos; elaboração do Guia de Compras Públicas Sustentáveis (GCPS); elaboração do Caderno Técnico de Transportes de Passageiros e Caderno Técnico de Eventos; acompanhamento da parceria com a CAESB para a customização e implantação do Sistema de Gestão de Contrato (e-ContratosDF).

No tocante aos procedimentos licitatórios, foram realizados importantes certames para atender de forma eficiente as atividades meio e/ou finalísticas dos órgãos e entidades distritais, o destaque fica para o Pregão nº 15/2017 – SCG/SEPLAG, visando à contratação de serviços de vigilância para diversas unidades do Distrito Federal, que gerou uma economia de R$ 51.067.452,48 (cinquenta e um milhões sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos) ao ano.

Em relação à Gestão de Suprimentos, os esforços foram concentrados no atendimento às solicitações de compras de itens registrados para diversos órgãos do Governo do Distrito Federal,

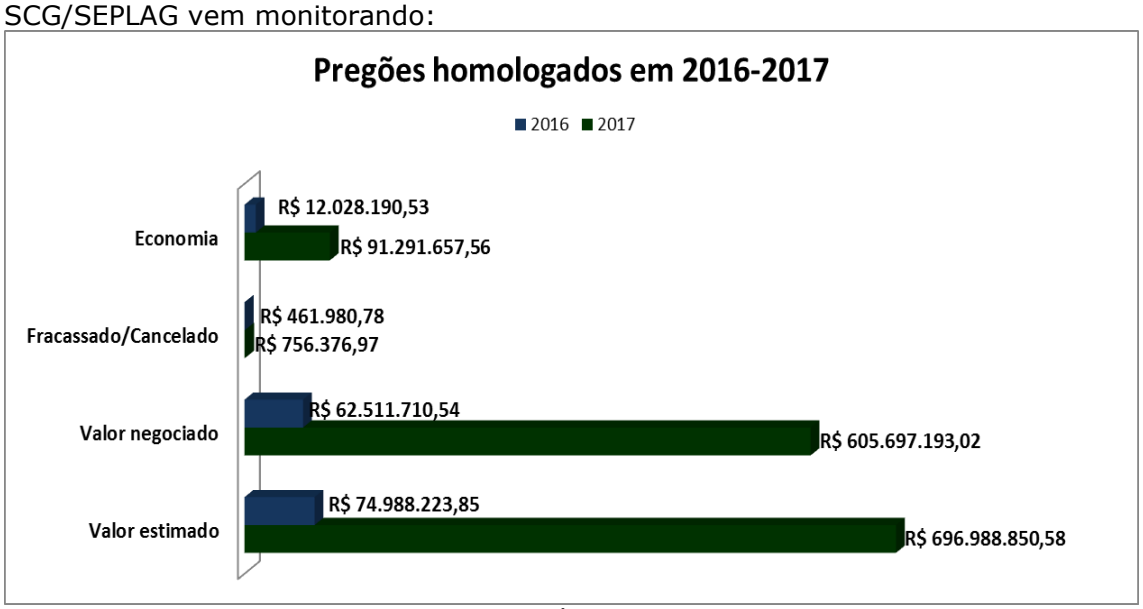
ressaltando um acréscimo da ordem de 60% em relação ao exercício anterior (o valor autorizado em 2017, foi da ordem de R$ 47.228.593,10, os quais se somam ao montante das Atas de Contratos Coorporativos da ordem de R$ 563.662.509,21), o que reforça a eficiência do Sistema de Compras implantado pela SCG.

No que tange aos contratos corporativos celebrados neste exercício, vale ressaltar a celeridade e assertividade nas instruções processuais implantadas pela SEPLAG, formalizando 47 novos instrumentos, dois importantes acordos de cooperação técnica (SEBRAE/DF e CAESB), e finalização da instrução de todos os pedidos de repactuação, sobretudo, o levantamento de requisitos do e.ContratosDF, o que possibilitou, entre outras atividades, a homologação do referido sistema antes do prazo acordado, o que demonstra um resultado significativo quando confrontado com os 23 contratos celebrados em 2016.

A adoção de tecnologias de gestão consolidadas pelo mercado (Business Process Management - BPM) seguiu em 2017 como orientação da SCG/SEPLAG, face aos recursos financeiros reduzidos, ao iniciar o mapeamento de seus processos rumo a melhorias com base no fluxograma otimizado do ciclo de compras e em indicadores quantitativos, projeto conduzido a custo zero, em parceria com a academia (Departamento de Engenharia de Produção da UNB) e a Casa Civil do GDF, mas que já evidencia sua relevância.

O Programa COMPRASDF preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras vem sendo implementada e será continuamente aperfeiçoada, pela melhor das consultorias - a contribuição motivada das partes interessadas.

O quadro abaixo traz os resultados de alguns dos indicadores do Programa que a SCG/SEPLAG vem monitorando:



Fonte: Reporte do Programa COMPRASDF 2017 – Síntese da Gestão

Dessa forma, a SCG/SEPLAG vem se empenhando diuturnamente no sentido de implementar um conjunto de sistemas de apoio às compras (e-ComprasDF), de gestão contratual (e-ContratosDF) e de suprimentos no GDF (e-SupriDF), com a finalidade de padronizar as compras públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, primando pela economicidade, controle e transparência, resultando em uma maior eficiência no atendimento às necessidades da população, o que gerou somente no ano de 2017 uma economia aos cofres públicos de R$ 91.291.657,56 (noventa e um milhões duzentos e noventa e um mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

2.9 GESTÃO ESTRATÉGICA

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem atuação e competência nas áreas de "Gestão Estratégica Governamental, Gestão por Resultados e Monitoramento de Programas e Projetos Estratégicos de Governo".

Durante o ano de 2017, foram confeccionados, em conjunto com os órgãos e instituições vinculadas, os Acordos de Resultados para o ano de 2017, instrumentos de contratualização de metas de realizações para o ano. A Secretaria, através de sua Subsecretaria de Programas, Processos e Projetos Estratégicos - SUPPE realizou trabalho de articulação para pactuar as metas relativas aos projetos estratégicos do Governo.

No total, foram celebrados 27 Acordos, assinados em 13 de fevereiro de 2017 por secretarias e órgãos vinculados, totalizando 565 metas.

No segundo semestre de 2017, foram articuladas reuniões de revisão dos Acordos para repactuação das metas propostas. Com isso, o total pactuado passou para 29 Acordos e 335 metas. Destas, 138 foram concluídas.

Com a repactuação, os projetos foram classificados de acordo com o nível de acompanhamento, sendo:

A1: Projetos relevantes para a população, com caraterística mais fortemente intersetorial e gerenciamento central, sob a responsabilidade do Escritório de Projetos Especiais, Casa Civil e desta Subsecretaria para garantia das entregas;

A2: Projetos relevantes para a população, com execução local e necessidade de articulação da SEPLAG e da Casa Civil para garantia das entregas;

A3: Projetos relevantes para a população, com execução local e gerenciamento local, pelo próprio órgão, com monitoramento da SUPPE;

B: Projetos relevantes para a população, com entregas de longo prazo e possibilidade de gerenciamento local pelo próprio órgão, com monitoramento da SUPPE.

Na carteira estabelecida e classificada como "A1", integrantes da SUPPE participaram ativamente das coordenações dos projetos, fazendo mediações, intervenções e encaminhamentos necessários à execução e bom andamento dos projetos.

Em 2017, a equipe da SUPPE preparou e deu suporte técnico para 30 Reuniões de Avaliação dos Acordos de Resultados – RARs e de projetos estratégicos, coordenadas pelo Exmº Sr. Governador e pela Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Destaca-se que para as RARs, a SEPLAG realizou pelo menos uma reunião prévia no órgão monitorado, com a presença dos dirigentes e principais colaboradores dos projetos.

Foram realizadas mais de 600 agendas com representantes dos órgãos do DF e instituições diversas, tendo como principais pautas:

1) Preparação para as reuniões de avaliação dos Acordos de Resultados;

2) Articulação para realização de projetos;

3) Capacitação de novos integrantes da Rede de Gestão;

4) Levantamento e demanda de ajustes e melhorias no Sistema Gestão DF;

5) Reuniões técnicas;

6) Obras sob responsabilidade da Novacap e de interesse de diversos órgãos do DF. Das reuniões realizadas, vale destacar as que foram destinadas a execução dos seguintes projetos:

1) Bloco II do Hospital da Criança de Brasília – 55 reuniões;

2) Criança Candanga – 39 reuniões;

3) Céus das Artes – 45 reuniões;

4) Jogos Escolares da Juventude 2017 – 14 reuniões;

5) Obras dos 4 novos Centros de Detenção da Papuda – 31 reuniões;

6) Implantação de solução de videomonitoramento – 18 reuniões;

7) Implantação do Parque Burle Marx (Noroeste) – 12 reuniões;

8) Execução do ProCidades – 7 reuniões;

9) Execução das obras do Trevo de Triagem Norte e Ligação Torto-Colorado – 18 reuniões.

A SUPPE ainda realiza as atividades de visita às obras acompanhadas, com a finalidade de fazer registro fotográfico para alimentar o Sistema de Acompanhamento de Projetos – Gestão DF. Em 2017 foram realizadas 776 visitas a obras diversas.

Além das Reuniões de Avaliação dos Acordos de Resultados, a Secretaria apoiou a realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia, produzindo informações para as atividades realizadas e participando na moderação de mesas e atividades.

Em 2017, a SUPPE/SEPLAG também realizou o acompanhamento de outras obras e ações prioritárias de Governo, além das previstas nos acordos de resultados.

Foram realizadas agendas com equipes do GDF e Caixa Econômica para avaliação dos contratos de repasse e pactuação de ações necessárias à celeridade dos projetos sob a interveniência daquela instituição financeira.

Com base nos projetos estratégicos e priorização indicada pelas áreas de Governo, foram confeccionados, em conjunto com a Governadoria e a Casa Civil, cadernos de sugestões de emendas para o Congresso Nacional e para a Câmara Legislativa do DF.

Destacaram-se ainda articulações relativas a projetos não integrantes dos Acordos de Resultados, conforme segue:

1) Auxílio na elaboração da Carta Distrital de proposições para as políticas de abordagem ao servidor com problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas;

2) Elaboração de decreto para declarar de interesse público os projetos e as obras do 1º e do 10º Grupamentos de Bombeiro Militar do Distrito Federal;

3) Articulação com a Companhia Energética de Brasília - CEB para energização de câmeras do Projeto Crack, é Possível Vencer na área central de Brasília;

4) Articulação junto ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM para emissão de Licenciamento Ambiental para implementação do Setor D e do Centro Integrado de Anatomia Patológica de Brasília - CIAP (Papuda);

5) Articulação entre Secretaria de Educação do DF - SEDF e Secretaria de Segurança Pública - SSP para implantação do Projeto de Remissão de Pena Por Meio da Leitura;

6) Realizada de ação em conjunto com a AGEFIS para distribuição de itens apreendidos para instituições governamentais e não governamentais que atendem população em situação de vulnerabilidade;

7) Articulação para implantação de espaço Criança Candanga no Metrô;

8) Articulação junto ao DER e SEE para elaboração de projeto de acesso à Escola da Fercal e à Escola da Guariroba. Por fim, tendo em vista a concentração de informações relevantes sobre os projetos estratégicos do Governo, a Secretaria de Planejamento trabalhou no levantamento de informações para compor balanços de Governo.

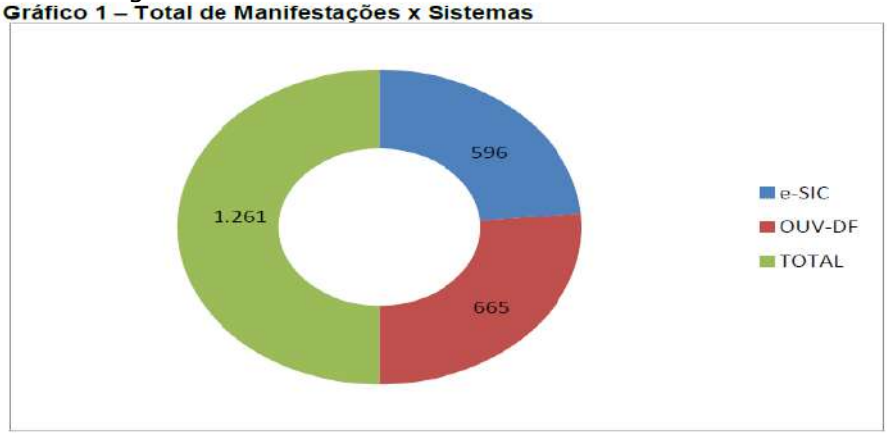
2.10 ATENDIMENTO AO SERVIDOR – OUVIDORIA

A Ouvidoria da SEPLAG tem realizado um importante trabalho no intuito de levar ao conhecimento das áreas técnicas e dos demais órgãos que compõem o Complexo Administrativo do Governo de Brasília, as solicitações de adoção de providências para a melhoria do serviço

prestado de modo específico e geral, com a finalidade de possibilitar à gestão superior a solução pontual dos problemas apresentados via manifestações dos usuários de Ouvidoria.

No período de janeiro a dezembro de 2017, foram recebidas 1.261 manifestações nesta Ouvidoria, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria-DF:

Gráfico 1 – Total de Manifestações x Sistemas



Em atendimento ao disposto no artigo 25, do Decreto nº 36.462, de 23 de abril de 2015, que regulamenta a Lei nº 4.896, de 31 de julho de 2012, o prazo máximo de resposta do órgão ao manifestante é de 20 dias. No sentido de cumprir rigorosamente este prazo, a Ouvidoria/SEPLAG passou a utilizar como Indicador o tempo de resposta ao cidadão, alcançando índices satisfatórios, no que diz respeito ao tempo das respostas.

Em termos comparativos com o atendimento médio da Rede de Ouvidorias do Distrito Federal, a SEPLAG/DF conseguiu ao longo do período relatado atender as demandas dos usuários em um prazo inferior ao determinado na legislação vigente, mantendo ao mesmo tempo a qualidade do serviço.

2.11 - GOVERNANÇA

A Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal - GOVERNANÇA-DF foi criada em 2 de janeiro de 2015, com o objetivo de criar condições para garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal. É formada pelos titulares das pastas de Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda, Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Com o objetivo de cumprir com suas atribuições, estabelecidas por meio do Decreto nº 36.240 de 2 de janeiro de 2015 e alterações posteriores, foram editados decretos visando alcançar o equilíbrio fiscal, com a redução do custo da máquina pública distrital, com isso propiciar os investimentos públicos indispensáveis e a regularidade de pagamento em dia das suas obrigações.

Merecem destaque os Decretos:

a) Decreto nº 37.979 de 26 de janeiro de 2017, que disciplinou a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017;

b) Decreto nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal;

c) Decreto nº 37.913, de 29 de dezembro de 2016, que dispõe sobre limitação da despesa pública para o início do exercício de 2017;

d) Decreto 38.524 de 29 de setembro de 2017, que dispõe sobre o controle da despesa total com pessoal no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, no terceiro quadrimestre de 2017; e

e) Decreto nº 38.583, de 27 de outubro de 2017, que dispõe sobre os prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro de 2017.

Ao longo do exercício foram realizadas 113 reuniões da GOVERNANÇA-DF, com 1.075 propostas analisadas, tendo como principais demandas apresentadas pelos diversos órgãos e entidades:

a) 350 suplementações orçamentárias;

b) 207 descontingenciamentos;

c) 172 excepcionalizações diversas aos decretos;

d) 131 comunicações, debates e orientações;

e) 78 contratos e convênios;
f) 51 alterações de QDD; e
d) 41 capacitações.

COMITÊ DE POLÍTICAS DE PESSOAL

O Comitê de Políticas de Pessoal realizou 21 reuniões no ano de 2017, para discutir e deliberar acerca de políticas salariais, desenvolvimento de recursos humanos, benefícios trabalhistas, quadros de pessoal, concursos públicos e processos seletivos, desligamentos e aposentadorias, acumulação de cargos e aumento de despesas de pessoal dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias.

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE EMPRESAS PÚBLICAS

O Comitê de Empresas Públicas se reuniu 18 vezes ao longo do exercício para deliberar sobre questões relacionadas à participação acionária do Distrito Federal, sobre a gestão de pessoas das empresas estatais, sua avaliação e classificação e o estabelecimento de diretrizes de atuação dos representantes do Distrito Federal, tendo tratando inclusive, de questões relacionadas a pessoal e negociações com a força de trabalho.

COMITÊ DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

O Comitê da Qualidade do Gasto realizou 29 reuniões para deliberar sobre 506 propostas, sendo alterações orçamentárias e contratações de menor vulto, assim como eventos de capacitação e autorização para viagens, esta última somente até a publicação do Decreto nº 38.182, de 5 de maio de 2017, que estabeleceu uma redução de 10% para execução das despesas com aquisição de passagens aéreas e concessão de diárias, cabendo aos titulares de cada Pasta gerir e zelar pelo cumprimento do citado normativo.

Principais demandas foram:
a) 240 suplementações orçamentárias;
b) 115 alteração de QDD;
c) 52 autorizações de capacitação;
d) 51 descontingenciamentos.

UNIDADE DE APOIO À GOVERNANÇA

Ao longo do exercício de 2017, foram recebidos um total de 2.110 processos, sendo: a) 1013 processos físicos e b) 1097 processos SEI, os quais passaram por cadastramento, triagem, análise técnica, inserção em pauta, consolidação dos resultados, execução dos procedimentos decorrentes, atendimento aos demandantes e fornecimento de informações relativas aos trabalhos desenvolvidos. Vale ressaltar que desse total de processos, 307, foram encaminhados para execução com base em deliberação antecipada dos Colegiados, que delegou competência aos Subsecretários do Orçamento Público/SEPLAG e do Tesouro/SEF, para analisar a real necessidade em situações previamente estabelecidas em Ata e, quando cabível, tomar as providências pertinentes, cujas demandas estão distribuídas conforme quadro a seguir:

Tipos de demanda	Quantidade
Crédito suplementar	111
Apuração de superávit	129
Descontigenciamento	22
Alteração de QDD	19
Outros	10
Excesso de arrecadação	7
Crédito Especial	4
Convênio	2
Despesas de pessoal	2
Despesa de exercício anterior	1
Total Geral	**307**

Diante do volume de processos que tramitam pela GOVERNANÇA e da necessidade de melhor organizar tais demandas, no segundo semestre de 2017 foi desenvolvido pela própria equipe, um sistema de controle de processos, com previsão de entrar em uso no ano de 2018. O sistema busca otimizar os processos de trabalhos, conferindo maior agilidade e transparência aos procedimentos internos, contemplando desde sua entrada até a deliberação final.

Ademais foi desenvolvido um trabalho de levantamento de dados, séries históricas, situação atual da execução, análises e proposições diversas do universo orçamentário, visando subsidiar o Gabinete SEPLAG e a própria Governança.

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

Dentre os principais números de 2017 temos um total de 1093 Emendas Parlamentares individuais; distribuídas entre Lei Orçamentária Anual e outros 14 Projetos de Lei de Créditos

Adicionais enviados à Câmara Legislativa do Distrito Federal; tendo 580 solicitações de desbloqueio/bloqueio de dotações orçamentárias de emendas.

Até 2017 o Sistema de Controle de Emendas Parlamentares – SISCONEP dispunha somente de um módulo para cadastro das emendas parlamentares com numeração sequencial, organizadas por parlamentar autor, programa de trabalho completo e nomenclatura do subtítulo, bem como a informação sobre o desbloqueio das respectivas emendas.

Ainda em 2016 se iniciou uma discussão acerca da modernização do sistema já existente, de modo a agregar a gestão e execução dos projetos financiados por dotações orçamentárias captadas pelas emendas parlamentares distritais, pois o sistema de módulo único tornou-se ineficiente no que tange à integração com todas as áreas envolvidas no processo.

No ano de 2017, a equipe de gestão e acompanhamento de emendas parlamentares, com apoio do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, concentrou esforços na modernização do SISCONEP, criando três novos módulos no Sistema, com o objetivo de integrar Casa Civil, Câmara Legislativa e Unidades Orçamentárias. O SISCONEP passou a dispor de quatro módulos: SEPLAG, PARLAMENTAR, CASA CIVIL e UNIDADE EXECUTORA, os quais se encontram em fase de teste para homologação. A atualização e a modernização do Sistema é resultado da parceria entre a Unidade de Apoio à Governança e a área técnica da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação/SEPLAG, não incorrendo custos adicionais aos Cofres do Governo do Distrito Federal.

Em consonância com a criação dos módulos e a modernização do sistema, também está em fase de finalização, uma minuta de decreto que institui e disciplina a operacionalização do SISCONEP por todas as áreas envolvidas, regulamentando a inclusão e/ou alteração de Emendas Parlamentares Individual a partir da publicação no Diário Oficial até o pagamento da despesa correspondente.

Além de normatizar a gestão de projetos financiados por dotações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares, foi sugerida pela equipe e, posteriormente, aprovada na LDO 2018, a definição das subfunções impositivas, tornando mais clara a classificação das emendas parlamentares no que se refere a esse critério.

O aprimoramento do SISCONEP e da sistemática de gestão das emendas parlamentares representam um enorme ganho, na qualidade das informações aos Parlamentares, ao Governo do Distrito Federal e a sociedade, conforme elencado a seguir:

- Estruturação, segurança, gerenciamento dos dados;
- Rapidez na interlocução entre o Legislativo e os órgãos do Executivo, eliminando a tramitação de documentos em papel;
- Detalhamento e monitoramento de prazos e gestão de todo o fluxo das emendas parlamentares individuais emendadas na Lei Orçamentária Anual até o acompanhamento da execução nas Unidades Orçamentárias;
- Planejamento formal das fases do projeto e das despesas relacionadas; e
- Aumento na transparência na aplicação dos recursos nos projetos financiados por dotações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais distritais, em atendimento à Lei de Acesso à Informação – LAI.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1452 - ATENDIMENTO AO SERVIDOR		PESSOA	700	1088	750	1.261	750	800	OUVISER/SEPLAG / UO 32101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria da SEPLAG atingiu o total de 1.088 (mil e oitenta e oito) atendimentos:- Atendimentos aos servidores: 535;- Atendimentos aos cidadãos: 553. 2017 - Os atendimentos da Ouvidoria-SEPLAG contemplam, não apenas as demandas provenientes dos servidores do GDF, mas todos os atendimentos à população do DF. No período de janeiro a dezembro de 2017, foram recebidas 1.261 manifestações na Ouvidoria-SEPLAG, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria-DF e 596 registradas no Sistema e-SIC. Do total de atendimentos de 2017, 220 foram reencaminhadas para outros órgãos do Distrito Federal e 1.041 direcionadas para áreas técnicas da SEPLAG.									
1453 - IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS		%	5	0	35	0	40	20	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5
Justificativa: 2016 - O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, fincando para o novo exercício a aquisição do novo sistema. Por essa razão, o índice não foi alcançado, pois o alcance da meta dependia diretamente da contratação almejada.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
2017 - Realizado o Pregão Eletrônico 103/2016 alusivo a contratação da Solução Integrada de Gestão de Pessoas, que atualmente encontra suspenso pela Decisão nº 36/2018, de 18 de janeiro de 2018. Desta forma, considerando que ainda não houve a indicação do vencedor do Pregão 103/2016 e respectivo início do processo de implantação do novo sistema, informamos que não houve avanço em relação a porcentagem informada em 2017.									
1671 - RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)	-514	R$	-1.422	- 686	-610	-975	-305	-	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Segundo a LRF, a meta de Resultado Primário é estabelecida na LDO. A LDO 2016 sofreu uma alteração e a meta inicial de -1.422 ficou alterada para -1.927. A meta foi atingida, sendo o valor apurado melhor do que o desejado. 2017 - A Subsecretaria de Orçamento Público-SUOP informou que a meta estipulada foi super dimensionada, uma vez que o previsto na LDO/2017 foi de -2.067.									
1450 - SERVIDORES CAPACITADOS		PESSOA	6.000	14226	7.000	11.861	7.000	7.000	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 /OE 4
Justificativa: 2016 - O indicador reflete o número de servidores atendidos nos cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EAD):Cursos presenciais: 12.407 servidores capacitados; Cursos a distância: 1.859 servidores capacitados. 2017 - Em 2017, a EGOV capacitou 11.861 servidores, que concluíram as atividades e receberam certificados. Isso representa um resultado 68% maior do que a meta, de 7.000 capacitações. Desses, 9.766 foram capacitados em cursos presenciais, e 1.456 em cursos de EaD. Também integram o número de capacitações os 639 servidores que participaram do X Consad com recursos do Fundo Pró-Gestão.									
1666 - LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL	48,01	%	<=49	46,82	<=48	46,07	<=47	<=46,55	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - A meta foi atingida, pois o índice apurado ficou abaixo do desejado. Apesar disto, está acima do limite prudencial de 46,55%, determinado pela LRF. 2017 - O índice ficou abaixo da meta estipulada, pois a despesa de pessoal não cresceu na mesma proporção da RCL.									
1703 - TAXA DE CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NA SCG	74,39	%	-		80	95,5	85	90	COPLAM/SCG/ SEPLAG/UO 32101/OE5
Justificativa: 2017 - Os resultados superiores na conclusão de processos de aquisição, observados no periodo, se devem à implementação de práticas atualizadas de gestão do processo licitatório e da politica gerencial em curso da busca permanente por melhorias contínuas.									
1706 - TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ALMOXARIFADO	13	%	-		56	77	100	100	COPLAM/SCG /SEPLAG/UO 32101/OE 5
Justificativa: 2017 - A taxa de implantação do e.SupriDF foi ampliada no período em razão da curva de aprendizagem do técnico responsável pelo desenvolvimento do sistema e da maior interação do mesmo com a área demandante.									
1705 - TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTRATOS	30	%	-		68	100	100	100	COPLAM/SCG /SEPLAG/UO 32101/ OE 5
Justificativa: 2017 - A taxa de implantação foi concluída em prazo anterior ao previsto em razão da parceria da SEPLSG/SCG com a CAESB que destinou a sua fábrica para participação no desenvolvimento e customização do sistema, que já se encontra em operação.									
1704 - TAXA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE LICITAÇÕES	28	%	-		63	45	100	100	COPLAM/SCG /SEPLAG/UO 32101/OE 5
Justificativa: 2017 - O Sistema teve sua taxa de conclusão reduzida em razão de propostas de melhorias intruduzidas no escopo de funcionalidades e na agenda de desenvolvimento do produto.									
1667 - TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL	9,39	%	10	3,44	10	4,15	10	10	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - O comprometimento dos recursos orçamentários com despesas de pessoal e custeio, bem como o impacto da crise econômica, não permitiram o atingimento do percentual proposto. 2017 - O índice não foi obtido devido a frustração no ingresso de operações de crédito, ocasionando o cancelamento de cerca de R$ 200 milhões de investimento e, ainda, pelo equacionamento do déficit existente, não permitindo maior destinação de recursos de fonte do tesouro para investimentos.									
1700 - ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE AGEPS	100	%	-		100	100	100	100	SUPPE/SAGE /SEPLAG/UO 32101/ OE 3
Justificativa: 2017 - Todos os 58 Ageps responsáveis pelas informações de seus respectivos órgãos receberam ao menos uma capacitação em 2017, seja em gestão de projetos ou em alimentação de indicadores, tendo como base o sistema Gestão DF o que reflete 100% da meta cumprida.									
1699 - ÍNDICE DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DOS ACORDOS DE RESULTADOS	100	%	-		100	100	100	100	SAGE/SEPLAG/UO 32101/OE3

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	738.481,00	682.500,00	506.206,31	506.206,31
0026 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	738.481,00	682.500,00	506.206,31	506.206,31
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	738.481,00	682.500,00	506.206,31	506.206,31

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2017 - Todos os 240 indicadores pactuados nos Acordos de resultados foram monitorados pela Coordenação de Acompanhamento de Indicadores, com frequência mínima mensal. Alguns indicadores possuem periodicidade bianual, como o IDEB por exemplo, porém os mesmos foram monitorados via reporte no sistema Gestão DF.									
1701 - ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PREPARATÓRIAS - PRÉ-RARS	100	%	-		100	100	100	100	SUPPE/SAGE /SEPLAG/UO 32101/OE3
Justificativa: 2017 - Um total de 30 reuniões preparatórias foram realizadas no ano de 2017, com vistas a subsidiar e preparar não apenas as reuniões de Acordo de Resultados, mas também Reuniões dos Projetos especiais e Reuniões de Alinhamento da Estratégia.									

6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e financeira

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão manteve até 16/11/2017 a execução do contrato nº 028/2012-SEPLAN, firmado junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, com o objetivo de suprir a Secretaria com serviços de manutenção predial, conservação, copeiragem e serviços gerais, com um total de 40 (quarenta) sentenciados. Em 17/11/2017, foi assinado o Contrato nº 052/2017-SEPLAG, cujo objeto consiste na contratação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, para a disponibilização da mão de obra de até 60 (sessenta) sentenciados e egressos do regime aberto ou semiaberto do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	20.466.127,00	19.266.127,00	17.308.981,90	17.308.981,90
0002 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94--DISTRITO FEDERAL	20.466.127,00	19.266.127,00	17.308.981,90	17.308.981,90
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	5.000.000,00	1.259.001,00	999.786,67	999.786,67
0002 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	1.259.001,00	999.786,67	999.786,67
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	6.000.000,00	1.355.458,00	1.355.457,11	1.355.457,11
0048 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	6.000.000,00	1.355.458,00	1.355.457,11	1.355.457,11

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.149.554,00	19.110.535,00	18.118.702,93	17.751.663,20
7007 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	10.437.683,00	8.398.664,00	7.762.307,88	7.395.268,15
7216 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL-DISTRITO FEDERAL	9.711.871,00	10.711.871,00	10.356.395,05	10.356.395,05
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	47.459.083,00	14.610,00	0,00	0,00
0001 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS-ENFERMEIRO-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0002 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS-TÉCNICO EM ENFERMAGEM-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS-TÉCNICO EM NUTRIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0005 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	40.459.083,00	14.610,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	99.074.764,00	41.005.731,00	37.782.928,61	37.415.888,88

As ações relacionadas ao programa para operação especial foram, em sua maioria, bem sucedidas, tendo em vista a situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal no presente exercício.

MACRO NÚMEROS DO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS (Fonte SIGRH/set.2017)	
Servidores efetivos ativos do Quadro de Pessoal do GDF	125.771
Servidores sem vínculo com o Distrito Federal	6.243
Servidores Aposentados	47.209
Pensionistas	11.502
Pessoas que recebem salários ou benefícios por meio do SIGRH	166.981*
Servidores lotados em unidades de Gestão de Pessoas dos órgãos da Adm. Direta, Autárquica, Fundacional e empresas públicas custeadas com recursos do GDF	3.503
Valor mensal médio da folha de pagamento de servidores que recebem pelo SIGRH	R$ 1.485.000.000,00

***** Este número não contempla os servidores que recebem pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, do Governo Federal (Militares e Polícia Civil)

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	18.108.000,00	14.108.000,00	12.616.073,00	11.066.073,00
9639 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO--DISTRITO FEDERAL	18.108.000,00	14.108.000,00	12.616.073,00	11.066.073,00
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	5.265.000,00	4.569.086,00	0,00	0,00
9712 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	5.265.000,00	4.569.086,00	0,00	0,00
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	14.600.000,00	32.172.534,00	27.855.539,01	27.497.437,30
0009 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS--DISTRITO FEDERAL	14.600.000,00	32.172.534,00	27.855.539,01	27.497.437,30
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	328.200.730,00	403.962.140,00	396.089.865,47	393.661.662,57

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3874 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF--DISTRITO FEDERAL	4.891.776,00	3.218.845,00	2.797.956,18	2.794.171,34
3875 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA-DISTRITO FEDERAL	232.349.659,00	286.248.508,00	279.446.560,64	279.446.560,64
3876 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA-DISTRITO FEDERAL	90.959.295,00	114.494.787,00	113.845.348,65	111.420.930,59
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	17.261.377,00	13.661.529,28	3.517.949,38	3.160.388,53
0003 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI-REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO.	17.261.377,00	13.661.529,28	3.517.949,38	3.160.388,53
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	406.419.333,00	179.124.223,00	174.290.268,46	174.289.202,62
7024 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	406.419.333,00	179.124.223,00	174.290.268,46	174.289.202,62
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	9.259.935,00	13.378.812,00	11.409.315,19	10.909.315,19
7024 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	9.259.935,00	13.378.812,00	11.409.315,19	10.909.315,19
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	25.702.012,00	26.970.512,00	6.172.114,95	5.827.314,07
7897 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	25.702.012,00	26.970.512,00	6.172.114,95	5.827.314,07
9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	1.900.000,00	2.595.030,00	1.900.000,00	1.900.000,00
0001 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL--REGIÃO CENTRO OESTE	1.900.000,00	2.595.030,00	1.900.000,00	1.900.000,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2.271.110,00	156.644,00	0,00	0,00
0054 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	2.271.110,00	156.644,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	769.346,00	230.833,00	0,00	0,00
5373 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	769.346,00	230.833,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	8.241.243,00	8.241.243,00	0,00	0,00
9797 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	8.241.243,00	8.241.243,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	837.998.086,00	699.170.586,28	633.851.125,46	628.311.393,28

CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO

A concessão da bolsa estágio foi mantida durante o exercício de 2017. O Contrato nº 162/2012-SES, com o quantitativo de total de 1608 estagiários compreendendo entre nível médio e superior, distribuídos nos diversos Órgãos do Governo do Distrito Federal.

ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Referente às ações relacionadas à "Atenção à Saúde e Qualidade de Vida" destacamos a seguir as realizações desenvolvidas pela Secretaria por meio da Subsecretaria de Segurança em Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE ao longo do exercício de 2017.

A SUBSAÚDE após unificação das perícias médicas e de todas as atividades de saúde ocupacional e segurança do trabalho legitimadas pelo Decreto nº 36561 de 15 de junho de 2015, passou a ser responsável dentro da Administração Pública não apenas pelo controle burocrático do absenteísmo doença através da Perícia Médica, mas também pela construção de medidas preventivas e ações que promovam a saúde no trabalho.

As atividades desenvolvidas visaram contribuir para a melhoria dos processos ambientais, sociais, psicológicos, políticos, econômicos e organizacionais que afetam a saúde dos servidores públicos no ambiente de trabalho. Sendo assim, foram realizados 239.848 atendimentos em 2017, conforme quadro abaixo:

PRINCIPAIS ATIVIDADES SUBSAÚDE		
SETOR	**ATIVIDADES**	**TOTAL ATENDIMENTOS**
DIPEM	JUNTAS MÉDICAS, PERICIAS MÉDICAS, PERÍCIA EM TRANSITO, PROCESSOS(ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, AUXILIO CRECHE, APOSENTADORIA, PAD, OUTROS), READAPTAÇÃO DE SERVIDOR, ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.	10548
DISPISS	CAPACIDADE LABORATIVA, PERIÓDICOS, ADMISSIONAIS, TRIAGEM ENFERMAGEM, FONOAUDIOLOGIA, CARDIOLOGIA, AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS, SUPORTE PSICOLOGICOS, PROGRAMAS PADQ E APOSENTADORIA, LTCATS, PPRAS.	23486
DIEPI	RELATÓRIOS ESTATISTICOS E EPIDEMILÓGICOS, GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DO SIAPMED, ATUALIZAÇÃODE DADOS NO SIGRH - CODEPLAN, APOIO JUNTO AO GABINETE NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS (POSTO AVANÇADO/CEREST/RENAST), CADASTRO DOS SERVIDORES NOS SISTEMAS UTILIZADOS PELA SUBSAÚDE.	*ESTA DIRETORIA NÃO REALIZA ATENDIMENTO DE SERVIDORES
POSTO AVANÇADO	TOTAL DE LICENÇAS HOMOLOGADAS E LANÇADAS NO SIGRH (REFERENCIA 1º SEMESTRE DE 2017)	97348
SIAPMED	TOTA DE AGENDAMENTOS REALIZADOS VIA SIAPMED (REFERENCIA JANEIRO A NOVEMBRO DE2017)	93183
PARCERIA CODEPLAN	TOTAL DE PRONTUÁRIOS ATUALIZADOSCOM INFORMAÇÃO DA CID NO NO SIGRH WEB	15283
TOTAL DE ATENDIMENTOS		**239848**

Foi desenvolvido e implantado em parceria com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC o Sistema de Agendamento de Perícia Médica-SIAPMED. Esta estratégia criada teve impacto imediato no expediente da SUBSAÚDE, melhorando a qualidade do atendimento e permitindo um melhor gerenciamento das atividades inerentes a homologação de licenças médicas.

Os objetivos alcançados neste primeiro momento acentuaram a necessidade de expandir o projeto de informatização para os diversos setores da SUBSAÚDE e possibilitar aos gestores e profissionais melhorias nos serviços prestados, garantindo a veiculação das informações de forma ágil e confiável, reduzir os gastos com impressões de formulários de agendamento assim como um acesso rápido e integrado de todas as atividades da SUBSAÚDE.

Para a expansão e melhorias no sistema de agendamento e de atendimentos relacionados à saúde do servidor realizados na SUBSAÚDE foi realizado levantamento pela equipe do projeto de informatização da SUBSAÚDE. As atividades de atendimento se dividem basicamente em oito módulos: Perícia Médica, Processos, Promoção a Saúde, Psicologia, Readaptação, Assistência Social, Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia. Cada Módulo de atendimento compreende diversos serviços relacionados entre si.

Atualmente o agendamento da Perícia Médica já está sendo utilizado, onde o próprio servidor ao entrar de licença médica ou licença para acompanhar familiar enfermo faz o agendamento da sua perícia através do site http://siapmed.df.gov.br/ ou pelo Call Center 156. As agendas para os outros módulos já estão em fase de implantação.

MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS (VIGILÂNCIA E LIMPEZA)

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão manteve durante o exercício de 2017 a execução dos contratos relativos à Manutenção da Frota Oficial de Veículos do Governo do Distrito Federal, à Manutenção de Bens Imóveis do Governo do Distrito Federal na área de vigilância, brigada e limpeza.

São atendidas por um, ou mais, desses contratos as 21 Secretarias de Estado, 31 Administrações Regionais, quatro órgãos especializados, além de autarquias, fundações e empresas públicas.

Os contratos corporativos visam melhorar os serviços e reduzir custos relativos à prestação de serviços de vigilância, brigada contra incêndio e pânico, limpeza, asseio e conservação, telecomunicações e dados móveis, estágio e aprendizagem, bem como manutenção, abastecimento e locação de veículos.

- **Gestão dos Contratos Corporativos**

Em 2017, a Secretaria, por meio da Subsecretaria de Contratos Corporativos – SUCORP, teve sob sua gestão 45 contratos corporativos. Em razão disso, em novembro de 2017, por exemplo, foram acompanhados e/ou fiscalizados 1.782 postos de vigilância, 1.854 postos de limpeza, asseio e conservação, 35 postos de bombeiros civis (brigadistas), 572 veículos locados, 863 linhas de telefonia móvel e 1608 estagiários. Além disso, foram abastecidos 1.300 veículos.

- **Desenvolvimento/implantação do Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos (SFCC) em parceria com a SUTIC e SCG**

Em maio de 2017, entrou em produção o módulo Relatório Circunstanciado para o contrato de prestação de serviços de brigada contra incêndio e pânico e, em 1º de dezembro de 2017, citado módulo passou a ser utilizado também para os contratos de vigilância e de limpeza, asseio e conservação.

- **Revisão dos modelos de relatórios**

Os modelos de Relatórios Circunstanciados e Analíticos utilizados no acompanhamento dos contratos corporativos foram revistos em 2017 a fim de apresentarem informações mais objetivas. Assim, além de estarem mais consistentes e menos genéricos, os novos modelos facilitam a identificação dos problemas e a realização de gestões junto à contratada pelas Comissões Executoras.

- **Capacitação das Comissões Executoras e dos Executantes Locais**

Em 2017, houve cinco turmas do curso "Acompanhamento e Fiscalização de Contratos", com até 48 participantes. As vagas nesse curso foram oferecidas, prioritariamente, aos

integrantes das comissões executoras e aos executores dos contratos sob a gestão da SUCORP, sendo disponibilizadas a executores de outros contratos, somente caso, por desinteresse ou impossibilidade dos executores, a turma não estivesse completa.

Além disso, em dezembro de 2017, foram realizadas quatro palestras a executores de contratos corporativos com o objetivo de prestar orientação a esses.

REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI

Das ações relevantes relacionadas ao funcionamento do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, destacam-se:

- **Acompanhamento do consumo de água potável no Edifício Anexo do Palácio do Buriti**

As diversas práticas implantadas reduziram consideravelmente o consumo de água do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, atingindo a marca, no mês de novembro de 2017, de 23% de redução, comparada ao mesmo período do ano de 2015:

- Realizando-se a leitura diária do consumo de água, com o objetivo de identificar alterações no padrão de consumo para executar as correções necessárias, a fim de reduzir o desperdício de água, em atendimento do Decreto nº 37.644/2016, que instituiu a política de redução de consumo de água pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal;
- Substituição pela CAESB do relógio analógico de medição do consumo de água por um sistema digital, melhorando a leitura do consumo;
- Implantação de boas-práticas para o consumo consciente da agua: utilização de baldes de água na lavagem do hall e vidraças da Edificação;
- Treinamento dos colabores da limpeza e conservação para identificação de vazamentos, aumentando assim a resposta na manutenção e correção de problemas hidráulicos.
- Foi realizada a reforma da caixa d´agua do Anexo, devido a vazamentos, bem como, a troca do registro da tubulação de limpeza da caixa d'água;
- Campanha de comunicação interna com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) para a conscientização do uso da água.

- **Controle de acesso ao Edifício Anexo do Palácio do Buriti**

O volume registrado de visitantes no Edifício Anexo em 2017 foi de 41.805 (quarenta e um mil e oitocentos e cinco) pessoas.

Para o melhor controle de visitantes, encontra-se em andamento a instalação de catracas eletrônicas, por meio do Contrato nº 047/2017, o que possibilitará um maior controle do acesso, tanto dos servidores lotados no Anexo como dos visitantes do Edifício.

No dia 1º de dezembro de 2017, iniciou-se o serviço de recepcionistas, por meio do Contrato nº 50/2017, viabilizando maior agilidade e controle no atendimento aos cidadãos, que buscam os serviços oferecidos pelos órgãos lotados no Edifício.

- **Gestão da manutenção e conservação do Edifício Anexo do Palácio do Buriti**

Aquisição dos Containers para separação do lixo produzido no Edifício Anexo e treinamento dos colaboradores da limpeza e conservação para separação do lixo e identificação de vazamentos.

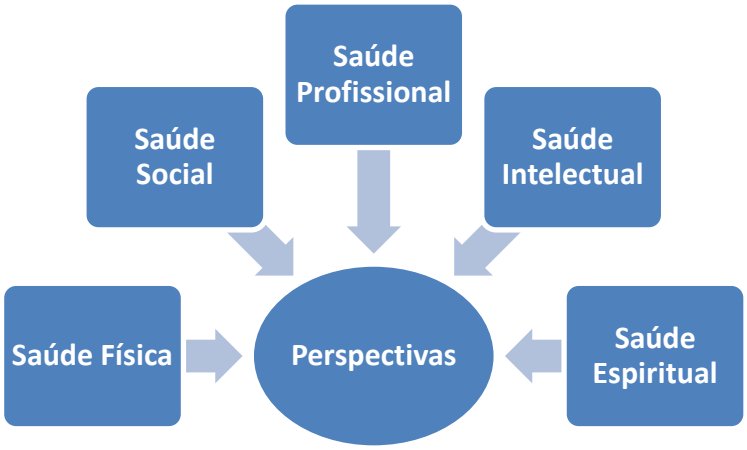
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL e CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

Foram executadas de forma satisfatória pela Secretaria de Planejamento, através de sua Subsecretaria de Administração Geral, as ações de pessoal com foco no desenvolvimento de competências comportamentais e de benefícios ao servidor.

- **Workshops vivenciais**
  - Empoderamento Feminino: Thirza Reis;
  - Acordar: Autoconhecimento e Alta Performance – Pedro Costa;
  - Psicossomática: Como o trabalho influencia a nossa saúde – Cristiane Contreiras;
  - Liderança: Inteligência em Liderança – Seja líder de si mesmo – Adriano Cedro.
- **Pesquisa de saúde**

Foi realizada uma pesquisa de saúde, visando conhecer a saúde dos servidores da SEPLAG. Os resultados obtidos permitiram identificar as lacunas na saúde dos servidores; oferecer ações que visem melhorar a saúde dos servidores nas perspectivas investigadas; direcionar as ações propostas no Programa de Qualidade de Vida dos servidores; minimizar o adoecimento e afastamento do trabalho; auxiliar na melhoria do clima organizacional; propiciar ambiente de trabalho favorável à motivação e fomentar discussões acerca do tema.

Realização 100% on-line, cujas perspectivas avaliadas foram:



- **Preparação para a Aposentadoria**

Foi disponibilizado um espaço de discussão acerca da preparação para a aposentadoria no contexto físico, financeiro e emocional. Foram oferecidas 4 oficinas, sendo 1 temática e 3 psicossociais realizadas em parceria com a SUBSAÚDE.

- **Coach para Servidores**

Com o objetivo de oferecer ao servidor uma ferramenta diferenciada que permita o auto desenvolvimento e o desenvolvimento de competências essenciais, com definições de metas e objetivos profissionais e pessoais. O coach foi ofertado pelo Servidor Carlos Henrique, gestor e coach.

- **Qualidade de Vida do Servidor**

O programa de qualidade de vida tem como proposta precípua tornar a SEPLAG um lugar melhor para se trabalhar, a fim de o adoecimento e a desmotivação serem minimizados, potencializando, assim, a qualidade de vida, a motivação e a integração. Principais ações:

- Palestra venha cuidar da sua saúde – Zone Diet;
- Corrida de rua em parceria com a Poupex;
- Realização de visitas a museus;
- Realização de eventos em comemoração aos dias do servidor, da mulher e do homem;
- Ginástica Laboral;
- Campanha de doação de sangue;
- Realização de festa junina.

MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

- **Gestão do Patrimônio**

Quanto a Gestão do Patrimônio Mobiliário, as ações lideradas merecem grande destaque. No presente ano houve uma economia na ordem de R$ 709.960,03 (setecentos e nove mil, novecentos e sessenta reais e três centavos) em relação aos bens que foram redistribuídos para outros órgãos.

Foram redistribuídos 1000 (mil) bens para outras Secretarias e Administrações Regionais, sendo que a Secretaria de Estado de Saúde-SES recebeu 321 (trezentos e vinte e um) desses bens.

Assim, o Governo do DF deixou de gastar esse valor a título de móveis de escritório e afins, todos necessários ao funcionamento dos diversos órgãos do Complexo Administrativo do GDF.

Ademais, constam na soma dos itens redistribuídos, 450 (quatrocentos e cinquenta) bens que recebemos por doação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, dentre esses, estações de trabalho, mesas, cadeiras, armários, estantes de aço e gaveteiros.

Relevante mencionar o leilão realizado com 44 lotes, sendo 25 de bens móveis e 19 de veículos, com valor de avaliação somando-se R$ 51.700,00 (cinquenta e um mil e setecentos reais) e arrecadados um total líquido de R$ 312.126,40 (trezentos e doze mil, cento e vinte e seis reais e quarenta centavos). Soma-se um total de 43.709 (quarenta e três mil e setecentos e nove) de bens arrematados.

Sobre o reaproveitamento de mobiliário, mudou-se a forma de recolhimento de bens considerados inutilizáveis pelos órgãos públicos. A reciclagem é feita de forma permanente, sem gerar novas despesas e possibilita a economia com novas aquisições.

- **Gestão do Patrimônio Imobiliário**

Em 2017, foi elaborado projeto básico e executado o contrato com elaboração de 36 (trinta e seis) laudos de avaliação mercadológica dos imóveis a serem transferidos para o IPREV, elencados na Lei Complementar 917/2016, por meio dos Processos Administrativos SEI 0410.000487/2017 e 00410.00019396/2017-01.

Essa contratação visa à recomposição do patrimônio do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. Tal contratação, no valor de R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), gerou grande economia aos cofres públicos, visto que no Processo 410.001267/2015 vislumbrou-se a contratação da Caixa Econômica Federal, no valor aproximado de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) para a execução do mesmo serviço.

Foi realizada visita técnica, em 30/11/2017, ao Conselho do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo, que tem o papel de elaborar, propor e executar a política patrimonial do Estado, com a finalidade de se obter informações acerca do Sistema de Gestão do Patrimônio de Imóveis utilizado por esse Estado.

- **Implantação e atualização do Sistema de Informações de Concessão e Permissão (SICP)**

Com vistas ao atendimento do art. 50 da Lei Orgânica do Distrito Federal, a fim de aperfeiçoar o SICP junto à SUTIC. Com isso, houve a inclusão de 87 (oitenta e sete) órgãos e 1.135 (mil cento e trinta e cinco) registros de permissões e concessões.

- **Modernização da Gestão Documental**

Com melhoria do Sistema de Indexação de Normas Jurídicas (SINJ-DF), já foi implementado o "Notifique-me" de DODF´s, que permite um sistema mais dinâmico e interativo ao usuário; facilidade na inserção de dados e na atualização das normas; Melhora gradual na gestão e transparência da informação e que facilitará o uso do sistema pelo usuário final.

Capacitar usuários do Sistema Integrado de Controle de Processo – SICOP, com o objetivo de alcançar excelência na formação, utilização e aprimoramento dos usuários, no uso eficiente/eficaz do sistema SICOP. Resultados obtidos: capacitados 120 servidores na EGOV; capacitados 26 chefes de Unidades Protocolizadoras para compartilhamento da gestão do sistema e; dirimidas dúvidas e realizados alinhamentos em visitas e palestras nos órgãos.

- **Desenvolvimento Estratégico de Pessoas (nas unidades protocolizadoras)**

Com o objetivo de elucidar dúvidas e padronizar o entendimento a fim de aprimorar as atividades realizadas pelas Unidades Protocolizadoras facilitando e desburocratizando a instrução e as decisões processuais, os integrantes da Rede Integrada de Protocolos do Distrito Federal - REPROT-DF foram capacitados no SICOP, por meio de treinamentos realizados na EGOV. Palestras foram realizadas nos próprios órgãos e entidades integrantes da Rede. Foram promovidas, também, reuniões periódicas da própria REPROT-DF.

- **Gestão dos Sistemas SICOPWEB e SEI**

Ações junto aos usuários auxiliando e/ou atendendo chamados em tempo hábil, com cadastramento para assinaturas externas dos Contratos, digitalização de processos físicos para inclusão no SEI.

- **Gestão de contratos**

- **Contrato de telefonia**

Para melhoria e aumento no sistema de comunicação da Secretaria, com redução de despesas e aumento de ramais, foi elaborado o Contrato nº 057/2017- SEPLAG, firmado com a Networld Provedor e Serviços de Internet LTDA-EPP.

Destaca-se que, com o novo contrato de telefonia, a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos – SUPPE/SEPLAG, que atualmente está instalada na casa do Lago Sul QI 11 (cujo contrato e gestão de manutenção dos telefones eram da Casa Civil), contará com maior quantidade de serviços e configurações nas linhas a serem instaladas; melhorias na auditoria das chamadas; além de maior economicidade; o que por sua vez melhorará como um todo a gestão do serviço de telefonia da unidade. A Escola de Governo – EGOV, a Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho SUBSAÚDE e DT também contarão com essas melhorias.

CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

As ações relacionadas ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia, que tem como objetivo a promoção e o desenvolvimento sustentável da Região do Brasil Central, foram em sua maioria, bem sucedidas, tendo em vista a situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal no exercício.

Foram feitas 06 (seis) reuniões; Planejamento estratégico revisto; iniciados projetos de indicação de alíquotas, indicação de produtos para exportação, dentre outros.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

As ações executadas pela SEPLAG, através de sua Unidade de Controle Interno (UCI), no ano de 2017 tiveram como diretrizes: acompanhar as recomendações dos órgãos de controle externo - TCDF, TCU, CGDF, MPDFT, PGDF; assessorar e orientar os gestores quanto ao cumprimento de normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de aposentadorias e pensões; oferecer orientação preventiva aos gestores contribuindo para identificação antecipada de riscos e para a adoção de medidas e estratégias da gestão voltadas à correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e atendimento do interesse público.

Destaca-se que a UCI elabora o seu "Relatório Trimestral de Atividades", de acordo com o padrão recomendado pelo Órgão Central de Controle, a Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF. Esse Relatório é encaminhado à CGDF, ao final de cada trimestre, em formato eletrônico e impresso. De acordo com o modelo da CGDF, o Relatório de Atividades deve contemplar: as competências das UCIs (pontos de controle da ação), o escopo da ação, detalhamento da atividade, produto gerado, destinatário e os resultados obtidos.

Dentre as principais ações executadas encontram-se:

1) Coordenação da elaboração do Plano de Dados Abertos da SEPLAG;

2) Atualização do site da SEPLAG no item "Acesso à Informação", conforme Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, elaborada nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011;

3) Reunião de Alinhamento entre UCI e Subsecretarias, proporcionando maior integração entre as Unidades (parceria), esclarecimento de dúvidas quanto ao trâmite de processos relacionados aos órgãos de controle e Padronização das respostas (notas técnicas).

4) Participação da Comissão para apurar indícios de fraude à Concorrência nº 01/2008-Codeplan e instaurar procedimento administrativo para avaliar a recomendação de declaração de nulidade da Concorrência nº 01/2008-Codeplan e do Contrato de Concessão Administrativa para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), firmado entre o Distrito Federal (DF) e a Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal (CENTRAD), conforme o Relatório de Auditoria Especial nº 01/2017-DINPC/COAPP/COGEI/SUBCI/CGDF;

5) Participação no Grupo de Trabalho IN nº 05/2017: para analisar a viabilidade técnica de recepcionar ou editar norma própria assemelhada às disposições constantes da novel IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria nº 398, de 15 de agosto de 2017. Processo SEI nº 410-00016604/2017-10;

6) Participação no Grupo de Trabalho Comitê Ficha Limpa: para vedar às admissões no Governo de pessoas que tenham praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral;

7) Atuação na prestação de contas da SEPLAG e do Governador, através do esclarecimento de dúvidas, mediante apresentação de justificativa e consequente exclusão de falhas no relatório preliminar de contas.

8) Atuação em 41 processos que tratam de: auditorias, inspeções e solicitações de ação corretiva.

PROCESSOS DISCIPLINARES

Em 2017, esta Secretaria envidou esforços para dar andamento ao passivo de processos disciplinares da SEPLAG. Assim, foram autuados 22 (vinte e dois) processos disciplinares.

GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria, por meio da Subsecretaria de Gestão de Pessoas-SUGEP, tem a missão de promover políticas em gestão de pessoas que assegurem direta contribuição para a realização da estratégia do Governo do Distrito Federal, com ênfase no desenvolvimento de competências, na garantia dos direitos e deveres, no equilíbrio de interesses e na qualidade de vida e que assegurem a valorização, qualificação e a motivação dos servidores.

Em 2017, a SUGEP/SEPLAG foi responsável por oito projetos. Dois são estratégicos e integrantes do Acordo de Resultado firmado entre a Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e o Senhor Governador: o primeiro, licitação para aquisição de novo sistema corporativo de base tecnológica para gestão de pessoas, com capacidade para registros e processamento de folha de pagamento de 200 mil servidores. Outro, a aprovação da Política de Valorização de Servidores com realização do Ciclo 2017 do Prêmio InovaBrasília. Outros três projetos foram estratégicos no âmbito da SEPLAG, a saber, o processo licitatório para contratação de consultoria em Dimensionamento da Força de Trabalho, o processo licitatório para contratação de consultoria em mapeamento de competências e o desenvolvimento do "painel de gestão de pessoas". As contratações referidas envolvem transferência de tecnologia/conhecimento. Além desses são relacionados outros projetos estratégicos no âmbito da SUGEP, os fóruns de Gestão de Pessoas, como meio para aproximação dos órgãos do respectivo Sistema e a capacitação em mapeamento de processos.

- **Aquisição do novo Sistema de Gestão de Pessoas**

Trata-se da aquisição de Solução integrada, parametrizável e customizada de Tecnologia da Informação para dotar o Governo do Distrito Federal de ferramenta tecnológica moderna e segura, com funcionalidades que permitam extração de informações com qualidade, rapidez e precisão, visando subsidiar decisões relativas à Gestão de Pessoas.

Ao longo dos últimos cinco ou mais anos de estudos técnicos, diversos questionamentos foram feitos com inúmeras contribuições visando à compra dessa nova Solução Tecnológica. Foram envolvidos no processo, além desta Subsecretaria de Gestão de Pessoas, também a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC/SEPLAG.

- **Política de valorização de servidores**

Trata-se de uma política contributiva no sentido de permitir a concretização do objetivo estratégico: "*tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo*". Instituída por meio do Decreto nº 37.648, de 22.09.2016, ela se propõe a contribuir para realização profissional e o reconhecimento por parte da organização onde o servidor trabalha; aprimorar as relações socioprofissionais por meio do aperfeiçoamento das práticas de liberdade de expressão, respeito e cooperação; ampliar a competência profissional do servidor público, a partir das necessidades do seu espaço de atuação organizacional; e, cooperar para a harmonização e o bem-estar no ambiente de trabalho.

Estão propostos os seguintes meios para a valorização do servidor:

1. No intuito de reconhecer o trabalho do servidor público distrital no desempenho de suas atividades reconhecidas como serviço público de qualidade, com redução de gastos e satisfação da sociedade, e ainda, estimular práticas inovadoras no poder público, o Governo do DF instituiu e premiou em 26/10/2017, os trabalhos apresentados no Prêmio Inova Brasília 2017, nas categorias: Atendimento ao cidadão; Uso eficiente dos recursos públicos; Valorização do servidor; e Práticas transformadoras;

2. Definição de lotação do servidor, mediante critérios que considerem a experiência profissional, o conhecimento adquirido e as habilidades profissionais desenvolvidas pelo servidor, quando possível;

3. Melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho;

4. Preparação do servidor para os desafios da vida subsequente à aposentadoria;

5. A 7ª edição do Festserv - Festival Esportivo e Cultural dos Servidores no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, realizado no período de 24 de novembro e 03 de dezembro, que contou com a participação de mais de mil inscritos, entre servidores e empregados, promoveu e estimulou a prática de atividades esportivas, artísticas ou culturais;

6. Aperfeiçoamento profissional por meio de eventos de capacitação;

7. Sensibilização dos servidores para o envolvimento em ações de voluntariado e de responsabilidade social e/ou ambiental;

8. Reorganização da atividade laboral e aprimoramento dos processos de trabalho visando à eliminação de etapas ou atividades desnecessárias ante avanços tecnológicos ou o surgimento de métodos ou práticas mais modernas.

- **Consultoria em dimensionamento da força de trabalho**

Os principais objetivos do dimensionamento da força de trabalho são: 1) identificar o quantitativo das necessidades de cargos para atender às demandas institucionais; 2) diagnosticar as necessidades de melhoria nos processos, nas condições de trabalho e na tecnologia utilizada; 3) analisar a estrutura organizacional e suas competências, bem como as necessidades de redefinição; 4) promover a distribuição de vagas, a partir das necessidades

apontadas pelo processo de dimensionamento; 5) identificar a necessidade de realização de remanejamento e readequação, a fim de atender às demandas institucionais; e 6) subsidiar a formulação de critérios para recrutamento, seleção e remanejamento de pessoal com base nas exigências do cargo e nas competências individuais requeridas para o seu provimento.

O processo licitatório para a contratação da consultoria referida acima foi realizado por meio de Pregão Eletrônico 128/2017, realizado em 29/11/2017 e a contratação encontra-se em andamento.

- **Consultoria em mapeamento de competências**

Um dos objetivos estratégicos do Governo do Distrito Federal é "tornar o servidor público elemento fundamental para implementação da estratégia do Governo", conforme o Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal, publicado por meio da Lei nº 5.602/2015.

Para tanto, foi elaborado o Programa Temático " Gestão para resultados" com o objetivo geral de "promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando o equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos e assegurar transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo".

Decorrente do objetivo geral acima citado foi inserido o objetivo específico Gestão de Pessoas que pretende "implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados".

- **Painel estatístico de pessoal**

Com o objetivo de facilitar o acesso às informações de pessoal disponibilizando os dados oriundos do SIGRH de uma forma prática e moderna, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SEPLAG desenvolveu o Painel Estatístico de Pessoal. Tal ação irá proporcionar maior autonomia nas buscas às informações por parte dos gestores públicos, imprensa e cidadãos.

Inicialmente o Painel contará com informações apenas do ano de 2017, como uma forma de verificar a aceitação do público em geral, mas a proposta é que seja apresentada uma série histórica do passado recente dos dados de pessoal. Com isso, será possível verificar a evolução dos gastos de folha e quantitativo de servidores no decorrer dos anos.

As vantagens previstas com a implantação do Painel Estatístico de Pessoal são diversas: desde a forma intuitiva de acessar as informações sem a necessidade de que a pessoa seja especialista em ferramentas de estratificação de dados, até o grande ganho de eficiência na consulta de grandes volumes de dados o que facilita o agrupamento e o cruzamento das informações. As visualizações dos dados em formatos de gráficos dinâmicos também facilitam a identificação de situações pontuais e interpretação das informações com maior acuidade. Além do que, essas se tornam mais transparentes, visto que atualização dos dados é feita de forma mais ágil e antecipada.

Por fim, é imperioso destacar que com a tecnologia empregada no Painel será possível agregar rapidamente novas informações e associações na medida em que surjam novas demandas dos gestores e da sociedade.

- **Treinamento em mapeamento de processos**

Trata-se de um projeto que possibilitou a compreensão sistêmica das etapas necessárias ao resultado final pretendido pela administração pública na sua prestação de serviços ou produtos à sociedade. Buscou-se melhor compreender as etapas do processo de trabalho, que levam a um resultado pretendido, permitindo saber-se, por exemplo, se existe muitos ou poucos servidores neles envolvidos.

Este projeto foi executado por meio da mobilização de servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal com conhecimento técnico aprofundado na temática, que atuaram como

instrutores na Escola de Governo/SEPLAG visando à capacitação de 36 (trinta e seis) servidores do GDF, no sentido de assimilar a metodologia e a utilização de ferramentas para mapeamento, análise e melhoria de processos de trabalho.

Associado ao projeto que prevê a contratação de consultoria em Dimensionamento da Força de Trabalho, busca-se um rearranjo na distribuição de pessoal de forma a percebermos qual a real necessidade de ampliação ou remanejamento da força de trabalho.

São esperados os seguintes resultados: o mapeamento, a fluxogramação, a otimização e racionalização dos processos mapeados.

- **Fórum de gestão de pessoas**

A realização dos Fóruns de Gestão de Pessoas cumpre uma das competências da Subsecretaria de Gestão de Pessoas enquanto órgão de coordenação gerencial do Sistema. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 29.814/2008, trata-se de reuniões de serviços periódicas, para aproximação dos diversos órgãos setoriais de gestão de pessoas, visando à troca de informações e conhecimentos, com vistas à constante modernização e melhoria do Sistema de Gestão de Pessoas.

Em 2017 foram realizados 7 fóruns, que, cada vez mais, se transformam em eventos relevantes no sentido da uniformização das práticas de gestão de pessoas e, nesse sentido, contribuem para a realização de três outras metas buscadas pela SUGEP:

1. Fomentar a criação de estratégias para que os diversos integrantes do Sistema de Gestão de Pessoas possam contribuir de forma significativa no sentido de permitir que seus respectivos órgãos alcancem suas metas e cumpram suas respectivas missões institucionais;

2. Fomentar a democratização das relações de trabalho e o estabelecimento de processos participativos para solução de problemas relacionados à gestão de pessoas;

3. Fomentar a implantação de planos, programas e projetos relativos às ações de melhoria da qualidade de vida no trabalho, valorização do servidor e a responsabilidade sócio-ambiental nos diversos órgãos integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

- **Treinamento em qualidade de vida**

É um preceito de gestão organizacional que prima pela compatibilidade entre bem-estar dos servidores, o desempenho funcional e a missão institucional. Visando contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências comportamentais relacionadas à temática Qualidade de Vida no Trabalho, foi realizado o Curso Qualidade de Vida no Trabalho, participando em 2017 30 servidores da área de gestão de pessoas, que atuarão como Agentes de Qualidade de Vida dos diversos órgãos do Governo do Distrito Federal.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Secretaria por meio da Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP atuou em 2017 na atividade de captação de recursos financeiros, nas modalidades de transferências voluntárias do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União e de operações de créditos (internas e externas), para suporte financeiro aos projetos do Governo de Brasília, em benefício à população do Distrito Federal e áreas de influência.

Destaca-se, também, a articulação entre os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, no sentido de manterem regularizadas suas situações de natureza jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa, de forma a atender a todas as exigências previstas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC/SIAFI, com fulcro no Decreto nº 35.109, de 28 de janeiro de 2014.

O desenvolvimento dos trabalhos em 2017 foi afetado pelo contexto econômico nacional e local, na medida em que o Governo de Brasília não ainda alcançou a comprovação de regularidade fiscal quanto ao pagamento de precatórios. Isto impediu a concessão de garantia da União por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que emite diligência ao

Tesouro Nacional (STN) com vistas ao promitente mutuário (DF), para o saneamento da pendência.

Em igual medida, não houve avanço na renovação do risco de crédito pela Caixa Econômica Federal (CEF). Assim, as negociações com a CAIXA permanecem no sentido de se viabilizar a liberação do risco, tendo em vista a contratação de quatro operações de crédito oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outro fato relevante é que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) rejeitou financiar as referidas operações por força da necessidade de garantia soberana da União de maneira antecipada.

Diante das limitações destacadas, foi priorizada a contratação de operação de crédito junto ao Banco do Brasil no valor de R$ 600 milhões de reais, destinada a financiar o Programa de Infraestrutura Urbana e Social. A cifra referente à primeira tranche R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) vem oferecendo o devido suporte financeiro de contrapartida a diversos projetos em andamento, desonerando o Tesouro do DF nos investimentos de Infraestrutura Urbana (incluindo Saneamento Básico), Infraestrutura Social (PAC-CPAC) e Desenvolvimento Institucional.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Apresentamos a seguir alguns dos resultados decorrentes da ação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão ao longo do exercício de 2017, na busca de ampliar de forma eficaz e eficiente o campo de atuação de suas diversas Unidades, bem como as dificuldades encontradas e perspectivas para o exercício de 2018:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SUTIC

Realizações

A manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do Centro de Dados – CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública.

Com o intuito de promover a ampliação dos serviços prestados, foi concluída a expansão da sala segura, com o aumento da área de alocação de equipamentos e dos sistemas de sustentação do ambiente (condicionadores de ar de precisão, *nobreaks* e sistema de geração de energia), o que possibilitou o atendimento de novas unidades pelo SEI! e a expansão do segmento de fibra ótica da Rede GDFNet, capaz de prover acesso de qualidade à rede e de levar a internet para escolas e hospitais, cuja definição ocorreu em conjunto com as Secretarias de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde.

No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, o ano foi extremamente produtivo. Foram colocados em produção diversos sistemas como PACC, Inova Brasília e SICP, que apoiaram as áreas de compras, gestão estratégica e administração geral respectivamente, bem como o suporte técnico ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI!, utilizado amplamente em diversos órgãos do GDF. Sem esse apoio técnico, a expansão do SEI ficaria prejudicada.

Outro ponto a ser destacado na área de desenvolvimento de sistemas são as melhorias aplicadas nos sistemas já existentes, a citar o SIAPMED, que contará em 2018 com o módulo de atendimento eletrônico (prontuário eletrônico), SISCONEP que a partir do ano que vem os pedidos de desbloqueios de emendas parlamentares poderão ser realizados eletronicamente pela CLDF e SFCC que também em 2018 atenderá todos os contratos corporativos como vigilância, limpeza e brigadista.

No que tange à melhoria dos equipamentos de microinformática ofertados aos usuários internos da Secretaria, tivemos êxito na aquisição de scanners de produção para a digitalização de grandes volumes de documentos e a renovação de mais de 70% do parque de computadores, cuja distribuição está prevista para ocorrer no primeiro bimestre de 2018.

Todavia, devido a dificuldades enfrentadas na licitação de solução de impressão, houve a necessidade de implementar solução de continuidade para a prestação dos serviços. Desde 1º de agosto, encontram-se distribuídas ilhas de impressão com equipamentos de propriedade desta Secretaria.

A licitação da solução de impressão tem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2018.

Dificuldades encontradas

1. Necessidade de realizar pesquisa de preços em processos de contratação em que a SEPLAG foi partícipe;
2. Comprometimento de todas as áreas da SEPLAG em projetos prioritários;
3. Ausência de política de retenção de talentos, valorização e capacitação contínua dos servidores de TI e de Governança.

Perspectivas e Projetos Estratégicos para 2018

Visão Geral dos Principais Projetos de TIC – 2018	
Nome do Projeto	**Status do Projeto**
"Nuvem Corporativa Privada"	Construção de uma solução de "Nuvem Corporativa Privada" para o Governo do Distrito Federal, a partir da evolução do atual Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CeTIC, que permita o compartilhamento de infraestrutura e a disponibilização de recursos computacionais (redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços), via GDFNet ou Internet. Em fase de estudos.
Serviços Eletrônicos	Construção de Solução Computacional Corporativa para aprimoramento da interação do Governo do Distrito Federal com o cidadão, por meio da prestação de serviços públicos eletrônicos de fácil acesso, via dispositivos digitais, com absoluta segurança – Projeto compartilhado entre CGTIC, Seplag e Sutic. Em fase de estudos
Contínua Expansão da Rede GDFNet	Contratação concluída em setembro. Previsão da realização das conexões a partir da disponibilização do orçamento em 2018.
Contratação de serviços de atendimento nível 1 e 2 para os usuários do CeTIC, GDFNet e SEPLAG	Em fase de elaboração.
Expansão da Solução de Virtualização,	Aquisição fundamental para a implantação do projeto de nuvem corporativa privada do GDF e expansão da capacidade dos serviços do CeTIC. Em fase de elaboração.
Expansão da capacidade dos links de internet e enlaces de comunicação terceirizados	Em fase de elaboração.
Solução de Monitoramento	Contratação concluída em outubro. Em fase de implantação.
Novo Sistema de Recursos Humanos	Licitação realizada em novembro. Em fase de homologação do pregão. Previsão de início do projeto de implantação em 2018. Duração de 3 anos.
Segurança da Informação	Em fase de licitação. Prevê a aquisição de ferramentas que assegurem a segurança, disponibilidade e confiabilidade dos dados trafegados na rede GDFNet e armazenados no CeTIC.
Plataforma Low code	Em fase de elaboração. A aquisição desta plataforma permitirá o desenvolvimento ágil dos sistemas informatizados necessários à Secretaria e previstos no PDTIC 2017-2019.
Computadores	Previsão de distribuição dos equipamentos no 1º bimestre de 2018.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - EGOV

Dificuldades Encontradas

a) Rito estabelecido para aquisição de bens e serviços, aliado à morosidade dos processos, o que impactou na melhoria da qualidade das atividades de capacitação oferecidas pelas diversas áreas da EGOV. Embora a EGOV tenha alcançado a maioria das metas estipuladas com relação à capacitação, esse item comprometeu a meta prevista de melhoria de qualidade, tanto para a realização de instrutoria interna quanto para o desenvolvimento de novos cursos e projetos, bem como de melhoria do ambiente físico de trabalho para os servidores;

b) A reduzida estrutura administrativa e a pouca quantidade de servidores existentes prejudicam a missão institucional. A EGOV fica prejudicada devido aos problemas acarretados pelo deficiente número de servidores do quadro próprio. No ano de 2017 houve pedidos de licença médica, 02 (duas) aposentadorias, licença sem vencimento e para suprir a falta de mão de obra a Escola recebeu colaboração de três servidores vindos de outras unidades da SEPLAG, mas tendo em vista a rotatividade de servidores citada, os problemas continuam e só se agravam, requerendo assim, o aumento de força de trabalho e outra reestruturação;

c) Falta de autonomia administrativa, financeira e operacional. Atualmente, a Escola de Governo é uma unidade ligada ao Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, de acordo com o Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

Perspectivas e projetos estratégicos 2018 - EGOV

a) Proposta de alteração do Inciso III, parágrafo 1º, art. 100, da Lei Complementar nº 840/2011;

b) Projeto de Lei para transformação da EGOV em uma autarquia;

c) Projeto que altera a Lei nº 2.958, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o Fundo de Melhoria da Gestão Pública da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (Pró-Gestão);

d) Projeto de implantação da Escola Superior de Gestão, subordinada à SEPLAG/DF, sediada na EGOV, e a sua respectiva mantença pela FUNAB/DF, na forma da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei Distrital nº 5.141/2013, do Plano Distrital de Educação e da legislação de regência;

e) Adaptação da sala de multimídia da EGOV, com aquisição e instalação de equipamentos para gravação de videoaulas e outros conteúdos, transformando o espaço em um moderno estúdio de gravação, com o objetivo de atender, em plataforma Moodle, às demandas dos órgãos e das entidades do Governo do Distrito Federal.

PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO - SUPLAN

Realizações

Ao longo de 2017 a Subsecretaria de Planejamento da SEPLAG, em cumprimento à legislação vigente, realizou as atividades de sua competência conforme detalhadas nesse Relatório.

Cabe ressaltar que mesmo com a equipe técnica muito reduzida, houve o esforço e comprometimento dos servidores para o desenvolvimento das atividades institucionais, elaboração dos Relatórios de Governo para encaminhamento aos órgãos de controle, bem como atendimento às demandas de informações por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, Câmara Legislativa do DF, Ministério Público e órgãos e entidades do complexo administrativo do GDF.

A equipe buscou ainda desenvolver as atividades de inovações tecnológicas, por meio do Desenvolvimento do Sistema Relatório de Atividades – RAT em plataforma WEB, que resultará em maior agilidade no processo de elaboração do Relatório de Atividades do Governo que integra a Prestação de Contas Anual do Governador, conduzindo à otimização do tempo utilizado na formatação do documento e destinando-se maior tempo para análise qualitativa das informações. O Sistema permitirá melhor interlocução com as unidades durante o processo de elaboração dos Relatórios e visa aprimorar a qualidade e coerência das informações que também constam das Tomadas de Contas dos Ordenadores de Despesas/SEF, e subsidiam a elaboração de Relatórios da Controladoria-Geral do DF - CGDF.

O público alvo beneficiado com os produtos elaborados pela SUPLAN são os órgãos de controle interno e externo que recebem os relatórios com as informações de Governo, as Unidades Orçamentárias do Complexo Administrativo do GDF, uma vez que os produtos elaborados por essa Área em geral consolidam as informações de todas as unidades e refletem

a atuação do GDF, e ainda a sociedade, visto que as informações consolidadas e/ou produzidas pela SUPLAN/SEPLAG são disponibilizadas na internet.

Dificuldades encontradas

As dificuldades enfrentadas no exercício de 2017 dizem respeito a recursos humanos e tecnologia da informação.

No que se refere à informatização, os módulos do SAG e PPA integrantes do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO carecem de manutenção e de aperfeiçoamento para recuperar não só funcionalidades e relatórios como também promover atualizações e inovações visando melhorar a qualidade das informações que integram os instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do Governo do Distrito Federal. Com os recursos do Profisco-DF e apoio da SUTIC/SEPLAG e SUTIC/SEF, espera-se aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos na Área de Planejamento dessa Pasta. Nesse sentido, destaque-se que os trabalhos estão em andamento.

Em 2017, a SUPLAN/SEPLAG, também, sofreu com a carência de pessoal técnico para desenvolvimento das atividades, tanto no Órgão Central de Planejamento quanto nas Unidades Orçamentárias. No Órgão Central, até meados de dezembro/2017 a equipe técnica era constituída por apenas dez servidores efetivos, que desenvolvem atividades de coordenação, análise e consolidação das informações de todas as Unidades do Governo do Distrito Federal. Essas atividades englobam desde a elaboração e revisão do Plano Plurianual, seu acompanhamento e avaliação, até a elaboração de relatórios que integram a Prestação de Contas Anual do Governador.

Destaque-se ainda que na segunda quinzena de dezembro de 2017, a Subsecretaria de Planejamento recebeu quatro Auditores de Controle Interno, aprovados no último concurso de 2014, o que contribuirá para o desenvolvimento de suas atividades. Entretanto, considerando o longo período sem a recomposição da força de trabalho que foi reduzindo a cada ano, ainda há necessidade de melhorar a composição de sua Força de Trabalho e sua estrutura organizacional, com o restabelecimento de uma coordenação que possa atuar no desenvolvimento de estudos, metodologias, levantamento de informações e proposição de inovações metodológicas e tecnológicas para os instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do GDF visando a produção de informações gerenciais e estratégicas que auxiliem a tomada de decisões do Governo, bem como para dar continuidade à atualização dos mapeamentos de processos, cronogramas de atividades/responsabilidades, manuais de procedimentos internos, aperfeiçoamentos dos manuais e instruções destinados ao público externo da SEPLAG.

Vale ressaltar que o quadro reduzido de servidores, prejudica uma análise mais apurada das informações e o aperfeiçoamento do conteúdo dos relatórios encaminhados à CLDF e disponibilizados na Internet; dificulta a proposição de inovações e novas metodologias; limita as oportunidades de capacitação; e limita a atuação no desenvolvimento dos produtos decorrentes do PROFISCO-DF visto que há necessidade de compatibilização das atividades de rotina com as atividades de inovações.

Outro fator que vem dificultando a elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do GDF, refere-se à alta rotatividade dos servidores que atuam na área de planejamento das Unidades Orçamentárias, o que causa descontinuidade e pode comprometer a qualidade das informações prestadas ao Órgão Central.

Perspectivas e projetos estratégicos 2018

Para 2018, as principais perspectivas dizem respeito à mitigação e/ou resolução dos problemas enfrentados ao longo dos últimos exercícios, a saber: continuidade da capacitação dos servidores; melhoria da estrutura organizacional, modernização das ferramentas de trabalho, em especial dos sistemas de informática; impressoras e computadores mais modernos com melhor capacidade de processamento e softwares também mais modernos que permitam a

elaboração de relatórios com informações estratégicas de planejamento que subsidiem decisões de governo.

Outra expectativa para 2018 refere-se à avaliação dos Objetivos Específicos dos Programas do PPA 2016-2019, pois, espera-se demonstrar os avanços conseguidos em seus indicadores ao longo do processo de elaboração e execução do PPA 2016-2019, bem como, desenvolver estudos e pesquisas relativos à metodologia de elaboração e avaliação do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023 e seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS.

Dentre os projetos estratégicos, está em andamento o desenvolvimento do Sistema de Avaliação do PPA com recursos do Profisco-DF; o aperfeiçoamento do Sistema SIGGo/PPA para utilização quando da elaboração do próximo PPA 2020-2023, visto que esse Plano será elaborado em 2019, e o sistema adequadamente estruturado permitirá melhor interlocução das unidades com a SUPLAN/SEPLAG, durante o processo de elaboração do Plano.

ORÇAMENTO PÚBLICO – SUOP

Principais problemas identificados

Para realização de suas atividades a SEPLAG utiliza-se de sistemas informatizados, como o SIGGO, além de ferramentas gerenciais de Banco de Dados.

As dificuldades encontradas na realização das atividades estão relacionadas à deficiência dessas ferramentas de trabalho, destacando a inexistência de um sistema eficaz, compatível com a complexidade das demandas e a dependência de planilhas e documentos não integrados digitalmente, o que impossibilita a extração de informações qualitativas em tempo real.

Perspectivas e Projetos para 2018

Para o exercício de 2018 as perspectivas giram em torno de sanar as dificuldades relacionadas, de modo a propor mecanismos para melhorar o processo em tela, a fim de aperfeiçoar, dar celeridade e maior transparência aos assuntos demandados.

Importante ressalvar que alguns tópicos já estão sendo materializados com a reestruturação da subsecretaria e com a recomposição da força de trabalho, devido a nomeação de novos auditores de controle interno na área de planejamento e orçamento, quais sejam: o mapeamento dos processos internos da SUOP e levantamento das necessidades para modernizar a sistemática de elaboração das leis orçamentárias.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS - SCG

- **Parcerias Estratégicas:**

ENTIDADES PARCEIRAS	AÇÕES ESTRATÉGICAS CONTEMPLADAS
SEFAZ PRODAM SECRETARIA DA FAZENDA DO AMAZONAS – SEFAZ/AM EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S/A – PRODAM	a. Metodologias e procedimentos para a produção, tratamento e disseminação de informação. b. Metodologias, procedimentos e cooperação técnica para implementação de política de gestão de iniciativas de software livre, sua manutenção e aplicação em ações práticas para o Estado. c. Metodologias de desenvolvimento, construção e contratação de soluções informatizadas, em especial utilizando o software livre. d. Utilização de sistemas e softwares aplicativos de interesse das partes.
GOVERNO DE BRASÍLIA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	a. Customização (fábrica de software) de sistemas de TIC de gestão do ciclo de compras governamentais desenvolvidos por outro ente da federação para implantação no GDF. b. Consultoria especializada para formulação de metodologia integrada do ciclo de compras governamentais no âmbito do GDF. c. Capacitação de pessoas para a implantação da metodologia integrada do ciclo de compras governamentais no GDF.

SEFAZ-SP SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SEFAZ/SP BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS – BECSP	a. Metodologias e procedimentos para a produção, tratamento e disseminação de informação. b. Troca de experiências, metodologias e instrumentos de apoio à gestão de compras governamentais.
SEBRAE SEBRAE - DF SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/DF	Desenvolvimento de fornecedores e ampliação do acesso das micro e pequenas empresas e das empresas de pequeno porte (MPE/EPP), às compras governamentais realizadas pelo GDF.
caesb	a. Celebração de Acordo de Cooperação visando a cessão de direitos de uso de sistema de gestão de contratos. b. Apoio na customização e adaptação de sistema de gestão de contratos, às demandas da SCG.

Principais problemas identificados

No decorrer do ano de 2017 a SCG/SEPLAG observou alguns aspectos deficientes nas instruções processuais, principalmente no que tange às adesões a atas de registro de preços. Destacados abaixo os principais problemas encontrados:

- processos encaminhados com prazo exíguo para a perda de vigência das atas para adesão;
- instrução processual precária, muitas vezes sem a documentação mínima prevista no Decreto nº 36.519/2015;
- pesquisa de preços sem atendimento aos requisitos legais, dentre outros;
- necessidade de aumento de força de trabalho, aliado ao investimento em capacitação;
- necessidade de adoção de procedimentos e métodos com vistas à redução de tempo nas validações de propostas, pelas distintas partes interessadas;
- Os canais de comunicação: telefone, portal e-Compras, Hesk e publicação no DODF não garantem que todas as unidades do complexo administrativo do GDF tomem conhecimento do PLS ou que tomem ciência, em tempo, de respondê-lo;
- Grande rotatividade de pessoal na área de compras e almoxarifado das unidades;
- Metodologia de cálculo nos quantitativos de PLS: falta de descrição da metodologia para estabelecer métricas de dimensionamento;
- Dificuldade em consolidar os dimensionamentos dos órgãos, toda a consolidação feita em excel;
- Gerenciamento de Atas feito via Excel e Access;
- Falta de sistema via web para gerenciamento dos PACC, PLS, SC, Autorização de Compras;
- Falta de ferramenta para extrair relatórios, impossibilitando a utilização de indicadores, bem como a efetiva mensuração dos resultados;
- Desatualização do Decreto que regulamenta o SRP;
- Equipamentos de trabalhos (computadores) obsoletos e com configuração que não suporta o uso dos sistemas e planilhas;
- Rede muito lenta de modo a ocasionar perda de trabalhos.

Perspectivas e Projetos Estratégicos que serão trabalhados no ano de 2018

Para o próximo ano, o plano de ações do Programa COMPRASDF prevê, entre outros avanços, a instituição do sistema de governança em compras públicas, a aplicação de uma matriz de riscos para o Programa COMPRASDF, a efetiva implementação de um sistema de indicadores de avaliação do desempenho do mesmo Programa, a ser disponibilizado no contexto do sistemas de e-Compras e a execução do programa de certificação de competências para capacitação e reconhecimento da expertise dos servidores, nas várias demandas de conhecimentos do novo ciclo integrado de compras.

Serão implementadas as próximas fases de modernização do ciclo de compras no eixo Metodologia, com a elaboração de cadernos técnicos para subsidiar o planejamento das aquisições governamentais.

No eixo Tecnologia, a implantação dos sistemas eletrônicos para gestão do ciclo de compras públicas do GDF, apresenta o seguinte cenário:

- Sistema de Licitações (e-ComprasDF) com 45% implantando e em andamento para os primeiros meses de 2018 a publicação de portaria de sua implantação.
- Sistema de Almoxarifado e Materiais (e-SUPRI) com 77% implantado e em andamento as integrações com o sistema de controle financeiro da SEF-DF.
- Sistema de Gestão de Contratos (e-ContratosDF) - 100% de implantação no ambiente de homologação – encontra-se disponível para o ambiente de produção, na SEPLAG e SEF, com efetiva disponibilização para os órgãos e entidades do GDF a partir de maio/2018, de forma escalonada e mediante estabelecimento de cronograma a ser definido pela SEPLAG.

Com relação ao marco legal do COMPRASDF, encontra-se em processo de atualização as normas jurídicas atinentes ao ciclo de compras públicas, cuja demanda foi identificada em 2017 e a implementação constitui uma atividade contínua, na medida das prioridades do Programa.

Na linha do Desenvolvimento de fornecedores, a parceria com o SEBRAE/DF já disponibilizou um sistema de cadastramento de fornecedores e o primeiro semestre do ano de 2018 será decisivo para o cumprimento das metas de ampliação na presença do segmento, nas compras governamentais do GDF.

A Coordenação de Administração de Contratos e Convênios – CACC, assinala como metas para o exercício de 2018 o levantamento de requisitos e a customização do sistema e-Contratos, em vias de disponibilização, adaptando as funções à realidade do COMPRASDF e implantar no ambiente de produção, realizar o cadastramento dos contratos vigentes sob gestão desta pasta como piloto e até o fim do ano, expandir às demais Unidades Gestoras do Governo de Brasília. A pasta aponta, também, para a urgência, em 2018, de uma definição regimental, visando maior clareza dos papéis das unidades da SCG e das áreas demandantes, o que irá contribuir para a agilidade na resolução de problemas, muitas vezes de simples solução.

GESTÃO ESTRATÉGIA - SUPPE

Principais problemas identificados

Durante o ano de 2017, a atuação institucional desta Subsecretaria foi desempenhada a contento, muito embora tenha sido dificultada por uma série de percalços de logística e estrutura, destacando-se:

- Falhas na central telefônica instalada na sede da subsecretaria, que não conta com contrato de manutenção e tem limitações tecnológicas, por ser uma central analógica (em diversas ocasiões, os servidores tiveram que contar com serviços de telefonia particular para estabelecer contatos a serviço);
- Falta de manutenção predial e do gerador de energia: a sede da Subsecretaria funciona em uma casa própria reformada e adaptada para funcionar como uma Central de Monitoramento no Lago Sul, contando com gerador de energia e, devido à falta de contrato de manutenção, os reparos necessários ao bom funcionamento da sede foram arcados com recursos cotizados pelos próprios servidores (ex.: manutenção do portão eletrônico, serviços de solda, lavagem da caixa d'água, troca de velas do filtro de água, manutenção do telhado, compra e troca de lâmpadas, reparos na rede elétrica);
- Computadores: máquinas antigas, com defasagem tecnologia que não atendem mais a contento a necessidade da SUPPE;
- Rede lógica: lentidão e interrupção do sinal com certa frequência.

GESTÃO DE CONTRATOS CORPORATIVOS – SUCORP

Realizações

A Subsecretaria de Gestão de Contratos Corporativos – SUCORP-SEPLAG, em 2017, aprimorou a gestão dos contratos corporativos, os quais, por meio dos serviços contratados, possibilitam a manutenção cotidiana de órgãos e entidades e contribuem para que esses possam realizar as suas atividades-fins.

Em razão desses contratos, em órgãos e entidades atendidos, houve a prestação de um ou mais dentre os seguintes serviços: vigilância, brigada contra incêndio e pânico e limpeza, asseio e conservação. Ainda, houve o atendimento das necessidades relativas a serviços de telecomunicações e dados móveis, bem como foi possibilitada a inserção de estagiários. Além disso, houve a disponibilização de veículos, próprios ou locados, para diversos órgãos, bem como a gestão dos abastecimentos desses veículos e das manutenções dos veículos próprios.

Perspectivas e Projetos Estratégicos para 2018

- **Desenvolvimento/Implantação do Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos (SFCC) em parceria com a SUTIC e SCG**
  a) Situação atual: módulo de "Relatório Circunstanciado" foi concluído para os contratos de Brigada Civil, Vigilância e de Limpeza, Asseio e Conservação. Estão em desenvolvimento os módulos "Relatório Analítico" e "BI";
  b) Previsão de conclusão: desenvolvimento/implantação do módulo de "Relatório Circunstanciado" para os demais contratos da SUCORP e desenvolvimento dos módulos "Relatório Analítico" e "BI" para os contratos de Brigada Civil, Vigilância e de Limpeza, Asseio e Conservação: julho de 2018.
- **Atualização dos processos de Gestão de Transportes Logísticos e Táxi GOV**

a) Situação atual: atualização dos processos concluída em julho de 2017;
b) Previsão de conclusão: início da utilização do Táxi GOV prevista para julho de 2018.

- **Atualização do Manual de Execução de Contratos**

a) Situação atual: foi proposta, pela SUCORP, minuta de decreto que visava estabelecer atribuições e competências dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Distrito Federal no que se refere à supervisão, à coordenação, ao acompanhamento e à fiscalização da execução dos contratos corporativos da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Tal proposição é objeto do processo SEI nº 00410-00011467/2016-38. Por orientação da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEPLAG, o contido na minuta citada foi transferido para uma minuta de Instrução Normativa, a qual ainda está em tramitação;

b) Previsão de conclusão: março de 2018 para todos os temas de contratos corporativos já em execução.

Além dos projetos estratégicos citados, será continuado o trabalho de capacitação das comissões executoras e dos executores locais, visando dar continuidade ao aprimoramento da gestão dos contratos corporativos. A previsão é capacitar 600 executores até dezembro de 2018, sendo 300 em cursos com 40 horas de duração e 300 em cursos com 8 horas de duração.

SUBSAÚDE

Perspectivas e Projetos para 2018

- Finalização do projeto SIAPMED "Prontuário Eletrônico";
- Obtenção de dados epidemiológicos em tempo real;
- Interação com as equipes de Medicina do trabalho no subsidio de informações;
- Capacitação da equipe para produção de relatórios e estudos científicos;
- Elaboração de boletins epidemiológicos da situação de saúde dos servidores;
- Implantação da Sala de Situação;
- Execução dos exames periódicos para diminuir índice de absenteísmo dos servidores;
- Realização de procedimentos operacionais e capacitação dos núcleos de saúde com o objetivo de mapear os processos e redução do tempo para conclusão dos processos

ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG

Principais problemas identificados

- **Referentes à Gestão de Pessoas**

A adesão dos servidores para a participação nas ações de capacitação e desenvolvimento ainda é baixa, apesar da relevância dos temas e da competência dos instrutores.

- **Referentes à Arquitetura e à Manutenção Predial**

Ausência de contrato de manutenção preventiva e corretiva no âmbito desta Pasta;

Ausência de Ata de Registro de Preço especifica para compra dos materiais de manutenção da SEPLAG.

- **Referente à Gestão de Bens Inservíveis**

Falta de espaço definitivo para recolhimento dos bens inservíveis do GDF.

- **Referente à Gestão dos Imóveis da SEPLAG**

Faz-se necessário um sistema informatizado de gestão, com maior abrangência para o controle dos imóveis da carga da SEPLAG e, consequentemente, há necessidade de uma estrutura orgânica com uma equipe maior para vistoria e acompanhamento dos imóveis;

Dificuldades em se obter as certidões e as matrículas cartoriais dos imóveis sob a responsabilidade desta Pasta.

- **Referentes aos procedimentos disciplinares e às tomadas de contas especiais**

Há necessidade urgente de serem constituídas pelo menos 2 (duas) Comissões permanentes, compostas por (3) servidores estáveis e 1 (um) suplente, cada, para conduzirem os trabalhos de investigação e responsabilidade funcional, bem como o ressarcimento ao erário por meio de Tomada de Contas Especial.

Perspectivas e Projetos Estratégicos que serão trabalhados no ano de 2018

- **Pesquisa de Clima Organizacional**

A SEPLAG já possui um histórico de mensuração do clima organizacional, tendo sido realizado em 2 (dois) cenários, a saber: SEPLAG, SEPLAG + SEGAD, após a junção dessas Secretarias.

Essa nova intervenção se dará após 2 (dois) anos da última aplicação. Isso permitirá fechar um ciclo de gestão evidenciando o legado acerca do clima organizacional na SEPLAG.

- **Programa de Qualidade de Vida**

As ações do Programa de Qualidade de Vida já vem sendo realizadas há 3 (três) anos. A cada ano são incluídas novas propostas, melhorando cada vez o Programa.

Para 2018 serão incorporadas novas ações advindas dos planos de ação que são gerados a partir das pesquisas realizadas.

- **Sala do Servidor**

Para 2018 contaremos com uma sala de convivência que será multifuncional: a sala do servidor, a sala de capacitação e a sala de eventos.

Esse espaço será fundamental para a realização das ações previstas para 2018 e já sana muitos dos entraves encontrados em 2017.

- **Anjos da SEPLAG**

Em 2018 a SEPLAG contará com uma equipe que se disponibilizou a ser anjo/mediador de ações de voluntariado.

A proposta é que o grupo visite instituições, proponha ações e inicie campanhas internas das mais diversas frentes, num movimento dialético de doar e se doar, incentivando os servidores a melhorarem a sua saúde social e espiritual.

Essas perspectivas foram apontadas na pesquisa de saúde como sendo as com maior necessidade de melhoria.

- **Café com a Gestão de Pessoas**

Serão realizados, no início de 2018, encontros de servidores com a Gestão de Pessoas, a fim de serem levantadas propostas no sentido de melhorar não só a gestão, mas a qualidade de vida e a motivação dos servidores.

- **Publicar o Guia de Acervo sob Custódia do NUGED**

O Guia de Acervos do NUGED visa informar, orientar e aprimorar o atendimento aos servidores e cidadãos interessados em informações constantes dos documentos por ele custodiados.

Sua elaboração encontra-se em andamento. Dados sobre os diversos órgãos foram levantados utilizando-se por base os normativos de sua constituição, alteração e extinção. Encontra-se em levantamento dados reais sobre os acervos. A elaboração do Guia terá continuidade em 2018.

- **Publicar o Manual de Gestão de Documentos Administrativos do Governo do Distrito Federal (documentos e processos físicos)**

O Manual tem por objetivo uniformizar o tratamento dispensado aos documentos e processos físicos no âmbito do Governo, principalmente nesse momento de transição para um novo sistema, o SEI.

O Manual encontra-se finalizado, conforme processo 00410-00012663/2017-19, inclusive tendo sua edição e formatação realizadas pela Escola de Governo (EGOV) e sua capa idealizada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

- **Revisar e publicar o Manual de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal**

Foi instituído por meio da Portaria n.º 39, de 15 de agosto de 2017, sendo coordenado pela CDOC. Estão sendo realizadas reuniões e o Manual tem data prevista de lançamento em 2018.

- **Realizar o Fórum da REPROT-DF**

A fim de consolidar no Fórum as discussões, para implementação de ferramentas e de processos de melhorias, apresentações de cases de modernização da gestão documental nos órgãos da Administração Direta e Indireta do GDF.

Criar assessoria especializada dentro da SUAG, responsável pelos procedimentos de apuração de responsabilidade de servidor e de Tomada de Contas Especial.

- **Estruturar o Depósito de Bens Inservíveis**

Estruturação de novo depósito de bens inservíveis, visando solucionar definitivamente a demanda da guarda de bens inservíveis no âmbito do GDF, considerando a transferência do depósito de Bens Inservíveis/SEPLAG, elencado no Anexo único da Lei citada, entre os imóveis que serão transferidos ao IPREV.

- **Firmar Contrato de Manutenção Predial**

Contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI.

O objeto abrange os imóveis sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG e da Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais – CACI.

Os serviços deverão ser prestados nos endereços relacionados no Anexo I, do Termo de Referência 3 (5288381) do Processo SEI 00410-00013817/2017-81 – Relação de Imóveis e em outros endereços de imóveis sob responsabilidade ou que vierem a ser incorporados futuramente pelas Secretarias citadas no parágrafo anterior.

- **Implantar o Sistema de Energia Solar Fotovoltaica**

Implantação do sistema de captação de energia solar por células fotovoltaicas no Palácio do Buriti e na Escola de Governo, com auxílio de representante da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal-METRÔ/DF na composição de comissão técnico-administrativa, no sentido de colaborar na elaboração do Termo de Referência.

- **Concluir a obra para a recuperação da laje do Edifício Anexo do Palácio do Buriti**

Conclusão da obra para a recuperação da laje do Edifício, executada pela NOVACAP, contemplando os serviços de demolição, retirada de demolição e vestiários do subsolo.

- Reorganizar e definir as atividades inerentes ao Sistema Integrado de Malotes.
- Reorganizar a gestão de documentos com a visão eletrônica decorrente da conclusão da implantação do SEI.
- Realizar curso do SICOP na modalidade EAD com vistas a orientar o usuário no trato com o processo legado, após a implantação do SEI.
- Modernizar o sistema do CFTV, com o objetivo de melhorar o monitoramento e a vigilância no Edifício Anexo do Palácio do Buriti.
- Implantar a Brigada voluntária e realizar exercício de evacuação do Edifício.
- Construir o bicicletário com vestiários para os usuários. Aditivo do Processo aprovado. Previsão de conclusão Abril/2018.
- Viabilizar a criação de um Sistema de Gestão Patrimonial do Distrito Federal.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 32201

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN – empresa pública de direito privado, instituída pela Lei no 4.545, de 10/12/1964, é constituída sob a forma de Sociedade por Ações. Integra a Administração Indireta do GDF e vincula-se à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG.

Tem por finalidade estatutária:

I. Realizar e promover pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georreferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental, de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e de outras áreas de influência do território distrital;

II. Disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes à área de competência da Companhia;

III. Analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais;

IV. Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas e para a preparação de planos e programas de governo;

V. Analisar, identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, sociais, urbanos e ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos visando à elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes;

VI. Articular e promover a cooperação técnica visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;

VII. Produzir e organizar as informações sociais e econômicas relativas ao território do Distrito Federal;

VIII. Participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbano do Distrito Federal – SITURB;

IX. Prestar consultoria técnica a outros órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada e contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas serviços e estudos, bem como realizar concursos, respeitada a legislação pertinente;

X. Hospedar e dar suporte operacional à Central Única de Atendimento Telefônico do Governo do Distrito Federal, viabilizando sua disponibilidade, sustentação e segurança das informações, em conformidade com o Decreto Distrital nº 24.110, de 1º de outubro de 2003, e Decreto Distrital nº 34.410, de 29 de maio de 2013.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	44	76	19	279	418
Comissionados sem vínculo efetivo	17	0	14	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	4	0	5
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2

Estagiários	0	4	0	9	13
Menor Aprendiz/ Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros – especificar (Conselheiros)	0	0	0	0	0
Subtotal	**64**	**80**	**37**	**288**	**469**
(-) Cedidos para outros órgãos	0	44	0	109	153
Total Geral	**64**	**36**	**37**	**179**	**316**

Em 2017, a Codeplan implementou um Programa de Demissão Voluntário - PDV, reduzindo a Força de trabalho da Empresa (quadro de pessoal permanente) em 105 empregados.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
2912 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS	**2.092.735,00**	**101.386,00**	**101.380,56**	**82.999,86**
0013 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF-DISTRITO FEDERAL	2.092.735,00	101.386,00	101.380,56	82.999,86
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	**40.807,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA--ENTORNO	40.807,00	0,00	0,00	0,00
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRAFICAS	**40.807,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRAFICAS--DISTRITO FEDERAL	40.807,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**37.096,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5875 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF-DISTRITO FEDERAL	37.096,00	0,00	0,00	0,00
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**118.707,00**	**4,00**	**0,00**	**0,00**
6181 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	118.707,00	4,00	0,00	0,00
4105 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	**300.404,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	300.404,00	0,00	0,00	0,00
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	**17.266.864,00**	**23.069.960,00**	**22.457.144,56**	**19.458.205,56**
0003 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	17.266.864,00	23.069.960,00	22.457.144,56	19.458.205,56
TOTAL - 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS	**19.897.420,00**	**23.171.350,00**	**22.558.525,12**	**19.541.205,42**

1. ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

A CODEPLAN, durante o exercício de 2017, manteve diversas pesquisas domiciliares como a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD, Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD e a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, sob sua coordenação e execução direta e/ou em parceria com instituições conveniadas. No decorrer do exercício, iniciou-se um planejamento para a nova PDAD/PMAD, num novo formato de coleta, que dará mais agilidade à pesquisa, com ganhos de qualidade e redução do tempo de campo de 1 ano e meio para 4 meses. A Companhia está em tratativas com o IEL/FIBRA para que este possa realizar a coleta de campo, sob a supervisão da DIEPS/CODEPLAN.

Destacamos a seguir algumas atividades desenvolvidas pela CODEPLAN na área socioeconômica:

- A continuidade das pesquisas por CATI (pesquisa por telefone), via central de atendimento ao cidadão, para diversos órgãos do GDF, como a Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria de Mobilidade, Secretaria de Fazenda, entre outros. Esta atividade teve grande reconhecimento ao ser selecionada para a final do prêmio ENAP e do prêmio de inovação da SEPLAG, como iniciativa revolucionária e com destaque para melhoria e eficiência do gasto público. A CODEPLAN também auxiliou na coleta de informações sobre jovens no Paranoá Parque, na pesquisa de campo conjunta com a Fiocruz.
- Elaboração do cenário macroeconômico do DF para o relatório dinamização da economia do DF, num grupo de trabalho do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico de Análise da Economia do DF - CDES.
- Trabalho conjunto com a Secretaria de Fazenda para o mapeamento do comércio interestadual do DF e outras UF´s, a partir das bases da nota fiscal eletrônica. A partir desse esforço inicial, foi possível a construção de uma primeira matriz insumo-produto, com correção para o comércio interestadual do DF. Assim, é possível verificar com melhor acurácia os efeitos encadeados de estímulos em setores específicos do DF. A CODEPLAN e a Secretaria de Fazenda pretendem estreitar essa cooperação, através de um Acordo de Cooperação Técnica, ACT. Este ACT encontra-se em tramitação e será instrumento importante para consolidar essa linha de pesquisa.
- Assessoria direta às secretarias e órgãos de governo: secretaria de cultura, secretaria de educação, SEPLAG, secretaria de fazenda, SEDESTMIDH, secretaria da criança, entre outros.
- Apresentação de artigos e trabalhos em congressos e eventos internacionais como o encontro realizado pela Associação Nacional de Pós-graduação em Economia (ANPEC).
- Participação em eventos externos como o seminário conjunto com pós-graduação do departamento de estatística da UnB e a apresentação junto ao CDES de trabalho sobre a dinamização da economia do DF, Câmara Legislativa, entre outros.
- Participação e coordenação do Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF. A Codeplan vem atuando no Comitê Executivo de Gestão Estratégica da Informação – CEGEI, que reúne diversos órgãos do GDF, com o intuito do compartilhamento de informações. A Companhia vem desenvolvendo a infraestrutura necessária para a recepção dessas informações. Assim, diversas plataformas foram criadas com este objetivo, podendo-se citar a Pesquisa SIEDF, o Monitor do Mercado de Trabalho, o Brasília em Mapas e ferramentas como Geocode e o portal das ortofotos.
- Organização de Seminário Perspectivas para Economia do DF e Brasil, com o lançamento do primeiro Boletim de conjuntura do DF, participação de pesquisadores de ponta na

economia nacional, de instituições como o BID, FGV/IBRE, IPEA, Instituição Fiscal Independente/Senado Federal, BRB, entre outros.
- Lançamento da Pesquisa Distrital por Amostra por Domicílios 2016 e avaliações derivadas das PDAD´s, como o Perfil do Negro no DF entre 2011 a 2015.
- Artigos para imprensa local, como o artigo "Brasília, muito além da esplanada", e diversas entrevistas para órgãos de imprensa local como rádio, jornal e TV.

A CODEPLAN, também, assessorou diretamente a SEPLAG e demais órgãos do Governo do Distrito Federal, com a elaboração de notas técnicas, informações estatísticas e georreferenciadas, auxílio ao planejamento de diversos órgãos e na avaliação de projetos e programas. As diversas atividades desenvolvidas tiveram grande repercussão na imprensa local, tendo sido realizadas várias entrevistas e reportagens sobre os trabalhos produzidos pelos técnicos da diretoria.

Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2017

A pesquisa 2017 mantém como unidade de investigação o Domicílio Particular, objetivando levantar a situação socioeconômica, demográfica e de moradia dos residentes nas áreas urbanas das Regiões Administrativas do Distrito Federal, atualizando as informações das PDAD's realizadas em 2004, 2011 e 2013.

A realização da pesquisa em 2017 encontra-se em fase de contratação de empresa terceirizada, para coleta de dados, com previsão de início do campo na primeira quinzena de fevereiro de 2018. Foi realizado todo o planejamento de execução da pesquisa, envolvendo a definição amostral, elaboração do questionário, dos manuais da pesquisa, e logística de controles de qualidade das informações a serem coletadas. Foi criado grupo de trabalho na Codeplan, para discutir e definir aspectos técnicos metodológicos e de conteúdo do questionário. Também foi elaborada minuta para alteração do Decreto que criou a PDAD, assim como proposta de constituição de um Conselho Consultivo da PDAD, ambos em fase de oficialização.

Pesquisas Complementares da PDAD/2017

Foram realizadas pesquisas no complexo do Morar Bem no Riacho Fundo II, no Paranoá Park e no Setor Noroeste do Plano Piloto. As análises de resultados encontram-se em elaboração, para subsidiar a expansão da PDAD.

Foram realizadas também as listagens de Santa Luzia/Estrutural e das novas áreas do Pôr do Sol e Sol Nascente, com o mesmo objetivo de subsidio a PDAD.

Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente e implantado no Distrito Federal em novembro de 1991.

Tem como objetivo oferecer indicadores com vistas à elaboração de políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho.

A PED/DF é realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

No âmbito desta parceria de execução da PED/DF, coube à Codeplan a coordenação técnica da pesquisa, a crítica e a elaboração de tabelas (Núcleo de Estatística). Foram realizadas em 2017, doze pesquisas mensais e um Balanço anual cujos resultados foram divulgados e disponibilizados no site: www.codeplan.df.gov.br.

Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD – 2017

A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD vem suprir a carência de dados e informações com vistas a subsidiar o Governo do Distrito Federal e de Goiás no planejamento e na tomada de decisões, bem como os demais órgãos públicos e privados e organismos envolvidos com a questão do desenvolvimento socioeconômico da área metropolitana da capital do país.

Constituem-se objeto de investigação da pesquisa, as áreas urbanas de 12 municípios goianos próximos ao DF, a saber: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Cocalzinho, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Em 2017 foram realizadas coletas de dados, mediante amostra probabilística, em 07 municípios: Alexânia; Cidade Ocidental; Cristalina; Formosa; Luziânia; Novo Gama e Santo Antonio do Descoberto. O restante dos municípios, Águas Lindas de Goiás; Cocalzinho; Padre Bernardo, Planaltina e Valparaíso de Goiás; serão pesquisados em 2018, mediante contratação de empresa terceirizada.

Tão logo seja complementada a pesquisa, os dados, análises e informações serão disponibilizados no site da Codeplan.

Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB/DF

A Codeplan é a responsável pelo cálculo e divulgação do PIB local, em parceria com o IBGE. O PIB mede, em níveis agregados, todos os bens e serviços finais produzidos no país, nos estados e nos municípios, em determinado período. Atualmente é o principal indicador de acompanhamento da atividade econômica. O PIB do DF e dos demais Estados da federação são divulgados segundo a aferição da Produção e da Renda, numa objetividade do projeto Contas Regionais de construção de um sistema regional o mais completo possível. A Conta de Produção e a Conta da Renda são as duas primeiras de um conjunto de contas que estruturam um Sistema de Contas Nacional ou Regional. Pela ótica da produção são apresentadas estimativas do valor adicionado bruto por atividade econômica, expressas em valor corrente e em volume (taxa real), além do PIB a preços de mercado e PIB per capita. Pelo lado da renda, são apresentados os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços. O conjunto desses resultados possibilita ao governo, às empresas e estudiosos efetuarem análises sobre a capacidade produtiva e competitiva da economia do Distrito Federal. As bases de dados das Contas Regionais estão completamente integradas à série das Contas Nacionais do Brasil.

No âmbito do projeto "Produto Interno Bruto do Distrito Federal", executado anualmente, foram realizadas as seguintes atividades até 31 de dezembro de 2017:

- Solicitação e análise dos balanços contábeis de 2015 das empresas geradora e distribuidoras de energia elétrica, água e gás no Distrito Federal, para construção dos valores correntes do valor bruto da produção e consumo intermediário para a atividade

econômica geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana do PIB-DF, enviados ao IBGE.

- Projeção do PIB-DF, a preço de mercado, para os exercícios de 2015 a 2020 para atender solicitação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, realizada em abril de 2017.
- PIB-DF 2015 - Análise dos resultados preliminares das atividades econômicas.
- Participação da equipe no Encontro Nacional de Contas Regionais e PIB dos Municípios, no período de 11 a 15 de setembro de 2016, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para analisar os resultados preliminares do PIB/DF de 2010 a 2015 e a série retropolada de 2002 a 2009 das Contas Regionais.
- Elaboração da publicação anual do Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010-2015 e Série retropolada 2002 -2009.
- Elaboração de relatório referente ao desempenho econômico do DF em 2015 para composição da publicação anual das Contas Regionais do Brasil - IBGE.
- Divulgação do PIB/DF 2010-2015 e Série retropolada 2002-2009, em 16 de novembro de 2017.

Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON

O IDECON-DF consiste em um indicador de acompanhamento trimestral da atividade econômica local ao longo do ano, fornecendo informações sobre a expansão, estabilidade ou contração da economia do Distrito Federal, expressa pela variação da estimativa do volume produzido em cada trimestre, em relação à estimativa de igual período do ano anterior. É elaborado pela Codeplan com o objetivo de preencher a falta de informações atualizadas do desempenho da economia local, dada a defasagem da divulgação dos resultados das Contas Regionais do Distrito Federal, relativas ao PIB/DF. A metodologia tem por objetivo produzir um índice síntese da produção de curto prazo no Distrito Federal. Com a divulgação do IDECON – DF na periodicidade trimestral, a sociedade brasiliense conta com indicadores atualizados da produção, possibilitando subsidiar tomadas de decisões por parte do governo, setor privado e demais atores, na promoção do crescimento e desenvolvimento da economia local. Trata-se de relevante instrumento para subsidiar o planejamento governamental, assim como o planejamento empresarial.

Até 31 de dezembro de 2017 foram realizadas as seguintes atividades:

- Cálculo do Idecon-DF referente ao 4º trimestre e ao acumulado no ano de 2016 em comparação com os mesmos períodos de 2015, divulgado em março de 2017.
- Cálculo do Idecon-DF referente ao 1º trimestre de 2017 em comparação com o mesmo trimestre de 2016, divulgado em junho de 2017.
- Cálculo do Idecon-DF referente ao 2º trimestre e 1º semestre de 2017 em comparação a iguais períodos de 2016, divulgado em setembro de 2017.
- Texto sobre o Idecon-DF relativo ao 2º trimestre de 2017, para a Revista Brasília em Debate, publicada pela Codeplan.
- Cálculo do Idecon referente ao 3º trimestre de 2017, na comparação com igual trimestre do ano anterior, divulgado em dezembro de 2017, no site www.codeplan.df.gov.br.

A Codeplan acompanha e sistematiza dados de desempenho econômico e análises sobre setores econômicos. Alguns novos produtos foram lançados em 2017 com o objetivo de aprimorar e complementar os trabalhos já desenvolvidos. Nesse sentido, estudos como o boletim de conjuntura e os informes econômicos passaram a fazer parte da dinâmica.

Outras Atividades desenvolvidas pela Codeplan em Estudos e Pesquisas Socioeconômicas em 2017:

- Produção de informes econômicos de acompanhamento mensal, trimestral ou anual de indicadores econômicos, quais sejam: IPCA, Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), IDECON-DF, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF), Pesquisa por Amostra Nacional de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT), CAGED, etc. A produção desses informes vem ocorrendo periodicamente desde julho de 2017.
- Produção de Boletim de Conjuntura do Distrito Federal, de periodicidade trimestral, que tem por objetivo acompanhar o desempenho econômico do DF, oferecendo uma visão abrangente e racionalizada dos indicadores econômicos disponíveis para o Distrito Federal. O boletim foi lançado em 8 de dezembro de 2017.
- Seminário Perspectivas Econômicas para o Distrito Federal e o Brasil – seminário que teve por objetivo complementar as análises realizadas pela gerência ao longo do ano e, também, auxiliar no diagnóstico econômico para os próximos anos. O Seminário ocorreu no dia 8 de dezembro de 2017.

A Codeplan acompanha e sistematiza os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, relativos ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, procurando avaliar os impactos da dinâmica do nível geral de preços sobre a economia do Distrito Federal, conjugados com outros indicadores conjunturais da economia local e nacional.

Paralelamente à divulgação desses indicadores de preços, a Codeplan em parceria com a CEASA-DF, passou a divulgar mensalmente, as análises produzidas por aquele órgão, relativas ao comportamento dos preços hortifrutigranjeiros, denominado ICDF.

Os resultados das análises mensais são apresentados por meio de boletins, disponíveis no site da Codeplan.

Ao longo do ano de 2017, foram produzidas as análises de resultado de dezembro de 2016 e de janeiro a novembro de 2017. No âmbito dos trabalhos, procurou-se aperfeiçoar aspectos metodológicos de análise, apresentação e divulgação dos produtos mensais, objetivando maior clareza para a sociedade na compreensão dos impactos da inflação sobre a economia do Distrito Federal, sempre procurando apontar causas e consequências socioeconômicas.

Assim, seguindo metodologia nacional do IBGE, ancorada na POF, Pesquisa de Orçamentos Familiares, as análises do Banco Central do Brasil, particularmente no que tange às Atas do COPOM, que explicam as razões de definição da Taxa Básica de Juros para o Brasil e as tendência anunciadas pelos Boletins FOCUS, divulgados semanalmente, também divulgado pela autoridade monetária Brasileira, o NUPRE-Gecon analisa cerca de 400 produtos/serviços pesquisados pelo IBGE, mensalmente, em nível de DF e Brasil, que compõem os itens de consumo das famílias brasiliense, agrupados conforme o quadro a seguir.

Índice geral e grupos	QUANTITATIVO		
	SUBGRUPOS	ITENS	SUBITENS
Índice Geral	0	0	0
Alimentação e Bebidas	2	17	161

Habitação	2	5	29
Artigos de residência	3	6	34
Vestuário	4	6	35
Transportes	1	3	29
Saúde e cuidados pessoais	3	6	38
Despesas pessoais	2	4	27
Educação	1	4	19
Comunicação	1	1	1
TOTAL	**19**	**52**	**373**

Em 2017, a CODEPLAN desenvolveu atividades relacionadas a estudos, pesquisas, divulgação de dados, desenvolvimento de ferramentas de TI e trabalhos de apoio a empresa como um todo. Nos próximos tópicos foram detalhados esses trabalhos, sua finalidade e a situação de seus progressos.

ESTUDOS, PESQUISAS E DIVULGAÇÃO DE DADOS

- Anuário Estatístico do Distrito Federal 2017

  - Status: em andamento.

- Relatórios: PDAD 2015
- Apoio à Gerência de Pesquisas Socioeconômicas/DIEPS

  - Status: publicado no site da Codeplan.

- Relatórios: PED 2017
- Produção periódica do Anexo Estatístico e boletins temáticos da PED DF;

  - Status: publicado no site da Codeplan.

- Projeção da população por RA

- Status: foram concluídos os estudos preliminares, no entanto, como o IBGE está propondo uma revisão das projeções em 2017, a Diretoria decidiu aguardar a revisão do IBGE e revisar também as projeções por RA.

- Nota Técnica: "Análise dos Empregos Formais no Distrito Federal a Partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)". Geocodificação dos dados.
- Analise de dados da RAIS de 2006 a 2015 para o DF como um todo e de 2006 e 2014 para cada RA.

  - Status: concluído

- Nota Técnica: Empregos Formais Técnico-Científicos por RA
- Analise de dados da RAIS por RA considerando as CBOs, tendo como objetivo identificar a localização das carreiras classificadas como "técnico-científicas". Geocodificação dos dados.

  - Status: concluído

- Estudos de cadastros/dados administrativos de endereços.
- Estudo de compatibilização de dados cadastrais georreferenciados para uso interno.

    - Status: concluído

- Economia Criativa no DF
- Confecção de material no formato de dashboards e suporte na análise dos dados.

    - Status: concluído.

- Modelagem e Simulação da Antropização da Paisagem do DF
- Levantamento e simulação das transformações exercidas pelo homem sobre a cobertura da terra. Os dados são a série histórica do Uso da Cobertura da Terra entre os anos de 1984 até 2016. O trabalho pretende realizar projeção para os próximos 30 anos.

    - Status: em andamento.

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES E INFRA DE DADOS

Portal "Brasília em Números": melhorias

Reúne dados socioeconômicos do Distrito Federal. O objetivo do portal é prover informações relevantes para gestores públicos, imprensa e cidadãos em geral, com fácil usabilidade. A ferramenta ganhou novas aplicações e um novo modelo de gestão. Seguem essas aplicações e suas descrições:

- Brasília Metropolitana: Aplicação que apresenta resumo das informações mais solicitadas das RAs e municípios da AMB;
- Brasília em Painéis: traz retrato do Distrito Federal a partir de temas pré-selecionados, apresentando os indicadores mais relevantes em economia, demografia, habitação, saúde, educação, meio ambiente, mobilidade, entre outros;
- Pesquisas SIEDF: busca informações da API-SIEDF (banco de microdados com as principais pesquisas da Codeplan e outras bases) e permite que seus usuários realizem tabulações simples ou cruzadas e consolidem suas consultas em gráficos e mapas;
- Monitor do Mercado de Trabalho (MMT): é um termômetro do mercado de trabalho, com dados mensais sobre trabalhadores formalmente contratados e admitidos no Distrito Federal, a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Apresenta o histórico de salários por ocupações e lista aquelas com maior perda e ganho salarial.
- Status: concluído.

Portal "Brasília em Mapas".

Disponibiliza ferramentas para visualizar e analisar dados espaciais do Distrito Federal. Como o portal Brasília em Números, a ferramenta passa por uma reformulação e abrigará todas as plataformas de dados espaciais disponíveis atualmente na empresa, que são:

- Cobertura da Terra: Ferramenta que disponibiliza dados do mapeamento da cobertura da terra com imagens de satélite de 1984 a 2017;
- Geoserviço (ortofoto): Serviço de mapas com imagens aéreas (2009, 2013, 2014 e 2015) e de satélite (2016 e 2017);

- Catálogo: catálogo de metadados com as camadas de informações geográficas disponibilizadas pelo Núcleo de Geoinformação;
- Geocode: Serviço de localização de endereços desenvolvido a pedido da CGDF, atualmente utilizado pela Ouvidoria-DF e técnicos da Codeplan.
- Status: em andamento.

Geocode (antigo OpenLBS)

Serviço de localização de endereços desenvolvido a pedido da CGDF, atualmente utilizado pela Ouvidoria-DF. Melhorias foram implementadas e atualmente a ferramenta georreferencia bases estatísticas para estudos da CODEPLAN.

Status: concluído

Codeplan na Web

Serviço que busca na WEB menções sobre a Codeplan. Auxilia a ASCOM a dimensionar o impacto das ações da empresa sobre o público externo.

Status: concluído.

Morar Bem

Interface para inserção de dados pela equipe de digitação da GEREPS. Utilização foi com novos domicílios listados pela equipe.

Status: concluído.

Questionários Codeplan

Desenvolvido para atender demanda externa a partir do Lime Survey. Poderá ser utilizado em outras pesquisas de consulta online à população. Atualmente sendo utilizado na Pesquisa Jovem do Paranoá Parque.

Status: concluído.

Monitor do Mercado de Trabalho

Desenvolvido para atender demanda da Secretária de Trabalho. A utilização da ferramenta pode ser crucial na criação de novos cursos técnicos. Isso será possível, através do monitoramento dos postos de trabalho do DF e como ocorre a evolução dos postos de trabalho, ou seja, nas profissões em determinado período selecionado para estudo.

Status: concluído.

Geoserviço (ortofoto):

Atualização do serviço de mapas com os dados de 2016 e 2017,além da introdução de um novo layout e integração da ferramenta com o Geocode.

Status: em andamento.

API SIEDF

Arcabouço tecnológico para todo o conjunto de dados que o Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal – SIEDF irá prover. Atualmente suportam as bases de dados públicos – PDAD, PMAD, CAGED e PED.

Status: em andamento.

Brasília Metropolitana

Aplicação que apresenta resumo das informações mais solicitadas das RAs e municípios da AMB com base na PDAD e PMAD.

Status: concluído.

PROCULT

Internalização da aplicação PROCULT. Ferramenta de gestão de editais da Secretária de Cultura em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica entre CODEPLAN e SEC/DF.

Status: concluído.

PESQUISAS E ESTUDOS DE POLÍTICAS SOCIAIS

Pesquisa de Identificação e Percepção Social dos Usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal.

Esta pesquisa visou levantar informações sóciodemográficas, avaliar a satisfação e hábitos de consumo, captar o estilo de vida e a prevalência de fatores de risco e de algumas doenças crônicas dos usuários dos 14 Restaurantes Comunitários (RCs) existentes no DF.

Para tal, foram aplicados 7.083 questionários, no período de 22 de maio a 14 de junho de 2017, a indivíduos com idade igual ou superior a 14 anos, que compraram refeições e/ou marmitas em uma das unidades dos RCs. Conhecer as características dos consumidores do RC, por meio do relato in loco, quanto às suas condições socioeconômicas, à sua percepção a respeito da qualidade da alimentação, do serviço e das instalações físicas, ambientais e sanitárias desses equipamentos públicos. Permite aos gestores avaliar a política de segurança alimentar e nutricional, buscando aprimorar a oferta de serviços para o desenvolvimento social da Capital Federal.

Figura 1 – Localização dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal

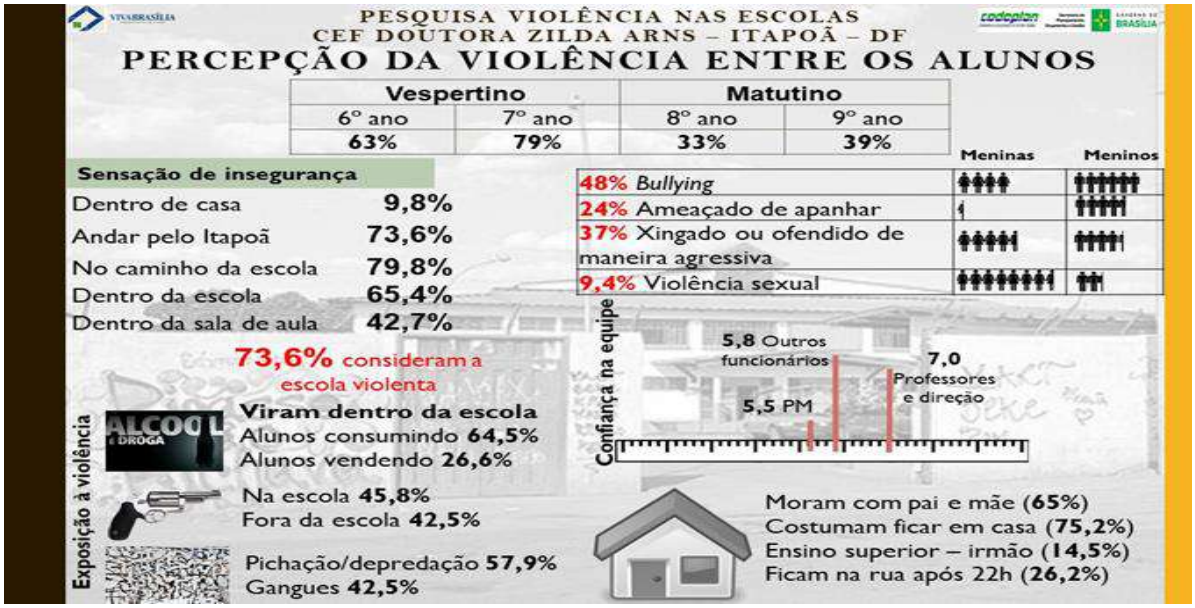
Os resultados preliminares foram divulgados no artigo "Perfil socioeconômico e aspectos da saúde dos usuários dos RCs no DF" publicado na Revista Brasília em Debate, n. 17 de setembro de 2017, disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasilia_em_debate/Brasilia_em_Debate_17.pdf

Pesquisa de Percepção da Violência Escolar por Alunos e Professores

A pesquisa foi uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública e da Paz do DF (SSP/DF) e a Codeplan em complementação às pesquisas de vitimização e violência no perímetro escolar. Um estudo de caso foi realizado no Centro de Educação Fundamental Prof. Dra. Zilda Arns no Itapoã e teve como objetivo coletar dados sobre a percepção da violência na ótica dos alunos e dos professores. Foi elaborado um questionário para cada um dos atores escolares cujo delineamento procurou compreender: o perfil do aluno e do docente, a sensação de segurança intra e extra-escolar, vitimização, relação com a PM e a relação com pares e com superiores na escola.

Os resultados foram apresentados em um seminário com professores e gestores da escola realizado no mês de dezembro de 2017.

Figura 2 – Resultados da Percepção da Violência entre os Alunos – CEF Zilda Arns



Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Paranoá Parque (em andamento)

A Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Paranoá Parque foi realizada em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Ministério das Cidades. Os principais objetivos dessa pesquisa foram: (i) identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários do Paranoá Parque, (ii) avaliar a percepção dos beneficiários sobre a sua satisfação e o seu sentimento de pertencimento nesse empreendimento e (iii) identificar a formação de capital social e a existência de circunstâncias que colaborem para a permanência ou saída dos beneficiários do Paranoá Parque.

A coleta de dados foi por meio de questionário, do tipo survey, em unidades do empreendimento Paranoá Parque, utilizando amostragem aleatória estratificada segundo tempo de residência, a partir de cadastro fornecido pela Codhab. A população-alvo foi composta por indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que fossem os responsáveis (ou seu cônjuge) do domicílio sorteado e localizado no Paranoá Parque.

Figura 3 – Cartaz de divulgação da pesquisa no Parnoá Parque



Pesquisa sobre o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, conforme Acordo de Cooperação Técnica com Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente/Secriança/FDCA (em andamento)

Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a adequação da execução das políticas públicas da socioeducação e sua integração e observação aos dispositivos legais garantidores de direitos e deveres do adolescente autor de ato infracional. Durante o ano de 2017, foram realizados esforços no sentido de aprovação e publicação de Acordo de cooperação com a Secretaria da Criança, visando o repasse de recursos para viabilizar a coleta de dados.

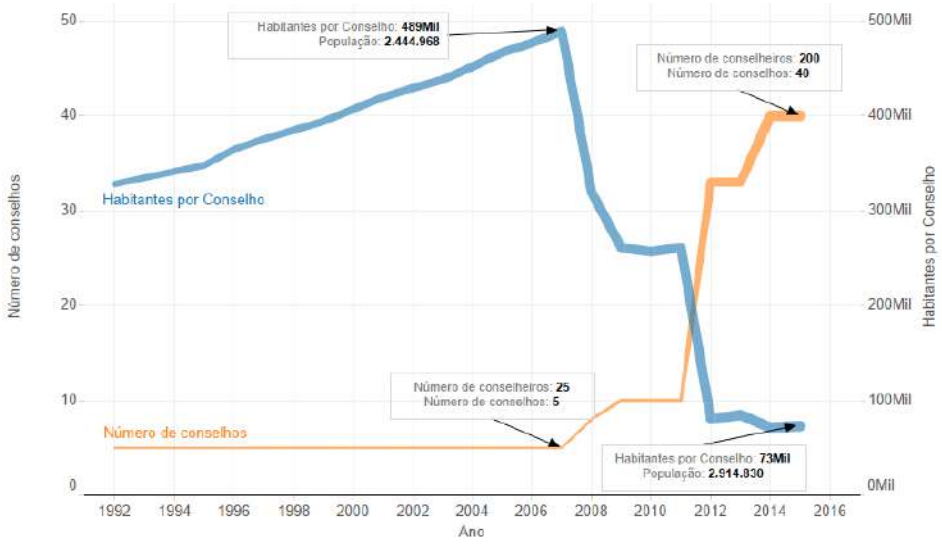
ESTUDOS E ANÁLISES DE POLÍTICAS SOCIAIS

O perfil dos Conselheiros Tutelares eleitos para o mandato 2015-2019

Os objetivos deste estudo foram recuperar o contexto histórico da atuação desses agentes, entender como tem sido o processo de eleição dos mesmos e mapear as interações institucionais que permeiam a atividade dos Conselhos Tutelares no DF.

Este estudo está disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/2017/Estudo_Conselho_Tutelar_no_Distrito_Federal_2017.pdf

Figura 4 – Relação entre habitantes por conselho e número de conselhos

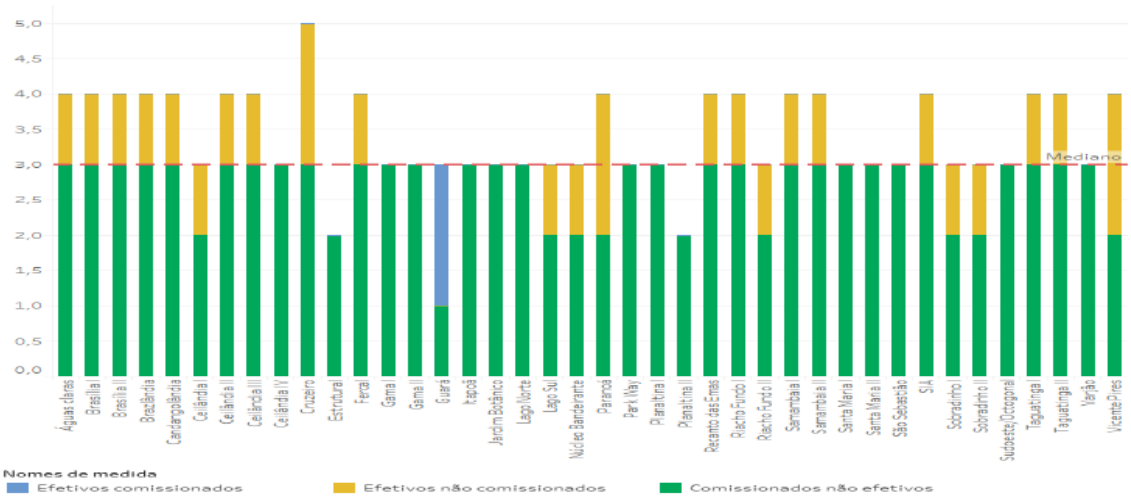


Estrutura dos Conselhos Tutelares do DF

Este estudo buscou, a partir da aplicação de questionários e visitas a todos os Conselhos Tutelares do Distrito Federal, coletar informações sobre estrutura física da unidade, sua articulação com a rede e sobre o seu processo de trabalho. Neste trabalho, também foram realizadas entrevistas com coordenadores de seis unidades escolhidas segundo critérios estabelecidos pela Secretaria da Criança e Codeplan, levantando informações sobre a estrutura, organização, atuação e trajetória do Conselheiro no DF e a sua percepção sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Este estudo, cuja publicação não foi autorizada, foi entregue à Secretaria da Criança.

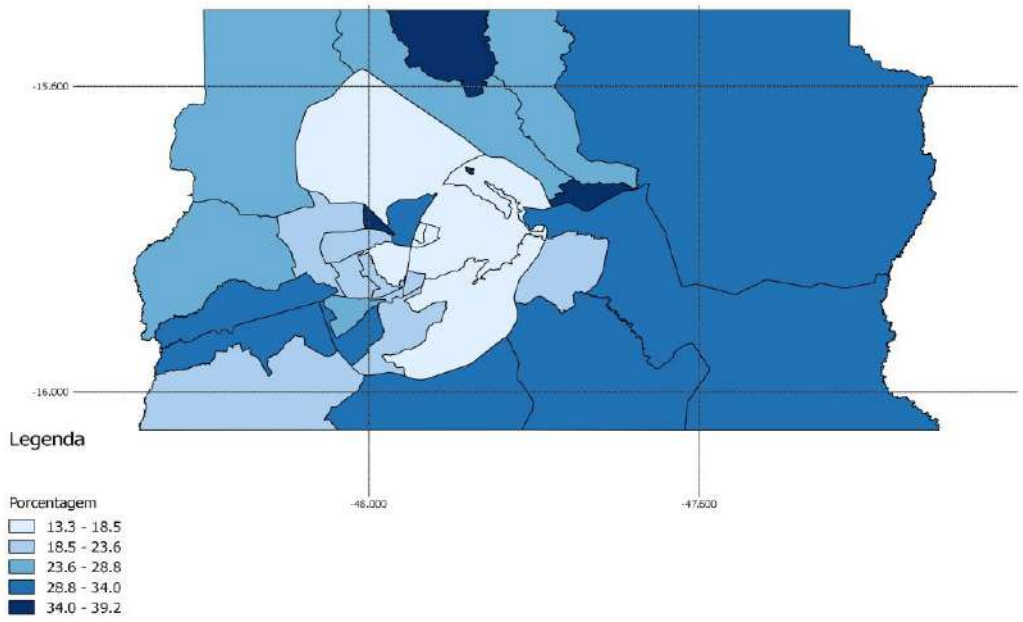
Figura 5 – Quantidade de profissionais por Conselho Tutelar



O estudo levantou o perfil do jovem do Distrito Federal e identificou as principais diferenças entre as regiões administrativas, de forma a colaborar para o ajuste de oferta de políticas, buscando o rompimento de padrões de desigualdade e vulnerabilidade presentes no Distrito Federal.

Este estudo está disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/2017/Estudo_Crian%C3%A7as_e_Adolescentes_no_Distrito_Federal_2017.pdf

Figura 6 - Percentual de crianças e adolescentes nas regiões administrativas do DF - 2015/2016



Documentário - Os Desafios de ser Mulher no Distrito Federal

Este trabalho propôs uma apresentação dos desafios de ser mulher na atualidade, com foco nas mulheres de 30 a 59 anos. Essas mulheres são aquelas que, espera-se, já tenham passado pela fase escolar e estejam inseridas no mercado de trabalho. Com perfis diferentes e histórias de vida que nos mostram o quanto os desafios podem ser superados no dia a dia, seis mulheres ilustram esse vídeo, bem como, os dados socioeconômicos produzidos pela DIPOS.

O vídeo está disponível em: http://tv.codeplan.df.gov.br/codeplan.php?id=315

Figura 7 – Foto do lançamento do documentário "O Desafio de ser mulher no DF"- 2017



Um Olhar sobre a População LGBT no DF

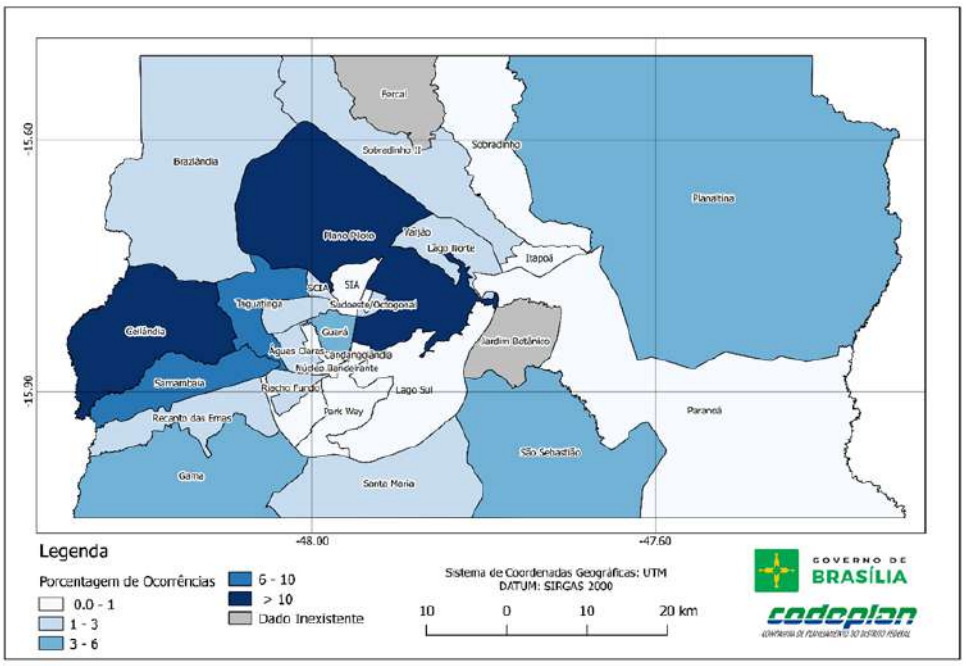
Esse estudo teve como objetivo dar luz às informações sobre a população LGBT, ao identificar dados estatísticos sobre domicílios em que os responsáveis declararam possuir relacionamento homoafetivo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e outras pesquisas internacionais que tratam sobre esta temática. Além disso, foram analisadas as ocorrências criminais contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) no Distrito Federal (DF), de acordo com dados obtidos na Polícia Civil e os registros de denúncias no Disque 100. Também constou em anexo um glossário contendo a definição dos termos relacionados a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para um melhor entendimento acerca de expressões e evitando a ocorrência de preconceitos e discriminação no uso inadequado de expressões e temas.

A análise destes dados parte do pressuposto de dar visibilidade à fragilidade dessa população dentro de uma sociedade que tem como característica o padrão heterocisnormativo. Ressaltando que não se trata apenas de casos de violência urbana, mas de homofobia e subversão de direitos.

O estudo está disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/2017/Um_olhar_sobre_a_populacao_LGBT_2017.pdf

O vídeo da apresentação do trabalho está disponível em: http://tv.codeplan.df.gov.br/codeplan.php?id=352

Figura 8 - Vitimização da população LGBT – distribuição das ocorrências policiais



A Importância da Articulação Intersetorial na Administração Pública

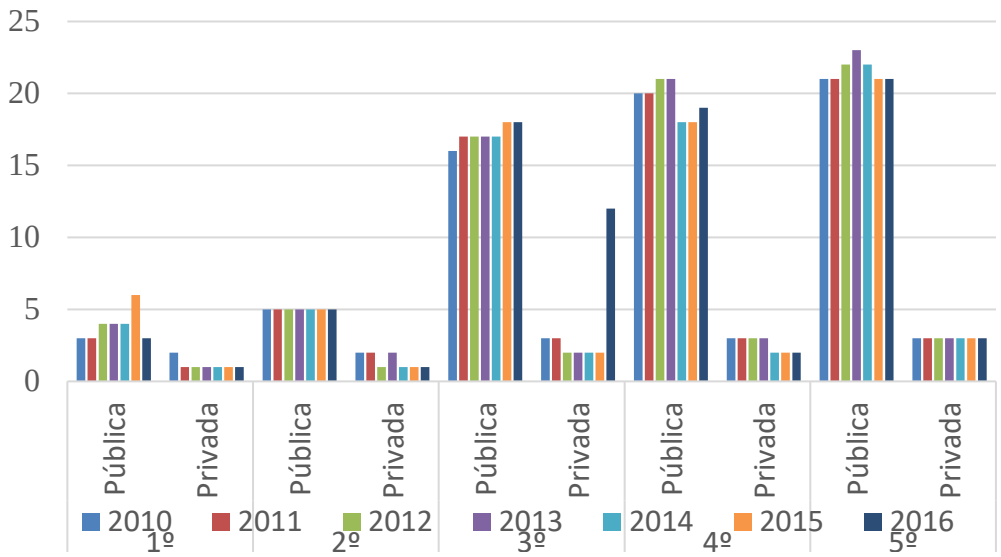
Este texto discutiu as vantagens da abordagem intersetorial nas políticas públicas. Ressalta a relevância da articulação entre os vários agentes que participam do processo, possibilitando maior eficiência no gasto público e a transparência decorrente de um trabalho feito por várias instituições. A abordagem intersetorial pode privilegiar o interesse público, iniciando um processo de mudança da situação na qual grupos de maior poder de pressão exercem grande influência na ação governamental. Nesta proposta, o servidor público deve estar preparado para fazer prevalecer o interesse coletivo no desenho e implantação de políticas públicas. A articulação entre setores é facilitada pelas tecnologias de informação e comunicação, que devem ser utilizadas para facilitar a interação entre as diversas instituições e também a sociedade civil.

O estudo está disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/TD/TD_31_A_Importancia_da_Articulacao_Intersetorial_na_Administracao_Publica_2017.pdf

Defasagem escolar no Distrito Federal (em andamento)

A pesquisa objetivou levantar dados sobre a defasagem dos alunos em idade escolar no ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) e ensino médio no Distrito Federal, comparando escolas pública e privadas. O objetivo inicial foi apenas o levantamento de dados com base no Censo Escolar entre os anos de 2011 e 2016. O trabalho foi parte de um estudo que compôs uma série de informações sobre a situação escolar da criança e do adolescente do Distrito Federal, em atendimento à demanda do Projeto Criança Candanga.

Figura 9 - Taxa de distorção idade-série para Anos Iniciais



Estudo de Acompanhamento das Metas 1 e 2 o PDE – 2015-2024 (em andamento)

Esse Projeto é uma proposta de acompanhamento das Metas 1 e 2, previstas no Plano Distrital de Educação:

- "Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender, no mínimo, 60% da população dessa faixa etária, sendo, no mínimo, 5% a cada ano, até a final de vigência deste Plano Distrital de Educação – PDE, e ao menos 90% em período integral. Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes, a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, ainda, até o último ano de vigência deste Plano, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade".
- O objetivo é verificar o quanto o Distrito Federal tem avançado para o cumprimento da meta e gerar dados para possíveis tomadas de decisão. Para tanto, foram utilizados dados da PNAD 2015 (projeção populacional) e os dados de matrícula do Censo Escolar 2016 para, a partir da totalidade da população declarada por idade, verificar a matrícula na rede.

A pesquisa está em elaboração.

Nota técnica sobre o trabalho socioassistencial – O Serviço Especializado em Abordagem Social

Nota técnica "Contextualização para embasar o projeto de pesquisa sobre socioeducação no DF-jul/2017"

Nota Técnica "Levantamento de literatura relacionada ao II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal" (em andamento)

Artigo publicado na revista Brasília em Debate da Codeplan " Jovens do DF - perfil sociodemográfico, escolaridade e inserção produtiva."

Artigo publicado na revista Brasília em Debate da Codeplan " Perfil socioeconômico e aspectos da saúde dos usuários dos Restaurantes Comunitários no DF"

Artigo publicado na revista Brasília em Debate da Codeplan "Estudo de Carga Global de Doença: mortalidade e morbidade entre 1990 e 2015" realizado em parceria com o Grupo de Pesquisa do Projeto GBD Brasil da UFMG.

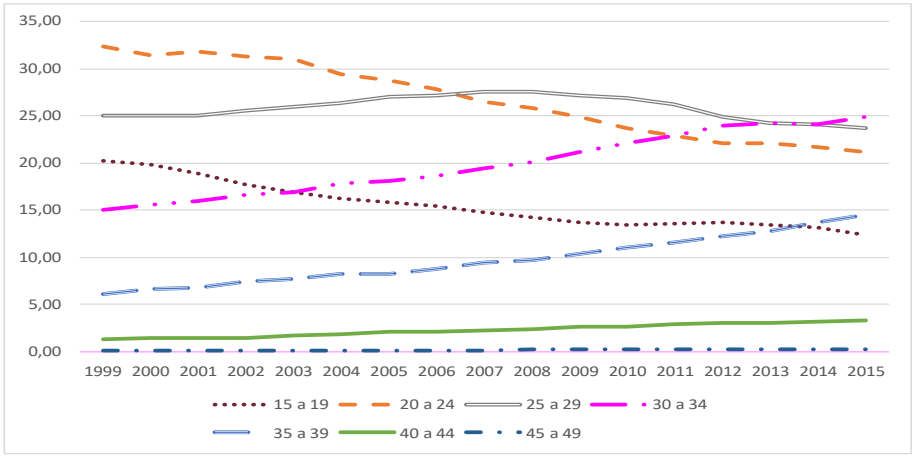
ESTUDOS E ANÁLISES POPULACIONAIS

Nascidos Vivos no Distrito Federal – 2000 a 2015 (em andamento)

Trata-se de um estudo descritivo sobre os nascidos vivos de mães residentes no Distrito Federal, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos do Ministério da Saúde (SINASC) para os anos de 2000 a 2015.

O estudo descreve os nascidos vivos a partir das características das mães segundo as variáveis: idade da mãe, escolaridade da mãe, raça/cor, consultas de pré-natal, duração da gestação, tipo de parto e peso ao nascer.

Figura 10 - Participação relativa de nascidos vivos, segundo idade da mãe. Distrito Federal,1999 a 2015



Fonte: Ministério da Saúde / SINASC

Indicadores Demográficos do Brasil Central – 2000/2010/2015 (em andamento)

Analise demográfica dos estados que compõem o Brasil Central (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia e Maranhão) entre o período censitário de 2000 e 2010 e as estimativas do IBGE para 2015.

Projeção da população para o Distrito Federal e suas Regiões Administrativas (em andamento)

Produto do Acordo de Cooperação Técnica entre a Codeplan e o IBGE com o objetivo de elaborar as projeções de população estadual e de aprimoramento metodológico das estimativas de populações municipais. Isso envolve a promoção de discussões sobre as metodologias adotadas, buscando a utilização de metodologia comum, definindo os parâmetros a serem empregados,

bem como as hipóteses a serem adotadas para a elaboração da revisão 2018 das projeções de população estadual, no âmbito da construção ou consolidação do Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais (SISPEP).

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- Fundação Oswaldo Cruz
- Secretaria de Segurança Pública e Paz Social (em andamento)
- Secretaria de Estado da Saúde (em andamento)

ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS

PRINCIPAIS PESQUISAS

Construção de Indicadores de Qualidade Urbana e Ambiental para o DF - Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre CODEPLAN e SEGETH

Principais produtos:

- 1ª Oficina de nivelamento
- Definição das dimensões de agregação de indicadores através de reuniões setoriais por eixos temáticos realizadas entre abril e junho;
- Relatório Parcial, elaborado pela CODEPLAN, abarcando a definição da metodologia, a busca de referências e estabelecimento de definição de critérios para a construção de indicadores;
- Oficina I – Apresentação dos indicadores previamente selecionados por eixo temático a um grupo de especialistas e técnicos do GDF;
- Oficina II – Apresentação dos primeiros resultados da construção dos indicadores de qualidade urbana e ambiental do DF;
- Apresentação ao Conselho de Planejamento do DF – CONPLAN.

Relatório Cenários de Longo Prazo para a Coordenação do ZEE

- Relatório Técnico com a apresentação do "Cenários do ZEE para o DF" com o objetivo de subsidiar a construção e o detalhamento do zoneamento proposto. Foram estabelecidos dois cenários onde o "Cenário Tendencial" refere-se ao prognóstico da situação atual, sem considerar a implementação de novas medidas de gestão, enquanto o "Cenário Desejado" foi construído a partir da percepção dos diversos atores sobre um futuro ideal do DF para 20 anos.

Texto para Discussão "A Construção de Cenários para o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal"

- O Texto para discussão reúne os principais temas e questões relativos à construção dos Cenários que subsidiaram o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), no período compreendido entre 2012 e 2016. O objetivo do trabalho foi extrair e apresentar uma síntese dos cenários produzidos pelo Relatório "Cenários do ZEE para o DF".

ESTUDOS E PESQUISAS URBANAS

Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Sul

- O Estudo de Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial - UPT Sul (UPT - VII) apresenta dados, informações e análises que abrangem aspectos socioeconômicos, urbanos e ambientais relativos ao conjunto das quatro Regiões Administrativas que compõem essa UPT (Gama, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo II). Tem como referência a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), a Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal (IDE/DF) e o Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF (SITURB), bem como a base de dados do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do DF.

Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Norte

- O Estudo de Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial - UPT (UPT - VII) apresenta dados, informações e análises que abrangem aspectos socioeconômicos, urbanos e ambientais relativos ao conjunto das quatro Regiões Administrativas que compõem essa UPT (Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia e Samambaia). Tem como referência a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), a Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal (IDE/DF) e o Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF (SITURB), bem como a base de dados do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do DF.

Estudo Urbano e Ambiental do Município de Águas Lindas de Goiás

- O Estudo Urbano e Ambiental do município de Águas Lindas de Goiás – GO apresenta informações específicas sobre aspectos urbanos e ambientais que complementam as informações socioeconômicas da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD do município. Abrange itens como: histórico, localização, limites, informações geográficas, unidades de conservação e parques, hidrografia, evolução da ocupação urbana, setorização, infraestrutura urbana, equipamentos nas áreas de educação, saúde e segurança, principais instituições, equipamentos de lazer, áreas comerciais, sistema viário, tendência à verticalização, aspectos culturais e turísticos. As informações são ilustradas com mapas/figuras, tabelas, gráficos e ampla cobertura fotográfica das cidades caracterizadas.

Estudo Urbano e Ambiental do Município de Padre Bernardo (GO)

- O Estudo Urbano e Ambiental do município de Padre Bernardo – GO apresenta informações específicas sobre aspectos urbanos e ambientais que complementam as informações socioeconômicas da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD do município. Abrange itens como: histórico, localização, limites, informações geográficas, unidades de conservação e parques, hidrografia, evolução da ocupação urbana, setorização, infraestrutura urbana, equipamentos nas áreas de educação, saúde e segurança, principais instituições, equipamentos de lazer, áreas comerciais, sistema viário, tendência à verticalização, aspectos culturais e turísticos. As informações são ilustradas com mapas/figuras, tabelas, gráficos e ampla cobertura fotográfica das cidades caracterizadas.

Texto para Discussão "Densidades Urbanas das Regiões Administrativas do DF"

- O objetivo do estudo foi calcular a densidade urbana das Regiões Administrativas - RAs do DF comparando-as entre si e relacionando-as com: a) a distância à área central – CBD do DF; b) o percentual de casas e apartamentos/quitinetes; c) a renda domiciliar per capita e d) o valor médio dos imóveis. A densidade urbana, calculada para as Regiões Administrativas - RAs do DF, é a relação entre a população urbana estimada pela PDAD e a área com ocupação urbana da RA. Difere-se da densidade demográfica da RA, que é a relação entre população total e a área total da RA e não expressa a densidade das áreas efetivamente ocupadas com características urbanas, formal e informal. Foram utilizados dados populacionais, de renda e dos domicílios segundo o tipo da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - PDAD 2013 e 2015. O estudo foi publicado como Texto para Discussão/TD em fevereiro de 2017.

Artigo para a Revista Brasília em Debate "Densidades Urbanas nas regiões administrativas do Distrito Federal"

- Artigo escrito especialmente para a Revista "Brasília em Debate" Nº 16 discorrendo sobre o estudo das densidades urbanas das Regiões Administrativas - RAs do DF. O artigo introduz o conceito de densidade urbana, diverso do conceito de densidade demográfica. Apresenta e compara as densidades urbanas nas 31(trinta e uma) RAs do DF e as relaciona com a distância à área central – CBD.

Elaboração em conjunto com a DIEPS do Termo de Referência de contratação do serviço de coleta PDAD e PMAD 2017/2018.

- Elaboração da parte referente aos 05 (cinco) municípios de Goiás (Águas Lindas de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina e Valparaíso de Goiás), que integram a Periferia Metropolitana de Brasília – PMB (lote 02) do Termo de Referência para contratação de serviço especializado de coleta de dados (informações), por meio de entrevistas domiciliares com o correspondente preenchimento de questionários para a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2017/2018 e Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD 2017/2018.

Relatório da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD 2017/2018 do Município de Novo Gama (GO).

- Elaboração do Relatório técnico da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD 2017/2018, a partir das informações coletadas e tratadas estatisticamente, do perfil socioeconômico e caracterização dos domicílios do Município de Novo Gama (GO). O relatório abrange informações sobre a caracterização da população, migração, educação, saúde e benefícios sociais, segurança, trabalho e rendimentos, posse de bens e locais de compras, características dos domicílios e infraestrutura domiciliar. O Relatório da PMAD do Novo Gama foi concluído em dezembro de 2017.

ESTUDOS E PESQUISAS DE MOBILIDADE

Estudo do desempenho de uma interseção da via w3 sul após implantação da faixa exclusiva de ônibus

- O trabalho avaliou o desempenho de uma interseção localizada na Via W3 Sul, a partir de três diferentes cenários – o atual e dois especulativos. O estudo foi elaborado com o auxílio do software Vissim de microssimulação de tráfego a partir de dados obtidos em pesquisas de campo.

Plano Diretor de Transportes e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF: Instrumento De Mobilidade Urbana Sustentável

- O trabalho apresentou os principais indicadores de mobilidade sustentáveis que nortearam o PDTU/DF, componentes essenciais para a gestão sustentável do transporte e do território, que constitui um desafio decisivo para as cidades. Os indicadores referidos foram a demanda, repartição de viagens, carregamento, transportes não motorizados e meio ambiente, que resultaram em uma série de recomendações a serem cumpridas pelo governo em um período de 10 (dez) anos, para assegurar a mobilidade para todos, desenvolvimento sustentável, inclusivo, com diminuição do congestionamento e poluição do ar.

Indicador de Mobilidade: Taxa de Mobilidade da População do Distrito Federal – DF

- O trabalho sistematizou parâmetros e procedimentos para abordar o indicador de viagens diárias da população (taxa de mobilidade), considerando os resultados da pesquisa origem/destino do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF, de 2009, divulgado em Relatório Final, em conformidade com a Lei nº 4.566, de 04 de maio de 2011.

Aplicação da Moderação do Tráfego no Distrito Federal

- O trabalho fez uma abordagem analítica do trânsito, considerando os dados estatísticos dos acidentes, infraestrutura viária, modos e motivos do deslocamento, propondo aplicação da moderação do tráfego no Distrito Federal, com implantação de medidas abrangendo elementos participantes da circulação onde a sequência de acidentes é frequente.

Nota Técnica DFTRANS

- A empresa DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal solicitou a colaboração da Codeplan para realizar pesquisas e análises que pudessem subsidiar aquele órgão no planejamento de políticas para gestão dos terminais rodoviários do Distrito Federal.

Estudo das crenças salientes e da intenção do condutor em respeitar a velocidade limite em vias urbanas

- A pesquisa se propôs a realizar um estudo das crenças e da intenção do condutor em respeitar a velocidade limite com o intuito de auxiliar o Estado a promover políticas públicas de redução de acidentes que sejam eficazes.

ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS

Pesquisa "Indicadores de Qualidade Ambiental e Urbana"

Nesta pesquisa de longo prazo, o objetivo é testar e implementar um conjunto de indicadores que possam ser utilizados como subsídio ao desenho de políticas públicas no Distrito Federal. Fruto desta pesquisa, um artigo foi publicado na "REVISTA BRASILIA EM DEBATE nº 16: Ranking de indicadores verdes do DF- Indicadores de qualidade ambiental". Entre as resultantes do projeto destacam-se:

- Parceria junto à SEPLAG na análise dos indicadores dos ODS da ONU/PNUD
- Neste trabalho estão sendo levantados todas as ações das Secretarias que contribuam para o alcance dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável -ODS
- Parceria com a SEGETH e Gestor do projeto "Construção de Indicadores de Qualidade Urbana e Ambiental para o DF", no Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre CODEPLAN e SEGETH
- O ACT teve por objetivo a definição da metodologia, a busca de referências nacionais e internacionais e a compreensão dos desafios metodológicos na produção de dados no Distrito Federal para a construção de indicadores para o planejamento urbano.
- Parceria com a SEMA como Representante da CODEPLAN no Grupo de trabalho Condomínios Sustentáveis.
- O GT apresentou uma seleção de indicadores que possam ser utilizados por condomínios horizontais para verificar o processo de melhorias ambientais.
- Parceria com a Defesa Civil para georreferenciar as informações sobre áreas de risco do DF e cruzar informações socioeconômicas e ambientais.
- Neste trabalho, ainda em desenvolvimento, estão sendo construídas bases de dados georreferenciadas das áreas de risco do DF levantadas pela Subsecretaria de Defesa Civil.
- Parceria com a SEMOB para definição metodológica e produção de informações para os indicadores dos ODS/PNUD
- A parceria com a SEMOB e o DFTrans levou à construção das bases de dados e ao cálculo dos indicadores dos ODS.
- Proposta de Indicadores de Mobilidade do Distrito Federal - Relatório Técnico Parcial da Pesquisa sobre Indicadores (ACT Codeplan/Segeth)
- Objetivou construir indicadores de mobilidade com ligação ao dinamismo urbano e que podem ser aplicados em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal. A metodologia deve ser facilmente reproduzida, fundamentada sobre princípios simples e de fontes disponíveis sobre o conjunto de território do DF.

Pesquisa "Recursos Hídricos no Distrito Federal"

- Esta pesquisa de longo prazo, objetiva analisar os números relativos aos aspectos socioeconômicos do consumo de água em Brasília por meio de uma abordagem exploratória das características da demanda. O projeto resultou na participação como representante da CODEPLAN no Comitê Executivo do 8º Fórum Mundial da água 2018, como representante da CODEPLAN na Câmara Temática ÁGUA do Conselho de desenvolvimento econômico e social – CDES, e ainda como representante da CODEPLAN junto a Casa Civil –Dimensão socioeconômica da crise hídrica.
- Este projeto também resultou na Parceria com a ADASA no ACT CODEPLAN/ADASA. Este ACT visa a realização de pesquisas de opinião periódicas e o compartilhamento contínuo de estudos e informações cadastrais disponíveis nos bancos de dados da ADASA, em especial sobre a qualidade dos recursos hídricos e sobre o consumo de água, urbano e rural, por agentes econômicos e residenciais.

Estudo "Zoneamento Ecológico Econômico do DF"

As atividades desenvolvidas como representante da Codeplan na Comissão Distrital do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE-DF resultaram na participação nos seguintes estudos e parcerias:

- Delegado e representante da CODEPLAN na Conferência Distrital de Meio Ambiente – 2017;
- Co-gestor do relatório cenários de longo prazo para a Coordenação do ZEE;
- Relatório Técnico que teve o objetivo de subsidiar a construção e o detalhamento do zoneamento proposto. Foram estabelecidos um "Cenário Tendencial" referente ao prognóstico da situação atual, sem considerar a implementação de novas medidas de gestão; e um "Cenário Desejado" construído a partir da percepção dos diversos atores sobre um futuro ideal do DF para 20 (vinte) anos. Também foram construídos cenários espacializados para cada um dos cenários;
- Texto para Discussão "A Construção de Cenários para o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal";
- O TD apresenta os principais aspectos relativos à construção dos cenários que subsidiaram o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), no período compreendido entre 2012 e 2016. O objetivo do trabalho foi trazer uma síntese dos cenários produzidos pelo Relatório "Cenários do ZEE para o DF" e as principais alavancas transformadoras que permitiriam transformar o cenário tendencial no desejado.

Pesquisa "Desastres Naturais; Brasília Resiliente"

O objetivo deste estudo é analisar as estratégias que possam tornar o Distrito Federal mais resiliente, identificando quais seriam os desastres ambientais que Brasília hoje já sofre e que poderão nos impactar no futuro. Das atividades de pesquisa, destaca-se, como representante, a atuação da CODEPLAN no Painel Distrital de Mudanças Climáticas do DF para criação de decreto e manual de implementação.

Estudo "Atlas Temático do DF"

Coletânea de mapas e informações visuais sobre o Distrito Federal e suas Regiões Administrativas.

Outras atividades

- Representante da DEURA no Comitê de gestão estratégica do Planejamento Estratégico da CODEPLAN
- Representante da DEURA no grupo técnico executivo do Sistema de Informações Estatísticas do DF – SIEDF
- Representante da DEURA no Comitê de Tecnologia da Informação da CODEPLAN

MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

- Durante o exercício de 2017 foram recebidas 2.105.972 (dois milhões, cento e cinco mil, novecentos e setenta e dois) ligações telefônicas através da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal, além de 2.632.804 (dois milhões, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e quatro) ligações ativas, totalizando 4.738.776 (quatro milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos e setenta e seis).

	Recebidas	Ligações Ativas	Total Geral
jan/17	220.530	207.867	428.397
fev/17	198.685	82.693	281.378
mar/17	223.610	284.164	507.774
abr/17	171.294	211.304	382.598
mai/17	195.235	137.720	332.955
jun/17	174.206	461.095	635.301
jul/17	172.273	374.659	546.932
ago/17	182.551	212.377	394.928
set/17	144.694	215.477	360.171
out/17	170.370	125.724	296.094
nov/17	134.779	238.277	373.056
dez/17	117.745	81.447	199.192
Total	**2.105.972**	**2.632.804**	**4.738.776**

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1445 - ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA	14	UNIDADE	12	12	20	23	21	22	CODEPLAN/ DIEPS / UO 32201 / OE 3

Justificativa:
2016 - Foram realizadas 12 (doze) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio, serviços, indústria, turismo, trabalho e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do DF e da RIDE.

2017 - A Empresa não somente alcançou como ultrapassou em 3 (três) o quantitativo de Estudos e Pesquisas Socioecnômicas realizados no decorrer do exercício, resultado de esforço conjunto e dedicação da equipe que compõe a atual gestão.

1447 - ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS	5	UNIDADE	5	16	8	18	8	8	CODEPLAN/ DEURA / UO 32201 / OE 3
Justificativa: 2016 - Equipe reconstituída e Gestão determinada. Foram realizados 5 (cinco) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais. 2017 - Os resultados alcançados em estudos e pesquisas urbano e ambientais, ao ultrapassar em mais que o dobro o quantitativo previsto inicialmente, demonstram que a Companhia, em seu processo de reestruturação, tem aumentado, significativamente, o número de informações disponibilizadas ao GDF, para implementação de políticas públicas.									
1446 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE GOVERNO	12	UNIDADE	13	9	11	14	12	12	CODEPLAN/ DIPOS / UO 32201 / OE 3
Justificativa: 2016 - Mudanças na gestão da unidade responsável, cargo do diretor vago e evasão de técnicos requisitados, levaram ao não alcance do índice desejado. Foram realizados 9 (nove) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades etc... 2017 - A Companhia ultrapassou a previsão de estudos e pesquisas realizadas em Políticas Sociais, tendo alcançado 14 (catorze) estudos e pesquisas realizadas. Tal resultado decorre de esforço e dedicação da equipe de técnicos e gestores.									
1449 - MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA	230.000	LIGAÇÕES REC/ ATEND	150.000	186.068	230.000	394.898	230.000	230.000	CODEPLAN/ GECAC /UO 32201 / OE 3
Justificativa: 2016 - Sistema de atendimento ao cidadão melhorado. Foram atendidas 186.068 ligações telefônica/mês, através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias. 2017 - O Serviço de Atendimento ao Cidadão, mantido sob a coordenação da Codeplan, tem sido objeto de crescente demanda por parte do cidadão residente no Distrito Federal e da Região adjacente. Em 2017, passou a ser usado, complementarmente, como instrumento nas pesquisas da Codeplan (Pesquisa por telefone - CATI), para diversos órgãos do GDF, como a Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria de Mobilidade, Secretaria de Fazenda e outros, elevando o número de ligações.									
1702 - PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	2	UNIDADE	-		2	10	2	2	CODEPLAN/UO 32201/OE 3
Justificativa: 2017 - 1. Portal "Brasília em Números (melhorias) A ferramenta ganhou novas aplicações e um novo modelo de gestão; 2. Portal "Brasília em Mapas" A ferramenta abrigará todas as plataformas de dados espaciais disponíveis na Codeplan; 3. Geocode; 4 Codeplan Web; 5. Morar Bem; 6. Questionários Codeplan; 7 Monitor do Mercado de trabalho; 8 Geoserviço (ortofoto); 9 API SIEDF; 10 Brasília Metropolitana; e, PROCULT.									

0001– PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO

9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**7.404.558,00**	**7.404.558,00**	**6.286.837,42**	**6.286.837,42**
6172 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	7.404.558,00	7.404.558,00	6.286.837,42	6.286.837,42
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**14.193.418,00**	**9.193.418,00**	**9.138.418,43**	**9.138.418,43**
7031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	14.193.418,00	9.193.418,00	9.138.418,43	9.138.418,43
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**21.597.976,00**	**16.597.976,00**	**15.425.255,85**	**15.425.255,85**

Foram efetuados 32 (trinta e dois) ressarcimentos de servidores e a execução de 15 (quinze) sentenças judiciais no exercício de 2017.

PROGRAMA 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	LEI	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**148.386,00**	**1.988,00**	**1.987,20**	**1.987,20**
5330 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO- PLANO PILOTO .	148.386,00	1.988,00	1.987,20	1.987,20
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	**552.253,00**	**239.301,00**	**226.626,42**	**226.626,42**
9635 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	552.253,00	239.301,00	226.626,42	226.626,42
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**519.350,00**	**357.445,00**	**357.445,00**	**357.445,00**
2589 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	519.350,00	357.445,00	357.445,00	357.445,00
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**4.193,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
3879 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-- PLANO PILOTO .	4.193,00	1,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9706 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	100.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**96.715.403,00**	**102.420.403,00**	**101.992.601,40**	**101.992.601,40**
8727 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	96.715.403,00	102.420.403,00	101.992.601,40	101.992.601,40

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**13.830.900,00**	**14.380.900,00**	**14.189.931,27**	**13.653.981,75**
9557 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	13.830.900,00	14.380.900,00	14.189.931,27	13.653.981,75
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**3.011.789,00**	**2.960.585,00**	**2.792.063,93**	**2.691.670,69**
9646 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	3.011.789,00	2.960.585,00	2.792.063,93	2.691.670,69
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2515 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	5.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**22.258,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0049 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	22.258,00	0,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**29.677,00**	**26.776,00**	**22.667,00**	**21.557,00**
8688 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	29.677,00	26.776,00	22.667,00	21.557,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**114.939.209,00**	**120.387.399,00**	**119.583.322,22**	**118.945.869,46**

No Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado foram realizadas/entregues as seguintes ações/produtos:

- Aquisição de subscrição para concessão de aplicativos e sistemas operacionais de 335 (trazentos e trinta e cinco) licenças para estações de trabalho da Codeplan;
- Serviços de instalação, aquisição de material e instalação de filme de controle solar nas janelas dos banheiros femininos;
- Estagiários contratados : jan.23 ; fev 20 ; mar 23 ; abr 26 ; mai 27 ; jun 26 ; jul 27 ; ago 22 ; set 20 ; out 17 ; nov 15 ; dez 13;
- Vale alimentação, Vale transporte, Auxílio Creche e Assitência Médica: jan.974; fev 975; mar 972; abr 969; mai 963; jun 962 ; jul 958; ago 956; set 953; out 948; nov 949 ; dez 944;
- Não foram realizados investimentos em equipamentos de Tecnologia da Informação
- Publicações editadas: jan 11 ; fev 09; mar 11; abr 07; mai 05 ; jun 03; jul 05 ; ago 04; set 00; out 02 ; nov 00 ; dez 00.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Tem como objetivo estimular o debate e a reflexão sobre temáticas locais e nacionais, além de dar visibilidade às pesquisas com aspectos populacionais, socioeconômicos, sustentabilidade ambiental, planejamento urbano e territorial, e indicadores. Os textos contam com a colaboração de economistas, professores, pesquisadores, cientistas políticos e sociais, entre outros especialistas. Os textos trazem, prioritariamente, abordagens da conjuntura econômica e social. Em 2017 foram publicadas as edições nº 16 e 17.

CARTA DE SERVIÇOS

A Carta de Serviços da Codeplan, elaborada sob a orientação da Ouvidoria Geral do Distrito Federal, está disponibilizada em seu site, permitindo, desta forma, maior publicidade aos trabalhos elaborados pela CODEPLAN.

ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

EVENTOS REALIZADOS

- Treinamento: Tableau Public:
  - Oferta da 2ª edição do curso
- Divulgação Mensal da PED:
  - Em parceria com Secretaria do Trabalho e DIEESE.
- Relançamento do Portal Brasília em Números - 1º semestre/2017:
  - Painéis – novos temas;
  - Brasília Metropolitana – informações sobre a PDAD e PMAD;

- Lançamento de ferramentas no Portal Brasília em Números - 2º semestre/2017:
  - Pesquisas SIEDF – nova ferramenta de cruzamento de dados da PMAD, PDAD e PED;
  - Monitor do Mercado de Trabalho – informações sobre a PDAD e PMAD;
  - Lançamento feito em parceria com a Secretaria do Trabalho.

- Instalação do Comitê Executivo de Gestão Estratégica da Informação:
  - Em parceria com SEPLAG.

- Apresentação dos trabalhos de geo da CODEPLAN

- Em parceria com a UnB e o professor Walter Ramalho (UnB);

PARCERIAS, TRABALHOS INTERNOS E OUTROS

- Trabalho de formalização do ACTs com SEC/DF, PPGCA/UNB e CEB;
- Participação na análise de indicadores e consolidação de relatórios de gestão da estratégia do governo a pedidos da SEPLAG;
- Participação no GTE do Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal – SIEDF;
- Divulgação de dados para órgãos do governo, imprensa ou cidadãos em geral, conforme demandas;
- Mapeamento da Rede GDFNet – SUTIC;
- Confecção de mapas:
  - 05/2017 – Mapa cicloviário;

- 05/2017 – Quadras Lago Sul;
- 05/2017 – Mapa de macrozonas e vias de Taguatinga – PMDF;
- 06/2017 – Mapa contextualização e estrutura dos terminais no DF;
- 06/2017 – Mapeamento vitimização no DF;
- 07/2017 – Mapa de localização dos terminais rodoviários DF;
- 07/2017 – Mapa da área dos terminais DF;
- 07/2017 – Mapeamento CRAS, Centro e Convivência, Unidades de Acolhimento, Centros POP e CRES do DF;
- 07/2017 – Mapa de limite das RAs;
- 09/2017 – Ajustes e compatibilização e mapas dos setores censitários;
- 09/2017 – Mapeamento dos restaurantes comunitários DF;<
- 09/2017 – Mapeamento da cobertura arbóreo-arbustiva (pesquisa);
- 10/2017 – Mapa cobertura vegetal;
- 10/2017 – Mapeamento da cobertura arbóreo-arbustiva (testes);
- 11/2017 – Mapas evolução Chácara Santa Luzia (RA XXV);
- 11/2017 – Mapeamento dos núcleos rurais do DF;
- 11/2017 – Mapa Condomínio Cooperville;
- 11/2017 – Mapa da taxa de desemprego;
- 11/2017 – Mapeamento da área de atendimento dos conselhos tutelares do DF;
- 11/2017 – Mapeamento da cobertura arbóreo-arbustiva (conferência) – DEURA/SEGETH;
- 12/2017 – Mapeamento das residências da Chácara Santa Luzia (Estrutural);
- 12/2017 – Mapeamento da cobertura arbóreo-arbustiva (ajustes) –;

- Participação no planejamento de pesquisas domiciliares e de opinião (elaboração de instrumentos para coleta de dados, elaboração de plano amostral, seleção de amostras, etc), como a PMAD, PDAD, Pesquisa 156, Pesquisa Restaurantes Comunitários, Pesquisa de Vitimização do DF, Pesquisa Morar Bem, dentre outras;
- Tratamento e envio de dados da CAESB para SEGETH;
- Compatibilização das áreas de atendimento dos conselhos tutelares do DF com o Censo 2010 e PDAD 2015;
- Seleção e envio de dados – Externa (Consultor FIOCRUZ);
- Crítica e análise de consistência de base de dados amostrais das pesquisas realizadas;
- Coordenação técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal – PED DF;
- Rodada da Geocodificação do SINASC (Nascidos Vivos e Óbitos);
- Geocodificação de MEI no DF;
- Geocodificação e realização de dashboard para a secretaria de Saúde do DF;
- Mapeamento dos núcleos rurais do DF;
- Suporte a implementação dos dashboards Tableau - Brasília em Painéis;
- Participação na elaboração das projeções populacionais do DF por Região Administrativa;
- Participação no Comitê Distrital do Censo Agro;
- Produção de estatísticas para elaboração de relatórios para divulgação dos resultados das pesquisas;
- Produção de estatísticas para atendimento de demanda internas e externas relacionadas aos dados das pesquisas;

Em 2017 a CODEPLAN desenvolveu, ainda, atividades relacionadas ao acompanhamento do gasto público e à avaliação de políticas públicas. Foram entregues 23 (vinte e três) produtos relacionados a 3 (três) projetos principais: i) Análises sobre gasto público no DF; ii) Avaliações de políticas públicas e; iii) Pesquisas de opinião sobre a percepção dos cidadãos sobre serviços públicos (156).

Premiações e publicações relevantes - Além dos produtos entregues, a serem listados na próxima seção, cumpre mencionar a indicação do projeto percepção dos cidadãos sobre serviços públicos (156) a dois prêmios de relevância em 2017. O projeto foi um dos dez finalistas na categoria inovação em processos organizacionais, serviços ou políticas públicas, no Poder Executivo Estadual/Distrital, referente ao 21º Concurso Nacional de Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração Pública, concorrendo com mais de 500 iniciativas cadastradas de todo o país. O projeto foi, ainda, um dos quatro finalistas no Prêmio Inova Brasília, promovido pelo GDF, na categoria uso eficiente dos recursos públicos.

Em relação a publicações e participações em eventos, o trabalho intitulado "O Diferencial Salarial Entre Setores Público E Privado No Brasil De 2001 A 2015", dos técnicos Thiago Rosa e Larissa Nocko, foi apresentado no 45° Encontro Nacional de Economia e o trabalho "Cinderela, Gata Borralheira ou só mais uma no baile: quem é o Distrito Federal nas finanças públicas?" foi aceito para publicação na revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC).

Projetos e produtos correspondentes

Acompanhamento do gasto Público no DF.

- O Laboratório de Avaliação da Gestão Pública (LAG Codeplan) é uma iniciativa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan visando à criação de um espaço público de debates e uma rede de pesquisadores voltada para a análise de questões fiscais, tributárias, de políticas e serviços públicos e seus impactos na qualidade de vida da população. O LAG Codeplan é composto por pesquisadores de diversas instituições locais, nacionais e internacionais, comprometidos com a avaliação científica e criteriosa do conjunto de elementos que compõem o gasto público. Os interesses convergem no sentido de produzir conhecimento aprofundado, rigoroso e sistemático sobre as características do gasto público e seus impactos. Para tanto, e dada a complexidade do objeto de estudo proposto, são utilizadas metodologias diversas e aparato conceitual e teórico variado;
- Cartografia das Compras Públicas de Bens e Serviços Privados no DF: uma Visão a partir das Ordens Bancárias;
- Impactos das Compras Públicas do GDF no Setor Privado do DF;
- Preparação da base POF 2002/2003 e 2008/2009, da base de alíquotas (NCM x Cód POF x CNAE) e das PNADs 2001 a 2015 para análise do Nota Legal;
- Propostas para avaliação de impacto do programa Nota Legal.

Avaliação de Políticas Públicas

- Texto para Discussão: Critério Brasil no DF: aplicação aos dados da PDAD 2013/2014 e 2015/2016;
- Texto para Discussão: 1ª Avaliação do Programa Prospera (divulgação interna);
- Texto para Discussão: Vida Longa e Próspera: Análise de Sobrevivência dos MEIs Beneficiados pelo Prospera;
- Texto para Discussão: Custo-aluno e eficiência técnica das escolas públicas de ensino médio no DF;
- Estudo: Os desafios de ser mulher no Distrito Federal;
- Nota Técnica: Perfil do Público do Programa Afroempreendedor.

Pesquisas de opinião a respeito da percepção dos cidadãos sobre serviços públicos.

- Pesquisa de opinião sobre Coleta Seletiva (SLU);
- Pesquisa de opinião sobre os serviços da Secretaria de Fazenda;
- Pesquisa de opinião sobre os serviços da AGEFIS;
- Pesquisa Percepções de Cidadãos Sobre Moradia no DF (SEGETH);
- Avaliação dos Terminais de Ônibus (DFTrans);
- Pesquisa de opinião sobre Estacionamentos Rotativos (Secretaria das Cidades);
- Quarta rodada da Pesquisa de opinião sobre os Serviços Públicos.

Outros estudos e pesquisas

- Relação Comercial e Intersetorial do DF: uma coletânea de estudos a partir da Nota Fiscal eletrônica;
- Método das Peneiras Sucessivas na Extração de Dados da Nota Fiscal Eletrônica no DF;
- Levantamento do Perfil Comercial do DF Baseado nas Notas Fiscais Eletrônicas;
- Efeitos Encadeados de Investimentos no DF;
- Secretaria de Cultura
    - A cultura nos microempreendimentos individuais (MEI) do Distrito Federal;
- Secretaria da Criança
    - Estudo: Conselho Tutelar no Distrito Federal;
- Reconstrução do mapeamento das Áreas.

ESTUDOS E PESQUISAS DE POLÍTICAS SOCIAIS

PARTICIPAÇÃO EM COMITÊS, CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHOS

- Comitê de Articulação e Monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres;
- Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal;
- Grupo de Trabalho enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes no DF;
- Comitê de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF;
- Câmara Temática Educação como Plataforma para o Desenvolvimento do Distrito Federal;
- Comitê Técnico da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do DF;
- Comitê Técnico de Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária do DF.

EVENTOS

- Lançamento do documentário produzido pela DIPOS "Os desafios de ser mulher no Distrito Federal", março 2017;
- Oficina sobre o Trabalho Socioassistencial – O Serviço Especializado em Abordagem Social, maio 2017 ;
- Seminário "Metropolização, governança e desenvolvimento na AMB: desafios e boas práticas", setembro 2017;
- Apresentação "A infância no Distrito Federal: do nascimento à adolescência", outubro 2017;
- Apresentação "Um olhar sobre a população LGBT no Distrito Federal", outubro 2017;
- Mesa redonda "Importância da Articulação Intersetorial na Administração Pública", novembro 2017.

INDICADORES

Brasília em Números

- Elaboração dos indicadores demográficos (fecundidade, pirâmides etárias, proporção de população negra por RA e expectativa de vida ao nascer), sanitários (taxa de mortalidade infantil) e educacionais (frequência escolar e escolaridade da população com 25 anos ou mais);
- Atlas Codeplan;
- Colaboração na produção dos indicadores sóciodemográficos e sanitários do DF.

ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS

OUTRAS ATIVIDADES

- Representante no Comitê de gestão estratégica do Planejamento Estratégico da CODEPLAN;
- Representante no grupo técnico executivo do Sistema de Informações Estatísticas do DF – SIEDF;
- Representante no Comitê de Tecnologia da Informação da CODEPLAN.

PALESTRAS

- BRASÍLIA: A METRÓPOLE E OS DESAFIOS DA EXPANSÃO. Aos alunos de Geografia da Universidade de Rondonópolis, que estavam em trabalho de campo no DF sob a orientação do Prof. Jorge Luiz Gomes Monteiro do Mato Grosso, realizada na CODEPLAN, em 17 de novembro de 2017;
- BRASÍLIA E O FUTURO DESEJADO: QUE CIDADE QUEREMOS? Seção da Comissão Paz e Terra, em 08 de maio de 2017;
- GEOGRAFIA URBANA E O AMBIENTE RURAL NO DISTRITO FEDERAL. Abertura do Seminário de Geografia Agrária – Universidade de Brasília – 5 de julho de 2017;
- BRASÍLIA – COMO A VEMOS E COMO A DESEJAMOS. Palestra no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (ICS/UnB), em 16 de agosto de 2017;
- A SEGURANÇA HÍDRICA: PRIVATIZAÇÃO VS ESTATIZAÇÃO, QUAL A SAÍDA? – Na Mesa 3 do 1º. Seminário Temático do Instituto de Ciências Humanas da UnB, sobre a CRISE HÍDRICA: APURANDO RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DO PASSADO, PRESENTE E FUTURO, em 1º. de setembro de 2017;
- Palestra na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Católica de Goiânia - SEMANAU – Goiânia – 5 de agosto de 2017.

PARTICIPAÇÕES EM CONSELHOS, COMISSÕES, GRUPOS DE TRABALHO, SEMINÁRIOS e OUTROS EVENTOS

- Banca Examinadora da 3ª Edição do Prêmio Codeplan de Trabalhos Técnico-Científico - Prêmio Inovação na Gestão Pública do Distrito Federal – Prêmio Inova Brasília de Pesquisa de 2017;
- Banca Examinadora do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional - 4ª Edição, em Homenagem a Milton Santos. Promoção da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, em 2017;
- Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN Suplente;

- Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM/DF;
- Conselho de Planejamento do GDF;
- Diretoria Administrativa – Financeira da ANIPES – Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – Diretoria Executiva – Biênio 2018 e 2019 - Comissão de História e Geografia do Instituto de Geografia e História do Distrito Federal;
- Homenagem recebida pela contribuição à Geografia brasileira, durante o Encontro: Geografia, Ciência e Política – do Pensamento à Ação, realizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), em Porto Alegre, entre 12 e 15 de outubro de 2017;
- Homenagem recebida pela Câmara dos Deputados por ocasião da Seção Especial em comemoração do 55º aniversário da Universidade de Brasília, em 25 de abril de 2017;
- Homenagem recebida pelo Conselho Universitário (CONSUNI) Especial da Universidade de Brasília, na passagem do 55º aniversário da Universidade, em 26 de abril de 2017;
- Relatoria da Mesa 2 do Workshop com prefeitos da AMB - Codeplan;
- Participação no Grupo de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica – ACT com o Institut de Recherche pour le Développement - IRD para o desenvolvimento de estudos para a Área Metropolitana de Brasília – AMB;
- Participação no Seminário "Metropolização, governança e desenvolvimento na AMB: desafios e boas práticas" em parceria com IRD, PPGDSCI/CEAM/UnB e NEUR/CEAM/UnB;
- Participação no Grupo de Estudos " A construção Geográfica do Espaço" do Projeto Brasil 2022 - O Brasil que Queremos em parceria com UnB e diversas organizações;
- Participação na Câmara temática de Uso e Ocupação do Solo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal (CDES);
- Participação na elaboração do questionário da PDAD 2017;
- Participação no Grupo de Trabalho para formulação da pesquisa e elaboração de questionário para o Paranoá Park, em parceria com Ministério das Cidades e Fiocruz;
- Apresentação do Texto para Discussão – TD Densidades Urbanas no DF no Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas – IPEA;
- Organização dos seguintes "Encontros Urbanos":
    - Estudo do desempenho de uma interseção da via W - 3 sul após implantação da faixa exclusiva de ônibus;
    - Aplicação da Moderação de Tráfego no Distrito Federal;
    - De escondidinhos a macarronadas: desenho urbano em Brasília Holanda (UnB);
- Organização dos seguintes "Portas do Futuro":
    - A Construção de Cenários para o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal Habitação em Brasília;
    - Modal Ferroviário e o desenvolvimento do Centro Oeste - Participações em diversos seminários técnicos externos promovidos por diversos órgãos (SEGETH, IPEA, AGEFIS, IPHAN, SEMA, SEMOB, IBICT).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No decorrer do exercício de 2017, em continuidade ao processo de consolidação e expansão do papel da CODEPLAN como instituição de planejamento, pesquisa, análise e estudos voltados à implementação de políticas públicas, foram realizados inúmeros eventos, publicados vários relatórios de pesquisa, desenvolvidos diversos estudos e análises, realizadas parcerias e acordos de colaboração técnica com órgãos do Governo do Distrito Federal e outras instituições.

Como posição de destaque está a edição do Decreto nº 38.141 de 20 de abril de 2017, que dispões sobre a instituição do Sistema de Informações Estatística do Distrito Federal – SIEDF, que até dezembro 2017 conta com a participação de 36 (trinta e seis) órgãos da administração direta e indireta do GDF. Como principais entregas executadas no âmbito do SIEDF estão a aprovação do Regimento Interno do Comitê Executivo de Gestão Estratégica da Informação - CEGEI, aprovação da Resolução de Tratamento da Informação Estatística, a elaboração e implementação de dois módulos: MMT – Monitor do Mercado de Trabalho – que consiste em um termômetro do mercado de trabalho, com dados mensais sobre trabalhadores formalmente contratados e admitidos no Distrito Federal, a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); e Módulo Pesquisas SIEDF – que busca informações em um banco de microdados e permite que seus usuários realizem tabulações simples e cruzamentos e consolidem suas consultas em gráficos e mapas. Apresenta o histórico de salários por ocupações e lista aquelas com maior perda de ganho salarial.

Além disso, com a utilização da *Application Programming Interface* – API "Conjunto de rotinas e padrões estabelecidos por um software para a utilização das suas funcionalidades por aplicativos que não pretendem envolver-se em detalhes da implementação do software, mas apenas usar seus serviços" , a Codeplan vem desenvolvendo sistemas e aplicativos para restaurar e ampliar a sua capacidade de produção de análise de mapas, indicadores e informações sobre Brasília e o sobre a RIDE.

Para 2018, estão previstos a ampliação dos membros do CEGEI visando alcançar as Administrações Regionais, com a utilização de Sala de Monitoramento de Políticas Públicas, criação de Rede de Alto Estudos de Políticas Públicas, bem como dos avanços na criação do IPE-DF – Instituto de Pesquisa e Estudos do Distrito Federal.

Em sintonia com as medidas de controle e ajuste fiscal do GDF, foram tomadas medidas de gestão, tanto na área-fim, quanto na área-meio, objetivando a economia de gasto e racionalização dos custos operacionais visando à reestruturação da Codeplan, de modo a adequá-la à sua missão institucional, definida durante o processo de elaboração de Planejamento Estratégico da Companhia – 2016/2019, desenvolvido pelos empregados e diretoria, qual seja: "Produzir e Disseminar Informações, Estudos e Análises Sociais, Econômicas, Cartográficas e Demográficas, Urbanas, Regionais e Ambientais, Analisar e Avaliar Políticas Públicas para o Governo do Distrito Federal e Sociedade."

Entre as medidas adotadas está o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, que teve início em junho/2016, concluído em dezembro/2017, com 105 (cento e cinco) adesões proporcionando economia mensal de R$1.220.864,46, sendo que, a partir de janeiro/2018 a economia será de R$ 2.245.722,27 mensais.

- **Planejamento Estratégico 2016-2019 - "Gestão pública informada. "** – Em continuidade a implementação do Planejamento Estratégico, e com a missão de produzir e disseminar informações, estudos e análises, econômicas, demográficas, cartográficas, urbana, regionais e ambientais, analisar e avaliar políticas públicas, entre os projetos implementados destacam-se cinco projetos que compõem a Agenda de Resultados do Governador:
    - **Criaçã do Instituto de Pesquisas e Estudos do DF - IPEDF** – Em função das diversas ingerências, inclusive com várias alterações de sua finalidade, a Codeplan reformou o seu Estatuto Social, subtraindo as atividades de Tecnologia da Informação, não mais encontrando atividade econômica ou prestação de serviço no âmbito governamental, com produtos de pouco valor agregado e sem qualquer retorno financeiro,

tornando-se totalmente dependente dos recursos do Tesouro. Diversas foram as recomendações dos órgãos de controle externo, no sentido de transformar a Companhia em um Instituto na forma de Autarquia ou Fundação. Desta forma o GDF necessita criar na sua estrutura uma instituição voltada às ações governamentais para análise e avaliação de políticas públicas e programas governamentais – órgão pensante do GDF. Neste sentido, foram adotadas em 2017, todas as medidas para criação do IPEDF que aguarda melhoria da situação fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal) para sua implementação;

- **Reorganização da PDAD** – O Projeto "Reformulação da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2017" tem como objetivo agilizar o processo de coleta de dados, bem como acesso aos resultados, quais sejam: coleta e acesso às informações socioeconômicas e populacionais em tempo real, o que torna a pesquisa mais ágil e segura, com redução de custos, para dar o suporte imediato ao Planejamento Estratégico do Governo do Distrito Federal. Realizou pesquisa piloto para teste do questionário realizada em agosto, com vista a Discussão do Plano Amostral;
- **Sistema de Infrmações Estatísticas do DF – SIEDF** – O SIEDF é uma plataforma digital de dados estatísticos, registros administrativos, bem como registros numéricos no âmbito do Distrito Federal-DF e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), voltada à obtenção de informações estratégicas, para organizar e acompanhar, de forma ágil e precisa, os subsídios estratégicos para estruturação dos programas, ações e projetos do Planejamento Estratégico do Governo do Distrito Federal. Dois módulos: MMT – Monitor do Mercado de Trabalho – consiste em um termômetro do mercado de trabalho, com dados mensais sobre trabalhadores formalmente contratados e admitidos no Distrito Federal, a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); o Módulo Pesquisas SIEDF – que busca informações em um banco de microdados e permite que seus usuários realizem tabulações simples e cruzamentos, além de consolidar suas consultas em gráficos e mapas;
- **Recuperação do Acervo Bibliográfico** – Levantamento do acervo histórico e memória do planejamento do DF, sendo que até dezembro/2017, com 80% do material separado e em fase de recuperação e digitalização do acervo;
- **Pesquisa Programa de Saúde na Família** – Foram realizados levantamentos dos quesitos e definição do escopo para formatação da pesquisa, e utilizando a Central de Atendimento ao Cidadão (156), a partir de junho/2017, foram realizadas 3.359 entrevistas, com 1.431 respostas. A conclusão da pesquisa está para janeiro/2018, que permitirá ao GDF aprimorar as ações estratégicas desenvolvidas na área da saúde.

- **Programa de Demissão Voluntária PDV** – iniciado em junho/2016, o PDV da Codeplan obteve 105 (cento e cinco) adesões, proporcionando economia até 31/12/2017 de R$ 3.909.333,97.
- **Capacitação de Empregados** - Embora não tenham ocorrido investimentos financeiros diretos, a Codeplan capacitou em 2017, 123 empregados na Escola de Governo - EGOV, 293 empregados na própria Empresa e, 19 empregados em outras instituições e eventos.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF – UO: 32.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

LEGISLAÇÕES PERTINENTES

Histórico

1. Lei nº 3.831, de 14/03/2006: Cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS e dá outras providências.
2. Decreto nº 26.805 de 16/05/2006: Dispõe sobre a indicação dos representantes dos servidores para integrarem o conselho de administração do GDF - SAUDE - DF.
3. Decreto nº 27. 036 de 31/07/2006: Designa membros para composição do conselho de administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS. (alterado pelo Decreto nº 27.114 de 24/08/2006).
4. Decreto nº 27.037 de 31/07/2006: Designa membros para composição do conselho fiscal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
5. Decreto nº 27.038 de 31/07/2006: Dispõe sobre a estrutura organizacional do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
6. Decreto nº 27.114 de 24/08/2006: Altera dispositivos do Decreto nº 27.036, de 31 de julho de 2006, que designa membros para composição do conselho de administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
7. Decreto nº 2115 de 24/08/2006: Aprova o regimento interno do conselho fiscal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
8. Decreto nº 27.116 de 24/08/2006: Aprova o regimento interno do conselho de administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
9. Resolução nº 1 de 06/09/2006: Aprova o regulamento do plano de assistência suplementar à saúde - GDF-SAUDE-DF, instituído pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006.
10. Resolução nº 2 de 06/09/2006: Aprova os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos, dos beneficiários do plano de assistência suplementar à saúde, GDF-SAUDE-DF.
11. Decreto nº 27.231 de 11/09/2006: Aprova o regulamento do plano de assistência suplementar à saúde do Distrito Federal, GDF-SAUDE-DF.
12. Decreto nº 27.232 de 11/09/2006: Fixa os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos do plano de assistência suplementar à saúde, GDF-SAUDE-DF.
13. Resolução nº 3 de 11/10/2006: Estabelece os critérios de contribuição dos beneficiários optantes pelo plano de assistência suplementar à saúde - GDF-SAUDE-DF, instituído pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006, com mais de um vínculo empregatício.
14. Decreto nº 27.360 de 30/10/2006: Dispõe sobre a estrutura organizacional do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal e da outras providências.
15. Portaria nº 262 de 09/11/2006: Aprova o regimento interno do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal.
16. Resolução nº 4 de 15/12/2006: Estabelece as diretrizes básicas da rede credenciada do plano de assistência suplementar à saúde - GDF-SAUDE-DF, instituído pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006.
17. Decreto nº 27.624 de 11/01/2007: Dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS, e da outras providências. (alterado pelo Decreto nº 27.870 de 11/04/2007).

18. Decreto nº 27.870 de 11/04/2007: Prorroga o prazo fixado no Decreto nº 27.624 de 11 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS.
19. Plano de 03/10/2007: Plano anual de comunicação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS.
20. Decreto nº 28.340 de 09/10/2007: Delega competência ao Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS, prorroga o prazo que especifica, e da outras providências.
21. Lei nº 4.330 de 08/06/2009: Autoriza o Distrito Federal a implementar Plano Privado de Assistência à Saúde dos Servidores do Poder Executivo do Distrito Federal na forma de pré-pagamento administrado, e dá outras providências. (alterado pelos Decretos nº 30.447/2009, 30.782/2009, 30.806).
22. Decreto nº 30.447 de 08/06/2009: Designa membros da comissão paritária instituída pela Lei nº 4.330, de 08 de junho de 2009 e da outras providências. (alterado pelo Decreto nº 30.782/2009).
23. Decreto nº 30.782 de 04/09/2009: dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 4.330, de 08 de junho de 2009, que autoriza o Distrito Federal a implementar plano privado de assistência à saúde do poder executivo do Distrito Federal, na forma de pré-pagamento administrativo, e da outras providências.
24. Decreto nº 30.806 de 15/09/2009: Altera dispositivo que especifica no Decreto nº 30.782, de 04 de setembro de 2009, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 4.330, de 08 de junho de 2009, que autoriza o Distrito Federal a implementar plano privado de assistência a saúde do poder executivo do Distrito Federal, na forma de pré-pagamento administrativo, e da outras providências.
25. Decreto nº 32.187 de 10/09/2010: Altera a composição do Conselho Fiscal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006.
26. Decreto nº 32.188 de 10/09/2010: Altera a composição do Conselho de Administração, do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006.
27. Decreto nº 32.795 de 10/03/2011: Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração Pública, do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS, do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, e dá outras providências. (alterado pelo Decreto nº 33.925 de 26/09/2012).
28. Decreto nº 33.925 de 26/09/2012: Dispõe sobre a estrutura administrativa do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, e dá outras providências.
29. Decreto nº 36.394 de 10/03/2015: Atribui ao Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, as atribuições e responsabilidades do cargo de Presidente do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS.
30. Decreto nº 36.825 de 22/10/2015: Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Art. 4º São vinculados à SEPLAG: (...) IV – o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1				1
Comissionados sem vínculo efetivo			1		1
Requisitados de órgãos do GDF	1				1
Requisitados de órgãos fora do GDF					0
Estagiários					0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					0
Terceirizados (FUNAP)					0
Outros - especificar					0
Subtotal	2		1		3
(-) Cedidos para outros órgãos					0
Total Geral	2		1		3

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**200,00**	**200,00**	**0,00**	**0,00**
7038 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL	200,00	200,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**200,00**	**200,00**	**0,00**	**0,00**

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**195.692,00**	**250.186,00**	**249.441,55**	**249.441,55**
8741 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL	195.692,00	250.186,00	249.441,55	249.441,55
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**10.500,00**	**10.200,00**	**4.734,00**	**4.734,00**
9565 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL	10.500,00	10.200,00	4.734,00	4.734,00
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.000,00**	**550,00**	**391,00**	**141,00**
9655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF- PLANO PILOTO .	1.000,00	550,00	391,00	141,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**207.192,00**	**260.936,00**	**254.566,55**	**254.316,55**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

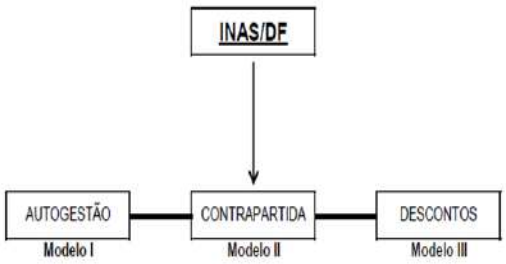
Realizações extraordinárias.

INAS-DF

Introdução

O Instituto foi criado [1] com a finalidade de proporcionar, sem fins lucrativos, aos seus beneficiários titulares e dependentes, em regime de autogestão [2], o Plano de Assistência Suplementar à Saúde para os servidores do Distrito Federal. Desde a referida criação do INAS (2006), sucessivas leis, decretos resoluções e portarias concorreram ao longo dos anos para estabelecer diversas diretrizes estruturais de modelagem e metodológicas.

Após 10 (dez) anos de sua criação, poucos resultados efetivos contribuíram para a concretização do Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos servidores do DF. Os desafios e complexidades para o alcance da finalidade não são irrelevantes, contudo faz-se necessária uma profunda análise epistêmica cobre as modalidades prováveis de atuação do Instituto, tais como:



Assim, à guisa das possibilidades de modelagens disponíveis, o Governo de Brasília se insere na busca pela racionalização das diretrizes e, diante da restrição orçamentária vigente, propõe produzir instrumentos capazes de identificar modelagens condizentes com a realidade.

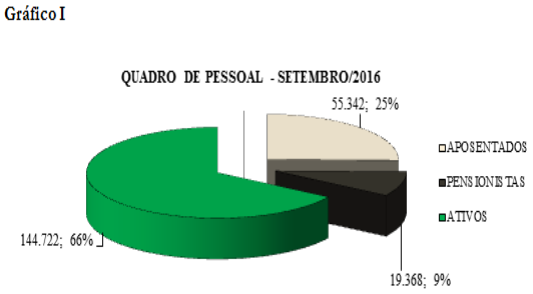
PANORAMA-DF

Exposição

O Governo de Brasília, diante dos plúrimos matizes que caracterizam o Quadro de Pessoal local, indubitavelmente se alicerçará sobre dados gerais que compõem sua Administração Pública.

Nesse sentido, cabe analisarmos os dados quantitativos que forjarão o arquétipo de decisões a serem tomadas.

Gráfico I



O Gráfico I representa o escol de quantitativo de pessoal, formalizando a notação de 19.368 pensionistas, 55.342 aposentados e 144.722 servidores ativos. Desse quantitativo, o somatório geral fica em 219.432 titulares do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Gráfico II

Gráfico II



No Gráfico II observamos a faixa etária do Quadro de Pessoal, no total de aposentados, pensionistas e ativos por faixa, confrontados com o quantitativo do Quadro que já recebem um auxílio saúde do Governo, totalizando 55.034 (25%) de pessoas que recebem este tipo de auxílio, de um total de 219.432.

ATIVIDADES DESEMPENHADAS-DF

Tabela II

MÊS	DESCRIÇÃO
JANEIRO-ABRIL/2017	i) Organização técnico-administrativa.
MAIO/2017	i) Balanço Orçamentário e Financeiro. Racionalização das despesas: Processo n° 410.001.695/2016.
JUNHO/2017	i) Balanço Patrimonial. Inventário de bens móveis: Processo n° 410.001.914/2016.
JULHO/2017	i) Análise do Relatório de Auditoria n° 04/2015-DIRFI/CONAE/SUBCI/CGDF (*Tomada de Contas Especial*).
AGOSTO/2017	i) Modelagem de cenários I (*Coleta de Dados: Perfil dos Servidores; Dados de Recadastramentos; Pesquisas etc.*). ii) Modelagem de cenários II (*Estudo de casos: Modelos satisfatórios em vigência*).
SETEMBRO/2017	i) Modelagem de cenários I (*Coleta de Dados: Perfil dos Servidores; Dados de Recadastramentos; Pesquisas etc.*). ii) Modelagem de cenários II (*Estudo de casos: Modelos satisfatórios em vigência*).
OUTUBRO/2017	i) Modelagem de cenários II (*Estudo de casos: Modelos satisfatórios em vigência*). ii) Modelagem de cenários III (*Análise e proposição de cenários viáveis e aplicáveis. Consultas de mercado*).i)
NOVEMBRO/2017	i) Revisão de Base Legal. ii) Consolidação.
DEZEMBRO/2017	iii) Exposição para Decisão (Superior: Imediata e Hierárquica).

[1] Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006.

[2] Modalidade que necessita de reavaliação quanto à viabilidade e aplicabilidade, bem como estudos técnicos sobre o assunto. As complexidades da modalidade podem ser vistas à luz da RESOLUÇÃO NORMATIVA – RN n° 137, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre as entidades de autogestão no âmbito do sistema de saúde suplementar.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Exponencialmente, a falta de pessoal impactou para o desempenho de resultados satisfatórios.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO DISTRITO FED – UO: 32.203

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Lei Complementar n° 769/2008, de 30 de junho de 2008, normatizou os preceitos das Emendas Constitucionais n° 20/1998, n° 41/2003 e n° 47/2005 no ordenamento jurídico do Distrito Federal e reorganizou a unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

Por meio da supramencionada Lei foi instituído o Órgão Gestor Único do Regime Próprio de Previdência sob a denominação de Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV-DF, Autarquia de Regime Especial, composta de um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, órgãos internos que deliberam as linhas gerais das administrações sujeitas à fiscalização e supervisão de órgãos reguladores.

O IPREV/DF é o órgão gestor único, conforme determina Constituição Federal (art.40). O instituto era responsável por administrar dois fundos distintos, o financeiro e o capitalizado, que vinculam os servidores ativos, inativos e pensionistas. No ano de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União - DODF nº 43, de 03/10/2017, a Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, que estabeleceu as diretrizes de reorganização e unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF.

Assim, com o advento da citada Lei, houve uma reforma da previdência do RPPS/DF, que acarretou em mudanças na estrutura dos fundos financeiro e capitalizado, conforme segue:

Cenário Anterior à Reforma:

- Fundo Financeiro: para servidores que ingressaram no serviço público até 31.12.2006 e seus dependentes;
- Fundo Previdenciário/Capitalizado (DFPREV): para servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01.01.2007 e seus dependentes.

Cenário Posterior à Reforma:

- Fundo Financeiro: para servidores que ingressaram no serviço público até a criação da previdência complementar;
- Fundo Capitalizado: para servidores que ingressaram no serviço público após a criação da previdência complementar.

Em cumprimento ao que estabelece a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Complementar Distrital n° 769, de 30 de junho de 2008, e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, este relatório tem por objetivo:

- Apresentar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal como a ação do Estado para proteger, atender e garantir aos seus servidores contra os riscos laborais.
- Elencar as principais políticas previdenciárias desenvolvidas pelo seu órgão gestor o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal IPREV-DF, representadas pela gestão de benefícios, gestão de ativos e componentes atuariais.
- Demonstrar o panorama da gestão do IPREV-DF, no exercício de 2016, e as ações empreendidas pela Administração do Instituto de acordo com as políticas orçamentárias traçadas no Planejamento Governamental do Distrito Federal.
- Evidenciar informações qualitativas e quantitativas sobre as principais atividades desenvolvidas pelas diversas frentes de trabalho e os fatores determinantes que afetaram e/ou impactaram o alcance das suas metas.
- Fundamentar as ações gerenciais empreendidas frente aos desafios apresentados pela conjuntura econômica brasileira, base normativa existente, especificidades da gestão pública,

no Distrito Federal e pela necessidade de efetivar controles e mitigação dos riscos previdenciários.

Por intermédio do Decreto nº 33.475, de 03 de janeiro de 2012, publicado no dia 04 de janeiro de 2012, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV-DF, entidade da administração indireta, como autarquia de regime especial, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, teve sua estrutura aprovada por meio do Decreto n° 32.716, de 1º de janeiro de 2011, bem como o Decreto nº 38.637, de 22 de novembro de 2017, para execução de suas atividades.

Base Legal

Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98; Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03; Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/05; Lei Federal nº 9.717, de 27/11/98; Portaria MPS nº 916, de 15 de julho de 2003; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, atualizada até 19/07/2012; Portaria do MPS nº 154/155, de 15/05/08; Portaria do MPS nº 204, de 10/07/08;Portaria do MPS nº 402, de 10/12/2008; Portaria do MPS nº 403, de 10/12/2008; Portaria do MPS nº 519 de 24/08/2011; Portaria do MPS nº 440, de 09.10.2013; Portaria do MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011; Lei Complementar nº. 769, de 30/06/2008; Lei Complementar nº 790, de 05/09/2008; Lei Complementar nº 818, de 18/11/2009; Lei Complementar nº 840, de 26/12/2011; Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015; Resolução BACEN Nº 3.922, de 25/11/2010 e atualizações; e Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017.

Identidade Institucuinal do IPREVDF

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV-DF é o gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, regime que constitui a visão, as políticas e a ação do Distrito Federal, com o objetivo de proteger e atender os seus servidores públicos de cargo efetivo, contra os riscos existentes na relação de trabalho, provendo a principal garantia dos servidores, contra os riscos laborais, sendo os mais importantes: a proteção na idade avançada, doenças, acidentes de trabalho, invalidez e no caso de morte, protegendo os seus dependentes.

Missão: "Garantir os benefícios previdenciários dos servidores efetivos e seus dependentes com qualidade e eficiência visando um futuro sustentável para o Distrito Federal".

Visão: "Ser reconhecido pela excelência no atendimento ao beneficiário e na gestão do sistema previdenciário".

Valores: caráter contributivo, solidário, democrático, eficiente e transparente da gestão, autonomia administrativa e financeira frente ao Ente, preservação do equilíbrio financeiro e atuarial e proibição de benefícios sem a correspondente fonte de custeio.

Objetivos da Gestão

- Gerir os benefícios previdenciários oriundos de aposentadorias e pensões dos segurados e dependentes pela cobertura dos eventos a que estão sujeitos na relação de trabalho, tais como: meios de subsistência nos eventos de invalidez, acidente em serviço, idade avançada, reclusão, morte e proteção à família;
- Gerir dos ativos financeiros originários das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando rentabilizar esses ativos por meio de aplicações no mercado financeiro, em conformidade com as normas legais e específicas, tendo como finalidade o cumprimento de suas obrigações previdenciárias;
- Gerir o custeio da previdência dos servidores distritais, mediante contribuições do Governo do Distrito Federal e dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

- Compatibilizar a viabilidade e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial, seguindo padrões técnicos, profissionais e socialmente justos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	2	0	2
Comissionados sem vínculo efetivo	22	0	5	0	27
Requisitados de órgãos do GDF	11	0	18	0	29
Requisitados de órgãos fora do GDF	4	0	0	0	4
Estagiários	0	4	0	8	12
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	2	0	0	2
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	37	6	25	8	76
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	37	6	25	8	76

Atividades Administrativas

Coordenação de Administração Geral - COAD, integrante da Diretoria de Administração e Finanças atua no sentido de proporcionar a todas as unidades do Instituto os meios para que suas atividades sejam exercidas de forma efetiva, oferecendo subsídios nas áreas de gestão de pessoas, de logística, de tecnologia da informação, de material, de patrimônio e de contratos e convênios. No ano de 2017 a COAD foi reestruturada e teve seu quadro funcional ampliado, a fim de melhorar sua atuação e as principais ações foram:

1. Almoxarifado: Melhoria e ampliação das instalações do almoxarifado, o que proporcionou a melhor estocagem dos materiais.
2. Compras e Contratos: O controle dos contratos foi aperfeiçoado, bem como as orientações repassadas aos executores.
3. Gestão de Pessoas: Os registros cadastrais e financeiros, tanto nas pastas individuais de cada servidor quanto no Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH foram realizados tempestivamente, obedecendo a cronologia das ocorrências. Com isso, todas as versões de folha de pagamento foram lançadas nas datas estabelecidas pelo cronograma da SEPLAG, bem como todas as informações aos diversos órgãos foram repassadas nas datas apropriadas. A oferta de capacitação foi ampliada por meio da Escola de Governo o que permitiu aos servidores adquirir e ampliar conhecimentos específicos em suas áreas de atuação.
4. Informática: Ampliação do parque tecnológico por meio da cessão de computadores e swites de outros órgãos para atender a nova estrutura organizacional. Melhoria da conexão com o link do GDFNet por meio da instalação de fibra ótica.
5. Logística: A sede do Instituto foi ampliada, a fim de melhorar o atendimento ao seu público alvo e estar mais bem adequada a nova estrutura organizacional, proporcionando melhoria do ambiente de trabalho.
6. Patrimônio: Mesmo sem recursos orçamentários e financeiros, o setorial buscou e conseguiu a doação de móveis para atender ao novo quantitativo de servidores.
7. Suporte à Governança: Auxiliou na divulgação de informações, melhorando a transparência do Instituto.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**90.000,00**	**63.000,00**	**34.505,37**	**34.505,37**
8430 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES DO DF - IPREV-DISTRITO FEDERAL	90.000,00	63.000,00	34.505,37	34.505,37
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**90.000,00**	**63.000,00**	**34.505,37**	**34.505,37**

Na Ação de Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua família, referente a contratação de mão de obra não especializada, de 02 sentenciados dos regimes aberto, semiaberto e aqueles sujeitos as medidas de segurança, para execução de tarefas de baixa complexidade, promovendo a reintegração social e ressocialização de trabalhador preso.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	**4.592.720.681,00**	**4.917.230.226,00**	**4.126.959.549,24**	**4.126.959.549,24**
9712 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL--FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	1.384.826.509,00	1.763.301.036,00	1.675.303.301,64	1.675.303.301,64
9714 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-INATIVOS E PENSIONISTAS - FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	586.413.498,00	586.413.498,00	5.732.056,52	5.732.056,52
9715 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO CAPITALIZADO - CLDF-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
9716 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO CAPITALIZADO - TCDF-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
9720 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	56.806.700,00	73.438.141,00	69.855.752,42	69.855.752,42
9721 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	568.824,00	568.824,00	0,00	0,00
9722 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	153.304.196,00	164.807.827,00	160.637.023,31	160.637.023,31
9723 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	9.487.176,00	9.487.176,00	0,00	0,00
9724 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	829.810.156,00	803.295.817,00	792.347.408,41	792.347.408,41
9725 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO CAPITALIZADO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	145.726,00	145.726,00	0,00	0,00
9726 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.513.806.335,00	1.455.978.048,00	1.370.107.797,57	1.370.107.797,57

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9727 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO CAPITALIZADO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	98.806,00	98.806,00	0,00	0,00
9728 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS CBMDF E PMDF-DISTRITO FEDERAL	37.100.000,00	37.100.000,00	34.926.839,13	34.926.839,13
9729 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	18.952.755,00	21.195.327,00	18.049.370,24	18.049.370,24
9730 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00
9097 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	**742.807.615,00**	**742.807.615,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS--DISTRITO FEDERAL	742.807.615,00	742.807.615,00	0,00	0,00
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**955.972,00**	**955.972,00**	**67.347,31**	**67.347,31**
6180 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO CAPITALIZADO - EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	36.431,00	36.431,00	0,00	0,00
6170 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	464.313,00	464.313,00	67.347,31	67.347,31
6178 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO CAPITALIZADO-CLDF-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
6179 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO CAPITALIZADO-TCDF-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
6187 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	197.614,00	197.614,00	0,00	0,00
6188 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	197.614,00	197.614,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	**70.792.434,00**	**69.242.434,00**	**44.103.061,32**	**44.103.061,32**
9552 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	70.792.434,00	69.242.434,00	44.103.061,32	44.103.061,32
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.801.488,00**	**2.801.488,00**	**1.557.395,05**	**1.557.395,05**
7054 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	2.528.625,00	2.528.625,00	1.557.395,05	1.557.395,05
7135 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO CAPITALIZADO-CLDF-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
7136 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO CAPITALIZADO-TCDF-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
7138 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO CAPITALIZADO-EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	72.863,00	72.863,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**5.410.078.190,00**	**5.733.037.735,00**	**4.172.687.352,92**	**4.172.687.352,92**

Na ação de Execução de Sentenças Judiciais, o IPREV-DF, alocou despesas relativas a decisões judiciais transitadas em julgado, proveniente de revisão de aposentadoria, auxílio reclusão e

recálculo de diferença do índice de reajuste da pensão civil, integrantes do Orçamento de Seguridade Social, as quais foram objeto do programa "Operações Especiais".
Foram realizadas despesas com pagamentos de tributos e contribuições sociais (PASEP) da ação de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
No tocante à ação de Encargos Previdenciários do Distrito Federal, foram apropriadas e pagas, as despesas com pessoal: inativos civis e militares reformados; pensionistas civis e militares, pensões concedidas por lei específica ou por sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, em cumprimento ao Art.37 da Lei nº 4.320/64.
Foi também realizado ressarcimentos de servidores cedidos ao IPREVDF com ônus para o IPREVDF, as quais foram objeto do programa "Operações Especiais".

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**1.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5883 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5359 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	**0,00**	**300.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF- FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	0,00	300.000,00	0,00	0,00
7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**3.000.699,00**	**3.000.699,00**	**2.446.970,19**	**2.446.970,19**
8746 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	3.000.699,00	3.000.699,00	2.446.970,19	2.446.970,19
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**3.480.000,00**	**4.330.000,00**	**3.957.960,70**	**3.957.960,70**
9581 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	300.000,00	108.986,03	108.986,03
9582 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-LC 840/2011-DISTRITO FEDERAL	3.120.000,00	3.970.000,00	3.848.974,67	3.848.974,67
9663 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AUXILIO FUNERAL-IPREV/DF-FUNDO CAPITALIZADO-LC 840/2011-DISTRITO FEDERAL	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**3.351.598,00**	**2.309.470,25**	**1.721.269,62**	**1.714.918,82**
9660 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	3.351.598,00	2.309.470,25	1.721.269,62	1.714.918,82
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**200.000,00**	**140.000,00**	**54.750,00**	**54.750,00**
8701 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO PREVIDÊNCIA SERVIDORES DF-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	140.000,00	54.750,00	54.750,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**12.612.297,00**	**10.080.169,25**	**8.180.950,51**	**8.174.599,71**

Na ação de Concessão de Benefícios a Servidores foram alocadas despesas referentes ao auxílio transporte, auxílio alimentação, equivalente a 556 auxílios concedidos até 31.12.2017, referentes ao auxílio funeral devido às famílias dos servidores efetivos aposentados, em valor equivalente a um mês da remuneração, subsídio ou provento conforme preceitua o artigo 97 da Lei Complementar Nº 840/2011.

Em relação à Manutenção dos Serviços Administrativos – referentes a despesas administrativas, tais como: aluguel de imóvel, condomínio, telefonia, taxas e impostos, concessão de diárias, pagamento de serviços prestados por terceiros, aquisição de material de consumo, exceto aquelas que são próprias das ações de transporte, recursos humanos e informática.

Na ação de Publicidade e Propaganda - foram alocadas despesas contratação de serviço de Publicação no Diario Oficial do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Responsável pela gestão da Folha de Pagamento dos Aposentados e Pensionistas, o IPREV, após a reestrutura através do Decreto nº 38.649/2017, conta com 4 (quatro) Coordenações, sendo elas de Atendimento, de Compensação Previdenciária, de Benefícios e Pagamento e de Direitos e Deveres.

A) Folha de Pagamento

Essa folha está composta hoje com 9.768 pensionistas.

Pensionistas Grupo Financeiro – Tesouro

Mês Folha	Vl. Bruto (R$)	Diferença (R$)	Percentual	Quantidade	Diferença
janeiro/17	37.857.263,21	202.379,05	0,54%	6.282	9
fevereiro/17	39.554.383,46	1.697.120,25	4,48%	6.275	-7
março/17	38.540.444,30	-1.013.939,16	-2,56%	6.285	10
abril/17	38.414.133,61	-126.310,69	-0,33%	6.297	12
maio/17	38.650.832,21	236.698,60	0,62%	6.295	-2
junho/17	38.834.174,15	183.341,94	0,47%	6.316	21
julho/17	38.694.399,72	-139.774,43	-0,36%	6.327	11
agosto/17	39.639.126,38	944.726,66	2,44%	6.315	-12
setembro/17	39.511.504,33	-127.622,05	-0,32%	6.331	16
outubro/17	39.074.639,64	-436.864,69	-1,11%	6.346	15
Novembro/17	39.523.744,25	449.104,61	1,15%	6.341	-5
dezembro/17	39.955.863,40	432.119,15	1,09%	6.341	0
	Total	**Média**	**Média Percentual**	**Aumento**	
TOTAIS	**505.905.392,82**	**191.748,27**	**0,51%**	**68**	

Antes da edição da Lei Complementar nº 932/2017, havia o controle do Acompanhamento da Folha de Pagamento do Fundo Previdenciário para os benefícios de aposentadoria e pensão, dos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2007.

Nesse fundo, até antes da edição da referida Lei Complementar, estavam os benefícios recentes, sendo estes migrados para o Fundo Financeiro em outubro de 2017, que tinha a época, 98 aposentados e **63 pensionistas**, sendo descritos abaixo:

Aposentados Grupo Previdenciário – Tesouro

Mês Folha	Vl. Bruto (R$)	Diferença (R$)	Percentual	Quantidade	Diferença
janeiro/17	399.472,81	-19.794,34	-4,72%	87	0
fevereiro/17	413.287,50	13.814,69	3,46%	87	0
março/17	426.046,82	12.759,32	3,09%	87	0
abril/17	412.095,93	-13.950,89	-3,27%	88	1
maio/17	417.211,98	5.116,05	1,24%	90	2
junho/17	448.318,39	31.106,41	7,46%	91	1
julho/17	463.052,77	14.734,38	3,29%	94	3
agosto/17	462.801,39	-251,38	-0,05%	96	2
setembro/17	513.787,02	50.985,63	11,02%	98	2
	Total	**Média**	**Média Percentual**	**Aumento**	
TOTAIS	**4.375.341,76**	**10.502,21**	**2,39%**	**11**	

Fonte: SIGRH

Observação: Com a Edição da Lei Complementar nº932/2017, na folha de outubro/2017, os aposentados e pensionistas do Fundo Previdenciário, foram migrados para o Fundo Financeiro.

Pensionistas Grupo Previdenciário – Tesouro

Mês Folha	Vl. Bruto (R$)	Diferença (R $)	Percentual	Quantidade	Diferença
janeira/17	202.846,59	1.055,53	0,52%	51	0
fevereiro/17	203.271,93	425,34	0,21%	54	3
março/17	206.032,43	2.760,50	1,36%	57	3
abril/17	215.082,88	9.050,45	4,39%	57	0
maio/17	189.454,72	-25.628,16	-11,92%	57	0
junho/17	183.274,55	- 6.180,17	-3,26%	57	0
julho/17	215.041,52	31.766,97	17,33%	58	1
agosto/17	214.972,69	-68,83	-0,03%	60	2
setembro/17	230.357,34	15.384,65	7,16%	63	3
	Total	**Média**	**Média Percentual**	**Aumento**	
TOTAIS	**2.062.125,71**	**3.174,03**	**1,75%**	**12**	

Fonte: SIGRH

Observações: Com a Edição da Lei Complementar nº932/2017, na folha de outubro/2017, os aposentados e pensionistas do Fundo Previdenciário, foram migrados para o Fundo Financeiro.

AS Folhas de Pagamento das Secretarias de Estado de Educação, relativos ao Fundo Financeiro, contam com **24.833 aposentados** e **3163 pensionistas.**

Aposentados Grupo Financeiro - Educação (Grupo 60)

Mês Folha	Vl. Bruto (R$)	Diferença (R$)	Percentual	Quant.	Diferença
janeiro/17	202.466.583,60	8.185.867,46	4,21%	22.977	-25
fevereiro/17	211.473.192,18	9.006.608,58	4,45%	23.304	327
março/17	222.062.961,63	10.589.769,45	5,01%	23.264	-40
abril/17	199.680.358,84	-22.382.602,79	-10,08%	23.467	203
maio/17	201.231.925,17	1.551.566,33	0,78%	23.640	173
junho/17	203.077.701,95	1.845.776,78	0,92%	23.825	185
julho/17	205.625.606,18	2.547.904,23	1,25%	23.992	167
agosto/17	216.568.676,16	10.943.069,98	5,32%	24.171	179
setembro/17	212.045.534,74	-4.523.141,42	-2,09%	24.314	143
outubro/17	209.205.199,44	-2.840.335,30	-1,34%	24.427	113
novembro/17	210.966.736,54	1.761.537,10	0,84%	24.700	273
dezembro/17	212.511.522,80	1.544.786,26	0,09%	24.833	-19
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	Anual
TOTAIS	**2.701.196.715,37**	**1.519.233,89**	**0,78%**	**1679**	**Mensal**

Fonte: SIGRH

Pensionistas Grupo Financeiro - Educação (Grupo 65)

Mês Folha	Vl. Bruto (R$)	Diferença (R$)	Percentual	Quantidade	Diferença
janeiro/17	14.964.999,07	- 44.233,87	-0,29%	3.018	14
fevereiro/17	15.744.601,80	779.602,73	5,21%	3.015	-3
março/17	15.567.530,11	-177.071,69	-1,12%	3.032	17
abril/17	15.359.189,92	-208.340,19	-1,34%	3.042	10
maio/17	15.521.290,04	162.100,12	1,06%	3.046	4
junho/17	15.598.469,46	77.179,42	0,50%	3.067	21
julho/17	15.799.186,44	200.716,98	1,29%	3.075	8
agosto/17	16.213.436,12	414.249,68	2,62%	3.100	25
setembro/17	16.405.429,99	191.993,87	1,18%	3.108	8
outubro/17	15.955.186,26	-450.243,73	-2,74%	3.145	37
Novembro/17	16.037.846,04	82.659,78	0,52%	3.152	7
dezembro17	16.333.363,90	134.445,52	1,02%	3.163	9
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	Anual
TOTAIS	**204.509.762,09**	**96.921,55**	**0,66%**	**157**	**Mensal**

Fonte: SIGRH

As Folhas de Pagamento das Secretarias de Estado de Saúde, relativos ao Fundo Financeiro, que contam com **13.116 aposentados** e 2.020 pensionistas.

Aposentados Grupo Financeiro - Saúde (Grupo 60)

Mês Folha	Vl. Bruto (R$)	Diferença (R$)	Percentual	Quant.	Diferença
janeiro/17	120.826.482,56	810.218,63	0,68%	12.197	-8
fevereiro/17	123.961.597,02	3.135.114,46	2,59%	12.282	85
março/17	132.910.986,53	8.949.389,51	7,22%	12.316	34

abril/17	123.173.497,16	-9.737.489,37	-7,33%	12.354	38
maio/17	124.578.854,50	1.405.357,34	1,14%	12.443	89
junho/17	125.672.604,29	1.093.749,79	0,88%	12.654	211
julho/17	128.369.882,84	2.697.278,55	2,15%	12.828	174
agosto/17	128.455.093,86	85.211,02	0,07%	12.892	64
setembro/17	130.028.798,95	1.573.705,09	1,23%	12.990	98
outubro/17	132.307.430,69	2.278.631,74	1,75%	13.094	104
novembro/17	130.170.887,15	-2.136.543,54	-1,61%	13.105	11
dezembro/17	130.039.540,18	-277.649,16	-0,25%	13.116	0
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	1.650.511.919,66	**823.081,17**	**0,71%**	**900**	

Fonte: SIGRH

Pensionistas Grupo Financeiro - Saúde (Grupo 65)

Mês Folha	**Vl. Bruto (R$)**	**Diferença (R$)**	**Percentual**	**Quantidade**	**Diferença**
janeiro/17	11.778.907,78	-152.785,15	-1,28%	1.959	-3
fevereiro/17	12.296.603,20	517.695,42	4,40%	1.975	16
março/17	12.084.719,15	-211.884,05	-1,72%	1.980	5
abril/17	12.044.763,38	-39.955,77	-0,33%	1.991	11
maio/17	12.317.647,94	272.884,56	2,27%	1.992	1
junho/17	12.200.781,66	-116.866,28	-0,95%	1.997	5
julho/17	12.399.366,44	198.584,78	1,63%	2.009	12
agosto/17	12.298.622,13	-100.744,31	-0,81%	2.010	1
setembro/17	12.251.161,64	-47.460,49	-0,39%	2.006	-4
outubro/17	12.685.322,76	434.161,12	3,54%	2.021	15
novembro/17	12.637.378,37	-47.944,39	-0,38%	2.026	5
dezembro/17	12.808.294,69	-60.834,59	-0,57%	2.020	-6
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
TOTAIS	**159.735.262,07**	**53.737,57**	**0,45%**	**58**	

Fonte: SIGRH

B) Homologação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição

Outra atividade realizada pela Diretoria de Previdência é a homologação das Certidões de Tempo de Serviço/Contribuição, em atendimento aos ditames legais - Lei Complementar nº 769/2008, em seus Artigos 101 a 103, da Portaria do MPS nº 154/2008 e da Lei n° 10.887/2004.
A homologação das CTC's tem por objetivo disponibilizar aos ex-servidores exonerados do Distrito Federal um documento que lhes permita a averbação do tempo trabalhado e contribuído ao RPPS/DF em outros regimes previdenciários, para fins de contagem e comprovação de tempo de contribuição.

Homologação de CTC's – Pelo IPREV/DF – 2017

Mês	Analisadas	Homologadas
Janeiro	55	19
Fevereiro	47	29
Março	55	39
Abril	33	24
Maio	82	59
Junho	55	28
Julho	90	43
Agosto	78	53
Setembro	93	58
Outubro	67	48
Novembro	51	27
Dezembro	75	38
TOTAIS	**781**	**465**

Fonte: DIPREV/IPREV/DF – Coordenação de Atendimento e Cadastro

Tempo de análise de CTC's – Pelo IPREV/DF – 2017

Dias Analise	Analisadas	Homologadas
No mesmo dia	8	1,02%
1 A 5 DIAS	615	78,75%
6 A 10 DIAS	105	13,44%
11 A 15 DIAS	36	4,61%
16 A 21 DIAS	13	1,66%
22 A 30 DIAS	2	0,26%
MAIS DE 31 DIAS	2	0,26%

Fonte: DIPREV/IPREV/DF

C) Análise e Homologação dos Formulários Obrigatórios de Aposentadoria - FAP

O FAP não se constitui em um instrumento impeditivo ou obstáculo jurídico, uma vez que este documento tem por objetivo oferecer condições para a realização de um trabalho, de conformidade e eficiência técnica por parte do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, criando mecanismos para a efetivação do Instituto como órgão Gestor Único da Previdência do Distrito Federal, sendo contabilizado **296 FAP's** até a sua extinção através do Decreto 38.649/2017.

D) Contribuições Previdenciárias para Servidores em Licença sem Vencimentos

O Instituto mantém o acompanhamento e controle dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos servidores cedidos, com ônus para outros órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além dos licenciados para acompanhamento de cônjuge ou interesse particular. Atualmente, existem **82 servidores em LAC** (Licença para Acompanhar o Cônjuge) e **266 em LIP** (Licença de Interesse Particular).

E) Contribuições Previdenciárias de Servidores Cedidos sem ônus para o Distrito Federal

No que se refere ao Pessoal Cedido, o instituto realiza acompanhamento sistemático do contingente de servidores nesta situação junto às Unidades Administrativas, do Distrito Federal.

Número de servidores cedidos – classificação por tipo - Acumulado

TIPO CESSÃO	CEDIDOS
Para órgãos ou entidades do GDF	2104
Para órgãos e Entidades Fora do GDF	499
TOTAL	2603

Fonte: SIGRH

F) Atualização Monetária das Contribuições Previdenciárias

Estas atualizações monetárias são referentes às contribuições previdenciárias, dos servidores cedidos sem ônus para o GDF, tendo por finalidade estabelecer acertos junto aos órgãos para o qual os servidores encontram-se cedidos. Atualiza-se também as contribuições dos servidores que se encontram em licença sem vencimento (LAC e LIP), que desejam realizar as contribuições de forma voluntária, referentes períodos já usufruídos e não recolhidos.

Quantitativa de atualizações MOmonetárias

PERÍODO	QUANTIDADE
Janeiro	5
Fevereiro	12
Março	8
Abril	19
Maio	4
Junho	4
Julho	2
Agosto	4
Setembro	2
Outubro	6
Novembro	9
Dezembro	3
TOTAL	78

Fonte: DIPREV/IPREV/DF

G) Emissão de Declarações – Caixa Econômica Federal - CEF

Em atendimento as exigências da Agencia Nacional de Saúde - ANS, relativos à inclusão e renovação de dependentes indiretos dos titulares do Plano de Saúde CAIXA, Programa de Assistência Médica Supletiva da Caixa Econômica Federal e solicitada pela Caixa Econômica Federal. O Instituto emitiu declarações aos solicitantes, atestando se há algum tipo de vínculo com o GDF ou benefício percebido. Até dezembro de 2016, foram realizadas pesquisas junto ao Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e emitidas 163 declarações no ano de 2017.

H) Análise e Homologação de Declaração de Tempo Especial

O Distrito Federal vem estabelecendo esforços no sentido contemplar os pedidos de Aposentadoria Especial por parte de diversos servidores, em especial atenção ao estabelecido

pela Decisão Extraordinária nº 6.611/2010, do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e determinações judiciais.

A análise e a homologação das Declarações de Reconhecimento de Tempo Especial observam estritamente o que prescreve a Legislação relativa ao Regime Geral, uma vez que o RPPS do DF não conta com legislação especifica para trato da matéria.

Após a definição do papel e a construção de uma política interna para o enfrentamento dessa demanda, o IPREV/DF elaborou uma nota técnica, demonstrando os impactos e afetações que a concessão de direitos não contributivos, bem como a geração de aposentadorias especiais, considerando tempos sem média e com a possibilidade de se manter no serviço público ou ainda com benefícios distintos dos que a Lei estabelece. Nessa linha foi constituída uma Declaração para os períodos especiais que apenas demonstra esses períodos e condiciona para as Secretarias e órgãos a análise para os pedidos de aposentadorias, nos termos da Decisão nº 6.611/2010, ficando a cargo dos órgãos de origem dos servidores interessados a conversão do tempo em especial.

Do exame da Súmula Vinculante nº 33, para promover a adequada aplicação de seus termos, verificou-se que o STF adotou, na sua formulação, o entendimento de milhares de decisões proferidas em mandados de injunção, no sentido de que a Corte deveria emitir regra hábil a possibilitar o exercício do direito subjetivo em discussão: a concessão de aposentadoria especial. Em face da omissão da legislação e, cumpridos os requisitos exigidos, o Tribunal editou a norma abstrata, suficiente à concretização do direito constitucional do servidor à aposentadoria. Ocorre que, nem na edição, nem por interpretação da súmula, é possível ampliar seus efeitos para além do que foi decidido reiteradamente pela Corte nos casos concretos examinados.

A esse respeito, deve ser lembrado que, de acordo com a súmula em exame, somente serão utilizadas na aposentadoria do servidor as normas do RGPS que se mostrarem cabíveis em relação à disciplina vigente. Semelhante

Previsão contém o art. 40, § 12 da Constituição que determina a aplicação, na concessão de aposentadoria e pensão aos servidores, das normas do RGPS, no que lhes forem cabíveis, além do que dispõe o próprio artigo.

Considerando não ter havido alteração nas normas do RGPS relativas ao reconhecimento do tempo exercido sob condições especiais, traduzidas e organizadas pela IN SPPS/MPS nº 1, de 2010, todos os seus dispositivos permanecem aptos a serem empregados na análise dos pleitos de aposentadoria especial. No entanto, para adequação de seu conteúdo à aplicação da Súmula Vinculante nº 33, foram realizadas alterações para ampliação de seu objeto por meio da Instrução Normativa MPS/SPPS nº 03, de 23/05/2014, que deu nova redação à ementa, aos arts. 1º, 14, 16, e acréscimo do art. 16-A, que prescreve a necessidade de Decisão Judicial, para a conversão do tempo exercido pelo servidor sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física em tempo de contribuição comum, inclusive para fins de contagem recíproca de tempo de contribuição e para a revisão de benefício de aposentadoria em fruição, sendo produzidas no ano de 2017, **10 Certidões** juntadas aos referidos processos de aposentadoria.

I) Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

As diretorias do IPREV/DF têm o papel de prover plena adequação do GDF ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Este certificado instituído pelo Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001e Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, serve de instrumento de controle para o Ministério da Previdência que verifica o cumprimento dos critérios e exigências previstos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

- Celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
- Realizar transferências voluntárias de recursos pela União;
- Obter liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e
- Receber os valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999.

Durante o exercício o IPREV/DF atuou diligentemente para manter a regularidade do Ente em todos os critérios, tendo acompanhado ao longo do ano e atuado para manter o atendimento aos critérios estabelecidos nos 34 critérios exigidos no Extrato Externo dos Regimes Previdenciários.

Manter o CRP vigente para o Ente é fundamental, uma vez que a sua ausência limita a capacidade do Distrito Federal de negociar e assinar acordos relacionados ao financiamento e/ou liberação de verbas por órgãos multilaterais e as de livre vinculação da União.

O último CRP emitido pelo MPS vencerá em 28 de maio de 2018, dentre as exigências para sua revalidação temos o envio do DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse, sob a responsabilidade da Diretoria de Previdência. O Demonstrativo requerer as informações relativas às remunerações brutas, bases de cálculo, repasses efetuados, separadas por órgão/entidade, e não mais consolidadas para todo o Distrito Federal, encaminhado bimestralmente, para o Ministério da Previdência Social – MPS.

O DIPR exigirá ainda a informação da data do repasse das contribuições, aportes e transferências de recursos efetuadas à Unidade Gestora do RPPS, bem como da data do recebimento, pela Unidade Gestora, das demais receitas do RPPS, e do pagamento das despesas efetuadas com os benefícios previdenciários e com a administração do RPPS. Dessa forma, se os repasses das contribuições forem efetuados após o vencimento legal (fora do prazo) serão exigidos os devidos acréscimos legais.

O DIPR, como os demais demonstrativos exigidos pelo MPS, não pode ser tratado como uma simples formalidade e ser preenchido de qualquer maneira, apenas para se criar a falsa impressão de cumprimento de uma exigência legal. Deve-se evitar o seu envio apenas nos últimos dias do prazo legal, ou pior ainda, depois de esgotado esse prazo, pois nestes casos normalmente será preenchido às pressas, com maior possibilidade de omissão de informações ou informações inexatas. O prazo para encaminhamento do DIPR vence no último dia do mês seguinte ao término de cada bimestre (31/03 para o 1º bimestre; 31/05 para o 2º bimestre; 31/07 para o 3º bimestre; 30/09 para o 4º bimestre; 30/11 para o 5º bimestre e 31/01 para o 6º bimestre). O gestor do RPPS deve acompanhar rigorosamente o cumprimento dessa obrigação exigindo que o DIPR seja informado tão logo as informações necessárias para tal já estejam disponíveis.

Convém destacar que o descumprimento em algum dos critérios exigidos para renovação do Certificado pode acarretar a suspensão do CRP, inviabilizaria a:

J) Acompanhamento do Recadastramento de Servidores em Licença sem Vencimento

Após a realização do Censo Previdenciário, muitos servidores que se encontravam de Licença sem Vencimento ou Cedidos para outros Entes, com o retorno às atividades junto ao GDF, necessitavam atualizar suas informações cadastrais, desta forma, a Coordenação de Benefícios disponibiliza os atendimentos a estes servidores, com vista a possibilidade de atualização do cadastro e posterior liberação do pagamento, sendo produzidos 52 recadastramentos.

K) Compensação Previdenciária com o INSS

Trata-se da operacionalização da Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

L) Levantamento da Expedição de Certidões de Tempo de Serviço Celetista

Elaboração de certidão de tempo de serviço celetista, prestado pelo servidor público no próprio ente, referente ao tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, para fins de Compensação Previdenciária. Houve um quantitativo de 1447 Certidões celetista até dezembro 2017

M) Proporcionalidade Entre Regime de Origem e Regime Instituidor de Compensação Previdenciária

Tendo em vista a redação dada ao Art. 19-B pela Portaria 288, de 30 de junho de 2015, que alterou a Portaria MPAS n 6.209, de 16 de dezembro de 1999, dispondo sobre a reciprocidade nas decisões dos requerimentos de compensação previdenciária disponibilizados no Sistema COMPREV pelos regimes instituidores aos Regimes de origem, conforme segue:

"Art. 19-B. O repasse do fluxo mensal de compensação financeiramente regimes poderá ser suspenso quando o credor deixar de decidir ou decidir processos em quantidade proporcionalmente inferior aos decididos pelo devedor, considerando-se os requerimentos protocolados há mais de noventa dias, ressalvados os casos em que o credor tiver decidido mais de oitenta por cento dos requerimentos protocolados há mais de noventa dias, ou quando a diferença proporcional em relação à quantidade de requerimentos decididos pelo devedor há mais de noventa dias for inferior a cinco pontos percentuais. "

A proporcionalidade é medida considerando a percentual de decisões dos requerimentos de compensação pelo INSS e RPPS como regimes de origem.

Os critérios utilizados para obtenção do percentual de decisão entre os regimes de origem são os seguintes:

1. Requerimentos enviados a mais de 90 dias.

2. A data inicial para contagem dos 90 dias, e a data em que foi incluída a última imagem obrigatória, conforme estabelecido no Art. 10 do Decreto nº 3.112, de 06 de julho de 1999;

3. Somente será considerado um requerimento decidido. Os reenviados não serão considerados na contagem de quantitativo em análise e no quantitativo;

4. Não serão considerados os requerimentos indeferidos automaticamente pelo Sistema COMPREV; e

5. São considerados como decididos os requerimentos indeferidos e deferidos.

6. A nova regra estabelecida na Portaria em comento institui as seguintes regras para o bloqueio por falta de reciprocidade na análise dos requerimentos pelos regimes de origens:

Caso o RPPS e o RGPS tenham decididos requerimentos em percentuais superiores a 80% (oitenta por cento) não haverá bloqueio dos valores devidos pelo RPPS ao INSS e dos valores devidos pelo INSS aos RPPS.

Regime de Origem e Regime Instituidor de Compensação Previdenciária

COMPETENCIA	RO.2014	RO.2015	RO 2016	RO 2017
JANEIRO	13.928.558,31	14.801.748,67	16.952.502,58	15.542.051,68
FEVEREIRO	12.938.175,80	13.425.071,40	16.291.246,15	15.567.704,53
MARÇO	14.493.690,18	13.420.988,59	18.152.918,47	15.601.677,70
ABRIL	12.954.666,62	13.706.115,26	14.385.172,47	15.630.423,01
MAIO	12.937.292,33	14.594.996,38	17.060.301,87	15.646.187,02
JUNHO	12.858.826,83	14.079.160,59	16.374.314,00	15.662.080,23
JULHO	14.166.156,52	14.279.548,78	16.739.271,32	15.674.557,10
AGOSTO	13.209.088,36	15.041.404,42	16.911.309,91	15.682.726,77
SETEMBRO	13.951.160,43	14.330.766,32	18.010.344,82	15.702.025,34
OUTUBRO	13.120.862,15	14.273.698,74	16.104.314,27	15.719.284,96
NOVEMBRO	26.404.773,90	27.326.973,31	31.142.946,54	31.466.786,46
DEZEMBRO	12.810.130,85	15.691.547,67	14.500.869,73	15.756.524,30

Fonte: DIPREV/IPREV/DF – Coordenação de Compensação Previdenciária

COMPETENCIA	RI.2015	RI.2016	RI 2017
JANEIRO	17.373,36	38.992,21	48.617,41
FEVEREIRO	17.373,36	38.992,21	48.520,31
MARÇO	17.373,36	91.790,19	110.173,35
ABRIL	134.747,28	43.919,87	56.989,03
MAIO	558.149,23	43.919,87	51.470,81
JUNHO	34.413,81	51.901,27	51.883,55
JULHO	34.413,81	44.507,59	51.579,43
AGOSTO	54.183,20	52.408,34	61.888,88
SETEMBRO	35.820,83	49.125,29	53.210,22
OUTUBRO	35.820,83	64.968,36	52.706,14
NOVEMBRO	71.641,66	91.330,84	106.983,86
DEZEMBRO	36.120,17	45.459,54	53.028,85

Fonte: DIPREV/IPREV/DF – Coordenação de Compensação Previdenciária

Proporcionalidade RO – RI

RO				RI		
Requerimentos enviados com mais de 90 dias	Requerimentos Decididos	Proporc.	Qtd. Req. Reenviados	Requerimentos enviados com mais de 90 dias	Requerimentos Decididos	Proporc.
27865	26165	93,89%	8582	1014	1013	99,90%

Fonte: COMPREV/INSS

N) Ações da Diretoria

A Diretoria de Previdência, traçou através de metas estratégicas, apresentadas junto ao Conselho de Administração, seu foco de ação para o ano de 2018:

Centralização da concessão, manutenção, revisão e cessação de aposentadorias e pensões

Através da edição do Decreto nº 38.649, de 27 de novembro de 2017, estabeleceu-se as orientações quanto a referida centralização das concessões, definido os cronogramas e as regras que serão seguidas.

Com a edição das Portaria nº 80, de 29 de dezembro de 2017, 56 (cinquenta e seis) órgãos do Governo do Distrito Federal, tiveram seus processos administrativos previdenciários, centralizados nesta Diretoria de Previdência.

Censo Previdenciário.

Para a correta atualização das informações cadastrais, a realização do Censo Previdenciário é uma ação de suma importância para manutenção cadastral.

A parte relativa aos aposentados e pensionistas, estamos tomando as providências junto a DIREX, com vistas a iniciarmos o Censo durante o primeiro semestre de 2018.

Quanto a parte relativa dos servidores ativos, este Censo está sendo providenciado pela SEPLAG.

Monitoramento da Folha de Pagamento.

O monitoramento mais eficiente das folhas de pagamento relativo aos aposentados e pensionistas, visam sanar eventuais divergências ocasionadas por informações incorretas no âmbito cadastral e por consequência, refletirá na folha de pagamento.

Para isso estão sendo revistas as pensões de filhas maiores, correta análise das concessões de aposentadorias e pensões, trabalho conjunto entre as Coordenações da Folha e de Direitos e Deveres.

INVESTIMENTOS

1. Modelo de gestão

Em 2017, os investimentos do IPREV/DF foram integralmente alocados em fundos de investimento regulados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e administrados por instituições com gestão profissional autorizada pela CVM.

O Instituto faz a gestão própria dos recursos, conforme definição do artigo 15, Parágrafo 1º, item I da Resolução nº 3.922/2010, determinando as alocações nos diferentes segmentos de aplicação e referenciais de rentabilidade, por meio dos investimentos em desinvestimentos nos respectivos fundos.

2. Governança de investimentos

Os investimentos do IPREV/DF, na qualidade de Regime Próprio de Previdência Social, são regulados pelos parâmetros e limites previstos na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores.

Anualmente, a Diretoria de Investimentos - DIRIN elabora a proposta de Política Anual de Investimentos e a encaminha ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos, Diretoria Executiva e Conselho de Administração, responsável por sua aprovação.

Em conjunto com o Comitê de Investimentos e Análise de Riscos - CIAR, a Diretoria de Investimentos define mensalmente a estratégia de alocação de curto prazo ao longo do ano, em observação das diretrizes, limites e objetivos estabelecidos na Política Anual vigente. Compete ainda ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos a definição dos parâmetros de risco a serem observados nos investimentos e a avaliação da execução da Política realizada pela DIRIN, propondo realocações ou redirecionamentos com vistas a balizar a gestão e enquadrá-la aos adequados limites.

A Diretoria de Investimentos é a unidade responsável por coordenar a gestão dos investimentos à luz da Política Anual e das diretrizes do CIAR, de forma a observar os limites por segmento e índices de referência, bem como monitorar os níveis de riscos de investimento, elaborando relatórios gerenciais para acompanhamento dos órgãos colegiados. Deverá, ainda, realizar as operações de investimentos e desinvestimentos entre os diferentes instrumentos financeiros disponíveis para o alcance dos objetivos definidos na Política de Investimento, e de forma a fazer face ao fluxo de caixa apontado pela Diretoria de Administração e Finanças. Nas suas atividades, a Diretoria de Investimentos adota controles e análises que busquem de forma prudencial o adequado nível de liquidez, segurança, rentabilidade, solvência e mitigação de riscos.

3. Estratégia da Política de Investimentos de 2017.

As diretrizes e estratégias de alocação para o exercício de 2017 foram definidas na respectiva Política de Investimentos, aprovada originalmente pelo Conselho de Administração, em 6 de dezembro de 2016. A Política de Investimentos, com base no cenário vigente ao fim de 2016, estabeleceu a meta atuarial de 5,50% ao ano, acrescida do Índice de Inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Em 28 de março de 2017, dado o forte ajuste na taxa de juros doméstica executado pelo Banco Central, o Conselho de Administração aprovou a revisão da Política, alterando a meta atuarial de 2017 para 5,00% a.a. acrescida do INPC. A meta teve validade para todo o ano.

A estratégia da gestão dos ativos do Instituto, previstas na Política de Investimentos previam direcionamento das aplicações para referencias com menor volatilidade, reduzindo-se a participação da parcela alocada em ativos com maior prazo e portanto maior risco de mercado (representada pelos investimentos em IMA-B e IRF-M, que compunham a parcela majoritária dos investimentos em dezembro de 2016) para referencias com menor prazo, em especial IMA-B 5 e IDKA 2 anos, bem como IRF-M 1.

A tabela abaixo apresenta o enquadramento do IPREV/DF aos limites estabelecidos pela Resolução 3.922/2010 Política de Investimentos de 2017:

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO			
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos Recursos (%)		
	Limite Resolução CMN 3.922/10	Estratégia Política de Investimentos 2017	Realizado até 31/12/2017
Renda Fixa – Art. 7°			
Títulos Tesouro Nacional – SELIC – Art. 7° - I - "a"	100	20	-
FI 100% títulos TN – Art. 7° - I - "b"	100	85	80,12%
Operações Compromissadas – Art. 7° - II	15	-	-
FI Renda Fixa/Referenciados RF – Art.7°- III "a"	80	30	-
FI de Renda Fixa – Art. 7° - IV "a"	30	30	14,53
Poupança – Art. 7° - V	20	-	-
FI em Direitos Creditórios- Aberto – Art. 7° - VI	15	1	0,27
FI em Direitos Creditórios – Fechado – Art. 7° - VII - "a"	5	1	-
FI Renda Fixa "Crédito Privado" – Art. 7° - VII - "b"	5	3	1,65
TOTAL RENDA FIXA			96,57
Renda Variável – Art. 8°			
FI Ações referenciados – Art. 8° - I	30	5	0,20
FI de índices Referenciados em Ações – Art. 8° - II	20	2	-
FI em Ações – Art. 8° - III	15	4	1,17
FI Multimercado – aberto – Art. 8° - IV	5	3	0,00
FI em Participações – fechado – Art. 8° - V	5	3	0,81
FI Imobiliário – cotas negociadas em bolsa – Art. 8° - VI	5	3	1,26
TOTAL - RENDA VARIAVEL			3,43
TOTAL GERAL			100

4. Aprovação da Lei 932/2017 e o impacto sobre os investimentos

Em 3 de outubro de 2017 foi editada a Lei Complementar nº 932, responsável por reestruturar o passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência do Governo do Distrito Federal, a qual trouxe importantes consequências para a carteira de investimentos administrada pelo IPREV/DF a partir daquela data.

Até a edição da Lei Complementar 932/2017 o IPREV/DF administrava dois fundos de previdência, em decorrência a segregação das massas dos servidores em 31 de dezembro 2006, prevista na Lei Complementar nº 769 de 30 de junho de 2008. Os servidores contratados até aquela data compunham o passivo do Fundo Financeiro, em regime de repartição simples, o qual se apresenta deficitário desde sua constituição e, portanto, recebe complementação do Governo do Distrito Federal para fazer face aos seus compromissos previdenciários.

Os servidores empossados a partir de 1º de janeiro de 2007 estavam atrelados ao Fundo Previdenciário – DFPPREV, de natureza capitalizada, em regime de benefício definido. Devido à

sua alta taxa de capitalização desde a constituição, advinda do volume de contribuições patronais e dos servidores, bem como em decorrência da rentabilidade auferida, o Fundo Capitalizado atingiu patrimônio de R$ 3,9 bilhões em 30 de setembro de 2017, distribuídos em fundos de investimento que compunham a sua carteira, administrada pela Diretoria de Investimento do Instituto.

A Lei 932/2017 reviu a segregação das massas estabelecida na Lei Complementar 769/2008, estabelecendo que todos os servidores do Distrito Federal que tenham ingressado no serviço público até o dia anterior ao efetivo funcionamento da previdência complementar do Distrito Federal – DFPREVICOM passassem a fazer parte do Fundo Financeiro. Com isso, suas contribuições passam a ser direcionadas para o pagamento dos inativos.

A partir da data de operacionalização da DF-PREVICOM, estará em efetivo funcionamento o novo Fundo Capitalizado, para os servidores empossados em regime de previdência complementar, o qual cobrirá os benefícios até o valor do teto fixado para o Regime Geral de Previdência Social. Importante notar que, em função da necessidade de realização de estudos de viabilidade e aprovação dos documentos necessários ao seu funcionamento pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a DFPREVICOM deverá ter seu efetivo funcionamento previsto apenas em meados de 2018.

A Lei criou um terceiro Fundo, denominado Fundo Solidário Garantidor - FSG, destinado a ser reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias do Fundo Financeiro e do futuro Fundo Capitalizado. O FSG baseia-se no sistema monetização e rentabilização de ativos, que implique na ampliação de suas reservas patrimoniais. Uma vez que não possui massa de servidores atrelada, o Fundo não recebe contribuições previdenciárias patronais ou dos servidores, tendo como recursos, entretanto, outros ativos.

Em primeiro lugar, a lei destinou ao FSG os recursos financeiros do extinto DFPREV, ou seja, do Fundo Capitalizado extinto com a Lei 932/2017. Tais recursos são representados por todas as aplicações existentes em fundos de investimento do DFPREV até aquela data. Além disso, comporão os ativos do FSG os imóveis descritos na Lei Complementar nº 917 e na Lei nº 5.729, ambas de 21 de outubro de 2016, a participação societária no Banco de Brasília – BRB, objeto da Lei complementar nº 920, de 1º de dezembro de 2016, bem como outras receitas listadas no Art. 73-A da referida Lei.

Desta forma, como resultado da reconfiguração estabelecida pela Lei Complementar 932/2017, o IPREV/DF passa a fazer a gestão de três Fundos, a saber:

1) Fundo Financeiro, cujo passivo previdenciário abrange todos os servidores e inativos do Distrito Federal até o presente momento. Baseia-se em regime de repartição simples, ou seja, toda a arrecadação de contribuição patronal e dos servidores ativos e inativos é utilizada para o pagamento de benefícios dentro do mesmo exercício. O Fundo apresenta situação deficitária e necessita da complementação de recursos do Tesouro do Governo do Distrito Federal para fazer face ao pagamento de suas obrigações atuais.

2) Fundo Capitalizado, cujo efetivo funcionamento está atrelado à implementação do regime de previdência complementar no Distrito Federal, que depende de aprovação pela PREVIC e de providências administrativas necessárias à sua implementação. O Fundo Capitalizado custeará os benefícios previdenciários até o teto do Regime Geral de Previdência Social, cabendo aos servidores aderir à previdência complementar do DF para acumulação acima desse patamar.

3) Fundo Solidário Garantidor, que por ser um fundo de solvência, não possui passivo previdenciário correspondente, caracterizando-se como uma comunhão de ativos visando o auxílio aos dois Fundos anteriores.

O Fundo Solidário Garantidor tem como objetivo a monetização e rentabilização dos seus recursos, buscando a preservação de valor. A Lei prevê que o resultado da rentabilização dos

seus ativos será revertido para auxílio no pagamento de benefícios dos outros dois Fundos, embora o mais provável é que apenas o Fundo Financeiro deva utilizá-lo.

Considerando-se o caráter de monetização e rentabilização do FSG, bem como a previsão d que sua rentabilização seja revertida para auxiliar o fundo deficitário (Art. 46 – III), após a aprovação da Lei, o IPREV/DF intensificou o processo de redução do risco de mercado da carteira do recém-criado Fundo Solidário Garantidor. Se os ativos anteriormente atrelados ao extinto Fundo Capitalizado possuíam um passivo de longo prazo, os mesmos ativos passaram, a partir da sua migração para o FSG, a ter um horizonte de curto prazo. O FSG nasceu com perfil análogo aos fundos previdenciários maduros e que já se encontram em fase de consumo de suas reservas, e dessa forma, deve ter perfil mais conservador de forma a reduzir o risco de perda de valor

Assim, foram necessárias operações de realocação de recursos já existentes de modo a adaptar a carteira ao seu novo horizonte, reduzindo-se o nível de risco e a volatilidade típica de investimentos de modo a evitar retornos negativos ao seu patrimônio.

5. Conjuntura econômica em 2017

No campo internacional, não obstante as incertezas predominantes no início do ano em relação à eleição do Presidente Donald Trump, e as consequências econômicas das suas promessas de estímulo fiscal e redução maciça de impostos, na prática prevaleceu o cenário positivo para a economia global.

O ambiente benéfico decorreu da manutenção do crescimento nas economias centrais de forma forte o suficiente para preservar os preços das commodities sem, entretanto, ser acelerado o suficiente para acarretar altas relevantes nas taxas de juros daqueles países, o que deslocaria o fluxo de capitais dos países emergentes para as economias desenvolvidas.

Os temores decorrentes do Brexit tampouco foram confirmados pela realidade, uma vez que não houve migração significativa de capitais dentro do continente, e de fato a Europa vem mostrando crescimento consistente, tendo havido a derrota de candidatos protecionistas e nacionalistas em eleições locais.

No cenário doméstico, o ano de 2017 encerrou-se com ganhos expressivos para os ativos brasileiros, não obstante a volatilidade presente em alguns momentos.

A inflação, que começou a ser controlada ainda em 2016, teve redução expressiva ao longo de 2017, devendo fechar o ano abaixo de 3% pela primeira vez desde 1998. Tal redução nos níveis inflacionários permitiu ao Banco Central dar continuidade ao movimento de redução da SELIC iniciado em outubro de 2016, quando a taxa se encontrava em 14,25%, em todas as reuniões do Comitê de Política Monetária de 2017, atingindo 7% a.a. em dezembro, o seu menor patamar histórico.

Se a questão monetária foi efetivamente controlada em 2017, o déficit fiscal permaneceu, conforme previsto, como o grande ponto de preocupação durante o ano. A meta fiscal de déficit primário do Tesouro Nacional de R$ 159 bilhões deverá ser cumprida em 2017, entretanto o valor expressivo do déficit, que deverá ser mantido em 2018 conforme proposta orçamentária aprovada, traz incerteza sobre a trajetória da dívida pública nos próximos anos.

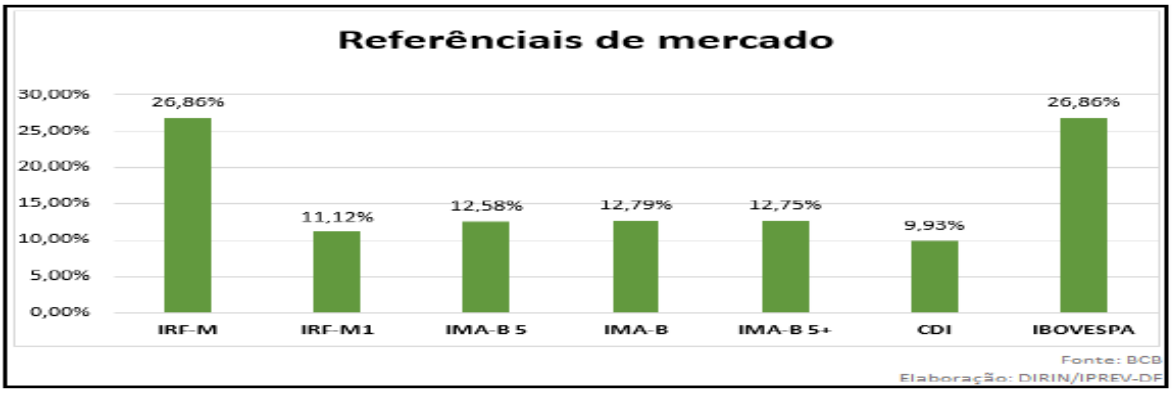
A principal medida voltada para dirimir a trajetória de evolução acelerada dos gastos públicos, e capaz de estabilizar o nível de endividamento nos próximos anos, a Reforma da Previdência, apresentou dificuldades de tramitação ao longo de 2017, havendo dúvidas quanto à viabilidade de sua aprovação em 2018, ano eleitoral.

Após o forte ciclo de retração da economia iniciado em 2014, o Produto Interno Bruto – PIB voltou a crescer no Brasil em 2017, marcando o fim do longo e profundo período recessivo. O crescimento do produto, ainda modesto, deve fechar o ano ao redor de 1%, mas com perspectiva de atingir maior expressão no próximo ano. Ao fim de 2017, observa-se reação nos indicadores

de confiança do setor produtivo, na produção industrial e na taxa de emprego acompanhada pelo IBGE.

O controle da inflação, a recuperação do crescimento, e a aprovação de reformas como a trabalhista e da aprovação da Taxa de Longo Prazo – TLP fizeram com que o ano de 2017 fechasse em terreno bastante positivo para os mercados financeiros, tanto na renda fixa quanto na renda variável. Os retornos, entretanto, foram acompanhados de sobressaltos, sobretudo no mês de maio, quando se instalou importante turbulência política envolvendo integrantes da gestão federal.

Figura 2. Rentabilidade dos principais índices de mercado brasileiros em 2017



6. Execução da estratégia de investimentos

Fundo Financeiro:

O Fundo Financeiro do IPREV/DF apresentava o valor de R$ 219.138.744,81 ao final de 2016, passando a R$ 7.754.441,76 ao final de 2017. Devido à sua natureza financeira, típica do regime de repartição, e ao seu caráter deficitário, o Fundo Financeiro apresenta flutuações importantes ao longo do tempo, uma vez que os recursos arrecadados são integralmente desembolsados para o pagamento de benefícios no mesmo exercício, permanecendo aplicados em fundos de curto prazo por um período reduzido de dias.

Observa-se na tabela abaixo as movimentações da carteira de investimento do Fundo Financeiro:

MOVIMENTAÇÕES MENSAIS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - 2017 (FINANCEIRO)

MÊS/ANO	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	RENTABILIDADE LÍQUIDA	SALDO FINAL
jan/17	219.138.744,81	249.249.405,28	358.207.831,11	869.822,41	111.050.141,39
fev/17	111.050.141,39	73.572.200,07	134.738.453,42	425.397,10	50.309.285,15
mar/17	50.309.285,16	35.033.840,53	74.557.500,00	271.241,92	11.056.867,64
abr/17	11.056.867,64	19.189.952,39	453.697,41	152.397,91	12.956.492,46
mai/17	12.956.492,46	21.330.474,58	21.009.030,64	182.898,65	13.460.835,07
jun/17	13.460.835,07	31.198.741,88	33.252.243,18	193.355,07	11.600.688,82
jul/17	11.600.688,82	0,00	5.761.076,86	81.751,08	5.921.363,00
ago/17	5.921.363,00	59.135.584,00	43.593.268,63	111.791,36	21.575.469,74
set/17	21.575.469,74	19.107.185,17	33.942.089,31	134.682,59	6.875.248,23
out/17	6.875.248,23	62.234.208,83	48.772.388,09	116.858,06	20.453.927,04
nov/17	20.453.927,04	402.728.730,42	313.818.097,84	369.982,21	109.734.541,82
dez/17	109.734.541,82	128.442.454,27	230.644.675,10	222.120,75	7.754.441,76
TOTAIS NO ANO		1.101.222.777,42	1.298.750.351,59	3.132.299,11	

Fonte/Elaboração: DIRIN/IPREV-DF

Fundo Solidário Garantidor:

O Fundo Solidário Garantidor, que incorporou os investimentos do extinto Fundo Capitalizado – DFPREV com a edição da Lei Complementar 932/2017, apresentava saldo de R$ 2.994.826.822,68 em 31/12/2016, tendo encerado o ano o ano de 2017 com saldo de R$ 3.513.771.840,98.

O crescimento do saldo de investimentos do Fundo Solidário Garantidor foi de 17,33% no ano, e pode ser explicado pelo valor das contribuições e compensações previdenciárias recebidas até aprovação da Lei Complementar 932/2017, ou seja, relativa aos exercícios de janeiro a setembro de 2017, as quais foram incorporados ao patrimônio sob gestão, bem como pela rentabilidade positiva da carteira de investimentos do FSG, que atingiu 12,70% a.a. em 2017, acima, portanto, da meta atuarial acumulada no período de 7,19% a.a.

Observa-se na tabela abaixo as movimentações da carteira de investimento do Fundo Solidário Garantidor:

MOVIMENTAÇÕES MENSAIS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - 2017 (FSG)					
MÊS/ANO	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	RENTABILIDADE LÍQUIDA*	SALDO FINAL
jan/17	2.994.826.822,68	58.290.688,17	1.808.082,17	48.397.842,98	3.099.707.271,67
fev/17	3.099.707.271,67	80.926.476,22	17.260.769,56	70.948.222,83	3.234.321.201,12
mar/17	3.234.321.201,12	124.962.310,65	64.308.323,64	39.876.803,87	3.334.851.992,01
abr/17	3.334.851.992,01	65.356.577,05	24.435.204,48	5.868.430,76	3.401.881.740,98
mai/17	3.401.881.740,98	129.789.272,26	68.153.427,08	-5.119.462,93	3.458.398.123,21
jun/17	3.458.398.123,21	81.263.104,90	20.153.916,26	22.565.504,53	3.542.072.816,38
jul/17	3.542.072.816,38	128.168.799,73	81.084.057,81	96.737.046,73	3.685.894.605,02
ago/17	3.685.894.605,02	145.915.324,53	83.426.342,30	42.628.284,05	3.791.011.871,36
set/17	3.791.011.871,36	658.745.215,88	597.262.766,99	49.487.347,75	3.901.981.668,06
out/17	3.901.981.668,06	61.847.814,96	406.158.850,01	12.022.117,89	3.569.563.250,83
nov/17	3.569.563.250,83	457.222.201,91	456.540.652,82	2.598.616,13	3.572.713.916,02
dez/17	3.572.713.915,63	288.116.725,00	375.394.538,59	28.718.624,32	3.513.771.840,98
TOTAIS NO ANO		2.280.604.511,26	2.195.986.931,71	414.729.378,91	

*A rentabilidade líquida inclui a distribuição de rendimentosalém da valorização dos ativos da carteira.

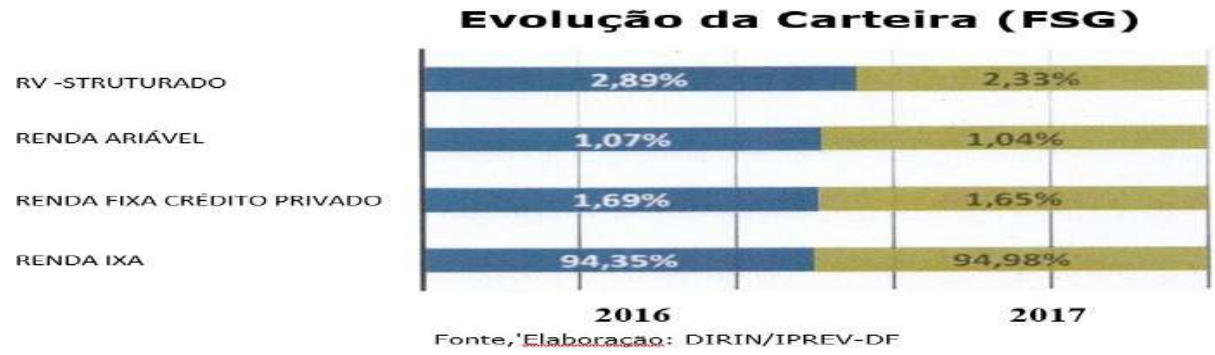
Fonte

Entretanto, o valor do patrimônio do FSG foi impactado negativamente pelas operações de resgate do FSG no âmbito do art. 46, inciso III da Lei Complementar 932/2017, que autoriza a partir de 2017 a utilização para pagamento de benefícios do montante relativo ao resultado do investimento verificado no ano anterior, decorrente da rentabilização da carteira de ativos do FSG. A rentabilidade do extinto DFPREV (atual FSG) em 2016 atingiu o valor de R$ 492.825.889,45, os quais foram elegíveis para resgate e pagamento de benefícios já em 2017. A tabela abaixo demonstra os resgates realizados em 2017:

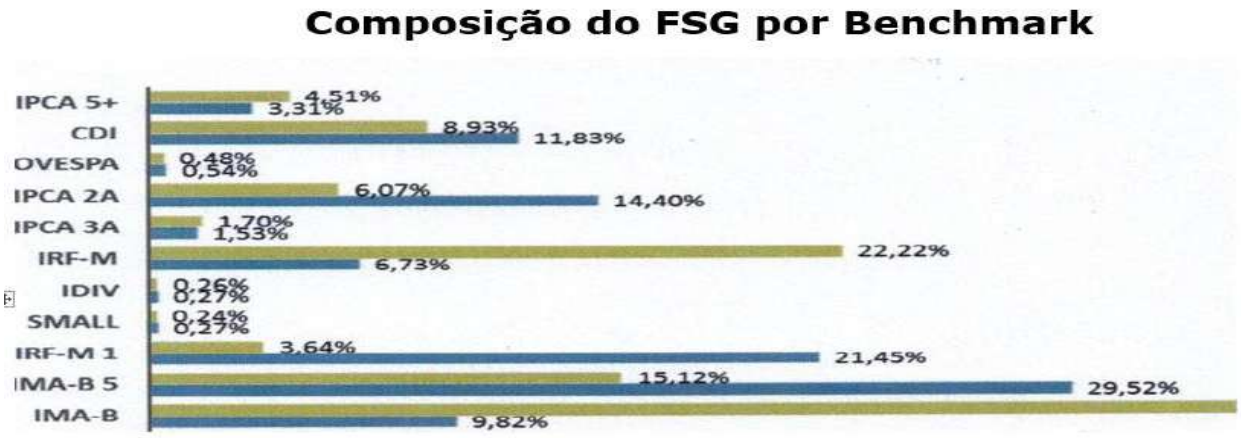
DATA	VALOR RESGATADO (R$)	SALDO (R$)	FUNDO RESGATADO
RENTABILIDADE 2016		492.825.889,45	
04/10/2017	100.000.000,00	392.825.889,45	CEF FI BRASIL IMA-B TP RF LP (10.740.658/0001-93)
04/10/2017	100.000.000,00	292.825.889,45	CEF FI BRASIL IRF-M TP RF LP (14.508.605/0001-00)
25/10/2017	25.000.000,00	267.825.889,45	BRB PÚBLICO (10.859.917/0001-08)
31/10/2017	180.000.000,00	87.825.889,45	BB PREVID RF IRF-M1 (11.328.882/0001-35)
04/12/2017	87.257.313,59	568.575,86	BB PREVID RF IRF-M1 (11.328.882/0001-35)

Fonte/Elaboração: DIRIN/IPREV-DF

Considerando-se a execução da estratégia prevista na Política de Investimentos de redução da duração dos investimentos em renda fixa, bem como as operações de realocação relativas à readequação do perfil dos ativos do FSG após a aprovação da Lei Complementar 932/2017, como resultado houve a evolução abaixo na composição dos investimentos do Fundo:



Fonte,'Elaboracao: DIRIN/IPREV-DF



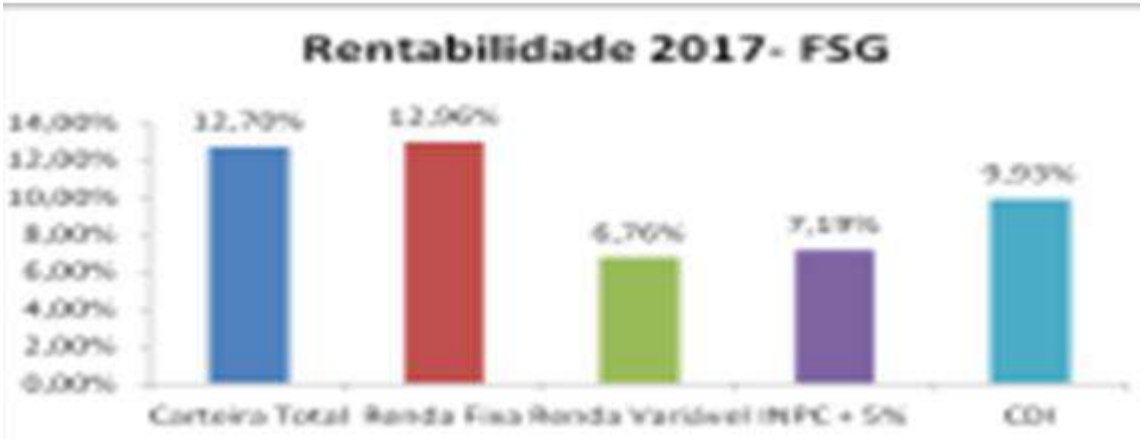
Fonte/Elaboração: DIRIN/IPREV-DF

7. Desempenho dos investimentos – FSG

A carteira de investimentos do Fundo Solidário Garantidor apresentou rentabilidade expressiva em 2017, como resultado da melhora do cenário econômico, favorecendo a carteira de ações, bem como levando ao fechamento da curva de juros doméstica, o que valorizou o segmento de renda fixa.

A estratégia de redução do prazo dos ativos ao longo do ano, com decréscimo dos investimentos em fundos com referencial de rentabilidade mais longos, tais como IMA-B e IMA-B 5+ e direcionamento dos recursos para fundos de menor prazo, tais como IMA-B 5, IDKA e IRF-M 1, diminuiu o impacto na rentabilidade nos momentos de maior volatilidade, tais como maio e novembro de 2017.

A rentabilidade dos investimentos em 2017 superou a meta atuarial de INPC + 5,5% a.a., bem como o CDI, que é o referencial de menor risco de mercado, conforme gráfico abaixo:



Fonte/Elaboração: DIRIN/IPREV-DF

Cumpre destacar que a rentabilidade do segmento Renda Variável não está relacionada somente ao desempenho de fundos de ações, mas também aos fundos estruturados, tais como Fundos Imobiliários e Fundos de Participação, conforme classificação da Resolução CMN 3.922/2010.

8. Ativos Não- Financeiros do FSG

A Lei Complementar 932/2017 estipulou, em seu artigo 45, a incorporação definitiva ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor dos bens imóveis descritos na Lei Complementar nº 917 e na Lei nº 5.729, ambas de 21 de outubro de 2016.

O mesmo artigo determina também a incorporação ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor da participação societária no Banco de Brasília S.A. - BRB, após a adoção dos trâmites previstos na Lei Complementar nº 920, de 1º de dezembro de 2016

Com esta determinação, e com base nas avaliações mercadológicas e laudos técnicos apresentados e aprovados pelo Conselho de Administração do IPREV/DF em sua 62ª Reunião Extraordinária, de 7 de novembro de 2017, foram incorporados ao patrimônio do Fundo imóveis no valor de R$ 1.330.770.600,00, os quais se encontravam ao fim do exercício de 2017 em processo de realização dos devidos assentos no registro imobiliário.

No caso das ações do BRB, o Termo de Transferência das ações oficializou a cessão de 5.996.583 ações ordinárias nominativas do Governo do Distrito Federal para ao IPREV/DF no dia 21 de dezembro de 2017, as quais foram avaliadas por empresa especializada, conforme previsto pela LC 920/2016, em R$ 88,62 por ação.

9. Destaques da Gestão de Investimentos

9.1 Normatização da metodologia para definição da taxa de juros da Política de Investimentos:

O Iprev/DF editou a Portaria nº 68, de 18 de outubro de 2017, definindo as regras que deverão ser observadas para definição da taxa de juros atuarial do fundo previdenciário em regime de capitalização administrado pelo Iprev/DF, alinhando a metodologia às melhores práticas atuariais, de maneira análoga ao previsto no caso da previdência complementar, segundo Instrução Previc nº 19/2015.Segundo a Portaria nº 68, para a carteira de ativos financeiros do futuro Fundo Capitalizado, a taxa de juros definida na Política Anual de Investimentos deverá ter como referência a taxa média dos últimos trinta e seis meses do título público federal indexado ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA com vencimento equivalente mais aproximado da duração do passivo do plano de benefícios.Dessa forma, o Iprev/DF diminui a sua discricionariedade na definição da taxa de juros do seu passivo previdenciário, tornando-a mais objetiva e condizente com o cenário de juros prevalecente no mercado.

9.2 Normatização do processo de credenciamento de instituições financeiras:

O IPREV/DF publicou a Portaria nº 38, de 26 de junho de 2017, normatizando os procedimentos aplicáveis ao credenciamento de fundos de investimento e instituições financeiras para gestão e administração de investimentos da carteira do Instituto. A Portaria estabelece, à luz da Portaria MPS nº 519/11, a metodologia específica a ser adotada pelo IPREV/DF por ocasião de seus credenciamentos periódicos, os quais ocorrerão de forma competitiva, considerando-se as taxas e as rentabilidades históricas dos fundos de uma mesma categoria, selecionando-se assim os mais eficientes para a carteira do IPREV/DF.

Em 2017, o IPREV/DF realizou três processos de credenciamento: (i) edital nº 001/2017, para fundos de ações; (ii) edital nº 002/2017, para fundos de renda fixa e; (iii) edital 003/2017, para fundos de crédito privado.

9.3 Aprimoramento operacional na gestão de investimentos

O IPREV/DF concluiu a contratação da ferramenta de controle de investimentos OnFinance, que permite o monitoramento contínuo das posições de investimentos, incluindo saldos dos investimentos individualizados e por segmento, rentabilidade, nível de risco, enquadramentos legais e da política de investimentos, entre outras funcionalidades. A ferramenta permite a extração dos relatórios mensais contendo análises sobre a aderência do desempenho dos investimentos administrados pelo IPREV/DF com as metas estabelecidas e auxilia na elaboração das recomendações de alocação encaminhadas ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos.Com o sistema, o IPREV/DF diminui os riscos operacionais e aprimora a agilidade e acuidade dos dados relativos à carteira de investimentos.

9.4 Constituição da Unidade de Gestão de Ativos Não-Financeiros

O Decreto nº 38.637, de 22 de novembro de 2017, que alterou a estrutura do IPREV/DF, possibilitou a criação da Unidade de Gestão dos Ativos Não-Financeiros do Fundo Solidário Garantidor, vinculada à Diretoria de Investimentos, e estará encarregada das atividades de planejamento e gestão não apenas dos imóveis e ações do BRB, mas também dos demais ativos, direitos e receitas mencionados no Art. 73-A da referida Lei. Ao final de 2017, o IPREV/DF encontrava-se em processo de provimento dos cargos designados à Unidade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O IPREV/DF, no exercício de 2017, desenvolveu um abrangente e transformador processo de atualização e redefinição de suas competências, muito em razão da aprovação da LC 932/2017. Nesse contexto, destacam-se os fundamentos principais de atuação do Iprev/DF podem ser sintetizados da seguinte forma:

- Assunção gradativa da Concessão de Benefícios de todos os servidores do Distrito Federal, conforme cronograma definido em Decreto (vide Decreto Nº 38.649, de 27 de novembro de 2017)
- Proposição medidas de ajustes e modernização legislativa com vistas a garantir a sustentabilidade do Sistema, em especial, a reorganização dos atuais servidores em um mesmo Fundo Previdenciário e a vinculação de uma série de novas receitas aos Fundos administrados pelo IPREV/DF.
- Mudança na forma de Gestão dos ativos financeiros originários das contribuições e demais receitas previdenciárias, buscando a constante rentabilização desses ativos por meio de aplicações no mercado financeiro, em conformidade com as normas legais e específicas, tendo como finalidade o cumprimento de suas obrigações previdenciárias;
- Criação, em lei, de novos ativos previdenciários que demandaram novas competências e aptidões internas, tais como a gestão de receitas oriundas da exploração do direito de superfície, de imóveis, entre outras.
- Alteração da estrutura do IPREV/DF, com vistas a fortalecer institucionalmente a autarquia, preparando-as para a assunção de novas atividades institucionais, por meio do Decreto Nº 38.637, de 22 de novembro de 2017.
- Revisão do Planejamento Estratégico, com nova matriz SWOT e Mapa de Probabilidade de Riscos.

- Elaboração e implementação do PMG – Painel de Monitoramento Gerencial, um instrumento de monitoramento que consiste em processo de permanente coleta, análise e sistematização de informações e de verificação do andamento das metas instituída no IPREV-DF. Por meio desse PMG, tentar-se-á realizar a integração de planejamento estratégico e a execução operacional/setorial.
- Revisão do perfil da carteira de investimento: Com as alterações previstas na LC 932/2017, houve uma significativa correção na estratégia de investimento, com o encurtamento das posições financeiras com vistas ao aumento da rentabilidade de curto e médio prazo. Essa alteração se deveu em razão da criação do Fundo Garantidor Solidário.
- Intensificação do processo de credenciamento de instituições financeiras. Nesta metodologia, somente os fundos que possuem este "atestado" estão aptos para o recebimento de novas aplicações após o encerramento do período de análise dos documentos.
- Atingimento do índice de 100% de Transparência ativa: A citada premiação foi realizada em 05/12/2017, por meio da Controladoria-Geral do Distrito Federal, órgão responsável por acompanhar e fiscalizar o nível de transparência dos órgãos e entidades do Executivo.
- Educação Previdenciária: Destacam-se as atividades desenvolvidas pelo Instituto em 2017, a capacitação de 219 (duzentos e dezenove) servidores, lotados nos diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, abordando temas relevantes sobre Previdência Social.

SOCIEDADE DE ABASTECIMNTO DE BRASÍLIA – UO: 32.204

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB foi criada em 1962, pela Prefeitura do Distrito Federal, como empresa pública. Em 1966, foi transformada em Sociedade Anônima de Direito Privado, sendo assim, regida pelas Leis nº 4.545/64 e 6.404/76.

De acordo com o seu Estatuto Social, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB criada com a finalidade participar da execução de políticas de abastecimento, apoiar o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, do Distrito Federal e sua região geoeconômica, prestar serviços e fornecer gêneros alimentícios e outros produtos de sua linha de comercialização a pessoas jurídicas de direito público interno, e tem por objeto:

I - a comercialização de gêneros alimentícios e de outros produtos e materiais determinados por demanda de mercado e/ou finalidade social;

II - a prestação de serviços, dentro da sua área de atuação, coordenando e/ou executando programas;

III - a industrialização de gêneros e produtos destinados à consecução de seus objetivos;

IV - agir como instrumento regulador de mercado, no que tange a demanda e a oferta de produtos essenciais ou em carência, assim como servir supletivamente áreas desprovidas de abastecimento ou insuficientemente atendidas pela iniciativa privada;

V - executar Programas, individualmente ou em parceria, estimulando, apoiando e/ou executando projetos que viabilizem a auto sustentação dos pequenos produtores, buscando a melhoria da qualidade de vida no meio rural;

VI - prestar assessoramento técnico ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com referência aos assuntos voltados para o abastecimento.

Em 1998, por determinação do Governo do Distrito Federal, a Empresa iniciou o processo de paralização de suas atividades comerciais. Todavia, somente em 10 de outubro de 2000, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas deliberou pela liquidação da Empresa, passando a ser denominada Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A-SAB - Em Liquidação. Inicialmente foram adotadas as medidas previstas nos Artigos 210 e 219 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 2002, por intermédio da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, a Câmara Legislativa autorizou o Governo do Distrito Federal a proceder à liquidação da SAB, processo que se prolongou sem êxito por 10 anos.

A Lei previa a destinação dos imóveis da Empresa, por processo de transferência para patrimônio do Distrito Federal (doação aos órgãos ocupantes), e por alienação/licitação, a ser realizada pela TERRACAP com taxa de administração de 10%, revertendo o apurado ao Tesouro do Distrito Federal, após a liquidação do passivo da SAB.

De igual modo, previa a destinação dos empregados da Empresa, oferecendo duas alternativas, a saber:

- Serem aproveitados na forma da Lei nº 2.681/2001;
- Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, na forma da Lei nº 2.522/2000 e do Decreto nº 21.299/2000.

Diante das dificuldades encontradas, foi editada a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, que autorizava o Governo de Distrito Federal a incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB - Em Liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF), também em Liquidação.

Em 13 de setembro de 2010, a Direção da SAB e da CEASA chegaram a assinar protocolo de incorporação da primeira empresa pela segunda, o que não ocorreu, em especial por falta de

interesse da CEASA em concretizar tal operação, bem como, por orientação da equipe de transição do Governo à época.

Assim, decorridos mais de 12 anos da paralização das atividades comerciais, o processo de liquidação não avançou, o que comprometeu as finanças da Empresa gerando um ciclo de endividamento cada vez maior, ameaçando consideravelmente seu patrimônio.

Em novembro de 2012, o Governo do GDF, realizou nova mudança na gestão da Empresa, com a nomeação de novo Liquidante e também novos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, com o propósito de retomar o Plano de Liquidação da Empresa.

Com a aprovação do novo marco legal para o processo de liquidação, Lei 5.137/13, foi estabelecida, de forma precisa, a destinação dos imóveis, os procedimentos para licitação e doação, a situação funcional dos empregados da SAB dentre outros preceitos.

De igual sorte, a SAB passou a integrar o Orçamento Fiscal Seguridade de GDF, com recursos destinados ao pagamento dos salários dos Empregados (cedidos à diversos órgãos das Administrações Direta e Indireta), assim como para o pagamento das obrigações Fiscais, Previdenciárias e demais despesas para manutenção da Empresa, cessando o ciclo de endividamento constatado até então.

Em julho de 2015, foi nomeado novo liquidante para levar o processo de liquidação a termo. Desde então, foram tomadas diversas medidas, com resultados efetivos. A mais importante delas foi a Lei nº 5.565, de 09 de dezembro de 2015, publicada no DODF nº 236, de 10 de dezembro de 2015, págs. nºs 1 e 2. Tal Lei autoriza, principalmente:

- A incorporação da SAB por Empresa Estatal dependente e pertencente ao Distrito Federal;
- A criação da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF;
- A doação dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei ao Distrito Federal, tal doação implica a respectiva assunção das dívidas fiscais federais de responsabilidade desta Empresa pelo GDF;
- A alocação dos empregados em conformidade com o seu perfil profissional prévio, ou mediante treinamento;
- A extinção do passivo tributário com a Fazenda do DF com a dação em pagamento de qualquer dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei - até o limite do débito tributário, sendo qualquer saldo remanescente revertido em favor do Distrito Federal;
- A Procuradoria-Geral do Distrito Federal a proceder a substituição processual da SAB nas causas judiciais em que a empresa seja autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada;

Em janeiro de 2016, do total de 35 (trinta e cinco) imóveis de propriedade desta SAB, 09 (nove) imóveis foram doados para o Distrito Federal, 4 (quatro) imóveis estão em andamento para efetivar as doações e os 22 (vinte e dois) imóveis restantes serão transferidos ao DF posteriormente. No mesmo mês foram nomeados 3 (três) servidores na Unidade de Manutenção de Pessoal da Empresas em Processo de Extinção, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF.

Em fevereiro de 2016 o passivo previdenciário desta SAB foi assumido pelo Distrito Federal.

No suplemento do DODF nº 206 de 01 de novembro de 2016, págs. nºs 1 e 2, com base nas diretrizes emanadas pelo Comitê de Governança de Pessoal-CGP do Governo do Distrito Federal, contidas na Decisão nº 01, de 09 de outubro de 2015; nos termos do art. 35, inciso XI do Estatuto Social, conforme autorizado pelo Comitê de Governança de Empresas Públicas, na 11º Reunião, em 17.10.2016 e aprovado pelo Conselho de Administração, na 406º Reunião Ordinária, realizada em 24.10.2016, foi publicado o Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado (PDVI), que estabeleceu as principais condições:

- Do prazo para inscrições: início em 01 de novembro de 2016 e término 30 de dezembro de 2016;
- Dos requisitos para adesão: ser ocupante de cargo de provimento efetivo da tabela de emprego permanente; estar em efetivo exercício; ter idade mínima de 50 anos; ter tempo mínimo de efetivo na empresa de 15 anos e não se encontrar em qualquer das condições impeditivas estabelecidas no PDVI/SAB;
- Dos procedimentos legais: preenchimento do Termo de Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado – PDVI;
- Dos direitos, incentivos financeiros e incentivo social: o empregado que aderir e ratificar a adesão terá assegurado no ato da homologação do contrato de trabalho o recebimento do pagamento conforme estabelecido no PDVI/SAB.

Vinculação:

De janeiro de 2015 a outubro de 2015, a SAB ficou vinculada a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, conforme Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, publicado no DODF nº 1, de 01/01/2015, págs. nºs 1, 5 e 6.

Em outubro, vincula-se a SAB a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, por meio do Decreto nº 36.825, de 22/10/2015, publicado no DODF nº 205, de 23/10/2015, pág. nº 09.

"Art. 4º São vinculados a SEPLAG:"

"Parágrafo único. São igualmente vinculadas à SEPLAG as empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção."

Setor Financeiro e Contábil:

Contabilização das despesas - A execução e o controle das contas atendem as normas e procedimentos do GDF, os lançamentos orçamentários e financeiros foram realizados no SIGGO - Sistema Integrado de Gestão Governamental, conforme recomendado pelos órgãos de controle do Governo do Distrito Federal.

Setor Administrativo:

- Vistoria de Imóveis - Os imóveis foram vistoriados, suas documentações catalogadas, com relatórios detalhados da situação de cada um contendo suas características, estando aptos a serem alienados e/ou doados ao DF.
- Contratos, aquisição de materiais e prestação de serviços de pequeno vulto para a manutenção desta Empresa – Ocorrem quando necessário e sempre obedecendo às normas e Leis para as realizações das despesas.
- Controle de documentos em geral e processos administrativos – Seguem os procedimentos uniformes das atividades relativas à gestão de documentos, conforme estabelecido no Decreto 31.017 de 11 de novembro de 2009, e de acordo com o Manual de Gestão de Documentos.

Setor de Pessoal:

- Recadastramento dos Empregados da SAB – Os empregados da SAB foram devidamente recadastrados, e consequentemente foram atualizadas as informações cadastrais, nas fichais funcionais dos mesmos.
- Controle de Frequência dos Empregados Cedidos – O controle das folhas de frequência de todos os empregados cedidos aos diversos órgãos do GDF, vem sendo rigorosamente acompanhado, principalmente quando ocorrem fatos que impactam diretamente no pagamento do empregado (falta justificada não remunerada, faltas injustificadas, férias, abonos, atestados, dentre outros).

Setor Jurídico:

- Dos Processos na Área Trabalhista: Existem processos nas Varas Trabalhistas, referente a ações de gratificação por titulação, regida pela Lei nº 3.824/2006, e entre outras ações de caráter trabalhista.
- Contratos de Prestação de Serviços: Análises, pareceres, contratação e renovação de contratos, caso necessário, para o funcionamento das atividades desta Empresa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	1	0	0	2
Comissionados sem vínculo efetivo	10	0	0	0	10
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	15
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	165
Total Geral	0	0	0	0	180

Referente aos empregados Cedidos para Órgãos ou Entidades do GDF, não temos a informação dos empregados que possuem ou não cargo em comissão.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	**550.000,00**	**460.008,00**	**0,00**	**0,00**
6194 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	550.000,00	460.008,00	0,00	0,00
9037 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	**615.331,00**	**615.331,00**	**276.418,22**	**276.418,22**
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	615.331,00	615.331,00	276.418,22	276.418,22
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**780.000,00**	**815.971,00**	**776.134,60**	**776.134,60**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
7167 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	780.000,00	815.971,00	776.134,60	776.134,60
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**1.945.331,00**	**1.891.310,00**	**1.052.552,82**	**1.052.552,82**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5354 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**36.861.717,00**	**36.861.717,00**	**34.157.220,88**	**34.157.220,88**
8884 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	36.861.717,00	36.861.717,00	34.157.220,88	34.157.220,88
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**5.333.000,00**	**4.205.923,00**	**3.640.501,33**	**3.640.501,33**
9690 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	5.333.000,00	4.205.923,00	3.640.501,33	3.640.501,33
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**0,00**	**25.000,00**	**10.830,00**	**7.830,00**
0005 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	25.000,00	10.830,00	7.830,00
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**868.555,00**	**733.837,72**	**720.245,20**	**719.624,53**
9767 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	868.555,00	733.837,72	720.245,20	719.624,53
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**43.083.272,00**	**41.826.477,72**	**38.528.797,41**	**38.525.176,74**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O período para adesão ao Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado – PDVI foi finalizado em 07.03.2017, com o total de 161 adesões.
Hoje a SAB possui um quadro de 180 empregados, sendo que desse total 70 estão cedidos ao Metrô/DF, aguardando decreto governamental de incorporação.
A SAB efetivou a doação de 4 imóveis, restando 22 imóveis já ocupados pelo GDF, que serão doados, tempestivamente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A empresa entrou, em meados de 2015, nos momentos finais do seu processo de liquidação. Por conta disso, não há qualquer iniciativa de desenvolvimento organizacional a ser relatada, haja vista o fato de que a empresa aguarda, desde meados de 2016 a assinatura do decreto supracitado.

FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO - 32.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, criado pela Lei nº 2.958/2002, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de recursos humanos, para o exercício da função pública, objetivando a melhoria do atendimento ao público, compreendendo os seguintes objetivos:

- qualificação profissional dos servidores dos órgãos da Administração Direta, Entidades, Autárquicas e Fundacionais por meio de treinamento, especialização e/ou formação específica de servidores de carreiras de estado;
- desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias, voltadas para a modernização administrativa;
- prestação de suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;
- implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e do trabalho dos servidores;
- modernização administrativa;
- programas de desburocratização administrativa e aperfeiçoamento tecnológico;
- aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;
- realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

Cabe a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme Decreto 36.825/2015, à gestão do fundo, e de acordo com o Decreto nº 38.014/2017, é administrado por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros:

- O Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- O Secretário-Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- O Secretário-Adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- O Secretário-Adjunto de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- O Diretor-Executivo da Escola de Governo do Distrito Federal;
- O Subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 01 representante dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

A presidência do Conselho compete ao titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestao do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	2	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	1	0	0	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	2	2	0	4
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	**0**	**2**	**2**	**0**	**4**

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**1.553.167,00**	**9.772.380,00**	**3.000.115,88**	**3.000.115,88**
0002 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-MODERNIZAÇÃO UNIDADES ADMINISTRATIVAS - PRÓ GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	1.553.167,00	9.772.380,00	3.000.115,88	3.000.115,88
Ação/Subtítulo	**Lei**	**Despesa Autorizada**	**Empenhado**	**Liquidado**
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**2.088.111,00**	**10.307.321,00**	**918.397,40**	**918.397,40**
0027 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAS-PRO GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	2.088.111,00	10.307.321,00	918.397,40	918.397,40
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**3.641.278,00**	**20.079.701,00**	**3.918.513,28**	**3.918.513,28**

No exercício 2017, foi dada a continuidade à política de valorização do servidor público, mediante o pagamento de instrutores da Escola de Governo do Distrito Federal, além de congressos, seminários e contratação de especialistas para atender ao Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, visando ao aperfeiçoamento da Carreira de Controle Interno do Distrito Federal.

Essa política reflete, de forma significativa, a visão moderna, qualitativa, com foco na uniformização dos serviços prestados pelo Governo de Brasília e suas Instituições.

No esforço em desenvolver uma rigorosa profissionalização do serviço público, o Fundo de

Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG, obedecendo às diretrizes governamentais, no ano de 2017, proporcionou a qualificação de 7.787(sete mil, setecentos e oitenta e sete) servidores, com investimento da ordem de R$ 918.397,40 (novecentos e dezoito mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).

Baseando-se nos dados acima citados, observa-se por oportuno que o valor investido no exercício de 2017 circunda o montante aproximado de R$ 117,00 (cento e dezessete reais) por servidor capacitado.
Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados, sendo, sem dúvida, um compromisso desta gestão.
Com a política de Modernização, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG direciona seus esforços no sentido de promover investimentos para equipar e modernizar a SEPLAG e a Escola de Governo do Distrito Federal, com vistas à melhoria dos serviços prestados, reconhecendo-os como foco da atenção do Estado, ao cidadão cliente.
No esforço de promover a uniformização, reaparelhamento e modernização das instalações da SEPLAG e da Escola de Governo do Distrito Federal, no ano de 2017 foi investido um montante de R$ 3.000.115,88 (três milhões, cento e quinze reais e oitenta e oito centavos), com aquisição de microcomputadores, monitores, armários, estações de trabalho, mesas, sofás e poltronas.
Por oportuno, esclarecemos que no período de janeiro a outubro de 2017, houve contingenciamento no orçamento na ordem de R$ 731.988,40 (setecentos e trinta e um mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício de 2017 foram arrecadados R$ 6.017.515,33 (seis milhões, dezessete mil, quinhentos e quinze reais e trinta e três centavos), sendo R$ 1.744.539,63 (um milhão, setecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos) com serviços de inscrição em concursos públicos, R$ 3.801.026,08 (três milhões, oitocentos e um mil, vinte e seis reais e oito centavos) com taxa de administração de serviço, R$ 29.395,58(vinte e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos) com recuperação de despesas de exercícios anteriores, R$ 291.961,94 (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos) com rendimentos de aplicação financeira, e R$ 150.592,10 (cento e cinquenta mil, quinhentos e noventa e dois reais e dez centavos) com devolução de saldo do Convênio nº 03/2012 - SEAP X NOVACAP.
Ressaltamos, ainda, que do exercício de 2016 houve um Superávit financeiro na ordem de R$ 15.710.168,00 (quinze milhões, setecentos e dez mil, cento e sessenta e oito reais).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.
O Fundo de Melhoria da Gestão Pública – Fundo Pró-Gestão foi criado por força da Lei nº 2.958, em 26 de abril de 2002, com o objetivo de garantir a melhoria da gestão pública, acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento, capacitação de agentes públicos e modernização da Administração Pública.
Cumpre esclarecer, por oportuno, que o Distrito Federal conta com a Escola de Governo do DF (EGOV), conforme preceito constitucional previsto no parágrafo 2º do art. 39 da Carta Magna, a qual hoje se encontra na estrutura da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme o Anexo I, item 1.7 do Decreto no 36.825, de 22 de outubro de 2015. A EGOV é, hoje, a responsável pela capacitação de todos os agentes públicos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, independentemente de carreiras ou funções, em cursos, palestras, congressos ou eventos congêneres. O custeio dos instrutores, a manutenção e as reformas do prédio e do mobiliário são feitos com recursos do Fundo Pró-Gestão.

E, tocando na temática da capacitação, é salutar esclarecer que houve substancial aumento na demanda de capacitação dos agentes públicos realizada pela EGOV. Os dados a seguir mostram a evolução das atividades oferecidas e coordenadas pela Coordenação de Desenvolvimento e Formação (CODEF), nos seguintes termos:

- 2014, foram realizadas 66 (sessenta e seis) turmas/eventos;
- 2015, foram realizadas 193 (cento e noventa e três) turmas/eventos;
- 2016, foram realizadas 375 (trezentos e setenta e cinco) turmas/eventos;
- 2017, foram realizadas 630 (seiscentos e trinta) turmas/eventos;

Para fins de atualizar e adaptar os preceitos normativos às necessidades do Fundo Pró-Gestão, foi elaborado Minuta do Projeto de Lei que buscou atualizar conceitos, inserindo incisos e parágrafos que buscam oferecer melhor posicionamento sobre o modo de aplicação dos recursos do Fundo Pró-Gestão; ampliação de novas fontes de arrecadação; e aplicação de penalidades para os agentes públicos que não repassarem os valores devidos ao Fundo no prazo estipulado em lei.

No que tange à execução orçamentária de recursos, A Unidade do Fundo Pró-Gestão conta, hoje, com três servidores de carreira, com atribuição de gerir os recursos provenientes do repasse de valores previstos nas hipóteses definidas pelos incisos elencados no art. 3o da Lei no 2.958/2002.

Os referidos recursos são aplicados em dois programas de trabalho: Modernização e Capacitação de Servidores. Em que pese haver orçamento disponível para subsidiar projetos, fomentos, aquisições e capacitações, para fins de melhoria da gestão pública, o que se evidencia nos dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo), observou-se que a lei não possuía trâmites formais necessários para a melhor gestão do recurso. O principal motivo que justifica a dificuldade de executar o orçamento disponível nas contas do Fundo Pró-Gestão é a falta de previsão legal mais clara, explicando melhor o rol das possibilidades de aplicação dos recursos.

Também se faz necessária a criação de uma estrutura prática de planejamento, aquisição, execução e prestação de contas, contando com mais servidores para poder acelerar os procedimentos e burocracias normativas.

O reaparelhamento físico do setor é fundamental para promover o planejamento gerencial e logístico necessário para atender as necessidades presentes e futuras do Fundo Pró-Gestão.

As perspectivas futuras, para o bom andamento das atividades de gestão do Fundo Pró-Gestão, serão de incentivar o cumprimento da Lei e Regimento Interno, em especial no que concerne à participação dos conselhos às reuniões trimestrais do Conselho de Administração, assim como aprovar e deliberar questões de ordem e de execução orçamentária.

Fazer gestão, em parceria com o gabinete da SEPLAG/DF, para fins de impulsionar a tramitação e aprovação da Minuta do Projeto de Lei é outro objetivo do Fundo Pró-Gestão, para o ano de 2018, pelos motivos supramencionados, além da busca de outras fontes de recursos, que é fundamental para que se honre com os compromissos financeiros já firmados e aprovados no exercício financeiro atual.

FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO - 32.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, criado pela Lei nº 2.958/2002, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de recursos humanos, para o exercício da função pública, objetivando a melhoria do atendimento ao público, compreendendo os seguintes objetivos:

- qualificação profissional dos servidores dos órgãos da Administração Direta, Entidades, Autárquicas e Fundacionais por meio de treinamento, especialização e/ou formação específica de servidores de carreiras de estado;
- desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias, voltadas para a modernização administrativa;
- prestação de suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;
- implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e do trabalho dos servidores;
- modernização administrativa;
- programas de desburocratização administrativa e aperfeiçoamento tecnológico;
- aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;
- realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

Cabe a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme Decreto 36.825/2015, à gestão do fundo, e de acordo com o Decreto nº 38.014/2017, é administrado por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros:

- O Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- O Secretário-Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- O Secretário-Adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- O Secretário-Adjunto de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- O Diretor-Executivo da Escola de Governo do Distrito Federal;
- O Subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 01 representante dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

A presidência do Conselho compete ao titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	2	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	1	0	0	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	2	2	0	4
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	**0**	**2**	**2**	**0**	**4**

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**1.553.167,00**	**9.772.380,00**	**3.000.115,88**	**3.000.115,88**
0002 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-MODERNIZAÇÃO UNIDADES ADMINISTRATIVAS - PRÓ GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	1.553.167,00	9.772.380,00	3.000.115,88	3.000.115,88
Ação/Subtítulo	**Lei**	**Despesa Autorizada**	**Empenhado**	**Liquidado**
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**2.088.111,00**	**10.307.321,00**	**918.397,40**	**918.397,40**
0027 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAS-PRO GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	2.088.111,00	10.307.321,00	918.397,40	918.397,40
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**3.641.278,00**	**20.079.701,00**	**3.918.513,28**	**3.918.513,28**

No exercício 2017, foi dada a continuidade à política de valorização do servidor público, mediante o pagamento de instrutores da Escola de Governo do Distrito Federal, além de congressos, seminários e contratação de especialistas para atender ao Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, visando ao aperfeiçoamento da Carreira de Controle Interno do Distrito Federal.

Essa política reflete, de forma significativa, a visão moderna, qualitativa, com foco na uniformização dos serviços prestados pelo Governo de Brasília e suas Instituições.

No esforço em desenvolver uma rigorosa profissionalização do serviço público, o Fundo de

Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG, obedecendo às diretrizes governamentais, no ano de 2017, proporcionou a qualificação de 7.787(sete mil, setecentos e oitenta e sete) servidores, com investimento da ordem de R$ 918.397,40 (novecentos e dezoito mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).

Baseando-se nos dados acima citados, observa-se por oportuno que o valor investido no exercício de 2017 circunda o montante aproximado de R$ 117,00 (cento e dezessete reais) por servidor capacitado.

Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados, sendo, sem dúvida, um compromisso desta gestão.
Com a política de Modernização, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG direciona seus esforços no sentido de promover investimentos para equipar e modernizar a SEPLAG e a Escola de Governo do Distrito Federal, com vistas à melhoria dos serviços prestados, reconhecendo-os como foco da atenção do Estado, ao cidadão cliente.
No esforço de promover a uniformização, reaparelhamento e modernização das instalações da SEPLAG e da Escola de Governo do Distrito Federal, no ano de 2017 foi investido um montante de R$ 3.000.115,88 (três milhões, cento e quinze reais e oitenta e oito centavos), com aquisição de microcomputadores, monitores, armários, estações de trabalho, mesas, sofás e poltronas.
Por oportuno, esclarecemos que no período de janeiro a outubro de 2017, houve contingenciamento no orçamento na ordem de R$ 731.988,40 (setecentos e trinta e um mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício de 2017 foram arrecadados R$ 6.017.515,33 (seis milhões, dezessete mil, quinhentos e quinze reais e trinta e três centavos), sendo R$ 1.744.539,63 (um milhão, setecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos) com serviços de inscrição em concursos públicos, R$ 3.801.026,08 (três milhões, oitocentos e um mil, vinte e seis reais e oito centavos) com taxa de administração de serviço, R$ 29.395,58(vinte e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos) com recuperação de despesas de exercícios anteriores, R$ 291.961,94 (duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos) com rendimentos de aplicação financeira, e R$ 150.592,10 (cento e cinquenta mil, quinhentos e noventa e dois reais e dez centavos) com devolução de saldo do Convênio nº 03/2012 - SEAP X NOVACAP.
Ressaltamos, ainda, que do exercício de 2016 houve um Superávit financeiro na ordem de R$ 15.710.168,00 (quinze milhões, setecentos e dez mil, cento e sessenta e oito reais).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.
O Fundo de Melhoria da Gestão Pública – Fundo Pró-Gestão foi criado por força da Lei nº 2.958, em 26 de abril de 2002, com o objetivo de garantir a melhoria da gestão pública, acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento, capacitação de agentes públicos e modernização da Administração Pública.
Cumpre esclarecer, por oportuno, que o Distrito Federal conta com a Escola de Governo do DF (EGOV), conforme preceito constitucional previsto no parágrafo 2º do art. 39 da Carta Magna, a qual hoje se encontra na estrutura da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme o Anexo I, item 1.7 do Decreto no 36.825, de 22 de outubro de 2015. A EGOV é, hoje, a responsável pela capacitação de todos os agentes públicos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, independentemente de carreiras ou funções, em cursos, palestras, congressos ou eventos congêneres. O custeio dos instrutores, a manutenção e as reformas do prédio e do mobiliário são feitos com recursos do Fundo Pró-Gestão.
E, tocando na temática da capacitação, é salutar esclarecer que houve substancial aumento na demanda de capacitação dos agentes públicos realizada pela EGOV. Os dados a seguir mostram a evolução das atividades

oferecidas e coordenadas pela Coordenação de Desenvolvimento e Formação (CODEF), nos seguintes termos:

- 2014, foram realizadas 66 (sessenta e seis) turmas/eventos;
- 2015, foram realizadas 193 (cento e noventa e três) turmas/eventos;
- 2016, foram realizadas 375 (trezentos e setenta e cinco) turmas/eventos;
- 2017, foram realizadas 630 (seiscentos e trinta) turmas/eventos;

Para fins de atualizar e adaptar os preceitos normativos às necessidades do Fundo Pró-Gestão, foi elaborado Minuta do Projeto de Lei que buscou atualizar conceitos, inserindo incisos e parágrafos que buscam oferecer melhor posicionamento sobre o modo de aplicação dos recursos do Fundo Pró-Gestão; criação de novas fontes de arrecadação; e aplicação de penalidades para os agentes públicos que não repassarem os valores devidos ao Fundo no prazo estipulado em lei.

No que tange à execução orçamentária de recursos, A Unidade do Fundo Pró-Gestão conta, hoje, com três servidores de carreira, com atribuição de gerir os recursos provenientes do repasse de valores previstos nas hipóteses definidas pelos incisos elencados no art. 3o da Lei no 2.958/2002.

Os referidos recursos são aplicados em dois programas de trabalho: Modernização e Capacitação de Servidores. Em que pese haver orçamento disponível para subsidiar projetos, fomentos, aquisições e capacitações, para fins de melhoria da gestão pública, o que se evidencia nos dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo), observou-se que a lei não possuía trâmites formais necessários para a melhor gestão do recurso. O principal motivo que justifica a dificuldade de executar o orçamento disponível nas contas do Fundo Pró-Gestão é a falta de previsão legal mais clara, explicando melhor o rol das possibilidades de aplicação dos recursos.

Também se faz necessária a criação de uma estrutura prática de planejamento, aquisição, execução e prestação de contas, contando com mais servidores para poder acelerar os procedimentos e burocracias normativas.

O reaparelhamento físico do setor é fundamental para promover o planejamento gerencial e logístico necessário para atender as necessidades presentes e futuras do Fundo Pró-Gestão.

As perspectivas futuras, para o bom andamento das atividades de gestão do Fundo PróGestão, será a manutenção das reuniões trimestrais do Conselho de Administração, a fim de garantir a deliberação de questões operacionais do Fundo Pró-Gestão.

Fazer gestão, em parceria com o gabinete da SEPLAG/DF, para fins de impulsionar a tramitação e aprovação da Minuta do Projeto de Lei é outro objetivo do Fundo Pró-Gestão, para o ano de 2018, pelos motivos supramencionados, além da busca de outras fontes de recursos, que é fundamental para que se honre com os compromissos financeiros já firmados e aprovados no exercício financeiro atual.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - 34.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, criada pela Lei nº 2.301, de 21 de janeiro de 1999, inicialmente estruturada por meio do Decreto nº 20.616, de 21/09/1999, publicado no DODF nº 183, de 22/09/1999, e alterada pelos Decretos 26.688, de 29/03/2006, publicado no DODF de nº 63, de 30/03/2006 e Decreto 27.946, de 14/05/2007, publicada no DODF de nº 92, de 15/05/2008, alterado pelos Decretos de nºs 28.452, de 20/11/2007, publicado no DODF de 21/11/2007 e Decreto de nº 30.225, de 30/03/2009, publicado no DODF de 02/04/2009. Esta Secretaria passou por outra reestruturada administrativamente por meio do Decreto nº 33.213/2011, de 21/09/2011, e em 1º de janeiro de 2015, esta Secretaria foi mantida no novo Governo por meio do Decreto nº 36.236, com sua estrutura disposta no Decreto nº 36.285 de 20 de janeiro de 2015 e **alterada pelo Decreto nº 37.141, de 29/02/2016**, tendo como atuação e competências nas seguintes áreas:

- I - Atividades esportivas
- II - Espaços esportivos
- III - atividades físicas
- IV - formação e apoio ao atleta
- V - Integração esportiva e de apoio a ações sociais
- VI - integração e relações institucionais com as entidades esportivas
- VII - políticas públicas de lazer
- VIII - formação e capacitação de servidores
- IX - Turismo
- X - eventos e espetáculos
- XI - hotelaria e gastronomia
- XII - capacitação de profissionais na área de turismo
- XIII - formação e capacitação de servidores.

Vinculam-se a esta Secretaria o Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer do Distrito Federal - CONEF/DF; Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – CONFAE; Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal – CONDETUR; Conselho do Artesanato do Distrito Federal; Fundo de Apoio ao Esporte - FAE e o Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal - FITUR.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	7	8	8	9	32
Comissionados sem vínculo efetivo	54	0	164	0	218
Requisitados de órgãos do GDF	10	1	5	11	27
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	1	2
Estagiários	0	9	0	250	259
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	13	0	43	56
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	71	31	178	314	594
(-) Cedidos para outros órgãos	3	0	0	0	3
Total Geral	68	31	178	314	591

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**3.410.000,00**	**1.356.436,00**	**1.015.792,26**	**915.996,07**
0007 - APOIO A EVENTOS-APOIO ÀS ATIVIDADES ESPORTIVAS NAS REG. ADM. DO DF-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	200.000,00	94.605,95	0,00
0003 - APOIO A EVENTOS- ESPORTIVOS NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0005 - APOIO A EVENTOS- ESPORTIVOS EM TODO DF - 2017-DISTRITO FEDERAL	900.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROGRAMA BOLEIROS-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.000.000,00	775.980,70	775.980,70
0042 - APOIO A EVENTOS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	610.000,00	156.436,00	145.205,61	140.015,37
6025 - APOIO A EVENTOS-NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
6669 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	**1.570.000,00**	**2.153.700,00**	**2.117.059,87**	**1.931.636,33**
0001 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	1.570.000,00	2.153.700,00	2.117.059,87	1.931.636,33
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	**1.600.000,00**	**1.837.501,00**	**1.828.081,07**	**1.821.489,66**
0002 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	387.501,00	383.874,20	383.874,20
0007 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA-APOIO A PROJETOS - COMPETE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	1.450.000,00	1.444.206,87	1.437.615,46
4091 - APOIO A PROJETOS	**1.665.020,00**	**1.280.250,00**	**400.719,68**	**400.719,68**
0002 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROGRAMA JOVEM COMPETIDOR-DISTRITO FEDERAL	25.000,00	1,00	0,00	0,00
0003 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROGRAMA ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	25.000,00	1,00	0,00	0,00
0007 - APOIO A PROJETOS- FORMANDO CAMPEÕES NA R.A. DO GUARÁ-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0027 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO NÚCLEOS SOCIAIS DE APOIO A MULHER-DISTRITO FEDERAL	0,00	90.000,00	0,00	0,00
5857 - APOIO A PROJETOS-COMPETE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0005 - APOIO A PROJETOS-PROJETO BOLEIROS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	216.500,00	216.499,87	216.499,87
0006 - APOIO A PROJETOS- BOLEIROS-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	100.000,00	97.187,15	97.187,15
0038 - APOIO A PROJETOS-PROJETO BOLEIROS DO-DISTRITO FEDERAL	0,00	783.500,00	0,00	0,00
5841 - APOIO A PROJETOS- LIGAS DE FUTEBOL AMADOR - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	700.000,00	90.246,00	87.032,66	87.032,66
5842 - APOIO A PROJETOS- ESPORTIVOS - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	15.020,00	2,00	0,00	0,00
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	**1.650.000,00**	**2.358.999,00**	**0,00**	**0,00**
4163 - REFORMA DE ESTÁDIO-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	1.650.000,00	2.358.999,00	0,00	0,00
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	**860.000,00**	**785.090,00**	**785.088,68**	**783.657,35**
0003 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	860.000,00	785.090,00	785.088,68	783.657,35
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	**600.000,00**	**227.179,00**	**227.177,89**	**185.281,67**
5831 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	41.897,00	41.896,22	0,00
0001 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-APOIO AO PROJETO BOLEIROS-DISTRITO FEDERAL	400.000,00	185.282,00	185.281,67	185.281,67
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**1.129.000,00**	**512.827,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	129.000,00	1.502,00	0,00	0,00
0004 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	11.325,00	0,00	0,00
0009 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-QUADRAS DE FUTVÔLEI 2017-DISTRITO FEDERAL	0,00	500.000,00	0,00	0,00
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	**15.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-PLANO PILOTO .	15.000,00	1,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**5.673.000,00**	**3.177.152,00**	**2.856.310,16**	**2.345.674,03**
0008 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DE PROMOÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES ESPORTIVAS EM PROL DE TODAS AS REGIÕES-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	100.001,00	44.800,00	44.800,00
0009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CIRCUITO DE LAZER NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDEDERAL-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0010 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A ATIVIDADES ESPORTIVAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	471.000,00	412.370,40	412.370,40
0013 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS- PARA PROMOÇÃO DE LAZER EM TODO O DF-DISTRITO FEDERAL	1.323.000,00	1.278.000,00	1.195.802,57	1.195.802,57
3979 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CIRCUITOS DE LAZER E MULTIESPORTIVO DE PARTICIPAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	180.805,00	55.992,80	2.996,00
5876 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CORRIDA DE REIS - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	373.917,00	373.916,87	373.916,87
6037 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CIRCUITO DE CORRIDAS - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	773.429,00	773.427,52	315.788,19
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	**29.961.712,00**	**37.176.674,00**	**34.675.232,38**	**32.104.789,03**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS-CENTROS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS-DISTRITO FEDERAL	29.961.712,00	36.681.674,00	34.180.232,38	32.104.789,03
0002 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS-MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS - CENTROS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS-DISTRITO FEDERAL	0,00	495.000,00	495.000,00	0,00
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**2.316.000,00**	**2.471.702,00**	**2.422.965,32**	**2.088.754,48**
0001 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	2.316.000,00	2.471.702,00	2.422.965,32	2.088.754,48
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	**110.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	110.000,00	1,00	0,00	0,00
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5791 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	**15.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA- E CENTRO DE INICIAÇÃO ESPORTIVA - PAC - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	15.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**50.724.732,00**	**53.337.514,00**	**46.328.427,31**	**42.577.998,30**

A SETUL, ao longo do exercício de 2017, desempenhou suas atividades, principalmente, com ações voltadas aos seguintes espaços e/ou programas:

Entregas		Público Atendido
Estádio Valmir Campelo Bezerra - Bezerrão		45.875
Ginásio Nilson Nelson		145.270
Autódromo Internacional de Brasília		14.515
Complexo Aquático Claudio Coutinho		4.286
Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos		762.368
Programa Apoio a Eventos		113.841
Programa Compete Brasília		4.438
Programa Bolsa Atleta	Olímpica	1.384
	Paralímpica	1.251
Programa Escola de Esportes		6.549
Programa Boleiro		437.400
Jogos Abertos de Brasília		2.790
Jogos Escolares da Juventude		4.000
Projeto Esporte Acesso de todos nas unidades de internação		1.630
Circuito de Corrida e Ciclismo		25.000
Circuito de Lazer		495
Esporte nas férias		56.254
Escola compartilhada		234
Total		1.627.580

Estádio Valmir Campelo Bezerra - Bezerrão

O Estádio Walmir Campelo Bezerra, mais conhecido como Bezerrão, é um estádio multiuso localizado na cidade do Gama, no distrito Federal tem capacidade para receber 20.mil pessoas. Após uma grande reforma, foi reinaugurado em 2008, suas medidas foram readequadas e hoje a arena tem sediado partidas do futebol profissional de Brasília, bem como grandes competições nacionais, conforme tabela abaixo:

Eventos realizados 2017

	Data	EVENTO	Público
01	11/02/2017	XLII Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional 1° divisão	300
02	12/02/2017	XLII Campeonato Brasileiro de Futebol Profissional 1° divisão	500
03	16/02/2017	Copa da primeira liga entre as equipes Flamengo X América/MG	13.000
04	05/02 e 15/02/2017 e 01/03/2017	Gama X Atlético Taguatinga	2.500
05	20/05/2017	Craques pós venda Chevrolet	200
06	24/06/2017	Jogo de equipe OBA, OBA categoria máster.	85

07	06/07 e 12/07 e 15/07/2017	Campeonato da segunda Divisão	100
08	24/07/2017	Partida de Futebol CBMDF	120
09	30/09/2017	Tubarões do Cerrado X Goiânia Rednecks	400
10	16/09/2017	Evangelístico e social da Igreja Batista Celular Internacional	16.000
11	03/10/2017	Avaliação de futebol - projeto social de futebol	30
12	07/10 e 08/10/2017	Administração Regional do Gama	800
13	4/31/26/07/2017 e 02/08/2017	Jogos do Campeonato Brasiliense de Futebol Júnior	1.000
14	29/10/2017	Partida amistosa entre árbitros da Federação de Futebol do Distrito Federal X Federação Goiânia de Futebol	100
15	07 e 09/11/2017	Campeonato de Futebol entre as forças de segurança Pública	130
16	15/11/2017	Jogo de Futebol de adultos de colaboradores da A.S.G. Camargo	30
17	19/11/2017	Jogo amistoso entre oficiais graduados da força aérea Brasileira	100
18	25/11/2017	Jogo amistoso entre policiais militares da reserva e servidores do GDF	50
19	30/11/2017	Jogo Beneficente da APAE	10.000
20	25/11/2017	Partida amistosa entre Gama X Escola das Nações	150
21	02/12/2017	Final do Campeonato Amador de Santa Maria	180
22	09/12/2017	Jogo amistoso entre os funcionários do Senado Federal	100
Total			45.875

Fonte: Subsecretaria dos Centros Olímpicos e Espaços Esportivos - SUBCOP

Ginásio Nilson Nelson

O Ginásio de Esporte Nilson Nelson (antigo Ginásio de Esporte Presidente Médici) é um ginásio de esporte multiuso localizado no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna. Com capacidade para receber 11.015 espectadores, o espaço recebe partidas de diversas modalidades do esporte, principalmente de voleibol, basquetebol e futsal, além de receber shows de artistas nacionais e internacionais.

Eventos realizados 2017

	Data	EVENTO	Público
01	07 e 12 e 14/01/2017	Jogo de Basquete-Brasília/Uniceub x Flamengo	3.600
02	21 e 24/01/2017	Jogos da Fase Classificatória Returno entre as equipes Superliga Feminina- 2016/2017	3.000
03	2 á 5/03/2017	Stand up Comedy com Whidesson Nunes	9.000
04	21/02 a 25/02/2017	XXXI Rebanhão	5.000
05	7 á 9/07/2017	'CABARÉ 2-2017'' com Leonardo e Eduardo Costa	10.000
06	10 á 13 e 25 á 28/04/2017	Espetáculo Descobrindo Brasília	1.920
07	18 á20/05/2017	Show do Roupa Nova	3.000
08	11 á 13/05/2017	Show Padre Fábio de Melo	1.200
09	18 a 27/06/2017	Disney on ice tour Brasil	4.000
10	01/07/2017	Shows Novos Baianos ano	4.000
11	12 á 13 e17 e 18/07/2017	Gravações do Piloto da Série Psique	50
12	22 e 23/07/2017	Tribuna de Honra para acomodação da equipe de produção	1.000
13	03 á 06/08/2017	Show Vidinha de balada	10.000
14	06 á 14/08/2017	Circo Imperial Da China	2.000
15	05 á 10/10/2017	ASPERA FC	2.000
16	27 e 28/10/2017	Aulão preparatório da juventude, Bora Vencer.	7.000
17	01 á 3/11/2017	Vai Safadão	20.000
18	16 á 21/11/2017	Feira Farma	3.000
19	27 á 30/11 e 01/12/2017	Formatura do PROERD	10.000
20	25/11/2017	Intercid de ginástica artística	500
21	01 á 02/12/2017	Show do Grupo Rappa	8.000

22	03 e 04/12/2017	Show Tour outra vez com Larissa Manoela	5.000
23	05 á 12/12/2017	XXXIII Vem Louvar	9.000
24	07/12/2017	Cabaré com Leonardo e Eduardo Costa	10.000
25	15/12/2017	Ordem Unida Sem Comando	3.000
26	23/12/20107	Aniversário da Smarphes disco Club	3.000
27	29/12/2017	Show Bruno e Marrone-confraternização fim de ano	5.000
28	28 á 30/12/2017	Evento Solidário Brasília	5.000
Total			**148.270**

Fonte: Subsecretaria dos Centros Olímpicos e espaços esportivos - SUBCOP

Autódromo Internacional de Brasília

O Autódromo Internacional de Brasília Nelson Piquet, localizado no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, inaugurado em 1974. Sua construção foi feita em dois anos e engenheiro responsável, Samuel Dias, fez um circuito que até hoje é considerado um dos melhores do mundo. A sua extensão é de 5.475,58 km e a maior reta tem 750 metros. Sua maior qualidade é o asfalto, que não possui ondulações e ainda é o original da construção. Em 29 de novembro de 2014 foi iniciada a reforma no autódromo, passando então para TERRACAP a responsabilidade sobre o espaço.

Cessões de espaço para treinamento

	Data	Órgão	Público
01	12/02/2017	Domingo Automotor	700
02	12/03/2017	Campeonato de som e rebaixados	1.000
03	26/03/2017	Brasília Motor Show	700
04	06/ e 07/05/2017	Brasília Motor Show	700
05	24 e 25/06/2017	Brasília Motor Show	700
06	02/07/2017	Pilotagem Defensiva TRX	15
07	09/07/2017	Projeto Amigos do Bem/derson Racing/Assece-DF	300
08	15/07 e 16/07/2017	Brasília Motor Show	700
09	21 á 25/2017	Podium Race Motor Clube	5.000
10	19 á 20/08/2017	Truck kid's	1.000
11	19 á 22/10/2017	900 novecentos	1.500
12	22/10/2017	Drag Rancing201 BSB	200
13	18 á 19/11/2017	Taça Brasília Drifft	1.000
14	10/12/2017	Campeonato de som & Rebaixados	1.000
	Total		14.515

Parque Aquático Cláudio Coutinho

Cessões de espaço

	Data	Evento	Público
1	08 a 10 e 22 a 25/06 e 01 e 02 e 26 e 27/08 e 02/09 e 04 a 08 e 14/10 e 25 a 26/11 e 02, 03 e 09/12/17	Federação de esporte aquático DF - FEN	1.777
2	02 e 03/12/12/2017	Realização do evento Festival esportivo e cultural dos servidores do GDF 7° FESTSERV	1.000
	12 á 15/10/2017	Ajuri Escoteiro	1.500
	12 e 13 e 17 e 18/07/2017	Gravações do piloto da serie psique	9
	Total		4.286

Fonte: Subsecretaria dos Centros Olímpicos e espaços esportivos - SUBCOP

Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos

O Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos tem a finalidade de assegurar o atendimento socioeducativo por meio da prática esportiva, de ações transversais, sociorrecreativas e de

lazer contribuindo, assim, para o pleno desenvolvimento humano. A proposta do programa oferece, prioritariamente, às crianças e adolescentes, alternativa diferente de vida usando atividades em que os valores como cooperação, solidariedade, pensamento crítico, autoestima, propiciem enriquecimentos internos, transformando assim as expressões da sua conduta. As unidades também oferecem atividades a adultos, idosos e pessoas com deficiência. O Programa é desenvolvido pela Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer, sob forma de parcerias (convênios com entidades sem fins lucrativos). As atividades desenvolvidas pelo convênio são supervisionadas pela Coordenação dos Centros Olímpicos, Paralímpicos e Espaços Esportivos/SUBCOP/SETUL que examina aspectos qualitativos e quantitativos, assim como seus respectivos controles. Essa abordagem possibilita uma análise global e o conhecimento das informações necessárias para ajustar o planejamento elaborado, com o objetivo de mantê-lo sempre atualizado aos interesses maiores do Programa. Os Centros Olímpicos e Paralímpicos têm em sua estrutura de funcionamento o desenvolvimento de três programas, construídos sobre a fundamentação, conceituação e classificação esportiva nacional, definidas em:

ESPORTE EDUCACIONAL	Desenvolvimento Motor - I - 04 a 06 anos Desenvolvimento Motor - II - 07 e 08 anos Iniciação Esportiva – 09 a 11 anos
	Preparação Esportiva - I – 12 e 13 anos Preparação Esportiva - II – 14 a 17 anos
ESPORTE PARTICIPAÇÃO	Participação -I – 18 a 35 anos Participação- II – 36 a 59 anos Participação –III – a partir de 60 anos Espaço de Convivência e Lazer
ESPORTE RENDIMENTO	Programa Futuro Campeão (Objetivo do Programa é formar jovens atletas que estejam aptos a representar o Distrito Federal em competições locais, nacionais e internacionais).

Fonte: Diretrizes básicas para os Centros Olímpicos e Paralímpicos

As atividades são realizadas em três turnos (Matutino, Vespertino e Noturno) abertas ao público participante dos programas, de terça à sexta-feira, podendo funcionar das 06h45 às 21h45, e sábado das 7h às 12h, de acordo com a necessidade e interesse da Secretaria. Aos finais de semana os Centros Olímpicos e Paralímpicos, disponibilizam a comunidade a sua infraestrutura como espaço de convivência e lazer, das 9 às 16 horas, para a prática de esportes com os amigos. As entidades conveniadas oferecem aos alunos e à comunidade, além das atividades esportivas, cursos de qualificação sociais desenvolvidos de acordo com o Plano de Trabalho.

Modalidades oferecidas nos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Modalidades	Braz-lândia	Riacho Fundo I	Cei	Sam	Est	St.Maria	Gama	São Sebastião	Recanto Emas	Setor "O"	Sobra. dinho
Futsal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Voleibol	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Karatê	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atletismo	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Natação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Basquetebol		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Futebol Society	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Futebol de areia	X	X	X		X	X	X	X	X	X	
Handebol		X		X	X	X	X		X	X	X
Ginástica localizada	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Hidroginástica	X	X	X	X	X	X		X	X	X	

Atividade física orientada	X	X	X	X		X	X	X	X		
Jiu jitsu		X	X	X						X	
Ginástica rítmica			X	X						X	
Voleibol de areia				X							X
Tênis				X	X	X		X			
Judô					X			X			
Ginástica acrobática					X						
Ginástica artística					X						
Pilates			X	X							
Saltos ornamentais							X				
Boxe					X						
Dança							X				
Capoterapia			X								

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

O Programa prevê, ainda, parcerias entre órgãos públicos e a SETUL, por meio da disponibilização de espaço físico dos COPs para o desenvolvimento de atividades desses órgãos, conforme a seguir:

Secretaria de Estado de Saúde

O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA é entendido como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. COPs que possuem o Programa Saúde da Família: Estrutural, Gama, Recanto das Emas e São Sebastião.

Secretaria de Estado de Cultura

O PROGRAMA MALA DO LIVRO amplia as possibilidades de acesso ao livro com a utilização de minibibliotecas para atividades de empréstimo, tendo por objetivo incentivar e formar o hábito da leitura, democratizar o acesso ao livro e a informação e, ainda, apoiar o exercício da cidadania. COPs que possuem o Programa Mala do Livro: Os 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos.

Secretaria de Estado de Educação (Parceria com as Regionais de Ensino):

O PROGRAMA ESCOLA INTEGRAL, tem o objetivo de contribuir para a educação integral, conforme determinação do Plano de Governo. COPs que possuem o Programa Escola Integral: Os 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos.

O CENTRO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA - CID utiliza os espaços nos COPs para que possam ser realizadas as atividades dos CIDs para treinamento, bem como para competições. COPs que possuem o Programa iniciação desportiva – CID: São Sebastião

Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude:

O PROGRAMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE-PSC, LIBERDADE ASSISTIDA - LA) E SEMI-LIBERDADE, tem o objetivo de contribuir para a recuperação dos adolescentes/jovens que cumprem medidas sócio educativas, dando ao adolescente a oportunidade de estar em um ambiente saudável e familiar, onde os valores do esporte são vivenciados. COPs que possuem o Programa Prestação de Serviço à Comunidade-PSC, Liberdade Assistida -LA) e Semi-Liberdade: Os 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos.

O PROJETO ESPORTE ACESSO DE TODOS, consiste em realizar atividades esportivas para contribuir com a ressocialização dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa nas

unidades de internação e proporcionar momentos de lazer e diversão no período das férias escolares. COPs que participam do Programa de Orientação Socioeducativa: Os 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social:

O PROGRAMA O CENTRO DE ORIENTAÇÃO SOCIOEDUCATIVA-COSE, consiste em trabalhar os aspectos biopsicossociais com crianças, jovens e adolescentes nas diversas modalidades esportivas, oferecidas nos COPs, utilizando-se como base o esporte. COPs que possuem o Programa o Centro de Orientação Socioeducativa-COSE: Brazlândia, Estrutural e Santa Maria.

A SETUL, disponibiliza o espaço dos COPs - Centros Olímpicos e Paralimpicos a outras parcerias, por meio de termo de cooperação técnica, para as seguintes intituições:

I**nstituto do Tênis:**

O PROJETO INSTITUTO DO TÊNIS, consiste em implementar e realizar a modalidade de tênis, mediante a realização de eventos, cursos e múltiplas atividades nas instalações dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de forma gratuita e planejada direcionada aos alunos. COPs que possuem parceria com o Projeto Instituto do Tênis: Os 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos

Clube de Golfe de Brasília:

O PROJETO SOFT GOLFE, consiste em implementar e realizar a modalidade de Soft Golfe, mediante a realização de eventos, cursos e múltiplas atividades nas instalações dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de forma gratuita e planejada direcionada aos alunos. COPs que possuem parceria com o Soft Golfe: Ceilândia (parque da vaquejada), Gama, Santa Maria e Sobradinho.

CETEFE - CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL

ASSOCIAÇÃO DE CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL, capacitar as Coordenações de Pessoas com Deficiência - CPD dos Centros Olímpicos e Paralimpicos, a realizar avaliação funcional para que as pessoas com deficiência possam fazer modalidades regulares ou especificas nos COPS. COPs que possuem parceria com o CETEFE: Os 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos

IJC INSTITUTO JOAQUIM CRUZ – Parceria por intermédio de termo de cooperação técnica, visando o desenvolvimento dos projetos rumo ao pódio olímpico e clube dos descalços, com o objetivo de formação de atletas, na modalidade de atletismo.

Atendimentos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos

COPS	**Atendimentos**
Brazlândia	38.478
Ceilândia	93.200
Estrutural	71.661
Gama	60.554
Recanto	90.847
Riacho Fundo	45.145
Samambaia	88.824
Santa Maria	54.552
São Sebastião	79.439
Setor O	93.896
Sobradinho	41.434
Planaltina	4.338
TOTAL	762.368

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Alunos atendidos nas modalidades esportivas nos Centros Olímpicos e Paralímpicos

COPS	Atendimentos
Brazlândia	26.808
Ceilândia	51.924
Estrutural	18.816
Gama	29.470
Recanto	36.913
Riacho Fundo	32.087
Samambaia	55.691
Santa Maria	34.505
São Sebastião	45.406
Setor O	63.579
Sobradinho	21.036
Planaltina	2.300
TOTAL	418.535

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpico

Alunos matriculados ao final de dezembro

COPS	Matriculados 1º e 2º modalidade			Programa Futuro Campeão (PFC)
	Regular	Idosos	Pessoas com Deficiência	
Brazlândia	1.868	170	63	0
Ceilândia	4.084	477	147	15
Estrutural	1.297	37	28	38
Gama	2.277	114	101	17
Recanto	1.952	241	253	32
Riacho Fundo	2.213	327	74	21
Samambaia	3.906	401	190	27
Santa Maria	2.479	356	142	20
São Sebastião	3.253	329	135	22
Setor O	4.265	828	168	33
Sobradinho	1.601	108	52	22
Planaltina	2.053	247	0	0
TOTAL	31.248	3.635	1.353	247
	36.483			

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Atendimentos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – 2017

COPS	Atendimentos da Gerencia de Apoio Social (GAS)		Qualificação Social	Participação em eventos Internos	Usuários Espaço Convivência e Lazer	Usuários - Cessão de espaço	Usuários - Cessão de espaço (Você no Centro)
	Internos	Externos					
Brazlândia	154	83	208	6.165	3716	151	2.370
Ceilândia	650	29	120	7.363	12.812	15.474	4.600
Estrutural	1.336	6	4.930	5.315	5.430	5.671	1.527
Gama	1.752	8	331	7.509	9.330	7.302	4.544
Recanto	479	127	205	6.089	7.036	3.902	1.469
Riacho Fundo	364	13	57	6.111	4.091	8620	2.013
Samambaia	382	37	134	9.192	9.347	5.884	2.364
Santa Maria	1.000	10	227	5.096	6.694	2.159	3.986
São Sebastião	298	22	131	8.677	9.009	5.447	5.649
Setor O	567	10	137	9.410	8.325	1.675	6.744
Sobradinho	564	2	154	5.199	6.073	1.800	3.658
Planaltina	0	0	0	0	1.211	350	241
TOTAL	7.546	347	6.636	77.976	83.074	58.435	39.165

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Atendimentos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – Parcerias

COPS	Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.	Secretaria de Estado de Saúde		Secretaria de Estado De Desenvolvimento Humano e Social
	Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) / NAI / Esporte a meia noite	Programa Saúde da Família (PSF)		Cose
		Atendimento a alunos	Atendimentos as famílias	
Brazlândia	28	0	0	32
Ceilândia	30	0	17.771	0
Estrutural	18	0	15.027	87
Gama	24	0	0	0
Recanto	48	741	14.800	0
Riacho Fundo	49	0	0	0
Samambaia	1093	0	0	0
Santa Maria	702	0	0	0
São Sebastião	54	0	3.067	0
Setor O	54	0	0	0
Sobradinho	42	0	0	0
Planaltina	0	0	0	0
TOTAL	**2.082**	**741**	**50.665**	**119**

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Atendimentos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – Parcerias

COPS	Secretaria de Estado de Educação		Secretaria de Estado de Cultura	Outras Parcerias através de termo de cooperação técnico		
	Escola Integral	CID	Mala do Livro Empréstimos	Clube de Golfe de Brasília	Instituto Joaquim Cruz – IJC	Instituto do Tênis
				Projeto Soft Golfe	Rumo ao pódio olímpico	Projeto Tênis
Brazlândia	315	0	1.466	0	0	579
Ceilândia	605	0	266	525	0	165
Estrutural	104	0	222	0	0	590
Gama	282	0	577	174	0	449
Recanto	0	0	351	0	0	576
Riacho Fundo	0	0	550	0	0	807
Samambaia	227	0	1.008	0	0	459
Santa Maria	379	0	987	100	0	406
São Sebastião	307	872	350	0	0	965
Setor O	257	0	480	0	0	177
Sobradinho	419	0	323	0	0	705
Planaltina	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2.895	872	6.583	799	0	5.878

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Programa Apoio a Eventos

No que se refere as atividades relativas à apoiar eventos promovidos por pessoas jurídicas, órgãos públicos, entidades governamentais e não governamentais sem fins lucrativos, com recursos materiais de infraestrutura e logística, os quais poderão ser destinados ao fomento das práticas esportivas nos seguintes eixos:

- Esporte de alto rendimento;
- Esporte educacional;

- Esporte de participação e lazer.

Foram apoiados em 2017, um total de 57 eventos, atendendo um público estimado de 113.841 pessoas.

Programa Compete Brasília

O Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas e paratletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, por meio da concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais). Foram atendidos em 2017 um total de 3.519 atletas e 919 técnicos.

Programa Bolsa Atleta

O Bolsa Atleta é um programa de patrocínio individual de atletas e Paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade e que não possuam patrocínio. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas O benefício do Programa Bolsa Atleta será concedido no ano exercício, configurando até 12 recebimentos. O valor mensal do benefício será concedido de acordo com a classificação dos atletas e dos níveis da modalidade. Foram disponibilizadas em 2017, 120 bolsas paralímpicas e 147 convencionais mensalmente.

Programa Escola de Esportes

O Programa Escola de Esportes tem como objetivo incentivar a prática esportiva entre crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, integrar o adulto, o idoso e pessoas com deficiência em programas que estimulem um hábito de vida saudável e formar equipes esportivas que possam revelar talentos para o cenário esportivo. As matrículas são abertas a toda comunidade do DF e do Entorno e as vagas serão prioritariamente disponibilizadas aos alunos da rede pública do ensino regular: educação infantil e ensinos fundamental e médio do Distrito Federal.

As atividades da Escola de Esportes são desenvolvidas semestralmente. As aulas do 1º semestre acontecem de fevereiro a julho e as do 2º de julho/agosto a dezembro. São ofertadas, atualmente, 11 modalidades para a prática desportiva, sendo as aulas ministradas nas instalações físicas do Centro Poliesportivo Ayrton Senna (Complexo Aquático e Ginásio Nilson Nelson). Foram atendidos em 2017 3.152 alunos no 1º semestre e 3.397 no segundo semestre totalizando 6.549 alunos.

Programa Boleiros – apoio ao Esporte Amador

O Programa Boleiros tem como finalidade fomentar e apoiar o desenvolvimento do esporte amador praticado em qualquer região administrativa do Distrito Federal. O apoio é concedido a Entidades Provadas sem Fins Lucrativos (ligas ou associações) por meio da disponibilização de serviços de arbitragem, premiação e a compra de material de estrutura básica (bolas, redes, coletes e formulários de súmula). Em 2017, foram gerados 10.674 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 437.400 pessoas, comtemplando 27 regiões administrativas.

Espaço Esportivo Implantado

No ano de 2017 foi implantado o espaço esportivo, do Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina, inaugurado em 16 de Setembro.

Parcerias como a Secretaria de Educação

O programa escola compartilhada é uma ação da Secretaria de Educação em parceria com outros órgãos do governo e sociedade civil. O objetivo é abrir as unidades de ensino aos sábados e oferecer diversos serviços públicos à comunidade local. Em parceria com a

Secretaria de educação a SETUL, proporcionou aos participantes do programa atividades esportivas conforme tabela:

Data	Escolas	Público
12/08/2017	CED Irmã Maria Regina Velanes Regis - EPCT - DF-430 – Rodeador	100
25/11/2017	CED 2 Gama	134
Total		234

Fonte: Coordenação dos Centos Olímpicos e Paralímpicos

Cursos realizados /Apoiados

A SETUL, também firmou parcerias a fim de capacitar seus servidores que atuam nos Centros Esportivos.

Data	Curso	Realizador	Público
13/02/2017	Capacitação de Capoterapia	Profº Gilvan	46
6 e 7/03/2017	Prevenção ao crime por meio do esporte	UNODOC / ONU	24
14/03/2017	Brasília de Todas as Mulheres	Centro especializado de atendimento as mulheres (CEAM)	12
03/04/2017	Capacitação de Prevenção de Lesões FIFA 11+	FIFA	49
15/05/2017	Youth Dialogues	UNODOC / ONU	45
26/06/2017	Capacitação Tênis	Instituto do Tênis	108
Total			284

Fonte: Coordenação dos Centos Olímpicos e Paralímpicos

Relativo à Projetos Apoiados e/ou Realizados, destacam-se ações voltadas ao **Esporte Educaciona**l e à ampliação da Oferta de Atividades Esportivas de Participação e Lazer em Espaços Públicos:

Esporte nas férias: As ações voltadas ao esporte educacional foram nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF. O Projeto Esporte nas férias teve como objetivo executar ações voltadas ao esporte (educacional e participação), de lazer e cultural, por meio de atividades dinâmicas, atendendo (crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência de 04 a 17 anos) matriculados ou não nos COPs.

Atendimentos

Data	**Local**	**Público**
03 a 27/01/2017	11 - Centros Olímpicos e Paralímpicos	28.534
01 a 12/08/2017		27.720
Total		56.254

Circuito de lazer: Diante da importância de ampliar o número de projetos e eventos esportivos no Distrito Federal e, assim melhorar a qualidade de vida, aumentar a sensação de bem-estar e incentivar a prática regular de atividades físicas, a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, promoveu ações de livre acesso à prática de atividades esportivas e de lazer explorando os espaços públicos de maior concentração popular visando à democratização do acesso ao esporte e lazer nas RAs beneficiando pessoas Conforme tabela:

Data	Regiões Administrativas	Público atendido
12/08/2017	Escola Parque - Ceilândia	115
12/08/2017	Praça do estudante - Planaltina	180
12/08/2017	Céu das Artes - Recanto das Emas	200
Total		495

Circuito de corridas: O circuito de corridas de rua tem o intuito de estimular a prática de atividades físicas, o desenvolvimento de uma vida saudável, assim como o exercício da cidadania, por meio dos temas que serão abordados nas corridas. As principais corridas de rua no DF são realizadas no do Plano Piloto:

Data	Evento	Inscritos	"Pipoca" Estimativa 30%	R.A
31/01/2016	1ª. Etapa do circuito de corrida de – Corrida de Reis	16.000	4.800	Plano Piloto
01/05/2017	2ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – Corrida do Trabalhador	2.000	600	Plano Piloto
11/05/2017	3ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – O Gari mais Veloz	2.000	600	Plano Piloto
21/05/2017	4ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – Corrida Tiradentes	2.000	600	Plano Piloto
28/05/2017	5ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – Maio Amarelo DER	1.000	300	Plano Piloto
03/09/2017	6ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – Virada do cerrado	1.000	300	Plano Piloto
Total		24.000	7.200	
Total Geral		**31.200**		

Jogos Abertos de Brasília: Realizado em maio, a 3ª edição dos Jogos Abertos de Brasília, teve como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte. As competições foram realizadas no período de 11 a 28 de maio. Participaram das competições 2.580 nas modalidades coletivas e 210 nas individuais as disputas ocorrem em nove modalidades olímpicas (atletismo, judô, ciclismo, natação, tênis de mesa, basquetebol, futsal, handebol e voleibol) e quatro paralímpicas (basquete em cadeira de rodas, atletismo, natação e tênis de mesa) com premiação para todas.

Jogos Escolares da Juventude: A edição dos jogos realizada em Brasília reuniu aproximadamente 4 mil atletas de 15 a 17 anos, de 1360 colégios públicos e particulares de todas as regiões do país. Os jogos foram realizados em 21 espaços esportivos comtemplando 14 modalidades. O Distrito Federal conquistou 16 medalhas, conforme a tabela:

Modalidades/medalhas conquistada pelo DF

Modalidades	Ouro	Prata	Bronze	Total
Judô	2	2	2	6
Luta Olímpica	-	3	-	3
Natação	1	-	4	5
Xadrez	-	-	1	1
Voleibol	1	-	-	1
Total	4	5	7	16

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1709 - NÚMERO DE ATLETAS ATENDIDOS	20.899	PESSOA	-		25.467	30.954	23.667	35.867	SUEL/SEL/UO 34101/OE 3
Justificativa: 2017 - O Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas e paratletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, foram atendidos 3.519 atletas, no Programa Bolsa Atleta foram concedidas 1.384 bolsas para atletas convencionais e 1.251 bolsas para atletas paraolímpicos, Grandes Eventos foram 4.000 atletas particpantes dos Jogos da Juventude e 20.800 participantes da Corrida de Reis 2017, com isso superamos o índice.									
1710 - PROFISSIONAIS DA ÁREA ESPORTIVA QUALIFICADOS	92	PESSOA	-		105	284	125	145	SUEL/SEL/UO 34101/OE 4

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2017 - Foram realizados diversos cursos para capacitação de profissionais desta Secretaria em diversas modalidades, o que superou o índice desejado.									
1708 - PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS AÇÕES VOLTADAS AO ESPORTE EDUCACIONAL	68.670	PESSOA	-		95.670	84.722	97.970	97.970	SUEL/SEL/UO 34101/OE 2
Justificativa: 2017 - A grande dificuldade para atingir em 100% desse objetivo foi o Programa Esporte Acesso de Todos nas unidades socioeducativas, devido somente a duas unidades de internação disponibilizadas, porém o número de atendimentos nos Centros Olímpicos e Paralímpicos, Escolas de Esporte e no Esporte nas Férias foram bastante satisfatórios.									
1707 - PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER	313.180	PESSOA	-		435.000	451.034	435.000	435.000	SUEL/SEL/UO 34101/OE1
Justificativa: 2017 - Esse índice foi alcançado devido êxito obtido nos Circuitos de Corridas, Jogos da Cidade, Escola Compartilhada e mesmo com dificuldades orçamentárias a Secretaria conseguiu atender o Programa Boleiros.									

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	**10.000,00**	**2.513,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	2.513,00	0,00	0,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**10.000,00**	**1.759,00**	**0,00**	**0,00**
3207 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	1.759,00	0,00	0,00
3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	**10.000,00**	**2.513,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF- PLANO PILOTO .	10.000,00	2.513,00	0,00	0,00
3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	**10.000,00**	**1.031.799,00**	**134.607,92**	**134.607,92**
0003 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER- PLANO PILOTO .	10.000,00	1.031.799,00	134.607,92	134.607,92
3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	**10.000,00**	**2.513,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER- PLANO PILOTO .	10.000,00	2.513,00	0,00	0,00
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	**90.000,00**	**2.603,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER- PLANO PILOTO .	90.000,00	2.603,00	0,00	0,00
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	**10.000,00**	**2.513,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	2.513,00	0,00	0,00
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**10.000,00**	**473.472,00**	**0,00**	**0,00**
3885 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-ACESSIBILIDADE TURISTICA-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	473.472,00	0,00	0,00
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	**1.010.000,00**	**950.000,00**	**785.872,44**	**401.488,84**
0003 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO-APOIO AO PROJETO EMBAIXADOR DO TURISMO (A SER EXECUTADO PELA FUNDAÇÃO ASSIS CHATEAUBRIAND - CNPJ 03.657.848/0001-86)-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
0006 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO-PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DOS ARTESÃOS DO-DISTRITO FEDERAL	0,00	400.000,00	385.872,44	1.488,84
0007 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO-EXPOESTADOS, A FESTA DA CULTURA DOS ESTADOS BRASILEIROS, A SER REALIZADO PELO CEESP - CNPJ 02.362.784/0001-23-DISTRITO FEDERAL	0,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
5643 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
1295 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER- PLANO PILOTO .	10.000,00	1,00	0,00	0,00
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	**60.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS-FOMENTO AO TURISMO-DISTRITO FEDERAL	60.000,00	1,00	0,00	0,00
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**200.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
6200 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	1,00	0,00	0,00
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0008 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER- PLANO PILOTO .	50.000,00	1,00	0,00	0,00
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	**800.000,00**	**1.280.463,00**	**1.177.812,29**	**593.371,85**
2269 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	800.000,00	1.280.463,00	1.177.812,29	593.371,85
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	**600.000,00**	**90.826,00**	**90.825,60**	**32.652,65**
0003 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	600.000,00	90.826,00	90.825,60	32.652,65
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0012 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO PROJETO EMBAIXADORES DO TURISMO-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**3.190.000,00**	**3.840.978,00**	**2.189.118,25**	**1.162.121,26**

Nos últimos três anos a Secretaria Adjunta de Turismo passou por duas reestruturações que impactaram diretamente no efetivo cumprimento das metas previstas para a Pasta no PPA 2016-2019. Em 2017, foi proposta uma revisão no PPA 2016-2019, o que irá refletir efetivamente o trabalho que vem sendo viável desenvolver.

Promover o destino Brasília nacional e internacionalmente é um dos objetivos estratégicos da Secretaria Adjunta de Turismo - SAT, por isso, para aumentar o número de turistas visitando a capital federal é estratégica e necessária participação em eventos que possuem como seu principal público os mercados geradores de fluxo para o Distrito Federal.

Devido às restrições estabelecidas em Decreto e redução exigida no Art. 7ºA, parágrafo único, Dec. Nº38.182/2017 e alterando o Dec. nº 37.121/2016, a Secretaria Adjunta de Turismo só teve a oportunidade de participar de três eventos, em 2017. Desta forma, foram priorizados os eventos conforme importância e o melhor custo/benefício para a participação de Brasília, já que parte dos recursos investidos foi custeada por parceiros da SETUL, sendo:

Participação em 10 Feiras e Eventos Nacionais e Internacionais

- WTM Latin America (abril/2017) em São Paulo/SP - A participação de técnicos da SETUL/SAT foi um importante mecanismo para a apresentação de argumentos de vendas do destino Brasília para o trade turístico internacional e nacional. Foram realizadas, aproximadamente, 100 encontros com diversos atores do trade turístico, quando foi possível obter uma dimensão mais prática e comercial. Durante toda a feira realizou-se atendimento aos Agentes de Viagem elucidando questões sobre o destino Brasília e sobre o papel da Secretaria Adjunta de Turismo. Além de fomentar a participação dos integrantes da "Missão do SEBRAE/DF", tendo também, aproveitado a oportunidade para entender as dificuldades de venda do destino e se colocar à disposição do mercado. Diante da participação foi possível o estreitamento e fortalecimento do relacionamento com o trade turístico. Além disso, foi possível conhecer melhor o panorama do mercado atual, tanto de operadoras como de agências de viagem, e as ferramentas de trabalho mais adequadas para o mercado em 2017/2018.
- 45ª ABAV - Expo internacional de Turismo & 48º Encontro Comercial Braztoa – Setembro/2017 em São Paulo/SP - A participação da SETUL neste evento visou a continuidade em ampliar o conhecimento do trade nacional e internacional sobre a diversidade da oferta turística brasiliense, estimulando a formação de parcerias e a geração de negócios, ampliando e fortalecendo os processos de segmentação mercadológicos do turismo em Brasília. Para o alcance de tais objetivos foram realizados aproximadamente 300 atendimentos diretos aos agentes de viagem no estande de Brasília. Os agentes buscavam informações acerca da promoção de turística de Brasília e, principalmente, os produtos que vêm sendo trabalhados no conceito de turismo criativo.
- Adventure Fair – Outubro/2017 em São Paulo/SP - Trata-se da principal feira do mercado de aventura e ecoturismo, proporciona o contato direto entre a marca e o público final e ambiente para fazer negócios. Foram 3 dias de exposição privilegiada para um público de cerca de 30 mil visitantes qualificados. O evento é reconhecido como referência na prática de atividades ao ar livre, envolvendo toda a indústria de turismo e esportes de aventura. É o canal que atua frente ao segmento, oferecendo suporte e benefícios que impulsionam o mercado durante todo o ano. A participação

neste evento não gerou custos ao GDF, tendo em vista que o servidor representou Brasília custeando as despesas com recursos próprios.

Assim, é de grande importância da participação de técnicos da SETUL/SAT nos eventos do mercado turístico, tendo em vista a necessidade contínua de promoção e de melhor entendimento das perspectivas dos trades local e internacional, uma vez que as feiras de turismo são uma das ferramentas que melhor proporcionam essa aproximação.

Outras ações que corroboram para este objetivo é a celebração de Termos de Fomento e o apoio a eventos importantes para Brasília que contribuem para posicionar a capital federal no imaginário coletivo de alguns segmentos de forma positiva, como referência nacional e internacional. Dos eventos realizados/apoiados, em 2107, nessa perspectiva, foram realizados os eventos a seguir:

1 - **Carnaval - Brasília - DF** - fevereiro - Coordenação e Organização dos Blocos de Carnaval. Apoio no cadastramento e alvarás. Distribuição de material Cheking fotográfico. Disponibilização do Centro de Atendimento ao Turista – CAT móvel e equipe.



2 **- Dançando na Praça** - Bloco Eduardo e Mônica - 26/02/2017 - Participação na organização, estruturas, divulgação e equipe



3 **- 9ª VIA SACRA DOS SURDOS** - Taguatinga Norte - Brasília - DF - 08/04/2017 - Apoio com estrutura e equipe



4 - **DANÇANDO NA PRAÇA - EDIÇÃO ROCK NA CICLOVIA** - 29/04/2017 - Realização com estrutura completa e equipe



5 **- VI FESTIVAL DO JAPÃO 2017** - Pavilhão do Parque da Cidade - Brasília – DF 05/05/2017 a 07/05/2017 - Apoio com estruturas, divulgação e equipe.

6 - **WINGS FOR LIFE** - Brasília - DF - 07/05/2017 - Articulação para receber o evento. Apoio com UTEs móvel, divulgação que gerou grande destaque para a cidade, com um evento de nome mundial.





7 - **UMA NOITE 10 COM O CRAQUE ZICO** - Auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília - DF - 18/05/2017 - Apoio com brigadistas e equipe.



8 - 33ª **FEIRA DO LIVRO DE BRASÍLIA** - Área Externa do Shopping Pátio Brasil – Brasília - DF - 16/05/2017 a 25/06/2017 - Apoio com estrutura e equipe



9 - 2ª Edição TOP CUFA - Funarte – Brasília - DF - 08/07/2017 - Apoio com estrutura e equipe.



10 - VIVA+ - Estacionamento 4 do Parque da Cidade – Brasília - DF - 22/07/2017 e 23/07/2017 - Apoio com estrutura e equipe



11 - 14ª BRASÍLIA TATOO FESTIVAL - Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília - DF - 03/11/2017 a 05/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe.



12 - C.O.M.A - CONVENÇÃO DE MÚSICA E ARTE - Clube do Choro - Gramado da Funarte - Brasília - DF - Apoio com estrutura e equipe.



13 - DANÇANDO NA PRAÇA - EDIÇÃO PARANOÁ - Ao Lado da Administração Regional do Paranoá - 04/11/2017 - Realização com estrutura completa e equipe.

14 - DANÇANDO NA PRAÇA – EDIÇÃO ARRAIÁ - Taguaparque - Taguatinga - 16/11/2017 - Realização com estrutura completa e equipe.





15 - X LATINIDADES - FESTIVAL DA MULHER AFRO LATINO AMERICANA E CARIBENHA - Estadio Nacional Mané Garrincha - 25/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe



16 - 20º PORÃO DO ROCK - Estádio Mané Garrincha – Brasília - DF - 25/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe.



17 - NATAL MONUMENTAL - Torre de TV e Esplanada dos Ministérios - 17/12/2017 a 25/12/2017 - Realização incluindo apoio de estrutura e equipe.



18 - NATAL DA INOVAÇÃO - Esplanada dos Ministérios - 20/12/2017 - 10/01/2018 - Realização incluindo apoio de estrutura e equipe



Como resultados nesses eventos destacam-se:

- Participação em 03 eventos nacionais/internacionais;
- 400 encontros/atendimentos realizados ao mercado do turismo;
- 23 eventos nacionais realizados e apoiados no Destino Brasília, sendo 09 celebrações de Termo de Fomento.
- Implementação de 02 Projetos de Natal de inovação, iluminação e incremento cultural que repercutiu positivamente em todas as mídias do DF.
- TAP - 10 ANOS DA ROTA LISBOA / BRASÍLIA - Mezanino da Torre de TV - Brasília - DF - 08/08/2017 - Apoio com coquetel, ambientação e equipe
- 70 ANOS DA COPA AIRLINES E 6 ANOS DA ROTA BRASÍLIA / CIDADE DO PANAMÁ - Mezanino da Torre de TV - Brasília - DF - 31/08/2017 - Apoio com coquetel, ambientação e equipe

- XIV BRASÍLIA CAPITAL MOTO WEEK - Granja do Torto - 22/07/2017 a 26/07/2017 - Apoio na divulgação do evento Atendimento ao turista com envio de CAT móvel com grande distribuição de material turístico
- 23ª REUNIÃO TÉCNICA DO CONACI - CONS. NACIONAL DE CONTR. INTERNO - Palácio do Buriti - Brasília - DF - ambientação e equipe
- FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO - Planaltina - 20/05/2017 a 30/05/2017 - Coordenação e Organização de estruturas junto as paróquias. Apoio com parceiros na doação de materiais Interlocução com órgãos no apoio ao evento

A captação de eventos também atua apoiando a promoção do destino Brasília por meio da atração de eventos estratégicos para serem realizados na cidade, visando a geração de expressivos impactos econômicos no mercado turístico, bem com, na economia local como um todo.

EVENTOS CAPTADOS 2017	**EDIÇÃO**	**ANO**	**Nº PARTICIPANTES**	**IMPACTO ECONÔMICO ESTIMADO**	**ABRANGÊNCIA**
Congresso Brasileiro de Transplantes	19º	2021	2.000	R$4.507.000,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Cirurgia	33º	2019	5.000	R$ 11.267.600,00	Nacional
Jogos Escolares da Juventude		2017	5.000	R$ 11.267.600,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Medicina do Trabalho	17º	2019	3.000	R$ 6.760.000,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola	47º	2018	1.000	R$2.216.900,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Nutrição	25º	2018	3.500	R$ 7.787.000,00	Nacional
7Th World Junior Wushu Championsghip	7º	2018	600	R$ 2.250.000,00	Internacional
Conferência Internacional de Pilates		2018	5.000	R$11.267.600,00	Internacional
Congresso Internacional "Américas Summit Brasília 2017"		2017	150	R$675.000,00	Internacional
50° Congresso Brasileiro de Geologia	50º	2020	2.500	R$5.633.800,00	Nacional
17º Congresso da Fundação Otorrinolaringologia	17º	2018	3.000	R$6.760.000,00	Nacional
FENAC 2017 - Festival Nacional da Juventude		2017	200	R$ 450.700,00	Nacional
Congresso Rede Nacional de Contabilidade	2º	2018	500	R$563.380,00	Nacional
Aloha Spirit		2018	2.000	R$4.250.000,00	Nacional

Os resultados efetivamente obtidos em 2017, relativamente a essas ações, são:

- 14 novos eventos captados para Brasília
- Impacto econômico de R$ 75.656.580,00
- Previsão do impacto econômico em 2018 dos eventos programados R$ 93.686.400,00

Além da promoção, apoio e captação de eventos à SETUL/SAT administra alguns equipamentos/atrativos turísticos que são também espaços para eventos em Brasília, primando pelo bom funcionamento dos próprios, por meio de uma gestão qualificada e da atuação junto a outros órgãos competentes que possibilitem a modernização e manutenção dos equipamentos turísticos. A principal atribuição da SAT é a gestão (coordenação e monitoramento) e comercialização dos espaços que administra para geração de fluxo turístico e promoção da cidade.

Em 2017, visando promover a modernização e qualificação de infraestrutura turística e melhorar a gestão das instalações físicas e equipamentos turísticos administrados pela SETUL/SAT, foram promovidas diversas ações nesse sentido. Vale destacar o lançamento do Programa Abrace o Parque que visa a revitalização do Parque da Cidade de forma a oferecer melhorias da infraestrutura, instalações e serviços prestados tendo em vista a diversificação de atividades nas áreas cultural, recreativa, educativa, esportiva e ambiental promovendo a satisfação e a melhoria da qualidade de vida de seus frequentadores, contribuindo para o resgate dos laços de pertencimento do brasiliense com o local. Esse Programa visa a melhoria da gestão, infraestrutura e funcionamento do Parque da Cidade como um todo. Tais iniciativas foram avaliadas, planejadas e estruturadas para serem implementadas em quatro eixos estratégicos de atuação: Infraestrutura; Qualidade de Vida, Esporte Educação; Sustentabilidade e Meio Ambiente; Cultura, Turismo e Lazer.

Outras ações relativas à gestão dos próprios administrados pela SETUL/SAT, destacam-se, também, as ações:

- Melhoria da segurança contra incêndio e pânico do CCUG.
- Projeto de Ampliação do CCUG finalizado.
- Publicação da Portaria nº 11, de 09 de agosto de 2017 - Torre de TV de Brasília – estabelece procedimentos de segurança para instalações/desinstalações de equipamentos estrutura metálica da Torre de TV.
- Publicação da Portaria nº 19, de 27 de novembro de 2017 - moderniza a gestão dos próprios para a realização de eventos; diminui a exigência documental para a realização de eventos e define os critérios objetivos para a concessão do desconto.
- Ampliação do horário de visitação do mirante da Torre de TV.
- Visitação Mirante da Torre de TV de Brasília: 108.000,00 (cento e oito mil) pessoas.
- Redução de 58% no valor da conta de água e energia com a reprogramação do horário de funcionamento da Fonte Luminosa
- Mapeamento das árvores frutíferas do Parque - 23 frutos do cerrado e 2.200 árvores frutíferas.
- Construção de 2.200m de calçadas de acessibilidade melhorando o acesso para portadores de necessidades especiais em todos os estacionamentos do Parque.

Como principais resultados, nos próprios: Centro de Convenções Ulysses Guimarães - CCUG/ Pavilhão Expo Brasília/ Estádio Nacional de Brasília - ENB/ Torre de TV – Mezanino e Parque da Cidade, apresentam-se:

- Aumento de 30% do número (média) de frequentadores do Parque da Cidade.
- Acréscimo de 58% do número de eventos realizados do Parque da Cidade.
- Expressivo crescimento da arrecadação com eventos - 535%.
- Aumento de Plantio de Árvores no Parque da Cidade em 335%.

Destas ações obteve-se com resultados um total de 502 eventos realizados nos próprios administrados pela SETUL/SAT, no exercício de 2017 e um impacto econômico gerado com a locação dos próprios um montante de R$ 4.127.252,65.

A SETUL/SAT também realiza projetos de apoio à produção associada ao turismo visando ter o Destino Brasília (re)posicionado pela qualidade dos produtos e serviços aqui prestados e visando a consolidação do artesanato do Distrito Federal enquanto setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades e no turismo local.

A riqueza deste setor artesanal é fundamental, mas não garante a competitividade do produto no mercado. Assim, a SAT trabalha com a identificação de espaços mercadológicos adequados à divulgação e à comercialização dos produtos artesanais locais com o objetivo de promover

a geração de renda dos trabalhadores artesãos e despertar uma produção artesanal com maior qualidade para competir de maneira sólida nesse mercado.

Com a comercialização de suas peças os artesãos, selecionados por meio de Edital Público, participam dos eventos e movimentam a economia local, gerando emprego e renda não só para a família do artista como também para toda a sua comunidade. Desta forma, de janeiro a dezembro de 2017 foram disponibilizados 125 espaços, ou seja, 53% a mais de todo o previsto para o ano (80 espaços). Em comparação ao mesmo período do ano de 2016, houve um superávit de 268% em relação ao realizado (que foi de 34 espaços), como demonstra a tabela abaixo:

Meta e Medição eventos realizados de janeiro a dezembro

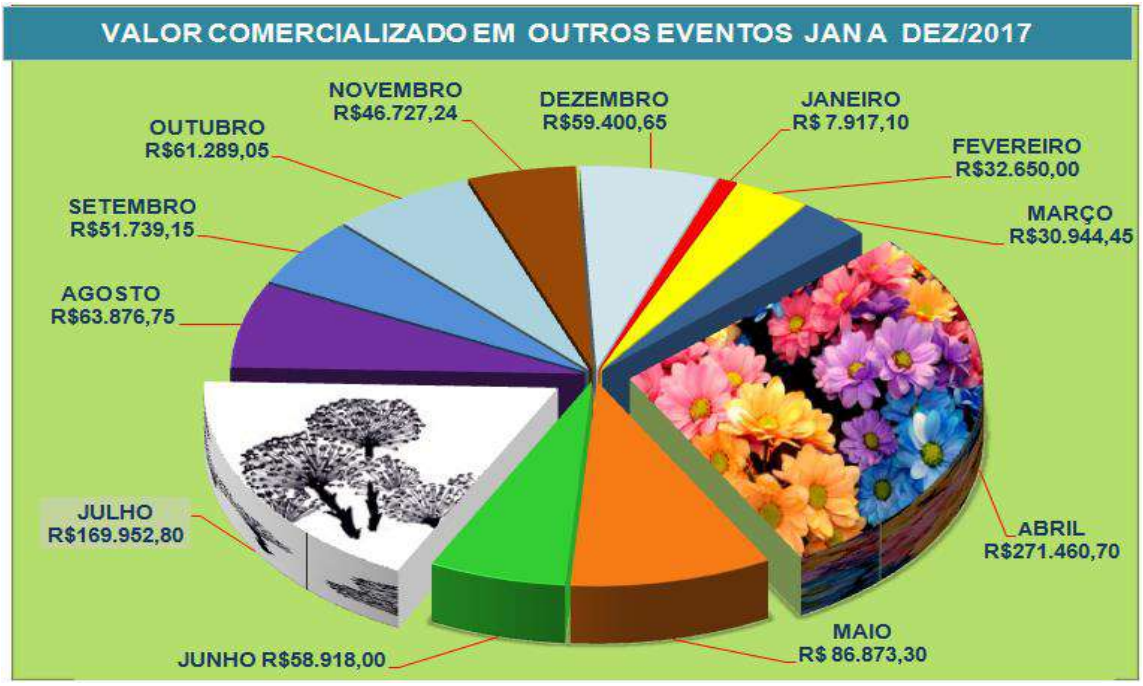
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
META	1	4	5	5	5	9	8	10	9	8	8	8	80
MEDIÇÃO	1	7	9	11	8	8	17	14	14	13	10	13	125

Dos eventos realizados em parceria nas áreas privadas, com o número de artesãos participantes e valores gerados com a comercialização do artesanato de Brasília foi na ordem de 1.596 participantes com o valor comercializado de R$ 942.665,19.

MÊS	EVENTO	PARTICIPANTES	VALOR COMERCIALIZADO EM R$
JAN	Loja Shopping Liberty Mall – 4ª Edição	15	7.917,10
FEV	Loja Shopping Liberty Mall – 4ª Edição	15	23.812,00
	Feira da Lua – Gilberto Salomão	7	4.437,00
	Feira da Lua – Gilberto Salomão	7	4.401,00
MAR	12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais	5	3.485,00
	EXPOMODELADAS	4	2.180,00
	Feira da Lua – Gilberto Salomão	5	2.290,00
	Feira da Lua – Gilberto Salomão	5	2.519,00
	Loja Shopping Liberty Mall – 4ª Edição	15	20.470,45
ABR	Feira da Lua – Gilberto Salomão	9	913,00
	Feira da Lua – Gilberto Salomão	9	2.719,00
	Loja Shopping Liberty Mall – 4ª Edição	15	17.021,70
	9º Salão do Artesanato	161	138.552,00
	EXPOFRANQUIAS	6	1.393,00
	IV Encontro dos Municípios	6	9.240,00
	FINNAR	255	101.622,00
MAI	Feira da Lua – Gilberto Salomão	14	5.838,00
	Loja Shopping Liberty Mall – 4ª Edição	15	19.785,05
	Festival do Japão	17	20.554,00
	Feira da Rua 25 de Março	41	40.696,30
JUN	Feira da Lua – Gilberto Salomão	15	5.405,00

	Feira da Lua – Gilberto Salomão	15	5.200,00
	Loja Shopping Liberty Mall – 4ª Edição	13	23.456,00
	33ª Feira do Livro	32	24.857,00
JUL	Feira da Lua – 03 e 04 de Junho	15	4.524,00
	Feira da Lua – 17 a 18 de Junho	15	1.980,70
	Feira da Lua – Parque da Cidade	4	956,00
	EXPOCHE	28	32.662,00
	18º Congresso de Sociologia	9	4.548,00
	Loja Shopping Liberty Mall – 5ª Edição	13	20.991,60
	Congresso de Saúde	6	6.735,00
	Hair Brasília	5	2.581,00
	FENEARTE	8	64.168,50
	FEIRA DA MODA – 1ª Edição	30	11.817,00
	FEIRA DA MODA – 2ª Edição	30	6.166,00
	FEIRA DA MODA – 3ª Edição	25	1.840,0
	FEIRA DA MODA – 4ª Edição	15	4.116,00
	CONSAD	4	6.167,00
	VIVA +	5	700,00
AGO	Feira da Lua – 03 e 04 de Junho	15	4.342,00
	Feira da Lua – 17 a 18 de Junho	15	1.715,00
	Loja Shopping Liberty Mall – 6ª Edição	13	23.058,75
	FEIRA DA MODA – 1ª semana	15	3.527,00
	FEIRA DA MODA – 2ª semana	15	1.704,00
	FEIRA DA MODA – 3ª semana	15	1.265,00
	FEIRA DA MODA – 4ª semana	15	1.284,00
	COMA	19	1.216,00
	CATARINAFEST	36	23.050,00
	Congresso de Fisioterapia	4	2.715,00
SET	Feira da Lua – Gilberto Salomão	15	4.078,00
	Feira da Lua – Gilberto Salomão	15	3.760,00
	Feira da Lua – Águas Claras	10	1.674,00
	Loja Shopping Liberty Mall – 6ª Edição	15	23.164,65
	FEIRA DA MODA – 1ª semana	15	610,00
	FEIRA DA MODA – 2ª semana	15	485,00
	FEIRA DA MODA – 3ª semana	15	825,00
	FEIRA DA MODA – 4ª semana	15	1.800,00
	FEIRA DA MODA – 5ª semana	15	643,00
	MADE IN JAPÃO	8	4.101,00
	Conferência Global	5	5.932,00
	Dia Internacional sem carro	9	571,50
	Brasília Capital Fitness	5	4.095,00
OUT	Feira da Lua (Gilberto Salomão)	10	2.731,00
	Feira da Lua (Gilberto Salomão)	10	4.330,00
	Loja Shopping Liberty Mall – 6ª Edição	15	24.952,05
	FEIRA DA MODA BRASIL	15	752,00

	FEIRA DA MODA BRASIL	15	985,00
	FEIRA DA MODA BRASIL	15	318,00
	FEIRA DA MODA BRASIL	15	1.371,00
	COLECIONAR	16	21.959,00
	CAPITAL KIDS	6	880,00
	1º Festival Primavera de Brasilia	12	3.011,00
NOV	Loja Shopping Liberty Mall – 6ª Edição	15	30.202,65
	FEIRA DA MODA	15	1.860,00
	FEIRA DA MODA	15	1.571,59
	FEIRA DA MODA	15	655,00
	FEIRA DA MODA	15	1.630,00
	Convenção Internacional de Tatuagem e Body Piercing	9	6.712,00
	Feira da Lua Gilberto Salomão	7	4.096,00
DEZ	Loja Shopping Liberty Mall – 7ª Edição	15	33.467,65
	FEIRA DA MODA	15	2.386,00
	FEIRA DA MODA	15	1.957,00
	FEIRA DA MODA	15	2.336,00
	FEIRA DA MODA	15	2.500,00
	FEIRA DA MODA	15	2.715,95
	Feira da Lua – Gilberto Salomão	7	4.963,00
	Feira Brasil Diversidade	21	2.830,00
	Bazar Natalino do REMA	7	7.161,00
TOTAL		1.596	R$ 942.665,19



Além desses espaços articulados em eventos e locais comerciais de Brasília junto à iniciativa privada, a SAT também realiza o Projeto Rota do Artesanato criado com o intuito de viabilizar, gratuitamente, espaços públicos para que o artesão ou trabalhador manual possa expor e comercializar seus produtos. Na tabela abaixo observa-se que o Projeto tem alcançado seu objetivo principal de gerar renda aos artesãos:

MÊS	EVENTO	PARTICIPANTES	VALOR COMERCIALIZADO EM R$
Fev	Anexo Palácio do Buriti	26	6.329,00
	Setor Comercial Sul	33	7.671,50
	Setor Bancário Norte	16	3.747,00
Mar	Galeria dos Estados	33	6.176,00
	Anexo Palácio do Buriti	19	5.775,00
	Setor Bancário Norte	16	3.262,00
	Setor Comercial Sul	32	9.985,00
Abr	Galeria dos Estados	23	2.607,00
	Anexo Palácio do Buriti	18	6.042,50
	Setor Comercial Sul	21	8.548,00
Mai	Galeria dos Estados	33	7.882,50
	Anexo Palácio do Buriti	19	8.920,00
	Setor Bancário Norte	16	5.498,00
	Setor Comercial Sul	32	5.845,00
Jun	Anexo Palácio do Buriti	25	11.890,00

	Setor Comercial Sul	22	10.342,00
	Galeria dos Estados	32	8.968,00
Jul	Anexo Palácio do Buriti	14	6.513,00
	Setor Comercial Sul	24	9.715,00
	Galeria dos Estados	24	6.172,00
Ago	Anexo Palácio do Buriti	20	4.869,00
	Setor Comercial Sul	22	8.535,00
	Galeria dos Estados	26	5.634,00
Set	Anexo Palácio do Buriti	18	4.497,00
	Setor Comercial Sul	25	6.463,00
	Galeria dos Estados	33	8.092,00
Out	Anexo Palácio do Buriti	19	7.052,00
	Setor Comercial Sul	20	7.430,00
	Galeria dos Estados	28	6.141,00
Nov	Anexo Palácio do Buriti	19	6.342,00
	Setor Comercial Sul	20	6.341,00
	Galeria dos Estados	28	3.482,50
Dez	Anexo Palácio do Buriti	15	7.320,00
	Setor Comercial Sul	24	17.519,00
	Setor Bancário Norte	17	7.734,00
TOTAL		779	R$ 249.340,50

Vale destacar que todos os eventos realizados pela Secretaria têm um cunho social e visam disponibilizar espaços para que artesãos e trabalhadores manuais, devidamente registrados no SICAB - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro -, possam expor e comercializar seus produtos gratuitamente.

A despeito da SETUL/SAT tenha criado novas frentes para promover e comercializar a produção artesanal do DF, não foi possível a implementação do Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira, meta que provavelmente deva ser adequada devido a necessidade de alto investimento financeiro em infraestrutura, que estava previsto com parceria com o SEBRAE e, devido a enxugamento da receita da entidade, o projeto não será mais apoiado por aquela instituição, contudo, serão realizadas novas tentativas de parcerias, bem como, uma reformulação no projeto original que é de propriedade do SEBRAE-DF.

Dentre as ações de apoio e atendimento aos artesões, foram realizados ainda o cadastramento e recadastramento de artesãos e trabalhadores manuais são realizados de segunda à sexta-feira, na sede da Secretaria Adjunta de Turismo. Para descentralizar os serviços, são agendadas também visitas nas Regiões Administrativas para atender, prioritariamente, os grupos de artesãos.

De acordo com dados de outubro de 2017, O Distrito Federal está em 4º lugar no quantitativo de artesãos e trabalhadores manuais cadastrados, atrás de: Bahia (3º), Ceará (2º) e Alagoas (1º).

Outras ações realizadas no âmbito dessa cadeia produtiva, ressalta-se:

- Realização de pesquisa de qualificação de artesãos em Brasília.
- Elaboração e publicação de Edital de chamamento público que selecionou e habilitou a organização da Sociedade Civil para, em parceria com a Secretaria Adjunta de Turismo, executar em regime de mútua cooperação o Programa de Qualificação de 200 Artesãos em 2018.

Dessas ações obteve-se como resultados:

- 125 eventos realizados para a comercialização do artesanato no DF;
- 3.154 artesãos beneficiados diretamente;
- Impacto econômico da comercialização do artesanato em eventos na área privada/áreas públicas: R$ 1.192.005,69 (um milhão, cento e noventa e dois mil, cinco reais e sessenta e nove centavos).
- Total de 1.644 carteiras emitidas em 2017 (média mensal: 137 carteiras confeccionadas/renovadas);
- Atendimentos realizados 2.580 atendimentos realizados.

Para o desenvolvimento de políticas do Turismo assertivas, a SAT realiza/publica pesquisas e estudos, apoia a realização de projetos de qualificação de profissionais do setor do turismo, fornece orientações/apoio aos turistas e prestadores de serviços turísticos e de eventos de Brasília e implementa ações do Plano de Turismo Criativo – lançado em 2015, para fortalecer o posicionamento de Brasília como Cidade Criativa. Assim, ao longo de 2017, foram desenvolvidas as seguintes pesquisas do perfil do turista:

- Pesquisa de Perfil – BRASÍLIA CAPITAL MOTO WEEK
- Pesquisa de Perfil do Turista – FESTIVAL COMA 2017
- Pesquisa de Perfil – PORÃO DO ROCK 2017
- Pesquisa de Perfil do Turista – FERIADO 2 DE NOVEMBRO
- Pesquisa de Perfil do Turista – FERIADO 7 DE SETEMBRO
- Pesquisa de Perfil do Turista – FERIADO 12 DE OUTUBRO
- Pesquisa de Perfil do Turista – CARNAVAL
- Pesquisa de Perfil do Turista – ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA
- Pesquisa de Perfil do Turista – FERIADO CORPUS CHRISTI

Como estratégia de incentivo à formalização e legalização dos Prestadores de Serviços Turísticos de Brasília, a SAT atua no acompanhamento e desenvolvimento das ações descentralizadas do Ministério do Turismo – MTur visando executar o "Programa de Regulamentação e Normatização do Turismo", no tocante às funções de cadastramento, orientação, classificação e apoio a fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos (empresas, empreendimentos, equipamentos e profissionais), por meio da Gestão do Acordo de Cooperação Técnica no 02/2016.

Panorama Geral das Atividades Realizadas no Cadastur em 2017

Procedimentos	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	%
Cadastro Inicial	20	21	15	26	13	14	12	20	27	18	15	0	201	6,2%
Renovação de Cadastro	9	25	14	26	13	30	39	36	27	25	23	0	267	8,3%
Alteração de Cadastro	1	5	1	2	2	2	3	2	2	2	2	0	24	0,7%
Em fase de Implantação1	0	2	3	1	6	0	1	4	0	1	2	0	20	0,6%
Suspensão de Cadastro	0	0	0	0	0	1	1	3	0	2	0	0	7	0,2%
Cancelamento de Cadastro	1	3	2	1	2	2	3	3	0	2	1	0	20	0,6%
Outros Procedimentos2	93	19	101	70	59	123	160	87	119	76	72	0	979	30,3%
SUBTOTAL	124	75	136	126	95	172	219	155	175	126	115	0	1.518	47,1%
Atendimento Geral3	214	151	171	179	113	134	217	148	88	110	183	0	1.708	52,9%
TOTAL	338	226	307	305	208	306	436	303	263	236	298	0	3.226	100,0%

Legenda:

1 - Cadastros para empreendimentos em fase de implantação: para empresas que ainda não estão abertas ao público e/ou desejam obter linhas de crédito especiais / financiamentos bancários.

2 - Outros Procedimentos: emissão de 2ª via de crachá de Guia de Turismo; emissão de declarações junto à DFTrans; Inclusão e exclusão de veículos; levantamento de Frota; comunicados de pendência; notificações oficiais, etc...

3 - Atendimento Geral: estimativa global de atendimento (presencial, virtual e telefônico) aos Prestadores de Serviços Turísticos e ao público geral, para repasse de informações e orientações gerais sobre o Cadastur, legislações e outros temas correlatos.

No que tange as realizações de projetos dentro da perspectiva da ação Brasília Capital Olímpica e do Plano do Turismo Criativo, a SAT avançou na implementação de ações previstas no Projeto de Capitalidade de Brasília. Dentre as principais realizações, destacam-se:

Rede de Cidades Criativas - A Rede de Cidades Criativas foi criada pela UNESCO tem como objetivo promover a cooperação internacional entre cidades comprometidas em investir na criatividade como uma propulsão para o desenvolvimento urbano sustentável, a inclusão social e o aumento da influência da cultura no mundo.

- A SETUL/SAT lançou a candidatura de Brasília à Rede de Cidades Criativas em junho de 2017, com a finalidade de que o título de Cidade Criativa corrobore com o novo posicionamento de Brasília, estimulado pelo Plano de Turismo Criativo. Em outubro saiu o resultado oficial da UNESCO, o dossiê foi aprovado e Brasília passou a integrar a Rede.
- Walking Tour e Bike Tour - Com o intuito de reposicionar o destino Brasília no mercado, alavancando a atividade turística, a Secretaria Adjunta de Turismo contratou empresa especializada em turismo e áreas afins para elaborar mapa com roteiros autoguiados para turistas em trânsito, a serem realizados a pé ou de bicicleta nos atrativos turísticos disponíveis na Zona Central de Brasília e adjacências. Assim, de forma criativa, os roteiros denominados walking tour e bike tour visam fomentar os tipos de turismo de que a Zona Central de Brasília dispõe, como o turismo arquitetônico, cívico e místico-religioso.

A SETUL/SAT, pretendia desenvolver ações quanto a qualificação de mão de obra relacionadas as atividade turística, visto que o setor careçe muito de qualificação específica, visto que tem sua principal demanda gira no sentido de obter mão de obra qualificada para diversas áreas, dirigidas a outros setores, entretanto, devido à limitação de recursos humanos e financeiros

nos dois primeiros anos de gestão nenhuma frente foi iniciada visando à qualificação dirigida para o Setor Turístico, somente em 2017, a meta de qualificar 1.000 profissionais do Setor de Turismo ao ano passou a ser factível quando foi realizado parceria com outros órgãos do GDF, como a Polícia Militar e a Secretaria Adjunta de Trabalho, e pela retomada da articulação junto ao Ministério do Turismo para trazer para o DF os cursos da área federal. Assim, dentre as ações realizadas nessa área, foram:

- Apoio na realização do Curso de Especialização em Policiamento Turístico – Nível Misto de 2017 promovido pelo Batalhão de Policiamento Turístico da Policia Militar do Distrito Federal (BPTUR/PMDF). A 1ª edição ocorreu no período de 08/05 a 26/05/2017, com a formatura de 29 policiais e a 2ª edição aconteceu no período de 17/11 a 07/12/2017, formando 30 policiais.
- Articulação junto à Secretaria Adjunta de Trabalho para realização de cursos de qualificação voltados ao setor do turismo. Na 2ª Etapa do Programa Qualifica + Brasília foram adicionados mais 4 (quatro) cursos: Espanhol Instrumental, Espanhol para o Turismo, Inglês para o Turismo e Turismo Legal. Total de 676 (seiscentos e setenta e seis) participantes matriculados.
- Formalização do Termo de Compromisso no 186/2017, com o Ministério do Turismo, celebrado em 20 de julho de 2017, referente ao Programa Brasil Braços Abertos. O apoio na divulgação do curso resultou em aumento significativo do número de inscritos no DF, que iniciou com 311 participantes e encerrou com 816 inscritos.
- Apoio na execução do Pronatec Voluntário EAD – Lote 3 (três), programa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Turismo e órgãos oficiais de turismo, oportunizando ao setor turístico a possibilidade de qualificarem seus profissionais por meio cursos totalmente à distância.

Há ainda que destacar outras ações desenvolvidas nesse sentido, conforme abaixo:

- Apoio na divulgação dos cursos aos Prestadores de Serviços Turísticos e ao público geral que é atendido na Diretoria;
- Identificação da demanda (levantamento da quantidade de interessados por curso ofertado), realizada junto aos Prestadores de Serviços Turísticos, contabilizando 33 manifestações de interesse;
- Realização das pré-matrículas, contabilizando 16 inscrições efetivadas;
- Em 2017 o Turismo Cívico proporcionou a visitação a 2503 alunos da rede pública, Centros Olímpicos e Paralímpicos e atendidos pelos Centros e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. O projeto consolida e promove a educação patrimonial com visitas aos principais atrativos cívicos da Capital Federal.
- Gestão do Projeto de Sanção do Novo Decreto de Transporte Turístico, inserido no Acordo de Resultados do Governo para 2017 (ID Projeto nº 1538), envolvendo a articulação entre representantes da iniciativa privada e os entes públicos interessados na elaboração de uma nova minuta de decreto para o Transporte Turístico no Distrito Federal, em substituição ao vigente, visando à modernização da legislação local de transporte turístico.
- Elaboração de Parecer Técnico referente ao Projeto de Lei tramitado na Câmara Legislativa do DF, quanto à atuação dos profissionais Guias de Turismo no transporte turístico no DF.
- Realização de atendimentos em três Centros de Atendimento ao Turista (aeroporto, Casa de Chá e CCUG) dando suporte ao turista com informações e orientações práticas sobre o destino. Em 2017 foram atendidos 17.789 visitantes.

Destas ações obteve-se como principais resultados:

- 14 pesquisas e publicações realizadas.
- 1.492 profissionais atendidos e em qualificação - parceria com órgãos do GDF e MTur.
- Inserção de Brasília na Rede de Cidades Criativas – categoria Design.
- Atendimento de 2503 alunos da rede pública, Centros Olímpicos e Paralímpicos e atendidos pelos Centros e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no Projeto Turismo Cívico.
- 17.789 visitantes atendidos nos 03 CATs em funcionamento.

As atividades relativas à Governança, há a manutenção e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal - CONDETUR/DF, visto que no rol de competências da SAT, em seu item X, está mencionada a responsabilidade de "zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal – CONDETUR/DF".

O CONDETUR/DF, criado por meio do Decreto nº 31.733 de 27 de maio de 2010, que é vinculado à Secretaria como órgão superior de assessoramento. A missão do Conselho é de contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável, por meio da articulação dos setores governamental, empresarial e da sociedade civil organizada e da proposição, análise, monitoramento e validação de planos e projetos consoantes com a Política de Turismo do Distrito Federal.

As realizaçãoes quanto ao funcionamento do CONDETUR, foram:

- Realização de 04 Reuniões Ordinárias do Conselho
- Realização de 02 reuniões com as Câmaras Temáticas
- Instalação do Conselho do Artesanato do Distrito Federal:

O Conselho do Artesanato do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 35.395 de 06 de maio de 2014, responsável pela discussão, proposição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento do artesanato no Distrito Federal está vinculado à Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal (Decreto nº 37.141, de 29 de fevereiro de 2016). Observa-se que o mesmo ainda não foi instalado o que impede sua atuação e retarda a implantação de diversas atividades no Distrito Federal. A proposta visa à nomeação dos membros, titulares e respectivos suplentes, representantes da Administração Pública do Distrito Federal, designados pelos titulares dos órgãos públicos aos quais estejam vinculados, e dos artesãos, que serão indicados pela própria categoria para comporem o Conselho do Artesanato do Distrito Federal. A minuta do decreto de instalação do Conselho e criação do regimento interno está em fase de finalização para ser encaminhada ao Governador ainda no primeiro trimestre de 2018.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1712 - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE BRASÍLIA EM EVENTOS INTERNACIONAIS A PARTIR DOS DADOS DA ICCA	10	CLASSIFICAÇÃO	-		10	3º	10	10	MTUR-EMBRATUR/SETUL/UO 34101/OE 3
Justificativa: 2017 - Apesar do objetivo não ser alcançado, Brasília subiu 1 posição no ranking devido ao aumento do número de eventos ocorridos na cidade, que subiram de 11 para 18.									
1711 - PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO DESTINO	3,75	DIA	-		3,8	0	3,9	4	SEC. ADJ.TUR/SETUL/UO 34101/OE 3
Justificativa: 2017 - A Permanência Média do turista no destino não foi aferida em 2017, pois foi realizado o processo licitatório para contratação da pesquisa, entretanto por entraves burocráticos não foi realizada em 2017, sua realização está confirma para 2018.									

1476 - TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE	0	%	5	-11,2	5	-25,37	5	5	SEC. ADJ.TUR/SETUL/ UO 34101/OE 3

Justificativa: 2016 - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2016 somam 308.636 (trezentos e oito mil seiscentos e trinta e seis), conforme dados obtidos de vôos internacionais e disponibilizados pela Inframérica à SAT. Ocorre que houve um decréscimo de 11,2% do números de passageiros em 2016, mesmo com a ocorrência do evento Olímpico devido aos últimos meses do ano quando Brasília perdeu importantes voos internacionais, das empresas Aerolíneas Argentina, Air France e Gol.

2017 - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2017 somam 230.101 (duzentos e trinta mil cento e um) passageiros, conforme dados de voos internacionais que chegaram à Brasília, disponibilizados pela Inframérica à SETUL. Houve um decréscimo de 25,37% do número de passageiros em relação a 2016, porque os voos internacionais cancelados no 2º semestre daquele ano impactaram significativamente no ano de 2017, tendo em vista que se trata de dados do período relativo a 12 (doze) meses

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
8474 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**50.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve execução orçamentária em 2017 para este programa na SETUL, porém foi realizado o projeto Esporte Acesso de todos, conforme descrito abaixo:

Esporte Acesso de todos nas unidades de internação: O projeto é realizado no período de férias nas sete Unidades de Internação com a realização de torneios esportivos voltados em média a 800 socioeducandos, por meio da atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, com a orientação de atividades esportivas aos jovens de 12 a 17 anos no período de férias. O intuito é contribuir com a ressocialização dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa e proporcionar momentos de lazer e diversão. Em 2017 foram realizadas duas ações conforme tabela:

Data	Estagiários	Atendimentos	Atividades
11 a 29/01/2017	40	830	Futebol society, voleibol, basquete e handebol, e atividades voltadas para as pessoas com deficiência física, como bocha e parabadminton.
02 a 12/08/2017	30	800	
Total	70	1.630	

Fonte: Coordenação dos Centos Olímpicos e Paralímpicos

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**336.772,00**	**1.375.000,00**	**1.324.963,00**	**1.074.985,40**
0011 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	336.772,00	1.300.000,00	1.249.963,00	999.985,40
0048 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO TOP CUFA-DISTRITO FEDERAL	0,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**200.000,00**	**3.000.000,00**	**2.998.818,13**	**2.998.818,13**
0004 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO SALÃO INTERNACIONAL DA MULHER-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0110 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO EVENTO NATAL MONUMENTAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	1.800.000,00	1.799.999,03	1.799.999,03
0111 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO NATAL DA INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0,00	600.000,00	599.409,55	599.409,55
0112 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO NATAL DA INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0,00	600.000,00	599.409,55	599.409,55
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**536.772,00**	**4.375.000,00**	**4.323.781,13**	**4.073.803,53**

As ações que contribuíram para o alcance do Objetivo Específico, relativo ao Programa Capital Cultural. no que se refere a realização de eventos, as quais destacam-se:

- celebração dos Termos de Ajuste pertinente à fomentos firmados com entidades sem fins lucrativos para realização de alguns eventos com 33ª Feira do Livro, 14º Capital

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado

Moto Week, 10ª Latinidades Mulher Latino Americana, 20º Porão do Rock e 2º Top Cufa. Todos com superação da quantidade de públlico estimado.

- Celebrados, também, Termos de Ajuste com entidades sem fins lucrativos para realização de alguns eventos dentre eles o Natal Monumental, Natal Inovação e Salão da Mulher, com participação massiva da população de Brasília, de turistas nacionais e internacionais.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**600.000,00**	**588.869,00**	**560.533,83**	**560.533,83**
0003 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	600.000,00	588.869,00	560.533,83	560.533,83
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**1.179.162,00**	**753.085,00**	**626.654,21**	**593.718,44**
6992 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	1.179.162,00	753.085,00	626.654,21	593.718,44
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**1.779.162,00**	**1.341.954,00**	**1.187.188,04**	**1.154.252,27**

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**650.000,00**	**25.125,00**	**0,00**	**0,00**
5391 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	25.125,00	0,00	0,00
5392 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-AUTÓDROMO INTERNACIONAL-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
5393 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**13.668.927,00**	**20.147.668,00**	**19.950.258,63**	**19.949.447,33**
6983 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	13.668.927,00	20.147.668,00	19.950.258,63	19.949.447,33
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**1.395.386,00**	**1.524.638,00**	**1.345.199,55**	**1.345.199,55**
6975 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	1.395.386,00	1.524.638,00	1.345.199,55	1.345.199,55
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**8.865.567,00**	**4.952.356,00**	**4.897.529,40**	**4.198.360,68**
6982 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER- PLANO PILOTO .	6.827.267,00	1.210.818,00	1.209.532,63	1.034.600,26
9816 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PARQUE DA CIDADE- PLANO PILOTO .	800.000,00	1.250.000,00	1.249.861,51	1.135.280,36
9817 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES- PLANO PILOTO .	638.300,00	1.921.555,00	1.868.153,66	1.581.866,15
9818 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TORRE DE TV- PLANO PILOTO .	600.000,00	569.983,00	569.981,60	446.613,91
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**112.000,00**	**606,00**	**0,00**	**0,00**
2488 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	112.000,00	606,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**300.000,00**	**106.291,00**	**101.749,92**	**82.064,62**
2571 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	106.291,00	101.749,92	82.064,62
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**35.000,00**	**2.513,00**	**0,00**	**0,00**
0030 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	35.000,00	2.513,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	25.026.880,00	26.759.197,00	26.294.737,50	25.575.072,18

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2017, a edição dos Jogos Escolares da Juventude foi realizada em Brasília e reuniu aproximadamente 4 mil atletas de 15 a 17 anos, de 1.360 colégios públicos e particulares de todas as regiões do país. Os jogos foram realizados em 21 espaços esportivos do DF, comtemplando 14 modalidades. O Distrito Federal conquistou 16 medalhas conforme a tabela:

Modalidades	Ouro	Prata	Bronze	Total
Judô	2	2	2	6
Luta Olímpica	-	3	-	3
Natação	1	-	4	5
Xadrez	-	-	1	1
Voleibol	1	-	-	1
Total	4	5	7	16

O Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer do Distrito Federal - CONEF-DF, criado pela Lei Orgânica do Distrito Federal/1993, instituído pela Lei nº 2.625, de 17 de novembro de 2000, teve o exercício do seu primeiro mandato em outubro de 2012, sendo atualmente regido pela Lei nº 4.879, de 09 de julho de 2012 e pelo Decreto nº 35.071, de 13 de janeiro de 2014. O CONEF-DF é um órgão colegiado, de caráter permanente e vinculado à estrutura da Administração Pública do DF responsável pela coordenação e execução da Política do Esporte do DF, atualmente a Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer - SETUL. O CONEF-DF tem competência consultiva para planejar, normatizar, fiscalizar e coordenar a Educação Física, Desporto e Lazer do Distrito Federal. O presente documento tem o propósito de apresentar as ações realizadas pelo Conselho durante o período de 01/01/2017 a 21/12/2017 de acordo com os trabalhos realizados nas Reuniões Plenárias e nas Comissões Permanentes e Temporárias, bem como, informar seus avanços e os desafios para o ano de 2018.
O CONEF-DF tem em sua composição representante do Governo e da Sociedade Civil.
Representam o Governo:

- Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer, que o Preside.
- Secretaria de Estado de Educação
- Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.
- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Administrações Regionais, indicadas pela Secretaria de Estado das Cidades.
- Representante de Notório Saber Esportivo, indicado pela própria Secretária de Estado do Esporte, Turismo e Lazer.

Representam a Sociedade Civil:

- Federação Esportiva do Distrito Federal
- Segmento Esportivo Universitário
- Atletas do Distrito Federal
- Esporte para Pessoas com Deficiência
- Conselho Regional de Educação Física do Distrito Federal - CREF7

O mandato dos Conselheiros é de dois anos permitida uma única recondução por igual período.

No exercício de 2017 o Colegiado encerrou seu segundo mandato e os novos Conselheiros tomaram posse na 40ª Reunião Plenária realizada em 16 de dezembro de 2016.
A Plenária apreciou, discutiu e deliberou assuntos de sua competência, em Reuniões Ordinárias realizadas, conforme a tabela abaixo:

	2017	
Ordinárias	30/01 15/03 14/06 11/10	15/02 12/04 13/09 08/11 14/12

Nas reuniões dentre vários assuntos tratados e deliberados podem-se destacar:

- 1.0 Posse de novos Conselheiros para o mandato dezembro/2016 a novembro/2018 e consequente recomposição das Comissões e atualização dos dados dos Conselheiros;
- 2.0 Discussão das alterações da Lei Complementar nº 26/1997 que cria o Programa de Incentivo as Atividades Esportivas e da outras providencias;
- Análise de diversos Projetos de Lei encaminhados pela SETUL:
- 3.1. Apreciação do PL nº 903/2016 que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional licenciado em Educação Física no sistema de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências;
- 3.2. Apreciação do PL nº 1.020/2016 que estabelece diretrizes para a utilização do Lago Paranoá para a prática desportiva de kite surf e dá outras providências;
- 3.3. Apreciação do PL nº 1.040/2016 que dispõe sobre a Lei de Incentivo ao Esporte do Distrito Federal - LIEDF e dá outras providências;
- 3.4. Apreciação do PL nº 1.199/2016 que institui a meia-entrada para profissionais de Educação Física do Distrito Federal em eventos esportivos e dá outras providências.
- Acompanhamento do Processo da Lei de Incentivo ao Esporte nº 220.001.182/2012
- Discussão das alterações da Lei Complementar nº 26/1997
- Análise de diversos Projetos de Lei encaminhado pela SETUL:
- 4.0 Participação de representantes do CONEF no Grupo de Trabalho sobre as discussões do Sistema Nacional do Desporto a convite do Ministério do Esporte;
- 5.0 Análise do Processo nº 220.001.105/2017 - World Police and Fire Games - Programa Compete Brasília;
- 6.0 Visita de representantes do CONEF-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF como o objetivo de apresentar o Órgão Colegiado aos Deputados e oportunizar a realização de Audiência Pública junto à Presidência da Casa;
- 7.0 Criação de Grupo de Trabalho para organização de Audiência Pública na CLDF;
- 8.0 Extinção da Comissão Temporária da Lei de Incentivo ao Esporte; e,
- 9.0 Aprovação do Calendário de reuniões para 2018.

E como assuntos pendentes que ainda precisam ser deliberados:

- Elaboração do Plano de Apoio ao Esporte - PAE
- Mapeamento do orçamento do esporte no Distrito Federal
- Revisão do Regimento Interno do CONEF-DF e do Decreto com atribuições do cargo da Secretária Executiva do Conselho
- Análise de Projetos de Lei encaminhados pela SETUL

Acompanhamento minuta da Lei da Bolsa Atleta elaborada pelo CONEF-DF à pedido da SETUL por fazer parte de uma das metas do Acordo de Resultado da SETUL junto ao Governador no ano de 2016.
Comissões permanentes/comissões temporárias/grupos de trabalho

O trabalho das Comissões Permanentes, Comissões Temporárias e dos Grupos de Trabalho, quando for o caso, é assessorado pela Secretária Executiva que tem por atribuição criar mecanismos para a interação dos mesmos, bem como articular as demandas para subsidiar as discussões das reuniões Plenárias.

Comissão de Política do Esporte – CPE

Em 2017, foram realizadas 05 reuniões ordinárias da Comissão nos dias 06/02, 06/03, 03/04, 07/11 e 28/11 onde pode ser destacada a discussão dos seguintes temas:

Item	Temas Discutidos
1	Elaboração de diretrizes da Política do Esporte e Lazer do Distrito Federal, tendo como base o documento produzido pelo Fórum Brasília Capital do Esporte e pelas Ligas Desportivas do DF e Entorno.
2	Governança do Esporte
3	Elaboração de Resolução com as prioridades orientadoras das Politicas Públicas do Esporte e Lazer do DF
4	Resgatar documentos elaborados pela CPE/CONEF referentes à Conferência Nacional do Esporte e se possível da Distrital com o objetivo de atualizar análise e subsidiar as ações da CPE/CONEF

Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Em 2017, foram realizadas 06 reuniões ordinárias da Comissão nos dias 02/01, 09/03, 06/04, 13/06, 27/10 e 07/12 onde pode ser destacada a discussão dos seguintes temas:

Item	Temas Discutidos
1	Orçamento da SETUL e do Fundo de Apoio ao Esporte - FAE: QDD e SAG
2	Aproximação com o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte - CONFAE: participação em reuniões do Conselho
3	Plano Plurianual da SETUL - 2016/2019

Comissão de Legislação e Normas - CLN

Em 2017, foram realizadas 07 reuniões ordinárias da Comissão nos dias 15/02, 15/03, 12/04, 19/06, 10/07, 09/08 e 13/09, e 01 reunião extraordinária no dia 17/05, onde pode ser destacada a discussão dos seguintes temas:

Item	Temas Discutidos
1	Análise de diversos Projetos de Lei encaminhados pela SETUL ou pelo Deputado Julio Cesar Ribeiro
2	Análise do Processo nº 220.001.105/2017 - World Police and Fire Games - Programa Compete Brasília
3	Apresentação do servidor do Ministério do Esporte da dissertação de Mestrado sobre valores ideias da Bolsa Atleta

A Comissão tem como pendência a discussão do Processo nº 220.001.248/2016 que trata de questões relativas ao mandato de servidor público representante da sociedade civil, bem como da Revisão Regimento Interno do CONEF incluindo as atribuições da Secretária Executiva. Além disto, a análise de PLs encaminhados pela SETUL e pelo Deputado Julio Cesar Ribeiro.

Comissão de Programas e Projetos - CPP

Em 2017, foram realizadas 03 reuniões ordinárias da Comissão nos dias 08/02, 01/11 e 06/12 onde pode ser destacada a discussão dos seguintes temas:

Item	Temas Discutidos
1	Retomada das ações da CPP e levantamento das competências segundo o Regimento Interno do CONEF
2	Análise do Relatório de Atividades do ano de 2016 para conhecer e poder acompanhar as ações da SETUL

Comissão Temporária da Lei de Incentivo ao Esporte
Foi extinta em função do andamento do PL nº 1.040/2016 que dispõe sobre a Lei de Incentivo ao Esporte do Distrito Federal - LIEDF e dá outras providências.
Grupo de Trabalho - Audiência Pública
O GT foi recomposto em dezembro/2017 e reuniu-se em 20/12 para traçar as ações para a realização de uma Audiência Pública ou Comissão Geral na CLDF em data prevista para 01/03/2018.
Para o ano de 2018 é fundamental a Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer investir no apoio técnico e administrativo do Conselho com vistas a viabilizar um melhor andamento das atividades a serem realizadas, como por exemplo: recursos humanos, impressora, ar condicionado, geladeira, reparo e reforma das instalações físicas da sede, dentre outros. Além disto, garantir a continuidade das ações do Colegiado buscando cada vez mais oportunizar o reconhecimento do papel do Conselho na elaboração de Políticas Públicas para a Educação Física, Desporto e Lazer do DF, bem como no exercício do controle social.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Neste exercício a Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer teve como principal destaque a inauguração do Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina, e continuou mantendo os outros 11 (onze) Centros Olímpicos e Paralímpicos com o objetivo de oferecer a população do Distrito Federal atendimento socioeducativo por meio da prática esportiva.
Outro grande destaque foi o aumento no número de participantes na Corrida de Reis que em 2016 foram 8.000 (oito mil), já em 2017 esse número dobrou para 16.000 (dezesseis mil), evento este, tradicional em Brasília e que apresenta grande visibilidade.
O programa Compete Brasília apresentou em 2017, grande aumento no número de atletas e paratletas beneficiados com a boa execução do programa, por meio de concessão de passagens aéreas ou terrestres. Em 2016, o Programa beneficiou 2.647 atletas, e nesse exercício beneficiou 4.438 atletas, ou seja, um aumento de 68%. Esse aumento possibilitou que Brasília estivesse representada nos mais diversos campeonatos nacionais e internacionais.
Para 2018, a SETUL, por meio da Secretaria de Adjunta de Esporte visa dar continuidade na sua missão de garantir e promover o esporte como inclusão social de crianças, jovens e adultos, em ação conjunta do Estado e da sociedade, além de apoiar o esporte amador e de alto rendimento, ao mesmo tempo que se propõe a executar políticas públicas e diretrizes para o esporte.
Sendo assim, são de extrema importância a manutenção dos 12 dos Centros Olímpicos e Paralímpico, pois os mesmos oferecem a população melhoria na qualidade de vida, além da manutenção dos demais programas como o Compete Brasília, Boleiros, Circuito de Corridas e a concessão do Bolsa Atleta, que apoiam os atletas e paratletas de diversas modalidades e auxiliam a Secretaria no cumprimento da sua missão.
Os Programas 6206 – Esportes e Grandes Eventos Esportivos, 6207 – Brasília Competitiva e 6219 – Capital Cultural foram contemplados na Lei Orçamentária Anual com 69 subtítulos, entre eles, 35 subtítulos foram destinados às Emendas Parlamentares, tendo sido inicialmente destinados 14,55% do orçamento constante na LOA para execução nesta Unidade das Emendas Parlamentares, sendo executados 14 subtítulos oriundos de Emendas Parlamentares.
Mesmo com os inúmeros atendimentos realizados e iniciativas exitosas, a SAT - Secretaria Adjunta de Turismo deixou de implementar ações expressivas que contribuam para a Promoção turística do Destino Brasília, que é uma das principais frentes que atua e que tem sido excessivamente cobrada pelos atores do mercado turístico local. Este fato é resultado de

limitações relacionadas à redução de gastos com despesas de viagens e às negativas obtidas para a realização de ações promocionais em outras localidades, o que acabou restringindo alcance de bons resultados e de impactos econômicos mais significativos, ocasionados pela vinda de mais turistas de eventos e de lazer para Brasília.

Para 2018 aquela SAT trabalhará na efetivação de parcerias junto à Sociedade Civil Organizada, por meio de Termo de Fomento ou Termo de Colaboração, visando a implementação de ações de incremento da promoção e do posicionamento de Brasília como Cidade Criativa; na revisão de ações previstas no Acordo de Cooperação Internacional, realizado em parceria com a UNESCO, focando na contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento de ações de inserção mercadológica e de inteligência comercial competitiva do Destino Brasília; na realização de parcerias, dentro do espectro do Programa Abrace o Parque, para implementação de benfeitorias e incremento da agenda turística, esportiva e cultural do Parque da Cidade; e ainda na consolidação da imagem de Brasília como Destino Criativo.

FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL - FAE – UO: 34.902

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio ao Esporte – FAE - foi constituído por meio da Lei Complementar nº 326, de 04/10/2000, com publicação no DODF em 05/10/2000, alterada pela Lei Complementar n° 861 de 11/03/2013, com publicação no DODF de 13/03/2013, regulamentado por meio do Decreto de n° 34.522, de 16/07/2013 com publicação no DODF de n° 145 de 16/07/2013. Trata -se de uma Unidade Gestora: 340902- Fundo de Apoio ao Esporte - vinculada ao órgão 34101 – Secretaria de Estado de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federa, estrutura criada pelo Decreto nº 37.141, de 29/02/2016. O FAE tem natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, tendo como objetivo o financiamento de projetos esportivos na forma estabelecida em legislação específica.

O FAE, conta em sua estrutura com o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – CONFAE – que se define como órgão colegiado de deliberação coletiva, cuja função é administrar os recursos capitalizados e recebidos pelo FAE. O FAE tem por objetivo o financiamento de projetos esportivos, na forma estabelecida em regulamento, de modo a captar e canalizar recursos para viabilizar o Programa de Apoio ao Esporte – PAE, tendo como fontes de recursos as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas e as receitas provenientes de arrecadação direta de responsabilidade da Secretaria de Esporte, com a finalidade de captar e canalizar recursos para:

1. Proporcionar a todas as camadas da população o livre acesso à prática de atividades esportivas;
2. Difundir as manifestações esportivas do Distrito Federal e apoiar os seus respectivos praticantes;
3. Promover e desenvolver o esporte amador do Distrito Federal, por meio de intercâmbio nacional e internacional;
4. Contribuir para a formação de hábitos permanentes de atividades físicas, desportivas e recreativas;
5. Tornar o produto esportivo do Distrito Federal expressivo; e
6. Propagar a informação esportiva com qualidade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF					
Comissionados sem vínculo efetivo	4				
Requisitados de órgãos do GDF					
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários					
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					
Terceirizados (FUNAP)					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar				8	8
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	0			8	8

Esclarece-se que a força de trabalho que o FAE apresenta refere-se aos oito conselheiros do CONFAE, os quais são remunerados por meio de jeton.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	**130.000,00**	**4.664.213,00**	**4.459.923,20**	**3.307.471,50**
0005 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	130.000,00	4.664.213,00	4.459.923,20	3.307.471,50
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	**2.500.000,00**	**2.500.000,00**	**902.330,00**	**902.330,00**
0006 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO-DISTRITO FEDERAL	2.500.000,00	2.500.000,00	902.330,00	902.330,00
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	**3.000.000,00**	**6.758.599,00**	**1.029.985,86**	**576.834,21**
5832 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-EDUCACIONAL OLÍMPICO E PARALIMPICO-DISTRITO FEDERAL	3.000.000,00	6.758.599,00	1.029.985,86	576.834,21
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
5764 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**974.825,00**	**5.374.825,00**	**3.566.349,43**	**2.011.983,13**
5984 - APOIO A EVENTOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	974.825,00	5.374.825,00	3.566.349,43	2.011.983,13
4091 - APOIO A PROJETOS	**3.500.000,00**	**3.500.000,00**	**0,00**	**0,00**
5844 - APOIO A PROJETOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**10.114.825,00**	**22.807.637,00**	**9.958.588,49**	**6.798.618,84**

O CONFAE em sua execução realizou uma descentralização para a Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal - SETUL no importe de R$ 8.390.000,00 (oito milhões, trezentos e noventa mil reais), sendo R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), o Projeto Compete Brasília, fonte 325. Processo 220.000.475/2017 e outros; R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), fonte 325 e de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), fonte 125, para apoiar eventos. Processos n.º 220.000.578/2017 e outros. Para a Secretaria da Cultura após o estorno parcial da descentralização realizada para a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer foi realizada a descentralização de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), também para apoiar eventos, fonte 125. Para a Secretaria de Educação no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), para apoio ao Desporto e Lazer Educacional Olímpico e Paraolímpico do Distrito Federal. Processos n.º 084.000.596/2017 e outros.

Ressalta-se, também, pagamentos da bolsa atleta paraolímpico, para atendimento em média 105 beneficiários mensalmente, durante o período de 12 meses. Processo 220.000.018/2017.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**140.000,00**	**140.000,00**	**0,00**	**0,00**
5890 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE- PLANO PILOTO .	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**120.000,00**	**120.000,00**	**0,00**	**0,00**
5219 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE- PLANO PILOTO .	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**263.710,00**	**263.710,00**	**219.828,62**	**219.828,62**
0024 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE- PLANO PILOTO .	263.710,00	263.710,00	219.828,62	219.828,62
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**523.710,00**	**523.710,00**	**219.828,62**	**219.828,62**

No decorrer deste ano foram realizado os pagamentos da gratificação do jeton, processo 220.000.131/2017, dos conselheiros do Fundo de Apoio ao Esporte, de acordo com a lei 4.585, de 13/07/2011. Esses pagamentos foram realizados no período de Janeiro a Dezembro de 2017, utilizado o recurso da ação 4220- Gestão de Recurso do Fundo. Durante esse período houve onze reuniões ordinárias (32ª, 33ª,34ª,35ª,36ª, 37ª,38ª, 39ª, 40ª, 41ª e 42ª), houve também três reuniões extraordinária (11ª, 12ª e 13ª), conforme atestado em atas. Foram realizados as principais ações pelo fundo conforme abaixo:

- Pagamento do bolsa paraolímpico
- Pagamento Jeton
- Descentralização de recursos orçamentário e financeiro para a Secretaria de Estado de Educação, com objetivo de apoiar os jogos escolares olímpicos e paraolímpicos.
- Descentralização de recursos orçamentário e financeiro para a Secretaria de Estado de Cultura, com objetivo de realizar a abertura dos jogos da juventude de 2017
- Descentralização de recursos orçamentários para a Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal – SETUL.
- Edital para emissão de Certificado de Registro Cadastral
- Discussão e elaboração do edital de chamamento público nº002/2017 de ´projetos esportivos
- Definição de crachás e certificados
- Processo de repasse financeiro para Federação de Esporte Universitário do Distrito Federal
- Processo de Certificado Digital
- Conciliação Bancária
- Reconhecimento de Dívida

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Nada a informar acerca de realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No decorrer de 2017 o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – CONFAE teve dificuldades para a realização de algumas ações em virtude de:

- Ausência de corpo técnico especializado, principalmente na área contábil e financeira;
- Morosidade no trâmite de processos internos;
- Falta de informações para subsidiar a realização de conciliação bancária;

Por outro lado, o CONFAE deu início ao processo de repasse financeiro da Federação de Esporte Universitário do Distrito Federal – FESU/DF que, após apreciação por parte da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, foi arquivado.

FUNDO DE FOMENTO À INDÚSTRIA DO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL - FITUR – UO: 34.903

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal, criado pela Lei nº 3.982, de 25/04/2007, teve seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 34.660, de 12 de setembro de 2013. São objetivos do FITUR/DF:

I - incentivo a projetos, encaminhados pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal - CONDETUR/DF, nos diversos campos do turismo;

II – preservar as condições de uso e criação de espaços turísticos;

III - promover e divulgar o turismo;

IV - criar e enriquecer o acervo turístico do Distrito Federal;

V - aplicar recursos em bolsas de estudo para aperfeiçoamento, na área do turismo, dos servidores do quadro efetivo de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF;

VI – fornecer auxílios, totais ou parciais, à aquisição de mercadorias ou de bens destinados ao cumprimento da política de desenvolvimento do turismo, observando a legislação vigente;

VII - manter instalações e equipamentos destinados ao turismo;

VIII – preservar o patrimônio turístico;

IX - remunera, observada a legislação pertinente, serviços voltados para o cumprimento da política de desenvolvimento do turismo.

Os recursos do FITUR/DF deverão ser aplicados mediante apresentação de projeto, de acordo com a Lei nº 3.982, de 27 de abril de 2007, em:

I - incentivo a projetos, encaminhados pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF, nos diversos campos do turismo;

II - preservação das condições de uso e criação de espaços turísticos;

III - promoção e divulgação do turismo, incluindo-se:

a) concessão de prêmios, observada a legislação vigente, em concursos de ampla participação popular promovidos pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF;

b) ações que fortaleçam a captação de eventos por meio de materiais específicos;

c) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore fora do Distrito Federal;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;

IV - criação e enriquecimento do acervo turístico do Distrito Federal, incluindo-se:

a) realização de missões culturais e técnicas no País e no exterior, inclusive com o fornecimento de passagens;

b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

c) contratação de serviços para publicações de periódicos especializados;

V - bolsas de estudo para aperfeiçoamento, na área do turismo, dos servidores do quadro efetivo de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF, incluindo a instalação e manutenção de cursos de caráter turístico, destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área do turismo, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

VI - auxílios, totais ou parciais, à aquisição de mercadorias ou bens destinados ao cumprimento da política de desenvolvimento do turismo;

VII - manutenção de instalações e equipamentos destinados ao turismo;

VIII - preservação do patrimônio turístico;

IX - remuneração, observada a legislação pertinente, de serviços voltados para o cumprimento da política de desenvolvimento do turismo.

O conselho de Administração do FITUR/DF é órgão de deliberação coletiva, composto pelos seguintes membros:

I - do Poder Público do Distrito Federal:

a) o Secretário de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, que o presidirá;

b) o Subsecretário de Políticas de Turismo, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal;

c) o Subsecretário de Infraestrutura Turística, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal;

II - do setor produtivo do turismo do Distrito Federal:

a) um representante do Brasília e Região Convention & Visitors Bureau;

b) um representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH/DF;

c) um representante da Associação Brasiliense das Agências de Receptivo – ABARE/DF.

FORÇA DE TRABALHO

O FITUR não dispõe de quadro de pessoal próprio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**251.826,00**	**251.826,00**	**0,00**	**0,00**
3206 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-FITUR-DISTRITO FEDERAL	251.826,00	251.826,00	0,00	0,00
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**200.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**
0025 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FITUR-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**451.826,00**	**451.826,00**	**0,00**	**0,00**

O Fundo de Fomento à Industria do Turismo – FITUR/DF está em situação regular, com dotação orçamentária do tesouro do DF no valor de R$ 451.826,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais), (posição em Dez/2017). Esta receita é proveniente da cota sobre arrecadação de ICMS referente ao fornecimento de bebidas e refeições nos bares e restaurantes de Brasília. Contudo, não houve execução orçamentária e financeira no Fundo neste exercício.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (FITUR/DF) foi criado pela Lei nº 3.982, de 25 de abril de 2007 e destina-se a "**prover recursos às atividades de promoção do turismo no Distrito Federal**". Por diversas ocasiões a execução do FITUR foi tema de discussões, sobretudo com as associações e entidades que compõem o CONDETUR – Conselho de Desenvolvimento do Turismo no DF, composto por representantes da cadeia produtiva do turismo, empreendedores cujos interesses convergem para a finalidade do FITUR. Entretanto, de acordo com as tratativas junto aos interessados, o Regimento do FITUR, ora vigente, não atende às condições da maioria das empresas e de empreendedores individuais do setor, razão de não ter havido execução orçamentária e financeira em 2016 e 2017.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (FITUR/DF) foi criado pela Lei nº 3.982, de 25 de abril de 2007 e destina-se a "prover recursos às atividades de promoção do turismo no Distrito Federal".

Por diversas ocasiões a execução do FITUR foi tema de discussões, sobretudo com as associações e entidades que compõem o CONDETUR – Conselho de Desenvolvimento do Turismo no DF, composto por representantes da cadeia produtiva do turismo, empreendedores cujos interesses convergem para a finalidade do Fundo. Entretanto, de acordo com as tratativas junto aos interessados, o Regimento do FITUR, ainda vigente, não atende às condições da maioria das empresas e de empreendedores individuais do setor, razão de não haver sido executado em anos e gestões pregressas.

Nessas condições, buscou-se por meio de uma câmara temática, criada especificamente para tratar o assunto, no âmbito do CONDETUR, um consenso sobre a reformulação do Regimento Interno do FITUR, de modo a se estabelecer critérios de acesso aos recursos, considerando a situação dos empreendedores e em conformidade com a legislação vigente.

Foi realizada, em 22 de novembro de 2016, reunião com lideranças de associações representativas da atividade turística, integrantes do CONDETUR, para que seja composto o novo Conselho de Administração do FITUR, visando dar continuidade e necessária celeridade à efetiva operacionalização do Fundo.

Em 2017 a Câmara Temática se reuniu com vistas à reformulação do Regimento Interno, em que nomeia um novo Conselho Administrativo e também estabelece as novas diretrizes que normatizam os recursos do FITUR, que se dá por intermédio da publicação do Decreto. No entanto, o mesmo não foi publicado no exercício de 2017.

Em razão dessas alterações, cujos encaminhamentos estão em prossecução, não houve execução orçamentária no ano de 2017. Com a publicação do Decreto, espera-se iniciar a execução do orçamento para o FITUR.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – UO: 44.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 27.591 de 01/01/2007, cuja estrutura administrativa foi modificada pelos Decretos nº 32.716 de 01 de janeiro de 2011, 33.185 de 06 de setembro de 2011, 34.320 de 26 de abril de 2013, 36.236 de 01 de janeiro de 2015 e 37.032 de 30 de dezembro de 2015, é órgão de assistência direta e imediata ao Governador do Distrito Federal, e tem por finalidade básica a promoção do pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, mediante ação integrada entre o Governo do Distrito Federal e a sociedade, competindo-lhe:

a) definir diretrizes para a política governamental, bem como a coordenação de sua execução nas áreas da proteção, da defesa, educação e orientação ao consumidor, da defesa dos direitos da cidadania;

b) promover o relacionamento administrativo com os órgãos do Poder Judiciário;

c) integrar ações com órgãos afins nos níveis federal, estadual, distrital, municipal e comunitário, visando à captação de recursos para o desenvolvimento de seus programas e o cumprimento de dispositivos institucionais;

d) estabelecer as diretrizes e a proposição da política sobre drogas no Distrito Federal;

e) viabilizar e executar a política de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor no Distrito Federal, bem como promover sua divulgação;

f) promover a modernização do atendimento imediato ao cidadão;

g) promover assistência aos dependentes químicos e enfrentamento às drogas;

h) promover a articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais que garantem plena cidadania às vítimas ou testemunhas ameaçadas;

i) promover políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas;

j) contribuir para a ressocialização de sentenciados, com reinserção no mercado de trabalho, na sociedade e na família, por meio de ações educativas, de formação e capacitação profissional e colocacação no mercado de trabalho, contribuindo para uma mudança de vida;

k) desenvolver outras atividades correlatas.

Missão: Promover a justiça social e a defesa dos direitos humanos garantindo a cidadania da população no Distrito Federal.

Visão: Ser referência na promoção, proteção, defesa dos direitos humanos, justiça e inclusão social para a consolidação da cidadania.

Valores: Inovação, Comprometimento, Transparência, Integração, Ética, Excelência e Acolhimento.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	20	39	13	253	325
Comissionados sem vínculo efetivo	93	0	61	0	154
Requisitados de órgãos do GDF	15	1	25	294	335
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	6	6
Estagiários	0	23	0	39	62
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	3	0	19	22
Terceirizados (FUNAP)	0	36	0	0	36
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	128	102	99	611	940
(-) Cedidos para outros órgãos	28	4	5	5	42
Total Geral	100	98	94	606	898

De acordo com o Memorando nº 003/2018 - DIGEP/SEJUS, não é possível informar se os servidores cedidos para outros órgãos (com cargo em comissão) estão exercendo suas atividades nas áreas meio ou fim, razão pela qual preenchemos apenas a coluna dos totais para este item.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	**23.100.000,00**	**12.877.241,04**	**12.866.342,32**	**8.689.619,37**
0004 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	23.100.000,00	12.877.241,04	12.866.342,32	8.689.619,37
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	**11.293.772,00**	**37.258,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	5.510.000,00	37.258,00	0,00	0,00
0001 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - NA HORA ONLINE-DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA-AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA ITINERANTE-DISTRITO FEDERAL	783.772,00	0,00	0,00	0,00
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**1.512.035,00**	**876.475,00**	**701.741,21**	**473.375,95**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	1.512.035,00	876.475,00	701.741,21	473.375,95
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA-AMPLIAÇÃO DO ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA - SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9807 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-IMPLANTAÇÃO DE AUDITORIO - SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	**10.641.088,00**	**75.662.370,00**	**6.813.966,18**	**6.813.966,18**
0001 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP--DISTRITO FEDERAL	10.641.088,00	75.662.370,00	6.813.966,18	6.813.966,18
2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	**500.000,00**	**505.325,00**	**505.322,59**	**505.322,59**
7080 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	505.325,00	505.322,59	505.322,59
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	**2.051.000,00**	**21.508,00**	**6.868,00**	**6.868,00**
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA--DISTRITO FEDERAL	610.000,00	3,00	0,00	0,00
0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-APOIO ÀS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	540.000,00	3,00	0,00	0,00
0003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-APOIO ÀS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E CIDADADNIA-DISTRITO FEDERAL	601.000,00	21.501,00	6.868,00	6.868,00
0005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS POSTOS NA HORA NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	1,00	0,00	0,00
2782 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	**940.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL-IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINSERÇÃO SOCIAL E DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS ILÍCITAS-DISTRITO FEDERAL	940.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**50.287.895,00**	**89.980.177,04**	**20.894.240,30**	**16.489.152,09**

Durante o exercício/2017 foram realizados chamamentos públicos nas cidades de Sobradinho, Riacho Fundo, Guará e Setor de Postos e Motéis Sul, com visas à implantação de unidades do NA HORA. Como não houve propostas para Sobradinho, buscou-se parceria com a Secretaria de Estado de Fazenda por meio de cessão de um imóvel da SEF naquela região administrativa. O processo de cessão encontra-se em fase de finalização.

Os chamamentos para o Riacho Fundo e as visitas aos imóveis estão em curso com o acompanhamento da Comissão designada para este fim. O objetivo é encontrar um imóvel que melhor se adeque às necessidades de implantação de mais uma unidade de atendimento do NA HORA. Para 2017 também estava prevista a inauguração da Unidade Aeroporto, porém, as adequações do espaço não foram iniciadas, o que inviabilizou a inauguração.

A fim de manter a padronização visual e a distinção dos funcionários em relação ao público atendido nos postos do NA HORA, a Secretaria de Justiça e Cidadania apostou para aquisição de novos uniformes. Os autos encontram-se atualmente na Gerência de Aquisições, Projetos Básicos e Acompanhamento de Atas da Secretaria. Ressalte-se que para modernizar as

atividades e tornar mais eficiente o atendimento nas unidades, a SEJUS realizou as seguintes mudanças nos postos:

Unidade Rodoviária: Visando aumentar o espaço do posto da CAESB, a Ouvidoria do GDF foi instalada próxima à entrada da unidade. Os postos da SEJUS, DPU, PROCON e Ouvidoria do CBMDF foram remanejados dentro da própria unidade e o posto da Defensoria Pública do Distrito Federal foi desativado.

Unidade Taguatinga: No sentido de melhorar a comodidade dos cidadãos, a sala de espera da entrada foi expandida com o remanejamento nos espaços dos órgãos próximos à entrada da unidade de Taguatinga. O espaço antes ocupado pela Conveniência BRB foi reformado para ocupação dos Correios que iniciaram suas atividades na Unidade em 04 de setembro de 2017. Foram desativados os postos da SETRAB e da AGEFIS.

Unidade Ceilândia: Foram realizadas mudanças internas para readequação dos espaços dos órgãos após a saída da CODHAB/SEDUMA e da inclusão de postos do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e dos Correios.

Unidade Gama: Os Correios ocuparam um posto na unidade para a prestação dos serviços de banco postal, emissão de CPF e despacho de correspondências.

Unidade Riacho Fundo: Foi feito um recuo no auditório para aumentar o espaço da recepção e, com a desativação do posto da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, criou-se um espaço para a instalação de um autoatendimento da Secretaria de Educação com serviço de matrículas – durante os meses de outubro e novembro de 2017. No mesmo período foi instalado o posto de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego com a oferta de serviços de emissão de seguro desemprego, recurso de seguro desemprego, emissão de CTPS a pronta-entrega, de CAGED, de CNIS e alteração de Carteira Manual (Fábrica de CTPS, das regiões: Riacho Fundo 2, Cidade Estrutural e Guará).

Nesta mesma Unidade também foi instalado um posto da SEJUS para o recebimento e encaminhamento de documentação de casais interessados no projeto Casamento Comunitário. Mas como este serviço tem inscrições limitadas e restringe-se aos períodos dos eventos, o espaço para esta atividade é reservado conforme a necessidade de uso.

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/SEJUS, objeto do emprego de mão de obra não especializada de 55 sentenciados oriundos do sistema prisional do Distrito Federal, teve suas atividades finalizadas em 2017 com a força de trabalho de 36 presos e manteve a política de promover a reintegração social e a ressocialização do sentenciado, bem como, de fortalecimento das ações de apoio à sua família. Para 2018, deseja-se a expansão do quantitativo de mão de obra, na conformidade da demandada da Secretaria de Justiça e Cidadania.

A SEJUS também deu seguimento à construção de 4 (quatro) unidades prisionais de detenção provisória (CDP1, CDP2, CDP3 e CDP4 - executado no Complexo da Papuda), iniciada em 2016. A obra, objeto do Convênio nº 787.683, propiciará a criação de mais 3.200 vagas para o sistema penitenciário do DF. Considerando-se que se encontra paralisada, desde maio de 2017, por desmobilização unilateral da empresa, e considerando ainda que a NOVACAP apontou inconformidades que podem ocasionar alterações nas medições da execução da obra, a SEJUS aguarda manifestação nos Autos de Apuração a fim de manter o regular andamento processual.

Nos casos associados à proteção de vítimas, testemunhas e familiares, antes geridos pelo PROVITA/SEJUS, informe-se que foram federalizados em agosto de 2016 quando passou à responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos – SDH, do Ministério da Justiça e Cidadania. Deste modo, a Secretaria de Justiça e Cidadania passou à triagem dos casos para encaminhamentos àquele Ministério.

O setor do Programa de Proteção às Vítimas, Testemunhas e Familiares do Distrito Federal – CONDEL/DF apresentou, em 2017, novo projeto de planejamento de execução para retomada das atividades do PROVITA/DF e sugeriu modelos mais viáveis de convênios, entretanto, em razão de constantes alternâncias de gestão, não foi possível nomear o presidente do Conselho Deliberativo nem tampouco, firmar convênios.

A SEJUS desenvolveu ações para a manutenção das atividades da justiça e cidadania por meio do Mutirão da Criança, do Mutirão de Cidadania e do Casamento Comunitário. As duas edições do Mutirão da Criança, ocorridas em Ceilândia e Paranoá, foram selecionadas para estas regiões administrativas por se tratarem de áreas de alta vulnerabilidade social e pelo fato de os Núcleos do PRÓ-VÍTIMA destas cidades serem os mais demandados do Distrito Federal.

A ação continuada, que conta com a parceria de entidades/órgãos públicos e de representantes da iniciativa privada, reúne atividades de lazer (campeonatos esportivos e gincanas) de cultura (exposições oficinas de incentivo à leitura, projetos musicais, parcerias com companhias de teatro) e de saúde (com consultorias e atendimentos especializados nas áreas de psicologia, oftalmologia, fonoaudiologia, assistência social, etc.

A distribuição de material informativo e as atividades desenvolvidas com as crianças ao longo do exercício tiveram enfoque na prevenção de doenças, do uso e abuso de drogas e na prevenção a todas as formas de violência, que também incluíram o combate ao tráfico de pessoas. Os dois Mutirões da Criança totalizaram uma média de 3 mil atendimentos, entre atividades no local e distribuição de material informativo.



MUTIRÃO DA CRIANÇA - CEILÂNDIA	
PARCEIROS	AÇÃO DESENVOLVIDA
Administração Regional	Parceria
Odonto Clínica Popular P Norte	Aplicação de Flúor e Orientação
Prof. Nilva Monteiro	Contação de Histórias
Grupo Teatral H2O	Apresentação de Teatro
SESI	Oficina De Bicicletas
DETRAN	Distribuição de Kits e Informativos
Comércio Local	Doações
Ideal Empreendimentos	Brinquedos Infláveis
SECRIA	Massoterapia
Clínica RM - Grupo Alados e Sem Fronteira	Batuque
Fonoaudióloga Flávia Milene	Atendimento Fonoaudiólogico
DETRAN	Kit De Jogos + Minicidade
Nicolândia	40 Passaportes
PROERD/PMDF	Palestra
IESB Oeste	Orientação Jurídica
ESCS-FEPECS	Ações Na Área Da Saúde
Fábrica Social	Bolas

Via Oftalmocenter	Vales Consultas
Comercial Paulista	Doações
Embaixada de Israel no Brasil	Doações
Nutricionista Patrícia Muniz	Orientação
CBMDF	"Bombeiro Nas Quadras"
Ascabum - Grupo de Percussão	Apresentação Musical
Marcílio Tendas	Empréstimo de Tendas
May Maquiadora	Maquiagem

MUTIRÃO DA CRIANÇA - PARANOÁ	
PARCEIROS	AÇÃO DESENVOLVIDA
Instituto Mix	Corte De Cabelo
CBMDF	"Bombeiro Nas Quadras"
Escola de Música	Apresentação Musical
CAESB	Fornecimento De Água
PROERD/PMDF	Palestra
Açaí do Japa	Doação De Açaí
CAP's – Maluco Voador	Apresentação Musical
Primeira Igreja Batista	Oficina De Teatro
Laboratório Exame	Realização De Exames
Prof. Nilva Monteiro	Contação De Histórias
DETRAN	Distribuição de Kits e Informativos
Comércio Local	Doações
SESI	Oficina de Bicicletas
Administração Regional	Parceria
Hipermercado JL	Doação de Lanches
Kenia	Doação de Lanches
Via Oftalmocenter	Vales Consultas
SECULT	Mala do Livro
Fábrica Social	Doação de bolas
Comercial Paulista	Doações
Embaixada de Israel no Brasil	Doações
Martinha do Côco	Apresentação Musical

O projeto Mutirão da Cidadania da SEJUS desenvolveu ações sociais em parceria com órgãos públicos, entidades privadas e representantes da sociedade civil com o objetivo de assegurar o direito à cidadania. Em 2017, o projeto chegou em duas cidades, sendo que a 5ª edição foi levada ao Araponga – Planaltina/DF e a 6ª, à Cidade Estrutural.

Ambas as cidades foram beneficiadas pela prestação de serviços de atendimento odontológico (cirurgias e ações profiláticas), atendimento médico (aferição de pressão; dosagem glicêmica e de colesterol capilar, consultas voltadas para a saúde da mulher, do idoso e para o crescimento e desenvolvimento infantil), atendimento jurídico (consultoria para defesa dos direitos do consumidor) e de beleza (cortes de cabelo etc).

Além disso, a Secretaria de Justiça e Cidadania também promoveu orientações voltadas para a prevenção ao uso de drogas e substâncias psicoativas, ao enfretamento da violência e ao tráfico de pessoas por meio de palestras e distribuição de material informativo. As duas edições alcançaram uma marca de aproximadamente vinte e três mil atendimentos, com 14 mil na cidade de Arapoanga e 9 mil na Cidade Estrutural:



Mutirão de Cidadania em Arapoanga/Planaltina



Mutirão de Cidadania - Cidade Estrutural/DF - Exames de medição de Glicose

PARCEIROS	FORNECIMENTOS
3 CORAÇÕES	Café e suco para a população - ponto de energia.
ADASA	A responsável para sanar as dúvidas da população a respeito das competências da ADASA.
ADM. REG. PLANALTINA	Carro de som para anunciar evento, 2 pula-pulas, ping pong e oferta de uma média de 30 voluntários para ajudar na logística.
AERONÁUTICA	Caminhão de Odontologia contendo 2 consultórios dentários e 4 salas com consultório portátil (extração e outros atendimentos).
ARQUIVO PÚBLICO	Disponibilização da Exposição" Lucio Costa: Brasília - A Cidade que Inventei", que apresenta rabiscos, frases e desenhos do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, além de fotos da construção da cidade na década de 1950.
BRB	Oferta de palestras:· O que fazer para sair do endividamento?· Como fazer o Planejamento Financeiro Pessoal?
CAESB	Água e demandas voltadas atendimento com uma van itinerante com 6 servidores para atendimento.
CBMDF	Disponibilidade da viatura tipo AEM (Auto Escada Mecânica) para simulação de retirada de vítimas em prédios com mais de 55 (cinquenta e cinco) metros de altura; 04 (quatro) viaturas de grande porte (01 ABT – Auto Bomba Tanque, 01 ASE - Auto Serviço Emergencial, 01 AR – Auto Resgate e 01 ABTF – Auto Bomba Tanque Florestal, disponibilização de 01 tenda com ponto de energia e 02 mesas com 10 cadeiras para a exposição de materiais e equipamentos, voltados para o atendimento ao público visitante.
CEASA	Banco de Alimentos com 3 pessoas e uma van adesivada com a marca da Ceasa e do Programa Desperdício Zero – PDZ.Estaremos fazendo a distribuição de material publicitário do Banco de Alimentos com ênfase no Programa Desperdício Zero – PDZ e dando orientações sobre os métodos utilizados para atingirmos a meta de 100% de aproveitamento dos alimentos contribuindo, assim, para evitar o desperdício, a fome e a poluição do meio ambiente.
CEB	Atendimento a clientes, distribuição de folderes com orientações sobre "Segurança na Rede Elétrica" e "Economia de Energia" e troca de lâmpadas. Disponibilidade de 2 computadores e uma impressora para atendimento ao cliente, e 10 servidores para apoio das atividades.
CODHAB	Um balcão de informações sobre o Cadastro Habitacional do DF, com 05 funcionários para dar suporte ao evento.
CORREIOS	Montagem do stand itinerante do Projeto ECOPostal formado com peças feitas de material reciclado de malotes e bolsas. Oferta de um totem de fotos instantâneas onde os participantes registraram sua presença no evento. Mesa interativa com jogos e informações institucionais. Divulgação dos serviços Correios Celular (com panfletagem), Banco Postal e Carta Social. Confirmação de presença de atleta da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos.
CRODF	Orientação à população sobre os cuidados com a higiene bucal; palestras com distribuição de folderes e teatro. Solicitação de duas salas próximas aos escovódromos do SESC para distribuição de kit de higiene bucal.
DEFESA CIVIL	Orientação ao publico sobre assuntos afetos à Defesa Civil.
DETRAN	Campanha educativa e controle do tráfego.
DFTRANS	Informações e esclarecimento acerca do Passe Livre Estudantil e Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC/DF.
DPDF	Assistência jurídica, com van equipada para Atendimento Itinerante.
DR. DA PERCUSSÃO	Música ao vivo – disponibilização de equipamento de som.
EMATER	Informações sobre horta doméstica, aproveitamento de alimentos, saneamento e cuidados com a saúde com repasse de impressos.
EMBELEZZE	Barbearia e design de sobrancelha.
FABRICA SOCIAL	Montagem de stand com os produtos confeccionados pelos aluno e dois funcionários para prestar informações do programa.
FIBRA	SENAI e SESI: kit de oficina de bicicleta e SESI; fornecimento de 600 refeições e 600 kits lanches.
FUNAP	Mutirão da Cidadania com serviços voltados ao atendimento psicossocial com foco no público assistido pela entidade (pessoas presas e egressas do sistema prisional, bem como seus familiares). Encaminhamentos do público assistido às redes sócio assistenciais mais próximas. Esclarecimento de dúvidas gerais à comunidade e aos

	demais interessados acerca do trabalho que é realizado pela Fundação em prol da reintegração social dos presos.
HEMOCENTRO	Plantão de dúvidas sobre doação de sangue e distribuição de material informativo.
METRO	Orientação aos usuários.
NOVACAP	Responsável pela infraestrutura interna e externa – estacionamento.
OAB	Orientações jurídicas.
OTICA DINIZ	Confecção de 30 óculos para os alunos da Escola Classe nº 02.
OUVIDORIA GDF	Registro das demandas do Governo do Distrito Federal.
PCDF	Atendimento especializado para a mulher.
PROCON	Orientações sobre o direito do consumidor.
SAMU-DF	Suporte de unidade móvel.
SAUDE	Oferta de serviços estruturados de verificação do calendário vacinal e vacinação. Ofertar de atividades socioeducativas e serviços no âmbito da promoção de saúde e das práticas integrativas e complementares em saúde. Oferta de consultas oftalmológicas de acordo com a demandada de crianças e jovens estudantes da rede de ensino do Distrito Federal.
SEC.ESPORTE	Parceria com a Secretaria de Educação para atividades de lazer.
SECRIANÇA	Orientações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
CRAS	O CRAS Araponga/DF estará realizando a isenção de taxa de segunda via de RG e consulta do beneficio do Bolsa Família.
SETRAB	Emissão de Carteira de Trabalho; cadastro e encaminhamento para vagas de emprego; e agendamento no site da Agência Virtual para atendimento aos trabalhadores nas Agências do Trabalhador e relacionadas à pauta.
SEE	Lazer para as crianças e comunidade.
SEFAZ	Prestação de informações sobre tributos de competência do DF, mais especificamente sobre os tributos diretos (IPTU, IPVA, ITBI, ITCMD); benefícios fiscais (isenção, remissão, não incidência); e Nota legal.
SUBJUSPRED	Orientação quanto à prevenção de substâncias Psicoativas – SPA; orientação sobre procedimentos para enfretamento à violência e entrega de panfletos e orientação sobre o tráfico de pessoas e campanhas.
SEMOB	Dinâmica sobre Mobilidade Ativa uma metodologia que tem como objetivo o mapeamento participativo de rotas cicloviárias e de rotas a pé.
SESC	Escovódramos e orientações de tabagismo, hipertensão etc.
SESIPE	Levará exposição de armas e orientação ao publico sobre o presidio.
SLU	Demandas junto à Administração Regional de Planaltina.
SSP	Oferta de brinquedos: pula, pula/totó; Projeto Picasso Não Pichava; e organização da segurança sob a responsabilidade do SIOSP.
SSP/SIOSP	Monitoramento do local.
SSP/SUSEC	Oferta de duas mesas de pebolim (totó); duas mesas de ping-pong; uma cama elástica (pula pula). Montagem de stand do Conselho Comunitário de Segurança de Planaltina - CONSEG/PLANALTINA para receber demandas de segurança local. Distribuição de urnas no ambiente para a coleta das demandas. O CONSEG/PLANALTINA também colaborou com a divulgação do evento em rádios comunitárias e junto às redes sociais.
TCB	Apoio de transporte aos voluntários.
TERRACAP	Oferta de veículos leves, vans, caminhões e máquinas pesadas para apoio necessário ao evento, bem como, de alimentação.
UNICEUB	Enfermagem – atendimentos de aferição de pressão;Biomedicina – dosagens de glicemia e de colesterol capilar;Medicina – consultas de crescimento e desenvolvimento infantil;Direito – atendimento jurídico para defesa dos direitos dos consumidores;Jornalismo – cobertura jornalística pelos alunos da agência de notícias do UNICEUB.
PROSPERA	Ações voltadas para o pequeno empreendedor.
JUNTA MILITAR	Orientações sobre o alistamento militar.

Outro projeto da Secretaria é o Casamento Comunitário que se constitui em uma política pública de regularização do estado civil de casais hipossuficientes que já vivem em união estável ou não e que almejam realizar o rito como forma de promover a proteção da família. O projeto pretende-se como instrumento de geração de direitos em relação aos efeitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários do casal, revela-se como experiência de inclusão social por garantir facilidade no trâmite e custas dos processos relativas à oficialização e à cerimônia, e concorre para o cumprimento do art. 226, §3º da Constituição Federal que preconiza ser do Estado o papel de facilitar a conversão das uniões em casamento, para fins de proteção familiar.

Em 2017, a Secretaria de Justiça e Cidadania realizou duas edições do projeto. A 15ª edição (com 63 casamentos e 2 mil convidados) aconteceu no Centro de Convenções Ulisses Guimarães e contou com a participação de diversos parceiros de entidades privadas e representantes da sociedade civil como casas de festa, salões de beleza, casas de decoração, lojas de vestido de noiva, fotografia, sorteio de estadias em hotéis de Brasília etc. As parcerias repetiram-se na 16ª edição e o evento ocorreu no Estádio Mané Garrincha, com saldo de 62 casamentos e 900 convidados.



Casamento Comunitário - Estádio Mané Garrincha



Casamento Comunitário – Centro de Convenções Ulisses Guimarães

EMPRESA/ÓRGÃO	SERVIÇO
ANOREG(cartórios)	Cartórios e taxas
Ana Prado Noivas	Vestidos de Noiva
BAMBINA PANIFICAÇÃO	Coffee Break para o café da manhã da Reunião Estratégica
PMDF	Batedores para translado
BGR - João Lucas	Sonorização
Brasal Refrigerantes	Refrigerantes para o encerramento do evento
BioExtratus	Brindes
Casa do Alfaiate	Ternos
Casa do Chocolate	Barra de cereais
Comando 7° Distrito Naval – Marinha do Brasil	Alabardeiros
Davi Ramiro Assessoria Musical	Banda de música
Sedestmidht – Restaurantes Comunitários	Almoço
Diga X Brasília	Celular Gigante
Fernanda Domareski	Cerimonialista
Grupo Perboni	frutas café da manhã noivas
Hacsa Novais	Decoração
IESB	Fotografia

EMPRESA/ÓRGÃO	SERVIÇO
Instituto Embelleze (Unidade Tag e Ceilândia)	cabelo e Make-up
Instituto Mulher Mais	Arrumar 15 noivas e 4 daminhas
Maison Givanchyr	Mobiliário
Maria Alves Rodrigues	Juízas de Paz
Maria Amélia - Doces e Bolos	Maquetes e 80 mini bolos
Maria Flor Decorações	Ornamentação.
Raab Simões e Francisco	Mestres de cerimonia
Mil Fogos	Chuva de Prata
PCDF	Gerador
Phoenix Brigadistas	Serviço de brigadistas
PROMODEF(Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência)	Intérpretes de libras
Restaurante e Pizzaria São Paulo	Brindes
RDC Eventos	03 diárias
Revista CASAR FESTAS	Publicidade
Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer	Auditório Master e 160 cadeiras para reunião estratégica com os noivos
Silvia Araújo - Cabelo e Maquiagem	Vestidos de noiva
STEC- Serviço Transporte	Translado noivas
Vera Shirley Ferreira	Juizas de Paz
Viva Ares	Perfumes de Brinde para os noivos
André Design	Placa para daminhas
Suellen Alves	75 Buques
Transplantas	Ornamentação

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	**100.000,00**	**7.864,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	7.864,00	0,00	0,00
4122 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA	**128.300,00**	**371,62**	**0,00**	**0,00**
0001 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	128.300,00	371,62	0,00	0,00
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**228.300,00**	**8.235,62**	**0,00**	**0,00**

Em 2017 a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania promoveu diversas ações conjuntas de combate ao tráfico de pessoas e à violência, de erradicação do trabalho escravo e de atenção aos migrantes e refugiados em situação de risco. Com o objetivo de democratizar o acesso a informações destes temas, a SEJUS estabeleceu convênios e termos de cooperação com órgãos públicos estaduais e federais e promoveu parcerias com o auxílio de conferências, simpósios, oficinas, palestras e a distribuição de material impresso voltadas para públicos de universidades, de associações de bairro, do setor hoteleiro do DF e da sociedade civil em geral.

Representantes da Secretaria participaram de audiências públicas relativas às diretrizes nacionais do feminicídio, ao crime de tráfico de pessoas e audiências concernentes ao sistema socioeducativo. Além disso, realizou capacitações voltadas para os Conselheiros Tutelares do

Distrito Federal e para os profissionais do Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência no DF.

Entre as atividades fixadas no calendário da SEJUS relativas à temática do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – ETP, destacamos:
Participação nas 10 (dez) reuniões mensais do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
Realização do projeto Valorize a Vida, com foco na prevenção dos festejos do Carnaval/2017.
Ação de prevenção ao Dia Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo realizada na Feira dos Importados em parceria com Ministério do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal, Instituto de Migração e Direitos Humanos
Capacitação de 150 Conselheiros Tutelares do Distrito Federal.
Realização da Oficina Nacional Mobilidade Humana, Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo.
Organização de palestras preventivas sobre tráfico humano, de órgãos e exploração sexual para crianças da Escola Classe 1 e do Centro de Ensino 1 - Cidade Estrutural e para alunos do curso de assist. social da Faculdade Projeção.
Capacitação voltada para os profissionais do Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência no DF – PAVS em parceria com a Secretaria Estado de Saúde.
Apresentações sobre ETP voltadas para os associados da ABIH-DF e para os profissionais da Agência do Trabalhador de diversas regiões administrativas do Distrito Federal.
Realização de projeto entre a SEJUS e o IFB que envolve trabalhos de pesquisas e extensão, consultorias, visitas técnicas, aulas de português p/ migrantes e cursos via PRONATEC com a intenção de firmar acordo de coop. técnica.
Recepção da comissão da Comunhão Anglicana, do Exército da Salvação Global e da Caritas Internacional Vaticano e participações no 2º Simpósio Distrital da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento. ao Tráfico de Pessoas
I Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes no Rio de Janeiro, promovido pelo Ministério da Justiça e UNODC
13ª Reunião Técnica da Rede Nacional de Núcleos de ETP e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante; na Comissão Organizadora para a Implementação da Política Distrital de Migrações, da Casa Civil com vistas à discussão da minuta e da programação do encontro popular Movimento de Imigrantes, Refugiados, Exilados e Apátridas
I Congresso Internacional em Direitos Humanos e Cidadania, realizado pela Universidade de Brasília – UNB, no XIII Encontro Nacional da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados
Campanha Coração Azul com a realização de palestra para 50 jovens da Unidade de Internação de São Sebastião, no seminário Em Defesa do Conceito de Trabalho Escravo: Aspectos Jurídicos e Implementação das Políticas realizado em parceria com o Ministério da Justiça
Projeto Vez e Voz realizado no Colégio Estadual Paulo Freire em Águas Lindas/GO, por meio de oficina de ETP
Reunião Técnica de Consolidação da II Política e Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizada no auditório da SEJUS
II Simpósio Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – realizado pelo Glo.ACT Brasil e pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania. Durante o Exercício/2017 foram distribuídos cerca de nove mil cartilhas e folders informativos, e as ações promovidas pela SEJUS, bem como, as participações e as parcerias fechadas atingiram cerca de três mil e quinhentas pessoas, diretamente.
Solenidade de abertura da Semana Nacional de Mobilização pelo Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Distrito Federal, realizada na Rodoviária do Plano Piloto.
Exposição do Projeto Gift Box, de Goiânia, no Aeroporto Internacional JK de Brasília na Semana de Mobilização de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de 28 a 31 de julho de 2017.
III Simpósio Distrital da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento Tráfico de Pessoas, em 26 e 27/07/2017, na UPIS, organizado pela SEJUS e Comitê Distrital de ETP.

Por meio do Programa de Apoio às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA, a Secretaria de Justiça e Cidadania também realizou ações voltadas para o combate à violência com o Projeto Pedala pra

Vida no Tagua Parque (ênfase na promoção da cultura da paz e incentivo à busca de qualidade de vida por meio da prática esportiva); com o Projeto Escola Compartilhada (realização de palestras sobre a importância do amparo às vítimas de violência e sobre as formas de recorrer ao atendimento prestado pelo Programa); com o Projeto Dia da Não Violência realizado na Estação Metrô Rodoviária (ações preventivas de combate à violência com a distribuição de cartilhas com orientação jurídica, psicológica e de assistência social); com o Pró-Vítima nas Escolas (realização de palestras voltadas para o público de escolas de ensino fundamental, médio e de universidades sobre o combate à violência contra a mulher, à violência associada ao uso de drogas, à violência doméstica e a outras formas de violência).

O Programa conta ainda com **5 postos** descentralizados de atendimento jurídico, psicológico e de assistência social a vítimas de violência que atualmente funcionam nas cidades de Ceilândia, Guará, Asa Sul, SAAN e Paranoá. A abrangência dos cinco postos, em termos quantitativos, é da ordem de aproximadamente 2.060 atendimentos por ano. Por meio de termos de cooperação com o SABIN, os postos também receberam brinquedotecas com o fim de proporcionar um espaço diferenciado de atendimento a crianças vítimas de violência.

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**275.000,00**	**408.625,00**	**391.727,39**	**391.727,39**
0009 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CONEN-DISTRITO FEDERAL	245.000,00	408.624,00	391.727,39	391.727,39
0010 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CONDEL-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	1,00	0,00	0,00
2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINSERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	**940.000,00**	**2.078.059,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINSERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS-IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA AME MAS NÃO SOFRA - SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	940.000,00	2.078.059,00	0,00	0,00
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-APOIO ÀS ATIVIDADES DA CASA DE JUSTIÇA DE CEILÂNDIA-REGIÃO IX - CEILÂNDIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**1.315.000,00**	**2.486.684,00**	**391.727,39**	**391.727,39**

Os valores pagos, a título de jetons, aos Conselheiros do CONEN/DF integram o programa de manutenção e funcionamento do Conselho de Política sobre Drogas do Distrito Federal. Trata-se de remuneração a servidores públicos do Distrito Federal e a representantes da sociedade civil que, neste caso, integram o Conselho para a ordenação de despesas do Fundo Antidrogas do Distrito Federal (FUNPAD-DF), conforme prevê a Lei Complementar nº. 844/2012.

O CONEN/DF possui atualmente 19 cadeiras para membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo que a remuneração somente é percebida pelo conselheiro que esteja na condição de titular em atividades deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, nos termos do Decreto Distrital nº. 32.108, de 25 de agosto de 2010. O setor do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção às Vítimas, Testemunhas e Familiares do Distrito Federal – CONDEL/DF apresentou em 2017 novo projeto de planejamento de execução para retomada das atividades do PROVITA/DF e sugeriu sobre a escolha das modelos mais viáveis de convênios. Entretanto, em razão de constantes alternâncias de gestão, não foi possível nomear o presidente do CONSELHO DELIBERATIVO, nem tampouco, firmar convênios.

A Secretaria de Justiça e Cidadania ministrou em 2017 palestras para crianças de ensino fundamental e educadores de escolas públicas do Distrito Federal garantindo também o acesso à informação de prevenção e combate ao uso de drogas por meio de apostilas e cartilhas. Realizou uma pesquisa com o PRODEQUI/UNB de tema: Fatores de Risco e Proteção do Uso de Drogas em Escolas e sua Relação com o Clima Escolar: O que Pensam os Educadores do Distrito Federal?; também trabalhou com jovens voluntários de São Luiz do Norte/GO, ex-usuários, que levam a mensagem de combate ao uso de drogas por meio do teatro; participou do seminário Prevenção Educacional ao Uso Indevido de Drogas, Crimes e Violências - organizado por mestres da UNB, e do Seminário Sobre a Dependência Química, realizado pela Escola de Governo do Distrito Federal; organizou o projeto Roda de Crianças em escolas públicas e estabeleceu parcerias em atividades com outras unidades orgânicas da SEJUS.

Palestras sobre drogas para crianças da rede pública de ensino do DF



Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1668 - ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS	0	PESSOA	30.000	18.961	30.000	25.000	30.000	30.000	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado através da articulação de ações integradas nas diversas áreas (saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazes) de modo a garantir a intersetorialidade da Política sobre Drogas; através do projeto escola compartilhada. Que tem como o objetivo e missão de desenvolver e coordenar as políticas sobre drogas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de diversos alunos em escola publica e particular. 2017 - A impossibilidade de alcance deste índice de desempenho deve-se, entre outras razões, por não haver equipe de pessoal em quantitativo suficiente à demanda de atendimentos indicados. Além da carência na área de qualificação técnica para a execução de atividades do Programa. Não obstante o exposto, as constantes alterações na gestão da Secretaria e as substituições de equipes inteiras por novos servidores também comprometeram a continuidade regular dos projetos. 2018 - .									
1670 - DEPEDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL	0	PESSOA	1.000	898	400	316	400	400	SEJUS / UO 44101 / OE 5
Justificativa: 2016 - O indice foi alcançado, não como se pretendia. mas dentro geral foi bastatnte satisfatório. Garantiiu a implementação, efetivação e melhoria do programa, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida. 2017 - Os resultados poderiam ter sido maximizados com a ampliação do efetivo de servidores e/ou a criação de novos cargos em comissão para compor a estrutura administrativa do CONEN. Além disso, os recursos orçamentários suplementares destinados ao Edital de Chamamento nº 01/2017 somente foram liberados em SET/2017, o que reforçou sobremaneira a impossibilidade de alcance da meta do indicador.									
1669 - FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)	0	FAMÍLIA	1.000	1.341	200	120	200	200	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
Justificativa: 2016 - A superação da meta foi conquistada em virtude do programa de informação, apoio e orientação as famílias de dependentes químicos e de preservação ao abuso de drogas, por meio da unidade de apoio no qual são prestados orientações individuais às famílias; curso de multiplicadores sociais, composto por palestras de especialistas, depoimentos de grupos de apoio. Realizada campanha virtual prevenção da Rede, cartazes com intuito de sensibilizar as famílias p. o seu papel na prevenção das drogas.									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
2017 - O indicador de desempenho relativo ao Programa AME, MAS NÃO SOFRA não foi alcançado como desejado porque também esbarra na insuficiência quantitativa de equipe de pessoal. Há também a carência de qualificação técnica para a execução das atividades do Programa, bem como, alterações constantes na gestão da Secretaria e substituições de equipes de pessoal por novos servidores, o que comprometeu o regular andamento das ações.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**300.000,00**	**16.572,00**	**16.571,12**	**16.571,12**
0004 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	16.572,00	16.571,12	16.571,12
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**979.000,00**	**1.935.500,28**	**1.310.562,97**	**1.309.516,72**
6978 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	979.000,00	1.935.500,28	1.310.562,97	1.309.516,72
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**1.279.000,00**	**1.952.072,28**	**1.327.134,09**	**1.326.087,84**

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**110.000,00**	**3.975,00**	**3.975,00**	**3.975,00**
5355 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	110.000,00	3.975,00	3.975,00	3.975,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**89.310.000,00**	**54.560.000,00**	**54.325.790,31**	**54.325.790,31**
7019 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	89.310.000,00	54.560.000,00	54.325.790,31	54.325.790,31
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**5.000.000,00**	**2.906.000,00**	**2.719.513,60**	**2.719.513,60**
6968 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	2.906.000,00	2.719.513,60	2.719.513,60
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**4.833.000,00**	**989.682,00**	**897.993,81**	**763.399,89**
7250 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	4.833.000,00	989.682,00	897.993,81	763.399,89
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0028 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	10.100.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**100.000,00**	**11.491,00**	**11.488,50**	**11.488,50**
2621 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	11.491,00	11.488,50	11.488,50
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0043 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**109.653.000,00**	**58.471.148,00**	**57.958.761,22**	**57.824.167,30**

Contratos Vencidos em 2017 e Não Renovados

Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – SEJUS CONTRATOS VENCIDOS EM 2017 E NÃO RENOVADOS				
N° CONTRATO	**OBJETO**	**ASSINATURA**	**DATA DEVENCIMENTO**	**CONTRATO ANUAL(R$)**
03/2016 Venceu e não foi renovado	Prestação de serviços de dedetização, desinsetização, desratização, descupinização, combate e controle de pragas urbanas nas dependências de todas as Unidades pertencentes à SEJUS	01/09/2016	01/09/2017	1.540,91
04/2016 Venceu e não foi renovado.	Prestação de serviços de manutenção de primeiro, segundo e terceiro nível nos equipamentos de combate a incêndio (extintores), compreendendo a recarga, teste hidrostáticos, eventuais substituições de peças e acessórios, pintura e demais serviços destinados ao seu perfeito funcionamento.	15/09/2016	15/09/2017	64.816,00
09/2011 Venceu e não pôde ser renovado por se encontrar em prazo excepcional	Prestação de serviços de telefonia fixa comutada STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional - LDN, a ser executado de forma contínua.	30/09/2016	30/09/2017	591.797,32
9912348717/2014 Não foi renovado pq também previa a prestação de serviços para o PROCON/DF.	Prestação de serviços e venda de produtos.	17/04/2016	17/04/2017	450.000,00
06/2015 Foi decretado nulo, pois na renovação não foi emitida Nota de Empenho.	Contratação de mão de obra não especializada, até 90 sentenciados, independentemente do nível, para execução de tarefas de baixa complexidade, promovendo reintegração social e ressocialização de trabalhador preso.	09/09/2016	09/09/2017	918.777,60
05/2016 Venceu e não foi renovado. Nunca houve execução contratual.	Prestação de serviços de locação de 01(uma) unidade móvel integrada e de treinamento especializado em capacitação profissional, para ações sociais e estruturada para serviços e treinamentos itinerantes, abrangendo todo o âmbito do Distrito Federal, com a finalidade de ministrar minicursos, oficinas e palestras, bem como produção de DVD, produção de programação de WEB TV e WEB Rádio, com apresentação de filmes e de musicais elaborados pelos participantes desta unidade móvel.	09/12/2016	09/12/2017	679.600,00

Contratos Vigentes em 2017

Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – SEJUS CONTRATOS VIGENTES				
N° CONTRATO	**OBJETO**	**ASSINATURA**	**VENCIMENTO**	**CONTRATO ANUAL (R$)**
05/2017	Fornecimento e aplicação de películas protetoras em janelas, portas e paredes envidraçadas de unidades orgânicas pertencentes à estrutura da SEJUS/DF.	25/07/2017	25/01/2018	3.975,00
02/2017	Prestação de Serviços Integrados de Manutenção, Operacionalização, Recepção, Triagem e Apoio à Gestão do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão nas Unidades e Central do NA HORA, da Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão.	22/02/2017	22/02/2018	10.299.980,40

Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – SEJUS CONTRATOS VIGENTES				
N° CONTRATO	**OBJETO**	**ASSINATURA**	**VENCIMENTO**	**CONTRATO ANUAL (R$)**
03/2017	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema on line do "BANCO DEPREÇOS" com base nos preços praticados pela administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados, disponibilizando 02 assinaturas para acesso aos serviços do sistema "Banco de Preços", sendo 01 paga e 01 como cortesia com "logins" e senhas exclusivos.	24/02/2017	24/02/2018	7.990,00
03/2013	Locação de imóvel situado no Lote 11, QS - 03, EPCT, Lojas 04, 05, 06, 07 e 08, Águas Claras, Taguatinga – DF, com área total de 1.470 m2, para uso do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora na cidade de Taguatinga-DF.	04/06/2017	04/06/2018	1.626.438,96
04/2017	Contratação de mão de obra não especializada, de até 55 (cinquenta e cinco) sentenciados, independentemente do nível, para execução de tarefas de baixa complexidade, promovendo reintegração social e ressocialização de trabalhador preso.	14/06/2017	14/06/2018	1.201.160,40
9912422116/2017	Prestação de serviços e venda de produtos.	21/08/2017	21/08/2018	7.500,00
11/2013	Prestação de serviços continuados de fornecimento de água, esgoto e manutenção de hidrômetro, para atender as instalações da SEJUS e demais unidades vinculadas.	31/10/2017	31/10/2018	242.955,00
01/2017 Vigência de 24 (vinte e quatro) meses direto - R$ 909.600,00	Locação de duas salas, próximas às unidades E11, E12, A443, C309 e C313, situadas na Área Especial 01 Entre quadras 55/56, Setor Central, Gama/DF, com área de 1.080 m2, para instalação e funcionamento de unidade da Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora.	18/01/2017	18/01/2019	454.800,00
02/2016 Contrato assinado direto para 60 meses - R$ 2.360.202,00	Fornecimento de energia elétrica de baixa tensão ao contratante, pela contratada, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob as identificações CEB discriminadas.	26/08/2016	26/08/2021	472.040,40
06/2017	Prestação de serviços de telefonia fixa comutada STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional - LDN, a ser executado de forma contínua.	01/10/2017	01/10/2018	258.113,81

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Sobre a participação da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania segue listagem dos diversos encontros, simpósios e palestras a convite de outros órgãos públicos e de entidades privadas, relativos ao Tráfico de Pessoas:

I Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes no Rio de Janeiro, promovido pelo Ministério da Justiça e UNODC
13ª Reunião Técnica da Rede Nacional de Núcleos de ETP e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante; na Comissão Organizadora para a Implementação da Política Distrital de Migrações, da Casa Civil com vistas à discussão da minuta e da programação do encontro popular Movimento de Imigrantes, Refugiados, Exilados e Apátridas.
I Congresso Internacional em Direitos Humanos e Cidadania, realizado pela Universidade de Brasília – UNB, no XIII Encontro Nacional da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados.
Campanha Coração Azul com a realização de palestra para 50 jovens da Unidade de Internação de São Sebastião, no seminário Em Defesa do Conceito de Trabalho Escravo - Aspectos Jurídicos e Implementação das Políticas realizado em parceria com o Ministério da Justiça
Projeto Vez e Voz realizado no Colégio Estadual Paulo Freire em Águas Lindas/GO, por meio de oficina de ETP.
Reunião Técnica de Consolidação da II Política e Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizada no auditório da SEJUS.
II Simpósio Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – realizado pelo Glo.ACT Brasil e pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania. Durante o Exercício/2017 foram distribuídos cerca de nove mil cartilhas e folders informativos, e as ações promovidas pela SEJUS, bem como, as participações e as parcerias fechadas atingiram cerca de três mil e quinhentas pessoas, diretamente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Durante o exercício de 2017 foram realizadas diversas atividades voltadas para o pleno exercício da cidadania e da defesa dos direitos da pessoa. Considera-se, de forma geral, positivos os índices alcançados nas atividades, embora, contingenciamentos, bloqueios e cancelamentos ao orçamento trouxeram prejuízos ao regular andamento de algumas atividades tornando, inclusive, inviável a execução de algumas delas e dificultando o cumprimento de compromissos assumidos pela SEJUS.

Soma-se a isto problemas afetos à gestão de pessoal que englobaram a escassez de servidor, a alta rotatividade de equipes em cargos comissionados e a ausência de capacitação técnica. Frise-se que estas questões prejudicaram, sobremaneira, a continuidade e o ritmo dos trabalhos em 2017.

Espera-se que estes apontamentos ajudem a nortear ou pelo menos a minimizar a repetição de intercorrências que prejudiquem a prestação de um serviço mais eficaz e eficiente para o próximo exercício.

Deseja-se também aprimorar a gestão de atendimento integrado, por meio dos serviços ofertados pelas unidades do NA HORA mediante aplicação de ferramentas inovadoras e bem-sucedidas que propiciem condições de desenvolvimento de técnicas e recursos de avaliação e desempenho institucional, por meio do aperfeiçoamento de sistemas informatizados e da promoção de capacitação técnica de pessoal e reciclagem.

Além dos servidores do NA HORA, também os que prestam serviços nos postos do Pró-Vítima e na sede da SEJUS necessitam de capacitação nas áreas de contabilidade, administração, licitações, contratos, convênios e atendimento ao cidadão de forma a se evitar erros e retrabalhos e a se garantir maior celeridade das burocracias processuais.

O Contrato celebrado entre a FUNAP e a SEJUS, que trata da contratação de trabalhador preso, a Secretaria de Justiça e Cidadania aponta como dificuldades a ausência de seleção dos trabalhadores para atendimento em áreas específicas da Secretaria. Embora a contratação de presos não preveja a oferta de mão de obra especializada, reclama-se que há uma escolha e distribuição alheatória desses trabalhadores o que dificulta e/ou reduz a capacidade de otimizar a qualidade dos serviços nas equipes integradas por pessoal da FUNAP.

O Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, a SEJUS orgulha-se de suas ações terem alcançado as metas desejadas por meio de articulações firmadas com a rede de parceiros locais e nacionais que permitiram a promoção de atividades e a mobilização e participação popular em 2017.

Como pontos frágeis destacam-se: a morosidade para análise dos projetos em virtude de frequentes mudanças de gestão; a ineficiente utilização do orçamento por dificuldades de elaboração dos projetos básicos e entraves de ordem administrativa; a reduzida equipe com qualificação na área; a diminuição dos quadros de pessoal na estrutura do setor com a redução de cargos por unidade orgânica; e a extinção da temática de trabalho (tráfico de pessoas e apoio ao migrante e refugiado) no organograma da SEJUS.

Espera-se para o exercício/2018 a possibilidade de revisão do organograma em reconsideração à importância do tema que aborda a questão do enfrentamento ao tráfico de pessoas e apoio ao migrante e refugiado. Almeja-se, ainda, a valorização do servidor de carreira e das assessorias que gerem estas atividades com vistas à manutenção e à continuidade das atividades que vêm sendo desenvolvidas desde 2011, bem como que cada área atenda tecnicamente às etapas necessárias ao alcance de recursos solicitados nos projetos apresentados por esse setor. Por fim, há necessidade de ampliar a divulgação das ações relativas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas através dos canais de comunicação.

INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 44.202

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Criado em 1986 como Grupo Executivo de Defesa do Consumidor/PROCON-DF, transformado, em 1993, pela Lei Distrital 426/93, em Subsecretaria de Defesa do Consumidor, da Secretaria de Governo do Distrito Federal e, por fim, em Autarquia, em regime especial, pela Lei Distrital2.668/2001 e, desde 2016, se desvinculou da Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, ao Instituto de Defesa do Consumidor/PROCON-DF compete:

I – Normatizar e executar ações de defesa do consumidor na forma da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, e de leis correlatas;

II – receber, analisar e encaminhar as reclamações, sugestões ou proposições apresentadas pelas entidades representativas da população e por consumidores individuais ou coletivos;

III – informar, conscientizar e motivar o consumidor por meio de programas específicos, inclusive com a utilização dos meios de comunicação de massa;

IV – estimular, por intermédio dos meios de comunicação de massa ou do contato direto com a população e associações, a defesa do consumidor;

V – elaborar e implantar programas especiais de defesa e proteção do consumidor;

VI – acompanhar e informar sobre os aperfeiçoamentos legais e institucionais afetos à defesa e proteção do consumidor;

VII – agir junto às instituições de ensino e pesquisa para mútua colaboração na averiguação da qualidade de produtos;

VIII – empreender, sempre que necessário, gestões junto a entidades privadas, visando à colaboração na execução de programas referentes à defesa e proteção do consumidor;

IX – alertar as autoridades competentes e a comunidade sobre os atos lesivos que estejam sendo cometidos contra o consumidor em geral;

X – firmar convênios com entidades públicas ou privadas, visando à capacitação técnica do Instituto.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	15	3	40	68
Comissionados sem vínculo efetivo	14	0	33	0	47
Requisitados de órgãos do GDF	0	4	1	3	8
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	5	0	8	13
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	4	0	0	4
Terceirizados (FUNAP)	0	15	0	0	15
Outros - especificar		0	0	0	0
Subtotal	24	43	37	51	155
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	**23**	**43**	**37**	**51**	**154**

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**380.000,00**	**256.294,00**	**248.623,24**	**213.671,02**
0002 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-PROCON-DISTRITO FEDERAL	380.000,00	256.294,00	248.623,24	213.671,02
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	**1.700.000,00**	**984.113,00**	**984.112,87**	**984.112,87**
0001 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR-PROCON-DISTRITO FEDERAL	1.700.000,00	984.113,00	984.112,87	984.112,87
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**2.080.000,00**	**1.240.407,00**	**1.232.736,11**	**1.197.783,89**

No âmbito do plano de trabalho implementado pelo PROCON, no período de janeiro a dezembro de 2017, podem ser destacados os seguintes resultados:

Instrumentos de Fiscalização	Quantidade
Autos de Infração (AI)	2144
Autos de Constatação (AC)	2901
Relatórios de Visita (RV)	1329
TOTAL de documentos fiscais	**6374**

Total de Atividades Fiscalizatórias: **6374**

Quantidade de **Operações Especiais** realizadas no período: 19

RELAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS REALIZADAS EM 2017

Operações Especiais	Mes de Ocorrência
- Ponta do Lápis	janeiro
- Volta as aulas	janeiro
- De Olho na Validade	março
- Acessibilidade	março
- Páscoa	março
- Lei da Fila nos Bancos	abril
- Origem da Carne/em conjunto com a ANVISA	abril
- Blitz da Meia-Entrada	abril
- Dia das Mães	maio
- Cupido	junho
- Mercado na Linha	junho
- Operação nos Bancos	julho
- Operação Aeroporto	julho
- Viagem Legal Rodoviárias	julho
- Operação Amigos do Procon	agosto
- Coleta de Preços em Papelarias	novembro
- Na ponta do Lápis	novembro
- Operação nos Estacionamentos	dezembro

- Operação Especial de Natal.	dezembro

Controle Geral dos Atendimentos - Estatístico Período 01/01/2017 a 31/12/2017

Tipo de Atendimento	Quantidade
- Abertura Direta da Reclamação	59
- Cancelado	2.133
- CIP (Carta de Informações Preliminares)	25.114
- Encaminhamento a Fiscalização	87
- Extra Procon	9.577
- Inicial JEC	01
- Reclamação de Ofício	1.472
- Simples Consulta	36.897
- Total Geral - PROCON/DF	**75.640**

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1540 - RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS	42	%	50	39	60	60	70	80	PROCON/DF / UO 44202/ OE 3
Justificativa: 2016 - No ano de 2016, o PROCON teve mudança de gestão, ficando cerca de 5 meses sem nomeação de Diretores e Diretor-Geral, acarretando perda da produtividade. Ademais, houve perda de 30% do quadro efetivo da carreira. 2017 - Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando o exercício do direito à cidadania. O índice foi alcançado devido a treinamentos e conscientização dos atendentes do PROCON. O tempo médio que o cidadão passa para resolver suas questões foi reduzido devido aos novos procedimentos adotados pelo órgão.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0057 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-PROCON-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**160.000,00**	**160.000,00**	**19.648,09**	**18.975,63**
0002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROCON-DISTRITO FEDERAL	160.000,00	160.000,00	19.648,09	18.975,63
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**260.000,00**	**260.000,00**	**19.648,09**	**18.975,63**

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**9.200.000,00**	**8.200.000,00**	**8.197.586,53**	**8.111.356,16**
0002 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROCON-DISTRITO FEDERAL	9.200.000,00	8.200.000,00	8.197.586,53	8.111.356,16
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**920.000,00**	**677.000,00**	**674.573,94**	**674.573,94**
0002 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PROCON-DISTRITO FEDERAL	920.000,00	677.000,00	674.573,94	674.573,94
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**380.000,00**	**380.000,00**	**297.500,60**	**182.468,13**
0002 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PROCON-DISTRITO FEDERAL	380.000,00	380.000,00	297.500,60	182.468,13
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**3.100.000,00**	**125.207,00**	**125.206,18**	**125.206,18**
5896 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-PROCON-DISTRITO FEDERAL	3.100.000,00	125.207,00	125.206,18	125.206,18
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5222 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-PROCON-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5833 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-PROCON-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**13.680.000,00**	**9.382.207,00**	**9.294.867,25**	**9.093.604,41**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O PROCON tem um déficit muito grande de servidores, fazendo com que não tenhamos um bom atendimento ao consumidor.

Há necessidade de melhorias na capacitação dos servidores das áreas estratégicas da Autarquia.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tivemos vários programas de trabalho contingenciado, influenciando no desempenho administrativo do Instituto.

FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL - FDDC – UO: 44.902

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor foi criado pela Lei Complementar nº 50, de 23 de dezembro de 1997 e é vinculado ao Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – PROCON/DF (Lei 2.668/2001). O FDDC tem por finalidade precípua o financiamento de atividades voltadas à proteção e defesa dos direitos do consumidor. As principais receitas do FDDC provêm de valores relativos a multas aplicadas PROCON em razão de infrações às normas de direito do consumidor, bem como por força de rendimentos auferidos da aplicação dos recursos do Fundo, dotações orçamentárias a ele destinadas, receitas de convênios, consórcios, contratos ou outros ajustes celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, contribuições, doações, legados ou outros atos de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras. O Decreto 35.624/2014 regulamentou as hipóteses em que poderão ser utilizados os recursos do FDDC: (I - estruturação e instrumentalização de órgãos de proteção e defesa dos direitos do consumidor do GDF; II - a instrumentalização, inclusive com a aquisição de materiais permanentes, de consumo ou de outros insumos, de órgãos e entidades que atuam, no âmbito do Distrito Federal, na execução da Política Nacional de Relações de Consumo; III - o desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos de órgãos de proteção e defesa dos direitos do consumidor; IV - a produção de provas indispensáveis a ações civis públicas; V - a elaboração de estudos e pesquisas relativos às relações de consumo de defesa do consumidor; VI - a promoção de eventos relacionados à tutela de direitos do consumidor, à defesa da concorrência e às relações mercadológicas; VII - a edição de materiais de divulgação de eventos ou campanhas para edução e informação de consumidores e fornecedores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo). O decreto 22.348/2001 contém informações sobre a parte contábil do Fundo.

FORÇA DE TRABALHO

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor do DF não possui força de trabalho própria.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**2.407.350,00**	**5.952.403,00**	**2.177.473,95**	**0,00**
5875 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	2.407.350,00	5.952.403,00	2.177.473,95	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**568.866,00**	**568.866,00**	**0,00**	**0,00**
2610 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	568.866,00	568.866,00	0,00	0,00
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	**2.747.350,00**	**2.747.350,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	2.747.350,00	2.747.350,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	**786.628,00**	**786.628,00**	**64.385,40**	**64.385,40**
0017 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	786.628,00	786.628,00	64.385,40	64.385,40
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**6.510.194,00**	**10.055.247,00**	**2.241.859,35**	**64.385,40**

No ano de 2017, foram aprovados dois projetos de modernização da área de informática do PROCON: a aquisição de 56 scanners para que o PROCON se adeque ao novo sistema SEI implantado e o serviço de cabeamento estruturado da Autarquia (fibra ótica), ambos dentro da ação 1471 - modernização de sistema de informação.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1541 - CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL	0	UNIDADE	02	0	02	00	02	02	FDDC / UO 44902 / OE 3
Justificativa: 2016 - Foi lançado edital de chamamento público em dezembro de 2015 para que entidades civis apresentassem projetos com perspectiva de convênios a serem firmados com o fundo de defesa do consumidor. No entanto, após 5 meses de edital, não houve proposta válida e aprovada pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual não foi alcançado o índice desejado. 2017 - Foi lançado edital de chamamento público em junho de 2017 e. 18 projetos chegaram ao Conselho, porém, com o final do mandato dos Conselheiros, este solicitaram que se aguardasse nova composição. Assim, o julgamento e a execução dos convênios ficarão para 2018.									

Em junho de 2017, foi lançado novo edital de chamamento público para seleção de projetos vindos da área civil. De acordo com o prazo indicado no Edital, 14 entidades civis apresentaram projetos que, porém, por decisão do Conselho de Administração não foram julgados em 2017, a espera da nomeação de novos conselheiros. Assim, em 2017, não foi possível atingir o índice desejado. Em 2018, após julgamento pelo Colegiado, tem-se a previsão de executar, no mínimo, um projeto.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**113.774,00**	**113.774,00**	**0,00**	**0,00**
5818 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	113.774,00	113.774,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**113.774,00**	**113.774,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve nenhum projeto apresentado ao Conselho sobre capacitação de servidores, devendo haver uma melhoria nessa ação, notadamente com a inserção do Núcleo de Gestão de Pessoas do PROCON, a fim de divulgar antecipadamente a possibilidade utilização desses recursos na melhoria da qualidade do serviço prestado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor vem sofrendo diversas advertências do Tribunal de Contas do DF e dos próprios órgãos de controle do GDF sobre sua baixa execução orçamentária ao longo dos anos. Há necessidade de melhoria na capacitação dos servidores das áreas estratégicas da Autarquia (planejamento, compras, projetos, contratos, orçamento e finanças) a fim de propor a eficiente utilização dos recursos. Ainda que o ano de 2017 tenha sido

o mais produtivo para o Conselho, com a aprovação de projetos de melhoria do PROCON, bem como o lançamento do segundo edital de chamamento público, percebe-se que os valores ainda não foram suficientes para a utilização dos recursos previstos no QDD 2017. Precisa haver um melhor planejamento estratégico para os projetos sejam aprovados no Conselho no primeiro trimestre, para serem executados nos três trimestres seguintes. Assim, a quantidade de projetos e o lançamento do edital foram boas realizações da unidade, porém há que se repetir anualmente e mais bem planejado. A grande dificuldade encontrada é o número de servidores do órgão, que ano após ano diminui consideravelmente. Hoje apenas cinco servidores fazem toda a parte estratégica de aquisições, planejamento e execução de toda a unidade. Esse número prejudica a capacitação, inclusive, uma vez que inexiste a possibilidade de ausência de servidores para prestar cursos. Para 2018, a previsão é de execução dos convênios aprovados pelo FDDC.

FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL - FUNPAD – UO: 44.906

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Antidrogas do Distrito Federal (FUNPAD-DF), criado pela Lei Complementar nº. 819, de 26 de novembro de 2009 e vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), tem como finalidade captar e administrar recursos voltados à implementação de políticas públicas de prevenção do uso de drogas, de fiscalização e repressão do tráfico ilícito e de tratamento, reabilitação e reinserção social de dependentes. O FUNPAD/DF substituiu o Fundo para Prevenção, Controle e Tratamento dos Dependentes Químicos do Distrito Federal – FUNPCDF, de que tratava a Lei Complementar nº 685, de 17 de outubro de 2003.

Constituem recursos do FUNPAD-DF as dotações específicas do orçamento do Distrito Federal; recursos advindos de convênios, consórcios, contratos e/ou outros ajustes celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; recursos do Fundo Nacional Antidrogas, saldo financeiro apurado no balanço anual; doações, bens móveis e imóveis que o Fundo venha a receber de organismos nacionais, estrangeiros e demais pessoas físicas ou jurídicas e ainda outros recursos que lhe forem destinados.

Os recursos do FUNPAD-DF destinam-se a programas de formação profissional voltados à elaboração e à gestão de políticas públicas na área de redução da oferta, de danos e demanda de drogas; à prevenção do uso, ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos e ao controle e fiscalização do uso e do tráfico de drogas; à subvenção a entidades que mantenham programas de tratamento e recuperação de dependentes ou de apoio a seus familiares; à confecção e distribuição de mídia impressa sobre prevenção, riscos do uso de drogas e tratamento da dependência e outros.

Importa destacar também que os conselheiros do Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF) são os ordenadores de despesas do Fundo Antidrogas do Distrito Federal (FUNPAD-DF), conforme disposições contidas na Lei Complementar nº. 844, de 09 de maio de 2012. O CONEN/DF, criado pelo Decreto nº. 9.359, de 1º de abril de 1986, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, é o órgão central do Sistema Distrital de Políticas Sobre Drogas – SIDPD, de competência deliberativa, consultiva e fiscalizadora das políticas públicas de redução de demandas sobre drogas do Distrito Federal, nos termos do Decreto Distrital nº. 32.108, de 25 de agosto de 2010, que instituiu a Política Distrital Sobre Drogas e criou o Sistema Distrital de Política Sobre Drogas.

Nos termos do art. 12 do Decreto 32.108, de 25 de agosto de 2010, compete ao CONEN/DF:

- propor a política distrital sobre drogas, em consonância com a política nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, compatibilizando o plano distrital com o nacional e acompanhando a sua respectiva execução;

- propor a adequação das estruturas e dos procedimentos da administração distrital nas áreas de prevenção, tratamento e reinserção social, fiscalização e redução da oferta de drogas;

- fomentar pesquisas e levantamentos sobre os aspectos de saúde, educação, sociais, culturais e econômicos decorrentes do consumo e da oferta de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, que propiciem uma análise capaz de nortear as políticas públicas na área de drogas;

- promover, junto aos órgãos competentes, a inclusão de ensinamentos referentes a substâncias psicoativas nos cursos de formação de profissionais das instituições que compõe o SIDPD, a fim de que esses conhecimentos possam ser aplicados em suas respectivas áreas de atuação, com base em princípios científicos, éticos e humanísticos;

- mobilizar o corpo docente, discente, funcionários e comunidade de escolas públicas e privadas, para a realização de atividades de prevenção ao uso de drogas;

- orientar, acompanhar e fiscalizar a implantação e execução das normas técnicas e critérios estabelecidos pelo CONEN/DF ou órgãos normatizadores da área de saúde para as instituições que lidam com o diagnóstico e tratamento da dependência química;

- fiscalizar o funcionamento de entidades públicas, privadas ou não-governamentais que se dediquem ao tratamento, recuperação de dependentes químicos ou prevenção ao uso de drogas;

- apoiar iniciativas e avaliar campanhas de prevenção ao uso indevido de drogas, a fim de autorizar sua veiculação, bem como fiscalizar a respectiva execução;

- propor legislação, bem como normatizar, a área de prevenção, tratamento, recuperação e redução de danos; - avaliar e emitir parecer quanto à viabilidade e à execução de projetos e programas de prevenção, redução de danos, tratamento e reinserção social de usuários e ou dependentes químicos de álcool e ou outras drogas no âmbito do Distrito Federal;

- estimular e apoiar a criação de Conselhos Regionais sobre Drogas; e

- propor critérios para a celebração de convênios com entidades públicas ou privadas, que visem otimizar resultados pertinentes às diretrizes estabelecidas pelo CONEN/DF para prevenção, redução de danos sociais e à saúde, tratamento e reinserção social de usuários e ou dependentes químicos de álcool e ou outras drogas no âmbito do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	1	0	0	2
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	1	0	0	1
Outros - especificar	0	23	0	0	23
Subtotal	2	25	0	0	27
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	25	0	0	27

**Outros - Referem-se aos 23 (vinte e três) Conselheiros Titualres e Suplentes do Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal, ordenadores do Fundo Antidrogas do Distrito Federal (FUNPAD), conforme disposições contidas na Lei Complementar nº. 844, de 09 de maio de 2012, publicada no DODF nº. 92, Seção I, pág. 1-2, do dia 11 de maio de 2012.*

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	**1.975.646,00**	**3.653.885,00**	**3.092.824,52**	**2.743.040,06**
3696 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL-ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS-DISTRITO FEDERAL	1.975.646,00	3.653.885,00	3.092.824,52	2.743.040,06
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**1.975.646,00**	**3.653.885,00**	**3.092.824,52**	**2.743.040,06**

O Fundo Antidrogas do Distrito Federal disponibilizou 316 (trezentos e dezesseis) leitos em instituições que prestam serviço de atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas (álcool, crack e outras drogas). Os recursos do FUNPAD/DF foram utilizados em sua totalidade com despesas relativas ao custeio de vagas para acolhidos em Comunidades Terapêuticas.

Estas instituições - via de regra - são privadas, sem fins lucrativos e financiadas parcialmente pelo poder público. Oferecem gratuitamente acolhimento para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de drogas e promovem a aplicação de plano terapêutico individualizado para às exigências estabelecidas na Resolução – RDC n° 29, de 30 de junho de 2011 – ANVISA que dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso de drogas. São instituições abertas, de adesão exclusivamente voluntária, voltadas a pessoas que desejam e necessitam de um espaço protegido, em ambiente residencial, para auxiliar na recuperação da dependência à droga. O tempo de acolhimento pode durar até 12 meses.

Durante o exercício 2017, os recursos do FUNPAD/DF foram repassados para 13 (treze) Comunidades Terapêuticas, por intermédio da SEJUS/DF, com custo mensal das despesas da ordem de aproximadamente R$ 316.000,00 (trezentos e dezesseis mil reais) mensais, haja vista o custo de R$ 1.000,00 por vaga paga às entidades outrora contratadas e cadastradas no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal – CEAAD, cadastro este mantido pelo Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal, conforme a Resolução Normativa nº. 03, de 04 de novembro de 2009 – que serve para manter o registro de entes e agentes que comprovadamente e após procedimentos administrativos específicos comprovem estar aptos a trabalharem com a temática de prevenção, reinserção, combate e demais temas envolvendo o uso de substâncias psicoativas



Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Importa destacar que em 26/10/2017, foi publicado o Edital de Chamamento Público-FUNPAD-DF, publicado no DODF, visando a celebração de Termos de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil, para a prestação de serviços de acolhimento e tratamento a pessoas com transtornos decorrentes do uso de drogas, em regime de residência. A celebração de termos de cooperação está promovendo a **ampliação** da capacidade de atendimento e de custeio para 400 vagas por mês, o que mantém a conformidade com o previsto no Plano Plurianual 2016/2019, ou seja: custo de R$ 1.000,00/mês por vaga, num total de investimento às entidades de R$ 400.000,00 por mês, ou R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) por ano, o que totaliza um investimento de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ao longo de 60 meses.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Entre as atividades extraordinárias realizadas com a participação de conselheiros do Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN/DF) e de gestores do FUNPAD/DF destacamos os eventos realizados nas Comunidades Terapêuticas credenciadas pelo órgão deliberativo. Segue listagem das principais palestras e eventos sobre a temática da prevenção, redução e enfrentamento às drogas que contaram com a participação de representantes do CONEN/DF:

- Academia Nacional de Polícia – Fevereiro/2017;
- Ação contra o uso de álcool e drogas - Carnaval 2017 – MPDFT – Fevereiro/2017;
- Centro de Ensino Fundamental 02 – Guará- DF – Abril/Julho e Outubro/2017;
- Semana de Prevenção às Drogas no Auditório da Faculdade LS – Taguatinga/DF – Abril/2017;
- 7º Distrito Naval da Marinha do Brasil – Maio/2017;
- Caminhada 2017 – PROERD – PMDF – Julho/2017;
- Batalhão da Guarda Presidência – Exército Brasileiro – Julho/2017;
- Rodoviária do Plano Piloto – Agosto/2017;
- Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas Sobre Drogas – Goiânia-GO – Outubro/2018;
- 1º Edição do Mutirão da Criança – Outubro/2017.



Presidente do CONEN recebendo da família dos acolhidos certificado de honra e compromisso emitido pela Comunidade Terapêutica Salve a Si



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No tocante ao custeio das vagas para dependentes químicos, houve ampliação considerável no número de comunidades terapêuticas atendidas com recursos do FUNPAD/DF, de 5 (cinco) no exercício de 2016 para 13 (treze) no exercício de 2017, representando um incremento percentual de aproximadamente 160%.

Os resultados poderiam ser maximizados com a contratação de servidores efetivos ou a criação de novos cargos em comissão para compor a estrutura administrativa do Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal, que hoje conta com quadro reduzido de pessoal e, portanto, insuficiente. Isto representaria otimização às demandas administrativas relacionadas ao Fundo com vistas a minimizar problemas de descontinuidade do serviço e outros prejuízos administrativos e/ou operacionais.

Como perspectiva para o exercício de 2018, o CONEN/DF espera obter sucesso com o lançamento do Edital de Chamamento Público, por meio do credenciamento de 400 vagas formalizadas via Termos de Colaboração com entidades sem fins lucrativos - OSC's, credenciadas para o acolhimento de pessoas dependentes de substâncias psicoativas (álcool, crack e outras drogas).

Com o apoio da Subsecretaria de Políticas para Justiça, Cidadania e Prevenção ao Uso de Drogas e Vítimas de Violência, o Conselho também pretende promover ações de capacitação junto aos dirigentes das Comunidades Terapêuticas, junto aos adictos e aos codependentes (pessoas ligadas emocionalmente a uma pessoa com séria dependência física e/ou psicológica de substancias psicoativas) e pessoas da sociedade civil. Esperamos também renovar e promover novos cadastros de entes e agentes no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal – CEAAD e a promoção de parcerias com órgãos públicos e entidades privadas, visando a prevenção ao uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

Por último, pretende-se para 2018 institucionalizar a Política Nacional sobre Drogas, por meio da criação de mecanismos objetivos de integração das políticas setoriais com fomento à replicação no modelo em nível das unidades federativas; fomentar a ampliação da cobertura em âmbito nacional dos leitos de desintoxicação e serviços singulares ambulatoriais; e criar uma política de educação permanente, articulada e pactuada com gestões locais e regionais, e que garantam inclusão de todos os públicos e atores diretos e indiretos na política sobre drogas.

CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 45.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERALA Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) rege-se pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, Decreto nº 36.017, de 18 de novembro de 2014, Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, Decreto nº 36.877, de 16 de novembro de 2015, Decreto nº 37.472, de 08 de julho de 2016, Decreto nº 37.592, de 30 de agosto de 2016 e Decreto nº 37.712, de 18 de outubro de 2016. É órgão especializado de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal,

responsável pela coordenação e execução das ações de governo asseguradoras da legalidade e moralidade administrativas, com atuação em macro funções como: controle interno; correição; transparência e controle social e ouvidoria.

A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e a legislação que a instituiu, traz como competências:

I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Distrito Federal (DF).
II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do DF, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
III. Exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário de seus membros ou servidores.
IV. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os dos direitos e haveres do DF.
V. Avaliar a relação de custo e benefício das renúncias de receitas e dos incentivos, remissões, parcelamentos de dívidas, anistias, isenções, subsídios, benefícios e afins de natureza financeira, tributária, creditícia e outros.
VI. Apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.
VII. Supervisionar, dar tratamento e orientação aos dados e informações disponibilizáveis no Portal da Transparência.
VIII. Supervisionar e coordenar o sistema de controle interno.
IX. Planejar, organizar e coordenar as atividades operacionais das áreas de correição e auditoria administrativa.
X. Dar andamento às representações e denúncias relacionadas à ouvidoria.
XI. Atuar na defesa do patrimônio público e da transparência.
XII. Planejar, organizar e coordenar as atividades operacionais relativas à prevenção e combate à corrupção.
XIII. Verificar a aplicação dos princípios constitucionais nos atos da Administração Pública.
XIV. Apurar indícios de irregularidades.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal teve sua denominação alterada, no lugar da então Secretaria de Estado de Transparência e Controle, consoante Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, artigo 8º,§ 1º, alínea XII e Decreto nº 37.948, de 9 de janeiro de 2017.Sua missão institucional é: "Orientar e controlar a gestão pública, com transparência e participação da sociedade". Sendo a visão de futuro: "Ser reconhecido como órgão permanente de controle, cujas ações contribuem para melhorar a vida do cidadão". E, para o cumprimento de suas atribuições institucionais, a CGDF definiu como valores que devem nortear a conduta dos seus servidores: "Ética, Transparência, Profissionalismo, Comprometimento".

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	38	27	59	123	247
Comissionados sem vínculo efetivo	14	0	8	0	22
Requisitados de órgãos do GDF	6	2	9	12	29
Requisitados de órgãos fora do GDF	4	0	1	0	5

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	58	0	0	58
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	18	0	0	18
Terceirizados (FUNAP)	0	17	0	0	17
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	62	122	77	135	396
(-) Cedidos para outros órgãos	0	8	0	32	40
Total Geral	62	114	77	103	356

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	**180.000,00**	**150.799,98**	**148.598,13**	**148.598,13**
0001 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	180.000,00	150.799,98	148.598,13	148.598,13
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2529 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO DF-DISTRITO FEDERAL	11.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**300.000,00**	**183.009,00**	**126.252,28**	**126.252,28**
0010 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	183.009,00	126.252,28	126.252,28
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	**491.000,00**	**333.808,98**	**274.850,41**	**274.850,41**

O valor referente à ação orçamentária 1471 não foi autorizado, não sendo contingenciado. O investimento no exercício de 2017 na CGDF foi executado pelo Programa de Apoio à Gestão e Integração aos Fiscos do Brasil - PROFISCO.

A Controladoria Geral do Distrito Federal realizou em 2017 o Projeto Controladoria na Escola, com o Primeiro Prêmio Escola de Atitude. Projeto implantado como ação para fortalecer o controle, correição e transparência nas aplicações dos recursos públicos.

Em 2017, a CGDF contratou empresa especializada em TI para prestação de serviços tipo "fábrica de software", tais como: manutenção corretiva, adaptativa e evolutica do Sistema de Gestão de Auditoria - SAEWEB; desenvolvimento da integração do módulo de Tomada de Contas Especial com o SAEWEB; e desenvolvimento, implantação e integração com o SAEWEB do módulo de Corregedoria (PAD ELETRÔNICO).

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1681 - ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA		%	30	45	35	47	40	45	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES									
Justificativa: 2016 - Meta atingida em 45,73%. O monitoramento das falhas de auditoria no exercício de 2016 obteve o quantitativo de 293 recomendações. 2017 - 47% representa o total de 88 recomendações atendidas nos relatórios de auditoria de monitoramento. Esse resultado é a divisão de 88 por 187 (Total de recomendações nos relatórios de monitoramento).									
1683 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREIÇÃO	10	%	30	22	50	91,66	80	100	SUCOR/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
Justificativa: 2016 - Inobstante os esforços empreendidos por esta Controladoria no sentido de fomentar, orientar e recomendar os órgãos e entidades do DF sobre a necessidade de implantação das unidades correcionais, o resultado alcançado foi de 22,22% de instituição de unidades especializadas. 2017 - O índice alcançado de 91,66% refere-se a 11 Órgãos da Administração Direta, de um total de 12 Órgãos. Dessa feita, foram implantadas 11 unidades especializadas de correição/comissões permanentes em Órgãos da Administração Direta.									
1684 - IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL		%	30	87	50	96	80	100	SUCOR/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
Justificativa: 2016 - Foi estabelecido o indicador relativo à implementação de Comissões de Ética nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do DF. Para tanto, os órgãos foram definidos como de alta complexidade. Destes órgãos, 87% já implementaram suas Comissões de Ética. Portanto, foi superada a meta estabelecida em 2016. 2017 - O Indicador "Implementação de Comissão de Ética nos Órgãos e Entidades do DF" alcançou a meta de 96%, restando apenas o Departamento de Estradas de Rodagem do DF - DER/DF para implementar a referida Comissão de Ética. A Polícia Militar do Distrito Federal não se enquadra na legislação distrital, pois possui regimento próprio aplicado à Corporação, razão pela qual deixou de constituir a comissão de ética.									
1680 - NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL	1	NÍVEL	2	1	3	50%nivel 3	3	4	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
Justificativa: 2016 - Para o atingimento do nível 2, há atividades remanescentes que se encontram em fase de revisão com previsão de entrega até 30/03/2017. Em 2016, não foi possível alcançar o nível 2, por conta de necessárias revisões de textos normativos que surgiram durante todo processo. 2017 - O alcance do índice desejado deve-se a entrega de todos produtos dos KPAs eleitos do nível 3 para serem implantados na CGDF, são eles: Estrutura de Gestão da Qualidade; Informações de Custos; Planos de Auditoria baseados em risco; Relatório de Gestão de AI; Coordenação com outros Grupos de Revisão; Criação de Equipes e Competências; e Auditorias de Desempenho/Operacionais									
1682 - TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO		%	15	15	30	30	60	100	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
Justificativa: 2016 - Foram entregues 3 matrizes de risco em 2016: HEMOCENTRO, SEAGRI e METRÔ-DF. 2017 - No ano de 2017 foram implementadas as matrizes nos seguintes Órgãos: SEMA, TERRACAP, SETUL E AGEFIS. Somadas às matrizes implementadas no ano de 2016 (HEMOCENTRO, SEAGRI e METRO), foram implantadas até o momento a metodologia de gestão de riscos em 7 unidades, num total de 24 unidades de alta complexidade do Poder Executivo do DF. Para o ano de 2018 o quadro de servidores da CGDF foi fortemente reforçado, o que deve ajudar no trabalho com fins de atingimento das metas para este ano.									
1686 - TAXA DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO EM RELAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA		%	50	63	55	50	60	65	SUTCS/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
Justificativa: 2016 - A meta prevista para o indicador em 2016 é de 55%. Houve 290 respondentes, dentre os quais, 137 declararam-se muito satisfeitos, 47 satisfeitos, 39 insatisfeitos e 67 muito insatisfeitos. A soma dos que se declaram satisfeitos e muito satisfeitos corresponde a 63% do total o que fez com que a meta fosse superada em 8%. 2017 - Em razão das limitações de recursos financeiros e de recursos humanos especializados para implementação nos demais instrumentos, a pesquisa de opinião só foi implementada no Portal da Transparência, em 9 de dezembro de 2016, e ainda está em fase de aperfeiçoamento, uma vez que a forma como é apresentada atualmente pode gerar resultados enviesados.									
1685 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE OUVIDORIA	50	%	55	56	56	58,25	58	60	OUVIDORIA GERAL/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
Justificativa: 2016 - O índice alcançado é de 56%. A satisfação foi medida pelo Sistema Informatizado de Ouvidoria - Ouv-DF, no qual o cidadão tem a opção de indicar se sua manifestação foi ou não resolvida. 2017 - A avaliação cidadã acerca das demandas de Ouvidoria é feita de forma automática no sistema informatizado de ouvidoria, disponível em www.ouv.df.gov.br, logo após o recebimento da resposta de sua demanda. O cidadão qualifica a resposta recebida como "resolvida" ou "não resolvida" e preenche uma pesquisa de satisfação com relação ao serviço de ouvidoria. Os dados apresentados são referentes ao período de janeiro a outubro de 2017									

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**198.900,00**	**333.900,00**	**292.439,75**	**292.439,75**
8384 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	198.900,00	333.900,00	292.439,75	292.439,75
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**198.900,00**	**333.900,00**	**292.439,75**	**292.439,75**

Na Ação "FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA" foram assistidos e ressocializados sentenciados à disposição da CGDF, conforme contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP).

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**1.044.000,00**	**196.378,00**	**196.377,57**	**0,00**
0042 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	1.044.000,00	196.378,00	196.377,57	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.400.000,00**	**2.646.822,00**	**2.523.339,39**	**2.483.551,39**
6968 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	2.400.000,00	2.646.822,00	2.523.339,39	2.483.551,39
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**3.444.000,00**	**2.843.200,00**	**2.719.716,96**	**2.483.551,39**

O valor referente à ação 9041 não foi executado.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	**440.661,00**	**470.361,00**	**468.102,97**	**468.102,97**
9638 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	440.661,00	470.361,00	468.102,97	468.102,97
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**62.650.186,00**	**62.011.186,00**	**60.040.877,61**	**60.040.877,61**
6996 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	62.650.186,00	62.011.186,00	60.040.877,61	60.040.877,61
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**1.197.481,00**	**1.212.781,00**	**1.206.015,46**	**1.206.015,46**
6991 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.197.481,00	1.212.781,00	1.206.015,46	1.206.015,46
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**456.984,00**	**380.192,90**	**349.304,46**	**329.928,75**
8681 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	456.984,00	380.192,90	349.304,46	329.928,75
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**15.000,00**	**0,10**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0029 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	15.000,00	0,10	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**64.760.312,00**	**64.074.521,00**	**62.064.300,50**	**62.044.924,79**

O valor referente à ação orçamentária 4088 não foi autorizado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Plano Estratégico Institucional (PEI) da Controladoria-Geral do DF para o quadriênio 2016-2019 foi implantado no ano de 2016. Concebido com a participação de todas as unidades da CGDF, o PEI possui direta vinculação à estratégia do Governo e busca inovar as ações da CGDF de forma a atender às crescentes e legítimas demandas do cidadão brasiliense. Após a sua implementação, verificou-se ao longo de 2017 sua maturação. Dos 47 (quarenta e sete) indicadores de desempenho), 7 (sete) deles estão incluídos no Plano Plurianual – PPA.

Com foco em resultados, o PEI 2016-2019 apresenta objetivos, metas e indicadores que agregam novos valores e metodologias de trabalho, indicando um esforço coletivo para aprimorar a atuação da CGDF, modernizando as atividades de controle interno baseada nas auditorias preventivas e concomitantes, tendo a prevenção como prioridade na atuação do órgão.

Com vistas a acompanhar a evolução de 5 (cinco) indicadores, relacionados aos Objetivos Estratégicos nos 08 (Aperfeiçoar a Comunicação com as Partes Interessadas), 09 (Dotar a CGDF de infraestrutura adequada para o cumprimento de sua missão), 11 (Assegurar a atratividade de pessoal), 12 (Promover integração e sinergia), a CGDF realiza, anualmente, 2 (duas) Pesquisas de Satisfação Interna. No ano de 2017 tivemos as seguintes medições:

- Taxa de satisfação com a comunicação interna – 85% de satisfação;
- Índice de satisfação com bens e serviços – 89% de satisfação;
- Sistemas e serviços de TI – 84% de satisfação;
- Índice de satisfação no trabalho – 88% de satisfação;
- Grau de percepção de integração e sinergia – 82% de satisfação.

A CGDF realizou, ainda, diversos projetos no ano de 2017, todos vinculados ao Plano Estratégico Institucional PEI-2016/2019 e inseridos no Plano Tático Operacional da Unidade, entre eles:

- Gestão por Competências: modelo que visa modernizar a sistemática de capacitação e o desenvolvimento de servidores. O projeto visa também o alcance dos níveis propostos no modelo IA-CM adotado por esta CGDF. Foi realizada a implantação do Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEP, mapeamento das competências gerenciais, específicas e institucionais, além da implantação do projeto piloto na Ouvidoria-Geral do DF.
- Simplifique: Projeto que visa à simplificação, aprimoramento, padronização e agilidade no desenvolvimento dos processos de trabalho das unidades, obtendo ganhos de eficiência, eficácia e efetividade, além da produção da memória institucional organizada. Foram mapeados 41 dos 80 processos eleitos e quantificados para o desenvolvimento do PEI-2016/2019.

- CGDF Vida e Bem Estar: Projeto que busca a execução de ações voltadas a promoção da saúde e bem-estar dos servidores/prestadores de serviço visando maior interação entre as diversas unidades da CGDF e a disseminação de uma nova cultura e de boas práticas dentro do ambiente de trabalho e na vida pessoal. Baseado em 04 pilares, cujas ações são norteadas por eles, sendo: 1º - Integração; 2º Saúde e Alimentação Saudável; 3º Sustentabilidade Ambiental e 4º Responsabilidade Social. Desenvolvidas ações como: campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e agasalhos e brinquedos, apresentações musicais, exposições, torneios de jogos, coaching para os prestadores de serviço – FUNAP, cursos e palestras voltadas para o tema. O projeto foi inscrito no 1º Prêmio de Inovação na Gestão Pública do Distrito Federal – INOVABRASÍLIA, onde consagrou-se como 2º lugar, na categoria Valorização do Servidor, sedimentando assim a aplicação e disseminação de boas práticas e principalmente daquelas que valorizam o maior patrimônio de um governo: "o servidor público".
- Sustentabilidade: projeto que visa o desenvolvimento de iniciativas que promovam sensibilização dos servidores para formação de senso crítico no ambiente de trabalho voltado à sustentabilidade e à economia de energia, água e insumos de forma geral. Foram realizadas diversas ações como: distribuição de mudas de pimenta e ipê, aquisição e distribuição de canecas de fibra de coco para fins de economia de copos descartáveis, apresentações de palestras relativas à sustentabilidade, redução de lâmpadas utilizadas e campanhas na intranet visando conscientização dos servidores/prestadores de serviço.
- Elaboração do Plano de Classificação – PC e Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD Atividade fim: instrumentos de gestão que visam organizar os tipos documentais com critérios definidos e determinação dos prazos de guarda em cada fase, além da definição de destinação. Foi entregue a proposta do Plano de Classificação da Subcontroladoria de Correição Administrativa.
- Implantação do ponto eletrônico – Modernização da aferição e controle de frequência por meio da biometria para o cumprimento da jornada de trabalho. Essa ação possibilitou a instituição do teletrabalho e compensação de horas nesta CGDF visando à eficiência, eficácia e efetividade, ainda de acordo com a Lei Complementar nº 840/2011.
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações/SEI – Projeto realizado em sua totalidade em 2017 sendo, a partir de agosto, todos os trâmites e elaboração de documentos por meio do sistema adotado pelo GDF.

A CGDF objetiva oferecer múltiplos mecanismos de participação do cidadão no controle das ações governamentais e disponibilizar melhores canais de comunicação entre a sociedade e o governo. O compromisso com o fortalecimento dos espaços de participação popular e das instâncias de controle social também é encontrado no propósito de fomentar o papel e o

serviço de ouvidoria, canal pelo qual o cidadão pode participar diretamente das políticas públicas, manifestando suas críticas, sugestões e denúncias.

Com vistas ao aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno, foi implantado na CGDF o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Modelo IA-CM). O Modelo IA-CM foi criado entre os anos de 2006 e 2009 pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), sob promoção do Banco Mundial. O IA-CM apresenta os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva contemplando boas práticas de gestão tais como: planejamento estratégico, gestão de risco e orçamento, entre outros pontos.

Consiste em uma estrutura que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no governo e no setor público em geral e ilustra os níveis e estágios por meio dos quais a atividade de auditoria interna deve evoluir.

O Modelo traz uma autoavaliação, construção de capacidades e promoção da profissão, com vistas a melhorar a eficácia da auditoria interna, e contempla macroprocessos-chaves (Key Process Area - KPA) de auditoria interna, constituídos por atividades que devem ser institucionalizadas para que o órgão de controle seja considerado eficaz no governo e no setor público em geral.

Esses macroprocessos também estão relacionados a seis elementos: serviços e papel da auditoria interna; gerenciamento de pessoas; práticas profissionais; gerenciamento do desempenho e accountability; cultura e relacionamento organizacional e estruturas de governança.

A avaliação do nível de maturidade da organização no modelo é feita a partir de uma escala de cinco níveis de capacidade: 1-inicial, 2-infraestrutura, 3-integrado, 4-gerenciado e 5-otimizado. Nenhum país atingiu em sua plenitude o 5º nível.

Em maio de 2017 houve o reconhecimento por parte do Banco Mundial do cumprimento do Nível 2 pela CGDF, sendo atualmente a única instituição a possuir este reconhecimento no País. Importante frisar que, com a entrega de 7 (sete) kpas do nível 3 (três) no ano de 2017, a CGDF adentrou no nível 3.

Para o exercício de 2017 foi programada a execução de 50% das atividades referentes ao Nível 3 (três), distribuídas em 7 (sete) KPA´S, como segue:

Estrutura de Gestão da Qualidade

- Reestruturação da PORTARIA Nº 256, de 26/12/2016: Institui o Programa de Avaliação da Qualidade das Ações de Controle e o Comitê de Qualidade no âmbito da Subsecretaria de Controle Interno. (DODF nº 243, de 27/12/2016, p. 31).
- Finalização do trabalho de elaboração do Manual de Avaliação de Qualidade da CGDF.
- Elaboração dos Questionários de Avaliação da Qualidade de Auditoria Interna (AI).

Informações de Custos

- Elaboração da metodologia de custos e instrumentos auxiliares: as planilhas, gráficos e relatórios, tanto da despesa como um todo, bem como a metodologia para cálculo do custo de um produto ou consultoria.
- Estabelecidas as Regras de Negócio referentes a todas as despesas da CGDF, bem como as necessárias à avaliação de custo de um produto ou consultoria e as necessárias à produção de um Sistema de Gestão (informatizado).

Planos de Auditoria baseados em risco

A edição da Portaria nº 47 de 27/04/2017 em complemento ao Decreto nº 37.302, de 29 de abril de 2016 - que estabelece os modelos de boas práticas gerenciais em Gestão de Riscos e Controle Interno a serem adotadas no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal;

institui formalmente o Programa Operacional de Ações de Controle que estabelece procedimentos e diretrizes da Auditoria Baseada em Riscos.

Alguns Benefícios de ações baseadas em planos baseados em riscos:

- Hemocentro

Repactuações contratuais com fornecedores e Redesenho dos processos de gestão interna.

- Metrô DF

Foco nas atividades operacionais e Redesenho dos processos de gestão interna.

Relatório de Gestão de AI

Elaboração e disponibilização de painéis gerenciais digitais para monitoramento do Sistema de Gestão de Auditoria e Sistema de Ouvidoria – OUV/DF (acompanhamento de prazos de relatórios de auditoria e demandas de ouvidoria).

Desenvolvimento dos relatórios gerenciais, previsão de conclusão em 2018.

Coordenação com outros Grupos de Revisão

- Criação do módulo de UCI no sistema SAEWeb.
- Identificação de áreas para partilhar planos, informações e resultados das atividades para articulação de relações regulares de trabalho.

Criação da Controladoria Setorial na Saúde com intuito de desenvolver as atividades de Auditoria Interna e apoio à Gestão que serão realizadas em linha com as ações da CGDF. NOTÍCIA: http://www.saude.df.gov.br/noticias/item/9205-sa%C3%BAde-implanta-controladoria-setorial.html

Criação de Equipes e Competências

Em 28 de novembro de 2017 houve o lançamento da Gestão por Competências da CGDF com objetivo de promover capacitação e desenvolvimento dos servidores da CGDF.

Esse Modelo de Gestão de competências está inserido no Modelo IA-CM (Internal Audit Capability Model) e contribui com sete processos-chaves:

- desenvolvimento profissional individual – nível 2;
- pessoas habilidosas identificas e recrutadas – nível 2;
- criação de equipe e competência – nível 3;
- profissionais qualificados – nível 3;
- a atividade de Auditoria Interna apoia Classes Profissionais – nível 4;
- Auditoria Interna contribui para o desenvolvimento da gestão – nível 4;
- o planejamento de mão-de-obra – nível 4.

Auditorias de Desempenho/Operacionais

A edição de atos que institui os procedimentos relativos à condução das Auditorias de Desempenho e Operacionais são: Decreto nº 38.242, de 31/05/2017, que aprova o Regimento Interno da Controladoria Geral do Distrito Federal e dá outras providências. Os serviços de avaliação foram contemplados no texto do referido ato. Publicada a Portaria nº 47, de 27/04/2017: Disciplina a execução das Ações de Controle pela CGDF na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do DF, na condição de Órgão Central de Controle Interno. (DODF nº 082, de 02/05/2017, p. 30).

Também em linha com o Modelo IA-CM, em janeiro de 2017 foi promovida a alteração da estrutura orgânica da SUBCI/CGDF, inédita no cenário nacional, com a criação da Coordenação-Geral de Inspeção – COGEI/SUBCI/CGDF e da Coordenação-Geral de Auditoria-

COGEA/SUBCI/CGDF, tendo em vista a necessidade de diferenciação operacional dos trabalhos de Inspeção (ações focadas na conformidade e no atendimento de demandas mandatórias) e de Auditoria (ações de natureza consultiva e de avaliação dos mecanismos de gestão, principalmente controles e riscos).

Além do Modelo IA-CM, iniciou-se no ano de 2016 o projeto de fomento e implantação da Gestão de Riscos no Poder executivo do DF. A iniciativa busca integrar a gestão de riscos como elemento-chave da responsabilidade gerencial, de modo a promover a integridade e prevenir a improbidade, os desvios e a corrupção, com o desenvolvimento de atividades e ações destinadas a controlar os riscos da organização, neutralizando seu impacto. No ano de 2017 implantou-se a Gestão de Riscos em 4 (quatro) Unidades de alta complexidade a saber: SEMA, TERRACAP, AGEFIS e SETUL. Somados à implantação em 2016 no Hemocentro, SEAGRI e Metrô alcançou-se a meta de 30% no ano de 2017, conforme acordo estipulado.

No ano de 2017 foram feitas tratativas com vistas à implantação de Gestão de Riscos para o ano de 2018, nos seguintes Órgãos: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF; Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINEP; Secretaria de Educação – SEE, e Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia –SEDICT.

Buscando o aprimoramento contínuo da gestão pública no combate à corrupção, na transparência, na gestão de riscos e nos mecanismos de controle adotados pelo Governo de Brasília, foram publicadas Portaria nº 145-CGDF, de 07 de agosto de 2017, que disciplina a emissão de Solicitação de Ação Corretiva, da Matriz de Responsabilização e a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão e a Orientação Técnica nº 01/2017 – DARES/COMOT/SUBCI/CGDF, que estabelece o marco temporal a partir do qual os relatórios das ações de controle serão monitorados.

De forma finalística, as ações de controle no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, por meio de auditorias e inspeções, resultam na análise e fiscalização de ações e programas de governo e são realizadas pela Controladoria-Geral do DF, em consonância com o que estabelece os arts. 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, que trata da Previsão Constitucional do Sistema de Controle Interno (SCI); os arts. 77, 80 e 88 da LODF de 1994, que trata da previsão do SCI no âmbito do Distrito Federal; os arts. 48 e 49 da Lei Complementar Distrital no 1/1994, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) que determina a obrigatoriedade de realizar auditoria pelo Órgão de Controle Interno; Resolução no 926/2015 do TCDF, que regula a tomada e prestação de contas anuais dos dirigentes e ordenadores de despesas; Leis Distritais nos 830/1994, que cria o SCI do Distrito Federal; 3.105/2002 e 3.163/2003, que atribuem competências e responsabilidades com a criação da Corregedoria Geral do DF, com Status de Secretaria de Estado e 4.448/2009, que cria a Carreira de Auditoria de Controle Interno e demais normas infraconstitucionais Distritais.

Foi publicado, ainda, o Decreto nº 38.174/2017 – que estabelece os conceitos de benefícios financeiros, creditícios e sociais para fins de cálculo da relação custo e benefício da renúncia de receita não tributária. Também foi aprovado, pela CGDF e SEF, relatório que estabelece metodologia para avaliar a relação custo e benefício das renúncias tributárias.

Além disso, os trabalhos foram executados com base na Portaria nº 226, de 26 de novembro de 2015, que disciplina a realização das ações de controle pela CGDF na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do DF, na condição de Órgão Central de Controle Interno com a aplicação das tendências mais modernas em termos de ações de controle para normatizar os trabalhos da CGDF, como por exemplo: ISO 31000:2009 – Gestão de Riscos; ISO 27001:2005 – Sistemas de Gerência da Segurança da Informação; ISO 19011:2011 – Diretrizes para Auditoria de Sistemas de Gestão; Controle Interno – Estrutura Integrada – 2013 do Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO); Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBOK – 2014) do Instituto de Gerenciamento de Projetos (PMI); Modelo IACM (Avaliação de Capacidade de Auditoria Interna) do Banco Mundial.

Dentre as principais entregas de auditoria, sintetizadas no quadro abaixo, estão destacadas o quantitativo de auditorias especiais e inspeções realizadas no ano de 2017:

TIPO DE AUDITORIA	QUANTIDADE
INSPEÇÕES DE CONTAS ANUAIS	125
INSPEÇÕES ESPECIAIS	-
INSPEÇÕES*	3
INSPEÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNADOR DE 2017	8
AÇÕES DE CONTROLE PONTUAIS (IAC, Papers, Denúncia)**	11
TOTAL	147

* Relatórios emitidos.

** Duas apurações de denúncias, 8 IAC´s e um paper.

O Controle Interno atuou em diversas Unidades da Administração Distrital, produzindo Informações de Ações de Controles, Relatórios de Inspeção, Notas Informativas e Notas Técnicas.

Conforme indicador do objeto estratégico nº 01 do PEI 2016-2019 da CGDF, Percentual de prejuízos evitáveis/economias decorrentes de recomendações advindas de falhas graves de auditoria até 2017 foi de 32,5%, ou seja, Total de Prejuízos Evitados/Economias: R$ 149.002.365,92. Total de Prejuízos Evitáveis/Economias Monitorados: R$ 459.051.212,32.

Nos relatórios emitidos são identificadas as causas e as consequências dos pontos de auditoria e elaboradas recomendações no sentido de evitar a repetição das falhas que ensejaram o prejuízo, bem como recomendações no sentido de melhorar a efetividade e agregar valor à gestão.

Entre as principais atuações, destacamos a Auditoria Especial realizada para verificar a regularidade da licitação e execução da obra de Construção da Sede da Governança – BIOTIC. Nesta oportunidade, a equipe de auditoria procedeu a análise detalhada dos componentes da planilha de custos da licitação bem como dos pagamentos efetuados, resultando numa economia de R$ 768.267,82.

Outra atuação relevante do Controle Interno ocorreu ao longo de 2016/2017 na qual a equipe esteve presente junto a Secretaria de Saúde bem como da Secretaria de Planejamento, onde prestou apoio consultivo e técnico de modo a viabilizar a continuidade da conclusão do Bloco II do Hospital da Criança, obra de significativa importância para a população do DF.

Quanto aos trabalhos de Auditoria de Atos de Pessoal, são formados pelos processos de aposentadorias, reformas e pensões, além dos atos de admissões de pessoal. Em 2017 já foram realizados 5401 pareceres e 2320 diligências de aposentadorias, reformas e pensões. Foram elaborados 7090 pareceres e 742 diligências de atos de admissão.

Os principais resultados observados na Auditoria de Folha de Pagamento encontram pautados em TRILHAS DE AUDITORIA, que possibilita encontrar achados de auditoria de forma automática, sendo a melhor ferramenta de trabalho utilizada na Coordenação. A execução das trilhas de auditoria é realizada em parceria com a unidade de tecnologia – SUBTI/CGDF.

Além disso, o desempenho vem crescendo com a capacidade de realizar Acordos de Cooperação e Parcerias com outras Entidades Governamentais a fim de conseguir a base de dados para realizar cruzamentos e obter achados de auditoria de forma automatizada. A CGDF tem esse compromisso com a automação, tendo em vista que a missão é de atuar de forma concomitante em 92 unidades do GDF, com 214 mil servidores e recursos no valor de 1,8 bilhão de reais ao mês.

É por meio da extração de dados que se concretizou o trabalho de Auditoria da Folha de Ativos e Inativos do GDF, as ações foram:

- Utilização dos softwares Microstrategy e ACL, para implementação de diversas trilhas de auditoria.
- Cruzamento de dados; Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, Cadastro Nacional de Empresa - CNE, Sistema de Controle de Óbitos - SISOBI, Sistema Integrado de Registro de Admissão e Concessão - SIRAC.
- Acordo de Cooperação: CGU, TCDF e INSS (mais recente).
- MONITORAMENTO dos trabalhos executados em anos anteriores.

A Missão com os cidadãos e servidores do GDF vem sendo gradualmente atendida por meio das TRILHAS DE AUDITORIAS abaixo elencadas:

GAZR – GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL
Auxilio Natalidade recebido em concomitância ao Adicional de Insalubridade por gestantes ou lactantes
Pagamento de Auxilio transporte indevido
Pagamento de Auxilio Alimentação para em duplicidade pelo GDF e pela União
Pagamento indevido do Auxílio Saúde
Servidores/pensionistas falecidos sem a suspensão do pagamento na competência do óbito Cruzamento SIGRH X SISOBI
Pagamento indevido SUBSTITUIÇÃO / SUBSTITUTO acima do teto remuneratório
Acumulação de Cargos no GDF X CEB, CAESB e BRB
Pagamento indevido de Aposentadoria Complementar paga pelo GDF art. 2º da Lei nº 1.800/1997
Pagamento indevido de GAEE – Gratificação de Atividade de Ensino Especial para servidores que não executam a atividade de ensino especial

No que tange à atividade correcional, a Controladoria-Geral do DF é responsável por realizar as apurações de irregularidades no âmbito do Poder Executivo do DF e por coordenar a supervisão das unidades seccionais de correição integrantes do Poder Executivo do DF.

No ano de 2017 destacam-se as seguintes conclusões dos procedimentos apuratórios em curso, que abarcam os requisitos elencados no inciso VI, art. 4º, da Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012:

- Processo Administrativo de Fornecedores: foram aplicadas 8 (oito) penalidades de Declaração de Inidoneidade e arquivados 4 (quatro) processos.
- Processos Disciplinares: foram encerrados 3 Processos Disciplinares. Em 2 processos, as apurações resultaram na demissão de um servidor efetivo e na conversão da exoneração em destituição do cargo em comissão de três ex-servidores.
- Sindicância Patrimonial: foi encerrado 1 processo de Sindicância Patrimonial, cuja conclusão foi o arquivamento do feito.
- Investigações Preliminares: foram encerrados 3 Procedimentos de Investigação Preliminar.

Compete à CGDF o acompanhamento dos procedimentos correcionais em andamento nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

Por essa razão, encontram-se autuados um total de 1.395 processos, para fins de controle e acompanhamento das apurações realizadas nesta CGDF.

Dessa forma, tendo em vista que a demanda referente ao volume de processos de acompanhamento persistiu em 2017, foram envidados esforços no sentido de dar prosseguimento às ações planejadas anteriormente, com vistas à redução desse passivo. Assim, essencialmente, foram desempenhadas as seguintes atividades:

Análise de 410 (quatrocentos e dez) processos, dos quais:

- 24 (vinte e quatro) processos foram encerrados com base no término da apuração;
- 63 (sessenta e três) processos foram encerrados por não se enquadrarem nos parâmetros definidos na Ordem de Serviço nº 105, expedida em 14 de setembro de 2016, para prosseguir no acompanhamento (importante ressaltar que o encerramento dos processos de monitoramento não paralisa as apurações das irregularidades em andamento no órgão de origem);
- 23 (vinte e três) processos externos foram redirecionados para que a apuração seja realizada nos órgãos de origem, tendo em vista não se enquadrarem nas hipóteses de avocação previstas no art. 4º da Lei 4.938/2012 (SICOR);
- 10 (dez) processos que se encaixaram nos requisitos estabelecidos na Lei do SICOR foram avocados para apuração nesta CGDF;
- 290 (duzentos e noventa) processos foram instruídos e encontram-se sob acompanhamento;
- condução de mais de 315 atendimentos junto a membros de Comissões Processantes, a servidores lotados nas Unidades de Controle Interno, aos responsáveis por unidades de licitação, com o objetivo de esclarecimento de dúvidas ou na adoção de melhores práticas nos processos apuratórios em curso na Administração Pública Distrital;
- capacitação de 52 servidores da Secretaria de Estado de Saúde, na ocasião da realização da Inspeção Correcional Extraordinária na Corregedoria Geral da Saúde;
- condução de 09 procedimentos de mediação de conflitos entre agentes públicos, que possibilitou alcançar a meta prevista para o ano de 2017, de 40% de resolução consensual de conflitos nos casos conduzidos pela CGDF;
- orientação aos demais órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal acerca da utilização dos procedimentos de resolução consensual de conflitos;
- realização de reuniões com Secretários, Subsecretários, Administradores Regionais e Diretores, totalizando 53 encontros, para tratar de denúncias recebidas por esta Controladoria-Geral. Ressalte-se que tais reuniões resultaram em redirecionamentos das demandas aos órgãos originários (com ou sem monitoramento) ou em arquivamento dos procedimentos em trâmite neste Órgão de Controle;
- realização de 87 oitivas de servidores nos procedimentos correcionais;
- realização de 03 encontros técnicos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública do DF com vistas a integrar e fomentar a utilização dos mecanismos de resolução consensual de conflitos;

- realização do Curso de Formação de Mediadores de Conflitos voltado para a Administração Pública, em parceria com a Escola de Governo, com carga horária total de 172 horas;
- curso de "Mediação de Conflitos em Ambientes de Ouvidoria", ministrado, em parceria com a Ouvidoria-Geral e a Escola de Governo, aos Ouvidores do Distrito Federal;
- participação, em parceria com a Ouvidoria-Geral e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na Mesa de Diálogo "A Ouvidoria Pública como Espaço de Resolução de Conflitos", cujo tema foi "Mediação: IN nº 02/2016, experiência da Controladoria-Geral do Distrito Federal";
- elaboração da proposta de Suspensão do Processo Administrativo Disciplinar - SUSPAD (encaminhada à Consultoria Jurídica do Distrito Federal, visando à alteração da LC nº 840, de 23 de dezembro de 2011).

Estas atividades elencadas resultaram no redirecionamento sem monitoramento de 61% das demandas recebidas e 39% com monitoramento desta Controladoria-Geral.

Considerando a necessidade de apurar as irregularidades que ocasionaram prejuízos ao Erário Distrital, bem como o seu ressarcimento, foram realizadas as seguintes atividades:

- implantação do "módulo auditado" dentro do Sistema de Auditoria do Distrito Federal - SAEWEB;
- realização de 5 (cinco) workshops para servidores de diversos órgãos do Distrito Federal, visando instruí-los na realização das apurações de tomada de contas especiais;
- análise de 42 (quarenta e dois) processos com indicativo de tomada de contas especial. Destes, 7 (sete) foram concluídos pela instauração, 18 (dezoito) pela não instauração, o que evitou instaurações desnecessárias, 17 (dezessete) eram pedidos de avocação, dos quais 1 (um) foi avocado, 14 (quatorze) indeferidos, 2(dois) encontram-se em análise;
- conclusão da apuração de 169 (cento e sessenta e nove) processos de TCE, sendo 145 (cento e quarenta e cinco) processos encerrados no âmbito desta CGDF e 24 (vinte e quatro) finalizados em parceria com os órgãos e esta Pasta. Encerrou-se o ano com um estoque de 155 (cento e cinquenta e cinco) TCEs em apuração.



Os esforços empreendidos nas apurações em sede de TCE proporcionaram um considerável aporte no ressarcimento de danos em favor do Governo do Distrito Federal, cujo montante efetivamente arrecadado, no exercício de 2017, atingiu a cifra de R$ 235.707.624,24 (duzentos e trinta e cinco milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Visando ao cumprimento dos indicadores definidos no Planejamento Estratégico 2016-2019 - CGDF, a CGDF adotou várias ações e atividades, entre elas:

Realização de 09 (nove) visitas técnicas de cunho correcional nos seguintes órgãos prioritários: Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal; Administração Regional do Lago Sul; Administração Regional do Jardim Botânico; Administração Regional do Riacho Fundo I; Administração Regional do Núcleo Bandeirante; Administração Regional da Candangolândia; Administração Regional do Park Way; Administração Regional de Águas Claras e Administração Regional da Ceilândia.

1. Realização de 14 (quatorze) visitas técnicas, levando em consideração os órgãos de maior incidência de Tomadas de Contas Especiais, os órgãos que tiveram os processos devolvidos em razão da descentralização e, ainda, as unidades identificadas durante auditorias realizadas.
2. Realização de Inspeção Correcional Extraordinária na Unidade Setorial de Correição Administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, no período de 24 de março a 21 de setembro de 2017, cujo relatório encontra-se em fase de elaboração. Para executar essa atividade, fez-se necessária a análise de 242 processos de acompanhamento autuados nesta CGDF, além de mais 53 processos analisados in loco. Cumpre esclarecer que, dessa ação, resultará também o encerramento de alguns processos de acompanhamento com base nas respostas buscadas por esta CGDF na referida inspeção, as quais ainda estão sob análise.
3. Acompanhamento da certificação, no ano de 2017, de 296 servidores em cursos de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, Tomada de Contas Especial - TCE e de Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores – PAF/PAR. Em atenção aos anos de 2016 e 2017, foram capacitados 713 servidores, número que corresponde a 73,50% da meta de certificações programadas até dezembro de 2019.

Outra atividade concernente diz respeito ao registro de dados para disponibilização no Portal da Transparência, referentes às penalidades e às sanções aplicadas pelo Governo do Distrito Federal, destinadas a servidores e a fornecedores. O trabalho de acompanhamento e de compilação dos dados relacionados à aplicação das penalidades e das sanções a servidores e a fornecedores resulta em importante processo de controle social, uma vez que tais informações são disponibilizadas no Portal da Transparência, de maneira a tornar os resultados dos atos disciplinares mais acessíveis à população e aos demais entes públicos.

No ano de 2017, foram aplicadas 64 penalidades de expulsão contra servidores pelo Governo do Distrito Federal, discriminadas conforme quadro abaixo:

PENALIDADES APLICADAS - SERVIDORES	2017
Demissão	42
Cassação de aposentadoria ou disponibilidade	2
Destituição do cargo em comissão	5
Exclusão das fileiras da corporação	10
Perda do cargo público	5
TOTAL	64

Ressalta-se, ainda, a atuação CGDF na instrução e na condução dos processos de apuração contra fornecedores por fatos revelados na operação Caixa de Pandora. Destaca-se, na tabela abaixo, o quantitativo de sanções aplicadas a fornecedores pelo Governo do Distrito Federal:

PENALIDADES APLICADAS - FORNECEDORES	2017
Suspensão	87
Declaração de Inidoneidade	16
TOTAL	103

No tocante ao Sistema Correcional Integrado, que visa uma atuação mais efetiva desta CGDF no controle e no acompanhamento dos procedimentos disciplinares instaurados nos demais órgãos e entidades do DF, foram realizados trabalhos em conjunto com a área de Tecnologia da Informação com vistas a dar prosseguimento ao seu desenvolvimento. Atualmente, já estão disponíveis para homologação os módulos de "Cadastro de Documentos" e de "Criação de Processos Administrativos Disciplinares".

Verifica-se também a continuidade do trabalho efetuado pelo Comitê Ficha Limpa, que tem por finalidade deliberar sobre as hipóteses de impedimento para posse e exercício na Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, em função de prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade.

Por fim, destaca-se o trabalho do Grupo de Ações Integradas de Controle da Controladoria-Geral do Distrito Federal que apontou no Relatório Gerencial nº 01/2017-GAIC/CGDF para ações diretas do Governo do Distrito Federal, com a instauração de 26 Processos Administrativos de Fornecedores, 03 Tomadas de Contas Especiais e 01 Processo de Investigação Preliminar, todos em andamento, referentes à Operação Lava-Jato. Os Processos Administrativos de Fornecedores e as Tomadas de Contas Especiais estão sob a responsabilidade desta CGDF.

Quanto às ações de transparência e controle social, em 2017, foram destaques iniciativas quanto a capacitações sobre transparência, acesso à informação e controle social.

O Governo de Brasília, por meio da Controladoria-Geral, baseado no Art. 46 da Lei Distrital de Acesso à Informação, nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, estabeleceu o Índice de Transparência Ativa (iTA) que busca mensurar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal.

Com o escopo de desenvolver uma competição saudável entre os órgãos e entidades do governo, o índice de transparência foi criado para ranquear as instituições que mais se destacarem na publicação de informações de transparência ativa, ou seja, informações de interesse geral ou coletivo que devem ser disponibilizadas nos sítios oficiais dos órgãos e entidades.

Para estimular e facilitar a publicação das informações, foi publicada a Instrução Normativa nº 02, de 8 de dezembro de 2015, que traz o detalhamento de cada requisito exigido pela Lei de Acesso à Informação - LAI, e elaborou o Guia de Transparência Ativa, com o passo a passo da publicação.

Foram adotadas diversas iniciativas de acompanhamento e monitoramento durante as ações de implementação do conteúdo de transparência ativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo distrital, visando dirimir eventuais dúvidas e conscientizar os servidores da importância da disponibilização das informações. Após as ações de monitoramento e acompanhamento, foram realizadas as avaliações do atendimento dos critérios de transparência ativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo do DF. Com o resultado, foi elaborado o Ranking de Transparência Ativa.

A 1ª edição do Índice, apresentada em dezembro de 2016, contou com 5 órgãos atingindo o percentual de 100%. Em 2017, a segunda edição contou com 27 órgãos atingindo a totalidade do índice.



Obs: Evolução do atendimento à transparência ativa pelo Governo do Distrito Federal com a instituição do Índice de Transparência Ativa.

No ano de 2017, 27 (vinte e sete) órgãos atingiram 100% de pontuação no Ranking de Transparência Ativa. Foram eles: Companhia de Saneamento do Distrito Federal; Companhia Energética de Brasília; Companhia Imobiliária de Brasília; Companhia de Desenvolvimento Habitacional; Serviço de Limpeza Urbana; Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal; Fundação Hemocentro de Brasília; Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; Polícia Civil do Distrito Federal; Procuradoria-Geral do Distrito Federal; Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Desenvolvimento Humano; Secretaria de Estado de Educação; Secretaria de Estado de Fazenda; Secretaria de Estado de Agricultura Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado da Casa Militar; Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação; Secretaria de Estado de Mobilidade; Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais; Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos; Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia; Administração Regional de São Sebastião; Administração Regional do Cruzeiro; Administração Regional do Lago Norte; Administração Regional do Sudoeste/Octogonal; Administração Regional de Samambaia; Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

No que concerne à Transparência e ao Controle Social, a CGDF foi bastante atuante no exercício de 2017, desenvolvendo várias ações de aprimoramento da transparência pública e fortalecimento do controle social.

Com relação ao número de mecanismos de controle social promovidos, a CGDF oferece atualmente à sociedade os seguintes mecanismos de controle social:

1. Auditoria Cívica na Saúde
2. Projeto Controladoria na Escola
3. Conselho de Transparência e Controle Social
4. Web Tv Transparência
5. Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)
6. Portal da Transparência do Distrito Federal
7. Aplicativo Siga Brasília
8. Paíneis de Transparência – Aqui está o seu dinheiro
9. Portal de Dados Abertos (lançamento em dezembro de 2017)
10. Ouv-DF
11. Ouvidoria Itinerante
12. Carta de Serviços da CGDF

Quanto a auditorias cívicas realizadas no ano de 2017, foram efetuadas 97 auditorias cívicas na educação, no âmbito do Projeto Controladoria na Escola e o retorno em 63 unidades no âmbito da atenção básica da saúde, em parceria com a sociedade civil e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

No tocante ao número de unidades escolares capacitadas pelo Programa Controladoria na Escola, o resultado foi alcançado por meio do I Prêmio Escola de Atitude. Foram 104 escolas capacitadas para a realização de atividades de fomento à cidadania, envolvendo cerca de

4.000 alunos e 280 professores. O projeto tem como objetivo gerar um verdadeiro ciclo de resolução de problemas nas escolas, de maneira participativa e cidadã.

Em 2017 o Projeto Controladoria na Escola foi remodelado e ampliado para atender 104 escolas e, com o advento dessa nova metodologia, ele foi executado pela Controladoria-Geral do DF em parceria com a Secretaria de Estado de Educação - SEE e a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG.

O projeto foi realizado por meio das seguintes etapas:

1. Inscrição no 1º Prêmio Escola de Atitude: 104 escolas inscritas.
2. Oficina de formação com os professores orientadores do projeto Controladoria na Escola: 280 professores formados.
3. Realização da Auditoria Cívica: foram criados 27 questionários no aplicativo Monitorando a Cidade, cada um contemplando uma média de 20 a 30 perguntas.
4. Entrega dos Relatórios: envio dos relatórios da auditoria cívica pela CGDF às escolas.
5. Apresentação da peça de teatro "O Auto da Barca da Cidadania" que trata sobre a importância da solidariedade e do espírito cidadão: 4000 alunos participantes.
6. Apresentação do relatório à comunidade escolar seguida de análise das causas dos problemas relatados e busca por soluções.
7. Desafio: as escolas desenvolveram um projeto junto à comunidade escolar (pais, alunos, funcionários, professores e comunidade) para resolver de maneira criativa problemas identificados nos apontamentos. Cada escola participante foi incumbida a desenvolver um desafio, sob a perspectiva dos temas descritos no edital, alguma questão percebida na auditoria.
8. Tarefa especial: a coordenação do projeto informou às escolas tarefas especiais de ações pontuais para aprofundar o envolvimento com a metodologia de auditoria cívica e participação social, que deverão ser executadas em prazos definidos. Cada uma das tarefas terá como tema um daqueles listado no edital.
9. Prazo Resoluções: fim do prazo de resolução dos problemas encontrados.
10. Retorno da auditoria cívica para identificar resolução ou não dos problemas identificados.
11. Divulgação da avaliação individual por escola.
12. Cerimônia de Premiação.

Com o objetivo de estimular a escola em ações específicas que contribuem para a formação da cidadania ativa com a disseminação de conhecimentos e práticas de participação e controle social da educação básica, levando à reflexão-ação de professores e estudantes sobre problemas, causas e soluções no contexto escolar, foi instituído o 1º Prêmio Escola de Atitude.

O valor destinado para a premiação dos participantes foi de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para as escolas e 30 (trinta) bolsas do fundo pró-gestão para custear cursos de especialização ou mestrado para os professores orientadores.

A escola vencedora foi o Centro Educacional 14 de Ceilândia. Ficou em primeiro lugar no **Prêmio Escola de Atitude**, promovido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

A instituição criou um aplicativo para monitorar a limpeza e a conservação do patrimônio, além de ajudar no entendimento da corrupção no cotidiano escolar.

A unidade vencedora recebeu R$ 50 mil para melhorar a estrutura. Foram R$ 140 mil distribuídos entre as 10 primeiras escolas classificadas.

Os professores-orientadores do projeto das dez escolas vencedoras receberam bolsas de mestrado e especialização, oferecidas pelo **Fundo Pró-Gestão, da Escola de Governo do DF**.



A atratividade dos canais eletrônicos de transparência e controle é medida por meio do número de visualizações de página do Portal da Transparência do Distrito Federal (www.transparencia.df.gov.br) e do Aplicativo Siga Brasília, além do número de visualizações dos vídeos disponibilizados na WEB TV Transparência, onde são transmitidas ao vivo as reuniões do Conselho de Transparência e Controle Social, além de vídeos sobre transparência, acesso à informação e controle social. Nesse sentido, foram 4,6 milhões de visualizações em 2017, acréscimo de 50% em relação ao resultado obtido no exercício de 2016, em função do aperfeiçoamento dos instrumentos e do fomento ao controle social realizados pela SUTCS.

A CGDF é responsável pelo monitoramento da aplicação da Lei de Acesso à Informação – LAI nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, em todo o Poder Executivo do Distrito Federal, assim como pela disseminação da cultura de transparência e acesso à informação. Em 2017, cerca de 700 servidores receberam treinamento sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação.

O índice anual de atendimento à Lei de Acesso à Informação é calculado por meio da média entre o atendimento à transparência passiva e à transparência ativa. O índice alcançado no ano de 2017 foi de 78,5%. A transparência passiva se refere aos pedidos de acesso à informação registrados pelos cidadãos ao Governo do Distrito Federal e a transparência ativa trata das informações de interesse coletivo ou geral que os órgãos e entidades do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal devem disponibilizar em seus sítios oficiais, independentemente de requerimento, relacionadas no artigo 8º da Lei nº 4.990/2012 e nos artigos 7º e 8º do Decreto Distrital nº 34.276/2013.

No que se refere à transparência passiva, em 2017, o Governo do Distrito Federal recebeu 7.460 pedidos de acesso à informação, dos quais 7.108 já foram respondidos e 350 ainda estão dentro do prazo para resposta, conforme dados extraídos do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no dia 2 de janeiro de 2018.

Um dos aspectos previstos na Lei Distrital de Acesso à Informação – LAI/DF, nº 4.990/2012, é a adoção de meios eletrônicos para a disponibilização de dados públicos, que devem ser divulgados de forma que facilite sua reutilização e que permita o acesso simplificado para os seus usuários.

Neste sentido, registramos grandes avanços na transparência pública em 2017 com a instituição da Política de Dados Abertos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, e o lançamento do Portal de Dados Abertos do Distrito Federal (www.dados.df.gov.br), em 05 de dezembro de 2015.

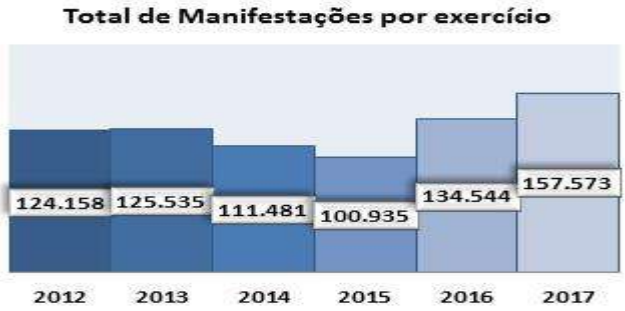
O Portal de Dados Abertos do Distrito Federal é a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas sobre diversos temas em formato bruto e aberto. A disponibilização de dados abertos possui potenciais variados, como a melhoria da gestão pública, o incremento da transparência, o fomento ao controle e participação social, a geração de emprego e renda e o incentivo à inovação.

No tocante às ações de ouvidoria, no exercício de 2017 a Ouvidoria recebeu 157.573 manifestações, que representou um acréscimo de 17% de registros em relação ao exercício anterior. Tal efetivo comporta uma média de 13.100 registros por mês e de 432 por dia, demonstrando a relevância do serviço de Ouvidoria para a população do Distrito Federal e para o Governo de Brasília.

Com a implantação do novo sistema de ouvidoria Ouv-DF ainda em 2016, o cidadão passou a qualificar se suas manifestações foram resolvidas ou não, além de responder a uma pesquisa de satisfação. As consultas são voluntárias e a amostra de participação tem sido elevada, considerando o recente lançamento do sistema e dos recursos de pesquisa. Atualmente temos os seguintes índices de participação:

- índice de qualificação das respostas: 18,40% (respostas qualificadas/total de manifestações registradas);
- índice de resolutividade: 35,84% (resolvidas/respostas qualificadas);
- índice de demandas respondidas no prazo: 87% (manifestações respondidas no prazo/total de manifestações)





Do montante de manifestações Registradas, 58% correspondem a reclamações e 23% de solicitações de serviços. Em 2016, tais percentuais correspondiam a 47% e 35%, respectivamente. Essa alteração foi ocasionada provavelmente pela troca de sistema informatizado e alteração de funcionalidades específicas, contudo, esta tese, necessita de uma série histórica maior para sua confirmação.

Os assuntos mais abordados por tipologia em 2017 são:

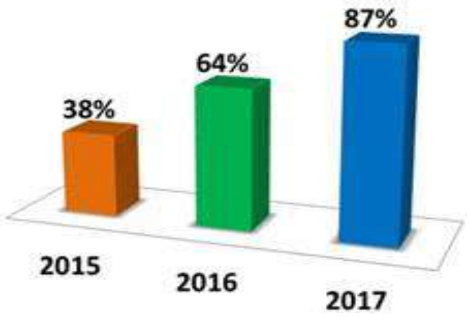
RECLAMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	INFORMAÇÃO	ELOGIO	SUGESTÃO
Cartão Estudante - Passe Livre Estudantil - SBA	Poda de Árvore	Perturbação do sossego	Agendamento de consultas	Servidor Público	Projetos e obras de infraestrutura urbana
Conduta do motorista de ônibus	Tapa buraco - manutenção de vias públicas	Servidor Público	Agendamento de exames	Atendimento em unidade de saúde pública	Fluidez do trânsito nas vias públicas
Atendimento em unidade de saúde pública	Corte total de árvore - erradicação	Construção Irregular em Área Pública	Agendamento de Cirurgias	Serviço prestado por órgão/entidade do Governo de Brasília	Serviço prestado por órgão/entidade do Governo de Brasília
Atendimento na Central 156	Funcionamento de poste de iluminação	Fiscalização em bares, lanchonetes e restaurantes	Concurso público no DF	Atendimento Médico	Atendimento na rede de Ouvidorias do Distrito Federal

Descumprimento da tabela horária de ônibus	Boca de lobo e bueiro	Fiscalização em comércio estabelecido com mercadorias ou equipamentos em área pública	Programas habitacionais	Atendimento para doação de sangue	Linhas de ônibus

MANIFESTAÇÕES MÊS A MÊS

Ano Abertura	Classificação	Reclamação	Solicitação	Denúncia	Informação	Elogio	Sugestão	Total
2017	**Total**	**90.757**	**36.405**	**18.179**	**5.234**	**5.211**	**1.787**	**157.573**
	Janeiro	7.296	3.243	1.267	371	375	157	12.709
	Fevereiro	7.139	3.061	1.858	450	354	142	13.004
	Março	9.489	3.521	1.506	556	446	165	15.683
	Abril	7.790	3.269	1.415	423	342	119	13.358
	Maio	8.239	3.613	1.721	518	466	168	14.725
	Junho	6.518	2.898	1.679	432	450	143	12.120
	Julho	5.576	2.197	1.345	385	463	146	10.112
	Agosto	9.722	3.055	1.730	525	534	176	15.742
	Setembro	8.712	2.674	1.386	454	496	170	13.892
	Outubro	8.037	2.771	1.677	404	444	151	13.484
	Novembro	6.838	2.998	1.376	404	389	144	12.149
	Dezembro	5.401	3.105	1.219	312	452	106	10.595

MANIFESTAÇÕES RESPONDIDAS NO PRAZO



AVALIAÇÃO SERVIÇO DE OUVIDORIA



OUTRAS REALIZAÇÕES

AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO:

1. Atendimento pela Central 162 de ligações oriundas de celulares – demanda antiga da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal com a preocupação de ampliar o acesso da população aos canais de atendimento de ouvidoria. As ligações podem ser realizadas por qualquer operadora de celular.
2. Implantação da Rede Ouvir-DF – Formalizado por protocolo de intenções para promover a atuação integrada das ouvidorias das instituições parceiras, representantes dos dois poderes do Governo de Brasília e do Poder Judiciário do Governo Federal. Com a Rede Ouvir-DF, a proposta é oferecer maior qualidade e rapidez para a solução de pleitos enviados pelos cidadãos às ouvidorias. Além disso, a rede permitirá uma resposta mais completa para casos que envolvam mais de uma instituição. O protocolo foi firmado entre as Ouvidorias do Governo de Brasília; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT; Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.
3. Ouvidorias Itinerantes - Em 2017, 43 seccionais realizaram ao todo 62 Ouvidorias Itinerantes em eventos e equipamentos públicos – o atendimento realizado em eventos externos e em equipamentos públicos, como restaurantes comunitários, cemitérios, postos de atendimento do Detran, entre outros, aproximando o governo do cidadão e disseminando o papel da ouvidoria como canal direto de diálogo.
4. Cessão do sistema informatizado Ouv-DF - o sistema já foi cedido sem custos para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), membro da Rede Ouvir-DF, e para a Controladoria-Geral do Município de São Paulo e está disponível para outras instituições do Distrito Federal e de demais entes da federação.

MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS:

1. Programa Carta de Serviços ao Cidadão: O programa da Carta de Serviços ao Cidadão, coordenado pela Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, foi desenhado a partir de uma série de demandas dos cidadãos captadas no sistema informatizado de ouvidoria do Distrito Federal, o que reforçou a importância de disponibilizar na internet informações essenciais sobre os serviços públicos, com intuito de facilitar e simplificar o processo de solicitação e interação com os órgãos e entidades. No âmbito das equipes de

trabalho, a participação de cidadãos também foi contemplada, inclusive na equipe da Controladoria-geral do Distrito Federal. A demanda por informações básicas acerca dos serviços, além de diversas reclamações relacionadas à falta de informações e padrões de atendimento nos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal foi fundamental para o desenho da metodologia e estratégia de implantação. Ainda, com a instituição do Programa, foi possível fomentar uma aproximação entre as unidades de ouvidoria, planejamento e comunicação, além das áreas de atendimento ao cidadão nos órgãos, na medida em que cada órgão e entidade constituiu uma equipe própria e apresentou sua Carta de Serviços específica. Em seu 3º ano de implantação, a Carta de Serviços evoluiu para a disponibilização de informações em formato digital (html), de forma que a descrição dos serviços, seus requisitos e informações adicionais sejam facilmente encontradas em buscas na internet, principalmente quando pesquisadas pelo Google.

2. Gestão da informação compartilhada em tempo real: Com a utilização de um sistema e base de dados únicos para registro de manifestações em todo o governo e com o auxílio de ferramentas de Business Inteligence – BI, a gestão das informações de ouvidoria foi incrementada e potencializada. Isso possibilitou enxergar as ações de forma compartilhada, e não seccionada por órgãos. Assim, problemas relacionados a uma área específica, independente do órgão responsável, podem ser vistos de maneira combinada, agregando valor aos processos de tomada de decisão. Ainda, as demandas do cidadão podem ser vistas de forma georreferenciada, auxiliando o próprio processo de planejamento das ações do Governo, sobretudo aquelas relacionadas à zeladoria das cidades. Dessa maneira, as informações trabalhadas de forma agregada e conjunta, apresentam-se como uma consultoria gratuita do cidadão ao governo, na medida em que apontam onde se encontram os problemas críticos a serem priorizados. Como resultado, na medida em que essas análises contribuem para uma maior efetividade das políticas públicas, a população tende a ampliar seu espaço de participação social, na busca por uma interação cada vez mais efetiva com o Estado.
3. Serviço de Informações ao Cidadão – SIC: No âmbito do Distrito Federal, as ouvidorias atuam também como SIC, sendo a Ouvidoria-Geral responsável pela capacitação das equipes com intuito de orientar sobre as normas para registro e encaminhamento de pedido de acesso à informação. Isso amplia as possibilidades de participação social, uma vez que o cidadão pode registrar demandas diversificadas durante um mesmo atendimento presencial. A outra forma de registro do SIC é por meio da internet, www.e-sic.df.gov.br. Em 2017, a rede de ouvidorias do Distrito Federal recebeu 6.668 pedidos de informações, tendo respondido 98% destes pedidos.

MELHORIA DO SERVIÇO DE OUVIDORIA:

a. Programas de capacitação e formação continuada: a estruturação da rede teve foco intenso na capacitação de seus membros. Não há como trabalhar com procedimentos, normas e ferramentas em comum sem considerar o componente de capacitação e formação continuada. Tal estratégia, estruturada em 2015 e aprimorada ao longo dos exercícios, foi fundamental

para fortalecer a cultura de ouvidor-gestor no âmbito da rede. Em três anos, foram capacitados 936 servidores do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal, nos mais diversos temas. A formação continuada é trabalhada em três níveis de formação (i) Curso de formação básico – obrigatório a todos os integrantes do SIGO/DF, (ii) Oficinas temáticas – abordagem mais específica e práticas em situações e problemas relacionados ao dia a dia da Ouvidoria e (iii) Cursos externos – cursos oferecidos por outras entidades, como a Ouvidoria-Geral da União, Ministério Público do Distrito Federal, Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman – ABO, entre outros. Atualmente, com uma rede de ouvidores capacitada e formada, associada à capilaridade dos canais de atendimento no âmbito do Distrito Federal, identifica-se a ampliação da participação social, considerando as ações estruturantes já implantadas. Ao longo do exercício foram realizados diversos cursos e oficinas temáticas, resultando em um esforço de capacitação de 641 servidores, nos temas abaixo:

- Curso de Formação em Ouvidoria.
- Oficinas de Gestão do Atendimento, Linguagem Cidadã, Mediação de Conflitos, Carta de Serviços, Sistema Eletrônico de Informações, Lei de Acesso à Informação e Relatórios Gerenciais de Ouvidoria.
- Cursos para equipes de atendimento da Secretaria de Fazenda e Na Hora.

b. Publicação do Manual de Atendimento de Ouvidoria - o objetivo do manual é aprimorar o atendimento ao cidadão que utiliza os serviços públicos do Distrito Federal e que demanda ações das ouvidorias, contribuindo para consolidar a participação social e fortalecer uma cultura organizacional voltada para o interesse público. O arquivo está disponível no Portal das Ouvidorias – www.ouvidoria.df.gov.br, no link: https://goo.gl/3gBCgb

c. 2ª Edição do concurso "Melhores Práticas em Ouvidoria" – novamente realizado em parceria com o Conselho de Transparência e Controle Social – CTCS para reconhecimento das melhores práticas adotadas. Neste ano com uma novidade, o reconhecimento pelo desempenho avaliado pelo próprio cidadão, que registra diretamente no sistema Ouv-DF se a demanda foi resolvida e responde a uma pesquisa de satisfação. Vencedores de 2017:

CATEGORIA	**INSTITUIÇÃO PREMIADA**	**PRÁTICA**
OUVIDORIA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO	Ouvidoria do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans)	"Ciclo de Palestras para Instituições de Ensino". Plano de ação junto às instituições de ensino do Distrito Federal para minimizar falhas no encaminhamento das informações estudantis ao DFTRANS
COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	Ouvidoria do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF)	"Mascote Ouvídio e vídeo institucional ". Tem o objetivo de personificar a Ouvidoria do Corpo de Bombeiros e aproximá-la do público interno e externo, com linguagem lúdica, clara e direta no vídeo foi apresentado o seu papel perante ao cidadão
PROJETOS DE OUVIDORIA	CAESB	"Wiki Ouvidoria". Consiste na organização e na disponibilização das informações que dão suporte ao atendimento prestado ao cidadão de forma sistematizada, o que repercute no tempo de atendimento e na qualidade da resposta
CARTA DE SERVIÇOS	Ouvidorias das regiões administrativas do Lago Norte, Santa Maria, Ceilândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Paranoá, Samambaia, São Sebastião, Sudoeste/Octogonal	"Carta de Serviços comum das Administrações Regionais". Trabalho elaborado em equipe com foco na uniformização das informações para dar mais clareza e objetividade ao conteúdo

RECONHECIMENTO PELO DESEMPENHO NA PERCEPÇÃO DO CIDADÃO	Fundação Hemocentro de Brasília - FHB Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans	Avaliação composta pela média simples dos índices de (i) resolutividade do órgão e pela (ii) satisfação e (iii) recomendação do serviço de ouvidoria, aferida no sistema informatizado de ouvidoria, combinada com a avaliação da qualidade das respostas ao cidadão, aferida em conformidade com as diretrizes do Manual de Atendimento de Ouvidoria.

d. Planejamento estratégico integrado: após as diversas ações estruturantes, foi possível, em 2016, estabelecer com a rede de ouvidorias do Distrito Federal uma Agenda Estratégica do SIGO/DF, consolidada no mapa estratégico que segue anexado. Assim, o SIGO/DF passou a ter uma orientação única das ações prioritárias, além de integrar os planos, projetos e programas do SIGO/DF, em consonância com o Plano Estratégico do Governo de Brasília. Sua elaboração e posterior monitoramento envolveram ouvidores e agentes de planejamento, representantes de 49 instituições, dentre elas 15 secretarias, 13 administrações regionais e 21 entidades. Em 2017, o desempenho da rede foi bastante satisfatório, com a execução de mais de 80% das iniciativas previstas.



Com a execução implementada em parcerias com as ouvidorias seccionais, com a utilização de Grupos de Trabalho multidisciplinares, a proposta de trabalho obteve êxito em seu primeiro exercício de execução. Dentre as ações executadas pelos grupos de trabalho, destacamos o modelo de monitoramento compartilhado, com Grupos de Trabalho, a equipe de Gestão da Estratégia e o Conselho de Gestão Estratégica. Destaque deve ser dado ao desempenho dos grupos de trabalho, com a participação de diversos órgãos e entidades da Rede de Ouvidorias, com destaque para os seguintes:

O Sistema Informatizado de Ouvidoria do Distrito Federal – Ouv-DF, desenvolvido pelas equipes da Controladoria Geral do Distrito Federal, recebeu duas premiações nacionais de inovação no setor público:

- 21º Concurso Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração Pública.
- Prêmio Excelência em Governo Eletrônico, promovida pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação – Abep e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O Programa Carta de Serviços ao Cidadão do Distrito Federal é escolhido finalista do 1º Prêmio de Melhores Práticas da Ouvidoria-Geral da União.

Advento de normativo nacional - Lei nº 13.460, de 13/06/2017, que dispõe acerca dos direitos dos usuários dos serviços públicos - regulamentando também o funcionamento das ouvidorias públicas e a obrigatoriedade de divulgação das Cartas de serviços a todos os órgãos públicos, em nível nacional. Importante mencionar que o SIGO-DF já atende aos dispositivos dispostos no referido normativo, em ambos os aspectos, colocando-se inclusive como exemplo de boas práticas para outras unidades da federação.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A CGDF tem grandes desafios para o ano de 2018, especialmente a automação de rotinas relacionadas com as ações de controle mandatórias, trabalhos que são determinados por força de norma, como a certificação das Tomadas de Contas Especial – TCE e as Inspeções das Tomadas e Prestações de Contas Anuais - TCA/PCA dos Gestores do GDF. Há sempre um estoque que se forma anualmente, de trabalhos dessa natureza, num cenário de pouca possibilidade de grandes incrementos de mão de obra, a racionalização e informatização de rotinas é o caminho que se apresenta como mais viável.

Outra questão relevante é a institucionalização/manualização das novas rotinas de trabalho, em especial as relacionadas com os serviços de natureza consultiva (Monitoramento, Integridade, Auditoria de Desempenho, Gestão de Riscos, entre outros). Nesse perspectiva a CGDF publicará em 2018 o Manual das Ações Controle em linha com a modernização do sistema informatizado de auditoria, o SAEWeb, e com o SEI-GDF.

Quanto ao modelo IA-CM, nível 3 encontra-se no seguinte patamar:

- entrega de 100% dos produtos eleitos para as atividades requeridas pelos 7 KPAs selecionados do nível 3 para realização no exercício de 2017;
- atividades de integração do nível 3;
- análise integrada de KPA´S (impactos e resultados);
- análise do projeto – riscos, custos qualitativos/insumos, matriz SWOT;
- reconhecimento em nível nacional de órgão de controle referência na aplicação do modelo;
- disseminação do projeto (âmbito interno GDF e externo (outros Estados);
- realização de benchmarking internacional videoconferência com República da Indonésia.

O destaque em muitas das ações programadas ocorreu com as seguintes realizações:

- Mudanças Organizacionais: segregação das atividades de Auditoria e Inspeção; trabalhos de assessoramento (Avaliação e Gestão de Riscos; Avaliação e Gestão de Controles Internos; Programas de Integridade; Monitoramento das Ações de Controle).
- Disseminação de Boas Prática: servidores da CGDF atuando como palestrantes nos seminários de "Gestão de Riscos e Controle Interno como Instrumento de Governança" em Brasília, São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo; bem como atuando como instrutores na escola de governo para inclusive formação dos gestores do GDF em Gestão de Riscos; Participação Proativa no CONACI – Conselho Nacional de Controle Interno atuando como líder do projeto IA-CM/CONACI; trabalhos de assessoramento (Avaliação e Gestão de Riscos e Avaliação e gestão de Controles Internos).
- Benefícios para o GDF: Dimensão Externa (credibilidade, percepção de profissionalização e visibilidade; Dimensão Interna (forte apoiador para alcance dos objetivos e satisfação da população com o governo).

Para o ano de 2018 o planejamento inclui principalmente as atividades requeridas para o Nível 3 do modelo IA-CM. Além de:

- realização de visitas técnicas a países que alcançaram o nível 3;
- apoiar a elaboração e execução dos planos de ação individualizados por áreas da CGDF;
- coordenação e monitoramento das entregas dos planos individualizados por área;
- consolidar/harmonizar as controladorias setoriais;
- adaptação da Portaria 47 para Manuais;
- consolidar a gestão por competências;
- certificar os auditores internos;
- coordenar força de trabalho;
- medidas de desempenho;
- componente essencial da equipe de gestão;
- aprimorar os mecanismos de financiamento;
- discutir supervisão da atividade de AI;
- outras ações em andamento: atuação líder grupo IA-CM/CONACI fomentar e disseminar o modelo; buscar fontes de financiamento; realizar oficinas sobre normas internacionais – IPPF´S, entre outras.

Na atividade de Correição Administrativa, no ano de 2017, a CGDF deu continuidade ao modelo de atuação mais integrado e voltado para excelência e foco no resultado. Para tanto, trabalhou para atingir as metas, priorizou as ações alinhadas às políticas públicas traçadas ao Planejamento Estratégico de 2016-2019, além de despender esforços para superar os desafios existentes na unidade, com vistas a alcançar os resultados esperados.

Importante frisar a mudança pela qual passou a área correcional. O enfoque atual é atuar na prevenção, quebrando o paradigma de atuação a posteriori, que fundamentava-se somente na remediação das irregularidades e dos atos ilícitos detectados.

Com base nisso, no ano de 2018, as ações relacionadas à Correcional Administrativa pretende empreender as seguintes ações:

- envidar esforços para dar continuidade às ações que visam diminuir o passivo de processos de acompanhamento, a fim de prosseguir supervisionando apenas os processos relevantes e de alta complexidade, com o objetivo de prestar uma orientação mais efetiva às unidades seccionais, por meio da realização de inspeções e visitas técnicas preventivas;
- confeccionar os módulos de "Sindicância", de "Processo Administrativo de Fornecedores" e de "Processo Administrativo de Responsabilização" do Sistema Correcional Integrado;
- concluir o Curso de Formação de Mediadores (com cerca de 60 servidores capacitados);
- realizar visitas técnicas nos órgãos e entidades do Distrito Federal com objetivo de acompanhar a utilização de instrumentos de resolução consensual de conflitos, integrar e fomentar os mecanismos de tomada de contas especiais, bem como sensibilizar os dirigentes sobre a importância da implantação de unidades especializadas de correição;
- supervisionar as mediações a serem realizadas pelos servidores capacitados;
- capacitar servidores dos órgãos e entidades do DF em matéria correcional e de Tomada de Contas Especial, por meio de workshops e cursos oferecidos em parceria com a

Escola de Governo para possibilitar a habilitação dos servidores na condução dos procedimentos apuratórios; e

- estender a implantação do módulo de Tomada de Contas Especial no SAEWEB para as demais jurisdicionadas, que possibilitará a supervisão das atividades de TCE mais célere e eficiente.

Nas ações de Controle Social e Transparência a unidade desempenhou bem suas atividades, sendo caracterizada com um forte espírito de equipe. Metas definidas para o ano de 2017 foram alcançadas e os resultados foram relevantes, impactando a cultura de diversos órgãos públicos por meio dos programas de transparência e um grupo significativo de cidadãos, por meio das auditorias cívicas.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas em 2017 foi o curto prazo para a execução do Projeto Controladoria na Escola, em função de atrasos nos procedimentos necessários ao seu início, o que poderia ter comprometido o alcance dos objetivos propostos. Além disso, a insuficiência de recursos humanos especializados dedicados à manutenção corretiva e evolutiva do Portal da Transparência do Distrito Federal e do Aplicativo Siga Brasília, dificultou a realização de ajustes e a implementação de novas funcionalidades nesses instrumentos.

Para o ano de 2018 a CGDF/SUTCS pretende executar seus programas/projetos logo no início do ano, tendo garantidos e disponibilizados todos os recursos necessários para sua boa execução. Destaca-se, para esse exercício, o Projeto Controladoria na Escola, que planeja alcançar 200 escolas e a reformulação do Aplicativo Siga Brasília.

No trabalho de Ouvidoria, a Controladoria é responsável pelo Objetivo Específico 001 – GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA, que visa "tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas". Nesta lógica, a Ouvidoria-Geral do Distrito Federal tem papel relevante no alcance das metas estipuladas, sobretudo as destacadas.

Metas PPA 2016-2019 e Ações Implementadas:

- fortalecer os mecanismos de transparência e controle social das ações do GDF (CGDF) – Ouv-DF, Ouvidoria itinerante, Carta de Serviços, LAI e Sic;
- aprimorar a integração do sistema de ouvidorias do GDF (CGDF): Ouv-DF, Formação Continuada de Ouvidores, Planejamento Integrado SIGO, Prêmio Melhores Práticas em Ouvidoria, Projeto Ouvindo os Ouvidores;
- otimizar os processos de planejamento e gestão da CGDF alinhados aos do GDF (CGDF): Planejamento Integrado SIGO.

Um dos principais desafios desse exercício para a Ouvidoria-Geral do DF – OGDF/CGDF foi o de fortalecer os espaços de participação popular e das instâncias de controle social com o objetivo de fomentar a gestão colaborativa e consolidar um governo ético, democrático e transparente, por meio da qualificação do Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF, de forma a fortalecê-lo como elo entre a sociedade e o Estado. Com todos os passos dados no ano de 2017, avançamos no sentido de consolidar o processo de implantação do sistema de ouvidorias públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, instituído oficialmente em 2012 - Lei Distrital nº 4.896/2012. Assim, a Ouvidoria no governo do Distrito Federal funciona como um sistema orgânico de ouvidorias públicas e tem a finalidade de garantir a participação popular e contribuir para desenvolver a cultura de cidadania, aprimorando os serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Distrito Federal, com foco na Gestão para resultados efetivos.

Atualmente, a rede de Ouvidorias do Governo do Distrito Federal está estruturada e é percebida pela comunidade como o espaço de participação no Estado. A estrutura do SIGO-

DF garante amplo acesso ao serviço tanto por estar (i) acessível a qualquer tempo via internet (www.ouv.df.gov.br), ou via Central 162 em horários bastante diversificados, como por estar (ii) espacialmente difundida, uma vez que o SIGO/DF dispõe de ouvidorias em todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, com destaque à existência de unidade de atendimento em todas as administrações regionais e todos os hospitais públicos, bem como a implantação de linha direta nas centrais de atendimento do Na Hora – telefone disponibilizado em ambiente reservado para o cidadão registrar sua manifestação junto à Central 162.

O Plano de ação para o exercício de 2018 traz diretrizes construídas no âmbito da Agenda Estratégica do SIGO-DF, no modelo de gestão implantado a partir de 2017. Assim, traz diretrizes gerais para todos os membros da rede, como orientação às ações a serem conduzidas por todos:

Consolidar a utilização das informações de ouvidoria para a melhoria da gestão: a proposta aqui é ampliar a utilização das informações de ouvidoria por parte dos órgãos do governo do Distrito Federal, sobretudo nas ações voltadas para a melhoria dos serviços públicos. Não se trata apenas de disponibilizar dados agregados de manifestações de Ouvidoria, mas a produção de estudos e relatórios analíticos e descritivos, que busquem não apenas relatar problemas, mas identificar oportunidades de melhorias e propostas obtidas a partir das manifestações da população. A adoção de ferramentas mais modernas de gestão, melhorias qualitativas no Sistema Ouv-DF, de forma a disponibilizar aos usuários relatórios gerenciais em tempo real, além da criação de painéis de monitoramento de temas críticos são ações previstas no âmbito desta diretriz.

Foco no fortalecimento das Ouvidorias: o fortalecimento das ouvidorias passa pela profissionalização dos ouvidores e equipes, além do aprimoramento dos processos de trabalho dos órgãos e entidades, integrando as ouvidorias como fonte de dados para formulação de estratégia organizacionais e espaço de manifestação cidadã. Assim, nessa diretriz estão direcionadas as capacitações de equipes e projetos de ouvidoria, sobretudo os projetos de simplificação de serviços, que deverão ocorrer no âmbito do Programa da Carta de Serviços ao Cidadão.

Documentação e publicação de artigos: considerando que este é o último exercício desta gestão e que diversos avanços foram alcançados a partir da constituição do SIGO-DF, em 2012, é fundamental a documentação das ações implementadas e das informações de Ouvidoria, sobretudo para subsidiar o processo de planejamento governamental. A documentação das ações é importante inclusive para demonstrar a evolução e avanços obtidos no serviço de ouvidoria, considerando que a relevância deste serviço de utilidade pública vem crescendo ao longo dos anos.

Troca de boas práticas entre os membros do SIGO-DF: na esteira de fortalecer a ouvidoria como ferramenta de gestão, é imprescindível o estabelecimento de parceiras entre os membros do SIGO-DF, bem como a troca de boas práticas entre ouvidorias. Assim, iniciativas nesse sentido serão estimuladas e promovidas pelo órgão central, sobretudo na proposição de melhorias dos serviços públicos, principalmente na estratégia de simplificação da ação pública.

1. Simplificação de processos e procedimentos: no âmbito do Programa da Carta de Serviços ao Cidadão, o foco de ação será centrado para a simplificação de processos e procedimentos, nos moldes do Decreto nº 36.466/201. A proposta é trabalhar a simplificação de processos e procedimentos do governo a partir de sugestões da população, registradas nos canais de ouvidoria. Todo o processo será conduzido pelas equipes de monitoramento da Carta de Serviços e coordenado pela Comissão Permanente de Simplificação de Serviços Públicos, composta por servidores da Controladoria-Geral do Distrito Federal e da Secretaria de Planejamento e Gestão.
2. Importância da linguagem cidadã: a linguagem cidadã permeia toda a ação de Ouvidoria, considerando que a principal função do serviço de Ouvidoria é ser o espaço de participação cidadã no Governo. Assim, partindo do principio de que a informação publica deve ser compreensível, adequada e acessível, a ação das ouvidorias será conduzida permanentemente pela lógica da simplicidade e abrangência de público.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 48.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Legislação:

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, regulada pela Lei Complementar nº 80/1994, que lhe assegura "autonomia administrativa e financeira e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art.99, § 2".

A Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, antes denominada de Centro de Assistência Jurídica do Distrito Federal – CEAJUR, também é regulada, no que couber pela Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, publicada no DODF nº 143 de 27 de julho de 2010, e está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o número 12.219.624/0001-83.

Cumpre esclarecer que o decreto nº 31.654 de 06 de maio de 2010, publicado no DODF nº 91 de 13 de maio de 2010, Seção I, previu a alteração da estrutura do CEAJUR, sem aumento de despesas e em seu Parágrafo Único do Art. 1º estabeleceu que até a criação da unidade orçamentária própria e a completa estruturação da Unidade de Administração, financeira, orçamentária, patrimonial e contábil esta Unidade Orçamentária.

A Unidade Orçamentária da DPDF teve sua criação por meio da Lei nº 4.489, de 14 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 135, na data de 15 de julho de 2010, Seção I, pág.3.

Contudo, a emenda à Lei Orgânica nº61, publicada no DODF, 17 de dezembro de 2012, transformou o Centro de Assistência Jurídica do Distrito Federal - CEAJUR em Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, mantendo a finalidade da prestação de assistência jurídica gratuita e integral a quem comprovar insuficiência de recursos.

Competências:

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF é a instituição Estatal responsável pelo cumprimento do dever constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população carente ou vulnerável que não tenha condições financeiras de pagar as despesas destes serviços.

O Artigo 134 da Constituição Federal estabelece que a "Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art.5º, LXXIV". Esse inciso LXXIV do artigo quinto diz que o "Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Conforme expressão da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública – LONDP (Lei Complementar 80, de 12 de janeiro de 1994), a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos (artigo 1º), incluindo, dentre seus objetivos, a primazia da dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais e a prevalência e efetividade dos direitos humanos (artigo 3º-A).

Dentre as funções institucionais da Defensoria Pública, destacamos a de "promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes" e a "promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela", consoante prevê expressamente os incisos VII e X do artigo 4º da LONDP.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	15	364	33	212	624
Comissionados sem vínculo efetivo	69		88		157
Requisitados de órgãos do GDF	16	73			89
Requisitados de órgãos fora do GDF		1			1
Estagiários	0	122		228	350
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		10			10
Terceirizados (FUNAP)		22			22
Outros - especificar				1.489	1.489
Subtotal	100	592	121	1.929	2.442
(-) Cedidos para outros órgãos	17	3			20
Total Geral	117	595	121	1.929	2.462

Outros-especificar: Estagiários voluntários - 200 (duzentos) e colaboradores - 1.289 (um mil duzentos e oitenta e nove), totalizando 1.489 (um mil quatrocentos e oitenta e nove)

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	**90.000,00**	**190.000,00**	**96.072,09**	**96.072,09**
0002 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	90.000,00	190.000,00	96.072,09	96.072,09
4128 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO	**70.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	70.000,00	50.000,00	0,00	0,00
4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	**300.000,00**	**25.000,00**	**23.731,88**	**10.722,84**
0001 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	25.000,00	23.731,88	10.722,84
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
9630 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	**2.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
8757 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-DEFENSORIA PÚBLICA - INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	1.000,00	0,00	0,00	0,00
8758 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-DEFENSORIA PÚBLICA - UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	1.000,00	0,00	0,00	0,00
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	**30.000,00**	**12.800,00**	**336,00**	**336,00**
2259 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	30.000,00	12.800,00	336,00	336,00
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**251.000,00**	**558.000,00**	**459.000,00**	**418.540,37**
8387 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	251.000,00	558.000,00	459.000,00	418.540,37

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**793.000,00**	**885.800,00**	**579.139,97**	**525.671,30**

Realizações:

- Convocação de 50 servidores da carreira de analista judiciário em janeiro de 2018;
- Transferência de 12 Núcleos de Assistência Jurídica para o Edifício Rossi Esplanada Business, Quadra 1, Lote G, Térreo e Semienterrado, Setor Comercial Norte, Brasília, Distrito Federal. No local foram instalados a EASJUR – Escola da Defensoria, e os NAJ's: MEDIAÇÃO, PSICO-SOCIAL, INICIAIS DE BRASÍLIA, ATENDIMENTO JURÍDICO AO CIDADÃO, SAÚDE, SEGUNDO GRAU, DEFESA DO CONSUMIDOR, EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, EXECUÇÃO PENAL, MIRABETE, FAZENDA;
- Aquisição de 10 automóveis, por meio de Convênio nº 340/2016, com Ministério da Justiça, em execução de Emenda Parlamentar no orçamento da União do exercício de 2017;
- Aquisição de 100 (cem) scanners de mesa;
- Aquisição de divisórias e contrato de manutenção e remanejamento de divisórias;
- Contrato de manutenção dos aparelhos de ar condicionado em todos os ambientes da Defensoria Pública;
- Contrato de aquisição de 20 (vinte) aparelhos de ar condicionado para o NAJ Planaltina e 03 (três) para a Sede;
- Contratação de empresa prestadora de serviços gráficos (aquisição de envelopes, banners e cartazes) e de Visualização;
- Licitação e contratação de empresa especializada em fazer exames de DNA;
- Locação de imóvel para instalação do NAJ São Sebastião;
- Início do processo para locação e instalação do NAJ de Santa Maria;
- Locação de imóvel para instalação do NAJ Taguatinga, finalizando com a transferência do Núcleo no final do ano de 2016.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1559 - ATENDIMENTOS REALIZADOS	440.000	UNIDADE	500.000	479525	600.000	334.100	700.000	800.000	DPDF / UO 48101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo, atendimento idoso, atendimento psicólogo, atendimento servidor, atendimento social, atendimento vítima doméstica e visitas; também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça onde, a Defensoria prestava serviço em torno de 60% da capacidade das Varas, e com as medidas implantadas no ano 2016, a capacidade aumentou para 94%. 2017 - Fundamenta-se no numero de atendimentos de forma geral, considerando as seguintes variáveis dos dados estastísticos: atendimento externo; atendimento ao idoso; atendimento psicológico; atendimento ao servidor; atendimento social; atendimento a vítima doméstica e visitas. Também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça em que a Defensoria prestava serviço. Considerando que o valor desejado foi superestimado, mesmo assim, alcançou índice de 55,5%.									
1557 - NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	1.123	UNIDADE	2.000	1.465	2.200	1.610	2.400	2.600	DPDF / UO 48101 / OE 6
Justificativa: 2016 - No exercício de 2016 houve aumento no número de atuação extrajudicial em razão da capacitação de Mediadores pela Escola da Defensoria Pública, bem como das inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil - CPC, refletindo assim na celeridade do processo. 2017 - Atuação extrajudicial para resolução dos conflitos depende da atuação de mediadores e conciliadores, bem como da vontade das partes. Considerando o índice estabelecido, como desejado, foi alcançado 73,5%.									
1556 - ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS	0	%	10	0,02	11	1,21	12	13	DPDF / UO 48101 / OE 6
Justificativa: 2016 - O índice estabelecido, como desejado, foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria, que além dos ajuizamentos de petições, também, prestamos atendimentos de orientação jurídica, bem como outros processos onde o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc). 2017 - O índice estabelecido como desejado foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria que, além dos ajuizamentos de petições, também presta atendimento de orientação jurídica, em que cabe à vontade das partes realizar ou não os acordos, bem como os processos em que o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc)									

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1558 - ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO	0	%	18	12	17	7,42	16	15	DPDF / UO 48101 / OE 6

Justificativa: 2016 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 18% sobre o total de atendimento, no entanto, a meta ficou abaixo do previsto, em 12%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2016.

2017 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame; iniciais medicamentos; iniciais propostas; iniciais tratamentos; iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 17% sobre o total de atendimento; no entanto, a meta ficou melhor do que o previsto, em 7,5%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2017.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**50.000,00**	**13.030,00**	**13.020,82**	**13.020,82**
0007 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	13.030,00	13.020,82	13.020,82
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**6.628.267,00**	**5.577.007,00**	**5.507.007,88**	**5.507.007,88**
7028 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	6.628.267,00	5.577.007,00	5.507.007,88	5.507.007,88
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**6.678.267,00**	**5.590.037,00**	**5.520.028,70**	**5.520.028,70**

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	**5.319.625,00**	**3.676.422,00**	**3.676.421,84**	**3.301.857,67**
9623 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	3.719.625,00	2.876.422,00	2.876.421,84	2.796.817,67
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.400.000,00	600.000,00	600.000,00	305.040,00
0003 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO- NA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6008 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	1.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**152.928.580,00**	**177.880.513,00**	**173.812.484,20**	**173.812.484,20**
8711 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	152.928.580,00	177.880.513,00	173.812.484,20	173.812.484,20
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**7.765.699,00**	**4.448.199,00**	**4.211.723,30**	**4.211.723,30**
9549 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	7.765.699,00	4.448.199,00	4.211.723,30	4.211.723,30
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**3.746.027,00**	**4.324.095,00**	**3.991.270,69**	**3.411.360,73**
9632 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	3.746.027,00	4.324.095,00	3.991.270,69	3.411.360,73
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**1.488.860,00**	**1.588.860,00**	**1.551.421,76**	**1.536.421,76**
2626 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	1.488.860,00	1.588.860,00	1.551.421,76	1.536.421,76
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**125.000,00**	**75.000,00**	**64.478,18**	**64.478,18**
0079 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	125.000,00	75.000,00	64.478,18	64.478,18
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**171.374.791,00**	**191.993.089,00**	**187.307.799,97**	**186.338.325,84**

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NA DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Dificuldades:

- Carência de Pessoal no Quadro da DPDF, uma vez que a Defensoria foi criada em 2012, e na condição de órgão recém-criado, promoveu aproveitamento de pessoal oriundos de outros órgãos administrativos do GDF, e realizou apenas 1 (um) concurso para o cargo de Defensor (atividade fim) e 1 (um) concurso para o provimento de cargo de Analista Judiciário;
- Falta de Regimento Interno;
- Falta de sede própria para a Defensoria;
- Falta de imóveis para instalação dos diversos Núcleos de Atendimento, sendo que alguns dos NAJ's funcionam em espaços cedidos PROVISORIAMENTE pelo TJDFT e Câmara Legislativa;
- O TJDFT solicitou a devolução dos espaços cedidos para instalação dos NAJ's, alegando necessidade de ampliação das atividades do próprio Tribunal nos respectivos Fóruns. Em alguns casos, o TJDFT têm pedido a desocupação dos espaços e estipulado prazos para o cumprimento, como foram os casos de São Sebastião e Santa Maria;
- Necessidade de padronização nos Núcleos de Atendimento, incluindo emissão de senhas automáticas, triagem com equipe fixa e treinada;
- Uso de uniforme para os servidores dos NAJ's, tantos servidores, quanto colaboradores e estagiários, distinguindo-se as funções uns dos outros pelo uso obrigatório de crachá;
- Designação de um (01) servidor e em media cinco (05) estagiários treinados nos tipos de atendimentos realizados no Núcleo para ficarem responsáveis exclusivamente pelas informações prestadas e pela triagem do cidadão;
- Elaboração de cartilha com informações básicas sobre legislação, competências, atribuições dos Núcleos e requisitos para atendimentos em cada um a ser a ser distribuída tanto aos servidores que já estão nos quadros da DP, quanto para os que ingressam na Defensoria.

Perspectivas:
- Inauguração da Unidade de Atendimento Integrado – já em processo de instalação NAJ's no Ed. Esplanada Rossi Business, ainda faltam serem adotadas ações para finalização do processo total de transferência e fazer a inauguração formal do espaço, e divulgação da nova Unidade instalada;
- Aquisição dos veículos no 1° semestre e de mais 7 (sete) veículos em cumprimento ao Convênio 340/2016 com o Ministério da Justiça – Emenda Parlamentar ao Orçamento Federal de 2017;
- Promover a transferência do NAJ de Santa Maria das instalações do TJDFT, para imóvel alugado pela DPDF;

Obs. Novas deliberações sobre objetivos e metas para 2018 na DPDF acontecerão após a Eleição para novo Defensor Público Geral a ser realizada em abril.

FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - PRODEF – UO: 48.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – PROJUR, instituído pela Lei n° 744, de 04/12/2007, publicada no DODF n° 231, de 05/12/2007, e regulamentada pelo Decreto n° 28.757, de 06/02/2008, publicado no DODF nº 25, de 7/02/2008, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 09.396.049/0001-80, passou a ser denominado Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal -PRODEF, de acordo com o Artigo 3º da Lei Complementar nº 908, de 07 de janeiro de 2016. A composição do PRODEF está estabelecida na Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010. O Fundo é desenvolvido e coordenado pela Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, e tem por finalidade destinar recursos para programas e projetos relacionados à execução das finalidades institucionais deste órgão.

O quadro de pessoal do PRODEF é composto pelos membros do seu Conselho de Administração – CAPRODEF, formado por 07 (sete) Conselheiros Defensores, desta forma: pelo Defensor Público Geral, pelos 02 (dois) Subdefensores, pelo Coordenador da Assessoria Jurídica, o Corregedor Geral, um representante da Associação dos Defensores do DF e um representante do Conselho Superior da DPDF, além do Chefe do Núcleo de Administração Financeira do PRODEF, que exerce a atividade administrativa do Fundo.

O art. 11 da Lei Complementar nº 744, de 04 de dezembro de 2007, veda a remuneração, a qualquer título, pela participação no Conselho de Administração do PRODEF.

FORÇA DE TRABALHO

Não possuem quadro de pessoal próprio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR	**100.000,00**	**100.000,00**	**250,00**	**250,00**
0001 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR-FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	250,00	250,00
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	**2.648.308,00**	**6.694.561,00**	**3.715.124,10**	**2.969.867,68**
9629 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF-MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF-DISTRITO FEDERAL	2.648.308,00	6.694.561,00	3.715.124,10	2.969.867,68
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**2.748.308,00**	**6.794.561,00**	**3.715.374,10**	**2.970.117,68**

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2017 ocorreram melhorias nas instalações físicas em razão da aquisição de divisórias para a estruturação dos Núcleos de Assistência Jurídica vinculados, bem como aquisição de 02 (dois) veículos de serviço.

Os recursos do Fundo também foram utilizados para atender despesas com contratos de prestação de serviços continuados, totalizando 11 (onze) contratos (serviço de fornecimento

de energia elétrica, telefonia fixa e móvel, locação de copiadoras e impressoras, aluguéis, entre outros).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF tem contribuído para o exercício da missão da Defensoria Pública do DF cujo objetivo é prestar assistência jurídica integral de qualidade e gratuita a toda população do Distrito Federal que tenham insuficiência de recursos, em defesa da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social.

O orçamento do exercício financeiro de 2017 indicou as ações como: Funcionamento do Programa de Assistência Judiciária – PROJUR e Modernização e Reaparelhamento da DPDF.

Essas ações tiveram a perspectiva de possibilitar e melhorar o aparelhamento das instalações da Defensoria Pública do Distrito Federal, com aquisição de bens e serviços, bem como a realização de outras atividades vinculadas ao exercício da assistência judiciária.

Para o exercício seguinte, espera-se que os recursos arrecadados pelo PRODEF sejam aplicados de forma satisfatória no custeio e nos investimentos em prol da Defensoria Pública do DF, para a consecução de suas funções institucionais.

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE – UO: 51.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude do Distrito Federal - SECRIANÇA-DF, atual responsável pelo Sistema Socioeducativo, Conselhos Tutelares e Políticas para Crianças e Adolescentes, foi criada pelo Decreto nº 32.716 de 1º de janeiro de 2011.

Conforme Decreto nº 36.236 de 1º/01/2015 que fixou a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Distrito Federal, a Secretaria tem competência e atuação nas seguintes áreas:

I – articulação, no âmbito distrital, dos programas e projetos destinados à proteção, defesa e promoção da criança, do adolescente e da juventude;

II – elaboração de políticas públicas para as crianças, adolescentes e jovens;

III – inserção do jovem no mercado de trabalho.

IV – conselhos tutelares;

V – proteção da criança e do adolescente;

VI – recuperação socioeducativa.

Vinculam-se à Secretaria o Conselho da Juventude; o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares.

Cabe ainda à Secretaria a gestão do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA/DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	38	49	133	1.514	1.734
Comissionados sem vínculo efetivo	108	0	195	0	303
Requisitados de órgãos do GDF	8	5	3	3	19
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	31	0	0	31
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	1.550	0	0	1.550
Terceirizados (FUNAP)	0	11	0	0	11
Outros - especificar	0	0	198	0	198
Subtotal	154	1.646	529	1.517	3.846
(-) Cedidos para outros órgãos	23	6	0	0	29
Total Geral	131	1.640	529	1.517	3.817

O quantitativo de "Outros" refere-se a Conselheiros Tutelares.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**162.710,00**	**202.710,00**	**202.709,74**	**168.416,87**
8473 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	162.710,00	202.710,00	202.709,74	168.416,87
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**162.710,00**	**202.710,00**	**202.709,74**	**168.416,87**

A Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude firma contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, a qual gere o serviço de 11 (onze) sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, em regime semi-aberto, aberto e livramento condicional.

Tais sentenciados prestam serviços de reprografia, entrega de documentos, auxílio na elaboração de documentos, auxílio à organização de arquivos, manutenção e conservação predial, manutenção e recuperação de bem móveis, manutenção de veículos, recolhimento de bens inservíveis, transporte de materiais, copeiragem, reciclagem de papel, serviços gerais, manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas públicas, ações de preservação de áreas públicas, recepcionista (o), secretaria (o) e construção civil.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1539 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	**500.000,00**	**150.000,00**	**97.034,61**	**90.659,06**
0001 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	150.000,00	97.034,61	90.659,06
2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	**8.001,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	8.001,00	0,00	0,00	0,00
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	**10.001,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL--DISTRITO FEDERAL	10.001,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**750.000,00**	**1.450.000,00**	**1.229.545,20**	**968.374,00**
0015 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS- OFICINAS DE PERCUSSÃO, TEATRO E EMPREENDEDORISMO DO PROJETO NOTA 10-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
0016 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS- APRENDENDO COMO APRENDER- CEILÂNDIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0057 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE AÇÕES SÓCIO EDUCATIVAS DO PROJETO PROJETANDO CIDADANIA - GUARDA MIRIM SOCIAL DE BRASÍLIA- SÃO SEBASTIÃO	0,00	150.000,00	149.900,00	0,00
0065 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0,00	200.000,00	198.050,00	198.050,00
0070 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS PARA JOVENS E ADOLESCENTES-DISTRITO FEDERAL	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
0103 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	900.000,00	681.595,20	620.324,00
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	**1.278.002,00**	**1.600.000,00**	**1.326.579,81**	**1.059.033,06**

Promoção de Políticas para Crianças e Adolescentes

O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio tem como objetivo atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, de uma forma integrada e especializada, evitando a revitimização. Nesse sentido a equipe realiza diversos procedimentos: escuta especializada, estudo psicossocial, acompanhamento das famílias ao hospital, acompanhamento das famílias ao IML, elaboração de relatório psicossocial e encaminhamentos para a rede de proteção. No ano de 2017 o Centro atendeu 257 famílias e realizou 1.354 procedimentos.

Outra vertente de trabalho do Centro é a aproximação da rede de atendimento e do Sistema de Garantia de Direitos e o nivelamento conceitual da rede de atendimento de forma que os casos tenham mais celeridade no atendimento. Nesse sentido foram realizados 11 estudos de casos, 121 reuniões com a rede de proteção, 22 supervisões ministradas pelo TJDFT, 44 conferências, seminários ou encontros, 7 cursos/palestras, 8 visitações de outros estados/países no Centro, duas reuniões entre os demais Centros do País e 1 viagem para a disseminação do Centro.

Recebimento do Prêmio Neide Castanha

A metodologia inovadora e protetiva do Centro chamou atenção da comissão julgadora do Prêmio Neide Castanha e foi referendado pelo prêmio no quesito Boas Práticas. O Prêmio foi entregue em solenidade na Câmara dos Deputados e seu recebimento se deu pelo Senhor Secretário e a Senhora Márcia Rollemberg. Prêmio foi entregue na data comemorativa de 18 de maio.

Visita da Rainha e do Rei da Suécia

No dia 06 de abril de 2017, como parte dos compromissos oficiais no Brasil, o rei Carlos XVI Gustavo e a rainha Silvia, da Suécia, visitaram o Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio.

A rainha Silvia é fundadora da organização Childhood, uma importante parceira na criação do Centro e na formação da equipe que trabalha no local. Na ocasião a majestade reiterou a parceria e informou que a organização investirá no desenvolvimento de ferramenta de suporte à gestão de casos de assistência individual e na promoção de intercâmbio de experiências

Para receber a Rainha foi feita uma solenidade com a presença da Primeira Dama e colaboradora do Governo de Brasília, do Ministro de Desenvolvimento Social, do Embaixador da Suécia e demais autoridades.

Aniversário do Centro

O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio completou seu primeiro ano de atendimento. Com a intenção de comemorar com a rede, socializar informações e fortalecer fluxos foi realizada uma comemoração no espaço do Centro, no dia 15 de dezembro do presente, com a participação de parceiros da rede de proteção. Compuseram a mesa a colaboradora Márcia Rollemberg, o Secretário Adjunto desta Secretaria e presidente do CDCA, a Subsecretária Perla Ribeiro, a Secretaria da Saúde, a Secretaria de Segurança Pública, o Ministério Público e uma representante dos Conselhos Tutelares.

Apresentações da Experiência do Centro Integrado 18 de Maio no Brasil

No dia 12 de dezembro de 2017 a SECRIANÇA participou, em Porto Velho (RO), do Seminário "A Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência", realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado, em parceria com a rede local de enfrentamento a violência sexual. A Secriança foi representada pela subsecretária de Promoção de Políticas para Crianças e Adolescentes, Perla Ribeiro, que apresentou a experiência do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio.

O objetivo do seminário foi possibilitar ao participante a capacidade de compreender como deve ser a atuação no atendimento à crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, de forma humanizada e acolhedora tendo como base os conhecimentos técnicos e orientações previstas na recomendação nº 33/2010 do CNJ e determinadas na Lei 13.431/2017.

No dia 13 de novembro, a coordenadora do Centro de Atendimento Integrado também apresentou a experiência do DF em São Leopoldo (SP) durante o Seminário "Avanços na Legislação Protetiva de Crianças e Adolescentes: a Escuta Protegida e os Centros de Atendimento Integrado", promovido pela Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Comunitária (Sesdec)

O Seminário foi uma atividade preparatória ao Fórum de Autoridades Locais de Periferia (FALP) que propunha analisar as realidades de violência contra crianças e adolescentes. Ele também promoveu o debate sobre a implementação da Lei 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, criada pela deputada federal Maria do Rosário. Sancionada em abril de 2017, a Lei estabelece a escuta especializada e o depoimento especial como procedimentos para inquéritos e processos judiciais que envolvam este grupo.

Grupo de Trabalho para Elaboração da política Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal

Um dos desafios que enfrentamos na promoção do desenvolvimento integral dessas crianças e adolescentes é a exposição a situações de violência, especialmente a violência sexual, fenômeno complexo que atingiu 37,4% dos casos de violência da faixa etária dos 0 até os 19 anos de idade notificados no ano de 2015.

Com o intuito de superar essa grave violação de direitos foi criado pelo decreto Nº 38.285, de 20 de junho de 2017, o Grupo de Trabalho para a elaboração da Política Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal.

Tem o objetivo de discutir e elaborar esta política alinhada à Política Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes e demais dispositivos legais. O grupo tem por atribuição realizar estudos e elaborar documentos técnicos para qualificação da proposta da Política Intersetorial; realizar estudos de impacto financeiro de implementação da Política Intersetorial; e apresentar proposta da Política Intersetorial considerando os resultados dos estudos e discussão realizados pelo Grupo de Trabalho.

É composto pelas Secretarias de Estado de Políticas da Criança, Adolescente e Juventude; Planejamento, Orçamento e Gestão; Saúde; Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Segurança Pública e Paz Social; da Educação; e pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, além do convite para o Ministério Público,

TJDFT, Conselho Tutelar, e o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Durante o segundo Semestre de 2017 foram realizadas 05 reuniões de trabalho e até o momento o grupo está trabalhando no diagnóstico e mapeamento das ações realizadas pelos órgãos de Estado.

I Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências e III Encontro Nacional dos Centros de Atendimento Integrado

Nos dias 08, 09 e 10 de agosto de 2017 aconteceu o I Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências e III Encontro Nacional dos Centros de Atendimento Integrado secretaria nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do ministério dos Direitos Humanos – SNPDCA/MDH, Secretaria Nacional de Assistência Social do ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – SNAS/ MDSA e da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, em conjunto com os Centros de Atendimentos Integrados e com o apoio institucional de várias organizações como a Organização Não-Governamental Childhood Brasil, Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, UNICEF e INDICA.

Essas atividades foram concebidas como um momento de proposituras para a implementação desta lei com o enfoque no aprimoramento das metodologias de trabalho para o atendimento integrado às crianças e adolescentes vítimas de violências, e no advocacy da plataforma dos Centros integrados para os novos gestores das capitais dos estados brasileiros, que iniciaram mandatos a partir de janeiro deste ano.

O evento aconteceu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, foi aberto para toda a rede de atenção a criança e ao adolescente e contou com a participação de 329 pessoas. Foi uma importante atividade para a capacitação, articulação e aproximação da rede do DF (Conselhos Tutelares, Polícia civil, sistema de justiça, servidores da saúde, dentre outro) e demais estados, além dos servidores do Centro Integrado 18 de maio.

Formação dos Conselheiros Tutelares frente à Lei 13431/2017 e Fluxos do Centro

Dado o trabalho conjunto realizado na proteção e crianças e adolescentes vítimas de violência sexual entre o Centro 18 de Maio e os Conselhos tutelares e também a necessidade de que os equipamentos de atendimento se encontrem alinhados à legislação vigente, a Subpolíticas e o Centro 18 de Maio realizaram uma capacitação dirigidas aos Conselheiros de forma a aproximar do fluxo de atendimento existente no Centro e fortalecermos o diálogo. Realizada nos dias 7 e 8 de dezembro, a capacitação contou com 70 conselheiros.

Participação em conteúdo para curso nacional de formação de equipes de Centros Integrados

Dada a experiência do Centro 18 de Maio no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, este Centro tem participado da elaboração do Curso de Formação de Equipes Técnicas de Centros de Atendimentos Integrados que se encontra em elaboração pela Childhood Brasil. A previsão de finalização será em março de 2018.

Participação em Publicações

O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio tem sido tomado como modelo de implantação de política pública no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Por isso, tem participado de algumas publicações. São elas "Centro de Atendimentos Integrados a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências - Boas Práticas e Recomendações para uma Política Pública de Estado" da Childhood Brasil; "Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência" do Ministério do Desenvolvimento Social; " Implementando a Lei 13.431/2017 – auxilio na construção do ciclo de planejamento e orçamento do Plano Plurianual 2018-2021" da Childhood Brasil. Atualmente estamos com a

projeção de elaboração de um dos capítulos do livro de escuta de crianças e adolescentes a ser publicado pela Childhood Brasil em conjunto com a UNICEF.

Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

O Curso foi executado em sua 5ª edição pela Secriança em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE com o objetivo de possibilitar aos servidores, conselheiros tutelares, professores e demais membros da rede de atenção à crianças e ao adolescentes, o alinhamento teórico e prático sobre a sua atuação no enfrentamento a violência sexual contra essa população, assim como entendimento dos conceitos básicos dos direitos humanos de crianças, adolescente e juventude e a perspectiva de enfrentamento àquela violação de direitos na abordagem de redes.

Com ele espera-se que o resultado seja o aumento da qualidade do serviço prestado à população do DF, o fortalecimento das instituições e das redes locais de enfrentamento das violações de direitos de crianças e adolescentes e o aumento da capacidade técnica da Secretaria em relação ao alcance de seus objetivos precípuos.

O curso teve início em 21/08/2017 e finalizou em 20/11/2017, tendo carga-horária total de 60 horas, 118 pessoas inscritas e 55 pessoas que o concluíram. Teve como professores os profissionais voluntários da rede de atenção aos direitos da criança e do adolescente convidados para este fim.

Para realização do curso foi dispendido orçamento com material pedagógico. Foram confeccionados 100 Guias Escolares, 100 Estatuto da Criança e do Adolescente, e 100 blocos de anotação, além da aquisição de 100 canetas e 100 pastas de papel.

Campanhas de Proteção e Promoção dos Direitos

Trata-se de uma iniciativa contínua, com calendário definido e ampliado anualmente com o objetivo de sensibilizar a sociedade como um todo sobre a importância dos direitos das crianças e dos adolescentes assim como a replicar a comunicação e o alerta para a questão das violações desses direitos, como tais como trabalho infantil e violência sexual. Estima-se que cada Campanha possa alcançar a todas as regiões administrativas do Distrito Federal por meio de parceria com os Conselhos Tutelares, órgãos de governo e sociedade civil.

Campanha de Carnaval 2017

No carnaval de 2017, a Secriança mobilizou a parceiros da rede governamental e não governamental de proteção dos direitos da criança e do adolescente e da sociedade em geral, bem como de lideranças e artistas envolvidos com o Carnaval para adesão e divulgação da Campanha, que destaca o Disque 100, os Conselhos Tutelares, o CISDECA e o CENTRO 18 MAIO da Secretaria da Criança – como canais de recebimento de denúncias em casos de violações de direitos de crianças e adolescentes.

A Secretaria esteve envolvida diretamente com duas ações, o Lançamento da Campanha "Direito de Ser Criança, Direito de Brincar o Carnaval #TODOSPELAPROTEÇÃO, e a atividade do "Trem da Proteção" no metrô de Brasília.

O lançamento da Campanha aconteceu no dia 11/02/2017, pela manhã, no gramado da FUNARTE em parceria com o Pré-Carnaval do Bloco Sovaco da Asa, durante as atividades do bloquinho infantil "Sovaquinho da Asa", contou com uma Tenda denominada "Espaço da Proteção" preparado para atender 3000 crianças, objetivando a distribuição de leques informativos, adesivos, cartazes, folders e crachás de identificação para crianças.

O "Trem da Proteção" aconteceu no dia 24/02 (sexta-feira), às 10h, em parceria com o Metrô DF. Foi realizada uma ação da Campanha de Proteção no Carnaval na Estação Central do Metrô. Houve uma atividade cultural com o Grupo Batucar, os jovens da Associação Cristã de Moços – ACM e do Comitê Consultivo de Adolescentes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF- CDCA, além do pronunciamento das autoridades presentes (Subsecretária de Promoção de Políticas para Crianças e adolescentes da Secretaria de Estado da Criança, a Sra. Perla Ribeiro e do Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do

Adolescente do DF, o Sr. Antônio Carlos), e uma panfletagem do material da Campanha, sensibilizando os usuários e chamando atenção para o tema.

Campanha - 18 de Maio: Dia Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Numa parceria com o Comitê Nacional de Enfretamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, o Governo Federal, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fórum Nacional de Erradicação do trabalho Infantil- Fórum Nacional PETI, a Secriança realiza anualmente a mobilização entre órgãos de governo, sociedade civil e os Conselhos Tutelares para realização de eventos de rua, palestras, seminários e distribuição de material gráfico sobre essa temática.

Em 2017, a Campanha do 18 de maio foi feita com os referidos parceiros através de 03 reuniões de mobilização com a rede de atendimento à criança e ao adolescente, e do apoio, durante todo o mês de maio, a aproximadamente 60 ações em 21 administrações regionais, com os Conselhos Tutelares e sua rede local, além do METRÔ, Comitê do Tráfico de Pessoas/ SEJUS, Secretaria de Saúde, SEDESTMIDH, Secretaria de Educação, CEASA e intuições da sociedade civil com material gráfico, divulgação, palestras e conteúdo de trabalho.

A Secriança esteve diretamente envolvida na produção das seguintes atividades:

17 de maio - TREM DA PROTEÇÃO. Uma ação de mobilização no Metrô de Brasília para sensibilizar os usuários para o tema do enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes com distribuição de materiais nas estações Central e Galeria. A atividade teve uma abertura na Estação Central com uma atividade cultural com os jovens da Associação Cristã de Moços – ACM e do Comitê Consultivo de Adolescentes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF e com o pronunciamento das autoridades apoiadoras (Subsecretária de Promoção de Políticas para Crianças e adolescentes da Secretaria de Estado da Criança, a Sra. Perla Ribeiro, o Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, o Sr. Antônio Carlos, colaboradora do Governo, a Sra. Márcia Rollembergue, Presidente do metrô Marcelo Dourado e do adolescente Comitê Consultivo de Adolescentes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, Vinicius);

20 de maio – Show pela Vida no Parque da Cidade. A atividade aconteceu numa parceria com a Secretaria de Estado de Educação, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Conselhos Tutelares, além de outras instituições da sociedade civil como. Trata-se de uma atividade de lazer, cultura e informação para a mobilização sobre a temática do enfrentamento a violência sexual. Foram mobilizados a participar cerca de 2000 pessoas entre, profissionais, crianças e adolescentes das escolas públicas do DF e das instituições parceiras, além da participação espontânea da comunidade frequentadora do parque da cidade.

30 de maio - Seminário Distrital de Enfrentamento a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e adolescentes. O seminário teve como objetivo a reflexão sobre as perspectivas do enfrentamento a violência sexual no contexto do DF e a experiência do Centro Integrado 18 de Maio DF em busca da consolidação do atendimento às crianças e adolescentes vítimas dessa violência. Ele foi promovido pela Secriança em parceria Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, acontecendo na sede da Ordem dos Advogados do Brasil no DF durante todo o dia e contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas.

Além dessas ações, o Centro Integrado 18 maio organizou quatro atividades de fortalecimento da rede de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Dois Encontros de fortalecimento de redes na Universidade UNIP com a participação da Professora Doutora Maria Lúcia Leal, que contou com 40 estudantes de serviço social; Palestra sobre violência contra mulheres Crianças e adolescentes no UNICEUB para 40 estudantes de Psicologia; palestra na escola do SESI para os 30 Jovens Aprendizes acerca da violência sexual e palestra na escola Elefante Branco para 100 alunos acerca da prevenção à violência sexual de crianças e adolescentes.

Campanha - 12 de junho: Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil

O dia 12 de junho foi instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2002, data da apresentação do primeiro relatório global sobre trabalho infantil na Conferência Anual do Trabalho. No Brasil, o 12 de junho foi instituído como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil pela Lei Nº 11.542/2007.

Em conjunto com as articulações para as atividades do 18 de maio, a Secriança também promove a mobilização pelo 12 de Junho: Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Em 2017 apoiou novamente a rede de proteção nas ações da campanha de Combate ao Trabalho Infantil ao longo do mês de junho com a discussão técnica e distribuição dos materiais fornecidos pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI, criando um calendário de Governo. O material foi distribuído para 25 Conselhos Tutelares e 06 Instituições parceiras para a realização de suas ações locais.

A Secriança compôs as atividades do FNPETI no atos de lançamento da iniciativa global 100 Milhões por 100 Milhões, do Nobel da Paz, Kailash Satyarthi. A campanha tem o intuito de mobilizar mais de 100 milhões de pessoas, estimulando especialmente os jovens, para lutar pelos direitos de 100 milhões de crianças que vivem na extrema pobreza, sem acesso à educação, saúde e alimentação, em uma situação de completa insegurança.

As atividades aconteceram no dia 12 de junho, pela manhã no Museu Nacional, Ato de Lançamento Solene com a rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e parceiros; no final da tarde, Sessão solene de lançamento da campanha no Plenário da Câmara dos Deputados; no dia 13 de junho pela manhã, Audiência Pública de lançamento da campanha na Comissão de Educação do Senado Federal, e às 17h30, Exposição do Ministério Público do Trabalho sobre trabalho Infantil e campanha #ChegaDeTrabalhoInfantil.

A Secretaria articulou ainda a participação do Conselho Consultivo de Adolescentes do CDCA para um encontro entre os adolescentes do Centro de Ensino Médio Urso Branco do Núcleo Bandeirante com Kailash Satyarthi, no dia 13 de junho, no período da tarde, atividade promovida também pelo FNPETI.

Erradicar o Trabalho Infantil no Lixão da Cidade Estrutural

Desde 2015 a Secretaria de Estado da Criança, Adolescente e Juventude está envolvida com as discussões do fechamento do lixão na cidade Estrutural, seu impacto social e o trabalho infantil na localidade.

Seu envolvimento teve iniciou com a participação no Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto º 36.437, de 02 de abril e prorrogado pelo Decreto nº 36.618 de 20 de julho, ambos de 2015, com a finalidade de elaborar e de executar um Plano de Intervenção para o encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei.

Em 2015 e 2016 o GT de Erradicação do Trabalho Infantil se encontrou regularmente para a viabilização das ações e programas que foram definidos como prioritários com os órgãos que poderiam contribuir para disponibilizar alternativas que favorecessem o afastamento de crianças e adolescentes da situação de violação de direitos no Aterro da Estrutural.

As proposições construídas pelo GT de Erradicação do Trabalho Infantil, anteriormente coordenado pela Secriança, foram trabalhadas no âmbito da Ação Civil Pública processo 0000117-64.2012.5.10.002, coordenadas pelo Juiz do Trabalho GUSTAVO CARVALHO CHEHAB, desde junho de 2016. Foram criadas linhas de ações para colaborar com as partes e o juiz para o combate ao trabalho infantil no lixão da Estrutural, sugeridas cinco áreas de atuação: 1ª – Ações para crianças e adolescentes em trabalho infantil; 2ª – Equipamentos públicos e recursos humanos, a ser dividida por eixos conforme áreas como educação, saúde, rede social; 3ª – Gestão e articulação da política de erradicação do trabalho infantil, 4ª - Segurança Pública e Privada e 5ª- Situações especiais. Tendo sido realizadas também três audiências para tratar a situação.

Em dezembro de 2016 foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango (coordenado pela Subjuve em parceria com a Subpolíticas/SECRIANÇA) para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural, que foram sendo monitoradas pela Secriança no ano de 2017.

Em 2017 a Secretaria participou da audiência pública sobre a situação da Estrutural com o Conselho de Direitos Humanos do DF, além da articulação de 02 reuniões entre as Secretarias de Estado onde se pautou a suplementação orçamentária para as ações de atenção a convivência familiar e comunitária da SEDESTMIDH, e a alta demanda pela educação infantil e creches na cidade.

16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

A Campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres" é uma mobilização anual e mundial, praticada simultaneamente por diversos atores da sociedade civil e poder público engajados nesse enfrentamento. Mundialmente, a Campanha se inicia em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, e vai até 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, passando pelo 6 de dezembro, que é o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. No Brasil, a Campanha acontece desde 2003 e, para destacar a dupla discriminação vivida pelas mulheres negras, as atividades aqui começam em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Em 2017, verificando o aumento do número de registros de casos de estupro de mulheres e meninas, indicado pelos dados da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social, no mês de junho de 2017, o Governo de Brasília, optou por direcionar a Campanha para a temática do enfrentamento a violência sexual contra mulheres e meninas.

Nesse sentido, a Secretaria da Criança compôs o grupo de organização da Campanha, que contou também com a SEDESTMIDH, em sua pasta de mulheres, com a SES e com a SSP. Como fruto deste trabalho, foi criada uma Agenda de Governo para os "16 dias", além da assinatura de um protocolo de intenções para o enfrentamento à violência sexual contra meninas e mulheres, entre seis Secretarias de Estado, no dia 25/11.

Foram realizadas diversas ações com a participação da Secriança que desenvolveu no âmbito da Secretaria uma capacitação para os Conselheiros Tutelares acerca da Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/2017).

O início desta mobilização aconteceu quando os dados da SSP foram publicizados, indicando também a cidade de Ceilândia como aquela com o maior índice de violência sexual contra meninas e mulheres, resultando em três reuniões com a Rede Social de Ceilândia e um Seminário para a discussão do fluxo de atendimento à crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual na região.

Projeto Plataforma Meninas no Poder em parceria com a Organização Não Governamental PLAN Internacional

Em 2017 a Secriança apoiou a ONG PLAN INTERNATIONAL BRASIL na realização do projeto "Plataforma Meninas no Poder", que foram oficinas com as adolescentes do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF – CDCA, do Sistema Socioeducativo do DF, do programa Jovem Candango e outras adolescentes interessadas.

As oficinas tiveram o objetivo de promover a mobilização e a formação de meninas entre 14 e 18 anos para fortalecer a participação cidadã, o protagonismo, a incidência e o controle social sobre as políticas públicas referentes aos seus direitos.

Foram realizadas quatro oficinas e um seminário, conforme a programação abaixo, além de uma oficina na Unidade de Internação de Santa Maria e uma na Unidade de Semiliberdade Feminina do Guará, para mobilizar a participação das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nessas unidades.

Cronograma:

21/01 - Lançamento da Plataforma Meninas no Poder

18/03 - Século XXI, essa é minha vez! – Meninas que aprendem, lideram, decidem e prosperam

24/06 - Para ser ouvida o grito precisa ser forte! - Ferramentas para o protagonismo das meninas.

15/07 - Lugar de menina é na política: incidência política e direito de participar,

29 e 30/08 - Seminário Nacional Meninas no Poder

A primeira Oficina foi realizada no Centro Integrado 18 de Maio e as demais na Escola de Aperfeiçoamento dos profissionais da Educação – EAPE

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Comitê pela Primeira Infância

Comitê pela Primeira Infância, criado pelo Decreto 34.136 de 05/02/2013 e reestruturado pelo Decreto 36.509 de 22 de maio de 2015, possui a atribuição precípua de aprimorar a integração das políticas distritais para criança de até seis anos de idade e monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação do Plano Distrital pela Primeira Infância, aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Resolução ordinária Nº 135/2013, de 28 de novembro de 2013.

Coordenado pela Secriança na representação da Subpolíticas, durante o ano de 2017, acompanhou o Projeto de Lei nº 821/2015 e organizou a 2ª Semana do Bebê do Distrito Federal. Teve 05 reuniões ordinárias e outras reuniões de organização da referida Semana e sobre o monitoramento e ações referentes ao PL nº 821/2015.

Semana do Bebê

A Semana do Bebê é uma importante estratégia de mobilização e debate sobre os direitos das crianças na Primeira Infância, gestantes e mães. Essa iniciativa é nacionalmente apoiada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e acontece em diversos municípios do país há mais de dez anos. Tem como principal objetivo incentivar a reflexão e avaliação das condições sociais, educacionais e de saúde que o Estado oferece as crianças e com isso melhorar os serviços oferecidos.

O Distrito Federal aderiu a essa Campanha pela primeira vez em 2016 e realizou nova edição nos dias 23 de junho a 02 de julho de 2017, realizando a II Semana do Bebê do DF. Este ano a Semana teve como tema "O Desenvolvimento Infantil" e teve uma programação voltada para formação dos profissionais da rede de atendimento, apoio e lazer para famílias e bebês, além de discussões e reflexões acadêmicas e legislativas sobre o tema. As 31 atividades mobilizaram uma média de 6.578 pessoas.

As atividades aconteceram numa parceria entre o Comitê pela Primeira Infância, as Secretarias de Estado, Sociedade Civil, Sistema de Justiça, câmara Legislativa do DF e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Tendo articulado e participado de todas as atividades realizadas durante a semana do Bebê, a Secriança participou diretamente da organização da Audiência Pública na Câmara Legislativa do DF, no dia 23/06, para debater o Projeto de Lei nº 821/2015 que trata o Marco Legal da Primeira Infância no DF; da Atividade no Parque da Cidade no dia 24/06 oferecendo para a comunidade, em parceria com diversos órgãos, brincadeiras, contação de histórias, oficina de shantala, pinturas de rosto, oficina de sling e roda de amamentação; e da Oficina Crescer sem Violência que aconteceu no dia 30/06 em parceria com o Canal Futura e o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como objetivo o fortalecimento da rede de proteção local na defesa dos direitos da criança e do adolescente para atuar na prevenção e no enfrentamento às violências sexuais.

Houve certa dificuldade para mobilizar as Secretarias de Estado quanto à adesão nas ações referentes à primeira infância no que tange as reuniões do Comitê e as atividades da Semana do Bebê. Acreditamos que com a participação e apoio de mais Secretarias poderemos iniciar um trabalho mais sistemático e efetivo na área.

Marco Legal da Primeira Infância do Distrito Federal Projeto de Lei nº 821/2015

O Projeto de Lei foi construído no âmbito do Comitê Distrital pela Primeira Infância, com a participação de crianças de 4 e 5 anos, em consonância com as discussões nacionais sobre a criação de um marco legal para primeira Infância no Brasil, marco que nacionalmente foi aprovado em 08/03/2016, virando a Lei nº 13.257.

O Projeto de Lei que regularia o Marco Legal da Primeira Infância do Distrito Federal foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 se tornando o Projeto de Lei nº 821/2015.

Programa Criança Feliz

Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, do Presidente da República, é uma iniciativa do Governo Federal para ampliar a rede de atenção e cuidado integral à primeira infância e dá consequência ao Marco Legal da Primeira Infância aprovado pela Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. O art. 4º, I, dessa Lei assevera que as políticas públicas para a primeira infância deverão "atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã".

Para tanto, o Programa Criança Feliz foi formulado "com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida", priorizando-se as gestantes, crianças de até três anos de idade e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até seis anos de idade e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; e crianças de até seis anos de idade afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva.

O Programa é estratégia intersetorial de intervenção no contexto familiar e social, com vistas ao atendimento integral das necessidades de cuidado das crianças na primeira infância, à preparação para a parentalidade responsiva, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à integração das redes setoriais de proteção no território, prevenindo situações de negligência e mitigando vulnerabilidades sociais.

No Distrito Federal, o Programa Criança Feliz iniciou o processo de adesão no final de 2016 e vem se organizando para sua implementação que terá como escopo o desenvolvimento de atividades socioeducativas com crianças, priorizando o atendimento das crianças de 0 a 3 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como das crianças com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC e seus familiares. Além disso, pautar-se-á pelo reconhecimento da condição peculiar de dependência, de desenvolvimento da criança desde a gestação à primeira infância, que compreende o período de 0 a 6 anos de vida e pelo cumprimento dos direitos da criança, numa concepção que faz do brincar, da experiência lúdica, uma forma de expressão, interação e proteção social.

A Secriança tem a missão de promover e garantir o direito das crianças, adolescentes e juventude no Distrito Federal, e vem atuando como parceira na execução do Programa Criança Feliz. Nesse sentido, participou ativamente da fase de planejamento e organização do Curso de 80h para os Multiplicadores do Programa da Região Centro-Oeste. Assim como, designou uma servidora para atuar como Multiplicadora do Programa e Membro do Comitê Gestor. A Secretaria participou também da elaboração do Decreto de criação do Comitê destacando a necessidade deste estar em consonância com o Plano Distrital pela Primeira Infância, assim como de garantir a representação no Comitê Gestor de um membro do Comitê Distrital pela Primeira Infância.

Mês da Criança

No dia 10/10/2017 o Governo de Brasília, no âmbito do Programa Criança Candanga, sob a coordenação da Secriança, lançou a Campanha de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente no mês de outubro/mês da criança: "Direito de ser criança, direito de brincar!".

A partir da mobilização dos parceiros da rede de atenção a criança e de instituições públicas e privadas, a campanha promoveu diversas ações em todo Distrito Federal, em uma agenda única e intersetorial.

As ações tiveram o intuito de promover e celebrar a infância, não sendo apenas uma data comemorativa, mas uma forma de valorizar a criança como sujeito de direito.

Além do lançamento da Campanha do Mês da Criança e da Campanha de Arrecadação de Brinquedos, a Secriança esteve diretamente ligada à realização de atividades comemorativas em parceria com o Conselho dos Direitos da Criança e do adolescente do DF - CDCA, com diversas atividades recreativas e culturais nos dias: 14/10, na cidade Estrutural; 21/10, em Planaltina; e 28/10, em Ceilândia.

Ainda, como resultado de uma parceria com a Universidade de Brasília, nos dias 24 e 26 de outubro, durante a Semana Universitária e o Mês da Criança também foi realizada uma atividade de mesa redonda intitulada: "Conversas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente". O evento teve o intuito de fortalecer a discussão de direitos da criança e do adolescente na Universidade de Brasília, aproximando também a rede de atenção à criança e ao adolescente com as discussões acadêmicas.

A atividade contou com a participação de professores, alunos da UnB e profissionais da rede como SEJUS, SEDESTMIDH, SEE, Secriança, Conselheiros Tutelares, ONG Jovens de Expressão, Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos - INESC, dentre outros.

Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2017.

A Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2017 foi uma ação integrante do Mês da Criança, coordenada pela Secretaria da Criança, no âmbito do Programa Criança Candanga, e teve como objetivo arrecadar brinquedos novos e usados no período de outubro a novembro, para que fossem distribuídos em dezembro, entre as 131 instituições cadastradas no Programa Banco de Alimentos das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa – DF), que atendem cerca de 26.176 crianças, as instituições ligadas à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, além de equipar as Brinquedotecas dos Conselhos Tutelares, do Centro Integrado 18 de Maio.

A Campanha contou com a parceria de diversos órgãos de governo e sociedade civil. As contribuições dos parceiros aconteceram por meio da arrecadação em vários pontos pela cidade e nos meios de transporte público, logística no transporte dos brinquedos arrecadados, triagem dos brinquedos, divulgação da Campanha em meio eletrônico e páginas sociais, divulgação em páginas de governo, armazenamento e distribuição final dos brinquedos.

Foram arrecadados 23.000 brinquedos com o apoio e participação da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Companhia de metropolitano do Distrito Federal - Metrô DF, Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília LTDA - TCB, Viação Pioneira, Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA, Escoteiros do DF, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios – TJDFT, Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, Jardim Zoológico de Brasília, Jardim Botânico de Brasília, Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF, Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal- DER/DF, Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF, Companhia Energética de Brasília - CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, Arquivo Público do Distrito Federal, Banco de Brasília - BRB, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito

Federal - ADASA, Delegacia de Proteção a Criança e o Adolescente – DPCA, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP, Instituto de Defesa do Consumidor - PROCON, Fundação Hemocentro de Brasília, Secretarias de Estado do DF (Segurança Pública, Mobilidade, Justiça, Cultura, Educação, Econômia, Meio Ambiente), Administrações Regionais, Conselhos Tutelares, Sindicato de Clubes e Entidades de Classe Promotoras de lazer e Esportes do Distrito - Sinlazer, Colégio Le Petit Galois, Cia Toy, Federação Espirita de Brasília, Portal do Voluntariado do Governo de Brasília Administração Regional do Gama, Embaixada da Alemanha, Embaixada da Bélgica e Embaixada da Republica Dominicana.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

No ano de 2017, foram capacitados 1993 servidores na Secretaria da Criança, após compilação das informações recebidas pela EGOV e pela área fim. Nesse mesmo ano, a média da quantidade de servidores da Pasta foi de 2.162 pessoas.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1608 - TAXA DE SATISFAÇÃO AO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES		%	70	0	75	0	80	85	SUBPOLÍTICA/ SECRIANÇA/ UO 51101/ OE 5

Justificativa: 2016 - Taxa de satisfação ao atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes, não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência.

2017 - Não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência. Assim, questionar acerca do nível de satisfação após o atendimento não nos é possível como em outros serviços.

2017 - Taxa de satisfação ao atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes, não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência. Assim, questionar acerca do nível de satisfação após o atendimento não nos é possível como em outros serviços.

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	**39.623.572,00**	**43.887.607,00**	**43.684.681,51**	**43.258.205,20**
0001 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM- SECRIA-DISTRITO FEDERAL	6.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1.858.921,29
0002 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE SECRIA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-ASSISTÊNCIA AO JOVEM CANDANGO NO DF-DISTRITO FEDERAL	2.623.572,00	0,00	0,00	0,00
0004 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-PROJETO SARA E SUA TURMA DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA - INSTITUTO TERRA UTÓPICA-DISTRITO FEDERAL	0,00	1.000.000,00	997.440,00	997.440,00
0006 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-PROJETO DE AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E CRIAÇÃO DE INDICADORES DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS (INSTITUTO ASCENDE)-DISTRITO FEDERAL	0,00	600.000,00	596.000,00	596.000,00
0010 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-ASSISTÊNCIA AO JOVEM - SECRIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	1.200.000,00	1.123.990,00	1.123.990,00
0016 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-PROJETO BRASÍLIA ESSA É MINHA HISTÓRIA (INSTITUTO IBESP CNPJ: 05.113.903/0001-00)-DISTRITO FEDERAL	0,00	995.139,00	995.139,00	995.139,00
0017 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-PROJETO MAIS BRASÍLIA (INSTITUTO IBESP CNPJ: 05.113.903/0001-00)-DISTRITO FEDERAL	0,00	972.159,00	972.159,00	972.159,00
0018 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-PROJETO NOTA 10-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00
9728 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.000.000,00	15.471.448,00	15.351.093,48	15.215.695,88
9731 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-PROGRAMA JOVEM CANDANGO-DISTRITO FEDERAL	20.000.000,00	21.498.861,00	21.498.860,03	21.498.860,03
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**110.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5755 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CURSO DE FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS DA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
5754 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CAPACITAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**470.000,00**	**1.577.102,00**	**1.577.100,00**	**0,00**
2523 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	470.000,00	1.577.102,00	1.577.100,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**1.500.000,00**	**430,00**	**430,00**	**0,00**
0024 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	1.500.000,00	430,00	430,00	0,00
1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	**2.033.000,00**	**1.033.000,00**	**1.033.000,00**	**1.032.748,51**
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.-CONSELHOS TUTELARES-DISTRITO FEDERAL	18.000,00	33.000,00	33.000,00	32.939,49
0002 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.-CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇA E ADOLESCENTE --DISTRITO FEDERAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO A-REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	999.809,02
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	**7.841.596,00**	**18.266.215,00**	**6.298.448,16**	**5.753.147,34**
0004 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.001,00	1.000.000,00	0,00	0,00
0005 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-DO- GAMA	7.831.595,00	17.266.215,00	6.298.448,16	5.753.147,34

2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	**5.760.001,00**	**6.069.558,00**	**6.026.189,24**	**5.661.189,24**
0001 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE --DISTRITO FEDERAL	1.750.000,00	2.073.368,00	2.030.000,00	1.665.000,00
1955 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-VIRA VIDA-DISTRITO FEDERAL	4.010.001,00	3.996.190,00	3.996.189,24	3.996.189,24
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**2.040.000,00**	**2.040.000,00**	**2.015.708,50**	**1.876.773,52**
0012 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	2.040.000,00	2.040.000,00	2.015.708,50	1.876.773,52
2754 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA	**10.001,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.001,00	0,00	0,00	0,00
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	**10.001,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.001,00	0,00	0,00	0,00
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
3177 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	**10.001,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.001,00	0,00	0,00	0,00
3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	**10.001,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5779 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.001,00	0,00	0,00	0,00
3270 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**9.814,30**
0001 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	9.814,30
4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	**748.039,00**	**335.307,00**	**335.281,74**	**261.299,27**
0005 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	748.039,00	335.307,00	335.281,74	261.299,27
4091 - APOIO A PROJETOS	**100.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
5831 - APOIO A PROJETOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0037 - APOIO A PROJETOS-PROJETO DE OLHO NO FUTURO-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	**25.193.572,00**	**19.372.124,00**	**19.359.435,50**	**18.650.555,12**
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	23.570.000,00	17.372.124,00	17.364.122,93	16.936.205,56
0002 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO- SECRIA-DISTRITO FEDERAL	1.623.572,00	0,00	0,00	0,00
0004 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-MANUTENÇÃO DOS SISTEMA SÓCIO EDUCATIVO - SECRIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	2.000.000,00	1.995.312,57	1.714.349,56
5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	**65.703,00**	**1.065.703,00**	**1.065.703,00**	**1.065.390,05**
0001 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	65.703,00	1.065.703,00	1.065.703,00	1.065.390,05
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**150.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**

0006 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-PROJETO CORAÇÃO EM ITAPOÃ-REGIÃO XXVIII - ITAPOÃ	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**85.735.487,00**	**93.957.046,00**	**81.405.977,65**	**77.569.122,55**

Políticas de Proteção a Criança e Adolescentes (Conselhos Tutelares)

A Secretaria de Estado de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude vem trabalhando diuturnamente para, em articulação com a rede de proteção, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, cumprindo o papel do poder público, conforme previsto no artigo 4º do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA).

Os Conselhos Tutelares materializam a participação popular, representando a sociedade civil na política e na atenção a população. Com base na atuação comunitária, as ações dos Conselheiros Tutelares são voltadas à exigibilidade dos direitos previstos na legislação e na materialização dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Conselho Tutelar é serviço público de natureza essencial e permanente, sendo imprescindível ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Atualmente, de acordo com a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, temos 40 Conselhos Tutelares no Distrito Federal, totalizando 200 Conselheiros. Eles encontram-se vinculados administrativamente à SECRIANÇA – DF. Todos os Conselhos Tutelares do DF contam com equipe técnica administrativa, carro, sede, telefone e internet.

Melhorias Estruturais dos Conselhos Tutelares do DF

No ano de 2017 continuamos com ações voltadas as melhorias das condições físicas e estruturais dos Conselhos Tutelares conforme mapeamento já descrito em relatório anterior, sobre a prioridade de reformas conforme precariedades dos Conselhos. Por meio de recursos do GDF e Emendas Parlamentares captadas, foi possível reformar os seguintes Conselhos Tutelares:

Riacho Fundo I

Como parte das comemorações de aniversário do Riacho Fundo I foi reinaugurado no dia 19 de Março, o Conselho Tutelar desta Região. O espaço foi cedido pela Administração Regional.

Foram feitas as seguintes melhorias na estrutura: Ampliação da Unidade em 80 M²;Fundações em Alvenarias; Estrutura, cobertura, revestimentos, pisos cerâmicos, instalações elétricas e logísticas; Instalações hidráulicas, pavimentação externa; Pintura geral interna e externa;



Varjão

No dia 29 de Maio a SECRIANÇA, inaugurou a nova sede do Conselho Tutelar do Varjão, o espaço também foi uma reivindicação dos conselheiros da cidade, que buscavam melhores instalações para o atendimento à sociedade.

Foram feitas as seguintes melhorias na estrutura: Instalação de divisórias; Criação dos compartimentos (salas de atendimento, reunião, brinquedoteca, etc) Adaptação de instalações elétricas; Adaptação de instalações de lógica (salas individuais para conselheiros e administrativo); Reforma em banheiros; Serviços complementares; Pintura geral interna e externa; Instalação de portas e divisórias de vidro temperado; Salas individuais para conselheiros;

A nova unidade do CT do Varjão custou cerca de R$ 150 mil à Secriança.



Itapoã

No dia 14 de Novembro foi inaugurado o Conselho Tutelar do Itapoã, o novo espaço funciona na antiga sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Foram feitas as seguintes melhorias na estrutura: Mudança de layout com remanejamento de divisórias Adaptação de espaços (brinquedoteca, arquivo, salas de atendimento, etc Remanejamento de instalações elétricas e de lógica Revisão de cobertura Revisão de hidráulica Pintura interna e externa



Fercal

No Ano de 2016, reinauguramos a nova sede do Conselho Tutelar Fercal, porém esse ano de 2017, em parceria com a Secretaria de Medidas Alternativas (SEMA), foi inaugurada a Brinquedoteca do referido Conselho. O espaço foi possível por meio de recebimentos de doações através dos cumpridores de medidas alternativas.

Atualmente, todos os referidos Conselhos Tutelares estão de acordo com os padrões definidos pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com móveis novos, salas de atendimento individuais (para cada conselheiro) reunião, e brinquedoteca.

Acompanhamento Administrativo

A Coordenação de Apoio Técnico Administrativos aos Conselhos Tutelares realiza o acompanhamento administrativo. Encerramos o ano de 2017 com o corpo técnico administrativo de cada conselho tutelar completo, conforme a legislação, com todos os alugueis em dia. Encerramos o ano com todos os 40 conselhos tutelares com veículo próprio abastecido e com contrato de manutenção realizado pela SEPLAG, com telefone fixo, celular e internet em pleno funcionamento.

Acompanhamento técnico aos Conselhos Tutelares

No ano de 2017 foram realizadas Reuniões Ordinárias com os grupos de trabalhos publicados em DODF, para alinharmos as reivindicações feitas pelos próprios Conselheiros Tutelares a SECRIANÇA que foram:

Constituição de Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas de alteração da LEI 5.294/2014 que regulamentam a atuação dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, com base na Lei n° 8.069- Estatuto da Criança e do Adolescente.

Constituição para Identidade Funcional dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, em conformidade com o Edital n° 117, de 21 de Julho de 2017.

Até a metade do ano de 2017 a SECRIANÇA, pretende finalizar as propostas e formalizar as ações preteridas, dos Conselheiros Tutelares.

Formação Contínua dos Conselheiros Tutelares do DF - Curso de Capacitação para os Conselheiros Tutelares contra o Tráfico de Pessoas:

Dos dias 20 a 22 de Fevereiro, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania-SEJUS a SECRIANÇA promoveu um curso de capacitação para os 200 Conselheiros Tutelares, divididos em quatro turmas para treinamento voltado ao tráfico de pessoas durante o período do carnaval, para que eles pudessem identificar e prevenir possíveis ocorrências de tráfico de pessoas envolvendo crianças e adolescentes no período do Carnaval.

As oficinas de capacitação foram feitas por meio de filmes, palestras e dinâmicas de grupo, os participantes receberam orientações em como identificar casos relacionados ao tráfico de pessoas, bem como os cuidados a serem transmitidos ao público. Foram ainda detalhados o conceito de tráfico de pessoas, as finalidades e as implicações legais da ação criminosa. Houve a participação de 166 Conselheiros Tutelares no curso.



Curso de Capacitação para os Conselheiros Tutelares, em parceria com a Defensoria Pública para turma III.

Dos dias 10 a 19 de Abril, a SECRIANÇA em parceria com a Escola do Legislativo (Elegis) e a Defensoria Pública fechou a 3º Turma para curso de capacitação dos Conselheiros Tutelares, os temas trataram dos seguintes conteúdos:

Fundamentos da Mediação; Noções Básicas sobre o ECA; Saúde Mental: Intervenções da Defensoria Pública; Gênero e violência doméstica; Conflito Intergeracional: Direitos da Criança, do adolescente e do idoso; Noções Básicas de Direito de Família; Políticas de Proteção e rede de atendimento: Saúde e Educação; O poder Legislativo na garantia dos direitos da Criança e do Adolescente.

Curso de Mediação de Conflitos

No dia 26 de Maio a SECRIANÇA, realizou o Curso de Mediação de Conflitos, exclusivo para Conselheiros Tutelares. O evento foi em parceria com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do DF, com o objetivo de organizar e incentivar o exercício da cidadania e promover uma cultura de paz para lideranças comunitárias e profissionais de áreas que atuam com intervenção em situações de conflito, além de torna-los profissionais multiplicadores em suas respectivas áreas de atuação.

Curso de Capacitação para os Conselheiros Tutelares sobre Exploração do Trabalho Infantil

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude em parceria com o Ministério Público do Trabalho ofereceram um curso para capacitar os Conselheiros Tutelares do estado do DF, Goiás e Minas Gerais contra o trabalho infantil. O objetivo foi instrumentalizar os conselheiros para aprimorar as ações na defesa dos direitos de crianças em situações relativas às relações de trabalho. Foram disponibilizadas 3 vagas por Conselho Tutelar. O evento contou com a presença do Dr. Tiago Ranieri de Oliveira, Procurador do Trabalho - MPT de Luziânia/GO e Vice-Coordenador Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente.

O curso aconteceu no dia 2 de Agosto com 145 conselheiros inscritos, todos os participantes receberam certificado.



Curso de Capacitação combate ao Trabalho Infantil

Nos dias 28 e 29 de Agosto a SECRIANÇA em parceria com o MPT-DF, ofereceram curso aos Conselheiros Tutelares visando qualifica-los no combate ao Trabalho infantil, foram realizadas oficinas referentes ao eixo educação do Projeto "Resgate a Infância", com objetivo de capacitação integrada dos diversos equipamentos da rede de proteção à infância e juventude.

Curso de Capacitação ID Jovem

Dos dias 22 a 25 de Agosto a SECRIANÇA, e a Secretaria Nacional de Juventude promoveram curso de capacitação aos Conselheiros Tutelares para cadastramento de adolescentes no programa ID Jovem.

O programa é destinado aos jovens com idade entre 15 e 29 anos que pertençam à famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. O programa garante o direito à meio entrada em eventos artísticos bem como descontos e até gratuidade em passagens de ônibus interestaduais.

Ações diversas de fortalecimento dos Conselhos Tutelares do DF.

Programa Famílias Fortes

Ao longo do segundo semestre de 2017 a SECRIANÇA participou da Capacitação de Formadores do Programa Famílias Fortes e como articulador do programa junto a outras políticas (saúde, educação e assistência social).

O programa Famílias Fortes é uma proposta de intervenção com famílias que tem por objetivo reduzir os fatores de risco ao uso e abuso de substâncias por adolescentes e construir ou fortalecer os vínculos familiares, entendidos como fatores de proteção contra o uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas. Este programa foi originalmente desenvolvido na década de 80, na Utah University, Estados Unidos, por Kumpfer, DeMarsh e Child (1989). Tratava-se de um programa de prevenção seletiva, cujo público-alvo era crianças de 6 a 12 anos provenientes de famílias com cuidadores usuários de drogas. No decorrer da década seguinte, Molgaard, Spoth e Redmond (2000), da Iowa State University, Estados Unidos, desenvolveram uma nova versão do Programa Fortalecendo Famílias (SFP 10-14) para prevenção universal, dirigido a crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos e cuidadores, independente do envolvimento parental em abuso de drogas.

O programa Famílias Fortes foi desenvolvido para ser executado em qualquer ambiente apropriado como escola ou comunidade. No Brasil, inicialmente, escolheu-se promover as atividades em parceria com a rede de Assistência Social, por meio dos Centros de Convivência/Orientação Socioeducativa (CECOV, antigo COSE) e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

O pré-piloto do programa foi aplicado no segundo semestre de 2013, após avaliações positivas e adaptações do programa, a o intuito é ampliar sua execução em outras instituições governamentais que fazem parte da política voltada para criança e adolescência. Diante disso, a ideia é capacitar formadores na metodologia para que possam formar facilitadores em seus respectivos órgãos.

O intuito da participação da Secriança no curso foi capacitar servidores para que possam formar facilitadores do programa nos Conselhos Tutelares e ter mais uma ferramenta de trabalho como forma de promover a prevenção do uso/abuso de álcool/ drogas e o fortalecimento familiar e comunitário. Em 2018 será feito um piloto do programa no Conselho Tutelar do Jardim Botânico.

Entrega de Novos Aparelhos Celulares aos Conselhos Tutelares

No dia 27 de Janeiro foram entregues 40 novos aparelhos de celular aos Conselhos Tutelares, os planos de telefonia também foram ampliados para melhor utilização de minutos em ligação e em dados de internet.

Além dos Conselhos, a Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cisdeca), os celulares irão ter muita utilidade, principalmente nos plantões de conselhos onde a forma de contato com os Conselheiros Tutelares são por meio de telefone móvel.

Visita ao Hospital da Criança

No dia 13 de Fevereiro de 2017, a SECRIANÇA fez uma visita ao Hospital da Criança, para conhecer e obter informações relevantes aos trabalhos dos Conselhos Tutelares, como a forma de acesso aos serviços, o tipo de especialidades oferecidas em planejamento. Com esta visita técnica foi possível verificar a importância do trabalho articulado em rede para a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes do DF.

A diretoria do hospital demonstrou apreço pelo trabalho dos Conselhos Tutelares do DF e demonstrou interesse em sanar dúvidas.



Operação CiCCR/DF - Centro Integrado de Comando e Controle Regional - Distrito Federal

Em Abril de 2017, a equipe da SECRIANÇA deu apoio na operação do Centro Integrado e controle Regional do Distrito Federal, uma operação realizada pela Secretaria de Segurança Pública onde por meio de um monitoramento são visualizados as grandes manifestações ou eventos ocorridos no centro do Distrito Federal, a Secretaria representou os Conselhos Tutelares no qual constatando qualquer circunstância de violação dos Direitos das Crianças e adolescentes, acionavam o CISDECA (Coordenação do Sistema de Violação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes) para convocarem a presença do Conselho Tutelar da respectiva região administrativa.

Formação do Curso de Capacitação Profissional para Indústria e Auxiliar Administrativo do Programa Vira Vida.

No dia 29 de Março a SECRIANÇA, participou da formatura do curso de capacitação profissional para indústria e auxiliar administrativo do programa Vira Vida.

Este programa foi resultado de uma parceria entre a SECRIANÇA/ e o SESI de Taguatinga, para que a Secretaria pudesse encaminhar jovens e adolescentes com perfil estipulado pelo programa.



Entrega de Kits para os Conselhos Tutelares

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude entregou no dia 30 de Março, 30 kits doados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH) para sete Conselhos Tutelares.

Cada conjunto contém cinco computadores, uma impressora e uma geladeira. Eles foram entregues aos CTs: Fercal, Jardim Botânico, Ceilândia III e IV, SIA, Park Way e Sudoeste/Octogonal, os últimos a serem criados e que ainda não haviam recebido os kits.

Congresso em Campanha contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Dos dias 23 a 29 de Abril, a SECRIANÇA, em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos, participou do Congresso com participação de jovens voluntários dos países do Mercosul, em campanha contra a exploração Sexual de crianças e adolescentes, referente ao programa de voluntariado embasada na experiência do Grupo de Apoio em Mega Eventos (G.A.M.E). A nossa secretaria participou do evento disponibilizando transportes (2 Vans com Motoristas), para locomover os jovens participantes, do Hotel para o Estádio Mané Garrincha onde

ocorreram as palestras e também levando esses jovens à visitas para conhecerem pontos turísticos do DF, como: planetário, Ermida Dom Bosco entre outros, também apresentamos a esses jovens duas estruturas da SECRIANÇA, como: Aulões do Bora Vencer e o Centro 18 de Maio.



Comemoração ao dia 18 De Maio:

No dia 18 de Maio foi celebrado o dia Nacional de Enfrentamento a Exploração Sexual contra crianças e adolescentes. A equipe da SECRIANÇA incentivou e acompanhou as ações feitas pelos Conselhos Tutelares, nas várias regiões administrativas do Distrito Federal. Foram realizadas caminhadas, palestras e distribuição de material informativo.

Como parte das atividades pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, palestras, oficinas, caminhadas, peças teatrais e panfletagens foram realizadas para estudantes nas escolas públicas, pelos Conselheiros Tutelares.

Em Ceilândia cerca de 700 estudantes participaram do 3º Encontro Faça Bonito, com caminhada e apresentações. A iniciativa contou com parceiros como os conselhos tutelares e centros de referência especializados de assistência social (Creas).

Os Desafios Sobre o Enfrentamento à Violência de Crianças e Adolescentes no DF foram debatidos durante Seminário Distrital sobre o tema no dia 30 de Maio. O evento é uma realização do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA/DF) em parceria com a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (Secriança) e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Dividido em duas mesas de debate, o seminário abordou as perspectivas no enfrentamento à violência sexual e a consolidação do atendimento a crianças vítimas de tal violência, com o caso do Centro de Atendimento 18 de Maio.

A SECRIANÇA convidou os Conselheiros Tutelares a participarem deste debate e compareceram no Total de 20%.



Ações dos Conselhos Tutelares contra o Trabalho Infantil

Os Conselhos Tutelares do Distrito Federal promoveram uma série de ações, ao longo do mês de junho, em alusão ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, 12 de junho. A programação

ofereceu às comunidades palestras, oficinas e informativos, visando melhor entendimento da população sobre a exploração à criança e ao adolescente no DF.

Doação de Carro ao Conselho Tutelar de Recanto Das Emas

No dia 11 de Julho foi entregue um veículo doado pela Policia Militar ao Conselho Tutelar do Recanto das Emas.



Evento da Semana da Criança Capital Kid´s

A Secretaria da Criança em parceria com os organizadores do evento Capital Kid´s disponibilizaram passaporte de acesso ao evento aos Conselheiros Tutelares. Cada conselheiro teve direito a cadastrar 5 crianças totalizando 25 crianças por Conselho Tutelar, o evento ocorreu nos dias 12, 13, 14 e 15 de Outubro no Pavilhão do Parque da Cidade, com várias programações voltadas ao público infantil.

Foi montado um estande onde foram distribuídos materiais de campanhas de garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes.



Projeto "Controladoria na Escola"

A SECRIANÇA participou do projeto "Controladoria na Escola" atua diretamente na prática do Controle Social, ou seja, é a sociedade fiscalizando a administração pública através da participação de estudantes da rede de ensino do GDF, que ocorreu por meio de uma atividade chamada "auditoria cívica", no qual os próprios estudantes, usuários dos serviços de educação, auditam o equipamento público (escolas públicas) gerando informações atualizadas para os gestores públicos, levantando o que está na seara de sua governança local, ou seja, o que a escola e a comunidade juntas poderiam resolver e entendendo melhor como é o funcionamento da política pública de educação.

O Projeto também contou com uma discussão lúdica sobre os conceitos de cidadania e controle social, participação e protagonismo cívico. Essa discussão foi feita por meio de uma peça teatral, "O auto da barca da cidadania". A apresentação dessa peça foi realizada no dia 31 de Outubro no centro de convenções Ulysses Guimarães, onde estavam presentes os quatro mil estudantes que participam direta ou indiretamente do Projeto.

A SECRIANÇA foi convidada a expor suas atividades e projetos a este público no dia da apresentação da peça teatral. Nesse momento, distribuímos ECA´s e a Revistinha da Turma da Mônica sobre o ECA para o jovens e explanamos sobre os trabalhos da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, como o Centro de Atendimento 18 de maio, Conselhos Tutelares, Medidas Socioeducativas e o programa Criança Candanga.



Comemoração dia do Conselheiro Tutelar

No dia 21 de Novembro, a Secretaria da Criança juntamente com o CDCA (Conselho de direitos das Crianças e dos Adolescentes) promoveu no auditório da LBV, um evento em comemoração ao dia do Conselheiro Tutelar "Cuidando de quem cuida".

Foram realizados no evento palestras com temas: Identidade e Histórico do Conselho Tutelar realizado pela Promotora da Infância e Juventude- MPDFT- Luisa de Marilac. Pesquisa da Codeplan realizada pelo servidor Frederico Bertolini: Após as palestras houve uma confraternização de almoço com os conselheiros presentes; em seguida uma mesa redonda com os debates: A Importância dos Conselheiros Tutelares. Os Desafios dos Conselheiros Tutelares. Os Desafios da política da Criança e da Juventude. Por fim aconteceu uma oficina "Cuidando de quem Cuida".



Quantitativo de Denúncias dos Conselhos Tutelares

Durante todo o ano de 2017, esta Subsecretaria monitorou os atendimentos realizados nos 40 Conselhos Tutelares do DF. A tabela abaixo demonstra os dados escalonados mensalmente categorizados em denúncias recebidas, solucionada no CT, quando o atendimento se finda pelo atendimento do Conselho Tutelar, e Encaminhadas ou Providenciadas, quando é acionada a rede para suprir a demanda trazida pela denúncia.

Denúncias	**Janeiro/Março**	**Abril/Junho**	**Julho e Agosto**	**Set/Nov**	**Total**
Recebidas	14.796	9.870	3847	7.354	34.469
Encaminhadas ou solucionadas	13.364	8.243	3631	4.224	24.726
Total					**71,73%**

Suporte administrativo em plantão aos Conselhos Tutelares durante o período noturno e finais de semana e feriados.

A CISDECA – Coordenação do Sistema de Denúncia de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – foi criada através da Lei nº 5.294 de 13 de fevereiro de 2014, com o objetivo de dar retaguarda aos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, funcionando ininterruptamente (24h por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados). A CISDECA tem por finalidade contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes do Distrito Federal. Trata-se de um canal de comunicação entre a população e o poder público, onde o poder público recebe as denúncias referentes às violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes, e as encaminha para os Conselhos Tutelares competentes, para que sejam garantidos a proteção e o acesso desses indivíduos aos seus direitos como cidadãos. O funcionamento ininterrupto

garante ainda a rápida intervenção do Estado nos casos de violações de direito consideradas urgentes ou que necessitem de atendimento imediato.

A CISDECA é composta por equipe de 12 servidores, sendo a Coordenadora, nove plantonistas e dois motoristas.

A CISDECA oferece o suporte administrativo necessário ao Conselheiro Tutelar, quando acionada por telefone próprio, pela ouvidoria ou pelo Disque 100. Os dados obtidos constam na planilha abaixo:

DENÚNCIAS DE VIOLAÇÕES RECEBIDOS CISDECA Período – ano de 2017 (até 19/12)

VIOLAÇÃO	CISDECA	OUVIDORIA	DISQUE 100	TOTAL
Negligência	398	84	93	575
Violência Física	140	40	36	216
Violência Psicológica	62	21	48	131
Violência Sexual	34	1	14	49
Trabalho Infantil	27	10	4	41
Total Geral (até 19/12)	661	156	195	1.012

Podemos verificar que a maior incidência de denúncias recebidas diz respeito à Negligência, seguindo em segundo pela violência física e em terceiro fica a violência psicológica. O abuso fica em quarto lugar e o trabalho infantil em último lugar.

Estrutura da CISDECA

03 números de telefone ativos - 32348555 / 32130766 / 32130657.

Escala de trabalho de 24/72 (02 plantonistas a cada 24 horas)

3 carros

Escola de Conselhos

O início desse formato de capacitação continuada, por meio de uma Escola de Conselhos, se institucionalizou a partir da Resolução Normativa nº 69, de 06 de agosto de 2014, do CDCA-DF, publicado no DODF nº 162, de 11 de agosto de 2014 (pág.10), que dispôs sobre a criação e manutenção da Escola de Conselhos do Distrito Federal.

No ano de 2015/2016 foram feitas diversas reuniões entre a SECriança, o Instituto Federal de Brasília e o MDH, visando implantar a Escola de Conselho do DF nos mesmos moldes da experiência de Rondônia, contudo não houve êxito devido ao Decreto nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016 e outras resoluções de governo que limitaram gastos, convênios, contratações para a administração pública do DF, devido ao limite prudencial da Lei de responsabilidade fiscal. Tal iniciativa também foi interrompida pelas mudanças internas sofridas pelo MDH, devido às mudanças de gestão do Governo Federal ocorrida em tal ano.

Visando, dar continuidade as tratativas, em outubro de 2016 foi criado o grupo de trabalho entre CDCA e SECriança, para a continuidade da Escola de Direitos , para tanto solicitamos a indicação de 02 nomes de Conselheiros Tutelares, titular e suplente, para compor o Conselho Gestor, em observância à Resolução Normativa Nº 69.

Atualmente, com vistas a promover a implementação da Escola de Conselhos, foi minutado um Acordo de Cooperação Técnica entre o CDCA, SECRIANÇA e a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), conforme o Plano de Trabalho em anexo. O procedimento de acordo institucional, da construção da metodologia de ensino, e da disponibilidade orçamentária está em plena execução, sendo direcionada pelo CDCA em composição com a SECRIANÇA.

Compreendendo que o processo de capacitação é contínuo e também de responsabilidade da SECRIANÇA, mesmo sem a plena execução da Escola de Conselhos, mapeamos as necessidades de capacitação e formamos parcerias nos anos 2015/2016/2017, com diversas instituições do Sistema de Garantia de Direitos (MDH, MP, TJ, Defensoria, Escola do

Legislativo, SAMU e Secretarias de Estado), para oferecer capacitações para todos os conselheiros tutelares do DF.

Sipia CT Web

No ano de 2017, a SECRIANÇA participou de duas oficinas realizadas pelo Ministério dos Direitos Humanos – MDH para apresentar as novas premissas e funcionalidades da atualização do sistema com o objetivo de formar instrutores do sistema e discutir o plano de implantação do sistema em nível nacional, com vistas ao alinhamento das estratégias e ações necessárias para a consolidação do SIPIA Conselho Tutelar como instrumento de produção de informações para formulação e gestão da Política de Direitos da Criança e do Adolescente em todas as esferas de governo.

Os encaminhamentos dessas oficinas foram: O SIPIA CT Web Produção será bloqueado para inclusão de dados, a partir de uma data a combinar, e ficará e disponível apenas para consulta por um determinado até o fim da migração do legado. Os dados legados do SIPIA CT Web (denúncias, fatos, criança e adolescente, Rede Serviços e Órgãos Locais) serão migrados para o Novo SIPIA CT ao longo do semestre.

Após a conclusão da migração dos dados legados o SIPIA CT Web será desativado. As Coordenações Técnicas Estaduais construirão o Plano de Implantação do SIPIA Conselho Tutelar no seu estado. Esse Plano de Implantação será homologado pelo Comitê Gestor do SIPIA constituído para essa finalidade conforme Resolução Conanda nº 178.

A SECRIANÇA irá iniciar o treinamento sobre as atualizações do SIPIA CT em 2018, uma vez que no Distrito Federal compactuamos o uso do SEI e isso gerou a necessidade de se pensar sobre o uso dos dois sistemas SEI e SIPIA pelos Conselhos Tutelares do DF.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE NO DISTRITO FEDERAL – PPCAAM (DECRETO Nº 34.142/2013)

O Programa tem como objetivo executar a proteção integral de crianças e adolescentes ameaçados de morte, tendo como meta 50 (cinquenta) pessoas, entre familiares e crianças e/ou adolescentes protegidos no Distrito Federal e na RIDE (acrescido pelo Decreto Distrital Nº 35.485/2014), em conformidade com a Lei Federal n° 8.069/90, do Decreto Federal n° 6.231/2007, do Decreto Distrital n° 34.142/2013 e de acordo com o Convênio n° 009/2014 celebrado entre o Ministério dos Direitos Humanos e o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude e o Termo de Cooperação n° 02/2017 celebrado entre a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude e a atual entidade executora do PPCAAM – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP. O Convênio com o Governo Federal foi estabelecido para 05 anos (até 2019), no valor de R$ 8.750.000,00, sendo R$ 2.000.000,00 de contrapartida do DF. O Programa Governamental foi aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente em Resolução nº 594/2014. Atualmente, a equipe da SECriança-DF, responsável pela coordenação do Programa tem envidado esforços a fim de garantir a continuidade da execução do PPCAAM, bem como, promover a proteção integral a pessoas ameaçadas de morte no âmbito no Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e outros assuntos pertinentes ao Programa. Segue relatório anual formulado pela equipe da Diretoria PPCAAM DF.

Tabela - Dados de Proteção Referentes ao período de Abril à Novembro de 2017

Nº de Casos	Nº de Crianças/adolescentes Protegidos	Nº Pessoas Protegidas	Nº de Entrevistas
22	22	70	50

No que tange os assuntos concernentes ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM/DF e RIDE, informamos que realizamos reuniões do Conselho Gestor conforme Decreto Distrital nº 34.142/2013.

Atuação do Conselho Gestor do PPCAAM/DF

Em 2017, mensalmente ocorreram às reuniões ordinárias do Conselho Gestor do PPCAAM/DF, coordenada pela Subproteca. Houve consideráveis avanços na trajetória do programa neste ano, existindo um aumento significante da gestão participativa e atuação dos conselheiros no Conselho Gestor. Os Conselheiros são designados para a deliberação sobre a construção e efetivação das ações relacionadas à proteção a vida dos ameaçados.

O Conselho Gestor do PPCAAM, trata-se de um órgão colegiado e intersetorial, não jurisdicional, de natureza permanente, não remunerado, de caráter deliberativo, consultivo, orientador e fiscalizador.

O Conselho Gestor do PPCAAM é formado por entidades e colaboradores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do DF, além desses, existem os convidados permanentes para a participação das reuniões do Conselho Gestor, sendo o Poder Judiciário, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Sociedade Civil, que é de suma importância para o desenvolvimento e continuidade dos trabalhos, em busca no desenvolvimento e atuação para o fortalecimento das redes locais e defesa dos direitos humanos.

Sendo assim, esclarecemos que de acordo com a execução da proteção do PPCAAM durante este período, foi possível estabelecer articulação e formação continuada para a rede protetiva.

Políticas para a Juventude do Distrito Federal

PROGRAMA JOVEM CANDANGO

O Decreto nº 37.107, de 04 de fevereiro de 2016, transferiu a gestão e execução do Programa Jovem Candango para Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude

DEPOIMENTOS:

Sandy Maria (Aprendiz): "Depois que entrei no Programa Jovem Candango, me senti útil para a sociedade, pois eu era jovem candango de um dos melhores programas de aprendizagem. Eu tive a oportunidade de ajudar a minha família e ter uma vida melhor".

Divina Pereira (Chefe do Núcleo de Patrimônio da atenção Primária de saúde da Região Norte): "A participação dos jovens lotados nesse departamento, contribuiu de forma positiva, trouxe para o nosso ambiente leveza e inovação. É bom ver em meninos tão jovens a dedicação e o esforço em transformar as suas vidas. Percebo jovens em situação de vulnerabilidade social que irão transformar suas realidades. Foi bom fazer parte dessa história, e quero informar que eles fizeram a diferença no nosso setor, muitas das atividades exercidas por profissionais experientes no setor, eles não ficaram para traz e muitas vezes foi quem supriu a necessidade do quadro de funcionários. Espero que esse Programa jamais acabe! Vamos sentir muita falta deles.

Lorena Ferreira (Conselho Tutelar de Sobradinho): "No Conselho Tutelar de Sobradinho possuímos três jovens do programa, que desenvolvem atividades no administrativo como: receber, elaborar, guardar, registrar documentos e pastas. Foi distribuída a cada um dos jovens a responsabilidade sob uma atividade diária dentro do administrativo que é executada conforme os padrões e tempo necessário. Eles mantêm o local de trabalho organizado e em bom estado; além de interesse na aprendizagem nas atividades do órgão."

Yassanan Carolina (Aprendiz): "Saber que estou fazendo parte de algo que está ajudando a nossa sociedade é bastante gratificante, pois, antes do Programa Jovem Candango, não sabia o que ia fazer depois do Ensino Médio. Hoje posso dizer que ao sair daqui terei uma ótima carreira."

RELATÓRIO DE AÇÕES DESCRITIVAS MENSAL

JANEIRO E FEVEREIRO

A partir da demanda quantitativa de jovens solicitada aos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal foi feita distribuição de 1472 jovens para

75 órgãos do governo de Brasília e seus equipamentos públicos. Dando início as Atividades Práticas nos órgãos no dia 02 de janeiro de 2017.

Para distribuição dos jovens foi levado em consideração à proximidade no trajeto casa-escola-trabalho e o acesso ao transporte público, uma vez que é prioridade do Programa fazer com que o jovem consiga trabalhar e, ao mesmo tempo, garantir a sua permanência na escola.

Na semana de 02 a 06 de janeiro, O Programa Bombeiro Mirim, por meio da Assessoria de Programas Sociais do CBMDF, recebeu 33 jovens do Programa Jovem Candango.



Jovens estudantes indígenas atendem o público no Memorial dos Povos Indígenas por meio do Programa Brasília + Jovem Candango. Foto: Pedro Ventura/Agência Brasília

CONTRATAÇÃO DE PCDS

O contrato do Programa Brasília + Jovem Candango prevê a admissão de até 1591 (um mil quinhentos e noventa e um) aprendizes. No entanto, até o mês de janeiro, haviam sido contratados 1440 (um mil quatrocentos e quarenta) jovens. Esta diferença se deve ao fato de, por exemplo, não ter sido efetivada a contratação dos públicos estabelecidos por quota na legislação.

Em virtude disso, visando o fiel cumprimento da quota estabelecida na Lei Distrital nº 5.216/2013, a Coordenação do Programa reuniu-se, no dia 10 de janeiro com Coordenação de Pessoas com Deficiência – PROMODEF/SEDEST, buscando a divulgação direcionada ao público de PCDS, atendidos PROMODEF.

Posteriormente a articulação, as inscrições para pessoas com Deficiência foram reabertas do dia 24/01/2017 a 30/01/2017, alcançando assim, o preenchimento da quota em sua totalidade.

Os referidos jovens foram contratos no início do mês de fevereiro, em seguida cumpriram a carga horária de 20 dias de Atividades Teóricas junto as Instituições, apresentando-se aos órgãos governamentais na primeira semana do mês de março.

TREINAMENTO SUPERVISORES

Para fechamento do mês de fevereiro, no dia 21/02/2017, a Coordenação do Programa reuniu-se com as Instituições, a fim de definir o formato do treinamento de supervisores, bem como, ações continuas para adequação do Programa:

Definição de Palestrantes para Treinamento de Supervisores; Apresentação da Cartilha para revisão final; Adoção de Cronograma de visitas nos Órgãos e Instituições. Aplicação Semestral de Avaliação de Desempenho dos Jovens. Alinhamento de Fluxo das Informações nas Instituições (Folha de Frequência- Cartão de Presença, modelos de relatórios a serem seguidos).

MARÇO

No mês de março de 2017, conforme planilha de acompanhamento de contratação constam 1.545 jovens contratados. Sendo contratados posteriormente ao fechamento de fatura mais 7 jovens.

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS/ AÇÕES DESENVOLVIDAS

TREINAMENTO DE SUPERVISORES

Para melhor entendimento do Programa, a Secriança, juntamente com as Instituições, ministrou um curso de capacitação onde todos os Supervisores representantes de cada pasta foram convocados a participar e multiplicarem o conteúdo aos Orientadores que trabalham diretamente com os jovens. Em 21 de março de 2017 foi realizada a primeira formação de supervisores do Programa Brasília + Jovem Candango.

Pela primeira vez na história do programa, os supervisores se reuniram para uma tarde de formação ofertada pela Subsecretaria da Juventude, em parceira com as Instituições Renapsi e OSJC. Participaram do evento a colaboradora do governo, Márcia Rollemberg, e o Secretário de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, Aurélio Araújo.



ABRIL

QUANTITATIVO DE JOVENS ATIVOS/ NOVAS CONTRATAÇÕES

No mês de abril de 2017, de acordo com a planilha de acompanhamento de contratação, constam 1.537 jovens contratados.



MAIO

No mês de maio de 2017, de acordo com a planilha de acompanhamento de contratação constam 1.561 jovens contratados e 26 novas contratações.

JUNHO

No mês de junho de 2017, conforme planilha de acompanhamento, constam 1.545 jovens contratados.



JULHO

No mês de julho foi elaborado a Justificativa, Exposição de Motivos e Minuta de Decreto visando à efetivação da transferência do Programa para SEDESTMIDH, por meio da Secretaria Adjunta do Trabalho.

SETEMBRO

No mês de setembro de 2017, conforme planilha de acompanhamento, constam 1.540 (um mil quinhentos e quarenta) jovens ativos.

OUTUBRO

No mês de Outubro de 2017, conforme planilha de acompanhamento constam 1.513 (um mil quinhentos e treze) jovens ativos.



Conscientização do Outubro Rosa, onde foram desenvolvidas peças e apresentações protagonizadas pelos jovens.

Participação dos jovens na Semana Nacional da Ciência e Tecnologia.

NOVEMBRO E DEZEMBRO

No mês de setembro de 2017, conforme planilha de acompanhamento consta 1.518 (um mil quinhentos e dezoito) jovens ativos.

VISITAS MENSAIS AOS ÓRGÃOS

Durante o mês de Novembro/2017, foram realizadas visitas de Avaliação Pedagógica com os nos órgãos abaixo: Centro Olímpico do Recanto das Emas Palácio do Buriti

PROGRAMA #BORAVENCER

O volume expressivo de jovens atendidos é refletido em resultados significativos.

Abaixo, seguem quadros com dados dos inscritos nos Aulões do primeiro semestre e segundo semestre de 2017.

1º Semestre de 2017:

Inscritos Internet	Presentes	Inscritos no dia	Total de Presentes	Aulão / Dia
4.000	1.651	64	1.715	1º Aulão- 02/04
4.500	2.347	96	2.443	2º Aulão- 09/04
4.239	2.042	77	2.114	3º Aulão- 21/05
3.714	1.796	74	1.870	4º Aulão - 28/05

2º Semestre de 2017:

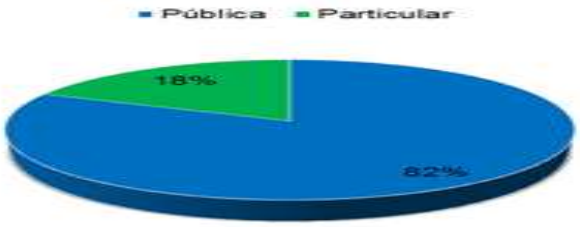
Inscritos Internet	Presentes	Inscritos no dia	Total de Presentes	Aulão / Dia
3.647	1.616	148	1.764	1º Aulão- 27/08
3.450	2.012	101	2.113	2º Aulão- 02/09
3.297	1.875	57	1.932	3º Aulão- 30/09
2.721	1.315	81	1.396	4º Aulão -08/10
8.775	8.775	-	10.000	5º Aulão – 28/10

LOCALIDADE DOS PARTICIPANTES



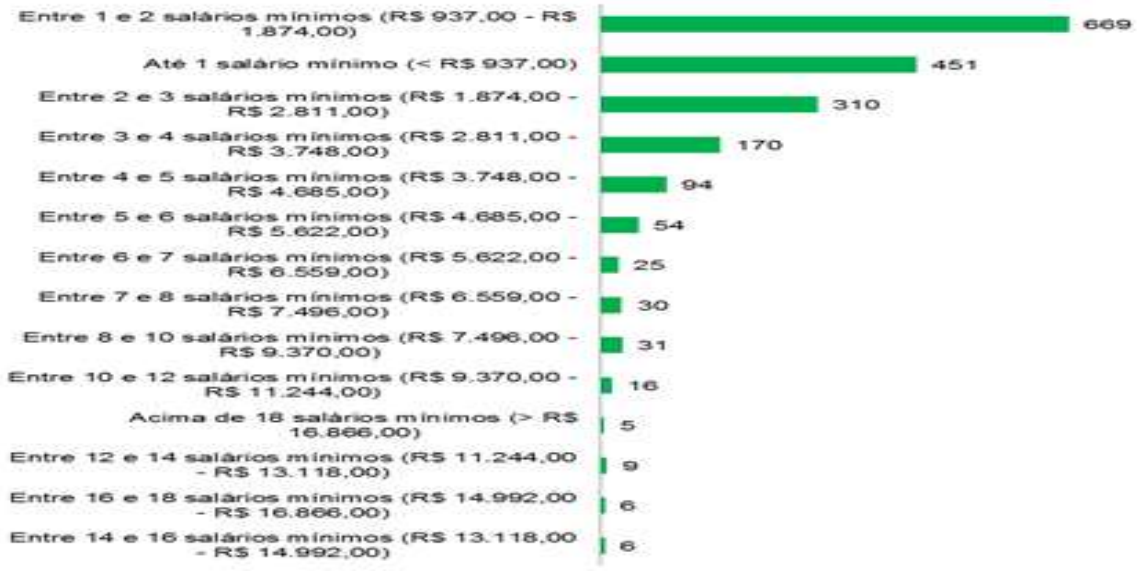
TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS PARTICIPANTES

ESTUDANTES DA REDE DE ENSINO



O gráfico acima indica que 82% dos alunos são da rede pública de ensino, enquanto 18% dos alunos são estudantes da rede particular.

RENDA DOMICILIAR



ESCOLARIDADE



O gráfico acima nos mostra que houve a presença de 1145 alunos são do Ensino Médio Regular no Programa #Boravencer, enquanto 16 são alunos do EJA.

SÉRIE/ ANO DO ENSINO MÉDIO

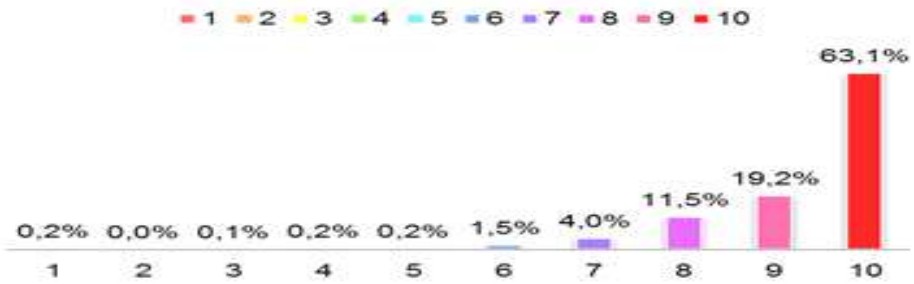




A pesquisa nos mostra que 60% dos alunos são do 3º Ano do Ensino Médio, enquanto 20% estudantes estão cursando o 2º ano e 20% o 1º Ano do Ensino Médio, o que pode ser visto como muito positivo, pois os alunos estão participando mais cedo e com uma margem de tempo maior se considerarmos que alguns participantes ainda estão no 1º ano do Ensino Médio.

INFORMAÇÕES GERAIS

COMO VOCÊ AVALIA A SUA MOTIVAÇÃO PARA PASSAR NA PROVA APÓS A EXPERIÊNCIA COM O AULÃO DO #BORAVENCER?



Percebe-se pelos dados apresentados em uma escala progressiva de 1 a 10, o índice de motivação relativa ao programa foi significativo, pois atingiu mais da metade dos participantes.



SÍNTESE DE RESULTADOS

O Programa #Boravencer é fruto de um projeto piloto criado a partir da demanda da juventude do Distrito Federal, e que alcançou, em 2016, uma marca bastante expressiva, com cerca de 12 mil jovens atendidos, seguido de aproximadamente 10.000 (dez mil) jovens atendidos no segundo semestre de 2017.

No último ano, 1.910 (um mil e novecentos e dez) jovens atendidos pelo programa foram aprovados, sendo, 562 para vestibulares e 1348 para concurso público. Já em 2017, apenas na primeira chamada do vestibular da Universidade de Brasília, 166 estudantes conquistaram suas vagas.

Esses números expressam a assertividade da Subsecretaria da Juventude em ouvir e colocar a demanda da juventude do DF em prática, pois o grupo atingido é exatamente aquele que carece de políticas públicas.

Ao final desse segundo semestre, pode-se definir o perfil do participante do #Boravencer: Ele tem entre 17 e 20 anos. A maioria (80%) é ou foi estudante da rede pública de ensino.75% dos que ainda estão em sala estudam no turno matutino. A grande parte ainda está no ensino médio, porém deve-se considerar que muitos já concluíram os estudos. Cerca de 70% nunca fez cursinho preparatório.80% nunca participaram de nenhum projeto do #Boravencer. As cidades onde se concentram o maior índice de participantes são: Ceilândia, Samambaia, Taguatinga e São Sebastão. A maioria (80%) necessita de transporte gratuito para conseguir chegar ao local do aulão. As principais formas que eles ficaram sabendo do programa são: amigos (em primeiro lugar) e internet, em segundo, tendo destaque o último aulão em que a TV/Rádio sobressaíram-se.

Esse perfil confirma que a SECRIA acertou ao ouvir e colocar a demanda da juventude do DF em prática, pois o público atingido é exatamente aquele que carece de políticas públicas.

CENTROS DE JUVENTUDE

Os Centros de Juventude são equipamentos públicos de referência no atendimento aos jovens nas cidades do Distrito Federal. Por meio de convênio entre SECRIA e Instituição sem fins lucrativos, desta forma, são ofertadas políticas de qualificação profissional, atividades de convivência, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, formação para o empreendedorismo, assistência social, prevenção do uso de drogas ilícitas, ação social e comunitária.

Ao longo do corrente ano foram ofertados cursos, oficinas programações culturais em comemoração ao Dia Internacional de Juventude.

DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE

Festival gastronômico, campeonato de Muay Thai e grande show com artistas locais e o convidado especial, o músico Rodolfo Abrantes (ex-Raimundos) marcaram o dia 12 de agosto, Dia Internacional da Juventude.

O palco deste encontro foi a Cidade Estrutural, na Praça Central. O evento foi uma iniciativa da SECRIA, Cerca de mil e duzentas pessoas visitaram e/ou participaram das ações.

FORMATURA DOS ALUNOS DOS CENTROS DE JUVENTUDE

Os Centros de Juventude da Ceilândia e Estrutural realizaram nesta data a cerimônia de formatura dos 165 jovens que tiveram presença garantida nas aulas das oficinas de Culinária Sustentável, Violão, Empregabilidade e Muay Thai. Foi cumprida a carga horária de 40 horas/aula para as oficinas de violão, muay thai e culinária sustentável e 30 horas/aula para as oficinas de empregabilidade.

A solenidade ocorreu no auditório do Centro Cultural da Estrutural. Houve a entrega de certificados, para as oficinas propostas.

AS OFICINAS

As oficinas disponibilizadas atendem as áreas da cultura e do esporte, para participar das oficinas o aluno tem que fazer o cadastro. Quando o jovem inicia recebe uma camiseta com a identificação do projeto que deve ser usada por ele para adentrar a sala de aula.

Oficina de Violão

Cada oficina de violão cumpre a carga horaria de 40 horas/aula, ministradas 2 vezes por semana, com 1 hora de duração cada uma. Formando 12 alunos na Ceilândia e 20 na Estrutural,

Oficina de Dança Oriental

Esta oficina tem a duração de 30 horas/aula, ministradas 2 vezes por semana, com 1 hora de duração cada uma. Ocorreu somente no Centro de Juventude da Estrutural com 29 alunas matriculadas em 01 turma.

Culinária Sustentável

Esta oficina tem a duração de 40 horas/aula, ministradas 2 vezes por semana, com 1 hora de duração cada uma. Foram formados 24 alunos na Ceilândia e 21 na Estrutural.

Oficina de Muay Thai

Duração de 40 horas/aula, ministradas 2 vezes por semana, com 1 hora de duração cada uma. Total de 04 turmas. Formados 30 alunos na Ceilândia e 24 na Estrutural.

Capoeira

Oficina compreende 40 horas/aula, duas vezes por semana, 1 hora cada. Ocorre duas vezes por semana, período noturno, somente no Centro de Juventude da Estrutural, com 21 alunos matriculados em 01 turma.

Oficina de Empregabilidade

Duração de 30 horas/aula, ministradas 2 vezes por semana, com 2 horas de duração cada uma. Total de 04 turmas. Formados 14 alunos na Ceilândia e 12 na Estrutural.

CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Os Centros de Juventude estão comprometidos com a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos jovens participantes do projeto. Neste sentido, ofertamos dois cursos profissionalizantes com duração de 200 horas/aula, ministradas de segunda a sexta, variando de 3 a 4 horas por dia.

A definição da natureza dos cursos foi feita por interesse do público-alvo e, em função da demanda mercadológica. Estão sendo ofertadas 150 vagas nos Cursos de Massoterapia e Assistente Administrativo.

Assistente Administrativo

Tiveram início no Centro de Juventude da Ceilândia e no Centro de Juventude da Estrutural. Total de 05 turmas.

Massoterapia

Tiveram início no Centro de Juventude da Estrutural e, na Ceilândia.

ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

Nos Centros de Juventude já foram preenchidos 650 cadastrados na Estrutural e 720 cadastros na Ceilândia. Foram realizados até esta data cerca de 56 atendimentos/acolhimentos nos dois Centros.

Atendimento a jovens que estão em liberdade assistida, em abrigos ou medida socioeducativa. Os Centros de Juventude desenvolvem um trabalho com esses jovens em parceria com os monitores dos abrigos e centros de liberdade assistida. São 10 jovens na Ceilândia e um na Estrutural, vindos de uma realidade diferenciada e, portanto, precisam de maior atenção e acompanhamento.

Grupo Operativo

A aprendizagem centrada nos processos grupais coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros.

ATIVIDADES EXTERNAS

Conferência Nova Geração (participaram deste evento seis jovens dos Centros da Estrutural);

Evento Jovem Protagonista no shopping JK (participaram deste evento cerca de 30 jovens dos Centros da Estrutural e Ceilândia. Este evento foi uma iniciativa da Secriança);

Sharto Brasil – Luta de Muay Thai (participaram deste evento seis jovens dos Centros da Estrutural e Ceilândia);

Participação dos alunos da massoterapia na Corrida da Imprensa (neste evento, oito alunos do curso profissionalizante de massoterapia);

Participação dos alunos da massoterapia na Corrida Cross Parques (neste evento, oito alunos do curso profissionalizante de massoterapia);

Bora Vencer de Samambaia (mais de 50 alunos se revezaram, nos dois turnos, para apresentação de violão, aula de culinária sustentável e aulão de muay thai. Este evento foi uma iniciativa da Secriança);

CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIA ESTABELECIDA POR MEIO DA SECRIA:

Convênio estabelecido por meio da SECRIANÇA e o INSTITUTO BRASIL ADENTRO, cujo objetivo é apoiar 1.000 (mil) jovens universitários formandos ou recém-formados, em 10 Regiões Administrativas do Distrito Federal, no alcance de melhor posicionamento no ranking brasileiro de Universidades Empreendedoras, por meio da realização do programa **"Empoderar & Empreender - GPjr Comunidades"**, com carga horária de 40 horas por participante, no foco da motivação de ideias empreendedoras, utilizando a modalidade "Pílula de Conhecimento" e estimulando ações práticas

Convênio estabelecido com INSTITUTO BRASÍLIA PARA O BEM ESTAR DO SERVIDOR PÚBLICO - IBESP em decorrência da celebração do Termo de Colaboração nº 03/2017-SECRIANÇA, que tem por objeto o Projeto "Brasília, essa é minha História". Trata-se de um programa de educação voltado para estudantes do ensino médio de escolas públicas. São jovens pertencentes às classes D e E (famílias de até quatro salários mínimos), de regiões periféricas com altos índices de vulnerabilidade social. A ideia é fomentar melhores condições de aprendizado, o enriquecimento do currículo escolar por meio de atividades complementares ao projeto pedagógico, e o desenvolvimento do senso de cidadania. Promove-se a educação cívica levando os alunos a uma aula presencial em monumentos e espaços públicos do Plano Piloto – concepção, conceito, planejamento arquitetônico, contexto histórico e modelo de administração. Eles participam de debates sobre o choque das realidades (região central x regiões de origem) e os instrumentos capazes de aproximá-las. A partir dessa etapa da

construção do saber, os alunos são levados a uma reflexão crítica da sobreposição de realidades e estimulados a elaborar redações. Os textos tornam-se pautas de debates sociais capazes de auxiliar na elaboração de políticas públicas que afastem os jovens da condição de vulnerabilidade e que respondam a problemas sociais estruturantes. A última etapa do programa é um concurso de redações. Os seis melhores jovens autores de cada um dos centros de ensino ganham um notebook e cada escola participante recebe um projetor.

O projeto contemplou o total de 23.995 estudantes das regiões administrativas de Estrutural, Ceilândia, Samambaia, Gama, Taguatinga, Santa Maria, Paranoá e Recantos das Emas.

Convênio estabelecido com INSTITUTO BRASÍLIA PARA O BEM ESTAR DO SERVIDOR PÚBLICO - IBESP , sob titularidade desta Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, que tem por objeto o Projeto " Mais Brasília", o qual pretende valorizar as experiências cotidianas de jovens que moram em periferias do DF e ao mesmo tempo busca extrair as impressões e expectativas que os alunos tem em relação a cidade de Brasília. Serão atendidos aproximadamente 5.804 (cinco mil oitocentos e quatro) estudantes de ensino médio das escolas públicas do Recanto das Emas com faixa etária entre 15 e 17 anos.

Convênio estabelecido com a ASSOCIAÇÃO CARNAVALESCA BLOCO AFRO OBARÁ (Lei n° 10.639) oficializa a implantação de ações ligadas às DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA em rede de ensino. Tem por objetivo, Promoção e Capacitação cultural de jovens entre 15 a 29 anos, e adeptos da arte e da cultura de temáticas afro-brasileira no Distrito Federal e entorno. Através de oficinas formativas nas unidades dos Centros de Juventude, bem como em espaços culturais já consolidados.

Convênio estabelecido com o Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes (IECAP), tem como objetivo a operacionalização e fortalecimento institucional dos Centros de Juventude do Distrito Federal localizados nas cidades de Ceilândia, Estrutural e Samambaia, no período de 12 meses. Oferecendo aos jovens de 15 a 29 anos, oficinas de esporte, cultura e lazer, atendimento psicossocial e qualificação profissional.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE

No que tange à medida de Internação, atualmente, há oito Unidades de Internação, a saber: Unidade de Atendimento Inicial (UAI), Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS), Unidade de Atendimento do Recanto das Emas (UNIRE), Unidade de Internação de Planaltina (UIP), Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS), Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA), as quais executam a medida em suas mais diversas fases.

Quanto à medida de semiliberdade, atualmente há 06 unidades que atendem os adolescentes sentenciados ao seu cumprimento, sendo: Unidade de Semiliberdade Feminina do Guará – USFG, Unidade de Semiliberdade de Santa Maria – USSM, Unidade de Semiliberdade do Recanto das Emas – USRE, Unidade de Semiliberdade do Gama – USG, Unidade de Semiliberdade de Taguatinga I – UST e Unidade de Semiliberdade de Taguatinga II –UST II.

PROJETO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
Estágios supervisionados	Parcerias com instituições universitárias – UNIP e UNB – visando à construção de espaços para estágios de serviço social.
Reconstrução da história e da memória do Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE	Parceria da SUBSIS/SECRIANÇA com a instituição ANIS, que recuperará arquivos e documentos do antigo CAJE, organizando um acervo memorial. Formalização já ocorreu e está acostada no DODF n. 208, de 30/10/2017.
Horticultura e Socioeducação	Projeto da SUBSIS que visa à implementação de hortas nas unidades de internação, capacitando os adolescentes e jovens em produção agroecológica de hortaliças, flores e insumos orgânicos, promovendo uma alternativa de geração de renda. Atualmente, a UISS conta com parceria com o IFB/São Sebastião para produção de hortaliças orgânicas. A UIP e UISM têm hortas orgânicas que são gerenciadas pelas próprias unidades.
UNESCO	Projeto da SUBSIS que contribui para a consolidação das políticas públicas da Secretaria, contemplando o aperfeiçoamento das ações prestadas, com a finalidade de promover os direitos que assegurem oportunidades para o desenvolvimento integral às crianças, aos adolescentes e aos jovens do Distrito Federal.
Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA	Projeto que visa à construção de uma cultura de paz no sistema socioeducativo e que propiciará vivências e aprendizagens de diversos conhecimentos e técnicas de

	administração de conflito. Além disso, favorece o protagonismo juvenil e o empreendedorismo, inovando os mecanismos e estratégias de inclusão no mundo do trabalho.
Oficina de música Plena Harmonia	Oferecer aulas de música para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A orquestra plena harmonia desenvolve suas atividades na Unidade de Internação de São Sebastião. Em dezembro de 2017, o processo aguarda a liberação de recurso para compra de instrumentos musicais; Aquisição de vestuário; Aquisição de material permanente; Aquisição de acessórios; Contratação de serviço técnico profissional.
Visitas externas	Atividades realizadas pela SUBSIS/DISEMI, que proporcionam aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade a realização de atividades externas, consistentes em visitas ao Parque da Água Mineral, ao Centro Cultura Banco do Brasil, ao Centro Cultural da Caixa e ao Jardim Zoológico, dentre outros.
Projeto OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos	Dois conjuntos de atividades. O primeiro refere-se à padronização das ações de gestão e comunicação da SUBSIS e ampliação da capacidade técnico-profissional dos servidores. O segundo consiste em uma proposta de sistema de monitoramento e avaliação das ações executadas sob a gestão da SUBJUV e SUBSIS.
Projeto "Vamos nessa: o jeito só nosso de aprender informática"	Em parceria com a OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos e a Cisco Systems Acedemy, este projeto busca a construção de cidadania por meio de processos de inclusão digital de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O Projeto tem os seguintes objetivos: a) Formular as bases organizacionais e funcionais para a oferta de eventos educativos para a inclusão digital dos jovens. b) Elaborar conteúdos programáticos que visem a construção de identidade de sujeitos de direitos, conceitos de cidadania e convivência social como partes componentes e referenciais dos eventos educativos para a inclusão digital. c) Formular e editar materiais gráfico-visuais de apoio aos eventos educativos de inclusão digital que incluam conteúdos em conceitos de cidadania, construção de identidade de sujeitos de direitos e convivência social. d) Programar e realizar eventos de capacitação para a formação de monitores especializados em eventos educativos de inclusão digital que incluam conteúdos em conceitos de cidadania, construção de identidade de sujeitos de direitos e convivência social. O projeto certificou, até Dezembro de 2017, mais de 40 adolescentes, dentre as Unidades de Internação do Recanto das Emas e de Saída Sistemática.
Projeto "Nota 10" – Instituto Cultural e Social Lumiar	Instituto Cultural e Social Lumiar – O Instituto Lumiar, por meio do Projeto Nota 10, ofereceu oficinas de teatro, percussão, grafite, capoeira e empreendedorismo para os adolescentes na Unidade de Internação de Planaltina (UIP). Além da execução do projeto na Unidade de Internação de Planaltina, está em fase de finalização o trâmite de um novo projeto para início em Dezembro de 2017 contemplando a Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE), a Unidade de Semiliberdade do Recanto das Emas (USRE); a Unidade de Meio-aberto do Recanto das Emas; a Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas (UNISS); a Unidade de Meio Aberto do Paranoá; a Unidade de Internação de Planaltina (UIP); a unidade de Internação de São Sebastião (UISS); a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS) e a Unidade de meio aberto de São Sebastião.
Projeto "Socioeducando – estratégias de transformação" – Instituto Ladainha	Foram iniciadas as articulações para desenvolvimento do projeto "Socioeducando – estratégias de transformação" que irá promover rodas de conversa com um ex-egresso do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, oficinas de capoterapia e encontros de Terapia Comunitária. As ações serão desenvolvidas nas unidades de internação, semiliberdade e meio aberto do Sistema Socioeducativo. O projeto é financiado pelo Fundo da Criança e do Adolescente e foi elaborado em parceria com a SECRIANÇA. São objetivos do projeto: Colaborar na formação integral e na emancipação dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Distrito Federal através da capoterapia; Construir um plano de ação para o jovem em cumprimento de medida e após o egresso; Melhorar a saúde e diminuir níveis de dependência química e utilização de substâncias psicoativas; Colaborar com o acolhimento e integração das famílias com o Sistema Socioeducativo; Criar de um espaço de partilha de experiências de vida e construção de redes solidárias; Contribuir com a melhoria da qualidade de vida e resgate da autoestima das famílias; Tratar questões sensíveis que potencializem a formação de vínculos interfamiliares.
I Seminário de gênero do Sistema Socioeducativo	Gênero trata-se de um modo socialmente construído de organização do mundo, isto é, uma forma de definir como o todo deve funcionar, ou deveria funcionar, baseando-se em um mecanismo de análise binário (masculino e feminino). Portanto, existe uma implicação científica que permeia o motivo pelo qual o estudo de gênero é fundamental para a qualificação do atendimento socioeducativo, mas esta motivação não se restringe a isto. As estatísticas têm apontado que os crescentes envolvimentos com atos infracionais de meninas têm sido proporcionalmente superior ao dos meninos, o que aponta para uma urgência social na compreensão do fenômeno e para a necessidade de delimitar ações de atendimento que possam prevenir e interromper a trajetória infracional, pesando as especificidades deste público. Vários são os motivos para a realização do 1º Encontro Socioeducativo Sobre Gênero: Meninas em Perspectiva, um momento de reunião de pesquisadores da temática com profissionais do atendimento com vistas a reconhecer as vulnerabilidades e fatores de risco envolvidos na trajetória de vida destas adolescentes, bem como esboçar compreensões e compromissos de qualificação do atendimento socioeducativo. Este seminário ocorreu em Outubro, reunindo a SDH, ANIS e a SECRIA em um momento de discussão e esclarecimento do tema a servidores e parceiros da SEE, SES, dentre outros.
Termo de Cooperação Técnica: Olhares Cruzados - Brasil/França em parceria com a UNB, Embaixada da França e	Este evento constitui um primeiro passo no processo de construção de uma Cooperação Técnica entre Brasil e França, para a formação especializada do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Por iniciativa e convite da Universidade de Brasília, através do PRODEQUI/PCL/IP/UnB e da Embaixada da França, a SECRIA/DF integrou-se ao projeto

Escola de Proteção Judiciária da Juventude	que se trata de uma oportunidade inédita de ampliação da qualificação dos socioeducadores e equipes de execução das diferentes medidas e unidades do sistema. O Distrito Federal deu um importante passo para a concepção e implantação da sua Escola Distrital em Socioeducação, no cumprimento de sua meta institucional prevista no Plano Decenal. O que buscamos é uma construção coletiva da concepção pedagógica da nossa escola, vislumbrando ampliar o conhecimento dos socioeducadores para um salto de qualidade na própria concepção do atendimento socioeducativo.
Formalização de Termos de Cooperação Técnica com entidades religiosas	Garantir assistência religiosa aos adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Várias parcerias foram formalizadas ou estão na fase de assinatura do Termo de Cooperação Técnica, dentre elas: Mocidade para Cristo (MPC); professor Elias; acreditar: Transformando Vidas; ADEPLAN; APLAC; Igreja Batista Cristã; Pastoral do Menor; SHALOM; Igreja Universal; Gerar Brasil.

PRINCIPAIS ATIVIDADES OCORRIDAS AO LONGO DO ANO DENTRO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DE 2017:

Ampliar e adequar a infraestrutura das Unidades

Foram realizadas duas nomeações de novos servidores no ano de 2017, totalizando 217 nomeações entre agentes, técnicos e especialistas socioeducativos;

Foi inaugurada, em Setembro, uma nova Unidade de Semiliberdade em Taguatinga para progressão dos adolescentes em fase final de cumprimento da medida;

Iniciou-se a construção da primeira Unidade de Internação Socioeducativa feminina do Distrito Federal no Gama;

A Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS) e a Diretoria do Serviço de Segurança, Transporte e Acompanhamento (DISSTAE) receberam dois novos ônibus para transporte dos adolescentes do Sistema Socioeducativo;

Passou a integrar o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), junto à Unidade de Atendimento Inicial (UAI), Defensoria Pública do DF, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e outros órgãos do governo, o Centro de Identificação da Polícia Civil;

Foram realizadas reformas e/ou reparos estruturais na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM); Unidade de Semiliberdade do Recanto das Emas (SLRE) e Unidade de Internação de São Sebastião (UISS).

Qualificar o atendimento socioeducativo

Servidores do sistema socioeducativo participaram do Simpósio Nacional de Socioeducação com o tema "A escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva".

A SECRIANÇA promoveu o "I Encontro Socioeducativo Sobre Gênero – Meninas em Perspectiva: Os Desafios do Atendimento às Adolescentes em Conflito com a Lei" em parceria com o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis) e o Ministério dos Direitos Humanos (MDS);

Os servidores do Núcleo de Atendimento Inicial (NAI), da Unidade de Internação do Recanto das Emas e Santa Maria (UNIRE e UISM) receberam um treinamento básico em primeiros socorros promovido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);

Foi publicado o Regulamento Operacional das Unidades de Semiliberdade do Sistema Socioeducativo do DF;

A Direção e a Gerência de Saúde da Unidade de Internação de Planaltina promoveram a I Semana da Saúde abordando temas como: crescimento e desenvolvimento, saúde bucal, direitos sexuais e reprodutivos;

Representantes do Sistema Socioeducativo participaram do workshop "Parâmetros e Metodologia Socioeducativa do Programa Semiliberdade" promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos;

Os servidores da Semiliberdade do sistema socioeducativo do Distrito Federal participaram da segunda edição do "Curso sobre comunicação não violenta para instituições de acolhimento e

unidades de internação", promovido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);

Servidores do Sistema Socioeducativo participaram do "2º Encontro de Saúde Mental" promovido pela Diretoria de Saúde Mental do Sistema Socioeducativo (DISAM);

Servidores do Sistema Socioeducativo participaram do "I Fórum de Gestores do Sistema Socioeducativo" para debater o papel dos gestores dentro do planejamento estratégico, ações e melhorias para o Sistema.

Servidores do Sistema Socioeducativo, participaram da formação dos gestores do socioeducativo de Santa Catarina; foram realizadas ainda visitas as Unidades de internação de Santa Maria, Recanto das Emas e de Saída Sistemática (UNIRE; UISM; UNISS);

Servidores do Meio Aberto e da Semiliberdade participaram do Fórum Articulado da Socioeducação para debater as rotinas de acompanhamento da escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;

A Unidade de Internação de Saída Sistemática realizou o 1º Ciclo de Aprimoramento da Proposta Pedagógica da UNISS, aberta aos demais servidores do sistema socioeducativo;

Servidores do Sistema Socioeducativo participaram do Curso de Operador de Bastão Tonfa realizado na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM);

Servidores do sistema socioeducativo, em especial das medidas de meio aberto e estrito, participaram da Palestra dialogada sobre Caderneta de Saúde do Adolescente e Direitos Sexuais e Reprodutivos, bem como da oficina sobre drogas promovido pela Diretoria de Saúde Mental do Sistema Socioeducativo (DISAM);

Foi publicado o Manual Sociopsicopedagógico das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. O texto é um instrumento norteador aos profissionais que compõe o sociopsicopedagógico das Unidades de Internação do Distrito Federal;

Foi realizada a "Semana de Divulgação das Normativas da Secriança" como forma de estimular os gestores a se apropriaram das normativas publicadas pela Secriança e apresentarem aos servidores das Unidades de Internação.

Promover articulações institucionais

Participação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE) e Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) no processo seletivo de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UNB). A aplicação das provas aconteceu dentro das unidades referidas;

A Unidade de Santa Maria (UISM) recebeu alunos do curso de enfermagem e pós graduação em Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade JK, com a finalidade de efetivar parceria para o atendimento e acompanhamento de saúde dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Foram realizadas as inscrições para as provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para pessoas privadas de liberdade e jovens em cumprimento de medida socioeducativa (Encceja Nacional PPL) para 520 adolescentes de seis unidades de internação e 35 adolescentes em cumprimento de semiliberdade;

Foram realizadas atividades na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) em parceria com a Secretaria de Educação e o Projeto Periferia 360, por meio do Fundo de Apoio à Cultura (FAC);

Com apoio de empresários, a Cia de Comédia G7 viabilizou a apresentação de peças de teatro para os adolescentes do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal da Internação de Saída Sistemática, Semiliberdade e do Meio Aberto;

Em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) iniciou-se o Programa Saúde na Escola (PSE) na Unidade de Internação de Brazlândia (Uibra) para a avaliação em saúde de todos os

adolescentes; o desenvolvimento de oficinas sobre Alimentação Saudável e Saúde, Educação para a Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e Prevenção das DST/AIDS, Prevenção ao uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas; e ainda a realização de atividades que visem à promoção da Cultura da Paz e Prevenção das Violências;

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) tem oferecido no projeto "Espaço Fazendinha" a profissionalização dos socioeducandos na área de horticultura a partir do cultivo de diversas espécies de folhosas e verduras.

A Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS) promoveu uma reunião estratégica com a Coordenação das Unidades de Apoio Técnico e Administrativo aos Conselhos Tutelares (Counata) e Conselheiros Tutelares do Distrito Federal para debater e alinhar ideias, as equipes, acertar fluxos de encaminhamento e esclarecer a atuação de cada uma das partes dentro do processo de acompanhamento dos adolescentes que passam pela UIPSS;

A Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) realizou uma parceria junto ao Instituto Federal de Brasília - IFB para execução da oficina Criatividade Literária; A assistência à saúde tem sido também garantida por meio da parceria com a clínica móvel da OdontoSesc junto as unidades de internação estrita;

Foi realizado o 1º Encontro da Rede de Proteção Social de Santa Maria na Unidade de Internação de Santa Maria, como forma de promover debates sobre o atendimento socioeducativo na cidade e articulações com a rede junto à rede de ensino, assistência social, Conselho Tutelar, pesquisadores e Organizações da Sociedade Civil.

Preservar a dignidade humana dos socioeducandos, familiares e servidores

A Unidade de Internação de Santa Maria desenvolveu ações com as temáticas de "Bullying, Meio ambiente, Pedofilia, Inclusão social, Educação de trânsito e o enfrentamento do uso de drogas ilícitas pela juventude". Também foram abordados assuntos como humanização das relações; o amor como ferramenta de transformação social; a educação como meio de combate à violência; a cultura como protagonista na construção da cidadania, direitos humanos, racismo, exclusão, saúde, álcool, qualificação, implementação e acesso também serão abordados;

Foram realizadas na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião oficinas sobre Vivências Práticas, relacionadas ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência;

Foi feita a emissão do título de eleitor para os adolescentes e jovens da Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS) por meio do posto móvel do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF);

Adolescentes das unidades de meio aberto, semiliberdade e Unidade de Internação de Saída Sistemática participaram de eventos externos como o espetáculo Disney On Ice e à Feira de Ciência e Tecnologia Campus Party Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães;

Foi realizada pela Unidade de Internação Provisória de São Sebastião uma oficina sobre a Finalização do Protocolo de Atenção à Prevenção a Depressão e ao Suicídio;

1063 adolescentes, das unidades de semiliberdade e internação, bem como 1311 servidores do sistema socioeducativo foram vacinados na campanha de vacinação contra a gripe H1N1 e Influenza;

Foi erradicado o tabaco nas oito unidades de internação e nas cinco de semiliberdade;

Foram realizadas diversas atividades junto às famílias nas unidades de internação como forma de fortalecimento dos vínculos familiares como é o caso da oficina de maquiagem para as mães e servidoras; palestra sobre Bullying e consciência corporal; aula de Zumba; inauguração da brinquedoteca; confecção de artesanato pelos adolescentes para presentear suas mães; ação de aferição de pressão e glicemia para os familiares;

Adolescentes da Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA) participaram de palestras sobre o mercado de trabalho, formação profissional, produção de currículo, entrevista de emprego

e empreendedorismo com representantes de entidades como o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Confederação nacional da Indústria (CNI) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO);

As Unidades de Semiliberdade, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (SENAI-DF), ofereceram aos adolescentes a "2ª Oficina de Customização de camisetas aos adolescentes";

As adolescentes da Unidade de Internação de Santa Maria e da Unidade de Semiliberdade Feminina, junto a algumas adolescentes das UAMAS, participaram de oficinas com o objetivo de promover a mobilização e a formação de meninas entre 14 e 18 anos para fortalecimento da participação cidadã, o protagonismo, a incidência e o controle social sobre as políticas públicas referentes aos seus direitos. A iniciativa é coordenada pela Plan International.

LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

AÇÃO/PROJETO	DESCRIÇÃO
Fórum articulado da socioeducação	Acompanhar a política de escolarização em Meio Aberto e Semiliberdade.
Curso compartilhando histórias e mudando trajetórias	Criar espaço de reflexão para a aquisição de novas metodologias no acompanhamento do socioeducando.
Constelação Familiar	Técnica utilizada para eliminar doenças físicas, estresse e dificuldade de relacionamentos pessoais e interpessoais e solução de conflito em geral.
Um novo olhar para as soluções de conflitos	A palestra referente à mediação de conflitos.
Autocuidado nas UAMAS- meditação e relaxamento	Colaborar no cuidado para a saúde mental dos servidores das Unidades de Meio Aberto.
Capacitação para Justiça Restaurativa e risco (YLS) – Necessidade - Responsabilidade.	Refletir acerca do ato infracional praticado, suas consequências para a vítima, para a família do adolescente e para o próprio jovem. Tais práticas contribuem para o processo de responsabilização do socioeducando, produzindo resultados transformadores a partir da tomada de consciência que o sujeito experimenta diante de sua própria trajetória.
Capacitação e ofensa sexual praticada na adolescência.	Articulação da SECRIANÇA com a DICASSE. Foi expandido para todo o sistema socioeducativo.
Fluxo de Agendamento para retirada da 1ª e 2ª via de identidade dos socioeducandos acompanhados pelas UAMAS.	Facilitar o acesso para retirada de documentação.
PSC Audiovisual	É um projeto de execução direta de Medida Socioeducativa de PSC, amparado pela Instrução Normativa nº 01/2016, em parceria com a SSPPS, no âmbito do Projeto "Picasso Não Pichava", voltado para a criação audiovisual.
Projeto Cine UAMA	Propiciar aquisição de bens permanentes e de consumo para a projeção de filmes e documentários nas UAMAS.
Palestra Saúde Mental e Qualidade de Vida	Como se alimentar da forma correta para prevenir doenças, adquirindo melhor qualidade de vida. Prevenção e Tratamentos através dos alimentos Naturais para tratar doenças como Gastrite, Úlcera, Esofagite, Colesterol Alto, Pressão Alta, Depressão, Ansiedade, Estresse, Sobrepeso, Ácido Úrico Elevado, Diabetes, Enxaqueca, dentre outras.
Espetáculo Disney On ICE 2017	Propiciar acesso à cultura e ao lazer aos socioeducandos e familiares do Meio Aberto.
Escola no cinema – Cine Itaú	Propor um mergulho cultural através do cinema, em uma formação permanente de educadores e alunos. Sua aposta é na integração de linguagens, buscando contribuir para a formação de um espectador crítico e atuante na sociedade.
Exame Nacional para certificação de competências de jovens e adultos - ENCCEJA	Desenvolver ações de divulgação, compreensão e utilização das informações do ENCCEJA junto às UAMAS com o intuito de proporcionar aos servidores e socioeducandos todas as informações necessárias para um melhor aproveitamento no exame.
Capacitação para os especialistas no contexto das medidas socioeducativas do DF	Capacitar servidores públicos efetivos com foco na prática socioeducativa da Carreira Socioeducativa
Esporte à meia noite	Resgatar a cidadania e promover a inclusão social dos jovens em situação de risco, em parceria com órgãos governamentais e não governamentais.
Reinauguração da UAMA São Sebastião	Ampliar a área e espaço para melhor atender os socioeducandos e famílias.
Clínicas do trabalho das UAMAS	Consiste em idas semanais do professor Vitor em algumas UAMA´s com objetivo de conversar sobre o trabalho e com os supervisores, foi focado os temas sobre gestão e liderança.
Projeto Visita Guiada - Visita ao Quartel General	Possibilitar passeio cívico aos adolescentes em cumprimento de medida scoioeducativa, com aulas de história e cidadania.
Projeto Visita Guiada - Visita ao Catetinho	

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1900

Teatro com a G7	Proporcionar cultura e lazer aos socioeducandos, companheiras e familiares.
Aumento de vagas para PSC	Articular com órgãos governamentais e não governamentais em conjunto com os supervisores das UAMAs.
Projeto VVV	Divulgar os trabalhos e as atividades que vêm desempenhando atualmente e que estão "dando certo", facilitando com que os servidores possam conhecer aquilo que tem de melhor na organização e.
Fluxo de encaminhamento de adolescentes em acolhimento institucional com aplicação ou em cumprimento de medida socioeducativa.	Pactuar fluxo de encaminhamento de adolescentes acolhimento institucional com aplicação ou em cumprimento de Medida Socioeducativa.
Roda de conversa sobre atendimento em grupo	Discutir e refletir acerca do trabalho em grupo com adolescentes e familiares.
Programa Bora Vencer Profissionalizante	Beneficiar os jovens no âmbito profissional, com o intuito de qualificá-los para facilitar o ingresso no mercado de trabalho.
Campus Party	Viabilizar a ida de 28 socioeducandos do Meio Aberto para prestigiar a feira de tecnologia e cultura geek mundial conhecida como Campus Party.
Capital Kids	Comemorar o Dia das Crianças
Kit lanche para as UAMAS	Articular junto à SUAG a inclusão da necessidade de lanches para as UAMAS.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS E SAÚDE MENSAL

ENEM: JAN/2017 - Levantamento junto às Unidades de Internação das notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2016, bem como do resultado obtido (ingresso em Universidades públicas de outros estados, bolsas parciais ou totais em faculdades particulares).

ENCCEJA: AGO/2017 – Para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL) foi realizado cadastramento do Secretário e dos diretores das Unidades de Internação no sistema do INEP para efetuarem a adesão da Secretaria e das Unidades, respectivamente.

A inscrição dos adolescentes foi feita pelo responsável pedagógico de cada Unidade e foram inscritos 526 adolescentes no total.

PAS: O Programa de Avaliação Seriada da UnB (PAS) contou com 08 inscritos, apenas na 1º etapa.

PRONATEC: A partir de uma pactuação restrita da SEE-DF com o Pronatec, a Secretaria demandou algumas vagas em cursos profissionalizantes para as Unidades de Internação e foram disponibilizadas 130 vagas para UNIRE e UISM. No entanto, os cursos não foram executados, pois as Unidades não estavam em condições de adequá-los à rotina naquele momento.

SENAC: Em cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica assinado entre o SENAC e esta Secretaria em Março/2016, que tem por objetivo favorecer o acesso de adolescentes vinculados às três medidas (internação, semiliberdade e meio aberto) a cursos profissionalizantes, o SENAC nos disponibilizou o edital de abertura do Programa SENAC Gratuidade, que oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), antes de divulgar para a comunidade em geral, para que as Unidades de Semiliberdade e Meio Aberto pudessem selecionar os adolescentes e encaminhar ficha de cadastro preenchida antes da abertura das inscrições.

Foram inscritos 03 adolescentes da medida de Semiliberdade e 01 de Meio Aberto para o curso de Salgadeiro.

Fábrica Social: Em maio, foi publicado edital para Processo Seletivo Simplificado para Seleção de Participantes do Centro de Capacitação e Qualificação Profissional – Fábrica Social. Das 1.450 vagas disponibilizadas, 72 foram reservadas a adolescentes em cumprimento de medida de semiliberdade ou meio aberto ou que já cumpriram medida socioeducativa. Dos adolescentes inscritos, 68 foram sorteados e 30 efetivaram matrícula.

Atividades esportivas nas Unidades de Internação (Centro Olímpico): Em janeiro de 2017, durante o período de férias escolares, foram realizadas, em todas as Unidades de Internação, atividades esportivas desenvolvidas pelos estagiários dos Centros Olímpicos do DF. Em razão de a Secretaria de Esportes não poder disponibilizar profissionais formados na área de Educação Física para supervisionar os estagiários, foram encaminhados servidores desta

Secretaria, que tem formação na área, para supervisioná-los. Como encerramento foi realizado um campeonato de futebol entre as Unidades e a final foi disputada entre UISS e UNIRE.

Em agosto, as atividades foram novamente realizadas. Porém, não houve campeonato entre as Unidades, pois o período de atividades foi menor em decorrência de reposição de aulas nas escolas.

Projeto Brasília Guiada: Em Outubro/2017 foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria e o Sindicato de Guias de Turismo do DF, que tem por objetivo realizar visitas guiadas aos atrativos de Brasília para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O Acordo tem vigência até Maio/2018 e conta com um cronograma de visitas mensais. Até o presente mês, aproximadamente 40 adolescentes das medidas de semiliberdade e meio aberto já participaram do projeto.

Campus Party: Em Maio/2017 articulou-se junto à Secretaria Adjunta do Trabalho a participação de adolescentes em cumprimento de medidas de saída sistemática, semiliberdade e meio aberto na Feira de Ciência e Tecnologia Campus Party Brasília. Participaram do evento 67 jovens das três medidas.

CTPS: Articulou-se com a Secretaria de Trabalho a realização de mutirões para emissão de carteira de trabalho nas Unidades de Internação. Contudo, não foi possível fechar um cronograma de atendimento para 2017, em razão de indisponibilidade de agenda de ambas as Secretarias. As articulações continuam para definição de calendário de atendimento para 2018.

Título de Eleitor: Em Novembro/2017, solicitamos o apoio da Justiça Eleitoral, no sentido de viabilizar a emissão de título de eleitor no âmbito das Unidades de Internação. Estamos aguardando retorno para definir o cronograma de atendimento.

CPF: Em maio, em atendimento a uma meta estabelecida pela Corregedoria Nacional de Justiça, que recomendava que todos os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas do DF deveriam estar inscritos no Cadastro de Pessoa Física (CPF) até o dia 30/06/2017, articulou-se com a Receita Federal ação para emissão dos documentos. Após encaminhamento dos documentos necessários, foram emitidos 156 CPFs de adolescentes das três medidas.

A SECRIANÇA promove cursos para os servidores do Sistema Socioeducativo, de todas as medidas, além de abarcar outros órgãos, como Conselhos Tutelares e Secretaria de Estado de Educação. CAPACITAÇÕES REALIZADAS 2017

CURSOS	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 01	20
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 02	25
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 03	26
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 04	15
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 05	27
TOTAL SEGURANÇA PROTETIVA	113
BASTÃO TONFA TURMA 01	16
BASTÃO TONFA TURMA 02	22
BASTÃO TONFA TURMA 03	22
BASTÃO TONFA TURMA 04	19
BASTÃO TONFA TURMA 05	12
BASTÃO TONFA TURMA 06	23
BASTÃO TONFA TURMA 07	37
BASTÃO TONFA TURMA 08	25
TOTAL BASTÃO TONFA	176
ALGEMAMENTO E CONDUÇÃO TURMA 01	12
ALGEMAMENTO E CONDUÇÃO TURMA 02	14
ALGEMAMENTO E CONDUÇÃO TURMA 03	17
ALGEMAMENTO E CONDUÇÃO TURMA 04	24
TOTAL ALGEMAMENTO E CONDUÇÃO	67
CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS-SAMU TURMA 01	31

CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS-SAMU TURMA 02	27
CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS-SAMU TURMA 03	26
CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS-SAMU TURMA 04	38
CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS-SAMU TURMA 05	19
CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS-SAMU TURMA 06	25
TOTAL CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS-SAMU	166
CURSO DE OPERADOR DE TECNOLOGIA NÃO LETAL-SPRAY DE EXTRATOS VEGETAIS TURMA 01	51
APURAÇÃO E REGIME DISCIPLINAR NO ÂMBITO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	25

Oficina Drogas – Perspectiva Sistêmica, objetivou compartilhar conhecimentos sobre a abordagem sistêmica do uso de drogas, sobre a perspectiva de redes sociais e apresentar instrumentos que ajudam os profissionais a explorar o tema e elaborar estratégias de intervenção junto aos socioeducandos (1ª turma: 02/02 – 32 participantes; 2ª turma: 21/02 - 13 participantes);

Palestra dialogada sobre "Caderneta de Saúde do Adolescente e Direitos Sexuais e Reprodutivos" realizada em 09 de março, em parceria com a Saúde de Adolescentes da Secretaria de Saúde – 27 participantes;

2º Encontro de Saúde Mental do Sistema Socioeducativo, realizado nos dias 25 e 26/05, com o objetivo de qualificar e subsidiar a intervenção dos profissionais e propiciar a integralidade dos direitos em saúde mental dos socioeducandos;

Roda de Conversa: Vamos falar sobre Suicídio, realizada em 22 de setembro, em parceria com a Secretaria de Saúde (SES/DF) – 23 participantes;

Workshop: Como trabalhar projeto de vida com adolescentes, realizado em 27 de outubro de 2017, em parceria com a Secretaria de Saúde (SES), com objetivo de instrumentalizar os servidores que trabalham no sistema socioeducativo em trabalhar Projeto de Vida com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas – 30 participantes.

Seminário para apresentar os resultados da Pesquisa sobre Saúde Mental do Trabalhador do Sistema Socioeducativo; apresentar os dados da pesquisa qualitativa sobre o trabalho nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto, identificar ações e estratégias que contribuam com a saúde e bem-estar dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo do DF (17/04/2017);

Capacitação de profissionais do sistema socioeducativo de Santa Catarina tendo como foco tanto ações voltadas a saúde mental dos adolescentes quanto as voltadas a os profissionais do sistema socioeducativo (abr/2017);

Prêmio Inova Brasília. O projeto Clínica do Trabalho do(a) Servidor(a) na Medida Socioeducativa foi premiado em 1º lugar por viabilizar o cuidado em saúde mental aos servidores da Subsis por meio de grupos de escuta no ambiente de trabalho;

Treinamento ofertado para profissionais do sistema socioeducativo em técnicas respiratórias para manejo de situações de sofrimento biopsicossocial em ambientes do Sistema Socioeducativo, realizado em parceria com Gerência de Práticas Integrativas em Saúde e com o Adolescentro (jul a dez/2017);

Parceria com a Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SubSaúde/Seplag) para desenvolvimento de Plano de Ação direcionado a saúde mental dos servidores das SUBSIS (rodas de conversas nas unidades de internação e grupo terapêutico). Previsão de início no primeiro semestre de 2018.

Construção de Unidades do Sistema Socioeducativo:

Unidade de Internação de Brazlândia.

Obra gerenciada, licitada, contratada e fiscalizada pela NOVACAP. Faltando, segundo informações e levantamento daquele órgão, 5% (cinco por cento) para sua conclusão. A licitação para conclusão foi marcada para o dia 12 de dezembro de 2017.

Unidade de Internação Feminina do Gama

Obra licitada pela SeCriança e contratada pelo valor de R$ 13.100.000,00 (treze milhões e cem mil Reais) com prazo de doze meses para a conclusão. Ordem de serviço expedida em 28 de abril de 2017.Fiscalização a cargo da Comissão Executora.

GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Infraestrutura:

Com relação ao monitoramento esta DITI está finalizando a aquisição dos STORAGES. Estamos, também, finalizando o estudo preliminar para aquisição dos Switchs e aguardando a aquisição dos NOBREAKS.

Serviços e Sistemas:

Com relação aos serviços estamos com o novo contrato de serviço de impressão. Foi feita a conversão e adequação do sistema de atendimento que foi desenvolvido pela DITI e está em produção. Com relação aos Sistemas Informatizados da SUBSIS, estamos finalizando a Implantação do Módulo NAI e já foi desenvolvido o Módulo Central de Vagas.

Auditorias:

Foi criado o processo de Normas e Procedimentos, baseada na resolução das falhas apontadas no Relátorio de Auditoria Especial nº 01/2016-DIAT/COLES/SUBCI/CGDF. A SECRIANÇA conseguiu efetivar a correção de 80% das falhas e aguardando as aquisições de infraestrutura para finalizarmos todas as adequações.

Para garantir o monitoramento informatizado, desenvolvemos 7 aplicações, descritas abaixo:

1. SISTEMA DE REMANEJAMENTO DE SERVIDORES (FORAM FEITOS 2 REMANEJAMENTOS COM ESTE SISTEMA)

Para a realização do concurso de remanejamento foi solicitada a criação de um sistema de inscrição, via WEB, para que os servidores interessados em participar pudessem se inscrever, acompanhar o processo e obtivessem sua colocação individual seguindo critérios estabelecidos no edital e portaria do certame.

O sistema foi elaborado em linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql. Todas as tecnologias utilizadas foram gratuitas, não havendo nenhum gasto com a produção do serviço final.

O sistema possui uma base de dados coorporativa com todos os servidores que fazem parte do quadro da Secriança.

Depois da confirmação da inscrição e fim de período, o sistema calcula, sem a interferência de mãos humanas, a classificação dos servidores de acordo com os critérios estabelecidos pelas normas que regiram o remanejamento.

2. SISTEMA DE ATENDIMENTO

Para facilitar, organizar e criar dados estatísticos para os chamados e serviços, de todas as unidades da SECRIANÇA.

O sistema foi elaborado em linguagem PHP (para Web), sendo que não houve custo algum para a sua realização.

3. SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O #BORAVENCER INTENSIVÃO

Com o intuito de tornar público o processo seletivo simplificado para selecionar jovens para o preenchimento de 1.750 (um mil) vagas para o projeto #BoraVencer Intensivão, que ofertou curso preparatório intensivo gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 4 (quatro) macrorregiões do Distrito Federal.

O sistema foi elaborado em linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql. Todas as tecnologias utilizadas foram gratuitas, não havendo nenhum gasto com a produção do serviço final.

4. SISTEMA DE PORTARIA – SECRIANÇA

Com o objetivo de controlar a entrada de visitantes na sede desta secretaria, em conjunto com o sistema de catracas e cartões, foi criado o Sistema de Portaria da Secriança.

O sistema foi elaborado em linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql. Todas as tecnologias utilizadas foram gratuitas. Não houve gastos na produção da interface.

5. SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O I FÓRUM DE PRIORIZAÇÃO DO MEIO ABERTO

Com o objetivo de fortalecer a execução das medidas socioeducativas em Meio Aberto no DF, surge a proposta de convidar Profissionais envolvidos com o tema, Coletivos de Juventude, Gestores do Sistema Socioeducativo e Atores do Sistema de Justiça para discutir o assunto no I Fórum de Priorização do Meio Aberto - provocando reflexões que indiquem um horizonte de novas possibilidades de ação.

Para a participação do Fórum foi criado um sistema de inscrição via Web, onde os usuários se cadastraram para preencher as 240 vagas que foram disponibilizadas. O sistema foi desenvolvido em PHP, com banco de dados MySql.

6. SISTEMA DE INTRANET

Com o objetivo de promover a comunicação coorporativa, além de disponibilizar futuros sistemas integrados em um único domínio foi criado o Sistema de Intranet da Secretaria de Políticas Públicas para Crianças, Adolescentes e Juventude.

A interface foi desenvolvida em linguagem HTML e PHP, utilizando do banco em versão MySql.

O sistema será a página inicial de todos os navegadores nas máquinas dos servidores nas unidades da Secriança (como Chrome e Internet Explore). Quando o usuário não estiver dentro da secretaria ele poderá acessar a intranet utilizando login (usuário) e senha.

O sistema permitirá que notícias que podem ser visualizadas apenas por servidores sejam compartilhadas.

7. SISTEMA LIVRO DO MÓDULO

Em levantamento feito nas unidades de internação para a verificação da viabilidade de se desenvolver um sistema que melhorasse o desempenho das demandas dos servidores que trabalham dentro do módulo, assim como os que coordenam e suas respectivas diretorias surge a ideia do Livro do Módulo (versão C#). O levantamento mostrou que as informações principais partem da 'ponta' (os módulos das unidades).

Em diversas visitas às unidades foi verificado que em algumas delas é utilizada uma versão em ACCESS (Visual Basic) do livro, porém, devido ao número de campos a serem preenchidos, um rascunho prévio - feito em manuscrito - é utilizado para que o preenchimento do sistema seja feito posteriormente. Neste intervalo muitas informações acabam sendo perdidas, pelo fluxo constante de acontecimentos dentro do módulo. Cada unidade que apresentou um sistema em ACCESS do Livro tem um sistema diferente, pois estes são moldados de acordo com o que cada unidade determina.

Também existem unidades que não utilizam uma versão digitalizada do livro.

A diferenciação dos registros dos livros das unidades dificulta a padronização e a coleta de dados para a elaboração estatística de informações que podem auxiliar os setores hierárquicos superiores da secretaria na gestão e implementação de políticas públicas no sistema socioeducativo.

O sistema LIVRO DO MÓDULO foi elaborado na linguagem C# e será complementado por relatórios WEB gerados em PHP. Para a alimentação do sistema está sendo criando um sistema

centralizado de cadastro que funcionará no NAI (Núcleo de Atendimento Inicial), também em linguagem C#, assim como outros sistemas auxiliares.

A aplicação utiliza o método de prototipagem, onde um protótipo inicial é desenvolvido e os atores envolvidos na modelagem vão acrescentando funcionalidades e melhorando o sistema. Cada versão sai melhorada e com mais funcionalidades.

O sistema conta com uma interface de carômetro em sua página principal, onde são visualizados os rostos, alas e quartos dos adolescentes, facilitando a identificação dos internos pelos servidores.

A interface funciona com a funcionalidade On-Click, ao clicar nos rostos dos adolescentes, selecionar o tipo de ação (como por exemplo o banho de sol) e o servidor que a supervisionará, é feito um registro automático no livro do plantão.

O sistema abrange todos os tipos de ações possíveis dentro da unidade, como troca de plantão por servidores, ações de adolescentes supervisionadas por servidores, entradas e saídas do módulo, ocorrências disciplinares e administrativas, dentre outras.

O sistema tem acesso ao banco de dados coorporativo, gerando flexibilidade quando houver a falta de efetivo no módulo, permitindo a seleção de servidores de outros módulos para compor o quadro.

A interface gera dados em tempo real das ações realizadas no módulo, produzindo informações estatísticas para a gestão e implementação de políticas públicas.

O sistema funciona no modo on-line e off-line, permitindo que funcione com ou sem rede de internet.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1411 - TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS	82	%	90	93,72	95	100	100	100	SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, higiene. Meta superada, atingindo 93,72%, o que demonstra eficácia nas ações da Secriança, no atendimento das necessidades dos adolescentes sob custódia do Estado. 2017 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, higiene meta superada, atingindo 100%.									
1409 - TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO		%	70	63,07	70	84	70	70	Coordema / SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto, considerando as medidas de meio aberto, sendo prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida em relação ao total vinculado ao sistema socioeducativo, totalizando 63,07%, abaixo da meta com perspectivas de atendimento nos próximos períodos. 2017 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto, considerando as medidas de meio aberto, sendo prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida em relação ao total vinculado ao sistema socioeducativo, totalizando 84%.									
1410 - TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE		%	30	36,93	30	47,74	30	30	SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contra partida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade, total de 36,93%. A meta não foi atendida por diversas ações que independem diretamente da Secriança. Busca-se atingir a meta nos próximos anos. 2017 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contra partida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade, total de 47,74%.									
1404 - TAXA DE CONSELHEIROS DA JUVENTUDE CAPACITADOS		%	50	9,09	80	0	50	80	Subjuv/SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Justificativa: 2016 - Taxa de conselheiros da juventude capacitados - No ano de 2016, foram capacitados apenas os conselheiros distritais da juventude, 20 conselheiros, os quais foram eleitos em 2016. Não foi possível realizar a eleição dos 200 novos conselheiros territoriais da juventude devido à insuficiência de recursos. 2017 - informamos que tramita na Secriança o processo nº 417.002.324/2016 que tem como objeto o Termo de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura - UNESCO, porém ainda não foi confirmada a liberação dos recursos financeiros.									
1402 - TAXA DE CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA		%	60	80	80	80	90	100	Subproteca/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Taxa de conselheiros Tutelares em formação, em 2016, 80% dos Conselheiros Tutelares (160 pessoas) passaram por formações vinculadas as suas funções. As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares, atingindo o contingente de 200 pessoas. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos conselheiros tutelares (40 pessoas) não participaram das capacitações. 2017 - As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos conselheiros tutelares não participaram das capacitações.									
1401 - TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF		%	60	100	70	100	85	90	Subproteca/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Taxa de crianças de adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do DF- PPCAAM-DF, em 2016, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa. 2017 - Taxa de crianças de adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte do DF- PPCAAM-DF, em 2017, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa.									
1405 - TAXA DE JOVENS ATENDIDOS NOS CENTROS DE JUVENTUDE DO DF		%	10	11,40	20	12,08	30	40	Subjuv/ Cadastro Único/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Taxa de jovens atendidos nos Centros de Juventude do DF - Em números absolutos, a Subsecretaria da Juventude atendeu 35 mil jovens em programas e projetos direcionados para a juventude, deste total apenas 4 mil foram atendidos nos Centros de Juventude. 2017 - Taxa de jovens atendidos nos Centros de Juventude do DF foi extraída do número total de jovens atendidos e dividido pelo número total de jovens atendidos pelos Centros e pelo #BoraVencer Profissionalizante, que realizou suas aulas nas dependências dos Centros de Juventude.									
1403 - TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS		%	20	76,94	40	65,93	60	80	COORPS / SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 76,94% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados. O que demonstra uma taxa superior ao que foi estabelecido. 2017 - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 65,93% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados.									
1412 - TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO	85	%	90	90	95	75	100	100	Dir Inform e Tecnologia/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
Justificativa: 2016 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado, meta atendida considerando o número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. Algumas ações estão em andamento para manutenção e continuidade do processo de monitoramento. 2017 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado, considera o número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. O índice apurado caiu devido à falta dos recursos necessários.									

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**4.600.520,00**	**1.464.113,00**	**1.464.112,33**	**1.464.112,33**
0008 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	4.600.520,00	1.464.113,00	1.464.112,33	1.464.112,33
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**2.139.480,00**	**3.486.521,00**	**3.380.579,81**	**3.379.279,81**
7060 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	2.139.480,00	3.486.521,00	3.380.579,81	3.379.279,81
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**6.740.000,00**	**4.950.634,00**	**4.844.692,14**	**4.843.392,14**

No ano de 2017, a Secretaria da Criança teve em seu quadro de servidores 09 requisitados.

Segue listagem dos valores ressarcidos por essa Pasta

Policia Militar do Distrito Federal -PMDF : 06 servidores

Total de ressarcimentos = R$ 558.714,56

Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF: 02 servidores

Total de ressarcimentos = R$ 170.604,79

Banco de Brasília - BRB: 01 servidor

Total de ressarcimentos = R$ 72.458,20

TOTAL DE RESSARCIMENTOS EM 2017: R$ 801.777,55

Ressaltamos que em função de exonerações ocorridas em Outubro/2017, atualmente apenas 02 dois servidores permanecem no quadro da Secretaria.

Quanto ao ressarcimento dos servidores cedidos, segue abaixo:

TOTAL DE SERVIDORES EM CESSÕES VIGENTES	8
CESSÕES ENCERRADAS EM 2017	2
TOTAL RESSARCIDO	R$ 367.793,67
A RESSARCIR	R$ 338.850,33
TOTAL GERAL	R$ 706.644,00

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**244.646.405,00**	**237.051.105,00**	**236.076.419,19**	**236.076.419,19**
8770 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	244.646.405,00	237.051.105,00	236.076.419,19	236.076.419,19
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**14.380.000,00**	**11.925.784,00**	**11.925.433,93**	**11.925.433,93**
9586 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	14.380.000,00	11.925.784,00	11.925.433,93	11.925.433,93

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**5.086.000,00**	**3.434.724,40**	**3.434.724,40**	**3.373.655,91**
0007 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA AS UNIDADES DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
9694 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	4.586.000,00	3.434.724,40	3.434.724,40	3.373.655,91
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**17.290,00**	**17.290,00**	**0,00**	**0,00**
5389 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	17.290,00	17.290,00	0,00	0,00
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	**264.129.695,00**	**252.428.903,40**	**251.436.577,52**	**251.375.509,03**

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF possui atualmente 2.455 servidores em seu quadro, dentre efetivos, sem vínculo, contratos temporários e conselheiros tutelares.

Em 2017, foram nomeados 237 servidores efetivos que compõem a Carreira Socioeducativa, conforme a Lei nº 5.351/2014, distribuídos entre especialistas, agentes e técnicos socioeducativos. As nomeações encontram-se no DODF nº 77 de 24/04/2017; DODF nº 81 de 28/04/2017; DODF nº 82 de 02/05/2017; Edição Extra nº 32 do DODF de 11/07/2017; DODF nº 148 de 03/08/2017; DODF nº 207 de 27/10/2017; Edição Extra nº 45 do DODF de 27/10/2017; DODF nº 225 de 24/11/2017 e DODF nº 236 de 12/12/2017.

Em contrapartida, no ano em tela, foram desligados 204 contratos temporários, que, em grande parte, possuíam o contrato vencido desde 2015, porém eram mantidos por força de decisão judicial, atrelada à nomeação dos servidores efetivos advindos do concurso.

No decorrer do ano, em relação à concessão de auxílio alimentação devido mensalmente aos servidores, em janeiro de 2017, a Pasta possuía 2.103 (dois mil, cento e três) servidores cadastrados para o recebimento, ao passo que, em dezembro de 2017, constam 2.384 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro) servidores percebendo o mencionado auxílio.

Do auxílio Creche: ao longo do exercício de 2017 a secretaria da criança teve uma média de 90 servidores recebendo tal benefício. O benefício teve variação nos meses de março e setembro visto que esta Pasta efetua um recadastramento do auxílio visando o cumprimento da Portaria nº 63 SEPLAG, que estabelece que ao final de cada semestre sejam exigidos os comprovantes de matricula dos dependentes para que haja a permanecia da percepção do benefício. Desta forma, não havendo a comprovação os benefícios são cancelados.

Do Auxilio Transporte: O auxílio transporte teve aumento de aproximadamente 30% durante o exercício, o que se justifica devido ao reajuste das passagens de ônibus ocorrida em 02/2017, que acarretou em novas solicitações do benefício. Ademais, a ocorrência das nomeações de servidores efetivos e comissionados também corroborou para o aumento das concessões do benefício. Em janeiro /2017, apenas 180 servidores recebiam o benefício em dezembro/2017 o número de concessões passou para 237.

Do auxílio natalidade: a Secretaria da Criança concedeu 55 auxílios-natalidade no decorrer do exercício de 2017.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PRIMEIRO TRIMESTRE

Governo publica Regimento Interno dos Conselhos Tutelares

O Regimento Interno dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal foi publicado no Diário Oficial do DF (DODF) de 13 de janeiro de 2017. A publicação disciplina a forma de atuação, funcionamento e a organização interna dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal e de seus membros.

Entre os principais itens estão a organização interna do Conselho Tutelar, com colegiado, coordenador e secretário geral; o funcionamento e as obrigações do Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo (NAAd), garantido pela Secretaria de políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude; o funcionamento do Sistema de Informações Sipia CT Web e a participação no Conselho de Ética dos Conselheiros.

Secriança publica Manual Sociopsicopedagógico das Unidades de Internação

O Manual Sociopsicopedagógico das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal foi publicado no Diário Oficial do Distrito federal em 14 de fevereiro de 2017. O texto é um instrumento norteador aos profissionais que compõe o sociopsicopedagógico das Unidades de Internação do Distrito Federal.

Parceria do Estado com a sociedade civil beneficia jovens do sistema socioeducativo

Em março de 2017, houve ressocialização de internos do sistema socioeducativo do Distrito Federal. Esse é o ramo de atuação da Transforme ONG, uma das 13 entidades que receberam repasses do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente em 2016, ano em que foram executados R$ 6.921.984, recorde do fundo.

Por meio do programa Transformando a Realidade de Adolescentes no Sistema Socioeducativo, a Transforme promove oficinas de audiovisual e atendimentos em grupo ou individuais. A equipe conta com três psicólogos e um assistente social, que atuam nas Unidades de Internação de Brazlândia, de Santa Maria, de São Sebastião e de Saída Sistemática, no Recanto das Emas.

O Conselho decide o destino dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - A maior execução da história do fundo que viabiliza programas para crianças e adolescentes foi definida pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Formado por 15 representantes do governo de Brasília e 15 da sociedade civil, o conselho muda de presidente todo ano e varia entre ambos.

SEGUNDO TRIMESTRE

Contribuinte pode destinar parte do imposto de renda ao Fundo da Criança e do Adolescente do DF

Os contribuintes que tiverem valores a pagar do imposto de renda podem doar até 3% da quantia a fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e abater a diferença. Isso pode ser feito no momento da declaração anual do tributo pela internet.

A medida não significa isenção fiscal, nem aumento de gastos. O cidadão pagará a mesma quantia apurada pela Receita Federal. Mas, com a opção de doar para um fundo de sua escolha, poderá destinar o recurso para uma finalidade específica.

Atendentes do Socioeducativo agora serão agentes

O Projeto de Lei nº 1402/2016, que dispõe sobre a Carreira Socioeducativa, alterando a nomenclatura do cargo de "Atendente de Reintegração Socioeducativo" para "Agente Socioeducativo", foi aprovado em 16 de maio, na Câmara Legislativa do DF. Para os servidores, essa mudança significa a valorização da carreira, já que o cargo que ocupam tem

natureza operacional e se assemelha a outras categorias como, por exemplo, os Agentes da Polícia Civil e os Agentes de Atividades Penitenciárias.

Governo apresenta plano decenal de direitos de crianças e adolescentes

O Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e de Adolescentes do Distrito Federal foi apresentado na manhã desta terça-feira (9) na Casa de Ismael (913 Norte). Baseada em cinco eixos, a iniciativa segue determinação nacional para que cada unidade federativa apresente a sua versão.

O evento de hoje serviu para expor os resultados construídos ao longo do processo e receber mais contribuições para o documento.

Os eixos do plano são:

1. Promoção dos direitos

2. Proteção e defesa dos direitos

3. Participação de crianças e adolescentes

4. Controle social da efetivação dos direitos

5. Gestão da política

O Plano Decenal deve assegurar proteção integral a crianças e adolescentes com base na articulação de diversas políticas públicas.

Como cada unidade da Federação tem suas particularidades, o governo federal determinou que estados e municípios formulassem o seu próprio plano, baseado naquele desenvolvido pela União.

No sistema socioeducativo, por exemplo, o município é responsável pelo regime em meio aberto, e o estado, pelo meio fechado, exemplificou a subsecretária. No Distrito Federal, o governo toca os dois.

TERCEIRO TRIMESTRE

Secriança publica o Regulamento Operacional das Unidades de Semiliberdade do Sistema Socioeducativo do DF

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude publicou em agosto, o Regulamento Operacional das Unidades de Semiliberdade do Sistema Socioeducativo do DF.

A norma estabelece os parâmetros de funcionamento e competências das Unidades de execução da medida de Semiliberdade do DF, considerando os preceitos da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei 12.594/12 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, e demais normativas referentes à infância e juventude no Brasil.

A publicação traz avanços importantes para o Sistema, traz padronização de procedimentos, algo importante para que as ações do Socioeducativo sejam cada vez mais eficientes.

Secriança realiza Encontro Nacional de Centros de Atendimento Integrado

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude realizou o I Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências e III Encontro Nacional de Centros de Atendimento Integrado. O evento aconteceu em parceria com a Childhood Brasil (Instituto WCF/Brasil), a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos – SNPDCA/MDH e a Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – SNAS/MDSA, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

A ideia do encontro é trocar experiências entre os Centros de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Brasil, dois Centros internacionais

(Alabama/EUA e Suécia) e toda a Rede de Proteção às crianças e adolescentes do Distrito Federal.

Secriança, Embaixada da França e UnB assinam protocolo de intenções por formação especializada em socioeducação

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (Secriança), a Embaixada da França no Brasil e a Universidade de Brasília assinaram um protocolo de intenções de cooperação entre os dois países para a formação especializada de trabalhadores do sistema socioeducativo do Distrito Federal e da França. A assinatura ocorreu durante o encerramento do Seminário "Adolescentes em Conflito com a Lei – Por uma formação especializada de socioeducadores e travailleurs sociaux – Olhares Cruzados: França – Brasil.

Distrito Federal é a melhor unidade da federação em políticas para a Juventude

A Revista Exame publicou o Índice dos Desafios da Gestão Estadual (IDGE), desenvolvido pela consultoria Macroplan, que revela os melhores índices de qualidade de vida no país. Nele, o Distrito Federal foi apontado como a melhor unidade da federação para a juventude. "Sabemos que ainda temos muito a melhorar, mas ficamos muito felizes com esse resultado que comprova estarmos no caminho certo", afirma o Secretário de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.

QUARTO TRIMESTRE

DF lança selo de qualidade para serviços de saúde voltados a adolescentes

O selo é resultado de parceria entre o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e as secretarias de Saúde e de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. O órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) vai fiscalizar e estabelecer os critérios de qualidade para o atendimento de adolescentes na rede de saúde do DF. Eles englobam desde acesso livre de discriminação até a integração em diferentes frentes de atendimento, além da educação permanente de profissionais.

A iniciativa é uma das ações do "Criança Candanga", programa do governo de Brasília de garantia dos direitos da infância e da adolescência. O objetivo é reconhecer e incentivar que unidades de saúde ofereçam atendimento e serviços adequados e com qualidade para adolescentes.

Projeto da escola da UISM é premiado

Baseado na educação popular e na arte-educação, o "Projeto Onda: adolescentes em movimento pelos direitos" recebeu premiação local sendo finalista regional do Prêmio ItaúUnicef. Na Unidade de Santa Maria, o Onda trabalha em parceria com o RAP – Ressocialização, Autonomia e Protagonismo, desenvolvido na escola.

O programa atende adolescentes e se dá em torno da música, por meio da qual se provoca reflexões e produções criativas, revelando importantes talentos. O prêmio conferiu ao Inesc e à escola o valor de R$10 mil para cada. Estes recursos serão aplicados em novas ações do projeto na Unidade de Internação de Santa Maria.

Na 12ª edição, com o tema "Educação Integral: parcerias em construção", o prêmio agraciou trabalhos conjuntos entre organizações da sociedade civil e escolas públicas, para a educação integral de crianças, adolescentes e jovens.

Secriança assina termo de cooperação internacional com UNFPA

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude assinou, em dezembro, o primeiro acordo de cooperação internacional da história do órgão. O termo firma parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em parceria com Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O acordo, com vigência inicial de dois anos, tem como principal meta fortalecer as políticas públicas voltadas para a adolescência e juventude do Distrito Federal tendo como base os direitos humanos e universais.

O projeto tem como público-alvo adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo, o participantes do Conselho Consultivo do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA/DF) e por programas como o Jovem Candango e os Centros de Juventude. As ações fazem parte do programa Criança Candanga.

Centro 18 de Maio é referência para modelo a ser criado em Porto Velho

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude participou, em Porto Velho (RO), do Seminário "A Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência", realizado pelo Tribunal de Justiça do estado, em parceria com a rede local de enfrentamento a violência sexual.

O objetivo do seminário é possibilitar ao participante a capacidade de compreender como deve ser a atuação no atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, de forma humanizada e acolhedora tendo como base os conhecimentos técnicos e orientações previstas na recomendação nº 33/2010 do CNJ e determinadas na Lei 13.431/2017.

Foram apresentada as proposituras para a implementação da Lei 13.431/2017 no Sistema de Justiça e o modelo de experiência na escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência no DF. Foi feita também a discussão da escuta qualificada da rede local a partir do fluxo de atendimento pactuado pela rede.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2017 proporcionou a esta Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescente e Juventude, a possibilidade de executar grandes políticas públicas voltadas aos jovens do Distrito Federal. Dentre essas políticas, podemos destacar os programas #Boravencer, Jovem Candango, além do atendimento prestado aos jovens nos Centros de Juventude. Em 2017, tais políticas atenderam a cerca de 50.000 jovens, sendo 40.750 nos produtos do Programa #Boravencer, 1600 participantes do Jovem Candango e 1500 (aproximadamente jovens) atendidos pelos serviços realizados nos Centros de Juventude.

Durante a execução do Programa #Boravencer foram encontradas dificuldades quanto ao remanejamento da equipe para o trabalho, especialmente nos "aulões" preparatórios para a juventude, devido ao baixo número de servidores envolvidos diretamente com o projeto e tendo em vista a grandeza da estrutura montada e o número de jovens atendidos.

Na execução das atividades realizadas nos Centros de Juventude os problemas encontrados estão relacionados diretamente ao espaço onde atua o Centro de Juventude da Ceilândia, tendo em vista que o local é cedido pela Administração Regional da cidade e houveram algumas dificuldades quanto a definição de como seria organizado o uso do espaço, que atualmente é utilizado não só pela Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescente e Juventude com Centro de Juventude e o Conselho Tutelar Ceilândia III, mas também pelos grupos culturais da cidade.

Já durante a execução do Programa Jovem Candango, a única dificuldade encontrada é referente ao repasse financeiro do recurso usado para pagamento dos participantes, que todo mês sofre atraso, dificultando assim o trabalho dos jovens, tendo em vista que ambos dependem do dinheiro para se locomover até seu órgão de lotação, bem como a perfeita execução do programa por parte desta Secretaria.

Apesar das dificuldades encontradas, esta Secretaria de Estado realizou todos os esforços possíveis para manter o bom funcionamento de todos os seus projetos em 2017.

Por fim, para 2018, a perspectiva é dar continuidade aos projetos e ampliar o quadro de vagas em todos os programas ofertados, além de trabalhar em prol de novas políticas para a juventude, objetivando sempre a qualidade no atendimento ao jovem do Distrito Federal. A título de perspectivas, citamos também a inauguração da Unidade de Internação de Brazlândia, fato que aumentará a quantidade de vagas para atendimento aos adolescentes em execução de medidas socioeducativas de restrição de liberdade.

FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL - FDCA – UO: 51.901

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal é um fundo de natureza especial, vinculado à realização de determinados objetivos. Foi criado pela Lei nº 234, de 15/01/1992, e instituído pela Lei Complementar nº 151, de 30/12/1998, alterada pela Lei Complementar nº 849, de 09/07/2012, tem seu funcionamento normatizado pela Resolução Normativa nº 61, do CDCA/DF, de 1º de agosto de 2012 e pelo Decreto Nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016.

De acordo com o art. 2º da Lei Complementar nº 151/1998 o "FDCA-DF tem por objetivo prover de recursos financeiros e meios capazes de garantir, de forma ágil, o financiamento dos programas, projetos e serviços voltados para a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente."

Os recursos utilizados na execução das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes podem ser originários de diversas fontes, tais como: consignação do orçamento anual, contribuições de governos e organismos internacionais; da rentabilidade do mercado financeiro; de multas e penalidades administrativas decorrentes de apurações de infrações administrativas e crimes; e principalmente de doações de pessoas físicas e jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda – IR (nos termos do art. 260, lei 8.069, de 13/7/90, alterado pela Lei 12.594, de 18/01/12).

No ano de 2015, no âmbito do Distrito Federal, por força da alteração, em 25 de abril de 2014, à Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, em seu artigo 269-A, foi destinado dotação mínima de três décimos por cento da receita tributária líquida ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA/DF.

O artigo 5º da Resolução Normativa Nº 61 – CDCA/DF, de 1 de agosto de 2012, rege que no financiamento de programas com recursos do FDCA/DF, dar-se-á prioridade, sem prejuízo de outras, às ações que visem: I - ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3°, VI da Constituição Federal e no art. 260, § 2º do ECA, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; II - à implantação e desenvolvimento de ações, programas, projetos e serviços para crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados;

Assim sendo, as referidas ações são realizadas com fundamento no regulamento jurídico do FDCA/DF e por meio da execução dos projetos sociais apresentados por instituições sem fins lucrativos: governamentais e não governamentais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	1	0	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	3	0	0	0	3
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	2	0	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	5	3	0	0	8
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	5	3	0	0	8

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	**15.950.982,00**	**41.341.936,00**	**5.335.914,03**	**4.943.608,25**
9722 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	15.950.982,00	41.341.936,00	5.335.914,03	4.943.608,25
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	**1.561.259,00**	**1.561.259,00**	**0,00**	**0,00**
1958 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	1.561.259,00	1.561.259,00	0,00	0,00
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0019 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	**681.226,00**	**681.226,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	681.226,00	681.226,00	0,00	0,00
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	**8.807.571,00**	**9.946.003,00**	**504.000,00**	**504.000,00**
0001 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	8.807.571,00	9.946.003,00	504.000,00	504.000,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**850.177,00**	**1.450.177,00**	**1.130.759,54**	**858.905,90**
2714 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	850.177,00	1.450.177,00	1.130.759,54	858.905,90
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	**1.160.353,00**	**560.353,00**	**0,00**	**0,00**
6183 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	1.160.353,00	560.353,00	0,00	0,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**29.211.568,00**	**55.740.954,00**	**6.970.673,57**	**6.306.514,15**

A Unidade de Gestão de Fundos – UNGEF, unidade orgânica de direção e supervisão, a qual gere a Unidade Gestora - UG 110.901, é responsável pela operacionalização das demandas deliberadas pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – FDCA/DF. No exercício financeiro de 2017, a UG 110.901, por meio do PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES, recepcionou 35 (trinta e cinco) projetos sociais de 3 (três) Ações/Subtítulos correlacionadas às atividades dos projetos sociais apresentados. Desse total de projetos, 30 (trinta) foram de instituições não governamentais (sem fins lucrativos) e 5 (cinco) governamentais, referente às propostas apresentadas para deliberação do CDCA/DF nos anos de 2015 a 2017, com destaque para os 23 (vinte e três) projetos sociais com origem no Edital 01/2016. Esses projetos somados registraram um montante total de execução orçamentária de R$ 6.979.763,00 (seis milhões novecentos e setenta e nove mil setecentos e sessenta e três reais) e um montante total liquidado de R$ 6.306.514,00 (seis milhões trezentos e seis mil quinhentos e quatorze reais). Esses valores representaram um percentual,

respectivo, de 12,56% empenhado e 11,34% liquidado em relação ao montante total autorizado, que foi de R$ 55.566.006.00 (cinquenta e cinco milhões quinhentos e sessenta e seis mil e seis reais) do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD em 2017.

Cabe ressaltar que foram apresentados um total de 104 (cento e quatro) projetos sociais ao CDCA/DF referente ao Edital de Chamada Pública 01/2016, sendo que desse total 40 (quarenta) foram aprovados, 34 (trinta e quatro) não habilitados e 30 (trinta) estão em andamento e devem começar o ano de 2018 sendo empenhados/executados. Com o repasse dos recursos financeiros do FDCA/DF, os projetos aprovados das instituições da sociedade civil estão sendo concluídos com períodos que variam entre 3 (três) e 12 (doze) meses de execução. Os desembolsos dos projetos são destinados ao custeio de despesas correntes (elemento de despesa subvenções sociais) como a contratação de recursos humanos, com profissionais de diversas áreas, formada, em alguns casos, por equipe multidisciplinar constituída por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, professores de música, informática e dança. Esses profissionais desenvolvem atividades de direção, coordenação e monitoramento, além de atuarem como monitores e instrutores de dança, música, xadrex e informática; e assim, atingem metas como a realização de oficinas, cursos nas áreas do esporte, cultura, artes e temas transversais (direito a liberdade, ao respeito e a dignidade).

Registra-se também nas subvenções sociais a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços específicos como a confecção de uniformes, o fornecimento de kit's lanches, a prestação de serviços gráficos, de transporte e de engenharia, como nos casos das reformas das instituições, como, por exemplo, nos projetos sociais "Reforma dos telhados da CEAL" e "Nutrindo Sonhos".

Além disso, houveram as instituições que apresentaram projetos sociais com ênfase no "fortalecimento institucional na perspectiva da qualificação dos serviços prestados à criança e ao adolescente" (linha de ação do Edital de Chamada Pública Nº 1/2016 – FDCA/DF) e executaram despesas de capital (elemento de despesa auxílio investimento), por meio da aquisição de bens permanentes diversos como, por exemplo, eletrodomésticos, equipamentos de informática, veículos automotivos, equipamentos de segurança, entre outros; bem como despesas com obras e serviços de engenharia, tais como ampliação de base física, troca de piso e telhados, contração de banheiros para PNE's, entre outros.

Dessa forma, os 30 (trinta) projetos sociais apresentados por 22 (vinte e duas) Organizações da Sociedade Civil do DF, atingiram o montante de R$ 5.648.569,00 (cinco milhões seiscentos e quarenta e oito mil quinhentos e sessenta e nove reais) e contemplaram diretamente cerca de 11.271,00 (onze mil duzentos e setenta e um) crianças e adolescentes de diversas regiões do DF.

Por outro lado, o FDCA/DF também financiou um total de 5 (cinco) projetos sociais de órgãos governamentais, sendo 4 (quatro) propostos pela Secretaria Executiva do CDCA/DF para a aquisição de Sistema de Banco de Preços, que subsidiará a pesquisa dos preços propostos no projetos sociais; e a realização dos Eventos "Atividades comemorativas ao Dia da Criança", "Simpósio Nacional de Socioeducação", Seminário "O Conselho Tutelar no Distrito Federal" e o seminário "Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes"; e 1 (um) projeto social apresentado pela Secretaria de Estado de Política para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA para aquisição de 2 (dois) veículos TIPO MICROÔNIBUS que atenderá todas Unidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, que comporta um efetivo diário de 972 (novecentos e setenta e dois) adolescentes e jovens, sendo 853 (oitocentos e cinquenta e três) em regime de internação e 119 (cento e dezenove) em regime de semiliberdade.

Portanto, com a execução dos 35 (trinta e cinco) projetos sociais no PROGRAMA TEMÁTICO 6228 – FAMÍLIAS FORTES da Unidade Gestora 110.901 foi possível realizar as demandas autorizadas pelo CDCA/DF e alcançar um público total de **13.215 (treze mil duzentos e quinze) crianças e adolescentes do Distrito Federal**, restando 14 (quatorze) processos aptos a serem executados na Unidade de Gestão de Fundos - UNGEF logo nos primeiros dias de 2018.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1676 - CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS	2.400	UNIDADE	2.800	6563	3.200	7975	3.600	4.000	UNGEF/CDCA / UO 51901 / OE 7

Justificativa: 2016 - Os Projetos Sociais apresentados pelas intituições não governamentais ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolecente do DF, por meio de Edital de Chamada Pública no final do ano de 2015, atingiu um número superior à média prevista pelo CDCA/DF quando da formulação do PPA 2016-2019, em junho de 2015.

2017 - Houve um aumento de mais 100% do número de atendidos em relação ao ano enterior em função do aumento da dotação conforme destinação mínima de três décimos por cento da receita tributária líquida, conforme Art. 269-A da LODF; também em função do aumento do teto de gastos dos projetos do Edital 1/2016 para 800 mil; e por fim, em função da entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, regulamentado pelo Decreto nº 37.843/2016, que deu maior celeridade à análise e liberação de recursos dos projetos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PROJEÇÃO EXECUÇÃO PARA 2018 – PROCESSOS NA UNGEF	DESP. CORRENTE	INVESTIMENTO	TOTAL
14 (QUATORZE) PROJETOS DE INSTITUIÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS HABILITADOS NO EDITAL 1/2016 – CDCA	1.731.965,00	1.912.722,00	3.644.688,00
3 (TRÊS) PROJETOS DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS APROVADOS PELO CDCA	8.251.144,00	500.005,00	8.751.149,00
TOTAL = 17	9.983.109,00	2.412.727,00	12.395.837,00

Todo esse montante deve ser empenhados até o final de março de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A principal atribuição delegada a Unidade de Gestão de Fundos – UNGEF é a gestão do FDCA/DF, isso ocorre em decorrência da obrigação atribuída a esta Unidade, que é operacionalizar as ações traçadas nos Planos de Ação e Metas definidos pelo CDCA/DF, que abrange execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, além de atender, dentro da competência atribuída ao setor, as demandas de controle, tais como: prestação de contas, auditorias internas e externas.

A Unidade Gestora 110.901 encerra o exercício de 2017 com um montante aproximado de 120 (cento e vinte) processos, sendo 80 (oitenta) em análise de prestação de contas e 40 (quarenta) em execução; tanto em parcela única, para os que são executados em até 90 (noventa) dias, quanto os parcelados, com períodos superiores a 90 (noventa) dias, podendo, em alguns casos, chegar até 12 (doze) meses.

Todos os processos em execução na Unidade, de parcela única ou parcelados, são regidos pelo Decreto Nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, instrumento que regulamentou a aplicação da Lei 13.019/2014 no âmbito do Distrito Federal. Assim, essa legislação proporcionou a Unidade um rito mais célere na execução dos recursos públicos do FDCA/DF, de forma que os 23 (vinte e três) processos do Edital 01/2016 já estão sob a égide da nova legislação. Este rito se tornou mais compacto devido ao Edital Padrão aprovado pela Procuradoria Geral do DF, o que não exigiu mais a passagem de todos os projetos aprovados pelo CDCA por essa Corte e pela análise da Secretaria da Fazenda, sendo exigido apenas o acordo da Assessoria Jurídica da Sec. Criança.

Nesse sentido, cabe ressaltar que para recepcionar os referidos processos aos moldes da nova legislação, a Unidade buscou instruir os servidores por meio de cursos de formação ministrados pela Escola de Governo do Distrito Federal, para conduzir suas atividades de acordo com o decreto e, também, sanar os possíveis questionamentos dos agentes atuantes do processo, dentre os quais, tem-se os gestores e servidores participantes da Comissão de

Seleção e Avaliação da Parceria, conforme consta nos artigos 18 e 52 do Decreto nº 37.843/2016, com papel importante no acompanhamento da execução da parceria, principalmente, no que diz respeito ao alcance das metas e ao bom uso do recurso público.

Também com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito da Secretaria, tem-se perspectiva que se dê uma melhor vazão tanto na análise, quanto na celebração e execução dos projetos com as Organizações da Sociedade Civil e as instituições Governamentais, uma vez que o SEI proporciona uma maior rapidez no trâmite e gestão dos processos de aprovação e liberação de recursos.

Além dos desafios apresentados pela nova legislação, registramos as dificuldades administrativas, como os esforços para o cumprimento de demandas vultosas, como a aquisição de 8 (oito) conjuntos de inspeção por meio de Raio-X para as Unidades do Sistema Socioeducativo, no montante de R$ 8.160.000,00 (oito milhões cento e sessenta mil reais), que envolveu a equipe, e passou por um processo de licitação moroso, sujeitando-se a vários órgãos, dentre os quais o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, fora assinado o contrato com a empresa adjudicada (vencedora), mas no entanto sem êxito para o orçamento de 2017.

Dessa forma, percebe-se que em 2017 foram efetivamente realizadas mudanças para regulamentar a aplicação da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, no Distrito Federal, e competiu ao FDCA/DF fazer cumprir tais mudanças operacionalizadas pela UNGEF já que 95% dos recursos empregados contemplaram as parcerias entre a Administração Pública Distrital/ FDCA e as Organizações da Sociedade Civil.

Com isso, a UNGEF buscou atender as demandas regidas pelo Decreto 37.843/2016 e aquelas, ainda, regidas pela Lei Nº 8.666/1993, concluindo assim, em nível de execução orçamentária, 35 (trinta e cinco) processos demandados pelo CDCA/DF, restando 17 (dezessete) processos a serem executados no exercício de 2018.

A expectativa para 2018 é o lançamento de novos Editais de Chamamento Público com a disponibilidade de mais de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) tanto para as Organizações Governamentais como Não-Governamentais, o que deve atrair quase 150 projetos para atender mais de 15.000 (quinze mil) crianças e adolescentes em mais todo o território do Distrito Federal.

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL – UO: 59.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado das Cidades - SECID criada por meio do Decreto 37.625, de 15 de setembro de 2016, tem como premissa promover o desenvolvimento e ordenamento territorial das cidades do Distrito Federal, bem como, fortalecer a articulação das administrações regionais com os outros órgãos do Governo de Brasília, dando maior celeridade à prestação dos serviços públicos e à resolução das demandas encaminhadas pela população.

COMPETÊNCIAS:

Compete à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal:

I - Coordenar e supervisionar as ações das Administrações Regionais;

II - Estabelecer normas, padrões e procedimentos para a racionalização e o aperfeiçoamento do funcionamento e prestação de serviços pelas Administrações Regionais;

III - Planejar e integrar as ações regionais de governo;

IV - Coordenar projetos, programas e políticas públicas executadas pelas Administrações Regionais, com suporte de órgãos e entidades governamentais ou não governamentais, no que couber;

V - Dar suporte, subsidiariamente, ao planejamento territorial, respeitadas as competências das Secretarias de Estado de Gestão do Território e Habitação e Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - Coordenar, normatizar, orientar e acompanhar as ações relacionadas ao licenciamento de atividades econômicas e auxiliares, em parceria com demais órgãos competentes;

VII - Promover a organização da participação social e do exercício da democracia participativa na gestão pública, em nível local;

VIII - Promover a integração e a articulação das Administrações Regionais com os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, do Governo Federal e entidades da sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento regional e à melhoria da qualidade de vida das populações das regiões administrativas;

IX - Coordenar, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos e autoridades destinatários da decisão, o atendimento e o cumprimento de decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais órgãos de controle relativos ao conjunto das administrações regionais;

X - Fomentar, no âmbito de sua competência, ações integradas e de desenvolvimento da Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

OBJETIVO GERAL:

Regulamentar as ações administrativas e operacionais, voltadas para o funcionamento da Secretaria de Estado das Cidades, elaborar estudos técnicos específicos utilizando ferramentas adequadas de gerenciamentos, dar continuidade ao Planejamento Estratégico e, elaborar ações voltadas para Gestão Estratégica em busca da qualidade total em cumprimento das metas previamente elaboradas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Promover o desenvolvimento e ordenamento territorial das cidades do Distrito Federal;

- Integrar atores públicos e privados para desenvolvimento territorial das cidades;
- Criar sinergia entre Governo e a sociedade civil na melhoria dos espaços públicos;

- Integrar toda a equipe da Secretaria em seus projetos junto à comunidade;
- Elaborar diagnósticos e levantamentos da situação dos espaços públicos nas cidades do Distrito Federal;
- Zelador pela melhoria e conservação das cidades;
- Realizar a gestão das Feiras Permanentes, Feiras Livres e Quiosques;
- Investir em processos de qualificação, treinamento e capacitação dos Servidores;
- Fortalecer a integração entre as Administrações Regionais por meio do Fórum de Administradores Regionais;
- Estabelecer articulação com os Parceiros Institucionais;
- Zelar pela prestação de serviço de qualidade.

MAPA ESTRATÉGICO



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0				0
Comissionados sem vínculo efetivo	68				68
Requisitados de órgãos do GDF	15	5			20
Requisitados de órgãos fora do GDF	4				4
Estagiários	7				7
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	16				16
Terceirizados (FUNAP)					
Outros - especificar					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	110	5			115
(-) Cedidos para outros órgãos					0
Total Geral	110	5	0	0	115

Os trabalhos foram realizados inicialmente com o diálogo interno com cada unidade da SECID, onde além da apresentação de propostas, discutiu-se a atual forma de atuação, e por fim estabeleceram-se quais os resultados que se buscava com realização de fórum. Durante a realização dos trabalhos, tanto das reuniões anteriores com as unidades quanto nas oficinas realizadas durante o fórum, percebeu-se grande riqueza de informações, colaborações e contribuições trazidas e discutidas entre servidores e gestores, alinhando-se as metas necessárias para o cumprimento da missão institucional da SECID/DF no ano de 2017.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**0,00**	**1.344.091,00**	**1.177.689,44**	**935.139,40**
0003 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	0,00	1.344.091,00	1.177.689,44	935.139,40
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**0,00**	**1.344.091,00**	**1.177.689,44**	**935.139,40**

O recurso destinado a SECID para ressarcimentos, indenizações e restituições, atendeu prontamente conforme planejado.

Cabe ressaltar que por determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dois servidores oriundos da área de Segurança do Distrito Federal, lotados na SECID, retornaram aos seus órgãos de origem

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**0,00**	**850.000,00**	**850.000,00**	**697.275,18**
0002 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DA SUBSECRETARIA DA GESTÃO DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	0,00	850.000,00	850.000,00	697.275,18
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**0,00**	**4.447.909,00**	**3.858.349,18**	**3.812.584,56**
0009 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	0,00	4.447.909,00	3.858.349,18	3.812.584,56
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**0,00**	**290.000,00**	**231.635,33**	**231.635,33**
0006 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	0,00	290.000,00	231.635,33	231.635,33
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**0,00**	**82.523,00**	**33.387,40**	**31.289,78**
0013 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	0,00	12.523,00	12.522,27	12.522,27
0015 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	0,00	70.000,00	20.865,13	18.767,51
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**0,00**	**5.670.432,00**	**4.973.371,91**	**4.772.784,85**

No Programa, várias ações previstas para o exercício de 2017, deixaram de ser executadas em face da inexistência de recursos orçamentários, seja pela liberação do orçamento somente em maio de 2017, seja pelo contingenciamento de recursos durante o exercício. A expectativa para o exercício de 2018 é de aumentar a execução dos projetos, o que dependerá da liberação de recursos orçamentários e financeiros em tempo hábil.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1922

Realizações extraordinárias.

A SECID iniciou o exercício 2017 sem ser incluída na Lei Orçamentária, portanto sem recursos orçamentários e financeiros para custear suas despesas.

As despesas realizadas durante o período 1º/01/2017 a 30/04/2017 foram custeadas com o apoio financeiro da SEGETH, no valor de R$ 1.849.301,92 (hum milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e um reais e noventa e dois centavos).

Com a aprovação do orçamento da SECID para o exercício de 2017, por meio da Lei nº 5.854, de 20/04/2017 e da Lei nº 5.860, de 18/05/2017, passando a contar com recursos próprios no valor de R$ 9.390.563,00 (nove milhões, trezentos e noventa mil e quinhentos e sessenta e três reais) para custear suas despesas até 31/12/2017.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A SECID iniciou o exercício de 2017 sem recursos financeiros para custear suas despesas.

As despesas realizadas durante o período 01/01/2017 a 30/04/2017 foram custeadas com o apoio financeiro da SEGETH, no valor de R$ 1.849.301,92 (hum milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e um reais e noventa e dois centavos).

A partir de 20 de abril, a SECID passou a contar com orçamento de R$ 9.390.563.00 (nove milhões, trezentos e noventa mil e quinhentos e sessenta e três reais) objetivando custear as despesas até 31/12/2017.

Considerando os recursos destinados a SECID, somando às despesas custeadas pela SEGETH, perfazem o total de R$ 11.239.864,90 (onze milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos) previsto para exercício orçamentário de 2017. Apesar da Secretaria ter recebido o referido valor durante o exercício, o recurso foi considerado insuficiente para alcançar todos os objetivos pretendidos.

Projetos de grande relevância como o CIDADES LIMPAS, embora tenha alcançado grandes resultados, passaram por grandes dificuldades dada a falta de recursos para aquisição de materiais, equipamentos de proteção individual e apoio da FUNAP.

Após estudo detalhado elaborado pelo setor financeiro, buscando a necessidade real de recursos para alcançar com eficiência os objetivos propostos para o exercício, a SECID considera que os valores recebidos durante o exercício de 2017 foram basicamente para atender as despesas de custeio.

A fim de alcançar as metas previstas para o exercício de 2018, usando o princípio da economicidade e efetividade, após estudo minucioso chegou-se à conclusão de que o valor ideal seria de R$ 17.448,400,00 (dezessete milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil e quatrocentos reais) .

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO - RA I – UO: 59.103

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Plano Piloto foi criada pela Lei nº 408, de 13/01/1993, vinculada à Secretaria da Gestão do Território e Habitação, de acordo com art. 8º, §2º, do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015. Com a criação da SecZetaria de Estado das Cidades, por meio da publicação do Decreto 37.625 em 15 de setembro de 2016, as Administrações Regionais do Distrito Federal passaram a ser vinculadas a essa nova Secretaria.

A Administração Regional do Plano Piloto tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua região administrativa e coordenar e executar atividades e serviços de interesse público, nas seguintes regiões: Asa Nortel, Asa Sul, SAAN, SIG, SOF Sul, SOF Norte, SGON, Setor de Clubes Norte, Setor de Clubes Sul, Setor de Hotéis e Turismo Norte e Sul, Setor Noroeste, Vila Planalto, Vila Telebrasília, Granja do Torto e Setor Militar Urbano.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	6	2	3	13
Comissionados sem vínculo efetivo	36	0	16	0	52
Requisitados de órgãos do GDF	3	4	1	1	9
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	0	1
Estagiários	0	2	0	3	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	14	0	4	18
Terceirizados (FUNAP)	0	5	0	24	29
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	41	31	20	35	127
(-) Cedidos para outros órgãos	0	3	0	0	3
Total Geral	41	28	20	35	124

Os serviços prestados a comunidade, conforme competência definida por norma legal, são executados por duas coordenações: Coordenação de Desenvolvimento, Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, além da Junta do Serviço Militar. A Administração Regional ainda conta com a Coordenação de Administração Geral, responsável execução orçamentária, financeira, gestão administrativa e de pessoas.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**572.178,00**	**328.000,00**	**0,00**	**0,00**
0083 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA I EM 2017- PLANO PILOTO .	300.000,00	328.000,00	0,00	0,00
9872 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	272.178,00	0,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**1.905.000,00**	**733.645,94**	**0,00**
0037 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NA QUADRA SQN 308- PLANO PILOTO .	0,00	100.000,00	0,00	0,00
0055 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NÚCLEO RURAL BOA ESPERANÇA II TRECHO II RODOVIA DF 03 KM 1,6 ENTRE BALÃO DO COLORADO E DO TORTO- PLANO PILOTO .	0,00	80.000,00	0,00	0,00
0067 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇAÕ E INSTAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA- PLANO PILOTO .	0,00	500.000,00	499.130,35	0,00
0059 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- PLANO PILOTO .	0,00	850.000,00	234.515,59	0,00
0072 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA W5 NORTE - ENTRE A 911 E 916- PLANO PILOTO .	0,00	375.000,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**150.000,00**	**100.000,00**	**12.900,00**	**12.900,00**
9171 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	150.000,00	100.000,00	12.900,00	12.900,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**722.178,00**	**2.333.000,00**	**746.545,94**	**12.900,00**

No subtítulo Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública, foram contratadas a execução de obras de instalação de iluminação pública na SHIGS 704, no Setor de Armazenamento Norte (SAAN) e Praça do Índio.

Já na Ação Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas, os recursos foram destinados à aquisição de material de consumo, reforma e construção de calçadas no âmbito dessa RA –I.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**1.031.000,00**	**788.974,59**	**603.142,42**	**603.142,42**
8487 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	1.031.000,00	788.974,59	603.142,42	603.142,42
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**1.031.000,00**	**788.974,59**	**603.142,42**	**603.142,42**

No Programa Direitos Humanos e Cidadania, foram realizadas ações diversificadas de recuperação e manutenção da cidade com a colaboração dos sentenciados assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. Entre os trabalhos realizados, destacam-se pinturas de meio-fio; reparos em calçadas; podas de árvores; remoção de entulhos; capinagem; recolhimentos das faixas (média de 450 faixas semanalmente recolhidas); limpezas de terrenos baldios; entre outros. Ressalta-se a atuação dos colaboradores também na área administrativa.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**390.000,00**	**390.000,00**	**0,00**
0017 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO NA SQN 111- PLANO PILOTO .	0,00	390.000,00	390.000,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**0,00**	**390.000,00**	**390.000,00**	**0,00**

Por meio desse programa, contratou-se a execução de Obra de Ampliação e Instalação de Iluminação Pública na SQN 111, para troca de todas as lâmpadas por LED, em virtude da iluminação atual ser antiga e gerar baixa luminosidade. Ressalta-se que a iluminação por lâmpadas de LED traz, por si só, uma economia considerável em comparação à lâmpada convencional.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**210.000,00**	**120.008,00**	**46.472,40**	**46.472,40**
5942 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
5943 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS- PLANO PILOTO .	200.000,00	120.008,00	46.472,40	46.472,40
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**210.000,00**	**120.008,00**	**46.472,40**	**46.472,40**

Foram realizados o Programa de Olho no Futuro e os Aniversários das Vilas Telebrasília e Planalto. Os eventos contaram com a participação de diversos órgãos do governo, além de atrações locais, como roda de capoeira, apresentação musical e aula de dança. Público total estimado: 15.000 pessoas.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**200.000,00**	**259.026,00**	**241.243,48**	**241.243,48**
7160 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	200.000,00	259.026,00	241.243,48	241.243,48
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**200.000,00**	**259.026,00**	**241.243,48**	**241.243,48**

Recursos destinados à restituição e ressarcimentos aos órgãos de origem dos servidores cedidos a essa Administração Regional.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**50.000,00**	**15.002,00**	**0,00**	**0,00**
5364 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	50.000,00	15.002,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**5.695.783,00**	**5.191.783,00**	**5.060.968,26**	**5.060.968,26**
8878 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	5.695.783,00	5.191.783,00	5.060.968,26	5.060.968,26
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**911.000,00**	**481.000,00**	**417.893,40**	**417.893,40**
9684 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	911.000,00	481.000,00	417.893,40	417.893,40
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**5.330.904,00**	**8.543.925,30**	**7.651.440,08**	**7.605.105,12**
9760 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	5.330.904,00	8.543.925,30	7.651.440,08	7.605.105,12
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**11.987.687,00**	**14.231.710,30**	**13.130.301,74**	**13.083.966,78**

Mediante a Ação Administração de Pessoal, foram remunerados 83 servidores e 29 reeducandos lotados nessa Administração.

A Ação Concessão de Benefícios a Servidores tem como função a implementação de benefícios assistenciais aos servidores, proporcionando o recebimento de auxílios referentes a vale-transporte, auxílio-creche, auxílio alimentação, dentre outros benefícios sociais estabelecidos em legislação própria.

Por intermédio da Ação Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, a Administração foi mantida com locação de imóveis; prestação de serviços gerais; pagamento de consumo de água e esgoto, energia elétrica, serviços postais e telegráficos; materiais de consumo; bem como aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à melhoria dos serviços administrativos.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1927

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	0	0

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	20.551
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	1.734
	22.285

A implantação do novo fluxo para emissão das licenças de funcionamento facilitou os trabalhos.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	3	15.000
Eventos esportivos	0	0
Outros	0	0



Programa de Olho no Futuro, Aniversário da Vila Telebrasilia e Vila Planalto. Os eventos contaram com a participação de diversos órgãos do Governo, além de atrações locais, como roda de capoeira, apresentação musical e aula de dança.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	18	4.191,97
Habitação Coletiva	2	14.866,62
Industrial	0	0,00
Comercial	4	73.862,78
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	1	1.112,19
	25	94.033,56

- Foram emitidos 18 alvarás de construção.

- 02 de Habitação Coletiva.

- 04 Comercial.

- 01 Institucional Privado.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	10	2.546,73
Habitação coletiva	14	211.718,23
Industrial	0	0,00
Comercial	8	48.981,69
Institucional	0	0,00
	32	263.246,65

Foram emitidos 32 cartas de habite-se no ano de 2017.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	36,00	
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	5,00	
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	37,00	
Elaboração de Croquis	7,00	
Levantamento para Carta de Habite-se	69,00	

Foram realizadas 36 demarcações para alvará de construção - Habitação Unifamiliar, o interessado apresenta declaração de demarcação do lote e vias da planta de implantação/locação da edificação.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	33
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	150

- Foram aprovados/visados 33 processos de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos;

- 14 de Engenharia Publicitário;

- 32 projetos de Tapume;

- 86 de Contrato de Concessão de Uso;

- 32 Autorizações de Tapume.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	180
Feiras Permanentes	4
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	2

Foi elaborado um Plano de Ação Coordenada, com o objetivo de realizar o mapeamento completo da situação das áreas públicas ocupadas por particulares na Região Administrativa - RA-I. Esse plano possibilitou a identificação da situação real de cada permissão concedida, tanto no aspecto documental como financeiro, além de identificar as reais condições de conservação e proteção do patrimônio cultural, local e da segurança dos permissionários e

visitantes. Nessa perspectiva, foram mapeados os seguintes espaços: Mercado das Flores, Galeria dos Estados, Parque da Cidade, Feira da Torre, Shopping Popular e SAAN.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	35
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	83

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	637
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.253
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	665
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	25
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	40
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	2
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	220
Transferência de domicílio	150
Averbações de certificado de alistamento	637
Outros	0

Atendimento do alistamento militar foi realizado no período de janeiro a junho, e tivemos 2253 Certificados de Dispensa de Incorporação.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	80,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	2.500,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15,00
Recuperação de calçadas/ M²	2.745,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	23,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	8.000,00
Remoção de entulhos/ M³	6.200,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	350,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	600,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	15.000

Esta administração regional desempenhou trabalhos relevantes no exercício de 2017, cabendo destacar:

- Revitalização de parques infantis;

- Revitalização de 2745 metros de calçadas;

- Instalação de pontos de encontro comunitários – PECs;

- O contínuo trabalho de recolhimento das faixas de propagandas espalhadas pela RA – I (Operação Faixa Zero);

- A limpeza de bocas de lobo, com intuito de desobstruir as linhas de águas pluviais;

- A contínua coleta de inservíveis em ruas e praças e orientações à população sobre o descarte de resíduos sólidos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

As ações estruturais de manutenção, culturais e esportivas foram objetos de iniciativas e parcerias com diversos órgãos e segmentos da sociedade, visando à otimização do gasto público e ampliar a oferta de benefícios e serviços à população da RA-I. Entre tais ações, destacam-se:

- Programa Entrequadras: é um programa de conscientização e participação comunitária em ações que acarretam a melhoria de vida da comunidade. Seu principal objetivo é aproximar governo e comunidade na busca de soluções para as necessidades e demandas. É realizado em parceria com Órgãos do Governo de Brasília, entre eles, AGEFIS, SLU, Secretaria de Saúde e NOVACAP, além da participação social: Prefeitos, lideranças comunitárias, síndicos, comerciantes e toda a comunidade;

- Parceria com a Academia Runaway e a Faculdade Mauá para promover atividades em 10 Pontos de Encontro Comunitário (PEC) da região, simultaneamente. O "Movimento PEC, Bem-Estar Ao Ar Livre", proporcionou um dia especial para a população do Plano Piloto. O objetivo é incentivar um estilo de vida mais saudável para a população.

- Reinauguração do parque infantil na Orla da Ponte JK. O novo parque foi construído em uma área 200 m² e tem atrações como torres de escalada, escorregadores, tobogãs, balanços, circuitos de travessia, dentre outros. Os brinquedos instalados estimulam o desenvolvimento psicomotor das crianças. A obra atende a pedidos da comunidade, que reivindicava uma área de lazer para as crianças que frequentam o local;

- Programa de Olho no Futuro: o projeto tem como objetivo levar cidadania, cultura e educação para várias áreas da Região Administrativa I (RA-I);

- Projeto Orla Livre: atendendo às reivindicações e necessidades dos comerciantes da orla da Ponte JK, a Administração Regional do Plano Piloto revitalizou o local, retirou o comércio irregular, instalou placas de trânsito e realizou a pintura de sinalização horizontal.

Além dos eventos supramencionados, a Administração Regional do Plano Piloto apoiou outras iniciativas esportivas e culturais no centro da capital, ente elas:

- Participação nas reuniões 89ª corrida do fogo simbólico da pátria;
- Participação na organização da Vila Virada Cultural;
- Participação na organização da Virada do Cerrado;
- Participação na organização do Desfile Cívico de 7 de setembro;
- Participação na organização das atividades sediadas de Brasília durante os Jogos da Juventude;

- Produção do Dia das Crianças na Vila Telebrasília.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No ano de 2017, a Administração Regional do Plano Piloto fortaleceu a relação com a comunidade, lideranças e Prefeituras Comunitárias, entidades sociais e representativas. Isso se deve a uma visão de gestão participativa e aberta ao diálogo com a população. A articulação com os outros órgãos do governo também foi fundamental para otimizar os encaminhamentos na gestão desta RA-I.

Também é importante mencionar que houve limitações institucionais que dificultaram a prestação de serviços ao cidadão. Dentre elas, destacam-se o número reduzido de servidores; a insuficiência de equipamentos e insumos para execução de pequenas obras; e o grande volume processual, que requer uma análise minuciosa e contínua para atendimento de todas as demandas.

Apesar dessas limitações, a RA-I evoluiu e deu um importante salto de qualidade em seus serviços e atendimentos à população. Espera-se que, em 2018, as atividades administrativas, de gestão e de planejamento sejam ainda mais eficazes, contando sempre com o apoio da comunidade e dos órgãos parceiros.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - RA II – UO: 59.104

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA – RA II – UO: 59.104

A Administração Regional do Gama é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com art. 2º, §3º do Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012. Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236, de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29/12/94, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa II, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público na sua área de atuação. Em 2016, após a reestruturação interna do Governo do Distrito Federal, foi criada por meio do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal com a função de coordenar e supervisionar as ações das Administrações Regionais, conforme Art. 3º, inc. I.

As competências supracitadas cumprem-se através do planejamento da supervisão, do contrato, da fiscalização especifica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	59	59
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	56	0	56
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	4	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	16	16
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	5	5
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	7	7
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	56	91	147
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	56	91	147

Com a falta de recurso, infelizmente tivemos uma redução no quadro de funcionarios, porém conseguimos realizar grandes feitos para a Cidade do Gama, com apoio de efetivos, comissionados, estagiarios, pessoal da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) e menores aprendizes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**100.000,00**	**82.000,00**	**81.190,48**	**0,00**
0009 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- REFORMA DO PARQUE DO GAMA-REGIÃO II - GAMA- GAMA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0014 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA 01 - AREA ESPECIAL DO SETOR LESTE, FRENTE AO CENTRO CULTURAL CINE ITAPOÃ- GAMA	0,00	82.000,00	81.190,48	0,00
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**0,00**	**795.442,00**	**660.663,41**	**218.197,30**
0021 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-- GAMA	0,00	420.000,00	285.222,37	145.208,61
0022 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY SINTÉTICO NA RUA RORIZ EM FRENTE A QUADRA DE ESPORTES ENGENHO DAS LAGES - GAMA- GAMA	0,00	375.442,00	375.441,04	72.988,69
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**0,00**	**46.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE AREIA NA PRAÇA DO CASTELINHO - SETOR OESTE- GAMA	0,00	46.000,00	0,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9623 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**250.000,00**	**923.442,00**	**741.853,89**	**218.197,30**

No ano de 2017 foram realizadas várias reformas na Cidade do Gama. Atendendo principalmente uma reivindicação da população que carecia de cultura, foi reformada a praça do Cine Itapuã, o coreto e a acessibilidade, para assim realizar eventos culturais no local.

Além disso, foi construída quadra poliesportiva na Praça 01, Castelinho, e iniciada a construção de um campo de futebol society sintético na rua Roriz, em frente à quadra de esportes Engenho das Lages. A construção desses espaços traz para a população local mais oportunidades para praticar esportes.

Realizou-se também a revitalização de parques para o lazer e prática de esportes em vários pontos da Cidade.





6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR- APOIO AO ARTESANATO E AGRICULTURA FAMILIAR NO FINANCIAMENTO DE ESTRUTRA MÓVEIS PARA EXPOSIÇÃO-REGIÃO II - GAMA- GAMA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Mesmo sem o referido recurso, à Administração conseguiu realizar reuniões na área rural e assim ter uma aproximação com a população.

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1934

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**3.530.000,00**	**957.853,00**	**665.088,97**	**589.202,44**
0085 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA II EM 2017- GAMA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0086 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017-REGIÃO II - GAMA- GAMA	800.000,00	0,00	0,00	0,00
0087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA-REGIÃO II - GAMA- GAMA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0188 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E CALÇAMENTO EM VOLTA DO CEF 15-GAMA	0,00	218.000,00	0,00	0,00
9882 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	1.330.000,00	459.853,00	459.849,24	459.849,24
0084 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - GAMA-REGIÃO II - GAMA- GAMA	600.000,00	280.000,00	205.239,73	129.353,20
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**300.000,00**	**393.760,00**	**265.534,79**	**149.533,97**
0036 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA FRENTE A IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA - ÁREA ESPECIAL - UEB 10.291- GAMA	0,00	22.000,00	19.101,92	19.101,92
0068 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-APOIO A AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA RA II- GAMA	0,00	28.000,00	0,00	0,00
6959 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	200.000,00	43.760,00	32.023,10	32.023,10
0062 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PONTE ALTA NORTE RUA CHIARA- GAMA	0,00	200.000,00	116.000,82	0,00
0003 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- EM PROL DA COMUNIDADE DO GAMA-REGIÃO II - GAMA- GAMA	100.000,00	100.000,00	98.408,95	98.408,95
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**100.000,00**	**39.500,00**	**34.822,81**	**34.822,81**
9173 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	100.000,00	39.500,00	34.822,81	34.822,81
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**90.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6470 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	30.000,00	0,00	0,00	0,00
6473 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-INSTALAÇÃO E RETIRADA DE PONTOS DE ENERGIA- GAMA	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**4.020.000,00**	**1.391.113,00**	**965.446,57**	**773.559,22**

Em 2017 foram realizados vários contratos com a CEB para ampliação de iluminação Pública em vários pontos da Cidade do Gama e assim possibilitar mais segurança para a população. Estão entre as ações de iluminação pública as seguintes:

- ampliação da rede de iluminação pública em frente à Igreja Nossa Senhora;

- ampliação dos pontos de iluminação em diversos locais da cidade do Gama, com instalação de 37 braços;

- ampliação de pontos de iluminação pública na Ponte Alta Norte, rua Chiara e adjacências.

No ano de 2017, também, a Administração Regional do Gama executou diversas obras de urbanização, tais como contrução de estacionamentos públicos, de calçadas e de praça e reforma da rua de acesso à rodoviária.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	**53.536,00**	**3.536,00**	**0,00**	**0,00**
9758 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	53.536,00	3.536,00	0,00	0,00
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**260.000,00**	**156.002,00**	**120.520,38**	**110.057,28**
8518 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- GAMA	260.000,00	156.002,00	120.520,38	110.057,28
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**313.536,00**	**159.538,00**	**120.520,38**	**110.057,28**

Para o fortalecimento das ações de apoio ao interno e sua família, foram assistidos e ressocializados sentenciados à disposição da Administração Regional do Gama, conforme contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP).

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	**0,00**	**95.000,00**	**90.280,62**	**83.085,88**
0008 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS-CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO GAMA- GAMA	0,00	95.000,00	90.280,62	83.085,88
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**250.000,00**	**250.000,00**	**250.000,00**
0009 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NAS REG ADM DO DF- GAMA	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**0,00**	**345.000,00**	**340.280,62**	**333.085,88**

Com as Emendas Parlamentares destinadas à construção de Estacionamentos, a Administração do Gama conseguiu executar duas obras de estacionamento, como a construção do estacionamento público na Quadra 1, Setor Norte.





6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	**300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO- REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL ITAPUÃ-REGIÃO II - GAMA- GAMA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**278.000,00**	**83.392,93**	**51.202,78**	**47.542,78**
5944 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	50.000,00	13.354,40	7.014,00	3.354,00
5945 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	210.000,00	60.000,74	39.102,99	39.102,99
5947 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	18.000,00	10.037,79	5.085,79	5.085,79

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1936

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**68.000,00**	**13.000,07**	**7.917,00**	**7.917,00**
5929 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-GAMA	55.000,00	10.000,00	7.917,00	7.917,00
5930 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-GAMA	13.000,00	3.000,07	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**646.000,00**	**96.393,00**	**59.119,78**	**55.459,78**

Foram realizados dois eventos, um para a Mulher e um para a saúde do homem: Palestra de Promoção de Autonomia Feminina e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Buffet dia Distrital da Saúde do Homem.

Realizou-se também um evento em comemoração ao aniversário da cidade, com fornecimento de estruturas, como tendas, palanques e arquibancada, e de alimentos.

Outras realizações foram a inauguração de parques e da farmácia de alto custo, Desfile Cívico, carreata do Papai Noel, apoio a exposições, rodeios, cavalgada e APAE é 11.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**200.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
0035 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	200.000,00	30.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**85.000,00**	**50.001,00**	**0,00**	**0,00**
7161 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	85.000,00	50.001,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**285.000,00**	**80.001,00**	**0,00**	**0,00**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**100.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5332 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- GAMA	100.000,00	1,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**10.105.093,00**	**10.405.093,00**	**10.302.345,45**	**10.302.345,45**
8879 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	10.105.093,00	10.405.093,00	10.302.345,45	10.302.345,45
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**660.000,00**	**576.572,00**	**554.926,30**	**554.926,30**
9685 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	660.000,00	576.572,00	554.926,30	554.926,30
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.180.794,00**	**501.427,46**	**383.842,20**	**359.185,35**
9761 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	1.180.794,00	501.427,46	383.842,20	359.185,35
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**20.300,00**	**300,00**	**0,00**	**0,00**
5850 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE DADOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- GAMA	20.300,00	300,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**2.000,00**	**500,00**	**0,00**	**0,00**
5181 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	2.000,00	500,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**45.000,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**
5795 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	45.000,00	15.000,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**0,00**	**250.000,00**	**69.313,70**	**69.313,70**
0015 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DE SALAS DE APOIO E BANHEIROS NA ÁREA DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS- GAMA	0,00	250.000,00	69.313,70	69.313,70
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.100.000,00**	**100.000,00**	**4.695,40**	**4.695,40**
9777 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	1.100.000,00	100.000,00	4.695,40	4.695,40

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**13.213.187,00**	**11.848.893,46**	**11.315.123,05**	**11.290.466,20**

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	17
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	4
Encaminhamento - CDS/ Na hora	25
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	255
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	18
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	9
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	157
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	60
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	500
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	32
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

A administração busca sempre inserir a sociedade da Cidade do Gama em seus projetos, ouvindo-a; distribuindo cestas básicas; realizando eventos sociais, reuniões e encaminhamento para os órgãos competentes; conforme a demanda; e assim promovendo a socialização e o crescimento da Cidade do Gama.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	1	400
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	0	0

A Cidade do Gama carecia de eventos culturais e educacionais, uma vez que não tinham espaços adequados para isso. Para a promoção de eventos culturais, houve a revitalização da praça do Cine Itapuã e, ainda, busca-se, junto à Novacap, a reforma do Cine Itapuã.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	7
Habitação Coletiva	0
Comercial	53
Industrial	6
Área Rural	13
Outros (Eventual)	84
	163

Em 2017 foi ano de vitória em relação ao Setor Industrial do Gama, que hoje pode ter alvará de funcionamento emitido.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	4	600
Eventos esportivos	2	400
Outros	1	6.000

Mesmo sem verba, a Administração conseguiu realizar eventos destinados à saúde da mulher e do homem, virada do cerrado, etc.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	66	21.142,51
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	66	21.142,51

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	22	13.906,36
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	22	13.906,36

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	93,00	23.626,15
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	10,00	16.125,02
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,26	1.000.649,11
Elaboração de Croquis	2,00	4.478,32
Levantamento para Carta de Habite-se	0,31	50.490,50

56 verificações de alinhamento -13.544,99 m²

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	76
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	4
Feiras Permanentes	3
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	230

Com as novas legislações, o recadastramento de feirantes está sendo executado e assim possibilitando mais oportunidades para a sociedade do Gama.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	23

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	190,00
Vistorias realizadas	60
Produtores rurais cadastrados	44
Propriedades rurais	112
Associações	16
Cooperativas	14
Outros	180

Apoio à feira, exposição, cavalgada, projetos, plantio de plantas e mudas, limpeza de lixos, reuniões.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	2.243
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.074
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	562
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	33
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	2
Atestado de desobrigação	5
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	8
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	31
Transferência de domicílio	535
Averbações de certificado de alistamento	3.387
Outros	17.880

Além dos serviços oferecidos e realizados pela junta militar, houve 13 juramentos à Bandeira na Sede da Administração.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	396,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	18,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	154,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	27,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	4,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	0,00
Remoção de entulhos/ M³	4.500,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	1.500,00
Serviços de terraplanagem/ M³	8.300,00
Roçagem manual/ M²	400,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	2.400,00
Recapeamento asfáltico/ M²	200,00
Passeios (construção) / M²	400,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	148
Faixas recolhidas das vias públicas	2.452

Os serviços executados por outros órgãos não foram contabilizados. Mesmo sem massa asfáltica, foram realizados muitos serviços de tapa buraco e grande feito com a Cidade Limpa.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Durante o exercício de 2017, a Administração Regional do Gama, apesar do quadro financeiro que Brasília vivenciou, pôde realizar diversos eventos: Dia da Mulher; 18 de maio; Virada do Cerrado; Aniversário da Cidade; Saúde do Homem, entre outros. Foi realizado também o Juramento da Bandeira em frente à Administração do Gama, com entrega de certificado pela Junta Militar; campanhas (Operação Parada Limpa, Administração em Ação, Operação Cidade Limpa e Dia "D" contra a dengue); apoio a diversos eventos (APAE é 11, campanha para vacinação antirrábica); projetos e desfiles (Desfile Cívico); audiências públicas; cerimônias e reuniões (Reuniões com CDRS, Encontro e Líderes Comunitários); obras diversas (Operação Tapa-Buraco, Limpeza da Cidade, Desobstrução de Bocas de Lobo e Construção de Duas Pontes na Ponte Alta); apoio à eventos rurais; cavalgadas; rodeios e exposições. E também, houve a instalação de vários pontos de iluminação pública.

Foram realizadas 12 obras ao longo do ano, sendo 4 executadas no primeiro semestre, como a construção de calçada na quadra 08 do Setor Oeste e no Setor Sul; a construção da praça na Quadra 01 do Setor Norte; a reforma da praça do Cine Itapuã. E no segundo semestre 7 obras foram executadas, como o estacionamento entre o fórum e a OAB; o estacionamento em frente ao Colégio Adventista; a calçada na Avenida dos bombeiros e nas Quadras 38, 42 e 44 do Setor Norte; o campo society de grama sintética no Engenho das Lages; a construção de quadra poliesportiva coberta no castelinho; a reforma de parques; e, o início das obras de construção de banheiros públicos e da sala de apoio na área de formação de condutores. Além das obras realizadas em parceria que são: a calçada no Setor Sul e a construção de ponte na prainha.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017 foi um ano com grande feito, foram realizados 12 obras e alguns eventos como Cidade limpa e Aniversário do Gama. Foram realizadas obras em parceria, e, mesmo com as dificuldades financeiras que se arrastaram dos anos anteriores, com a experiência adquirida foi possível realizar grandes conquistas para a Cidade do Gama, por meio do orçamento do GDF e de Emendas Parlamentares de Deputados Federais.

Entre as dificuldade encontradas estão a falta de massa asfáltica, para realizar recapeamento e tapa buraco, e a disponibilização de verbas no final do exercício ou com programa de trabalho diferente do processo aberto. Além disso, houve a dificuldade em executar serviços que são de responsabilidade e/ou que precisam de posicionamento de outros órgãos. Porém, dentro

das atribuições, ressalta-se a importância da majoração da autonomia das Administrações Regionais, buscando dar maior celeridade aos trâmites burocráticos.

Para o ano de 2018, tem-se o objetivo de realizar mais pela cidade, construindo e reformando estacionamentos; buscando junto ao GDF regularizar a Ponte Alta; realizando melhorias para o Pro-DF; construindo mais baias de ponto de ônibus; realizando mais benfeitorias para a sociedade; promovendo mais participação da sociedade frente aos projetos e realizando mais eventos sociais, sempre ouvindo as demandas da população.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA - RA III – UO: 59.105

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Taguatinga – RA-III é um órgão da Administração Direta, criado por meio do Decreto nº 488, de 08 de fevereiro de 1966. Tem por competência, de acordo com o Decreto nº 16.247 de 29/12/1994, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Atualmente, as Administrações Regionais são coordenadas pela Secretaria de Estado das Cidades, criada por intermédio do Decreto n° 37.625, de 15 de setembro de 2016.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	34	2	27	65
Comissionados sem vínculo efetivo	32	0	25	0	57
Requisitados de órgãos do GDF	2	10	0	7	19
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	5	0	1	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	12	0	0	12
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	28	28
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	36	61	27	63	187
(-) Cedidos para outros órgãos	7	0	0	10	17
Total Geral	29	61	27	53	170

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**1.550.000,00**	**150.000,00**	**149.847,34**	**0,00**
0001 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- REFORMA DE PRAÇA PÚBLICA E PLAYGROUND NO SMT CONJUNTO 19/20-TAGUATINGA	150.000,00	150.000,00	149.847,34	0,00
0007 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE PRAÇAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS-TAGUATINGA	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
9501 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-TAGUATINGA/REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICA E PARQUES-TAGUATINGA	400.000,00	0,00	0,00	0,00
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**1.100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9559 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-- TAGUATINGA	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9505 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-TAGUATINGA/CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES EM TAGUATINGA-TAGUATINGA	400.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**3.050.000,00**	**150.000,00**	**149.847,34**	**0,00**

Recursos transferidos à NOVACAP mediante a Portaria Conjunta nº 04/2017, para implantação de PEC - Ponto de Encontro Comunitário, no Setor de Mansões de Taguatinga, Conjunto 19/20.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**7.831.904,00**	**5.600.001,00**	**2.399.697,98**	**1.850.000,00**
0088 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO- TAGUATINGA	500.000,00	500.000,00	349.779,96	0,00
0089 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA III EM 2017- TAGUATINGA	350.000,00	0,00	0,00	0,00
0090 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-INFRAESTRUTURA E MELHORIAS NA RA DE TAGUATINGA-TAGUATINGA	5.000.000,00	3.850.000,00	1.850.000,00	1.850.000,00
0091 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- E INFRAESTRUTURA EM 2017- TAGUATINGA	400.000,00	0,00	0,00	0,00
0092 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	200.000,00	200.000,00	199.918,02	0,00
0186 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E MELHORIAS- TAGUATINGA	0,00	900.000,00	0,00	0,00
0191 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E URBANIZAÇÃO-TAGUATINGA	0,00	150.000,00	0,00	0,00
5140 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/ EXECUÇÃO OBRAS URB.EM TAGUATINGA- TAGUATINGA	1.381.904,00	1,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**560.000,00**	**667.467,00**	**114.113,07**	**114.113,07**
9202 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	560.000,00	667.467,00	114.113,07	114.113,07
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**3.650.000,00**	**1.900.000,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- EM PROL DA COMUNIDADE DE TAGUATINGA-TAGUATINGA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
6963 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/ AMPLIAR PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- TAGUATINGA	550.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- EM TAGUATINGA- TAGUATINGA	3.000.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00
0058 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NA CIDADE DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	0,00	200.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**12.041.904,00**	**8.167.468,00**	**2.513.811,05**	**1.964.113,07**

Por meio desse programa, foram transferidos recursos à NOVACAP, conforme detalhamento a seguir:

- R$ 350.000,00 para implantação de 3 PEC'S em Taguatinga (Portaria Conjunta nº 05/2017);

- R$ 1.000.000,00 para recuperação de vias e logradouros públicos (tapa buraco) na região administrativa de Taguatinga (Portarias Conjuntas nº 01/2017 e 02/2017). Execução concluída;

- R$ 200.000,00 para fornecimento e instalação de equipamentos para implantação de PEC em várias áreas de Taguatinga (Portaria Conjunta nº 03/2017).

Além disso, foram contratados serviços e adquiridos materiais para fins de execução de serviços de manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas em Taguatinga.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**685.000,00**	**608.935,00**	**596.290,00**	**536.288,76**
8513 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-TAGUATINGA/FORT.AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMILIA- TAGUATINGA	685.000,00	608.935,00	596.290,00	536.288,76
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**685.000,00**	**608.935,00**	**596.290,00**	**536.288,76**

Os recursos foram utilizados para a contratação do serviço de mão de obra da FUNAP, visando à ressocialização de cerca de 30 sentenciados.

Os sentenciados executaram serviços de manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas (praças, Parque Taguaparque e outras áreas públicas), bem como serviços de manutenção de prédios, uma vez que não houve disponibilidade de servidores do quadro para a execução desses trabalhos.

Cumpriram-se os objetivos de manutenção de áreas urbanizadas e bom funcionamento dos prédios da RA-III.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**2.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE- EM TAGUATINGA-TAGUATINGA	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**2.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**90.000,00**	**18.526,00**	**18.525,50**	**18.525,50**
6023 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	90.000,00	18.526,00	18.525,50	18.525,50
4090 - APOIO A EVENTOS	**150.000,00**	**22.070,00**	**2.067,00**	**2.067,00**
5966 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	150.000,00	22.070,00	2.067,00	2.067,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**240.000,00**	**40.596,00**	**20.592,50**	**20.592,50**

Realizou-se apoio ao evento "Aniversário de Taguatinga", mediante a aquisição de troféus e camisetas, além da locação de equipamentos.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**1.470.000,00**	**375.983,00**	**0,00**	**0,00**
0034 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	1.470.000,00	375.983,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**640.000,00**	**616.519,00**	**254.135,40**	**254.135,40**
7196 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	640.000,00	616.519,00	254.135,40	254.135,40

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**2.110.000,00**	**992.502,00**	**254.135,40**	**254.135,40**

Foram pagas indenizações de transporte, licença prêmio pecúnia e outras indenizações devidas a servidores lotados nessa RA-III.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5341 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-TAGUATINGA/CONSERVAR ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES DA RA-III-TAGUATINGA	200.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**11.664.482,00**	**12.399.988,00**	**12.362.449,06**	**12.362.449,06**
8914 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	11.664.482,00	12.399.988,00	12.362.449,06	12.362.449,06
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**587.968,00**	**619.968,00**	**594.932,84**	**594.932,84**
9720 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	587.968,00	619.968,00	594.932,84	594.932,84
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**2.435.513,00**	**1.255.626,00**	**858.463,91**	**761.699,92**
9797 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	2.435.513,00	1.255.626,00	858.463,91	761.699,92
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**30.000,00**	**10.002,00**	**0,00**	**0,00**
5868 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	30.000,00	10.002,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**40.000,00**	**8.001,00**	**0,00**	**0,00**
5195 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	40.000,00	8.001,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**40.000,00**	**8.001,00**	**0,00**	**0,00**
5811 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL / CAPACITAÇÃO SERVIDORES- TAGUATINGA	40.000,00	8.001,00	0,00	0,00
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0019 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA DE- TAGUATINGA	0,00	100.000,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.352.032,00**	**140.584,00**	**12.537,70**	**12.537,70**
0022 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DOS BANHEIROS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE-TAGUATINGA	0,00	50.000,00	0,00	0,00
9789 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	1.352.032,00	90.584,00	12.537,70	12.537,70
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**16.349.995,00**	**14.542.170,00**	**13.828.383,51**	**13.731.619,52**

Os recursos desse programa foram utilizados para garantir as condições básicas de funcionamento do órgão e de seus prédios, mediante gastos com manutenção; reparos; reformas; pagamento de salários; benefícios aos servidores e outros, proporcionando condições adequadas de trabalho aos servidores e a continuidade dos serviços prestados à comunidade.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	
Encaminhamento - CDS/ Na hora	

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	
Trabalho com Grupos - Gestantes	
Trabalho com Grupos - Idosos	
Trabalho com Grupos – Mulheres	
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	
Trabalho com Grupos - Remoções	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema		
Teatro		
Música		
Dança		
Artes Plásticas		
Literatura		
Outros eventos		

A Gerência de Cultura, Esporte e Lazer - GECEL, responsável pelas informações, não repassou o relatório, apesar de ter sido notificada formalmente.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	3
Habitação Coletiva	
Comercial	109
Industrial	
Área Rural	0
Outros (Eventual)	62
	62

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer		
Eventos esportivos		
Outros		

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar		
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	0	0

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar		
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Institucional		
	0	0

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições		
Elaboração de Croquis		
Levantamento para Carta de Habite-se		

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	94
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	1
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	5
Feiras Permanentes	4
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	208

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	81

O quantitativo refere-se ao total de Bancas de Jornais e Revistas Provisórias e Definitivas. Está em processo de Levantamento o quantitativo em separado de cada categoria.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	2.208
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.648
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	603
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	309
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	5
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	6

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1948

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	239,37
Confecção de quebra-molas/ Unidade	6,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	1.303,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	26,00
Recuperação de calçadas/ M²	148,56
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	217,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	600,00
Remoção de entulhos/ M³	4.011,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	287,00
Serviços de terraplanagem/ M³	510,00
Roçagem manual/ M²	600,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	
Recapeamento asfáltico/ M²	
Passeios (construção) / M²	2.313,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	142
Faixas recolhidas das vias públicas	374

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

1. Análise das realizações: As realizações no ano de 2017 visaram atender prioritariamente às reivindicações da comunidade.
2. Dificuldades encontradas: As dificuldades encontradas pela RA-III foram ocasionadas pela troca de Administrador Regional por duas vezes e escassez de recursos humanos em especialidades como: arquitetura; engenharia civil; agrimensura; topografia; e técnicos em edificações, eletrônica, administração e informática. Outro fator a ser ressaltado diz respeito à alta rotatividade de servidores ocupantes de cargos comissionados nos diversos setores. No que se refere à qualificação dos servidores, é necessário realizar cursos periódicos e treinamentos no âmbito da gestão pública, gestão de documentos, leis e normas do serviço público e atendimento ao usuário, a fim de melhorar seu desempenho. Além disso, a insuficiência de máquinas, equipamentos e pessoal qualificado representaram obstáculo ao regular andamento da execução de obras.
3. Perspectiva para 2018: Executar obras de urbanização; promover os eventos culturais tradicionais da cidade, no intuito de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população de Taguatinga; e aumentar o investimento na qualificação dos servidores, visando maximizar a eficiência e efetividade dos serviços prestados.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA - RA IV – UO: 59.106

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Brazlândia, criada pela Lei nº 4.545, de 10/12/1964, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculado à Secretaria de Estado das Cidades.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28/03/2017, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa IV, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio de ações de planejamento, supervisão, coordenação, fiscalização específica e execução direta de atividades delas decorrentes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	23	2	2	30
Comissionados sem vínculo efetivo	14	0	25	0	39
Requisitados de órgãos do GDF	0	13	2	1	16
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários	0	5	0	0	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	13	0	0	13
Terceirizados (FUNAP)	0	1	29	0	30
Outros - especificar					
Subtotal	17	55	58	3	133
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	0	0	1
Total Geral	17	54	58	3	132

A força de trabalho teve um grande diferencial em 2017, em decorrência do aumento do número de reenducandos (FUNAP/DF), o que proporcionou ao órgão uma atuação mais efetiva na atividade-fim, com ampliação dos serviços de manutenção, conservação e construção em áreas urbanas. A Administração conseguiu executar diretamente, dentre outras obras, a construção de estacionamentos, implantação de meio-fio e recuperação/construção de calçadas.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1950

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0008 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-CONSTRUÇÃO DE PARQUES INFANTIS EM BRAZLÂNDIA-BRAZLÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0009 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PARQUES INFANTIS EM BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	0,00	150.000,00	0,00	0,00
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**250.000,00**	**500.000,00**	**490.350,47**	**349.796,00**
0001 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS- REFORMA DO ESTÁDIO CHAPADINHA- BRAZLÂNDIA	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
0011 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DO CAMPO DO ATLÉTICO- BRAZLÂNDIA	0,00	50.000,00	40.957,43	0,00
0012 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DO CAMPO DO ATLETICO- BRAZLÂNDIA	0,00	200.000,00	199.393,04	99.796,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**368.871,00**	**905.659,00**	**808.287,06**	**476.797,61**
0002 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES- DE BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	150.000,00	876.000,00	778.629,03	447.139,58
9632 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-- BRAZLÂNDIA	218.871,00	29.659,00	29.658,03	29.658,03
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	**300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-CONSTRUÇÃO SKATE PARQUE NO INCRA 08 EM BRAZLÂNDIA-BRAZLÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**1.068.871,00**	**1.555.659,00**	**1.298.637,53**	**826.593,61**

Concluída a obra de reforma de 6 (seis) quadras de esporte e a construção de uma quadra de esporte, TP nº 1/2016. Foram realizadas com êxito 3 (três) licitações na modalidade Tomada de Preço, tratando-se da TP nº1/2017: reformas do Prédio-sede da Administração Regional, do Museu e Estádio Chapadinha; TP nº 2/2017: reforma de 3(três) quadras de esportes e uma quadra de tênis; e TP nº 3/2017: reforma do Campo do Atlético. As obras foram iniciadas em novembro/dezembro/2017, estão em andamento normal, embora as chuvas tenham provocado um atraso no cronograma de execução das obras.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	**2.431.572,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO LAÇO- BRAZLÂNDIA	2.431.572,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**2.431.572,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**2.540.000,00**	**816.000,00**	**738.205,90**	**738.205,90**
0093 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- EM BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	640.000,00	0,00	0,00	0,00
0094 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA IV EM 2017- BRAZLÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0095 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017-BRAZLÂNDIA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0126 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- BRAZLÂNDIA	0,00	650.000,00	575.999,30	575.999,30
0127 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- BRAZLÂNDIA	0,00	166.000,00	162.206,60	162.206,60
9894 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE BRAZLÂNDIA.-BRAZLÂNDIA	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**1.000.000,00**	**674.654,00**	**674.653,95**	**507.295,57**
0003 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-DE BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	500.000,00	604.654,00	604.653,95	437.295,57
0018 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ILUMINAÇÃO DA DF 455 ENTRE O BALÃO DA BR 080 E DA DF 435- BRAZLÂNDIA	0,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
9535 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- BRAZLÂNDIA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**637.608,00**	**67.201,00**	**66.399,62**	**66.399,62**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9174 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	637.608,00	67.201,00	66.399,62	66.399,62
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**100.000,00**	**99.999,99**	**99.999,99**
0026 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NA RODOVIA VC 533- BRAZLÂNDIA	0,00	100.000,00	99.999,99	99.999,99
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**4.177.608,00**	**1.657.855,00**	**1.579.259,46**	**1.411.901,08**

Foram realizadas obras de manutenção, conservação e recuperação de áreas públicas, incluindo construção de estacionamentos, calçadas e implantação de meio-fio, executados diretamente pela Administração com a mão-de-obra dos reeducandos da FUNAP/DF. Os materiais, tais como blocos de concretos pré-moldados, meio-fio e concreto usinado, foram adquiridos através de adesão à Ata de Registro de Preços da SCG/SEPLAG. Foi ampliada a rede de iluminação na quadra 33 Vila São José; DF 455, entre o balão da BR 080 e DF 435; Incra avenida contorno; substituição de rede, aquisição de duas caixas de comando, transformadores, luminárias e lâmpadas, 47 postes curvos simples, 4 postes de concreto com luminárias e lâmpadas. Realização de 18 projetos em postes de aço até altura de 16 metros.



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**248.000,00**	**386.241,00**	**386.240,42**	**300.302,10**
0004 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-REGIÃO IV- BRAZLÂNDIA	80.000,00	318.000,00	318.000,00	232.061,68
8524 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- BRAZLÂNDIA	168.000,00	68.241,00	68.240,42	68.240,42
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**248.000,00**	**386.241,00**	**386.240,42**	**300.302,10**

Contratação de 30 (trinta) reeducandos com a FUNAP/DF.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**0,00**	**300.000,00**	**300.000,00**	**300.000,00**
0009 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS- BRAZLÂNDIA	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**0,00**	**300.000,00**	**300.000,00**	**300.000,00**

Foi adquirida uma mini pá carregadeira e acessórios para atendimento às demandas com os serviços de manutenção, conservação e recuperação de áreas públicas.



6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3510 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES-AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA PROJETO CULTURAL EM BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	0,00	50.000,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**880.000,00**	**253.697,00**	**234.585,35**	**220.086,84**
5951 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	150.000,00	8.542,00	5.792,20	5.792,20
5952 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EVENTOS CULTURAIS-BRAZLÂNDIA	540.000,00	150.556,00	140.115,20	140.115,20
5954 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	190.000,00	94.599,00	88.677,95	74.179,44
4090 - APOIO A EVENTOS	**485.000,00**	**1.010.000,00**	**980.923,25**	**980.923,25**
0010 - APOIO A EVENTOS- CULTURAIS E ESPORTIVOS EM BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	350.000,00	350.000,00	349.534,65	349.534,65
0076 - APOIO A EVENTOS-APOIO A FESTA DO MORANGO DE 2017- BRAZLÂNDIA	0,00	200.000,00	177.637,50	177.637,50
0077 - APOIO A EVENTOS-APOIO À FESTA DO MORANGO 2017 -- BRAZLÂNDIA	0,00	460.000,00	453.751,10	453.751,10
5931 - APOIO A EVENTOS-FESTA DO MORANGO-BRAZLÂNDIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5932 - APOIO A EVENTOS-REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E SOCIAIS- BRAZLÂNDIA	35.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**1.365.000,00**	**1.313.697,00**	**1.215.508,60**	**1.201.010,09**

Eventos em comemoração ao 84º aniversário da cidade, com destaque para o desfile cívico militar, eventos esportivos com destaque para a Copa de Futsal (Quadradão), Carnaval - Brazfolia e a 22º Festa do Morango de Brasília e Festa das Crianças, cujas estruturas e serviços acessórios foram licitadas através de pregão eletrônico. Os eventos tiveram um público estimado, respectivamente, de 20.000 pessoas, 10.000, 90.000 e 180.000 e 12.000 pessoas.








0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**200.000,00**	**113.960,00**	**48.205,44**	**48.205,44**
0036 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	200.000,00	113.960,00	48.205,44	48.205,44
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**30.000,00**	**3.016,00**	**0,00**	**0,00**
7169 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	30.000,00	3.016,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**230.000,00**	**116.976,00**	**48.205,44**	**48.205,44**

Realizado o pagamento de licença-prêmio pecúnia para servidor.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**150.000,00**	**32.150,00**	**26.117,06**	**26.117,06**
5344 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- BRAZLÂNDIA	150.000,00	32.150,00	26.117,06	26.117,06
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**50.000,00**	**6.700,00**	**0,00**	**0,00**
5799 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	50.000,00	6.700,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**5.434.896,00**	**5.888.803,00**	**5.737.671,11**	**5.737.671,11**

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1954

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8887 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	5.434.896,00	5.888.803,00	5.737.671,11	5.737.671,11
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**342.932,00**	**342.932,00**	**330.923,64**	**330.923,64**
9693 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	342.932,00	342.932,00	330.923,64	330.923,64
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**874.947,00**	**473.191,65**	**440.464,08**	**420.879,92**
9770 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	874.947,00	473.191,65	440.464,08	420.879,92
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5854 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5184 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-BRAZLÂNDIA	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**749.000,00**	**690.000,00**	**684.342,35**	**162.385,62**
0004 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- EM BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	149.000,00	0,00	0,00	0,00
0013 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	0,00	600.000,00	596.862,35	137.301,02
9794 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- BRAZLÂNDIA	600.000,00	90.000,00	87.480,00	25.084,60
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**7.611.775,00**	**7.433.776,65**	**7.219.518,24**	**6.677.977,35**

Aquisição de materiais de consumo e contratação de serviços contínuos para a manutenção do órgão, remuneração de servidores efetivos e comissionados, incluindo benefícios. Realizada com êxito a Tomada de Preço nº 01/2017-CPL/RA IV, cujo objeto é a reforma do Prédio-sede da Administração Regional de Brazlândia, do Museu e Estádio Chapadinha.

Reforma da Administração - 1ª etapa executada: telhado reformado; 6 banheiros reformados; troca do piso.

Estádio Chapadinha - 1ª etapa executada: 4 banheiros reformados e retirada do gramado.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	50
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	20
Encaminhamento - CDS/ Na hora	
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	100
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	20
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	15
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	
Trabalho com Grupos - Remoções	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	15
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	24
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	1	500
Música	0	0

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Dança	4	1.000
Artes Plásticas	0	0
Literatura	2	400
Outros eventos	7	350.000

Dentre os eventos classificados em "outros eventos", destacam-se: Carnaval - Brazfolia; Aniversário da cidade; desfile cívico-militar; Brazfest; Festa do Morango; e Festa das Crianças.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	1
Habitação Coletiva	0
Comercial	3
Industrial	0
Área Rural	1
Outros (Eventual)	26
	31

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	10	30.000
Eventos esportivos	13	50.000
Outros	7	10.000

Destacam-se o Campeonato de Futsal (Quadradão) e a Festa das Crianças.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	13	3.007,82
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	13	3.007,82

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	7	938,14
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
	7	938,14

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	16,00	3.561,94
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	2,00	535,44
Cota de Soleira - Levantamento de Definições		
Elaboração de Croquis		
Levantamento para Carta de Habite-se		

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	13
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	1

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	1

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	400.000,00
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	3
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	420
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	800
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	300
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	4
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	4
Atestado de desobrigação	200
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	8
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	
Averbações de certificado de alistamento	30
Outros	

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	23,00
Confecção de quebra-molas/ Unidade	40,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	200,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	150,00
Recuperação de calçadas/ M²	8.000,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	
Capina, varrição e rastelagem/ M²	
Remoção de entulhos/ M³	15.150,00

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1957

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Reposição de meios-fios/ Unidade	12.000,00
Serviços de terraplanagem/ M³	400.000,00
Roçagem manual/ M²	80.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	200.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	
Passeios (construção) / M²	1.000,00
Rede de águas pluviais/ M	
Podas de árvores/Unidade	200
Faixas recolhidas das vias públicas	2.500

Os serviços foram realizados pelos servidores dessa Administração, em conjunto com os reeducandos da FUNAP/DF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Por meio da realização de mutirões de limpeza, serviços de dedetização (fumacê), campanhas educativas e outras ações da Administração e da Vigilância Sanitária, foram reduzidos de forma significativa os casos registrados de dengue na cidade. Em 2016, Brazlândia teve o maior número de casos de dengue registrados no Distrito Federal (cerca de 4.000), inclusive com óbito. Já em 2017, foram registrados apenas 3 casos de dengue.

Outra ação importante realizada foi a revitalização da Praça do Laço, com a aquisição de blocos de concreto e concreto usinado. Os responsáveis pela execução foram os reeducandos da FUNAP/DF e servidores dessa Administração.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em que pese as dificuldades de ordem orçamentária e financeira, o ano de 2017 foi muito profícuo, com inúmeras atividades e projetos realizados em prol da comunidade. As ações de governo regionalizadas englobaram as áreas rurais, inclusive na questão ambiental, com ações de proteção às nascentes, aberturas de bolsões para preservação e aquisição de containers estrategicamente distribuídos.

Destaca-se a significativa redução nos casos registrados de dengue em 2017 em comparação ao ano anterior, o que foi alcançado por meio de ações realizadas pela Administração e do apoio da população.

Ainda persiste o problema da invasão de terras públicas, mas que tem sido enfrentado em conjunto com outros órgãos.

A redução do quadro funcional foi compensada com a contratação de reeducandos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, por intermédio da FUNAP, para suprir a deficiência de pessoal nas atividades-fim. Em conjunto, servidores da Administração e reeducandos executaram obras de construção e recuperação de calçadas, estacionamentos, praças e logradouros públicos, reduzindo o gasto de recursos públicos.

Em 2018, a Administração Regional de Brazlândia continuará combatendo a dengue e a invasão de áreas públicas, concluirá as obras públicas iniciadas em novembro/dezembro de 2017 e dará início às licitações de outras obras previstas para execução.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V – OU: 59.107

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Sobradinho, órgão da administração direta regionalizada, criada por meio da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com regimento interno aprovado pelo decreto Nº 38.094, de 28 de março de 2017 e alterações, é vinculada à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, de acordo com Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016.

Em 2016, c conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 15.09.2016, publicado no dia 16.09.2016 no DODF nº 176, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 04, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal. Em 2017, conforme publicação do Decreto nº 38.094 de 28 de março, publicado no DODF nº 61 de 29 de março de 2017, página 7, entrou em vigor o Regimento Interno das Administrações Regionais do Distrito Federal.

A Região Administrativa de Sobradinho Tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa V; supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades; e supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa V.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	25	0	9	37
Comissionados sem vínculo efetivo	24	0	10	0	34
Requisitados de órgãos do GDF	1	2	0	0	3
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	3	0	3	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	16	0	0	16
Terceirizados (FUNAP)	0	17	0	0	17
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	28	63	10	12	113
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	28	63	10	12	113

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO DA QUADRA 06 DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO CENTRO OLÍMPICO E PARALÍMPICO DE SOBRADINHO RA V- SOBRADINHO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve execução neste programa.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**4.119.278,00**	**160.001,00**	**156.967,06**	**0,00**
0096 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA V EM 2017- SOBRADINHO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0097 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- SOBRADINHO	500.000,00	1,00	0,00	0,00
0098 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	500.000,00	160.000,00	156.967,06	0,00
1751 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	2.819.278,00	0,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**100.000,00**	**95.000,00**	**94.749,44**	**0,00**
0006 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- EM PROL DA COMUNIDADE DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0043 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICAAMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE SOBRADINHO-DISTRITO FEDERAL	0,00	95.000,00	94.749,44	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**4.219.278,00**	**255.001,00**	**251.716,50**	**0,00**

Foram realizadas: BR 020, Pista de Bicicross, e reestruturação e recuperação de rede de iluminação na quadra 06 Módulo Esportivo, Praça Theodoro Freire, os quais beneficiaram a população em aspecto de segurança, prática esportiva e locomoção.

- Em 2017 foram realizadas diversas obras de ampliação e expansão de iluminação pública em vários locais da cidade como
- Instalações de postes iluminação Pública na Pista de Bicicross, Quadra 02 em Sobradinho e uma extensão-;
- Instalação de Iluminção Pública-Expansão do Módulo Esportivo da QD 06 de Sobradinho;
- Instalação de iluminação pública no Condomínio Uberaba e no condomínio Nova Dignéia;
- Instalação de iluminação pública na Marginal da BR 020 - Setor de Indústria de Sobradinho;
- Instalação de iluminação pública na Praça Teodoro Freire, QD 08 de Sobradinho;
- Manutenção de Áreas Urbanas, feito processo de compra para manter as áreas públicas dentro do setor administrativo, buscando atender as demandas da Cidade;
- Reposição de Lâmpadas do Ginásio de Esportes, Quadra Central/Quadra 02 e refletores do Campo de Futebol Sintético da Quadra 14.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**500.000,00**	**295.936,94**	**295.936,81**	**233.720,00**
8511 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	500.000,00	295.936,94	295.936,81	233.720,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**500.000,00**	**295.936,94**	**295.936,81**	**233.720,00**

Os trabalhos desenvolvidos pelos reeducandos da FUNAP, em média 17, vem atendendo as demandas dos serviços da Administração Regional de Sobradinho na área de manutenção, conservação e reparo dos prédios próprios e em mobiliários urbanos da RA-V, os serviços prestados são relevantes à cidade. A contratação, por intermédio da FUNAP, é de suma importância e tem cunho social, pois contribui com a ressocialização dos sentenciados.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**30.000,00**	**24.262,29**	**0,00**
0010 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA EM SOBRADINHO-DISTRITO FEDERAL	0,00	30.000,00	24.262,29	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**0,00**	**30.000,00**	**24.262,29**	**0,00**

Foram realizadas obras de ampliação e expansão de iluminação pública em Nova Dignéia I e II, os quais beneficiaram a população em aspecto de segurança e locomoção.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**250.000,00**	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**
0053 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- SOBRADINHO	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**550.000,00**	**665.000,00**	**599.245,42**	**599.245,42**
7220 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- SOBRADINHO	550.000,00	665.000,00	599.245,42	599.245,42
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**800.000,00**	**915.000,00**	**599.245,42**	**599.245,42**

A Administração Regional de Sobradinho, visando os cumprimentos legais de direitos trabalhistas, realizou ressarcimentos, indenizações e restituições no exercício de 2017.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5324 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	450.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9809 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- SOBRADINHO	500.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**5.150.977,00**	**6.525.325,00**	**5.615.382,38**	**5.605.009,31**
8912 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	5.150.977,00	6.525.325,00	5.615.382,38	5.605.009,31
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**459.580,00**	**339.580,00**	**308.964,34**	**308.964,34**
9719 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	459.580,00	339.580,00	308.964,34	308.964,34
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**2.434.973,00**	**1.281.919,37**	**806.924,61**	**647.986,41**
9796 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	2.434.973,00	1.281.919,37	806.924,61	647.986,41
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**60.000,00**	**7.500,00**	**4.258,00**	**500,00**
0027 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO-SOBRADINHO	0,00	7.000,00	3.758,00	0,00
5867 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	60.000,00	500,00	500,00	500,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**9.969,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5810 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	9.969,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**9.065.499,00**	**8.154.325,37**	**6.735.529,33**	**6.562.460,06**

A Administração Regional de Sobradinho, norteada pelas suas atividades e competência institucional, prosseguiu desenvolvendo um conjunto de ações e atividades que tiveram como escopo o aperfeiçoamento e modernização do processo orçamentário, a sistematização, otimização e aprimoramento das atividades de natureza operacional e a capacidade de seus serviços. Visando melhorar as condições de trabalho, a Administração Regional utilizou recursos dos programas de manutenção de serviços administrativos e modernização da informação, objetivando melhorar as condições de trabalho e o atendimento à população. Em cumprimento aos direitos legais dos servidores lotados neste órgão, realizou as remunerações e benefícios aos servidores no exercício de 2017.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, e outros)	0

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	01	800
Teatro	0	0
Música	04	4.850
Dança	0	0
Artes Plásticas	10	700
Literatura	0	0
Outros eventos	02	1.600

O evento de música intitulado "Arte na Praça" é realizado durante os sábados dos meses de novembro e dezembro e está inserido em "Outros eventos".

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	216
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	527
Área Rural	0
Outros (Eventual)	57
	800

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	04	1.900
Outros	01	10.000

No item: Outros, estão inseridas as atividades de aulas de ginástica rítmica, volêi, futsal, judô entre outras de realização diária.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	0	0,0

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	0	0,0

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habitese	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	140
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	4
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1

Fiscalização de Feiras	5

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	10

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.658
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.246
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	618
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	22
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	8
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	83

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	550,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	14,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	75,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	5,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	3.600,00
Remoção de entulhos/ M³	11.616,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	132,00
Serviços de terraplanagem/ M³	111.800,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Roçagem manual/ M²	26.754,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	50.546,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	0

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Dos eventos que a Administração Regional de Sobradinho realizou em parceria com a iniciativa privada ou apoiou, destacamos: Campeonato Amador de Futebol de Sobradinho, Campeonato ABARKA de Futsal, Arte na Praça (com artistas músicos da cidade), Exposições de Artesanato, entre outros. Salientamos que nestes eventos não houve recursos financeiros públicos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração de Regional de Sobradinho não conseguiu realizar todas as ações previstas no ano de 2017 em decorrência da falta de disponibilidade orçamentária, no entanto, apesar desta, com a participação de servidores e parcerias conseguiu-se concluir ações que se considera importante para a comunidade.

Dentre as atividades realizadas pela Administração Regional de Sobradinho, cabe citar: a manutenção de vias públicas, a operação tapa buracos, a limpeza dos passeios, a retirada de entulhos e galhadas, podas de árvores, a roçagem, entre outros serviços de manutenção. Muitas destas atividades foram executadas em conjunto com outros órgãos público como Secretaria das Cidades, NOVACAP, SLU, FUNAP e outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

Os eventos culturais e esportivos na grande maioria foram realizados em parceria com associações esportivas e culturais, sendo que a Administração Regional, por falta de recursos, priorizou apenas os que são de importância para a população e que já fazem parte do calendário da cidade, ou seja, o evento do aniversário da cidade e o do dia das crianças.

Portanto, não houve possibilidade de atender aos pedidos da população em sua totalidade, destes muitos estão inseridos nas competências do órgão, fator gerado por questões financeiras. Entretanto, conseguiu-se realizar parte dos objetivos, o que se caracteriza como um bom trabalho no ano de 2017.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA - RA VI – UO: 59.108

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Planaltina, criada pela Lei nº 4545, de 10/12/1964, é um órgão da Administração Direta. É um órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, observado o disposto no artigo 5º do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016.Tem por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação e da execução direta das atividades delas decorrentes. Os serviços primordiais prestados pela Administração Regional de Planaltina envolvem o atendimento direto à comunidade da região, conforme competência definida por norma legal, sendo esses serviços executados por diversos setores como exemplo a Gerencia de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas, Gerencia de Cultura, Esportes e Lazer, Gerencia de Apoio a Atividade Rurais, Gerencia de Obras, Diretoria de Articulação, Ouvidoria, Junta Regional de Serviço Militar.

A Administração Regional agrega trabalho humano participa do programa Jovem Candango, nesta data são 16 adolescentes lotados, revezando em dois turnos diários no horário contrário ao escolar.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	8	0	17	26
Comissionados sem vínculo efetivo	24	0	38	0	62
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	0	7	11
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	2	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	5	0	11	16
Terceirizados (FUNAP)	0	1	0	8	9
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	28	15	38	45	126
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	8	8
Total Geral	28	15	38	37	118

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**220.671,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9499 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA- PLANALTINA	220.671,00	0,00	0,00	0,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**1.042.970,00**	**912.970,00**	**71.881,57**	**51.114,96**
0011 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS EM 2017- PLANALTINA	800.000,00	800.000,00	51.997,70	38.029,90
6023 - APOIO A EVENTOS-- PLANALTINA	192.970,00	112.970,00	19.883,87	13.085,06
6024 - APOIO A EVENTOS-- PLANALTINA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**1.263.641,00**	**912.970,00**	**71.881,57**	**51.114,96**

Foram apoiados os seguintes eventos na Região Administrativa de Planaltina: Apoio ao "Campeonato de Futebol Amador copa Estância (20.000 pessoas todos os dias de campeonato); "Campeonato do Arapoangas" (20.000 pessoas); Apoio à realização da "Festa da Folia da Roça e da Cidade" (7.500 pessoas).

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	**65.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA-- PLANALTINA	65.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**65.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**5.300.000,00**	**3.000.000,00**	**1.736.291,67**	**594.807,12**
0099 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA VI EM 2017- PLANALTINA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0100 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO DE PLANALTINA- PLANALTINA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0101 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017-PLANALTINA	4.000.000,00	3.000.000,00	1.736.291,67	594.807,12
0102 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA- PLANALTINA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**94.688,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
9533 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA- PLANALTINA	94.688,00	1,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**137.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6964 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA- PLANALTINA	37.000,00	0,00	0,00	0,00
0007 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EM PROL DA COMUNIDADE PLANALTINA- PLANALTINA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9201 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**5.591.688,00**	**3.000.001,00**	**1.736.291,67**	**594.807,12**

Foram realizadas nesta Região Administrativa de Planaltina, no exercício de 2017, execução de obras de urbanização (calçadas, pista de cooper, e base de equipamentos em diversos locais de Planaltina, foi executado em 2017, cerca de 30% da obra, sendo concluídas no ano seguinte.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**218.000,00**	**178.155,00**	**142.155,00**	**123.944,06**
8512 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	218.000,00	178.155,00	142.155,00	123.944,06
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**218.000,00**	**178.155,00**	**142.155,00**	**123.944,06**

Por meio do convênio com a FUNAP, houve a busca da valorização das pessoas que cometeram crimes no passado, mas agora estão dispostas a melhorar sua vida por meio da inclusão social, prestando serviços remunerados, quais sejam: pequenos reparos nas calçadas; construção de pequenas rampas de acessibilidade; operação tapa buracos; operação de limpeza de bueiros.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**702.000,00**	**305.951,00**	**117.294,29**	**109.824,46**
0019 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA DO DIVINO DE PLANALTINA- PLANALTINA	250.000,00	242.001,00	75.487,54	75.487,54
6038 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO.- PLANALTINA	357.000,00	63.950,00	41.806,75	34.336,92
6022 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	95.000,00	0,00	0,00	0,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**800.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0012 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS EM 2017-- PLANALTINA	800.000,00	0,00	0,00	0,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
0032 - APOIO A PROJETOS-PUBLICAÇÃO DE LIVROS DO CONSELHO DE CULTURA DE PLANALTINA-DISTRITO FEDERAL	0,00	30.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**1.502.000,00**	**335.951,00**	**117.294,29**	**109.824,46**

Na Região administrativa de Planaltina RA VI, foi realizado e apoiado diversos eventos dentre eles: "Festa do Divino 2017" (30.000 pessoas); "Mês do Doutrinador" (5.000 pessoas); "Festa do Divino Espírito Santo" (50.000 pessoas); "Festa Pinga no Rabo" (20.000 pessoas); Festa "ID Jovem" (1.500 pessoas), "Romaria Nossa Senhora de Fátima (5.000 pessoas); "Desfile de Carro de Boi" (6.000 pessoas); "Cruzada Evangelística" (20.000 pessoas). "Campeonato de Skate (3.000 pessoas)

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0013 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-- PLANALTINA	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**60.000,00**	**140.001,00**	**89.825,47**	**89.825,47**
7195 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	60.000,00	140.001,00	89.825,47	89.825,47
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**60.000,00**	**140.001,00**	**89.825,47**	**89.825,47**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**770.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5322 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA- PLANALTINA	770.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**7.544.724,00**	**7.024.724,00**	**6.923.848,52**	**6.923.848,52**
8913 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	7.544.724,00	7.024.724,00	6.923.848,52	6.923.848,52
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**450.000,00**	**540.000,00**	**486.781,13**	**486.781,13**
9718 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIIONAL- PLANALTINA	450.000,00	540.000,00	486.781,13	486.781,13
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.852.230,00**	**1.052.030,78**	**681.170,64**	**672.829,46**
9795 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	1.852.230,00	1.052.030,78	681.170,64	672.829,46
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5866 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	30.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5194 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3348 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	**100.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL-- PLANALTINA	100.000,00	30.000,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.280.000,00**	**1.037.000,00**	**0,00**	**0,00**

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1970

9788 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	1.280.000,00	1.037.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**12.036.954,00**	**9.683.754,78**	**8.091.800,29**	**8.083.459,11**

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	35
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	40
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	100
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	35
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	19
Trabalho com Grupos – Mulheres	10
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	30
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	75
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	25
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	45
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	10

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	
Teatro	3	1.000
Música	4	1.700
Dança	3	500
Artes Plásticas	2	400
Literatura	1	350
Outros eventos	3	500

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	1
Habitação Coletiva	8
Comercial	20
Industrial	0
Área Rural	3
Outros (Eventual)	51
	83

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	3	2.500
Eventos esportivos	14	15.000
Outros	2	1.200

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	37	6.157,84
Habitação Coletiva	1	2.181,05
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	38	8.338,89

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	16	2.516,06
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	16	2.516,06

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,52	26.802,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,06	4.001,00
Elaboração de Croquis	0,13	30.950,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,32	9.689,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	49
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	4
Recadastramento de Feiras	1.092
Fiscalização de Feiras	96

A fiscalização de feiras é realizada todas as terças e domingos.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	3

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	200,00
Vistorias realizadas	140
Produtores rurais cadastrados	3.249
Propriedades rurais	3.249
Associações	34
Cooperativas	3
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	763
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.898
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	952
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	6
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	23
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	4
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	345
Transferência de domicílio	48
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	5.000,00
Confecção de quebra-molas/ Unidade	30,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	0,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	12,00
Recuperação de calçadas/ M²	2.500,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	15,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	0,00
Remoção de entulhos/ M³	432,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	1.800,00
Serviços de terraplanagem/ M³	8.000,00
Roçagem manual/ M²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	0

Os seguintes serviços são feitos em parceria:

- Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade: NOVACAP
- Capina, varrição e rastelagem/ M²: SINESP
- Roçagem manual/ M²: NOVACAP
- Serviços de roçagem mecânica/ M²: NOVACAP

- Recapeamento asfáltico/ M²: NOVACAP
- Passeios (construção) / M²: SINESP
- Rede de águas pluviais/ M: CAESB
- Podas de árvores/Unidade: NOVACAP
- Faixas recolhidas das vias públicas: AGEFIZ

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Por meio de descentralização orçamentária à Secretaria de Cultura foi pactuado termo de fomento, diante daquela Secretaria, para custear o evento Via Sacra Ao Vivo, de grande relevância cultural e histórica à população de Planaltina e do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A R.A. de Planaltina logrou êxito no exercício de 2017 no que tange a conservação das vias públicas, muito em razão das parcerias empreendidas com órgãos como NOVACAP e DER, ressaltando operações de tapa buraco e sinalização rodoviária.

No quesito acessibilidade e urbanismo, a Administração Regional contratou valores aproximados a 2 milhões de reais para atender diversos bairros e localidades da cidade com tais benfeitorias.

Suportamos, no entanto, a carência de pessoal técnico capaz de melhor produzir e abastecer a área de planejamento, salientando a carência de cargos de engenheiro e projetista nesta Administração Regional.

Enfrentamos ainda, pouco subsídio de órgãos superiores no suporte as contratações pleiteadas pela Administração, exemplificando com a falta de efetividade a um único processo de compras que remetemos a SCG/SEPLAG.

A perspectiva para o exercício 2018 é executar os programas e ações de governo destinados à melhoria da Região Administrativa como prioridade, isso em todas as classificações propostas no orçamento desse Órgão.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ - RA VII – UO: 59.109

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Paranoá, criada pela Lei nº 049, de 25/10/89, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, coordenada pela Casa Civil conforme Decreto nº 33.583 de 16/03/2012.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Em 2016, c conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 15.09.2016, publicado no dia 16.09.2016 no DODF nº 176, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 04, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

Em 2017, conforme publicação do Decreto nº 38.094 de 28 de março, publicado no DODF nº 61 de 29 de março de 2017, página 7, entrou em vigor o Regimento Interno das Administrações Regionais do Distrito Federal.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo, tem por competência: I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administração VII; II - supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades; III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	4	1	0	6
Comissionados sem vínculo efetivo	0	25	20	0	45
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	1	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	1	0	1
Estagiários	0	7	0	0	7
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	7	0	0	7
Terceirizados (FUNAP)	22	0	0	0	22
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	22	39	22	0	83
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	**21**	**39**	**22**	**0**	**82**

Os trabalhos foram realizados inicialmente com o diálogo interno com cada unidade da SECID, onde além da apresentação de propostas, discutiu-se a atual forma de atuação, e por fim estabeleceram-se quais os resultados que se buscava com realização de fórum. Durante a realização dos trabalhos, tanto das reuniões anteriores com as unidades quanto nas oficinas realizadas durante o fórum, percebeu-se grande riqueza de informações, colaborações e

contribuições trazidas e discutidas entre servidores e gestores, alinhando-se as metas necessárias para o cumprimento da missão institucional da SECID/DF no ano de 2017.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3247 - REFORMA DE FEIRAS	**469.076,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0008 - REFORMA DE FEIRAS-- PARANOÁ	469.076,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**469.076,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

Em relação as feiras houve as seguintes realizações: recadastramentos dos novos feirantes; remoção dos feirantes da Avenida Central para um local provisório, mas com comunidade melhor; criação de uma nova feira no Paranoá Parque; reuniões com os feirantes, passando todo procedimento de utilização de área urbana.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**2.631.526,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0103 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - PARANOÁ- PARANOÁ	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0104 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA VII EM 2017- PARANOÁ	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0105 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- PARANOÁ	400.000,00	0,00	0,00	0,00
4452 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- PARANOÁ	1.781.526,00	1,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**100.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
0033 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO - PEC DO NÚCLEO RURAL BURITI VERMELHO- PARANOÁ	0,00	70.000,00	0,00	0,00
0066 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO NO NÚCLEO RURAL SUSSUARANA- PARANOÁ	0,00	80.000,00	0,00	0,00
0008 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EM PROL DA COMUNIDADE DO PARANOÁ- PARANOÁ	100.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**100.000,00**	**27.314,00**	**20.312,42**	**20.312,42**
9195 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	100.000,00	27.314,00	20.312,42	20.312,42
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**2.831.526,00**	**177.315,00**	**20.312,42**	**20.312,42**

Na ação de Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública - um procedimento de Iluminação foi solicitado através de um orçamento à CEB, para contratação de Extensão de Iluminação Rural, que ficou para o ano de 2018.

Aquisição de insumos para manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas do Paranoá (Material de consumo EPI, ferramentas e material de construção), para demanda de serviços públicos da área administrativa do Paranoá Área de Manutenção Atendida de 49.200M² .

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**450.000,00**	**400.506,25**	**378.878,43**	**338.515,73**
8519 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- PARANOÁ	450.000,00	400.506,25	378.878,43	338.515,73
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**450.000,00**	**400.506,25**	**378.878,43**	**338.515,73**

Foi mantido o Contrato da junto a Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, com a "FUNAP", no ano de 2017, com contratação de 18 reeducandos do Projeto Reintegra Cidadão, através da FUNAP, para prestação de serviço nesta Administração Regional. Com a mobilização da Administração desenvolvendo a parte social e desenvolvendo sócio educativo com os reeducandos ao longo do exercício. Com essa força de trabalho o departamento de Obras pode funcionar de uma maneira regular.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**250.000,00**	**4.904,00**	**4.902,50**	**4.902,50**
6002 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	200.000,00	0,00	0,00	0,00
6003 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	50.000,00	4.904,00	4.902,50	4.902,50
4090 - APOIO A EVENTOS	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5941 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	150.000,00	0,00	0,00	0,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
0033 - APOIO A PROJETOS-APOIO AOS PROJETOS DA ONG AMOR EM AÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0,00	50.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**400.000,00**	**54.904,00**	**4.902,50**	**4.902,50**

Foram realizados os eventos esportivos durante o ano 2017: campeonato de Futebol - Realização da 1° Copa Paranoá de Futebol da Liga Desportiva- LDP. Trofeus e medalhas para 1°, 2° 3° colocado e artilheiro e goleiro; Feiras culturais como Virada do Cerrado; Aniversário do Paranoá e, Cine Bake, com o público variando entre 2.000 pessoas em média.
Foi desenvolvida também uma caminhada dos Pioneiros da Cidade. Esses eventos estão dentro do cronograma da Gerencia de Esporte e Cultura da Administração Regional.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**50.000,00**	**348.377,00**	**340.479,41**	**310.605,79**
7190 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	50.000,00	348.377,00	340.479,41	310.605,79
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**50.000,00**	**348.377,00**	**340.479,41**	**310.605,79**

Por situações e adquações de servidores foi feita algumas nomeações e exonerações pontuais, dentro do exposto foi também desenvolvida a pedido de alguns provimentos indenizatórios no campo de ação supracitada, como salário família etc...

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**54.776,00**	**8.915,00**	**8.206,23**	**8.206,23**
5336 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PARANOÁ	54.776,00	8.915,00	8.206,23	8.206,23
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**3.435.659,00**	**3.135.659,00**	**2.932.059,40**	**2.932.059,40**
8908 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRACÃO REGIONAL- PARANOÁ	3.435.659,00	3.135.659,00	2.932.059,40	2.932.059,40
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**345.000,00**	**319.000,00**	**275.837,48**	**275.837,48**
9714 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	345.000,00	319.000,00	275.837,48	275.837,48
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**718.124,00**	**208.132,04**	**196.725,70**	**189.657,65**
9791 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	718.124,00	208.132,04	196.725,70	189.657,65
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5877 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- PARANOÁ	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5204 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- PARANOÁ	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**4.608.559,00**	**3.671.706,04**	**3.412.828,81**	**3.405.760,76**

Ao longo do ano engloba toda parte administrativa da administração já com processos de serviços continuados como água, luz, telefone, e com os reajustes de cada Órgãos, respeitando a legislação vigente no âmbito da Lei.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	1
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	120
Encaminhamento - CDS/ Na hora	480
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	800
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	72
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	2
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	60
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	11
Trabalho com Grupos - Remoções	400
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	244
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	41
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	500
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	160

Foi acrescentado uma ação rotineiras de remoção de pessoas de rua;

- Atendimento assistencial com cestas básicas no ano um aumento significativo,
- Visitas nas casas de pessoas com dificuldade de acesso por uma demanda familiar ou social, está hoje com demanda retardada por falta de veículo;
- Creche, os encaminhamentos através do CRAS, que hoje está mais próximo da administração, mas com uma mão de Obra prejudicada por falta de servidor;
- A interlocução do social com a comunidade hoje, seria melhor com todo os aparantos do meio social caminhando juntos falando dos setores competentes do Governo.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	2	400
Teatro	0	
Música	0	
Dança	2	500
Artes Plásticas	0	0
Literatura	1	500
Outros eventos	1	500

Houveram momentos importantes na Cidade com uma média de público de 400 pessoas: O Detran Cine Pardal Brasil chega a cidade do Paranoá, DF! Cinema ao ar livre por meio de energia limpa, gratuito com exibição de curtas-metragens e filme. Evento patrocinado pelo Detran DF. Local: Estacionamento entre a administração e a quadra coberta.
Dentro da programação do Aniversário do Paranoá, dois eventos de dança Zumba e Hip Hop;
Há um evento na programação da Cidade dos Eventos já determinado é encontro dos Carros antigos.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	280
	280

Os alvarás foram emitidos de situações pontuais, ao longo do ano.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	1.500
Eventos esportivos	2	4.000
Outros	3	1.000

A programação de esporte, o "Campeonato da Liga Desportiva do Paranoá" é realizado semestralmente: de março a julho e de agosto a dezembro.
Outros eventos foram realizados em situações particulares que Administração deu apoio, como torneio de Jiu-Jitsu, e Batalha de Rimas de forma Sócio Cultural, este Órgão se fez presente para ajudar a divulgar a cultura.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	7	896,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	7	896

Alvará de construção - Existe uma norma na RLE, que hoje ficou mais fácil a emissão e a não aprovação de emissão tudo via sistema.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional		0,00
	0	0,0

Não há regularização fundiária na Região Administrativa do Paranoá.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	30,00	1.000,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	33,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Área de demarcação é feita assim que é solicitada, não temos muito até o presente momento a falar sobre as demarcações, que está trabalhando junto com o departamento de aprovação de projetos e Licenciamento.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	15
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Informação com seis meses de gestão.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	79
Feiras Permanentes	173
Recadastramento de Feiras	330
Fiscalização de Feiras	12

Este é um dos grandes problemas da Região, mas foram feitas umas ações positivas como a remoção dos feirantes da Avenida e recadastramentos de novos feirantes e com a criação da nova feira livre no Paranoá Parque.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Não há Bancas de jornais provisórias nem definitivas nessa Região Administrativa do Paranoá. Não há solicitações também, registradas até o momento.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	12,00
Vistorias realizadas	41
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Associações	20
Cooperativas	2
Outros	0

1-Toda as demandas da Zona Rural são feitas no cronograma intensivo com o Departamento de Estrada e Rodagem e, junto com a Administração, por falta de equipamentos adequados de transporte como prancha.

2- Visitas nas associações para ouvir as demandas com os líderes comunitários;

3- Visitas, sempre demandadas a está Administração nas cooperativas que funcionam e impulsionam a Agricultura do Distrito Federal,

4- Visitas nos 18 Núcleos rurais da Região.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.225
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	608
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	374
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	20
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	10
Transferência de domicílio	100
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

É desenvolvido um trabalho ao público de segunda a quinta, com uma média de 20 pessoas ao dia, pela Administração, junto com as Forças Armadas. Trabalho esse desenvolvido de forma séria que rendeu elogios pelo setor e comunidade, com visita do 1º Coronel na entrega do Certificado de dispensa por excesso de contingência ou outros fatores.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	50,00
Confecção de quebra-molas/ Unidade	50,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	296,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	60,00
Recuperação de calçadas/ M²	192,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	32,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	14.000,00
Remoção de entulhos/ M³	20.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	139,00
Serviços de terraplanagem/ M³	104,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Roçagem manual/ M²	24.300,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	96,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	0

- Trabalho desenvolvido com a força de mão de obra local, dos servidores;
- Demanda solicitada e atendida de acordo com a comunidade;
- Ida frequente na zona rural;
- Atividade desenvolvida em parceria com os Órgãos do Governo, com o programa Cidade - - Limpa e Tapa Buraco;
- Há uma dificuldade de realização por falta de equipamentos da própria Administração. - - - Facilitaria os atendimentos se tivesse equipamentos próprios com frota própria e efetivo próprio.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Houve, depois de muita luta, a mudança da feira livre da Avenida Central para uma área comum fixa bem localizada até a determinação definitiva do Governo, porque estava incomodando os comerciantes locais da Avenida, atrapalhando o trânsito, fora os resíduos que acumulavam durante o dia, Teve início aos Projetos de Área de Desenvolvimento Econômico no Setor do Paranoá Parque; Foi criado mais de 33 projetos no âmbito desta Regional, já na fase de finalização incluindo pontos como: Social, Educacional, Esporte, Cultura e Infra Estrutura para Cidade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Encontra-se em análise algumas atividades exercidas por esta Administração, o que se pode pontuar é a resposta imediata de cada situação envolvendo principalmente o setor Social e Manutenção de Áreas Públicas que a população cobra uma resposta full time.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII – UO: 59.110

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculada a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal. De acordo com o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.094 de 29/03/2017, tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal, no âmbito da Região Administrativa VIII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, coordenação e execução direta, das atividades delas decorrentes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	6	2	8	20
Comissionados sem vínculo efetivo	12	0	16	0	28
Requisitados de órgãos do GDF	1	2	1	5	9
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	4	0	2	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango					0
Terceirizados (FUNAP)	0	5	0	0	5
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	17	17	19	15	68
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	17				68

No exercício de 2017, houve uma variação no quadro de pessoal desta Administração Regional, no total de servidores ativos, sendo que foram remunerados em média 55 (cinquenta e cinco) servidores, e concedidos 75 (setenta a cinco) benefícios entre auxílio alimentação, transporte e creche.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**2.079.113,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0106 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA VIII EM 2017-NÚCLEO BANDEIRANTE	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0107 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- NÚCLEO BANDEIRANTE	900.000,00	0,00	0,00	0,00
9991 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	879.113,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**113.000,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- NÚCLEO BANDEIRANTE	0,00	40.000,00	0,00	0,00
9194 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	113.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**2.192.113,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**200.000,00**	**169.735,00**	**169.735,00**	**131.681,98**
8531 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	200.000,00	169.735,00	169.735,00	131.681,98
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**200.000,00**	**169.735,00**	**169.735,00**	**131.681,98**

No exercício de 2017, esta Administração Regional, através de contrato firmado com a FUNAP-Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, remunerou 8 (oito) reeducando, nas atividades de serviços de manutenção e conservação de logradouros desta Região Administrativa

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**50.000,00**	**8.000,00**	**5.575,00**	**5.575,00**
6001 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	50.000,00	8.000,00	5.575,00	5.575,00
4091 - APOIO A PROJETOS	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0034 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO MAIS ESPORTE, CULTURA E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0,00	100.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**50.000,00**	**108.000,00**	**5.575,00**	**5.575,00**

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1985

A Administração Regional do Núcleo Bandeirante, promoveu nos dias 19, 23 e 24 de dezembro do exercicio de 2017, comemorações alusivas ao aniversário da cidade, com homenagem aos pioneiros, missa e cultos em ação de graça, corte e distribuição de bolo, sendo que o público presente totalizou 1.900 pessoas.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**789.609,00**	**1.148.682,00**	**1.049.162,90**	**1.049.162,90**
7189 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	789.609,00	1.148.682,00	1.049.162,90	1.049.162,90
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**789.609,00**	**1.148.682,00**	**1.049.162,90**	**1.049.162,90**

Também no exercício de 2017, foi ressarcido ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, valores referentes a cessão de 5 (cinco) militares do Corpo de Bombeiro do Distrito Federal, e 1(um) servidor da Polícia Civil do Distrito Federal, cedidos a essa Unidade.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**5.045.374,00**	**4.520.548,00**	**4.227.929,85**	**4.227.929,85**
8907 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	5.045.374,00	4.520.548,00	4.227.929,85	4.227.929,85
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**80.464,00**	**316.120,00**	**264.164,11**	**264.164,11**
9713 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	80.464,00	316.120,00	264.164,11	264.164,11
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**609.042,00**	**642.133,00**	**594.436,77**	**575.420,77**
9790 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	609.042,00	642.133,00	594.436,77	575.420,77
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**860,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5191 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-NÚCLEO BANDEIRANTE	860,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**5.735.740,00**	**5.478.802,00**	**5.086.530,73**	**5.067.514,73**

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	
Encaminhamento - CDS/ Na hora	
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	
Trabalho com Grupos - Gestantes	
Trabalho com Grupos - Idosos	
Trabalho com Grupos – Mulheres	1
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	1
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	9
Trabalho com Grupos - Remoções	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	80
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	48
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	40
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	13	1.300
Teatro	4	700
Música	26	5.790
Dança	11	2.960
Artes Plásticas		
Literatura		
Outros eventos		

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	
Habitação Coletiva	
Comercial	
Industrial	
Área Rural	
Outros (Eventual)	
	0

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	8	5.600
Eventos esportivos	5	8.500
Outros		

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	8	1.630,41
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	8	1.630,41

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	4	422,32
Habitação coletiva		
Industrial	1	1.962,48
Comercial		
Institucional		
	1	1.962,48

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições		
Elaboração de Croquis		
Levantamento para Carta de Habite-se		

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	2
Fiscalização de Feiras	

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	4
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	637
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	617
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	159

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	240
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	63

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	240,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	156,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	12,00
Recuperação de calçadas/ M²	60,50
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	5,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	118.000,00
Remoção de entulhos/ M³	744.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	
Serviços de terraplanagem/ M³	
Roçagem manual/ M²	174,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	
Recapeamento asfáltico/ M²	
Passeios (construção) / M²	18.000,00
Rede de águas pluviais/ M	
Podas de árvores/Unidade	420
Faixas recolhidas das vias públicas	473

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo de 2017 foram feitas diversas paletras em parceria com o SEBRAE para desenvolvimeto das atividades econômicas da Região Administrativa com o objetivo capacitar os funcionários dos setores de serviço da Regional na excelência do atendimento.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional do Núcleo Bandeirante, mesmo com quadro de servidores reduzido, efetuou suas funções perante a comunidade da RA VIII, aproximando os moradores das políticas de Estado, atendendo as demandas oriundas da sua população, valorizando a sua diversidade cultural e fortalecendo o vínculo de confiança entre Estado e cidadão. Uma das grandes barreiras para uma atuação ainda melhor foi na execução do orçamento, onde no ano de 2017 foram liberados recursos de forma fracionada, e em setembro, já não possuíamos mais orçamentário para sequer abrir processos de contratações e ou empenhos na fonte 100. Assim, permaneceram apenas os recursos nas fontes 120 sem possibilidade de alimentar Programas de Trabalho para ações por falta dessas fontes. Esperamos que em 2018 possamos ter uma execução orçamentária mais ampla ao longo do ano, mas já percebemos a limitação por não haver a previsão de investimento no grupo 4 para compra de equipamentos, tão essenciais às equipes que estão na rua atendendo os pedidos de moradores.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA IX – UO: 59.111

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Ceilândia - RA IX, órgão da Administração Direta, tem como função básica coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, conforme previsto em seu regimento aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, Art. 1º.

A Administração Regional de Ceilândia - RA IX estava anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme previsto no art. 2, § 3º, do Decreto nº 33.583, de 16.03.2012, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal.

Em 2015, conforme Decreto nº 36.236, de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secreta ria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Em função do Decreto 37.625, de 15 de setembro de 2016, a competência foi transferida para a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

O atual Regimento Interno da Administração Regional de Ceilândia (RA IX) foi aprovado por meio do Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	5	36	41
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	63	0	63
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	4	10	14
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	10	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	12	12
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	40	40
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	72	108	180
(-) Cedidos para	0	0	3	10	13

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
outros órgãos					
Total Geral	0	0	69	98	167

Durante o exercício de 2017, foram encontradas dificuldades quanto à gestão de pessoas, pois a quantidade de servidores não atendeu as demandas da cidade de Ceilândia.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**1.755.000,00**	**2.355.000,00**	**693.770,26**	**70.877,19**
0025 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS E PÁTIOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0,00	500.000,00	37.890,63	0,00
0005 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTE NA ESCOLA CLASSE 35- CEILÂNDIA	250.000,00	250.000,00	236.799,35	0,00
0006 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES NO 10º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR- CEILÂNDIA	250.000,00	450.000,00	0,00	0,00
0007 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTA NA ESCOLA CLASSE 38- CEILÂNDIA	250.000,00	250.000,00	169.080,28	70.877,19
0008 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTA NO CEF 32 DO CONDOMÍNIO POR DO SOL- CEILÂNDIA	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00
0030 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-REVITALIZAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM A CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NO CAMPUS DA UNB EM- CEILÂNDIA	0,00	650.000,00	0,00	0,00
9554 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA EM CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	755.000,00	5.000,00	0,00	0,00
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**0,00**	**48.000,00**	**0,00**	**0,00**
0011 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUESCONSTRUÇÃO DE PARQUE DE TREINO (STREET WORKOUT)- CEILÂNDIA	0,00	48.000,00	0,00	0,00
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**2.000,00**	**2.000,00**	**0,00**	**0,00**
9589 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA - RA IX- CEILÂNDIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 19 DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0010 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 25 DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1993

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0013 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA CLASSE 66 DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0014 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 20 DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**2.357.000,00**	**2.405.000,00**	**693.770,26**	**70.877,19**

O esporte tem grande importância para a qualidade de vida das pessoas. A prática de esportes é uma forma de aprendizagem para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Por meio do esporte, as pessoas expressam sentimentos, crenças e valores, enfim, seu modo de sentir e perceber o mundo.
A gestão das ações esportivas alcançou seus objetivos mediante várias realizações, conforme Quadro Demonstrativo abaixo listado:

AÇÃO/SUBTÍTUL O	PROCESSO	EMPENHADO (R$)	LIQUIDADO (R$)
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES		693.770,00	70.877,00
0005 – CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES – CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTE NA ESCOLA CLASSE 35 --Obra de construção de Cobertura de Pátio da Escola Classe 35, no Setor P Norte em Ceilândia/DF, Proc. 138.000418/2017;	138.000.418/2017	236.799,35	
0007 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES – COBERTA NA ESCOLA CLASSE 38 – CEILÂNDIA ---Construção de Cobertura de Pátio da Escola Classe 38 em Ceilândia/DF. Proc. 138.000375/2017;	138.000.375/2017	169.080,28	
0008 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES – COBERTA NO CEF 32 DO CONDOMÍNIO POR DO SOL – CEILÂNDIA ---Construção de Cobertura da Quadra Poliesportiva do Centro de Ensino Fundamenta nº 32 em Ceilândia/DF, Proc.138.000413/2017	138.000.413/2017	250.000,00	
0025 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVA E PÁTIOS- CEILÂNDIA ---Construção de Cobertura da Quadra Poliesportiva do Centro de Ensino Fundamental nº 32 em Ceilândia/DF, Proc.138.000413/2017	138.000.413/2017	37.890,63	
TOTAL		693.770,00	70.877,00

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3247 - REFORMA DE FEIRAS	**3.000.000,00**	**2.399.999,00**	**934.121,67**	**450.012,87**
0002 - REFORMA DE FEIRAS-REFORMA DE DIVERSAS FEIRAS EM CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	3.000.000,00	2.399.999,00	934.121,67	450.012,87
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**3.000.000,00**	**2.399.999,00**	**934.121,67**	**450.012,87**

As Feiras Livres representam uma das formas mais antigas de comercialização de diversos produtos, desempenhando até os dias de hoje um importante papel econômico, social e cultural na Ceilândia.

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1994

Podem ser compreendidas como um canal de comercialização, sendo um forte instrumento de políticas públicas e grande gerador de emprego e renda para a comunidade de Ceilândia.

O fato de as feiras livres serem compostas por uma grande quantidade de pequenos trabalhadores autônomos, que não possuem condições de fazer promoção do negócio para atrair consumidores, nem condições de se organizarem sem a ação dos órgãos públicos, faz com que iniciativas em prol do desenvolvimento e valorização destes trabalhadores sejam muito pertinentes. Visando o atendimento às demandas desse público-alvo, foram realizadas várias ações de Reforma de Feiras Permanentes no Distrito Federal, conforme
Demonstrativo abaixo.

AÇÃO/SUBTÍTULO	PROCESSO	EMPENHADO (R$)	LIQUIDADO (R$)
3247 - REFORMA DE FEIRAS		934.121,67	450.013,00
0002 – REFORMA DE FEIRAS-REFORMA DE DIVERSAS FEIRAS – CEILÂNDIA --Obra de construção de Trecho de Rede de Esgoto na QNP 01 Mod. 04 BL 01 a 05 – Ceilândia – Feira do Produtor "P Norte" – Ampliação de Trecho;proc. 138.000117/2017	138.000.117/2017	8.914,56	
--Obra de Reforma de Prédio – Feira do Artesão de Ceilândia; Proc. 138.000187/2017;	138.000.187/2017	244.650,56	
---Obra de reforma do Próprio dessa administração Regional, situada na Quadra CNM 02 – Feira da Ceilândia Centro. Proc. 138.000205/2017;	138.000.205/2017	222.994,72	
X---Obra de reforma no Próprio da Administração Regional, atualmente ocupado pela Feira da Guariroba, Ceilândia/DF, Proc. 138.000304/2017;	138.000.304/2017	160.437,93	
---Modificação da Cobertura e manutenção das Calhas e condutores verticais do Shopping Popular na Área Especial da QNM 11, Lote 3 – Ceilândia Sul/DF, Proc.138.000643/2017	138.000.643/2017	97.123,90	
TOTAL		934.121,67	450.013,00

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**11.232.144,00**	**8.115.000,00**	**7.978.580,39**	**3.270.980,22**
0108 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO- CEILÂNDIA	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0109 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - PÔR DO SOL CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	300.000,00	100.000,00	0,00	0,00
0110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃOEXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SOL NASCENTE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0111 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃOCONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS- CEILÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0112 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA IX EM 2017- CEILÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0113 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NO SETOR HABITACIONAL POR DO SOL REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-CEILÂNDIA	1.000.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
0114 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NO SETOR HABITACIONAL SOL NASCENTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-CEILÂNDIA	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
0115 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃOREALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO EM CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	5.613.572,00	6.634.141,00	6.603.742,04	1.896.141,87
0116 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃOCONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO NA ESCOLA CLASSE 22 - EQNN 6/8 - CEILÂNDIA SUL- CEILÂNDIA	250.000,00	0,00	0,00	0,00
0117 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃOCONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0118 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- CEILÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0119 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃOREALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	228.572,00	0,00	0,00	0,00
0175 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃOREALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO- CEILÂNDIA	0,00	75.859,00	74.838,35	74.838,35
5414 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REGIÃO	490.000,00	5.000,00	0,00	0,00
ADMINISTRATIVA - RA IX - EXECUÇÃO DE INFLAESTRUTURA DE OBRAS- CEILÂNDIA				
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**955.000,00**	**1.554.920,00**	**1.380.398,58**	**892.432,78**
0011 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--CEILÂNDIA	0,00	1.549.920,00	1.380.398,58	892.432,78
9531 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-REGIÃO ADMINISTRATIVA - RA IX - AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- CEILÂNDIA	955.000,00	5.000,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**945.000,00**	**420.864,00**	**32.961,71**	**17.765,71**
9199 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	945.000,00	420.864,00	32.961,71	17.765,71
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**300.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-INDIVIDUALIZAÇÃO DE RELÓGIO PADRÃO CEB NA FEIRA DA GUARIROBA- CEILÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0015 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EM PROL DA COMUNIDADE DE CEILÂNDIA-CEILÂNDIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**13.532.144,00**	**10.090.784,00**	**9.391.940,68**	**4.181.178,71**

As várias ações executadas pela Administração Regional de Ceilândia no âmbito do Programa Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental foram implementadas mediante planejamento e análise de viabilidade do investimento nas localidades. Foram considerados ainda todos os aspectos ambientais envolvidos.
Por intermédio das reivindicações da comunidade de cada setor na Região Administrativa de
Ceilândia, foi possível alcançar considerável êxito nas ações de cada Projeto relacionado, sendo executadas diversas etapas de obras, conforme relação abaixo:
OBRA: Implantação de Cobertura de academia ao ar livre e reforma de Parque Infantil na QNM 10 - Ceilândia/DF;
OBRA: Cobertura da Quadra Poliesportiva da Escola Classe 01 na EQNM 23/25, Lote "B" Ceilândia/DF;
OBRA: Revitalização de Quadra e Construção de Cobertura na QNO 12 Área Especial "G" - Setor "O" - Ceilândia;
OBRA: Revitalização de Quadra e Construção de Cobertura na EQNN 23/25 Lote "B" - C.E,F 10, Ceilândia/DF;
OBRA: Construção de Campo de Futebol em Grama Sintética e Urbanização de Entorno na Quadra 501;
OBRA: Urbanização de Área na EQNO 05/07 - Setor "O" , Campo de Futebol; Parque Infantil, PEC, Ceilândia/DF;
OBRA: Urbanização de Área na QNP 05 - P Norte - Ceilândia, Constr. de Campo de Futebol, Calçadas, Alambrado;
OBRA: Urbanização de Área na EQNM 05/07, EQNM 04/06 e EQNP 06/10, Implanta PEC, Parque Infantil, Calçada;
OBRA: Implanta Ponto Comunitário - PEC, Academia p/ Cadeirantes - APC, Reforma de Quadra na EQNP 10/14;
OBRA: Urbanização de Área, Implanta PEC, na EQNN 18/20, e QNO 20; e, na EQNP 08/12, PEC, Parque Infantil;
OBRA: Construção de Campo Sintético, PEC, Parque Infantil, Setor Habitacional Sol Nascente, Chácara 87, A/E;
OBRA: Revitalização da Praça e Urbanização do Entorno na QNR 03/04 - Ceilândia/DF;
OBRA: Revitalização e Urbanização da Praça na QNQ 03, Ceilândia Norte/DF;
OBRA: Construção do Campo de Futebol em Grama Sintética e Urbanização da Praça EQNN 23/25 - Ceilândia/DF
OBRA: Construção de Praça e Urbanização do Entorno da EQNM 21/23 - Ceilândia/DF
OBRA: Construção de Campo de Futebol em Grama Sintética, Revitaliza Praça e
Estacionamento da QNQ 07,CEI/DF;
OBRA: Revitalização e Urbanização da Área do Shopping Popular, na QNM 11 - Ceilândia SUL/DF.
OBRA: Instalação de Iluminação Pública em várias localidades na Ceilândia/DF;
MANUTENÇÃO: Aquisição de materiais para Bens Imóveis, visando manter, recuperar, calçadas, meios fios, bocas de lobo.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**1.430.000,00**	**1.239.975,00**	**1.159.973,95**	**943.974,95**
8510 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	780.000,00	589.975,00	509.974,00	293.975,00
0006 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-REINTEGRA CIDADÃO EM CEILÂNDIA - FUNAP- CEILÂNDIA	650.000,00	650.000,00	649.999,95	649.999,95
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**1.430.000,00**	**1.239.975,00**	**1.159.973,95**	**943.974,95**

A Administração Regional de Ceilândia está gerindo o Programa Reintegra Cidadão, com a nova contratação de 40 (quarenta) sentenciados, com base nos recursos acima discriminados. Os sentenciados executam diversos serviços gerais, auxiliando no desempenho da manutenção das atividades urbanas e rurais.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
Ação/Subtítulo	**Lei**	**Despesa Autorizada**	**Empenhado**	**Liquidado**
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**405.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**
3882 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-REGIÃO ADMINISTRATIVA - RA IX - OBRAS DE ACESSIBILIDADE- CEILÂNDIA	405.000,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**405.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**

Os recursos desse programa foram contingenciados, ou seja, a despesa não foi autorizada.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**816.742,00**	**535.222,00**	**336.701,06**	**294.871,33**
6039 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX- CEILÂNDIA	280.000,00	120.214,00	105.036,27	92.842,27
6040 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX - ANIVERSÁRIO DA REGIONAL- CEILÂNDIA	256.742,00	225.785,00	212.537,39	183.275,26
6013 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	280.000,00	189.223,00	19.127,40	18.753,80

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.
1998

4090 - APOIO A EVENTOS	**1.233.000,00**	**156.341,00**	**3.340,00**	**3.340,00**
0009 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS- CEILÂNDIA	1.210.000,00	2.080,00	2.080,00	2.080,00
0074 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO PARADA GAY EM CEILANDIA- CEILÂNDIA	0,00	150.000,00	0,00	0,00
5982 - APOIO A EVENTOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX - APOIO A EVENTOS NA COMUNIDADE- CEILÂNDIA	23.000,00	4.261,00	1.260,00	1.260,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**2.049.742,00**	**691.563,00**	**340.041,06**	**298.211,33**

A cultura – somatória de costumes, tradições e valores – é um jeito próprio de ser, estar e sentir o mundo. 'Jeito' este que leva o indivíduo a fazer ou expressar-se, ou a se expressar de forma característica. Ora, SER é também PERTENCER – algum lugar, a alguma fé ou um grupo, seja família, amigos ou um povo, como por exemplo, os cidadãos da Ceilândia.

A cultura é um forte agente de identificação pessoal e social; um modelo de comportamento que integra segmentos sociais e gerações; uma terapia efetiva que desperta os recursos internos do indivíduo e fomenta sua interação com o grupo, além de um fator essencial na promoção da saúde, na medida em que o indivíduo se realiza como pessoa e expande suas potencialidades.

Diante dos benefícios proporcionados pela CULTURA, a Administração Regional de Ceilândia apoiou vários eventos no exercício de 2017 mediante locações de estrutura necessária para suas realizações. As atividades contaram com a participação de crianças, jovens, adolescentes e idosos, com público estimado de 2.000 a 10.000 pessoas de forma rotativa, o que promoveu e fomentou a cultura na cidade. Afinal, a percepção individual de cada cidadão de Ceilândia gera influência em outros grupos. Aquilo que é aprovado nos grupos tende a ser selecionado na percepção pessoal.

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	**1.200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA AS ESCOLAS DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	**3.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTILCONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA EQNP 8/12- CEILÂNDIA	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ENSINO DE PRIMEIRA INFÂNCIA NA QNO 18- CEILÂNDIA	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	**4.200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Os recursos desse programa foram contingenciados, ou seja, a despesa não foi autorizada.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**302.000,00**	**302.000,00**	**61.748,90**	**61.748,90**
0037 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	302.000,00	302.000,00	61.748,90	61.748,90
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**185.181,00**	**140.692,00**	**69.713,42**	**69.713,42**
7193 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	185.181,00	140.692,00	69.713,42	69.713,42
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**487.181,00**	**442.692,00**	**131.462,32**	**131.462,32**

Foi concedido Auxílio Funeral à família de servidor falecido, bem como pagas a conversão de Licença-Prêmio em Pecúnia a 02 servidores.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**9.900.000,00**	**9.900.000,00**	**9.434.277,03**	**9.434.277,03**
8911 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	9.900.000,00	9.900.000,00	9.434.277,03	9.434.277,03
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**948.540,00**	**618.540,00**	**561.156,40**	**561.156,40**
9717 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	948.540,00	618.540,00	561.156,40	561.156,40
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**2.756.896,00**	**1.989.148,00**	**1.867.706,95**	**1.795.925,84**
9794 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	2.756.896,00	1.989.148,00	1.867.706,95	1.795.925,84
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**135.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5865 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	135.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**65.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
5193 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	65.000,00	30.000,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**65.500,00**	**45.500,00**	**7.983,00**	**885,00**
5809 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	65.500,00	45.500,00	7.983,00	885,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.510.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**

9786 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	705.000,00	5.000,00	0,00	0,00
9787 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA - RA IX - REFORMA DE FEIRAS-CEILÂNDIA	805.000,00	5.000,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**900.046,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5333 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-REGIÃO ADMINISTRATIVA - RA IX- CEILÂNDIA	900.046,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**16.280.982,00**	**12.593.189,00**	**11.871.123,38**	**11.792.244,27**

Os valores liberados para o exercício foram limitados e os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados foram insuficientes para cobrir as despesas com a Manutenção Geral dessa Unidade ao final do exercício de 2017. Entretanto, a Administração Regional de Ceilândia fez a sua parte, controlando e maximizando os recursos disponíveis, no sentido de contribuir e aperfeiçoar a gestão e manutenção dos serviços administrativos gerais.

Segue demonstrativo da execução orçamentária realizada até 31/12/2017 pela Administração Regional de Ceilândia, com base no Demonstrativo Geral por Grupo e Fonte de Recursos.

DEMONSTRATIVO GERAL POR GRUPO E FONTE DE RECURSOS REGIONAL DE CEILÂNDIA - DEZEMBRO/2017							
GP	**FT**	**CRED. INICIAL**	**SUPLEMENT.**	**ANULAÇÃO**	**EMPENHADO**	**DISPONÍVEL**	**FIN. EXECUT.**
1	100	10.332.181,00	69.102,00	625. 013,23	9.555.229,41	776.951,59	9.555.229,41
	TOTAL	10.332.181,00	69.102,00	625.013,23	9.555.229,41	776.951,59	9.555.229,41
3	100	7.352.970,00	299.000,00	3.830.566,00	3.221.828,24	599.575,76	2.914.067,55
	111	6.032,00	2.698,00	2.698,00	1.900,00	4.132,00	
	120	957.812,00	96.035,57	96.035,57	660.880,97	296.931,03	646.637,82
4	TOTAL	8.316.814,00	397.733.57	3.929.299,57	3.884.609,21	900.638,79	3.560.705,37
	100	24.947.190,00	5.346.920,00	16.989.201,13	9.763.026	3.541.882,30	3.441.458,86
	120	145.864,00	-		19.568,00	126.296,00	16.468,00
TOTAL POR GP	1-3-4	25.093.054,00	5.346.920,00	16.989.201,13	9.782.594,70	3.668.178,30	3.457.926,86
	TOTAL	43.742.049,00	5.813.755,57	21.543.513,93	23.222.433,32	5.345.768,68	16.573.861,64

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	117
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	176
Encaminhamento - CDS/ Na hora	306
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	437
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	134
Trabalho com Grupos - Gestantes	6
Trabalho com Grupos - Idosos	5
Trabalho com Grupos – Mulheres	16
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	52
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	6
Trabalho com Grupos - Remoções	52
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	189
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	124
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	136
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	79
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	16	14.450
Dança	6	5.000
Artes Plásticas	1	100
Literatura	1	100
Outros eventos	6	10.100

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	2
Habitação Coletiva	0
Comercial	21
Industrial	3
Área Rural	0
Alvará de Funcionamento	Quantidade

Outros (Eventual)	317
	343

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	4	2.450
Eventos esportivos	76	83.960
Outros	9	8.780

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	143	30.287,46
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	143	30.287,46

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	65	16.093,82
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	3	18.460,04
Institucional	0	0,00
	68	34.553,86

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	47,00	10.240,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	47,00	10.240,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	128,00	26.379,00
Topografia	Quantidade	Área (m²)
Elaboração de Croquis	262,00	42.571,00

Levantamento para Carta de Habite-se	180,00	35.437,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	508
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	7
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	52
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	28

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	130.000,00
Vistorias realizadas	140
Produtores rurais cadastrados	180
Propriedades rurais	800
Associações	6
Cooperativas	0
Outros	3

O apoio à Área Rural da RA IX foi prejudicado pela carência de equipamentos, tais como patrulha mecanizada, patrol, rolo compressor, pá mecânica, retroescavadeira e caminhão pipa.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	5.120
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	3.500
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.300
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	35

2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	110
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	12
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	2.100
Transferência de domicílio	1.800
Averbações de certificado de alistamento	1.200
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	187,50
Confecção de quebra-molas/ Unidade	28,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	300,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	80,00
Recuperação de calçadas/ M²	160,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	4,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	0,00
Remoção de entulhos/ M³	0,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	100,00
Serviços de terraplanagem/ M³	873,00
Roçagem manual/ M²	10.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	12.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	530
Faixas recolhidas das vias públicas	835

No que se refere às atividades de manutenção, uma dificuldade enfrentada foi a falta de massa asfáltica, causando atraso nas operações tapa-buracos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2017, o Governo do Distrito Federal e a Administração Regional realizaram obras, eventos e outras atividades que contribuíram na melhoria da qualidade de vida e bem-estar da comunidade de Ceilândia, destacando-se:

- obras de urbanização, revitalização e substituição: implantação de PEC, Academia para Cadeirantes - APC e reforma de quadra poliesportiva na EQNP 10/14, Setor P Sul (Centro de Ensino Especial 01 – Ceilândia/DF);

- urbanização de áreas na EQNM 05/07, EQNM 04/06, e EQNP 06/10 - Ceilândia/DF;

- implantação de Ponto de Encontro Comunitário, parque infantil e construção de calçadas;

- reforma da Casa do Artesão, localizada na CNN 02 - Ceilândia/DF;

- reforma da Feira Central de Ceilândia, na CNM 02; reforma parcial da cobertura, pisos e rede de esgoto da Feira da QNN 38 - Guariroba;

- urbanização da Praça QNQ 03 - Ceilândia Norte/DF; revitalização da praça e urbanização do entorno da QNR 03/04;

- construção de campo sintético, PEC e parque infantil no Setor Habitacional Sol Nascente, Chácara 87 - Área Especial - Ceilândia/DF;

- construção de campo de futebol em grama sintética e urbanização da Praça EQNN 23/25 - Ceilândia Norte/DF; construção de praça e urbanização do entorno da EQNM 21/23 - Ceilândia/DF;

- construção de campo de futebol em grama sintética; revitalização da praça e estacionamento da QNQ 07 - Ceilândia/DF;

- revitalização e urbanização da Área do Shopping Popular e outros, que são projetos de investimentos realizados no intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade, conservando, criando e revitalizando os espaços públicos de Ceilândia.

Ressalta-se ainda a instalação de pontos de iluminação pública, visando gerar oportunidades de investimentos com a implantação e distribuição de energia nas localidades: SHN QD. 501; QNP 28 Conjuntos B, X, V – Terminal Rodoviário do P Sul; Incra 09 GL 4 BR 070, acesso ao Setor Bela Vista “Augustus”; Incra 07, Greba 03 – Chácara 3/367 e 3/369 – Ceilândia/DF. Essa medida será benéfica também como fator de segurança, prevenção de acidentes e qualidade de vida para a comunidade.

A realização de eventos culturais permitiu a integração da sociedade de Ceilândia e Governo, destacando-se os eventos “Desfile Cívico”, “V Olimpíadas de Ceilândia”, em Comemoração aos 45º Aniversário da Cidade; “Festa das Crianças”; e “Festa do Aniversário do Sol Nascente".

Conclui-se que, no ano de 2017, a Administração de Ceilândia enfrentou desafios no gerenciamento das responsabilidades, bem como dificuldades relacionadas à insuficiência de recursos para executar e realizar projetos e atividades de interesse da comunidade. Entretanto, vale ressaltar que a Unidade, diante das limitações do cenário apresentado, empenhou-se em definir na gestão as prioridades das ações a serem executadas com a participação da população, visando maximizar e alocar com qualidade os recursos, bem como geri-los de forma eficiente diante das adversidades. Portanto, essa Administração exerceu suas competências, executando obras; promovendo eventos e lazer; emitindo alvarás de construção/licenciamento comercial/industrial; fiscalizando feiras; realizando concessões provisórias e definitivas e manutenções de áreas urbanizadas e ajardinadas, com a colaboração da população. As perspectivas para 2018 são reforçar e buscar promover a eficiência e eficácia no processo de administração da cidade, em conjunto com os gestores, corpo técnico e operacional, além da comunidade.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA X – UO: 59.112

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Guará, criada pela Lei nº 049, de 25.10.89, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2017, após publicação do Decreto 37.625, de 15 de setembro de 2016, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades.

De acordo com seu regimento interno, aprovado pelo Decreto nº 38.094 de 28 de março de 2017, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa X, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes, de acordo com a nova estrutura da Administração Regional do Guará, Decreto nº 37.206, de 23 de março de 2016, publicado no DODF em 24 de março de 2016.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	17	1	13	35
Comissionados sem vínculo efetivo	3	0	30	0	33
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	5	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	1	0	4	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	1	0	1	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	33	33
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	8	19	36	51	114
(-) Cedidos para outros órgãos	0	2	0	0	2
Total Geral	8	17	36	51	112

No exercício de 2017, a Administração Regional do Guará buscou capacitar seus servidores, por meio da Escola de Governo e workshops realizados no próprio órgão, na melhoria das execuções nas tarefas diárias e para melhor atender ao público.

Muitos cargos em comissão permaneceram não preenchidos pelo GDF, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**920.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9511 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-- GUARÁ	920.000,00	0,00	0,00	0,00
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**120.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9596 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-- GUARÁ	120.000,00	0,00	0,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**620.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9643 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-- GUARÁ	620.000,00	0,00	0,00	0,00
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**1.020.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9520 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DE PRAÇAS E PARQUES- GUARÁ	1.020.000,00	0,00	0,00	0,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5943 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	150.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**2.830.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

2017ND00180 – Evento 205075 – 27.812.6206.4090.5943 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 73.500,00 - atender reprogramação da Seplag conforme deliberação item 1 da ata da 30ª reunião da Governança.

2017ND00180 – Evento 205075 – 15.451.6206.1950.9511 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 450.800,00 - atender reprogramação da Seplag conforme deliberação item 1 da ata da 30ª reunião da Governança.

2017ND00181 – Evento 200065 – 27.812.6206.4090.5943 – Fonte 100 – ND339039 – R$ 105.000,00 - atender reprogramação da Seplag conforme deliberação item 1 da ata da 30ª reunião da Governança.

2017ND00181 – Evento 200065 – 15.451.6206.1950.9511 – Fonte 100 – ND449051 – R$ 644.000,00 - atender reprogramação da Seplag conforme deliberação item 1 da ata da 30ª reunião da Governança.

2017ND00178 – Evento 200065 – 15.451.6206.3048.9596 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 84.000,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00178 – Evento 200065 – 15.451.6206.3440.9643 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 434.000,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00178 – Evento 200065 – 15.451.6206.3902.9520 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 714.000,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00177 – Evento 205075 – 15.451.6206.3048.9596 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 58.800,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00177 – Evento 205075 – 15.451.6206.3440.9643 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 303.800,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00177 – Evento 205075 – 15.451.6206.3902.9520– Fonte 100 – ND 449051 – R$ 499.800,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00179 – Evento 200084 – 15.451.6206.3048.9596 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 84.000,00 - conforme decreto nº 38.138 de 20/04/17, publicado no dodf nº 18 (edição extra) de 20/04/17.

2017ND00179 – Evento 200084 – 15.451.6206.3440.9643 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 434.000,00 - conforme decreto nº 38.138 de 20/04/17, publicado no dodf nº 18 (edição extra) de 20/04/17.

2017ND00179 – Evento 200084 – 15.451.6206.3903.9520 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 714.000,00 - Conforme Decreto Nº 38.138 De 20/04/17, publicado no dodf nº 18 (edição extra) de 20/04/17.

2017ND00185 – Evento 200084 – 15.451.6206.1950.9511 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 644.000,00 - conforme decreto nº 38.163 de 28/04/17, publicado no dodf nº 82 de 02/05/17.

2017ND00185 – Evento 200084 – 27.812.6206.4090.5943 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 105.000,00 - conforme decreto nº 38.163 de 28/04/17, publicado no dodf nº 82 de 02/05/17.

2017ND00304 – Evento 200069 e 205069 – 15.451.6206.3902.9520 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 306.000,00 - bloqueio para registro. desbloqueio de Emenda Parlamentar, para atender ao ofício nº 660/2017-GAB/RA-X, conforme solicitado por meio do Ofício nº 355/2017-GDD-GAB 4 e autorizado pela casa civil.

2017ND00304 – Evento 200069 e 205069 – 15.451.6206.3440.9643 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 186.000,00 - bloqueio para registro. desbloqueio de Emenda Parlamentar para atender ao ofício nº 660/2017-GAB/RA-X, conforme solicitado por meio do ofício nº 355/2017-gdd-gab 4 e autorizado pela casa civil.

2017ND00344 – Evento 200084 – 15.451.6206.3440.9643 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 186.000,00 - Conforme DECRETO nº 38.519, de 28/09/17, publicado no DODF Nº 188 de 29/09/17.

2017ND00344 – Evento 200084 – 15.451.6206.3902.9520 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 306.000,00 - Conforme DECRETO nº 38.519, de 28/09/17, publicado no DODF nº 188 de 29/09/17.

2017NE00459 e 2017ND00460 – Evento 200065 – 15.451.6206.3048.9596 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 36.000,00 - Emenda Parlamentar Aditiva 02 ao PL 1877/2017.

2017NE00459 e 2017ND00460 – Evento 200065 – 15.451.6206.1950.9511 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 276.000,00 - Emenda Parlamentar Aditiva 02 ao PL 1877/2017.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3247 - REFORMA DE FEIRAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9232 - REFORMA DE FEIRAS-RA X- GUARÁ	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

2017ND00178 – Evento 200065 – 15.451.6207.3247.9232 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 35.000,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00177 – Evento 205075 – 15.451.6207.3247.9232 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 24.500,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00179 – Evento 200084 – 15.451.6207.3247.9232 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 35.000,00 - conforme decreto nº 38.138 de 20/04/17, publicado no DODF nº 18 (edição extra) de 20/04/17.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado

1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**3.210.188,00**	**1.041.004,00**	**1.041.000,00**	**339.420,36**
0004 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA X EM 2017- GUARÁ	300.000,00	0,00	0,00	0,00
4514 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS - RA X- GUARÁ	2.660.188,00	1.041.004,00	1.041.000,00	339.420,36
5510 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-RA X-GUARÁ	250.000,00	0,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**1.848.042,00**	**1.345.343,96**	**0,00**
0006 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--GUARÁ	0,00	1.848.042,00	1.345.343,96	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**140.000,00**	**77.487,00**	**18.978,70**	**18.978,70**
9198 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-RA X- GUARÁ	140.000,00	77.487,00	18.978,70	18.978,70
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**3.350.188,00**	**2.966.533,00**	**2.405.322,66**	**358.399,06**

Construção e reforma de calçadas

Em 2017, foram iniciadas as obras de 12 mil metros quadrados de calçadas que custou o investimento de R$ 624.923,37, oriundos de emenda parlamentar. Áreas demandadas pela comunidade guaraense, a exemplo do pedido das obras entre o Park Sul e o Carrefour, já estão sendo atendidas, promovendo melhor mobilidade dos pedestres. As obras estão sendo executadas por empresa contratada por meio de processo licitatório pela Novacap.



A Administração Regional do Guará - RA X descentralizou, também, crédito orçamentário à Novacap para custear obras de implantação de Pontos de Encontros Comunitários e Parques Infantis. Os equipamentos para os parquinhos já foram adquiridos, estando pendente ainda as suas instalações.

Ilunicação pública - SOF Sul e Park Sul

Parceria entre a Administração Regional do Guará e a CEB resultou em novos postes de iluminação que começaram a ser instalados no dia 11/12/17, nas áreas mais críticas do SOF Sul e Park Sul, atendendo às demandas da comunidade local. As obras contam com o recurso de cerca de R$ 90 mil, oriundos de emenda parlamentar.

Guará recebe reforço na iluminação pública

A Administração Regional do Guará em parceria com a Companhia Energética de Brasília (CEB) iniciou também, no dia 27/12/17, a instalação de novos postes de iluminação em algumas quadras da região administrativa. Nesta nova etapa, o reforço na iluminação pública será nas entre quadras 30/32, 32/34 e 34/36, áreas com grande quantidade de demandas registradas através da Ouvidoria da Pasta. Serão mais de 30 postes, incluindo novas luminárias e lâmpadas. As obras foram viabilizadas com a destinação de R$ 1.345.343,96 provenientes de emenda parlamentar para reforçar a segurança dos moradores. Os serviços seguirão um cronograma de trabalho.



Cidades Limpas

O programa Cidades Limpas do Governo de Brasília, que teve sua passagem no fim de abril e primeira semana de maio de 2017, foi mais um reforço importante na prestação dos serviços de manutenção urbana.

A força-tarefa realizou ações de roçagem, poda de árvores, retirada de entulho, limpeza e desobstrução de bocas de lobo, tapa-buracos, remoção de veículos abandonados, troca de lâmpadas queimadas e manejo ambiental para a prevenção da dengue. Com destaque para a retirada de 20 veículos abandonados nas vias do Guará, intensificação dos serviços de limpeza, pintura de meios-fios e inspeções nas residências para o combate à proliferação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**650.000,00**	**644.963,25**	**594.962,50**	**501.568,41**
8509 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-RA X- GUARÁ	650.000,00	594.963,25	594.962,50	501.568,41
0012 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CAPACITAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, OFICINAS DE CONFECÇÃO DE MÓVEIS DE PNEUS E MATERIAIS RECICLAVEIS-GUARÁ	0,00	50.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**650.000,00**	**644.963,25**	**594.962,50**	**501.568,41**

Os recursos do subtítulo 8509 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA - RA X - GUARÁ foram utilizados com a finalidade de assistir e ressocializar os sentenciados à disposição da Admininistração Regional do Guará - RA X, conforme contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP/DF).

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**150.000,00**	**4.452,00**	**4.450,79**	**4.450,79**
5942 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-GUARÁ	150.000,00	4.452,00	4.450,79	4.450,79
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**150.000,00**	**4.452,00**	**4.450,79**	**4.450,79**

Os apoios aos eventos culturais ocorreram por meio de:

- Instalação, retirada e consumo de 02 (dois) pontos provisórios de energia elétrica, para os eventos "Carnaguará 2017 e Circuito Pipoka Azul", na EQ 21/36 e QE 40 do Guará II/DF, nos dias 18/02 a 25/02/2017, no valor total de R$ 3.063,89.

- Instalação, retirada e consumo de 01 (um) ponto provisório de energia elétrica, para o Circuito de Quadrilhas, QI 25, Área Especial do CAVE, Teatro de Arena, nos dias 14, 15 e 16/07/2017, no valor total de R$ 1.386,90.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**434.039,00**	**493.040,00**	**423.242,37**	**404.153,94**
7203 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RA X- GUARÁ	434.039,00	493.040,00	423.242,37	404.153,94
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**434.039,00**	**493.040,00**	**423.242,37**	**404.153,94**

2017ND00182 – Evento 205075 – 28.846.0001.9050.7203 – Fonte 100 – ND 319096 – R$ 8.000,00 - atender msg siggo nº 6871/2017, conforme item I da ata da 31ª reunião da Governança DF.

2017ND00226 – Evento 205075 – 28.486.0001.9050.7203 – Fonte 100 – ND 319096 – R$ 51.000,00 - descontingenciamento de despesa de pessoal solicitado pela mensagem 12378 conforme autorizado pelo item 13 da ata da 6ª reunião da Governança.

2017ND00227 – Evento 205075 – 28.846.0001.9050.7203 – Fonte 100 – ND 319094 – R$ 11.000,00 - descontingenciamento para atender pagamento da folha de pessoal solicitado pela mensagem 13642 conforme autorizado pelo item 13 da ata da 6ª reunião da Governança.

2017ND00226 – Evento 205075 – 28.486.0001.9050.7203 – Fonte 100 – ND 319094 – R$ 1.000,00 - atender msg SIGGO nº 16302/2017.

2017ND00341 – Evento 200019 – 28.846.0001.9050.7203 – Fonte 100 – ND 319096 – R$ 60.000,00 - conforme DECRETO 38.496 de 18/09/2017 publicado no DODF 180 de 19/09/2017.

2017ND00448 – Evento 200250 e 200251 – 28.846.0001.9050.7203 – Fonte 100 – ND 319096 para 319094 – R$ 30.000,00 - remanejamento de recurso orçamentário para custear despesa com diferença de férias entre outros (acerto de contas) da folha de pagamento de novembro de 2017.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5368 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-RA X- GUARÁ	150.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**5.533.972,00**	**6.431.972,00**	**6.401.411,87**	**6.401.411,87**
8910 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-RA X- GUARÁ	5.533.972,00	6.431.972,00	6.401.411,87	6.401.411,87
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**462.800,00**	**362.800,00**	**346.564,97**	**346.564,97**
9716 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-RA X- GUARÁ	462.800,00	362.800,00	346.564,97	346.564,97
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**2.665.452,00**	**1.653.433,05**	**499.623,39**	**407.148,72**
9793 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-RA X- GUARÁ	2.665.452,00	1.653.433,05	499.623,39	407.148,72

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**65.759,00**	**15.050,00**	**3.189,00**	**3.189,00**
5864 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-RA X-GUARÁ	65.759,00	15.050,00	3.189,00	3.189,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5192 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-RA X- GUARÁ	40.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5808 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-RA X- GUARÁ	60.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**998.888,00**	**373.633,00**	**242.976,98**	**147.566,88**
9785 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-RA X- GUARÁ	998.888,00	373.633,00	242.976,98	147.566,88
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**9.976.871,00**	**8.836.888,05**	**7.493.766,21**	**7.305.881,44**

04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319113 – R$ 30.000,00 - Atender despesa de pagamento de pessoal - IPREV do mês de março conforme mensagem 5353 – 2017ND00174.

2017ND00184 - Evento 205075 - 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319011 – R$ 445.000,00 - Atender msg SIGGO nº 7224 de 27/04/2017, conforme autorização constante do item 1 da ata da 31ª Reunião da Governança - DF.

2017ND00184 - Evento 205075 - 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319113 – R$ 60.000,00 - Atender msg SIGGO nº 7224 de 27/04/2017, conforme autorização constante do item 1 da ata da 31ª Reunião da Governança - DF.

2017ND00184 - Evento 205075 - 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319013 – R$ 3.000,00 - Atender MSG SIGGO nº 7224 de 27/04/2017, conforme autorização constante do item 1 da ata da 31ª Reunião da Governança - DF.

2017ND00180 – Evento 205075 - 04.122.6001.2396.5368 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 73.500,00 - atender reprogramação da Seplag conforme deliberação item 1 da ata da 30ª reunião da Governança.

2017ND00180 – Evento 205075 - 04.128.6001.4088.5808 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 29.400,00 - atender reprogramação da Seplag conforme deliberação item 1 da ata da 30ª reunião da Governança.

2017ND00181 – Evento 200065 – 04.122.6001.2396.5368 – Fonte 100 – ND339039 – R$ 105.000,00 - atender reprogramação da Seplag conforme deliberação item 1 da ata da 30ª reunião da Governança.

2017ND00181 – Evento 200065 – 04.128.6001.4088.5808 – Fonte 100 – ND339039 – R$ 42.000,00 - atender reprogramação da Seplag conforme deliberação item 1 da ata da 30ª reunião da Governança.

2017ND00178 – Evento 200065 – 04.126.6001.2557.5192 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 28.000,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00177 – Evento 205075 – 04.126.6001.2557.5192 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 19.600,00 - atender reprogramação da fazenda de acordo com 29ª reunião da Governança.

2017ND00179 – Evento 200084 – 04.126.6001.2557.5192 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 28.000,00 - conforme decreto nº 38.138 de 20/04/17, publicado no DODF nº 18 (EDIÇÃO EXTRA) de 20/04/17.

2017ND00186 – Evento 200075 e 205075 – 04.122.6001.8517.9793 – Fonte 120 – ND 339030 e 339039 – R$ 57.000,00 - Atende MSG SIGGO nº 7173/2017. De acordo com o item 01 da ata da 31ª reunião da Governança - DF.

2017ND00185 – Evento 200084 – 04.122.6001.2396.5368 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 105.000,00 - conforme DECRETO nº 38.163 de 28/04/17, publicado no DODF nº 82 de 02/05/17.

2017ND00185 – Evento 200084 – 04.128.6001.4088.5808 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 42.000,00 - conforme DECRETO nº 38.163 de 28/04/17, publicado no DODF nº 82 de 02/05/17.

2017ND00227 – Evento 205075 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319011 – R$ 180.000,00 - descontingenciamento para atender pagamento da folha de pessoal solicitado pela mensagem 13642 conforme autorizado pelo item 13 da ata da 6ª reunião da governança.

2017ND00227 – Evento 205075 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319013 – R$ 47.000,00 - descontingenciamento para atender pagamento da folha de pessoal solicitado pela mensagem 13642 conforme autorizado pelo item 13 da ata da 6ª reunião da Governança.

2017ND00272 – Evento 200098 e 200099 – 04.122.6001.8517.9793 – Fonte 120 – ND 339039 para 339092 – R$ 9.000,00 - conforme PORTARIA nº 382 de 08/08/17, publicada no DODF nº 162 de 23/08/17.

2017ND00306 – Evento 200065 – 04.122.6001.8504.9716 – Fonte 100 – ND 339046 – R$ 100.000,00 - crédito para atender custeio da folha de pessoal no mês de agosto/2017, autorizado pela Governança/DF, item 13, ata nº 06.

2017ND00228 – Evento 200075 – 14.451.6001.3903.9785 – Fonte 100 – ND 339039 – R$ 130.000,00 - descontingenciamento com compensação para pagamento da Funap em atendimento a mensagem 14446 conforme autoriza item 13 da ata da 6ª reunião da Governança.

2017ND00229 – Evento 200065 – 04.122.6001.8517.9793 – Fonte 120 – ND 339039 – R$ 9.000,00 - Autorizado conforme item 10 da ata da 19ª reunião CQG.

2017ND00301 – Evento 205075 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319113 – R$ 51.000,00 - atender msg SIGGO nº 16302/2017.

2017ND00301 – Evento 205075 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319011 – R$ 363.000,00 - atender msg SIGGO nº 16302/2017.

2017ND00341 – Evento 200019 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319011 – R$ 730.000,00 - conforme DECRETO nº 38.496 DE 18/09/2017 publicado no DODF 180 de 19/09/2017.

2017ND00341 – Evento 200019 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319113 – R$ 168.000,00 - Conforme DECRETO nº 38.496 de 18/09/2017 publicado no DODF 180 de 19/09/2017.

2017ND00340 – Evento 200082 – 04.122.6001.8504.9716 – Fonte 100 – ND 339046 – R$ 100.000,00 - Conforme DECRETO nº 38.470 de 04/09/17, publicado no DODF nº 171 de 05/09/17.

2017ND00447 – Evento 200250 e 200251 – 04.122.6001.8504.9716 – Fonte 100 – ND 339008 para 339046 – R$ 4.000,00 - remanejamento de recurso orçamentário para custear despesa com auxílio alimentação da folha de pagamento de novembro de 2017.

2017ND00454 – Evento 200065 – 15.451.6001.3903.9785 – Fonte 100 – ND 449051 – R$ 202.698,00 e ND 339039 – R$ 300.000,00 - remanejamento autorizado pela Governança conforme item 1-deliberação da ata da 28ª reunião CQG, acostada ao processo nº 410.003.312/2016.

2017ND00455 – Evento 200250 e 200251 – 04.122.6001.8504.9716 – Fonte 100 – ND 339049 para 339046 – R$ 25.000,00 - remanejamento de recurso orçamentário para custear despesa com auxílio alimentação da folha de pagamento de dezembro de 2017.

2017ND00456 – Evento 200250 e 200251 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319011 para 319013 – R$ 5.000,00 - remanejamento de recurso orçamentário para custear despesa com contribuição patronal INSS da folha de pagamento de dezembro de 2017.

2017ND00457 – Evento 200250 e 200251 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319011 para 319013 – R$ 1.500,00 - remanejamento de recurso orçamentário para custear despesa com contribuição patronal INSS da folha de pagamento de dezembro de 2017.

2017ND00458 – Evento 200250 e 200251 – 04.122.6001.8502.8910 – Fonte 100 – ND 319011 para 319013 – R$ 15.000,00 - remanejamento de recurso orçamentário para custear despesa com contribuição patronal INSS da folha de pagamento de dezembro de 2017.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	72
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	61
Encaminhamento - CDS/ Na hora	103
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	131
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	64
Trabalho com Grupos - Gestantes	84
Trabalho com Grupos - Idosos	164
Trabalho com Grupos – Mulheres	71
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	102
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	121
Trabalho com Grupos - Remoções	184
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	41
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	53
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	56
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	81

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	600
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	1	532
Literatura	1	8.614
Outros eventos	15	28.000

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	5
Habitação Coletiva	0
Comercial	30
Industrial	3
Área Rural	0
Outros (Eventual)	51
	89

A partir da publicação no DODF da Lei 5.547, em 7 de outubro de 2015, e do Decreto 36.948, de 04/12/15, as licenças de funcionamento (antigo alvará) passaram a ser concedidas por meio do Sistema de Licenciamento do Governo do Distrito Federal.

Inicialmente era através do Registro de Licenciamento de Empresas - RLE, atualmente é por meio do RLE Digital, ambos monitorados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômica.

Desde a implantação desse sistema as únicas licenças emitidas pelas Administrações são as licenças de eventos e licenças para pessoas físicas.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	12	3.240
Outros	12	12.000

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	121	33.031,16
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	121	33.031,16

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	24	4.943,24
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	24	4.943,24

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	9,00	1.800,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	54,00	10.800,00

Ocupação de área pública: 95 - quantidade e 9.312,38 m².

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	168
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	12

Na Feira Permanente do Guará existem 645 boxes. Foi recadastrado 1 feirante em 2017 e foram protocolados 208 processos, advertidas 178 bancas e 64 foram notificadas.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	71
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	76

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Cooperativas	0
Outros	3

Outros: 2 Terminais rodoviários e 1 horta comunitária.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	994
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.491
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	97
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	1
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	61
Outros	2.759

Público-alvo beneficiado: cidadãos do sexo masculino. Os resultados alcançados de janeiro a dezembro foram positivos. Houve uma pequena diminuição na quantidade de pessoas atendidas, o que já era esperado, pois foram abertas Juntas Militares na Estrutural e Águas Claras.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	35,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	16,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	72,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	14,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	68,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	932,00
Remoção de entulhos/ M³	3.383,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	0,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	10.500,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M²	35,00
Passeios (construção) / M²	960,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Podas de árvores/Unidade	69
Faixas recolhidas das vias públicas	5.325

Replantio de mudas: 1000 unidades em parceria com a NOVACAP.

Pinturas: 150 m² e 169 unidades.

Serviços diverços: 29 unidades.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Administração Regional do Guará – RA X

O ano de 2017 foi marcado por muito trabalho. Mesmo em meio às dificuldades econômicas, a administração superou desafios com trabalho e criatividade. Os serviços de manutenção e conservação da cidade promoveram melhorias significativas ao bem-estar e qualidade de vida da população.

Neste ano, foram realizados o recolhimento de 5.142 faixas irregulares, foram utilizadas 530.503 toneladas de massa asfáltica na operação tapa-buraco em todo o Guará, 275.615 metros quadrados de áreas capinadas e 3.489 atendimentos prestados no recolhimento de móveis velhos nas residências. Além disso, a administração atuou na articulação com outros órgãos como Novacap, CEB, Caesb, SLU e Agefis para a resolução das demandas identificadas pelas equipes e também sobre e das registradas na Ouvidoria do órgão.

Fiscalização

1 blitz e 20 recolhimentos de veículos abandonados pelo Detran.

A Agência de Fiscalização (Agefis) realizou 15 notificações, 34 visitas a empresas e 4 visitas de inspeção em área pública.

A Diretoria de Vigilância Ambiental (Dival) e o Corpo de Bombeiros (CBM) realizaram 618 inspeções de depósitos potenciais criadouros de larvas do Aedes aegypti inspecionados, 2.389 inspeções de depósitos potenciais criadouros de larvas do Aedes aegypt tratados, 10 imóveis visitados, inspecionados e tratados, 4 imóveis visitados e inspecionados, 193 imóveis visitados, inspecionados fechados e 4 são imóveis visitados, inspecionados POSITIVO/AEDES.

Manutenção

A NOVACAP realizou 375 m3 de remoção manual de galhos, 526 podas de árvores, 12 remoções de árvores caídas, 690.000 m2 de roçagem em área urbana, utilizou 7 toneladas de massa asfáltica para a operação tapa-buraco e executou a limpeza de 100 bocas de lobo.

Limpeza

O SLU realizou 640.000m2 de catação de papel, plásticos e outros. 280 toneladas de remoção de entulhos (mecanizada).

24 remoções manuais e galhos, pneus, móveis e inservíveis.

1.775 metros lineares de fresagem e 4.000 metros lineares e pinturas de meios-fios.

172.800 toneladas de varreção de rua e capina.

166 toneladas de entulhos recolhidos (mecanizada).



Cultura, esporte e lazer

Em 2017, foram realizados 15 eventos que mobilizaram mais de 50.000 pessoas a participar de cursos, exposições, festivais, carnaval, corridas, campeonatos, aniversário da cidade e da já tradicional Festa de São João do Guará.

Mais 200 livros para a Biblioteca do Guará

Mais um reforço importante ao estímulo à leitura. A biblioteca recebeu 200 livros doados pelo IPCE (Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação), resultado da parceria entre a Administração Regional do Guará, Universidade de Brasília (UnB) e o Instituto, para a realização do curso de auxiliar de biblioteca que formou 20 pessoas. Para celebrar a formação dos participantes, 200 obras foram doadas para o acervo da biblioteca.



Assinatura do decreto de regularização da área de desenvolvimento econômico da QE 40 – Setor de Oficinas

Cerca de 300 empresários da QE 40 foram beneficiados com a assinatura de regularização da Área de Desenvolvimento Econômico, do Setor de Oficinas, pelo governador. O decreto proporcionará maior tranquilidade e segurança jurídica ao setor produtivo da região. Mais uma importante demanda dos empresários guaraenses que há 20 anos aguardavam a regularização.

Governo entrega primeiro papa-entulho do Guará

O primeiro papa entulho do Guará está localizado na Área Especial do Cave, ao lado do salão de Múltiplas Funções. O local escolhido, antes utilizado para o descarte irregular de lixo, deu lugar a um ambiente específico para este destino.

O horário de funcionamento do papa entulho é das 7h às 18h, de segunda a sexta-feira e aos sábados de 7h às 12h. Ao final do expediente, um caminhão do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) recolhe o material para os Centros de Triagem localizado no SCIA (Setor Complementar de Indústria e Abastecimento), onde são separados os resíduos recicláveis dos não recicláveis. Os resíduos da construção civil são encaminhados para o Aterro Controlado do Jóquei. Os rejeitos são encaminhados para o novo Aterro Sanitário de Brasília, em Samambaia.

É permitido

Não recicláveis: entulhos, resto de podas, azulejos, cimento, terra e telhas sem amianto.

Recicláveis: plásticos, papéis, papelões, móveis, metais, óleos de cozinha, embalagens longa vida e isopores.

Não é permitido: lixo domiciliar orgânico, resíduos de saúde, resíduos perigosos e eletroeletrônicos, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, medicamentos, amianto, vidros e espelhos.

Com esta atitude, a Administração Regional espera atender à antiga demanda da comunidade guaraense: estabelecer um local para o descarte adequado de pequenos volumes, com até 1 metro cúbico por contribuintes, o suficiente para encher uma carroça e diminuir o lixo nas ruas.



Mil árvores são plantadas na cidade

Parceria entre a Novacap e a Administração do Guará resultou em mil novas mudas de árvores na cidade. Foram plantadas mudas de diversas espécies típicas do cerrado, como os ipês, paixão do brasiliense, e os flamboyants.

O plantio foi realizado na Avenida do Contorno, próximo à entrada do Guará II, na QE 46, nas margens do Parque Ezechias Heringer, entre outras áreas. As árvores são indispensáveis na natureza por possuírem diversas finalidades, além de auxiliarem na purificação e umidificação do ar, pois absorvem CO2, capturando gases tóxicos e devolvendo oxigênio para a atmosfera. Além disso, as árvores trazem outros benefícios para vários ecossistemas e espaços públicos.



Administração do Guará reativa a horta comunitária da QE 38

A Administração Regional do Guará e moradores da QE 38 se uniram em prol da reativação da horta comunitária da região, após ter a sua utilidade suspensa em gestões anteriores. O órgão atuou na revitalização da área como a limpeza do local, reforço de irrigação da terra, capina, pintura e conserto no portão. Com o apoio dos moradores e empresários parceiros, iniciou o plantio e o cultivo de hortaliças e ervas medicinais. O objetivo é fornecer alimento para creches, escolas e moradores da região, integrando a comunidade aos cuidados dos recursos naturais.



Administração cria Câmara de Conciliação

Inovação para o gerenciamento de conflitos.

A Administração Regional do Guará atenta em solucionar as demandas da comunidade com maior eficiência, implementou, por meio da Ouvidoria, a "Câmara Regional de Conciliação para a Convivência Urbana (CRCon)".

Trata-se de um instrumento social que possui como premissa facilitar a prática da Política de Convivência Urbana do Distrito Federal conforme Decreto n° 37.986 de 01/02/2017. Dentre as funções da câmara, está a conciliação dos conflitos relacionados às posturas urbanas, tais como o conforto acústico da comunidade e a adequada ocupação de espaços públicos por empreendedores, principal demanda registrada por moradores na Ouvidoria.

Em atendimentos relacionados à reclamação de som alto em estabelecimentos comerciais, a câmara interveio na promoção do diálogo entre os reclamantes e proprietários com o intuito de auxiliar a solução do problema de forma pacífica, beneficiando as duas partes envolvidas sem a interferência de uma ação ostensiva.

Ouvidoria do Guará entre as melhores do DF

Durante a cerimônia pela Semana de Combate à Corrupção, na Escola de Governo, em razão do Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado em 9 de dezembro, a Ouvidoria do Guará foi reconhecida em 6 de dezembro de 2017, entre os 10 órgãos com melhores práticas em Ouvidoria Pública.

O concurso reconheceu a importância de iniciativas em quatro categorias: ouvidoria como ferramenta de gestão; projetos de ouvidoria; carta de serviços e comunicação interna e externa.

Administração nas Ruas

O projeto itinerante começou em novembro com o objetivo de aproximar a população do trabalho da Pasta. A administração monta sua estação de trabalho por duas quartas-feiras seguidas para atender aos cidadãos, registrar demandas e informar sobre os serviços oferecidos pelo órgão. O Pólo de Modas da QE 40, o Lúcio Costa e a QE 7, foram as primeiras regiões a receberem itinerante que até 2019, planeja atender todas as quadras do Guará.



Guará recebe viaturas novas para reforço da segurança

A região administrativa do Guará recebeu do governo de Brasília o reforço de sete viaturas para o reforço da segurança no Guará. Os veículos fazem parte das 145 unidades entregues, em cerimônia realizada na Praça do Buriti. As novas viaturas vão reforçar e modernizar o trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal, que já conta com uma frota de 3,5 mil veículos, entre motos, carros, ônibus e aeronaves.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Ao analisarmos as realizações em 2017, podemos dizer que foi a contento, tendo em vista que muitas coisas não foram realizadas em função das restrições financeiras do GDF das impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mesmo com as dificuldades encontradas a Administração Regional do Guará, como já foi dito antes, buscou realizar parcerias com outros órgãos do GDF, principalmente para manutenção da cidade.

A perspectiva para 2018 é que com a saída do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, apesar de ser um ano eleitoral, consigamos realizar benfeitorias na cidade, bem como, prestar serviços com efetividade e com melhor qualidade.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - RA XI – UO: 59.113

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Cruzeiro RA-XI é um órgão da Administração Direta criada através da Lei 49, de 25 de outubro de 1989, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2015, conforme publicado no Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Em 2016, conforme Decreto nº 37.625, de 15/09/2016, publicado no DODF nº 176, de 16/09/2016, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

A Administração Regional tem por competência, de acordo com o Decreto nº 16.247 de 29/12/1994 (Regimento Interno), representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	8	1	0	10
Comissionados sem vínculo efetivo	27	0	20	0	47
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	1	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	9	9
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	29	9	21	9	68
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	29	9	21	9	68

A Administração Regional do Cruzeiro vem organizando sua força de Trabalho para atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de sua competência.

A força de Trabalho representada por todas as pessoas que contribuem para o funcionamento da Administração, é composta por 68 servidores, sendo 09 efetivos, 47 comissicionados, 01 requisitado fora do GDF; 01 menor aprendiz/projeto Jovem Candango e 09 prestadores de serviços da FUNAP. Os serviços de segurança e limpeza são terceirizados.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**0,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**
0083 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NO CRUZEIRO-CRUZEIRO	0,00	70.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**0,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**

Realização de Eventos

A Adminsitração Regional do Cruzeiro realizou alguns eventos esportivos mas sem a utilização dos recursos orçamentários autorizados.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**380.000,00**	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XI EM 2017-CRUZEIRO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0170 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NO CRUZEIRO- CRUZEIRO	0,00	500.000,00	0,00	0,00
4453 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- CRUZEIRO	80.000,00	0,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9542 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- CRUZEIRO	20.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**70.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
9196 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	70.000,00	50.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**470.000,00**	**550.000,00**	**0,00**	**0,00**

No Programa foi descentralizado para NOVACAP crédito orçamentário através da Portaria Conjunta nº 01 e 02, publicada no DODF nº 227, de 28/11/ 2017, com a finalidade de atender despesas com aquições de PEC's (Ponto de Encontros Comunitários) e Academias Inteligentes.

A manutenção das áreas da cidade foram os principais objetivos cumpridos pela Administração Regional do Cruzeiro, alinhados com a política do Governo em busca de alternativas para o desenvolvimento da cidade

Os créditos diponíveis não foram utilizados em sua totalidade, contudo, a Administração Regional do Cruzeiro em parceria com a NOVACAP, SLU e os sentenciados da FUNAP, realizaram obras de urbanização, infraestrutura, manutenção, limpeza e ajardinamento do Cruzeiro, beneficiando a comunidade que mora e frequenta os espaços da cidade.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**420.000,00**	**342.655,31**	**340.507,89**	**289.356,34**
0008 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- CRUZEIRO	0,00	80.000,00	78.401,21	78.401,21
8508 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	420.000,00	262.655,31	262.106,68	210.955,13
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**420.000,00**	**342.655,31**	**340.507,89**	**289.356,34**

No Programa foram utilizados a prestação de serviços por sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com parceria da Administração Regional do Cruzeiro e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, no que concerne à reintegração social do preso, contribuindo assim com sua parcela de responsabilidade social.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6004 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- CRUZEIRO	20.000,00	0,00	0,00	0,00
6041 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- CRUZEIRO	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

A Adminsitração Regional do Cruzeiro realizou alguns eventos mas sem a utilização dos recursos autorizados. Foram realizados no ano de 2017 t: encontro de blocos do Cruzeiro no Carnaval, a tradicional festa Junina, o aniversário da Cidade, coroação do rei e rainha da 3ª idade, sendo

estes com mão de obra e recursos próprios, e em todos tivemos a participação da população da cidade e também de pessoas de outras cidades. Sabemos que , a participação da população nos eventos da região é um direito do cidadão, e uma necessidade básica, que estimula a criatividade, o desenvolvimento de pessoal, a valorização da diversidade, promove a inclusão social e motiva o desenvolvimento de uma sociedade. A participação da comunidade tem sido fundamental para a realização dos eventos.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**84.000,00**	**84.000,00**	**0,00**	**0,00**
0032 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**245.000,00**	**240.001,00**	**81.530,09**	**75.745,07**
7191 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	245.000,00	240.001,00	81.530,09	75.745,07
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**329.000,00**	**324.001,00**	**81.530,09**	**75.745,07**

Foi efetuado a indenização de 01 servidora, o ressarcimento ao Fundo Constitucional de 01 servidor cedido da Polícia Civil do Distrito Federal e 01 servidora cedida da Prefeitura Municipal de Jataí - Goiás, para Administração Regional do Cruzeiro.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**50.000,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**
5325 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- CRUZEIRO	50.000,00	20.000,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**3.348.352,00**	**3.868.352,00**	**3.581.299,61**	**3.581.299,61**
8909 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	3.348.352,00	3.868.352,00	3.581.299,61	3.581.299,61
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**390.000,00**	**320.000,00**	**304.061,08**	**304.061,08**
9715 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	390.000,00	320.000,00	304.061,08	304.061,08
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**338.022,00**	**269.343,00**	**241.409,74**	**215.092,39**
9792 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	338.022,00	269.343,00	241.409,74	215.092,39
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5863 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	20.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**4.146.374,00**	**4.477.695,00**	**4.126.770,43**	**4.100.453,08**

No Programa foi realizadas despesas referente à remuneração e contribuições dos servidores ativos; concessão de benefícios aos servidores e para manutenção de serviços administrativo gerais.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

A promoção e assistência social não foram desenvolvidas pela Administração do Cruzeiro por falta de servidores.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	11	570
Teatro	31	565
Música	14	575
Dança	66	110
Artes Plásticas	2	90
Literatura	1	60
Outros eventos	300	6.677

O salão de múltiplas funções e o auditório foram utilizados para ensaios de grupos culturais de teatro, música, dança, para reuniões do Conselho de Cultura do Cruzeiro e dos grupos culturais da cidade.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	96
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	1
	97

Foram emitidos 96 alvarás de funcionamento para o comercio e 1 eventual.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	700
Eventos esportivos	6	2.100
Outros	2	1.800

O Ginásio de Esportes do Cruzeiro foi utilizado para realização de vários eventos esportivos, sendo também disponibilizado para realização de atividades físicas com pessoas da 3ª idade e do público em geral.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	1	120,50
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	1	120,5

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	0	0,0

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	1
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Foram realizados acompanhamento e auxílio aos feirantes no cumprimento das determinações dos órgãos de fiscalização e controle; análise dos processos dos feirantes do Cruzeiro junto a Segeth; recebimento dos comprovantes de pagamento dos preços públicos; análise dos processos (adimplência/inadimplência - regularidade da ocupação/irregularidade da ocupação).

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	13

Realizada emissão de taxas do preço público para as Bancas de Jornais e Revistas; levantamento de processos; visitas regulares, emissão de de notificação, atualização de tabela de juros e multa, do preço público

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	

A Região Administrativa do Cruzeiro não dispõe de Junta Militar.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	98,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,02
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	600,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,07
Recuperação de calçadas/ M²	32,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	15,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	120,00
Remoção de entulhos/ M³	300,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	150,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	200,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	120,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	36,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	280
Faixas recolhidas das vias públicas	800

A atuação da Administração do Cruzeiro tem sido no sentido de realizar a manutenção, a limpeza, roçagem em parceria com o SLU, recolhimento de entulho, troca de tampas de bueiro, bem como a limpeza, reparo de calçadas, trazendo assim mais qualidade de vida para a população da Cidade.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Foram realizados atendimento com eficiência e clareza à comunidade, ouvida à comunidade sobre os problemas de infraestrutura da cidade, buracos, entulhos, poda de árvores e outros e automaticamente repassado aos setores responsáveis para fossem executada a solicitação.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O planejamento do exercício de 2017 para a Administração Regional do Cruzeiro em questão de recursos orçamentários foi bem atendido, contudo, não foi possível a utilização de todos os recursos.

Com isso foi feito um planejamento para que no decorrer do exercício de 2018 possam ser executados todos os recursos disponíveis.

Entretanto, mesmo não utilizando os recursos em sua totalidade, a Administração do Cruzeiro realizou vários trabalhos, sendo estes de infraestrutura, urbanização, ajardinamento e limpeza, com operação tapa buracos, limpeza dos passeios das vias que cortam a cidade, conserto de tampas de esgoto, revitalização das praças e parquinhos, retirada diária de entulhos, limpeza dos bueiros, obras de calçamento com acessibilidade, poda das árvores, entre outros serviços de manutenção e obras.

Os programas de eventos esportivos e culturais do bairro foram realizados com a finalidade de bem-estar, lazer e cidadania entre eles, o carnaval com encontro de blocos, eventos para terceira idade, Festa Junina - Arraiá do Cruzeiro, festa do dia das Crianças, Aniversário da Cidade, entre outros.

Que no próximo exercício de 2018 à Administração possa ser contemplada com os mesmos recursos ou até mais, pois é fundamental para a continuidade do crescimento da cidade, bem como atender a população dando uma melhor qualidade de vida.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA - RA XII – UO: 59.114

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Samambaia, criada pela Lei nº 049 de 25/10/1989 é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente supervisionada pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, de acordo com o art. 29, §3º do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015.
Em 2016, conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 15 de setembro de 2016, que Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, em seu art. 3º, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada e supervisionada à Secretaria de Estado das Cidades Distrito Federal.
Para o cumprimento de suas competências legais, a Administração Regional é composta pela estrutura administrativa definida no Decreto nº 37.206, de 23 de março de 2016 e suas alterações.
Conforme seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.094 de 28/03/2017 em seu art. 1º, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa XII, assim como supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades; e supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	10	0	12	24
Comissionados sem vínculo efetivo	29	0	30	0	59
Requisitados de órgãos do GDF	0	18	1	10	29
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	11	0	5	16
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	11	0	1	12
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	17	17
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	31	50	31	45	157
(-) Cedidos para outros órgãos	0	5	2	0	7
Total Geral	31	45	29	45	150

Este quadro de composição da força de trabalho da Administração Regional de Samambaia, tem como referência dezembro de 2017. Vale ressaltar a ocorrência de aposentadorias no período, bem como algumas cessões e requisição de servidores. Além do quadro de servidores, soma-se também o quantitativo de jovens candangos, estagiários e os reeducandos por meio de contrato FUNAP, força de trabalho relevante para as atividades realizadas por esta Administração Regional.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9510 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-- SAMAMBAIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**150.000,00**	**199.999,00**	**0,00**	**0,00**
0015 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA PÚBLICA DA QUADRA 501- SAMAMBAIA	0,00	49.999,00	0,00	0,00
0029 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-- SAMAMBAIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	150.000,00	0,00	0,00
9518 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-- SAMAMBAIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9639 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-- SAMAMBAIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**0,00**	**250.000,00**	**221.056,96**	**221.056,96**
0048 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS NA REGIAO ADMINISTRATIVA-SAMAMBAIA	0,00	250.000,00	221.056,96	221.056,96
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**450.000,00**	**449.999,00**	**221.056,96**	**221.056,96**

É possível observar em 2017, após o início de superação do quadro encontrado pelo atual Governo, mesmo ainda não sendo o ideal, houve a disponibilidade financeira para as demandas e atividades de esporte e lazer, sendo possível ações para possibilitar a realização ou apoio de diversas atividades na cidade. Destacamos:

1) "Open de jiu-jitsu", realizado em duas etapas no Ginásio do SEST/SENAT com 3000 participantes entre atletas e admiradores.

2) "Futebol de 1ª e 2ª Divisão" do campeonato local e demais campeonatos de ligas amadoras da cidade, com mais de 200 jogos, possibilitando o acesso e o lazer da comunidade esportiva de Samambaia, adeptos do futebol amador, totalizando mais de 4000 beneficiados.

3) "Taça das Favelas" com participação de equipes de todo o Distrito Federal, reunindo mais de 4000 pessoas;

4) "Copa Candanga" de Futsal Mirim", com participação de diversos equipes e atletas do DF, realizado no ginásio do Centro Olímpico e SEST/SENAT, com público de aproximadamente 1000 pessoas;

5) Durante a comemoração de "Aniversário da Cidade de Samambaia de 28 anos", ocorreram "Caminhada Cívica" e circuito de exibição desportiva com um público estimado em 2000 pessoas;

6) Realização do "Festival Fitnes", com participação de diversas academias e adeptos da prática esportiva com participação 700 pessoas.

Os gastos financeiros realizados destinaram-se a aquisição de troféus e medalhas para premiações; jogos de tabuleiro; redes, bolas, tatames entre outros itens para atendimento de demandas da população, entre elas a comunidade escolar, bem como locação de equipamentos para os eventos esportivos. Regista-se ainda entrega do campo sintético, praça com quadra de esporte, pista de skate e reabertura do Estádio Regional, para somar com a estrutura esportiva já existente, e com e o entusiasmo de entidades e a vocação esportista da cidade. Ainda se buscou junto a SINESP e Novacap, por meio de mapeamento fotográfico, a reforma e melhoria de diversos equipamentos públicos com vista ao lazer. Foram realizados apoios a diversos eventos, por meio do material adquirido, eventos de pequeno, médio e grande porte.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANISTICA	**200.000,00**	**42.000,00**	**41.990,09**	**41.990,09**
0011 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANISTICA-- SAMAMBAIA	200.000,00	42.000,00	41.990,09	41.990,09
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**200.000,00**	**42.000,00**	**41.990,09**	**41.990,09**

Ainda sob efeito da indisponibilidade financeira, as ações neste Programa pode viabilizar em parceria com a NOVACAP, o atendimento de demandas recorrentes por parte da população, com a realizações de obras e recuperação de bocas de lobo; gramado e colocação de meios fios.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**4.350.000,00**	**2.173.500,00**	**2.173.500,00**	**2.031.768,90**
0006 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SAMAMBAIA- SAMAMBAIA	1.200.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00
0008 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XII EM 2017- SAMAMBAIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0009 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM SAMAMBAIA, INCLUINDO A REGIÃO DE ÁGUA QUENTE- SAMAMBAIA	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
0010 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA- SAMAMBAIA	1.500.000,00	400.000,00	400.000,00	258.268,90
9946 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	350.000,00	73.500,00	73.500,00	73.500,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**150.000,00**	**470.498,00**	**465.363,16**	**465.363,16**
6972 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SAMAMBAIA	50.000,00	10.498,00	5.601,31	5.601,31
0016 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EM PROL DA COMUNIDADE DE SAMAMBAIA- SAMAMBAIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0028 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SAMAMBAIA	0,00	460.000,00	459.761,85	459.761,85
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9188 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**600.000,00**	**504.421,00**	**495.131,80**	**495.131,80**
0014 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-DAS QUADRAS 101, 102, 301 E 302 - SAMAMBAIA-DISTRITO FEDERAL	0,00	250.000,00	240.711,25	240.711,25
9541 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SAMAMBAIA	500.000,00	254.421,00	254.420,55	254.420,55
0002 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- RA XII - EM 2017- SAMAMBAIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	**300.000,00**	**63.001,00**	**63.000,00**	**63.000,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS-- SAMAMBAIA	300.000,00	63.001,00	63.000,00	63.000,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**5.450.000,00**	**3.211.420,00**	**3.196.994,96**	**3.055.263,86**

No que se refere ao Programa de Infraestrurta e Sustentatilidade Socioambiental, foram encontradas soluções para investimento em obras de urbanização e sustentabilidade ambiental por meio de ampliação dos serviços de iluminação pública e manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas. Diferente do ano anterior, em parceria com NOVACAP, e por meio da descentralização do recurso, pode-se garantir os serviços continuados da operação tapa buraco; manutenção de vias; execução de paisagismo; construção de passeios; implantação de áreas verdes; pavimentação de ruas e estacionamentos; limpeza e manutenção de redes de águas pluviais (boca de lobo).E ainda garantir a execução de implantação e ampliação de pontos de iluminação pública em diversas quadras da cidade, aumentando a sensação de segurança, beneficiando diretamente escolas, praças, estacionamentos, dentre outras áreas carentes de iluminação, em atenção às demandas trazidas pela comunidade.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	**0,00**	**220.000,00**	**0,00**	**0,00**
0006 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA-ESTACIONAMENTO INTERNO DA FEIRA PERMANENTE DA QUADRA 22 REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA NORTE- SAMAMBAIA	0,00	220.000,00	0,00	0,00
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**300.000,00**	**454.828,54**	**321.695,68**	**291.921,50**
8500 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	300.000,00	454.828,54	321.695,68	291.921,50
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**300.000,00**	**674.828,54**	**321.695,68**	**291.921,50**

Força de trabalho vista de forma estratégica para Administração Regional, a ação de Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família contou com 17 Reeducandos alocados em atividades diversas, reiteramos que esta opção de mão de obra, associada a aquisição de materiais de construção, como areia, cimento e brita, tem revelado excelente alternativa para a recuperação de equipamentos de infraestrutura viária, águas pluviais, etc. a custo reduzido e com a celeridade dificilmente conseguidos nas contratações de empresas privadas.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**600.000,00**	**323.786,95**	**323.786,95**
0008 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA- SAMAMBAIA	0,00	600.000,00	323.786,95	323.786,95
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**150.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
3887 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-- SAMAMBAIA	150.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**150.000,00**	**600.001,00**	**323.786,95**	**323.786,95**

A execução financeira de 2017 foi distribuída com obras de execução de implantação e ampliação de iluminação pública nas quadras 101, 102, 301 e 302 - Centro Urbano, com instalação de braços pesados; postes de aço; postes de concreto com luminárias; entre outros serviços, com vista atender demanda antiga da população.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6042 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- SAMAMBAIA	25.000,00	0,00	0,00	0,00
6043 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS- SAMAMBAIA	25.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

O Programa "Capital Cultural", executado por meio de ações relacionadas a realização ou apoio a realização de eventos, se caracterizou como uns dos mais penalizados programas diante da crise arrecadatória enfrentada desde o início da atual gestão, apresentou pequena realização financeira em 2016 e nula em 2015, assim como 2017, onde não obteve desbloqueio do recurso. Mesmo com a carência de recursos financeiros para realização de eventos culturais, registra-se por vocação e por protagonismo de entes e agentes culturais, diversas atividades com apoio da Administração Regional e Secretaria de Cultura em 2017. Cerca de 20.000 presenciaram os eventos realizados na cidade, dos quais destacamos:

1) "19ª Paixão do Cristo Negro".

2) 12 Edições do "Sarau Complexo", promovido pelo atuante conselho de cultura da cidade, chegando neste ano em sua centésima edição.

3) Uma das etapas do "Brasília Junina", mantendo a tradição dos circuito e festivais de quadrilha juninas.

4) Diversas apresentações e oficinas nos espaços culturais da cidade (próprios da Administração Regional), em especial o "Espaço Imaginário", onde recebeu eventos do circuito cultural do DF, como por exemplo "Cena Contemporânea", passando pelo espaço, mais de 4.000 pessoas durante 2017.

5) Recebimento de diversos eventos, patrocinados pelo Fundo de apoio à Cultura – FAC.

6) Recebimento provisório do Complexo Cultural de Samambaia. Este último ponto vem de forma a engrandecer ainda mais o fazer cultural da cidade, que enche de orgulho os fazedores de cultura não somente de Samambaia, mas de todo o Distrito Federal.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**350.000,00**	**350.000,00**	**182.509,07**	**182.509,07**
0054 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- SAMAMBAIA	350.000,00	350.000,00	182.509,07	182.509,07
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**210.000,00**	**210.000,00**	**131.684,09**	**131.684,09**
7183 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	210.000,00	210.000,00	131.684,09	131.684,09
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**560.000,00**	**560.000,00**	**314.193,16**	**314.193,16**

Em decorrência do processo de recuperação financeira em curso pelo Governo de Brasília, somente em 2017, foi possível o pagamento de conversão de licença prêmio em pecúnia somente aos servidores aposentados em janeiro de 2016, sendo os demais pagamentos, referente a acertos de contas e ressarcimento de salários e encargos no corrente ano.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5831 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- SAMAMBAIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**6.960.047,00**	**6.816.047,00**	**6.388.179,72**	**6.388.179,72**
8901 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	6.960.047,00	6.816.047,00	6.388.179,72	6.388.179,72
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**500.000,00**	**500.000,00**	**472.053,39**	**472.053,39**
9706 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	500.000,00	500.000,00	472.053,39	472.053,39
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.685.396,00**	**564.930,14**	**338.124,31**	**309.240,34**
9783 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	1.685.396,00	564.930,14	338.124,31	309.240,34
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**80.000,00**	**42.956,00**	**4.133,26**	**4.133,26**
5892 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- SAMAMBAIA	80.000,00	42.956,00	4.133,26	4.133,26
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9782 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**300.000,00**	**98.635,00**	**55.051,71**	**55.051,71**
5384 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- SAMAMBAIA	300.000,00	98.635,00	55.051,71	55.051,71
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**9.645.443,00**	**8.022.568,14**	**7.257.542,39**	**7.228.658,42**

Em 2017, em comparação com os anos anteriores, quando da drástica redução das receitas do DF,a gestão e manutenção e serviços ao Estado, mesmo que de forma modesta, apresentou mais avanços que em 2016. Isso, não significa que foi aberto mão da racionalidade e economicidade com os gastos, ou a elevação da folha salarial. Manteve-se o víeis da observância do gasto com a Administração de Pessoal, porém, sendo possível pequenos investimentos, além de assegurar o desenvolvimento das atividades administrativas e finalísticas da administração regional, com a regularidade dos pagamentos de salários, encargos sociais e benefícios aos servidores.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	30
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	5
Encaminhamento - CDS/ Na hora	60
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	87
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	100
Trabalho com Grupos - Gestantes	10
Trabalho com Grupos - Idosos	5
Trabalho com Grupos – Mulheres	11
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	3
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	15
Trabalho com Grupos - Remoções	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	55
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	45
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	55
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	35
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	42

As ações que nortearam a promoção e assistência social no âmbito da Administração Regional de Samambaia no ano de 2017, passaram pelo fortalecimento das relações com entidades diversas de nossa cidade, bem como uma aproximação ainda maior dos diversos órgãos que atuam diariamente com as questões sociais da comunidade. Desta forma foi possível diversas parcerias e ações conjuntas, com o objetivo maior, de políticas públicas e sociais com vistas a garantia de direitos, o processo inclusivo e de assistência aos mais necessitados.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	2	2.000
Teatro	5	200
Música	5	2.500
Dança	3	700
Artes Plásticas	0	0

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Literatura	0	0
Outros eventos	18	16.000

Cinema Gratuito na Praça do Cidadão em Samambaia.



Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	545
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	23
	568

Desde que foi implantado o sistema RLE (Registro de Licenciamento de empresas) a Administração Regional de Samambaia, tem atuado na consulta de viabilidade via o Sistema.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	3	5.000
Eventos esportivos	12	20.000
Outros	4	6.000

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	119	7.572,43
Habitação Coletiva	11	36.881,31
Industrial	0	0,00
Comercial	1	1.852,09
Institucional Público	4	4.473,92
Institucional Privado	1	332,72
	136	51.112,47

Foram emitidos pela Administração Regional alvarás de construção para edificações simples que autoriza o início de uma obra particular ou pública de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei 2.105/98 e no Decreto 19.915/98.
O alvará de construção tem validade de oito anos, contados a partir da data de sua expedição, podendo ser renovado por igual período, após a conclusão das fundações o alvará de construção tem validade imprescritível. A obra só é considerada concluída quando a Carta de Habite-se é emitida.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	80	9.807,33
Habitação coletiva	12	65.606,49
Industrial	1	1.142,71
Comercial	6	8.082,92
Institucional	1	1.541,98
	100	86.181,43

Foram expedidas as cartas de habite-se para edificações simples, comercial e unifamiliar com acréscimo ou decréscimo de área, executadas de acordo com os projetos aprovados ou visados, que pode ser parcial ou em separado.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	153,00	12.307,43
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	119,00	7.572,43
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	20,00	10.874,40
Elaboração de Croquis	80,00	8.474,90
Levantamento para Carta de Habite-se	80,00	11.224,95

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	218
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	4
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	4

As ações, em 2017, por meio de visitas realizadas, gerou notificação junto as bancas fechadas/abandonadas e inadimplentes. Foi realizado ainda o levantamento de todos os boxes abertos e fechados, bem como a cobrança e emissão de guia DARE-2016 a 2017, para o pagamento do preço público. Em alguns casos, os referidos valores foram atualizados. Vale ressaltar, a exemplo dos feirantes da Feira da 510, após convocação e notificação, a efetivação de cadastro nos SISLANCA - Sistema Integrado de Lançamento de Créditos do Distrito Federal.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	15
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	805
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.276
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	584
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	43
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	82

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	6
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	55
Transferência de domicílio	845
Averbações de certificado de alistamento	2.801
Outros	6.117

Em 2017 foi implantado o alistamento online, no qual, ficou possibilitado aos cidadãos o alistamento sem a necessidade de se deslocar a junto militar, com isso, consequentemente diminui a procura na JSM, ocorrendo atendimento (a classe convocada, ano 1999), quando os mesmos não tinham acesso à internet. Com a possibilidade de impressão do CAM, pelo novo sistema, fez que também diminuísse o atendimento, ocorrendo somente juramento da bandeira e entrega do certificado de dispensa. Os demais atendimentos, como por exemplo a 2º via de CDI, ocorrem normalmente. A partir de agosto, ocorreu a mudança em todos os documentos, sendo também a partir deste período a retirada de 2ª Via do CAM pelo novo sistema.

Ação de conscientização durante Juramento a Bandeira



Atividade do Juramento a Bandeira



Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	3.456,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	62,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	472,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	30,00
Recuperação de calçadas/ M²	450,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	2,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	2.520,00
Remoção de entulhos/ M³	4.320,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	9.000,00
Serviços de terraplanagem/ M³	1.200,00
Roçagem manual/ M²	1.200,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	87
Faixas recolhidas das vias públicas	3.700

Ressaltamos que os serviços de roçagem mecânica, construção de passeio, rede de águas pluviais e recapeamento asfáltico realizados em 2017, foram feitos pela NOVACAP, que detém os números dos serviços executados.

Devido a redução da força de trabalho e a carência de maquinário para determinadas ações, ainda fruto do processo de recuperação financeira, grande parte dos serviços executados dependem de parceria com a NOVACAP, por meio de seus contratos para os serviços de execução de Tapa Buracos, recuperação de vias, bem como a confecção de quebra-molas, obstrução de boca de lobo ente outros. O mesmo acontece com a Manutenção de área verde, praças e passeios, onde, registra-se a roçagem sistemática e contínua, também sendo uma porcentagem mínima realizada por parte da Administração Regional, ficando a cargo da NOVACAP e seus referidos contratos. Com intuito de melhorar e ampliar estes atendimentos, em 2017, de forma estratégica, por meio de portaria conjunta, a Administração Regional, descentralizou recursos na ordem de aproximadamente 2,1 milhões de reais para execução destes serviços. Com a redução do quantitativo de maquinário a remoção de entulho passou a depender de ações como o "Cidade Limpa" para sua maior eficácia, sendo realizado em 2017, umas das maiores ações com o objetivo de atender e as demandas existentes.

Com a força de trabalho da Administração Regional de Samambaia, por meio do convênio com a FUNAP, foi possível ampliar as realizações de diversos tipos de serviços, garantindo ações em locais estratégicos e com prioridade alta.

Deve-se registrar a grande demanda existente em Samambaia para diversos serviços e a recorrência principalmente de despejos de entulho em diversas áreas da cidade.

Obras de pavimentação e recuperação de vias



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Vale destacar a parceria junto ao SEBRAE com realizações de cursos e feira com vista a capacitação de micros e pequenos empresários e o desenvolvimento econômico local.

O fortalecimento do conselhos e atuação mais próxima tem permitido ações e auxiliado em tomadas de decisões a partir das discussões recorrentes.

O processo de retomada da implantação do esgoto das Quadras 800 e 1000 da Expansão de Samambaia.

Obras de instalação Esgoto nas quadras 800 e 1000 de Samambaia



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Passados dois anos do início da atual Gestão, em 2017 demonstrou-se um ano de melhor funcionamento da máquina pública, mesmo que de forma tímida devido sua recuperação,

ocorreram avanços significativos na gestão. A Administração Regional de Samambaia, após consolidada a estrutura implementada, assim como as outras Administrações, se fortalece institucionalmente com aprovação e publicação do Regimento Interno, em substituição ao de 1994, após diversas minutas e tentativas de colocar em vigor. Isto vem demonstrar a arrumação proposta e a consolidação dos ajustes necessários ao funcionamento da máquina administrativa.

Como falado anteriormente os avanços são tímidos, porem sólidos e que apontam para o rumo consistente com perspectivas de crescimento responsável e gestão eficiente. Mesmo com tais avanços, ainda estamos em recuperação, que nos faz recorrer aos rearranjos necessários à prestação e manutenção dos serviços públicos à comunidade dentro da margem da prudência e adequações dos recursos disponíveis, afim de garantir dentro do princípio da eficácia e economicidade, o funcionamento administrativo do órgão e ações e realizações que visam atender as demandas apresentadas pela comunidade ou observadas e levantadas pelos setores e unidades desta Administração Regional.

Com a força de trabalho enxuta, buscou-se a capacitação e formação dos servidores em especial os de cargo comissionado sem vínculos, restabelecendo rotinas e buscando alternativas por meio de parcerias com vistas a solucionar e executar ações que atendam às necessidades recorrentes em nossa cidade. Vale frisar que a restauração da capacidade operacional da sua enxuta força de trabalho, deve restabelecer sua autonomia administrativa e sua capacidade produtiva, com a incorporação de profissionais técnicos habilitados para a execução das questões jurídicas, dos processos licitatórios, dos projetos urbanísticos bem como de suas atividades sociais e culturais, dentre outros setores fortemente prejudicados, para cuja eficiência e efetividade faz-se cogente a atuação de equipe multidisciplinar tecnicamente preparada, tecnologicamente apoiada e profissionalmente motivada.

Como mencionado, dentro deste rearranjo, buscou-se parcerias estratégicas, que foram além das previstas dentro lógica institucional e administrativa, estabelecidas com outros órgãos, ocorrendo também com as entidades, conselhos e demais seguimentos organizados da sociedade. Viabilizando ações e resultados satisfatórios abaixo descritos.

Atuação junto aos conselhos de Segurança, Saúde, Cultura e CLP (Conselho Local de Planejamento), foram adotadas ações e atuações juntos algumas pastas, que possibilitaram a ampliação e melhoria de estrutura na área da Saúde. Acompanhamento e monitoramento com vistas ao funcionamento do Complexo Cultural de Samambaia, entregue em 2017. Ampla participação comunitária, com vistas as estratégias de segurança para a redução de índices de criminalidades. Ampla discussão junto à comunidade com vistas ao projeto de Lei complementar da LUOS.

Com os poucos recursos disponíveis realizamos, ainda execução de obras de passeio, desobstrução de inúmeras bocas de lobo, e com a supervisão da NOVACAP, serviços como, poda de árvore, em locais estratégicos do ponto de vista da política de segurança pública, tudo isto executada pela força de trabalho formada por Reeducandos, por meio do contrato Administração Regional/FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal. O mesmo acontece com os equipamentos públicos, de esporte e lazer, com pequenos reparos quando possível.

Em parceira com o DETRAN, sendo possível realizar diversas obras de sinalização e autorizações para instalações de redutores de velocidade (quebra-molas) e barreiras eletrônicas, atendendo a demandas antigas apresentadas pela comunidade.

Instalação de redutores de velocidade



Em parceria com SEBRAE, mantivemos um posto de atendimento na sede da Administração Regional, com vistas ao atendimento e orientação, diariamente, ao público interessado.

Na promoção social, mantemos o diálogo com demais segmentos da nossa cidade, a exemplo do esporte (Ligas e Associações), movimento comunitário, inclusive religiosos, e entidades do terceiro setor. Mesmo com uma estrutura reduzida, a Administração buscou apoiar as diversas ações e eventos, impulsionou-se a participação do poder público em ações sociais, esportivas e culturais. As parcerias com a Coordenação Regional de Ensino, as Forças de Segurança Pública, permitiram o suporte às ações e programas nas respectivas áreas, como por exemplo a instalação do Batalhão de Motopatrulhamento tático em Samambaia. Vale ainda destacar neste campo, os trabalhos com idosos e suas associações, ampliando atendimento por meio de cessão de espaço e com realização de atividades voltadas para este público.

Atividades com os idosos.

No transporte, por meio de ampla discussão com a Secretaria de Mobilidade - SEMOB, DFTRANS, pode buscar melhoria com a implantação da integração no terminal Samambaia Sul do metrô, e as instalações e remoção para adequação de abrigos em ponto de ônibus.

Referente as ações de urbanização, em 2017, diante o processo de recuperação financeira, em parceria com a NOVACAP, a Administração Regional, descentralizou recursos na ordem de aproximadamente 2,1 milhões de reais para execução de serviços por meio de contratos daquele órgão, para execução de Tapa Buracos, recuperação de vias, bem como a confecção de quebra-molas, obstrução de boca de lobo, manutenção de área verde, praças e passeios, ente outros. Foi possível ainda em 2017, a realização de obras de iluminação pública, com instalação e ampliação de rede, atendendo demandas antigas da população e garantindo qualidade de vida e melhoria também na área de segurança. Deve-se registrar a redução do quantitativo de maquinário na administração regional, sendo fundamental a parceria com o SLU, para a remoção de entulho, sendo realizado em 2017, o programa cidade limpas de grande importância para o atendimento de demandas recorrentes.

Lançamento do programa Cidades Limpas em Samambaia



Limpeza de Área Pública



Por fim, é de suma importância registrar a entrega de equipamentos públicos à população de Samambaia, durante este período, como por exemplo os terminais rodoviários, os centros de primeira infância – CEPI, Campo Sintético da Quadra 319. Além do Aterro Sanitário que beneficiará todo o Distrito Federal. Vale destacar que entre os avanços e consolidação desta cidade, houve o suporte a entrega de mais de oito mil escrituras durante todo o ano.

Terminal Rodoviário



A perspectiva para 2018 é de um ano de maior execução e mais realizações, pois tivemos no ano 2017 melhores resultados do que foi o ano de 2016, e por tendência, é natural mais ações e maior número de atendimentos a demandas apresentadas.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - XIII – UO: 59.115

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências



A autorização para a criação da Região Administrativa de Santa Maria se deu por meio da Lei nº 348/92, de 04/11/92. Sua criação foi vinculada ao Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, em lotes semi-urbanizados. O Governo loteou uma área do Núcleo Rural Santa Maria e transferiu os moradores das invasões do Gama e das demais localidades do Distrito Federal.

Regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93, de 10 de fevereiro de 1193, surgiu oficialmente no mapa do Distrito Federal, que a constituiu como RA XIII, Região Administrativa do Distrito Federal.

A Administração Regional de Santa Maria, foi criado por meio da Lei nº 423 de 23 de março de 1993, e é vinculada a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, conforme Decreto nº 37.625 de 15 de setembro de 2016, art. 3º e, de ac ordo c om o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.094 de 28 de março de 2017, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas; supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades; supervisionar, fisc alizar e exec utar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

Santa Maria é composta de área urbana, rural e militar.

Na área rural, estão os Núcleos Rurais Alagado e Santa Maria, onde predominam as atividades de agropecuária e a exploração de jazidas de cascalho. Na área militar, estão localizados o Centro Integrado de Defesa Aéreo e Controle do Tráfego Aéreo – Cindacta, do Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa, pertencente ao Ministério da Marinha.

O nome Santa Maria originou-se do nome do rio que existia no local com nome de Rio Santa Maria. A Região Administrativa tem como Padroeira a Santa Mãe de Deus, com data de culto público em 1º de janeiro, sendo ponto facultativo na Região Administrativa, conforme a Lei nº 2.908, de 05.02.2002.

É uma região administrativa do Distrito Federal que compreende as áreas da Marinha, Saia Velha, Polo JK, além da própria Santa Maria, e se localiza a 26 km do centro de Brasília.

A cidade é rodeada por dois ribeirões, Alagados e Santa Maria, este originando o nome da cidade. As primeiras quadras foram ocupadas a partir de fevereiro de 1991.

O Decreto nº 38.052, de 10 de março de 2017 regulariza o PRÓ/DF em Santa Maria - áreas destinadas a abrigar grandes indústrias - ele tem a finalidade de beneficiar com a concessão do terreno onde estão localizadas as empresas mediante assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra junto a TERRACAP. O Polo JK faz parte da área de desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Localizado no centro do País, facilita o transporte para escoamento dos produtos com acesso a uma grande malha viária terrestre.

Umas das principais avenidas de Santa Maria, é a avenida Alagados, onde se concentra boa parte da economia de Santa Maria e algumas agências bancárias.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	13	0	6	24
Comissionados sem vínculo efetivo	48	0	0	0	48
Requisitados de órgãos do GDF	0	8	0	4	12
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	12	0	0	12
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	2	0	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	7	0	14	21
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	53	42	0	24	119
(-) Cedidos para outros órgãos	0	7	0	0	7
Total Geral	53	35	0	24	112

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**0,00**	**550.000,00**	**0,00**	**0,00**
0017 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO SANTOS DUMONT- SANTA MARIA	0,00	60.000,00	0,00	0,00
0019 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA DO CEM 416- SANTA MARIA	0,00	170.000,00	0,00	0,00
0020 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA DO CED 310- SANTA MARIA	0,00	170.000,00	0,00	0,00
0030 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA NA ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA- SANTA MARIA	0,00	150.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**0,00**	**550.000,00**	**0,00**	**0,00**

OBSERVAÇÃO:

A Administração Regional de Santa Maria passou por mudanças na Coordenação de Licenciamento de Obras e Manutenção, responsável em dar andamento nos projetos de obras e engenharia, embora tenha iniciado o Processo de Licitação para realizar as Reformas de Quadras, não houve tempo hábil para executar todos os projetos que aguardavam.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**5.368.716,00**	**770.189,00**	**764.350,30**	**34.350,30**
0011 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SANTA MARIA-SANTA MARIA	600.000,00	0,00	0,00	0,00
0012 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XIII EM 2017- SANTA MARIA	1.500.000,00	730.000,00	730.000,00	0,00
0013 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM SANTA MARIA, REGIÃO DO SETOR HABITACIONAL TORORÓ- SANTA MARIA	700.000,00	0,00	0,00	0,00
0014 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM SANTA MARIA, INCLUINDO O SETOR DO CONDOMÍNIO PORTO RICO-SANTA MARIA	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0015 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- SANTA MARIA	1.000.000,00	1,00	0,00	0,00
4507 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	579.716,00	40.188,00	34.350,30	34.350,30
4518 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E MELHORIAS-SANTA MARIA	339.000,00	0,00	0,00	0,00
9950 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM SANTA MARIA- SANTA MARIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9536 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SANTA MARIA	80.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**30.000,00**	**7.600,00**	**7.600,00**	**7.600,00**
0004 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ATENDER A MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS NA RA XIII- SANTA MARIA	0,00	7.600,00	7.600,00	7.600,00
9189 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**100.000,00**	**348.524,00**	**348.523,57**	**0,00**
0017 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EM PROL DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
0056 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NA RA XIII EM 2017- SANTA MARIA	0,00	248.524,00	248.523,57	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**5.578.716,00**	**1.126.313,00**	**1.120.473,87**	**41.950,30**

1110-0012 – (EP) Execução de Obras de Urbanização - Na RA XIII EM 2017 – Santa Maria.

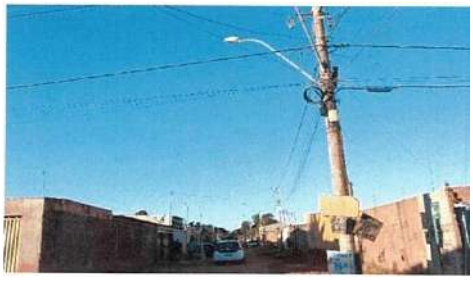
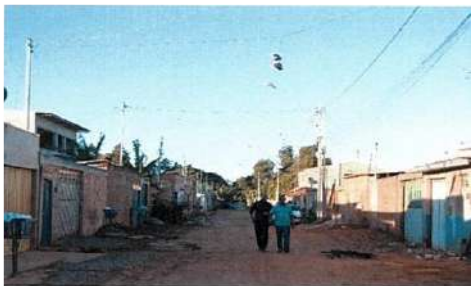
A cidade de Santa Maria transformou-se em um verdadeiro canteiro de Obras com diversas obras de urbanização em várias quadras, como a Execução de Base para Ponto de Encontro Comunitário - PECs, construção de c alçadas em concreto, meios fios, rampas de acessibilidade, plantio de grama e ciclovia.





1110-4507 – Execução de Obras de Urbanização-Realização de obras de infraestrutura e urbanização-Distrito Federal.

Instalação de Iluminação Pública, braços pesados com luminárias e lâmpadas VSAP, no Condominio Porto Rico nas áreas da 2ª e 3ª Etapas. 29/6/2017.

1836-0017 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública –em Prol da Comunidade de Santa Maria-Distrito Federal

Instalação de Iluminação Pública na CL 106 Conj. A, B, C e D de Santa Maria




1836-0056 – Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública-na RA XIII em 2017-Santa Maria.

Instalação de Iluminação Pública na Pista de Bicicross em Santa Maria





REFORMA RESTAURANTE COMUNITÁRIO

8508-0004 – A Secretaria SEDESTMIDH, órgão responsável pelo Restaurante Comunitário, em parceria com o Administração Regional, a qual pertence o imóvel, que é cedido para uso do Restaurante, Reformou o espaço, local bastante procurado pela população devido ao valor simbólico da refeição e serve uma comida de qualidade. Serve em média 1.300 refeições diárias, chegando a 2.400 refeições nas sextas-feiras. A Secretaria responsável pela mão de obra, forro e as telhas, enquanto a Administração Regional com manta asfáltica e materiais de areia, cimento, telhas entre outros.







OBSERVAÇÃO: Dos Programa temático 6210 – Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, prevista para as ações abaixo relacionadas, foram dotadas apenas na previsão inicial, não tendo sido descontigenciado:

1110-0011 – (EP) Execução de Obras de Urbanização-Execução de obras de infraestrutura e urbanismo-Santa Maria.

1110-0013 – (EP) Execução de Obras de Urbanização-Execução de obras de urbanização e infraestrutura em Santa Maria.

1110-0014- (EP) Execução de Obras de Urbanização-Execução de obras de urbanização e infraestrutura em Santa Maria, incluindo o Setor do Condomínio Porto Rico-Santa Maria.

1110-0015 – (EP) Execução de Obras de Urbanização-Execução de obras de urbanização e infraestrutura em 2017 – Santa Maria.

1110-4518 – Execução de Obras de Urbanização –e Melhorias-Santa Maria

1110-9950 – (EP) Execução de Obras de Urbanização-Execução de obras de urbanização em Santa Maria

1763-9536 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública - Santa Maria

8508-9189 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas-Administração Regional-Santa Maria

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9761 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA-- SANTA MARIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**300.000,00**	**351.547,00**	**301.547,00**	**260.119,04**
0009 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-EM 2017 NA RA XIII- SANTA MARIA	0,00	120.000,00	120.000,00	96.054,86
8523 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- SANTA MARIA	300.000,00	231.547,00	181.547,00	164.064,18
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**320.000,00**	**351.547,00**	**301.547,00**	**260.119,04**

2426-0009 – (EP) Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família-em 2017 na RA XIII-Santa Maria – Assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Administração Regional. Processo n. 143.000.292/2017

2426-8523 – Fortalecimento das ações de apoio ao interno e sua família – Contrato celebrado com Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – Assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Administração. Processo n. 143.000.259/2014.

A mão de obra dos reeducandos da FUNAP é fundamental para o pleno exercício das atividades operacionais desenvolvidas na Administração Regional de Santa Maria, esse trabalho está demonstrado nas ações realizadas, como limpeza de boca de lobo, poda, limpeza da Praça Central, pintura de meios fios, entre outras.

2094-9761 – Promoção de Assistência Social Comunitária – Santa Maria. – Prevista na dotação inicial, mas não foi descontigenciado

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**130.000,00**	**21.715,00**	**21.714,66**	**21.714,66**
5990 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- SANTA MARIA	60.000,00	14.715,00	14.714,66	14.714,66
5991 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	30.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
5992 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	40.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**130.000,00**	**21.715,00**	**21.714,66**	**21.714,66**

3678-5990 - A FASSANTA - ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SANTA MARIA

Faz parte do calendário oficial de atividades culturais da RA, mas a grande diferença foi o processo de escolha dos artistas, de forma democrática, propiciou aos artistas da comunidade a oportunidade para participar do evento e desenvolver a economia da cidade, foram realizadas diversas atividades esportivas, culturais e de lazer, beneficiando a população como forma de possibilitar saúde e bem estar social, propiciando qualidade de vida aos moradores da cidade de Santa Maria.

3678-5991 – Realização de Eventos-Culturais-Administração Regional-Santa Maria – Contração de Artistas para o Aniversário da Cidade.

Abertura da FASSANTA – Quinta Gospel



FASSANTA – Sexta Sertaneja/Moda de viola



FASSANTA – Sábado pela manhã – Desfile Cívico





FASSANTA – Sábado à tarde – Som Automotivo





FASSANTA – Sábado à noite – Show da Banda Jhonny e Rahonny





FASSANTA – Domingo - manhã – Encontro com Pets em parceria com o SENAC





FASSANTA – Domingo manhã – Teatro para as crianças





FASSANTA –Domingo à tarde – Batalha de Rima, Break e show de Rap





FASSANTA – Domingo à noite – Encerramento com Os Cats do forró





0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**279.500,00**	**1.493.934,00**	**1.344.363,46**	**1.344.363,46**
7184 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	279.500,00	1.493.934,00	1.344.363,46	1.344.363,46
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**279.500,00**	**1.493.934,00**	**1.344.363,46**	**1.344.363,46**

9050.7184 – Trata-se de ressarcimento ao **Fundo Constitucional** de servidores da Polícia Militar do Distrito Federal com o ônus para Administração Regional e acertos de contas de nomeações e exonerações, conforme consta no Processo n. 143.000.493/2016

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**30.048,00**	**10.048,00**	**7.251,60**	**7.251,60**
5342 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- SANTA MARIA	30.048,00	10.048,00	7.251,60	7.251,60
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5822 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- SANTA MARIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**5.956.319,00**	**5.757.459,00**	**5.108.391,44**	**5.108.391,44**
8902 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	5.956.319,00	5.757.459,00	5.108.391,44	5.108.391,44
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**675.000,00**	**415.000,00**	**336.528,90**	**336.528,90**
9707 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	675.000,00	415.000,00	336.528,90	336.528,90
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**707.707,00**	**285.058,99**	**277.183,45**	**241.882,20**
9784 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	707.707,00	285.058,99	277.183,45	241.882,20
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**20.010,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5189 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	20.010,00	1,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9840 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**8.409.084,00**	**6.467.566,99**	**5.729.355,39**	**5.694.054,14**

2396-5342 – Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas – Santa Maria: Aquisição de equipamentos e peças de reparos como redutores de vazão, rebaixos flexíveis etc.

Objetivando reduzir o consumo de água na Administração Regional e nos prédios próprios dessa RA XIII.

8502.8902 – Remunerar Servidores Ativos da Administração Regional de Santa Maria.

8504-9707 – Concessão de benefícios: auxílio alimentação, auxílio creche e auxílio transporte aos servidores ativos.

8517-9784 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Administração Regional: Aquisição de Equipamentos de Moto Poda e Moto Serra, visando atender a manutenção das áreas públicas melhorando o desempenho dos serviços operacionais da RA XIII.

8517-9784 – Manutenção dos serviços administrativos: CAESB

OBSERVAÇÃO: do Programa temático 6001 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desenvolvimento, prevista para as ações abaixo relacionadas, foram dotadas apenas na previsão inicial, não tendo sido descontigenciados:

4088-5822 – Capacitação de Servidores-Santa Maria

2557-5189 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação-Administração Regional-Santa Maria.

1984-9840 – Construção de Prédios e Próprios-Administração Regional-Santa Maria

ATIVIDADES

Promoção e Assistênciaia Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	96
Encaminhamento - Habitação, C EB, C AESB	4.600
Encaminhamento - C DS/ Na hora	100
Encaminhamento - SINE/ APEC / C RAS/ C REAS	300
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	100
Trabalho com Grupos - Gestantes	100
Trabalho com Grupos - Idosos	100
Trabalho com Grupos – Mulheres	80
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	3
Trabalho com Grupos – C rianças e Adolescentes	14
Trabalho com Grupos - Remoções	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	50
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	64
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	1.300
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	66
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	

PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CESTA BÁSICA E CESTA VERDE

O Programa Desenvolvido pela Administração Regional, que visa ajudar as famílias carentes que procuram o setor público em busca de condições básicas para sobrevivência que é a alimentação. A ação social conta com a parceria de comerciantes e instituições como Ceasa, PMDF, CBMDF, Liga de Futebol, Instituto Cidadania, Mão Amiga, Ministério Público-MPDFT que regularmente doam alimentos e concomitante a isso **há ações** com o intuito de arrecadar gêneros alimentícios para sustentar essa Ação Social, como os campeonatos solidários.

A Administração Regional organizou um jogo de futebol entre os times do Gama e Santa Maria, com intuito de arrecadar alimentos para serem doados a comunidade carente (famílias previamente cadastradas) da cidade. E a entrega do Alimentos arrecadados aos moradores de Santa Maria.





CESTA BÁSICAS

Distribuição de Cestas Básicas do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e da GERSAN (Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional), a Administração colaborou com a logística (caminhões e servidores) para realizar essa ação em conjunto com CRAS, que estava com uma demanda de 3.000 cestas para serem entregues e normalizar o atendimento mensal. Essa ação se realizou em três meses





1º ENCONTRO DA MELHOR IDADE DE SANTA MARIA

Atenção com a melhor idade, visando a inclusão social, interagir e proporcionando lazer, saúde: com aferição de pressão arterial, glicose, a Administração Regional contou com o apoio das Escolas de enfermagem e a Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central – FACIPLAC.





BAILE DE CARNAVAL DO GUARÁ

Com o objetivo de promover lazer e cultura a Melhor Idade, eles foram levados para um passeio o Baile de Carnaval no Guará.





TARDE DANÇANTE - INCLUSÃO DO IDOSO E PALESTRA MOTIVACIONAL





DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Comemoração ao Dia Internacional da Mulher promovido pela administração em parceria com a Associação Atlética de Santa Maria.





ENXOVAL SOCIAL

A Comunidade carente de Santa Maria precisa do apoio de políticas sociais voltadas para atender as suas necessidades como é o casso do Projeto Enxoval Social, voltado para ajudar as mãezinhas que não tem condições para comprar o básico como roupas, banheira, fraldas e demais itens para a chegado dos seus filhos. Sempre que surgem a demanda é providenciado enxoval. Foram realizados três chás de bebe durante o ano de 2017.





BAILE DE DEBUTANTES

São escolhidas 15 adolescentes de famílias carentes (excepcionalmente em 2017 foram 16 meninas). O objetivo é conscientizar as participantes, através de encontros, a valorizarização familiar, a prevenção a gravidez na adolescência, prevenção ao uso de drogras, orientação vocacional e motivacional e proporcionar a oportunidade de realizar um grande sonho das adolescentes que não tem condições. A parceira dos empresários é fundamental para a organização desse evento.





ARTESANAT**O**

O evento é uma solicitação antiga dos mais de 100 artesãos da cidade. Esse projeto piloto consistirá na montagem de uma estrutura coberta de 300m2 em frente ao Shopping de Santa Maria. Lá os artesãos poderão expor e comercializar seus produtos.

ENTREGA DE CARTEIRA DE ARTESÃO E A 1ª EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO DE SANTA MARIA





2º EXPOSIÇÃO DE ARTENATO NO SHOPPING DE SANTA MARIA





FESTA DIAS DAS CRIANÇAS

Objetivo do evento é promover diversas atividades interessantes, proporcionando as crianças a oportunidade de lazer, esporte e sociabilidade educativa, estimulando a autoestima infantil, evidenciando direitos e deveres das crianças.

NATAL SOLIDÁRIO

Dezembro é um mês de confraternização e renovação, foi realizado esse evento para promover momentos de harmonia, alegria entre as crianças e adultos, enfatizando o espírito natalino e solidário, fortalecendo a família, a educação, os valores morais e sociais, nesse intuito foi oferecido a cerca de 800 pessoas a Ceia de Natal para famílias carentes cadastradas na Administração e a distribuição de aproximadamente 1.000 brinquedos.





Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	1.100
Teatro		
Música	28	10.000
Dança	5	2.000
Artes Plásticas		
Literatura		

Outros eventos	2	500

CULTURA

Convocação do movimento Hip Hop para o evento – Aviva HIP HOP realizado pela Secretaria de Cultura e com apoio da Administração Regional



Biblioteca Sul

A biblioteca pública Carlos Drummond de Andrade, localizada na Qr 204 de Santa Maria. Moradores destacam-se em concursos, isto porque o principal local de estudo foi a biblioteca pública da cidade



PARADA LGBT

Descentralização de Crédito da Secretaria de Estado de Cultura para da parada LGBT em Santa Maria, e foram confeccionadas camisetas com mensagens educativa de prevenção ao preconceito e a aceitação da diversidade.



CINE PEDAL BRASIL

A Gerência de Cultura em parceria com a empresa Cine Pedal Brasil, realizaram o evento CINE PEDAL BRASIL, como forma de incentivo do uso da bicicleta como fonte de lazer, esporte e gerador de energia limpa. O evento contou com a participação de 134 pessoas da comunidade que revezaram as pedaladas para gerar energia para rodar o filme, contou também com 100 cadeiras





Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	18
Habitação Coletiva	
Comercial	42
Industrial	14
Área Rural	6
Outros (Eventual)	56
	118

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	6	8.000
Eventos esportivos	17	12.000
Outros	2	4.000

ESPORTE E LAZER

1º Congresso Técnico da Gerência de Esportes - reuniu os gerentes das escolinhas da cidade para passar as instruções sobre as novas regras de uso dos campos da cidade, facilitando o acesso da comunidade aos espaços públicos





KITS DE UNIFORMES DE FUTEBOL

Recebimento dos kits de uniformes confeccionados pela FUNAP para doação para as Escolas de futebol, na categorias de base, veteranos, para os Campeonatos em Santa Maria.





CAMPEONATO SOLIDÁRIO

A Gerência de Esporte e Lazer desenvolveu um Campeonato Solidário entre as instituições públicas de Santa Maria: ADM.,PMDF, CBM, HRSM, SLU, como objetivo de arrecadar alimentos.

PROGRAMA BOLEIROS

O programa Boleiros, da Secretaria de Esporte, passou a beneficiar também a categoria de base do futebol de Santa Maria, antes o programa alcançava apenas a liga de Esporte Amador. O programa Boleiros oferece apoio a ligas de futebol, nas regiões administrativas, por meio da contratação de equipe de arbitragem. A Administração Regional esteve presente em diversos Campeonatos na cidade, organizados por outras instituições e contou com o apoio dos espaços públicos – ginásio poliesportivo, campo sintético, medalhas e troféus

CAMPEONATO DA LIGA DE BASE EM SANTA MARIA





- FINAL DA MINI COPA AMADOR – LIGA DE FUTEBOL DE SANTA MARIA
- CAMPEONATO DOS VETERANOS

APOIO

Diversas atividades Esportivas realizadas na Cidade e contou com o Apoio da Administração Regional de Santa Maria, com troféus, espaço público do Ginásio Poliesportivo, Campo Sintético e outras Quadras de Esportes da Cidade.

Campeonato de Futsal Feminino Santa Maria 2017 e Cerimônia de Premiação dos Times do Campeonato de Futsal Lifusa de Santa Maria





Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	42	13.194,04
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	42	13.194,04

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	18	34.046,98
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
	18	34.046,98

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições		
Elaboração de Croquis		
Levantamento para Carta de Habite-se		

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	292

Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	
Recadastramento de Feiras	
Fiscalização de Feiras	84

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	2

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	15.000,00
Vistorias realizadas	10
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	4
Cooperativas	1
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.982
1ª Via C DI - Certificado de Dispensa de Incorporação	1.380
2ª Via C DI - Certificado de Dispensa de Incorporação	832
1ª Via C I-Certificado de Incorporação	10
2ª Via C I-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via C DSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	6
2ª Via C AM-Certificado de Alistamento Militar	138
Transferência de domicílio	105
Averbações de certificado de alistamento	1.982
Outros	503

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	
Confecção de quebra-molas/ Unidade	
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	
Recuperação de calçadas/ M²	
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	

Capina, varrição e rastelagem/ M²	
Remoção de entulhos/ M³	
Reposição de meios-fios/ Unidade	
Serviços de terraplanagem/ M³	
Roçagem manual/ M²	
Serviços de roçagem mecânica/ M²	
Recapeamento asfáltico/ M²	
Passeios (construção) / M²	
Rede de águas pluviais/ M	
Podas de árvores/Unidade	
Faixas recolhidas das vias públicas	

AÇÃO DE LIMPEZA NO PÓLO JK

A Administração Regional de Santa Maria, responsável pela força-tarefa em parceria com a **Novacap,** recolheu aproximadamente cerca de 150 toneladas de entulho, no Pólo JK, nessa atividade foram utilizados 15 caminhões e duas pás carregadeiras.





RECUPERAÇÃO DE ÁREAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

A Região Administrativa tem atuado na conscientização dos moradores para não jogar lixo nas ruas, evitando assim a proliferação de doenças, em muitos lugares que antes eram lixões foram transformados em jardins e hortas comunitárias.





LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO PARQUE ECOLÓGICO DE SANTA MARIA

A população de Santa maria anseia pela implantação do Parque Ecológico – uma opção de lazer familiar e para a prática de esportes, aproveitando os espaços arborizados. A Pedra fundamental foi lançada, muitas mudas foram plantadas e muitas ações para concretizar esse projeto já estão em andamento





LIMPEZA E PLANTAÇÃO DE MUDA NO PARQUE ECOLÓGICO

O Projeto "Resgate do Ribeirão" tem como objetivo revitalizar o Ribeirão Santa maria, através da limpeza e reflorestamento criando um corredor Ecológico, um cinturão verde para proteção da área do Parque Ecológico, preservando as 12 nascentes, veredas e murundus. Esse projeto é desenvolvido com a parceria da Prefeitura Municipal do Novo Gama e principalmente com as Escola pública de Santa Maria que participa ativamente das ações. Foram plantadas mais de 5.00 mudas de árvores nativas do Cerrado.





AÇÃO DE CONTENÇÃO DA EROSÃO

A Equipe da Administração Regional realizando o procedimento às margens da erosão, roçando o mato em volta das mudas, que precisam adquirir consistência para crescerem sozinhas.





AÇÃO DE LIMPEZA NA DIVISA VALPARAÍSO E SANTA MARIA

A Gerência de Obras, a Vigilância Ambiental, o Controle da Dengue e a Novacap para participarem da ação realizado em parceria com a prefeitura do Valparaíso, que consistiu na realização da operação tapa-buraco, recuperação asfáltica, roçagem e limpeza na região que vai do Pólo JK ao Residencial Santa Maria, confrontante ao Parque Esplanada I até o Céu Azul.





3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PORTO RICO – OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO

A maior Obra que está sendo realizada em Santa Maria é a Infraestrutura no Condomínio Porto Rico, a execução através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e acompanhada diretamente pela Administração Regional. Está sendo implantado pavimentação asfáltica, drenagem pluvial nas Etapas 1, 2, 4, 5. A CAESB está fazendo a canalização do esgoto e equipes terceirizadas estão com o trabalho bem evoluído no quesito águas pluviais.





OBRAS DA VICINAL 371

Implantação de Iluminação Pública na via Vicinal 371 entre os trechos da 518 e a DF-290, no Condomínio Total Ville em Santa Maria-DF





RECUPERAÇÃO DA DF-140 via de acesso ao Tororó em Santa Maria

A Administração Regional de Santa Maria executou uma força-tarefa para recuperar a DF-140, estrada de terra próxima ao Tororó, em Santa Maria. O trecho de 30Km foi nivelado e teve os buracos tampados em toda sua extensão. Outras melhorias como alargamento de pontos específicos, terraplanagem e criação de saídas para o escoamento da água pluvial também foram executadas.





REFORMA DO GINÁSIO DE POLIESPORTIVO

A Reforma do Ginásio Poliesportivo foi iniciado em 2016 os moradores de Santa Maria aguardavam a Reinauguração, e foi organizado um campeonato de futebol infantil para celebrar esse dia! (A execução da obra, estava em andamento normal, mas não houve PT na LOA para 2017)

O ginásio passou por uma reforma que contemplou toda sua estrutura: Pintura do piso, dos alambrados e das traves; Instalação das tabelas de basquete, pintura de toda a estrutura de alvenaria, substituição das portas danificadas e instalação de um bebedouro.





SESSAO SOLENE

Sessão Solene 24 anos, realizada no dia 10/02/2017 – Dia de criação da Região Administrativa de Santa Maria. Os líderes da cidade receberam certificados de bons serviços prestados à população, através das reinvindicações dos moradores, trazendo progresso e desenvolvimento com as suas demandas. Foram entregues os Kits dos times da categoria de base de Santa Maria





ASSINATURA DECRETO PRÓ-DF

Ato de assinatura do Decreto n. DECRETO Nº 38.052, DE 10 DE MARÇO DE 2017 de regularização do Pró DF em Santa Maria. Ele dispõe sobre a habilitação das empresas reassentadas em imóveis que integram a Área de Desenvolvimento Econômico - ADE da Região Administrativa de Santa Maria, em programas de desenvolvimento econômico, com a finalidade de beneficiá-las com a concessão do terreno onde estão localizadas mediante a assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra junto à TERRACAP.



LIMPEZA DA FONTE DA PRAÇA CENTRAL

Limpeza e manutenção na fonte da Praça Central, com o objetivo de prevenir a dengue, não deixando água parada e proporcionar melhor qualidade de vida aos frequentadores da Praça, ponto principal de lazer diário da comunidade.



OPERAÇÃO TAPA BURACO E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS DE ACESSIBILIDADE

A Administração Regional de Santa Maria, em parceria com a NOVACAP, continua percorrendo as quadras da cidade com a operação tapa-buraco. A equipe atende tanto às demandas solicitadas via ouvidoria como aquelas que são verificadas *"in-loco"*.





CIDADES LIMPAS

O Programa Cidades Limpas esteve em Santa Maria de 03 a 14/07/2017 promoveu uma verdadeira limpeza na cidade, reparo na rede elétrica, substituição de lâmpadas, fusíveis,

reatores, reparo de iluminação pública, podas de árvores, mudanças de paradas, retiradas de entulhos, pintura de meios fios, inspeção e tratamento de depósitos potenciais criadouros de larvas do aedes aegypti, revitalização de faixas de pedestre, dentre outros serviços oferecidos a comunidade de Santa Maria.





Pavimentação no Terminal de ônibus da Qr 401 em Santa Maria – Executado pela Novacap





EXPOSSANTA

A Administração Regional de Santa Maria e a Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria realizaram a EXPOSSANTA - Exposição de Tecnologia, Ciências, Arte e Cultura das escolas públicas de Santa Maria. O evento consiste em um intercâmbio de conhecimentos e experiências relacionadas à ciência, tecnologia e cultura para estudantes e a comunidade através da exposição de trabalhos desenvolvidos por estudantes da rede de ensino público de Santa Maria.





ENTREGA DE ESCRITURAS
Foram entregues 2.378 Escrituras aos moradores de Santa Maria-DF





DESTAQUES

É notório que a maioria das Administrações Regionais possuem poucos servidores estáveis, embora isso ocorra com esta Administração, o corpo técnico possui um alto grau de comprometimento com o serviço público, tais habilidades são desenvolvidas através do conhecimento adquirido durante a experiência no cargo público e tendo como perfil proativo que abarca o trabalho, dentre elas destacamos:

MEDALHA MÉRITO BURITI

Dois servidores da Administração Regional de Santa Maria receberam das mãos do governador a Medalha do Mérito Buriti. A medalha é conferida aos servidores que desempenharam ou contribuíram, de maneira relevante, para o aperfeiçoamento da Administração Pública do Distrito Federal.



2º CONCURSO DE MELHORES PRÁTICAS EM OUVIDORIA PÚBLICA

A Administração Regional de Santa Maria ganha prêmio por boas práticas pelo segundo ano consecutivo. A Ouvidoria ficou em 1º lugar no 2º Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública organizado pela Controladoria Geral do Distrito Federal, a premiação na categoria: Carta de Serviços, pela implantação da Carta de Serviços nas Administrações Regional, ao compor um grupo de trabalho formado por 10 Administrações Regionais que se uniram para padronizar as Cartas de Serviços.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Uma grande parte das ações desenvolvidas no âmbito desta RA-XIII, tiveram o apoio de outros Órgãos do GDF nas execuções, singularmente, nas ações voltadas para limpeza e manutenção de vias públicas realizadas durante o ano de 2017, dentro destas ações estão a Cidades Limpas, coordenado pela a Secretaria de Estado das Cidades/SECID e com apoio da NOVACAP, SLU, AGEFIS, CEB, DETRAN, PM/DF, CAESB, entre outros, nos serviços de poda de árvores, recolhimento de entulhos, roçagem de matos, remoção/colocação de paradas, pinturas de faixas de pedestres, pinturas de meios fios, desobstrução de bocas de lobo e operação tapa buraco, Pavimentação no Terminal da QR 401 executado pela NOVACAP, essas ações possibilitaram a solucionar diversos problemas na Cidade.

Também durante o ano de 2017, foram realizados outros eventos com a apoio de outros órgãos, ações que tiveram grande impacto na Cidade de Santa Maria, dentre eles destacamos: a troca de geladeiras para famílias de baixa rendas e distribuição de geradores de energia solar pela Companhia Energética de Brasília – CEB; foram realizados mutirão de entregas das Escritura de Legitimação de Posse, foram ao todo 2.378, aos respectivos moradores de diversas Quadras, entre elas: a 109, 301, 302, 303, 304 e as Quadras Central - QC 01, 02, 03, pela CODHAB e com a parceria da Administração na convocação e recebimento dos documentos; reforma do espaço do restaurante comunitário da Santa Maria e Secretaria - SEDESMIDH;

Mesmo diante de várias dificuldades, no ano de 2017 ocorreram muitas ações, cujo o objetivo era atender num contexto geral diversas demandas da população local, na qual foram oportunizadas na ***Área Esportiva*** - reunir os jovens para promover o intercâmbio social entre os mesmos, além de fomentar o surgimento de novos talentos esportivos sempre norteados pelos princípios do respeito e da compreensão mútua, com isso estamos contribuindo para o desenvolvimento integral das pessoas a estimulando o exercício da cidadania através do esporte; nas ***Políticas Sociais*** – nas várias ações sociais o que se propôs foi possibilitar e impactar a qualidade de vida dos diversos segmentos da sociedade através do empenho e apoio a todos que procuraram a Administração Regional. Esse, atendimento dado, resultou em satisfazer as necessidades/demandadas da comunidade local, tais como: acolhimento, aconselhamento e o encaminhamento devido das demandas para outros órgãos públicos. Foram realizadas várias campanhas para doação de sangue, distribuição de alimentos (com apoio da Mão Amiga), jantar beneficentes, distribuição de brinquedos para crianças e a **Ceia de Natal** para pessoas carentes, entre outros atividades realizadas; ***Cultural*** - a cultura é um instrumento de inclusão social, o reconhecimento da existência desse vínculo fundamental é o primeiro passo para se observar a ação cultural com encorajamento à criatividade, o desfrute estético e o pensamento crítico que permitem um desenvolvimento humano integral. É visível que a Comunidade de Santa Maria carece de lazer e de eventos culturais, os quais contribuem para a melhoria da qualidade de vida da coletividade, bem como, pela valorização e desenvolvimento da Cultura no âmbito Regional e também para incentivo à difusão das manifestações culturais. Nesse objetivo foram realizados diversos Eventos com apresentações de Grupos/Artistas, contratados

por meio de chamamento público: Gospel, Moda/de Viola, Artistas da Cidade, Grupos de Rip Rop, Forró e Teatros para crianças e apresentação de Pets, em outros.

Visando também a melhoria na qualidade de vida da população, ao mesmo tempo, no sentido de felicitar a locomoção e opções de lazer – foram construídos, ciclovia, calçadas em concreto, rampas de acessibilidades e instalação de iluminação pública em diversas localidades: na pista de Bicicloss, na CL 106, Conjuntos A/B/C/D, na CL 518, na QR 516/517 conjuntos M/N, na Quadras 105, na QR 116 Conjuntos E e Praça, na QR 416 e na Via Vicinal VC371 em Santa Maria,

Para o ano de 2018, dentro do planejamento efetuado estão previstos diversas ações e intervenções que proporcionará uma melhor qualidade de vida na Cidade, tais como: Implantação do Parque Ecológico de Santa Maria, Reforma da Feira, do Galpão Cultural e Parquinhos/Playgrounds, Instalação de Iluminação Pública no Porto Rico, Construção/reforma de Quadras Poliesportivas, Reforma da Sede da Administração, Conclusão da Ciclovia, Base de PECs, a construção de 02 (dois) Papa-entulho, sendo um na Santa Maria norte e o outro na Santa Maria Sul e a realização da Fassanta 2018 e da Expossanta .

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV – UO: 59.116

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de São Sebastião, criada pela Lei nº 467 de 25/06/93 e estruturada por meio do Decreto nº 37.206 de 23 março de 2016, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, observado o disposto no Art. 3º do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016.

Conforme seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa XIV, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

A RAXIV, com sede na Quadra 101, Conjunto 8, S/N, Bairro Residencial Oeste – São Sebastião, compõe-se dos seguintes departamentos: Edifício sede, Parque de Exposição e

Feiras Agropecuárias (Bairro Bela Vista), Ginásio São Bartolomeu (Bairro São Bartolomeu), Ginásio São Francisco (Bairro São Francisco), Departamento de Obras (Bairro Bom Sucesso).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	6	1	4	16
Comissionados sem vínculo efetivo	35	0	13	0	48
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	2	0	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	25	0	0	25
Outros - especificar	0	1	0	0	1
Subtotal	**40**	**34**	**14**	**4**	**92**
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	**40**	**34**	**14**	**4**	**92**

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**312.000,00**	**141.002,00**	**141.001,00**	**0,00**
0003 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	312.000,00	141.002,00	141.001,00	0,00
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**650.000,00**	**500.000,00**	**500.000,00**	**0,00**
0002 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- MANUTENÇÃO DE ÁREAS E PARQUES NA REGIÃO ADMIISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
9511 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUESADMNISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	150.000,00	0,00	0,00	0,00
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**150.000,00**	**920.000,00**	**743.636,13**	**0,00**
0031 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO EM- SÃO SEBASTIÃO	0,00	500.000,00	390.319,58	0,00
0032 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE COBERTA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE- SÃO SEBASTIÃO	0,00	420.000,00	353.316,55	0,00
9558 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-REGIAO ADMINISTRATIVA DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	150.000,00	0,00	0,00	0,00
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	**200.000,00**	**200.000,00**	**51.116,99**	**51.116,99**
0002 - APOIO AO DESPORTO E LAZER- NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	200.000,00	200.000,00	51.116,99	51.116,99
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5994 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**1.362.000,00**	**1.761.002,00**	**1.435.754,12**	**51.116,99**

Quanto aos Programa de Trabalhos 15.451.6206.1950.0003 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES e 15.451.6206.1950.3902.0002 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES estão em andamento, foram empenhados mas ainda não houve realização das obras que deverão ser concluídas, no exercício de 2018.

O Programa de trabalho 27.812.6206.2024.0002 - APOIO AO DESPORTO E LAZER - NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO, foram realizadas aquisições de materiais esportivos como: bolas, redes, coletes para treino, cones, troféus, medalhas, uniformes para escolinhas carentes da cidade.



6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**3.300.000,00**	**2.250.000,00**	**1.577.334,23**	**65.440,00**
0016 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0017 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XIV EM 2017- SÃO SEBASTIÃO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0018 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- SÃO SEBASTIÃO	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0019 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	200.000,00	0,00	0,00	0,00
0154 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO,URBANISMO E INFRAESTRUTURA NA REGIAO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0,00	500.000,00	65.440,00	65.440,00
0190 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE- SÃO SEBASTIÃO	0,00	50.000,00	0,00	0,00
0195 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00
0198 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0,00	1.200.000,00	1.011.894,23	0,00
4464 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS- SÃO SEBASTIÃO	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
4471 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE- SÃO SEBASTIÃO	150.000,00	0,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**500.000,00**	**13.585,00**	**13.584,91**	**13.584,91**
9544 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SÃO SEBASTIÃO	500.000,00	13.585,00	13.584,91	13.584,91
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**450.404,00**	**100.001,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6974 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SÃO SEBASTIÃO	450.404,00	1,00	0,00	0,00
0044 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NO BALÃO DE ACESSO AO RESIDENCIAL JARDINS MANGUEIRAL - SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0,00	100.000,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**100.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
9190 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	100.000,00	1,00	0,00	0,00
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	**500.000,00**	**300.000,00**	**276.710,74**	**0,00**
0003 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA- NO BAIRRO MORRO DA CRUZ EM SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0004 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA- INSTALAÇÃO DE POÇOS ARTESIANO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE- SÃO SEBASTIÃO	0,00	300.000,00	276.710,74	0,00
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BAIRRO MORRO DA CRUZ EM SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	500.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**5.350.404,00**	**2.663.587,00**	**1.867.629,88**	**79.024,91**

Quanto aos Programas de Trabalhos 15.451.6210.1110.0195 - execução de obras de Urbanização-execução de obras de urbanização e infraestrutura na Região Administrativa de São Sebastião; 15.451.6210.1110.0198 - execução de obras De urbanização-e infraestrutura na Região Administrativa de São Sebastião e 17.511.6210.1827.0004 - Expansão do sistema de abastecimento de água, instalação de poços artesiano na região administrativa de São Sebastião estão em andamento, foram empenhados mas ainda não houve realização das obras que deverão ser concluídas, no exercício de 2018.

O programa de trabalho 15.451.6210.1763.9544 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública-- São Sebastião - teve como objetivo, melhorar as condições de iluminação pública e expandir a rede de energia elétrica no bairro Residencial Vitoria, visando atender às necessidades de iluminação precária da região, objeto de diversos requerimentos protocolados nesta RAXIV, pela moradora que necessita do uso de energia elétrica por ser usuária de diversos aparelhos hospitalares em sua residência.

O programa de trabalho 15.451.6210.1110.0154 - Execução de Obras de Urbanização-Execução de Obras de Revitalização, Urbanismo e Infraestrutura na Região Administrativa de São Sebastião- São Sebastião- foram adquiridos materiais para implementação de calçadas, manutenção de parquinhos, praças, meio fio e boca de lobo.



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**620.000,00**	**356.561,00**	**324.560,41**	**267.408,18**
0003 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-REFORÇO AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA EM SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	200.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00
8515 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-REGIAO ADMINISTRATIVA DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	420.000,00	306.561,00	274.560,41	267.408,18
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**620.000,00**	**356.561,00**	**324.560,41**	**267.408,18**

O Programa de Trabalho 04.421.6211.2426.8515 - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e Sua Família-Reforço Ao Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e Sua Família em São Sebastião- São Sebastião foram executados serviços nas áreas urbanizadas e ajardinadas desta Região Administrativa pelos prestadores de serviços da Fundação de Amparo ao Trabalhor Preso-Funap, que auxiliaram diretamente a Diretoria de Obras no atendimento das demandas da cidade como: limpeza de bocas de lobo, capina, pintura de meio fio, roçagem, remoção de entulhos nas ruas, manutenção de praças, parquinhos e calçadas.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	**340.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	340.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**340.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

O Programa de Trabalho 26.451.6216.1506.0004 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS - não houve realização por esta Unidade Gestora, recurso foi descentralizado para Novacap para execução de operação tapa buraco.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**27.000,00**	**150.000,00**	**146.705,20**	**0,00**
0076 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE- SÃO SEBASTIÃO	0,00	150.000,00	146.705,20	0,00
5993 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	27.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**27.000,00**	**150.000,00**	**146.705,20**	**0,00**

O programa de trabalho 13.392.6219.3678.0076 - Realização de Eventos-Realização de Eventos Culturais na Região Administrativa de São Sebastião - Foram realizadas ações referente a 3° Formatura Social de São Sebastião, com objetivo de promover a formação de jovens e adolescentes que cursaram o último ano do Ensino Fundamental e Médio.



6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	**0,00**	**300.000,00**	**220.040,28**	**0,00**
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO-CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMUNITÁRIO NO SETOR PINHEIRAL - BARRO AGUILHADA EM SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0,00	300.000,00	220.040,28	0,00
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	**0,00**	**300.000,00**	**220.040,28**	**0,00**

Quanto ao Programa de Trabalho 15.244.6228.3246.0004 - Construção de Centro Comunitário-Construção de Galpão Comunitário no Setor Pinheiral - Barro Aguilhada em São Sebastião- São Sebastião, está em andamento, foi empenhado mas ainda não houve realização da obra que deverá ser concluída, no exercício de 2018.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**32.000,00**	**127.603,00**	**68.891,92**	**68.891,92**
7185 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	32.000,00	127.603,00	68.891,92	68.891,92
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**32.000,00**	**127.603,00**	**68.891,92**	**68.891,92**

28.846.0001.9050.7185 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - servidores ressarcidos e indenizados no exercício de 2017.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5390 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- SÃO SEBASTIÃO	100.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**4.758.817,00**	**4.638.817,00**	**4.475.239,97**	**4.475.239,97**
8903 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	4.758.817,00	4.638.817,00	4.475.239,97	4.475.239,97
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**438.709,00**	**361.709,00**	**334.839,79**	**334.839,79**
9708 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORESADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	438.709,00	361.709,00	334.839,79	334.839,79
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.458.756,00**	**1.143.187,81**	**307.717,67**	**281.644,75**
0003 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DE MAQUINARIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0005 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU MAQUINÁRIOS PARA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	800.000,00	800.000,00	7.164,00	7.164,00
9785 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	558.756,00	343.187,81	300.553,67	274.480,75
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5862 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	30.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5806 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAO SEBASTIAO- SÃO SEBASTIÃO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**0,00**	**160.000,00**	**124.048,98**	**0,00**
0024 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0,00	160.000,00	124.048,98	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**6.836.282,00**	**6.303.713,81**	**5.241.846,41**	**5.091.724,51**

04.122.6001.2396.5390 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas - recurso remanejado para atender reprogramação da SEPLAG conforme deliberação item 1 da Ata da 30ª Reunião da Governança.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	24
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	7
Encaminhamento - CDS/ Na hora	16
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	73
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	46
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	3
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	101
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	36
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	79
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	21

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	160
Teatro		0
Música	1	100
Dança	1	70
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	3	10.000

Foram realizados alguns eventos culturais apoiados pela Gerência de Cultura desta Administração Regional como: Cine Pedal; Formatura, Natal solidario e o 24° Aniversário de São Sebastião.









Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	700
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	27
	727

Após a publicação da Lei nº 5.547, d e15 de dezembro de 2015, as Administrações Regionais não emitem mais licenças de funcionamento para atividades econômicas, apenas as consultas de viabilidade de localização. Após essa data as licenças são emitidas pelo site RLE-Registro de Licenças de Empresas.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	800
Eventos esportivos	6	750
Outros	0	0

Foram realizados diversos eventos esportivos na cidade como: Tornei de Basquete, Campeonato de Boxe, Torneio de Futebol, Copa KF de Jiu Jitsu, Dia das Crianças, Copa Brasília, Rua de lazer e Corrida do Fogo.









Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	1	180,63
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado		
	1	180,63

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	3	343,51
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	3	343,51

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	45,00	9.000,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	14,00	14.000,00
Elaboração de Croquis	20,00	40.000,00
Levantamento para Carta de Habite-se	14,00	14.000,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	2
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	1
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	5

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	1

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	1

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	150,00
Vistorias realizadas	106
Produtores rurais cadastrados	260
Propriedades rurais	800
Associações	15
Cooperativas	2
Outros	0

As cooperativas, associações e propriedades rurais são fontes de geração de renda e desenvolvimento econômico, bem com mantém o abastecimento agrícola da feira e grande parte dos mercados de São Sebastião.





Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	738
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	585
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	414
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	10
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	5
Atestado de desobrigação	30
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	25
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	100
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	738
Outros	0

A Junta Militar averbou certificado de alistamento para mais de 700 jovens de São Sebastião que participaram da cerimônia de entrega de certificado de dispensa de incorporação do serviço militar. Participaram também da cerimônia o Administrador Regional de São Sebastião e o deputado distrital Lira que apoia os projetos da cidade. Os jovens fizeram o juramento à Pátria e logo depois participaram do canto do Hino Nacional.





Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	144,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	4,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	130,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	70,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	23,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	9.000,00
Remoção de entulhos/ M³	9.420,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	120,00
Serviços de terraplanagem/ M³	970,00
Roçagem manual/ M²	3.250,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	43.200,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	352,00
Rede de águas pluviais/ M	120,00
Podas de árvores/Unidade	73
Faixas recolhidas das vias públicas	2.042.000

No ano de 2017, foram realizadas diversas ações como: revitalizações de parquinhos, quadras esportivas, retirada de entulhos, operação tapa buraco entre outras.








3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Foram realizadas algumas ações em parcerias com instituições e comunidade local. Tais ações não estão comtempladas nos programas de trabalhos e não demandaram recursos Financeiros.

- Plantio de arvores em parceria com o projeto Espaço Limpo.
- Pintura e Revitalização da praça da Quadra 104 no Bairro Residencial Oeste.
- Pinturas artística na entrada da cidade com parceria Instituto de Artes Nivaldo Nunes.
- Revitalização do parque na quadra 12, do Bairro Morro Azul com apoio da Horta Comunitária Girassol.





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional de São Sebastião não executou obras de grande vulto devido ao contingenciamento de recursos orçamentários, bem como a inexistência de projetos de engenharia, por falta de mão de obra especializada, porém no final do exercício de 2017, quando houve liberação de recursos e a conclusão dos projetos de engenharia, foram feitas algumas licitações: Reforma dos banheiros da Feira Permanente com reaproveitamento de águas cinzas, ou seja, reutilização da água da pia nos vasos sanitários; Construção de Galpão Comunitário na área rural do Pinheiral; Construção de seis poços artesianos nas áreas rurais onde não são contempladas com o fornecimento de água potável pela Caesb; Construção de campo sintético no Bairro Vila do Boa; Construção de praça e quadra de esporte coberta no Bairro Residencial Vitória e execução de calçadas na Avenida São Sebastião, nos Bairros Morro Azul, Residencial do Bosque e Bom Sucesso. Também foram realizadas obras de infraestrutura em parceria com os prestadores de serviços da Funap e ações de limpeza promovidas pelos servidores da Administração Regional e o programa Cidades Limpas, do Governo do Distrito Federal.

Observando o princípio da economicidade, a Diretoria de Obras solicitou a aquisição de materiais de construção, por de Ata de Registro de Preços, para utilização em pequenos reparos e reformas como: implementação de calçadas; revitalização de parquinho; pintura de alambrados das quadras de esporte; manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas, com a operação tapa buracos, limpeza dos passeios das vias centrais, conserto de tampas de esgoto e bocas de lobo.

Foram realizados e apoiados eventos esportivos, formaturas para estudantes carentes, momentos cívicos e programações culturais em parcerias com outras instituições.

Quanto a estrutura física a Administração Regional de São Sebastião funciona de forma precária numa estrutura de madeirite, antiga e frágil, piso de cimento, com alguns buracos, em algumas paredes as placas de madeirite estão apodrecidas, fios expostos, goteiras, internet fraca, equipamentos insuficientes. Urge a necessidade de reforma imediata da Sede da Administração Regional, tendo em vista que em 2012 e 2015 foi feita uma avaliação na estrutura do prédio da RAXIV pela a Defesa Civil e Corpo de Bombeiros e foi considerada como uma área potencial de risco, principalmente risco de incêndio, devido ao envelhecimento da estrutura de madeirite, bem como as frágeis instalações elétricas. Outro problema visível são os bens móveis que, em sua maioria, já estão gastos, principalmente cadeiras e armários que precisam ser repostos, pois muitos foram adquiridos por meio de doação de outros órgãos.

No âmbito da força de trabalho, há uma grande carência de servidores efetivos e de comissionados com mão de obra qualificada para executar atividades técnicas. A rotatividade é frequente, na grande maioria dos setores, quando acaba a gestão, não há ação de continuidade, pois não tem servidor para fazer a transição das atividades finalísticas.

Dessa forma, a projeção para 2018 é a criação de projeto para a reforma da sede, reforço da força de trabalho, conclusão das obras licitadas no final de 2017 e execução de novas obras de engenharia e redimensionamento do trânsito nas principais vias da cidade.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV – UO: 59.117

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Recanto das Emas, criada pela Lei n.º 510, de 28.07.1993, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da RAXV, na coordenação e execução de atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação. Estas competências cumpri-se-ão através do planejamento, da supervisão, do contrato, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes, conforme Decreto n.º 38.094 de 28.03.2017 com algumas implementações feitas pelo Decreto n.º 38.326 de 10.07.2017.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	3	0	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	35	0	0	18	53
Requisitados de órgãos do GDF	3	5	0	5	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	3	0	0	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	4	0	0	4
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	18	18
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	39	15	0	41	95
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	0	0	1
Total Geral	39	16	0	41	96

Foi realizada a gestão de pessoal, no âmbito da composição administrativa a contento, destaca-se a necessidade de concurso público para que se possa contar com um número considerável de servidores efetivos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0016 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA QUADRA 304- RECANTO DAS EMAS	0,00	100.000,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**33.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5997 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	33.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**33.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**3.400.000,00**	**800.000,00**	**0,00**	**0,00**
0020 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - RECANTO DAS EMAS- RECANTO DAS EMAS	600.000,00	0,00	0,00	0,00
0021 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XV EM 2017- RECANTO DAS EMAS	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0022 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- RECANTO DAS EMAS	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0023 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA- RECANTO DAS EMAS	400.000,00	0,00	0,00	0,00
0122 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO - ESTACIONAMENTO DA QUADRA 602- RECANTO DAS EMAS	0,00	100.000,00	0,00	0,00
0125 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E INFRAESTRUTURA- RECANTO DAS EMAS	0,00	700.000,00	0,00	0,00
9972 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**350.000,00**	**342.747,00**	**31.759,50**	**31.759,50**
0061 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO- RECANTO DAS EMAS	0,00	300.000,00	0,00	0,00
0018 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EM PROL DA COMUNIDADE DO RECANTO DAS EMAS- RECANTO DAS EMAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00
6961 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- RECANTO DAS EMAS	250.000,00	42.747,00	31.759,50	31.759,50
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**7.000,00**	**7.000,00**	**0,00**	**0,00**
9191 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**3.757.000,00**	**1.149.747,00**	**31.759,50**	**31.759,50**

Obra de ampliação da rede de iluminação pública na Quadra 205 do Recanto das Emas.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**400.000,00**	**362.900,00**	**344.799,00**	**311.373,81**
8530 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- RECANTO DAS EMAS	400.000,00	362.900,00	344.799,00	311.373,81
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**400.000,00**	**362.900,00**	**344.799,00**	**311.373,81**

No programa foi realizada a contratação junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP de sentenciados reintegrados para a prestação de diversos serviços de recuperação e manutenção da cidade tais como: roçagem, capina, limpeza dos jardins e da manutenção da infraestrutura urbana, recolhimento de entulhos e faixas, limpeza de terrenos baldios, operação tapa buraco, recuperação de calçadas, reposição e pintura de meios fios e tampas de esgoto na Região Administrativa do Recanto das Emas, ressalta-se também a atuação dos colaboradores na área administrativa.





6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**90.913,00**	**1.678,00**	**1.677,09**	**1.677,09**
5995 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	60.913,00	0,00	0,00	0,00
5996 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	30.000,00	1.678,00	1.677,09	1.677,09
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**90.913,00**	**1.678,00**	**1.677,09**	**1.677,09**

Mantendo algumas parcerias com a comunidade local e demais orgão do GDF, realizamos ação de grande relevância como o TV cidadão e os recursos empenhados nesse programa foram utilizados para garantir as condições básicas para a realização do evento como o fornecimento e retirada dos pontos provisórios de energia.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**65.000,00**	**145.000,00**	**110.516,03**	**110.516,03**
7186 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	65.000,00	145.000,00	110.516,03	110.516,03
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**65.000,00**	**145.000,00**	**110.516,03**	**110.516,03**

A Administração do Recanto das Emas, visando os cumprimentos legais de Direito Trabalhista, realizou ressarcimento, indenizações e restituições no exercício de 2017.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**38.820,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5887 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--RECANTO DAS EMAS	38.820,00	1,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5367 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- RECANTO DAS EMAS	180.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**4.352.066,00**	**3.897.066,00**	**3.582.677,80**	**3.582.677,80**
8904 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	4.352.066,00	3.897.066,00	3.582.677,80	3.582.677,80
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**325.223,00**	**346.300,00**	**345.110,56**	**345.110,56**
9709 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	325.223,00	346.300,00	345.110,56	345.110,56
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**650,00**	**650,00**	**0,00**	**0,00**
5807 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	650,00	650,00	0,00	0,00
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**810.919,00**	**567.560,60**	**305.096,59**	**274.729,58**
9786 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	810.919,00	567.560,60	305.096,59	274.729,58
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**40.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
0015 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO- RECANTO DAS EMAS	0,00	150.000,00	0,00	0,00
9783 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	40.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**5.747.678,00**	**4.961.577,60**	**4.232.884,95**	**4.202.517,94**

No programa foi realizado remuneração de servidores de Janeiro a Dezembro de 2017, concessão de benefícios e manutenção dos serviços administrativos da Administração Regional do Recanto das Emas

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	20
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	9
Encaminhamento - CDS/ Na hora	9
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	14
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	15
Trabalho com Grupos - Gestantes	10
Trabalho com Grupos - Idosos	55
Trabalho com Grupos – Mulheres	24
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	2
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	31
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	11
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	12
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	147

No exercício de 2017, foram realizados eventos como a reforma do CCI, onde podemos agora contar com uma piscina aquecida que está ativa para a hidroginástica dos idosos. Semanalmente são realizadas aulas de danças, ginásticas, hidroginástica, aulas de pintura e crochê de duas a três vezes na semana onde contamos com a participação de 120 à 180 pessoas por aula. No baile do idoso tivemos um almoço com muito forró, aferição de pressão, glicemia, massagem relaxante, maquiagem e cabeleireira cuidando do bem estar dos nossos idosos, já no dia das crianças foram oferecidos brinquedos infláveis, doces, pipoca, algodão doce e salgados.

Temos cursos em diversas áreas sendo oferecidos em parceria com o SENAC, CEPED e IFB contando com a mais de 110 participantes, capacitando o público para o mercado de trabalho.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	1.000
Teatro	0	0
Música	2	600
Dança	1	500
Artes Plásticas	2	570
Literatura	0	0
Outros eventos	14	1.700

O projeto Cine Circular, viabilizou o acesso á cultura no segmento audiovisual através do cinema e ofereceu pipoca e refrigerante totalmente gratuitos. Aconteceu nos dias 16 e 17 de Setembro e alcançou um público de 1000 pessoas.





Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	16
Industrial	0
Área Rural	1
Outros (Eventual)	64
	81

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	420
Eventos esportivos	9	1.075
Outros	0	0

Dentre muitos eventos de esporte tivemos a Copa Box e o Campeonato de Jiu Jitsu realizado na Quadra 508 do Recanto das Emas com lutadores da cidade e de diversas academias de Artes Marciais envolvendo a comunidade e um público estimado de 350 pessoas.




Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	18	1.926,09
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	18	1.926,09

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	12	1.123,77
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	12	1.123,77

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	66,00	15.064,71
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	1,00	150,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	76,00	19.907,68
Elaboração de Croquis	19,00	24.994,63
Levantamento para Carta de Habite-se	74,00	19.532,68

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	116
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	48
Fiscalização de Feiras	41

No ano de 2017 foi realizado reunião com todos os feirantes e quioqueiros do Recanto das Emas para informa-los sobre os Decreto nº 38.554 e o nº 38.555 que trata da regularização de feiras e quiosques no Distrito Federal bem como o recadastramento de todos os feirantes desta Região Administrativa, visando in loco individualmente os boxes da feira permanente da Quadra 111 e da feira livre da Avenida Potiguar para os mesmos estarem fazendo o parcelamento de débitos da taxa de ocupação pública uma vez que é uma taxa obrigatória e precisam estar em dia para a participação de licitação das feiras e quiosques.

No dia 17/11 levamos para a feira da Quadra 305/111 em parceria com o SEBRAE, o curso de "Boas Práticas de Manipulação de Alimentos", com 4 horas de duração, abordando de forma clara e objetiva os assuntos relacionados ao controle e garantia de um alimento seguro.



Foi feito visita aos vendedores ambulantes da Quadra 103, coletando informações de produtos e dados pessoais para possível transferência de localidade, devido a aglomeração desses ambulantes estar poluindo visualmente a cidade e atrapalhando os comerciantes da área.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.173
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.362
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	726
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	30
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	10
Atestado de desobrigação	35
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	18
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	372
Transferência de domicílio	592
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	130,52
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	191,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	31,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	0,00
Remoção de entulhos/ M³	40.735,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	2.014,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	100

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício de 2017, foram realizadas obras, eventos e outras atividades que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade do Recanto das Emas, entre as quais, destacam-se:

a) Obras de Revitalização.

b) Reforma do Tatuzão com reinauguração no dia 27 de julho onde se deu com parcerias privadas e vários orgãos do GDF.




c) Em parceria com alguns órgãos do GDF como NOVACAP, SLU e outros, foi realizado o Programa Cidades Limpas com início no dia 24 de julho com o intuito de revitalização de toda a Região Administrativa. Foram feitas pinturas de meios-fios e capina, manutenção de postes de iluminação pública, reposição de lâmpadas de postes, desobstrução de bocas de lobo, retirada de entulhos e restos de podas.







d) Realização de eventos culturais como:

- No dia 02 de agosto foi realizado a entrega de Monção de Louvor com mais de 100 pessoas da comunidade.

- Reinauguração do CCI realizado no dia 17 de agosto, que encontrava-se subutilizado e demandava reformas, através de parcerias a renovação foi executada no local que atualmente atinge um público significativo com diversas atividades.

- 20 de agosto tivemos o Cine Pedal, o evento proporcionou a interação e o lazer, vida saudável e sustentabilidade do público, estimado em 250 pessoas. Levou as telas do cinema para as ruas, que era projetada à partir da eletricidade gerada através das pedaladas dos participantes, foi uma experiência interativa onde o espectador é convidado a refletir sobre a sua relação com o consumo energético e a presença da tecnologia em sua vida.



- Duarante os dias 01 a 10 de setembro tivemos o Capacita Recanto, um programa que levou a capacitação profissional, cultural, educacional e o desenvolvimento aos jovens do Recanto das Emas. Foram oferecidas oficinas de Web TV e rádio, produção de vídeo, cinegrafia, produção musical, DJ e informática básica.



- No dia 06 de setembro de 2017 tivemos o Dia da Conscientização da Saúde, um evento com palestras e exames clínicos proporcionados aos idosos do CCI.





- Entre os dias 16 e 17 de setembro de 2017 tivemos o reconhecimento da arte nacional na casa do artista plástico Xok, que transformou o seu lar num recanto cultura onde expõe todas as suas obras.



- No dia 11 de outubro de 2017 no Centro Educacional Myriam Ervilha e no dia 14 de outubro na Quadra Poliesportiva Tatuzão tivemos o projeto nota 10, com o objetivo de resgatar jovens da toxicodependência através do fomento a cultura utilizando-se das artes musicais e ciências.




- No dia 14 de outubro de 2017 no CCI aconteceu o dia das crianças em parceria com os amigos da Tia Paty, levando brincadeiras, presentes, pipoca e algodão doce e muitas histórias para nossas crianças.




- Dia 20 de outubro de 2017 tivemos o dia do idoso com o projeto CCI em Vida que veio para comemorar o mês do idoso com atendimentos clínicos, hidroginática, jogos, capoterapia e um delicioso almoço dançante com muito forró.




4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Houve poucas realizações no exercio de 2017, tendo em vista a escassez de recursos orçamentários e financeiros para a efetivação de projetos e quando os recursos foram liberados, já no final do exercício, não houve mais tempo hábil para realizar as licitações. Porém, para o exercício de 2018, haverá grandes expectativas para a realização de obras de urbanização, revitalização e infraestrutura na região administrativa do Recanto das Emas.

Esta unidade segue dando continuidade ao funcionamento da Sala do Empreendedor, que tem como objetivo orientar, regularizar, formalizar, fomentar e capacitar o empreendedor local, facilitando aos futuros empreendedores a abertura de suas empresas.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA XVI – UO: 59.118

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Lago Sul, criada pela Lei nº 643/1994, alterada pelo Decreto nº 27.982, de 28/05/2007. Em 28 de Março o Decreto Nº 38.094 aprovou o Regimento Interno das Administrações Regionais, resultando em mudanças na gestão da RA XVI e determinando que trata-se de órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Cidades. Tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da região administrativa.

Além disso, tem por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição. Conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 15 de setembro de 2016, publicada no DODF do dia 16 de setembro de 2016 e através do Decreto nº 37.206 de 23 de março de 2016 no anexo I, inciso XVI que fixou a nova estrutura administrativa as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria das Cidades.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	10	1	0	13
Comissionados sem vínculo efetivo	17	0	13	0	30
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	7	0	1	8
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	4	0	0	4
Terceirizados (FUNAP)	0	6	0	0	6
Outros - especificar					
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	21	27	14	1	63

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5940 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

A Administração do Lago Sul apoiou a 1ª Mostra de Orquídeas da Cidade. O evento aconteceu entre os dias 24 e 26 de novembro e foi promovido com o intuito de solidificar a cidade como polo da cultura e preservação das espécies de orquídeas.



6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**450.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
0024 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XVI EM 2017- LAGO SUL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
9973 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	150.000,00	100.000,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**10.000,00**	**4.010,00**	**0,00**	**0,00**
9545 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- LAGO SUL	10.000,00	4.010,00	0,00	0,00
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS-- LAGO SUL	40.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**75.000,00**	**45.000,00**	**9.812,85**	**9.812,85**
9192 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	75.000,00	45.000,00	9.812,85	9.812,85
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**10.000,00**	**4.010,00**	**0,00**	**0,00**
6966 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- LAGO SUL	10.000,00	4.010,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E	**585.000,00**	**153.020,00**	**9.812,85**	**9.812,85**

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**120.000,00**	**143.960,00**	**108.400,00**	**97.863,02**
8504 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	120.000,00	143.960,00	108.400,00	97.863,02
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**120.000,00**	**143.960,00**	**108.400,00**	**97.863,02**

A Administração Regional do Lago Sul deu andamento ao contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP viabilizando a participação de sentenciados assistidos pelo programa. Atualmente existem 6 trabalhadores para atividades externas e internas. Assim, são realizados trabalhos como: pinturas de meios-fios, reparos em calçadas, poda de árvores, recolhimento de galhadas, remoção de entulhos, capina, recolhimentos das faixas, limpezas de terrenos baldios, entre outros. Além disso, são realizados trabalhos administrativos e de manutenção predial.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**35.000,00**	**25.000,00**	**7.670,00**	**7.670,00**
5998 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- LAGO SUL	35.000,00	25.000,00	7.670,00	7.670,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5939 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS:ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**45.000,00**	**25.000,00**	**7.670,00**	**7.670,00**

No dia 25 de Agosto foi realizado o já tradicional Desfile Cívico em comemoração ao 57º Aniversário do Lago Sul. Na oportunidade, compareceram diversas escolas do bairro, cada uma realizando uma apresentação especial. Houve o desfile de carros antigos pelo VETERAN CAR e a ilustre presença das bandas dos bombeiros, a banda do IV Comar, além de apresentações de peças e músicas ao vivo.

Ainda em comemoração ao aniversário da cidade, foi realizada a reinauguração do Parque do Anfiteatro Natural do Lago Sul. Na oportunidade foi realizado, em parceria com empresas da cidade, um grande café da manhã, com música de banda ao vivo, brinquedos infantis, além de apresentações de tai chi chuan e do Campeonato Brasileiro de Wakesurf. O local, que recebe diariamente praticantes de esportes radicais, ciclistas e corredores de rua, foi revitalizado para trazendo maior conforto e segurança para a população local e usuários de várias regiões administrativas. Salienta-se que com o programa de democratização da orla do lago, os espaços públicos agora acessíveis passaram a receber um número crescente de visitas.

LAGO SUL
57 ANOS

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**100.000,00**	**40.100,00**	**0,00**	**0,00**
0056 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- LAGO SUL	100.000,00	40.100,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**107.000,00**	**225.556,00**	**189.808,70**	**189.808,70**
7187 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	107.000,00	225.556,00	189.808,70	189.808,70
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**207.000,00**	**265.656,00**	**189.808,70**	**189.808,70**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
5346 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- LAGO SUL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**4.316.554,00**	**3.906.020,00**	**3.512.853,23**	**3.512.853,23**
8905 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	4.316.554,00	3.906.020,00	3.512.853,23	3.512.853,23
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**315.000,00**	**300.000,00**	**238.945,52**	**238.945,52**
9710 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	315.000,00	300.000,00	238.945,52	238.945,52
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**213.819,00**	**166.154,00**	**100.581,64**	**91.235,74**
9787 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	213.819,00	166.154,00	100.581,64	91.235,74
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**30.000,00**	**4.010,00**	**0,00**	**0,00**
5880 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- LAGO SUL	30.000,00	4.010,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**40.000,00**	**34.010,00**	**0,00**	**0,00**
9784 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	40.000,00	34.010,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**4.965.373,00**	**4.460.194,00**	**3.852.380,39**	**3.843.034,49**

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	9
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	1
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	3
Trabalho com Grupos - Gestantes	2
Trabalho com Grupos - Idosos	30
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	3
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	300
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	4

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema		
Teatro		
Música		
Dança		
Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Artes Plásticas		
Literatura		
Outros eventos		

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	
Habitação Coletiva	
Comercial	

Industrial	
Área Rural	
Outros (Eventual)	
	0

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer		
Eventos esportivos	2	1.500
Outros		

EVENTOS ESPORTIVOS: Pelo sexto ano consecutivo a administração do Lago Sul foi representada na Copa Brasília de Futsal com equipe de jogadores da região. Os atletas do time masculino chegaram às fases finais e as jogadoras do time feminino também tiveram expressiva participação do torneio realizado pelo SESC e em parceria com a Rede Globo.



Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	77	54.594,99
Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	77	54.594,99

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	35	27.186,73

Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
	35	27.186,73

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	37,00	43.147,64
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	149,00	247.332,52
Elaboração de Croquis		
Levantamento para Carta de Habitese	98,00	160.844,53

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	23
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	121

No total foram emitidos 77 informativos de alvará; 118 vistos; 804 exigências; 41 aprovaçõe de projetos; 77 alvarás de construção; 67 numerações prediais; 19 licenças de demolições; 03 licenças de obras; 23 licenças de atividades econômicas; 121 licenças eventuais.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	
Feiras Permanentes	
Recadastramento de Feiras	
Fiscalização de Feiras	

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	22
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	13

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	
Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	
Confecção de quebra molas/ Unidade	
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	

Recuperação de calçadas/ M²	
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	
Capina, varrição e rastelagem/ M²	60,00
Remoção de entulhos/ M³	248,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	82,00
Serviços de terraplanagem/ M³	1,20
Roçagem manual/ M²	18.400,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	
Recapeamento asfáltico/ M²	
Passeios (construção) / M²	
Rede de águas pluviais/ M	
Podas de árvores/Unidade	60
Faixas recolhidas das vias públicas	3.520

Foram também transportados 750 m^3 de cascalho.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2017 foram criados mecanismos de comunicação e linha de relacionamento entre a Administração e a comunidade. Dentre as ações estão grupos de trabalho, comunitários, culturais, segurança, conselhos de planejamento, entre outros. Também foi criado um grupo de whatsapp pela ouvidoria que melhorou o recebimento das demandas por parte dos moradores.

Visando o melhor atendimento entre os serviços prestados por esta administração, setores foram estimulados a desenvolver meios para que fossem cessados todo tipo de burocracia excessiva, entre as ações destaca-se:

•Atendimento exclusivo para análise de projetos;

•Implantação do RLE Digital;

•Inauguração da sala do empreendedor;

•Publicação da Carta de Serviço ao Cidadão Impresso e Digital;

•Implantação da Ouvidoria Itinerante Ao longo de 2017, uma força tarefa reduziu o número de processos em cerca de 25%. Destaca-se, ainda, que a média de tempo para entrega de projetos caiu para 20 dias.A Administração firmou o compromisso de manter o bairro limpo, com manutenções (podas, retirada de entulhos e galhadas) em dia. Para nos auxiliar nesse trabalho, em outubro foi recebida a operação CIDADES LIMPAS em parceria com a Secretaria das Cidades onde foi viabilizada uma ação mais profunda em prol do LAGO SUL.

DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Foram criados mecanismos de comunicação e linha de relacionamento entre a Administração e a comunidade. Dentre as ações estão grupos de trabalho, conselhos de planejamento, comunitários, culturais, segurança entre outros, também foi criado um grupo de WhatsApp pela ouvidoria que melhorou o recebimento das demandas por parte dos moradores visando o melhor atendimento entre os serviços prestados por esta administração setores foram estimulados a desenvolver meios para que fossem cessados todo tipo de burocracia excessiva, entre as ações destaca-se

. Atendimento exclusivo para análise de projetos

. Implantação do RLE Digital

. Inauguração da sala do empreendedor

. Publicação da Carta de Serviço ao Cidadão Impresso e Digital

. Implantação da Ouvidoria itinerante

Em 2016 esta administração contava com mais de 180 processos sem apreciação.

Ao longo de 2017 foi feita forca tarefa que resultou em redução de cerca de 25% do total encontrado. Destaca-se também que a média de tempo para entrega de projetos caiu para 20 dias.

A Administração firmou o compromisso de manter o bairro limpo e com manutenções em dia tais como, podas, retirada de entulhos e galhadas. Para nos auxiliar neste trabalho em outubro foi recebida a operação CIDADES LIMPAS em parceria com a Secretaria das Cidades onde foi viabilizada uma ação mais profunda em prol do LAGO SUL.

Foram realizados vários projetos por meio de uma gestão integrada com a iniciativa privada, visando beneficiar a comunidade e trazer de volta o desenvolvimento que o bairro necessita. Entre estes projetos já em 2017 destaca-se a inauguração das obras do estacionamento do Hospital Brasília.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO - RA XVII – UO: 59.119

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Administração Regional do Riacho Fundo, criada pela Lei nº 620, de 15/12/1993, que transformou o assentamento Granja do Riacho Fundo em Região Administrativa, conta, hoje, com uma população estimada de 69.287 habitantes, segundo projeção do IBGE de novembro de 2010, incluindo a Região administrativa do Riacho Fundo II, pois as poligonais que delimitarão as duas áreas se encontram abertas.

Anteriormente vinculada à Casa Civil de acordo com o art. 2º, § 3º, do Decreto nº 33.583 e tem por competência regimental representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa XVII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrente.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	11	0	0	15
Comissionados sem vínculo efetivo	38	0	0	0	38
Requisitados de órgãos do GDF	2	8	0	0	10
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	2	0	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	6	0	0	6
Terceirizados (FUNAP)	0	11	0	0	11
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	44	38	0	0	82
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	44	38	0	0	82

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**0,00**	**116.000,00**	**115.868,80**	**84.619,14**
0010 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA NA QS 02 DO RIACHO FUNDO I- RIACHO FUNDO	0,00	116.000,00	115.868,80	84.619,14
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**140.000,00**	**181.303,00**	**181.302,68**	**181.302,68**
0015 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA DO CEM 01- RIACHO FUNDO	0,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
0021 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO Nº 01 DO RIACHO FUNDO-DISTRITO FEDERAL	0,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
9641 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-- RIACHO FUNDO	140.000,00	11.303,00	11.302,68	11.302,68
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**140.000,00**	**297.303,00**	**297.171,48**	**265.921,82**

Praça construída na QS 02 do Riacho Fundo I - pavimentação de 1.777,55 m^2 piso intertravado, plantio de grama, assentamento de bancos de concreto, assentamento de 110m de meio fio.

Reformada a quadra poliesportiva do Centro de Ensino Fundamental 01 - localizada na QS 14, lote A Riacho Fundo I -, com a implementação de uma cobertura.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**421.546,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0025 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NARA XVII EM 2017-RIACHO FUNDO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
9975 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	121.546,00	1,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**160.000,00**	**156.609,89**	**0,00**
0063 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIACHO FUNDO- RIACHO FUNDO	0,00	160.000,00	156.609,89	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**65.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9193 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	65.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**486.546,00**	**160.001,00**	**156.609,89**	**0,00**

Foram realizadas as ações planejadas para o Riacho Fundo, além de diversas operações esporádicas como "Cidade Limpa", que envolveu ações de manutenção, conservação e limpeza nessa Região Administrativa. Houve dificuldades de atendimento de algumas demandas devido à falta ou a manutenção de equipamentos, bem como de material por parte da Usina da NOVACAP, também algumas dificuldades na realização da operação "Tapa Buraco" devido ao período chuvoso.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**258.000,00**	**251.578,00**	**239.743,75**	**218.638,05**
8526 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- RIACHO FUNDO	258.000,00	251.578,00	239.743,75	218.638,05
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**258.000,00**	**251.578,00**	**239.743,75**	**218.638,05**

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**40.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
3889 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-- RIACHO FUNDO	40.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**40.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**112.000,00**	**16.200,53**	**15.629,53**	**15.629,53**
6121 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- RIACHO FUNDO	80.000,00	13.151,00	12.580,00	12.580,00
6000 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EVENTOS ESPORTIVOS- RIACHO FUNDO	32.000,00	3.049,53	3.049,53	3.049,53
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**112.000,00**	**16.200,53**	**15.629,53**	**15.629,53**

Foram realizadas, conforme planejado, diversas atividades esportivas, de lazer e culturais, com a presença e a participação da comunidade local. As que mais se destacaram

foram: campeonatos de Jiu-jitsu, eventos de Karatê, jogos da Copa Candanga de Futsal, seletivas para o projeto Mais Vôlei, Passeio Ciclístico, Sarau Literário, Baile das senhoras no salão comunitário e outros. Para o ano de 2018, esperamos um aumento nos recursos a fim de atender a demanda crescente da comunidade.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**48.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
7188 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	48.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**48.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**4.210.853,00**	**4.148.853,00**	**3.377.292,13**	**3.377.292,13**
8906 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	4.210.853,00	4.148.853,00	3.377.292,13	3.377.292,13
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**313.612,00**	**313.612,00**	**265.868,55**	**265.868,55**
9711 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	313.612,00	313.612,00	265.868,55	265.868,55
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**972.687,00**	**364.372,70**	**332.686,95**	**296.896,78**
9788 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	972.687,00	364.372,70	332.686,95	296.896,78
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5879 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- RIACHO FUNDO	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5206 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- RIACHO FUNDO	10.000,00	1,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5821 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- RIACHO FUNDO	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**40.000,00**	**155.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**
9807 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- RIACHO FUNDO	40.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
0018 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO 28º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR-RIACHO FUNDO	0,00	150.000,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5388 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- RIACHO FUNDO	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO -	**5.622.152,00**	**4.981.838,70**	**3.980.847,63**	**3.945.057,46**

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	25
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	4
Encaminhamento - CDS/ Na hora	10
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	12
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	6
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	9
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	6
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	7
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	12
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	3

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	2	1.000
Teatro	2	500
Música	4	1.500
Dança	3	1.000
Artes Plásticas	0	0
Literatura	1	300
Outros eventos	3	600

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	18
Industrial	0
Área Rural	1
Outros (Eventual)	34
	53

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	3	420
Eventos esportivos	8	2.000
Outros	3	700

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	21	3.905,21
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	21	3.905,21

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	3	483,71
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	2	1.740,79
Institucional	0	0,00
	5	2.224,5

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,21	3.905,21
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,05	2.224,50
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habitese	0,05	2.224,50

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	21
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	1

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	35
Produtores rurais cadastrados	48
Propriedades rurais	72
Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Associações	2
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.009
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.350
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	28
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	15
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	46
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	625,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	218,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	83,00
Recuperação de calçadas/ M²	1.450,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,12
Capina, varrição e rastelagem/ M²	8.000,00
Remoção de entulhos/ M³	6.500,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	192,00
Serviços de terraplanagem/ M³	12.000,00
Roçagem manual/ M²	83.420,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	7.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	67,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	416
Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Faixas recolhidas das vias públicas	2.312

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Seguimos o ano de 2017 correspondendo às necessidades do Governo do Distrito Federal de adequar o orçamento ao programa de atividades planejadas para o Riacho Fundo I, em cumprimento às diretrizes da lei de responsabilidade fiscal.

As ações planejadas foram executadas com êxito e ampliadas na medida do possível. Atividades tais como: revitalização, manutenção e limpeza de parques, quadras, ginásio, imóveis e áreas públicas, manutenção e incentivo a atividades sociais, culturais e esportivas, e o amplo combate à invasão de terras públicas.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA XVIII – UO: 59.120

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Lago Norte, criada pela Lei n.º 641 de 10/01/1994,regulamentada pelo Decreto nº 15.516/94, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente subordinada à Casa Civil, da Governadoria do Distrito Federal, de acordo com o Decreto n.º 33.583, de 16 de março de 2012, que tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da respectiva Região Administrativa, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no Art. 29, §3º, inc. IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Em 2016, após a reestruturação interna do Governo do Distrito Federal, foi criada por meio do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal com a função de coordenar e supervisionar as ações das Administrações Regionais, conforme Art. 3º, inc. I.

Em 2017, foi publicado o Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, que aprovou o Regimento Interno das Administrações Regionais. Nesse mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 38.326 de 10 de julho de 2017, retificando o Decreto anterior.

O Lago Norte é a Região Administrativa n. º XVIII, atualmente possui aproximadamente 37.400 habitantes, 3,09% a mais que em 2013 (34,2). Os dados fazem parte da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) 2016, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).

A RA é dividida em quadras do lago (QL) com 2.237 lotes e quadras internas (QI) com 2.048 lotes. A região compreende ainda um setor de mansões (ML) com 161 lotes e (MI) com 180 lotes, o Setor Habitacional Taquari com 1065 lotes, o Centro de Atividades (CA) com 276 lotes e os núcleos rurais (Bananal, Torto, Urubu, Jerivá, Palha, Bálsamo, Taquari e Olhos D´agua).

O Centro de Atividades (CA), que fica na entrada da RA é a principal área de comércio além de concentrar dois Shoppings Centers. Juntamente com os Taquaris, os Núcleos Rurais foram delineados como áreas prioritárias por serem regiões de mananciais que abastecerão o Lago Paranoá, do qual no futuro próximo, será captada a água para o abastecimento do Distrito Federal.

Mesmo estando no rol do grupo das cidades consideradas mais nobres e desenvolvidas no Distrito Federal, o Lago Norte engloba bolsões de pobreza muitos significativos existentes nos núcleos rurais nomeadamente do Jerivá, Olhos D`agua, Palha e Capoeira do Bálsamo, cujo os problemas fundiários são de ordem grave, ausência significativa de serviços elementares de segurança, educação e saúde pública, além de um alto índice de desemprego.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	8	5	3	21
Comissionados sem vínculo efetivo	14	0	14	0	28
Requisitados de órgãos do GDF	6	2	0	1	9
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	9	0	0	9
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	9	0	0	9
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	2	2
Outros - especificar	0	0	0	4	4
Subtotal	25	28	19	10	82
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	2	3	5
Total Geral	25	28	17	7	77

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5960 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**321.513,00**	**103.000,00**	**102.752,79**	**102.752,79**
0026 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XVIII EM 2017-LAGO NORTE	300.000,00	0,00	0,00	0,00
9907 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	21.513,00	103.000,00	102.752,79	102.752,79
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9177 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**341.513,00**	**103.000,00**	**102.752,79**	**102.752,79**

Construção do Par"CÃO" localizado no SHIN QI 02 – Praça da Família - Lago Norte. Objetivo: conceber uma estrutura de parque para cachorros de tal forma a proporcionar à comunidade um lugar para lazer, contato com a natureza, além de aproximar as pessoas a um convívio ainda mais harmonioso.





6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**45.000,00**	**45.000,00**	**35.698,42**	**31.697,83**
8521 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- LAGO NORTE	45.000,00	45.000,00	35.698,42	31.697,83
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**45.000,00**	**45.000,00**	**35.698,42**	**31.697,83**

Foi mantido o Contrato da junto a Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, com a "FUNAP", no ano de 2017, com contratação de 02 reeducandos do Projeto Reintegra Cidadão, através da FUNAP, para prestação de serviço nesta Administração Regional. Com a mobilização da Administração do Lago Norte desenvolvendo a parte social e desenvolvendo sócio educativo com os reeducandos longo do exercício. Com essa força de trabalho o departamento de Obras pode funcionar de uma maneira regular.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**650.000,00**	**0,00**	**0,00**
0007 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NO NUCLEO RURAL CORREGO DO URUBU-LAGO NORTE	0,00	450.000,00	0,00	0,00
0016 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO LAGO NORTE- LAGO NORTE	0,00	200.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**0,00**	**650.000,00**	**0,00**	**0,00**

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**120.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5961 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	60.000,00	0,00	0,00	0,00
5962 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	60.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**120.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**0,00**	**98.675,00**	**0,00**	**0,00**
0009 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- LAGO NORTE	0,00	98.675,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**5.040,00**	**6.045,00**	**0,00**	**0,00**
7172 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	5.040,00	6.045,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**5.040,00**	**104.720,00**	**0,00**	**0,00**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5893 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- LAGO NORTE	3.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5220 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- LAGO NORTE	10.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**4.557.456,00**	**4.613.795,00**	**4.375.758,05**	**4.375.758,05**
8889 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	4.557.456,00	4.613.795,00	4.375.758,05	4.375.758,05
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**348.480,00**	**261.480,00**	**253.814,78**	**253.814,78**
9695 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	348.480,00	261.480,00	253.814,78	253.814,78
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.086.818,00**	**690.771,71**	**636.134,43**	**630.823,28**
9772 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	1.086.818,00	690.771,71	636.134,43	630.823,28
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**11.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5801 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	11.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**6.016.754,00**	**5.566.046,71**	**5.265.707,26**	**5.260.396,11**

ATIVIDADES

Promoção e Assistência social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	2
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	10

Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros:

- Ação de cidadania (EC 06 do Núcleo Rural do Bálsamo);
- Natal Solidário (Centro Comunitário do Palha);
- Cavalgada Solidária (EC ASPALHA);
- Natal Solidário (Taguatinga - Cavaleiros Solidários);
- 03 Plantios com crianças da EC ASPALHA;
- Curso de Meliponicultura para a comunidade.

Evento em comemoração ao Dia das Crianças

Descrição: Evento realizado na Escola Classe Aspalha, em comemoração ao dia das crianças, o evento foi realizado pela Administração Regional do Lago Norte em parceria com os Cavaleiros Solidários. Houve distribuição de brinquedos, futebol de sabão, cama elástica, lanches para as crianças.





Doação de 200 quilos de alimentos para a Creche Tia Angelina e Creche Cantinho do Girassol

Descrição: No encontro de carros antigos que aconteceu na Torre Digital, foram arrecadados 200 quilos de alimentos doados para as instituições Creche Tia Angelina e Creche Cantinho do Girassol.





Mobilização e rua de Lazer contra Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Descrição: Evento realizado com a parceria da Rede Soco assistencial (Administração Regional do Lago Norte, do Varjão, CRAS, Creche Tia Angelina, Conselho Tutelar) com o intuito de conscientizar a população contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, o evento teve roda de capoeira, apresentações musicais, pintura de rosto, pula - pula, cama elástica.



Natal Solidário Pescando Amigos

Descrição: Em seu primeiro ano, a Administração Regional do Lago Norte em parceria com o grupo Pescando Amigos, realizou o Natal Solidário, com a chegada do Papai Noel, em um pesque e pague de Brasília, entregando presentes para crianças da Escola Classe Aspalha (Núcleo Rural do Palha).



Natal Solidário do Raia Norte

Descrição: Pelo quinto ano seguido, a Raia Norte, realizou o Natal Solidário, com a chegada do Papai Noel Radical, às margens do Lago Paranoá, entregando presentes para crianças do Varjão. A Administração Regional do Lago Norte apoiou o evento com estrutura e organizou o plantio de 40 mudas com as crianças.



Projeto Plantando Sonhos no Palha

Descrição: Apoio com espaço e articulação junto a Fundação Banco do Brasil na inserção de aulas de reforço escolar e alfabetização de jovens e adultos no Centro Comunitário do Palha.



Apresentação do Projeto Rede de Vizinhos Protegidos

Descrição: Articulação entre Sociedade Civil e 24º Batalhão da Policia Militar do Distrito Federal na implantação da rede de vizinhos protegidos.



Complementação do Mapeamento das Nascentes da Serrinha do Paranoá

Descrição: Continuação do mapeamento das nascentes que compõem a Serrinha do Paranoá, realizado pelos servidores da Administração Regional e pelos moradores. Já são 110 nascentes cadastradas.



Organização das Brigadas Comunitárias de Combate a Incêndios Florestais

Descrição: Oficinas de reorganização das brigadas comunitárias de combate a incêndios florestais, localização dos equipamentos e planejamento das ações. Realização de oficina de capacitação dos brigadistas para o combate aos incêndios com o apoio do Corpo Militar de Bombeiros do Distrito Federal.



Plantio na Nascente Principal do Palha

Descrição: Plantio de 400 mudas nativas do cerrado na área de recarga da nascente principal do Núcleo Rural do Palha, com a colaboração e participação da Secretaria do Meio Ambiente, IBRAM, DER, ADASA, Associação dos Moradores do Núcleo Rural do Palha, Escola Classe ASPALHA, Voluntários do Viveiro Comunitário do Lago Norte e comunidade.



Plantio de Mudas no Córrego do Urubu

Descrição: Plantio de reflorestamento de nascente no Alto do Urubu.



Plantio ML 04

Descrição: Plantio realizado em parceria com os moradores do Trecho 04.



Plantio INDI BIBI – Festa da Família

Descrição: Ação com as crianças do Colégio IndiBibi e seus familiares, com plantio de 100 mudas frutíferas e nativas do cerrado nas proximidades do lago Paranoá



Plantio GLOBAL

Descrição: Evento que ocorreu no mundo inteiro, em que foi realizado plantios de mudas com a população, e o Lago Norte foi o escolhido para representar Brasília, o evento se iniciou as 9h e contou com a participação de 50 pessoas nesse lindo projeto.



Plantio na Escola Classe do ASPALHA

Descrição: Mutirão de reflorestamento com parceria entre a Administração Regional e a Direção da Escola Classe Aspalha, com plantio de 15 mudas de ipês na escola.



Plantio Santuário

Descrição: A Administração realizou plantio no santuário com os frequentadores da igreja.



Plantio no Centro Olímpico da UnB

Descrição: A Administração Regional do Lago Norte em parceria com voluntários do Viveiro e a UnB realizou plantio de 500 mudas no Centro Olímpico.



Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	35
Teatro	2	60
Música	4	750
Dança	1	95
Artes Plásticas	5	330
Literatura	8	110
Outros eventos	4	4.000

Outros eventos:

Festa no Túnel: público de 1.000 pessoas por dia. Realizado em finais de semanas distintos.

Seminário para apresentação do Conselho de Cultura

Descrição: O Conselho de Cultura tem como objetivo ampliar o diálogo com quem faz e vive cultura no Distrito Federal, assim como fortalecer a participação das lideranças locais no

debate sobre o que a população quer para a cidade e para o Distrito Federal. É uma parceria das Administrações Regionais com a Secretaria de Cultura.



Eleição do Conselho de Cultura

Descrição: Votação para eleger o Conselho de Cultura.



Curso de Viveirista

Descrição: Parceria da Secretaria de Educação com a Administração Regional do Lago Norte, realizamos curso de Viveirista com os professores da rede pública de educação.



Bloco de Carnaval "Coqueiro"

Descrição: Parceria da Administração Regional do Lago Norte com o espaço "NO GRAU" para a realização da primeira edição do Bloco do Coqueiro, realizado entre os dias 26 e 27 de fevereiro, que contou com roda de choro e samba e aulas de fitdance e zumba para a população do Lago Norte.





Visita ao Viveiro: Escola Classe do Lago Norte

Descrição: Alunos da escola CELAN aprenderam, no Viveiro Comunitário do Lago Norte, a cultivar mudas nativas do cerrado e a sua importância para o ciclo das águas.



Visita ao Viveiro Comunitário – Escola Chapel School-SP

Descrição: Os alunos realizaram um documentário sobre a sustentabilidade no Viveiro do Lago Norte, os alunos foram recepcionados pelo administrador do Lago Norte.



Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	8
Industrial	0
Área Rural	1
Outros (Eventual)	18
	27

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	316
Eventos esportivos	23	4.320
Outros	0	0

Circuito Brasília de Natação Ecológica – Etapa Irerê

Descrição: Competição em águas abertas, realizada na QL 13 do Lago Norte, o evento contou com a participação da Polícia Militar do Distrito Federal, Corpo de Bombeiros, Caesb, Administração Regional do Lago Norte, além da competição, houve plantio nas redondezas do lago.



Corrida do Fogo

Descrição: O Lago Norte foi representado pela campeã mundial de futvôlei, Lana Miranda, moradora da região.



Treino Corujão

Descrição: Oito edições do treino gratuito mensal de corrida de rua noturna, com o apoio da Administração Regional do Lago Norte.



Pedal Noturno

Descrição: 15 edições realizadas do encontro gratuito de ciclistas, toda quarta-feira às 20h, com a parceria do Bikers Conexão Cerrado, Administração Regional do Lago Norte e PMDF.



Lançamento das Trilhas da Serrinha do Paranoá

Descrição: A Serrinha do Paranoá, em 2017, lançou 05 trilhas na região administrativa do Lago Norte (Caliandras, Bomtempo, Pamonhas, Península e Pedra dos Amigos).



RUNNWAY PEC

Descrição: Utilização dos Pontos de Encontros Comunitários (PEC) em parceria com a Academia Runway, em que se tem professores nos PEC's ensinando a população da melhor forma de se utilizar os aparelhos, contando ainda com aulas de Zumba, Tai Chi chuan e FitDance



Passeio Solidário da Serrinha

Descrição: A Administração Regional do Lago Norte e o grupo Cavaleiros Solidários, realizaram um passeio a cavalo pela Serrinha do Paranoá, o evento reuniu 25 cavaleiros e várias pessoas que se interessaram e participaram do passeio



Aniversário do Viveiro Comunitário do Lago Norte

Descrição: O evento aconteceu no dia 02 de julho, em comemoração aos 2 anos de fundação do Viveiro Comunitário, houve brincadeiras para as crianças, pintura de rosto, teatro, oficina de pipas, degustação de alimentos feitos com frutas nativas do cerrado, palestras sobre a importância da água, doação de mudas e identificação de espécies nativas do cerrado.



Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	54	21.532,85
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	54	21.532,85

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	22	6.784,38
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	22	6.784,38

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	3,00	896,00
Levantamento para Carta de Habite-se	25,00	21.239,17

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	825
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	2

Na Negião Administrativa do Lago Norte há dois Quiosques com comércio varejista de jornais, livros e revistas na faixa de domínio do DER.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	9,00
Vistorias realizadas	12
Produtores rurais cadastrados	52
Propriedades rurais	25
Associações	3
Cooperativas	0
Outros	40

40 plantios realizados.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	70.601,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	4,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	120,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	85,00
Recuperação de calçadas/ M²	184,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	16.560,00
Remoção de entulhos/ M³	25.528,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	166,00
Serviços de terraplanagem/ M³	9,58
Roçagem manual/ M²	30.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	82.500,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	640
Faixas recolhidas das vias públicas	7.000

Recolhimento de ramagem – Serviço realizado pela NOVACAP/SLU/RAXVIII



Recolhimento de entulho – Serviço realizado pela NOVACAP/SLU/RAXVIII



Retirada de faixas – Serviço realizado pela AGEFIS/RAXVIII



Poda de árvores – Serviço realizado pela NOVACAP/CEB



Tapa buraco – Serviço realizado pela NOVACAP



Reparo e limpeza de boca-de-lobo – Serviço realizado pela NOVACAP



Fresagem e pintura de meio-fio – Serviço realizado pelo SLU



Reparo na rede elétrica, substituição de lâmpadas, e outros – Serviço realizado pela CEB



Pintura de estacionamento e sinalização – Serviço realizado pelo DETRAN



Pintura de estacionamento, sinalização e ciclofaixa – Serviço realizado pelo DER



Inspeção de potenciais criadouro de larvas do Aedes Aegypti – Serviço realizado pela DIVAL/CBMDF



Reparo da rede de água – Serviço realizado pela CAESB



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Visita e Intercambio da Suécia aos Produtores da Serrinha do Paranoá

Descrição: Intercâmbio Brasil-Suécia na Serrinha do Paranoá, apresentando a produção orgânica na região.



Mapeamento das Plantas Nativas do Parque das Garças

Descrição: Mapeamento das espécies arbóreas existentes no Parque das Garças realizado pelos servidores da Administração para posterior sinalização.



Caderno de Espécies Nativas do Cerrado

Descrição: Caderno para identificação das espécies nativas do cerrado, utilizado nas ações de educação ambiental do Viveiro Comunitário do Lago Norte.



Parceria com a ONG Brasília é o Bicho para Monitoramento da Fauna da Serrinha do Paranoá

Descrição: Parceria realizada entre a Administração Regional do Lago Norte com a ONG Brasília é o Bicho, para mapear a fauna existente na Serrinha do Paranoá.



Organização do grupo de certificação da produção orgânica de melicultores na Serrinha do Paranoá

Descrição: Quatro (4) encontros para organização de 1 grupos: Grupo do Palha.



Organização de 03 grupos de certificação da produção orgânica na Serrinha do Paranoá

Descrição: Organização de 3 grupos de certificação orgânica, em Parceria entre a Administração Regional do Lago Norte, a EMATER e o SindOrgânico: Grup do Alto do Urubu, e Grupo do Palha e Grupo do Capoeira do Bálsamo.



Inserção das Artesãs na FINNAR e em outros eventos da Administração Regional do Lago Norte

Descrição: Parceira entre a Administração Regional do Lago Norte e a FINNAR para a inserção gratuita das artesãs locais na 11° Feira Internacional do Artesanato, realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. A FINNAR ofereceu ao público, além de estandes de mais de 700 diferentes artesãos, palestras, workshops, oficinas e shows. Buscando aumentar a sua inserção econômica, as artesãs locais também foram inseridas em diversos eventos promovidos pela Administração Regional, como o Aniversário do Viveiro, o Aniversário do Lago Norte, a Campanha de Vacinação e outras Feiras Privadas.



Campanha de Combate ao mosquito Aedes Aegypti

Descrição: Campanha de conscientização e prevenção de doenças transmitidas pelo mosquito Aedes Aegypti, com palestras, mutirão de limpeza no Lago Norte, visitas a domicílios, campanha publicitária, capacitação de empregados e caseiros, etc. A campanha foi uma parceria da Administração Regional com a DIVAL, as Forças Armadas, Novacap, SLU, Associações de Moradores, Empresas Locais de Aluguel de Caçambas, Secretaria de Saúde, entre outros.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Como dificuldades encontradas para a realização de projetos e ações por parte desta Administração Regional, podemos citar (1) a burocracia que atrapalha a gestão, havendo espaço

para simplificação de processos; (2) restrições orçamentarias diversas, e (3) fiscalização fundiária falha, uma preocupação muito grande da Administração Regional, que chegou a criar grupos unindo fiscais de diversos órgãos, embora a resposta ainda não tenha sido adequada, pois são muitos órgãos e a interlocução é pequena entre eles.

Como perspectiva para o próximo ano, aguarda-se que o Governo do Distrito Federal saia das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, disponibilizando recursos e servidores, bem como a entrega de projetos estruturantes há muitos anos aguardados pela comunidade, como a orla completamente desobstruída e com infraestrutura, o projeto completo de iluminação pública do córrego do urubu, a entrega da sede do 24° Batalhão de Polícia Militar no Lago Norte, a conclusão do paisagismo do balão do colorado, a entrega da nova feira de orgânicos na DF 009, na entrada do Lago Norte, em parceria com a SEAGRI, cujo projeto encontra-se na NOVACAP, a construção da Praça do Lago Norte na entrada da cidade, perto do supermercado Pão de Açúcar e o início das obras de uma nova feira de produção orgânica, também em parceria com a SEAGRI, na DF-005, muito próxima ao que será o futuro Setor Taquari 1 Etapa 2, servindo toda população desse setor e todos que fazem uso dessa rodovia, condomínios e núcleos rurais próximos.

A RA XVII aguarda também os recursos previstos no empréstimo do FONPLATA para viabilizar as propostas apresentadas no MASTERPLAN para o Parque das Garças.

Foi encaminhado um termo de parceria com o IFB para promoção de capacitação no arco ocupacional de gastronomia para todos os quiosqueiros que permanecerão na Praia Norte (que será inaugurado em 2018) para melhorar a qualidade dos serviços a serem oferecidos.

Formalizou-se a relação com o Instituto Oca do Sol no intuito de intensificar o trabalho de preservação das nascentes.

Há um projeto estruturante de arte, educação e gastronomia, chamado Relicário do Cerrado que está sob gestão da Secretaria do Meio Ambiente, para lançar a pedra fundamental esse ano.

Foi encaminhado um pedido de parceria para o uso do Parque Vivencial 1, solicitando a sua mudança de categorização em prol da criação de áreas de preservação em locais com vegetação íntegra na Serrinha do Paranoá.

Ressalta-se que todos estes projetos foram ou estão em fase de aprovação também no Conselho Local de Planejamento de modo a fomentar não apenas a participação da comunidade, mas a transparência em todos os processos.

Por fim, houve um avanço, juntamente com a SEMA, TERRACAP e IBRAM a recategorização de parques e na demarcação de novos parques ambientais e vivenciais no Lago Norte para preservação da natureza e usufruto de lazer da população. Tudo aquilo que temos como perspectiva, foi trabalho muito longo de estruturação de processos, projetos, captação de recursos e parcerias com diversos órgãos do Distrito Federal, tais como, NOVACAP, IBRAM, SEMA, CEB, SINESP, Secretaria de Segurança Pública, Casa Civil, Polícia Militar, dentre outros, que demandaram muito trabalho e obtiveram sucesso.

Dentre os diversos projetos criados nesta gestão, destaca-se o **Viveiro do Lago Norte**, onde diversos cursos são disponibilizado para a comunidade, distribuídos gratuitamente milhares de mudas de variadas espécies do cerrado para toda a população do DF, faz-se a recuperação das nascentes, a RA XVII recebe alunos de muitas escolas, realiza-se o plantio de aproximadamente 90.000 árvores, promovendo o reflorestamento em diversos locais, hortas são criadas em escolas, e há a formalização de parceria para a Secretaria de Educação para trazer um polo avançado da Escola da Natureza ao Viveiro.

A marca registrada desta gestão foi, sem dúvida alguma, a dedicação de toda sua equipe, a transparência nos processos e a participação social ouvida e acolhida dentre todos os Conselhos criados para este fim.

As parcerias foram firmadas com diversos órgãos no intuito de desencadear projetos em todas as áreas sociais: curso de saneamento rural e horta orgânica (SEDESTMID), turma de alfabetização do palha (Agência Banco do Brasil e ASPALHA), aquisição de alimentos dos nossos produtores pela Embaixada da Suécia, curso de empoderamento e participação feminina e geração de renda para agricultoras orgânicas (TERRAZUL), construção de novas lixeiras comunitárias na área do Palha (ASPALHA e AGEFIS), inauguração das Eco trilhas da Serrinha (Oca do Sol e Fundação Banco do Brasil), fornecimento de dados sobre fauna silvestre aos órgãos ambientais para embasamento de pleito de demarcação ambiental, na região do Córrego do Urubu (Veterinária do CEUB, KINOFOGO/FAC/DF, secretaria da Cultura).

Em reconhecimento ao trabalho árduo desta equipe, a Administração Regional do Lago Norte foi elogiada por diversos órgãos e recebeu condecoração por parte do Comando da Marinha e do Comando da Aeronáutica.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX – UO: 59.121

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional da Candangolândia, criada pela Lei nº 658 de 27.01.1994, órgão da Administração Direta, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, de acordo com o Decreto nº 33.583 de 16.03.2012.

Em 2016, conforme Decreto nº 37.625, de 15.09.2016, publicado no DODF nº 176, de 16/09/2016, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

Em 2017, conforme Decreto nº 38.094, de 28/03/2017, publicado no DODF nº 61, de 29/03/2017, entrou em vigor o Regimento Interno das Administrações Regionais do Distrito Federal.

A Administração Regional tem como objetivo representar o Governo do Distrito Federal na área de sua jurisdição, visando implementar as ações de Governo em benefício da coletividade, atendendo aos anseios e necessidades da comunidade local na busca de melhor qualidade de vida.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF		2	1	2	5
Comissionados sem vínculo efetivo	9		9		18
Requisitados de órgãos do GDF	3	2		2	7
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários		2		1	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango				3	3
Terceirizados (FUNAP)		10			10
Outros - especificar					
Subtotal	12	16	10	8	46
(-) Cedidos para outros órgãos	1				1
Total Geral	11	16	10	8	45

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**35.861,00**	**5.861,00**	**5.853,40**	**4.070,00**
5957 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	35.861,00	5.861,00	5.853,40	4.070,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**35.861,00**	**5.861,00**	**5.853,40**	**4.070,00**

Foi realizado evento em comemoração ao Dia das Crianças, em 14/10/2017, com público presente de 1.600 pessoas.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0027 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XIX EM 2017-CANDANGOLÂNDIA	300.000,00	0,00	0,00	0,00
4504 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-APOIO A REALIZAÇÃO DE REFORMA DE ESPAÇOS FÍSICOS- CANDANGOLÂNDIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
9900 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**150.000,00**	**22.702,00**	**22.699,75**	**22.699,75**
9175 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	150.000,00	22.702,00	22.699,75	22.699,75
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2259 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS--CANDANGOLÂNDIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**600.000,00**	**22.702,00**	**22.699,75**	**22.699,75**

No Programa de Trabalho foram adquiridos materiais para manutenção de áreas ajardinadas e urbanizadas da Região Administrativa da Candangolândia, bem como, realizada 2 operações tapa buraco; retirada de 7.546 toneladas de lixo; cobertura do PEC da Qd. 5; manutenção das cercas; elétrica e alambrados da Praça do Bosque e da Biblioteca; roçagem, podas e limpeza de áreas da cidade; manutenção nos banheiros da RA e P. do Bosque; limpeza parquinhos públicos e paradas ônibus; reconstrução bocas de lobo principais vias; recuperação, limpeza e roçagem na cidade; manutenção calçada do Posto de Saúde; construção 25m de calçada.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**233.000,00**	**177.352,00**	**177.351,84**	**140.244,10**
8490 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	233.000,00	177.352,00	177.351,84	140.244,10
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**233.000,00**	**177.352,00**	**177.351,84**	**140.244,10**

No Programa de Trabalho foi realizada a contratação de 10 reeducandos do Projeto Reintegra Cidadão, através da FUNAP, para prestação de serviço nesta Administração Regional.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**155.224,00**	**50.500,00**	**3.275,00**	**3.275,00**
5955 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINSTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	65.224,00	500,00	0,00	0,00
5956 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-CANDANGOLÂNDIA	90.000,00	50.000,00	3.275,00	3.275,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**155.224,00**	**50.500,00**	**3.275,00**	**3.275,00**

No Programa de Trabalho foi realizada a comemoração do Aniversário da Cidade, nos dias 21,24,25/11/2017, com aquisição de um bolo, festividade para crianças e adultos, homenagem aos pioneiros, logística, estruturas, com público alvo de 2000 pessoas.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**236.000,00**	**101.501,00**	**41.346,92**	**41.346,92**
7170 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	236.000,00	101.501,00	41.346,92	41.346,92
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**236.000,00**	**101.501,00**	**41.346,92**	**41.346,92**

Foi efetuado ressarcimento referente a servidor cedido para esta Administração Regional.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**44.191,00**	**13.698,00**	**12.271,17**	**12.271,17**
5361 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- CANDANGOLÂNDIA	44.191,00	13.698,00	12.271,17	12.271,17
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.410.320,00**	**1.898.320,00**	**1.762.423,95**	**1.762.423,95**
8888 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	1.410.320,00	1.898.320,00	1.762.423,95	1.762.423,95
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**147.441,00**	**147.441,00**	**134.471,67**	**134.471,67**
9694 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	147.441,00	147.441,00	134.471,67	134.471,67
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**601.000,00**	**315.858,56**	**237.794,29**	**226.237,31**
9771 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	601.000,00	315.858,56	237.794,29	226.237,31
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**40.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5895 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- CANDANGOLÂNDIA	40.000,00	1,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5221 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- CANDANGOLÂNDIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**58.058,00**	**4.642,00**	**0,00**	**0,00**
5832 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- CANDANGOLÂNDIA	58.058,00	4.642,00	0,00	0,00
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5769 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-- CANDANGOLÂNDIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**130.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3213 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-- CANDANGOLÂNDIA	130.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**2.451.010,00**	**2.379.960,56**	**2.146.961,08**	**2.135.404,10**

No Programa de Trabalho foram remunerados os servidores, concedidos auxílio creche, auxílio alimentação e auxílio transporte e também o pagamento de energia, água e telefonia.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	
Encaminhamento - CDS/ Na hora	
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	70
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Gestantes	
Trabalho com Grupos - Idosos	3.120
Trabalho com Grupos – Mulheres	170
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	
Trabalho com Grupos - Remoções	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	250
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	6
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	2	300
Teatro	2	100
Música	5	4.000
Dança	4	2.000
Artes Plásticas	1	30
Literatura		
Outros eventos		

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	
Habitação Coletiva	
Comercial	
Industrial	
Área Rural	
Outros (Eventual)	24
	24

As informações referentes à Alvarás de Funcionamento, são disponibilizadas somente por meio do Sistema Registro e Licenciamento de Empresas - RLE.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	8	2.000
Eventos esportivos	40	4.000
Outros	10	800

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	9	1.741,93
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	9	1.741,93

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	1	105,05
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
	1	105,05

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,09	1.741,93
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições		
Elaboração de Croquis	0,10	1.500,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,15	2.250,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	21
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	7
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	2

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	2

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	5.280,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	300,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	80,00
Recuperação de calçadas/ M²	70,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	12,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	0,00
Remoção de entulhos/ M³	9.156,26
Reposição de meios-fios/ Unidade	70,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	500,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	4.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	57,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	280
Faixas recolhidas das vias públicas	720

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional da Candangolândia, mesmo com quadro de servidores reduzido, efetuou suas funções perante a comunidade da RA XIX, aproximando os moradores das políticas de Estado, atendendo as demandas oriundas da sua população, valorizando a sua diversidade cultural e fortalecendo o vínculo de confiança entre Estado e cidadão. Uma das grandes barreiras para uma atuação ainda melhor foi na execução do orçamento, onde em 2017 foram liberados recursos de forma fracionada, e em setembro, já não possuíamos mais orçamentário para sequer abrir processos de contratações e ou empenhos na fonte 100. Assim, permaneceram apenas os recursos na fonte 120 sem possibilidade de alimentar Programas de Trabalho para ações por falta dessas fontes. Esperamos que em 2018 possamos ter uma execução orçamentária mais ampla ao longo do ano.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS - RA XX – UO: 59.122

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Águas Claras, criada pela Lei nº 3.153, de 06/05/2003, é um órgão da Administração Direta, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, conforme publicação do Decreto nº 36.236, de 01/01/2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal. Em 2016, conforme Decreto n° 37.625, de 15/09/2016, passou a ser vinculada à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

De acordo com o Decreto nº 38.094, de 28/03/2017, que aprova o Regimento Interno das Administrações Regionais do Distrito Federal, a Administração Regional de Águas Claras tem por competência:

I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas;

II - supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades;

III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	16	2	13	33
Comissionados sem vínculo efetivo	13	0	45	0	58
Requisitados de órgãos do GDF	0	2	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	2	0	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	2	0	2	4
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	9	9
Outros - especificar	0	1	0	6	7
Subtotal	15	23	47	30	115
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	1	0	2
Total Geral	15	22	46	30	113

Outros: Pena alternativa

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-IMPLANTAÇÃO DA PRAÇA DO AREAL REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS- ÁGUAS CLARAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**176.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9519 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	176.000,00	0,00	0,00	0,00
4092 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0002 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
5950 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**436.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**14.790.690,00**	**2.473.474,00**	**715.606,94**	**396.721,63**
0028 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XX EM 2017- ÁGUAS CLARAS	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0029 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM ÁGUAS CLARAS,ARNIQUEIRA, ADE E AREAL- ÁGUAS CLARAS	12.840.000,00	0,00	0,00	0,00
0031 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS- ÁGUAS CLARAS	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0124 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM ÁGUAS CLARAS VERTICAL, ARNIQUEIRA, ADE E AREAL- ÁGUAS CLARAS	0,00	1.099.940,00	652.234,58	365.423,77
0181 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E INFRAESTRUTRA EM- ÁGUAS CLARAS	0,00	160.161,00	0,00	0,00
0187 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DA PRAÇA ENTRE AS RUAS 1 NORTE E RUA BURITI- ÁGUAS CLARAS	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
0196 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-DE INFRAESTRUTURA PARA MELHORIAS NO ATENDIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA CLASSE DE ARNIQUEIRA - ÁGUAS CLARAS - DF- ÁGUAS CLARAS	0,00	150.000,00	0,00	0,00
9891 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	1.350.690,00	63.373,00	63.372,36	31.297,86
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**55.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
9543 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	55.000,00	1,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6973 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	70.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**14.915.690,00**	**2.473.475,00**	**715.606,94**	**396.721,63**

A Administração Regional de Águas Claras realizou, durante o ano de 2017, diversas obras de urbanização, como a seguir:

- implantação de Parquinhos entre as Ruas 34 e 35 Sul e Estação Concessionárias;
- execução de Pontos de Encontros Comunitários (PEC) na Avenida Vereda da Cruz próximo à Avenida Pau Brasil e ao acesso da QS 11 – Areal;
- execução de calçamento em trecho na Avenida Vereda da Cruz entre QD 208/206;
- execução de obra – substituição da cobertura/telhado da Escola Vila Areal do Bloco B;
- implantação de Quadra Poliesportiva na Praça Entrada Arniqueiras.
- construção de estacionamento em concregrama em frente à Estação Arniqueiras (1º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2016);
- reforma do Centro de Ensino Fundamental Vila Areal (1º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2016);
- remanejamento de postes de alta tensão, sendo - 01 poste no Lote 5, na Avenida Araucárias com a Rua Copaíba, 01 poste na rotatória da Rua Copaíba com Avenida Araucária;
- remanejamento de 01 poste na Rua 37 Norte em frente ao lote 02 com a Avenida das Castanheiras.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**200.000,00**	**226.487,00**	**167.116,85**	**149.970,27**
8522 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- ÁGUAS CLARAS	200.000,00	226.487,00	167.116,85	149.970,27
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**200.000,00**	**226.487,00**	**167.116,85**	**149.970,27**

Contratação de 09 (nove) sentenciados com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP- DF).

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**30.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
5949 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**30.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**10.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
0033 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**265.000,00**	**355.080,00**	**290.927,72**	**280.218,13**
7168 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	265.000,00	355.080,00	290.927,72	280.218,13
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**275.000,00**	**365.080,00**	**290.927,72**	**280.218,13**

- Licenças Prêmio Pecúnia: Não houve pagamento de licença prêmio pecúnia. 02 (dois) servidores aposentados no ano de 2017.
- Ressarcimentos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal – PMDF de 01 (uma) pessoa cedida a esta Administração.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**20.000,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**
5315 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- ÁGUAS CLARAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**150.000,00**	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**
0020 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DA BIBLIOTECA DE ÁGUAS CLARAS- ÁGUAS CLARAS	0,00	150.000,00	0,00	0,00
9808 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	150.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**7.507.567,00**	**7.427.567,00**	**7.170.663,50**	**7.170.663,50**
8885 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	7.507.567,00	7.427.567,00	7.170.663,50	7.170.663,50
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**520.000,00**	**520.000,00**	**475.289,13**	**475.289,13**
9691 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	520.000,00	520.000,00	475.289,13	475.289,13
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.356.320,00**	**1.402.136,00**	**1.226.984,07**	**1.202.084,13**
9768 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	1.356.320,00	1.402.136,00	1.226.984,07	1.202.084,13
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**20.000,00**	**20.000,00**	**8.516,05**	**8.516,05**
5853 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	20.000,00	20.000,00	8.516,05	8.516,05
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**15.000,00**	**15.000,00**	**362,60**	**362,60**
5202 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- ÁGUAS CLARAS	15.000,00	15.000,00	362,60	362,60
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**40.000,00**	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**
5798 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3212 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**1.600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9841 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**11.428.887,00**	**9.594.703,00**	**8.881.815,35**	**8.856.915,41**

- Servidores ativos remunerados: jan 93, fev 96; mar 95; abr 95; mai 95; jun 95; jul 95; ago 98; out 100; nov 93; dez 93.
- Benefícios concedidos a servidores: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio creche.
- Manutenção de serviços administrativos: aluguel, consumo água e esgoto, energia elétrica e etc.
- Aquisição de material permanente de informática e tecnologia da informação.
- Aquisição material de consumo – para atender a demanda de manutenção preventiva dos computadores da Administração.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	1
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	
Encaminhamento - CDS/ Na hora	2
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	2
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	4
Trabalho com Grupos - Gestantes	
Trabalho com Grupos - Idosos	
Trabalho com Grupos – Mulheres	
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	
Trabalho com Grupos - Remoções	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	3	1.000
Teatro		
Música	13	2.500
Dança		
Artes Plásticas		
Literatura		
Outros eventos	1	2.000

- Cinema: Cine Areal; Cine Pedal, em parceria com o Detran/DF; Cinema na Praça, em parceria com a Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras (AMAAC).
- Música: Sarau em diversas praças da cidade com cantores regionais e um show da banda The Beatles Cover.
- Outros eventos: Desfile Cívico em comemoração ao aniversário de Águas Claras.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	84
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	30
	114

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer		
Eventos esportivos	2	3.000
Outros		

Eventos Esportivos: Corrida no Parque Águas Claras; Campeonato Brasiliense de Futsal.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	1	340,49
Habitação Coletiva		

Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	1	340,49

Conforme o Decreto 36.700/2015, compete às Administrações Regionais o visto, aprovação e licenciamento de projetos arquitetônicos de habitações unifamiliares, de obra inicial ou de modificação, com ou sem acréscimo. Os demais são de competência da Central de Aprovação de Projetos (CAP).

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar		
Habitação coletiva	4	42.160,68
Industrial		
Comercial	13	196.983,13
Institucional		
	13	196.983,13

No item Carta de Habite-se comercial também foram inclusas as unidades comerciais e habitação coletiva (mistas) que foram 07 (sete) cartas totalizando 174.892,47m².

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	1,00	600,00
Elaboração de Croquis	1,00	4.102,26
Levantamento para Carta de Habite-se	6,00	11.189,60

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	1
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	2
Restrito - Comercial	2
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	14

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos

Misto - Outros: 4 de engenhos publicitários; 7 de urbanismo; 2 de tapumes para canteiros de obras; e 1 de stand de vendas.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	
Recadastramento de Feiras	
Fiscalização de Feiras	

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.262
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.698
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	694
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	17
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	416
Transferência de domicílio	190
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	764,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	27,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	16,00
Recuperação de calçadas/ M²	12,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	1.000,00
Remoção de entulhos/ M³	14.110,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Reposição de meios-fios/ Unidade	0,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	24.365,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	32.150,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	570,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	353
Faixas recolhidas das vias públicas	9.867

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional de Águas Claras foi efetiva em várias frentes de trabalho no ano de 2017, entre outras obras, foi entregue à população o parquinho infantil da praça entre as ruas 34 e 35 Sul, Pontos de Encontros Comunitários, calçamentos em parte da Avenida Vereda da Cruz, estacionamento da Praça Arniqueiras, aumentando consideravelmente o número de vagas para os usuários do metrô e do comércio local. Também foi reformada a Escola Vila Areal.

Várias intervenções no transito em conjunto com o DETRAN e o DER foram feitas no sentido de melhorar o fluxo de veículos na região, entre elas, destaca-se o semáforo instalado a Rua Jequitibá, que diminuiu e muito o fluxo de veículos na rotatória da Unieuro.

O setor de Obras trabalhou incansavelmente na solução de problemas rotineiros da cidade, entre eles, operação tapa buracos em conjunto com a NOVACAP, roçagem, poda, limpeza de entulhos e outros.

Um fator limitador à atuação desta Regional foi a falta de um contrato ininterrupto e completo de serviços de máquinas e caminhões.

Por outro lado, a falta da regularização do Setor Habitacional Arniqueiras também reduz as possibilidades das ações desta Administração no setor, limitando-se a serviços emergenciais, situação esta que provavelmente será superada com a regularização do SETOR no ano de 2018, conforme buscam as lideranças locais.

E, ainda, a indeterminação de uma poligonal afeta um planejamento mais efetivo da atuação desta Regional.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II - RA XXI – UO: 59.123

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Riacho Fundo II - RAXXI foi criada por força da lei nº 3.153 de 06/05/2003, é um Órgão da Administração Direta, que integra a estrutura administrativa do Distrito Federal. Está previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal que cada Região Administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da Lei e a sua criação ou extinção somente ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

A Administração Regional de Riacho Fundo II está vinculada à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal e tem por competência representar o Governador do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa XXI, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrentes.

As Administrações Regionais, órgãos da Administração Direta estão vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades, observado o disposto no Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016.

Suas competências e atribuições das suas Unidades estão fundamentadas no Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, que aprova o regimento interno das Administrações Regionais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	5	0	0	7
Comissionados sem vínculo efetivo	45	0	0	0	45
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	6	0	0	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	7	0	0	7
Terceirizados (FUNAP)	0	16	0	0	16
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	47	36	0	0	81
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	47	36	0	0	81

Dados de 31/01/2017.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**280.000,00**	**111.852,00**	**76.763,90**	**76.763,90**
0044 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS- DISTRITO FEDERAL	0,00	30.000,00	0,00	0,00
5958 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	150.000,00	44.604,00	43.127,74	43.127,74
5959 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	110.000,00	37.248,00	33.636,16	33.636,16
6096 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AS ATIVIDADES DO PROJETO EXPO CONCERTO PARIS- RIACHO FUNDO II	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**280.000,00**	**111.852,00**	**76.763,90**	**76.763,90**

1 – No Programa de Trabalho: 13.392.6206.3678.5958, foi realizado 22º Aniversário do Riacho Fundo II, no mês de maio de 2017, com apresentações Artísticas e Culturais, o cronograma do aniversário incluiu atividades Desfile Cívico, recreação para as crianças, Baile para idosos, Encontro de Capoterapia com pessoal da Terceira Idade, apresentações de dança e apresentação e artistas locais, reuniu cerca de 6.000 pessoas, somando todos os eventos realizados.

2 - No Programa de Trabalho: 13.392.6206.3678.5959, foram realizadas atividades esportivas dentro do cronograma do 22º Aniversário do Riacho Fundo II, Torneio de Futsal feminino e masculino, Campeonato de vôlei 4x4 feminino e masculino, Campeonato de Jiu Jitsu, Campeonato de Taekwondo, Capoterapia para idosos, Campeonato de Kart, reunindo cerca de 1.500 pessoas, entre atletas e público.

3 - No Programa de Trabalho: 13.392.6206.3678.6096, não houve execução nesta Ação Específica.

Além dos eventos realizados com recursos do GDF, foram também apoiados diversos eventos na cidade de cunho cultural e esportivos, sem utilização de recursos, Torneio de golzinho, Projeto Zumba para todos, V Intercâmbio de Capoeira e Encontro dos Amigos, Exame de faixa colorida- Projeto Karatê sem limites, 2º Encontro dos Catraqueiros de Aço, Airsoft- FABE, 1º Baile de Debutantes Comunitário, aproximadamente 2.500 pessoas foram atendidas com as atividades desenvolvidas.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**2.442.778,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0032 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXI EM 2017- RIACHO FUNDO II	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0033 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- RIACHO FUNDO II	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0034 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA RIACHO FUNDO II- RIACHO FUNDO II	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4512 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS- RIACHO FUNDO II	402.778,00	0,00	0,00	0,00
9902 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	240.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**160.000,00**	**11.534,00**	**11.530,45**	**11.530,45**
9176 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	160.000,00	11.534,00	11.530,45	11.530,45
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0019 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- EM PROL DA COMUNIDADE DO RIACHO FUNDO II- RIACHO FUNDO II	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**2.702.778,00**	**11.534,00**	**11.530,45**	**11.530,45**

1 – No Programa de Trabalho: 15.452.6210.8508.9176, foi realizada aquisição de material para manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas, equipamentos e materiais para reforma do prédio da Administração Regional como, martelo rompedor, tijolos, tinta, dobradiças, torneira junção de esgoto, lixas, trincha, eletrodo e meio fio. Processo nº: 301.000.079/2017 e outros.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**433.184,00**	**255.184,59**	**252.184,39**	**223.702,48**
8491 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	433.184,00	255.184,59	252.184,39	223.702,48
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**433.184,00**	**255.184,59**	**252.184,39**	**223.702,48**

1 – No Programa de Trabalho 04.421.6211.2426.8491, foi firmado contrato entre a Administração Regional do Riacho Fundo II e a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, foram assistidos de 08 (oito) a 16 (dez) sentenciados, cujo objetivo é a prestação de serviços inerentes à manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas e na manutenção e preservação dos prédios e próprios desta RAXXI cujo resultado alcançado foi a melhoria da qualidade de vida da população do Riacho Fundo II. Processo nº: 301.000.085/2017.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**
0013 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- RIACHO FUNDO II	0,00	80.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**0,00**	**80.000,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**86.000,00**	**75.776,00**	**43.053,69**	**43.053,69**
7171 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	86.000,00	75.776,00	43.053,69	43.053,69
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**86.000,00**	**75.776,00**	**43.053,69**	**43.053,69**

1 – No Programa de Trabalho: 28.846.0001.9050.7171, foram executados ressarcimentos, indenizações e restituições referentes à transportes, salários e encargos e fundo constitucional dos servidores. Processo nº: 301.000.094/2017.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**90.000,00**	**25.210,00**	**24.999,73**	**17.849,73**
0001 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	0,00	25.000,00	24.999,73	17.849,73
5358 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- RIACHO FUNDO II	90.000,00	210,00	0,00	0,00
2595 - ADMINISTRAÇÃO NA SUA QUADRA	**120.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - ADMINISTRAÇÃO NA SUA QUADRA-- RIACHO FUNDO II	120.000,00	1,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**3.180.620,00**	**3.180.620,00**	**2.849.342,63**	**2.849.342,63**
8886 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	3.180.620,00	3.180.620,00	2.849.342,63	2.849.342,63
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**291.622,00**	**291.622,00**	**266.302,93**	**266.302,93**
9692 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	291.622,00	291.622,00	266.302,93	266.302,93
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**507.492,00**	**230.579,68**	**161.522,82**	**154.633,79**
9769 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	507.492,00	230.579,68	161.522,82	154.633,79
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5855 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	40.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5800 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**4.279.734,00**	**3.728.032,68**	**3.302.168,11**	**3.288.129,08**

1 – No Programa de Trabalho: 04.122.6001.2396.0001, houve aquisição de material de consumo, tintas, forros e pisos, para reforma do prédio da Administração Regional. Processo nº: 301.000.286/2017;

2 – No Programa de Trabalho: 04.122.6001.8502.8886, foram realizados pagamentos de vencimento e vantagens fixas aos servidores ativos desta RAXXI, recolhimento referente INSS patronal, substituições, atualizações de INSS patronal, recolhimento ao Fundo Previdência – IPREV. Processo nº: 301.000.094/2017.

3 – No Programa de Trabalho: 04.122.6001.8504.9692, foram concedidos benefícios a servidores ativos desta Administração Regional, tais como: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio creche. Processo: 301.000.094/2017.

4 – No Programa de Trabalho: 04.122.6001.8517.9769, foram adquiridos materiais para manutenção de bens imóveis e móveis, materiais de expediente, assinatura de periódicos, serviços de manutenção dos próprios, como as despesas com o consumo de água e serviços de esgoto, despesas de consumo de energia elétrica, serviço de telefonia fixa, além de outros serviços indispensáveis para manutenção e funcionamento da Administração. Processo nº: 301.000.098/2017 e outros.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	15
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	30
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	3
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	80
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	2
Trabalho com Grupos - Remoções	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	7
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	55
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	10

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	3

As cestas básicas foram doações de terceiros.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	5	3.000
Dança	2	600
Artes Plásticas	1	50
Literatura	2	150
Outros eventos	3	1.000

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	171
Industrial	0
Área Rural	2
Outros (Eventual)	30
	203

Alvará de Funcionamento
Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	300
Eventos esportivos	8	2.000
Outros	2	180

No ano de 2017, foi lançado pela Administração Regional o Projeto Karatê sem limites, para crianças, jovens e adultos, hoje temos mais 500 participantes.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	4	40.637,77
Habitação Coletiva	1	13.234,11
Industrial	1	2.628,79
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	6	56.500,67

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	622	155.833,39
Habitação coletiva	6	194.435,15
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	628	350.268,54

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Não há servidor nomeado no cargo, para tal atribuição.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	35
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	500
Fiscalização de Feiras	48

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	150,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	2
Cooperativas	2
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Não dispomos de Junta Militar na RA XXI.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	156,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	60,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	355,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	11,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	6,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	159,00
Remoção de entulhos/ M³	1.635,10
Reposição de meios-fios/ Unidade	25,00
Serviços de terraplanagem/ M³	17.917,00
Roçagem manual/ M²	27,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	470,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	12,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	610
Faixas recolhidas das vias públicas	0

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Biblioteca Pública do Riacho Fundo II



A população do Riacho Fundo II, ganhou no dia 26 de junho de 2017, uma nova biblioteca pública, outrora um posto policial abandonado que estava servindo de moradia para usuários de drogas, mendigos e vândalos. Ele chegou até a ser incendiado e ganhou uma nova utilidade. O posto foi transformado em biblioteca para promover a educação, a cultura e reutilizar um patrimônio público, além de atender uma reivindicação antiga da comunidade local, o espaço tem capacidade para atender até 15 pessoas ao mesmo tempo e cem por dia.

O acervo disponível veio da antiga biblioteca da região e de doações da comunidade. As adequações do espaço foram custeadas pela população e por comerciantes.

A biblioteca funciona em frente à Administração Regional do Riacho Fundo II (QN 7A, Conjunto 6, Lote 1/2), de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2017 enfrentamos dificuldades pela falta de carro para as vistorias e fiscalizações, os 03(três) automóveis que foram disponibilizadas foram insuficientes para o atendimento às demandas da população, bem como restrições orçamentárias para contratação de recursos humanos, no âmbito desta Administração Regional, tendo ciência quanto a necessidade da contenção de gastos a qual foi necessária para o equilíbrio da contabilidade governamental.

Para 2018, espera-se que esta Administração Regional do Riacho Fundo II/RAXXI seja fortalecida com recursos tecnológicos, humanos, materiais e principalmente de infraestrutura urbana, considerando o crescimento demográfico desta RA, oriundo da entrega das unidades habitacionais do Programa Morar Bem e que não haja bloqueio no orçamento para que os Contratos possam ser empenhados na sua totalidade, de forma que os serviços sejam prestados com excelência, eficiência e economicidade e que nessa Administração Regional possa se cumprir a missão institucional de atender bem a Comunidade.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL - RA XXII – UO: 59.124

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Sudoeste/Octogonal, órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente vinculada à Casa Civil, de acordo com o Decreto nº 33.583, de 16/03/2012, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da respectiva Região Administrativa e coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

A teor do Decreto nº 37.625, de 15/09/2016, as administrações Regionais passaram a ser coordenadas e supervisionadas pela Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	5	0	0	7
Comissionados sem vínculo efetivo	0	6	0	39	45
Requisitados de órgãos do GDF	3	0	0	0	3
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	4	0	0	0	4
Terceirizados (FUNAP)	5	0	0	0	5
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	14	11	0	39	64
(-) Cedidos para outros órgãos	2	0	0	0	2
Total Geral	12	11	0	39	62

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	**5.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
9564 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES-- SUDOESTE/OCTOGONAL	5.000,00	1,00	0,00	0,00
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9591 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-- SUDOESTE/OCTOGONAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**320.063,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0035 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXII EM 2017-SUDOESTE/OCTOGONAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
4520 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE-SUDOESTE/OCTOGONAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
9910 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	10.063,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9178 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**335.063,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**120.000,00**	**77.396,00**	**77.395,80**	**64.475,67**
8492 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SUDOESTE/OCTOGONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	120.000,00	77.396,00	77.395,80	64.475,67
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**120.000,00**	**77.396,00**	**77.395,80**	**64.475,67**

Sentenciados à disposição da Administração Regional do Sudoeste/Octogonal foram assistidos, conforme contrato assinado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
3881 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE--SUDOESTE/OCTOGONAL	10.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6029 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-SUDOESTE/OCTOGONAL	2.500,00	0,00	0,00	0,00
6030 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS- SUDOESTE/OCTOGONAL	2.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**317.300,00**	**317.301,00**	**223.166,09**	**223.166,09**
7173 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	317.300,00	317.301,00	223.166,09	223.166,09
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**317.300,00**	**317.301,00**	**223.166,09**	**223.166,09**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**2.680.441,00**	**3.130.441,00**	**2.980.810,37**	**2.980.810,37**
8890 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	2.680.441,00	3.130.441,00	2.980.810,37	2.980.810,37
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**244.300,00**	**334.300,00**	**317.800,75**	**317.800,75**
9696 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	244.300,00	334.300,00	317.800,75	317.800,75
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**1.739.255,00**	**964.824,12**	**801.644,79**	**737.904,34**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9773 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	1.739.255,00	964.824,12	801.644,79	737.904,34
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5856 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMIISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	2.500,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**2.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5185 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	2.500,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5802 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**48.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9822 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- SUDOESTE/OCTOGONAL	48.000,00	0,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5335 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- SUDOESTE/OCTOGONAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**4.731.996,00**	**4.429.565,12**	**4.100.255,91**	**4.036.515,46**

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	2
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	
Encaminhamento - CDS/ Na hora	
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	7
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	2
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	
Trabalho com Grupos – Mulheres	
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	12
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	2
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	6
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	2





Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema		
Teatro		
Música		
Dança	1	300

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Artes Plásticas		
Literatura		
Outros eventos	1	250

* Festa junina - Arraiá da Espiga - realizada ao lado do estacionamento da quadra 104 do Sudoeste. Evento realizado inteiramente com parcerias comunitárias, sem uso de verbas públicas.

* Campanha de arrecadação de brinquedos - arrecadação de brinquedos em algumas quadras do Sudoeste para distribuição em cidades carentes como Fercal e Paranoá.











Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	30
Habitação Coletiva	
Comercial	4.320
Industrial	
Área Rural	

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Outros (Eventual)	40
	40

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	150
Eventos esportivos		
Outros		

* Exposição de Carros antingos - evento realizado no estacionamento do Parque do Bosque do Sudoeste, exclusivamente com parcerias comunitárias, sem onus para administração pública.





Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar		
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	0	0

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar		
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
	0	0

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,03	10.427,20
Elaboração de Croquis	0,07	1.332,92
Levantamento para Carta de Habite-se		

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	3

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	
Feiras Permanentes	
Recadastramento de Feiras	
Fiscalização de Feiras	

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	6

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	240,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	40,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	12,00
Recuperação de calçadas/ M²	590,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	3,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	280.000,00
Remoção de entulhos/ M³	2.160,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	80,00
Serviços de terraplanagem/ M³	
Roçagem manual/ M²	300.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	144.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	80,00
Passeios (construção) / M²	

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Rede de águas pluviais/ M	
Podas de árvores/Unidade	3.900
Faixas recolhidas das vias públicas	5.760

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

- Identificação de veículos particulares abandonados nas quadras residenciais/comerciais. Após, com o auxílio do Detran, foi realizada a notificação de seus donos, para que fosse dada uma destinação a esses veículos.

- Retirada de entulhos das ruas, que estavam como depósito ilegal de reciclagem.

- Retirada de estrutura particular, com o apoio da AGEFIZ, onde funcionava um apartamento decorado que estava abandonado e sendo usado por pessoas em sitação de rua.






4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração possui à sua disposição em caráter provisório, um caminhão truck, um toco e uma pá mecânica. Esses equipamentos dão muito suporte a trabalhos, como os serviços com limpeza e manutenção do Sudoeste/Octogonal.

Serviços como recuperação de calçadas e acessibilidade foram mais difíceis de se executar devido à falta de orçamento para esse fim. Mesmo assim, com apoio dos próprios moradores, da SLU, NOVACAP, DETRAN, AGEFIZ e CEB, e, ainda, com apoio da mão de obra dos colaboradores da FUNAP e servidores da Administração, foi possível realizar muitas das demandas no Sudoeste/Octogonal. Entre as demandas atendidas estão a instalação de 4 abrigos para ônibus nas quadras 102, 302, 104, 304 da 1º Avenida do Sudoeste.

Em 2018 a RA XXII continuará primando pelo desenvolvimento e melhorias nas áreas de infraestrutura urbana; tais como manutenção e aquisição de quadras, parques, pec´s, calçadas, acessibilidade e praças. Buscará, também, junto ao Governo do DF, parcerias para melhor atender às demandas do Sudoeste/Octogonal.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO - RA XXIII – UO: 59.125

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Varjão - RA XXIII, foi criada oficialmente em maio de 2003 por meio da Lei Nº 3.153, de 6 de maio de 2003. Órgão da Administração Direta é uma Unidade que tem como função básica, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, bem como representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa.

Em 2016 foi publicado o Decreto nº 37 625 (de 15 de setembro de 2016), no seu art. 5º, institui que as Administrações Regionais passam a ser vinculadas a estrutura administrativa da Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

A cidade hoje possui serviços de energia elétrica, águas pluviais, e de tratamento de esgoto, 100% implantados e em suas atribuições constam serviços de manutenção de próprios públicos, parques, jardins, equipamentos e estruturas esportivas, galpões comunitários, e sua gestão, licenciamento e fiscalização do uso do solo e espaços urbanos em conformidade com as leis e políticas de governo.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	3	1	4
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	34	0	34
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	3	0	3
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	2	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	6	0	0	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	1	0	0	1
Subtotal	0	7	40	3	50
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	7	40	3	50

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**855.080,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0036 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXIII EM 2017- VARJÃO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0037 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017-VARJÃO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
9913 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	255.080,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**6.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9179 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	6.000,00	0,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	861.080,00	0,00	0,00	0,00

Não houve realização orçamentária de obras de urbanização, manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas no exercício de 2017. Porém, vários serviços de manutenção e recuperação foram realizados:

Serviços de manutenção e recuperação

Roçagem e podas de árvores

Apoio da equipe da NOVACAP, visando a manutenção da cidade



Revitalização de pintura

Parquinhos e da casa de cultura



Serviço tapa buraco

visando garantir uma melhor infraestrutura para cidade



Manutenção de alambrado

Revitalização do alambrado do Parquinho da quadra



Plantio de mudas em áreas verdes

Para melhorar a aparência da cidade e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos moradores.



Montagem de Tendas

Para eventos regionais da cidade do Varjão, tais como: Programa cidades limpas, cavalgada, eventos religiosos e em parceria com creches



Caesb consertando vazamento

Manutenção da rede de água e esgoto



Limpeza da Cascata

Para evitar o acúmulo de lixos e a proliferação de mosquitos da dengue e chikungunya



Limpeza das Calhas

Realizado frequentemente, dando prioridade em períodos chuvosos, evitando o entupimento das redes de água pluviais



Limpeza de área pública

Recolhimento de lixo e entulho evitando o acúmulo de água da chuva, melhorar o aspecto visual da cidade, e diminuir o foco de pragas, insetos e animais nocivos à saúde



Revitalização das bocas de lobo

Para evitar acidentes com os moradores da cidade e acúmulo de lixo



Retirada dos quebra-molas irregulares

Serviço realizado com a parceria da Administração com o Detran.



Foram feitas várias revitalizações no decorrer do ano tais como:

- Conserto da placa de identificação do Centro dos Imigrantes.
- Conserto do vazamento no banheiro do Centro Esportivo.
- Conserto do portão da Escola Classe Varjão.
- Conserto do telhado do vestiário do Centro Esportivo.
- Conserto da porta do Conselho Tutelar
- Reparo na iluminação da quadra poliesportiva da Escola Classe Varjão.







Manutenção ao redor do campo Sintético
parceria com a equipe do SLU (Sistema de Limpeza Urbana



Serviço de revitalização



Retirada de lixo e entulho

O entulho é um dos maiores problemas encontrados no Varjão, esse serviço vem sendo realizado constantemente com o intuito de evitar propagação de doenças.



Irrigação o de vegetação em praça e áreas verdes

Manutenção de área verde feita constantemente



Implantação de gaiola para proteção de mudas

Plantio de mudas em áreas verde



Paisagismo da Escola Classe Varjão

Serviço realizado para melhorar o estacionamento da Escola Classe Varjão



Pintura de meio fio



Retirada de carcaças de carros



Sinalização



Revitalização de paradas de onibus



Capina e roçagem



Poda e recolhimento de troncos



Ação de Vigilância Sanitária

Apoio na segurança das diversas equipes ação de blits e apreensão

Pintura e reparos de equipamento público







6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**45.000,00**	**45.000,00**	**22.090,58**	**22.090,58**
8493 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	45.000,00	45.000,00	22.090,58	22.090,58
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**45.000,00**	**45.000,00**	**22.090,58**	**22.090,58**

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso-FUNAP é representante exclusiva do sistema Penitenciário de Brasília, que cuida da inserção do trabalhador preso à sociedade, atendendo necessidade da Administração Regional do Varjão em executar serviços de reforma e manutenção de próprios, limpeza e manutenção de áreas urbanizadas, roçagem de mato, remoção de entulho, operação de tapa buracos, atividades de construção civil e outras atividades fins, levou à contratação de dois reeducadores da Fundação, que com seu trabalho, junto à equipe, beneficiaram os habitantes desta Região Administrativa.

O Contrato encerrou-se em 29/09/2017, e as despesas foram liquidadas de Janeiro/2017 a setembro/2017.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**38.518,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5966 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5967 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- VARJÃO	18.518,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**38.518,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve autorização para empenho, as atividades realizadas foram de apoio a ações das diversas entidades sociais, associações comunitárias e ongs, que atuam nessa comunidade, o Varjão tem essa vocação e a sociedade se apresenta muito mobilizada nesse sentido.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**112.000,00**	**103.758,97**	**81.616,59**	**81.616,59**
7174 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	112.000,00	103.758,97	81.616,59	81.616,59
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**112.000,00**	**103.758,97**	**81.616,59**	**81.616,59**

No programa foram efetuados o ressarcimento dos servidores da EMBRAPA e NOVACAP, no período de Janeiro de 2017 a Junho de 2017, quando da exoneração dos servidores.

Segundo o que apresenta as ações constantes foram parcialmente executadas. Os restantes das programações orçamentárias deste Programa foram contingenciadas ou bloqueadas.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.659.909,00**	**1.889.909,00**	**1.805.081,83**	**1.805.081,83**
8891 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	1.659.909,00	1.889.909,00	1.805.081,83	1.805.081,83
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**218.490,00**	**244.490,00**	**210.632,53**	**210.632,53**
9697 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	218.490,00	244.490,00	210.632,53	210.632,53
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**313.336,00**	**165.467,00**	**136.443,74**	**129.744,72**
9774 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	313.336,00	165.467,00	136.443,74	129.744,72
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**2.191.735,00**	**2.299.866,00**	**2.152.158,10**	**2.145.459,08**

Contratos e lançamentos de benefícios dentro da legalidade e normas. Houve grande rotatividade de pessoal alterando as demandas pelo benefícios mas previsão dos recursos alocados foram suficientes, os recursos de manutenções gerais que atendem as despesas com CEB e CAESB tiveram suas contas reduzidas por ações de controle de gastos e manutenção e diligências aos próprios, onde foram detectados erros de logradouro o que originou revisão de contratos e a mudança da administração para outros próprios o que garantiu os princípios da economicidade e lisura do uso dos recursos públicos.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**0,00**	**130.000,00**	**119.992,78**	**0,00**
0012 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- VARJÃO	0,00	130.000,00	119.992,78	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	**0,00**	**130.000,00**	**119.992,78**	**0,00**

Especificação: Valor que se empenha para custear despesas com contratação de empresa para recureração e reforma do telhado do próprio situado a quadra 01 conjunto D lote 05 Varjão/RA-XXIII - recurso disponibilizado pela emenda parlamentar destinado para reforma de prédios e próprios - Varjão/RA XXIII, conforme tabela acima.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência. Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	1
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	2
Encaminhamento - CDS/ Na hora	5
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	20
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	5
Trabalho com Grupos - Gestantes	2
Trabalho com Grupos - Idosos	6
Trabalho com Grupos – Mulheres	20
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	1
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	10

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	500
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	23

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	600
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	3	690
Artes Plásticas	4	30
Literatura	12	30
Outros eventos	0	0

Cinema: paresentação no Natal Solidário
Dança : apresentação no Natal Solidário
Artes Plásticas, Oficinas da casa de cultura
Literatura: Sarau Poético em parceria Com Maria de Ariston

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	**Quantidade**
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	1
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	3
	4

Neste ano de 2017 só foi concedido 1 alvará comercial, e o restante para Circo e Atividades Religiosas

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	1	300
Outros	0	0

O Varjão possui uma Liga de Futebol que promove campeonatos internos e interligas. hoje elas o ferecem escolinha de Futebol para cerca de 80 crianças durante o ano inteiro.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	5	868,05
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	5	868,05

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	0	0,0

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,05	868,05
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,03	414,68

A administração não possui topógrafo no quadro, utilizamos de parceria com a administração do Lago Norte

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	24
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	5
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	2

Outro elaboração pela DIALIC

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Em fase de estudo para implementação

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Apoio Industrial e Rural	Quantidade

Não possuimos essa divião em nosso Organograma

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	3.201,71
Confecção de quebra-molas/ Unidade	0,08
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	0,06
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,01
Recuperação de calçadas/ M²	0,30
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	28.950,00
Remoção de entulhos/ M³	2.560,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	0,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	1.805,60
Serviços de roçagem mecânica/ M²	4.101,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,30
Podas de árvores/Unidade	13
Faixas recolhidas das vias públicas	35

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

2- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

As ações desenvolvidas pela Administração Regional do Varjão:

Manutenção e recuperação das áreas comuns da cidade, algumas desenvolvidas em parceria com outros órgãos governamentais:

- Capacitação profissional e empreendedorismo, promoção social e eventos esportivos. A intenção é a promoção do bem-estar social e da qualidade de vida.

- Roçagem e podas de árvore: Serviço periódico com o apoio da equipe da NOVACAP, visando a manutenção da cidade.

- Revitalização de pintura: Serviço de revitalização realizado periodicamente, tendo por objetivo, melhorar a sinalização e a aparência da cidade.

- Operação tapa buraco: Serviço realizado periodicamente, para garantir uma melhor infraestrutura para cidade.

- Capina dos parquinhos: Serviço periódico de manutenção e limpeza.

- Manutenção de alambrado: Revitalização do alambrado do Centro de Reciclagem do Varjão - CRV.

- Limpeza de área pública: Serviços realizados em áreas públicas, com intuito de recolher lixo e entulho, conter a água da chuva, melhorar o aspecto da cidade, e diminuir foco de pragas, insetos e animais nocivos à saúde.

- Retirada de lixo e entulho: O entulho é um dos maiores problemas encontrados no Varjão, esse serviço vem sendo realizado constantemente com o intuito de evitar propagação de doenças.

- Irrigação de vegetação em praça e áreas verdes: Manutenção periódica.

- Implantação de gaiola para proteção de mudas: Plantação de mudas em áreas verdes.

- Fresado: Serviço realizado para melhorar o estacionamento da Escola Classe Varjão.

- Paisagismo da Escola Classe Varjão: Serviço realizado para melhorias dos canteiros da Escola Classe Varjão

- Montagem de Tendas: Serviço de montagem e desmontagem de tendas para eventos regionais.

- Reparo na parede da Casa da Cidadania: Conserto realizado para melhoria do próprio da Administração desta RA XXIII.

- Caesb consertando vazamento: Serviço de manutenção da rede de água e esgoto.

- Limpeza da Cascata: Serviço de limpeza realizado na Cascata, feito semanalmente, evitando o acúmulo de lixos e a --proliferação de mosquitos da dengue e chikungunya.

- Limpeza das canaletas: Serviço realizado constantemente, com maior frequência em período chuvoso, evitando o entupimento das redes de água pluviais pelos dejetos que descem pelo morro.

- Posto de Saúde do Varjão em parceria com administração apresenta praticas integrativas em saúde (automassagem) e a terapia comunitária integrativa;

- Revitalização de pintura: Realizado serviço de revitalização de pintura dos parquinhos e da casa de cultura tendo por objetivo, melhorar o aspecto visual da cidade.

- Serviço tapa buraco: Serviço realizado visando garantir uma melhor infraestrutura para cidade.

- Manutenção de alambrado: Revitalização do alambrado do Parquinho da quadra 05.

- Plantação: Plantação de mudas em áreas verdes para melhorar a aparência da cidade e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos moradores.

- Montagem de Tendas: Inauguração do programa cidades limpas, cavalgada, eventos religiosos e em parceria com as creches Tia Angelina e Zilda Arns.

- Manutenção da rede de água e esgoto sendo realizada pela equipe da Caesb,

- Limpeza das Calhas: Em períodos chuvosos, evitando o entupimento das redes de água pluviais pelos dejetos que descem pelo morro.

- Limpeza de área pública: recolhimento de lixo e entulho evitando o acúmulo de água da chuva, diminuindo o foco de pragas, insetos e animais nocivos à saúde.

- Revitalização e desobstrução das bocas de lobo: evitar acidentes com passantes e acúmulo de lixo.

- Manutenção de próprios: Conserto da placa de identificação do Centro dos Imigrantes; Conserto do vazamento no banheiro do Centro Esportivo; Conserto do portão da Escola Classe Varjão; Conserto do telhado do vestiário do Centro Esportivo; Conserto da porta do Conselho Tutelar, Reparo na iluminação da quadra poliesportiva da Escola Classe Varjão.

- Retirada dos quebra-molas irregulares: Em parceria da Administração com o Detran.

- Manutenção ao redor do campo Sintético: Em parceria com a equipe do SLU.

Relatório Demonstrativo de Resultados do Programa Cidades Limpas

SERVIÇOS	QUANTITATIVOS
Recolhimento de entulhos	990 toneladas
Recolhimento de galhos (lixo verde)	651 m³
Remoção de tocos	264 m³
Poda de árvores	379 unidades
Poda de árvores drástica	13 unidades
Erradicações de árvores	5 unidades
Remoção de árvores caídas	0 unidades
Roçagem área urbana	20.000 m²
Tapa buraco	29,347 toneladas
Recuperação e/ou construção de ondulação	08 unidades
Retirada de ondulação	01 unidades
Desobstrução de galeria de água pluvial	140 metros
Limpeza de poço de visita	8 unidades
Limpeza de boca de lobo	22 unidades
Reparo de boca de lobo	0 unidades
Reparo na rede elétrica, com substituição de lâmpadas, fusíveis, reatores e reles e demais equipamentos para reparo de iluminação pública (CEB)	2 unidades
Substituição de lâmpadas	10 unidades
Pintura de sinalizações horizontal em via de rolamento (faixa contínua, faixa de contenção, faixa de retenção, setas)	254 unidades
Pintura de alça do zebrado	23,56 m²
Pintura de bastões	281,19 m²
Faixas de pedestres revitalizadas e/ou pintadas	06 unidades
Placa de sinalização, instalação e/ou revitalização	03 unidades
Imóveis visitados para a inspeção da vigilância ambiental (Apoio dos Bombeiros)	1.064 unidades
Imóveis visitados e fechados ou recusa (vigilância ambiental)	548 unidades
Depósitos inspecionados de potenciais criadouros de larvas do aedes aegypti tratador e/ou eliminados (vigilância ambiental)	396 unidades
Depósitos inspecionados com larvas do aedes aegypti (vigilância ambiental)	0 unidades
Pintura de meios fios (SLU)	10.700 metros
Remoção manual de galhos, pneus, móveis e inservíveis (SLU)	70 toneladas
Fresagem de meio fios (SLU)	6.100 m lineares
Acessibilidade à calcadas e meio fios, reparo e/ou construção	02 unidades
Veículos/carcaças retiradas e/ou realocadas	1 unidades
Barreira para fiscalização (blitz DETRAN)	03 operações
Reconstrução de quebra-molas (DETRAN)	08 unidades
Parada de ônibus, instalação e/ou revitalização (Base Aérea)	02 unidades
Visitas da AGEFIS em residências e estabelecimentos comerciais	16 unidades
Autuações AGEFIS	97 unidades
Identidade solidária (Polícia Civil)	30 unidades

ATIVIDADES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

1- Evento de ação social e do dia das crianças no dia 22 de outubro de 2017 com brinquedos infláveis e sorteio de brinquedos doados e atendimento comunitário: Dermatologia,

2- Odontologia, Ginecologia, Pediatria, Ortopedia, Neurologia Adulto, Fonoaudiologia, Clínica Médica, Fisioterapia, Acupuntura, Aferição de Pressão Arterial, Glicemia, Teste Rápido Hepatite C, Exame Prevenção Câncer de Mama, Orientação Sobre Aleitamento Materno, Reeducação Alimentar, Distribuição de Preservativos, Orientação Sobre Higiene Bucal, e Distribuição de Kits (fio dental, escova e creme), Curso de Nutrição, Procon, Advocacia Cível e Trabalhista, Carteira de Trabalho, Título Eleitoral, Defensoria Pública, Inscrição para Doação de Cadeira de Rodas, Massagem Terapêutica e Quick, Corte de Cabelo, Roda de Terapia Comunitária Integrativa, Grupo de Teatro Infantil, Atividades Lúdica e Esportiva, Arte Pintura de Rosto nas Crianças, Cama Elástica, Brinquedos Infláveis, Bazar de Roupas, Utensílios e Brinquedos, Sorteio de Cestas Básicas.

OUTRAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Terapia Comunitária, Terapia Ocupacional, Acupuntura, Capoeira, Oficinas de Crochê - Casa de Cultura, Oficina de decoração em pedraria em sandália - Casa de Cultura, Oficina bordado em chita - Casa de Cultura, Oficina de bolsa de caixas de leite ´- Casa de Cultura, Oficina de customização de sapatos - Casa de Cultura, Festa em comemoração ao dia das crianças

Natal Solidário

Apoio: Polícia Militar 24º Batalhão, 9ª DP – Delegacia de Polícia Civil, Corpo de Bombeiros do Lago Norte, Instituto Lumiar,

Atividades: Bênção ecumênica ,Cantata de Natal, Cinema, Apresentações musicais (Funk, Hip Hop, Rap e Show de percussão), Sorteio de Cestas Básicas e de uma bicicleta, Brinquedos infláveis
Distribuição de brinquedos, Bênção ecumênica, Cantata de Natal, Cinema, Apresentações, musicais (Funk, Hip Hop, Rap e Show de percussão), Sorteio de Cestas Básicas e de uma bicicleta, Brinquedos infláveis, Distribuição de brinquedos, Sorteio de brindes, Oficina de pipas, Contação de histórias, Apresentação de Capoeira, Coral infanto juvenil, Apresentação do Corpo de Bombeiros.







4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional do Varjão, no ano de 2017, desenvolveu diversas ações que corroboraram com os Programas de Governo do Distrito Federal, tendo como foco principal a promoção da qualidade de vida da população, redução da desigualdade social e um modelo de sustentabilidade. Muitas ações foram promovidas em parceria com os demais órgãos do GDF, gerando integração governamental, fundamental para amenizar os problemas orçamentários enfrentados pelo governo. Contudo a equipe embora reduzida, conseguiu desempenhar com eficiência as suas atribuições, com o objetivo de atender aos interesses da comunidade do Varjão.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas por esta Administração, como já citado, está o quadro reduzido de servidores, o contingenciamento de recursos financeiros, o que prejudicou os programas de governo, restringindo assim, a ações desta Administração a ações pontuais de parceria com a comunidade, as paralizações dos serviços terceirizados e públicos e as condições inadequadas das instalações físicas da Sede da Administração e seus próprios. Outra grande dificuldade encontrada foi a questão da regularização fundiária e o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta pelo Governo de Brasília que exige remoções na região (áreas dos oficineiros e chácaras em áreas de parque). Esse TAC tem mais de 10 anos faltando registros de negociações, centralização das informações e continuidades nas ações, ficando o Varjão com muitas áreas irregulares e edificações e moradias e comércios sem condições de expedição de Carta de Habite-se ou Alvarás de Funcionamento, que acabam por forçar comerciantes a trabalharem na ilegalidade.

Com a nova Poligonal descrita pela LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo), adequamos novas destinação de áreas e normas para construção de equipamentos Públicos, como a Centro de Convivência do Idoso e Centro Comunitário, sendo os respectivos projetos feitos e em fase de execução pela NOVACAP, bem como o Ponto de Soltura legalizando assim a questão da invasão de espaço do Parque ecológico, área do IBRAM.

A LUOS também veio normatizar as questões com a isonomia de critérios para definição dos índices e normas urbanísticas, que permitem igual tratamento a situações semelhantes nos diversos núcleos urbanos, agora passamos a ter unidades unifamiliares e de uso misto, a nova dimensão para altura máxima. Como diagnóstico podemos prever uma tendência a Verticalização da Cidade nessas áreas o que adensará a População local de forma controlada bem como as novas atividades econômicas alterando perfil das vocações econômicas.

Segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2015, realizada pela CODEPLAN, o número de **domicílios urbanos** estimados é de 2.499 e, considerando que a população urbana estimada é de 9.215 habitantes, a média de moradores por domicílio urbano é de 3,73 pessoas. Na região, 84,95% das construções são permanentes e 11,73% são improvisadas. Na RA Varjão, 69,26% dos domicílios são casas, 11,50% barracos, 9,29% apartamentos e 7,74% quitinete/estúdio.

O perfil da vocação econômica do Varjão, segundo pesquisa do SEBRAE DF, realizada e em 2016, demonstra que 46,9% dos empreendimentos formais localizados em lojas, 14,1% estão em áreas comerciais e 34,4% em casas. Cerca de 58,7% das empresas existem Há cinco anos ou menos, e 25% empregam outras pessoas, tem 70,3% das empresas como sua principal atividade a venda de produtos alimentícios e bebidas.

O Varjão, está inserido na macro Região Nordeste e hoje apresenta o menor índice de desenvolvimento IDH do DF (3,09)

Análise das Projeções para 2018,

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY - RA XXIV – UO: 59.126

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Distrito Federal conta em sua divisão com a Região Administrativa número XXIV, criada pela Lei n.º 3.255, de 29 de dezembro de 2003, cuja denominação de Park Way foi atribuída no início da construção de Brasília. Até então, a localidade era chamada de Mansões Suburbanas Park Way (sigla MSPW), concebida para ser implantada por partes, com áreas destinadas ao uso exclusivamente residencial. Antes da criação da Região Administrativa Park Way, em 2003, a região era um bairro pertencente ao Núcleo Bandeirante, localidade que teve seu apogeu como centro comercial e recreativo formado por pioneiros responsáveis pela construção da nova Capital. Com relação à natureza, a região abriga várias reservas naturais, com vegetação típica do cerrado, como a Fazenda Experimental de Água Limpa da Universidade de Brasília. O Park Way tem uma população urbana estimada, para 2016, em 19.824 habitantes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	6	0	2	8
Comissionados sem vínculo efetivo	7	0	11	0	18
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	4	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	9	9
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	9	6	11	15	41
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	9	6	11	15	41

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**101.000,00**	**6.000,00**	**5.130,00**	**5.130,00**
5969 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	101.000,00	6.000,00	5.130,00	5.130,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**101.000,00**	**6.000,00**	**5.130,00**	**5.130,00**

Foram realizados no Park Way dois eventos em comemoração ao dia das crianças. Um evento na Vargem Bonita, no dia 28/10/17, com a presença de 2.000 pessoas e outro no Coqueiros, dia 29/10/17, com a presença de 700 pessoas.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**689.800,00**	**4,00**	**0,00**	**0,00**
0038 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXIV EM 2017-PARK WAY	300.000,00	4,00	0,00	0,00
9916 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	389.800,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**301.412,00**	**137.990,00**	**14.982,05**	**14.982,05**
9180 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	301.412,00	137.990,00	14.982,05	14.982,05
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**991.212,00**	**137.994,00**	**14.982,05**	**14.982,05**

No ano de 2017, foram realizadas atividades de manutenção de vias, manutenção do Parque da Quadra 14, manutenção e fabricação de tampas de esgoto, pintura de meio fio e revitalização das paradas de ônibus.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**230.000,00**	**240.592,00**	**197.561,08**	**162.623,14**
8494 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	230.000,00	240.592,00	197.561,08	162.623,14
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**230.000,00**	**240.592,00**	**197.561,08**	**162.623,14**

Como fortalecimento das ações de apoio ao interno e sua família, foram assistidos e ressocializados sentenciados à disposição da Administração Regional do Park Way, conforme contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP).

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**80.011,00**	**51.812,00**	**5.800,00**	**5.800,00**
5968 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- PARK WAY	80.011,00	51.812,00	5.800,00	5.800,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**80.011,00**	**51.812,00**	**5.800,00**	**5.800,00**

Realização de coquetel volante, no dia 31/03/2017, em comemoração ao aniversário da cidade. O público aproximado foi de 200 pessoas.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**84.765,00**	**14.765,00**	**0,00**	**0,00**
7175 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	84.765,00	14.765,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**84.765,00**	**14.765,00**	**0,00**	**0,00**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**113.092,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5362 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PARK WAY	113.092,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.155.000,00**	**1.925.000,00**	**1.771.017,64**	**1.771.017,64**
8892 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	1.155.000,00	1.925.000,00	1.771.017,64	1.771.017,64
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**117.628,00**	**187.628,00**	**151.088,02**	**151.088,02**
9698 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	117.628,00	187.628,00	151.088,02	151.088,02
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**619.329,00**	**253.707,81**	**60.551,07**	**47.898,04**
9775 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	619.329,00	253.707,81	60.551,07	47.898,04
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**2.005.049,00**	**2.366.335,81**	**1.982.656,73**	**1.970.003,70**

Realização de despesas referentes à folha de pagamento com servidores ativos da Administração Regional do Park Way e à manutenção do órgão, tais como aquisição de material de consumo e pagamentos de serviços de fornecimento de água, luz e telefone.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	3
Encaminhamento - CDS/ Na hora	5
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	5
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	4
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	4
Trabalho com Grupos – Mulheres	1
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	1
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	3
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	7
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	9
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	7

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	12	550
Teatro	3	550
Música	19	550
Dança	8	550
Artes Plásticas	12	550
Literatura	3	550
Outros eventos	9	320

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	0
	0

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	8	410
Eventos esportivos	2	60
Outros	19	155

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	13	6.475,10
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	13	6.475,1

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	7	3.822,67
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	7	3.822,67

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	17,00	36.125,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	65,00	138.125,00
Levantamento para Carta de Habite-se	80,00	170.000,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	28
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	2
Fiscalização de Feiras	24

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	29.000,00
Vistorias realizadas	146
Produtores rurais cadastrados	73
Propriedades rurais	95
Associações	13
Cooperativas	1
Outros	7

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	480,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	4,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	3,00
Recuperação de calçadas/ M²	5,82
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	3,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	10.800,00
Remoção de entulhos/ M³	34.704,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	8,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	6.800,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Podas de árvores/Unidade	15
Faixas recolhidas das vias públicas	1.450

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional do Park Way, mesmo com quadro de servidores reduzido, efetuou suas funções perante a sua comunidade, aproximando os moradores das políticas de Estado, atendendo às demandas oriundas da sua população, valorizando a sua diversidade cultural e fortalecendo o vínculo de confiança entre Estado e cidadão. Uma das grandes barreiras para uma atuação ainda melhor foi na execução do orçamento. No ano de 2017 foram liberados recursos de forma fracionada, e, além disso, em setembro, já não possuíamos mais recursos orçamentários ordinários e não vinculados para abrir processos de contratações ou empenhos. Assim, permaneceram apenas os recursos diretamente arrecadados e os de taxa de expediente, restringindo as realizações dessa Administração. Esperamos que em 2018 possamos ter uma execução orçamentária mais ampla ao longo do ano, mas já percebemos a limitação por não haver a previsão de investimento para compra de equipamentos, tão essenciais às equipes que estão na rua atendendo aos pedidos de moradores.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (SCIA) - RA XXV – UO: 59.127

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em janeiro de 2004 a Lei nº 3.315 cria o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, que foi transformado em Região Administrativa XXV, tem como sede urbana a Vila Estrutural e conta hoje com uma população estimada de 35.801 habitantes.

A Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, RA XXV, é um órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, observado o disposto no artigo 5º do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016.

Sua estrutura administrativa foi disposta pelo Decreto nº 37.206, de 23 de março 2016 e o seu regimento interno aprovado pelo Decreto nº 38.094, 28 de março de 2017.

Conforme o Decreto nº 38.094, de 28/03/2017, a Administração Regional do SCIA, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Região Administrativa, bem como, supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades; supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	1	3	4
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	44	0	44
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	8	8
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	15	15
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	45	26	71
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	45	26	71

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	**0,00**	**148.000,00**	**0,00**	**0,00**
0023 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0,00	148.000,00	0,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**0,00**	**145.000,00**	**0,00**	**0,00**
0028 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTE- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0,00	145.000,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5972 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**50.000,00**	**293.000,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve realização das despesas por não ter sido liberado os recursos em tempo hábil.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**2.390.000,00**	**630.000,00**	**142.101,34**	**142.101,34**
0030 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0,00	330.000,00	0,00	0,00
0039 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SCIA- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	300.000,00	150.000,00	0,00	0,00
0040 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXV EM 2017- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	300.000,00	150.000,00	142.101,34	142.101,34
0041 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO DA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0042 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0043 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
4519 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E MELHORIAS- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	90.000,00	0,00	0,00	0,00
9919 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	100.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**40.000,00**	**16.753,00**	**16.750,80**	**16.750,80**
9181 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	40.000,00	16.753,00	16.750,80	16.750,80
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**200.000,00**	**436.387,00**	**436.270,84**	**0,00**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0020 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EM PROL DA COMUNIDADE DA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	100.000,00	161.850,00	161.733,84	0,00
0047 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0,00	274.537,00	274.537,00	0,00
6967 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**2.630.000,00**	**1.083.140,00**	**595.122,98**	**158.852,14**

No Programa foi realizado obra de urbanização de arruamento e implantação de blocos intertravados na quadra 03, conjuntos 01 e 02 do Setor Norte; urbanização de áreas ajardinadas em todos os setores da cidade Estrutural; e substituição de toda rede de iluminação publica para luminárias de led.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**50.000,00**	**225.000,00**	**225.000,00**	**197.580,61**
8495 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50.000,00	225.000,00	225.000,00	197.580,61
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**50.000,00**	**225.000,00**	**225.000,00**	**197.580,61**

Foram realizados mutirões de limpeza em todos os setores da cidade Estrutural com a participação dos reeducando desempenhando com competência as atividades propostas pela Administração Regional.





6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**0,00**	**145.000,00**	**0,00**	**0,00**
0156 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0,00	145.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**0,00**	**145.000,00**	**0,00**	**0,00**

Não houve realização das despesas por não ter sido liberado os recursos em tempo hábil.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**100.000,00**	**57.902,00**	**57.900,00**	**57.900,00**
5970 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
5971 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50.000,00	57.902,00	57.900,00	57.900,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**100.000,00**	**57.902,00**	**57.900,00**	**57.900,00**

Foram realizados os seguintes eventos: Aniversário da Cidade Estrutural realizado no dia 27/01/2017, com missa, culto, corte do bolo, apresentação artística, sorteio de brindes doados pelo comércio local, tendas com ações sociais, brinquedos infláveis para o entretenimento das crianças e o carnaval da cidade para alegria e entretenimento da população.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**350.000,00**	**500.000,00**	**294.527,99**	**291.825,86**
7176 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	350.000,00	500.000,00	294.527,99	291.825,86
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**350.000,00**	**500.000,00**	**294.527,99**	**291.825,86**

Efetuado ressarcimento até agosto de 2017 referente a requisição de um servidor cedido do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5366 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**2.512.614,00**	**2.812.614,00**	**2.700.362,91**	**2.692.666,71**
8894 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	2.512.614,00	2.812.614,00	2.700.362,91	2.692.666,71
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**74.337,00**	**270.437,00**	**270.428,94**	**270.428,94**
9699 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	74.337,00	270.437,00	270.428,94	270.428,94
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**278.409,00**	**240.291,75**	**188.357,79**	**178.074,27**
0029 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0,00	30.000,00	6.855,68	6.855,68
9776 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	278.409,00	210.291,75	181.502,11	171.218,59
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5186 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**2.920.360,00**	**3.323.342,75**	**3.159.149,64**	**3.141.169,92**

Os créditos orçamentários para concessão de benefícios aos servidores e manutenção de serviços administrativo geral, não foram suficientes o que motivou a solicitação de suplementação dos referidos créditos para a realização das despesas.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	10
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	80
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	200
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	50
Trabalho com Grupos - Gestantes	1
Trabalho com Grupos - Idosos	60
Trabalho com Grupos – Mulheres	48
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	1

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	360
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	16
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	950
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	11
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Foram realizados 300 cadastramento de famílias no Cadastro Único; 2 chá de fralda solidário; 30 visitas domiciliares; passeios e palestras com os idosos.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	2	70
Teatro	1	50
Música	1	150
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	2	100
Outros eventos	0	0

A Administração Regional conseguiu realizar e proporcionar dentro do possível, alguns eventos culturais como forma de lazer, cultura e entretenimento para a população.





Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Área Rural	0
Outros (Eventual)	1
	1

Foi realizado no dia 12 de outubro em comemoração ao dia das crianças, um cirquito de bicicross no Parque da Cidade Estrutural para a diversão e lazer juntamente com o apoio da Administração Regional.





Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	300
Eventos esportivos	5	500
Outros	0	0

Foram realizados na cidade Estrutural vários campeonatos de futebol, corrida da mulher e várias outras brincadeiras para o entretenimento da população.





Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	0	0,0

As licenças de funcionamento são emitidas pelo Sistema Rede Simples.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	0	0,0

A Carta de Habite-se não é fornecida pela Administração Regional.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Não foi realizados serviços de topografia.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

O registro comercial e industrial são realizados pelo CAP.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	250
Fiscalização de Feiras	2

A Administração Regional faz os procedimentos de rotina conforme agenda de recadastramento e fiscalização.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

A fiscalização é realizada pela AGEFIS com o apoio da Administração Regional.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	6
Cooperativas	6
Outros	0

Na medida do possível e observando suas atribuições a Administração Regional atende e acompanha o apoio industrial e rural.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	345
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	74
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	3
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	2
Atestado de desobrigação	2
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	2

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	35
Transferência de domicílio	170
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	323

Foram realizados atendimentos com sucesso e esperamos que em 2018 esta Administração Regional contribua mais para o leque de informações, facilitando assim a vida dos jovens ingressantes no alistamento militar, trazendo mais comodidade e oportunidade aos jovens desta Cidade Estrutural para tenham mais espectativas para o futuro.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	20.000,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	6.000,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	80,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M²	8.000,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	6.000,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	22.000,00
Remoção de entulhos/ M³	18.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	110.000,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	15.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	20.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	10.000,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	0

REMOÇÃO DE ENTULHOS



OPERAÇÃO TAPA BURACO





3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Administração Regional atuou com grande participação nos seguintes eventos: 15/09 Gincana do SESC; 14/10 - entrega de brinquedos, doces e diversas brincadeiras, com a participação dos colaboradores da cidade; 16/12 - entrega de cestas básicas para os catadores no Centro de Convivência do Idoso, juntamente com os colaboradores das cidade de Taguatinga e Guará; 20/12 - ação social com patrocínio de empresa do DF, oferendo serviços de barbearia, manicures e maquiadores, com doação de camisetas e panetones para a população.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional, apesar das dificuldades encontradas, falta e insuficiência de recursos conseguiu superar e realizar com compromisso e dedicação juntamente com os servidores o cronograma de planejamento previsto e as demandas solicitadas. Esperamos que em 2018 possamos realizar mais por esta cidade tão carente que necessita de muitos investimentos para as áreas de urbanização, lazer, cultura e entretenimento, dando mais dignidade e sobrevida.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II - RA XXVI – UO: 59.128

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

No início de 1990 foi criado o Núcleo Habitacional Sobradinho II como parte integrante da Região Administrativa V – Sobradinho, como consequência do Programa de Assentamento de População de Baixa Renda, que tinha como objetivo transferir as famílias que residiam em um mesmo lote e também fixar os moradores das invasões do Ribeirão Sobradinho e Lixão.

O Decreto nº 13.362 de 07 de agosto de 1991, publicado no DODF de 12/8/1991, declarou ser de utilidade pública, as glebas de terras de particulares, e direitos de arrendamentos de chacareiros das fazendas Sobradinho e Paranoazinho, para ser desapropriado e para dar continuidade ao programa de assentamento da população de menor poder aquisitivo.

A Administração Regional de Sobradinho II, criada pela Lei nº 3.314 de 27/01/2004, é um órgão da administração direta regionalizada, anteriormente vinculada à Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal para fins de controle e supervisão. Embora não tenha sido aprovado o regimento interno até a presente data, a mesma, por analogia às demais Administrações Regionais, tem atuado representando o Governo do Distrito Federal por meio do planejamento, supervisão, coordenação, fiscalização específica e execução direta de atividades delas decorrentes.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	1	0	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	35	0	0	0	35
Requisitados de órgãos do GDF	2	2	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	1	0	0	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	9	0	0	9
Terceirizados (FUNAP)	0	10	0	0	10
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	40	23	0	0	63
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	40	23	0	0	63

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	**0,00**	**10.000,00**	**4.038,60**	**4.038,60**
0101 - APOIO A EVENTOS-APOIO A ATIVIDADES ESPORTIVAS NA CIDADE DE- SOBRADINHO II	0,00	10.000,00	4.038,60	4.038,60
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**125.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
5973 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	40.000,00	0,00	0,00	0,00
5974 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	35.000,00	0,00	0,00	0,00
5975 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	50.000,00	30.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**125.000,00**	**40.000,00**	**4.038,60**	**4.038,60**

Foi feita a aquisição de material de premiação desportiva com troféu e medalhas em comemoração ao 28º Aniversário de Sobradinho II, com o Campeonato de Karatê, golzinho, brincadeiras infantis, torneio de futebol society e de Veteranos.

A Administração Regional de Sobradinho II, em comemoração ao dia das crianças e ao aniversário da cidade, oferece para a comunidade, em 12 de outubro, brincadeiras variadas. Para as crianças, recreação infantil e muita diversão. Show de manobras radicais com a Caravan Anaconda, corrida de obstáculos Top Fit e a Feira da Lua edição especial.





Sobradinho II comemorou seu 28º aniversário com a apresentação do tradicional Desfile Cívico, com a participação das escolas, Guarda Mirim, Associação das Mulheres e de Idosos de Sobradinho II, Projeto Nova Vida, Instituto Mar Vermelho SLU, PM, Bombeiros, Polícia Civil, entre outros.









6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**
0189 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE SOBRADINHO II- SOBRADINHO II	0,00	30.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**

O orçamento foi contingenciado.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**1.250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0044 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXVI EM 2017-SOBRADINHO II	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0045 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- SOBRADINHO II	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0046 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II- SOBRADINHO II	300.000,00	0,00	0,00	0,00
9922 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II - RA XXVI-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9182 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0021 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EM PROL DA COMUNIDADE DE SOBRADINHO II- SOBRADINHO II	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**1.400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Todo orçamento de Investimento foi contingenciado.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**300.000,00**	**169.138,32**	**168.089,00**	**153.222,45**
8516 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE- SOBRADINHO II	300.000,00	169.138,32	168.089,00	153.222,45
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**300.000,00**	**169.138,32**	**168.089,00**	**153.222,45**

Como possuímos poucos servidores a colaboração dos sentenciados assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, foi de suma importância com a execução das tarefas de conservação, recuperação e manutenção das áreas de urbanização e ajardinadas na Cidade.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	**123.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0004 - APOIO A PROJETOS-ESCOLINHA DE FUTEBOL ROGERINHO SOCIAL EM SOBRADINHO II- SOBRADINHO II	123.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**123.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Orçamento foi contingenciado dia 26/04/2017, DODF Nº 79.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**252.000,00**	**250.001,00**	**100.870,03**	**100.870,03**
7177 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	252.000,00	250.001,00	100.870,03	100.870,03
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**252.000,00**	**250.001,00**	**100.870,03**	**100.870,03**

Ressarcimento à servidores desta RA - XXVI, motivado a exoneração e substituição de alguns servidores no período anual.

Ressarcimento de 1(um) servidor cedido da PMDF a está Administração Regional durante 03 meses.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**167.627,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5328 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE-SOBRADINHO II	167.627,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**2.582.369,00**	**2.582.369,00**	**2.258.499,89**	**2.258.499,89**
8920 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	2.582.369,00	2.582.369,00	2.258.499,89	2.258.499,89
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**240.000,00**	**240.000,00**	**191.066,22**	**191.066,22**
9700 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	240.000,00	240.000,00	191.066,22	191.066,22
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**500.282,00**	**261.609,50**	**176.339,09**	**162.112,97**
9777 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	500.282,00	261.609,50	176.339,09	162.112,97
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**25.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
5858 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	25.000,00	10.000,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**25.000,00**	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
5187 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO II	25.000,00	10.000,00	0,00	0,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**125.629,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9795 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE- SOBRADINHO II	125.629,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**3.665.907,00**	**3.103.978,50**	**2.625.905,20**	**2.611.679,08**

Apesar do orçamento para Conservação de Estruturas Físicas ter sido contingenciado, a Administração realizou diversas atividades, descritas abaixo:

Os recursos destinados à administração de pessoal aos 40 servidores da Administração Regional de Sobradinho II foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha de janeiro a dezembro de 2017, os servidores empenharam-se em zelar pela ética e transparência das atribuições sob nossa competência, e aprimorar a qualidade do atendimento ao público, que é a atividade fim desta Administração Regional. Os benefícios assistenciais aos servidores da RA-XXVI proporcionam o recebimento de auxílios referentes a vale transporte, auxílio creche e auxílio alimentação.

As aquisições com material de consumo foram adquiridos por Atas de Registro de Preço, tais como: Gás engarrafado, Gêneros Alimentícios, Material de expediente, copa, cozinha, elétrico, eletrônico e manutenção de bens móveis.

Pagamento com serviços continuados tais como: Ceb Distribuição, CAESB e Telefonia Fixa.

Contratação da empresa para fornecimento do Software do Certificado Digital.

Limpeza das laterais do cemitério de Sobradinho II.





ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	6
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	35
Encaminhamento - CDS/ Na hora	5
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	30
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	6
Trabalho com Grupos - Gestantes	
Trabalho com Grupos - Idosos	
Trabalho com Grupos – Mulheres	
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	50
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	25
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	50
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	30

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	10	550
Teatro		
Música	35	3.500
Dança		
Artes Plásticas		
Literatura		
Outros eventos	5	1.000

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	
Habitação Coletiva	
Comercial	72
Industrial	
Área Rural	
Outros (Eventual)	
	72

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	4	1.000
Eventos esportivos	16	3.500
Outros	6	2.600

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	41	4.760,64
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial	5	601,54
Institucional Público		
Institucional Privado		
	5	601,54

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	26	3.490,00
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial	3	385,70
Institucional		
	3	385,7

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	41,00	4.760,64
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	68,00	11.016,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	29,00	3.875,70
Elaboração de Croquis	138,00	19.652,34
Levantamento para Carta de Habite-se	29,00	3.875,70

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	33
Misto - Outros	8

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	3
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	213
Fiscalização de Feiras	1

recadastramento de 213 box da feira permanente,
recadastramento de 70 box da feiras livres.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	

Está Administração não possui Junta Militar.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	1.200,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	20,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	30,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	10,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	5,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	0,00
Remoção de entulhos/ M³	1.200,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	100,00
Serviços de terraplanagem/ M³	30.000,00
Roçagem manual/ M²	20.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	20.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	10
Faixas recolhidas das vias públicas	300

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Revitalização do campo da comunidade do Buritizinho**.**



A Administração Regional de Sobradinho II juntamente com os Amigos do Parque Canela de Ema, da Guarda Mirim Social, do Grupo de Escoteiros e os alunos do Centro de Ensino Fundamental 08, fizeram o acero e a manutenção da cerca do Parque Canela de Ema, próximo a DF 420.





Operação Tapa Buraco na QMS 54 **Condomínio Sobradinho II –** Setor de Mansões**, módulo 1 e** quadras 25 e 09, Mini Chácaras, Vale das Acácias, Morro do Sansão, Vila Rabelo, assim como**:** na Avenida Canela de Ema, em frente ao condomínio Vila Rosada e Morada da Serra







Obras do Café Planalto e na AR 15/13 – operação tapa-buracos (Sobradinho II).





A Adminis r a as invasões nas quadras Ar 21, 22, 23 e Buritizinho.




O mutirão de limpeza e organização na Vila Rabelo 1 e 2 e Limpeza e retirada de entulhos do comércio do Contagem



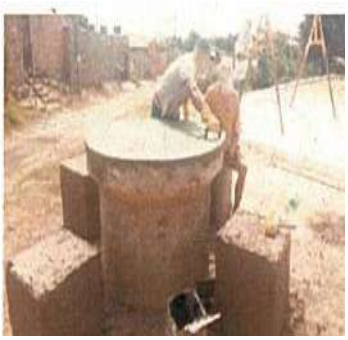



Reforma e revitalização dos parquinhos da Vila Rabelo 1 e 2 da Vila Basevi





Na Vila Rabelo foi construído mesa e banquinhos em frente ao parquinho.





Quebra-molas no bairro Buritizinho.




Obras da calçada e colocação de meio fio na Vila Rabelo.




Roçagem e limpeza na área do campo de areia e em volta da PEC, ao lado cemitério.





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No ano de 2017 a Administração Regional de Sobradinho II, realizou diversas ações que tiveram impacto na vida dos moradores.

Em um tempo relativamente curto foram feitas diversas ações, tais como:

- Manutenção das pistas em vias urbanas com operações "tapa buracos";
- Recolhimento de entulhos;
- Roçagens;
- Chamadas junto a Caesb e a Ceb;
- Solicitações de Corte e poda de árvores;
- Limpeza de bueiros;
- Realização de eventos no mês de aniversário da cidade;
- Compra de ferramentas;
- Recuperação de parquinhos;
- Concerto de caixas de contenção de água;
- Reuniões com os moradores e líderes comunitários.

DIFICULDADES:

Falta de Recursos Humanos = o número de servidores tem sido insuficiente para atender às demandas e anseios da população;

Equipamentos Insuficientes ou Inadequados = os equipamentos usados não são suficientes para atender toda a demanda da cidade, gerando um atraso no atendimento. Por outro lado, os equipamentos não são adequados para todas as demandas.

Instalações = As instalações da sede Administrativa de Sobradinho II, precisa passar por adequações tanto para atender de forma qualitativa à população, quanto dar mais condições de trabalho ao agente público.

PERSPECTIVAS:

Ampliação do Quadro de Servidores = Através do desbloqueio dos cargos comissionados, será possível executar com eficiência os trabalhos destinados a cada Coordenação;

Modernização do Espaço Físico = A sede precisa passar por modernização, para garantir um melhor ambiente de trabalho e receber os contribuintes com mais conforto.

Aquisição de Equipamentos = Com a Aquisição de novos equipamentos será possível ampliar o trabalho prestado as comunidades da Fercal, materiais como: Roçadeiras, Motosseras, Maquina de Solda, entre outros.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII – UO: 59.129

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

À Administração Regional do Jardim Botânico – RA XXVII, órgão integrante da estrutura básica da Administração Direta regionalizada, vinculada e coordenada pela Secretaria de Estado das Cidades, conforme Decreto nº 37.625 de 15 de setembro de 2016, compete representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa, bem como supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos, ações governamentais e serviços de interesse público em sua área de jurisdição.
O Decreto Nº 38.094, de 28 de março de 2017, aprovou o Regimento Interno das Administrações Regionais, o que significou um grande avanço na gestão desta RA XXVII, especialmente porque até aquela data, as atribuições eram desenvolvidas por analogia, desde sua criação com o advento da Lei Nº 3.435/2004.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	3	0	4	9
Comissionados sem vínculo efetivo	4	0	5	0	9
Requisitados de órgãos do GDF	0	2	0	2	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	5	0	0	5
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	2	2
Outros - especificar	0	1	0	0	1
Subtotal	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	4	4
Total Geral	**6**	**11**	**5**	**12**	**34**

Para atender às circunstâncias do momento, a Administração Regional do Jardim Botânico opera com reduzido quadro de servidores desde o início desta gestão, quando se mantém o bloqueio de cargos comissionados, em situação de combinação entre servidores efetivos e pessoal comissionado, alguns no cumprimento de interinidade.
Com efeito,a RA Jardim Botânco conta atualmente com 18 servidores efetivos do quadro do GDF, dos quais 4 encontram-se fora da Administração; 9 ocupantes de cargos comissionados e portanto, sem vínculo com o GDF, e 8 servidores da Administração Regional do Lago Sul que se dividem na interinidade de cargos específicos complementares para a composição da força de trabalho da Administração Regional do Jardim Botânico

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	**13.556,00**	**0,48**	**0,00**	**0,00**
9565 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES-JARDIM BOTÂNICO- JARDIM BOTÂNICO	13.556,00	0,48	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6044 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS- JARDIM BOTÂNICO	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**18.556,00**	**0,48**	**0,00**	**0,00**

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**943.246,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0047 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXVII EM 2017- JARDIM BOTÂNICO	300.000,00	0,00	0,00	0,00
0048 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO- JARDIM BOTÂNICO	600.000,00	0,00	0,00	0,00
9923 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	43.246,00	0,00	0,00	0,00
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS-- JARDIM BOTÂNICO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9534 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- JARDIM BOTÂNICO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**710.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0022 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO EM LED DA ESTRADA DO SOL NO JARDIM BOTÂNICO - RAXXVII	660.000,00	0,00	0,00	0,00
6965 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- JARDIM BOTÂNICO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**20.000,00**	**0,52**	**0,00**	**0,00**
9183 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	20.000,00	0,52	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E	**1.773.246,00**	**0,52**	**0,00**	**0,00**

Implantação da Iluminação em LED da Estrada do Sol no Jardim Botânico - Os recursos neste Programa de Trabalho foram descentralizados e realizados em parceria com a CEB. A obra, iniciada e finalizada durante o ano de 2017, é de grande importância para os moradores da região, beneficiando cerca de 25 mil pessoas todos os dias. Tal iniciativa garante condições de segurança e conforto para motoristas, ciclistas e pedestres que trafegam na região.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**80.000,00**	**39.797,20**	**33.597,20**	**23.782,55**
8496 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	80.000,00	39.797,20	33.597,20	23.782,55
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**80.000,00**	**39.797,20**	**33.597,20**	**23.782,55**

No Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família – A Administração Regional do Jardim Botânico desenvolveu diversas ações visando a recuperação e manutenção da cidade. Este ano foi também marcado pelo início da parceria entre a RA e FUNAP. No mês de Agosto foi assinado o contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP que permitiu a colaboração dos sentenciados assistidos. Inicialmente foram contratados 02 trabalhadores para atividades externas. O intuito é que esse quantitativo

seja dobrado em 2018. Foram realizados trabalhos como: pinturas de meios-fios, reparos em calçadas, poda de árvores, recolhimento de galhadas, remoção de entulhos, capina, recolhimentos das faixas, limpezas de terrenos baldios, entre outros.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	**340.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0003 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- NO JARDINS MANGUEIRAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO- JARDIM BOTÂNICO	340.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**340.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**15.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
5976 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- JARDIM BOTÂNICO	10.000,00	1,00	0,00	0,00
5977 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	5.000,00	0,00	0,00	0,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5976 - APOIO A EVENTOS-- JARDIM BOTÂNICO	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**25.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**

Realização de Eventos Culturais –

No dia 22 de Abril foi realizado, em parceria com a Administração Regional do Lago Sul, a Cantata de Páscoa com a presença e participação de várias entidades e lideranças da região. O evento foi promovido para difundir a cultura da celebração pascal e promover a integração e participação entre os moradores da região. No dia do evento houve a apresentação de grupos musicais e um coral de 300 vozes além de apresentação teatral representando o momento histórico. O público presente total foi de 1.700 pessoas.



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**0,00**	**93.900,00**	**93.828,96**	**0,00**
0002 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- JARDIM BOTÂNICO	0,00	93.900,00	93.828,96	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**10.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
7178 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	10.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**10.000,00**	**93.901,00**	**93.828,96**	**0,00**

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO Execução Orçamentária e Financeira

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9820 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- JARDIM BOTÂNICO	60.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.807.633,00**	**2.126.267,00**	**2.019.514,95**	**2.019.514,95**
8896 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	1.807.633,00	2.126.267,00	2.019.514,95	2.019.514,95
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**177.448,00**	**177.448,00**	**115.016,85**	**115.016,85**
9701 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	177.448,00	177.448,00	115.016,85	115.016,85
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**140.859,00**	**154.130,00**	**99.070,69**	**90.351,42**
9778 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	140.859,00	154.130,00	99.070,69	90.351,42
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5876 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- JARDIM BOTÂNICO	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**2.195.940,00**	**2.457.845,00**	**2.233.602,49**	**2.224.883,22**

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado –

As principais despesas da RA XXVII são com folha de pagamento de pessoal, prestação de serviços de natureza continua e o contrato de comodato com entidade empresarial na região. Como esta Administração Regional ainda prescinde de uma sede própria, parte dos recursos são destinados mensalmente para funcionamento e alocação dos servidores.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	35
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	1
Encaminhamento - CDS/ Na hora	
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	9

Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	8
Trabalho com Grupos - Gestantes	3
Trabalho com Grupos - Idosos	36
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Através da Gerência de Políticas Sociais esta Administração Regional atuou em diversas frentes de trabalho, colaborando com órgãos competentes no desenvolvimento e execução de programas sociais, bem, como, no sentido de sensibilizar e e mobilizar a população local para participação efetiva na definição de políticas sociais.

Foram realizados acompanhamentos e apoio a iniciativas como: Ação à Vigilância Ambiental, com prevenção e combate a dengue, febre amarela, hantavírus, zika vírus, chikungunya; Vigilância Sanitária; Secretaria de saúde. Na Superintendência de atenção primária da Região Leste de Saúde; Secretaria de Educação, junto a Escolas e Creches; Conselho Tutelar do DF; Ibram; Secretaria do Meio Ambiente.

Foram realizadas atividades como: reuniões com moradores e associações; marcação de consultas nas unidades de saúde; marcação de cirurgias; cadastramento para castração de animais junto ao Ibram; ações, dentro dos condomínios, de combate a dengue e animais peçonhentos.



Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	1	1.700
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0

Literatura	0	0
Outros eventos	0	0

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	0
	0

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	600
Eventos esportivos	2	1.500
Outros	0	0

LAZER: No dia 30 de julho, juntamente com a inauguração do Parque Vivencial e Urbano do Jardim Botânico foi realizado com as crianças da comunidade e das redondezas um grande evento de lazer e entretenimento com as crianças. Foi a primeira iniciativa para levar aos moradores a oportunidade de encontro, cultura, entretenimento e lazer, melhorando a qualidade de vida para toda a população. Na oportunidade foram disponibilizados para as crianças brinquedos e professores de futsal para atividades recreativas, além de parceria com Academias da região para aulas diversas para adultos ao ar livre.
EVENTOS ESPORTIVOS: A administração do Jardim Botânico foi representada na Copa Brasília de Futsal com equipe de jogadores da região. Os atletas do time masculino chegaram às fases finais e as jogadoras do time feminino foram até a final do torneio realizado pelo SESC e em parceria com a Rede Globo.



Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	47	16.808,44
Habitação Coletiva	0	0,00

Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado		
	47	16.808,44

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	40	15.025,55
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	4	7.270,19
Institucional	1	1.400,72
	45	23.696,46

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	142,00	99.466,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habitese	133,00	96.943,50

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	58
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Até o fim de 2017 foram computados 58 projetos para análise com expectativa de obter Visto de Projeto. Ao longo do ano foi dado vista em outros 54 projetos e realizadas 344 análises.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	40
Fiscalização de Feiras	12

A Região Administrativa do Jardim Botânico possui uma Feira permanente, com 40 feirantes cadastrados e fiscalizações mensais das atividades. No ano de 2017 foi finalizado o projeto para a construção da Nova Feira do Jardim Botânico, com capacidade para receber atividades diárias, além de comportar 100 stands para vendas.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	0,00
Confecção de quebra-molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	0,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	90,00
Remoção de entulhos/ M³	372,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	122,00
Serviços de terraplanagem/ M³	1,80
Roçagem manual/ M²	27.600,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	90
Faixas recolhidas das vias públicas	5.280

Obras, Serviços de Manutenção e Recuperação:



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A reestruturação dos órgãos do GDF implantada desde o início do Governo Rodrigo Rollemberg, visava reorganizar a estrutura administrativa com foco no enfrentamento da crise percebida no processo de transição. Assim, as medidas de contenção financeiroadministrativas, dentre outras condições, implicaram redução de pessoal do quadro das Administrações Regionais, como foi o caso desta Unidade, sem prejuízo da realização de todas as medidas que lhe são afetas. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015/2016, realizada pela CODEPLAN, revelou que a Região Administrativa do Jardim Botânico conta com uma população urbana estimada em 27 mil habitantes e 8 mil domicílios, destacando-se a grande dinâmica de ocupação da região, constituída predominantemente por condomínios horizontais e fechados.
Ocorre, no entanto, que estudos técnicos realizados pela equipe da RA XXVII constataram que já ultrapassa a marca de 50 condomínios, com 17 mil unidades ocupadas, totalizando
65 mil habitantes. Com o processo de redefinição das poligonais em curso na Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, a Região Administrativa do Jardim Botânico poderá ter expandido seus limites para perfazer nova composição urbana apresentada na 1ª Audiência Pública que tratou do assunto - "O limite norte é definido pelo entroncamento entre a DF 001 e o Rio Paranoá, seguindo por este sentido Leste até o Rio Paranoá, até o Rio São Bartolomeu no Oeste até o encontro com o Ribeirão Antônio da Papuda, seguindo por este sentido Oeste até o Córrego Mato Grande até sua nascente, onde passa a seguir os limites do Setor Habitacional Jardim Botânico sentido Sul até o Córrego Bora Manso e segue por ele até o Ribeirão Santo Antônio da Papuda, seguindo o limite da Macrozona Rural, definida pelo PDOT, seguindo por este limite Sul do Distrito Federal. A Oeste o limite segue pelo Rio Água Quente até o Córrego Fundo seguindo por este limite até a sua nascente e pelo Rio Santana até a DF 001 e Córrego Taquara e limite da Estação Ecológica do Jardim Botânico até a DF 035 e DF 001.
Nessas condições, acaso se confirme esse novo ordenamento, que dependerá, ainda, de nova audiência pública e de aprovação da Câmara Distrital, o universo desta Regional poderá ser elevado para aproximadamente 100 mil habitantes com os inerentes reflexos nas nossas atividades, e transformando esta Unidade na 5ª maior Região Administrativa do Distrito Federal.
A região está neste momento convivendo com o processo de regularização fundiária, com a perspectiva de regulamentar aproximadamente 3 mil unidades habitacionais. Inevitável compreender que a nova situação exigirá esforço estrutural, especialmente do corpo técnico, para enfrentar o processo natural da análise de projetos, emissão de alvarás de construção e cartas de habite-se, que constituirá aspiração natural de cada proprietário.
Não bastasse o aspecto da regularização, é oportuno lembrar que o novo status da situação fundiária tenderá a afastar em definitivo a ação da grilagem que insiste em se manter ameaçando o uso e a propriedade das terras públicas.
Suplementarmente, faz-se referência à aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei Nº 114, que trata da desafetação e afetação de áreas públicas com alteração da destinação de uso de áreas da Etapa 1 do Jardim Botânico, que constitui antigo anseio do setor produtivo, em condições de atrair empresas para atuarem regularmente na região.

Outro fato importante foi a recente inauguração do Parque Vivencial, situado na Etapa 3 do Jardim Botânico, que se transformou no único e principal espaço de lazer dos moradores instituiu a possibilidade de manter as famílias dos moradores em comunhão e em condições de solidificar suas relações interpessoais.

Para complementar o processo de solidificação do Jardim Botânico como área residencial urbana em que se poderá encontrar todas as facilidades próprias de uma comunidade, a TERRACAP cedeu a esta Regional, área de 10 mil m2, na qual será instalada a nova Feira do Produtor e a sede da Administração Regional, além dos equipamentos públicos de que a região se ressente.

Nestas condições, parece importante ressaltar que, a partir da introdução de tantas modificações estruturais na Região Administrativa do Jardim Botânico, afigura-se imperativo a instituição de adequadas instalações para o seu funcionamento, e principalmente de corpo funcional técnico e administrativo para o seu funcionamento na forma esperada.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ - RA XXVIII – UO: 59.130

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Região Administrativa de Itapoã está localizada numa área entre o Paranoá e Sobradinho que era detentora de grande parte das terras onde se localiza hoje a cidade.

Em 2003, foi criada a subadministração, vinculada ao Paranoá, por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 698/2003. Em 18/11/2004, a Câmara Legislativa aprovou, em 1° turno, a criação da RA XXVIII, sendo oficializada em 03 de Janeiro de 2005, Lei Distrital nº 3.527/2005.

A Administração Regional do Itapoã – RA XXVIII, é órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, conforme Decreto nº 37.625, de 15/09/2016, publicado no DODF nº 176, de 16/09/2016.Tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua circunscrição.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	2	0	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	16	0	23	0	39
Requisitados de órgãos do GDF	0	1	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	3	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	5	0	5	10
Terceirizados (FUNAP)	0	1	0	9	10
Outros - especificar					
Subtotal	17	9	23	17	66
(-) Cedidos para outros órgãos					
Total Geral	17	9	23	34	66

A Região Administrativa do Itapoã é uma área em desenvolvimento, portanto, precisa de ampliar o seu quadro de pessoal para melhor prestação de serviço à comunidade.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0008 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DO PARQUE SEMENTE DO ITAPOÃ- ITAPOÃ	100.000,00	0,00	0,00	0,00
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9631 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-- ITAPOÃ	50.000,00	0,00	0,00	0,00
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5982 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- ITAPOÃ	8.000,00	0,00	0,00	0,00
4090 - APOIO A EVENTOS	**8.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5938 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-ITAPOÃ	8.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**166.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**3.172.361,00**	**1.402.000,00**	**780.922,03**	**477.217,26**
0049 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - ITAPOÃ- ITAPOÃ	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0050 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXVIII EM 2017- ITAPOÃ	1.500.000,00	1.402.000,00	780.922,03	477.217,26
0051 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2017- ITAPOÃ	400.000,00	0,00	0,00	0,00
9926 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	1.122.361,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**15.000,00**	**12.192,00**	**12.190,00**	**12.190,00**
0003 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ATENDER A MANUTENÇAO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS NA RA XXVIII- ITAPOÃ	0,00	9.990,00	9.990,00	9.990,00
9184 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	15.000,00	2.202,00	2.200,00	2.200,00
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**166.909,00**	**0,00**	**0,00**
0069 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ- ITAPOÃ	0,00	100.000,00	0,00	0,00
0052 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NA RA XXVIII EM 2017- ITAPOÃ	0,00	66.909,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**3.187.361,00**	**1.581.101,00**	**793.112,03**	**489.407,26**

No Programa foi construído banheiros e vestiários da quadra coberta do Itapoã; muro da escola Zilda Arns; reformada a Sede da Administração do Itapoã e construção de calçadas e acessibilidades; implantação de meios fios; plantio de grama e construção de base de PEC´s.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**180.000,00**	**253.701,00**	**164.841,74**	**148.841,74**
0007 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-EM 2017 NA RA XXVIII- ITAPOÃ	0,00	90.000,00	58.324,88	42.324,88
8520 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- ITAPOÃ	180.000,00	163.701,00	106.516,86	106.516,86
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**180.000,00**	**253.701,00**	**164.841,74**	**148.841,74**

No Programa de Trabalho foi realizada a contratação de reeducandos, através da FUNAP, para prestação de serviço na Administração Regional.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**20.000,00**	**4.680,00**	**4.679,68**	**4.679,68**
5982 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- ITAPOÃ	20.000,00	4.680,00	4.679,68	4.679,68
4090 - APOIO A EVENTOS	**9.000,00**	**2.556,00**	**2.555,74**	**2.555,74**
5978 - APOIO A EVENTOS-- ITAPOÃ	9.000,00	2.556,00	2.555,74	2.555,74
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**29.000,00**	**7.236,00**	**7.235,42**	**7.235,42**

Foi instalado ponto de energia e transformador para apoiar evento realizado na comunidade; locação de banheiros químicos e contratação de serviço de vigilância para atender demandas com as comemorações do 12º aniversário do Itapoã.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**25.000,00**	**101.900,00**	**93.231,94**	**93.231,94**
7179 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	25.000,00	101.900,00	93.231,94	93.231,94
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**25.000,00**	**101.900,00**	**93.231,94**	**93.231,94**

Efetuados ressarcimentos e indenizações durante o exercício de 2017.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5878 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- ITAPOÃ	20.000,00	0,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5340 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- ITAPOÃ	15.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5803 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- ITAPOÃ	10.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**2.152.276,00**	**2.125.376,00**	**2.103.008,87**	**2.103.008,87**
8897 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	2.152.276,00	2.125.376,00	2.103.008,87	2.103.008,87
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**240.000,00**	**240.000,00**	**238.278,40**	**238.278,40**
9702 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	240.000,00	240.000,00	238.278,40	238.278,40
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**176.379,00**	**94.304,00**	**92.919,58**	**81.684,07**
9779 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	176.379,00	94.304,00	92.919,58	81.684,07
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9793 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- ITAPOÃ	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**2.663.655,00**	**2.459.680,00**	**2.434.206,85**	**2.422.971,34**

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	24
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	86
Encaminhamento - CDS/ Na hora	
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	640
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	32
Trabalho com Grupos - Gestantes	8
Trabalho com Grupos - Idosos	52
Trabalho com Grupos – Mulheres	5
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	6
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	4.008
Trabalho com Grupos - Remoções	7
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	68

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	16
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	20
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	16
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	200
Teatro	3	100
Música	2	1.000
Dança	3	100
Artes Plásticas	1	45
Literatura	11	110
Outros eventos		

Cinema

O Cine Pedal Brasil é um festival de conteúdo audiovisual itinerante, gratuito e ao ar livre, onde a energia necessária para a projeção dos filmes é gerada pelo próprio público, por meio do uso de bicicletas. O público estimado foi de 200 pessoas.

Outros eventos

- Espetáculo Circênicos Varietê (evento pelo FAC) no estacionamento Comunitário do Itapoã.
- Teatro Comunitário do Itapoã, (evento pelo FAC).
- Projeto Poupa Moldada para a Artes, (projeto patrocinado pelo FAC)
- Projeto Mossoyo e o Ferreiro Celestial, (projeto patrocinado pelo FAC)
- Projeto Ladrões de Alma,(projeto patrocinado pelo FAC)
- Feira de artesanatos (evento realizados pela Administração)
- Projeto Ubuntu, (projeto realizado pela Secretária Adjunta de Políticas Sociais para Mulheres)
- Espetáculo "Ser Tão Celestial'' Grupo Heerofante, (uma homenagem a Patativa do Assaré), (evento patrocinado pelo FAC).

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	59
Habitação Coletiva	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Comercial	385
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	8
	452

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	13	1.000
Eventos esportivos	5	2.000
Outros		

Lazer:

- Ruas de Lazer nas quadras;
- Comemoração do Dia das Crianças;
- Rua de lazer em comemoração ao 12º aniversário da cidade;

Eventos Esportivos:

- Torneio de Futsal infantil - Aniversário da Cidade
- Torneio de Futebol de Campo - Aniversário da Cidade
- Torneio de Muai Thay
- Participação na Copa Brasília de Fustsal
- Torneio de Skate

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	0	0,0

Não foram emitidos alvarás de construção no ano de 2017 por falta de norma regulamentadora, uma vez que a Região Administrativa do Itapoã não possue projeto urbanístico aprovado.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	0	0,0

Não foram emitidas cartas de habite-se no ano de 2017 por falta de norma regulamentadora, uma vez que a Região Administrativa do Itapoã não possue projeto urbanístico aprovado.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Não existem no âmbito da Região Administrativa do Itapoã feira livre ou permante.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Não existem no âmbito da Região Administrativa do Itapoã bancas e jornais e revistas.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	60.000,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	1
Outros	0

Realizada a recuperação e manutenção de vias não pavimentadas.

Realizado apoio à cooperativa de catadores do Itapoã.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Os alistamentos dos jovens do Itapoã são realizados na Junta Regional do Serviço Militar do Paranoá.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	445,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	572,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	196,00
Recuperação de calçadas/ M²	200,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	4,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	36.000,00
Remoção de entulhos/ M³	133.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	115,00
Serviços de terraplanagem/ M³	63,00
Roçagem manual/ M²	18.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	9.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	2.500,00
Rede de águas pluviais/ M	20,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	128

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

- Apoio à CODHAB no processo de levantamento de dados das famílias das quadras 202 e 203 do Itapoã para entrega de 400 (quatrocentas) escrituras, proporcionando segurança jurídica aos moradores da localidade;
- Realização de curso preparatório para concurso público gratuito para a comunidade, ministrado no âmbito da Administração Regional. Foram 03 (três) turmas e cerca de 120 alunos atendidos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Dificuldades encontradas:

- Demora na liberação de recursos orçamentários;
- Exiguidade de pessoal, uma vez que cerca de 30% dos cargos encontram-se bloqueados e isso numa Região Administrativa em desenvolvimento como o Itapoã faz muita diferença;

- Falta de norma regulamentadora urbanística, o que prejudica ações de fiscalização e de arrecadação de impostos.

Perspectivas para o próximo exercício:

- Maior celeridade no desloqueio dos recursos orçamentários, especialmente os de investimentos;
- Desbloqueio dos cargos em comissão, para que técnicos sejam contratados com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços à comunidade;
- Aprovação por parte da CODHAB e SEGETH de projeto urbanístico da Região Administrativa do Itapoã, para que obras de saneamento e infraestrutura sejam implementadas.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (SIA) - RA XXIX – UO: 59.131

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) – RA-XXIX é um órgão da Administração Direta, criada por meio da Lei nº 3.618, de 14/07/2005. Em 2016, conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 15.09.2016, publicado no dia 16.09.2016 no DODF nº 176, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 04, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federa anteriormente vinculada à Casa Civil de acordo com o art. 2º, § 3º, do Decreto nº 33.583. Tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	1	0	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	12	0	13	0	25
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	2	0	2	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	4	0	0	4
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	15	7	13	2	37

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**1.150.000,00**	**548.336,00**	**430.905,17**	**430.905,17**
0052 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXIX EM 2017- SIA	150.000,00	0,00	0,00	0,00
9928 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	1.000.000,00	548.336,00	430.905,17	430.905,17
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**100.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
9185 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**1.250.000,00**	**598.336,00**	**430.905,17**	**430.905,17**

A Administração regional do SIA, no exercício de 2017, executou diversas obras e ações de urbanização, entre elas:

- Obras de pavimentação em ruas e estacionamentos (drenagem, abertura de bocas de lobo, pintura de faixas de pedestre);
- Recapeamento asfáltico (Operação Tapa Buraco);
- Recuperação de calçadas e passeios;
- Plantio de gramas com execução de paisagismo e podas de árvores (limpezas de praça);
- Ampliação da rede de águas pluviais;
- Devolução de áreas invadidas ao poder público; e
- Instalação de postes e obras de iluminação pública em diversas áreas da cidade, por meio de contrato assinado com a Companhia Energética de Brasília (CEB).
-

Abertura de bocas de lobo.



Padronização dos estacionamentos Trecho 3/4 nos moldes dos Trechos 1, 2 E 3 com Canteiros Urbanizados



.

Obra de Retorno VIA EPIA Saída Sul.



Recuperação do asfalto.



Operação Tapa-Buraco.



Plantio de grama.



Poda de árvores da Feira dos Importados.



Mudas plantadas nos Canteiros Centrais.



Ampliação da Rede de Águas Pluviais.





Execução de Obra de Águas Pluviais.



Derrubada de Galpão em Área Pública.



Instalação de Poste Iluminação Pública.



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**236.800,00**	**130.001,00**	**70.334,66**	**70.334,66**
8497 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	236.800,00	130.001,00	70.334,66	70.334,66
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**236.800,00**	**130.001,00**	**70.334,66**	**70.334,66**

Houve contrato com a FUNAP, executado durante o primeiro semestre do exercício de 2017, com 05 sentenciados atuando na Atividade Fim.
Contratação de mão de obra de sentenciados, do regime aberto ou semi aberto do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) para execução de tarefas de baixa complexidade e serviços das unidades desta Administração. Essa ação contribuiu para promover a reintegração social e a ressocialização do trabalhador preso.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5983 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
0039 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**60.000,00**	**50.257,00**	**8.336,84**	**8.336,84**
7180 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	60.000,00	50.257,00	8.336,84	8.336,84
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**110.000,00**	**100.257,00**	**8.336,84**	**8.336,84**

Ressarcimentos referente a 02 (duas) infrações de trânsito cometidas por veículo locado para a prestação de serviços da Administração.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**1.786.830,00**	**1.830.830,00**	**1.712.704,69**	**1.712.704,69**
8898 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	1.786.830,00	1.830.830,00	1.712.704,69	1.712.704,69
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**150.000,00**	**150.000,00**	**130.232,78**	**130.232,78**
9703 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORESADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	150.000,00	150.000,00	130.232,78	130.232,78
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**943.448,00**	**587.750,00**	**349.832,43**	**320.598,97**
9780 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	943.448,00	587.750,00	349.832,43	320.598,97
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5859 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃOADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5804 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**2.895.278,00**	**2.568.580,00**	**2.192.769,90**	**2.163.536,44**

Foi efetivado o pagamento regular e integral da remuneração e dos benefícios a todos os servidores ativos da Administração. Procedeu-se o pagamento regular de aluguel de imóvel para sede da Administração, bem como das despesas necessárias para sua manutenção e conservação. Realizou-se pagamentos com aquisição de material de consumo e expediente, gastos com telefonia, além de outras despesas administrativas.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	0	0

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	43
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	14
	57

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	0	0
Outros	0	0

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	2	2.857,29
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	2	2.857,29

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	4	7.448,68
Institucional	0	0,00
	4	7.448,68

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habitese	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0

Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	174
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	4
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	78,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	230,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	12,00
Recuperação de calçadas/ M²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	0,00
Remoção de entulhos/ M³	7.920,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	0,00
Serviços de terraplanagem/ M³	14.000,00
Roçagem manual/ M²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	1.000,00
Recapeamento asfáltico/ M²	0,00
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	0

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.
A Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento prima pela efetividade na execução de suas ações, mesmo com limitações orçamentárias, financeiras e humanas. A administração promove a todo custo, e dentro da legalidade, a implementação e a realização dos objetivos a serem alcançados nestas ações com eficiência.
Otimizando tarefas com a agilização de seus recursos e explorando o potencial máximo de seus processos, espera alcançar em 2018 a eficácia em seus resultados, buscando atender de forma satisfatória, tanto os anseios do empresariado local quanto dos profissionais que aqui exercem suas atividades, alinhados aos desejos da população que se utiliza dos serviços aqui prestados e aos compromissos assumidos pelo Governo de Brasília.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES - RA XXX – UO: 59.133

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Vicente Pires – RA-XXX é um órgão da Administração Direta criada através da Lei n.º 4.327 de 26 de maio de 2009, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

A Administração Regional tem por competência, de acordo com o Decreto nº 38.094 de 28/03/2017 (Regimento Interno), representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	6	6	2	20
Comissionados sem vínculo efetivo	15	0	23	0	38
Requisitados de órgãos do GDF	3	0	3	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	1	0	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	13	13
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	27	6	32	15	80
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	1	0	1
Total Geral	27	6	31	15	79

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**2.143.800,00**	**600.698,00**	**50.698,00**	**48.349,02**
0054 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXX EM 2017- VICENTE PIRES	150.000,00	0,00	0,00	0,00
0055 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO DE VICENTE PIRES, INCLUINDO O SETOR 26 DE SETEMBRO- VICENTE PIRES	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0123 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA NA RUA 02 DE VICENTE PIRES- VICENTE PIRES	0,00	350.000,00	0,00	0,00
9936 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	1.193.800,00	250.698,00	50.698,00	48.349,02
0053 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - VICENTE PIRES- VICENTE PIRES	300.000,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**150.000,00**	**24.298,00**	**24.154,89**	**24.154,89**
9186 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	150.000,00	24.298,00	24.154,89	24.154,89
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**0,00**	**86.428,00**	**0,00**	**0,00**
0027 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NA RODOVIA RUA 2- VICENTE PIRES	0,00	86.428,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**2.293.800,00**	**711.424,00**	**74.852,89**	**72.503,91**

Da Ação 1110 - Execução de Obras de Urbanização

Por meio do Subtítulo 0054 – Orçamento cancelado conforme Emenda Parlamentar Aditiva nº 20, para atender Projeto de Lei nº 1647/2017.

Por meio do Subtítulo 0055 – Orçamento cancelado conforme Emenda Parlamentar Aditiva nº 04, para atender Projeto de Lei nº 1723/2017.

Por meio do Subtítulo 0123 – Orçamento não foi executado.

Por meio do Subtítulo 9936 – Execução de demolição, aproveitamento e assentamento de 727,6 m de meios fios em diversos pontos de Vicente Pires/DF, conforme Processo nº 112.000.839/2013.

Por meio do Subtítulo 0053 – Orçamento cancelado conforme Emenda Parlamentar nº 152 e 153, para atender Projeto de Lei nº 1723/2017.

Salientamos que o orçamento de execução de Obras de 2017 praticamente não foi executado, devido o Governo do Distrito Federal, através da Secretária de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP estar realizando obras de infraestrutura em toda Região Administrativa de Vicente Pires. Com a construção de 27,3 Km de rede de drenagem pluvial, 42 Km de pavimentação asfáltica e 101 Km de calçada na Gleba 3. 45,5 Km de rede de drenagem e 70 Km de pavimentação, na Gleba 1- 99,3 Km de drenagem e 124,4 de pavimentação na Gleba 2- 13,5 km de drenagem e 17 Km de pavimentação na Gleba 4. Orçamento estimado em 500.000.000, 00 (quinhentos milhões de reais), sendo que as obras foram iniciadas em 2017 com previsão para termino em 2018. A região administrativa de Vicente Pires tem 2,2 mil hectares, divididos em quatro glebas. Por meio da implementação do sistema de drenagem pluvial, a água será escoada para os córregos Samambaia e Vicente

Pires. As Bacias e dissipadores farão com que o fluxo cause menor impacto ambiental aos cursos d'água.

Da Ação 8508 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas

Subtítulo 9186 - recurso referente a compra de material, tais como: colete refletivo, torneira automática, cones, miquitórios, válvula para miquitório, alicate, disco de corte, enxada, bloco de concreto, lâmina de serra, rolo de serra, enxada; broca, mascara respiratória, luva, bota sem bico, cabo flexível, para manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas da RA XXX.

Da Ação 1836 – Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública

Subtítulo 0027 – Recurso não utilizado devido a Administração Regional de Vicente Pires ter recebido descentralização de crédito da Secretária de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, no Programa de Trabalho 15.752.6216.1763.0012 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública do Distrito Federal, no valor R$ 1.628.877,98 (um milhão, seiscentos, vinte e oito mil e oitocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos). Foi executado ampliação da rede de iluminação pública nas Ruas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10 e 12, Colônia Agrícola Samambaia Chácaras 122 e 123 da Região Administrativa de Vicente Pires. Consequentemente não houve necessidade de usar Ação/Subtítulo: 1836/0027.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**233.663,00**	**300.870,27**	**222.870,27**	**183.524,05**
8498 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	233.663,00	300.870,27	222.870,27	183.524,05
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**233.663,00**	**300.870,27**	**222.870,27**	**183.524,05**

Ação: 2426 - subtítulo 8498 – recurso foi utilizado na prestação de serviço por sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com parceria da Administração Regional de Vicente Pires e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, no que concerne à reintegração social do preso, dando sua parcela de responsabilidade social no que couber.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0001 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NA CIDADE VICENTE PIRES- VICENTE PIRES	250.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	**250.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ação: 1763 - subtítulo 6216 – Recurso não utilizado devido a Administração Regional de Vicente Pires ter recebido uma descentralização de crédito da Secretária de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, no Programa de Trabalho 15.752.6216.1763.0012 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública do Distrito Federal, no valor R$ 1.628.877,98 (um milhão, seiscentos, vinte e oito mil, oitocentos setenta e sete reais e noventa e oito centavos). Foram executadas ampliação da rede de ilumição pública nas Ruas

1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10 e 12, Colônia Agrícola Samambaia Chácaras 122 e 123 da Região Administrativa de Vicente Pires. Consequentemente, não houve necessidade de usar Ação/Subtítulo: 1763/0001.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**8.000,00**	**2.399,00**	**2.398,59**	**2.398,59**
5984 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE VICENTE PIRES - RA XXX- VICENTE PIRES	8.000,00	2.399,00	2.398,59	2.398,59
4090 - APOIO A EVENTOS	**8.000,00**	**1.187,00**	**1.186,41**	**1.186,41**
0049 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-VICENTE PIRES	8.000,00	1.187,00	1.186,41	1.186,41
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	**16.000,00**	**3.586,00**	**3.585,00**	**3.585,00**

Por da Ação: 3678 - Subtítulo 5984 - recurso utilizado para evento "Aniversário de Vicente Pires 2017", realizado no dia 27 de maio de 2017, em comemoração ao 8º ano de aniversário de Vicente Pires. Foram distribuídos Kit Lanches e bolo para comunidade.

Por da Ação: 4090 - Subtítulo 0049 - recurso utilizado para evento "Aniversário de Vicente Pires 2017", realizado no dia 27 de maio de 2017, em comemoração ao 8º ano de aniversário de Vicente Pires. Foram distribuídos Kit Lanches.

O evento foi realizado no intuito de levar à população entretenimento de qualidade e gratuito, por meio de projetos propostos por essa RA XXX. A participação nos eventos da região é um direito do cidadão e uma necessidade básica, estimula a criatividade, o desenvolvimento de pessoal, a valorização da diversidade, promove a inclusão social e motiva o desenvolvimento de uma sociedade. A participação da comunidade foi fundamental para realização do evento.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**155.000,00**	**323.774,00**	**313.037,56**	**312.698,75**
7181 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	155.000,00	323.774,00	313.037,56	312.698,75
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**155.000,00**	**323.774,00**	**313.037,56**	**312.698,75**

Da Ação 9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Por meio do Subtítulo 7181 – Indenizações/ressarcimento de 01 (um) servidor cedido pela NOVACAP, 01 (um) servidor cedido pela EMBRAPA e 02 (dois) servidores cedidos pela Defensoria Pública do Distrito Federal, para Administração Regional de Vicente Pires. Processo: 366.000.003/2017; 366.000.039/2017; 366.000.102/2017 e 366.000.044/2017 da Administração Regional de Vicente Pires.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**15.000,00**	**4.191,00**	**4.189,87**	**4.022,48**
5356 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- VICENTE PIRES	15.000,00	4.191,00	4.189,87	4.022,48
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**3.265.214,00**	**4.045.214,00**	**3.991.598,67**	**3.613.203,44**
8899 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	3.265.214,00	4.045.214,00	3.991.598,67	3.613.203,44
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**282.266,00**	**297.266,00**	**290.101,43**	**266.446,44**
9704 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	282.266,00	297.266,00	290.101,43	266.446,44
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**208.027,00**	**115.428,00**	**101.821,12**	**89.994,06**
9781 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	208.027,00	115.428,00	101.821,12	89.994,06
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5805 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	1.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**3.771.507,00**	**4.462.099,00**	**4.387.711,09**	**3.973.666,42**

Da Ação 2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

- **Subtítulo 5356** – conservação das estruturas físicas de edificações públicas na sede da Administração de Vicente Pires com aquisição de material de consumo: cabo elétrico e condutor. Serviços de manutenção e recarga de extintores e controle de pragas.

Da Ação 8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

- Subtítulo 8899 – referente à remuneração e contribuições dos servidores ativos da RAXXX.

Ação - 8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

- **Subtítulo 9704** - referente à concessão de benefícios aos servidores da Administração Regional de Vicente Pires.

Ação - 8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Subtítulo 9781 - referente a compras de Materiais de Consumo tais como: material de copa e cozinha, material de escritório, peças de reposição para ar condicionado. Aquisição de Material permanente: Câmeras de video, HD externo. Serviços Prestados por terceiro, tais como: água, esgoto, energia, chaveiro, telefonia fixa, manutenção de ar condicionado, para manutenção da Administração Regional de Vicente Pires.

Ação - 4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Subtítulo 5805 – servidores fizeram curso de capacitação na Escola de Governo, não foi necessário utilizar o Orçamento de 2017 para capacitá-los.

Aproximadamente 98,3% dos valores autorizados foram empenhados demonstrando que as metas foram alcançadas em quase sua totalidades, para pagamento dos servidores e manutenção serviços administrativos desta RA XXX.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	2
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	4
Encaminhamento - CDS/ Na hora	12
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	5
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	2
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	1
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	6
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	3

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	2	200
Música	4	2.000
Dança	2	1.000
Artes Plásticas	2	1.200
Literatura	2	200
Outros eventos	1	3.420

Foram realizados vários eventos 2017 com a participação da Administração Regional e a comunidade, conforme detalhados abaixo:

- 1º Carnaval de Vicente Pires;

- Ação Social - Vicente Pires Contra a Dengue;

- 8º Aniversário de Vicente Pires;

- Festa junina de Vicente Pires.

A Administração Regional de Vicente Pires tem dentro de sua sede uma Biblioteca Pública, que disponibiliza um grande acervo de livro e computadores para a comunidade.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	2.090
Industrial	10
Área Rural	0
Outros (Eventual)	231
	2.331

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	500
Eventos esportivos	0	0
Outros	0	0

Foi realizado no dia 27 de maio de 2017 lazer em comemoração ao "8º ano de aniversário de Vicente Pires em 2017". Além de alguns eventos realizados pelo Governo do Distrito Federal em parceria com instituições privadas, tais como:
- Jogos abertos de Brasília;
- Copa Brasília SESC/Rede Globo;
-Torneio Arimatéia de Futsal.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00
	0	0,0

A Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização e por isso não houve emissão de alvará de construção.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00
	0	0,0

A Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização e por isso não houve emissão de carta de habite-se.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

A Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização e por isso não houve trabalho de topografia.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

A Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização e por isso não houve trabalho de exame, aprovação e elaboração de projetos.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

A única Feira existente em Vicente Pires é a tradicional Feira do Produtor que recebe pessoas de toda região do Distrito Federal.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

A Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização e por isso não tem bancas de jornais e revista na cidade.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Propriedades rurais	0
Associações	10
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

A Região Administrativa de Vicente Pires não tem Junta Regional de Serviços Militares.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	176,00
Confecção de quebra-molas/ Unidade	30,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	57,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	97,00
Recuperação de calçadas/ M²	582,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	2,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	0,00
Remoção de entulhos/ M³	91,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	323,00
Serviços de terraplanagem/ M³	0,00
Roçagem manual/ M²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	0,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Recapeamento asfáltico/ M²	1.305,21
Passeios (construção) / M²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	1.600

Referente a passeios e rede de águas pluviais o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, conforme especificado abaixo:

Construção de 27,3 Km de rede de drenagem pluvial, 42 Km de pavimentação asfáltica e 101 Km de calçada na Gleba 3. 45,5 Km de rede de drenagem e 70 Km de pavimentação, na Gleba 1. 99,3 Km de drenagem e 124,4 de pavimentação na Gleba 2. E 13,5 km de drenagem e 17 Km de pavimentação na Gleba 4.

Os serviços de terraplanagem, roçagem manual, roçagem mecânica e podas de árvores esses serviços estão sendo realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A criação da Biblioteca Pública dentro de sua sede da Administração Regional, que disponibilizou um grande acervo de livro e computadores para a comunidade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Ainda continuamos sofrendo com a falta de infraestrutura, no entanto no ano de 2017 houve uma melhora considerável, devido o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, estar realizando obras de infraestrutura em toda Região Administrativa de Vicente Pires. Com a construção de 27,3 Km de rede de drenagem pluvial, 42 Km de pavimentação asfáltica e 101 Km de calçada na Gleba 3. 45,5 Km de rede de drenagem e 70 Km de pavimentação, na Gleba 1. 99,3 Km de drenagem e 124,4 de pavimentação na Gleba 2. E 13,5 km de drenagem e 17 Km de pavimentação na Gleba 4. Orçamento estimado em 500.000.000, 00 (quinhentos milhões de reais), sendo que as obras foram iniciadas em 2017 com previsão para término em 2018. A região administrativa de Vicente Pires tem 2,2 mil hectares, divididos em quatro glebas. Por meio da implementação do sistema de drenagem pluvial, a água será escoada para os córregos Samambaia e Vicente Pires. Bacias e dissipadores farão com que o fluxo cause menor impacto ambiental aos cursos d'água.

A Administração recebe muitas solicitações da comunidade e algumas vezes não conseguimos atender, principalmente na Coordenadoria de Licenciamento, Obras e Manutenção - COLOM, devido à falta de máquinas/equipamentos, materiais (recurso orçamentário insuficiente) e o quantitativo de servidores/reeducandos para mão-de-obra direta. Neste ano houve treinamento para os servidores, no entanto ainda muito abaixo do necessário. Os servidores carecem de aperfeiçoamento, por meio de cursos de treinamento/reciclagem para qualificar a mão-de-obra direta, o atendimento ao público, a informatização e o encaminhamento de documentos/processos. Necessitamos de uma sede própria, O local onde está a Administração

Regional é um local provisório, com instalações inadequadas para um bom funcionamento, prejudicando o trabalho dos servidores e o atendimento à comunidade. Mesmo assim, na medida do possível, estamos cumprindo, em quase sua totalidade, as necessidades da comunidade e as metas orçamentárias, buscando melhorar a condição de vida da população de Vicente Pires/DF.

Espera-se para o próximo ano, que caso aconteça a regularização da Região de Vicente Pires, possamos ter a possibilidade de arrecadar mais e com isso aplicar na infraestrutura da cidade, com aquisição de novas máquinas e equipamentos para atender aos serviços inerentes à Diretoria de Obras e Diretoria de Serviços, bem como outros equipamentos de interesse das unidades desta RA-XXX. Esse processo é fundamental para dar continuidade ao crescimento da cidade, melhorando a qualidade de vida da comunidade. Os recursos orçamentários vindouros continuarão sendo plenamente utilizado para melhoria da cidade.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL - RA XXXI – UO: 59.135

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fercal está situada às margens da APA Cafuringa, é muito rica em recursos minerais, a exemplo do calcário que contribui significativamente para o crescimento socioeconômico da região, complementado pela beleza geográfica e outras riquezas naturais e culturais que servem de atrações turísticas por meio das pequenas cachoeiras, grutas, cavernas, riachos, trilhas e áreas de preservação ambiental.
Os recursos naturais para a construção da Capital foram extraídos daqui. Atualmente, é a região maior geradora de impostos de todo o Distrito Federal, oriundo das grandes empresas produtoras de cimento, usinas de asfalto e derivados, instaladas em nossa região, que também dão preferência à mão-de-obra dos moradores das comunidades da Grande Fercal, contribuindo para a diminuição do desemprego na Região. Desta forma, a Fercal, é a 1ª Cidade Operária do Distrito Federal, considerando a sua existência em função das grandes e pequenas empresas instaladas.
A Fercal contribui, ainda, para o abastecimento de produtos agrícolas nas feiras da própria Região, Sobradinho I, Sobradinho II, Grande Colorado e CEASA.
É composta por 14 comunidades, das quais 06 são rurais e as demais são urbanas.
A Administração Regional da Fercal – RA-XXXI é um órgão da Administração Direta criada através da Lei nº 4.745, de 29.01.2012, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme Decreto nº 33.583 no art. 2, § 3º.
Tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.
Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	2	0	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	8	0	0	8
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	6	10	0	0	16
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	6	10	0	0	16

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5985 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- FERCAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5986 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINSTRAÇÃO REGIONAL-FERCAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
6035 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS- FERCAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

O orçamento foi contingenciado.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	**348.613,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
0056 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-NA RA XXXI EM 2017-FERCAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
4451 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA- FERCAL	48.613,00	0,00	0,00	0,00
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
9187 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	**398.613,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

O orçamento foi contingenciado.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	**150.000,00**	**103.946,67**	**65.494,75**	**52.809,46**
8499 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	150.000,00	103.946,67	65.494,75	52.809,46
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	**150.000,00**	**103.946,67**	**65.494,75**	**52.809,46**

Como possuímos poucos servidores a colaboração dos 08 sentenciados assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, foi de suma importância com a execução das tarefas de conservação, recuperação e manutenção das áreas de urbanização e ajardinadas na Cidade.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**26.000,00**	**25.001,00**	**7.282,56**	**7.282,56**
7182 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	26.000,00	25.001,00	7.282,56	7.282,56
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	**26.000,00**	**25.001,00**	**7.282,56**	**7.282,56**

O ressarcimento a servidores desta RA XXXI foi motivado a exoneração e substituição de servidores no período anual.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5860 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5329 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA- FERCAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5188 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	**240.164,00**	**240.164,00**	**223.647,27**	**223.647,27**
8900 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-FERCAL	240.164,00	240.164,00	223.647,27	223.647,27
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	**59.500,00**	**59.500,00**	**28.472,86**	**28.472,86**
9705 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	59.500,00	59.500,00	28.472,86	28.472,86
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	**128.399,00**	**57.980,54**	**37.120,67**	**35.506,51**
9782 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	128.399,00	57.980,54	37.120,67	35.506,51
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	**70.000,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**
0005 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA- FERCAL	70.000,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	**618.063,00**	**357.645,54**	**289.240,80**	**287.626,64**

Os recursos destinados à administração de pessoal aos 06 servidores da Administração Regional da Fercal foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha de janeiro a dezembro de 2017, os servidores empenharam-se em zelar pela ética e transparência das atribuições sob nossa competência, e aprimorar a qualidade do atendimento ao público, que é a atividade fim desta Administração Regional.

Os benefícios assistenciais aos servidores da RA-XXXI proporcionam o recebimento de auxílios referentes a vale transporte e auxílio alimentação.

Os gastos com material de consumo, tais como: Gênero Alimentício, Material de expediente, elétrico, manutenção de bens moveis.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	5
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	9
Encaminhamento - CDS/ Na hora	
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	10
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	
Trabalho com Grupos - Gestantes	
Trabalho com Grupos - Idosos	
Trabalho com Grupos – Mulheres	
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	
Trabalho com Grupos - Remoções	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	15
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	20
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	13

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	9	1.200
Teatro		
Música	1	200
Dança		
Artes Plásticas		
Literatura		
Outros eventos		

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	1
Habitação Coletiva	
Comercial	10
Industrial	
Área Rural	
Outros (Eventual)	
	10

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer		
Eventos esportivos	2	300
Outros		

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar		
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
	0	0

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar		
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
	0	0

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	3,00	14.414,64
Elaboração de Croquis	3,00	14.414,64
Levantamento para Carta de Habite-se		

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	
Recadastramento de Feiras	
Fiscalização de Feiras	

As feiras livres tem 66 box.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	150,00
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	25
Associações	14
Cooperativas	3
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	5,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	10,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	3,00
Recuperação de calçadas/ M²	
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	2,00
Capina, varrição e rastelagem/ M²	
Remoção de entulhos/ M³	300,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	
Serviços de terraplanagem/ M³	3.000,00
Roçagem manual/ M²	5.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	
Recapeamento asfáltico/ M²	
Passeios (construção) / M²	
Rede de águas pluviais/ M	
Podas de árvores/Unidade	4
Faixas recolhidas das vias públicas	90

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Administração Regional da Fercal está realizando a manutenção da via Flor de Liz na comunidade do Bananal, o serviço visa melhorar a trafegabilidade de veículos e pedestres





Cerca de 221 servidores já começaram os trabalhos do programa Cidades Limpas, uma força-tarefa que envolve Novacap, DER, SLU, Codhab, CEB, Caesb, Bombeiros, Defesa Civil, Detran, Polícia Civil, Vigilância Ambiental e diversos outros órgãos. O intuito desta iniciativa é realizar um mutirão de manutenção e limpeza nas cidades por onde passa. Esta é a 11ª edição do programa e vai atender Fercal.





Revitalização da via de ligação da Rua do Mato e o Boa Vista. O serviço melhorou a trafegabilidade de veículos e pedestres, proporcionando mais segurança e mobilidade para os moradores.





Melhoria no acesso da DF 205 leste até a comunidade de Lobeiral, facilitou o trânsito dos ônibus escolares e o escoamento da produção agrícola da região.





Em parceria com o DER, foi reformado a ponte da DF 205 Oeste da divisa DF/GO.

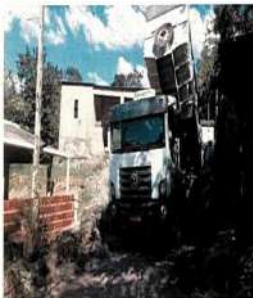




Limpeza da escola da comunidade Queima Lençol, da estrada da Comunidade do Bananal e da estrada da Fercal.









Revitalização da estrada no Morro do Piauí e Calçadas da Ferdal.





Os fazendeiros da comunidade de Boa Vista doaram manilhas e com apoio da administração foram feitas as obras das trocas de manilhas.





A Administração da Fercal em parceria com o DER conclui a ponte do Ribeirão Cafuringa.





Revitalização do parquinho do Bairro Engenho Velho.





Operação tapa buracos.





Reforma do parquinho da escola do Ribeirão, Tapa Buracos na Fercal e calçadas sendo construídas na Vila Rabelo.





Apoio da Administração Regional da Fercal na reforma Obras de melhorias na escola do Ribeirão.





Operação tapa buraco na rua do mato e pintura de meio fio.







Revitalização das estradas do Catingueiro e do Córrego do Ouro.




Obras de manilhamento pluvial na comunidade do Engenho Velho, que sofrem com os alagamentos constantes na estação das chuvas.





Obras de drenagem pluvial no Bananal.



A Fercal comemora 61 anos. E para marcar a data, a Administração Regional da Fercal organizou uma série de eventos com muito carinho. A programação começa dia 1 e segue até o dia 30 de setembro. Foram realizados eventos esportivos, culturais, sociais e de lazer para comemorar esta data tão especial.













Construção do muro de proteção da base da ponte da Rua do Mato na FERCAL.



Instalou manilhas em algumas áreas da nova estrada que está sendo aberta entre a Expansão e o Alto da Bela Vista.





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES:

No ano de 2017 a Gestão da administração da Fercal teve 3 Administradores, o que ocasionou mudanças constantes de equipe e métodos de trabalhos.

Em um tempo relativamente curto foram feitas diversas ações, tais como:

- Manutenção das estradas e vias urbanas e rurais da Fercal;
- Operações tapa-buraco;
- Limpeza urbana;
- Recolhimento de entulho;
- Reforma do Complexo Poliesportivo do Alto bela Vista;
- Roçagens;
- Chamadas junto a Caesb e a Ceb;
- Solicitações de Corte e poda de árvores;
- Realização de eventos no mês de aniversário da cidade;
- Concerto de caixas de contenção de água;
- Apoio com doações, equipamentos e emendas parlamentares a eventos e projetos promovidos por associações locais;
- Reuniões com os moradores e líderes comunitários.

DIFICULDADES:

1. A FALTA DE RECURSOS HUMANOS= é um agravante no desenvolvimento dos trabalhos prestados à população local, a Administração da Fercal tem Apenas 6 funcionários, além do Administrador Regional. Por não possuir gerencias próprias, a Administração é dependente da RA Sobradinho II em relação ao Núcleo de Patrimônio, Gerencia de licenciamento, gerencia de obras, e diversos outros setores que compõe a estrutura da Administração da Fercal, os cargos se encontram bloqueados, o que impede a nomeação de novos funcionários e de o trabalho ser melhor articulado entre a equipe.

2. A FALTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS= gera diversos problemas, por exemplo: A demora para atender demandas relativamente simples, como a Roçagem, manutenção de

vias, recolhimento de entulho. Isto gera um aspecto negativo, pois acumula solicitações e é executado com lentidão. Foi executada compras de Roçadeiras e Motosserras, quais foram para prestação de serviços em Sobradinho II e não retornaram para a Fercal, o que demonstra mais uma vez a dificuldade de lidar com o patrimônio quando não se tem um núcleo próprio.

3. INSTALAÇÕES= A Administração Regional da Fercal atualmente está localizada no endereço: DF 150 KM 12 QUADRA 11 LOTE ESPECIAL FEIRA – BAIRRO ENGENHO VELHO – FERCAL – DF. Utiliza o espaço onde os feirantes armazenavam suas barracas e mercadorias, o que gera atrito entre o poder público e a associação dos feirantes e produtores rurais, por conta da dificuldade que encontram para o deslocamento dos seus pertences. A administração tem três espaços internos: Recepção, Sala para o servidor de internet e a cozinha. Não possui nenhuma sala para reuniões.

4. ARQUIVO= Por não possuir uma boa edificação a SEDE da Administração da Fercal não possui uma sala para armazenar os arquivos, o que implica em dividir o espaço de documentos restritos com a recepção onde se faz diversos atendimentos ao público.

PERSPECTIVAS:

1. AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS= Através do desbloqueio dos cargos comissionados, será possível executar com eficiência os trabalhos destinados a cada gerencia e núcleo, o que proporciona condições de execução de novos projetos.

2. AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA ADMINISTRAÇÃO= A sede precisa da construção de novas salas, para garantir um melhor ambiente de trabalho e receber os contribuintes com mais conforto.

3. PLANO URBANISTICO= A elaboração e aprovação do Plano urbanístico é primordial para a melhoria na qualidade de vida da população da Fercal, assim é possível evitar a grilagem de terras, acidentes e desastres naturais. Assegurando normas e restrições para ter um crescimento populacional ordenado.

4. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS= Com a Aquisição de novos materiais e equipamentos será possível ampliar o trabalho prestado as comunidades da Fercal, materiais como: TIJOLOS, CIMENTO, AREIA, BRITA, FERRAGEM, entre outros. Equipamentos: ROÇADEIRAS, MOTOSSERAS, MAQUINA DE SOLDA, entre outros.